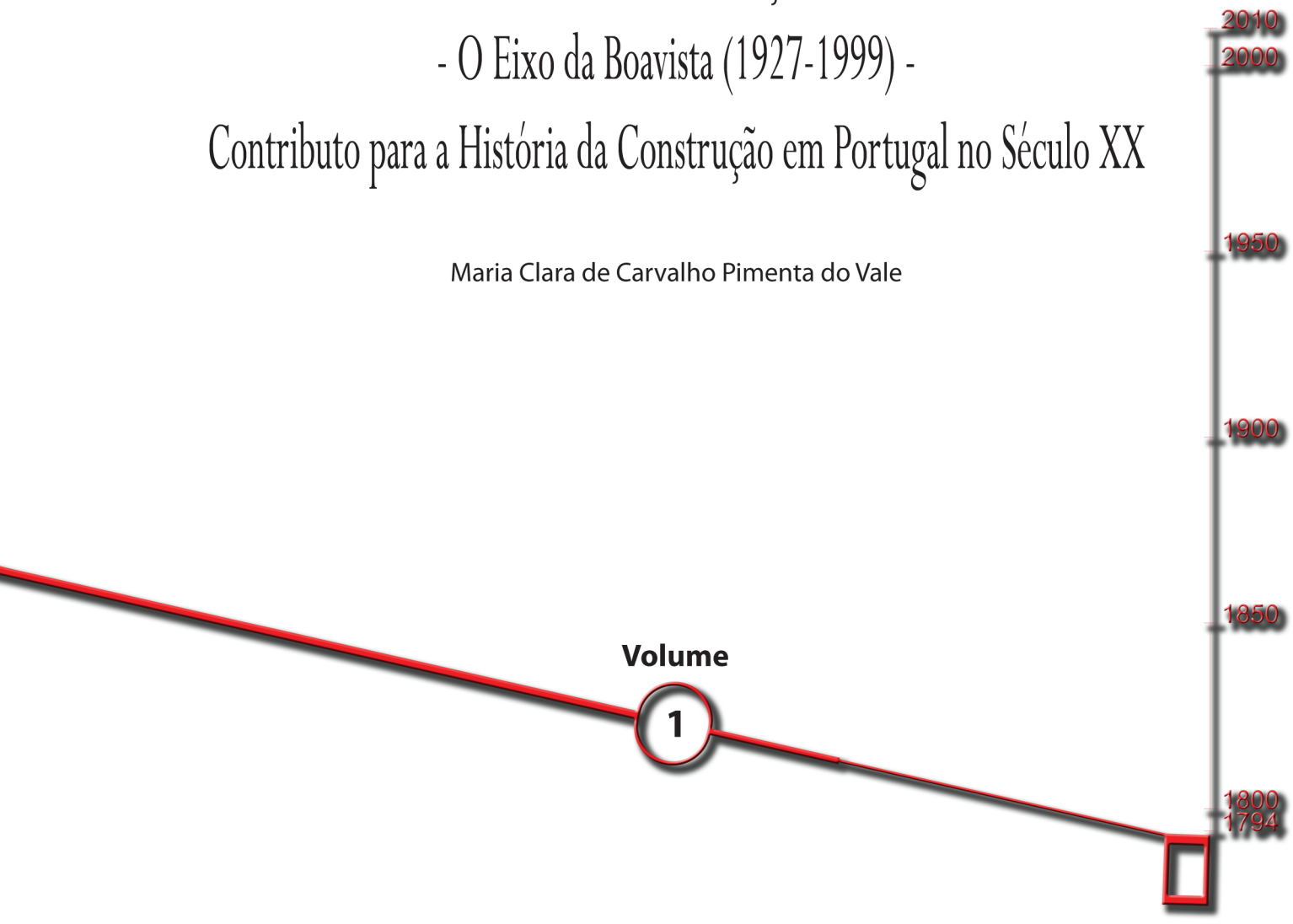
U.PORTO

FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto
- O Eixo da Boavista (1927-1999) -
Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX

Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale



Setembro de 2011
Janeiro de 2012

Universidade do Porto

Faculdade de Arquitectura

Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto
- O Eixo da Boavista (1927-1999) -
Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX

Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale

(Mestre em Construção de Edifícios)

Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Arquitectura

Orientador Científico

Professor Doutor Vítor Carlos Trindade Abrantes Almeida

Setembro de 2011 / Janeiro de 2012

- Volume 1 - Corpo da tese

Those who cannot remember the past are condemned to repeat it.

George Santayana [1863-1952]

Ao antes e ao depois, ou a tudo que esta definição pode englobar.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram das mais diversas formas, nas minhas decisões e acções.

À minha filha, com quem me deliciei enquanto criança, e que aprecio e admiro enquanto jovem adulta.

O Júri

Doutor **Carlos Alberto Esteves Guimarães**
Professor Associado e Director da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
(Presidente do Júri)

Doutor **Fernando Coelho da Silva Pinheiro**
Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor **José António Raimundo Mendes da Silva**
Professor Associado do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor **José Manuel Aguiar Portela da Costa**
Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor **Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas**
Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Doutor **Vítor Carlos Trindade Abrantes Almeida**
Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (orientador)

Prova de Doutoramento defendida em 25 de Janeiro de 2012.

Agradecimentos

Num trabalho desta índole, que se estendeu por vários anos, e em que a natureza das tarefas é muito diversa, agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram, algumas ainda que de forma inconsciente e muito parcelar, para a execução da investigação ou da redacção da dissertação sequente, é difícil pela falibilidade da memória humana e pelo texto enfadonho que resultaria da enumeração exaustiva dos mesmos. Fica aqui um agradecimento abrangente.

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional e enorme ajuda para a elaboração desta tese. Sem o apoio deles a mesma não teria sido possível.

Agradeço também ao meu orientador pelo acompanhamento e pela confiança depositada em mim que, em muitas alturas, excedeu a minha própria, servindo de apoio e motivação.

A tese como necessário espaço de concentração e trabalho foi também tempo de solidão. Agradeço aos amigos e companheiros que compreenderam as condicionantes e ajudaram a suportar o peso da travessia, a equilibrar emoção e razão, fazendo-me encontrar forças, confiança e sorrisos quando deles necessitei.

Na ajuda efectiva na elaboração de elementos gráficos para a tese quero agradecer a Joana Guerreiro da Silva pela execução dos modelos 3D dos edifícios estudados e a Marta Vieira da Silva pelo tratamento de imagens, transcrição de alguns documentos e execução de todas as montagens das fotografias aéreas de localização de códigos de fichas de levantamento. Nas releituras, discussões, críticas e sugestões agradeço a Rui Tavares e Eduardo Pires de Oliveira.

Agradeço ao Arquivo Histórico e Municipal do Porto, casa que me acolheu em muito do tempo de duração desta investigação, o apoio e ajuda na localização de elementos importantes para o trabalho, bem como a simpatia e disponibilidade dos seus funcionários.

Relativamente ao fornecimento directo de elementos sobre projectos, agradeço à Mota-Engil pelo fornecimento de elementos de projecto de concurso e preparação de obra da STDM.

Agradeço em último lugar, não por ser menos importante, mas para que permaneçam mais tempo na memória, aos arquitectos envolvidos no projecto dos edifícios analisados pelo fornecimento de elementos importantes para a caracterização dos mesmos.

Agradeço ao arquitecto António Madureira o fornecimento de elementos de projecto relativos aos projectos do complexo da Boavista e do Bairro da Bouça, realizados em co-autoria com o arquitecto Álvaro Siza. Estou-lhe grata ainda por muitas conversas ao longo destes anos que foram lançando pistas sobre muitos assuntos, muitos mais dos que neste trabalho transparecem. Ao arquitecto José Carlos Loureiro pelo fornecimento de elementos de seus projectos e por um par de horas de conversa que foram uma agradável e instrutiva viagem no tempo. Ao arquitecto Alfredo Matos Ferreira pelo fornecimento de elementos do projecto do Instituto da Segurança Social do Porto. Ao arquitecto Nuno Tasso de Sousa pela entrevista concedida e esclarecimentos prestados sobre o projecto do Condomínio Torre da Boavista. Ao arquitecto Agostinho Ricca por me ter recebido em sua casa, e ter partilhado as suas memórias e as suas inquietações.

Agradeço também às gerações que me antecederam e cuja acção me propiciou matéria de estudo e reflexão.

Resumo

O presente trabalho constituiu-se como um contributo para a história da construção arquitectónica no Porto e em Portugal, tomando como objectos primordiais dessa análise os edifícios, os seus processos de licenciamento e as diversas condicionantes que se colocam ao seu projecto e construção.

A dissertação divide-se em três volumes, os dois últimos correspondendo a anexos com informações complementares e contributos para o estudo da história da construção, e o primeiro constituindo o corpo principal do trabalho.

Este **Primeiro Volume** divide-se em duas partes, cada uma com sete capítulos, antecedidas por uma Introdução e seguidas por uma Síntese Conclusiva.

Na **Introdução** apresentam-se justificações relativas à motivação pessoal para este campo de estudo e para este trabalho específico, definindo-se o tema, enquadrando-o num percurso de investigação e numa análise das condicionantes e necessidades actuais dos projectistas envolvidos na reabilitação do edificado corrente recente.

A Primeira Parte intitulada *«Mais de 100 anos e quase 7 quilómetros»* corresponde a um percurso no tempo e no espaço, a partir de uma área da cidade do Porto designada por «Eixo da Boavista» que serve de motivo e delimitação à análise da evolução do edificado e dos sistemas e materiais de construção ao longo do século XX.

No **Capítulo 1.1** faz-se a apresentação do trabalho com mais detalhe do que no resumo, define-se o seu âmbito, apresentam-se algumas questões metodológicas e colocam-se os pressupostos iniciais necessários à compreensão do trabalho que se segue.

No **Capítulo 1.2** discute-se a importância do estudo da história como ferramenta de aprendizagem, aborda-se a história da construção, quer na sua relação com a historiografia das ciências, quer como campo emergente de estudo, questiona-se a sua utilidade na reabilitação de edifícios, e termina-se por apresentar um conjunto de fontes importantes para a investigação nesta área.

O **Capítulo 1.3** corresponde a um trabalho de enquadramento histórico e legislativo temporalmente mais abrangente do que a época em análise, identificando os momentos políticos e sociais mais determinantes para a prática da construção corrente em Portugal e no Porto.

No **Capítulo 1.4** é feita a análise cronológica de um conjunto de prescrições normativas aplicadas à construção de edifícios, e às actividades com eles relacionadas, como sejam as questões de propriedade, licenciamento, ou mesmo a formação profissional ou académica dos técnicos envolvidos. Esta análise é feita primeiro tomando como referência a legislação nacional, e numa segunda fase, as posturas municipais da cidade do Porto.

O estudo da área em análise, incluindo a sua evolução histórica e caracterização actual, bem como aspectos metodológicos do trabalho de levantamento, é abordado no **Capítulo 1.5**.

A pesquisa associada aos processos de licenças de obras, incluindo os pressupostos dessa consulta, a avaliação do tipo de informação recolhida, o relacionamento entre bases de dados e o tratamento estatístico dos mesmos, é apresentada no **Capítulo 1.6**.

No **Capítulo 1.7** faz-se uma apresentação e análise das licenças de obra, cruzada com os elementos abordados nos capítulos anteriores, o que permite uma primeira síntese conclusiva.

A segunda parte denominada «Milestones» é também constituída por sete capítulos, e corresponde a uma análise mais detalhada de um conjunto de edifícios com características diversificadas, desde época de construção, utilização de materiais e sistemas, dimensão e mistura de programas funcionais. Os edifícios analisados correspondem a projectos de quatro arquitectos, três deles ainda em actividade, pertencentes a três gerações próximas, actuando isoladamente ou em parceria.

No **Capítulo 2.1** analisa-se o Edifício da Carvalhosa, de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, e no **Capítulo 2.2**, o projecto da Torre de Habitação Engenheiros Associados concluída como Edifício Sede da Caixa de Previdência do distrito do Porto de Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira.

No **Capítulo 2.3** estuda-se o Edifício Parnaso de José Carlos Loureiro e no **Capítulo 2.4** o Empreendimento Mota-Galiza de José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos, focalizando fundamentalmente a análise no lote 6, edifício de serviços, e no sistema utilizado para a reabilitação da fachada executado poucos anos após a conclusão da construção.

No **Capítulo 2.5** examina-se o Condomínio Torre da Boavista, um conjunto de dois edifícios construídos em sequência no gaveto da Rua Beato Inácio de Azevedo com a Avenida da Boavista, projecto de Nuno Tasso de Sousa enquanto técnico da Vértice.

No **Capítulo 2.6** estuda-se o Complexo da Boavista da STDM, projecto de Álvaro Siza e António Madureira, e no **Capítulo 2.7** faz-se a análise das duas fases do Bairro da Bouça de Álvaro Siza (com os diversos colaboradores das diferentes fases do projecto).

A dissertação é terminada, à guisa de conclusão, com uma reflexão sobre «Tempos de intervenção e mecanismos de transposição da informação». Esta reflexão não pretende ser uma conclusão num sentido canónico mas antes uma forma de manter em aberto um conjunto de assuntos, e levantar algumas questões que a própria necessidade de encerrar um trabalho determina.

No início da dissertação são incluídos: o Sumário Geral dos três volumes; o Sumário do Primeiro Volume; Listas de Figuras, Tabelas, e Hipertextos, bem como uma Lista de Siglas, Acrónimos e outras notações utilizadas. No final são colocadas a Bibliografia, as Fontes Documentais e os Créditos das Imagens. Apesar de incluídos no primeiro volume, estes elementos reportam-se à totalidade do trabalho.

O **Segundo Volume** é constituído por três anexos. O **Anexo 1** é referente a documentos de projectos e obras, com transcrições de elementos escritos e reprodução, ou redesenho, de peças desenhadas. No **Anexo 2** estão incluídas transcrições de legislação nacional e municipal, em muitos casos

não de forma integral mas apenas dos extractos que se referem a questões construtivas ou de inserção urbana. E o **Anexo 3** é constituído por um conjunto de listagens, elaboradas durante a execução do trabalho, e deixados como contributos para estudos posteriores, uma vez que a tese assume francamente a vertente de desbravar caminho para os que a seguir venham.

O **Anexo 4** está incluído no **Terceiro Volume** e corresponde à impressão das Fichas de Levantamento da zona de análise, numa versão mais simplificada do que a que foi estruturada na base de dados, pois uma versão impressa não consegue ter a mesma complexidade e versatilidade da versão original.

No final do Primeiro Volume está incluído um DVD com as versões digitais do Segundo e Terceiro Volumes, por duas razões: a primeira, bastante óbvia, para facilidade de transporte uma vez que permite usar apenas o primeiro volume em versão impressa e consultar os anexos em versão digital; a segunda razão é para auxiliar a operatividade e usabilidade dos elementos incluídos nos anexos em estudos posteriores, bem como a pesquisa fácil dentro das listagens fornecidas.

Esta dissertação, enquanto formalização de uma investigação, assume-se como uma paragem no meio de um percurso mais extenso, que pretendo retomar com brevidade porque a curiosidade continua ainda insatisfeita.

Abstract

This work is a contribution to Portuguese construction history taking, as primary objects of this analysis, the buildings, their licensing processes and the study of the various constraints presented in the design phase and building construction.

The dissertation is divided into three volumes; the last two are annexes with additional information and contributions to the study of construction history; the first is the dissertation main body.

This **First Volume** is divided into two parts, each one with seven chapters. These parts are preceded by an Introduction and followed by a Conclusive Synthesis.

In the **Introduction** are presented the personal motivation and justifications for this field of study and for this particular theme; the theme is set up in relation to a line of research and the analysis of current conditions and the needs of designers involved in the rehabilitation of recent buildings.

The First Part, entitled «More than 100 years and almost 7 kilometers» is a journey in time and space, from the point of view of Porto's Area called the «Axis of Boavista», which serves as motive and delimitation method for the analysis of building construction evolution throughout the twentieth century.

In **Chapter 1.1** the dissertation is presented with more detail than in this abstract, its scope is defined, and some methodological issues are present along with the initial assumptions necessary to understand the work that follows.

In **Chapter 1.2** the importance of the study of history as a learning tool is discussed, the Construction History subject is addressed, both in its relationship with the historiography of science, as well as an emerging field of study, its usefulness in rehabilitation of buildings is questioned, and it ends by presenting a set of relevant sources to the research in this area.

Chapter 1.3 corresponds to a research work about historical background and legislation, temporally broader than the time under review, identifying the political and social moments crucial to the practice of building construction in Portugal and Porto.

In **Chapter 1.4** is done a chronological analysis of a set of prescriptive requirements applied to building construction and related activities, such as property issues, building permits, or academic or professional training of the personnel involved.

The study of the urban area under review, including its historical evolution, current characterization and methodological aspects of survey, are discussed in **Chapter 1.5**.

The research associated with the processes of building permits, including main requirements, nature of information collected assessment, relationship between databases and data statistical treatment are presented in **Chapter 1.6**.

In **Chapter 1.7** is made a cross-analysis and comparison between building permits and the elements discussed in previous chapters that allows a first conclusive synthesis.

The Second Part, titled «Milestones», also consists of seven chapters, corresponding to a more detailed analysis of a set of buildings with different distinctiveness, from the time of its construction to the building materials and systems utilization, from urban scale to mix of functional programs. The buildings analyzed are projects of four architects, three of them still active, acting alone or in partnership.

Chapter 2.1 analyzes the Carvalhosa Building of Arménio Losa and Cassiano Barbosa, and **Chapter 2.2**, the project and construction of Engenheiros Associados Housing Tower that was completed as the headquarters of "Caixa de Previdência", design of Arménio Losa and Alfredo Matos Ferreira.

Chapter 2.3 studies the Parnaso Building, of José Carlos Loureiro and in **Chapter 2.4** the development of Mota-Galiza, of José Carlos Loureiro and Luís Pádua Ramos, focusing the analyses mainly on the central plot and on the façade rehabilitation procedure and system, done a few years after the building conclusion.

Chapter 2.5 examines Boavista Tower Condominium, a set of two buildings built in sequence on the street corner between Avenida da Boavista and Rua Beato Inácio de Azevedo, project of Nuno Tasso de Sousa as technician of Vértice Design Company.

In **Chapter 2.6** the STDM Boavista Building Complex is studied, a project of Alvaro Siza and António Madureira, and in **Chapter 2.7** it is analyzed the two phases of the Bairro da Bouça, project by Alvaro Siza (with several staff members in the different project phases).

The dissertation is concluded with a reflection about «Building intervention phases and shifts of information». This doesn't pretend to be a conclusion in the canonical sense, but a way of leaving open doors and to leave notice of issue raised by the end of this kind of work.

At the beginning of the dissertation are included: the General Summary of the three volumes; the Table of Contents for the First Volume; Lists of Figures, Tables, and hypertext; and a List of Abbreviations, Acronyms and other Notations used in this work.

At the end we place Bibliographical Information, Documentation Sources and Images Credits. Although included in the First Volume, these elements are related to the entire work.

The **Second Volume** is comprised of three Annexes. The **Annex 1** refers to project documents, with drawings reproduction or redraw and written documents transcripts. The **Annex 2** includes legislation transcripts of national and municipal levels, in many cases with only the statements that refer to construction or urban issues. And **Annex 3** consists of a set of lists, compiled during the execution of work, and left as an input for further studies, since the research is frankly assumed as a contribution for subsequent works.

The **Annex 4** is included in the **Third Volume** and corresponds to the paper printing of the area survey datasheets, in a more simplified version then the real database structure.

At the end of the First Volume is included a DVD with digital versions of the Second and Third volumes, for two main reasons: the first, fairly obvious, for ease of transport since it allows to use only the First Volume in print and to consult the annexes in digital version; the second reason is to assist the functionality and usability of the elements contained in annexes in subsequent studies, as well as providing easy search methods.

This thesis, while a formalization of research, is assumed as a stop in the middle of a longer path, one that I plan to return briefly, because the curiosity remains unsatisfied.

Palavras-Chave

- Construção;
- História;
- História da Construção;
- Século XX;
- Fachadas;
- Sistemas Construtivos;
- Materiais de Construção;
- Edifícios;
- Legislação sobre Construção.

Keywords:

- Building Construction;
- History;
- Construction History;
- Twenty Century;
- Building Facades;
- Building Systems;
- Building Materials;
- Buildings;
- Building Codes.

Sumário Geral

- Volume 1 - Corpo da tese

Agradecimentos. . . . . . **IX**
Resumo . . . . . **XI**
Abstract . . . . . **XV**
Sumário Geral . . . . . **XIX**
Sumário do Volume 1 . . . . . **XXIII**
Lista de Imagens do Volume 1 . . . . . **XXIX**
Lista de Tabelas do Volume 1 . . . . . **XLV**
Lista de Hipertextos do Volume 1 . . . . . **XLIX**
Lista de Siglas, Acrónimos e Notações . . . . . **LIII**
Introdução **1**

Parte 1 - Mais de cem anos e quase sete quilómetros **25**

Capítulo 1.1 - Organização e metodologia **27**
Capítulo 1.2 - História da Construção **55**
Capítulo 1.3 - Enquadramento Histórico e Normativo **105**
Capítulo 1.4 - Legislação de aplicação directa à construção e actividades conexas **145**
Capítulo 1.5 - O Levantamento da Área em Análise **187**
Capítulo 1.6 - A consulta de licenças de obra **269**
Capítulo 1.7 - Sete quilómetros em direcção ao futuro **297**

Parte 2 - Milestones **381**

Intermezzo **383**
Genealogia das idades 385
Milestones 387

Capítulo 2.1 - Bloco da Carvalhosa 389
Capítulo 2.2 - Instituto de Segurança Social do Porto 411
Capítulo 2.3 - Edifício Parnaso 471
Capítulo 2.4 - Empreendimento Mota Galiza 493
Capítulo 2.5 - Condomínio Torre da Boavista 509
Capítulo 2.6 - Complexo STDM da Boavista 535
Capítulo 2.7 - Conjunto Habitacional da Bouça 559

TEMPOS DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS DE TRANSPOSIÇÃO DE INFORMAÇÃO 583

Encore 585
Génese 587
Síntese Conclusiva 589

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E PROVENIÊNCIA DAS ILUSTRAÇÕES I

Bibliografia Geral iii
Lista de Fontes Não Impressas ix
Proveniência das imagens xix
Documentação Electrónica xxi

- VOLUME 2 - APÊNDICE DOCUMENTAL

ANEXO 1. DOCUMENTOS DE PROJECTOS E OBRAS I

1.A. Bloco da Carvalhosa 1
1.B. Torre de Habitação / Sede da Segurança Social 31
1.C. Edifício Parnaso 83
1.D. Complexo Mota Galiza 117
1.E. Condomínio Torre da Boavista 139
1.F. Complexo da Boavista 171
1.G. Conjunto Habitacional da Bouça 207

ANEXO 2. LEGISLAÇÃO I

2.A. Legislação Nacional 1
2.B. Legislação Municipal do Porto 41

ANEXO 3. LISTAS I

3.A. Índices de Revistas 1
3.B. Lista de Arquitectos 23
3.C. Toponímia Alterada 37

3.D. Numeração alterada na Rua da Boavista 41

3.E. Lista de licenças de obras consultadas 45

3.F. Designações dos Diários Oficiais desde 1715 73

- VOLUME 3 - FICHAS DE LEVANTAMENTO

ANEXO 4. FICHAS DE LEVANTAMENTO 1

4.A. Definição de Áreas de Análise 3

4.A.1. Área Inicial de Análise 5
4.A.2. Área Alargada de Análise 21

4.B. Legenda de notações utilizadas e descrição de campos das fichas de levantamento 24

4.C. Fichas de Levantamento da Área Inicial da Análise 27

4.C.1. Rua da Boavista 29
4.C.2. Praça Mouzinho de Albuquerque 113
4.C.3. Avenida da Boavista 135

4.D. Fichas de Levantamento da Área Alargada de Análise 297

4.D.1. Avenida de Montevideu 299
4.D.2. Avenida Marechal Gomes da Costa 304
4.D.3. Largo do Maestro Miguel Ângelo 310
4.D.4. Praça do Bom Sucesso 310
4.D.5. Praça de Pedro Nunes 311
4.D.6. Rua Aníbal Cunha 311
4.D.7. Rua António José da Costa 312
4.D.8. Rua do Arquitecto Marques da Silva 315
4.D.9. Rua de António Patrício 316
4.D.10. Rua do Campo Alegre 322
4.D.11. Rua Calouste Gulbenkian 324
4.D.12. Rua de Guerra Junqueiro 325
4.D.13. Rua Júlio Dinis 327
4.D.14. Rua De Nossa Senhora de Fátima 328
4.D.15. Rua Pedro Homem de Melo 332
4.D.16. Rua de Pinho Leal 332
4.D.17. Rua de S. João de Brito 333
4.D.18. Rua de Tenente Valadim 334
4.D.19. Quadro-resumo das restantes fichas da Área Alargada de Análise . . . 335

Sumário do Volume 1

Agradecimentos . . . . . **IX**
Resumo . . . . . **XI**
Abstract . . . . . **XV**
Sumário Geral . . . . . **XIX**
Sumário do Volume 1 . . . . . **XXIII**
Lista de Imagens do Volume 1 . . . . . **XXIX**
Lista de Tabelas do Volume 1 . . . . . **XLV**
Lista de Hipertextos do Volume 1 . . . . . **XLIX**
Lista de Siglas, Acrónimos e Notações . . . . . **LIII**
A. Siglas e Acrónimos LIII
B. Legenda das notações e simbologias utilizada LV
B.1. Critérios seguidos na bibliografia para referenciar fundos documentais LVI
Introdução **1**
A. A génese da motivação 1
B. Tema 18

PARTE 1 - MAIS DE CEM ANOS E QUASE SETE QUILÓMETROS **25**

Capítulo 1.1 - Organização e metodologia **27**
A. Organização geral da tese 27
B. Definições de âmbito e metodologia geral 31
B.1. Restrições geográficas 32
B.2. Balizamentos cronológicos 34
B.3. Outras definições de âmbito 38
B.4. Metodologia Geral do Trabalho 39
C. Ressalvas e Considerações Prévias 46
C.1. Apêndice documental 46
C.2. Transcrições 47
C.3. Imagens 48
C.4. Hiperlinks ou hipertextos 49
C.5. Datação dos projectos 49
C.6. Autoria dos projectos 51
C.7. Fontes Verbais 51

C.8. Condicionantes à investigação (gerais e neste caso específico) 52

Capítulo 1.2 - História da Construção 55

A. O Interesse e a importância da história 55
A.1. A história das ciências e a história da construção 58
B. O estudo da História da Construção Arquitectónica 64
B.1. As sociedades dedicadas ao estudo da História da Construção 66
B.1.1 Construction History Society 66
B.1.2 Sociedad Española de Historia de la Construcción 66
B.1.3 Associazione Edoardo Benvenuto 68
B.1.4 Construction History Society of America [EUA] 69
B.1.5 Outras sociedades dedicadas ao estudo da História das Tecnologias 69
B.2. Os congressos e encontros 72
B.2.1 Congresos de Historia de la Construcción (1996-2009) 72
B.2.2 International Congress on Construction History (2003-2009) 73
B.2.3 Premier Congrès Francophone d'Histoire de la Construction 77
B.2.4 Seminários DOCOMOMO 77
B.2.5 Primeira Conferência Nacional sobre História da Construção 77
C. Fontes para o estudo da História da Construção 79
C.1. Edifícios e os seus projectos 79
C.1.1 Os arquivos das entidades responsáveis pelo licenciamento da edificação 82
C.1.2 Os Espólios de Arquitectos 83
C.1.3 Os contratos de obra 86
C.1.4 Os arquivos das empresas de construção e das cooperativas de habitação 86
C.1.5 Os Arquitectos, os seus escritos e a sua memória 87
C.1.6 Os próprios edifícios 88
C.2. A literatura técnica e de divulgação coeva 88
C.2.1 Os manuais de construção 88
C.2.2 As revistas de arquitectura e construção 91
C.2.3 As «bulas» das empresas de materiais de construção 97
C.2.4 As patentes, homologações e documentos afins 99
C.3. As acções estatais e municipais 100
C.3.1 A legislação nacional e municipal 100
C.3.2 Os dados estatísticos 101
C.4. Os trabalhos Académicos 102

Capítulo 1.3 - Enquadramento Histórico e Normativo 105

A. Antecedentes – Do Absolutismo ao Liberalismo 106
A.1. A Acção do Marquês de Pombal 106
A.1.1 A cidade do Porto 112
B. O país nas convulsões Liberais 115
B.1. A divisão administrativa do país e o estabelecimento de competências centrais e municipais . 115
C. 1850-1890 – A Regeneração ou as bases do Portugal Moderno 121
D. 1890-1928 – O despertar do Pai Tirano 129
E. 1928-1945 – O Início do Estado Novo e a segunda grande guerra 131
F. 1945-1974 – Pós-guerra e guerra colonial 139
G. 1974-1986 – A adolescência de uma nação e as desilusões 140
H. 1986-2000 – Portugal Europeu ou a Idade Adulta 141

Capítulo 1.4 - Legislação de aplicação directa à construção e actividades conexas . . . 145

A. Legislação nacional 145
A.1. 1864 – Classificação das estradas e Projecto sobre a polícia da via pública 146
A.2. 1867 – Carta de Lei de 2 de Julho 151
A.3. 1867 – Código Civil 151
A.4. 1895 – Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civis 155
A.5. 1897 – Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do Decreto de 6 de Junho de 1895 . . 157
A.6. 1900 – Regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas 157
A.7. 1901 – Regulamento geral de saúde e beneficência pública 157

A.8. 1903 – Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [RSEU] 160
A.9. 1918 – Regulamento para o emprego de beton armado 162
A.10. 1924 – Lei nº 1 670 163
A.11. 1927 – Decreto nº 14 372 164
A.12. 1951 – Regulamento geral das edificações urbanas [RGEU] 165
A.13. 1955 – Regulamento da propriedade horizontal 166
A.14. A legislação promulgada após o 25 de Abril. 171
A.15. A legislação promulgada no século XXI. 171
B. Legislação de promulgação municipal 172
B.1. 1835 a 1855 175
B.2. 1855 a 1869 177
B.3. 1869 a 1905 179
B.4. O código de posturas de 1905 181
B.5. Posturas e Regulamento sobre obras particulares 183
B.6. Posturas e Regulamento sobre saliências das fachadas dos edifícios 184

Capítulo 1.5 - O Levantamento da Área em Análise 187

A. Metodologia e pressupostos do levantamento 187
A.1. Definição geográfica da área de análise 188
A.1.1 Área inicial de análise e razões da sua escolha 188
A.1.2 Alargamento da área de análise 189
A.2. Classificação dos edifícios e das suas partes constituintes 196
A.2.1 Sistemas usuais de classificação dos edifícios 196
A.2.2 Tipos de classificação dos revestimentos de paredes exteriores 198
A.2.3 A classificação dos revestimentos de paredes exteriores utilizada 202
A.3. Definição de base de dados 208
A.3.1 Definição das fichas de caracterização 210
B. Evolução histórica da área de análise 213
B.1. Evolução urbana 213
B.2. Evolução construtiva (edificatória) 239
B.2.1 Censos – Variação do estado do parque construído 239
C. Caracterização actual 247
C.1. Análise dos Censos de 2001 e comparação com a área de análise 255
C.2. Caracterização construtiva do parque edificado 260
C.2.1 Caracterização etária e construtiva dos edifícios da Área Inicial de Análise [AIA] . . . 261

Capítulo 1.6 - A consulta de licenças de obra 269

A. Organização e arquivo dos processos de licenças de obra. Cidade do Porto 269
B. Metodologia geral e pressupostos de consulta 276
B.1. Escolha e Consulta dos processos de licença de obra 277
C. Definição da base de dados usada para a consulta de licenças de obras 280
C.1. Interacções entre bases de dados 285
D. Caracterização construtiva a partir do tratamento estatístico de dados 286

Capítulo 1.7 - Sete quilómetros em direcção ao futuro 297

A. Caracterização do edificado a partir da consulta de licenças de obra 297
A.1. Análise de processos de licenças de obras 306
A.1.1 Manuel Marques, Amoroso Lopes e Júlio de Brito 307
A.1.2 João Queirós 316
A.1.3 Companhia de Ambaca 323
A.1.4 O Fibrocimento 327
A.1.5 Januário Godinho 329
A.1.6 Arménio Losa 335
A.1.7 José Ferreira Peneda 345
A.1.8 José Porto 347
A.1.9 Mário de Abreu 350
A.1.10 Os Engenheiros 354
A.1.11 Cavan 356
A.1.12 A promoção cooperativa 358

A.1.13 Viana de Lima 363
A.1.14 Álvaro Siza Vieira 369
A.1.15 A promoção das empresas de construção e imobiliárias 373

PARTE 2 - MILESTONES 381

Intermezzo 383

Genealogia das idades 385
Milestones 387

Capítulo 2.1 - Bloco da Carvalhosa 389

A. Introdução e descrição geral 389
B. História do processo de projecto, licenciamento e construção 396
C. A. Caracterização construtiva 399
D. Resumo de caracterização 408
E. Adequação às condicionantes actuais 409

Capítulo 2.2 - Instituto de Segurança Social do Porto 411

A. Introdução e descrição geral 411
B. História do processo de projecto, licenciamento e construção 413
B.1. 1969 – O projecto inicial 413
B.1.1 O programa 419
B.1.2 Sistema Construtivo 423
B.1.3 A fase de construção 430
B.2. 1972-79 – As vicissitudes da alteração ao projecto 433
B.2.1 Aditamento à licença nº 86/70 458
C. Comparação entre os dois projectos 464
D. Resumo de caracterização 467
E. Adequação às condicionantes actuais 468

Capítulo 2.3 - Edifício Parnaso 471

A. Introdução e descrição geral 471
B. História do processo de projecto, licenciamento e construção 476
C. Caracterização construtiva 482
D. Resumo de caracterização 489
E. Adequação às condicionantes actuais 491

Capítulo 2.4 - Empreendimento Mota Galiza 493

A. Introdução e descrição geral 493
B. História do processo de projecto, licenciamento e construção 497
C. Caracterização construtiva 498
D. Resumo de caracterização 508
E. Adequação às condicionantes actuais 508

Capítulo 2.5 - Condomínio Torre da Boavista 509

A. Introdução e descrição geral 509
B. História do processo de projecto, licenciamento e construção 512
C. Caracterização construtiva 519
C.1. Descrição e análise do sistema construtivo da fachada 521
D. Resumo de caracterização 533
E. Adequação às condicionantes actuais 534

Capítulo 2.6 - Complexo STDM da Boavista 535

A. Introdução e descrição geral 535
B. História do processo de projecto, licenciamento e construção 536
C. Caracterização construtiva 548
D. Resumo de caracterização 556
E. Adequação às condicionantes actuais 557

Capítulo 2.7 - Conjunto Habitacional da Bouça 559

A. Introdução e descrição geral 559
B. História do processo de projecto, licenciamento e construção 561
C. Caracterização construtiva 570
D. Resumo de caracterização 581
E. Adequação às condicionantes actuais 582

TEMPOS DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS DE TRANSPOSIÇÃO DE INFORMAÇÃO 583

Encore 585

Génese 587
Síntese Conclusiva 589

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E PROVENIÊNCIA DAS ILUSTRAÇÕES I

Bibliografia Geral iii
Lista de Fontes Não Impressas ix
Proveniência das imagens xix
Documentação Electrónica xxi

Lista de Imagens do Volume 1

As fontes das imagens são referidas junto da própria legenda, de forma condensada, e no final do volume, com referência completa.

Quando não é referida qualquer fonte para uma imagem, a mesma é da responsabilidade da autora da tese, no contexto do presente trabalho. Imagens nas mesmas circunstâncias mas inicialmente produzidas para outros fins que não esta tese, são referenciadas, por uma questão de estabelecimento de datas, dado que a maior parte dos elementos que se encontram nessas condições são fotografias. Nos casos em que para o mesmo edíficio são feitos vários levantamentos fotográficos, a referência à data respectiva também é feita.

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Sumário Geral

Sumário do Volume 1

Lista de Imagens do Volume 1

Lista de Tabelas do Volume 1

Lista de Hipertextos do Volume 1

Lista de Siglas, Acrónimos e Notações

Introdução

Fig. 1 - Villa Müller - Adolf Loos. Fotografia após a reabilitação. 2

Fig. 2 - Villa Müller - Adolf Loos. Foto aérea. 2

Fig. 3 - Processo de reabilitação do edifício. 2

Fig. 4 - Fotografias da obra. 3

Fig. 5 - Desenhos de Projecto. 5

Fig. 6 - Villa Savoye – Le Corbusier. 8

Fig. 7 - Fotografias do estado da Villa no final da década de cinquenta. 8

Fig. 8 - Fotografia de Kidder Smith em 1959. 9

Fig. 9 - Fotografia actual. 9

Fig. 10 - Conjunto de fotografias da reconstrução do Pavilhão de Barcelona de 1929. ..11

Fig. 11 - Convento de La Tourette. 14

Fig. 12 - Projecto da Casa Honório de Lima da autoria do Arquitecto Viana de Lima. ..15

Fig. 13 - Investimento em reabilitação do edificado dos diversos países da Europa, segundo o Eurostat 20

MAIS DE CEM ANOS E QUASE SETE QUILÓMETROS

Organização e metodologia

Fig. 14 - Catálogo de livro de plantas - Rua da Boavista, Lado Norte. 37

Fig. 15 - Esquema geral da metodologia utilizada no segundo nível de abordagem. 44

História da Construção

Fig. 16 - Cronologia internacional do estudo da história da construção. 67

Fig. 17 - Projecto da Ponte D. Maria Pia de Gustave Eiffel. 70

Fig. 18 - Capa do "Docomomo Journal". 71

Fig. 19 - Capa do "@pha.boletim". 71

Fig. 20 - Capas das actas dos congressos espanhóis. 72

Fig. 21 - Capas das actas dos congressos internacionais. 72

Fig. 22 - Número de comunicações e temas nos Congressos Nacionais Espanhóis. 74

Fig. 23 - Origem geográfica das instituições de acolhimento dos conferencistas. 75

Fig. 24 - Número de comunicações e tema nos congressos internacionais. 76

Fig. 25 - Variação percentual do número de comunicações sobre os séculos XIX e XX. 76

Fig. 26 - Cartaz e programa da primeira conferência sobre história da construção em Portugal. 78

Fig. 27 - O edifício como síntese. 80

Fig. 28 - Parede de Alvenaria de pedra retirado de um edifício do centro histórico do Porto. 89

Fig. 29 - Ensaio de paredes de adobe, construídas usando adobes retirados de construções demolidas. 89

Fig. 30 - Publicidade à Biblioteca de Instrução Profissional. 90

Fig. 31 - Publicidade inserida na revista "Arquitectura Portugueza". 91

Fig. 32 - Publicidade inserida na revista "Binário". 91

Fig. 33 - Capa da revista "A Construção Moderna". 93

Fig. 34 - Capa da revista francesa "La Construction Moderne", referência para a revista homónima nacional. 93

Fig. 35 - Imagem de um fascículo de "A Construção Moderna". 94

Fig. 36 - Primeiro número da revista "A Architectura Portugueza", em Janeiro de 1908. 95

Fig. 37 - Artigo sobre dois edifícios no Porto. 95

Fig. 38 - Capa da revista "Binário". 97

Fig. 39 - Artigo sobre a cidade do Porto na revista "Binário". 97

Fig. 40 - Castasfal, imagens da publicação técnica do fornecedor. 98

Fig. 41 - Metal distendido, imagens da publicação técnica do fornecedor. 98

Enquadramento Histórico e Normativo

Fig. 42 - "Memorias das principaes providencias [...]". 109

Fig. 43 - "Colleção de algumas ruinas de Lisboa [...]". 109

Fig. 44 - Desenho de regularização de alçado [Rua não identificada]. 112

Fig. 45 - Capa do Código Administrativo, aprovado por carta de lei de 31 de Dezembro de 1836. 119

Fig. 46 - Regime de excepção para Lisboa e Porto. 119

Fig. 47 - A divisão administrativa do país, 1832-1896. 122

Fig. 48 - Capa e Tabuada de Redutores, "O Engenheiro Portuguez". 127

Legislação de aplicação directa à construção e actividades conexas

Fig. 49 - Cronologia de legislação nacional aplicada à edificação e ao licenciamento da mesma. 147

Fig. 50 - Publicidade de "A Confidente". 167

Fig. 51 - Zona histórica ribeirinha. 167

Fig. 52 - Alguns dos grandes empreendimentos construídos na Avenida da Boavista depois do decreto de 1955. 169

Fig. 53 - Evolução do número de fogos por edifício na cidade do Porto. 170

Fig. 54 - Códigos de Posturas Municipais e Regulamentos de Obras Particulares da Cidade do Porto. 174

Fig. 55 - Tipos de revestimentos de paredes exteriores. 180

O Levantamento da Área em Análise

Fig. 56 - Área Inicial de Análise e Área Alargada de Análise. 191

Fig. 57 - Rua e Avenida da Boavista. 192

Fig. 58 - Diagrama usado para a classificação das paredes. 203

Fig. 59 - Interligação entre bases de dados. 209

Fig. 60 - Exemplo de Ficha de Caracterização (não preenchida). 210

Fig. 61 - Porto, the Passage of the Douro. May 12, 1809. 214

Fig. 62 - Largo da Lapa fronteiro à capela e ruas de Germalde e Lapa, Século XVIII. . 214

Fig. 63 - Porto – George Balck – 1813. 215

Fig. 64 - Rua da Boavista na carta de 1824. 216

Fig. 65 - Rua da Boavista na Carta de 1833. 216

Fig. 66 - Carta militar 1/25000 de 1985. 218

Fig. 67 - Torre sineira da capela do Monte Crasto, Gondomar. 218

Fig. 68 - Vista a partir do cimo da torre sineira da capela do Monte Crasto, em Gondomar. 218

Fig. 69 - Traçado da Rua da Boavista e sua relação com o próximo Passal da Igreja de Cedofeita. 219

Fig. 70 - Plano de encanamento do manancial de Paranhos. 219

Fig. 71 - Ordenamento de fachadas da Rua da Boavista. 220

Fig. 72 - Quinta da Boavista e Rua da Boavista em 1892. 220

Fig. 73 - Carta de Costa Lima de 1839. 221

Fig. 74 - Prolongamento da Rua da Boavista para além do cruzamento com a Rua de Santa Isabel. 222

Fig. 75 - Traçado da ampliação da Avenida da Boavista até à Fonte da Moura- cadastro. .. 223

Fig. 76 - Carta de Perry Vidal – 1844/1865. 224

Fig. 77 - Lanço de ligação entre o Carvalhido e a Rua da Boavista no Porto. 225

Fig. 78 - Campo de Touros [demolido]. 226

Fig. 79 - Praça da Boavista [posterior a 1915]. 226

Fig. 80 - Praça da Boavista, 1892. 226

Fig. 81 - Edifício no gaveto da Praça com Avenida da Boavista [demolido]. 226

Fig. 82 - Expropriações na zona da Fonte da Moura. 227

Fig. 83 - Linha da Ervilha. 227

Fig. 84 - "Estrada da circunvalação à Cidade do Porto. Variante entre o Castello do Queijo e a Fonte da Moura. 228

Fig. 85 - Lugar da Fonte da Moura. 228

Fig. 86 - "Estrada da circunvalação à Cidade do Porto. Variante entre o Castello do Queijo e a Fonte da Moura.". 228

Fig. 87 - Planta de Teles Ferreira - 1892. 229

Fig. 88 - Zona próxima da Rua de Belos Ares [Data não identificada]. 230

Fig. 89 - Lugar do Pinheiro Manso [Data não identificada]. 230

Fig. 90 - Avenida da Boavista, cruzamento com a Rua de Agramonte [Data não identificada]. 230

Fig. 91 - Avenida da Boavista, cruzamento com a Rua de Agramonte [1979]. 230

Fig. 92 - Planta de 1903. 231

Fig. 93 - Carta de 1907, com a marcação da linha férrea que liga a zona da alfandega ao Porto de Leixões. 232

Fig. 94 - Cronologia do Eixo da Boavista. 234

Fig. 95 - (A e B) Avenida da Boavista. 235

Fig. 96 - (A e B) Avenida do Marechal Gomes da Costa. 238

Fig. 97 - Avenida da Boavista. 238

Fig. 98 - Praça Mouzinho de Albuquerque. 238

Fig. 99 - Evolução do parque edificado habitacional. Valores absolutos. 1940-2001 [Porto/País]. 244

Fig. 100 - Evolução do parque edificado habitacional. Valores Absolutos. 1940-2001. [Porto/Lisboa]. 244

Fig. 101 - Número de edifícios e Número de alojamentos por edifício na cidade do Porto.1940-2001. 246

Fig. 102 - Número de edifícios e Número de alojamentos por edifício na cidade de Lisboa.1940-2001. 246

Fig. 103 - Época de construção dos edifícios segundo o Censo de 1970. 246

Fig. 104 - Edifícios por épocas segundo os diversos censos. 247

Fig. 105 - Época de construção dos edifícios segundo o Censo de 1981. 248

Fig. 106 - Época de construção dos alojamentos/edifícios segundo o Censo de 1991. 248

Fig. 107 - (A e B) Rua da Boavista (numeração ímpar e par). 250

Fig. 108 - Praça Mouzinho de Albuquerque (numeração sequencial). 251

Fig. 109 - Vista aérea da Praça Mouzinho de Albuquerque. 251

Fig. 110 - Avenida da Boavista - Lado Nascente, lado Norte e lado Sul (numeração par e ímpar). 252

Fig. 111 - (A a D) Avenida da Boavista, lado Poente (numeração ímpar). 253

Fig. 112 - (A a C) Avenida da Boavista, lado Poente (numeração par). 254

Fig. 113 - (A a C) Avenida da Boavista, lado Poente (numeração par). 256

Fig. 114 - Carta de património classificado ou em vias de classificação. 256

Fig. 115 - Distribuição dos edifícios por época de construção. Valores relativos ou percentuais. [Porto/País]. 257

Fig. 116 - Distribuição dos edifícios por época de construção. Valores relativos ou percentuais. [Porto/Lisboa]. 257

Fig. 117 - Tipo de estrutura portante dos edifícios habitacionais. Valores Relativos. [Censo de 2001]. 262

Fig. 118 - Revestimentos exteriores dos edifícios habitacionais. Valores Relativos. [Censo de 2001]. 262

Fig. 119 - Época de Construção dos edifícios no eixo da Boavista. Valores Absolutos. [Século XX]. 264

Fig. 120 - Dinâmica construtiva e faixa etária dos edifícios. Variação percentual. [Século XX]. 264

Fig. 121 - Distribuição etária dos edifícios, por arruamentos. [Século XIX - Século XXI] . 265

Fig. 122 - Revestimento de paredes por época. Área de análise. 266

Fig. 123 - Comparação da área de análise com o Censo de 2001. 266

Fig. 124 - Época de Construção dos edifícios no eixo da Boavista. Valores absolutos. [1930-2000]. 267

Fig. 125 - Dinâmica construtiva e faixa etária dos edifícios. Variação percentual. [1930-2000]. 267

Fig. 126 - Época de Construção dos edifícios no eixo da Boavista. Valores absolutos. [Século XX]. 268

Fig. 127 - Caracterização etária da área em análise. Valores percentuais. [Século XIX - Século XXI]. 268

A consulta de licenças de obra

Fig. 128 - Processo de licenciamento, 1803. 271

Fig. 129 - Processo de licenciamento, 1895. 271

Fig. 130 - Fotografia actual da casa da Rua Marechal Saldanha. 272

Fig. 131 - Alçados do projecto de licenciamento. 272

Fig. 132 - Projecto de licenciamento de duas casas na Rua da Constituição, 1900. 272

Fig. 133 - Ligação entre tabelas para o preenchimento das fichas de consulta de licenças de obra. 281

Fig. 134 - Esquema de ligação entre os formulários principais e auxiliares. 282

Fig. 135 - Separador "Processo" dos formulários "Volumes de licenças de obras" e "Licença de obra". 284

Fig. 136 - Separador "Sistema construtivo" dos formulários "Volumes de licenças de obras" e "Licença de obra". 284

Fig. 137 - Tipo de obra licenciada. [1794-1887] 287

Fig. 138 - Estrutura portante vertical. 288

Fig. 139 - Revestimento de paredes. Licenças de obras. 290

Fig. 140 - Revestimentos de paredes exteriores em zona corrente, por época. Eixo da Boavista. 290

Fig. 141 - Materiais constituintes das fundações. 292

Fig. 142 - Materiais constituintes das paredes exteriores, por época. 292

Fig. 143 - Impermeabilizações de Fundações 293

Fig. 144 - Impermeabilização de Paredes 293

Fig. 145 - Coberturas 294

Fig. 146 - Pavimentos em zona corrente 295

Fig. 147 - Pavimentos em zonas de águas 295

Sete quilómetros em direcção ao futuro

Fig. 148 - Avenida da Boavista, lado Poente. 298

Fig. 149 - Formação e acesso à profissão de arquitecto. [cronologia 1863-2010] 301

Fig. 150 - Número de Alunos que concluem os CODAs por anos (CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto) 302

Fig. 151 - Projecto de licenciamento. 309

Fig. 152 - Inova Casas - Projecto de licenciamento, 1930. 319

Fig. 153 - Publicidade à SIMCO. 322

Fig. 154 - Publicidade ao fibrocimento - Lusalite. 328

Fig. 155 - Publicidade ao CERESIT. 329

Fig. 156 - Publicidade ao Flintkote. 329

Fig. 157 - Alçados das Casas José Lourenço da Silva. 330

Fig. 158 - Plantas. 332

Fig. 159 - Alçados do projecto inicial. 334

Fig. 160 - Plantas do projecto inicial. 334

Fig. 161 - Corte. 335

Fig. 162 - Fotografia do edifício em 1958. 335

Fig. 163 - Edifício “Soares e Irmão" na Rua de Ceuta. 336

Fig. 164 - “O Nosso Escritório”. 336

Fig. 165 - Fotografia aérea actual 339

Fig. 166 - Perspectiva do Modelo 3D feito a partir do projecto inicial. 339

Fig. 167 - Modelo 3D. 339

Fig. 168 - Comparação entre a implantação no projecto inicial e a mancha efectivamente construída. 339

Fig. 169 - Alçados do modelo 3D. 340

Fig. 170 - Paredes divisórias em tijolo vazado. Zona de instalação sanitária. 341

Fig. 171 - Espessura dos rebocos. 341
Fig. 172 - Fotografias do interior. 341
Fig. 173 - Fotografias do interior. 341
Fig. 174 - Edifício na Avenida da Boavista, nº 1040. 343
Fig. 175 - Fotografia aérea mostrando a reduzida dimensão do edifício. 343
Fig. 176 - Escada interior. 347
Fig. 177 - Caixilho de madeira. 347
Fig. 178 - Publicidade ao "STOR". 348
Fig. 179 - Janelas e estores. 348
Fig. 180 - Edificío durante as obras. 348
Fig. 181 - Demolição de paredes. 348
Fig. 182 - Publicidade ao metal distendido. 352
Fig. 183 - Aplicação do metal distendido. 352
Fig. 184 - Plantas. 353
Fig. 185 - Alçados e cortes. 353
Fig. 186 - Publicidade ao CAVAN. 357
Fig. 187 - Projecto de licenciamento. 357
Fig. 188 - Publicidade à PATIAL. 361
Fig. 189 - Projecto de licenciamento. 364
Fig. 190 - Projecto de licenciamento. 365
Fig. 191 - Alçado inicial. 366
Fig. 192 - Projecto do galinheiro. 366
Fig. 193 - Planta. 370
Fig. 194 - Cortes. 370
Fig. 195 - Alçado. 374
Fig. 196 - Planta piso tipo. 374
Fig. 197 - Edifício antes e depois da adaptação ao Banco de Macau. 376

MILESTONES

Intermezzo

Fig. 198 - Avenida dos Aliados, avô e neto. 386

Bloco da Carvalhosa

Fig. 199 - Alçado principal. 390

Fig. 200 - Alçado Poente. 390
Fig. 201 - Vista aérea do edifício. Norte, Poente, Sul e Nascente. 391
Fig. 202 - Plantas do processo de licenciamento. 392
Fig. 203 - Alçado posterior. 393
Fig. 204 - Acesso às garagens. 393
Fig. 205 - Fotografia da Entrada 394
Fig. 206 - Alçado Principal, processo de licenciamento. 394
Fig. 207 - Fotografia das garagens no logradouro. 394
Fig. 208 - Publicidade ao Automóvel, 1903. 394
Fig. 209 - Cronologia do processo de licenciamento 395
Fig. 210 - Fotografia da época, vista de Poente. 396
Fig. 211 - Idem, vista de Nascente 396
Fig. 212 - Corte pelas garagens e respectivo acesso. 397
Fig. 213 - Plano de Cargas. 398
Fig. 214 - Pormenor de caleira - zona posterior. 400
Fig. 215 - Pormenor do lintel da porta e pavimento da varanda. 400
Fig. 216 - Uma das "janelas de embainhar" semi-aberta 403
Fig. 217 - Pormenor da janela da cozinha - "janela de embainhar" 403
Fig. 218 - Tubos de drenagem associados ao sistema de abertura das janelas. 403
Fig. 219 - Fotografia da fachada principal. 404
Fig. 220 - Relação com o piso recuado. 404
Fig. 221 - Corte parcial pelas janelas das cozinhas. Alçado principal. 405
Fig. 222 - Pormenor do remate superior do Alçado Principal. 406
Fig. 223 - Relação do edifício com a empena do prédio vizinho. 406

Instituto de Segurança Social do Porto

Fig. 224 - Vistas aéreas do edifício. 413
Fig. 225 - Planta de implantação (actual). 414
Fig. 226 - Planta topográfica do primeiro licenciamento – Talhões A, B e C 415
Fig. 227 - Secção do modelo 3D. 416
Fig. 228 - Acesso principal ao átrio do rés-do-chão. 416
Fig. 229 - Projecto de licenciamento do Edifício de Habitação. Plantas das Caves, R/C e piso tipo. 417
Fig. 230 - Alçados Sul, Norte, Poente e Nascente [Edifício de Habitação] (alçados do modelo 3D). 418
Fig. 231 - Planta do piso tipo. 420

Fig. 232 - Esquema de composição do edifício. 422
Fig. 233 - Esquema estrutural do edifício 426
Fig. 234 - Vista do acesso à cave -1. 428
Fig. 235 - Piso tipo e acessos exteriores aos pisos de estacionamento. 428
Fig. 236 - Cronologia do processo de Licenciamento. 429
Fig. 237 - Vista desde Sudeste. 431
Fig. 238 - Vista desde Noroeste. 431
Fig. 239 - Cronologia do processo de adaptação do edifício. 433
Fig. 240 - Hipótese provável de implantação do pedido de viabilidade de 1972. 434
Fig. 241 - Perfil entre a Avenida da Boavista e a Rua de António Patrício. 435
Fig. 242 - Fábrica na Avenida da Boavista, demolida em 2009 436
Fig. 243 - Programa base de 1976. 449
Fig. 244 - Corpo de comunicações verticais. 451
Fig. 245 - Fachada Sul. 451
Fig. 246 - Sobreposição da mancha do projecto de 1976 à da estrutura construída ao abrigo da licença nº 86/70. 453
Fig. 247 - Estudo prévio. 454
Fig. 248 - Projecto base. 456
Fig. 249 - Lâminas na fachada Poente. 461
Fig. 250 - Lâminas na fachada Nascente. 461
Fig. 251 - Fotografia da fase final de obra. 464
Fig. 252 - Pormenor da zona ainda não revestida com as grelhas. 464
Fig. 253 - Placagem no remate do topo das lajes. 465
Fig. 254 - Folgas entre a laje e a placagem. 465
Fig. 255 - Pormenor da Fachada do Lado Sul. 466
Fig. 256 - Cronologia geral do edifício. 469

Edifício Parnaso

Fig. 257 - Vistas aéreas do edifício. 472
Fig. 258 - Fachada principal vista desde Poente. 473
Fig. 259 - Fachada principal vista desde Nascente. 473
Fig. 260 - Perspectiva incluída no processo de licenciamento. 473
Fig. 261 - Fotografia desde o edifício Palmeiras. 473
Fig. 262 - Planta dos dois primeiros pisos. 474
Fig. 263 - Fachada Poente. 475

Fig. 264 - Fachada Sul. 475

Fig. 265 - Alçado Principal (Rua Nossa Senhora de Fátima) e Alçado Posterior. 476

Fig. 266 - Alçado Poente e Alçado Nascente (Rua Oliveira Monteiro). 477

Fig. 267 - Hipóteses de alinhamento dos volumes na Rua de Oliveira Monteiro. 478

Fig. 268 - Perspectiva mostrando a relação do projecto com o edifico preexistente. . 479

Fig. 269 - Vista do modelo 3D. 480

Fig. 270 - Faseamento da intervenção. 480

Fig. 271 - Vista aérea do edifício. 480

Fig. 272 - Cronologia do processo de licenciamento do edifício Parnaso. 481

Fig. 273 - Corte simplificado das lajes de betão armado. 483

Fig. 274 - Cortes da segunda fase. 483

Fig. 275 - Segunda fase. 484

Fig. 276 - Relação entre revestimento de pastilha e o tijolo vidrado. 484

Fig. 277 - Gárgula. 484

Fig. 278 - Deterioração dos materiais. 484

Fig. 279 - Folha com restos de ladrilhos de pasta de vidro (pastilhas), utilizadas no edifício Parnaso. 485

Fig. 280 - Corte pela cozinha. Esquema de ventilação. 486

Fig. 281 - Publicidade ao "Celulite". 488

Fig. 282 - Assinatura do arquitecto. 488

Fig. 283 - Tijolo vidrado aplicado no LNEC e tentativa (sem sucesso) de minorar os problemas de destaque do revestimento vidrado. 490

Empreendimento Mota Galiza

Fig. 284 - Vistas aéreas do Empreendimento Mota Galiza. 494

Fig. 285 - Fábrica CUFP. 495

Fig. 286 - Vista do empreendimento. 495

Fig. 287 - Plantas dos pisos 0, 1, 2 e 3. 496

Fig. 288 - Alçados. 497

Fig. 289 - Corte A-B e C-D. 497

Fig. 290 - Calendarização dos processos de licenciamento. 499

Fig. 291 - Conjunto de fotografias do estado do edifício prévio à intervenção de reabilitação. 500

Fig. 292 - Fotografia da fachada do edifício de habitação. Revestimento executado por peças inteiras de «litocer». 501

Fig. 293 - Peças caídas. 501

Fig. 294 - Zona de "litocer" caído no topo da platibanda. 501

Fig. 295 - Canto de ligação entre duas zonas de "litocer". 501

Fig. 296 - Pormenor de parede em zona de forra de pilar. 503

Fig. 297 - Fotografia do exterior. Fachada Poente. 504

Fig. 298 - Fotografia exterior. Fachada Sul. 504

Fig. 299 - Zona de ligação entre a fachada cortina e as duas fachadas. No lado direito, uma aproximação que permite ver as duas fachadas. 505

Fig. 300 - Placagem de GRC sobre a fachada inicial 506

Fig. 301 - Ângulo Nascente Sul. Visão franca das duas Fachadas. 506

Fig. 302 - Zona das duas fachadas. 507

Fig. 303 - Espessura do reboco de regularização. 507

Fig. 304 - Montagem do “Stude frame”. 507

Fig. 305 - Afastamento entre montantes. 507

Condomínio Torre da Boavista

Fig. 306 - Conjunto de edifícios no gaveto da Rua da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo 511

Fig. 307 - Planta de implantação/fotografia aérea. Edifícios A e B. 511

Fig. 308 - Vistas aéreas do Condomínio Torre da Boavista. 511

Fig. 309 - Plantas do 4 ao 11º andares e cobertura 513

Fig. 310 - Cortes AB, CD e EF. 514

Fig. 311 - Fotografia com a marcação da volumetria proposta a carmim. Processo de licenciamento. 515

Fig. 312 - Fotografias aéreas da altura da construção do edifício. 515

Fig. 313 - Edifício Torre da Boavista – Alçados 516

Fig. 314 - Cronologia do processo de licenciamento do Condomínio Torre da Boavista. . 517

Fig. 315 - Vista do corpo baixo, alçado Nascente. 518

Fig. 316 - Vista parcial do conjunto. 518

Fig. 317 - Bloco de Apartamentos em Londres, 1955, Arquitecto Robert Mattew. ... 520

Fig. 318 - Extracto da planta de um dos pisos de habitação. 522

Fig. 319 - Pormenor do projecto de betão armado. 523

Fig. 320 - Encabeçamento da laje do Corpo Baixo. 523

Fig. 321 - Vista das placas pré-fabricadas, corpo baixo. 524

Fig. 322 - Pormenor provável da fachada. 524

Fig. 323 - Rebaixo na face inferior da laje, zona da varanda. 525

Fig. 324 - Pormenor do rebaixo inferior da laje. 525
Fig. 325 - Guarda da varanda, desligada da parede. 525
Fig. 326 - Pormenor da guarda da varanda. 525
Fig. 327 - Esquema executado pelo arquitecto Tasso de Sousa. 526
Fig. 328 - Extracto do mapa de vigas. 526
Fig. 329 - Pormenor do sistema de encaixe, projecto da segunda fase. 527
Fig. 330 - Zona da laje sem encaixe, para montagem de placas. 529
Fig. 331 - Varanda do corpo baixo. 529
Fig. 332 - Armadura da placa à vista, por desagregação do betão. 530
Fig. 333 - Cunhal do edifício. 530
Fig. 334 - Alçado Sul, corpo alto. 531
Fig. 335 - Alçado Nascente, corpo alto. 531
Fig. 336 - Alçado Sul, corpo alto. 532
Fig. 337 - Alçado Poente, corpo baixo. 532

Complexo STDM da Boavista

Fig. 338 - Vistas aéreas do Complexo da Boavista. 537
Fig. 339 - Alçados do modelo tridimensional. 538
Fig. 340 - Edifício do Complexo da Boavista, Fachada Norte. 539
Fig. 341 - Junta de dilatação. 539
Fig. 342 - Pormenor da fachada na zona de placagem de pedra (habitação). 540
Fig. 343 - Pormenor da fachada na zona de revestimento a azulejo 541
Fig. 344 - Pormenor da fachada na zona de placagem de pedra (comércio). 542
Fig. 345 - Marcação das placas por iluminação rasante da fachada 543
Fig. 346 - Plantas. Piso -2, Piso -1 e Piso 0. 544
Fig. 347 - Imagens de obra, topo Norte-Nascente. 545
Fig. 348 - Imagens de obra, Fachada Nascente. 545
Fig. 349 - Desenho de preparação de obra das palas do alçado Sul. 546
Fig. 350 - Estrutura das palas do alçado Sul. 547
Fig. 351 - Efeito de um ciclone. 547
Fig. 352 - Cronologia do licenciamento do Complexo da Boavista. 548
Fig. 353 - Esquema de colocação dos azulejos nas placas. 549
Fig. 354 - Repartição de azulejos na fachada Norte (lotes 1 e 2). 550
Fig. 355 - Repartição de placas pré-fabricadas na fachada Norte (lotes 1 e 2). 551
Fig. 356 - Pala do alçado Sul. 552

Fig. 357 - Placagem de granito. 552
Fig. 358 - Pala do alçado Sul. 552
Fig. 359 - Placagem de mármore. 552
Fig. 360 - Fachada Poente, antes da tomação da junta dos azulejos. 553
Fig. 361 - Pormenor da fachada Poente. 553
Fig. 362 - Fachada Norte, zona de ligação entre duas placas. 553
Fig. 363 - Fachada Poente, depois da tomação das juntas. 553
Fig. 364 - Zona de placagem de granito contrafiada. 555
Fig. 365 - Pormenor do alçado Poente. 555

Conjunto Habitacional da Bouça

Fig. 366 - Vistas aéreas do Conjunto Habitacional da Bouça. 560
Fig. 367 - Desenhos síntese da solução construída 562
Fig. 368 - Sobreposição dos estudos de 1963 e 1973. 563
Fig. 369 - Planta com identificação de áreas a expropriar. 563
Fig. 370 - Faseamento da construção proposto. 565
Fig. 371 - Edifícios construídos integrados na operação SAAL. Fotografia aérea de [1999] 565
Fig. 372 - Vista da construção da 1ª fase 566
Fig. 373 - Vivência da obra inacabada 567
Fig. 374 - Fotografia de um dos pátios entre duas alas de blocos 569
Fig. 375 - Cronologia geral do processo 570
Fig. 376 - Definição da estrutura resistente, paredes e lajes 571
Fig. 377 - Planta parcial com a repartição de blocos 573
Fig. 378 - Corte longitudinal parcial com a repartição das fiadas de blocos. 573
Fig. 379 - Pormenor de coberturas, terraços e escadas 574
Fig. 380 - Alvenarias resistentes mistas de tijolo e betão armado. 576
Fig. 381 - Corte transversal e longitudinal. 576
Fig. 382 - Corte com a repartição dos elementos de alvenaria, no projecto inicial (2002) e no aditamento do final de obra. 578
Fig. 383 - Blocos de betão 579
Fig. 384 - Junta de dilatação entre fase existente e nova fase 579
Fig. 385 - Ligação entre zona existente e nova fase 579
Fig. 386 - Vista geral de uma parte de uma ala em construção 579
Fig. 387 - Fotografia aérea. 580

TEMPOS DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS DE TRANSPOSIÇÃO DE INFORMAÇÃO

Encore

Fig. 388 - «Evolução» da estrutura do pensamento humano. 596

Fig. 389 - Largura da via versus Altura do edifício. 606

Fig. 390 - Comparação entre o decreto de 1867 e o RSEU 606

Fig. 391 - Comparação do decreto de RSEU com o decreto de 1864 606

Fig. 392 - Comparação entre o RSEU e o RGEU 606

Fig. 393 - Limites altimétricos das edificações. 608

Fig. 394 - Alturas mínimas dos pisos e alturas máximas dos edifícios, segundo os diferentes regulamentos. 610

Fig. 395 - Comparação do esquema distributivo estrutural típico da casa do Porto do século XIX, e as alterações que se começam a processar nos primeiros quartéis do século XX. 612

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E PROVENIÊNCIA DAS ILUSTRAÇÕES

Lista de Tabelas do Volume 1

Nota: As fontes das tabelas são referidas junto da própria legenda, de forma condensada, e no final do volume, com referência completa.

Quando não é referida qualquer fonte para a tabela, a mesma é da responsabilidade da autora da tese, no contexto do presente trabalho, decorrente da investigação efectuada.

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Sumário Geral

Sumário do Volume 1

Lista de Imagens do Volume 1

Lista de Tabelas do Volume 1

Lista de Hipertextos do Volume 1

Lista de Siglas, Acrónimos e Notações

Introdução

MAIS DE CEM ANOS E QUASE SETE QUILÓMETROS

Organização e metodologia

História da Construção

Tabela 1 - : Congressos Espanhóis de História da Construção. 73

Tabela 2 - : Congressos Internacionais de História da Construção. 75

Tabela 3 - : Localização dos espólios por arquitecto, tipo de arquivo e estado 84

Tabela 4 - : Espólios por local de arquivo 86

Tabela 5 - : Principais revistas de arquitectura e construção. Publicação iniciada entre 1900 e 1974 92

Enquadramento Histórico e Normativo

Tabela 6 - : Comparação entre as estruturas administrativas do país em 1832 e 1836. 120

Tabela 7 - : Comparação entre o Código Administrativo de 1842 e o de 1878 123

Legislação de aplicação directa à construção e actividades conexas

Tabela 8 - : Legislação mais importante aplicada à edificação 146

Tabela 9 - : Composição da Comissão de Viação Municipal. 148

O Levantamento da Área em Análise

Tabela 10 - : Índice de locais por ordem alfabética 195

Tabela 11 - : Estrutura de caracterização construtiva dos edifícios. Base de dados de consulta de licenças de obra. 197

Tabela 12 - : Classificação dos revestimentos de paramentos exteriores de paredes, em função da principal exigência a que respondem. Estanquidade e impermeabilização. . 200

Tabela 13 - : Classificação dos revestimentos de paramentos exteriores de paredes, em função da principal exigência a que respondem. Isolamento térmico e acabamento ou decorativos. 201

Tabela 14 - : Tipos de parede não revestida considerados no levantamento, e respectivos códigos numéricos usados na base de dados. 205

Tabela 15 - : Tipos de revestimentos contínuos de paredes. 205

Tabela 16 - : Tipos de revestimento de paredes por elementos leves colados. 206

Tabela 17 - : Tipos de revestimento de paredes por placagem (estrutura de suporte intermédia). 206

Tabela 18 - : Tipos de revestimento de paredes por elementos leves fixados mecanicamente 207

Tabela 19 - : Tipos de revestimento de paredes executados por ripados e grelhas. 207

Tabela 20 - : Fachada cortina (considerando parte translúcida e zona de revestimento de parede). 208

Tabela 21 - : Tipos de revestimento de paredes por materiais aplicados em «escama». 208

Tabela 22 - : Revestimento de Parede por elementos pesados fixados directamente. . 208

Tabela 23 - : Estrutura base da informação recolhida 211

Tabela 24 - : Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização - Identificação e caracterização geral. 212

Tabela 25 - : Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização - Caracterização construtiva e estado de conservação. 213

Tabela 26 - : Caracterização das Coberturas segundo os recenseamentos da habitação. ... 242

Tabela 27 - Caracterização das paredes exteriores segundo os recenseamentos da habitação. 242

Tabela 28 - : Caracterização dos Elementos Resistentes segundo os recenseamentos da habitação. 242

Tabela 29 - : Caracterização dos revestimentos exteriores segundo os recenseamentos da habitação. 243

Tabela 30 - : Resultados preliminares do Censo de 2011. 259

Tabela 31 - : Comparação da idade do parque edificado em Lisboa e no Porto. Análise percentual. 259

Tabela 32 - : Área Inicial de análise. Edifícios com época de construção confirmada, por arruamentos da AIA 261

Tabela 33 - : Área Inicial de análise. Edifícios com época de construção confirmada, por arruamentos da AIA 263

A consulta de licenças de obra

Tabela 34 - : Instrução dos processos de licença de obras na CMPorto segundo as épocas 274

Tabela 35 - : Volumes de Licenças de obra existentes no AHMP 275

Tabela 36 - : Licenças de obra consultadas no AHMP 278

Tabela 37 - : Relação entre as fichas de levantamento e as licenças de obra consultadas ... 279

Tabela 38 - : Número total de licenças consultadas e com interesse para o trabalho .. 279

Tabela 39 - : Estrutura base da informação recolhida 280

Tabela 40 - : Campos de preenchimento da base de dados com caracterização construtiva. 283

Sete quilómetros em direcção ao futuro

Tabela 41 - : Inscrição de técnicos na Câmara do Porto [1941-1950] 350

MILESTONES

Intermezzo

Bloco da Carvalhosa

Tabela 42 - : Quadro resumo de caracterização do projecto. 408

Tabela 43 - : Quadro resumo de caracterização do edifício. 409

Instituto de Segurança Social do Porto

Tabela 44 - : Comparação de áreas e número de funcionários entre os dois programas. .. 439

Tabela 45 - : Comparação de prazos das diferentes propostas 442

Tabela 46 - : Quadro-resumo de caracterização do projecto. 467

Tabela 47 - : : Quadro resumo de caracterização do edifício. 468

Edifício Parnaso

Tabela 48 - : Quadro resumo de caracterização do projecto. 489

Tabela 49 - : Quadro resumo de caracterização do edifício. 491

Empreendimento Mota Galiza

Tabela 50 - : Quadro resumo de caracterização do projecto 508

Tabela 51 - : Quadro resumo de caracterização do edifício 508

Condomínio Torre da Boavista

Tabela 52 - : Quadro resumo de caracterização do projecto. 533

Tabela 53 - : Quadro resumo de caracterização do edifício. 534

Complexo STDM da Boavista

Tabela 54 - : Quadro resumo de caracterização do projecto 556

Tabela 55 - : Quadro resumo de caracterização do edifício 557

Conjunto Habitacional da Bouça

Tabela 56 - : Quadro resumo de caracterização do projecto. 581

Tabela 57 - : Quadro resumo de caracterização do edifício. 582

TEMPOS DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS DE TRANSPOSIÇÃO DE INFORMAÇÃO

Encore

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E PROVENIÊNCIA DAS ILUSTRAÇÕES

Lista de Hipertextos do Volume 1

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Sumário Geral

Sumário do Volume 1

Lista de Imagens do Volume 1

Lista de Tabelas do Volume 1

Lista de Hipertextos do Volume 1

Lista de Siglas, Acrónimos e Notações

Introdução

Hiptxt. 0.A - Qualidade construtiva em Le Corbusier. 10

Hiptxt. 0.B - Convento de la Tourette 13

Hiptxt. 0.C - Os «Titãs" de Leixões 16

Hiptxt. 0.D - A utilização do Betão Armado numa imagem Neogótica. O caso da Livraria Lello no Porto 19

MAIS DE CEM ANOS E QUASE SETE QUILÓMETROS

Organização e metodologia

Hiptxt. 1.A - Pelo Sonho é que vamos 31

História da Construção

Hiptxt. 1.2.A - A quadriga romana e o vaivém espacial 59

Hiptxt. 1.2.B - A realidade histórica 60

Hiptxt. 1.2.C - Publicidade ao Rex Flintkoat 98

Enquadramento Histórico e Normativo

Hiptxt. 1.3.A - Processo Industrial português 107

Hiptxt. 1.3.B - O Porto no Século XIV 113

Hiptxt. 1.3.C - Regeneração 124

Hiptxt. 1.3.D - O Porto em 1850 126

Hiptxt. 1.3. E - A alteração do sentido da circulação automóvel 133

Hiptxt. 1.3.F - Estado Novo 136

Hiptxt. 1.3.G - Memórias de uma revolução 142

Legislação de aplicação directa à construção e actividades conexas

Hiptxt. 1.4.A - Posturas municipais 172

Hiptxt. 1.4.B - Evolução da população portuguesa, 1864-2001 176

O Levantamento da Área em Análise

Hiptxt. 1.5.A - Os três bairros da cidade 188

Hiptxt. 1.5.B - Mercado do Bom Sucesso 236

Hiptxt. 1.5.B - Mercado do Bom Sucesso (cont.) 237

Hiptxt. 1.5.C - A realidade Europeia do Mercado da Construção. 258

Hiptxt. 1.5.D - Licenciamento de fogos. 260

A consulta de licenças de obra

Sete quilómetros em direcção ao futuro

MILESTONES

Intermezzo

Bloco da Carvalhosa

Hiptxt. 2.1.A - Identificação das fontes disponíveis. 390

Hiptxt. 2.1.B - Arménio Losa e Le Corbusier. 407

Instituto de Segurança Social do Porto

Hiptxt. 2.2.A - Identificação das fontes disponíveis. 412

Edifício Parnaso

Hiptxt. 2.3.A - Identificação das fontes disponíveis. 472

Empreendimento Mota Galiza

Hiptxt. 2.4.A - Identificação das fontes disponíveis. 494

Condomínio Torre da Boavista

Hiptxt. 2.5.A - Identificação das fontes disponíveis. 510

Complexo STDM da Boavista

Hiptxt. 2.6.A - Identificação das fontes disponíveis 536

Conjunto Habitacional da Bouça

Hiptxt. 2.7.A - Identificação das fontes disponíveis 561

TEMPOS DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS DE TRANSPOSIÇÃO DE INFORMAÇÃO

Encore

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E PROVENIÊNCIA DAS ILUSTRAÇÕES

Lista de Siglas, Acrónimos e Notações

A. Siglas e Acrónimos

Face à quantidade de abreviaturas usadas e à dimensão do trabalho, apesar da colocação desta lista de abreviaturas no início da tese, volta-se a referir as mesmas aquando da primeira utilização no texto.

AAA	Área Alargada de Análise
ACA	Associação Casa da Arquitectura
AEB	Associazione Edoardo Benvenuto
AHMP	Arquivo Histórico Municipal do Porto – Casa do Infante
AIA	Área Inicial de Análise
AMP	Área Metropolitana do Porto
APBA	Academia Portuense de Belas-Artes
APEE	Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas
ARBAL	Academia Real de Belas-Artes de Lisboa
ASCE	American Society of Civil Engineers
BD	Base de dados
BRE	British Research Establishment
CAD	Computer-aided design
Caixa	Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-Sociais do Distrito do Porto
CAM	Computer-aided manufacturing
CDFAUP	Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
CE	Comunidade Europeia

CEC	Comissão dos Equipamentos Colectivos Comissão dos Equipamentos Colectivos da Secretaria de Estado da Segurança Social
CEC-GAP	Comissão dos Equipamentos Colectivos – Gabinete de Acções Prévias
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEN	Comité Européen de Normalization
CEODMCSS	Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Segurança Social
CES	Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra)
CHS	Construction History Society
CHSA	Construction History Society of America
CIUL	Centro de Informação Urbana de Lisboa
CMLisboa	Câmara Municipal de Lisboa
CMMatosinhos	Câmara Municipal de Matosinhos
CMPorto	Câmara Municipal do Porto
CMPorto-AG	Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto
CMPorto-GM	Gabinete do Munícipe da Câmara Municipal do Porto
CODA	Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto
CPAFSMSDP	Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-Sociais do Distrito do Porto
CSTB	Centre Scientifique et Technique du Bâtiment
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
EBAP	Escola de Belas Artes do Porto
EPBA	Escola Portuense de Belas-Artes (também conhecida por Escola de Belas-Artes do Porto – EBAP)
ESBAL	Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa
ESBAP	Escola Superior de Belas-Artes do Porto
ETICS	External Thermal Insulation Composite System - Sistema de Isolamento Térmico pelo Exterior
FAUP	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
FBAUP	Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
HHC	History and Heritage Committee
INE	Instituto Nacional de Estatística
INH	Instituto Nacional de Habitação
ISSP	Instituto da Segurança Social do Porto
IST	Instituto Superior Técnico
IST	Instituto Superior Técnico
JCH	Journal of Construction History
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MAS-DGP	Ministério dos Assuntos Sociais – Direcção Geral da Previdência
MM	Movimento Moderno
MOP	Ministério das Obras Públicas
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
OA	Ordem dos Arquitectos
OA-SRN	Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte
OE	Ordem dos Engenheiros
RCCTE	Regulamento das Características do Comportamento Térmico dos Edifícios
RGEU	Regulamento Geral de Edificações Urbanas
RSEU	Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local
SEHC	Sociedad Española de Historia de la Construcción
SMGE	Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade
SRN	Secção Regional do Norte
URL	Uniform Resource Locator
WWW	World Wide Web

B. Legenda das notações e simbologias utilizada

Pelo facto de utilizar referências bibliográficas do tipo (autor, data), opta-se pelo uso de parênteses rectos [ ] em muitas situações onde habitualmente se usam parênteses curvos, para evitar possíveis confusões. Por exemplo, em transcrições, intervalos de datas ou abreviaturas, utilizam-se formas com parênteses rectos em vez dos mais usuais parênteses curvos.

As notações utilizadas e respectivos significados são a seguir apresentados:

[ ]	Palavra ou palavras acrescentadas a um texto citado.
[...]	Palavra ou palavras voluntariamente omitidas numa transcrição de um documento ou de uma citação.
[?]	Palavra ilegível numa transcrição.
(...)	Palavras omitidas numa transcrição por serem ilegíveis ou pelo papel ter desaparecido.
[0000-0000]	Ano de nascimento - Ano de morte.
[0000-]	Ano de nascimento.
[-0000]	Ano de morte.
[200-] ou [20--]	Numa referência bibliográfica: Indicação da provável década ou do século. Informação está omissa do documento.

> data	em datas: indicação de que a data é o limite inferior do intervalo.
< data	em datas: indicação de que a data é o limite superior do intervalo.
“”	Usadas nas citações e transcrições
«»	Usadas para identificar citações livres, expressões idiomáticas, etc. Quando inseridas numa transcrição identificam o local de uma citação no original.

B.1. Critérios seguidos na bibliografia para referenciar fundos documentais

Na referência bibliográfica de um processo de licenciamento de um edifício [processo total], os autores são considerados, por esta ordem:

- A entidade responsável pelo licenciamento;
- O coordenador do projecto (ou o(s) projectista(s) de arquitectura) por uma questão de simplificação.

Quando se referem peças específicas do processo, que têm um autor identificado (ou facilmente presumido pela subscrição dos referidos elementos, ou pela assinatura do termo de responsabilidade anexo) será esse, ou esses, os autores considerados. Assim um mesmo processo de licenciamento terá associados vários autores consoante, por exemplo, se está a referir o projecto de arquitectura ou algum dos projectos de especialidade.

Atribuições de autorias são sempre mencionadas entre parênteses rectos (apenas no último nome, pela forma como aparece a referência no corpo do texto, do tipo (autor, data) e pela automatização da actualização das referências bibliográficas através de software específico).

Relativamente à legislação oficial optou-se por não mencionar as páginas em que a mesma pode ser encontrada no local de publicação original. Tal deve-se ao facto de a legislação ter sido consultada em 3 bases diferentes cuja numeração necessariamente difere. Foi usado para consulta:

- O diário oficial do dia da publicação;
- As compilações de legislação executadas ou pela própria imprensa nacional, pela imprensa da universidade de Coimbra, pela Revista de Obras Públicas e Minas, ou autores particulares;
- O *site* do Diário da República electrónico, que disponibiliza legislação em formato digital a partir de 1960[1].

Como o tipo de referência identifica a data de promulgação e o número do diário oficial, é possível encontrar a legislação referida qualquer que seja o tipo de suporte onde se pretenda fazer consulta.

A legislação mais importante para o desenvolvimento do presente trabalho foi transcrita (geralmente apenas por extractos dos aspectos que interessavam) no Anexo 2, Volume 2 – Apêndice Documental, para facilitar estudos sequentes. Legislação nacional posterior a 1960 não foi transcrita pois está facilmente acessível *on-line*.

Opta-se por colocar estas informações aqui e não conjuntamente com as restantes ressalvas que são feitas no Capítulo 1.1, pois como são utilizadas referências bibliográficas na Introdução, este assunto teria de estar acautelado e explícito numa fase anterior à sua leitura.

- -

1.A partir do dia 5-10-2010 passaram a estar disponíveis os Diários Oficiais a partir de 1900, como forma de comemoração do Centenário da República.

Introdução

O presente trabalho tem como tema abrangente o estudo da história da construção arquitectónica em Portugal e no Porto, do ponto de vista da sua evolução ao longo do século XX. Esse estudo não é feito de uma forma sistemática e sequente, mas tomando como motivos e elementos primordiais dessa análise e da história que se relata, um conjunto de temas e de edifícios construídos nesse período, numa zona da cidade do Porto, que foi designada genericamente como «eixo da Boavista», compreendendo os troços urbanos com essa denominação e que se caracteriza e delimita com mais rigor no Capítulo 1.5 - (pag.187).

A. A génese da motivação

Existem alguns pequenos acontecimentos que são de grande importância na delineação de percursos e no estabelecimento de objectivos, e essa relevância geralmente só consegue ser verificada *a posteriori*.

Em 2001, aquando de uma viagem a Praga, tive a oportunidade de visitar a Villa Müller, projecto de Adolf Loos [1870-1933] e de Karel Lhota [1894-1947][2], cuja construção foi concluída em 1930.

2. Karel Lhota era Professor de Arquitectura da Escola Pública Industrial de Plzen. Como à data deste projecto Adolf Loos residia em Viena, quem acompanhou mais de perto o processo e a obra foi Lhota. František Müller fez contrato para a elaboração do projecto com ambos os arquitectos em Setembro de 1928. Efectivamente o convite a Loos surge de uma recomendação de Lhota a Müller (Krajci & Szadkowska, 2000).

A Villa, projectada como residência para a família de František Müller, um homem de negócios de sucesso, incorporou o que eram as comodidades da «vida moderna» tal como se entendia nas primeiras décadas do século XX, bem como o pressuposto do «raumplan», estabelecido por Adolf Loos na sua obra teórica e nos seus projectos.



Fig.1 Villa Müller - Adolf Loos. Fotografia após a reabilitação.

(Vale, 2001)



Fig.2 Villa Müller - Adolf Loos. Foto aérea.

(Google, [2009]-b)

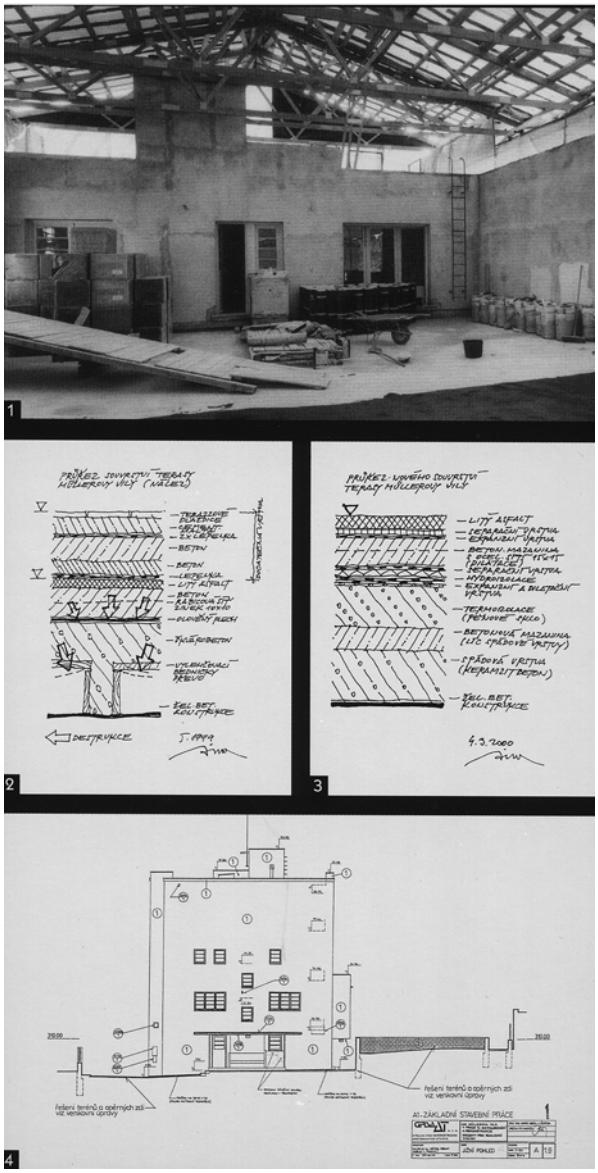


Fig.3 Processo de reabilitação do edifício.

(Krajci & Szadkowska, 2000)

Depois de passar por muitas vicissitudes ao longo de sete décadas (desde ter sido aquartelamento militar de oficiais durante a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial, nacionalizada em 1948 pelo regime comunista e dividida por várias ocupações) a casa foi adquirida pelo município de Praga na década de noventa, ficando posteriormente a 1995 sob a administração do Museu da Cidade de Praga. Entre 1998 e 2000 a Villa foi alvo de obras de reabilitação e restauro, sendo aberta ao público a partir de Maio de 2000. Alberga o Centro de Documentação e Estudo Adolf Loos onde foi possível encontrar, aquando da visita, uma exposição sobre a execução das obras de restauro, que julgo que se tornou exposição permanente.



Fig.4 Fotografias da obra.

(Krajci & Szadkowska, 2000)

Essa exposição deu origem a uma pequena publicação bilingue onde se narra, de uma forma resumida, o processo de projecto, construção e reabilitação do edifício (Krajci & Szadkowska, 2000)[3].

A forma como foi encarada a intervenção no edifício, com uma metodologia próxima dos trabalhos de arqueologia, algo que eu, nessa altura, ainda não tinha visto aplicado a um edifício do século XX, prendeu a minha atenção e tornou-se um dos factores mais importantes na motivação para o presente trabalho.

Não se tratou (apenas) de repor o edifício em condições de conservação e habitabilidade, mas tentou-se que fossem sempre utilizados os materiais originais, recorrendo-se à análise química quando necessário (ou quando possível) para a identificação dos mesmos e determinação das suas características iniciais. A análise do próprio edifício foi complementada com investigação em arquivo e elaboração de sondagens para a reconstituição do que tinham sido o projecto e o edifício originais. Para a reabilitação foi necessário recorrer à manufactura de elementos de construção, como por exemplo os tijolos do muro de vedação, que entretanto deixaram de ser fabricados com as mesmas características. Este deveria ser o procedimento ordinário e correcto em obras de reabilitação, independentemente da época do edifício, mas efectivamente não é muito vulgar (pelo menos não era naquela altura) encontrar esses cuidados com edifícios do século XX.

Como acontece com demasiada frequência algumas operações de manutenção efectuadas em décadas anteriores, ao serem feitas com materiais inadequados e incompatíveis com os originais, transformaram-se em focos de aceleração da degradação do edifício. Tal sucedeu, por exemplo, com a pintura exterior de cor cinza colocada durante as obras de 1976, que potenciou a degradação das camadas de reboco das fachadas (Krajci & Szadkowska, 2000).

A consciência de que os materiais actuais são muitas vezes incompatíveis com os materiais mais antigos e que essa incompatibilidade não se manifesta apenas quando estamos perante um grande desfasamento temporal (como, por exemplo, entre a época medieval e a actual), mas às vezes de apenas poucas décadas, levou a um extremo cuidado na determinação das características dos materiais originalmente aplicados e a um rigor de todo o processo de reabilitação e intervenção.

O que me fascinou foi, ao mesmo tempo, tanto o processo de reabilitação da Villa, como todo o estudo da história da sua construção investigada por esse motivo.

Devo salientar que o facto de a Villa ter sido recuperada para passar a ser utilizada como uma casa-museu, permitiu fazer uma reabilitação apoiada no projecto inicial, onde não foi necessário equacionar a introdução de novos elementos ou novos equipamentos. Tal não teria sido possível, globalmente ou na mesma extensão, se se tratasse de uma reabilitação com alteração de uso ou mesmo sem alteração de uso mas com adaptação aos requisitos da vida actual, designadamente a nível de conforto e infra-estruturas tecnológicas.

Como factor auxiliar neste processo de reabilitação/restauro o facto de estarmos perante um edifício já com um nível elevado de conforto e de qualidade de acabamentos na época em que foi executado, pelo que hoje ainda consegue responder de forma satisfatória ao que são as exigências actuais, mas isso não sucede com a generalidade dos edifícios dessa época (e de outras posteriores).

A vida conturbada que teve, se por um lado levou a alterações do uso do edifício e adaptações, por outro lado, por terem sido maioritariamente ocupações públicas ou semi-públicas, acabou por garantir a manutenção e a

3. Para mais informações para além das aqui mencionadas sobre as obras de restauro pode ser consultada a página internet da Villa Müller, com alguns dados e fotografias relativos à metodologia de execução de trabalhos (City of Prague Museum, [200-]-b).

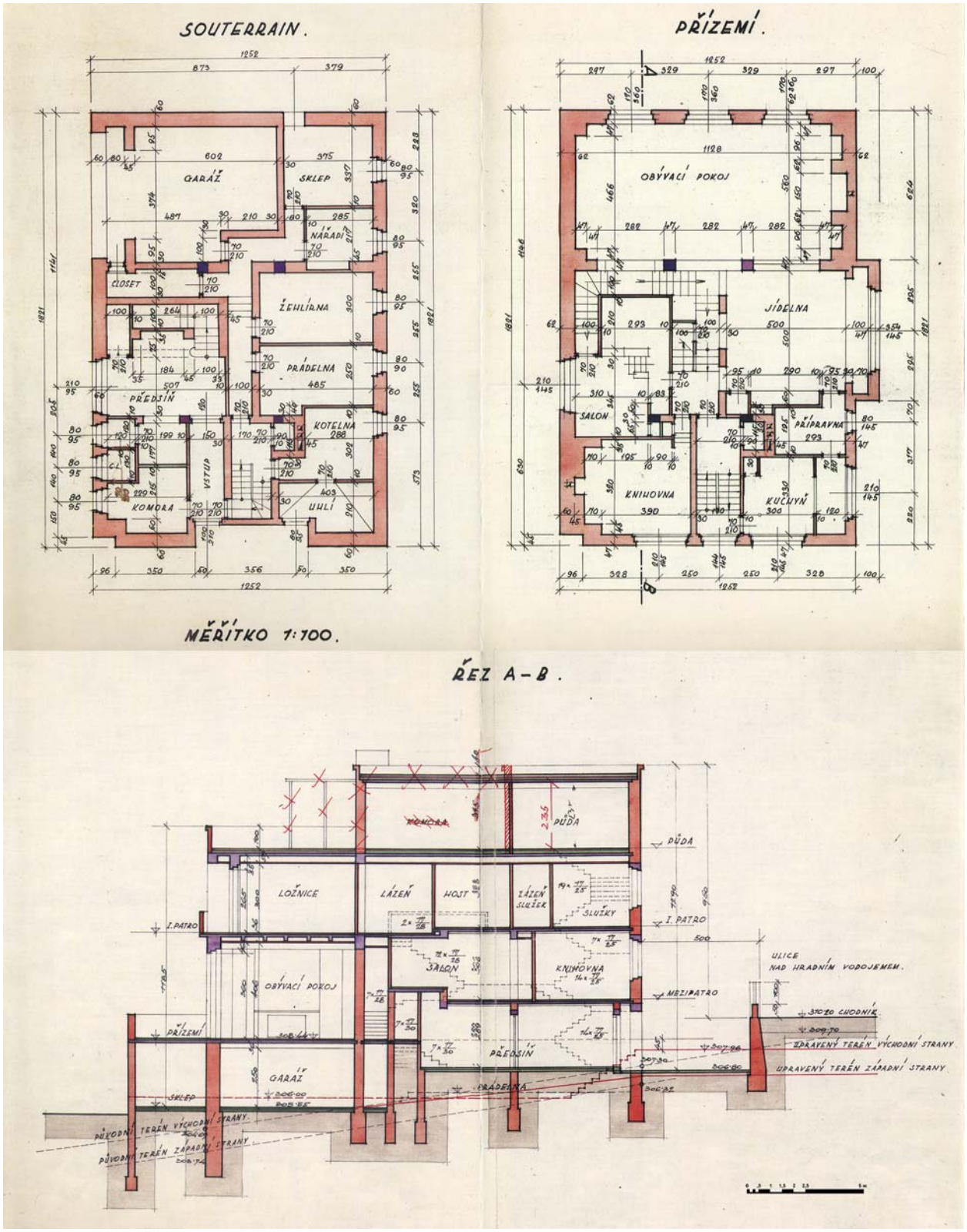


Fig.5 Desenhos de Projecto.

(Loos & Lhota, [1928] 2000)

preservação dos seus acabamentos interiores e de muito do mobiliário (fixo e não fixo), bem como dos equipamentos técnicos, como por exemplo a caldeira de aquecimento central.

De alguma forma a estagnação económica do bloco de Leste e o modelo político e social comunista também contribuíram para a preservação do edifício, pois noutro tipo de economia, certamente nos 70 anos que decorreram e para o standard habitacional em que a Villa se inseria, a mesma já teria sido inteiramente renovada um par de vezes para estar mais de acordo com as «modas»...

O projecto do edifício foi iniciado na segunda metade de 1928, mas o processo de licenciamento teve alguns contratempos, só tendo conseguido a emissão da licença em Junho de 1929[4], após um recurso para o tribunal depois de por três vezes ter visto chumbado o projecto e os respectivos aditamentos. A imagem despojada de ornamento da casa seria um dos entraves à aprovação, embora as justificações incidissem mais sobre a volumetria e o número de pisos, considerados como não correspondendo às condicionantes da zona.

A construção decorreu com celeridade, tendo sido iniciada ainda antes da emissão da licença e concluída em Março de 1930.

Como factor adicional para o interesse do edifício podemos referir também que František Müller era co-proprietário de uma empresa de construção civil, a Kapsa & Müller, especializada em construções de betão armado e que com frequência utilizava novos materiais e métodos ou abordagem diferentes na construção de edifícios (City of Prague Museum, [200-]-a), pelo que a casa se tornou, por isso também, um bom caso de estudo do ponto de vista da história da construção e não apenas da história da arquitectura.

É curioso verificar, a partir das fotografias de execução da obra (ver Fig.4) e dos desenhos do projecto de licenciamento disponíveis (ver Fig.5) que a forma de construir é bastante próxima daquela que, com desfasamento de cerca de uma década, se fará consistentemente no Porto, com utilização de lajes de betão armado associadas a uma estrutura portante vertical de alvenaria (de pedra ou tijolo maciço, o detalhe da fotografia não permite identificar com rigor).

A utilização de pilares é pontual, apenas usados para resolver situações do miolo do edifício, onde não existe continuidade de paredes portantes em todos os pisos. As paredes são de pano único, com espessuras de cerca de 60 cm nos pisos inferiores e de 45 cm nos pisos superiores. Estas espessuras deveriam ser usadas mais para garantir questões de conforto térmico do que de segurança estrutural, tomando como referência edifícios com características similares construídos na cidade do Porto.

Por uma das fotografias da obra, onde aparece também em construção a casa vizinha, de imagem mais tradicional, podemos verificar que o sistema construtivo dos dois edifícios, na parte exterior visível, aparentemente é semelhante. Isto é, do que é possível observar, ambos recorrem a uma estrutura portante vertical em alvenaria no contorno do edifício, em continuidade com a tradição, e estrutura horizontal de pavimentos e padieiras em betão armado. A fotografia não consegue elucidar sobre a utilização, ou não, de pilares interiores em betão nesta segunda

4.Para as referências actuais, um ano para todo o processo de licenciamento pode não parecer demasiado, mas tomando como referencial processos coevos na cidade do Porto, em média num par de meses era emitida a licença de construção e iniciada a obra.

casa e mesmo a indicação de laje de betão armado é algo que parece existir, mas que também poderá corresponder a um friso decorativo em cantaria.

A verificar-se a suposição inicial, será que este já se tinha tornado um sistema habitual de construção em Praga? Ou será que a segunda casa estava a ser edificada pela empresa de construção de F. Müller? Ou teria a casa de Loos servido de influência às moradias vizinhas em construção, não ao nível da sua imagem facilmente contestada ou estranha à época, mas ao nível do sistema construtivo com que estava a ser edificada?

Dúvidas que me ficaram da análise dos elementos e que remetem para o facto de as «estórias» ligadas à construção dos edifícios poderem ser tão importantes, ou interessantes, como a História que se faz da construção.

Outro edifício que me levou a pensar nas questões que se colocam na reabilitação dos edifícios do Movimento Moderno, embora por razões bastante diferentes, foi a Villa Savoye, projecto de Le Corbusier [1887-1965].

Edifício que nunca conseguiu reunir as condições de habitabilidade, a falta de qualidade construtiva dos edifícios de Le Corbusier é (re)conhecida, como afirma Ford (1990a), mas que mesmo assim se tornou um ícone e uma referência do Movimento Moderno, a Villa Savoye coloca questões pertinentes quando se equaciona a sua manutenção e reabilitação.

Reabilitar a Villa Savoye nunca poderia significar colocar o edifício nas condições iniciais, com os materiais originais, recorrendo aos sistemas primitivos. Reabilitar, nesse caso, teria de ser antes uma atitude de projecto e não uma intervenção de «arqueologia construtiva e arquitectónica», embora essa também fosse importante, do ponto de vista da documentação histórica dos processos construtivos.

Logo à partida podem-se estabelecer alguns paralelos entre os dois edifícios, como por exemplo a época de construção, já que a Villa Savoye foi encomendada no mesmo ano em que a Villa Müller, também a conturbada história por que ambas passaram, e posteriormente, as questões que se colocaram na sua reabilitação e preservação.

A Villa Savoye foi ocupada durante a segunda guerra, pelos Alemães e pelos Americanos, e até ao final da década de cinquenta albergou diversas utilizações. Essas ocupações corresponderam a um total desrespeito pelo imóvel com a destruição e a construção de diversos elementos divisórios e vãos.

O facto de a Villa ser um espaço de deficientes condições de habitabilidade levou mais facilmente a esse desrespeito e a que a mesma até fosse utilizada como palheiro durante uma determinada época, em meados do século XX (ver Fig.8).

No caso da Villa Francesa, para além das vicissitudes pelas quais o edifício passou, é também a falta de qualidade, não tanto dos materiais em si, mas das soluções construtivas e do rigor da sua execução, que leva à necessidade de reabilitação da mesma.

O tempo de projecto e construção foi longo (principalmente o tempo de construção), quase 10 anos [1928-1937] durante os quais são feitas as cinco versões do projecto, a construção e, principalmente, um apreciável conjunto de reparações que foram necessárias para corrigir vários problemas técnicos que o edifício apresentava (Sbriglio, 1999).

A Villa Savoye foi habitada provavelmente a partir do Verão de 1930 mas as obras de reparação continuaram, e continuou também a correspondência entre a Madame Savoye e Le Corbusier, com queixas constantes sobre a falta de condições de habitabilidade, de conforto e problemas de infiltrações por deficiências na impermeabilização das



Fig.6 Villa Savoye – Le Corbusier.
Fotografias de obra e desenho de projecto de execução.
Montagem a partir de (Sbriglio, 1999:135,136,143)

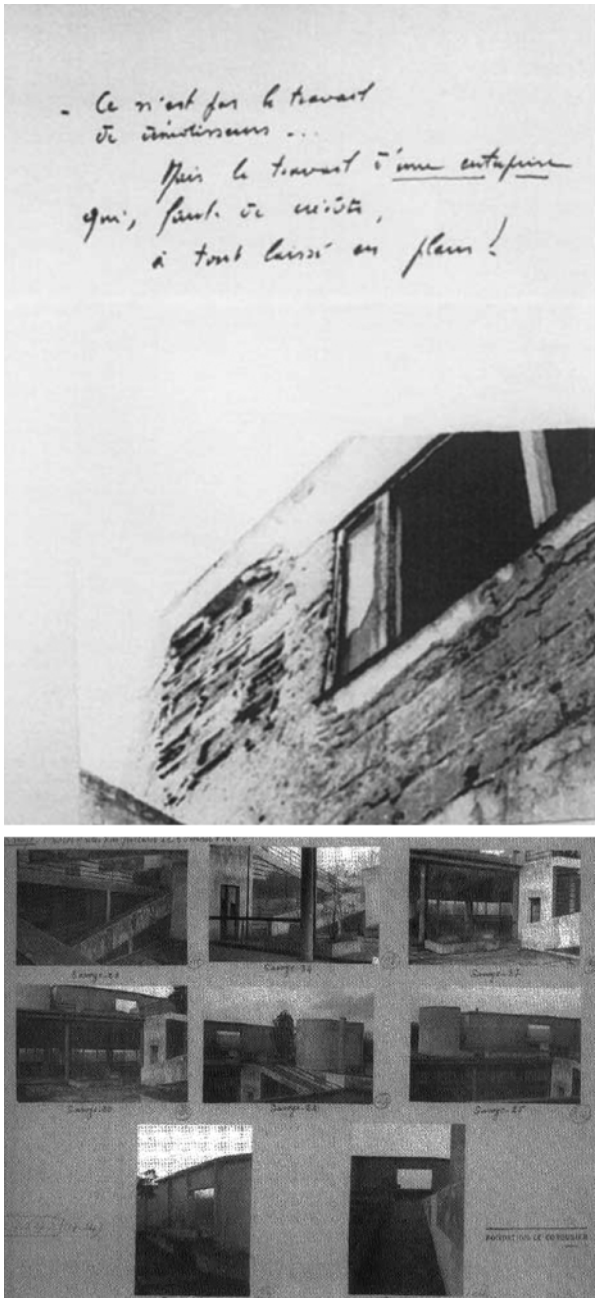


Fig.7 Fotografias do estado da Villa no final da década de cinquenta.
Montagem a partir de (Wong Weng Yew, 2009:30,32)

coberturas, prova da debilidade construtiva e da falta de condições do edifício. O próprio filho do casal passou o ano de 1933 num sanatório por problemas relacionados com a falta de capacidade do imóvel de manter o aquecimento (Sbriglio, 1999).

Em Le Corbusier o valor de manifesto e a imagem arquitectónica sobrepõem-se a outras considerações, designadamente às de qualidade construtiva e conforto.

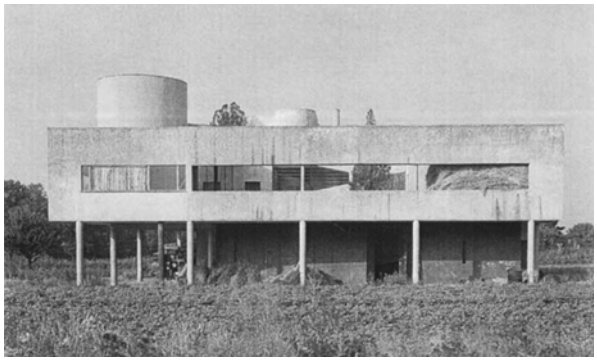


Fig.8 Fotografia de Kidder Smith em 1959.
(Wong Weng Yew, 2009:28)



Fig.9 Fotografia actual.
(Sullivan, 2006)

Le Corbusier gostava de deixar as soluções em aberto e continuar a concepção do projecto durante a execução da obra, alterando o que achasse entretanto conveniente, com as consequências que essa atitude tinha em aumento de prazos e custos e, como se pode verificar, também na qualidade construtiva dos edifícios. As questões de imagem arquitectónica sobrepunham-se às questões de resposta efectiva dos materiais às solicitações. Um exemplo desse estabelecimento de prioridades, fornecido por Ford (1990a), tem a ver com o facto de por questões de leitura de alçado, Le Corbusier não usar qualquer tipo de capeamento (metálico ou outro) em platibandas e topos superiores de paredes, fazendo com que existissem, com demasiada facilidade, infiltrações no interior das mesmas e consequentemente no edifício.

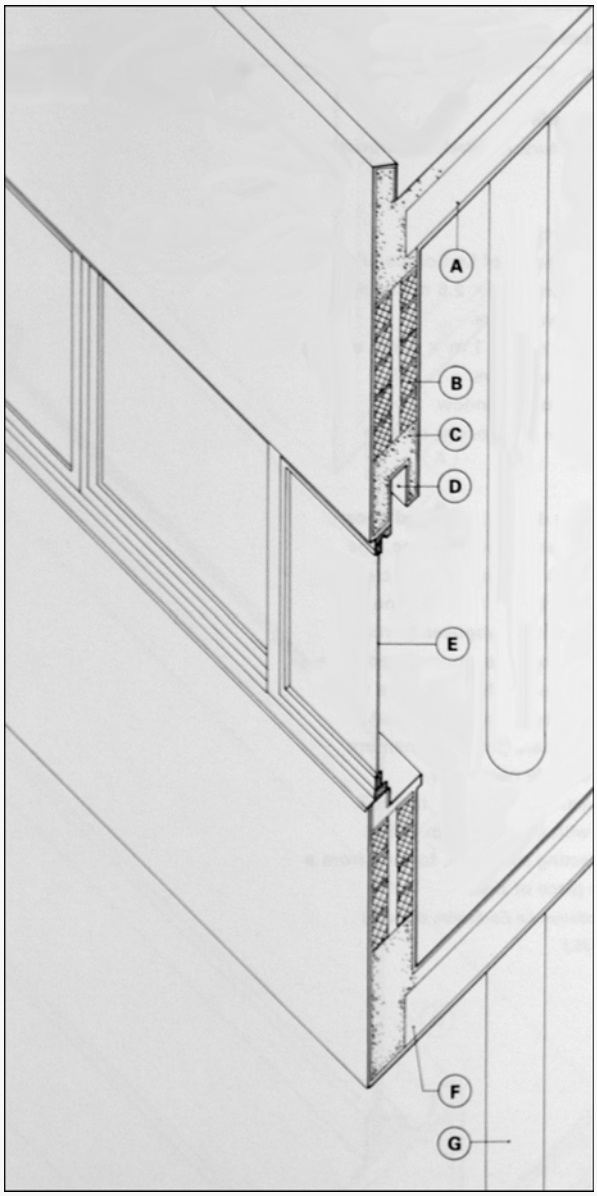
O principal empreiteiro inicial[5] acabou por cessar actividade após a conclusão da obra mas antes da conclusão de todas as reparações (provavelmente a decisão de cessar actividade não é alheia às repetidas reparações que teve de fazer e essa terá sido a forma encontrada de, a partir dessa altura, se escusar às garantias de execução) e um segundo empreiteiro continuou a tentar corrigir as deficiências do imóvel a expensas do dono de obra, sem conseguir ultrapassar as questões de fartas infiltrações de água em diversos compartimentos, geralmente associadas às ligações entre os diversos níveis de terraços, bem como às clarabóias e às janelas para iluminação zenital.

A correspondência entre Madame Savoye e Le Corbusier mantém-se até 1937, com listagens sucessivas de problemas da casa. Na última das cartas dela, do pré-guerra, datada de 11 de Outubro de 1937, é notório o esgotar de recursos e onde se coloca a hipótese de recorrer a outras vias.

> *«Votre lettre du 7 courant me surprend beaucoup. Après de nombreuses réclamations vous avez enfin reconnu que cette maison construite par vous en 1929 n'était pas habitable. Votre responsabilité décennale est en cause et je n'ai pas à intervenir dans la dépense. Veuillez d'urgence la rendre habitable. J'ose espérer que je ne devrai pas recourir aux moyens légaux...»* (Savoye, 1937-10-11).

Le Corbusier terá ido à obra com o segundo empreiteiro [SACTI] e com Madame Savoye acompanhada do seu filho, Roger. Na última carta do arquitecto, desta troca de correspondência que se guarda na Fundação Le Corbusier,

5. A obra foi executada pelo que poderemos considerar de sistema de administração directa. O dono de obra comissionou os diversos trabalhos a diferentes empreiteiros. O empreiteiro responsável pelo grosso da obra de construção civil era a Cormier, que foi substituída, cerca de 1937 pela empresa SACTI (Sbriglio, 1999).



Villa Savoye – Le Corbusier.

(Ford, 1990:248)

Hiptxt. 0.A - Qualidade construtiva em Le Corbusier.

Como se pode verificar neste pormenor, executado a partir dos desenhos existentes na Fundação Le Corbusier, o remate da platibanda era apenas garantido pela pendente para o interior da face superior da mesma, sem recurso a, por exemplo, chapas metálicas. Apesar desta preocupação garantir a não permanência das águas no topo da platibanda e também garantir a não escorrência pela parede exterior dos materiais depositados na mesma durante os tempos secos, não é uma protecção efectiva e um reboco mesmo aditivado (como parece ser o caso pela observação do pormenor da Figura 6) não é protecção suficiente para uma superfície praticamente horizontal.

De referir também, a partir deste desenho, a utilização de paredes duplas com caixa-de-ar não ventilada, algo que na mesma altura ainda não é utilizado no Porto. Mais de duas décadas depois começará a ser encarado como uma solução corrente.

Mas essa alteração não contempla o que actualmente é uma das preocupações na definição da envolvente exterior dos edifícios, as pontes térmicas. Que neste caso são francas quer por topos de lajes, vigas ou mesmo pelas lajes balançadas sobre o exterior.

A - Roof construction: Layer of bituminous mastic (durumfix) on concrete slab covered with layer of sand and gravel. This roof was built with no apparent slope.
B - Wall construction: cavity wall formed with two layers of concrete masonry
C - Concrete lintel. This acts to support the masonry above. It is not a true lintel; it is suspended from the floor above rather than bearing on the masonry walls.
D - Pocket in the linter for rolling shades.
E - Sliding wood window. This is the typical window of most of the villas of the 1920s. It was patented by Le Corbusier and Pierre Jeanneret.
F - Typical floor construction: Lost tile and concrete.
G - Concrete column.

datada de 31 do mesmo mês, o mesmo reiterou as garantias que tudo fará para satisfazer o cliente e para manter a sua amizade (Le Corbusier, 1937-10-11).

A casa terá sido abandonada pelos seus proprietários durante os anos da guerra [1939-1945], sendo ocupada pelo exército alemão, pelo exército de libertação e por muitas outras utilizações que a foram desfigurando e mutilando, como já referido atrás.

Não terá voltado a ser habitada após o final da Guerra muito provavelmente por já não reunir condições para o efeito.

Em 1958 foi iniciado o processo de expropriação pelo município de Poissy, com vista à demolição da Villa, para no seu terreno construir uma escola. Alertado para o processo pela família Savoye, Le Corbusier iniciou uma cruzada pela preservação e reabilitação do edifício, que durará até à sua morte, em 1965, processo no qual encontrou inúmeros apoios a nível internacional, principalmente na comunidade dos arquitectos e dos fotógrafos de arquitectura.

Apesar de todos os problemas de condições de habitabilidade que a Villa possuía, a mesma tornou-se um ícone da arquitectura moderna, facto que foi também reconhecido pelos seus proprietários. De referir que o valor de referência e iconográfico de determinados edifícios não era aferido pela sua situação «presente» mas pelo seu estado num dado momento no tempo, geralmente associado à conclusão da construção. A divulgação fazia-se (ainda se faz, mas os voos low-cost têm modificado um pouco esse panorama) através da imagem e não do conhecimento *in-loco*.

Assim se entende, por exemplo, a força do Pavilhão da Exposição de 1929, de Mies van der Rohe, demolido no final da mesma e que se tornou uma referência para várias gerações através apenas dos elementos que perduraram, o projecto e as fotografias.



Fig.10 Conjunto de fotografias da reconstrução do Pavilhão de Barcelona de 1929.

(Vale, 2011/03)

O processo de cristalização da imagem e estabelecimento de referencial não é diferente do que sofreram, ao longo da história, outros projectos não realizados de vários arquitectos e que mesmo assim (às vezes, por isso mesmo) se tornaram referência e influem na arquitectura que se produz posteriormente.

"[...]

E sempre que um homem sonha

o mundo pula e avança

como uma bola colorida

entre as mãos de uma criança.

[...]"

António Gedeão - Pedra Filosofal [extracto]

A Villa foi inscrita e classificada como Monumento Histórico Francês entre 1964/67. A Villa Savoye foi o segundo edifício do século XX a ser classificado como Monumento pelo Governo Francês e tornou-se assim um marco no reconhecimento do valor patrimonial dos edifícios do Movimento Moderno. O primeiro foi o Théâtre des Champs Elysées [1906-13], de Auguste Perret [1874-1954].

Por vários problemas, a recuperação não foi iniciada ainda em vida de Le Corbusier. Sbriglio refere que o desejo de Le Corbusier coordenar, ou executar, todos os trabalhos de projecto de reabilitação, pode ter sido um dos entraves ao início da reabilitação ainda em vida do mesmo (Sbriglio, 1999).

Quando é o próprio autor a tratar da reabilitação do edifício que construiu décadas antes, mas que entretanto se emancipou do seu autor e se tornou património comum, as questões, ou reservas, que se colocam podem ser de duas ordens, diametralmente opostas.

Por um lado uma desvalorização da preexistência enquanto ícone, uma vez que o autor, consciente do processo de projecto original, sabe as razões das primitivas opções, conhece todas as outras hipóteses que estiveram em cima da mesa, e sabe quais eram as restrições que existiam na época e que porventura deixaram de existir.

Por exemplo, em conversa com o José Carlos Loureiro, a propósito do estado de conservação do edifício Parnaso e da sua necessária reabilitação, ele considerava a possibilidade de substituição das caixilharias de madeira originais por outras de alumínio, sem que isso fosse para ele efectivamente uma questão a ser pesada e ponderada.

Em contraponto, podemos estar perante um processo em que as questões inicialmente mal resolvidas, podem continuar a ser mal resolvidas, por um apego a determinados princípios. Penso que seria o receio de uma situação deste tipo que levou ao protelar do início da reabilitação da Villa Savoye.

Não tive (ainda) oportunidade de visitar este edifício, mas a visita que fiz em 2004 ao Convento de La Tourette, obra da década de cinquenta de Le Corbusier, confirmou a minha ideia de que as prioridades do «Mestre» não estavam, com toda a certeza, no conforto dos espaços nem na qualidade construtiva de materiais e soluções.

Hiptxt. 0.B - Convento de la Tourette

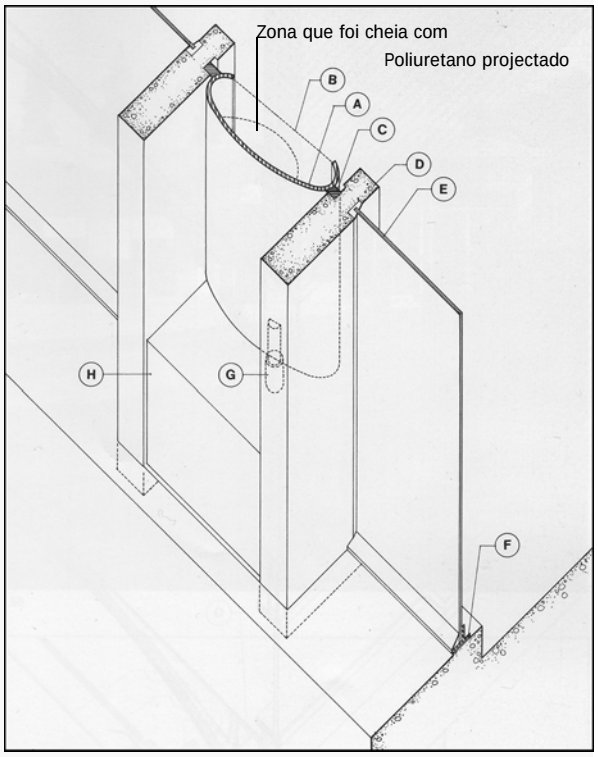
Apesar de não visível na fotografia, todo o interior das lâminas móveis (que permitem ventilação quando abertas, as que isolavam o edifício quando fechadas) estava revestido com poliuretano projectado, numa solução nitidamente de improviso.





Foto exterior da zona onde estão incluídas as grelhas de ventilação. Fotografia da grelha de ventilação aberta (vista interior).

(Vale, 2004b)



A - 50/10 sheet aluminum aérateur
B - Wood handle above. When closed, the aérateur is held in place with dead bolt (not shown)
C - Rubber strip to seal opening between aluminum and concrete.
D - Precast concrete fin to support fixed glass.
E - Glass set without frame.
F - Sill.
G - 20 cm pivot in bronze socket.
H- Grout pedestal. This was a construction addition, probably related to placing the pivot.

Perspectiva axonométrica da grelha de ventilação.

(Ford, 1996:213)

Os pilotis e o plano livre ao nível do rés-do-chão colocaram à arquitectura e aos edifícios, um problema, praticamente novo[6], relativo às questões energéticas e de conforto – as transferências térmicas pelo pavimento em contacto com o exterior. No caso de La Tourette esse problema era tão evidente, ou as consequências do mesmo eram tão sensíveis, que os frades dominicanos, numa tentativa de tornar o espaço mais habitável, nos anos mais recentes

6. Apesar de já anteriormente serem utilizados pavimentos sobre o espaço exterior, por exemplo nas lógias sobre situações de arcadas, ou mesmo em determinado tipo de bow-windows, o mesmo nunca foi feito de forma tão sistemática como a partir do Movimento Moderno, exceptuando-se, claro, as construções palafíticas que existem desde tempos remotos, mas que pela precariedade da sua construção, não têm as mesmas exigências de conforto.

optaram pela projecção de poliuretano na face inferior da laje que se encontra em contacto com o exterior, material que na altura da visita que fiz se encontrava aparente, com todos os problemas daí decorrentes, quer estéticos, quer de durabilidade do material ou mesmo de respeito pela obra e concepção originais.

De forma idêntica procederam em relação aos sistemas de grelhas verticais para ventilação, chapas móveis metálicas incluídas nos vãos, que foram igualmente recobertas, na face interior, por poliuretano projectado, completamente aparente.



Fig.11 Convento de La Tourette.

(Vale, 2004a)

As infiltrações associadas a clarabóias são também visíveis, tal como sucedia na Villa Savoye, mas em menor extensão. Estão também aparentes as tentativas de correcção e reparação executadas com telas aplicadas com pouco cuidado e respeito (ver Fig.11). Os materiais, de uma forma geral, não primam pela facilidade de manutenção, nem pela qualidade inicial, algo a que não seriam alheios os parcos recursos da ordem monástica na altura da edificação.

Convém contudo ter atenção que são dois edifícios de períodos diferentes na obra de Le Corbusier, quase duas décadas os separam. No primeiro, ainda o arquitecto buscava uma estética ligada à máquina, tendo mesmo importado da Suíça um revestimento que deveria dar um acabamento de aspecto liso e uniforme, quase como um acabamento plástico ou metálico, feito em fábrica, mas que efectivamente não conseguiu esconder o facto de o edifício ter sido construído por meios convencionais, alvenarias de blocos de betão cintadas por vigas de betão, revestidas por uma argamassa que não consegue diluir todas as irregularidades do suporte.

No segundo, o aspecto rugoso dos revestimentos, corresponde já a uma fase em que Le Corbusier buscou os efeitos plásticos das diferentes texturas, aliadas a formas e cores. Mas apesar das diferenças de concepção e da distância temporal, a percepção de que a preocupação com a construção foi algo facilmente esquecido em função de outros valores é evidente.

E se isto é, de alguma forma, uma constatação e uma crítica, também não deixa de ser uma homenagem. A evolução não consegue ser feita pelo caminho seguro, já trilhado, bem pisado e comprovado, perfeitamente amaciado pelos que nos precederam. A mudança faz-se pelo risco, pelo ousar pensar diferente, mesmo quando nesse pensar não conseguimos englobar todos os aspectos importantes para a dimensão total do salto que pretendemos dar e para a sua/nossa segurança. Por vezes, para ser possível dar passos mais amplos, percorrer maiores distâncias, é necessário colocar os pés em terrenos menos firmes, ou desconhecidos. Se fizermos o caminho já marcado pelos passos dos outros os riscos são menores, mas a possibilidade de encontrar algo de novo também.

Mas também convém ter em conta que existem momentos e momentos, existem necessidades imperiosas e expressões gratuitas de vontades formais. Existem obras de excepção, e existe uma quantidade de imóveis que antes de todas as outras coisas devem responder à sua função primordial, dar abrigo ao Homem.

Actualmente, com os conhecimentos que entretanto adquirimos sobre física das construções, com as tecnologias, as ferramentas, os materiais de que dispomos, uma solução com a fragilidade de qualquer uma destas obras, não seria de forma alguma defensável, independentemente do valor arquitectónico do imóvel.

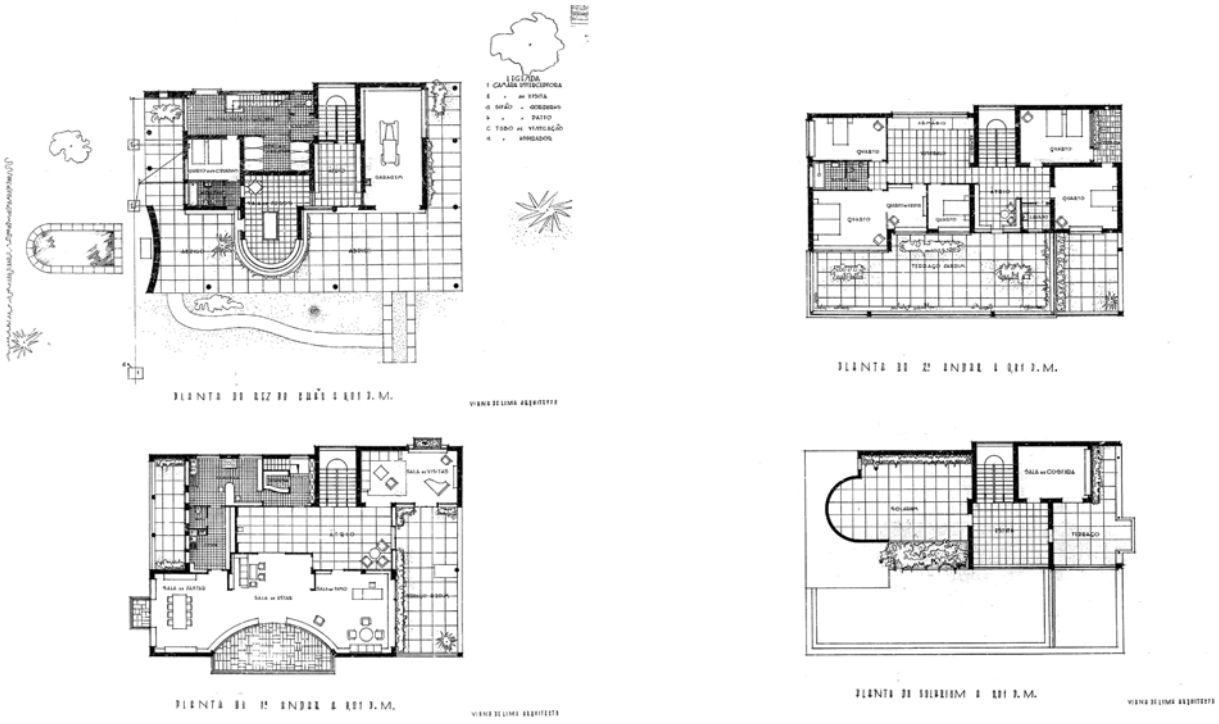
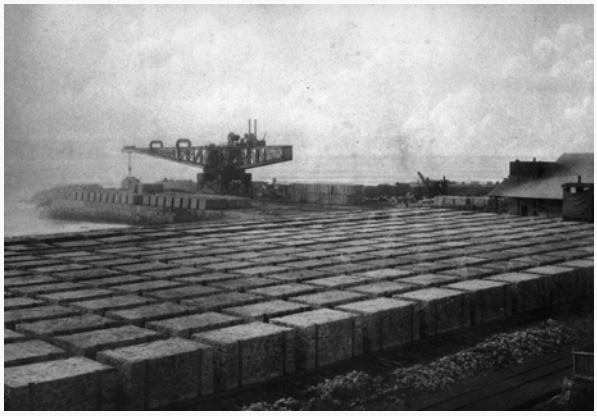


Fig.12 Projecto da Casa Honório de Lima da autoria do Arquitecto Viana de Lima.
Edifício já demolido. O valor arquitectónico de um edifício não é um entrave ao seu desaparecimento.
Montagem a partir de (CMPorto & Lima, 1941)

Os edifícios construídos pelo Movimento Moderno estão hoje, na generalidade dos casos, pelo tempo que entretanto decorreu e pelas soluções adoptadas, para além da vida útil dos materiais e sistemas construtivos com que foram executados. Algumas das obras emblemáticas do Movimento Moderno já se perderam, por pressão urbanística, deterioração construtiva ou mesmo falta de sensibilidade dos indivíduos e das estruturas de decisão. Das que permanecem, muitas tiveram de ser alvo de extensas e profundas operações de reabilitação, algumas delas mais do que uma vez. Na generalidade dos casos não conseguem responder satisfatoriamente à complexidade das exigências actuais em termos de conforto, instalações, segurança e uso.

A concepção do Movimento Moderno, do edifício como uma máquina, se encarado em todas as suas consequências, significaria que o tempo de vida do mesmo seria restrito ao tempo em que se encontrasse em condições de responder capazmente às solicitações de que era alvo, quer essas tivessem a ver com a função que albergaram originalmente, ou com as exigências que esse uso, no momento «presente», implicaria.

Mas a concepção como máquina também implicaria que a mesma deveria ser submetida a manutenções e verificações periódicas, para garantir que as condições de funcionamento se mantinham o mais possível dentro do que eram os pressupostos originais, quando não melhoradas. No entanto esse tipo de pensamento e acção é algo que nunca foi aplicado aos edifícios do Movimento Moderno e posteriores, ao longo dos anos que os mesmos duram, e apenas recentemente se começa a equacionar como uma forma de gestão racional do parque edificado. A designada «Manutenção Programada».



Fotografias do «Titã» durante a construção do Molhe Norte – Leixões.

(Biel, 1885)

Hiptxt. 0.C - Os «Titãs" de Leixões

Os «Titãs» do porto de Leixões, um localizado no molhe Norte e outro no molhe Sul, são as gruas que foram instaladas no século XIX para a construção do porto e receberam o seu nome da denominação da empresa que os fabricou, embora a sua dimensão também lhe pudesse garantir esse epíteto. Nesta altura são os mais antigos instalados, ainda que já não em funcionamento, em todo o mundo. A sua manutenção é um encargo pesado, mas orgulhosamente suportado anualmente pelo porto de Leixões.

A construção tradicional sempre encarou o edifício, não como uma máquina, mas como um organismo que precisa que dele cuidem com determinada periodicidade. E que em certos casos significa a reedificação completa do mesmo, com novos materiais, a cada determinado intervalo de anos, como por exemplo as Cabanas da Carrasqueira do Sado (Alaíz, 2009), noutros apenas um retomar de cuidados de manutenção, sazonalmente, como caiar as paredes ou limpar as folhagens dos algerozes.

É um facto que nem o Movimento Moderno foi tão coerente como as análises coevas do mesmo poderiam fazer crer, nem o Homem está disposto a abdicar completamente da Memória, quer ela seja pessoal ou colectiva, quer ela seja constituída por factos, ou pelos espaços, ou pelos edifícios, que lhes garantiram cenário. Nem mesmo as máquinas estão isentas dessa preservação da memória, os museus com as primeiras tecnologias de diversos campos,

informática por exemplo, são disso a prova. Mas, como museus que são, garantem a preservação do objecto, mas não da sua função, isto é, as máquinas são preservadas enquanto objecto físico, mas geralmente não enquanto instrumento de produção, ficando completamente desligadas do que foi a sua função. Com os edifícios, tal não é possível na generalidade dos casos. Colocam-se diversas questões:

- De escala. As máquinas são geralmente de dimensões mais reduzidas do que os edifícios por isso mais fáceis de guardar e preservar (embora existam excepções, como por exemplo os "Titãs" no porto de Leixões - ver Hiptxt.0.C).
- Económicas, de preservação e manutenção. Um edifício, mesmo devoluto, tem encargos de manutenção para que não se degrade (algumas máquinas também).
- Sociais. Será defensável manter edifícios devolutos em bom estado de conservação, enquanto existem ainda situações de habitações em condições infra-humanas?
- Teóricas e filosóficas. Um edifício, destituído de função (não da sua inicial, mas de qualquer função) continuará a ser um edifício, arquitectura ou terá saltado de domínio?

Questionamos como se mantêm ou reabilitam esses edifícios importantes para a história da humanidade e da arquitectura, mas também importantes para a história da construção arquitectónica.

O que é que é importante preservar? A imagem? O sistema construtivo? Os materiais? Garantir condições de habitabilidade que permitam a rentabilidade do uso e portanto a sustentabilidade do edifício? Ou mantê-lo tal e qual foi idealizado inicialmente, como uma cristalização do tempo, testemunho legado às gerações futuras? E que ferramentas são importantes para esses processos? Quais os conhecimentos que necessitamos coligir para intervir com consciência?

E para além de um conjunto relativamente restrito de edifícios emblemáticos representativos da história da arquitectura, no contexto internacional, nacional ou local, existe uma grande quantidade de edifícios menos representativos enquanto exemplos individuais, alguns deles até com questionável qualidade arquitectónica, mas que fazem parte do parque edificado da cidade e do país e como tal fazem também parte do património económico da nação, bem como da memória urbana guardada no imaginário colectivo.

Como se reabilita essa *mole amorfa edificada* que tem valor enquanto conjunto? Como se mantém o valor do conjunto, respeitando as necessidades individuais de edifícios, proprietários e utilizadores? De que forma podemos auxiliar e informar esse processo de manutenção e reabilitação, que tem de ser feito de forma extensiva e continuada, com respeito pela história e património, mas também com preocupações de ordem económica e de sustentação global da intervenção?

São muitas as questões que se levantam quando encaramos a reabilitação do edificado e sabemos que a maior parte dessas questões nunca poderão ter uma resposta directa, simples, unívoca. Essencialmente teremos de criar mecanismos auxiliares de decisão, caso a caso, tomando em consideração todas as variáveis, todas as condicionantes, que diferem de um exemplo para outro.

B. Tema

Desde o início da investigação que tive a intenção de estudar aspectos relacionados, de uma forma lata, com a construção de edifícios, área de interesse da actividade profissional, académica e também de formação anterior.

Ao contrário da opção tomada no mestrado, de elaboração de uma tese no campo da física das construções, com uma importante componente matemática e de programação (Vale, 1998), pretendia, no trabalho de doutoramento, uma abordagem mais próxima do campo de trabalho do arquitecto. Mais assente no desenho, na pormenorização, no estudo do detalhe, das condicionantes várias que se colocam no processo de projecto, de materialização da obra, de manutenção do edifício ou da sua reabilitação. Menos um trabalho de caracterização, modelização ou simulação dos comportamentos físicos dos materiais e dos elementos das construções, e mais um perceber processos construtivos, de investigação em métodos e materiais de construção. Não se pretendia ignorar essa importante vertente, apenas desejava que a mesma não fosse a parte nuclear do trabalho.

Alguns temas vinham despertando a minha atenção e interesse ao longo dos últimos anos, por ligação com a actividade profissional então exercida ou actividade académica ou mesmo pelas próprias apetências individuais.

Um desses temas era a «Reabilitação de Edifícios Recentes»[7], não apenas pelo facto de ser esse um campo emergente de actuação para os arquitectos, pela necessidade de manter em boas condições de utilização e adaptados às exigências actuais, um cada vez mais extenso parque edificado, mas também porque dentro dessa categoria caíam muitos edifícios que eram referências pessoais do tempo de formação profissional e de descoberta da arquitectura[8]. Edifícios pelos quais acabei por nutrir um certo «carinho» e que cujo estado de degradação, em certos casos, custa ver. Mas pesa ainda mais constatar algumas acções de denominada reabilitação de que são alvo.

As preocupações com a sustentabilidade que têm vindo a ganhar força ao longo das últimas décadas também tornam clarividente que não é racional desperdiçar materiais, trabalho, energia ou dinheiro na demolição de edifícios para depois construir outros no seu lugar e muitas vezes em condições de durabilidade e de adequação ao uso inferiores às daqueles que eles vieram substituir.

A discussão sobre a rentabilidade, ou não, da reabilitação de edifícios enferma de uma escala de valores, herança do nosso passado, mas que tem de ser totalmente repensada.

7.O termo «recente» no contexto inicial deste trabalho é tomado como uma definição ambígua que poderá englobar praticamente os últimos 100 anos (a partir do ano, de certa forma simbólico, de 1900) e que pretende incluir todos os edifícios em que a «estética do moderno» esteja de alguma forma presente e/ou os «novos materiais» tenham tido de algum modo influência na sua concepção ou na sua execução.

«Edifícios recentes» aparece notoriamente como contraponto a uma outra definição usada já correntemente na bibliografia da especialidade, mas também ambígua, que é a de «edifícios históricos» numa simplificação de linguagem decorrente da designação de «monumentos históricos», ou «edifícios com interesse histórico» que aparece desde as primeiras formulações de cartas de preservação do património. A ambiguidade da definição nem sequer consegue ser desfeita pois existem edifícios recentes (alguns bem recentes) com notável interesse histórico, de tal forma assim é, pois já se encontram classificados pelo Governo Nacional.

8. As primeiras hipóteses de investigação, que chegaram a ser apresentadas à FAUP, em termos de um plano de desenvolvimento, centravam-se efectivamente na reabilitação de edifícios recentes e do caso particular das suas fachadas, tomando como caso de estudo os sistemas de placagens de pedra, tanto como solução de reabilitação para edifícios degradados, ou necessitados de beneficiação, como do ponto de vista das patologias a que os mesmos estão sujeitos e as condicionantes de utilização do sistema.

Hiptxt. 0.D - A utilização do Betão Armado numa imagem Neogótica. O caso da Livraria Lello no Porto

A definição de «recentes» manteve-se ambígua não só pela sua lata distensão temporal, mas também por nos apercebermos que, fundamentalmente até à década de cinquenta, não existe uma relação unívoca entre a imagem arquitectónica e materiais usados para lhe dar forma. Se quisermos ser rigorosos, em nenhuma época isso acontece em exclusivo. Existem sempre exemplos da utilização de materiais e sistemas de construção de uma forma contrária ao que seria a sua natureza intrínseca. Do que aqui se trata não é de exemplos individuais mas de uma forma de construção que se pode designar por habitual, ou corrente. E até à década de cinquenta demasiados são os exemplos em que a uma imagem moderna correspondem formas de construir tradicionais, ou maioritariamente tradicionais e em contraponto, em edifícios com imagens arquitectónicas tradicionais são aplicados os novos materiais, Exemplo paradigmático deste segundo tipo de edifícios é a Livraria Lello, no Porto, em que o betão armado, de utilização muito recente em Portugal naquela data, serve para conformar uma fachada em estilo neo-gótico, pela facilidade de moldagem que o novo material permitia.



Livraria Lello no Porto. Edifício Neogótico construído em Betão armado.

(Vale, 2006)

Quando, numa análise económica simples, de custo efectivo da obra se chega à conclusão que em determinado caso é mais barato demolir tudo e construir de novo, temos de ter consciência que o preço de algo é um aspecto subjectivo que depende da escala de valorização que é dada a cada um dos componentes de determinado trabalho, de determinado material. Se, por exemplo, aos custos ambientais for atribuído um índice 0, se à produção de CO_2 pelo fabrico de novos materiais, transporte dos mesmos, etc., não for imputado custo algum, então a demolição de um elemento e sua construção poderá custar menos dinheiro. A perspectiva é sectorial e não global. E enquanto não se pensar de uma forma holística, continuaremos a ter demasiadas intervenções de pseudo-reabilitação, mas que, para todos os efeitos, são construções novas a que se veste um casaco, feito de fazenda já usada, mas em que todos os atavios são novos.

Portugal continua a ser um dos países Europeus que menos investe na reabilitação de edifícios, situação que se mantêm apesar do aumento que se tem verificado na última década, relativamente quer a reabilitações integrais ou das mais visíveis operações de beneficiação de acabamentos de fachada.

Mas sente-se já que os modos de actuação estão a mudar, não de uma forma geral na população, mas associada a núcleos técnicos e económicos, até pela necessidade de estabelecimento de novas oportunidade de negócio, ou a grupos com uma maior consciência ecológica. É pois necessário começar a investir em ferramentas que possam enquadrar as operações de reabilitação de edifícios ou de conjuntos edificados.

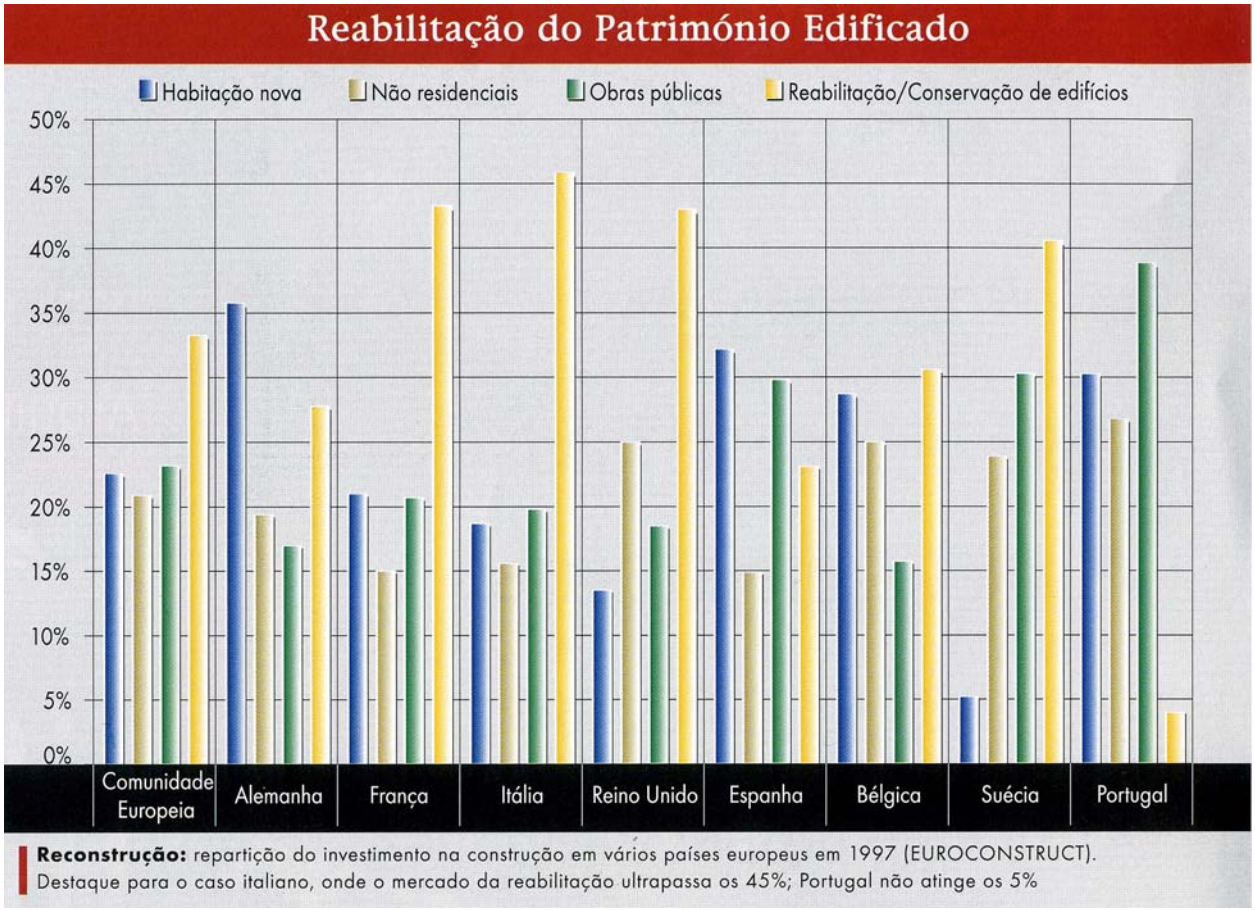


Fig.13 Investimento em reabilitação do edificado dos diversos países da Europa, segundo o Eurostat [a].

(Freitas, 2003:36-37)

a.Como o trabalho se baliza no século XX, nesta zona achou-se preferível a colocação dos dados correspondentes aos últimos anos do século. Os dados do século XXI já evidenciam, felizmente, alguma tendência de mudança.

A reabilitação de edifícios e o consequente estudo do estado de conservação, das anomalias existentes, da determinação de suas causas e formas de reabilitação, põe-nos perante uma questão importante e premente: a necessidade de saber como foi construído, com que materiais, para mais facilmente conseguir estabelecer um diagnóstico e uma correcta metodologia de intervenção.

A inspecção e/ou o ensaio dos sistemas construtivos ou dos materiais que constituem os edifícios nem sempre é possível, pelo menos numa fase inicial do projecto. Muitas das inspecções são destrutivas; outras demasiado onerosas quando executadas isoladas da própria intervenção de reparação, reabilitação ou beneficiação, porque implicam mobilização de meios auxiliares, como andaimes ou gruas, que são dispendiosos, ou simplesmente pela necessidade de contratação de mão-de-obra numa fase anterior à intervenção global; outras são impossíveis de realizar na fase de projecto, pelo facto de o edifício não se encontrar devoluto. De referir que a execução de uma sondagem pode ser um foco de degradação do edifício, se não for seguida rapidamente por uma obra de reabilitação. E sabemos que em muitos casos, entre os projectos e respectivas obras, passam-se vários anos, por questões de diversa índole desde económicas, administrativas ou legais.

Ter a possibilidade de saber como foram executados outros edifícios da mesma época ou com sistemas construtivos aparentemente idênticos poderá ser uma boa ajuda para o projectista, nessa fase inicial do projecto, permitindo-lhe mais facilmente saber como intervir, ou ter uma ideia mais aproximada das condições efectivas que irá encontrar quando iniciar a obra, propiciando uma maior qualidade da solução de reabilitação, adequabilidade da mesma e rentabilidade de todo o processo, contribuindo para a sustentabilidade da intervenção e do próprio edifício.

Mas mais importante do que o apoio directo ao projectista na elaboração do projecto de reabilitação é o facto desse conhecimento ser extremamente importante para a tomada de decisões estratégicas, de planeamento económico, político ou urbano, pois permite uma noção mais correcta e informada da realidade construtiva do tecido urbano, porque a memória colectiva é algo de curta validade. Duas gerações são suficientes para se passar a ignorar o que antes era do conhecimento geral. Umas vezes porque efectivamente a informação não passa entre gerações, mas, noutros casos, talvez mais correntes, porque existe o desejo de fazer de forma nova, esquecendo ensinamentos antigos.

Sabemos que cada edifício é um caso específico e que não existe qualquer garantia que sistemas e materiais usados num edifício tenham sido transpostos para outros. Contudo, tendo em conta que os arquitectos, os engenheiros, as empresas de construção ou mesmo os artesãos, detinham um conjunto de saberes e tinham, ou acabavam por ter, sistemas de produção montados[9], será de esperar, que por uma questão de racionalização de recursos e esforços, tenham usado sistemas e formas de construir semelhantes, em edifícios de uma mesma época e que tinham condicionantes ou características semelhantes.

Ao nível da construção civil, como noutras actividades, a permanência dos saberes, ou dos modelos, era maior nos tempos que nos antecederam[10]. Questões de aceleração do ritmo evolutivo do projecto e da construção, associadas também às questões do ensino e formação profissional dos trabalhadores, serão as mais importantes justificações dessa alteração. Ainda nas primeiras décadas do século XX os trabalhadores eram formados na profissão desde tenra idade, os aprendizes eram habituais em todas as artes e a passagem geracional de conhecimentos e experiências mais constante. Actualmente, a nível dos operários de construção civil, a formação não é uma das apostas principais, com demasiada mão-de-obra indiferenciada, sem formação e sem motivação[11]. A construção civil não deveria ser a opção profissional de grau mais baixo quando todas as outras deixaram de ser possíveis como acontece actualmente com demasiada frequência. Todos pagamos essa factura, os que estão ligados à construção,

9. Neste contexto entende-se o sistema de produção aplicado tanto à construção do edifício como à execução do próprio projecto, nas suas diversas fases. A repetição de soluções construtivas em diferentes projectos é habitual em muitos técnicos, com o recurso sistemático aos mesmos materiais e métodos de construção. Este aspecto será estudado com mais detalhe no corpo do trabalho, relativamente à análise de processos de obra.

10. Correndo o risco de uma classificação pouco científica, neste contexto refere-se o período em que existia a formação dos artífices na arte que vão exercer durante a sua vida, formação essa que era dada desde tenra idade, quando iniciavam o trabalho como aprendizes. A última dessas gerações, nesta altura, já está em final de tempo de trabalho, a maioria já reformada, ainda que muitas vezes não retirada do trabalho activo. Com estes profissionais irá desaparecer um conjunto de conhecimentos que foi passando de geração em geração, de forma oral, não tendo sido preservado pela escrita, na maioria dos casos. Muitas destas pessoas apenas sofrivelmente sabiam ler e escrever, pelo que não guardaram testemunho dos conhecimentos que detinham. Outras não lhe atribuíram o justo valor e facilmente foram seduzidas pela facilidade de utilização de novos materiais, receitas que na maior parte dos casos não dominavam.

porque a promovem e projectam e os que não estão ligados directamente à construção, mas indirectamente, porque a usam, isto é, todos nós!

Não advogo, de forma nenhuma, que se devesse voltar a um sistema em que a infância era roubada para o trabalho; o que acho é que o tempo de formação é importante em todas as profissões e em todos os níveis e não apenas nos níveis de ensino superior como arquitectos ou engenheiros.

Temos assistido de uma forma geral e não só no sector da construção, a uma volatilização dos conhecimentos tradicionais. Se por um lado a formação escolar, que cada vez se estende por mais anos, corresponde a um aumento do nível de competência técnica do próprio país (pelo menos deveria corresponder), o mesmo está a contribuir para um abandono quase completo do conhecimento tradicional. Primeiro, porque o mesmo não é ministrado nas escolas. Segundo, porque geralmente não assenta nos pressupostos do conhecimento científico em que o nosso mundo actual cada vez mais se baseia. E, terceiro, por algo que é intrínseco à natureza humana, mas que se agudiza em tempos como o presente, que é o facto de tradição ser confundida com retrocesso, tradição em oposição a progresso.

Diz-se que o que é mais moderno é a tradição, pois é o que persiste, o que se mantém actual. As acções, ou os conhecimentos, que não possuem essa característica de actualidade serão facilmente abandonados e deixarão de fazer parte da tradição. Contudo a tradição mantém-se sobretudo por via oral, pelo contacto, pela repetição, pela adaptação e reinvenção do que é transmitido.

O abandono dos conhecimentos tradicionais significa que estamos efectivamente em tempo de mudança e os mesmos perderam a característica de actualidade que lhes garantia a permanência? Ou a alteração social foi de tal monta que liquidou os mecanismos que permitiam a transferência de conhecimentos entre gerações e a sobrevivência da tradição?

Estamos certamente em tempo de mudança de paradigmas. O que antes era preservado pela via da tradição, hoje é recuperado, ou tentado recuperar, pela via da investigação (histórica, laboratorial ou outra). Este trabalho insere-se nesse esforço de preservação de conhecimentos como ferramenta para compreender o passado e conseguir pensar o futuro, ou um futuro.

Constatou-se que para que o estudo da reabilitação de edifícios recentes fosse sustentada e informada, impunha-se que se caracterizasse construtivamente esses edifícios e, como já foi referido, nesse âmbito incluem-se quase cem anos de produção arquitectónica, com sistemas construtivos muito diferentes, com aumento de complexidade à medida que se ia avançando no século XX e que novos materiais, novos sistemas, tecnologias, estrutura social e cultural, exigências, se iam sucedendo num ritmo de aceleração crescente, como nunca antes visto na história da humanidade. Pelo menos era essa a nossa perspectiva, na altura, mas é certo que existe uma certa sobranceria do presente em relação ao passado. Temos tendência para valorizar o que está próximo em comparação com todas as épocas que nos antecederam. Mas se analisarmos o processo histórico não apenas em função de conquistas

---

11.Talvez os CAPs (Certificado de Aptidão Profissional) possam ajudar a melhorar a situação. Havendo uma forma de certificação, existe a possibilidade de diferenciação e provavelmente mais motivação e empenho. Claro que as empresas terão de fazer a sua quota-parte, preferindo trabalhadores certificados, em detrimento dos indiferenciados.

"A Certificação Profissional visa contribuir para a melhoria contínua das qualificações dos trabalhadores, reconhecendo e certificando as competências profissionais que detêm e identificando as que lhes faltam, de modo a tornarem-se mais competitivos no mercado de trabalho, aproximando-se das reais necessidades do tecido produtivo"(Portal do Cidadão, [200-]).

absolutas, mas em função do tamanho percentual do salto em relação à realidade anterior, encontramos certamente outros momentos de igual dimensão da mudança, como a do século XX, ou as bases que permitiram as mudanças do século XX.

Assim, dessa primeira ideia de escolha da reabilitação de edifícios como campo de estudo, ficou a vontade de perceber de que forma a introdução dos novos materiais e sistemas construtivos se tinha processado em Portugal e de que modo, imagem arquitectónica, inovações tecnológicas e novos materiais se influenciaram, ou não, mutuamente.

Procurava-se perceber, numa primeira fase, a especificidade do contexto português e, posteriormente, as características próprias da cidade do Porto e de que forma a situação internacional teve, ou não, reflexos na prática corrente da construção de edifícios na cidade.

A ideia assumida, não apenas pelos historiadores de arte e arquitectura, mas pelos próprios arquitectos que lideraram internacionalmente o Movimento Moderno, é que os novos materiais viriam, ou efectivamente vieram, possibilitar uma nova arquitectura.

Aos materiais do passado corresponderiam as formas do passado e aos novos materiais deveriam corresponder novas formas.

Em Portugal, de que modo é que essa situação foi sentida? Teve o mesmo impacto? Foi uma questão ideológica/ teórica ou foi uma questão prática? Os materiais foram utilizados como manifesto, antecipando formalmente as suas capacidades efectivas ou foram critérios de segurança, economia, facilidade de aplicação que levaram à sua utilização mais sistemática? Qual foi o papel dos arquitectos na alteração das formas de construir? E o papel de outros técnicos ligados à construção? E onde se estabelece a fronteira entre as vanguardas e a construção corrente, que pela repetição, conforma a cidade e as novas «tradições» da Arte de Construir?

A história da arquitectura do século XX (quer ela seja internacional, quer nacional) tem sido maioritariamente feita através do estudo das formas, das linguagens, dos movimentos, das vanguardas e das teorias. O estudo das tecnologias aparece fundamentalmente numa análise da relação com imagem ou cultura arquitectónicas e não como um campo de estudo com força e interesses intrínsecos. Numa perspectiva histórica, o estudo dos sistemas construtivos é ainda um campo marginal de interesse, mas que se reconhece de crescente importância à medida que a intervenção do arquitecto se faça cada vez mais sobre o património já edificado e menos em obra de raiz.

A degradação acelerada de imóveis recentes leva a que as intervenções de reabilitação tenham de ser efectuadas ainda durante o período de protecção da autoria da obra de arte arquitectónica, levantando um conjunto de outras questões que geralmente ficavam omissas quando se reabilitavam edifícios patrimoniais mais antigos. E mesmo quando esgotados os prazos de protecção, o facto de o autor ainda se encontrar vivo, condiciona a intervenção, sem qualquer dúvida. A análise dos diversos casos que têm aparecido e irão continuar aparecendo, poderá dizer se esse facto é benéfico ou prejudicial para a obra de arte arquitectónica, para a qualidade construtiva geral do edifício e para a qualificação urbana.

Desde o início do trabalho e a primitiva escolha de um tema, até ao momento presente, de finalização do trabalho, algo se têm vindo a alterar no panorama nacional e da cidade do Porto. Seis anos de investigação que apanharam a parte final do período de prosperidade europeu e os anos da crise. Que correspondem também a uma

maior consciência colectiva para os problemas das alterações climáticas, da sustentabilidade geral da sociedade enquanto organização, estrutura económica e ocupante de um planeta.

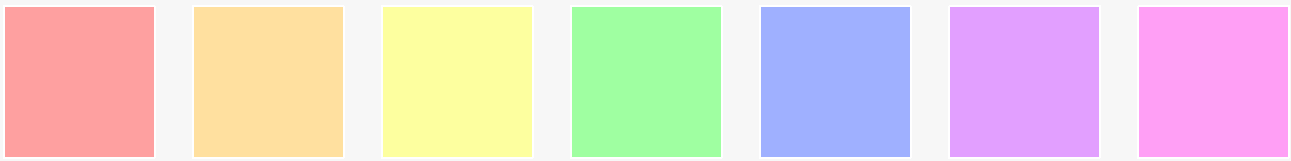
Uma dessas alterações é precisamente a reabilitação de edifícios recentes, tendo-se tornado efectivamente um bom nicho de mercado onde já várias empresas e gabinetes de projecto centram a sua actividade. Mais do que sensibilizar para a necessidade de reabilitação de edifícios recentes, fui percebendo, ao longo deste tempo de trabalho, que nesta fase é importante ajudar a criar ferramentas que auxiliem uma reabilitação informada, efectiva e consciente, como seja a análise e caracterização do edificado existente. Esta constatação que foi sendo feita, reforçou a inflexão que se fez no tema, passando de um estudo centrado na reabilitação de edifícios recentes para uma investigação em *História da Construção*, mantendo-se, grosso modo, a dimensão temporal que a designação «recentes» inicialmente incluía, mas com os «saltos temporais» no passado necessários para perceber a génese de muitas das formas de construir ou projectar actuais.

Assim, a tese que aqui se apresenta[12] é bem distinta daquela que um dia se iniciou, e esse facto é algo que me dá prazer, porque o percurso foi efectivamente uma descoberta e não um executar de acções predeterminadas à partida.

Nas minhas crenças pessoais sempre tendi mais para o livre arbítrio do que para o destino que está escrito antes da própria existência. Na tese segui esse mesmo princípio...

12.A apresentação geral da estrutura da tese é feita no Capítulo 1.1.

Parte 1 - Mais de cem anos e quase sete quilómetros



Capítulo 1.1 - Organização e metodologia

Este Capítulo inicial corresponde essencialmente a um guia de leitura da tese e a uma apresentação da metodologia geral seguida no trabalho de investigação e na formalização desta dissertação.

Assim, no ponto A explica-se com algum detalhe (superior ao do resumo) a organização da tese, a sua divisão em volumes, partes e capítulos, o que cada um deles contém e alguns dos motivos dessa opção.

No segundo ponto (B) define-se o âmbito geral de abrangência do trabalho, designadamente as restrições que foi necessário colocar para a concretização do mesmo. São essencialmente restrições temporais, geográficas e temáticas. De seguida explica-se a metodologia geral seguida no trabalho de investigação, que será mais particularizada posteriormente, em relação ao trabalho de campo, nos Capítulos 1.5 e 1.6.

O Ponto C constituiu-se como um conjunto de considerações prévias e ressalvas, importantes para a definição de pressupostos iniciais que serão mantidos durante todo o trabalho. Algumas questões desta índole mas mais gerais foram incluídas logo no início do trabalho, conjuntamente com a lista de siglas e acrónimos, porque seria importante estarem explícitas antes mesmo da introdução, para a sua correcta leitura. Situações particulares serão referidas no local oportuno.

A. Organização geral da tese

A tese organiza-se em três volumes, correspondendo o primeiro à tese propriamente dita, isto é, ao corpo de texto e imagens, o segundo ao apêndice documental de fontes escritas e iconográficas e o terceiro às fichas de levantamento da área em análise.

O Volume 1 estrutura-se em partes que correspondem a escalas de análise diferenciadas, antecedidas de uma introdução explicativa de motivações e definição de tema e seguidas de uma parte conclusiva onde se faz um apanhado das principais ideias veiculadas, sugestões para continuação de investigação e conclusões, algumas delas apontadas já ao longo do texto, reequacionando-as num sentido global e de relação com trabalhos futuros.

Em cada capítulo existem um ou mais parágrafos introdutórios, identificados por uma fonte tipográfica diferente, onde se faz um pequeno resumo do que vai ser tratado em cada ponto, de forma a auxiliar a leitura e a consulta. No final do capítulo, quando é considerado operativo, apresenta-se um resumo sucinto do mesmo, identificando os pontos importantes para o propósito final do trabalho.

A primeira parte que algo poeticamente foi designada por *MAIS DE CEM ANOS E QUASE SETE QUILÓMETROS*, num sentido de duplo movimento, um temporal em direcção ao futuro e outro espacial em direcção ao mar, divide-se em sete capítulos. A numeração dos capítulos incluiu sempre a indicação da parte em que se localizam.

O presente Capítulo (1.1), onde, para além da descrição de organização da tese, se abordam aspectos metodológicos gerais, tanto relativos à investigação como à própria elaboração da dissertação e se colocam todas as ressalvas importantes para a compreensão e análise do trabalho apresentado nos capítulos seguintes.

No segundo Capítulo (1.2) aborda-se a disciplina de história da construção, como campo emergente de estudo, identificando-se um conjunto de fontes possíveis e a forma como cada uma delas pode concorrer para o presente trabalho e para estudos na mesma área. Fez-se igualmente um apanhado das acções nesta área nos países com os quais temos mais fortes ligações e afinidades.

No Capítulo 1.3 faz-se um enquadramento histórico e legislativo da realidade nacional, identificando os aspectos políticos, sociais, culturais e legais que mais influenciaram a forma de construir, particularizando-se na questão regional da cidade do Porto, mas não esquecendo o peso como exemplo e patamar de comparação que Lisboa sempre representa.

No Capítulo 1.4 analisam-se, de uma forma cronológica, as prescrições regulamentares mais importantes aplicáveis à construção de edifícios e actividades conexas, como sejam o licenciamento, a formação e o uso do título de arquitecto ou os regimes de propriedade. Esta abordagem é feita, primeiro, a nível das prescrições nacionais e seguidamente, ao nível dos regulamentos municipais da cidade do Porto, apesar de em certos aspectos a legislação portuense se antecipar à nacional.

No Capítulo 1.5 abordam-se aspectos metodológicos relacionados com o levantamento e com a caracterização geral da área em análise (inicial e alargada) e dos edifícios que a constituem. Este capítulo assenta essencialmente no trabalho de campo, de levantamento da área de estudo e de caracterização e datação dos edifícios (são identificadas as épocas de construção de um conjunto extenso de edifícios dentro da área inicial e da área alargada). São definidos e discutidos os pressupostos de análise, as metodologias de classificação utilizadas, as bases de dados necessárias à recolha e tratamento da informação, entre outros. Aproveita-se ainda este capítulo para caracterizar de uma forma geral e global o universo geográfico, primeiro do ponto de vista da sua evolução histórica, tanto urbana como construtiva, e seguidamente, fazendo a sua caracterização actual, isto é, correspondente ao período de levantamento e execução da tese.

Os elementos resultantes do levantamento são comparados com os dados censitários, em duas vertentes distintas: validação e contraponto, pois a área em análise é bastante peculiar no contexto do Porto, como esta cidade e Lisboa também o são no contexto nacional.

No Capítulo 1.6 aborda-se a pesquisa associada aos processos de licença de obra, explicitando como se organizam os mesmos, em diversas alturas e como estes se encontram divididos e arquivados no município do Porto.

Estabelecem-se à partida os pressupostos de consulta, que levam à definição de uma base de dados, dos respectivos campos e do modo de formatação de toda a informação. A investigação em arquivo relativa a processos de licenças de obra é cruzada, quando importante, com questões estatísticas e outras fontes primárias.

Tomando como matéria de trabalho um conjunto mais reduzido de processos de licenças de obra, faz-se uma análise mais detalhada dos mesmos, cruzando esse estudo com questões de autoria, tipo de promoção imobiliária, ou com o tipo de materiais utilizados.

Essa análise é um «passeio» que é feito ao longo de quase sete quilómetros e mais de cem anos deste importante alinhamento urbano da cidade do Porto. São ainda apresentadas algumas conclusões decorrentes da consulta dos processos, mas que serão tratados com mais detalhe no capítulo que lhe segue.

O Capítulo 1.7 pretende ser o cerne da primeira parte da dissertação onde se faz uma análise cruzada, ou combinada, dos diversos aspectos apresentados nos capítulos anteriores. Numa tentativa de ordenar a complexidade do tema geral, estabeleceu-se um conjunto mais restrito de temas importantes para a construção de edifícios, o seu enquadramento normativo e a sua realização material, cruzando os mesmos com a informação recolhida nos processos de licença de obra.

A segunda parte, que foi designada *MILESTONES*[13], corresponde a uma análise mais detalhada de um conjunto de edifícios diversificados, quer temporalmente, quer em sistemas construtivos utilizados, dimensão e mistura de programas funcionais. São casos de estudo que pelas razões que serão apontadas na parte correspondente, foram analisados com mais detalhe, precedidos de uma recolha mais sistemática de informação relativa ao seu projecto e construção. Estes edifícios são projecto de quatro arquitectos, de três gerações próximas, actuando isoladamente ou em parceria: Arménio Losa [1908-1988], José Carlos Loureiro [1925-], Álvaro Siza [1933-] e Nuno Tasso de Sousa [1941-], três deles ainda em actividade.

Para além das razões intrínsecas da escolha de cada um, o que agrega de uma certa forma este conjunto de edifícios, dando-lhe uma coerência de conjunto, é o facto de, em cada caso, os projectos e as construções corresponderem a desfasamentos temporais (maiores ou menores) nas obras dos arquitectos abordados. A forma de análise é diferente em cada edifício, porque as características de cada um e as informações disponíveis também são muito diversas.

Como a tese acaba por se estruturar como um «passeio» pela realidade portuguesa dos últimos 150 anos, também não existe uma obrigatoriedade inatacável de estudar estes edifícios, apenas estes edifícios, todos estes edifícios ou ainda outros mais.

Há subjectividade e emotividade nas escolhas feitas, francamente assumida. Muitas vezes procuramos razões posteriores, «ares de família» que justifiquem escolhas, mas o mais importante é a forma como nós, enquanto

13.Milestones é o título de um CD duplo do grupo inglês "Magna Carta" e independentemente do real significado da palavra (ou da expressão em português, marco miliário) a razão da escolha foi efectivamente esse CD e o poema de uma das músicas. No preâmbulo à segunda parte será explicitada com mais detalhe a razão, pelo que não vale a pena antecipá-la neste ponto.

sujeitos, nos ligamos aos objectos, a conexão que estabelecemos e que nos permite o prazer da pesquisa, a curiosidade e a capacidade de enlevar os outros nos nossos próprios sonhos. Não sei se o consegui; tantos anos passados, já parece um louco sonho de uma noite de verão, perdido num ciclo interminável de estações. Mas esse sonho e essa noite existiram num tempo e por esse sonho aqui estou.

Os edifícios estudados na segunda parte são os a seguir apresentados com informações mínimas para a sua identificação, já que serão alvo de uma análise e apresentação mais extensa à frente no trabalho:

- O Bloco da Carvalhosa (CMPorto, Losa & Barbosa, 1947) de Arménio Losa e Cassiano Barbosa [1911-1998];
- O Edifício Parnaso (CMPorto & Loureiro, 1955), com as suas duas fases, obra de início de carreira de José Carlos Loureiro;
- A Torre de Habitação (CMPorto & Losa, 1970) que foi terminada como edifício de serviços para a Segurança Social já na década de noventa, de Arménio Losa, na primeira fase e da parceria Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira [1938-] (com a participação de Beatriz Madureira [1940-]), na segunda;
- O edifício na Rua Beato Inácio de Azevedo (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1971) e a torre que faz o gaveto com a Avenida da Boavista (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1973), ambos de Nuno Tasso de Sousa (inserido na empresa Vértice, o gabinete de projectos associado à empresa de construção Soares da Costa, S.A.R.L.);
- As duas fases da intervenção SAAL do Conjunto Habitacional da Bouça (FFH & Siza Vieira, 1973) (FFH & Siza Vieira, 1976) (FFH & Siza Vieira, 1979) (CMPorto & Brigada SAAL da Bouça, 1977-1979) (CMPorto, Siza Vieira & Madureira, 2004), de Álvaro Siza Vieira (com várias colaborações de que se destaca a de António Madureira [1943-]);
- O Edifício de Comércio e Serviços Mota Galiza (CMPorto, Ramos & Loureiro, 1993b), igualmente de José Carlos Loureiro, por determinadas questões que levanta ao nível da necessidade de reabilitação de edifícios contemporâneos;
- O Edifício da STDM, também designado por complexo da Boavista (CMPorto, Siza Vieira & Madureira, 1997) igualmente de Álvaro Siza Vieira em parceria com António Madureira.

A última parte não é uma parte no sentido canónico, mas uma forma de colocar uma barreira diáfana entre um trabalho que não se quer acabado (porque a curiosidade não se esgotou, as fontes existem e continuam a fornecer informação mesmo quando se lhe tenta estancar provisoriamente o manancial) e uma síntese no percurso que é necessária. *TEMPOS DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS DE TRANSPOSIÇÃO DE INFORMAÇÃO*, mais do que um título, é uma meta. As grandes evoluções a que a humanidade tem assistido não são geralmente determinados pela descoberta de alguma coisa efectivamente nova, mas pela nova capacidade de olhar algo que sempre cá esteve, encarando outras possibilidades. Certamente mais ambição do que realização efectiva, mas *"pelo sonho é que vamos..."*

O Volume 2, onde se situa o apêndice documental da dissertação, divide-se em três anexos: um relativo a elementos de projecto (escritos, desenhos e fotografias); outro relativo a enquadramento regulamentar; e o terceiro

correspondendo a um conjunto de listagens importantes para a compreensão de alguns aspectos do trabalho, ou deixada como contributo para trabalhos sequentes.

O levantamento da área em análise, o Anexo 4, pela sua dimensão constitui um volume independente, o terceiro. Apesar de impressas em versão reduzida, a quantidade de edifícios para os quais foram elaboradas fichas não permitia a sua inclusão no apêndice documental sem tornar o volume dificilmente manuseável. Optou-se por não apresentar impressões da base de dados de consulta de licença de obras. Os dados mais importantes são referidos no corpo do trabalho e em casos específicos, no apêndice documental relativo a projectos e obras. Muita outra consulta em arquivo também não é apresentada, ficando como reserva para trabalhos futuros.

Por uma facilidade de transporte e consulta, os Volumes 2 e 3 apesar de serem entregues encadernados são também colocados em formato digital no final do Volume 1.

Hiptxt. 1.A - Pelo Sonho é que vamos

Pelo Sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo sonho é que vamos.

Basta a fé no que temos,
Basta a esperança naquilo
que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
com a mesma alegria,
ao que desconhecemos
e do que é do dia-a-dia.

Chegamos? Não chegamos?

- Partimos. Vamos. Somos.

Sebastião da Gama

B. Definições de âmbito e metodologia geral

Um dos problemas que se colocava à partida era a forma como se conseguiria estruturar e balizar um trabalho sobre a história da construção em Portugal no século XX, sabendo à partida que não seria possível fazer uma história total e sistemática sobre um período de tempo tão longo mas, ao mesmo tempo, tão próximo temporalmente; período este que corresponde a uma época de diversas e intensas alterações sociais, económicas e políticas, modificando de uma forma radical a estrutura geo-social e política do planeta, para já não falar das suas próprias características ambientais e ecológicas pelas alterações climáticas das últimas décadas.

Assim, previamente à explicação da metodologia utilizada, achei importante definir o mais rigorosamente possível qual o âmbito ou as restrições que são aplicadas ao estudo, de forma a serem compreensíveis as questões metodológicas enunciadas no ponto seguinte. As definições de âmbito são necessárias essencialmente a dois níveis, geográfico e cronológico. Contudo, com menos peso ou nível de intervenção no trabalho, são consideradas outras definições de âmbito, em outros campos, pela necessidade efectiva de balizar um trabalho que se caracteriza, logo à partida, por não ter um tema restrito nem se constituir como uma tese a ser provada ou contestada.

O trabalho estrutura-se, devido à sua complexidade, não como uma tese que se apresenta, mas como uma sequência de interrogações que se colocam às fontes históricas, cujas diversas respostas vão consolidando um corpo de hipóteses interpretativas que constituem o corpo do trabalho.

Tenta-se assim formular um alinhamento temático que seja ele próprio uma fonte para a história da construção em Portugal e no Porto, ao constituir-se como uma base de registo de dados que sustenta uma base interpretativa.

Talvez o enunciar de uma tese (ou uma teoria) à partida pudesse ter ajudado em toda a definição do trabalho, pois a mesma nos dá um quadro, um referencial, sobre o qual podemos colocar os nossos exemplos integrando-os numa imagem global. Se dispensarmos essa teorização, temos à primeira vista exemplos soltos, não temos regras que nos ajudem a interpretar as acções.

Mas se essa dificuldade existe, também se reconhece a vantagem de não «forçar», consciente ou inconscientemente, as interpretações ou as escolhas dos exemplos, porque os mesmos facilmente se integram ou ilustram o fio condutor pretendido.

Além disso, também é correcto dizer que uma tese, ou uma teoria, pode ter o mesmo papel de um descritor matemático ou geométrico. Posso tomar como exemplo os trabalhos de René Descartes [1596-1650] com o estabelecimento de um sistema de eixos que permite a definição paramétrica de um ponto, ou de Gaspard Monge [1746-1818] de uma forma similar, no âmbito da geometria descritiva. Se eu criar um referencial, um sistema de eixos com dimensão equivalente à realidade a caracterizar, consigo descrever qualquer forma, com maior ou menor trabalho, dependendo da complexidade da mesma, dos meus conhecimentos matemáticos e dos instrumentos que possuo. No limite, se não conseguir deduzir as regras, ou as fórmulas, que mais correctamente a descrevem, com o grau de aproximação ou de erro escolhido, posso caracterizá-la ponto a ponto, num sistema matricial.

Assim, a teoria, ou a tese, pode ter essa mesma função de referencial lato, «tetradimensional», que me permite a descrição de eventos, mas pode ser também um plano «bidimensional» que me restringe a liberdade de acção. A opção foi notoriamente pela liberdade, mesmo que em muito momentos tenha significado um trabalho sem rede, porque os referenciais se tornaram demasiado difusos e elásticos, como afinal a física moderna veio confirmar relativamente ao espaço e ao tempo.

B.1. Restrições geográficas

A definição de um âmbito geográfico mais restrito que o próprio país ou a cidade do Porto foi uma forma de delimitar o tema inicialmente escolhido, mas não foi uma escolha estabelecida à partida, na fase inicial da investigação. Resultou, por um lado, da análise e apreensão da informação que cada uma das fontes possíveis ou disponíveis poderia trazer para o campo que se pretendia estudar e de uma escolha dos aspectos mais pertinentes para o objectivo definido e, por outro lado, de algumas questões de natureza pessoal e económica, que me fizeram centrar no contexto regional da área de influência da cidade do Porto, pela maior facilidade de acesso às fontes sem dispendiosas deslocações.

E resultou, principalmente, do desejo mais forte de não restringir cronologicamente o estudo a um tempo muito específico, como será visto no ponto seguinte [B.2].

A própria tese sofreu evolução, ou mutação, ao longo dos anos em que tem vindo a ser desenvolvida numa teia de interesses que foram sendo despoletados à medida que se investigava e analisava a realidade e as fontes primárias.

Essa restrição geográfica, que ajudou a delimitar o tema proposto, veio auxiliar também no estabelecimento e definição de uma metodologia de abordagem. Esta decisão de uma abrangência geográfica mais confinada comportava necessariamente riscos, porque forçosamente ao cingir-me a um espaço mais delimitado iria deixar de

fora exemplos interessantes, ou representativos, apenas porque não tinham determinada localização geográfica, mas não limitar também tinha riscos inerentes e pareceu que, pelo menos, os benefícios equilibravam os riscos.

Percebi também que se delimitasse geograficamente o campo de análise, numa área relativamente «pequena», mas fizesse um levantamento sistemático da mesma, mais facilmente iria contemplar edifícios que noutras circunstâncias deixaria de fora, porque do ponto de vista arquitectónico não seriam excepcionais, mas que do ponto de vista do estabelecimento de tipologias de construção corrente e adopção de novos materiais poderiam ser importantes, ou poderiam ser igualmente importantes.

Como salienta Carlos Guimarães;

"A produção Arquitectónica na cidade do Porto e em alguns dos territórios limítrofes tem sido alvo de atenção constante e quase regular por parte de muitas das publicações especializadas, nacionais e estrangeiras. No entanto, tal atenção foca-se fundamentalmente na produção de alguns dos nossos melhores e mais reconhecidos autores, dai derivando contraditoriamente, quer a renovação das razões de tais atenções, quer uma excessiva focalização que embacia e ignora outras produções e contributos.

Acontece que, para uma melhor compreensão e leitura da diversidade da produção arquitectónica neste território, nele implicando as produções que de alguma forma radicam ou prolongam formas de entendimento da arquitectura, que genericamente se ligam à «Escola do Porto», há que aumentar o círculo de abrangência.

Acresce que, para um exercício crítico mais abrangente e posto à disposição e reflexão da opinião pública, importa dar espaço e concretizar estudos de nível e natureza diversa - de divulgação, monográficos ou generalistas e sectoriais - como forma de se ir produzindo matéria de reflexão que fundamente novas e diferentes aproximações valorativas das ideias e das produções objectivas que materializam as formas construídas que vamos habitando. [...]" (Guimarães, 2002).

O objectivo do trabalho sempre se tinha prendido mais com a caracterização de uma forma corrente de construção do que com exemplos excepcionais, paradigmáticos e demasiadas vezes isolados no contexto. E o estabelecimento de uma área geográfica de análise reforçava essa ideia. Os exemplos excepcionais, do ponto de vista arquitectónico ou construtivo, seriam o contraponto necessário na análise, até pela provável maior disponibilidade de informação (geralmente associada a edifícios de referência no contexto da história da arquitectura) que em princípio daria a possibilidade do estudo das condicionantes colocadas nos projectos e na execução das obras. Esses edifícios de excepção poderiam ser escolhidos dentro da área geográfica definida (e efectivamente foram e são analisados na Parte 2).

A forma adoptada para enquadrar e delimitar a investigação (e de alguma forma também refrear ímpetos de demasiada abrangência) foi eleger uma área urbana da cidade do Porto, com características próprias de diversidade edificatória, tanto ao nível da época de construção como da dimensão dos edifícios, tipologia e função e (esperava) variedade de sistemas construtivos utilizados.

Essa zona da cidade é marcada por dois arruamentos urbanos importantes, a Rua da Boavista e a Avenida do mesmo nome, que no seu conjunto constituem um alinhamento urbano com quase sete quilómetros de extensão, e determinaram a expansão da cidade em direcção a Poente com a correspondente inflexão da localização do seu centro de serviços, que passou da designada Baixa, na Avenida dos Aliados (e respectivas áreas circundantes, como a Praça

da Liberdade, Praça D. João I, Rua de Santa Catarina, etc.), para a Praça Mouzinho de Albuquerque e áreas envolventes.

Apesar de razões da escolha e delimitação mais rigorosa da área de análise serem apresentadas no Capítulo 1.5. convém desde já referir que a opção por esta zona é importante e ao mesmo tempo óbvia. Nenhum outro alinhamento urbano da cidade consegue reunir as mesmas características de dilação temporal da execução dos arruamentos e da construção dos edifícios, de dimensão e variedade dos empreendimentos, e de manutenção ainda actualmente e em paralelo de todas as fases da evolução urbana; lotes vagos, lotes edificados, lotes em ruínas, demolidos, reconstruídos, remodelados, com projecto aprovado, etc., e ao nível construtivo, ter quer soluções inovadoras, quer a manutenção de soluções persistentes ao longo do século passado. E apesar destas características, continua a ser uma zona da cidade pouco estudada, quando comparada com a sua importância estratégica no desenvolvimento urbano, e a sua grande dimensão.

B.2. Balizamentos cronológicos

Devo começar por referir que existem vários níveis de balizamento cronológico e que não são coincidentes em todas as partes do trabalho.

O primeiro balizamento, o século XX, provém da ideia inicial do trabalho, tal como o mesmo foi começado há mais de meia década atrás e será o primeiro a ser explicado e justificado.

O primeiro edifício construído em Portugal, com recurso à tecnologia do betão armado, em 1897[14], deu um sinal da mudança que se avizinhava. Apesar dos sistemas de construção anteriores permanecerem em vigência na altura e durante muitos mais anos, começaram a existir novos materiais e sistemas que se foram tentando utilizar, muitas vezes em construções não consideradas na época como edifícios pertencentes ao domínio da arquitectura, pelas funções utilitárias que albergavam e também porque a maior parte nem sequer foi projectada por arquitectos.

Apesar de ter consciência que fazer uma abordagem cronológica e sistemática da história da construção em Portugal ou mesmo do Porto ao longo de 100 anos era uma tarefa que não conseguiria realizar de uma forma minimamente séria e consciente, o desafio era encontrar uma metodologia que conseguisse delimitar e dar sentido à investigação e que a tornasse consequente. Mesmo nos primeiros anos do século XX, em que existe maioritariamente uma permanência dos métodos de construir anteriores, são muitas as experiências que se fazem, ou tentam fazer, com novos materiais, a maior parte por importação directa do exterior, mas alguns de desenvolvimento nacional. O registo de patentes de materiais e sistemas construtivos no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX é ainda considerável. Esta dinâmica é uma das consequências do desejo de ser moderno, de inovar, que fervilha entre as classes intelectuais na mudança de século e do fascínio despertado pela mecanização e industrialização.

Tendo consciência que o modo mais simples seria, logo à partida, balizar cronologicamente o estudo, num período muito mais reduzido, não foi esse o escolhido. Assumiu-se a dispersão temporal, numa primeira fase, porque

14. Início da reconstrução do edifício da Fábrica de Moagem de Trigo do Caramujo utilizando o sistema Hennebique (Ferreira, 1989:64).

ela também traria mais-valias, pela possibilidade de apreensão de um período mais lato e pela comparação que se poderia fazer entre edifícios, sistemas e formas de actuação dos intervenientes.

O facto de em Portugal ainda não existir um conjunto de estudos estruturados sobre este tema, para este período, que pudessem constituir um corpo de saberes de enquadramento leva a que, por uma questão de perspectiva e comparação, seja necessário ser mais abrangente e menos focalizada em aspectos particulares ou tempos específicos. Mais tarde, tomando este trabalho como base, eu própria, ou outros, poderemos debruçar-nos com mais detalhe sobre aspectos particulares da história da construção arquitectónica no século XX.

Mas também se assumiu essa dispersão temporal por razões emotivas que levavam a querer aproveitar este trabalho de investigação e momento da vida profissional e pessoal para tentar ficar com uma panorâmica mais abrangente da produção arquitectónica e construtiva do último século, mergulhando na distância dos seus primeiros anos, em formas de fazer já quase caídas no esquecimento e emergindo nos anos mais recentes, que já foram de prática profissional própria, em que já poderia tirar partido de experiências pessoais, passando, claro, por muitos momentos da história que o tempo de estudo, fundamentalmente ainda como aluna de licenciatura, tinha deixado desejo de conhecimento mais aprofundado e ainda não satisfeitos.

Existia a consciência da dificuldade dessa grande abrangência, mas uma renitência forte em abandoná-la. E consoante se foi avançando no estudo, ao invés de se restringir o âmbito cronológico, o mesmo foi sendo ampliado, enterrando-se a investigação mais profundamente no passado histórico da cidade e do país.

A nível da percepção histórica do que é a construção de edifícios e do que é o licenciamento dos mesmos havia momentos que pareciam chave e sem os quais eu não me sentia à altura de encetar o trabalho e que me fizeram recuar temporalmente.

Uma forma de não aumentar explicitamente a abrangência cronológica do estudo foi utilizar a habitual designação de enquadramento, antecedentes, ... mas a realidade efectiva é que era preciso primeiro apreender o que se passou em Lisboa depois do terramoto [1755], para se perceber o que se passará no Porto com a actuação da Junta de Obras Públicas [1763-1832] e posteriormente com os serviços técnicos do município[15] e para poder compreender minimamente os mecanismos urbanos de licenciamento da construção.

Era também necessário compreender o novo país que saiu das convulsões liberais [1820-1851] para entender toda a formulação legal aplicada à construção que começa a ser promulgada a partir dessa data, e que em muitos aspectos mantém uma proximidade elevada com a actual.

Assim, para além do balizamento cronológico do trabalho de campo no século XX, temos um segundo sistema de limitação temporal que vai, de grosso modo, desde 1 de Novembro de 1755 até ao dealbar do século XXI, que não pretende ser um estudo exaustivo, mas apenas daqueles momentos ou factos que acho terem sido pertinentes para o que me proponho estudar.

15. As atribuições da Junta das Obras Públicas foram transferidas para a municipalidade, pela portaria de 26 de Novembro de 1832 (CMPorto, 1838-06-20).

São períodos conturbados, principalmente desde o final do século XIX até à implantação do Estado Novo (ou se formos mais correctos, desde as Invasões Francesas até à implantação do Estado Novo) e a percepção que deles tenho é necessariamente simplificada, tentando afastar-me, para ver só as linhas fortes, principais, esquecendo todos os vincos e amassos que tatuam o nosso Portugal.

Mas este segundo balizamento cronológico foi importante para mim, para perceber o país, talvez para me desiludir ainda mais com o país (mais do que estas páginas escritas o expressam). Não sei se este enquadramento histórico será igualmente importante para todos os que vão ler, mas certamente para as gerações mais novas será um auxiliar importante de contextualização. De referir que o facto de em 2010 se ter celebrado o centenário da República, deu origem a algumas exposições, publicações, palestras, ou outras actividades que de certa forma nos trouxeram o passado mais presente.

Resumindo, apesar do período considerado para o levantamento de processos de licenças de obra corresponder ao século XX, o âmbito temporal acabou por ser mais alargado, ao nível do enquadramento histórico e normativo, pela necessidade de perceber os antecedentes para conseguir apreender a época em estudo em toda a sua complexidade. Não se tratava apenas de perceber a legislação aplicada à construção, mas a forma como a legislação era promulgada e cumprida, a própria história do país, a sua estrutura administrativa, as divisões sociais e os períodos políticos e económicos de charneira entre épocas. E a história portuguesa, entre o início do século XIX e primeiro quartel do século XX foi das mais perturbadas nos seus oito séculos de existência enquanto território autónomo identificável.

O próprio estabelecimento de uma área de análise, o alinhamento da Boavista, que começou a ser edificada a partir de 1794, implicava necessariamente que o balizamento cronológico “século XX” não fosse rigoroso ou impeditivo de outros estudos.

No título da tese: *"Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto - O Eixo da Boavista (1927-1999) - Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX*" baliza-se mais restritivamente o âmbito temporal do século XX, entre 1927 e 1999, tentando evidenciar que não estamos perante uma história abrangente, mas uma sequência de momentos que se perfilam tentando narrar uma história, dentro da multitude de outras possíveis.

Com o decorrer do trabalho de campo e arquivo, com análise mais detalhada dos edifícios, elementos recolhidos e um acumular de investigação que permitiu moldar uma percepção do modo de construção habitual das diversas épocas, optou-se por fazer incidir o estudo com mais detalhe a partir do final da década de vinte, quando efectivamente os novos materiais (designadamente o betão armado, mas não só) e as novas formas de edificar, ou pensar a construção, começaram a entrar de forma sistemática na prática construtiva portuense, continuando a usar as épocas anteriores como termo de comparação e aferição.

Estabeleceu-se assim um enquadramento cronológico mais apertado entre 1927-1999.

A data de 1927 é a menos convincentemente usada (porque numa primeira análise o que faria efectivamente sentido seria colocar 1794, como o ano em que foram realizados os primeiros desenhos de regularização de alçados para a Rua da Boavista, de Teodoro da Sousa Maldonado (Berrance, 1993) e portanto o nascimento do eixo urbano como conjunto edificado, mas aí extravasaria notoriamente o âmbito inicial proposto).

O ano de 1927 corresponde à data da licença do edifício projectado por Manuel Marques e José Júlio de Brito (CMPorto, Marques & Brito, 1927) na então designada Praça da Boavista, que poderemos considerar o primeiro imóvel

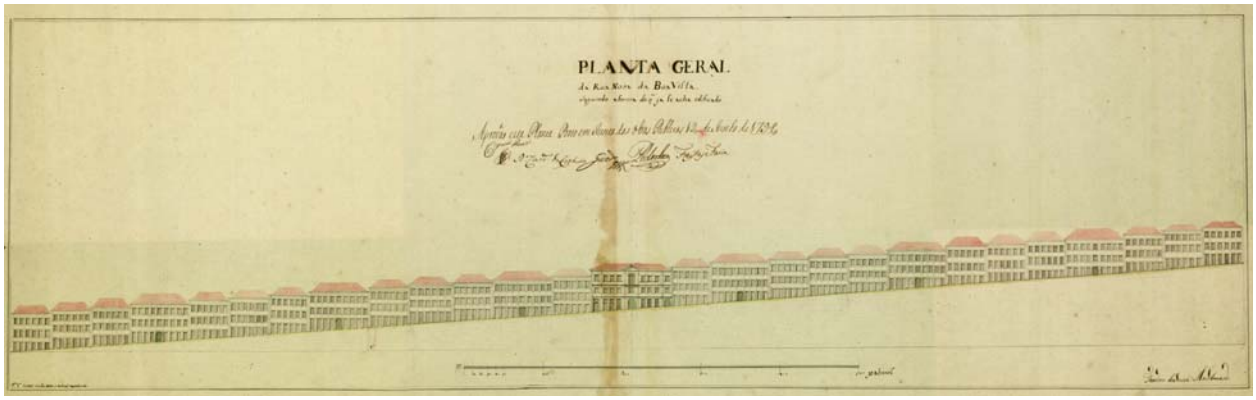


Fig.14 Catálogo de livro de plantas - Rua da Boavista, Lado Norte.

(Maldonado, 1794)

com características modernas dentro da área em análise. Não apenas pela utilização do betão armado, unicamente usado de uma forma pontual na zona das traseiras, mas por todo o desenho de alçado e pela utilização da pedra como um revestimento da própria pedra, isto é, como placagem, nuns locais lisa e noutros com aplicação de um baixo-relevo, algo que só bastante mais tarde começará a ter uma utilização sistemática na cidade, mas com referências internacionais de modernidade e com questões teóricas que entroncam com os escritos de Gottfried Semper [1803-1879], de referências à arquitectura têxtil, como um elemento que forra e não é estrutural, embora pense que a transposição veio por via da imagem, pelo conhecimento de outros exemplos e não pela via teórica[16]. As inovações em relação às imagens vigentes são ainda tímidas, mas suficientes para perceber a mudança, principalmente se comparado com outros edifícios construídos exactamente do mesmo ano, a poucas centenas de metros de distância.

Em 1925 é promulgada a legislação que regula o uso do título de Arquitecto (Portugal, 1925-09-17) que também tem influência em todo o processo de licenciamento, bem como na arquitectura que se vai fazendo. No ano anterior também tinham sido estabelecidos a nível nacional os sistemas de licenciamento municipal (Portugal, 1924-09-15).

Em 1927 torna-se obrigatória uma Licença de Habitabilidade (Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30) para permitir a utilização do edifício, emitida pela Câmara Municipal e pela autoridade de saúde, tornando-se um meio de aferição da finalização da obra (apesar de obrigatória a partir de 1903 pelo RSEU (Portugal, 1903-02-14), não tinha sido implementada por falta de definição das disposições que a regulassem).

O ano de 1927 corresponde, num sentido mais lato, ao período inicial de implementação do Estado Novo e ao começo de uma fase de estabilidade política (com os seus custos, estou ciente) e de prosperidade económica do país, com influências sensíveis na actividade edificatória.

Todos estes aspectos acabaram por conduzir à escolha do ano de 1927, que não sendo clarividente, convicto ou totalmente convincente é pelo menos justificável.

16. Júlio José de Brito [1896-1965] formou-se no Porto mas nasceu em Paris, filho de mãe francesa. Manuel Marques vai para Paris como bolseiro do Governo entre 1918 e 1930. As ligações dos dois técnicos à capital francesa são conhecidas.

A Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas de 1925 terá sido a influência maior neste projecto pioneira dentro da área em análise e na própria cidade do Porto.

A escolha do ano de 1999 é mais directa. Primeiro, porque é a data de conclusão de obra (caducidade da última licença de construção e pedido da licença de habitabilidade) do edifício estudado com detalhe na Parte 2 do trabalho (CMPorto, Siza Vieira & Madureira, 1997) cuja construção foi por último iniciada (o conjunto habitacional da Bouça, apesar de ter a conclusão da segunda fase da obra em 2006, teve o processo iniciado em 1973). E segundo, porque assim se encerra um ciclo secular que intuitivamente e automaticamente se considera pela manutenção dos dois dígitos iniciais da data.[17]

B.3. Outras definições de âmbito

O estudo de edifícios específicos, como um dos pilares em que assenta o trabalho, também não foi equacionado logo à partida, mas resultou das investigações iniciais de várias fontes e a determinação do contributo que poderiam ter para o trabalho ao nível do tipo e quantidade de informação fornecida. Ao querer estudar o caso concreto da actividade de construção no Porto, como referido atrás, os edifícios e seus processos de licenciamento e execução apresentavam-se como fornecedores de mais informação do que, por exemplo, as revistas de arquitectura, muito mais centradas na actividade na zona da Grande Lisboa.

A forma como se determina todo o trabalho da tese, sem componente laboratorial e sem trabalhos externos de levantamento total de edifícios existentes, leva a que se opte por um estudo mais particularizado e detalhado das fachadas dos edifícios, zona mais visível e acessível, também a mais exposta aos agentes atmosféricos, com implicações maiores (conjuntamente com as coberturas) na qualidade geral dos imóveis e determinante na imagem urbana (seguindo um pouco as filosofias das primeira legislações aplicadas à construção, como será visto nos capítulos próprios).

Muito recentemente, no Encontro Nacional Reabilitar 2010, tive oportunidade de assistir a uma comunicação (Paulo, Branco & Brito, 2010) que apresentava parcialmente um trabalho de doutoramento realizado por Pedro Vaz Paulo no IST, e no qual se estudaram as fachadas dos edifícios e as respectivas patologias e onde a fotografia foi a ferramenta usada para o levantamento.

O método utilizado inicialmente não foi muito diferente do usado no presente trabalho, assentando igualmente num levantamento fotográfico. Essa informação teve um tratamento posterior através de ferramentas digitais (correcção de perspectiva, conjugação de imagens para criar um alçado, isto é utilização standard dos programas de tratamento de imagem). A partir dessa base, tratando colorimetricamente as fotografias, as mesmas foram usadas para determinar a localização e a extensão de patologias nos revestimentos de fachadas dos edifícios.

Não sendo um estudo similar ao que se apresenta, não me deixou de interessar como ponto de comparação e como mostra dos diferentes caminhos que podemos seguir a partir de um mesmo material, uma mesma fonte, neste caso as fachadas das edificações, e os resultados que podemos ou conseguimos atingir.

17.E se as brincadeiras matemáticas também podem servir de justificação, em cada uma das datas, tirados os "noves fora" e temos a Unidade.

B.4. Metodologia Geral do Trabalho

Um trabalho de doutoramento é essencialmente um trabalho de aprendizagem própria mais do que uma contribuição *"para o alargamento de fronteiras do conhecimento"* (Portugal, 2006-03-24) como a legislação de enquadramento nacional e o próprio regulamento dos terceiros ciclos da UP o confirma, pela forma como estabelece as condições para concessão do grau de doutor. A contribuição para o conhecimento colectivo é o efeito colateral da nossa própria aprendizagem, da tentativa de encontrar um caminho, ou muitas veredas, muitos labirintos (sem fios de Ariadne) percorridos e esquecidos à medida que o tempo passa e que outros desafios se vão colocando, outras seduções se atravessam no caminho.

Das experiências anteriores podemos tentar fazer exemplo, mas estamos perante um desafio novo, cuja exigência, muitas vezes sobrevalorizada, nos assusta e tolhe a iniciativa.

Nesta perspectiva, este trabalho foi importante para a formação de mecanismos de investigação, para o conhecimento das limitações e potencialidades próprias e, fundamentalmente, para ter a perfeita consciência que se hoje iniciado seria conduzido de forma completamente diversa, mais equilibrado em termos de esforços e objectivos a atingir, esbatendo o efeito de desejos emotivos e condicionantes pessoais a que o tempo se encarrega de mitigar a importância.

Seria certamente um trabalho diferente, mas como os anos que entretanto se passaram não podem ser apagados como por magia, ou transformados noutra coisa, é com esse percurso de investigação e com essas condicionantes que o trabalho agora se apresenta. Percurso que não foi linearmente estruturado, mas feito de muitos pequenos caminhos trilhados, alguns deles sem consequências efectivamente palpáveis, porque não concretizados em forma escrita ou desenhada, transmissível a terceiros; com dispersão de investigação por campos que nem sempre se revelaram concorrentes com o objectivo inicial, mas que a gulosa curiosidade própria sempre impelia a sorver apenas mais um gole, mais uma informação a recolher, mais um desejo de conhecimento a ser suprido. Percurso que acaba por ser também reflexo da personalidade de quem o efectua.

Como vários amigos e colegas fizeram questão de salientar, as provas de doutoramento não são um ponto de chegada mas um ponto de partida. É apenas o início das muitas coisas que queremos vir a fazer, dos estudos que pretendemos encetar, ou continuar, dos assuntos que para além do campo sempre restrito desta prova, nos cativam. E assim resolvi encarar este desafio, como a prova que me coloco de que sou capaz de fazer mais e melhor, agora que com este trabalho consegui reunir ferramentas e conhecimentos de que antes não dispunha, e tomei consciência ainda mais sensível do tanto mais que ainda não sei.

Depois de colocadas estas ressalvas, ou explicações, de como a metodologia de análise é, de certa forma, um conjunto de metodologias, resultado de orientações que foram sofrendo mutações ao longo de cerca de seis anos, posso então explicar, sucintamente, de que forma o trabalho de investigação foi organizado, conduzido e como se estrutura globalmente.

A metodologia de trabalho seguida assentou em dois vectores distintos:

- (a) um justificado pela necessidade de enquadramento e aquisição de conhecimentos próprios;
- (b) e um segundo, mais importante, relativamente à recolha e ao estabelecimento de documentos para análise e que se tornassem conteúdo e ferramentas de trabalho.

Relativamente ao primeiro vector (a) este foi essencialmente constituído por trabalho de análise de fontes escritas, revistas, artigos, livros, teses, legislação, tentando enquadrar nacional e regionalmente as diversas questões que se iam colocando ao longo do trabalho.

Pelo facto de o trabalho corresponder a uma abordagem diversa da que geralmente é feita à história da arquitectura, mas por outro lado, pelo facto de ser temporalmente bastante abrangente e geograficamente limitado, colocavam-se questões importantes relativamente ao que deveria ser considerado investigação pertinente para um possível estabelecimento do estado da arte.

Foram considerados como mais importantes para estudo os seguintes aspectos:

- estudo da história da arquitectura (século XX) na cidade do Porto e a relação com contexto nacional;
- estudo da história de Portugal, principalmente dos séculos XIX e XX e dos seus reflexos na cidade do Porto;
- estudo da história da construção, enquanto campo disciplinar[18];
- estudos sobre os arquitectos cujos edifícios foram alvo de análise mais aprofundada na Parte 2;
- estudo da evolução urbana da zona da Boavista;
- estudo das prescrições normativas nacionais e municipais, principalmente, mas não exclusivamente, aplicadas à construção:
- estudo dos dados estatísticos, com especial incidência nos dados censitários relativos à habitação e construção;
- estudo de diversas publicações periódicas, correspondendo a alguns dos períodos em análise.

Esta apresentação não corresponde a um ordenamento por importância relativa ou absoluta. O estudo foi feito por interdependência de factores, não necessariamente estratificados e nem todos com a mesma profundidade e abrangência.

De uma forma não sistemática foram também vistos trabalhos sobre materiais e sistemas construtivos, suas características, utilizações correntes, patologias e forma de reabilitação. Foi ainda analisada a utilização das revistas de arquitectura e construção dos primeiros anos do século XX como fontes de informação para o conhecimento da história da construção.

Entre outros trabalhos que vão devidamente citados no corpo da tese ou na bibliografia final, foram importantes, nessa primeira fase de (meu) enquadramento geral, algumas leituras e releituras de obras sobre a história da Arquitectura Moderna Nacional, como o trabalho de Ricardo Figueiredo (Figueiredo, 1989) fornecido como apontamento escolar, em versão fotocopiada e que ainda hoje não tem uma versão editada; a prova de agregação de Sérgio Fernandez, editada pela FAUP (Fernandez, 1988), o capítulo escrito por Nuno Portas (Portas, 1973a) na História da Arquitectura de Bruno Zevi (Zevi, 1973) bem como o respectivo prefácio (Portas, 1973b) sobre a realidade portuguesa. Foram ainda lidos os livros, de Ana Tostões, "Verdes Anos" (Tostões, 1997b), de José António

18.Neste caso, não era possível manter o âmbito regional e o ponto fulcral desta análise foram os congressos internacionais e os congressos espanhóis sobre história da construção.

Bandeirinha, Quinas Vivas, (Bandeirinha, 1996), e de Pedro Vieira de Almeida, "A arquitectura no Estado Novo" (Almeida, 2002) todos eles resultantes da publicação de teses académicas (mestrado ou doutoramento).

Já em termos de obras colectivas foram também utilizados para contextualização geral e familiarização com a época as seguintes publicações:

O trabalho de José Salgado e Manuel Mendes, "(In)formar a modernidade", (Salgado & Mendes, 2001) sobre a arquitectura e os arquitectos portuense da primeira modernidade, que permitiu um primeiro contacto com nomes que inicialmente eram pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos e que com o trabalho de investigação se tornaram referências correntes no trabalho; o volume sobre A Arquitectura Moderna, da História da Arte da Alfa, (Almeida & Fernandes, 1986); os Mapas e Guias de Arquitectura da cidade do Porto, que permitiram uma primeira identificação de imóveis que poderiam suscitar interesse para o presente estudo (AA.VV., 2001), (Fernandes, Cannatà & Alves, 2002) (Costa & Tavares, 2003); e algumas monografias ou catálogos de exposições, como por exemplo sobre a Arquitectura Portuguesa do Século XX (Tostões, 1997a) ou sobre alguns dos seus arquitectos mais representativos.

O Inquérito à Arquitectura do Séc. XX (IAPXX, 2006), que teve desenvolvimento paralelo a uma das fases da tese, foi mais uma verificação do que uma consulta, isto é, foi a validação do interesse pela arquitectura do século XX, e a necessidade de preservar a sua memória e a sua história, não só do ponto de vista arquitectónico mas como concretização material de uma ideia através das ferramentas e materiais disponíveis em cada época.

Muitas outras obras, teses e artigos foram consultados ou lidos, na fase em que ainda se procurava um caminho, mas acabaram por não ter relação directa com o trabalho executado pelo que nem sequer são colocadas na bibliografia (embora sempre possam ter tido influência mesmo a um nível inconsciente).

De uma forma geral, a constatação feita nestas leituras foi a de que a construção, enquanto expressão material de um complexo sistema de execução que permite a concretização de uma imagem arquitectónica e de uma ideia de projecto, está omissa na maior parte dos casos. A forma de execução até pode ser mencionada, alguns dos tipos de materiais utilizados são referidos, mas a explicação detalhada de como se fez e porque se fez, que era o que movia a minha curiosidade, não são expressos. De alguma forma o que eu tentava perceber eram os processos de execução e a razão de certas decisões, às vezes mais prosaicas, mas nem por isso menos determinantes na definição final do imóvel.

A esse nível, a leitura das revistas de arquitectura e construção do início do século foram mais efectivas e informativas (apesar de assentes na maioria dos casos nas formas de construção convencional à época) porque efectivamente referiam processos de execução, materiais e mesmo algumas das empresas que executavam os serviços, ou as patentes que representavam.

Os novos materiais, ou as novas comodidades, quando eram utilizados eram referidos, e em muitos casos eram apresentadas, como notícias, os «novos materiais» ou sistemas técnicos que entretanto tinham aparecido no estrangeiro.

Foi lida a tese "Cultura e tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa" (Tostões, 2002) com um misto de receio e alívio. Apesar de ser de 2002, a tese só começou a aparecer nas pesquisas da Biblioteca de Arte da Gulbenkian e da Biblioteca Nacional, em 2005, pelo que só nessa altura consegui obter uma cópia para leitura, isto é, numa fase em que o meu próprio trabalho de doutoramento já estava iniciado e o tema da história da construção já lançado. A área em que a tese foi defendida, Engenharia do Território, dificultou também a sua localização como fonte

possível. Pelo título da mesma, o receio de que o que eu pretendia fazer já estivesse feito assaltou-me. Mas apesar de mais focalizada em termos de tecnologia da construção, a forma de abordagem dessa tese ainda se insere essencialmente no âmbito da teoria da arquitectura, pelo que não colidiria com o que eu pretendia e tinha começado a realizar, o que me permitiu manter a linha de estudo já encetada.

Como inspiração inicial para o presente trabalho e referência, os dois livros de Ford (1990, 1996), "The details of the modern architecture", uma análise do ponto de vista construtivo de uma série de edifícios emblemáticos da modernidade internacional. No decurso do trabalho essa referência foi-se esbatendo, de tal forma que algumas perspectivas axonométricas de edifícios (baseadas na execução de um modelo tridimensional construtivo) nem chegaram a ser totalmente concluídas e inseridas na dissertação.

A ideia de poder abarcar a totalidade do conhecimento produzido até à data sobre determinado tema é um mito renascentista mas que não tem lógica na complexidade do século XXI. Ou limito bastante o campo de análise, ou então, só me resta assumir que possam ter ficado de fora alguns (ou muitos) trabalhos de alguma forma relacionados com o assunto estudado, elaborados nas muitas universidades portuguesas onde se lecciona arquitectura, história de arte, engenharia e ciências dos materiais, ou a nível internacional, numa miríade de instituições de ensino e investigação. Logo à partida assume-se que ficou de fora toda a bibliografia em línguas que não domino e que não esteja traduzida para português, inglês, francês ou espanhol e, mesmo dessa, fica a plena consciência que apenas uma pequena parte dos trabalhos que marginalmente tocam o estudo efectuado, foram consultados.

A quantidade de teses académicas de diversos graus (licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento) elaboradas nos últimos anos torna impossível sequer pretender perceber o seu âmbito para além do que é perceptível quando explicitamente referido no título. E nem sempre título e conteúdo estão sincronizados.

De qualquer forma, pela crescente disponibilização *on-line* em repositórios, ou pela possibilidade de consulta *on-line* do catálogo de uma já considerável quantidade de bibliotecas nacionais, tentou-se fazer uma análise, o mais exaustiva que o bom senso determinava, dos trabalhos académicos realizados nos últimos anos, essencialmente nas Faculdades Públicas (ou departamentos) de Arquitectura, Letras e Engenharia, e em algumas Universidades Privadas onde existe o curso de Arquitectura com já alguma tradição.

Relativamente ainda este primeiro nível de abordagem (a), que usualmente na parte escrita de uma tese corresponde ao enquadramento próprio geral de um tema, ou conjunto de temas, optou-se por não fazer o ainda habitual capítulo dedicado ao «Estado da Arte», onde se mostra o que já está feito (ou estudado), como se encadeia e o que se determina ou pressente que possa, ou deva, ser o nosso contributo nesse campo disciplinar.

A razão maior para essa decisão foi o facto de o tema, se considerado em toda a sua complexidade, não ser suficientemente delimitado para poder fazer uma abordagem correcta e instrutiva sobre o estado da arte. E se encarado na sua forma mais restrita, relativamente à construção edificada ao longo do eixo da Boavista, isto é, numa zona específica desta cidade particular, não terem sido encontrados trabalhos que o abordassem do ponto de vista pretendido.

Assim preferi, em vez do discorrer canónico sobre estado da arte, reflectir sobre o estudo da história da construção (Capítulo 1.2) enquanto campo disciplinar, sobre quais as que fontes podem auxiliar quem se inicia nesse

estudo e como as mesmas podem ser tratadas. Pareceu-me fazer mais sentido para o trabalho próprio e representar uma ajuda maior para trabalhos futuros.

A apresentação das fontes não se limita apenas ao seu elencar, mas tenta mostrar que tipo de conhecimento pode ser obtido a partir das mesmas, dando, quando possível, exemplos do tipo e forma da informação disponível. Não esgotará certamente as fontes possíveis ou existentes, mais ainda sendo a história da construção um campo pluridisciplinar, com capacidade de recolha de elementos importantes para a sua caracterização em diversas áreas do conhecimento. As fontes que aqui se apresentam são, de uma forma geral, aquelas que os arquitectos mais facilmente poderão dominar e tratar.

Estas fontes foram utilizadas com maior ou menor incidência na elaboração do meu próprio trabalho, pois apenas uma análise cruzada e comparada de dados de origens diversas permitiu adquirir uma perspectiva da evolução da caracterização construtiva do edificado, possibilitando o estabelecimento de um conjunto de conclusões.

Relativamente ao segundo nível de abordagem (b), isto é, à recolha, análise e tratamentos de documentos para o trabalho, que é o que constituiu o contributo próprio para o conhecimento colectivo sobre o tema, assentou resumidamente em quatro orientações distintas mas paralelas:

A - Trabalho de campo, que consistiu na definição e no levantamento sistemático de edifícios de uma área geográfica, que constituiu a área inicial de análise, e levantamento não sistemático de edifícios dentro do que foi considerada a área alargada de análise (Capítulo 1.5).

B - Trabalho de arquivo, fundamentalmente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, mas também no Centro de Documentação da FAUP, Arquivo Distrital do Porto, Centro Português de Fotografia, Arquivo geral da Câmara Municipal do Porto e arquivos privados, relacionado com a consulta de processos de licenciamento de obras, mas também de outras fases de projecto, ou de execução de obra, se e quando disponíveis (Capítulo 1.6).

C - Recensão crítica da legislação publicada a partir da segunda metade do século XIX, não executado integralmente mas orientando por percursos estabelecidos segundo determinados objectivos, explicitados resumidamente no ponto B.2 (Capítulo 1.3 e 1.4). Análise de alguns diplomas anteriores, que se revelassem importantes para o enquadramento legal ou histórico.

D - Estudos mais aprofundado de um conjunto de edifícios localizados na área alargada de análise com algumas particularidades que os tornaram foco de especial interesse, como será justificado no início da segunda parte do trabalho (Parte 2).

Existe interpenetração entre as diversas abordagens, não apenas por uma questão de (des)organização, mas pelo facto de que a investigação em determinados campos ter servido de motivo, ou reforçado a necessidade, de avançar mais profundamente no conhecimento noutras áreas ou de outros factos. E mesmo assim, sei que muito ficou de fora, muito terá que ser deixado para depois.

Relativamente às metodologias particulares usadas em cada uma das fases, as mesmas serão com mais detalhe tratadas no capítulo próprio a que cada uma diz respeito. De uma forma simplificada podemos referir que o método de trabalho passou pelas seguintes fases, não cronologicamente organizadas (porque o trabalho se fez por diversos ciclos e não num ciclo único) e que são as representadas no esquema da Figura 15.

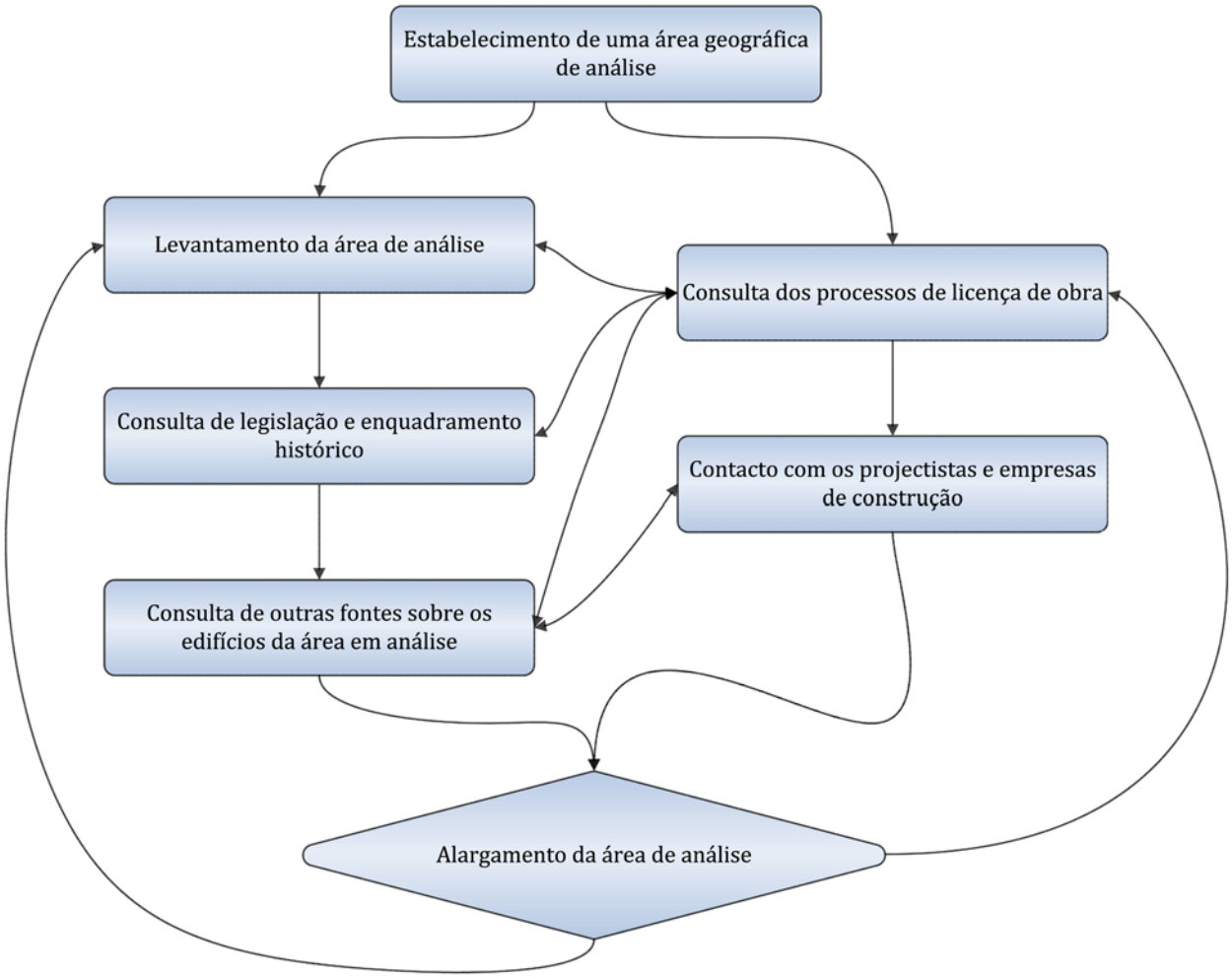


Fig.15 Esquema geral da metodologia utilizada no segundo nível de abordagem.

Relativamente ao estudo de casos, o processo de escolha não foi fácil nem estável. Vale a pena fazer uma consideração prévia, relativamente à organização e processo de escolha, porque existiram algumas alterações de orientações ao longo da elaboração da tese e respectivo tempo de investigação, que corresponderam a metodologias diferenciadas de abordagem e que de alguma forma dirigiram diferentemente o trabalho.

A estruturação da apresentação dos edifícios, como marcos que pontuavam o meu estudo, foi sofrendo alterações à medida que o trabalho evoluía, mas também com a constatação que o número de casos apresentados teria de ser mais reduzido que o inicialmente pretendido. A primeira intenção foi agrupar os edifícios por tipos de revestimentos de fachadas e depois ordenar cronologicamente os edifícios, dentro de cada grupo de revestimentos.

Este tipo de organização determinava uma quantidade considerável de objectos de estudo, para conseguir abranger a totalidade, ou praticamente a totalidade, de revestimentos existentes dentro da zona em análise.

As vantagens (ou os não-inconvenientes) desta abordagem por materiais e não simplesmente cronológica foram equacionadas inicialmente e são a seguir apresentados:

- Com o conhecimento do presente, a perspectiva cronológica que nos iria apresentar os materiais e os sistemas à medida que eles fossem sendo introduzidos na construção, não era imprescindível;
- Ao agrupar os edifícios por materiais e sistemas é possível estabelecer comparação mais fácil e directa entre os diferentes edifícios;
- As questões relativas ao revestimento comuns aos diferentes edifícios poderiam ser abordadas uma única vez, evitando-se a repetição;
- A consulta seria mais operativa, para quem pretendesse apenas uma informação particular sobre determinado sistema;
- A perspectiva cronológica, do ponto de vista da história da construção, com tão poucos exemplos para o extenso tempo analisado, seria mais um conjunto de hiatos, em vez de um encadear de eventos;
- Uma simples perspectiva cronológica deveria significar uma descrição exaustiva que não foi o que se pretendeu, nem seria possível conseguir para um prazo tão dilatado, neste contexto.

Contudo as desvantagens que foram sendo detectadas ao longo do trabalho e que concorreram para o abandono desta metodologia, foram resumidamente as seguintes:

- A grande quantidade de edifícios que seria necessário abordar na segunda parte do trabalho e que implicariam um maior aprofundamento do estudo de cada um deles, aliada à dificuldade de reunir informação sobre todos eles com o nível necessário de detalhe para fazer essa análise;
- A abordagem entretanto seguida, que reforçou a importância da investigação histórica, designadamente a nível normativo e de enquadramento, determinava que por uma questão de equilíbrio do trabalho ter-se-ia efectivamente de reduzir o número de edifícios estudados, de forma mais profunda, na segunda parte;
- Apesar de toda a importância do revestimento da fachada na definição de uma imagem arquitectónica dos edifícios, o mesmo é também das partes mais efémeras, facilmente alterado por pinturas de características diferentes, remoção de revestimentos, novos revestimentos ou mesmo a sobreposição de uma segunda fachada à fachada inicial. Os revestimentos que eram o objecto inicial de estudo, não deveriam ser a justificação de toda a organização da parte principal da tese, tal como ela estava definida nessa altura, pois a mesma também extravasou o âmbito inicial preconizado.

Deixou-se voluntariamente de lado a questão de agregação por materiais e escolheram-se alguns edifícios (muito menos do que na hipótese inicial) como marcos que mais seduziam, mas que mesmo assim garantiam diversidades de revestimentos e sistemas construtivos, mesmo não abordando todos os revestimentos existentes dentro da área de análise.

Cada um dos edifícios estudados tem particularidades que o torna interessante para uma análise do ponto de vista construtivo, encarando o mesmo, quer na faceta de descrição da forma de execução, materiais constituintes, como na vertente das «estórias» que acompanham a elaboração de projectos e obras, e foi esse o critério que vingou.

Assim, a partir do levantamento da área de análise e da consulta de licenças de obra, foi estabelecido um conjunto de edifícios que iriam servir de base a um estudo mais aprofundado, tentando perceber não só como foram

construídos, mas o porquê de algumas dessas decisões. O conjunto de edifícios era inicialmente bastante extenso, como já foi dito, por um lado porque existia uma quantidade considerável de edifícios que gostaria de estudar, mas por outro lado, porque a informação relativa a alguns deles era tão diminuta que apenas pela comparação e pela consulta sistemática de licenças da mesma época, ou do mesmo projectista, era possível chegar a algumas conclusões sobre a forma de edificação. A falta de determinadas informações num edifício poderia ser suprida pela consulta dos processos de outros edifícios, com características similares, melhor documentados, alguns deles mesmo fora da área geográfica estabelecida para análise.

Assim a escolha final de edifícios para estudo de caso, mais do que de decisões de inclusão, resultou de decisões de exclusão, por não ser possível estudar com detalhe todos os edifícios que se desejava. A justificação da sua escolha será feita no início da segunda parte do trabalho.

Para perceber as opções tomadas durante o trabalho, que eventualmente não são muito consentâneas com um típico trabalho na área da História ou da História de Arte e para que as mesmas fiquem estabelecidas na fase inicial de apresentação do trabalho (e da sua leitura), tentando evitar interpretações erróneas, optou-se pela colocação neste capítulo relativo à metodologia, de um conjunto de ressalvas e considerações que devem ser tomadas em conta.

Nestas considerações iniciais trata-se ainda de estabelecer as regras pelas quais se irá pautar o trabalho, para mais facilmente existir coincidência de critérios ao longo do mesmo (coincidência de critérios na execução do trabalho e coincidência de critérios na sua leitura).

C. Ressalvas e Considerações Prévias

C.1. Apêndice documental

No apêndice documental estão incluídos elementos de projecto (escritos, desenhos e fotografias) e legislação nacional e municipal, bem como algumas listagens de informação.

Relativamente à inclusão de legislação importante para o trabalho, optou-se, numa primeira fase, não por fotocópia, mas pela transcrição dos diplomas, por diversas razões, desde a falta de qualidade dos originais, a dimensão dos originais que iriam implicar intrincadas montagens[19], mas fundamentalmente pelo facto de na maior parte dos casos a legislação não se referir exclusivamente à construção e a transcrição de extractos permitir ser selectiva e usar as partes que efectivamente eram importantes para o trabalho. Conservou-se o mesmo critério para legislação mais recente, que não teria os mesmos condicionantes de qualidade e dimensão do suporte físico.

19.Durante umas dezenas de anos, os diários oficiais tinham dimensões equivalentes aos jornais da mesma época, isto é, próximas do actual tamanho normalizado A2. A fotocópia dos mesmos já é muito incómoda, a tentativa de os montar em formato A4 a partir de fotocópias ou digitalizações implicaria o cerzir de uma manta de retalhos, a partir de elementos já com difícil leitura por causa do escurecimento do papel.

Nos casos dos documentos de projecto, ao nível das fontes escritas, manteve-se a mesma opção de transcrição dos elementos mesmo quando, relativamente aos mais recentes, a sua qualidade já permitia a fotocópia. Esta opção foi essencialmente por uma questão de consistência de princípios e coerência gráfica, usando-se igualmente a transcrição de extractos quando os assuntos mencionados eram demasiado específicos para o âmbito da tese (por exemplo, descrição detalhada de como eram dimensionados os diversos elementos estruturais), mas mantendo-se sempre que essa informação, apesar de específica, ajudava no enquadramento geral do projecto e no entendimento da solução arquitectónica.

No caso das peças desenhadas de projecto, quando a digitalização das mesmas possuía qualidade para reprodução e a mesma estava acessível, utilizaram-se os desenhos originais, geralmente obtidos a partir de microfilmagem (numa escala reduzida compatível com a utilização do formato A4 da tese).

Nas situações de falta de qualidade, ou assimetria de qualidade dos elementos de projecto, optou-se pelo seu redesenho algumas vezes recorrendo a ferramentas não disponíveis na época em que foram executados, como a visualização 3D, que foi de grande utilidade nos casos em que os edifícios não foram construídos, ou não foram construídos de acordo com o projecto.

A fotografia é uma fonte documental importante bem como uma ferramenta de análise, pelo que foram incluídos levantamentos fotográficos actuais dos edifícios estudados, quer gerais quer de detalhes específicos, a par com algumas fotografias mais antigas, quando às mesmas tivemos acesso.

C.2. Transcrições

Nas transcrições que se fazem de textos escritos em português, designadamente de documentos não publicados, como memórias descritivas, caderno de encargos, ofícios, optou-se pela adopção da ortografia actual do português[20], em detrimento das ortografias constantes nos referidos documentos. Em casos particulares e por razões específicas, podem-se manter as grafias originais, mas nesse caso, utiliza-se o itálico, as « » ou é feita a devida referência.

Uma dessas excepções à colocação em grafia actual das transcrições que se fazem, é para a palavra «beton» preferindo-se manter a palavra nesta grafia sempre que a mesma aparece, em vez do actual «betão». O sentido ainda vivo da importação da tecnologia, na manutenção da grafia francesa, é a razão maior.

É, de alguma forma, uma decisão mais emotiva do que racional, pois em muitas outras palavras se sente, na primitiva grafia, o estrangeirismo ligado à inexistência da tecnologia, ou do objecto, àquela data em Portugal e não se procede de idêntico modo. Actualmente mantemos essa atitude principalmente em termos ligados às tecnologias da informação e informática.

O motivo desta opção pela transcrição em português actual prende-se com duas razões principais;

- o período em análise, correspondendo a mais de cem anos, com alterações de ortografia ao longo desse tempo, iria implicar, no nosso entender, demasiadas variações de escrita ao longo do trabalho;

20.Neste texto ainda é adoptada a forma de escrita pré-acordo ortográfico de 1990 e que entrou em vigor em Portugal em 13 de Maio 2009.

- muitos dos documentos consultados, por serem elementos «informais» que não passaram pelo crivo de uma verificação editorial, contém erros ortográficos e diversas incorrecções, conjuntamente com a ortografia própria da época, pelo que se tornava-se difícil para as diversas épocas conseguir fazer a triagem entre o que era a grafia oficial do período e o que eram erros ortográficos ou gralhas.

Tenho consciência que isto vai contra o que são as normas genericamente aceites de transcrição de documentos em investigação histórica, mas o período «recente» a que me reporto e o âmbito da documentação analisada penso que me permite essa «liberdade».

Em relação a transcrições e citações de documentos noutras línguas, o critério estabelecido foi manter a citação na língua original (ou na língua de leitura no caso do não domínio da língua original) no corpo do texto e remeter a tradução, caso se revelasse necessária, para notas de rodapé, ainda que isso, para alguns, pudesse dificultar uma leitura fluida do texto.

Contudo, na maior parte dos casos de referências a textos noutras línguas prefere-se não fazer a transcrição directa do texto mas uma paráfrase das ideias veiculadas no mesmo, com a respectiva referência evidentemente, para garantir uma escrita contínua e uma leitura mais agradável.

C.3. Imagens

Os desenhos de projecto são usados, no corpo da tese, como ilustrações que permitam o enquadramento do que se analisa e descreve. Os mesmos desenhos, juntamente com outros, são incluídos no Volume 2 - Apêndice Documental, no Anexo 1, enquanto documentos, a uma escala superior que permita uma melhor leitura dos mesmos.

Por uma questão operativa, mesmo no anexo documental, os desenhos incluídos são reduções dos originais (quando reproduções) ou apresentados a uma escala menor do que a usual, quando correspondem a um redesenho do projecto, sendo por esse motivo colocada uma escala gráfica em vez de se fazer a menção à escala de desenho. Face à quantidade de edifícios estudados não seria possível, ou de bom senso, colocar todos os desenhos na sua escala original. A diferença de dimensão dos edifícios também não aconselhou a utilização de uma escala única para todos eles. O sistema de reprodução por microfilmagem também não facilita a definição de uma escala de impressão.

No corpo da tese, geralmente em nota de rodapé, é sempre referido o facto de existirem elementos no apêndice documental, indicando a sua localização.

Igualmente no apêndice documental é incluído um levantamento fotográfico dos edifícios analisados, muito mais extenso do que aquele que é utilizado no corpo da tese, e na maior parte dos casos, com fotografias em tamanho ligeiramente superior (não muito superior, para não sobrecarregar demasiado os anexos. Contudo, como o Volume 2 é fornecido em formato digital, e como todas as imagens tem uma resolução de 300 dpi, é possível utilizar o computador para ver as mesmas numa maior dimensão).

Sempre que não é indicada qualquer fonte para esquemas, desenhos, tabelas e outros elementos gráficos de análise, os mesmos são da responsabilidade da autora.

No caso das fotografias usadas no corpo da tese optou-se por incluir a sua referência nas fontes iconográficas e bibliográficas, mesmo quando são da responsabilidade da autora, uma vez que a descrição da fonte esclarece alguns aspectos que poderão ser importantes, como a data efectiva em que foram tiradas, ou o seu contexto.

C.4. Hiperlinks ou hipertextos

Foram consideradas e incluídas caixas de imagem e texto que não são, ou não podem ser, notas de rodapé, estritamente ligadas a um ponto do texto, mas um conjunto de informações complementares, reflexões paralelas necessárias, ou despoletadas, pelo que se escreve no corpo do texto. A forma e a denominação que nos pareceu mais adequada foi a de hiperlink, ou hiperligação, no sentido em que o mesmo é entendido na World Wide Web [WWW].

Um texto escrito é uma simplificação do raciocínio mental que lhe serve de base pois tem de se estruturar numa única sequência de palavras e frases que são apreendidas numa ordem determinada e também sequencial pelo leitor. O pensamento consegue desenvolver paralelamente linhas independentes ou interligadas, consegue saltar escalas e tempos numa fracção de segundo.

A forma que se encontrou para, de alguma forma, permitir essa «liberdade» foi a de incluir caixas de imagem e texto, um pouco à semelhança do que se usa em enciclopédias e revistas, com informações, raciocínios ou argumentações paralelas à do fluxo principal de texto. A interactividade de uma página Web nunca conseguirá ser atingida num trabalho impresso, a flexibilidade do raciocínio mental também não, pelo que se acabou por usar uma solução de compromisso.

A numeração de hipertextos é reiniciada em cada capítulo, contendo nessa referência a indicação do próprio capítulo (0 para a introdução) e uma letra para a ordenação. A numeração consecutiva teve de ser efectuada de forma manual e foi apenas por um motivo de facilidade de trabalho que se optou pela numeração não sequencial dos hipertextos, quando em todos os restantes elementos usados na tese, figuras, tabelas ou notas, se optou por uma numeração sequencial em cada volume.

C.5. Datação dos projectos

Na diferente bibliografia consultada sobre algumas das obras estudadas, as datas referidas para as mesmas (para o projecto ou para a obra ou para qualquer um dos dois, indistintamente) apresentam, em alguns casos, variações de alguns anos (um ou dois, mas às vezes mais anos), notando-se necessariamente discrepâncias na forma de datação entre os diversos autores; sendo considerada para uns, aparentemente, como data de referência a data de início de projecto, para outros a data de conclusão da construção, ou datas entre uma e outra, havendo ainda outros que colocam um intervalo de datas que se assume corresponder ao tempo que demorou o projecto, a construção, ou ambos, mas não havendo indicação explícita do facto. Várias datas relativas ao processo de projecto e execução do edifício são importantes, mas na generalidade dos exemplos estudados não é possível determiná-las todas, por falta de documentação ou de documentação fidedigna.

A data de início do projecto corresponde à efectivação de um plano, de uma decisão; o licenciamento à sua primeira concretização, pois ganha existência jurídica e administrativa; a data da emissão da licença de construção marca o momento em que o edifício passou a ter existência concreta, palpável; a data da emissão da licença de utilização, o momento/tempo em que o edifício passa a albergar uma ou mais funções e se torna «cidadão de pleno direito» do aglomerado urbano em que se insere, e pela visibilidade mais facilmente se pode tornar exemplo para outras obras que se seguem.

No presente trabalho optou-se por considerar, nas fichas de levantamento, como data de finalização de projecto a data de emissão da licença de construção, tendo consciência que entre a altura em que o projecto é realmente iniciado e esse momento, podem ter decorrido alguns meses, ou, em casos particulares, alguns anos. Mas apesar desse condicionante parece-me ser esta a melhor forma de datação do projecto porque, primeiro, é uma data que está baseada em documentos guardados em arquivos públicos, com o mesmo pressuposto de organização e, segundo, porque não está dependente da memória ou do sistema de arquivo e datação, que geralmente varia de arquitecto para arquitecto, de gabinete para gabinete, e terceiro, porque corresponde efectivamente à transposição de uma fronteira, entre uma fase de pesquisa de uma solução e uma fase de materialização de uma solução arquitectónica. Até à emissão da licença, o edifício está em evolução, em projecto, como os aditamentos sucessivos com grandes alterações que existem em certos processos o provam.

Havendo outras datas confirmadas ou usadas em literatura publicada, as mesmas podem ser referenciadas no texto, nas fichas de caracterização, ou em notas de rodapé, se se achar que essa informação é importante.

Por motivos idênticos considera-se como data de início de obra, a data de emissão da primeira licença de construção, quer ela seja uma licença geral, quer seja uma licença para abertura de caboucos e execução de fundações. Sabemos também que, em alguns casos, as obras podem ter sido iniciadas antes da emissão das respectivas licenças, um procedimento que é usual essencialmente em intervenções de reabilitação e reconversão de espaços, menos usual em processos de construção nova, que são os maioritariamente estudados neste trabalho. A partir de determinada altura, para as obras iniciadas sem emissão de licença de construção, o processo posterior deixa de ser de licenciamento e passa a ser de legalização de obras, pelo que é possível perceber se existiu ou não o cumprimento do determinado pela legislação a esse nível.

Em relação à data de conclusão da construção, utilizar o mesmo critério e usar a data da emissão da licença de utilização do edifício ou fracções, levanta alguns problemas, o primeiro e mais importante, é que apenas a partir de 1927 (Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30), se torna efectivamente obrigatória a emissão de tal documento. O segundo, pelo facto de alguns dos edifícios estudados que estão concluídos e em funcionamento há vários anos, ainda não terem o processo terminado na Câmara Municipal do Porto e, portanto, ainda não terem sido alvo da emissão das respectivas licenças de utilização.

Nesses casos optou-se por estabelecer a data de conclusão em função de outros documentos constantes no processo de licenciamento (sempre preferível), da memória dos intervenientes na obra (falível como tudo quanto possa tocar à memória), colocar um intervalo de datas ou nem a mencionar, quando não recolhemos dados seguros.

Na falta de outros elementos a caducidade da licença de construção e a sua não renovação também pode fornecer indícios do *terminus* da obra.

Este tipo de datação é utilizado para todos os edifícios alvo de estudo mais aprofundado, pois a consulta dos respectivos processos de licenciamento permite o seu conhecimento, mas também se aplica a todos os edifícios alvo das fichas de levantamento, para os dados que foi possível recolher (sendo o mais habitual o ano da licença de obra).

Nas fichas de levantamento e caracterização, os edifícios são agrupados por décadas para tratamento estatístico. Utiliza-se como referência a data (ano) da emissão da primeira licença pois é a data mais facilmente acessível sem a consulta exaustiva do processo (já que a numeração das licenças de obra é reiniciada todos os anos, incluindo sempre a menção do ano) e também porque está de acordo com os pressupostos atrás enunciados. Como os edifícios ficam

agrupados por décadas que é um período que facilmente absorve o tempo de projecto e como a escolha definitiva dos sistemas construtivos utilizados se faz com a adjudicação de empreitada e início de obra, esta data é a que se revela mais adequada quando se estabelece a cronologia do edifício. A repartição por décadas usa os intervalos que os censos da habitação utilizam, para facilitar a comparação de dados, embora esse intervalo possa não ser o mais lógico e directamente inferível.

C.6. Autoria dos projectos

Tomando ainda como referência o processo de licenciamento, a autoria do projecto de arquitectura deveria ser determinada em função da pessoa que assina o respectivo termo de responsabilidade[21], pelas mesmas razões apresentadas para a datação de projectos. O facto é que tal não sucede em muitos casos, porque os projectistas efectivos delegam a responsabilidade da organização do processo de licenciamento ou a responsabilidade pela segurança da obra, em colaboradores internos ou externos. Essa pode ser uma decisão do próprio, do dono de obra, da empresa em que os projectistas estão inseridos que tem uma determinada política nesse aspecto[22] ou de muitas outras condicionantes possíveis.

Por essa razão, a forma de atribuição de autoria não é uniforme em todos os projectos, sendo referida, caso a caso, quando por algum motivo possam existir dúvidas.

O sistema de licenciamento municipal que obriga à assinatura de um técnico responsável pelo projecto foi promulgado em 1924 (Portugal, 1924-09-15) e o uso do título de arquitecto só começou a ser regulado em 1925 (Portugal, 1925-09-17) pelo que até essa altura a questão de atribuição de autorias depende mais de factores externos do que dos processos de licença de obras.

C.7. Fontes Verbais

Alguma da informação existente sobre projectos de arquitectura, arquitectos, edifícios ou execução de obras, não tem origem em fontes escritas. São dados que se mantêm na memória de alguns, ou na memória colectiva, em outros casos e que se sustentam, ou não, perante a tentativa de validação documental.

No entanto existe muita informação para a qual não é possível a validação documental, porque nada foi guardado na altura, ou foi entretanto destruído e é preciso decidir se aceitamos o que nos é dito, questionando naturalmente as incongruências, ou se simplesmente ignoramos essas informações.

21.A partir de 1895, o termo de responsabilidade anexo ao processo de licenciamento, é feito de acordo com o artigo 8º do decreto-lei de 6 de Junho de 1895 (Portugal, 1895-06-06), sendo um termo de responsabilidade pela segurança dos operários e condições de execução de obra e não um termo de responsabilidade relativo à autoria do projecto de arquitectura. Por essa razão, em muitos dos projectos, o termo de responsabilidade não é subscrito pelo arquitecto.

De referir também, que em muitos dos termos, a fórmula usual era «Eu, abaixo-assinado…», sem outra indicação do nome que não fosse a própria assinatura, o que, quando a mesma é ilegível, praticamente impossibilita a identificação do técnico. Alguns dos elementos do processo podem ajudar na identificação, mas existem casos em que tal não é possível. Nenhum dos edifícios encontrados nestas circunstâncias foi alvo de estudo mais detalhado do que a consulta do respectivo processo de licenciamento, pelo que o facto não chegou a constituir problema efectivo.

A minha opção, no presente trabalho, foi a de aceitar as informações verbais, mesmo sem possibilidade de validação documental, deixando claramente expresso esse carácter, para que a informação não se perca com a passagem do tempo que corrói memórias, mas também, para quem vier depois saber que são dados questionáveis e não factos baseados em documentos. Em alguns casos, diligências posteriores puderam confirmar informações verbais que assim se tornaram motivo de pesquisa. Noutros casos permanecem como informações verbais, notas à margem de um percurso.

C.8. Condicionantes à investigação (gerais e neste caso específico)

São diversas as condicionantes que se colocam a um trabalho desta índole. Não é o meu desejo enumerá-las a todas, nem seria talvez capaz, mas pretendo dar uma noção que pode auxiliar quem inicia trabalho de investigação e tem de tomar decisões de abordagem metodológica e respectivas implicações.

Atente-se que muitas destas críticas são dirigidas às políticas das instituições e não às pessoas que desempenham o trabalho, porque nesse âmbito, a simpatia e a disponibilidade foram praticamente uma constante.

Como condicionantes principais ao desenvolvimento da investigação neste domínio podemos referir os seguintes aspectos, referentes a limites à consulta de elementos de projecto, pela experiência própria na zona do Porto mas certamente comuns a outras áreas do país.

No caso das Licenças de Obras;

- Conjunto de processos não encerrados, não localizáveis e sem qualquer hipótese de consulta;
- Conjunto de processos em trânsito, ainda não encerrados e não consultáveis no Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP], apenas no Gabinete do Munícipe [CMPorto-GM] que não dispõe de condições de consulta para investigação, sem nenhum espaço próprio, nem que possa ser apropriado para esse efeito. A boa vontade dos funcionários permitiu usar um canto da sua secretária e uma tomada eléctrica, para assim ser possível fazer a consulta dos processos que estavam nessas condições;
- O sistema de pesquisa informático dos processos do Arquivo Histórico está incompleto faltando muita informação em vários campos e não é possível uma busca multi-campo, ou procurar dentro de resultados da

---

22.Alguns exemplos dessa situação de datas bem diferentes.

- O edifício do gaveto da Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1971, 1973), estudado no Capítulo 2.5 - (pag.347) do presente trabalho. O projecto de arquitectura é do arquitecto Nuno Tasso de Sousa e o Termo de Responsabilidade de Arménio Ribeiro Ferreira, engenheiro civil.

- A cooperativa Lar Familiar (CMPorto et al., 1955), referida no Capítulo 1.6 tem como técnico responsável João Silva Lino, Agente Técnico de Engenharia Civil e não o arquitecto Mário Bonito, que apenas assina os desenhos.

- O edifício no gaveto da Avenida de Montevideu com a Rua Pêro da Covilhã (CMPorto, Alegre & [Porto], 1937), referido também no Capítulo 1.6 tem o termo de responsabilidade assinado pelo engenheiro Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre, sendo o projecto de arquitectura do arquitecto José Porto.

- Januário Godinho geralmente não assina o termo de responsabilidade dos seus projectos, sendo os mesmos assinados por António Peres Guimarães.

- Na parceria Losa/Cassiano, era sempre o último o responsável pelo termo que acompanhava o projecto de licenciamento.

pesquisa anterior. Toda a base de dados precisava de ser refeita para se tornar mais operativa, desde o sistema de pesquisa multi-nível até à ligação directa ao material já digitalizado que aparece apenas referenciado por uma cota, mas que é necessário procurar na rede interna, sem a existência de um link que facilmente o localize. Corresponde a uma filosofia de base de dados já ultrapassada e pela riqueza do acervo documental deste Arquivo, valia a pena investir na sua actualização;[23]

- O sistema informático de pesquisa de licenças do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto [CMPorto-AG] não está disponível em livre acesso para o público ou para investigadores. É preciso solicitar que seja feita a pesquisa por um dos funcionários do Gabinete do Munícipe, com os problemas que decorrem da utilização de um serviço que está vocacionado para o público geral e não para a investigação, como, por exemplo, o longo tempo de espera para ser atendido;
- O custo elevado e a falta de qualidade das reproduções. Quando são pedidas para investigação, a tabela de preços é mais favorável, mas a qualidade do material obtido é fraco. A reprodução para fins comerciais tem mais qualidade mas custos são muito superiores, incomportáveis para a quantidade de elementos solicitados numa investigação que efectivamente não tem fins comerciais;

No caso dos espólios de arquitectos, ou de material guardado em outras instituições;

- Há uma quantidade considerável de espólios incorporados em Centros de Documentação que não estão ainda tratados, estando portanto indisponíveis para consulta;
- Existem espólios em mãos privadas, muitas vezes dos próprios autores ou familiares, mas que não facilitam a consulta, por razões diversas;
- Os custos incomportáveis das reproduções, quando os espólios estão inseridos em Centros de Documentação, designadamente o nosso da FAUP, com tabelas de preços muito superiores aos dos arquivos da Administração Municipal e Central. A não-aceitação de outros métodos de reprodução não lesivos para o documento, como seja a fotografia digital feita pelo investigador é outro dos pontos a apontar. A contrapartida seria o fornecimento de uma cópia digitalizada à Instituição que acolhe o documento, que o passaria a possuir em formato digital;
- A má qualidade de reprodução dos desenhos no Arquivo Distrital do Porto, com erros grosseiros e demasiada falta de rigor, assim como o preço exorbitante das fotocópias, ou digitalizações formato A4 (o custo é único por digitalização, independentemente dos formatos, o que penaliza os formatos menores, como o A4).

Mas, como reverso da medalha, quero também salientar a forma como alguns arquitectos facilmente cederam os elementos de projecto e disponibilizaram o seu tempo e memórias, auxiliando este trabalho e bem como a ajuda extremamente importante do pessoal técnico do AHMP.

23.Existe a notícia, dada pelos técnicos do arquivo, da implementação de um novo sistema, com interligação entre base de dados e imagens, mas que ainda não está a funcionar. Talvez na altura da discussão do presente trabalho o acesso a essa base de dados já seja uma realidade. Em muitas fases desta investigação, depois do trabalho realizado, foram disponibilizados sistemas de dados que teriam facilitado e dado celeridade ao trabalho anterior, mas que para o presente trabalho foram completamente extemporâneos. A única satisfação é saber que quem quiser fazer este tipo de investigação terá a tarefa bastante mais facilitada.

Capítulo 1.2 - História da Construção

Este Capítulo divide-se em três partes:

A primeira em que se questiona a importância da história nas actividades humanas e da história da construção na actividade do arquitecto.

A segunda em que se pretende dar uma perspectiva do estado actual dos estudos na área da história da construção, focando fundamentalmente o período em análise neste trabalho, o século XX, e o contexto nacional e regional em que se inserem Portugal e o Porto. De qualquer forma, face à pouca representatividade que o assunto tem ainda em Portugal, opta-se por fazer uma primeira introdução caracterizando, ao nível internacional, as actividades nesta área.

E uma terceira parte em que se apresentam algumas das fontes importantes para a história da construção tentando evidenciar o contributo possível de cada uma para o campo específico da história da construção do século XX.

A. O Interesse e a importância da história

"Nenhuma realidade é mais essencial para a nossa auto certificação do que a história. Mostra-nos o mais largo horizonte da humanidade, oferece-nos os conteúdos tradicionais que fundamentam a nossa vida, indica-nos os critérios para avaliação do presente, liberta-nos da inconsciente ligação à nossa época e ensina-nos a ver o homem nas suas mais elevadas possibilidades e nas suas realizações imperceptíveis" (Jaspers, 1993).

A história sempre foi de primordial importância para o homem, desde as sociedades ancestrais, em que a história mitológica servia para a criação do cosmos e para a referenciação e sacralização do espaço, até aos nossos dias, em que tentamos, numa visão mais abrangente e comparada, estudar e explicar as acções humanas através do conhecimento de múltiplos aspectos dos eventos e a utilização de diversos campos disciplinares, passando por perspectivas diferenciadas ao longo dos

tempos. Mas a consciência colectiva da história, ou melhor, de que a nossa vida privada depende dos acontecimentos históricos torna-se uma realidade no século XX, fundamentalmente no pós-guerra, como refere Ariès (1992b).

A nossa esfera privada começa a ser influenciada, e cada vez de uma forma mais imediata, pela história política, económica, social, ou, mais paradoxalmente, pelos boatos e fenómenos de «histeria» ou acção colectiva geralmente designadas por entidades indefinidas como opinião pública, contingência económica, clima político, etc.

As preocupações com a história, história como passado, ou história como narrativa ou testemunho, vêm-nos pelo menos dos Gregos, até pela etimologia da própria palavra.

Não sendo o primeiro filósofo ou historiador a reflectir sobre a história, Kant [1724-1804] é o primeiro que a encara num sentido moderno, e a torna efectivamente num objecto de reflexão filosófica, no pressuposto de que para compreender e antecipar o futuro é indispensável o conhecimento do passado. A história é concebida como um movimento progressivo em direcção à maturidade humana (replicando o movimento da criança em direcção à idade adulta), algo que ainda hoje influencia o nosso senso comum, e a nossa apreensão do passado. Um progresso em direcção a um máximo de liberdade do Homem, de todos os homens.

Durante muito tempo a história não foi encarada como um *continum* mas como um conjunto de narrativas de momentos importantes mas não interligados. Quando Edward Gibbon [1737-1794] escreve Declínio e Queda do Império Romano (Gibbon, 1994 [1776]), está efectivamente a oferecer uma nova forma de encarar a história. Tal como é referido na introdução à versão abreviada, este livro é "*uma ponte que nos faz passar do mundo antigo ao moderno*" (Low, 1994:9). Essa consciência da história como um movimento progressivo passa assim do discurso filosófico para a própria prática dos historiadores.

Seguindo o pensamento de Kant, Hegel [1770-1831] aborda o tema da história na sua obra filosófica. Para este "*a História Universal é o progresso na consciência da liberdade*", assim sendo, a sua concepção da história continua a ser direccionada e progressiva, num movimento dialéctico em que através de um processo de tese, antítese e síntese, o homem progredirá num sentido de triunfo da liberdade e da razão.

O idealismo dialéctico Hegeliano será adaptado por Karl Marx [1818-1883], mas o papel que a razão desempenhava em Hegel passa a ser atribuído à economia. Assim postula que serão as condições materiais que determinam o pensamento, e não o pensamento que determina as condições materiais. O materialismo dialéctico considera a matéria como a única realidade, refutando a existência de alma e de deus.

Assim, para Marx, não são os grandes homens que fazem a história mas as classes, ou as massas, sendo toda a história um processo de luta de classes, regido por leis que caberia aos filósofos, historiadores e particularmente aos economistas identificar e interpretar.

O estabelecimento de leis no desenrolar do processo histórico não é uma descoberta exclusiva de Marx. Os progressos científicos do século XVII e XVIII levam a que se pretenda fazer a inclusão da história nas ciências, aplicando-lhe o método científico, para a formulação das leis que permitissem interpretar o devir histórico.

Mas, como refere Colingwood [1888-1943], à história não pode ser aplicado o método científico, pois os seus acontecimentos não são replicáveis, não se podendo recorrer à experimentação.

> *" [...] O pensamento histórico tem um objecto com particularidades próprias. O passado, consistindo em acontecimentos particulares no espaço e no tempo que já não se verificam, não pode ser apreendido pelo*

pensamento matemático porque este apreende objectos que não têm situação específica no espaço e no tempo, e é precisamente essa falta de situação espácio-temporal que os torna cognoscíveis. Nem pode ser apreendido o passado pelo pensamento teológico porque o objecto deste tipo de conhecimento é um objecto singular e infinito, e os acontecimentos históricos são finitos e plurais. Nem pelo conhecimento científico, porque as verdades que a ciência descobre são reconhecíveis como verdadeiras ao serem atingidas através da observação e da experimentação exemplificadas naquilo que realmente percebemos, tendo o passado desaparecido e não podendo as nossas ideias acerca dele serem nunca verificadas como verificamos as nossas hipóteses científicas.

[...]

Era necessário, portanto, um inquérito especial, cujo objecto devia ser o estudo deste novo grupo de problemas - os problemas filosóficos criados pela existência duma investigação histórica organizada e sistematizada. Este novo inquérito podia invocar o título de filosofia da história [...]" (Collingwood, 1986).

O século XX encarregou-se de retirar à história, e à filosofia da história, a perspectiva de progresso contínuo da humanidade. A ideia, que grassava no final de século XIX, de que o progresso científico, o aumento da produtividade e a melhoria generalizada das condições de vida, iriam tornar obsoletas as guerras, foi completamente demolida pelo século XX, com duas guerras mundiais, a criação de armas de destruição maciça, e muitos sangrentos conflitos regionais.

Ao discurso histórico positivista do século XIX, segue-se uma perspectiva histórica caindo frequentemente no pessimismo. Mas com esse pessimismo, veio essencialmente uma lucidez de avaliação do papel da história, do estudo da história, e das ferramentas que tinha ao seu dispor, que não lhe garantindo uma legitimidade equivalente à das ciências exactas, lhe concedia um estatuto de discurso de verdade e de compreensão dos fenómenos históricos.

Como diz Fukuyama, em O fim da História e o último homem, "*O século XX, pode-se dizê-lo, fez de todos nós profundos pessimistas históricos*" (Fukuyama, 1992:27).

Em torno da revista francesa Annales D'histoire Économique et Sociale constitui-se um movimento historiográfico, que se destacou por incorporar métodos das ciências sociais no estudo da história.

A revista que foi fundada por Lucien Febvre [1878-1956] e Marc Bloch [1886-1944] em 1929, ultrapassava a concepção positivista da história como história dos factos, passando a encarar a história como um discurso abrangente, onde a abordagem minuciosa de um determinado período deu lugar à compreensão alargada de períodos mais ou menos longos, e onde se passou a uma análise integrada das estruturas sociais, económicas e políticas. Para tal utilizou todos os métodos pluridisciplinares ao seu alcance rompendo com o estudo compartimentado das ciências sociais (história, sociologia, psicologia, economia, geografia humana, etc...).

Podemos distinguir várias «gerações» na Escola dos Annales; uma primeira de que são principais representantes os fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre; uma segunda em que sobressai Fernand Braudel [1902-1985]; uma terceira em que se destacam Jacques Le Goff [1924-], Pierre Nora [1931-] e Philippe Ariès [1914-1984], e uma última, a partir de 1989, em que o representante maior é Georges Duby [1919-1996]. Para esta escola tudo o que servir para conhecer melhor o Homem, ou um homem, no seu percurso ao longo dos tempos, ou ao longo da sua vida, é passível de investigação histórica. Tudo o que é actividade humana é história.

Esta «nova história» é assim definida por Philippe Ariès:

> *"Como as outras histórias, a história contemporânea só pode ser história comparada. O historiador do passado tem que se reportar ao seu presente, o historiador do presente deve, pelo contrário, abandonar o seu presente para se reportar a um passado de referência. O historiador do passado devia ter do seu presente uma consciência ingénua de contemporâneo. O historiador do presente deve assumir do seu presente um conhecimento arqueológico de historiador. Senão, a estrutura que quer definir ser-lhe-á demasiado natural para que ele a possa perceber claramente. O historiador do presente, e não o do passado, deve sair do seu tempo, não para ser homem de tempo nenhum, mas para ser o homem de um outro tempo.*
>
> *A História nasce das relações que o historiador percebe entre duas estruturas diferentes no tempo e no espaço"* (Ariès, 1992a:231-258).

Este tipo de abordagem dos fenómenos históricos, por um lado, é o que permite que apareçam campos de investigação, como o da "história da construção", e por outro lado, será o que estabelece a metodologia dessa mesma investigação.

A.1. A história das ciências e a história da construção

A história das ciências é um campo particular do estudo geral da história. Tal como refere Helge Kragh

> *"ao longo da maior parte do período de desenvolvimento da ciência, esses aspectos [descrições e análises históricas] foram aprendidos e considerados como fazendo parte de uma tradição histórica que não se distinguia da ciência propriamente dita. [...] Nos séculos XVIII e XIX era normal os cientistas incluírem nos seus trabalhos uma «introdução histórica», em que resumiam a história prévia do assunto em causa e inscreviam os seus próprios trabalhos nessa tradição; [...]"* (Kragh, 2001 [1986]:1-9).

Com os avanços científicos e tecnológicos, mas também com a "*profissionalização e organização da vida científica tal como esta se instaurou no século XIX, surgiu um certo interesse pela história da ciência. Mas tratava-se de um interesse que se dirigia sobretudo para assuntos técnicos e especializados*" (Kragh, 2001 [1986]:8). Eram assim estudos históricos específicos de um determinado campo ou assunto, ou mesmo biográficos, de um determinado homem das ciências, mas não o estabelecimento de um campo disciplinar efectivo.

A história da ciência só ganha força como disciplina académica no século XX. Augusto Comte [1798-1857], um pioneiro nesta análise, propõe a criação de uma cadeira de "História da Ciência" em 1832, mas apenas em 1892 a mesma viria a ser uma realidade, já após a sua morte. Comte distingue dois métodos de apresentar e entender a ciência, um que ele designa por método histórico e o segundo por método dogmático. O segundo método será necessário por questões pedagógicas e filosóficas, pois permite a apresentação lógica e compartimentada de um assunto, no estilo compêndio. O método histórico, que permite apresentar o desenvolvimento de uma determinada ciência, teria como problema maior o facto de considerar essa ciência isoladamente, e se compartimentado do método

Hiptxt. 1.2.A - A quadriga romana e o vaivém espacial

Existe um texto que circula há anos pela internet que começa com a afirmação de que as dimensões do space shuttle são determinadas pela largura de uma quadriga romana, explicando depois, com uma sucessão de factos e normas dimensionais, o percurso que leva de um ponto a outro.

Na actividade da construção também tal sucede em muitos aspectos, mas na generalidade dos casos o traçado dessas dependências não está estudado, não se conhecendo os motivos que levaram à instituição de determinadas formas de fazer.

Apesar de não ser o texto original, que não consegui localizar neste cemitério virtual que se torna a internet, esta apresentação feita por um amigo de fino sentido de humor, penso que explicita bem a sequência de factos.

"O império romano e a conquista espacial.

O texto seguinte foi-me enviado há mais de três anos por uma amiga de New Orleans, entretanto já falecida. Já não me lembrava dele, mas encontrei-o durante uma limpeza de ficheiros no meu computador. Revela bem como o passado distante pode condicionar o presente e o futuro, ou como das bestas pode depender o nosso dia-a-dia.

A medida padrão entre carris nos caminhos-de-ferro norte americanos tem o estranho valor de 4 pés e 8,5 polegadas (cerca de 1,44 m).

Porquê esta medida? Porque era a usada em Inglaterra e os caminhos-de-ferro americanos foram construídos por expatriados ingleses.

Porque os construíam os ingleses assim? Porque os primeiros carris foram construídos pelos mesmos trabalhadores que construíram os primeiros carros eléctricos anteriores ao caminho-de-ferro e essa era a medida que usavam.

Porque é que usavam essa medida? Porque quem construiu os primeiros carros eléctricos, usava as mesmas ferramentas com se construíam as carruagens mais antigas.

Mas porque é que essas carruagens usavam essa medida particular? Porque se usassem outra, as rodas das carruagens partir-se-iam nas antigas estradas inglesas, já que era essa a largura entre os sulcos que vincavam as estradas.

Mas quem construiu essas velhas estradas? As primeiras estradas da Europa foram construídas pelo Império Romano para as suas legiões e foram usadas desde então. As quadrigas romanas deixaram os primeiros sulcos, que todos seguiram posteriormente, para não destruírem as rodas das suas carruagens. E uma vez que as quadrigas eram construídas pelos romanos, eram todas iguais no que diz respeito ao espaço entre as rodas.

Logo, a medida entre carris nos caminhos-de-ferro norte americanos, deriva da especificação original duma quadriga romana.

As especificações e a burocracia são eternas. Portanto da próxima vez que tiver que lidar com uma especificação e se perguntar quem foi a besta que a inventou, pode estar mais certo do que pensa. É que as quadrigas romanas eram feitas com a largura exacta para lá caberem os traseiros de dois cavalos. Temos portanto a resposta à pergunta inicial.

E agora outro aspecto desta história.

Quando se vê um vaivém na plataforma de lançamento, há dois grandes foguetes, um de cada lado do depósito de combustível. Esses foguetes são fabricados pela Thiokol na sua fábrica no Utah. Os engenheiros que os desenharam preferiam que eles fossem mais largos, mas os foguetes tinham que ser transportados de comboio até ao local de lançamento.

Só que a linha passa por um túnel nas montanhas e os foguetes tinham que caber nesse túnel. O túnel é ligeiramente mais largo que a linha e esta é aproximadamente da largura dos traseiros de dois cavalos.

Portanto, uma das características daquele que é considerado actualmente o mais moderno meio de transporte foi determinada há mais de dois mil anos pela largura dos traseiros de duas bestas" (Gomes, 2003-11-26).

dogmático e do conhecimento científico específico, tornar-se apenas um elencar de datas e factos. Assim, Comte preconiza uma relação dialéctica entre a abordagem histórica e a abordagem dogmática (Kragh, 2001 [1986]:13).

A história da ciência tem vindo a ser feita, ao longo do século XX, quer por Homens do campo da história, quer por Homens dos campos científicos específicos da história que se propõem narrar. As abordagens e os métodos são necessariamente diferentes, estando o cientista mais preocupado com uma descrição clara e exaustiva dos processos científicos que narra, e o historiador, muitas vezes até por não possuir o nível de conhecimento científico necessário, mais preocupados com as causas e implicações desse mesmo conhecimento. Quando as duas perspectivas se juntam numa mesma narrativa, a história sai enriquecida.

A história da construção, em certos aspectos, poderá confundir-se com um dos muitos ramos da história da ciência, quando avaliamos os progressos científicos e tecnológicos que nos permitem determinadas evoluções na forma de projectar e edificar, mas distancia-se completamente da mesma pelo carácter essencialmente não científico da actividade da construção. A própria disciplina de projecto e o acto de construção sofrem do mesmo problema que sofre a história relativamente às ciências exactas, a impossibilidade de aplicação do método científico ou experimental de uma forma sistemática na sua prática quotidiana.

Mas porque é que nos interessa, a nós, arquitectos, a história do edificado? Ou de que forma é que a história nos pode auxiliar na nossa actividade actual? Terá a história interesse imediato na actividade presente? Podemos aprender com a história no campo do projecto de raiz e no campo da reabilitação de edifícios?

Hiptxt. 1.2.B - A realidade histórica

"A ciência histórica é uma forma de consciência que uma comunidade toma de si mesma, um elemento da vida colectiva, como o conhecimento de si um aspecto da consciência pessoal, um dos factores do destino individual. […]

Toda a actividade espiritual se insere numa tradição na qual e pela qual o indivíduo se define. Não há sábio nem artista que não parta de qualquer coisa adquirida, nem transmissão que não corresponda a uma espécie de recriação. […] Quando se trata de obras nas quais o homem se empenha sem se vergar a normas constantes, manifesta-se a mesma liberdade. Cada época escolhe um passado, que vai buscar ao tesouro colectivo; cada nova existência transfigura a herança que recebeu, conferindo-lhe um outro porvir e emprestando-lhe uma outra significação. […]

A realidade histórica, por ser humana, é equívoca e inesgotável. São equívocas a pluralidade dos universos espirituais através dos quais se desenrola a existência humana, a diversidade dos conjuntos nos quais vêm situar-se as ideias e os actos elementares. É inesgotável a significação do homem para o homem, da obra para os intérpretes, do passado para os presentes sucessivos"

(Aron, 1948).

Mesmo sem entrar pelas discussões filosóficas a respeito do valor da história, do valor do exemplo na actividade humana como corpo social, há respostas evidentes a estas perguntas. Interessa-nos a história porque temos curiosidade em conhecer, em saber como foi, mesmo sem aplicação prática ou directa no tempo presente. Mas também nos interessa a história porque pelo conhecimento do que se passou podemos melhor decidir no futuro. E o valor do exemplo histórico é transdisciplinar, isto é, muitas vezes os ensinamentos são válidos pelo deslocamento dos conhecimentos e dos acontecimentos para outros contextos. O nosso pensamento criativo é uma das nossas melhores ferramentas e a mais fascinante. E só agora lhe começamos a dar valor como uma outra forma de aproximação metodológica aos problemas que se nos colocam.

> *"Platão disse que a origem da Filosofia era o espanto. […] Aristóteles, por seu lado, afirmou «Foi a admiração que incitou os homens a filosofar». […] O espanto impele ao conhecimento. Pelo espanto me torno consciente da minha ignorância. Procuro conhecer por amor ao próprio conhecimento e não para satisfazer qualquer necessidade trivial"* (Jaspers, 1993).

Não sendo o espanto a origem da história, porque a mesma é prévia à interferência do pensamento humano, a razão do desenvolvimento do seu estudo é efectivamente o «espanto» e a sede de conhecimento. No passado procuramos as respostas para as perguntas que fazemos, no passado procuramos também as perguntas que ainda hoje tentamos responder. Alguns teoremas matemáticos levam um século a serem provados...

A dúvida, ou a certeza, de que a história é importante, mas que a sua aplicação actual, na actividade concreta, rentabilizado economicamente, nem sempre é muito visível, não esmorece o fascínio das viagens no tempo e nas realidades que esses outros momentos pressupõem.

O fascínio pela história, de uma forma lata, é característica iminente e agregadoramente humana. Se não fosse, para além dos séculos de investigação histórica em diversas áreas, da quantidade de reflexões filosóficas que se debruçam sobre o assunto, não existiria uma continuamente florescente indústria cinematográfica, mais livros do que alguma vez poderemos assimilar, sendo ou não do tipo romance histórico, jornais, televisão... A história hoje é consumida à medida que é feita. E o narrador/historiador/jornalista interfere efectivamente no rumo dos eventos e da história. Esta é uma das grandes diferenças relativamente aos séculos anteriores, o carácter imediato da história.

Mesmo quando objectivamente não posso contabilizar, em euros ou em horas, as vantagens directas desta investigação histórica, sei que a mesma é importante porque comunga desta nossa necessidade de conhecer, de nos enquadramos numa realidade mais ampla, de nos situarmos relativamente a um percurso e de encenar os nossos próprios passos.

E se o objectivo principal do estudo foi o conhecimento da forma como se construía como apoio à reabilitação do edificado é certo que outras valências poderão ser encontradas, pela transposição de formas de construir ou idealizar para outros contextos, outras realidades, pelos ensinamentos trazidos de épocas menos apoiadas na tecnologia e mais no conhecimento sensível do comportamento específico dos materiais, para a época actual.

Recordo o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal (AA.VV., 1980 [1961]) e a forma como esse trabalho extravasou o que eram os objectivos iniciais, declarados ou omissos, tornando-se em fonte de inspiração para gerações de arquitectos e repositório de informação sobre a nossa própria condição de indivíduos que interagem com o meio e que dele devem tirar partido na justa medida, algo que andou demasiado esquecido durante algumas décadas mas que novamente centra atenções, por multiplicidade de razões, alguma delas antagónicas.

Comparar este trabalho com o Inquérito é apenas circunstancial, a dimensão e importância são distintas e o mesmo foi apenas invocado para mostrar que existem outras possibilidades, para além das que foram declaradas como os objectivos iniciais, de utilização de trabalhos que assentam na inventariação (sistemática, por amostragem, ou por elementos de excepção) do património edificado. É assim, um desejo manifesto de que este trabalho possa servir para outros, como ferramenta na sua prática projectual, ou como base na sua actividade de investigação.

A história da construção de edifícios históricos é uma área que tem vindo a ser alvo de interesse crescente, devido ao cuidado maior que se tem com a conservação do património, maioritariamente entendido o mesmo ainda de uma forma restrita, isto é, não considerando como património todo o parque edificado susceptível de ser utilizado, mas apenas alguns edifícios, testemunho de épocas históricas distantes, ou de momentos e vivências relevantes, que por características próprias, ou por se terem tornado exemplos únicos, se tornam dignos dessa designação e até de protecção especial. Claro que esta definição está em mutação efectiva nos nossos dias, a noção de património é cada vez mais abrangente porque também se tornou uma questão estratégica de marketing. O turismo cultural tem vindo a ganhar um peso cada vez maior nas receitas dos países e o investimento nas diversas formas de património terá um retorno de investimento mais garantido do que o oferecido por qualquer entidade bancária.

A história da construção dos edifícios pós advento do Betão Armado, «recentes» na terminologia adoptada no presente trabalho, no contexto nacional e particularmente no contexto regional da cidade do Porto, essa praticamente não está feita[24]. Por um lado, por ser uma época ainda efectivamente muito recente, sem o distanciamento crítico e a «limpeza» que o tempo faz e, em muitos aspectos, aparentemente, em continuidade com a forma de fazer do «presente» e, por outro lado, pelo facto de se achar que não existiu uma alteração tão significativa da forma de construir durante este período, para que se constitua como um período independente da fase actual. Aceita-se que o

grande salto ou corte se deu na passagem dos sistemas construtivos tradicionais[25] (como ainda se designam embora cada vez mais essa designação deva ser repensada), para os sistemas construtivos pós introdução do betão armado.

Algumas vezes fazem-se também abordagens tipológicas; a história de determinado tipo de edifício. Muitas vezes essa abordagem vai mais além de uma definição formal e corresponde também a uma abordagem à tipologia construtiva, quando a mesma tem uma relação intrínseca com a tipologia arquitectónica. A título de exemplo podemos referir a tese de doutoramento de Francisco Barata Fernandes (Fernandes, 1996) entretanto editada pela Faup publicações. Apesar de a abordagem ser fundamentalmente de tipologia arquitectónica, o autor sentiu a necessidade de caracterizar construtivamente esses edifícios. Apesar das variações de tipologia arquitectónica, correspondendo a fases distintas de evolução da cidade, construtivamente, a habitação burguesa até ao início do século XX, não incorpora grandes alterações do sistema geral. Talvez a alteração arquitectónica que teve mais implicações construtivas tenha sido as diferentes relações altimétricas que se estabeleceram entre o primeiro piso de habitação e a rua, e a forma como esse pavimento é resolvido em cada um dos casos.

Relativamente ao estudo dos edifícios e das cidades enquanto construção edificada, urbana e territorial, o ramo da história é o que mais ancestralmente se tem debruçado sobre o assunto, uma vez que são esses vestígios passados que nos permitem, de certa forma, conhecer os homens que habitavam esses espaços. São ainda geralmente os marcos mais perenes, pelos materiais com que são executados, do que outro tipo de artefactos que facilmente se vão dissolvendo na poeira do tempo.

Ainda relativamente ao edificado, o campo da história e, dentro da história, o da história de arte, será o que está mais desenvolvido no nosso país e conta com uma tradição já longa quando comparado com a história da arquitectura feita por arquitectos (diferenciando-a da feita pelos historiadores de arte), ou a história dos desenvolvimentos tecnológicos aplicados à construção.

Paralelamente, nos anos mais recentes, a engenharia civil e a engenharia dos materiais têm também dedicado mais atenção aos edifícios preexistentes, muito mais no sentido do tratamento das suas anomalias do que do estudo da sua história. Contudo, a história da construção consegue beber dessas fontes e integrar o conhecimento com outras áreas, dando-nos uma perspectiva mais abrangente do que o estudo inicial pressupõe.

24.No contexto internacional existem alguns trabalhos que abordam as questões construtivas dos edifícios, do ponto de vista da teoria da arquitectura, fazendo o relacionamento das questões técnicas com as questões formais. Na generalidade dos casos as questões construtivas são abordadas do ponto de vista da teoria da arquitectura e não do ponto de vista da história da construção, stricto sensu. Iremos analisar sucintamente mais à frente alguns desses trabalhos.

No contexto nacional, o trabalho de doutoramento da arquitecta Ana Tostões, que também será analisado à frente, aborda as questões da tecnologia e a imagem arquitectónica na arquitectura moderna portuguesa, mas também não mergulha na especificidade construtiva dos edifícios que analisa. Prefere também uma abordagem mais centradas nas questões da relação da teoria da arquitectura com a tecnologia, do que com a história da tecnologia construtiva, por si.

25. O termo «tradicional» designa habitualmente uma quantidade substancial de sistemas construtivos, dependendo quer da época em que situamos a análise, quer do tipo de trabalho que se está a fazer. Encontramos a designação «tradicional» para o tipo de construção que se fazia correntemente até às primeiras décadas do século XX, mas, noutro contexto, também se aplica o termo «tradicional» para a construção convencional actual, em contraponto aos novos sistemas que são introduzidos actualmente. Uma das questões que nos podemos colocar é de quanto tempo precisamos para criar uma tradição? Uma geração é mais do que suficiente. O que aprendemos dos nossos pais, independentemente de eles o terem aprendido dos seus, é já herdado, não é conquista própria, é «imposição», é «tradição».

As dúvidas persistem. Pode o conhecimento da história da construção contribuir para uma forma mais sustentável de reabilitar os edifícios? Pode o conhecimento da história da construção contribuir para uma maior qualidade construtiva dos edifícios recentes?

De que forma o conhecimento da história da construção de determinado edifício ou sistema, pode contribuir para uma melhor qualidade e maior sustentabilidade dos edifícios construídos, ou reabilitados, recentemente? Quais são os erros mais habitualmente cometidos? Quais são as virtudes dessas soluções? De onde mais se podem colher referências? O que pode servir de exemplo?

Tomando como referencial outra vez o campo da história das ciências, mais desenvolvido e com mais tradição do que o da história da construção, podemos estabelecer comparações e tirar algumas ilações.

O conhecimento da história da ciência, quando bem direccionado pode ter uma influência benéfica nos nossos dias, é algo que se afirma, mas a que depois faltam exemplos concretos. Um dos problemas que aponto nessa visão tem a ver com os campos restritos que são usados para a procura dos exemplos. Penso que cada vez mais as influências são transdisciplinares, portanto nem sempre de fácil apreensão.

Hooykaas afirma que a história da ciência tem pelo menos três distintas finalidades:

> *"A história da ciência fornece material para um auto exame crítico da ciência: aumenta o nosso apreço pelo que hoje possuímos, ao dar-nos a conhecer as dificuldades por que se passou para o conseguir. Estabelece a ligação entre a ciência e as humanidades, demonstrando até que ponto as ciências naturais fazem parte do humanismo da nossa era. Haverá sempre cientistas que não se contentam com o simples conhecimento do conteúdo das teorias, mas querem também conhecer a sua génese, encontrando nesta prazer intelectual e estético"* (Hooykaas, 1970:49).

Estas três finalidades facilmente são transpostas para o campo da história da construção. A primeira e a terceira de uma forma directa, a segunda, não tão directa, mas igualmente válida e importante, que é a integração da actividade da construção no tecido social e humano, e as inter-relações que a mesma estabelece com uma multitude de campos da actividade humana.

A construção e o estudo da sua história são campos interdisciplinares cada vez mais complexos à medida que o tempo real e o tempo histórico avançam. Cada vez mais são as actividades/profissões e as tecnologias envolvidas no projecto e na construção dos edifícios, portanto mais complexa a sua compreensão e caracterização.

Fazer a história da construção por um único ponto de vista (o do arquitecto neste caso) é necessariamente redutor, tentar fazê-la sob todos os pontos de vista, humanamente impossível.

É necessário encontrar o equilíbrio, buscar informações noutros campos que não o da arquitectura, sem esquecer que o que se pretende fundamentalmente neste trabalho é a perspectiva do arquitecto que idealiza e concretiza, que constrói, o arquitecto hoje e o arquitecto no momento da história estudado, o arquitecto específico em determinado edifício, com as ferramentas e as tecnologias daquele momento, com as modas e os saberes comuns, com a sua formação específica, com tudo o que possa ter moldado a forma e o modo de execução de determinado edifício ou elemento de construção.

Em resumo, no campo da reabilitação de edifícios, conhecer a história da construção é importante, senão determinante, porque permite inferir a caracterização de determinado edifício, quando os dados não estão presentes e

as sondagens não são possíveis. Tal como refere Dunkeld, o conhecimento da história ajuda ao estabelecimento de hipóteses iniciais, que terão de ser confirmadas durante a execução dos trabalhos (Dunkeld, 2003:13-20).

B. O estudo da História da Construção Arquitectónica

> *"Existen en el mundo editorial numerosas publicaciones sobre Historia del Arte, bastante menos acerca de la Historia de la Arquitectura y escasas sobre Historia de la Construcción, lo que no se comprende muy bien si se tiene en cuenta que la Construcción es el soporte físico de la Arquitectura. [...]*
>
> *Si, como suele decirse, medir es saber y lo demás es opinar, debiéramos elegir para la Historia de la Construcción una metodología basada no sólo en la certeza del dato histórico o en el estudio epitelial de las superficies visibles, sino también en el examen de la sección, en el despiece e, siempre que sea posible, en la autopsia de las ruinas"* (Fernández Salas, 1998:XI).

A história da construção é um campo de estudo emergente. Não que antes não existissem trabalhos neste domínio, mas simplesmente porque os mesmos não estavam sistematizados, isto é, correspondiam essencialmente a esforços individuais e não a um movimento de conjunto.

A história da construção, tal como a entendemos agora, é um campo interdisciplinar que não interessa apenas aos arquitectos e aos engenheiros, mas a um grupo alargado de profissionais, técnicos ou investigadores, em diversas áreas do conhecimento. Evoluções ou alterações na forma de construir não decorrem unicamente de evoluções num único campo, mas resultam sobretudo de conjugações de alterações em diversas áreas do saber ou da ciência, da técnica e da tecnologia.

O estudo da história da construção deve ser um esforço concertado entre pessoas de diferentes áreas, com diferentes perspectivas e ferramentas de análise, para ser possível uma visão integrada do fenómeno da actividade edificatória. Nesse sentido, a criação de estruturas de organização, promoção e divulgação da investigação neste domínio são importantes e tem sido um contributo relevante para o aparecimento deste campo específico do saber e a sua crescente importância.

Para os arquitectos, a história dos edifícios tem sido feita sobretudo do ponto de vista estilístico e formal. As questões da tecnologia têm um peso infimamente mais reduzido nos estudos e são chamadas, geralmente, em momentos de grande mudança ou de grandes saltos tecnológicos. No caso dos engenheiros, a história praticamente não está presente na formação académica. Quando existe é uma visão sectorial, relativa a determinado tipo de edifício ou obra de arte. Não é uma visão integral que consiga fazer referência às contaminações entre campos do saber e tecnologias da construção (Dunkeld, 2003:13-20).

Importante, contudo, é não confundir a história da construção com a história de determinada profissão. As especificações profissionais são demasiado recentes, quando comparadas com os edifícios. As formas de construir actuais estão ainda fortemente ancoradas nas formas de fazer ancestrais (ver Hiptxt 2.A).

Não se pode estabelecer um momento específico em que a história da construção passou a ser matéria de interesse de arquitectos e outros profissionais ligados à construção. Reflectindo um pouco sobre o assunto, todos sabemos que a nossa prática se funda muito no valor do exemplo, na cópia, na análise do existente como matéria-prima para novos projectos. Nesse sentido, de uma forma empírica, ou unicamente prática e pessoal, não científica, mesmo sem qualquer enquadramento teórico, a história da construção tem uma evolução paralela aos desenvolvimentos da própria construção, guardando a memória escrita do que é feito, do que é aprendido e conquistado e transmitido às gerações seguintes.

Mas há que fazer a distinção entre a forma como determinados tratados abordam a construção de edifícios que estão próximos, temporalmente ou pela forma de construir e estudos que visam refazer, ou recuperar a memória de determinada forma de execução porque a mesma já saiu do domínio corrente da construção, porque não existem os artífices, as ferramentas, as tecnologias ou os materiais, explicitando-o ou interpretando-o.

A ideia de «História da Construção», tal como ela é entendida hoje, não pode ser apenas a transmissão directa dos conhecimentos sobre determinada forma de construir, mas deve englobar algumas questões adicionais, das quais penso que as mais importantes sejam as seguintes:

- o desfasamento temporal entre o tempo de execução e o momento de estudo;
- a análise sistemática da informação;
- a organização da informação e a capacidade da sua transmissão a terceiros;
- a abordagem científica ou matricial;
- uma visão sistémica da realidade, isto é, a visão da construção e do edifício, integrado no seu meio histórico, económico, social, cultural e tecnológico.

Neste último ponto reside a grande diferença relativamente à abordagem usualmente feita pelos estudos que se dedicam à construção, e não à história da mesma. Isto é, explicam processos, formas de execução, mas deixam de fora todos os factos que levaram a que assim fosse feito, quer por condicionantes técnicas, económicas e científicas, quer pela inventividade dos intervenientes.

Como campo de ensino, a história da construção tem sido pouco valorizada. Em Portugal, a história da construção não existe como disciplina autónoma na formação de base, em nenhum dos principais cursos de licenciatura/mestrado integrado em Arquitectura embora as disciplinas relacionadas com o ensino da construção acabem por necessariamente fazer a abordagem de alguns períodos históricos e da forma de edificar dessas épocas. A nível de formação avançada, existe desde 2008, uma disciplina de Arquitectura e História da Construção no Curso de Doutoramento em Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e existiu anteriormente uma disciplina equivalente no curso de Mestrado em Construção da mesma Instituição.

No tocante à divulgação não exclusivamente académica, a situação em Portugal ainda é embrionária. Não existe nenhuma organização formal dedicada ao estudo da história da construção e só muito recentemente o assunto foi trazido à discussão pública.

Os esforços, até esta altura, têm sido essencialmente individuais, focando aspectos que se enquadram na história da construção mas feitos ao abrigo de outras disciplinas, não se reconhecendo assim pública e explicitamente o contributo para o estabelecimento de um corpo de saber nesta área.

2010 poderá ter sido o ano da mudança no panorama português, mas apenas o futuro próximo o poderá confirmar.

Em 19 de Fevereiro de 2010 teve lugar no auditório CIUL em Lisboa, uma conferência sobre a história da construção em Portugal, que se considera a primeira e tenta constituir-se como *"um primeiro instrumento para o aprofundamento futuro desta disciplina no nosso país*" (Mateus (coord.), 2010). Esta conferência será analisada com um pouco mais de detalhe no ponto B.2.5.

B.1. As sociedades dedicadas ao estudo da História da Construção

B.1.1. Construction History Society

A *Construction History Society* [CHS] foi formada em 1982 (CHSA, [200-]) no Reino Unido. Apesar de sedeada no Reino Unido e funcionar como organização nacional britânica, consegue posicionar-se como organização internacional, até pela falta de organizações equivalentes em muitos países, como Portugal, e os investigadores, por uma necessidade de enquadramento e acesso a informação, se associarem à CHS.

A CHS dedica-se ao estudo da história da construção, de todas as épocas, estilos, tipos de edifícios, garantindo uma abertura do âmbito de abrangência que enquadra quer o campo da arquitectura, quer da engenharia, ciências dos materiais, história, ou outras que concorram com os mesmos objectivos.

Edita desde 1985 o Journal of Construction History [JCH], uma publicação anual de cerca de 100 páginas, com diversos artigos de autores, fundamental mas não exclusivamente, ingleses e faz também a recensão crítica da bibliografia publicada com interesse para a área. O JCH não estava disponível on-line mas era possível solicitar pela internet, com ou sem encargos, cópias de números atrasados, o que era uma boa forma de divulgação, permitindo atingir um público mais vasto do que os membros da sociedade. A partir de 2010, os números esgotados do JCH passaram a estar disponíveis para *download*.

Publica também uma newsletter trimestral, enviada aos associados e que, para números posteriores a Junho de 2001, está disponível on-line. A partir de Abril de 2011 a newsletter alterou a designação e o formato para a CHS Magazine, com duas publicações anuais e estando prevista a criação de uma nova newsletter, apenas em formato digital, com quatro números anuais.

Mantém um sítio na Internet *[www.constructionhistory.co.uk]* com alguma informação relevante, designadamente informações sobre as actividades nacionais e internacionais neste domínio, lista do JCH e respectivos índices, as cópias digitais da *newsletter* e publicidade ao prémio anual promovido pela sociedade. Tem também associado um fórum de discussão, mas, pelo que me foi dado perceber, com muito pouca participação dos membros. Tem também presença em redes sociais.

B.1.2. Sociedad Española de Historia de la Construcción

A *Sociedad Española de Historia de la Construcción* [SEHC] nasce aquando da organização do *Primer Congreso de Historia de la Construcción*, em Madrid, em Setembro de 1996. Tal como é referido no seu sítio da Internet [www.sedhc.es], corresponde a uma iniciativa de vários profissionais de diversas áreas (arquitectura, engenharia,

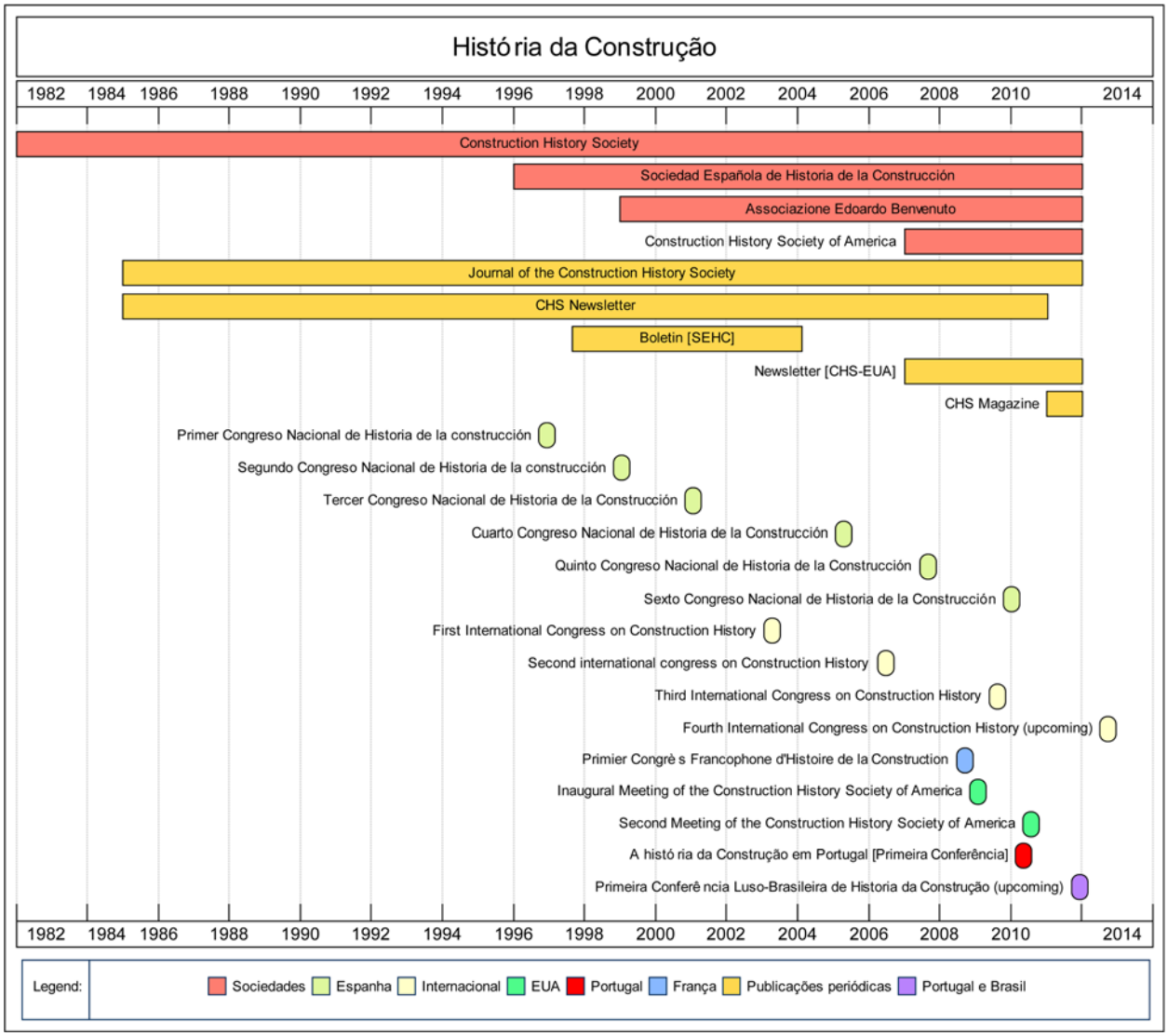


Fig.16 Cronologia internacional do estudo da história da construção.

história, arqueologia, ou outras) e pretende constituir-se como um organismo que facilite os contactos entre pessoas que tenham interesse por esta área (SEHC, [200-]). Tinha na altura da sua criação a intenção de organização de diversas actividades, das quais vale a pena referir;

- um boletim de notícias quadrimestral. - Publicou nove edições, anuais ou bianuais, sendo o último boletim publicado em 2004. Estes boletins estão disponíveis *on-line*;
- editar uma revista de história da construção. - Tanto quanto foi possível verificar este objectivo nunca foi atingido;
- organizar um Congresso Bienal. - Os Congressos de História da Construção, que à frente abordaremos com maior pormenor, são a realização mais visível e certamente mais importante da SEHC, tendo sido realizado recentemente o VI Congresso, em Outubro de 2009, em Valência.

A SEHC criou, em 2007, em colaboração com o Instituto Juan de Herrera, uma biblioteca digital para a história da construção, dirigida por Santiago Huerta, que corresponde a um repositório de diversos tratados de Arquitectura, Construção e Engenharia, desde 1549 a 1927, na generalidade dos casos nas suas edições/traduções em língua espanhola, mas contendo alguns nas línguas originais. Embora a digitalização de livros que estão já no domínio público seja algo que tem vindo a ser implementado por diversos organismos, desde as bibliotecas públicas como a Biblioteca Nacional de Portugal *[purl.pt]*, associações sem fins lucrativos como o Projecto Gutenberg *[www.gutenberg.org]*, ou empresas privadas como a Google *[books.google.com]*, esta biblioteca da SEHC é um dos mais importantes repositórios digitais para quem estuda a história da construção e domine a língua espanhola, pelo facto de os documentos poderem ser encontrados todos na mesma localização e organizados por data e ou autor e, mais importante, porque serve, para quem inicia o estudo, como uma listagem bastante completa dos diversos tratados existentes. Sente-se contudo a falta de uma maior representatividade do século XX, embora se tenha plena consciência que por um lado a demasiada proximidade e por outro lado o aumento exponencial de produção de manuais e tratados no último século, não facilitam essa tarefa. Igualmente a SEHC tem procedido à republicação de alguns tratados, ou trabalhos importantes, para a história da construção, como sejam as obras de Auguste Choisy [1841-1909].

A SEHC foi também responsável pela organização do primeiro Congresso Internacional de história da construção, em 2003, de que iremos falar no ponto B.2.2. (pag.73).

B.1.3. Associazione Edoardo Benvenuto

A *Associazione Edoardo Benvenuto* [AEB] foi em criada em Itália em 1999, um ano após a morte da personalidade de quem recebe o nome e pretende homenagear, pelo seu contributo para o estudo e a divulgação da ciência da construção e o estudo da sua evolução histórica. Benvenuto, engenheiro de formação, foi presidente da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Génova durante quase duas décadas. Na sua obra mais paradigmática "*La scienza delle costruzioni e il suo sviluppo storico*" (Benvenuto, 1981) faz uma abordagem da história do desenvolvimento do conhecimento científico, essencialmente nos ramos da matemática, física, mecânica e de que forma esses conhecimentos são integrados, ou determinam alterações na forma de projectar e construir, tornando-se uma referência nesta área.

Livro longamente esgotado teve finalmente reedição em 2006, pelas mãos da AEB e Edizioni di Storia e Letteratura (Benvenuto, 2006).

A Associação, apesar da curta história, tem sido dinâmica e conta com a organização de um conjunto de conferências, seminários e cursos, algumas publicações e a instituição de um prémio anual. O seu sítio na Internet *[www.associazionebenvenuto.org]* agregou a informação que existe *on-line* sobre esta temática, nomeadamente a biblioteca digital disponibilizada pela SEHC, o que o torna um bom índice, ou catálogo, para pesquisa *on-line*. Este acervo passou para a *Bibliotheca Mechanico-Architectonica [www.bma.arch.unige.it]*, que tem sido reorganizada e enriquecida nos tempos mais recentes, estando-se a tornar o repositório internacional para este campo de estudo, como parece indicar a passagem dos ficheiros digitais das comunicações do terceiro congresso internacional, do sítio do congresso para o da *Bibliotheca Mechanico-Architectonica*.

B.1.4. Construction History Society of America [EUA]

Em 2007, à medida que o interesse na história da construção ganha também terreno nos Estados Unidos, é criado a *Construction History Society of America*, não como uma sociedade autónoma mas como um ramo da CHS, contudo com organização de actividades próprias. A ainda breve existência ainda não permite fazer uma avaliação correcta do dinamismo da associação. Até ao momento as actividades têm estado centradas na elaboração da sua *newsletter* trimestral, na colocação *on-line* do sítio, na angariação de associados, divulgação da sociedade e na organização de seu encontro inaugural, que teve lugar em Atlanta, em Novembro de 2008. No final de Maio de 2010 teve lugar, em Filadélfia, o segundo encontro bienal. Estão também em preparação encontros regionais informais, numa forma de promover contacto entre investigadores da área, apostando na proximidade geográfica dada a dimensão dos Estados Unidos.

B.1.5. Outras sociedades dedicadas ao estudo da História das Tecnologias

Existe um conjunto de sociedades, fundamentalmente americanas, que se dedicam ao estudo de determinados campos da história da construção. As sociedades históricas abundam nos Estados Unidos, nos seus 52 estados e a actividade da construção não é deixada de fora.

Na Europa não existe a mesma aposta em sociedades históricas, provavelmente porque assumimos a longa história como um património adquirido, não o valorizando da mesma forma. A curta história americana leva a que mais facilmente achem importante preservar e valorizar os registos de actividades recentes e, a dimensão do país, das suas cidades e os recursos económicos também contribuem para essa situação. Quem não tem história, ou tem uma curta história, tem mais «fome» de história.

Em Portugal não temos paralelismo com a situação americana. Os núcleos de história local, dos municípios que os possuem, não têm dinamismo comparável e a área da história da construção não tem despertado interesse. Alguns museus locais podem ter espólio que se enquadra neste domínio, mas não é tratado enquanto tal.

Desse conjunto de sociedades americanas, pela sua abrangência internacional destaca-se o *History and Heritage Committee* [HHC].

Este organismo é uma comissão integrada na *American Society of Civil Engineers* [ASCE] e dedica-se ao estudo, divulgação e preservação da contribuição dos engenheiros civis para o desenvolvimento geral da sociedade. Foi crida em 1964 com a designação *Committee on the History and Heritage of American Civil Engineering* [CHHACE], recebendo a presente designação em 1998. Apesar de ser uma associação americana, tem membros correspondentes no Reino Unido e no Canadá. Das suas atribuições faz parte a administração do programa *Historic Civil Engineering Landmarks*, através do qual se «classificam» construções importantes do ponto de vista da engenharia civil localizadas nos Estados Unidos e no estrangeiro. A Ponte D. Maria Pia, na cidade do Porto, foi classificada em 1990, correspondendo à 155ª construção classificada e a 11ª fora dos Estados Unidos.

Administram também o *ASCE History and Heritage Award*, prémio anual com edições desde 1966. As construções que classificam abrangem pontes, túneis, barragens, mas também alguns edifícios que do ponto de vista da evolução da engenharia civil e das estruturas se tornaram relevantes.

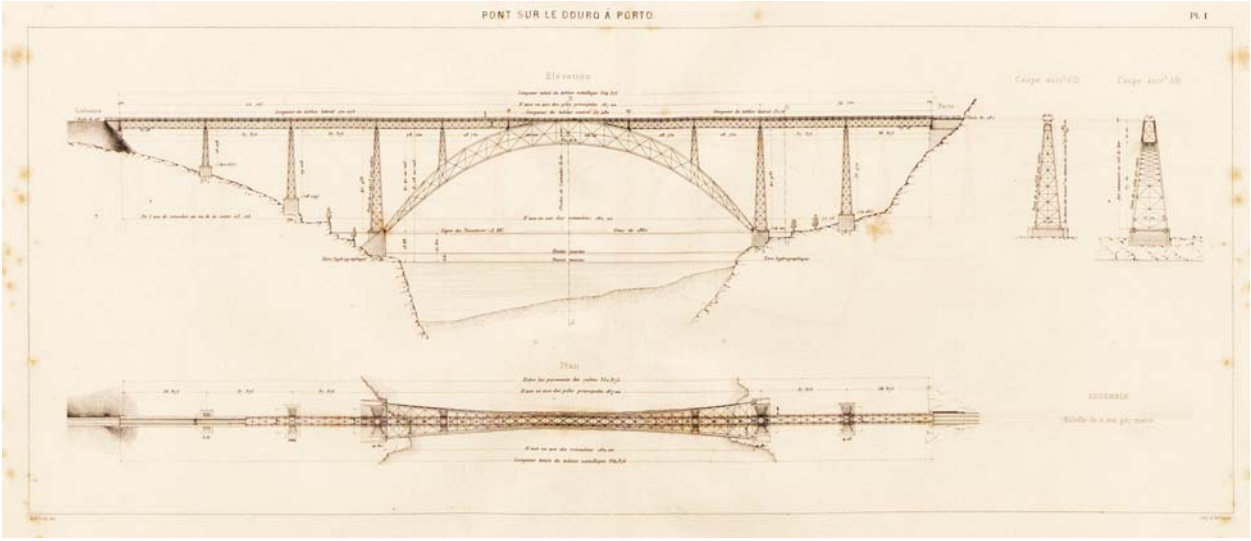


Fig.17 Projecto da Ponte D. Maria Pia de Gustave Eiffel.

(Eiffel, 1879)

Associação Docomomo [Internacional e Ibérico]

A associação Docomomo foi fundada em 1988 por dois arquitectos Holandeses, Hubert-Jan Henket e Wessel de Jonge, ambos investigadores na Escola de Arquitectura da Universidade de Eindhoven (Docomomo, 2010a).

Docomomo é um acrónimo para DOcumentation and COnservation of MOdern MOvement, dedicando-se pois ao estudo, documentação e preservação dos edifícios do movimento moderno, com actividades regulares ao longo dos últimos anos, publicação em várias línguas e visibilidade internacional.

Os objectivos da organização foram estabelecidos na conferência inaugural que teve lugar em Setembro de 1990 na Holanda, e que ficou conhecida por "Eindhoven statement". Nos mesmos se chamava a atenção para os seguintes aspectos:

- A necessidade de trazer para a discussão pública a importância e significado do movimento moderno [MM], e dos seus edifícios mais emblemáticos;
- Fazer a identificação e promover o registo das obras do MM, incluindo a elaboração de uma base de dados com desenhos, fotografias e outros documentos;
- Fomentar o desenvolvimento de técnicas e métodos adequados de conservação dos edifícios do MM e promover a disseminação desse conhecimento pela comunidade profissional e académica;
- Opor-se à destruição ou à descaracterização de obras significativas do MM;
- Servir de veículo para a angariação de fundos para a documentação e conservação;
- Incentivar e desenvolver o conhecimento sobre o MM.

(Docomomo, 2010b)

Apesar de não ser uma associação dedicada exclusivamente ao estudo da história da construção, como se dedica ao período em estudo no presente trabalho e como parte dos estudos feitos efectivamente se podem incluir no campo

da história da construção, faz todo o sentido mencioná-la nesta resenha de enquadramento das associações que promovem os estudos nesta área.

Efectivamente nessa primeira conferência a questão da *Tecnologia* era já um dos três tópicos abordados, conjuntamente com as questões de *História da Arquitectura* e *Políticas de Preservação*, o que justifica perfeitamente a inclusão da Docomomo nas organizações dedicadas à história da construção.

Colocavam-se algumas questões pertinentes para o estudo da história da construção. Tendo os edifícios do movimento moderno resultado, em certa parte, de avanços tecnológicos, alguns ainda em uso hoje, mas outros que caíram no esquecimento, de que forma podemos tirar partido do conhecimento dessas experiências e da sua divulgação? Como devemos tratar hoje esse tipo de estruturas construídas que na generalidade dos casos já não conseguem responder aos requisitos funcionais actuais? (Docomomo, 2010c)

Actualmente, para além do organismo mãe internacional, existem também várias associações nacionais, supra-nacionais de diversos países, ou regionais, em diversos pontos do globo. Portugal está inserido na Associação DOCOMOMO Ibérico, conjuntamente com Espanha.

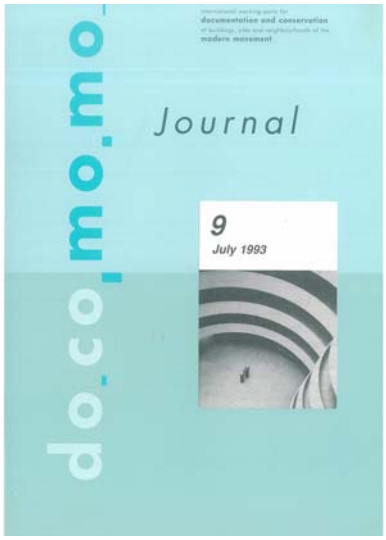


Fig.18 Capa do "Docomomo Journal". (DOCOMOMO, 1993)



Fig.19 Capa do "@pha.boletim". (APHA, 2007)

Associação Portuguesa de Historiadores de Arte

O campo de estudo da história de arte pode englobar também estudos no âmbito da história da construção, embora estes geralmente se centrem mais em aspectos estilísticos e menos em questões materiais e de execução.

Dentro do âmbito da história de arte, podemos referir a Associação Portuguesa de Historiadores de Arte [APHA], fundada em 1989. A APHA mantém um sítio na internet *[www.apha.pt]*, onde disponibiliza o seu boletim digital, publicado com uma periodicidade variável, e a sua *newsletter* digital com publicação a partir de Dezembro de 2009 (trimestral até ao segundo número e quadrimestral a partir do terceiro).

Para os historiadores de arte, o século XX é ainda um campo marginal de interesse, relativamente a outros períodos históricos, como se pode depreender por uma breve da análise dos temas dos artigos publicados na revista.

B.2. Os congressos e encontros

B.2.1. Congresos de Historia de la Construcción (1996-2009)

O primeiro congresso nacional espanhol sobre história da construção foi organizado em 1996, antecipando-se em 8 anos ao primeiro congresso internacional sobre o mesmo tema.



Fig.20 Capas das actas dos congressos espanhóis.

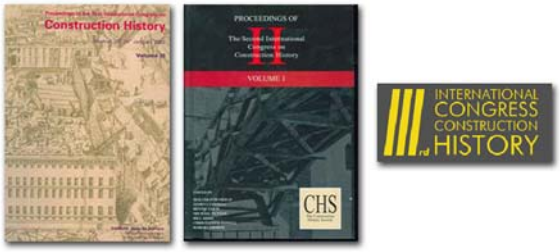


Fig.21 Capas das actas dos congressos internacionais.

Apesar de a britânica CHS ter fundação anterior à sua congénere espanhola, a segunda acaba por demonstrar maior dinamismo, principalmente nos primeiros anos, com a organização, conforme os pressupostos enunciados inicialmente, de congressos bienais, que conseguem ter alguns ecos nos países do mediterrâneo, como Portugal e Itália. A questão da língua (as comunicações são em espanhol) facilmente também explica a não adesão de países não latinos. Ao primeiro congresso sucedem-se outros dois em 1998 e 2000, tendo este último registado a maior participação.

Assiste-se então a um interregno até ao Congresso de Cádiz em 2005, que em parte poderá ser explicado pela organização do primeiro congresso internacional em Madrid em 2003, que mais do que retirar a importância ao congresso nacional, deve ter implicado a mobilização extra de meios humanos e materiais, que assim tiveram de ser «desviados». A partir de 2005 a realização de congressos voltou à sua periodicidade bienal, com o V congresso em 2007 em Burgos e o VI, que se realizou em Outubro de 2009, em Valência.

O congresso de Valência, a avaliar pelo número de participantes comparativamente aos congressos anteriores, corresponde a um ressurgir do interesse no estudo da história da construção. Claro que o aumento de conferencistas também pode ser justificado pela implementação de diferentes pressupostos de avaliação de carreira académica, e a necessidade que os investigadores e docentes tem de participar e publicar em encontros científicos da sua área.

Tendo em conta o âmbito do presente trabalho e como forma de contextualização, fiz uma análise das comunicações, respectivos temas e origens geográficas dos congressistas. Analisei a questão da participação de investigadores portugueses, ou em representação de instituições portuguesas, bem como a época a que os estudos se referem, tentando perceber se o século XX tem vindo, ou não, a ser alvo de uma maior atenção por parte dos investigadores. Tendo em conta que muitas das comunicações abrangem períodos latos, que podem não ser balizados num único século, optei por uma separação entre exclusivamente século XX, séculos XIX e XX e exclusivamente século XIX.

Tabela 1: Congressos Espanhóis de História da Construção.
Datas, locais e números de comunicações.

Congresso	Ano	Local	Nº de comunicações	Portugueses
I CNHC	1996	Madrid	74	0
II CNHC	1998	Corunha	64	1
III CNHC	2000	Sevilha	129	1
IV CNHC	2005	Cádiz	109	0
V CNHC	2007	Burgos	93	0
VI CNHC	2009	Valência	133	1

Apesar da diminuição de número de comunicações nos congressos de 2005 e 2007, os números absolutos relativos a comunicações que têm como âmbito temporal o século XX aumentaram sempre (ver Fig.22), o que, se visto em percentagem de comunicações, corresponde ainda a um maior aumento, dando-nos uma mais clara indicação que o tema está a ser mais consistentemente tratado por mais investigadores em todos os congressos (ver Fig.25).

Quanto à participação portuguesa, a mesma é marginal, algo que em parte se deverá à pouca divulgação dos congressos em Portugal (o boletim da SEHC deixou de ser publicado e a Sociedade é pouco efectiva na manutenção do *site* e informações via e-mail) mas também, claro, ao pouco peso que este campo de estudo tem ainda em Portugal.

B.2.2. International Congress on Construction History (2003-2009)

O primeiro congresso internacional, como já foi referido, teve lugar em Madrid em 2003, foi organizado em parceria pela CHS e pela SEHC e contou com 202 comunicações. Apesar de não ser referido explicitamente a origem geográfica dos autores, pelos nomes e temas tratados é possível perceber que os mesmos são essencialmente originários de Espanha, Reino Unido, Itália ou América Latina e mais uma vez com uma participação marginal de Portugal, contudo, a maior em qualquer dos congressos internacionais ou nacionais realizados, com três comunicações.

O segundo congresso teve lugar em Cambridge, Inglaterra, em 2006. O efeito «país anfitrião» faz-se notar, com aumento do número de participantes do país organizador, como já se tinha feito notar em Madrid e como se fará em Cottbus, em 2009.

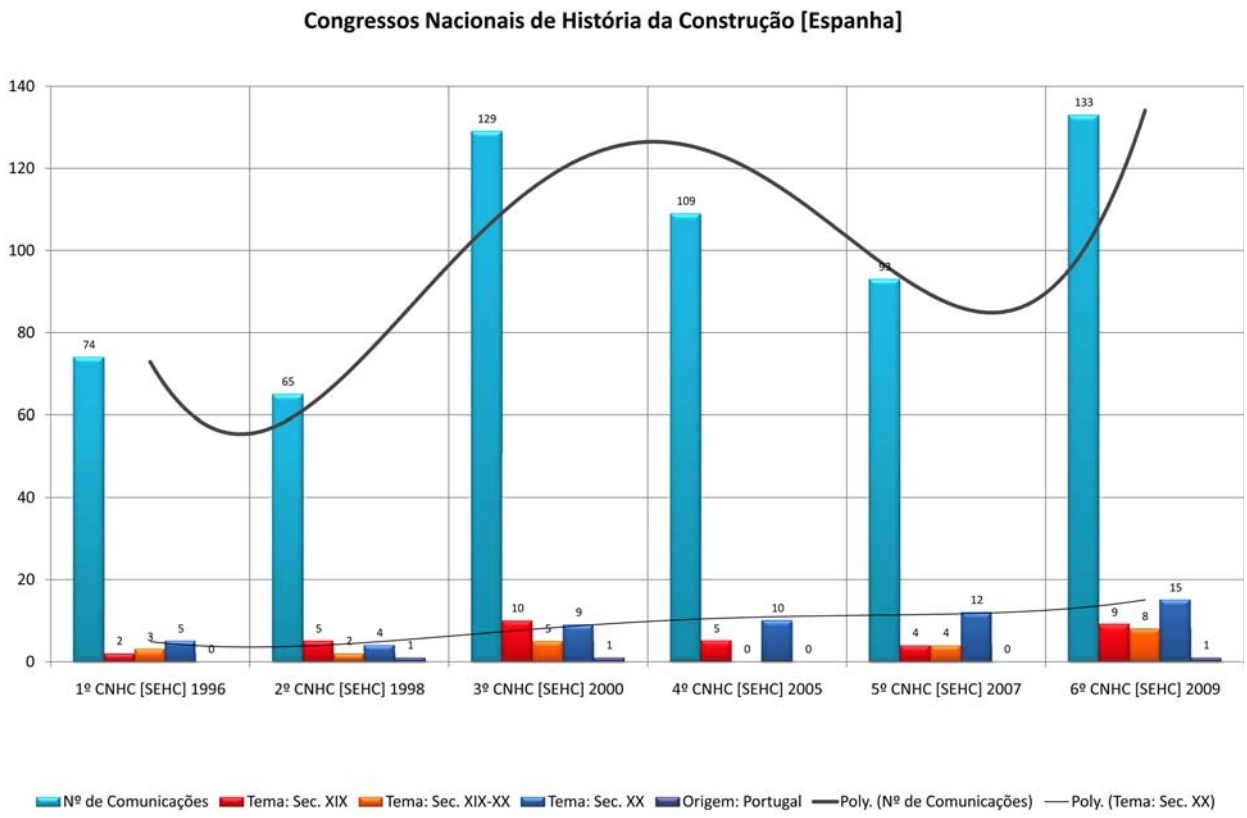


Fig.22 Número de comunicações e temas nos Congressos Nacionais Espanhóis.

O terceiro congresso, realizado em 2009, na Alemanha, reflecte o interesse crescente pela história da construção. O número de comunicações manteve-se dentro da ordem dos dois primeiros congressos, saldando-se em 190, mas, mais importante, assistiu-se à diversificação da origem geográfica das instituições de acolhimento dos 257 conferencistas, o que correspondeu a um efectivo alargamento desta temática a outras áreas do globo. De referir o reforço da participação de países da América Latina, e o aparecimento de investigadores da Ásia e da Europa de Leste[26].

Da mesma forma que fiz para os congressos espanhóis, igualmente analisei a evolução do peso das comunicações sobre o século XX e da participação portuguesa nos congressos internacionais. A participação de investigadores portugueses praticamente não tem significado e corresponde, notoriamente, a iniciativa individual e não institucional. Relativamente à temática, nos congressos internacionais, o tema do século XX e dos séculos XIX e XX, teve logo à partida uma maior representatividade, tendo-se mantido sensivelmente constante ao longo dos três congressos.

26.O número de comunicações pode resultar também de restrições da própria organização. Para o quarto congresso internacional, a realizar em Paris em 2012, temos conhecimento de que foram enviados 680 abstracts, tendo sido aceites 280. Inicialmente só estava prevista a aceitação de 200 comunicações, mas o elevado número de abstracts enviados determinou este aumento por parte da organização.

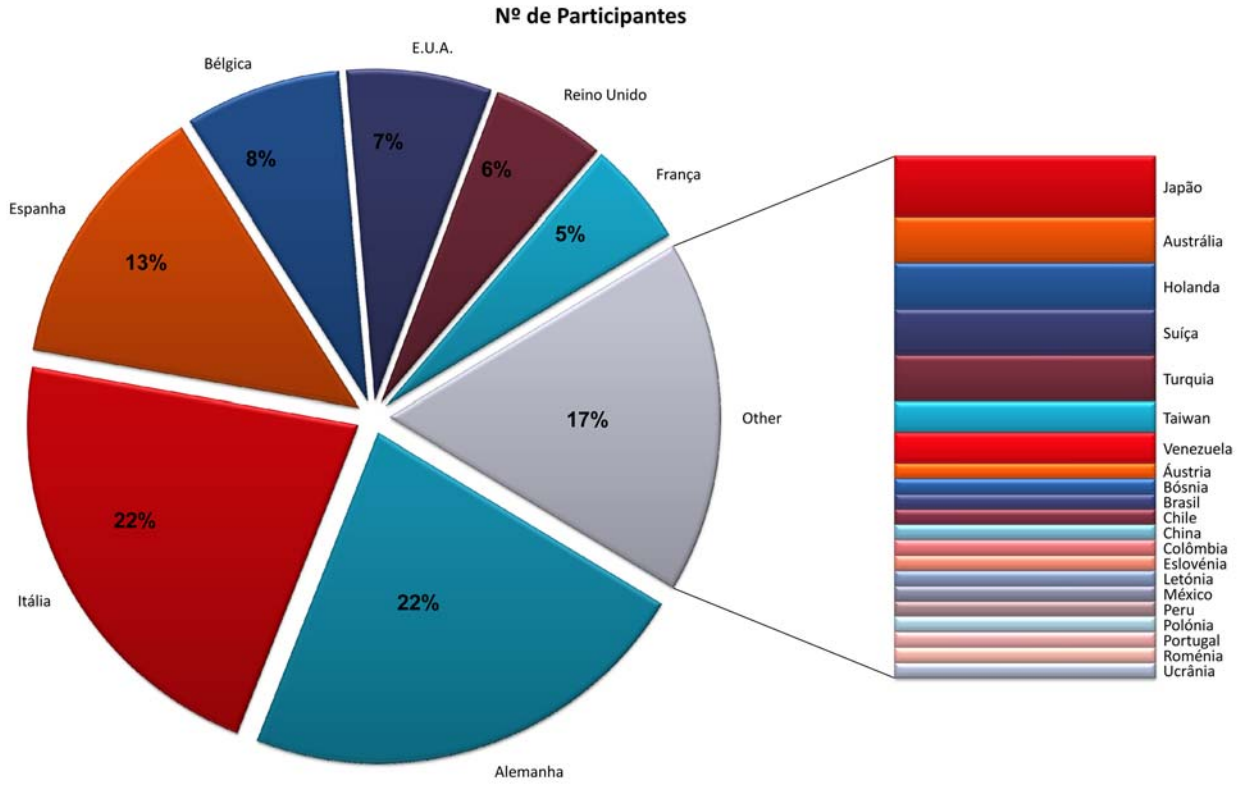


Fig.23 Origem geográfica das instituições de acolhimento dos conferencistas.

Se avaliarmos o número de comunicações relativamente ao período temporal tratado, claro que o século XX tem mais estudos que qualquer outro século anterior. Contudo, se fizermos essa avaliação em relação ao património existente e à variedade de edifícios e soluções construtivas, então teremos perfeita noção que muita coisa ainda tem de ser feita, no estudo e documentação de sistemas e métodos de execução.

Tabela 2: Congressos Internacionais de História da Construção.
Datas, locais e números de comunicações.

Congresso	Ano	Local	Nº de comunicações	Portugueses
I ICCH	2003	Madrid. Espanha	202	3
II ICCH	2006	Cambridge, UK	195	2
III ICCH	2009	Cottbus, Alemanha	190	1

Ponderando também os artigos e comunicações do JCH, conjuntamente com os dos congressos internacionais e espanhóis de história da construção, mantém-se a percepção da representatividade marginal do século XX nos temas estudados, com uma representação muito diminuta nas publicações.

De referir que as comunicações de autores portugueses sobre a realidade nacional não são muitas nestes congressos, o que mostra que esta área ainda não se conformou como um campo de trabalho e investigação em Portugal. Mas é de notar que neste contexto de (tão) poucas comunicações, o século XX já aparece mais representado (com todo o erro que a diminuta dimensão da amostra possa implicar).

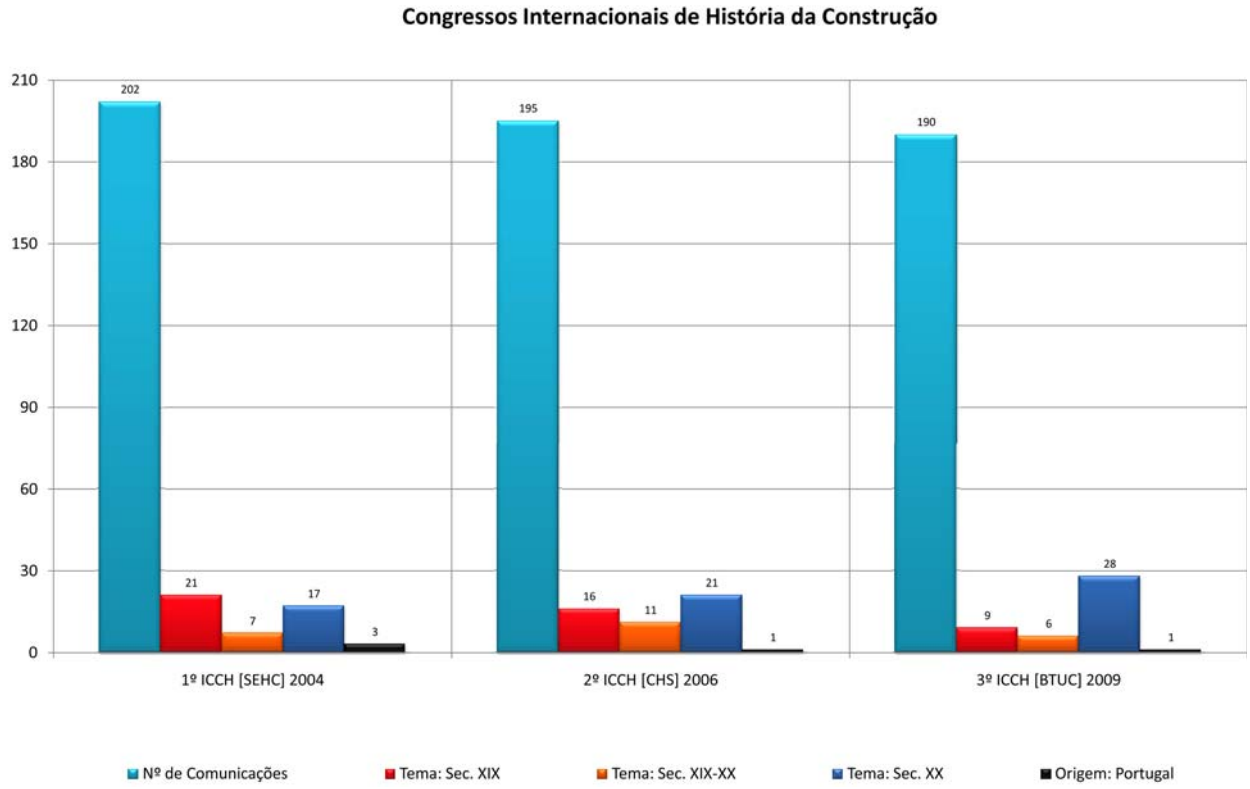


Fig.24 Número de comunicações e tema nos congressos internacionais.

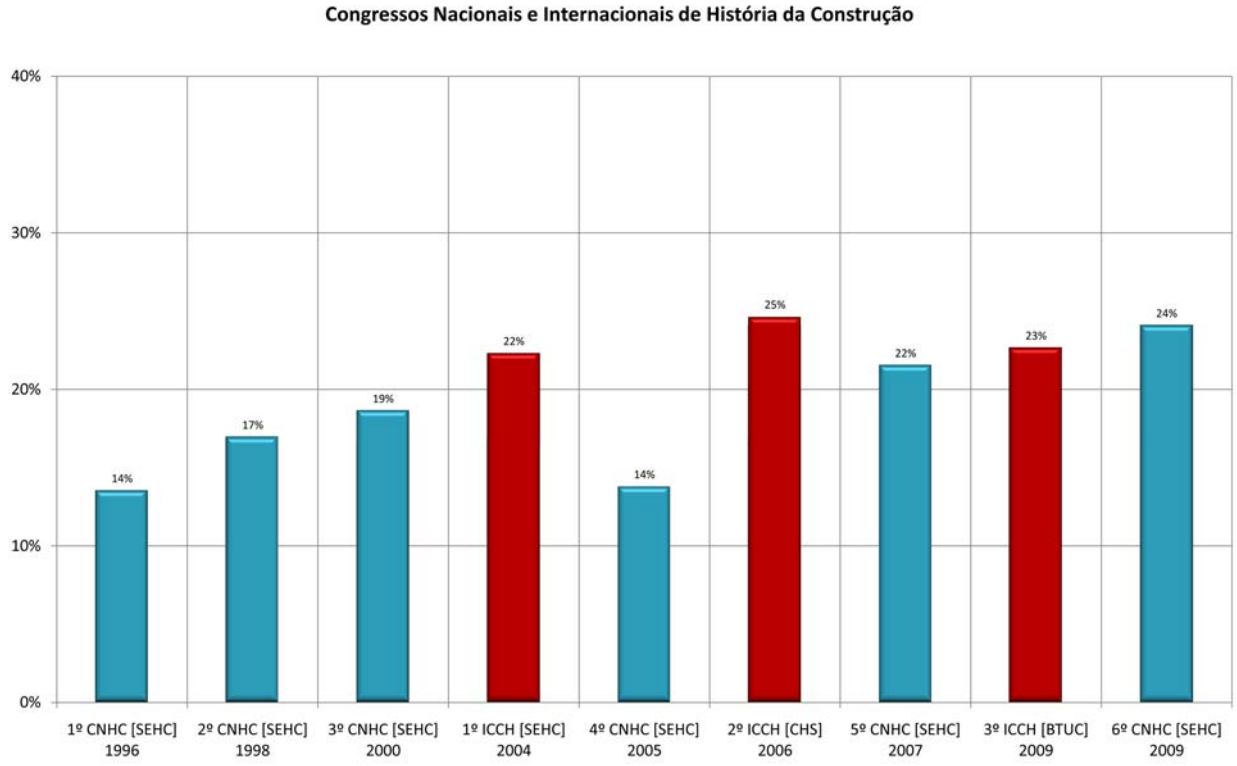


Fig.25 Variação percentual do número de comunicações sobre os séculos XIX e XX.

Agrupando as comunicações que abrangem o século XIX e século XX e comparando conjuntamente congressos espanhóis e internacionais é perceptível o aumento do interesse pela investigação em épocas mais próximas.

Esse aumento é notório nos congressos nacionais espanhóis, com 14% de comunicações em 1996 e 24% em 2009, passando por um decréscimo acentuado mas isolado em 2005. Nos congressos internacionais, iniciados em 2004 existe uma manutenção da representatividade do século XX, oscilando entre os 22% e 25%.

B.2.3. Premier Congrès Francophone d'Histoire de la Construction

França realizou o seu primeiro congresso nacional, em Paris, em 2008 e será o país anfitrião do quarto congresso internacional em 2012. Não partiu da iniciativa de uma associação mas de um conjunto de profissionais ligados à ENSA Paris-Malaquais [Ecole Nationale Supérieure d'Architecture] e ao CNAM [Centre d'Histoire des Techniques et de l'Environnement].

Apesar de ter existido um sítio específico com informações sobre o congresso, o domínio registado para o efeito não foi renovado durante bastante tempo, só tendo voltado a estar disponível em Agosto de 2010 por tempo limitado (CNAM & ENSA Paris-Malaquais, 2008), mas com muito menos informação disponibilizada do que, por exemplo, os congressos espanhóis.

Tanto quando foi possível apurar, o país não possuiu (ainda) uma associação especificamente dedicada ao estudo da história da construção.

B.2.4. Seminários DOCOMOMO

Os seminários DOCOMOMO, apesar de não directamente ligados à história da construção, acabam por promover o estudo e a discussão desta temática, aplicada aos edifícios do Movimento Moderno.

A associação DOCOMOMO internacional organiza seminários com periodicidade bienal, desde 1990.

A congénere Ibérica organiza também seminários de periodicidade bienal, desde 1997. O III seminário foi realizado em 2001 na cidade do Porto.

Aqui, não interessaria analisar quais as comunicações que tem como tema o século XX, mas as que abordam temas directamente ligados à história da construção. Tal análise não chegou a ser feita por falta de documentação na fase inicial do trabalho e por falta de tempo na fase final do mesmo[27].

B.2.5. Primeira Conferência Nacional sobre História da Construção

Em Fevereiro de 2010 foi realizada em Lisboa a primeira conferência sobre história da construção em Portugal.

Ao contrário dos congressos espanhóis e internacionais, que apelam a uma participação alargada, a realização da conferência partiu da organização do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra [CES] e de um conjunto

27.Ao contrário das comunicações dos congressos espanhóis de história da construção, que estão disponíveis *on-line* (excepto do último), as comunicações aos seminários DOCOMOMO reunidas em livro de actas, apenas estão disponíveis em versão impressa.

de convites a investigadores com trabalhos publicados em áreas afins à presente, assumindo-se mais como um auscultar da situação nacional e do interessem existente sobre o tema. Santiago Huerta Fernández, o presidente da SEHC, foi um dos convidados.

A divulgação da conferência não foi conduzida da forma mais expedita. A divulgação pelas escolas de arquitectura e engenharia não foi feita, pelo menos não de uma forma sistemática (na FAUP não foi feita) e a divulgação pelas ordens profissionais só foi feita pela Ordem dos Arquitectos, na sua *newsletter*, e com muito reduzida antecedência.



78 **Fig.26** Cartaz e programa da primeira conferência sobre história da construção em Portugal.
Montagem a partir de (Mateus (coord.), 2010)

Uma divulgação mais atempada e dirigida teria certamente tornado o auditório da CIUL [Centro de Informação Urbana de Lisboa] onde foi realizada, pequeno para acolher todos os participantes. De qualquer forma, avaliando a assistência à conferência e a participação na discussão de encerramento, facilmente se constata que existe em Portugal interesse efectivo na temática, que existem investigadores que centram a sua actividade nesta área e o que não existe é uma organização nacional que faça a integração, a divulgação e a promoção de um estudo consequente, participado e partilhado neste campo. A iniciativa da realização da conferência só pode ser saudada, esperando consequências futuras rápidas e perenes.

A publicação das comunicações por convite foi feita apenas em Abril de 2011 sem informação aos participantes. A sugestão da criação de uma *mailing list* temática, aproveitando os endereços de correio electrónico recolhidos pela organização da conferência, também não foi seguida.

Está prevista a realização no Brasil, em Outubro deste ano (2011), da primeira conferência Luso-Brasileira de História da Construção, numa iniciativa conjunta do CES e da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. A data inicialmente avançada foi Setembro, mas algumas dificuldades de organização levaram ao adiamento.

C. Fontes para o estudo da História da Construção

No último Verão antes de entrar para a faculdade estive a trabalhar com um arquitecto já idoso. O meu pai queria que a escolha do curso fosse minimamente informada, já que não existiam quaisquer tradições familiares no ramo. Os 71 anos dele contrastavam com os meus 17, a experiência dele com tudo o que eu queria viver. Com ele aprendi perspectiva, um pouco de história da arquitectura e recordo ainda muitas conversas de «pé de estirador». Numa delas, que volta e meia repetia, falava da forma como Mr. Gillette[28] era um dos melhores amigos dos arquitectos e que, na sua opinião, um desenho se fazia mais apagando do que desenhando. Estávamos ainda no tempo do projecto em vegetal e tinta-da-china e em que a arte de colocar a lâmina no ângulo correcto em relação ao papel garantia a eliminação completa do traço e uma superfície lisa e homogénea para voltar a desenhar.

Os tempos hoje são outros e a lâmina de Gillette é um artigo praticamente em desuso total e já sem utilidade para os arquitectos, mas a história mantém a importância e actualidade pois alerta para o facto de que, em muitas circunstâncias, é mais importante o que se elimina do que o que se executa. Selecção. Assim foi feita a evolução das espécies, pela sobrevivência dos mais aptos e pela extinção de muitos indivíduos e espécies. Assim deveria ser feito um trabalho de investigação, pela selecção de determinadas fontes, em detrimento de outras. Não um ignorar de fontes possíveis, mas uma escolha consciente de determinadas formas de obter informação, em relação a outras, tendo sempre em conta quais os objectivos que se pretendem alcançar no trabalho e de que forma essas fontes podem contribuir para os mesmos.

Numa primeira fase deste trabalho procedeu-se a uma inventariação das principais fontes para a história da construção, tendo sempre presente que o período de análise se centra no século XX e tem uma especificidade própria, tentando perceber que tipo e quantidade de informação cada uma poderia fornecer para uma investigação nesta área e para o caso específico da investigação em curso, avaliando de que forma essa informação poderia concorrer para o conhecimento geral e para o trabalho final, tendo em conta a acessibilidade das mesmas, as características da informação e, claro, as ferramentas e características pessoais de quem efectua a investigação.

A opção seguida neste estudo foi a de trabalhar, sempre que possível, com fontes primárias. Fontes primárias, ou originais, são aquelas que são contemporâneas do facto em análise, correspondendo ao testemunho de quem presenciou o acontecimento, documentação relativa aos mesmos, ou vestígios arqueológicos da sua existência. Fontes secundárias já correspondem a estudos de análise ou interpretação de fontes primárias. Essas foram utilizadas fundamentalmente como forma de familiarização própria com a época e temas em estudo e como enquadramento dos aspectos em análise.

C.1. Edifícios e os seus projectos

Os edifícios e os seus projectos são a melhor fonte para o estudo e a determinação dos sistemas construtivos e materiais de construção utilizados (e exigências funcionais presentes), pese embora o facto de muito do que se pretende saber não estar aparente, implicando algum tipo de sondagem e análise.

28. A «máquina» de barbear, com lâminas amovíveis e descartáveis foi inventada por King Gillette em 1895. Iniciou a produção em 1903 e teve o reconhecimento da patente em 1904. Um dos objectos do quotidiano de referência do século XX.

O edifício funciona como uma síntese, subjectiva é certo, do estado dos conhecimentos da arte de construir e projectar, num dado momento e num dado local, documentando também os novos materiais e sistemas à medida que os mesmos vão sendo introduzidos na prática corrente.

O edifício funciona ainda como uma estrutura de informação que nos permite organizar um trabalho de análise. Mesmo o pior dos edifícios construído pressupõe uma determinada organização e estrutura, pois é a única forma do mesmo poder ser edificado, e de se manter de pé.

Se «congelarmos» um edifício no seu tempo de execução, estamos perante um sistema de informação tetradimensional, mas se considerarmos o edifício como um sistema dinâmico, suporte de vida, de um ecossistema, isto é, se analisarmos todo o seu ciclo de vida, então estamos perante uma organização multi-nível que nos permite estudar múltiplos aspectos da actividade humana.

Esta complexidade dos edifícios mas ao mesmo tempo a simplificação, ou síntese, que cada um pressupõe relativamente quer ao que eram as condições materiais e técnicas disponíveis na altura, quer às restrições regulamentares ou económicas, é o que me permite usá-los como casos de estudo, matéria para análise.

Os edifícios correspondem também a cortes que se fazem no *continuum* espácio-temporal, sendo de certa forma, máquinas que nos permitem viajar no tempo.

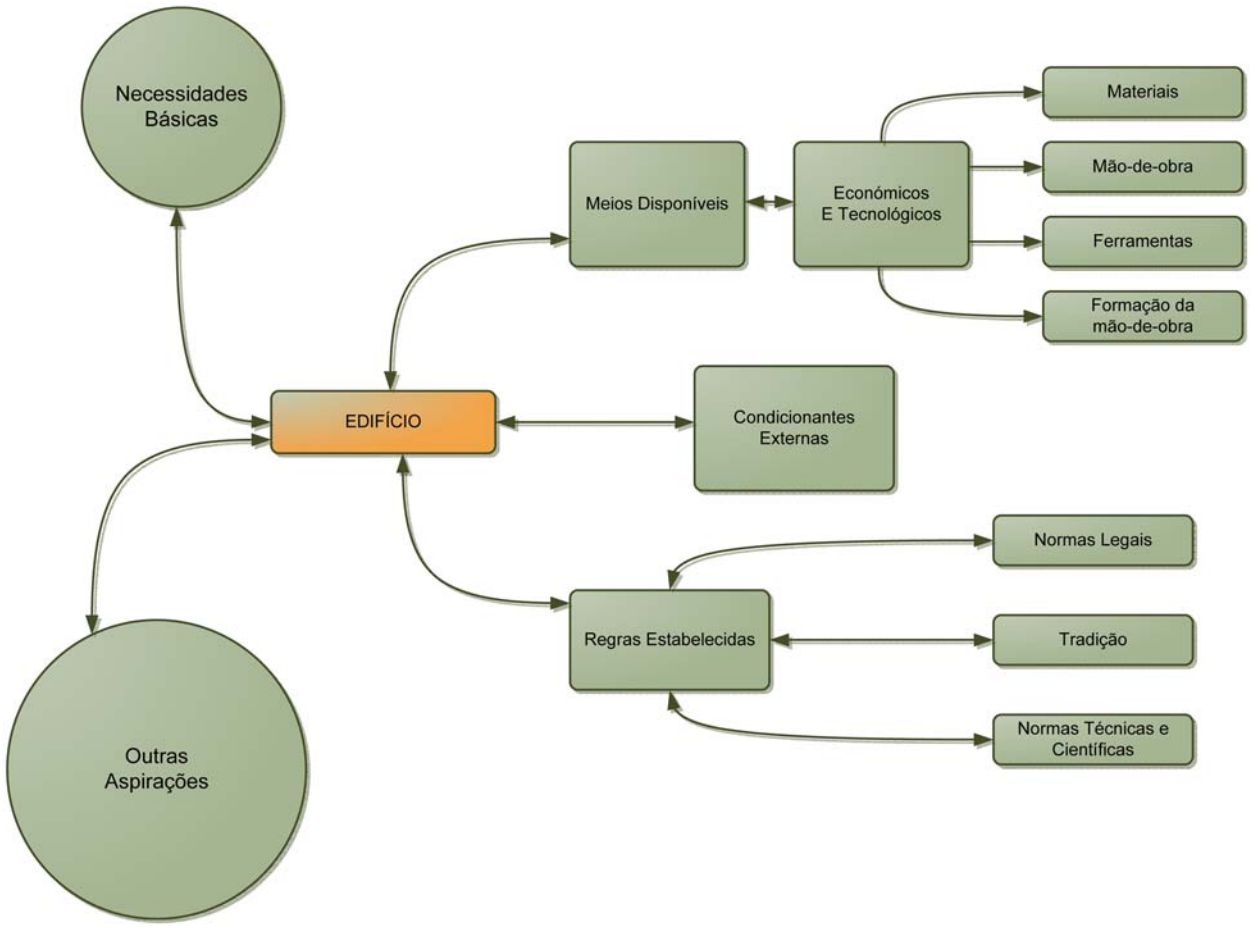


Fig.27 O edifício como síntese.

Os arquivos de projectos de construção, quer os que estão ligados ao licenciamento municipal ou de organismos delegados da administração central, quer os que resultaram dos legados dos próprios arquitectos permitem, em alguns casos, encontrar a ponta do novelo que em conjunto com o edifício possibilita ir «desenrolando» e descobrindo a informação pretendida. As intervenções recentes de reabilitação ou reconversão de edifícios, quando bem documentadas, permitem um adicional de informação importante. A «arqueologia» de sistemas construtivos mais recentes ainda não é, em Portugal, uma preocupação, como já começa a ser possível constatar noutros países, principalmente quando se trata de obras emblemáticas do Movimento Moderno[29].

A preservação dos projectos dos edifícios só agora começa a ser encarada de uma forma mais sistemática, por um lado, pela criação de vários repositórios para o espólio dos arquitectos, por outro lado, ao nível da administração pública, nacional ou municipal, pela conservação que se faz do historial de licenciamento dos edifícios particulares e de obras públicas. A este nível Portugal, designadamente as cidades de Lisboa e do Porto, são bons exemplos desta preservação de informação, com a conservação de projectos relativos à ordenação da edificação desde a segunda metade do século XVIII (reconstrução Pombalina em Lisboa e trabalhos da Junta de Obras Públicas no Porto) e ao licenciamento de obras particulares de forma sistemática a partir do final do século XVIII. Outras cidades, nacionais e estrangeiras, não valorizando este espólio, procederam à sua destruição num afaz de limpeza dos arquivos administrativos. Outras só mais tardiamente o iniciaram. De referir que a destruição de que foram alvo muitas cidades europeias durante as duas guerras mundiais, a que Portugal, por bem ou mal, escapou levou a que muita da documentação deste tipo se perdesse definitivamente.

Mas o caminho a percorrer ainda é longo. Se existe já alguma sensibilidade para a preservação dos projectos dos edifícios, quando os mesmos são obra de arquitectos de renome, o mesmo não se passa com toda a documentação relativa à construção dos imóveis, projectos de execução ou de preparação de obra, projectos de especialidades, ou mesmo as peças escritas que documentam todo o processo.

Actualmente estamos perante um novo problema relativo à preservação dos elementos de projecto, que tem a ver com os documentos em formato digital. O recurso a meios electrónicos (ficheiros informáticos) aparentemente parece que nos irá facilitar a tarefa pelo facto de nos resolver o eterno problema da falta de espaço físico para armazenar a informação, no entanto o ficheiro digital levanta outras questões que com o tempo se tornarão de mais difícil gestão que os actuais problemas de espaço e a manutenção de condições ambientais propícias à preservação dos espécimes.

Os problemas são de duas ordens. A primeira, mais simples de resolver, tem a ver com a fiabilidade dos suportes físicos que armazenam a informação. A evolução a esse nível tem sido grande, cada vez é possível armazenar maiores quantidades de informação em suportes mais pequenos e com mais fiabilidade. A redundância do sistema de arquivo também permite limitar os riscos dos erros e das avarias. A segunda ordem de problemas tem a ver com a manutenção da informação, enquanto codificação e que implica a manutenção da tecnologia, e/ou do software que lhe serviu de base, ou então a actualização periódica dos sistemas de ficheiros. Mesmo automatizando esta tarefa, os custos daí decorrentes são enormes, pois cada vez mais a quantidade de informação a guardar é maior.

29. Exemplo já dado na Introdução da Villa Müller em Praga.

Actualmente, mas não sabemos durante quanto tempo mais, na maior parte dos casos, paralelamente ao processo em formato digital, continua a existir o processo em papel e esse pode continuar a ser preservado pelos meios tradicionais. Contudo, algo que não tem sido alvo de estudo no âmbito dos arquivos de projectos, que é a durabilidade das tintas das impressoras, tem já estudos a nível da fotografia digital que nos alertam para o facto de o tempo de vida dessas tintas ser inferior às das emulsões fotográficas, e, por comparação, à tinta-da-china e grafite, por exemplo, dos desenhos Renascentistas que chegaram até nós.

Com a crescente informatização da nossa sociedade, os documentos em papel, incluindo os projectos de arquitectura, têm tendência a desaparecer. A história torna-se cada vez mais volátil, mais passível de ser perdida ou manipulada.

C.1.1. Os arquivos das entidades responsáveis pelo licenciamento da edificação

Os processos de licenças de obras

Os processos de licença de obra são, para muitos edifícios, a única fonte possível de informação sobre o sistema construtivo utilizado (isto é, para além do próprio edifício, com o recurso a sondagens e ensaios).

O licenciamento municipal de obras particulares é muito díspar, ao longo da história, entre os vários municípios portugueses, existindo cidades onde a necessidade de autorização para execução de obras com instrução de processo é já uma prática medieval, e outras em que a mesma é instituída apenas no séc. XIX, mas não sendo seguida sistematicamente senão no século XX.

Os processos de licenciamento dos edifícios não foram sempre instruídos da mesma forma, e as assimetrias municipais também se manifestam a este nível, não só a nível histórico como em procedimentos instituídos mais recentemente. A evolução tem sido no sentido da maior complexidade do processo, com aumento do número de projectos solicitados e da informação submetida, embora também se pretenda alguma simplificação isentando de licenciamento determinados tipos de intervenções interiores que não tenham implicações, por exemplo, com a estrutura resistente do edifício.

Os primeiros processos de licenciamento de obras na cidade do Porto, arquivados a partir de 1784, eram unicamente instruídos com um desenho de alçado que servia também de requerimento, onde os próprios caixilhos não eram representados, apenas os vãos abertos na parede. Estes licenciamentos iniciais não contêm informação construtiva e apenas auxiliam a percepção da forma como a cidade se vai formando ou transformando. Com o tempo, o processo vai-se tornando mais completo e complexo, passando a incluir informação importante quer para a caracterização espacial do imóvel quer para a caracterização construtiva do edificado.

O recurso às licenças de obras para o estudo da história da arquitectura, construção, ou da cidade, tem vindo a ser usado por alguns autores nacionais e estrangeiros quer como fonte de informação primária, quer como matéria complementar de estudo.

Um desses estudos utiliza as licenças de obras para analisar o crescimento urbano da cidade de *Valladolid*, aproveitando para fazer a comparação entre construções novas e obras de remodelação (Lavastre, 2000). O processo de licenciamento de edifícios permitem-nos estabelecer cronologias de evolução urbana da cidade, mais difíceis de

atingir por outros meios nas épocas mais distantes. Permite-nos igualmente fazer estudos de atractividade das diferentes áreas da cidade, ou mesmo analisar a estrutura da propriedade e o mercado da habitação, por exemplo.

Outros dos trabalhos que recorre às licenças de obra como fonte primária é a tese de mestrado de Fernando Pinho, sobre paredes de edifícios antigos em Portugal, que foi editado em livro pelo LNEC (Pinho, 2000). As licenças de obra foram consultadas de forma sistemática para três zonas de análise, num período de abrangência temporal anterior a 1940. São analisadas para Lisboa as licenças de obra de edifícios localizados na Avenida da Liberdade e ainda não demolidos (55 licenças), a totalidade das licenças disponíveis do concelho de Sintra (196 licenças) e a totalidade dos processos do Gabinete do Plano de Salvaguarda de Sacavém (50 licenças). Das queixas sobre a quase absoluta inexistência de peças escritas na instrução destes processos e tendo o conhecimento da forma de instrução dos processos na CMPorto a essa data, vemos reforçada a convicção que temos da riqueza do espólio depositado no AHMP.

Devemos ainda reforçar esta ideia pelo facto de o inventário efectivo do que existe no AHMP não estar totalmente feito, havendo ainda muitos documentos apenas descritos nas guias de incorporação, arquivados em rolo, mas não tratados.

C.1.2. Os Espólios de Arquitectos

Nesta altura, tanto quanto foi possível verificar, existem já diversos espólios de arquitectos com prática profissional no final do século XIX e no século XX, depositados em centros de documentação e arquivos, alguns deles já disponíveis para consulta pública, outros em tratamento e outros ainda com protocolos de incorporação assinados. A disponibilização via internet dos espólios é mais rara, mas felizmente também já existe.

Temos ainda um conjunto considerável de informação relativa a projectos que continua na mão dos seus autores, ou dos seus familiares e de que será importante garantir a preservação futura. A sensibilidade para este assunto tem vindo a aumentar, o que é bom de constatar, mas muito mais ainda será necessário fazer.

A listagem que se apresenta na Tabela 3 não podendo garantir ser completa e exaustiva, tenta coligir informação dispersa e servir de auxiliar a quem pretende encetar estudos com recurso a este tipo de fontes.

Esta listagem apenas recolhe informação relativa a arquitectos com actividade no final do século XIX e século XX, períodos que estamos a estudar.

Paralelamente aos arquivos e centros de documentação que recolhem os espólios dos arquitectos, existem arquivos de diversos organismos públicos e privados que mantêm o repositório da sua actividade e que incluem projectos de edifícios.

Poderá ainda ser colhida informação (escrita, gráfica, ou testemunho verbal) referente à construção dos edifícios junto de outros profissionais ligados ao projecto e à construção, designadamente engenheiros das diversas especialidades, mestres-de-obras ou encarregados. No caso da investigação em curso, para além de alguns arquitectos, foi possível ainda contactar um encarregado de uma das obras, que forneceu informações importantes sobre o desenvolvimento e implementação da solução construtiva utilizada[30].

30. Ver Capítulo 2.5 - (pag.509) relativo aos dois edifícios na Rua Beato Inácio de Azevedo

Tabela 3: Localização dos espólios por arquitecto, tipo de arquivo e estado

Arquitecto	Tipo de arquivo	Localização	Consultável	Outras notas
Adalberto Dias (1953 -)	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Agostinho Ricca (1915-2010)	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Alcino Soutinho (1930-)	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Alfredo Viana de Lima (1913-1991)	Arquivo profissional Biblioteca pessoal	Centro de Documentação da FAUP	Sim (parcialmente)	a)
Álvaro Siza Vieira(1933-)	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
	Arquivo profissional	Centro de Documentação Álvaro Siza	Não	d)
António Meneres (1930-)	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Arménio Losa (1908-1988)	Arquivo profissional	Centro de Documentação da FAUP	Sim (em tratamento)	Existem ainda elementos em posse da família
Arménio Losa / Cassiano Barbosa (1911-1998)	Arquivo profissional total	Centro de Documentação da FAUP	Sim (em tratamento)	a)
ARS arquitectos	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Carlos Neves / Francisco Granja	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
Carlos Oliveira Ramos (1922-)	Arquivo profissional	Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		b) Entregue em Janeiro de 2007
Carlos Ramos (1897-1969),	Arquivo profissional	Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		b) Entregue em Janeiro de 2007
Celestino de Castro (1920-2007)	Arquivo profissional total	Centro de Documentação da FAUP		a)
Chorão Ramalho (1914-2002)	Arquivo profissional	Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		c) Incorporado a 26-10-2004
Cottinelli Telmo (1897-1948)	Arquivo profissional	Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		b) Entregue em Janeiro de 2007
Cristino da Silva (1896-1976)	Arquivo profissional Biblioteca pessoal	Biblioteca de arte – FCG www.biblarte.gulbenkian.pt	Sim, disponível *on-line*	
David Moreira da Silva (1909-2002)	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Eduardo Souto de Moura (1952-)	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Ernest Korrodi (1870-1944)	Espólio técnico Espólio escrito e)	Arquivo Distrital de Leiria	Em tratamento	e)
Frederico George (1915-1994)		Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		b)
Gonçalo Byrne (1941-)	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Isaías Cardoso	Arquivo profissional total	Centro de Documentação da FAUP		a)
Januário Godinho (1910-1990)	Arquivo profissional total	Centro de Documentação da FAUP	Sim	a)
João Álvaro Rocha (	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
João Andresen (1920-1967)	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
João Guilherme Faria da Costa (1906 – 1971)		Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		b)
João Queiroz (1892-1982)	Arquivo sectorial relativo a obras e projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Jorge Gigante (1919-1994)	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)

Tabela 3: Localização dos espólios por arquitecto, tipo de arquivo e estado (Cont.)

Arquitecto	Tipo de arquivo	Localização	Consultável	Outras notas
Jorge Viana (1924-)	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
	Arquivo profissional	Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		b) Entregue em Janeiro de 2007
José Carlos Loureiro (1925-) / Luís Pádua Ramos (1931-2005)	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
José Gigante (1952-)	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
José Manuel Soares	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
José Marques da Silva (1869-1947)	Arquivo profissional Biblioteca pessoal	Instituto Marques da Silva	Sim	
José Pulido Valente (	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Júlio Brito (1896-1965)	Arquivo sectorial relativo a obras e projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Manuel Marques (1890-1956)	Arquivo profissional total	Centro de Documentação da FAUP		a)
Manuel A. Mateus / Francisco A. Mateus	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Manuel Fernandes de Sá (1903-1980)	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Manuel Passos / Vaz Martins	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
Manuel Tainha (1922-)	Arquivo profissional	Biblioteca de arte – FCG	Em tratamento	f) Entregue em Março de 2007
Mário Bonito (1921-1976)	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Moura Coutinho (1872-1954)	Arquivo sectorial relativo a obras e projectos	Biblioteca Pública de Braga	Sim	
Nuno Mateus / José Mateus	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Nuno Teotónio Pereira (1922-)	Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR)	Biblioteca de arte – FCG	Em tratamento	f) Entregue em Março de 2007
	Acervo documental sobre habitação e urbanismo	LNEC		h) Entregue em Março de 2009
Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996)	Arquitectura naval e cultura marinha	Museu Marítimo de Ílhavo	Sim	g) Protocolo assinado em Maio de 2007
Paulo Mendes da Rocha (1928-)	Protocolo celebrado em 2009	Associação Casa da Arquitectura	Não	d)
Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)	Arquivo profissional	Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		c) Incorporado a 26-10-2004
Raul Hestnes Ferreira (1931-)	Documentação de estudos de projecto	Centro de Documentação da FAUP		a)
Raul Lino (1879-1974)	Arquivo profissional	Biblioteca de arte – FCG www.biblarte.gulbenkian.pt	Sim, disponível *on-line*	
Rogério de Azevedo (1898-1983)	Arquivo sectorial relativo a obras e projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Rui Pimentel (1924-)	Documentação de projectos	Centro de Documentação da FAUP		a)
Vasconcelos Esteves (1924-)	Arquivo profissional	Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém		b) Entregue em Janeiro de 2007

a) (FAUP, 2007)
b) (Pinto, 2007-01-22)
c) (DGEMN, 2004-10-21)
d) (CMMatosinhos, 2009-06-25)
e) (IAN/TT, 2003) O espólio escrito tem protocolo para a incorporação, mas ainda não foi incorporado
f) (Vitória, 2007-03-13)
g) (Museu Marítimo de Ílhavo, [2008])
h) (Grupo Habitar, 2009)

Tabela 4: Espólios por local de arquivo

Localização	Arquitecto
Arquivo DGEMN – Forte de Sacavém	Carlos Oliveira Ramos; Carlos Ramos; Chorão Ramalho; Cottinelli Telmo; Frederico George; João Guilherme Faria da Costa; Jorge Viana; Porfírio Pardal Monteiro; Vasconcelos Esteves
Arquivo Distrital de Leiria	Ernest Korrodi
Associação Casa da Arquitectura (protocolos assinados)	Adalberto Dias; Agostinho Ricca; Alcino Soutinho; António Meneres; Eduardo Souto Moura; Gonçalo Byrne; João Álvaro Rocha; Jorge Gigante; José Gigante; José Pulido Valente; Manuel A. Mateus / Francisco A. Mateus ; Nuno Mateus / José Mateus; Paulo Mendes da Rocha
Biblioteca de Arte – FCG	Manuel Tainha; Cristino da Silva; Nuno Teotónio Pereira (MRAR); Raul Lino
Biblioteca Pública de Braga	Moura Coutinho
Centro de Documentação Álvaro Siza	Álvaro Siza Vieira
Centro de Documentação da FAUP (arquivos sectoriais)	Alcino Soutinho; Alfredo Viana de Lima; Álvaro Siza Vieira; ARS arquitectos; Carlos Neves / Francisco Granja; David Moreira da Silva; Eduardo Souto de Moura; Gonçalo Byrne; João Andresen; João Queiroz; Jorge Viana; José Carlos Loureiro / Luís Pádua Ramos; José Manuel Soares; Júlio Brito;Manuel Fernandes de Sá; Manuel Passos / Vaz Martins; Mário Bonito; Raul Hestnes Ferreira; Rogério de Azevedo; Rui Pimentel
Centro de Documentação da FAUP (arquivos totais)	Arménio Losa; Arménio Losa / Cassiano Barbosa; Celestino de Castro; Isaías Cardoso; Januário Godinho; Manuel Marques
Instituto Marques da Silva	José Marques da Silva
LNEC	Nuno Teotónio Pereira
Museu Marítimo de Ílhavo	Octávio Lixa Filgueiras

C.1.3. Os contratos de obra

Os contratos para a execução de obra, elaborados entre os donos de obra e a entidade executora, mestres-de-obras, artífices, empresas de construção, que tenham sido registados em notário, podem ser, para determinadas épocas, um repositório importante de informações sobre forma de execução de trabalhos. Contudo, este tipo de contratos só está disponível para edifícios excepcionais (encomenda pública, corporativa ou empresarial), já que para a construção corrente, ou o contrato assinado nem era registado em notário, não sendo portanto guardado, ou então a obra era executada segundo relações informais de contratualização de trabalhos, muitas das vezes apenas verbais.

No caso de obras públicas, obras municipais, ou realizadas por instituições públicas, empresas, agremiações, ou outras associações colectivas, a necessidade de formalização de contratos com peso legal garante o seu arquivamento e, portanto, passados que forem os prazos de reserva legal, a sua consulta. Contudo, muitas associações colectivas, como as cooperativas de habitação não tem obrigatoriedade legal de manter os seus registos para além de um determinado período nem de os deixar à guarda dos arquivos públicos, pelo que muita informação tem sido perdida. Um caso exemplar desta destruição de documentação é a Cooperativa Lar Familiar, que edificou o bairro conhecido pelo mesmo nome (CMPorto et al., 1955), na zona da Boavista (e estudado no Capítulo 1.7) bem como muitos outros edifícios, de habitação individual [por exemplo o nº 402 da Rua Nossa Senhora de Fátima (CMPorto & Ferreira, 1953)] e colectiva (por exemplo os nºs 74 a 144 da Rua Gonçalo Cristóvão) pela cidade. Nas mudanças de instalações os documentos antigos foram destruídos como forma de rentabilizar o espaço, mas perderam-se fontes para a história da construção.

C.1.4. Os arquivos das empresas de construção e das cooperativas de habitação

As empresas de construção, na maior parte das vezes responsáveis pelos desenhos de preparação de obra e, em muitos casos, pelo próprio projecto de execução, por norma não guardam os elementos de projecto e de execução da

obra para além do *terminus* do período de garantia da mesma. Quando as empresas de construção, ou gabinetes projectistas de empresas de construção, são também responsáveis pelo próprio projecto do edifício, a não preservação destes elementos implica que os únicos que permaneçam sejam os elementos do licenciamento municipal, com os problemas que daí decorrem, qualidade das cópias e quantidade e qualidade da informação contida nos mesmos.

Para a história dos materiais de construção podem ainda contribuir as informações que possam ter sido mantidas por empresas de fabrico de materiais de construção, de pré-fabricação, de acessórios e equipamentos. Porém, esse não é um procedimento habitual, porque no momento em que é produzido o documento, a empresa apenas vê a vantagem da sua divulgação e não, numa perspectiva de futuro, o interesse da sua preservação.

As empresas de materiais de construção, ou de pré-fabricação de elementos, na generalidade dos casos não procedem à guarda da documentação produzida ao longo do tempo de vida da mesma, nem têm por hábito a elaboração da sua história, ou a preservação de elementos que permitam a investigação futura.

Os documentos contabilísticos são guardados durante o tempo legalmente obrigatório, os restantes documentos são mantidos ou destruídos um pouco em função das necessidades de espaço, de alterações de gestão ou de instalações.

Mesmo quando, por aniversários, ou vontades de certas gerências, se dispõem a fazer a história da empresa, nos dados efectivos sobre a construção de edifícios, a informação referida não é relevante, para o que se pretende neste estudo. Por exemplo, o edifício Montepio Geral (estudado no Capítulo 1.7) foi construído pelos empreiteiros Casais, que em 2008 fizeram uma publicação com o historial da empresa (comunicarte.pt, 2008) que contudo não serve para elucidar sobre a forma de construção do edifício referido, à parte do facto de os trabalhadores de deslocarem semanalmente de Braga para o Porto e a construção do edifício quase ter significado a falência da empresa, pelo efeito conjugado da emigração para França e início da Guerra Colonial.

C.1.5. Os Arquitectos, os seus escritos e a sua memória

O âmbito temporal deste trabalho corresponde ao século XX, pelo que o recurso à memória dos arquitectos vivos não consegue acompanhar todo o período de análise. Contudo, para os últimos 50 anos, o recurso a entrevista com arquitectos (engenheiros ou outros profissionais) poderia revelar-se a uma boa fonte na determinação das preocupações inerentes às escolhas de materiais de construção, às condicionantes de custos e disponibilidade de mercado, à função das modas na implementação de sistemas construtivos, ao papel de manifesto que alguns materiais, em determinada época, assumiram.

As entrevistas a alguns arquitectos foram utilizadas também no presente trabalho, algumas de um modo mais formal, gravadas, e outras mais informalmente, sem registo de gravação. Iniciou-se o trabalho de transcrição das entrevistas mas acabou por se achar mais operativo apenas a sua audição, sem perder longo tempo em trabalho de transcrição, que não seria usado em proveito próprio. Sei que as entrevistas, como ferramenta de investigação, poderiam ter sido mais utilizados no presente trabalho, indo para além dos arquitectos intervenientes nos edifícios estudados com mais profundidade na Parte 2, e «aproveitando» a experiência de gerações de colegas mais velhos, de uma forma genérica, recolhendo informações sobre a construção dos edifícios em diversas épocas e os seus livros de referência. Contudo, a relação entre tempo despendido e informação recolhida, na maior parte dos casos não era

eficaz (ou não era eficaz na altura da investigação em que foram feitas), como se verificou avaliando a pouco mais de meia dúzia de entrevistas executadas, e optando-se por uma investigação mais centrada nas fontes documentais.

Apesar dos arquitectos se centrarem mais na actividade prática do que na produção teórica, deixando que os seus edifícios por eles falem, existem alguns arquitectos, para o período em análise, com o hábito de produção de obra escrita, quer em artigos de opinião em jornais e revistas, quer em formatos de maior dimensão.

Não é muito frequentemente que a construção e a forma como materializam o projecto seja referida nesses escritos, mas mesmo assim, às vezes é possível recolher alguma informação importante para perceber como se constrói e, mais importante, porque se constrói de determinada maneira.

No presente trabalho o recurso aos escritos dos arquitectos foi marginal. Dos autores dos edifícios estudados, apenas Arménio Losa e Álvaro Siza com alguma regularidade express(ar)am as suas ideias na imprensa.

C.1.6. Os próprios edifícios

Os edifícios que vão sendo demolidos ou intervencionados pela cidade, à medida que vão sendo esventrados vão revelando de alguma forma o modo como foram construídos. Os edifícios em deficiente estado de conservação são também reveladores da forma como foram executados, quase como uma radiografia que nos permite ver músculos e estrutura óssea sob a pele.

O recurso à fotografia para documentar, através destes edifícios, a forma como se construía em determinada época é algo que tento colocar em prática ao longo dos últimos anos, embora não tanto como gostaria por pouca disponibilidade de tempo e, em certos casos, indisponibilidade de equipamento ou fadiga de pernas.

Este tipo de informação, se recolhida de forma sistemática, por organismos institucionais, seria uma importante fonte para a história da construção e de vital importância para a reabilitação e manutenção dos edifícios ainda existentes.

A esta documentação fotográfica poderia aliar-se a recolha de amostras de materiais de construção, ou partes de elementos do edifício, o que tornaria mais importante a informação assim compilada.

Em muitos casos existe disponibilidade dos donos de obra para essa intervenção, pois são materiais que noutras circunstâncias irão para recolha de resíduos a expensas dos mesmos. É algo a que os laboratórios de ensaios, como o Laboratório de Engenharia Sísmica e Estrutural [LESE] da FEUP, ou o LNEC recorrem já com frequência, para o ensaio de estruturas antigas. Passaria sobretudo por uma sistematização da recolha e de um equilíbrio entre dimensão das amostras, espaço para o armazenamento das mesmas, e quantidade de informação recolhida.

C.2. A literatura técnica e de divulgação coeva

C.2.1. Os manuais de construção

Os manuais de construção, nacionais ou disponíveis em Portugal (tradução ou língua original) podem-nos dar uma noção do tipo de tecnologia disponível em cada época e os sistemas de execução mais habituais.



Fig.28 Parede de Alvenaria de pedra retirado de um edifício do centro histórico do Porto.
LESE - FEUP
(Vale, 2009)



Fig.29 Ensaio de paredes de adobe, construídas usando adobes retirados de construções demolidas.
Laboratório de ensaios da Universidade de Aveiro
(Vale, 2010)

As bibliotecas dos arquitectos, quando preservadas na íntegra (se e quando possível), podem-nos dar uma ideia de quais eram as referências, ou as influências maiores, ao nível dos modelos de arquitectura mas também dos manuais de construção. Podemos referir a biblioteca do arquitecto José Marques da Silva [1869-1947] que se mantém no Instituto com o mesmo nome, a do arquitecto Viana de Lima [1913-1991], que se encontra no Centro de Documentação da FAUP, embora não tratada e portanto não acessível, ou, de um outro modo, o inventário da biblioteca do arquitecto Moura Coutinho [1872-1954], que foi feito aquando da venda da mesma e que permite saber quais os livros que possuía e que lhe serviam de referência, embora sem poder consultar os mesmos, pois a biblioteca acabou vendida, em duas remessas diferentes e desmantelada (Oliveira, 1956, Oliveira & Madahil, 1955).

Outras fontes importantes serão as bibliotecas de organismos públicos ligados à construção ou à manutenção de edifícios, como por exemplo, o Ministério de Obras Públicas, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, ou o Fundo de Fomento da Habitação, para apenas mencionar alguns. No caso da DGEMN, a listagem dos livros está disponível *on-line* no sítio do organismo que a veio substituir/integrar.

As próprias bibliotecas públicas municipais, principalmente as que detêm fundos antigos, podem-nos auxiliar a perceber quais os livros que estariam disponíveis e poderiam constituir referência para os profissionais em determinadas épocas.

Por exemplo, em 1865, a Real Biblioteca do Porto, procede à venda em hasta pública de uma parte das obras duplicadas que possuía, para com o valor conseguido proceder à aquisição de obras modernas. Um processo que seria corrente nas bibliotecas no século XIX, e mesmo já no século XX, com oferta de duplicados a bibliotecas de outras instituições, designadamente as ligadas ao ensino.

Nessa listagem encontram-se alguns livros de arquitectura e vários de construção, quer de edifícios, obras hidráulicas, ou de vias e pontes. O que mostra que essa bibliografia era do conhecimento, ou poderia ser do conhecimento dos técnicos, que desenvolviam actividade no Porto, designadamente os próprios técnicos municipais, e a sua importância pode ser aferida pelo facto de existir em duplicado na biblioteca da cidade.

Mas as mudanças na sociedade e na tecnologia, bem como certamente questões económicas fazem com que, naquela altura, se opte por vender obras duplicadas que estavam a cair em desuso, para comprar obras novas,

«modernas» como são referidas, muito mais úteis certamente. De referir que a quase totalidade da bibliografia identificada como fazendo parte do âmbito da arquitectura e da construção é de origem francesa (CMPorto, 1866).

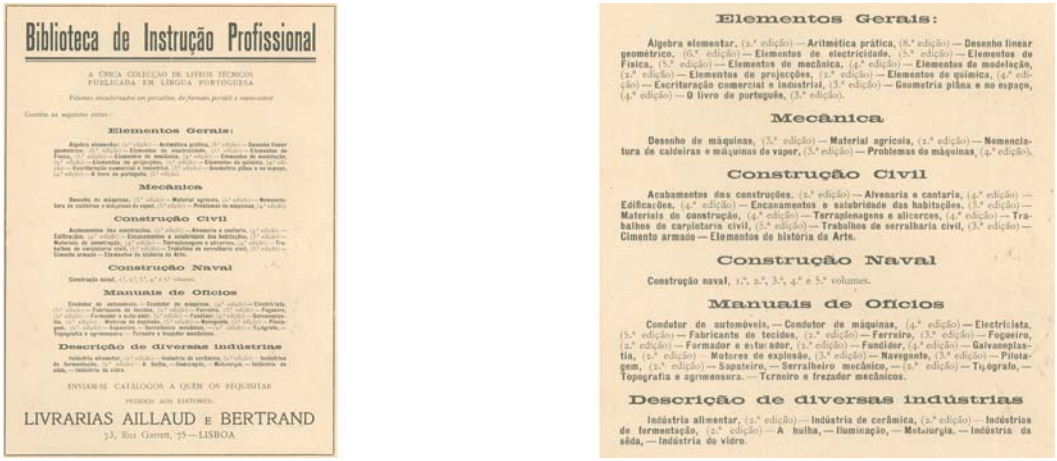


Fig.30 Publicidade à Biblioteca de Instrução Profissional.

(Ilustração, 1926)

A Biblioteca de Instrução Profissional [BIP] publicou uma série de livros sobre aspectos da tecnologia, sendo um conjunto deles dedicado aos edifícios e à arte de os «bem-fazer». O primeiro desses livros terá sido editado em 1900 (Segurado, 1900)[31] e sofreu contínuas reedições ao longo de cerca de meio século. As próprias diferenças entre edições denotam o aparecimento de novos materiais e a sua entrada na construção corrente. Apesar de ser um manual vocacionado fundamentalmente para os técnicos da construção e não para os arquitectos, pela forma como os assuntos são abordados, foi por eles também usado e não deixa de ser uma base de informação válida, quando convenientemente cruzada com outras fontes. O facto de ser constituída por um conjunto diversificado de livros, com edições sucessivas e actualizadas, vendidos quer em Portugal quer no Brasil, permite-nos concluir que o mesmo teve uma ampla divulgação, servindo quer como manual de construção para os seus contemporâneos, quer como fonte histórica para investigadores posteriores, mesmo quando alguns dados ou datas careçam de confirmação para maior rigor[32].

Outros livros, ou revistas, de edição portuguesa, ou disponíveis em Portugal, de épocas mais recentes do que a BIP permitem determinar também o que se fazia em Portugal à época das mesmas. No caso de bibliografia importada, as referências, muitas vezes, não correspondem à realidade nacional, contudo podem caracterizar o que alguns arquitectos ou outros profissionais tentavam aplicar ou implementar, pois nem sempre os materiais e tecnologias referidos estavam disponíveis, ou conseguiam ser replicados por meios artesanais.

31. Tomando como data de referência a indicada no catálogo da BN, embora o livro não tenha data de edição explicitamente mencionada. A datação e atribuição de autorias de obras na Biblioteca Nacional contêm erros que foram detectados em muitas circunstâncias. No caso específico da biblioteca de instrução profissional, em algumas das edições referidas ao ano de 1900, existia já a menção ao regulamento de salubridade apenas publicado em 1903.

32. Antero Ferreira (Ferreira, 1989), cruzando a informação fornecida pela Biblioteca de Instrução Profissional, com os jornais da época, consegue, por exemplo, clarificar que a data de reconstrução da Fábrica do Caramujo, o primeiro edifício a usar betão armado em Portugal, foi iniciada em 1897 e não 1896 como a Segurado refere (Segurado, 1918).

O estudo não se centrou no estudo dos manuais, de forma exaustiva, tomando apenas os mesmos como uma informação complementar ao estudo dos próprios edifícios, principalmente quando era possível saber quais os manuais usados pelos arquitectos, ou engenheiros, ou outros técnicos, ligados ao projecto e execução do edifício.

C.2.2. As revistas de arquitectura e construção

As revistas de arquitectura e de construção constituem, no início do século XX uma importante fonte para a caracterização da forma de construir corrente e para ter uma percepção dos sistemas inovadores para a época e que começavam a ser introduzidos em Portugal, ou apenas referenciados em artigos como novidades no estrangeiro. Desde a descrição pormenorizada de alguns sistemas construtivos, materiais de construção e empresas executantes de muitos dos edifícios alvo da atenção do editor, até aos ecos de realizações além fronteiras, o manancial é considerável, apesar de muito assimétrico, permitindo traçar um contexto geral. Esta informação funciona como um suporte inicial de pesquisa, permitindo a aquisição de alguma percepção relativamente à forma como se foi processando a evolução ao longo do século XX.

As folhas de publicidade que acompanhavam estas revistas são ainda fonte de informação importante e podem ser matéria para o processo de análise.



Fig.31 Publicidade inserida na revista "Arquitectura Portugueza".

(A arquitectura portuguesa, 1937:6)



Fig.32 Publicidade inserida na revista "Binário".

(Binário, 1960b)

No caso da revista "Arquitectura Portugueza", essas folhas de publicidade funcionavam como uma capa de protecção da revista, o que levou, em alguns casos, à sua não conservação aquando da encadernação da revista em volumes anuais, por parte das bibliotecas que as conservam.

Este tipo de fonte tem mais significado nos primeiros anos do século XX e vai perdendo parte da utilidade à medida que os sistemas construtivos se vão banalizando e deixando de ser mencionados nas descrições que acompanham os projectos.

Deixamos aqui uma listagem de revistas que iniciaram publicação antes do 25 de Abril de 1974 e uma pequena análise de algumas delas, decorrente do nosso trabalho, relativamente à informação que disponibilizam sobre a construção de edifícios.

Tabela 5: Principais revistas de arquitectura e construção. Publicação iniciada entre 1900[a] e 1974[b]

Revista	Início de public.	Final de public.	Period.	Directores / proprietários[c]
A Construção Moderna – Revista Quinzenal Ilustrada Sob a Direcção de um grupo de Constructores – Collaborada por Distinctos Technicos da Especialidade	1900	1910	Quinzenal	
A Construção Moderna e as Artes do Metal	1911	1919	Trimensal	
Annuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes	1905	1910		
Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses				
Arquitectura Portuguesa: Arte arquitectural Antiga e Moderna	1908	1934		Nuno Collares
Cerâmica e Edificação	1933	1933		Júlio Martins
Arquitectura Portuguesa	1935	1950		Júlio Martins, A.R.Silva e Tomaz Ribeiro Colaço
Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas	1935	1937		Júlio Martins e A.R.Silva Júnior
Arquitectura	1927	1939		Francisco Pereira da Costa
	1946	1958		Francisco Pereira da Costa, Alberto José Pessoa e Frederico Sant'ana
	1959	1973		Frederico Sant'ana, Rui Mendes Paula e Carlos S. Duarte
	1974	1988		Carlos S. Duarte e José Ressano Garcia Lamas
Arquitectura Portuguesa	1986	1987		José Manuel Ressano Garcia Lamas
Arquitectura: Revista de Arte e Construção				Rui Mendes Paulo
Arquitectura Portuguesa: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas				Carlos S. Duarte
Técnica				
Revista de Obras Públicas e Minas: publicação mensal da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes	1870	1929?	Bimestral	
Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses Antiga Revista de Obras Públicas e Minas	1929?	1943?		
Revista da Ordem dos Engenheiros	1943?			
Atrium	1959	1960		
A propriedade	1970	1975		
Indústria da Construção: Revista Técnica de Construção Civil e Obras Públicas	1970		Mensal	
Binário	1958	1977	Mensal	

a.Antes de 1900 existiram algumas revistas como por exemplo "A Construcção", mas que não mantiveram publicação no século XX, pelo que não foram mencionadas no quadro.

b.Considerou-se 1974 como o limite desta análise pois o 25 de Abril, ao abrir fronteiras, tornou ainda mais fácil a chegada a Portugal de revistas estrangeiras. E as próprias revistas nacionais foram aumentando exponencialmente ao longo do último quarto de século, umas mais vocacionadas para arquitectura, outras para a construção, outras ainda para a decoração. De salientar que com a generalização do uso da internet, a questão de quais as revistas que existem perde quase completamente o interesse, porque a informação passa a ter outros transportes mais operativos e rápidos.

c.A questão dos directores proprietários é importante ser mencionada em algumas revistas, de forma a identificar diferentes orientações, ou a distinguir revistas com nomes idênticos.

Sobre este assunto podem também, ser consultados os artigos ([S.N.], Nov. 1981) e (Oliveira & Furtado, 2009), mas que se referem essencialmente às revistas de arquitectura, deixando de fora algumas revistas de construção que também são importantes para aspectos específicos.

A Construção Moderna

Das revistas publicadas em Portugal, para os primeiros anos do século XX, a que nos pode fornecer mais informação relativamente à construção dos edifícios é "A Construção Moderna" [CM] publicada entre 1900 e 1919 inicialmente com uma periodicidade quinzenal, passando depois a trimensal face ao interesse que despertou. Era uma revista com poucas páginas, como era o habitual na época, quase um opúsculo, com quatro folhas, oito páginas, seis ou sete contendo texto com ou sem imagens e uma capa onde geralmente estava reproduzido o projecto do edifício que era apresentado nesse número.

No final da revista geralmente existia uma secção sobre as publicações estrangeiras que eram recebidas na redacção, o que de algum modo nos pode elucidar sobre a forma como a transferência da informação se processa relativamente ao que se fazia na Europa e no Mundo. A ideia de um Portugal fechado, nesses primeiros anos do século XX, não é correcta, pelo menos no que toca às técnicas construtivas e arquitectura. As revistas recebidas reflectem, sectorialmente claro, o que se passa em todo o mundo com revistas americanas, japonesas, dinamarqueses, para além das usuais, e mais próximas, espanholas, francesas, inglesas ou alemãs.



Fig.33 Capa da revista "A Construção Moderna". (A construção moderna, 1900)

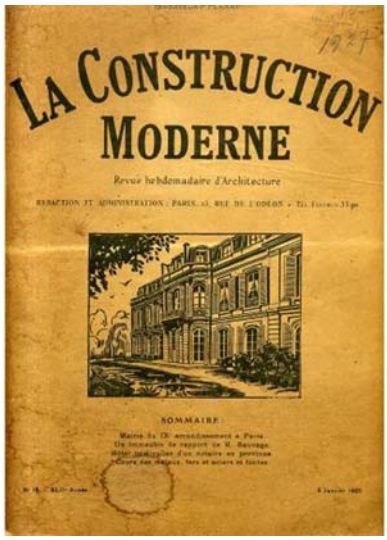


Fig.34 Capa da revista francesa "La Construction Moderne", referência para a revista homónima nacional. (La construction moderne, 1927)

A Construção Moderna é uma revista com interesse substancial do ponto de vista da investigação em história da construção às vezes pela revelação de curiosidades históricas como aquela que descreve a novidade vinda dos Estados Unidos referente "A um novo systema de luz electrica" e na qual reconhecemos a descrição do precursor das lâmpadas fluorescentes[33], outras vezes, pela efectiva informação fornecida sobre alguns edifícios, sistemas, ou materiais de

construção. Esta revista é muito próxima da sua congénere francesa, ou da Revista de Obras Publicas espanhola, da mesma época, como foi possível verificar pela consulta de alguns números (similitude de assuntos tratados). Provavelmente também será próxima de outras revistas de outras nacionalidades, ou por cópia, ou por beberem de uma mesma fonte comum, mas esse cruzamento de informação não foi feito. O que se depreende dessa análise é que determinados artigos seriam traduções, ou transcrições livres de artigos estrangeiros, enquanto outros retratavam efectivamente questões da realidade nacional, edifícios construídos, efemérides, discussões, ou outros assuntos que em determinada altura interessassem especialmente a opinião pública.

Utilizando esta Revista como fonte principal de informação temos conhecimento de dois trabalhos de investigação e um terceiro que a usa conjuntamente com outras revistas.

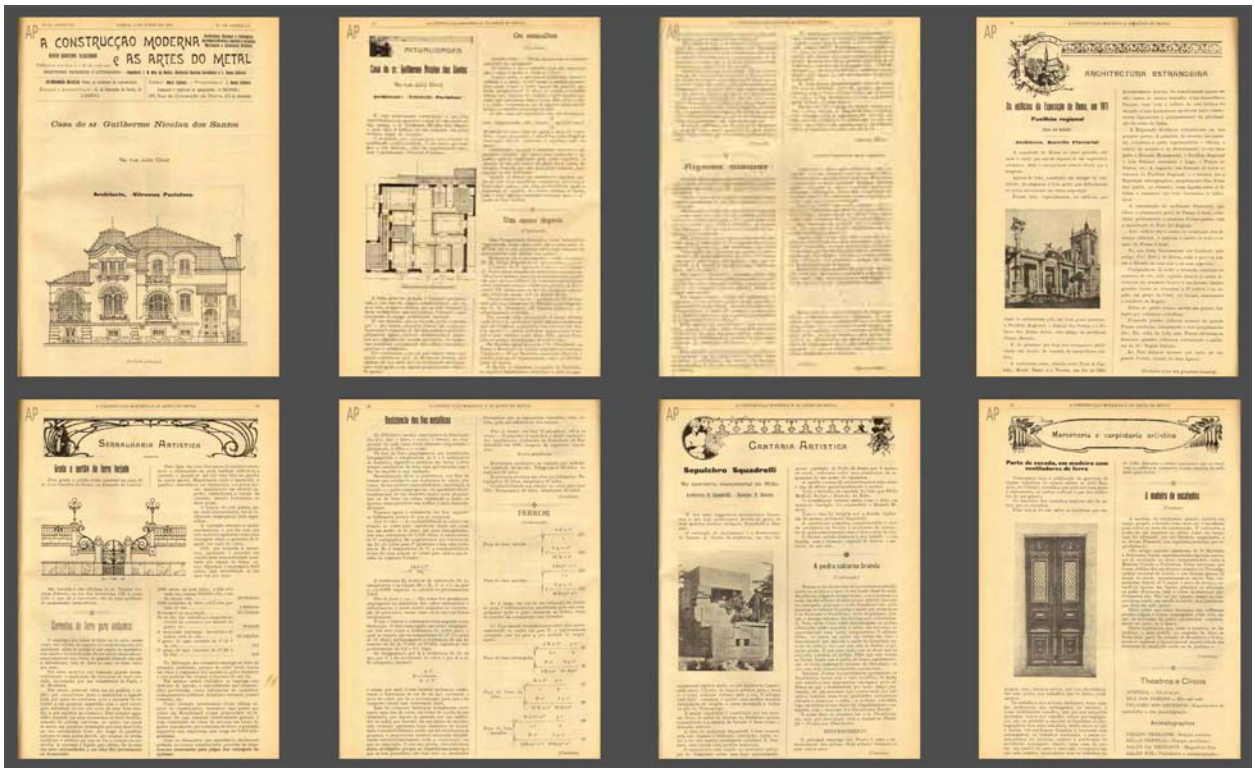


Fig.35 Imagem de um fascículo de "A Construção Moderna".

Montagem a partir de: (A construção moderna, 1912)

O mais completo será o projecto de investigação designado por "Arquitecturas de Papel", iniciado em 2006, coordenado por Marieta Da Mesquita e financiado pela FCT. No âmbito desse projecto já foram desenvolvidas duas teses de mestrado (Fontoura, 2008, Duarte, 2008), estão a ser desenvolvidas duas teses de doutoramento e quatro projectos de investigação, para além de várias apresentações públicas. Mas pelo que foi dado perceber a partir da

33. *"Diz a Gaceta de Obras Publicas que a imprensa Norte americana dá notícia de um novo sistema de iluminação eléctrica inventado pelo sr. Moore, em que a luz se produz mediante a aplicação da energia eléctrica nas extremidades de uma coluna gasosa contida num tubo transparente, prescindindo dos condutores agora usados para distribuição da electricidade em lâmpadas eléctricas" ([S.N.], 1903:24).*

consulta dos elementos já disponíveis, nenhuma da investigação se centra sobre os aspectos específicos da história da construção.

Importante neste projecto para a investigação futura na história da construção é o facto de estarem a proceder à digitalização integral da revista e estar prevista a sua disponibilização *on-line*, integrada numa base de dados que permita a pesquisa fácil. Em Novembro de 2009, apenas o primeiro número estava disponível na página do projecto, encontrando-se em curso o processo de digitalização. Entretanto foi colocado *on-line*, não a digitalização integral da revista, mas das páginas relativas aos edifícios tratados em cada número. Não sabemos se irá ser colocada integralmente *on-line* mas seria uma mais-valia para estudos subsequentes na história da construção, pois o interesse da revista vai bem para além do estudo dos projectos e dos edifícios nela publicados.

O segundo trabalho a que nos referimos é uma tese de mestrado sobre a cultura arquitectónica no início de novecentos em Portugal (Nunes, 2000). Dessa tese de mestrado e para o presente campo de investigação na história da construção é importante o anexo onde é feito o índice completo da revista, que facilitará investigações futuras nesse domínio. Até à disponibilização da digitalização integral e da base de dados referida no parágrafo anterior, esta tese continuará a ser um bom ponto de partida para uma investigação.

Anteriormente, Rui Ramos utiliza diversas revistas de arquitectura, entre as quais *A Construção Moderna* para a recolha e a escolha dos projectos que analisa na tese de doutoramento (Ramos, 2004), sobre o espaço doméstico na primeira metade do século XX.


Anno I — Lisboa, Janeiro de 1908 — Nº 1

A ARCHITECTURA PORTUGUEZA

Revista mensal de construcção e de architectura pratica

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA MARIA ANDRADE, 19, 1º — LISBOA

PREFACIO

Fig.36 Primeiro número da revista "A Architectura Portugueza", em Janeiro de 1908.

(A arquitectura portugueza, 1908:1)


E CERAMICA E EDIFICAÇÃO — 25

Dois prédios do Pôrto

Uma residência senhorial e um prédio de Companhia de Ambaca

PELO ARQUITECTO AUCINDIO DOS SANTOS

Fig.37 Artigo sobre dois edifícios no Porto.

(A arquitectura portuguesa, 1936:25)

A Architectura Portugueza

A Architectura Portugueza: revista mensal de construção e architectura pratica, iniciou a sua publicação em Janeiro de 1908, quase uma década depois de *A Construção Moderna*.

E apesar de um início mais tardio, teve maior longevidade, com fases distintas na sua história, passando por vários directores, publicações conjuntas e um aumento crescente do conteúdo.

No prefácio do primeiro número, da autoria de Ramalho Ortigão, coloca-se a tónica nos avanços científicos modernos e na forma como os mesmos influenciam questões estilísticas e questão de projecto e construção dos edifícios.

> *"A arquitectura é uma forma de arte, condensadora de todas as outras, na qual mais imediatamente se reflectem e se registam todos os sucessivos progressos da civilização.*
>
> *As maravilhosas conquistas científicas do nosso tempo, modificando numerosas e essenciais condições de vida pública e da vida íntima contemporânea, afectam profundamente não só as condições ornamentais, como os próprios planos e processos construtivos da habitação moderna"* (Ortigão, Jan. 1908:1-2).

A publicação inicial era constituída por 8 páginas, sendo sensivelmente da mesma dimensão que *A Construção Moderna*, mas os assuntos e a forma como eram tratados, não era exactamente coincidente.

Apesar de ambas as revistas apostarem na divulgação de projectos (ou edifícios construídos), na *Construção Moderna* era dado mais ênfase às descrições dos métodos de execução, dos materiais utilizados e na Arquitectura Portuguesa muitas vezes essa questão permanecia omissa. Nos restantes artigos que compunham um número da cada uma das revistas, também se notavam diferenças de tratamento.

A Arquitectura Portuguesa, na fase inicial da sua publicação apresentava menos informação sobre materiais e formas de construir do que a CM mas com o tempo e, sobretudo com o aumento da dimensão da mesma, foi-se enriquecendo a esse nível.

O facto de ter um tempo de edição muito mais longo que a CM, pois apenas findou em 1950, permite utilizá-la para fazer a cobertura de um período posterior ao *terminus* da outra revista, sentindo-se, na análise sequente dos diversos números, a alteração da política editorial, para ocupar o espaço deixado vago pela C.M.

Mas apesar da maior ênfase dada pela Construção Moderna nos aspectos construtivos, a Arquitectura Portuguesa também fornece importantes informações sobre a construção dos edifícios e com a passagem do tempo, foi ampliando o seu âmbito passando mesmo a incluir artigos mais técnicos, alguns deles especificamente sobre cálculo de betão armado, na altura em que o uso do mesmo ainda não estava vulgarizado.

A revista Arquitectura

A revista arquitectura surgiu tardiamente em relação às duas revistas anteriormente mencionadas, correspondendo já ao período em que o primeiro modernismo nacional ganhava projecção e em que os novos materiais começam a entrar em uso de uma forma consistente. A sua vocação é já diferente, pois os tempos são também outros. Tem um carácter ideológico e teórico mais forte que as duas anteriores.

A Revista Binário

A revista Binário é publicada entre 1958 e 1977. Apesar de ser de uma época posterior às que foram mais consistentemente usadas neste trabalho, merece aqui a menção, de uma forma mais desenvolvida, pois foi das primeiras revistas de divulgação a ter um carácter mais eminentemente técnico, afastando-se da crítica de

arquitectura, a explicitar as preocupações construtivas que se colocavam à arquitectura no pós-guerra (2ª), e que, com o desfasamento relativo já habitual, seriam também colocados à arquitectura em Portugal, como a implementação da pré-fabricação, ou preocupações energéticas nos edifícios.

Tem o seu número 26 dedicado exclusivamente à cidade do Porto (AA.VV., 1960), numa abordagem que cruza questões urbanísticas com construtivas.



Fig.38 Capa da revista "Binário". (AA.VV., 1960: capa)

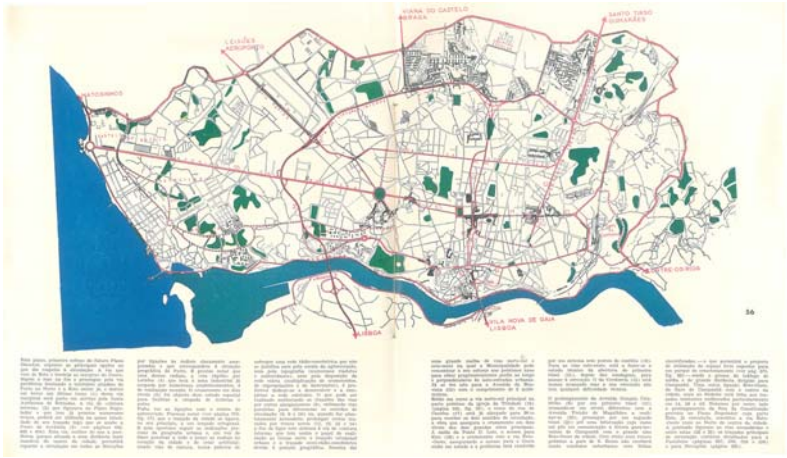


Fig.39 Artigo sobre a cidade do Porto na revista "Binário". (AA.VV., 1960:55-56)

C.2.3. As «bulas» das empresas de materiais de construção

Algumas empresas de materiais de construção, umas nacionais, outras estrangeiras com representação em Portugal, publicam prospectos de divulgação de novos materiais e manuais de condições técnicas de aplicação. Esses prospectos podem ter uma publicação individualizada, ou serem impressos e distribuídos conjuntamente com alguma revista da área, como por exemplo *a Construção Moderna* ou *a Arquitectura Portuguesa*. A maior parte destes elementos impressos não foi alvo de arquivo[34] uma vez que não eram parte integrante da revista, mas os poucos que sobreviveram, ou a referência que a eles é feita, são importantes para perceber a forma de entrada no mercado destes materiais, as preocupações manifestadas e o estado da ciência da construção corrente à data dos mesmos.

Informam-nos também das preocupações dos arquitectos e do público em geral, quando evidenciam na publicidade que fazem, determinadas tipo de características em detrimento de outras.

Vale a pena referir, a título de exemplo as publicações de Rodrigues Fonseca & Carvalho, que felizmente foram alvo de arquivo na Biblioteca Nacional, misto de manual técnico e publicidade e onde se tenta implementar o uso de dois tipos de soluções «ligeiras» para a execução de paredes divisórias e tectos falsos.

34. Teoricamente, se impressos, deveriam estar na BN, contudo a pesquisa feita para os anexos referidos explicitamente nas revistas não deu resultados, e os que não eram explicitamente referidos, não existe forma de os procurar. Geralmente sabemos da inclusão de elementos num determinado número de uma revista, não porque o facto venha mencionado na mesma, mas, geralmente, pelo sucesso obtido, e pela referência ao facto num dos números seguintes, e em alguns casos, indicando que novamente se anexa o referido elemento devido à procura de que foi alvo.

Hiptxt. 1.2.C - Publicidade ao Rex Flintkoat

"Com o presente número distribuímos os prospectos de um novo produto para cobertura de telhados, a que já nos referimos no nº 10 do 4º ano da nossa revista, e que nas capas tem o anúncio respectivo.

Fazemos por este meio essa remessa, em vista do pedido de informação que nos tem sido feito por um grande número dos nossos leitores.

Para quaisquer outras informações, podem os nossos leitores dirigirem-se aos Srs. Zickermann & Muller, importadores do referido produto, com escritório na Rua da Prata 59 2º" ([S.N.], 1912:4).

A primeira dessas publicações é sobre o Cartasfal (Rodrigues Fonseca & Carvalho, 1939), um antecessor do gesso cartonado do sistema "trasdosado"[35], que pretende ser utilizado em revestimentos ou divisórias interiores, leves, de rápida execução e com boas características de resistência e isolamento acústico. De notar que na altura em que este material está a tentar ser implantado [1939], já tinham praticamente caído em desuso as paredes de tabique em madeira, usuais na arquitectura portuense até as primeiras décadas do século XX, estando o tijolo a ter utilização crescente. Os exemplos de utilização apresentados no catálogo são em sistemas de paredes de tabique, na substituição do fasquiado, pelo que se percebe que o sistema não tenha conseguido grande implantação em obra nova.

O segundo material, o metal distendido (Rodrigues Fonseca & Carvalho, 1939, 1956), já terá tido utilização com algum significado, pois uma das utilizações era a armação de betonilhas sobre estruturas de madeira, ou mesmo em esteiras de tecto. Também era usado na execução de paredes divisórias de tabiques de madeira, em substituição do fasquiado.

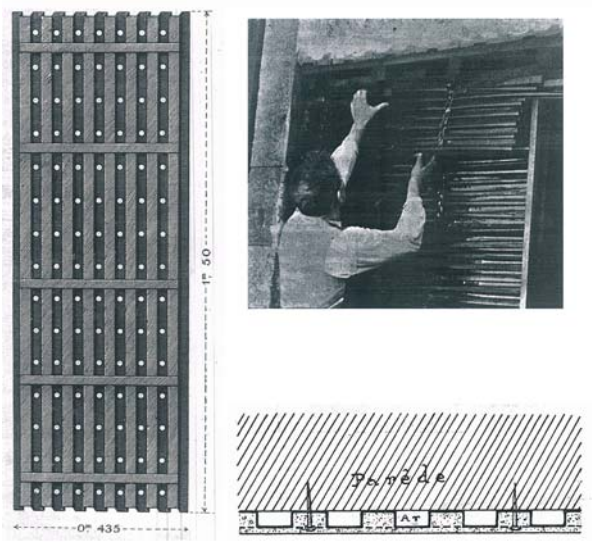


Fig.40 Castasfal, imagens da publicação técnica do fornecedor.
Montagem a partir de (Rodrigues Fonseca & Carvalho, 1939)

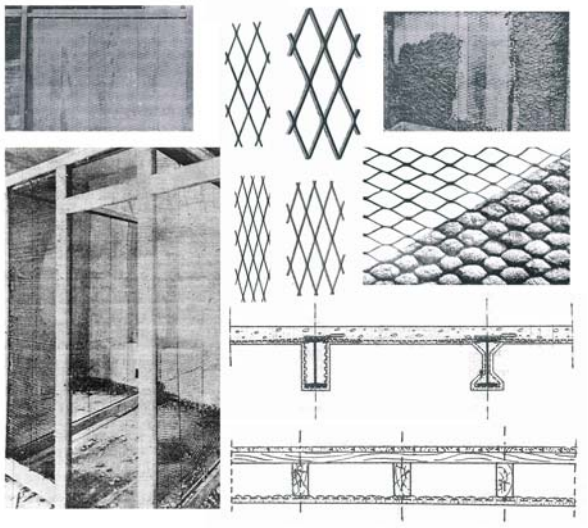


Fig.41 Metal distendido, imagens da publicação técnica do fornecedor.
Montagem a partir de (Rodrigues Fonseca & Carvalho, 1939)

35.O termo não tem equivalente em português. Genericamente corresponderia a um revestimento, ou pano de parede, colocado no tardoz de uma parede exterior, no interior do compartimento.

Em relação a outras publicações chega-nos a notícia da sua existência, mas não a publicação em si. Por exemplo, na Arquitectura Portuguesa saiu, em 1912, um prospecto do Rex Flintcoat, mas o mesmo não foi arquivado com a revista em nenhuma das bibliotecas consultadas, nem foi alvo de arquivo individualizado.

Não existe um sistema de arquivo nacional relativo às publicações técnicas das empresas de materiais de construção (à semelhança do depósito legal obrigatório para livros) pelo que geralmente essa documentação não subsiste para além do seu tempo de uso do material. Temos consciência que esse não arquivo é um factor que debilita as possibilidades de investigação, mas actualmente continuamos a proceder da mesma forma, não sendo feito o acervo de todas as prescrições técnicas dos vários materiais de construção. Para os que estão sujeitos a homologação, pelo menos esse processo garante que o mesmo será arquivado. Para os restantes, às vezes existe a sorte de algum gabinete o guardar nos seus arquivos e mais tarde esse arquivo fazer parte de um espólio disponível para consulta, mas essas são situações excepcionais e não a regra.

C.2.4. As patentes, homologações e documentos afins

O estudo da concessão de autorizações de importação, exploração, patentes, documentos de homologação, etc... é algo que não está feito em Portugal, mas que se poderá revelar muito importante para perceber a introdução dos materiais e sistemas de construção em Portugal.

Apesar de o nosso estudo não ter sido neste sentido, foi possível aferir a disponibilidade de elementos neste domínio.

No século XVIII os alvarás de concessão de autorizações tinham geralmente publicação equivalente à de outras leis régias, pelo que é possível encontrar os mesmos nas compilações de documentos legais que foram feitos durante o século XVIII e século XIX.

A título de exemplo, porque teve interesse para o trabalho, pode ser encontrado a referência no Capítulo 1.3 e no Apêndice Documental a transcrição do alvará de confirmação de 3 de Novembro, para a instalação de uma fábrica de cal (Portugal, 1756-11-03), na sequência do terramoto, utilizando um «novo» combustível para a queima do calcário[36].

No século XIX, a concessão de direitos de exploração e de patentes também era alvo de publicação no Diário do Governo. Os direitos de importação de materiais, ou as taxas a eles aplicadas, eram também publicados com frequência no diário oficial. A publicação não tem a mesma forma, nem a mesma incidência ao longo de todo século XIX. As próprias convulsões de que o país foi cenário, também condicionam a publicação deste tipo de anúncios. Mas pelo que foi possível percepcionar na pesquisa que foi feita, ainda que não directamente direccionada para este campo, existe matéria para análise nos diários oficiais da segunda metade do século XIX[37].

---

36. A.1. (pag.106) e Documento nº 2.A.1. (pag.1)

37. As notícias de registos de patentes e autorização são muito variadas, e nem todas elas se referem a aspectos com interesse para a construção. A análise não foi feita sistematicamente, apenas aproveitou a consulta dos diários legais dirigida a legislação específica para também tomar referência de alguma desta informação, para perceber minimamente como é feita a publicação e de que forma, se desejado, se pode prosseguir um estudo de história da construção seguindo estas fontes. Para além do alvará régio referido no corpo do texto, existe uma grande quantidade de autorizações de mineração em diversas zonas do país, bem como o registo de patente por um determinado prazo de novas formas de executar uma miríade de coisas.

C.3. As acções estatais e municipais

C.3.1. A legislação nacional e municipal

A legislação que aparece a partir de meados do século XIX, com diversos regulamentos com implicação na salubridade das edificações e na forma de construir, de que o RGEU, publicado em 1951 e ainda em vigor, se torna a cristalização mais paradigmática, mas também a regulamentação mais recente e específica nas áreas do conforto e segurança das construções, são, em alguns casos, ecos da forma de construir e das preocupações correntes à época das suas primeiras formulações e, noutros casos, são motores de mudança na introdução de novos materiais, de sistemas de construção, ou de novas preocupações e exigências funcionais.

A legislação tem efectivamente influência na forma como se constrói, contribuindo o seu estudo para uma melhor compreensão das restrições que se colocam ao acto de projecto, mas também do carácter propedêutico e influenciador de usos que certas prescrições normativas encerram.

Prescrições simples e básicas como o estabelecimento de alturas mínimas de pisos, ou alturas máximas de edifícios, moldam a forma como se constrói e como se vai conformando a cidade, com implicações directas nos custos das edificações, rentabilidade do investimento e do solo urbano. Prescrições mais rigorosas e interventivas, designadamente as relativas a salubridade e segurança, com um âmbito de abrangência maior, influenciam determinantemente a edificação, criando formas de execução que permanecem para além da vigência da própria legislação, arreigadas na tradição que entretanto se edifica.

Este estudo não se cinge apenas aos regulamentos que incidem exclusivamente sobre a construção dos edifícios. Questões de organização administrativa ou de regime de propriedade, por exemplo, têm igualmente reflexo na tipologia do edificado e na forma como se constrói.

Sendo o licenciamento de obras uma atribuição municipal consagrada por lei nacional a partir de 1842, mas com um hábito bastante anterior nos municípios de maior dimensão, como Lisboa, Porto ou Braga, a legislação de promulgação municipal, em forma de posturas ou editais é importante para se perceber a forma como se constrói e encontrar razões das assimetrias regionais, que perduram muitas delas até aos dias de hoje. Essas posturas, geralmente editadas ao longo do tempo, com correcções e clarificações, regulam aspectos gerais do funcionamento da cidade, entre os quais o uso e segurança do espaço público, as edificações e respectiva limpeza e salubridade, como veremos nos Capítulos 1.3, 1.4 e 1.7.

O estudo da legislação nacional e da legislação municipal da cidade do Porto foi utilizado no presente trabalho com dois valores distintos.

O primeiro corresponde ao uso da legislação como forma de enquadrar historicamente a época em estudo. Perceber de que forma o país se começa a estruturar, lançando bases para os regulamentos posteriores no âmbito da construção de edifícios, licenciamento dos mesmos, responsabilidades relativas a projectos e obras, formação dos técnicos, organização de serviços e outros aspectos ligados à arquitectura e construção dos edifícios.

E o segundo, mais direccionado, que utiliza a própria legislação como matéria de análise para identificar o panorama que se coloca aos projectistas e construtores, em cada época, caracterizando aspectos específicos da edificação.

C.3.2. Os dados estatísticos

Os dados estatísticos da população portuguesa são recolhidos de uma forma científica a partir de 1864 e sistematicamente com periodicidade decenal a partir de 1900. O Instituto Nacional de Estatística, ou o Conselho Geral de Estatística, como foi designado na altura, foi criado em 1864. A estatística e a catalogação são uma inovação oitocentista. Nos inquéritos à população são também recolhidas informações relativas à construção ou à habitação, mas não de uma forma consequente e sistematizada.

Apenas a partir de 1971 o parque edificado habitacional nacional tem sido alvo de inquérito autónomo e tratamento estatístico, decenalmente, nos censos efectuados paralelamente aos recenseamentos gerais da população e, nos anos mais recentes, a partir de dados recolhidos de forma mais sistemática, nomeadamente junto dos serviços responsáveis pelo licenciamento de edifícios das câmaras municipais, que dão lugar a relatórios anuais sobre múltiplos aspectos ligados à construção.

Anteriormente a 1971, no recenseamento geral da população realizado decenalmente, já eram incluídos parâmetros relacionados com a habitação, designadamente número de Alojamentos/Fogos e número de Edifícios. Mas essa informação não era recolhida por sistema, nem de forma consistente em todos os censos, pelo que a comparação não é rigorosa, embora seja informativa.

Existem também outros trabalhos estatísticos, não directamente ligados aos trabalhos nacionais dos censos, como os inquéritos que se fizeram à actividade industrial, à actividade agrícola (MOPCI & Moraes, 1889), à habitação rural (Basto, 1943) ou à habitação Urbana (LNEC, 1977, 1986) ou outros; ou publicações, que apesar de parcialmente apoiadas em dados censitários, recolhem informação adicional para determinada zona, como por exemplo, a súmula estatística da cidade de Porto (INE, 1971a), que caracteriza a cidade para além do que os próprios censos fazem. Não esquecer que o próprio município, e as diversas inspecções ou repartições que o compunham, nos seus relatórios anuais ou plurianuais, incluíam muita informação que também pode ser útil para estudar a edificação, ou mecanismos ligados à mesma.

Os quase 40 anos de dados censitários disponíveis relativos à habitação/construção permitem-nos proceder a algumas análises e tentar tirar algumas conclusões, ou reconhecer tendências de transformação que se têm vindo a manifestar. Complementarmente podem ser usados os dados anuais sobre a construção, disponíveis actualmente para os anos entre 1994 e 2008, tendo em atenção que os pressupostos de recolha dos mesmos são diferentes dos pressupostos de recolha dos censos, pelo que os dois não são comparáveis directamente. No caso do presente trabalho esses dados foram usados como contraponto à informação recolhida por levantamento da área de análise.

Os dados recolhidos nos censos à habitação, designadamente no último publicado de 2001, foram matéria para estudos e análises posteriores, para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, tentando rentabilizar os dados para tipos de estudos que não faziam sentido para a totalidade do país. Esses estudos também estão disponíveis no site do INE [www.ine.pt].

Contudo, algumas considerações devem ser feitas relativamente à validade dos censos enquanto ferramentas de caracterização do património edificado e, complementarmente, como fontes para o estudo da história da construção.

Rigor

Existem pelo menos dois níveis diferenciados de rigor na elaboração dos censos, um no processo de recolha dos dados e outro, posteriormente, no seu tratamento. A recolha dos dados, principalmente no tocante à caracterização construtiva e etária dos edifícios, deixa muitas dúvidas sobre a forma como é feita uma vez que depende da qualidade e do rigor da resposta dos inquiridos, ainda que eventualmente auxiliados por quem faz a recolha.

Ao nível do tratamento dos dados recolhidos, não temos informação que nos permita contestar a sua validade, excepto num dos censos, o de 1970. Fruto certamente da época conturbada pós revolução o tratamento estatístico dos dados nunca foi concluído e o que existe hoje são as estimativas a 20%.

Permanência de definições e conceitos.

Entre os diversos censos existem alterações de vária ordem que dificultam a comparação de dados. Essas diferenças vão desde a alteração das áreas geográficas de referência, como a passagem de Distritos para as Áreas Metropolitanas (entre o censo de 1981 e 1991), até à alteração de parâmetros de recolha ou de conceitos basilares (nos termos deste levantamento) como são os de fogo, alojamento ou edifício, ou a sua não utilização consistente em todos os censos.

A Título de exemplo, no censo de 1971, na nota introdutória refere-se:

> *"A diferença entre os conceitos de alojamento no actual recenseamento e no anterior. No conceito actual são considerados como alojamentos todos os locais habitados por pessoa qualquer que seja a sua natureza, não englobando portanto os locais que por construção ou adaptação se destinavam a habitação de pessoas mas que no momento do recenseamento eram utilizados para fins diferentes do da habitação como por exemplo, o exercício de uma actividade"* (INE, 1971b).

As diferenças serão apresentadas mais detalhadamente na análise que se faz no Capítulo 1.5, relativamente ao universo de análise.

Representatividade da amostra

Apesar dos problemas reportados nos pontos anteriores, os censos têm uma vantagem incontornável comparativamente à maior parte dos trabalhos individuais que possam ser feitos, que é a representatividade e dimensão da amostra. O facto de ser um levantamento sistemático e não um levantamento por amostragem, permite que os erros que decorrem dos problemas anteriores possam ser diluídos, em vez de ampliados, como aconteceria se estivéssemos a fazer a extrapolação de conclusões para um universo maior do que o do próprio levantamento.

Por essa razão é que, apesar das ressalvas e dúvidas, se consideram os censos e os dados estatísticos relativos à construção como ferramenta de caracterização do parque edificado, ou do parque habitacional, consoante as épocas.

C.4. Os trabalhos Académicos

Nos anos mais recentes, face, por um lado ao interesse crescente que o tema da preservação, reabilitação do património e da reabilitação dos edifícios recentes, tem sido alvo e, por outro lado, ao aumento de oferta (e procura)

de formação nesta área, com vários cursos de mestrado, estudos avançados, pós-graduações ou agora também de doutoramento, oferecidos pelas diversas universidades públicas e particulares portuguesas, têm aparecido algumas teses que se centram sobre a produção arquitectónica do século XX e, dentro dela, sobre as questões construtivas e de reabilitação que se colocam em relação a estes edifícios.

Ao nível dos doutoramentos, a perspectiva ainda continua a seguir, fundamentalmente, dois caminhos distintos do que aqui se está a propor; por um lado, no campo da física das construções foram realizados vários trabalhos sobre materiais, sistemas construtivos, patologias associadas, ou reabilitação; por outro lado, no campo disciplinar da arquitectura, a abordagem é mais ligada ao projecto, a questões teóricas de filosofia de reabilitação, tipos de abordagem, mas praticamente sem fazer uma análise da questão da evolução histórica dos sistemas construtivos.

Ao nível de mestrados e mestrados integrados o número é muito elevado, e como não estão obrigadas a depósito legal é muito difícil ter uma percepção sobre a totalidade dos temas tratados.

Neste Capítulo foi dada uma perspectiva de como se tem processado o estudo da história da construção nos últimos anos, tentando caracterizar a posição portuguesa no contexto global.

Foram também elencados um conjunto de fontes possíveis para o estudo da história da construção, tendo essa listagem como característica o facto de ter sido elaborada por alguém com formação de base em arquitectura, pelo que necessariamente resultará mais exaustiva nesse âmbito da história da construção. Não se pretende, nem seria possível, uma lista final, apenas uma ajuda, um ponto de partida, para quem agora inicia o trabalho nesta área.

Capítulo 1.3 - Enquadramento Histórico e Normativo

Neste Capítulo será feita uma abordagem à história do país e à legislação geral de enquadramento com interesse e implicações na construção de edifícios, fazendo-se a apresentação de um ponto de vista cronológico, mas não sistemático, focando os períodos ou pontos que são considerados relevantes no estabelecimento das formas de actuação actuais. A análise foca temas chave, como sejam a organização administrativa do país, a repartição de competências nacionais e locais, o âmbito da legislação municipal e as políticas gerais com influência na organização do território e na gestão da actividade da construção.

O Capítulo organiza-se segundo vários pontos, correspondendo às épocas em que decidi dividir a análise, considerando que existiam nesses períodos uma convergência de ideias, políticas, mecanismos sociais, ferramentas, condicionantes ou mesmo formas de actuação que de certa forma os poderiam caracterizar e identificar.

O século XX foi um período de grandes mudanças, de aceleração do ritmo de vida, da evolução e transformação a que estamos sujeitos. Tentar caracterizar esse século de uma forma única, global, não é possível em nenhum aspecto e a construção de edifícios não é excepção. As transformações foram intensas, passamos de um sistema produtivo assente essencialmente na manufactura, na execução em obra, para sistemas que funcionam, predominantemente por assemblagem[38] de componentes. Ainda que em Portugal essas mudanças não se tenham processado de uma forma tão intensa como no resto da Europa e exista uma alteração mais substancial no último quartel do século passado, após a revolução dos cravos, não deixa de ser importante o estudo abrangente de

38. Apesar de em Portugal ainda se praticar, na maior parte dos casos, uma construção *in situ*, esta recorre a elementos de pré-fabricação ligeira, como a) os tijolos, as vigotas, as abobadilhas das lajes; b) os compostos químicos de produção em fábrica, como os mástiques, poliuretanos, ou outros; c) as argamassas pré-doseadas; d) os revestimentos exteriores apenas montados no local.

todas as alterações que se processaram ao longo do século XX, compreendendo a sua inserção em movimentos e momentos antecedentes.

Apesar do início do presente estudo se localizar sensivelmente em 1900, do ponto de vista do enquadramento normativo e histórico achou-se necessário recuar no tempo para perceber a evolução do quadro legal e de que forma o mesmo influencia, ou se reflecte, na prática corrente da construção de edifícios em Portugal e no caso específico da cidade do Porto. Este recuo temporal da análise que permite aferir também de que forma as «novas» prescrições são, ou não, inovadoras no contexto normativo existente à data da publicação das mesmas, não pretende ser uma narrativa contínua, mas um perscrutar os momentos mais importantes e influenciadores.

Ao nível da investigação, uma primeira análise centrou-se nos diplomas com prescrições directamente aplicadas à construção. Contudo, pretendendo uma caracterização mais completa e integrada, foram analisados e incluídos outros diplomas, que directa ou indirectamente, têm reflexo na construção dos edifícios, no licenciamento dos mesmos, na regulação das suas obras, na sua inserção urbana, ou até na prática profissional dos arquitectos e respectiva formação.

Por questões de organização da dissertação, optou-se por primeiro fazer a análise, neste Capítulo, dos diplomas legais genéricos, mas que garantem o enquadramento, remetendo para o Capítulo seguinte uma apresentação e análise da legislação relativa à construção e actividades conexas.

São ainda elaborados mapas cronológicos de enquadramento normativo e momentos históricos, que englobam os diplomas mais importantes para a construção de edifícios e para a prática profissional dos arquitectos e que permitem, de uma forma fácil e directa, a apreensão do panorama que envolve o projecto e a construção dos edifícios estudados. Muitos outros factos poderiam ser incluídos, possibilitando um aumento da complexidade da análise, mas pareceu mais sensato manter um nível facilmente apreensível de informação.

A. Antecedentes – Do Absolutismo ao Liberalismo

A.1. A Acção do Marquês de Pombal

Um dos factos chave na definição de regras e regulamentos aplicados à construção de edifícios é, sem qualquer dúvida, o terramoto de 1755. A necessidade de reedificar Lisboa rapidamente, mas com critério, plano e com garantias de qualidade construtiva, leva a que seja promulgado um grupo de leis, ou outras formas legais, e tomado um conjunto de medidas que facilitem todo o processo. Esses instrumentos legais, que inicialmente foram decretados unicamente para a cidade de Lisboa, em alguns casos, igualmente por decreto, passam a ser aplicados ao município do Porto, como segunda cidade do país. Mas, para além da questão da obrigação regulamentar, o exemplo de Lisboa replica-se a diferentes escalas em diversas zonas da Nação.

As primeiras leis imediatamente posteriores ao terramoto têm a ver, sobretudo, com ordem pública, depósito de salvados, demarcação da propriedade privada e pública, isenções destinadas a minorar os efeitos do terramoto em negócios como o da «importação» de madeiras do Brasil, ou tentativas de controlo da inflação e da exploração da

calamidade em benefício próprio[39]. Igualmente pretendem limitar a zona de edificação (já que por facilidade a tendência seria ocupar terrenos ainda livres) evitando

> *"[...] edificações indiscretas em locais distantes do recinto da cidade, que sendo já disforme na sua extensão, se não deve permitir, que se dilate com incómodo grave da comunicação, que antes se deve facilitar entre os seus habitantes; proíbo debaixo das mesmas penas, que por ora, e enquanto Eu não for servido ordenar o contrário, determinando os justos limites da cidade, que se possa aforar, ou tomar de aforamento algum terreno para edificar de novo casas de pedra, e cal [...]"* (Portugal, 1755-12-03).

Nesta primeira fase é também proibida a reedificação de certas zonas da cidade sem que estejam concluídos os inventários da propriedade. Determina

> *"El Rei Meu Senhor, que nenhuma pessoa de qualquer estado, ou condição, que seja, edifique propriedade alguma de casas nos Bairros desta cidade, que padeceram a ruína do Incêndio depois do dia primeiro de Novembro passado; e do mesmo modo reedifique as que foram queimadas, até que se concluam os Tombos, e medições*

Hiptxt. 1.3.A - Processo Industrial português

As alterações que a partir do século XVII começam a acontecer na Europa pelo implemento de uma produção industrial em larga escala, tendo em vista um mercado mundial, ou, pelo menos, um mercado não local, com uso crescente de «máquinas» e alteração dos sistemas produtivos, têm também reflexos em Portugal. Ao longo do final do século XVII, com a "*importação técnicas e de técnicos estrange*iros" (Serrão, 1993) e durante o século XVIII vão surgindo, em surtos, várias manufacturas, num implemento de actividade industrial, que visa aumentar a produção nacional e reduzir o peso económico das importações. A maior parte destas manufacturas são do ramo têxtil, muitas delas para produção de artigos de alguma forma considerados de luxo, para satisfazer as vaidades das gentes.

Considera-se que um dos pontos-chave no processo industrial português é a criação da Real Fábrica das Sedas, em 1730, mas a autorização concedida a William Stephens para uma fábrica de cal, é também um passo importante nesse caminho em direcção a uma industrialização que sempre se fez a um ritmo mais lento e com um desfasamento relativo aos países que lideraram o processo. De referir que a maior parte das fábricas que se instalam nesta época em Portugal são resultado da iniciativa de cidadãos estrangeiros, britânicos na sua generalidade, que, por vontade própria, ou seduzidos pelos incentivos dados pelo governo, lideram o processo industrial em Portugal. Não é uma situação nova nesta altura, já que vários acordos/tratados a partir da Restauração da independência em 1640 davam uma situação privilegiada aos cidadãos e têxteis britânicos, estabelecendo "*as bases fundamentais da divisão do trabalho assente numa exploração não só «comercial» mas também imperialista*" (Moreira, 1984), acordos algumas vezes revogados pelas "pragmáticas", mas confirmados pelo Tratado de Methuen em 1703.

E essa dependência também não é uma situação que nos admire, pois passados mais de três séculos, ainda se continuam a utilizar idênticos procedimentos para a implantação de unidades industriais de capital estrangeiro que facilmente são deslocalizadas para outros territórios onde a mão-de-obra seja mais barata, os incentivos do governo maiores, ou a fiscalização mais frágil, pois o poder de decisão não tem raízes nacionais.

39. No decreto de 1 de Dezembro, em função dos preços exorbitantes que os materiais de construção e a jorna dos artífices atingem, estabelece-se que os *"Ministros encarregados da inspecção dos bairros, subúrbios, e lugares das vizinhanças da Corte, [...] por si mesmo visitem logo todas as obras, que se estiverem fazendo, e nelas examinem com toda a exactidão os preços, que custaram os materiais: e os jornais, que vencem os artifícies; dando o juramento dos Santos Evangelhos aos Donos das Obras, aos criados, e vizinhos, e aos mestres, ou aparelhadores, e repetindo-se estas diligências todas as semanas, até segunda ordem se Sua Majestade"* (Portugal, 1755-12-01).

No decreto de 3 de Dezembro, (re)coloca-se os arrendamentos existentes nos valores de Outubro, anteriores ao terramoto, dando um prazo de 3 dias para o seu cumprimento, findos os quais, se ainda se encontrarem em infracção, os imóveis reverterão para a coroa. São ainda nulos todos os contratos de arrendamento celebrados depois de 1 de Novembro, com "*excesso do justo rendimento"* (Portugal, 1755-12-03).

das mesmas propriedades, determinadas por decreto de 29 do mesmo mês, com o fim de evitar pleitos em benefício público" (Portugal, 1755-12-30).

Estende essa proibição aos bairros que não padecendo de total destruição, não deveriam contudo edificar obras novas de pedra e cal. Estão naturalmente excluídas desta proibição as obras de reparação e conservação das propriedades danificadas pelo terramoto, mas ainda em condições de utilização. São assim legislações de garantia da preservação de um estado que permita um planeamento sem maiores constrangimentos.

Esta proibição é reiterada, já não em função da conclusão do levantamento da propriedade mas dos planos que

"El Rei Meu Senhor tem mandado delinear [...] para cada um dos bairros de Lisboa, os quais se publicarão com brevidade, assinalando-se neles a largura, e a direcção das ruas; a estrutura exterior, e elevação dos edifícios, os quais devem ser uniformes [...]", [determinando que] todas as casas [...] que se acharem fabricadas de paredes de pedra, e cal, frontais, ou tabiques, que no acto da demarcação [...] se acharem contrárias aos referidos planos, serão no mesmo acto demolidas à custa de seus donos [...]" (Portugal, 1756-02-10).

Na sequência ainda do terramoto e das obras de reedificação são dadas, ao longo dos anos que se seguem, autorizações para a criação de novas fábricas de materiais de construção. A primeira dessas fábricas, de cal, é solicitada por um súbdito inglês, William Stephens (ou Guilherme Stephens[40] como vem referido nos textos oficiais) e corresponde, para além de uma autorização de produção[41], a uma reserva de utilização do sistema de produção, em tudo semelhante a uma patente com monopólio e a direitos de importação de um material com um período de vigência de 15 anos. Esta é a primeira fábrica em Portugal que utiliza como combustível, para a queima do calcário usado para produzir cal, o carvão mineral das minas britânicas e tem reserva de importação do mesmo para o efeito referido, não o podendo vender para outros fins. Tem ainda, pelo alvará régio, a defesa de não importação de cal no mesmo período.

Na época pré-betão, a cal era um dos materiais mais importantes na construção de edifícios de tal forma que a designação de «pedra e cal» ainda hoje perdura. A cal era o ligante que permitia a execução de argamassas com mais durabilidade e resistência do que as argamassas de saibro. Demonstrando a grande necessidade deste material para a reconstrução de Lisboa no ano seguinte, em 17 de Fevereiro de 1757, é criada uma outra fábrica de cal, esta de propriedade régia (Portugal, 1757-02-17).

A fabricação da cal é apontada como um dos factores da desflorestação da Europa no período romano e na Idade Média (Alarcão, Nov. 1978:20-24) uma vez que a madeira era o combustível mais utilizado na queima do calcário. Com a grande necessidade de cal determinada não só pela reconstrução da cidade de Lisboa mas também pela execução de habitações precárias (as designadas «barracas») o risco de desflorestação, ou de não ter combustível para a

40. William Stephens é também responsável pelo restabelecimento da Fábrica de Vidros da Marinha Grande, aprovada por alvará de 7 de Julho de 1769. A primeira fábrica de vidro foi estabelecida em Coina, em 1722, e transferida para a Marinha Grande em 1748.

41. "I. Condição. Que dentro no espaço de quinze anos, nenhuma pessoa nacional, ou estrangeira, poderá mandar vir de fora o material, que o suplicante se pretende servir para cozer a Cal; nem fabricá-la pelo mesmo modo com o referido material, ou mandá-la vir de fora fabricada;…" (Portugal, 1756-11-03).

queima do calcário era efectivo, pelo que o recurso ao carvão mineral deve ter sido visto com bons olhos pelo previdente futuro Marquês de Pombal, Sebastião de Carvalho e Melo [1699-1782].

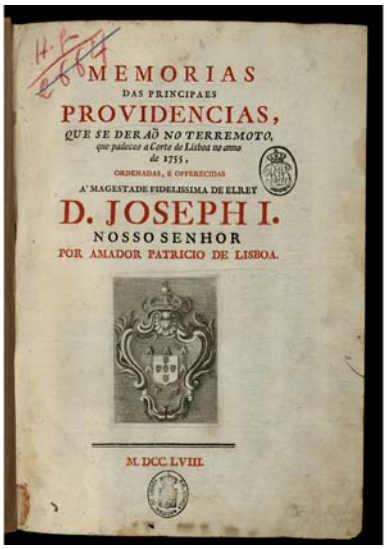


Fig.42 "Memorias das principaes providencias […]". Um apanhado da acção legislativa subsequente ao terramoto de 1755

(Freire, 1758)

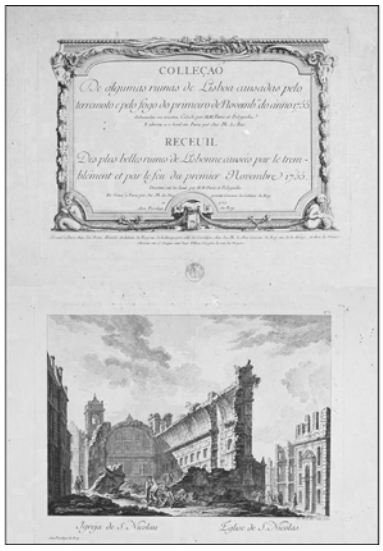


Fig.43 "Colleção de algumas ruinas de Lisboa […]".

(Pedegache, 1757)

O alvará com força de lei de 12 de Maio de 1758 (Portugal, 1758-05-12) apesar de não ter indicações efectivas sobre a edificação, normas construtivas, ou afins, tinha mecanismos ligados à urbanização, isto é, medidas que permitiam facilitar a reedificação de Lisboa, com rapidez e garantindo continuidade de trabalhos, mesmo quando os proprietários dos terrenos não estavam dispostos a fazer as obras, ou não tinham possibilidade económica para as fazer. Estabelecia um mecanismo de expropriações e de compensações pelo alargamento e rectificação das ruas, tentando equilibrar o custo do terreno com o respectivo benefício que o alargamento trazia a cada um.

Este alvará irá ser aplicado também ao Porto, a partir de 1769, como à frente será analisado. Será uma das leis com mais influência na modernização urbana das duas cidades porque permite ultrapassar os entraves da propriedade privada que sempre se colocam quando se pretende, ou se tem necessidade, de alterar a estrutura fundiária de um território.

A experiência do terramoto e dos incêndios que se seguiram leva a que sejam consideradas condições de desafogo no planeamento e condições construtivas de edificação que possam de alguma forma garantir uma maior solidez dos edifícios, resistência aos sismos, menor risco de combustão e de propagação dos incêndios.

O "*Plano que sua Majestade mandou remeter ao Duque Regedor, para se regular o alinhamento das ruas, e reedificação das casas...*" (Portugal, 1758-06-12), em 12 de Junho de 1758, vem finalmente permitir e determinar o início dos trabalhos de reconstrução em Lisboa. Para além de outras questões estabelece-se a largura e desenho de via(s)[42], tomando como referência o que se faz em Londres, criando zonas de passagem para carruagens, com cloaca central, e zonas de passagem para «gente de pé», protegidas contra outros acessos; define-se as alturas dos pisos dos edifícios[43] e desenho dos mesmos, com tipo e proporção de aberturas. Paralelamente e, ao longo dos anos, são elaborados na Casa do Risco, planos de alçado de todos os arruamentos (metodologia que também será adoptada

pela Junta de Obras Públicas no Porto), estando os sobreviventes compilados num álbum que foi alvo de publicação, podendo ser facilmente consultado e fornece informação importante para quem estuda Lisboa.

Este «plano» iniciado ainda em 1755 e publicado em 1758, que decorre do trabalho de uma equipa liderada pelo General Manuel da Maia [1677-1768], engenheiro-mor do reino, e pelo arquitecto e também engenheiro militar, Capitão Eugénio dos Santos [1711-1760], vem colocar em forma de articulado, o que foram as considerações feitas e as decisões tomadas ao longo dos anos anteriores[44]. A primeira de três «dissertações» que Manuel da Maia elabora, remetida ao Rei em 4 de Dezembro de 1755, apresentava cinco hipóteses diferentes para reconstrução da cidade, umas no mesmo local da arrasada Lisboa e outra em localização diferente. As cinco propostas dividem-se em duas ordens distintas, a primeira, essencialmente de compromisso com a preexistência, que correspondia a um reedificar da "*cidade tal como era dantes, melhorada apenas pelo facto de serem novos os edifícios*" (França, 1989:15-16). A segunda ordem de propostas parte para um planeamento de raiz, ou pelo arrasamento total da Baixa, ou pela localização da nova cidade para os lados de Belém. As escolhas régias ou, mais correctamente do Marquês, vão determinando as considerações colocadas nas dissertações seguintes, de tal forma que o plano de 1758 faz eco delas, mesmo quando a prática já se começa a estabelecer noutro sentido, como no caso do limite da cércea das edificações.

Neste plano igualmente se estabelecem prescrições construtivas relativas aos tipos de edificações permitidos ou proibidos, assim como algumas condições de salubridade dos espaços, designadamente iluminação e ventilação, embora o que mais deve ter determinado a forma de fazer não tenham sido as normas escritas mas o exemplo dado pelos projectos e edifícios construídos entretanto e mesmo os ensaios sobre a solidez dos sistemas preconizados, como por exemplo a experiência do Tenente-Coronel Carlos Mardel [1696-1763], engenheiro, e também arquitecto, de origem húngara, sobre resistência da estrutura que ficou conhecida por «gaiola pombalina»[45].

Sobre questões construtivas no ponto 9 diz-se

---

42. *"15 – A largura desta rua deve ser de sessenta palmos: divididos de sorte, que quarenta deles fiquem livres no meio para as carruagens: tendo no meio a sua cloaca de dez palmos de largo, e quatorze de alto, e que por cada lado fiquem dez palmos para a passagem de gente de pé, com seus colunelos em justa proporção entre a Rua, e as ditas passagens para impedir que nelas entrem as carruagens, como se acha praticado em Londres"* (Portugal, 1758-06-12).

43. *"14 – O projecto desta rua, parece que seja da mesma elevação dos edifícios do Terreiro do Paço, mas com diferente simetria: compondo-se do número de andares, que couberem na sua altura, sendo as lojas de dezasseis palmos de pé direito; da mesma proporção os primeiros andares; e repartindo-se o que resta para encher a altura, com proporção pelos outros andares, que couberem: com tanto, que as portas das lojas sejam iguais nas medidas; as janelas do primeiro andar de sacada, as do segundo de peitoril um pouco mais pequenas; e as dos mais andares da mesma sorte; mas diminuindo sempre com proporção nos andares mais altos"* (Portugal, 1758-06-12).

44. Nas primeiras considerações, Manuel da Maia advoga que a cidade seja reconstruída apenas com dois pisos sobre as lojas. Os interesses imobiliários de então, auxiliados pelo esquecimento da tragédia que o tempo proporciona levaram a que fosse considerado o aumento de número de pisos, que foi o que acabou a ser implementado no plano de reconstrução.

45. Para verificar a resistência do sistema da Gaiola Pombalina, Mardel terá mandado um regimento marchar sobre uma estrutura para o efeito construída, de forma a verificar o modo como a mesma respondia à trepidação, de certa forma equivalentes à de um sismo (França, 1989:61). Numa época anterior ao estabelecimento de cálculo matemático para o dimensionamento das estruturas, seria por processos de experiência, erro e correcção, que se estabeleceriam os parâmetros a respeitar em novas edificações. Em termos de estabelecimento de uma metodologia de ensaio, este é um exemplo a reter no panorama nacional, como afinal o foram também outros nestes tempos pós-abalo. Extinguiu-se a memória e a necessidade, e com eles, muito do comportamento industrioso das gentes portuguesas.

"que fica proibido fazerem-se de armação as casas do terceiro andar; ordenando-se pelo contrário, que sejam os tectos de esteira, e os vigamentos embarbados nos freixais, e os mesmos freixais nos centros das paredes, ganhando-se também assim aproveitarem-se os vãos das elevações dos madeiramentos, para a guarda dos móveis, e para a competente acomodação das famílias" (Portugal, 1758-06-12)[46].

Estabelece ainda a forma como devem ser executados os remates superiores dos edifícios com considerações construtivas e estéticas. Assim,

"nas águas furtadas se hão-de configurar, e fazer trapeiras, que não só dão luz, e ar para a conservação das madeiras, e móveis, e para a claridade, e respiração dos que nelas habitam, mas ao mesmo tempo servem de ornato ao projecto (prospecto) da Rua: figurando nos edifícios mais um andar de casas, para o que se costumam nas outras Cortes chegar estas trapeiras à face dos edifícios, o mais que é possível" (Portugal, 1758-06-12).

A um outro nível também é importante a experiência que decorre do terramoto, a implementação da estandardização de elementos para a construção e da «pré-fabricação» (ainda artesanal) de componentes para edifícios.

A escassez de mão-de-obra na zona onde era necessária para a reedificação faz com que seja preciso recorrer a artífices de fora da cidade para execução de diversos trabalhos. A implementação da regularidade do planeamento da cidade e dos edifícios permite também que as peças que os compõem tenham dimensões regularmente definidas e possam ser fabricados em série, fora de Lisboa, e transportados para montagem no local. Segundo José-Augusto França (1989:59) a ideia para este estabelecimento de um sistema produtivo baseado numa preparação fora da obra dos materiais talvez tenha sido inspirada pelas barracas pré-fabricadas importadas da Holanda logo após o terramoto, que vinham todas fabricadas e apenas era necessário montá-las no local, num trabalho que demoraria cerca de um dia. Inspirados nessas barracas, ou fruto da necessidade que sempre aguça o engenho, a implementação da pré-fabricação de elementos de construção dos edifícios, como elementos de madeira das gaiolas, cantarias de remate de vãos, azulejos ou serralharias, foi uma realidade nos tempos que se seguiram ao terramoto. Esta experiência teve também reflexo no Porto, no tempo dos Almadas e da grande expansão urbana da cidade, e ainda hoje é notória na análise de edifícios dessa época.

A abertura de novas ruas ou a regularização das existentes e o estabelecimento de regras para a edificação marginal, que na generalidade dos casos eram constituídas por desenhos de alçado normalizados que deveriam ser respeitados pelos particulares que pretendessem edificar, permite que certos elementos construtivos constituintes dos

46. Aqui «armação» deve ter o sentido expresso no Vocabulário Portuguez e Latino (Bluteau, 1712/1728), que se refere a armações em tecido, estruturas de madeira revestidas por tecidos ou lonas, que serviriam de protecção às águas e ao sol mas que corresponderiam a uma utilização eventual, ou pelo menos, a um espaço que não detinha o conforto de uma habitação convencional. Estará provavelmente ligado a um tipo de acrescento ao edifício feito de forma rudimentar e que, em caso de incêndio, aumentaria em muito os problemas de transmissão de fogo entre edifícios.

"Armaçam – Toma-se genericamente por todo o tecido, que se arma nas casas, para ornato delas, v.gr. panos de armar, cortinados, reposteiros, etc. […]

Armação de panos – Colgadura de tapeçarias […]

A Armação de uma Igreja. Volantes, almofadas, cobertores, tafetás, passemanes, etc com que se armam as paredes, o tecto, as janelas, arcos, colunas, etc. […] (Bluteau, 1712/1728).

edifícios pudessem ser fabricados em série, numa sistematização de dimensões e de ornatos. Ainda segundo J.A. França este tipo de estandardização da produção, aliada claro ao grande volume de construção, leva a um empobrecimento estético dos edifícios, com recursos a soluções tipo repetidas até à exaustão. Onde se revelará com mais força este empobrecimento será nos azulejos, em que se passam a utilizar motivos geométricos repetidos, apenas enquadrados por uma cercadura no contorno dos elementos arquitectónicos, como cunhais ou janelas, em contraponto ao que era a tradição desse mesmo século, de narrativa iconográfica nas superfícies parietais.

Mas este empobrecimento é também resultado das acções legislativas directas, como o alvará de 16 de Junho de 1759, onde se proíbe "*degraus, consolas, mísulas, gelosias, argolas para prender cavalos, etc...*" (França, 1989:41), isto é, elementos que pressupunham um certo tipo de apropriação dos edifícios e colidiam com a imagem de regularidade preconizada. Mesmo os «acidentes» que serviam de notícia na regularidade dos edifícios, que constituíam situações de excepção, como casas nobres, por exemplo, estavam também padronizados à partida, numa perspectiva urbanística «totalitarista».

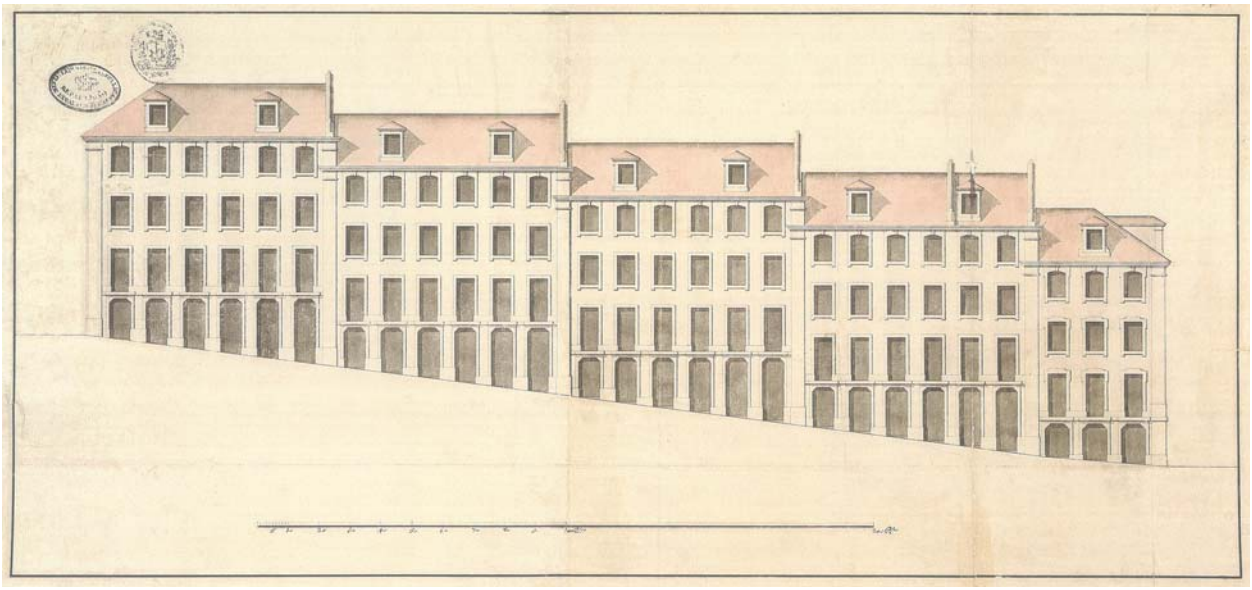


Fig.44 Desenho de regularização de alçado [Rua não identificada].

(Arquivo Municipal de Lisboa, 2005:15)

O cartulário Pombalino (Arquivo Municipal de Lisboa, 2005) que agrega um conjunto de 70 alçados elaborados para a reconstrução de Lisboa e foi publicado como catálogo aquando da exposição em 1999, permite-nos, numa rápida consulta, perceber a repetição de elementos desde o guarnecimento de vãos, paredes guarda-fogo, ou serralharias, no caso onde as mesmas estão representadas.

A.1.1. A cidade do Porto

Um conjunto de acções e medidas do futuro Marquês de Pombal teve a ver com a implementação de monopólios, uns privados, outros régios. Já foi visto, quando referida a criação da fábrica de cal de Stephens, que a mesma autorização determinava também o monopólio da importação do carvão mineral.

Das seis companhias monopolistas régias que Sebastião de Carvalho e Melo criou enquanto esteve à frente dos destinos de Portugal (Mandroux-França, 1984), duas estão ligadas a operações urbanísticas, mediante arrecadação de impostos, ou mesmo capacidades de execução; a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada em 1757; e a Companhia Geral das Pescas do Algarve, fundada em 1773. A primeira esteve ligada às operações urbanísticas da cidade do Porto e a segunda à criação de Vila Real de Santo António, no limite Sudeste do país.

No Porto, na sequência dos motins da população em Fevereiro de 1757, contra a criação da citada Companhia[47], é indigitado para o cargo de Governador de Armas da Cidade, João de Almada e Melo [1703-1786], pessoa de confiança e com ligações familiares a Sebastião José de Carvalho e Melo.

Homem de visão, passa da administração militar da cidade para a administração civil e urbanística, até porque a distinção também não existia verdadeiramente à época, promovendo o estudo para o Bairro dos Laranjais, em 1761, «*para melhor comodidade, e formosura desta cidade*» (Real, 2008). A exposição que fez ao Rei das dificuldades que sentiu para a implementação das reformas urbanísticas levou à criação da Junta de Obras Públicas [JOP] em 1763[48], com receitas próprias decorrentes do imposto sobre o «quartilho de vinho».

Hiptxt. 1.3.B - O Porto no Século XIV

O Douro é bem carregado e triste! A sua corrente rápida, como que angustiada pelos agudos e escarpados rochedos que a comprimem, volve águas turvas e mal-assombradas. Nas suas ribas fragosas raras vezes podeis saudar um sol puro ao romper da alvorada, porque o rio cobre-se durante a noite com o seu manto de névoas, e, através desse manto, a atmosfera embaciada faz cair sobre a vossa cabeça os raios do sol semimortos, quase como um frio reflexo de lua ou como a luz sem calor de tocha distante. É depois de alto dia, que esse ambiente, semelhante ao que rodeava os guerreiros de Ossian, vos desoprime os pulmões, onde muitas vezes tem depositado já os germes da morte. Então, se, trepando, a um pináculo das ribas, espraiais os olhos para a banda do sertão, lá vedes uma como serpente imensa e alvacenta, que se enrosca por entre as montanhas, e cujo colo está por baixo de vossos pés. É o nevoeiro que se acama e dissolve sobre as águas que o geraram. O horizonte, até aí turvo, limitado, indistinto, expande-se ao longe: recortam-no os cimos franjados das montanhas, que parecem engastadas na cortina azul do céu, e a terra, a perder de vista, afigura-se-nos como um mar de verdura violentamente agitado; porque em desenhar as paisagens do Douro a natureza empregou um pincel semelhante ao de Miguel Ângelo: foi robusta, solene e profunda.

[…]

Como sobre um circo convertido em naumaquia, o Porto ergue-se em anfiteatro sobre o esteiro do Douro e reclina-se no seu leito, de granito.

(Herculano, 1983 [1843]:67-69)

Tal como refere Manuel Real, a

"acção da Junta das Obras Públicas foi de transcendente importância, dado que, pela primeira vez, se elabora um plano estratégico para a Cidade, com as suas praças, os seus eixos de escoamento de tráfego e respectivas ligações transversais, o melhor ordenamento da margem do rio, a reforma das calçadas e aquedutos, a construção de fontes e de um mercado, a implantação de grandes edifícios públicos e, enfim,

47. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro é criada em 16 de Julho de 1756. A sua instituição é publicada em 31 de Agosto e os estatutos são aprovados e publicados por meio de um alvará, em 10 de Setembro de 1756.

48. Nos primeiros estudos sobre a urbanização do Porto deste período é fornecida a data de 1758 para a criação da Junta de Obras Públicas (Mandroux-França, 1984). Em estudos posteriores aponta-se a data de 1762 como a data da sua criação (Alves, 1987, 1988). A data de 1763 é referida por Nonell (Nonell, 1998, 2002) como a data de entrada em funcionamento da Junta. A diferença entre as duas últimas datas justifica-se por uma diferente interpretação e não pela descoberta de nova documentação.

Apesar de não ser este um aspecto importante para o presente trabalho, optou-se por assumir a data de 1763.

a criação de um novo modelo arquitectónico e de normas para o licenciamento das construções particulares"[49] (Real, 2008).

Os mecanismos de expropriação promulgados para Lisboa podem passar a ser usados no Porto, conforme o decreta Sua Majestade, em 1769, o mesmo ano em que J. Watt regista a máquina a vapor que vai ser responsável por uma revolução que fará encolher o mundo. A legislação permite que as expropriações sejam realizadas em função de um interesse público.

Se em Lisboa, após terramoto, a intervenção partia não de uma tábua rasa, mas arrasada, no Porto, a abertura de vias intramuros implicava, para além das expropriações, a demolição de alguns imóveis, e a expansão extramuros interferia com regimes de propriedade e contratos enfitêuticos, que muitas vezes inviabilizavam, ou retardavam, os projectos, pelo que se percebe bem a utilidade da aplicação do alvará de 12 de Maio de 1758 à cidade nortenha.

São muitas as obras e as definições urbanísticas promovidas pela Junta de Obras Públicas sob a direcção de João de Almada[50]; na nossa zona de análise interessa sobretudo a abertura de

"uma grandiosa praça, no antigo Campo de Santo Ovídio, onde se instalará o principal quartel da cidade. Daqui partiriam vários eixos transversais, de que o único então realizado foi a Rua da Boavista. Estava assim apontada a direcção do mar, a qual vai ser perseguida ao longo do século XIX, até atingir o Castelo do Queijo" (Real & Tavares, 1987:389-417).

Interessam também ao presente trabalho as normas relativas à construção de edifícios, da responsabilidade da Junta, que *"estabelecem [...] princípios gerais quanto à composição das fachadas, obedecendo a uma regularidade tipológica de inspiração neoclássica"* (Real & Tavares, 1987:389-417). Estas normas, mais do que um conjunto ordenado de prescrições que todos deveriam seguir, constituem-se como informações que a Junta de Obras Públicas dava aos proprietários, sobre a forma como poderiam executar as suas casas, ou o tipo de relação que deveriam ter com o espaço público. Mas mais importante do que as informações que pudessem ser dadas, ou não, aos proprietários sobre questões construtivas é o facto de, pela primeira vez na cidade do Porto, se estabelecer um regime sistemático de licenciamento de obras particulares. As regras eram essencialmente de composição de alçado, mas também da nobreza dos materiais que deveriam ser empregues, numa preocupação que é essencialmente com o espaço público. Esta regularidade tipológica, com o estabelecimento de alçados de conjunto para diversos arruamentos, entre eles a Rua da Boavista, permite, à semelhança do que acontece em Lisboa, que se proceda a uma produção estandardizada de determinados elementos da construção.

Não possuímos dados que permitam afirmar categoricamente que no Porto existiu o mesmo tipo de produção desfasada do local da construção[51], como a que foi feita em Lisboa, mas a observação da regularidade de vários elementos constituintes dos edifícios, desde guarnições de vão, carpintarias de portas e janelas, grades metálicas, até

49.Sublinhado da autora.

50. Para um conhecimento mais profundo das diversas intervenções na cidade nesta época aconselha-se, para a além das fontes primárias, a consulta dos trabalhos de Bernardo Ferrão (Ferrão, 1987, 1997), Anni Gunther Nonell (Nonell, 1998, 2002) e Jaime Ferreira Alves (Alves, 1987, 1988).

51.A ideia de um grande estaleiro de construção para onde se deslocavam os artifícies, criando, para as grandes obras, um novo aglomerado populacional, deve ter tido a sua última grande expressão nas obras do Convento de Mafra.

cimalhas e balaustradas, leva a crer que sim. Apesar do ritmo de reconstrução de Lisboa não ter sido tão rápido como o que seria esperado, ou desejável, com relatos de décadas posteriores dizendo que a cidade ainda se mantinha tal e qual o dia seguinte ao terramoto, no Porto o volume de trabalhos deveria ser necessariamente menor. E no Porto, tal como em Lisboa, a edificação estava assente na iniciativa dos particulares. A maior parte dos planos de regularização de alçados propostos pela Junta foi apenas parcialmente cumprido porque apenas alguns edifícios foram efectivamente executados.

O que sobrou das intervenções da época do absolutismo para a prática construtiva corrente foi muito pouco. A estandardização da construção desapareceu à medida que o volume de intervenções ia diminuindo e os sistemas tradicionais de construção conseguiam dar respostas às necessidades e a pré-fabricação de elementos de construção, mesmo hoje, se não nos referirmos à pré-fabricação ligeira de componentes, como tijolos ou parafusos, não voltou a ter a mesma expressão que nos tempos que se seguiram ao terramoto. De referir que este abandono da estandardização teve certamente um outro factor de influência, que é a ascensão dos arquitectos (e também dos engenheiros) como uma classe responsável pelo projecto dos edifícios. Se a pré-fabricação é, muitas vezes, a *menina dos olhos* dos arquitectos, a forma como a encaram não é como utilizadores de um sistema pré-estabelecido, mas como criadores de novos sistemas que sonham fazer usar em grande escala[52].

B. O país nas convulsões Liberais

Percorrer os Diários Oficiais[53], principalmente na segunda metade do séc. XIX, permite perceber o esforço de um país que quer abandonar um medievismo para se tornar moderno e organizado.

A reestruturação da nação e da administração do Estado, que é encetada durante o século XIX, primeiro ainda durante a época do Liberalismo e depois com a chamada «Regeneração», de 1851, lança as bases do que hoje é a estrutura administrativa do país, organização de competências e tutelas, bem como toda a base jurídica civil e criminal.

B.1. A divisão administrativa do país e o estabelecimento de competências centrais e municipais

Tal como refere José H. Saraiva,

> *"a constante ampliação da competência dos magistrados de nomeação régia e a restrição das atribuições do Município à gestão de interesses cada vez mais limitados, e de carácter estritamente local, são as características da vida concelhia desde a época dos Descobrimentos até à revolução liberal"* (Saraiva, 1957).

52. Se historicamente, para ser rentável, a pré-fabricação deveria ter o maior número possível de elementos repetitivos, com a implantação crescente de sistemas de CAD/CAM e ligação directa entre concepção e produção, através de ferramentas informáticas, o paradigma está em vias de se alterar profundamente. Pré-fabricação irá deixar de ser sinónimo de todos iguais, para significar um feito à medida a partir de um conjunto de regras base, de tal forma que o utilizador pode acumular, em muitos casos, o papel de utilizador final com o de concepção do produto.

É precisamente a partir das convulsões que agitam o país no segundo quartel do século XIX que se começa a pensar Portugal de uma forma efectivamente diferente, provido de uma constituição que estipula regras, direitos e garantias e em que o poder municipal é pensado como uma estrutura necessária (ou infelizmente necessária, segundo outras perspectivas) nessa hierarquia de poder.

O Código Administrativo, que estabelece a divisão administrativa do território e as competências relativas dos diversos órgãos, tem a sua primeira edição em 1836 e surge numa sequência de várias acções que visam a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial e a (re-)organização administrativa do país. A Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826, na sequência da Constituição de 1822, define a implantação do novo sistema administrativo do reino e determina que se mantenha a administração das províncias tal como "*se acha, enquanto por lei não seja alterada*" (Portugal, 1826-04-29).

O decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, promulgado no governo de Mouzinho da Silveira, ainda na Ilha Terceira, vem estabelecer a implantação do novo sistema administrativo, procedendo à definição da estrutura e competências da administração do reino, uma "*matéria e [...] forma [...] novas para Portugal*", pelo que toma como referência as bases da "*legislação da França*" (Portugal, 1832-05-16b), fruto da Revolução Francesa e de Napoleão (Catroga, 2004:407-420). No preâmbulo tecem-se algumas considerações e estabelecem-se algumas definições importantes para a compreensão geral do espírito da nova organização preconizada. Reflexo das convulsões sociais dos anos anteriores, da implementação do liberalismo e da importância crescente que o «povo» (não no sentido actual da totalidade da população, mas do conjunto de indivíduos que reuniam certas características de rendimento e instrução) e a sociedade civil têm na definição dos destinos do país, é este texto introdutório que explicita e justifica as decisões a seguir apresentadas na parte dispositiva da carta de lei. Em contextos políticos anteriores a concretização formal, escrita, da legislação tinha menos este carácter propedêutico, educacional e era muito mais prescritiva das soluções, ou das disposições, sem se ater a justificações de motivos, ou explicitações de vantagens dos sistemas.

53.Os Diários Oficiais, onde são publicadas as leis, tiveram diferente designação ao longo do tempo, algumas delas com uma constância grande como "Diário do Governo", ou o actual "Diário da República", mas outros com vigências curtas. Desde a primeira formulação da Gazeta de Lisboa em 1715, em que existia uma parte oficial e outra não oficial, onde até do "*estado de prenhez*" da Rainha se falava, até à actualmente em vigor, em que o Diário Oficial se divide em três séries, consoante o tipo de assuntos tratados, passou por diversos tipos e designações.

A instituição de uma publicação oficial acessível a todos só é instituída em 1833, pelo decreto de 19 de Agosto. No seu artigo 2º se diz que "*as Leis serão publicadas no Periódico Oficial do Governo; e esta publicação, a contar desde o dia em que se fizer na capital, substituirá as vezes da publicação na Chancelaria Mor do Reino*" (Portugal, 1833-08-19).

Posteriormente são clarificados os tempos e os termos em que essas publicações passam a obrigar como lei nas diversas regiões do país. Pela Lei de 9 de Outubro de 1841, art. 1º, "*As leis começarão a obrigar-se em Lisboa em termo de três dias depois daquele em que forem publicadas no Diário do Governo; nas mais terras do reino quinze dias depois daquela publicação; e nas ilhas adjacentes oito dias depois da chegada da primeira embarcação que conduzir a publicação oficial da lei*" (Portugal, 1841-10-09).

E pela Portaria de 3 de Setembro de 1850, artigo 2º, acrescenta-se que "*A administração geral da imprensa nacional é autorizada para dar à estampa e fazer inserir na «Colleção Official», além dos diplomas legislativos e regulamentares, publicados no Diário do Governo, todos os que tiverem força de obrigar, quer se achem inéditos, quer estejam impressos em escritos avulsos, uma vez que, de ordem dos respectivos ministros e secretários de estado, sejam para isso rubricados pelos oficiais maiores das secretarias de estado por onde os mesmos diplomas se tiverem expedido*" (Portugal, 1850-09-03).

No Anexo 3 pode ser consultada uma listagem das diversas designações dos diários oficiais, e as datas em que as mesmas vigoram.

Este decreto faz parte de um conjunto de três, promulgados na mesma data, nos quais se faz o "Estabelecimento da Administração Pública" [decreto nº 23] (Portugal, 1832-05-16b), a "Reforma das Justiças" [decreto nº 24] (Portugal, 1832-05-16c) e a "Organização da Fazenda" [decreto nº 22] (Portugal, 1832-05-16a). Na exposição redigida por Almeida Garrett (Garrett, 1832) mas assinada por Mouzinho da Silveira, em que se propõe a sua majestade imperial, D. Pedro, os decretos mencionados, fundamenta-se a sua necessidade e âmbito de acção.

> *"A administração é a cadeia que liga todas as partes do corpo social, e forma delas um todo, fazendo-as referir a ele. A Justiça é a inspectora, que impede que os anéis da cadeia se rompam, corrigindo os vícios, e os abusos de todas as divergências; por isso administrar é a regra geral, julgar é a regra particular. A necessidade da administração nasce das relações e das necessidades sociais, e a necessidade dos julgadores nasce das fraquezas ou das moléstias do corpo social; a Justiça é a consequência da Administração, porque esta representa a união dos interesses sociais, e a Justiça é o meio de reprimir os divergentes, e do os fazer entrar no círculo geral e na concorrência do bom comum. A primeira é a acção da comunidade social, a segunda o remédio dos males, que vêm atacar o bem público; todo o indivíduo por mais independente, são, e bom que seja, entra no domínio da Administração, e para cair no poder da Justiça é necessário que exista uma divergência contrária às leis, ou pelo menos é necessário que essas leis sejam escuras ou insuficientes, caso que demonstra quanto deve ser o cuidado de corrigir toda as leis que forem em si mesmas princípios de divergência.*
>
> *A administração é o governo doméstico aplicado ao bem comum dos moradores: a intenção primitiva da Administração é de um bom pai de família consultando os interessados"* (Garrett, 1832).

Esta comparação do país a uma família foi, em algumas épocas, forma de legitimar tipos de poder e implementar sistemas de organização centralista. Existe nesta época (e de uma forma diferente, ainda hoje) uma discussão relativamente à organização administrativa do país entre uma corrente centralizadora do poder e uma corrente municipalista, ou regionalista. E no jogo de alternância política entre facções, que ocorre durante grande parte do século XIX (umas vezes de forma pacífica e «democrática», outras em resultado de guerras, revoluções ou golpes de estado), vai existindo também uma alternância de orientações relativamente ao âmbito do poder municipal que se reflectem na legislação promulgada, de que os códigos administrativos serão a expressão mais visível.

No referido decreto nº 23, divide-se o território em concelhos, comarcas e províncias, abolindo-se todas as anteriores divisões territoriais. No que interessa ao presente trabalho, relativamente aos poderes municipais, deve salientar-se o facto de os concelhos serem administrados por um Provedor, de nomeação régia, mas existir

> *"uma Junta de cidadãos, [designada por Câmara Municipal do Concelho] da confiança dos povos e por eles eleitos para promover os seus interesses, vigiar no interesse dos cabedais públicos que aos magistrados é confiado, deliberando ou representando segundo a matéria o pedir, sobre quanto for da utilidade dos povos, que os elegem"* (Portugal, 1832-05-16b).

Segundo o artigo 28.º, são *"da atribuição das câmaras municipais"* várias competências de que convém destacar as seguintes:

> *"5.º – Contrair, com autorização das Cortes, os empréstimos necessários para objectos de utilidade geral do concelho;*

6.º – Contratar, pelo mesmo modo, com quaisquer companhias nacionais ou estrangeiras para se efectuarem obras de interesse geral para o concelho.

[...]

11.º – Fazer, com sanção do Provedor e nos limites da lei, posturas para o bom regimento da terra, as quais não terão efeito sem a confirmação do Prefeito, que a não concederá quando encontrarem o bem geral" (Portugal, 1832-05-16b).

O artigo 29.º conserva e confirma

"às câmaras municipais todas as suas antigas atribuições, exceptuadas as que pertencem à autoridade judiciária, e com a distinção estabelecida de pertencer ao corpo municipal a deliberação, e ao provedor municipal a execução do deliberado. Ficam extintas as Juntas de Paróquia" (Portugal, 1832-05-16b).

Uma das grandes alterações deste decreto é a separação definitiva dos poderes, isto é, a separação do poder militar do poder administrativo, civil e municipal,[54] com a revogação de todas as leis que davam atribuições civis a membros do corpo militar. Uma situação como a que assistimos no tempo de João de Almada e Melo, de um Governador de Armas que influiu, ou determinou, o desenho urbanístico da cidade, deixa de ser possível com a nova legislação e divisão de poderes. Os Prefeitos, administradores das províncias e os Sub-prefeitos, administradores delegados do Prefeito nas comarcas, como delegados da autoridade do Rei, substituem os Governadores de Armas nas questões não militares, para tudo

"quanto é do bem-estar e comodidade dos povos, investido de todas as atribuições. Suas funções todas administrativas e benéficas em nada participam do poder judiciário ou do fiscal, ou de nenhum outro" (Portugal, 1832-05-16b).

Neste decreto reiteram-se também os princípios da supremacia do bem público sobre o privado, ou particular, enunciados após o terramoto por causa da reedificação, mas não esquecendo a garantia do direito à propriedade privada, à sua manutenção e apenas à sua expropriação por utilidade pública e mediante compensação prévia. A abolição dos bens da coroa e dos privilégios por ela instituídos, pela Carta Constitucional, marca uma nova era nos direitos da propriedade e dos proprietários e requer que a expropriação seja, mais do que anteriormente, justificada por um bem maior de comum interesse.

---

54. "Art. 88. - Fica expressamente revogado o artigo 32.° do regulamento militar de 21 de Fevereiro de 1816, bem como o Regimento dos governadores de armas de 1 de Junho de 1678, em todas as disposições que conferem atribuições civis aos Governadores de Armas, ou confirmam as que lhe haviam sido dadas.

Art. 89.°- Também ficam revogadas, como se de cada uma se fizesse expressa menção, todas as leis de atribuições civis conferidas aos capitães-mores e a seus subalternos, e a todos os julgadores, que até agora exercitavam atribuições administrativa s, ficando dia com potência eclesiástica aquelas atribuições somente que não estão conferidas nas leis aos magistrados administrativos ou quaisquer outros, sem contudo ser alterada em coisa alguma a sua competência exclusiva no exercício relativo ao poder espiritual. Ficam igualmente revogadas todas as leis, decretos e disposições em contrário" (Portugal, 1832-05-16b).

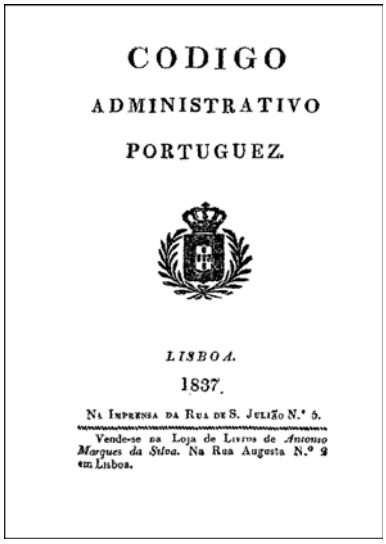

CODIGO
ADMINISTRATIVO
PORTUGUEZ.
LISBOA.
1837.
Na Imprensa da Rua de S. Julião N.º 5.
Vende-se na Loja de Livros de Antonio Marques da Silva. Na Rua Augusta N.º 2 em Lisboa.

Fig.45 Capa do Código Administrativo, aprovado por carta de lei de 31 de Dezembro de 1836.
(Portugal, 1837:capa)

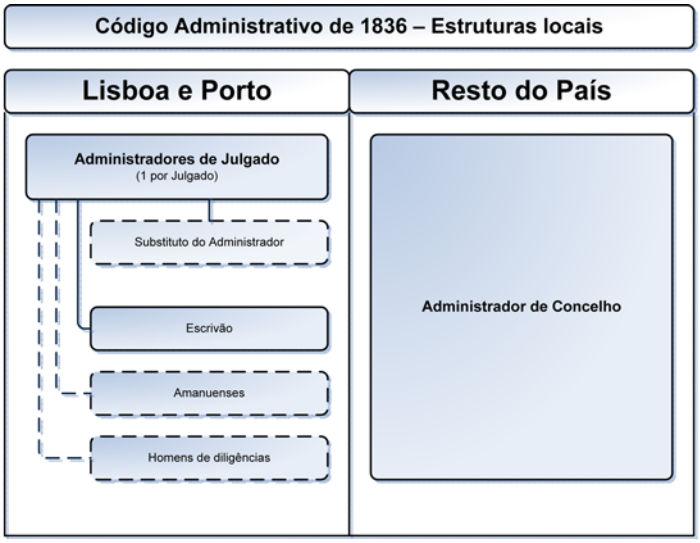


Fig.46 Regime de excepção para Lisboa e Porto.

"Administrativamente falando, a propriedade é pública, ou constitui os bens dos cidadãos: a propriedade está ligada com a Administração pelo uso, pelos encargos para as despesas públicas, pelos trabalhos públicos, e pelo direito que tem a Nação de se adjudicar a propriedade particular necessária ao bem púbico, indemnizando o proprietário. A propriedade pública é ou geral, isto é, da Nação, ou de certa Província, Comarca ou Concelho. [...] A propriedade da Província, Comarca ou Concelho estão a cargo das respectivas administrações, e compreende os edifícios necessários para os expedientes administrativos e judiciários, e todos os objectos de utilidade comum, os caminhos, as ruas, praças e fontes públicas, cais, portos, mercados, etc., e as contribuições que formam a renda das Municipalidades. [...]

Nenhum cidadão pode ser constrangido a ceder a sua propriedade, senão a bem da utilidade pública, sendo todavia primeiramente embolsado do valor dela. Os trabalhos públicos são de utilidade comum, destinados de sua natureza a facilitar a vida e a promover o bem das localidades" (Portugal, 1832-05-16b)[55].

O decreto de 18 de Julho de 1835 (Portugal, 1835-07-18) vem rever a anterior divisão administrativa nacional, apenas três anos após o anterior decreto. O período conturbado que o país viveu, em clima de guerra civil, com disputas entre absolutistas e liberais, com perspectivas diferentes sobre a administração pública, é certamente o maior responsável por esta revisão de um decreto e uma divisão administrativa que nunca chegou a ser completamente implementada. O que sai do final das guerras liberais, apesar da vitória liberal, acaba por ser uma política de compromisso entre as facções em disputa, como uma forma de conciliação interna do país.

Segundo esta nova versão, o reino seria dividido em Distritos Administrativos, 17 segundo a carta de Lei de 25 de Abril de 1835 (Portugal, 1835-04-25), com as mesmas atribuição que antes competiam às Juntas Provinciais e estes

55.Sublinhado da autora.

Distritos seriam subdivididos em concelhos, sendo estes compostos por uma ou mais Freguesias. É neste decreto que é criado *"em cada distrito um magistrado administrativo com a denominação de Governador Civil"*, lugar ainda hoje existente na nossa administração pública e na delegação de competências da estrutura do estado[56].

Na sequência destas leis é publicado em 31 de Dezembro de 1836 o primeiro Código Administrativo Português, também conhecido por Código Administrativo de Passos Manuel (Portugal, 1836-12-31). Nesse diploma, para além do estabelecimento da divisão administrativa do país, definem-se as estruturas de delegação do poder central, a estrutura do poder local e as competências respectivas de um e de outro.

Tabela 6: Comparação entre as estruturas administrativas do país em 1832 e 1836.
A definida pelo decreto que estabelece a administração pública e o primeiro Código Administrativo.

	1832	1836
Divisão do país	- Províncias - Comarcas - Concelhos	- Distritos Administrativos - Concelhos - Freguesias
Estrutura de delegação do poder	(Províncias) - Prefeito - Junta Geral da Província (Comarcas) - Sub-prefeito - Junta de Comarca (Concelhos) - Provedor - Câmara Municipal do concelho	(Distritos) - Administrador Geral (nomeação governamental) - Secretário-geral do Distrito (nomeação governamental) - Junta Geral Administrativa do Distrito - Conselho de Distrito (Concelhos) - Administrador de Concelho[a] - Câmara municipal (Freguesias) - Regedor de paróquia - Junta da paróquia
Estruturas locais	- Provedor (nomeado) - Câmara municipal com número variável de vereadores eleitos	- Administrador de Concelho (escolha governamental de entre lista eleita) - Presidente da câmara eleito de entre os vereadores - Câmaras municipais compostas por 5/7/9/11/13 vereadores e igual número de substitutos - Procurador fiscal escolhido pela câmara de entre os vereadores
Competências dos Municípios[b]	[...] - Contratar [...] com quaisquer companhias nacionais ou estrangeiras para se efectuarem obras de interesse geral para o Concelho. [...] São conservadas e confirmadas às câmaras municipais todas as antigas atribuições, exceptuando-se as que pertencem à autoridade judiciária e com a distinção de pertencer ao corpo municipal a deliberação e ao Provedor municipal a execução do deliberado.	Consultar, e deliberar sobre todas as necessidades do município. [...] - Dirigir e fazer executar as obras dos concelhos [...] - Prover pela limpeza das ruas... - Formar regulamentos para a boa ordem, e polícia no embarque e desembarque... - Vigiar que nas janelas, telhados, varandas etc., se não coloquem vasos ou outros objectos que possam despenhar-se... [...] - Mandar demolir os edifícios particulares que pelo seu estado de ruína ameacem desastre, ou se tornem prejudiciais às propriedades vizinhas, precedendo vistoria que prove a necessidade de demolição. - Empreender quaisquer obras novas por conta do Concelho [...] ou alterar essencialmente alguma já existente. [...] - Contratar com quaisquer companhias nacionais, ou estrangeiras para se efectuarem obras de interesse geral do Concelho. [...] - Fazer posturas nos limites da Constituição, e das Leis para regular a polícia interior e bom regime do concelho. [...] As contravenções às posturas e decisões municipais serão julgadas pela autoridade judicial, e na conformidade das leis, e punidas com multas pecuniárias, legalmente estabelecidas, ou na falta do pagamento da multa, com prisão correccional que não excederá três dias.

a.Lisboa e Porte têm um regime próprio.

b.Apenas estão referidos os aspectos mais importantes no âmbito do presente trabalho.

56.O lugar de Governador Civil foi extinto entre 1836 e 1842.

Ainda na sequência da saída deste Código Administrativo, o Administrador Interino do Porto remete um ofício a Sua Majestade, em 12 de Dezembro de 1837, solicitando esclarecimentos sobre os limites das competências municipais, especialmente sobre as que decorrem da separação da autoridade judicial. Em 6 de Junho de 1838 a rainha D. Maria II em resposta ao Ofício declara

> *"que a regularidade dos prospectos dos edifícios das Cidades e Vilas, o alinhamento de suas ruas, são objecto de interesse municipal, e constituem uma necessidade do Município, e como tais, pelo Artigo 82, §1º do Código Administrativo*[57]*, estão sujeitos à inspecção, e autoridade das câmaras municipais, a quem também incumbe vigiar que, com as obras dos particulares se não usurpem terrenos públicos; Devendo por tanto entender, que a Câmara Municipal da Cidade do Porto está autorizada na Lei para proibir nas suas posturas, a livre faculdade de edificar sem aprovação pela câmara da respectiva planta [...]"* (Portugal, 1838-06-06)[58].

Continua esclarecendo que, apesar de a câmara ter poderes para a proibição de edificação, o julgamento da referida contravenção só poderá ser feito pelo poder judiciário, cumprindo à câmara apenas a imposição da pena por ele decretada. O papel das câmaras municipais, como tribunais de primeira instância, papel que tinham desempenhado ao longo da história, foi-lhes retirado com este Código Administrativo (Ramos, Sousa & Monteiro, 2009).

O Código de 1836 não mantém a figura do Governador Civil, como poder delegado da administração central, optando pela designação de Administrador Geral, num tipo de nomenclatura que se mantém para a estrutura de nível inferior, o Administrador de Concelho, igualmente de escolha governamental, mas a partir de uma lista de cidadãos eleitos pelas estruturas locais. O Código Administrativo de 1836 foi substituído em 1842, por uma nova versão, com algumas alterações importantes, sendo uma delas a reposição da figura do Governador Civil.

O Código Administrativo de 1842, usualmente designado como Código de Costa Cabral, já define explicitamente nas atribuições dos municípios (para que não seja necessário nenhum pedido de esclarecimento posterior) a competência para elaborar posturas e regulamentos *"para regular o prospecto dos edifícios dentro das povoações"* (Portugal, 1842-03-18).

Neste Código existe também uma estratificação dos municípios em função da sua dimensão, com reflexo directo na composição das suas câmaras municipais. No caso de Lisboa e do Porto procede-se à divisão do Concelho em Bairros, geridos por um Administrador de Bairro. O Porto fica dividido em dois Bairros, o Bairro Oriental e o Bairro Ocidental. A Zona da Boavista, que à frente será estudada, situa-se no Bairro Ocidental.

C. 1850-1890 – A Regeneração ou as bases do Portugal Moderno

57. "*§1º Consultar, e deliberar sobre todas as necessidades do município*" (Portugal, 1836-12-31).

58. Aqui «planta» não tem o significado actual, que apenas se aplica a uma representação de um edifício segundo um corte horizontal paralelo ao seu pavimento, mas significa qualquer desenho de representação do edifício e, no contexto da época, seriam certamente o alçado do edifício para o arruamento.

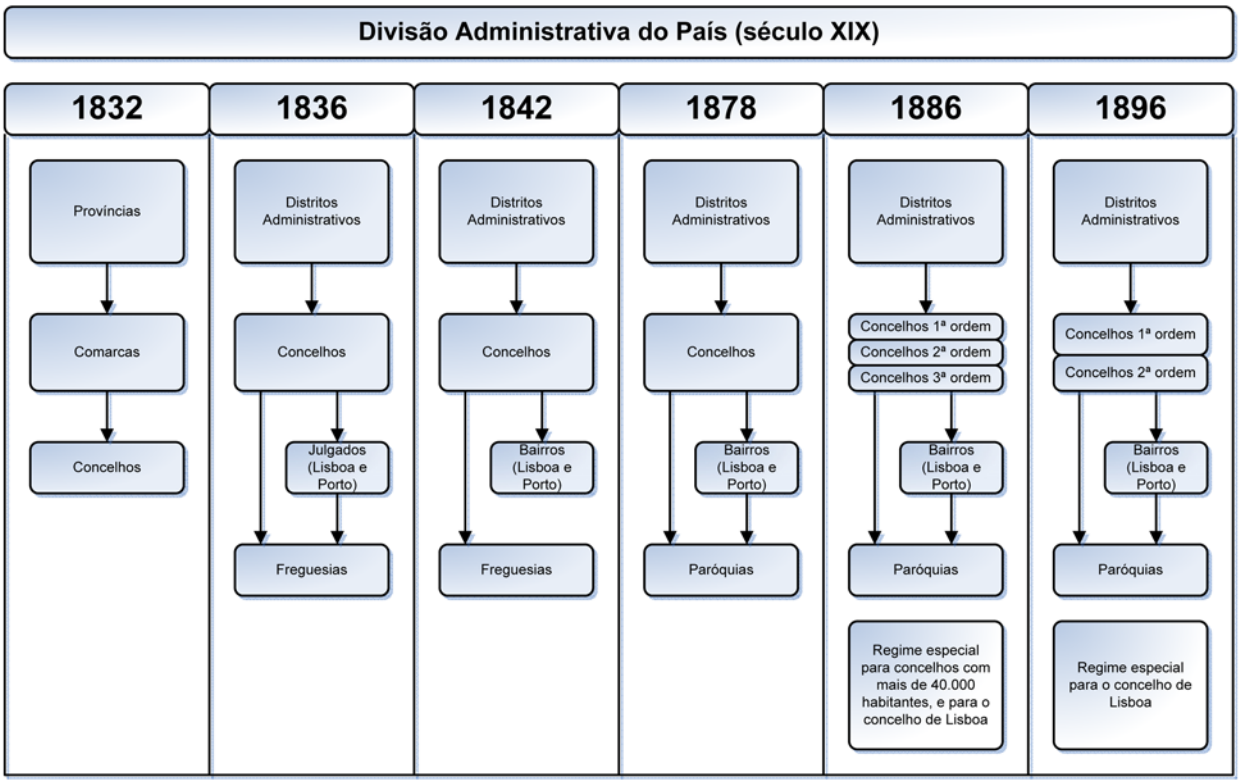


Fig.47 A divisão administrativa do país, 1832-1896.
Segundo o estabelecido nas diversas versões do Código Administrativo promulgadas durante o século XIX.

O movimento da Regeneração corresponde a um integrar das convulsões dos anos anteriores, das conquistas nascidas do Liberalismo, sistematizando as alterações, dando-lhe consequência e consistência. Corresponde a um período em que o ímpeto de modernização, de alguma forma, se consegue sobrepor às lutas partidárias, às alternâncias governativas, mantendo-se como o objectivo principal ao longo de quase meio século. O movimento de modernização nacional vem ainda do final da primeira metade do século XIX, mas a instabilidade política e as sucessivas guerras civis não tinham permitido uma concretização efectiva.

Essencialmente a partir de 1850, assiste-se à emissão de um conjunto de diplomas que estabelecem os fundamentos para a organização actual do território nacional, designadamente ao nível das comunicações, com a classificação das estradas, a criação das Comissões de Viação, a definição de políticas de construção de vias-férreas e o serviço de correios; ao nível da gestão administrativa com o estabelecimento, por exemplo, de pressupostos de regulação da edificação, de empreitadas de obras públicas, da instituição de zonas de reserva, como, nomeadamente, os parques nacionais; ao nível da gestão civil, com a esperada promulgação do primeiro Código Civil português; e ao nível da organização judiciária, com as diversas formulações do Código Penal e dos Processos Civil e Criminal. A maior parte da legislação que nos dias de hoje rege o nosso país teve a sua primeira formulação, com pressupostos modernos, na segunda metade do século XIX.

O conjunto de diplomas promulgados é elevado, a própria forma como são utilizadas as normas legais e as publicações em diário oficial vai-se alterando ao longo desta segunda metade do século, passando de uma forma mais instrutiva para outra mais prescritiva, até atingir uma formulação próxima da actual. As áreas abrangidas são muitas e várias as que têm implicação na actividade de construção, directa ou indirectamente.

Tabela 7: Comparação entre o Código Administrativo de 1842 e o de 1878

	1842	1878
Divisão do país	Distritos Administrativos Concelhos Bairros (Lisboa e Porto)	Distritos Administrativos Concelhos Paróquias Bairros (Lisboa e Porto)
Estrutura de delegação do poder	(Distritos Administrativos) - Governador Civil - Junta Geral de Distrito - Conselho de Distrito (Concelhos) - Administrador de Concelho - Câmara municipal (Bairros) - Administrador de Bairro	(Distritos Administrativos) - Governador Civil (nomeação governamental) - Secretário-geral (nomeação após concurso) - Junta Geral (procuradores eleitos pelos concelhos) - Comissão executiva distrital (três vogais eleitos de entre os procuradores da junta geral) - Conselho de Distrito (tribunal administrativo) (Governado Civil mais quatro vogais nomeados pelo Governo) - Tesoureiro (Concelhos) - Administrador do Concelho - Escrivão da administração do Concelho - Presidente da câmara - Câmara Municipal (Paróquias) - Regedor de paróquia - Junta de paróquia
Estruturas locais	- Presidente da câmara (vereador com mais votos) - Câmaras municipais compostas por 5/7/11/13 vereadores (eleição pela assembleia de eleitores) - Conselho Municipal com tantos vogais quantos os vereadores - Procurador Fiscal escolhido de entre os vereadores - Escrivão (nomeação camarária) - Tesoureiro (nomeação camarária)	- Junta Geral de Distrito (autoridade tutelar da administração municipal) - Administrador de Concelho, ou Administradores de Bairro, no caso de Lisboa e Porto) (nomeado por proposta do Governador Civil) - Escrivão da administração do Concelho (proposto pelo administrador e nomeado pelo Governador Civil) - Presidente da câmara (eleição anual pelos vereadores) - Câmara municipal composta de 7/11/13 vereadores (eleitos pelos cidadãos com direito a voto) - Tesoureiro do Concelho (nomeação camarária)
Competências dos Municípios	- posturas e regulamentos municipais, nos termos da lei e regulamentos do Governo, sobre os diversos objectos que, na conformidade deste código são das suas atribuições. [...] A Câmara Municipal faz posturas e regulamentos: - para regular a boa ordem e polícia de embarque e desembarque de pessoas e géneros nos cais; [...] - regular o depósito e guarda de combustíveis e a limpeza de chaminés e fornos; [...] - para impedir que nas janelas, telhados, varandas e semelhantes, se coloquem objectos que ameacem a segurança; - para regular o prospecto dos edifícios dentro das povoações; - para ordenar a demolição dos edifícios arruinados que ameacem a segurança dos indivíduos ou das propriedades, precedendo vistoria e as mais formalidades legais; - para prover à conservação e limpeza das ruas, praças, cais, boqueirões, canos e despejos públicos;	- Mandar, na conformidade das leis especiais, abrir, construir, reparar e conservar as estradas do concelho; [...] - Mandar proceder à construção, conservação e reparação das fontes, pontes e aquedutos do concelho; [...] - Deliberar sobre a conveniência de serem expropriadas por utilidade pública as propriedades necessárias aos melhoramentos do concelho; [...] - Organizar serviços ordinários e extraordinários para a extinção dos incêndios, e para prevenir e atenuar os males resultantes de quaisquer calamidades publicas; [...] - Determinar a denominação das ruas e lugares públicos e a numeração dos prédios. Como autoridade policial do concelho compete à câmara fazer posturas: [...] - Para o regime e polícia das águas comuns municipais; [...] - Para a limpeza das chaminés e fornos, e o serviço para a extinção de incêndios, e contra inundações; [...] - Para impedir que nas janelas, telhados, varandas se coloquem objectos que ponham em risco a segurança dos cidadãos; - Para regular nos termos da lei respectiva o prospecto e alinhamento dos edifícios dentro das povoações; - Para ordenar a demolição de edifícios arruinados, que puserem em risco a segurança dos indivíduos ou das propriedades, precedendo vistoria e as mais formalidades requeridas pela legislação respectiva; [...] O presidente da câmara é especialmente encarregado, nos termos do artigo antecedente: - Da publicação das posturas e regulamentos municipais, e de quaisquer outras resoluções e avisos; [...]

Certamente que uma das decisões mais importantes para a modernização do país foi a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria [MOP] instituído por decreto de 31 de Agosto de 1852 (Portugal, 1852-08-30a). Anteriormente existia a Inspecção Geral das Obras Públicas, na dependência do Ministério do Reino, mas a criação de uma tutela própria para promover, regular e fiscalizar um conjunto de obras com interesse nacional e regional,

estrutura dotada com meios técnicos, vem por um lado reconhecer a importância da sua acção e por outro lado garantir-lhe maior autonomia na gestão de meios próprios.

Será também de não esquecer o carisma e o poder de iniciativa do ministro que primeiro deteve esta pasta, António Maria de Fontes Pereira de Melo [1819-1887], posteriormente responsável pelo Governo mais do que uma vez, levando a que este período passasse a ser genericamente designado por «Fontismo».

Como salienta Fontes Pereira de Melo,

"A organização dos Serviços Públicos, como todas as instituições humanas, deve seguir as fases da civilização, e satisfazer as novas exigências que ela cria. Sem a aplicação reflectida deste pensamento racional haverá desencontro entre acção da Máquina Governativa, e os movimentos do Corpo Social, com grande perda da força viva.

[...]

Este tão urgente impulso mal se poderá porém realizar, de um modo profícuo, enquanto o ramo especial da administração, de que depende, estiver emaranhado e tolhido nas vastas e complicadas atribuições do Ministério dos Negócios do Reino. O exercício de tantas atribuições, além de não caber no tempo, exige conhecimentos tão variados, que é muito difícil, se não impossível, encontrar um homem que as possa desempenhar todas com a máxima vantagem pública.

A necessidade instante de subdividir o Ministério do Reino é, pois, autorizada pela experiência de outros povos, reclamada pela natureza dos factos, e proclamada pela opinião geral.

[...]

[...] cuidará em facilitar todas as transacções, em promover a barateza de todos, os transportes, pela feitura de boas vias de comunicação; tratará de organizar o crédito industrial, de instituir o ensino profissional e técnico, sem o qual as indústrias dificilmente poderão progredir, porque não sabem melhorar os seus processos aproveitando as indicações da ciência.

[...]

A organização do novo Ministério origina um pequeno aumento de despesa; mas este aumento será sobejamente compensado pelo incremento resultante da riqueza nacional.

[...]

Hiptxt. 1.3.C - Regeneração

Que somos nós hoje? Uma nação que tende a regenerar-se: diremos mais: que se regenera. Regenera-se, porque se repreende a si própria; porque se revolve no lodaçal onde dormia tranquila; porque se irrita da sua decadência, e já não sorri sem vergonha ao insultar de estranhos; porque principia, enfim, a reconhecer que o trabalho não desonra, e vai esquecendo as visagens senhoris de fidalga.

[…]

O nosso estrebuchar, muitas vezes colérico, muitas mais mentecapto e ridículo, prova que a Europa se enganava quando cria que esta nobre terra do último ocidente era o cemitério de uma nação cadáver. Vivemos: e ainda que semelhante viver seja o delírio febril de moribundo, esta situação violenta, aos olhos dos que sabem ver, é uma crise de salvação, posto que dolorosa, e lenta. Confiemos e esperemos: o nome português não foi riscado do livro dos eternos destinos.

(Herculano, 1983 [1843])

*Senhora, é tempo que, a exemplo dos outros Povos civilizados, se dê um impulso enérgico e profícuo aos mais poderosos agentes da riqueza pública, sobre cujo desenvolvimento se funda a sólida prosperidade das Nações" (*Magalhães, Melo & d'Atouguia, 1852-08-30a).

O papel do corpo de funcionários do MOP (e anteriormente da Inspecção de Obras Públicas) era tanto de coordenador directo de execução como consultivo, apoiando os municípios.

Por exemplo, por circular de 16 de Dezembro de 1852, o Governo chama a atenção às câmaras municipais para a importância de garantir a solidez dos edifícios e a necessidade de respeito pelos *"preceitos da arte das construções"*, indicando que os municípios deviam *"consultar o director das obras públicas do distrito, tanto sobre a conveniência do trabalho projectado, como acerca do modo mais conveniente de o levar a efeito"*. Indica ainda que devem sempre preferir o sistema de arrematação por hasta pública, com a prévia elaboração dos *"respectivos projectos e orçamentos e as competentes condições de execução"* (Portugal, 1852-12-16). A racionalização e o controlo das obras púbicas é uma necessidade para garantir o sucesso da modernização e terá também de ser implementado ao nível das estruturas municipais. Esta circular reitera os termos da Portaria de 7 de Maio de 1844.

Apesar de muitas das obras de envergadura, quer de construção de estradas, quer de construção de vias-férreas e outras obras de arte, terem sido executadas por empresas privadas, estrangeiras, ou nacionais empregando muitas vezes técnicos estrangeiros, mediante contrapartidas, muitas também eram executadas à jorna, isto é, por administração directa, sendo feita a coordenação dos trabalhos pelo corpo de engenheiros e condutores de obras públicas do Ministério[59].

Portugal não possuía pessoas em número suficiente com formação técnica para idealizar e acompanhar a grande quantidade destas obras e o recurso a empresas estrangeiras, ou a técnicos estrangeiros em empresas nacionais, era a forma possível de levar a bom termo o trabalho.

Neste recurso às empresas particulares, também questões económicas se colocavam. O país não possuía recursos públicos para avançar livremente com estas obras e era o capital privado, nas empresas, ou em obrigações e outras formas de financiamento, que iria suportar o esforço de modernização, a par com as contribuições gerais da população, através de donativos em materiais e trabalho[60] ou através de uma pesada carga de impostos.

A independência do Brasil foi literalmente a morte da galinha dos ovos de ouro. O país, enquanto monarquia, governo e classes abastadas, não tinha sabido gerir convenientemente os recursos do Brasil e um conjunto de três invasões francesas, seguido de um período de guerra civil encarregou-se de esgotar muito do que restava. A revogação de privilégios e a venda de bens públicos não foram suficientes para a capitalização do país, menos ainda

---

59. *"Art.º 6º - As estradas serão construídas e conservadas à custa do Tesouro Público e sob a direcção do Governo, exercida pelos seus agentes, ou pelo concurso de empresas particulares, com as quais o mesmo Governo se associe, ou contrate, garantindo-lhes certos rendimentos e privilégios por um prazo estipulado."*

Nestes *"rendimentos e privilégios"* incluem-se *"os impostos de passagem nas barreiras e nas pontes [...]"* (Portugal, 1850-07-22).

60. Como referência, no ano de 1850, nas contas do MOP relativas à construção de várias estradas 27 740$82 são investimento público, em materiais e mão-de-obra e 959$32 são fruto de donativos de particulares, em géneros, isto é, em jornas e em materiais, correspondendo a cerca de 3% do valor (Portugal, 1850-08-09).

Hiptxt. 1.3.D - O Porto em 1850

Em 1850 o Porto parecia-se mais com o estreito e cavo burgo medieval que Garrett descreve no Arco de Sant'Ana, do que com a cidade comercial, civilizadamente cosmopolita, incaracterística e banal, que hoje é.

[…]

A Rua das Hortas lembrava um trecho de bairro antigo de Tânger ou de Marrocos, coberta com os seus largos toldos de linhagem branca, cheia de cães de caça, semi-selvagens, podengos e galgos, que dormiam estiraçados a toda a largura e a toda a extensão da rua, por entre os feixes de verga de ferro e os balotes de linho em rama.

[…]

Da política propriamente dita tinham uma ideia longínqua e nebulosa, a que a palavra ladroagem servia de vaga síntese.

[…]

Com essa doce mania beligerante eram no fundo os homens mais ordeiros e mais pacíficos: irmãos de confrarias, mesários de irmandades, fidelíssimos às pomposas procissões da Trindade, do Carmo e de S. Francisco, fervorosos devotos do Senhor de Matosinhos e do Senhor da Pedra, e grandes festeiros de S. João. Alguns iam à missa das almas em cada dia. Todos frequentavam regularmente os sacramentos e visitavam aos domingos de tarde o Senhor Exposto.

(Ortigão, 1983 [1871?]:96-99)

numa época de excepcional necessidade de investimento, para a construção de uma essencial rede de várias infra-estruturas de comunicação e para outros trabalhos de caracterização e análise do país, como seja o levantamento cartográfico, ou os trabalhos estatísticos.

De tal forma a questão dos recursos económicos para as obras necessárias é importante que no mesmo dia da criação do Ministério das Obras Públicas, é igualmente publicado um decreto onde é feita a atribuição exclusiva dos rendimentos dos bens nacionalizados para a construção da linha férrea que haveria de ligar as duas maiores cidades do país.

O relatório que acompanha esse decreto é descritivo da situação do país.

> *"Quase sem estradas, sem canais, e sem caminhos-de-ferro, deve este país a sua existência comercial anterior aos mares que banham o seu extenso litoral, e aos rios que regam o seu território: mas se estes meios, que felizmente a natureza lhe prodigiou, tem podido neutralizar, em parte, a falta de vias de comunicação, em relação às orlas do território banhado pelas águas, não acontece outro tanto ao âmago do país, e esses grandes tratos de terra semeados de povoações que se não comunicam, de habitantes que não convivem, de produtos que não circulam, de manufacturas que se não transportam, e até de riquezas e de maravilhas, que se não conhecem. Este belo País [...] vive quase exclusivamente da actividade comercial das duas grandes cidades de Lisboa e Porto;"* (Magalhães, Melo & d'Atouguia, 1852-08-30b).

Outro facto importante na modernização nacional é a adesão de Portugal ao sistema métrico, em 1852, que deveria *"estar em pleno vigor dez anos depois"* (Portugal, 1852-12-13).

Até essa altura, apesar de todas as tentativas régias de uniformização, o sistema de pesos e medidas utilizados em Portugal não tinha um referencial único nacional, nem mesmo um referencial regional alargado. Por exemplo, só para o distrito de Braga existem 12 variações diferentes relativas a cada um dos concelhos e outras tantas relativas a casas, coutos ou extintos concelhos, de tal forma que em 1859 foi publicado um pequeno livro que faz a comparação das unidades locais com as unidades do sistema métrico (Pereira-Caldas, 1859), para que seja possível fazer uma transição entre sistemas, livro que hoje é um auxiliar precioso para quem faz investigação.

Apesar do longo tempo de carência da decisão de aplicação plena do novo sistema, pela necessidade de habituar as pessoas e organizar todo o sistema distribuído de medidas padrão, a mudança processa-se com alguma facilidade. Como referia o lente da Escola Politécnica, Guilherme Pegado, num artigo científico publicado no Diário do Governo,

> *"os operários, e a própria gente do campo, já diziam os nomes das medidas métricas, que os Engenheiros Belgas da Companhia de Obras Públicas de Portugal*[61] *empregavam. [...] Quantos novos nomes não estão já como vulgarizados entre nós depois da introdução nestes últimos doze anos de máquinas, engenhos, e instrumentos, até aqui desconhecidos na nossa terra"* (Pregado, 1853).

A entrada em vigor do sistema métrico estava prevista ser faseada e acabou por ser antecipada em cerca de três anos, para as medidas de comprimento, entrando em vigor pleno em 1859. Anteriormente, já em 1853 tinha sido decretado o uso do sistema métrico nos organismos públicos, como forma de ir habituando técnicos e população às mudanças (Portugal, 1853-01-11).

A existência de um sistema único de pesos e medidas facilita o estabelecimento de leis nacionais onde se estipulem dimensões máximas ou mínimas, como é o caso de alguns dos decretos que se aplicam à edificação. Facilita também igualmente, ao ser um sistema de razão decimal, a representação em escala reduzida de objectos, designadamente edifícios, vias e infra-estruturas. As anteriores medidas requeriam ábacos de leitura para a transposição das representações para o tamanho real.


O ENGENHEIRO
PORTUGUEZ:
DIVIDIDO EM DOUS
Tratados,
TOMO PRIMEYRO,
QUE COMPREHENDE A GEOMETRIA PRATICA
OBRA MODERNA, E DE GRANDE UTILIDADE
Composta
Por MANOEL DE AZEVEDO
FORTES,
ACADEMICO DA ACADEMIA REAL DA HISTORIA
LISBOA OCCIDENTAL:
Na Officina de MANOEL FERNANDES DA COSTA;
Impressor do Santo Officio.

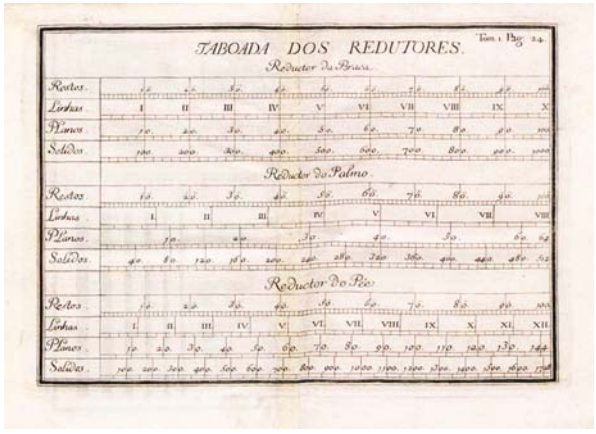


Fig.48 Capa e Tabuada de Redutores, "O Engenheiro Portuguez".

(Fortes, 1728-1729)

A acção de Fontes Pereira de Melo na governação do país foi importante, pois mais do que jogar com nichos partidários, tirou partido da competência das pessoas, independentemente da ideologia, sendo mesmo acusado desse

61.A Companhia de Obras Públicas de Portugal tinha sido criada em 1844 (Portugal, 1844-12-19). Apesar do seu nome é uma empresa privada fundada para construir obras públicas, primeiro as vias terrestres e depois as vias-férreas, com capitais privados. As vias construídas seriam sujeitas a portagens, que iriam subsidiando as obras seguintes, mas a companhia acabou por ser extinta na sequência da revolta da Maria da Fonte e de mais uma guerra civil (Mata, 2008:147-162).

O investimento não se tinha revelado tão rentável como inicialmente previsto e de alguma forma os tumultos foram usados pelos sócios da empresa como uma forma de se libertarem do contrato que tinham com o estado.

facto, isto é, de «esvaziar» valores à direita e à esquerda. Manteve-se ligado à governação por mais de três décadas, sendo a personalidade portuguesa mais influente na segunda metade do século XIX.

A ele se deve a promulgação do Código Administrativo de 1878, mais municipalista, alargando o «direito de cidadania», quer dizer, o direito a voto, aos chefes de família (isto é, dando capacidade de representação política a pessoas que anteriormente a ela não tinham acesso por não disporem de rendimentos nem de instrução). Este código foi mesmo considerado como *"colocando-se à frente do seu tempo"* quando revisto pelo código de 1886 (Portugal, 1886-07-17).

No relatório da proposta de Lei da Reforma Administrativa apresentada pelo Ministro do Reino (António Rodrigues Sampaio), em sessão de 12 de Janeiro de 1872, advogava-se o seguinte para a implementação do um novo Código:

"[...]

A proposta que vos apresento tem por fim:

Criar a vida local;

Estabelecer o governo do povo pelo povo;

Entregar aos corpos electivos a gestão dos seus interesses;

Educar e preparar os cidadãos para a administração geral do estado;

Aliviar o governo central de tutelar interesses, cuja defesa pode ser confiada com mais proveito aos corpos superiores do distrito, nascidos do sufrágio popular" (Sampaio, 1872-01-12:93-100).

Claro que essa visão era tudo menos consensual, a Comissão de Legislação da Câmara dos Deputados, no seu parecer apresentado em sessão de 24 de Março de 1876 afirma:

"[...] A descentralização completa entre nós seria o fraccionamento da unidade nacional, o parcelamento do território em pequenas divisões, incapazes de se governarem, a anarquia na administração e na política. Sem elementos de vida, sem a iniciativa robusta indispensável para a sustentação da independência local, sem educação política nem capacidade para os grandes empreendimentos, os municípios actuais ou outros mais largamente constituídos fariam cair por terra as melhores das teorias de descentralização. Não nos antecipemos pois é longo o percurso da civilização, e é tão prejudicial aos interesses do país fazer uma reforma que o futuro há-de exigir, mas do qual estamos profundamente distanciados, como fazer uma reforma que ressuscite o passado" (CLCD, 1876-03-24:101-110).

O Código Administrativo foi revisto em 1886 (Portugal, 1886-07-17) e novamente em 1895/96, já em período da ditadura de Costa Cabral (Portugal, 1896), correspondendo a um retrocesso relativamente à descentralização anteriormente preconizada mas com razões fortes apontadas, como o endividamento excessivo dos municípios. De alguma forma, e para grande parte dos municípios, a emancipação não foi acompanha da sensatez e da capacidade de gestão da coisa pública, tornando-se mais um problema do que uma benesse para as populações.

Após a implantação da República, em 1910, o código de 1878 volta a ser colocado em vigor, pois está mais de acordo com os ideais republicanos, mais liberais, humanistas e municipalistas, do que o código de 1896, resultado da

iniciativa de um governo de ditadura, mantendo-se em vigor, na generalidade dos aspectos até 1936, quando foi revisto já em pleno período de vigência do Estado Novo.

Desta primeira formulação do Código Administrativo, independentemente de o mesmo corresponder a posições mais municipalistas ou mais centralistas, há a reter os seguintes aspectos:

- A criação de uma divisão administrativa supra-municipal à qual correspondia efectiva competência de gestão. A partir do Código de 1836 essa divisão será associada aos distritos, e permanecerá dessa forma cerca de um século.

- A definição formal e legal das competências municipais de administração local.

- O estabelecimento de regimes de licenciamento da construção, que numa primeira fase tinham aplicação diferente nos municípios de Lisboa e Porto, e que posteriormente estabelece uma formulação única para todo o país.

D. 1890-1928 – O despertar do Pai Tirano

O período que medeia o final do século XIX e a instauração do Estado Novo corresponde a um encerrar progressivo do país e uma época conturbada do ponto de vista político, social e económico.

Se os ideais republicanos correspondem a um esforço de abertura, liberalismo e iniciativa privada, os jogos políticos, as alternâncias, os golpes de estado e as ditaduras mais ou menos assumidas acabam por levar a um certo descrédito dos sistemas políticos representativos e a um apego às glórias de tempos mais áureos e de autonomia internacional mais forte.

A implantação da República corresponde a um corte, em muitos aspectos, com a realidade anterior, como seja a relação do poder/estado com a igreja, mas noutros, sobretudo no aspecto de inconstância política, continua a ser «mais do mesmo». A designada «vida nova» que se tinha iniciado em 1890, na sequência do Ultimato Inglês, não consegue corresponder efectivamente a uma nova vida para o país. Os tempos de alguma estabilidade política e de progresso do país foram aparentemente sepultados com Fontes Pereira de Melo.

Percorrendo cronologicamente jornais e revista publicados durante o primeiro quartel do século XX, primeiro assalta-nos o espanto (de quem nasceu no final do Estado Novo) de sentir um país aberto, que se quer permeável ao que acontece pelo mundo fora (terá sido essa uma das razões para a intervenção na I Grande Guerra: não ser posto de lado, não ficar fora do mundo!), conhecedor e informado (claro que ciente do seu imenso atraso) e depois vamo-nos apercebendo que à medida que o século se vai tornando mais idoso, começam gradualmente a aparecer ecos de um desejo de se agarrar a tempos de glória já passados, ao tradicionalismo de formas de pensar, de agir, e, no que interessa ao presente trabalho, de idealizar e construir edifícios.

Certamente que as revistas, e mais ainda as revistas de uma área específica como a arquitectura e a construção, podem apenas retratar uma pequena parte da sociedade e do território, porque em muitos aspectos e locais, nunca existiu uma verdadeira entrada no espírito do «novo século». Mas também é um facto que numa altura em que a própria profissão de arquitecto ensaia a conquista de um lugar próprio, as revistas servem como veículo de comunicação entre os membros da classe (ou entre os que aspiram a pertencer à classe), pelo que acabam por ter uma disseminação considerável pelo país.

Os diversos periódicos existentes nos primeiros anos do século XX servem como veículos de divulgação do que por cá se faz, mas não só. Muitas vezes dão notícia do que se passa lá fora, fundamentalmente na Europa e Estados Unidos, em relação a novas formas de construir e novos materiais. Porém, neste período, a divulgação de projectos e edifícios centra-se quase exclusivamente na produção nacional.

Algumas questões serão até eminentemente de ordem prática, relativamente à dificuldade de reprodução de desenhos de projectos (algumas vezes explicitamente referidas nas revistas) e que seriam ampliados no caso de ser necessário solicitar projectos a arquitectos estrangeiros.

As alterações tecnológicas que permitiram a introdução da fotografia na imprensa são de uma importância considerável para a arte e a arquitectura. A fotografia, enquanto processo tecnológico é anterior [1826] mas a possibilidade da sua reprodução em meios de grande circulação como jornais e revistas só se torna possível de forma extensiva a partir de 1880[62], o que vai «democratizar» ainda mais o final do século XIX e o início do século XX. E mesmo antes dos processos que permitiam a impressão de fotografias, o recurso à xilogravura, tomando fotografias como base, foi um processo que se difundiu a partir de meados de oitocentos[63] e que permite uma maior divulgação de ideias por via da imagem.

As encomendas de particulares, com dinheiro e curiosidade, de álbuns de fotografias sobre Portugal e o Estrangeiro, que eram vistas no círculo restrito de amigos (ou protegidos) era algo que também sucedida, embora certamente com pouca representatividade.

As questões teóricas são muito pouco abordadas nos primeiros anos do século XX, mas progressivamente as revistas (e jornais) vão dando nota da discussão em torno do que deveria ser um estilo nacional, assente na tradição portuguesa, em contraponto, ou por reacção, ao despojamento da decoração que alguns edifícios já começam a denotar.

Desta observação da evolução das discussões na imprensa, a par com outros factos, ressalta a impressão de que a Implantação do Estado Novo não aparece como uma ruptura que vem quebrar um sentido de evolução, mas é muito mais um cristalizar num momento, e mais tarde numa pessoa, de uma linha de pensamento que vinha a ganhar força entre certos meios da sociedade portuguesa.

A I Grande Guerra, apesar de Portugal apoiar a facção vencedora, acarretou despesas, vidas humanas e também todos os condicionantes à vida «normal» que um conflito implica. Por exemplo, a revista "Arquitectura Portugueza", refere, em vários números, as dificuldades de obtenção de papel, bem como de zinco para a execução das gravuras.

---

62. A primeira fotografia é publicada num jornal, o New York Daily Graphic em 1873, mas apenas após a publicação da primeira fotografia halftone em 1880 no mesmo jornal e do pedido de patente em 1881 por Frederic Ives, o processo efectivamente se divulga e se estende rapidamente (Wikipedia, [2011]).

63. No Álbum de "Imagens do Porto Oitocentista" (Oliveira, 1985), retiradas de um conjunto de publicações da época, em certos casos foram identificadas as fotografias que lhes serviram de base, que na passagem para a xilogravura eram «enriquecidas» com motivos pitorescos destinados a dar-lhes mais vida e, em certos casos, escala, de forma a melhor caracterizar o espírito existente da época, ou o pretendido. Tal até se entende com bastante facilidade numa fase inicial, devido aos longos tempos de exposição que eram necessários para a sensibilização das chapas com as emulsões fotográficas, que de alguma forma despiam as cidades do seu conteúdo móvel.

Refere também muitas vezes o aumento galopante do custo do papel, chegando a um aumento de 400% entre o início e o fim da guerra. A revista, face a essa contingência, reduz o número de páginas para metade, das oito mais duas centrais que inicialmente tinha, para apenas quatro páginas com uma ou duas centrais, mas consegue manter o preço e nunca deixa de publicar um número, apesar do atraso com que tantas vezes o faz. O editor informa o leitor das dificuldades e das acções encetadas:

> *"Esperamos, pois, podermos continuar a publicação, sem interrupção, tendo já garantido papel (que, de tudo, é o mais difícil) até ao fim do ano, talvez com uma pequeníssima diferença nas margens, como já tem sucedido noutras épocas, e que em coisa alguma afecta a encadernação. Além disso, estando em relações com os nossos colegas das revistas Arkitetkur og Dekorativ Kunst, da Noruega e Arkitektur, da Suécia, com quem mantemos permuta há muitos anos, já lhes pedimos, para, na primeira oportunidade, nos mandarem uma porção de papel. A questão é ir, ou não, para o fundo do mar, mas, nem todos as barcos são atingidos pelos submarinos e por isso é de esperar que, por este lado, obtenhamos resultado dos nossos esforços.*
>
> *Nos tempos calamitosos que vão correndo, se não houver um pouco de energia e muito expediente nada se faz, e qualquer destas qualidades não nos falta, aparte a modéstia, para podermos sair das grandes dificuldades que a todo o momento surge" ([S.N.], 1918).*

Do ponto de vista da formulação legal, estes anos entre o final da monarquia e a fase inicial da República, não correspondem a implementação de novas directrizes fortes, nem a uma inflexão sensível da actuação anterior. Existe uma manutenção das estruturas legais promulgadas anteriormente, com alterações apenas decorrentes da prática e do uso, mas sem lhe alterar o que eram as directrizes principais.

E. 1928-1945 – O Início do Estado Novo e a segunda grande guerra

O período da Primeira República, com as mudanças constantes de governos, instabilidade, golpes de estado, corrupção política e partidária, com a ideia de que a República era apenas para os Republicanos (apesar da nação ser para todos) a par com um pensamento de índole socialista ou socializante, que já vinha dos últimos anos da monarquia, mas que também se reflecte nos protestos do operariado, greves, período de debilidade económica do país, em parte por falta de capacidade de gestão do próprio governo e em alguma parte também pelo esforço da entrada na primeira guerra mundial, constituíram o rico caldo em que se deu mais um golpe de estado em 28 de Maio de 1926.

O que tornou este golpe político diferente dos que o antecederam e que acabou a permitir uma estratégia de governo que se manteve durante cerca de 48 anos?

Penso que a diferença mais importante foi conjuntural, isto é, um grupo de características e eventos, nacionais e internacionais acabaram por dar estabilidade a uma situação que poderia ter sido transitória como as anteriores.

O rotativismo partidário era algo já encarado como um dos métodos perniciosos do sistema democrático, ridicularizado na imprensa e na sociedade, através de desenhos caricaturais, que nessa altura apareciam ou em publicações próprias, ou nos jornais de índole geral.

O sentimento generalizado num conjunto de países europeus, depois do final da primeira guerra mundial, da nova divisão política da Europa e do período de retoma económica anterior à grande depressão de 1929, apontava para um voltar à direita, não necessariamente a um radicalismo de direita, mas notoriamente à direita, pelo confronto com a revolução dos sovietes em 1917 e dos acontecimentos sangrentos que se seguiram.

Lenine governa entre 1917 e 1922, Estaline sobe ao poder em 1922 e com isso as posições extremam-se.

A vida é feita de equilíbrios e de contrabalanços, de acções e reacções. Um maior peso do bloco de Leste dá mais força ao capitalismo no ocidente.

Em Portugal, o capital, a instrução e a capacidade de decisão está essencialmente na burguesia ascendente, alguma dela resultando do surto industrial do final do século XIX, das operações fundiárias relacionadas com a venda em hasta pública de bens confiscados, das exportações do vinho do Porto, mas também de um sector liberal (profissional e não necessariamente ideológico) que é essencialmente político (ou ligado à política) ou funcionário do Estado.

O operariado tem força pelo número (e não tem a força que tem noutros países pois Portugal continua a ser um país essencialmente agrícola), mas não tem a instrução, a liderança e a representatividade que o possam tornar uma alternativa.

O Estado Novo, um estado corporativo, tira partido disso, de uma forma que aparentemente dá poder à classe operária pela organização e estruturação, quando efectivamente está a implementar os sistemas de controlo que lhe irão permitir estar no poder tanto tempo, numa estrutura que joga com pequenos poderes, com os pequenos senhores, na valorização do subjugado, pela subjugação de alguém de nível ainda inferior.

A estratégia é inteligente e joga com a pior face do ser humano, a sua mesquinhez, comportamento vingativo, avidez.

Mas não posso deixar de constatar que o Estado Novo, essencialmente nos seus primeiros anos, ao conseguir trazer a Portugal a estabilidade política que o país não conhecera em mais de 100 anos, permitiu encetar e manter um conjunto de obras necessárias para o desenvolvimento do país. A rede viária, terrestre e ferroviária, a nível nacional e distrital, tinha sido praticamente toda estabelecida até ao último quartel do século XIX, mas a questão da sua manutenção era importante e a rede viária municipal pouco tinha avançado. A acção principal do Estado Novo passou pelo aproveitamento da capacidade hidroeléctrica dos rios portugueses, pela alargamento da obrigatoriedade de planeamento urbano às maiores cidades do país (e não apenas a Lisboa e Porto, apesar do centralismo lisboeta se ter intensificado nesta altura, tendo o Porto perdido muito do poder que tinha detido no passado) e construindo uma série de edifícios de equipamentos públicos de iniciativa governamental que para além de dotarem o país dessas infra-estruturas (como escolas, estações de correios, tribunais), serviam ainda como forma de divulgação e propaganda de uma imagem de arquitectura veiculada pelo regime, começando assim a existir referenciais arquitectónicos identificáveis, que abrangiam a totalidade do território. As questões das relações das funções com as tipologias e imagem arquitectónica começam cada vez mais a ser determinante ao longo do período de vigência do Estado Novo. A acalmia política, mesmo ditatorial, em contraponto com instabilidade e a guerra, é por si só um motor de desenvolvimento económico do país.

Algumas das pessoas, de que Salazar se rodeia, são também determinantes nesse sentido de modernização. O mais importante é Eng. Duarte Pacheco, com uma carreira académica brilhante e fulgurante, doutorando-se com 25



Aproveitamento satírico da alteração da circulação automóvel.

(Vieira, 1999a:204)

Hiptxt. 1.3. E - A alteração do sentido da circulação automóvel

A alteração do sentido de circulação nas estradas portuguesas, para além de acertar com o resto da Europa Continental, serve também como uma forma explícita de mostrar o corte do cordão umbilical com a influência inglesa e a duradoura aliança, sempre mais benéfica para os britânicos do que para os portugueses.

Ao nível da arquitectura, dos edifícios de excepção, a influência é mais francesa do que inglesa. Os nossos melhores arquitectos fazem formação complementar em Paris, e não em Londres.

A actuação da DGEMN, a partir da sua criação em XXX, também se fundamenta mais nas teorias de intervenção de Viollet-le-Duc do que de Ruskin.

A quase coincidência da mudança da circulação, com o segundo aniversário do golpe de 28 de Maio, também não deixa de ser caricata, num sinal óbvio de mudança «à direita» dos destinos do país, rapidamente aproveitada pela imprensa mais mordaz.



Alteração da circulação automóvel.

(Vieira, 1999a:179)

anos, presidindo ao Instituto Superior Técnico, e sendo ministro das Obras Públicas e Comunicações, entre 1932 e a sua morte em 1943, com um interregno entre 36 e 38. A partir de 1938 acumula também a presidência da Câmara de Lisboa.

A sua visão de futuro, e o papel chave que ocupa, auxiliam a modernização do país, essencialmente na primeira fase do Estado Novo em que o governo ainda não se tinha cristalizado numa visão «doméstica e familiar» do país.

Acções importantes de Duarte Pacheco são a promulgação de legislação relativa à construção de casas económicas, ou casas baratas, como muitas vezes também eram designadas, para tentar mudar as condições em que a população se encontra, designadamente a população urbana das duas grandes cidades que são destino de afluxos migratórios contínuos (Portugal, 1933-09-23). É também da sua responsabilidade a primeira legislação relativa a planos gerais de urbanização (Portugal, 1934-12-21).

Ao nível municipal, a acção quase imediata do Estado Novo é a suspensão do sistema de administração municipal estabelecido no Código Administrativo e a substituição das Câmaras Municipais, por Comissões Administrativas que se mantiveram em exercício enquanto a nova legislação (promulgada provisoriamente em 1936 e publicada em forma de Código Administrativo em 1940) não estabelece um novo sistema de delegação administrativa de competências.

A criação do Secretariado Nacional de Propaganda [SNP], em 1933, é sintomática do que seriam as linhas de actuação do Governo, o controlo dos meios de comunicação social, no sentido do marketing actual de vender um conceito integral de negócio, que por acaso se designa por país e é Portugal.

Há um país real e há o país do Estado Novo; e nada determina que sejam o mesmo país. O nosso «second life»[64] era efectivamente o primeiro, aquele em que o virtual era efectivamente palpável, acontecia, dava dividendos, partia ossos, usava cárceres. Existia um outro mundo clandestino, organizados em estruturas colectivas, ou individuais, na mente de cada um, que tentava discernir entre virtualidade e factos reais.

Havia muita gente para quem o seu «second life» era absolutamente real, não contestado, assumindo integralmente as regras do jogo. Por isso o regime durou assim tanto.

De tal forma vivíamos um «second life», um «second world», que Portugal decidiu não se envolver na guerra de 39-45, sofrendo claro algumas consequências mas essencialmente porque aproveitou para lucrar efectivamente com isso, vendendo por exemplo alimento às nações beligerantes e fazendo o racionamento nacional dos mesmos (eu sei que é visão simplista e que Portugal não era auto-suficiente em termos de produção agrícola e que ainda havia percentagem de alimentos que provinham de importação, mas em muito menor quantidade do que aconteceu no período da Primeira República).

O ano de 1940 é efectivamente um ano de charneira para o regime, com alterações nas políticas do Estado Novo. Por um lado, a Exposição do Mundo Português serve como a afirmação nacional e internacional de Portugal como uma potência colonial com territórios que se espalham pelas sete partidas do mundo. Por outro lado, a mais de uma década de sedimentação do regime e o conflito mundial de que o país se coloca à margem mas não neutral reforçam o poder do mesmo.

A exposição é a auto-glorificação de índole histórica do país europeu cujas fronteiras foram primeiro definidas, levada a cabo precisamente num momento em que todos os limites nacionais se alteram pela Europa inteira e as soberanias mais antigas estão ameaçadas. Mas esse olhar para as glórias do passado é também a prova da sua incapacidade de olhar para o presente e de se modernizar, não apenas a nível tecnológico, mas fundamentalmente a nível social e cultural.

Lisboa torna-se uma cidade mais cosmopolita, por um lado, porque porto de passagem, da Europa em Guerra para o Continente Americano, mas também como porto de ancoragem de muitos refugiados que acabam por influenciar a vivência da própria cidade.

Existe um fervilhar por excelência da espionagem, pois sendo «neutral», mantendo relações com as facções beligerantes, seria certamente o local onde as informações mudariam de lado com algum dinheiro e facilidade. Portugal é também o segundo produtor mundial de volfrâmio, a seguir à China, minério usado para conferir

64."Second Life" é uma aplicação interactiva que cria um modelo tridimensional de um mundo virtual, no qual os utilizadores podem interagir socialmente, usando sistemas de mensagens de texto e áudio de uma forma intuitiva.

elasticidade às ligas com que eram feitos os canhões. Das peripécias da corrida dos particulares ao volfrâmio, percorrendo dezenas de quilómetros por montes inóspitos fugindo ao controlo estatal, tenho a minha memória cheia das narrativas da minha «avó de empréstimo», nascida em 1920.

Mas o equilíbrio político que saiu do final da guerra de 45, apesar do reforço do bloco de Leste, não foi favorável ao posicionamento político português, ou Ibérico. Ou, sendo mais correcto, favoreceu ainda mais o isolacionismo português, agora efectivamente «orgulhosamente sós» quando os restantes regimes fascistas, com os quais existia alguma sintonia ideológica (embora não total, mas que também se manifestou nas referências arquitectónicas) seguiram outras vias políticas. Esses países tiveram de fazer um esforço enorme de reconstrução dos territórios destruídos pela guerra, de fazer o recondicionamento de toda a indústria que tinha estado ligada aos negócios bélicos por quase uma década, para outros âmbitos, dos quais a construção de edifícios terá sido um dos mais importantes.

A partir do final de 1945 Portugal vai ter de gerir um desfasamento cada vez maior com a Europa.

Dos termos do final da Segunda Guerra Mundial e da forma como foram encarados os impérios coloniais e os potentados, essencialmente britânicos, noutros continentes, também tiramos as nossas próprias consequências.

Goa, Damão e Diu[65], a nossa impressão digital na Índia, passam para a soberania indiana em 1961, após a independência da Índia e Paquistão em 1947, como dois países distintos (artificialmente talvez), num conflito que ainda hoje não está sanado.

Portugal centra-se essencialmente em África. Portugal sempre foi um país de emigrantes. No século XIX a maior parte da emigração foi feita para o Brasil, mas com a queda da monarquia no Brasil e a desvalorização constante da moeda brasileira (que se manteve cerca de um século até ao estabelecimento da paridade com o dólar), o Brasil e outros países da América Latina deixaram de ser tão atractivos como destinos de emigração com vista ao retorno posterior ao país de origem (em alguns casos tornaram-se morada definitiva pelo diferente valor das moedas e com isso reduz-se substancialmente a entrada de divisas no país pelas receitas dos emigrantes). A África foi o destino do segundo grande fluxo migratório português, mas a Guerra Colonial, na década de sessenta, estancou esse fluxo (pelo menos reduziu-o muito consideravelmente, se retirarmos as forças bélicas e todo o apoio de retaguarda que não ia por livre iniciativa) e acabou por indicar um outro destino, a Europa Ocidental e Central, essencialmente por duas razões. A primeira, económica, claro, mas a segunda, como forma de escapar ao serviço militar que levaria quase forçosamente para o palco da guerra colonial, mas também devido a perseguições políticas.

A emigração clandestina (a salto, como era designada) essencialmente para França, mas também para outros países da Europa do Norte, levou mesmo a um decréscimo efectivo da população portuguesa, entre o censo de 1960 e 1970, algo que nunca se tinha verificado antes com a mesma força (embora em momentos específicos da história recente os movimentos migratórios tenham correspondido a uma percentagem sensível da população).

Não se deverá esquecer, neste decréscimo da população, o efeito também da mortalidade na Guerra Colonial e da diminuição da natalidade associada quer ao conflito quer à emigração.

A nível legislativo, o Estado Novo promulga um conjunto de prescrições, ou reestruturas as prescrições anteriores, umas de organização geral do país, outras efectivamente ligadas à construção, de forma a estabelecer,

65.O reconhecimento da integração na União Indiana foi apenas feita na consequência do 25 de Abril de 1974 (decreto-lei nº 216/1975).

Hiptxt. 1.3.F - Estado Novo

Tenho dificuldade de falar do Estado Novo de um ponto de vista rigorosamente objectivo. As memórias de tenra infância, do período revolucionário do pós 25 de Abril, elevaram à categoria de monstros papões, implacáveis e sanguinários extraterrestres, ou ogres e bruxas de contos de fadas (num tempo em que os ogres não tinham muitas camadas como as cebolas, não eram verdes, nem andavam acompanhados de um burro falante com a voz do Eddie Murphy) as personagens, ou personalidades do antigo regime. Tentando avaliar factos, ressurge muitas vezes o preconceito profundamente entranhado. E o esforço é feito no sentido inverso, de tentar diluir preconceitos por um sentido de acrítica política.

Acho que esta ressalva é necessária, pelo registo que sei que poderá não ser coerente e consentâneo ao longo de toda a abordagem.

O Portugal do Estado Novo, nos meios rurais (essencialmente no Norte do país) não é muito diferente do Portugal feudal de séculos atrás.

Recordo o aspecto submisso das pessoas, de passo arrastado, tímido, acossado, sem confiança, de chapéu seguro com as duas mãos sobre o baixo-ventre, cabeça curvada e olhos baixos. Recordo o terror do falar, do emitir de uma opinião, ou de apenas, nada dizendo ou fazendo, poder disso ser acusado por um dos membros da estrutura delegada de repressão, de agentes da PIDE ou dos respectivos bufos. Eu era criança nessa altura mas as formas de agir perduraram, sobretudo nos mais velhos.

As pessoas que viveram esses tempos como adultas mantêm hábitos ainda hoje. Quando conversei com o arquitecto Luís Cunha, a propósito da Cooperativa Lar Familiar, do arquitecto Mário Bonito, cuja construção acompanhou porque os seus pais eram cooperantes e lá habita desde então, tive um testemunho directo. Contou-me que ainda hoje era incapaz de ir e voltar pelo mesmo percurso, pelos hábitos que ficaram de outrora, se ia pelo lado direito da praceta de S. Miguel Ângelo e pela rua em frente, quando voltasse a casa usava caminho diferente para que a informação mais dificilmente conseguisse ser cruzada e usada. Apontou-me ainda quais as casas onde habitavam nessa altura agentes da PIDE e as casas daqueles com quem tinham definido uma estrutura de troca de favores.



DECÁLOGO DO ESTADO NOVO

1.º O ESTADO NOVO representa o acôrdo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguarda moral, social e política.

2.º O ESTADO NOVO é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de tôdas as suas energias criadoras.

3.º O ESTADO NOVO não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, tôdas as classes á suprema harmonia do Interêsse Nacional.

4.º O ESTADO NOVO repudia as velhas fórmulas: Autoridade sem Liberdade, Liberdade sem Autoridade — e substitui-as por esta: Autoridade e liberdades.

5.º No ESTADO NOVO o indivíduo existe, socialmente, como fazendo parte dos grupos naturais (famílias), profissionais (corporações), territoriais (municípios) — e é nessa qualidade que lhe são reconhecidos todos os necessários direitos. Para o ESTADO NOVO, não há direitos abstractos do Homem, há direitos concretos dos homens

6.º "Não há Estado Forte onde o Poder Executivo o não é." O Parlamentarismo subordinava o Govêrno á tirania da assembleia politica, através da ditadura irresponsável e tumultuária dos partidos. O ESTADO NOVO garante a existência do Estado Forte, pela segurança, independência e continuidade da chefia do Estado e do Govêrno.

7.º Dentro do ESTADO NOVO, a representação nacional não é de ficções ou de grupos efémeros. É dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, etc.

8.º Todos os portugueses têm direito a uma vida livre e digna — mas deve ser atendido, antes de mais nada, em conjunto, o direito de Portugal á mesma vida livre e digna. O bem geral suplanta — e contém — o bem individual. Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo por todos: não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

9.º O ESTADO NOVO quere reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto império. Quere voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo.

10.º Os inimigos do ESTADO NOVO são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação — isto é: da ordem, de interêsse comum e da justiça para todos — pode e deve ser usada a fôrça, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria.

(Vieira, 1999b:37)

afirmar e assegurar os seus pressupostos ideológicos. Do ponto de vista geral, convém referir, a meu ver, os três diplomas mais importantes promulgados nos primeiros anos do Estado Novo.

O Estatuto do Trabalho Nacional (Portugal, 1933-09-23); o Código Administrativo [1936-40] (Portugal, 1936-12-31) e a mais importante, a nova Constituição da República Portuguesa (Portugal, 1933-02-22), referendada em plebiscito, como forma de «autorizar a ditadura».

A Constituição, como a lei fundamental de um país «constitucional», estabelece a forma como o mesmo se organiza, os princípios ideológicos pelos quais se rege, os deveres, direitos, liberdades e garantias, pelo que nela também são estabelecidos a estrutura administrativa do país e os direitos e deveres básios dos municípios. Contudo, como lei fundamental mas genérica que é, a constituição deixa para outros diplomas uma definição mais apertada dessas questões.

As questões corporativas são remetidas para o Estatuto do Trabalho Nacional, e as questões de administração geral e delegada, para um Código Administrativo que só viria a ser publicado cerca de três anos depois.

Segundo a Constituição

"[Art. 5.º] O estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.

[...]

O território do continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias, e se agrupam em distritos e províncias, estabelecendo a lei os limites de todas as circunscrições.

Os concelhos de Lisboa e Porto subdividem-se em bairros e estes em freguesias.

[...]

Os corpos administrativos são as câmaras municipais, as juntas de freguesia e os conselhos de província" (Portugal, 1933-02-22).

Estes aspectos são definidos com mais rigor do Código Administrativo. A nível municipal, uma das grandes diferenças em relação aos códigos anteriores é a separação dos concelhos em urbanos e rurais, e seguidamente, dentro de uns e outros, o seu escalonamento em classes, como em códigos anteriores.

Os concelhos urbanos de ordens mais baixas (2ª e 3ª) têm de necessariamente estar federados com Lisboa ou Porto, algo que antecipa as actuais áreas metropolitanas, e que corresponde a uma figura nova a nível administrativo.

A grande quantidade de revisões de códigos administrativos ao longo do final do século XIX bem como o regime complicado que vigorou após a Implantação da República com três códigos administrativos parcialmente em vigor em simultâneo, leva a algum cuidado na implementação de um novo código administrativo pelo Estado Novo.

Assim, o Código administrativo publicado em 1936 ficou

"em regime de vigência experimental, sujeito a prova da aplicação concreta e a uma ampla discussão teórica, que o próprio Governo se encarregou de promover. Finalmente, em 1940, foi publicado o Código Administrativo vigente, em que se reproduza com alterações sem significação doutrinária, e com o aditamento ao Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, o texto de 1936.

Quer na linhagem dos nossos códigos administrativos quer no panorama da codificação portuguesa, a nova lei aparecia como um monumento de invulgar valia, pelo rigor da técnica, clareza da linguagem, harmonia do sistema e extensão das relações que abrangia" (Saraiva, 1957).

Em relação ao Estatuto do Trabalho Nacional, penso que é um documento fundamental para perceber os pressupostos teóricos em que assenta o modelo do regime, e emana da própria Constituição Nacional.

"Art.1.º A Nação Portuguesa constitui uma unidade moral, política e económica, cujos fins e interesses dominam os dos indivíduos e grupos que a compõem.

[...]

Art. 6.º O estado deve renunciar a explorações de carácter comercial ou industrial [...]

Art. 41º A organização profissional abrange não só o domínio económico mas também o exercício das profissões livres e das artes, subordinando-se a sua acção neste caso a objectivos de perfeição moral e intelectual que concorram para elevar o nível espiritual da nação.

[...]

As corporações constituem a organização unitária das forças de produção e representam integralmente os seus interesses.

[...]

Art. 45.º Nas corporações estarão integralmente representadas as actividades da Nação, competindo-lhes pelos seus vários órgãos tomar parte na eleição das Câmaras Municipais e dos Conselhos de Província, e na constituição da Câmara Corporativa" (Portugal, 1933-09-23).

A sua inspiração no modelo italiano é evidente.

Na História da Administração Local, José Hermano Saraiva, numa nota de rodapé que resulta de parte de um artigo publicado no Diário da Manhã em 1953 (16-6), tenta explicar (e justificar) os modelos de organização do Estado que vigoraram (não só em Portugal, mas em diversos países) até à instituição do modelo corporativo, apresentando este como uma etapa superior de evolução e progresso (Saraiva, 1957).

Segundo ele

"O Estado Corporativo constitui uma superação da antinomia elemento-conjunto, resolvida no Estado individualista pelo primado do elemento, no Estado totalitário pelo do conjunto. A concepção corporativa é a da recíproca integração - cada um dos termos impensável senão como forma de expressão do outro.

[...]

A antinomia «elemento-conjunto» desapareceu para dar lugar a uma noção unitária que vê nos dois conceitos aspectos da mesma realidade, determinando-se reciprocamente uma à outra. Nas importantes investigações lógicas, que constituem o aspecto mais notável do labor filosófico do nosso século, a velha contradição resolveu-se numa unidade relacional que repudia, por destituída de sentido, a questão da prioridade dos relata ou da relação. E deixou igualmente de haver sentido para a pergunta clássica: se era o Homem que fazia a Cidade, se a Cidade que fazia o Homem; os conceitos do individual e do social deixaram de se opor com o rigor dilemático de outrora não - como erradamente se quis ver - por uma publicização do direito privado mas por uma progressiva interpenetração do direito público e do direito privado.

[...]

Na verdade, porém, o Corporativismo é muito mais do que isso porque representa a aplicação à política da fase mais evoluída e recente do pensamento lógico" (Saraiva, 1957).

F. 1945-1974 – Pós-guerra e guerra colonial

Apesar do desfasamento de Portugal com o resto da Europa, o final da Guerra, em que não entramos directamente, constituiu-se também como um momento de alteração nas políticas estatais e na organização social do País.

Nós não entramos na guerra, mas a influência da guerra entrou no nosso país, numa primeira fase pela mão dos refugiados, que maioritariamente utilizavam Lisboa como ponto de escala em direcção a uma nova vida noutro continente, mas alguns deles tendo permanecido entre nós. A sociedade portuguesa é influenciada por esse contacto.

Um outro aspecto que leva a que as alterações sociais, culturais e tecnológicas se tornem mais visíveis no país tem a ver também com o terminar da maioria dos governos com os quais o nosso tinha afinidade política. Exceptuando-se a Espanha de Franco, todos os restantes regimes de ideologia fascista não sobreviveram, tal como se esperava, ao armistício.

Por toda a Europa a necessidade de reconstrução de extensas áreas, de garantir habitação a uma grande quantidade de desalojados, ou de população vivendo em condições precárias, leva à inflexão dos grandes esforços de investimento e investigação, das questões bélicas para a indústria da construção civil. Essa inflexão justifica-se por dois motivos evidentes, a necessidade de dar resposta rapidamente às questões da reconstrução, mas mais importante, a necessidade de reconverter, para outras áreas de actividade, a indústria bélica, que correspondia a um esforço importante da economia dos países envolvidos directamente na guerra, e assim, manter postos de trabalho e estruturas produtivas.

Como a indústria bélica assentava, por definição, numa estrutura de produção desfasada do local de uso, a pré-fabricação de elementos para a construção, ou de edifícios na sua totalidade, teve aqui o seu auge. Os requisitos de qualidade construtiva foram também ampliados, influenciados por uma filosofia de produção em que o erro tinha que ser minimizado.

Portugal, apesar do seu isolamento, acaba por também ser «atingido» por estas mudanças no panorama europeu, às vezes ainda que com mais de uma década de desfasamento.

De uma forma geral, as questões estéticas eram sempre as de mais fácil implementação, apesar de questões ideológicas que as pudessem refrear. As questões tecnológicas eram de mais difícil adopção porque não dependiam unicamente da vontade de um técnico, ou de uma equipa de técnicos e da aceitação de um dono de obra mas exigiam que a estrutura de produção fosse montada ou se recorresse à importação das soluções, algo sempre mais difícil, embora não tanto como nos anos anteriores.

Algumas das primeiras utilizações de sistemas que são de produção industrial no estrangeiro, são em Portugal feitas por sistemas artesanais. Por exemplo, no bloco das Águas Livres de Nuno Teotónio Pereira são utilizados pela primeira vez os lava-loiças de aço inox, produzidos artesanalmente. Os lava-loiças que se usavam tradicionalmente até essa altura eram executados em pedra (grandes blocos, geralmente de mármore, que eram escavados para garantir a zona de lavagem e a zona de escorredor), ou em betão, geralmente com um acabamento a marmorite lavado (também designado por cavan) nos exemplos mais económicos. O aço inox, com questões de durabilidade e resistência aos ácidos superior à pedra, e de qualidade de acabamento e resistência superiores ao betão, tem também uma enorme vantagem, o seu baixo peso, que facilita a montagem, o transporte, e a não necessidade de reforço da estrutura do pavimento da cozinha, ou da parede, no caso de fixação à mesma.

A segunda metade da década de quarenta deverá ter sido uma das mais dinâmicas a que Portugal assistiu. O final da guerra, entre a euforia da paz e o retomar de planos em suspenso, fez com que a economia recrudescesse. A título de exemplo na área da construção podemos tomar como referência o número de inscrições de técnicos na Câmara do Porto para *"assinar projectos e dirigir obras"*. No ano de 1946 inscrevem-se 34 técnicos (engenheiros, arquitectos e mestres de obras) contra 17 no ano anterior. E nos quatro anos seguintes, entre 1947 e 1950 inscrevem-se 111 técnicos, enquanto entre 1942 e 1945 se inscrevem apenas 84. O ano de 1941 é atípico porque corresponde à implementação do Código Administrativo (Portugal, 1936-12-31, 1940-12-31) que determina novas inscrições para todos os técnicos.

A nível legislativo, a estabilidade e o progresso levam a que se vá estruturando o país nas suas diversas áreas. Como momentos importantes no que se refere à actividade da construção num sentido lato temos a publicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, em 1951 (Portugal, 1951-08-07), que vem substituir o já quase quinquagenário RSEU - Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (Portugal, 1903-02-14); a tão esperada promulgação de um regulamento que estabeleça o sistema de propriedade horizontal, em 1955 (Portugal, 1955-10-14); e a publicação do código civil de 1966 (Portugal, 1966), substituindo o código anterior já centenário. As questões de licenciamento municipal também são revistas já em 1970 (Portugal, 1970-04-15). A evolução que o país tem reflecte-se claro nas próprias estruturas municipais, mormente dos concelhos mais pequenos, podendo-lhe ser atribuídas competências mais alargadas.

As alterações governativas resultantes da saída de Salazar do poder também se reflectem numa ligeira alteração de políticas sem contudo significar alteração de regime.

G. 1974-1986 – A adolescência de uma nação e as desilusões

"Comparo Portugal a uma pessoa, e o nosso país, na época da revolução era um adolescente, porque era sonhador, idealista, porque acreditava que poderia tornar-se um país melhor. O país era um adolescente porque antes fora uma criança, filha de pai tirano e castrador, que não lhe dava o direito de se exprimir, o poder da decisão, que impunha a sua ideologia e castigava quem a não seguia.

Acho que o 25 de Abril foi a última revolução romântica no nosso mundo, dificilmente algo equivalente voltará a suceder, a maior parte dos países são já adultos pragmáticos, conservadores, onde o sonho morreu

já. Alguns são ainda crianças travessas, ou mimados, ou negligenciadas e não tem espaço para o sonho. Uma revolução como a nossa, feita com armas sim, mas também feita com música e flores, uma revolução em que a violência nunca foi a primeira opção, uma revolução que se baseou no apoio popular que sabiam existir, no descontentamento de uma nação que vivia com medo, uma revolução como a nossa é uma marco neste nosso planeta em que as mortes se sucedem, em que o respeito pela vida humana é todos os dias esquecido, não só pelos indivíduos mas também pelas instituições e pelos governos que se dizem democráticos.

«Somos filhos da madrugada…»

Assim me sinto eu, filha de uma madrugada com [mais de] 30 anos de vida…" (Vale, 2004-04-25).

O 25 de Abril alterou, numa primeira fase, o panorama político nacional, com consequências directas a nível social, económico, cultural, etc. O país não voltou mais a ser o mesmo.

H. 1986-2000 – Portugal Europeu ou a Idade Adulta

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia [CEE] tem, por si só, influência directa na actividade da construção. Essa influência pode-se estruturar essencialmente em três níveis distintos: normativo, económico e de facilidade de circulação e pessoas e bens. Alguma da evolução que o país teve após o 25 de Abril poderia ter sido possível sem a entrada na CEE, porque corresponderia a mudanças inevitáveis que o ritmo dos tempos traz. Mas a maior parte dessas alterações só foram possíveis, da forma e na escala em que aconteceram, pela nossa entrada na Comunidade.

Os apoios económicos que se destinavam a de alguma forma equilibrar o país com os restantes países da comunidade, diminuindo o desfasamento, apesar de todas as críticas públicas ao seu emprego indevido em muitos aspectos, permitiram ao país o folgo económico para avançar em trabalhos importantes, para debelar deficiências estruturais acumuladas ao longo dos anos, ou séculos.

A abertura ao estrangeiro permite a chegada de exemplos ou materiais com muita mais facilidade. Os nossos próprios arquitectos começam a ser convidados para trabalhar no estrangeiro. Deixamos de estar tão isolados embora continuemos desfasados em relação ao resto da Europa Ocidental.

A adesão à CCE e agora UE [União Europeia] significou ao mesmo tempo a cenoura e o chicote da nossa evolução; Modernização, entrada efectiva no século XX (que anteriormente só lá estávamos de visita).

As normativas europeias em diversas áreas devem ser transcritas para a legislação nacional. Tal significa que num período de menos de 30 anos, a maior parte dos diplomas legais já tenham sofrido pelo menos duas novas redacções e algumas alterações. A actividade da construção não é excepção, muito pelo contrário. Como uma das actividades com mais peso na saúde económica do país, embora esse aspecto geralmente não seja focado nas análises económicas, a actividade da construção, de edifícios e infra-estruturas, é responsável pelo florescer do país

Hiptxt. 1.3.G - Memórias de uma revolução

Era dia de passeio, o primeiro desde que entrara para a escola primária. O farnel estava preparado do dia anterior, numa marmita de alumínio baço e tampa vermelho vinho, bebida, laranjada colocada numa pequena garrafa vestida com um entrançado plástico vermelho e preto. A excitação era grande, demasiada para adormecer.

Nessa noite outros não dormiram, percorreram quilómetros, encomendaram-se a santos e a ideais, colocaram o destino das suas vidas nas decisões e acções tomadas, e alteraram assim também o destino de um país.

O dia amanheceu para um país diferente, mas eu não o sabia nessa altura. O dia de passeio acabou a ser dia feriado, a escola fechada, a televisão ligada o dia todo. Um vizinho de quem eu gostava como um avô, passou esse dia na sala de casa dos meus pais, sentado em frente à televisão tentando não perder nada do que estava a suceder. Ainda hoje o revejo, de samarra vestida, sentado curvado na ponta do sofá, palito sempre no canto da boca e a na cabeça a boina que lhe deu o cognome.

O Boininha, como todos o conheciam, tinha feito campanha pelo Humberto Delgado e com isso granjeado a sua quota-parte de problemas, que poderiam ter sido bem maiores não fosse ele tão arraia-miúda.

Existem imagens que ficam vincadas na memória, marcadas como a ferro quente em madeira frágil, mesmo que o tempo desgaste a madeira, ficam sempre marcas, cicatrizes do que existiu. Lembro-me de ver, na televisão, a abertura da prisão, os presos que saíam, recordo imagens que mais tarde confundi com outros locais, a porta da prisão e de uma garagem pública, para mim enorme, pareciam o mesmo sítio. Precisava de situar os acontecimentos nos locais que conhecia.

O passeio acabou a ter lugar algum tempo depois, e se nas cidades pequenas não se viam ainda diferenças, na estrada nacional e no Porto notavam-se os movimentos das tropas que despertavam a nossa curiosidade. Não tenho a certeza mas é provável que nunca antes eu tivesse visto um militar em seu uniforme.

Apesar da meia dúzia de anos que tinha na altura, comecei a perceber outras diferenças, não que o antes tivesse sido difícil para mim, mas porque o depois me concedia coisas que antes não existiam. Os comícios políticos, os autocolantes da propaganda partidária, as músicas que simbolizavam a revolução, os slogans gritados aos quatro ventos, algum vocabulário entretanto aprendido, as pessoas que falavam, trocavam ideias, outras que se encolhiam, tentando perceber se aquele sol era de pouca dura, se a repressão viria mais forte depois, se a mudança estava ali para ficar, se a mudança poderia ser ainda maior do que a que desejavam.

Auto-gestão foi uma das palavras novas que aprendi, repetida muitas vezes à medida que os empregados das têxteis da zona tomavam conta das fábricas, se organizavam em comissões e geriam a empresa por sua conta. Não sei com que resultados, era pequena demais para me aperceber de tal, mas a avaliar pela situação alguns anos depois, nenhuma delas vingou.

Muita gente vendeu, naqueles tempos que se seguiram, os seus bens, temendo as nacionalizações. Outros aproveitaram esse pânico e compraram. Lembro-me bem disso porque assim ganhamos vizinhos novos na freguesia, pessoas que vinham de fora e que se instalavam à medida que algumas das maiores casas mudavam de mãos.

A escola também foi alvo de mudanças, a separação de sexos que ainda se mantinha foi abolida, mesmo antes do final do ano lectivo. Os rapazes que costumavam espreitar por cima do muro do recreio passaram a compartilhar a nossa sala de aula e as nossas carteiras. Apenas me recordo de um, a que chamavam «ratinho», tão pequenino era. Tinha o dobro da minha idade mas ainda não sabia ler e era efectivamente ladino como um rato. Dos outros praticamente nem me lembro, no ano lectivo seguinte mudei de freguesia e de escola, mudei de professores e de colegas, e todas essas recordações ficaram empoeiradas.

Passaram (mais de) três décadas, as recordações próprias que tenho do 25 de Abril de 74 quase nada têm a ver com a revolução, e contudo estão fortemente ligadas a ela. Muitas das recordações da minha infância perderam já as datas, perderam o tempo em que aconteceram, perderam o antes e o depois. 1974 continua mais definido que qualquer outro ano, lembro-me dos dias de sol desse Verão, dos passeios que fazia com os meus pais como se percorrêssemos outro país, lembro-me de ter começado a descobrir outras músicas que antes estavam banidas e agora tocavam livremente na rádio. Mais do que recordações dessa altura eu tenho imagens, como se a minha mente se tivesse divertido a fotografar eventos para mais tarde recordar.

(Vale, 2005-04-23)

em certas épocas, como o dourado ciclo do betão do final da década de oitenta e início de noventa, ou pela depressão económica colectiva actual.

Do ponto de vista deste trabalho, não é tão importante a análise da legislação mais recente, a que ainda está em vigor, ou a que foi substituída há menos de uma dezena de anos, porque, para todos os efeitos, essa ainda não caiu no esquecimento, não é necessário o exercício da investigação e narrativa histórica para a recordar.

Foi sempre considerado como factor primordial do trabalho a percepção dos mecanismos que levam ao estabelecimento de determinada forma de construir, de determinada formalização legal, pelo que as primeiras prescrições são de análise muito mais interessante do que as mais recentes. Para além de que a complexidade legislativa actual permitiria fazer uma dissertação só sobre o conjunto de diplomas existentes sobre um âmbito específico, não precisando de abordar toda a área da construção. Assim, em contraponto à análise mais minuciosa da segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, o passeio que se faz pelos últimos 50 anos de história é mais ligeiro. O facto de na segunda parte do trabalho se ir estudar edifícios que foram construídos na última metade do século passado, irá permitir essa viagem feita com um guia diferente, não a legislação, como neste capítulo e seguinte, mas os próprios edifícios.

Neste capítulo fez-se um percurso pela história nacional desde o terramoto de 1755 até ao final do século XX. Examinaram-se os momentos históricos que significaram maiores mudanças no país, quer a nível político, económico, social, ou de alteração de mentalidades.

Abordaram-se as questões de divisão administrativa do país, estabelecimento de estruturas de decisão e gestão, e distribuição de competências nacionais e municipais.

Analisa-se a questão municipal, porque entronca directamente com o licenciamento de obras, e as questões da história internacional e da «evolução» dos tempos que nos permite ter, ou ser, o país de hoje. Este capítulo funciona como uma introdução e enquadramento ao capítulo seguinte, relativo às questões legais directamente ligadas com a actividade edificatória.

Capítulo 1.4 - Legislação de aplicação directa à construção e actividades conexas

Neste capítulo será feita uma abordagem aos diplomas legais que parcial ou totalmente foram aplicados à edificação, quer à sua forma de construção, ao modo como eram licenciados, ou às restrições e condicionantes de que eram alvo. Essa apresentação será feita do ponto de vista cronológico.

O Capítulo separa-se em dois pontos, o primeiro referente à legislação de âmbito nacional e o segundo onde se faz uma análise das posturas da cidade do Porto, embora algumas referências cruzadas sejam necessárias.

Para a maior parte da legislação referida, fundamentalmente a mais antiga, existe uma transcrição parcial ou total no Anexo 2 (volume 2).

A. Legislação nacional

Do conjunto de legislação promulgada a partir da Regeneração, as leis consideradas mais importantes no contexto do presente trabalho e analisadas de uma forma mais cuidada são as apresentadas na Tabela 8. Estas leis, não sendo todas elas do âmbito estrito da construção, concorrem para o estabelecimento das normas iniciais aplicadas à edificação, e as suas revisões posteriores (pelo menos até à entrada de Portugal na CEE) mantêm em grande parte o que era o espírito da lei inicialmente promulgada. Claro que se quiséssemos ser mais exaustivos, analisando um maior número de diplomas, existiriam outros decretos que também poderiam ser incluídos, igualmente com importância na actividade edificatória. Mas como o limite tinha que ser traçado em algum ponto, estes foram os diplomas incluídos, e decorrem da análise apresentada no Capítulo anterior. As questões legais relativas ao exercício profissional dos arquitectos, e outros técnicos ligados ao licenciamento municipal, foram remetidas para o Capítulo 1.7.

Nos anos mais recentes, após o 25 de Abril e a entrada na CEE, tivemos a emissão de regulamentação mais específica relativamente a conforto, segurança, ambiente, racionalidade energética, por exemplo, mas pela sua própria especificidade e pelo âmbito deste trabalho, optamos por não fazer a sua análise exaustiva, apenas a sua referência e utilização comparativa no Capítulo 1.7.

Tabela 8: Legislação mais importante aplicada à edificação

Ano	Assunto	Referência
1852	Implementação do Sistema Métrico	(Portugal, 1852-12-13)
1864	Classificação Viária Nacional - Criação da Comissão de Viação [Na sequência de classificações anteriores, algumas delas anteriores às crises liberais. Este decreto é importante na sua conjugação com o decreto sobre a polícia da via pública]	(Portugal, 1864-06-06);
1864	Projecto sobre a polícia da via pública [Parcialmente substituído pelo RSEU e RGEU, mas mantendo ainda alguns artigos em vigor, mesmo após a entrada do RGEU]	(Portugal, 1864-12-31)
1867	Alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864	(Portugal, 1867-07-02)
1867	Código Civil [Reformulado em 1966, reformulação essa ainda em vigor actualmente com alterações]	(Portugal, 1867-07-01)
1895	Segurança de Operários [Alterado pelo Decreto de 6 de Maio de 1909 e pelo Decreto-Lei n.º 41 821 de 11 de Agosto de 1958]	(Portugal, 1895-06-06)
1897	Esclarecimentos ao decreto de 1895	(Portugal, 1897-06-28)
1900	Política de conservação das estradas	(Portugal, 1900-09-19)
1903	Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [Substituído pelo RGEU em 1951]	(Portugal, 1903-02-14)
1918	Regulamento para o emprego do Betão Armado [Substituído pelo Decreto nº 25948 em 1935]	(Portugal, 1918-03-28)
1924	Licenciamento Municipal	(Portugal, 1878-05-06)
1927	Licença de Habitabilidade	(Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30)
1951	Regulamento Geral das Edificações Urbanas	(Portugal, 1951-08-07)
1955	Propriedade horizontal	(Portugal, 1955-10-14)
1966	Código Civil	(Portugal, 1966-11-25)
1970	Licenciamento Municipal	(Portugal, 1970-04-15)
1973	Qualificação de técnicos responsáveis pelo licenciamento [Substituído pela Lei n.º 31/2009]	(Portugal, 1973-02-28)

Em alguns casos esta legislação pretende funcionar como um motor na implementação de uma maior qualidade e garantia de salubridade das construções, mas noutros casos aparece apenas como cristalização de uma prática que já é usual, decorrente das próprias alterações de hábitos de vida, e das exigências de aumento de conforto e níveis de saúde das próprias populações.

A.1. 1864 – Classificação das estradas e Projecto sobre a polícia da via pública

O decreto, aprovado em 31 de Dezembro de 1864 e publicado em 13 de Janeiro do ano seguinte no Diário do Governo, visa estabelecer as regras segundo as quais se devem reger as vias públicas bem como a construção que à margem delas for feita. Tal como é referido na lei,

> *"Ao governo, pelo ministério das obras públicas, comércio e indústria, compete [...] regular, dirigir e auxiliar a acção municipal sobre a abertura de ruas, praças e jardins, sobre as edificações e seu alinhamento, tendo especialmente em vista a segurança, salubridade, cómodo e livre trânsito do público"* (Portugal, 1864-12-31).

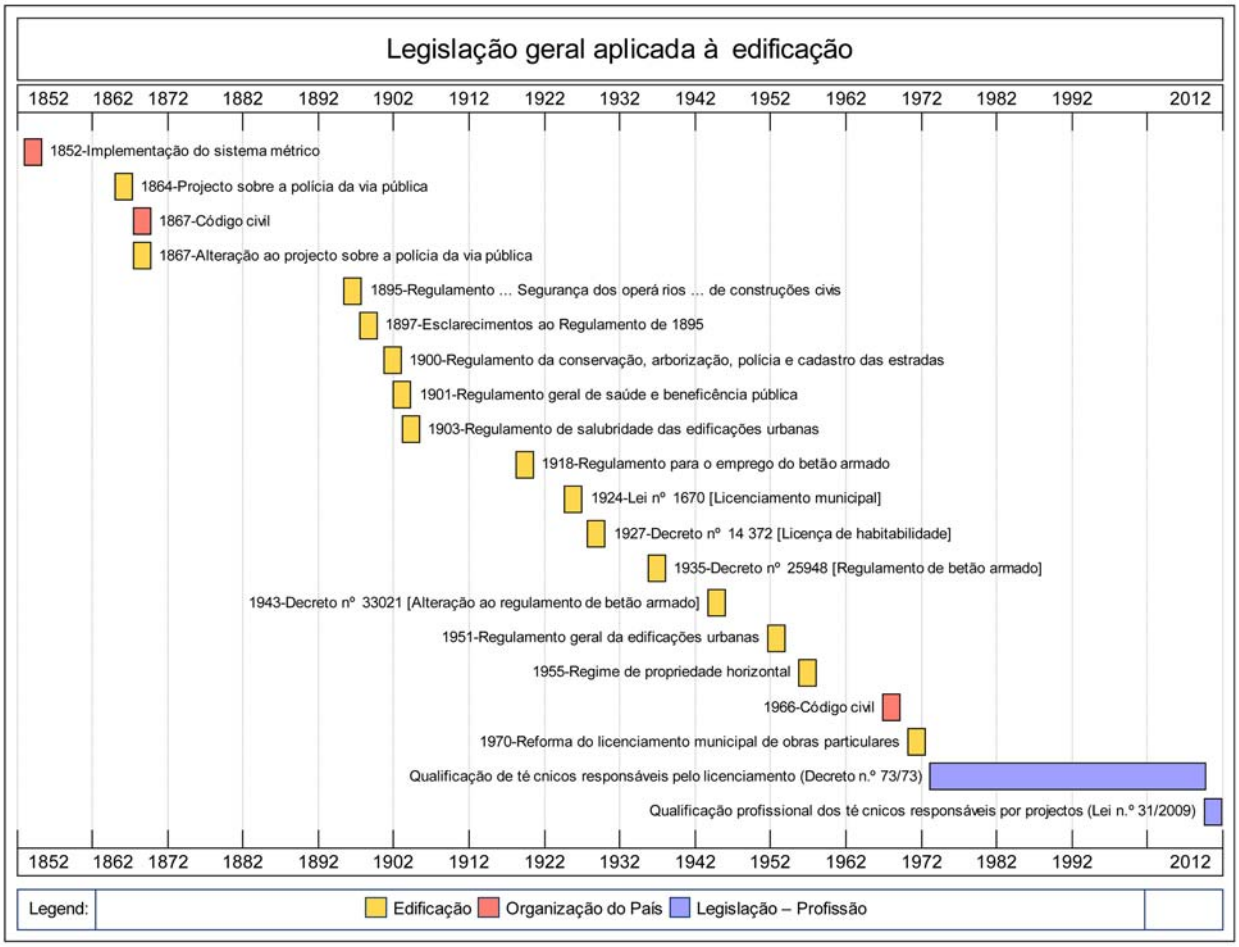


Fig.49 Cronologia de legislação nacional aplicada à edificação e ao licenciamento da mesma.

Mais uma vez se reforça o papel dos técnicos do MOP, na sua função consultiva em relação às câmaras municipais. Este decreto surge na sequência da lei de 6 de Junho de 1864 (Portugal, 1864-06-06) que classifica as estradas de terceira ordem, ou municipais, em de 1ª e 2ª classe e estabelece a criação de uma Comissão de Viação responsável por essa classificação, pela inspecção e fiscalização de todas as obras, pela aprovação dos projectos respeitantes à viação municipal, pelo planeamento e gestão em função da disponibilidade de verbas e pelo relatório anual de actividades. As estradas de 1ª classe, por serem de interesse comum a vários municípios, eram geridas pela Comissão de Viação Municipal. As estradas de 2ª classe, cujo especial interesse era apenas de um concelho, seriam geridas e custeadas unicamente pelo concelho a que dissessem respeito.

Anteriormente já tinha sido feita a classificação das vias nacionais em estradas de 1ª ordem, ou Reais; estradas de 2ª ordem ou Distritais; e de 3ª ordem, ou Municipais.

Um dos aspectos mais importantes da lei de 1864 foi o estabelecimento, sem margem para dúvidas, do princípio de que a viação pública, constituída pelo conjunto de estradas nacionais e municipais, mas também pelos arruamentos no interior das localidades, era um assunto nacional e não uma questão municipal ou particular. Assim, logo na introdução ao decreto se refere que

"A viação pública [...] compreende também as ruas no interior das povoações.

Estas ruas são públicas, destinadas ao uso de todos, sem excepção de pessoa; ninguém pode delas exclusivamente dispor e gozar, exactamente como acontece nas estradas de todas as ordens e nos caminhos-de-ferro.

O facto de serem as estradas situadas num município, num distrito, num país em nenhum tempo foi razão justa para proibir que por elas livremente transitem os estranhos a esse município, distrito ou nação. O mesmo sucede nas ruas.

Se às câmaras municipais incumbe a polícia urbana; se lhes pertence fixar os alinhamentos e dar as cotas de nível; se é atribuição sua vigiar as edificações; promover a abertura de novas ruas, o alargamento das existentes e curar de sua conservação; nem por isso se pode sustentar que elas sejam propriedade particular dos municípios, como o são os prédios que cada um possuiu e de que é senhor.

É portanto indubitável que as ruas pertencem ao domínio público, imprescritível, como a lei de 6 de Junho de 1864 já declarou que ao mesmo domínio pertenciam as estradas municipais.

São as ruas do domínio público; porque fazem parte da viação pública ordinária. E classificadas assim, é incontestável o direito que o governo tem de superintender na sua construção, conservação e polícia, não enfraquecendo a acção municipal ou cerceando as atribuições das câmaras, senão mantendo-as e fortalecendo-as com os auxílios técnicos e administrativos da autoridade central" (Portugal, 1864-12-31).

Esta é notoriamente uma situação de confronto de níveis de poderes, entre o que são os desígnios nacionais, ou as vontades políticas centrais, e um municipalismo em alguns casos ainda assente em privilégios feudais já revogados, mas não completamente esquecidos.

De referir também que apesar da presente lei não revogar o Código Administrativo em vigor (o de 1842), relativamente às "*atribuições que [...] pertençam às câmaras municipais*", nos pontos em que existe oposição, prevalecerá o presente decreto.

A Comissão de Viação Municipal, apesar da designação, não era um órgão concelhio, mas supra-municipal. Era composta pelo Governador Civil, que exercia as funções de presidente, pelo Director e pelo Inspector de Obras Públicas e por quatro membros eleitos pela Junta Geral do Distrito. Os três primeiros faziam parte da estrutura delegada do poder central, enquanto os vogais, apesar de pertencerem à Junta de Distrito, resultam de escolhas dos diversos municípios do distrito. No equilíbrio de poderes, os representativos do nível municipal constituem a maioria, desde que com acordo de todos os municípios envolvidos.

Tabela 9: Composição da Comissão de Viação Municipal.

Cargo	Quem o desempenha	Nível de poder
Presidente	Governador Civil	Distrital, delegação do poder central
Vogal	Director de Obras Públicas do Distrito	Distrital, delegação do poder central
Vogal	Inspector de Obras Públicas do Distrito	Distrital, delegação do poder central
Vogais	Quatro Membros eleitos pela Junta Geral do Distrito	Distrital, articulada com o poder municipal

Como, nos termos desta lei, as ruas que fossem prolongamento de estradas municipais de 1ª classe ou 2ª classe seriam consideradas como parte integrante dessas estradas, tal implicava que, mesmo no coração da zona urbana do concelho, a aprovação de projectos de construção teria de ser garantida pela Comissão de Viação Municipal e não pela Câmara Municipal. Esta situação, de interferência directa de um órgão nacional ou supra-municipal no licenciamento municipal, manteve-se em vigor durante mais de um século só se tendo procedido à desafectação dessas estradas há relativamente pouco tempo, com o estabelecimento de um novo sistema viário de «alta velocidade» (auto-estradas, itinerários principais [IP] e itinerários complementares [IC]), quase integralmente construído após o 25 de Abril.

Para ter uma noção efectiva do alcance da acção efectiva dos governos e das obras públicas na segunda metade do século XIX, basta referir que quer a principal estrutura viária terrestre, quer a estrutura ferroviária, que o país dispôs até ao último quartel do século XX, foram definidas e construídas nessa altura.

Vários dos artigos da lei de Dezembro de 1864 têm implicações directas na edificação e correspondem a uma primeira base (todavia incipiente) do que virá a ser mais tarde o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [RSEU] publicado em 1903 (Portugal, 1903-02-14). A longevidade do mesmo também é considerável, pois só viria a ser substituído, quase 50 anos depois, pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas [RGEU] (Portugal, 1951-08-07), que se mantém actualmente em vigor apesar de uma repetidamente anunciada revisão.

Como regulamento que apenas trata as questões da edificação na sua relação com a via pública, o decreto de 1864 é necessariamente menos abrangente que o regulamento de 1903, o primeiro efectivamente aplicado aos edifícios. Encontramos nele, contudo, a base de algumas das formas de actuação presentes relativamente ao licenciamento da construção.

No que concerne ao Licenciamento da Edificação, os aspectos mais importantes desta legislação são os seguintes:

- A definição de zonas de protecção non aedificandi, em relação aos leitos das estradas, com distâncias diferentes quer se trate de estradas de 1ª ou 2ª ordem (2 metros), ou de 3ª ordem (50 centímetros) (para construir dentro da zona de protecção é preciso uma licença expressa, pelo que não corresponde a uma proibição absoluta, mas a um sistema de controlo do que se edifica à margem das vias);
- A obrigatoriedade de licenciamento para edifícios a construir à face das vias. Essas licenças seriam emitidas pelo Ministério das Obras Públicas (portanto licenciamento supra-municipal), no caso das estradas de 1ª e 2ª ordem e pela municipalidade, para as de 3ª ordem;
- A gratuitidade dessas licenças escritas (isto é, um incentivo à comunicação, uma vez que não era onerado. Mais tarde o licenciamento passará a ser pago);
- O estabelecimento de um leito de trânsito livre com pelo menos 5 m de altura (actualmente temos viadutos em uso com alturas inferiores, o que não deixa de ser caricato);
- A necessidade de licenciamento específico para ocupação da via pública, com depósito de materiais ou estaleiro (procedimento que ainda se mantém actualmente);
- A obrigatoriedade do respeito pelos alinhamentos e cotas de nível fornecidas pelos Directores de Obras Públicas (ou seu delegado), ou pela municipalidade (procedimento que actualmente ainda se mantém).

O decreto reconhece ainda a importância do planeamento como forma de gestão urbana. O Plano Geral de Melhoramentos, a implementar imediatamente na cidade de Lisboa e sem indicação de prazo na do Porto, seria responsabilidade do Governo, que para tal nomearia uma comissão e a proveria dos necessários empregados técnicos. Para as restantes cidades do país, a execução de idênticos planos estaria dependente da solicitação da respectiva municipalidade. As câmaras municipais proporiam um elemento técnico, engenheiro, no caso de Lisboa, arquitecto ou engenheiro no caso do Porto e um vogal, sem especificação de competências, nas restantes cidades.

Sobre o Plano de Melhoramentos, vale a pena salientar o facto de a responsabilidade pelo mesmo ser do Governo e não dos Municípios, como mais uma questão que se coloca na relação entre o poder central e municipal.

Se para Lisboa, pela coincidência da cidade ser o centro do poder nacional e questões de representatividade do país poderem ser invocadas, se pode compreender este tipo de actuação, para o Porto e demais cidades, essa disposição surge como uma efectiva interferência no poder municipal, ou a assumpção da sua incapacidade para gerir as questões urbanas, com planeamento e não apenas como gestão corrente, como muitas vezes acontecia. Significa também que a maior parte dos municípios não tinha estruturas técnicas capazes de realizar estes planos (se compararmos com a situação de Portugal em tempos bem mais recentes, tal não nos admira pois é algo que continua a acontecer).

Podemos ainda destacar, a propósito da composição da comissão, o facto de em Lisboa estar garantido um arquitecto do Ministério das Obras Públicas. No Porto, a comissão teria um arquitecto se a Câmara Municipal o nomeasse. Nas restantes cidades do país, não existia qualquer garantia da existência de arquitecto na equipa responsável pelo plano.

A forma como era encarada a necessidade de arquitectos em Lisboa e no resto do país, também pode ser definida a partir da lista dos sete lugares de arquitecto existentes nos quadros do MOP, em 1901, dos quais apenas cinco se encontravam preenchidos (Portugal, 1901-12-20b). Um arquitecto, Luís Caetano Pedro de Ávila, em serviço no Conselho dos Monumentos Nacionais (podendo inferir-se que poderia estar «destinado» à totalidade do território) e os restantes quatro arquitectos estavam ao serviço na 1ª e na 3ª Direcções de Obras Públicas do Distrito de Lisboa. Para o resto do país existiam unicamente engenheiros, desenhadores e condutores de obras, porque o que interessava, fundamentalmente, era a rede viária (Portugal, 1901-10-24).

As normas que são estabelecidas para Lisboa, ao abrigo deste Plano de Melhoramentos, tornam-se o primeiro referencial nacional relativamente a prescrições regulamentares a aplicar à construção. Apesar de serem promulgadas para Lisboa, seriam aplicadas ao Porto a partir do momento em que a cidade também dispusesse de um plano de melhoramentos aprovado e com o tempo tornam-se a referência possível para todo o país. Pelas posturas municipais do Porto de 1869 (CMPorto, 1869), passam a aplicar-se à cidade invicta. Pelo decreto de 19 de Setembro de 1900 (Portugal, 1900-09-19) as regras altimétricas passam a aplicar-se a todas as obras construídas à face das estradas (isto, das que careciam de licença). E a partir de 1924, isto é, 60 anos depois da promulgação inicial, passam a ter aplicação em todos *"concelhos com sede nas cidades"* (Portugal, 1924-09-15).

Do conjunto destas normas, com relação directa com a edificação, destacam-se:

- O estabelecimento de alturas máximas dos edifícios em função da largura dos arruamentos, ainda que nesta fase aplicados unicamente à cidade de Lisboa, e à do Porto a partir do momento que fosse implementado também um plano de melhoramentos na Cidade Invicta.

- A necessidade de aprovação de projectos para edificação nova e alterações às existentes (apenas aplicado às cidades de Lisboa e Porto).
- A obrigatoriedade de os proprietários, na zona do Plano, edificarem nos lotes confinantes com as vias públicas e não o iniciando no prazo de um ano após a intimação, poderem ser expropriados e o terreno vendido em hasta pública, recebendo os mesmos o produto dessa venda (este aspecto é muito semelhante à legislação pós terramoto, para garantir a implementação efectiva de um plano).
- A obrigatoriedade do respeito pelo projecto aprovado (mais uma vez apenas aplicado às cidades de Lisboa e do Porto, espelho das grandes assimetrias que existiam no país).
- A obrigatoriedade de demolição pelos seus proprietários e à custa dos mesmos, dos prédios que ameacem ruína (esta é uma questão já considerada especificamente nos códigos administrativos, pois corresponde a uma questão importante de segurança pública).

A.2. 1867 – Carta de Lei de 2 de Julho

Em 1867 o governo procede à primeira alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864, especialmente os artigos referentes aos limites altimétricos das edificações em função da largura das vias, tornando-o muito mais permissivo. Mas também, pela primeira vez num diploma legal, se faz o estabelecimento de alturas mínimas dos diversos pisos. Certamente que ao ser colocado um limite máximo às alturas das edificações, pelo decreto de 1864, um dos resultados adversos deve ter sido uma redução dos pés direitos dos diversos pisos, ou dos pisos acrescentados, para conseguir igual rentabilidade do solo e continuarem a respeitar os limites legais.

É também feita uma alteração relativa à cidade do Porto e que se adivinha como resultado de contestação da cidade.

O art. 45º do decreto de 1864 (promulgado para Lisboa mas com aplicação ao Porto por força do artigo 53º) estabelecia que a aprovação dos projectos fosse feita pelo governo, na pessoa do Ministro das Obras Públicas.

A nova redacção do artigo 53ª, publicado em 1867 vem estabelecer e clarificar que

"À Câmara Municipal da Cidade do Porto compete dar as licenças para edificações e reedificações de edifícios, precedendo consulta afirmativa do director de obras públicas do respectivo distrito administrativo" (Portugal, 1867-07-02).

A.3. 1867 – Código Civil

Apenas em 1867, depois de muitas tentativas e desejos de reformulação da legislação que rege o país, é publicado a Carta de Lei de 1 de Julho, que estabelece o novo Código Civil Português, substituindo finalmente as Ordenações Filipinas que não agradavam por muitas e diversas razões.

"As ordenações, além de outorgadas por um rei estrangeiro, e de conterem sem método nem conexão, não só as disposições do direito civil, mas as de legislação criminal, e as de processo, e muitos preceitos de direito público, administrativo, fiscal e eclesiástico, tornavam-se incompatíveis com a nova organização da sociedade moderna, e com as ideias de liberdade e de igualdade proclamadas pela revolução liberal" (Ferreira, 1870-1876).

O Código Civil estabelece um conjunto extenso de articulado relativo ao direito civil, estando a propriedade privada, a edificação e as relações entre uso público e privado, também consignadas no mesmo.

Relativamente à edificação, vale a pena mencionar alguns artigos que se referem essencialmente a direitos e deveres relativos à propriedade privada, mas que têm influência na forma como os edifícios são construídos ou mantidos ao longo do tempo.

Assim, o conjunto de artigos relativos à propriedade e à edificação prendem-se com questões de direitos sobre o subsolo, designadamente em relação à água [art.s 450º a 452º], obrigatoriedade de execução de obras em prédios arrendados, ou as formas de proceder quando as mesmas não são executadas [art. 1611º], garantia de servidões, quer sejam de acessos a prédios encravados no meio de outras propriedades [art.s 2309º a 2314º], quer das próprias águas pluviais que sobre cada um caiem [art. 2282º]. Regem-se também questões ligadas a empreitadas de obras [art. 1399º], direitos de construção e edificação [art.s 2324º a 2338º], de propriedade partilhada, designadamente de edifícios [art. 2335º], e alguns outros aspectos que se relacionam com os edifícios, a sua construção, convivência, ou o seu uso.

As questões de empreitadas e obras são reguladas em três aspectos distintos, de relações contratuais, de danos e prejuízos a terceiros, e de direitos de edificação e mecanismos de contestação.

O artigo 1399º é relativo aos contratos de empreitadas de edifícios e responsabilidade por qualidade de execução de obra. Assim,

> *"Nos contratos de empreitada de edifícios ou de outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e de execução será responsável, pelo espaço de cinco anos, pela segurança e solidez do edifício ou construção, tanto em razão da qualidade dos materiais, como da firmeza do solo, excepto se houver prevenido com tempo o dono de obra de não achar o dito solo suficientemente firme".*

Esta obrigação é estabelecida pela primeira vez em lei neste código civil, aplicando-se a todas as obras. As legislações relativas a empreitadas por um lado têm publicação posterior, e por outro aplicam-se legalmente a obras públicas e não a obras particulares, daí a importância deste artigo. Outras questões relativas a empreitadas são reguladas, mas esta é a única referente a relações contratuais entre dono de obra e empreiteiro, e garantias de qualidade.

Outras questões estão muito mais relacionadas com danos a terceiros, necessidades de respeito por regulamentos estabelecidos. No Título IV, relativo à *"responsabilidade por perdas e danos, resultantes da inobservância de regulamentos, ou por desleixo ou imprudência"*, estabelece-se que:

> *"Os empreendedores, ou executores de edificações, quer proprietários, quer empreiteiros da obra, os donos de estabelecimentos industriais, comerciais ou agrícolas, e as companhias ou indivíduos construtores de estradas e de caminhos-de-ferro, ou de outras obras públicas, bem como os empresários de viação por vapor, ou por qualquer outro sistema de transporte, serão responsáveis, não só pelos danos ou prejuízos*[66]

causados a propriedade alheia, mas também pelos acidentes, que, por culpa sua ou de agentes seus, ocorrerem à pessoa de alguém, quer esses danos procedam de factos, quer de omissão de factos, se os primeiros forem contrários aos regulamentos gerais, ou aos particulares de semelhantes obras, indústrias, trabalhos, ou empresas, e os segundos exigidos pelos ditos regulamentos.

§1.° Esta mesma responsabilidade recairá sobre aqueles que, na feitura das obras, ou no exercício das empresas, profissões, ou misteres indicados neste artigo, causarem às propriedades alheias, ou às pessoas, quaisquer danos ou prejuízos, quando se verificar que voluntariamente deixaram de observar ou de fazer observar as regras comuns e seguidas na praxe, para obviar a tais inconvenientes [art. 2398°]".

O mesmo tipo de responsabilização por danos e prejuízos é estabelecido também para obra existente, por acidentes resultantes do seu estado de conservação.

"Se algum edifício, que ameace ruína, cair e prejudicar alguém, responderá pelo dano o dono do edifício, provando-se que houve negligência da sua parte em repará-lo, ou em tomar as providências contra o desabamento dele [art. 2395º]".

Este artigo serve também como um estabelecimento da obrigatoriedade de conservação e manutenção dos edifícios que são propriedade de cada um na medida em que os mesmos interferem no bem-estar geral. A questão do edifício se localizar junto a terreno público ou no interior de uma propriedade privada não é referido pelo que se aplicará em todas as circunstâncias, sabendo contudo que as capacidades de fiscalização, bem como a probabilidade de ocorrência de dano, são superiores em propriedades confinantes com as vias públicas.

Questões relacionadas com obras são também reguladas num terceiro aspecto, que tem a ver com o próprio direito à edificação complementado com questões de suspensão desse direito.

"É lícito a qualquer proprietário fazer em chão seu quaisquer construções, ou levantar quaisquer edifícios, conformando-se com os regulamentos municipais, ou administrativos, e salvas as seguintes disposições [art. 2324°].

O proprietário, que levantar muro, parede ou outra edificação, junto à estrema do seu terreno, não poderá nele abrir janelas, nem fazer eirado, ou varanda, que deite directamente sobre o prédio vizinho, sem deixar intervalo de um metro e cinco decímetros entre os dois prédios [art. 2325°]"[67].

66.§2° Se, para a existência do dano, ou prejuízo, concorreu também culpa, ou negligência da pessoa prejudicada, ou de outrem, a indemnização será, no primeiro caso, diminuída, e no segundo rateada, em proporão dessa culpa, ou negligência, como fica disposto no artigo 2372°, §§ 1º e 2º.

67. §1° A disposição deste artigo não abrange as frestas, seteiras, ou óculos para luz.

§2° As aberturas para luz, mencionadas no antecedente, não prescrevem contra o vizinho, e poderá este, a todo o tempo que queira, levantar a sua casa, ou contra-muro, ainda que vede a luz das ditas aberturas.

Art. 2326° As disposições do artigo precedente não são aplicáveis a prédios entre si separados por qualquer estrada, caminho, rua, travessa, beco, ou outra passagem pública.

Art. 2327° O proprietário deve edificar de modo que a beira do seu telhado não goteje sobre o prédio vizinho, deixando, pelo menos, um intervalo de cinco decímetros entre os ditos prédio e beira, se de outro modo o não puder evitar.

Contudo esse direito de edificação não pode colidir com outros direitos, por isso se garante também o direito de defesa da propriedade privada em diversos aspectos, entre eles os decorrentes da construção de edifícios ou de alterações aos mesmos.

"Se a violação provier de qualquer obra nova, a que alguém dê começo, poderá o ofendido prevenir-se, e assegurar o seu direito, embargando a obra [art. 2355º]".

"Todo aquele, que quiser abrir cloaca, fossos ou canos de despejo junto de qualquer muro, quer este seja comum, quer inteiramente alheio, ou construir, encostado ao dito muro, chaminé, lar, fogão ou forno, ou depósitos de sal, ou de quaisquer substâncias corrosivas, ou que produzam infiltrações nocivas, será obrigado a guardar as distâncias, e a fazer as prevenções determinadas nos regulamentos administrativos locais; mas, se tais regulamentos não houver, poderão os interessados requerer que se tomem todas as cautelas que, por declaração de peritos, forem julgadas necessárias [art. 2338°]".

Os artigos 2309º a 2314º estabelecem o direito de passagem de prédios encravados entre outras propriedades, e sem acesso a vias públicas. São também estabelecidas obrigações de servidão em circunstâncias excepcionais, como obras. Assim, o artigo 2314º consagra direitos de uso da propriedade alheia para efeitos de obras de construção ou de manutenção de edifícios.

"Se for indispensável, para reparar algum edifício, levantar andaimes, colocar alguns objectos sobre prédio alheio, ou fazer passar por ele os materiais para a obra, será o dono do dito prédio obrigado a consenti-lo, com tanto que seja indemnizado de qualquer prejuízo, que daí lhe provenha [art. 2314º]".

Outras questões relativas à edificação têm a ver com o uso do subsolo, relativamente a obras de escavação. Salientam-se neste conjunto de artigos as questões relativas ao saneamento, havendo a obrigação de que das obras feitas não resulta dano para terceiros e suas propriedades.

"O proprietário pode abrir no seu prédio minas, ou poços, e fazer as escavações que bem lhe parecerem, salvas as seguintes disposições [art. 2321º].

[...]

No seu próprio prédio ninguém poderá abrir poços, fossos, valas, ou canos de despejo junto de muro, quer comum, quer alheio, sem guardar a distância, ou fazer as obras necessárias para que desse facto não resulte prejuízo ao dito muro.

§1º Observar-se-ão, nesta parte, os regulamentos municipais, ou administrativos.

§2° Logo, porém, que o vizinho venha a padecer dano com as obras mencionadas, será indemnizado pelo autor delas, salvo se tiver havido acordo expresso em contrário [art. 2323°]".

São também regulados vários aspectos de propriedade partilhada, muros de vedação e paredes-meias[68], os mais comuns, mas também a propriedade partilhada de edifício.

"Se os diversos andares de um edifício pertencerem a diversos proprietários, e o modo de reparação e concerto se não achar regulado nos seus respectivos títulos, observar-se-á o seguinte:

§1º As paredes comuns e os tectos serão reparados por todos, em proporção do valor que pertence a cada um.

§2° O proprietário de cada andar pagará a despesa do concerto do seu pavimento e forro.

§3º O proprietário do primeiro andar pagará a despesa do concerto da escada de que se serve, o proprietário do segundo a da parte da escada de que igualmente se serve, a partir do patamar do primeiro andar, e assim por diante [art. 2335°]".

Este artigo regulou todo o sistema de edifícios em propriedade partilhada até à implementação do regime de propriedade horizontal em 1955, que será visto mais à frente.

A.4. 1895 – Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civis

Em 6 de Junho de 1895 é promulgado o decreto que vem regular das condições de segurança nos trabalhos de construção civil. Este regulamento surge na sequência do decreto de 14 de Abril de 1891, que regulamenta o trabalho das mulheres e dos menores em fábricas e oficinas (Portugal, 1891-04-14). Nesse decreto primeiro estabelecia-se o que se entendia por maioridade para cada um dos sexos (a saber 16 anos para os homens e 21 anos para as mulheres) e depois um conjunto de artigos sobre a natureza e tipo de trabalhos que poderiam ser realizados pelas mulheres e pelos menores.

O trabalho de menores não era proibido, aliás referia-se que

"Não somos contra a adopção do menor em quase todas as espécies de trabalho; é uma aprendizagem de que nasce quase sempre uma inclinação e uma adaptação; mas é preciso poupar aquelas forças incipientes graduando-lhes o trabalho de modo que, em vez de tarefa deprimente, sirva de ginástica fortificante" (Portugal, 1891-04-14).

---

68. *CAPITULO III - Dos direitos de acesso ou trânsito*

Art. 2309° Os proprietários de terrenos encravados, isto é, que não tenham comunicação alguma com as vias públicas, podem exigir caminho ou passagem pelos prédios vizinhos, indemnizando o prejuízo que com esta passagem venham a causar.

Art. 2310° A passagem será concedida pelo lado por onde haja de ser menos prejudicial aos donos dos prédios sujeitos.

Art. 2311° Se o prédio encravado tiver sido transmitido por algum dos donos dos prédios confinantes, por onde possa abrir-se a passagem, sobre o prédio ou prédios de quem fez a transmissão recairá de preferência a obrigação da servidão.

§ único. Se a encravação do prédio provier de partilhas, por não se haver satisfeito à disposição do artigo 2143.°, a servidão recairá no prédio ou prédios, de que o encravado era parte.

Art. 2312° Ao adquirente do direito de passagem não pertence a propriedade do terreno, mas tão-somente uma servidão, que será regulada nos termos dos artigos 2267º a 2285º.

Art. 2313° A obrigação de prestar passagem pôde cessar, a requerimento do proprietário do prédio serviente, cessando a necessidade da servidão, ou, se o dono do prédio dominante, por qualquer modo, tiver possibilidade de comunicação igualmente cómoda com a via pública por terreno seu, com tanto que o desonerado restitua a indemnização recebida.

Art. 2314° Se for indispensável, para reparar algum edifício, levantar andaimes, colocar alguns objectos sobre prédio alheio, ou fazer passar por ele os materiais para a obra, será o dono do dito prédio obrigado a consenti-lo, com tanto que seja indemnizado de qualquer prejuízo, que daí lhe provenha.

O regulamento de 1895 aplica-se quer a *"obras de construção e reparação de estradas, caminhos-de-ferro, pontes, aquedutos, terraplanagens"* como a *"novas edificações, ampliações, transformações ou grandes reparações, e bem assim demolição das já existentes"* e aplica-se quer a obra pública quer a obras empreendidas por *"corporações administrativas, empresas ou particulares"* (Portugal, 1895-06-06).

Como aspecto fulcral salienta-se o facto de a segurança de operários depender tanto da boa direcção dos trabalhos, como das condições de estabilidade das obras e dos meios acessórios necessários à sua construção.

Será assim nestes dois aspectos principais que o decreto irá incidir para regular a segurança.

No tocante às questões de estabilidade preconizadas, as mesmas seriam garantidas pelo exame e aprovação do projecto respectivo, isto é, por uma responsabilidade repartida entre o projectista e a entidade que fiscaliza.

Mais uma vez se faz a diferenciação entre Lisboa, Porto e o resto do país. Para as duas primeiras cidades, a aprovação estaria a cargo das respectivas câmaras municipais, ouvidas as suas repartições técnicas. Para o resto do país, a aprovação seria feita pela Direcção de Obras Públicas do distrito respectivo. Mais do que um tratamento preferencial relativamente a Lisboa ou Porto, estas diferentes formas de actuação servem para perceber o efectivo atraso do país.

No respeitante à *"Boa direcção dos Trabalhos"* a obrigatoriedade de, em cada obra, existir *"à testa dela e por ela responsável [...] engenheiro, arquitecto ou condutor dos quadros técnicos do ministério das obras públicas, comércio e indústria, ou devidamente diplomado por qualquer escola nacional ou estrangeira, ou mestre-de-obras [...]"* (Portugal, 1895-06-06).

Este aspecto seria garantido por uma declaração escrita do técnico, que deveria ser pessoa idónea, com assinatura reconhecida ou abonada, na qual se responsabilizaria pela direcção técnica da obra e, claro, por todos os aspectos de segurança que a ela dissessem respeito. Este aspecto é também importante pelo precedente que estabelece e que vai levar, em legislações sucessivas, a um sistema de declaração de responsabilidade por questões de projectos e de execução de obras, global e, ou, parcelarmente, por especialidade.

Outros aspectos importantes desta lei, nos nossos pressupostos de análise, são os seguintes:

- a obrigatoriedade da obra particular ser antecedida por um processo de análise e aprovação do respectivo projecto, apresentado em duplicado, em que uma cópia ficaria com o responsável técnico pela obra, na obra e o outro no arquivo da municipalidade, ou da direcção distrital de obras púbicas, consoante o caso;
- a implementação de uma garantia de transparência do processo, pela proibição de que os funcionários envolvidos na apreciação do projecto, pudessem de alguma forma estar ligados à obra ou ao projecto;
- de se aplicar não apenas à edificação confinante com as estradas, como a legislação de 1864, mas a toda a edificação;
- de estabelecer um prazo de 30 dias para a aprovação dos projectos, ou de fases de projectos (este é um aspecto que tem vindo a ser incluído na legislação ao longo de cerca de um século, mas, mesmo assim, muito raramente cumprido pelos serviços responsáveis pelo licenciamento);
- de não revogar o decreto de 1864, mantendo-se as obrigações de licenciamento nele dispostas.

A.5. 1897 – Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do Decreto de 6 de Junho de 1895

O decreto de 1897 (Portugal, 1897-06-28) vem clarificar algumas dúvidas de aplicação do decreto de 1895. Assim explicita, que as obras não abrangidas pelo regulamento de 1895, mas que mesmo assim careçam de licenciamento, são obrigadas à declaração escrita de responsabilidade pela direcção técnica de obra, subscrita pelo proprietário ou por quem legalmente o represente. Este esclarecimento vem resolver questões de omissões de responsabilidade em pequenas obras, como por exemplo pintura de paredes, ou reparações de coberturas, que sendo de pequena dimensão e sem requisitos técnicos especiais, mesmo assim comportam um elevado risco para os operários. Fazendo paralelo com a situação actual, demasiadas vezes, no nosso país, a preocupação com terceiros tem de ser «incentivada» por riscos ou danos patrimoniais próprios.

Igualmente refere que essas obras ficam sujeitas à inspecção e vigilância prescritos no regulamento e devem respeitar um determinado conjunto de articulado do mesmo.

A.6. 1900 – Regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas

O regulamento de 1900 (Portugal, 1900-09-19), na sequência dos regulamentos anteriores, designadamente o de 1864, vem redefinir as zonas de protecção *non aedificandi* (nos mesmos termos anteriores, isto é, sem licenciamento explícito), mas, ao contrário do que se fazia anteriormente, separa a questão da edificação e a plantação de arvoredo. No caso da edificação mantêm-se os valores já referidos no decreto de 1864. No caso do arvoredo de pequeno porte considera-se, no caso das estradas de 1ª e 2ª ordem, a distância de protecção de 1,1 metros.

Voltam a ser referidas as questões de limitação altimétrica das edificações, com os mesmos valores da carta de lei de 1867, agora não apenas aplicados às duas maiores cidades do país, mas a qualquer edifício construído junto às estradas (1ª. 2ª e 3ª ordens).

É também referida a proibição de saliências sobre o espaço público, como sejam o bojo de grades de janelas, a abertura para o exterior de portadas de janelas e portas, ou a existência de balcões, candeeiros, ou outros elementos salientes sobre o espaço público. Este tipo de preocupações, mesmo quando ainda não estavam expressas na legislação nacional já apareciam referidas nas posturas da cidade do Porto.

A.7. 1901 – Regulamento geral de saúde e beneficência pública

O Regulamento geral de saúde e beneficência pública (Portugal, 1901-12-24), não sendo um regulamento de aplicação directa à construção, acabou por influenciar a prática do licenciamento municipal até aos nossos dias. Este regulamento corresponde à primeira organização geral dos serviços de saúde, tanto ao nível da sua estrutura nacional e municipal, e respectivas competências, como ao nível da formação dos técnicos que podem exercer nesta área.

Estabelece o que ainda hoje são atribuições da delegação de saúde na apreciação de projectos de arquitectura nos processos de licenciamento municipal.

No preâmbulo estabelece algumas considerações sobre o que era o estado dos serviços de saúde à época, e particulariza a situação da cidade do Porto.

> *"Apontaram-se às câmaras municipais as obrigações a cumprir, nomeadamente nas obras de salubridade e no combate das moléstias infecciosas, deixando-lhes ao mesmo tempo aberta a iniciativa e acção para tudo quanto seja benefício de sanidade local. [...]*
>
> *Agregados de pujança, as duas grandes cidades de Lisboa e Porto, tinham de especializar-se sanitariamente; assim o exige a higiene dos grandes aglomerados urbanos. [...]*
>
> *O Porto jazia ainda nos obsoletos e mesquinhos moldes da organização de 3 de Dezembro de 1868, apenas com a adição do decreto de 22 de Junho de 1898. Mas a coacção das exigências sanitárias fez-se sentir de tal sorte que a câmara municipal, em honrosa e útil providência, instituiu um serviço de saúde e higiene, que especialmente se aplicou à profilaxia anti-infecciosa. Os apertos trazidos pela invasão pestilencial forçaram também o governo a estabelecer uma inspecção de serviços sanitários no Porto. Esta multiplicidade desconexa não pode subsistir; a câmara foi a primeira a reconhecer que, para bem da cidade, da administração e da sanidade pública, os seus serviços higiénicos deviam ser confiados ao estado, transferência ultimada pelo decreto de 18 de Junho último, fundindo-se esses serviços na inspecção do Porto, junto da qual, desde a quadra epidémica, mais ou menos directamente funcionaram"* (Portugal, 1901-12-24).

No corpo do Regulamento estabelecem a orgânica geral dos serviços de saúde e quais as atribuições dos mesmos. No tocante às questões ligadas à habitação salienta-se que os mesmos *"têm por fim vigiar e estudar quanto diz respeito a sanidade pública"*, designadamente *"a salubridade dos lugares e habitações"*.

No próprio regulamento são também definidas as atribuições das estruturas da administração civil delegada em matérias sanitárias. Assim,

Ao governador civil, entre outras coisas, compete:

> *"[...] Ordenar, com recurso para o governo, a demolição ou beneficiação de habitações ou construções que tecnicamente se tenha reconhecido importarem por qualquer forma perigo para a saúde pública;*
>
> *[...] Fiscalizar e promover o cumprimento, por parte das câmaras municipais, das obrigações sanitárias que lhes assistem"* (Portugal, 1901-12-24).

Os administradores de concelho têm também diversas competências de gestão sanitária, sendo as mais importantes relacionadas com as construções, o

> *"Exercer a polícia sanitária do concelho nos termos legais, procedendo imediatamente contra as transgressões de leis, regulamentos e posturas;*
>
> *[...] Manter o cumprimento das disposições consignadas nos regulamentos e posturas municipais, concernentes à limpeza e higiene das populações;*
>
> *Tomar parte com o subdelegado nas diligências sanitárias em que a presença e acção da autoridade administrativa ou policial sejam necessárias, nomeadamente nas visitas e inspecções sanitárias, determinadas pelo subdelegado ou de iniciativa administrativa:*

a) Das habitações colectivas e lugares de reunião de qualquer ordem, fazendo proceder às determinações higiénicas e às beneficiações impostas pelo técnico e compelindo à sua execução os proprietários por intimação ou autuação quando seja necessário;

b) Dos domicílios, no caso de investigação sanitária, ou no caso de queixa da vizinhança, ou de facultativo, e nos mesmos termos da alínea anterior;

c) Das habitações que pelas suas condições de insalubridade tenham de ser beneficiadas, ou demolidas, nos termos legais" (Portugal, 1901-12-24).

As estruturas locais, designadamente as câmaras municipais, têm responsabilidades em termos de política sanitária, que se repartem em dois níveis de acção, um de promoção de condições de salubridade geral pela construção e manutenção de infra-estruturas, e promulgação de posturas e outro de fiscalização das acções dos particulares. Assim,

"[...] Às câmaras municipais incumbe, sem prejuízo do preceituado no código administrativo, acerca de obras e deliberações municipais:

Prover, em geral, à sanidade pública do concelho, procedendo à instauração das obras de saneamento, depois de ouvido o parecer das estações médico-sanitárias e técnicas competentes, na conformidade dos regulamentos, e administrando o seu custeio e conservação;

Prover à limpeza das ruas, praças, cais e mais lugares públicos, e à remoção das imundices e de tudo quanto possa causar insalubridade;

Abastecer de água as povoações do concelho, nas melhores condições possíveis de quantidade e qualidade, construindo e conservando fontes, poços, reservatórios e aquedutos, segundo o sistema mais apropriado de obtenção e transporte de água potável, que será protegida contra as causas de conspurcação e inquinação;

Regular as condições de remoção e despejo das imundices domésticas, e por em execução o sistema de saneamento mais adequado, sob o ponto de vista higiénico e económico; [...]

Fiscalizar as condições de salubridade das construções sujeitas a licença municipal, fazendo cumprir os regulamentos respectivos e as posturas que dentro das suas atribuições tenha posto em vigor, e proceder à beneficiação ou demolição das habitações insalubres, nos casos determinados e segundo as formalidades da legislação respectiva" (Portugal, 1901-12-24).

Os delegados de saúde tornam-se parte activa nos processos de licenciamento de construção a partir desta altura, pronunciando-se sobre questões de salubridade geral dos projectos, sistema que se mantém até aos nossos dias.

"Ao delegado incumbe:

[...] Responder às consultas que a câmara municipal tem de dirigir-lhe nos assuntos que envolvam matéria sanitária e noutros quaisquer da sua competência" (Portugal, 1901-12-24).

Têm também uma função de recolha estatística de dados como auxiliar de gestão geral das questões sanitárias, devendo

"Elaborar o cadastro sanitário das habitações, com a menção das suas condições de salubridade, e dos casos de moléstias infecciosas que nelas tenha havido" (Portugal, 1901-12-24).

A.8. 1903 – Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [RSEU]

O Regulamento de Salubridade de 1903 (Portugal, 1903-02-14), na sequência do regulamento de 1864, vem criar as bases para uma exigência superior da qualidade das edificações e esteve em vigor quase 50 anos, até à publicação do RGEU, em 1951.

Como a sua designação determina, ao preocupar-se com questões de salubridade e saúde pública, acaba por se debruçar mais assertivamente sobre aspectos das edificações que mais facilmente têm influência nessas questões, como sejam os terrenos inadequados à edificação, o tratamento dos dejectos, ou as condições de ventilação e iluminação dos prédios. As questões de saneamento urbano e de abastecimento de água eram as que tinham mais implicações na saúde pública e na propagação de doenças, pelo que são as mais profusamente tratadas.

Existem estudos que relacionam a melhoria das condições de saneamento e abastecimento de água, com uma diminuição importante das taxas de mortalidade, especialmente da infantil.

O decreto está dividido em três capítulos e um conjunto de 60 artigos.

O primeiro capítulo, referente às condições dos próprios terrenos, estabelece a necessidade de garantir as condições de salubridade dos mesmos quer seja pela sua drenagem, quer pela sua limpeza, prévias à edificação de qualquer prédio.

Estabelece ainda questões de convivência em zona urbana de actividades poluidoras (nessa altura, poluição biológica fundamentalmente, mas também já consideram poluição química).

No Capítulo II, o mais importante no contexto do presente trabalho, estabelecem-se normas para a garantia de salubridade dos próprios edifícios.

Os principais aspectos regulados são:

- a insolação e o desafogo (pelo estabelecimento de alturas máximas em função da largura das vias, de dimensões mínimas de janelas, dimensões de pátios e saguões);
- a ventilação e cubicagem de ar (pela definição de alturas mínimas para pisos, dispositivos de ventilação na caixa de escadas, dimensão de janelas, ou volumes mínimos por pessoa em quartos de dormir);
- a impermeabilização (pelos cuidados com as fundações e pavimentos térreos relativamente a humidade ascendente, pelo cuidado com a impermeabilização de coberturas, respectivos remates e sistema de condução de águas pluviais).

São ainda tratados, mas não com o mesmo grau de detalhe, questões de segurança contra incêndio (pela definição de materiais e disposições construtivas a respeito da execução de chaminés), ou resistência estrutural (pela preocupação com as características do terreno onde assentam as fundações).

Mas, como já referido, a maior preocupação do regulamento, e a que é tratada com maior detalhe, tem a ver com as questões de abastecimento de água e drenagem de águas residuais dos prédios, que com a aglomeração crescente das cidades se torna um problema cada vez maior.

Assim, um conjunto de 32 artigos (mais de metade do total) são referentes a cuidados a ter no abastecimento de água e no saneamento. Estes artigos têm indicações de projecto (como a localização de depósitos, diâmetros de tubagens, ou a separação dos tubos de quedas das águas pluviais dos restantes despejos), mas também indicações diversas sobre execução e qualidade dos materiais a empregar. As redes de saneamento ainda eram uma relativa novidade, muitos eram os edifícios desta época que não dispunham de instalações sanitárias e são muitos os processos de licenciamento que aparecem nas primeiras décadas do século XX, com alterações para a inclusão de uma latrina, pelo que o decreto, mais do que regular, apresenta-se como um manual de construção, ensinando como deve ser feito.

De tal forma a situação de convivência com este tipo de equipamento não está ainda no hábito comum que se afirma nos §1º do artigo 42 que *"não sendo perigosa nem incómoda a vizinhança de uma latrina bem construída e cuidadosamente conservada em perfeito estado de asseio e desinfecção, a sua colocação dentro da habitação é indiferente; mas para maior garantia convém escolher local onde uma corrente de ar cruzada corte a comunicação de atmosferas"* (Portugal, 1903-02-14).

Neste decreto também passa a estar estabelecido que a obrigatoriedade de licenciamento nas cidades de Lisboa e Porto se estende a todos os edifícios, mesmo que não construído à margem das vias públicas, nem visíveis a partir das mesmas. As questões que este decreto tenta regular são de salubridade pública e não de estética das povoações, como o de 1864, pelo que é importante regular toda a construção e não apenas aquela que é visível dos arruamentos. A forma como estava feita a legislação anterior levou à densificação do interior dos quarteirões, com «Ilhas» no caso do Porto e com Pátios, em Lisboa, que assim se escusavam ao licenciamento municipal e ao respeito pela legislação existente.

Este licenciamento deve ser precedido de um parecer do Conselho de Melhoramentos Sanitários ou da sua delegação municipal, sistema que ainda hoje se mantém.

Neste decreto aparece também, pela primeira vez, a figura da licença de habitabilidade. Assim estabelece que *"nenhuma casa construída de novo ou reconstruída poderá ser habitada sem licença da Câmara Municipal"* (Portugal, 1903-02-14). Apesar de explícita na legislação desde 1903, apenas entra em uso corrente em 1927, quando o decreto de 30 de Setembro novamente o estipula e regulamenta (Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30).

Esta licença, mais do que verificar a conformidade do projecto, como irá acontecer posteriormente, destinava-se a garantir que o edifício e os respectivos materiais de construção tinham tido tempo de secar, para que se pudessem garantir condições iniciais de salubridade nas novas construções. Por esse motivo *"as câmaras municipais não poderão conceder licença para ser habitado um prédio senão passados dois meses no Verão e três no Inverno depois de concluídos os revestimentos interiores"* (Portugal, 1903-02-14).

A construção, tal como ainda continua a ser executada em Portugal, incorpora muita água no processo de execução e este processo é um dos maiores responsáveis pela existência de água no interior dos edifícios, com as consequentes anomalias.

A construção, que utiliza água na maior parte dos materiais, como os betões, as argamassa de assentamento, ou os rebocos de acabamento, necessita de tempo para que os mesmos possam secar, reduzindo o teor de humidade no interior dos materiais e dos espaços que eles confinam.

Os dois meses no Verão e os três meses no Inverno, mesmo não garantindo uma secagem completa (às vezes são necessários anos para tal suceder) permitiriam uma redução considerável do teor de humidade dos mesmos.

Actualmente não existe disposição legal equivalente e o tempo que decorre entre conclusão de obra e colocação da mesma em funcionamento é, em certos casos, tão curto, principalmente em edifícios comerciais, que o cheiro húmido a argamassas frescas mantém-se durante o uso, vários meses após a inauguração.

Muitas vezes esse cheiro, a parte mais sensível da não secagem das argamassas, sente-se apenas em espaços de estacionamento, pela não existência de climatização (que ajuda à secagem mas também a renovação de ar que diluiu os cheiros), mas casos há em que os próprios espaços de uso mantêm o odor.

O decreto ainda estipula que os diversos municípios deverão fazer regulamentos de salubridade *"modificados em atenção às circunstâncias locais"* (Portugal, 1903-02-14). Esses regulamentos, consoante os municípios, foram elaborados como regulamentos de salubridade ou como código de posturas.

A.9. 1918 – Regulamento para o emprego de beton armado

O primeiro regulamento, ou norma, nacional sobre o emprego do betão armado só aparece em 1918, (Portugal, 1918-03-28) quando o emprego do mesmo em Portugal já tinha cerca de duas décadas, embora em circunstâncias específicas como obras de arte, edifícios públicos, ou edifícios industriais e comerciais. Em habitação e no caso concreto da cidade do Porto, a sua utilização não tinha praticamente significado; vigas para aumento da largura de portas e portões, em edifícios preexistentes, para colocação de novas montras ou portões de garagem; ou, em construção de raiz, algumas vigas isoladas em situações em que igualmente poderia ter sido empregue o ferro. Nesta altura não existia uma utilização corrente do betão armado, como será visto na segunda parte deste trabalho.

Até à publicação deste regulamento eram usadas nas obras públicas *"as instruções anexas à circular ministerial francesa de 20 de Outubro de 1906"* (Portugal, 1918-03-28).

Mas a não existência de regulamentação nacional própria sobre o emprego de betão armado, para além das óbvias questões de segurança, pois *"engenheiros e construtores têm absoluta liberdade de adoptar as regras mais convenientes que lhes pareçam"* (Portugal, 1918-03-28) levantava também questões de âmbito profissional, pois não existia a obrigatoriedade da responsabilização de um engenheiro pela competente execução dos respectivos cálculos, nem meios de fiscalização da correcta execução, pelo estado ou pela municipalidade.

Por essa razão é que a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, antecipando-se a qualquer encomenda ou nomeação estatal, encarrega uma comissão de técnicos de elaborar um conjunto de instruções regulamentares, com as regras a adoptar neste tipo de construções, que veio a dar origem ao decreto publicado em 1918.

Mesmo não pretendendo fazer a análise completa do diploma, vale a pena referir alguns aspectos que têm influência directa no licenciamento, ou no projecto dos edifícios (do ponto de vista dos arquitectos, isto é, como o mesmo resolve, ou auxilia a resolver, situações de projecto).

O primeiro reparo é o facto de o decreto corresponder efectivamente a uma posição corporativa, pois apenas permite a responsabilidade de engenheiros portugueses.

Como sabemos, os primeiros projectos de betão armado construídos em Portugal eram inicialmente calculados no estrangeiro, remetidos por correio, instruídos com os desenhos e cálculos respectivos, para que os construtores os executassem. Qualquer pessoa, sem formação na área, podia encomendar o projecto no estrangeiro e executá-lo, cumprindo-o na forma que o seu entendimento o permitia.

Ao garantir que a responsabilidade tenha de ser de um engenheiro nacional, garante-se a existência de estruturas técnicas locais, mesmo quando o projecto continue a ser calculado lá fora.

Outro dos aspectos importantes para o arquitecto enquanto projectista é a diminuta expressão (e espessura) dos elementos resistentes, principalmente as lajes, que saíam da aplicação destas normas.

A.10. 1924 – Lei nº 1 670

A lei nº 1 670 de 1924 vem clarificar e reforçar o poder municipal relativamente às competências no licenciamento de obras particulares.

Apesar de os Códigos Administrativos anteriores, nomeadamente o de 1878 em vigor nesta data, já dizerem que os municípios tinham a capacidade:

"Para regular nos termos da lei respectiva o prospecto e alinhamento dos edifícios dentro das povoações;

Para ordenar a demolição de edifícios arruinados, que puserem em risco a segurança dos indivíduos ou das propriedades, precedendo vistoria e as mais formalidades requeridas pela legislação respectiva;" (Portugal, 1878-05-06).

Os mesmos não estabeleciam quais eram os mecanismos de que a câmara municipal se podia servir para garantir o cumprimento, por parte dos proprietários, do que tinha sido licenciado.

Esta lei explicitamente confere às câmaras municipais a capacidade de:

"[...] embargar de obra nova, observando-se o disposto nos artigos 380°, 382º, 384º e o 385° do Código do Processo Civil, quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas pelos particulares, sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de prescrições constantes de licença por esta concedida ou do quaisquer disposições dos regulamentos ou posturas municipais" (Portugal, 1924-09-15).

Estabelece ainda os prazos de procedimento, e os trâmites legais a efectuar, tanto na imposição da ordem camarária, como na reclamação do proprietário relativamente à mesma.

No caso de edifícios que ameacem ruína estabelece que a demolição não pode ser feita sem ser precedida de uma vistoria, de alguma forma para garantir que não fosse utilizado este artifício para a demolição de edifícios fora dos termos da lei.

Mas, do meu ponto de vista, o aspecto mais importante da presente lei é o facto de pela primeira vez um diploma legal estabelecer a obrigatoriedade da assinatura de um técnico responsável pelo projecto. O termo referido no decreto de 1895 (Portugal, 1895-06-06) é relativo a responsabilidade de segurança de operários em obra, não relativo a autoria de projecto.

Assim, no artigo 4º refere que

"A partir da data da publicação da presente lei, nas cidades do continente não poderá ser aprovado nenhum projecto de obras particulares sem que tenha a assinatura de um técnico possuindo um curso que habilite para a construção civil, professado num estabelecimento oficial de ensino, nacional ou estrangeiro" (Portugal, 1924-09-15).

Esta obrigatoriedade, que no tocante ao país se aplica dentro das cidades, isto é, em espaço urbano, para Lisboa e Porto estende-se a toda a área do concelho, conforme o estipulado no artigo 5º.

"Dentro dos concelhos de Lisboa e Porto só os técnicos referidos no artigo antecedente podem dirigir e tomar a responsabilidade das obras indicadas no mesmo artigo e daquelas que, não necessitando de projecto, sejam consideradas de importância" (Portugal, 1924-09-15).

Apesar de ser um passo importante no estabelecimento de regras de licenciamento, e de responsabilidade técnica pela elaboração de projectos, mantém a confusão entre projecto e construção, uma vez que podem assinar projectos técnicos habilitados para a construção civil (por exemplo condutores de obras públicas, ou mestres de obras) e não técnicos habilitados para o projecto, arquitectos ou, nesta fase, engenheiros.

A.11. 1927 – Decreto nº 14 372

Apesar de o RSEU já considerar a necessidade da emissão de uma licença que atestasse que o edifício tinha respeitado na sua obra, e não apenas no projecto, os preceitos de salubridade estabelecidos no regulamento, e se encontrava em condições de ser habitado, o mesmo nunca foi formalmente implementado.

Com a reorganização dos serviços de saúde, através do decreto n.º 12 477, de 12 de Outubro de 1926, que implementou também um sistema de taxas com vista à arrecadação de receitas para o Estado e para os municípios, a licença de habitabilidade passa a ter existência efectiva, significando na realidade um imposto sobre a propriedade.

Não querendo que pareça que apenas razões económicas ditam o estabelecimento destas taxas sanitárias, o decreto salienta que as mesmas também se destinam *"ao desenvolvimento desejável das práticas de higiene pública"* (Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30).

Assim, o artigo 4º estabelece que

"A licença municipal para construção ou reconstrução de prédios urbanos terá como complemento, logo que a obra esteja concluída, um atestado de habitabilidade, a que se refere o artigo 57º do decreto de 14 de Fevereiro de 1903, passado sobre vistoria feita pela autoridade sanitária respectiva e por engenheiro ou empregado técnico da municipalidade" (Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30).

Estabelece ainda os valores das taxas que serão diferentes, em Lisboa e Porto, do resto do país.

"Por cada licença será paga a taxa de 50$ em Lisboa e Porto e de 25$ nas outras cidades e vilas, pertencendo metade do produto desta taxa ao Estado e a outra metade à câmara municipal conforme o n.º 2 do artigo 32º do decreto n.º 12 477, de 12 de Outubro de 1926" (Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30).

A.12. 1951 – Regulamento geral das edificações urbanas [RGEU]

O RGEU foi publicado em 7 de Agosto de 1951 e foi o primeiro (e ainda único) regulamento aplicado à construção de edifícios em todos os seus aspectos, ou em praticamente todos os seus aspectos (Portugal, 1951-08-07).

O regulamento de 1903 centrava-se nas questões de higiene e saúde, enquanto o RGEU tenta determinar e inventariar todas as situações com implicações na qualidade geral dos edifícios, quer a nível de higiene e saúde (como o RSEU), quer a nível de segurança contra incêndio, estabilidade, condições mínimas de uso, conforto e segurança geral, e outras.

Teve revisões parcelares ao longo do último meio século, artigos retirados, outros com redacção alterada, em função de toda a outra legislação mais específica que entretanto foi promulgada.

Como neste trabalho se pretende uma perspectiva no campo da história da construção, foi considerada mais importante a análise do regulamento, tal como foi publicado em 1951 e não a versão actual do mesmo, embora alguma menção a alterações entretanto feitas possa fazer sentido em certas análises e será nesse ponto referida.

O RGEU organiza-se em 6 Títulos, 20 Capítulos e 168 Artigos, notoriamente muito mais extenso que o decreto de 1903.

Como aspectos mais importantes relativamente à legislação antecedente podem ser referidos os seguintes:

- o estabelecimento de uma tipologia de habitação em função do número estimado de ocupantes;
- o estabelecimento de áreas mínimas por compartimento e por tipologia de habitação;
- o estabelecimento de normas de segurança e estabilidade na execução de elementos de construção tradicional como paredes (designadamente espessuras mínimas das mesmas em função do material, altura e localização no edifício) ou coberturas;
- a obrigatoriedade de justificação por cálculo, ou por experiência, da escolha das secções dos elementos resistentes horizontais;
- a questão da solidez das edificações é referida independentemente das questões de cálculo, mas referenciada às questões de uso, ou de alteração de uso;
- as questões de segurança pública e dos operários também merece menção no RGEU. Não só na relação com a execução de novas obras, mas também nas questões relativas à segurança das existentes;
- a segurança contra incêndio também é mencionada explicitamente, claro que com uma formulação muito mais simples do que serão os regulamentos de segurança contra incêndio, promulgados décadas depois, mas mesmo assim, tocando nos pontos principais de evacuação de pessoas, contenção do incêndio e extinção do fogo. Incluiu também indicações sobre a necessidade de adaptação de edifícios preexistentes, quando pela convivência de funções resulta perigo agravado de propagação de incêndio.

Após a publicação do RGEU passou a ser obrigatória a existência de uma Comissão Municipal de Arte e Arqueologia em todos os concelhos (artigo 127). Anteriormente, os artigos 113 e 114 do código administrativo (1936-40) já se pronunciavam sobre a sua constituição e competências, mas não estabeleciam a obrigatoriedade da mesma, o que levava a que apenas os municípios de maiores dimensões a tivessem em funcionamento.

Igualmente a constituição e competências da Comissão Municipal de Higiene também já era determinada nos artigos 111 e 112 do citado código administrativo.

Até ao final do século XX o RGEU foi alterado 10 vezes pelos seguintes decretos, sempre parcelarmente, pela supressão ou inclusão de alguns artigos:

- Decreto-lei n.º 38 888 de 29 de Agosto de 1952;
- Decreto-lei n.º 44 258 de 31 de Março de 1962;
- Decreto-lei n.º 45 027 de 13 de Maio de 1963;
- Decreto-lei n.º 650/75 de 18 de Novembro;
- Decreto-lei n.º 43/82 de 8 de Fevereiro;
- Decreto-lei n.º 463/85 de 4 de Novembro;
- Decreto-lei n.º 172-H/86 de 30 de Junho;
- Decreto-lei n.º 64/90 de 21 de Fevereiro;
- Decreto-lei n.º 61/93 de 3 de Março;
- Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro (com as alterações introduzidas posteriormente pelo decreto-lei n.º 177/2001 de 4 de Junho).

O RGEU apresenta-se como uma cristalização das práticas legais anteriores, absorvendo o que eram as filosofias expressas e latentes. Durante mais de trinta anos foi a legislação com mais importância na actividade edificatória. As publicações, a partir da década de oitenta, de legislações várias nomeadamente as relativas a segurança contra incêndio, térmica e acústica, vêm reduzir a importância legislativa do RGEU, mas mantendo-se o mesmo como a base legal de enquadramento geral da edificação.

A.13. 1955 – Regulamento da propriedade horizontal

Em 14 de Outubro de 1955, pelo decreto-lei nº 40 333, é estabelecido o regime legal de propriedade horizontal em Portugal, anseio expresso de investidores, construtores e proprietários (Portugal, 1955-10-14). Esta promulgação era solicitada há longo tempo, havendo mesmo, em 1948, o estabelecimento da sua obrigatoriedade legislativa, estipulada pela lei nº 2 030, de 22 de Junho, mas só tendo sido cumprido cerca de sete anos depois.

Este regime veio dar maiores possibilidades aos habitualmente designados «prédios de rendimento»[69], facilitando igualmente o fraccionamento e a venda dos edifícios construídos antes da promulgação da legislação.

Tal como o decreto faz questão de referir no seu ponto introdutório, *"a figura da chamada propriedade horizontal ou propriedade por andares [...] parece ser há muito conhecida nas nossas leis pátrias"* (Portugal, 1955-10-14). Remontaria a mesma (pelo menos) às Ordenações Filipinas, quando se dispunha sobre direitos de execução de aberturas ou obras em edifícios que fossem de dois proprietários, em que *"de um deles seja o sótão e de outro o sobrado"* (Portugal). A lei que finalmente vem substituir as Ordenações Filipinas, em 1867, o primeiro Código Civil Português (Portugal, 1867-07-01) igualmente estabelece no seu artigo 2335º a possibilidade de diferentes andares de

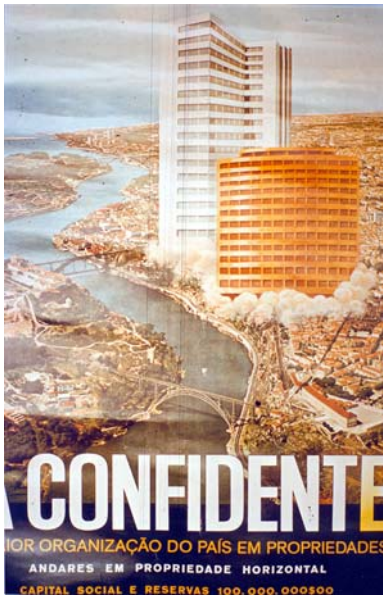


Fig.50 Publicidade de "A Confidente".
A Propriedade horizontal como baluarte da modernidade, implodindo a cidade histórica.



Fig.51 Zona histórica ribeirinha.
O Centro histórico da cidade do Porto foi classificado em 1996 como Património da Humanidade pela Unesco.
(Vale, 2008/06)

um edifício pertencerem a diferentes proprietários e regula a forma como serão repartidas as despesas com a manutenção e reparação do imóvel.

Mas o que o decreto-lei nº 40 333 vem estabelecer, de uma forma diferente das anteriores legislações, é a possibilidade de, dentro de um mesmo andar, existirem várias fracções de diferentes proprietários, regulando também os direitos e obrigações dos comproprietários (condóminos, como passaram a ser designados) relativamente às partes comuns do edifício, algo que estava feito de uma forma muito incipiente no citado artigo do Código Civil.

A parte introdutória ao diploma, umas extensas quatro páginas de um total de oito que constituem o decreto, evidencia as razões da necessidade da regulamentação, clarifica designações, adequabilidade das mesmas, requisitos para a sua constituição, definições, direitos e obrigações, fundamentando o que nas páginas seguintes é regulado no articulado. A definição de um regime de propriedade horizontal é reconhecida como *"uma necessidade dos tempos*

69. A designação de "prédio para rendimento" seria mais utilizada em Lisboa do que no Porto, até pelo facto de na capital existirem mais prédios nessas circunstâncias por maiores necessidades de habitação para uma classe capaz de suportar um arrendamento, mas sem capacidade para adquirir integralmente um imóvel. Já no século XVIII, em descrições relativas à reconstrução de Lisboa é encontrada a designação e, para o período em análise, no princípio do século XX a designação é utilizada, por exemplo, em vários dos edifícios que são alvo de apresentação nas revistas "A construção moderna" e "Arquitectura Portugueza". No Porto, pelo menos ao nível das memórias descritivas dos licenciamentos estudados, a designação não tem tanta força, sendo poucas vezes referido esse facto, mesmo quando notoriamente o edifício a isso se destina, pois a análise dos projectos permite perceber que são efectivamente prédios para rendimento, isto é, edifícios que comportam várias habitações onde algumas delas, ou a totalidade, se destinam ao aluguer. Em alguns edifícios existe a composição entre habitação própria e habitação para rendimento. Por exemplo, nos projectos aqui estudados do arquitecto José Carlos Loureiro para a Família "Ortigão Sampaio" (Maria Feliciana Ortigão Sampaio Correia de Oliveira e Marta de Sousa Ortigão Sampaio Sequeira), uma das habitações, de dimensões muito generosas, é destinada aos proprietários do imóvel e as restantes, de tipologias mais baixas e áreas mais contidas, são destinadas ao aluguer e, mais tarde, face às alterações legislativas que tornaram isso possível, à venda.

modernos, como de algum modo o atestam, não só a larga divulgação do sistema num grande número de países estrangeiros, mas também as reiteradas solicitações que entre nós tem sido feitas ao governo" (Portugal, 1955-10-14). Tendo sido legislação emitida no período do Estado Novo, nota-se a preocupação do legislador de não fazer tábua rasa do que eram os «ensinamentos do regime», salientando que *"o sistema tradicional das moradias independentes,* mais a carácter com a pureza de costumes e tranquilidade da nossa vida doméstica *"* tem vindo a ser substituído pelo *"sistema dos blocos residenciais, mais adequados por sua vez às exigências da vida moderna nos* grandes centros populacionais *"* (Portugal, 1955-10-14)[70], deixando assim perfeitamente expresso que nos pequenos aglomerados se deveria continuar a apostar em habitação individual, independente, «casinhas portuguesas, com certeza».

A necessidade de não espraiar continuamente as cidades à custa dos espaços agrícolas circunvizinhos e a premência de resolver os "*problemas dos transportes colectivos – cujas dificuldades crescem naturalmente à medida que aumenta a distância do centro às zonas periféricas das cidades*" levam a que a questão da propriedade horizontal seja considerada, pelas aspirações (elas também tradicionais) das populações de aquisição do domínio sobre os espaços que habitam e pela pressão das empresas construtoras e proprietários dos grandes blocos residenciais, pois *"o novo regime promete um notável incremento da construção"* (Portugal, 1955-10-14).

A não existência de um regime de propriedade horizontal legalmente estabelecido tinha consequências directas na edificação, principalmente de habitações, resultado do esforço económico do investimento, com implicações na tipologia dos edifícios e dimensão dos empreendimentos. As tipologias habitacionais, na década de cinquenta, já contemplavam a divisão de pisos por diversas habitações, mas essa divisão não tinha reflexo no regime de propriedade do edifício.

À data da promulgação do decreto, a situação não era idêntica em todo o país, pela própria dimensão relativa das cidades e pressão demográfica existente em cada uma delas.

Lisboa e Porto, as duas maiores cidades eram os destinos principais dos afluxos populacionais, num movimento que se foi caracterizando pelo esvaziamento do interior e rural e concentração no litoral e urbano.

As características das duas cidades são diferentes. Enquanto em Lisboa a maioria dos edifícios de habitação corresponde a tipologias de habitação colectiva, modelos estudados e rentabilizados desde o processo de reedificação da cidade pós terramoto, no Porto predomina a habitação individual, própria ou alugada, com uma identificação directa entre o cadastro do território e o espaço de habitação. Até sensivelmente à década de quarenta do século XX, na segunda cidade do país a habitação colectiva não tem expressão significativa.

As próprias iniciativas de promoção de habitação para classes mais baixas, quer sejam iniciativas de «filantropos», associações, do município, ou estatais, baseiam-se em tipologias de habitação individual.

Claro que as próprias características do tecido social da cidade justificam esta permanência da habitação individual, enquanto valor tradicional, mas o facto da implementação de habitação colectiva corresponder a um maior esforço financeiro de um investidor individual limita também o acesso a esta tipologia habitacional.

Analisando o número de fogos por edifício na cidade do Porto, para os valores censitários disponíveis na súmula estatística, que abrangem o período anterior à promulgação da legislação e o período imediatamente posterior,

70. Sublinhados da autora.



Fig.52 Alguns dos grandes empreendimentos construídos na Avenida da Boavista depois do decreto de 1955.

(Vale, 2008b)

Legenda dos empreendimentos (nº de licença e ano de licenciamento)
A - Licença nº 433/1971 (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1971)
B - Licença nº 302/1973 (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1973)
C - Licença nº 224/1963 (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1963)
D - Licença nº 224/1963 e 397/1967 (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1963, 1967)
E- Licença nº 598/1973 (CMPorto & Machado, 1973b)
F- Licença nº 591/1973 (CMPorto & Machado, 1973a)
G- Licença nº 177 e 178 /1984 (CMPorto, 1984)
H- Licença nº 262 /1977 (CMPorto, 1977)
I- Licença nº 86/1970 (CMPorto & Losa, 1970)
J - Licença nº 185 /1980 (CMPorto, 1980)

podemos constatar que o número médio de fogos por edifício é muito baixo, uma média de 2,1 fogos por edifício em 1952 e de 4,2 em 1967 (INE, 1971). De referir que estes dados se referem a edifícios construídos nestes anos e não ao parque habitacional existente, o que certamente daria uma perspectiva de menor diferença pelo efeito do acumulado.

Comparando com a situação actual (isto é, com a situação do último censo da habitação com resultados finais publicados, realizado em 2001[71]) a média geral na cidade do Porto é de 2,7 fogos por edifício, e se considerarmos apenas os edifícios construídos depois de 1961, este valor passa para 4,1 fogos por edifício. Como referência e

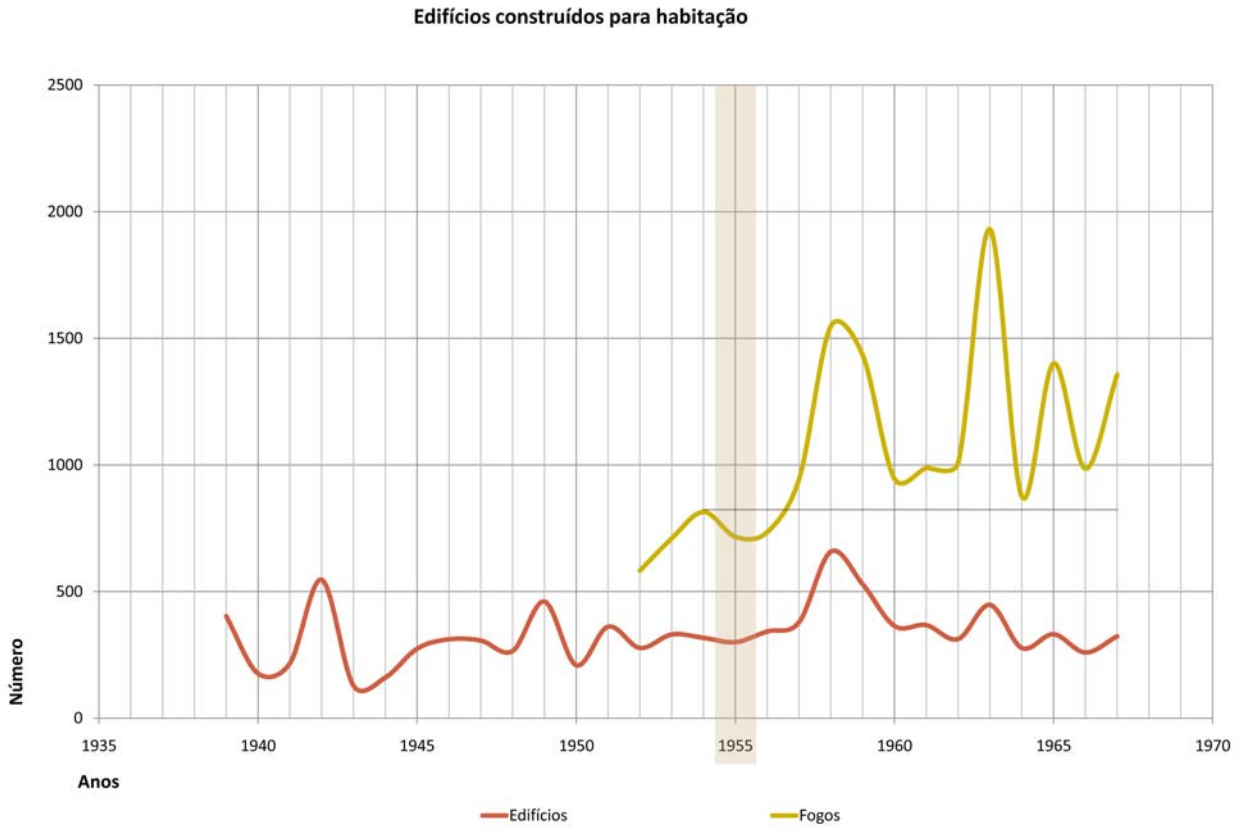


Fig.53 Evolução do número de fogos por edifício na cidade do Porto.
Período antecedente e sequente à publicação do decreto que regula a propriedade horizontal.

Fonte dos dados (INE, 1971)

contraponto, para os mesmos períodos e pressupostos, a cidade de Lisboa tem valores que se mantêm, quase sem alteração, pouco acima dos 3 fogos por edifício.

Relativamente a edificação nova ou sujeita a grandes remodelações, podemos também tomar como referência os dados de 2008, fornecidos pelos serviços municipais responsáveis pelo licenciamento. A circunstância não se altera significativamente, continuando a existir uma assimetria evidente entre as duas cidades, mas com um desfasamento já mais diluída que anteriormente.

A promulgação do decreto teve efectivamente influência na dimensão dos empreendimentos habitacionais, mas tal processo é muito mais sensível observando o contexto real da cidade, do que através de análises estatísticas. A influência é notória quer na dimensão dos empreendimentos destinados à habitação, quer na quantidade dos mesmos. No caso particular em estudo, a Avenida da Boavista e zonas circundantes, nem sequer é preciso uma análise muito aprofundada para ter essa percepção. A dimensão dos empreendimentos que a partir da década de sessenta começam a aparecer na referida artéria e nas zonas próximas, nada tem a ver com a dimensão dos empreendimentos das décadas anteriores. O aumento processa-se quer em extensão de área de implantação, quer

71.Foi realizado em Março e Abril de 2011 o Censo da População e da Habitação, cuja publicação de primeiros resultados está anunciada para Julho de 2011 (INE, 2011).

em altura, correspondendo sempre a um aumento do número de fracções. Sabemos que outros factores deverão ser sempre tidos em conta, como as questões tecnológicas que possibilitam gradualmente um aumento do número de pisos dos edifícios e as questões do planeamento urbanístico, que vão aceitando a pressão crescente naquela área da cidade, fruto também do novo atravessamento da ponte da Arrábida, permitindo o aumento da cércea da construção. Mas a possibilidade de fraccionar um piso por diferentes proprietários e o estabelecimento das «regras de convivência» num condomínio, vai abrir novas portas ao investimento em habitação para venda, para utilizadores finais ou para o mercado de investimento para arrendamento.

Tomando como referência a nossa área de análise, fizemos um estudo sobre a dimensão dos empreendimentos construídos antes e depois da promulgação do decreto. Os licenciamentos imediatamente posteriores à promulgação do decreto ainda correspondem a processos de decisão anteriores, notando-se esse desfasamento na constatação dos resultados da aplicação da lei. É possível verificar o forte impacto da legislação na dinâmica edificatória desta área, correspondendo a mais edifícios construídos, com maiores áreas de implantação, mais altura, e muitas mais fracções individuais.

Na Rua da Boavista foram licenciados 9 edifícios de habitação colectiva entre 1941 e 1955. Posteriormente à promulgação do decreto, para um igual período de 15 anos [1956-1970] foram licenciados 24, quase todos com áreas de implantação bastante superior. O mesmo sucedeu na Praça Mouzinho de Albuquerque, com uma relação de 3 para 10, e na Avenida da Boavista, com uma relação de 7 para 31, e com mais 12 edifícios licenciados nos 5 anos seguintes [1971-1975].

A.14. A legislação promulgada após o 25 de Abril.

A partir da revolução de Abril e principalmente a partir da adesão de Portugal à CEE, o número de diplomas publicados com aplicação directa à edificação foram muitos, alguns deles entretanto já substituídos por novas formulações mais específicas, organizadas, ou exigentes.

Face à quantidade de decretos publicados (a análise dos mesmos tem complexidade para se constituir como uma tese independente) optamos por não fazer a sua análise detalhada.

A.15. A legislação promulgada no século XXI.

Grande parte de aspectos específicos da construção como a Segurança Contra Incêndio, o Comportamento Térmico, a Racionalidade Energética, ou os Requisitos Acústicos, bem como todo o procedimento de licenciamento de obras sofreram alterações na primeira década deste século. Da legislação fundamental que actualmente se aplica à construção, apenas dois decretos são do século passado. O RGEU e a Lei de Bases do Ambiente, embora, em ambos os casos, com adições ou revogações de artigos posteriores à sua promulgação.

Em todas as outras áreas existiu já revisão, no século XXI, como por exemplo a acústica, a térmica, a segurança contra incêndios ou o regime de licenciamento e a responsabilidade pela subscrição de projectos.

Hiptxt. 1.4.A - Posturas municipais

Existem, pelo menos, dois tempos distintos na promulgação de posturas municipais: o primeiro, correspondendo ao Municipalismo de Raiz Medieval; e o segundo, após a centralização do poder pós Carta Constitucional, que se mantém, com níveis diferentes, durante o século XIX e grande parte do século XX.

O Código Administrativo de 1836, não pretendia dar certas atribuições aos municípios, mas sim estabelecer quais as competências do estado central e quais as competências delegadas municipalmente. Com as convulsões do 1º quartel do séc. XIX e a política centralista, o municipalismo perdeu força. Atribuições que tinham sido competências dos concelhos ou cidades, enquanto estruturas civis (ou religiosas veja-se o caso de Braga), foram sendo perdidas com todas as legislações que foram promulgadas nos anos que se seguiram às invasões francesas, independência do Brasil e Guerras Liberais.

Outra das questões que se coloca na altura de promulgação do primeiro Código Administrativo, para além de ampliar ou reduzir competências dos municípios, é a de colocá-los, não todos em pé de igualdade, mas segundo uma estrutura hierárquica de importância relativa, que os transforma em municípios de 1ª, 2ª ou 3ª categoria, em que Lisboa encabeça a lista e o Porto se lhe cola com pouco desfasamento. Esta divisão permite mais facilmente estabelecer níveis de competência distintos.

A reforma administrativa é a machadada no municipalismo de tradição medieval e ainda hoje se sentem os ecos das aspirações de alguns dos extintos concelhos que continuam a ansiar pela «autodeterminação» política, económica e cultural, com desejos de autoridade para a gestão dos seus destinos, de uma forma mais arreigada na tradição do passado do que em capacidade de gerir o futuro.

A redução do número de municípios é uma forma de centralização do poder, ainda que à partida possa parecer o contrário, porque aumenta o peso individual de cada um deles. Mas uma estrutura administrativa demasiado dividida, assim como uma estrutura fundiária demasiado repartida, são entraves à modernização e à gestão eficiente, isto é, às políticas que pretendiam ser implementadas pelo governo do país e uma restrição ao poder central.

Neste contexto de reforma administrativa, é reiterada em 1838 pela Rainha a autoridade dos municípios para a promulgação de posturas e é clarificado o seu âmbito, pois aos mesmos tinham-lhe sido retiradas as "*atribuições [...] que pertencem à autoridade judiciária*" (Portugal, 1838-06-06). É a partir desta altura que muitos concelhos optam por compilar e publicar, em forma de livro, o conjunto de leis sob as quais se rege a ordem municipal.

B. Legislação de promulgação municipal

A legislação nacional contempla condicionantes e privilégios próprios para a cidade de Lisboa e, mais tarde, para a do Porto, face à maior dimensão, capacidade de gestão e força económica das duas cidades no confronto com as restantes cidades do país. De referir que o tratamento diferenciado de Lisboa é uma questão histórica e não recente.

Pouco após a emissão do primeiro Código Administrativo de 1836, tanto Lisboa como o Porto, foram alvo de legislação específica emitida pelas respectivas câmaras, sob a forma de posturas municipais, onde, para além de se regularem outros aspectos do funcionamento da cidade, designadamente hábitos de utilização do espaço e coisa pública, licenças de utilização e funcionamento de actividades, ordem pública, coimas, também se começam a regulamentar aspectos da construção de edifícios e da utilização das vias públicas, mormente aqueles que interferem directamente com a salubridade e segurança das populações. Estas cidades são as primeiras a ser responsáveis pelo licenciamento da construção que ocorre dentro da área urbana do município, embora, para sermos rigorosos, esta é uma reposição de uma situação anterior, já que a tradição medieval é de «independência» nesses aspectos.

As posturas municipais tentavam estabelecer normas de convivência e de salubridades na cidade, tão mais difíceis de manter quanto maior era a aglomeração urbana ou a cadência de chegada de novas pessoas à mesma. Questões de desenho, de uso e de apropriação do espaço público, como por exemplo os avanços sobre o espaço das ruas permitidos à edificação (Gonçalves, 1986), mas também, muito importante, disposições relativas à forma como cada um se poderia desembaraçar dos lixos e outros imundices produzidas na habitação, eram tratadas nas posturas, na maior parte das vezes em forma de editais. Esta preocupação com a limpeza e salubridade leva, não só a tentar estabelecer obrigações de manutenção de limpeza e proibições de fazer vazadouro de entulhos, mas também a regular as actividades que mais possam contribuir para a produção de matérias pouco salubres. Assim regem-se por exemplo as actividades dos curtumes, ou dos mercados de venda de alimentos, ou de animais.

No Porto, durante o século XIX e grande parte do século XX, a maior parte das posturas publicadas referem-se efectivamente a lixos e limpeza urbana por um lado e a trânsito pelo outro. A implementação de uma rede de saneamento público e a proibição de fazer ligações de «canos» para as ruas fazem parte das preocupações mais evidenciadas nas posturas.

A declaração régia de 6 de Junho de 1838 (Portugal, 1838-06-06) referida no ponto B.1. (pag.115) do Capítulo 1.3, conjuntamente claro com a implementação do Código Administrativo, tem provavelmente influência[72] na publicação de um pequeno livro, em 1839 (CMPorto, 1839), com as posturas municipais da cidade do Porto, pela primeira vez impressas e compiladas num único sítio e não soltas por diversos editais e acórdãos como era o uso até então. A generalidade das posturas já se encontravam agregadas num livro encadernado que juntava editais impressos e manuscritos, um Índice dos Acórdãos (CMPorto, 1838)[73] até por uma necessidade operativa de consulta dos funcionários e algumas dessas posturas tinham já tido publicação em Edital conjunto, uma folha única, tamanho próximo do A2 (CMPorto, 1835-07-15) que foi subsequentemente reeditado com alterações, correcções ou novas adições, consoante o que era mais premente para a administração municipal no momento. Mas o colocá-las num pequeno livro impresso, de fácil manuseio e transportável num bolso, de ampla e franca divulgação, torna-as facilmente acessíveis a todos, quer aos munícipes que as deviam respeitar, quer aos "vigilantes" que zelariam pelo cumprimento das mesmas[74].

72.O facto de vários municípios portugueses procederem à publicação impressa (em livro) das suas posturas em datas muito próximas, e todas posteriores a 1838, vem reforçar esta ideia.

73.*" [...] cuidei deste dos Acórdãos, que se acham lavrados nos quatro livros deste mesmo nome; o que me parece de reconhecida utilidade: podia esta obra compreender bastantes espécies mais [...]*

Porto, 20 de Abril de 1838

Januário Luiz da Costa"

(CMPorto, 1838)

74.Existe um livro manuscrito, com um índex de posturas, elaborado em 1849 por Henrique Duarte e Souza Reys (CMPorto & Reys, 1849). Esta compilação, posterior à edição de 1839, vem incluir algumas (poucas) posturas que entretanto foram promulgadas, mas mais do que isso constituiu um índice de assuntos, com desmultiplicação de entradas, para mais facilmente encontrar a postura relativa a determinada questão. Resulta de um trabalho diligente de organização do acervo municipal, tanto a nível de documentos de uso corrente, como de documentos histórico, levado a cabo por um conjunto de escrivães a partir da reorganização do país saída da crise liberal e que ainda hoje são uma ajuda imprescindível para quem estuda a história da cidade. Em 1851, o trabalho é continuado pelo mesmo funcionário (CMPorto & Reys, 1851).

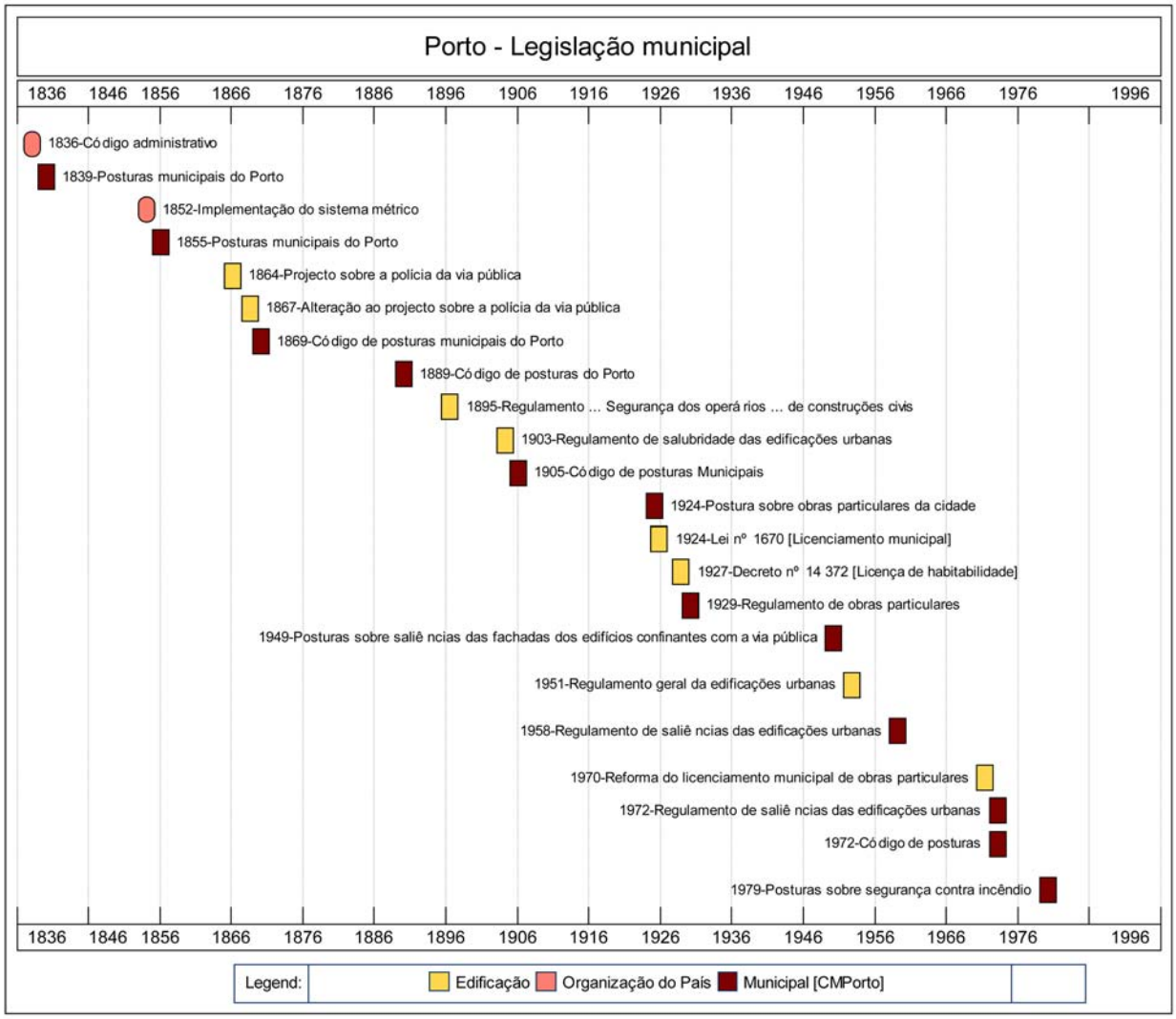


Fig.54 Códigos de Posturas Municipais e Regulamentos de Obras Particulares da Cidade do Porto.

Nestas posturas estabelece-se as regras de funcionamento da cidade a muitos níveis, em que apenas alguns têm a ver com a edificação e portanto com interesse para o presente estudo.

As posturas da cidade vão sofrendo revisões ao longo dos anos, com alguma regularidade, tendo-se no Porto perdido o «hábito» de promulgar posturas relativas à edificação já após o 25 de Abril[75].

A nossa análise das posturas municipais da cidade tomou como ponto de referência o final das guerras liberais e a organização do país segundo uma monarquia constitucional e a nova visão do que deveria ser a administração pública do país.

75. Em 1979 ainda encontramos uma nova revisão das posturas relativamente a saliência das fachadas. A saída de um conjunto de legislação nacional aplicada à construção, alguma dela mais restritiva, ou mais definida, que as próprias posturas, que se intensificou após a entrada de Portugal na CEE, e as alterações de que o país foi alvo nas últimas décadas, levou a que as posturas municipais fossem perdendo operatividade, força e caindo no esquecimento. Mas em outras áreas, que não a edificação, por exemplo, a questão dos lixos e da limpeza urbana, elas mantêm-se como uma das ferramentas de controlo municipal.

B.1. 1835 a 1855

Os editais publicados nos primeiros tempos são organizados por temas com ordenação alfabética e são ainda reflexo dos hábitos da sociedade anterior, que se mantêm, como a (que para nós não deixa de ser cómica) relativa à obrigação de *"Que quem [a] lançar [água] das janelas abaixo o não faça senão depois das nove horas da noite no Inverno, e onze no Verão, dizendo três vezes - água vai -"* (CMPorto, 1835-07-15).

Este artigo ainda se mantém em 1839, nas primeiras posturas publicadas em livro, e apenas nas posturas de 1855 sofre uma reformulação que sugere já mudança de usos. Assim, já se refere que

> *"fica vedado tanto de dia como de noite lançar água à rua quando nela houver aqueduto, e nas ruas em que não os houver poderá fazer-se o despejo, mas somente de noite, depois das onze horas, e ainda assim repetindo por três vezes e com pequenos intervalos as vozes - água vai - O que contravier esta postura pagará dois mil reis, além do prejuízo de terceiro*" (CMPorto, 1855).

Das posturas publicadas anteriormente às de 1855, poucos aspectos há a reter no que concerne à edificação.

São essencialmente questões relacionadas com a necessidade de garantir segurança e saúde pública, como a não colocação de elementos no exterior dos edifícios, que possam colidir com o uso dos passeios ou das vias, não lançar água ou imundices para as ruas, manter limpas as testadas das casas, não deixar bestas paradas junto aos edifícios, com *"incómodo do público"*, ou deixar sem *"a necessária luz"* objectos junto às portas, como paus, lenhas, ou outros que possam dar origem a acidente e constituir perigo para os cidadãos. São ainda estabelecidas as zonas da cidade para a deposição de entulhos.

Neste edital de 1835, como artigos especificamente direccionados para a edificação apenas dois são incluídos:

- um relativo à qualidade das telhas que podem ser comercializadas;
- e outro relativo à remoção de entulhos provenientes de construções e demolições (CMPorto, 1835-07-15).

Na sucessão de promulgação de posturas e editais percebe-se que o período é de actividade edificatória intensa, quer de obras de raiz, quer pelo melhoramento ou aformoseamento dos edifícios existentes, muitas vezes desrespeitando posturas e licenciamentos municipais.

Os artigos que se referem à edificação começam a ser cada vez mais elaborados, muitas vezes alvo de edital individual que posteriormente é incluído no edital de publicação conjunta das posturas.

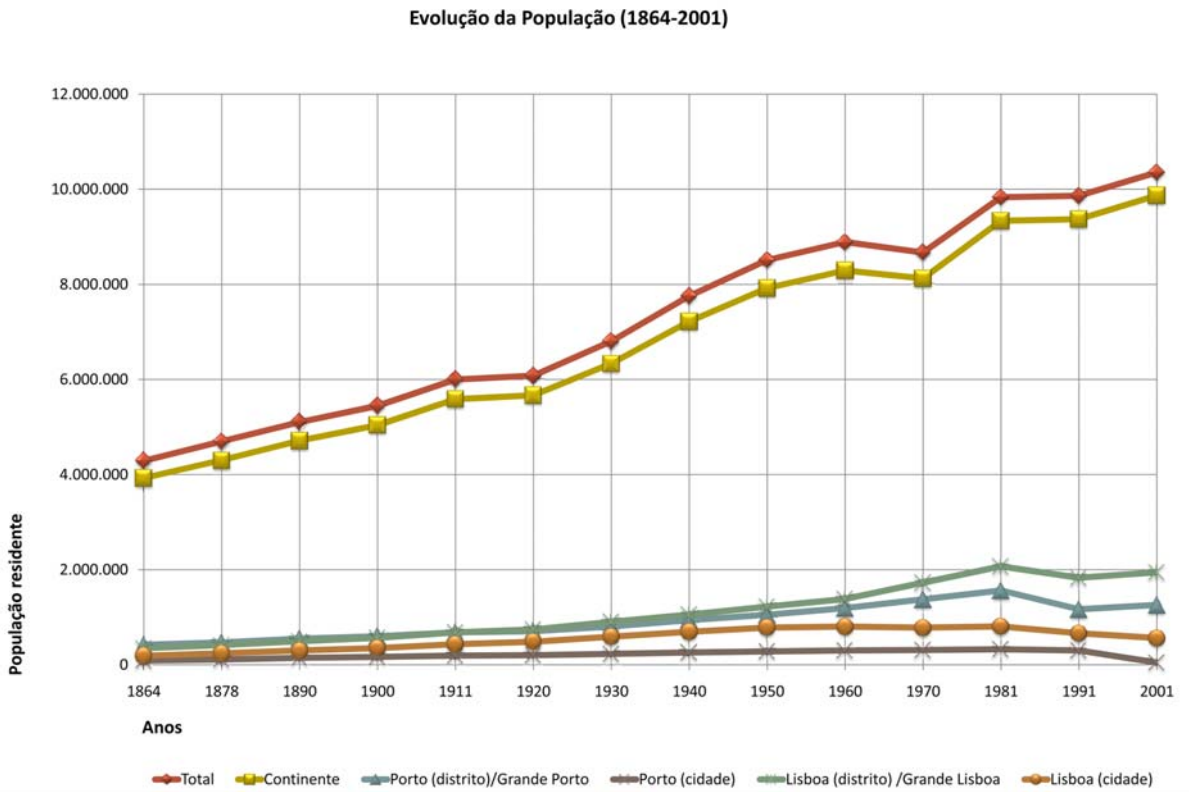
Entre as diversas redacções nota-se a actualização de quem tenta adequar as prescrições ao uso (e à evolução do mesmo), bem como à forma engenhosa que sempre é encontrada para fugir às obrigações, à licença ou à contravenção.

Em alguns casos as posturas podem assumir-se como um manual explicando com algum detalhe como determinada coisa deve ser feita. Por exemplo, no tocante ao entulho de obras é explicado como devem ser executados os caixões que o recebem.

> "*Os caixões para entulho devem unir-se perfeitamente aos fueiros que metem no chedeiro, e desta forma (com pequenas diferenças em razão dos chedeiros) terão de largo adiante, dois palmos e três quartos, e atrás três palmos. De comprido desde o topo dos caixões até à tábua deve ter seis palmos. A tábua deve ser*

exactamente da largura do caixão, e deve ser metida e de cima para baixo em um caixilho para evitar que caia entulho, ou saibro sobre as ruas. De alto devem ter, dois palmos e meio, de forma a que nunca transborde o entulho por baixo ou por cima" (CMPorto, 1837-03-15).

Hiptxt. 1.4.B - Evolução da população portuguesa, 1864-2001



Entre 1864 (primeiro censo da população segundo pressupostos modernos) e 1900 as cidades de Lisboa e do Porto cresceram cerca de 85% para uma variação demográfica do país (continente) de 28%.

O crescimento mais intenso da cidade, de acordo com os valores censitários, foi entre 1878 e 1890, com uma média de crescimento anual de 2,7%, sendo os valores em Lisboa, para o mesmo intervalo de «apenas» 2,1%. Foi efectivamente um período de expansão populacional da cidade que se reflectiu, com cerca de metade da expressão (1,4%) no distrito do Porto, o que indicia migrações a partir de destinos mais distantes, que a facilidade de transportes terrestres e ferroviários vêm implementar.

As novas populações recém-chegadas à cidade (essencialmente mão-de-obra operária) vêm reforçar a necessidade de colocação de mais habitações no mercado de arrendamento. Nunca mais a cidade do Porto teve uma média de crescimento anual tão elevada. Contudo o distrito do Porto manteve médias de crescimento anuais que oscilaram entre os 1,2% e os 1,6% no período entre 1920 e 1981. O crescimento mais intenso, quer do distrito do Porto (15,5%) quer do distrito de Lisboa (24,8%) ocorrem entre 1960 e 1970, correspondendo precisamente a um período de diminuição da população total do país (factor guerra colonial e emigração «a salto»).

Da observação deste gráfico percebe-se que apesar de o país ter sentido uma diminuição de população entre 1960 e 1970, por efeito combinado das guerras coloniais e da emigração, quer as cidades de Lisboa e Porto quer as suas áreas envolventes (distritos na censo de 70) não tiveram disso reflexo porque paralelamente continuou a existir um afluxo constante de pessoas do meio rural para os grandes centros urbanos, mantendo-se assim a pressão construtiva e a necessidade premente de habitação que levou à proliferação de construções clandestinas no último quartel do século XX.

Os resultados preliminares do Censo de 2011, no tocante à população, vêm confirmar a tendência evidenciada. Assim, a população do Porto e Lisboa (concelhos) continua a decrescer, enquanto as suas áreas metropolitanas têm um aumento, sendo o mesmo maior em Lisboa do que no Porto.

O elevado afluxo de população à cidade também deve ter levantado problemas de segurança, pelo que a colocação nas janelas dos pisos térreos de grades de ferro ou de madeira, se torna habitual, muitas delas salientes em relação às ombreiras, ou com um bojo inferior e que por isso constituem um *"abuso incómodo e arriscado para o público"* (CMPorto, 1835-08-26), sendo por isso necessário proibir o seu uso.

A questão do saneamento urbano é outro dos problemas recorrentes. A *"rede de aquedutos públicos"* como é designada, ainda está em execução no início do século XX e serve apenas uma pequena parte das ruas e por conseguinte das edificações.

Mas mesmo nas zonas servidas por aqueduto nem sempre é de livre vontade que os proprietários fazem a ligação ao mesmo sendo necessários repetidos editais obrigando à respectiva ligação com o estabelecimento de multas por não cumprimento. Nas zonas não servidas pelo aqueduto municipal, os proprietários devem *"aprofundar as bacias das latrinas"*[76]. O que não é admissível é o lançamento directo dos despejos para a rua, quer seja através de canos nas paredes que despejam directamente para a via pública, quer seja pelo «método» da *"água vai"*, como antes sucedia.

A fuga ao licenciamento municipal e à fiscalização da câmara, principalmente em relação a obras já licenciadas mas posteriormente alteradas pelos proprietários, é outro dos problemas que se coloca nessa altura de tal forma que a CMPorto em edital próprio refere:

> *"que toda a obra que for principiada com frente para ruas ou qualquer terreno público, de noite ou de dia, e a qualquer hora, sem licença da câmara obtida por meio de requerimento, planta ou informação do Vereador Fiscal, será demolida e reduzida a seu antigo estado à custa do proprietário, sem dependência de embargo, contestação ou alguns termos judiciais, porque todo o direito das partes neste objecto se deve considerar antes de obtida a licença: Que o Mestre que fizer qualquer obra sem a respectiva licença ou planta, e tendo-a não siga exactamente o seu conteúdo, terá se multa 2:500 rs. Além da nota de seu nome no arquivo da Il.ma câmara, para os efeitos de ficar inibido de jamais ser empregado da Municipalidade* (CMPorto, 1838-06-20).

B.2. 1855 a 1869

As posturas publicadas em 1855 já pressupõem uma organização diferente, por capítulos, artigos e parágrafos, sendo já muito mais específicas em normas relativas à edificação. Contudo as preocupações continuam a ser essencialmente com o bem geral e público, estética do espaço público e das construções que o conformam e muito menos com as condições internas da própria habitação, que se continua a assumir como pertencendo ao foro particular de cada proprietário, independentemente de se destinar a habitação própria ou arrendamento. Estas posturas dividem-se em 91 capítulos e 100 artigos.

As posturas de 1855 correspondem efectivamente a um esforço camarário de sistematização de tudo o que é legislação existente de carácter municipal, não só pela integração do que são posturas e editais dispersos, mas também pelo esforço efectivo de adequar a legislação municipal ao contexto de uma cidade que se queria moderna.

76. As latrinas não correspondem às modernas sanitas, em que existe um sistema de remoção dos dejectos por água. As latrinas têm um local de acumulação de dejectos imediatamente debaixo ou em local próximo e os mesmos são removidos periodicamente, geralmente para fertilização agrícola. Em meios rurais os dejectos humanos eram juntos aos dejectos dos animais.

Como refere o presidente da câmara, no seu relatório relativo ao biénio de 1854-55

"A maior parte da legislação policial do município do Porto andava dispersa por posturas avulsas, feitas quando a sua necessidade era reclamada: e apenas existia uma pequena colecção codificada em 1839. A câmara coligiu quanto havia já em vigor, estudou as posturas de outros municípios importantes do reino, consultou a legislação de polícia municipal de algumas das mais importantes cidades da Europa, e aproveitando também alguns trabalhos encetados pelos seus antecessores, coordenou o actual Código de posturas municipais, que foi submetido à aprovação do Conselho de Distrito em Janeiro de 1855, aprovado em 3 de Março e posto em execução desde Maio do mesmo ano.

Se se não pode dizer que esse código seja uma obra perfeita, também seria injustiça dizer que não tem importância.

Entre as posturas novas algumas há que sofreram forte oposição; mas que não deixaram de ser levadas à execução com vantagens para o público. Tais são, por exemplo, [...] a que proíbe entrada nas Barreiras aos carros de rodas cortantes, que tanto concorrem para a destruição das novas estradas. Esta, era desde muito tempo reclamada pela autoridade superior, mas não tinha sido estabelecida com o receio de um grande desfalque na renda proveniente do imposto dos carros.

[...]

A câmara, porém, não se limitou a fazer um código de posturas; tratou constantemente da execução das suas disposições: e para que os zeladores, animados pela parte que têm nas multas, não abusassem, marcou por um regulamento especial, que fica impresso, o modo como deviam proceder. Apesar de tudo a polícia da cidade ainda está longe do que deve ser; mas o tempo e a perseverança melhorarão este ramo da Administração Municipal" (Visconde da Trindade, 1856a:10-11).

Estas posturas, apesar de publicadas após a promulgação do decreto que instituiu o sistema métrico, em 1852, como o mesmo ainda não estava em efeito pleno nesta altura, continuam a usar as anteriores unidades, como os palmos e as braças. As posturas de 1869 já referem as unidades métricas.

Ainda sobre as posturas de 1855, vale a pena referir, como aspectos «novos» relativamente às posturas anteriores:

- o facto de já ser proibido lançar água para a rua. Assim, pelo artigo 4º "*fica vedado tanto de dia como de noite lançar água à rua quando nela houver aqueduto, e nas ruas em que não os houver poderá [...]*" proceder-se da forma anteriormente estipulada; (CMPorto, 1855).
- o já considerar a existência de toldes e empanados nos edifícios (mais tarde vai ser elaborado um regulamento próprio sobre saliências dos edifícios);
- o de se proibir *"a existência de canos e calões salientes às beiras dos telhados das propriedades sitas nas ruas macadamizadas*[77]*"* (CMPorto, 1855), pois o contínuo pingo da chuva, ou pior ainda, do jorro de água de um cano, iria deteriorar ou destruir rapidamente o pavimento. Mas a referência a este facto é importante ainda porque também nos dá notícia da existência de ruas pavimentadas desta forma, algo que não nos aparecia referido nas posturas anteriores.

Assim se tornam obrigatórias, pela primeira vez numa compilação de posturas, a existência de canalizações de águas pluviais, isto é, de "*ter metidos na parede ou colocados na parte exterior para recolher as águas pluviais, canos que as guiem ao aqueduto geral"* (CMPorto, 1855).

Neste regulamento também se refere, pela primeira vez, a necessidade de entregar o processo de licenciamento em duplicado, antecipando-se à legislação nacional.

B.3. 1869 a 1905

As posturas de 1869 (CMPorto, 1869), portanto posteriores ao decreto de 31 de Dezembro de 1864 e à alteração da Carta de Lei de 2 de Julho de 1867, já incorporam o que são prescrições da legislação nacional, como as questões de limite altimétrico das edificações, mas o corpo principal continua a ser o da compilação das posturas municipais anteriores, e das entretanto promulgadas, porém com uma redacção muito mais elaborada e uma organização mais sistematizada.

Não deixa de ser interessante perceber a evolução da redacção dos diversos artigos, cruzando isso com as imagens e o conhecimento que temos da cidade do Porto e da sociedade de então, muitas delas através da literatura coeva, ou ligeiramente anteriores, de autores como Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Júlio Dinis, Almeida Garrett, ou de outros menos reconhecidos, mas também através de litografias, postais ilustrados, ou fotografias que, entretanto, começavam a existir.

As posturas de 1869 alargam a obrigatoriedade do licenciamento municipal (que na lei nacional ia aos 2 metros para as estradas de 1ª e 2ª ordem e os 50 cm para as de 3ª ordem) até aos 6 metros da via pública.

De referir que no tocante à construção de «ilhas» esta distância acaba por não ter reflexo efectivo, uma vez que as mesmas eram geralmente construídas no logradouro de um prédio existente (ou construído na altura) e muito poucas vezes correspondem a uma ilha com frente de rua (embora esses casos também existam). Assim sendo, a maior parte das ilhas estariam localizadas a bem mais de 6 metros do limite do arruamento e portanto sem estar ao abrigo do licenciamento municipal.

As posturas promulgadas em 1889 são muito próximas das publicadas duas décadas antes. O limite de distância à via pública para a obrigatoriedade de licenciamento é inexplicavelmente reduzido para 5 metros. Essa diferença de 1 metro não tem reais implicações no licenciamento, ou na sua inexistência.

77.Macadame vem do nome do seu inventor Mac Adam, ou McAdam, na grafia escocesa. Corresponde a um tipo de revestimento de pavimento garantido por camadas de brita, em que a camada superior deveria ser de diminuta dimensão, com um diâmetro de cerca de 1/5 da largura dos rodados dos carros. As variações subsequentes levaram à utilização de aglutinantes, pó de pedra e água primeiramente, e mais tarde, cerca de 1920, asfalto, para resolver problemas de pó que a velocidade do trânsito automóvel começava a levantar. Em 1855, data destas posturas, as ruas de macadame deviam ser apenas compostas pelas camadas de brita de granulometria diferente, e a queda de água em pontos específicos seria bastante prejudicial à manutenção das condições do arruamento.

Os restantes arruamentos pavimentados da cidade deveriam ser por lajedos de granito, de espessura considerável, mas mesmo assim facilmente trilhados pelos rodados demasiado finos de certos carros. Ainda hoje, no pavimento junto a semáforos onde os autocarros permanecem parados algum tempo à espera da mudança de sinal, a marcação de desnível no asfalto é apreciável.

Importante ainda nestas posturas é a inclusão, pela primeira vez, de um capítulo referente à limpeza e numeração dos prédios. Assim, o Artigo 97º refere que *"as frontarias de todos os prédios, bem como as paredes ou muros, que não forem forrados de azulejos, mármores ou mosaicos, serão rebocados, caiados ou pintados de 6 em 6 anos, e na mesma ocasião lavadas as cantarias respectivas"* referindo igualmente que *"as portas, janelas e as respectivas grades e caixilhos para a parte exterior dos prédios ou muros serão pintados de 12 em 12 anos"* (CMPorto, 1889).

Apesar de se ressalvar que *"os prédios que durante estes períodos estiverem caiados ou pintados, e em boa aparência"* não estão abrangidos pelas disposições anteriores, existe efectivamente uma obrigatoriedade de manter em boas condições de conservação os edifícios, pelo menos a sua parte aparente para a via pública.

Este artigo, em vigor, com esta redacção, entre 1889 e 1905 (CMPorto, 1905), terá eventualmente sido «responsável» pela forra em azulejo de muitos edifícios construídos anteriormente, para assim evitarem a obrigação de pinturas cada 6 anos.

Não chegou a ser feita uma análise dos processos de licenciamento relativos a obras de reparação de fachadas e forra de azulejos neste período, mas parece uma consequência lógica, cruzando a legislação com a observação da cidade, a datação dos imóveis e os revestimentos mais comuns na área em análise por épocas.

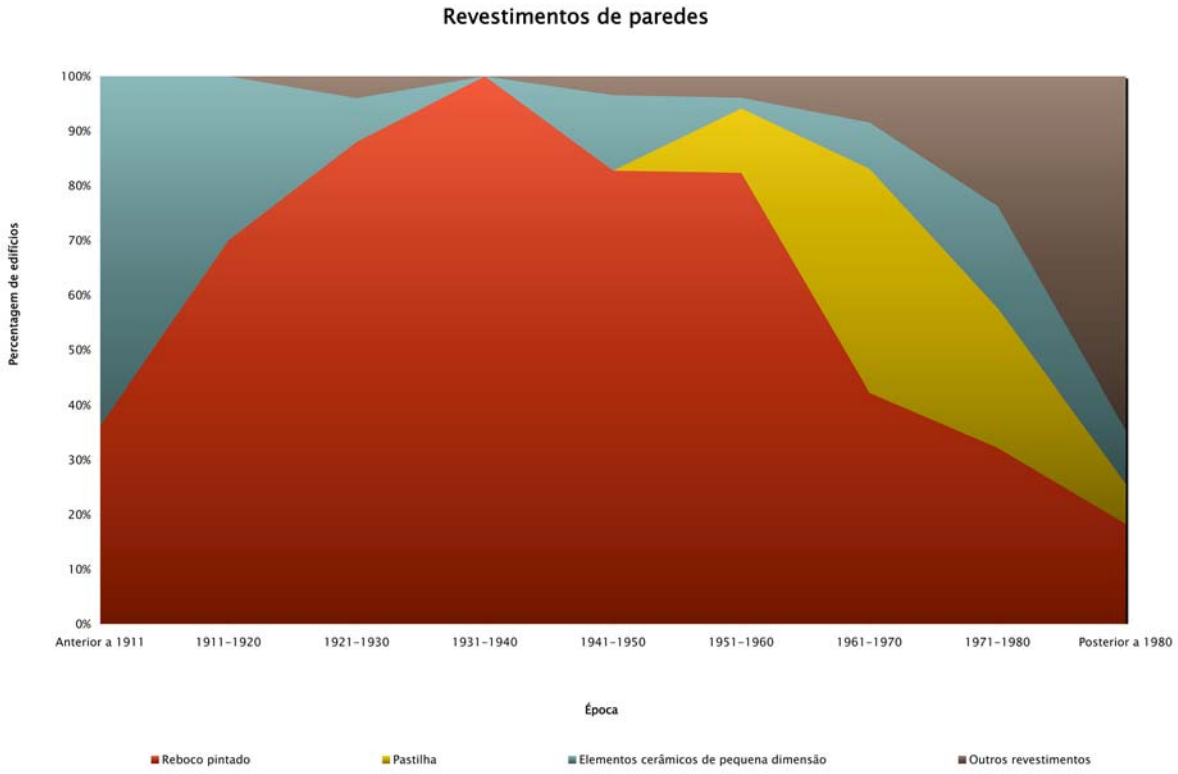


Fig.55 Tipos de revestimentos de paredes exteriores.
A percentagem de utilização de azulejo como revestimento total decai substancialmente nas primeiras décadas do século XX, perdendo praticamente a expressão dentro da área analisada na década de 1930-40.

Nas posturas de 1905 (CMPorto, 1905), o artigo continua a existir mas com uma alteração na redacção que se revela importante, embora não contrariando totalmente a ideia: a remoção do prazo de 6 anos e a substituição por apenas uma referência ao (mau) estado de conservação do imóvel e respectivas fachadas.

Este aspecto será com mais detalhe estudado no capítulo seguinte, relativo ao levantamento da área em análise, e no Capítulo 1.6 referente à pesquisa e análise de licença de obras.

B.4. O código de posturas de 1905

As posturas de 1905 (CMPorto, 1905) são já publicadas após a promulgação do RSEU em 1903, sendo evidente esse facto. São também as primeiras posturas do século XX, o período de análise do presente trabalho.

A publicação do RSEU, pela abrangência nacional que o mesmo tem, retira a necessidade de regular sobre determinados assuntos nas posturas municipais. Nas questões relacionadas com as edificações, as posturas de 1905 assumem-se mais como um manual de procedimentos relativamente ao licenciamento do que como um conjunto de prescrições técnicas e sanitárias que as construções deveriam seguir. Permanecem contudo alguns aspectos mais técnicos mas sempre com uma componente de contravenção, a maior parte deles relacionados com questões de *"canos"*, isto é, de drenagem de águas residuais e pluviais[78], e com *"chaminés"*, portanto de segurança contra incêndio.

Aspecto importante nestas posturas, apesar de não dizer respeito directo à edificação, mas ao espaço público, é um conjunto de articulado extenso relativamente à circulação de diversos tipos de veículos, desde as carroças, aos automóveis, passando pelos *"carros americanos"*, *"trens de praça"* ou *"trens de carreira"* mostrando as grandes alterações que se haviam processado na cidade nas décadas anteriores.

As questões processuais são um pouco mais elaboradas que nas posturas de 1889, correspondendo também à maior complexidade de situações que as alterações económicas, sociais, e do próprio espaço urbano determinavam.

Um desses aspectos é a parte referente a alpendres, que mais tarde dará origem a um conjunto de posturas sobre saliências nas edificações (CMPorto, 1949, 1958, 1972). A questão dos alpendres, ou de outras coberturas sobre o espaço público, e a necessidade de regular sobre os mesmos, estaria ligada, por um lado, à implementação de um dinamismo comercial, que levava à necessidade de «noticiar» o estabelecimento e de aumentar o conforto no acesso,

78. "*Art. 148º Nenhuma edificação ou reedificação de casa de habitação será autorizada, sem que no respectivo projecto se inclua o das fossas ou das canalizações das matérias fecais e das águas caseiras para os esgotos públicos. Segundo o sistema de remoção que em cada caso se deva adoptar.*

§ Único. Enquanto nas respectivas ruas não estiver estabelecida e em termos de funcionar a canalização dos esgotos do novo sistema adoptado para o saneamento da cidade e quando não exista aí canalização antiga de esgotos em condições de receber as matérias fecais e águas caseiras, e que para as conter temporariamente se tenham de construir fossas fixas, devem estas satisfazer às condições exigidas no decreto de 14 de Fevereiro de 1903.

Art. 149º Enquanto nas respectivas ruas não estiver estabelecida e em termos de funcionar a canalização dos esgotos do novo sistema adoptado para o saneamento da cidade, mas onde exista aqueduto antigo de esgoto em condições de receber as matérias fecais, a canalização das latrinas e das pias das águas caseiras far-se-á em tubos impermeáveis e será isolada da canalização das ruas por fechos hidráulicos a sua entrada no cano geral, devendo as latrinas e pias ser igualmente munidas de fechos da mesma natureza e o tubo de queda das latrinas com ventilação para o alto do telhado" (CMPorto, 1905).

por exemplo para ver as montras, *"devantures"* como eram designadas, mas por outro lado à própria habitação, e à criação de protecções das entradas que poderiam colidir com o uso público do espaço e do próprio trânsito.

Assim, estabelecia-se que

"Tanto nas antigas edificações como nas que de futuro se fizerem, são proibidas nos andares térreos as portas, janelas, balcões ou mostradores que abrirem para fora, e bem assim os sobrecéus ou coberturas sobre portas, e as grades salientes, sob a pena de 2$000 reis, e de se mandarem tirar à custa do proprietário.

§ 1º Poderá porém ser permitida a colocação de alpendres na frente de edifícios situados em praças ou ruas, que não tenham largura inferior a 10 metros e onde haja passeios laterais, com a cláusula de que estes alpendres não restringirão de forma alguma o livre uso público dos terrenos por eles cobertos.

§ 2º Nenhum alpendre pode ser colocado, sem que o seu projecto haja sido previamente aprovado pela câmara e sem que por esta seja concedida a competente licença mediante a taxa anual, que for fixada.

A aprovação do projecto precederá sempre a concessão da licença, na qual serão transcritas todas as condições, com que o projecto for aprovado[79]*"* (CMPorto, 1905).

Outros dos aspectos importantes, mas que acabou por não ter grandes consequências efectivas, foi a transposição para as posturas municipais da obrigatoriedade de uma licença de utilização, de acordo com o
182 estabelecido no RSEU. Este assunto, tal como se viu anteriormente, não teve uma abrangente implementação prática, até serem estabelecidas contravenções pelo seu desrespeito em legislação nacional.

O articulado das posturas faz uma conjugação entre o estabelecido no RSEU, da obrigatoriedade da existência de uma licença de utilização, e a necessidade municipal de aferir o estado final da obra através de uma vistoria.

"Art. 153º Na conformidade do disposto no art. 57º do regulamento de salubridade das edificações urbanas de 14 de Fevereiro de 1903, nenhuma casa construída de novo ou reconstruída poderá ser habitada sem licença da câmara municipal.

79.§ *3º Na colocação de alpendres observar-se-ão as seguintes condições:*

1ª Os alpendres não terão apoio algum sobre o pavimento da rua;

2ª Só poderão ser construídos de vidro encaixilhado, em ferro ou madeira;

3ª A altura desde o nível do passeio até à aresta inferior do alpendre nunca será menor de 3 metros:

4ª A altura do ornato ou sanefa do alpendre não excederá os 3 decímetros;

5ª A saliência total do alpendre não poderá ser superior a 2 metros e 5 decímetros, e, em todo o caso, não poderá exceder a prumada da aresta do passeio;

6ª As águas pluviais serão canalizadas, ficando os tubos de queda encostados à parede e comunicando com a valeta ou com o cano da rua, na forma usual.

§ 4º Nenhuns objectos poderão ser suspensos nos alpendres.

§ 5º O proprietário do alpendre é obrigado a conservar o mesmo em perfeito estado de limpeza.

§ 6º A infracção de qualquer das disposições destes §§ corresponde a multa pecuniária de 6$000 reis, com que será punido o contraventor por cada vez, que transgredir, podendo mesmo a câmara tirar a licença, no caso de reincidência" (CMPorto, 1905)

Art. 154º Os proprietários das edificações, a que se refere o artigo antecedente, serão obrigados, logo que tenham terminado as obras, a dar conhecimento deste facto a câmara para se proceder a vistoria competente, a fim de se examinar, se as obras foram executadas em conformidade com as cláusulas inseridas nas respectivas licenças.

Art. 155º Nenhuma licença para habitação de prédios feitos de novo ou reconstruídos pode ser concedida antes da vistoria, a que se refere o art. 154º e somente será autorizada a habitação decorridos dois meses no Verão e três no Inverno depois de concluídos os revestimentos interiores.

Art. 156º Os proprietários, que sem impetrarem licença, habitarem os prédios ou consentirem, que sejam habitados por outras pessoas, incorrerão na multa de 20$00 reis" (CMPorto, 1905).

B.5. Posturas e Regulamento sobre obras particulares

Na sequência da lei de nº 1 670 de 1924, a CMPorto publicou um conjunto de posturas especificamente sobre obras particulares (CMPorto, 1924), separando assim a edificação dos restantes assuntos sobre os quais legislava. Esta separação irá ser mantida em publicações posteriores de regulamentos expressamente aplicados à edificação, (CMPorto, 1929, 1936).

Estas posturas, para além de darem resposta efectiva à lei nacional pretendiam também

"codificar e actualizar as disposições vigentes sobre condições e licenças para obras na cidade, simplificando ao mesmo tempo as fórmulas vigentes para a legalização de pequenos trabalhos [...]" (CMPorto, 1924).

Um dos aspectos que vale a pena salientar é o facto de se alargar a abrangência da aplicação das posturas a todas as obras de construção *"em terrenos sitos dentro da área da cidade"*, e não apenas às *"que sejam directamente confinantes com a via pública"*. Apesar de o RSEU estabelecer condições similares, as posturas de 1905 eram omissas nesse aspecto e o município deve ter sentido a necessidade de o declarar explicitamente.

Estas posturas estabelecem quais os elementos que devem instruir os processos de licenciamento[80], bem como o facto de os mesmos terem de ser *"devidamente assinado por técnico possuindo um curso que habilite para a construção civil"*.

Questões urbanas, que colidam com o bom aspecto da cidade também são reguladas. Assim

"Art 25º - O proprietário do edifício situado em terreno adjacente à via pública, cuja situação não diste dela mais de cinquenta metros, que tenha sido destruído ou danificado pelo incêndio, desabamento ou qualquer catástrofe, é obrigado a iniciar a sua reconstrução ou reparação mediante projecto organizado nos termos das posturas e aprovado pela câmara, dentro do prazo de doze meses, ou a demolir completamente e dentro do mesmo prazo, os escombros e restos do edifício destruído ou danificado.

§1 º No caso de contravenção deste artigo, a câmara procederá à demolição dos escombros e restos dos edifícios destruindo ou danificando, por conta do proprietário, o qual pagará, além das despesas a fazer com esta demolição, a multa de duzentos escudos.

§2º - O prazo referido neste artigo começa no dia em que o edifício tenha sido destruído ou danificado.

§3º Para os edifícios que tiverem sido danificados ou destruídos há mais de doze meses, à data da publicação da presente postura, terão os seus proprietários o prazo de seis meses, a contar da mesma publicação, para fazerem o que neste artigo se estabelece, sob pena de ficarem sujeitos às penalidades estabelecidas no §1º.

Art 26º - O proprietário que iniciar a construção de algum edifício adjacente à via pública, ou numa distância dela até cinquenta metros, não poderá ter suspensas as obras de construção da respectiva frontaria e beirais dos telhados mais do que doze meses, sob pena do pagamento duma multa na importância de duzentos escudos por cada mês em que tal facto se der além do referido prazo.

§ Único. As obras da frontaria dos edifícios referidos neste artigo compreendem as portas e a caixilharia das janelas" (CMPorto, 1924).

Este último parágrafo tem muita importância, se compararmos com uma situação habitual na vizinha Espanha, ainda actualmente, de deixar por acabar, «entaipados» por paredes de tijolo não rebocado, todos os vãos situados no rés-do-chão, correspondendo a estabelecimentos comerciais não vendidos.

O Regulamento de obras particulares publicado em 1929 (CMPorto, 1929) e revisto em 1936 (CMPorto, 1936) tem como principal inovação o facto de dividir as obras particulares em diversas categorias[81] a que corresponde um tipo de licença e uma instrução e tramitação de processo específica.

B.6. Posturas e Regulamento sobre saliências das fachadas dos edifícios

A partir de 1949 a CMPorto optou pela publicação separada de posturas e regulamentos sobre saliências de fachadas, assuntos que tinham passado a ser incluídos em 1905 nas posturas gerais, e a partir de 1924 nas referentes as obras particulares. Na formulação de 1949, a mesma é referida como *"Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confinantes com a via pública"* (CMPorto, 1949) passando nas formulações seguintes a ser denominada

---

80."*Art. 6º - A licença para as obras referidas nos artigos anteriores, será pedida em requerimento dirigido à Câmara, instruído com o respectivo projecto tela, devidamente assinado por técnico possuindo um curso que habilite para a construção civil.*

§ Único. O projecto será presente em duplicado, sendo o original desenhado em papel tela, e nele devem ser observadas as leis gerais e posturas municipais em vigor, e deve constar das seguintes peças escritas e desenhadas:

a) Planta topográfica do terreno em que se pretende construir, na escala de 1/1000, de modo a poder-se julgar claramente da sua situação com relação à via pública e seus acidentes;

b) Planta dos diversos andares incluindo as canalizações e telhados, na escala 1/100;

c) Cortes transversais e longitudinais que forem necessários para perfeita compreensão e disposição geral do edifício e da estrutura das suas partes essenciais, tais como escadas, madeiramentos e canalizações na escala 1/100;

d) Alçados principais, posteriores e laterais da edificação, em escala não inferior a 1/100, indicando as linhas gerais e principais das construções limítrofes, quando as houver;

e) Memória descritiva e justificativa, separada dos desenhos, na qual se mencionem os materiais empregados e, pelo menos, as alturas, dimensões e secções das principais peças de estrutura, de maneira a poder julgar-se da solidez da construção;

f) Cálculo especificado de todas as partes da construção que se projectem em cimento armado" (CMPorto, 1924).

"Regulamento de saliências das edificações urbanas" (CMPorto, 1958, 1972) mostrando a mudança dos tempos, e a progressão do urbanismo "Carta de Atenas" em que os edifícios deixavam de estar em relação directa com uma via pública, e mesmo assim teriam de respeitar questões de saliências, algumas delas relacionadas, nesta fase já, com questões de área edificada e coeficientes de ocupação do solo.

Estas posturas e regulamentos são muito mais elaboradas que a primeira formulação de 1905, e mesmo que as da década de vinte, certamente por toda a «complexidade volumétrica» que os edifícios foram adquirindo com a passagem dos anos, capacidades dos materiais, movimentos de arquitectura internacionais, aumento da dimensão dos mesmos, novas funções e superiores expectativas de conforto. Não respeitam unicamente a alpendres, mas a um conjunto mais completo de situações de *"corpos salientes, varandas, ornamentos, quebra-luzes e beirais ou cornijas"* (CMPorto, 1958). A formulação de 1972 sente necessidade de definir exactamente o que se entende por saliências[82].

A regulação dos limites de saliência passa a ser feita também em termos relativos, quer à dimensão do arruamento, quer do edifício, e à localização no próprio edifício, deixando de ser feita apenas em dimensões absolutas, como anteriormente.

A limitação de corpos saliente em função de um plano vertical que passa pela divisória entre edifícios, com um ângulo específico[83], acabou por influir na imagem de contínuos construídos, como observações mais atentas posteriores à leitura das posturas permitiram verificar.

Aspecto também importante é o facto de saliências e balanços sobre *"vias, logradouros, ou outros lugares públicos sob administração municipal"* passarem a ser taxadas.

81. "*Artigo 1º - Consideram-se OBRAS PARTICULARES todas as obras executadas em prédios particulares, e bem assim a construção de jazigos nos Cemitérios Municipais.*

Art. 2º - As OBRAS PARTICULARES dividem-se em nove categorias, a saber:

1ª Cat. - PEQUENAS OBRAS - que compreendem caiação e pintura de fachadas, muros de vedação e suporte, pequenas reparações em rebocos exteriores, pintura e substituição de caixilharia exterior e algerozes, construção de vedações de carácter precário (madeira) à face da via pública.

2ª Cat. - REPARAÇÕES - que compreendem todas as obras que não alterem a estrutura do prédio, tais como: substituição de rebocos, faixas, lambris, guarnições, tabiques, soalhos e respectivos vigamentos, grandes reparações nos telhados e respectivas armações, ou sua substituição, colocação de azulejos nas fachadas, e bem assim as obras compreendidas na categoria anterior.

3ª Cat. - ALTERAÇÕES - que compreendem obras que alterem a estrutura do prédio, tais como: construção e desvio de tapamentos, abertura e entaipamento de portas e janelas, alterações nas fachadas, modificação de escadas. Nesta categoria estão também compreendidas as obras da categoria anterior.

4ª Cat. - CONSTRUÇÃO DE ALICERCES - compreendendo terraplanagens, abertura de cavoucos e construção de alicerces de casas e de muros de vedação e suporte.

5ª Cat. - CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, AMPLIAÇÃO E REDUÇÃO DE BARRACÕES, entendendo-se por barracão toda a construção sem divisões internas e em telha vã.

6ª Cat. - CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, AMPLIAÇÃO E REDUÇÃO DE CASAS.

7ª Cat. - CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO E DE SUPORTE, AFASTADOS DA VIA PÚBLICA.

8ª Cat. - CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO E DE SUPORTE, À FACE DA VIA PÚBLICA.

9ª Cat. - CONSTRUÇÃO DE JAZIGOS nos Cemitérios Municipais" (CMPorto, 1929).

As possibilidades trazidas à construção pela introdução do betão armado, tiveram consequências nos edifícios e as mesmas necessitaram regulação própria, sendo este conjunto de posturas e regulamentos sobre saliências, uma das expressões mais evidentes desse facto.

Neste capítulo apresentaram-se e analisaram-se um conjunto de prescrições regulamentares ou hábitos de projecto e licenciamento, que com o tempo se foram moldando até chegar à prática actual.

A análise da legislação nacional focou-se com mais detalhe no período entre 1864 e a publicação do RGEU, já na segunda metade do século XX. No caso da legislação municipal, o estudo iniciou-se no final das guerras liberais, e estendeu-se até ao último quartel do século XX.

Esta análise permite perceber o enquadramento regulamentar dos processos de licenças de obras analisados nos capítulos seguintes.

82. *"2. As saliências a que se refere o número anterior são as seguintes:*

a) Corpo Saliente - Saliência formando recinto fechado com prolongamento ou comunicação com o interior do edifício de modo a aumentar a capacidade deste;

b) Alpendrado - Saliência servindo apenas de cobertura ou de abrigo do que lhe fica subjacente;

c) Ornamento - elemento destinado a melhorar as qualidades arquitectónicas e estéticas da fachada;

d) Quebra-luz - elemento destinado a reduzir ou melhorar as condições de iluminação do interior do respectivo edifício;

e) Varanda - Saliência formando balcão no prolongamento de um piso;

f) Beiral - Saliência que remata uma cobertura

g) Cornija - moldura sobreposta que forma saliência para a parte superior de uma fachada" (CMPorto, 1972).

83. *"Art. 7º - Os corpos salientes, varandas e ornamentos formando saliências devem ser localizados na fachada de modo a não serem atingidas por planos verticais, fazendo um ângulo de 30 graus com o plano de fachada e passando pelo ponto de intersecção da linha divisória dos prédios com o alinhamento do arruamento*" (CMPorto, 1949).

Capítulo 1.5 - O Levantamento da Área em Análise

Neste capítulo será explicitada a metodologia seguida no levantamento e caracterização da área de análise, definindo a mesma com mais rigor e detalhe que no capítulo 1.1. Assim será feita a caracterização da área em análise, explicitando as razões da sua escolha, âmbito de abrangência, tipo de levantamento pretendido e metodologia adoptada, explicitando e complementando o que foi dito. Igualmente são definidos pressupostos de caracterização dos edifícios e das suas partes constituintes, necessários para a estruturação da informação e organização em base de dados.

Num segundo ponto será apresentada e caracterizada a evolução histórica da área em análise que permite de alguma forma perceber melhor a realidade actual. Este estudo da evolução da área, parte quer do ponto de vista da alteração da estrutura urbana, como da própria construção, mas não é um estudo exaustivo pois não é esse o objectivo.

Num terceiro ponto parte-se para uma caracterização «actual», isto é correspondendo ao final do período em estudo, baseando-se, em dois níveis de informação:

- Nos dados estatísticos existentes sobre a cidade do Porto (relacionando-os sempre a dois níveis, - na sua inserção em área mais alargada até chegar ao nível do país; - no estabelecimento de paralelos comparativos entre Porto e Lisboa e respectivas áreas metropolitanas, como pontos de atracção das duas mais extensas concentrações demográficas nacionais);

- No trabalho próprio de levantamento e caracterização dos edifícios da área de análise, essencialmente do ponto de vista da definição dos seus elementos de revestimento de fachada e época de construção.

A. Metodologia e pressupostos do levantamento

Tal como foi referido no Capítulo 1.1, uma parte da investigação assentou (a) em trabalho de campo, com elaboração de fichas de caracterização de edifícios (construídos entre o final do século XVIII e século XXI) que se localizam dentro de uma área da cidade do Porto, e outra das partes (b)

em trabalho de investigação sobre os processos de licenças de obra, correspondendo em ambos os casos a tratamento de consideráveis volumes de informação.

Para a definição geral desse trabalho de campo e das fichas de caracterização foi necessários estabelecer à partida um conjunto de parâmetros importantes para a caracterização do conjunto, agregação de informação e análise posterior, designadamente os referentes à escolha da área geográfica de análise, bem como o estabelecimento de grelhas de caracterização que permitissem a organização da informação.

A orientação inicial do trabalho determinava que o estudo se centrasse no revestimento das fachadas dos edifícios, tendo sido este o aspecto que foi mais detalhadamente descrito nas fichas de levantamento, e mais estruturado em termos de parâmetros de classificação, embora posteriormente se tenha optado por um estudo mais abrangente do edificado.

A.1. Definição geográfica da área de análise

A.1.1. Área inicial de análise e razões da sua escolha

Como pressuposto metodológico base foi considerado o estabelecimento de uma área de análise, com a elaboração de um levantamento sistemático dos edifícios que dela faziam parte, consubstanciado num conjunto de fichas de caracterização. Baseado nesse levantamento seriam escolhidos alguns desses edifícios para um estudo mais sistematizado e aprofundado que permitisse tomá-los como referências na caracterização dos sistemas e materiais de construção em determinada época.

Considerou-se inicialmente uma área bem definida da cidade do Porto, a Boavista, que numa segunda fase foi alargada, por evolução do trabalho e por razões que à frente justificaremos, sendo a primeira designada por Área Inicial de Análise [AIA] e a segunda por Área Alargada de Análise [AAA].

A área inicial de análise é a representada na planta da Figura 56 a cor laranja, tomando como elemento aglutinador da definição desta área o eixo urbano da Boavista, e corresponde de uma forma sintética às seguintes zonas:

Hiptxt. 1.5.A - Os três bairros da cidade

Esta nossa cidade - seja dito para aquelas pessoas, que porventura a conhecem menos - divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias particulares.

A região oriental, a central e a ocidental.

O bairro central é o portuense propriamente dito: o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês.

No primeiro predominam a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e extensas varandas, as crueldades arquitectónicas, a que se sujeitam velhos casarões com o intento de os modernizar; o saguão, a viela independente das posturas municipais e à absoluta disposição dos moradores das vizinhanças; a rua estreita, muito vigiada de polícias; as ruas, em cujas esquinas estacionam galegos armados de pau e corda e as cadeirinhas com o capote clássico; as ruas ameaçadas de procissões, e as mais propensas a lama; aquelas onde mais se compra e vende; onde mais se trabalha de dia, onde mais se dorme de noite. Há ainda neste bairro muitos ares do velho burgo do Bispo, não obstante as aparências modernas que revestiu.

[…]

O bairro ocidental é o inglês, por ser especialmente aí o habitat destes nossos hóspedes. Predomina a casa pintada de verde-escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto… até de preto! - Arquitectura despretensiosa, mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. - Já uma manifestação de um viver mais recolhido, mais íntimo, porque o peitoril tem muito menos de indiscreto do que a varanda. Algumas casas ao fundo de jardins assombrados de acácias, tílias e magnólias e cortados de avenidas tortuosas; as portas da rua sempre fechadas. Chaminés fumegando quase constantemente. Persianas e transparentes de fazerem desesperar curiosidades. Ninguém pelas janelas. Nas ruas encontra-se com frequência uma inglesa de cachos e um bando de crianças de cabelos louros e de babeiros brancos.

Tais são nos seus principais caracteres as três regiões do Porto; sendo desnecessário acrescentar que nesta, como em qualquer outra classificação, nada há de absoluto"

(Dinis, 1983 [1868]:100-101)

- Construção marginal à Rua da Boavista, incluindo o Conjunto Habitacional da Bouça que se desenvolve para além das margens do arruamento;
- Construção marginal à Praça Mouzinho de Albuquerque, também designada por Praça, ou Rotunda da Boavista;
- Construção marginal à Avenida da Boavista.

Ao analisar a cidade do Porto, o trabalho que se pretendia realizar e a opção de restringir o estudo a uma área específica, a escolha desta zona pareceu evidente, por um conjunto de características da mesma na sua relação com a cidade e com dinâmicas edificatórias.

- A dimensão do conjunto de arruamentos permitia quantidade aceitável de exemplos;
- O balizamento da época de construção do edificado à margem destes arruamentos permitia, por um lado, abranger a totalidade da época estudada, o século XX e, por outro lado, garantir sensível dispersão ao longo de todo o século, penso que como nenhuma outra zona na cidade do Porto;
- O dinamismo construtivo da zona, que ainda se mantém actualmente;
- A contínua pressão urbanística que a zona conserva, paralelamente ao facto de ainda existirem lotes vagos, o que permite que se observe mecanismo de edificação nova paralelamente a sistemas de reedificação e reconversão;
- O deslocamento da zona do centro financeiro e comercial que se tem vindo a fazer para Poente (coincidindo também com um movimento para Poente da pressão habitacional);
- O conhecimento próprio e a proximidade ao local de trabalho e habitação, como razões mais subjectivas;

O facto de este trabalho não se encerrar no fim da tese e o eixo da Boavista continuar a oferecer hipótese de estudo também pesaram (aqui sei que fui contra as directivas de um trabalho de doutoramento que ensina que devemos balizar o mais possível o estudo tornando-nos especialistas num campo ínfimo do saber que mais ninguém domina. Mas a afirmação de Fernando Távora de que o arquitecto é um especialista em generalidades foi o que mais eco em mim fez).

A.1.2. Alargamento da área de análise

Esta área de análise inicial, que até pela denominação comum justificava a sua delimitação, foi alargada, não porque não contivesse suficientes edifícios que servissem de casos de estudo para o presente trabalho, mas porque nas suas imediações próximas existiam edifícios que apetecia estudar no âmbito do trabalho. Efectivamente foram razões mais emotivas que objectivas as que levaram ao alargamento da área em análise, embora se possam encontrar, *a posteriori*, justificações para validar essa escolha.

Os dois edifícios que determinaram inicialmente a opção pelo alargamento da área de análise, foram, em primeiro lugar, o edifício da STDM, dos arquitectos Álvaro Siza e António Madureira e em segundo, o Edifício da Segurança Social, dos arquitectos Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira.

Outros edifícios deram peso à decisão, mesmo não tendo vindo a fazer parte dos casos de estudo, por notória impossibilidade de tratar de uma forma minimamente equivalente tantos edifícios e arquitectos[84].

Os edifícios escolhidos integram-se em áreas ainda fortemente marcadas pela proximidade do eixo da Boavista e pelo que ela significa, ou significou, nas diferentes fases e épocas da sua evolução.

As razões que levaram a estender a área para englobar o edifício da STDM foram as seguintes:

Visitei o edifício ainda em finalização de construção e, meses mais tarde, a mesma equipa da Engil que esteve ligada à construção da STDM, passou para a construção de um condomínio de habitações que projectei em co-autoria e cuja execução coordenei na maior parte das fases de obra. Muitas vezes o edifício da STDM foi alvo de conversas e referências, o que levou a uma curiosidade maior pelo mesmo. Paralelamente, o facto de ter leccionado a disciplina de Sistemas e Materiais de Construção[85], com o arquitecto António Madureira, levou a que também se falasse do edifício, designadamente da forma como foi executado o revestimento da fachada Norte. Por ser um sistema de excepção na prática construtiva corrente nacional, achei que o mesmo merecia um estudo mais atento, tornando-o matéria para aprendizagem e ensino. Um outro motivo que influenciou igualmente o desejo de estudar este edifício foi a forma de execução das palas do alçado Sul, posta a descoberto quando um temporal levantou parte do revestimento das mesmas, igualmente levando junto algumas placas da parede próxima. Apesar de todo o sistema de execução daquelas palas ter estado visível durante a construção, a minha atenção não foi conduzida para o mesmo. Muitas vezes, só após a conclusão das obras, perante o edifício acabado e a imagem final marcada e marcante, nos apercebemos de que seria interessante ter deixado documentado o que ficou escondido, por exemplo através de fotografia, ou mesmo de um apontamento escrito ou desenhado.

Em relação ao edifício da Segurança Social, as razões não foram tão directas. Mais do que um interesse pelos sistemas construtivos, havia a curiosidade e o desejo de conhecer o processo que teve como resultado aquele edifício, mormente a questão das autorias[86] e o longo desfasamento entre o início da construção e a conclusão do mesmo. Não sendo natural do Porto, apesar de o edifício ser praticamente da minha idade, não acompanhei a sua execução.

Após a tomada de decisão pelo alargamento da área, havia a necessidade de a balizar novamente. A clareza da delimitação inicial perdeu-se. A denominação comum que definia a área inicial - Boavista - tentou ser alargada para «corredor da Boavista», ou «eixo da Boavista» embora sem muita convicção no termo.

E onde delimitar este suposto corredor? Com que métrica estabelecer a sua largura?

Face à grande diferença do tecido urbano nas zonas marginais da Rua e Avenida da Boavista, ao longo de toda a sua extensão, face às diferentes épocas de consolidação do mesmo, um único critério não era possível, ou aconselhável.

84.Foram também importantes para o alargamento da área de análise os seguintes edifícios: Bairro de Ramalde, Cooperativa SACHE, Mundial Confiança, Casa Maria Borges, Casa José Prata Lima, Museu de Serralves, Edifício Parnaso, Portugal Telecom. Curiosamente nenhum deles, com excepção do Parnaso, foi escolhido como caso de estudo final, mas na fase intermédia do trabalho não se pretendeu abdicar logo dessa possibilidade, antes mesmo de aferir da disponibilidade de elementos para a sua caracterização.

85.Entre os anos lectivos de 1998/99 e 2001/02.

86.O processo inicial dá entrada na CMPorto em 1968, assinado pelo arquitecto Arménio Losa. O edifício construído corresponde à alteração ao projecto, ou novo projecto, executada em conjunto com o arquitecto Alfredo Matos Ferreira, com uma colaboração da arquitecta Beatriz Madureira, e cujo processo de licenciamento anda(va) perdido na CMPorto. Nas publicações consultadas e nas fontes verbais, o edifício tem atribuições de autorias diferentes, ou incompletas, por isso a vontade de o estudar. No capítulo 2.2 a história deste edifício será abordada com detalhe.

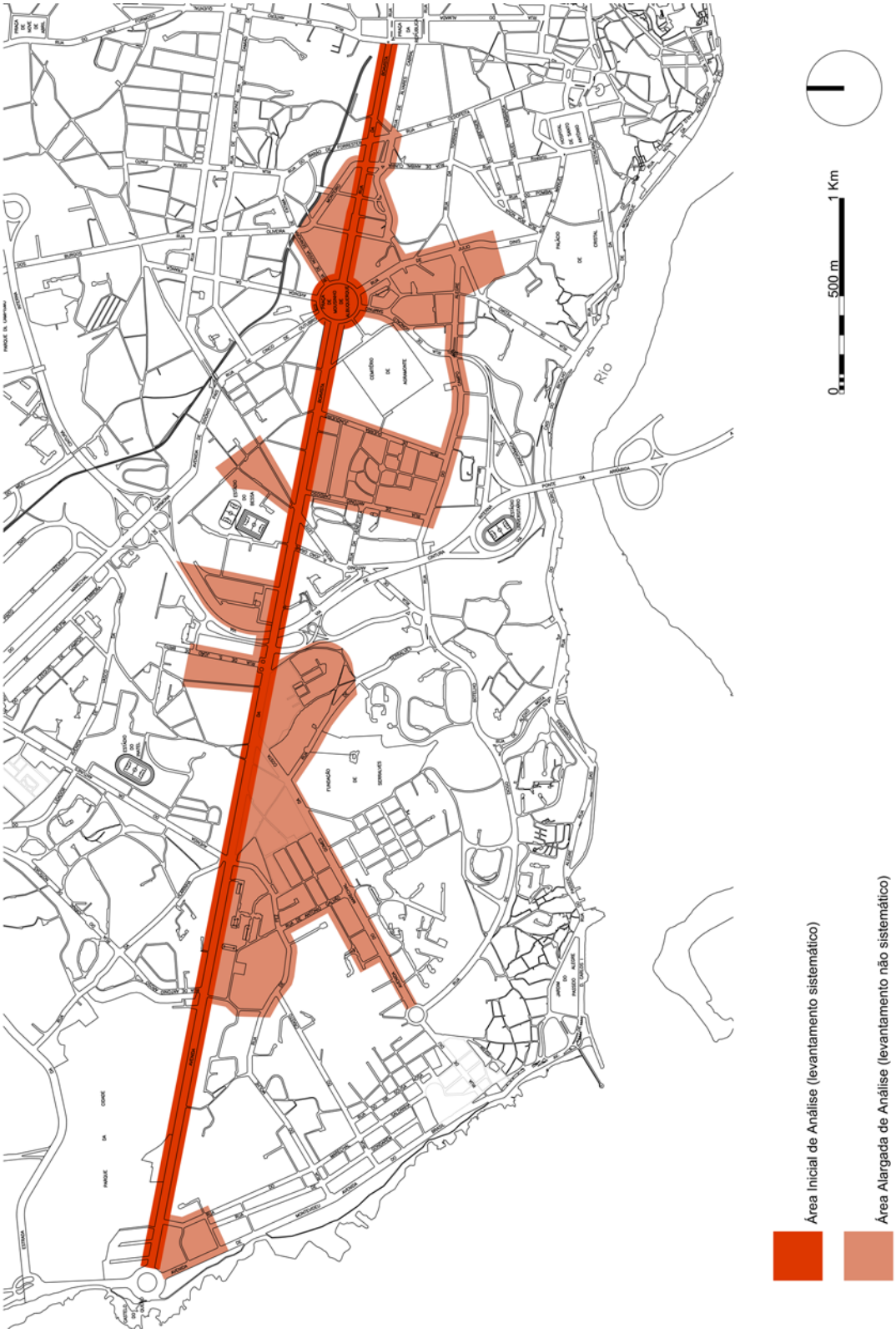


Fig.56 Área Inicial de Análise e Área Alargada de Análise.



Fig.57 Rua e Avenida da Boavista.
Fotografia aérea da cidade do Porto, ano de 2005.

Montagem a partir de (CMPorto, [2010])

Tendo em conta ainda as diferentes épocas de construção dos diversos edifícios, que também estão relacionadas com a dimensão dos lotes, com a implantação à margem do arruamento ou afastada do mesmo, com a dimensão dos edifícios e variedade dos sistemas construtivos, também não era aconselhável um critério que estabelecesse larguras fixas, ou Ruas, ou número de imóveis. Optou-se então por estabelecer critérios flexíveis adequando-os zona a zona, não estando tão preocupada com a validação dos critérios de escolha e mais com os edifícios que o alargamento permitia englobar, e o enriquecimento do universo de análise.

Na zona da Rua da Boavista, em que a construção é feita essencialmente ao longo dos séculos XVIII e XIX e primeiro quartel do século XX[87], optou-se por fazer uma análise apenas das construções marginais à Rua. Na zona da Avenida da Boavista, a Nascente da Rotunda, manteve-se sensivelmente o mesmo critério, mas comportando já excepções.

Fez-se um alargamento na zona da antiga igreja de Cedofeita e Liceu Rodrigues de Freitas, pois existiam nessa área vários edifícios das décadas de trinta e quarenta e achou-se que pelo menos valia a pena fazer o seu recenseamento para aferir o interesse do seu estudo posterior.

Na zona Rotunda da Boavista, inicialmente optou-se por incluir o primeiro «tramo» das ruas radiais que dela partiam, mas numa segunda análise manteve-se apenas esse critério no caso da Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua de Júlio Dinis alargando essa abrangência, no caso da Rua de Júlio Dinis, até à Praça da Galiza e, no caso da Rua de Caldas Xavier/Gonçalo Sampaio, até à Rua Arquitecto Marques da Silva. Na restante zona da Avenida da Boavista optou-se por fazer um alargamento maior a Sul, abrangendo as zonas de maior crescimento edificado a partir da década de trinta, designadamente Bairro de Guerra Junqueiro, Cooperativa Lar Familiar, Avenida Marechal Gomes da Costa. O levantamento destas zonas não foi sistemático, garantindo a inclusão de todas as ruas e todos edifícios, mas

87.A Rua de Alvares Cabral teve a sua abertura concluída em 1898, com grande parte dos edifícios construídos nas décadas seguintes ainda segundo o modelo tipológico da casa do Porto do século XIX, partindo de um loteamento de cerca de 6 metros de frente. A Rua de Cedofeita já tem a ocupação consolidada no início do século XX (período inicial do trabalho). A Praça de Pedro Nunes tem a maior parte dos edifícios construídos a partir de meados da década de trinta, pelo que foi alvo de levantamento fotográfico sistemático, embora depois não tenham sido elaboradas as fichas de caracterização de todos os edifícios.

foi feito segundo os arruamentos de maior calibre e com ocupação mais estabilizada, tentando dosear entre o esforço despendido na elaboração e tratamento das fichas e as vantagens importantes de ter mais edifícios na base de dados.

Do lado Norte da Avenida, foi feito um alargamento na zona do Foco, para fazer a inclusão deste empreendimento, outro na zona do Pinheiro Manso/S. João de Brito. Foi equacionado um terceiro alargamento na zona de Aldoar, de forma a incluir as zonas dos edifícios da cooperativa Sache, do arquitecto Manuel Correia Fernandes e do Bairro de Ramalde do arquitecto Fernando Távora, mas a área que tal alargamento implicava era demasiado grande e com demasiados edifícios, pelo que prescindimos da mesma.

O facto de esta zona corresponder a uma fase mais tardia de levantamento no trabalho de campo, leva a algumas alterações metodológicas, tentando que a experiência anterior sirva para tornar o trabalho mais rentável em termos de relação entre esforço e resultados obtidos. O aumento de área de análise, para além de englobar mais exemplos, permite também cruzar informação com a recolha de licenças de obras feitas no Arquivo Histórico. A Rua da Boavista, ao ser edificada na sua maioria antes do final do século XIX, levanta muitos problemas de localização dos processos de licença de obra e, claro, abrangendo um período anterior ao que nos dispúnhamos a estudar. Ao abranger, por exemplo, a Avenida Marechal Gomes da Costa, ou a Avenida de Montevideu, cuja urbanização se começa a fazer a partir da década de trinta, conseguimos recolher exemplos onde se detecta já a alteração das formas de construir.

Excepção a este critério, de levantamento mais «livre» foi feita na zona do Pinheiro Manso e S. João de Brito, onde foram elaborados levantamentos sistemáticos das duas ruas, pela sua reduzida dimensão e quantidade de exemplos que poderiam vir a ter interesse.

Este alargamento da área, se por um lado diminuiu a clareza da delimitação, por outro lado e, mais importante, permitiu enriquecê-la com exemplos mais variados do ponto de vista da história da cidade do Porto, da sua arquitectura ou da utilização dos sistemas construtivos.

Assim, em síntese, a área alargada de análise é definida pelos seguintes arruamentos, ou conjuntos edificados (ver Fig.56):

- Zonas laterais da Rua e Avenida da Boavista, correspondendo à Rua Nossa Senhora de Fátima (até ao cruzamento com a Rua de Oliveira Monteiro), e à Praça de Pedro Nunes e Largo do Priorado;
- Rua de Júlio Dinis, Praça da Galiza e Rua do Campo Alegre (até ao cruzamento com a Rua de António Cardoso);
- Rua Gonçalo Sampaio e Rua Arquitecto Marques da Silva;
- Conjunto de arruamentos correspondentes ao designado Bairro de Guerra Junqueiro;
- Rua de Tenente Valadim e Rua de Pedro Hispano;
- Conjunto de arruamentos que englobam o Parque Residencial da Boavista (Foco);
- Rua de S. João de Brito e Rua do Pinheiro Manso;
- Conjunto de arruamentos que englobam a urbanização da Cooperativa Lar Familiar;
- Avenida do Marechal Gomes da Costa;
- Conjunto de arruamentos que englobam o Complexo da Boavista;
- Avenida de Montevideu (até ao cruzamento com a Rua Pedro da Covilhã), Rua de Malaca, Praça de Goa e Rua de Timor.

O alargamento da área de análise permitiu assim passar a englobar alguns edifícios que poderiam eventualmente ter interesse para o trabalho, podendo remeter a decisão do seu estudo para uma segunda fase, após uma primeira análise que permitiria aferir a características efectivas dos edifícios e a disponibilidade de dados sobre os mesmos. Alguns dos edifícios com possível interesse para estudo posterior que passaram a ficar englobados na área de análise e na base de dados de fichas de caracterização foram os seguintes:

Casa José Prata Lima
Casas José Lourenço da Silva
Cooperativa Lar Familiar
Edifício Parnaso
Edifício Sede da Segurança Social
Edifícios de Seguros Axa
Mercado do Bom Sucesso
Casa Maria Borges
Complexo STDM da Boavista
Edifício Montepio Geral
Edifício Portugal Telecom
Edifício Sede da Segurança Social
Hotel Sheraton;
Parque Residencial da Boavista (Foco)

Estas inclusões que mais do que duplicam a área inicial de análise (em termos de área e de número de edifícios) pereceram-nos importantes porque correspondiam ainda ao movimento impulsionador que a proximidade da Avenida da Boavista criava e correspondiam a exemplos aparentemente com interesse do ponto de vista arquitectónico e construtivo e sem exemplos equivalentes dentro da área inicialmente definida para análise.

De qualquer modo, a área inicial de análise manteve-se como a zona onde o levantamento seria feito de forma sistemática para a totalidade dos edifícios e onde seria possível desenvolver certos tipos de estudos, nomeadamente estatísticos. A zona alargada de análise já não foi alvo de um levantamento sistemático e de elaboração de fichas de caracterização, embora alguns arruamentos o tenham sido.

Por uma questão de operatividade, facilidade de trabalho e de análise de dados, optou-se pela divisão da área em diversas subzonas, que corresponderam, grosso-modo, aos arruamentos, ou no caso da Avenida da Boavista pela sua extensão, a uma subdivisão dos mesmos. Pretendeu-se que, mesmo com essa subdivisão, fosse sempre possível individualizar ou agregar os dados referentes ao Eixo da Boavista, objecto inicial deste estudo.

Foram inseridos na base de dados os arruamentos que estão indicados na Tabela 10. Estes arruamentos, para além da área inicial de análise e da área alargada de análise, incluem ainda mais alguns arruamentos onde se situam edifícios que foram mantidos inicialmente como reserva de estudo e que em alguns casos serviram de termo de comparação para os edifícios efectivamente estudados. Numa fase seguinte deste estudo do património construído da cidade do Porto, para além do tempo desta tese, existe o desejo de transformação desta base de dados numa plataforma Web, aberta, que facilmente integre a pesquisa georreferenciada e sistemas wiki[88] de trabalho colaborativo. Por essa razão não fazia sentido retirar arruamentos da base de dados, mas antes ir colocando outros, sempre que fosse encontrada alguma informação importante relativa a edifícios não estudados no âmbito deste trabalho, de forma a ir criando e mantendo esse repositório de informação para trabalhos posteriores.

88.Wiki, nomeado pelo seu criador Ward Cunningham a partir de uma palavra havaiana que significa rápido, inicialmente [1994-1995] era um sistema simples que permitia o estabelecimento on-line de uma base de dados. Não se perdendo a ideia base, wiki tornou-se significado de simples, rápido e, principalmente, colaborativo, sendo a utilização mais divulgada do sistema a WIKIPEDIA [en.wikipedia.org] uma enciclopédia on-line, livre, não paga, desenvolvida pela comunidade virtual, nesta altura com «edições» em muitas línguas. O que se pretende reter dessa experiência para o presente trabalho é a possibilidade de haver trabalho desenvolvido por todos e para todos.

Tabela 10: Índice de locais por ordem alfabética

Local	Código do Local	Nº de Fichas e Numeração	Fichas Resumo	Páginas	Loc. na Grelha
Aníbal Cunha, Rua de	RACu	1	-	310	7B
António Cardoso, Rua de	RACa		4		5A-5B
António José da Costa, Rua de	RAJC	7	4	311-314	5A-5B
António Patrício, Rua de	RAPN	11	14	316-321	5B
Arquitecto Marques da Silva, Rua do	RAMS	2	11	315	6B
Augusto Luso, Rua de	RAL		2		7B
Bom Sucesso, Praça do	PBS	1	1	309	6B
Calouste Gulbenkian, Rua de	RCG	1	-	324	6B
Campo Alegre, Rua do	RCA	4	26	322-323	5B-6B
Correia de Sá, Rua de	RCS		7		3A-4A
D. Afonso V, Praça de	PDAV		1		3A
França, Avenida de	AF		6		6A
Garcia da Orta, Rua de	RGO		4		3B
Goa, Praça de	PG		2		1A
Guerra Junqueiro, Rua de	RGJ	3	10	325-326	5B-6B
Júlio Dinis, Rua de	RJD	2	-	327	6B
Lapa, Rua da	RL		1		7B
Maestro Miguel Ângelo, Largo do	LMMA	1	-	309	4A-4B
Malaca, Rua de	RMa		6		1A
Marechal Gomes da Costa, Avenida do	AMGC	10	101	304-308	3A-3B-4A
Marechal Saldanha, Rua do	RMS	1	-		1A-2A-2B
Montevideu, Avenida de	AM	9	6	209-303	1A
Nossa Senhora de Fátima, Rua de	RNSF	8	1	328-331	6A-6B-7A
Paulo Dias Novais, Rua de	RPDN		8		3A
Pedro Hispano, Rua de	RPH		1		5A
Pedro Homem de Melo, Rua de	RPHM	1	-	332	3A
Pedro Nunes, Praça de	PPN	1	4	310	7B
Pinheiro Manso, Rua de	RPM		40		4A
Pinho Leal, Rua de	RPL	1	1	332	2A-3A
Priorado, Largo do	LP		6		7B
S. João de Brito, Rua de	RSJB	1	9	333	4A
Soares Passos, Rua de	RSP		4		5B
Tenente Valadim, Rua de	RTV	2	3	334	5A
Timor, Rua de	RT		10		1A

A.2. Classificação dos edifícios e das suas partes constituintes

A organização das fichas de caracterização dos edifícios da zona de análise e das fichas de consulta de licenças de obra exigia que à partida se estabelecesse um sistema de classificação, e que o mesmo não se resumisse apenas à classificação dos revestimentos dos edifícios (o estudo principal), mas se estendesse aos próprios edifícios e às suas partes constituintes. Vários níveis de classificação eram possíveis e necessários, para a abordagem que se pretendia fazer, e o importante era chegar a uma que fosse operativa e adequada ao trabalho a executar.

A.2.1. Sistemas usuais de classificação dos edifícios

Algumas formas de classificação são possíveis, umas aplicadas ao edifício no seu conjunto, outras aplicadas aos elementos que o constituem. Foi feita uma análise de algumas formas de classificação utilizadas em publicações nacionais e estrangeiras, quer em relação ao edifício como um todo, quer no caso específico da fachada do edifício.

A procura de uma classificação também deveria ter em conta as descrições habituais nas memórias dos projectos (ou na representação desenhada), de forma a reter essa informação de uma forma fácil e rápida, que se coadunasse com a dimensão da amostra e com os pressupostos de tratamento estatístico posterior.

Sigfried Gideon [1888-1968] classifica as estruturas em sistemas maciços e em sistemas de esqueleto. Todavia essa separação é mais uma abstracção teórica do que uma verdadeira classificação prática, a não ser quando levada aos seus extremos, pois existem geralmente interpenetrações de sistemas e permanência de ambos num mesmo edifício. Para um trabalho da índole do presente, que não estuda modelos tipológicos, ideias, abstracções, mas casos concretos, adaptações, variações, não pareceu operativo enveredar por pesquisa de sistemas de classificação que são importantes do ponto de vista da teoria da arquitectura, mas que iriam dificultar a relação directa com a realidade prática.

A questão do sistema de classificação a utilizar, quanto aos tipos de edifícios e partes constituintes, é importante porque influencia a metodologia de análise e ajuda, ou não, a organizar e clarificar a informação recolhida.

Afinal o que se pretendia era um sistema de classificação geral simplificado mas que respondesse às necessidades do trabalho. Tomando como referência a experiência própria de trabalho profissional e académico, toda a reflexão feita ao longo dos anos, sem contudo lhe tentar dar um fundamento e enquadramento teórico, decidiu-se pela divisão do edifício em estrutura resistente, elementos de encerramento, e revestimentos (incluindo revestimentos de impermeabilização), e subdividindo cada um desses elementos de acordo com as necessidades de caracterização.

Do ponto de vista estrutural, podemos classificar as estruturas a partir dos seus materiais e a partir das funções garantidas pelos seus elementos. A separação mais directa, até do ponto de vista do senso comum é a separação a partir dos materiais; estruturas de madeira; estruturas metálicas, estruturas de betão, estruturas mistas..., contudo a maior parte dos edifícios em estudo teriam estruturas realizadas em mais do que um material e em que geralmente funções diversas dentro da estrutura resistente do edifício seriam garantidas por materiais diferentes.

Assim optou-se por uma divisão simples da estrutura resistente relativamente às funções que desempenha no edifício, deixando a questão dos materiais para a classificação e caracterização das mesmas.

Em relação aos elementos de encerramento, na generalidade dos edifícios estudados, os mesmos também podiam ter função estrutural, pertencendo assim quer à estrutura resistente vertical como ao encerramento do edifício.

Na Tabela 11 apresenta-se a estrutura estabelecida para a caracterização das partes constituintes dos edifícios, que correspondem também aos campos de preenchimento da base de dados de licença de obras. Estes campos foram estabelecidos em função do que se percebeu serem as especificidades próprias dos processos que se estavam a consultar, tentando dar resposta quer à caracterização de edifícios do início do século XX como do final do mesmo. Poderia ser talvez mais extensa, mas a separação aqui apresentada foi suficiente para a caracterização dos edifícios da área em análise (a verdade é que a grelha foi aumentada à medida das necessidades sentidas durante o levantamento, por isso o que aqui se apresenta é efectivamente o que se demonstrou adequado ao trabalho de levantamento).

Tabela 11: Estrutura de caracterização construtiva dos edifícios. Base de dados de consulta de licenças de obra[a].

A - Estrutura portante vertical	A1 - Caracterização geral	Descrição geral da estrutura portante vertical, designadamente se a mesma é pontual ou linear.	
	A2 -Fundações	Identificação do tipo de fundações, tomando como referência a descrição patente nas memórias dos projectos (arquitectura e/ou estabilidade).	
	A3 - Paredes Exteriores	Descrição das paredes quando as mesmas têm função resistente.	
	A4 - Paredes interiores	Descrição de paredes interiores quando as mesmas têm função resistente.	
B - Estrutura portante horizontal	B1 - Pavimentos	Descrição da estrutura dos pavimentos elevados. Os pavimentos foram separados em 4 tipos, 1 correspondendo a pavimentos térreos e 3 a pavimentos elevados, consoante as possíveis zonas em que se situavam. Esta separação foi feita de acordo com o que eram as utilizações habituais nas licenças de obras consultadas.	
		B1a- Pavimentos (zonas de separação de funções)	Pavimento que faz a separação entre zonas com diferentes funções, como comércio e habitação, ou estacionamento e habitação, que por questões de necessidade de resistência ao fogo pode ter características diversas dos restantes pavimentos.
		B1b - Pavimentos (zonas de águas)	Pavimentos de zonas de águas, designadamente instalações sanitárias e cozinhas.
		B1c - Pavimentos (zona geral)	Pavimentos em zona corrente, isto é, os que não constituíam separação entre ocupações distintas, e não estavam em contacto com zonas de risco de incêndio agravado ou zonas de água.
		B1d - Pavimentos Térreos	Descrição da constituição dos pavimentos térreos por, geralmente, constituírem um caso particular no edifício.
	B2 - Coberturas		A cobertura é caracterizada quanto ao seu tipo (plana ou inclinada), à sua estrutura, e aos seus revestimentos.
C - Elementos de encerramento	C1 - Paredes Exteriores	Descrição das paredes exteriores, quer as mesmas tenham função resistente e de encerramento ou apenas de encerramento.	
	C2 - Paredes interiores	Descrição das paredes interiores, apesar de as mesmas não fazerem parte dos elementos de encerramento mas sim de compartimentação interna. Essa descrição faz a separação entre paredes com função de suporte e compartimentação [A4] e apenas compartimentação.	
	C3 - Coberturas	Descrição da cobertura, nos termos já identificados anteriormente [B2].	
D - Revestimentos	D1 - Revestimentos de impermeabilização	Identificação dos revestimentos de impermeabilização em fundações, pavimentos térreos e paredes exteriores.	
		D1a - Fundações	Identificação do material usado para a impermeabilização de fundações relativamente a humidades ascensionais.
		D1b - Paredes exteriores	Identificação do material utilizado na impermeabilização de paredes exteriores.
	D2 - Revestimentos de acabamento	Identificação dos revestimentos de acabamento de paredes exteriores. Não se registou revestimentos de paredes interiores, tectos, pavimentos, etc., mas ressalvou-se a hipótese de vários revestimentos de paredes exteriores, que é bastante comum, bem como a utilização de materiais diferentes para fazer marcações no alçado, como guarnições de vãos.	

a.Esta tabela corresponde à definição da estrutura para definição dos campos da base de dados, mas não aos campos da base de dados, que foram usados de forma mais simplificada. Os campos da base de dados são os apresentados no capítulo 1.6.

De referir que mais importante que ter definições muito minuciosas era chegar a definições abrangentes que conseguissem permitir o tratamento posterior da informação, agrupando os edifícios, deixando uma caracterização mais rigorosa para os campos de texto. Demasiada especificidade de caracterização condiciona a visão de conjunto. No limite estamos perante elementos isolados.

Apesar de não ser tão determinante como os campos anteriores na caracterização do edifício, optou-se também por incluir um grupo de campos relativos à constituição das paredes interiores. Para além de ser um dos aspectos geralmente enunciados nas memórias descritivas, o facto dos materiais e forma de execução das mesmas ter influência directa na segurança contra risco de incêndio e na salubridade das construções, leva a incluí-lo como campo de preenchimento. Através da composição das paredes interiores também é possível perceber a evolução de toda a construção, já que a alteração dos sistemas de suporte estrutural horizontal tem influência directa no tipo de paredes interiores utilizadas, ou que poderiam ser utilizadas sem grandes condicionantes.

Mais informação seria possível recolher nos processos de licenciamento, como por exemplo os materiais de caixilharias exteriores, ou os tipos de madeiras mais usados em elementos estruturais, revestimentos, caixilharias interiores e exteriores, etc., mas quanto mais informação recolhida mais moroso seria o preenchimento da ficha de consulta de cada edifício, e desde o início que todo o estudo tinha deixado de parte a envolvente translúcida dos edifícios.

A.2.2. Tipos de classificação dos revestimentos de paredes exteriores

A orientação inicial do trabalho de levantamento da área de análise também exigiu que se estabelecesse, à partida, uma classificação dos revestimentos exteriores de paredes de forma a ser possível proceder ao agrupamento dos mesmos. Essa classificação deveria ser equilibrada, suficientemente estratificada para caracterizar as soluções e suficientemente compacta para permitir o agrupamento de edifícios. Uma caracterização demasiado exaustiva deixaria de ser operativa do ponto de vista da caracterização de grupos de edifícios, porque no limite o número de grupos tenderia para o número de elementos analisados. Um filtro de caracterização mais aberto poderia não conseguir descrever convenientemente todos elementos do grupo, por isso tentou-se fazer uma grelha de caracterização «sensata», tomando contudo como referência ou contraponto, outros sistemas de caracterização.

O LNEC, como é óbvio, é uma das referências nacionais, sabemos que fundamentalmente baseada nos DTU[89] franceses, mas reportando-se também a trabalhos de outros congéneres internacionais.

Carvalho Lucas (Lucas, 1990a), na classificação que fez de revestimentos de paredes optou, num primeiro nível, por uma separação dos revestimentos em termos das exigências funcionais a que respondem, criando quatro classes distintas e, num segundo nível (e sub-níveis), identificando os tipos de revestimentos que se enquadram nas funções anteriormente referidas, não sendo impossível que um revestimento pertença a mais do que uma classe.

A classificação não é nem exaustiva (não encontramos, por exemplo, revestimentos em placas pré-fabricadas de betão) nem completamente lógica, em todas as subdivisões. A subdivisão "revestimentos de pedra natural" e

89.DTU, document technique unifié, corresponde a um conjunto de publicações sobre a construção de edifícios emitidos em França pelo CSTB (Centre scientifique et technique du bâtiment). Uma das missões do CSTB é a difusão do conhecimento e as suas publicações tornaram-se referências para os profissionais da construção a nível europeu.

"revestimentos em forma de placas" poderiam ter sido fundidas num único grupo, e subdivididas depois num sub-nível).

Se esta abordagem e tipo de separação é aceitável e maioritariamente adequada ao contexto do trabalho em que se inseria, não seria operativa como forma de classificação dos revestimentos no nosso próprio trabalho pelos motivos que passamos a apontar.

A separação funcional dos revestimentos tinha como intuito a elaboração de um conjunto de exigências funcionais (Lucas, 1990b), por isso, mais do que caracterizar uma situação existente, era importante o estabelecimento das diversas preocupações que deveriam ser tomadas em conta na escolha de um material, podendo um mesmo material, ou sistema, responder apenas a uma ou a várias dessas exigências. Geralmente, cada um dos materiais de revestimento de um edifício agrupa várias destas características e exigências, pelo que este tipo de separação não poderia ser um método de classificação com vista a um agrupamento posterior.

De uma forma resumida, as questões que se colocaram ao uso desta grelha de caracterização no presente trabalho foram as seguintes:

- A grelha é independente de um edifício específico, ou conjunto de edifícios, isto é, não consegue ser usada univocamente na caracterização de edifícios;
- Cada material de revestimento de um edifício agrupa várias das características enunciadas nesta grelha, por isso não consegue servir como método classificativo de soluções de revestimento, com vista a um estudo posterior;
- A classificação do LNEC é uma classificação *a priori* enquanto a que se pretende para este trabalho uma classificação a posteriori, isto é, a classificação do LNEC é uma base para uma prescrição exigencial de revestimentos de fachadas, sendo uma classificação anterior à própria escolha do material específico. O que se pretendia era uma classificação feita em função dos revestimentos concretos, tentando agrupá-los para uma facilidade de estudo;
- A classificação que se pretendia não era uma classificação rigorosamente funcional, mas mais do ponto de vista da caracterização visual do material, que é o que é possível ter acesso neste tipo de levantamento.
- A classificação visual pretendida permite agrupar os revestimentos para tratamento estatístico, mas não inviabiliza uma classificação funcional cruzada;
- A designação «funcional» pode ter mais do que uma interpretação. A feita pela grelha do LNEC, mas também uma correspondente ao funcionamento do tipo de aplicação, por exemplo: "por colagem", "por fixação indirecta", etc.

De qualquer forma, a grelha pode ter sempre uma leitura inversa, isto é, partindo das últimas subdivisões, ou das penúltimas, como forma de caracterização dos revestimentos relativamente às exigências a que responde.

Uma questão se coloca previamente que é a própria definição de revestimento. O que se entende por revestimento? Onde se faz a separação entre o que é um revestimento e o que é um elemento constituinte da parede aplicado aparente? Por exemplo, uma parede de tijolo maciço aparente, colado à parede resistente, é ou não um revestimento? Do ponto de vista do funcionamento, parcialmente será, porque não tem função estrutural. Mas em termos de massa, e dos próprios elementos que o compõem será?

Tabela 12: Classificação dos revestimentos de paramentos exteriores de paredes, em função da principal exigência a que respondem. Estanquidade e impermeabilização.
(Lucas, 1990a)

Revestimentos de estanquidade	Revestimentos por elementos descontínuos (de fixação directa ou independente)	Revestimentos em "escama"	Ladrilhos de barro vermelho		
			Soletos de ardósia		
			Ladrilhos de fibrocimento		
			Ladrilhos de betão		
		Revestimentos de pedra natural	Placas de granito		
			Placas de basalto		
			Placas de calcário		
			Placas de mármore		
			Placas de ardósia		
		Revestimentos em forma de lâmina	Lâminas de madeira		
			Lâminas de plástico	Termoendurecido	
				Termoplástico	
			lâminas metálicas	Aço	
				Alumínio	
		Revestimentos em forma de placas	Placas de fibrocimento	Autoclavado	
				Normal	
			Placas de plástico	Termoendurecido	
				Termoplástico	
			Placas de chapa zincada		
	Revestimentos de ligantes hidráulicos armados e independentes				
	Revestimentos com base em ligantes sintéticos armados com rede de fibra de vidro				
Revestimentos de impermeabilização	Revestimento de ligantes hidráulicos	Revestimentos tradicionais	Argamassas de cimento		
			Argamassas de cal apagada		
			Argamassas bastardas		
		Revestimentos não tradicionais	Revestimentos em camada única		
			Revestimentos de produtos pré-doseados suecos		
			Revestimentos de produtos pré-doseados ingleses		
	Revestimentos de ligantes sintéticos				
	Revestimentos de ligantes mistos				

Tabela 13: Classificação dos revestimentos de paramentos exteriores de paredes, em função da principal exigência a que respondem. Isolamento térmico e acabamento ou decorativos.
(Lucas, 1990a)

Revestimentos de isolamento térmico	Revestimentos por elementos descontínuos independentes com isolante na caixa-de-ar				
	Revestimentos de ligantes hidráulicos armados e independentes com isolante na caixa-de-ar				
	Revestimentos delgados sobre isolante				
	Revestimentos espessos sobre isolamento				
	Revestimento de argamassa de ligantes hidráulicos com inertes de material isolante				
	Revestimentos por elementos descontínuos pré-fabricados				
	Revestimentos por projecção "*in situ*" de isolante				
Revestimentos de acabamento ou decorativos	Camadas de acabamento dos revestimentos de impermeabilização com base em ligantes hidráulicos		Camadas de acabamentos tradicionais		
			Camadas de acabamento não tradicionais		
	Revestimentos delgados de massas plásticas		Revestimentos da classe granulométrica I		
			Revestimentos da classe granulométrica II		
			Revestimentos da classe granulométrica III		
			Revestimentos da classe granulométrica IV		
	Revestimentos delgados de ligantes mistos				
	Revestimentos por elementos descontínuos	Revestimentos colados	Ladrilhos cerâmicos	Barro vermelho	
				Azulejos	
				Grés	
				Semi-grés	
			Ladrilhos hidráulicos	De pasta	
				De granulado	
			Ladrilhos de pedra natural	Granito	
				Basalto	
				Calcário	
				Mármore	
				Ardósia	
			Ladrilhos de pedra artificial		
			Ladrilhos de vidro opaco		
		Revestimentos fixados mecanicamente (fixação directa)	Ladrilhos hidráulicos	De pasta	
				De granulado	
			Ladrilhos de pedra natural	Granito	
				Basalto	
				Calcário	
				Mármore	
				Ardósia	
			Ladrilhos de pedra artificial		
			Ladrilhos de fibrocimento		
	Tintas	Não-texturadas			
		Texturadas			

Assim questões importantes para a caracterização se determinado material é um revestimento ou um elemento aplicado aparente serão:

A sua função estrutural;

- No suporte do edifício;

- No suporte do seu peso próprio ou do sistema em que está integrado;

(Nesse sentido, por exemplo, uma parede de tijolo maciço não é um revestimento porque faz parte do sistema do seu próprio suporte.)

A sua espessura, ou, de uma forma mais correcta, a sua inércia térmica;

- Saber se contribuiu para a inércia térmica do conjunto, de uma forma significativa[90];

Penso que estes dois aspectos são suficientes para conseguir fazer a distinção entre elementos de revestimento e elementos constituintes da parede, nas zonas «cinzentas» de transição.

Uma forra de meio tijolo é um revestimento ou elemento da parede?

Pela forma de caracterização anterior seria um revestimento, pois o elemento contribuiu para a sua própria sustentação, mas não o consegue fazer sem auxílio da parede a que está anexo (colado).

Estas clarificações prévias foram necessárias para a definição de um sistema próprio de classificação de revestimentos.

A.2.3. A classificação dos revestimentos de paredes exteriores utilizada

Para o presente trabalho usou-se uma classificação de revestimentos que se estruturou da mesma forma que as tabelas dicotómicas que se usam nas ciências naturais. É criado um conjunto de questões e a resposta a cada uma dessas questões permite avançar na estrutura da tabela, em árvore, até chegar à designação do tipo de revestimento. Pareceu ser a forma mais operativa tendo em conta, primeiro, que o (re)conhecimento do revestimento era fundamentalmente visual e que o tipo de análise que se faz não pode partir das características exigenciais ou dos comportamentos dos revestimentos, mas apenas do seu aspecto. Estudos subsequentes podem levar a questionar se não deveriam ter sido adicionados outros níveis de classificação que fossem para além do reconhecimento sensitivo do revestimento e tentassem uma caracterização mensurável que assentasse, por exemplo em ensaios de características e performances.

No presente trabalho, a classificação inicial não poderia passar por uma caracterização exigencial, mas sim por uma caracterização em termos de materiais aparentes e sistema construtivo, que é o que é possível ter acesso pela

90.Seria importante, se quiséssemos avançar por um sistema de classificação para utilização em larga escala, definir o que se entende por «significativa», 20%, 30%, 40%? Fazendo cálculos, possivelmente a partir de exemplos de paredes duplas e simples de vários materiais, e os seus respectivos rebocos. Isto é, partir de uma solução convencional de referência, em que não existem dúvidas, para estabelecer parâmetros a usar em novas situações de utilização. Ao fazer os cálculos devem ser usadas soluções correntes de paredes, não usar situações limite que nunca são utilizadas na construção, são apenas hipóteses teóricas. Ter em atenção que a inércia térmica do conjunto é garantida quando não existe ventilação franca entre os diversos elementos da parede, assim, um sistema de placagem de pedra, apesar da sua massa, não contribuiu substancialmente para a inércia térmica do conjunto.

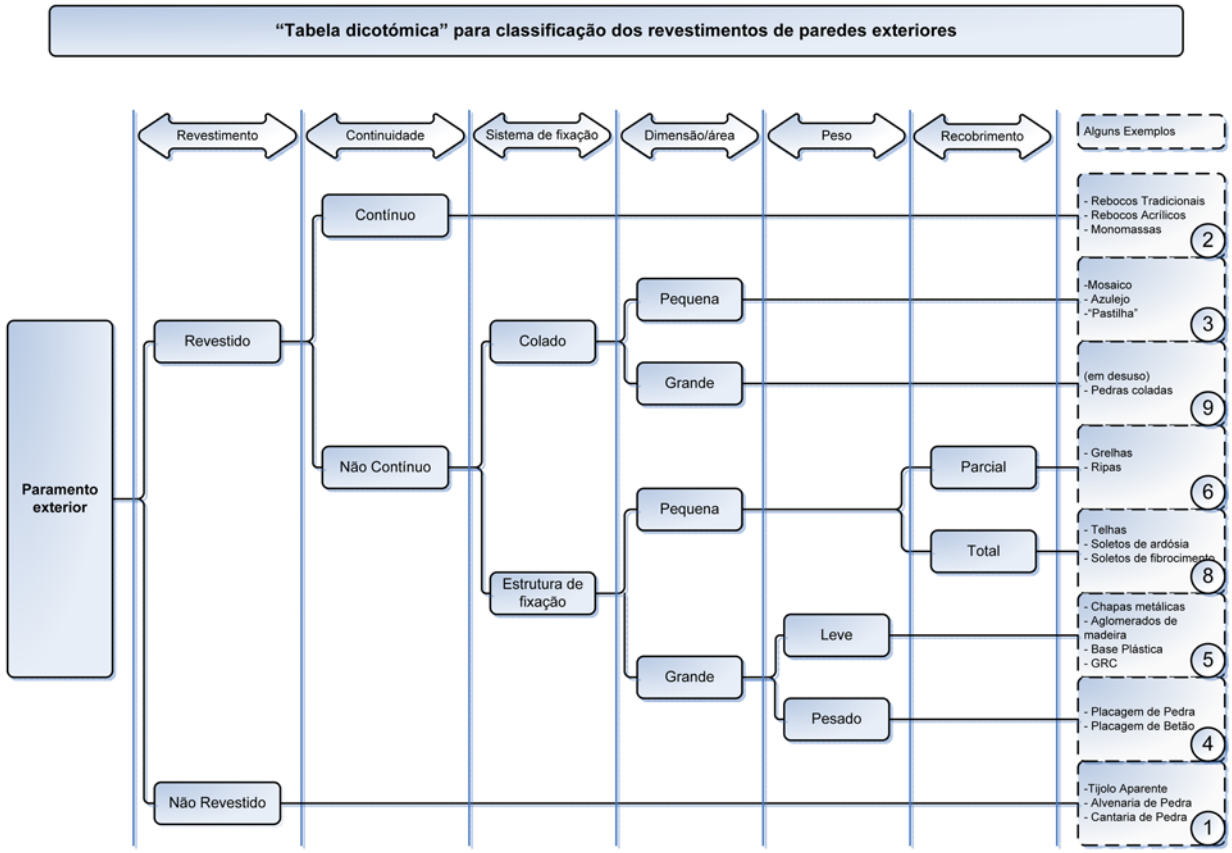


Fig.58 Diagrama usado para a classificação das paredes.

observação visual, a primeira e mais básica forma de análise. Apenas numa segunda fase seria possível determinar, para a totalidade dos casos, se fosse essa a metodologia seguida, quais as exigências funcionais a que os materiais pretendem dar resposta, ou efectivamente dão resposta.

Estabeleceu-se um sistema de agrupamento em dois níveis, um primeiro em que genericamente se agregam os revestimentos por grandes famílias, sem a preocupação de fazer diferenciações de materiais, ou de método efectivo de execução, e um segundo nível onde já se faz essa diferenciação. Mais importante do que saber se a caracterização escolhida conseguia cobrir todas as possíveis situações era o determinar se essa caracterização conseguia abranger todas as situações existentes na área em análise. Isto é, a procura não foi no sentido de encontrar um método universal de classificação, mas de conseguir chegar a um método operativo de classificação que servisse no contexto do presente trabalho.

Esta classificação tem como objectivo, por um lado, ficar com uma percepção da distribuição de revestimentos na área em análise e, por outro, fazer algum tratamento estatístico e gráfico dessa informação, de modo a mais facilmente a poder transmitir a terceiros.

A classificação de primeiro nível que se estabeleceu foi a que decorreu da «tabela dicotómica» que se apresenta na Figura 58 e foi a utilizada para o agrupamento dos edifícios e tratamento estatístico. O segundo nível (ou sub-níveis) serve para estudo mais aprofundado, para caracterização de uma área de análise específica, ou de uma

determinada zona da fachada, como por exemplo o rés-do-chão. Optou-se pela numeração da classificação, pela facilidade de preenchimento das fichas de caracterização, quer em papel, quer em suporte informático[91].

Resguardou-se a hipótese de não ser possível, em determinada fase do trabalho, identificar convenientemente o revestimento, pelo que se guardou o código «0», para revestimento não determinado. Assim, os códigos de revestimentos utilizados foram os a seguir apresentados:

- 1 – Parede não revestida;
- 2 – Revestimentos contínuos;
- 3 – Elementos leves fixados directamente;
- 4 – Placagens (estrutura de suporte intermédia);
- 5 – Elementos leves fixados mecanicamente;
- 6 – Ripados e grelhas;
- 7 – Fachada cortina;
- 8 - Revestimento por «escama»;
- 9 - Elementos pesados fixados directamente;
- 0 – Revestimento (ainda) não determinado.

Necessariamente poderiam existir revestimentos que não se enquadrassem integralmente em nenhuma das categorias, mas foi um risco assumido face às consequências que decorreriam de uma classificação base mais exaustiva.

Nas fichas de caracterização foi criado um campo para notas que permite apontar outras questões que se colocassem na definição dos revestimentos.

Apesar da base das fichas de caracterização ter sido definidas numa fase inicial do trabalho, o facto de as mesmas estarem estruturadas numa base de dados em suporte digital permitiu que se fossem fazendo ajustes decorrentes da experiência de preenchimento e do tratamento analítico posterior. Isto é, a classificação que aqui se apresenta já incorpora o que foram alterações necessárias às fichas iniciais.

1 – Parede não revestida

São considerados neste grupo todas as situações em que o elemento que constituiu a totalidade, ou a parte exterior, da parede fica sem a colocação de revestimento adicional em obra. Consideram-se apenas paredes realizadas *in situ* e não sistemas pré-fabricados que são remetidos para outro grupo. Para ser considerado neste grupo, a parte exterior da parede deverá ser autoportante, isto é, o material terá de ser responsável pela sua própria estabilidade e não depender da parede interior, ou de uma estrutura completar, para tal efeito, como acontece por exemplo com as placagens. Considera-se que o travamento que se faz entre os dois panos de uma parede com recurso a elementos metálicos, não é responsável pelo suporte da mesma, apenas uma garantia de comportamento solidário dos dois

91.Anexo II – Fichas de Caracterização dos Edifícios da Área em Análise

panos. Assim sendo, por exemplo, paredes duplas, cujo pano exterior é realizado em tijolo maciço, fazem parte deste grupo.

Tabela 14: Tipos de parede não revestida considerados no levantamento, e respectivos códigos numéricos usados na base de dados.

Designação[a]	Notas
11 Alvenaria de Tijolo Maciço (ou furado) Aparente	Consideram-se neste grupo tijolos maciços, tijolos maciços perfurados, com furação horizontal ou vertical e o habitualmente designado por «tijolo burro».
12 Alvenaria de Blocos de Betão Aparente	São considerados neste grupo os blocos lisos de betão ou blocos split, isto é, blocos com acabamento clivado e com características de impermeabilidade reforçadas para serem aplicados sem revestimento.
13 Alvenaria de Pedra	Não é feita distinção do tipo de aparelhos, nem do tipo de pedra, face aos poucos exemplos dentro da área em análise.
14 Cantaria de Pedra	Orlas, guarnições e socos correspondem a um subgrupo. Como no ponto anterior, também não é feita a distinção dos tipos de aparelhos utilizados, nem do tipo de pedras. 14a - Orlas, guarnições ou socos em cantaria
15 Betão (aparente ou pintado)	A pintura deve permitir a leitura da textura do betão para ser incluído neste grupo.
16 Alvenarias Mistas	Conjugação de materiais diferentes numa mesma alvenaria, por exemplo blocos e tijolo, ou tijolo e pedra.
17 Alvenaria de Tijolo Vazado Aparente	Sem qualquer exemplo deste da zona em análise. De qualquer forma resolveu-se considerar esta hipótese, pois em zonas de ilhas, ou ocupações de fundo de lote, poderiam aparecer exemplos.
18 Fingidos de Granito	Apesar dos fingidos de granito corresponderem geralmente a um revestimento de cantaria tosca por argamassa de cimento imitando o granito e ser, por isso um revestimento, julgou-se por bem incluir os fingidos no grupo de paredes não revestidas uma vez que a ideia subjacente ao fingido é a de um não-revestimento. 18a - Orlas, guarnições ou socos em fingidos de granito.
10 Outro	Qualquer outra parede não revestida e não incluída nas anteriores.

a. Não foram à partida consideradas paredes de taipa ou de adobe, por não existirem exemplos na área em análise.

2 – Revestimentos contínuos

São considerados neste grupo todos os revestimentos realizados *in situ*, por aplicação de um barramento homogéneo, que ao adquirir presa constitui uma camada contínua e sem juntas que atravessem a totalidade da mesma. Poderão ter acabamento posterior de pintura, ou o próprio revestimento constituir a camada de acabamento final.

Tabela 15: Tipos de revestimentos contínuos de paredes.

Designação	Notas
21 Reboco	Reboco tradicional, reboco corrente ou reboco pré-doseado. Pode ser pintado, ou a última camada do reboco pode constituir o acabamento final. 21a - Reboco de cal hidráulica 21b - Reboco de cimento 21c - Reboco de saibro e cal
22 Cavan ou Marmorite	Reboco tradicional que inclui inertes de pequena dimensão e que corresponde ao acabamento final da superfície. Será lavado no caso do cavan e afagado, no caso da marmorite.
23 ETICS	Reboco armado com fibra de vidro ou outra, de espessura reduzida, aplicado sobre um isolamento térmico (poliestireno, cortiça, etc.).
24 Monomassa	Reboco pré-doseado, aplicado em camada única, com características de impermeabilidade e coloração que lhe garantem o acabamento final. Juntas de trabalho e dilatação são necessárias.
25 Monomassa com Acabamento Superficial a Granulado de Inerte	Idêntico ao anterior mas com aplicação de agregados de pedra natural, ou agregados de massas de vidro, ou outros, na camada de acabamento antes de a mesma ganhar presa total.
20 Outros	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo "notas".

3 – Elementos leves colados

Revestimento constituído por elementos de dimensão reduzida cuja aderência ao suporte é garantida por colagem, geralmente com recurso a material de base cimentícia.

Tabela 16: Tipos de revestimento de paredes por elementos leves colados.

Designação	Notas
31 «Pastilha»	Placa de massa de vidro de reduzida dimensão, aplicados por colagem, agrupados em folhas de papel, por facilidade de aplicação.
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão	Elementos cerâmicos de pequena dimensão, aplicados por colagem e individualmente. (área inferior a 600 cm^2). Vidrados ou não vidrados.
33 Tijoleira	Elementos de grés, klinker ou barro vermelho.
34 Elementos Cerâmicos de Média Dimensão	Elementos cerâmicos de média dimensão, vidrados ou não vidrados. (área superior a 600 cm^2) aplicados por colagem.
35 Ladrilho de Pedra Colado	Placas de pedra de reduzida espessura, aplicados por colagem com material de base cimentícia ou outra. Área inferior a 600 cm^2
30 Outro	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo "notas".

4 – Placagens (estrutura de suporte intermédia)

Revestimento executado por elementos rígidos, ligados ao suporte através de uma estrutura auxiliar ou de elementos pontuais de suporte e ligação.

No caso das placagens, pelo menos dois níveis adicionais de classificação seriam necessários, um referente a uma caracterização do material (ex. tipo de pedra) e outra referente ao sistema de suporte. Optou-se por não os incluir nesta fase da análise, deixando as placagens em grandes grupos, pois isso iria complicar o levantamento sem uma contrapartida efectiva ao nível do tratamento da informação.

Tabela 17: Tipos de revestimento de paredes por placagem (estrutura de suporte intermédia).

Designação	Notas
41 Placagem de Pedra	Placas de pedra suportadas por grampos metálicos. Com ou sem perfis metálicos de suporte. 41a - Sem perfis metálicos suporte. 41b - Com perfis metálicos de suporte.
42 Placagem de Elementos Cerâmicos	Elementos cerâmicos isolados, não colados sobre um suporte, aplicados por amarras metálicas, com ou sem perfis contínuos.
43 Placagem de Elementos de Madeira ou Afins	Placas de madeira ou de aglomerado, fixas através de estrutura de suporte intermédia (estrutura metálica ou de madeira).
44 Placagem de Elementos Metálicos	Placas de elementos metálicos, de espessura média (placas de aço corten, aço inox, etc.) aplicadas sobre sistema de suporte.
45 Placagem de Elementos de Betão	Placas pré-fabricadas de betão suportadas por grampos metálicos. Com ou sem perfis metálicos de suporte. Com ou sem revestimento. Espessuras inferiores a 6 cm. Área inferior a 1 m^2. 45a - Sem revestimento. 45b - Com revestimento.
40 Outro	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo "notas".

5 – Elementos leves fixados mecanicamente

Considerou-se neste grupo os revestimentos executados por chapas de grande dimensão e reduzido peso, fixadas mecanicamente a um sistema intermédio de suporte. O material dessas chapas (metal, madeira, plástico, etc.) é identificado num segundo nível e nas notas.

Tabela 18: Tipos de revestimento de paredes por elementos leves fixados mecanicamente

Designação	Notas
51 Revestimento em Chapas Metálicas Simples	Revestimento com chapas metálicas de reduzida espessura (zinco, cobre, titânio, etc.).
52 Revestimento em Chapas de Fibrocimento	Revestimento por chapas executadas à base de cimento e fibras vegetais, minerais ou metálicas, tipo fibrocimento, viroc, etc.
53 Revestimento em Chapas Metálicas Sandwish	Revestimento com chapas metálicas. 53a Chapas de aço isotérmicas. 53b Chapas de dupla folha de alumínio tipo Alucobond.
54 Revestimento com Chapas de Material Plástico	Revestimento em chapas de PVC, acrílico, etc.
50 Outro	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo “notas”.

6 – Ripados e grelhas

Consideram-se neste grupo todos os casos em que o revestimento não cobre integralmente a parede de suporte, deixando o mesmo visível em certos ângulos. Isto permite fazer a distinção relativamente aos revestimentos com materiais e dimensões idênticos, mas em que existe continuidade dos diversos elementos de forma a esconder a parede de suporte, ou os seus revestimentos de isolamento e impermeabilização.

Os ripados ou grelhas exigem o acabamento do revestimento mais próximo da grelha, e da estrutura de suporte, já que não constituem nem barreira visual, nem à passagem da humidade. Podem funcionar como ensombramento, mas nunca como elementos de isolamento térmico.

Tabela 19: Tipos de revestimento de paredes executados por ripados e grelhas.

Designação	Notas
61 Ripado em Elementos de Madeira	Revestimento com tábuas ou ripas de madeira, aplicados com espaçamento e fixados a estrutura de suporte intermédia.
62 Ripado em Elementos Metálicos	Revestimento com tubulares, redes, perfis extrudidos, chapas lisas (contínuas ou perfuradas) ou chapas quinadas fixados a estrutura de suporte intermédia.
63 Ripado em Elementos de Betão	Revestimentos com elementos pré-fabricados de betão que não cobrem integralmente o suporte. 63a - Elementos pré-fabricados perfurados. 63b - Elementos pré-fabricados maciços aplicados com espaçamento.
60 Outro	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo “notas”.

7 – Fachada cortina

Apesar de uma fachada cortina se poder englobar com mais facilidade na envolvente translúcida de um edifício, a sua extensão e a forma como, sem alteração de pormenor, recobre igualmente paredes e vão, fizeram com que se optasse pela sua inclusão nesta grelha de análise, relativamente aos elementos opacos das paredes. Mais do que

constituir um revestimento a ser estudado, nesta fase aparece pela necessidade de caracterizar revestimentos de zonas de edifícios analisados.

Tabela 20: Fachada cortina (considerando parte translúcida e zona de revestimento de parede).

Designação	Notas
71 Fachada Cortina em Vidro	Com vidro duplo ou vidro simples. Com ou sem perfis aparentes. Com vidro translúcido ou opaco.
72 Fachada Cortina em Vidro e Chapas Metálicas	Idem anterior. Estrutura/sistema geral de fixação do vidro é idêntico à estrutura/sistema geral de fixação dos vidros, pelo que constituem uma única fachada.
73 Fachada Cortina em Vidro e Placagem de Pedra	Utilizada a mesma estrutura para fixação de vidro e placas de pedra. Não constituem uma única fachada, como o anterior, mas funcionam em continuidade.
70 Outro	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo "notas".

8 – Revestimentos em escamas

Tabela 21: Tipos de revestimento de paredes por materiais aplicados em «escama».

Designação	Notas
81 Revestimento com Soletos de Ardósia	Aplicação por pregagem em estrutura de suporte intermédia, usualmente de madeira.
82 Revestimento com Soletos de Fibrocimento	Aplicação por pregagem ou aparafusamento em estrutura de suporte intermédia, de madeira ou metálica.
83 Revestimento com Telhas	Aplicação por grampeamento a estrutura de suporte intermédia, usualmente de madeira.
84 Revestimentos com Soletos Metálicos	Soletos de chapas de reduzida espessura, aplicados por aparafusamento ou grampreamento a estrutura de suporte intermédia.
85 Revestimento por Ripas de Madeira	Revestimento por ripas de madeira, formando escama, e cobrindo integralmente a parede de suporte.
80 Outro	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo "notas".

9 – Elementos pesados fixados directamente

Tabela 22: Revestimento de Parede por elementos pesados fixados directamente.

Designação	Notas
91 Revestimentos por placas de pedra	Revestimento por pedra serrada colada com argamassa de cimento, com ou sem gatos metálicos auxiliares. Áreas superiores a 600 cm2.
92 Revestimento por placas pré-fabricadas de betão	Revestimento por placas de betão de reduzida espessura, Gracifer ou afim, colado directamente ao suporte, com ou sem gatos metálicos auxiliares.
90	Qualquer outro revestimento não contemplado nos pontos anteriores, especificado no campo "notas".

A.3. Definição de base de dados

O levantamento da área em análise e a consulta de licença de obras deram origem a duas bases de dados executadas em plataformas diferentes, interligadas a partir de campos de definição comum. A base de dados do levantamento da área de análise foi elaborado em *Filemaker* [www.filemaker.com] pois o mesmo permite a visualização de fotografias à medida que rapidamente se correm as fichas, sendo adequado a trabalhos em que a imagem seja fundamental, como era o caso. A pesquisa de licença de obras foi organizada numa base de dados no *MS Access* [office.microsoft.com/en-us/access], que não tem a facilidade de visualização das imagens em tempo real do

Filemaker, mas que é muito mais robusto em capacidade de gestão da informação, interligação dinâmica de base de dados, e dispõe de melhores ferramentas para o seu tratamento posterior.

A organização e a interligação dos formulários de informação é a que se apresenta na Figura 59, de uma forma simplificada, fazendo a identificação dos campos mais importantes e da forma como se interligam as diferentes tabelas dentro de cada uma das bases de dados e entre bases de dados. A base de dados é mais complexa do que a apresentada mas optou-se por apresentar apenas as tabelas e campos mais importantes, para ser mais fácil apreender a sua estrutura.

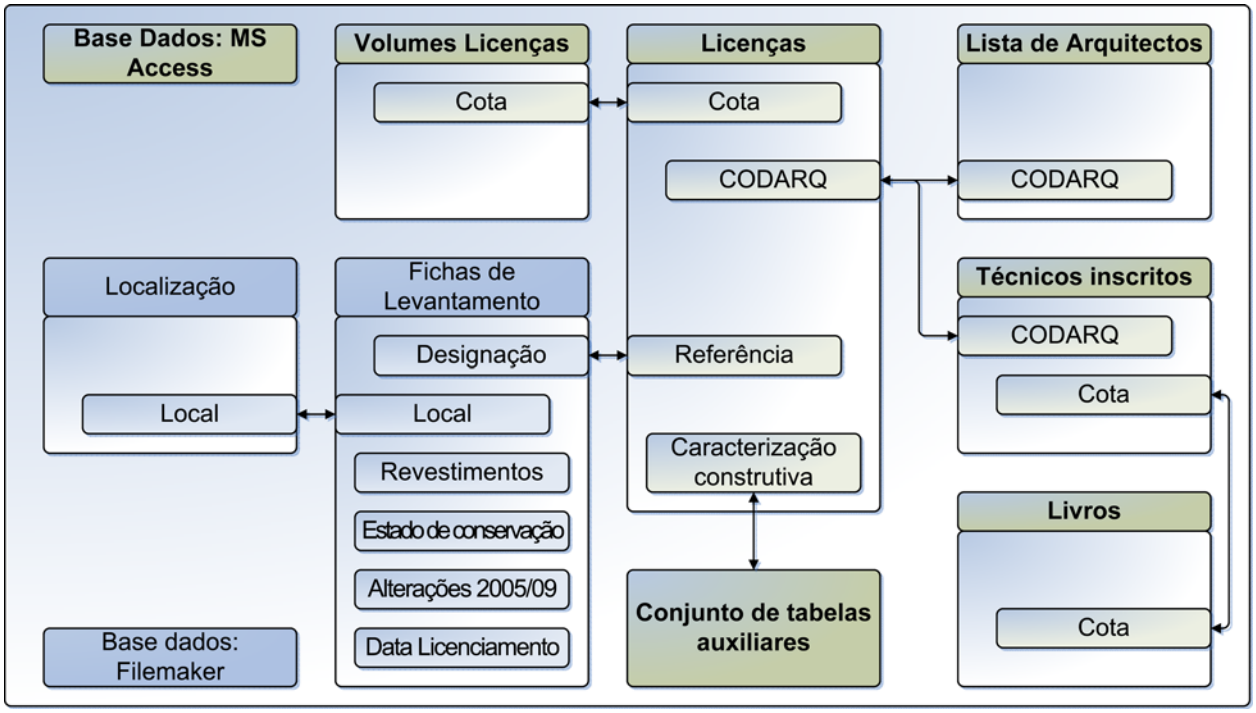


Fig.59 Interligação entre bases de dados.

Foram utilizadas várias tabelas para auxílio de preenchimento, por um lado, para garantir uniformidade e coincidência de designações que facilitem o agrupamento de dados sem erros, e por outro, para agilizar o preenchimento. Estas sub-tabelas que correspondem a *combo box* no *Access* permitem escolher uma descrição a partir de um conjunto de opções, mas permitem igualmente editar essa informação, completando-a ou corrigindo-a, o que nos pareceu ser importante pela especificidade do trabalho a executar.

As duas bases de dados foram aperfeiçoadas à medida que se foi executando o trabalho, procedendo a últimas correcções e ajustamentos no momento em que se iniciou o processamento estatístico dos dados recolhidos. Considerou-se esta dissertação como um «projecto de investigação piloto», permitindo testar a base de dados e ajustar o modo de introdução de informação às necessidades de tratamento de dados. Esta metodologia pode agora ser aplicada a uma área mais extensa, ou a outros contextos e locais.

O facto de dominarmos a base de dados não apenas em termos de preenchimento, mas também em termos de desenho e programação, permitiu-nos ir alterando as suas características e ampliando-a à medida que executávamos trabalho e descobríamos as potencialidades do mesmo para efeitos para além dos pensados inicialmente. Para uma

fase posterior à própria dissertação, como já foi apontado, achamos que será importante a integração com plataformas Web que permitam a georeferenciação dos imóveis, quer no tratamento de licenças de obra, quer no levantamento de edifícios na área de análise. Será também uma mais-valia o uso de plataformas colaborativas para inserção de dados, que poderiam permitir, para além dos dados referentes ao exterior dos edifícios, que são os recolhidos na presente base de dados, a inclusão de campos de preenchimento relativos ao estado de conservação das fracções, acabamentos interiores, conforto e segurança, que poderiam ser preenchidos pelos próprios ocupantes, num sistema similar aos wikis.

A.3.1. Definição das fichas de caracterização

A organização numa base de dados do levantamento da área de análise efectuado e das respectivas fichas de caracterização dos imóveis permite o tratamento da informação recolhida de uma forma mais expedita, recorrendo a caracterização estatística e representação gráfica como uma melhor ferramenta de comunicação.



Fig.60 Exemplo de Ficha de Caracterização (não preenchida).
As fichas de caracterização poderão ser consultadas no Anexo 4 (Volume 3).

Os parâmetros de caracterização foram escolhidos tendo em conta dois aspectos:

- primeiro, a necessidade de recolher informação relativa aos edifícios a estudar, de uma forma que os permitisse agrupar, mas que conseguisse individualizar as suas características;
- segundo, a consciência que demasiado detalhe nas fichas de caracterização levaria a um dispêndio grande de energia, face à dimensão da área a levantar, sem real equivalência de aumento efectivo de informação.

Da mesma forma que se fez para a classificação dos edifícios tentou-se pensar uma estrutura «sensata» para fichas de caracterização, que pudesse ser afinada ao longo do levantamento e do estudo, consoante as necessidades sentidas, mas que à partida estivesse suficientemente definida para não implicar demasiada necessidade de refazer trabalho quando a base de dados já estivesse muito extensa.

A informação a recolher foi estruturada em três níveis distintos.

Tabela 23: Estrutura base da informação recolhida

Nível de informação	Tipo de informação	Tipo de preenchimento
1º Nível	Identificação	Necessária para a identificação do edifício. Obrigatória.
2º Nível	Necessária para a caracterização geral do edifício	Caracterização, tendo em conta os pressupostos de análise. Obrigatória para a área inicial de análise, facultativa para a área alargada.
3º Nível	Informações complementares	Complementar, informações que não são determinantes para os pressupostos de análise. Facultativa.

As fichas de caracterização foram sendo alteradas à medida que se ia avançando no trabalho e reconhecendo a necessidade da inclusão de novos campos, ou de novas formas de apresentação de campos. Também foram retirados da versão de impressão, ainda que não da base de dados, campos que não contribuíam de uma forma significativa para a caracterização, ou para os quais a fotografia era mais operativa, como, por exemplo, são o número de frentes ou o número de pisos do imóvel.

Alguns dos campos eram de preenchimento em texto livre, outros campos, fundamentalmente os que seriam alvo de tratamento estatístico, eram de preenchimento pré-condicionado, isto é, à partida era necessário escolher uma descrição de entre uma lista de definições disponíveis, mas era possível, acrescentar mais informação, num campo de notas ligado ao campo anterior. Era também possível, em qualquer altura, mas já a nível de programação e não apenas de preenchimento, aumentar, ou alterar, as opções fornecidas, algo que foi feito várias vezes.

Tabela 24: Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização - Identificação e caracterização geral.

Campo	Preenchimento	Descrição / notas
Identificação e caracterização geral		
Designação	Obrigatório	Código que agrupa a designação do arruamento e o nº de polícia, incluindo um "i" se a numeração for impar e um "p" se a numeração for par, para ser possível a ordenação sequencial do edifícios. Esse mesmo código foi utilizado quer no corpo do trabalho para referências aos edifícios, quer na base de dados de consulta de licenças de obra, permitindo relacionar as duas bases de dados. a)
Local	Obrigatório	Localização principal do edifício. Nos primeiros levantamentos optou-se pela separação dos dois lados das ruas, usando a sua orientação solar para identificação. Posteriormente optou-se pela separação da numeração entre pares e ímpares, que não sendo tão directa, pois nem sempre temos em mente o sentido ascendente de numeração e a localização relativa de numeração par e impar, permitia fazer pesquisa de um edifício, ou de um grupo de edifícios, dentro de um arruamento.
Local (sec.)	Facultativo	Localização ou localizações secundárias, caso se aplique. Não é possível a ordenação conjunta com o campo anterior, pelo que é considerada localização secundária a menos provável a nível de pesquisa, independentemente do arruamento pelo qual se faz o acesso ao edifício.
Nº de polícia	Obrigatório	Pode ser apresentado por um intervalo, ou fazendo a enumeração completa dos números de polícia atribuídos pela CMPorto. No caso da Rua da Boavista, em que existiu alteração de numeração, entre parênteses é apresentada a numeração antiga, sempre que a mesma exista. Para os edifícios da segunda metade do século XX, geralmente omite-se a numeração antiga, porque já não existem processos arquivados sob essa numeração.
Nº de pisos	Facultativo	A fotografia do imóvel é elucidativa a esse efeito, pelo que se optou por retirar este campo da versão de impressão da ficha de caracterização, deixando-o contudo na base de dados.
Ocupação	Facultativo	Nem sempre é possível detectar o tipo de ocupação e, na generalidade dos casos, o tipo de ocupação não é determinante para a caracterização construtiva de um imóvel, pelo que também se optou por retirar este campo da versão de impressão.
Projecto de arquitectura	Facultativo	Sempre que tenha sido possível identificar o(s) projectista(s) o campo deve ser preenchido. Devem estar referidas as co-autorias e quando existe mais do que arquitecto, mas que não corresponde a uma co-autoria, o facto também deve ser perceptível.
Outros projectos	Facultativo	Sempre que tenha sido possível identificar o(s) projectista(s) e as respectivas especialidades.
Notas	Facultativo	Campo de texto para vários apontamentos no decurso do trabalho e para informação posterior.
Licença(s)	Facultativo	Número(s) da(s) licença(s) de obras(s) sempre que tenha sido possível identificar a(s) mesma(s).
Projecto inicial	Facultativo	Data confirmada ou Data provável, no caso de não ter sido possível a determinação efectiva. Pode ser referida como o limite inferior ou superior, quando se desconhece a data exacta. Para a data de projecto é usada a data da emissão da primeira licença de construção. Tal como foi referido na introdução ao trabalho, opta-se por esta data, por ser possível de determinar documentalmente.
Data de construção	Facultativo	Data confirmada ou Data provável. Campo para preenchimento quando não se sabe a data de projecto, mas se têm dados referentes data de construção, que nos permite situar o imóvel no tempo. Foi retirada da versão de impressão por apenas estar preenchida numa percentagem diminuta de imóveis.
Remodelação	Facultativo	Data confirmada ou Data provável. Datas de grandes remodelações, que tenham significado alteração substancial do edifício, com ou sem licenciamento camarário. Esta data, quando não existe licenciamento é uma data aproximada.
Data de projecto ou licenciamento	Obrigatório na área inicial de análise	Campo usado para efeitos de tratamento da informação. A data é definida por intervalo de tempo para facilitar o tratamento estatístico posterior. Existem ainda campos não visíveis na versão de impressão que estabelecem intervalos mais pequenos em certas épocas de forma a ser possível a comparação com os dados dos censos da habitação, que não usam intervalos decenais. Pela mesma necessidade de comparação com os censos, os intervalos decenais iniciam-se no segundo ano da década (ex:1921) e não no primeiro ano, como seria mais lógico.

a) Apesar da informação de fichas de caracterização e de licenças de obra se encontrar organizadas em bases de dados, as mesmas tem suportes de software diferentes, pelas características também diversas da informação a tratar. As fichas de caracterização foram estruturadas no Filemaker, que se adequa melhor a um tratamento de imagens, permitindo a visualização de fotografias enquanto se corre as fichas da base de dados. As consultas de licenças de obras foram organizadas no Microsoft Access, que não permite a mesma facilidade de consulta de imagens, mas que é mais robusto e tem mais potencialidades em termos de estruturação, tratamento e pesquisa da informação. A ligação entre as duas bases de dados não é directa e automática, como poderia ser se tivessem o mesmo suporte e o campo designação aparece como uma forma de relacionar as duas com facilidade se necessário.

Tabela 25: Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização - Caracterização construtiva e estado de conservação.

Campo	Preenchimento	Descrição / notas
Caracterização construtiva e estado de conservação		
Revestimento de fachada	Obrigatório para área inicial de análise. Facultativo para a área alargada.	O revestimento da fachada está separado em três partes distintas, a primeira correspondendo ao revestimento em zona corrente, a segunda correspondendo a revestimento de zonas de remate e marcação, como sejam aros de vãos, marcação de lajes, ou socos. E a terceira, correspondendo ao revestimento do rés-do-chão, pela percepção que se adquiriu que o mesmo corresponde a um ponto de excepção no tratamento da fachada, quer ao nível do projecto inicial, quer das alterações ao longo da vida útil do edifício. O primeiro nível de informação de cada zona é preenchido preferencialmente através de uma listagem pré-estabelecida de forma a minimizar os erros de preenchimento e facilitar o tratamento estatístico. A cada revestimento foi atribuído um código numérico consentâneo com as tabelas apresentadas anteriormente.
Revestimento de fachada (2)	Facultativo	O segundo nível de informação relativamente aos revestimentos é de preenchimento livre e destina-se a colocação de notas, informações adicionais sobre o revestimento, clarificações, dúvidas, etc. Não está sujeito a tratamento estatístico.
Notas (Caracterização construtiva)	Facultativo	Descrição sumária do sistema construtivo, sempre que é possível ter alguma informação a esse respeito, quer seja por consulta de processo de licenciamento quer seja por observação directa do imóvel e das suas características. Por corresponder na generalidade dos casos a uma suposição e não informação efectiva, acabou por se optar pelo não preenchimento, mas pela manutenção do campo para trabalhos posteriores.
Estado de conservação	Facultativo	Apesar de inicialmente considerar o preenchimento do campo do estado de conservação obrigatório, o facto de haver uma dilação de tempo entre a execução do levantamento e a entrega do trabalho leva a que o campo não seja muito operativo. Considerou-se que sempre que se preencheu este campo, se fez o preenchimento referente à data da fotografia mais antiga, que no caso de não estar explícito, corresponde a Novembro de 2005. Consideraram-se os seguintes estados de conservação possíveis: Bom Razoável Com deficiência Mau Ruína O preenchimento é subjectivo, mas foi essencialmente utilizado para a identificação dos edifícios em ruína.
Alterações de 2005 a 2009	Obrigatório só para edifícios alterados	Aproveitando o facto de posteriormente ao levantamento total da área de análise, executado em 2005, se terem feito mais alguns levantamentos parciais e de se ter passado com regularidade nos arruamentos, colocou-se um campo que caracteriza o nível de intervenção sofrido pelos edifícios num período de quatro anos. Este campo permite ter uma noção da dinâmica da zona.

B. Evolução histórica da área de análise

Apesar desta dissertação se centrar em aspectos ligados à história da construção, foi sentida a necessidade de perceber a evolução urbana da área de análise, até pelo facto de essa informação poder auxiliar a compreensão de formas de execução e datação dos imóveis em estudo.

B.1. Evolução urbana

O alinhamento urbano da Boavista corresponde a um caso particular na evolução da cidade do Porto. Se a decisão da abertura da Rua da Boavista, ainda no século XVIII (1784), se enquadrou num conjunto de decisões da Junta de Obras Públicas e de João de Almada e Melo, com vista à modernização da cidade e fazia parte de uma estratégia que ficou designada como radiocêntrica (Ferrão, 1987, 1997), o traçado da Avenida da Boavista, na continuidade da rua do mesmo nome, pela sua extensão e desenho, não tem paralelo na cidade e no país.

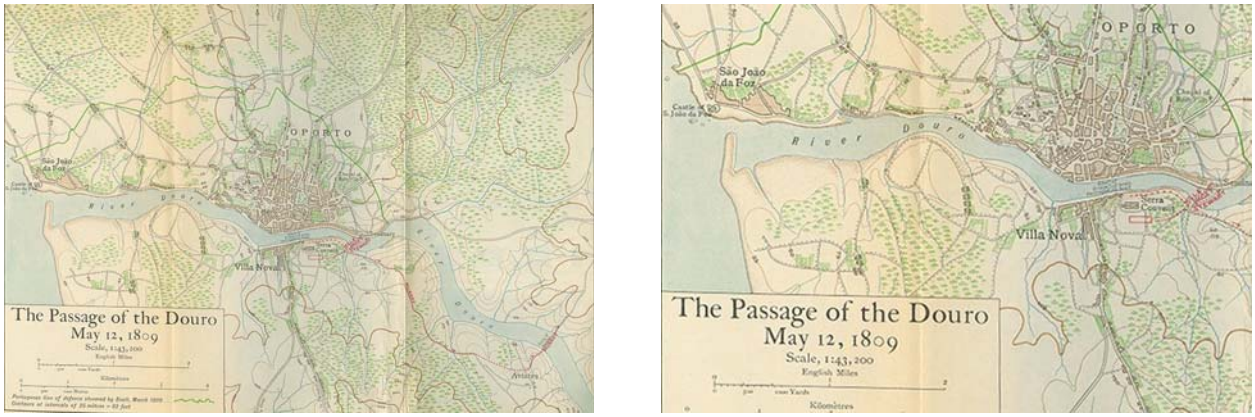


Fig.61 Porto, the Passage of the Douro. May 12, 1809.
Carta completa e recorte da zona que irá ser ocupada pelo eixo da Boavista.

(S.N.,1809)

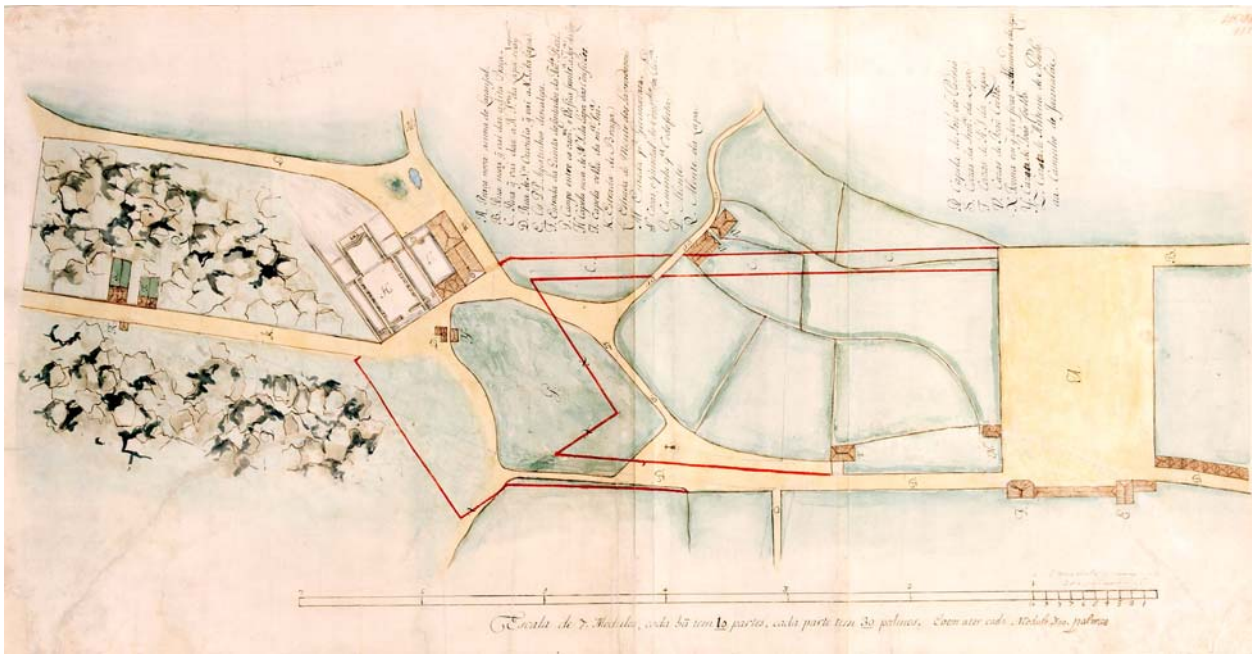


Fig.62 Largo da Lapa fronteiro à capela e ruas de Germalde e Lapa, Século XVIII.
Na letra "O", o Caminho da Igreja de Cedofeita, sensivelmente marcado onde hoje se localiza a Rua da Boavista. Apesar do arranque do caminho coincidir com o início da Rua da Boavista, a orientação não é rigorosamente a mesma.

(S.N., 17??)

A escolha do traçado da Rua da Boavista, num alongamento que se veio a prolongar até ao Castelo do Queijo, e que, segundo refere Anni Gunther Nonell (Nonell, 1998, 2002), na sua tese de doutoramento mais tarde publicada em livro, faz parte de um eixo abstracto que liga o Monte Crasto e o Castelo do Queijo, é estranho no contexto de todo o arranjo do campo de Santo Ovídio[92], em que todas as vias que com ele confluem são ortogonais entre si, sempre paralelas a um dos lados da actual Praça da República que também já teve o nome de Campo da Regeneração. Mesmo na planta referente ao arranjo do largo da Lapa, anterior à abertura da referida rua, a marcação do arranque do caminho que faz a ligação à Igreja de Cedofeita é feito na perpendicular à rua de Santo Ovídio.

Tal como é referido em nota pela autora, a chamada de atenção para essa "coincidência" foi feita pela arquitecta Fernanda Alcântara que procurou justificações para a escolha dos diversos alinhamentos usados na abertura de novas



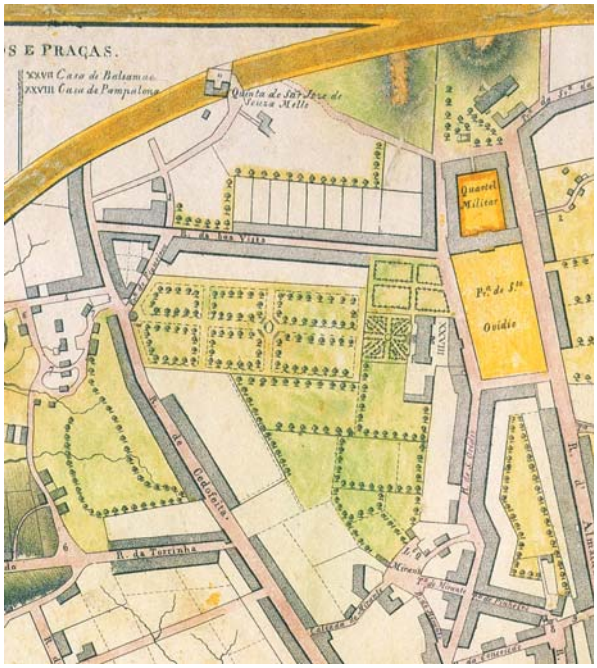


Fig.63 Porto – George Balck – 1813.

(Balck, 1813)

ruas, como base para a sua tese de doutoramento (não concluída). Segundo o que recordo de duas conversas de há quase uma década, a maior parte dos traçados estudados por ela conseguiam ser justificados por outras razões que não a simples vontade que assim fosse. No seu trabalho de que apenas tenho o conhecimento dessas descrições da própria, estudava a definição de alinhamentos urbanos em função de questões geralmente astronómicas, mas de algum modo arreigadas num certo tipo de misticismo. Comparar a orientação de certos arruamentos com alinhamentos astrais, não do céu tal como se encontra hoje, mas na altura em que a decisão foi tomada, permitia, segundo a própria, encontrar justificações para orientações que, actualmente para nós, nos poderiam parecer aleatórias, não as mais indicadas, ou não justificar uma escolha em detrimento de todas as outras possíveis. Num estudo que, no meu entendimento, misturava assuntos de cosmogonia, astronomia, astrologia e arquitectura, ela tentava justificar alinhamentos urbanos na «racionalidade» do misticismo.

Como arquitectos sabemos que usamos traçados reguladores perante a indiferenciação de um terreno vazio, sem outras referências que não sejam aquelas que criamos, mas também como justificação própria, ou perante terceiros, do desejo criador que assim (de)seja.

Pode parecer estranho que no final do século XVIII, quando o racionalismo começa a impor-se na organização social e política, este tipo de pensamento, que afinal está profundamente entranhado numa cosmogonia primordial de

92.Devemos estar cientes que a abertura de algumas dessas vias, como Rua de Gonçalo Cristóvão e Rua de João das Regras são bastantes posteriores à abertura da Rua Boavista. Chegou a existir projecto para a abertura de uma rua no local e com o alinhamento da Rua de João das Regras, mas não passou de projecto (Nonell, 2002:199). E se tomado como referência as ruas a Sul, Rua do Almada e Rua dos Mártires da Liberdade, o expectável seria uma rua com traçado ortogonal em relação ao Campo de Santo Ovídio.



Fig.64 Rua da Boavista na carta de 1824.
Nesta carta o alinhamento e posicionamento da rua é coincidente com o limite do horto/jardim lateral da Casa da Quinta da Boavista. Visível também o projecto da rua que faria a ligação entre o Campo de Santo Ovídio e a Rua de Cedofeita, pelo lado Sul do primeiro.
(Paiva, Ant. 1824)

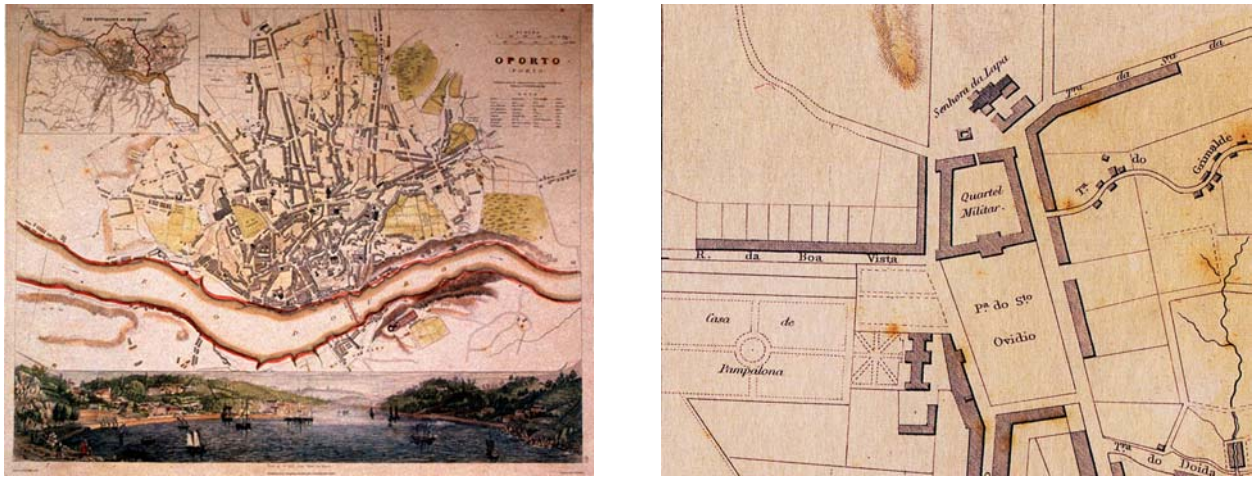


Fig.65 Rua da Boavista na Carta de 1833.
A zona marcada como edificada é inferior à carta de 1824, o que prova o quão pouco credíveis em termo de mancha construída são as cartas anteriores a 1892.
(W.B.Clarke, 1833)

sacralização e referenciação do espaço, ainda imperasse. O cosmos em oposição ao caos, os rituais que permitiam a apropriação de um lugar.

Mas também é certo que as sociedades secretas, com ritos iniciáticos, e a transferência (ou acumulação) de valores que, por um lado permitem a entronização do elemento, e por outro lado, garantem a força do grupo, existem no século XVIII e XIX, e, por exemplo, no caso da maçonaria, será ela a representar um papel importante na introdução do Liberalismo em Portugal. Porque não se é maçon por nascimento, mas por opção mais tardia, e apenas uma sociedade de «homens livres» pode comportar e permitir a força deste tipo de organização, de uma forma mais abrangente e menos óbvia.

Podem-se tecer conjecturas sobre as razões deste traçado mas documentos formais não foram encontrados. Podem existir, mas talvez seja necessário procurar em arquivos diferentes. Por isso, o mistério das razões efectivas do traçado do alinhamento urbano que estudo permanece.

Mas há um aspecto que me leva a acarinhar esta explicação. A designação da Rua como a da "Boa Vista". Boa vista que efectivamente deveria possuir do seu ponto mais alto, nesses finais do século XVIII, boa vista sobre um forte que guardava a margem Atlântica e boa vista sobre uma pequena capela no cimo de um monte, quase sensivelmente à mesma distância. A designação de Boavista que compartilhava com a quinta a Sul, de topografia semelhante e ampla vista sobre o oceano.

Para tentar perceber as possibilidades reais desse alinhamento fui em busca do Monte Crasto, em Gondomar. Propriedade privada de uma confraria desde 1757 tem no seu ponto mais alto a referida capela com a respectiva torre. Quando subi à torre o dia era de neblina na distância por isso não me foi possível ver os barcos que aguardam a entrada no Porto de Leixões, como me relatou o zelador. Mas localizei sem qualquer dificuldade a zona da Lapa, os prédios de maior cércea de Gonçalo Cristóvão, como o Jornal de Notícias e o Edifício da Cooperativa Lar Familiar (também de Mário Bonito como o mais conhecido Bairro na zona de Serralves), e entre o monte e essa zona, mesmo hoje, não existem impedimentos visuais. A abertura de uma rua com aquele alinhamento certamente permitiria uma *Boa Vista* desde aquele cimo de monte (que pela designação teve múltiplas ocupações ao longo dos séculos) até ao mar.

O alinhamento escolhido pode inserir-se nessa necessidade de definição e referenciação do espaço pelo projectista, mas claro que pode ter outra explicação, menos mística e menos livre de interesses, pelo que o traçado, assim definido, economicamente possibilitava. Este alinhamento que parte «de esguelha» do Campo de Santo Ovídio, e não na perpendicular aos seus lados como as ruas já construídas à época, atravessava os terrenos de Manuel de Figueiroa Pinto, Vereador do senado, Contador da Fazenda Real e membro da Junta de Obras Públicas, e existe mesmo a referência de cedência de terrenos em troca serem murados os prédios e lhe ficar pertencendo o terreno da antiga travessa (Nonell, 2002:180-183).

Outro aspecto importante na definição de um traçado não ortogonal pode ter sido o Passal da Igreja de Cedofeita e a própria Igreja Medieval. Naquela época, do passal, como terreno agrícola, deveria ser retirado o rendimento para a subsistência e/ou fausto da igreja, independentemente das muitas ou poucas contribuições dos fiéis.

Um terceiro aspecto a considerar é a quinta que existia a Sul, que fora propriedade do desembargador João Carneiro de Morais, e depois comprada por Manuel de Figueiroa (Silva, 1996), que aqui apresentamos na representação na carta de Teles Ferreira, e cujo loteamento deu origem à Rua de Alvares Cabral, mais de um século



Fig.66 Carta militar 1/25000 de 1985.
Traçada a vermelho, linha rectilínea que corresponde à continuação do traçado da Rua da Boavista, para Nascente, como eixo abstracto que a liga ao Monte Crasto.



Fig.67 Torre sineira da capela do Monte Crasto, Gondomar.

(Vale, 2010)



Fig.68 Vista a partir do cimo da torre sineira da capela do Monte Crasto, em Gondomar.
São perfeitamente reconhecíveis, como marcos no ponto alto desta zona da cidade, que o campo de Santo Ovídio assinalava, as torres da Igreja da Lapa, e os edifícios de maior cércea da Rua Gonçalo Cristóvão, como o edifício do Jornal de Notícias e o edifício da cooperativa de habitação Lar Familiar.

(Vale, 2010)

depois, com a mesma orientação da Rua da Boavista. Os limites da quinta foram deixados intocados e mesmo assim foi deixado espaço livre entre esse limite e a Rua da Boavista que permitisse a urbanização do lado Sul da mesma rua. A questão de expropriação de parte do terreno da quinta com a destruição do seu elaborado jardim seria um problema, como podemos constatar por uma afirmação posterior, aquando da construção do quartel de Santo Ovídio, pelo facto de ser *"necessário expropriar terrenos pertencentes «a pessoas de consideração [...]»"* (Nonell, 2002:223), como seria efectivamente Manuel de Figueiroa.

Uma rua que saísse na perpendicular do campo de Santo Ovídio teria até a vantagem de entroncar mais «rapidamente» com a Rua de Cedofeita, sem o acrescento da mesma que foi necessário pela escolha deste alinhamento. A pendente seria necessariamente mais acentuada, ao trocarmos a hipotenusa por um dos catetos. Mas a interferência com o passal da Igreja de Cedofeita, separando-o e cortando-lhe uma parte, seria mais forte, porque muito mais próximo, praticamente em cima da igreja medieval. Claro que esta justificação só tem sentido numa perspectiva de prolongamento da rua para além do entroncamento com Cedofeita, algo que na decisão inicial não era referido. E a questão do passal passou a ser secundária, com a revolução liberal e o novo equilíbrio de poderes que daí saiu.

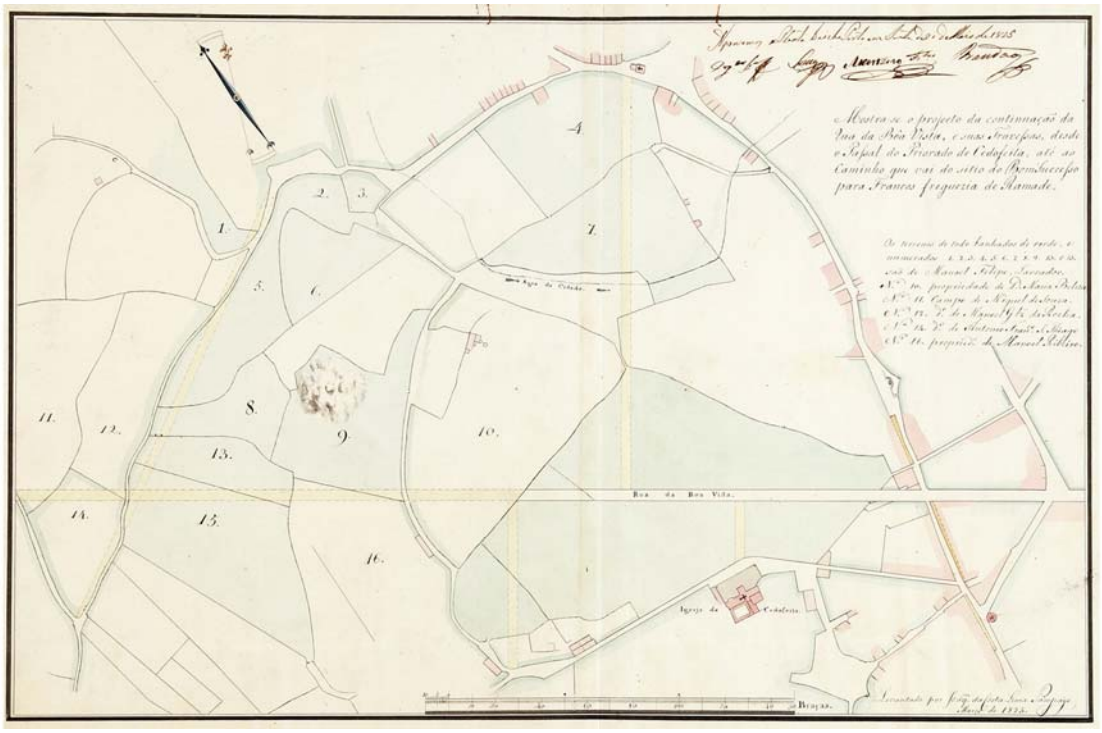


Fig.69 Traçado da Rua da Boavista e sua relação com o próximo Passal da Igreja de Cedofeita.
Se traçada na perpendicular ao Campo de Santo Ovídio, a Rua da Boavista passaria quase sobre a igreja medieval de Cedofeita.
(Sampaio, 1825)

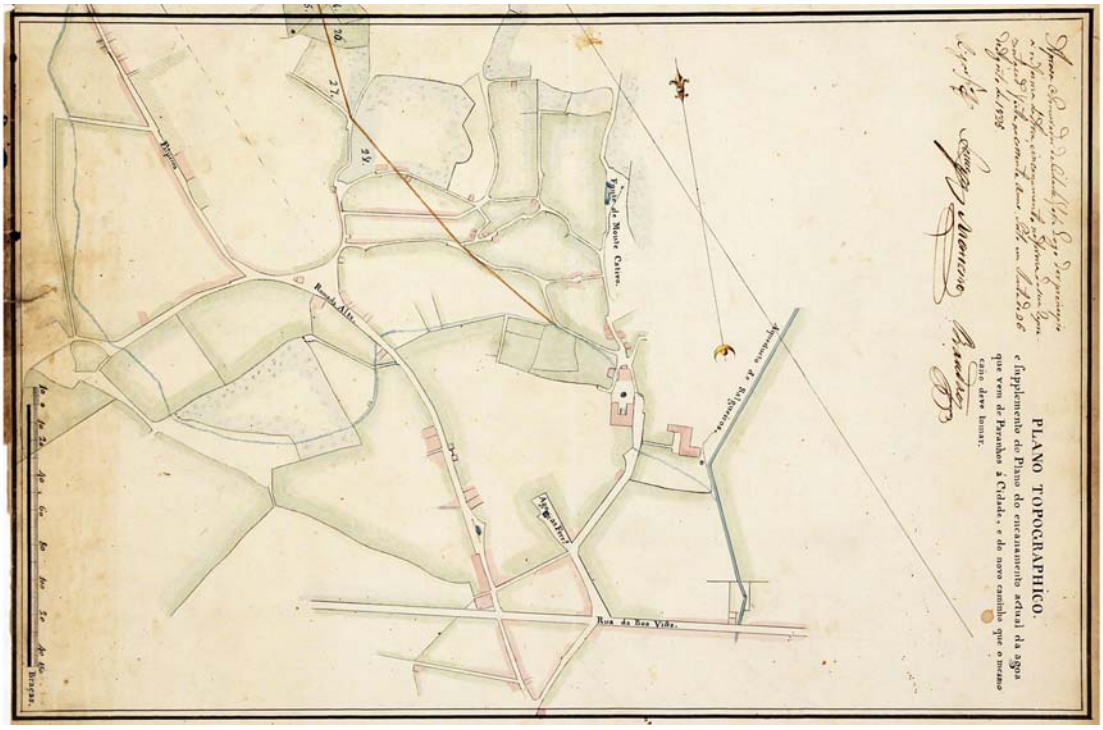


Fig.70 Plano de encanamento do manancial de Paranhos.
Os aquedutos do abastecimento de água à cidade ainda são hoje percorríveis em alguns dos seus troços, embora o abastecimento de água já não se faça pelos mesmos. Tive a oportunidade, há uma dezena de anos, de visitar os tramos entre o Jardim de Arca de Água e a Rua de S. Dinis (Canil) e entre a Rua dos Bragas (Faculdade de Direito, ex FEUP) e a Praça de Gomes Teixeira.
(S.N., 1825)

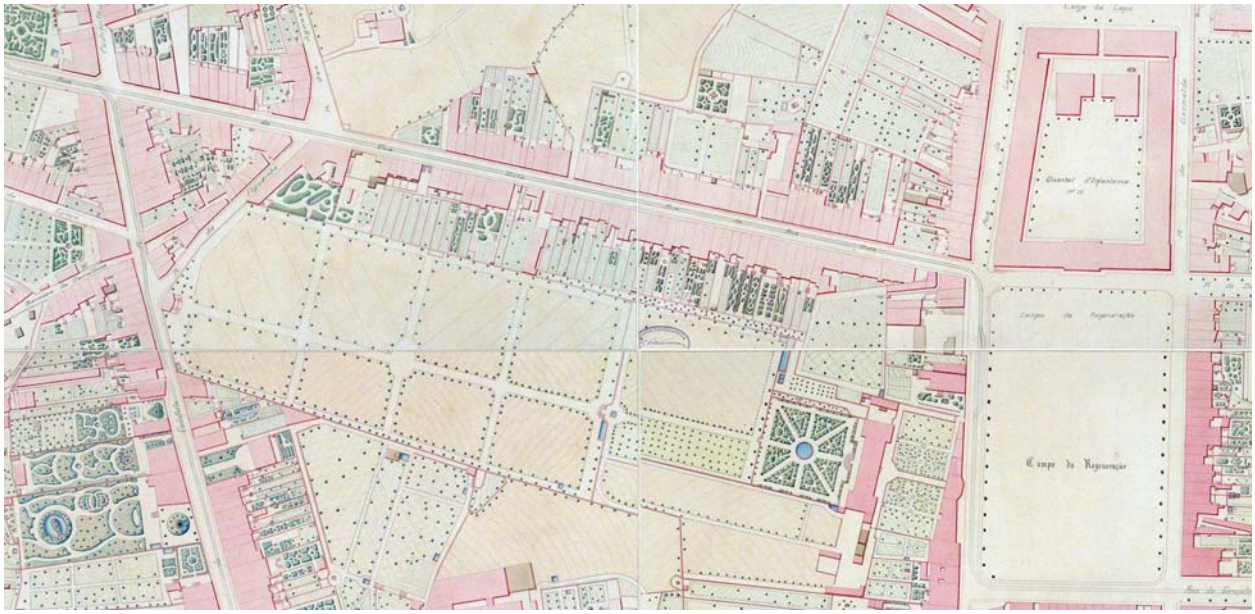


Fig.71 Quinta da Boavista e Rua da Boavista em 1892.

(Ferreira, 1892)

O alinhamento escolhido determinou terraplanagens, a maior parte delas, aparentemente, por aterro, como se depreende de documentos posteriores que falam dos muros de suporte da Rua da Boavista (CMPorto, 1839-1840:80-159), ou mais tardio ainda, o facto de que quando foi construído o bloco da Carvalhosa, o que se encontrou ter sido terreno de aterro encharcado que levou a execução de fundações indirectas (Machado, 1947).

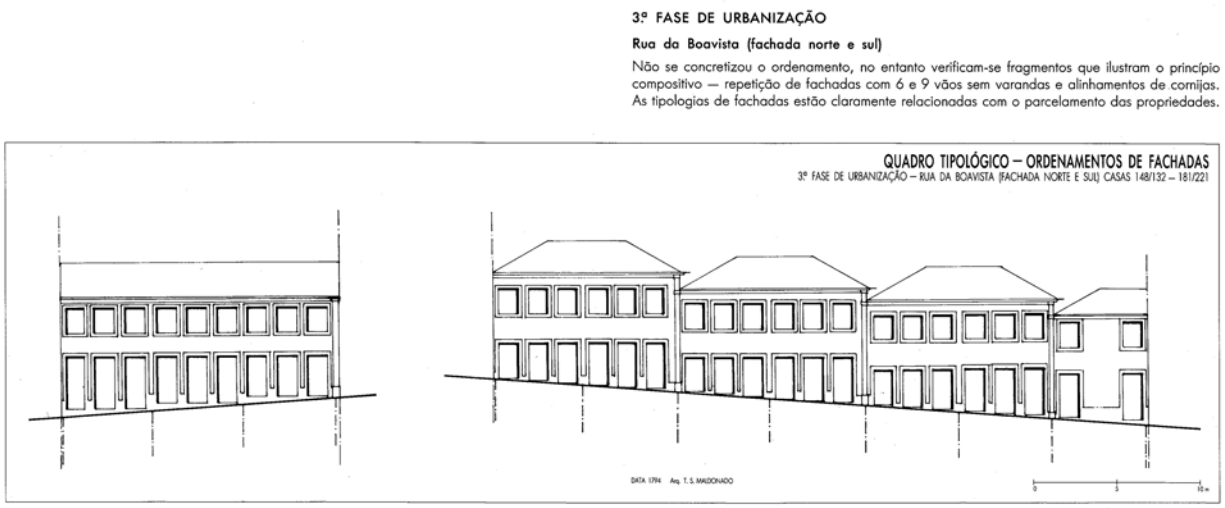


Fig.72 Ordenamento de fachadas da Rua da Boavista.
Levantamento de edifícios executados de acordo com o plano inicial de Teodoro de Sousa Maldonado.

(Berrance, 1993)

O campo de Santo Ovídio foi uma plataforma de nível, artificialmente criada, senão totalmente, pelo menos para as proporções finais pretendidas e executadas, já que o mesmo foi alargado em várias fases. A encosta onde se localiza a rua da Boavista (apesar de uma pendente já acentuada porque tinha de fazer a ligação com a cota da Rua

de Cedofeita praticamente de nível) teria um perfil natural bastante mais irregular, talvez com um afundamento maior na zona das águas férreas pelo curso de água que aí corria, e provavelmente uma aumento de pendente, desta vez em direcção a Poente, como nos faz pensar o perfil quer da Rua de Barão de Forrester, quer da Rua Oliveira Monteiro, a Oeste da anterior.

Penso, mas é mais uma vez uma suposição, que se feita na perpendicular ao campo de Santo Ovídio, a rua teria menos acidente topográficos até ao seu cruzamento com Cedofeita, mas alargando o seu traçado um pouco mais para Poente, como veio a ser feito, apanhava uma zona com topografia mais acidentada, que se percebe ainda hoje, apesar de toda a urbanização que foi alvo a Rua de Júlio Dinis. Assim se existisse a ideia, na altura da abertura, de um prolongamento efectivo do eixo até ao mar, então a perpendicular ao campo de Santo Ovídio também trazia menos vantagens. Primeiro, porque tal eixo desembocaria pela zona da Foz, freguesia sensivelmente consolidada, atravessando núcleos urbanizados de formação mais antiga, e em segundo lugar, mas penso que mais importante, constituiria um desequilíbrio no contexto da cidade, não dividindo o que era o limite do concelho, em duas zonas sensivelmente equivalentes, uma que se estende do rio à Boavista, e outra da Boavista ao seu limite Norte, mais tarde cristalizado pela estrada da circunvalação, com as respectivas barreiras e portagens.

A ideia do prolongamento da rua ainda como a mesma rua, e não outra artéria, é assumida pelo facto de no final do século XIX ainda se utilizar, em processos camarários, a designação de Rua da Boavista, no cruzamento com a Rua de Belos Ares, actualmente na parte pertencente ao tramo Poente da Avenida da Boavista.

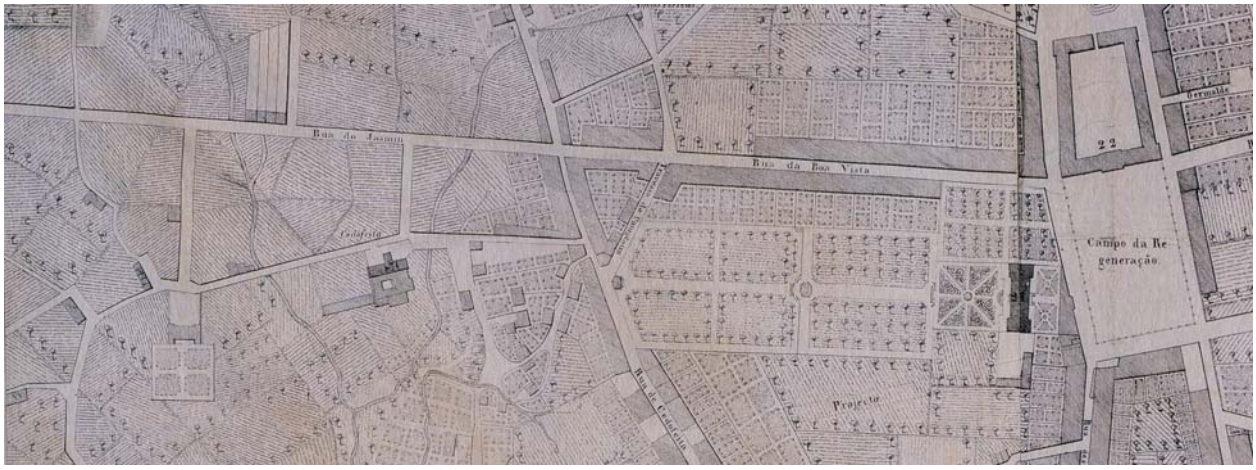


Fig.73 Carta de Costa Lima de 1839.

(Lima, 1839)

Quase logo no início da abertura da Rua da Boavista, a questão da sua largura foi equacionada. Tal como refere Nonell, as obras de abertura da Rua da Boavista iniciaram-se em 1784, pelas mãos dos mestres pedreiros José Sousa e Manuel Santos, devendo a rua ter 40 palmos de largura[93]. Refere ainda que passado cerca de um ano, a JOP

93.Tomando como referência para o palmo os 22 cm (como já dissemos existem demasiadas variações dimensionais consoante a geográficas), 40 palmos seriam 8,8 m, 50 palmos seriam 11,0 m e 60 palmos seriam 13,2 m. Medidas na cartografia actual à escala 1/500 as larguras da Rua do Almada e da Rua da Boavista são de cerca de 11 metros +/- 20 cm [distância medida entre prédios], diferença que pode corresponder facilmente ao erro da própria escala de levantamento.

"considerando ter mostrado a experiência que a largura de 40 palmos atribuída à rua era insuficiente «pela sua longa extensão», solicita o seu alargamento para cinquenta palmos, o seu prolongamento, «em linha recta [...] até desembocar na Rua de Cedofeita»" (Nonell, 2002) [como referência e contraponto, as ruas da Baixa Pombalina foram abertas com 60 palmos, 40 de zona de passagem para carros e 10 palmos de cada lado de passeio para passagem de pessoas (Portugal, 1758-06-12)].

Comparando a extensão da Rua da Boavista na altura (até ao cruzamento com Cedofeita a mesma tem cerca de 524 metros) e a extensão de um dos outros novos arruamentos rectilíneos da cidade, a Rua do Almada com cerca de 840 metros e as respectivas larguras, podemos por um lado inferir que uma das referências à exiguidade dos 40 palmos de largura tenha sido este arruamento (pois sendo anterior já fora aberto com 50 palmos), mas também dado o facto da extensão da Rua da Boavista ser ainda inferior à Rua do Almada, que existisse subjacente, mas não expressa, a intenção de construir o seu prolongamento para Poente. Tal seria projectado e executado no momento em que tal fizesse sentido, pela conclusão do tramo anterior e pela urbanização consistente das suas margens, pois ainda havia um ponto importante a que a nova rua deveria fazer a ligação, a estrada para a Póvoa de Varzim, e para o antigo concelho de Bouças, correspondendo à actual Rua de Oliveira Monteiro, pelo menos em parte do seu traçado.

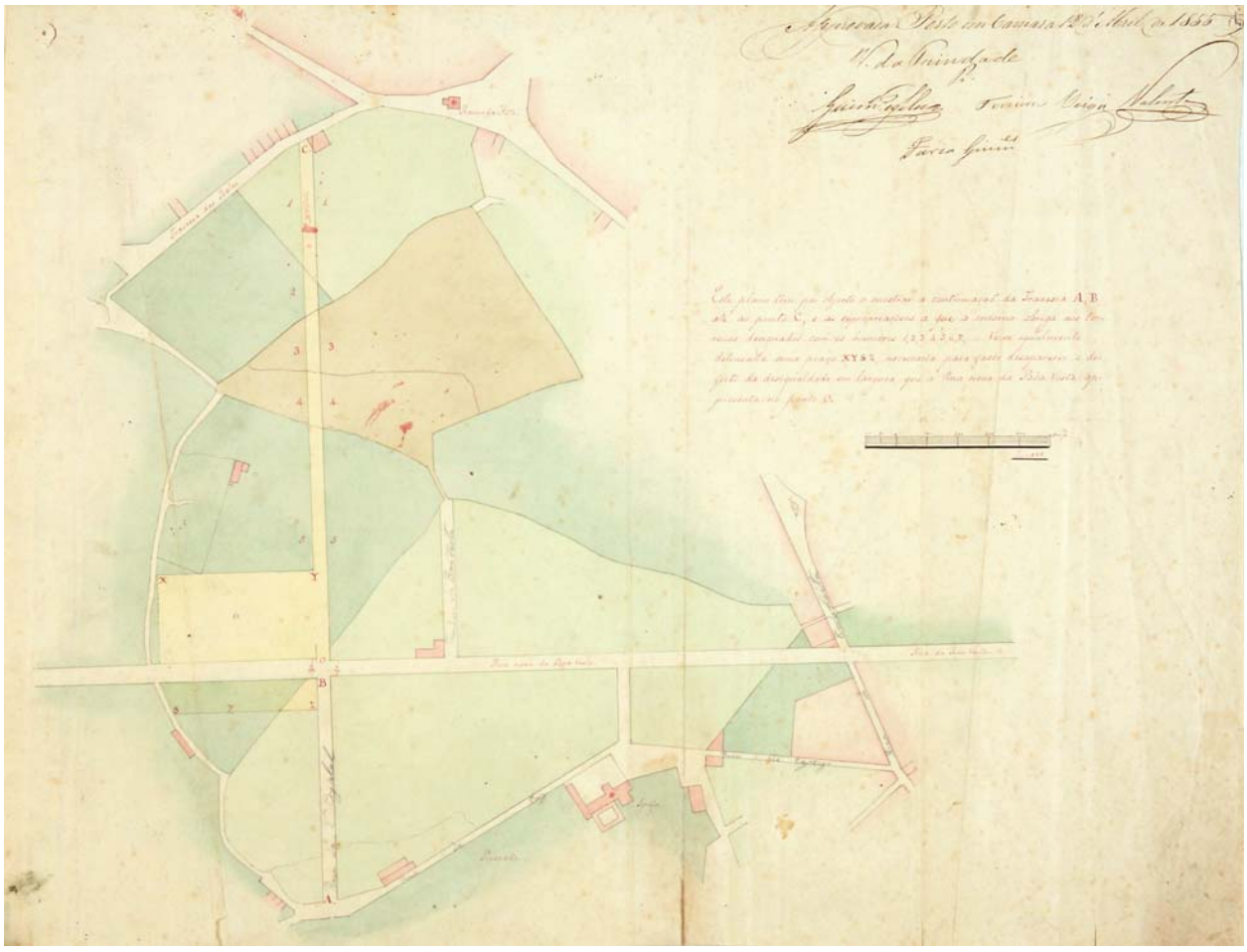


Fig.74 Prolongamento da Rua da Boavista para além do cruzamento com a Rua de Santa Isabel.
A largura da artéria, neste desenho de projecto, é alterada de 50 para 80 palmos (11 metros para 17,6 metros).

(S.N., 1855)

Sendo a decisão de abertura e a adjudicação dos trabalhos feitos em 1784, só em 1794 é que Teodoro de Sousa Maldonado apresenta os desenhos de regularização de alçados, aparentemente simétricos[94] entre os dois lados da rua, do quais apenas realizou um dos desenhos, ou de que apenas um resistiu à passagem do tempo, correspondendo unicamente ao primeiro tramo, entre o campo de Santo Ovídio e a Zona das Águas Férreas (o alçado tem quase 350 metros de extensão, o que significa que o mesmo terminaria ainda antes do cruzamento com a travessa do Figueiroa (ver Fig.14). Isto significa que entre 1784 e 1794 apenas se procederam aos trabalhos de abertura da rua, com os necessários trabalhos de desmatação e movimento de terras, atravessamento de abastecimento de água a partir do manancial de Paranhos, e eventualmente, mas não necessariamente, se procedeu ao loteamento das suas margens. Os desenhos de regularização de alçados alheavam-se de certa forma do que era o cadastro específico, tentando apresentar um desenho equilibrado, com um módulo base de dimensão suficientemente pequena para que se pudesse adaptar a diferentes cadastros.

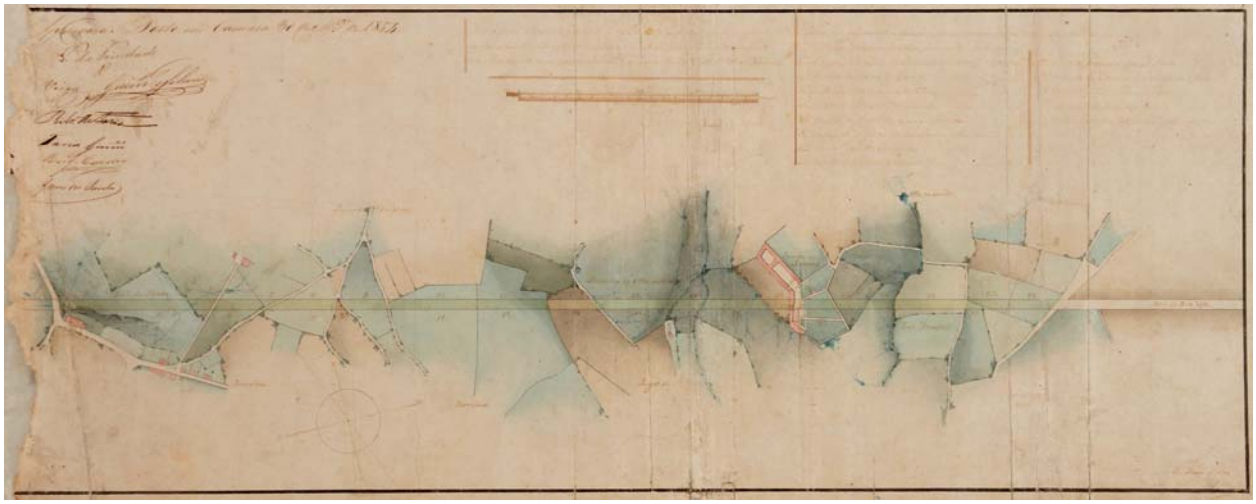


Fig.75 Traçado da ampliação da Avenida da Boavista até à Fonte da Moura- cadastro.

(S.N., 1854)

Existem ainda actualmente alguns edifícios realizados segundo esses desenhos de regularização de alçados (Berrance, 1993), e outros que correspondem a ampliações dos mesmos.

Se analisarmos a abertura de algumas ruas de traçado rectilíneo de épocas próximas, as mesmas são interrompidas porque entroncam com preexistências de alguma forma já consolidadas, e que funcionam como nó de articulação, que se pode reflectir também em inflexão de traçado. Por exemplo, o caso da Rua de Santa Catarina, que termina o seu alinhamento rectilíneo pelo encontro com o Largo da Aguardente (Praça do Marquês de Pombal).

No caso da Boavista, pelo que é possível perceber da cartografia da época (que é, ou de reduzida escala, ou de reduzida abrangência) não existe ponto de igual força que determine um terminus ou uma inflexão do traçado. As próprias descrições da zona aquando da decisão de continuação da rua isso referem (Nonell, 2002). Sem essas condicionantes a continuação rectilínea do arruamento, mesmo com alteração de perfil transversal, parece afinal a

94.A ideia de que os dois alçados seriam simétricos retira-se do facto de apenas se conhecer o alçado do lado Norte da Rua, mas se encontrarem do lado sul da Rua edifícios construídos segundo a mesma métrica e modelo (Berrance, 1993).

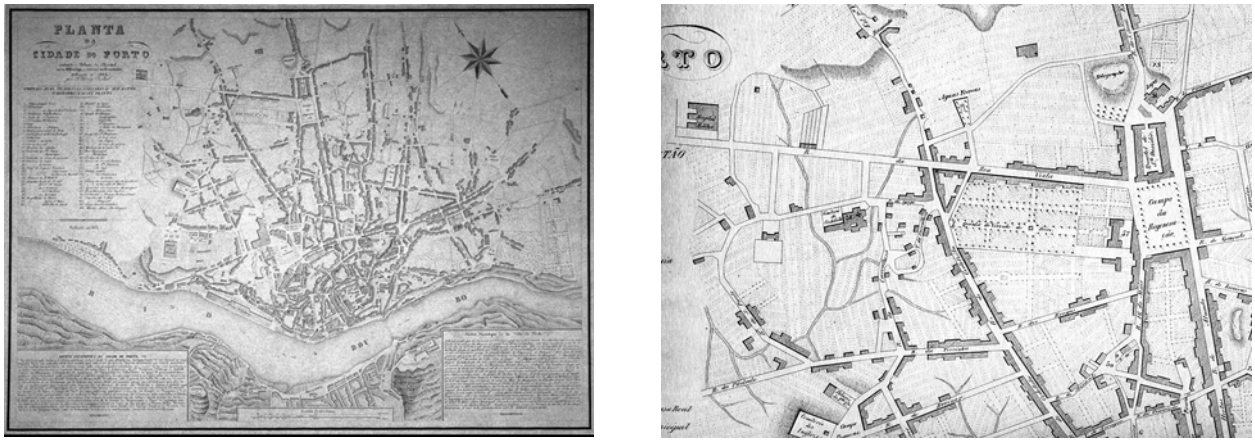


Fig.76 Carta de Perry Vidal – 1844/1865.

(Vidal, 1844, 1865)

mais lógica, por não existirem motivos que a contradissessem. A topografia é, ela também, favorável, como se constata actualmente mas também como se percebe pela carta de George Balck de 1813, a mais conhecida por planta redonda (Balck, 1813), a de Costa Lima (Lima, 1839) e a de Perry Vidal (Vidal, 1844, 1865).

O alargamento da rua, a partir sensivelmente do cruzamento com a Rua de Santa Isabel, quando foi pensado, inseria-se numa ideia de maior necessidade de largura da artéria do que efectivamente na sua transformação num novo arruamento, alterado em designação (de rua para avenida), em calibre e em perfil transversal.

Ricardo Figueiredo faz a referência que essa extensão da Boavista seria designada por Rua do Jasmim (Figueiredo, 2010-07-28), não citando fonte original. Efectivamente, sob essa designação, não entrou nenhum processo de licenciamento de edifício na Câmara do Porto[95], encontrando-se apenas a referência na cartografia de 1839 de Joaquim da Costa Lima, o que significa que a denominação nunca foi efectiva enquanto arruamento construído, apenas enquanto plano, apesar dos 4 lotes que aparecem representados na referida planta.

A instalação do Hospital Militar naquela zona, a partir de 1862, também teve a sua quota-parte da responsabilidade na alteração da designação do arruamento e do seu perfil transversal. Na planta feita com o projecto de rectificação de traçado da estrada que ligava à Póvoa de Varzim (não executado), a designação do arruamento mantém-se como Rua da Boavista, a menção ao hospital militar já é feita, e a alteração da largura da Rua também é já evidente. Na planta feita em 1874, relativa ao traçado da Linha da Ervilha, a designação da actual Avenida da Boavista ainda é de "rua".

A importância deste arruamento, no contexto da cidade, é confirmada em 1866, pela construção de uma praça circular, ou, numa outra perspectiva, de dois crescentes[96]. A praça não é efectivamente circular, mas oblonga. A diferença entre o eixo maior (Norte - Sul) e o eixo menor (Nascente - Poente) da parte central da rotunda é de 18,30 metros, e no limite da zona construída é de 17,4 metros. A forma como aparece representada da carta de Teles

95.Entre 1794 e 1909, período para o qual existem livros de índice ordenados por arruamento.

96.Trata-se aqui de saber qual era a influência mais forte, se a inglesa dos crescentes, se a francesa, das estrelas e traçados radiais. Quase se poderia dizer que a rotunda, numa primeira fase, faz a síntese dessas duas influências.

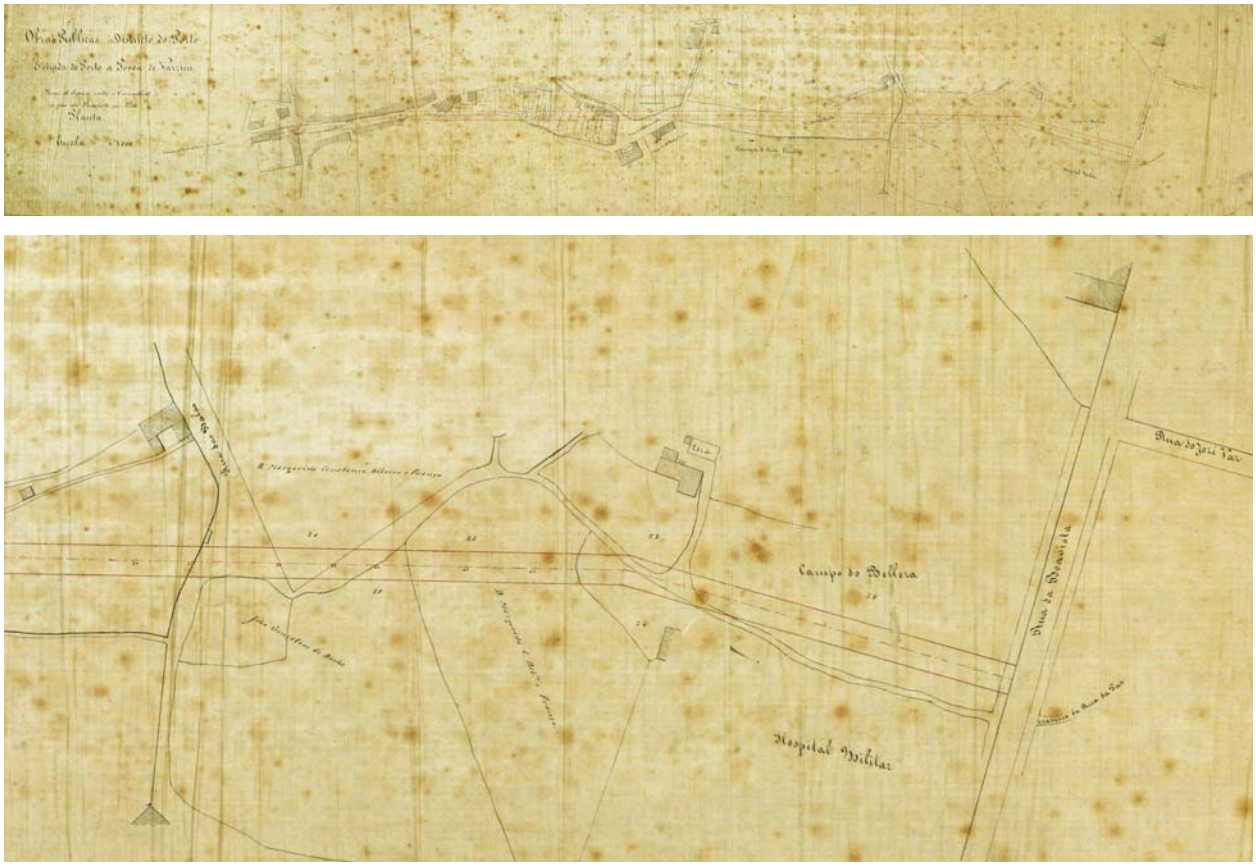


Fig.77 Lanço de ligação entre o Carvalhido e a Rua da Boavista no Porto.

(S.N., 18??)

Ferreira, pode oferecer uma explicação para esta discrepância dimensional, a praça poderia ter sido criada como dois crescentes, de influência inglesa, que ladeavam a então recentemente aberta Avenida da Boavista. Mas provavelmente a razão será bem mais simples.

Pelas medições efectuadas na cartografia 1/500 actual, o tramo a partir da Rua de Santa Isabel deve ter sido executado com 120 palmos de largura (26,40 metros), incluindo passeios e ajardinamento central. No projecto de 1855 a largura considerada é de apenas 80 palmos (17,6 metros). A diferença actual de largura entre a Rua da Boavista e este primeiro tramo da Avenida é de cerca de 15,60 m, mas inicialmente seria apenas de 30 palmos (6,6 metros).

De referir ainda que actualmente a distância entre passeios laterais desse primeiro tramo da Avenida coincide com a diferença de medidas entre eixo maior e eixo menor da praça Mouzinho de Albuquerque.

Aparentemente um desenho de alinhamento urbano foi simplesmente deslocado numa translação perpendicular ao seu eixo, para a nova localização sem terem sido feitos os necessários ajustes no traçado da praça. A não coincidência exacta de medidas deve levar dois aspectos em conta, o rigor da medição actual feito em cima da planta 1/500 que não é levantada por meios topográficos convencionais mas por ortofotomapas tratados, e a eventual falta de rigor na altura da abertura das ruas, embora penso que o problema maior, por experiência própria ligada ao licenciamento de obras e à implantação dos mesmos nas plantas topográficas fornecidas pela CMPorto, seja o levantamento actual.



Fig.78 Campo de Touros [demolido].
(S.N., s.d.-a)



Fig.79 Praça da Boavista [posterior a 1915].
(S.N., s.d.-a)

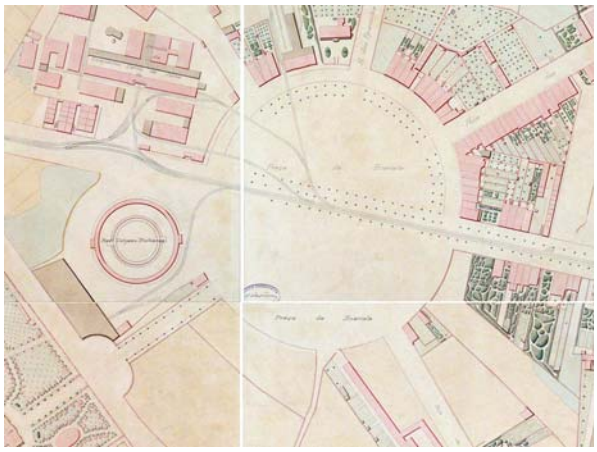


Fig.80 Praça da Boavista, 1892.
(Ferreira, 1992)



Fig.81 Edifício no gaveto da Praça com Avenida da Boavista [demolido].
(S.N., s.d.-a)

Todas estas ideias são conjecturas, porque não sendo este o motivo principal desta dissertação não enveredamos pela tentativa de validação documental de alguma destas teorias.

Mas a estranheza desses traçados, e a nossa curiosidade, não nos permitia deixá-los sem qualquer menção.

De qualquer forma, quando foi iniciada a abertura em 1866, foi como praça e não como rotunda que este espaço foi pensado e desenhado, e é como tal que aparece na carta de 1892 de Teles Ferreira. O atravessamento central dos carris da linha do eléctrico enfatiza o efeito de praça, de espaço que centraliza, e não de espaço de articulação viária e distribuição de trânsito como hoje se apresenta.

A Praça da Boavista, que poderia desempenhar o papel da preexistência na alteração do alinhamento da rua, pelo contrário, acabou por reforçá-lo, pois nenhum dos outros eixos radiais criados conseguiu ter a mesma importância, por factores diversos.

A Rua de Júlio Dinis e a Rua Nossa Senhora de Fátima (Rua das Valas, ou Balas, noutra grafia) penso que não se constituíram como alternativas pela topografia do terreno, não a do tramo inicial, mas a que o seu prolongamento implicava atravessar. A Rua da Meditação não seria também alternativa pela existência do cemitério, uma barreira efectiva. A Rua de Caldas Xavier estava também condicionada pelas pré-existências ligadas à quinta e capela do Bom Sucesso, mina de água, e por rapidamente, à semelhança de Júlio Dinis entroncar com zonas de topografia

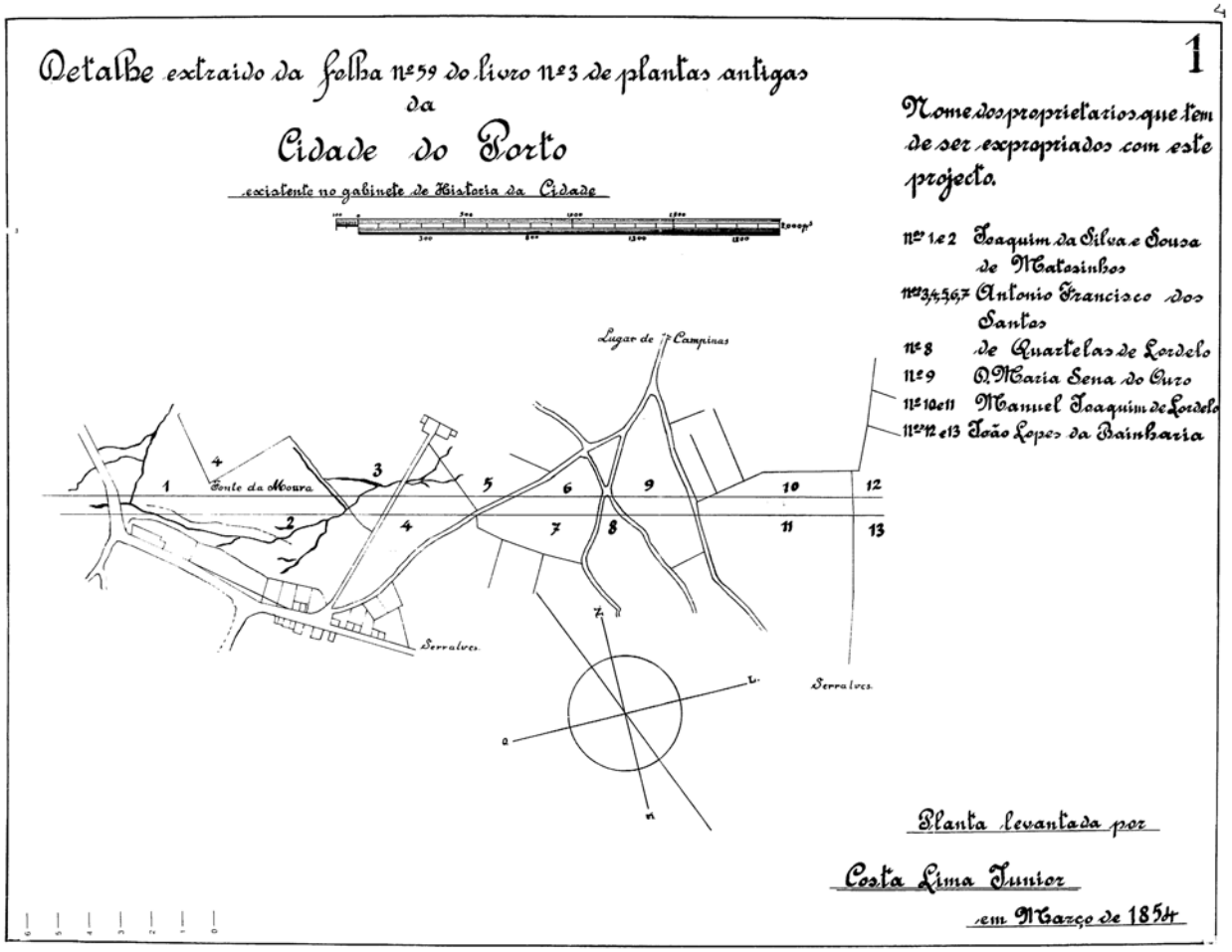


Fig.82 Expropriações na zona da Fonte da Moura.
Leito da linha da máquina.

(Lima Júnior, 1854)

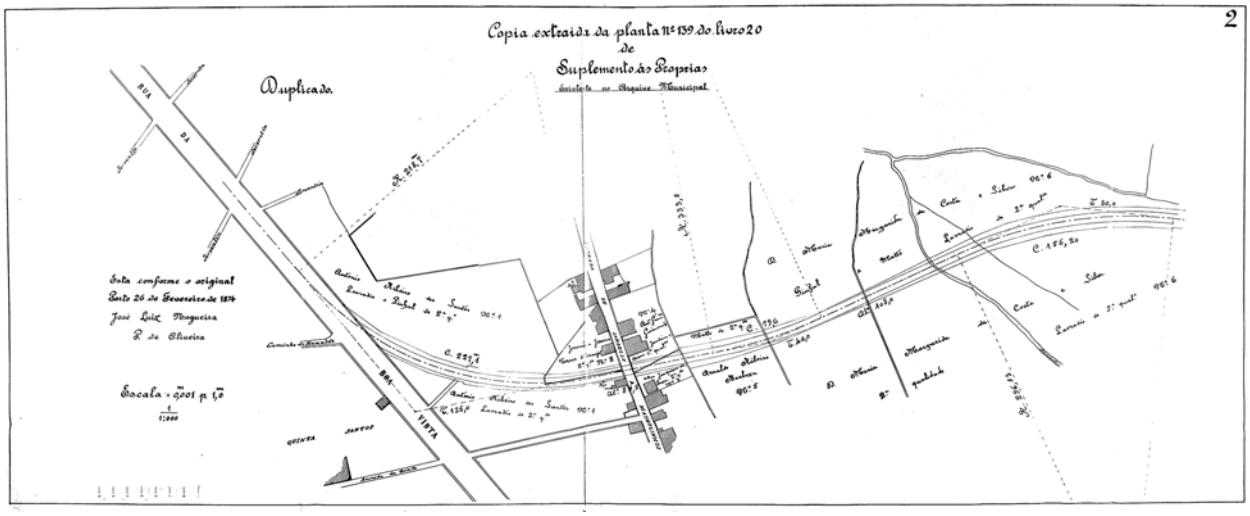


Fig.83 Linha da Ervilha.

(Oliveira, 1874)

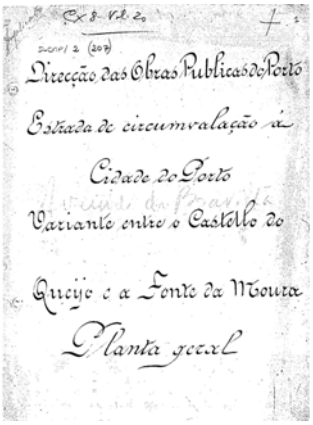


Fig.84 "Estrada da circunvalação à Cidade do Porto. Variante entre o Castello do Queijo e a Fonte da Moura.
(S.N., 1879)

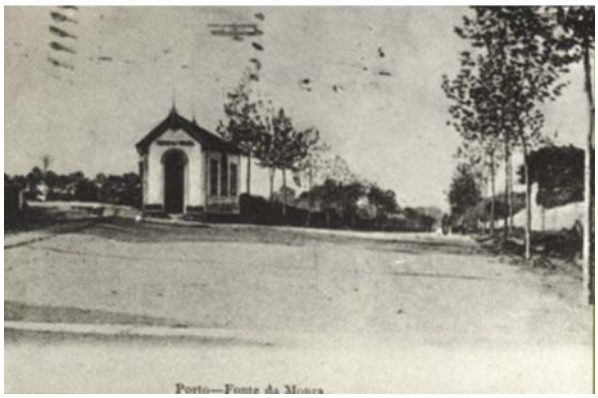


Fig.85 Lugar da Fonte da Moura.
(S.N., s.d.-a)

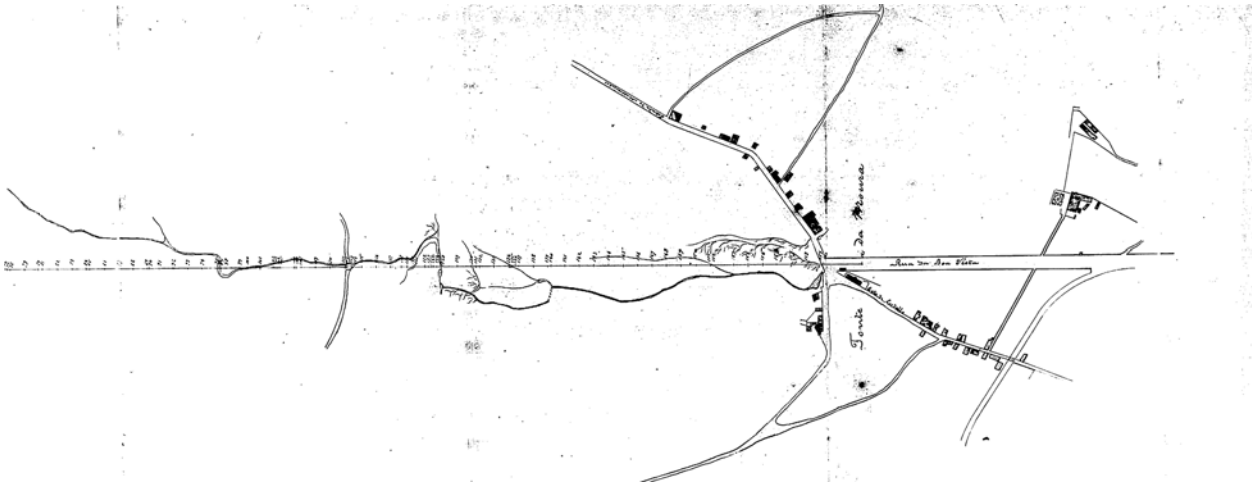


Fig.86 "Estrada da circunvalação à Cidade do Porto. Variante entre o Castello do Queijo e a Fonte da Moura.".
(S.N., 1879)

acidentada. Quanto às Rua de 5 de Outubro e Avenida de França, as que mais facilmente poderiam constituir-se como alternativas, isto é, como pontos de atracção alternativos ao sentido de desenvolvimento do alinhamento da Boavista (até porque também penetrariam nos aforas da cidade mais consolidada), não tiveram força para se afirmar como eixos importantes, para além dos tramos iniciais, que beneficiavam ainda da proximidade da Praça da Boavista.

Actualmente as suas características são diversas, não só pelos sentidos do trânsito automóvel que transformaram uma em entrada e outra em saída, mas pela própria característica da construção que foi sendo edificada à sua margem, e as épocas em que tal foi feito.

A Avenida de França é construída praticamente paralela a um dos arruamentos que retoma um dos caminhos ancestrais de saída da cidade, a antiga estrada da Póvoa, a Rua Oliveira Monteiro. Se inicialmente até possa ter sido pensada como uma alternativa a esse caminho com um perfil mais avantajado, a verdade é que só nos últimos anos foi prolongada para além do Carvalhido. À semelhança do que foi referido a propósito de Santa Catarina, a avenida entroncou com uma zona pré-existente com alguma sedimentação que funcionou como terminus da mesma, o largo adjacente à Igreja do Carvalhido.

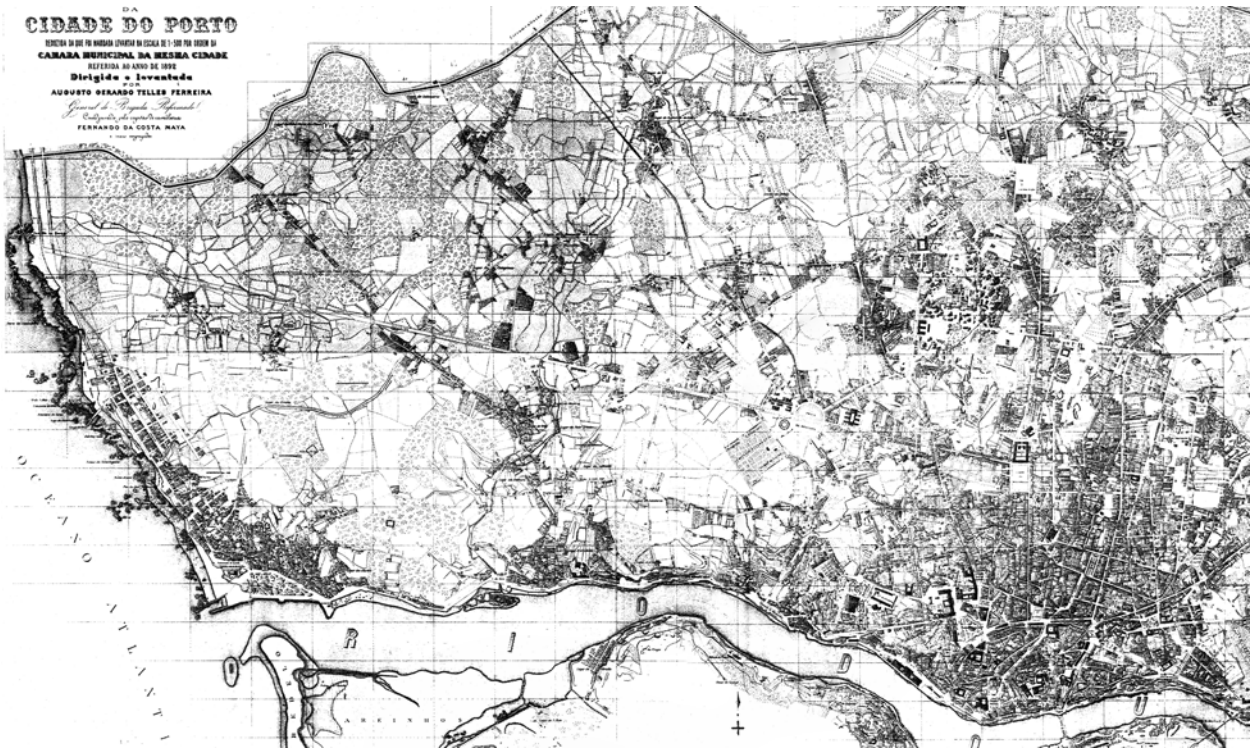


Fig.87 Planta de Teles Ferreira - 1892.

(Ferreira, 1992)

No caso da Rua 5 de Outubro, o que se lê do seu traçado é um diálogo entre duas opções distintas. A intenção inicial, radial, de ligação com a rotunda da Boavista, e uma segunda orientação, de ligação com a zona industrial Mas o que, em meu entender, condiciona mais o traçado da Rua 5 de Outubro, e o seu não estabelecimento como eixo urbano forte, é a semi-coincidência com o eixo ferroviário de acesso à cidade (linha da Póvoa, agora transformado em linha de metro).

A dificuldade de convivência entre os dois tipos de vias, a partir do momento em que a via-férrea passa a andar à superfície, determinaram um carácter mais de estrada do que de rua em grande parte do arruamento, e que foi sempre confirmado por todas as intervenções urbanas sequentes, até à mais recente resolução do nó de cruzamento com a VCI.

Mas como se percebe na planta de Teles Ferreira, a aposta municipal é no eixo da Boavista e não consistentemente em nenhuma das outras radiais. Nessa altura, apesar de ainda não executado, já se aponta, sem qualquer hesitação o caminho do mar.

Efectivamente, a melhor ferramenta para caracterizar o Porto, enquanto estrutura urbana, na viragem do século XIX para o XX, é certamente a Carta Topográfica de 1892, de Teles Ferreira.

Abrangendo toda a área que actualmente constitui a cidade do Porto, a carta representa os alinhamentos urbanísticos definidos até à data, alguns dos entretanto projectados, bem como a densidade construtiva existente.

Apesar dos trabalhos de topografia terem sido determinados em 1859, só foram efectivamente iniciados quase uma década depois. A equipa que elaborou a carta, para além de fazer o levantamento topográfico da cidade, foi fazendo a actualização das zonas já levantadas, de forma a garantir que a carta pudesse ser considerada como

retratando a realidade Portuense à data de 1892, ano em que foram dados por concluídos os trabalhos e entregues à edilidade[97].



Fig.88 Zona próxima da Rua de Belos Ares [Data não identificada].

(S.N., s.d.-a)



Fig.89 Lugar do Pinheiro Manso [Data não identificada].

(S.N., s.d.-a)



Fig.90 Avenida da Boavista, cruzamento com a Rua de Agramonte [Data não identificada].

(S.N., s.d.-a)



Fig.91 Avenida da Boavista, cruzamento com a Rua de Agramonte [1979].

(Nevenius, 1979)

A Planta de 1903 acaba por ser mais um roteiro do que efectivamente um desenho cartográfico. Contudo algumas actualizações são feitas na década que separa as duas. Alguma mancha de construção é actualizada e a demolição da Praça de Touros que existia próxima da rotunda é referenciada.

As cartas anteriores à de Teles Ferreira foram executadas com intenções e pressupostos de rigor diferentes, mas servem igualmente como referência para determinar a forma de evolução das zonas centrais da cidade e arruamentos principais.

O longo perfil longitudinal da artéria, a distância ao que era, nessa altura, o centro cívico e comercial da cidade (praça D. Pedro e mais tarde Avenida das Nações Aliadas), a ainda grande disponibilidade de terrenos mais próximos desse centro de atracção, a quantidade de novos eixos abertos a partir do final do século XVIII, libertando muita frente urbana para construção, levam a que a urbanização da Avenida da Boavista seja lenta, não sequencial, por

97.Sobre este assunto aconselha-se a consulta de (Tavares, 1988) e de (AA.VV., 1992)

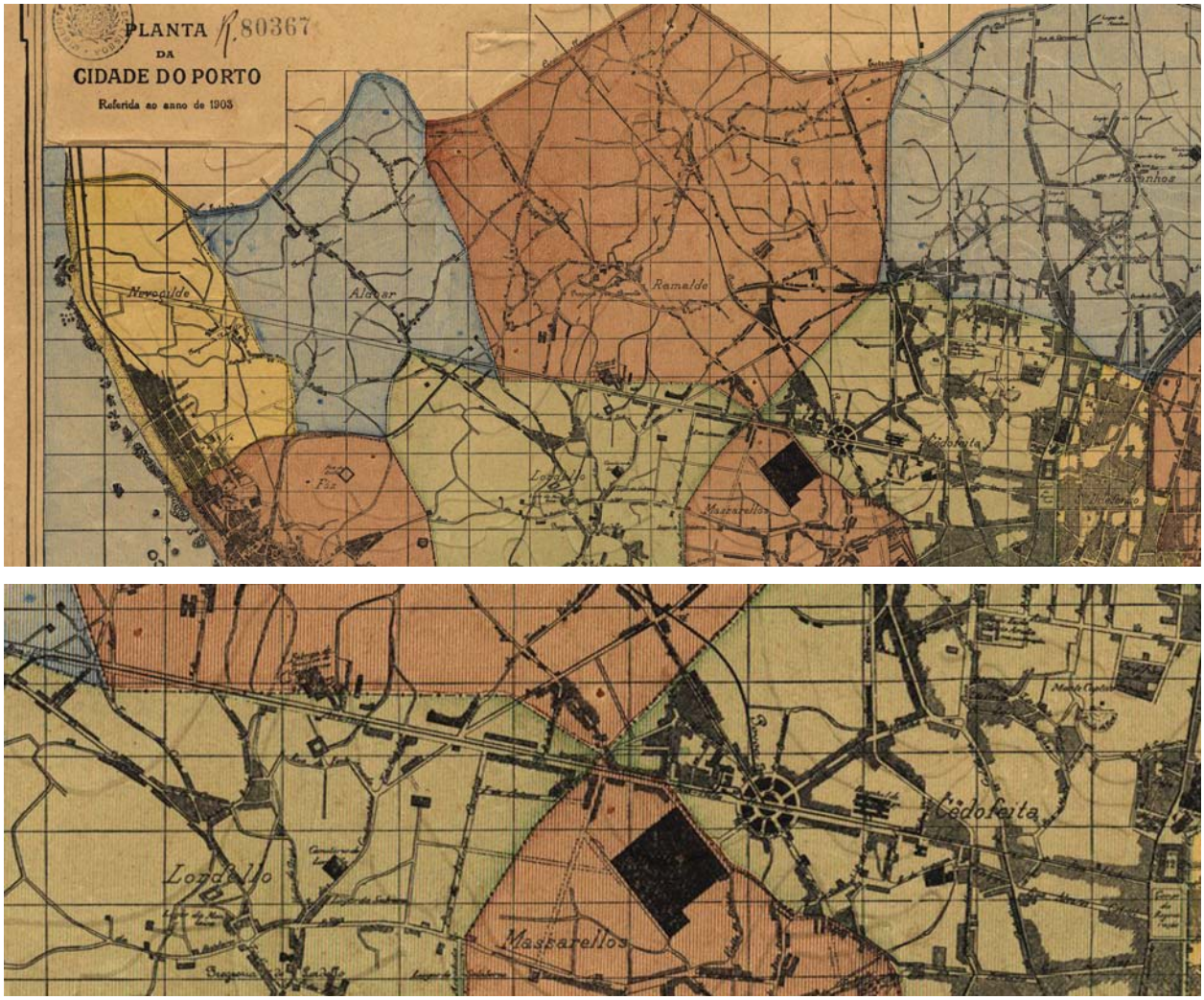


Fig.92 Planta de 1903.
Em cima, zona da planta correspondente à área ocidental da cidade que engloba a Rua e a Avenida da Boavista (existente e projectada).
Em Baixo, ampliação da planta anterior, correspondendo às zonas já urbanizadas das duas artérias.

(Cortes, 1903)

vagas que correspondem ao preenchimento dos lugares mais próximos desse centro, ou de outros núcleos mais pequenos mas historicamente importantes.

De não esquecer que nos primeiros anos do século XX, o transporte de pessoas e bens era feito ou pela rede de transportes públicos ainda incipiente, que foi sendo alargada à medida do crescimento e necessidade da cidade, mas também muito pelo transporte a pé, pelo que a questão da distância da habitação aos centros de abastecimentos era importante.

A avenida da Boavista era servida, desde a década de 70 do século XIX, pelo "americano", primeiro de tracção animal [1872] depois a vapor [1878], e por fim eléctrica, já quase no dealbar do século XX [1895].

Mas apesar disso, nos primeiros anos do século, a urbanização que se fez ao longo da Boavista, a partir de uma certa distância da praça da Boavista, corresponde, a um estrato populacional que já possuía carro, ou que podia

passar a possuí-lo no momento em que trocava a habitação anterior pela nova e mais desafogada moradia ou palacete na mais «moderna» artéria da cidade.

São disso exemplo alguns dos palacetes construídos no final da década de dez e década de vinte, na zona que corresponde ao actual cruzamento com a Avenida Marechal Gomes da Costa, zona que está em processo de classificação pela CMPorto.

Inovações construtivas praticamente não comportam, para além do papel que começa a ser dado às instalações, maioritariamente sanitárias, mas também de aquecimento centralizado e em alguns casos, poucos, de telefone interno e externo.



Fig.93 Carta de 1907, com a marcação da linha férrea que liga a zona da alfandega ao Porto de Leixões.
Esta planta, apesar da sua escala e objectivos, permite-nos verificar a evolução da mancha construída ao longo da Avenida da Boavista.
Reproduzido a partir de (Cleto, 1998)

A grande «inovação» é ainda apenas ao nível da conformação do espaço doméstico, da imagem arquitectónica, e da posição do imóvel em relação ao lote de terreno e a dimensão do mesmo.

Construtivamente continuam a apostar em paredes resistentes de alvenaria, pavimentos e coberturas com estrutura de madeira, variando a qualidade das mesmas em função dos recursos económicos; madeiras exóticas, brasileira fundamentalmente, quando a disponibilidade monetária o permitia, e castanho em exterior e pinho em interior nos exemplos mais modestos.

Num caso ou outro, por vezes até relacionado com a questão do próprio automóvel e a construção da respectiva «garage» são usadas vigas de ferro, ou de betão (menos frequentemente) para permitir a supressão de paredes resistentes, ou o aumento da largura de vãos, mas a restante constituição da estrutura resistente mantém-se.

Ao nível dos acabamentos algumas alterações começam a ser visíveis nestes primeiros anos do século, a utilização dos fingidos em revestimentos interiores e exteriores (as questões da verdade do material estariam completamente ausentes de um discurso crítico dos construtores, se esse existisse, e pelos processos de licenciamento, quase nunca se consegue determinar a formação de base do autor do projecto, se arquitecto, se

engenheiro, se mestre-de-obras), e a utilização de azulejos no revestimento de paredes exteriores, algo que vai decrescer rapidamente na década de quarenta para ressurgir a partir do final da década de cinquenta com a designada pastilha, pequeno elemento de massa vítrea que primeiro acessível através de importação e depois com fabrico nacional se afirma como material «moderno», utilizando em revestimento integral ou em marcações de certos elementos da construção, como tinha sido usado o granito, e mais tarde os fingidos, mas numa linguagem arquitectónica diferente.

Estes fingidos, no exterior, manifestam-se sobretudo pela utilização dos elementos de granito em tosco, como orlas de vãos, socos, ou elementos decorativos, e o seu acabamento com uma pasta de cimento, areia, e muitas vezes pó de pedra, que permite um acabamento «aparentemente» idêntico ao granito, muitas vezes até de mais delicado trabalho, e muito mais económico, com necessidade de mão-de-obra menos formada.

Mas não é apenas por questões económicas que os fingidos são utilizados, pois os mesmos encontram-se quer em obras particulares de baixo custo (e nesses casos até é usual usar cantaria na fachada e pedra tosca acabada a cimento em alçados laterais e traseiros, evidenciando a questão de que a imagem pública era importante e mantinha-se o valor dado ao granito aparente), quer em obras de promoção municipal ou de corporações, onde a questão da representatividade aparentemente é mais importante que a questão económica, e em que o fingido faz ele próprio parte de um estilo arquitectónico que se pretende invocar.

A partir da década de trinta, o estrato económico a que se destinam os empreendimentos são notoriamente mais baixos, em relação às moradias isoladas das décadas anteriores, quer pela imagem dos edifícios, quer pelas próprias áreas das construções, lotes, e implantações. Tal corresponde também a um aumento gradual que foi existindo ao longo de todo o século XX da designada classe média, com recursos que lhe permitem habitação própria, mas de dimensões contidas, e em zonas da cidade cujos preços de terrenos ainda fossem comportáveis com o seu poder de compra.

Os transportes públicos também vão alargando a sua cobertura ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, tornando-se mais eficazes na ligação entre zonas da cidade. O carro vai-se disseminando cada vez mais entre a classe média.

Se observarmos os edifícios construídos na década de trinta ao longo da Avenida da Boavista, os mesmos correspondem a uma habitação individual ou geminada, mas contida nos custos na generalidade dos casos, com programa apenas habitacional, localizadas em zona também de preponderância habitacional, o que significa que teriam de existir deslocações diárias para o abastecimento de géneros.

Nessa altura funcionava o Mercado da Foz como mercado local, a Poente, e a Nascente, o Mercado do Anjo, nessa altura a funcionar nas antigas instalações do Mercado do Peixe da Cordoaria. O único mercado central continuava a ser o do Bolhão, já para Nascente da Avenida dos Aliados, e a demasiada distância da Avenida. Os núcleos medievais, ou setecentistas, como Nevogilde ou Lordelo, teriam as suas feiras e mercados informais que funcionavam também como pontos de abastecimento de géneros.

Tal ainda é perceptível hoje pela localização de edifícios mais antigos (segunda metade do século XIX), na zona de Bessa Leite, pela proximidade ao núcleo de Lordelo.

A proximidade do núcleo de Nevogilde leva ao estabelecimento de um conjunto de habitações na década de trinta e princípios da década de quarenta, mas de tipologia que já comporta o carro como elemento integrante da

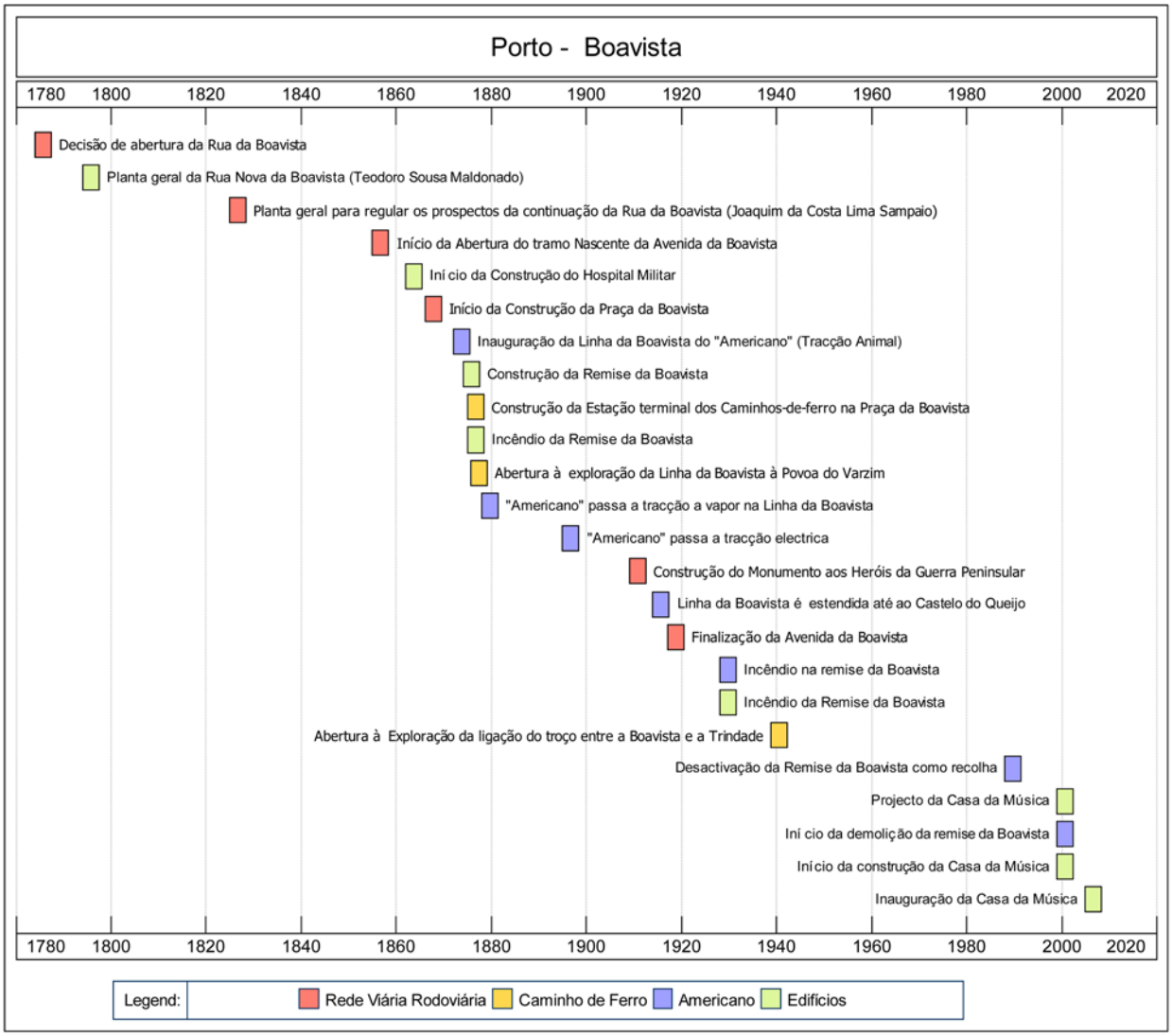


Fig.94 Cronologia do Eixo da Boavista.

própria habitação (as garagens e os galinheiros, como um certo contra-senso entre urbano e rural, são por norma os anexos considerados nas habitações nesta época, até com projectos bastante imaginativos dos segundos), pelo que a proximidade ao centro não seria tão importante.

A partir da década de quarenta, a urbanização desta artéria que estudamos passa a ser mas «saltitante», isto é, menos dependente da distância a centros de abastecimento, ou zonas mais consolidadas, mas pela atractividade própria do local, e operações de loteamento de antigas quintas levadas a cabo por particulares.

A construção do Mercado do Bom Sucesso, iniciada em 1951, como segundo mercado central de abastecimento de frescos, localizado já na zona Poente da cidade, vai facilitar a densificação da construção, por exemplo, no próximo Bairro de Guerra Junqueiro, e na Rua de Júlio Dinis, mas também, um pouco mais tarde, ao longo de toda a Avenida da Boavista. O carro já se encontra mais disseminado entre a classe média, e o mar, ou a proximidade dele, são cada vez mais motivos de atractividade habitacional.

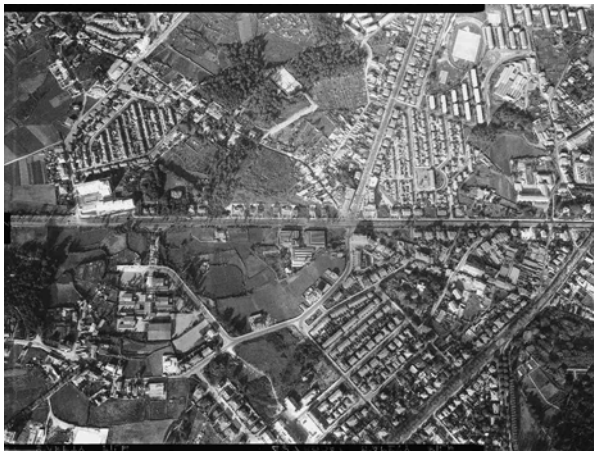




Fig.95 (A e B) Avenida da Boavista.

(Estúdios Tavares da Fonseca, [197-])

A década de sessenta é influenciada por dois factos importantes, a promulgação do decreto sobre propriedade horizontal, em 1955, e a abertura da ponte da Arrábida em 1963.

Esses dois acontecimentos fazem pender o desenvolvimento urbanístico da cidade do Porto para Poente, pelo novo acesso criado, e pela disponibilidade na zona de lotes de terreno de grandes dimensões que permitem operações imobiliárias de grande escala, quer em extensão (área) quer em número de fogos que albergam pelo aumento da própria cércea dos edifícios. As quintas e as instalações fabris começam a dar lugar a empreendimentos imobiliários de grande dimensão, de que o promovido pela Sociedade de Construções William Graham, conhecido por Foco, é o mais marcante exemplo.

Apesar de na década de sessenta a população portuguesa ter diminuído a população da cidade do Porto cresce. E naquelas relações causais do tipo «ovo/galinha» não é certo o que determina esse cenário, se é a oferta habitacional que é reforçada durante essa década que leva à fixação da população, se as migrações para a cidade que determinam um aumento da procura e a necessidade de adequar a oferta.

Esta questão do estudo da evolução histórica da zona, para além de servir para perceber de que forma se foi fazendo a cidade, é utilizado para evidenciar o que suporta os edifícios, os alinhamentos viários, as novas vias abertas, e a divisão da propriedade que daí decorre. Permite também perceber mecanismos de atractividade que influenciam a ocupação que se faz, por diferentes estratos sociais, a que, agregadoramente, se podem ligar questões culturais, facilmente entroncáveis com questões arquitectónicas e construtivas.

A zona ocidental da cidade, era, na sua maioria, constituída por parcelas de dimensão considerável, o que facilita operações urbanísticas concertadas, ou por construção conjunta de edifícios, ou unicamente pela divisão de uma determinada frente de rua por lotes de dimensões (geralmente) constantes. Esses lotes poderiam ser vendidos, ou edificados mantendo-se a propriedade. Isto sente-se com bastante força na Avenida da Boavista, se nos abstrairmos das construções mais recentes, de edifícios em altura, que vêm substituir construções anteriores, em alguns casos agregando vários lotes. E sente-se quer na zona de ocupação mais antiga, próxima da Praça Mouzinho de Albuquerque quer em zonas de ocupação da segunda metade do século XX, como as próximas à Fonte da Moura ou ao parque da cidade.

Hiptxt. 1.5.B - Mercado do Bom Sucesso[a]

Quando em 30 de Dezembro de 1948 a Câmara Municipal do Porto assinou um contrato com o Ministério da Justiça para a construção do futuro Palácio da Justiça, cedendo para o efeito o terreno onde se encontrava o mercado provisório da Cordoaria, e comprometendo-se a fazer a entrega do mesmo, "*livre e alodial e desembaraçado das actuais construções, no prazo de ano e meio a contar daquela data*" (CMPorto, 1949-1953:219), a questão da construção de um novo mercado ganhou um carácter de urgência.

O mercado provisório da Cordoaria tinha sido instalado para albergar os vendedores deslocados do antigo mercado do Anjo, demolido por já não garantir as condições mínimas de salubridade, e estava distribuído por dois espaços, um, no terreiro em frente à Cadeia da Relação (hoje Centro Português de Fotografia), e um outro com 4830m^2, no terreno agora ocupado pelo Palácio da Justiça, que viria a ser construído na década de cinquenta.

O contrato estabelecido entre a CMPorto e o governo permitia uma dilação do prazo de entrega do terreno, "*por motivo de força maior*" (CMPorto, 1949-1953), que tiveram de ser invocados, uma vez que foi impossível fazer a transferência do mercado para o novo edifício no prazo acordado.

A localização do um novo mercado de grande dimensão, na Praça do Bom Sucesso, segue o desenvolvimento da cidade para Poente, com o reforço da construção, fundamentalmente de habitação, nas zonas envolventes da Avenida da Boavista, Praça Mouzinho de Albuquerque, Rua do Campo Alegre, Bairro de Guerra Junqueiro, etc…

A escolha da equipa projectista, ARS Arquitectos[b], que havia já construído o Mercado Municipal de Matosinhos, cerca de uma década antes, correspondeu a algo sem paralelo à data na Câmara Municipal do Porto, desde a questão de não ser um arquitecto, ou uma empresa, com personalidade jurídica reconhecida, mas um grupo de arquitectos, com uma designação que já carregava prestígio, mas sem formalização legal, até ao facto de a fiscalização[c] da obra, de alguma forma, ser feita pelos ARS, o que ia contra os hábitos da altura de que a fiscalização seria sempre garantida por elementos de entidades públicas, ou do Ministério das Obras Públicas, ou da própria Câmara Municipal, problemas que são levantados quer pelos próprios serviços da Câmara, quer no parecer jurídico solicitado (CMPorto, 1949-1953:221-257), em informações à minuta de contrato.

Entre a Assinatura do Contrato entre a CMPorto e dois dos arquitectos em representação dos ARS (a forma encontrada para ultrapassar a falta de carácter jurídico do grupo de arquitectos) e a entrega do Anteprojecto em 26 de Agosto de 1949 (CMPorto, 1949-1953:275 e seguintes), decorreu apenas pouco mais de uma semana, o que mostra que a questão do projecto do mercado foi algo que foi resolvido a priori, informalmente, e que só apenas após a garantia da comparticipação do financiamento em 30% por parte do Estado, se avançou na formalização de um contrato, com prazos, obrigações, e honorários estabelecidos.

Se esta era uma situação normal na época, ou não, não nos foi possível aferir, mas sabemos que não é caso único em que a proximidade grande entre técnicos exteriores ao município e técnicos municipais leva a que os primeiros avancem propostas ou projectos, antes da formalização de um contrato, ou na expectativa da formalização de um contrato.

Neste caso, o contrato foi assinado com um prazo mínimo para a apresentação do anteprojecto, sobre o qual se deviam pronunciar as diversas entidades, e que serviria de base, juntamente com a respectiva estimativa orçamental, à assinatura do contrato de financiamento parcial por parte do Fundo do Desemprego do Ministério das Obras Públicas[d] à Câmara Municipal do Porto. O sistema de financiamento implicava que uma parte da mão-de-obra afecta à obra fosse provida pelo "*recrutamento de pessoal desempregado*" (CMPorto, 1949-1953:19).

O anteprojecto aponta para um mercado com 10.000 m^2 e um orçamento estimativo de 7500 contos[e], num edifício com uma volumetria e linguagem muito próxima do que viria a ser construído.

Após a reformulação do projecto determinada pelas diferentes consultas aos serviços, e adaptação mais correcta às necessidades da função, o mercado apresentado passou a ter uma área de 12.750 m^2 e um orçamento estimativo de 10.240 contos,[f] correspondendo essencialmente a um melhor aproveitamento do desnível do terreno, e a inclusão de vários níveis de ocupação em diferentes zonas.

O orçamento subiu, em relação ao anteprojecto, em função do aumento de área, como justificam os ARS, em 20 de Setembro de 1950 mas conseguindo-se um valor, por metro quadrado, ainda inferior ao do mercado de Matosinhos, projecto também da equipa, e a outros mercados construídos na década anterior na região de Lisboa. Os pareceres colhidos sobre o projecto, incluindo o do Ministério das Obras Públicas e do próprio ministro, que o faz em 28 de Outubro de 1950, continuam a achar que a solução apresentada não é uma solução económica, mas que se aceita face ao facto de a Câmara do Porto já ter aprovado o anteprojecto, e haver urgência na construção do novo mercado para entregar o terreno do mercado provisório da Cordoaria ao Ministério da Justiça (CMPorto, 1949-1953:141).

Hiptxt. 1.5.B - Mercado do Bom Sucesso (cont.)

O concurso por arrematação directa é anunciado e tem lugar em 16 de Dezembro de 1950, pelas 15:00, sendo o primeiro classificado, em sete concorrentes, o construtor e empreiteiro Joaquim Ferreira dos Santos, com um orçamento de 8.560 contos[g], apresentando uma proposta variante à estrutura do edifício, designadamente ao sistema de fundações (CMPorto, 1949-1953).

A obra foi consignada em 5 de Março de 1951 e feito o auto de entrega em 23 de Junho de 1952, tendo sido construída num prazo inferior ao previsto aquando dos primeiros estudos, e que foi usado no cálculo das comparticipações do Estado, mas que não correspondia à conclusão efectiva dos trabalhos, já que equipamentos de apoio aos vendedores, e outros acessórios tinham ficado de fora da empreitada. O valor final, que foi considerado para a correcção dos honorários, incluindo os trabalhos a mais e a menos feitos no decurso da empreitada, foi de 10.065.621$00[h], valor ainda inferior à estimativa orçamental do projecto de execução apresentada pelos ARS.

Os trabalhos a mais são essencialmente resultado de alguns trabalhos imprevistos, como a necessidade de desviar um colector principal de saneamento dos SMAS, ou de uma mina que atravessava o terreno do mercado, mas também de algumas aferições de qualidade que foram feitas, como a substituição de vidro do lanternim referenciado em projecto, de vidro martelado por vidro aramado, por proposta dos serviços da câmara. De referir que o vidro que actualmente se encontra colocado no lanternim é vidro martelado, provavelmente porque melhor resolve um dos problemas apontados nos primeiros anos de funcionamento do mercado, o excessivo calor nos finais de tarde nos meses de verão, com temperaturas, em algumas zonas, que chegavam a atingir valores acima dos 40ºC.

Mesmo após a conclusão oficial dos trabalhos, algumas obras foram necessárias, algumas delas relacionadas com o já referido excessivo calor nos meses de Verão, que levou, num primeiro momento à retirada de alguns vidros para reforço de ventilação, e num segundo momento à colocação de estores para controlo da insolação. De referir que a não recolocação dos vidros aquando da colocação dos estores deu lugar a mais uma série de trabalhos de reparação dos mesmos pela ventania excessiva que se sentia no interior.

Foi também necessário fazer grelhas no pavimento para a drenagem de águas de lavagem, algo que não estava contemplado no projecto, mas que rapidamente se verificou necessário e foi executado por administração directa pelos serviços da CMPorto. Algum tempo mais tarde, a falta de impermeabilização dos pavimentos das zonas dos talhos, e a construção de salgadeiras pelos locatários, levou a que tivesse de ser feita uma reparação completa desses pavimentos, uma vez que as salmouras, numa primeira fase, atacavam as canalizações, provocando infiltrações, e numa segunda fase, ameaçavam o ataque às próprias armaduras do betão armado da estrutura do edifício.

Ao longo dos mais de 50 anos de actividade do mercado, o mesmo tem sido alvo de obras de manutenção, de reabilitação, e algumas de transformações pontuais dos espaços ou dos equipamentos, mas que não conseguem esconder a necessidade de uma obra mais profunda de reparação e de remodelação.

a.O meu interesse especial pelo mercado do Bom Sucesso, e a análise mais extensa que de que é alvo prende-se sobretudo com o facto de nos últimos anos se discutir a sua reabilitação, em condições que serão lesivas para o imóvel. Conhecer melhor a história da sua construção foi um desejo, e o facto de o edifício funcionar como pólo de atractividade/ constatação da atractividade da zona em análise, na década de cinquenta consolidou esse desejo em termos de investigação.

b.ARS, Arquitectos - Arquitectos Cunha Leão; Morais Soares; Fortunato Cabral

c.Nos documentos consultados as dúvidas colocadas pelos serviços são referentes à fiscalização da obra, embora, pela consulta do desenvolvimento do processo, e tomando como referência o que foi a prática posterior da profissão, não seria à fiscalização, mas ao acompanhamento técnico da obra, ao que se referiam.

d.Comparticipação nos termos do decreto 21699 de 19 de Setembro de 1932

e.7500 contos = 37.409,84 euros

f.10240 contos = 51.076,90 euros

g. 8.560 contos = 42.697,10 euros

h.10.065.621$00 = 50.207,11 euros

A largura constante dos lotes repete-se amiúdes vezes ao longo da artéria. E se desde o ponto de vista urbanístico se sente isso, esse facto também explica a relativa facilidade com que, em determinadas zonas, se procede à demolição de conjuntos de edifícios, para construir um único edifício de altura superior.





Fig.96 (A e B) Avenida do Marechal Gomes da Costa.

(Estúdios Tavares da Fonseca, [197-])

Essas promoções imobiliárias anteriores, apesar de serem quase exclusivamente moradias independentes, correspondiam geralmente a um conjunto do mesmo proprietário (e agora dos seus herdeiros), que normalmente as edificou em conjunto, ou em continuidade (mas nem sempre), para delas obter rendimento.

Quando a demolição é mais rentável que a manutenção (e a questão do condicionamento de rendas também deve ser equacionada nesta definição de rentabilidade do investimento imobiliário), como imóveis de rendimento que são, facilmente são destruídos para dar lugar a uma nova geração de prédios de rendimento, nesta fase já oscilando entre o arrendamento e a venda, com uma cércea média de 7 pisos mas que podem ir a alturas superiores, jogando com a não edificação na frente do lote (questão da regra dos 45º do RGEU).



Fig.97 Avenida da Boavista.

(S.N., 1993)



Fig.98 Praça Mouzinho de Albuquerque.

(Estúdios Tavares da Fonseca, [1987])

O tecido urbano da Avenida da Boavista vai-se alterando a partir dessa altura de uma forma muito mais sensível. A escala dos empreendimentos cresce, a sua quantidade também. As operações imobiliárias por demolição de edifícios existentes e construção de novos, com cércea muito superior, acentuam-se nas zonas mais próximas à Rotunda e na própria Rotunda. Densifica-se a construção, o trânsito torna-se caótico. A Rotunda torna-se uma barreira quase intransponível para os automóveis e autocarros que se acumulam no seu interior, porque separa o centro da cidade das saídas para Norte.

A resolução do nó de acesso à auto-estrada no Campo Alegre, principalmente a partir do momento em que se estabeleceram passagens desniveladas, conjuntamente com alterações mais profundas da sociedade, sistemas de transportes públicos, regulação de fluxos, dinâmicas centro/periferia, permitem agilizar o trânsito.

E a pressão urbanística da cidade continua a deslocar-se para Poente, para o mar, com a urbanização sucessiva de espaços vagos entre a rede viária pré-existente, e que se apoiam, maioritariamente na Avenida da Boavista como canal de acesso ao centro da cidade.

> *"À baila vem, naturalmente, o exemplo confrangedor da Avenida da Boavista. "O seu crescimento, aliás, nunca obedeceu a um plano" lembra Arménio Losa "É apenas um acesso da cidade ao mar, com casas e mais casas implantadas de forma anárquica. Um exemplo claro de como o poder económico põe e dispõe de quem diz deter o poder político!" sublinha o técnico.*
>
> *"Constroem-se hotéis, ditos centros comerciais, mas não se pensa em aumentar os espaços para arruamentos, por exemplo. São evidentes as dificuldades de circulação de pessoas e viaturas, faltam equipamentos sociais, indispensáveis à vida de qualquer comunidade. Desordenada a construção avança, instalam-se as pessoas, mas não se cuida minimamente de lhes proporcionar escolas suficientes, centros de convívio e, pior do que isso, uma satisfação eficiente de necessidades tão básicas como a água, a energia eléctrica e o saneamento" denuncia ainda Arménio Losa"* (Silva, 1985).

B.2. Evolução construtiva (edificatória)

B.2.1. Censos – Variação do estado do parque construído

Aproveitando o facto de existirem dados censitários relativamente à edificação/ habitação para as últimas quatro décadas[98] é possível perceber estatisticamente de que forma se tem processado a evolução na cidade do Porto.

Os censos da população e da habitação e outros dados estatísticos podem ser usados como ferramentas para análise da edificação. Neste ponto iremos usar os dados de 1971, 1981 e 1991, correspondendo aos três primeiros recenseamos gerais da habitação e através dessa comparação tentar perceber a situação na cidade do Porto, no seu confronto com a área em que se insere, com o país, e tomando como contraponto Lisboa. No Ponto C iremos tratar a informação recolhida no último censo da habitação com dados publicados (último censo publicado é de 2001 por isso "actual" não será o termo mais indicado, mas como o presente estudo também se baliza cronologicamente em 1999,

98. Até ao final do século XX os dados são-nos dados pelos censos decenais. A partir dessa altura, podemos complementar essa informação com a recolha de dados estatísticos feita a par com o sistema de licenciamento de obras dos diversos municípios.

acaba por ser uma data mais próxima do que a própria data de levantamento da área em análise, 2005), de forma a perceber o panorama actual e a sua relação com a área em análise.

Não se desceu ao nível da freguesia, por duas razões. A primeira, porque os dados não estão publicados nem para todos os parâmetros a analisar, nem para todos os censos, e seria necessário solicitá-los ao INE. Foi solicitado apenas um conjunto de dados para um parâmetro que não estava disponível para o censo de 1970, e verificou-se que os mesmos não estavam publicados porque não chegaram a ser inseridos na base informática geral (ou se foram, já não estão operacionais nem os computadores nem os programas em que foram executados) e apenas é possível o fornecimento de fotocópias de listagens em papel, com os cabeçalhos das colunas manuscritos.

A segunda razão prende-se com o facto de a zona estudada incluir várias freguesias, que somadas correspondem a cerca de metade da área da cidade, pelo que não iríamos ganhar muito em rigor de caracterização. Num trabalho de outra índole poderiam ser solicitados os dados por arruamento e tentar fazer a evolução do número de fogos, estado de conservação, arruamento a arruamento.

Os censos utilizam, como dados para a caracterização etária do parque edificado, não a idade dos edifícios, mas a época (intervalo de anos) em que os mesmos foram construídos, o que facilita a comparação entre os diversos censos, porque não exige que se faça nenhuma conversão de dados. Contudo, existem algumas variações na definição dos intervalos de anos pelo que é necessário fazer uma «normalização» dos dados para que os mesmos sejam comparáveis. O critério de usar época de construção e não idade do edifício foi igualmente seguida no levantamento que se fez da área de análise.

Os dados dos censos são agrupados do seguinte modo:

- a partir de 1980 em intervalos quinquenais;
- entre 1961 e 1981 em intervalos decenais;
- antes dessa data em períodos que podem corresponder a épocas de mudança, como seja:
- 1945 e o final da Segunda Guerra Mundial;
- 1919, correspondendo ao período pós Primeira Grande Guerra [1918] e publicação do primeiro Regulamento de Betão Armado [1918].

Optamos, sempre que possível, por apresentar a informação de forma gráfica, para uma maior facilidade de apreensão da situação. Os gráficos mais do que forma de apresentação foram ferramenta de análise para caracterização da situação, pois permitem uma apreensão rápida que depois pode ser esmiuçada a partir dos números que lhes serviram de base.

A forma como estão organizados os dados dos Censos, que não assentam numa base anual, ou plurianual de duração constante, dificulta uma comparação directa de valores e determina que sejam feitas algumas operações de conversão para que os dados apresentados graficamente façam sentido no contexto do presente estudo.

A forma de conversão escolhida passou pela caracterização percentual em detrimento da utilização dos valores absolutos. Esse tipo de conversão, para além de permitir ultrapassar o problema dos intervalos de tempo com durações diferentes, permite também fazer comparação directa de dados referentes a amostras com dimensão muito diversa, como sejam os resultados nacionais, os resultados locais, ou mais à frente no trabalho, o resultado do levantamento efectuado na área de análise.

Para os diversos parâmetros analisados fez-se sempre uma comparação da cidade do Porto em dois contextos, o primeiro na sua relação com o país e com a área geográfica em que se insere, num movimento de aproximação de escala e, o segundo, na comparação com a cidade de Lisboa e respectiva área metropolitana, para tentar perceber a similitude de mecanismos entre as duas.

Para uma leitura mais directa, para além do gráfico de colunas que representa, por exemplo, a percentagem de edifícios de determinada época, optou-se por colocar uma *trendline*[99] de distribuição polinomial de grau 5, que mostra a tendência distributiva como uma curva. Apesar de ser um tipo de análise mais utilizado em economia, por exemplo para caracterização de variações de preços ao longo do tempo, foi útil neste caso, mas mais pela facilidade de leitura do que pelo rigor da projecção para o futuro.

Utilizar a *trendline* para extrapolação de valores para além do período analisado revelou-se pouco rigoroso. Um dos factos prende-se com o facto de a série de dados ser curta, porque baseada em períodos longos (10 anos ou mais). Se tivéssemos valores anuais, durante vários anos, então seria possível fazer extrapolação de dados para além do período de referência.

Os campos alvo de caracterização construtiva que interessam para o presente trabalho são os *"elementos resistentes"*[100], as *"paredes exteriores"*, as *"coberturas"* e os *"revestimentos exteriores"*. São ainda importantes como caracterização geral do edificado, a *"época de construção"* [101] do edifício e seu *"estado de conservação"* [102].

Os censos da habitação, ao tentarem caracterizar construtivamente os edifícios, carecem de sistematização de censo para censo, quer nos parâmetros em análise, quer na sua separação por categorias de características similares.

O único parâmetro que se mantém constante entre os três últimos censos é o referente à cobertura, mas que é inexistente nos dados referentes a 1970.

A forma como são definidos os campos de preenchimento ao longo dos diversos censos é muito díspar e incongruente entre os diversos levantamentos.

Por exemplo, no caso dos materiais utilizados na estrutura resistente dos edifícios, não existe coincidência de designação entre vários censos, e algumas das agregações que são feitas não são mantidas de censo para censo.

Na Tabela 26 apresentam-se os parâmetros de caracterização usados nos diversos censos, organizados de forma a permitir uma leitura transversal aos diversos inquéritos. Como se pode perceber, ao nível de uma tentativa de

---

99. A trendline é uma ferramenta disponibilizada pelo Excel, que corresponde ao desenho de uma função polinomial de grau que pode variar entre 1 e 6 e que faz um traçado aproximado dos valores num desenvolvimento contínuo, essencialmente respeitando o sentido de curvatura que se detecta na evolução do factor em análise, isto é, determina se o mesmo está em ciclo de crescimento ou decrescimento, independentemente de alguns valores isolados poderem contrariar essa tendência.

100. *"Materiais que servem de estrutura à própria construção e que servem de suporte aos pavimentos, independentemente dos materiais empregues nas paredes exteriores"*(INE, 2001).

101. "*O período de construção do edifício propriamente dito, ou o período de construção da parte principal do edifício, isto é, daquela que corresponde à estrutura de suporte, quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas. O período de reconstrução, para os edifícios que sofreram uma transformação completa*" (INE, 2001).

102. "*O objectivo foi o de conhecer o estado de conservação dos edifícios tendo em atenção o tipo de reparações eventualmente necessárias no momento censitário. O cálculo das modalidades foi realizado através da ponderação das respostas obtidas na variável «Necessidade de Reparações», atribuindo determinados pesos às várias alternativas de resposta*" (INE, 2001).

Tabela 26: Caracterização dos Elementos Resistentes segundo os recenseamentos da habitação.

Censo	1970	1981	1991	2001
Designação utilizada	Principais materiais de construção dos elementos resistentes	Elementos resistentes	Elementos resistentes	Tipo de Estrutura da Construção
Materiais/ Sistemas	Betão	Betão armado	Betão armado	Betão armado
	Blocos de cimento Tijolo Tijolo/pedra	Paredes resistentes s/ serem betão armado	Paredes resistentes s/ serem Betão armado	Paredes de alvenaria argamassada, com placa
	Pedra c/ argamassa		Pedra	Paredes de alvenaria argamassada, sem placa
	Pedra s/ argamassa			Paredes de adobe, taipa ou de alvenaria de pedra solta
	Adobe			
	Madeira	Madeira	Madeira	
	Outros materiais	Outros	Outros	Outros

caracterização uma evolução cronológica dos materiais e sistemas, os censos servem apenas para medir a penetração do betão armado (em termos efectivos e percentuais) enquanto elemento da estrutura resistente, pois relativamente à utilização dos outros materiais não existe qualquer consistência na utilização das designações dos campos de preenchimento nem de abrangência dos mesmos (exceptuando-se naturalmente o campo "outros" que tudo abrange).

Tabela 27: Caracterização das Coberturas segundo os recenseamentos da habitação.

	1970	1981	1991	2001
Designação utilizada		**Cobertura**	**Cobertura**	**Cobertura**
Materiais/ Sistemas		Em terraço	Em terraço	Em terraço
		Inclinada, revestida de telhas	Inclinada, revestida de telhas	Inclinada, revestida a telha
		Inclinada, revestida de outros materiais	Inclinada, revestida de outros materiais	Inclinada, revestida a outros materiais
		Mista	Mista	Mista (telhado e terraço)

Um aspecto que se mantém constante, a partir do momento que foi introduzido, no censo de 81, é a caracterização das coberturas dos edifícios. Contudo, no caso das coberturas, a caracterização feita pelos censos não é do ponto de vista construtivo, mas da sua geometria (que terá implicações construtivas mas que as mesmas não são unívocas). De qualquer forma, este é o único aspecto em que podemos utilizar o censo para uma análise cronológica da incidência relativa dos tipos de coberturas.

Tabela 28 Caracterização das paredes exteriores segundo os recenseamentos da habitação.

	1970	1981	1991	2001
Designação utilizada		**Paredes Exteriores**	**Paredes Exteriores**	
Materiais/ Sistemas		Alvenaria de tijolo corrente	Alvenaria de tijolo	
		Alvenaria de blocos de Betão ou outros blocos	Alvenaria de blocos de Betão ou outros blocos	
			Pedra não aparelhada	
		Madeira	Madeira	
		Outros	Outros	

Contudo, as coberturas não foram objecto de estudo neste trabalho, apesar de terem sido referenciadas nas fichas de consulta de licença de obras, principalmente para garantir a coerência do levantamento, e garantir desenvolvimentos futuros da investigação. Não existia à partida uma efectiva «curiosidade» sobre o percurso evolutivo da utilização dos diversos tipos de cobertura, por não se esperarem surpresas ao que é conhecimento generalizado sobre este tema. O conjunto do trabalho realizado no levantamento das licenças de obra, da área de análise e dos dados censitários, confirmou esta hipótese inicial.

De referir que no estabelecimento dos campos das fichas de levantamento da área em análise, esse foi um aspecto omitido conscientemente, pela dificuldade de apreensão a partir da visão da rua e leitura de alçados.

Tabela 29: Caracterização dos revestimentos exteriores segundo os recenseamentos da habitação.

	1970	1981	1991	2001
Designação utilizada				**Revestimento exterior**
Materiais/ Sistemas				Betão à vista
				Ladrilhos ou pastilha cerâmica
				Pedra
				Reboco tradicional ou marmorite
				Outros

Mais tarde, à medida que fui utilizando outras ferramentas, ou as mesmas foram ficando disponíveis, como o Google Earth (Google, [2005-2011])[103], o Bing Maps (Microsoft Corporation, [2007-2011])[104], ou mesmo o Street View (Google, [2009-2011])[105] também da Google, cheguei à conclusão que não teria sido difícil incluir este campo na caracterização, tendo claro, como «handicap» o facto de essas ferramentas corresponderem a voos, passagens de satélites, ou percursos de carros em datas específicas, mas que não são mencionadas pelo *site* e que são substituídos por outros mais recentes, para certas zonas, ou totalidade da cidade, também sem aviso prévio ou posterior.

103.O Google Earth corresponde a uma aplicação freeware (isto é, sem custos para o utilizador) que pode ser descarregada do *site* da Google. Em alternativa, não necessitando qualquer instalação prévia, pode ser utilizado o Google Maps, optando pelas imagens de satélite e limpando as etiquetas e identificação de arruamentos.

104.O Bing Maps começou por estar alojado no domínio da Microsoft, sendo a resposta dessa empresa à Google. Para além da vista de satélite praticamente equivalente à da Google tem o que eles designam por "birds eye view" que corresponde a fotografias de voos de avião, não tiradas na perpendicular ao solo, mas fazendo um ângulo que nos permite ter a percepção relativa da topografia dos locais e das características dos próprios edifícios. Foram estas fotografias, conjuntamente com algumas fotografias próprias tiradas num voo de helicóptero, que permitiram uma panorâmica diferente sobre a área em análise. De referir que as fotografias de voo de helicóptero, por causa da coincidência com o canal de exclusividade definido pelo aeroporto Francisco Sá Carneiro, só cobrem a Rua da Boavista, tramo Nascente da Avenida, Rotunda e o primeiro tramo Poente da Avenida, sensivelmente até ao cruzamento com a Rua de Belos Ares.

105.O Street view, que corresponde a um levantamento fotográfico feito nos primeiros meses de 2009, permite uma visão muito próxima da realidade da maior parte dos arruamentos da cidade. A partir do momento em que passou a estar disponível tornou-se uma ferramenta importante para tirar dúvidas que persistiam, tentando reduzir o número de vezes que seria necessário percorrer as áreas de análise. Os próprios serviços do Arquivo Histórico passaram a usá-lo como auxiliar de identificação de licenças de obra deficientemente catalogadas, como me pude aperceber numa troca de impressões sobre trabalho.

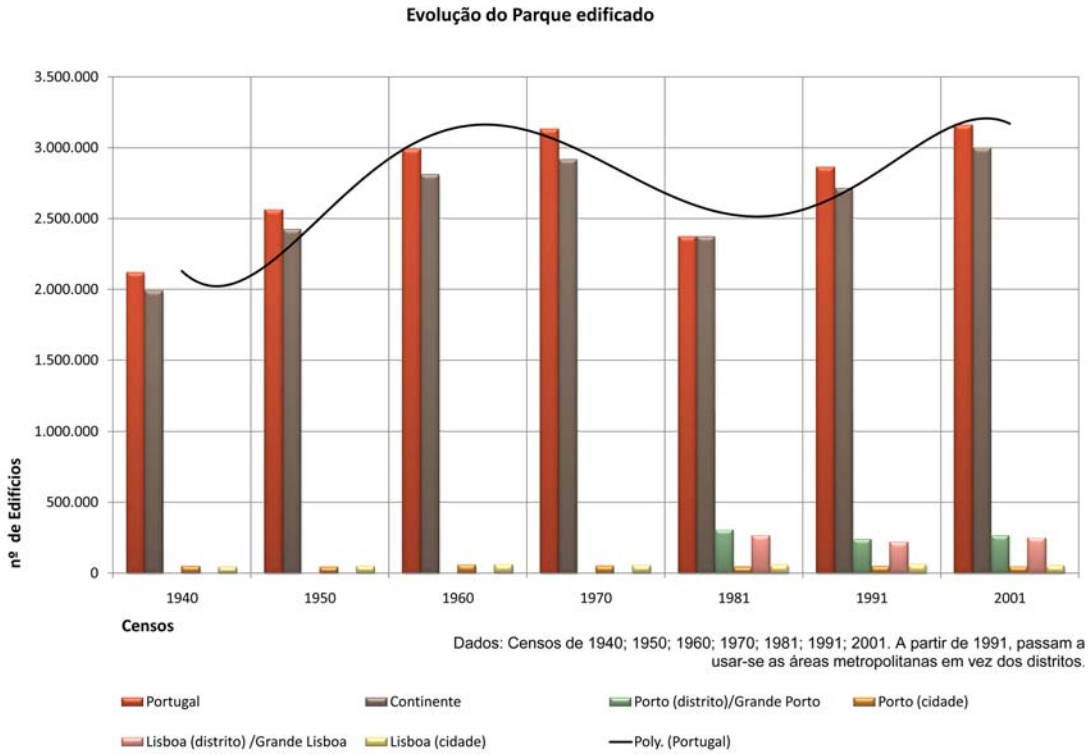


Fig.99 Evolução do parque edificado habitacional. Valores absolutos. 1940-2001 [Porto/País].

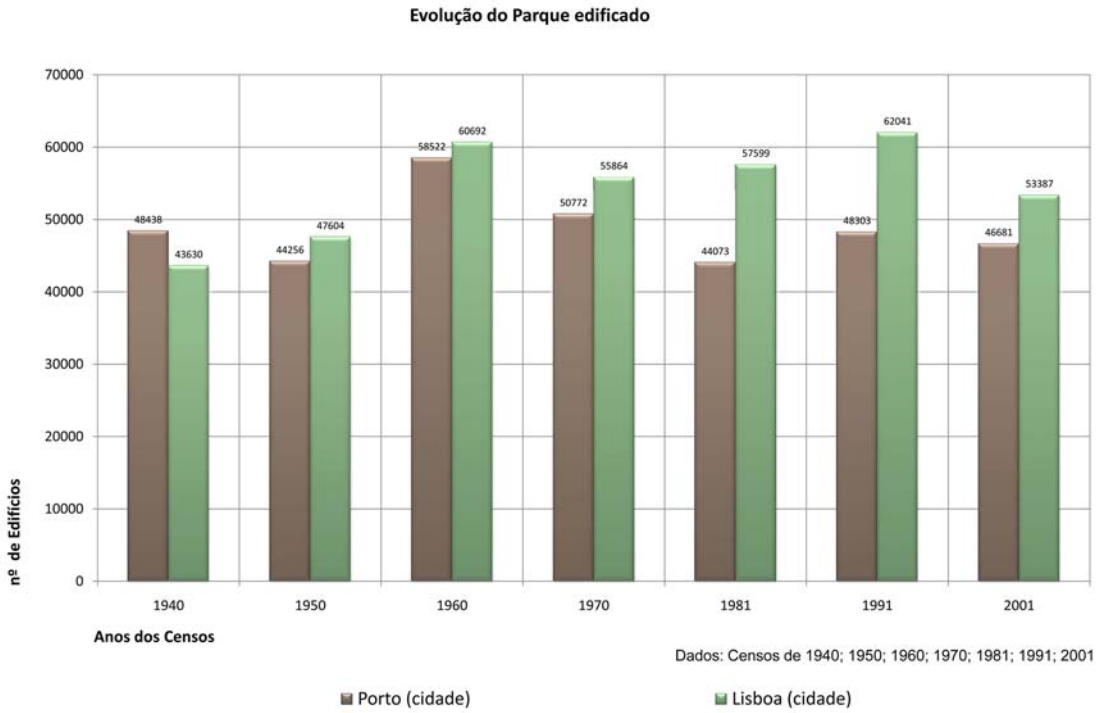


Fig.100 Evolução do parque edificado habitacional. Valores Absolutos. 1940-2001. [Porto/Lisboa].

Assim, para as coberturas, os elementos mais elucidativos, embora não tratados estatisticamente, são as imagens usadas para a localização das fichas de levantamento, que podem ser encontradas no Volume 3, em tamanho grande e aqui no corpo da tese, em versão mais reduzida, servindo apenas como ilustração e apresentação dos arruamentos em estudo.

Os próprios conceitos basilares são alterados entre censos, dificultando a comparação quantitativa. Como explicitamente se refere no censo de 1970, existe *"diferença entre os conceitos de alojamento no actual recenseamento e no anterior. No conceito actual são considerados como alojamentos todos os locais habitados por pessoa qualquer que seja a sua natureza, não englobando portanto os locais que por construção ou adaptação se destinavam a habitação de pessoas mas que no momento do recenseamento eram utilizados pata fins diferentes do da habitação como por exemplo, o exercício de uma actividade"* (INE, 1971b).

Para perceber a evolução do edificado, em termos numéricos, podemos utilizar também os censos da população, paralelamente aos da habitação, já que os primeiros nos inquéritos incluem também recolha do número de alojamentos/fogos[106], de edifícios[107], ou de ambos, como dado para agregação da população.

No início do século XX, segundo o "Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900" (Portugal, 1905), a cidade do Porto tinha 38 212 fogos, 16 898 dos quais no Bairro Ocidental em que se incluíam as freguesias de Aldoar [226], Cedofeita [5 979], Lordelo do Ouro [1 416], Nevogilde [224] e Ramalde [1 556], que a área em análise atravessa. De salientar que a questão dos fogos aparece numa relação directa com as famílias, e não necessariamente com uma fracção rigorosamente independente. Os edifícios, ou prédios[108], como designados na altura, aparecem como elementos de caracterização estatística somente a partir do censo de 1940.

Entre 1940 e 1970 o número de edifícios cresce a nível nacional (ver Fig.99), e tem uma quebra abrupta no censo de 1981, mas tal é decorrente de uma alteração de conceitos. De acordo com as definições anexas ao censo, *"por edifício entende-se a construção independente que compreende uma ou várias divisões e outros espaços, coberta por um telhado, limitada por paredes exteriores que vão geralmente dos alicerces ao telhado e destinada a ser utilizada como habitação e/ou para servir a outros fins (agrícolas, comerciais, industriais, etc.)"*. Contudo, e aí reside muito certamente a razão da grande quebra, *"somente serão considerados os edifícios que integrem pelo menos uma unidade de alojamento"* (INE, 1984). A partir do estabelecimento do novo patamar em 1981 o número de edifícios continua a crescer até ao presente.

A observação da evolução do número de edifícios das cidades de Lisboa e Porto permite levantar outras questões, uma vez que a evolução em qualquer uma das cidades é mais complexa que a dinâmica nacional.

No censo de 1940 a cidade do Porto tinha mais edifícios que a cidade de Lisboa, evidenciando o que atrás já se referia de tradicionalmente existir uma maior aposta em habitação individual na Invicta, mesmo quando a mesma era de carácter precário, como a existente nas ilhas.

106."Casa ou local ocupado por uma só família" (Portugal, 1905).

107.A partir do censo de 1970.

108."Toda a construção permanente que pudesse ser destinada a habitação, alojamento ou abrigo de pessoas" (Portugal, 1945).

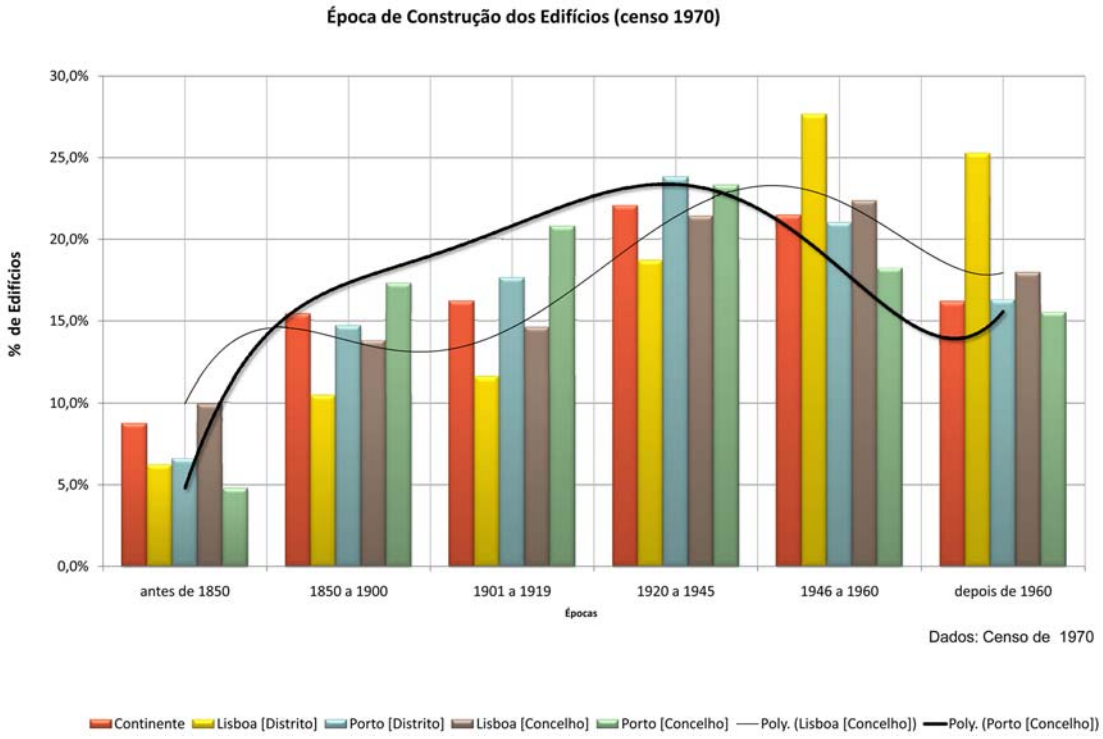


Fig.101 Época de construção dos edifícios segundo o Censo de 1970.

Entre o censo de 1940 e 1950 o número de edifícios decai no Porto, correspondendo a um aumento do número de edifícios de habitação colectiva e do número fracções dos mesmos, uma vez que o número de alojamentos totais aumenta também nesse período. A cidade de Lisboa passa a ter mais edifícios do que a do Porto, panorama que ainda se mantém actualmente.

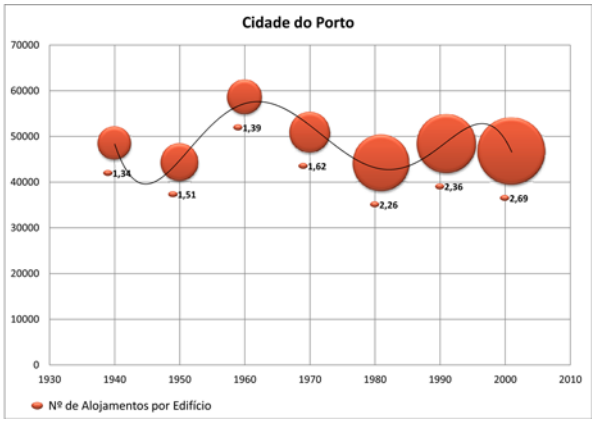


Fig.102 Número de edifícios e Número de alojamentos por edifício na cidade do Porto.1940-2001.

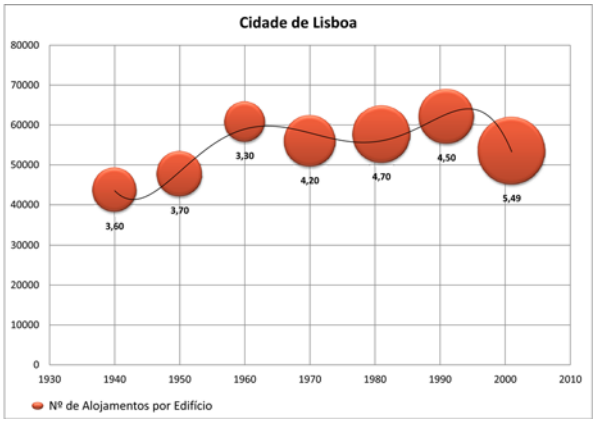


Fig.103 Número de edifícios e Número de alojamentos por edifício na cidade de Lisboa.1940-2001.

Mas o aspecto mais importante independentemente da flutuação do número dos edifícios ao longo dos censos nas duas cidades, é o aumento do número médio de alojamento por edifício, por um lado, e o facto de os valores no Porto serem sensivelmente metade dos de Lisboa.

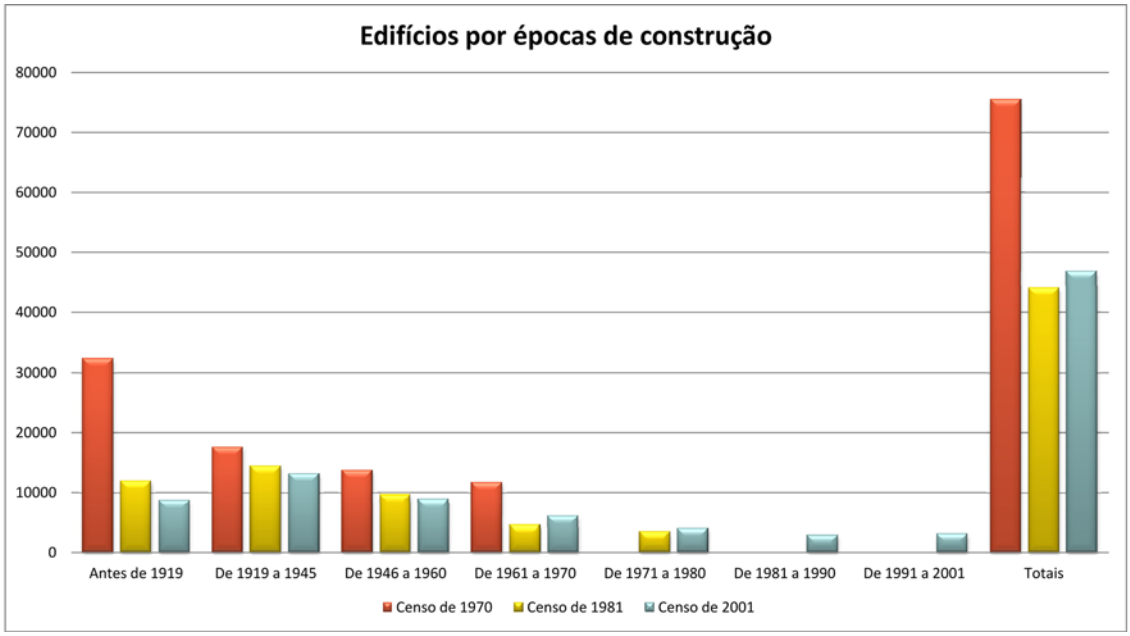


Fig.104 Edifícios por épocas segundo os diversos censos.

Relativamente à época de construção dos edifícios, o censo de 1970, o primeiro recenseamento da habitação é o também o primeiro que recolhe esses dados. Aí consegue-se perceber o boom da construção no distrito de Lisboa a partir do final da segunda grande guerra, sem paralelo em nenhuma outra zona do país, nem a nível nacional. A partir dessa altura, a atractividade da capital reforça-se crescentemente, expandindo-se a mesma pelos concelhos limítrofes, em periferias legais e ilegais.

Pelo contrário, a maior parte dos edifícios na cidade e no distrito do Porto são construídos antes de 1945, mas numa distribuição percentual que não anda muito longe da nacional.

Será contudo de reter, na comparação entre o concelho e o distrito do Porto, a dinâmica construtiva mais forte da cidade entre meados de oitocentos e o final da década de dez, mecanismo que se inverte a partir de 1945.

A comparação entre os dados dos censos seguintes, 1981 e 1991 permite confirmar o que o nosso senso comum já interiorizou, o aumento exponencial de volume de construção a partir do 25 de Abril de 1974, e que é mais representativo fora dos dois grandes centros urbanos, em termos de relação com o parque edificado anterior. No último quartel do século XX Portugal assiste a um incremento de construção de edifícios, que em números absolutos vão além do que são as necessidades reais do país. A observação permite também perceber que contrariamente ao panorama geral nacional de um parque edificado relativamente jovem, as duas maiores cidades defrontam-se com um parque habitacional já bastante envelhecido, e em muitos casos mal cuidado, degradado, e devoluto. Praticamente metade dos edifícios foi construída antes de 1945 (47% para o Porto e 42% para Lisboa).

C. Caracterização actual

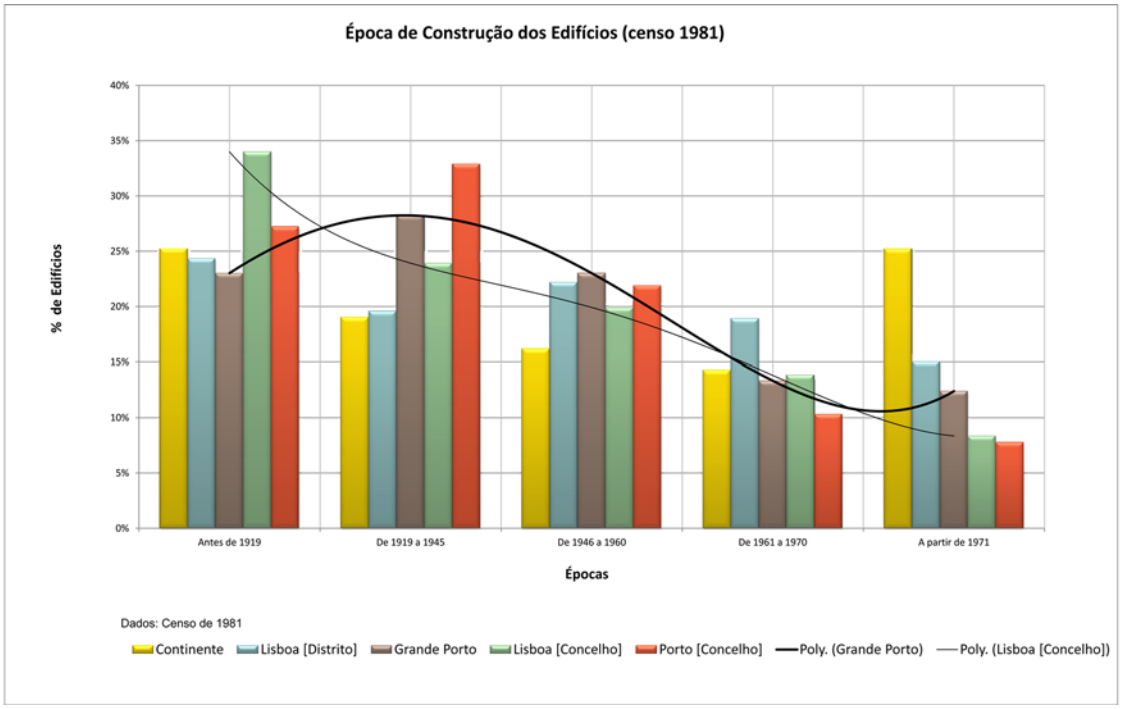


Fig.105 Época de construção dos edifícios segundo o Censo de 1981.

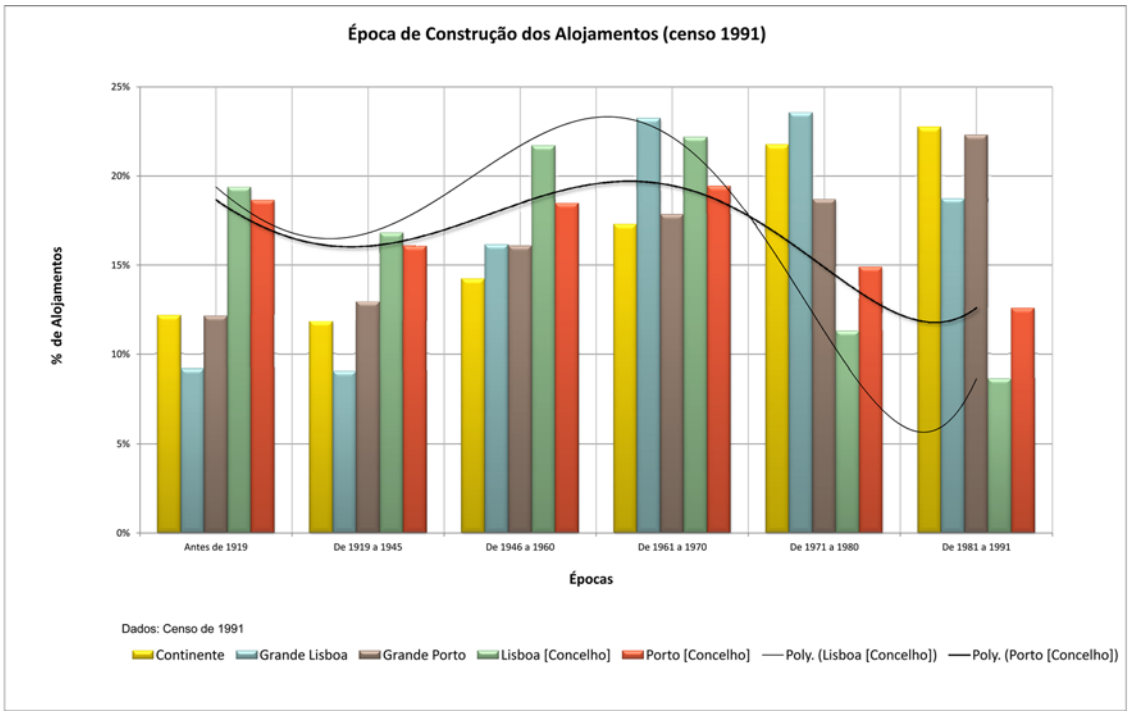


Fig.106 Época de construção dos alojamentos/edifícios segundo o Censo de 1991.
Nota: O censo de 1991 não publicou dados referentes aos edifícios por época de construção, apenas referente aos alojamentos, pelo que o mesmo não consegue ser comparado directamente com censos anteriores e seguintes.

Para uma caracterização actual mais visual e fácil, vão ser usadas as folhas de localização de códigos de edifícios, numa escala mais reduzida (poderão ser encontradas com maior definição no Volume 3).

Estas «vistas de pássaro» usam as fotografias disponibilizadas on-line no Bing Maps, com um tratamento posterior no Photoshop que permite agrupar pequenas impressões de ecrã em fotografias contínuas, já que as mesmas não estão disponíveis para download[109]. As escalas relativas das diversas fotografias não são idênticas para todas as montagens porque em certos locais as mesmas não estavam disponíveis no *site* com a resolução máxima das restantes zonas da avenida. Este levantamento fotográfico não está datado no *site*, mas o estado de demolição de um conjunto de edifícios permite saber que o mesmo foi feito posteriormente a Novembro de 2005, muito provavelmente no Verão de 2007, pois a pista de aterragem para o Red Bull Air Race já estava construída no parque da cidade.

Estas folhas de localização, conjuntamente com o levantamento fotográfico da zona em análise, permitem uma apreensão mais rápida do universo construído que temos nesta zona da cidade.

Tentar caracterizar de uma forma sucinta e breve a área em análise não é fácil pois ela é tudo menos homogénea e consistente, facto muito ampliado pela sua dimensão.

Essa heterogeneidade existe quer ao nível funcional, de ambiências urbanas, de escalas de edifícios, ou de épocas de construção dos mesmos.

A área inicial em análise é constituída por três unidades urbanas identificáveis, mas que podem, elas próprias, ser subdivididas.

- A Rua da Boavista, o arruamento mais antigo dos aqui estudados, com cerca de 1 km de extensão, caracteriza-se pela sua pendente acentuada, um perfil estreito, com cerca de 11 metros de largura, dos quais cerca de 7 m correspondem a uma dupla faixa de rodagem, actualmente com um único sentido de circulação, uma baia de estacionamento e dois passeios laterais de larguras reduzidas, consentâneas com a época do seu traçado inicial.

O pavimento está em bom estado de conservação, os passeios são em betonilha esquartelada, rematada por lintéis de granito, onde estão também incluídas as bocas de recolha de águas pluviais. Apesar da localização dos passeios corresponder certamente à sua situação de raiz, os materiais com que estão executados já não são os originais, nem os que foram usados aquando a sua repavimentação para a colocação do aqueduto na década de cinquenta do século XIX.

É uma via com trânsito intenso, circunstância que já ocorria em meados do século XX, como foi possível constatar numa memória descritiva de um projecto dessa época, que altera o sistema construtivo inicialmente preconizado em função da dificuldade de descarregar a pedra naquele local.

Os edifícios que marginam a via são de épocas muito distintas, correspondendo os primeiros à altura da abertura do arruamento, sensivelmente posteriores a 1794, época do desenho de planeamento de alçados para esta rua executado por Teodoro de Sousa Maldonado e existindo ainda demolições e reconstruções a ocorrerem nesta altura. As zonas de frente urbana não contínua, não correspondem a lotes rigorosamente livres, mas a formas de ocupação

109.Estas montagens podem ser encontradas, numa escala superior, no Anexo 4 (Volume 3), servindo de localização para as fichas de caracterização dos edifícios.

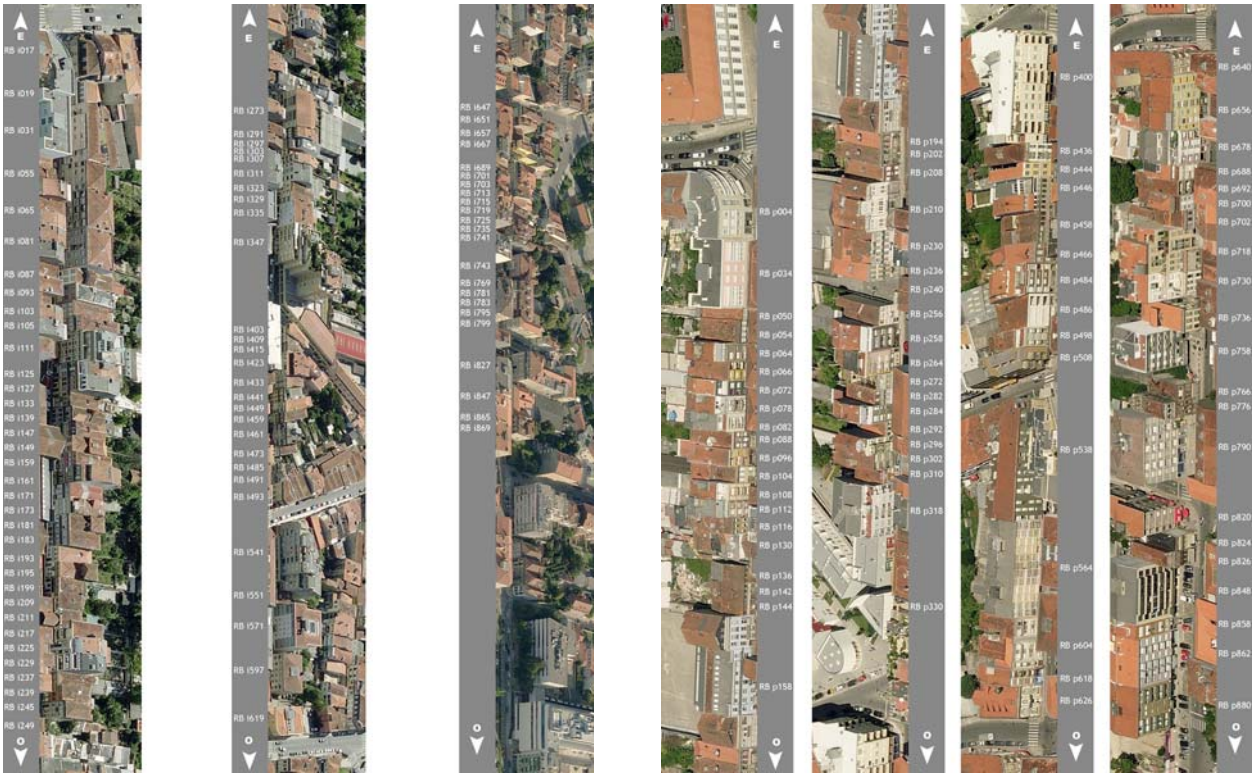


Fig.107 (A e B) Rua da Boavista (numeração ímpar e par). Localização dos códigos dos edifícios, RB i e RB p.

(Bing Maps, [2009]-d)

diferenciada, como o acesso ao Casão Militar no interior do quarteirão e a algumas habitações em ruínas que se mantêm expectantes, com ou sem ocupação distanciada do limite fronteiro do lote.

De qualquer forma o tecido urbano está completamente consolidado, com diminuta actividade edificatória, que se caracteriza fundamentalmente por obras de recuperação e reabilitação de edifícios existentes, com ou sem ampliação dos mesmos.

Caracteriza-se igualmente por uma estrutura fundiária muito dividida, que assenta, salvo poucas excepções, em lotes pequenos, de frente estreita e profundidade considerável. Os lotes de ocupação mais antiga resultam ainda da métrica de divisão de alçados do projecto de 1794 de T. S. Maldonado e os lotes de ocupação mais recente, na maior parte dos casos, continuam a respeitar essa divisão cadastral. No seu trabalho de final de licenciatura, Luis Berrance (Berrance, 1993) faz uma análise dos tipos de composição de fachada das casas de alguns arruamentos da cidade, abrangendo também o tramo inicial da Rua da Boavista. Nesse trabalho identificou os edifícios que foram construídos a partir do plano de 1794 e que se mantinham ainda em pé em 1992/3. Nas duas décadas que se passaram entretanto, alguns desses edifícios foram sujeitos a obras de conservação ou remodelação, mas nenhum deles foi demolido.

- O segundo elemento do conjunto é a praça Mouzinho de Albuquerque, também já designada por Praça da Boavista. Actualmente é uma rotunda viária, com três faixas de circulação na periferia e ligação por estrela a um conjunto de 8 arruamentos, de importâncias relativas diferentes, apesar de em alguns casos de secções muito próximas.

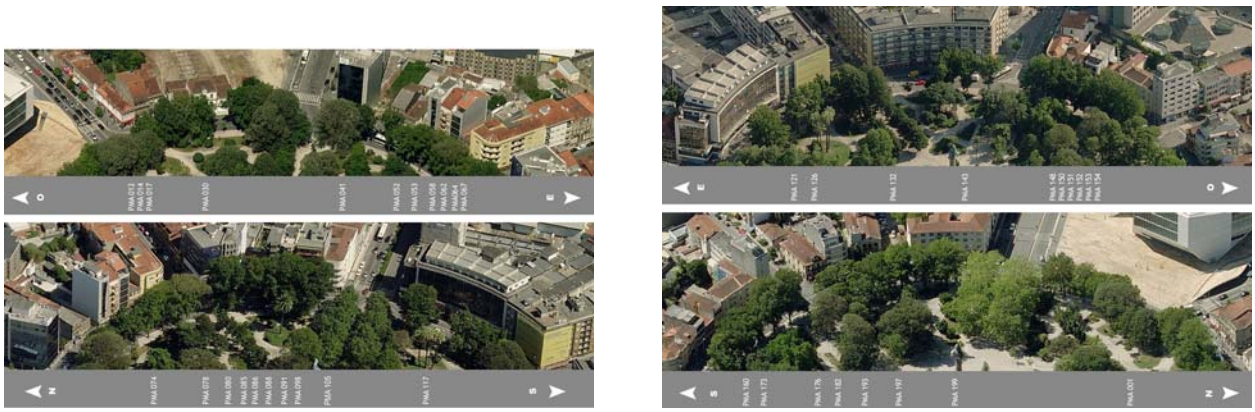


Fig.108 Praça Mouzinho de Albuquerque (numeração sequencial). Localização dos códigos dos edifícios, PMA.

(Bing Maps, [2009]-c)



Fig.109 Vista aérea da Praça Mouzinho de Albuquerque.

(Vale, 2008/06c)

A sua localização é, por si só, estranha, pois não serve de articulação entre dois ou mais arruamentos importantes, mas coloca-se entre dois tramos do mesmo arruamento e numa posição de assimetria em relação à sua extensão total.

Tem uma dimensão considerável que quase é esquecida na velocidade do trânsito automóvel que a transforma numa ilha, de difícil acesso aos peões pelas poucas passadeiras, mal localizadas e ritmo de semáforos inadequados.

Uma das suas características peculiares é que não é rigorosamente circular, antes ligeiramente oblonga, no sentido Norte-Sul, não podendo garantir se por opção efectiva se por falta de meios topográficos no lançamento das suas bases, como já foi atrás discutido.

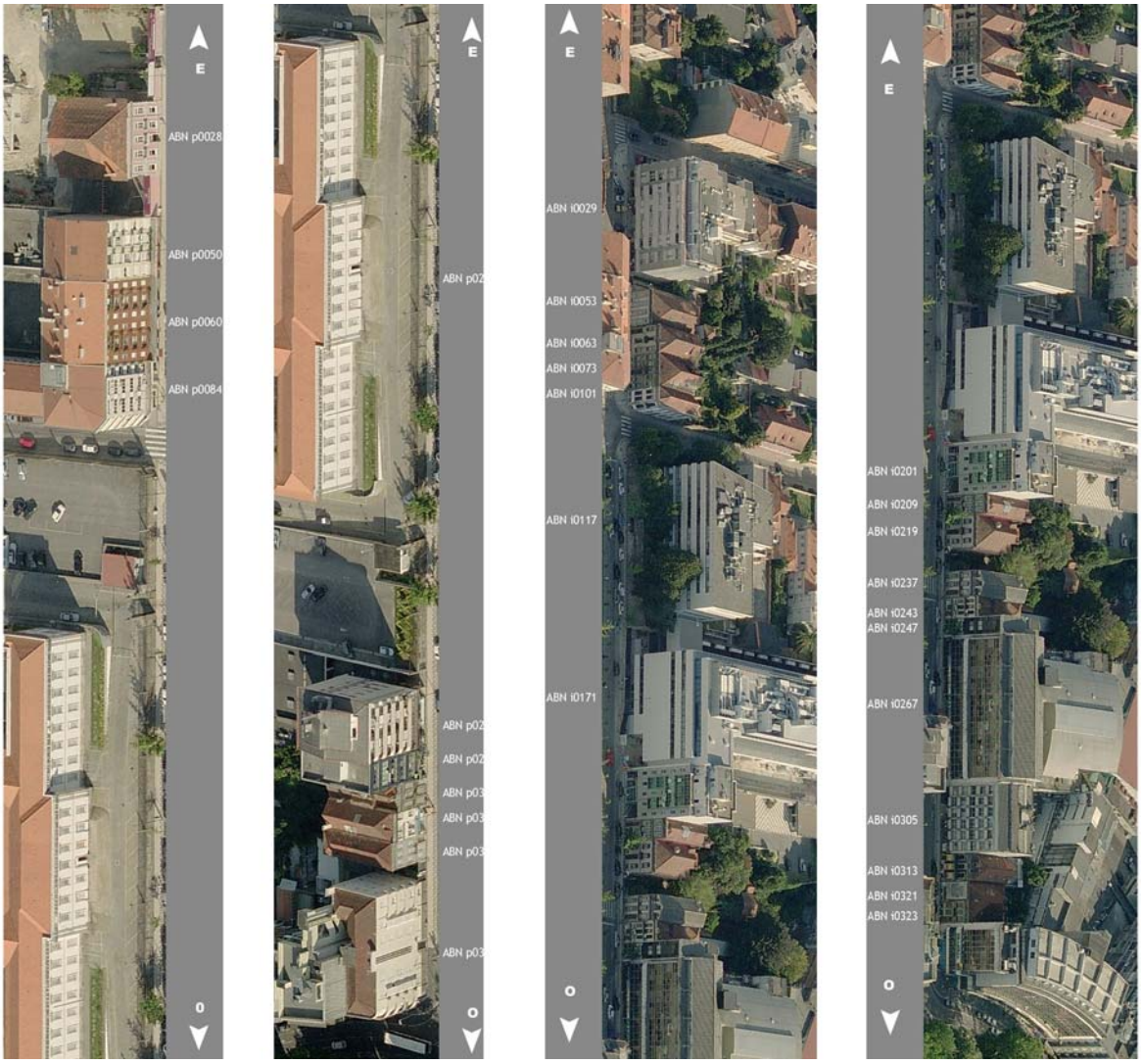


Fig.110 Avenida da Boavista - Lado Nascente, lado Norte e lado Sul (numeração par e ímpar). Localização dos códigos dos edifícios, ABN i e ABN p.

(Bing Maps, [2009]-a)

Ao longo do quase século e meio da sua existência ainda não conseguiu estabilizar-se do ponto de vista de construção de frente urbana. Edifícios de cérceas variadas paralelamente ainda a alguns lotes vagos, por ruína ou não construção, edifícios devolutos a par com bem cotados edifícios de serviços, ou equipamentos, como a Casa da Música.

- O terceiro elemento urbano é a Avenida da Boavista, o mais extenso, e um perfil que não se mantém constante ao longo de todo o seu traçado, nem actualmente nem historicamente.

Ainda hoje a Avenida da Boavista mantém lotes vagos, fazendo coexistir muitos tipos de vivências ao longo dos seus quase seis quilómetros de extensão. É um arruamento heterogéneo, com características distintas ao longo das muitas zonas em que se subdivide. Mantém em paralelo vários estádios de evolução urbana e edificatória, lotes livres, edifícios em construção, tecido urbano consolidado, recuperações, ampliações, demolições e reedificações...



Fig.111 (A a D) Avenida da Boavista, lado Poente (numeração ímpar). Localização dos códigos dos edifícios, ABP i

(Bing Maps, [2009]-a)

No final do século XIX a maior parte da zona Poente da Avenida era um alinhamento não urbano, e durante muitos mais anos manteve um carácter quase periférico, rural. Os anos mais recentes e uma alteração de valores sociais, operações de marketing e consumismo, foram promovendo a zona ocidental da cidade. A Avenida da Boavista torna-se elemento incentivador do desenvolvimento para Poente, e valorizador do mercado imobiliário.

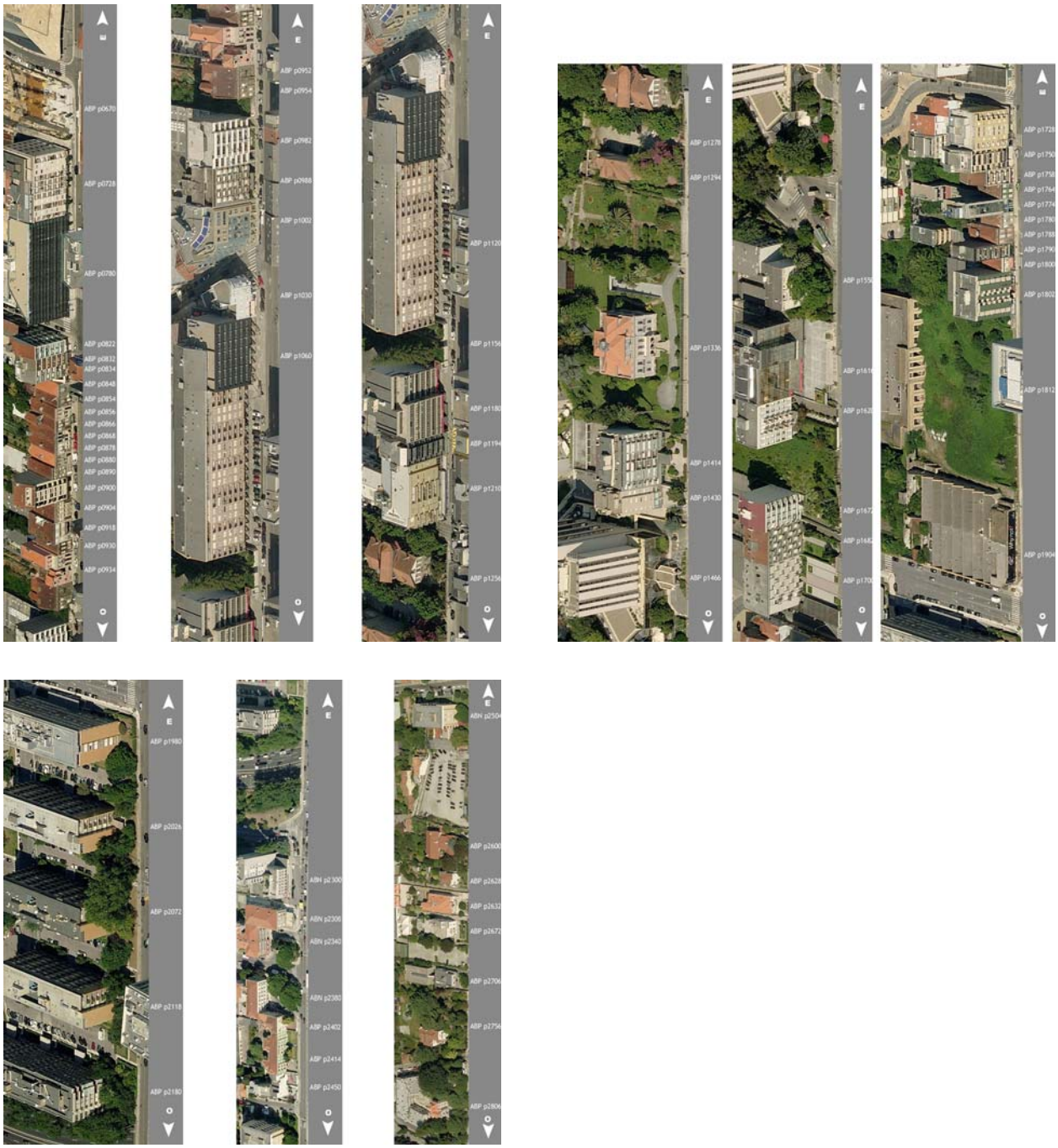


Fig.112 (A a C) Avenida da Boavista, lado Poente (numeração par).
Até sensivelmente ao cruzamento com a Avenida do Marechal Gomes da Costa.
Localização dos códigos dos edifícios, ABP p.

(Bing Maps, [2009]-a)

É certamente, nesta altura, o arruamento mais dinâmico da cidade e catalisador de toda a zona ocidental. Podemos usar como contraponto comparativo a Avenida dos Aliados, que se mantém como centro representativo e político, com tecido consolidado, assistindo-se apenas a alterações funcionais que podem implicar, ou não, alterações dos interiores dos edifícios. As alterações do espaço urbano, do arquitecto Siza Vieira, limitaram-se a intervir onde ainda era possível, ao nível do espaço público, pois concluído que foi o fecho da pedreira da Trindade do lado Poente (para além do limite da própria avenida), apenas operações de remodelação com pouca ou nenhuma intervenção no desenho das fachadas são possíveis. Como contraponto, quer a avenida da Boavista quer a praça Mouzinho de Albuquerque continuam a suportar novas intervenções, ou por substituição de lotes antigos, ou por ocupação de lotes ainda vagos. E esta dinâmica tem-se mantido ao longo dos anos, de tal forma que o levantamento feito para este trabalho, em 2005, teve que ser refeito para alguns edifícios em 2008 (quando se fez o levantamento da área alargada de análise), e poderia voltar a ser feito agora, com mais alterações a serem identificadas, e vários edifícios em construção ou recentemente finalizados.

C.1. Análise dos Censos de 2001 e comparação com a área de análise

Neste ponto serão analisados os censos de 2001. Apesar de no período de reformulação da presente dissertação se ter efectuado o recenseamento geral da população e da habitação, os dados até agora disponíveis são reduzidos. Permitem perceber tendências mas não fazer uma caracterização mais exaustiva, nem ser parâmetro de comparação com os dados recolhidos na área de análise, pelo que se optou por manter como referência o censo de 2001.

Relativamente à habitação, na última década tem existido monitorização da situação através dos licenciamentos camarários (com algumas excepções num ou outro município) o que quer dizer que sobre uma parte dos edifícios, isto é, os edifícios novos ou remodelados, existe informação actualizada e fidedigna, e que pode ser usada neste tipo de trabalhos.

Uma das dificuldades no presente trabalho, e que não foi ultrapassada, é que ao terminar o estudo em 1999, rigorosamente não deveríamos utilizar dados posteriores a essa época, mas como a própria tese e respectivo trabalho de campo só se iniciaram em 2005, a caracterização actual do edificado terá de ser feita já para o século XXI.

Sendo a Zona de Boavista parte dos percursos diários ou semanais, alguma coisa poderia ser garantida pela memória própria, relacionando com eventos que marcaram fortemente esse ano na minha mente, como o facto de ter começado a leccionar a disciplina de Sistemas e Materiais de Construção na Faup e ter mudado de uma forma radical os hábitos diários. Mas são memórias subjectivas e que o tempo se vai encarregando de esbater.

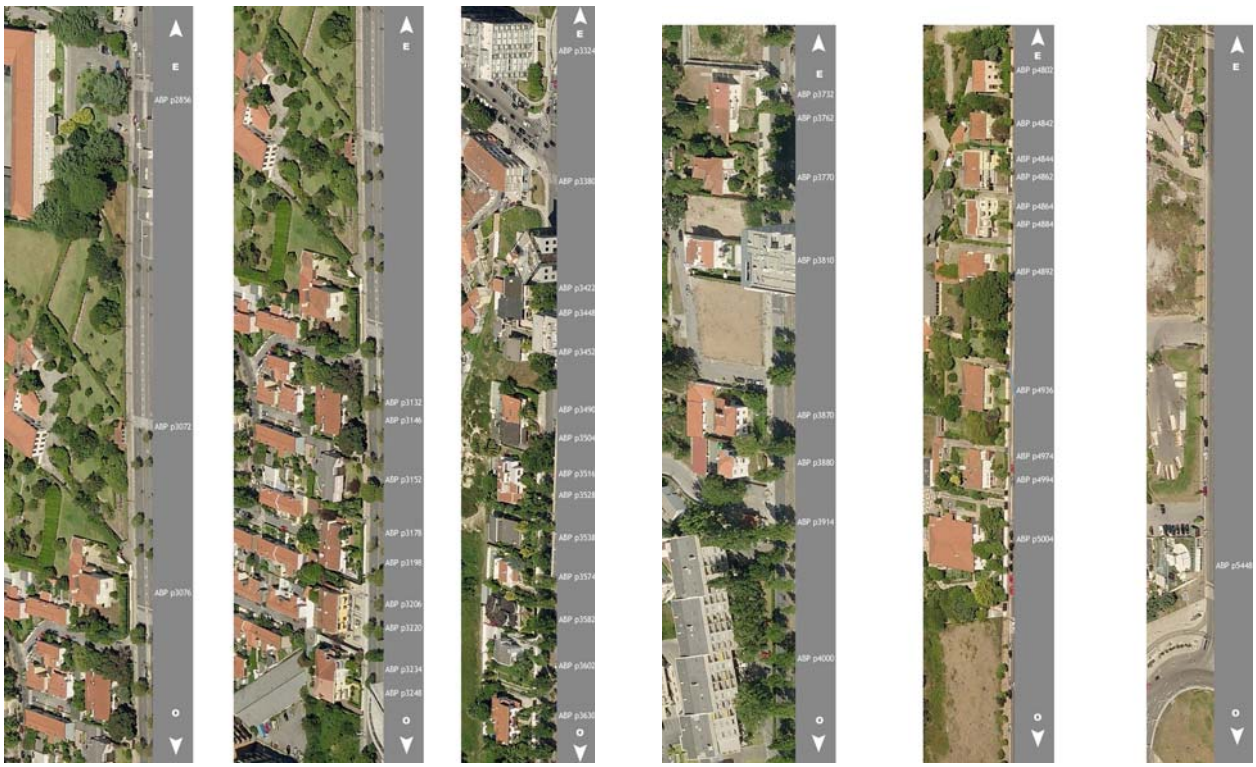


Fig.113 (A a C) Avenida da Boavista, lado Poente (numeração par).
Até sensivelmente ao cruzamento com a Avenida do Marechal Gomes da Costa.
Localização dos códigos dos edifícios, ABP p.

(Bing Maps, [2009]-a)

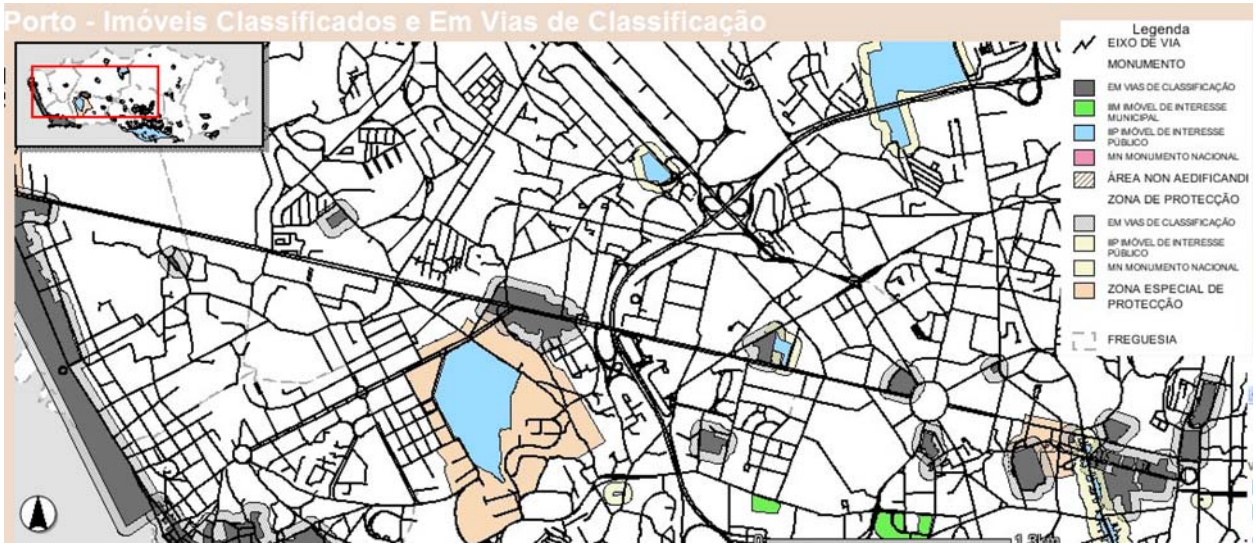


Fig.114 Carta de património classificado ou em vias de classificação.

Montagem a partir de (CMPorto, [2010])

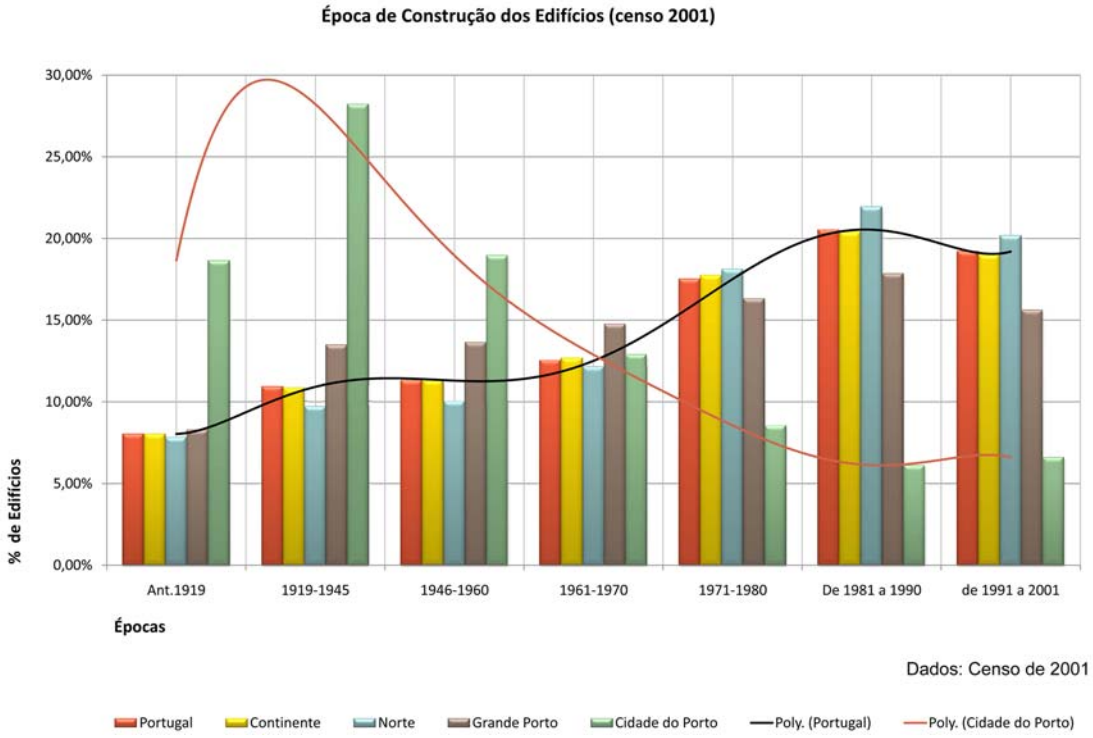


Fig.115 Distribuição dos edifícios por época de construção. Valores relativos ou percentuais. [Porto/País]. Comparação do Porto com os totais nacionais e regionais.

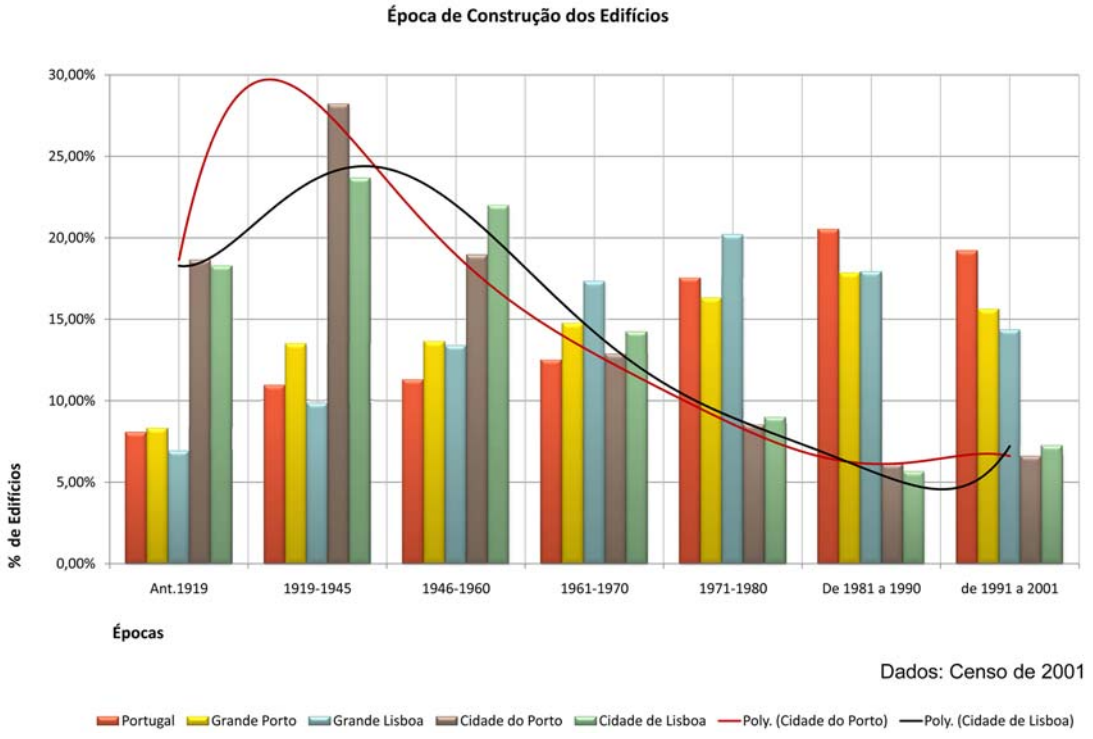


Fig.116 Distribuição dos edifícios por época de construção. Valores relativos ou percentuais. [Porto/Lisboa]. Comparação de Lisboa e Porto e respectivas áreas metropolitanas.

Tal como é possível verificar nos gráficos, existe uma maior coincidência da distribuição etária dos edifícios entre Lisboa e Porto, do que do Porto com a sua Área Metropolitana, ou com o resto do país. A pressão de construção nova, principalmente de habitação, não se verifica dentro das duas grandes cidades, mas nas suas periferias, que correspondem já a outros concelhos. Tal tendência já era visível nos censos anteriores, mas acentua-se pelo alargamento temporal do inquérito.

Hiptxt. 1.5.C - A realidade Europeia do Mercado da Construção.

Os dados referentes à caracterização da situação nos diferentes (mas não todos) países da União Europeia permitem-nos situar Portugal no contexto da Europa. Dos países para os quais existem valores publicados, Portugal é o que tem o PIB *per capita* mais baixo, se exceptuarmos os países do antigo bloco de Leste. Contudo, se compararmos a população com o *stock* de habitação e a produção de habitações novas, Portugal é um dos países em que o número de pessoas por habitação aparece mais baixo, denunciando o que é a situação nacional, um parque habitacional extenso, com uma parte já considerável devoluto, ou por falta de condições de habitabilidade, ou por falta de capacidade do mercado de absorver toda a construção existente.

País	População (x1 000)	Área	PIB /per capita	Output de construção (x 1 000 000)	Cimento (x 1 000)	Empresas	Emprego	Fogos novos	Stock de habitação (x1 000)
Irlanda	4.340	70.000	41.912,44	34.900	5.200	728	49.685	82.000	1.838
Noruega	4.681	323.878	59.474,47	31.000	1.900	38.135	146.461	36.000	2.420
R. Eslovaca	5.395	49.000	9.545,88	4.300	2.400	3.724	68.943	16.000	1.971
Dinamarca	5.447	43.094	41.233,71	28.700	1.800	31.109	189.099	29.200	2.885
Suíça	7.622	41.300	41.695,09	33.600	4.700	nd	nd	36.000	3.834
Áustria	8.319	83.858	32.059,14	31.900	5.800	25.511	249.587	47.000	3.941
Suécia	9.170	450.000	34.700,11	24.900	2.300	64.420	252.569	31.200	4.479
Hungria	10.049	93.000	9.015,82	10.600	4.400	71.431	234.703	46.000	nd
R. Checa	10.306	79.000	10.168,83	18.300	4.600	150.474	394.957	48.000	4.311
Bélgica	10.544	30.158	30.605,08	29.400	6.300	59.310	251.510	56.200	4.933
Portugal	10.608	92.072	14.856,71	24.600	7.600	121.671	481.230	63.200	5.574
Holanda	16.377	41.864	33.485,99	70.900	5.800	74.025	471.363	85.000	7.026
Polónia	38.040	313.000	7.620,93	31.000	16.000	160.227	648.306	205.000	13.130
Espanha	45.250	504.782	22.503,87	211.100	56.400	402.902	2.657.642	710.000	24.545
Itália	59.184	301.263	25.378,48	190.300	46.000	584.449	1.809.834	256.000	28.848
Reino Unido	60.851	243.500	32.296,92	207.100	11.400	220.756	1.392.009	216.000	25.925
França	61.530	550.000	29.648,95	198.000	24.300	395.042	1.538.128	550.000	31.288
Alemanha	82.300	356.854	28.950,18	241.800	nd	201.755	1.515.465	153.600	38.360

nd - Não disponível / * A preços de 2006 / ** Licenças (para a Dinamarca e RU são início de construção) / *** Os dados referem-se a 2005, excepto para R. Checa (2004)
Ano de referência dos dados: 2007 / Fonte: Euroconstruct, Eurostat e Comissão Europeia

Se compararmos a distribuição etária de edifícios da cidade de Lisboa e da cidade do Porto, verificamos que as mesmas são bastante próximas. No caso do Porto existe uma permanência grande de edifícios construídos entre 1919 e 1945 e no caso de Lisboa essa concentração alarga-se aos edifícios construídos até 1960, face ao grande incremento de construção que teve no pós-guerra/período de implementação do Estado Novo. No Porto esse efeito não é tão sensível.

Tabela 30: Comparação da idade do parque edificado em Lisboa e no Porto. Análise percentual.

Censo 2001	Ant 1919	1919-1945	1945-1960	1919-1960
Lisboa	18%	24%	22%	46%
Porto	19%	22%	19%	47%

Para ter uma percepção mais rigorosa do que isso significa, se apenas reflexo efectivo do boom efectivo da construção nessa época, se a qualidade construtiva e arquitectónica desses edifícios, que os manteve em funções até ao presente (reabilitados ou não, pois esses dados não estão disponíveis nos censos) seria preciso outras ferramentas, por exemplo, uma avaliação de dados referentes a licenciamento urbano dos últimos 40 anos, para as duas cidades. Contudo a análise cruzada com os censos a partir de 1970, apesar de algumas incongruências de dados e critérios, permite perceber que existe um incremento efectivo de construção em determinadas épocas, mas também uma demolição e transformação constante dos edifícios mais antigos.

Quando se analisa a nível nacional a questão do índice de envelhecimento dos edifícios, aparentemente esse aspecto não é preocupante porque tivemos um boom de construção nos últimos 30/40 anos, mas como não existe o hábito de reabilitar as construções mais antigas, o que se nota é uma grande assimetria no estado de conservação do parque edificado.

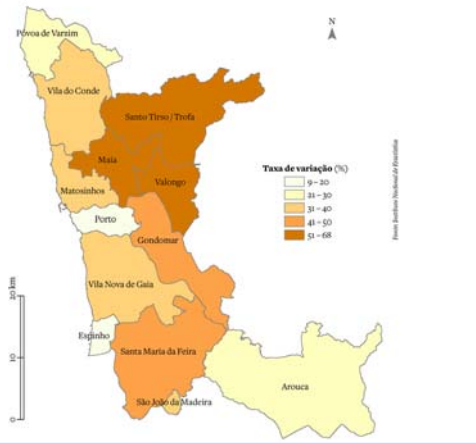
De salientar também que falar de edifícios recentes não é sinónimo de ter edifícios em bom estado de conservação. Efectivamente, muitos edifícios com 10 a 20 anos encontram-se com mais deficiências e anomalias que edifícios com o dobro e triplo da idade.

E tal como foi referido, Porto e Lisboa são casos muito particulares no panorama do país, mas que pela sua dimensão correspondem a uma percentagem ainda importante do parque edificado. Tomando já como referência os resultados preliminares dos censos de 2011, as duas cidades possuem 3% dos edifícios do país e 8% do número de alojamentos, que é o valor mais caracterizador da real situação.

Tabela 31: Resultados preliminares do Censo de 2011.

2011	Portugal	Norte	Lisboa e P. Setúbal	Porto (distrito)	Lisboa (distrito)	Porto	Lisboa	Grande Porto	Grande Lisboa
População	10.555.853	3.689.713	2.815.851	1.816.045	2.244.984	237.559	545.245	1.286.139	2.037.823
Famílias	4.079.577	1.341.445	1.154.904	668.693	921.290	103.965	245.931	493.770	841.237
Alojamentos	5.879.845	1.849.181	1.486.927	844.656	1.184.423	136.917	322.585	622.887	1.065.448
Edifícios	3.550.823	1.210.720	450.574	443.394	366.570	44.472	52.554	273.787	277.868

Hiptxt. 1.5.D - Licenciamento de fogos.



Crescimento do número de fogos [AMP] 1994-2004.
Adaptado a partir de (CMPorto, 2006)



Evolução do número de fogos licenciados e concluídos. [AMP] 1996-2006.
(CMPorto, 2006)

A pressão construtiva na Área Metropolitana do Porto, relativamente a novas habitações localiza-se com mais intensidade nos concelhos do interior e com menos intensidade nos do Litoral, com excepção do Concelho de Arouca.

Este menor aumento de número de fogos na faixa litoral tem certamente duas razões concordantes.

- O facto de estes concelhos terem sido alvo, anteriormente, de um afluxo de população, sendo portanto já mais urbanizados.

- A atractividade dos locais funcionar como um incentivo à reabilitação dos edifícios existentes, ou à demolição e reconstrução em lotes ocupados, não contribuindo para o aumento de número de fogos (embora pudesse contribuir para o aumento de número de fogos ocupados, se esse dado fosse recolhido).

C.2. Caracterização construtiva do parque edificado

Relativamente à cidade do Porto, e referente à estrutura resistente dos edifícios, analisando os dados do censo de 2001, existe um equilíbrio de soluções entre alvenarias de pedra, com estruturas de pavimentos em madeira, alvenaria de pedra com pavimentos em betão armado, e estruturas resistentes em betão armado. Esse panorama é ligeiramente diferente do da cidade de Lisboa, onde existe uma preponderância maior de estruturas de betão armado, mas está consentâneo com o panorama nacional. A grande diferença faz-se ao nível das duas áreas metropolitanas, onde existiu o maior incremento de construção nas últimas décadas, em que os edifícios com estrutura resistente de betão armado correspondem a mais de metade na Grande Lisboa e cerca de 40% no Grande Porto.

A questão da constituição das paredes exteriores, que foi um campo inquirido e tratado nos censos de 1981 e 1991, não é apresentado nos resultados do censo de 2001.

Relativamente às coberturas, o censo corrobora o que é a percepção generalizada, que as coberturas revestidas a telha são a esmagadora maioria. Acima dos 90 % em todo o país, exceptuando-se a cidade de Lisboa com uma incidência de cerca de 82%.

Mais interessante é a análise dos revestimentos exteriores dos edifícios de habitação, na comparação entre o país, áreas metropolitanas e cidades de Lisboa e Porto. Apesar de em qualquer um dos casos o reboco tradicional (ou o marmorite que é incluído no mesmo grupo) corresponder ao revestimento com uma preponderância maior, são de referir assimetrias regionais, com o uso de pedra e ladrilhos no Norte do país, e praticamente sem expressão na zona de Lisboa. Este é um aspecto importante a reter quando se tentarem replicar exemplos de um contexto para outro.

C.2.1. Caracterização etária e construtiva dos edifícios da Área Inicial de Análise [AIA]

O recurso a tratamento estatístico dos dados do levantamento, com a elaboração de gráficos interpretativos e relacionais de dados surge como uma forma de auxiliar a caracterização da área de análise, bem como facilitar a sua apreensão e comunicação. Da comparação dos dados obtidos na área em análise com os presentes nos censos da população e da habitação, é possível tirar algumas conclusões em relação à especificidade própria desta zona quer no contexto nacional quer no da própria cidade.

Tomando como base o levantamento efectuado fez-se algum tratamento estatístico relativamente à época de construção dos edifícios que auxiliasse a caracterização da área inicial de análise [AIA] e permitisse uma visão de conjunto de uma forma gráfica.

Dos 509 edifícios que constituem a AIA, foi possível determinar rigorosamente a época de construção de 329, a partir das respectivas licenças de obras, correspondendo a cerca de 65% do total.

Os edifícios não datados correspondem a duas situações:

- A maior parte corresponde a edifícios mais antigos, cujas licenças não consegue ser localizada no Arquivo Histórico, mas cuja datação provável pode ser facilmente inferida através da datação conhecida de edifícios vizinhos com as mesmas características;

- Uma pequena percentagem corresponde a licenças muito recentes, posteriores a 2000 e cujos processos ainda não foram incorporados no Arquivo Geral.

Partindo destas duas situações, procedeu-se à atribuição de datas prováveis a um conjunto de pouco mais de cem edifícios, para que a caracterização fosse o mais representativa e mais próxima da circunstância real possível.

Uma vez que o não conhecimento das datas de construção dos edifícios não advinha de um tratamento aleatório da realidade mas de informações em falta num levantamento sistemático, esse desconhecimento afectava directamente o rigor da caracterização.

A atribuição de datas prováveis foi a forma encontrada para tornear a dificuldade e poder analisar os elementos recolhidos e tirar conclusões.

A datação dos edifícios, para efeito de tratamento estatístico, foi agrupada por décadas, permitindo que o tratamento gráfico fosse mais simples e operativo e facilitando a atribuição de datas prováveis, diminuindo a importância do erro dessa datação.

Na Tabela 32 são apresentados os edifícios, por arruamentos, com data de construção confirmada e data de construção atribuída. Verifica-se que a Rua da Boavista, onde está situada a maior percentagem de edifícios mais antigos, é aquela que tem uma menor percentagem de edifícios datados, apenas 40%. No extremo oposto, a Praça Mouzinho de Albuquerque, é o «arruamento» com mais edifícios datados, cerca de 84%. Tal sucede por duas razões

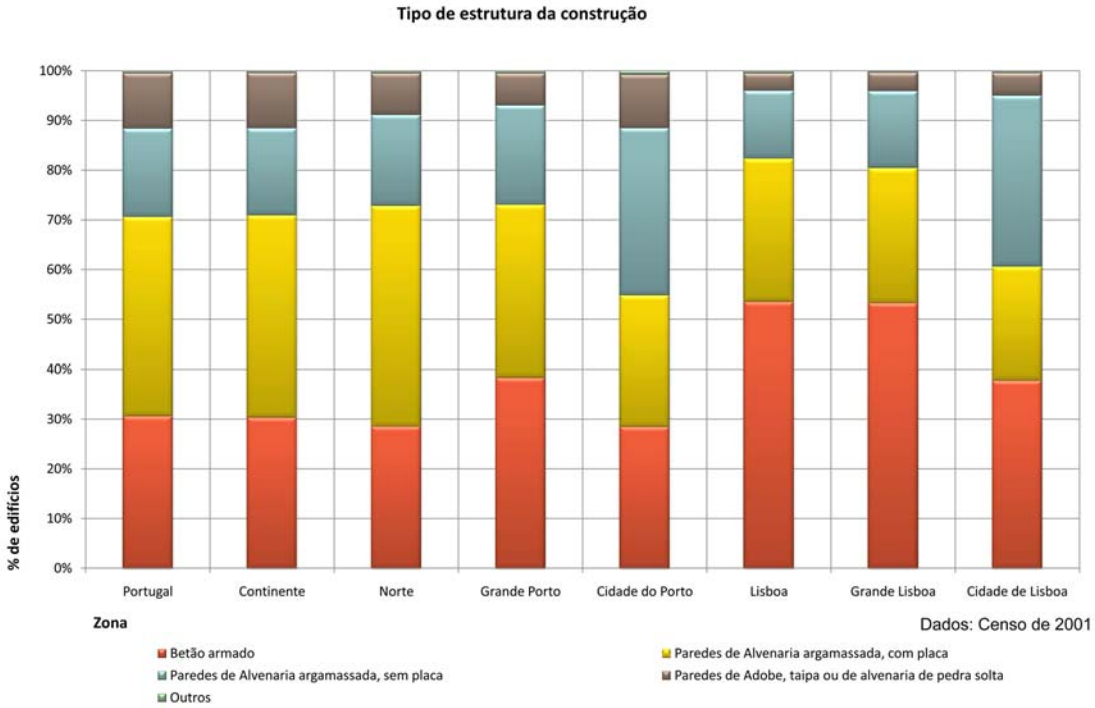


Fig.117 Tipo de estrutura portante dos edifícios habitacionais. Valores Relativos. [Censo de 2001].

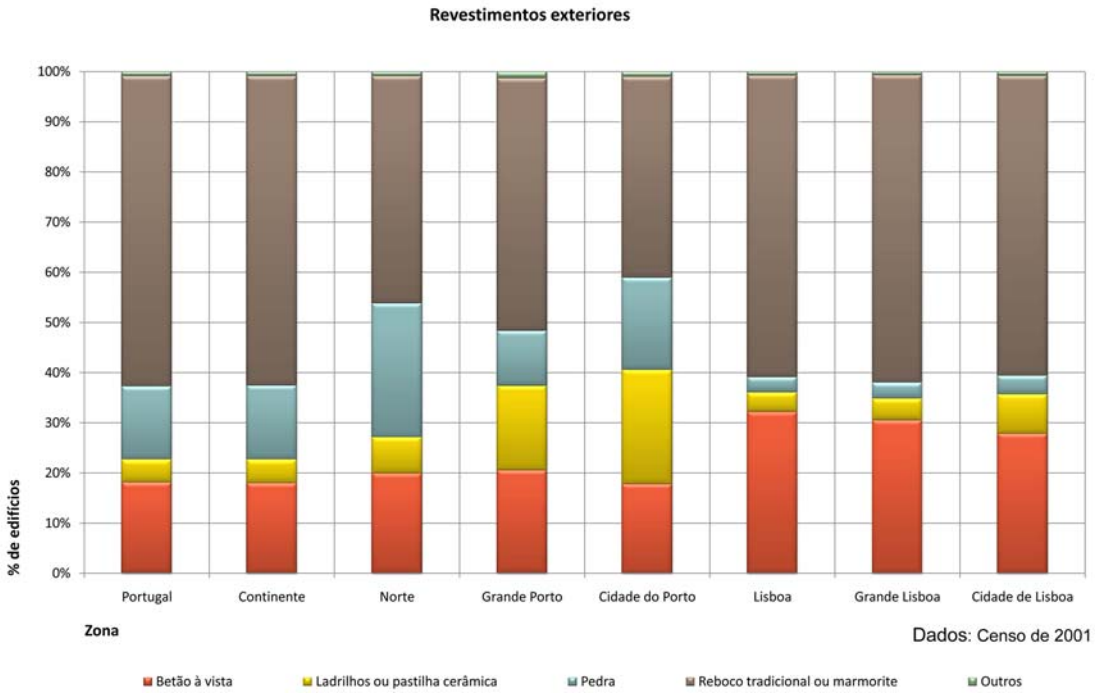


Fig.118 Revestimentos exteriores dos edifícios habitacionais. Valores Relativos. [Censo de 2001].

Tabela 32: Área Inicial de análise. Edifícios com época de construção confirmada, por arruamentos da AIA

	Número de Edifícios		
Local	**Totais**	**Com época de construção confirmada**	**Percentagem**
Rua da Boavista	162	64	40%
Praça Mouzinho de Albuquerque	38	32	84%
Avenida da Boavista	309	233	75%
Totais	509	329	65%

diversas. A primeira, o reduzido número de edifícios e licenças (comparativamente aos outros dois arruamentos), o que facilita o trabalho. A segunda, o facto de, como centro de serviços que se tornou, ter sido alvo de uma substituição da construção existente e assim ter uma grande parte de edifícios com licenças mais recentes.

O tratamento estatístico é feito em função de número de edifícios, ou número de licenças e não por volume de construção. Existe uma assimetria considerável entre a dimensão dos edifícios mais antigos e dos mais recentes. Por estas duas razões, apesar de existirem muitos edifícios não datados na Rua da Boavista, como os mesmos correspondem aos edifícios mais antigos, correspondem também a uma pequena percentagem, em termos de volume de construção.

Levando em consideração que se observou que ainda se construíam na década de vinte do século XX, edifícios com um mesmo tipo de imagem, correspondendo grosso modo à casa típica portuense do século XIX, optou-se por fazer uma datação mais abrangente para as três primeiras décadas do século e assim tornear a dificuldade de localização do processo e datação do imóvel.

A análise e apreensão gráfica da informação foi feita quer em valores absolutos, quer em percentagem relativa ao número total de edifícios do arruamento. Esta segunda análise, que designamos por "dinâmica construtiva" permite que apesar da grande diferença de dimensão e número de edifícios dos arruamentos os mesmos se consigam comparar directamente.

Resultando o alinhamento urbano estudado de uma operação urbanística desenvolvida ao longo do tempo, mais de cem anos entre o início da abertura da Rua da Boavista e a conclusão do último tramo da Avenida, junto ao Castelo do Queijo, é normal que esse desfasamento temporal seja perceptível nos gráficos. Contudo, o balizamento

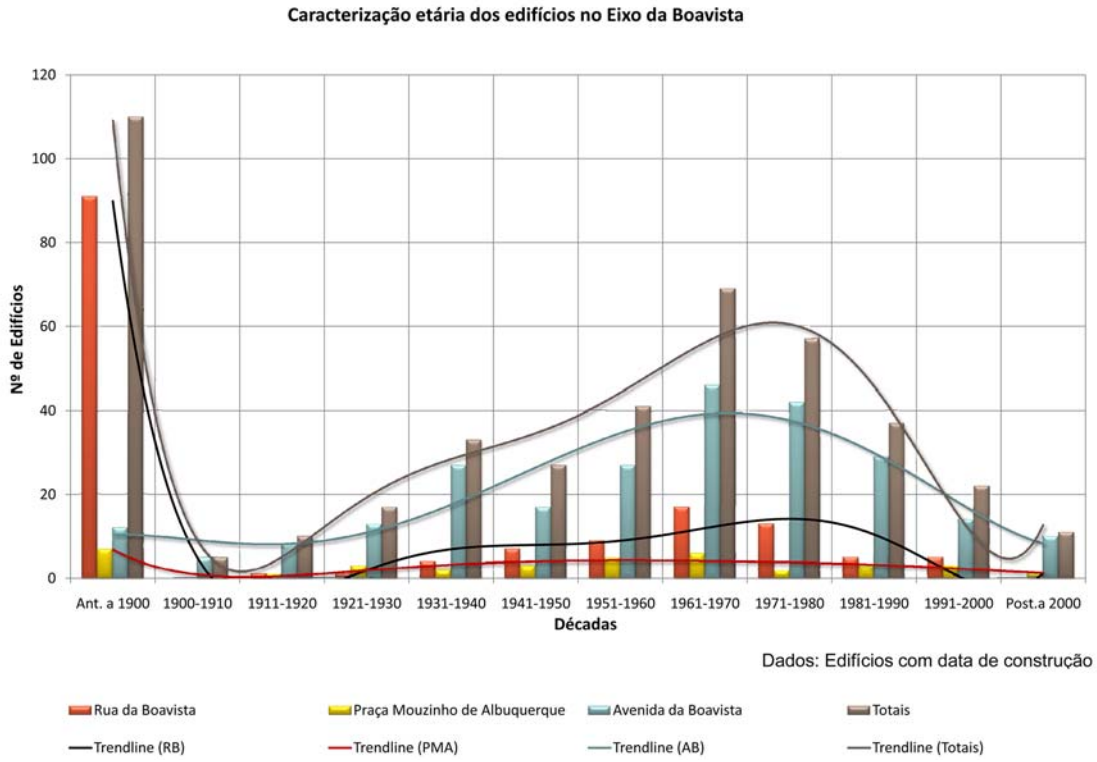


Fig.119 Época de Construção dos edifícios no eixo da Boavista. Valores Absolutos. [Século XX].
Dados referentes apenas aos edifícios com datas de construção confirmada.

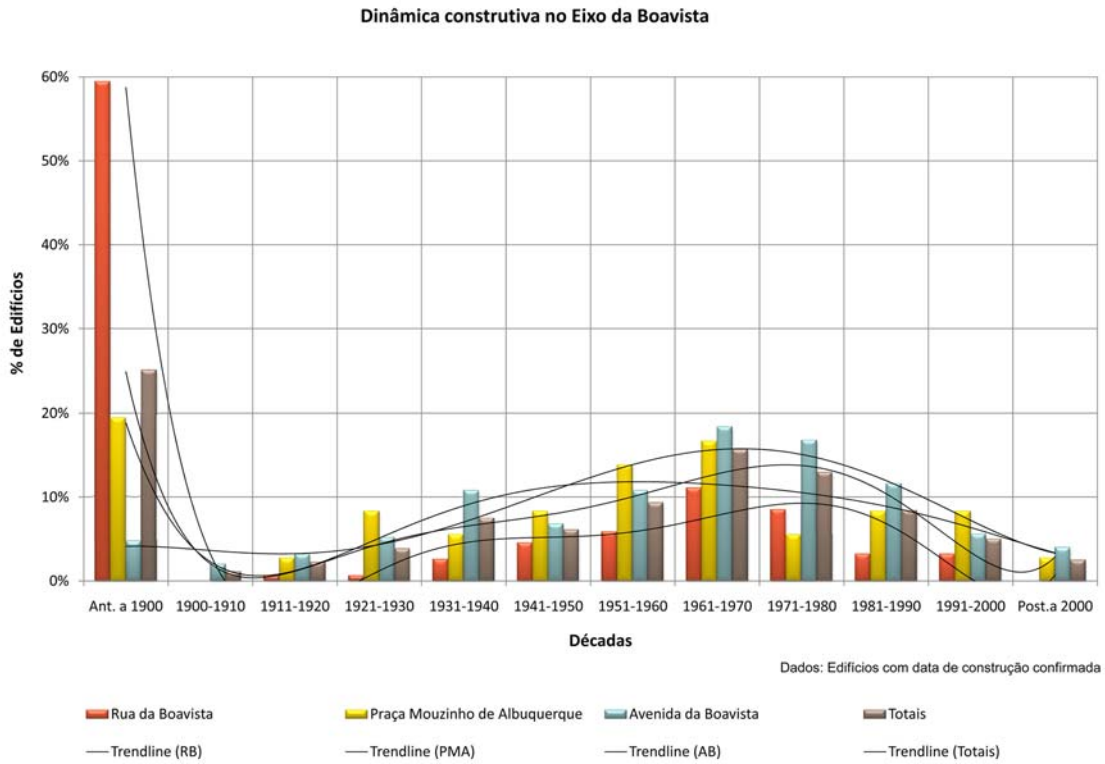


Fig.120 Dinâmica construtiva e faixa etária dos edifícios. Variação percentual. [Século XX].
Comparação entre as três zonas da área inicial de análise. Dados referentes apenas aos edifícios com datas de construção confirmada.

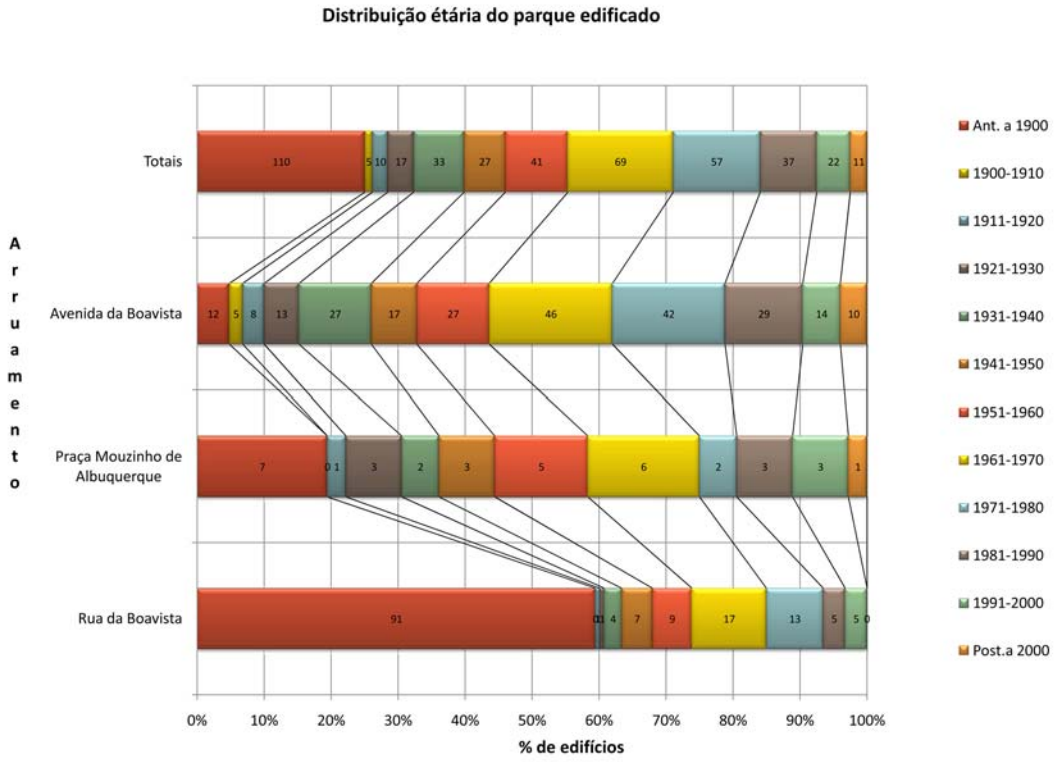


Fig.121 Distribuição etária dos edifícios, por arruamentos. [Século XIX - Século XXI]

cronológico que foi feito agregando os edifícios até ao final do século XIX num único grupo, e criando vários patamares temporais para o século XX, permite focar a atenção no século XX, e assim analisá-lo com mais detalhe, comparando esses dados com outros elementos.

A distribuição temporal dos edifícios da área em análise permite perceber a dinâmica edificatória ao longo do século XX, com uma actividade mais intensa nas décadas de sessenta e setenta, que resultou de um crescendo quase contínuo a partir da Implantação da República, e que decai a partir de meados da década de oitenta. Não podemos esquecer que esse decréscimo tem como razão principal a edificação anterior, que foi ocupando os lotes livres ou edifícios de menor cércea, com construção nova. Outro dos aspectos a ter em atenção nesta leitura dos gráficos é que os mesmos representam os edifícios que existem actualmente, os que permaneceram, e não os edifícios construídos.

Este conjunto de gráficos, que apresentam o mesmo tipo de informação, mas segundo agregações de dados diferentes, permitem perceber a idade do parque edificado no eixo da Boavista. Esta informação foi cruzada, na base de dados, com o estado de conservação, as intervenções de reabilitação entre 2005 e 2010, e o revestimento de fachadas. Foram igualmente cruzadas com os censos de 2001.

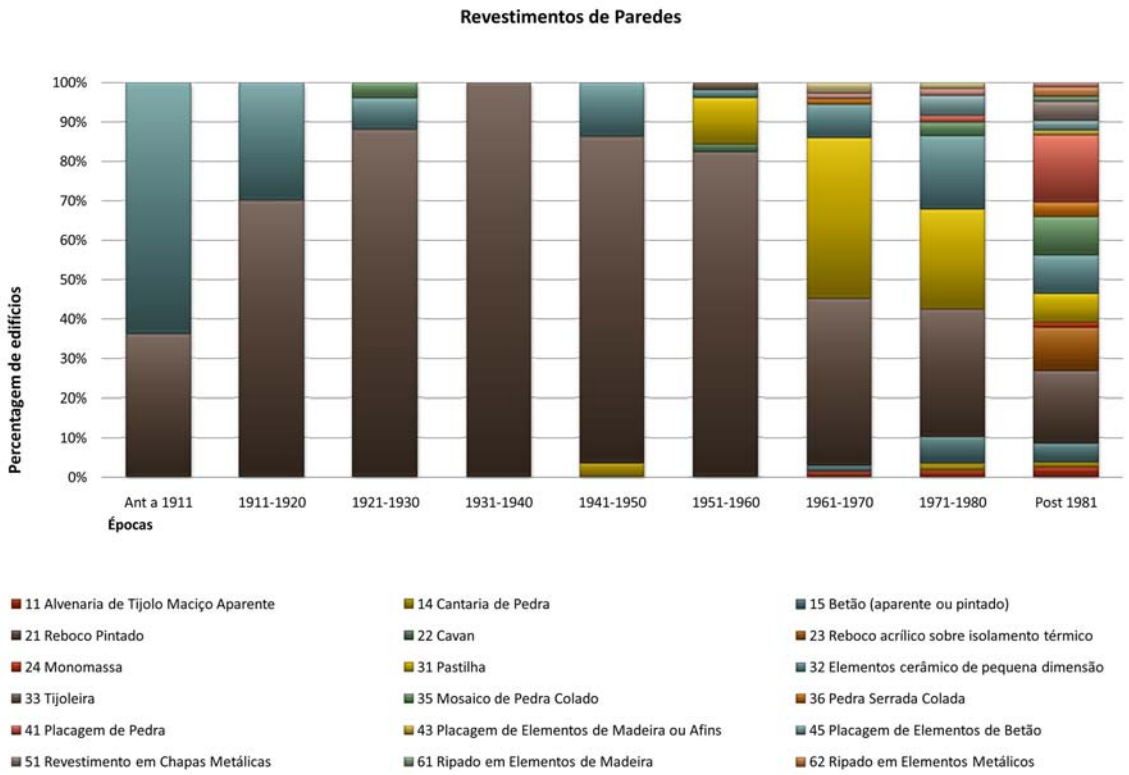


Fig.122 Revestimento de paredes por época. Área de análise.

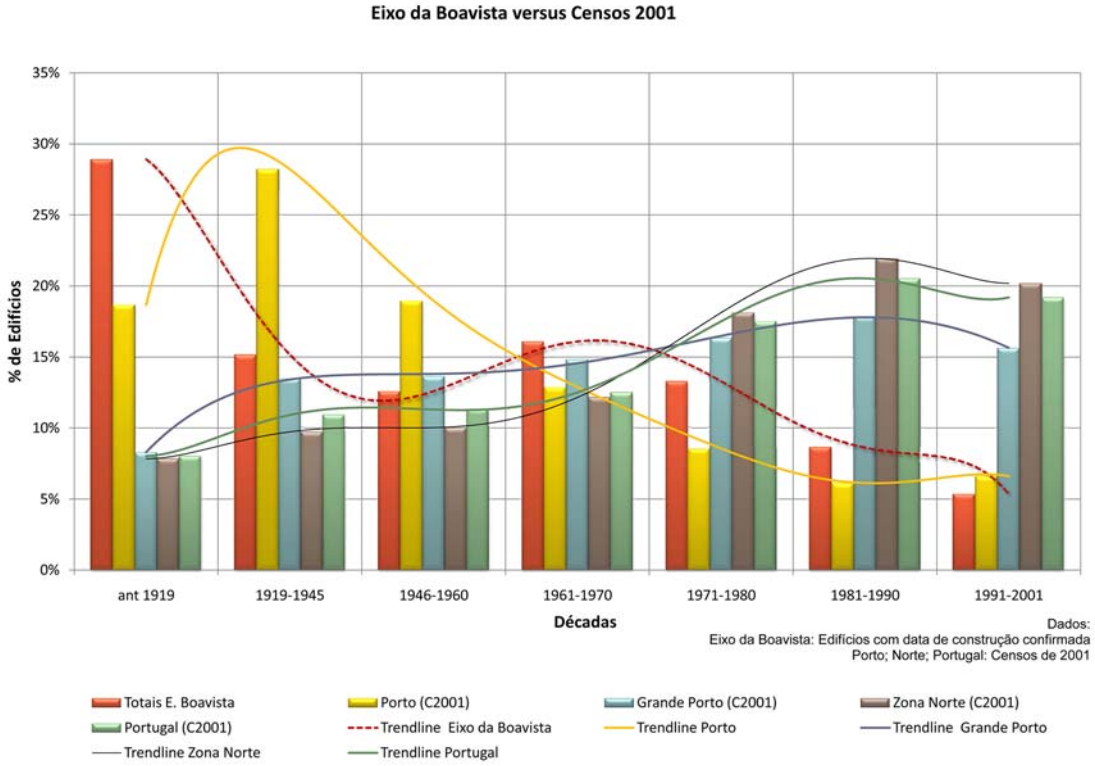


Fig.123 Comparação da área de análise com o Censo de 2001.

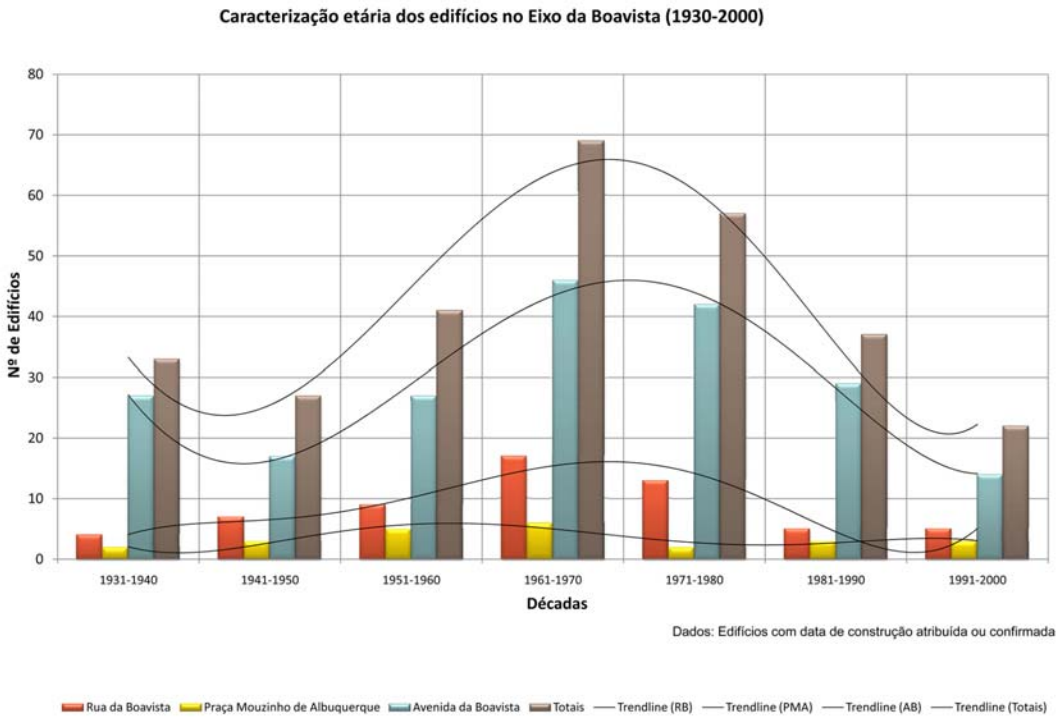


Fig.124 Época de Construção dos edifícios no eixo da Boavista. Valores absolutos. [1930-2000].
Dados referentes aos edifícios com datas de construção confirmada e/ou atribuída.

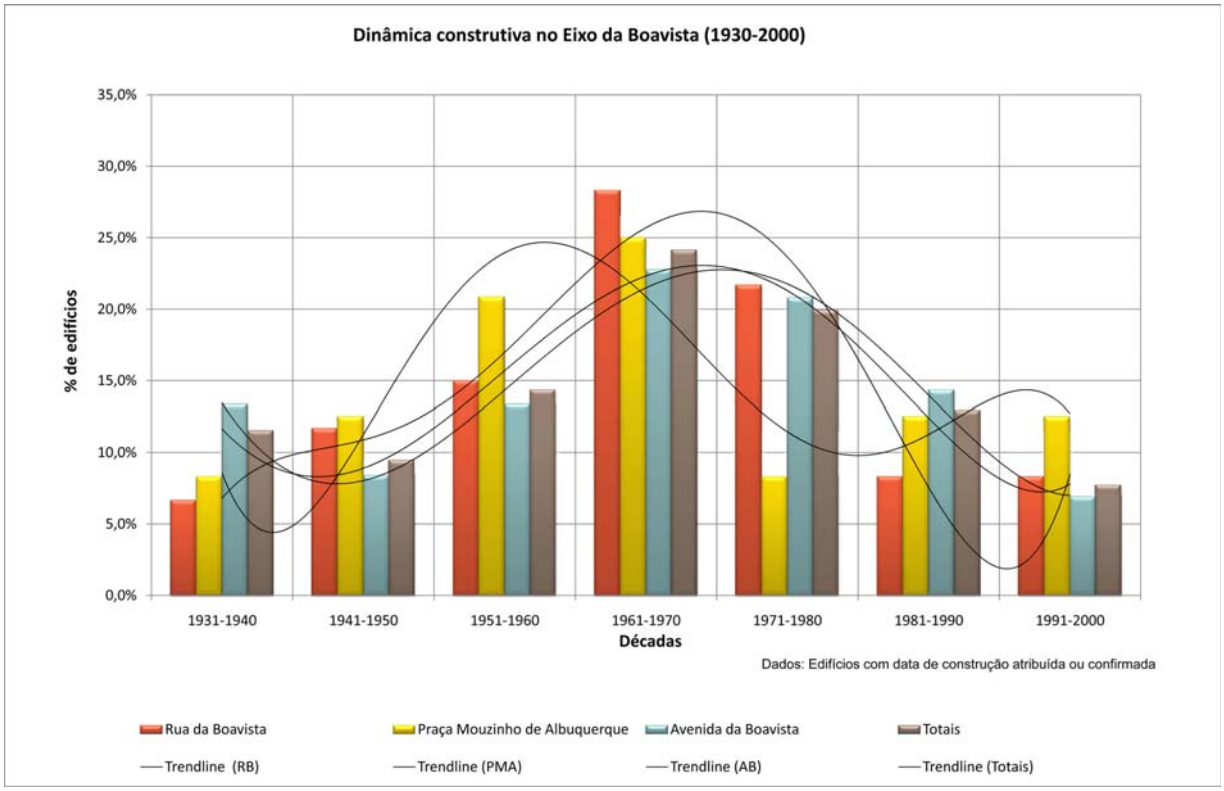


Fig.125 Dinâmica construtiva e faixa etária dos edifícios. Variação percentual. [1930-2000].
Comparação entre as três zonas da área inicial de análise. Dados referentes aos edifícios com datas de construção confirmada e/ou atribuída.

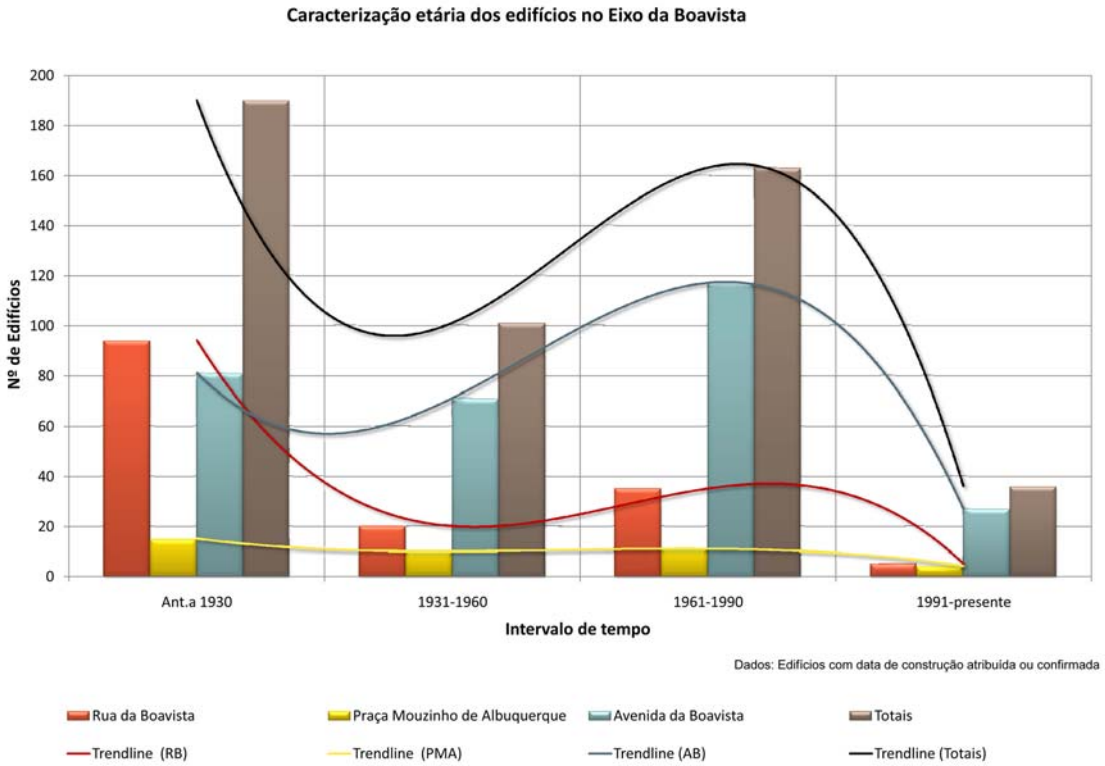


Fig.126 Época de Construção dos edifícios no eixo da Boavista. Valores absolutos. [Século XX].
Dados referentes aos edifícios com datas de construção confirmada e/ou atribuída.

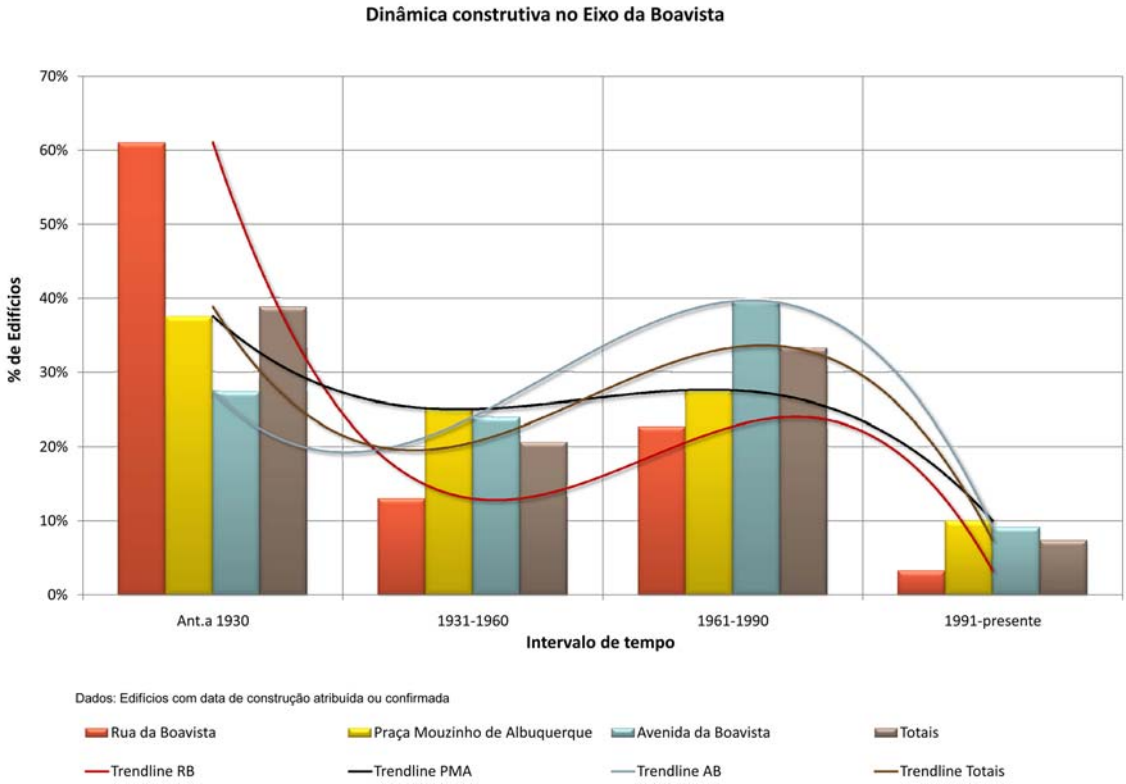


Fig.127 Caracterização etária da área em análise. Valores percentuais. [Século XIX - Século XXI].
Dados referentes aos edifícios com datas de construção confirmada e/ou atribuída.

Capítulo 1.6 - A consulta de licenças de obra

Neste capítulo será apresentada com maior detalhe a consulta efectuada aos processos de licença de obra existentes na CMPorto, quer no Arquivo Histórico, quer no Arquivo Geral.

No primeiro ponto (A) são clarificadas as diferenças na organização dos processos ao longo do tempo na Câmara do Porto, fazendo o seu enquadramento com a legislação nacional, e são elencadas as informações disponíveis, do ponto de vista construtivos, e outras condicionantes que se colocam na consulta. Uma primeira explicação tinha sido fornecida no Capítulo 1.2 quando se discutiram as fontes para a história da construção.

No segundo ponto (B) será explicada a metodologia seguida, resultado quer da forma de organização dos processos quer do que se pretendia obter com essa consulta. Explicita-se também o processo de escolha das licenças para consulta, e o método de recolha de informação.

No Ponto C é caracterizada a organização da base de dados que serviu para recolha dos elementos relativos aos processos de obras, para que o seu tratamento posterior pudesse ser simplificado e em alguns casos automatizado. São identificados os mecanismos que permitem a interligação entre a base de dados de consulta de licença de obra e a das fichas de levantamento.

No Ponto D é utilizada a sistematização de levantamento de dados para fazer análise estatística da preponderância de sistemas construtivos e materiais por épocas.

A. Organização e arquivo dos processos de licenças de obra. Cidade do Porto

A promulgação do primeiro Código Administrativo em 1836 veio estabelecer formalmente e legalmente as competências dos municípios, não estando contudo o licenciamento de obra explicitamente referido nas mesmas, apenas a capacidade de *"fazer posturas nos limites da Constituição, e das Leis para regular a polícia interior e bom regime do concelho"* (Portugal, 1836-12-31). Os códigos administrativos posteriores, além de reduzirem o número de municípios, e assim

garantirem maiores capacidades e meios de gestão aos mesmos, especificavam, a partir de 1842, que competia aos municípios promulgar posturas e regulamentos *"para regular o prospecto dos edifícios dentro das povoações"* (Portugal, 1842-03-18).

Porém, só a partir de 1864, com a publicação do Decreto de 31 de Dezembro aprovando o regulamento da polícia da viação pública (Portugal, 1864-12-31) começou a existir um referencial comum nacional para o licenciamento de obras, mais relacionado com a noção de domínio público e bem comum, que interferem com os direitos privados.

Mas alguns municípios, como Lisboa, Porto ou Braga, por condicionantes diferentes, já tinham a responsabilidade sobre o licenciamento de obras dentro da área urbana mesmo antes da própria legislação nacional o estabelecer.

No caso do Porto, os trabalhos de regularização e ampliação urbana encetados pela Junta de Obras Públicas estabeleceram os primeiros pressupostos de licenciamento de obras não apenas ligado a uma licença escrita, mas a um processo de aprovação de elementos desenhados de definição do edifício. Este é o aspecto que faz a separação entre os sistemas medievais de licenciamento da edificação, constituídos essencialmente por um pedido e uma autorização escrita de execução de trabalhos, e o início dos processos de licenciamento modernos, com a inclusão de elementos de projecto do edifício que permitem à edilidade pronunciar-se sobre questões de imagem pública, e posteriormente, também garantir as condições mínimas de habitabilidade que devem ser respeitadas pelos proprietários e construtores.

As licenças de obra correspondiam, na cidade do Porto, ao processo de licenciamento pelo município de edifícios de diversa índole, mas na sua maior parte, pertencentes a particulares e com uma predominância da função habitacional. Os edifícios pertença da igreja e das ordens religiosas não eram alvo de licença municipal até às décadas de quarenta/cinquenta do século XX e os que são pertença do governo central, ou organismos dependentes, apesar de não estarem rigorosamente isentos acabam por ser alvo de processos simplificados, correspondendo apenas a questões de inserção urbana e não a questões arquitectónicas, espaçais, construtivas e regulamentares.

Os primeiros licenciamentos de edifícios na Câmara Municipal do Porto, que estão arquivados nos livros de plantas de casas[110], eram apenas instruídos com um plano de alçado (planta de alçado como muitas vezes era designada) e não tinham qualquer representação da distribuição interna dos espaços. Este tipo de licenciamento vem na sequência dos trabalhos da Junta de Obras Públicas responsável pela regularidade do desenho urbano e de alçados das novas ruas abertas quer na cidade intra-muros, quer nas zonas de expansão. A forma de instrução dos processos de licença de obra começou a alterar-se a partir do último quartel do século XIX, mas nem sempre essa alteração foi correspondendo a uma valorização e aumento da informação fornecida, pelo menos da relevante no contexto do presente trabalho.

Até ao final do século XIX, um processo de licenciamento de um edifício, independentemente da complexidade do mesmo, era quase invariavelmente constituído por um desenho de alçado, com a representação nas cores

110. Os livros de plantas de casas agregam os licenciamentos entre 1784 e 1909. Correspondem a um arquivo posterior ao próprio início do licenciamento, mas anterior a 1909, por isso não têm nem uma organização cronológica, nem uma organização por ruas, mas corresponde a um misto entre os dois. Existe um conjunto de livros antigos, livros manuscritos, que servem de índice à série de livros de plantas de casas, identificando rua, requerente, pretensão e localização no volume de arquivo (volume e folha).

Aparentemente corresponde a uma organização encetada a meio do período de arquivo, que pega nas licenças mais antigas e encaderna-as por ruas e continua a partir dessa altura a mantê-las encadernadas por número e data de licença.

convencionais no caso de se tratar de uma remodelação (carmim para as novas construções, o que veio a evoluir para os actualmente designados por «vermelhos e amarelos», isto é construções e demolições), por uma memória descritiva onde eram referidos, de uma forma simples, os materiais de construção utilizados e algumas questões relacionadas com o saneamento (mais tarde as mesmas passaram a ser remetidas para uma memória descritiva-tipo, em formulário impresso). Em alguns casos, no processo poderia ser incluída uma planta, com a definição dos alinhamentos dos arruamentos, em implantações com mais complexidade, ou quando se colocavam questões de rectificação de arruamentos.

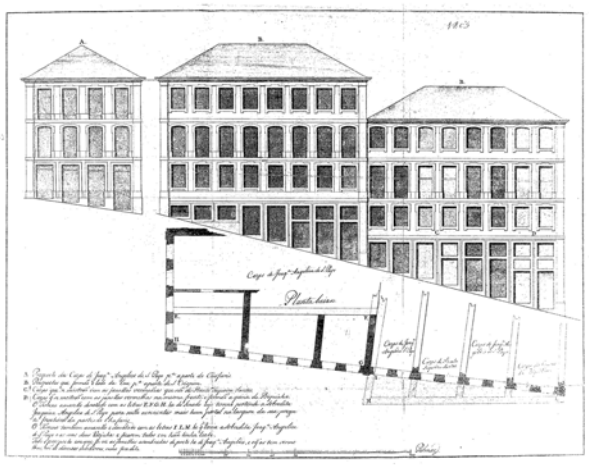


Fig.128 Processo de licenciamento, 1803.
Exemplo de uma situação, que para além do plano de alçados, foi apresentada uma planta parcial, para clarificar questões de alinhamentos.
(CMPorto, 1803:21)

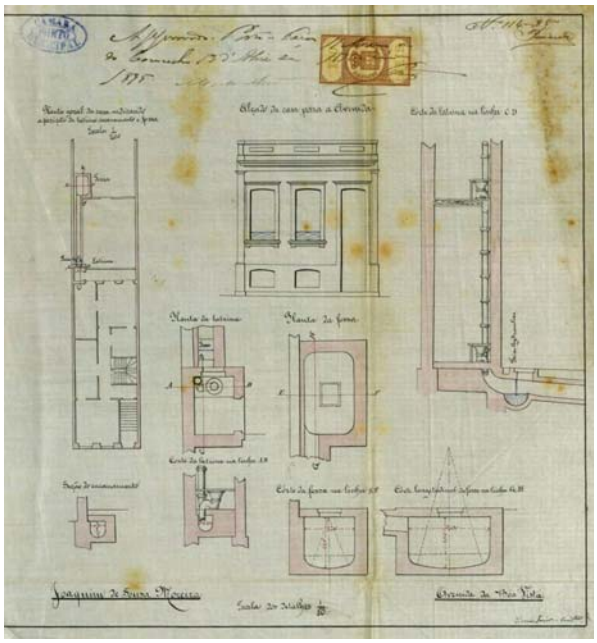


Fig.129 Processo de licenciamento, 1895.
As primeiras plantas que aparecem são notoriamente para esclarecer questões de saneamento e não de organização do espaço, arquitectura ou construção.
(CMPorto, 1895:26)

Nessa altura, a distribuição interna dos edifícios não era considerada para os efeitos do licenciamento. Existem contudo excepções, com a apresentação de projectos bem instruídos, incluindo mesmo planta de toscos, como os que António Cardoso Botelho subscreve para o Senhor José Miguel de Abreu, professor do Instituto Industrial e Comercial, na Rua de Marechal Saldanha (CMPorto & Botelho, 1900:37-47), e para o Senhor Manuel Maciel Dantas, na rua da Constituição (CMPorto & Botelho, 1900:323-328).

Para o estabelecimento inicial e organização do licenciamento municipal de obras particulares, a nível nacional, concorreram fundamentalmente três diplomas legais:

a) O já referido decreto de 31 de Dezembro de 1864 que estabelece normas a aplicar à edificação bem como a obrigatoriedade de *"submeter à aprovação do governo, pelo ministério das obras públicas, comércio e indústria, o respectivo projecto"* (Portugal, 1864-12-31), inicialmente apenas para a cidade de Lisboa, mas que a partir de 1867 seria aplicado à cidade do Porto, mas mantendo a respectiva câmara municipal a competência para *"dar as licenças para edificações e reedificações de edifícios"* (Portugal, 1867-07-02).



Fig.130 Fotografia actual da casa da Rua Marechal Saldanha.

(Silva, 2010)

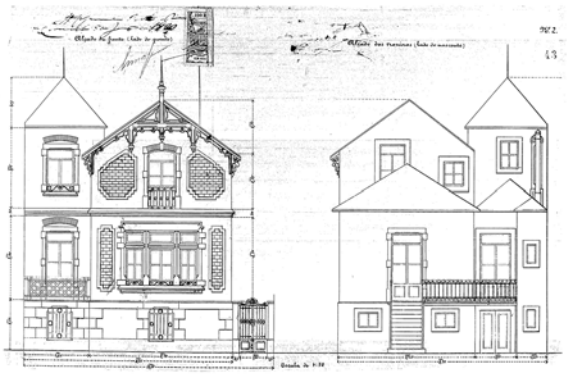


Fig.131 Alçados do projecto de licenciamento.

(CMPorto & Botelho, 1900a:43)

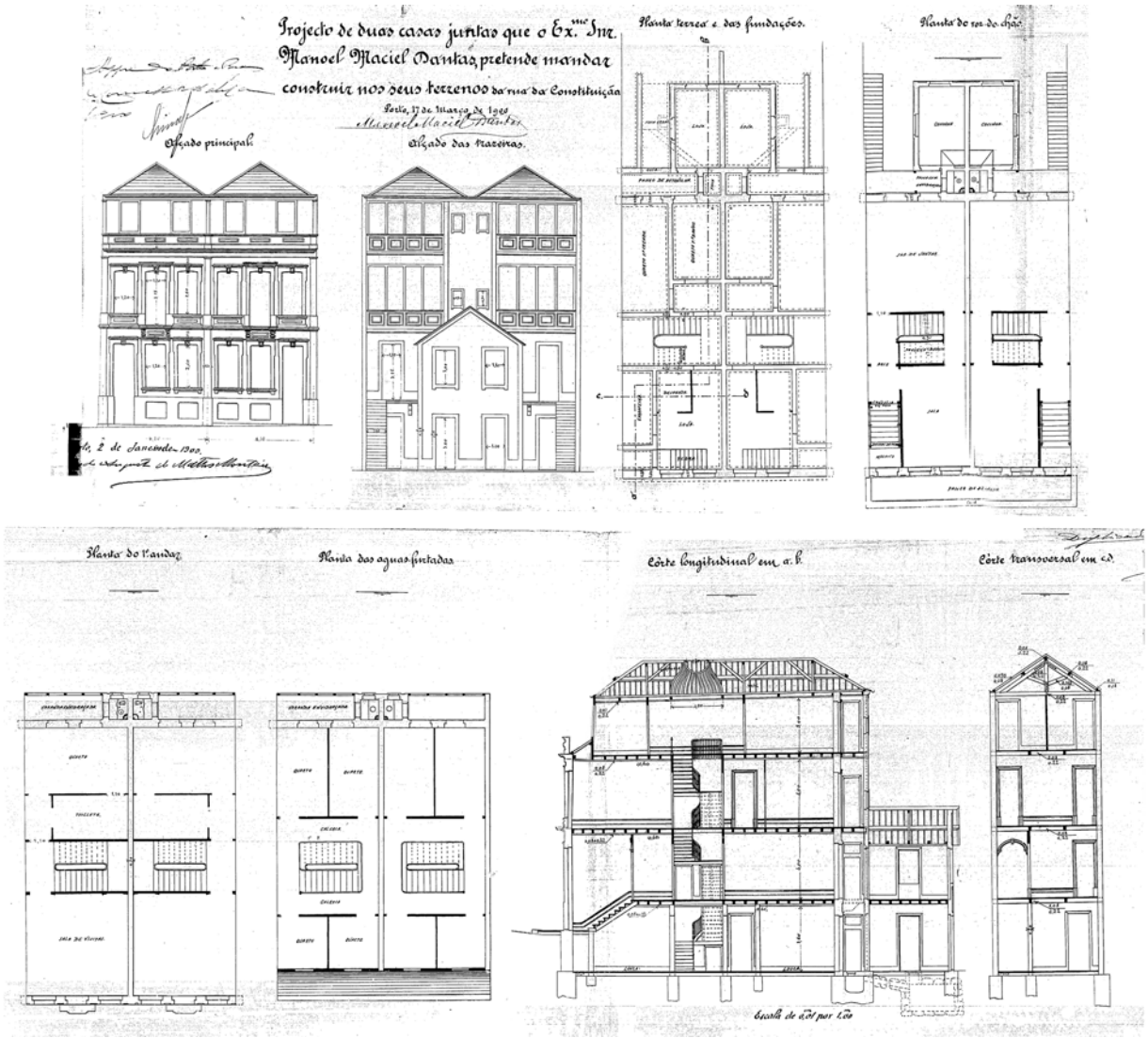


Fig.132 Projecto de licenciamento de duas casas na Rua da Constituição, 1900.

(CMPorto & Botelho, 1900b:327)

b) O decreto de 6 de Junho de 1895 (Portugal, 1895-06-06), relativo à segurança de operários nos trabalhos de construções civis, que determina, em primeiro lugar que, nenhuma obra se poderá executar sem o respectivo projecto previamente aprovado, e em segundo lugar, que toda a obra deverá ter à *"testa dela e por ela responsável"* um técnico habilitado. Este decreto tem aplicação em todo país.

c) E o mais importante, o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [RSEU], aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903 (Portugal, 1903-02-14), que estabelece exigências de salubridade, segurança e desafogo urbano que os edifícios devem respeitar, com implicações directas na forma de construir. No município do Porto essas descrições passam a estar explícitas na maior parte das memórias e nas folhas internas de movimento de processo, contribuindo para a caracterização construtiva do edificado.

Em função destes diplomas, das próprias posturas municipais (CMPorto, 1905, 1924) e posteriores regulamentos de obras particulares (CMPorto, 1929), os processos de licenciamento na Câmara Municipal do Porto, organizam-se da seguinte forma, no início do século XX:

a) Requerimento onde se identifica a pretensão, a localização do terreno ou imóvel, e o requerente. Até sensivelmente ao final da década de vinte, o requerente pode ser, indistintamente, o dono de obra, ou o construtor que a irá executar.

b) Termo de responsabilidade pela segurança de operários, nos termos do art.º 6º do já citado decreto de 6 de Junho de 1895. Nas primeiras décadas nem sempre este termo existe, mesmo quando são obras a ele obrigadas (ou o termo não foi arquivado com o processo, pois o que conseguimos saber é que o mesmo não chegou aos nossos dias). Sendo um termo pela segurança de operários, e não pela conformidade do próprio projecto, nas primeiras duas décadas do século é geralmente subscrito pelo mestre-de-obras responsável pela execução das mesmas, sendo por isso pouco operativo para a atribuição de autorias do projecto de arquitectura. Por comparação de caligrafias entre assinaturas do termo de responsabilidade, memórias descritivas, e notas nas partes desenhadas, é possível verificar que os projectos e respectivas memórias não são feitos pelo mestre-de-obras, mas por terceiros nunca identificados em todo o processo.

c) Memória onde se descreve sucintamente o edifício, os trabalhos a executar e os materiais com que é executado. O nível de informação constante nas memórias descritivas é muito assimétrico, quer em função dos técnicos que as executam, quer em função das diferentes épocas. De referir que algumas exigências construtivas relacionadas com saneamento, explícitas nas memórias descritivas nas décadas iniciais, por uma questão de simplificação de procedimentos, passam a fazer parte de uma memória descritiva pré-impressa, apenas assinada pelo técnico.

d) Elementos desenhados constituídos por plantas, cortes e alçados, e esquemas de saneamento, tudo à escala 1/100. Mais uma vez a qualidade, o rigor, e o nível de informação constante nas peças desenhadas é muito díspar entre projectos, mas estranhamente verificando-se maior qualidade e informação em projectos do final do séc. XIX, primeiros anos do séc. XX, do que em projectos apresentados 10 a 20 anos depois.

No Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP] estão arquivados os processos de licenciamento desde 1784 até 1938 e no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto [CMPorto-AG] estão guardados os processos a partir dessa data até à actualidade. Os processos de licenças de obra do AHMP estão agrupados por volumes. Dividem-se em série 7, Plantas de Casas e série 9, licenças de obras.

Tabela 34: Instrução dos processos de licença de obras na CMPorto segundo as épocas

Data	Elementos Obrigatórios	Elementos Usuais	Notas
Anterior a 1895		1. Requerimento; 2 - Alçado da Rua; 3. Planta, apenas quando existem questões de alinhamentos. Interior não é representado.	
1895	1.Requerimento; 2. Termo de responsabilidade pela segurança de operários.	1. Requerimento 2. Termo de responsabilidade pela segurança de operários 3. Alçados 4. Plantas 5. Cortes	Decreto de 6 Junho de 1895
1905	1. Requerimento; 2. Termo de responsabilidade pela segurança de operários; 3. Memória descritiva; 4. Alçados exteriores (Esc. 1/100); 5. Planta de cada pavimento (Esc. 1/100); 6. Cortes verticais (Esc. 1/100).	De acordo com os elementos obrigatórios, acrescentando-se: - Memória Descritiva de saneamento em formulário pré-impresso e assinado, em substituição da inclusão desses elementos na Memória Descritiva; - Folha de conformidade do processo com o Regulamento de 1903 e as Posturas municipais (a partir da década de dez).	Código de posturas de 1905
1924	1. Requerimento; 2. Termo de responsabilidade por técnico habilitado para a construção civil; 3. Planta topográfica do terreno Esc. 1/1000); 4. Planta dos diversos andares incluindo as canalizações e telhados (Esc.1/100); 5. Cortes transversais e longitudinais incluindo escadas, madeiramentos e canalizações (Esc.1/100); 6. Alçados principais, posteriores e laterais da edificação, (Esc.1/100 ou superior); 7. Memória descritiva e justificativa, separada dos desenhos, na qual se mencionem os materiais empregados e, pelo menos, as alturas, dimensões e secções das principais peças de estrutura, de maneira a poder julgar-se da solidez da construção; 8. Cálculo especificado de todas as partes da construção que se projectem em cimento armado.	De acordo com os elementos obrigatórios.	Lei nº 1670/ Postura sobre obras particulares
1929	Separação das licenças em nove categorias distintas, sendo a instrução dos processos diferente consoante a categoria. Para construção nova (5ª e 6ª categorias) os elementos são os seguintes: 1. Requerimento; 2. Memória descritiva; 3. Cálculos de resistência dos materiais e cimento armado, quando necessários; 4. Planta topográfica; 5. Planta de cada pavimento; 6. Alçados, cortes e mais detalhes necessários, tudo em escala não inferior a 1/100; 7. Projecto completo de saneamento (se houver instalações sanitárias e nos locais onde passe o respectivo colector); 8. Projecto de fossa e respectivas canalizações (nos locais onde não exista colector).	De acordo com os elementos obrigatórios.	Regulamento de Obras Particulares
1970	Decreto é sobre questões de prazos processuais. Alteração: 1.Termo de Responsabilidade em como "se observaram as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as disposições regulamentares aplicáveis, designadamente sobre fundações, paredes, pavimentos e coberturas, comunicações verticais, dimensão mínima dos aposentos, iluminação, arejamento, abastecimento de água, instalações eléctricas, sanitárias e esgotos".		Decreto-lei nº 166/70: Reforma do Licenciamento Municipal de Obras Particulares
1991	Decreto disponível em www.dre.pt		Decreto-lei n.º 445/1991
1999/2000	Decreto disponível em www.dre.pt		Decreto-lei nº 555/99 alterado pelo decreto-lei nºs 217/2000

A série 7, pode dividir-se em duas fases, uma até 1852 e outra posteriormente a essa data. Até 1852, os volumes correspondem a encadernamentos posteriores, pelo que na maior parte das vezes os edifícios estão agrupados por arruamentos e não por datas, ou por uma mistura pouco lógica, entre localização, época de licenciamento, desenhos e pareceres ou requerimentos escritos. A partir de sensivelmente 1852, a organização dos volumes passa a ser mais sistemática, alguns dos volumes passam a incluir um índice no início com a listagem de todas as licenças, havendo mesmo alguns que identificam, em folha de rosto, o ano e volume a que se referem (até 1900 um ano estava geralmente dividido em 4 volumes). O número de licenças por volume da série 7 é muito variável, não sendo os elementos mais antigos identificados por um número de licença. Para os livros de plantas da série 7 existem têS volumes de índices manuscritos, disponíveis em fotocópia, elaborados pelos serviços da Câmara Municipal do Porto para sua própria organização, trabalho que deve ter sido iniciado na segunda metade do século XIX e depois mantido actualizado até à mudança de sistema de arquivo e série.

A série 9, que se iniciou em 1909, está organizada consecutivamente por número de licença e contém em média 50 licenças (mas que pode facilmente oscilar entre as 10 e as 60) por volume, que corresponde já a um fraccionamento dos volumes originais, para facilitar manuseamento e conservação.

Este arquivo não diferencia o tipo de licença, isto é, as licenças correspondem não apenas a *"Construção, reconstrução, parcial ou total, ampliação e redução de casas"* (CMPorto, 1929), como também a todas as pequenas obras, reparações, construções de muros, jazigos, etc.

Tabela 35: Volumes de Licenças de obra existentes no AHMP

	Nº de volumes c)	Posteriores a 1900	Nº do volume / livro b)
Série 7 (Plantas de Casa)	219	60	
Série 9 (Licenças de Obra) a)	980	980	
Volumes em falta			863 e 864 (1937)
			868 (1938)
Salto de numeração			Livro 468 (1927) b)

Notas:
a) Mudança de numeração e organização é feita no ano de 1908/09.
b) Cada livro do arquivo original foi transformado em dois volumes na passagem para o Arquivo Histórico.
c) O número de licenças por volume é variável em função da complexidade da licença. Geralmente oscila entre as 30 e as 50 licenças, mas existem volumes com menos ou com mais.

O período entre 1900 e 1938 corresponde a 1040 volumes disponíveis para consulta, existindo três volumes perdidos relativos aos anos de 1937 e 1938 (ver Tabela 35). Apesar de cada volume ter em média 50 licenças, uma percentagem relativamente elevada corresponde às chamadas «licenças de segunda categoria[111]», isto é correspondendo a obras de remodelação, beneficiação ou conservação de imóveis, pelo que os pedidos são apenas instruídos com um Requerimento e, em alguns casos, também com um Termo de Responsabilidade pela Segurança de Operários, nos termos da lei de 1895. Estes processos de pequenas beneficiações não dão qualquer informação sobre materiais e sistemas utilizados pelo que não foram de utilidade para o presente estudo.

111.A separação das licenças por diferentes categorias começa a ser feita, na CMPorto, a partir de 1924, com a publicação do Regulamento de Obras Particulares. Anteriormente a essa data apesar de não haver uma classificação explícita das licenças, existia uma separação por natureza de trabalhos que tinham influência na forma de instrução dos pedidos.

No Arquivo Geral as licenças estão guardadas em processos individuais, com um ou mais volumes, dependendo da complexidade do processo e projecto. O local de arquivo é deslocado do local de consulta.

B. Metodologia geral e pressupostos de consulta

A consulta de licenças de obras acabou por incidir de uma forma mais sistemática nos processos até 1938, e de uma forma mais cirúrgica, nos processos a partir dessa data. Os motivos são fáceis de explicar, até 1938 as licenças estão disponíveis no Arquivo Histórico em volumes que englobam várias licenças, facilmente acessíveis no momento. Posteriormente a essa data, o sistema de arquivo da CMPorto foi alterado (motivado também pelo aumento de complexidade dos processos), e os projectos são arquivados em volumes individuais, ou conjuntos de volumes (que podem ir além das duas dezenas para um único processo) e que se encontram à guarda do Arquivo Geral. Para proceder à consulta de processos do Arquivo Geral é necessário fazer um requerimento para que os mesmos sejam trazidos para o Arquivo Histórico, as suas folhas numeradas, e só então ficam disponíveis para consulta. Alguns destes processos não são de fácil localização no AG porque entretanto quer a denominação das ruas, quer a numeração de portas foi alterada[112]. Outros processos não estão disponíveis para consulta porque se encontram «em trânsito» entre diferentes repartições e gabinetes, e não se consegue a localização exacta do mesmo. Outros ainda, apesar de também estarem «em trânsito», isto é, com o processo por encerrar, estão localizáveis, pelo que é possível fazer a sua consulta no Gabinete do Munícipe, mas não no Arquivo Histórico. O Gabinete do Munícipe não está vocacionado para pesquisa, e só a boa vontade de algum funcionário permite o empréstimo de algum canto de secretária para tentar abrir o processo e tomar os necessários apontamentos.

Desta explicação compreende-se facilmente que se tenha optado por fazer um tratamento diferenciado dos processos antes e depois de 1938, levando a estudo mais extensivo e sistemático para as primeiras décadas do século, e uma análise de casos específicos, para as restantes.

A sistematização da consulta foi também avalizando esta escolha, pelo reconhecimento da evolução das características do licenciamento, mesmo sem qualquer alteração legal. Os processos até à década de quarenta são muito mais ricos em informação sobre a forma de construção do que os projectos consultados a partir dessa altura. Uma das explicações que se apresenta como lógica, é o facto de inicialmente a totalidade do processo estar cometida a uma mesma pessoa (arquitecto, engenheiro ou mestre-de-obras) que descrevia a obra na sua totalidade, e posteriormente, primeiro com a introdução do projecto de betão armado, e mais tarde com as outras especialidades, a responsabilidade passa a ser dividida, e com isso perde-se em clareza, integração e quantidade de informação.

---

112. Por esse motivo são incluídos, no Anexo 3, dois conjuntos de listagens. Uma correspondente à toponímia alterada durante o século XIX e século XX na zona alargada de análise. E uma segunda correspondente a um quadro de conversão da numeração de portas da Rua da Boavista, quando a mesma passa a usar o sistema de numeração métrica.

Na numeração métrica o número da porta corresponde sensivelmente à distância, em metros, desde o início da rua. A numeração é crescente de Nascente para Poente, e de Sul para Norte (ou a partir do Douro, noutra perspectiva). No caso da Rua da Boavista, a numeração par localiza-se do lado direito da rua, no sentido da numeração crescente.

Nesta investigação, quando foi iniciada a consulta de licenças de obra, a mesma destinava-se apenas a obter mais elementos sobre os edifícios específicos a estudar, partindo de uma primeira escolha feita a partir das fichas de levantamento. A percepção que outros trabalhos poderiam ser feitos, ou que outras informações importantes poderiam ser obtidas, e que uma consulta mais sistemática permitiria reunir dados importantes para uma gestão estratégica do património, foi algo que foi tomando corpo durante o trabalho.

Tendo em conta essa constatação, os pressupostos iniciais de consulta foram alargados, as fichas de leitura simples foram transformadas em bases de dados que permitiriam agora, durante esta tese, ou mais tarde, trabalhar essa informação da forma mais operativa em cada altura, ou situação específica. O programa escolhido para a elaboração desse conjunto de bases de dados interligadas foi o *Microsoft Access*, pela robustez superior à do *Filemaker* (neste caso a disponibilização de imagens em tempo real não era importante), pelas ferramentas de análise de que dispõe, e pela possibilidade de exportação dos dados para outras bases de dados ou ficheiros de trabalho, permitindo, eventualmente numa fase ulterior à deste trabalho, a sua transposição para uma plataforma dedicada.

Assim, a base de dados de consulta de licenças de obra não foi pensada à partida (como a base de dados de fichas de levantamento) mas foi uma ferramenta que foi evoluindo à medida que o trabalho avançava, se descobriam novas potencialidades para a informação, ou mais informação a recolher que requeria a criação de novos campos. Essa é uma das razões pelas quais nas fichas de consulta nem todos os campos estão preenchidos. Em alguns casos, quando era efectivamente importante, foi feita segunda consulta para o preenchimento destes campos, mas na grande parte dos casos não existiu tempo que o permitisse. O facto de não considerarmos este trabalho encerrado, quer porque o manancial do Arquivo Histórico é imenso, quer porque continua a existir interesse em aprofundar estas análises, leva a que esse preenchimento possa ser concluído, e mesmo reforçado com outros campos, numa sequência desta investigação.

B.1. Escolha e Consulta dos processos de licença de obra

Foram consultadas licenças entre o final do século XIX e primeira década do século XXI, correspondendo a pouco mais de 2000 licenças.

A escolha das licenças a consultar foi feita de duas formas distintas e complementares:

- A partir do conhecimento da área em análise foi (sendo) feita uma escolha de edifícios que eventualmente pudessem ter interesse para o estudo. Essa determinação do interesse é muito parcial e subjectiva, pois, na generalidade dos casos, baseia-se unicamente na observação da fachada do edifício. Edifícios de «reconhecido interesse» na história da arquitectura de Portugal e do Porto, por serem referenciados na bibliografia da área, são incluídos nesta escolha;
- A partir das reduzidas funcionalidades de pesquisa do catálogo digital existente no AHMP (para datas até 1938), foi feita a escolha dos edifícios situados dentro da área em análise e no período em estudo, que correspondam a edificação nova ou a grandes remodelações[113].

Após a primeira escolha dos edifícios a consultar, a metodologia de consulta encetada foi a seguinte:

- Consulta dos processos dos edifícios anteriormente escolhidos, inseridos na zona inicial de análise, ou na zona alargada. Elaboração de ficha de caracterização do edifício. O facto de o catálogo estar bastante incompleto,

muitas vezes com o campo do arruamento, ou do número de polícia em branco, dificulta a localização dos processos;

- Consulta sistemática e integral dos volumes onde as licenças dos edifícios anteriores estão inseridas, aproveitando o facto de ter solicitado o volume para consulta;
- Consulta com mais detalhe, nos volumes anteriores, de edifícios projectados por arquitectos/outros técnicos que fossem projectistas de outros edifícios dentro da área em análise, para permitir fazer comparações. Elaboração de ficha de consulta e caracterização do edifício;
- Consulta com mais detalhe de edifícios projectados por arquitectos mais (re)conhecidos.

Este tipo de estudo, mais abrangente e menos dirigido para a área de análise definida, permitiu um conhecimento da forma usual de construir em diferentes épocas, os materiais mais utilizados e até, em alguns casos, formas próprias de representar os edifícios, ou de construir de diferentes técnicos.

Durante a investigação para o presente trabalho foram consultados os seguintes processos de licenças de obras, separados por anos, na forma que se apresenta no quadro seguinte:

Tabela 36: Licenças de obra consultadas no AHMP

Intervalo de Anos	Volumes Consultados	Licenças Consultadas	Com interesse directo para o trabalho
Até 1900	3	378	13
1900-1910	3	215	28
1911-1920	6	294	46
1921-1930	10	494	52
1931-1938	26	687	231
Totais	48	2068	370[a]

a.Dados a 01-04-2010

Das 2068 licenças consultadas, 22% correspondem efectivamente a licenças de construção, remodelação ou ampliação de edifícios, instruídas com peças desenhadas e escritas, e consequentemente com informação sobre materiais e sistemas construtivos que pode ser usada no presente trabalho. A maior incidência de levantamento de casos centrou-se na década de trinta, correspondendo à constatação, ao longo do tempo de pesquisa, de que até ao final da década de vinte não existe praticamente alteração da forma de construir. Na década de trinta começam a evidenciar-se as transformações, não só pela crescente entrada do betão armado na construção, mas também porque

113. A base de dados/catálogo das licenças de obras depositadas no AHMP disponível para pesquisa pública está bastante incompleta. Na maior parte dos casos não está disponível nem o número de polícia nem a indicação do técnico responsável. Algumas vezes nem a rua. O sistema de pesquisa é de reduzida funcionalidade, só pode ser visto ficha a ficha e não permite a pesquisa simultânea em vários campos, nem pesquisa dentro dos resultados da pesquisa anterior. Nem mesmo a exportação dos dados em formato digital ou analógico. Isto é um problema quando se tenta encontrar um edifício específico, mas é menos grave quando se está à procura de edifícios em determinada rua. De salientar que um dos arruamentos escolhidos, a Avenida da Boavista pela sua dimensão (quase 6 km de extensão), torna qualquer pesquisa que tenha que ser vista campo a campo e não por listagem, extremamente morosa.

é a partir desta altura que papel dos arquitectos (e dos engenheiros) no processo de licenciamento surge reforçado, quer pelas alterações legislativas relativas ao licenciamento municipal de obras (Portugal, 1924-09-15), quer pela própria reforma do ensino da arquitectura e acesso à profissão de arquitecto (Portugal, 1931-05-20).

Tabela 37: Relação entre as fichas de levantamento e as licenças de obra consultadas

	Avenida da Boavista	Praça Mouzinho de Albuquerque	Rua da Boavista	Total 1	Restante área em análise	Total 2	Fora da área em análise	Totais gerais
Fichas de levantamento	317	40	162	519	358	877	15	892
Fichas de Licenças de obra	59	4	26	89	70	159	293	452
Outros processos de obra/projectos	3[a]	0	1[b]	4	4[c]	8	0	8[d]

a. Edifício Oceanus; Edifício do Banco de Macau; Edifícios Malaca;

b.Bloco da Carvalhosa;

c.Edifício Parnaso; Sede da Segurança Social; Edifício da STDM; Complexo Mota Galiza;

d.Dados a 23 de Março de 2010

Tabela 38: Número total de licenças consultadas e com interesse para o trabalho

	Consultadas		
	Não elaborada ficha	Elaborada Ficha	
		Arquivo Histórico	Arquivo Geral
Até 1900	365	13	
1900-1910	187	28	
1911-1920	248	46	
1921-1930	442	52	
1931-1940	456	231	14
1941-1950			15
1951-1960			21
1961-1970			9
1971-1980			6
1981-1990			7
1991-2000			10
Totais	1698	370	82

Apesar de já existir um conjunto de livros de licença de obra digitalizados integral ou parcialmente, a consulta a partir da base digital é muito mais demorada e difícil do que a partir do original. A razão principal prende-se com a idade do hardware disponível no Arquivo Histórico, principalmente os monitores de baixa resolução que não permitem a visão do documento A4 por inteiro e ao mesmo tempo a sua leitura.

C. Definição da base de dados usada para a consulta de licenças de obras

A base de dados de consulta de licença de obras, estrutura-se logo à partida num sistema interligado de tabelas e formulários, que permitem por um lado facilitar o preenchimento e por outro lado filtrar rapidamente a informação para uma consulta rápida ou para localização de um processo.

Tal como na base de dados de fichas de levantamento, os campos de preenchimento estruturam-se em três níveis: elementos imprescindíveis para a localização do processo; elementos de caracterização do edifício e do processo; informações complementares. Embora essa estruturação se tenha mantido entre as duas bases, os pressupostos diferentes das duas levam a que a obrigatoriedade do seu preenchimento seja variável.

Tabela 39: Estrutura base da informação recolhida

Nível de informação	Tipo de informação	Tipo de preenchimento
1º Nível	Identificação do processo ou do edifício (ou de ambos).	Necessária para uma identificação inicial. Preenchimento obrigatório. Mas como existe informação redundante por formas complementares de identificação, desde que pelo menos um conjunto de campos seja preenchido, é suficiente. Também como foram retidas referências para uso futuro, mas logo à partida assumido que não seriam usadas no presente trabalho, nesses casos deixou-se apenas a informação para a sua localização, o os elementos de caracterização que despoletaram o interesse, sem preocupação de completar o preenchimento da ficha.
2º Nível	Necessária para a caracterização geral do edifício	Caracterização, tendo em conta os pressupostos de análise Este preenchimento é obrigatório ou facultativo dependendo da localização do edifício (dentro ou fora da área de análise).
3º Nível	Informações complementares "Memo fields"	Complementar, informações que podem não ser determinantes para os pressupostos de análise. Preenchimento facultativo, sendo visto edifício a edifício. Ao contrário dos campos de dados com dimensão máxima de 256 caracteres, que são indexáveis e pesquisáveis, os campos de texto para transcrições, notas, apontamentos diversos não têm limite de tamanho, mas também não são susceptíveis de pesquisa ou tratamento estatístico.

Na pesquisa de licenças de obras, os campos mais importantes são os referentes à datação do imóvel, identificação de equipa técnica e a caracterização construtiva do edifício, designadamente da sua estrutura resistente vertical e horizontal, composição das paredes exteriores e interiores, estrutura de coberturas, e sistemas de protecção à humidade em fundações, paredes e coberturas. Existem também campos de texto para transcrição de dados de memórias descritivas, cálculos, ou movimento do processo, que pela sua natureza e dimensão não são passíveis de tratamento estatístico, mas que contribuem para o conhecimento geral sobre a forma de edificar em diferentes épocas.

Para sistematização do tipo de informação recolhida, para que depois fosse possível agrupar os edifícios para tratamento estatísticos, recorreu-se a formulários auxiliares, por exemplo para a definição dos diversos tipos de acabamento, para que questões de linguagem, ou gralhas de preenchimento, não determinassem como diferentes dois dados que efectivamente eram similares. Criou-se uma sequência de tabelas que não estando interligadas com a tabela de licenças de obra, são por ela usadas para auxílio de preenchimento, através de «*combo box*».

As tabelas auxiliares de preenchimento da base de dados de licenças de obras, para a caracterização construtiva dos edifícios são a que se mostram na Figura 133.

Os campos que foram definidos para tratamento estatístico posterior foram os referentes à caracterização construtiva. Numa primeira fase tinha-se optado por um preenchimento da caracterização em campos de texto, mas à

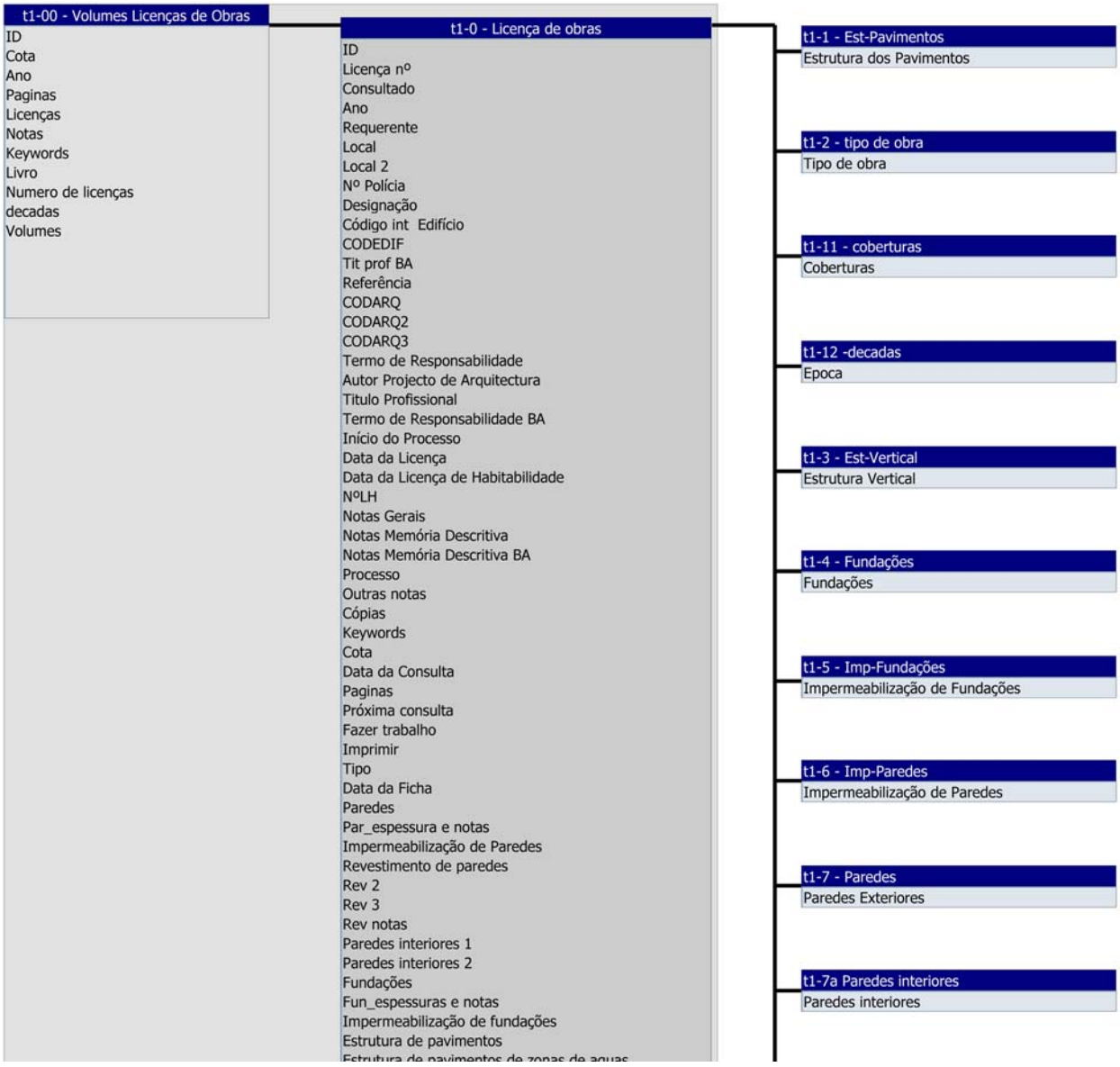


Fig.133 Ligação entre tabelas para o preenchimento das fichas de consulta de licenças de obra.

medida que a base de dados ia crescendo (em 2010 tinha 722 fichas) e se optava por um trabalho de investigação extensivo em vez de focalizado em edifícios específicos (o que se fez apenas na segunda parte do estudo) a questão de uma caracterização construtiva de rápido preenchimento e mais fácil tratamento colocava-se.

Assim, em vez de campos de texto simples optou-se por campos combinados, que podem ir buscar a informação pré-definida a uma outra tabela, mas que também permitem a colocação de anotações.

Os campos escolhidos para a caracterização construtiva foram para além do que era a ideia inicial do trabalho, de se centrar nos materiais de revestimento do edifício. Sem querer significar que se estivesse a alargar o âmbito da análise naquela fase, parecia um contra-senso não aproveitar a consulta das licenças para recolha de mais informações.

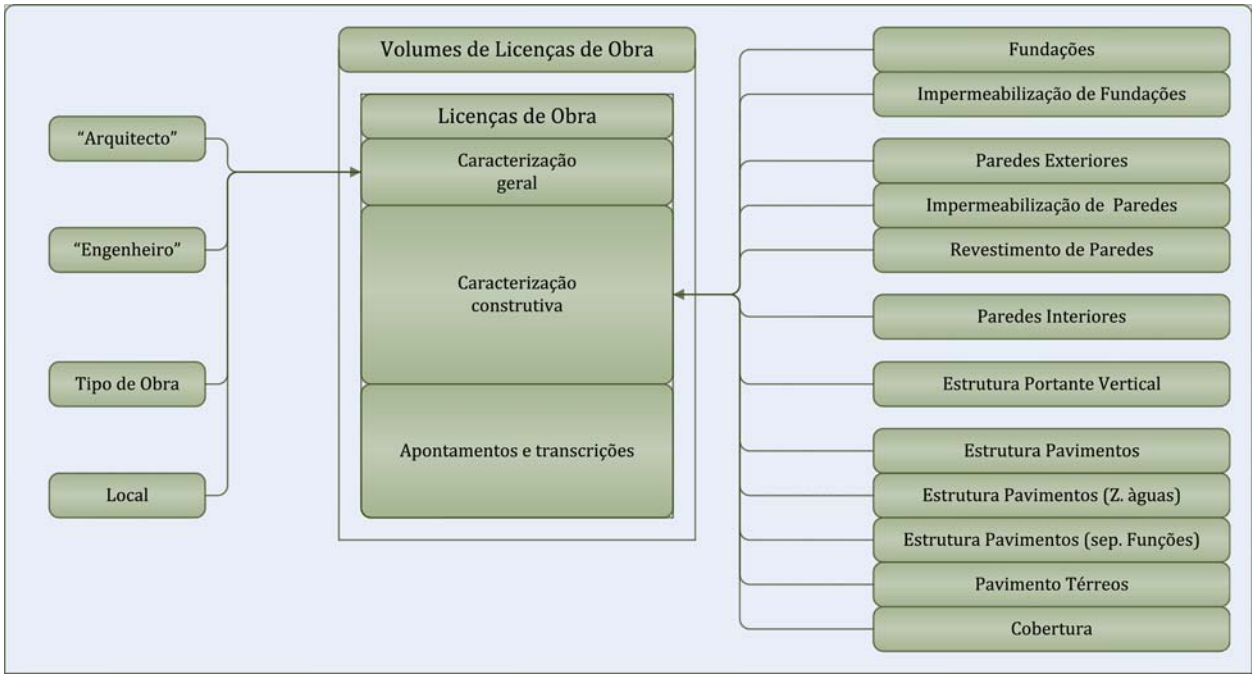


Fig.134 Esquema de ligação entre os formulários principais e auxiliares.

Assim estruturou-se a informação do modo que se apresentou na Tabela 11 (Capítulo 1.5), de que resultaram os campos de preenchimento da Tabela 40.

Uma das dificuldades sentidas ao estabelecer os campos para caracterização construtiva foi a adequação dos mesmos a edifícios de épocas muito distintas como sejam o final do século XIX e a actualidade, com formas de edificar e materiais de construção muito diversos.

Ao que se chegou foi a uma grelha de consenso, que permitisse, entre os campos de preenchimento «automático» e os campos de notas, ter informação suficientemente sintética para permitir o tratamento estatístico, e suficientemente detalhada, para em cada edifício ser possível saber como o mesmo tinha sido projectado, na consulta da sua ficha.

Os campos para recolha alargada de informação, isto é, campos de texto que não estão limitados aos 256 caracteres determinados pelo código binário usado na programação, servem para transcrições de partes do processo, ou para observações ao próprio processo. O seu número foi aumentado ao longo da consulta das licenças porque se chegou à conclusão que para uma análise posterior, a separação por temas facilitaria a comparação.

Temos assim uma sequência de campos de texto, onde nesta altura está arquivada mais informação do que aquela que conseguiu ser tratada no âmbito desta investigação, mas que não é passível de tratamento estatístico, e campos de preenchimento rápido que nos permitem apreender globalmente a informação recolhida.

A partir do momento que se passou de fichas de consulta à elaboração de uma base de dados assumiu-se que a mesma deveria, e iria servir, para mais do que apenas esta investigação. O fascínio pela investigação em história da construção está solto, e este estudo serviu para (me) provar o quão pouco se sabe, o quão pouco ainda sei sobre as formas de edificar no último século. Serviu também para ter a consciência que apenas um estudo sistemático mais

Tabela 40: Campos de preenchimento da base de dados com caracterização construtiva.

Título	Campos
Estrutura Vertical	(campo para tratamento estatístico)
Estrutura dos Pavimentos	Em zona corrente: Em zona de águas: Em separação de funções: (campos para tratamento estatístico)
Pavimentos Térreos	(campo para tratamento estatístico)
Estrutura das Coberturas	Foram utilizados dois campos para permitir situações em que existem dois tipos de coberturas diferentes. (o primeiro dos campos é de preenchimento preferencial a partir de lista de opções, para tratamento estatístico, o segundo dos campos é de preenchimento livre)
Fundações	O campo relativo às fundações tem anexado um campo de notas de texto para colocar referência à espessura quando a mesma é mencionada. (um campo para tratamento estatístico e outro de preenchimento livre)
Impermeabilização das Fundações	(campo para tratamento estatístico)
Paredes Exteriores	O campo relativo às paredes tem anexado um campo de notas de texto para colocar referência à espessura quando a mesma é mencionada. (um campo para tratamento estatístico e outro de preenchimento livre)
Impermeabilização de Paredes	(campos para tratamento estatístico)
Revestimento de Paredes	Foram utilizados três campos para o preenchimento do revestimento de paredes pois raro é o edifício que apresenta um único revestimento. Foi ainda adicionado um quarto campo para notas. (três campos para tratamento estatístico e outro de preenchimento livre)
Paredes Interiores	Foram utilizados dois campos, um para paredes interiores com função de suporte e compartimentação, e um segundo só para função de compartimentação, nos casos em que isso sucedia. (campos para tratamento estatístico)

alargado irá desenvolver a sensibilidade e o conhecimento para reconhecer as formas de construir apenas por uma observação rápida do edifício, isto é, o conhecimento intuitivo que é onde se alicerça a prática do arquitecto.

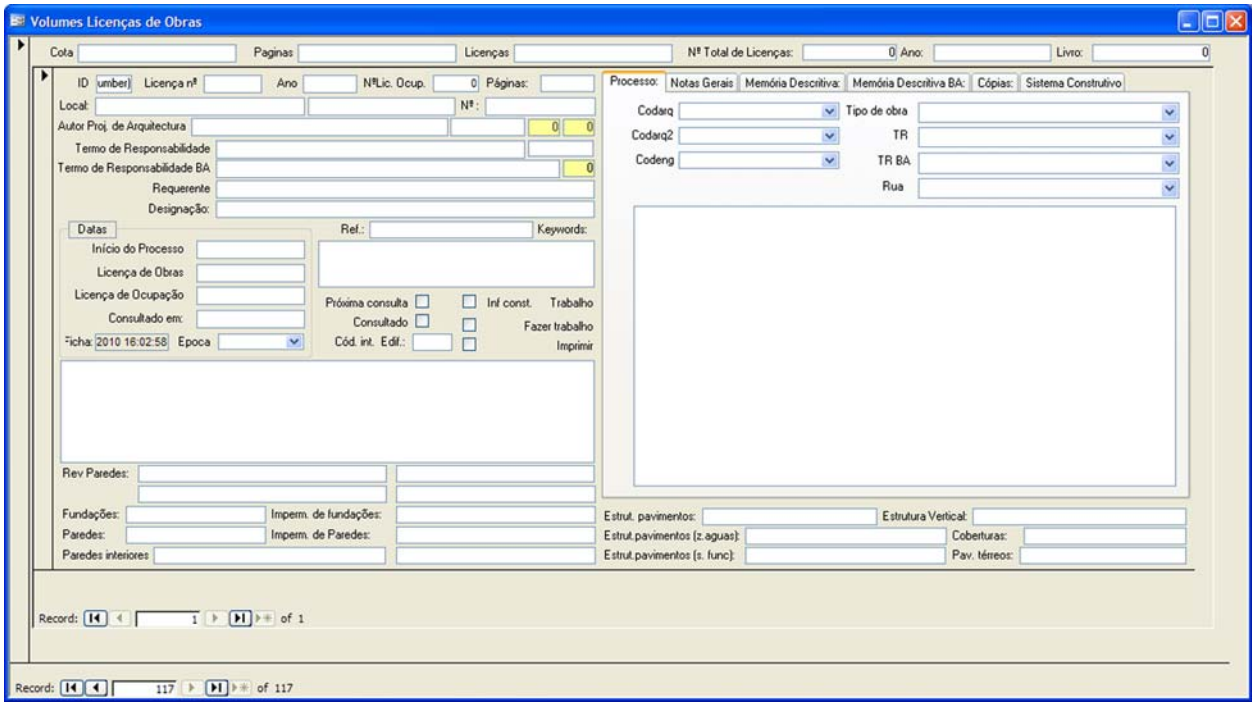


Fig.135 Separador "Processo" dos formulários "Volumes de licenças de obras" e "Licença de obra".

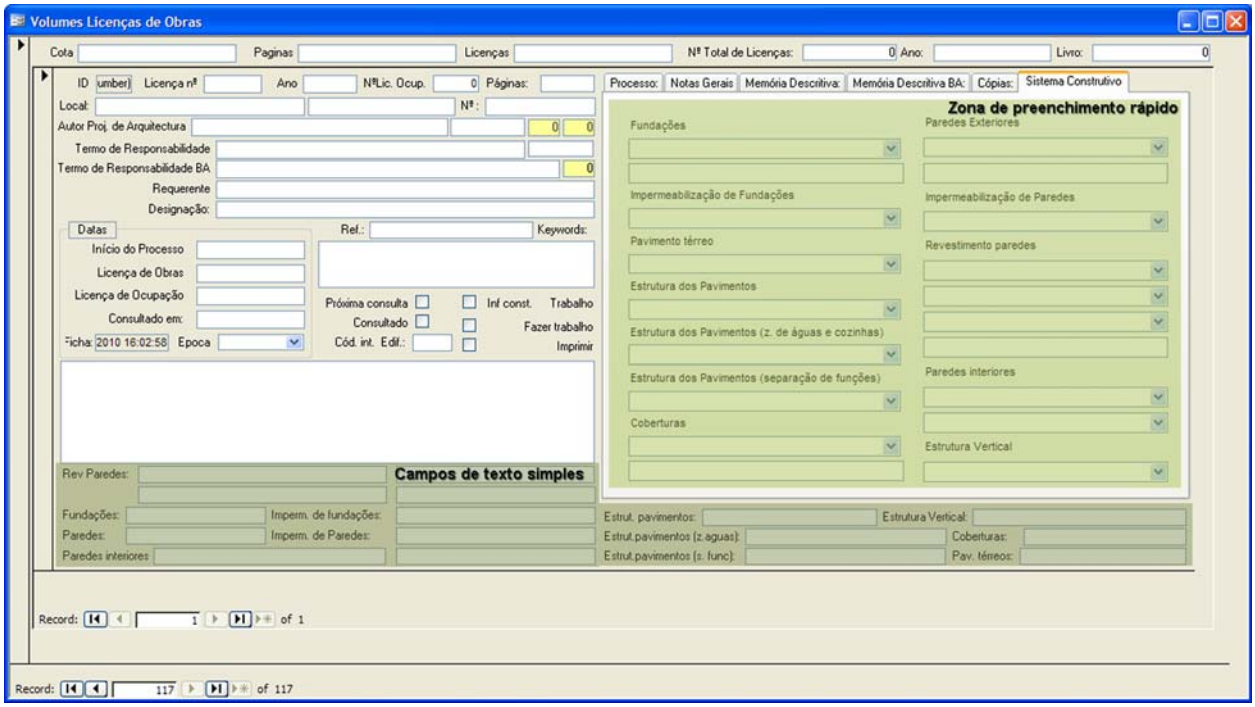


Fig.136 Separador "Sistema construtivo" dos formulários "Volumes de licenças de obras" e "Licença de obra".

C.1. Interacções entre bases de dados

Parte do trabalho de análise assenta na possibilidade de interacção entre as bases de dados. Apesar da base de dados de levantamento da área de análise ter sido executada com um programa informático, e a de consulta de licenças de obra ter sido executada noutro, é possível a inter-relação entre as duas bases de dados.

Não é directa, implica a exportação e importação de informação, mas que consegue ser feita de forma dinâmica, isto é, não implica que seja feita uma exportação e importação de cada vez que se inserem novas fichas, com o estabelecimento de todos os passos e critérios de transferência, mas sim um sistema que pode ser repetido, com alguma facilidade sempre que a base de dados das fichas de levantamento sofra alteração.

Esta inter-relação era um aspecto importante, e as primeiras análises de dados que foram feitas serviram de auxiliares para a melhor definição de ambas as bases de dados. E só uma ligação dinâmica permitiria tirar partido rápido dessa evolução, redesenho, ou maior preenchimento dos campos da base de dados.

Efectivamente quer o levantamento da área de análise, quer o dos processos de licenciamento, requereu que as bases de dados fossem afinadas à medida que se foi executando o trabalho, procedendo a últimas correcções e ajustamentos no momento em que se iniciou o processamento estatístico dos dados recolhidos.

O facto de dominarmos a base de dados não apenas em termos de preenchimento, mas também em termos de desenho e programação, permitiu-nos ir alterando as suas características, ampliando-a, à medida que executávamos trabalho e descobríamos as potencialidades do mesmo para efeitos para além dos pensados inicialmente.

Sobre a relação entre as bases de dados foi incluída no Capítulo 1.5 um esquema onde, para além de se explicitar a estrutura da base de dados de levantamento, também se mostra a interligação com a base de dados de consulta de licença de obras.

Sempre que foi possível optou-se pela representação gráfica das relações e análises de dados elaboradas, pela facilidade de apreensão própria e para comunicação de resultados. A análise de dois dados relacionáveis é mais simples pela sua facilidade de representação bidimensional. Quando se faz a análise de três dados, tem de se manter uma representação bidimensional (também resultado dos tipos de dados que se estão a estudar, que não permitem que se possa estabelecer uma matriz espacial que faça sentido), que requer mais atenção na observação para se perceber a distribuição de todos os elementos em estudo. Para facilitar essa leitura, ou chamar a atenção para os aspectos que nos interessava salientar, foram utilizadas as *trendlines*, como anteriormente se tinha feito nas análises apresentadas no Capítulo 1.5.

A análise de quatro ou mais dados em simultâneo só é possível utilizando representações em tabela que são de leitura mais morosa, mas mais informativa. Perde-se a leitura directa que um gráfico permite mas a informação que se organiza e transmite é muito superior.

Outro aspecto importante na análise de dados, para além do número de campos que estão a ser estudados, é o número de variáveis em cada campo. Se formos demasiado específicos, isto é, tentando caracterizar univocamente cada situação, podemos cair no paradoxo de a cada elemento corresponder uma variável e não ser possível retirar qualquer conclusão mais profunda do que a própria observação da realidade sem qualquer tratamento estatístico.

Assim, para facilidade de apreensão é preferível restringir o número ocorrências diferentes por campo, agrupando situações similares, ainda que num segundo nível se possa fazer a análise dessas pequenas diferenças. Só assim é

possível tirar algumas conclusões do estudo de uma realidade que é, por princípio, aleatória, mas que mesmo assim influenciada pelo meio, pela história, pela economia, pelo gosto, pela legislação, ou por outros factores para além dos que este estudo possa determinar.

D. Caracterização construtiva a partir do tratamento estatístico de dados

Os processos de licenças de obras serão analisados por duas perspectivas diferentes mas complementares. A forma como serão apresentadas na dissertação será a inversa do processo de pesquisa efectuado.

Assim, a primeira análise, tomará as licenças de obras como um conjunto de informação passível de tratamento estatístico com vista a uma caracterização mais abrangente da forma de construir, dos materiais e sistemas usados, e das preocupações evidenciadas.

A segunda análise, apresentada no capítulo seguinte pela sua extensão, centrar-se-á nos processos individuais de mais de meia centena de edifícios, explicitando aspectos relativos aos procedimentos de licenciamento, caracterização arquitectónica e definição construtiva dos imóveis.

Esta análise, ao centrar-se em exemplos individualizados, permite o conhecimento de particularidades relativas a determinados edifícios, salientando os aspectos mais importantes, ou pela sua unicidade, ou por corresponderem ao estabelecimento de formas usuais de edificar, mas apenas o tratamento estatístico, que agrega os exemplos, permite obter uma perspectiva de conjunto.

Tal como foi referido no ponto B, relativo à metodologia, existiu uma incidência maior da consulta de licenças nos processos até ao final da década de trinta, pelo que foram maioritariamente esses os utilizados como base para tratamento estatístico e apresentação gráfica.

A consulta de processos a partir da década de quarenta, para além de ser mais reduzida, não foi sistemática ou puramente aleatória, mas tendo por alvo edifícios específicos previamente escolhidos, pelo que qualquer tratamento estatístico duma amostra desse tipo não seria fiável para extrapolação para contextos mais alargados. Para o período a partir de 1939, a análise que se faz é muito mais de caracterização específica dos edifícios e soluções, e menos de caracterização geral quantitativa.

A análise aqui apresentada não corresponde à totalidade dos elementos levantados, tratados e analisados, isto é, não pretendeu ser uma apresentação exaustiva, antes fornecer uma panorâmica geral da situação, e mostrar as potencialidades deste tipo de estudos para a caracterização do universo construído. Ao nível das ferramentas de tratamento de dados para análise foi apenas usado o Excel. Sabemos que existem ferramentas informáticas mais adequadas para tratamentos estatísticos de dados, mas este era apenas um dos aspectos usados no presente trabalho,

Foram recolhidos, organizados e tratados um conjunto de dados relativos às licenças de obra e caracterização construtiva do edificado, enunciados aquando da explicação da estrutura da base de dados. Em situações específicas foram analisados outros aspectos não incluídos na base de dados de licenças de obras.

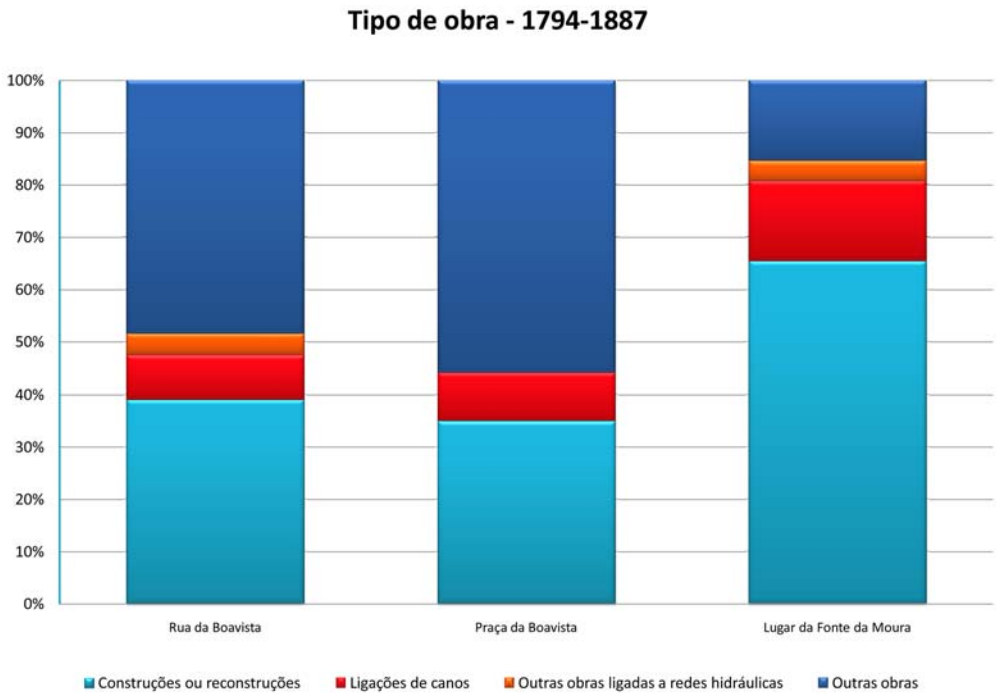


Fig.137 Tipo de obra licenciada. [1794-1887]

É o caso, por exemplo, da caracterização do tipo de obra licenciada na cidade do Porto. Aproveitando o livre de índices existentes para o período entre 1794-1887, exprimiu-se percentualmente a incidência das mesmas. Apesar de ser no período anterior ao período em estudo (para o período em estudo não existem livros de índices, e a pesquisa na base de dados do AHMP não resolve esse problema porque não permite exportar listagens) permite-nos perceber a situação com ligeiro desfasamento em relação ao início do século XX. Possibilita também uma caracterização diferenciada dos arruamentos.

A divisão de arruamentos que é usada é a que existia nessa altura, isto é, durante o século XIX. A Rua da Boavista mantinha essa designação em zonas que hoje são consideradas Avenida, sensivelmente até ao cruzamento com a Rua de Belos Ares. E o Lugar da Fonte da Moura, correspondendo actualmente ao cruzamento da Avenida com a Rua do Dr. Antunes Guimarães era a segunda zona urbanizada com algum significado.

A distinção foi feita entre "construções e reconstruções", "ligações de canos", "outras obras ligadas a redes hidráulicas" e "outras obras". Neste último grupo se incluem pinturas, limpezas de fachada, correcções de telhados, obras gerais de manutenção ou intervenções de pouca monta que não implicam aumento da área edificada. Nas pequenas alterações individualizaram-se as ligações de canos e outras obras de saneamento por as mesmas terem significado no contexto geral, quer a nível do seu número, quer pelo facto de evidenciarem as melhorias das condições sanitárias e salubridade da zona.

Tanto na Rua da Boavista como na Praça Mouzinho de Albuquerque, a percentagem de outras obras é elevada, mostrando um tecido urbano mais consolidado. No lugar da Fonte da Moura a percentagem de construções novas ou grandes remodelações atinge praticamente os 70%, correspondendo a uma área de expansão.

As obras de saneamento têm uma expressão significativa, cerca de 10% nos arruamentos mais estabilizados, mas urbanos, e quase 20 % no Lugar da Fonte da Moura. De salientar que como o período de abrangência é bastante

extenso e como não foi feita a distribuição temporal dos pedidos (por os dados não estarem separados por anos) haverá necessariamente situações de obra construída de raiz que mais tarde será alvo de ligações de saneamentoParece ser essa a justificação para que no Lugar da Fonte da Moura exista uma maior incidência de obras hidráulicas, quando a percentagem de obra nova é também elevada. Este estudo só foi feito até 1887, correspondendo ao primeiro livro de índices. Entre 1888 e 1909, as obras já estão ordenadas por datas no livro de índices. A partir da série 9 [1909] deixam de existir livros de índices, por um lado, e pelo outro, a questão das canalizações de esgoto toma outras dimensões, ou porque é inserida logo nos projectos de raiz e portanto não mencionada, ou porque se estava a fazer sistematicamente nos arruamentos em que estavam a ser construídos os "canos". Continuam a aparecer ainda durante as primeiras décadas do século XX, não os pedidos específicos para a ligação de canos como anteriormente, mas obras de alteração a edifícios existentes para permitir a inclusão de uma, ou às vezes mais, instalações sanitárias.

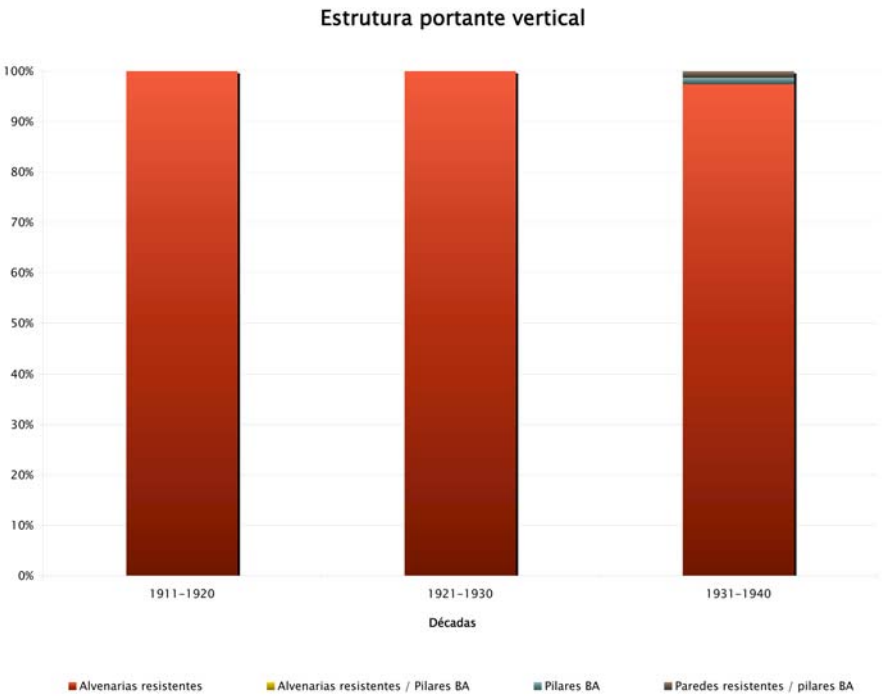


Fig.138 Estrutura portante vertical.

Estas instalações sanitárias são usualmente apenas constituídas por sanita e lavatório, e quando existe a inclusão de zonas destinadas a banho, as mesmas são geralmente criadas em outros locais que não o da instalação sanitária básica, por vezes mesmo localizadas em pisos diferentes.

Em relação à estrutura portante vertical, até ao final da década de quarenta continua a utilizar-se, de forma consistente, um sistema constituído por paredes resistentes de alvenaria de pedra, de diferentes espessuras mas com uma preponderância grande do perpianho (64%), especificamente o perpianho de 30 cm de espessura (40%), revestidas em ambas as faces. A partir do final da década de vinte começam a ser utilizados em alvenarias resistentes

os blocos de betão (11%), mas sempre em situações de habitações mais económicas. A utilização do tijolo, nesta época, e nesta zona, não tem praticamente expressão, como se pode constatar na Figura 138. A partir do final da década de vinte assiste-se ao início da utilização, com muito pouca representatividade, de pilares de betão armado correspondendo a resolução de situações específicas, muitas vezes associados a escadas, também em betão.

Efectivamente o primeiro edifício habitacional que foi encontrado nesta zona, com uma estrutura porticada de betão armado, em 1950 (CMPorto & Pinheiro, 1950), justifica a sua utilização, apenas pela dificuldade de descarregar a pedra necessária para a construção de paredes resistentes de perpianho, por estar localizado numa zona muito condicionada devido ao trânsito. Na memória descritiva de arquitectura ainda eram referidas paredes de alvenaria, fundações em perpianho ao baixo, e uma cinta de betão ao nível das lajes. Divisórias interiores em tijolo.

	CTT[a]	[RB p034]	Germano de Castro Sousa Pinheiro	CMP
	Rua da Boavista, 34-44	1949	Reboco Pintado Pedra colada	Lic nº 448/50 (CMPorto & Pinheiro, 1950)
	A Lutuosa	[RB p004]	Germano de Castro Sousa Pinheiro	CMP
	Rua da Boavista com a Rua da Lapa	1949	Cerâmico	Lic nº 448/50 Lic. nº 68/59

a.O início do processo de licenciamento é de Junho de 1949, tendo obtido licença um ano depois. O arquitecto é Germano de Castro Sousa Pinheiro, filho de Germano de Sousa Pinheiro, natural de Buarcos - Figueira da Foz, formado pela ESBAP em 1945 com 15 valores. O processo foi liderado pelo construtor, Joaquim Ferreira dos Santos, sendo o mesmo referido, por engano, como requerente. O erro é corrigido e o processo é averbado em nome de Norberto Fernandes de Oliveira. O processo tem muitos aditamentos, o primeiro para reduzir de 5 para 3 andares, e os seguintes sempre por causa dos alçados, não aceites pelo Conselho de Estética. O projecto de estabilidade é de Joaquim Vaz.

Ao nível do revestimento das paredes exteriores, o reboco era referido na quase totalidade dos casos, mas só na década de trinta é que começa a ser mencionado explicitamente o cimento como ligante. Até essa altura, ou não era referido o ligante ou indicava-se a cal hidráulica.

Esta informação é consentânea com os resultados do levantamento feito na área em análise que mostram uma preponderância dos edifícios com revestimento de reboco para a época em estudo. Uma maior incidência de revestimentos cerâmicos na área em análise do que os que foram detectados a partir da consulta de licença de obras pode dever-se a alterações posteriores à construção, ou alterações de revestimento durante a construção, e que não conseguem ser detectados por uma observação visual actual.

As fundações são quase invariavelmente executadas em alvenaria de pedra, geralmente perpianho ao baixo, formando degraus. Não foi encontrada referência a estacaria de madeira dentro da área em análise, tendo apenas sido encontrado um exemplo de um edifício numa zona já próxima do rio. Não foi detectada também nenhuma menção a

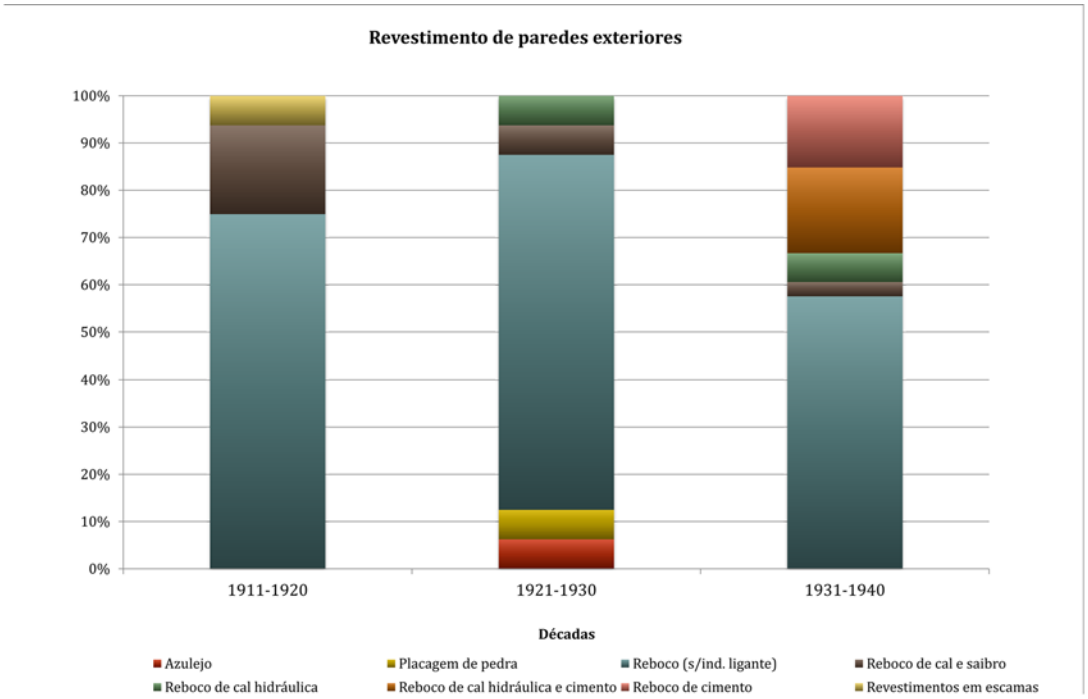


Fig.139 Revestimento de paredes. Licenças de obras.

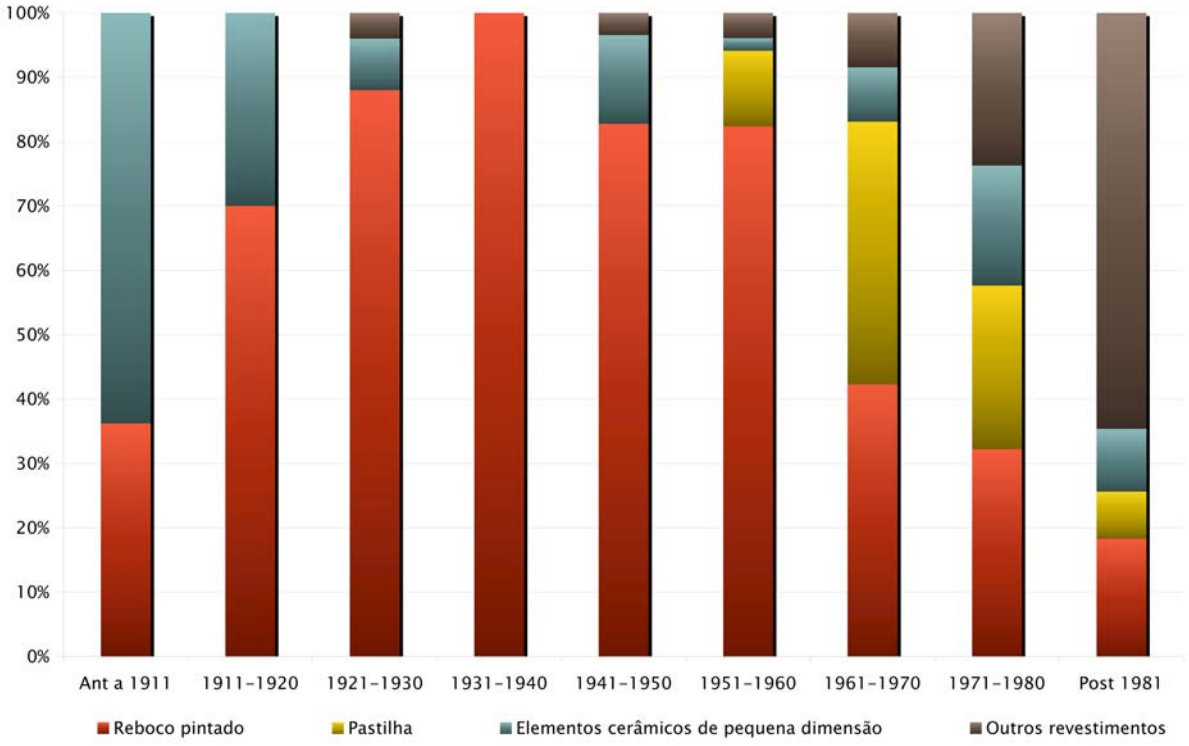


Fig.140 Revestimentos de paredes exteriores em zona corrente, por época. Eixo da Boavista.

fundação por poços de alvenaria para esta época, apenas um caso já no final da década de quarenta. As características geológicas desta zona, de uma forma geral, também não o determinam.

Nota-se igualmente nas descrições de paredes e fundações, a passagem, ao longo do tempo, da designação habitual de *"alvenaria de pedra"*, para *"paredes de perpianho"*, ou *"fundações em perpianho"* correspondendo ao crescente uso dos blocos de pedra serrada, como elemento «standard» da construção.

Os pavimentos são executados em estrutura de madeira, geralmente de pinho, embora também seja usada a riga. A partir do final da década de vinte, começam a ser utilizadas pequenas lajes de betão armado para resolver situações específicas, primeiro lajes maciças e mais tarde aligeiradas por elementos cerâmicos vazados, ou formadas a partir de *"vigas de tijolos armados"*. Estão nessas circunstâncias as lajes das cozinhas, invariavelmente solicitadas em betão armado pela Inspecção de Incêndios a partir do final da década de vinte, e as lajes de separação com garagens, ou outras actividades, como estabelecimentos comerciais. Anteriormente à solicitação da utilização do betão armado, como medida de segurança, a Inspecção de Incêndios requeria a forra com fibrocimento dos elementos em contacto com as zonas de risco ou a sua ignifugação pelo revestimento com argamassas de cal e saibro, e no caso dos pavimentos, por betonilhas armadas com redes metálicas revestidas quase invariavelmente a mosaico hidráulico.

Os pavimentos das restantes zonas de águas, a partir do momento em que as cozinhas são executadas em betão armado, passam também a ser executadas no mesmo material, tentando-se, na maioria dos projectos, que existisse proximidade ou coincidência entre as duas áreas. O recurso ao betão armado não é a solução habitual, mas a solução de recurso, muitas vezes imposta, havendo mesmo casos de entrada de requerimentos sucessivos, com justificações várias para pedir a escusa da execução de lajes de betão armado em determinadas zonas do edifício.

A composição dos pavimentos térreos sofre também alteração ao longo das primeiras décadas do séc. XX. Os pavimentos térreos executados em estrutura de madeira sobre caixa-de-ar ventilada começam gradualmente a ser substituídos por pavimentos térreos, executados em betonilha, correspondendo, na grande parte dos casos, a um aumento do número de pisos utilizáveis do edifício pela inclusão de uma cave, mas também à execução do piso térreo de habitação em betonilha revestida a diversos materiais, desde a própria betonilha colorida, mosaicos hidráulicos, soalhos de madeira, ou mesmo a corticite como *"material moderno"*.

As preocupações com a protecção a humidades ascensionais só estão explícitas numa pequena parte das memórias descritivas, sendo a generalidade delas omissas neste aspecto. Nos casos em que é descrita, a mesma é garantida ou por um barramento de asfalto, ou por uma argamassa aditivada, mas as referências são poucas para poder ser estabelecida a preponderância de um sistema em relação ao outro.

Nas fundações, a questão do *"isolamento às humidades do terreno"* era geralmente explícita e resolvida na quase totalidade dos casos (entre 93% na década de dez e 72% na década de trinta) por uma camada de asfalto sobre o leito das fundações e que dobrava sobre as paredes cerca de 15 cm. Numa percentagem muito reduzida de casos em vez de asfalto usavam-se argamassas com aditivos hidrófugos (ceresite, lithosite ou outras marcas).

Já na impermeabilização de paredes, e apesar da utilização também substancial de asfalto, que ainda actualmente consegue ser verificada nos prédios despelados e descarnados que existem pela cidade, o recurso a argamassas com aditivos é muito mais elevado, principalmente a partir da década de vinte. Os reclames a aditivos para argamassas de impermeabilização começam a aparecer consistentemente nas revistas a partir da década de

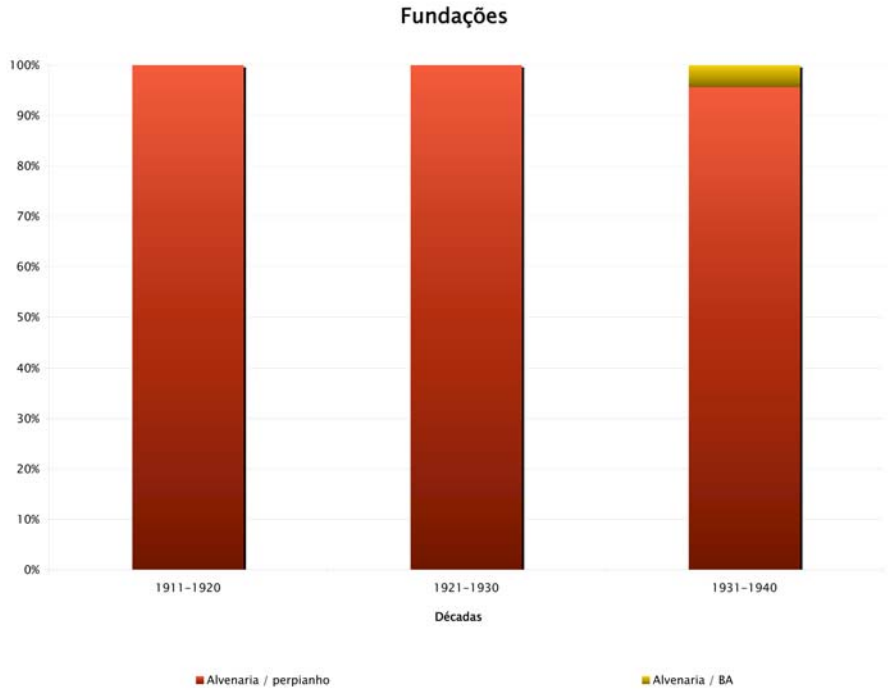


Fig.141 Materiais constituintes das fundações.

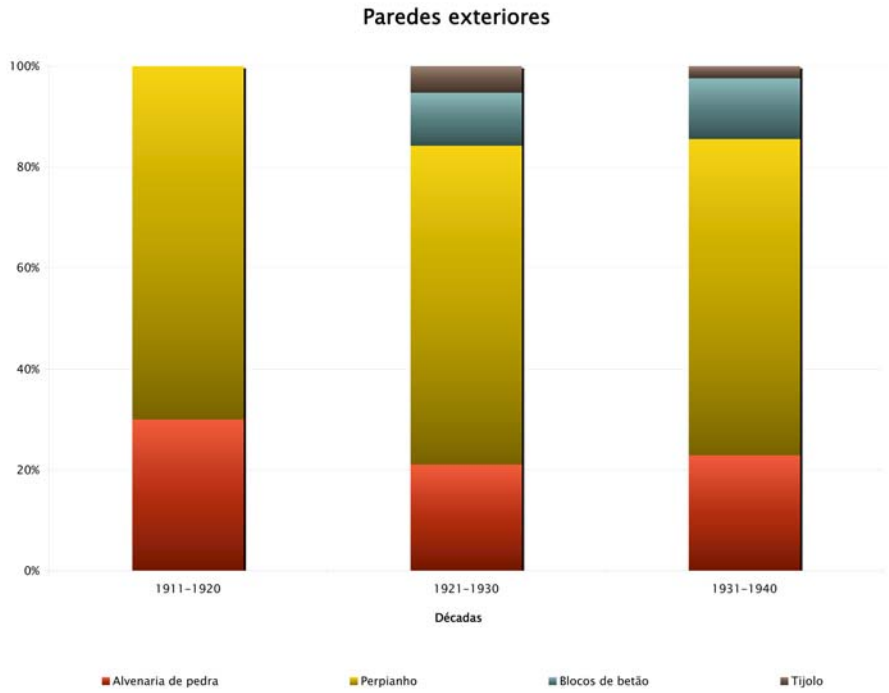


Fig.142 Materiais constituintes das paredes exteriores, por época.

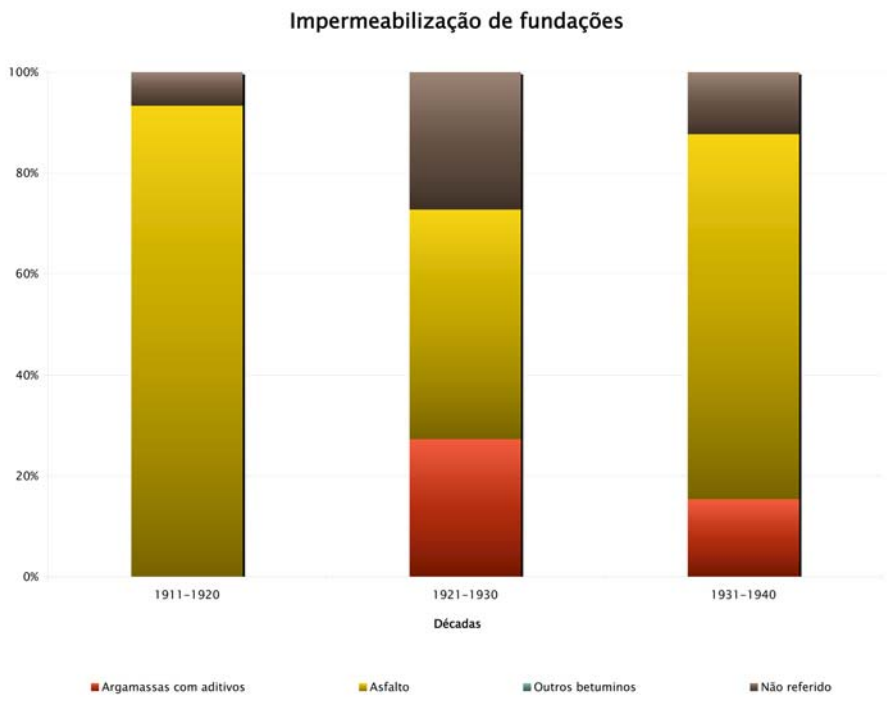


Fig.143 Impermeabilizações de Fundações

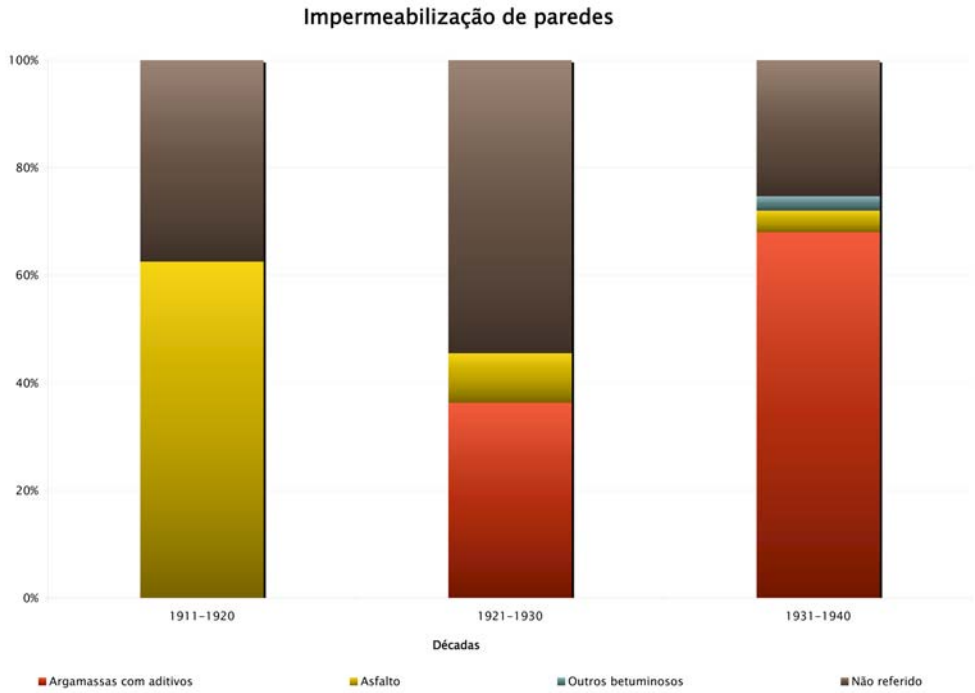


Fig.144 Impermeabilização de Paredes

vinte. O que se denota também nas memórias descritivas, é que as argamassas executadas com cimento (em vez de cal) são muitas vezes consideradas revestimento de impermeabilização, mesmo sem conter outros aditivos.

Relativamente às coberturas, a generalidades dos edifícios continua a recorrer a estruturas de madeira revestidas com telha, Marselha quase invariavelmente, mesmo quando já recorrem ao betão armado para a totalidade das lajes do edifício. Esta característica mantém-se para além do período aqui em análise, indo até à década de cinquenta/ sessenta, no caso das moradias e dos prédios de habitação colectiva de mais reduzida dimensão.

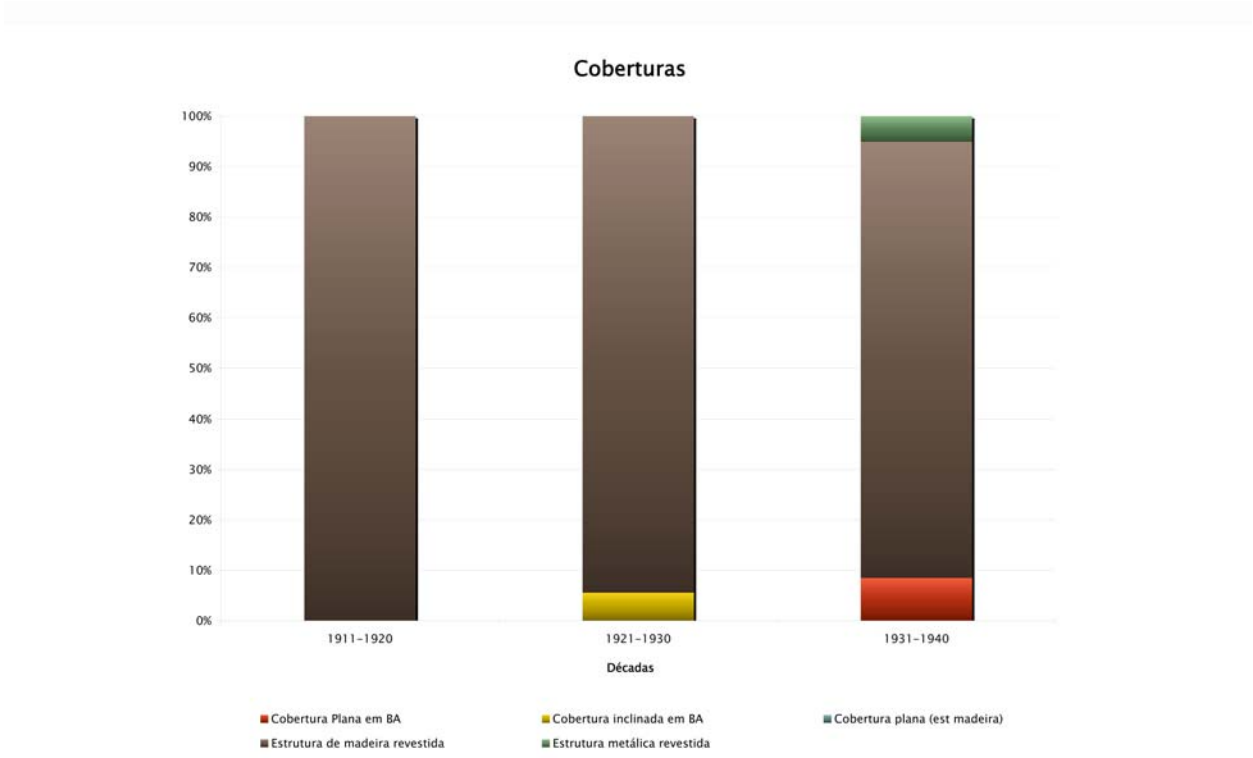


Fig.145 Coberturas

A utilização de coberturas em terraço tem muito pequena representatividade nos primeiros anos do séc. XX, executados ainda em estruturas de madeira revestidas a argamassas armadas com redes metálicas e impermeabilizadas por asfalto, e só mais tarde por lajes, as primeiras ainda executadas em pequenas abóbadas de berço de tijolo maciço e perfis metálicos de *"duplo T"* como são usualmente designados, e só no final da década de vinte, por lajes maciças de betão armado. De referir que os terraços, nessa primeira fase surgem associados a coberturas de garagens e à utilização do piso superior (ou parte dele) como mirante, belveder ou elemento afim. A utilização da cobertura em terraço na totalidade do edifício de habitação é mais tardia, os primeiros exemplos são de meados da década de trinta sendo, na área em análise, o edifício de Arménio Losa (CMPorto & Losa, 1937) na esquina da Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso, um dos primeiros exemplos bem conseguidos da utilização da cobertura como mais um espaço de fruição lúdica.

Alguns edifícios anteriores ou da mesma altura evidenciam coberturas planas na linguagem de alçado, mas os cortes mostram uma cobertura inclinada em estrutura de madeira, parcialmente escondida por uma platibanda e que era «convenientemente esquecida» na representação de alçado.

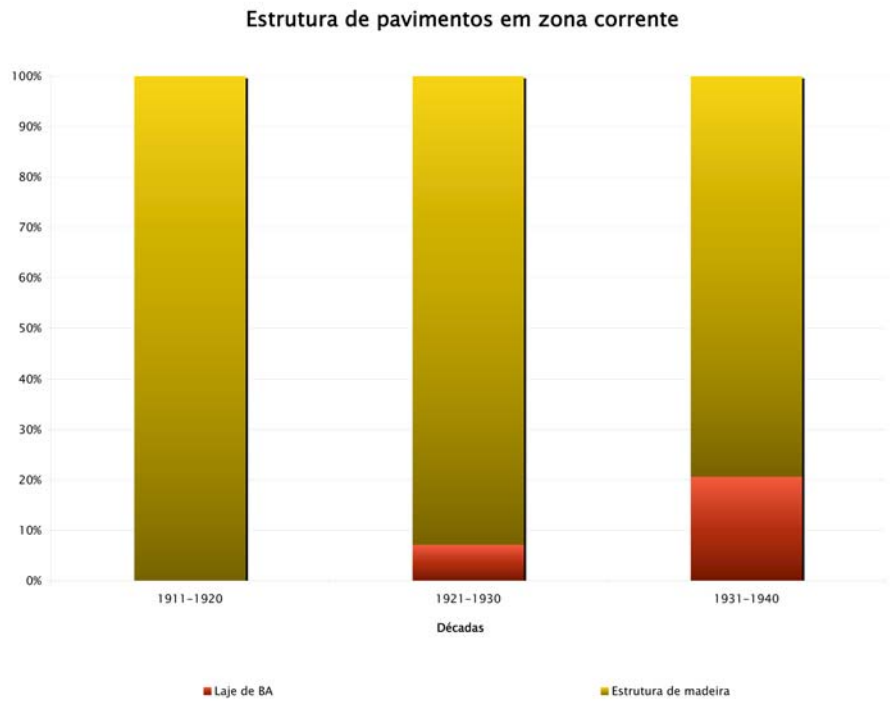


Fig.146 Pavimentos em zona corrente

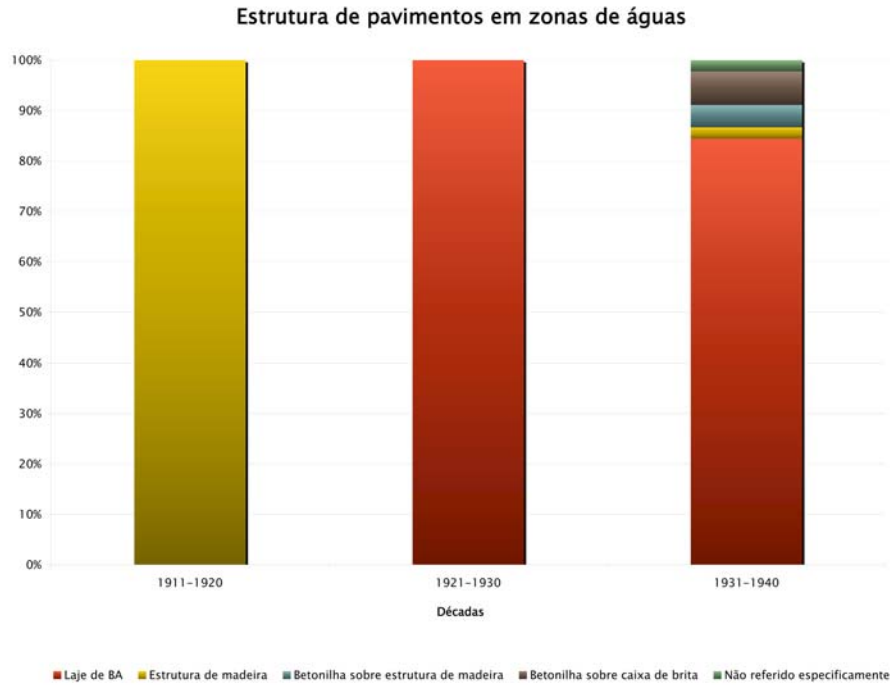


Fig.147 Pavimentos em zonas de águas

Existe uma persistência, nas primeiras décadas do século XX dos materiais e sistemas construtivos usados no século anterior. A introdução do betão armado nos edifícios habitacionais é lenta, e até meados do século XX não

corresponde a uma solução estrutural integral. As alterações do sistema estrutural processam-se primeiro ao nível da estrutura portante horizontal, e só mais tarde ao nível da estrutura portante vertical. A pedra, em alvenaria ordinária, ou em perpianho continua a ser o material de eleição para as paredes resistentes, enquanto nas paredes divisórias se vai assistindo à substituição gradual do sistema de tabique de madeira, por paredes de tijolos vazados. Nas coberturas, a estrutura de madeira revestida a telha continua a ser a solução quase exclusiva, mesmo quando os alçados evidenciam uma (falsa) cobertura plana.

A análise estatística efectuada foi consentânea com a percepção que se foi estabelecendo pela consulta sistemática dos processos de licenciamento, mas permitiu quantificá-la e estabelecer comparações que a pesquisa e análise qualitativa, como se foram estendendo no tempo, não permitiriam da mesma forma. Este tipo de abordagem e tratamento dos dados recolhidos só foi equacionada numa fase avançada do trabalho, tendo-se a percepção de que as suas potencialidades não foram completamente exploradas (Vale & Abrantes, 2010).

Esta foi a primeira fase de uma investigação que pode ser alargada pelo aumento da base de dados e pelo direccionamento a aspectos específicos, como determinados elementos da construção, os autores dos projectos, ou arruamentos, mantendo como elemento constante o século XX, como período de estudo.

Neste capítulo foi abordada a questão da consulta de licenças de obras de uma forma agregada, de conjunto, desde a apresentação dos aspectos metodológicos inerente à pesquisa, como estabelecimento de bases de dados e tratamento estatístico dos mesmos. No capítulo seguinte as licenças de obras serão analisadas individualmente, na relação com edifícios específicos.

Capítulo 1.7 - Sete quilómetros em direcção ao futuro

O eixo da Boavista, tal como o conhecemos hoje resultou de um processo complexo, ao longo de mais de dois séculos, e dos seus praticamente sete quilómetros de extensão. Esse processo foi o resultado de factores diversos, uns mais gerais e outros mais particulares, desde o contexto político, económico e social do país (e da cidade do Porto), as acções directas estatais e municipais, o enquadramento regulamentar e a acção de muitos agentes, desde promotores, técnicos projectistas a utilizadores finais.

Neste capítulo pretende-se fazer uma análise comparada e cruzada entre alguns desses factores que influenciaram esse processo, tendo como base os edifícios e os seus licenciamentos. É importante não perder completamente a perspectiva cronológica na apresentação dos processos de licenças de obra porque a mesma, por si só, é garante de um primeiro filtro de leitura. Assim, o cruzamento de informação entre licenças, em alguns aspectos (por exemplo quando implica grandes saltos temporais para comparação entre exemplos) será remetido para o final da apresentação dos edifícios, numa análise mais centrada na evolução dos vários níveis de exigências funcionais que se colocam à edificação.

A. Caracterização do edificado a partir da consulta de licenças de obra

Apesar da aparente proximidade entre o modo de organizar um processo de licenciamento actual e o que se fazia ao longo dos dois primeiros quartéis do século XX, ao nível das peças-base que o constituem, uma observação mais atenta mostra-nos que a forma como se encarava a



Fig.148 Avenida da Boavista, lado Poente.

(Vale, 2008/06)

arquitectura tinha reflexos nessa mesma organização processual. A falta de cortes em muitos edifícios é disso exemplo. As diferentes alternativas de alçados, sem consequente alteração de plantas, melhor exemplo ainda. Nos processos consultados relativos a edifícios construídos até ao final da década de trinta, planta e alçado, ou seja, desenvolvimento espacial e imagem exterior, eram realidades praticamente independentes. Sente-se ainda a mentalidade arquitectónica que permitia colocar anúncios nas revistas dizendo que se projectava em diversos estilos arquitectónicos.

A imagem do edifício é variadamente alterada em função dos chumbos sucessivos do Conselho de Estética. Os processos geralmente não incluem as razões dessa não aprovação, porque, na maioria dos casos, são comunicadas

verbalmente ao projectista ou requerente[114]. A observação actual das diferentes versões propostas até à versão aprovada também não nos elucida sobre essas razões. Não nos parecem ligadas a questões habituais em certa época, de estética tradicional versus estética moderna, porque na maior parte das vezes estamos perante vários estilos revivalistas, conjugando elementos de origens diversas e em que a qualidade da composição não varia muito de solução para solução. Penso que o gosto pessoal dos membros do Conselho de Estética será talvez a razão maior dessas variações sucessivas de imagem exterior de uma mesma distribuição espacial.

O Conselho de Estética Urbana foi criado em resultado das imposições do Código Administrativo, e por ele passaram muitos técnicos, alguns deles arquitectos de referência da história da Arquitectura Nacional, como Rogério de Azevedo [>1934], Arménio Losa [>1939], ou Fernando Távora [>1951]. Para tentar perceber um pouco melhor como se processava a análise dos processos e de que forma o Conselho de Estética interferia ou intervinha na forma de projectar e construir, consultamos actas do mesmo do período entre 1934 e 1957. Na maior parte dos casos as actas são secas e omissas, os processos são referidos apenas pelos seus números e é unicamente dada a informação se o mesmo foi deferido ou indeferido. Em certos casos, uma minoria, existe uma referência mais alargada ao projecto. A análise deu para constatar que para ter uma percepção da intervenção do Conselho de Estética é necessário fazer uma análise cruzada entre as actas do mesmo e a consulta dos processos de licenciamento, algo que não foi feito pois não entroncava directamente com a caracterização construtiva dos imóveis. As considerações do Conselho, na maior parte das vezes, são unicamente de desenho, de composição de alçado e não de material a utilizar, embora também se encontrem casos em que o Conselho determina a utilização de determinado material, como no edifício da Avenida da Boavista 5003, que será analisado mais à frente.

Em muitos casos são necessários 2, 3 ou 4 alçados diferentes até à aprovação final. As variações são consideráveis, não só na decoração dos elementos da fachada, como também na diferente proporção dos diversos corpos. O estudo de alçados é feito e refeito até à sua aprovação e só nessa altura é que consideram que faz sentido a apresentação dos cortes respectivos, já que os mesmos nunca são elementos necessários para essa avaliação e aprovação. Outros casos encontramos em que não existe rigorosamente uma nova composição de alçado, apenas uma forma diferente de a representar, como se tivesse existido uma conversa entre o técnico e os membros do conselho, em que a solução anterior teria sido aceite, mas era necessário um processo expedito de ratificação da mesma.

A diferença na organização e composição dos processos de licenciamento nota-se também ao nível das memórias descritivas. Analisamos processos de licenciamento a partir da década de sessenta do século XIX até ao presente. As memórias descritivas dos processos no último quartel do século XIX eram muitas vezes inexistentes ou reduzidas, sendo substituídas pela informação constante no requerimento. Na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX já se encontram memórias mais elaboradas, mas aparentemente resultado da acção de alguns técnicos[115] e não por sistema. Após a publicação do RSEU, as memórias passam a ser mais completas, para dar resposta a algumas das imposições legais expressas no decreto.

---

114. Nas actas do Conselho de Estética (ou Comissão de Estética, como também é designada) podem ser evidenciadas, ou não, as razões dos chumbos. A composição da Comissão de Estética presente em cada reunião não é fixa. Existe um conjunto mais alargado de técnicos que quase nunca aparecem totalmente listados nos livros de actas, e de que temos percepção apenas por uma consulta sistemática dos mesmos, vendo os nomes que as vão subscrevendo. Como vogais, passaram pelo Conselho de Estética arquitectos como Rogério de Azevedo, Manuel Marques, António Correia da Silva, Arménio Losa, Fortunato Cabral, Fernando Távora, para além de técnicos com outras formações. (CMPorto, 1934-1940, 1946-1950, 1951-1954, 1955-1957)

A consulta feita para o presente trabalho centrou-se mais nas indicações sobre os sistemas construtivos adoptados, e não sobre questões de descrição formal ou funcional dos edifícios.

Como referido, foram consultados muitos mais processos que os referentes aos edifícios que foram mais detalhadamente estudados nesta parte e foram igualmente consultados processos fora da área de análise inicialmente considerada. A organização e catalogação dos processos mais antigos, sensivelmente até ao final da década de trinta (processos já incluídos no Arquivo Histórico) são deficientes, estando muitos edifícios apenas referenciados pela rua (sem número de polícia, ou com número de polícia não correspondente à actual numeração - caso da Rua da Boavista[116]), outros apenas pelo técnico responsável pela obra[117], outros ainda pelo requerente[118]. Apenas uma consulta sistemática de volumes permitiu localizar os edifícios com possível interesse para o estudo. Por essa consulta sistemática dos volumes se foi tendo a percepção das diferentes formas de instruir e organizar os processos, dos elementos que os mesmos contêm e do rigor e detalhe desses mesmos elementos.

A primeira constatação é que existe uma grande assimetria na organização dos processos de licenciamento, mesmo dentro da mesma época, notando-se claramente a influência no processo do técnico responsável pelo mesmo.

As questões do exercício da profissão de arquitecto por outras pessoas não habilitadas para o efeito são tema antigo.

A primeira organização de arquitectos, a Sociedade dos Arquitectos Civis, é fundada em 1863, tomando em 1872 a designação de Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Mas nem mesmo esta organização profissional permite alterar o quadro de subalternidade dos arquitectos face aos engenheiros, bem como a situação (que caricatamente só em 2009 se altera, ainda com ressalvas) de a arquitectura poder ser feita por não arquitectos. Em 1901 (Portugal, 1901-10-24), aquando da reorganização do quadro de pessoal do Ministério de Obras Públicas ainda se pode constatar uma enorme disparidade entre o número de arquitectos e de engenheiros, e respectivos vencimentos, sendo o primeiro facto de certa forma justificável, uma vez que parte das obras tuteladas pelo Ministério são «obras de arte», mas não encontrando justificação para o segundo.

A importância relativa das profissões pode assim ser aferida pelos vencimentos que auferem, principalmente quando os mesmos se encontram tabelados por decreto, bem como pelo facto de às categorias mais elevadas apenas poderem aceder engenheiros. Um engenheiro subalterno de 1ª classe tem um vencimento total de 90$00, enquanto um arquitecto de 1ª classe, categoria máxima, aufere 75$00.

115.Nessa altura não é possível, na maior parte dos casos, identificar o técnico responsável pelo projecto, apenas, após 1895, o técnico responsável pela segurança de operários. Mas as caligrafias, já que todos os documentos são manuscritos, são uma ajuda para perceber se existe coincidência de técnicos entre processos.

116. O novo mapa de numeração da Rua da Boavista foi aprovado em Reunião Camarária de 9-8-1949, mas durante alguns anos as duas numerações persistem e ainda hoje encontramos edifícios que ostentam a dupla numeração.

117. A pesquisa pelo nome do técnico responsável pode ajudar quando procuramos todas as obras de determinado arquitecto, ou quando existe uma autoria do edifício já atribuída. Mas mesmo no caso das autorias atribuídas, a pesquisa pode não ser operativa, pois existem arquitectos que sistematicamente delegam a responsabilidade da obra noutros técnicos.

118. A pesquisa pelo nome do requerente, no âmbito do presente trabalho é praticamente inoperativa, já que a maior parte dos requerentes, não são conhecidos quando se inicia o trabalho, apenas após a consulta dos processos.

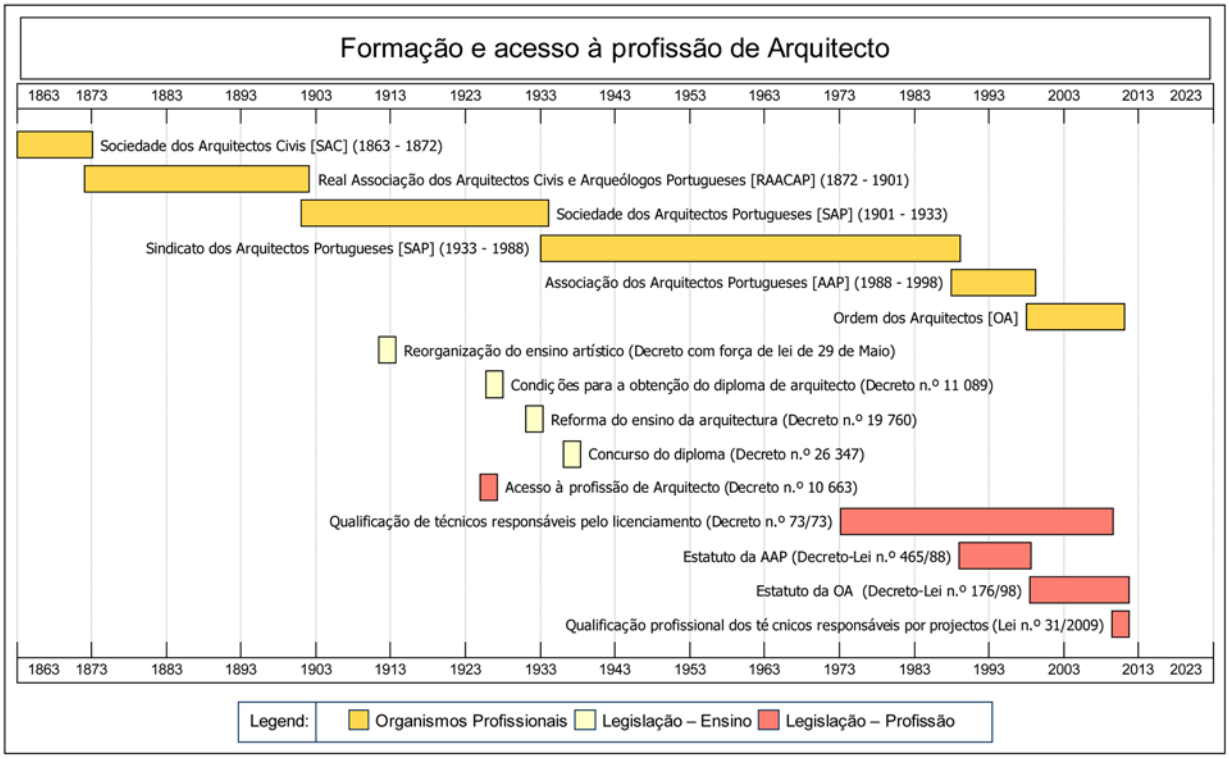


Fig.149 Formação e acesso à profissão de arquitecto. [cronologia 1863-2010]

Os arquitectos ao serviço do Estado, designadamente no Ministério das Obras Públicas, são em número reduzidos comparativamente às outras profissões. No decreto de 24 de Outubro de 1901, ao indicar-se o quadro de pessoal, os seis arquitectos representam 1,69% do total de funcionários. Antes da reorganização de 1889, representavam 1,67% apesar de serem sete, percentagens muito baixas.

Mas o Estado está consciente que *"a redução no quadro dos arquitectos não pode ser mantida facilmente, pois que os serviços próprios desses funcionários tendem a aumentar, tanto em Lisboa, como em todo o país"* (Portugal, 1901-10-24). Estes arquitectos, para além de serviço específico dentro dos Serviços do Ministério, também teriam função consultiva junto dos municípios, excepto no de Lisboa e Porto, pois esses municípios possuíam arquitectos nas suas repartições técnicas.

Na portaria de Dezembro do mesmo ano (Portugal, 1901-12-20b) é publicada a lista dos arquitectos no MOP, dos 7 lugares existentes no quadro, apenas 5 estão ocupados.

Na mesma data é publicada uma lista das pessoas habilitadas com o curso de arquitecto, e que se encontravam ao serviço do Ministério, mas sem pertencer a qualquer quadro. Sete arquitectos, o que é equivalente à própria dotação do quadro do ministério (Portugal, 1901-12-20a).

A formação de arquitectos em Portugal é garantida pelas duas Escolas de Belas Artes, Lisboa e Porto, e pelas Bolsas para pensionistas no estrangeiro, cujo concurso e subvenção é estabelecida pelo Estado.

Mas na prática profissional, para além dos arquitectos que concluem efectivamente a sua formação, existe uma quantidade grande de alunos da escola que abandonam os estudos nos primeiros anos, ou no final do curso geral, não fazendo o concurso de diploma.

Na escola de Belas Artes do Porto, dos 1662 alunos inscritos a partir de 1873[119], apenas 475 concluem o CODA, o que corresponde a menos de 30% do total. O número de aluno que terminam o CODA em cada ano é muito baixo, mas vai crescendo ao longo do tempo, como se pode verificar no gráfico seguinte onde se apresenta a quantidade de arquitectos que terminam a formação por anos.

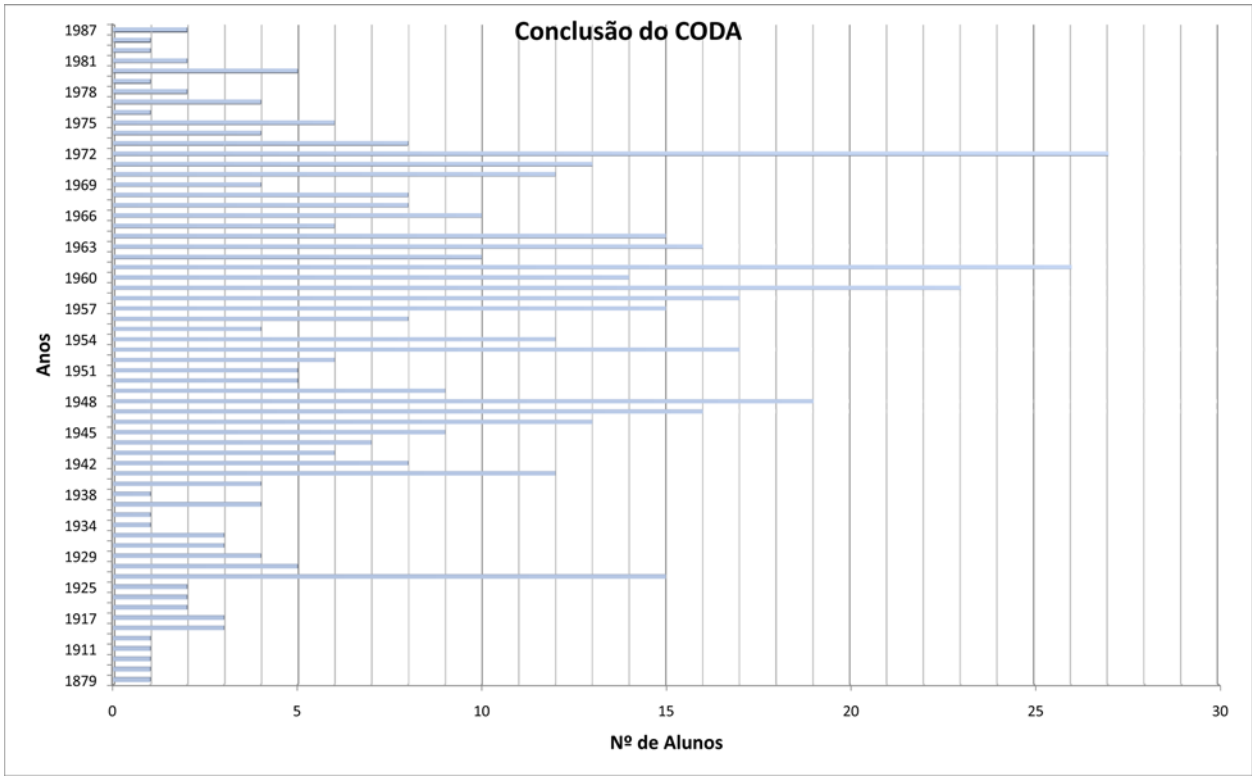


Fig.150 Número de Alunos que concluem os CODAs por anos (CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto)

Estes valores acabam por não ter uma relação directa com o número de arquitectos que exerce a actividade na cidade do Porto, pois é sabido que alguns, não muitos, voltariam às suas terras de origem, alguns também iriam para o ultramar, outros iriam continuar formação no estrangeiro como bolseiros do governo e, em sentido inverso, haveria arquitectos formados pela escola de Belas Artes de Lisboa, ou no estrangeiro, que exercem nesta cidade a sua profissão, consistentemente ou esporadicamente.

O acesso dos construtores civis diplomados, ou dos mestres-de-obras é referido explicitamente na lei de 1924, a primeira que estabelece a obrigatoriedade de o projecto ser assinado por *"um técnico possuindo um curso que habilite para a construção civil, professado num estabelecimento oficial de ensino, nacional ou estrangeiro"* (Portugal, 1924-09-15). A diferença relativa ao Decreto de 1895 é que neste caso a assinatura é uma responsabilidade pelo projecto e não pela execução da obra e segurança de operários, como anteriormente.

119.O primeiro CODA concluído é de um aluno que entra para o primeiro ano em 1873, pelo que se tomou esse ano como referência. Se utilizássemos as inscrições anteriores a essa data a percentagem de conclusões descia para os 25%.

Rigorosamente, o primeiro decreto que explicitamente refere uma responsabilidade pela execução de um projecto é o regulamento para o emprego do *Beton Armado* (Portugal, 1918-03-28), mas, que pelo seu próprio âmbito, é um decreto parcelar, aplicado unicamente a projectos de estabilidade que utilizem esse material. Honra lhe seja feita, pois não deixa lugar para dúvidas, por omissões, situações de transição entre sistemas, ou outros. O responsável terá de ser um engenheiro português.

A primeira lei, de âmbito geral, que estabelece a obrigatoriedade da assinatura de um responsável técnico pelo projecto é a lei nº 1670 de 1924 (Portugal, 1924-09-15). Não é referente apenas a uma especialidade, mas à totalidade do projecto.

Contudo, coloca logo reservas relativas a indivíduos que não possuindo o curso completo, são considerados arquitectos ou engenheiros nos respectivos quadros oficiais, bem como os construtores civis inscritos nas câmaras municipais, mesmo os não inscritos mas já habilitados para a inscrição.

Resumindo, apesar de considerar que apenas técnicos habilitados para a construção civil podiam assinar projectos, por um lado não é feita qualquer separação de competências específicas e por outro, são mantidos todos os privilégios anteriores. Percebe-se que de longe vêm os problemas ligados ao reconhecimento de competências profissionais para a elaboração dos diversos tipos de projectos.

Assim como até 1924 (Portugal, 1924-09-15) não é obrigatória a responsabilidade técnica pelo projecto, nem sequer é fácil cruzar a informação sobre a formação e sobre o exercício da profissão, porque até essa altura, a identificação do arquitecto no processo vai depender muito da «vaidade do mesmo» em identificar os desenhos com um carimbo, ou com uma assinatura legível, mas dispensável nos termos de organização do processo.

Nos processos de licenciamento consultados, muitas vezes é notória a existência de um arquitecto ligado ao projecto mesmo antes de encontramos o pequeno carimbo num dos cantos do desenho. E essa detecção funciona muito mais ao nível da representação gráfica do que pela qualidade arquitectónica do imóvel, porque entre o que eram as modas da época e as cópias de elementos entre projectos (ou entre projectos e edifícios construídos) podemos facilmente ser induzidos em erro.

A distinção mais visível é efectivamente ao nível das características/qualidade do desenho (desenho enquanto ferramenta de representação e não desenho enquanto projecto), entendido não apenas numa questão de rigor de representação, mas também questões de formas de representação, expressão/expressividade do desenho, tipos de papel, quantidade de elementos usados para caracterizar a solução e até a escala dos mesmos. É uma percepção que se torna intuitiva à medida que se folheiam os maços dos processos. A própria espessura do conjunto de folhas entre uma folha de licença e a seguinte permite ter a percepção de estarmos provavelmente perante um projecto de arquitecto ou não, prontamente confirmada pela consulta do termo de responsabilidade. A expressão do desenho também pode ser característica de determinado arquitecto. A título de exemplo, os desenhos de Januário Godinho são facilmente identificáveis, mesmo quando o processo não é subscrito por ele como sistematicamente acontece[120]. Mas

120.O termo de responsabilidade é subscrito pelo arquitecto António Peres Guimarães. Desenhos podem ter ou não identificação do Januário Godinho. A identificação é confirmada por publicações e consulta do espólio do arquitecto existente no centro de documentação da FAUP.

mesmo quando, pela observação do desenho, não se consegue identificar O Arquitecto, consegue-se identificar UM Arquitecto, certamente pelos percursos formativos que não variam muito[121].

Nas memórias descritivas também é possível encontrar algumas diferenças, embora as mesmas não sejam tão evidentes e caracterizadoras. Questões de justificação de concepção, quase invariavelmente, só aparecem em projectos subscritos por arquitectos, embora possam não aparecer em todos os projectos (aparecem quando se justificam, ou julgam justificar).

Nas primeiras décadas do século XX, na questão da qualidade das descrições construtivas, geralmente também se nota a existência de um técnico com mais habilitações do que o mestre-de-obras que assina o termo de responsabilidade pela segurança. Mas aí também a investigação é muito condicionada para estas primeiras décadas, pois só por comparações de caligrafias (que em alguns casos foram feitas) se consegue perceber o mesmo técnico por trás de vários projectos com termos de responsabilidade diferentes, e a não coincidência da caligrafia de um termo de responsabilidade com o de uma memória descritiva.

Notoriamente nesta altura quem assina os termos de responsabilidade são mestres-de-obras que não são responsáveis pelo projecto. Pela escrita trémula, alguns deles apenas saberão assinar o nome e quando muito saberão, sofrivelmente, ler e escrever ou nem isso. As memórias descritivas, mas também os próprios textos dos termos de responsabilidade são feitos por outros, como atestam as diferentes caligrafias, quer das peças escritas, quer dos desenhos dos projectos. E como atestam também as descrições construtivas que se repetem entre projectos com termos de responsabilidade subscritos por pessoas diferentes. Os processos já atrás referidos subscritos por António Cardoso Botelho, estão nessas circunstâncias. As duas memórias descritivas têm caligrafias diferentes entre elas e ambas diferentes da assinatura do termo de responsabilidade. Este (aparentemente) mestre-de-obras assina bastantes termos de responsabilidade nos processos que consultamos no final do século XIX e início do século XX e a questão das caligrafias mantém-se em todos. Com que técnicos trabalharia ele? Essa é uma curiosidade insatisfeita e talvez impossível de satisfazer.

A passagem de responsabilidade entre técnicos não era habitual (ainda hoje acontece com pouca frequência) mas encontrei dois processos com passagem da responsabilidade da obra entre dois mestres-de-obras, de António Pereira da Silva para Manoel Ferreira Ribeiro. Os processos iniciam-se em Junho e Julho e em Novembro e Dezembro, respectivamente, os Termos de Responsabilidade são alterados. Terá falecido o primeiro dos mestres-de-obras? Ter-se-á responsabilizado por mais obras do que as que o decreto de 1895 lhe permitia, em simultâneo ou anualmente, ou teria incorrido em algum tipo de sanção? Ficou apenas a curiosidade do facto, pois não foi possível avançar mais na investigação, nem era determinante.

Mesmo a partir de 1924 essa questão não fica totalmente clara. Continuamos a ter termos de responsabilidade não subscritos pelos responsáveis pelo projecto, nalguns casos, nota-se que por comodidade de serviço de atelier, já que os termos são assinados por arquitectos, mas não pelos responsáveis maiores do projecto, noutros casos, quando o edifício já tem alguma pequena parte em betão armado, o engenheiro responsável pelos cálculos subscreve a totalidade dos projectos e até encontramos exemplos evidentes de fornecimento (mediante pagamento ou não, não o

121.Durante muito tempo a formação em arquitectura era ministrada pelas duas escolas de Belas Artes, de Lisboa e do Porto, pelo que não tínhamos a diversidade de formações que hoje temos, com quase três dezenas de escolas de arquitectura num país pequeno como Portugal.

poderemos afirmar) de termos de responsabilidade assinados, com a assinatura do técnico reconhecida, anos antes da entrada do processo em câmara e com a indicação do requerente e local da obra preenchidos com caligrafia e cor de tintas diferentes. Claro que essas tão descaradas evidências de «favores» não são muitas, comparadas com o universo total, mas as suficientes para se tornarem notadas ao longo da consulta de diversos processos.

Contudo, como a formulação da lei já refere a assinatura do técnico no projecto, o que se começa a verificar, na consulta dos processos de licença de obra, é que apesar de a declaração de responsabilidade ainda ser feita nos termos do art. 6º do decreto de 1895, a percentagem de arquitectos (e engenheiros) que assina os projectos que elabora começa a aumentar. E mesmo quando o termo é assinado pelo construtor civil responsável pela execução da obra, as peças desenhadas incluídas no processo são muitas vezes assinadas pelo seu respectivo autor, ou levam aposto o carimbo e contacto do mesmo.

Tal vem facilitar a investigação pois permite o estabelecimento de autorias de projecto, o que anteriormente era difícil e em muitos casos impossível.

Apesar de haver uma relação entre descrições mais completas e técnicos mais habilitados, essa relação já é mais ténue, e as questões relacionadas com sistemas construtivos e condicionantes de execução aparecem indiferenciadamente em processos subscritos por arquitectos, engenheiros ou construtores civis diplomados, sendo mais determinados pelas características do próprio edifício (novos materiais, sistemas novos de construir) do que pela forma usual de actuar dos técnicos nos processos de licenciamento. Mas a descrição mais detalhada encontradas nos processos consultados era subscrita por um construtor.

Técnicos que ficaram conhecidos pela atenção às questões construtivas podem ser parcos nas descrições relativas aos sistemas e materiais de construção que fazem dos seus próprios edifícios. Um exemplo disso é o processo de licenciamento do edifício Parnaso, em que a memória é quase completamente omissa em relação a esses aspectos[122], e contudo, José Carlos Loureiro é reconhecido pela durabilidade dos edifícios que projecta (com uma ou outra excepção) e pela sua actividade pedagógica nessa área.

A riqueza das descrições construtivas existentes nos processos de licenciamento é encarada como uma preciosa descoberta, uma vez que em relação a edifícios mais antigos cujos projectistas já faleceram, os únicos[123] elementos disponíveis para a determinação dos sistemas construtivos e materiais utilizados são os constantes no processo de licenciamento, já que mesmo nos espólios ainda existentes, os elementos de execução são praticamente inexistentes.

Se por um lado os sistemas construtivos não variavam muito dentro de uma determinada época e mesmo dentro do período de análise, a verdade é que pequenas diferenças podem ter grandes implicações quando se trata de tipificar o comportamento, por exemplo de uma parede, ou de projectar a sua reabilitação.

Os elementos mais informativos seriam necessariamente os referentes à execução quando os mesmos constituem um processo explícito da forma de fazer (caderno de encargos e desenhos de pormenor), mas em

122. O projecto de BA diz mais, mas mesmo assim, diz muito pouco relativamente aos sistemas construtivos e materiais utilizados.

123. Quando falamos de "únicos", estamos referindo-nos a fontes documentais. É sempre possível fazer ensaios e sondagens, mas a carotagem de paredes para análise e ensaio não foi método utilizado no presente trabalho. A observação directa e a dedução serão outros dos métodos possíveis.

pequenas obras, feitas por administração directa, muitos desses elementos nunca existiram de um modo formal (transmissível e não facilmente perecível). A ideia de que o projecto se vai fazendo (detalhando) na obra, que ainda é comum actualmente entre alguns arquitectos, era-o mais ainda nessa altura.

Na fase inicial desta investigação e em relação aos edifícios mais antigos[124] analisados, só tinha sido possível ter acesso parcial a esses elementos no caso de um dos edifícios, o Parnaso, porque os mesmos foram guardados pelo dono de obra. Posteriormente, com uma nova incorporação no CDFAUP do espólio de Arménio Losa, tivemos também acesso a elementos desenhados do projecto de execução do Edifício da Carvalhosa.

Os arquitectos geralmente não valoriza(va)m esses elementos técnicos necessários para execução para além do *terminus* da obra, mais ainda, porque à época da sua elaboração, eram apenas a constatação de um saber instituído, de uma forma de fazer corrente, que se repetiria nas obras seguintes, como já vinha das obras anteriores. Alguns desses elementos não são guardados como elementos do processo de uma obra, mas como elementos genéricos de utilização em diversas obras, a «gaveta dos pormenores», existente em muitos gabinetes, e que se torna a «escola do saber construir» dos mais novos.

Hoje a nossa perspectiva é diferente, valorizaríamos esses elementos se a eles pudéssemos ter acesso, embora continuemos a cometer o mesmo erro relativamente à nossa produção actual. Valorizamos a forma arquitectónica e esquecemos o genoma construtivo do edifício.

A.1. Análise de processos de licenças de obras

A apresentação e análise deste conjunto de mais de cinquenta processos organiza-se em dois níveis distintos, decorrentes da informação disponível para cada edifício e do interesse da mesma no contexto do trabalho.

O primeiro nível, mais básico, corresponde apenas a uma referência breve ao edifício, identificando-o (e apresentando-o) através de uma fotografia, designação habitual (caso exista uma), localização, código da ficha de levantamento (que permite localizá-la no Volume 3), autor e responsável pelo projecto de arquitectura (pode ser a mesma ou diferentes pessoas), localização das fontes disponíveis, identificação e referência do processo de licenciamento, e materiais de revestimento de fachada. Em alguns casos são colocadas informações adicionais sobre o processo que foram consideradas relevantes. Esta apresentação destina-se a dar a conhecer o universo de análise através de alguns edifícios, já que o conhecimento dos mesmos informou o estudo geral, cruzando fichas de levantamento com processos de licença de obra, sendo usada uma ordenação cronológica simples.

Num segundo nível, relativamente a um conjunto mais reduzido de edifícios, é feita uma análise mais detalhada que tenta agregar exemplos segundo alguns parâmetros específicos, como sejam as autorias, os sistemas construtivos, materiais, tipo de promoção, etc. Dentro de cada um dos aspectos analisados mantém-se a organização cronológica, mas a mesma não pode ser mantida na relação com a totalidade dos edifícios apresentados[125]. Incluídos

124.A passagem para o CAD veio ajudar à preservação de elementos das diversas fases do projecto. Contudo essa facilidade também pode ser perniciosa, uma vez que também não estabelece uma triagem relativamente ao que é importante ou não preservar, acumulando dados sem benefício aparente de aumento de informação.

nestes filtros de análise mais detalhada são incluídos alguns edifícios com apresentação simplificada, porque apenas é importante o reconhecimento da existência do caso, e não a sua análise.

Decorrente do facto de a consulta das licenças de obras ter sido mais abrangente e sistemática até ao final da década de trinta e mais cirúrgica e direccionada a edifícios específicos para as licenças posteriores a essa data, existe uma distribuição temporal assimétrica.

Os edifícios analisados com detalhe na segunda parte desta dissertação não foram incluídos neste ponto, para não existir duplicação, embora sejam referidos quando isso faz sentido no contexto.

A.1.1. Manuel Marques, Amoroso Lopes e Júlio de Brito

Manuel Marques trabalhou em parceria com vários colegas, entre eles Amoroso Lopes e Júlio de Brito. Nas licenças consultadas para as áreas de análise encontramos algumas subscritas por Manuel Marques e Amoroso Lopes (6), uma subscrita por Júlio de Brito e Manuel Marques, e várias subscritas isoladamente por Júlio de Brito (11). Encontramos também seis licenças subscritas isoladamente por Manuel Marques e duas por Amoroso Lopes, mas aparentemente pela data dos processos, e pela forma de instrução dos mesmos, devem corresponder também a projectos em parceria.

Face às idades respectivas (Manuel Marques e Manuel Amoroso Lopes nasceram em 1890, e Júlio de Brito em 1896), percursos e formações, percebe-se que a parceria entre Júlio de Brito e Manuel Marques surge numa fase inicial da carreira do primeiro, mas que não se mantém ao longo do tempo.

Manuel Marques é natural de Avintes, Vila Nova de Gaia, onde nasceu no dia de Natal de 1890, filho de um entalhador, Adolfo Marques e de Esperança Francisco Pinto. Os irmãos Adolfo e Francisco seguem a tradição paterna e tornam-se mestres de talha (Universidade Digital, 2009b). Ingressa na Escola de Belas Artes do Porto em 24-10-1902, ainda com 11 anos de idade, frequentando a mesma até 1913.

O período que medeia entre a saída da Escola de Belas Artes, com o 4º ano de Arquitectura civil, e o final da primeira Guerra Mundial, quando ruma a Paris, como pensionista do Estado, pensa-se que o terá passado entre a oficina familiar e o atelier de José Marques da Silva. Obtém o Diploma de Arquitecto do Governo Francês, em Novembro de 1930.

Foi professor da Escola de Belas Artes do Porto (2ª Cadeira - Ornato) a partir de Março de 1927 (Universidade Digital, 2009b). Foi ainda vogal do Conselho de Estética da CMPorto durante vários anos. Faleceu em Outubro de 1956.

Manuel Amoroso de Matos Lopes é natural de Ponte de Lima, filho de Domingos José da Silva Lopes, tendo nascido em 6 de Fevereiro de 1890. Matricula-se na Escola de Belas Artes do Porto em 20-10-1906, estabelecimento que frequenta até ao ano lectivo de 1910/1911. Foi bolseiro do Estado em Paris, no período posterior à primeira Guerra Mundial, tendo sido colega de Manuel Marques (Universidade Digital, 2009b), com quem mais tarde estabelece parceria profissional, mas não obtém certificação oficial. Obtém o Diploma de Arquitecto pela Escola de Belas Artes do

125.Para mais facilmente identificar os edifícios que fazem parte da apresentação simplificada, os elementos a eles referentes estão marcados com uma trama colorida, da mesma forma que se faz para os hipertextos ao longo de todo o trabalho.

Porto em 1926, na sequência da alteração legislativa que determina os termos do uso do título de arquitecto (Portugal, 1925-03-31, 1925-09-17)[126].

Júlio José de Brito, nasce em 1896 em Paris, filho de uma cidadã Francesa, Isabelle Ruffier Poupelloz de Brito, e do pintor José de Brito (Universidade Digital, 2009a). Tem formação dupla em arquitectura e engenharia, cursos que frequenta em simultâneo. Frequenta a Escola de Belas Artes entre Outubro de 1907 e Março de 1926, altura em que obtém o diploma de arquitecto.

Inicia a sua vida profissional como professor no Liceu Rodrigues de Freitas entre 1922 e 1926. É professor da Escola de Belas Artes entre 1926 e 1964. Faleceu em 1965.

Tem uma obra de arquitectura extensa, trabalhando isoladamente ou em parcerias várias.

Foto[a]	Edifício	Cod. Referência	Projecto	Fontes
	Local	Início de Licenciamento	Revestimento de Fachada	Licença
	Moradia Domingos Fernandes	[PMA 151]	Manuel Marques e Júlio de Brito	AHMP
	Praça Mouzinho de Albuquerque, 151	1927	Reboco pintado Mármore colado	Lic nº 647/27 (CMPorto, Marques & Brito, 1927)[b]

a.Os cabeçalhos apenas são colocados neste primeiro quadro. A ordem dos campos é a mesma em todos os quadros, que não serão numerados.

b."Memória Descritiva:

As fundações assentam em terreno firme e serão asfaltadas. As paredes em elevação serão de perpianho comum 0,30 m de espessura. A fachada principal será toda revestida a mármore. As madeiras a aplicar nesta construção serão de pinho nacional, excepto as exteriores que serão de castanho. As paredes que formam a cozinha serão umas em perpianho e outras em tijolo. […]

O pavimento do subsolo será feito em betonilha. […]

A chaminé será feita em tijolo e terá a secção necessária para uma boa tiragem. Os w. closets terão bacia com sifão ventilado e autoclismo com descarga de águas" (CMPorto, Marques &Brito, 1927).

Em 2 de Fevereiro de 1927 entra na CMPorto o pedido de licenciamento de uma moradia na Praça da Boavista (hoje Praça Mouzinho de Albuquerque), projecto da autoria de Manuel Marques e de Júlio de Brito. O termo de responsabilidade pela segurança de operários é assinado por Agostinho de Sousa, contudo os desenhos têm a assinatura de *"Manuel Marques, arquitecto"* e *"Júlio de Brito, engenheiro"*.

Apesar de na memória descritiva de arquitectura não aparecerem mencionados trabalhos de betão armado, os respectivos cálculos são apresentados, assinados por Júlio de Brito. Mais uma vez o termo de responsabilidade é subscrito por outro, o engenheiro civil Manuel Alves Lopes Lima.

Encontraram-se outras obras de Júlio de Brito nas mesmas circunstâncias, isto é, em que ele é o autor dos cálculos, mas não o responsável pelos mesmos a nível de licenciamento, o que leva a inferir que esta era uma forma

126."*[…] Manuel Amoroso de Matos Lopes filho de Domingos José da Silva Lopes, natural de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo, concluindo o curso de arquitectura civil no ano lectivo de 1910/1911 […] é conferido ao mesmo senhor Manuel Amoroso de Matos Lopes o presente duplicado do diploma de arquitecto, passado por esta escola em 1926, conforme foi autorizado por despacho ministerial de 9-6-1933. 14-6-1933*" (CMPorto, 1941:26)

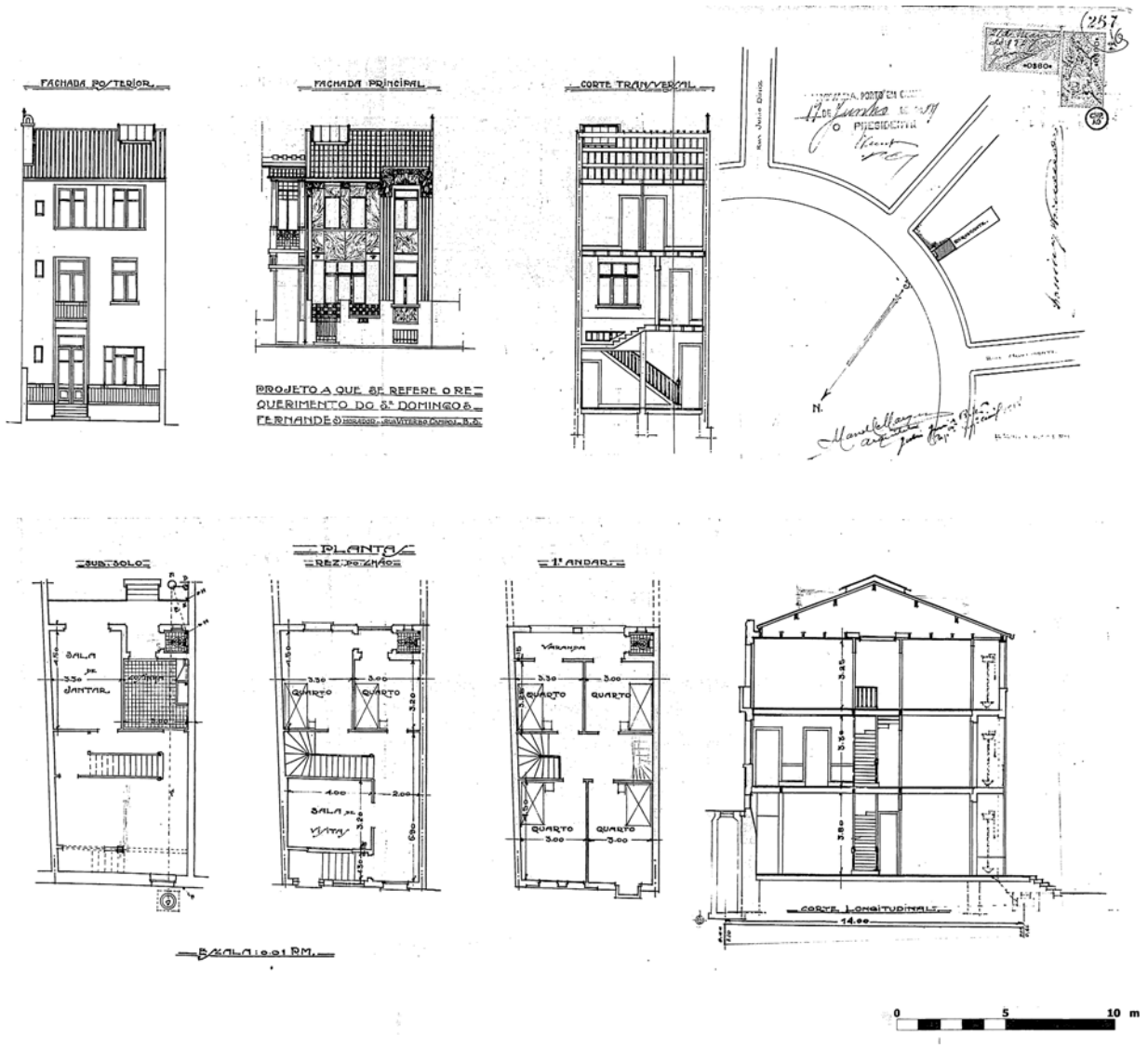


Fig.151 Projecto de licenciamento.

(CMPorto, Marques & Brito, 1927)

de actuação habitual nele. Não sabemos se poderia ser uma questão de inscrição camarária a ditar esta forma de actuação. Apesar de usualmente ser apresentada como data de formação em engenharia civil o ano de 1924 (Universidade Digital, 2009a), encontramos um documento que apresenta o ano de 1946. Os livros de inscrições de técnico na CMPorto para a década de vinte não conseguiram ser localizados, apenas os referentes à reinscrição que se dá na década de quarenta (CMPorto, 1941:23) na sequência da entrada em vigor do novo Código Administrativo. Neste processo é apresentado em 1941 o comprovativo da obtenção de diploma de arquitecto em 1926 e é averbado em 8 de Julho de 1946 o comprovativo da obtenção do curso de engenharia civil, documento datado de Março desse mesmo ano[127].

O edifício, do ponto de vista da distribuição espacial e do sistema construtivo geral, não apresenta inovação, para além talvez da forma como é resolvido o acesso principal a partir da rua, não directamente como era usual, mas

através de um recuo da fachada ao nível do rés-do-chão e de um lanço de escadas, ainda exterior, que corre paralelamente à fachada principal.

As paredes resistentes são de perpianho de 30 cm de espessura, a generalidade dos pavimentos tem estrutura e revestimento de madeira de pinho nacional, assim como todas as carpintarias interiores. As carpintarias exteriores são em castanho, madeira que resiste muito melhor às variações de humidade.

As paredes interiores da cozinha, por questões de segurança contra incêndio, são em perpianho e tijolo, consoante a localização. A chaminé será igualmente em tijolo. A laje da cozinha, por idênticas razões, é de betão armado.

A obra de betão armado é reduzida[128], correspondendo essencialmente a uma escada e a uma zona de laje, de vão reduzido e espessura ainda mais diminuta. A laje, para uma área de 3,30 x 1,20, tem uma espessura de 6 cm. Existem três vigas com um vão de 3,00 m e uma secção de 0,18 x 0,20 m. Um pilar com uma altura de 3,80 m e uma secção de 0,20 x 0,20 m.

Do ponto de vista construtivo, vale a pena referir neste edifício como uma inovação relativamente ao que era a prática corrente na época, a execução do revestimento da fachada principal por uma placagem de mármore.

A pedra à vista, geralmente de granito no Norte do país, era algo usual, mas correspondia a uma construção em material aparente, cantaria mais ou menos trabalhada, ou alvenaria.

O que não era comum no Porto (na zona em análise não encontramos nenhum exemplo anterior ou coevo) é a utilização de um revestimento em pedra natural, de espessura reduzida, uma «placagem» na linguagem actual.

A opção por um revestimento de pedra no exterior, trabalhado, que aparece logo referido no processo de licenciamento, é importante pelo carácter inovador da solução e pela ligação com movimentos arquitectónicos internacionais, designadamente os saídos da Exposição de Artes Decorativas de 1925, em Paris, ainda sem expressão na cidade do Porto. Este revestimento, por um lado, informa-nos que a serragem de pedra em espessuras reduzidas é já possível em Portugal nesta altura, e por outro lado entronca (pelo menos pela via prática) nas correntes que encaram a essência da arquitectura como «têxtil», dando importância ao revestimento como conformador e caracterizador do espaço e do objecto arquitectónico.

A pedra serrada em placas finas que permitem o revestimento de uma fachada com materiais mais nobres do que aqueles que formam a sua estrutura, começa a ser possível, e a um custo acessível, a partir do momento em que é aplicado o vapor como força motriz às serrações de pedra, mecanizando o processo.

---

127. "*[…] fazemos saber que Júlio José de Brito, filho de José de Brito, natural de Paris (França), tendo frequentado as cadeiras que constituem o curso de engenharia civil, na conformidade do decreto 7 332, de 29 de Janeiro de 1921, e obtido aprovação nos respectivos exames, sendo com distinção com 16 valores na cadeira de caminhos de ferro, e efectuado os tirocínios e trabalhos de oficinas e laboratórios, concluiu em 1946 (sic) o referido curso de engenharia civil; e resultando do apuramento do seu curso ter obtido média final de Catorze valores, […] 5-3-1946*" (CMPorto, 1941)

128. "Memória Descritiva Betão Armado:

Laje, vigas, escadas e pilar em cimento armado a construir na Rotunda da Boavista no prédio do senhor Domingos Fernandes" (CMPorto, Marques & Brito, 1927)

Anteriormente, o modo de separar as pedras do bloco mãe, ou da própria pedreira, era feito essencialmente com recurso a furação contínua e ao aproveitamento da capacidade expansiva da madeira quando molhada, colocada dentro dessa furação, auxiliada por sistemas de cunhas que iam submetendo a pedra a tensões que levassem à ruptura.

Este sistema não permitia a execução de finas placas de pedra, que se coadunassem com uma função de revestimento.

	Moradia	[AM p769]	Manuel Marques	AHMP
	Avenida de Montevideu, 760-764	1936	Reboco pintado	Lic. nº 422/36 (CMPorto & Marques, 1936b)

	Moradia Branca Costa	[ABP p3870]	Manuel Marques	AHMP
	Avenida da Boavista, 3870	1936	Reboco pintado	Lic. nº 1659/36 (CMPorto & Marques, 1936c)[a]

a. "*Os alicerces assentam sobre terreno firme e serão asfaltados. O pavimento do rés-do-chão é parte em mosaico e parte em soalho, de acordo com o indicado nas plantas. As paredes em elevação são de perpianho de 0,28 e as interiores de 0,22. A armação será construída em madeira de pinho com as necessárias secções e coberta com telha de canudo mas de engate tipo marselha. […]*

A garagem embora tenha cobertura em telha, levará telha em rede com argamassa de cimento" (CMPorto & Marques, 1936c).

Posteriormente entra um aditamento a informar que a estrutura da garagem será metálica, em vez de madeira, como inicialmente.

	Moradia	[AMGC p0338]	Manuel Marques	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 338	1935	Reboco Pintado Marcações em cantaria	Lic. nº 169/36 (CMPorto & Marques, 1936a)[a]

a. *Betão armado apenas é utilizado na cobertura da garagem.*

	Moradia	[ABP p4974] [ABP p4994]	Manuel Marques e Amoroso Lopes	CMP AHMP
	Avenida da Boavista 4974/4994	1936	Reboco Pintado	Lic nº 322/37 Lic nº 22/39 (CMPorto, Marques & Lopes, 1937)[a] (CMPorto, Marques & Lopes, 1939)

a. "*Os alicerces assentarão em terreno firme e serão asfaltados. O pavimento do rés-do-chão é parte em madeira e parte em mosaico. As paredes de elevação são de perpianho de 0,28 meia falha e as interiores de 0,22. A armação será construída de madeira de pinho nacional com as necessárias secções. […]*

As chaminés serão feitas em tijolo, ficando o seu paramento afastado 0,22 dos madeiramentos. As fachadas à excepção da posterior levarão um soco em pedra tosca, assim como o muro principal o qual além do soco levará uma pilastra e cunhais do mesmo material. A parte reservada aos serviços a qual fica no fundo do terreno, será coberta com telha igual à do restante edifício, levando os tectos das garagens em rede com cimento " *(CMPorto, Marques &Lopes, 1937).*

A licença para a construção deste edifício, duas moradias geminadas, foi concedida em 1937, depois de um processo longo de cerca de meia dúzia de anos que considerava que *"Em virtude do projecto do parque da cidade só [devia] ser concedida licença para obras neste local, a título precário"* (CMPorto, Marques & Lopes, 1937). O traçado da avenida da Boavista nesta zona ainda não estava todo formal e efectivamente estabelecido, pois foi ainda feita cedência em troca da edificação do muro com o arruamento.

A conjugação das duas moradias geminadas é interessante pois não joga com uma simetria absoluta, antes faz uma composição total do conjunto, jogando com rotações da orientação de compartimentos.

O sistema construtivo é o tradicional, de alvenarias resistentes de pedra e estrutura de pavimentos em madeira. A cobertura da garagem seria em estrutura de madeira com telha, mas inferiormente revestida com uma rede com cimento, por questões de segurança contra incêndio. Tal não foi achado suficiente e foi solicitada alteração.

No aditamento já se refere que *"os tectos das garagens serão em cimento armado, para o que se junta os respectivos cálculos"* (CMPorto, Marques & Lopes, 1939). A responsabilidade dos cálculos é do engenheiro Jorge Vieira Bastian.

	Moradia	[ABP i4719]	Amoroso Lopes	CMP
	Avenida da Boavista, 4719	1938	Reboco pintado	Lic. nº 761/39 Processo nº 16459/38 (CMPorto & Lopes, 1939)

Este projecto corresponde a um aditamento a um projecto anterior que não conseguiu ser consultado. Incluiu as alterações executadas no decurso da obra. É assinado por Amoroso Lopes, mas não conseguimos saber se em parceria com Manuel Marques.

As alterações apresentadas não alteram a estética do edifício nem o sistema construtivo. Aspecto que vale a pena salientar é o facto de

> *"as dependências que constam do projecto, [serem] para construir em blocos de cimento argamassados com cimento e cal hidráulica e cobertura em telha Marselha, em armação de madeira de pinho carbonilada"* (CMPorto & Lopes, 1939).

O carbonil, como material preservador das madeiras, é referenciado em vários projectos da década de trinta. Actualmente continua a ser comercializado na Bélgica, como um produto natural e ecológico para protecção de madeiras exteriores, constituído por uma dissolução aquosa de óleo de linhaça. Não encontramos a indicação da sua comercialização em Portugal sob esta designação.

	Edifício	[RB i799]	Júlio José de Brito	CMP
	Rua da Boavista com a Rua Augusto Luso	1937	Reboco pintado	Lic. nº 848/38 (CMPorto & Brito, 1938)

Em Junho de 1938 foi licenciado pela CMPorto um projecto de Júlio José de Brito, referente a uma grande remodelação de um edifício, situado no gaveto da Rua da Boavista com a Rua de Augusto Luso. Tal como era referido no requerimento pretendia-se *"Reconstruir prédio e aproveitar as paredes"*. O licenciamento do edifício que existiria naquele local e cujas paredes foram aproveitadas não conseguiu ser localizado, pelo que não é possível aferir o que é projecto novo e o que decorre do edifício existente, para além da descrição da memória que acompanha o projecto, e de algumas deduções próprias, já que o projecto não foi apresentado com «vermelhos e amarelos».

> *"As paredes exteriores serão aproveitadas, apenas modificado o gaveto, que será puxado ao alinhamento. Será reconstruída a escada, em cimento armado, assente nas paredes laterais que são em blocos de cimento. Serão em cimento armado os pavimentos das cozinhas e quartos de banho e bem assim a escada de serviço, nas traseiras do prédio"* (CMPorto & Brito, 1938).

Contudo, pela imagem do edifício, consegue-se perceber que mesmo que as paredes tenham sido mantidas, como referido, todo o ritmo de fenestrações foi alterado, bem como o tipo de distribuição interna. A planta de 1892 de Teles Ferreira permite perceber algumas das condições de alteração. O edifício inicial fazia parte de uma frente contínua de construção que foi cortada aquando da abertura da actual Rua de Augusto Luso, pela continuação, para o lado Sul, da Travessa da Boavista. O que é actualmente a fachada Poente para a referida rua era a parede de meação com o edifício seguinte, pelo que todo o desenho de alçados foi redefinido numa nova imagem de conjunto, que faz a articulação do gaveto com o novo arruamento.

Interessante neste projecto é a forma como se pretendia manter o sistema construtivo anterior de pavimentos de madeira e divisórias de fasquio, apesar da intervenção e da alteração de imagem preconizadas. Assim,

"Dos restantes pavimentos conservar-se-ão os existentes, por se encontrarem em bom estado. As divisórias serão em tabiques dobrado, fasquiado pelas duas faces, para serem estucados. Os tapamentos da cozinha e quartos de banho serão em tijolo furado ao alto, sendo as paredes destas dependências guarnecidas com azulejo até à altura mínima de 1.50 m e os pavimentos revestidos com mosaico. Os pavimentos das caves serão revestidos com betonilha, sendo esta impermeabilizada. A armação do telhado será em pinho e a cobertura em telha tipo Marselha. As águas das chuvas, serão recolhidas em caleiras e por meio de condutores levadas para a valeta da rua" (CMPorto & Brito, 1938).

À memória dactilografada é acrescentado, com a caligrafia de Júlio de Brito, que *"interiormente todas as paredes serão rebocadas e caiadas e bem assim os tectos que serão estucados. Exteriormente o soco será em cantaria e o restante das paredes serão impermeabilizadas para receber um guarnecimento de cal hidráulica, cimento e areia"* (CMPorto & Brito, 1938).

Apesar das pretensões do técnico e do dono de obra de redução de custos da intervenção pela manutenção da estrutura de pavimentos e paredes em madeira, a inspecção de incêndios determina que o

"Tecto da cave da loja [seja] em betão armado assim como as escadas interiores e exteriores e os pavimentos desde a fachada posterior até aos quartos de banho, inclusive; paredes exteriores caixa de escada interior paredes da cozinha chaminés e sacos em pedra ou tijolo ou betão [assim escrito, sem vírgulas] " (CMPorto & Brito, 1938).

Com esta imposição camarária a zona de betão armado é muito aumentada, correspondendo a quase metade da área em planta, num edifício com um desenvolvimento reduzido. Com uma área já pequena de manutenção da estrutura de madeira seria expectável que se optasse pela totalidade da laje do piso em betão armado, por facilidade de execução e convivência de sistemas mas tal não sucede. É apenas construído em betão o que resulta da imposição municipal, lajes maciças de betão armado com 9 cm de espessura.

O responsável pelo projecto de betão armado é o engenheiro Jorge Vieira Bastian.

	Edifício	[RB i551]	Júlio José de Brito	CMP
	Rua da Boavista	1939	Reboco pintado Cerâmico Cantaria de ferro Fibrocimento (empena)	Lic nº 721/39 (CMPorto & Brito, 1939)[a]

a. "*Os alicerces serão de perpianho ao baixo sendo a argamassa de cimento e areia ao traço 1.4 e ao nível das soleiras, serão estes asfaltados, dobrando o asfalto 0,10 para cada lado. As paredes exteriores serão em perpianho sendo a argamassa empregada, também de cimento e areia no traço 1:4.*

Exteriormente, estas serão devidamente impermeabilizadas.

A cobertura será em telha tipo Marselha assente sobre armação de pinho.

Toda a esquadria exterior será em castanho e a interior em pinho. Será também em pinho todo o vigamento, linhas de estuque e barrotame, sendo certas madeiras pintadas com carbonilo.

[…] com excepção do das caves, cozinha, quarto de banho e W.C. serão de tijolo, assentes com argamassa de cimento e areia.

Os pavimentos de cozinha, copa, quarto de banho e W.C. serão em cimento armado para receber mosaico […]

As chaminés da cozinha e caldeira de aquecimento, serão em tijolo e o saco do fogão em cimento" *(CMPorto & Brito, 1939).*

Este edifício tem o seu processo iniciado em Julho de 1939 e tem licença emitida quatro meses depois, com projecto de arquitectura de Júlio José de Brito, e de Jorge Vieira Bastian, o betão armado, à semelhança do anterior. Localiza-se na Rua da Boavista, n.º 551, confrontando a Poente com o Bloco da Carvalhosa, que será estudado no Capítulo 2.1. A empena Poente sem encosto de construção pelo recuo de implantação do Bloco da Carvalhosa, foi tratada por Arménio Losa com uns elementos decorativos que acabaram por ser executados em fibrocimento.

Corresponde a um conjunto de duas moradias, com acessos independentes, usando o sistema construtivo habitual desta época, de alvenarias resistentes de pedra, estrutura de pavimentos em madeira na zona corrente, e em betão armado apenas na zona de águas.

Como aspecto a salientar, o facto de se referir explicitamente a proveniência da cal a usar no revestimento das paredes interiores, aspecto que encontramos em alguns outros projectos. Assim,

"Exteriormente todas as paredes serão rebocadas com cimento, cal hidráulica e areia e interiormente com argamassa de cal da Figueira, areia e saibro" (CMPorto & Brito, 1939).

As descrições constantes de algumas memórias indicam que o mesmo poderia ser aplicado a quente.

"A cobertura da habitação será em telha tipo Marselha, com as precisas vedações em chapa de ferro zincado. A armação será solidamente estabelecida com peças de boa madeira de pinho nacional, tendo as secções próprias, banhadas em «carbonil» fervente" (CMPorto & Dias, 1935).

	Edifício	[PMA 160]	Manuel Marques e Amoroso Lopes	CMP
	Praça Mouzinho de Albuquerque, 160	1938	Reboco pintado	Lic nº 1220/38 (CMPorto, Marques & Lopes, 1938)[a]

a. "*Os alicerces assentam em terreno firme e serão asfaltados na parte superior. Todas as paredes em elevação serão em perpianho de 0,30 e revestidas a argamassa de cimento e as interiores de 0,22. Todos os pavimentos bem como as escadas serão de cimento armado e os tabiques em tijolo. […] soalhos, sendo estes assentes sobre sarrafos de castanho colocados no cimento*" *(CMPorto, Marques &Lopes, 1938).*

Este edifício para rendimento, propriedade de Júlio César Eugénio, tem projecto de Manuel Marques (termo de responsabilidade) e Amoroso Lopes, com projecto de betão armado de Jorge Vieira Bastian, e é licenciado no último trimestre de 1938. Comparativamente aos edifícios apresentados anteriormente, os pavimentos já são na totalidade em betão armado, lajes vigadas, como são designadas, com 10 cm de espessura, e as paredes divisórias interiores são também já executadas totalmente em tijolo.

Da observação dos desenhos de projecto ressalta o facto de a laje de betão armado assentar na totalidade da parede de alvenaria, mas mantendo em betão apenas os 10 cm de espessura da laje, isto é, não é executada nenhuma cinta de bordadura com maior secção, como se observa noutros projectos. A generalidade das lajes é armada apenas numa direcção (vãos máximos na ordem dos 3 metros), existindo apenas uma armada nos dois sentidos (vãos superiores a 3 metros).

A.1.2. João Queirós

João Queirós[129], o Capitão, como alguns o chamavam, ou o «Sejoão»[130], como outros o denominavam, nasceu em Santo Ildefonso, Porto, em 23 de Junho de 1892, filho de Abílio Sequeira Pinto de Queiroz. Cursou a Escola de Belas Artes entre 1911 e 1926[131], após a reforma do ensino da arquitectura.

Era um homem prático, nada perdido nas discussões teóricas da arquitectura. A forma como iniciava as suas memórias descritivas era disso reflexo: *"O projecto será em estilo moderno a fim de se coadunar melhor com as exigências actuais"* (CMPorto & Queirós, 1930). Ou *"O conjunto das fachadas é baseado no estilo português dando ao conjunto um agradável motivo arquitectónico"* (CMPorto & Queirós, 1927). Ou então, mais secamente, *"O projecto será em estilo regional"* (CMPorto & Queirós, 1936) ou *"O projecto será em estilo moderno..."* (CMPorto & Queirós, 1935c).

De referir que à semelhança do que aconteceu com alguns (ou mesmo muitos) dos arquitectos desta época, à medida que o tempo avançou (avançou no século e avançaram eles próprios em idade) nota-se uma estagnação, ou mesmo um «retrocesso» nas formas de projectar e um apego maior a formas tradicionais.

Ao ler, por exemplo, as revistas Arquitectura Portuguesa (início em 1908) e a Construção Moderna (início 1900) apercebemo-nos que à medida que o século XX avança, a ideia (ou ideais) de modernidade vai-se esbatendo. No dealbar do século XX, ou mesmo no final do século XIX, sente-se a forma como a vertigem da mudança de século atinge as pessoas, não sendo excepção os arquitectos. Há um desejo de ser moderno, tão moderno como um jovem século o determina.

A industrialização, que se iniciou um século e meio antes, garante o acesso a tecnologias e materiais que facilitam a vida do homem. As invenções / descobertas sucedem-se. No caso português, percorrer os Diários do Governo desta época, é perceber o ritmo do progresso pela notícia das patentes concedidas para uma "nova forma de fazer ...", para "um novo material...".

Quando penso nos primeiros passos da modernidade, invariavelmente recordo os escritos de Adolf Loos, fundamentalmente Ornamento e Delito. Já não são tanto as questões da recusa de ornamento e das suas incongruências que noutras alturas me seduziram, mas o facto de aquele ser um escrito (testemunho de um tempo) que deixa transparecer com muita força esse desejo de ser moderno associado à força que a mudança de século carrega. A sua viagem aos Estados Unidos, a proximidade a uma realidade diferente, foi o mote inicial. Da mesma forma, as revistas dão eco do que no estrangeiro se faz, não esquecendo, por exemplo, "as casas de muitos andares" dos Estados Unidos da América.

Em Portugal, dos desejos de modernidade que caracterizam os primeiros anos do século XX, vai-se passando, gradualmente a um apego às formas do passado, à memória da história, às glórias, aos feitos ilustres do antigamente,

---

129. Optou-se pela grafia actual do apelido, uma vez que nos processos consultados se encontram as duas formas "Queiroz" e "Queirós".

130. Conversa com o arquitecto António Madureira.

131. "*É conferido ao senhor João Marcelino Queiroz o presente diploma de arquitecto, que é um duplicado do que lhe havia sido passado em 1926, e cuja passagem foi autorizada por despacho ministerial de 14-1-1934. 24-1-1934*" (CMPorto, 1941:25).

aos estilos arquitectónicos coevos desses feitos, vai-se encerrando os sentidos ao que é novo para se apegar aos momentos da história glorificados pelo poema ilustre «Os Lusíadas».

A ideia da existência de uma casa portuguesa, ou de uma arquitectura nacional, que tão associada ficou ao nome de Raul Lino era discutida na imprensa, designadamente na revista Arquitectura Portugueza, ainda anos antes da publicação do seu livro (Lino, 1920).

Se muitas vezes se julga que o Estado Novo é responsável pelo regresso aos estilos tradicionais, pelo encerramento do país ao mundo, a verdade é que o Estado Novo é ele também um reflexo de uma «evolução», de um percurso do país, da sua mentalidade social e política, em determinado sentido.

Com o tempo, causas e consequências confundem-se. As políticas de Salazar são um reflexo dos movimentos que já estavam presentes muito antes do golpe de 28 de Maio. Isto não é um desresponsabilizar das acções, mas um constatar que o Estado Novo é menos o resultado das acções de um individuo, Salazar, e mais o reflexo, ou consequência de uma conjuntura. Não é por acaso que os regimes fascistas apareceram em diversos países da Europa quase ao mesmo tempo, e de todos, o português era o que menos questões ideológicas pressupunha. Um fascismo de trazer por casa.

Algo que é interessante ao nível da evolução humana enquanto sociedade é que, mesmo sem contacto entre diversas zonas e pessoas, alguns eventos são quase cópias directas, e com ligeiro, ou quase nulo, desfasamento de tempo[132], como se existisse uma consciência comum, um substrato único que unisse todas as mentes, todas as (in)consciências. Como se fossemos todos minúsculos corpos metálicos num ténue campo magnético, que nos dirige mas que nos continua a deixar a ilusão de liberdade.

E efectivamente assim é, o nosso mundo é electromagnético, não só o mundo que estamos transformando, mas aquele que suporta a nossa existência. Existem campos que sempre nos condicionam, e dos quais ou nem temos consciência, ou dele até nos esquecemos, como por exemplo o campo gravítico.

	Inova Casas	[RB i827]	João Queirós	AHMP
	Rua da Boavista, 847-863	1930	Reboco Pintado	Lic nº 268/30 (CMPorto & Queirós, 1930)

O projecto do conjunto de habitações designado por Inova casas p'todos entra na CMPorto em 26 de Junho de 1930 e é licenciado dois meses depois.

O edifício é constituído por um conjunto de 6 (3x2) habitações para rendimento e desenvolve-se em três níveis, dois pisos acima do terreno, e um outro meio piso abaixo do nivelamento da rua, mas à mesma cota do logradouro. Os dois pisos superiores, onde se localizam as habitações separadas por pisos, têm contudo um acesso directo

132.Exemplo da invenção/descoberta da televisão.

independente a partir da rua. O piso de semi-cave é repartido por todas as fracções e é onde se instalam as dependências de serviço das habitações superiores, e a ligação ao logradouro nas traseiras. Em planta, o lote encontra-se dividido em 6 partes na zona do logradouro e em três na zona de implantação dos edifícios e contacto com a rua.

A distribuição em planta é pensada de forma a permitir a entrada independente de cada fracção e a ligação de cada uma das fracções à sua zona da cave e ao logradouro traseiro. Torna-se interessante, primeiro, pelo jogo que é feito para garantir a ligação dos dois pisos superiores à cave de uma forma independente para cada fracção, e segundo, pela forma como apesar da profundidade da mancha construída consegue iluminar os compartimentos, através do recorte do alçado traseiro, criando pequenas pátios de permeio das «alas/dedos» do edifício[133]. A questão da habitação unifamiliar ainda é importante nesta época no Porto, pelo que o projecta procura, numa casa para rendimento, um sistema que permita uma utilização individualizável a partir da rua.

Do ponto de vista construtivo este edifício tem interesse também pela utilização de materiais que ainda não estavam em uso corrente, designadamente os *"blocos de cimento com 20x25x40"*, que nessa data ainda não eram habituais, muito menos em programas de habitação. Os mesmos seriam *"assentes com argamassa de cal hidráulica e areia"* (CMPorto & Queirós, 1930).

O facto de ser um tipo de habitação económica, com custos que deviam ser o mais possível controlados, leva à utilização de blocos de betão, que seriam mais baratos do que a pedra (não apenas em questão de material, mas também mão-de-obra de aplicação, e de custo de transporte).

A circunstância de João Queirós ser dono de uma fábrica de blocos[134] (não sei se a esta data, se mais tarde) também pode levar a tirar algumas ilações[135]. Mas independentemente de ele ter ou não a fábrica de blocos, a utilização deste material vale a pena ser vincada.

133."O projecto será em estilo moderno a fim de se coadunar melhor com as exigências actuais e compreenderá a construção de três habitações com dois andares completamente independentes, para comportar dois inquilinos em cada habitação. Cada habitação compreenderá as caves, rés-do-chão e 1º andar. Metade da cave pertencerá a cada inquilino a fim de poderem guardar os seus géneros. Cada andar compreenderá uma sala, três quartos, quarto de banho, cozinha, WC, sala de jantar e uma pequena despensa e quarto de arrumos. Todos estes compartimentos terão ar e luz devido ao dispositivo da planta, empregando para isso pátio interior e o afastamento das fachadas laterais" (CMPorto & Queirós, 1930).

134. Informação verbal fornecida pelo arquitecto António Madureira.

135. Não sabendo se já era proprietário da fábrica a esta data se mais tarde, podem-se de qualquer forma tirar ilações desse facto. Se já era proprietário, tratava-se de aplicar e difundir o material que produzia. Se não era, mas veio a ser mais tarde, a utilização do material aqui pode-lhe ter dado ideia das vantagens do mesmo, vantagens construtivas, ou apenas as vantagens económicas da sua produção e comercialização. De recordar que após o 25 de Abril, proliferaram também as fábricas bloqueiras, pelo menos no Norte do país. Em qualquer espaço coberto por duas chapas zincadas ou de fibrocimento, se produziam blocos num sistema semi-artesanal. A moldagem era mecânica, num tipo de prensa que podia ser motorizada ou não, mas o mover da máquina e dos blocos, era feito à mão (são memórias da infância, com todas as questões de objectividade, ou falta dela, que isso comporta). A produção de blocos implicava um investimento e mobilização de meios menores, por exemplo, do que a produção de tijolos, que está dependente da cozedura, e por isso necessita de fornos e de grandes quantidades de combustível. O bloco, feito de cimento, água e inertes, ganha presa e resistência ao final de algumas horas, o que lhe permite o primeiro manuseamento. Num período curto pode estar a ser comercializado e aplicado em obras.



Fig.152 Inova Casas - Projecto de licenciamento, 1930.

Adaptado a partir de (CMPorto & Queirós, 1930)

A utilização de blocos de betão nesta obra é notoriamente uma questão económica, já que em obras do mesmo período, mas sem serem *"moradias económicas"*, João Queirós usa descrição construtiva idêntica, apenas com a diferença de as paredes de elevação serem em pedra, não em blocos de betão.

Mais tarde, em 1935, Januário Godinho utilizará também paredes de blocos no edifício da Rua Marques da Silva, um edifício de casas económicas para rendimento[136], evidenciando a relação directa entre o material, e um nível de qualidade e custo das construções. Décadas mais tarde, no Conjunto Habitacional da Bouça, os blocos de betão também voltarão a ser usados.

"As paredes serão revestidas exteriormente de argamassa de cimento e lithosite sendo rebocadas e estucadas. O telhado será coberto com telha de marselha, levando a telha as respectivas vedações e algerozes e tubos de queda das águas pluviais.

Os tabiques serão rebocados, estucados e caiados" (CMPorto & Queirós, 1930).

As paredes de blocos de betão correspondiam à estrutura resistente vertical. A distribuição que é feita em planta permite o lançamento de uma estrutura de madeira sem qualquer problema, porque os vãos são contidos. Contudo, a organização em planta já se afasta da tipologia da casa do porto do Século XIX.

Neste caso, os elementos resistentes organizam-se segundo vários alinhamentos lineares rectos, perpendiculares à rua, mas sem continuidade ao longo da profundidade total, para além das duas paredes que correspondem uma ao limite Poente do lote e a outra à separação do primeiro grupo de duas casas dos dois grupos seguintes.

As questões de humidade ascensional eram cuidadas.

"Os alicerces serão abertos até à profundidade do terreno firme, sendo construídos em pedra e argamassa de cal hidráulica. Antes de ser assente a primeira fiada de blocos em elevação, serão os alicerces respaldados com argamassa de cimento e lithosite afim de evitar a subida da humidade nas paredes".

Os pavimentos seriam em estrutura de madeira. Contudo, a Inspecção de incêndios solicita que se construa *"o pavimento da cozinha do primeiro andar de cimento armado e betonilhar e revestir de mosaico o da do rés-do-chão"*. Pede ainda que *"todas as paredes da cozinha [sejam] de pedra ou tijolo e as chaminés e respectivos sacos de pedra ou tijolo"* (CMPorto & Queirós, 1930).

Encontramos vários projectos de João Queirós dentro da área em análise e nas licenças de obras consultadas, sendo alguns para a Companhia da Ambaca e analisados no ponto seguinte.

136. "*Obedecendo sempre a uma estrutura técnica e artística enquadrada nos sistemas construtivos mais simples e económicos, procuramos dentro das limitadas possibilidades que a base orçamental nos permite, obter um conjunto agradável, marcando discretamente e sem profusões de forma, um ritmo harmonioso de linha, conjugados com sobriedade e equilíbrio*" (Godinho, 1935:480).

	Moradia	[ABP i2407]	João Queirós	CMP
	Avenida da Boavista, 2407	1940	Reboco Pintado	Lic. nº 603/39 (garagem) Lic. nº 371/40 (habitação) (CMPorto & Queirós, 1939)[a] (CMPorto & Queirós, 1940)[b]

a. "As paredes serão construídas de perpianho de 0,30, assentes em alicerces, construídos sobre terreno firme. Os alicerces, assim como as paredes serão impermeabilizados com Hidrófugo 999. O quarto será soalhado sobre asfalto. O resto do pavimento será em betonilha" (CMPorto & Queirós, 1939)

b. "Os alicerces serão construídos em alvenaria de cal hidráulica, sendo respaldados com uma camada de hidrófugo 999. As paredes serão construídas em perpianho, levando uma camada de argamassa de cimento e Hidrófugo 999, sendo depois rebocadas e estucadas. O telhado será em telha Marselha, assente sobre armação de pinho nacional, levando as respectivas vedações em chapa de ferro zincado e tubos de queda das águas pluviais.

Os pavimentos dos quartos de banho, cozinha e copa levarão mosaicos e as paredes azulejos até a altura de 1,50. os tabiques serão em tijolo. […]

Os travejamentos serão em pinho nacional, excepto os pavimentos da cozinha e quartos de banho que serão em vigas de tijolo sistema SIMCO" (CMPorto & Queirós, 1940).

Este edifício tem algumas particularidades interessantes. O processo inicia-se em Junho de 1939 com o pedido de construção de uma casa para o guarda, a edificar no limite posterior do lote. Verifica-se, pela consulta do processo que é efectivamente a construção de uma garagem e casa para o motorista, que assim antecede a construção da própria moradia. A explicação, embora omissa, parece óbvia. Não tendo provavelmente a casa em que residiam a possibilidade de comportar uma garagem, optam pela construção imediata da garagem e da habitação para a motorista no terreno adquirido e posteriormente, com mais tempo, procedem à construção da própria moradia. O facto de residirem na próxima Avenida Marechal Gomes da Costa facilita certamente a decisão.

É no início da década de trinta que começam a aparecer com significado os pedidos relativos à construção de *"garages"*, como são denominadas na época mostrando a pouca implantação que ainda tinham na cidade, mas correspondendo sempre, ou quase sempre, a uma alteração ou ampliação da construção preexistente e a habitação unifamiliar isolada ou individualizável. Encontramos também projectos de raiz que incorporam garagens, ou que as passam a incorporar com a apresentação de aditamentos a meio da obra. Este é um exemplo interessante por evidenciar uma actuação diferente da usual.

O projecto em si respeita o estilo "português tradicional", não fazendo inovação na utilização de materiais ou sistemas, para além de uma única viga em betão armado que garante o vão necessário para o acesso do carro (CMPorto & Queirós, 1930).

A moradia mantém o mesmo sistema construtivo de alvenarias em perpianho, mas já considera a execução dos pavimentos das cozinhas e casa de banho em betão armado. Os outros dois aspectos que vale a pena mencionar são a utilização do sistema SIMCO [Sociedade Introdutora de Métodos Modernos de Construção] para a construção da lajes, e a impermeabilização com Hidrófugo 999.

A questão da marca do hidrófugo é mais uma curiosidade, do que um assunto verdadeiramente importante. João Queirós, quase sistematicamente referira impermeabilizações de paredes e fundações com lithosite, sendo o único

arquitecto que o faz, e neste dois projectos (mais tardios no universo da nossa pesquisa) altera o produto para o Hidrófugo 999. Terá passado a representar outra marca?

A questão da impermeabilização dos edifícios é um problema antigo mas que ganha novos contornos à medida que se vão aligeirando os elementos de construção, por um lado, e por outro são maiores as exigências de saúde dos ocupantes e salubridade das construções.

As espessas paredes de pedra, muitas vezes executadas em duplo pano, com juntouros garantindo a união, mesmo quando tinham deficiente impermeabilização, ou não tinham mesmo impermeabilização, no caso das cantarias ou alvenarias aparentes, pela sua espessura conseguiam proteger o interior do edifício, quer pelo desfasamento que propiciavam entre a ocorrência de chuva e o ritmo de penetração da água, quer pela existência de ocos, que limitavam a progressão capilar da humidade e a restituíam ao exterior.

Com a utilização de paredes, primeiro em pano simples de alvenaria de perpianho de granito, na maior parte dos casos de 30 cm de espessura, e mais tarde em blocos de cimento ou tijolos, a questão da impermeabilização de paredes exteriores torna-se um ponto fulcral na qualidade construtiva dos imóveis.

Essa preocupação, que é explícita na legislação promulgada em 1903, é também evidente pela quantidade de materiais que começam a ser colocados no mercado, quase invariavelmente por representação de patentes estrangeiras.

A par da questão da impermeabilização de paredes, contra humidades das chuvas, e paredes e pavimentos contra humidade ascendente, a impermeabilização das coberturas planas que começam a ser utilizadas, requer soluções completamente diferentes das que eram usadas anteriormente em coberturas inclinadas.

O Sul do país, como por exemplo o Algarve, já tem experiência tradicional de utilização de coberturas em terraço, mas como zona de clima mais seco, os níveis de impermeabilização exigidos eram menos rigorosos do que quando se começam a aplicar coberturas planas, independentemente da zona do país, por questões de imagem arquitectónica.





Fig.153 Publicidade à SIMCO.

Relativamente à SIMCO, a mesma corresponde a um sistema modular pré-fabricado de vigas ocas cerâmicas, que seriam armadas e betonadas em obra. Como vantagem mais evidentes, a dispensa de cofragem, e melhor comportamento térmico. A referência a este tipo de lajes é feita por vários arquitectos em vários projectos ao longo da década de trinta, tendo sido efectivamente utilizado como se constata actualmente em obras de remodelação/ reabilitação.

A.1.3. Companhia de Ambaca

A companhia de Ambaca[137], ou Companhia de Fomento Colonial, dedicou-se também ao investimento imobiliário na metrópole, sendo responsável por muitas das moradias construídas ao longo da Avenida Marechal Gomes da Costa, na década de trinta. Distribuiu os projectos por vários arquitectos portuenses, como Manuel Marques, Júlio de Brito, Aucíndio Santos ou António de Brito. Uma quantidade considerável de lotes na Avenida Marechal Gomes da Costa foram promoção imobiliária da companhia de Ambaca.

	Moradia (Companhia de Ambaca)	[AMGC i0519]	João Queirós	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 519	1934	Reboco pintado	Lic. nº 1383/35 (CMPorto & Queirós, 1935a)[a]

a. "*O projecto é em estilo moderno. […]*

Os alicerces assentarão em terreno firme. Antes de ser assente a primeira pedra em parede de elevação os alicerces serão respaldados com uma camada de argamassa de cimento e lithosite a fim de evitar a subida de humidades. As paredes serão construídas em pedra levando as exteriores uma camada de cimento e lithosite a fim de as impermeabilizar, sendo depois rebocadas e estucadas. O telhado será coberto a telha de Marselha, levando as respectivas vedações em chapa de ferro zincado e tubos de queda das águas pluviais. A cozinha, copa, e quartos de banho levarão mosaicos nos seus pavimentos e azulejos nas paredes até à altura de um metro e cinquenta.

As caves serão em betonilha de cimento.

Os travejamentos serão em madeira de pinho nacional. A caixilharia exterior será em madeira brasileira. As portas interiores serão em pinho, levando duas demãos de tinta a óleo além do aparelho. […]"(CMPorto & Queirós, 1935a).

A memória descritiva deste projecto de João Queirós inicia-se da forma que lhe era característica: *"O projecto é em estilo moderno"* (CMPorto & Queirós, 1935a). Construtivamente, contudo, usa os sistemas tradicionais da altura, salvo uma pequena excepção.

Apesar das descrições do projecto de arquitectura não referirem pavimentos em betão armado, é apresentado projecto para a uma *"laje em cimento armado"* para o terraço do primeiro andar, e uma viga para suporte da mesma.

A Inspecção de Incêndios solicita que o pavimento da cozinha seja em cimento armado, contudo não é apresentado projecto do mesmo.

137. Companhia do Ambaca era o nome por que era conhecida a "Companhia dos Caminhos de Ferro através de África". Em 1945 passa a denominar-se Companhia de Fomento Colonial.

	Moradia (Companhia de Ambaca)	[AMGC i0875]	Aucíndio Ferreira dos Santos[a]	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 859-875	1934	Reboco pintado	Lic. nº 1384/35 (CMPorto & Santos, 1935)[b]

a.Aucíndio Ferreira dos Santos é filho de José Ferreira dos Santos, natural da freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar. Concluiu o curso de Arquitectura Civil no ano lectivo de 1914/1915, tendo obtido o Diploma na sequência da alteração legislativa já anteriormente referida.

b."Alicerces: - Serão construídos em perpianho ao baixo, bem argamassados, assentes em terreno firme e asfaltados pela parte superior ao nível da terra, assentando no sobre-leito destes as paredes em elevação igualmente de perpianho desfalhado, paramentos bem desempenados e as faces das paredes cerezitadas afim de evitar as humidades por infiltração. Todas as cantarias de que se compõem os portais serão toscas para serem revestidas a cimento.

Travejamentos: - Todos os travejamentos e armação dos telhados, portas interiores, soalhos, etc, etc, etc, serão em madeira de pinho nacional. As restantes madeiras que tenham de ficar à acção do tempo serão em madeira de castanho, e a parte das mesmas que fique em contacto com as paredes serão pintadas a carbolina antes do seu assentamento. A cobertura será feita com telha nacional tipo Marselha.

Pavimentos: - Todas as dependências são soalhados com excepção das caves, retretes, cozinha, copa, quarto de banho e patamares de entrada que são em betonilha e mosaico.

[…] (CMPorto & Santos, 1935).

Projecto de Betão Armado: Manuel Rodolfo Revision Ramirez

Nos desenhos de alçados deste projecto, alguns apontamentos manuscritos sugerem indicações do Conselho de Estética. As alterações propostas pelo Conselho (aparentemente) terão a ver com a colocação do eixo das janelas alinhado nos dois pisos, o que não sucedia no primeiro projecto.

Vendo o que está construído, foi isso que exactamente aconteceu. Nos desenhos apenas existem algumas marcações e setas que levam a supor essas alterações.

A tentativa de dar um ar «mais moderno» aos edifícios era «cortada» pelo Conselho de Estética ainda preso a sentidos estéticos fortemente ligados ao academismo.

	Moradia (Companhia de Ambaca)	[AMGC i1215]	Manuel Marques e Amoroso Lopes	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 1215	1934	Reboco pintado	Lic. nº 1386/35 (CMPorto & Marques, 1935)[a]

a."Todo o prédio será em granito para revestir a cimento, depois de devidamente cerezitado. A cobertura será em telha de engate como a de Marselha, mas tipo Português, com beirais de telha de canudo. As madeiras de armação, travejamento e soalho serão de pinho nacional e as esquadrias em madeira brasileira.

[…]

O muro exterior também será em granito para revestir a cimento e a escada exterior em cantaria" (CMPorto & Marques, 1935).

Ao nível da obra de betão a mesma resume-se a uma única "laje de cimento armado" (CMPorto & Marques, 1935).

	Duas Moradias (Companhia de Ambaca)	[AMGC i0759] [AMGC i0761]	João Queirós	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 759-761	1934	Reboco Pintado	Lic. nº 1387/35 (CMPorto & Queirós, 1935b)[a]

a."O projecto será em estilo moderno.

[…] Os alicerces assentarão em terreno firme. Antes de ser assente a primeira pedra da parede em elevação serão respaldados com argamassa de cimento e lithosite a fim de evitar a subida de humidades. As paredes serão construídas em pedra. Antes de serem rebocadas serão revestidas com uma camada de cimento e lithosite a fim de não deixar penetrar a humidade. Serão rebocadas e estucadas. O telhado será coberto a telha de Marselha, levando as respectivas vedações e tubos de queda das águas pluviais. A cozinha, copa, e W.C. levarão mosaicos nos seus pavimentos e azulejos nas paredes até à altura de 1,50 m.

As caves serão betonilhadas.

Os travejamentos serão em madeira de pinho nacional. A caixilharia exterior será em madeira brasileira. As portas interiores serão em pinho, levando duas demãos de tinta a óleo além do aparelho" (CMPorto & Queirós, 1935b).

A Inspecção de Incêndio pede pavimento das cozinhas em betão armado. O termo de responsabilidade pelo cálculo é de Manuel Rodolfo Revision Ramirez.

	Duas moradias (Companhia de Ambaca)	[AMGC i0805] [RGO	António de Brito[a]	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 805 com a Rua Garcia da Orta	1934	Reboco pintado	Lic. nº 1388/35 (CMPorto & Brito, 1935a)[b]

a.António Maria Cândido de Brito, filho de José de Brito, obtém a carta do curso de arquitectura civil e o Diploma de Arquitecto pela Escola de Belas Artes em Março de 1900.

b."Os alicerces que irão à profundidade necessária para encontrar terreno firme, e serão isoladas das paredes por uma camada de asfalto. As paredes serão de alvenaria devidamente isoladas da humidade.

A cobertura será de telha tipo Marselha excepto nos corpos redondos que serão cobertos por terraço. Os emboços e rebocos exteriores serão feitos a cal hidráulica, areia e cimento no traço usual. Os emboços e rebocos interiores serão de massa bem fabricada e no traço usual. […]

A esquadria interior será em pinho de 1ª e a esquadria exterior em castanho. As divisões interiores serão em tabique dobrado excepto as paredes das cozinhas que serão de tijolo" (CMPorto & Brito, 1935a).

A obra de betão armado é reduzida, "trata-se da construção em cimento armado duma laje para um terraço de duas vigas e um pilar com a respectiva sapata". O termo de responsabilidade dos cálculos é de Jorge Vieira Bastian.

Neste edifico os telhados, em projecto, ficam completamente ocultos pela platibanda, dando um aspecto mais "moderno ao conjunto. Na casa que existe actualmente há algumas alterações, não sabemos se no decurso da obra, se posteriormente. A mais evidente é no terraço da zona curva do gaveto, que já foi revestido por telhado.

Nenhuma das duas casas mantém o projecto inicial, mas a da Rua Garcia da Orta é a que está mais próxima, pois apenas foi alterada ao nível da cobertura.

	Moradia (Companhia de Ambaca)	[AMGC p0630]	António de Brito	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 610-630	1935	Reboco pintado	Lic. nº 1389/35 (CMPorto & Brito, 1935b)[a]

a. "*Os alicerces que irão à profundidade necessária para encontrar terreno firme. As paredes serão em perpianho. Todas as paredes assim como os alicerces serão defendidos contra as humidades com um hidrófugo de boa marca. O reboco exterior será a cimento e cal hidráulica. Interiormente serão as paredes rebocadas e estucadas. A esquadria exterior será em andiroba envernizada e a serralharia levará previamente uma demão de tinta anti-corrosiva depois duas demãos de tinta e uma de esmalte. A armação do telhado, os soalhos e esquadria interior serão de pinho de 1ª qualidade. O vigamento, assim como a armação do telhado terão a secção de 0,22 x 0,08 e todas as peças levarão a ferragem necessária e duas demãos de carbonil. Os pavimentos da cozinha e quarto de banho e W.C. Serão de mosaico nacional levando estas dependências um lambrim de azulejo branco de 1ª qualidade até à altura de 1,50 m*" *(CMPorto & Brito, 1935b).*

"*Trata-se da construção em cimento armado dos pavimentos das cozinhas*". *O termo de responsabilidade pelos cálculos é de Fernando Cardoso Lima.*

Como em outros projectos de António Brito consultados, os telhados não aparecem representados em alçado apesar de virem representados em corte. As platibandas, altas, escondem grande parte dos telhados e a perspectiva encarrega-se do restante.

Assim, nos desenhos apresentados a licenciamento, a imagem apresenta-se bastante limpa, moderna, apesar de ainda bastante presa a ordens de simetria que podem ser apenas determinadas pelo facto de se tratar de uma moradia geminada. Embora isso não possa ser justificativo único, veja-se, por exemplo, as 2 moradias do Manuel Marques na Av. da Boavista em que tal não sucede (CMPorto, Marques & Lopes, 1937), ou as do Eduardo Martins e Manuel Passos, também na Avenida da Boavista (CMPorto et al., 1936), tirando partido acrescido da diferente relação com os arruamentos e o gaveto, faz uma composição única que integra as duas moradias, e que, actualmente, após a segunda remodelação, constitui-se como um edifício único, onde a anterior divisão não tem qualquer leitura.

Neste caso, observando os edifícios construídos, dificilmente se reconhecem no projecto. Os mais de 70 anos que passaram entretanto são certamente responsáveis por algumas alterações, mas algumas, face à semelhança das duas moradias, parecem ter sido logo implementadas na altura da construção, como por exemplo a substituição da platibanda por beiral, ou a colocação de portadas.

Estas moradias fazem parte de um conjunto edificado pela Companhia de Ambaca, com projectos distribuídos equitativamente pelos arquitectos de renome na nossa praça, e provavelmente a influência do dono de obra tenha sido determinante na imagem implementada. A distribuição dos projectos por diferentes arquitectos pode até ter tido apenas a intenção de acelerar processos, ao dividir o trabalho, e não nenhuma aposta efectiva numa imagem.

A.1.4. O Fibrocimento

	Moradia	[AMGC i1009]	Homero Ferreira Dias[a]	AHMP
	Avenida Marechal Gomes da Costa, 1009	1935	Reboco Pintado	Lic. nº 1542/35 (CMPorto & Dias, 1935)[b]

a.Homero Ferreira Dias, filho de Rodrigo António Ferreira Dias, é natural da freguesia do Bonfim. Obtém a carta de Curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto em 23-9-1929.

b."[…] Os pavimentos dos dois últimos (pavimentos), assim como a escada interior e pisos de varandas externas, serão totalmente em béton de cimento armado.

[…] No quarto de banho das criadas, onde também será instalada a caldeira do aquecimento central, haverá pavimento de mosaico hidráulico.

[…] Pelo exterior, o acesso ao rés-do-chão é feito por escadas cujos degraus e patamares serão revestidos com marmorite. O mesmo material revestirá também a escada interior entre este pavimento e o subsolo, e os pavimentos de todas as varandas externas, assim como o da cozinha, copa e retrete inferior. […]

As paredes interiores e exteriores do edifício serão em perpianho de 0,29 de espessura argamassado com cimento e areia, e assentarão em alicerces de fiadas alternadas de silhares e juntouros, os quais descerão até ao terreno firme. Nas partes em que servem de suporte a terras, as paredes terão as espessuras convenientes. […]

Com o fim de impedir a penetração da humidade do terreno, aplicar-se-ão mantas horizontais e verticais de asfalto, quer sobre a primeira fiada de paredes que fica 0,15 acima do pavimento do subsolo, quer nas partes exteriores das fachadas que recebem terras de encosto, e sob a placa do rés-do-chão, nas mesmas paredes.

Todas as paredes das fachadas serão ceresitadas, sendo-o pela face interna na altura do subsolo, e pela externa daí para cima.[…]

A cobertura da habitação será em telha tipo Marselha, com as precisas vedações em chapa de ferro zincado. A armação será solidamente estabelecida com peças de boa madeira de pinho nacional, tendo as secções próprias, banhadas em "carbonil" fervente.

A beirada do telhado, sendo construída em béton de cimento armado, será forrada, pela parte superior, com chapa de ferro zincado que formará o algeroz levemente inclinado para os bocais onde haja condutores verticais que serão da mesma chapa e em número bastante para o rápido esgoto das águas pluviais.

As placas das varandas exteriores serão impermeabilizadas antes de receberem o revestimento de marmorite.

As fachadas, do embasamento para cima, serão rebocadas com argamassa de cimento, cal hidráulica, saibro e areia, e guarnecidas com "carapinha" de cimento e areia para receber a caiação. As partes indicadas como lisas, serão revestidas com cimento, cal hidráulica e areia e receberão banho final de calcário.

Os tapamentos interiores da habitação serão, na maior parte, de tijolo vazado assente em argamassa de cimento, cal hidráulica e areia. […]

Em todas as janelas serão colocados stores-persianas de madeira enrolando em caixas feitas nas próprias padieiras de béton de cimento armado.

Garagem

[…] A cobertura será em fibrocimento e o pavimento em betonilha, não se fazendo a fossa para o conserto ou vistoria de carros indicada no projecto.

Em fibrocimento será também a cobertura do tanque de lavar" (CMPorto &Dias, 1935).

Do conjunto de projectos apresentados nesta parte este é o primeiro que explicitamente refere o uso do fibrocimento.

> *"A cobertura será em fibrocimento e o pavimento em betonilha, não se fazendo a fossa para o conserto ou vistoria de carros indicada no projecto.*
>
> *Em fibrocimento será também a cobertura do tanque de lavar"* (CMPorto & Dias, 1935).

O fibrocimento começa a ser utilizado pelas suas propriedades incombustíveis e pela sua capacidade de protecção de outros materiais, como a madeira.



Fig.154 Publicidade ao fibrocimento - Lusalite.

Encontramos referência ao fibrocimento em imposições da direcção geral de incêndios, ou da inspecção dos bombeiros, consoante as épocas e encontramos igualmente referência ao fibrocimento nas memórias descritivas dos projectistas, umas vezes em resposta às imposições anteriormente referidas, outras vezes por antecipação, como neste caso.

Por exemplo, numa panificadora na Rua Mártires da Liberdade (CMPorto, 1923), no compartimento onde estão localizados os fornos, tanto os pavimentos, como os tectos são revestidos a fibrocimento. E como reforço da segurança contra incêndio, igualmente as portas são revestidas com este material.

O fibrocimento, ao ser constituído por fibras de amianto ligadas com uma base cimentícia, consegue resistir a altas temperaturas, com uma espessura reduzida do material, tornando-se muito prático. As questões de saúde que se colocam com a utilização do amianto, só viriam a ser levantadas nos anos mais recentes, pelo que o material foi amplamente utilizado ao longo de muitas décadas.

Na memória, no meio do que são as descrições convencionais dos projectos desta época, acrescenta-se

> *"[...] com excepção do pavimento e portas, que por determinação do Exmo. Senhor Inspector dos Bombeiros Municipais, serão revestidos com placas de fibrocimento. Os tectos serão igualmente revestidos com este produto"* (CMPorto, 1923).

Mas também em tectos de garagem, local mais sujeito ao fogo, o mesmo é muitas vezes utilizado, associado a uma estrutura metálica. Com o tempo, nas situações é que era utilizado por questões de resistência ao fogo, o fibrocimento é substituído pela utilização do betão armado. Em alguns casos o processo é instruído com uma cobertura em fibrocimento e é executado já com uma laje em betão armado.



Fig.155 Publicidade ao CERESIT.



Fig.156 Publicidade ao Flintkote.

A.1.5. Januário Godinho

	Casas José Lourenço da Silva	[RAMS i193]	Januário Godinho[a] e António Peres Dias Guimarães[b]	AHMP CDFAUP
	Rua Arquitecto Marques da Silva nº 193	1935	Reboco Pintado	Lic. nº 2051/35 (CMPorto, Godinho & Guimarães, 1935)[c]

a.Januário Godinho de Almeida, filho de António Godinho de Almeida, obteve o Diploma de Arquitecto em Julho de 1941, com média final de vinte valores.

b.António Peres Dias Guimarães, filho de Domingos Antonio Peres, é natural da freguesia do Bonfim. Concluiu o curso de arquitectura civil no ano lectivo de 1886/87, e obtém o Diploma de Arquitecto em Março de 1926 na sequência da alteração legislativa já mencionada.

c."Obedecendo sempre a uma estrutura técnica e artística enquadrada nos sistemas construtivos mais simples e económicos, procuramos dentro das limitadas possibilidades que a base orçamental nos permite, obter um conjunto agradável, marcando discretamente e sem profusões de forma, um ritmo harmonioso de linha, conjugados com sobriedade e equilíbrio.

[…] vamos porém falar dalguns pormenores construtivos que possam interessar a quem tenha de analisar o projecto. […]

As fundações dos prédios são feitas com perpianho comum, e sobem 0,30 acima do solo, sendo nesta altura estendida sobre toda a superfície dos alicerces, uma camada de asfalto de 0,08m de espessura, para isolar as paredes em elevação das humidades. Possivelmente as paredes em elevação, serão construídas em blocos de cimento, (blocos Barcelos) e convenientemente isoladas contra humidades, com um revestimento «cerezite».

Nos pavimentos são empregues as madeiras de pinho, à excepção dos quartos de banho e cozinhas, cujo pavimento é em betonilha de cimento; no rés-do-chão, existe uma pequena caixa-de-ar com 0,40 de altura aproximadamente, para isolar e ventilar os travejamentos. Todos os tapamentos interiores são construídos em tijolo vazado de 0,05 de espessura.

Primeiro pavimento: - será construído com materiais e condições idênticas às já descritas para o rés-do-chão.

Telhados: - são totalmente construídos com madeiras de pinho, e telha tipo Marselha; a todo o comprimento da fachada voltada à rua, e ainda nas fachadas laterais. Existe uma pequena platibanda que não permite ver os telhados, dando-vos assim, um efeito mais agradável para o conjunto. […]" (CMPorto, Godinho &Guimarães, 1935).

Este foi o primeiro processo/projecto de um edifício consultado no âmbito da presente tese, quando ainda se procurava UM caminho possível mais do que O caminho. Desse primeiro contacto ficaram algumas sensações, que apesar de terem sido diluídas pelo tempo e pela quantidade de projectos consultados entretanto, gostaria quão mesmo de referir esses espantos e estranhezas.

O primeiro aspecto que surpreendeu foi a reduzida espessura das lajes, 9 cm. Em casa dos meus pais, a esteira de tecto tem essa espessura ou pouco menos, mas a estrutura da cobertura inclinada, em asnas de madeira, mantêm as linhas inferiores, pelo que quase se sente essa laje mais como um tecto suspenso do que como um pavimento efectivo. Neste caso são lajes que suportam cargas, e que, passados que são 70 anos, ainda continuam em serviço. Os vãos são pequenos, o programa é de habitação, mas mesmo assim não me deixou de espantar tal esbelteza dos elementos estruturais.



Fig.157 Alçados das Casas José Lourenço da Silva.
O conjunto é constituído por dois edifícios simétricos.

(CMPorto, Godinho & Guimarães, 1935)

O segundo aspecto que surpreendeu, nesta ignorância das preocupações do passado e sobrevalorização do tempo presente, foi o cuidado tido com questões de qualidade construtiva, como por exemplo na colocação de barreiras à humidade ascensional, que eu senti como mais forte do que as preocupações actuais.

Se tomasse como referência o ensino que me foi ministrado, no tempo em que fui aluna de licenciatura, nunca fui minimamente alertada para tal aspecto e apenas em estudo de pós-graduação, a questão foi assertivamente vincada.

Mesmo tomando como referência a actividade profissional, própria e de colegas próximos, à questão não era dado muito peso, numa confiança desmedida nas capacidades do betão para resistir à ascensão de humidade por capilaridade.

Neste edifício, e como depois verifiquei, em todos os edifícios desta época, das anteriores e da década seguinte, a questão era primordial na descrição construtiva dos edifícios. Claro que o facto de serem executados com fundações de perpianho, ou de alvenaria de pedra, tornava o assunto muito mais importante mas a verdade é que indicia que existia consciência para este assunto, o que eu não poderia dizer de toda uma geração de arquitectos recentes, entre os quais, em certa altura, eu me incluo[138].

Quando comecei a dar aulas na área da construção de edifícios, ciente dessa debilidade na formação do meu tempo, tentei chamar a atenção dos alunos, torná-los conscientes destas questões, e de muitas outras ligadas ao comportamento físico das construções.

Construção não é apenas detalhe, pormenor, desenho minucioso de encaixes inventivos de materiais. Construção é perceber que o edifício faz parte de um todo que é a nossa realidade, e que essa realidade tem leis, princípios físicos, tem fenómenos, aos quais o edifício também está sujeito.

Se se perceberem os fenómenos físicos, se se perceberem as formas de comportamento dos materiais, por exemplo, face à transferência de água, vapor, temperatura, vibrações, som, então, face a novos desafios, novos desenhos, novos materiais, podemos igualmente conceber soluções duráveis, que respondam eficazmente às solicitações.

Se em vez de percebermos os fenómenos apenas soubermos pequenas receitas, quando mudam alguns paradigmas, quando mudam os materiais, os estilos, as modas, então deixamos de ter ferramentas para responder eficazmente. Precisamos de aprender de novo.

Esta ideia de que os regulamentos, ou as questões ligadas à construção, devem ser exigenciais em vez de prescritivas tem tomado corpo ao longo dos últimos anos (últimas décadas no estrangeiro), mas em Portugal ainda sem os reflexos, em termos de regulamentação e prática que serão desejáveis.

A questão da regulamentação exigencial ainda é mais uma questão académica, que dá origem a investigação, palestras, etc, do que algo que tenha passado eficazmente para a prática construtiva corrente.

A falta de conhecimento dos fenómenos, a falta de parâmetros de medida, mesmo a questão dos laboratórios de ensaios, que só nos anos mais recentes começam a ser uma realidade em várias áreas, para além do LNEC e da FEUP, levam à não adopção, por exemplo, de cadernos de encargos exigenciais por parte dos arquitectos e outros actores do campo da construção.

A melhor formação na área da construção, tradicionalmente, era dentro das próprias grandes empresas de construção, habituadas a trabalhar em diferentes contextos nacionais e internacionais, e a responder a outro tipo de solicitações, e garantias de boa execução.

O papel das empresas de construção como escolas da forma de construir era algo que valeria a pena investigar, e fazer a respectiva história. Algumas são/foram paradigmáticas como o caso da CARI, em Guimarães, na área da reabilitação de edifícios e não só, mas outras, menos visíveis, mas nem por isso menos importantes, deveriam ser alvo de um estudo mais aprofundado.

Neste projecto, para além do processo de licenciamento, foi possível consultar peças do projecto de execução que existem no CDFAUP, o que permitiu ter alguma percepção do cuidado de Januário Godinho nas questões ligadas à obra como por exemplo a execução de plantas de toscos.

138.Mais tarde, no decurso da investigação, verificou-se que essa preocupação está patente no RSEU de 1903, e a descrição está em consonância com o que eram as prescrições regulamentares. Esta é uma das razões pelo que é importante conhecer a legislação municipal e nacional da época, para um melhor entendimento do edifício construído.

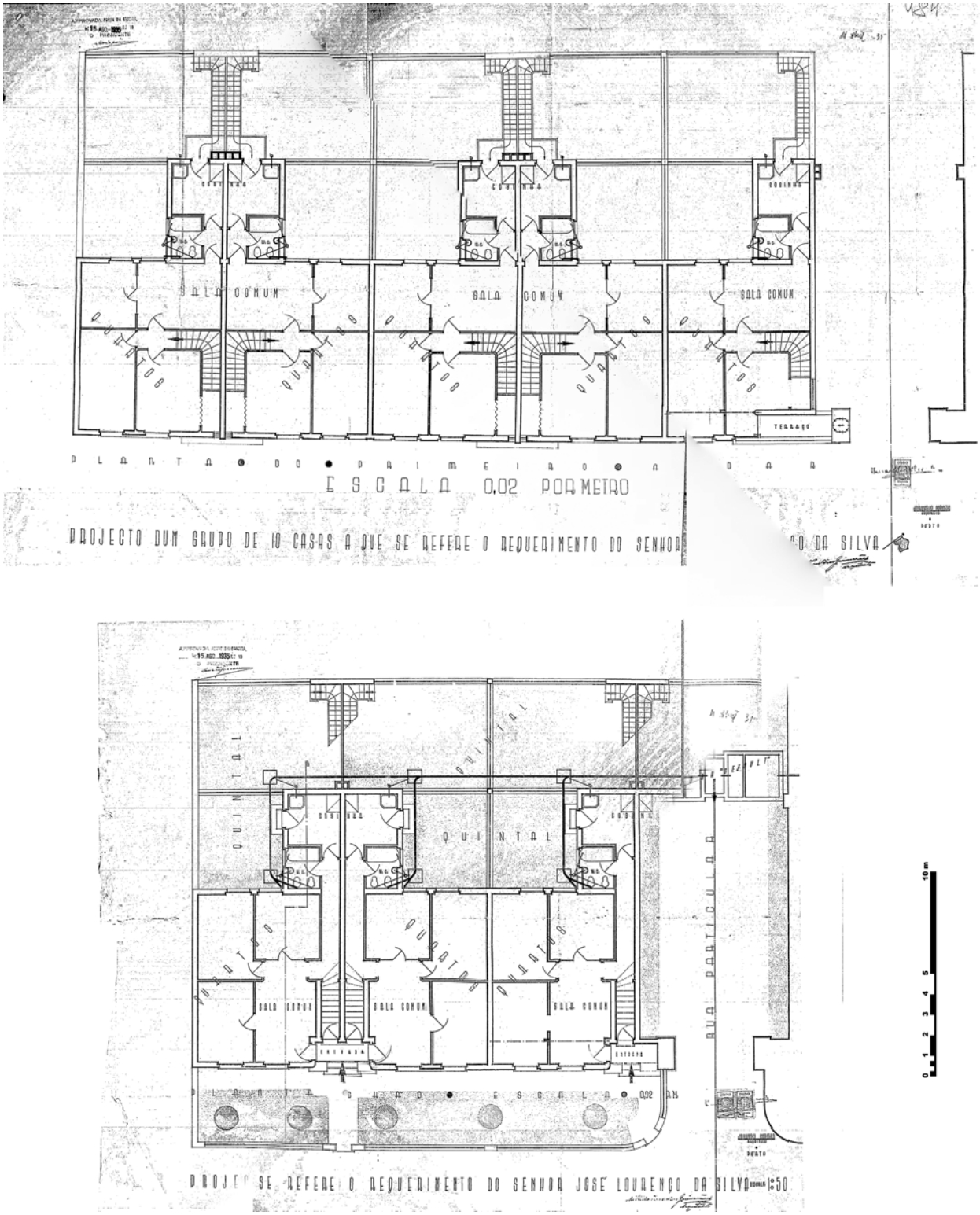


Fig.158 Plantas.

(CMPorto, Godinho & Guimarães, 1935)

O processo deste conjunto de edifícios deu entrada na CMPorto em Abril de 1935, solicitando licença para "construir um pequeno bairro operário", portanto buscando "os sistemas construtivos mais simples e económicos". As alvenarias resistentes são de blocos de betão, à semelhança do edifício Inovacasas.

Os pavimentos são estrutura de madeira, excepto os de cozinhas e casas de banho que são em betão armado. O cálculo é da responsabilidade de António Teixeira Rego.

Eduardo Martins e Manuel Passos

	2 Moradias	[ABP i3041]	36-António de Brito [Eduardo Martins e Manuel Passos] 58-Maximiano Rebelo dos Santos	AHMP CMP
	Avenida da Boavista com a Rua Correia de Sá	1936	Reboco pintado	Lic. nº 979/36 Lic. nº 216/58 Lic. nº 7/2000 (CMPorto et al., 1936)[a] (CMPorto & Santos, 1958)[b]

a."Este projecto refere-se à construção de duas casas que se destinam a habitação […]. Constam as duas casas de caves rés-do-chão e 1º andar.

Todas as paredes serão construídas em perpianho de 0,30 de espessura sendo bem argamassadas. Os alicerces assentarão em terreno firme sendo asfaltados na parte superior. As madeiras a empregar nos caixilhos exteriores serão em castanho ou em madeira brasileira e em ferro, e em pinho da terra o travejamento, cobertura com as secções de 0,22x0,08. A telha para cobertura será do tipo Marselha e levará caleira de vedação. As dependências das caves com a designação de quarto das criadas e brunir serão soalhados. A parede de meação das duas casas irá acima do telhado servindo de corta-fogo. As chaminés serão arredadas dos madeiramentos 0,30. […]

Serão de cimento armado dois terraços, cobertura das garagens e placas nas cozinhas e quartos de banho" (CMPorto et al., 1936).

Betão Armado: "Elementos - Trata-se da construção de 4 terraços, sendo dois sobre garagens, os pavimentos das cozinhas e os pavimentos dos quartos de banho e escadas de acesso" (CMPorto et al., 1936). Responsável: Augusto Barata Rocha.

b."[…] Planta do 1º andar - Sala de Estar. Depois de suportada a parede exterior por uma viga de betão armado com ferro, será aquela parede exterior deslocada de modo a conseguirmos o espaço livre, mínimo, desejado. […]

Fachada voltada à avenida da Boavista - Vestíbulo da entrada - Sendo esta a entrada nobre do prédio, e pela má arrumação de móveis que dá a disposição do actual vestíbulo, será a existente escada exterior alargada de 1,20 m para 1,60m para nela ser instalado o vestíbulo pretendido. Será coberta com placa de betão armado, devidamente impermeabilizada. As paredes serão em tijolo vazado de 30x15x8 cm, ao baixo, e nelas será aberta uma ampla janela e uma porta de acesso. Em toda a construção serão aplicados materiais de primeira qualidade. As paredes exteriores serão impermeabilizadas. As madeiras exteriores serão de macacaúba para envernizar e as interiores, de pinho para pintar. Os pavimentos serão de betão armado, para levar tacos nas salas e mosaicos nos banhos. […] A cobertura será, como a existente, em telha Marselha sobre armação de pinho, carbonilado. Toda a obra terá esmerado acabamento e será pintado em cor igual à actual ou outra que venha a ser indicada pelo Digno Arquitecto" (CMPorto & Santos, 1958).

Betão Armado: "[…] à obra de betão armado que constituirá um aumento do pavimento do 1º e 2º andar e uma laje de cobertura, não acessível, de pequeno vão.[…]

Laje A - Apoiada em parede de perpianho e em parede de tijolo burro ao baixo;[…]

Laje B - Idêntica à anterior, somente mudam os apoios que são uma viga de ferro posteriormente calculada e uma parede de tijolo burro ao baixo.

Laje C - Não acessível, de cobertura à entrada da habitação. Apoiada em paredes de perpianho" (CMPorto & Santos, 1958). Responsável: Maximiano Rebelo dos Santos

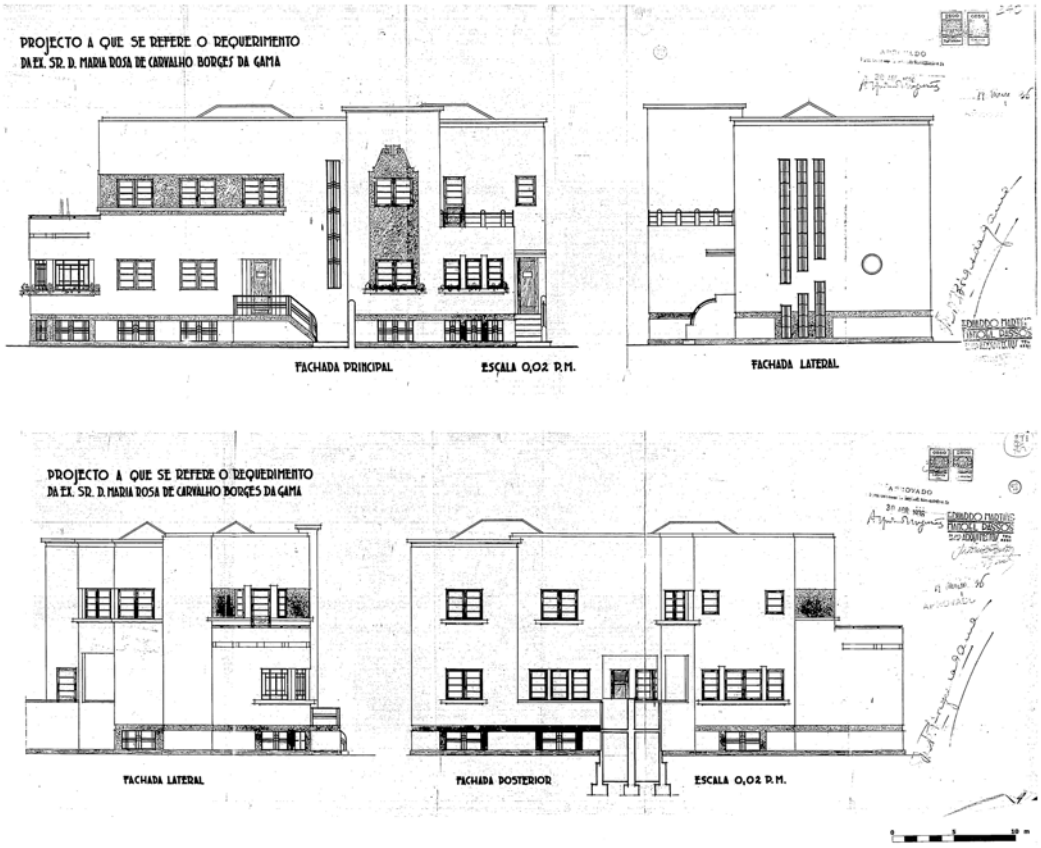


Fig.159 Alçados do projecto inicial.

(CMPorto et al., 1936)

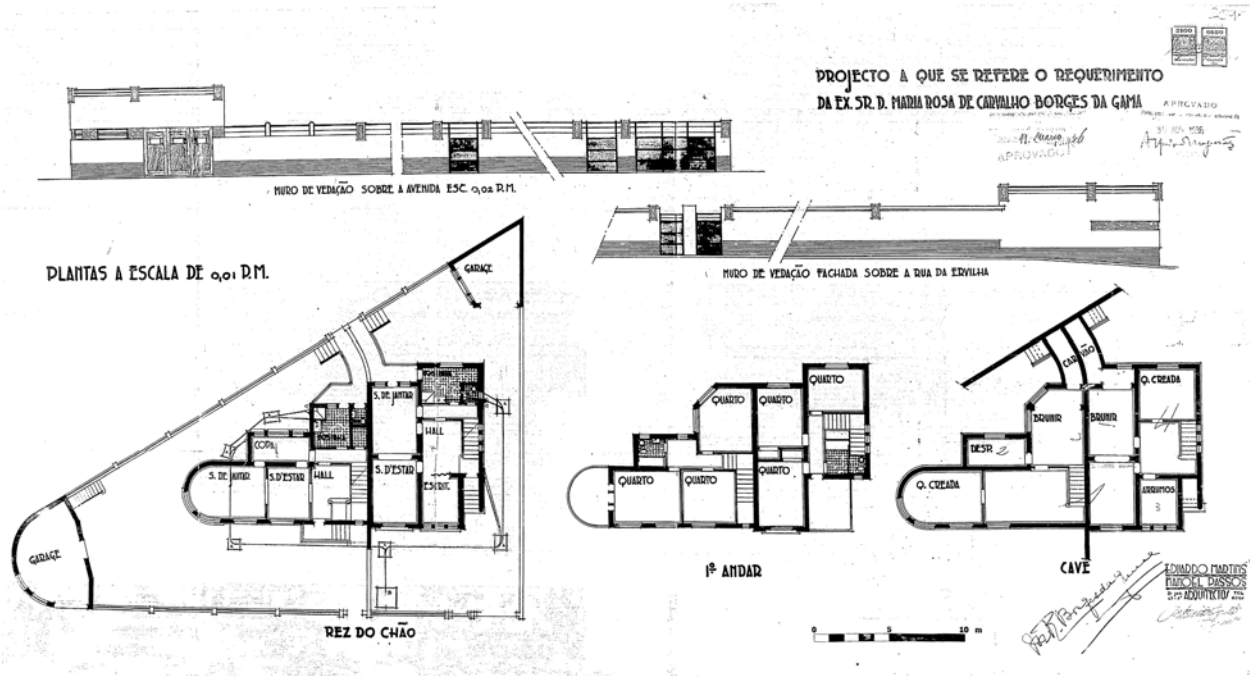


Fig.160 Plantas do projecto inicial.

(CMPorto et al., 1936)

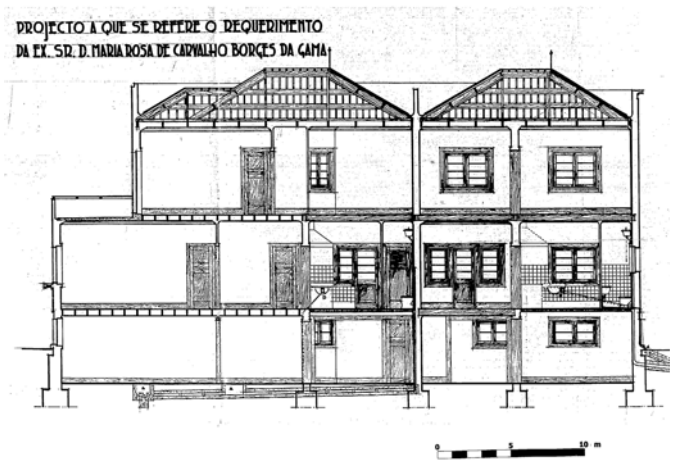


Fig.161 Corte.
(CMPorto et al., 1936)

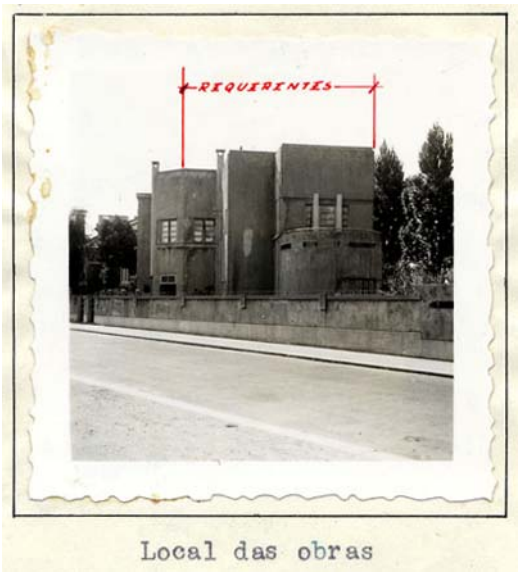


Fig.162 Fotografia do edifício em 1958.
(CMPorto & Santos, 1958)

A.1.6. Arménio Losa

Arménio Taveira Losa nasceu em Braga em Outubro de 1908, filho de José Gonçalves Losa e de Maria Rosa Taveira Losa. Ingressa com 17 anos na Escola de Belas Artes do Porto, inicialmente no curso de pintura que troca, no ano seguinte, pelo de arquitectura. Tem como professor José Marques da Silva em cujo escritório trabalha, enquanto estudante, por um curto período de tempo. *"Será o único mestre a deixar-lhe recordações fortes sem, no entanto, ter com ele afinidades de pensamentos"* (Carvalho, 1987). Trabalha, desde os primeiros anos do curso, com um construtor civil diplomado, o que lhe irá dando experiência de projecto e conhecimentos da arte de bem construir.

Concluiu com aprovação em 1932 o conjunto de cadeiras que constituem o Curso de Arquitectura Civil, faltando-lhe apenas o Concurso para a Obtenção de Diploma de Arquitecto [CODA], o que apenas virá a suceder em 1941[139].

Trabalha no ano de 1936 com Rogério de Azevedo, juntamente com Januário Godinho, arquitecto da mesma geração, tendo muito provavelmente colaborado no projecto da garagem de "O Comércio do Porto".

Integra desde a sua fundação, em 1939, o primeiro Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto onde permanece como responsável até 1945. Paralelamente continua a desenvolver actividade liberal, sozinho ou em parcerias eventuais.

A obra de Arménio Taveira Losa, quer em actividade isolada, quer em parceria com Cassiano Barbosa [1945-1957], ainda está pouco estudada e divulgada. O centenário do seu nascimento, celebrado em 2008 com um conjunto

139.Certas publicações dão como ano de formação 1932, contudo o concurso para a obtenção do diploma de arquitecto (CODA) só é entregue em 1941, sendo emitida a respectiva certidão em 15 de Março de 1941. Era de alguma forma habitual entre os estudantes da Escola de Belas Artes, o protelamento da entrega do CODA durante alguns anos, ficando um hiato entre a conclusão da última disciplina do Curso de Arquitectura Civil e a conclusão da formação académica com a obtenção do Diploma de Arquitecto.

de iniciativas[140], deu-lhe nova projecção e actualidade, e trouxe ao conhecimento público alguma documentação ainda «desconhecida»[141].

Continua a ser uma referência sobre a obra do Arménio Losa o trabalho de final de curso das Arquitectas Luzia Gama e Joana Rosas, onde é feito o inventário da sua obra/espólio, pelo menos da que existia a essa data no seu escritório da Rua da Alegria. Neste trabalho, para além da listagem das obras é feita a reprodução, em formato reduzido de alguns elementos de projecto, complementado com fotografias de alguns dos edifícios, servindo como um bom guia inicial para quem pretender estudar a obra com mais profundidade. O trabalho esgota-se na sua função de inventário, não sendo feitas análises, nem facultada informação complementar sobre os edifícios e os projectos, designadamente sobre a existência ou não de elementos relativos à execução do mesmo, materiais de construção utilizados, elementos que teriam interesse para o presente trabalho.



Fig.163 Edifício "Soares e Irmão" na Rua de Ceuta. (Vale, 2008/06)



Fig.164 "O Nosso Escritório".

No Guia da Arquitectura Moderna: Porto (Fernandes, Cannatà & Alves, 2002), uma publicação visando especialmente um público ligado ao designado "turismo arquitectónico", são referenciadas 8 obras de Arménio Losa, sozinho ou em parceria; a cooperativa do Pinheiro Manso [1935]; o bloco da Carvalhosa [1945], o edifício Soares e Irmão [1949], o bloco de habitação da Constituição [1949], o edifício DKW [1950], a casa Mário Amaral [1953], as habitações operárias da Ponte da Pedra [1954], e a sede das Caixas de Previdência [1968]. Arménio Losa é um dos

140.As iniciativas, promovidas pela Ordem dos Arquitectos, SRN, com participação de outras instituições, como a C.M. Porto, a C.M Matosinhos, e a FAUP, incluem visitas, exposições, conferências, mesa redonda, etc.

141.Até aos trabalhos preparatórios da exposição, julgava-se que no Centro de Documentação da FAUP estava depositada a totalidade do espólio existente. Constatou-se que existiam elementos ainda em posse da família que foram emprestados ao CDFAUP, tendo estado uma parte deles acessível ao público na exposição que esteve patente na Alfândega do Porto [Outubro a Dezembro de 2008]. Estes elementos agora inventariados são, para as obras consultadas, mais interessantes do ponto de vista da definição dos materiais e sistemas construtivos utilizados do que os que estavam disponíveis quer no CDFAUP quer no AHMP/CMP.

arquitectos com mais obras referenciadas neste guia, abrangendo um período de mais de 30 anos, só «suplantado» por Álvaro Siza Vieira.

A referência à sua obra em publicações dispersas é vária, sendo alguns dos seus projectos marcos incontornáveis na história da arquitectura portuguesa do século XX, como o bloco da Carvalhosa, estudado no presente trabalho, no Capítulo 2.1, o edifício na Rua de Ceuta ou o edifício na Rua Sá da Bandeira.

Uma edição monográfica sobre a obra de Arménio Losa, nas suas diversas vertentes, é algo que se impõe, mas que continua (ainda) a não existir.

	Edifício	[ABP p1030]	Arménio Losa	AHMP
	Avenida da Boavista com a Rua João de Deus	1936	Reboco pintado	Lic. nº 1170/36 Lic. nº 1587/37 (CMPorto & Losa, 1936)[a]

a. *"Destina-se este prédio à instalação de estabelecimentos comerciais e a quatro habitações, sendo as suas dependências convenientemente iluminadas e arejadas pelas duas ruas e pelo pátio aberto. O edifício será sólido e higiénico, construído com os melhores materiais e protegido contra qualquer humidade.*

Os alicerces serão construídos de perpianho argamassado e isolados com asfalto. As paredes em elevação, com 0,40 e 0,30 de espessura serão, nas fachadas, revestidas com ceresit e argamassa de cimento e cal hidráulica. O pavimento do rés-do-chão e primeiro andar serão construídos em cimento armado afim de protegerem as habitações contra o risco de incêndio. Também serão em cimento armado a cobertura e os pavimentos das cozinhas e quartos de banho, conforme os cálculos a apresentar oportunamente, sendo aquela isolada com um material impermeável.

Os restantes pavimentos serão soalhados, As chaminés e as divisórias das cozinhas e escadas, serão construídas em tijolo, e estas rebocadas e caiadas assim como os tectos e tabiques. Nas retretes, cozinhas, quartos de banho, aplicar-se-á mosaico, e azulejo nas paredes até à altura de 1,50" (CMPorto &Losa, 1936).

Requerimento.

"[…] tendo submetido à apreciação de v. Excia um projecto que está executando no gaveto da avenida da Boavista e rua João de deus, conforme licença nº 1170 de 10-XI-36, a qual foi concedida com a condição de serem executados em cimento armado todos os pavimentos e escadas, pede a V. Excia que seja autorizada a construção em madeira do pavimento do 2º andar, com excepção das partes ocupadas pelas cozinhas e quartos de banho, em virtude de todas as condições de segurança contra risco de incêndio terem sido previstas. 5 de Dezembro de 1936" (CMPorto &Losa, 1936).

Informação.

"se a cobertura for em laje de betão armado, como se diz na memória do projecto, pode ser dispensada a laje de betão armado do 2º andar, como o requerente pede" (CMPorto &Losa, 1936).

Betão Armado: "Serão construídos em beton armado segundo os presentes cálculos, os pavimentos do rés-do-chão e 1º andar, e toda a cobertura que formará terraço.

A caixa da escada, construída em blocos vazados de beton, assentará em vigas distribuídas pelos diferentes pavimentos que, na cave, apoiarão sobre pilares. Os esquemas das plantas descrevendo toda a estrutura de cimento armado ilustram a disposição geral desta obra.

Da qualidade dos materiais. […]

Areia e pedra: Colhidas na praia de Matosinhos com as dimensões e características estipuladas nos artigos 6º e 7º do regulamento oficial. […]

A obra, constituída de pilares e lajes vigadas, não implica a adopção de processos especiais de montagem e de execução" (CMPorto &Losa, 1936). Responsável: Francisco Brito Limpo de Faria

	Anecra	[ABP p2450]	Arménio Losa	AHMP
	Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso	1937	Reboco Pintado	Lic nº 1603/37 (CMPorto & Losa, 1937)[a]

a. "*O edifício projectado destina-se a quatro casas de habitação independentes, composta cada uma de rés-do-chão e dois andares.*

O rés-do-chão será destinado a garagem privativa do locatário e a lojas de arrumação, e os restantes pavimentos à habitação propriamente dita.

Todas as paredes se construirão em perpianho argamassado. As exteriores com 0,40 e as interiores com 0,30 de espessura. As fundações assentarão em terreno firme que garante a estabilidade perfeita de todo o edifício, sendo construídas por fiadas de perpianho ao baixo de larguras calculadas segundo a carga a suportar e a compressibilidade do terreno.

As paredes de elevação serão isoladas das fundações por uma camada de asfalto ou outro material equivalente, afim de preservar todo o prédio da humidade do solo. Estas paredes e a cobertura serão igualmente protegidas contra a humidade com materiais impermeáveis.

Construir-se-ão em cimento, conforme cálculos a apresentar oportunamente, os pavimentos do primeiro andar nas partes compreendidas pela cozinha e garagens, e os terraços que formam a cobertura. A estrutura dos restantes pavimentos será em madeira.

Os tabiques, não só da cozinha como de todas as outras dependências, construir-se-ão em tijolo vazado de oito e cinco de espessura conforme o seu comprimento.

As cozinhas, quartos de banho e retretes revestir-se-ão a azulejo e mosaico. As restantes dependências serão rebocadas, estucadas, caiadas e soalhadas. As fachadas pintar-se-ão a tinta de água.

Será feita a instalação sanitária e respectiva rede de esgotos de todas as peças indicadas, segundo memória descritiva especial e de harmonia com o preceituado nos regulamentos em vigor. Provisoriamente, e em virtude de não existir na zona o colector de saneamento, construir-se-á uma fossa com todas as condições de higiene, para onde se canalizarão os esgotos do prédio.

As águas pluviais serão conduzidas para o aqueduto municipal em tubos de grés. Todo o prédio será alimentado de água pelos serviços municipalizados" *(CMPorto & Losa, 1937).*

O edifício de habitação e comércio localizado no gaveto da Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso, projecto do arquitecto Arménio Losa, tem o seu licenciamento iniciado em 1937.

O projecto terá sido iniciado cerca de dois anos antes, em 1935, a tomar como correcta a datação feita no Guia da Arquitectura Moderna (Fernandes, Cannatà & Alves, 2002). Corresponde a um conjunto de quatro moradias independentes inseridas num edifício com uma imagem única. Num lote sensivelmente rectangular, com duas frentes, uma para a Avenida da Boavista e outra para a Rua do Pinheiro Manso, o edifício, em forma de «L», implanta-se recuado em relação aos alinhamentos dos dois passeios.

A forma como se articulam os volumes e são tratadas as diferentes caixas de escada leva a crer, numa primeira observação, tratar-se de um edifício de habitação colectiva, com acessos comuns e distribuição de apartamento por andares, o que não sucede. As quatro moradias são justapostas, duas voltadas para a Rua do Pinheiro Manso, uma voltada para a Av. da Boavista, e a quarta fazendo a articulação do gaveto, mantendo o alinhamento vertical das paredes divisórias de fracções e das paredes dos compartimentos, determinadas pelo sistema construtivo utilizado. Cada moradia é composta por três pisos, o rés-do-chão onde está localizada a garagem, o quarto da criada, e uma loja (não no sentido de espaço comercial, como agora é habitual, mas com o sentido de espaço de arrumação), tendo ainda um corredor de ligação ao logradouro nas traseiras; um 1º andar, onde se localizam as zonas sociais e de serviço, sala, jantar, cozinha e dispensa, e um 2º andar, para os quartos e instalação sanitária. Todas as casas têm acesso à sua zona da cobertura em terraço para uso lúdico, onde, em projecto, existiam uns pequenos canteiros ajardinados, que ou não chegaram a ser executados ou foram destruídos entretanto.



Fig.165 Fotografia aérea actual
(Google, [2009]-a)

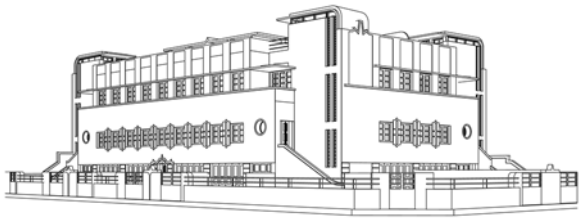


Fig.166 Perspectiva do Modelo 3D feito a partir do projecto inicial.
Modelo 3D executado a partir de (CMPorto & Losa, 1937)



Fig.167 Modelo 3D.
Modelo 3D executado a partir de (CMPorto & Losa, 1937)

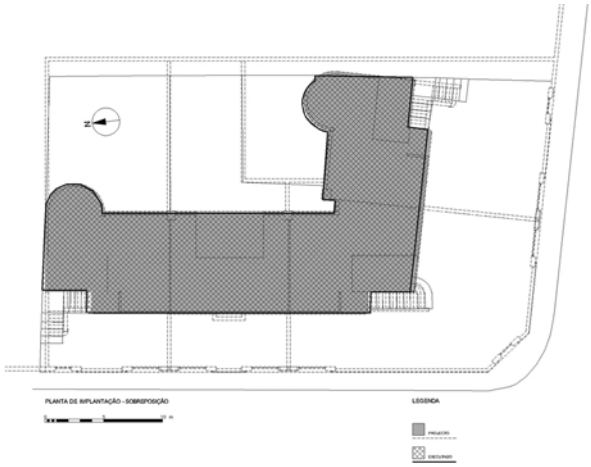


Fig.168 Comparação entre a implantação no projecto inicial e a mancha efectivamente construída.
Em projecto era considerada a ortogonalidade de 3 dos lados do lote, que não se verificou na realidade.

A concepção é bastante interessante porque apesar da semelhança entre as quatro moradias, quer em tipologia, quer em imagem, cada uma tem uma distribuição interna única, quer seja pela relação entre os diversos compartimentos, quer pela inserção no edifício e na diferente orientação solar, numa intenção de projecto que pondera com idêntico peso organização funcional e inserção urbana.

Entre o projecto licenciado e a obra construída existem algumas diferenças. Os desenhos de que dispomos são os do projecto licenciado (CMPorto & Losa, 1937), já que não foi possível localizar, até ao momento, qualquer desenho relativo à execução[142]. As diferenças, decorrem na sua maioria, do processo de adaptação de um projecto a uma forma de construir, às condicionantes das infra-estruturas e claro, ao próprio terreno. Não alteram de forma sensível o

142. Os desenhos deste edifício não fazem parte do espólio existente no Centro de Documentação. Não fazem parte também do material ainda em posse da família e emprestado para a elaboração da exposição "O nosso escritório" o que aliás faz sentido já que é uma obra anterior à parceria de Arménio Losa e Cassiano Barbosa.

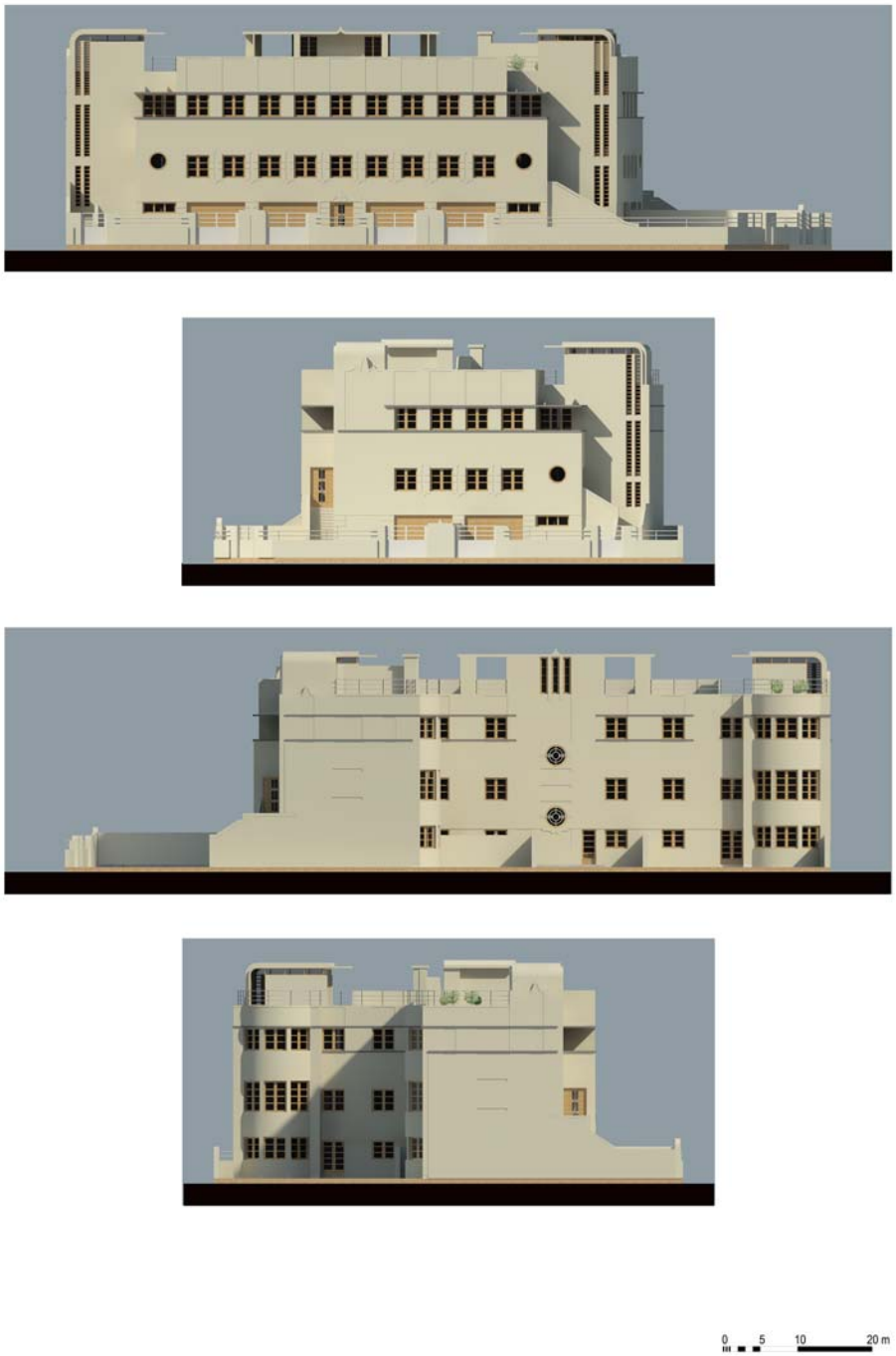


Fig.169 Alçados do modelo 3D.

Modelo 3D executado a partir de (CMPorto & Losa, 1937)

edifício, quer a nível da imagem quer a nível da sua estrutura funcional e espacial. De referir que existem algumas alterações, que decorrem da utilização do edifício ao longo dos últimos 70 anos, e que mais à frente iremos evidenciar.



Fig.170 Paredes divisórias em tijolo vazado. Zona de instalação sanitária.

(Vale, 2008/02b)



Fig.171 Espessura dos rebocos.

(Vale, 2008/02b)



Fig.172 Fotografias do interior.

(Vale, 2008/02b)



Fig.173 Fotografias do interior.

(Vale, 2008/02b)

A primeira diferença constatada prende-se com a dimensão do lote, e forma do mesmo. Ligeiramente menor do que apresentado no processo de licenciamento, tem ângulo diferente no topo Nascente, diferença devidas talvez à inexistência, na altura de elaboração do projecto, de um levantamento topográfico, ou de um levantamento topográfico capaz. De referir que a base de que nos socorremos para determinar essas diferenças (a nível gráfico, pois a nível visual as mesmas são evidentes) não é uma base com o rigor que seria desejável, uma vez que se usou quer o levantamento à escala 1/500 da Câmara do Porto, quer as fotografias aéreas disponibilizadas pelo Google[143] e pela

143. http://maps.google.com/ (levantamento fotográfico de 2007, aproximadamente Junho/Julho).

Microsoft[144]. De qualquer forma, a diferença é suficientemente grande para se sobrepor à falta de rigor da base cartográfica. Não sendo um aspecto determinante no presente trabalho, não se optou por fazer um levantamento rigoroso do edifício. As diferenças no lote implicaram alterações ligeiras da orientação da empena Nascente do edifício, e da sua relação com os edifícios a Nascente, deixando de estar isolado e passando a fazer parte de uma banda contínua de construção.

Do conjunto de edifícios que constituem o tramo da Avenida da Boavista entre a Rua de S. João de Brito e a Rua do Pinheiro Manso, este foi o primeiro a ser construído, e essa informação é importante para perceber a relação com os edifícios a Nascente, pois não existe continuidade de alinhamento de fachadas. O edifício que faz o gaveto com a Rua S. João de Brito, projecto do arquitecto José Maria Moura da Costa foi licenciado em 1949, em duas fases, pois corresponde a uma promoção da cooperativa "A casa lusitana" e pertence a dois associados diferentes. Este edifício, voltado para a Rua de S. João de Brito, ao ser implantado, não respeitou, na fachada para a Avenida da Boavista, o alinhamento já definido pelo edifício que alberga actualmente a Anecra, muito provavelmente devido à exiguidade do lote em termos de profundidade. Quando em 1956 o arquitecto Manuel Passos Júnior (CMPorto & Passos Júnior, 1956) projecta o edifício que faz a ligação entre os dois, a opção mais lógica é por respeitar o alinhamento do edifício a Nascente com quem estabelece as mais fortes ligações em detrimento do da Anecra.

De referir que o edifício de Arménio Losa acaba por beneficiar deste desalinhamento das fachadas. Ao contrário dos dois edifícios a Nascente que se inserem perfeitamente numa fachada contínua, com ritmos de fenestração idênticos e alinhamento de platibandas, o edifício de Losa, pelos remates laterais e superiores constituídos pelas caixas de escadas, é um edifício que deveria estar isolado, ou parcialmente isolado, e não espartilhado entre outras construções de idêntica cércea. Ao ficar ligeiramente recuado em relação ao alinhamento da fachada do edifício vizinho (a cor verde do mesmo também ajuda) acaba por quebrar a continuidade e de alguma forma garantir-lhe um afastamento, resultado da perspectiva e da sombra.

A segunda diferença tem a ver com a utilização do rés-do-chão. No projecto inicial, existiam no rés-do-chão de cada habitação, dois grandes compartimentos, um destinado a garagem, e o outro a loja. Os que eram destinados a garagem tinham portas largas para o acesso das viaturas, enquanto os destinados a loja, e estavam voltados para as ruas, tinham duas janelas em vez do portão. No que foi construído, todos os compartimentos voltados para a rua, independentemente de serem garagem ou loja têm o mesmo tipo de abertura. Esta alteração foi feita ainda durante o licenciamento, já que a planta do rés-do-chão, onde são marcados as redes de saneamento, ainda tem a solução com os dois tipos de abertura, mas os alçados aprovados já apresentam um único tipo.

A terceira grande diferença entre o projecto e o executado tem a ver com a abertura de iluminação das três caixas de escadas que estão aparentes na rua. No projecto inicial a iluminação era garantida por duas grandes frestas verticais, afastadas cerca de 30 cm, fechadas por caixilharia marcada pelo ritmo de pequenos vidros. Provavelmente por questões de execução e económicas também, as duas frestas verticais foram substituídas por um vão vertical que ocupa a largura total das duas aberturas bem como o espaço existente entre elas. A marcação dos pisos ganhou força vindo para o alinhamento exterior das paredes (esta diferença pode ser apenas uma questão de representação) e o elemento da caixa de escada perdeu a verticalidade acentuada que possuía nos desenhos iniciais.

144. http://maps.live.com/ (levantamento fotográfico de posterior a Agosto de 2007) Passou a estar alojado em http://www.bing.com/maps/ em 2009.



Fig.174 Edifício na Avenida da Boavista, nº 1040.

(Vale, 2005/11)

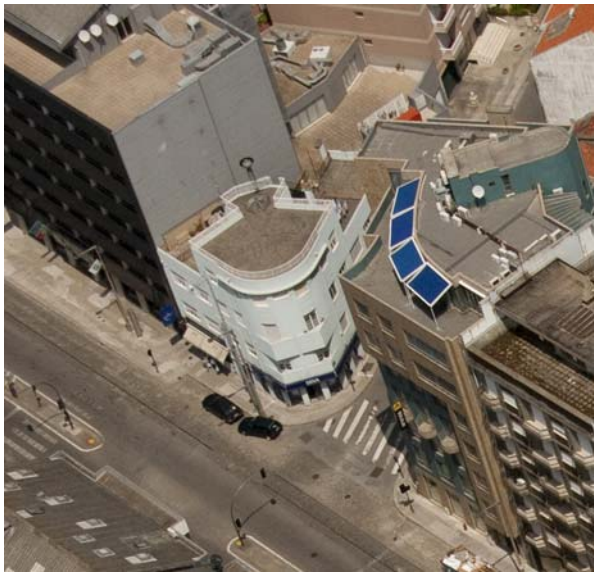


Fig.175 Fotografia aérea mostrando a reduzida dimensão do edifício.

(Vale, 2008/06)

As restantes diferenças são de pequena monta, como o desenho das caixilharias do acesso aos terraços, dimensão e alinhamento das chaminés no alçado traseiro, e alguns dos elementos decorativos quer nas fachadas voltadas para a rua, quer para o logradouro. Ao nível da compartimentação interior, na única habitação a que foi possível aceder, não existiam alterações.

A imagem moderna esconde um sistema construtivo quase completamente tradicional. As paredes resistentes construídas em perpianho argamassado, *"as exteriores com 0,40 e as interiores com 0,30 de espessura"* e as divisórias interiores em alvenaria de *"tijolo vazado de oito e cinco de espessura conforme o seu comprimento"* (CMPorto & Losa, 1937), os pavimentos são ainda em estrutura de madeira, revestidos a soalho, com a excepção das cozinhas e zonas de águas, onde já se usa uma laje de betão armado, de um sistema patenteado, pelo que se pede escusa de apresentação do respectivo cálculo.

Vale a pena fazer um paralelo com outro dos edifícios projectados por Arménio Losa na Avenida da Boavista, o nº 1030 (CMPorto & Losa, 1936), no gaveto com a Rua João de Deus, licenciado cerca de um ano antes.

Apesar da diferença entre os dois projectos, quer a nível de escala, quer a nível de imagem arquitectónica, construtivamente são muito semelhantes. A modulação dos espaços é determinada pelo sistema construtivo tradicional, de estrutura de madeira assente sobre paredes resistentes, implicando vãos reduzidos e alinhamento das paredes nos diversos pisos.

O edifício tem quatro pisos, um destinado a comércio e três destinados a habitação. A cobertura é em terraço, com dois níveis diferentes.

São construídas em betão armado as lajes que fazem a separação do rés-do-chão, de actividade comercial, e os pisos superiores de habitação, bem como as das cozinhas, por questões de segurança contra incêndio. Por questões de uso são também executadas em betão armado as restantes zonas de águas, bem como a laje da cobertura em terraço. A CMP solicita, nos termos da emissão da licença de construção, que a também a laje do segundo andar seja

executada em betão armado. Devida à pequena dimensão do edifício, à sua forma em cunha, ao facto de já três pisos terem as lajes integralmente em betão armado, de as zonas de água deste piso já estarem executadas em betão armado, seria de esperar que tal solicitação fosse facilmente acatada.

Em 5 de Dezembro de 1936, solicita-se autorização para *"a construção em madeira do pavimento do 2º andar, com excepção das partes ocupadas pelas cozinhas e quartos de banho, em virtude de todas as condições de segurança contra risco de incêndio terem sido previstas"* (CMPorto & Losa, 1936). A resposta da CMP é afirmativa[145], pelo que o edifício é executado nessas condições.

Este caso, como muitos outros que podem ser consultados nos processos de licenciamento no AHMP mostram uma resistência grande na adopção do betão armado na construção de edifícios na cidade do Porto. Em muitos dos edifícios, até ao final da década de trinta, e em alguns casos já na década de quarenta, as memórias descritivas continuam a referir a totalidade dos pavimentos executadas em estrutura de madeira, geralmente de pinho nacional e "soalhados". Os pavimentos executados em betão armado aparecem por imposição da Câmara Municipal por parecer da Inspecção de Incêndios, nos locais onde esses riscos são mais importantes, as cozinhas e as garagens. Em algumas memórias descritivas, sabendo dos pareceres da Inspecção de Incêndios, os técnicos colocam logo a execução dos pavimentos das cozinhas em betão armado. Encontram-se casos de proprietários que desrespeitam as informações camarárias, e face à necessidade de uma licença de utilização, tentam resolver o assunto posteriormente com recurso a subterfúgios, como por exemplo a criação de paredes pára-chamas nos alçados traseiros.

Ainda anteriormente à adopção do betão armado como sistema construtivo recomendado pela inspecção-geral de incêndios, aparecem referências ao fibrocimento em diversos pareceres advogando a sua utilização para garantir uma maior resistência ao fogo.

Esta resistência na utilização de estruturas em betão armado teria fundamentalmente razões económicas a par, claro, de razões ligadas à facilidade de execução. Como dizia Nuno Teotónio Pereira na mesa redonda realizada no "Maus Hábitos" já atrás referida; *"Quando eu comecei a trabalhar não existiam gruas"*[146]. A realidade do mundo da construção era muito diverso do que hoje conhecemos, não existiam ainda muitos dos equipamentos que hoje facilitam a execução dos trabalhos, e por outro lado ainda existia o domínio de técnicas de construção, que hoje caídas em desuso se tornam extremamente dispendiosas. Actualmente é mais caro executar um pavimento em estrutura de madeira do que em betão armado, pelos preços de material e mão-de-obra, e pela agravante da necessidade de responder aos requisitos regulamentares actuais, designadamente na área da térmica, acústica e segurança contra incêndios.

A disponibilidade de uma tecnologia não queria dizer que a mesma fosse adoptada sistematicamente ou com facilidade. Existe uma contradição em muita da arquitectura que se faz no Porto nas décadas de 30 e 40, entre imagem arquitectónica e sistemas construtivos. Imagens «modernas» continuam a usar sistemas construtivos na continuidade da tradição, e construções com feições tradicionais por vezes albergam sistemas construtivos modernos. Penso que mais do que uma resistência aos novos materiais, são questões práticas e económicas que se colocam.

---

145. "*[…]se a cobertura for em laje de betão armado, como se diz na memória do projecto, pode ser dispensada a laje de betão armado do 2º andar, como o requerente pede"* (CMPorto & Losa, 1936).

146. Mesa redonda inserida nas "Comemorações do Centenário Arménio Losa", Dezembro de 2008, Maus Hábitos, Espaço de Intervenção cultural, Porto.

No Edifício da Anecra as lajes de betão armado foram utilizadas exclusivamente nas zonas das garagens (laje de tecto) e cozinhas (laje de pavimento), que se encontram no mesmo módulo estrutural, em quase todas as habitações (ainda que em orientações diferentes, as garagens para a frente de rua e as cozinhas para as traseiras), de forma a reduzir a área necessária de laje de betão armado. São usadas igualmente ao nível da cobertura, executada em terraço, para fruição dos habitantes.

As coberturas planas são um dos paradigmas da arquitectura moderna. Provavelmente Arménio Losa terá sido, no Porto, o primeiro a utilizá-las de uma forma mais sistemática. Em muitos dos projectos de outros arquitectos, de épocas próximas, que «aparentam» possuir coberturas planas, descobrimos telhados ocultos por platibandas, que são «esquecidos» na representação de alçados e escondidos pela perspectiva na construção real.

De referir que numa obra posterior, como o bloco da Carvalhosa estudado na segunda parte deste trabalho, a cobertura inclinada em estrutura de madeira e revestimento de telha foi a escolhida. Razões? Será que o ímpeto da modernidade tinha esmorecido, ou uma sensatez e calma, talvez adquirida pela idade e experiência, lhe dissessem que quando os materiais e as técnicas não ajudam, insistir em certas soluções é ter problemas certos, reflectindo-se no cliente e na relação do arquitecto com o mesmo?

Do ponto de vista de leitura do alçado, o recuo da cobertura e a largura da Rua da Boavista, garantia que a mesma não era perceptível. A questão da fruição do espaço da cobertura também não se colocava da mesma forma, primeiro, porque já eram considerados terraços amplos ao nível dos diversos pisos, e segundo, porque a divisão da propriedade não assentava num módulo vertical como na Anecra, mas numa divisão por pisos.

A.1.7. José Ferreira Peneda

José Ferreira Peneda tem uma obra relativamente extensa na cidade do Porto que continua por estudar. No conjunto de licenças de obra consultadas encontramos 12 projectos da sua autoria, alguns correspondendo a remodelações e ampliações e outros a construções de raiz.

	Edifício “Tranquilidade”	[ABN p0320]	José Ferreira Peneda[a]	AHMP
	Avenida da Boavista, 320 Praça Mouzinho de Albuquerque	1936	Reboco pintado	Lic nº 485/37 Lic nº 1093/38 (CMPorto & Peneda, 1937)[b]

a. José Ferreira Peneda, é filho de Francisco Ferreira da Silva e natural da freguesia de Águas Santas. Obtém o Diploma de Arquitecto em Janeiro de 1926 em função da alteração legislativa já referida.

b. "As paredes de elevação são feitas em perpianho meia falha, excepto as da frente até ao 1º pavimento que são feitas em juntouros de 0,40 m.

As paredes interiores são feitas de pedra umas e outras de tijolo furado de 0,05 m de espessura assente em cimento.

Os pavimentos superiores e escadas são soalhados.

Os pavimentos das cozinhas, retretes e quartos de banho são forrados com mosaico e com lambris de azulejo até 1,50 m de altura. […]

As escadas interiores e do pátio são feitas em cimento armado assentes sobre apoios de pedra.

As paredes e terraços são revestidos exteriormente a flintkote para protecção das humidades. […]

As fachadas, em estilo moderno, são revestidas a cimento e pintadas com tinta Dondex em cor clara" (CMPorto & Peneda, 1937).

Betão Armado: "Essa obra consta dos pavimentos e escadas do edifício: os pavimentos serão constituídos por lajes vigadas, com a disposição indicada nos desenhos e nos terraços, serão providas de juntas de dilatação, de modo a formar panos com apoio livre em todo o seu contorno.

As escadas terão os degraus ligados à laje de suporte, apoiada, por um lado, em parede e pelo outro em vigas pernas"(CMPorto & Peneda, 1937). Responsável: Luís Ribeiro.

	Edifício	[RB i597]	José Ferreira Peneda	CMP
	Rua da Boavista, 597	1940	Reboco Pintado	Lic nº 586/40 (CMPorto & Peneda, 1940)[a]

a. "A escada central é iluminada com uma grande clarabóia com lanternim e ventilação. Além desta escada há a escada de serviço exterior, nas traseiras.

Os alicerces assentam em terreno firme e são asfaltados. As paredes exteriores em elevação são feitas em perpianho e as restantes em tijolo, umas, e em pedra, outras.

O telhado será feito com telha tipo Marselha e terá caleiras e canos condutores necessários à boa evacuação das águas pluviais que desaguarão para o aqueduto público.

As paredes serão rebocadas e estucadas pelas duas faces. […]

Todos os pavimentos serão feitos em betão armado, excepto o da cave que é feito de betonilha. As escadas também são feitas em betão. Os cálculos serão apresentados na devida altura. Todas as dependências destinadas à habitação são soalhadas. Os pavimentos das cozinhas, quartos de banho e retretes levam mosaico e as paredes lambris de azulejo até à altura de 1,50 m. A fachada principal é revestida a cimento e pintada com tinta DON-DEX e cores claras" (CMPorto & Peneda, 1940).

A.1.8. José Porto

	Casa José Prata de Lima	[AM p644]	José Porto	AHMP
	Avenida de Montevideu com a Rua Pêro da Covilhã	1937	Reboco pintado	Lic nº 1118/37 Lic. nº 344/39 (CMPorto, [Porto] & Alegre, 1937)[a]

a."*[…] Os alicerces assentam em terreno firme e serão construídos em granito. Na altura do respaldo serão asfaltados, e sobre o asfalto assentam as paredes em elevação, também em granito. Toda a casa leva exteriormente um revestimento hidrófugo que liga ao asfalto dos alicerces, e interiormente será toda asfaltada. Todos os pavimentos serão construídos em cimento armado, bem como as escadas. […] As divisórias interiores serão de tijolo. Todas as janelas levam stores (assim no original) […]" (CMPorto, [Porto] &Alegre, 1937).*

Esta casa é a primeira moradia dentro da área em análise com a totalidade das lajes executadas em Betão. O edifício de José Ferreira Peneda, falado no ponto anterior, também tem a totalidade das lajes em betão, mas corresponde a um edifício de habitação colectiva. O de Manuel Marques e Amoroso Lopes na Praça Mouzinho de Albuquerque, apesar de apresentado anteriormente, é cronologicamente posterior, e também é um edifício de habitação colectiva. O projecto é dos "Engenheiros Reunidos", como atesta o carimbo em todas as peças do processo, mas os desenhos apresentam também, sobre o carimbo, a assinatura de José Porto. O termo de responsabilidade geral (incluindo cálculos) é de Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre.



Fig.176 Escada interior.
(Vale, 2008/02a)



Fig.177 Caixilho de madeira.
(Vale, 2008/02a)

Como elementos a mencionar, relativamente ao projecto original, o facto de os estores (stores ainda pela designação importada) serem elementos integrados no projecto desde o início, embebidos nas paredes, e também a apresentação do cálculo das padieiras dos vãos, pois o edifício possuía algumas janelas bastante rasgadas, como se pode observar na fotografia. Todos os edifícios analisados anteriormente têm vãos mais contidos, geralmente ainda numa proporção vertical, ou, quando horizontais, ainda muito próximos duma relação equivalente entre altura e largura.

Relativamente à utilização de estores embebidos nas padieira, o edifício de 1935 de Homero Ferreira Dias já também referia o seu uso explicitamente, embora não apresentasse calculo das padieiras. *"Em todas as janelas serão colocados stores-persianas de madeira enrolando em caixas feitas nas próprias padieiras de béton de cimento armado"* (CMPorto & Dias, 1935). Ao longo do tempo foi tendo intervenções várias com alterações mais ou menos extensas, como por exemplo, a construção de uma piscina ao nível da cobertura. Nesta altura estão em finalização mais obras de remodelação deste edifício que destruíram quase completamente os seus interiores e mesmo algumas partes das paredes exteriores.



Fig.178 Publicidade ao "STOR".



Fig.179 Janelas e estores.

(Vale, 2008/02a)



Fig.180 Edificío durante as obras.

(Vale, 2010/04a)



Fig.181 Demolição de paredes.

(Vale, 2010/04a)

Leandro de Morais

	Moradia	[RNSF p400]	Leandro de Morais[a]	CMP
	Rua Nossa Senhora de Fátima, 400	1939	Reboco Pintado	Lic. nº 408/39 (CMPorto & Morais, 1939)[b]

a.Leandro de Morais, filho de Manuel Monteiro de Morais, natural de Lordelo do Ouro, Porto. Concluiu o curso de arquitectura civil ano lectivo 1904/05, e obtém o Diploma de Arquitecto em Novembro de 1925, em sequência da alteração legislativa já mencionada.

b."1º Os alicerces da habitação e garagem vão à profundidade exigida pelo terreno, sendo asfaltado, dobrando no sobreleito 0,10 m.

2º As paredes em elevação serão em perpianho de 0,30 m de espessura e ceresitadas.

3º Todo o madeiramento será em pinho nacional à excepção das portas e caixilharias que será em castanho.

4º Os telhados serão cobertos com telha Marselha.

5º Todos os compartimentos têm a cubicagem legal e serão argamassados com cal e areia.

6º A chaminé será em tijolo e distanciadas dos madeiramentos mais próximos 0,20.

7º Os pavimentos da cozinha, quarto de banho, tecto da garagem serão em cimento armado" (CMPorto & Morais, 1939).

Responsável pelo cálculo de Betão Armado: António Augusto Guimarães Teixeira Rego

Teixeira Lopes

	Moradia	[ABP i4761]	António Júlio Teixeira Lopes[a]	CMP
	Avenida da Boavista, 4761	1940	Reboco pintado	Lic. nº 276/40 (CMPorto & Lopes, 1940)[b]

a.António Júlio Teixeira Lopes, filho de José Teixeira Lopes, obtém o Diploma de Arquitecto em 11-8-1927.

b."As paredes de elevação serão em perpianho de meia falha, com a espessura de 0,30m bem argamassadas.

Os alicerces serão assentes em terreno firme e crescerão 0,15 cm acima do nível das terras, altura em que serão bem asfaltados. […]

As placas dos quartos de banho, copa, despensa, cozinha e lavabos serão em cimento armado, conforme os cálculos juntos. […]

As paredes que formam a cozinha serão executadas em pedra e tijolo e o tecto em materiais incombustíveis" (CMPorto & Lopes, 1940).

Responsável pelo cálculo de Betão Armado: José Praça

Em 1941 é determinada a obrigatoriedade de uma nova inscrição na Câmara do Porto para poder continuar a assinar projectos e dirigir obras. Tal determinação permite-nos ter uma noção da quantidade de projectistas que trabalhavam na área do município e de que forma os mesmos se distribuíam pelas diversas categorias profissionais, arquitectos, engenheiros, mestres-de-obras, ou condutores de obras públicas.

Os livros camarários das inscrições até à década de 40 ou foram destruídos, ou estão perdidos (por deficiente arquivo ou não inventariação), não sendo possível, até ao momento, a sua localização, pelo que é necessário tirar conclusões retrospectivas a partir destas inscrições iniciadas em 1941. O facto de anexo ao pedido de inscrição estar um certificado de formação e, em muitos casos, uma declaração de imposto profissional, permite-nos, pela data desses documentos, estabelecer se o técnico já tinha actividade profissional (e possivelmente inscrição) anterior ao

presente pedido. Em alguns dos casos, o técnico menciona mesmo o número da anterior inscrição, provando a prática profissional anterior.

Tabela 41: Inscrição de técnicos na Câmara do Porto [1941-1950]

Ano	Arq.	Eng.	Outros	Totais
1941	18	16	24	58
1942	2	10	9	21
1943	8	5	6	19
1944	4	14	9	27
1945	3	8	6	17
1946	10	14	10	34
1947	4	16	3	23
1948	6	11	11	28
1949	7	15	11	33
1950	4	16	7	27

O ano com mais inscrições é efectivamente 1941, como seria de esperar, pelo efeito da reinscrição de técnicos já habilitados ao exercício da profissão por normas anteriores. Assiste-se a um decréscimo decorrente do efeito anterior e que também corresponde aos anos da Segunda Guerra Mundial e a um aumento a partir de 1946.

O inventário foi feito considerando arquitectos, engenheiros e outros técnicos (mestres-de-obras e condutores de obras públicas essencialmente) e a distribuição não é equivalente por todos os grupos profissionais, mas o efeito final da guerra sente-se em todas as categorias profissionais, resultado certamente de uma procura que recrudesceu.

A.1.9. Mário de Abreu

Para os volumes de licenças de obras consultados, Mário Augusto Ferreira de Abreu[147], geralmente conhecido por Mário de Abreu, foi o arquitecto com mais processos, 23, desde pequenas obras como «muros de vedação», «aberturas de vãos», «depósitos de água», até obras de maior envergadura, como as analisadas a seguir. Este dado é apenas uma curiosidade, já que o tipo de consulta não correspondendo à totalidade das licenças de obra, pode facilmente induzir em erro.

Em Fevereiro de 1941 entra um processo na Câmara do Porto, assinado por Mário de Abreu, relativo à alteração de um prédio existente, o nº 272-278 da Rua da Boavista. O edifício, uma típica casa portuense do século XIX, morada de uma única família, deve ser alterado de modo a conseguir acomodar duas famílias, garantindo a independência de

147."Filho de Mário Marques de Abreu, natural da freguesia de Nevogilde [...] obtido a carta do Curso Especial de Arquitectura Civil, segundo disposto no artigo 32º do decreto com força de lei de 26/05/1911 e achando-se incurso nas disposições do artigo 5º do decreto nº 11 089 de 17709/1925, que dispensa o concurso de diploma, lhe mandei passar, por mim assinado e pelo chefe da secretaria e firmado com selo branco desta escola, o presente diploma de arquitecto [...] 25/09/1930"

"Registo Geral dos técnicos habilitados para a construção civil (lei número 1670 de 15/09/1924)" (CMPorto, 1941).

acessos e de espaços. Assim é criada uma nova escada interior e é feita a construção de cozinha e casa de banho no segundo andar. Aproveita-se também a intervenção para fazer a reforma da fachada principal.

O processo apenas desperta interesse pelas descrições construtivas constantes nas várias memórias descritivas, explicitando a forma de execução das protecções ao fogo dos elementos de madeira.

Assim na memória descritiva que acompanha o projecto inicial diz-se que

"As divisórias da nova cozinha serão de tijolo e o seu pavimento será de cimento levando lambris de cimento com cor até 1,50 m de altura. O novo quarto de banho do 2º andar, levará cimento no pavimento e lambris de cimento com cor até 1,50 m de altura, manga de ventilação e será iluminado pela clarabóia do tecto. Na mansarda só obras de reparação.

A fachada principal será pintada a tinta clara «cor-de-rosa» ou «amarelo claro» e os guarnecimentos serão em cimento granitado (pico fino)" (CMPorto & Abreu, 1941a:3).

A Inspecção de Incêndios aproveita a intervenção no edifício para exigir reforço da segurança contra incêndio na cozinha existente e não intervencionada.

Assim, em memória descritiva de aditamento Mário de Abreu refere que

"[...] não satisfazendo a Digª Inspecção de Incêndios, vem declarar que as paredes da cozinhas serão armadas com caixilhos de ferro, levando rede para receber argamassa de cimento e areia e os pavimentos levarão igualmente uma rede resistente e reforçada para receber a argamassa de cimento e areia ficando desta forma tanto as paredes como os pavimentos comunicantes com as cozinhas completamente incombustíveis" (CMPorto & Abreu, 1941a:12).

E, relativamente aos elementos estruturais horizontais, esclarece posteriormente que os mesmos também serão alvo de protecção. Assim,

" [...] e não tendo merecido aprovação da Digª Inspecção de Incêndios, vem declarar que o vigamento actual de madeira, do pavimento da nova cozinha será ignifugado da seguinte forma: O vigamento será envolvido com uma rede de metal distendido, aplicando-se una camada de 4 centímetros de espessura de cimento, amianto e diatonite na proporção de 1/2/3, ficando as vigas completamente defendidas contra o perigo de incêndio [...]" (CMPorto & Abreu, 1941a:13).

Numa das publicações referidas anteriormente, as brochuras da empresa Rodrigues, Fonseca e Carvalho (1939, 1956), referentes à comercialização do metal distendido, a utilização do mesmo como suporte de rebocos para paredes e tectos era apresentada. Mas este foi o único processo de licenciamento consultado em que essa utilização é explicitamente referida, e explicada a sua execução.



Fig.182 Publicidade ao metal distendido.

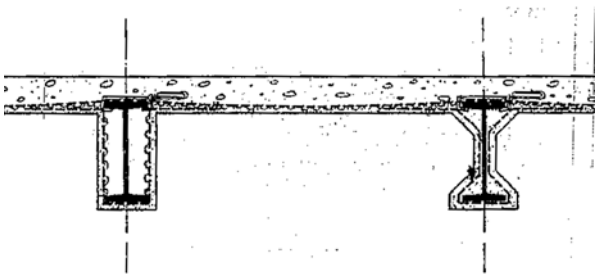


Fig.183 Aplicação do metal distendido.
(Rodrigues Fonseca & Carvalho, 1939)

	Duas Moradias	[ABP p2706]	Mário de Abreu	CMP
	Avenida da Boavista, 2692-2706	1940	Reboco Pintado	Lic. nº 297/41 (CMPorto & Abreu, 1941b)[a]

a. "*Os prédios constam de 3 pavimentos, ou seja cave, rés-do-chão e 1º andar. […]*

Todos os alicerces serão assentes em terreno firme, com os sobreleitos devidamente asfaltados, rebatendo o mesmo 0,15 acima do nível do terreno.

Todas as paredes de espessura serão de perpianho de 0,28 de espessura, sendo as exteriores impermeabilizadas, rebocadas e pintadas com cor verde clara.

Todas as divisórias serão de tijolo.

Serão de cimento armado as placas sobre a cave, e a do pavimento do 1º andar, escadas interiores e cobertura das garagens, capoeira e arrumos.

A cobertura será de telha tipo Marselha, sobre armação de madeira. […]

Todos os pavimentos da cave serão de cimento sendo o do quarto da criada em soalho sobre betonilha impermeabilizada; os do rés-do-chão e do 1º andar serão todos de marmorite à excepção das salas de receber e dos quartos que serão em corticite. A marmorite do rés-do-chão será construída sobre a betonilha a construir devidamente impermeabilizada e placa de cimento armado sobre a cave. Os pavimentos das garagens e capoeiras e seus anexos serão de betonilha. […]

Os terraços serão vedados com "Ral" e revestidos superiormente com mosaico. Todo o interior será rebocado e estucado" (CMPorto & Abreu, 1941b).

Neste edifício aparece explicitamente referenciada a corticite como o revestimento de parte dos compartimentos, os mais nobres, como as *"salas de receber e os quartos"*. Para os restantes espaços sobre lajes de betão estava referenciada a marmorite.

O facto de se mudarem revestimentos (em relação ao que era o convencional) em função das lajes de betão armado, mas se manter o soalho no quarto da criada leva a crer que na escolha dos "novos materiais" existe um desejo de modernidade e qualificação. A percepção actual da qualificação relativa entre um soalho e uma corticite é diversa, por isso este aspecto vale a pena ser vincado.

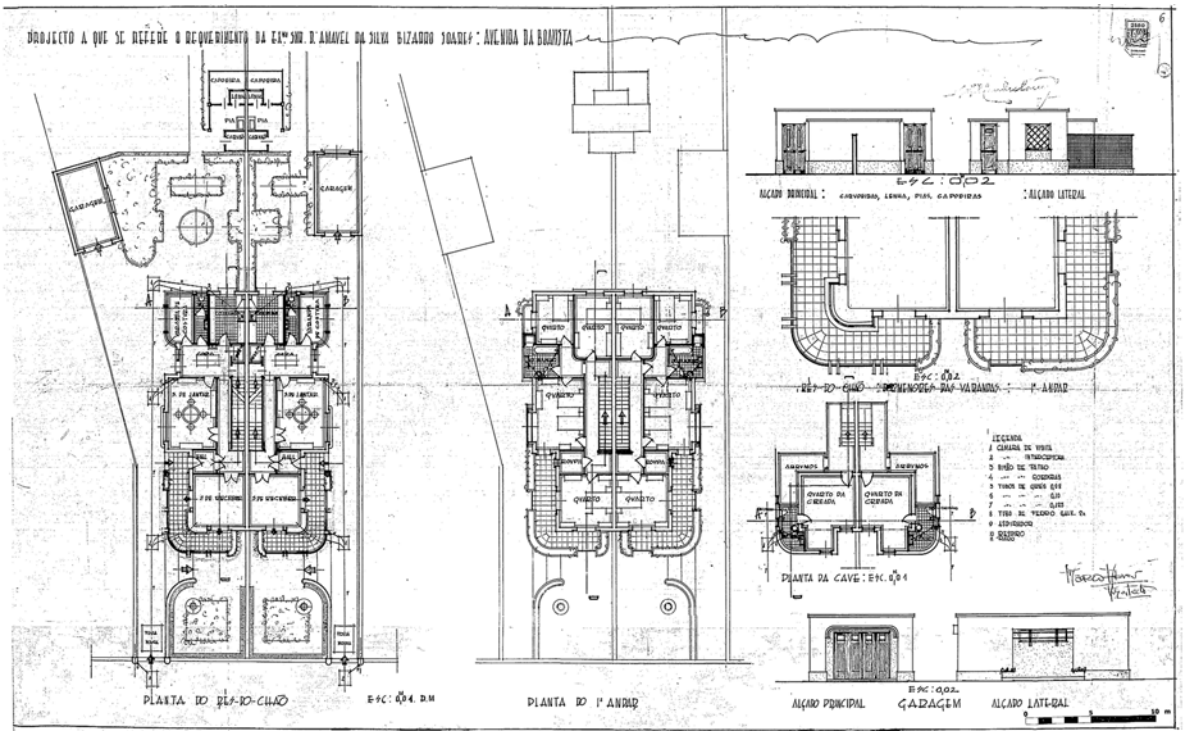


Fig.184 Plantas.

(CMPorto & Abreu, 1941b)

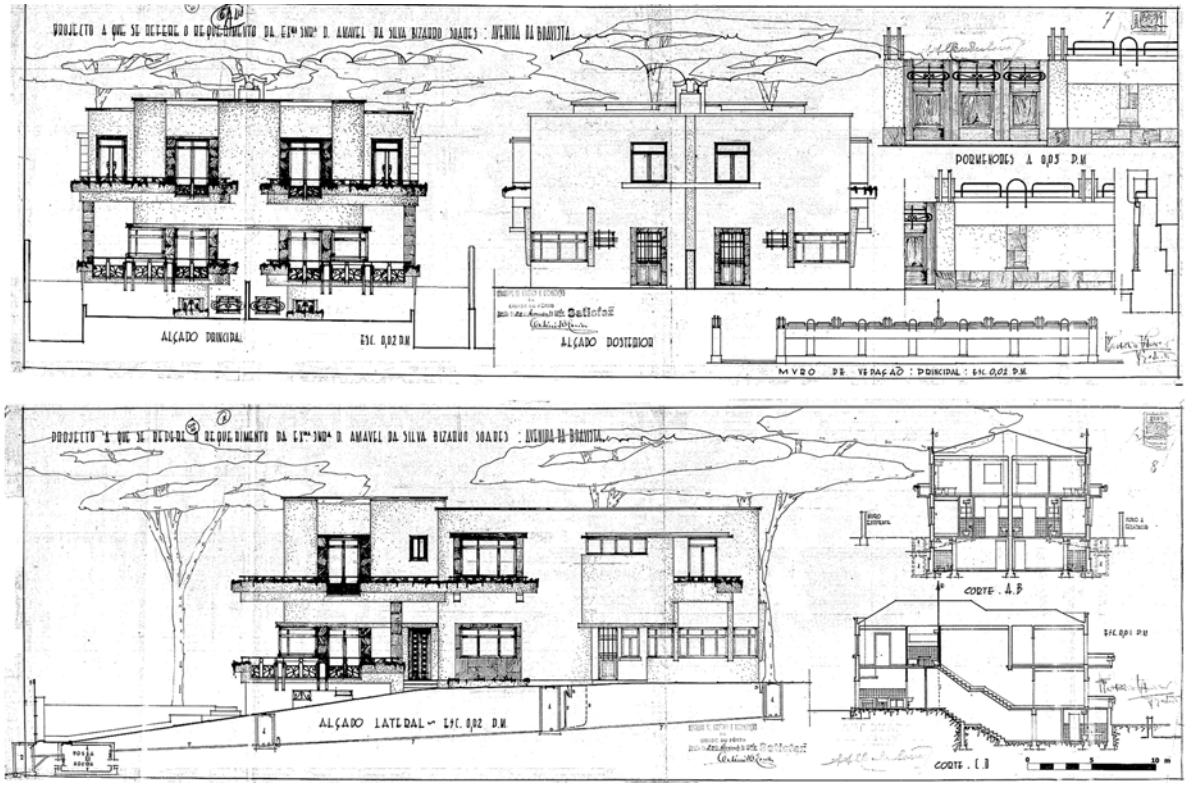


Fig.185 Alçados e cortes.

(CMPorto & Abreu, 1941b)

Anteriormente tínhamos apanhado a referência a utilização de pavimentos em corticite, numa licença de 1935, mas fora das áreas de análise. Correspondia também a um revestimento em zonas nobres de lajes de betão armado.

A.1.10. Os Engenheiros

Nas licenças consultadas são vários os processos subscritos por engenheiros, alguns correspondendo apenas a uma responsabilidade de licenciamento (como o caso da Casa José Prata de Lima atrás referido), mas a maior parte significando uma autoria efectiva do projecto de arquitectura. Casos também de existir ainda um segundo engenheiro responsável pelo projecto de estabilidade. A qualidade é muito díspar (como é também relativamente aos projectos dos arquitectos, ou, dos mestres de obras).

	Moradia	[PMA 154]	Jorge Manuel Viana	CMP
	Praça Mouzinho de Albuquerque, 154-155	1942	Reboco pintado	Lic nº 395/42 (CMPorto & Viana, 1942)[a]

a. "*Foi prevista uma parede longitudinal, divisória, para facilitar a pavimentação em vigas de tijolo armado para evitar nervuras inconvenientes.*

Da moradia superior para o quintal foi projectada uma escada de cimento armado em 3 lanços, que permite o acesso à área livre de quintal que lhe é destinada.

Todas as paredes e alicerces serão convenientemente impermeabilizados" *(CMPorto & Viana, 1942).*

Este edifício é projecto de Jorge Manuel Viana, Engenheiro Civil UP.

Na primeira versão o edifício era mais baixo que o vizinho, mas o Conselho de Estética exige que se iguale a altura, por isso é apresentado novo projecto em aditamento, com elevação do rés-do-chão em relação à rua e com a colocação de uma pérgula ao nível da cobertura, apenas escondendo o telhado, não tirando partido do terraço que assim poderia ter sido criado.

Apesar da memória de estabilidade afirmar que Os "Os pavimentos da habitação serão executados em tijolos armados e a varanda e escadas posteriores com lajes e vigas de betão" (CMPorto & Viana, 1942), é necessário um aditamento a garantir que as escadas interiores serão construídas em cimento armado, por solicitação específica da Inspecção de Incêndios.

A partir do 1943 o processo passa a ser da responsabilidade de Artur António Domingos Syckes dos Santos, altura em que é apresentado um aditamento. Neste aditamento é feito o arranjo da fachada e a construção de uma nova cave.

> *"A construção da nova cave será feita com todas as condições de segurança e observando-se sempre os preceitos seguidos em tais casos. Todas as paredes serão em alvenaria de granito assentes em boa argamassa de cimento e areia"* (CMPorto & Viana, 1942).

	Edifício	[RSJB i031]	Rui Príncipe e Santos	CMP
	Rua S. João de Brito, 31-67	1953	Reboco Pintado	Lic. nº 25/54 (CMPorto & Santos, 1954)[a]

a. *"Na fachada principal, as varandas, por um factor de ordem estética, constituem um corpo saliente, o qual foi projectado subordinado aos regulamentos e leis em vigor transigindo-se apenas quanto à altura, a qual está condicionada, em função das saliências e cotas do prédio contíguo, já existente.*

Quanto ao aspecto construtivo, a solução baseia-se numa estrutura independente de betão armado, com pilares, vigas e lajes, em que as paredes de tijolo, serão sempre de simples divisória. Estas, rebocadas, serão exteriormente pintadas com cores claras.

As caixilharias serão de macacaúba e os pavimentos revestidos com marmorite e tacos de madeira. […]

As guardas da varanda serão de rede de cimento" (CMPorto & Santos, 1954).

"A obra a executar compreende as lajes dos pavimentos e das coberturas das garagens, varandas, vigas, pilares, escadas e fundações, e constituiu a estrutura fundamental de todo o edifício. […]

As lajes dos pavimentos apoiam nas vigas que se indicam nas plantas e serão construídas com material pré-fabricado SIMPLEX, de acordo com os cálculos referentes a este material, já aprovados pela Exma. Câmara. […]

Indicam-se nas plantas os vãos e sobrecargas referentes Às diferentes lajes, nas quais de aplicarão vigas SIMPLEX com as armaduras correspondentes." Responsável: Rui Maria Palermo Ferreira

	Edifício	[RB i311]	Aristides Guedes Coelho	CMP
	Rua da Boavista	1962	Reboco pintado Pastilha Grelhas de betão	Lic nº 182/64[a]

a. *""As paredes exteriores das fachadas principal e posterior serão em alvenaria de granito de 0,30 m de espessura excepto na zona da fachada principal entre o rés-do-chão e o 1º andar onde se situam a porta de entrada e a montra do estabelecimento.*

Serão também em alvenaria de granito as paredes de contorno da caixa de escadas e as paredes laterais de meação com os prédios vizinhos.

Os pavimentos elevados serão realizados com lajes de betão armado aligeiradas ou maciças conforme as necessidades estruturais, apoiadas nas referidas paredes e em pilares de vigas de betão armado segundo o esquema estrutural indicado no projecto respectivo.

A escada de ligação entre os diferentes pisos é também realizada em betão armado.

Posteriormente, no armazém, as paredes de contorno são realizadas em alvenaria de granito e dão apoio a uma estrutura de cobertura efectuada em parte por uma laje vigada de betão armado e parte em fibrocimento assente em asnas e vigas metálicas.

As paredes interiores serão executadas em tijolo, com a espessura de harmonia com o papel que desempenham."

Aditamento: "De acordo com o descrito no processo inicial as paredes exteriores serão, na fachada posterior, em alvenaria de granito de 0,28 de espessura e na fachada principal e empenas em tijolo burro e tijolo vazado.

Os pavimentos e lajes de tecto do 3º piso serão realizadas com lajes de betão armado aligeiradas ou maciças conforme as necessidades estruturais, apoiadas nas referidas paredes e em pilares e vigas de betão armado.

A escada interna será também executada em betão, assim como a estrutura de cobertura onde assentarão as vigas metálicas de apoio às chapas de fibrocimento.

As paredes interiores serão executadas em tijolo vazado de 0,08 com amortecimento térmico e sonoro."

Betão Armado: "As lajes dos pavimentos elevados são em betão armado, bem como a esteira do 4º andar; serão realizados com elementos pré-fabricados pré-esforçados do tipo maprel, e apoiam-se nas vigas e pilares indicados nas plantas estruturais anexas."

A.1.11. Cavan

	Moradia	[ABP i4983]	Francisco Granja	CMP
	Avenida da Boavista, 4983/5003	1944	Reboco Pintado Cavan	Lic nº 549/44 (CMPorto, Granja & Neves, 1944)[a]

a. "*A arquitectura do edifício é de moldes simples e sóbrios, procurando-se tirar o máximo partido da fachada principal com o elemento decorativo do janelão da escada, único elemento de importância desta fachada. […]*

Os alicerces serão construídos em perpianho ao baixo, assentes em terreno firme, levando no seu respaldo uma camada de asfalto.

As paredes indicadas no projecto com 5 mm serão construídas de silhares e juntouros: as indicadas com 3 mm serão construídas de perpianho ao alto: as indicadas com 1 mm serão de tijolo. Todas estas paredes serão argamassadas com cimento e areia.

A cobertura do prédio e anexos será de madeira para receber telha tipo Marselha. A cobertura da garagem será de cimento armado. Os pavimentos do rés-do-chão e 1º andar serão de cimento armado, sendo para receber soalhos as dependências das salas e quartos e para receber mosaico as dependências destinadas à cozinha, copa, lav. E todas as dependências sanitárias levando azulejo nas paredes até à altura de 1,50 m.

O pavimento da cave será construído em betonilha devidamente impermeabilizada, sendo para soalhar as dependências destinadas a quarto das criadas, hospedes, sala de jogos, ficando as restantes dependências em cimento de cor.

Os pavimentos das varandas e terraços serão de cimento armado. A caixilharia interior e exterior será de madeira para envidraçar e pintar. As paredes exteriores depois de impermeabilizadas serão devidamente revestidas" (CMPorto, Granja &Neves, 1944).

Betão Armado: "Os pavimentos serão aligeirados pela utilização de tijolos furados com a largura de 22 cm e com a altura de 12 cm.

As armaduras serão colocadas nas ranhuras compreendidas nas abas dos tijolos e envolvidas em betão, que também será aplicado superiormente na espessura de 4 cm, de modo a constituir pequenas vigas T, com fibra neutra no banzo. A laje será, deste modo, calculada como se tivesse secção rectangular cheia de 22 cm de largura e 16 cm de altura total. A armadura de distribuição, constituída por 1 D 4,76 mm (3/16') será colocada alternadamente nas juntas transversais dos tijolos.

Os pavimentos apoiar-se-ão em paredes de alvenaria e, excepcionalmente, em vigas de betão armado, com a disposição indicadas nos desenhos. As vigas terão secção em T, para o que os tijolos ficarão afastados de 1,00 m nas lajes contíguas, de modo a constituir de betão armado os banzos das vigas.

As escadas farão corpo com as lajes armadas transversalmente e apoiadas em paredes de alvenaria e vigas-perna de betão armado, de pequena secção." Responsável: Francisco Jacinto Sarmento Correia de Araújo.

24 Agosto 44: "… vem esclarecer que, na fachada principal e muro de vedação à face da via pública e nos planos acentuados a cor mais escura, o material a aplicar para o reboco é composto por granulados de mármore e cimento branco, dando-nos inteiramente o aspecto de cantaria lavrada. Este reboco, executado pela fábrica "CAVAN" é de natureza a permitir beneficiar o aspecto arquitectónico do edifício e é duma durabilidade muito apreciável. Este esclarecimento é destinado ao dig.mo Conselho de estética e urbanização."

9 out 44: "quanto ao parecer do dig.mo Conselho de Estética e Urbanização sobre o emprego de cantarias, declara que em tudo quanto for possível aceitará o seu prestimoso conselho."

17 out 44: "ainda sobre o parecer do dig.mo conselho de estética sobre o emprego de cantarias, muito respeitosamente informa que em devido tempo enviará um aditamento especial sobre a aplicação destas mesmas cantarias."

28 out 44: "o qual já recebeu um parecer do conselho de estética e urbanização em que diz ser de aconselhar o emprego de cantarias no referido prédio, cujo parecer, compreende bem, tem um alto valor de sabor artístico, mas que lhe é impossível pratica-lo, pois que tendo sido já há alguns meses feita a entrega da respectiva empreitada aos construtor civil, a qual seria feita sensivelmente de acordo com a memória descritiva apensa ao projecto, não tem agora possibilidade de arranjar qualquer verba para esse serviço extraordinário.

Além disso, é justo considerar que, tendo sido construído, num terreno junto ao seu, dois prédios também de habitação, cujo revestimento exterior foi inteiramente executado com argamassa hidráulica, não tendo quaisquer aplicações de cantaria; considerando também que a zona do respectivo prédio é muito afastada do centro da cidade, onde o emprego de cantarias deveria na verdade ser um facto, o que não se verifica, possivelmente por a dig.ma câmara ter tido em consideração a pedra básica da economia nacional, que é a própria economia no sentido geral, neste caso atendendo à característica dos materiais de cantaria, na sua origem; à dificuldade constante de transportes e pela morosidade da sua mão-de-obra e consequentemente muito mais cara, e compreendendo que naquele lugar e em relação aos prédios vizinhos, tanto importará que o prédio seja feito em massa vulgar, como com as aplicações de cantaria, vem muito respeitosamente pedir a v. Excia se digne apreciar estes factos, que se resumem:

1º- Na falta de verba para a execução desse serviço extraordinário.

2º - Na impossibilidade de se estabelecer o equilíbrio estético dos materiais, visto aquela zona ter quase inteiramente todos os prédios revestidos a massa hidráulica.

3º - Parecer esta zona afastadíssima do centro da cidade, não exigir de facto o emprego de cantarias.

4º - Porque estando muito próximo deste terreno, outras construções em execução, com os seus revestimentos exteriores inteiramente executados em massa vulgar hidráulica, não compreende que só a si lhe possa estar destinada a exigência do emprego de cantaria na construção do seu prédio."

Estes três edifícios (anterior e seguintes) usam cavan no revestimento de paredes, sendo os primeiros que encontrei dentro da área de análise que o usassem

Neste processo, da autoria de Francisco Granja e Carlos Neves (apesar do termo ser de Francisco Granja, ambos subscrevem a memória descritiva) o aspecto mais interessante é a troca de "correspondência" com o Conselho de Estética relativamente ao material com que deveriam ser executados as marcações decorativas no alçado, em cantaria segundo o conselho, ou em Cavan, segundo o técnico/requerente. Nesta altura o Cavan ainda é material recente, mas que teve uma divulgação considerável, não apenas no revestimento de elementos pontuais, como frisos ou peitoris, mas revestindo integralmente fachadas ou parte de fachadas. Dois dos edifícios de Manuel Passos Júnior da década de cinquenta apresentados à frente são revestidos a cavan.

	Edifício	[RB p264]	Fernando de Sá e Santos Ferreira[a]	CMP
	Rua da Boavista, 264/270	1944	Reboco pintado Cavan	Lic nº 223/44 (CMPorto & Ferreira, 1944)[b]

a.Fernando de Sá e Santos Ferreira, filho de Francisco dos Santos Ferreira, natural de Avintes, Vila Nova de Gaia. Diploma de arquitecto em 1942 (14 valores).

b."Todas as paredes de elevação serão de perpianho de 0,28 de espessura, assentes sobre alicerces de perpianho ao baixo devidamente travado, argamassado com cimento e areia.

A fachada principal levará cantaria lavrada e azulejo bisotado.

Todas as divisórias interiores serão de tijolo e o pavimento da cave será de betonilha sobre caixa de brita e os restantes serão de tijolo SINC [sic]. E de cimento as escadas de serviço e principal. […]

O isolamento das humidades ascendentes far-se-á por meio duma camada de asfalto que dobrará 10 cm para cada lado do alicerce e as humidades laterais serão isoladas antes de emboçadas, por meio de um reboco hidrofugado, que cobrirá todas as superfícies exteriores" (CMPorto & Ferreira, 1944).

Betão Armado: "lajes dos pavimentos: Estas lajes vão ser feitas em tijolos isoladores de 12 cm de altura, 30 cm de comprimento e largura de 22,5 cm na base e 16 cm na parte superior. O peso próprio da laje constituída por estes tijolos, incluindo 3 cm de capa em betão, foi tomado em 220 kg/m2". Responsável: Afonso Fernando da Silva Proença.



Fig.186 Publicidade ao CAVAN.

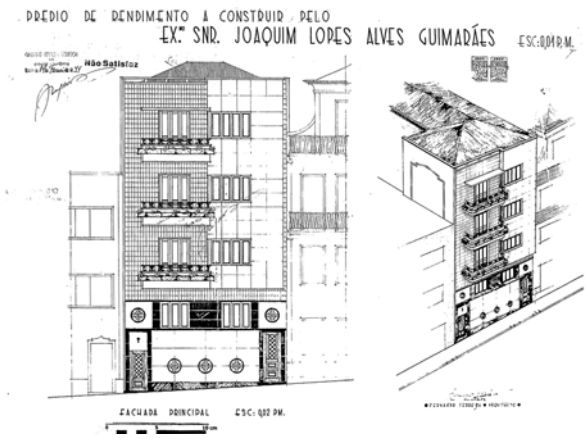
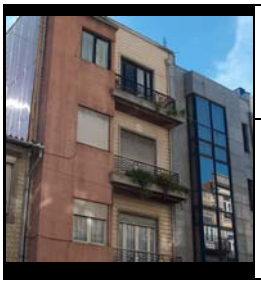


Fig.187 Projecto de licenciamento.

(CMPorto & Ferreira, 1944)

	Edifício	[RB i217]	Vitor Santos Almeida e João de Brito	CMP
	Rua da Boavista, 217-221	1946	Reboco pintado	Lic. nº 176/47 (CMPorto & Almeida, 1947)[a]

a. "*Os pavimentos dos diversos andares e escadas, serão em betão armado conforme cálculos a apresentar. Os alicerces irão à profundidade necessária, sendo asfaltados antes de receberem as paredes de elevação; as paredes existentes serão recalçadas e reparadas. Todas as saliências serão a tosco para revestir a argamassa de cimento excepto as da fachada principal (rés-do-chão) que serão de cantaria lavrada*" *(CMPorto &Almeida, 1947).*

Existe uma certa semelhança decorativa entre este edifício e o apresentado anteriormente, mas não existe coincidência dos técnicos envolvidos. Ambos se situam no mesmo tramo da Rua da Boavista, praticamente em confronto directo, havendo, sem qualquer dúvida, transposição de uma imagem do anterior para este.

No processo de licenciamento deste edifício, que é um pouco conturbado, pois tem mudança de dono de obra e de técnico responsável, a imagem pretendida para o alçado é diferente, mesmo em termos de balanços e varandas, quer no projecto inicial, quer no aditamento apresentado. A construção arrasta-se até 1953. Em nenhum dos elementos do processo existem desenhos correspondentes ao presente alçado, pelo que aparentemente o que terá funcionado é a cópia directa do edifício fronteiro, em termos de imagem geral, materiais de acabamento e coloração dos mesmos.

A.1.12. A promoção cooperativa

Na consulta de processos dentro das áreas inicial e alargada de análise foram encontrados vários edifícios resultado de promoção cooperativa. Os processos encontrados são todos anteriores à entrada em vigor do regime de propriedade horizontal pelo que têm como característica fundamental uma relação directa entre um lote de terreno (proveniente de um loteamento anterior ou cujo loteamento está inserido na promoção cooperativa), um edifício e um proprietário final.

Os exemplos encontrados não são muitos mas são contudo variados. Encontramos promoção cooperativa para habitação própria mas também para prédios de rendimento.

A ideia inicial que tínhamos que à promoção cooperativa correspondia uma operação de conjunto, em termos de loteamento de um terreno e a construção de um projecto tipo com variantes, ou, mais tardiamente, na construção de um edifício repartido em regime de propriedade partilhada pelos cooperantes, mostrou-se errada.

A promoção cooperativa estende a sua acção a intervenções isoladas dentro da malha urbana preexistente, em intervenções para um cooperante temporalmente desfasadas de outras intervenções. Pareceu-nos também que algumas dessas acções mais do que uma real promoção cooperativa seriam uma forma de ir buscar beneficios em termos de licenciamento e obra para habitações que seriam construídas independentemente de estarem ou não abrangidas pelo estatuto cooperativo.

	Cooperativa "A casa Lusitana"	[ABP p2402} [RSJB i009] [RSJB i029]	José Maria Moura da Costa	CMP
	Avenida da Boavista com a Rua de S. João de Brito	1949	Reboco pintado Cerâmico	Lic. nº 490/49 Lic. nº 492/49 (CMPorto & Costa, 1949a)[a] (CMPorto & Costa, 1949b)[b]

a."Os pavimentos serão totalmente construídos em cimento armado bem como a escada de ligação entre os vários andares. O prédio será construído em perpianho e assentará em terreno firme. A cobertura será de telha tipo Marselha assente em armação de madeira de pinho carbonilada. Todas as divisórias interiores serão de tijolo vazado de 0,08 de espessura e as paredes interiores e tectos serão estucados.

[…]

As fachadas serão impermeabilizadas e areadas sendo finalmente pintadas com tintas de cor clara" (CMPorto &Costa, 1949a).

b. "A construção assentará em terreno firme e será feita de perpianho argamassado com cimento e areia. Os pavimentos serão construídos de cimento armado bem como as escadas de ligação entre os vários andares. A cobertura será de telha tipo Marselha assente em armação de madeira de pinho carbonilada. Todas as divisórias interiores serão de tijolo vazado de 0,08 de espessura e as chaminés que serão de tijolo refractário, ficarão isoladas dos madeiramentos e terão sacos" (CMPorto &Costa, 1949b).

"A obra de betão armado consta dos pavimentos dos andares e escadas. […]

As lajes serão constituídas por elementos vazados de 8cm de altura com a espessura de 11 cm." Responsável: Manuel Evangelista Rodrigues

	Cooperativa "O lar familiar"	[RNSF p414]	Fernando Ferreira	CMP
	Rua Nossa Senhora de Fátima, 402-414	1952	Reboco Pintado Marcações em Cantaria	Lic. nº 72/53 (CMPorto & Ferreira, 1953)[a]

a."Construção: Tanto os alicerces como as paredes em elevação serão de perpianho, sendo este colocado ao baixo nas fundações. Estas serão asfaltadas até à altura das soleiras. As argamassas serão de cimento e areia. Estas paredes serão rebocadas e estucadas pelas duas faces depois de devidamente hidrofugadas. Os pavimentos serão de cimento armado e as divisórias em tijolo. As caixilharias serão todas de madeira de castanho e a armação do telhado de pinho nacional. […]

Em tudo o mais será respeitado o regulamento de construções civis" (CMPorto &Ferreira, 1953).

Responsável pelo Projecto de Betão Armado: Orlando Fernando Pinto Pais

	Cooperativa "Lar Económico "	[RNSF i321]	Barbosa de Abreu[a] e Arquitecto estagiário	CMP
	Rua Nossa Senhora de Fátima, 321	1954	Reboco pintado	Lic. nº 676/54 (CMPorto & Abreu, 1954)[b]

a.António Agnelo Teixeira Barbosa de Abreu, nasceu em Penafiel em Janeiro de 1916, e faleceu em 1993. Engenheiro, professor da Faculdade de Engenharia entre 1943 e 1986, frequenta a Escola de Belas Artes a partir de 1947, obtendo o Diploma de Arquitecto em 1977. Este projecto já corresponde ao tempo em que é aluno de Belas Artes. Apesar do CODA ser de 1977, já é referido como arquitecto em documentos oficiais (Diário da República) pelo menos desde 1963.

b. "Sob o ponto de vista construtivo teremos uma construção de tipo corrente, misto de pedra e de betão armado.

Serão de Alvenaria de granito as fundações e as paredes periféricas em elevação, cuja superfícies à vista serão de cantaria rusticada; de alvenaria de granito serão também determinadas paredes interiores suportando as lajes dos pavimentos e a escada helicoidal de betão armado. Serão ainda de betão armado determinados elementos tais como vigas, padieiras, lajes de varandas ou elementos decorativos, mainéis, etc.

As divisórias interiores serão de alvenaria de tijolo; o pavimento inferior será realizado sobre betonilha em caixa de brita; o tecto do 3º piso será de estafe aplicado a chanceamento de madeira; a cobertura de telha prensada" (CMPorto &Abreu, 1954).

"[…] os pavimentos serão constituídos por elementos prefabricados da "precomate". Estes pavimentos serão executados em vigotas P-11 tornados solidários com uma laje de betão moldado no local."

[…] constituído por vigotas de betão pré-esforçado P11-1, tijolos de enchimento de 0,36 de largura e betão moldado no local, formando pavimento com espessura de 15 cm […]"(CMPorto &Abreu, 1954).

Aspecto interessante neste processo é o facto de o mesmo ter entrado inicialmente em nome de Alberto de Sousa Valente, e só mais tarde ter sido solicitado o averbamento em nome da Cooperativa "Lar Económico".

Uma escada helicoidal apenas presa nos patamares, o único elemento interessante do edifício, foi substituída por uma escada de tramos rectos e patamares intermédios aquando do aditamento à licença.



Cooperativa Lar Familiar	[LMMA]	João Silva Lino (TR) Mário Bonito e Augusto Amaral	CMP
Rua Carlos Dublini e outras	1954	Reboco Pintado Chapa de Fibrocimento	Lic nº 653/55 (CMPorto et al., 1955)[a]

a."Prevê-se para já uma cobertura em Laje de betão armado impermeabilizada com cartões asfálticos. Todavia, se a economia desaconselhar tal solução, a variante A seria à solução total indicada, referida a armação de madeira chapeada a fibrocimento. Os pisos serão de laje de betão armado ou de tijolo armado Pecomate ou Pattial (sic) estabilizada sobre vigas e pilares de betão ou paredes de perpianho normal, conforme se indica no projecto. Os restantes materiais serão os da construção corrente, estando previsto a aplicação em fachadas principais de grelhas cerâmicas ou de "gracifer" e de outros elementos que por características económicas vão constando modernamente de uma série de materiais decorativos de valor estético insofismável" (CMPorto et al., 1955).

Anexos: "Construção: As paredes das garagens serão construídas com perpianho de 0,24 m de espessura, assentes sobre fundação do mesmo material ao baixo, formando silhares e juntouros. Tanto paredes como alicerces serão calçados com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4. Os restantes anexos, devido as suas reduzidas dimensões, serão construídos com paredes de tijolo de 0,15m de espessura assente sobre fundação idêntica à indicada para as garagens.

Todos os anexos serão cobertos por lajes de betão armado cujos cálculos se apresentarão oportunamente" (CMPorto et al., 1955).

Licença 653/1955 : "[…] e ainda construir corta-fogo, nas paredes de meação, de betão armado e de secção em T, feito de maneira que as abas fiquem por cima do madeiramento e este não tenha continuidade com o adjacente" (CMPorto et al., 1955).

Outras licenças: Licença n.º 74/65; Licença n.º 134/65; Licença n.º 145/65; Licença n.º 93/66; Licença n.º 125/66; Licença n.º 178/66; Licença n.º 233/66; Licença n.º 151/67.

Este projecto, da autoria do arquitecto Mário Bonito, com a colaboração do arquitecto Augusto Amaral, tem o seu licenciamento iniciado em 14-1-1954, prolongando-se o mesmo e a construção durante quase 10 anos. De referir que o técnico que assina o termo de responsabilidade do projecto não é o arquitecto autor do mesmo, mas um Agente Técnico de Engenharia Civil, João Silva Lino, sendo ele que viria a ser multado pelo município pelo não cumprimento dos procedimentos legais estabelecidos para o licenciamento de edifícios (construção sem licença).

Os edifícios projectados estabelecem-se logo à partida como um conjunto de projectos-tipo com variantes, numa tentativa de mais fácil adaptação a agregados familiares variáveis.

No conjunto, e pela cooperativa, vieram a ser construídos vários edifícios de habitação, de tipologias diferentes mas com características formais que lhes conferem uma identidade de conjunto. A última fase, no limite sul da área de

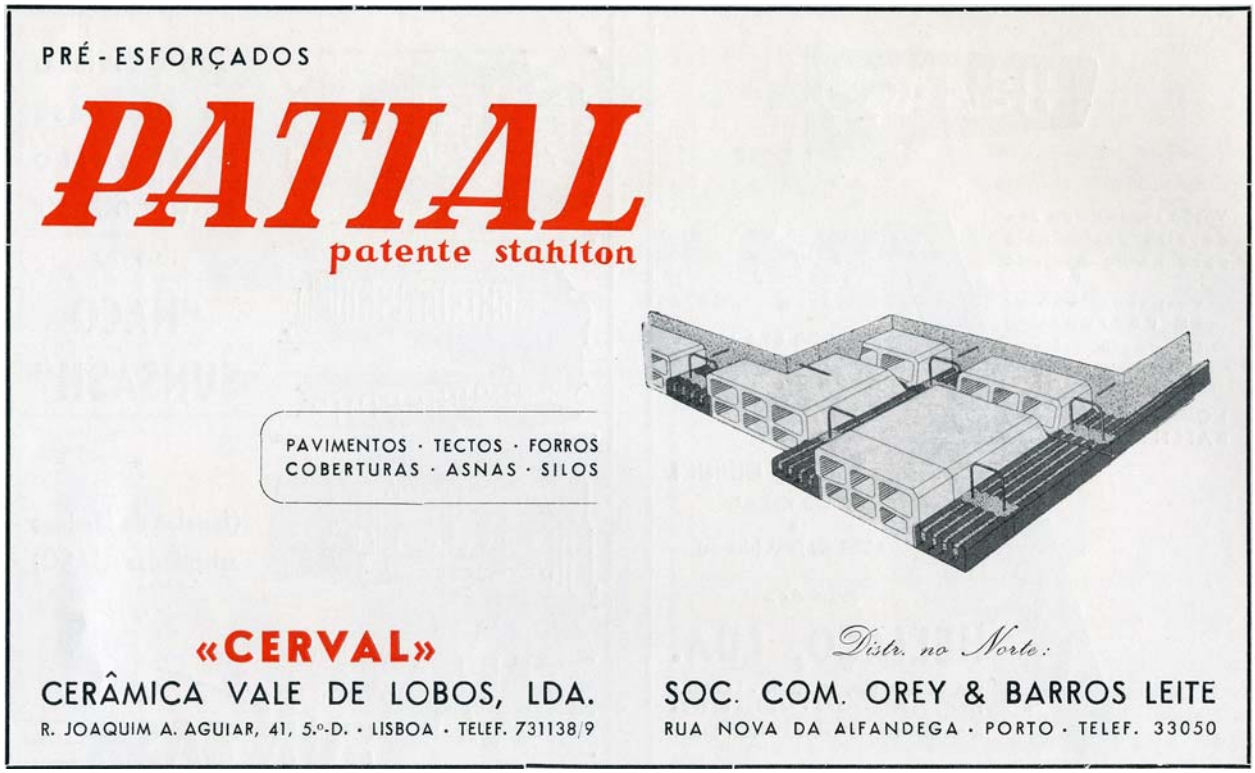


Fig.188 Publicidade à PATIAL.

intervenção, já tem uma imagem diversa, e só a consulta do processo nos leva a perceber que fazem parte do mesmo conjunto.

Apesar da proximidade à Avenida da Boavista, pólo mais atractivo agora do que então, o conjunto consegue manter a pacatez de um bairro periférico, em parte garantida pelo próprio desenho do loteamento, apenas com duas ligações à rede viária existente, não alinhadas entre si, o que implica um zigzaguear que limita velocidade e determina pouca atractividade como atravessamento.

A manutenção de funções exclusivamente habitacionais, ao contrário de outros bairros de características próximas em que os serviços começam a "invadir" alguns dos edifícios, também determina a manutenção desse ambiente calmo. O loteamento da Cooperativa Lar Familiar localiza-se entre as ruas do Professor Augusto Nobre, a Poente, e de Ciríaco Cardoso, a Nascente, muito próximo da Avenida da Boavista, numa zona habitualmente designada por «Pinheiro Manso»[148]. O loteamento é estruturado segundo uma malha ortogonal de arruamentos, que preenchem (com o máximo aproveitamento) a totalidade do espaço pertencente à cooperativa, numa forma de tentar rentabilizar ao máximo a ocupação do espaço, dentro dos parâmetros da habitação individual preconizada.

A orientação da malha ortogonal é definida, sensivelmente, pela orientação da Rua de Ciríaco Cardoso e Rua do Professor Augusto Nobre, mais concretamente pela orientação da Rua de Carlos Dublini na zona que dá acesso ao bairro a partir do arruamento a Poente. A definição da orientação da malha não parece de forma nenhuma

148. O Pinheiro Manso que deu o nome à zona e ao arruamento não resistiu ao mau tempo no final do ano de 2009.

condicionada pela orientação solar do terreno. O atravessamento do conjunto habitacional não é feito de uma forma directa, ligando a Rua do Professor Augusto Nobre à de Ciríaco Cardoso, mas implicando um zig zag que dá sentido à localização da Praceta-jardim, que se torna assim, não apenas ponto central do loteamento, como também dos seus percursos normais. Os lotes das habitações são reduzidos, mais ainda em certos locais de acerto da malha ortogonal com os limites irregulares do terreno.

O processo de licenciamento existente na Câmara Municipal do Porto encontra-se aparentemente incompleto ou deficientemente organizado/arquivado.

Com o processo inicial não se encontram definidos todos os tipos de habitações projectadas, em todas as suas peças habituais, plantas, cortes e alçados. É possível encontrar esses elementos em falta arquivados em fases posteriores à emissão da licença de obras, o que leva a supor deficiente arquivo dos elementos.

São consideradas três tipologias com variantes para conseguir responder aos diferentes agregados familiares e possibilidades económicas dos associados. Mais tarde é considerada mais uma tipologia para agregados mais reduzidos ou mais economicamente carenciados.

Os edifícios são constituídos por dois pisos acima da cota do arruamento, e, em alguns casos, em que a topografia o permite, por uma cave desafogada, ou parcialmente desafogada, nas traseiras. O aproveitamento do vão do telhado que se verifica actualmente em algumas das habitações resulta na sua maioria de alterações posteriores. Apenas alguns dos lotes/edifícios comportavam já essa possibilidade.

A utilização da cobertura com uma água, com caimento para o interior do lote, aumenta a escala do edifício e confere-lhes uma imagem característica, não só de conjunto, mas também de uma certa estética «comum» à época.

Os edifícios ao serem projectados e construídos por uma cooperativa de recursos reduzidos, são muito contidos na utilização dos materiais (e achamos que também na qualidade dos mesmos, a degradação dos elementos de betão indicia isso) deixando mesmo para a fase de obra algumas das definições construtivas para que seja possível escolher a solução mais económica em termos da oferta dos construtores e das negociações encetadas.

A imagem característica de uma determinada época da nossa arquitectura, com as suas influências brasileiras, a crença na esbelteza dos elementos de betão, consegue manter-se presente apesar de algumas adições posteriores que alguns dos edifícios tiveram.

Os edifícios foram construídos de acordo com o que era o convencional na época, sem recurso a nenhuma tecnologia nova ou dispendiosa, tirando apenas partido da expressividade de materiais acessíveis, como as grelhas de gracifer (ou cerâmicas) ou as chapas onduladas de fibrocimento.

A utilização de revestimentos em chapas onduladas (fibrocimento inicialmente e chapas metálicas em algumas da reabilitações) consegue reforçar a imagem de conjunto e ao mesmo tempo conferir uma imagem nova de modernidade, pela fuga aos revestimentos tradicionais geralmente aplicados em programas de habitação. De salientar que questões económicas terão sido de igual importância na escolha, na medida em que na memória descritiva se refere a possibilidade de alteração de revestimentos por questões de redução de custos.

Apesar de não existirem elementos de caracterização do extracto socioeconómico dos associados, as áreas relativamente reduzidas das casas bem como as preocupações patentes na memória descritiva de arquitectura fazem indiciar necessidade de contenção económica. O contacto com dois moradores iniciais[149] que ainda permanecem no

bairro permite perceber que estávamos perante grupos ainda com recursos condicionados, mas em processo de ascensão económica e social.

Continua a ser notória, nestes edifícios, a forma como com materiais não dispendiosos, mas com uma imagem característica, se consegue garantir uma imagem de conjunto perfeitamente identificável, e diferenciadora das restantes intervenções.

A.1.13. Viana de Lima

	Casa Maria Borges	[AM p580]	Viana de Lima	CMP
	Avenida de Montevideu com a Rua Pêro da Covilhã	1951	Reboco Pintado	Lic nº 267/51 (CMPorto & Viana de Lima, 1951)[a]

a."*c) MEMÓRIA TÉCNICA - A estrutura da construção é mista de alvenaria de pedra, tijolo e betão armado. [tejolo no original] Certos elementos de betão armado são independentes do resto da estrutura e prevê-se uma junta de dilatação na placa do pavimento do 1º andar.*

As alvenarias em alicerces serão em pedra formando muro de suporte e as alvenarias de elevação terão a espessura que constam no projecto. Em betão armado serão as vigas do terraço jardim (formado pérgola), o depósito de água e todos os elementos indicados no projecto de betão armado. O parquet será empregado nas seguintes dependências: dormitório, na cava; sala de jantar, sala de estar e sala de música, no rés-do-chão; quartos, hall de acesso aos mesmos e corredor, no 1º andar. Será de mosaico hidráulico o pavimento das seguintes dependências:

Sala de costura e de brunir; despensa; garrafeira e corredor de serviço na cave e quarto de banho do pessoal. No pavimento da cozinha, copa, quartos de banho, corredor de serviço do rés-do-chão, vestíbulo da entrada principal e lavabos anexos, empregar-se-á mosaico cerâmico. O pavimento das escadas de serviço será em marmorite. O pavimento do jardim de Inverno será em placas de brecha. A escada de acesso ao 1º andar será de madeira brasileira. O terraço ao nível do pavimento do 1º andar levará, além da laje de betão armado, isolamento a Rall, tijolo vazado e placas de cimento de 5 cm de espessura.

O terraço da cobertura será executado também com revestimento a Rall e placas de cortiça de 1 ½ " de espessura.

As esquadrias […] O revestimento das paredes dos quartos de banho, do 1º andar e as do lavabo do rés-do-chão será de vitrolite […] os balcões da cozinha e copa levarão revestimento a «linoleum». As paredes, exteriormente, são pintadas a tinta «AQUELLA» e interiormente a tinta de água (base de óleo). O pavimento do «par-terre» será em tijoleira. [tejoleira no original] […]

Na construção da garagem entrou-se em linha de conta com os seguintes elementos de protecção ao fogo: A garagem está separada da habitação por uma parede de pedra com 0,30 cm de espessura. O pavimento da garagem será em betonilha e o tecto será inteiramente revestido com placas de fibrocimento" (CMPorto & Viana de Lima, 1951).

Betão Armado: "A estrutura do edifício é mista de alvenaria de pedra e tijolo e elementos de betão armado, estabelecendo a ligação com as alvenarias. De alvenaria de pedra são as paredes exteriores nos ângulos sudeste e sudoeste, as da fachada norte e sul, a parede exterior da garagem e a parede interior que divide a garagem e a habitação própria da garagem, etc. De tijolo são todas as divisórias interiores que não foram referidas. O betão armado utilizar-se-á nas lajes de cobertura, pavimento do 1º andar (incluindo terraço-jardim), pavimento do rés-do-chão (sobre a cave), pavimento da cozinha e quarto de banho (habitação própria da garagem), pilares de apoio às vigas que suportam as placas, escadas de serviço e outros pequenos elementos que por lapso se não indiquem nos desenhos. Os cálculos de betão armado foram elaborados de acordo com as normas legais em vigor, particularmente as que se prescreve no Regulamento de Betão Armado nos seus capítulos I, II, III e IV e serão cumpridas as que o mesmo regulamento determina nos capítulos XI e XII" (CMPorto & Viana de Lima, 1951).

Responsável: Oswaldo Morgado dos Santos Silva / Vencingetorix Francisco Fernandes Abelha [Aditamento)

Sobre este edifício existe um estudo de Nuno Abrantes, elaborado como Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, e onde se explica quer a história conturbada do edifício e respectivos projectos, quer os sistemas construtivos utilizados (Abrantes, 2000).

149.Eng. Aureliano Veloso e Arq. Manuel Cunha.

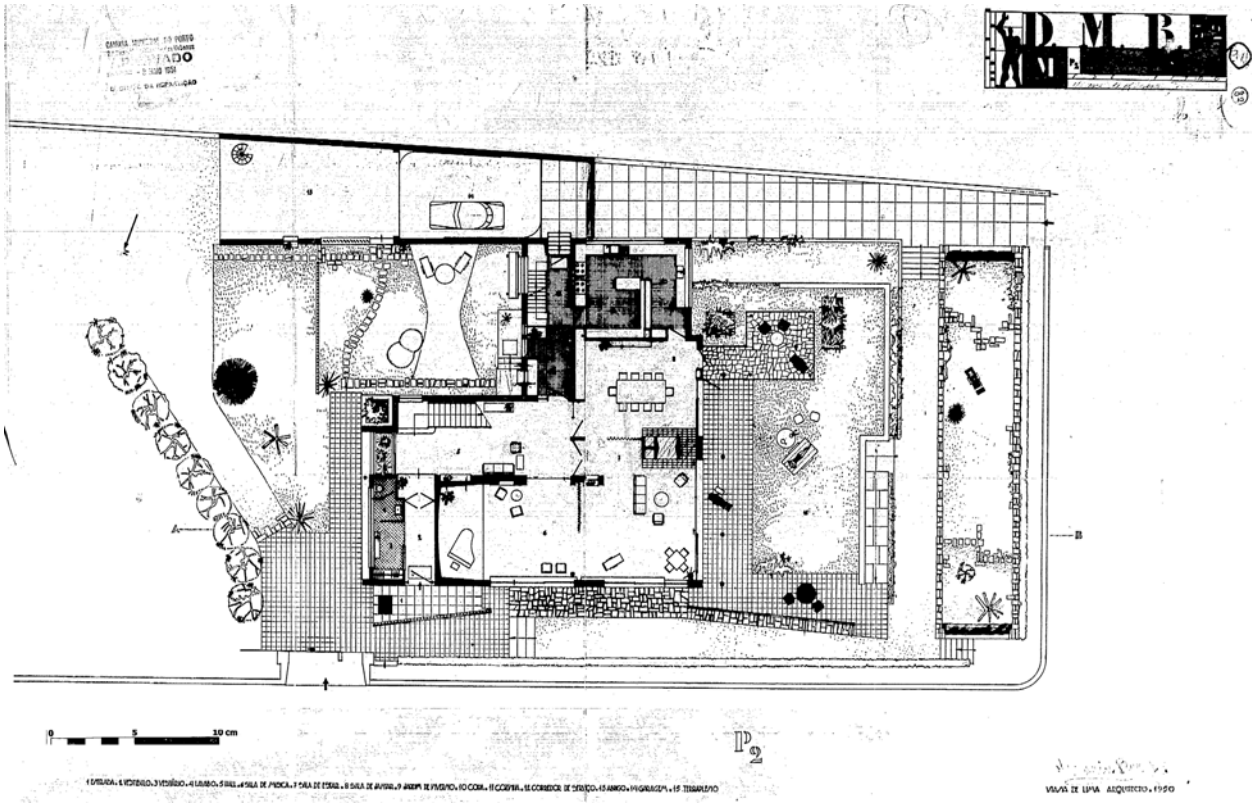


Fig.189 Projecto de licenciamento.

(CMPorto & Viana de Lima, 1951)

A memória descritiva deste projecto é estruturada seguindo três pontos, Concepção, Programa e Memória Técnica, numa abordagem racional e estruturada.

O projecto do edifício "foi ajustado à escala humana "Modulor": regra da harmonia dos espaços e volumes" sendo tal evidenciado também nos elementos desenhados pela inclusão do característico desenho de Le Corbusier.

Construtivamente ainda recorre a um sistema misto de alvenarias resistentes (pedra e tijolo) e betão armado. Usa já o mais moderno "parquet" em pavimentos de compartimentos nobres, mosaico cerâmico em zonas de águas e átrio de entrada, e "vitrolite" um mosaico de vidro pigmentado, nas paredes das casas de banho. Apesar de não ser um material recente, está associado essencialmente à Arquitectura Moderna e Art Deco. Pelo que foi dado perceber não teve uma grande implantação em Portugal nos edifícios desta época.

	Moradia	[RSJB p158]	Viana de Lima	CMP
	Rua S. João de Brito, 158	1952	Reboco Pintado	Lic nº 411/52 (CMPorto & Viana de Lima, 1952)[a]

a. "*As paredes exteriores serão construídas em alvenaria de pedra e tijolo e ficarão impermeabilizadas pela parte exterior com hidrófugo sobre o qual serão feitos os acabamentos.*

Todas as paredes interiores serão construídas em tijolo, sendo as dos banheiros, cozinhas e sanitários, revestidas a azulejo em toda a altura ou até 1,60m. O mosaico hidráulico será usado em todas as peças acima citadas e nas entradas das habitações.

Todos os tectos serão estucados à excepção dos do último andar que serão construídos em fibra de madeira (isolante) sendo as emendas rematadas por mata-juntas de madeira. A betonilha será aplicada no pavimento do rés-do-chão e o tijolo armado será usado em todos os outros pavimentos. As varandas do lado nascente, a cobertura do terraço do último andar, os pilares, as escadas bem como todas as vigas correspondentes a estes trabalhos serão em betão armado. O terraço do último andar e cobertura bem como todas as varandas serão impermeabilizadas pelo sistema Ral-Lyão [assim no original], levando depois ladrilhos de tijolo prensado. […] As fachadas serão pintadas a branco mate e levarão azulejos nos locais conforme o indica o projecto" (CMPorto & Viana de Lima, 1952).

Betão Armado: "Consta este projecto do cálculo de lajes, vigas, escadas, pilares e fundações em cimento armado. […]

As lajes serão de tijolo armado em cruz usando-se para a determinação dos valores dos momentos as tabelas de Naday." Responsável: Vencingetorix Francisco Fernandes Abelha

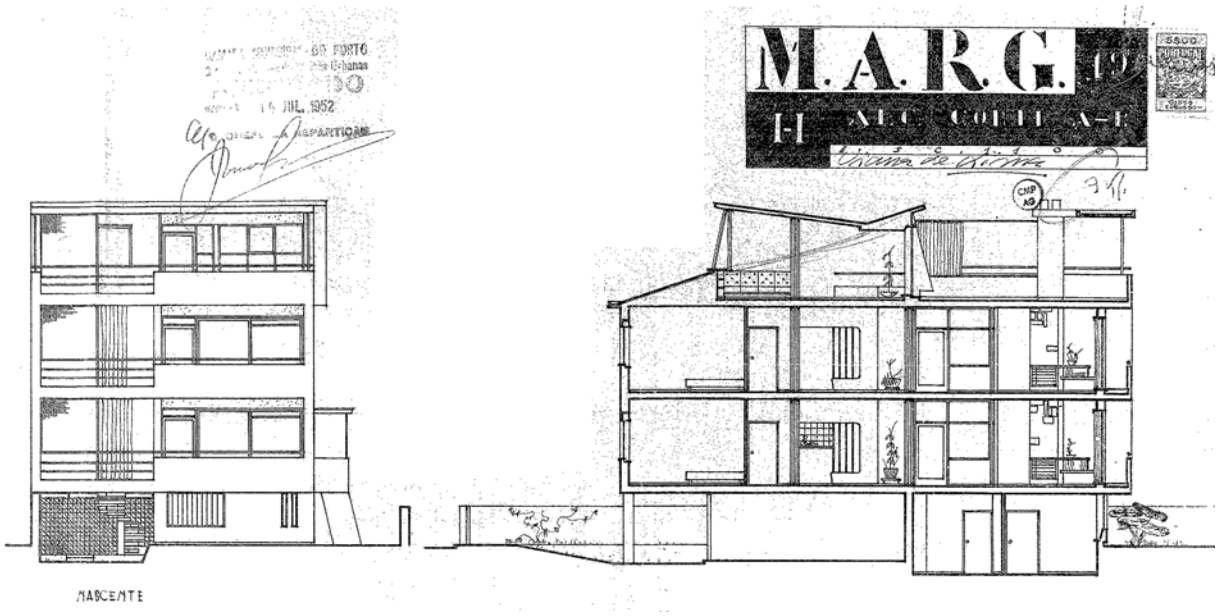


Fig.190 Projecto de licenciamento.

(CMPorto & Viana de Lima, 1952)

	Moradia (Instituto de Neurociências)	[ABP i4795]	Carlos Henrique da Silva Neves[a]	CMP
	Avenida da Boavista, 4795	1952	Reboco pintado Cantaria	Lic nº 169/52 (CMPorto & Neves, 1952)[b]

a.Carlos Henrique da Silva Neves, filho de Alberto da Silva Neves, é natural da freguesia de Cedofeita, Porto. Obteve o Diploma de Arquitecto em Julho de 1947 com 17 Valores.

b."O conjunto estético do prédio parece-nos perfeitamente adaptável ao ambiente de praia local.

Em matéria de construção se esclarece que os alicerces das paredes de pedra e de tijolo assentarão em terreno firme levando no respaldo uma camada de asfalto.

As paredes indicadas no projecto com a espessura de 3mm aproximadamente serão de perpianho ao alto e as indicadas com a espessura de 1mm serão em tijolo.

As argamassas para o assentamento destas alvenarias serão feitas à base de cimento e areia. Os pavimentos da cave e cozinha será de betonilha devidamente impermeabilizada e os restantes do rés-do-chão e 1º andar, assim como os pavimentos das varandas, terraços e escadas interiores e cobertura dos anexos serão de cimento armado.

A cobertura do prédio será em madeira para receber telha tijolo Marselha ou meia cana. […]

As paredes exteriores, interiores e tectos, serão devidamente rebocadas e caiadas a cor clara. O soco das fachadas e restantes paramentos, indicados no projecto, levarão cantaria rusticada" (CMPorto & Neves, 1952).

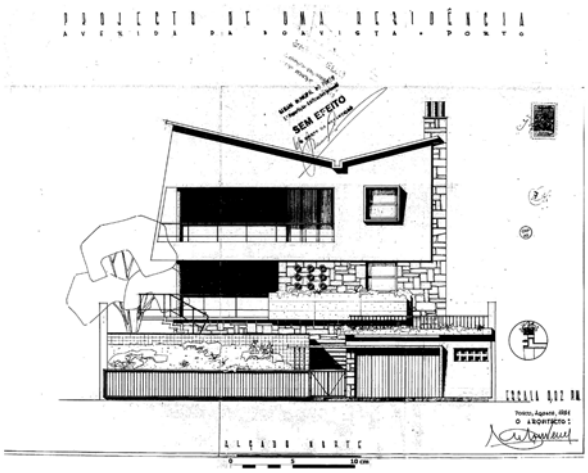


Fig.191 Alçado inicial.
(CMPorto & Neves, 1952)

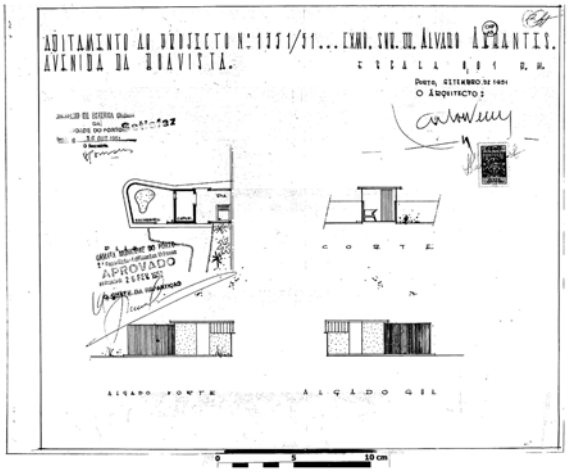


Fig.192 Projecto do galinheiro.
(CMPorto & Neves, 1952)

Manuel da Silva Passos Júnior

	Edifício	[ABP p2414]	Manuel da Silva Passos Júnior	CMP
	Avenida da Boavista, 2414-2434	1955	Reboco pintado	Lic. nº 15/56 (CMPorto & Passos Júnior, 1956)[a]

a."*Os alicerces irão à profundidade necessária até atingirem terreno firme. As paredes serão de perpianho de 0,30 e convenientemente isoladas com uma camada de asfalto, bem argamassadas e protegidas contra a humidade por hidrófugo.*

Os pavimentos serão em tijolo armado, levando o respectivo soalho de pinho em todas as dependências excepto cozinhas, quartos de banho, etc, que serão substituídos por mosaico hidráulico e lambris de azulejo branco com 1,50 de altura.

Serão também em cimento armado as escadas, vigas, pilares.

A armação do telhado será em pinho com as dimensões usuais e a cobertura em telha tipo Marselha. Todos os tabiques a construir serão de tijolo de 0,06. As paredes de meação de cada grupo farão de corta-fogo pela parte inferior do telhado, assim como os tectos do último andar serão construídos em tijolo armado de 0,06" (CMPorto & Passos Júnior, 1956).

Betão Armado: "As varandas e as escadas previram-se em betão maciço; as restantes lajes serão de tijolo armado, do tipo corrente, ou em material pré-esforçado "PATIAL", segundo as correspondências abaixo indicadas." Responsável: Vítor Santos Almeida

	Edifício	[RB i031]	Manuel da Silva Passos Júnior	CMP
	Rua da Boavista, 31-45	1958	Reboco pintado Pastilha Cavan	Lic. nº 580/58 (CMPorto & Passos Júnior, 1958)[a]
	Edifício	[RB i055]	Manuel da Silva Passos Júnior	CMP
	Rua da Boavista, 55	1958	Reboco pintado Cerâmico Cavan	Lic. nº 580/58 (CMPorto & Passos Júnior, 1958)

a."*A estrutura da construção será feita em pilares, vigas e lajes de cimento armado e as paredes exteriores e interiores de tijolo vazado nas espessuras indicadas no projecto e assentes em argamassa de cimento e areia. Os pilares assentarão as suas sapatas em terreno firme. Toda a construção será decididamente protegida contra as humidades telúricas ou subterrâneas por argamassa hidrófugo ou asfalto.*

A cobertura será: armação em travejamento de pinho e telha tipo Marselha. As caleiras, condutores e rufos em chapa de ferro zincado. As caixilharias exteriores serão de ferro nos estabelecimentos e de madeira brasileira nas habitações. As interiores serão de pinho. […]

As duas fachadas principais ao rés-do-chão serão para revestir a marmorite ou cavan" (CMPorto & Passos Júnior, 1958).

Betão Armado: "1.1.-A estrutura do prédio projectado é mista, pois terá paredes de alvenaria de granito e alvenaria de tijolo, sendo em betão armado toda a restante estrutura resistente constituída por pilares, vigas e lajes.

1.2.- Todas as lajes serão aligeiradas por tijolos vazados salvo aquelas que pelas suas características não o possam ser.

1.3.- A altura total das lajes será igual a 16 cm resultante do emprego de tijolos vazados de 12 cm de altura e dum recobrimento de 4 cm de betão." Responsável: Norwaldo José Pontes Alvão Dias de Almeida

José Carlos Loureiro

	Marta Ortigão	[RNSF i291]	José Carlos Loureiro	CMP
	Rua Nossa Senhora de Fátima nº291-307	1955	Tijolo maciço aparente	Lic nº 636/56 (CMPorto & Loureiro, 1956)[a]

a. *"Pretende-se a utilização de materiais de longa duração, mesmo em revestimentos de paredes exteriores, como medida de economia de conservação e consequentemente como melhoria do aspecto plástico" (CMPorto &Loureiro, 1956).*

	2 Moradias	[ABP i4441] [ABP i4467]	José Carlos Loureiro	CMP
	Avenida da Boavista, 4441 e 4467	1977	Betão aparente	Lic. nº 121/78 (CMPorto & Loureiro, 1978)[a]

a. *"Trata-se duma habitação para uma família numerosa, que dispõe de um terreno rectangular cujas dimensões são 14,30x46, com uma implantação de casa geminada prevista pela C.M.P. Como o projecto da outra casa é também da responsabilidade deste gabinete, aproveitou-se a circunstância para as pensar como um todo e não como unidades independentes em termos de espaço e perspectiva.*

Procurou-se, dada a diversidade de critérios de cércea adoptados na avenida da Boavista, obter um volume longo e baixo, embora muito recortado, de modo que a um plano da casa se sobreponha sempre um plano de verdura. Tal princípio proporcionou a criação de grandes terraços que ampliam a área do jardim e vão enriquecer toda a zona de quartos, desenvolvida no 1º andar, que aliás, funciona extremamente recuado em relação ao alinhamento previsto. […]

A construção será feita com parede de betão descofrado, caixa-de-ar de 5 cm e parede interior de tijolo. As coberturas serão executadas em lajes de tijolo, planas, devidamente impermeabilizadas e revestidas com materiais (talvez tijoleira Klinker) que permitam a sua integral utilização como zonas de exterior.

As caixilharias exteriores serão em alumínio negro (tipo Duranodic), com travessas de madeira de Kambala; da mesma madeira serão os aros, rodapés e demais caixilharias interiores; as portas serão em aglomerado de madeira, folheado, excepção das exteriores que serão em madeira maciça (Kambala); todos os pavimentos (exceptuando-se os dos compartimentos de água como quartos de banho ou cozinha) serão devidamente preparados para o assentamento de alcatifa, o vestíbulo e respectiva escada serão revestidos a soalho, chapins e espelhos de madeira de kambala, os pavimentos do quarto de banho lavabo, cozinha e despensa serão em mosaico cinca (cor a escolher) e com este material serão na totalidade as respectivas paredes" (CMPorto &Loureiro, 1978).

Projecto de Betão Armado: José Ângelo Mota Novais Barbosa, que também é o dono de obra.

"Descrição da estrutura

A moradia desenvolve-se em dois pisos, em cada um dos quais existem duas zonas a níveis diferentes, ligadas por lanços de 2 e 3 degraus no rés-do-chão e no 1º andar, respectivamente. A cobertura é plana.

A estrutura resistente é realizada em betão armado, sendo constituída por um conjunto de vigas, as quais irão tomar apoio em pilares ou em paredes de suporte verticais. Parte dos pilares situam-se quer em cunhais quer em extremidades da referida parede de suporte, a fim de assegurar uma maior rigidez do conjunto. Neste conjunto de viga, pilares e paredes assentam as lajes (pavimentos, terraços, coberturas e seus remates), na sua maioria de tijolo aligeirado. Nas zonas de apoios das lajes que não correspondam a vigas resistentes existirão sempre vigas de cintagem, ao longo de todo o contorno, em planta, das paredes verticais" (CMPorto &Loureiro, 1978).

A.1.14. Álvaro Siza Vieira

	Moradia	[ABP i4397]	Álvaro Siza e Jorge Guimarães Gigante [a]	CMP
	Avenida da Boavista. 4397	1957	Reboco pintado Betão aparente	Lic. nº 630/57 (CMPorto, Gigante & Siza Vieira, 1957)[b]

a.Jorge Guimarães Gigante, filho de Alexandre Martins Manso Gigante, natural de Pêrre - Viana do Castelo, Condutor de Obras Públicas e Minas pelo Instituto Industrial do Porto em Maio de 1943. Arquitecto pela Escola de Belas Artes do Porto em 1958, com 19 Valores.

b."Um programa não muito extenso, que se pretendia resolvido num só piso, condições naturais do terreno, ligeiramente ascendente no sentido norte-sul, batido pelos ventos, especialmente do norte e do sudoeste; determinadas convicções, respeitantes à relação entre a habitação e o ambiente local, conduziram à solução proposta, em dois corpos, articulados em L, a norte e a Poente, esboçam um prolongamento exterior, a sul, que o tratamento do jardim e a sugestão dos pavimentos complementam e precisam; espaço que, por limitado, tem ainda qualquer coisa de interior.

O nó da planta é um amplo átrio que um envidraçado divide em duas partes, exterior e interior, dando acesso a três zonas, salas de estar e jantar, ligadas por uma porta de correr, zonas de quartos e zona de serviços. Abrem as duas primeiras sobre o espaço exterior já descrito, enquanto a zona de serviço tem uma entrada privativa, a poente.

Construção

A escolha dos materiais e processos construtivos devia obedecer a um princípio de economia que não viesse a traduzir-se em futuras despesas de conservação.

Assim, a cobertura, em telha lusa, prolonga-se de modo a proteger os paramentos verticais, preservando-os da acção directa das chuvas; ao mesmo tempo cria galerias exteriores contribuindo para uma perfeita relação exterior-interior.

Pedra e tijolo rebocados, em paredes de elevação; tectos estucados; madeira envernizada nas caixilharias, guarnições e portas; tacos e tijoleira sobre betonilha, em pavimentos, eis os materiais adoptados. Nas instalações sanitárias e cozinha, paredes e pavimentos laváveis, pela aplicação de azulejo e mosaico hidráulico.[…]

Análise Plástica

A solução estudada, como que inspirando-se em algumas das mais antigas casas à margem da Avenida, baseia-se na intenção de criar um ambiente de intimidade para a habitação, entendendo-se por habitação o conjunto interior-exterior já descrito.

Tal ambiente exige uma protecção, garantida por um recuo de quinze metros e consequente possibilidade de criar um denso jardim fronteiriço; jardim que condiciona o aspecto exterior da habitação, fornecendo-lhe um tom, limando agressividade, ligando-a ao terreno.

Da rua, através duma cortina vegetal periodicamente mais ou menos densa, mais ou menos matizada, será possível entrever, sob o vermelho da cobertura, as paredes rebocadas a branco - massa de serena horizontalidade, apenas cortada pelo ritmo sistematicamente vertical das aberturas" (CMPorto, Gigante &Siza Vieira, 1957).

Este projecto, da autoria de Álvaro Siza, foi executado ainda antes da obtenção do Diploma de Arquitecto (1965) pelo que todo o processo é subscrito por Jorge Guimarães Gigantes, nesta época ainda, apenas, Condutor de Obras Públicas e Minas (obterá o Diploma de Arquitecto no ano seguinte, em 1958).

A memória descritiva, bem escrita e estruturada, evidencia logo quais são as preocupações de definição construtiva do edifício,

> *"A escolha dos materiais e processos construtivos devia obedecer a um princípio de economia que não viesse a traduzir-se em futuras despesas de conservação.*
>
> *Assim, a cobertura, em telha lusa, prolonga-se de modo a proteger os paramentos verticais, preservando-os da acção directa das chuvas; ao mesmo tempo cria galerias exteriores contribuindo para uma perfeita relação exterior-interior.*

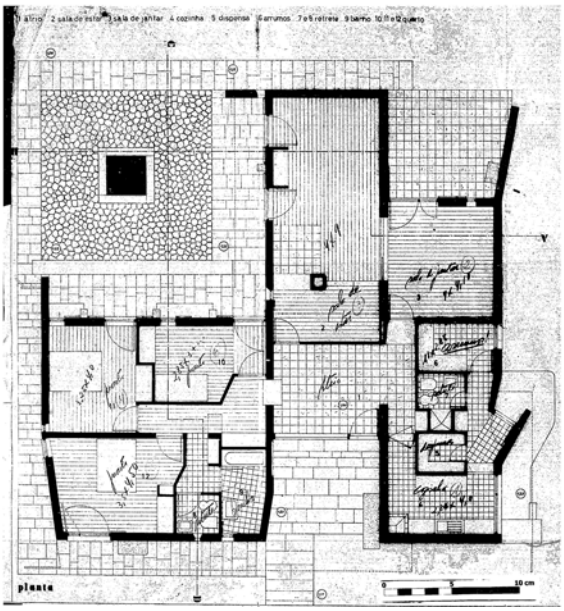


Fig.193 Planta.
(CMPorto, Gigante & Siza Vieira, 1957)

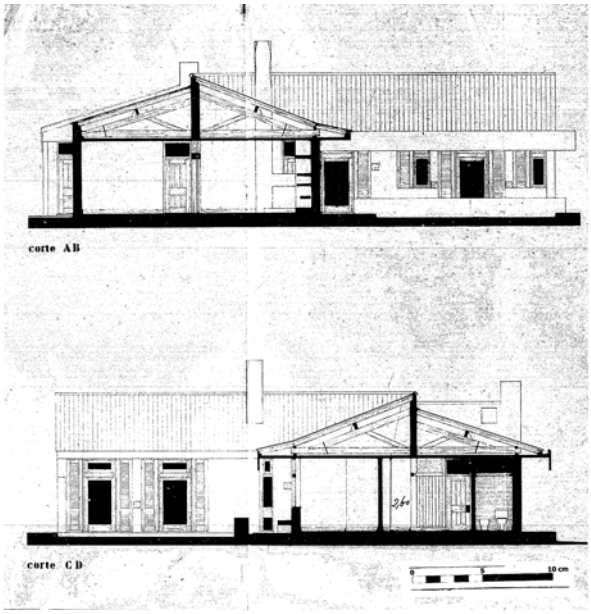


Fig.194 Cortes.
(CMPorto, Gigante & Siza Vieira, 1957)

Pedra e tijolo rebocados, em paredes de elevação; tectos estucados; madeira envernizada nas caixilharias, guarnições e portas; tacos e tijoleira sobre betonilha, em pavimentos, eis os materiais adoptados. Nas instalações sanitárias e cozinha, paredes e pavimentos laváveis, pela aplicação de azulejo e mosaico hidráulico. [...]" (CMPorto, Gigante & Siza Vieira, 1957).

Apesar de não explicitamente referido, a maior parte da estrutura das coberturas é em madeira, existindo apenas a utilização de betão armado muito pontualmente.

"A obra de betão armado compreende as lajes dos tectos e vigas que suportam as mesmas na zona do vestíbulo", isto é, apenas uma "Lajes T1 - Apoiada em paredes de alvenaria. Um vão apoiado em parede de alvenaria e outro em consola [...]" e uma *"Viga 1 - Apoiada em paredes de alvenaria. Serve de apoio à laje T1 sobre o vestíbulo [...]"* (CMPorto, Gigante & Siza Vieira, 1957).

António Corte Real

	Edifício	[RSJB p032]	António Corte Real	CMP
	Rua de S. João de Brito, 32-52	1961	Pastilha Chapa de Alumínio	Lic. nº 732/61 (CMPorto & Corte Real, 1961)

O processo de licenciamento deste edifício tem início em Julho de 1961, tendo sido licenciado em Dezembro do mesmo ano. Corresponde a um exemplo inicial da forma de construir que se tornou corrente no final do século XX, uma estrutura porticada de betão armado, neste caso com o recurso a capitéis aparentes na ligação entre alguns dos pilares e vigas, lajes de betão armado de um sistema patenteado de vigotas pré-esforçadas, neste caso da Maprel, paredes de enchimento em alvenaria de tijolo, revestidas com elementos cerâmicos (mosaico de vidro no presente edifício) e caixilharias exteriores em alumínio anodizado.

A escolha destes materiais e a forma como são escritos na memória leva-nos a perceber uma aposta num standard superior de construção, ainda não vulgarizado no início da década de sessenta. Assim,

> *"As fachadas serão revestidas totalmente a mosaico de vidro e os pilares do rés-do-chão a alumínio anodizado. Toda a caixilharia do rés-do-chão das fachadas ladeadas por arruamentos são [sic] em alumínio anodizado bem como todos os estores. As restantes serão em madeira pintadas a esmalte"* (CMPorto & Corte Real, 1961).

O facto de apenas as caixilharias localizadas em fachadas voltadas para arruamentos serem em alumínio anodizado indicia que este era ainda um material caro (mais caro que a madeira) e ao qual estava associado uma imagem de qualidade e de modernidade. O rés-do-chão, como alberga um estabelecimento comercial, é praticamente todo envidraçado, sendo o revestimento dos pilares entre as caixilharias também feito em alumínio anodizado. O edifício actualmente encontra-se em bom estado de conservação e ainda com os materiais iniciais.

Francisco Pereira da Costa



Edifício	[RGJ p178]	Francisco Pereira da Costa[a]	CMP
Rua Guerra Junqueiro, 178-200	1961		Lic. nº 198/62 (CMPorto, Paixão & [Costa], 1962)[b]

a.Francisco Pereira da Costa, filho de Sebastião Rodrigues da Costa e de Teresa Senra Pereira da Costa, natural da Freguesia de Abade de Neiva, Barcelos.

b."Construção

A estrutura do edifício será constituída por paredes de perpianho e por lajes de betão armado cuja espessura incluirá as respectivas vigas.

As paredes divisórias que não suportam cargas serão de alvenaria de tijolo.

A argamassa de assentamento de todas as paredes será constituída por uma parte de cimento e quatro de areia, as paredes e tectos que não recebam materiais especiais levarão reboco de argamassa de cimento e areia ao traço 1:4. Sobre o reboco exterior aplicar-se-á areado fino para pintar. Interiormente os tectos serão estucados a gesso, sendo as paredes que não levam materiais especiais, revestidas a argamassa fina de cal, cimento e areia para pintar.

Toda a construção será convenientemente impermeabilizada.

A cobertura, sobre a placa conforme está indicado, levará placas de fibrocimento, formando além da vedação hidrófuga uma caixa ventilada para isolamento.

As escadas com elementos de suporte em vigas de betão armado terão degraus de mármore. As paredes das caixas de escadas serão revestidas com material lavável.

Os pavimentos das cozinhas-copas, quartos de banho, varandas e entradas serão de material lavável: mosaico ou equivalente. Os restantes pavimentos serão em tacos de madeira.

As esquadrias, tanto exteriores como interiores, serão de madeira rija e durável recebendo pintura ou verniz" (CMPorto, Paixão &[Costa], 1962).

Betão Armado: "A estrutura resistente será constituída por paredes de perpianho que limitam as habitações e a caixa de escadas e por vigas de betão armado.

As lajes dos pavimentos e varandas e do tecto serão aligeiradas com elementos vazios e não pré-fabricadas.

Nas escadas haverá apenas uma viga perna central onde apoiam os degraus de mármore" (CMPorto, Paixão &[Costa], 1962).

Projecto de Betão Armado: Alcino José Salvador Paixão.

A.1.15. A promoção das empresas de construção e imobiliárias

	Montepio Geral[a]	[RJD p648]	Agostinho Ricca[b]	CMP
	Rua Júlio Dinis, 648	1960	Cerâmico	Lic nº 504/61 (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1961)[c]

a.A filial do Porto do Montepio Geral.

b.Agostinho Ricca Gonçalves, filho de Alcino Ribeiro Gonçalves, natural de Santo Ildefonso, Porto, obtém o Diploma de Arquitecto em Agosto de 1941, com 18 Valores.

c."Construção

A estrutura do edifício é inteiramente em betão armado com panos de enchimento de tijolo ou vidro nas fachadas. As divisórias das habitações serão construídas em tijolo de 0,08 m e as divisórias entre habitações de paredes duplas de tijolo isoladas a cortiça.

Nos pavimentos prevê-se isolamento de lã de vidro a fim de garantir um perfeito isolamento fónico entre pavimentos.

Os revestimentos exteriores dos panos de enchimento serão em tijolo vidrado e azulejo de 0,02 x 0,02 tipo italiano.

Nos alçados do projecto estão indicadas as áreas revestidas com estes dois materiais.

As caixilharias exteriores serão em madeira exótica pintada a esmalte, as interiores serão executadas em madeira de tola encerada ou envernizada.

Excepto os quartos de banho e cozinhas, que serão pavimentados a mosaico hidráulico, todas as outras peças serão revestidas a parquet de eucalipto.

As paredes de quartos de banho e cozinha serão revestidas a azulejo de cor até à altura de 2,00 m" (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1961).

Aditamento: "As paredes da fachada sul são em tijolo - parede dupla - de 0.15 e 0,08 e o revestimento é igual ao já realizado em todo o prédio - tijoleira vidrada" (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1961).

Projecto de Betão Armado: César Máximo.

Aditamento Betão Armado: "Mas plantas indicam-se os elementos calculados, que constituem a obra de betão armado, de acordo com o projecto alterado.

Observaram-se as prescrições dos regulamentos em vigor.

Usaram-se as "tabelas para o cálculo do betão armado" de F. Vasco Costa.

O terreno de fundação é rochoso, pelo que não levanta problemas de estabilidade.

O edifício, embora alto, apresenta grande rigidez, que lhe é conferida pela sua forma poligonal, pelos seus suportes, que são verdadeiras paredes de betão armado e pelas lajes dos pavimentos, as quais, com a espessura de 0,25 m, constituem uma óptima travação do conjunto.

Esta realidade pode ser confirmada por meio de uma verificação que não deixa lugar a dúvidas, pois parte de hipóteses altamente desfavoráveis, que estão longe de se verificarem. Consideraremos um vento verdadeiramente excepcional, que exerça a pressão de 200 kg/m2, actuando segunda a direcção mais desfavorável, ou seja, aquela em que o edifício tem menor dimensão e, por consequência, menor rigidez" (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1961).

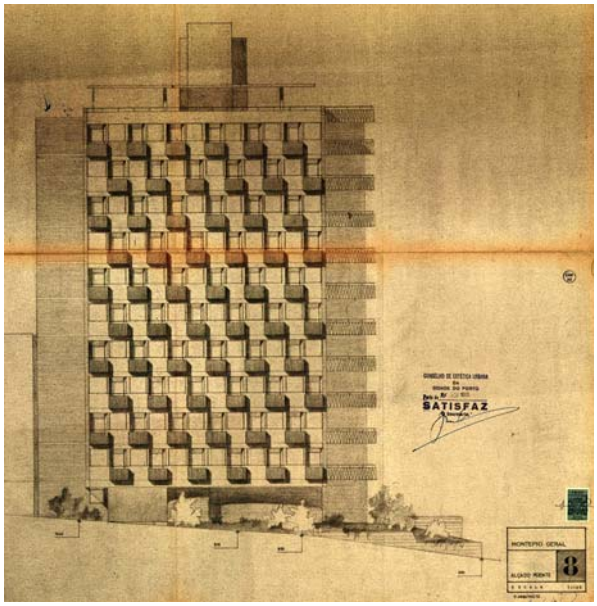


Fig.195 Alçado.
(CMPorto & Ricca Gonçalves, 1961)



Fig.196 Planta piso tipo.
(CMPorto & Ricca Gonçalves, 1961)

	Um Edifício (Foco)[a]	[ABP p1980]	Agostinho Ricca	CMP
	Avenida da Boavista com a Rua Azevedo Coutinho	1962	Tijolo vidrado Pastilha	Lic. nº 224/63 (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1963)[b] Lic. nº 397/67 (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1967)[c]
	Três Edifícios (Foco)	[ABP p2026] [ABP p2072] [ABP p2118]	Agostinho Rica	CMP
	Avenida da Boavista, 2020-2118	1962	Tijolo vidrado Pastilha	Lic. nº 224/63 (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1963)

a.Sociedade de Construções William Graham

b."Equipamentos e materiais

Não queremos aqui tratar da estrutura do edifício, porquanto esta será descrita nos elementos do projecto de betão armado.

Começando do exterior para o interior teremos a considerar os panos de enchimento que serão de tijolo, parede dupla de 0,15 e 0,08 com caixa-de-ar afim de garantir isolamento térmico.

Estes panos cheios serão revestidos exteriormente a mosaico tipo bizantino de 0,02 x 0,02 e em empenas a tijolo vidrado de cor ainda a determinar.

No interior das habitações os acabamentos previstos são os normais para este tipo de habitações - paredes rebocadas a gesso excepto copas cozinhas e quartos de banho que serão revestidos a azulejo de 0,11 x 0,11 de cor.

Pavimentos de copas de serviço e quartos de banho de mosaico hidráulico ou mármore e pavimentos de parquets de madeira nas zonas de estar, quartos, corredores e halls" (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1963).

Projecto de Betão Armado: Hélder Ribeiro da Silva.

c."A estrutura do prédio é inteiramente em Betão armado, excepto os pilares aparentes do andar recuado que se prevêem em perfilados de ferro.

As faixas horizontais de peitoris de janelas e as fachadas norte e sul são concluídas em blocos de cimento vibrado fazendo parede dupla com uma parede interior de tijolo. Os revestimentos desta parede serão para as faixas de peitoris o mosaico de 0,02 x0,02 da Covina e a tijoleira vidrada para as empenas. […]

As caixilharias exteriores são todas em alumínio anodizado à cor natural" (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1967).

Projecto de Betão Armado: Hélder Ribeiro da Silva.

	Holiday Inn (antiga PT)	[ABP p1060]	António Machado; n/i	CMP
	Avenida da Boavista, 1048-1060	1973 Remodelação:	Placagem de Pedra	Lic nº 591/73 Lic nº 598/73 (CMPorto & Machado, 1973a) (CMPorto & Machado, 1973b)
	Edifício	[ABP p 1120]	António Machado	CMP
	Avenida da Boavista, 10723-1142			Lic nº 591/73 Lic nº 598/73 (CMPorto & Machado, 1973a) (CMPorto & Machado, 1973b)[a]

a."Na construção serão utilizados os métodos normais: estrutura em Betão armado; paredes exteriores de tijolo (duplas); interiores de tijolo vazado; armação do telhado em vigas de cimento e cobertura de telha. Toda a superfície dos alçados será revestida a mosaico cerâmico, e o embasamento de mármore. A caixilharia exterior será se alumínio anodizado, e a interior de madeira para esmaltar. As paredes interiores serão estucadas e pintadas com tinta" (CMPorto &Machado, 1973a, 1973b).

	Ex-BCM	[ABP i0759]	António Machado; Arnaldo Barbosa	CMP Autor
	Avenida da Boavista	1980 Remodelação:	Pedra colada; Chapa Metálica (alumínio)	Lic nº 158/1981 (CMPorto & Machado, 1981)

O edifício é adquirido pelo Banco de Macau, para quem tempo é efectivamente dinheiro, como para as demais instituições Bancárias, pelo que o projecto/ processo de licenciamento e o Projecto/processo de execução são feitos em simultâneo, tendo a obra sido iniciada antes da conclusão total do processo de licenciamento.

A obra corresponde à fase de afirmação do Banco de Macau, e da sua imagem e cores características, pelo que o próprio edifício (a totalidade do edifício) é usada na promoção e reforço dessa imagem.

A intervenção no edifício é essencialmente uma operação de cosmética e de arranjos interiores.

O edifício anterior estava completamente acabado mas mantinha-se devoluto. A imagem do mesmo era pouco apelativa, dentro das linhas de construção de alguns promotores imobiliários da cidade com grande volume de

construção. Tratava-se pois, sem poder intervir ao nível da volumetria e da localização dos vãos, de garantir uma imagem mais «moderna« do edifício, conotando-a mais facilmente com um edifício de serviços, e especialmente com a sede no Porto do Banco de Macau.



Fig.197 Edifício antes e depois da adaptação ao Banco de Macau.

As cores do Banco de Macau eram o rosa e o verde azulado, pelo que foram escolhidos dois materiais nestas tonalidades, um granito rosa Porrinho, e uma chapa metálica verde azulado.

A opção inicial para as zonas de chapa metálica tinha sido o Alucobond, mas prazos de entrega da ordem dos quatro meses não eram compatíveis com a celeridade da obra requerida pelo Banco, pelo que foi estudada uma solução em chapa de alumínio lacada, que é a que está executada.

Actualmente o edifício já não alberga o Banco de Macau, que foi extinto em Portugal após a aquisição do BPA pelo BCP, mas a imagem estudada em função desse banco, permanece. As Finanças não apostam numa imagem caracterizadora das suas repartições, pelo que nem sequer se pode falar de colisão de imagens.

	Bristol[a]	[ABP i1541]	Arnaldo Manzi Valente e Brito	CMP
	Avenida da Boavista	1982	Placagem de Betão	Lic nº 177/84 Lic nº 178/84 (CMPorto & Brito, 1984)[b]

a.Soarta, Sociedade Imobiliária Soares da Costa, Lda

b."Paredes: as paredes exteriores terão de espessura 0,30 e serão duplas e as interiores 0,10 de espessura" (CMPorto & Brito, 1984).

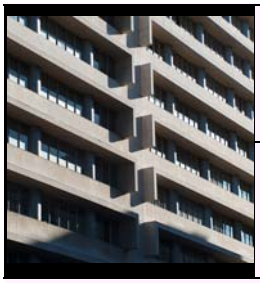
	Aviz[a]	[ABP i3521]	António Machado	CMP
	Avenida da Boavista, 3477-3523	1983	Cerâmico	Lic. nº 269/86 (CMPorto & Machado, 1986)[b]

a.J.F.S. - Sociedade de Construções Joaquim Ferreira dos Santos

b."Toda a estrutura será de betão armado; paredes em elevação em tijolo vazado; cobertura em fibrocimento; Caixilharia de alumínio anodizado; alçados revestidos com ladrilhos cerâmicos e vários" (CMPorto & Machado, 1986).

	BPI[a]	[ABP i1099]	Luis Amorim Loureiro; Alcino Soutinho	CMP
	Avenida da Boavista	1989	Placagem de Pedra	Lic nº 413/90 (CMPorto & Loureiro, 1990) (CMPorto & Soutinho, 1990)

a.Requerente Inicial: BP Portuguesa, passa a: Douro, Gestão e promoção Imobiliária, que passa a: Águas Livres Imobiliária, que passa a Banco Fonseca e Burnay, que por fim passa a: Banco Português de Investimento.

	Ex-Bolsa de Derivados[a]	[ABP i3433]	António Machado; Alcino Soutinho	CMP
	Avenida da Boavista com a Rua Pedro Homem de Melo	1985 a)	Placagem de Pedra	Lic nº 23/88 (CMPorto & Machado, 1988)[b] (CMPorto & Soutinho, 1988)[c]

a.J.F.S. - Sociedade de Construções Joaquim Ferreira dos Santos, Lda

b.Apesar do início do processo ser de 1985, e a licença emitida em 1988, o edifício que foi construído apenas entra como aditamento no decurso da obra. A instalação da Bolsa de Derivados naquele edifício, e no Porto, foi razão para um tratamento diferencial para este processo de licenciamento, uma vez que havia empenho da CMP em que a BD ficasse na cidade. Por essa razão o edifício aparece colocado no conjunto da década de noventa e não da década de oitenta.

c.Aditamento à licença: "Fundações e estrutura em Betão armado; Paredes exteriores em tijolo vazado, duplas, revestidas pelo exterior com pedra ornamental de 3 cm de espessura, brunido grosso, fixado com grampos de aço inox; os pilares aparentes nas fachadas serão revestidos a chapa de Alucobond, cor Silver Metalic; caixilharia exterior em alumínio (cor idêntica à chapa Alucobond); as paredes interiores serão em tijolo vazado para acabamentos vários"(CMPorto & Soutinho, 1988).

Projecto de Betão Armado: António Manuel Gonçalves Alpuim

Térmico: "Paredes exteriores: Um pano interior de alvenaria de tijolo furado de 7 cm, um pano exterior de tijolo furado de 15 cm, esteira continua de isolamento térmico em poliestireno expandido extrudido (wall mate) de 30 mm de espessura e placagem exterior de pedra com 30 mm de espessura" (CMPorto & Soutinho, 1988).

	Mota Galiza (lotes 1 a 11)[a]	[RCG L01 – L05] [RCG L07 – L11]	José Carlos Loureiro e Luis Pádua Ramos	CMP Autor
	Rua de Calouste Gulbenkian 1-255	1990; 1991; 1998; 1990	Cerâmico	Lic nºs 462/90; 108/91; 239/91; 76/92; 22/93; 351/99; 352/99[b]

a.Mota &Companhia, SA / Aurimove - Utilidades, equipamento e Investimentos Imobiliários, Lda

b.(CMPorto, Ramos &Loureiro, 1990); (CMPorto, Ramos &Loureiro, 1991a); (CMPorto, Ramos &Loureiro, 1991b); (CMPorto, Ramos &Loureiro, 1992); (CMPorto, Ramos &Loureiro, 1993); (CMPorto, Ramos &Loureiro, 1999a); (CMPorto, Ramos &Loureiro, 1999b)

	Oceanus[a]	[ABP i3223]	Henrique Augusto de Jesus Coelho	CMP Autor
	Avenida da Boavista	1992	Placagem de Betão	Lic nº 105/94 (CMPorto & Coelho, 1994)[b]

a.Correios e Telecomunicações e Portugal / Oceanus - Limited S. em Portugal

b."11 Quantos aos materiais a utilizar no recobrimento das fachadas, estes serão basicamente o granito, o alumínio, o vidro e a vegetação como elemento complementar.

A escolha de uma placagem de granito, que apresentará vários tratamentos (polido, bujardado e amaciado) teve como consequência a introdução dum elemento natural da região e transmitir ao edifício a dignidade e nobreza inerente à sua função.

As fachadas voltadas para a avenida da Boavista, e no que diz respeito à sua fenestração (relação entre cheios e vazios), contrapõe-se às fachadas voltadas à rua de tanger, apresentando as primeiras uma maior dominância das áreas envidraçadas e as seguintes uma fenestração pontualizada. […]

12 A caixilharia será em alumínio termolacado, de cor a definir em função dos ensaios a realizar no local e o vidro será duplo e exteriormente de cor bronze, não espelhado. […]

15 Técnica construtiva e infra-estruturas

Estruturas

A estrutura prevista será executada em Betão armado com utilização de Betão B-25 e aço A-400NR, sendo constituída por lajes fungiformes nervuradas, apoiadas em vigas, pelares e paredes de betão armado.

Na periferia das caves haverá muros cortina de contenção de terra realizados pelo sistema "Muros Berlim" de modo a permitirem a realização da escavação do terreno em condições de segurança" (CMPorto &Coelho, 1994).

O edifício, localizado no gaveto da Rua de Tanger com a Avenida da Boavista, foi projectado pelo arquitecto Henrique Coelho, inicialmente para os Correios e Telecomunicações de Portugal (CMPorto & Coelho, 1994), como é possível constatar no requerimento inicial, e mais tarde para Oceanus - Limited S. em Portugal.

A alteração de requerentes não parece ter tido alguma influência determinante na solução arquitectónica, ao contrário do que aconteceu com outros edifícios alvo deste estudo (Banco de Macau; BPI; Complexo da Boavista)

O edifício de comércio e serviços é constituído por dois pisos de estacionamento enterrados, e por 6 pisos de comércio e escritórios, acima do nível do solo. Está dividido em dois corpos com entradas independentes, mas que se unem ao nível do estacionamento.

A separação em dois corpos distintos decorreu de condicionamentos iniciais do licenciamento camarário, que solicitou que a transição entre este edifício de serviços e a banda de moradias existentes, fosse feito através de um corpo destinado a habitação, e com cércea próxima das moradias envolventes.

Numa fase posterior da obra foi aceite pela câmara que a transição se fizesse unicamente a nível de volumetria, face às condicionantes de um condomínio misto habitação-serviços, e a dificuldade de colocação no mercado dessas habitações.

O edifício inicialmente projectado possuía uma imagem muito diferente do que acabou por ser construído, apesar de as características volumétricas se terem mantido com poucas alterações.

A imagem nasceu do desenvolvimento do projecto de execução e da procura da resolução de determinado problema, a placagem de pedra preconizada, em tramos rectos, não conseguir fazer a concordância com a curvatura do edifício.

A procura de uma solução que permitisse resolver o revestimento da fachada curva é encetado pela Soares da Costa, a empresa construtora. A solução de um revestimento pré-fabricado, que facilmente pode incorporar zonas curvas e rectas, e que no caso corrente incorpora os próprios vãos, rentabiliza a construção do ponto de vista da rapidez de obra, e muito provavelmente de custos. A empresa responsável pela prefabricação foi a Prégaia, empresa historicamente ligada à Soares da Costa.

Alexandre Burmester



McDonalds	[ABP i1751]	Alexandre Burmester	CMP
Avenida da Boavista	1998	Tijolo Maciço	Lic nº 264/98 (CMPorto & Burmester, 1998)[a]

a. *"A construção proposta será do tipo tradicional, com estrutura mista de betão e metálica, com cobertura em chapa de alumínio. As paredes serão em Alvenaria dupla tradicional. Paredes exteriores e coberturas levarão ainda isolamento térmico, composto na caixa-de-ar das paredes por "wallmate" e nas coberturas a solução de cobertura invertida com roofmate" (CMPorto & Burmester, 1998).*

Sem qualquer dúvida que este capítulo é o cerne desta primeira parte do trabalho e numa orientação diferente da que foi dada ao mesmo, aqui se poderia estabelecer um ponto de situação nesta investigação, retirando conclusões da mesma e partir para o resto da investigação já noutro enquadramento académico.

Mas não foi essa a directriz seguida inicialmente, nem nunca considerada em muitas das inflexões e alterações de estrutura que se fizeram, porque a emotividade que conduziu as escolhas iniciais, de forma e âmbito do trabalho de tese, não permitia abandonar alguns dos edifícios que lhe deram força e sentido para avançar.

A segunda parte do trabalho é efectivamente diferente da primeira, os pontos de contacto são cirúrgicos, mas existentes. Mas a segunda parte não teria conseguido ser elaborada por mim, pela minha forma de trabalhar e de ser, independente e desfasada da primeira.

Foram realizadas em paralelo, e provavelmente muitas das contaminações de que agora não me apercebo pela proximidade, o distanciamento que mais tarde terei, se encarregará de (m)os mostrar.

Esta primeira parte não consegue esgotar a investigação feita (assim será sempre, dizem-me os colegas que por este lugar já passaram, uns mais metódicos na abordagem, outros mais disponíveis a serem seduzidos por assuntos marginais), a investigação feita também não conseguiu saciar a curiosidade, e há alguns assuntos que ainda não me parecem completamente definidos.

Alguma vez estarão?

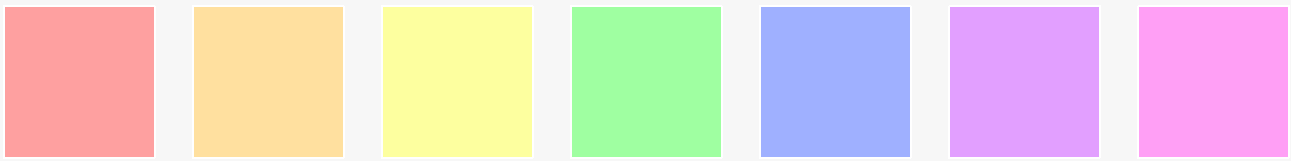
Certamente que não, esse é um dos fascínios da história real, a de nunca ser uma narrativa encerrada. E se as sequelas de romances e de filmes são já habituais (até já inventaram as «prequelas» cinematográficas), na história, e na investigação histórica, ambas estão sempre a suceder. E novos olhos, cérebros organizados de diferentes formas, formações e deformações diferentes, vão percepcionar coisas que a outros passaram despercebidos, ou cuja importância foi ignorada ou minorada. E o tempo também se encarregará de alterar os focos primordiais de atenção.

E também aqui assim sucederá! E porque as discussões sobre o que investiguei e escrevi, com outras pessoas sempre foram diminutas durante a execução (por timidez própria, mas também por sempre achar que o trabalho não estava ainda na fase certa) será agora, neste momento decisivo, depois de por necessidade ter sido dado por concluído, que elas terão o seu campo e poderão ajudar a levantar outras questões, outras formas de apreender, que outras experiências e formações podem ditar.

Uma das coisas que me fascina na raça humana é a capacidade de organização social que, aplicada à construção de um corpo de conhecimento, nos tem permitido progredir ao longo dos milhares de anos que a nossa história regista e de todo o outro tempo (ainda) não documentado. Algo já tão intrinsecamente assumido, que às vezes apenas em períodos críticos lhe damos o real valor. A marca dos nossos passos não resulta apenas do nosso peso, mas de todos os que nos antecederam.

Tantas dúvidas ficaram desta primeira parte, tanta informação que pode ainda abrir mais caminhos, pelo que espero que o tempo e o contributo dos outros vão permitindo o seu esclarecimento, o satisfazer de algumas das curiosidades, e o lançamento de muitas outras...

Parte 2 - Milestones



Intermezzo

Genealogia das idades

"I was once like you are now" (Stevens, 1970)

Temos todos, assumidamente, uma relação filial com os mais velhos, com aqueles que nos antecederam, que desbravaram caminhos, coligiram conhecimentos e saberes que hoje nos permitem sermos quem somos, como somos. Somos, sem dúvida, filhos dos nossos pais biológicos mas somos também filhos, directos e indirectos, dos nossos pais culturais e sociais. Seres cuja recordação muitas vezes nos arranca sorrisos de olhar, pelo carinho e gratidão que se mantêm. Sonhos nossos que foram feitos de recordações emprestadas, sem suporte real mas palpáveis. Caminhos delineados em função de palavras escutadas ou lidas, de inspirações, de exemplos externos.

"You're still young that's your fault
There's so much you have to go through"
(Stevens, 1970)

Mas essa relação de filiação não é pacífica, não é serena. No confronto das idades surge também imposição, surge revolta. Os laços existem para poderem ser atados e desatados, esticados, enrodilhados, desfeitos e refeitos. Os nossos desafios serão sempre os nossos desafios, erros devem ser cometidos também, que da experiência dos outros não podemos fazer sempre o nosso conhecimento, o nosso crescimento. Ciclos e rituais que devem ser cumpridos, metas estabelecidas e ultrapassadas. Novas metas alicerçadas em desafios, argamassadas por sonhos.

"It was said of them, in older times
That the child is the father of the man,
and, yet, in growing, know not the man, and of the man's ways.
He watches the aged ones, old and seemly wise and wonders,
could he ever grow to be such as they?…[150]"

Mas somos ainda filhos das crianças que outrora fomos. Somos filhos da evolução que tivemos, de todos os momentos que passamos. Relações parentais aparentemente estranhas. O adulto, refém da criança, das escolhas e decisões tomadas. O velho, filho do jovem.

Responsabilidade imensa esta das mais tenras idades, de construir caminho e garantir futuro.

(Vale, 2005b)

150.Extracto de um poema de Chris Simpson incluído no Álbum Milestones (Magna Carta & Simpson, 1994 [1978])



Fig.1 Avenida dos Aliados, avô e neto.

(Vale, 2004)

Milestones

"... the child is the father of the man,

and, yet, in growing, know not the man, and of the man's ways".

(Magna Carta & Simpson, 1994 [1978])

A escolha de um conjunto de edifícios para analisar de uma forma mais detalhada surge, por um lado, pela necessidade de adicionar à visão de conjunto fornecida pela análise sistemática de licenças de obras de edifícios, uma visão particular e mais próxima dos processos de projecto, construção, utilização e alterações ao longo da vida útil dos edifícios, e por outro lado como forma de referenciar toda a investigação, dando-lhe pontos de ancoragem e sustentação.

De certa forma estes edifícios que me proponho estudar são muito mais as minhas «milestones» do que as da área em análise. Embora seja inegável que constituem marcos importantes na caracterização daquela área e do espaço temporal em estudo, serão tão importantes, ou emblemáticas, como outras que aqui não estão mais detalhadamente estudadas, como as recentes Casa da Música e Edifício Burgo, ou extremamente caracterizadores da área da Boavista, como toda a urbanização do Foco, ou a intervenção urbana e paisagística do Parque da Cidade.

São edifícios que despertaram a minha curiosidade por motivos diferentes, com toda a certeza. Uns deles são referências veiculadas no próprio ensino escolar da faculdade (do meu tempo de aluna da faculdade, não necessariamente da faculdade de agora) largamente referidas ao longo do curso como o edifício da Carvalhosa (CMPorto, Losa & Barbosa, 1947), a primeira fase do Conjunto habitacional da Bouça (ou todo o processo SAAL) e, talvez com menos força, o Bloco Parnaso. Outros fazem parte do tempo da minha própria prática profissional, primeiro como arquitecta e depois como docente de construção nesta escola, como o edifício da STDM de Álvaro Siza, ou a segunda fase do Bairro da Bouça. E outros decorreram do próprio levantamento da área em análise (inicial e alargada) e da consulta dos processos de licenciamento, contacto com projectistas e tomada de consciência dos materiais e sistemas utilizados na construção (ou na ampliação, conclusão ou reabilitação) e de histórias (ou mistérios) associados aos processos, como são o Edifício da Segurança Social, a segunda fase do Conjunto habitacional da Bouça, do Condomínio Torre da Boavista de Nuno Tasso de Sousa, ou do Edifício Central do Complexo Mota Galiza.

Alguns outros que igualmente me marcam ficaram de fora por indisponibilidade de tempo ou de elementos, ou de ambos, que permitissem um estudo mais aprofundado.

Em comum, nesta escolha de edifícios, o estudo de obras de quatro arquitectos, em diferentes períodos da sua prática profissional, mais ou menos desfasados, mas mesmo assim, podendo perceber de que forma o tempo, pessoal e histórico, neles teve influência.

Ao contrário dos marcos miliários romanos que marcam distâncias fixas, ao contrário também das vias romanas que tentavam sempre fazer percursos de pendente suave e constante, este percurso escolhe marcos subjectivos, como subjectiva será a distância que os afasta ou os une.

A subjectividade é assumida pois a objectividade absoluta é uma miragem. O sujeito interfere sempre na leitura dos eventos e mesmo quando buscamos formas rigorosas, racionais, instrumentos mecânicos de medida, não dependentes da acção humana, qual é a garantia que a nossa própria presença (como leitores do instrumento) ou do instrumento de medida, não influenciará o resultado?

O trabalho é pessoal, potencialmente subjectivo, mas baseia-se nos factos que foi possível apurar, muitos deles, claro, como por exemplo as entrevistas, resultado da interferência de outros sujeitos, de outras subjectividades.

A proximidade temporal dos factos em relação ao tempo de análise aumentará esse risco de subjectividade e, mais importante, o risco da contestação dessa própria subjectividade.

Capítulo 2.1 - Bloco da Carvalhosa

Arménio Losa e Cassiano Barbosa



(Vale, 2007/11c)

Edifício de habitação colectiva
Rua da Boavista, nº 571
Licença nº 295/1947

A. Introdução e descrição geral

O bloco da Carvalhosa[1], denominação que recebeu da zona da cidade em que se situa, foi projecto inicial da parceria de Arménio Losa [AL] e Cassiano Barbosa [CB][2]. O edifício é uma das

1. Podem ser encontrados mais elementos desenhados, escritos e levantamento fotográfico sobre este edifício no Anexo 1.A. (pag.1) do Volume 2.

2. Cassiano Barbosa de Abreu e Lima Lopes Rodrigues, filho de António Cândido Barbosa, nasceu em 1 de Janeiro de 1911, na freguesia da Sé, Porto. Obtém o Diploma de Arquitecto em 1944, com 16 valores. Faleceu em 1998.

Hiptxt. 2.1.A - Identificação das fontes disponíveis.

No início da presente investigação as fontes disponíveis relativamente a este edifício resumiam-se ao processo de licenciamento existente no AHMP e ao próprio edifício. No Centro de Documentação da FAUP, que acolhe o espólio de Arménio Losa, apenas se encontrava um conjunto de fotocópias, correspondendo a uma redução das plantas de licenciamento originais.

A exposição comemorativa do centenário do nascimento de AL em 2008 levou à incorporação de um conjunto de documentação que ainda se encontrava nas mãos dos familiares, ainda sem qualquer inventariação, entre ela um conjunto já substancial de desenhos e algumas partes escritas relativas a este edifício.

Foi também emprestado, pela família, um conjunto de fotografias relativas à fase de construção deste edifício e do Bloco de Sá da Bandeira que vieram corroborar hipóteses lançadas relativas aos sistemas construtivos utilizados.

referências da história da arquitectura, da cidade do Porto e nacional, do século XX.

Implanta-se num lote sensivelmente rectangular, ocupando toda a frente do mesmo, mas recuado em relação ao alinhamento do passeio e das restantes construções. Tem seis pisos, todos eles destinados a habitação, o primeiro dos mesmos corresponde a uma semi-cave e o último é recuado relativamente ao alinhamento do alçado principal.

Correspondia, quando foi projectado, a um edifício de habitação multifamiliar para rendimento, sem outras funções que não fossem as de apoio às próprias habitações, como a garagem e a lavandaria eléctrica colectiva. Apostava fundamentalmente em tipologias de dimensões mais elevadas, possuindo oito apartamentos com quatro quartos (incluindo o quarto da empregada), três apartamentos com três quartos (sem quarto de empregada) e dois apartamentos mais pequenos, com um quarto cada, sendo um deles a habitação do porteiro e o outro, aparentemente, funcionaria como apoio aos restantes, para eventuais visitas.

O facto de a topografia da Rua da Boavista, naquela zona, resultar de terras de aterro aquando da sua execução, século e meio antes, possibilita uma modelação do terreno sem grandes custos, permitindo ganhar mais um piso de habitação com desafogo e insolação. O recuo da implantação do edifício em relação ao alinhamento do passeio também auxilia esse objectivo.

A disposição das fracções no edifício baseia-se no esquema que se começava a implementar no Porto para edifícios de habitação multifamiliar, de esquerdo / direito, com uma caixa de escadas comum que fazia o serviço da totalidade dos apartamentos. Este edifício já também dispõe de um elevador, associado ao átrio de acesso às habitações.



Fig.198 Alçado principal.
(Vale, 2008/12b)



Fig.199 Alçado Poente.
(Vale, 2008/12b)



Fig.200 Vista aérea do edifício. Norte, Poente, Sul e Nascente.

(Microsoft Corporation, [2011])

A distribuição dos apartamentos no lote assenta numa organização espacial estritamente simétrica das parcelas, excepto nos dois primeiros pisos.

A semi-cave, que vem referenciada nos desenhos como *"primeiro pavimento"* para que se não lancem dúvidas sobre a sua habitabilidade, é condicionada pela necessidade de se fazer o acesso às garagens que estão localizadas no topo posterior do lote, tendo por isso a zona do lado direito uma menor largura. Aproveita-se a diferença para localizar desse lado a habitação do porteiro, bem como *"uma dependência atribuída a lavandaria eléctrica para a utilização dos inquilinos e pequeno «Apartment» dotado de cozinha e quarto de banho"* (Losa & Barbosa, 1946a:3-4vs). Este piso é completamente desafogado do lado Sul e apenas semi-enterrada do lado Norte.

O piso seguinte, denominado *"segundo pavimento"* mas que é efectivamente o rés-do-chão com acesso directo a partir do exterior, ainda é influenciado pela necessidade desse acesso às garagens e de garantir um pé-direito com altura livre suficiente, tendo por isso um tratamento diferenciado da sala do apartamento do lado direito, com recurso a um pavimento desnivelado que permite a cota necessária para a passagem das viaturas.

O edifício implanta-se paralelamente à Rua da Boavista, afastado cerca de 5 metros em relação ao alinhamento do passeio e dos restantes edifícios, resguardando a intimidade das habitações dos andares mais baixos, designadamente da cave e do rés-do-chão, permitindo *"um relativo isolamento em relação ao bulício da rua*" (Losa & Barbosa, 1946a:3-4vs). Este espaço é actualmente delimitado por um muro baixo encimado por uma pequena grade e por dois portões de entrada, que restringem um pouco os acessos mas que quase não interferem visualmente com o edifício. Inicialmente essa separação foi pensada para ser garantida apenas por elementos vegetais.

Tal como é igualmente referido na memória descritiva, a decisão de recuar o edifício em relação à frente do lote permite *"garantir uma melhor insolação da rua*" (Losa & Barbosa, 1946a:3-4vs) e do edifício fronteiro, preocupação altruísta não muito habitual, mas que se percebe em Arménio Losa, naquela altura, pela sua personalidade e actividade profissional e participação cívica, que se reflectem por um lado na sua acção política e responsabilidade social, e por outro na sua vertente de arquitecto e urbanista que pensa a arquitectura e a cidade[3].

Constata-se que o recuo do edifício projectado, apesar de não trazer vantagens directas de insolação ao próprio, uma vez que a fachada que se afasta dos edifícios fronteiros é a Norte, acaba por desafogá-lo da pressão da rua, do

3. Sérgio Fernandez recordava, na sessão de homenagem a Arménio Losa (Maus Hábitos, 2008) que quando colaborou com o mesmo no plano de Matosinhos, a primeira coisa que tinham que fazer era, na cartografia de base, lapisar as encostas orientadas a Norte porque não eram próprias para ninguém viver.

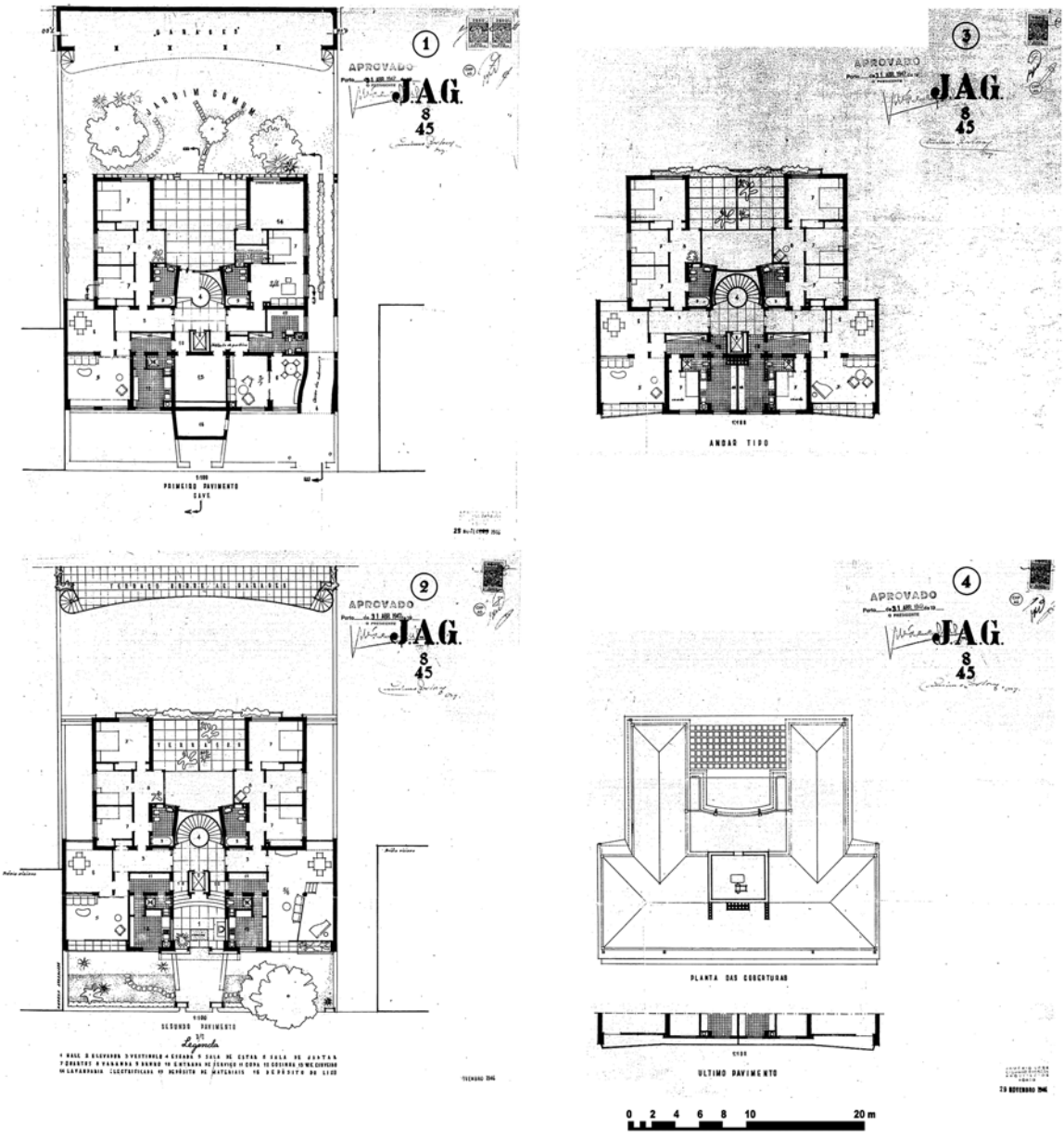


Fig.201 Plantas do processo de licenciamento.

Montagem a partir de (Losa & Barbosa, 1946b)

trânsito, da poluição automóvel que naquela altura já se devia começar a sentir e, como objecto arquitectónico, dá-lhe um espaço de percepção e fruição maiores. A reduzida largura da Rua da Boavista (cerca de 11 metros) implica que a leitura corrente que se tem da maior parte dos edifícios que a ladeiam não vá além dos dois primeiros pisos. Ao recuar a implantação valoriza-se duplamente o edifício; por um lado a percepção de um «acidente» que interrompe o contínuo de fachadas chama a atenção; por outro lado a maior distância entre o observador e o edifício permite uma perspectiva mais abrangente do mesmo. Já no edifício projectado para o gaveto da Avenida da Boavista com a Rua do



Fig.202 Alçado posterior.
(Vale, 2007/11d)



Fig.203 Acesso às garagens.
(Vale, 2007/11d)

Pinheiro Manso (CMPorto & Losa, 1937) tal solução era utilizada mas sem vantagens tão óbvias como no presente caso, pela notória diferença de largura das duas artérias.

As garagens privativas dos moradores constituem um corpo autónomo encostado ao limite posterior do lote. Este tipo de organização das garagens, que se tornou norma em projectos de habitação colectiva da cidade até ao pós 25 de Abril, estava nesta época a dar os primeiros passos e este é um dos primeiros edifícios desta tipologia a pensar o carro como parte integrante dos requisitos da habitação. Edifícios de habitação multifamiliar de épocas próximas ainda não incorporam o automóvel, como por exemplo o edifício construído no lote contíguo, projecto de José Ferreira Peneda (CMPorto & Peneda, 1940).

Quase uma década antes, no já referido edifício do gaveto da Avenida da Boavista, AL já tinha considerado a inclusão de garagens ocupando parcialmente o rés-do-chão. Esse edifício correspondia mais a uma construção conjunta de quatro moradias em banda, em que o estacionamento era resolvido no rés-do-chão de cada uma das fracções, do que a um edifício de habitação colectiva.

A solução utilizada no presente edifício, de colocação do estacionamento nas traseiras, revela-se muito mais «inteligente» do ponto de vista da rentabilização económica do investimento. Por um lado, porque efectivamente permite rentabilizar a frente da rua com habitação ou comércio e, por outro, porque reduz os requisitos de resistência ao fogo da construção, designadamente da laje de piso, necessários pela inclusão de estacionamento sob o edifício.

Este modelo de distribuição e organização funcional teve uma implantação considerável e manteve-se em uso até à evolução económica do país ter multiplicado o número de veículos por agregado familiar, tornando necessário mais e maiores espaços de estacionamento em cada imóvel. O aumento da cércea dos edifícios também fez com que se deixe de conseguir resolver o problema do estacionamento na superfície do lote e se recorram a soluções em cave, multiplicando o número de pisos das mesmas em função das necessidades.

O carro, como preocupação de projecto, é introduzido, de uma forma consistente em edifícios de habitação unifamiliar, mais cedo, na década de trinta, mas geralmente correspondendo a um nível económico e social mais elevado. Numa fase anterior, o mesmo era considerado como uma alteração ou acrescento que se fazia à habitação existente, e mais tarde passa a corresponder a uma preocupação de raiz na construção.



Fig.204 Fotografia das garagens no logradouro.

(Vale, 2007/11d)



Fig.205 Publicidade ao Automóvel, 1903.
O carro vem alterar os edifícios.

(Vieira, 1999::60)

O projecto do Bloco da Carvalhosa é mais do que um projecto de arquitectura (e de especialidades) pois pode ser encarado como uma lição construída do arquitecto a quem o regime não permitiu ser professor.

E essa didáctica não se limita à arquitectura, ao urbanismo, à construção, mas engloba também a própria existência humana e a forma como a mesma deve ser encarada.

Num momento em que a Europa saía de um conflito mundial e que os ventos de paz aparentemente sopravam de novo, este projecto é uma crença idealista num mundo melhor, mais adequado ao ser humano, ao seu conforto, fruição de tempo e espaços, incluindo a preocupação com as mais tenras idades.

Se esta ideia estava consciente na mente de AL quando projectou o edifício, não o posso afirmar categoricamente, nada é vincadamente dito nesse sentido. Mas a forma como os espaços são idealizados e organizados, o nível de conforto que o edifício prevê, mesmo a forma como na memória descritiva são referidas os diferentes espaços e comodidades, deixam-me essa sensação indelével.

E essa aula, ou esse conjunto de aulas edificadas, concretizadas em «pedra e cal», permanecem como testemunho visível dessas preocupações.



Fig.206 Fotografia da Entrada

(Vale, 2007/08b)

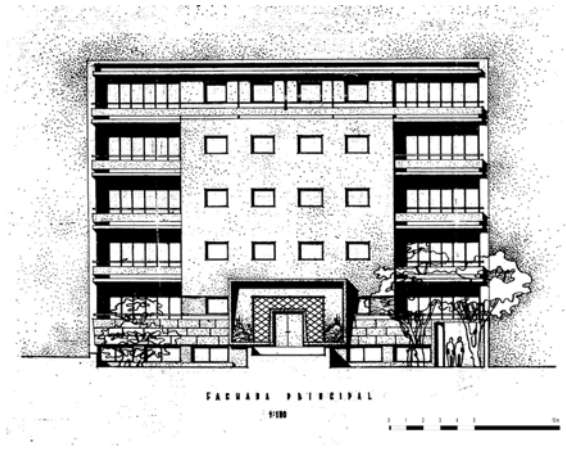


Fig.207 Alçado Principal, processo de licenciamento.

(Losa & Barbosa, 1946b)

Na memória descritiva de arquitectura estão patentes os desejos de contribuir para uma «formação» do modo de usar e conceber a habitação. Nota-se o cuidado que é colocado no tratamento das áreas comuns, não apenas por uma questão de representação social, como o tratamento das escadas e dos átrios, mas também por uma questão de acesso a comodidades «modernas» como a lavandaria eléctrica comum, o pequeno *"apartment"* que permite, num edifício de fracções para arrendamento, ter a possibilidade de uma «guest house», ou mesmo na utilização da cobertura das garagem como área em terraço que aumenta o espaço de logradouro e de brincadeira dos miúdos.

A preocupação com as crianças e os espaços para as suas brincadeiras é uma característica de A.L., explicitamente mencionado em várias das memórias descritivas de projectos.

Os terraços voltados a Sul, que cada uma das habitações tem, seriam, em primeiro lugar, um espaço para as crianças, permitindo igualmente uma ampliação do espaço da própria habitação.

De referir que com a evolução do projecto e da obra estes terraços acabaram transformados em marquises envidraçadas, encerradas por uma caixilharia de madeira e vidro. Não subverteram completamente a ideia original, pois ao poderem ser utilizadas abertas ou fechadas acabam a propiciar uma utilização mais confortável durante todas as épocas do ano. A zona central do edifício que se poderia considerar espaço exterior fortemente ventilado na solução original, com este encerramento, transformou-se num saguão, mas na altura em que foi licenciado os mesmos ainda eram permitidos na legislação nacional.

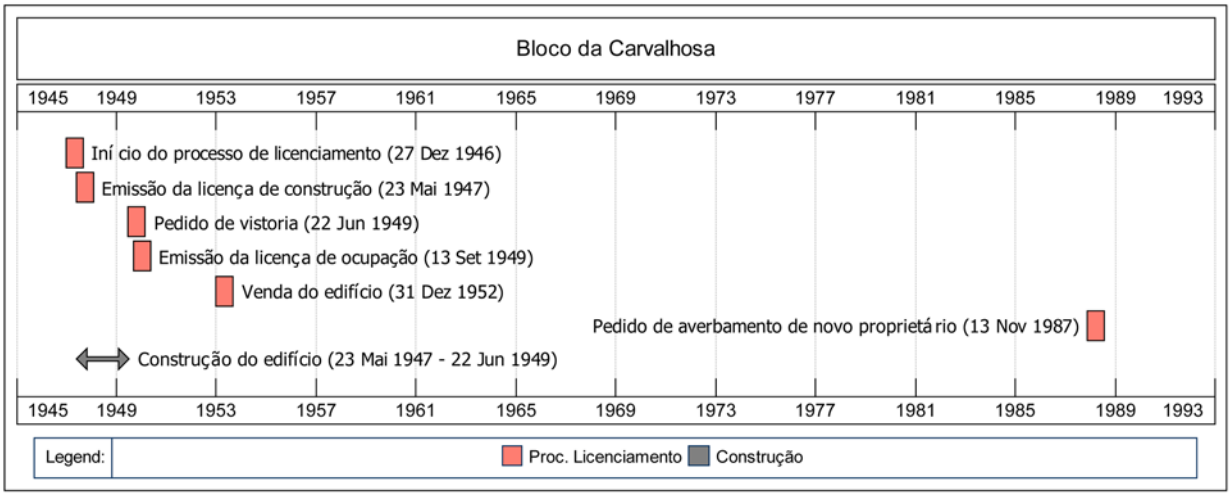


Fig.208 Cronologia do processo de licenciamento

B. História do processo de projecto, licenciamento e construção

O pedido de licenciamento deste edifício deu entrada na Câmara Municipal do Porto em Dezembro de 1946 (CMPorto, Losa & Barbosa, 1947). O projecto teve início em 1945, como atesta a numeração interna dada ao mesmo pelo escritório dos arquitectos: - obra nº 8/45. Foi uma encomenda de José do Amaral Guimarães Júnior. O Bloco de Sá da Bandeira foi encomenda do mesmo investidor, e a parceria de Arménio Losa e Cassiano Barbosa toma força com estas duas obras.

Arménio Losa é um arquitecto que cria relações fortes com os clientes para quem trabalha, tendo executado para vários deles mais do que um projecto, como por exemplo para a CUFP, Paulo Valada ou este José do Amaral Guimarães Júnior[4].

O tipo de encomenda do bloco da Carvalhosa, apesar de já ter alguma dimensão, não é uma encomenda fora do vulgar em termos de programa de habitação. Na mesma rua e com dimensão equivalente existem vários edifícios de épocas próximas, ligeiramente anteriores ou posteriores.

Em contraponto, o bloco de Sá da Bandeira é já uma encomenda fora do comum à época, pela dimensão do lote e do edifício a construir, e é notoriamente um sinal de esperança do investidor num período de crescimento económico bastante favorável que deveria atingir a Europa, e Portugal, pelo terminus do conflito armado.

Tal como referimos no Capítulo 1.4, o regime de propriedade horizontal só viria a ser aprovado em 1955 pelo que qualquer um destes edifícios destinava-se ao mercado de arrendamento, pressupondo capacidade financeira do investidor para empate de capital a longo prazo. O edifício foi vendido em 1952, indiviso, a um novo investidor.



Fig.209 Fotografia da época, vista de Poente.
Marcação a carmim da volumetria do edifício a construir.
(CMPorto, Losa & Barbosa, 1947)



Fig.210 Idem, vista de Nascente

(CMPorto, Losa & Barbosa, 1947)

Arménio Losa já projectara edifícios com maior dimensão, como por exemplo o edifício para a fábrica CUFP, cerca de uma década antes, mas os mesmos não eram edifícios habitacionais sendo por isso os pressupostos de

4.A listagem de obras existente no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura, não corresponde à totalidade de obras em que Arménio Losa trabalhou, pois existem processos de licenciamento no AHMP de projectos/edifícios não incluídos nessa lista. De qualquer forma permitem ter uma percepção dos clientes do arquitecto ao longo dos anos.

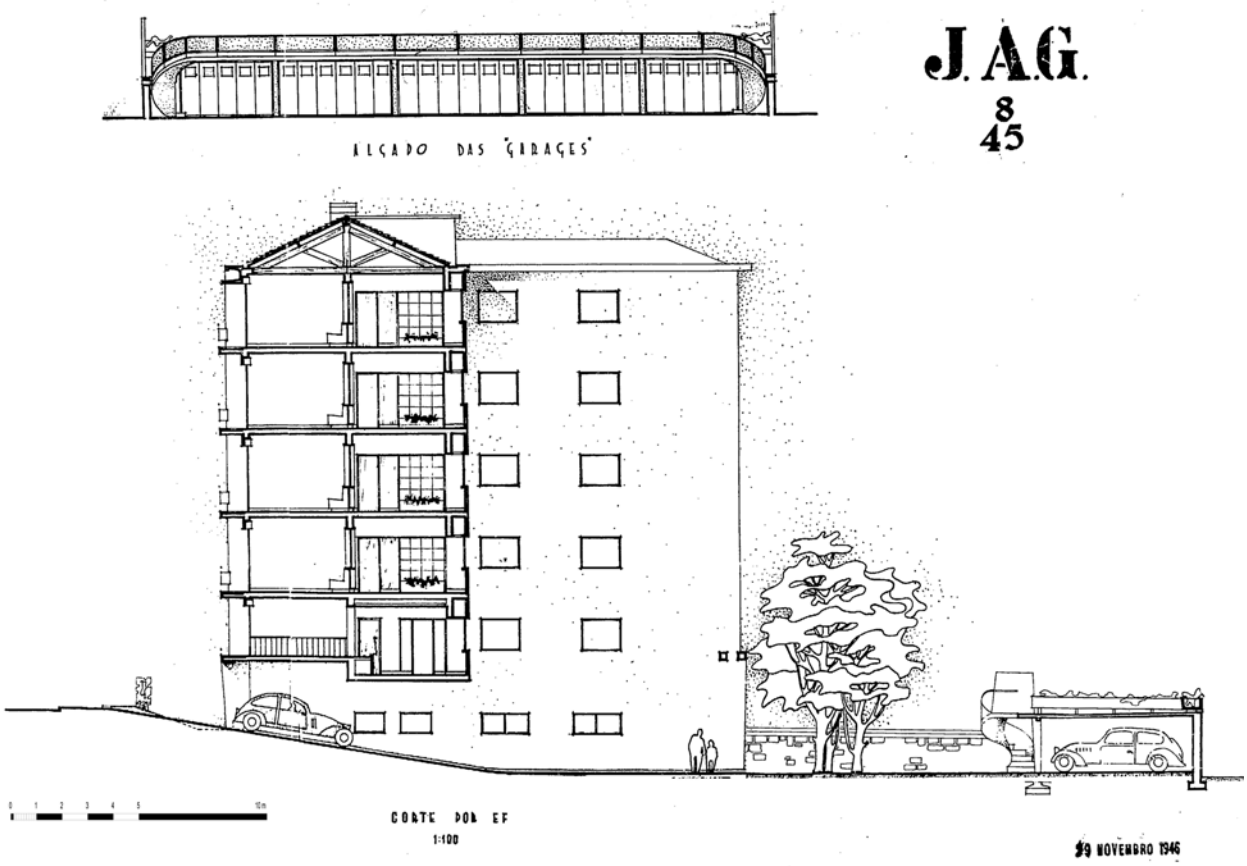


Fig.211 Corte pelas garagens e respectivo acesso.

Montagem a partir de (Losa & Barbosa, 1946b)

investimento muito diversos. Os edifícios de habitação colectiva projectados anteriormente, como por exemplo o edifício da Rua da Paz eram de menores dimensões quer em altura quer em desenvolvimento em planta e tamanho do lote base/frente de rua.

Este bloco da Carvalhosa assumia-se como um edifício para um standard médio/alto pelo que o projecto e a construção puderam ter «requintes» que de outra forma seriam impossíveis.

Relativamente à história do processo de licenciamento, os documentos mantidos não evidenciam praticamente aspectos que valha a pena mencionar, salvo a questão da autoria do projecto de estabilidade. O processo camarário é todo subscrito pelo engenheiro Bernardino Machado, mas a autoria do projecto e cálculos de betão armado efectivamente é do engenheiro Cândido de Figueiredo. O acesso, em Agosto de 2008, a elementos do projecto de execução e do processo de lançamento de empreitada, designadamente referentes à execução de fundações por estacas permitiu constatar esse facto. Como referido anteriormente, a responsabilidade por projectos de licenciamento é em muitos casos um aspecto meramente burocrático, ou de responsabilidade de obra.

A consulta dos elementos do processo de licenciamento, tanto da parte de arquitectura como de engenharia, permitem-nos perceber a novidade de alguns usos, preocupações, ou utilização de materiais e sistemas na construção do edifício.

Permitem também perceber que a questão didáctica de projecto não se aplica unicamente a Arménio Losa.

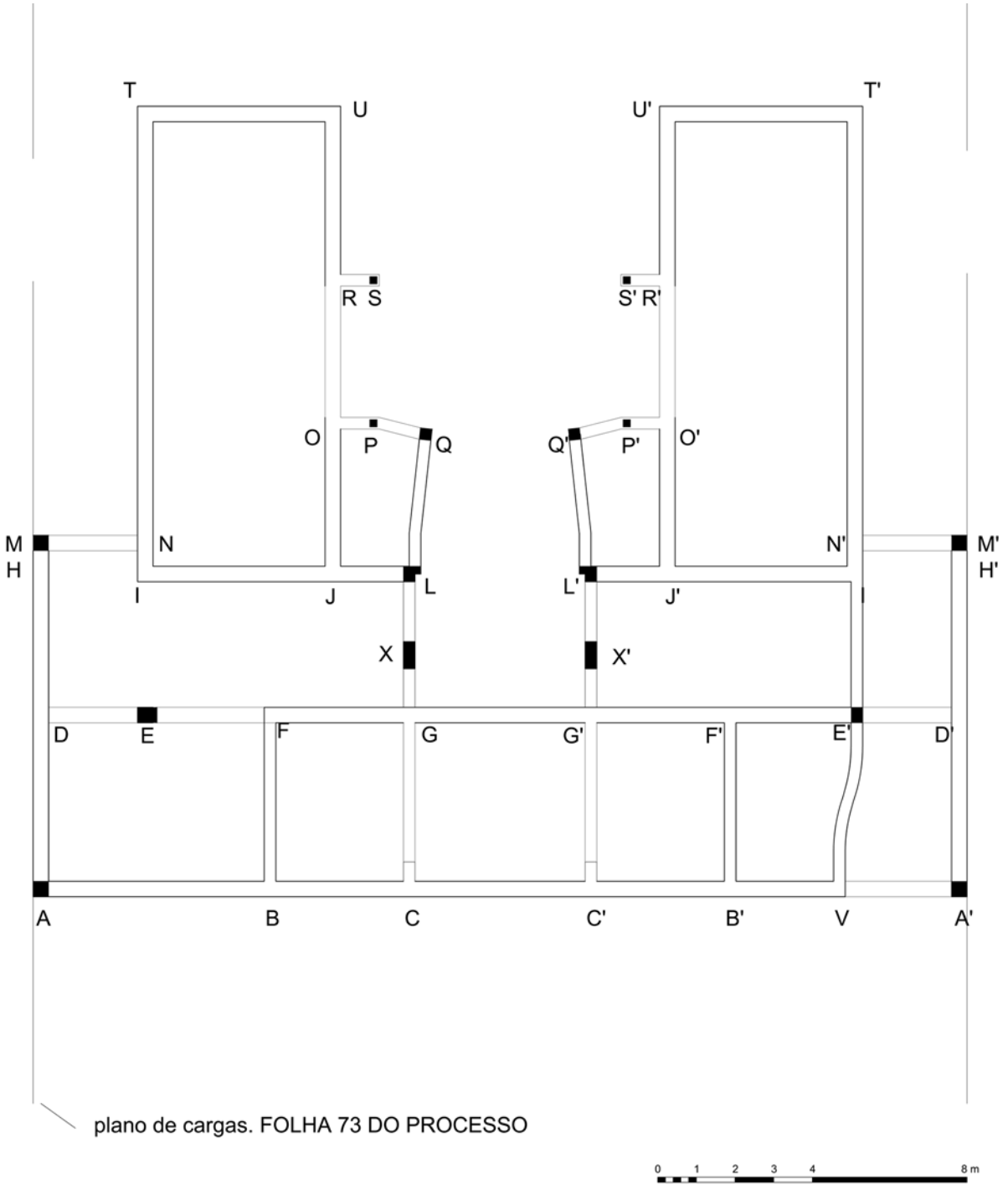


Fig.212 Plano de Cargas.
Os pilares apenas aparecem como travamento na zona mais larga do edifício, e na zona central, associados à escada, elevadores e contorno do saguão. Nos restantes locais são usados como elementos resistentes apenas paredes de perpianho, alterando a sua espessura em função das cargas e localização em altura.

Adaptado a partir de (Losa & Barbosa, 1945-1948a)

Tal como na memória descritiva de arquitectura sente-se algum carácter pedagógico na forma como é feita a apresentação dos cálculos de betão armado, desde a própria explicação da forma de numeração dos alinhamentos estruturais. Algo que hoje para nós é praticamente clarividente, naquela altura era efectivamente algo a iniciar utilização. O sistema anterior por estrutura contínua de paredes de alvenaria não necessitava da definição de alinhamentos estruturais, antes de uma definição rigorosa do esquema de fundações e a definição da forma como a parede assentaria no leito da mesma, se a eixo, se excêntrica.

> *"Nos cálculos que se seguem, cada elemento de betão armado vai designado por um ou dois números que permitem descriminá-lo nos esquemas dos elementos de betão armado constantes no desenho nº 1.*
>
> *Os esquemas dos elementos de betão armado representam as lajes, vigas e pilares de betão armado pelo seu contorno e as paredes sobre que repousam as vigas e as lajes pela sua secção a cheio"* (Machado, 1947a).

A utilização de elementos estruturais pontuais, em muitos casos soltos do que era a estrutura contínua das paredes, exige que se estabeleça um sistema de coordenadas cartesianas para a sua localização. Mas para além da localização desses elementos estruturais pontuais é necessário estabelecer um sistema de nomenclatura que facilite a sua rápida localização. O método mais expedito continua a ser o da batalha naval, ou do tabuleiro de xadrez, consoante as referências mais ou menos eruditas, isto é, um sistema que utilize uma sequência numérica num dos eixos, e uma sequência alfabética no eixo perpendicular. Neste projecto, até porque a estrutura de pilares pontuais é utilizada em conjunto com um sistema de paredes portantes, o engenheiro opta por uma identificação alfabética sequencial, usando o eixo de simetria do edifício para o desdobramento da nomenclatura, isto é, ao A corresponde o A' no lado simetricamente oposto.

C. A. Caracterização construtiva

> *"A Arquitectura de Arménio Losa é construção, feita de ideias novas e de contemporaneidade, mas dotada de um conhecimento detalhado do modo de fazer as madeiras, os metais, as argamassas, os detalhes decorativos (que só mais tarde são banidos por modas minimalistas e redutoras) "* (Loza, 2008:315-317).
>
> *"No plano profissional acreditou no progresso da racionalidade e da tecnologia. [...] Recorreu sempre que pode a sistemas técnicos mais avançados, introduzindo na construção processos novos que ensaiou no estaleiro"* (Ramalho & Mendes, 1995).

As descrições constantes na memória descritiva de arquitectura (Losa & Barbosa, 1946a:3-4vs) ainda correspondem maioritariamente a um sistema construtivo em continuidade com a tradição vigente, como é explicitamente assumido.

> *"Na edificação serão adoptados os métodos de construção usuais na cidade em edifícios desta natureza: fundações em alvenaria; paredes em elevação em perpianho; pavimentos e escadas em betão armado; divisórias exclusivamente em tijolo; cobertura geral em telha com armações em madeira e cobertura em terraço de pequena área"* (Losa & Barbosa, 1946a:3-4vs).

As questões de humidade ascensional são precavidas *"com o asfaltamento dos alicerces"*, e a impermeabilização das paredes exteriores será garantido pelo seu *"ceresitamento"*.

Na altura deste projecto, a construção total dos pavimentos em betão armado ainda não era a solução praticamente universal que hoje é, embora se caminhasse rapidamente para isso. Parte dos edifícios ainda usavam o betão armado apenas nos pavimentos das zonas de águas. Questões económicas seriam a razão fundamental desse facto, apesar das vantagens reconhecidas do betão armado relativamente à questão de isolamento acústico, protecção contra o incêndio, e mesmo de facilidade de convivência entre diferentes fracções, e funções, num mesmo edifício.

Aliás, as questões de segurança contra incêndio foram factor importante considerado no projecto.

> *"A protecção contra o fogo é assegurada pela adopção exclusiva de materiais incombustíveis, tanto na construção dos pavimentos como na das divisórias e acessos e, ainda, pela supressão dos fogões de combustível e pela ignifugação das madeiras da cobertura"* (Losa & Barbosa, 1946a:3-4vs).

Na memória descritiva e nos desenhos de arquitectura apresentados não existe qualquer referência a uma estrutura pontual de pilares, estando, nesta primeira fase de projecto, muito provavelmente considerado apenas o apoio total das lajes nas paredes de perpianho, à semelhança de outros edifícios construídos por AL em épocas anteriores.

A apresentação do projecto de betão armado e respectivos cálculos, subscritos pelo engenheiro Bernardino de Barros Machado (Machado, 1947), corresponde já a uma alteração ao anteriormente descrito, por um maior e melhor conhecimento das condicionantes, por exemplo do terreno, mas também pela evolução do projecto e pelas opções tomadas para a resolução da solução estrutural.

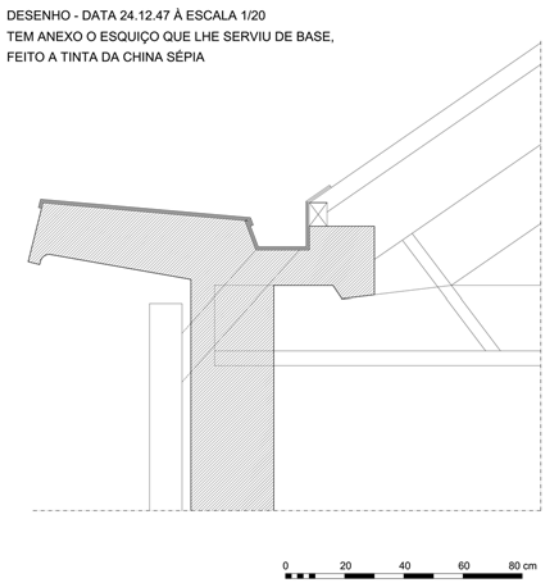


Fig.213 Pormenor de caleira - zona posterior.

Adaptado a partir de (Losa & Barbosa, 1945-1948a)

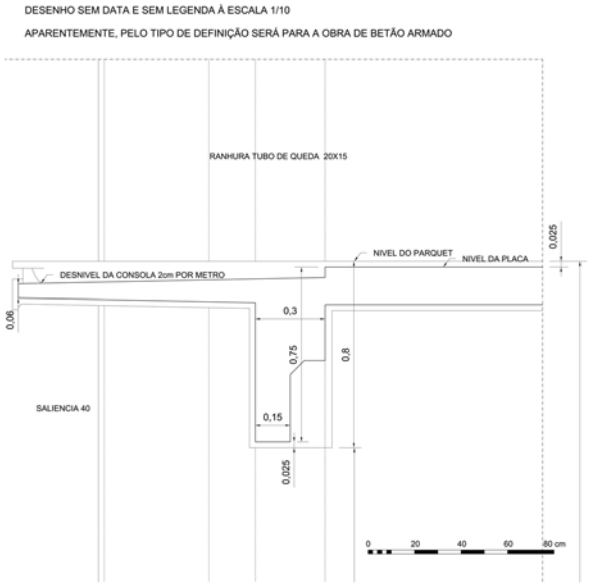


Fig.214 Pormenor do lintel da porta e pavimento da varanda.

Adaptado a partir de (Losa & Barbosa, 1945-1948a)

A estrutura resistente do edifício continua a ser garantida por alvenarias de pedra de 30 e 40 cm de espessura, mas agora também por pilares em zonas específicas, para suporte e travação das paredes. Especifica-se que as lajes são de betão armado aligeiradas com tijolos vazados e, em zonas determinadas, completamente maciças. A estrutura da cobertura mantém-se com o sistema tradicional de armação de madeira revestida a telha, excepto nas zonas de terraço, em que de usa lajes de betão armado. A questão da espessura das lajes de betão armado, bastante superior ao que era habitual nas épocas anteriores (lajes entre os 6 e 16 cm de espessura) é explicitamente referida e justificada.

> *"A espessura de 21 cm na maioria das lajes interiores poderá parecer exagerada nalguns casos por conduzir a esforços do betão muito baixos, mas julgou-se por um lado haver vantagens construtivas em que a espessura das lajes fosse quanto possível constante, e, por outro lado espera-se deste modo conseguir um isolamento mais perfeito dos diferentes pavimentos uns dos outros, assim como ainda fazer face, sem necessitar de armaduras exageradas, às exigências de resistência de algumas zonas localmente sobrecarregadas com tabiques de tijolo" (Machado, 1947a).*

Por exemplo, na obra de Francisco Granja, cujo processo entrou em câmara um ano antes desta, diz-se ainda que *"Os pavimentos serão aligeirados pela utilização de tijolos furados com a largura de 22 cm e com a altura de 12 cm. [...] A laje será, deste modo, calculada como se tivesse secção rectangular cheia de 22 cm de largura e 16 cm de altura total"* (CMPorto, Granja & Neves, 1944).

Como é referido na memória descritiva de betão armado, apesar de não terem sido feitas sondagens, pela observação do terreno de uma obra próxima é expectável encontrar terras de aterro até cerca de 6 metros de profundidade, encharcadas por um curso de água que não foi convenientemente drenado.

Quando observamos a topografia da cidade actual, na generalidade dos casos desconhecemos a topografia do terreno de base, alterado por obras algumas já com séculos. No caso da Rua da Boavista, ainda em meados do século XIX se procedia à construção ou reparação de muros de suporte[5]. Apesar de estarmos a falar de aterros com um provável tempo de consolidação de cerca de 100 anos, sabemos que o que se usava para aterros naquela altura eram todo o tipo de dejectos de que as pessoas se quisessem ver livres[6] e a abundância constante de água em nada contribuiria para a sua compactação.

Decorrente das condições expectáveis do terreno, opta-se por um sistema de fundação indirecta. Na altura em que é apresentado o projecto de estabilidade no processo de licenciamento, em Abril de 1947, ainda não havia uma decisão relativa ao sistema a utilizar, se por poços de alvenaria, se por estacas de betão, estando a mesma dependente da consulta ao mercado e dos custos relativos das duas soluções.

Na consulta dos elementos do projecto de execução constata-se que efectivamente são solicitados preços para ambas as soluções, a duas empresas distintas.

5.Em 1839, na "Exposição dos principais actos administrativos da Câmara Municipal" se referia a conclusão "Parede da Rua da Boavista do lado do Sul" (CMPorto, 1839-1840) e na "Exposição" equivalente do ano de 1841, aparecem como obra paralisada "a dita da Boa Vista" (CMPorto, 1841-1844).

6.As posturas municipais do Porto, pelo menos a partir de 1835, ao regularem os locais para a colocação de despejos e entulhos, consideram a hipótese de colocação dos mesmos em leitos de arruamentos em construção, ou em qualquer outra obra que tenha capacidade de os receber (CMPorto, 1835-07-15).

A Sociedade Construtora Portuguesa, Lda, com sede na Praça da Alegria em Lisboa, para a solução de estacas de betão armado, e que fornece um desenho com a distribuição das mesmas. E a empresa Costa e Gonçalves para a execução de poços de fundação.

> *"As estacas de madeira estão naturalmente postas de parte dada a incerteza da permanência do nível da toalha de água"* (Machado, 1947a).

Independentemente do sistema que viesse a ser escolhido para a execução das fundações indirectas as mesmas seriam encimadas por uma *"grade"* de Betão Armado, cujo leito superior serviria de apoio ao assentamento das alvenarias resistentes. Nas zonas em que a estrutura portante vertical fosse garantida por pilares, deveriam ser deixados os ferros de armação dos mesmos.

No projecto de betão armado considera-se uma estrutura de pilares, maioritariamente localizados nos cunhais das paredes de alvenaria, que conjuntamente com estas últimas constituem a estrutura vertical portante do edifício.

> *"Alguns dos pilares que aparecem nos esquemas da disposição dos elementos de betão armado não exercem função de suporte, mas servem apenas de quadro de travação às paredes onde ficam embebidos. São, em geral, aqueles que vão designados por letras maiúsculas"* (Machado, 1947a).

Esta alteração, que permite libertar parcialmente as paredes da sua função estrutural, poderia ter ainda possibilitado uma outra modificação que se tentou adivinhar, numa primeira análise (e fase inicial da investigação), pela observação actual do edifício construído. Julgou-se, pelos tubos de drenagem existentes na fachada, que teria existido uma substituição das paredes portantes em perpianho, por paredes de enchimento, muito provavelmente em pano duplo de tijolo vazado, ou de blocos de betão vibrado.

Este erro de julgamento serviu(-me) como um alerta de não devemos usar os «olhos do presente» na avaliação dos edifícios de outras épocas, mesmos quando os mesmos são até temporalmente bastante próximos.

A continuada consulta de processos feita posteriormente permitiu perceber que nesta altura ainda não eram utilizadas paredes duplas, e que o «reino do perpianho» se iria manter por ainda alguns anos.

O acesso a elementos do projecto de execução, na altura da preparação da exposição *"O nosso escritório"*, permitiu constatar que essa libertação da função estrutural de certos panos foi utilizada de uma forma diferente da que inicialmente suposta.

Arménio Losa utiliza neste edifício um tipo de janelas que ele designa nos seus arquivos de pormenores por «janelas de embainhar». São janelas em folha única que correm segundo um eixo vertical e recolhem no pano de peito, por dentro da parede exterior, escondidas por móveis de cozinha, ou por apainelados de madeira, conforme se pode ver nos pormenores de caixilharia do projecto de execução. Os cortes e plantas do processo de licenciamento inicial ainda não comportam tal solução, mas quando é apresentado o primeiro aditamento em que se incluem cortes pela fachada na escala 0,02, apesar dos mesmos não serem suficientemente claros em relação à solução utilizada para os vãos do alçado principal, já tem uma redução de espessura que não contradiz esta solução.

A utilização deste tipo de sistema nas janelas implica a existência de tubos para a drenagem das águas pluviais que com alguma facilidade se poderiam infiltrar pela zona do peitoril e tinham de ser conduzidos ao exterior. De referir que Fernando Távora, no bairro de Ramalde, utiliza um sistema semelhante, mas com a diferença. Em vez de fazer correr o caixilho pela face interior da parede exterior, o fazer deslizar sobre a face exterior da mesma, aparente na

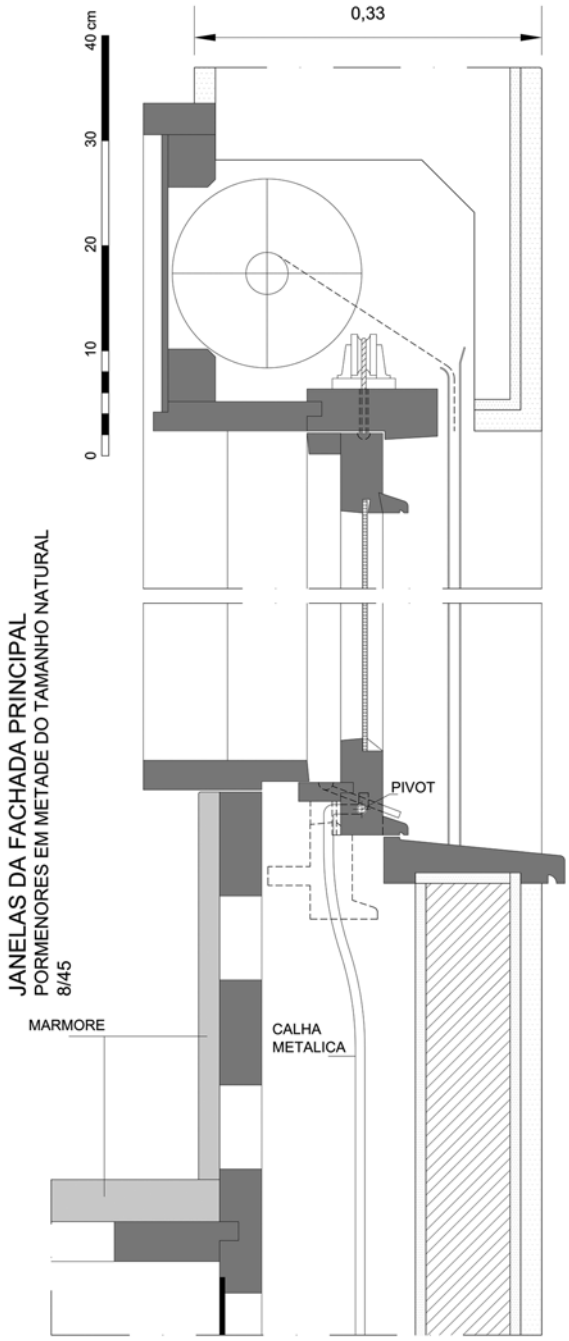


Fig.216 Pormenor da janela da cozinha - "janela de embainhar"
Redesenhado a partir de (Losa & Barbosa, 1945-1948a)



Fig.215 Uma das "janelas de embainhar" semi-aberta
(Vale, 2007/08b)

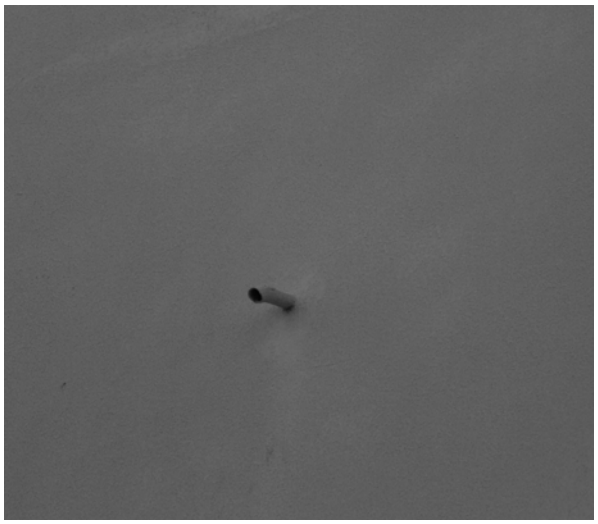


Fig.217 Tubos de drenagem associados ao sistema de abertura das janelas.
(Vale, 2008/04c)



Fig.218 Fotografia da fachada principal.
(Vale, 2007/08b)



Fig.219 Relação com o piso recuado.

fachada. O sistema utilizado por Fernando Távora dispensa a drenagem inferior, pois as águas que se possam infiltrar numa situação de caixilharia semi-aberta escorrerão entre a face exterior da parede e a face interior do caixilho e serão conduzidas ao exterior. Mas por outro lado, todo o sistema fica mais sujeito à acção dos elementos.

Estes dois sistemas de vãos não deixam de ser variações sobre a tradicional janela de guilhotina, tentando resolver um dos problemas da mesma, que é a impossibilidade da abertura total do vão. Não foram contudo exemplos seguidos, porque paralelamente a algumas vantagens, levantavam igualmente problemas importantes a nível de execução, manutenção e conforto interior dos espaços.

Este tipo de solução, se a nível de aspecto geral e leitura de alçado pode ser apelativo porque permite a utilização de caixilharias de uma única folha e de um único vidro, e redução da expressão do caixilho visível, tem também inconvenientes importantes.

O primeiro inconveniente, que partilha com as janelas de guilhotina, usadas na nossa arquitectura tradicional, ou mesmo com as janelas de correr, é a dificuldade da garantia de estanquidade ao ar. A relação do peitoril com o caixilho é de difícil vedação, principalmente tratando-se de caixilhos de madeira, sujeitos a variações dimensionais em função dos níveis de humidade e temperatura e sem recurso a sistemas de batentes e borrachas como é possível verificar na pormenorização a que se teve acesso.

O segundo inconveniente tem a ver com a dificuldade de garantir estanquidade à água, situação que neste caso foi logo considerada à partida como uma eventualidade e portanto garantida a drenagem da água que pudesse entrar quando a janela estivesse aberta ou mesmo fechada.

O terceiro inconveniente, provavelmente ao qual foi menos importância dada na altura, foi a diminuição da resistência térmica da parede pela diminuição da espessura da mesma, na zona de recolha da janela. As questões de isolamento térmico das construções, mesmo em edifícios com qualidade construtiva, eram aspectos menos cuidados nessa altura, quer pelos menores níveis de exigência de conforto em relação aos actuais, quer pelo facto de o aquecimento não ser um encargo muito oneroso para as famílias, no caso específico do Porto, pela taxação diferenciada da energia eléctrica em relação ao resto do país.

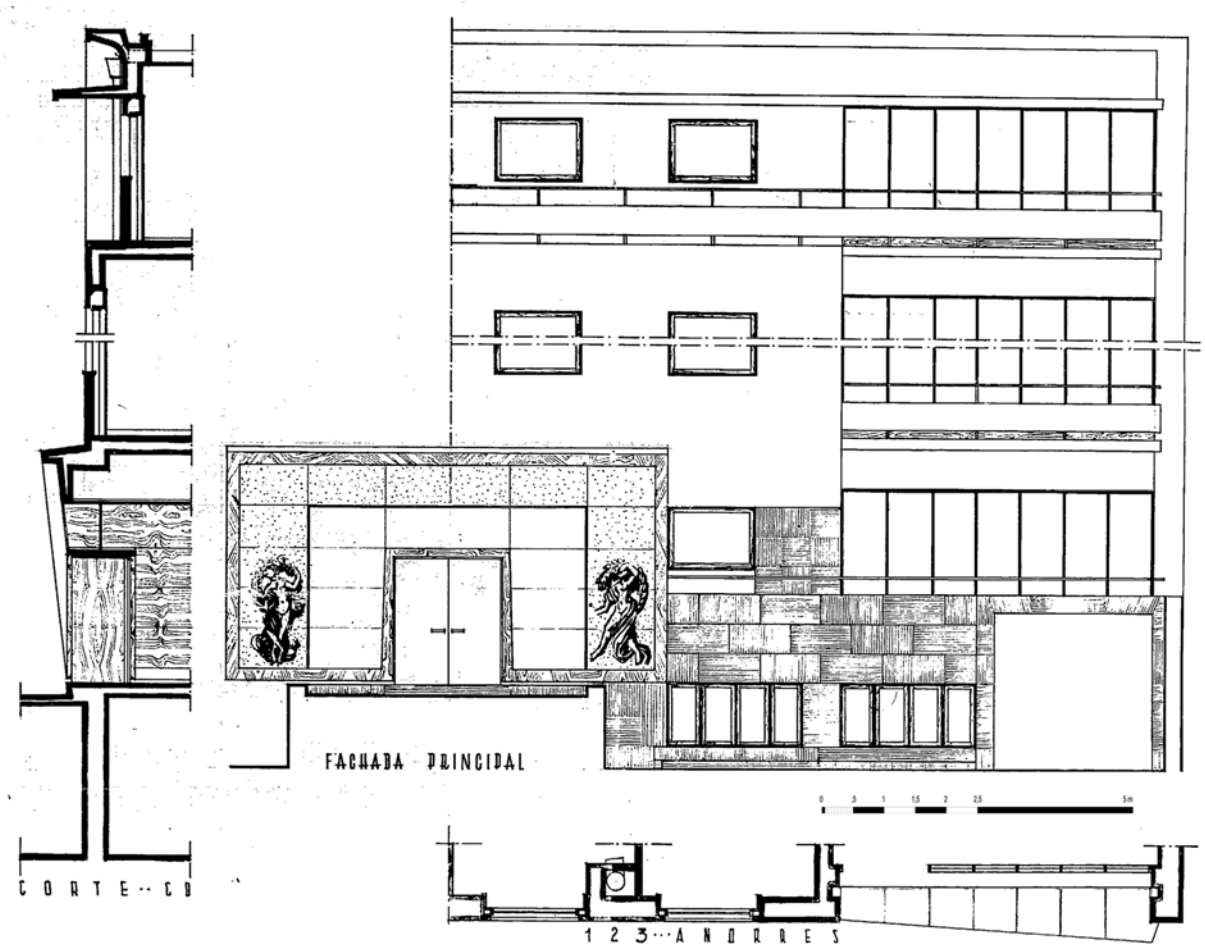


Fig.220 Corte parcial pelas janelas das cozinhas. Alçado principal.
Cópia parcial do desenho reproduzido no doc XXXXX

(Losa & Barbosa, 1946b)

As paredes na zona de recolha de janelas tinham apenas cerca de 10 cm. Este tipo de janelas foi utilizado em cozinhas e quartos de criada do alçado da rua. Nos alçados laterais, correspondendo aos quartos e salas, a opção recaiu por vãos com duas ou mais folhas e sem a necessidade de recorrer a este tipo de funcionamento.

Este tipo de solução, ao ter problemas de permeabilidade ao ar, poderá ter problemas de isolamento acústico, mas que não deverão ser mais importantes do que os determinados pelo pano simples de vidro.

É interessante constatar as mudanças, embora não radicais, de sistemas construtivos no decurso do tempo de elaboração do projecto e da construção do edifício. Claro que estamos cientes que esta alteração patente na diferença entre as duas fases de licenciamento pode não significar uma alteração/evolução efectiva do sistema construtivo ao longo do projecto e obra, mas tão-somente uma simplificação dos elementos iniciais constantes do processo de licenciamento, feitos eventualmente de acordo com os projectos de anteriores edifícios e apenas mais rigorosamente definidos no momento em que foi necessário apresentar os cálculos de betão armado.

A parceria entre os arquitectos Arménio Losa e Cassiano Barbosa inicia-se em 1945, o ano em que este projecto foi também principiado. Apesar de nessa altura a obtenção do Diploma de Arquitecto ser recente para qualquer um dos dois (1941 para AL e 1944 para CB), a experiência profissional é já longa e variada, principalmente para Losa,

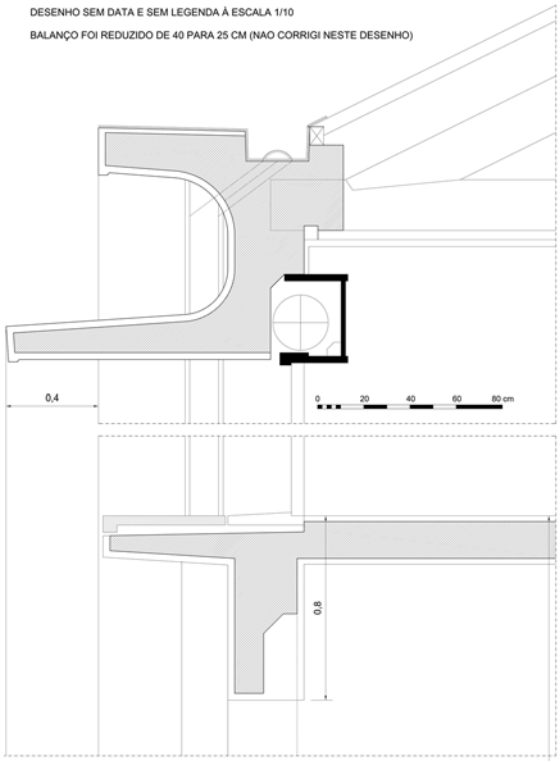


Fig.221 Pormenor do remate superior do Alçado Principal.
Adaptado a partir de (Losa & Barbosa, 1945-1948a)

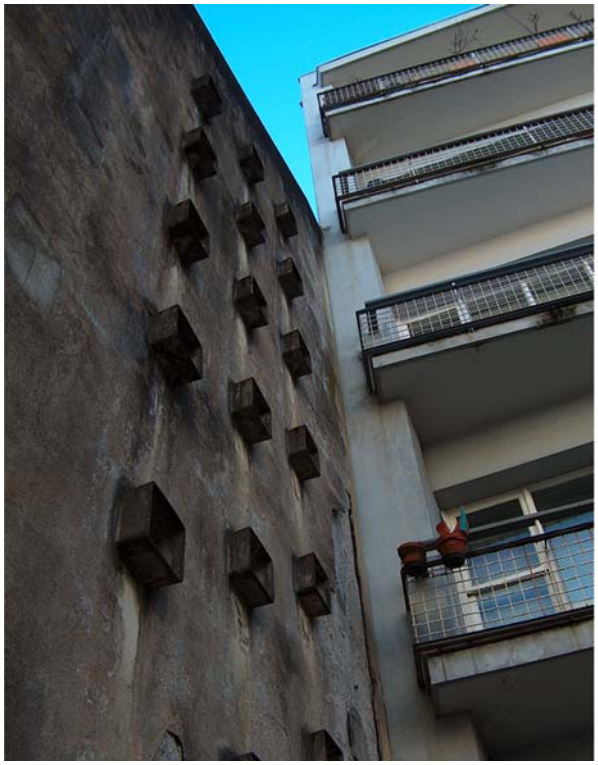
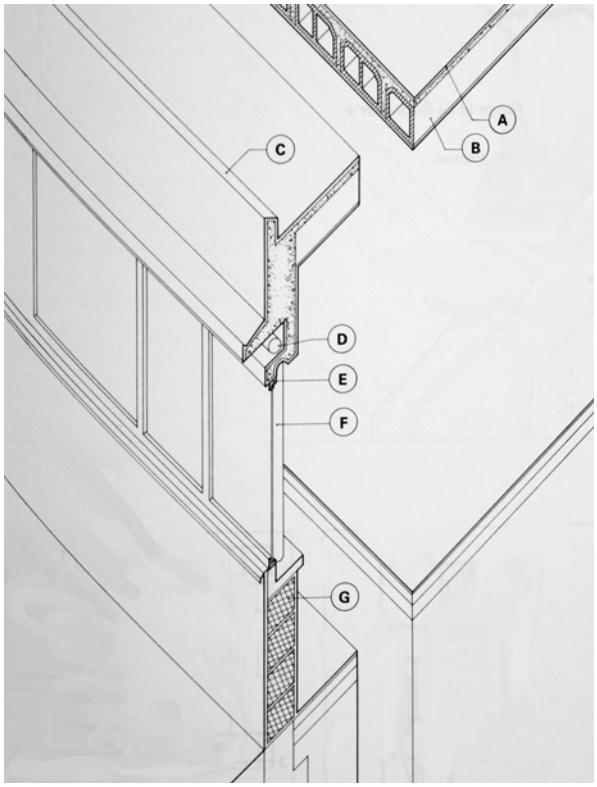


Fig.222 Relação do edifício com a empena do prédio vizinho.
(Vale, 2007/08b)

mais velho e que à prática em escritório próprio, e colaboração com outros arquitectos e mestres-de-obras, alia o trabalho no Gabinete de Urbanização da CMPorto. Poderia existir um hábito de fazer o licenciamento dos edifícios de determinada forma que teria sido utilizada neste também, e a descrição usada no licenciamento de arquitectura destinar-se-ia mais a cumprir uma obrigação legal do que a caracterizar a solução construtiva utilizada. Apesar de a semelhança entre memórias descritivas de diferentes projectos não ser tão evidente como em outros arquitectos, em que existem zonas de cópia textual (exemplo já referido de João Queirós), existem descrições que são idênticas, ainda que não por cópia integral das mesmas. A descrição do sistema construtivo de dois edifícios de Arménio Losa referidos anteriormente, no gaveto da Rua João de Deus e no gaveto da Rua do Pinheiro Manso, são muito semelhantes e apenas diferem em relação ao presente no relativo à extensão das zonas com laje de betão armado, pois nos anteriores apenas são usadas em determinadas zonas.

Contudo, tendo em conta os dados obtidos a partir da análise extensiva de licenças de obras, relativa a épocas anteriores, penso que não seja o caso. Nesses projectos a estrutura vertical é garantida pelas paredes de perpianho e os pilares apenas aparecem em situação excepcionais em que não existem paredes. No caso presente, a estrutura vertical é garantida por uma estrutura mista de pedra e betão, existindo pilares embebidos em paredes, a par de pilares isolados.

O projecto é extremamente bem definido e detalhado, quer em fase de toscos quer de acabamentos. Em alguns casos, com pormenores à escala natural, ou à escala ½. A obra é toda pensada nos seus variados aspectos, desde os mais visíveis e representativos, como o átrio de entrada do edifício, até aos menos nobres mas igualmente importantes, como a tampa dos lançadores de lixo.



(Ford, 1990b:235)

Hiptxt. 2.1.B - Arménio Losa e Le Corbusier.

Villa le Lac

O remate sobre o vão, onde está inserido o estore, tem algumas semelhanças com o dispositivo que Losa utiliza para remate superior do Bloco da Carvalhosa, ao nível do piso recuado. Ver Figura 221

Apesar dessa semelhança à primeira vista, a forma utilizada por Losa permite «dissolver» a altura da platibanda, tomando um efeito de palas horizontais e ao mesmo tempo fazer uma ligação eficaz, do ponto vista arquitectónico e construtivo, com o telhado em telha Marselha que se encosta.

Legenda original:

A - Concrete roof structure, made by lost-tile process.
B - Tile.
C - Coping. Le Corbusier typical coping was made by carrying the plaster up and over the coping to avoid the trim that metal coping would require. This is probably one of the major causes of the leakage in his buildings.
D - Roll down shutter.
E - Wood-frame window with operable steel sash.
F - Steel-pipe column.
G - Typical wall construction: concrete masonry with plaster in both sides.

Não é possível tecer comparações a este nível com projectos anteriores de outros arquitectos, porque a permanência de elementos de projecto de execução é muito reduzida. Por exemplo, relativamente às Casas José Lourenço da Silva, de Januário Godinho, cujo espólio está à guarda do centro de documentação da FAUP, apenas duas dezenas de desenhos resistiram à passagem do tempo e desses apenas 5 serão desenhos de execução.

Relativamente aos restantes edifícios analisados, de épocas anteriores ao presente, não foi possível ter acesso a documentos de execução.

O que se transparece, ao consultar estes desenhos, é o prazer na execução dos mesmos, não apenas o gosto pela definição da construção, mas pelo próprio processo. E pela definição rigorosa e organização de todo o processo de projecto, por satisfação própria, mas também pelo valor de exemplo.

Esta é uma obra de maturidade, em todos os aspectos.

D. Resumo de caracterização

Tabela 42: Quadro resumo de caracterização do projecto.

Projecto	
Designação usual:	Bloco da Carvalhosa ou Bloco da Boavista
Localização:	Rua da Boavista nºs 571 e 583 (numeração antiga: 443 e 449) Coordenadas GPS: 41.156285, -8.620004
Projectista(s) de arquitectura:	Arménio Losa e Cassiano Barbosa
Outros projectistas:	Bernardino Machado; Cândido de Figueiredo (estabilidade)
Data de projecto:	Licença nº 295 /1947 de 23-05-1947 (numeração interna do gabinete: obra 8/45)
Data de início de construção:	23-05-1947 (data da licença de construção)
Data de conclusão de construção:	13-09-1949 (data da licença de habitabilidade nº 242/1949)
Implantação:	Implantação do edifício principal: Implantação do corpo de garagens no fundo do lote:
Nº de Pisos:	Seis pisos com as seguintes características: - Primeiro piso: semi-cave - Segundo piso: rés-do-chão - Terceiro a quinto pisos - 1º,2º e 3º andares - Sexto piso - 4º andar recuado
Estrutura Portante:	Paredes resistentes de alvenaria de pedra com reforços por pilares de betão armado em cunhais e inflexão de direcção. Pilares isolados para resolver zonas singulares. Lajes aligeiradas de betão armado em zona corrente. Lajes maciças em escadas, átrios comuns, consolas de varandas e casa das máquinas do elevador.
Paredes exteriores e revestimentos de fachadas:	Paredes exteriores maioritariamente em alvenaria de pedra rebocada, tendo, na zona da entrada, placagem de pedra. Paredes das zonas das cozinhas em tijolo, por necessidade de menor espessura. Parede tipo 1: Parede, de pano único, executada em perpianho de granito com 40 cm de espessura, rebocada em ambas as faces. Parede tipo 2: Parede, de pano único, executada em perpianho de granito de 30 cm de espessura rebocada em ambas as faces. Parede tipo 3: Parede, de pano único, executada em tijolo com 10 cm de espessura, rebocada pelo exterior e revestida a madeira pelo interior. A impermeabilização de paredes exteriores é garantida pela sucessão de camadas de reboco e pelo aditivo hidrófugo colocado na argamassa (ceresite).
Vãos exteriores/protecção solar:	Os vão exteriores são guarnecidos por caixilharia de madeira pintada, com vidro simples. No alçado voltado à rua as janelas da cozinha são de "embainhar", isto é, recolhem para o pano de peito da janela, pela face interior da parede e as caixilharias das salas são fixas, com um módulo de abrir. As caixilharias da semi-cave são de abrir. As caixilharias dos alçados laterais e posterior são de abrir. Existe protecção solar/obscurecimento dos compartimentos/protecção térmica nocturna por estores que correm pela parte exterior das caixilharias.
Coberturas:	A cobertura é em telha sobre estrutura de madeira constituída por asnas e ripado. Existe uma pequena zona, junto ao alçado principal, no piso recuado, que é em terraço, para evitar a leitura do telhado a partir da rua. Em varandas e zona de terraço das coberturas a impermeabilização é garantida pela colocação de um feltro betuminoso, da marca "Ral".
Utilização /fracções:	As fracções foram projectadas para a habitação e mantêm (aparentemente) a mesma função.

E. Adequação às condicionantes actuais

Tabela 43: Quadro resumo de caracterização do edifício.

	Edifício
Alterações ao projecto licenciado:	Encerramento dos terraços traseiros por uma caixilharia. Apesar de no projecto licenciado esse encerramento não estar previsto, o mesmo corresponde ainda a uma alteração durante a execução da obra, uma vez que os desenhos do projecto de execução já o contemplam. Eventualmente esta seria uma ideia inicial mas que não foi incluída no processo de licenciamento para que a CMPorto não levantasse questões. Algumas das fracções apresentam alteração das caixilharias exteriores das cozinhas.
Estado de conservação:	O imóvel apresenta-se num estado de conservação aceitável tendo sido alvo de manutenção ao longo dos anos. Os elementos que apresentam maiores problemas são as caixilharias das cozinhas, tendo já sido substituídas algumas delas.
Questões de conforto:	Não existem disposições construtivas nem materiais específicos para a melhoria do comportamento térmico do edifício. O edifício não obedece aos parâmetros actuais de conforto térmico, designadamente pela constituição das paredes exteriores (40 cm/ 30 cm de perpianho de granito e 10 cm de tijolo nas cozinhas), e pela utilização de vidro simples nas caixilharias. A cobertura, mantendo-se a original, não terá isolamento térmico. A nível acústico as lajes de betão utilizadas, apesar de terem "tijolos ocos" têm pouca espessura (21 cm), reduzidos enchimentos para passagem de instalações e nenhuma outra disposição construtiva que lhe garanta um bom isolamento acústico. O isolamento acústico é apenas garantido pela sua massa. Não existem materiais de isolamento nem disposições construtivas para garantir maiores níveis de isolamento. A utilização de janelas de embainhar no alçado principal reduz os níveis de isolamento pela maior dificuldade de uma vedação eficaz do contorno. As restantes caixilharias são de abrir garantindo melhores vedações. Os vidros são simples.
Questões de segurança:	O edifício não respeita as normas actuais de segurança contra incêndio, sendo o aspecto mais evidente o facto da caixa de escadas não ser enclausurada, não ser constituída por tramos rectos, e não existir uma segunda escada que possa ter o papel de escada de emergência. Não existe qualquer câmara corta-fogo entre as entradas das habitações e os acessos verticais. O acesso dos carros de bombeiros para extinção de um incêndio faz-se apenas pelo lado do arruamento, podendo eventualmente, a partir do lote a Sul, ter-se aceso à fachada lateral, contudo uma vez que é uma propriedade privada não pode ser considerado como um acesso efectivo. O acesso ao logradouro só permite o acesso de viaturas que não excedam os 2,2 m de altura. Os materiais usados têm boa resistência ao fogo. O ponto de maior debilidade do edifício no tocante ao incêndio é a já referida escada não encerrada que permite a propagação fácil do incêndio entre pisos. Um segundo ponto de debilidade é o saguão, uma vez que os envidraçados confinantes com o mesmo não têm qualificação de resistência ao fogo.
Questões de durabilidade:	Os materiais utilizados apesar de não serem materiais de grande durabilidade sem manutenção, tem uma manutenção pouco dispendiosa que garante a permanência das suas características iniciais, se a mesma for feita com periodicidade. Em zonas mais atreitas a degradação pelo uso são utilizados materiais com maior resistência, pedra em placagem na zona de entrada, cantaria aparente em embasamento. As guardas das varandas, metálicas, nesta altura apresentam já alguns problemas de corrosão.

Capítulo 2.2 - Instituto de Segurança Social do Porto

Arménio Losa/Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira



(Vale, 2007/08e)

Edifício de serviços
Rua de António Patrício, nº 240 a 270
Licença nº 86/1970

A. Introdução e descrição geral

O projecto do edifício que alberga actualmente o Instituto da Segurança Social do Porto [ISSP], antiga Caixa de Previdência[7], localizado na Rua de António Patrício, foi concebido em 1968 pelo arquitecto Arménio Losa como um edifício de habitação colectiva.

7.Podem ser encontrados mais elementos desenhados, escritos e levantamento fotográfico sobre este edifício no Anexo 1.B. (pag.31) do Volume 2.

Hiptxt. 2.2.A - Identificação das fontes disponíveis.

Antes de abordar o processo deste edifício convém referir alguns aspectos relacionados com os elementos disponíveis para o estudo do mesmo. Nesta altura é possível consultar os elementos guardados no Arquivo Geral da CMPorto [CMPorto-AG] bem como os elementos que estão depositados no Centro de Documentação da FAUP [CDFAUP], resultantes de três incorporações distintas e desfasadas no tempo, sendo a última do segundo semestre de 2008. Existem ainda elementos no arquivo particular do arquitecto Alfredo Matos Ferreira que também foram parcialmente consultados.

O processo de licenciamento do edifício [licença nº 86/70], apesar dos quase 40 anos decorridos desde o seu início, ainda não se encontra concluído, pois ainda não foi emitida a licença de utilização, pelos motivos que à frente veremos, não podendo, por isso, ser consultado no AHMP.

Em relação aos elementos existentes no Arquivo Geral, a maior parte do que seria o processo original encontra-se perdida, pelo que é possível deduzir da consulta dos elementos remanescentes. Está disponível para consulta o processo da licença de obra nº 86/70 (CMPorto & Losa, 1970) que contem os elementos referentes ao projecto original, com datas entre 1969 e 1972; é ainda possível consultar um segundo processo, não apenso ao primeiro, com elementos do processo relativos à alteração para sede das Caixas de Previdência, com datas entre 1979 e 1987.

Inicialmente, os pedidos de pesquisa e consulta feitos no Gabinete do Munícipe [CMPorto-GM] e no AHMP não conseguiram localizar os elementos relativos a todo o movimento do processo entre 1972 e 1995, isto é, todo o processo de «licenciamento» da alteração do edifício para Sede da Caixa de Previdência (alteração à licença n.º 86/70), que não estava anexo à mesma. Apenas depois de várias diligências efectuadas com o apoio do AHMP foi possível determinar a localização «provável» dos processos da referida alteração, num depósito inactivo da CMPorto. Após solicitação por requerimento, conseguimos consultar duas capas que fariam parte de um conjunto de, pelo menos, oito referentes à alteração à licença n.º 86/70, com documentos referentes ao período entre 1979 e 1987. Os restantes elementos, referentes aos períodos de 1972 a 1979 e de 1987 a 1995, continuam perdidos e mesmo os elementos que consultamos continuam não apensos ao processo do edifício e portanto não pesquisáveis através do sistema geral, quer no CMPorto-GM quer no AHMP.

Os elementos depositados no CDFAUP, como as últimas incorporações no espólio de AL são recentes, encontravam-se ainda a ser inventariados e tratados, pelo que eventualmente poderão aparecer ainda mais documentos relativos a este edifício, como tem sucedido no decurso desta investigação.

Relativamente ao processo da Caixa de Previdência foram consultadas, no Centro de Documentação:

- duas capas com vários documentos, essencialmente correspondência trocada entre 1973 e 1979;

- um processo escrito relativo ao Programa Base de 1974;

- um processo escrito e desenhado relativo ao Programa Base de 1976;

- um processo escrito e desenhado relativo ao Estudo Prévio de 1977;

- um processo escrito e desenhado relativo ao Projecto base de 1977;

- um conjunto de três desenhos sem data.

As últimas incorporações ainda estavam, em 2010, a ser retiradas dos caixotes, dossiers, ou rolos onde se encontram, para serem inventariadas, tratadas e arquivadas. Apesar de usualmente os documentos estarem separados por obras, acontece por vezes de se encontrarem elementos referentes a uma obra no meio de coisas de outra obra. Nesse sentido é que se reserva a hipótese de até à conclusão do tratamento de todo o espólio agora incorporado, poderem aparecer documentos, desenhos, apontamentos relativos quer ao primeiro projecto, quer às alterações subsequentes ao mesmo.

Foi incluído no espólio, na incorporação mais recente, um pequeno conjunto de elementos referentes ao processo inicial da Torre de Habitação, constituído por um conjunto de desenhos do projecto de licenciamento e primeiro aditamento, algumas peças escritas desse mesmo projecto e um reduzido conjunto de apontamentos relativos ao decurso da obra inicial.

Em relação ao processo de adaptação a sede da Caixa de Previdência, os elementos consultados no CDFAUP, tem datas entre 1973 e 1979, pelo que poderiam «complementar» parcialmente os elementos consultados na CMPorto, mas os processos estão incompletos, especialmente no tocante a peças desenhadas.

Sabemos pois que existem elementos em falta para a elaboração do historial completo do processo, mas achamos que os elementos recolhidos, não sendo os ideais, são suficientes para perceber de que forma essas «estórias» influenciaram a forma e construção do edifício.

No contexto de abordagem do presente trabalho este empreendimento corresponde a um exemplo de excepção, motivada pela história do edifício. Este carácter excepcional é determinado pela alteração funcional de que foi alvo e a necessária adaptação do projecto, mas também por um historial complexo de licenciamento, e justifica que a apresentação e análise que é feita sejam também diversas da dos restantes edifícios estudados com processos muito mais simples.



Fig.223 Vistas aéreas do edifício.
Vista desde Poente, Sul, Nascente e Norte.

(Microsoft Corporation, [2011])

Muitos edifícios são mais o resultado de um conjunto de «acidentes» que ocorrem durante a sua execução, do que de uma ideia inicial, levada consequentemente de princípio a fim. Este é um exemplo paradigmático da influência das condicionantes externas (e foram muitas) no projecto e na ideia inicial e que deram forma a um edifício bem diferente do primitivamente projectado. Por essa razão será dada atenção particular às questões do processo (alterações ao projecto e processo de licenciamento), o que não acontece da mesma forma e com o mesmo detalhe nos restantes casos estudados, até pelo facto de não persistirem dados equivalentes sobre os mesmos.

A questão da caracterização construtiva não será feita isoladamente num ponto próprio, como se optou nos restantes edifícios estudados, mas acompanhará a própria história do processo de projecto e execução.

B. História do processo de projecto, licenciamento e construção

B.1. 1969 – O projecto inicial.

O presente edifício decorre da encomenda do projecto de arquitectura por um conjunto de investidores, proprietários de um terreno entre a Avenida da Boavista e a Rua António Patrício, divididos em três talhões, com capacidade construtiva aprovada para três blocos, um de sete pisos, no talhão C (Avenida da Boavista), outro de 5 pisos no talhão A e o presente, no talhão B, com 12 pisos (ambos na Rua António Patrício). O processo é liderando



 Fig.224 Planta de implantação (actual).

pela empresa Engenheiros Associados, cujos sócios fazem parte do grupo investidor. O processo de licenciamento deu entrada na CMPorto em 4 de Março de 1969, sendo que a memória descritiva e as peças desenhas são datadas do último dia de Janeiro desse ano. Na quase totalidade dos processos de obras consultados não existe praticamente desfasamento entre o registo de entrada do processo e a datação das peças que o constituem. Neste caso, o desfasamento de mais de um mês pode dever-se ao facto de o requerimento ter de ser subscrito pela totalidade das sete pessoas que dividiam a propriedade do terreno[8] e ter sido moroso reunir todas as assinaturas, mas o mais provável é pelo facto de ter havido um atraso no pedido da Planta Topográfica, fornecida pelo município, que deveria fazer parte do processo[9].

O edifício localiza-se no extremo Nascente do terreno, com acesso pela Rua António Patrício e desenvolve-se *"em altura de modo a não ocupar demasiado solo e a implantar-se com os afastamentos convenientes para ficar rodeado de áreas ajardinadas e vegetação*" (Losa, 1969a:3-6)[10], isto é, para permitir a manutenção das áreas verdes existentes, com árvores de porte considerável.

8. São requerentes: António Augusto dos Santos Soares; Luis Coelho da Fonseca Magalhães; Jorge Alberto Delgado de Oliveira; Francisco Aires Ribeiro da Costa; Rui Manuel Santos de Oliveira; Ilse Lore Maria Wilme Thuman Burback de Sousa Trepa, casada com Mário Marques de Sousa Trepa; e Maria Olga Vieira da Costa Paiva Vaz, sendo que ao primeiro são outorgados poderes para subscrever os documentos posteriores necessários à instrução do processo.

9. A planta topográfica nº 247/69 é datada de 26 de Fevereiro de 1969.

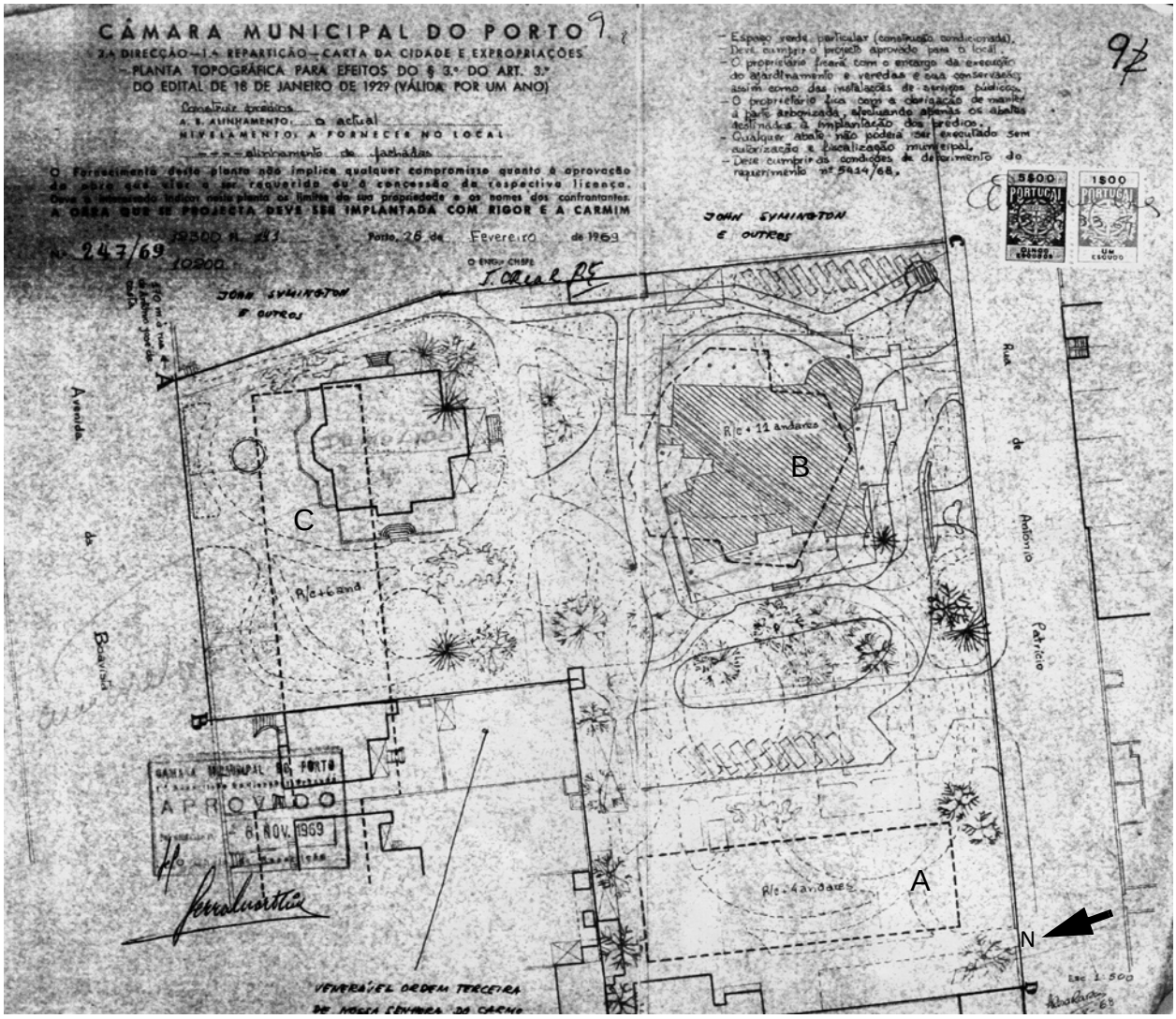


Fig.225 Planta topográfica do primeiro licenciamento – Talhões A, B e C

(CMPorto & Losa, 1970)

Dos restantes edifícios que faziam parte do conjunto, o localizado no talhão A nunca chegou a ser construído e o localizado no Talhão C, voltado para a Avenida da Boavista, foi edificado sensivelmente nos moldes referidos na planta topográfica, um corpo longitudinal, paralelo à avenida, com R/C + 6 andares. Como curiosidade, podemos referir que esse edifício, onde actualmente está localizado o supermercado Pingo Doce [n.º 1349] foi construído pela empresa Engenheiros Associados, Soares, Magalhães & Delgado, Lda.

O projectista apostou numa qualidade superior de construção, sendo

10. *"O edifício projectado é um dos três a construir num terreno de duas frentes classificado pelo plano director de urbanização da cidade como parque particular de construção condicionada.*

De acordo com as determinações oficiais, exaradas da planta topográfica, desenvolve-se em altura de modo a não ocupar demasiado solo e a implantar-se com os afastamentos convenientes para ficar rodeado de áreas ajardinadas e vegetação" (Losa, 1969a:3-6).



Fig.226 Secção do modelo 3D.



Fig.227 Acesso principal ao átrio do rés-do-chão.
Modelo 3D a partir de (Losa, 1969b)

"os acabamentos previstos [...] os correntes em edificações de qualidade, excedendo portanto os mínimos regulamentares" (Losa, 1969a:3-6).

Este edifício é notoriamente um «prédio para rendimento», não de um dono/investidor único ou institucional, como era mais comum, mas de um conjunto de investidores, que nalguns casos, para além da propriedade do terreno, acumularam a execução de projectos de especialidades.

Como o processo não seguiu o seu curso normal, não ficamos a saber se alguns dos investidores iria utilizar o mesmo como sua habitação usual, mas o destino lógico da quase totalidade das fracções seria o aluguer e a venda.

Este empreendimento não teria sido possível, ou facilmente possível, tal como foi concebido inicialmente, se não existisse já a legislação de enquadramento da propriedade horizontal, promulgada em 1955. Um empreendimento daquela dimensão, com cerca de 12 500 m^2 de área bruta, de um grupo de proprietários particulares e, não de uma instituição pública, instituição bancária, ou agremiação, comportando um conjunto relativamente extenso de áreas e funcionalidades comuns, destinado a investimento e portanto à venda das fracções a diferentes proprietários, teria dificuldade em ser estabelecido meramente apoiado no artigo 2335º do Código Civil, ainda que complementado com regras estabelecidas nos títulos de propriedade.

A forma como é estruturada a memória descritiva de arquitectura denota também o relativo pouco tempo que ainda tem a legislação e a forma como a mesma estava pouco interiorizada no uso e na prática profissional corrente. Na descrição da utilização do edifício é expressamente referido que o mesmo se destina ao fraccionamento no regime de propriedade horizontal e acrescentam-se informações relativas ao que são zonas fraccionáveis e zonas comuns,

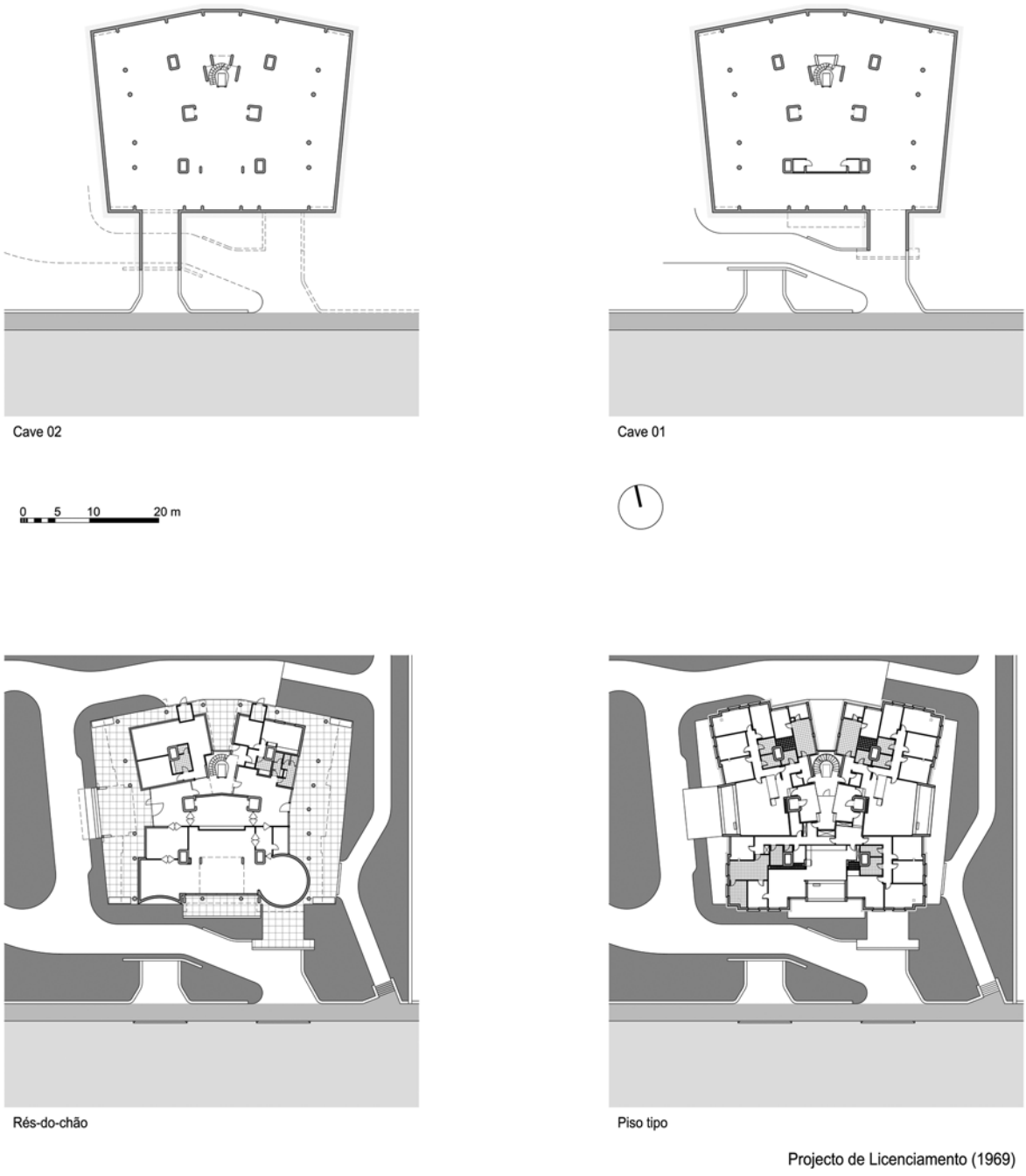


Fig.228 Projecto de licenciamento do Edifício de Habitação. Plantas das Caves, R/C e piso tipo.

Adaptado a partir de (Losa, 1969b)



Fig.229 Alçados Sul, Norte, Poente e Nascente [Edifício de Habitação] (alçados do modelo 3D).

Modelo 3D a partir de (Losa, 1969b)

descrições que em licenciamentos mais tardios apenas são incluídas no processo de separação das fracções em regime de propriedade horizontal[11].

B.1.1. O programa

O edifício, de forma sensivelmente trapezoidal, de 30x35 metros nos pisos elevados, era constituído por um embasamento de dois pisos, em cave e semi-cave, destinados a estacionamento, ou dos residentes ou público[12], um rés-do-chão, de áreas comuns e serviços, uma torre de onze pisos, onde se localizavam as fracções de habitação e dois pisos, com áreas mais reduzidas, de zonas técnicas e terraços, ao nível da cobertura.

O mesmo estava localizado na zona Nascente do lote, implantado a cerca de 10 metros do limite lateral do mesmo e a cerca de 15 metros da rua. *"A entrada principal situa[va]-se ao nível do rés-do-chão, a meio da fachada Poente*". O terreno a Norte e Nascente do edifício era deixado livre de construção, arborizado e apenas atravessado por percursos pontuais, um *"arruamento de largura reduzida*", que garantia *"o acesso de viaturas a esta entrada [principal] e à entrada de serviço, localizada na fachada Norte*" e que se desdobrava *"para permitir o retorno da circulação e servir um segundo prédio, a edificar posteriormente. Exceptuando-se este percurso, utilizável por automóveis, todo o espaço livre restante só*" poderia *"ser atravessado por percursos de peão*" (Losa, 1969a:3-6).

"Os acessos às garagens" e que se mantiveram no projecto de adaptação à Previdência, eram *"directos e independentes para cada piso a partir da rua, sendo um deles comum ao arranque do arruamento*" (Losa, 1969a:3-6).

O edifício albergava, por piso, três apartamentos de quatro quartos, zonas sociais avantajadas e zona de serviço, incluindo copa e quarto para empregada. Tinha, como era habitual para a época, a distinção clara entre acesso principal e acesso de serviço, quer ao nível das entradas nos apartamentos, quer ao nível das comunicações verticais e acessos ao edifício no rés-do-chão. Nos átrios dos pisos de habitação, para reforçar essa diferenciação, optava por

11. *"Utilização: – Destinado a ser fraccionado em regime de propriedade horizontal, o edifício é inteiramente atribuído a habitação e aos serviços imediatos do complexo e dos respectivos moradores, distribuídos pelos seus onze andares.*

O piso do rés-do-chão, não fraccionável, destina-se a instalações comuns do condomínio, a usufruir, portanto, por todos os futuros condóminos de acordo com a legislação em vigor. Do mesmo modo ficarão pertença do condomínio os dois pisos subterrâneos, reservados à recolha e estacionamento de automóveis dos inquilinos e o terraço da cobertura" (Losa, 1969a:3-6)

12. Naquela altura o número de carros por família era bem menor do que o actual e muitos edifícios optavam por colocar na base do mesmo garagens públicas que poderiam servir os residentes do prédio ou terceiros. Muitas vezes essas garagens prestavam serviços de mecânica e limpeza para além do aparcamento dos veículos. Actualmente, a quase totalidade das mesmas, são «garagens de recolha», parques de estacionamento público com características muito peculiares, pois é necessário deixar a chave do carro para que o mesmo possa ser mudado de sítio, uma vez que não são garantidos os corredores de passagens usuais e são estacionados os carros até à quase ocupação da totalidade do espaço livre disponível. No caso particular deste edifício foram consideradas as duas hipóteses, uma exploração externa ou o uso pelos proprietários das habitações, pelo que os elevadores e escadas garantiam o acesso a estes dois pisos enterrados, como se faz questão de referir na memória descritiva: *"Os ascensores terminam no último andar das habitações mas descem, também, até ao piso inferior da garagem. Assim as garagens poderão não somente ser usadas para recolha mas sim para estacionamento dos carros dos moradores, por serem o local mais cómodo e acessível a partir de qualquer das habitações e sempre disponível"* (Losa, 1969a:3-6).

Esta decisão, que actualmente nos parece a mais lógica, ou a única possível, não corresponde a uma forma de projectar e construir sempre seguida. Por exemplo, num dos grandes edifícios da cidade do Porto, o conjunto que margina a Praça Francisco Sá Carneiro (antiga Praça Velásquez) não existem elementos de comunicação vertical entre o nível de aparcamento e os pisos de comércio, escritórios e habitação, sendo o estacionamento explorado independentemente das restantes fracções do edifício.

altimetricamente desfasar o nível de acesso principal do nível de acesso de serviço. Estas diferenças de nível, de cerca de 40 cm, eram garantidas por enchimento das lajes com recurso a betões leves, ou estrutura sobrelevada e não por um desnivelamento efectivo das mesmas[13].

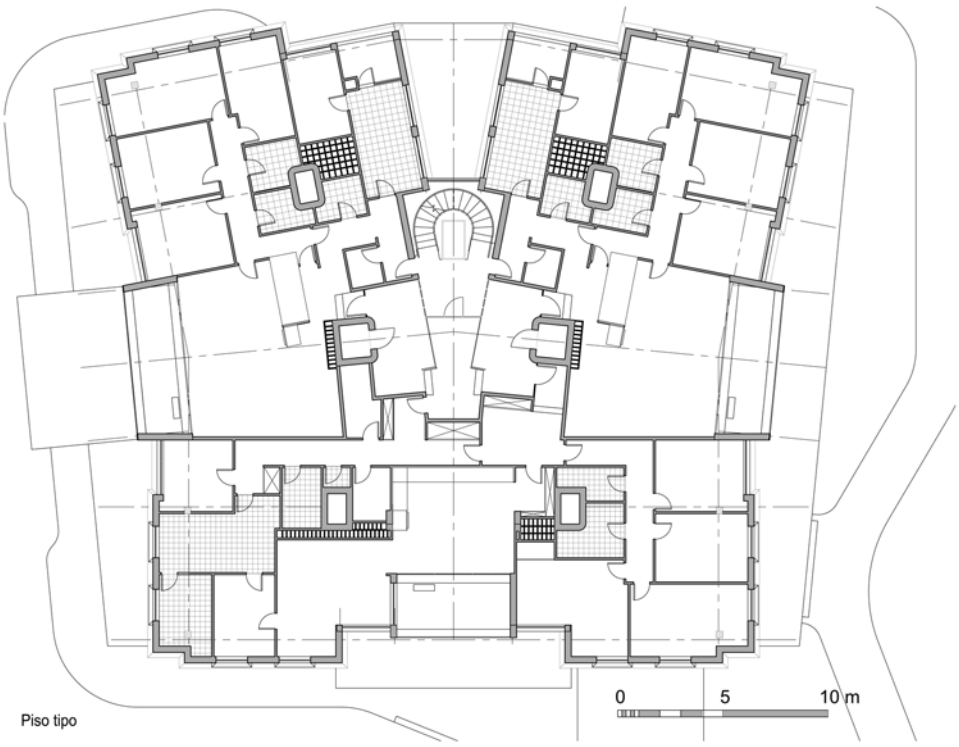


Fig.230 Planta do piso tipo.

Adaptado a partir de (Losa, 1969b)

Estava equipado com dois elevadores, localizados na zona central, em posição simétrica em relação ao eixo central Norte-Sul, que faziam parte do acesso principal e uma escada em forma de ferradura, que fazia parte do acesso de serviço. De referir que este relegar da escada para a posição de serviço, reduzindo-lhe a importância que o seu desenho à partida lhe confere, é reforçada pela localização do monta-cargas na bomba central da mesma, retirando-lhe completamente alguma «monumentalidade» e efeito plástico que actualmente detém. Tal opção não é muito compreensível no contexto da obra do arquitecto Losa, que em alguns projectos anteriores tinha já tirado partido de escadas de desenvolvimento helicoidal, apenas apoiadas nas lajes de piso, que se abalançam como elementos escultóricos no edifício. Menos audaz neste projecto, mais contido, até pelo facto de esta escada buscar apoios à cota do patamar intermédio, não se apoiando unicamente ao nível dos pisos, como acontece, por exemplo, no edifício da Carvalhosa, já estudado.

13. Aquando da transformação do edifício de habitação em serviços, esta opção inicial de enchimento em detrimento de alteração efectiva do nível das lajes, facilitou a transformação. Como estes enchimentos ainda não tinham sido executados nem sequer foi necessário proceder à sua demolição.

Alguns cuidados, referidos já na memória descritiva de licenciamento, a par da generosidade de áreas, evidenciam o standard superior de construção. A existência de uma «nursery» no rés-do-chão é o mais evidente, mas também outras áreas sociais comuns, como a sala de espera e o conjunto de salas de festas que conjuntamente ocupam o piso térreo, faz lembrar idêntica preocupação com uma vivência colectiva evidenciada por Nuno Teotónio Pereira no Bloco das Águas Livres (Pereira, 2004a:209-214)[14]. Mais do que uma influência desse edifício no presente projecto, estaremos perante uma referência comum à Unidade de Habitação de Le Corbusier.

O desenho do piso térreo, onde se localizavam essas áreas comuns, era bastante conturbado, cheio de «acidentes» que dificultavam uma leitura simples dos espaços e volumes. Jogos de formas côncavas e convexas, avanços e recuos repetidos ao longo das diversas orientações da fachada, vãos colocados a diferentes alturas, tudo contribuía para a leitura «desarrumada» que se faz do projecto inicial a partir dos elementos desenhados existentes.

Os pisos de habitação eram todos idênticos, segundo o projecto apresentado a licenciamento. Cada piso era composto por três

> *"habitações de quatro quartos e largas áreas de convívio, de características superiores ao padrão médio, por se supor que continuará a procura deste tipo de residência numa cidade em pleno desenvolvimento e, especialmente, num prédio com um enquadramento excepcional de áreas livres, devidamente arborizadas. Das três habitações que compreende cada um dos onze pisos, uma desenvolve-se principalmente para Sul mas com dependências a Nascente e a Poente; as restantes são voltadas a Nascente ou a Poente com apenas alguns compartimentos orientados a Norte entre os quais os de serviço.*
>
> *Qualquer das habitações está organizada em três zonas distintas e tanto quanto possível isoladas: serviços, zona de convívio e quartos de dormir.*
>
> *As instalações de curta permanência, tais como quartos de banho e alguns anexos das cozinhas, são interiores mas bem ventilados por mangas individualizadas.*
>
> *Todas as habitações compreendem uma varanda de serviço aberta e uma larga varanda-terraço no prolongamento das áreas nobres. Estas especialmente foram concebidas com os resguardos necessários a qualquer devassamento tanto do exterior como dos outros moradores do edifício.*
>
> *A área de qualquer compartimento excede largamente os mínimos regulamentares" (Losa, 1969a:3-6).*

Os apartamentos localizados nos cantos Norte-Nascente e Norte-Poente eram simétricos entre si. A fracção que ocupava a totalidade da fachada Sul, de maior área do que as restantes (311 m^2 contra 235 m^2) desfazia a simetria do conjunto ao nível da distribuição espacial interna, mas sem outra leitura nos alçados que não fosse a localização assimétrica do vão de abrir na varanda central, localizado recuado e por isso com leitura reduzida pela penumbra.

---

14. *"O programa do bloco fomos nós que fizemos, inspirados nas Unidades de Habitação Auto-suficientes de Le Corbusier, consideramos que devia haver comércio, garagem para os moradores, jardim para as crianças, serviços comuns muito desenvolvidos, por exemplo uma lavandaria industrial (ainda não havia máquinas de lavar roupa domésticas) e um espaço para os inquilinos disporem para festas, reuniões, aniversários, etc. (como os actuais salões de condomínio), colocado lá em cima, no sítio mais favorável. A parte dos serviços comuns teve soluções inovadoras, como a produção de água quente, pois havia uma caldeira que fornecia água, não só para o aquecimento, mas também para abastecer os moradores. A habitação tem dois contadores, um de água corrente e outro de água quente*" (Pereira, 2004a:209-214).

Aliás, o edifício, na sua concepção geral, joga com eixos de simetria, eixos esses não ortogonais entre si, o que lhe vai conferir mais dinamismo, algumas ligeiras vantagens na insolação e a integração bem conseguida da caixa de escada na fachada Norte. O eixo de simetria principal corresponde à perpendicular ao arruamento e efectivamente divide o edifício em duas partes de formas equivalentes. O segundo eixo de simetria, parcial, tem uma declinação de 5,5º em relação à perpendicular ao eixo principal, o que permite às fachadas laterais uma ligeira abertura a Sul, no seu terço posterior. Estes eixos de simetria são respeitados ao nível das caves, ao nível dos pisos de habitação e remates na cobertura, mas quase completamente ignorados (completamente não fosse a continuidade estrutural), ao nível do rés-do-chão.

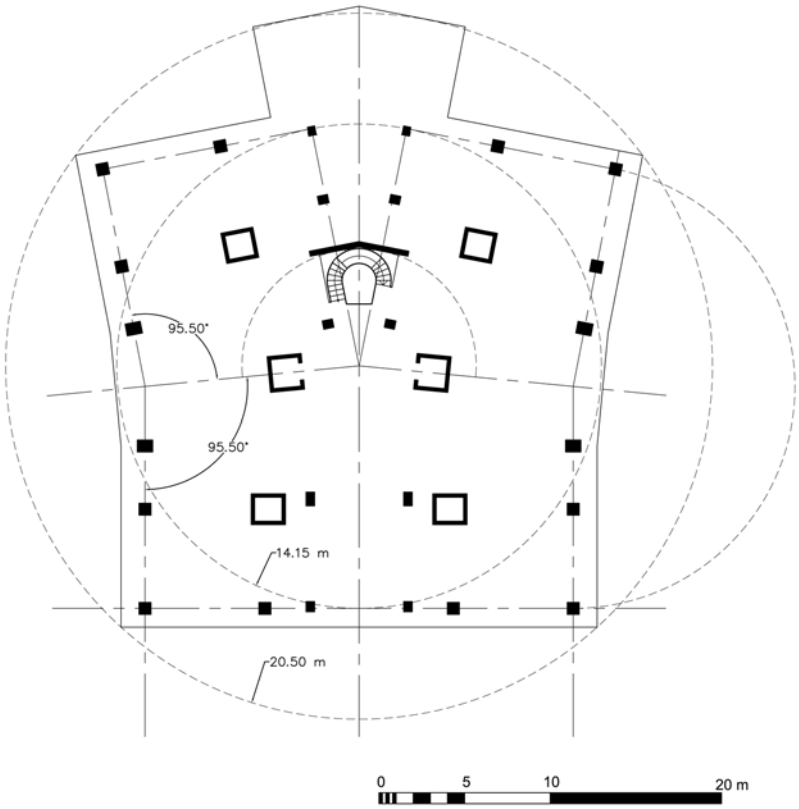


Fig.231 Esquema de composição do edifício.
Apesar de não explicitamente marcada nos desenhos, a utilização de alguns traçados geométricos na composição em planta. Estes traçados permitem estabelecer vários eixos de simetria, que determinam o desenho das fachadas. Ao não assentar num único eixo de simetria o edifício torna-se mais elaborado.
Estes traçados tornam-se evidentes quando se redesenha a proposta, principalmente aquando do projecto de adaptação. Essa evidência é mais forte nessa fase por um lado porque as plantas estão limpas de compartimentação, mas por outro pela evolução do projecto, designadamente do projecto de estruturas, que aumentou o rigor do desenho e reforçou a utilização dos traçados. Por essa razão a marcação desses traçados é feita sobre o projecto do edifício construído, evidenciando os eixos iniciais bem como outras relações estabelecidas no projecto final.

São ainda considerados outros eixos de simetria, parciais, uma vez que a concepção aposta no estabelecimento de regras de simetria, modulação e repetição na localização dos elementos constituintes do edifício. Os corpos salientes nas fachadas são, eles também, simétricos, apostando numa modulação constante entre largura de janelas e parede entre elas.

O respeito pelo nível do terreno original, na implantação do edifício, permite elevar o rés-do-chão em relação ao nivelamento da rua, protegendo o mesmo da devassa dessa proximidade. A pendente da Rua António Patrício, descendo em direcção a Poente, vem auxiliar nesse efeito de resguardo das zonas comuns no rés-do-chão, bem como nos espaços de logradouro exterior. Esse desnível, de cerca de 2,50 metros no limite Nascente da implantação e 4,00 metros no limite Poente, permite que as caves tenham um fácil acesso a partir da rua, sem recurso a rampas de grande inclinação. De referir que a primeira das caves se encontrava acima do nível da rua, cerca de 0,40 metros na zona de entrada, o que permite estabelecer um acesso praticamente de nível. No projecto inicial não era tirado outro partido desta localização das caves, para além da melhoria da facilidade de acesso das rampas, com pendentes mais suaves. Não existiam outras aberturas para além do portão de acesso e toda a restante ventilação/iluminação era feita ao nível do rés-do-chão, pela utilização de umas «banquetas» situadas nos quatro cantos do edifício, sobrelevadas em relação ao pavimento circundante, onde se colocavam os vãos para entrada de ar e luz e que correspondiam também, na laje de separação das caves, a aberturas para ventilação, com cerca de 1,5 m^2 cada (Losa, 1969a:3-6)[15].

B.1.2. Sistema Construtivo

A estrutura proposta e que veio a ser efectivamente construída era definida por lajes fungiformes[16] apoiadas sobre seis torres de betão armado localizadas no núcleo central, sobre um conjunto de vinte e dois pilares perimetrais afastados do limite das lajes cerca de 1,5 metros na generalidade das orientações e seis pilares auxiliares para situações de excepção (escadas e laje da varanda). As torres correspondiam às duas caixas de elevador e a quatro ductos para passagem de tubos de queda e tubos de ventilação, todos executados em paredes portantes de betão armado, com 0,30 metros de espessura[17]. Os pilares periféricos, representados no licenciamento com secções próximas de 0,30X0,30 metros nos pisos de habitação, implantavam-se respeitando os eixos de simetria atrás referidos, numa distribuição equilibrada dos vãos. A escada, também em betão armado, apoiava-se num conjunto de quatro pilares (dois deles pilares lâmina) localizados na parte central do edifício. Os dois pilares que serviam de apoio ao patamar intermédio da escada são ainda responsáveis pelo apoio das vigas que conformam o recorte do edifício na fachada Norte.

Nas zonas das varandas Nascente e Poente, ao nível dos pisos de habitação, os pilares rectangulares centrais eram transformados em pilares lâmina, com cerca de 2,60 x 0,30 metros, que auxiliavam o suporte da laje da varanda, colocada desfasada 0,34 metros em relação ao nivelamento geral do edifício. Por idêntica razão eram colocados dois pilares no alinhamento dos limites laterais da varanda Sul. Este desnivelamento das varandas implicava também uma alteração do tipo de lajes nestas zonas.

---

15. *"Ventilação – As dependências do sub-solo – 1º e 2º piso da garagem – são ventilados directamente por largos rasgamentos em comunicação com o exterior através de fendas nas lajes do tecto, devidamente protegidas. Os rasgamentos situam-se nos extremos, de modo a garantir-se a ventilação transversal permanente, dado que as portas de lagarto passarão a funcionar como bocas de entrada de ar"* (Losa, 1969a:3-6).

16. Por definição, lajes fungiformes são lajes que apoiam directamente nos pilares, sem interposição de vigas. Podem ser aligeiradas, como neste caso, ou maciças, com ou sem capitéis aparentes.

17. Existem diferenças entre a dimensão dos elementos estruturais no projecto de arquitectura do edifício com o programa de habitação e nos projectos da adaptação a sede da Caixa de Previdência, que serão mais à frente estudadas. Neste caso, deve-se referir que as torres de betão armado estavam representadas com 30 cm de espessura no projecto de arquitectura, com 25 cm de espessura no projecto de estabilidade, mas que foram executadas com 20 cm de espessura.

A fundação, devido aos condicionantes do tipo de terreno, aliada à dimensão do edifício, era feita por sapatas pontuais apoiadas em estacas de betão do tipo «Franki».

As lajes fungiformes tipo «Ferca», sem vigas, nem nervuras ou capitéis aparentes, eram maciças nas zonas próximas dos apoios e nervuradas, com a utilização de elementos de cofragem perdida de betão, nas restantes zonas (Soares, 1969:32-41)[18].

Este tipo de laje, fungiforme e sem capitéis aparentes, foi pela primeira vez utilizado, num edifício de habitação, no Bloco das Águas Livres, de Nuno Teotónio Pereira, cerca de 15 anos antes, com projecto do General Vasco Gonçalves [1921-2005]. Nesse caso as lajes fungiformes eram maciças e não aligeiradas, como no presente projecto.

A história dessa utilização é interessante, pois não corresponde à solução inicialmente preconizada por NTP e pelo projectista das estruturas, engenheiro Rui Sampaio e Melo, seu cunhado, mas a uma alternativa proposta pelo empreiteiro, engenheiro Ângelo Ramalheira, pensando poder poupar em madeira e trabalho de montagem de cofragem, pela não existência de vigas, como salienta Nuno Portas[19]. Esta proposta do empreiteiro surge da sugestão de dois irmãos engenheiros, António dos Santos Gonçalves e Vasco Gonçalves, que tendo tomado contacto com este sistema de lajes no estrangeiro (Gonçalves, 2004:215-219)[20], acharam que valia a pena tentarem a sua utilização nessa obra. NTP não terá sido alheio a essa sugestão pois conhecia António Gonçalves e a solução agradava-lhe, pela possibilidade de não ter vigas, mais ainda porque existiam paredes não ortogonais e esse sistema lhe dava, finalmente, a «verdadeira planta livre». O sistema foi utilizado apenas nos pisos superiores de habitação, por um lado para não atrasar o início dos trabalhos e, por outro, pelo facto de ser nesses pisos que mais partido se tiraria da inexistência das altas vigas dos pórticos do cálculo inicial. No final o empreiteiro gastou mais dinheiro em ferro e trabalho, tendo ido à falência (Tostões, 2004:215-219), mas a obra executou-se.

A obra foi espaço de inovação e experimentação em muitos outros aspectos, desde os de tipo de investimento (Pereira, 2004a:209-214)[21], passando pelos de programa, anteriormente referidos, até aos construtivos. Tal como NTP refere explicitamente, relativamente à prática do atelier, sempre *"fomos muito atraídos por coisas novas, pelas melhorias, pela melhor construção. Novidades que não se usavam cá*" (Pereira, 2004a:209-214). Sobre as motivações que o impelem na sua actividade como projectista, numa auto-análise muito lúcida, refere que o que o *"motiva sempre mais é, de fora para dentro, o enquadramento sócio territorial e, no sentido inverso, a imaginada vivência dos utentes, bem como, naturalmente, as soluções construtivas a ter em conta*" (Pereira, 2004b). A forma como é pensada e até pretensamente induzida, a vivência dos utentes é bem patente neste projecto.

---

18. *"No núcleo central do edifício distribuem-se seis torres de betão armado (elevadores, quedas de esgotos, etc.). No perímetro, os pilares, com afastamentos máximos de 7 m, estão recuados em relação aos alinhamentos das fachadas cerca de 1,5 m.*

As lajes de todos os pisos são fungiformes, sem capitéis aparentes, directamente apoiadas nos elementos verticais da estrutura (torres e pilares).

A laje tem 36 cm de espessura, é maciça na zona vizinha dos elementos verticais – capitéis – com nervuras nas zonas centrais dos painéis? (waffle-slab), realizadas com a utilização de cofragens perdidas de betão, segundo o sistema construtivo patenteado «Ferca»" (Soares, 1969:32-41).

19. Conversa informal com Nuno Portas em 6 de Maio de 2009, na FAUP.

20. António dos Santos Gonçalves fez um estágio em Paris entre 1949 e 1950. Trouxe o conhecimento das lajes fungiformes para Portugal. Vasco Gonçalves utilizou, para o cálculo, *"um livro francês pequenino e fino, baseado nos regulamentos americanos*".

J.A. França, na análise rápida que faz do edifício, reportando-se à apreciação feita na revista Arquitectura, salienta o estudo cuidado e a *"grande clareza formal e imaginação na sua utência prática, que inovou profundamente as estruturas portuguesas de habitação*" (França, 1974).

Algumas das ideias, que pretendiam levar a um maior convívio com os moradores não funcionaram, umas por desadequação aos hábitos do estrato social a que o edifício se destinava, outras por uma não aposta do investidor nesse aspecto. Numa completa «Apreciação crítica de edifícios» que Ruy José Gomes faz em 1959, na revista Arquitectura, alguns anos após o imóvel começar a ser utilizado, são apontados alguns dos espaços inicialmente projectados cuja vivência não correspondeu ao esperado pelos projectistas. Estão nesse grupo a lavandaria colectiva que foi aproveitada para um escritório, a zona para as brincadeiras de crianças no piso térreo que não encontra utilizadores (certamente mudanças de usos relativas à vigilância dos mais pequenos poderão facilmente explicar tal facto) e a atractiva sala de convívio ao nível da cobertura. Mesmo a própria galeria que deveria propiciar um maior contacto entre moradores não funcionou a esse nível. Hábitos sociais diferentes dos habitantes, afinal não seriam os mesmos que moravam nos típicos pátios lisboetas retratados nos filmes da década anterior. Mas outros equipamentos colectivos foram implementados e ficaram em funcionamento como a produção colectiva de águas quentes para aquecimento e águas sanitárias. Este é um exemplo pioneiro no nosso país e sem grandes ecos. A nossa reduzida época de aquecimento comparativamente aos países do Norte da Europa, expectativas de conforto substancialmente inferiores, levaram e continuam a levar a que a questão do aquecimento seja resolvida, na generalidade dos empreendimentos, fracção a fracção.

No caso do edifício da Rua António Patrício tal nem sequer foi equacionado. De referir que no Porto, por não existir um sistema de distribuição urbana de gás, existia um tarifário mais baixo de electricidade o que levava a uma utilização preferencial de aquecimento eléctrico, ou por radiadores embutidos nas paredes ou por unidades móveis.

Em 1968/69 quando foi concebido o edifício da Rua António Patrício, o sistema das lajes fungiformes já não era a novidade de 15 anos antes, mas continuava a não ser de utilização corrente, principalmente em programas habitacionais. Para o cálculo da estrutura, apesar de já ser referido o respeito pelo regulamento de Estruturas de Betão Armado Nacional, ainda foi necessário recorrer às normas do regulamento inglês e do americano e ao computador do LNEC, pois a equipa projectista não tinha os meios para o cálculo automático (Soares, 1969:32-41).

A empresa Ferca detinha já em Portugal a patente das lajes fungiformes nervuradas, como é referido nas memórias descritivas que acompanham este projecto.

---

21. *"A construção corrente em Lisboa, nessa altura, era em pequenos lotes. Os construtores compravam o lote e faziam o seu prédio, para os projectos recorriam geralmente a desenhadores ou a técnicos de engenharia, muito raramente a arquitectos. Temos o caso único do Cassiano Branco que tinha esse tipo de clientes.*

As companhias de seguros tinham a obrigação de criar um fundo de garantia, de propriedades estáveis, para cobrir os riscos de um grande acidente. A Fidelidade estava a comprar prédios, em Lisboa, em sítios separados e que serviam de fundo reserva. A administração, à qual o meu pai pertencia, teve a ideia de mandar fazer um prédio grande. Havia um terreno enorme que dava para a Praça das Águas Livres, com pequenos prédios à volta. Eram prédios de projecto conjunto, porque a câmara, nessa altura, mandava fazer ou fazia os projectos e vendia os lotes, o bairro de Alvalade foi feito assim e o Areeiro também. Em vez disso a administração da Fidelidade teve a ideia de fazer um prédio, como se diria hoje, de prestígio, na altura ainda não havia essa palavra. Como as rendas eram caras, estavam fixas pelo regime de arrendamento, uma grande parte dos inquilinos estavam de passagem, eram diplomatas estrangeiros, sócios de empresas internacionais, etc. Passavam pouco tempo em Portugal, iam-se embora e o andar ficava livre e a renda foi ficando cada vez mais alta" (Pereira, 2004a:209-214).

De referir que esta concepção de distribuição estrutural, que concentra no miolo do edifício os elementos estruturais de maior dimensão e rigidez, com a responsabilidade de resistir quer às cargas verticais, quer aos esforços horizontais, consideráveis num edifício desta envergadura, liberta parcialmente os pilares periféricos da sua função resistente, que assim podem ser bastante mais esbeltos. A utilização das lajes fungiformes tem ainda a vantagem de libertar o espaço da existência de vigas aparentes, facto que foi importante quer no projecto inicial de habitação, pela não necessidade de submeter o alinhamento das paredes aos alinhamentos estruturais, quer no projecto final, porque possibilitou a passagem das infra-estruturas necessárias ao funcionamento de um edifício de serviços, numa construção com pés direitos projectados para uma ocupação habitacional.

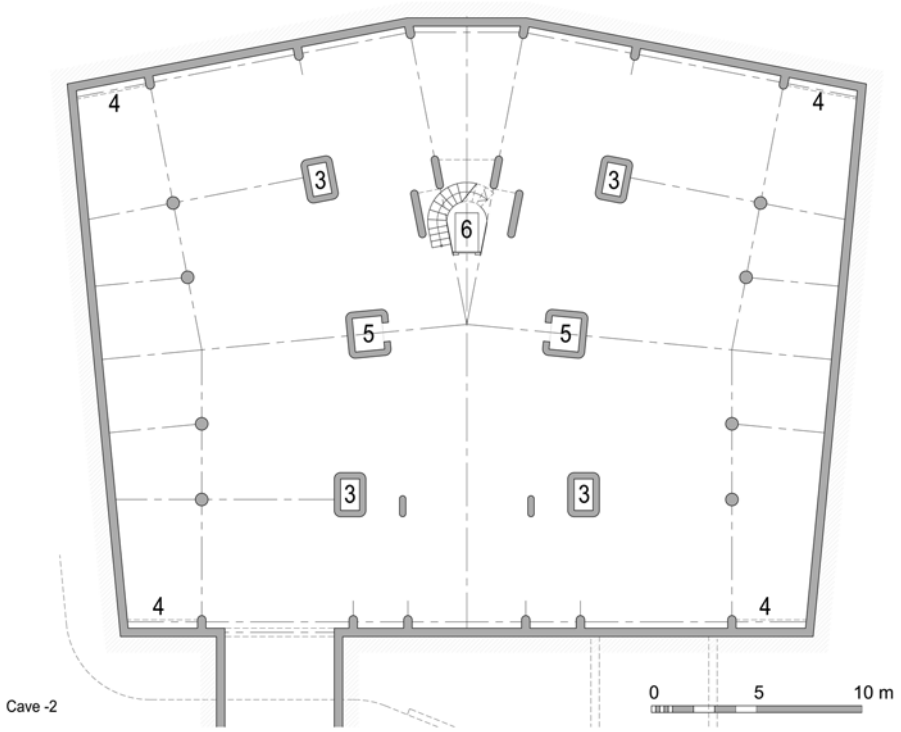


Fig.232 Esquema estrutural do edifício

O sistema de lajes fungiformes permite também uma colocação mais livre dos pilares, uma vez que os mesmos, ao não terem de servir de apoio a um sistema de vigas aparentes, geralmente ortogonais entre si, podem buscar alinhamentos mais de acordo com a distribuição espacial pretendida.

As paredes exteriores (de acordo com a memória descritiva, pois nunca chegaram a ser executadas) seriam duplas, construídas em tijolo vazado pelo interior e maciço pelo exterior, com caixa-de-ar, à semelhança de outros edifícios da época.

Na memória descritiva de arquitectura refere-se que *"os encerramentos e divisórias serão em paredes de tijolo vazado, simples no interior e duplas no exterior, ou na separação das habitações"* (Losa, 1969a:3-6) enquanto que na memória descritiva do projecto de estabilidade, posterior, já se diz que *"as paredes serão de tijolo vazado de 11 cm de espessura, duplas na zona de separação dos condomínios, sendo as paredes exteriores também duplas mas com a*

parede do lado de fora em tijolo maciço, a dobrar para o interior nas aberturas das janelas ou porta" (Soares, 1969:32-41).

Corresponderá esta diferença na descrição efectivamente a uma diferença da constituição das paredes exteriores ou apenas a diferentes níveis de rigor na escrita? E correspondendo efectivamente a uma diferença da previsão de constituição das paredes, quem será responsável pela alteração, o arquitecto Arménio Losa ou o engenheiro António Soares?

Numa folha de apontamentos de projecto pode ler-se a seguinte nota: *"Encerramentos: Por fora nunca tijolo vazado; – ou tijolo burro; – ou blocos de cimento (para rebocar e revestir...)"* Será um apontamento de uma indicação do dono de obra/projectista de estruturas, como outras que se encontram nos poucos elementos disponíveis referentes à fase de obra, ou uma nota do arquitecto?

A utilização de tipos de tijolos diferentes, com massas volúmicas distintas, nos dois panos de uma parede dupla foi algo usado por alguns arquitectos, como por exemplo Agostinho Ricca ou Tasso de Sousa[22], mas que não vingou como exemplo e forma de construir corrente, excepto, claro, quando um dos panos é de tijolo maciço aparente. Este tipo de constituição da parede tinha vantagens óbvias a nível acústico, quer pelo aumento da massa total da mesma, comparativamente a uma solução de dois panos de tijolo vazado, quer pela diferente frequência de ressonância das duas «membranas» que a constituem. Mas para além das evidentes questões acústicas já referidas, a escolha de um material mais pesado, de maior inércia térmica, para a face exterior da parede prende-se certamente com questões de deformação determinadas por variações de temperatura. A dúvida apenas se coloca sobre a quem se deve essa decisão, se ao arquitecto ou ao engenheiro.

Esta forma de construir baseada no conhecimento das características e comportamentos dos materiais não passaram para as gerações seguintes de arquitectos, nem, muito menos, para a prática corrente dos muitos empreiteiros responsáveis pela construção corrente em Portugal e no Porto. Os exemplos de deficiente funcionamento de paredes exteriores duplas, motivados por incorrecto dimensionamento das mesmas, relação entre panos, espessuras, apoios, materiais, sucedem-se, alguns deles levando mesmo à ruína parcial, ou total, do elemento construtivo, ou ao comprometimento da utilização do edifício. Podemos referir, a título de exemplo, dois edifícios construídos na década de noventa na cidade do Porto em que existiram problemas com o funcionamento das paredes duplas exteriores; um que será estudado com mais detalhe no Capítulo 2.4, o edifício Mota Galiza, do arquitecto José Carlos Loureiro e outro, o Teatro do Campo Alegre do arquitecto Rogério Cavaca. No último caso, a utilização de uma parede de tijolo vazado, demasiado fina, pintada de uma cor escura e portanto sujeita a maiores variações térmicas, com apoio insuficiente ao nível das lajes, levou a que a mesma tivesse de ser demolida e refeita ainda mesmo antes da inauguração do edifício, face às fissuras que já apresentava. Questões de execução estiveram na origem da demolição, assumida pela empresa construtora, mas as questões de concepção também a propiciaram, ou a ela não foram alheias. No caso do edifício Mota Galiza enchimentos excessivos do pano exterior da parede associados a um deficiente apoio nas lajes levou à fissuração do mesmo, com infiltrações consideráveis.

22. Por exemplo, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto usa na parede dupla, uma conjugação tijolo vazado/tijolo maciço, sendo o tijolo maciço para receber posterior acabamento.

As paredes do edifício em estudo seriam impermeabilizadas pelo exterior e posteriormente rebocadas, ou revestidas com outro material, cerâmico, provavelmente. Relativamente à ventilação ou não da caixa-de-ar, não existe nenhuma referência explícita na memória descritiva e o facto de as paredes não terem sido executadas retira-nos a possibilidade da observação directa. Podemos, contudo, a partir da observação de outros exemplos, ou do mesmo arquitecto, ou da mesma época (final da década de sessenta) assumir que as mesmas não teriam caixa-de-ar ventilada.

As caixas de recolha dos estores eram executadas em betão aparente, em continuidade com as lajes de piso e salientes da fachada do edifício, como umas fartas sobrancelhas que se colocavam nas janelas. Idêntico remate em betão era colocado em toda a periferia do edifício, na ligação entre o piso térreo, fundamentalmente envidraçado, e os pisos de habitação. Apesar de esteticamente não ser apelativo, construtivamente este tipo de resolução do remate superior dos vãos tem vantagens porque afasta as águas das chuvas dos caixilhos, protegendo-os.



Fig.233 Vista do acesso à cave -1.



Fig.234 Piso tipo e acessos exteriores aos pisos de estacionamento.

Outros cuidados foram considerados no projecto do edifício, como por exemplo *"o isolamento sonoro dos pavimentos e a redução de transmissão de ruídos através das paredes e das estruturas*" que seria *"resolvido com o emprego de materiais apropriados*", embora não explicitamente referidos na memória descritiva.

A preocupação com isolamentos acústicos não era corrente naquela época (e, para sermos rigorosos, nem na presente, não fossem as alterações legislativas que a isso obrigam). A passagem de pavimentos em madeira para sistema de lajes em betão armado melhorou significativa a barreira à propagação de ruídos entre diferentes pisos de tal forma que em certas memórias descritivas, das décadas anteriores, se refere essa característica construtiva para justificar o isolamento acústico, sem qualquer outra disposição adicional. Noutras memórias, nem tal preocupação é expressa. Contudo, na obra de certos arquitectos, essa era uma preocupação importante. Podemos tomar de exemplo, outra vez, o Bloco das Águas Livres, para o qual NTP recorreu ao LNEC, ainda de recente existência, como consultor e avaliador das soluções acústicas preconizadas, tanto ao nível das paredes de divisão entre fogos, como nas lajes de separação de pisos. Assim foram consideradas duas soluções de diferente qualidade, a de melhor comportamento na zona de soalhos, por interposição de uma camada resiliente de lã de basalto, e uma de menor isolamento na zona de linóleo com cortiça, em que apenas um betão celular associado ao amortecimento do revestimento do próprio piso poderia reduzir um pouco os sons de percussão.

No caso do edifício em estudo, ao se referir a redução da transferência de ruídos através das estruturas, certamente se preconizariam soluções de dessolidarização das lajes em relação à camada de uso dos pavimentos, à semelhança do que foi feito na Urbanização dos Olivais, também por NTP, aqui com *"o criativo projecto de construção-engenharia civil realizado por Ruy José Gomes*" (Tostões, 2002). O engenheiro Ruy José Gomes, responsável pela entrada de Nuno Portas no LNEC, pormenorizava tudo, como refere este último (Portas, 2007-04-30), desde a estrutura, até às caleiras e pavimentos.

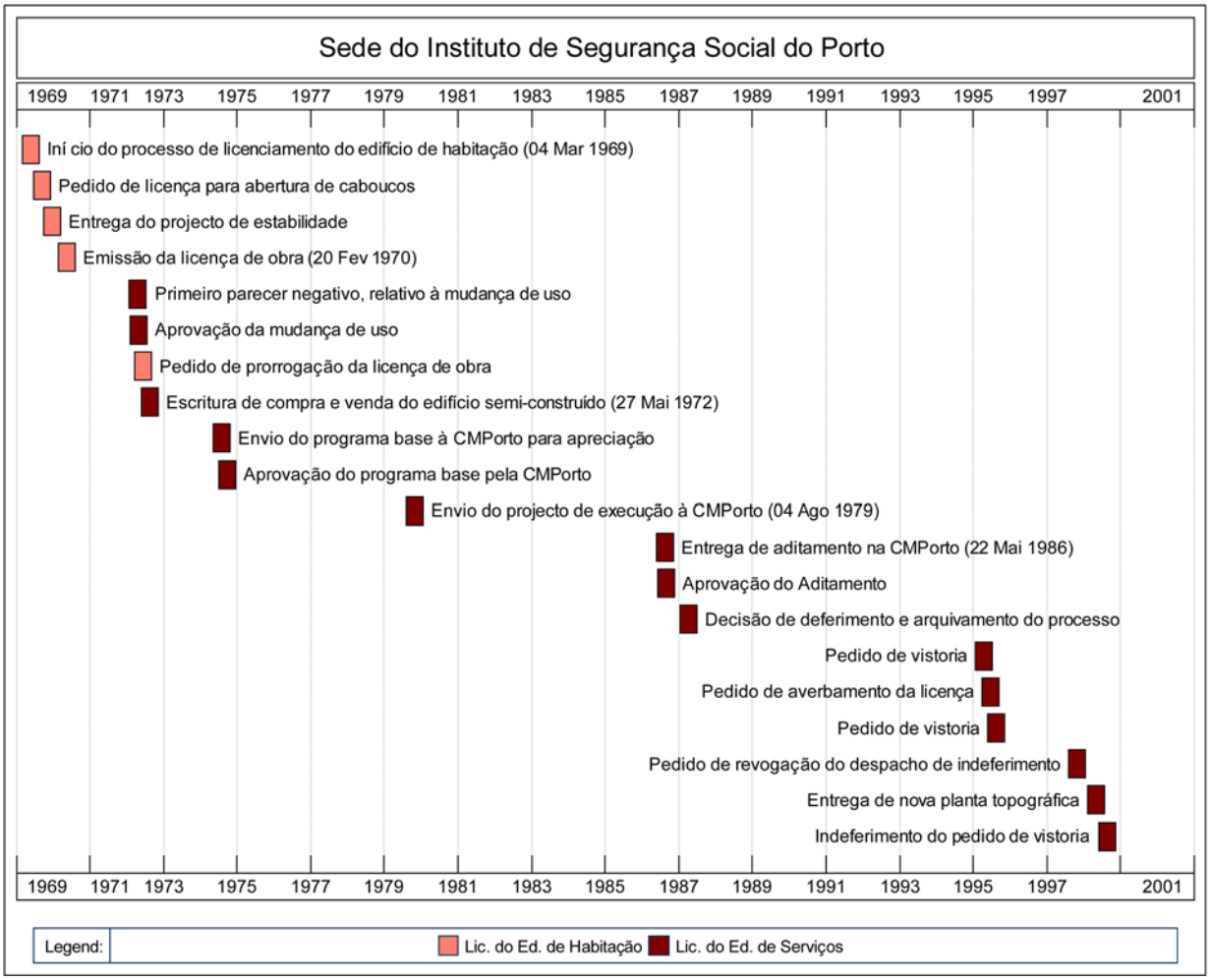


Fig.235 Cronologia do processo de Licenciamento.

B.1.3. A fase de construção

A construção foi iniciada em 1970[23], tendo, provavelmente, as escavações sido iniciadas mais cedo, uma vez que em 21 de Junho de 1969 foi solicitada licença para abertura de caboucos, mostrando haver, pelo menos, essa intenção. Terá decorrido com normalidade até ao final de 1971/início de 1972, altura em que estava praticamente concluído o grosso da estrutura. Os poucos elementos que existem relativos a esta fase de obra não nos permitem aprofundar muito as questões que se foram colocando na execução. Contudo, algumas coisas podem ser inferidas a partir desses elementos.

O ritmo inicial da obra não foi muito rápido no contexto geral da mesma, pois tendo-se iniciado nos primeiros meses de 1970, em Fevereiro de 1971 ainda era necessário *"definir com precisão a diferença de níveis entre o R/C e o 1º andar*" (Losa, 1971-02-04) pelo que se pode concluir que a laje do 1º piso ainda não estava executada. Na mesma altura ainda se definiam as dimensões dos pilares do rés-do-chão e dos pisos. Até ao final de 1971 seriam concluídas as onze lajes dos pisos de habitação, num incremento do volume de construção certamente muito beneficiado pela definição entretanto feita a nível do projecto de execução (estruturas) e a sistematização da obra permitida pela facto de os pisos serem todos iguais.

Para esta diferença de ritmos na execução de volumes de obra também contribuiu certamente o sistema de fundações por estacas, de execução mais morosa e sem «visibilidade» no edifício.

Outro aspecto que merece referência é o facto de, por se tratar notoriamente de um investimento de um conjunto de pessoas, haver que ponderar bem o desfasamento entre a disponibilização do capital e o tempo do seu retorno, pelo que se deixam por executar, ou acabar, zonas que ainda não têm *"*interessados na exploração"[24]. Estão nestas circunstâncias as áreas comuns do rés-do-chão e a possibilidade de construção de um entre-piso entre o rés-do-chão e o primeiro andar. Este entre-piso, que no projecto de licenciamento inicial não vem representado em planta e num dos cortes tem uma expressão reduzida, seria certamente algo pensado desde o início, mas não explicitado nos desenhos para que não fosse considerado como um piso efectivo. Existe a referência a um aditamento já preparado, mas que provavelmente nunca chegou a entrar na CMPorto em virtude do abandono da solução de torre de habitação[25].

O facto de haver coincidência entre investidor e projectista de estruturas leva a que sejam mais facilmente colocadas hipóteses de não execução de elementos estruturais, que serão deixados para uma fase posterior. Dos

23. Apesar de não sabermos a data exacta do início da construção, a Licença de construção nº 86/70 é emitida em 20-02-1970, pelo que se estima que a obra tenha sido iniciada pouco depois.

24. *"Não se estudará em pormenor a zona do R/C e do entresolo (sic) senão quando houver interessados na exploração dos espaços disponíveis – mesmo a casa do porteiro aguardará. Quanto a estruturas para o entresolo (sic), portaria etc.... depois se verá!"* (Losa, 1971-02-04) [sublinhado da autora]

25. Nos processos consultados na C.M.P. esse aditamento não consta nem existe qualquer referência ao mesmo. Seria muito provavelmente um aditamento para dar entrada no final da obra, com todas as alterações que foram executadas no decurso da mesma, à semelhança do que ainda é uso fazer-se. A apresentação de um aditamento ainda no decurso dos trabalhos pode ter implicações no normal decurso da obra, pelo que é habitual fazer apenas a sua entrega quando se ultimam os acabamentos e quando todas as alterações já estão executadas. Ao colocar a câmara perante uma situação consumada é geralmente mais simples garantir a sua aprovação nos casos mais sensíveis, como neste caso, que implicaria um aumento da área de construção.



Fig.236 Vista desde Sudeste.
(Vale, 2007/08d)



Fig.237 Vista desde Noroeste.
(Vale, 2010/04)

apontamentos desta fase é notório que quem coordena o projecto não é o arquitecto Arménio Losa, mas o engenheiro António Soares, engenheiro de estruturas e proprietário.

Como empreendimento para investimento que era, deve sujeitar-se às questões de mercado, por isso nesta altura é também questionada a opção inicial de exclusiva aposta em tipologias elevadas e áreas avantajadas. Assim é solicitado ao arquitecto que faça um estudo de *"hipóteses de plantas com subdivisão de habitações (apartamento + pequena habitação) nos pisos mais baixos*" (Losa, 1971-02-11:3)[26]. Não se conhecem os desenhos com essas propostas de alteração, mas quando foram fornecidas aos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade [SMGE] as potências necessárias para o empreendimento, é já referido que estão projectadas 44 habitações (Soares, 1969-07-28) e não as 33 que constam do projecto licenciado, pelo que se depreende que, pelo menos do ponto de vista de reserva de potência eléctrica, foi considerada a divisão em fracções de áreas mais reduzidas ainda numa fase anterior à emissão da licença.

A ideia dos investidores era certamente comercializar os apartamentos numa fase de obra, permitindo, por um lado, que os futuros proprietários/habitantes ainda pudessem fazer alterações à fracção e, por outro lado, diminuir os encargos financeiros do investimento.

Desta fase de acompanhamento de obra e clarificação de projecto de execução são também alguns apontamentos relativos aos acabamentos dos elementos de betão à vista, que deveriam ser deixados por terminar,

26. *"Mais que urgente – Desenhar e apresentar em vegetal – para redução a planta tipo e possíveis variantes"*

apenas com adiantações de ferro, para serem concluídos numa fase posterior e ficarem menos sujeitos ao desgaste e deterioração normal no decurso de uma obra.

Problemas com o empreiteiro,[27] aliados certamente às questões de rentabilização do investimento, fizeram com que a obra fosse interrompida. Outras questões, adiante abordadas, determinaram que a mesma permanecesse parada durante vários anos, quase uma década. Chegou a ser falada a possível instalação de um lar de idosos no edifício, o que permitiria a manutenção do uso residencial, ou da Polícia Judiciária[28], mas sem concretização em nenhum dos casos.

Em 27 de Maio de 1972 o terreno com seis mil e duzentos metros quadrados e o edifício *"em vias de acabamento*" com *"área coberta de mil cento e cinquenta metros quadrados*" (Caixa de Previdência et al., 1972-05-27)[29] são vendidos pelo grupo de proprietários iniciais à Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-Sociais do Distrito do Porto [CPAFSMSDP][30] para a instalação da sua sede. O edifício teria de ser adaptado às novas funções, devendo ter em conta, designadamente, as questões ligadas ao afluxo de público ao mesmo e o enorme número de trabalhadores que o programa das Caixas de Previdência implicava.

O que estava executado nessa altura e foi adquirido pela Caixa de Previdência correspondia a uma estrutura de betão armado, construída no lado Nascente do terreno em questão, com 14 pisos e apresentando as características seguintes:

"- Pés-direitos de 2,30 nos primeiros dois pisos - 01 - 02 - destinados inicialmente ao estacionamento de carros ligeiros;

- Pé-direito de 5,20 no piso seguinte -1 - situado ao nível do terreno circundante pelos lados Nascente e Norte;

- Pés-direitos de 2,80 em todos os pisos do corpo da torre, com duas pequenas áreas onde as lajes se situam a cota inferior à das restantes superfícies (0,34);

- Quatro mangas e duas caixas de ascensores, rasgadas a toda a altura da construção, definidas e envolvidas por paredes estruturais de betão armado;

- Uma escada de planta circular e de 0,90 de largura;

- Lajes «Ferca» de 0,36 de espessura, sem vigas aparentes;

---

27. Informação verbal [arquitecto Matos Ferreira] não confirmada documentalmente. Não sei (ainda) quem foi esse primeiro empreiteiro, pois nessa altura ainda não era necessária a apresentação do alvará para a emissão da licença de construção.

28. Informação verbal [Intendente Salgado Rosa] não confirmada documentalmente.

29. *"[…] Dr. Jorge Fonseca Jorge em representação da Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-Sociais do Distrito do Porto […] na qualidade de presidente da respectiva direcção[…]"* (Caixa de Previdência et al., 1972-05-27)

30. A "Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-Sociais do Distrito do Porto", em 1979, passa a ter a designação "Centro Regional de Segurança Social do Porto" e em 1993 passa a "Centro Regional de Segurança Social do Norte". A partir de 2001 passa a denominar-se "Instituto da Segurança Social, I.P.", designação que mantém actualmente. No presente trabalho, utilizam-se as designações à data, geralmente em forma abreviada, ou a designação presente, quando isso faz sentido.

- *Um desenvolvimento em planta do tipo centralizado"* (Losa & Ferreira, 1974b).

Nos apontamentos de obra pode-se ler que a laje da varanda seria para executar depois e o facto de nesta descrição apenas vir referido que duas lajes se encontravam desfasadas altimetricamente, vem confirmar a ideia que a varanda central não estava executada. O que é importante porque facilita a adaptação do edifício e o desenho dos alçados, como à frente veremos.

B.2. 1972-79 – As vicissitudes da alteração ao projecto

Não é certamente caso único a história conturbada deste edifício. Os processos céleres e em que tudo corre como deveria são a excepção e não a regra na nossa realidade. Contar alguma da história do edifício, mais do que satisfazer a curiosidade despertada, serve para perceber as opções tomadas durante a longa génese do mesmo e poderá servir como referência para outros casos similares, ainda que se pense que com esta complexidade serão necessariamente poucos.

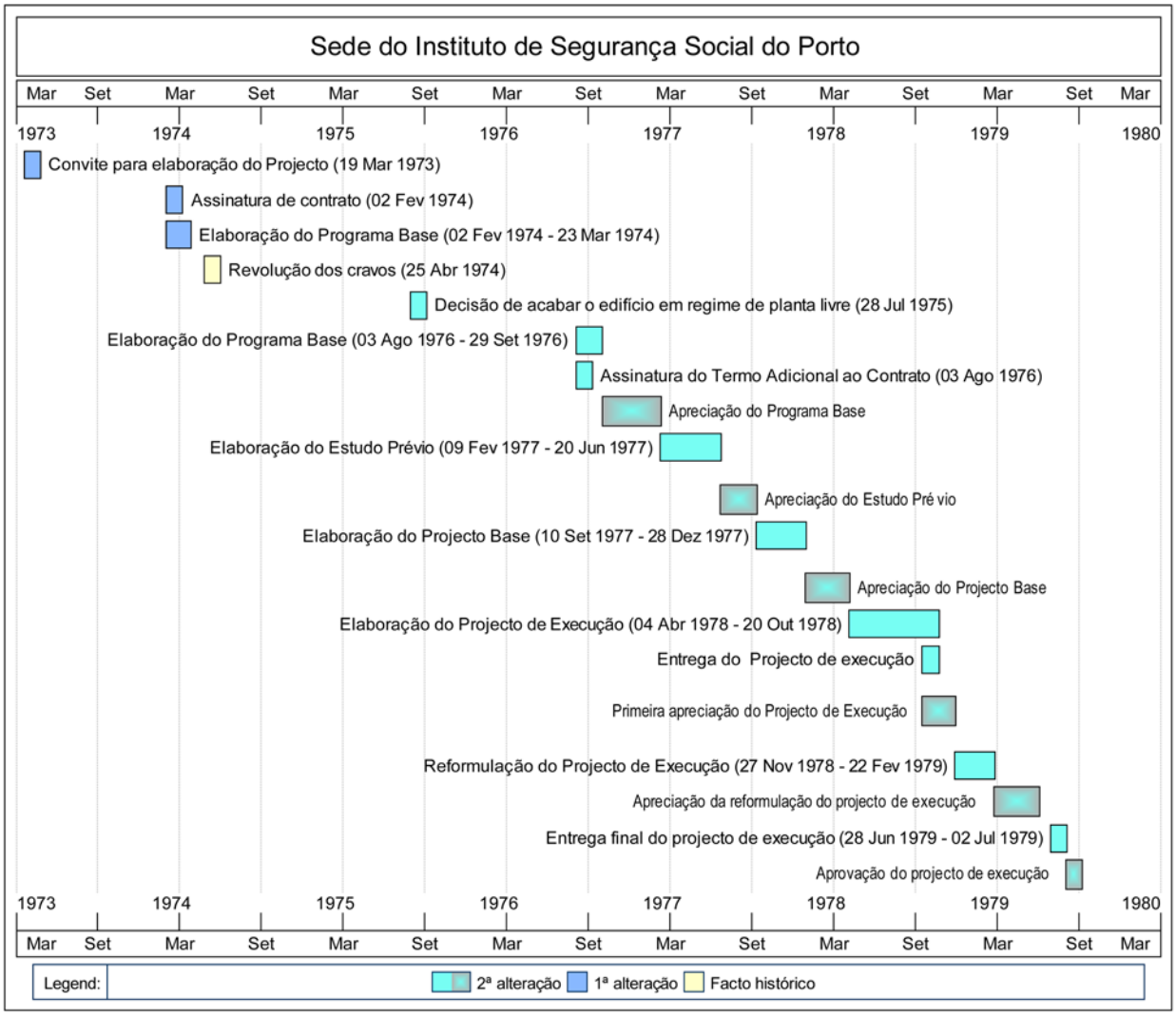


Fig.238 Cronologia do processo de adaptação do edifício.

[1972]

A instalação dos serviços da Caixa de Previdência implicava um novo projecto, que aproveitasse a estrutura já construída, mas que adaptasse os espaços e as circulações às novas funcionalidades.

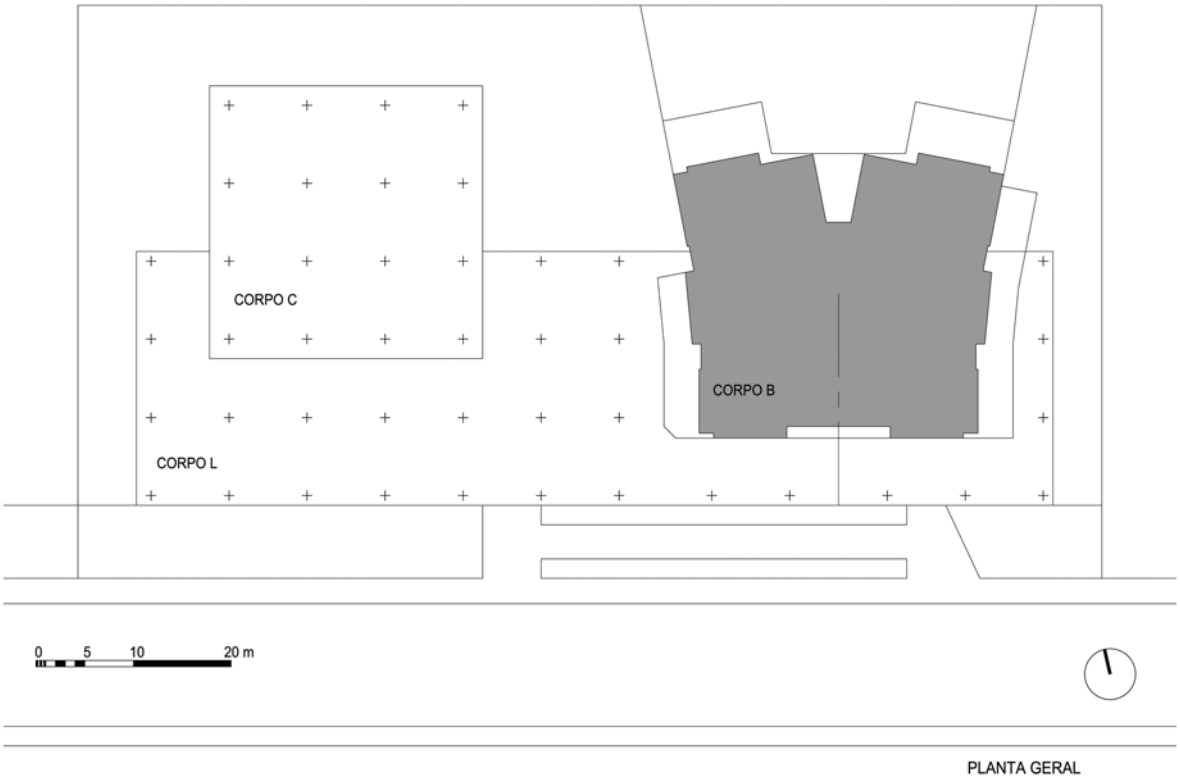


Fig.239 Hipótese provável de implantação do pedido de viabilidade de 1972.

Adaptado a partir de: (Losa, [1972]

Antes da aquisição, para aferir a viabilidade da mesma, o arquitecto Losa elaborou um esboceto, com o estudo da possibilidade de adaptação do edifício aos serviços da Caixa de Previdência, sendo esse estudo entregue na CMPorto afim de colher parecer. Para além das questões de mudança de uso, que deveria ser autorizada pela CMPorto para viabilizar a aquisição, já que o edifício anterior era exclusivamente residencial, colocavam-se também questões de alteração/aumento de área de implantação e de volumetria. Da leitura do processo, já que não foi possível encontrar nem na Câmara do Porto, nem no espólio de Arménio Losa, esses elementos, o mesmo corresponderia a uma colecção de desenhos, à escala 1/500, sem muito detalhe (porque tal também não interessava), onde já se preconizariam as alterações a nível das circulações verticais e o aumento de um piso em relação ao projecto de habitação. Este processo poderia ter sido remetido por carta e não registado com requerimento, devido às formas habituais de cortesia entre instituições públicas, como noutras circunstâncias posteriores aconteceu, sendo essa uma razão possível para o seu desaparecimento, ou pelo menos para a sua não inclusão no processo de licença de obras.

Nesta primeira versão, aproveitando a hipótese de implantação de um segundo corpo, perpendicular ao arruamento, já preconizado na planta topográfica fornecida pela CMPorto aquando do licenciamento da habitação, teria sido já avançada uma proposta com ocupação do lote para além da área de implantação da torre. No espólio de

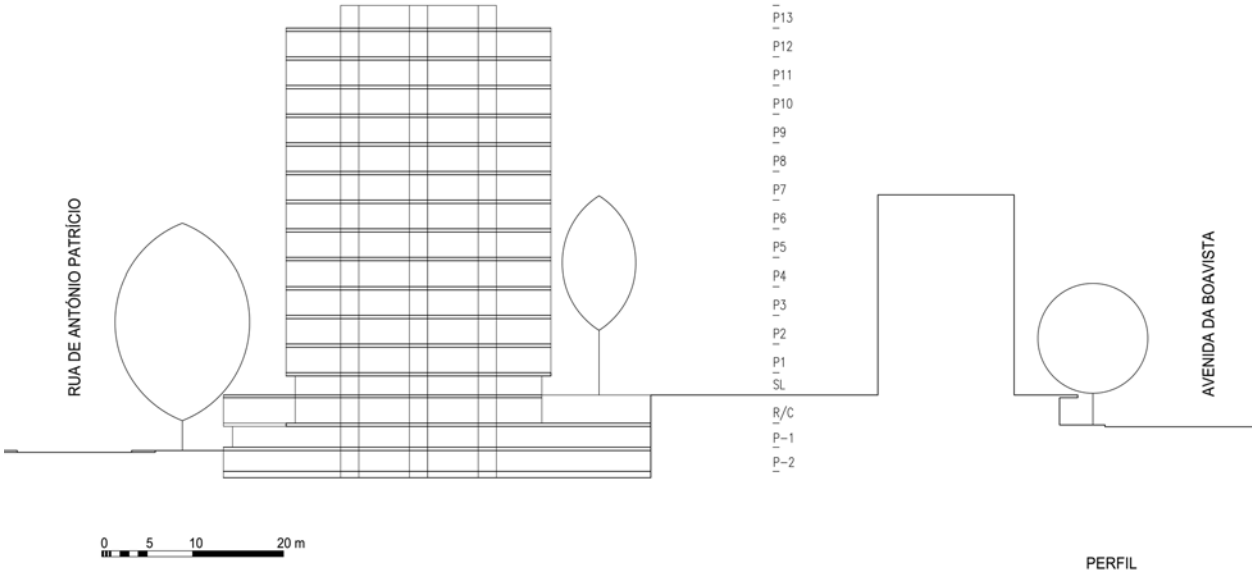


Fig.240 Perfil entre a Avenida da Boavista e a Rua de António Patrício.

Adaptado a partir de: (Losa, [1972]

AL referente a este projecto, existem três desenhos, sem data nem legenda, com um estudo de mancha de implantação e esquema volumétrico, de um corpo baixo que ocupa a quase totalidade do lote. Estes desenhos, um em cópia ozalid, aparentemente de uma primeira hipótese, e dois em vegetal, com esquiços de alterações a essa mesma solução, parecem corresponder a dois tempos de projecto. O primeiro desses desenhos pode corresponder à hipótese apresentada em 1972 (Losa, [1972]) à CMPorto e os dois vegetais a estudos para o programa base de 1974, como parece indicar a descrição das alterações de implantação na memória de 1974 (Losa & Ferreira, 1974a).

Nessa memória de 1974 diz-se que

> *"As implantações e os volumes do conjunto aceite pela Câmara Municipal do Porto, alteram-se apenas quanto à forma [...]. Assim, o corpo baixo, a desenvolver em extensão e profundidade, desdobra-se quanto à profundidade de modo a permitir a introdução de um pátio-jardim de iluminação. Em lugar de um único corpo com excessiva profundidade e apenas duas frentes de iluminação, propõem-se a arrumação do mesmo espaço útil em melhores condições de iluminação natural e de contacto visual com os espaços livres exteriores. Entre este pátio e a rua, o espaço é organizado ao nível do piso - 0 - como zona de entrada principal - para o público e acessoriamente para o C.A.T. - criando-se deste modo não só a transparência imposta pela C.M.P., como um sector de valorização urbana e arquitectónica de que se tira bom partido, especialmente na clarificação e comodidade dos circuitos"* (Losa & Ferreira, 1974a).

Esta descrição de desdobramento em dois corpos está de acordo com os esquiços em vegetal, sendo portanto a cópia ozalid correspondente a esse estudo preliminar de 1972.

Encontramos num documento de 1980 uma transcrição do primeiro parecer negativo dado a esse pedido datado de 27 de Janeiro de 1972. No mesmo diz-se:

> *"O pedido em questão solicita a instalação de um serviço público de grandes dimensões num terreno situado em zona residencial de características bem definidas, serviços aqueles que não têm qualquer relação com as zonas circunvizinhas.*
>
> *Porque se trata de um pedido contrariando os princípios base de disciplina urbanística, não pode ser considerado favoravelmente devendo manter-se o tipo de ocupação actual, de acordo com o plano director"* (CMPorto, 1980-06-06:5i).

Depreende-se, que numa primeira fase, as questões colocadas pela CMPorto se centram na mudança de uso, não questionando opções de implantação e volumetria, ou a montante, urbanísticas, não por não as considerar relevantes, mas sim extemporâneas. Não sendo aprovada a mudança de uso, todas as restantes questões cairiam por terra.

Vale a pena referir que o carácter marcadamente terciário da zona da Avenida da Boavista ainda não existia na altura, nem na própria avenida e muito menos nos arruamentos circundantes do designado Bairro de Guerra Junqueiro. Existem ocupações industriais, algumas de dimensão considerável, na Avenida da Boavista, (algumas recentemente demolidas) e na próxima Rua do Campo Alegre mas a conquista pelos edifícios de serviços ainda não se tinha iniciado.



Fig.241 Fábrica na Avenida da Boavista, demolida em 2009

O centro administrativo do Porto permanecia na zona da Baixa [Avenida dos Aliados] e os efeitos da abertura da travessia da Arrábida [1963] ainda eram ténues, embora visíveis ao nível do deslocamento da pressão construtiva da cidade para Poente[31]. Tomando apenas dois exemplos, de edifícios estudados neste trabalho, a sociedade William Graham, tinha iniciado o licenciamento dos primeiros edifícios do Foco, em 1962 (CMPorto & Ricca Gonçalves, 1963),

31. Podemos sempre questionar se foi a abertura da ponte da Arrábida que deslocou a pressão construtiva para Poente, se o deslocamento da pressão construtiva e opções estratégicas de planeamento é que determinaram a execução do segundo atravessamento rodoviário do rio Douro.

precedido por um estudo urbanístico (não estudado no presente trabalho) e a Soares da Costa inicia o licenciamento do primeiro dos edifícios marginais à nova via de cintura em 1970 (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1971).

Decorrem certamente «negociações» entre a CMPorto e a Comissão, pois a pretensão de mudança de uso da Caixa de Previdência vem a ser aceite, como se pode depreender pela continuidade do processo e pelas referências em documentação posterior, designadamente nas peças do processo do primeiro Programa Base [PB], de 1974. Nas peças escritas desse PB são referidas as *"Imposições da CMPorto*" que nesta altura são o único documento, para além do desenho não datado, que nos elucida quer sobre essas imposições, quer sobre o que teria sido esse primeiro esboceto.

> *"Por despacho de 3-2-72, a Câmara Municipal do Porto fixou as novas condições a respeitar na ampliação dos limites anteriormente fixados para a edificação local:*
>
> *A) – Os edifícios serem exclusivamente destinados aos serviços públicos;*
>
> *B) – Disporem de cave para estacionamento, sendo esta circunscrita à área coberta;*
>
> *C) – Todo o terreno livre da construção deverá manter-se arborizado e ajardinado;*
>
> *D) – Aparte os dois edifícios principais, o piso térreo da restante área coberta deverá ficar livre de qualquer construção e feito o seu tratamento por meio de espécies vegetais que dêem continuidade à zona arborizada e transparência desde a rua até ao terreno interior" (Losa & Ferreira, 1974b).*

Percebemos, do último ponto, que os dois edifícios principais, constantes da planta topográfica como referido anteriormente, ocupavam efectivamente a sua área de implantação com construção ao nível térreo. A *"restante área coberta*", que, a verificar-se ser a representada nos desenhos sem data existentes no CDFAUP, ocupava a quase totalidade do lote, deixando apenas as distâncias regulamentares para o limite da propriedade, seria apoiada sobre pilotis, deixando a possibilidade do seu tratamento arbustivo e a transparência, ao nível dos olhos do observador, para a vegetação do fundo do lote.

Com a aceitação, pela Câmara do Porto, da alteração de uso e o estabelecimento de condições de edificação consideradas compatíveis com o programa a instalar, a Caixa de Previdência avançou para a aquisição do terreno e do edifício com a estrutura parcialmente concluída, pretendendo, se possível, ir além da capacidade construtiva do estudo aceite, como se consegue depreender de vários dos elementos consultados no processo do projecto e da correspondência entre projectista e dono de obra.

[1973]

Pouco tempo depois, em Março de 1973, o arquitecto Arménio Losa é convidado, pelo engenheiro Rafael dos Santos Costa, Presidente da Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social, para

> *"colaborar com este organismo no sentido de assumir a conclusão do projecto de arquitectura" [da] "futura sede da Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-Sociais do Distrito do Porto, a realizar na Rua António Patrício nessa cidade" [tendo-se deslocado a Lisboa, menos de uma semana depois, para] "trocarem impressões sobre o assunto"* (CEODMCPS, 1973-03-19).

O convite foi aceite e nos meses seguintes (entre Março/73 e Janeiro/74) são discutidas as condições de contrato.

Ainda em Março de 73 é remetido a AL *"fotocópia do programa a satisfazer para o projecto da sede da Caixa*" (CEODMCPS, 1973-03-29), documento elaborado em 1970 (Caixa de Previdência, 1970-03-16), antes da aquisição do terreno e edifícios na Rua António Patrício. O programa, tendo como horizonte o crescimento natural dos serviços até ao ano de 1985, previa uma necessidade de áreas funcionais, sociais e complementares de 8530 m^2 para um quadro de pessoal de 647 funcionários. Não estariam previstas nestas áreas as necessárias circulações horizontais e verticais, mas os 11 930 m^2 de área bruta da estrutura existente, somados aos 840 m^2 do piso a ampliar seriam suficientes para o cumprimento deste primeiro programa, mesmo sem contar com a área do segundo edifício e do corpo baixo entre os dois.

Este programa que estabelece um crescimento a partir de 647 funcionários, em 1970, para 895, em 1985, rapidamente se verifica não corresponder ao verdadeiro ritmo de crescimento dos trabalhadores da instituição, pois em duas notas manuscritas podemos ver que em Dezembro de 1971 a Caixa de Previdência já tinha 777 funcionários e em Março de 1972, 818, pouco abaixo das previsões de 1985 e ainda a 13 anos de distância.

É então elaborado pelos serviços novo programa que fica concluído em Setembro de 1973.

"O [...] programa destinado ao estudo do projecto de construção das instalações administrativas da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de PORTO (S.M.S.) constitui a actualização do programa anteriormente elaborado pela Inspecção de Previdência Social, em virtude de a Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social, solicitar que o mesmo programa fosse revisto à luz dos actuais conceitos sobre a organização e funcionamento dos serviços.

Esta actualização foi levada, a efeito pelos Serviços de Organização e Métodos da Federação, visto o despacho de 12/10/71 de Sua Excelência o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência lhes conferir competência para se pronunciarem sobre a criação ou reorganização das estruturas e dos quadros de pessoal das Caixas Federadas" (Caixa de Previdência, Set. 1973).

Neste programa, toma-se como base o ano de 1970 e como horizonte de projecção o ano de 1990. As alterações dos regimes contributivos da Segurança Social, por exemplo resultado da incorporação no regime geral dos beneficiários de regimes especiais e a inclusão de serviços anteriormente não considerados, levam a um espectável aumento de funcionários muitíssimo superior ao do anterior programa, partindo já de uma base também superior (Caixa de Previdência, Set. 1973)[32].

No mesmo são definidas as áreas necessárias para os diversos serviços. Resultado mais do que do aumento do quadro de pessoal, da alteração de «conceitos sobre a organização e funcionamento dos serviços»[33] a necessidade de áreas passa dos anteriores 8 530 m^2 para 13 252 m^2, ao que devem igualmente ser somadas as áreas para circulações verticais e horizontais, cerca de 40% no parecer de Arménio Losa, o que daria um total de 18 852,8 m^2. O total indicado nos cálculos dos serviços técnicos da comissão, ainda segundo nota manuscrita de AL, é de 19 320 m^2, pelo que o valor é de aceitar.

Este programa era demasiado ambicioso em termos de áreas, se tomarmos por referência o edifício e terrenos adquiridos, mas provavelmente não andou longe do que foram as necessidades efectivas da Segurança Social, que desde então tem andado repartida por diversos edifícios na cidade do Porto.

Tabela 44: Comparação de áreas e número de funcionários entre os dois programas.

	Nº de funcionários			Áreas
	Base	Horizonte 1985	Horizonte 1990	(m^2)
Programa de 1970	647	895		8 530
Programa de 1973	783		1 040	13 252

No programa é também estabelecido um conjunto de *"regras a observar na implantação dos serviços*" (Caixa de Previdência, Set. 1973)[34]. Dessas regras, nesta altura, é importante reter a última das mesmas, pois terá implicações em vários tempos do processo do edifício; *"12ª Assegurar a possibilidade de ulterior ampliação horizontal ou vertical das instalações*".

Para a

> *"elaboração do contrato referente ao projecto das futuras instalações da sede da Caixa de Previdência [...], a efectuar com base no modelo de proposta fundamentado nas novas «instruções» do MOP para o cálculo de honorários [é solicitado a AL a indicação dos] nomes dos técnicos que irão colaborar no projecto, e o respectivo «curriculum vitae», considerando, além do projecto e respectiva coordenação a efectuar por [AL], os seguintes estudos parcelares: fundações e estruturas; instalações e equipamentos eléctricos; instalações e equipamentos mecânicos; e instalações e equipamentos de águas e esgotos"* (CEODMCPS, 1973-05-14).

32. *"2.2. Quadro de pessoal*

Para o cálculo do Quadro de Pessoal seguiu-se a sistematização do anterior programa realizado pela Inspecção da Previdência Social, tendo-se procedido, no entanto, às seguintes alterações:

1º Atendendo à necessidade de alargar o prazo de programação considerou-se o ano de 1990 como termo desse prazo e 1970 como ano de base;

2º Dado o notável incremento dos serviços administrativos da A.M.S. entendeu-se alterar a fórmula estabelecida para o cálculo da componente Q2, substituindo o coeficiente 0,00023 por 0,0003;

3º Perante a tendência de absorção dos beneficiários dos regimes especiais de previdência e abono de família pelo regime geral considerou-se para o cálculo do quadro de pessoal não só o número de beneficiários do regime geral actualmente a contribuir, como também a totalidade da população rural, pressupondo já concretizada uma situação que ainda se não verifica. Do mesmo modo se incluiu na estimativa do número de contribuintes a ter em conta para o cálculo da componente Ql os contribuintes do Regime Especial de Previdência, bem como a população familiar dos rurais para a determinação da componente Q3.

4ª Contando com a integração atrás referida, houve necessidade de estabelecer critério diferente para a projecção do quadro de pessoal, visto a linha de tendência da população activa a abranger pela Caixa e constante das bases elaboradas pelos serviços do Ministério das Corporações e Previdência Social carecer de actualização. Por isso, optou-se pela utilização do índice de crescimento da população activa, excluindo desta o sector da administração pública, o serviço militar e o desemprego" (Caixa de Previdência, Set. 1973).

33. No caso dos funcionários o aumento corresponde a 21% no número de base, 16% no horizonte de projecção e corresponde a 55% no aumento de áreas, pelo que se depreende facilmente que a alteração de conceitos organizativos e funcionais é a maior responsável pelo aumento de áreas.

Apesar de a idade ainda não ser muito avançada, pois tinha 65 anos à data, AL não se sentiu com forças para avançar com o projecto de arquitectura sozinho, tendo optado por convidar o antigo colaborador, arquitecto Alfredo Matos Ferreira [MF], vinte anos mais novo, para um trabalho de co-autoria, com cláusulas devidamente estabelecidas segundo acordo escrito. O arquitecto Matos Ferreira seria responsável pela gestão do *"escritório"* onde o projecto seria elaborado, AL seria responsável pela coordenação do projecto e, por inerência, pelos contactos com o dono de obra e outras instituições.

As cláusulas do acordo são bem detalhadas, designadamente sobre as responsabilidades de cada um e sobre a propriedade dos elementos produzidos, em caso de *terminus* da colaboração antes da conclusão do projecto. A colaboração é estabelecida unicamente para o projecto em questão, podendo, caso

> *"ambas as partes [o] entenderem dar-lhe continuidade mediante contrato adicional"* (Losa & Ferreira, [s.d.])[35].

Este acordo, estabelecido desta forma, principalmente quando entre arquitectos o mais habitual é alguma informalidade nas relações profissionais, indicia experiências anteriores de AL que notoriamente não pretendia repetir neste projecto.

As responsabilidades são repartidas e rigorosamente definidas.

> *[Arménio Losa,] "como responsável, por contrato, pelo projecto e, posteriormente, pela direcção dos trabalhos de edificação perante o dono de obra, é o principal autor e, como tal, fica com o direito de orientar e coordenar os estudos de concepção, os estudos e projectos técnicos especiais, os desenhos de pormenor e, ainda, de decidir sobre os materiais a aplicar na edificação"* (Losa & Ferreira, [s.d.])[36].

---

34. *"5 – REGRAS A OBSERVAR NA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS*

Deve observar-se, na medida do possível, o diagrama de distribuição e circulação constituído pelo anexo L das bases elaboradas pelo Ministério das Corporações e Previdência Social e a tender-se às seguintes regras de implantação:

1ª Localizar os arquivos e depósitos nos pisos inferiores e os átrios reservados aos serviços de Informação Geral e Tesouraria no rés-do-chão.

2ª Prever que as salas do serviço de Informação Geral possuam eficientes meios de comunicação com os vários sectores dos serviços, de modo a evitar, quanto possível, as deslocações dos interessados às secções;

3ª Distribuir, sempre que possível, pelo mesmo piso, os serviços correspondentes a cada divisão.

4ª Reservar o último ou últimos pisos para os serviços ou funções que não envolvam, recepção de público em geral, nomeadamente os gabinetes directivos e salas de sessões, a biblioteca e a sala de formação profissional.

5ª Reduzir o número de corredores prevendo-se gabinetes de recepção, vestiários, lavabos, etc.;

6ª Ter presente que o serviço de informação deve ser efectuado sem interposição de "guichés";

7ª Reduzir os ruídos por uma insonorização adequada;

8ª Prever a implantação de gabinetes envidraçados para os chefes de secção, contíguos às salas de trabalho;

9ª Prever a instalação de meios mecânicos de transmissão interna de documentos;

10ª Prever soalhos resistentes, insonoros e higiénicos;

11ª Prever, além das áreas mínimas atrás fixadas, que as salas tenham condições favoráveis de audição, luz e ventilação;

12ª Assegurar a possibilidade de ulterior ampliação horizontal ou vertical das instalações" (Caixa de Previdência, Set. 1973).

*[Matos Ferreira] "estudará e organizará o projecto, seus pormenores, em colaboração e perfeito entendimento com AL e, como co-autor, assinará todas as peças do projecto e dos pormenores de execução" (*Losa & Ferreira, [s.d.])[37].

"MF assume, por delegação de AL, a responsabilidade pela direcção do «escritório», pela elaboração e organização de cada uma das fases do projecto, dos pormenores de execução, dos cadernos de encargos, das medições, estimativas e orçamentos e, de um modo geral, de todos os elementos e trabalhos a produzir pelo «escritório» ou de assistência à obra, de acordo com o exigido pelos regulamentos e pelo contrato outorgado pelo dono de obra" (Losa & Ferreira, [s.d.])[38].

São ainda estabelecidos no acordo, em caso de dissolução da sociedade, a propriedade do projecto, de todos os elementos produzidos, ou em execução, e de todo os materiais e equipamentos adquiridos para a elaboração do mesmo.

[Os] "desenhos, documentos, peças de estudo e demais elementos do projecto ou da direcção de obra, ficarão na posse de AL. Os materiais e utensílios adquiridos em comum dividir-se-ão em lotes de igual valor por ambas as partes" (Losa & Ferreira, [s.d.])[39].

Para os projectos de especialidade, AL convida para as Fundações e Estruturas, os Engenheiros Associados (Engenheiros Associados, 1973-06-08)[40], projectistas iniciais do edifício de habitação e parciais proprietários do mesmo, tirando todas as vantagens da continuidade da equipa. Para as Instalações e Equipamentos Eléctricos, o engenheiro electrotécnico Paulo Tavares (Tavares, 1973-06-07)[41] e para as Instalações e Equipamentos Mecânicos e as Instalações e Equipamentos de Águas e Esgotos, o engenheiro mecânico Bernardino Rodrigues (Rodrigues, 1973-05-25)[42]. O dono de obra não aceita um engenheiro mecânico como responsável pelas instalações de águas e esgotos e solicita a designação de um engenheiro civil, vindo a ser escolhido o engenheiro Rui Oliveira, igualmente co-proprietário inicial do terreno e membro dos Engenheiros Associados.

Outra questão que é alvo de «discussão» entre os projectistas e dono de obra são os prazos de execução das diversas fases, com um pedido de fases mais extensas, como é óbvio, por parte da equipa projectista e um desejo de compactar ao máximo os prazos, por parte do dono de obra. O acordo é estabelecido num ponto intermédio, com uma maior compactação das fases iniciais. Na posse da informação posterior relativamente aos prazos efectivos é de referir que, na maior parte das fases, os atrasos resultaram mais do tempo de avaliação das propostas, do que do tempo de execução das mesmas.

---

35. Ponto 4
36. Ponto 1 (sublinhado da autora)
37. Ponto 2 (idem)
38. Ponto 3 (idem)
39. Ponto 8
40. Curriculum Profissional - "" (pag. 63)
41. Curriculum Profissional - "Curriculum profissional – Paulo Tavares" (pag. 75)
42. Curriculum Profissional - "Curriculum profissional – Bernardino Rodrigues" (pag. 76)

Tabela 45: Comparação de prazos das diferentes propostas

Prazo em dias / Fase	Proposta de AL (dias)	Contraproposta	Contrato
Programa Base	60	45	45
Estudo Prévio	60	30	45
Projecto Base	150	120	150
Projecto de Execução	180	120	150
Total	450	315	390

[1974]

Após um período de negociação de cerca de 10 meses, em 2 de Fevereiro de 74 é assinado o

"Contrato para a elaboração do projecto da sede da Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-sociais do Distrito do Porto", pelo qual a Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Segurança Social [CEODMCSS], contrata os arquitectos Arménio Taveira Losa, e Alfredo Durão de Matos Ferreira, os engenheiros civis António Augusto dos Santos Soares e Rui Manuel Santos de Oliveira, o engenheiro electrotécnico António Paulo Tavares e o engenheiro Mecânico Bernardino José Rodrigues para "para procederem à elaboração do Programa base, do Estudo Prévio, Anteprojecto e Projecto (geral, de estrutura e fundações, das instalações e equipamentos eléctricos, das instalações e equipamentos electromecânicos e das instalações e equipamentos de águas e esgotos) da sede da Caixa de Previdência [...] e respectiva assistência técnica, de acordo com as «instruções aprovadas pela portaria de sete de Fevereiro de 1972 dos Ministérios das Obras Públicas e Comunicações»" (CEODMCPS et al., 1974-02-02).

[A coordenação dos estudos é assumida pelo] *"arquitecto Arménio Taveira Losa que, nessa qualidade, e para os efeitos propostos, se responsabilizará pela actuação em grupo ou individual de cada projectista"* (CEODMCPS et al., 1974-02-02)[43].

A autoria do projecto geral é, nos termos deste contrato, repartida por AL e MF.

De salientar que apesar de o acordo assinado entre AL e MF estabelecer que todos os elementos do projecto ficariam pertença do primeiro, no caso de uma não continuação da colaboração e das condições contratuais com a «Comissão» definirem AL como coordenador dos estudos, o facto de o contrato ser assinado conjuntamente por AL e MF (e também pelos restantes projectistas das especialidades) implicaria que, no caso de uma dissolução da «sociedade» entre AL e MF, a assinatura de um novo contrato, ou de um contrato adicional com o dono de obra, seria necessária.

São igualmente estabelecidas no contrato cláusulas referentes a autorias das diversas partes, fases e prazos de execução, multas por atrasos, limites de custo e condições de natureza jurídico e administrativa.

Em 23 de Março de 1974 (Losa, 1974-03-23), cerca de um ano após o convite para elaborar o projecto, é remetido à CEODMCSS o Programa Base[44], que cumpre o

43. Cláusula segunda.

"programa preliminar [...] inteiramente em todas as suas recomendações: espaço para os serviços segundo a previsão de necessidades para o ano de 1990 [...]" (Losa & Ferreira, 1974a:4).

É solicitado nessa altura a AL a elaboração de *"esquema da solução proposta nos mesmos moldes da que foi apresentada à Câmara pela Caixa quando pretendia negociar o terreno," [isto é, conjunto de desenhos à escala 1/500, em folhas A4, o mais esquemático possível,] "para a Comissão, juntamente com os responsáveis da Caixa, fazer nova diligência no sentido da aceitação pela Câmara da nova proposta"* (Losa, 1974-04-04).

Os elementos solicitados foram remetidos ao dono de obra que os apresentou na CMPorto em 7 de Maio de 1974. Na carta que os acompanha, actualmente com uma nota de «confidencial» na margem, diz-se o seguinte:

"Dentro do que em princípio se estabelecera nos esbocetos preliminares, elaborados à escala 1/500 e apresentados em 1972 à Câmara Municipal da digna presidência de V. Ex.ª, o estudo-base agora desenvolvido representa naturalmente uma fase mais evoluída e ajustada ao programa actualizado das necessidades funcionais da Caixa e, bem assim, um estudo mais cuidado dos problemas dominantes de enquadramento dos corpos de construção no terreno envolvente, da distribuição dos serviços, dos acessos (destinados a mais de 1000 funcionários), das condições de iluminação, etc., etc.,...

Para que as soluções, que irão ser desenvolvidas na elaboração dos projectos, possam ser prévia e devidamente apreciadas pelos serviços competentes desse Município, junto se envia um exemplar do referido estudo, designado Programa Base, conforme a nomenclatura adoptada nas normas apontadas pelo MOP" (CEODMCPS, 1974-05-07).

Quando ocorre a revolução, em 25 de Abril de 1974, o programa base ainda não tinha sido aprovado pela Comissão. As questões que se colocam ao projecto, nos tempos que imediatamente se seguem, não têm a ver com implicações directas da revolução. Existe uma continuidade das estruturas organizativas do estado e os objectivos, em questões de gestão corrente não se alteram substancialmente. Se bem que os ministros e ministérios mudem com o 25 de Abril, os quadros técnicos e de gestores asseguram a continuidade nos tempos imediatos. Nem outra coisa seria de esperar. O país necessita de funcionar e longos anos de regime sem alternância política não tinham permitido a formação e a experiência de técnicos e gestores de (assumidamente) outros quadrantes políticos, pelo menos, não em dentro da estrutura governativa nacional.

O que (me) causou mais admiração, não foi essa aparente ausência de ecos do 25 de Abril no processo do edifício, mas a manutenção de tipos de tratamento ligados ao regime anterior na correspondência oficial posterior. Em 6 de Junho ainda um «A Bem da Nação» encerra um Ofício da CMPorto para a Comissão (CMPorto, 1974-06-06) e a 19 de Junho, um outro, numa carta da Comissão a AL (CEODMCPS, 1974-06-19).

Apesar de AL, ainda durante a elaboração do programa base, considerar que

"pelo desenvolvimento dos estudos em curso, podemos concluir ser possível respeitar, no essencial, as condições fixadas, embora com implantação e forma diferentes das indicadas nos esbocetos em que se baseia o parecer da Câmara" (Losa, 1974-03-04), *a mesma, após apreciação dos elementos fornecidos, em ofício de 6 de Junho de 1974, "considera o estudo como não satisfazendo, solicitando a sua revisão de modo*

44. Deste Programa Base existem no Centro de Documentação da FAUP apenas as peças escritas, 55 páginas numeradas.

a enquadrar-se nos princípios inicialmente estabelecidos e oportunamente comunicados" (CEODMCPS, 1974-06-19).

tendo sido o projectista informado desse despacho. O texto do parecer da CMPorto é bastante incisivo em relação às razões da não aprovação.

"Verifica-se que a ocupação proposta no estudo prévio, ultrapassa em muito os limites do razoável pelo desaparecimento do espaço livre imprescindível para a zona e até para o racional enquadramento do edifício.

Invoca-se a circunstância de se tratar de um edifício de interesse público para justificar uma ocupação excessiva, que leva à destruição de quase todo o revestimento arbóreo existente e desrespeita o que consta do plano director de urbanização, aprovado.

Esse interesse público invocado não pode porém sobrepor-se ao interesse colectivo mais marcante que se vê assim atingido pelo desaparecimento de mais um espaço livre arborizado.

Lamenta-se assim ter de informar que o estudo não satisfaz devendo ser revisto de modo a enquadrar-se nos princípios inicialmente estabelecidos e oportunamente comunicados" (CMPorto, 1974-06-06).

Não é possível consultar na CMPorto nem o esboceto enviado em 1972, nem o remetido em 1974, para conseguir comparar as duas soluções e verificar das razões de ambos os lados. Sabemos que o esboceto de 1972, pelo que foi expresso nas *"imposições da CMPorto*" (Losa & Ferreira, 1974b:5), já considerava a existência de um outro edifício para além da torre. Este de 1974, poderia corresponder, de alguma forma, aos esquiços encontrados no espólio de AL, onde o segundo edifício se torna efectivamente num embasamento da torre, que ocupa a quase totalidade do lote, deixando apenas os afastamentos regulamentares ao limite da propriedade. Mesmo podendo existir uma manutenção de áreas e volumes de construção entre as duas propostas, a implantação do segundo corpo, não como um bloco contido em planta, mas como um corpo em extensão horizontal, leva a uma ocupação excessiva do solo e à destruição de um conjunto de árvores que hoje podemos apreciar nesse espaço.

De referir, que segundo se pode ler na memória descritiva do Programa Base, apesar da *"densidade construtiva"* da solução prevista, os objectivos a largo prazo ainda eram mais ambiciosos, pois Arménio Losa afirma:

"Apenas não foi conseguido assegurar a possibilidade de «ulterior» ampliação horizontal ou vertical das instalações, dadas as limitações à ocupação do espaço estabelecidas pela Câmara Municipal do Porto" (Losa & Ferreira, 1974a:4).

Na Memória Descritiva do segundo programa Base, de 1976, AL continua a assumir a possibilidade de ampliação do edifício (torre), mas reconhece a excessiva ocupação do anterior estudo, não desejando cair nos mesmos extremos.

"Convém em qualquer caso não esquecer as potencialidades em área coberta da totalidade do talhão, não as comprometendo desde já e prevendo sempre a sua utilização a médio prazo, embora se reconheça pouco desejável que se venham a atingir níveis tão elevados de densidade, como aqueles a que se chegou no 1º estudo, condicionado por um programa de necessidades muito ambicioso" (Losa & Ferreira, 1976a).

Após diligências e negociações entre organismos, em Julho de 1974 é emitido novo parecer, agora aceitando as condições do anteprojecto. Não foi possível encontrar esse parecer, mas existe a transcrição de parte do mesmo numa peça do processo de 1981.

> *"Como resultado da análise ponderada da situação e sem quebra mesmo dos princípios enunciados no ofício 240/72, pode aceitar-se quanto a implantação e volumes, o anteprojecto apresentado, desde que seja travada qualquer tentativa de evolução do programa que possa levar a um aumento da área de construção e se garanta conveniente tratamento arbóreo e arbustivo do espaço livre"* (CMPorto & DSU, 1985-07-26:8i).

Para termos uma noção da diferença de dimensão e de quantidade de utilizadores previstas, entre este Programa Base de 74 e o edifício que se vem a executar em 79, a reserva de água prevista para um dia de consumo é de 120 m^3 no projecto de 1974 e no edifício construído, apenas 50 m^3.

Apesar da aceitação do programa base pela CMPorto e do pagamento da respectiva parcela de honorários à equipa projectista, o que significou a sua aceitação, nunca chegou a ser dada ordem de continuação dos trabalhos, como refere Arménio Losa, em Fevereiro de 1976, numa descrição da história do processo incluída na primeira minuta elaborada para uma adenda ao contrato inicial.

> *"Em 23 de Março de 1974 de acordo com esse contrato, foi apresentada à «Comissão» o estudo desenvolvido do Programa-base – 1ª fase do projecto – tendo sido posteriormente liquidados os honorários correspondentes, de acordo com a cláusula oitava do referido contrato.*
>
> *Apesar de logo se ter iniciado a elaboração do projecto da fase seguinte – Estudo Prévio – no sentido de ser possível ainda em 1974 abrir concurso parcial da empreitada da obra, conforme desejo então manifestado pela «Comissão» [...], a verdade é que não mais foi dada ordem de prosseguimento dos estudos, nem pela «Comissão», nem posteriormente por qualquer organismo responsável pela actividade dessa extinta «Comissão», tendo entretanto toda a equipe suspendido a sua actividade o que, obviamente, lhe acarretou graves prejuízos, em face das despesas tidas com a mobilização de recursos e até com a anulação de outras encomendas que se dispusera a recusar para, rapidamente, dentro dos prazos apertados, completar o projecto.*
>
> *A «Comissão» não mandou suspender a elaboração do projecto, nem temporariamente nem definitivamente (V. Cláusula 16ª do contrato), nem tampouco aprovou o Programa-Base apresentado dando directivas sobre a escolha das várias soluções nele proposta pelos autores do projecto.*
>
> *O contrato não foi rescindido mantendo-se portanto em vigor, aguardando-se instruções no sentido do seu prosseguimento" (Losa & Ferreira, 1976-02-12).*

Na sequência das alterações da administração pública, em consequência da revolução de 1974[45] e do compromisso do Governo Provisório de proceder à *"estruturação da Administração Central de forma a corresponder aos objectivos das novas instituições políticas*"[46], resultando na extinção do Ministério das Corporações e Segurança Social e na reestruturação da Secretaria de Estado da Segurança Social, o processo de construção fica em suspensão, mas não oficialmente suspenso. Os serviços dos extintos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde são distribuídos pelos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais e existe uma indefinição geral em todo o processo sobre estrutura de responsabilidades e tomadas de decisão.

A *"Comissão dos Edifícios e dos Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Segurança Social"* será também extinta nessa sequência e virá a ser substituída, nas questões relacionadas com este projecto, pela *"Comissão dos Equipamentos Colectivos"* [CEC], definição que tarda, como à frente se verá.

[1975]

Finalmente em 1975, *"por despacho de 28 de Julho, [de] sua Ex.ª o Secretário de Estado da Segurança Social"* é tomada a decisão de dar seguimento ao processo, mas não nos moldes anteriormente definidos. Autoriza-se que *"se proceda ao acabamento do edifício sito na Rua António Patrício, sob a forma de planta livre, deixando para fase posterior a execução da compartimentação interior*" (MAS-DGP, 1975-07-31). O edifício em estrutura inacabada e não protegida desde 1972, continua a degradar-se. A reestruturação, de que está a ser alvo toda a administração pública e no caso específico, a Secretaria de Estado da Segurança Social, não permite ainda o estabelecimento de um programa definitivo para os serviços a instalar no edifício, situação que se manterá e será referida várias vezes ao longo do processo subsequente. Opta-se então por terminar o edifício, sem compartimentação interior definida, tentando garantir a versatilidade na utilização dos espaços. Na época, o sistema de «open-space», como ficou conhecido, ou de *"planta livre*" como é referido neste projecto, ainda não estava vulgarizado em Portugal, menos ainda em edifícios com áreas consideráveis como o presente, distribuída por um total de treze pisos e um mezanino.

No ofício de 31 de Julho era ainda referido que *"deverá essa Instituição [Caixa de Previdência], através do seu Serviço de Organização e Métodos, reformular o programa funcional, face às novas directrizes da Segurança Social, para que posteriormente a equipa projectista possa elaborar projecto definitivo"*, pelo que se subentende, logo desde o início, que a decisão de encerrar o edifício e proceder aos acabamentos interiores era uma forma de ganhar tempo de projecto e possivelmente de obra, bem como salvaguardar a estrutura do edifício, enquanto se procedia à definição dos organogramas funcionais da instituição e, posteriormente se elaboraria um programa, idêntico ao fornecido em 1972, para o primeiro projecto. O assunto, ainda nos termos do referido despacho, deveria ser *"considerado muito urgente"*.

Rapidamente é comunicado a AL, a decisão de ter

45. Decreto n.º 206/74. DG 113/74 SÉRIE I de 1974-05-15 (nomeação do Secretário de Estado da Segurança Social, Maria de Lurdes Pintassilgo); Despacho. DG 159/74 SÉRIE I 3º SUPLEMENTO de 1974-07-10 (Estabelece normas relativas à sequência do trabalho a realizar, destinado a proceder a uma total reestruturação da Secretaria de Estado da Segurança Social); Decreto-lei n.º 488/74. DG 225/74 SÉRIE I de 1974-09-26 (Distribui pelos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais os serviços dos extintos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde);

46. § 1.º, alínea d), do decreto n.º 203/74

> *"[...] sido autorizado o acabamento exterior do Prédio da Rua António Patrício, destinado à sede desta Caixa, nas condições comunicadas pelo Ofício nº 21.134 de 31-7-75, da D.G.P., de que se junta fotocópia," informando o mesmo da incumbência do "respectivo estudo, segundo a orientação definida no citado despacho, esperando-se, no entanto, que, no mesmo, sejam [...] alertados os inconvenientes ou vantagens que encontre sob o ponto de vista técnico"* (CACPAFSMSDP, 1975-08-05).

A situação de ter de elaborar um projecto sem programa não agradou a AL que variadas vezes no decurso dos cerca de quatro anos que durou a execução e aprovação das diversas fases do projecto solicitou a definição do mesmo. Tal programa nunca chegou a ser fornecido e actualmente o edifício continua a funcionar em sistema de *"planta livre",* algo que afinal se tornou uma norma em edifícios de serviços.

Apesar da urgência do assunto referida anteriormente, o facto de não ter sido definido quem, ou qual o organismo que deveria fazer a ponte entre a Caixa de Previdência e a equipa projectista, orientando o processo, leva a que nada se avance nos meses que se seguem.

[1976]

Finalmente é definido que será a Comissão dos Equipamentos Colectivos que deverá orientar o processo, sendo marcada uma reunião em Lisboa, em Janeiro de 1976. Nas notas de AL sobre essa reunião pode ler-se: *"Novo programa: encerramento do edifício existente e sua conclusão, para não se deteriorar; compartimentação a decidir posteriormente; projectar o essencial, inclusivamente equipamentos fixos centrais e por andar, para imediata utilização. O modo de distribuição dos serviços é assunto a analisar depois"* (Losa, 1976-01-16).

Para a elaboração deste novo projecto deverão fazer um aditamento ao contrato e não uma revogação e substituição do anterior. Muito certamente um novo contrato exigiria novos processos administrativos, mais morosos e talvez sem a garantia de se manter a equipa projectista. Numa tentativa de incutir celeridade em todo o processo deveriam incluir *"multas não apenas para o projecto mas também para a apreciação"*.

Nessa mesma reunião é ainda solicitado aos membros da equipa projectista responsáveis pelo cálculo das estruturas que *"indiquem quais as medidas mínimas e urgentes a tomar para que se não deteriore irremediavelmente o esqueleto existente".*

É solicitado a AL que seja ele a elaborar a minuta para o Termo Adicional ao Contrato, sobre a qual se deve pronunciar a CEC, sendo a primeira versão remetida em 14 de Fevereiro de 1976. Num preâmbulo é feito o historial do processo (já anteriormente referido e parcialmente transcrito neste trabalho) e são estabelecidas um conjunto de cláusulas, que estabelecem as condições a respeitar por ambas as partes na elaboração do projecto, designadamente, objecto do contrato (alterado relativamente ao anterior contrato), prazos de entrega dos estudos, prazos para apreciação dos estudos e limites de custo por metro quadrado (actualizado em relação ao anterior contrato). Nesta primeira minuta, na cláusula referente aos prazos para apreciação da proposta, são estabelecidas multas por atrasos, equivalentes às multas por atrasos dos projectistas na entrega das diversas fases (Losa & Ferreira, 1976-02-12)[47]. Esta cláusula não é aceite pela CEC, que contrapõe que em vez de multas pecuniárias, o tempo de atraso na avaliação

47. Cláusula *"QUINTA – Prazos para apreciação dos estudos – Entre a conclusão de uma fase e o início da seguinte não deverão decorrer mais do que trinta dias. Por cada dia que exceda esse limite, com excepção dos referidos no número anterior, é devida aos segundos outorgantes a indemnização estipulada na cláusula 14 do contrato"* (Losa & Ferreira, 1976-02-12).

e aprovação da fase, seja adicionado ao prazo que os projectistas dispõem para elaboração da fase seguinte (CEC et al., 1976-08-03)[48]. Penso que este tipo de cláusula, com este tipo de multa, não seja muito habitual! Efectivamente, em todos os contratos a que tive acesso, decorrentes quer da minha actividade profissional como arquitecta, quer da presente investigação, este foi o único em que me deparei com tal tipo de cláusula.

Os limites estabelecidos para os custos de construção por metro quadrado (CEC et al., 1976-08-03)[49], em construção nova (7500$00) e nas zonas em que já existe estrutura de betão armado (6000$00) corresponde a uma alteração ao limite estabelecido no anterior contrato (4500$00 como valor único), fruto do tempo que entretanto passou, da inflação pós 25 de Abril, mas também repercutindo o facto do diferente tipo de acabamento pretendido, que já não incluiria compartimentação interior.

São ainda alvo de negociação as fases do projecto e prazos das mesmas. Apesar da contraproposta da CEC que retirava a fase «Programa Base» e reduzia em 60 dias, de 240 para 180, o prazo total para execução do projecto, acabou por ser aceite a proposta inicial dos projectistas, depois de apresentadas as suas razões (CEC et al., 1976-08-03)[50].

O Termo adicional ao contrato é assinado em 3 de Agosto de 1976, sendo o Programa Base remetido à CEC em 23/29 de Setembro de 1976. Este desfasamento de quase dois meses, quando para a execução desta fase estavam previstos 30 dias, justifica-se pelo facto de o mês de Agosto ser considerado de suspensão de prazos, nos termos da cláusula do Termo.

A instalação de um programa de serviços, principalmente da índole do das Caixas de Previdência com larga afluência de público e uma previsão de cerca de 1000 trabalhadores, determinava que fosse reforçado o núcleo de comunicações verticais, nomeadamente pelo aumento do número de elevadores e pela inclusão de uma segunda escada, esta enclausurada, tendo-se aproveitado a zona central da fachada Norte para esse efeito.

Os primitivos acessos que contavam com uma escada em forma de ferradura, dois elevadores e um monta-cargas, ficaram destinados essencialmente ao público, e a nova bateria de elevadores, cinco no total, destinados aos serviços ficou localizada, como já referido, na fachada Norte, por ampliação da zona inicialmente destinada a

---

48. Cláusula *"QUINTA – Prazos para apreciação dos estudos – A partir da entrega de cada fase do projecto a «comissão» terá um prazo de 30 dias para apreciação da mesma. Os dias que excedam esse limite, com excepção dos referidos no parágrafo único da cláusula anterior, serão acrescidos aos prazos contratuais constantes da mesma cláusula, para a fase seguinte"* (CEC et al., 1976-08-03).

49. *Cláusula "SEXTA – Limites de custo – O custo por metro quadrado, estabelecido como limite máximo na cláusula 19ª do contrato, fixar-se-á provisoriamente me 7500$00 e 6000$00, respectivamente, nas zonas novas e a construir e naquelas em que já existe estrutura de Betão Armado, sem prejuízo das actualizações previstas na lei para revisão dos preços das empreitadas e fornecimento de obras públicas"* (CEC et al., 1976-08-03).

50. *Cláusula "QUARTA – Prazos da entrega dos estudos – Para as entregas dos Trabalhos referidos neste aditamento ficam estipulados os seguintes prazos:*

- Programa base – 30 dias a partir da assinatura deste contrato adicional;

- Estudo prévio – 30 dias a contar da aprovação do programa base;

- Projecto base – 60 dias a contar da aprovação do estudo prévio;

- Projecto de execução – 120 dias a contar da data da aprovação do projecto base" (CEC et al., 1976-08-03).

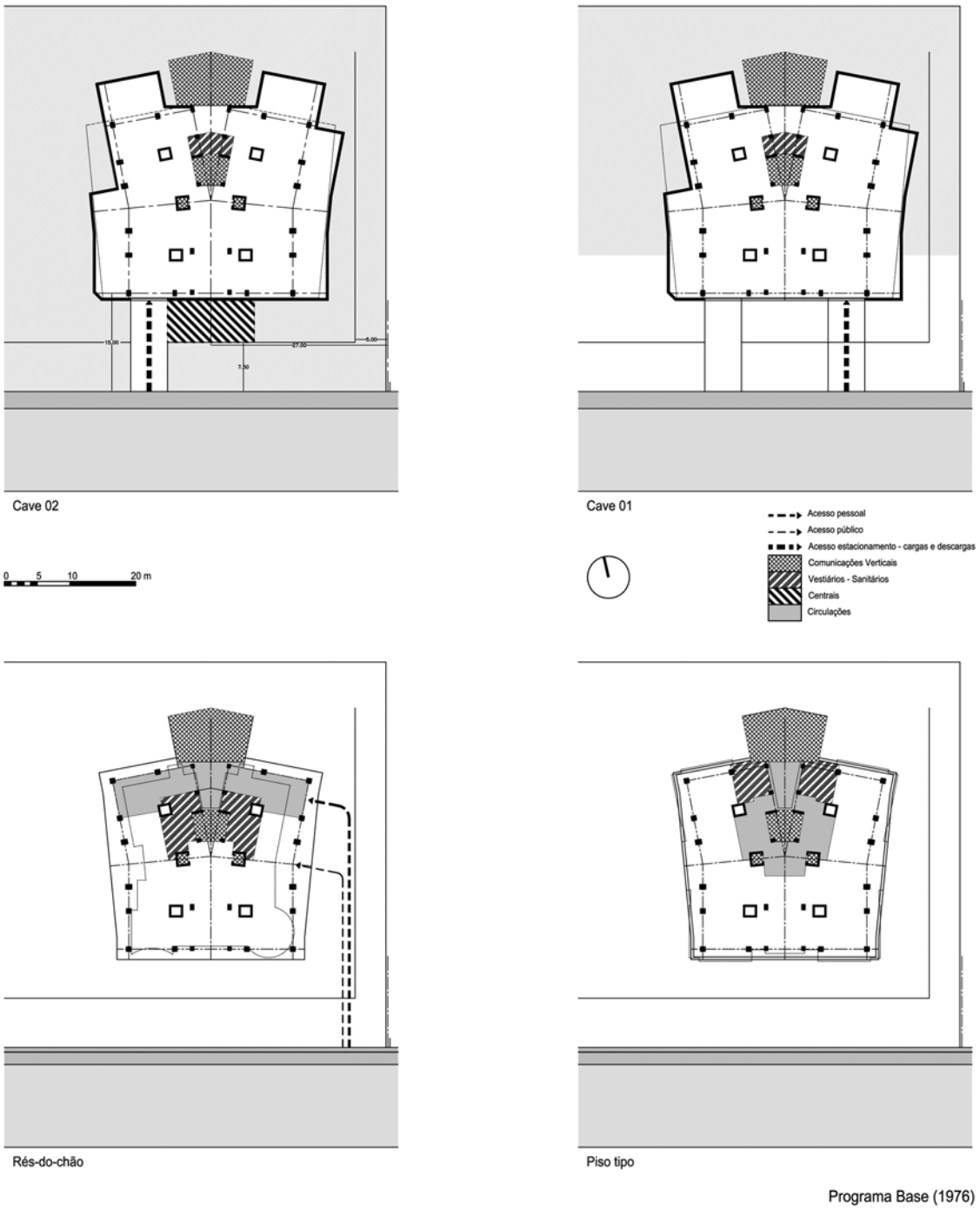


Fig.242 Programa base de 1976.

Adaptado a partir de (Losa & Ferreira, 1976b)

circulações. O monta-cargas previsto para a bomba da caixa de escadas no projecto de habitação, não foi considerado no projecto de adaptação.

Neste programa base considera-se a ampliação das caves para o lado Norte, em duas zonas laterais, e coloca-se na zona central da fachada Norte um novo núcleo de comunicações verticais.

> *"As comunicações verticais projectadas na estrutura existente - uma escada e dois ascensores - são insuficientes e inadequadas à utilização do edifício por serviços públicos. Propõe-se portanto, como já foi referido, a construção de uma coluna que incluiria em princípio três ascensores e um monta-cargas e ainda uma escada de emergência. [...] A escada existente, de dimensões reduzidas e traçado e localização muito condicionantes, só será de utilidade para facilitar as ligações entre dois ou três pisos consecutivos, quer para público, quer para pessoal. A falta de condições de segurança para uma rápida evacuação do edifício numa emergência levou a prever uma segunda escada, cujas dimensões e características atenderão às exigências de segurança inclusive contra incêndios"* (Losa & Ferreira, 1976a).

Alteram-se ainda os acessos ao rés-do-chão, relativamente ao que eram os acessos principais ao edifício de habitação, passando a fazer-se do lado Nascente. Esta opção teria a vantagem de posteriormente não colidir com alguma ampliação que fosse feita a Poente[51].

Nesta proposta era também considerada a colocação de uma terceira cave, a construir abaixo da existente.

A CEC aprecia o projecto e em ofício datado de 27 de Outubro questiona os projectistas sobre implicações da
450 proposta de colocação de dois pisos adicionais, quer a nível de capacidade resistente das estacas de fundação, quer a nível da aceitação dos mesmos por parte da CMPorto, fruto certamente das experiências anteriores (CEC, 1976-10-27)[52]. A questão da necessidade de verificação, junto da empresa «Franki», responsável pela execução das estacas de fundação, da capacidade das mesmas para receberem um acréscimo de carga de cerca de 7% tinha sido já considerada pelos projectistas nos elementos escritos do projecto base, tendo, com efeito, procedido rapidamente a essa consulta e remetendo à CEC a resposta afirmativa da «Franki», em 11 de Novembro de 1976 (Losa, 1976-11-11)[53].

---

51. *1.1.5 Acessos, Estacionamento e Áreas Verdes*

Considerou-se à partida que, para não impedir ou dificultar uma ampliação a médio prazo, os acessos, tanto de peões como de automóveis, se não deveriam apoiar no terreno livre, a Poente da área construída, que continuaria disponível. Nestas condições prevê-se uma só entrada para pessoas a partir da rua, no extremo Nascente do talhão, entrada que se desdobra em público/pessoal na chegada ao piso 1. Solução transitória que não compromete a área exterior a Poente do edifício e que admite como alternativa uma diferenciação mais radical das entradas, desde a rua, deslocando para Poente a reservada ao público.

52. *"[…] Com efeito, a construção de dois novos pisos, como se propõe em – estruturas resistentes 2.2.2 – havia tido como diz, anteriormente, a aprovação da Câmara Municipal do Porto.*

Admitindo, embora, a vantagem de tal situação, considera-se, no entanto, indispensável, uma confirmação formal por parte daquela câmara à solução proposta.

Por outro lado, julgamos que se torna indispensável, desde já, a consulta à sociedade Franki, relativamente à capacidade das estacas em suportarem o acréscimo de carga e sobrecarga resultante da construção daqueles dois pisos. […]" (CEC, 1976-10-27)

53. *"[…] junto enviamos uma cópia da carta da «Franki», dirigida a Engenheiros Associados, Lda, responsáveis pela estrutura do edifício em questão, confirmado a capacidade das estacas de fundação para suportarem um acréscimo de carga da ordem dos 7%, o que permite, portanto, a construção das duas placas referidas nas alíneas 2.2.2 e 2.4 do programa base"* (Losa, 1976-11-11).



Fig.243 Corpo de comunicações verticais.
(Vale, 2010/04)

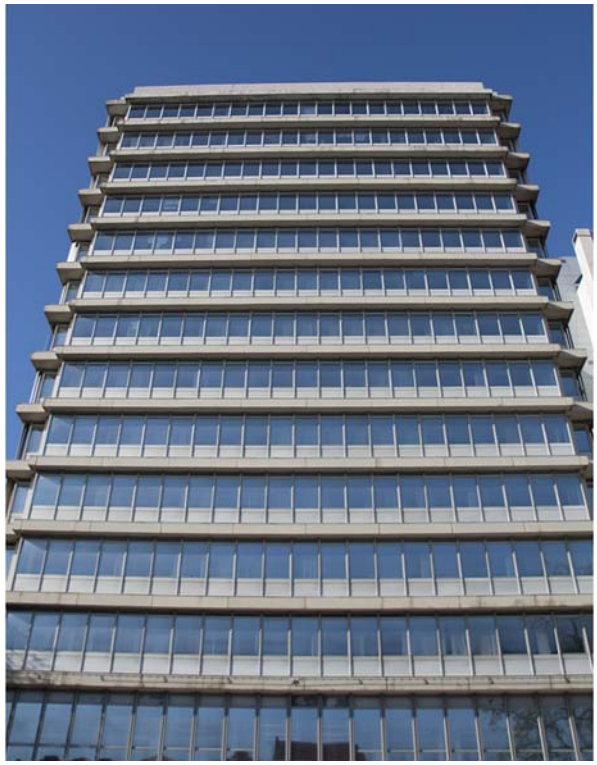


Fig.244 Fachada Sul.
(Vale, 2010/04)

Em relação à questão de a CMPorto aceitar a nova proposta, AL, em 8 de Novembro e *"em resposta ao [V/] ofício nº 3348 de 27-10-76 informa[mos] que os volumes previstos neste P.B. em nada contrariam a solução preconizada no primeiro P.B. apresentado nesses serviços, que mereceu a concordância da C.M. do Porto, conforme expediente relativo ao assunto que deverá constar do v/ processo"* (Losa, 1976-11-08).

[1977]

Em Fevereiro de 1977 é finalmente aprovado o Programa Base, sendo no parecer anexo colocadas algumas questões importantes para a continuidade dos trabalhos, referentes a fundações e estruturas, bem como uma descrição-resumo das obras a executar. A questão da ampliação futura não é esquecida.

> *"O Programa-Base agora apresentado e a que se refere esta apreciação encontra-se, de uma forma geral bem elaborado, ainda que de forma resumida nos seus aspectos gráficos o que aliás, se admite tendo em conta por um lado, as condicionantes que resultam da estrutura existente e da inexistência de indicações programáticas.*
>
> *[...] convirá não esquecer as potencialidades, em área coberta, da totalidade do talhão procurando, também aqui, em conjugação com (?) estudo de utilização do edifício, o aproveitamento racional da área disponível.*
>
> *E isto porque, as soluções propostas no Programa-Base têm em conta esta situação, nomeadamente ao nível dos acessos e estacionamentos como soluções transitória que evita comprometer a disponibilidade do terreno e a possibilidade de ligação a uma ampliação"* (CEC-GAP, 1977-02-07).

Relativamente às obras a efectuar elas são enumeradas nesta apreciação, dando uma resposta às diversas hipóteses colocadas pelos projectistas no programa base.

"4.2.1 - Construção de um novo corpo de acesso em torre, tendo em vista a mudança das condições de utilização do edifício (habitações - escritório)

4.2.2 - Construção de duas novas placas para ampliação em altura já aprovada anteriormente pela C.M. Porto e, consequentemente, algumas placas de cobertura, casa das máquinas dos elevadores, chaminés, escadas, etc.

4.2.3 - Obras de adaptação da estrutura existente inerentes ao novo tipo de utilização do edifício, como cortes e aumentos no perímetro das lajes, enchimento de varandas rebaixadas, furação para vários fins, etc. e obras de reparação da estrutura existente deteriorada.

4.2.4 - Obras complementares diversas, a definir em fases mais adiantadas do projecto, como cabine de transformação, etc.

4.3 - Construção do novo corpo de acessos.

O problema fundamental, que se levanta neste caso é a do tipo de fundação a adoptar, tendo em atenção a proximidade imediata dos pilares do edifício existente, fundados sobre estacas FRANKI.

A solução apontada, fundação directa por sapata geral, parece aceitável mas deverá ser confirmada por sondagens geológicas, aliás, como é proposto pelos projectistas.

Para esse efeito, deverão estes apresentar o plano e caderno de encargos respectivo, tendo em vista a consulta a firmas da especialidade" (CEC-GAP, 1977-02-07).

Com a aprovação do Programa base são também referidas as questões relacionadas com as multas por atrasos de aprovação e de que forma as mesmas interferem no prazo da fase seguinte.

O estudo Prévio é remetido à CEC em 20 de Junho de 1977, sendo o mesmo aprovado em 9 de Setembro de 1977. Apesar dos atrasos da CEC nas apreciações das fases remetidas pelos projectistas, a questão de encurtamento dos prazos continua a ser um aspecto importante para a Segurança Social, pois no parecer anexo à aprovação, continua-se a

"[...] insistir uma vez mais na possibilidade do encurtamento dos prazos contratuais, sugerindo-se mesmo a supressão da fase Projecto Base (ante-projecto), ou seja, a passagem imediata ao projecto de obra" (CEC-GAP, 1977-09-07).

AL, em carta de 29 de Setembro, não recusa liminarmente a possibilidade de eliminação da fase Projecto Base, não pela sua supressão, mas pela sua junção ao projecto de execução, numa fase única, tendo como vantagem a supressão do tempo de apreciação. Nessa carta são colocadas ainda duas questões importantes para tal ser possível, a designação dos técnicos que devem acompanhar o projecto, nos termos da cláusula Quinta do termo adicional do contrato e o pagamento da fase projecto base, num tempo anterior à entrega das duas fases. Após inquirição da CEC sobre o que teria sido decidido em relação a este assunto, em 24 de Outubro a mesma informa AL de que se manteriam as duas fases, por não se encontrem vantagens substanciais na proposta dos projectistas.

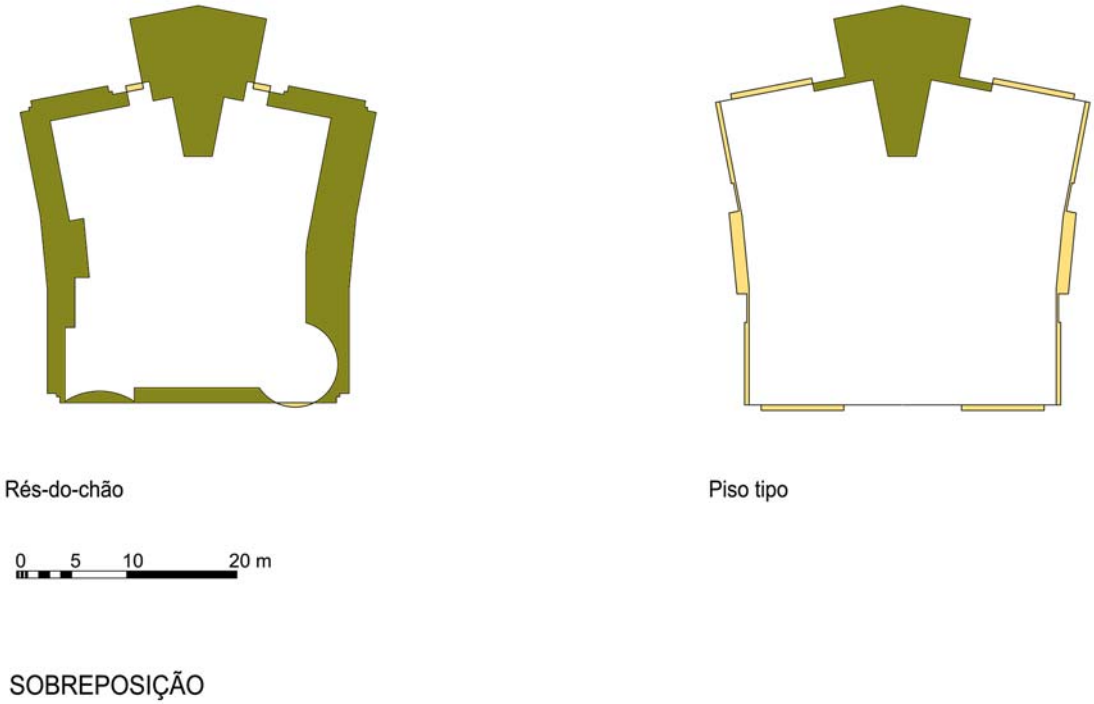


Fig.245 Sobreposição da mancha do projecto de 1976 à da estrutura construída ao abrigo da licença nº 86/70.
A nova proposta corresponde a um aumento de área por piso. Esse aumento é superior no rés-do-chão do que nos pisos superiores. A adaptação ao novo projecto implica também a demolição quase total do contorno das lajes ao nível de todos os pisos.

Do parecer anexo à aprovação do estudo prévio, há a reter, fundamentalmente, dois aspectos. O primeiro, tem a ver com a decisão de proceder à protecção da estrutura do edifício e ao encerramento do terreno pela execução de um muro de vedação, pelo que é necessário que os projectistas forneçam uma estimativa de custo para a cabimentação das respectivas verbas e que garantam o respectivo apoio técnico na execução dos trabalhos[54].

O segundo aspecto, tem a ver com o facto de a Segurança Social, em termos de tratamento de ar interior, optar por um sistema de ventilação, por insuflação ou exaustão e não por um sistema de ar condicionado que garantisse o arrefecimento no Verão[55]. Este é um assunto que tem implicações nas opções de AL para o encerramento do edifício,

54. Ponto *"2.2 – Relativamente as obras de protecção imediata da estrutura e muro de vedação do terreno (provisório), que foram propostas no programa base para serem executadas por administração directa da Caixa, torna-se necessário que os projectistas forneçam de imediato a sua estimativa de custo, com vista à previsão do respectivo financiamento. Os projectistas deverão, também, garantir o apoio técnico necessário à execução destas obras no regime proposto"* (CEC-GAP, 1977-09-07).

55. Ponto *"3.3 – Instalações de condicionamento de ar*

Mantemos a opinião de que o edifício será apenas equipado com um sistema central de renovação de ar. O projectista decidirá por um sistema de insuflação ou exaustão, de acordo com o mais adequado para o presente caso.

O aquecimento ambiente será feito por instalação de convectores eléctricos de parede, de regulação própria. Prevendo-se a hipótese da aplicação futura de unidades individuais de condicionamento de ar, deverão projectar-se «tomadas de energia» nas zonas dos parapeitos das janelas, para este fim" (CEC-GAP, 1977-09-07).

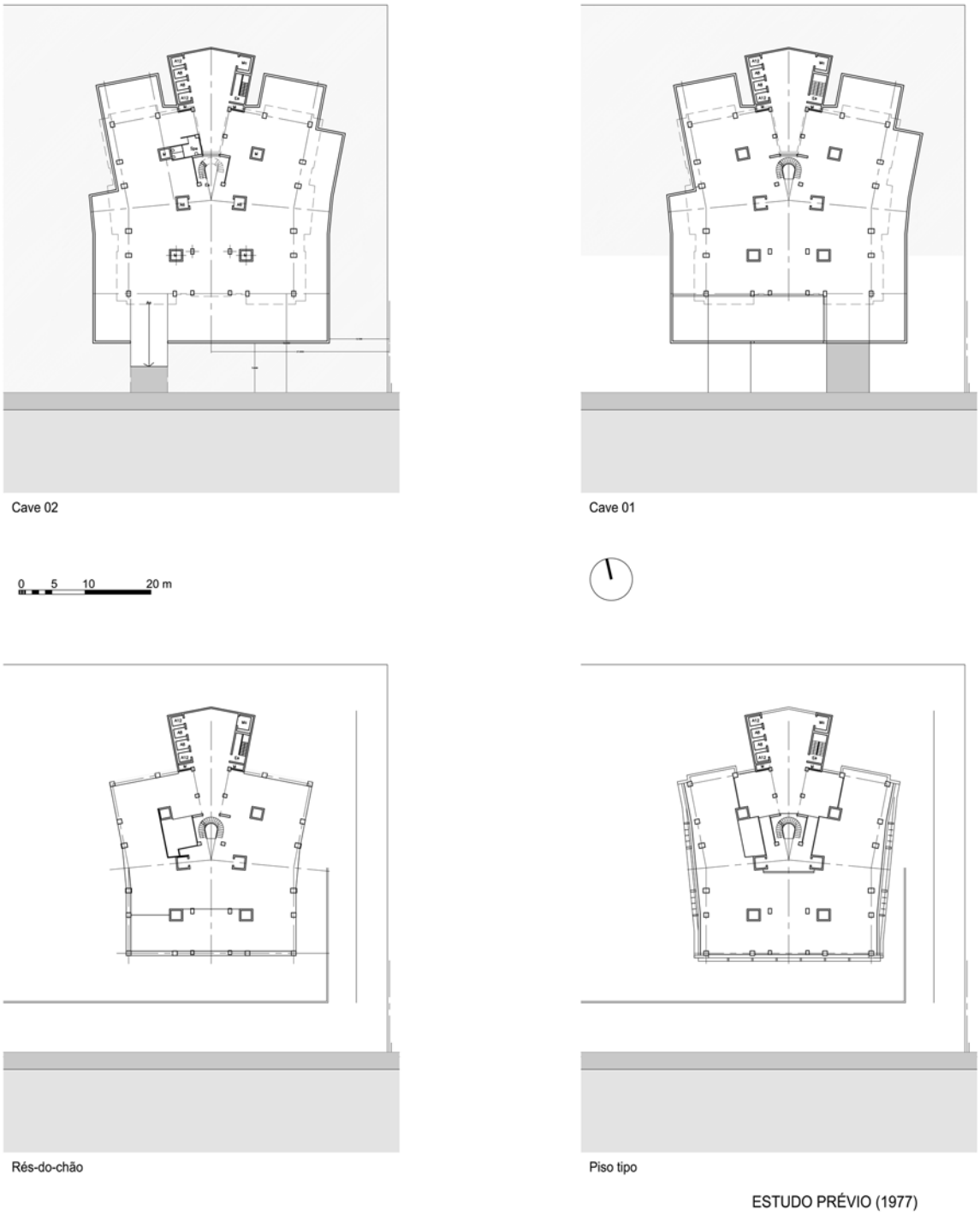


Fig.246 Estudo prévio.

Adaptado a partir de (Losa & Ferreira, 1977e)

uma vez que terá que ser dada atenção adicional à questão da protecção solar dos envidraçados mais expostos. Sobre este assunto vale a pena voltar a falar mais à frente quando estivermos a analisar o edifício e opções arquitectónicas e construtivas.

O projecto base, por atraso do projecto de instalações eléctricas, é entregue em diversas fases, sendo concluída a entrega em 28 de Dezembro de 1977.

Uma das alterações que vale a pena salientar entre a fase de estudo prévio e projecto base é a forma como estão organizadas as comunicações verticais no corpo a Norte.

> *"Com base nos estudos de estabilidade já realizados e numa análise mais cuidada das áreas disponíveis, propõe-se neste Projecto Base uma diferente organização de coluna de comunicações verticais a criar que, sem que haja redução no número, permite uma sensível diminuição da área de circulação que em cada piso lhes dá acesso e, simultaneamente, aumenta o afastamento da nova estrutura em relação à existente sem aproximar o edifício do limite Norte do terreno. Afigura-se mais equilibrada"* (Losa & Ferreira, 1977f).

No estudo prévio, a bateria de elevadores e as escadas de emergências constituíam dois corpos praticamente simétricos, elementos de rigidez, colocados nos lados Nascente e Poente deste núcleo de acessos. Na versão do projecto base, os elevadores são colocados na parede Norte, e a escada, mantendo-se na parede nascente é deslocada em direcção a Norte. Esta nova distribuição tem implicações construtivas importantes, a possibilidade de afastar as fundações da nova construção das da construção existentes, facilitando a obra, e permitir uma ligação elástica entre as duas fases, que poderá absorver assentamentos diferenciais das duas fundações[56].

[1978]

Em reunião de 21 de Fevereiro de 1978 são solicitados alguns esclarecimentos ao projecto base, nomeadamente sobre a constituição dos encerramentos, protecção solar dos envidraçados, revestimentos de pavimentos e paredes e reserva de água.

---

56. "*Trata-se de uma estrutura torre com cerca de 50 m de altura, constituída por 6 células contíguas (cinco servindo como caixas de ascensores e uma como caixa de escadas), formando um conjunto com cerca de 12 x 3 m2 em planta, com paredes longitudinais e transversais em betão armado, Encastradas nas 7 paredes transversais são lançadas vigas consola com 3,10 m de vão livre, sobre as quais assenta uma laje maciça de 10 cm, que realiza o patamar de acesso aos ascensores e escada.*

Este patamar ficará afastado cerca de 50 cm da laje do edifício existente. Entre os topos das duas lajes assentará, fazendo ponte, um elemento metálico em ligação livre, permitindo solucionar o problema de quaisquer assentamentos diferenciais que possam surgir entre os dois corpos. Prevê-se o aproveitamento das duas zonas terminais dessa abertura de 50 cm para a subida de cabos e tubagens.

A perfeita separação entre o Edifício existente e este Novo Corpo de Acessos, sede de constantes vibrações, permite também garantir um melhor isolamento acústico das zonas desse Edifício.

Esta concepção estrutural, possível graças às óptimas condições de encastramento das consolas na estrutura celular das caixas dos ascensores, permite resolver de forma muito correcta a fundação em sapata geral de todo o corpo Norte, bastante afastada e sem interferir com as fundações da estrutura existente" (Losa & Ferreira, 1977f).

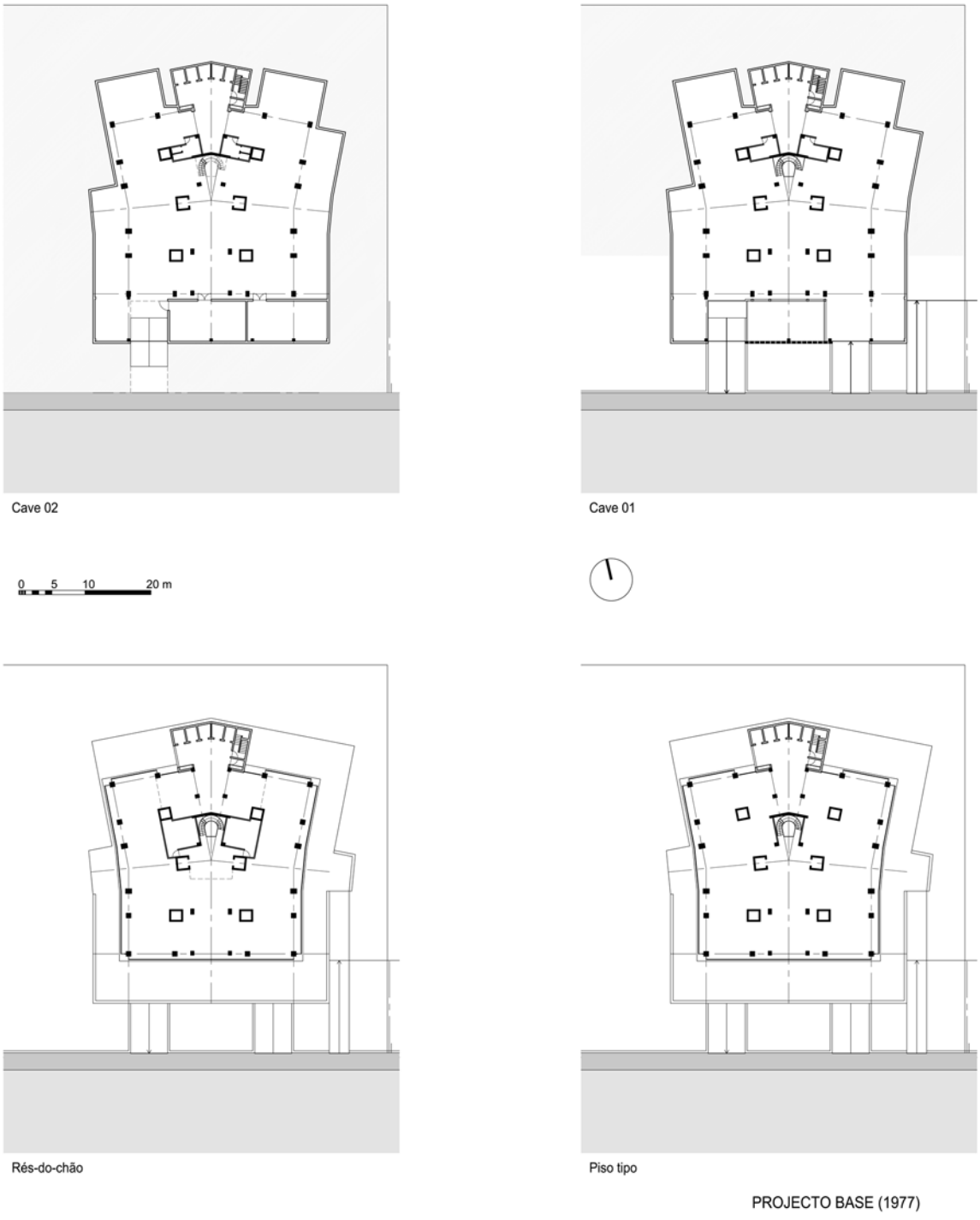


Fig.247 Projecto base.

Adaptado a partir de (Losa & Ferreira, 1977d)

Esses elementos são remetidos em Março de 1978, apresentando o *"esquema da constituição prevista para o encerramento geral do edifício"*, aceitando algumas questões de acabamentos, e definindo o esquema geral de protecções solares do edifício.

> *"Os estudos de insolação efectuados levam a considerar indispensáveis nas fachadas Nascente e Poente - quebra-sóis exteriores que impedissem a incidência directa nos envidraçados. Na fachada Sul, protegida já pelo recuo do plano dos encerramentos, a protecção com estores interiores assegurará condições satisfatórias"* (Losa, 1978-03-09).

O projecto base é aprovado em 3 de Abril de 1978, com ressalvas a que deverá ser dada resposta na elaboração da fase seguinte[57] - o projecto de execução, que vem a ser entregue, novamente de forma parcelar, entre 14 de Setembro e 13 de Outubro, com alguns processos a serem perdidos entretanto. Em 20 de Outubro, o dono de obra informa que, após localizar os processos perdidos, o projecto é considerado entregue.

Em Novembro é marcada reunião em Lisboa, com toda a equipa projectista para suprir as carências detectadas no projecto de execução. A CEC envia o parecer sobre o projecto de execução, em 27 de Novembro e em 6 de Dezembro, AL envia uma carta referindo que as *"carências"* do projecto de execução resultam essencialmente de alteração de opções relativamente ao projecto base aprovado.

Uma vez que as alterações, designadamente ao projecto de Instalações Eléctricas são relativamente importantes e no sentido de fazer o mais rápido possível o lançamento de obra, sugere a organização de uma primeira empreitada relativa à obra de *"fundações e estrutura"*.

Advoga ainda que o lançamento dessa empreitada não atrasaria o processo, antes pelo contrário, pois permitiria durante esse tempo organizar e por a concurso a empreitada geral, além de que, durante o período de execução da empreitada de fundações e estrutura, designadamente na fase de demolições, as outras artes não poderiam ser iniciadas, pelo que esse tempo poderia ser aproveitado para colocar as mesmas a concurso. Acrescenta ainda que é

57."Parecer

Consideram que após os elementos enviados em resposta às questões colocadas, que o projecto geral está em condições de passar à fase final de projecto de obra. [...]

1.4 Neste, no entanto, e relativamente aos pontos objecto de esclarecimento, nomeadamente, no que se refere a caixilharia exterior, e tendo em conta as características indicadas no pormenor, se deverá garantir a sua correcta execução e consequente funcionamento, de acordo com as normas de ensaio do L.N.E.C. no que se refere a resistência, vedação, propagação do fogo e camada de oxidação anódica, conforme as normas AF NOR PN 91-11 O de 1/2/52, assim como correctas condições de conforto térmico e acústico. [...]

De uma forma geral, as instruções dadas para as especialidades, é que os projectos de execução sejam elaborados de forma a permitir que a partir dele, se possam, adjudicar por fases, as empreitadas" [...]

5 - CONCLUSÃO

5.2 Também, deverão os projectistas, conforme o combinado na reunião efectuada em 21/2, ter em atenção:

a) Que o Projecto de Execução será elaborado na perspectiva de o edifício ser utilizado por um único utente, mas com a maleabilidade possível que permita, com os convenientes ajustamentos, a modificação do sistema.

b) Que o Projecto de Execução será elaborado por forma a permitir o faseamento da obra, cabendo numa fase a execução do completamento e recuperação da estrutura existente, a construção do novo núcleo de acesso e de todos os toscos e ainda a rede de aguas e esgotos e o encerramento do edifício" (CEC-GAP & GAP/GA3, 1978-03-31).

"da maior urgência proceder à realização dessa obra, para evitar que continue a deteriorar-se a estrutura existente" (Losa, 1978-12-06).

A afirmação de que as carências resultam de alterações ao projecto, parece razoável. Num projecto que já tinha visto aprovadas as fases Programa Base, Estudo Prévio e Projecto Base, não é crível que o desenvolvimento do Projecto de Execução levasse a tal «desrespeito» pelos princípios estabelecidos nas fases anteriores, que justificasse a sugestão do fraccionamento da empreitada para que a revisão do projecto não atrasasse a execução da obra. Mas também vale a pena referir que nas entregas das duas últimas fases, o processo mais atrasado foi sempre o das instalações eléctricas e que no processo consultado na Câmara do Porto relativo ao licenciamento, o técnico responsável pelas mesmas já não é o engenheiro Paulo Tavares, mas sim o engenheiro António do Nascimento Loureiro, conjuntamente com o engenheiro Orlando Manuel Praça Botelho Gomes, como técnico ao serviço da Empresa de Empreitadas de Electricidade, Lda.

[1979]

Depois de alguma correspondência trocada em que se dá conta do estado de execução das alterações, em 22 Fevereiro de 1979 é enviada uma carta com uma cópia dos desenhos alterados e onde se explicitam as razões de algumas opções anteriores e de que forma agora esses aspectos são resolvidos. Não foi possível encontrar essa carta, mas apenas uma redacção anterior da mesma (Losa, 1979-01-30). Os desenhos e aspectos mencionados dizem apenas respeito ao projecto geral e não às especialidades, designadamente instalações eléctricas, mas é provável que as mesmas possam ter sido enviadas directamente pelos projectistas respectivos, ou que a nova redacção da carta já fizesse menção explícita aos mesmos.

Finalmente, em Maio de 79, considerando que os elementos remetidos respondem ao pedido, é solicitado que se enviem os *"restantes processos das peças apresentadas a coberto da carta de 22 de Fevereiro de 1979"* (CEC, 1979-05-31). Esta carta é remetida em 6 de Junho aos restantes projectistas, dando razão à suposição anterior. A reunião das cópias necessárias demora quase um mês e em 2 de Julho são enviados os cinco processos em Ozalid e um em transparente das peças desenhadas e escritas necessárias para suprir as *"carências"* do projecto de execução.

Em 31 de Julho são remetidos os justificativos dos honorários elaborados pelo dono de obra, que são pagos em 23 de Agosto, o que significa a aprovação do projecto de execução.

Com a aprovação do projecto de execução pelo dono de obra poderíamos considerar que se encontrava concluído o conturbado processo deste projecto, que durante cerca de 10 anos conheceu variadas fases e versões. Mas a verdade é que nessa altura estava-se a iniciar outro processo, igualmente conturbado e ainda mais longo, que ainda hoje não teve conclusão, o licenciamento pela CMPorto do Projecto de alteração à Licença 86/70.

B.2.1. Aditamento à licença nº 86/70

Por ofício de 4 de Agosto de 1979, foi sido remetido à CMPorto um processo referente ao projecto de execução do edifício. A forma de apresentação não é a convencional, por requerimento, e vem na sequência, com toda a certeza, das diligências anteriores para a aprovação dos programas base [1974 e 1976] e do esboceto de 1972.

"Para os efeitos do que Vossa Ex. tiver por conveniente comunico que por este organismo foi aberto concurso público para a adjudicação da empreitada de obras de construção da C.P.A.F.S.M.S do distrito do Porto – Rua António Patrício.

Aproveito a oportunidade para junto remeter exemplar do respectivo projecto, constituído por sete volumes" (CEC, 1979-08-04:1i).

Uma nota a lápis informa que os volumes referidos não foram juntos e os mesmos viriam a ser remetidos em Outubro seguinte, como é dito mais tarde [Fevereiro de 1982], por Arménio Losa, em carta dirigida ao dono de obra (Losa, 1982-02-26:15i-16i).

Da consulta do que resta desse processo de aditamento à licença nº 86/70[58] (dois volumes de, pelo menos, um conjunto de oito, sete contendo as peças do projecto de execução e um referente à tramitação do processo), podemos supor que anteriormente a este envio do projecto de execução, tenha sido remetido o projecto base, no início de 1979, quando já se vislumbrava a hipótese de início da obra. O projecto de execução foi apresentado através do ofício que recebeu o número nº 10.715/79, de acordo com uma nota ao processo, de 4 de Dezembro de 1979 (CMPorto, Losa & Ferreira, 1979:4i). Em 1995, igualmente numa folha de movimento do processo, faz-se referência ao aditamento 1768/79 [Z-16]] (CMPorto & Losa, 1970) como sendo o documento que dá início ao processo de aditamento à licença. Como geralmente, na CMPorto, os aditamentos recebem a numeração do ofício que lhes dá início, o número 1.768 sugere um envio anterior ao projecto de execução [nº 10.715], mas esta hipótese não conseguiu ser confirmada pelo facto de muitos dos elementos do processo estarem perdidos.

As informações da CMPorto subsequentes a esta apresentação do projecto de execução são todas no sentido da não aprovação, porque os desenhos apresentados não corresponderem à licença aprovada, nem em termos de implantação, nem em termos volumétricos, nem também em termos de uso. Uma vez que todas as diligências que tinham sido levadas a cabo pela Caixa de Previdência/Segurança Social entre 1972 e 1979, não estão anexos ao processo da licença 86/70, não estão também os ofícios resposta da CMPorto com a aceitação das justificações apresentadas. O pedido de instalação da Caixa de Previdência não existe no Arquivo Geral e os serviços camarários convocam a requerente para esclarecimentos em Fevereiro de 1980.

Em Junho do mesmo ano é emitido o primeiro parecer formal sobre o aditamento ao projecto (CMPorto, 1980-06-06:5i)[59], que é enviado ao requerente. No mesmo constam as razões da não aprovação, designadamente pelo facto de a solução agora proposta, com aumento de área de implantação e volumetria, agravar os inconvenientes da instalação de serviços numa *"zona residencial de características bem definidas*". Um representante da requerente comparece na CMPorto, em Outubro, solicitando que fossem *"tidas em consideração todos os antecedentes referentes a este Projecto*" e que deveriam ser consultados os *"ofícios nº 240/72, 929/74 e 1052/74 da D.S.U.O. e as respostas correspondentes*". Na sequência dessa informação, a D.U. considera que *"deve ser revisto este processo, compulsando-se a documentação citada e outra que lhe diga respeito*" (CMPorto, 1980-10-15:7ivs).

O movimento do processo não poderá ser reconhecido pela sua celeridade e em Fevereiro de 1981, após a consulta dos ofícios acima referidos, é dado novo parecer técnico (CMPorto & DSU, 1985-07-26:8i)[60] não favorável à

58. Restam dois volumes de, pelo menos, um conjunto de oito, sete contendo as peças do projecto de execução e um referente à tramitação do processo.

59. Documento nº 1.B.18. (pag.76)

60. Documento nº 1.B.21. (pag.77)

pretensão, mas atendendo ao facto de ser para a instalação de serviços de interesse público, coloca-se o mesmo à consideração superior.

O processo é efectivamente levada à consideração superior, neste caso ao Vereador do Pelouro do Urbanismo, o arquitecto Artur Andrade, que após se informar sobre todos os antecedentes do projecto, o aprova em Agosto de 1981, com ressalvas no que respeita às comunicações verticais, sendo o facto comunicado ao requente em 17 de Setembro, solicitando *"a apresentação do aditamento conveniente*" (CMPorto, 1981-09-17:9i).

Do despacho do Vereador consta o seguinte:

"Trata-se de um edifício público que interessa ver concluído, pois há tantos anos se encontra só na estrutura, com graves receios da sua total degradação. Não é racional que se criem dificuldades à obtenção de espaços construídos, em primeiro lugar porque é a própria entidade pública que já neste momento diz ter deles necessidade, em segundo lugar porque se sabe que os espaços em organismos deste género nunca são suficientes.

Pode aceitar-se o projecto de alteração, mas no que respeita a acessos e comunicações (escadas) carece de revisão para maior largura" (CMPorto, 1981-08-27:9i).

Em Fevereiro de 1982, após várias prorrogações de prazo para apresentação do referido aditamento, como o mesmo não fosse entregue, a CMPorto resolve enviar ofício ao requerente, relembrando-o que ainda não tinha apresentado o aditamento. Mais prazos esgotados e em Maio de 1984 é enviado novamente ofício ao requerente alertando outra vez para a falta do aditamento necessário à conclusão do processo.

Na sequência desse procedimento da CMPorto, a Divisão de Instalações e Equipamento [DIE], remete ofício (DIE, 1982:13i-14i)[61] informando das diligências entretanto tomadas junto do Vereador, arquitecto Artur Andrade, pela Segurança Social e pelo projectista, arquitecto Arménio Losa (Losa, 1982-02-26:15i-16i)[62], uma vez que o mesmo teria ficado de reanalisar o processo. Arménio Losa, nessa carta, advoga que o novo regulamento Municipal de Protecção contra Incêndios, que faz exigência de larguras de escadas superiores às existentes no projecto/edifício, foi publicado em Novembro de 1979 e o projecto de execução foi remetido à CMPorto em Outubro do mesmo ano, por isso anteriormente à publicação do regulamento, pelo que o seu cumprimento não lhe poderá ser exigido.

O parecer do Batalhão de Sapador Bombeiros (B.S.B.) apesar de referir que *"atendendo aos antecedentes do projecto [...] pequenas questões de pormenor poderão ser ultrapassadas*", aproveita para esclarecer que o argumento da legislação que se pretende aplicar ser posterior à entrada do processo em Câmara, não é correcto pois existem normas anteriores que legislam no mesmo sentido.

"1º – O despacho normativo 112/78 de 21-4-78 do Ministério da Habitação e Obras Públicas estabelece um conjunto de regras mínimas a que os edifícios ocupados por serviços públicos deverão obedecer.

2º – A postura municipal data de Novembro de 1979 mas o nº 5 do artigo 45º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas promulgado em Junho de 1971 que a referida postura cita refere:

---

61. Documento nº 1.B.19. (pag.76)

62. Documento nº 1.B.20. (pag.77)

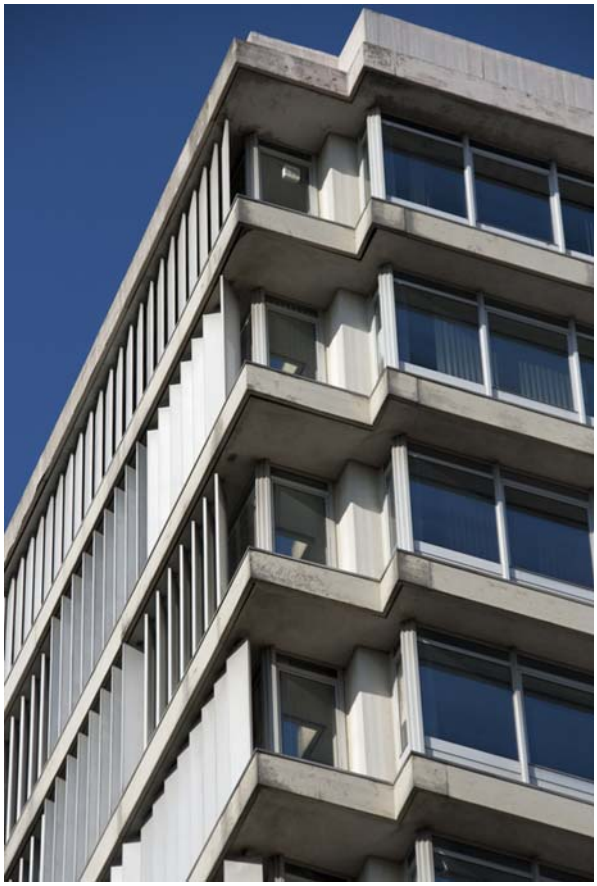


Fig.248 Lâminas na fachada Poente.
(Vale, 2010/04)



Fig.249 Lâminas na fachada Nascente.
(Vale, 2010/04)

«Para edifícios que integram um corpo de altura superior a 30 metros, a largura mínima admissível das escadas é de 1,40 m»" (BSBPorto, 1984-08-01:20i).

O desejo é de resolver o assunto que se arrasta há demasiados anos, de tal forma que, pelos Bombeiros, não é novamente solicitado o aumento da largura das escadas, apenas a sua protecção, conjuntamente com os elevadores, por câmara corta-fogo, ao nível dos pisos enterrados e protecção apenas da escada, ao nível dos pisos superiores. São ainda solicitadas outras alterações, a maior parte delas relacionadas com equipamentos e instalações.

Seria de esperar que face a esta informação o processo pu*desse estar próximo da sua conclusão, mas a informação seguinte, datada de Março de 1985, refere que "o projecto encontra-se há muito extraviado e têm resultado negativas todas as tentativas para o localizar. Convide-se o titular, para, em colaboração com a Câmara, reconstituir o processo" (CMPorto & DSU, 1985-03-19:23i)*, sendo o requerente oficiado nesse sentido em 26 do mesmo mês[63]. A partir dos elementos fornecidos pelo requerente, em Maio desse ano, é possível localizar o processo em 3 de Julho.

Em 26 de Julho de 1985 é dado pela DSU novo parecer aconselhando *"ao encerramento do processo sem o dispêndio de circuitos de informações"* (CMPorto & DSU, 1985-07-26:8i), apesar do desacordo do técnico com as informações anteriores dos serviços e com a forma como todo o processo foi conduzido (CMPorto & DSU, 1985-07-26:8i)[64]. Desse parecer também se fica a saber que nessa altura se encontrava em *"apreciação mais uma proposta do*

Centro Regional de Segurança Social, contendo mais uma ampliação volumétrica para o terreno onde se situa o imóvel". No espólio do arquitecto Losa não existem documentos relativos a essa proposta de ampliação pelo que não é possível saber se essa proposta se referia a uma ampliação do edifício aqui estudado, se um retomar das propostas anteriores, que pretendiam a construção de um corpo baixo, mais ou menos extenso, na zona Poente do lote. Essa pretensão é liminarmente recusada pelo técnico.

Após insistência da CMPorto, em 26 de Maio de 1986 a Segurança Social entrega o aditamento que dá resposta à Informação do BSB de 1984. Nesse aditamento são explicitadas as alterações efectuadas para permitirem o alargamento das escadas de modo a dar cumprimento às exigências de aprovação do Vereador Artur Andrade e às do BSB.

No que se refere às escadas, explicitam o seguinte:

a) Escadas interiores

Tendo o edifício sido adquirido em 1973 já com 14 pisos construídos, em termos de estruturas, incluindo, por consequência, as suas escadas interiores de circulação e acesso a esses pisos, cumprindo projecto devidamente aprovado pela Câmara do Porto para edifício residencial, ficou assim limitadíssima a possibilidade de uma alteração sensível na largura daquelas escadas para além da constante no projecto inicial e já então concretizada.

Como solução de recurso e porque não haviam sido construídas as guardas previstas em betão, optou-se pela sua substituição por guardas metálicas fixadas ao alcaixe da escada o que possibilitou um alargamento de cerca de 20 cm com resultados evidentes no desafogo da circulação e ainda no comportamento estético do conjunto. [Desenho nº 1] (Losa, 1986-05-15).

De referir que a informação prestada não é rigorosamente correcta. O edifício adquirido em 1972 previa uma escada central, de desenvolvimento em ferradura, que se encontraria já construída. A segunda escada, encerrada, foi construída depois de 1979, juntamente com o restante núcleo de comunicações verticais na fachada Norte. A alteração ao RGEU que obriga, em edifícios com altura superior a 30 metros, a escadas com um mínimo de 1,40 de largura é de 1971. O edifício, tal como estava previsto no projecto original de 1968, tinha doze pisos acima do solo e uma altura total de 40,70 metros, excluindo platibandas (36,50 metros ao último piso habitado). A alteração preconizada para adaptação à Caixa de Previdência eleva a altura do edifício em cerca de 4 metros.

Nesse aditamento é dada resposta às demais solicitações do BSB que o aprova em 5-6-1986.

O processo conhece então uma celeridade que até então não tinha acontecido. Entre Junho de 86 e Janeiro de 87, são pedidos os projectos de especialidades (que já tinham sido remetidos em 1979), uns são localizados, outros

---

63. "O projecto remetido com o ofício acima indicado foi submetido à apreciação de diversos serviços municipais.

Após ter colhido o parecer do B.S.B. e regressado a esta divisão, não teve qualquer andamento, desconhecendo-se, neste momento, o gabinete ou serviço que o tenha requisitado.

Posto o problema do seu prosseguimento, solicitamos a V. Ex. se digna facultar, em fotocópias, todos os elementos que sirvam à reconstituição do processo.

Esclarecemos que possuímos em arquivo um conjunto de cópias do projecto" (CMPorto & DSU, 1985-03-26:24i).

64. Documento nº 1.B.22. (pag.78)

são voltados a entregar na câmara, mas todos são aprovados. A CMPorto solicita ao requerente a entrega das telas finais e acede ao pedido do mesmo da *"dispensa de tal formalidade uma vez que se torna bastante difícil a sua obtenção, dado o tempo que já decorreu desde a apresentação do projecto inicial, em Agosto de 1979, e não se prever que venham a ser requeridas futuramente quaisquer cópias daquele mesmo projecto"* (DIE, 1986-12-05:14i). Pensamos que para este pedido poderá ter concorrido o estado de saúde do arquitecto AL, que viria a falecer em 1988.

Em 9 de Janeiro de 1987, o Chefe de Divisão das Edificações Urbanas decide que *"Poderá deferir-se e arquivar-se*" o processo deste aditamento, tendo o facto sido comunicado ao requerente pelo ofício nº 132/87/E.U. (CMPorto, 1987-01-20:16i)[65]. Na sequência desta informação o processo é arquivado, sem ter sido dado qualquer seguimento à decisão de deferimento. No processo principal, referente à licença nº 86/70, o único que hoje aparece na CMPorto referente ao edifício, não são colocadas informações referentes a qualquer dos trâmites efectuados entre 1979 e Janeiro de 1987 e incluídos no processo Z-16. A Segurança Social não solicita a emissão de uma licença de aditamento, porque, muito provavelmente, à mesma não estaria obrigada por se tratar de um organismo público. De referir que segundo o que é possível consultar, a licença 86/70 teve um único pedido de prorrogação em 22-03-1972, pelo que há muito se encontraria caducada.

Entre a decisão de arquivamento em 1987 e 1995, não é possível actualmente saber se existiram outros procedimentos pois não foi encontrada qualquer documentação.

Em 25 de Janeiro de 1995, as obras deveriam estar todas concluídas e é solicitada a vistoria à CMPorto. Nessa altura é levantado o problema da licença não se encontrar averbada em nome do requerente actual, pelo que a Segurança Social remete à câmara, conjuntamente com o pedido de averbamento, a escritura de aquisição do imóvel e informação das várias alterações de designação do organismo entre 1972 e 1995. O edifício não passa na vistoria pois não corresponde à licença aprovada (a licença 86/70 referente ao edifício de habitação), porque como já tinha sido referido antes, os documentos referentes ao deferimento do aditamento não se encontram anexos ao processo. É solicitada a revogação do despacho, apresentada nova Planta Topográfica, mas mantém-se o indeferimento em 25-05-1998, pelas mesmas razões apresentadas.

Aparentemente não existe empenhamento quer da CMPorto quer da SS em resolver este problema, pois apesar das dificuldades tidas por mim em localizar o processo Z-16, com algum tempo foi possível saber onde estava e fazer a sua consulta. A informação desse número de processo foi retirada de uma (única) referência no processo da licença 86/70, em que se solicitava: *"Junta-se a licença nº 86/70 e o Projecto Z-16 (nº de requerimento 1768/79)"*, pelo que existe esse ponto de ligação entre os dois processos.

A falta de licença de utilização do edifício não impede a SS de nele funcionar há pelo menos 15 anos. Para a CMPorto este é um edifício, entre muitos, que há longos anos funcionam sem licença de utilização e não será dos que apresentam maiores problemas, quer ao nível da segurança geral de funcionários e utentes, quer da visibilidade pública da situação.

65. "Em referência ao assunto e ofício de V. Ex em epígrafe, venho informar que o projecto em causa foi deferido em 14 do Corrente" (CMPorto, 1987-01-20:16i).

C. Comparação entre os dois projectos

Aquando da aquisição do edifício pela Caixa de Previdência, a estrutura estava já parcialmente realizada, pelo que se manteve genericamente a definição da mesma, introduzindo as alterações necessárias pela inclusão de novos sistemas de acessos e procedendo-se ao apeamento das lajes nos locais onde o balanço existente era superior ao do actual projecto e aumentando-se nas zonas em que o mesmo era inferior. De salientar que os pilares periféricos andavam recuados em relação à fachada cerca de 1,50 metros já no projecto inicial, correspondendo a sua localização à forma base do edifício e todos os movimentos que a fachada possuía eram feitos por maiores ou menores balanços da laje e das paredes e vãos exteriores. Este recuo dos pilares em relação à fachada, não correspondendo ao recortado da mesma, facilitou, em muito, a transformação do projecto inicial no actualmente construído, de linhas e formas muito mais simples e evidentes.



Fig.250 Fotografia da fase final de obra. Vista desde Poente.



Fig.251 Pormenor da zona ainda não revestida com as grelhas.

(Ferreira, [s.d.])

O projecto inicial, sendo destinado a um programa de habitação, era muito mais encerrado que o construído. As janelas eram definidas isoladamente e não como panos contínuos de vidro, como acontece actualmente, mesmo quando não se tem a leitura do mesmo por se encontrar coberto pelas grelhas (fachadas Nascente e Poente).

O desenho do edifício reflecte preocupações de insolação dos espaços. No projecto inicial que determina a forma da implantação do edifício, um trapézio com o lado maior a Norte, mas que permite uma maior insolação das fachadas Nascente e Poente. No projecto de transformação em edifício de serviços, com a colocação do núcleo de acessos na fachada Norte e pela inclusão de grelhas verticais nas fachadas Nascente e Poente.

Na fachada Sul ainda foi equacionada a colocação de grelhas horizontais, mas o atravancamento necessário para a passagem de tubagens ao nível do peitoril determinaram um recuo do envidraçado, garantindo por esse facto o quase completo sombreamento nos meses de Verão.

Algumas das diferenças detectadas na comparação entre o projecto licenciado sob o n.º 86/70 e os projectos de adaptação a edifício de escritórios para albergar a Segurança Social correspondem, não a adaptações à nova função, mas às adaptações do projecto feitas ainda aquando do desenvolvimento do projecto de execução do edifício de habitação e que não chegaram a ser actualizadas no processo de licenciamento.

Existem diferenças consideráveis na localização e dimensão de elementos estruturais que não podem decorrer das alterações necessárias para adaptação a edifício de escritórios, uma vez que fazem parte da estrutura resistente vertical do edifício, não sendo possível alterar a sua localização depois de executados, apenas, quando muito, poderia ser reforçada a sua dimensão.



Fig.252 Placagem no remate do topo das lajes.
(Vale, 2010/04)



Fig.253 Folgas entre a laje e a placagem.
(Vale, 2010/04)

Da sobreposição dos dois projectos podemos verificar que, como também é natural, com o decurso do projecto de execução o edifício ganhou a nível de rigor geométrico, mas mantendo-se o que eram as linhas estruturadoras do desenho inicial.

De alterações durante o projecto de execução e da fase de obra também devem ter as diferentes implantações ao nível das caves, decorrentes talvez do desejo de salvaguardar algumas das árvores, reduzindo a cave no limite Poente Norte, e aumentando-a, em dois corpos simétricos, a Norte.

A forma mais limpa da nova solução, paralelamente ao facto de agora os pisos se desenvolverem todos ao mesmo nível, sem desfasamentos em varandas, ou enchimentos em zonas de caixa de acessos, também permite uma mais limpa solução estrutural que passa, nos pisos ainda não construídos, pela supressão de dois pilares na fachada Sul. Nesses mesmos pisos, nas fachadas Poente e Nascente, o topo de laje do tramo central é estabelecido na continuidade com os laterais. Nos pisos inferiores é mais espesso que os laterais pois incorpora a laje desnivelada e o enchimento para a nova cota.

Como uma parte considerável dos topos de lajes do novo edifício resultou de demolições e acrescentos a uma estrutura prévia, optou-se pelo seu acabamento com uma placagem de betão pré-fabricado, que garante um aspecto uniforme, e não diferencia obra existente e novos pisos.

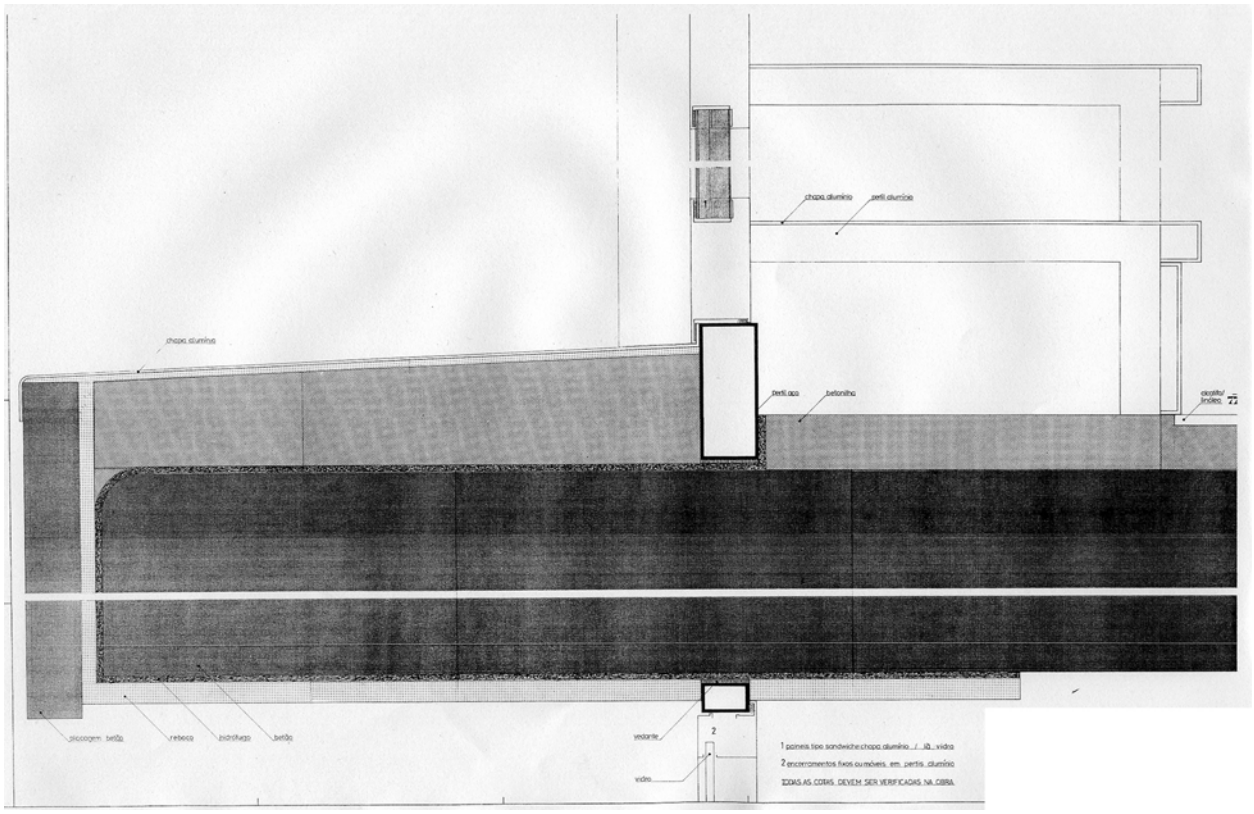


Fig.254 Pormenor da Fachada do Lado Sul.
Desenho originalmente à escala natural.

(Losa & Ferreira, 1979a

Em tudo o que foi nova construção também se optou pelo betão aparente. No corpo de acessos construído no limite posterior, e no novo corpo de instalações e equipamentos construído no limite Sul. A construção deste corpo também implicou a demolição de uma parte do muro de suporte existente, a Sul.

O reconhecimento do anterior projecto no edifício actual processa-se essencialmente ao nível da forma em planta e da volumetria geral, já que a imagem difere substancialmente da inicialmente proposta.

A forma que actualmente caracteriza o edifício, de um prisma trapezoidal de lados encurvados, era já perceptível no projecto inicial, mas não com a clareza actual. Balanços e recuos nas várias fachadas, retiravam a leitura da forma base e as intervenções ao nível do rés-do-chão, ignoravam-na completamente.

O edifício construído é muito mais equilibrado e elegante que o projectado inicialmente.

Apesar das diferenças de imagem, em alguns aspectos podemos tecer paralelismo com um outro edifício construído à margem da Avenida da Boavista, em período para além do âmbito de análise do presente estudo (e por isso não incluído), o Edifício Burgo, do arquitecto Eduardo Souto Moura:

A proximidade volumétrica das duas soluções;

A justificação da definição dos tratamentos das fachadas;

A definição da estrutura resistente;

A forte interligação entre arquitectura e especialidades;

O tratamento do último piso.

Três décadas os separam, e tanto quanto sei, nunca foi assumido por Eduardo Souto Moura que este edifício possa ter servido de alguma forma de inspiração [a referência publicada é a da inspiração nas paletes de madeira (Mendonça, 2005)], contudo existem formas comuns de resolver problemas, com respostas arquitectónicas distintas.

D. Resumo de caracterização

Tabela 46: Quadro-resumo de caracterização do projecto.

	Projecto	
	1º Projecto	2 e 3º Projectos
Designação usual:	Torre de habitação "Engenheiros Reunidos"	Edifício Sede da Caixa de Previdência / Segurança Social
Localização:	Rua António Patrício nº240 a 270, Porto Coordenadas GPS: 41.15861,-8.639482	
Projectista de arquitectura:	Arménio Taveira Losa	Arménio Taveira Losa; Alfredo Matos Ferreira Colaboração de Beatriz Madureira
Outros projectistas:	Estruturas: Engenheiros Reunidos	Estruturas: Engenheiros Reunidos
Data de projecto:	Licença nº 86/1970 Início de licenciamento em 1969 (projecto terá sido iniciado durante o ano de 1968 pela numeração interna da obra.	2º Projecto iniciado em 1974 3º Projecto iniciado em 1976
Data de início de construção:	Emissão de licença de construção em 1970 (	Conclusão do projecto de execução em 1978, data provável do início da obra 1979.
Data de conclusão de construção:	Construção parada a partir de 1972	Edifício continua sem ter licença de habitabilidade. O primeiro pedido de vistoria é de Janeiro de 1995.
Nº de pisos:	2 caves + R/C + 11 pisos + 1 nível técnico	2 caves + R/C + Sobreloja + 12 pisos + 1 nível técnico
Estrutura Portante	Estrutura de betão armado. Lajes fungiformes aligeiradas com cofragem perdida de blocos de betão.	
Paredes exteriores e revestimentos de fachadas:	Paredes exteriores duplas, executadas em tijolo maciço pelo exterior e tijolo vazado pelo interior, com caixa-de-ar. Revestimento final não foi executado nem descrito.	Paredes exteriores em betão aparente (novo corpo a norte). Nos restantes alçados não existe parede. Revestimento dos topos das lajes por placagem de betão.
Vãos exteriores/protecção solar:	Estores recolhidos nas padieiras dos vãos. Elementos salientes sobra os vãos teriam também efeito de protecção solar na fachada Sul.	Conjunto de lâminas orientáveis nas fachadas Nascente e Poente. Balanço da laje na fachada Sul proporciona ensombramento.
Coberturas:	Cobertura plana praticável para manutenção e acesso aos espaços técnicos.	Cobertura plana praticável para manutenção e acesso aos espaços técnicos. Não foi considerada a colocação de isolamentos térmicos na cobertura, apenas betão leve para a camada de forma.
Utilização /fracções:	Habitações de tipologia elevadas.	Escritórios em sistema de open-space.

E. Adequação às condicionantes actuais

Tabela 47: : Quadro resumo de caracterização do edifício.

	Edifício
Alterações ao projecto licenciado:	As questões de alteração à licença inicial foram explicitadas no corpo do capítulo, e correspondem à adaptação à nova função.
Estado de conservação:	Bom estado de conservação geral mas com degradações pontuais em alguns elementos.
Questões de conforto:	Não existem disposições construtivas nem materiais específicos para a melhoria do comportamento térmico do edifício. Logo na altura da execução do projecto de alteração, às questões de conforto térmico tal como eram encaradas nessa altura não foi dada a resposta ideal, por opção estratégica do dono de obra. O sistema preconizado para o tratamento ambiental dos espaços seria de apenas ventilação, não incluindo climatização. As palas e balanços das lajes resolvem em grande parte os problemas de aquecimento excessivo, mas os problemas de necessidades de aquecimento de Inverno não são respondidas. O edifício não obedece aos parâmetros actuais de conforto térmico, designadamente pela área envidraçada com vidro simples, e pelas paredes de betão sem protecção térmica. Ao nível da cobertura o único isolamento é o garantido pelo betão leve para formação de pendentes. O isolamento acústico é garantido essencialmente pela massa das lajes, 36 cm de betão. Existe uma junta elástica entre o corpo de acessos e o edifício que absorve as vibrações do funcionamento dos elevadores.
Questões de segurança:	Pelos regulamentos actuais, o edifício levanta problemas ao nível da segurança em caso de incêndio. Não existe compartimentação efectiva entre pisos, pois a caixa de escadas de serviço dos utentes não está enclausurada, funcionando como ducto vertical de comunicação. No alçado Sul, a separação entre os vãos de dois pisos consecutivos também não respeita o que a legislação considera ser o necessário para a não transmissão do fogo entre pisos (1,2 m de zona opaca, em somatório de plano horizontal e vertical).
Questões de durabilidade:	Os materiais utilizados têm boas características de durabilidade sem grandes custos de manutenção. Os elementos mais frágeis, deste ponto de vista, são as grelhas usadas nos alçados laterais, pelas condicionantes materiais, de utilização e de exposição ao vento.



Fig.255 Cronologia geral do edifício.

Capítulo 2.3 - Edifício Parnaso

José Carlos Loureiro



(Vale, 2007/11e)

Edifício de habitação colectiva
Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 231
Licença nº 687/1955

A. Introdução e descrição geral

O edifício Parnaso[66], projecto de início de carreira do arquitecto José Carlos Loureiro, recebeu a sua designação do nome da escola de música e ballet que ocupou até ao ano passado a parte inferior do mesmo. Localiza-se num dos gavetos da Rua Nossa Senhora de Fátima com a Rua de Oliveira Monteiro, na proximidade ainda da Praça Mouzinho de Albuquerque.

66.Podem ser encontrados mais elementos desenhados, escritos e levantamento fotográfico sobre este edifício no Anexo 1.C. (pag.83) do Volume 2.

É um edifício constituído por vários corpos de volumetrias diferenciadas. O arquitecto opta pela colocação de um corpo único de maior volumetria (6 pisos, sendo 5 acima da cota da rua) paralelo à Rua Nossa Senhora de Fátima e junto à Rua de Oliveira Monteiro prefere fazer a articulação do programa em vários corpos de pequena dimensão, quer em desenvolvimento em planta quer na respectiva cércea.

Da observação dos edifícios existentes podemos deduzir que na década de cinquenta já a Rua Nossa Senhora de Fátima começaria a denotar uma ocupação com uma cércea mais elevada, principalmente na parte junto à Rotunda, enquanto a Rua de Oliveira Monteiro permaneceria com uma ocupação de moradias, com cérceas de um e dois pisos. Curiosamente, apesar das transformações e do mais de meio século passado, ainda hoje se pode observar esse diferente carácter das duas artérias (com excepções claro), uma predominância de edifícios baixos, isolados, geminados, ou em correnteza, mas de pequena volumetria, na Rua de Oliveira Monteiro, enquanto que na Rua Nossa Senhora de Fátima existe uma predominância de edifícios com 5 ou mais pisos.

Hiptxt. 2.3.A - Identificação das fontes disponíveis.

Para o presente edifício, para além do processo de licenciamento disponível no Arquivo geral da CMPorto, existe um conjunto de desenhos já em deficiente estado de conservação, no espólio particular do arquitecto José Carlos Loureiro.

Existe também, pertença da família dos proprietários iniciais, elementos soltos do projecto de execução da segunda fase, constituídos por alguns desenhos em cópia ozalid, bastante deteriorados pelo uso em obra, e um caderno de encargos.



Fig.256 Vistas aéreas do edifício.
Vista desde Nascente, Norte, Poente e Sul.

(Microsoft Corporation, [2011])

O conjunto é constituído por seis volumes distintos, um de maior dimensão, tanto em altura como em desenvolvimento em planta, orientado paralelamente à Rua Nossa Senhora de Fátima e cinco volumes mais pequenos que se implantam, escalonados em planta, segundo a curvatura da Rua Oliveira Monteiro. Esta é a percepção de quem observa o edifício do lado dos arruamentos. Efectivamente, um dos volumes mais pequenos, que do exterior não tem tratamento diferenciado em relação aos restantes, é um corpo alongado que se desenvolve no interior do logradouro e que para além de albergar uma habitação, aloja também algumas salas da escola de ballet.



Fig.257 Perspectiva incluída no processo de licenciamento.

(Loureiro, 1955c)



Fig.258 Fotografia desde o edifício Palmeiras.

(S.N., [s.d.])

A imagem proposta para o edifício Parnaso, em 1955, contrastava com o que era a produção corrente na cidade. Já tinham sido construídos alguns edifícios de linhas assumidamente modernas, principalmente moradias e pequenos edifícios de habitação ou programas mistos, mas o grosso da produção ainda era marcado por uma estética de compromisso entre uma postura de modernidade e um recurso a ornamentos estilizados que se enraizavam na tradição anterior. E de tal forma este tipo de imagem ainda resultava estranho que o Conselho de Estética Urbana manifestou dúvidas na aprovação deste projecto e foi Rogério de Azevedo, antigo professor de José Carlos Loureiro e um dos vogais da mesma, que terá influído no resultado, como recordou o arquitecto projectista em conversa informal.



Fig.259 Fachada principal vista desde Poente.
Data provável: 1958

(S.N., [1958]-b)



Fig.260 Fachada principal vista desde Nascente.

(S.N., [1958]-a)

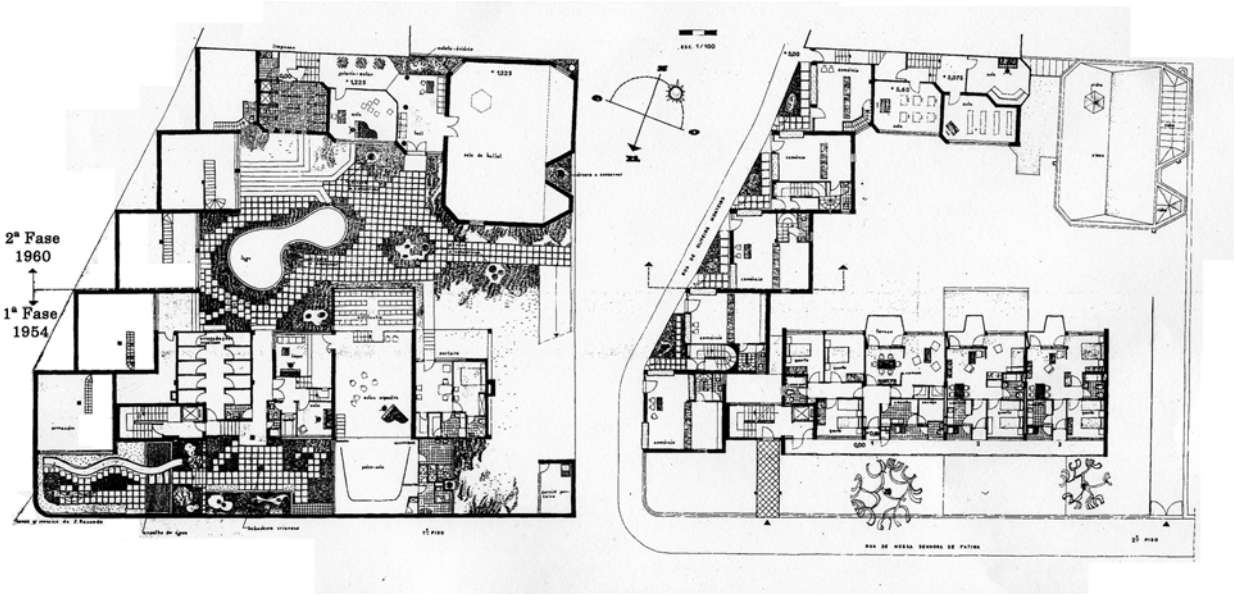


Fig.261 Planta dos dois primeiros pisos.
Desenho à mão livre realizado para uma exposição.

(Loureiro, s.d.)

Este edifício estabelece-se como um marco por múltiplas razões, desde a questão da imagem, do tipo de relação com a rua, dos materiais de revestimento ou mesmo da relação forte entre o desenho da estrutura de betão armado e a forma arquitectónica.

Um dos aspectos mais interessantes do presente edifício é a forma como o mesmo se relaciona com os arruamentos. O afastamento em relação à rua Nossa Senhora de Fátima e a escavação de um piso de terreno, desafogando a cave, libertando-a do contacto com a terra, permitindo-lhe iluminação e ventilação naturais, tornando-a efectivamente num rés-do-chão abaixo do nível da rua, corresponde a um tipo de implantação sem tradição no nosso país, mas que, com uma diferente escala, vai colher inspiração à arquitectura inglesa, dos séculos XIX e XX, com os seus característicos pátios. De referir que Arménio Losa, no Bloco da Carvalhosa já ensaia uma solução próxima, apostando num afastamento relativamente à rua mas optando por elevar o rés-do-chão, desafogando meia cave, em vez de colocar o piso inferior totalmente abaixo do nível do arruamento.

O afastamento neste edifício é consideravelmente superior àquele que é feito tradicionalmente nos pátios ingleses e tal facto realmente garantiu uma maior privacidade quer aos ocupantes do rés-do-chão, quer aos da cave e, claro, uma melhor iluminação e ventilação dos espaços. De notar ainda que na legenda dos desenhos se opta pela designação de pisos em vez da também possível designação de andares que estabeleceria por si só uma diferenciação entre os pisos acima e abaixo da cota de entrada. Idêntica preocupação também foi identificada no bloco da Carvalhosa.

Tipologicamente o edifício é também interessante por vários aspectos. Conjuga o "prédio de rendimento" com a "moradia" para uso próprio, utiliza várias tipologias diferentes de acessos, e consegue fazer conviver fácil e harmoniosamente várias funções, como a habitação, a escola artística e o pequeno comércio.

No corpo junto à Rua Nossa Senhora de Fátima, dos cinco pisos existentes acima da cota de entrada, os três primeiros albergam três habitações tipo T3 e seis habitações Tipo T1, enquanto os dois últimos andares correspondem



Fig.262 Fachada Poente.
(Vale, 2007/11e)

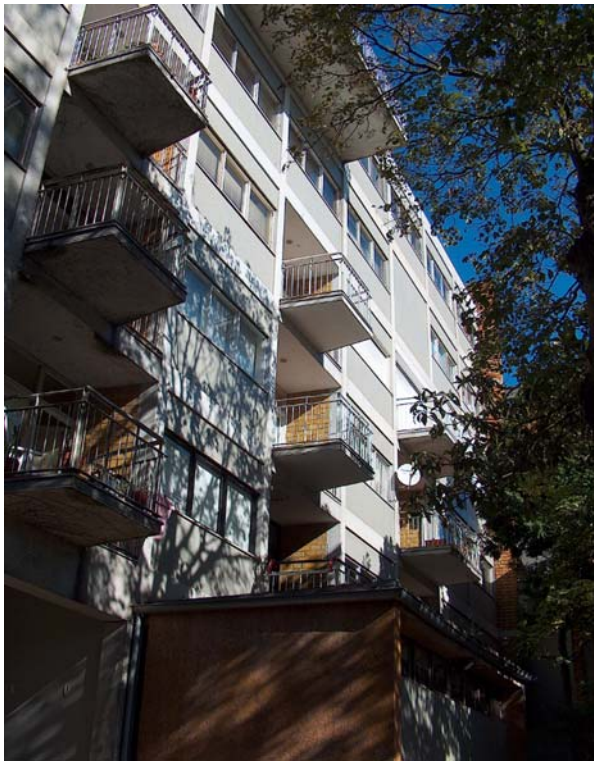


Fig.263 Fachada Sul.
(Vale, 2007/11e)

a uma única habitação, que faz ainda uso parcial da cobertura. Essa habitação destinava-se a habitação permanente dos proprietários do edifício, Maria Feliciana Ortigão Sampaio Correia de Oliveira e o marido, Fernando Correia de Oliveira, que residiam na Avenida Brasil à altura do licenciamento do edifício.

Esta solução de conjugar uma habitação de grandes dimensões com várias habitações menores para rendimento[67] repete-se no imóvel vizinho (CMPorto & Loureiro, 1956), localizado a Poente do Parnaso, propriedade de Marta de Ortigão Sampaio, irmã de Maria Feliciana, e também projecto de José Carlos Loureiro. A solução de distribuição das fracções nesse segundo edifício é diferente contudo. Em vez da utilização dos últimos pisos para habitação dos proprietários, opta-se pela divisão vertical do volume total em dois, sendo a parte do lado Nascente destinado a uma moradia com quatro pisos e a do lado Poente para um conjunto de apartamentos para alugar.

O volume junto à Rua Nossa Senhora de Fátima tem um sistema de acessos por galeria, situados na fachada Norte voltada para a Rua, funcionando como uma barreira de protecção, e nos volumes menores junto à Rua de Oliveira Monteiro, por caixas de escada que servem os volumes.

67. As habitações eram para alugar e não para vender, dentro da filosofia dos «prédios de rendimento». No casso do Parnaso, a propriedade horizontal seria pedida em 4 de Abril de 1978, permitindo a partir dessa data a venda das fracções.



Fig.264 Alçado Principal (Rua Nossa Senhora de Fátima) e Alçado Posterior.

Modelo 3D a partir de (Loureiro, 1955c)

B. História do processo de projecto, licenciamento e construção

O processo dá entrada na CMPorto em 26 de Janeiro de 1955, em nome de Fernando Correia de Oliveira, por um engano. Em Março é solicitado que o mesmo seja averbado em nome da esposa, Maria Feliciana Ortigão Sampaio Correia de Oliveira. O terreno onde se implanta o edifício fazia parte de um terreno maior, que foi dividido pelo pai entre as duas filhas, Maria Feliciana e Marta Ortigão Sampaio.

Apesar do testemunho da memória pessoal de José Carlos Loureiro apontar a imagem moderna do edifício como o problema levantado para aprovação, os elementos documentais nada referem a esse efeito, mas questionam o tipo de implantação e alinhamentos propostos para os corpos à margem da Rua de Oliveira Monteiro.



Fig.265 Alçado Poente e Alçado Nascente (Rua Oliveira Monteiro).

Modelo 3D a partir de (Loureiro, 1955c)

A localização destes corpos foi estudada tendo como objectivo uma minimização da vista da empena da casa existente a Nascente, tendo em conta o alargamento da Rua Oliveira Monteiro. Foram apresentadas à Câmara Municipal do Porto duas propostas, uma em que se respeitava o alargamento definido para o passeio (linha traçada pelos vértices mais avançados dos diferentes corpos), mas que implicava uma maior vista da empena do edifício vizinho e uma segunda proposta, que viria a ser aceite, em que não se procedia ao alargamento do passeio previsto, mas que se diluía completamente o impacto da referida empena. Face ao jogo de escalonamento dos volumes, mesmo não respeitando o alinhamento previsto para o limite de construção, mantinha-se o desafogo da zona do passeio.

Estes volumes mantêm a ortogonalidade em relação à Rua Nossa Senhora de Fátima, e ao corpo principal do edifício, não respeitando por isso as paredes divisórias principais a ortogonalidade relativamente ao alinhamento da Rua Oliveira Monteiro. Esse desrespeito é questionado pela CMPorto e rebatido pelo projectista. Segundo este:

> *"Quanto à ortogonalidade das paredes divisórias em relação ao alinhamento da rua, crê haver má interpretação do Regulamento do Plano Regulador, porquanto se supõe que essa cláusula pretende evitar*

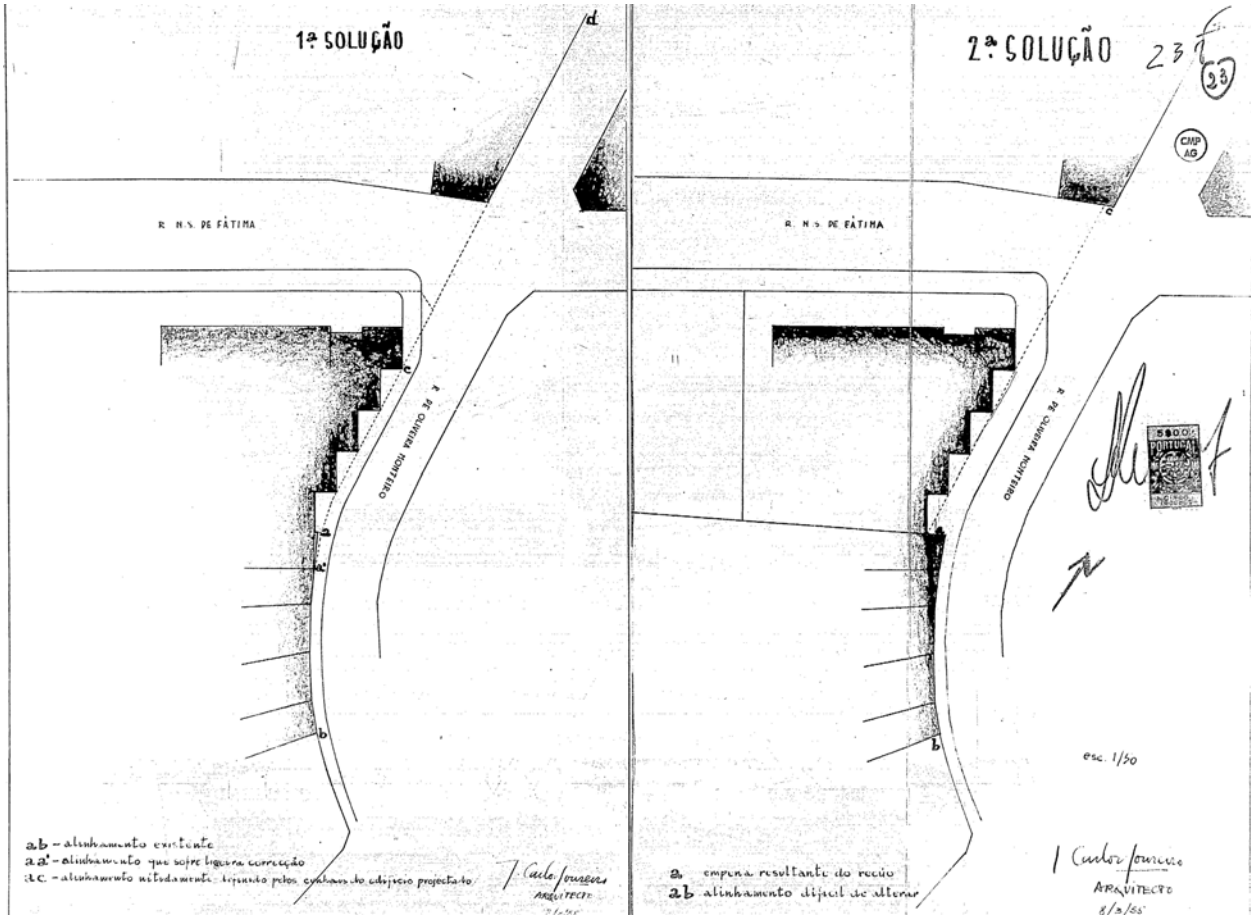


Fig.266 Hipóteses de alinhamento dos volumes na Rua de Oliveira Monteiro.

(Loureiro, 1955c)

soluções muito inconvenientes de plantas com compartimentos deformados, ângulos muito agudos, etc., ou ainda em certos casos uma manifesta solução inestética, o que não sucede com o presente projecto conforme o atestam os pareceres nitidamente favoráveis da Exma. Comissão de Estética Urbana.

14 de Junho de 1955" (CMPorto & Loureiro, 1955:82).

Apesar desta justificação, toda a implantação continua a ser contestada, não tanto como solução de conjunto, mas pelo facto de se pretender construir o projecto em duas fases, e não correspondendo o limite de construção da primeira fase a uma zona acabada e resolvida do ponto de vista urbano.

A CMPorto advoga que o

"[...]caso de implantação, a não ser executado na totalidade, vem constituir um péssimo precedente para o cumprimento do Art 8º do Regulamento do Plano Regulador em que tanto se tem insistido e que diz respeito à ortogonalidade das paredes divisórias principais ao alinhamento geral da Rua.

18 de Jun. 1955" (CMPorto & Loureiro, 1955:90).



Fig.267 Perspectiva mostrando a relação do projecto com o edifico preexistente. (Loureiro, 1955c)

Dando resposta a este aspecto a requerente informa que face às dificuldades levantadas o edifício será construído numa única fase, pelo que os serviços acabam por aprovar o projecto e deferir o pedido de licença, em Julho de 1951.

Na folha de movimento interno pode ler-se:

"[...] Quanto à parte final do aditamento em que a requerente discute a interpretação dada à ortogonalidade das divisórias em relação aos alinhamentos das ruas, não lhe podemos dar razão e aceitamos a implantação proposta por se ir executar a obra no conjunto.

9 Jul. 55" (CMPorto & Loureiro, 1955:91).

As questões de imagem urbana do edifício são uma das preocupações dos serviços, não apenas relativamente aos alinhamentos atrás referidos, mas também em relação aos próprios revestimentos, decorrendo de uma prática que se começa a instituir na CMPorto, mas que não é explícita em todos os processos. Na folha que acompanha a licença refere-se que o requerente deve cumprir alguns preceitos. Assim,

"1 - Nos termos do artigo 6º do Edital 12/47 deverá ser feita, à repartição de edificações urbanas, a comunicação prévia de todas as pinturas e revestimentos, para aprovação, sem o que não poderão ser aplicados" (CMPorto & Loureiro, 1955:94).

Contudo, apesar da informação de que o projecto seria construído numa fase, a construção processa-se efectivamente em duas fases. Num primeiro tempo, o faseamento interno de obra, que se inicia pelo corpo junto à



Fig.268 Vista do modelo 3D.

Modelo 3D a partir de (Loureiro, 1955c)

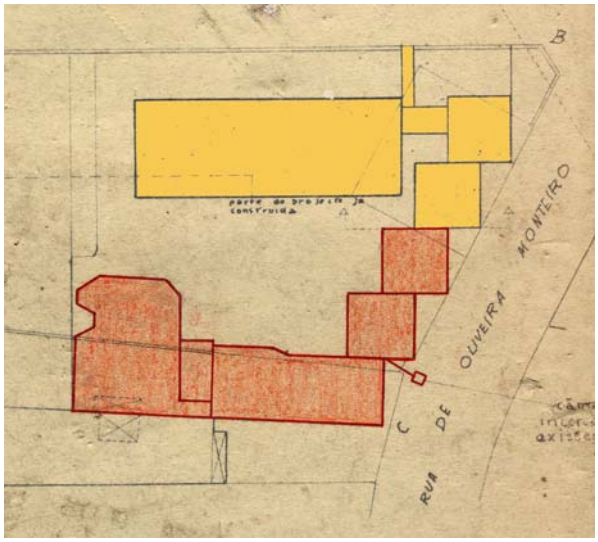


Fig.269 Faseamento da intervenção.
Amarelo: 1ª fase. Vermelho: 2ª fase

Adaptado a partir de (Loureiro, 1955c)



Fig.270 Vista aérea do edifício.

(Vale, 2008/06)

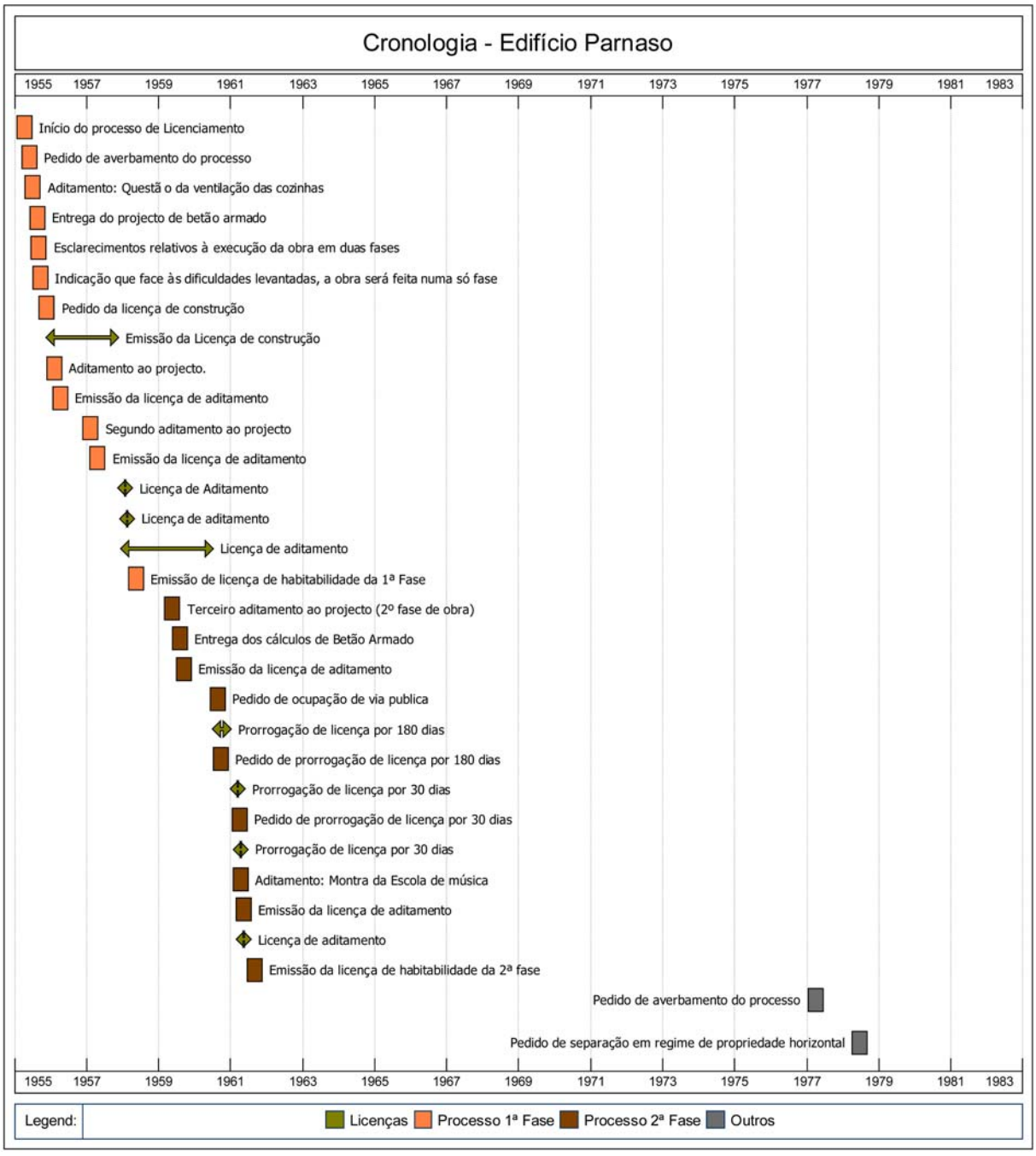


Fig.271 Cronologia do processo de licenciamento do edifício Parnaso.

Rua Nossa Senhora de Fátima, poderia até ser justificado por questões de organização de trabalhos e estaleiro, e não corresponder a um efectivo faseamento. Mas o decurso do processo de licenciamento demonstra que assim não é.

Quando é apresentado um segundo aditamento relativo à instalação da escola de música, em Novembro de 1956, os corpos junto à Rua Oliveira Monteiro ainda não estavam construídos. E em Fevereiro de 1958, quando são emitidas as licenças de ocupação, as mesmas referem-se apenas às fracções inseridas nos corpos que faziam parte da

primeira fase como definida inicialmente. De mencionar que as licenças de ocupação são passadas com a multa por ocupação indevida, pois as fracções já se encontravam ocupadas à data da vistoria.

Este é notoriamente um processo de aprovação por omissão. Em 6 de Março de 1959 é entregue na CMPorto um terceiro aditamento, que contempla as alterações aos corpos ainda não construídos. A entrada em funcionamento efectivo da escola de música permitiu perceber necessidades de espaço que não tinham sido previstas à partida, fundamentalmente por não se ter antevisto o "sucesso" da mesma.

Para a decisão de execução da obra em duas fases também pode ter contribuído a existência ainda de um edifício na zona onde seria implantada a segunda fase. Faziam partes dos trabalhos da mesma a

> *"Demolição do prédio existente na Rua de Oliveira Monteiro e do muro do jardim e remoção de entulhos"* (Loureiro, [1959]-a).

C. Caracterização construtiva

As duas fases de obra, essencialmente pela diferença de volumetria dos edifícios, têm sistemas construtivos diferenciados. Enquanto na primeira fase se recorre a um sistema de estrutura portante vertical em betão armado, na segunda fase essa função é garantida por paredes resistentes de alvenaria. Em ambos os casos a estrutura dos pavimentos é em lajes de betão armado, aligeiradas com elementos cerâmicos.

No corpo alto recorre-se a uma estrutura porticada em betão armado, o que não sendo uma novidade também não era a opção corrente na época. Os pórticos estão alinhados paralelamente à fachada principal, isto é, segundo a maior extensão do edifício, não correspondendo também a uma solução «convencional».

As memórias descritivas, fundamentalmente de arquitectura, mas também de betão armado não são muito extensas, e são bastante parcas na caracterização da solução construtiva. A de arquitectura, nesse aspecto, é praticamente inexistente, apenas diz que *"Os materiais a utilizar serão escolhidos por forma a dispensarem trabalhos frequentes de conservação"* (Loureiro, 1955).

> *"Este conjunto divide-se em duas partes, cujos cálculos serão analisados separadamente: A) um bloco de 5 andares de habitações e apartamentos; B) habitações independentes de um andar com utilização para comércio no rés-do-chão.*
>
> *A) A estrutura deste bloco será constituída por três pórticos de 6 andares dispostos longitudinalmente, com pés-direitos de 4 m no 1º andar e de 2,80 m nos restantes andares e vãos entre pilares de 6,50 m. Os pavimentos serão em elementos vazados de 17 cm com 5 cm de camada de compressão, constituindo lajes contínuas de dois tramos dispostas transversalmente e cortadas de 6,5 m em 6,5 metros, para assegurar bom isolamento das habitações contíguas"* (Paixão, 1955).

Esta preocupação de garantia de isolamento acústico pela separação das lajes, não é muito habitual, embora também não seja única. Implica contudo que exista coincidência entre modulação estrutural e separação de habitações, ou, como neste caso, que a armação das lajes seja feita paralelamente à divisão das habitações.

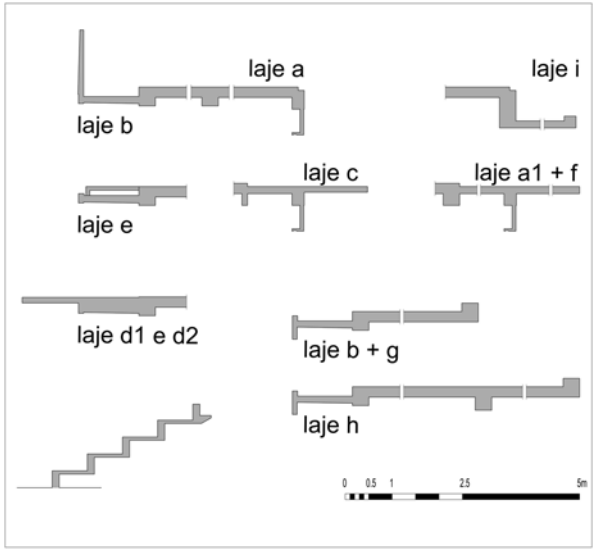


Fig.272 Corte simplificado das lajes de betão armado. Não foram representadas as armaduras.
Desenhado a partir de (CMPorto & Loureiro, 1955)

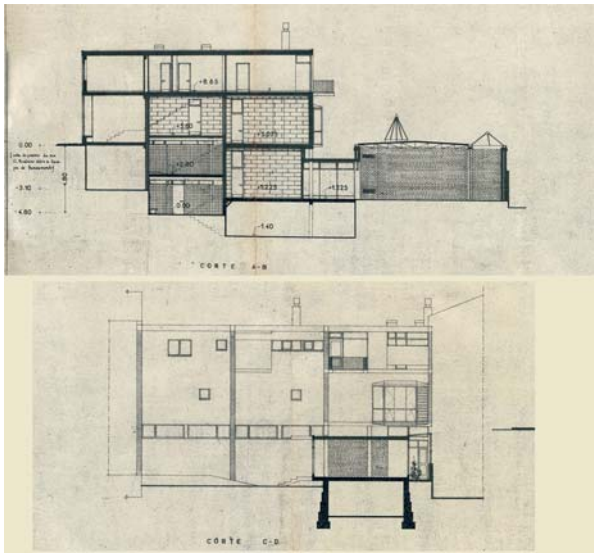


Fig.273 Cortes da segunda fase.
Adaptado a partir de (Loureiro, [1959]-b)

Para além destas juntas nas lajes de piso, *"haverá uma junta de dilatação no terraço coincidindo com o meio da estrutura. Não se julga necessário repeti-la nos restantes pisos em virtude de o comprimento do edifício não exceder os 25 m"* (Paixão, 1955). A cobertura em terraço, deixando a laje do último piso mais exposta, determina um cuidado adicional no projecto, e execução da mesma, para absorver as variações dimensionais resultantes das variações térmicas.

> *"A estrutura de caixa de escada é independente da do resto do edifício, por razões de isolamento acústico. A escada será em elementos vazados, com degraus sobrepostos, tendo-se entendido encastrá-la, num dos extremos, numa parede de betão armado a toda a altura do edifício"* (Paixão, 1955).

O projecto de betão, mesmo na fase de licenciamento, é muito bem detalhado, pensando a estrutura como um complemento da arquitectura, não apenas a um nível macro, global, mas de todos os detalhes. Como se pode reparar as vigas têm um desenho intrincado, mas que vai permitir melhor receber todos os revestimentos, embutir caixas de estores, e garantir a impermeabilização do sistema.

O projecto da segunda fase é mais simples, menos detalhado, mas a complexidade do edifício também é menor. Não apenas pelo facto de apostar numa estrutura de paredes resistentes de alvenaria, ter uma menor cércea, mas também porque formado por volumes com menos «acidentes».

As descrições de materiais na parte de arquitectura continuam a ser sintéticas, *"os materiais serão em tudo idênticos aos já usados na obra realizada"* (Loureiro, 1959).

Na memória de estabilidade inicial referia-se que

> *"a estrutura das habitações será em vigas e pilares apoiando estes por vezes em paredes de alvenaria existentes até ao nível do rés-do-chão.*



Fig.274 Segunda fase.

(Vale, 2007/11e)



Fig.275 Relação entre revestimento de pastilha e o tijolo vidrado.

(Vale, 2007/11e)



Fig.276 Gárgula.

(Vale, 2007/11e)



Fig.277 Deterioração dos materiais.

(Vale, 2007/11e)

Os pavimentos e a cobertura serão em elementos vazados de 17 cm de altura com 5 cm de camada de compressão, formando lajes contínuas de dois tramos. As escadas serão também em betão armado" (Paixão, 1955).

No aditamento apresentado, deixam de ser referidos pilares em betão.

"Na habitação A, serão em betão armado o pavimento do andar e a cobertura em terraço, bem como as escadas e varandas.

A laje B do andar será contínua de dois tramos e em elementos vazados; a da cobertura será em laje de elementos vazados, com armadura cruzada. Em certos pontos a lajes apoiarão nas paredes das fachadas.

Na habitação B serão em betão armado os pavimentos do rés-do-chão e do andar, e a cobertura em terraço, bem como a escada e as varandas.

As lajes dos pavimentos e as da cobertura serão em elementos vazados" (Paixão, 1959).



Fig.278 Folha com restos de ladrilhos de pasta de vidro (pastilhas), utilizadas no edifício Parnaso. Frente e verso.

(SAIVO, s.d.)

No caso especifico deste edifício foi possível ter acesso ao caderno de encargos da segunda fase de obra. É provável que o da primeira fase não fosse muito distinto nos aspectos gerais, embora tivesse certamente especificidades próprias pela diferença de escala dos edifícios.

> *"A direcção da obra será exercida pela Fiscalização, constituída pelo arquitecto autor do projecto e pelo engenheiro autor dos cálculos de estabilidade, cujo fim é verificar se a obra está a ser feita de harmonia com as prescrições do presente Caderno de Encargos"* (Loureiro, [1959]-a).

Existem dois tipos de parede consoante a mesma é em tijolo vidrado aparente, ou revestida a ladrilho de pasta de vidro, usualmente designados por pastilha.

As zonas em tijolo aparente seriam realizadas em parede dupla, mas sem caixa-de-ar.

O pano interior seria executado em tijolo vazado de 20 de espessura[68], o mesmo seria hidrofugado e em seguida construído o pano exterior, encostado ao primeiro[69].

As zonas revestidas a pastilha correspondem maioritariamente a zonas executadas em betão. Onde tal não acontece as paredes seriam executadas em perpianho de 28[70], hidrofugadas e revestidas.

68."Paredes exteriores nos locais onde se indica tijolo vidrado, em tijolo de 40 x 20 x 20, com 20 cms. de espessura (o tijolo vidrado vai incluído na obra de trolha)" (Loureiro, [1959]-a).

69."O tijolo será assente com argamassa hidrófuga, encostado e colado com argamassa à parede de tijolo de 20 construída pelo pedreiro e hidrofugada como se prevê na alínea anterior. As condições de assentamento, a divisão, a forma de rematar os topos, etc. serão idênticas às já usadas na parte construída" (Loureiro, [1959]-a).

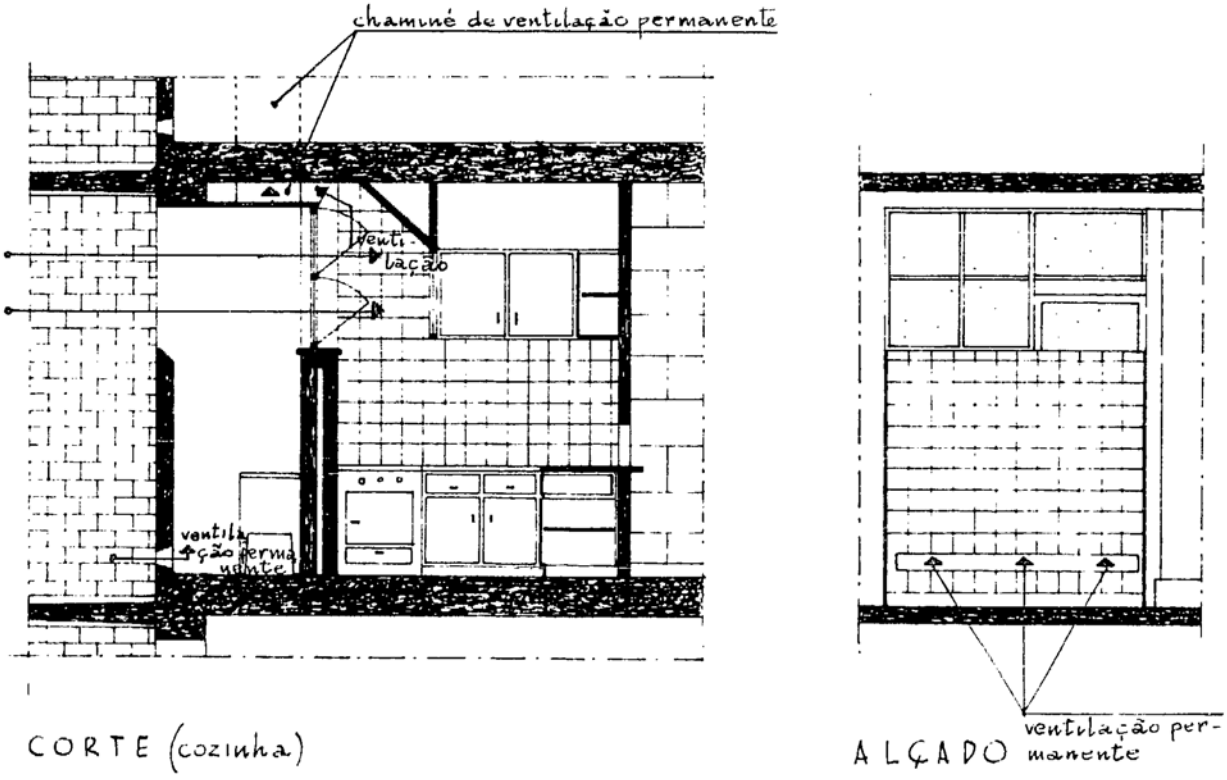


Fig.279 Corte pela cozinha. Esquema de ventilação.

(Loureiro, 1955c)

Os ladrilhos de pasta de vidro utilizado neste edifício foram importados de Itália, como podemos verificar pelo endereço constante da folha de colagem. Num edifício pouco posterior, o Bloco de Águas Livres, o ladrilho de características supostamente idênticas já foi fabricado em Portugal. Não correspondem à marca referida em caderno de encargos[71], sendo provável que a alteração decorresse da iniciativa do empreiteiro.

Dos edifícios estudados, inseridos na área em análise este é o mais antigo a utilizar este material, que acabou por se tornar um revestimento corrente um par de décadas mais tarde e que hoje constitui um dos principais problemas que se colocam quando se equaciona a reabilitação desses edifícios. A maior parte destes micro-ladrilhos tem problemas de aderência ao suporte. Intervenções que se pretendem menos dispendiosas e que não passam pela sua remoção têm levantado problemas a curto/médio prazo. Se a aderência da pastilha ao suporte é deficiente, apesar da superfície rugosa que apresentam no tardoz, a aderência de outros materiais à sua superfície lisa e vidrada requer cuidados especiais que na maior parte das vezes não são tomados.

70."Paredes de elevação em perpianho de 0,28 m. em todos os locais onde não se indique tijolo vidrado ou explicitamente parede dupla" (Loureiro, [1959]-a).

71."Revestimento das restantes superfícies exteriores, incluindo a garagem já construída com mosaico EVINEL de 2 por 2 cm, cinzento e branco, como na parte já construída" (Loureiro, [1959]-a).

No projecto existem níveis acrescidos de exigência de conforto relativamente ao que era o convencional na época, designadamente a nível de isolamento acústico (muito importante por se tratar de uma escola artística) e isolamento térmico.

Em relação ao isolamento acústico,

"Serão cuidados os isolamentos acústicos entre as aulas e os elementos estranhos à própria escola (estabelecimento e habitação no último piso), como aconteceu na parte já construída com resultados satisfatórios" (Loureiro, 1959).

Assim, as

"divisórias interiores [serão] em tijolo de 30 x 15 x 6, singelas ou duplas de acordo com as indicações do projecto. No corpo do edifício em que existem aulas, todas as divisórias serão assentes sobre tiras de cortiça de 1" de espessura, em todos os pisos"

As salas de aula são revestidas em paredes[72] e tectos[73] com placas de cortiça, posteriormente pintadas, e o pavimento leva uma base de cortiça, antes da aplicação dos revestimentos finais[74].

As coberturas, em terraço em todos os corpos excepto na sala de ballet, seriam acessíveis e de uso lúdico no bloco junto à Rua Nossa Senhora de Fátima, e não acessíveis nos restantes espaço.

O *"isolamento térmico de coberturas [seria executado] com celulite com 6 cm de espessura média (exceptua-se a cobertura da sala de ballet)"*. As mesmas seriam posteriormente impermeabilizadas *"com feltros betuminosos e asfalto*[75] *"*, procedendo-se à *"protecção de impermeabilização com planos de betão fracamente armadas, assentes nos quatro cantos, com cerca de 50 x 50 x 5 cm (exceptua-se a sala de ballet)"* nuns locais e com uma *"camada de godo lavado e crivado"* nos outros. (Loureiro, [1959]-b).

Das licenças de obras consultadas este é o segundo edifício onde são evidenciadas preocupações de isolamento térmico com recurso a materiais específicos para isolamento. O primeiro foi a casa Maria Borges de Viana de Lima,

---

72."Revestimento das paredes interiores das aulas com placas de aglomerados de cortiça de 1" pregadas sobre sarrafos de pinho de 4 x 2 tratado com cuprinol espaçados de 0,305 de eixo a eixo, deixando caixa-de-ar com 2 cm" (Loureiro, [1959]-b).

73."Os tectos das aulas nº 1, 2, 3 e 4 serão constituídos por chaceamento de pinho pintado com carbonilo e placa de cortiça de 1 1/2" pregadas sobre o chaceamento" (Loureiro, [1959]-b).

74."As outras aulas, nº 2, 3 e 4 terão os pavimentos revestidos da seguinte forma:

- cortiça de 1/2", pousada sobre a laje, placas de unitex de 5 mm coladas com mastic quente sobre a cortiça e alcatifa ALCAPLAST sobre o unitex. Os pavimentos do hall, galeria, escadas, cave, armazéns, estabelecimentos, escadas de acesso às habitações e cubículo de limpeza já têm revestimentos previstos na obra de trolha" (Loureiro, [1959]-b).

75." Impermeabilização de coberturas com feltros betuminosos e asfalto com as seguintes camadas:

1 feltro nº 1 / 1 camada de mastic / 1 folha de zinco nº 5 / 1 camada de mastic / 1 feltro nº 3 / 1 camada de mastic / 1 camada de godo lavado e crivado

A impermeabilização será rematada em todos os seus limites e ligações com paredes ou tubos de queda de águas pluviais, com rufos de zinco nº 12.

Na sala de ballet será feita uma impermeabilização do tipo de feltro com protecção na superfície exterior em lâmina de cobre, com juntas livres de dilatação" (Loureiro, [1959]-b).



Fig.280 Publicidade ao "Celulite".



Fig.281 Assinatura do arquitecto.

(Vale, 2007/11e)

onde *"O terraço da cobertura se[ia] executado também com revestimento a Rall e placas de cortiça de 1 ½ " de espessura"* (CMPorto & Viana de Lima, 1951).

Ambos correspondem a projectos de uma nova geração de arquitectos, nascidos depois da Implantação da República, e onde são expressos outros níveis de preocupações, do ponto de vista teórico, ideológico, mas também construtivo.

D. Resumo de caracterização

Tabela 48: Quadro resumo de caracterização do projecto.

Projecto		
	1ª Fase	2ª Fase
Designação usual:	Edifício Parnaso	
Localização:	Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 231 Coordenadas GPS: 41.159605, -8.625043	
Projectista(s) de arquitectura:	José Carlos Loureiro	
Outros projectistas:	António José Salvador Paixão (estabilidade)	
Data de projecto:	1955-01-26 (início do processo de licenciamento) 1955-11-14 (emissão da primeira licença de obras)	
Data de início de construção:	1955-11-14 (emissão da primeira licença de obras)	1959-06-30 (emissão de licença de aditamento)
Data de conclusão de construção:	1958-02-26 (emissão da licença de habitabilidade)	1961-06-19 (emissão da licença de habitabilidade)
Estrutura Portante:	Estrutura porticada de betão armado. Lajes aligeiradas em betão armado.	Alvenarias resistentes de perpianho de 26 e tijolo de 20. Lajes aligeiradas em betão armado.
Paredes exteriores e revestimentos de fachadas:	Parte dos materiais aparentes no exterior correspondem a material aplicado com face à vista. Parede tipo 1 - parede em perpianho de 26, revestida com pastilha. Parede tipo 2 - parede de dois panos, sem caixa-de-ar, de tijolo vazado de 20 e tijolo vidrado de 11. Parede tipo 3 - parede em betão revestida com pastilha.	
Vãos exteriores/protecção solar:	Vãos exteriores com caixilho de madeira e vidro simples. No alçado voltado a Sul as varandas dos pisos superiores servem de palas horizontais sobre os vãos dos pisos inferiores.	Vãos exteriores com caixilho de madeira e vidro simples. Não é criado nenhum dispositivo de protecção solar face à orientação preponderante das fachadas do mesmo a Nascente e a Norte.
Coberturas:	As coberturas são planas, tendo, no corpo mais alto, utilização como terraço de uso da fracção maior.	As coberturas são na maior parte planas e não acessíveis. A cobertura do pavilhão é feita com chapa de cobre com inclinação reduzida, aplicada sobre uma estrutura metálica.
Utilização /fracções:	Habitação, comércio e serviços (Academia de música e ballet)	



Fig.282 Tijolo vidrado aplicado no LNEC e tentativa (sem sucesso) de minorar os problemas de destaque do revestimento vidrado.
(Vale, 2007/11e)

E. Adequação às condicionantes actuais

Tabela 49: Quadro resumo de caracterização do edifício.

	Edifício
Alterações ao projecto licenciado:	No decurso da obra foram apresentados vários aditamentos com alterações ao projecto inicial. Em relação ao que constituiu a última versão do projecto (correspondendo ao conjunto dos licenciamentos das duas fases) não foram feitas alterações exteriores.
Estado de conservação:	O estado de conservação geral do edifício é aceitável, mas o estado de conservação dos materiais aparentes e dos revestimentos exteriores é bastante mau. O vidrado dos tijolos maciços está muito danificado, com descasque de uma parte considerável do mesmo. Os ladrilhos de vidro (pastilha) estão com problemas de aderência ao suporte, havendo zonas em que as mesmas já caíram. Existem fissuras das paredes que são visíveis ao nível das camadas exteriores de revestimento.
Questões de conforto:	Os mais de cinquenta anos de idade do presente edifício justificam alguma desadequação ao que são as condições actuais de conforto. Os vidros da generalidade dos vãos são simples, portanto com reduzida resistência térmica. As caixilharias são de madeira, sendo um factor que ajuda a uma melhor performance geral do vão envidraçado. As paredes são na generalidade duplas, mas em alguns casos sem caixa-de-ar, e sempre sem correcção de pontes térmicas em elementos estruturais. Algumas questões de isolamento acústico foram consideradas no projecto inicial, como a separação física das lajes em tramos, para não existir continuidade material para a passagem das vibrações sonoras.
Questões de durabilidade:	Os materiais usados no edifício são materiais com uma boa durabilidade e com necessidade de manutenção diminuta, contudo a idade do edifício determina que se tivessem feito acções de manutenção e reabilitação, essencialmente dos revestimentos exteriores, o que não aconteceu. Os tijolos vidrados de cor amarelo-torrado apresentam-se mais degradados do que seria expectável, por exemplo, pela comparação com o edifício vizinho, praticamente coevo, e em que se usam tijolos vidrados beges. Tomando ainda como referência o estado de conservação de um outro edifico onde revestimento equivalente é usado (o edifício do LNEC, Lisboa), será provável que o problema se coloque não com o tijolo vidrado, mas com este tijolo vidrado, desta cor, e com estas características. No LNEC em determinada altura optaram pela colocação de uma pintura sobre a superfície do tijolo, como se consegue verificar actualmente mas que não resolveu o problema.

Capítulo 2.4 - Empreendimento Mota Galiza

José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos



(Vale, 2007/11a)

Conjunto de edifício de habitação colectiva, comércio e serviços
Rua de Calouste Gulbenkian; Praça da Galiza; Rua de Júlio Dinis
Licença nº 177/1993
Lic nºs 462/1990; 108/1991; 239/1991; 76/1992; 22/1993; 351/1999; 352/199

A. Introdução e descrição geral

O empreendimento, localizado junto à praça da Galiza, promovido pela empresa Mota & Companhia, S.A., é constituído por 13 lotes[76], onde se implantam vários edifícios construídos em continuidade, a maior parte deles ligados por uma cave comum e por comunicações horizontais

76.Podem ser encontrados mais elementos desenhados, escritos e levantamento fotográfico sobre este edifício no Anexo 1.D. (pag.117) do Volume 2.

interiores. Alberga um misto de funções com predominância da habitacional e comercial.

Este conjunto edificado corresponde ao loteamento e urbanização dos terrenos da antiga fábrica CUFP, que foi demolido para dar lugar ao presente empreendimento. Um dos edifícios da antiga fábrica tinha sido projecto de raiz de Arménio Losa, na década de 30, e ao longo dos anos mais algumas alterações aos edifícios existentes foram da sua autoria.

Hiptxt. 2.4.A - Identificação das fontes disponíveis.

Para o presente edifício, para além do conjunto de processos de licenciamento disponíveis no Arquivo geral da CMPorto, existe o projecto de execução no espólio particular do arquitecto José Carlos Loureiro (apenas consultado parcelarmente), e desenhos correspondentes às telas finais (plantas) em formato digital.

Foi ainda possível ter acesso ao testemunho do responsável pela reabilitação da fachada, o engenheiro Rui Abrantes.

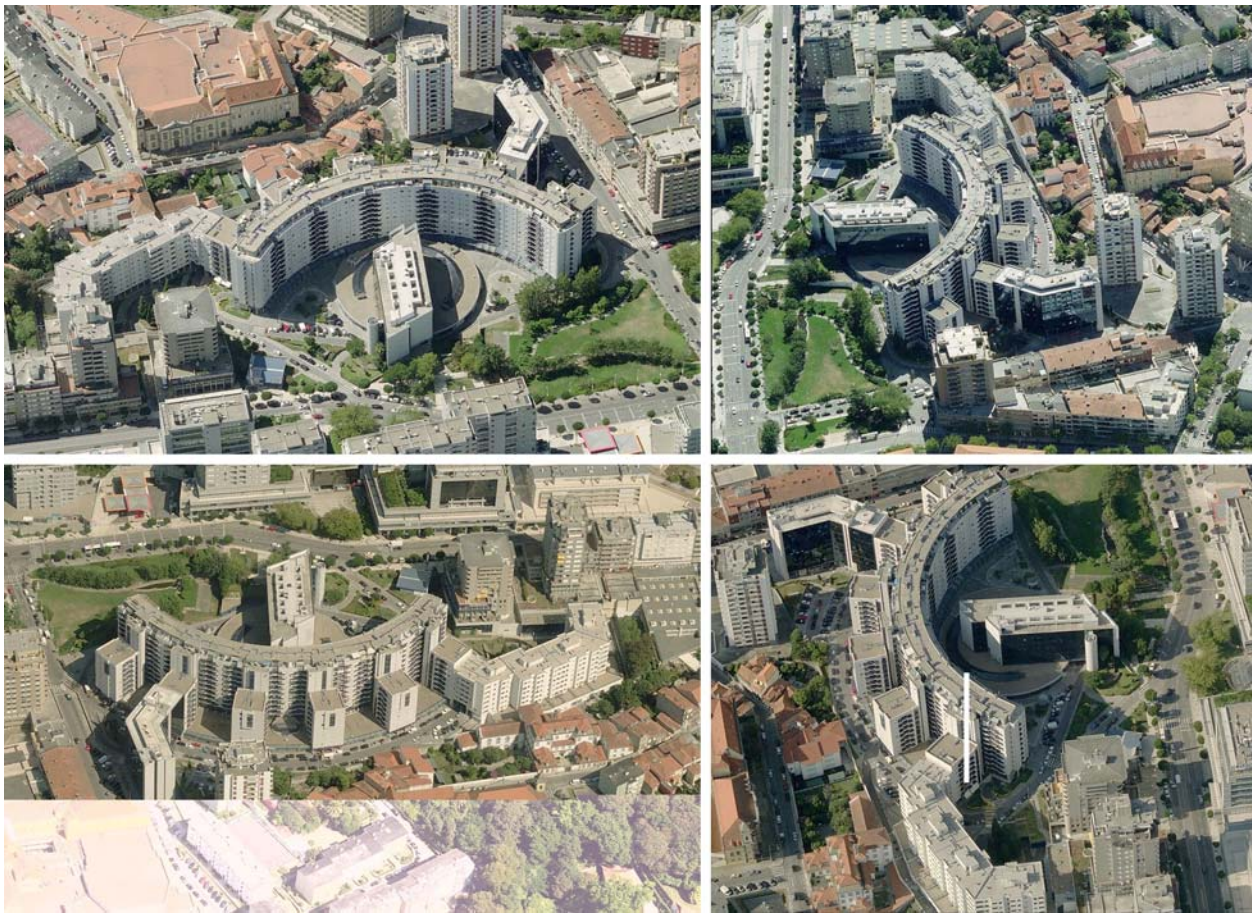


Fig.283 Vistas aéreas do Empreendimento Mota Galiza.
Vista desde Nascente, Norte, Poente e Sul.

(Microsoft Corporation, [2011])

A parte principal do edifício, e a de maior extensão em implantação e volume de construção, organiza-se segundo um corpo em arco de circunferência, em que são apostos, do lado Poente, outros volumes, um pouco como torres ou contrafortes de uma muralha. Este conjunto de lotes alberga habitação ao nível dos andares (10 no total) e um

sistema misto de comércio de rua e centro comercial, nas suas relações de nível com o arruamento circundante exterior a Poente (Rua Calouste Gulbenkian) e com o espaço de parque ajardinado a Nascente (Rua de Júlio Dinis).



Fig.284 Fábrica CUFP.
O edifício do gaveto é projecto de Arménio Losa e foi demolido na década de 90.
(S.N., 2008:315)



Fig.285 Vista do empreendimento.
(Vale, 2007/11a)

O segundo maior volume alberga a galeria comercial nos primeiros pisos acima do solo e espaços para serviços nos restantes andares. Este corpo, sensivelmente em forma de lâmina trapezoidal, orientada Nascente-Poente, tem tratamentos diferenciados nos alçados, dois a dois. As fachadas Nascente e Poente são executadas em parede dupla de tijolo, rebocada e revestida pelo exterior com ladrilho tipo «litocer», idêntico ao do restante empreendimento. As fachadas Norte e Sul são acabadas com um sistema de fachada cortina, de vidro azul espelhado.

O designado lote 6 no processo de licenciamento, a lâmina trapezoidal, é o edifício de excepção no empreendimento, pelo programa que alberga, pela sua localização, e pela forma como se destaca de todo o conjunto. De alguma forma foi considerado um elemento escultórico na zona ajardinada que ficou a fazer a relação com a Rua Júlio Dinis. Surge visualmente isolado, apesar de unido pelos pisos enterrados. Aparece como uma lâmina no centro da circunferência, quase como o elemento que projecta a sombra de um relógio de sol.

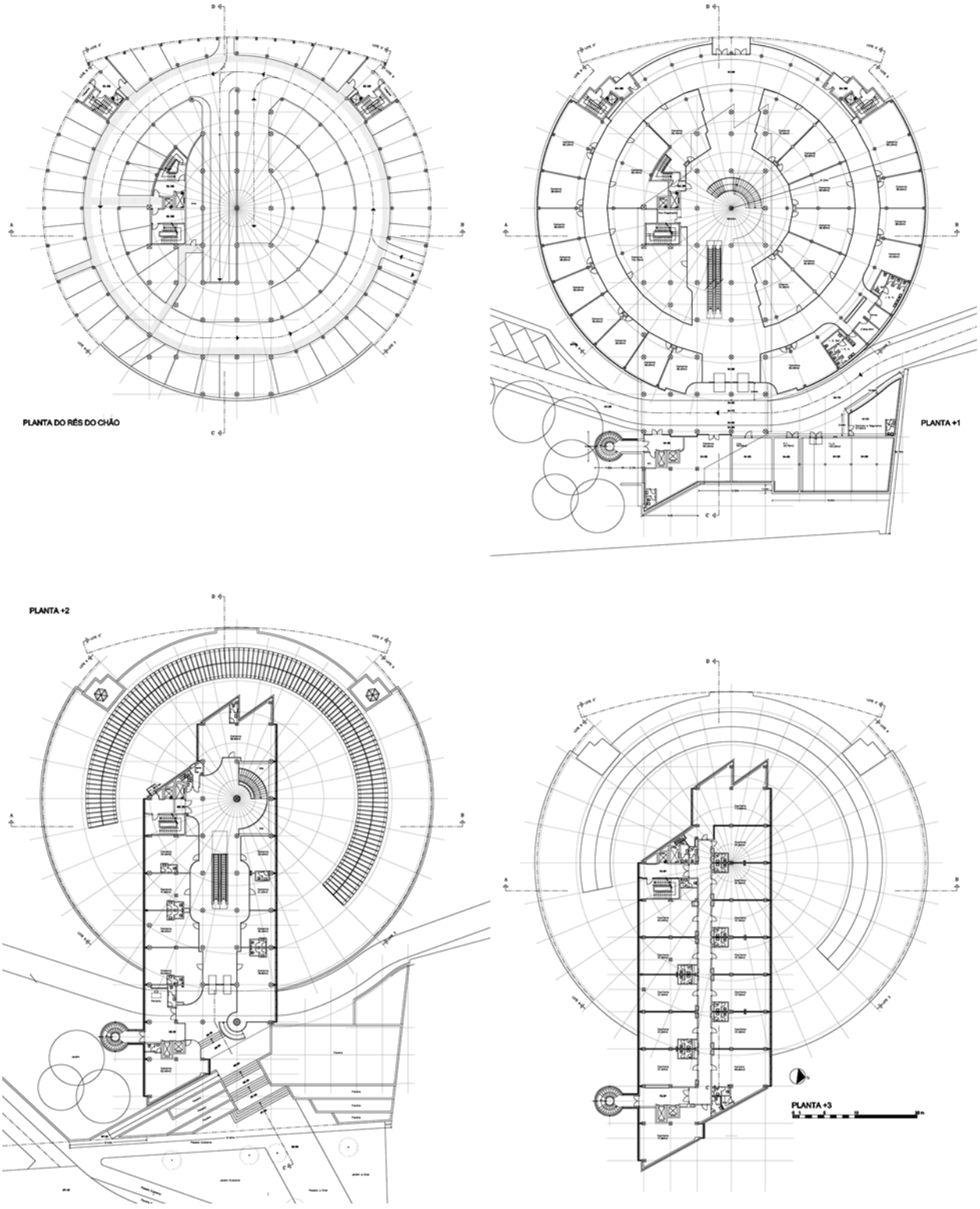


Fig.286 Plantas dos pisos 0, 1, 2 e 3.

Adaptado a partir de (Ramos & Loureiro, 1993c)

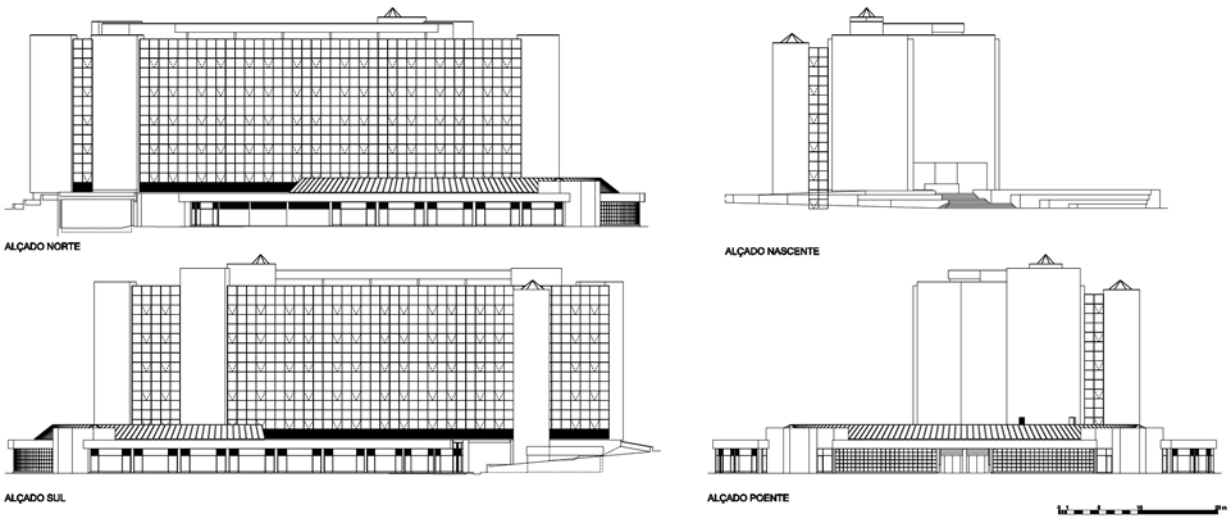


Fig.287 Alçados.

Adaptado a partir de (Ramos & Loureiro, 1993c)

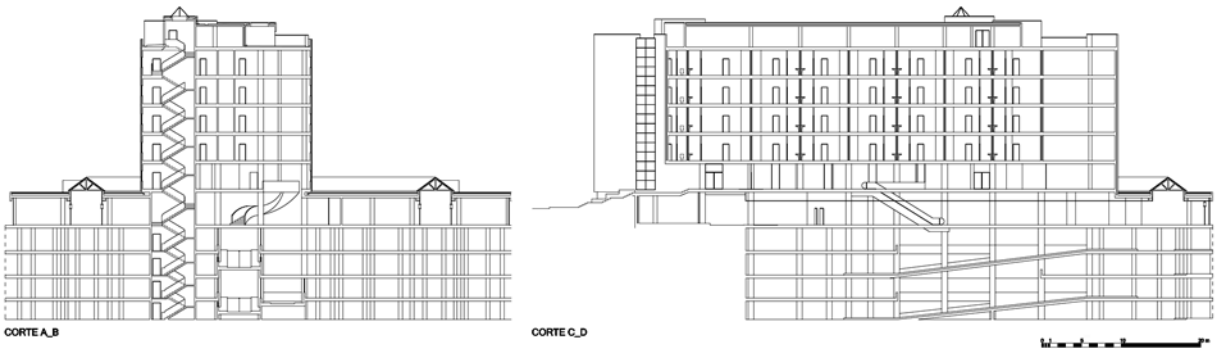


Fig.288 Corte A-B e C-D.
Os cortes mostram bem o número de pisos enterrados.

Adaptado a partir de (Ramos & Loureiro, 1993c)

B. História do processo de projecto, licenciamento e construção

Os edifícios que constituem o empreendimento, que acabou designado por Mota Galiza, foram licenciados e construídos em várias fases (cerca de 10 anos de desfasamento entre o primeiro e o último), certamente em função da capacidade do empreiteiro, que também era promotor, de disponibilizar as equipas para construção e ao mesmo tempo realizar capital pela colocação no mercado dos edifícios/fracções entretanto concluídos.

Os diversos lotes tiveram processos de licenciamento independentes, alguns em paralelo, outros desfasados no tempo. O licenciamento iniciou-se pelo lado Norte do terreno, pelo lote nº 1, em 24 de Abril de 1990 e concluiu-se do lado Sul quase uma década depois. A questão da divisão de propriedade não é simples, porque apesar de se

constituírem como lotes independentes, os lotes 2 a 9 partilham espaços e acessos ao nível das diversas caves. Assim, no processo de licenciamento fica logo determinado que na propriedade horizontal de cada lote, que será feita no final da obra, deverão ficar garantidos direitos de passagem aos outros lotes, direitos esses irrevogáveis.

A opção pela divisão em lotes e não por um empreendimento único é justificada

> *"Em face da dimensão e complexidade do empreendimento, nomeadamente no conjunto dos lotes 2 a 9 o seu licenciamento numa única licença conduziria a mais uma situação de perda de controlo por parte da Câmara, como acontece em vários centros comerciais nesta cidade"* (CMPorto, Ramos & Loureiro, 1991a:427).

Como existe uma repetição quase total de projecto entre muitos dos lotes, o desfasamento terá sido principalmente ditado pelas condicionantes de obra, e investimento económico, e não por questões de tempo de resposta da equipa projectista. Aliás, a consulta dos processos de licenciamento acaba por ser monótona, pois a repetição de peças desenhadas e escritas é uma constante. Fez-se contudo a consulta sistemática dos processos, uma vez que era preciso estar atento a possíveis alterações construtivas decorrentes da evolução da execução de obra e de alguma adaptação de processos que a mesma tivesse determinado. Se tal existiu, não teve eco nos processos remetidos à CMPorto.

Os primeiros licenciamentos têm procedimentos mais complexos mas que se aligeiram e tornam mais rápidos nos licenciamentos seguintes, pela repetição de processos e pela inclusão logo à partida do que foram alterações solicitadas pelos serviços nos primeiros licenciamentos. Sendo um conjunto de processos muito recentes, os procedimentos não diferem muito do que é a prática actual.

O início das escavações do lote 1 revela características geológicas do terreno diferente das esperadas, que terá implicações no projecto dos lotes seguintes, com a inclusão de mais uma cave e sequência de trabalhos diferentes dos inicialmente previstos. O lote em análise mais detalhada, o lote 6, teve o início do seu processo de licenciamento em 30 de Agosto de 1991. Como corresponde a um dos lotes de excepção, o processo de licenciamento difere um pouco dos outros lotes.

C. Caracterização construtiva

O conjunto edificado utiliza um sistema construtivo convencional para o final da década de oitenta, inícios da década de noventa, estrutura vertical portante de betão armado, constituída essencialmente por pilares, usando paredes portantes nas zonas de elevadores e caixas de escadas, funcionando as mesmas como elementos coadjuvantes das lajes na obtenção de rigidez e resposta às acções horizontais. A estrutura de pavimentos é em laje aligeirada de betão armado, de dois tipos distintos.

> *"Foram utilizados dois tipos de lajes aligeiradas, sendo lajes aligeiradas de vigotas pré-esforçadas as dos pavimentos destinados a escritórios e ao último piso comercial e lajes aligeiradas nervuradas de betão armado armadas numa só direcção as dos pisos destinados a estacionamento e ao 1º piso de comércio"* (CMPorto, Ramos & Loureiro, 1993b:334).

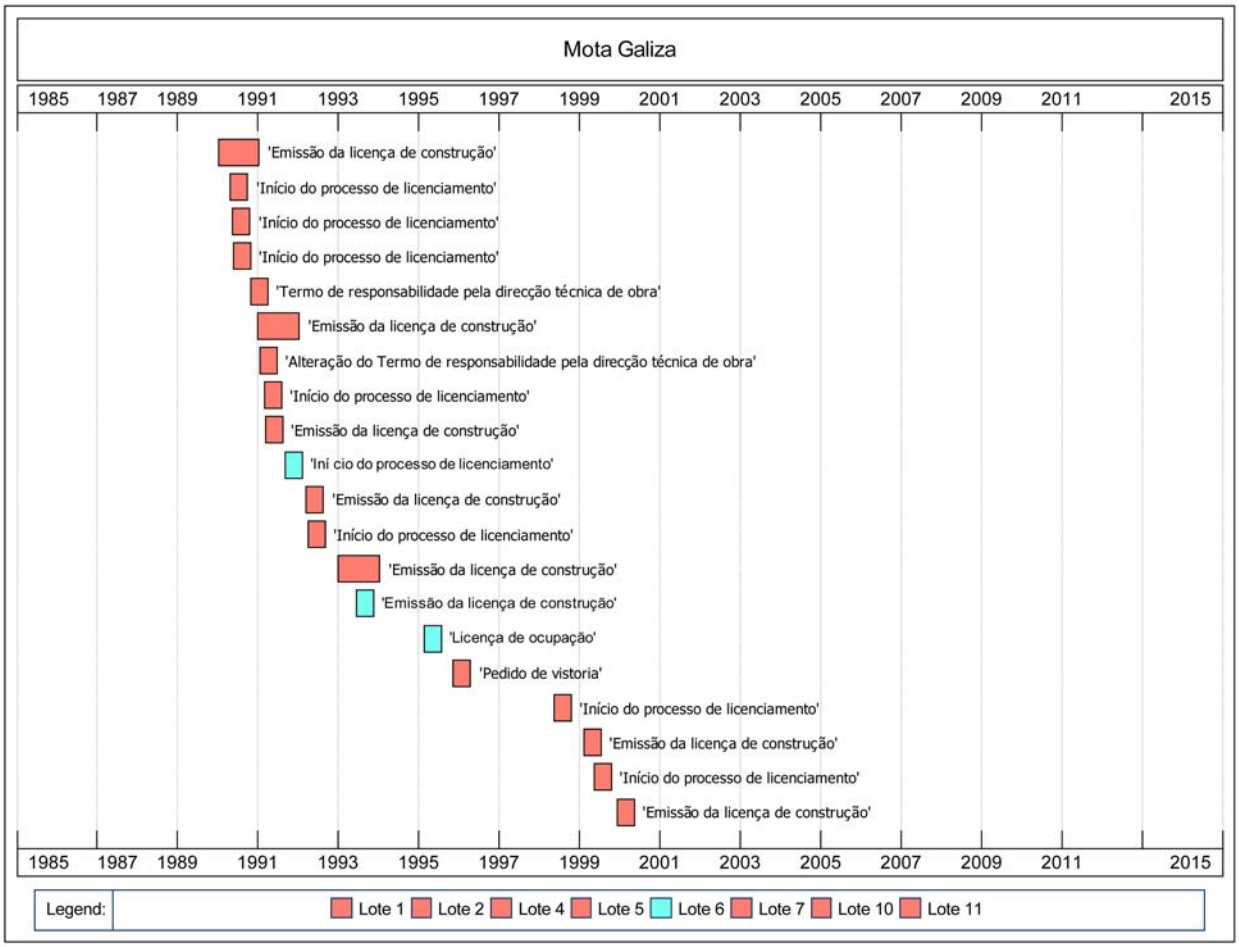


Fig.289 Calendarização dos processos de licenciamento.

As paredes exteriores, na generalidade do empreendimento, foram executadas em alvenaria de tijolo, em pano duplo. O pano interior, trabalhando entre lajes é executado em tijolo vazado de 11 cm de espessura. O pano exterior, aplicado parcialmente apoiado na laje, executado em tijolo maciço de 7 cm.

A impermeabilização foi feita pela face exterior do pano externo da parede, e era garantida por um reboco com aditivo hidrófugo, sendo a função coadjuvada pelo revestimento cerâmico com ladrilhos do tipo «litocer». Os ladrilhos foram executados especialmente para obra, não apenas em termos de coloração mas também em termos dimensionais, aspecto que será importante mais tarde, quando a questão da reabilitação se colocar.

Nestas circunstâncias não foi considerada nem a ventilação e drenagem da caixa-de-ar, nem a execução de meia cana impermeabilizada na face inferior da mesma, considerando que a barreira à humidade seria garantida exclusivamente pelo reboco hidrófugo exterior.

Todo o complexo de edifícios foi projectado de forma a não existirem peças cerâmicas de fecho, quer em desenvolvimento horizontal, quer na vertical. Todos os alçados foram desenhados, rebatidos os curvos, e executado, naquela altura ainda em desenho à mão, toda a distribuição das peças cerâmicas.

A execução da estrutura e das alvenarias não conseguiu respeitar tão rígida métrica pelo que foram necessários enchimentos adicionais das paredes exteriores, para garantir a desejada estereotomia. Estes enchimentos executados



Fig.290 Conjunto de fotografias do estado do edifício prévio à intervenção de reabilitação.

sobre uma parede muito fina, já só parcialmente apoiada nas lajes, vieram a ser mais um factor a contribuir para a falta de estabilidade da mesma em certas zonas.

No caso do edifício semi-circular, destinado a habitação, a interposição de varandas, e vãos diversos, recorta a fachada, acabando, por um lado, por lhe dar mais resistência enquanto conjunto, e por outro, por lhe proporcionar



Fig.291 Fotografia da fachada do edifício de habitação. Revestimento executado por peças inteiras de «litocer».
(Vale, 2007/11a)



Fig.292 Peças caídas.
(Vale, 2007/11a)



Fig.293 Zona de "litocer" caído no topo da platibanda. Perfeitamente visível a zona de enchimento necessária para conseguir manter a peça sem cortes.
(Vale, 2007/11a)



Fig.294 Canto de ligação entre duas zonas de "litocer". Um dos reparos que se faz imediatamente é ao facto de não haver tomação de juntas, o que facilita a entrada de água para o tardoz da peça cerâmica e mais facilmente o seu descolamento, ou «babados» pela fachada.
(Vale, 2007/11a)

uma maior liberdade de movimentos com as dilatações térmicas, bem como vários apoios ao longo de toda a sua altura.

Apesar do sistema construtivo da zona opaca não ter sido alterado entre os lotes de habitação, e este edifício de serviços, o facto de no segundo a mesma corresponder a um pano único, sem aberturas, sem inflexões de direcções, plano (e não curvo como na zona dos edifícios de habitação) levou a um comportamento diferente destas paredes relativamente ao edifício de habitação, ou, para ser mais correcta, levou a um agravamento exponencial desse comportamento, no caso do edifício de serviços, pois não existiam dispositivos que minorassem o problema.

O lote 6, com as suas fachadas lisas e cegas, voltadas a Nascente e Poente, muito rapidamente começou a apresentar problemas de fissuração, que resultaram com o tempo em fartas infiltrações no interior uma vez que a única barreira à penetração da humidade era o reboco exterior hidrófugo. Estas infiltrações comprometeram o uso do próprio edifício, designadamente das fracções localizadas nesses topos.

O problema maior terá sido a não existência de juntas de dilatação, ou elementos elásticos que absorvessem o comportamento diferencial da estrutura do edifício e do pano duplo de alvenaria, mas também o deficiente apoio do pano exterior da parede e a sua grande massa.

Os desenhos de licenciamento, os pormenores de execução e a memória de quem lá trabalhou não coincidem relativamente à efectiva composição das paredes, isto é, à espessura de cada um dos panos de parede e à localização relativa do pano mais fino e do pano mais espesso.

Segundo os desenhos de licenciamento, os panos seriam de 11 e 15 cm de espessura, com o pano de 11 cm localizado do lado externo da parede. Nos cortes esse pano exterior é representado em contínuo, sem apoio intermédio nas lajes.

Contudo, a memória descritiva diz que

"As paredes exteriores, quando opacas, serão também duplas, constituídas por parede exterior em tijolo vazado de 15 cm de espessura, caixa-de-ar de 5 cm e parede interior de tijolo vazado de 11 cm de espessura.

O revestimento exterior dos escritórios e comércio, será em placagem de granito com caixilharia de vidro do tipo «nuage»".

502 Segundo os pormenores de execução datados de Outubro de 1992, o pano exterior seria de tijolo maciço, o que é consentâneo com a forma de executar dos arquitectos de geração próximas dos autores, como Agostinho Ricca ou Tasso de Sousa.

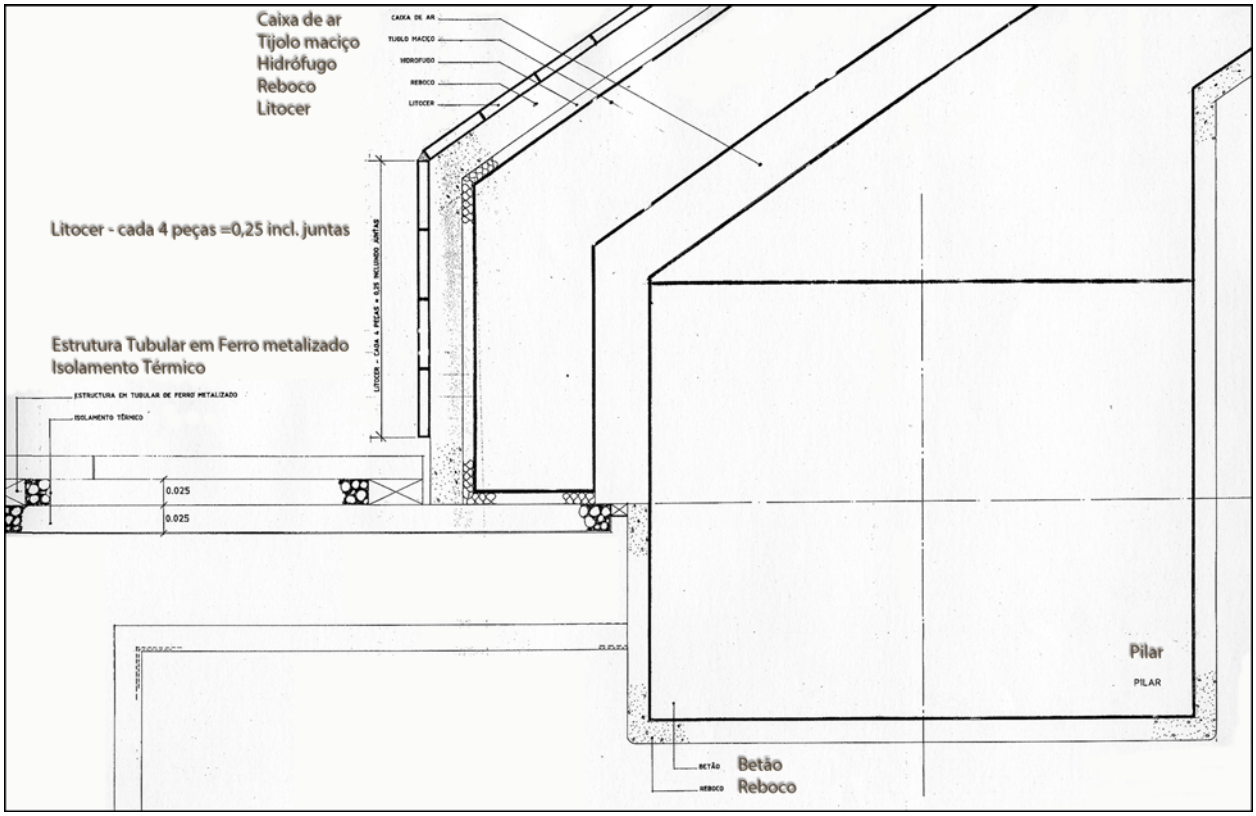
Num outro desenho de pormenor a legenda associada ao tijolo maciço, o mesmo vem efectivamente referido como "Tijolo maciço de 0,07", pelo que se confirma a utilização do mesmo, e a meia vez.

E também é certo que entre a definição de um projecto, e a forma de execução do mesmo, muitas vezes as diferenças são substanciais, mesmo sem haver uma alteração efectiva de sistema. Basta um ligeiro desacerto no alinhamento de lajes consecutivas, e dois cm estão incluídos nas tolerâncias admissíveis pelo LNEC, para que, a repetir-se em mais do que um piso, o sistema de apoio da parede na laje seja completamente comprometido.

Aparentemente foi considerado que o problema foi de execução e não de projecto (preferi não questionar os intervenientes sobre este assunto). Essa quase certeza retiro-a do facto da solução de correcção ter sido implementada pelo empreiteiro/promotor, a expensas próprias, e sem informar o arquitecto do sucedido.

De referir que esta obra, no GALP, foi essencialmente elaborada e seguida por Luís Pádua Ramos, entretanto falecido, o que poderia justificar o desconhecimento da intervenção de reabilitação por parte de José Carlos Loureiro. Mas se lhe tivessem sido imputadas culpas, e custos, certamente que o assunto não seria desconhecido nem esquecido.

O edifício foi reabilitado entretanto pelo que a descrição das patologias resulta do testemunho de quem esteve ligado ao processo de reabilitação, designadamente o Eng.º Rui Abrantes, mas também pelo que ainda é possível perceber pela observação directa de determinadas zonas do edifício, semi-ocultas pela intervenção.



503

Fig.295 Pormenor de parede em zona de forra de pilar.

(Ramos & Loureiro, 1993c)

As paredes exteriores, construídas num único pano de cerca de 600 m2, sem juntas e deficientemente apoiadas nas lajes, começaram a fissurar como já foi referido. Como factor agravante do apoio e funcionamento do pano exterior da parede as grandes espessuras de reboco que foram colocadas em certas zonas para garantir a estereotomia de peças inteiras de litocer.

Como o revestimento hidrófugo do pano exterior da parede constituía a única barreira à penetração da água, a sua fissuração implicou o comprometimento da impermeabilização, abrindo franco caminho para o interior, primeiro para pequenas infiltrações e depois "inundações" que impediam a ocupação das várias fracções localizadas nos topos Nascente e Poente do edifício.

A gravidade das patologias do pano exterior de parede não permitia uma intervenção pontual de refechamento das fissuras quer pela sua dimensão, quer pelo facto de isso não corrigir o que inicialmente tinha levado ao seu aparecimento, o peso excessivo do pano exterior e o seu deficiente apoio na laje. Foi necessário equacionar uma intervenção de reabilitação integral da fachada.

A solução de reparação, ao contrário de outras que se fizeram em situações semelhantes e que passaram por um desmonte total do pano de parede e na sua execução com espessuras e apoios adequados, como por exemplo o Teatro do Campo Alegre, aqui passou pela construção de uma nova fachada, sobre a fachada existente, com um aspecto similar, que a protegeria das intempéries e infiltrações, e que resguardaria da vista geral as fissuras e os ladrilhos permanentemente em queda.

No Teatro do Campo Alegre, em que a fissuração da parede exterior ocorreu pouco depois da conclusão da obra, a opção foi pela demolição do pano externo da parede e pela execução de um novo pano convenientemente dimensionado, apoiado e travado. No Teatro do Campo Alegre estávamos perante uma parede rebocada e pintada, neste edifício do Mota Galiza, perante uma parede revestida a elementos cerâmicos já não disponíveis no mercado o que levantou outros problemas. A dimensão relativa das fachadas também era diferente nos dois casos, e a visibilidade da intervenção também.

Os elementos cerâmicos que tinham sido utilizados no revestimento de todo o empreendimento, peças de «litocer», tinham uma dimensão não standard, que simplificavam todo desenho de alçados (métrica de 4 peças = 25 cm incluindo a junta). Tal aspecto, que na altura da construção não foi problema, dada a dimensão do complexo e a quantidade de revestimento a utilizar. Contudo, quando se tratou de reabilitar o edifício, esse foi um aspecto condicionante, uma vez que estávamos perante cerca de 1200 m^2 de área a revestir e a execução propositada dos elementos cerâmicos de revestimento seria muito dispendiosa. Este aspecto foi o ponto determinante na procura de soluções de reabilitação, pois encarecia desmesuradamente qualquer hipótese que passasse pela manutenção com reforço da parede exterior, e novo revestimento das zonas intervencionadas.

Optou-se então pela construção de uma segunda fachada que mimetizasse a fachada original. Esta segunda fachada, executada em GRC, foi feita num altura em que o GRC ainda não tinha a divulgação que hoje tem no nosso país (apesar de no estrangeiro ser um material com quase cinco décadas de existência). E o olhar desatento de quem por lá passa alheia-se da reparação, tomando tudo por um conjunto de idênticas características.



Fig.296 Fotografia do exterior. Fachada Poente.
Estereotomia da placagem torna-se evidente à distância, principalmente em dias de chuva.
(Vale, 2007/11a)



Fig.297 Fotografia exterior. Fachada Sul.
Em situações de diferente iluminação, a mesma passa com mais facilidade despercebida.
(Vale, 2007/11a)

Assim, a solução que se encontra construída é uma placagem de GRC, executada pelo sistema stude frame, isto é, constituída por painéis de espessura reduzida e grande área, que tem a sua rigidez garantida por um sistema de estrutura metálica a que o painel se liga, designado comercialmente por «stude frame".

O GRC apresentava-se como a melhor solução pois permitiria manter quase sem alteração a imagem definida pelo projectista, fazer uma intervenção pouco intrusiva e pouco visível, e principalmente pela rapidez de execução, quer em estaleiro, quer em obra.

Esta placagem, colocada sobre o paramento existente, a uma pequena distância da mesmo, é ancorada à estrutura, neste caso, ao topo das lajes, não exercendo qualquer carga sobre as débeis paredes exteriores, o que poderia constituir um problema, face à fissuração que apresentavam.

A placagem, em painéis simples de GRC, com cerca de 1 cm de espessura base, acrescida da espessura correspondente à simulação do «litocer», é uma solução bastante ligeira facilmente suportada pela estrutura existente, sem necessidade de cálculo para reforço da mesma.

Outra das vantagens do GRC, ao ser um painel moldado, é a possibilidade de o mesmo apresentar uma grande variedade de texturas, neste caso, reproduzindo a textura das peças de «litocer» que revestiam a fachada inicialmente. Cada painel tem cerca de 10 m^2. Foi executado um contra molde com peças de «litocer», sendo criado sobre o mesmo um molde em latex que serviu para a execução das placas que iriam revestir as duas fachadas, que assim mantiveram a dimensão não standard do revestimento «litocer».



Fig.298 Zona de ligação entre a fachada cortina e as duas fachadas. No lado direito, uma aproximação que permite ver as duas fachadas. De salientar que o cuidado de não existirem peças de fecho não pode ser mantido nesta segunda fachada. Claro que ao ser um elemento moldado a questão de corte de peças apenas se coloca por questões estéticas.

(Vale, 2007/11b)

A execução da obra de construção civil do empreendimento foi da empresa Mota & Cia (actualmente parte do consórcio Mota-Engil) sendo a pré-fabricação do GRC executada pela Maprel, empresa do grupo, pelo que este acabou sendo um processo interno, do qual não existe a documentação geralmente anexa ao processo de concurso e de adjudicação. Mesmo a pormenorização geral da reabilitação não foi executada, e não foi possível encontrar os alçados com o estudo da estereotomia da solução de reabilitação. De referir, que como qualquer outro material de construção, o GRC está sujeito a variações dimensionais por alterações térmicas, pelo que foi necessário considerar juntas entre as placas, que acabam por revelar a falsidade do revestimento. Contudo, a distância que a fachada tem da Rua Júlio

Dinis, a vegetação que enquadra e encobre parcialmente o edifício, e a desatenção própria de quem passa todos os dias pelos mesmos sítios, levam a que aquela intervenção não choque mais que o próprio empreendimento.

A Maprel entretanto já não existe, mas o Eng.º Rui Abrantes, que na altura seguiu o processo continua ligado à fabricação de GRC, quer para obras de reabilitação, quer para soluções de fachadas ventiladas, ou painéis isolantes pré-fabricados, em edifícios novos, o que permitiu visitar a fábrica onde se executam painéis de características idênticas aos aplicados nesta obra, bem como, obter imagens de outras obras onde foram aplicados sistemas idênticos de GRC (Stude frame).



Fig.299 Placagem de GRC sobre a fachada inicial
(Vale, 2007/11a)



Fig.300 Ângulo Nascente Sul. Visão franca das duas Fachadas.
Um dos problemas que já se detectam nesta intervenção é o facto de a estrutura do stude frame ter sido feito com aço galvanizado, que na zona inferior, por causa do sistema de rega, está constantemente molhado.
(Vale, 2007/11a)

Esta reabilitação, executada pouco depois da conclusão das obras de construção, quando ainda os últimos lotes ainda estavam a ser edificados é um exemplo de como a questão da solidez da construção tem sido aligeirada nas últimas décadas, por razões várias, desde a separação cada vez maior entre cada vez mais diferentes especialidades num edifício, sem a necessária coordenação, pela degradação da qualidade de mão-de-obra das empresas construtoras (com recurso sistemático a subempreitadas, mantendo apenas um pequeno corpo técnico de gestão, decisão, e principalmente negociação de novas obras), e pelo aumento da dimensão dos empreendimentos sem se alterarem as formas de pensar a construção que eram aplicadas em moradias, ou edifícios de pequenas dimensões.

Olha-se o edifício por dois prismas, um, do ponto de vista da segurança estrutural, o qual é calculado pela engenharia, que garante que o que é considerado a estrutura portante do mesmo, está dimensionado para responder às solicitações, mas que ignora todos os elementos que não são estruturais, como, neste caso, a fachada do próprio edifício.



Fig.301 Zona das duas fachadas.
(Vale, 20011/08)



Fig.302 Espessura do reboco de regularização.
(Vale, 20011/08)



Fig.303 Montagem do "Stude frame".
(Vale, 20011/08)



Fig.304 Afastamento entre montantes.
(Vale, 20011/08)

E um segundo olhar, em que se vê o edifício como um todo, mas em que as preocupações são essencialmente de ordem estética e espacial, e esquece-se a dimensão construtiva do mesmo.

Existe assim um hiato, na actividade de projecto, e depois na própria construção. A soma das partes não constituiu um todo, continua a ser um somatório, não integrado, de elementos.

A evolução que foi acontecendo ao longo do século XX, por exemplo ao nível da constituição das paredes exteriores, levou a um aligeiramento cada vez maior das mesmas, primeiro nas suas espessuras, e depois nos próprios materiais que as constituem, pelo que o que antigamente era conseguido facilmente pela massa e pela gravidade, hoje em dia, precisa de elementos adicionais, por exemplo, grampos e cantoneiras metálicas, para conseguir manter a estabilidade. Mas a estabilidade é apenas uma das exigências funcionais a que a parede deve responder. Neste caso, questões de queda da parede (ainda) não se colocam mas a mesma já tinha deixado de cumprir uma das suas funções básicas e essenciais, a protecção contra a humidade.

D. Resumo de caracterização

Tabela 50: Quadro resumo de caracterização do projecto

Projecto	
Designação:	Empreendimento Mota Galiza: Lote 6
Localização:	Rua Júlio Dinis; Praça da Galiza; Rua Calouste Gulbenkian; Coordenadas GPS: - 41.151533,-8.626827
Projectista(s) de arquitectura:	GALP. [José Carlos Loureiro; Luis Pádua Ramos; José Manuel Loureiro; Noémia Coutinho.] Coordenação de Projecto: Luís Pádua Ramos
Estrutura Portante:	Pilares em Betão Armado. Paredes portantes em Betão Armado. Lajes Fungiformes em Betão armado?
Paredes exteriores e revestimentos de fachadas:	Parede exterior constituída por pano duplo, o interior de tijolo vazado de 11 cm, o exterior de tijolo maciço aplicado na espessura de 7 cm. O pano exterior é impermeabilizado, rebocado e revestido com peças cerâmicas tipo «litocer»
Vãos exteriores/protecção solar:	Sistema de fachada cortina. A protecção solar é apenas garantida pelas características reflectantes do vidro
Coberturas:	Cobertura plana, acessível para manutenção. Cobertura plana tradicional, usando como isolamento térmico a cortiça.
Utilização /fracções:	Comércio e Serviços. Ao nível da cave conjunta, estacionamento. Restantes lote tem também habitação.

E. Adequação às condicionantes actuais

Tabela 51: Quadro resumo de caracterização do edifício

Edifício	
Estado de conservação:	Edifício Reabilitado: No lote 6 o estado de conservação é Bom. Nos restantes lotes, o estado de conservação é razoável, isto é, existem peças cerâmicas em falta, mas a localização delas e o recortado da fachada aparentemente não comprometem a impermeabilização da parede da forma que sucedeu no lote 6.
Questões de conforto:	Nas zonas de escritórios, não é considerado isolamento térmico na caixa-de-ar, apenas caixa-de-ar. De acordo com a descrição de materiais e pormenores pode-se esperar um K máximo de XX (antes da intervenção) que pode ter sido reduzido após a intervenção por dois factores: Caixa-de-ar e paramento adicional; elementos da parede passaram a estar secos.
Questões de segurança:	As questões de segurança colocam-se essencialmente nos restantes lotes e não no lote 6. A queda de peças de revestimento é protegida pelo revestimento em GRC. Nos restantes lotes a queda de revestimentos cerâmicos a vários pisos de altura é um problema importante.
Questões de durabilidade:	Apesar de um revestimento cerâmico, quando bem aplicado, ter uma longevidade maior que um reboco, problemas na sua aplicação levam a consequências mais gravosas, esteticamente mais visíveis, ou mais dificilmente reparáveis que as primeiras. No caso deste empreendimento, a não utilização de elementos standard veio agravar esse problema. Questões que se colocam directamente à durabilidade da solução de revestimento: - Juntas de peças cerâmicas sem qualquer tomação, e de dimensão apreciável. No caso da cobertura, a utilização de uma cobertura tradicional, irá certamente influir na durabilidade das telas pois as mesmas estão mais sujeitas a variações térmicas.

Capítulo 2.5 - Condomínio Torre da Boavista

Nuno Tasso de Sousa



(Vale, 2007/09a)

Conjunto de dois edifícios de habitação, comércio e serviços
Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo
Licença nº 433/1971 e Licença nº 302/1973

A. Introdução e descrição geral

O edifício construído na década de setenta, que abrangentemente designamos por Condomínio Torre da Boavista, localiza-se no gaveto da Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo[77], e corresponde efectivamente a um conjunto de dois edifícios independentes, de volumetrias distintas, inicialmente de proprietários diferentes, com licenciamento e construção

77.Podem ser encontrados mais elementos desenhados, escritos e levantamento fotográfico sobre este edifício no Anexo 1.E. (pag.139) do Volume 2.

Hiptxt. 2.5.A - Identificação das fontes disponíveis.

Para o conjunto destes projectos é possível consultar os projectos de licenciamento na CMPorto, elaborados pela empresa Vértice, ligada à Sociedade de Construções Soares da Costa. Esses desenhos estão em bastante mau estado, com cópias muito queimadas, principalmente o processo do corpo alto, licençanº 302/1973.

Os desenhos originais não foram mantidos pela Soares da Costa, segundo informação da própria empresa.,

Em virtude da falta de qualidade dos elementos desenhados do processo de 1973 e da dificuldade de reprodução dos mesmos optou-se por, no caso deste projecto, apenas apresentar as plantas, cortes e alçados redesenhados para o presente trabalho. O projecto apresentado corresponde aos desenhos iniciais de licenciamento, que não contemplam algumas pequenas alterações necessárias para garantir a resistência a acções horizontais do corpo da torre. Os desenhos que incluíam essas alterações estavam de tal forma queimados que impediam a sua microfilmagem e o seu redesenho posterior.

O processo do corpo baixo, licença nº 433/1971 encontrava-se em bastante melhor estado pelo que os desenhos que se apresentam são reproduções dos originais.

Não existem desenhos de execução deste edifício. Os elementos do projecto de execução, executado pela Vértice, segundo indicações da Soares da Costa, empresa mãe, não foram guardados. A empresa tem como política apenas manter os elementos de projecto (geral, execução ou preparação de obra) durante o período legal de garantia.

Foi possível também ainda recorrer à memória dos intervenientes na construção. O arquitecto Nuno Tasso de Sousa, projectista da Vértice e responsável pelo projecto de arquitectura, e, indicado por ele, o encarregado da obra, Sr. António Baltazar, que foi o responsável pela execução das experiências de pré-fabricação do revestimento, até se chegar às soluções executadas, e que esteve posteriormente ligado durante muitos anos, à empresa Prégaia.

desfasadas no tempo, mas com uma imagem e sistemas construtivos semelhantes. O primeiro organizado num corpo
510 mais baixo voltado para a Rua Beato Inácio de Azevedo e o segundo localizado no gaveto das duas artérias, fazendo a articulação de uma torre com um segundo corpo de volumetria menor. Por uma questão de simplificação das descrições, as duas fases serão designadas por corpo baixo ou bloco (1ª fase) e corpo alto ou torre (2ª fase), designações usadas nas peças escritas do processo.

O corpo baixo tem seis pisos destinados a habitação, sendo o último recuado em três dos lados, encostando-se à torre do corpo alto a Sul, e o rés-do-chão, destinado a comércio ou serviços, onde actualmente funciona uma clínica médica.

O rés-do-chão possuiu um pé-direito mais elevado e agrega os acessos às habitações, com diferenciação interna entre acessos gerais e de serviço, localizados a cotas diferentes, apesar da ligação à rua se fazer pela mesma porta exterior.

Os pisos de habitação possuem quatro apartamentos por piso com tipologias entre o T3+1 e o T4+1, com acesso a partir de duas caixas de escadas, numa distribuição simétrica em planta.

O edifício do gaveto articula-se em dois volumes distintos de alturas diferentes. Uma torre com treze pisos, incluindo um piso recuado, encostada ao topo Norte do lote, e um corpo mais baixo junto à Avenida da Boavista, que se articula com a cércea das construções existentes naquela zona da avenida, com quatro pisos inteiros, e um último de menores dimensões, recuado em relação à periferia do edifício.

A ocupação reparte-se entre habitação, comércio e serviços. O rés-do-chão é destinado a comércio, os três andares do volume voltado à Avenida da Boavista são ocupados por escritórios, servidos por uma escada independente, e os restantes andares e espaços são destinados a habitação, com três apartamentos por piso, de tipologias T2+1 e T3+1.



Fig.305 Vistas aéreas do Condomínio Torre da Boavista.
Vista desde Nascente, Sul, Poente e Norte.

(Microsoft Corporation, [2011])

As áreas são boas, e a distribuição em planta ainda evidencia a ligação à tradição anterior, de existência de quarto para empregada interna. No caso do corpo alto, no apartamento T3 esse quarto efectivamente existe, e no apartamento T2 existe um compartimento interno, com janela para o espaço da lavandaria, que poderia funcionar como quarto de empregada ou com outra função, como sala de jantar ou escritório. No caso do corpo baixo, as áreas são mais generosas, e todos os apartamentos possuem o quarto de empregada com o acesso directo a partir da zona de serviço.

Ambos os edifícios possuem duas caves destinadas a estacionamento. No caso do corpo voltado à avenida, pretendia-se que esse espaço tivesse uma exploração comercial aliada à estação de serviço, mas actualmente funciona apenas como estacionamento privativo das fracções.



Fig.306 Conjunto de edifícios no gaveto da Rua da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo

(Vale, 2005/11b)



Fig.307 Planta de implantação/fotografia aérea. Edifícios A e B.

(Google, [2009]-a)

Ao nível da imagem e dos acabamentos exteriores os dois edifícios são muito próximos, de tal forma que apenas a consulta dos processos de licenciamento permitiu perceber que efectivamente são duas intervenções distintas. O

sistema construtivo é muito semelhante entre os dois, embora não seja rigorosamente igual, como será evidenciado no ponto C.

B. História do processo de projecto, licenciamento e construção

No momento em que foi iniciado o primeiro processo de licenciamento, correspondente ao edifício da Rua Beato Inácio de Azevedo, os dois lotes de terreno eram de diferentes proprietários, como é possível constatar em diversas referências ao longo do processo de licenciamento do corpo mais baixo (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1971). Este processo, cujo requerente é a Sociedade de Construções Soares da Costa, dá entrada na CMPorto em 30 de Junho de 1970.

O Termo de Responsabilidade do projecto é assinado pelo engenheiro Arménio Ribeiro Ferreira, mas o projecto de arquitectura é da autoria do arquitecto Nuno Tasso de Sousa[78], como projectista da Vértice, gabinete de projectos criado em 1969 ligado à Sociedade de Construções Soares da Costa. O mesmo irá acontecer com o projecto do corpo alto.

O edifício apresentado correspondia a um paralelepípedo com sete pisos de habitação, além do rés-do-chão, com uma volumetria superior à permitida pelo Plano definido para a local (e explicitado na Planta Topográfica fornecida pela CMPorto para efeitos de organização do processo de licenciamento), como aliás é referido na memória descritiva, justificando as razões da proposta de alteração.

> *"O edifício acima referido faz parte de um conjunto constituído por uma zona de R/C + três andares + um recuado e de uma torre de R/C + onze andares [...]. No desenho anexo pode-se verificar que a quebra da cércea da torre (R/C + onze andares) para a parte em estudo (R/C + cinco andares + um recuado) é demasiado pronunciada. Procurou-se obter uma relação mais harmónica, para este tipo de solução em degrau, subindo a cércea de R/C + cinco andares + um recuado para R/C + sete andares que torna a relação, entre o volume da torre e o do bloco em estudo, muito mais agradável e esteticamente mais equilibrada. Esta alteração da cércea não é somente aconselhável por razões de relação entre as partes do mesmo conjunto, mas também por razões de relação entre o referido conjunto e o grupo residencial da Graham situado a leste [...]. Manter-se-ia assim o mesmo critério de cércea dos dois lados da Via de Cintura Interna, o que nos parece ser do maior interesse conforme se pode verificar no citado perfil"* (Ferreira & [Sousa], 1970a).

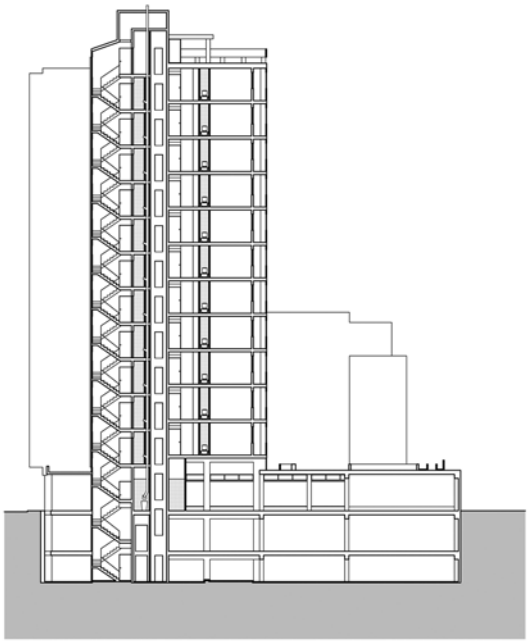
Esta solicitação leva a uma troca de argumentos entre dono de obra/projectista e a Câmara Municipal, tentando os primeiros justificar o aumento de volumetria por razões de melhor enquadramento do bloco no conjunto previsto e os segundos advogando que a alteração não pode ser feita isoladamente uma vez que o edifício faz parte de um conjunto e não pode ser entendido isoladamente. Várias vezes, ao longo deste primeiro processo, é referido o

78.Informação recolhida pela assinatura no rótulo das peças desenhadas e confirmada posteriormente pelo próprio.

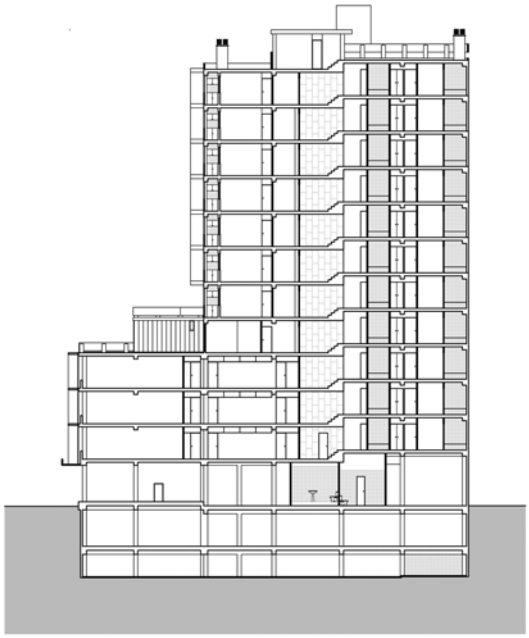


Fig.308 Plantas do 4 ao 11º andares e cobertura

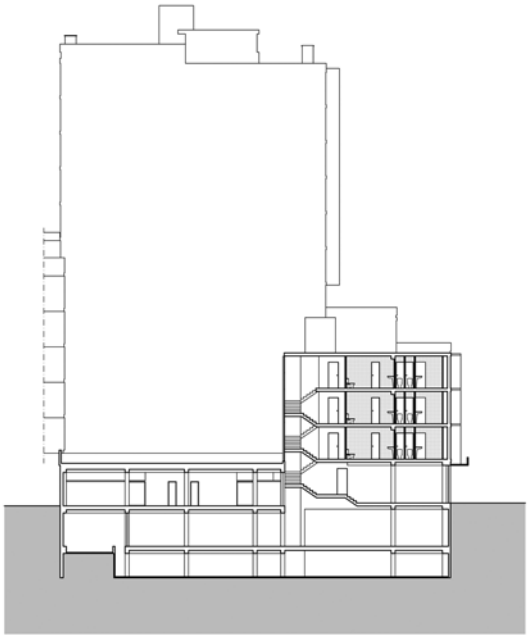
Adaptado a partir de (Ferreira & [Sousa], 1973)



CORTE CD



CORTE EF



CORTE AB



Fig.309 Cortes AB, CD e EF.

Adaptado a partir de (Ferreira & [Sousa], 1973)

tratamento diferenciado que é dado ao proprietário do lote do cunhal, onde viria a ser edificada a torre, ao lhe serem permitidas alterações, ou correcções, na volumetria e ao serem negadas as mesmas ao lote da Rua Beato Inácio de Azevedo.

As justificações dadas para o aumento de volumetria prendem-se, como se viu, para além de um maior equilíbrio entre a volumetria da torre e do edifício em questão, com a relação a estabelecer com os edifícios fronteiros, construídos do outro lado da Via de Cintura Interna [VCI] pela Sociedade de Construções William Graham. É mesmo apresentado, para fortalecer essa justificação e relação, um desenho com um perfil que atravessa a VCI e os edifícios de um lado e outro da via, para mostrar a equivalência de cérceas entre o já construído pela William Graham e o edifício proposto pela Soares da Costa. Tal argumento não foi aceite pela CMPorto, apesar da insistência do dono de obra, que mesmo após a emissão da licença, quando já se encontrava em licenciamento o edifício do cunhal, solicita novamente a alteração da volumetria do edifício, para transformar o piso recuado num piso efectivo, no mesmo alinhamento dos restantes. Este pedido voltou a ser indeferido não considerando os argumentos do dono de obra justificando que as razões que obstaram à não aprovação anterior já não se mantinham, uma vez que fora autorizado à torre do cunhal alterações que mexiam nos volumes propostos e nessa altura não tinha sido invocadas as razões de conjunto.

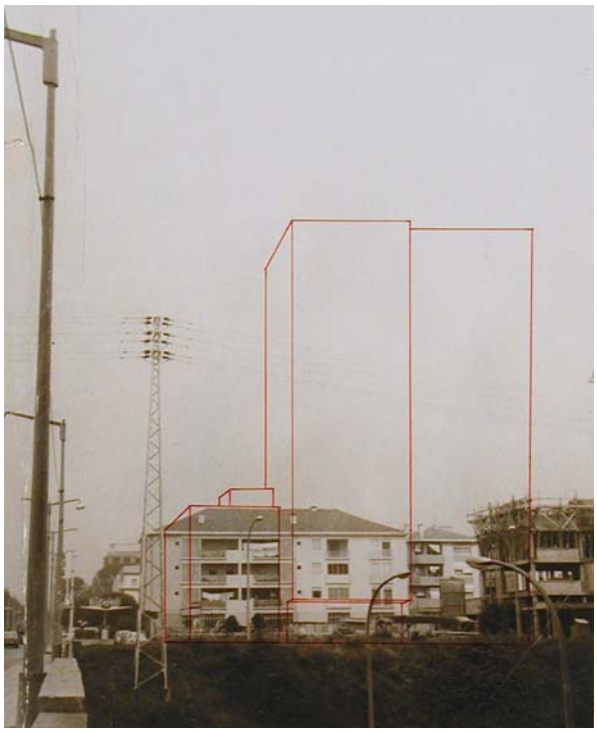


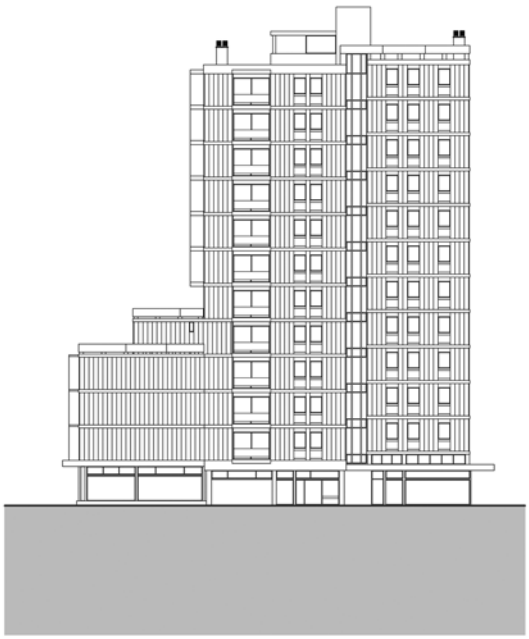
Fig.310 Fotografia com a marcação da volumetria proposta a carmim. Processo de licenciamento.
(CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1973)



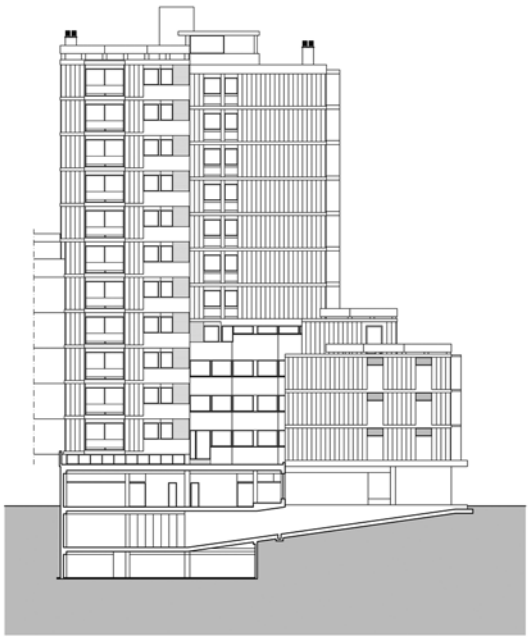


Fig.311 Fotografias aéreas da altura da construção do edifício.
(Estúdios Tavares da Fonseca, Lda, 197?)

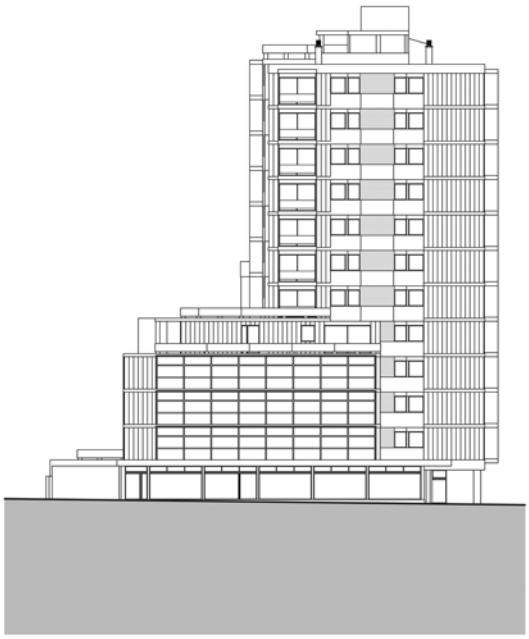
O que hoje vemos construído é o edifício que resulta da volumetria estabelecida pelo plano, cinco pisos destinados a habitação, um piso recuado com a mesma função, o rés-do-chão destinado a comércio ou serviços e dois pisos de estacionamento em cave.



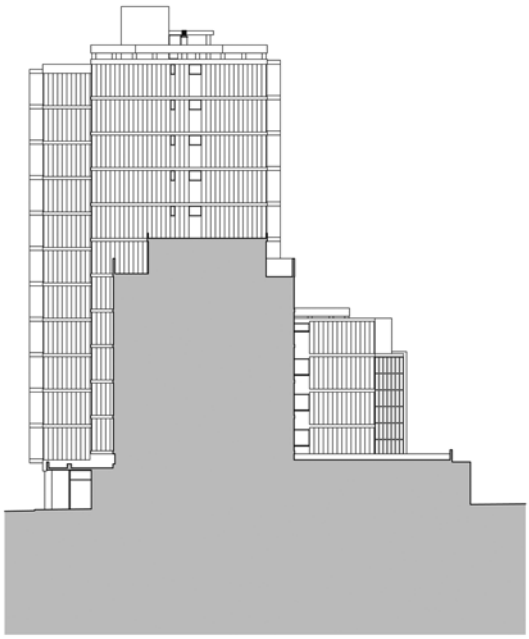
ALÇADO NASCENTE



ALÇADO POENTE



ALÇADO SUL



ALÇADO NORTE

0 2 4 6 8 10 20 m

Fig.312 Edifício Torre da Boavista – Alçados

Adaptado a partir de (Ferreira & [Sousa], 1973)

Inicialmente estava prevista a construção de mais um nível de estacionamento, mas dificuldades ligadas às condições do terreno tornaram essa solução pouco viável economicamente tendo-se optado pelo aumento da área de implantação, nos pisos até ao rés-do-chão, passando o logradouro exterior a fazer-se unicamente ao nível do terraço do primeiro andar, que passou a existir nas traseiras.

A licença foi emitida em Julho de 1971 tendo-se iniciado a obra em seguida.

Cerca de dois anos após o início do licenciamento do corpo baixo, em 31 de Agosto de 1972 deu entrada na CMPorto o projecto do edifício localizado no gaveto, designado por "Torre" em todo o processo (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1973), instruído apenas com desenhos em cópia em ozalid, e que actualmente estão em muito mau estado, queimados pelo tempo e pela luz, comprometendo a facilidade de leitura.

Nessa altura, pelas fotos que instruem o processo, é possível verificar que o corpo baixo tinha já estrutura construída até à laje de tecto do segundo piso.

O terreno do cunhal, entre a emissão da licença de construção do corpo baixo e o início do processo de licenciamento do corpo alto, foi adquirido pela Soares da Costa, que assim acabou por projectar e construir o conjunto dos dois edifícios. De referir que a sede dessa empresa ficou localizada no edifício do gaveto, durante alguns anos, antes de ser transferida para as instalações da Rua Senhora do Porto.

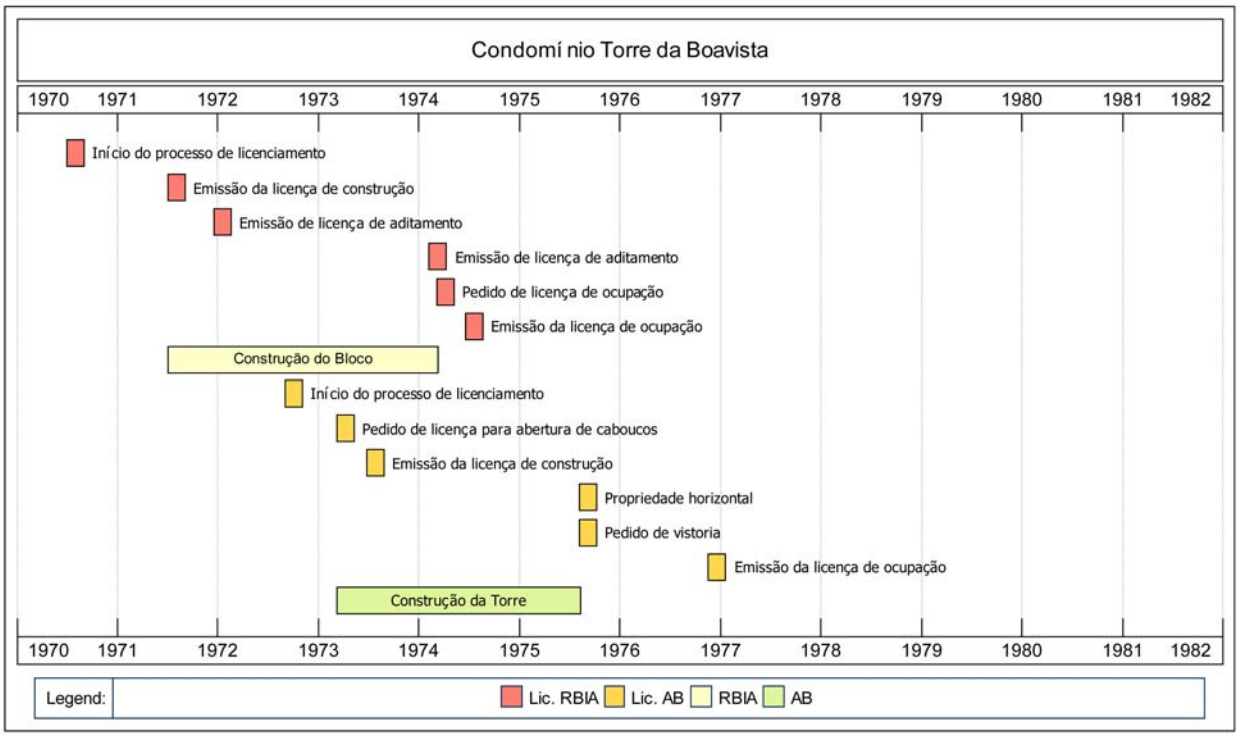


Fig.313 Cronologia do processo de licenciamento do Condomínio Torre da Boavista.

À semelhança do outro processo, as questões de volumetria e de implantação ocupam grande parte da memória descritiva inicial, uma vez que se introduzem *"pequenas alterações ao estipulado na planta topográfica, por motivos de integração com a construção existente (a Norte), definição de estrutura e de composição volumétrica"* (Ferreira & [Sousa], 1972a) e é necessário justificá-las.

A maior parte das alterações são de ligeiros acertos de alinhamentos e relações volumétricas entre as duas zonas do edifício, com vista a permitir um funcionamento optimizado dos espaços e da estrutura.

Por exemplo a alteração da proporção do corpo voltado para a avenida da Boavista, tornando *"mais estreito e comprido o corpo de 3 pisos"* permite *"libertar a empena poente da torre e [...] tornar possível destacar perfeitamente, sob o ponto de estabilidade, estes dois volumes e mesmo acontecendo no andar recuado situado sobre esta parte da construção"* (Ferreira & [Sousa], 1972a).

Propõem também que *"na faixa de terreno a poente, que em parte ficará ocupada pela rampa de acesso às cave e sub-cave"* se faça *"o aproveitamento da parte sobrante que ficaria sem qualquer utilização e impedindo o perfeito remate do R/C contíguo com a totalidade dos edifícios. Assim, além de se aumentar um pouco o R/C deste novo edifício, aumenta-se também o logradouro destinado a recreio das crianças, que de outra maneira ficaria de dimensões assaz reduzidas em relação ao número dos respectivos utentes. Este aumento implica, segundo o parecer do urbanista da C.M.P., o acordo do vizinho e a construção simultânea por parte dele de um piso em R/C que venha rematar com aquele que aqui propomos"* (Ferreira & [Sousa], 1972a).

Apesar de na memória indicarem que anexam a declaração do acordo com o vizinho o mesmo não é feito nessa altura, apenas mais tarde, mas isso não interfere com o desenvolvimento do processo.

A questão da utilização de elementos pré-fabricados na fachada é logo explícita na memória descritiva inicial do primeiro projecto, bem como a sua marcação nos elementos desenhados.

> *"O exterior do edifício será revestido com elementos pré-fabricados, sendo portanto a composição dos alçados condicionada e em parte determinada pelo uso de tais elementos. Procuramos sobretudo um jogo equilibrado das superfícies abertas e fechadas com a intenção nítida de obter uma animação, variedade e ritmo que contraria a vulgar composição repetitiva e monótona.*
>
> *Haverá uma grande austeridade na utilização dos materiais que serão os seguintes (para o exterior), betão aparente, placas de agregado de pedra, caixilharia de alumínio e vidro, para que não se perturbe nem se disfarce a composição básica do edifício em estudo"* (Ferreira & [Sousa], 1970a).



Fig.314 Vista do corpo baixo, alçado Nascente.



Fig.315 Vista parcial do conjunto.
Em primeiro plano a primeira fase, e ao fundo a segunda, sem distinção de imagem.

No processo do segundo edifício, as justificações fundamentam-se pela necessidade de uma imagem conjunta dos dois edifícios.

> *"[...] procuramos [...] que este edifício se integrasse com o que actualmente se encontra em construção, segundo o tipo de aberturas e acabamentos já que na volumetria o é bastante difícil devido à desproporção de cada uma das partes deste conjunto relativamente às outras. No entanto, ao nível do R/C e dos logradouros parece-nos que se encontram os 2 edifícios perfeitamente interligados. Nos pisos superiores tentamos interligar, em parte da Torre, as linhas do pavimento com o vizinho e introduzir uma certa variedade de aberturas e fechados de modo a reduzir a grandiosidade de proporções da Torre com o restante.*
>
> *[...]*
>
> *O exterior do edifício será revestido com elementos pré-fabricados que de certo modo condicionam a composição dos alçados mas que de algum modo evitam um equilíbrio entre superfícies abertas e fechadas. Haverá uma grande austeridade na utilização dos materiais de revestimento exterior: betão aparente, placas de betão pré-fabricadas com superfície lavada (agregado de pedra) exactamente igual ao prédio vizinho, caixilharia de alumínio, vidro e grasal"* (Ferreira & [Sousa], 1972a).

Este segundo processo é licenciado em Junho de 1973. O desfasamento de dois anos entre os dois processos permite que a mesma empresa construa os dois edifícios em sequência. De fotografias antigas é possível verificar que a estrutura do corpo baixo está concluída antes do início das obras do corpo alto.

Este desfasamento é também importante por uma outra razão, a possibilidade de transferir experiências de um edifício para o outro, permitindo afinar soluções, nomeadamente do sistema pré-fabricado, como será visto com mais detalhe à frente.

C. Caracterização construtiva

À semelhança do que acontece com as questões de imagem, as questões de definição de sistema construtivo também são muito próximas nos dois edifícios, pese embora o facto de a diferente volumetria determinar algumas resoluções diversas nos dois projectos. As descrições do segundo projecto são também, em alguns aspectos, mais completas do que as do primeiro.

Ambos são construídos com recurso a uma estrutura de betão armado constituída por pilares, vigas e lajes aligeiradas de elementos pré-esforçados (Ferreira, 1971). As fundações são executadas por sapatas de betão armado apoiadas sobre estacaria de betão armado (1, 2, 3 ou 4 estacas por sapata), devido à condição do terreno. Sendo esse também o motivo que levou à eliminação de uma terceira cave prevista no projecto do corpo baixo, e que implicou a apresentação de um novo projecto de estabilidade. Haveria também *"em toda a periferia da construção uma parede de betão armado moldada no solo"* (Ferreira, 1972).



Fig.316 Bloco de Apartamentos em Londres, 1955, Arquitecto Robert Mattew.
Edifícios com imagem muito próxima do edifício em análise.

(Seidler, 2004)

Apesar dos elementos de projecto referentes às fundações estarem inseridos no processo, refere-se que as mesmas *"serão estudadas e realizadas por empresa especializada neste género de trabalho aquando da abertura de caboucos"* (Ferreira, 1972).

No caso da torre, devido à sua volumetria e exposição, o efeito das acções horizontais, designadamente o vento, é mais sensível pelo que se refere explicitamente que se *"considerou-se a acção do vento habitual na construção (regiões muito expostas) e o momento devido a essa acção foi absorvido pelas caixas de elevadores e escadas"* (Ferreira, 1972). E esse é um dos aspectos que leva à necessidade de apresentação de um aditamento ao projecto de estabilidade, em que se reforça *"a estrutura na caixa de elevadores e escada da torre e casa das máquinas do ascensor dos escritórios"* (Ferreira & [Sousa], 1974). Nesse aditamento, para além desse reforço do núcleo rígido de comunicações verticais, constituído pelas duas caixas de elevador, uma caixa de escadas e uma prumada de átrios de habitações, também se propõe uma alteração de arranjos exteriores para melhor resolver a relação de gaveto do edifício, protegendo-o, de alguma forma, da proximidade da passagem de veículos no tramo de saída da VCI.

A memória descritiva de arquitectura já prevê *"paredes exteriores duplas de tijolo furado de 0,11 m de espessura, caixa-de-ar de 0,05 e lajes pré-fabricadas com acabamento de agregado de pedra na face exterior"* (Ferreira & [Sousa], 1970a). Estas lajes, ou placas, pré-fabricadas ocupam a altura total de um piso, funcionando entre lajes. No primeiro projecto ainda não é referida uma espessura para essas *"lajes pré-fabricadas"*, enquanto que no segundo

projecto já se diz que os *"painéis pré-fabricados"* têm uma espessura de 0,10 m. De salientar também a alteração de designação entre as duas fases.

Refere-se também que *"os pilares, vigas, palas, topos de lajes e guardas de varanda serão em betão aparente"* (Ferreira & [Sousa], 1970a) havendo por isso cuidados especiais na cofragem e betonagem dos mesmos. No caso dos pilares tal acaba por suceder apenas em algumas situações, como os pilares da junta de dilatação, sendo a generalidade dos restantes cobertos pelos revestimentos.

As paredes *"interiores serão de tijolo simples ou duplas conforme sejam dentro da mesma habitação ou separando habitações"* (Ferreira & [Sousa], 1972a).

No corpo baixo a *"cobertura será em duas águas revestida a chapa de zinco (camarinha) excepto na zona dos estendais que será em chapa acrílica"* (Ferreira & [Sousa], 1970a), enquanto que no corpo alto, existem várias situações de terraços pelo que *"as lajes da cobertura serão impermeabilizadas com telas asfálticas quando acessíveis e zinco tipo camarinha quando não acessíveis"* (Ferreira & [Sousa], 1972a).

Um dos aspectos a que é dada atenção é a questão do isolamento acústico entre fracções. Nas paredes o mesmo é conseguido, como já foi dito, pela duplicação da parede de tijolo, e em pavimentos, tomando como referência as memórias descritivas, por disposições construtivas diferentes entre as duas fases. Assim, na primeira fase *"o isolamento acústico entre pisos"* seria *"feito com o emprego de «laje flutuante»"* (Ferreira & [Sousa], 1970a), enquanto que na segunda o mesmo seria *"feito com o emprego de lã de vidro"* (Ferreira & [Sousa], 1972a).

A utilização de um sistema de laje flutuante não era uma situação comum à época, e demonstra quer os cuidados colocados no projecto e na execução, quer a aposta num nível superior de qualidade de edificação.

O aspecto que inicialmente fez despertar o interesse relativamente ao conjunto destes dois edifícios foi efectivamente o sistema usado na definição da sua envolvente exterior opaca, um sistema de placas pré-fabricadas de betão acabadas com agregados de pedra lavada, que actualmente é uma solução usada com alguma frequência maioritariamente em edifícios não habitacionais, mas que na época constituiu um exemplo pioneiro.

Foi o primeiro edifício com revestimento em placas de betão pré-fabricado, executado no Norte do país e serviu de escola para um conjunto de profissionais. Foi inspirado na obra de Josep Lluís Sert [1902-1983], a partir de um livro que possuía sobre a obra do mesmo, como referiu o arquitecto Tasso de Sousa, na entrevista que me concedeu em 27/09/2007.

C.1. Descrição e análise do sistema construtivo da fachada

O edifício da Rua Beato Inácio de Azevedo, sendo o primeiro do conjunto a ser projectado e construído, corresponde também à primeira definição do sistema construtivo das paredes exteriores. A consulta do seu processo de licenciamento é já reveladora das opções construtivas tomadas e que iriam ser continuadas e melhoradas na torre do gaveto.

Quer na consulta dos elementos desenhados de arquitectura, quer dos de betão armado, encontram-se referências ao que viria a ser a solução adoptada, não unicamente da estereotomia das placas, mas também da solução técnico-construtiva de fixação das mesmas.

A estereotomia das placas, na representação em alçado, está perfeitamente definida quer no edifício da Rua Beato Inácio de Azevedo, quer no edifício do gaveto com a Avenida da Boavista. Contudo, a marcação das placas em planta vem apenas representada no primeiro dos edifícios. Como já indicado os desenhos de licenciamento do segundo são cópias em muito mau estado, sem contraste entre fundo e desenho, o que dificulta até a percepção da solução arquitectónica, mas do que com dificuldade se consegue perceber, parece que a placagem nunca foi marcada.

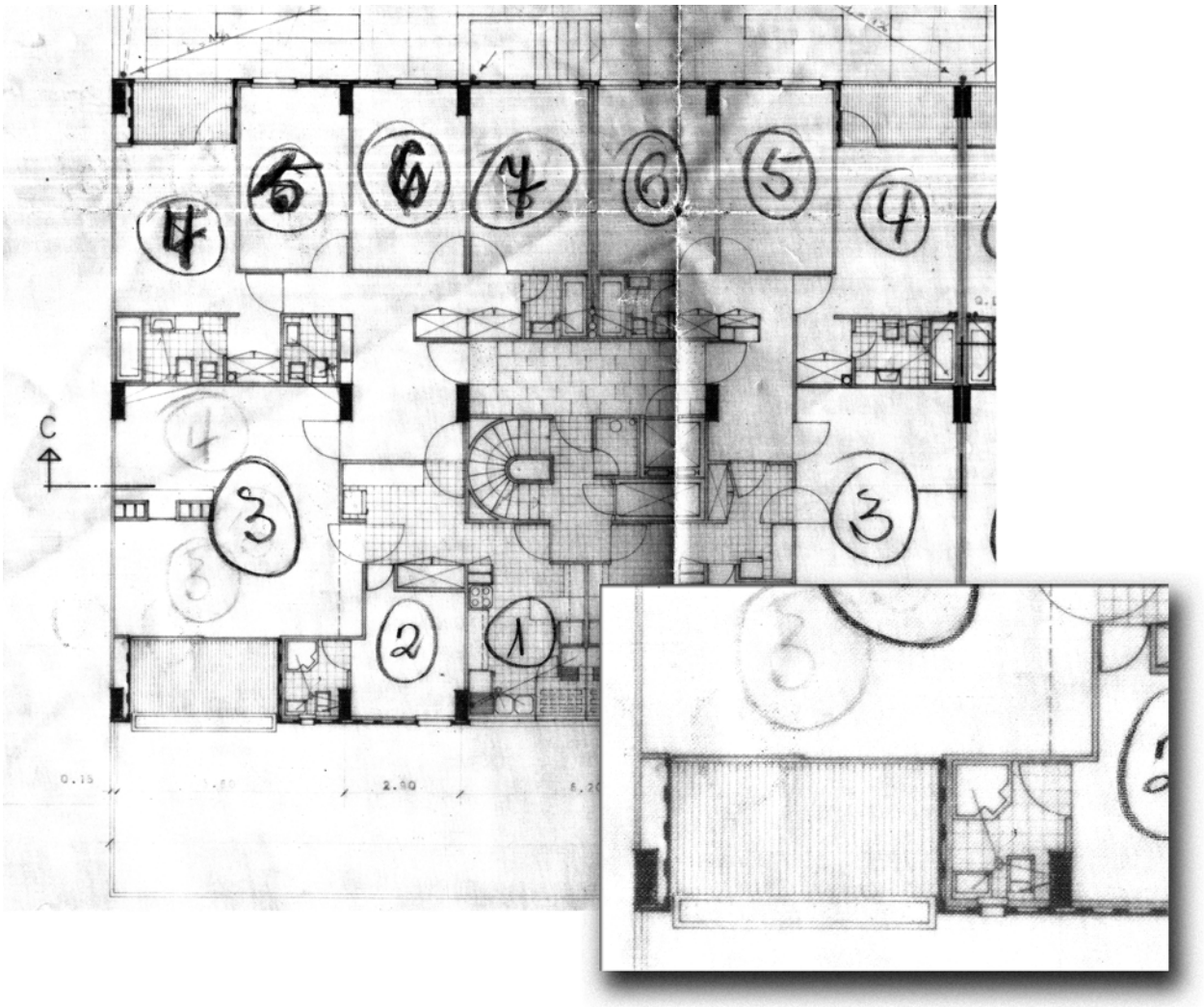


Fig.317 Extracto da planta de um dos pisos de habitação.
Consegue-se perceber a marcação da forma e estereotomia da placagem que seria utilizada na fachada.
Adaptado a partir de (Ferreira & [Sousa], 1970b)

No primeiro dos edifícios, nas plantas dos diversos pisos são desenhadas as placas pré-fabricadas de betão que modulam toda a fachada, percebendo-se quer a largura das placas, quer a variação de espessura das mesmas. No projecto, representado à escala 1/100, é seguida uma modulação de 0,50 cm, sendo que em obra se optou por placas com cerca de 0,40 cm de largura, que é o que se encontra executado no edifício. Não consegui determinar se foram questões de modulação de fachada se questões de peso de placas que levaram a essa alteração.

O sistema de fixação das placas exteriores pré-fabricadas é interessante porque as mesmas encaixam na estrutura horizontal de betão armado, não levando fixação mecânica, como é habitual actualmente.

No projecto de betão armado do primeiro edifício é representado, ainda que de uma forma bastante simplista (até porque a escala do desenho também não ajuda), o encaixe deixado nas vigas e lajes para o apoio e fixação das placas.

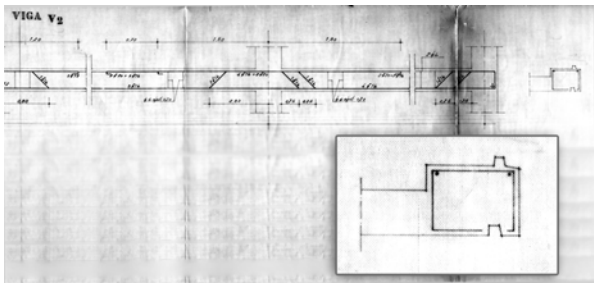


Fig.318 Pormenor do projecto de betão armado.
Neste projecto é representado o "dente" na bordadura da laje para encaixe das placas. Pormenor da Viga V2, projecto de estabilidade.
Adaptado a partir de (CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1971)



Fig.319 Encabeçamento da laje do Corpo Baixo.
Nota-se a inserção de agregados leves no betão armado.

(Vale, 2008/04b)

Nos encabeçamentos das lajes de betão armado, ou nas vigas de bordadura, foram deixados logo na betonagem os encaixes necessários à montagem das placas. Foram deixados, inferior e superiormente, saliências e rebaixos para a placa se apoiar e fixar e a gravidade encarregar-se-ia de a manter no sítio. Este sistema de execução e montagem implica, claro, rigor acrescido na obra de betão armado, já que era necessário não só um perfeito dimensionamento dos rebaixos e saliências deixados em cada laje como o seu alinhamento exacto ao nível de todos os pisos, para garantir a perfeita verticalidade do revestimento final.

De acordo com os desenhos de projecto, a face superior da laje tem uma pequena saliência onde o rebaixo da placa iria encaixar, e na face inferior da laje seguinte existia uma reentrância, com uma profundidade superior ao necessário, que permitia as folgas necessárias à montagem e a manutenção da placa no sítio.

As placas tinham a altura de um piso, cerca de 40 cm de largura e uma espessura variável entre 6 e 10 cm[79]. O sistema de espessura variável, mais espesso no contorno da placa e mais fino no centro, permitia, por um lado, reduzir o peso da placa sem lhe retirar resistência, e por outro, espessura suficiente para conformar os encaixes entre placas, e entre placas e lajes.

Os lados verticais das placas tinham rebaixos idênticos ao da face inferior da mesma, que iria permitir a aplicação da solução de vedação, bastante interessante, pela ideia engenhosa e com recurso a materiais correntes, não dispendiosos.

79.De acordo com as indicações do arquitecto Tasso de Sousa e do senhor António Baltasar, uma vez que não é possível ter acesso ao tardoz das placas, e a escala dos desenhos de licenciamento não é suficiente para tirar essas medidas.



Fig.320 Vista das placas pré-fabricadas, corpo baixo. Encaixe superior da laje de tecto.

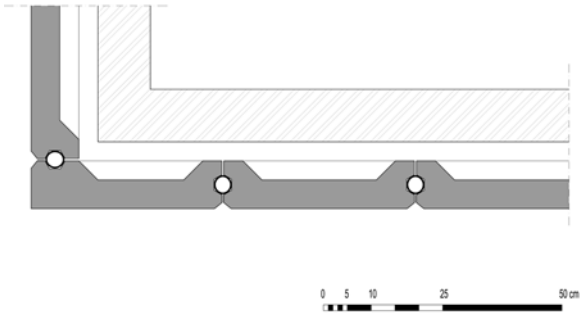


Fig.321 Pormenor provável da fachada. Desenhado a partir de descrições e levantamento dimensional do exterior.

Foi utilizado uma mangueira, do tipo que se usa na rega, aquecido em bidões de água para se tornar mais maleável e colocada comprimida entre as placas pré-fabricadas. A mangueira funciona assim ao mesmo tempo como vedação e fundo de junta, permitindo a aplicação posterior de um mástique como reforço de vedação.

O projecto de betão armado do segundo edifício é muito mais completo e detalhado que o do primeiro, em parte pela própria complexidade do edifício, mas também por um aumento de qualidade do projecto, pelo menos em termos de representação e detalhe, que é o que consigo avaliar.

Como foi referido anteriormente, o processo de licenciamento e a obra dos dois edifícios têm um desfasamento de cerca de dois anos. Tal permitiu que a experiência da primeira obra pudesse ser integrada no projecto apresentado para o licenciamento da segunda.

Assim, apesar dos sistemas construtivos serem similares, mormente no que diz respeito à execução das fachadas, a primeira obra serviu como um ensaio geral da solução preconizada, aprendendo com os «erros» da primeira, como por exemplo as dificuldades de vedação na ligação dos painéis com a estrutura.

A impermeabilização do sistema na ligação entre placa e laje inferior, a zona mais sujeita pela permanência da água, ficava quase exclusivamente dependente da utilização de vedantes, mástiques ou outros, colocados no exterior e por isso demasiado sujeitos a degradação e pouca durabilidade, bem como a deficiência de aplicação. Apesar da ligação macho-fêmea entre a laje e a placa, a junta ficava facilmente sujeita a fenómenos de capilaridade.

No segundo projecto procederam-se a algumas alterações no desenho do sistema de encaixe deixado na estrutura, estando os mesmos já definidos no projecto de estrutura com detalhe muito superior.

A própria volumetria do edifício, mais recortada do que a do bloco da Rua Beato Inácio de Azevedo, implicava o estudo de soluções diferenciadas para as diversas localizações dos painéis no edifício e soluções de remates necessários. Ao contrário do anterior projecto em que se utilizava, ou apenas se detalhava, um pormenor único ao nível dos desenhos da estrutura, caracterizando uma única solução tipo, no segundo projecto são estudados com minúcia os diferentes desenhos de vigas e lajes para poderem receber em condições as placas, constituindo-se como variações e adaptações de um esquema inicial de encaixe.

Há algumas diferenças importantes entre os dois sistemas e se a nível de aspecto exterior do edifício as mesmas podem não ter leitura, a nível do funcionamento da solução construtiva são efectivamente distintos.



Fig.322 Rebaixo na face inferior da laje, zona da varanda.



Fig.323 Pormenor do rebaixo inferior da laje.



Fig.324 Guarda da varanda, desligada da parede.

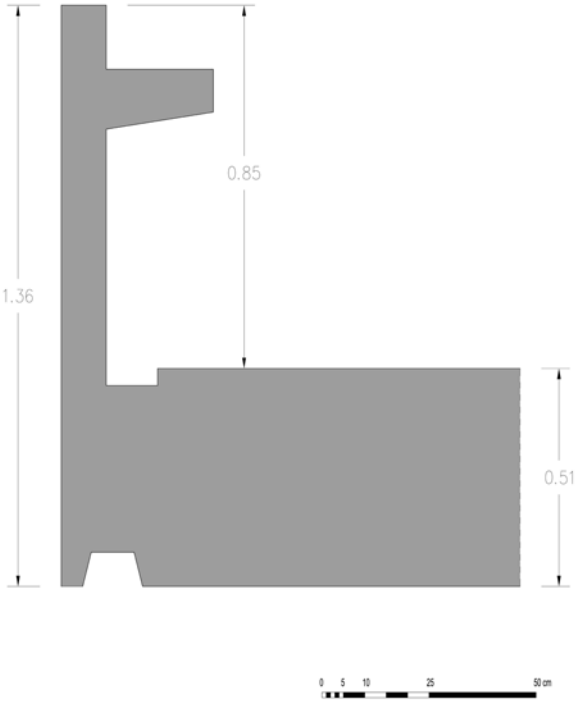


Fig.325 Pormenor da guarda da varanda.
Desenhada por levantamento dimensional no local.

Um dos aspectos alterado entre as duas soluções é a cota relativa a que se faz o suporte da placagem exterior. Na solução utilizada no primeiro edifício o encaixe das placas nas lajes é feito de nível com os pavimentos interiores das habitações, sendo a vedação garantida apenas pelo pequeno ressalto na laje que serve para o encaixe da placa.

No projecto da torre optou-se por fazer o encaixe das placas a um nível inferior ao da laje interior, garantindo que mesmo que se verificassem infiltrações de águas, as mesmas não entrariam no interior dos espaços, já que existia uma barreira gravítica à penetração da humidade. Este desnível de 9 cm é uma constante em todo o projecto, quer de trate de um encaixe executado numa laje com 24 cm de espessura, quer de um encaixe executado numa viga de 99 cm de altura. De referir que na quase totalidade dos casos os encaixes são garantidos por um elemento de betão

construído para além do elemento resistente, viga ou laje. Apenas num caso, numa viga de proporções anormalmente avantajadas (mesmo para esta obra) é que se opta por fazer os recortes para encaixe no corpo da própria viga, alterando as armaduras em consonância com o desenho necessário.

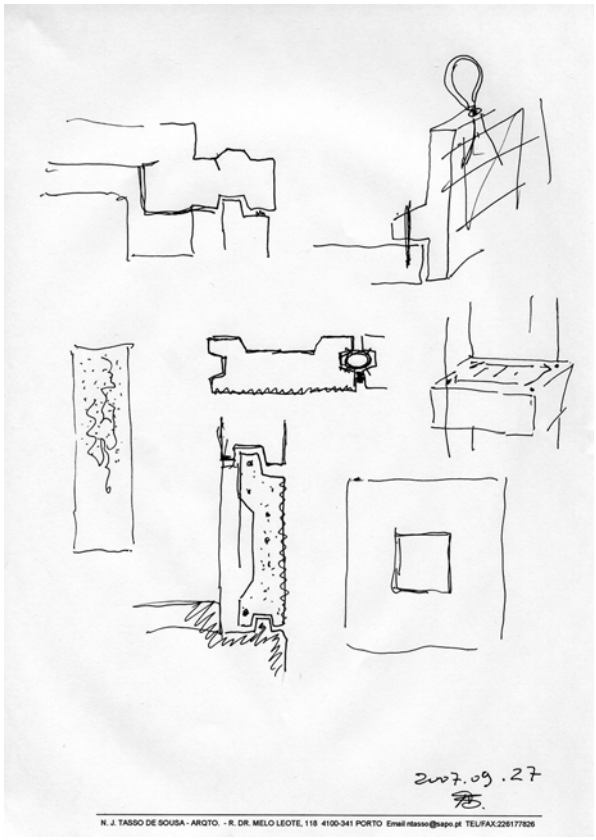


Fig.326 Esquema executado pelo arquitecto Tasso de Sousa.

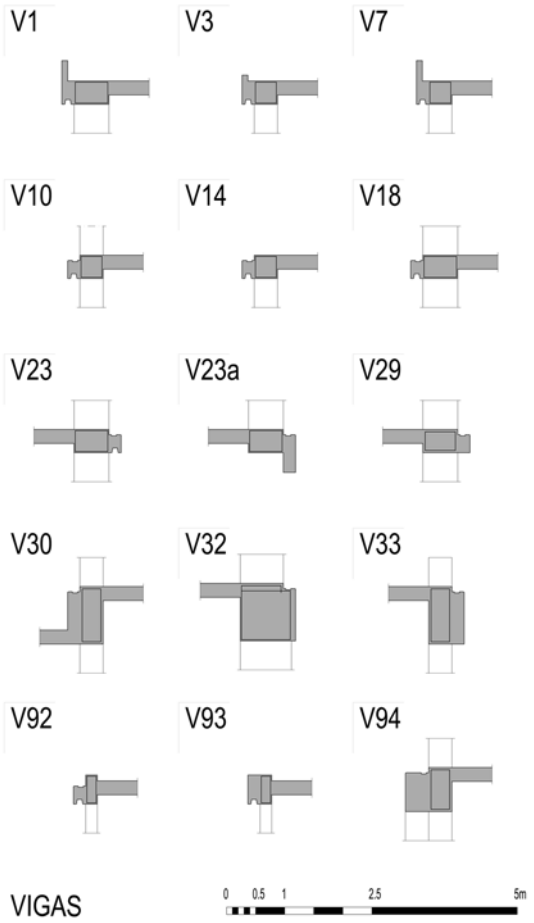


Fig.327 Extracto do mapa de vigas.
Adaptado a partir de (Ferreira & [Sousa], 1973)

O encaixe definido para o suporte das placas, independentemente das dimensões do elemento resistente a que está ligado, garante uma mesma espessura lida em alçado, e um mesmo balanço, necessário para o apoio das placas, pré-fabricadas em série e por isso com dimensões constantes. O encaixe tem dois desenhos de perfil diferentes, um para apoio inferior e outro para espaço de manobra e encaixe superior, existindo peças com os dois perfis e peças com apenas um, consoante a sua localização na fachada.

Outro dos aspectos alterados entre os dois projectos foi o tipo de recorte feito na estrutura, para receber as placas. Enquanto na solução inicial a face superior da laje de apoio jogava com um elemento saliente, no segundo projecto faz-se uma reentrância no betão, equivalente à reentrância da placa e que permite usar o mesmo sistema de vedação que se usa entre placas, a mangueira de rega aquecida.

Em conversa com o encarregado soubemos que em obras posteriores, como garantia adicional na vedação da humidade, foram deixados tubos de drenagem, aquando da betonagem das lajes e vigas, constituídos por tubos VD

de PVC, usualmente utilizados em entubamento de rede eléctrica. No segundo projecto não foram executados, mas aparentemente também não foram necessários, pois quer as vedações das juntas das placas, quer a constituição impermeável do betão tem funcionado em condições no edifício da torre[80].

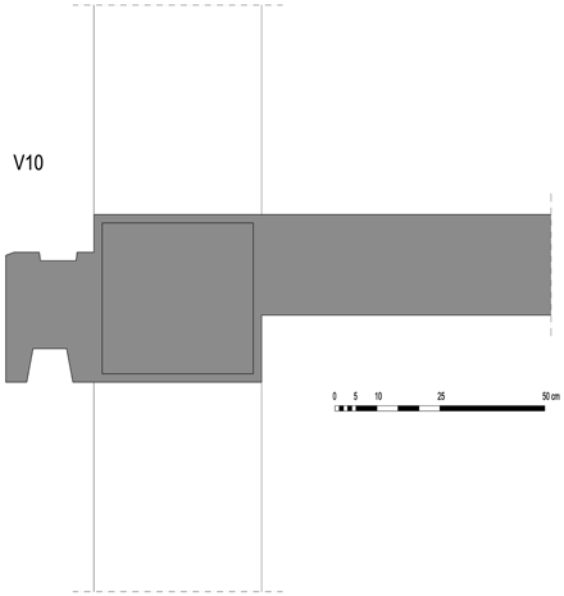


Fig.328 Pormenor do sistema de encaixe, projecto da segunda fase.
Adaptado a partir de (Ferreira & [Sousa], 1973)

A montagem dos painéis pré-fabricados também foi alvo de experimentação para conseguir os melhores resultados sem recurso a meios «tecnológicos» disponíveis actualmente. Foram feitas experiências para definir o melhor desenho dos painéis de forma a facilitar a montagem e garantir a vedação.

Relativamente ao sistema de montagem, a primeira preocupação, após a descofragem da laje, seria a limpeza dos encaixes de todo o tipo de rebarbas, escorrências, ou lixos que pudessem ter sido deixados pela quer pela betonagem quer pelos trabalhos de descofragem.

Como as placas ocupam toda a altura entre duas lajes, encaixando ainda nas mesmas, a única forma de as montar, já que a obra de betão armado estaria totalmente concluída quando se iniciava a montagem das placas, seria pela existência de folgas nos encaixes que permitissem fazer entrar a placa inclinada e depois fazê-la deslizar para a posição correcta, ou então pela inexistência de encaixes em algumas zonas, que funcionariam como pontos de entrada das placas.

80. No bloco da Rua Beato Inácio de Azevedo tem existido problemas de infiltrações pela ligação das placas pré-fabricadas com as lajes, uma vez que a vedação é essencialmente garantida pela colocação de materiais impermeáveis e elásticos (e não por geometria) que envelhecem com o tempo e perdem características. Em 2008 foi feita uma obra de reabilitação da fachada e foram refeitas as colocações de vedantes nas juntas das placas com as lajes.

Esta condicionante foi resolvida de formas distintas nas duas fases, tendo sido outro dos aspectos em que a experiência de uma obra foi transposta para a seguinte.

No caso do primeiro edifício, a placa era amarrada no seu terço superior por uma fita que permitia o seu transporte pela grua. Com a ajuda dos operários que se encontravam no interior do edifício, com a placa inclinada, a face superior da mesma era encaixada na laje de tecto e depois puxada a sua face inferior até colocar a placa na vertical, no que seria o seu alinhamento final. Para facilitar a execução, nas zonas das janelas, onde existe actualmente a marcação do peitoril com elementos pré-fabricados de cor vermelha, não foram deixados encaixes na laje inferior, pelo que esses pontos foram usados para a montagem das placas que depois corriam, ainda com o auxílio da grua para reduzir o peso, lateralmente até ao sítio onde deveriam ficar. Como existia uma saliência na laje inferior que colidia com o movimento da placa esta foi a forma de fazer a montagem sem ter de aumentar demasiado a folga na laje superior.

A vedação entre placas era garantida pela colocação da mangueira de rega previamente aquecida, nos rebaixos das juntas verticais entre placas. Isso implicava que a placa não fosse colocada na sua localização final, mas ligeiramente ao lado, para permitir a colocação das mangueiras.

Os espaços das janelas, com um sistema diferente de placas, do ponto de vista da montagem eram também importantes por um segundo aspecto, a necessidade de existência de espaços livres na fachada que permitissem o movimento das placas.

No segundo edifício o sistema de montagem foi ligeiramente diferente. O encaixe da placa, na zona inferior, não se fazia por uma saliência na laje, mas por um rebaixo, o que permitia que a folga de montagem fosse menor. As placas eram colocadas em obra da mesma forma que explicado para o primeiro projecto. Sobre o rebaixo existente na laje de pavimento era colocada a mangueira aquecida, e quando se fazia descer a placa no seu alinhamento vertical final, o rebaixo da mesma encaixaria na mangueira, esmagando-a parcialmente, garantindo assim a vedação do sistema.

Assim, quer o sistema de montagem, quer o sistema de vedação das placas exigia que as mesmas tivessem espaço livre à sua volta no momento da montagem e tal não seria possível se a totalidade da fachada fosse resolvida pelo mesmo sistema, ou não tivesse folgas. Isso é muito mais evidente no primeiro edifício a ser construído, o corpo mais baixo e também mais extenso, pois o desenvolvimento longitudinal do mesmo, no caso de inexistência destes pontos singulares, exigiria um transporte das placas, depois de encaixadas, ao longo de toda a fachada. No caso do edifício do gaveto, quer pelo detalhe de montagem, quer pela sua dimensão e configuração em planta, sensivelmente quadrangular e de lados menos extensos, permitia usar o espaço livre deixado pelo cunhal para esta folga necessária à montagem.

A pré-fabricação estava ligada à imagem do edifício de uma forma mais importante do que efectivamente à forma de executar, como se pode constatar, por exemplo, na execução das varandas do corpo baixo. Na fotografia que é usada para a instrução do processo de licenciamento da torre, com a volumetria marcada a carmim, vemos o edifício da Rua Beato Inácio de Azevedo em construção. Das poucas coisas que é possível visualizar, na obra de estruturas, é a zona das varandas do lado Nascente, betonadas in situ. Contudo, como se pode verificar actualmente, foram feitas marcações na ligação entre a guarda da varanda e a laje, para que parecesse que a mesmas era pré-fabricada. No edifício da Torre, já se recorreu à prefabricação para a execução das guardas das varandas.



Fig.329 Zona da laje sem encaixe, para montagem de placas.

(Vale, 2008/04b)



Fig.330 Varanda do corpo baixo.
Junta marcando a separação entre varanda e laje, simulando elemento pré-fabricado.

(Vale, 2007/11b)

Segundo o encarregado pela pré-fabricação da obra, o Sr. António Baltazar, naquela época as placas poderiam ser executadas de duas formas. Uma delas seria executar a placa em duas fases, uma primeira onde seria executada a quase totalidade da placa, deixando unicamente para a segunda fase uma espessura de cerca de 2 centímetros, para a execução do acabamento. Era importante garantir a aderência entre os betões das duas fases, pelo que os mesmos seriam executados com pouco desfasamento temporal, sendo a superfície do primeiro, riscada após a betonagem, para garantir rugosidade.

A segunda hipótese de execução, e que foi a utilizada no edifício, requeria um maior controlo da qualidade da mão-de-obra, pois a placa seria executada numa só fase. A mesma era betonada na totalidade da sua espessura e quando a mesma já se encontrava a ganhar presa, era colocado o agregado de pedra na sua superfície, apertado para que se entranhasse nas camadas superficiais do betão. Após a colocação do agregado a placa era colocada na vertical e lavada com água e uma escova, para retirar a goma que se tivesse acumulado à superfície da mesma, garantindo o aspecto lavado.

Este sistema de execução apresentava uma maior garantia de solidarização da camada de agregado à base da placa. Na primeira hipótese de execução, algum atraso na colocação da segunda camada (ou mesmo lixos ou poeiras

que se pudessem depositar na sua superfície) poderia implicar uma redução da aderência, que com o tempo se poderia reflectir num descasque de partes da placa.

Com a hipótese que foi utilizada, se a colocação da pedra não fosse feita na altura certa, detectava-se logo o descolamento na lavagem e escovagem. Mesmo alguma deficiência na execução teria implicações mais reduzidas, uma vez que seria sempre menos gravoso o descolamento de umas pedras isoladas do que áreas de argamassa com agregado de pedra.

Nas peças que estavam destinadas à colocação nos cunhais do edifício, era necessário garantir que o topo teria acabamento de agregado em toda a espessura visível. Tal era muito mais fácil de executar com a colocação do agregado sobre a placa betonada na totalidade, bastando para o efeito descofrar a face lateral da placa e fazer a compressão do agregado sobre a mesma, mesmo que o aspecto não ficasse rigorosamente igual, como se verifica.

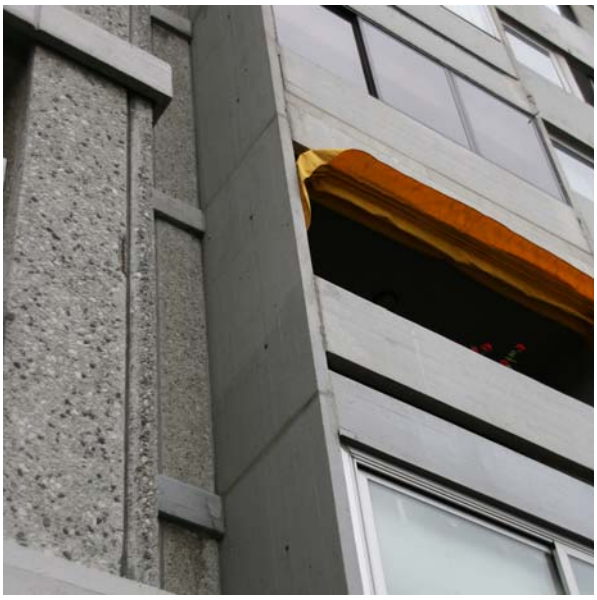


Fig.331 Armadura da placa à vista, por desagregação do betão.



Fig.332 Cunhal do edifício.
Amostra do acabamento do topo lateral da placa.
(Vale, 2007/09a)

Todo o processo de fabricação das placas foi muito artesanal e baseado em experiências sucessivas, quer na definição da forma da placa, desenho e dimensões «ideais», como na própria forma de execução.

Não dispunham das actuais mesas vibratórias, pelo que a compactação de betão era obtida pelo batimento contínuo de um cabo de martelo, ou outro instrumento similar, na estrutura que servia de base ao molde. Havendo profissionalismo e rigor, os métodos artesanais garantiam igualmente, ou melhor ainda, o que a mecanização mais tarde trouxe.

A verdade é que o edifício com cerca de 35 anos, mantém actualmente o aspecto próximo do acabamento inicial, tendo tido apenas, neste período de tempo, como acção de manutenção, uma lavagem da fachada para retirar as poeiras e sujidades, na parte da torre, e uma intervenção de correcção da impermeabilização das juntas na zona do bloco.

A escolha do agregado de pedra, mármore verde Viana, também teve como objectivo ajudar a um bom processo de envelhecimento do edifício. A coloração esverdeada, nem demasiado clara, nem muito escura, permite que as linhas de escorrências de águas que arrastam poeiras, praticamente não se notem na fachada, ao contrário do que acontece com outros edifícios de revestimentos similares, alguns bem mais recentes.

A marcação horizontal das lajes, saliente em relação às placas, também terá contribuído para a manutenção de um bom aspecto apesar da idade do mesmo porque, se por um lado pode servir para acumular poeira, o que é prejudicial, por outro, cria uma barreira ao escorrimento contínuo das águas ao longo de toda a fachada, funcionando como uma pingadeira.



Fig.333 Alçado Sul, corpo alto.



Fig.334 Alçado Nascente, corpo alto.

À distância a placagem tem uma aparência uniforme. Um olhar mais próximo detecta a patine do tempo que é ampliada pela humidade.

O que se nota nestes dois edifícios, quando se começa a analisar o sistema construtivo, é que existe uma relação muito forte do mesmo com a forma arquitectónica e percebe-se que o desenvolvimento do projecto de arquitectura, enquanto definição formal do edifício decorreu paralelamente à investigação e experimentação do sistema construtivo. Da consulta do primeiro processo de licenciamento e dos desenhos que são apresentados quer no projecto de arquitectura, quer no projecto de estabilidade, constatamos que a solução construtiva já estava toda definida e, provavelmente, experimentada nesta fase. Desde o facto de os encaixes nas lajes já virem representados no projecto de betão armado, até à marcação da diferente espessura da placa ao longo do seu desenvolvimento que aparece no desenho das plantas de licenciamento (à escala 1/100), quer mesmo o facto de a imagem proposta no licenciamento não se ter alterado praticamente na fase de obra, como é habitual em muitos projectos, tudo mostra a perfeita sintonia que existiu entre o desenvolvimento da solução arquitectónica e do sistema construtivo.

O facto o gabinete responsável pelo projecto incluir arquitectos e engenheiros, e ao mesmo tempo estar integrado na própria empresa de construção também poderá ser importante porque possibilitou o desenvolvimento paralelo de uma solução construtiva e de um projecto, adequando um e outro a uma ideia.

A experiência dos trabalhos de pré-fabricação ensaiados na construção destes dois edifícios e em outros executados pouco mais tarde, vieram a dar origem à Prégaia, empresa de pré-fabricação ainda hoje existente, com um vasto curriculum de obras, não só em Portugal como no estrangeiro.



Fig.335 Alçado Sul, corpo alto.
Alteração parcial do sistema de encerramento das lavandarias, Encerramento de algumas varandas.



Fig.336 Alçado Poente, corpo baixo.
Colocação de uma segunda caixilharia pelo exterior.

D. Resumo de caracterização

Tabela 52: Quadro resumo de caracterização do projecto.

Projecto		
	Corpo Baixo	**Corpo Alto**
Designação:	Condomínio Torre da Boavista	
Localização:	Rua Beato Inácio de Azevedo, Coordenadas GPS: 41.161709,-8.65025	Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo Coordenadas GPS: 41.161776,-8.650101
Projectista(s) de arquitectura:	Nuno Jennings Tasso de Sousa pela empresa Vértice[a]	
Outros projectistas:	Arménio Ribeiro Ferreira (estabilidade) pela empresa Vértice	
Data de projecto:	Início do processo de licenciamento: 30/06/1970	Início do processo de licenciamento: 31/08/1972
Data de início de construção:	Emissão da licença de obras: 1/07/1971	Emissão da licença de obras: 25/06/1973
Data de conclusão de construção:	Emissão da licença de habitabilidade: 19/06/1974	Emissão da licença de habitabilidade: 18/11/1976
Volumetria:	Rés-do-chão + 5 pisos + recuado	Rés-do-chão + 11 pisos + recuado
Estrutura Portante:	Fundação por sapatas de betão armado apoiadas sobre estacas de betão armado. Muro de contenção periférica moldado no terreno. Estrutura portante constituída por pilares, vigas e lajes aligeiradas de elementos pré-esforçados. Paredes de betão armado associadas a estruturas de contraventamento, geralmente caixas de escadas e elevadores.	
Paredes exteriores e revestimentos de fachadas:	Parede exterior dupla, constituída por pano interior em tijolo furado de 0,11, caixa-de-ar com 0,05 e pano exterior em placas de betão, pré-fabricadas, com superfície revestida agregado de pedra lavado, com 0,10 m de espessura	
Vãos exteriores/protecção solar:	A protecção solar de alguns vãos é garantida pela colocação de estores.	
Coberturas:	Cobertura em duas águas revestida a chapa de zinco (camarinha), nas zonas não acessíveis. Cobertura plana impermeabilizada com telas asfálticas nas zonas acessíveis.	
Utilização /fracções:	Habitação, comércio e serviços	Habitação, comércio e serviços

a.Arménio Ribeiro Ferreira. Engenheiro Civil, é quem assina o termo de responsabilidade do projecto mas as peças desenhadas são assinadas por Nuno Tasso de Sousa.

E. Adequação às condicionantes actuais

Tabela 53: Quadro resumo de caracterização do edifício.

	Edifício
Estado de conservação:	O conjunto dos dois edifícios, com cerca de 40 anos, apresenta-se em bom estado de conservação geral, tendo contudo problemas específicos que urge ser tratados desde o descasque de alguns topos de vigas a infiltrações por algumas das ligações entre painéis pré-fabricados e lajes. A inadequação às condições actuais de conforto e segurança coloca-se sobretudo ao nível do comportamento térmico. Nesta altura um dos problemas que o edifício apresenta relaciona-se com o deficiente isolamento térmico das caixilharias, quer pela utilização de vidro simples, caixilhos de alumínio sem corte térmico e panos de peito em fibrocimento colorido (aparentemente), quer também pelas infiltrações de ar que se fazem com alguma facilidade nas zonas de remate dos caixilhos com o topo da laje e caixa de estore. Tal é notório até pelo facto de serem vários os vãos onde já foi colocada uma segunda caixilharia, pela exterior da existente, para tentar aumentar o conforto das habitações. Problemas de infiltrações pelas ligações entre as lajes e os painéis pré-fabricados também foram detectados e em 2008 o edifício (corpo baixo) foi alvo de obras de reabilitação que incidiram essencialmente sobre as juntas de ligação, com a colocação de uma selagem adicional.
Questões de conforto:	O sistema construtivo utilizado determina perdas térmicas pelo contacto das lajes com o exterior que não podem ser resolvidas facilmente, sem o recurso a uma forra interior de pavimentos e tectos, com materiais de isolamento térmico.
Questões de segurança:	Apesar de se terem verificado alguns destaques de revestimentos de testas de lajes com queda do elemento destacado, correspondem a casos pontuais.
Questões de durabilidade:	A opção pelas placas pré-fabricadas acabadas a pedra lavada tem-se revelado uma boa opção do ponto de vista da durabilidade. Apesar das placas usadas nos edifícios terem resultado de um processo de aprendizagem de utilização da pré-fabricação, as mesmas mantêm ainda actualmente um razoável aspecto que consegue ser facilmente melhorado por operações de limpeza e manutenção, limpando escorrências, e corrigindo alguma fissuração pontual de topos de lajes.

Capítulo 2.6 - Complexo STDM da Boavista

Álvaro Siza e António Madureira



(Vale, 2011/01)

Edifício de habitação colectiva
Rua Pedro Homem de Melo, Rua de José Ferreira Gomes e Rua de Pinho Leal
Licença nº 48/1907

A. Introdução e descrição geral

O edifício do complexo STDM da Boavista, da autoria de Álvaro Siza Vieira e António Madureira, localiza-se na proximidade da Avenida da Boavista, beneficiando do factor de valorização apesar de não estar directamente à margem da mesma[81]. Foi construído entre 1996 e 2000 tendo o licenciamento decorrido a partir de 1992.

81.Podem ser encontrados mais elementos desenhados, escritos e levantamento fotográfico sobre este edifício no Anexo 1.F. (pag.171) do Volume 2.

É um edifício de forma rectangular, longilíneo, com uma orientação das fachadas maiores a Norte e a Sul. É rodeado por arruamentos em todos os seus lados; a rua de José Gomes Ferreira a Norte; a rua de Pinho Leal a Poente; e a rua Pedro Homem de Melo a Nascente e a Sul.

Tem 12 pisos, distribuídos da seguinte forma;

- Dois níveis de rés-do-chão, tirando partido da diferença de nível de duas das ruas que o servem. No nível mais baixo, na rua José Gomes Ferreira faz-se o acesso às garagens, localizadas na zona posterior desse piso, e aos estabelecimentos comerciais, e no mais alto, na rua Pedro Homem de Melo faz-se a entrada nos átrios de acesso às habitações e acede-se um segundo conjunto de estabelecimentos comerciais;

- Sete andares de fracções destinadas à habitação que se localizam acima dos dois pisos anteriores, e têm acesso a partir de 4 caixas de escada numa tipologia de esquerdo-direito;

- Um último andar, de pé direito mais reduzido e sem ocupação por espaços úteis, criado por questões de composição de alçado e funcionamento do edifício;

- Duas caves, abaixo do nível de rés-do-chão da Rua de José Gomes Ferreira, onde se localiza um segundo piso de estacionamento, e um terceiro nível, correspondendo apenas a duas áreas parciais, associados às caixas de escadas, duas a duas, onde se localizam as cisternas para abastecimento de água e baterias de arrumos para os moradores.

Assume-se como uma continuidade com os cuidados edifícios de habitação colectiva que se construíram na cidade do Porto no final da década de quarenta e início da década da cinquenta, antes da massificação da construção ter reduzido a qualidade construtiva e de acabamentos das intervenções.

Hiptxt. 2.6.A - Identificação das fontes disponíveis

O processo de licenciamento do presente edifício já está à guarda do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto e é constituído por 6 volumes, que contêm os projectos de arquitectura, estabilidade e das restantes especialidades solicitadas pela CMPorto. Também existe o processo camarário relativo ao alvará de loteamento, que decorre em época anterior e depois em paralelo com o presente processo, mas o mesmo não foi consultado por não ser determinante para o presente trabalho.

Apesar de ser um edifício recente, os elementos do projecto de execução estão «em parte incerta», conforme informação do arquitecto António Madureira. Foi contudo possível ter acesso a uma versão digitalizada das partes desenhadas do processo de concurso de empreitada através da empresa responsável pela sua construção, a Engil (agora Mota-Engil). Foi ainda possível ter acesso a um conjunto de ficheiros digitais de desenhos de preparação de obra executados pela mesma empresa.

Não tivemos acesso a partes escritas relativas ao projecto e processo de execução contudo a proximidade temporal permite fazer uma avaliação a partir dos elementos desenhados e do próprio edifício.

B. História do processo de projecto, licenciamento e construção

O edifício do complexo STDM da Boavista teve o seu licenciamento iniciado em 23/09/1992 (CMPorto, Siza Vieira & Madureira, 1997). Decorre de um processo de loteamento de um conjunto de terrenos propriedade da firma Complexo Turístico e Hoteleiro da Boavista, S.A., empresa que estava ligada ao Casino Solverde em Espinho.

O edifício ocupa quatro dos dez lotes do loteamento inicial[82], pelo que foi necessário proceder à alteração do alvará de loteamento[83] para o seu licenciamento como uma intervenção única, processo que decorreu em paralelo ao

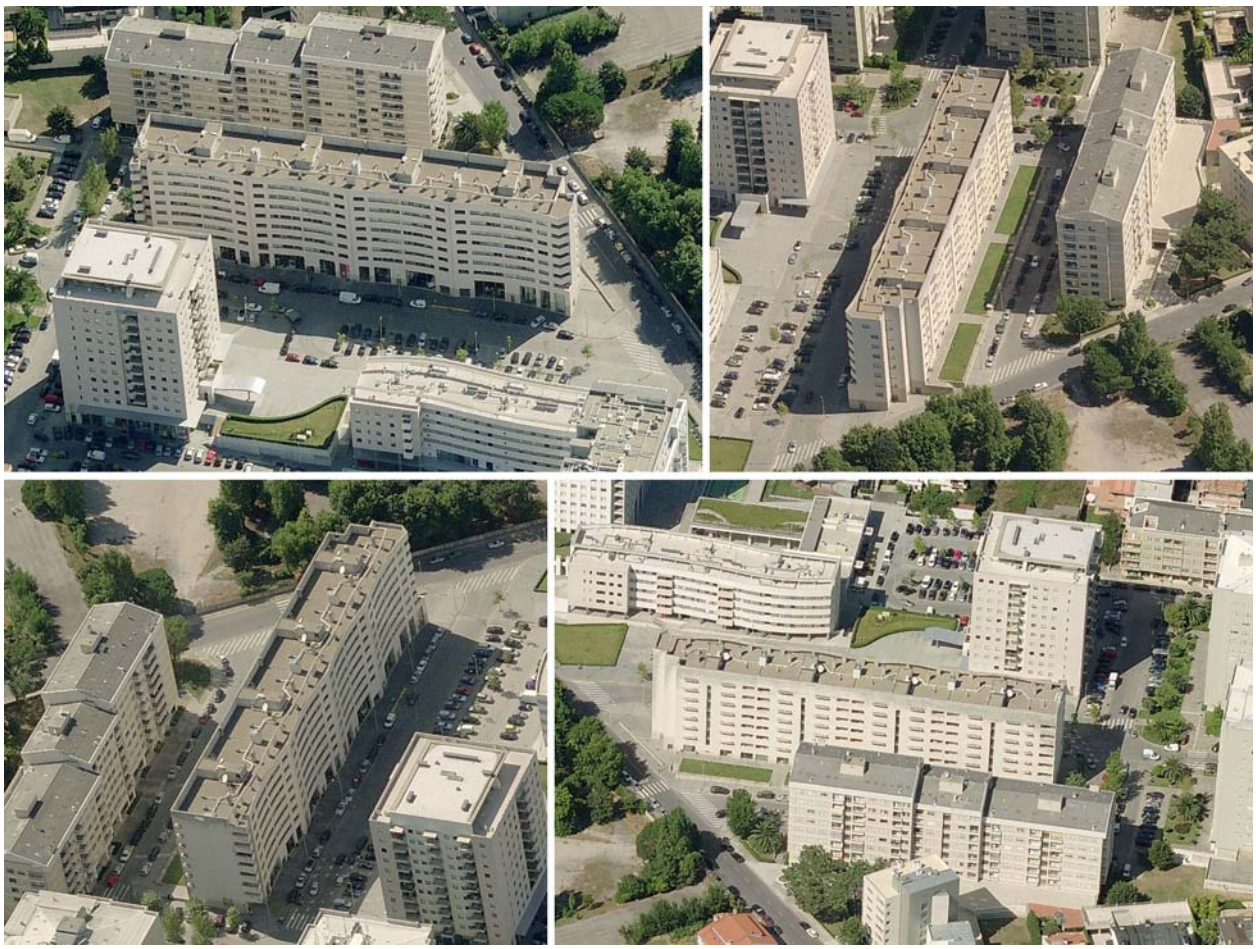


Fig.337 Vistas aéreas do Complexo da Boavista.
Vista desde Norte, Poente, Nascente e Sul.

(Microsoft Corporation, [2011])

processo de licenciamento do edifício. Os restantes edifícios do loteamento acabaram por não ser projectados pela dupla Siza-Madureira.

O projecto inicial

"[...] apresenta[va] uma planta com a forma de um rectângulo de cerca de cento e quatro metros de comprido por dezoito metros de lado, com a cércea correspondente a nove pisos acima da cota da Rua Pedro Homem de Melo, sendo o último recuado relativamente à frente sobre a Rua de José Gomes Ferreira.

[...]

A geometria ortogonal da construção é cortada por alguns acidentes, dos quais os mais notórios se referem às superfícies côncavas do alçado Norte, à ondulação da fachada recuada e aos recortes do topo Poente do

82.Alvará de loteamento nº 10/87 -10 lotes, sendo o nº 10 um lote de cedência ao domínio público. Os lotes 1 a 4 são onde se localiza o presente edifício. Lote 1- lado poente, lote 4 - lado nascente.

83.Alvará de Loteamento e obras de urbanização nº 3/96.



Fig.338 Alçados do modelo tridimensional.

Modelo 3D a partir de (Siza Vieira & Madureira, 2000)

edifício, justificados pela obliquidade do arruamento confinante. Na composição do alçado Norte predomina a horizontalidade da fenestração, marcada de modo ritmado pelos vazios das varandas recuadas e alinhadas verticalmente. No que se refere ao alçado Sul, salienta-se uma maior fragmentação das aberturas, a sequência dos vãos a toda a altura das caixas de escadas e a presença das consolas de protecção solar" (Siza Vieira & Madureira, 1992:14-16).

Um dos aspectos contestado pelos serviços camarários é a inclusão do piso recuado, denominado de *"piso técnico".*

Numa informação ao processo de Dezembro de 1992, a questão da existência do piso técnico e principalmente do seu pé-direito volta a ser referida, embora não liminarmente rejeitada.

"Quanto ao último piso designado por piso técnico, não nos passou despercebido o seu pé-direito, igual aos restantes pisos de habitação, e por isso se faz o reparo em informação anterior apontando para o condicionamento do seu destino.

Na realidade a sua altura aumenta sobremaneira as proporções volumétricas do edifício, nitidamente acusadas no alçado sul, que certamente razões de composição terão levado o autor à sua proposta.

O reconhecido mérito do Arquitecto autor do projecto, leva-nos a aceitar como válida esta situação, muito embora ele, pelo seu pé-direito, possa eventualmente servir o ponto de partida para a utilização para fins habitacionais.

O arquitecto assessor" (CMPorto, Siza Vieira & Madureira, 1997:113).

Em função destas informações é remetida à Câmara do Porto um esclarecimento justificativo da solução.



Fig.339 Edifício do Complexo da Boavista, Fachada Norte. (Vale, 2008/08a)



Fig.340 Junta de dilatação. (Vale, 2008/03)

"Há várias razões convergentes para a existência do Piso Técnico tal qual se projectou; uma razão puramente arquitectónica, que aliás não passou despercebida ao Ex.mo Arquitecto Assessor que a refere explicitamente na citada informação de 7/12, e que se fundamenta em questões de composição de alçados e de altimetria do edifício, conduziu à elevação da fachada Sul com um coroamento correspondente a um pé-direito e sem quaisquer aberturas, o que torna o espaço assim criado incapaz de admitir outro uso que não aquele que se lhe destinou, arrecadações.

Na fachada Norte, e por razão oposta, pretendeu conter-se a altura do edifício, reduzindo a importância do piso técnico, recuando-o e conferindo-lhe um aspecto de grande transparência. É nos espaços assim criados que se localizam as áreas comuns para albergar os equipamentos e instalações técnicas, tais como os de ventilação mecânica e climatização.

Na verdade não sendo à partida conhecidos os utentes, considera-se absolutamente necessário evitar a indesejável proliferação de aparelhos individuais de ar condicionado anarquicamente distribuídos pelo exterior do edifício. Para isso se previu a instalação de redes de água quente e fria alimentadas por uma central deixando em aberto a possibilidade de os utentes instalarem os termo-ventiladores no interior dos apartamentos e em locais estrategicamente determinados, geralmente nos tectos falsos de corredores e átrios. Este sistema exige áreas comuns consideráveis, de preferência localizadas na cobertura do edifício" (Siza Vieira & Madureira, 1993:33-34).

As alterações apresentadas no aditamento de Julho desse mesmo ano permitem a aceitação por parte da CMPorto desse piso técnico. Nesse aditamento inclui-se também um piso em cave, onde se localizam as cisternas para

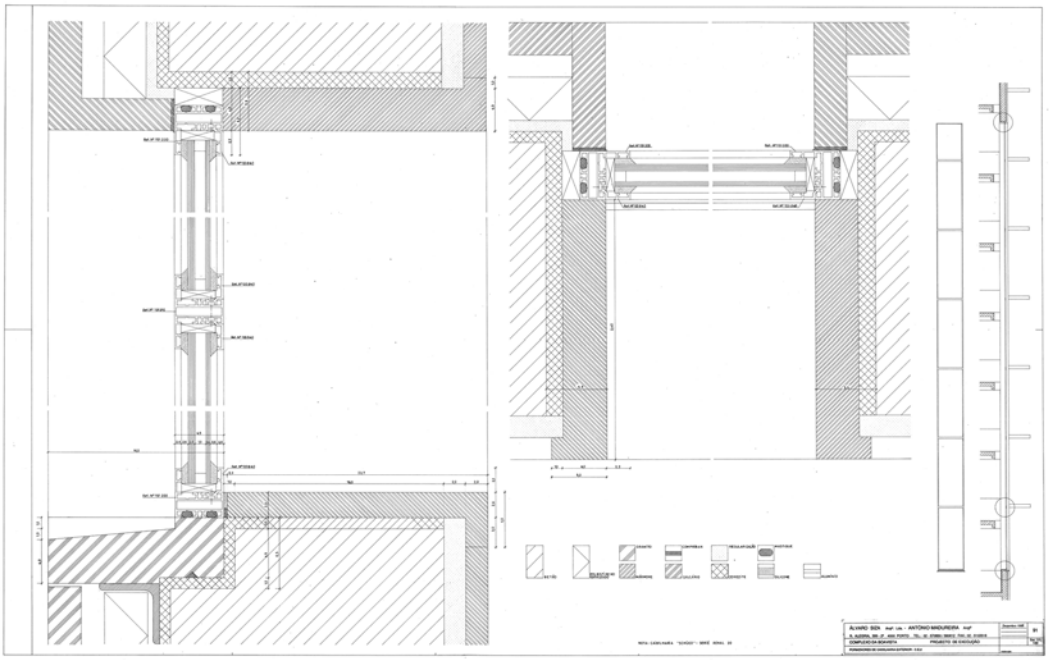


Fig.341 Pormenor da fachada na zona de placagem de pedra (habitação).

(Siza Vieira & Madureira, 1995c)

abastecimento de água, e altera-se a métrica de aberturas no alçado Norte passando a existir mais espaço entre aberturas e menos uma leitura de janela contínua.

O processo esteve parado até Março de 1995, altura em que dá entrada um novo aditamento.

O processo de licenciamento deste edifício tem notoriamente duas fases distintas, a primeira, iniciada em 1992, ainda em nome e sob a orientação da Complexo Turístico, e a segunda, a partir de 1995, de acordo com uma nova estratégia implementada por um «novo» dono de obra, direccionando o investimento para um sector diferente do mercado habitacional e incluindo espaços comerciais.

A empresa Complexo Turístico que detinha a propriedade dos terrenos, não tinha nem dimensão nem vocação para a operação urbanística e imobiliária que este loteamento implicava. Em 1990 optaram pela constituição de uma nova empresa, denominada Prima-Sol, da qual a firma Complexo Turístico detinha o domínio total inicial, mas podendo mais tarde vender participações. A titularidade do terreno, e do alvará de loteamento, deverá ser transmitida entre as empresas, para que a segunda possa prosseguir com os processos já iniciados, processo que não é rápido e directo por não se constituir como uma venda efectiva, e se pretender fazer sem encargos. Assim é solicitada a isenção de imposto pela transmissão (Sisa) na passagem da propriedade do terreno entre as duas empresas.

- A Prima-Sol passa a adoptar a designação STDM[84] em Janeiro de 1995, resultado da compra da participação por Stanley Ho[85].

84.STDM - Sociedade de Turismo e Diversões de Macau.

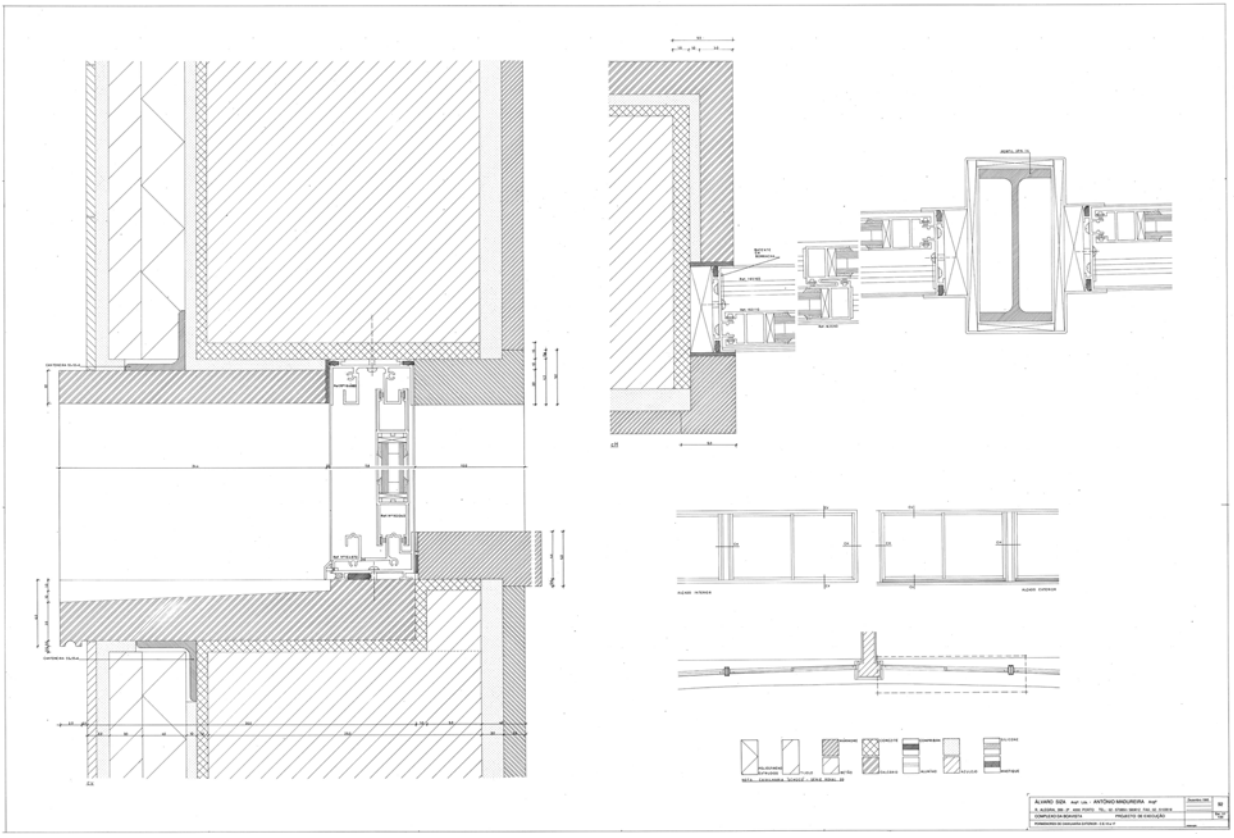


Fig.342 Pormenor da fachada na zona de revestimento a azulejo

(Siza Vieira & Madureira, 1995c)

O processo inicial que entrou na CMPorto em 1992 correspondia a uma estratégia comercial, o de 1995 a outra completamente diferente.

O processo apresentado na CMPorto em 1992 aposta e direcciona-se para um standard médio do mercado, com apartamentos de menores áreas, distribuídos por diversas tipologias, do T1 ao T5+1. No aditamento entrado em Março de 1995, coincidindo também com o primeiro pedido para averbamento do processo em nome da STDM, existe uma notória aposta num standard mais elevado do mercado habitacional (na altura em que foram comercializados eram dos apartamentos mais caros na cidade do Porto) pela diminuição do número de fracções (de 81 para 56), aumento das suas áreas e opção pelas tipologias maiores, mas, mais importante, por uma aposta em estabelecimentos comerciais nas relações com os arruamentos.

No projecto inicial, aproveitava-se *"o desnível entre as duas ruas"* para projectar *"uma semi-cave destinada ao aparcamento com acesso directo pela rua de cota mais baixa"*. Do lado Sul ocupava-se o rés-do-chão com habitação. Isto é, havia um «desperdício» de frente de rua com habitação e estacionamento, quando poderia ser um investimento muito mais rentabilizado com comércio.

85.A firma "Prima-sol, Imobiliária, S.A.", constituída em 14-12-1990 altera a denominação para STDM - Investimentos imobiliários, S.A." em 06-01-1995. A Prima-Sol foi constituída em regime de domínio total inicial - sendo as acções detidas exclusivamente pela accionista "Complexo Turístico e Hoteleiro da Boavista, S.A." - por escritura pública de 14-12-1990.

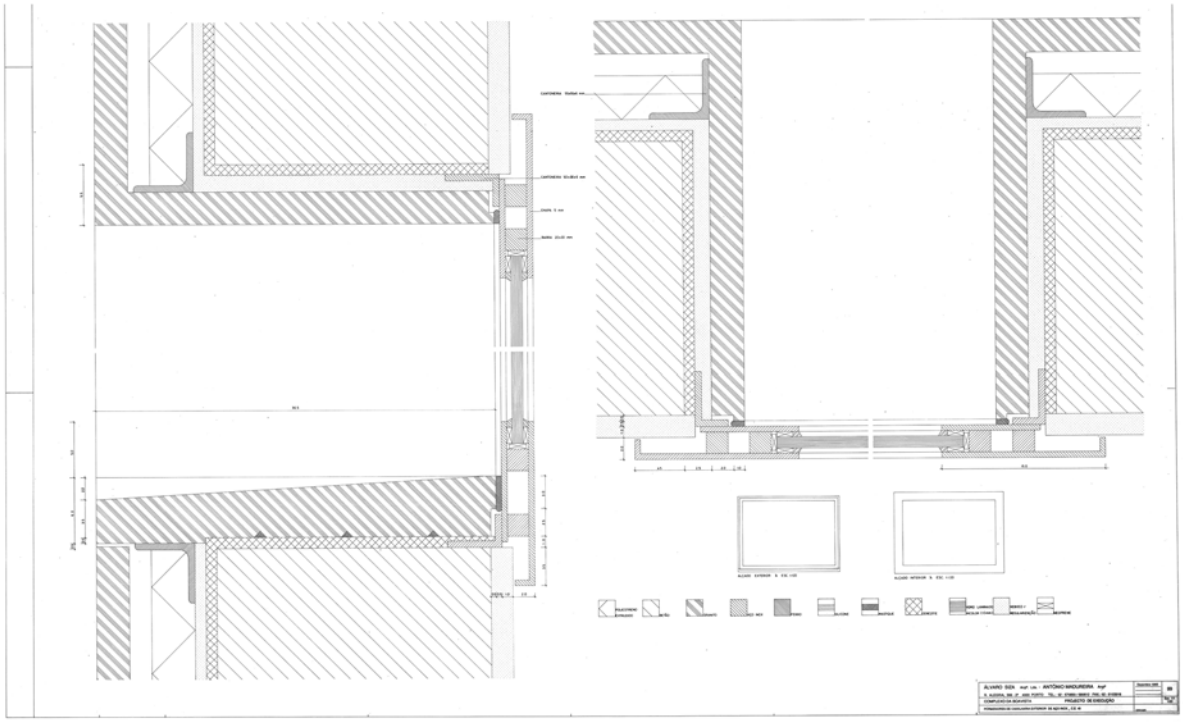


Fig.343 Pormenor da fachada na zona de placagem de pedra (comércio).

(Siza Vieira & Madureira, 1995c)

A memória descritiva de 1995 é esclarecedora quer sobre as razões da mudança:

"[...] são introduzidas alguma alterações decorrentes de um conjunto de novos dados condicionantes, que foram:

a) - Um parecer dos serviços municipais relativo aos dispositivos de recolha de lixos domésticos, cuja satisfação implicou num reestudo do piso inferior, (semi-cave à cota da Rua de José Gomes Ferreira), e uma consequente redefinição das relações do edifício com essa rua.

b) - A realização das obras de infra-estruturas do terreno, a qual conduziu a um melhor conhecimento das suas características físicas, e à necessidade de levar as fundações a profundidade maior do que a inicialmente prevista, dando sólida justificação técnica e económica para a construção de uma sub-cave.

c) - Profundas alterações do quadro económico incluindo uma alteração importante das condições do mercado as quais provocaram incerteza sobre a evolução do empreendimento" (Siza Vieira & Madureira, 1995b:58-60).

Quer sobre as alterações ao programa e ao projecto:

"Assim, respondendo de forma integrada às diferente solicitações dos novos condicionamentos, e sem perder de vista que não se tratava de promover alterações profundas, na forma, na volumetria ou nas características urbanísticas:

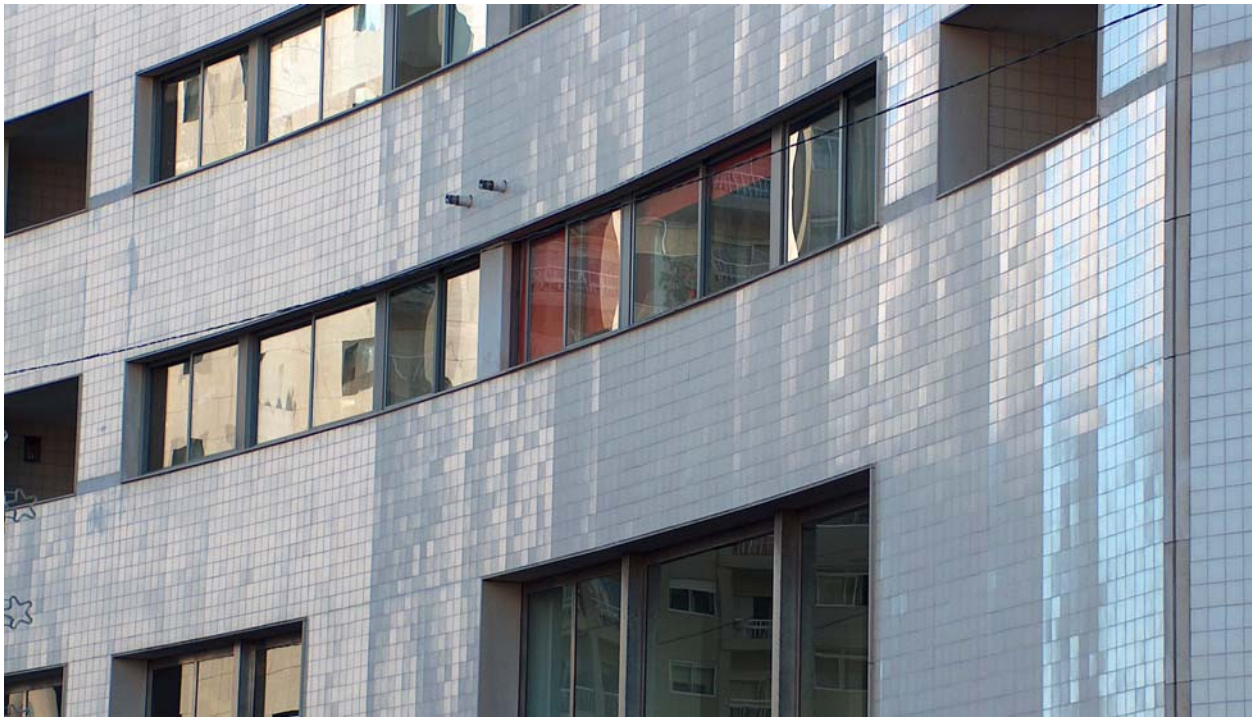


Fig.344 Marcação das placas por iluminação rasante da fachada

(Vale, 2007/10b)

a) - Projecta-se uma sub-cave destinada a aparcamento de automóveis, o que, aumentando a oferta de lugares privativos vem, naturalmente, libertar ainda mais os já não poucos lugares públicos de superfície criados na zona. Garantem-se assim, no mínimo e independentemente dos já citados lugares de superfície, dois lugares privativos por fogo e um por cada estabelecimento.

Criam-se compartimentos exclusivamente destinados ao armazenamento e recolha de lixos domésticos, conforme as instruções dos serviços municipais respectivos.

b) - Abrem-se frentes comerciais para as ruas de Pedro Homem de Melo e de José Gomes Ferreira, eliminando as habitações em rés-do-chão para a primeira rua e abrindo montras na fachada, antes cega, da segunda. Tal é por um lado devido a uma nova forma de encara a oferta de áreas de comércio, agora procurando decididamente formas mais tradicionais de comércio de rua em detrimento da figura do centro comercial fechado que anteriormente prevalecia. Consegue-se assim uma melhor integração no tecido social e comercial da zona, e vitalizam-se as frentes para a rua.

c) - Reduz-se a oferta em número de fogos aumentando-se as áreas, passando todos os pisos a ter apenas duas habitações por acesso. Mantendo-se as características dominantes dos fogos inicialmente projectados, introduzem-se alterações que não sendo muito profundas acabam por ser significativas no que respeita à melhoria do fogo e clareza da sua organização interna. O número total de fogos baixa dos oitenta e um iniciais para os actuais cinquenta e seis, o que é com certeza indicativo do aumento de qualidade.

d) - Para melhorar ainda mais a oferta de qualidade projecta-se uma pequena piscina privativa dos condóminos, no último piso, que já era destinado a equipamentos colectivos como arrecadações, sala de

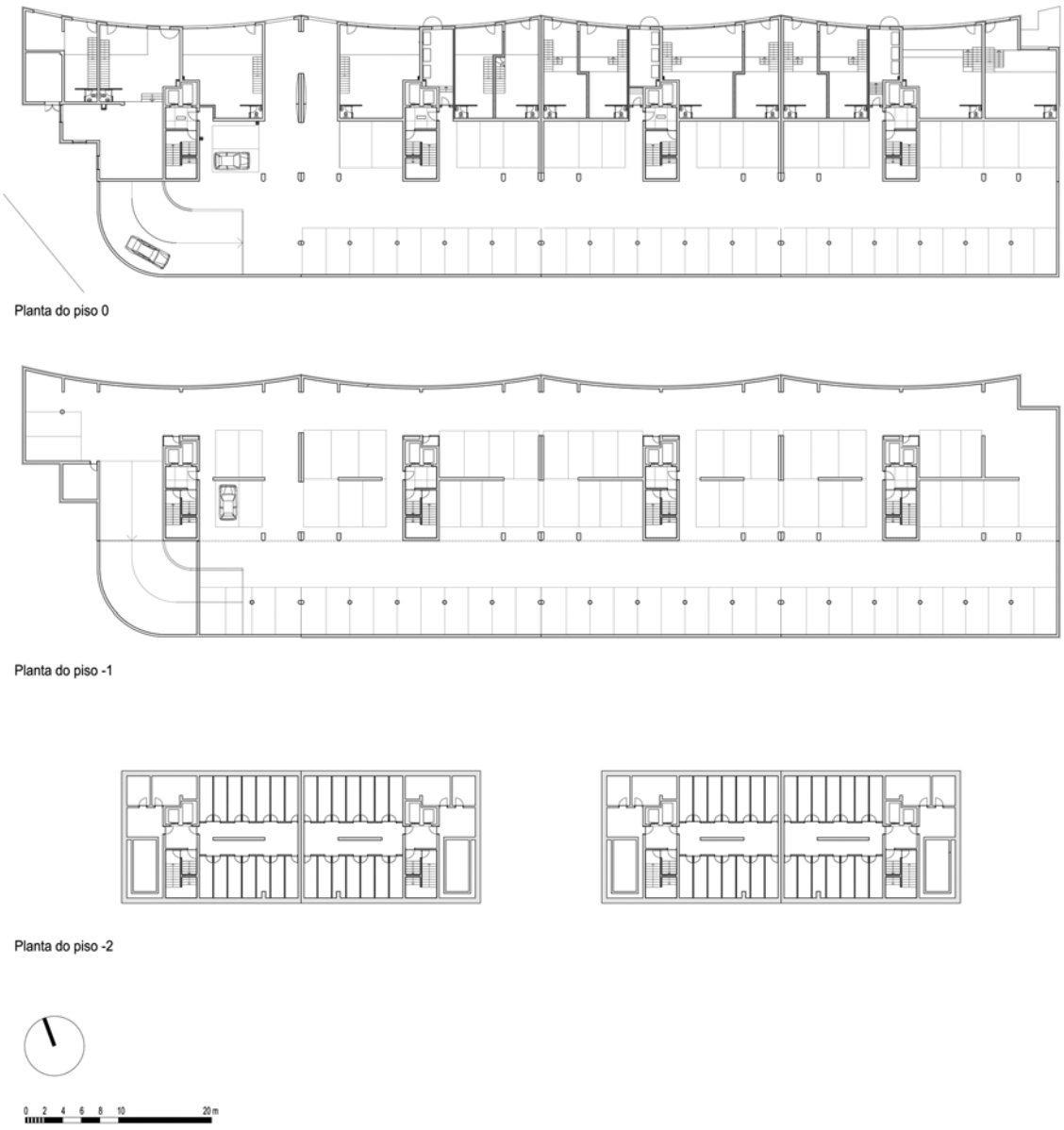


Fig.345 Plantas. Piso -2, Piso -1 e Piso 0.

Adaptado a partir de (Siza Vieira & Madureira, 2000)



Fig.346 Imagens de obra, topo Norte-Nascente.
(Vale, [1997])



Fig.347 Imagens de obra, Fachada Nascente.
(Vale, [1997])

condomínio, etc., fazendo jus à excelente localização e ao magnífico panorama de que aí de desfruta" (Siza Vieira & Madureira, 1995:58-60).

"As características construtivas, estruturais e plásticas do edifício" mantêm-se inalteradas.

Ainda são necessários mais um esclarecimento [Maio de 1995] e um aditamento ao projecto [Dezembro de 1995] até a arquitectura ser aprovada e serem solicitadas as especialidades [Agosto de 1996].

O problema ainda continua a ser o piso técnico, que independentemente de ser ou não aceite pelos serviços constitui uma alteração ao alvará de loteamento. A solução de consenso encontrada é a manutenção dos elementos arquitectónico que servem para conformar o espaço, e garantem a imagem volumétrica do edifício, mas o espaço deixar de ser espaço interior pela retirada da laje de cobertura.

"2 -Pelo presente Aditamento dá-se satisfação ao parecer desfavorável da D. U. que considerava a existência de mais um piso relativamente ao loteamento; assim:

a) é retirada a cobertura em toda a área da construção, com excepção das escadas e das casas de máquinas de ascensores.

b) mantém-se a volumetria aprovada e as respectivas cérceas.

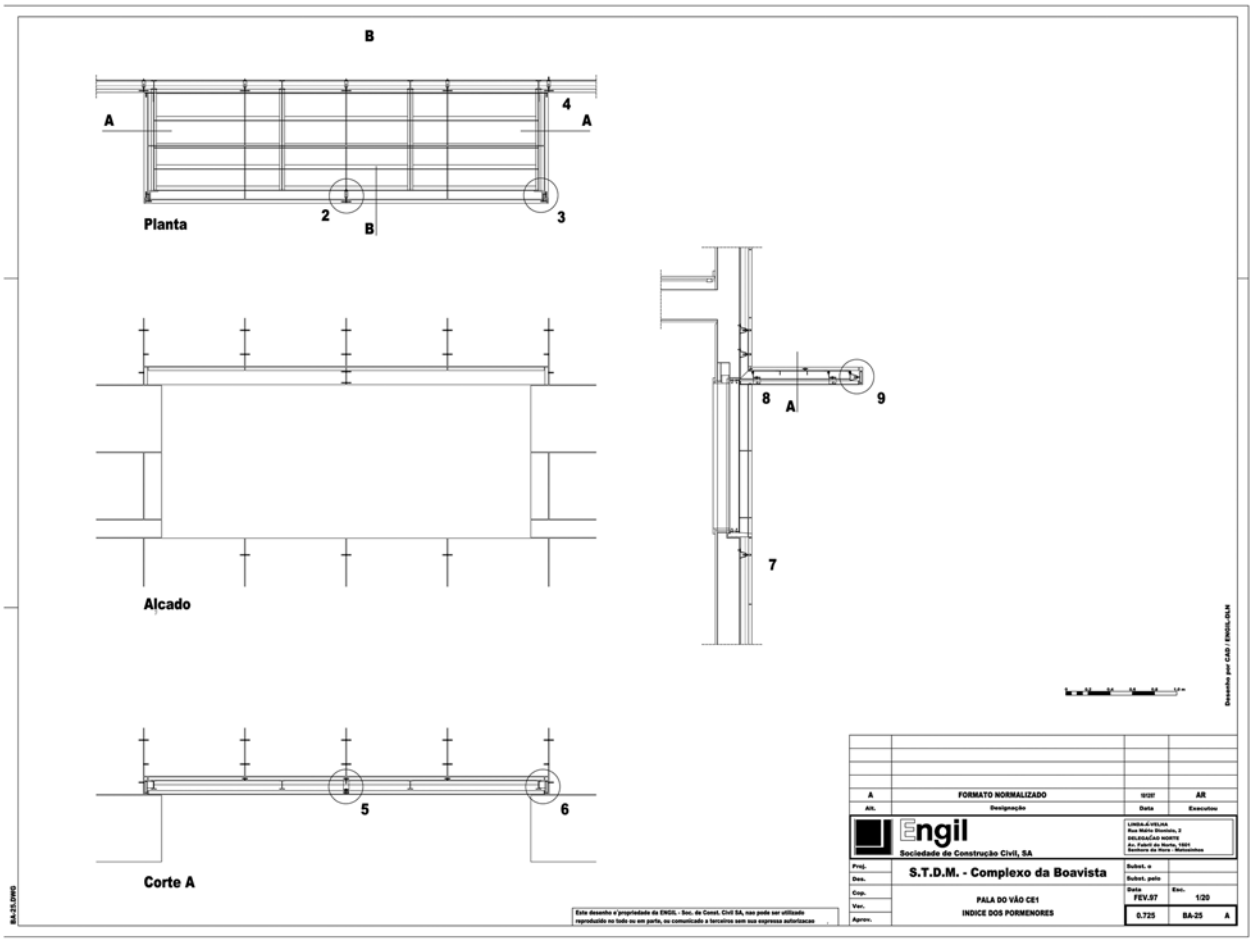


Fig.348 Desenho de preparação de obra das palas do alçado Sul.

(Engil, 1997)

c) utiliza-se a área de desaterro entre as colunas de acessos para, em sub-cave, se instalar as arrecadações assim perdidas, sem prejuízo de lugares de estacionamento.

3 - Dará entrada na C. M. P. em simultâneo com o presente Aditamento um pedido de alteração do Alvará de Loteamento em que se pede a integração dos lotes 1 a 4 num único lote dado o edifício ser construído na globalidade e ter áreas comuns designadamente as caves de estacionamento e a cobertura de terraço. Dar-se-á assim também satisfação à exigência da Divisão Municipal de Solos" (Siza Vieira & Madureira, 1995:372).

A obra é adjudicada à Engil, Sociedade de Construção Civil, S.A e é iniciada em Setembro de 1996, ainda com uma licença de escavação. A licença geral será emitida em Março de 1997.

Durante a execução da obra é apresentado mais um aditamento, correspondendo a pequenas alterações da que a mais visível é a varanda dos apartamentos do topo nascente, e que terá implicações no processo posterior.

"Durante a construção do edifício, foram introduzidas algumas ligeiras alterações ao projecto, que não tendo reflexo significativo no que respeita ao sistema construtivo, áreas e usos, implantação e volumetrias,



Fig.349 Estrutura das palas do alçado Sul.
(Vale, [2001])



Fig.350 Efeito de um ciclone.
(Vale, [2001])

constituem melhorias da qualidade geral do projecto, designadamente nos aspectos de organização dos espaços comerciais, na construção de uma nova varanda na sala comum da habitação do topo Nascente e na linguagem arquitectónica traduzida na redefinição da placagem exterior e no desenho e distribuição dos vãos" (Siza Vieira & Madureira, 1997:619).

A obra encontra-se concluída em Outubro de 2009, altura em que são entregues as telas finais e solicitada a emissão da respectiva licença de utilização.

Primeiramente questões de segurança contra incêndio e depois o assunto do aditamento em fase de obra, em 1997, que implicou alterações da estrutura do edifício que não foram seguidas da apresentação do respectivo projecto, levam à necessidade de entrega de um aditamento [Fevereiro de 2000], do aditamento aos cálculos de estabilidade [Março de 2000], e da emissão de uma licença de obra [Maio de 2000] cuja responsabilidade técnica é assumida pelo Engenheiro João Maria Sobreira, projectista de estabilidade, já que a Engil tinha terminado a totalidade dos trabalhos e esta licença era apenas a regularização de uma situação burocrática e financeira.

Em Maio de 200 voltam a ser pedidas as licenças de ocupação que são emitidas em Novembro desse mesmo ano.

O segundo pedido de prorrogação de licença é instruído com uma interessante descrição dos motivos que levam à sua necessidade, dois deles dizendo respeito às fachadas.

"A obra adjudicada à Engil, SA não foi ainda recebida provisoriamente por se encontrarem deficiências que determinam trabalhos de elevada extensão e morosidade dada a responsabilidade quanto a segurança que podem envolver, nomeadamente:

a) substituição de revestimento cerâmico da fachada Norte, só realizado em cerca de 25% até ao momento;

b) Verificação e beneficiação de todo o grampeamento da placagem de calcário das quatro fachadas e da colagem dos elementos do mesmo calcário que formam as testas das paredes de betão entre habitações na fachada Sul;

Estes trabalhos a realizar com o uso de bailéus, impõe um extremo cuidado e a sua execução por uma equipa de dois elementos com grande experiência e um ajudante" (STDM, 1999:221).

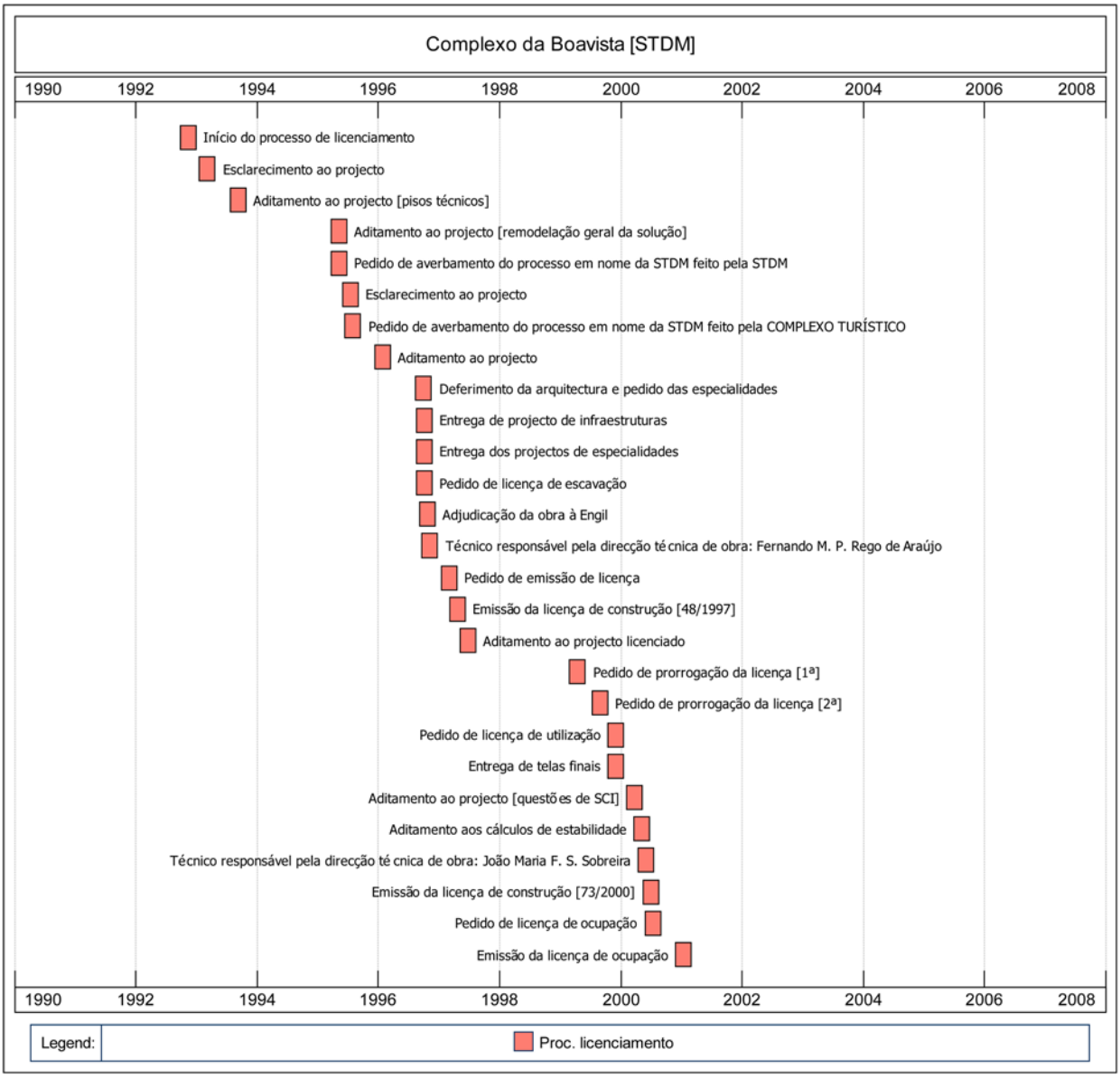


Fig.351 Cronologia do licenciamento do Complexo da Boavista.

C. Caracterização construtiva

A memória descritiva inicial de arquitectura elucida logo à partida sobre as opções construtivas tomadas no edifício, fazendo parte as mesmas de uma estratégia global de projecto. Assim,

"A estrutura adoptada utiliza um sistema de paredes portantes e lajes maciças de betão armado, sendo portantes as paredes exteriores, as de separação de fogos, as dos núcleos de acessos verticais e ainda uma parede longitudinal sensivelmente a eixo do edifício. Este sistema de paredes portantes abrange toda a

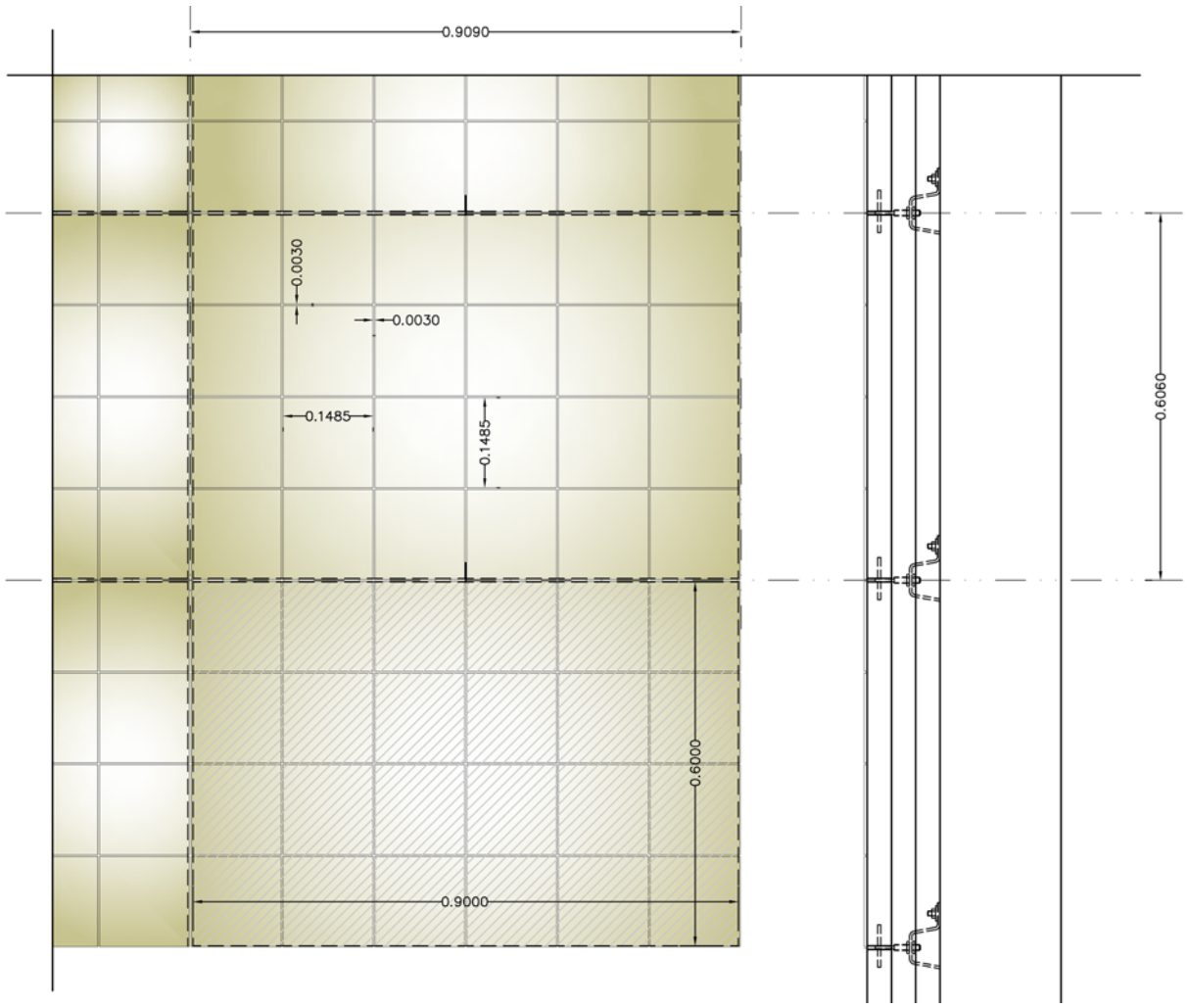


Fig.352 Esquema de colocação dos azulejos nas placas.

construção elevada, apoiando parcialmente nos pilares modulados do piso de estacionamento" (Siza Vieira & Madureira, 1992:14-16).

Na mesma memória, constante da primeira fase do processo de licenciamento, a descrição da composição das paredes exteriores e respectivos acabamentos ainda não coincide como executado, pois refere que

"as paredes exteriores são isoladas termicamente por placas de poliestireno expandido e revestidas com reboco epoxídico, prevendo-se um soco de placas de granito bujardado com cerca de dois metros de altura.

As coberturas dos terraços são isoladas termicamente e impermeabilizadas por meio de chapas de zinco recobertas por lajetas de pedra com caixa-de-ar intercalada. Todas as superfícies horizontais, soleiras, muretes e palas de protecção solar são revestidas a mármore Estremoz" (Siza Vieira & Madureira, 1992:14-16).

Este tipo de acabamento é idêntico ao que foi usado no edifício da Faculdade de Arquitectura da UPorto, projecto anterior mas que se encontrava em construção na altura do início do licenciamento do presente edifício.



Fig.353 Repartição de azulejos na fachada Norte (lotes 1 e 2).

(Engil, 1997)

Nos desenhos iniciais do licenciamento não existe qualquer marcação diferenciada de acabamentos na fachada,
550 mas quando é entregue o aditamento em Março de 1995, são anexados novos alçados em que aparece marcado com uma trama diferente o embasamento correspondente à placagem de granito. Nesses desenhos apesar de não haver uma referência específica ao tipo de revestimento, pelo detalhe que os mesmos começam a ter (apesar de se manterem à escala 1/100) percebe-se que já se estava a trabalhar numa hipótese de placagem, ou de outro tipo de revestimento com mais espessura que um sistema de reboco delgado sobre isolamento térmico.

A solução executada corresponde a um sistema de placagem de betão revestido in-situ por azulejos, permitindo praticamente diluir o efeito da placagem. Esta solução é, do meu ponto de vista, mais interessante do que a inicialmente prevista, mas penso que razões ligadas à degradação do revestimento e da necessidade de garantir uma imagem mais rica tenham também pesado na decisão de alteração.

De referir que com a evolução do processo, mudança de estratégia definida pelo dono de obra, tomaram-se algumas opções que foram alterando o carácter do edifício, elevando o standard económico a que se destinaria inicialmente, quer pela alteração de tipologias e áreas de apartamentos, quer pela própria imagem buscando acabamentos mais resistentes e perenes como o revestimento de pedra e o revestimento de azulejo, em vez do «simples» reboco branco facilmente degradado pelas escorrências usuais (ainda que às vezes a questão da durabilidade de um revestimento, no que concerne a incentivo de vendas, seja uma questão mais psicológica do que real). O carácter da zona em que está inserido o edifício também se tem vindo a alterar ao longo das últimas duas décadas, com um aumento exponencial do valor atribuído à construção aí localizada.

O que estava licenciado e projectado era um edifício com uma estrutura contínua de paredes portantes na periferia. A colocação de um acabamento de placagem de pedra sobre essas paredes era pacífica, sendo as mesmas até o suporte ideal para o sistema de fixação e ancoragem das placas. Colocar um revestimento de azulejo sobre aquelas paredes já se revelava mais complicado, se conciliado com o isolamento térmico necessário.



Fig.354 Repartição de placas pré-fabricadas na fachada Norte (lotes 1 e 2).

(Engil, 1997)

A hipótese de manter a solução inicial de reboco delgado sobre isolamento térmico ao qual seria colado o azulejo era possível mas não aconselhável, mais ainda numa fachada com um grande desenvolvimento em altura.

As empresas responsáveis pelas soluções de reboco delgado sobre isolamento térmico admitem a possibilidade de colagem de elementos cerâmicos de pequena dimensão, desde que se tomem algumas precauções na execução do reboco, dando-lhe mais estabilidade, resistência e aderência ao suporte, pela inclusão de uma armadura de fibra de vidro reforçada.

De qualquer forma, as especificações dadas parecem mais adequadas a resolver soluções pontuais, nomeadamente protecção do acabamento na sua relação com o terreno e não a resolver uma fachada inteira, com sete pisos e um desenvolvimento em larga extensão, mesmo que numa orientação Norte, pouco solicitada do ponto de vista térmico.

Essa hipótese nunca foi considerada pelos projectistas, porque existiu o receio, certamente bem fundado, sobre a pouca durabilidade dessa solução. Apesar da fachada maior ser orientada a Norte e portanto não sujeita à incidência directa dos raios solares, apesar também de a cor escolhida para os azulejos ser uma cor clara, menos sujeita ao aquecimento por radiação solar (mesmo difusa), a grande extensão e altura do edifício determinava um cuidado acrescido na escolha da solução de revestimento, apesar de qualquer garantia apresentada pelas empresas de fornecimento e aplicação do material.

No Conjunto Habitacional da Bouça, numa zona de pequena extensão, essa solução foi aplicada anos mais tarde pela equipa projectista, e não apresenta problemas.

Uma solução convencional possível seria a execução de um pano de parede exterior de tijolo vazado ou maciço, apoiado na parede de betão usando para o efeito, por exemplo, cantoneiras metálicas ou sistemas patenteados existentes no mercado, e aplicando revestimento sobre o pano previamente regularizado e impermeabilizado.



Fig.355 Pala do alçado Sul.

(Vale, 2007/10b)

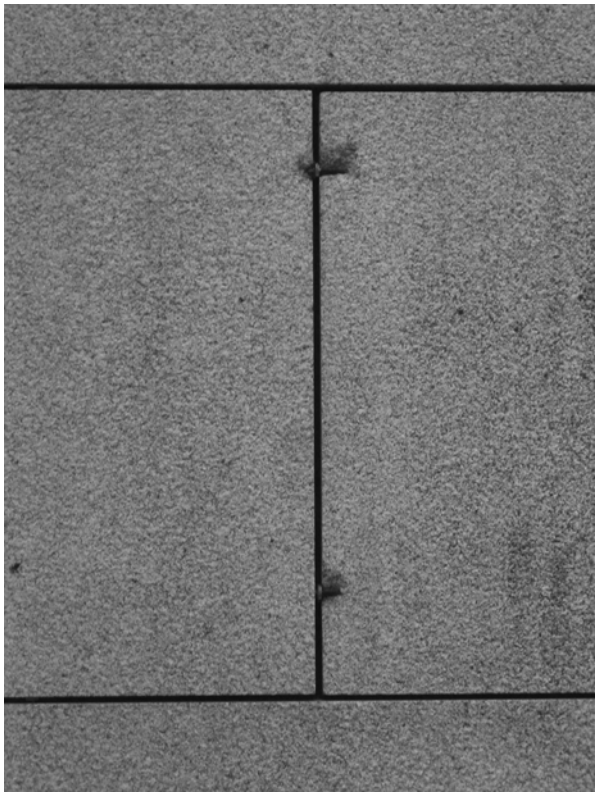


Fig.356 Placagem de granito.

(Vale, 2006/11)



Fig.357 Pala do alçado Sul.

(Vale, 2007/10b)

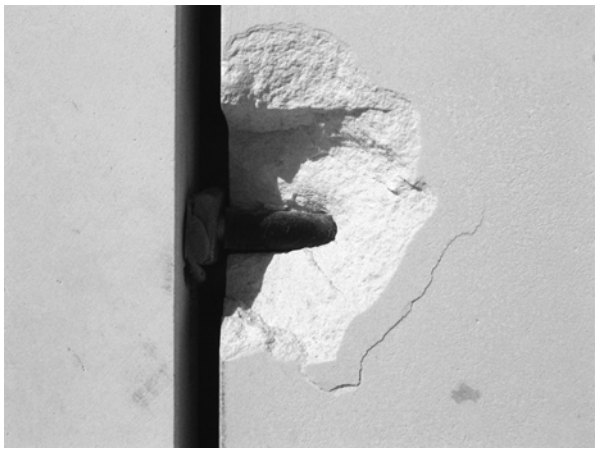


Fig.358 Placagem de mármore.

(Vale, 2008/08a)

Mas vários problemas se colocam a esta solução, quando não existe um dimensionamento correcto. Primeiro, na generalidade dos casos a espessura do tijolo é insuficiente para conseguir responder convenientemente às solicitações a que está sujeito, e muitas vezes a percentagem de apoio também não é a adequada. As anomalias neste tipo de soluções são frequentes. São elementos demasiado delgados, e que ao serem rebocados e revestidos por azulejo ficam facilmente sujeito a deformações, fissuras ou mesmo queda.

De referir também que as soluções de execução de parede de tijolo pelo exterior eram bastante onerosas do ponto de vista da mão-de-obra, pela sequência de trabalhos necessários, primeiro execução da parede, depois



Fig.359 Fachada Poente, antes da tomação da junta dos azulejos.

(Vale, 2003/11)

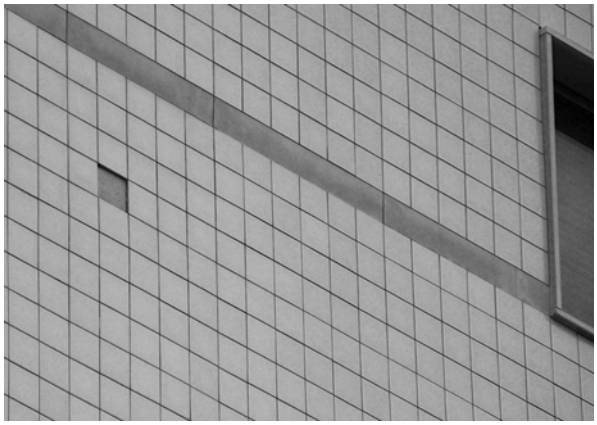


Fig.360 Pormenor da fachada Poente.

(Vale, 2003/11)

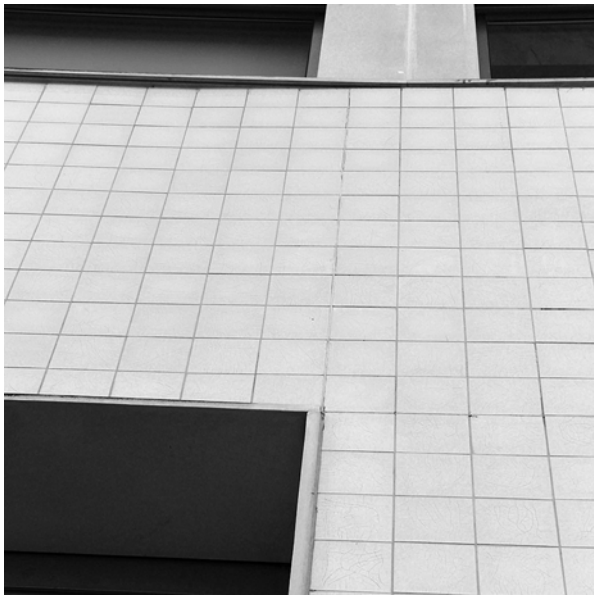


Fig.361 Fachada Norte, zona de ligação entre duas placas.

(Vale, 2007/10b)

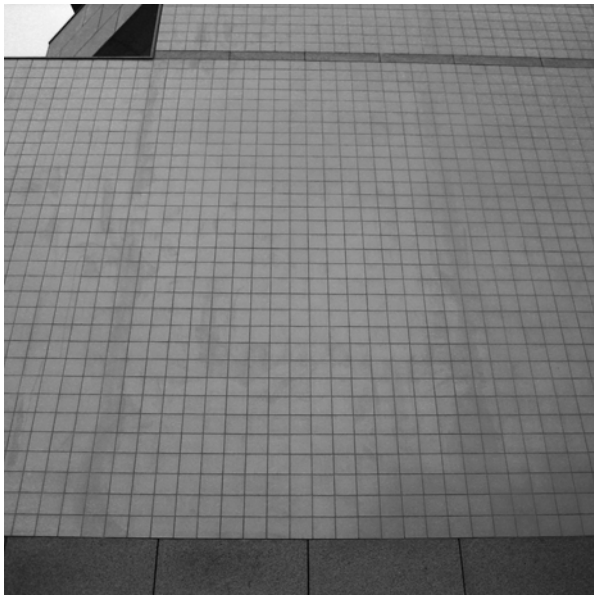


Fig.362 Fachada Poente, depois da tomação das juntas.

(Vale, 2007/10b)

regularização, impermeabilização e finalmente o revestimento. Todo este trabalho teria de ser feito a partir do andaime exterior, pois a parede de betão já estaria executada, implicando não apenas a montagem e desmontagem mas todo o tempo de mobilização do mesmo.

A solução definida em projecto de execução era próxima desta solução usual, mas com duas diferenças substanciais, que contudo não lhe garantia menores problemas. A primeira, a inexistência de uma caixa-de-ar, e a segunda, a diminuta espessura do tijolo considerado.

Nos desenhos de pormenor que foram a concurso, a solução para a fachada revestida a azulejo era de uma parede delgada de tijolo, de tijolo de forra, de cerca de 3 cm solidarizado com o isolamento térmico, sem caixa-de-ar, e deficientemente apoiada na parede interior de betão armado.

Este tipo de solução, por ter uma diminuta massa e inércia térmica entre o isolamento térmico e exterior, onde ocorrem as variações de temperatura mais importantes, tem dado problemas em diversos edifícios. O receio

relativamente à fiabilidade desta solução foi grande, de tal forma que o Instituto da Construção da FEUP foi solicitado para dar um parecer sobre a solução e sobre as alternativas propostas pelo empreiteiro.

Aumentando a espessura do tijolo, estar-se-ia também a aumentar o peso desta parede que continuaria a estar apoiada na interior, com a consequente necessidade de aumento dimensional do sistema de suporte.

A opção final recaiu sobre uma solução de sistema de placas pré-fabricadas em betão, revestidas in-situ com azulejos, de forma a garantir a uniformidade pretendida. Essa solução encontrada exigiu rigor de projecto e aplicação, mas respondeu da melhor forma aos problemas que se colocavam na execução e na vida útil do edifício.

Claro que também existia ainda a possibilidade de fazer o acabamento pretendido usando uma placagem de betão pré-revestida com azulejo, mas esse sistema implicaria a marcação na fachada das juntas entre as placas, que não era o pretendido.

Vários aspectos tiveram que ser ponderados na escolha, desde a questão do peso de cada solução, da facilidade de receber o acabamento, do custo de materiais, e da situação específica daquela fachada, a sua curvatura e a capacidade de o revestimento se adaptar à mesma.

Uma parede de tijolo, por ser feita com elementos de reduzidas dimensões, teria, sem dúvida, conseguido respeitar melhor a superfície curva. Contudo, o facto de aquela ser uma superfície côncava reduziu o impacto das arestas que resultam da união das placas, apenas visíveis sob determinadas condições de iluminação e reflexo. Se estivéssemos perante uma superfície convexa, como, por exemplo, sucede no edifício Oceanus (capítulo 1.7), a leitura da união das placas seria mais visível e podia mesmo interferir com a leitura que se pretenderia ter do alçado.

O sistema de placagem revestida a azulejo, em que não existem azulejos de fecho e em que as marcações entre placas são praticamente inexistentes, como se pode observar no edifício construído, implicou uma preparação de obra rigorosa, no caso, executada pelo gabinete técnico da Engil, seguida de uma também rigorosa execução.

Face à curvatura dos alçados, foi necessário fazer um rebatimento dos mesmos, em projecto, antes de fazer a distribuição total dos azulejos ao longo da fachada. Com base nessa distribuição e na localização relativa de vãos e de peças de marcação em pedra, foram estabelecidas as dimensões das placas de betão prefabricado que iriam servir de base ao assentamento do azulejo. Cada uma das quatro partes côncavas em que se subdivide a fachada Norte foi alvo de um estudo próprio de repartição de azulejos e placas de betão, tentando sempre que possível, utilizar uma mesma dimensão de placas e o menor número possível de placas diferentes para que a prefabricação e a montagem fossem rentáveis. As duas zonas centrais correspondentes aos lotes iniciais 2 e 3, que são iguais, pelo que efectivamente só se fizeram 3 estudos da repartição das placas na fachada.

Os desenhos de preparação de obra serviram para estabelecer a dimensão das placas e a respectiva quantidade que puderam ser então pré-fabricadas em série.

A junta que deveria permitir o trabalho correcto das placas de betão, permitindo as dilatações e as contracções, seria de cerca de 9 milímetros, mas a junta pretendida entre azulejos, era de cerca de 3 milímetros. Uma aplicação estrita do azulejo sobre as placas de betão iria levar à marcação das juntas das placas na fachada, algo que não era pretendido pelos arquitectos. Para resolver esse problema, os azulejos foram colados 3 milímetros em balanço sobre o extremo da placa, permitindo a manutenção de juntas equivalentes entre todos os azulejos e diluindo bastante o efeito da placagem na fachada.

Os azulejos foram colocados inicialmente sem juntas tomadas, tirando partido duma textura mais contrastante e diluindo o efeito das juntas das placas. Contudo esse tipo de aplicação levantou problemas em pouco tempo, pois as águas das chuvas infiltravam-se mais facilmente no tardoz dos azulejos levando ao seu descolamento. Com a queda de alguns azulejos, optou-se por tomar as juntas, tomando também as juntas entre placas e é dessa forma que o edifico hoje se apresenta.

Outro aspecto interessante é o sistema de construção das palas de protecção dos vãos do alçado Sul. À primeira vista podemos tomar aquelas palas por elementos maciços de betão revestidos a pedra, mas efectivamente as mesmas são estruturas metálicas leves, ancoradas na parede de betão, e revestidas nos topos visíveis com placagem de pedra. A face inferior é revestida com uma chapa de alumínio, ocultado a estrutura e sistema de fixação.

Nesta altura, cerca de uma dezena de anos após a sua conclusão, o edifício já apresenta alguns problemas.

Para além da coloração do mármore da fachada Sul, bastante poroso, que em pouco tempo absorveu as poeiras atmosféricas, encontramos também algumas pedras com problemas na zona de fixação, com destaque de parte da pedra. Encontramos o mesmo problema em pedras de granito e em pedras de mármores, em zonas acessíveis, pelo que aparentemente esses problemas podem ter resultado de acções directas, choques acidentais ou vandalismo.

Quer no mármore, quer no granito, os grampos de fixação das pedras estão colocado nas arestas verticais, e de acordo com os que são as normas, por exemplo, do DTU francês. Em ambos os casos as placas são aplicadas contrafiadas.

As placas de mármore não apresentam deformações, mas as placas de granito amarelo estão deformadas, aspecto que é mais evidente na fachada Poente. Um edifício próximo, que utiliza granito idêntico na mesma orientação apresenta deformações equivalentes nas placas de pedra.

Estamos certamente perante um efeito combinado da orientação solar, da menor resistência do granito amarelo, mas mais importante, do sistema de aplicação contrafiado, de placas rectangulares, fixas pelos lados menores.



Fig.363 Zona de placagem de granito contrafiada.
(Vale, 2008/08a)



Fig.364 Pormenor do alçado Poente.
(Vale, 2008/08a)

D. Resumo de caracterização

Tabela 54: Quadro resumo de caracterização do projecto

Projecto	
Designação:	Complexo STDM da Boavista
Localização:	Rua Pedro Homem de Melo; Rua de José Ferreira Gomes; Rua de Pinho Leal Coordenadas GPS: 41.162605, -8.666462
Projectista(s) de arquitectura:	Álvaro Siza Vieira e António Madureira
Outros projectistas:	João Maria Sobreira (estabilidade) Inês Sobreira (instalações hidráulicas) Raul Serafim da Silva (electricidade e telecomunicações) Maria Manuela Sanguedo de Sousa Castro (abastecimento de gás) João Maria Sobreira (verificação do RCCTE) Paulo Faria (instalações electromecânicas)
Data de projecto:	Início do processo de licenciamento: 23-09-1992
Data de início de construção:	Emissão da licença de obra: 03-03-1997
Data de conclusão de construção:	Emissão da licença de ocupação: 23-11-2000
Área do terreno:	3.400 m^2
Estrutura Portante:	Fundações da parte mais alta por ensoleiramento geral e da parte mais baixa por fundação directa. Estrutura portante vertical executada em paredes portantes e pilares de betão armado, com recurso a reforços com pilares metálicos em zonas pontuais. Estrutura portante horizontal executada em lajes maciças de betão armado, armadas nas duas direcções.
Paredes exteriores e revestimentos de fachadas:	Paredes exteriores em betão armado, isoladas termicamente e revestidas com uma placagem de pedra ou betão consoante as zonas. Sistema geralmente designado por fachada ventilada.
Vãos exteriores/protecção solar:	Palas horizontais no alçado Sul.
Coberturas:	Cobertura em terraço acessível para manutenção.
Utilização /fracções:	Comércio nos pisos 0 e 1 Habitação nos pisos 2 a 8 (56 fracções) Estacionamento nos pisos 0 e -1 Cisternas e arrumos no piso -2 Cobertura técnica no piso 9 Edifício constituído em regime de propriedade horizontal após o licenciamento.

E. Adequação às condicionantes actuais

Tabela 55: Quadro resumo de caracterização do edifício

	Edifício
Estado de conservação:	O edifício está num bom estado de conservação apresentando contudo algumas degradações: a colonização biológica dos revestimentos de pedra, tem alterado o edifício do ponto de vista estético, sem interferência no estado de conservação geral; detectaram-se também deformações planimétricas das placas de pedra localizadas no alçado poente.
Questões de conforto:	O edifício responde adequadamente às exigências de confortos actuais. O sistema de fachada ventilada utilizado em todos os alçados (quer os revestidos a pedra quer os revestidos a placagem de betão revestida a azulejo) garante continuidade do isolamento térmico.
Questões de segurança:	Não se identificaram problemas de segurança importantes, após as intervenções feitas nos primeiras anos após a conclusão da obra. O reforço da estrutura das palas do alçado Sul permitiu colmatar a deficiência detectada aquando da passagem de um temporal.
Questões de durabilidade:	Do ponto de vista da durabilidade, a escolha dos materiais de acabamento foi de uma forma geral adequada, havendo contudo a necessidade de manutenções periódicas, que não tem sido executadas.

Capítulo 2.7 - Conjunto Habitacional da Bouça

Álvaro Siza / Álvaro Siza e António Madureira



(Vale, 2008/06c)

Conjunto de edifícios de habitação colectiva
Rua da Boavista, Rua das Águas Férreas e Rua do Melo
Processo SAAL e Licença nº 68/2004

A. Introdução e descrição geral

O Conjunto Habitacional da Bouça[86], projecto de Álvaro Siza, localiza-se do lado Norte da Rua da Boavista, no terreno circundado pela referida Rua, pela Rua das Águas Férreas, pela Rua do Melo e Rua da Manutenção, e ainda por terrenos privados a Nascente. A construção foi iniciada há mais de trinta anos, enquadrada nas operações SAAL, tendo ficado incompleta durante cerca de um quarto de século, e apenas concluída em 2006.

86. Podem ser encontrados mais elementos desenhados, escritos e levantamento fotográfico sobre este edifício no Anexo 1.G. (pag.207) do Volume 2.



Fig.365 Vistas aéreas do Conjunto Habitacional da Bouça.
Vista desde Norte, Sul, Nascente e Poente.

(Microsoft Corporation, [2011])

Corresponde a um conjunto de 128[87] fogos, de diversas tipologias (T1 a T5), distribuídos em quatro alas de quatro pisos, paralelas à Rua do Melo e entre si. Incluiu ainda algumas fracções de comércio ou serviços, bem como um parque de estacionamento coberto.

Durante algum tempo interroguei-me se devia ou não usar como caso de estudo o Conjunto Habitacional da Bouça pois de alguma forma corresponde a um tipo de intervenção sem paralelo em nenhum dos outros edifícios estudados nesta segunda parte do trabalho. Por um lado, a segunda fase de construção extravasa o âmbito temporal proposto para este trabalho, e por outro lado a intervenção corresponde (inicialmente, não agora) a um standard económico e social muito diferente do de qualquer um dos outros edifícios analisados.

Se o Conjunto Habitacional Bairro da Bouça se mantivesse a obra inacabada de há cerca de uma década atrás com toda a certeza não teria feito o mesmo sentido o seu estudo nesta parte do trabalho. Mas a questão do projecto

87.O número total de fogos teve variações ao longo das diversas versões do projecto, com diferentes volumetrias. O primeiro projecto contemplava 148 fogos, cerca de 17 000 m^2 e uma cércea máxima de 6 pisos. A revisão do projecto, entregue para licenciamento em 2004 propunha 130 fogos, uma área pouco inferior a 13 000 m^2.

inicial ter sido finalizado cerca de três décadas depois de ter sido iniciado, incorporando novas questões que se colocaram entretanto aos edifícios e à arquitectura, como o papel incontornável do carro, ou as condições de conforto e consumo energético, repensando todo o sistema construtivo em função da formalização da ideia inicial, mas ao mesmo tempo tendo de garantir as condições de conforto actuais à parte dos edifícios preexistentes, tornam o projecto/edifício sobre o qual mais aspectos podem ser analisados e apontadas algumas conclusões sobre o que eram as dúvidas iniciais manifestadas na Introdução à dissertação: Como se podem reabilitar os edifícios que fazem parte da «nossa» história da arquitectura?

Este projecto não corresponde à resposta a estas questões mas a uma das respostas possíveis e por essa razão, subvertendo, uma ideia inicial de organização dos casos de estudo cronologicamente por arquitectos, o mesmo foi deixado para o fim da segunda parte, no tempo de trabalho e na formalização da tese escrita. Em primeiro lugar porque pretendia analisar os outros edifícios sem um conhecimento aprofundado deste exemplo e, em segundo, porque facilmente este estudo terá uma correspondência mais directa e assertiva com o capítulo onde se faz a síntese conclusiva do trabalho.

B. História do processo de projecto, licenciamento e construção

Sobre toda a história do processo SAAL [Serviço Ambulatório de Apoio Local] aconselha-se a leitura da tese de doutoramento de José António Bandeirinha e respectivo livro (Bandeirinha, 2001, 2007), bem como algumas provas/ dissertações de graus académicos mais baixos (Moreira, 2004, Santos, 2004).

A minha intenção neste trabalho não é estudar o processo SAAL, mas estudar um edifício que acabou por ser inserido nesse processo mais por questões conjunturais do que efectivas.

Tal como refere António Madureira, em entrevista concedida em 2009, Álvaro Siza já tinha um projecto anterior, para este local, elaborado em 1973, para o Fundo de Fomento da Habitação. A Brigada SAAL que estava responsável por esta operação era constituída pelos arquitectos Anni Gunther Nonell, Sérgio Gamelas e Maria José Abrunhosa de Castro, sob responsabilidade da primeira. O convite a Álvaro Siza Vieira para desenvolver o projecto, feito pela Brigada, prende-se fundamentalmente com a necessidade de tempos de resposta rápidos. Assim, este

Hiptxt. 2.7.A - Identificação das fontes disponíveis

Esta intervenção está razoavelmente bem documentada nas suas diversas fases, quer pela incorporação em arquivo dos espólios dos organismos ligados à sua promoção inicial, quer pelo interesse de que foi alvo, mesmo a nível internacional e que tornaram objecto de várias publicações e exposições.

O arquivo do Fundo de Fomento da Habitação [FFH] foi incorporado no Arquivo Distrital do Porto em 2001 no âmbito do projecto "Uma Cidade em (r)evolução: recuperação do arquivo SAAL Norte", passando a estar disponível ao público a partir de 2005. Os elementos relativos ao processo inicial, de 1973, ainda anteriores ao processo SAAL, são reduzidos e aparecem, essencialmente, por referências em processos posteriores.

O processo da construção da primeira fase também se encontra muito incompleto, mas o próprio projecto também terá sido, pelas condicionantes da altura, muito mais simples do que o projecto elaborado, mas não construído, para uma segunda fase de obra.

Esse projecto está bem documentado, tanto em peças escritas como em elementos desenhados, disponíveis no Arquivo Distrital do Porto, e no próprio Arquivo Geral da CMPorto. Esta segunda fase já foi elaborada após a extinção do SAAL.

Relativamente à fase de conclusão do Conjunto Habitacional da Bouça, já na primeira década do século XXI, estão disponíveis elementos do processo e projecto de licenciamento no Arquivo Geral da CMPorto, para além, claro, da totalidade dos processos de licenciamento e execução, em mãos dos projectistas de arquitectura e diferentes especialidades.

processo, ao contrário de muitos dos outros do SAAL, executa-se a dois níveis, um de contacto com as populações que iria servir, feito pela Brigada, e outro de efectivo projecto de arquitectura.



Fig.366 Desenhos síntese da solução construída

(Siza Vieira & Madureira, 2006c)

O projecto inicial como foi referido resulta de uma encomenda do Fundo de Fomento da Habitação a Álvaro Siza. O Fundo de Fomento da Habitação foi criado em 1969, pelo decreto-lei 49033 de 28 de Maio (Portugal, 1969-05-28), e foi extinto em 1982 pelo Decreto-Lei 214/82 de 29 de Maio. Era um organismo com autonomia administrativa e financeira, que tinha como propósito principal a promoção de *"casas económicas"* mas articulando as políticas habitacionais e urbanísticas, reconhecendo o papel que a habitação tinha na definição do tecido urbano. Estava na

dependência da Ministério das Obras Públicas e veio integrar as valências que antes estavam repartidas pelo Gabinete de Estudos da Habitação - Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e pelo Serviço de Construção de Casas Económicas - DGEMN. Deveria o mesmo *"contribuir para a resolução do problema habitacional especialmente das classes não beneficiárias dos planos de habitação de caixas de previdência ou de quaisquer outras instituições semelhantes"* (Portugal, 1969-05-28). O *"Grupo de Habitações no terreno anexo ao Tribunal Central de Menores"*, como foi designado na altura, integrava-se nos sistemas de promoção do FFH.

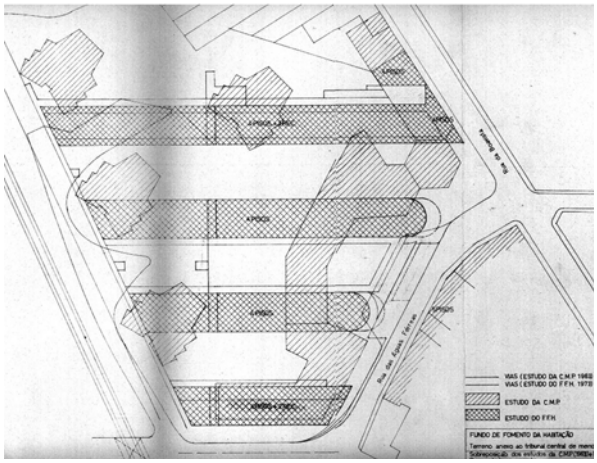


Fig.367 Sobreposição dos estudos de 1963 e 1973.
(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1973b) obtido a partir de (FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1976)

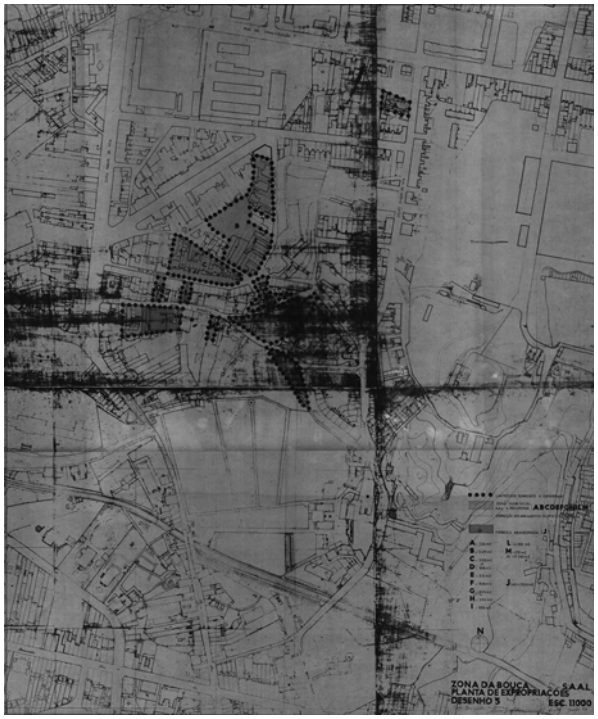


Fig.368 Planta com identificação de áreas a expropriar.
(CMPorto, 1975-1976)

O primeiro estudo foi remetido em Junho de 1973 (Siza Vieira, 1973-06-07) e serviria para os procedimentos de aprovação da solução junto da CMPorto. Baseia-se, em termos de programa, num estudo anterior [1963] da própria Câmara mas alterando completamente o que era a proposta de implantação. Esse estudo de 1963 era constituído por uma sequência de blocos isolados, dentro dos pressupostos da Carta de Atenas, sem qualquer ligação com o que era a estrutura urbana circundante. A proposta de Siza, mesmo ainda *"em fase muito esquemática, pretende evitar uma ruptura declarada no tecido urbano em que se insere"* (FFH & Siza Vieira, 1973). Destinava-se à construção de 150 habitações de carácter social.

> *"A partir de um muro paralelo à rua existente, que protege as habitações do ruído do caminho-de-ferro e impede o devassamento do terreno a Norte, as habitações agrupam-se em quatro corpos paralelos, de quatro pisos os centrais (C2 e C3) e de seis os dos extremos (C1 e C4). De um modo geral, desenvolvem-se em dois pisos, ocupando os tipo T2 os dois últimos do C1 e C4, em duplex".*

Refere ainda que pretendia

> *"adoptar critérios de conforto aparentemente dispendiosos, mas que se considera indispensáveis e disponíveis pela economia obtida a partir do princípio de normalização, no que respeita aos esquemas adoptados, do aproveitamento das características do terreno, no que se refere aos sistemas de associação e de acessos, e da própria expressão arquitectónica, no que nela depende dos aspectos atrás referidos. Se, analisados em abstracto, elementos como a galeria, a cobertura plana, o terraço, a escada interior na maior parte das habitações, a varanda de serviço com envidraçado móvel, a própria malha estrutural adoptada, não serão económicos, a maneira como estes elementos se inserem na solução, adaptando-se ao terreno e ao programa, permite obter resultados economicamente favoráveis"* (FFH & Siza Vieira, 1973).

Esta proposta é aprovada pela CMPorto após um aditamento, apresentado em Novembro de 1973, em que se reforça a capacidade de estacionamento, aumentando de 40 para 120, pela inclusão de 80 lugares ao ar livre, se esclarecem algumas questões de áreas de implantação e construção, cérceas, e afastamentos relativamente às construções e terrenos circundantes (Siza [Vieira], 1973-11-21).

Em função da aprovação da proposta pela CMPorto é solicitado a Álvaro Siza, em Janeiro de 1974, a proposta de honorários para a elaboração do projecto (FFH & Faria, 1974-01-02).

Com a eclosão da revolução, a realidade política, incluindo as questões de política de habitação, alteram-se.

Por despacho de Agosto de 1974, assinado pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, é criado o Serviço Ambulatório de Apoio Local, um corpo técnico organizado pelo FFH, *"para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas das populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários"* (Portugal, 1974-08-06).

Este era um despacho que pretendia dar a iniciativa às populações, organizadas em associações de moradores, que até poderiam contribuir com mão-de-obra, deixando para as câmaras municipais a tarefa de infra-estruturação dos terrenos e de *"controle urbanístico da localização e cedência do solo e de interlocutores directos da organização dos interessados [...]"* (Portugal, 1974-08-06).

A CMPorto iniciou o processo de declaração de utilidade pública e expropriação de terrenos incluídos numa área mais abrangente do que a agora ocupada pelo Conjunto Habitacional da Bouça, que ia sensivelmente até à Rua da Constituição, e os moradores das ilhas e imóveis degradados avançam no processo da formação da Associação.

A designada por Zona da Bouça *"é limitada a Norte pela Rua da Constituição, a Nascente pela Rua do Monte Cativo e Rua do Melo, a Sul pela Rua da Boavista, e a Poente pela Rua Barão de Forrester e Rua Serpa Pinto, confinando a Nascente com a zona de intervenção SAAL da Lapa"* (CMPorto, 1975-1976). O terreno onde acabou por ser construído o presente conjunto habitacional estava fora dos limites da Zona da Bouça, mas confrontava directamente com a mesma.

> *"O esquema proposto baseia-se no trabalho conjunto da população e Brigada Técnica e está sujeito a rectificações a todo o momento.*
>
> *Salientamos que a Associação de Moradores da Zona da Bouça se encontra já em fase avançada na sua organização, o que tem influência decisiva no trabalho da Brigada Técnica".*

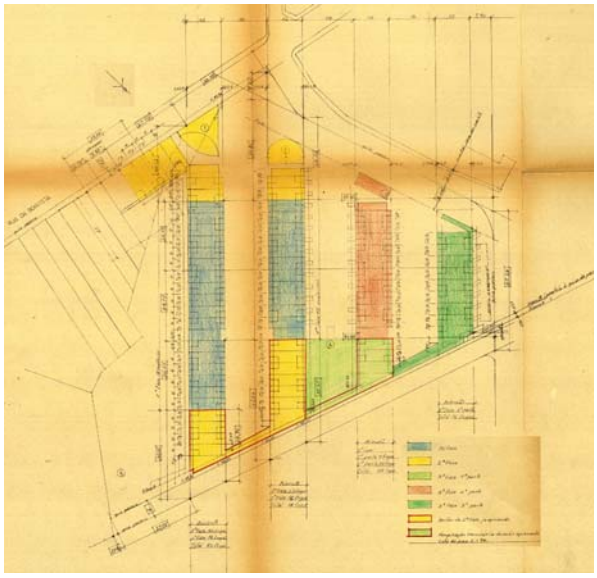


Fig.369 Faseamento da construção proposto.
(a azul, zona efectivamente construída)
(Siza Vieira & Sobreira, 1976)



Fig.370 Edifícios construídos integrados na operação SAAL. Fotografia aérea de [1999]
(Google, [2006])

Efectivamente os moradores constituíram-se numa organização designada *"Associação de Moradores da Bouça"*, que ainda existe actualmente, e cujos estatutos foram aprovados a 23 de Março de 1975, e publicados no Diário da República nº 218 de 20 de Setembro do mesmo ano.

O projecto geral de intervenção estrutura-se em três níveis diferenciados, os dois primeiros de recuperação e reconstrução de habitações, correspondendo o terceiro à expansão da zona habitacional para Sul (Rua da Boavista), que por uma questão de tipo de trabalho, acaba por ser remetida para um processo paralelo.

Os procedimentos necessários para a disponibilização de terrenos para a operação SAAL seguem o seu curso, primeiro com a declaração de utilidade pública dos terrenos[88], e seguidamente pela sua tomada de posse administrativa[89].

É feita uma revisão ao estudo prévio de 1973, correspondendo *"a uma adaptação do programa às necessidades da Associação de Moradores da Bouça"* (Siza Vieira, 1976). Mantém-se a estrutura de 4 alas (corpos A, B, C e D) e um quinto corpo, E, de menores dimensões, que faz a ligação com a Rua da Boavista, prevendo-se um total de 158 fogos. Nesta revisão deixam de existir corpos com seis pisos, ficando todos com quatro, como efectivamente veio a ser construído.

88. "*[...] deste auto a fim de procederem à tomada de posse administrativa, ao abrigo do disposto no Art. 1º, do decreto-lei nº 56/75, de 13 de Fevereiro, o qual se encontra abrangido pela zona d... [em branco], que foi considerada a utilidade pública urgente da expropriação, por despacho do Secretário da Habitação e Urbanismo, publicado no Diário do Governo nº 205 (duzentos e cinco) II Série, aos cinco de Setembro de mil novecentos e setenta e cinco*" (CMPorto, 1975-1976).

89. "*[...] deste auto a fim de procederem à tomada de posse administrativa, ao abrigo do disposto ao número um do artigo terceiro do decreto-lei 273-C/75 do citado prédio, o qual se encontra abrangido pela zona da Bouça, que foi declarada degradada por portaria do senhor Secretario da Habitação e Urbanismo, publicado no Diário do Governo nº 93 (noventa e três) Iª Série de vinte de Abril de 1976*" (CMPorto, 1975-1976).

"Esta associação ocupará as alas C, D e E, num total de aproximadamente 110 fogos, prevendo-se que os restantes sejam destinados à Associação de Cedofeita, junto da qual trabalha a mesma brigada" (Siza Vieira, 1976).

O SAAL foi extinto em Outubro de 1976, por se achar que algumas das Brigadas Técnicas se tinham afastado dos pressupostos iniciais.

Entre 1977 e 78 são construídas duas partes das alas C e D, e são elaborados até 1979 os projectos e processos que permitiriam lançar concurso de empreitada de uma segunda fase, que iria completar parcialmente os topos Norte e Sul das alas. Estava ainda prevista uma terceira fase, divida em três partes, na qual seria executada a ala Poente, bem como a relação da mesma com as restantes alas, pelo muro do lado Norte.



Fig.371 Vista da construção da 1ª fase

([S.N.], [1977-1978])

Este processo de execução é muito mais completo que o inicial, quer em peças desenhadas como escritas, e foi conservado praticamente na íntegra, pelo que nos elucida sobre a forma prevista de execução dos trabalhos, e que foram os executados na primeira fase.

Contudo não foi dado seguimento ao processo e o Conjunto Habitacional da Bouça permaneceu inacabado durante cerca de três décadas. Durante muito tempo o reconhecimento de todo o processo SAAL foi mais internacional que nacional, votando-se as intervenções a um certo ostracismo.

Em 1999 existiu sensibilidade para a situação e vontade política de dar fim a um processo antigo, promovendo-se o terminus da intervenção. Em Março de 1999 a Federação de Cooperativas convida Álvaro Siza para fazer a revisão do projecto inicial, e paralelamente iniciam-se os procedimentos necessários para a resolução da questão complexa da



Fig.372 Vivência da obra inacabada

([S.N.], [1978])

propriedade do terreno. O projecto de conclusão obteve o apoio do Instituto Nacional de Habitação [INH][90] para habitação a custos controlados, o que permitiu que o mesmo avançasse.

Em Junho de 2000 é criada a "Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e Construção, CRL", por associação da *"CETA - Cooperativa de Habitação Económica, CRL"*, da *"Cooperativa de Habitação Económica «As sete bicas», CRL"*, da *"Associação de Moradores da Bouça"* e mais 6 pessoas em nome individual, que funcionará como Dono de Obra.

E em 15 de Outubro de 2003 é celebrada uma escritura de compra e venda do terreno, tripartida, entre o Município do Porto, o IGAPHE e a referida Cooperativa. O Município do Porto compra ao IGAPHE um terreno com catorze mil e cinquenta e nove metros quadrados, e cede em seguida *"duas parcelas de terreno delimitadas a azul e a verde na planta atrás referida, logo que integrem o património municipal, à Cooperativa Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e Construção, C.R.L, para construção de habitações a custos controlados, pelo preço global de [...]"*, uma *"com a área de cento e cinquenta metros quadrados"* e outra *"com a área global aproximada de doze mil setecentos e nove metros quadrados"* (Município do Porto, IGAPHE & Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e Construção, 2003:252-254).

Estão assim reunidas as condições para a conclusão do projecto.

> *"Dos cento e trinta e um fogos previstos foram construídos apenas cinquenta e oito, ficando os corpos edificados inacabados e truncados, não se realizaram arranjos exteriores e não foram construídos os acessos definitivos às galerias das habitações superiores, sendo os acessos feitos por escadas de estrutura e construção provisória. Cabe agora construir os remates dos corpos já construídos e os dois novos corpos assim como serão construídos os equipamentos sociais e os estabelecimentos comerciais previstos e a galeria que, a norte, fecha o terreno e, correndo paralela à linha de caminho-de-ferro, liga os 4 corpos de habitação"* (Siza Vieira & Madureira, 2001:3-5).

90. "*O Instituto Nacional de Habitação [...] vem por este meio declarar [...] que a Cooperativa Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e Construção, CRL [...] tem aprovada neste Instituto uma pré-candidatura para a construção de 128 fogos ao abrigo do Decreto-Lei nº 145/97 de 11 de Junho (Habitação a custos controlados) sitos na freguesia de Cedofeita [...] Porto, 2 de Abril de 2004*" (INH, 2004)

O processo de licenciamento é iniciado em Janeiro de 2001 e obtém licença de construção em Abril de 2004, dando-se início à obra nesse mesmo mês. A obra foi adjudicada à empresa de construção FDO, tendo sido concluída em Abril de 2006, e emitida a respectiva licença de utilização.

A convivência de um estaleiro de obra com um conjunto de habitações ocupadas e que ficam no miolo da intervenção não foi fácil. Para além de uma vedação que tem de proteger a obra mas também as habitações, é preciso garantir um sistema de acessos às mesmas para que possam manter uma utilização normal durante o período da obra. Para esse propósito foi utilizado o caminho de ligação entre blocos, que existe no próprio projecto, e o acesso ao mesmo foi garantido pelo topo posterior (nascente) do lote, com acesso a partir do arruamento que corre paralelo à linha de metro, a Rua da Manutenção, e pelo gaveto da Rua da Boavista com a Rua das Águas Férreas. Este percurso de acessos teve de ser garantido a dois níveis, do piso térreo, e da galeria de acesso ao segundo nível de habitações. Durante o decurso das obras as habitações existentes ficaram completamente rodeadas de tapumes, mas a própria obra também esteve condicionada pela situação, pois ficava dividida em duas zonas não comunicantes.

O novo projecto, apesar de respeitar a ideia inicial, teve de incorporar diversas alterações quer por mudanças regulamentares quer pela própria alteração dos estilos de vida e exigências gerais.

Como refere Álvaro Siza,

"A revisão do projecto obrigava a considerar a evolução profunda da população residente, em relação ao contexto anterior à revolução de 1974 (era então impensável a necessidade de uma garagem, ou a preocupação em demarcar espaços público e privado, impossível prever o grau de exigência dos Regulamentos actuais).

A Bouça era um projecto radicalmente económico, nem outra coisa poderia e deveria ser em 1974. A discussão do projecto revelou, anos volvidos, o desejo (e a possibilidade, ainda que reduzida) de melhoramentos pontuais de qualidade e de conforto. Era necessário atender às exigências manifestadas, algumas por preconceitos que acompanham a melhoria objectiva de qualidade de vida. Foi por isso e de novo um projecto participado, no que se refere à relação com as famílias residentes" (Siza, 2006:361-362).

O conjunto de edifícios de alguma forma invoca as ilhas de onde parte da população seria originária, apesar da ideia de implantação ser anterior ao SAAL. Possuiu um mecanismo de estruturação idêntico ao do desenho e de formação de ilha, com aplicação invertida em relação ao tradicional, isto é, abrindo-se para o arruamento principal, para o exterior, para a cidade, respeitando, claro, nesta comparação, todas as diferenças de escala, de conforto e dimensão das habitações. O muro de acessos a Norte faz o papel de casa, ou casas, de baixa burguesia, que na ilha fariam a frente de rua, e os espaços intersticiais entre os blocos constituídos por habitações de acesso directo, de nível ou por galeria, reporiam o que era a vivência do espaço comum da ilha, mas numa escala maior, mais salubre e muito mais agradável do ponto de vista estético.

A estrutura dos edifícios em blocos paralelos, que são unidos por um muro na parte posterior do lote, foge das tipologias de implantação tipo Carta de Atenas (usadas em muitos dos chamados «Bairros Sociais» da cidade), de novo quarteirão isolado ou inserido em malha urbana pré-existente, ou mesmo de sequência de moradia em banda (as casas em correnteza como antes eram designadas).



Fig.373 Fotografia de um dos pátios entre duas alas de blocos

(Vale, 2008/12a)

Não sei se terá sido por esta opção arquitectónica e urbanística que os vínculos desta comunidade se mantiveram fortes, ao contrário do que aparentemente sucedeu em outras intervenções do SAAL, mais isolacionistas do ponto de vista social e humano.

A prova da manutenção destes vínculos é reforçada na altura da conclusão do projecto, quando as obras de beneficiação dos edifícios existentes se tornaram economicamente incomportáveis para alguns dos moradores iniciais.

A venda de alguns espaços, que na ideia inicial do projecto de Álvaro Siza seriam espaços de convívio comum ou serviços comuns, permite suprir essas necessidades de capital e a comunidade inicial mantêm-se integralmente, suportando os encargos daqueles que não podiam.

A conclusão do projecto permitiria às famílias inicialmente englobadas no processo, mas que acabaram sem ter a casa construída quando o processo foi interrompido em 1978, de se reinserirem na comunidade de que haviam saído há mais de três décadas, mas a decisão geral não foi nesse sentido e as novas habitações são hoje ocupadas por casais jovens de estrato económico médio, alguns deles mesmo arquitectos de profissão. O tempo que passou desde os anos quentes da revolução já esbateu o carácter revolucionário da comunidade e os anos vindouros ainda se encarregarão mais de garantir uma certa uniformização social e de convivências.

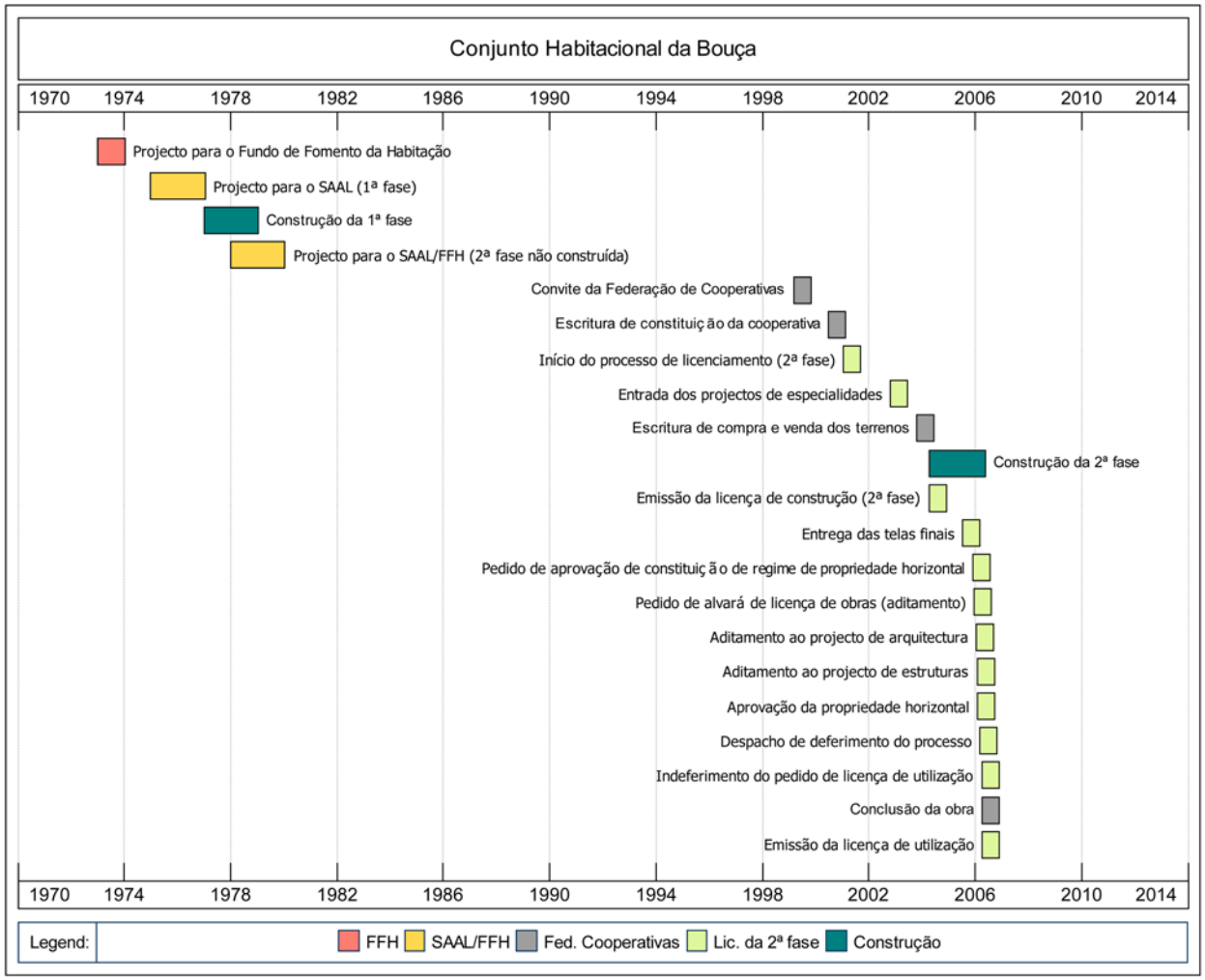


Fig.374 Cronologia geral do processo

C. Caracterização construtiva

Do ponto de vista construtivo, quer a solução inicial, quer a solução de remodelação, são bastante interessantes, pela racionalidade com que são utilizados os materiais e pela economia de meios que a intervenção SAAL determinava, seguida dentro do possível no projecto de conclusão.

A estrutura portante vertical era garantida por paredes resistentes de alvenaria. Segundos os primeiros desenhos de estrutura[91], seria utilizado o perpianho nessas paredes, mas a escolha em obra acabou por recair sobre os blocos de betão, do tipo Mecan, série 300 (30x20x20), sendo essa a constituição já referenciada no projecto da 2ª fase.

91.Doc.1.G.7.d) - Projecto de betão armado (pag.216)

"Na zona habitacional a estrutura é essencialmente formada por paredes transversais afastadas entre si de 4,0 m sem qualquer descontinuidade a toda a sua altura; sobre elas vai também descarregar a cobertura, por intermédio de madres pré-esforçadas apoiadas em pilares.

Quer dizer, a solução arquitectónica permite a utilização de uma solução estrutural constituída por paredes de blocos Mecan, que suportam os pavimentos por intermédio de cintas de betão, e apoiado no solo, do tipo rocha branda (desmonte à picareta), por intermédio de lintéis corridos.

Trata-se por isso de blocos de 4 pavimentos em que não existe praticamente betão armado, podendo mesmo dizer-se que apenas são utilizados escoramentos não sendo utilizada cofragem, em qualquer zona ou parte da obra, a não ser na laje em consola que forma o passadiço de acesso ao 3º piso e pouco mais" (Sobreira, 1976-1978).

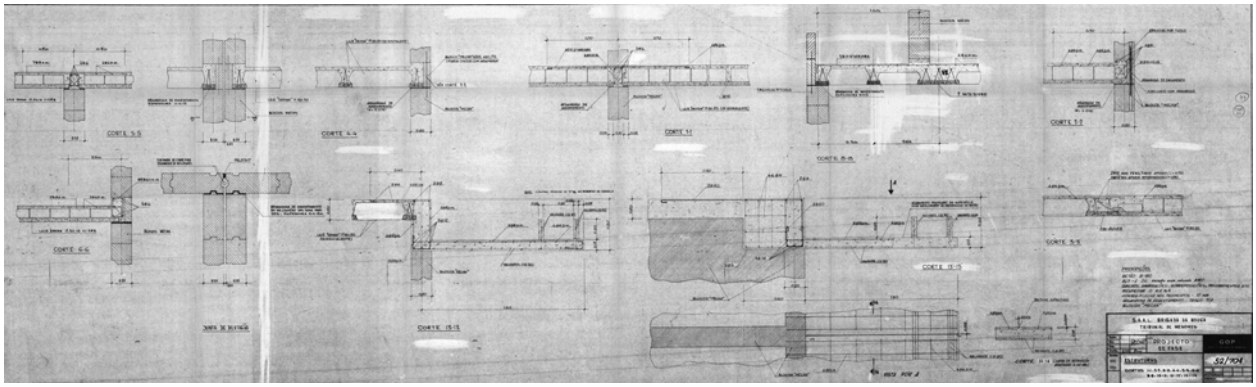


Fig.375 Definição da estrutura resistente, paredes e lajes

(CMPorto & Sobreira, 1979a)

A utilização de edifícios em alvenaria resistentes de blocos de betão, na década de setenta, já não era nada de novo, apesar de não ser uma solução com uma penetração importante. Apresentamos neste trabalho exemplos da década de trinta que utilizam os blocos de betão em substituição da pedra nas tradicionais alvenarias resistentes dessa altura.

Contudo a sua utilização tinha de alguma forma caído em desuso a partir da implementação das estruturas porticadas de betão armado, designadamente em programas de habitação colectiva ou de promoção colectiva.

Ainda hoje os regulamentos de cálculos de estruturas, aliados aos programas informáticos de cálculo que aparecem com maior divulgação a partir do final da década de oitenta, não ajudam à utilização de alvenarias resistentes como soluções estruturais, porque a contabilização da resistência efectiva dessas paredes, em muitos casos, tem de ser inferida em projecto e depende tão mais da execução como da qualidade do material.

Quando os engenheiros passam a recorrer de forma sistemática a programas informáticos de cálculo, a utilização de alvenarias resistentes não é uma solução de implementação fácil (ou tão fácil como as estruturas de betão armado), ou em alguns casos possível a partir do software de que dispõem e muitos acabam a fazer uma dupla estrutura juntando um sistema de pilar e viga, ao sistema estrutural de alvenaria resistente projectado pelo arquitecto.

Os métodos tradicionais de cálculo foram gradualmente esquecidos e para muitos projectistas o programa de cálculo é uma máquina impenetrável, onde *«de um lado entra porco e do outro sai chouriço»*, e eles não possuem

nem o conhecimento efectivo e seguro dos processos de cálculo, nem a sensibilidade na análise estrutural para os rever ou validar.

De tal forma a situação não era usual que a re(introdução) de alvenarias resistentes na construção corrente, e o desenvolvimento de elementos de alvenaria com características definidas e mais adaptadas, são matéria de investigação continuada (Sousa, 1988, 1996) (Santos, 1998).

"Os pavimentes são do tipo Daviga ou equivalente, isto é, pavimentos vigados na espessura da laje, aligeirados por meio do blocos de tijolo que apoiam em elementos pré-fabricados que contêm a armadura de tracção da laje vigada.

Esta solução tem vantagem, em relação aos pavimentos de vigotas pré-esforçadas, de não exigirem, na zona do apoio, zonas maciças, pois uma redistribuição ainda aceitável dos momentos nos apoios de 75% com o consequente acréscimo dos momentos positives dos vãos, permite armar apenas as vigotas de betão, com aproveitamento do betão do elemento pré-fabricado que não está, como se disse pré-esforçado.

Por outro lado, este tipo de pavimento oferece uma segurança contra o fogo mais elevada do que a dos pavimentos de vigotas pré-esforçadas que é muito pequena, pois o pré-esforço é rapidamente eliminado pela elevação da temperatura.

572 *Como os pormenores do desenho de construção mostram a utilização, deste tipo do pavimento elimina praticamente a cofragem, não só no pavimento em si, mas também na execução das cintas sobre as paredes; aliás, a armadura destas cintas formada por um elemento pré-fabricado, podendo por isso dizer-se que também a colocação da armaduras, neste tipo do pavimentos é simplificada em relação ao habitual pavimento de vigotas pré-esforçadas, julgando-se, assim que esta solução seja competitiva.*

[...]

A espessura das lajes dos pavimentos é de 20 cm, para se poder instalar nelas todo o equipamento sanitário necessário. Por outro lado, pode dizer-se que o peso próprio do pavimento, incluindo rebocos e revestimentos, atinge os cerca de 350 Kg/m^2, necessários à obtenção de um isolamento sonoro aceitável entre os diferentes pavimentos.

[...]

Ela é a solução normalmente empregada, pois se pode considerar mais económica do que as soluções em laje maciça, com ou sem a utilização de esteiras pré-fabricadas. De facto estas lajes maciças, conduzem a espessuras mais reduzidas, da ordem dos 15 cm, o que impõe soluções especiais para a instalação dos equipamentos sanitários, e levanta dificuldade no isolamento acústico, em especial no motivado pelas pancadas nos pavimentos" (Sobreira, 1976-1978).

Para garantir uma maior insonorização entre fracções, nas *"paredes de separação entre fogos, os furos dos blocos"* seriam *"cheios com areia seca"* (Sobreira, 1979).

Esta solução seria económica na década de 70, comparativamente a uma solução de estrutura porticada de betão armado, e permitiria a sua fácil execução pelos futuros moradores, se as ideias de Nuno Portas relativamente à auto-

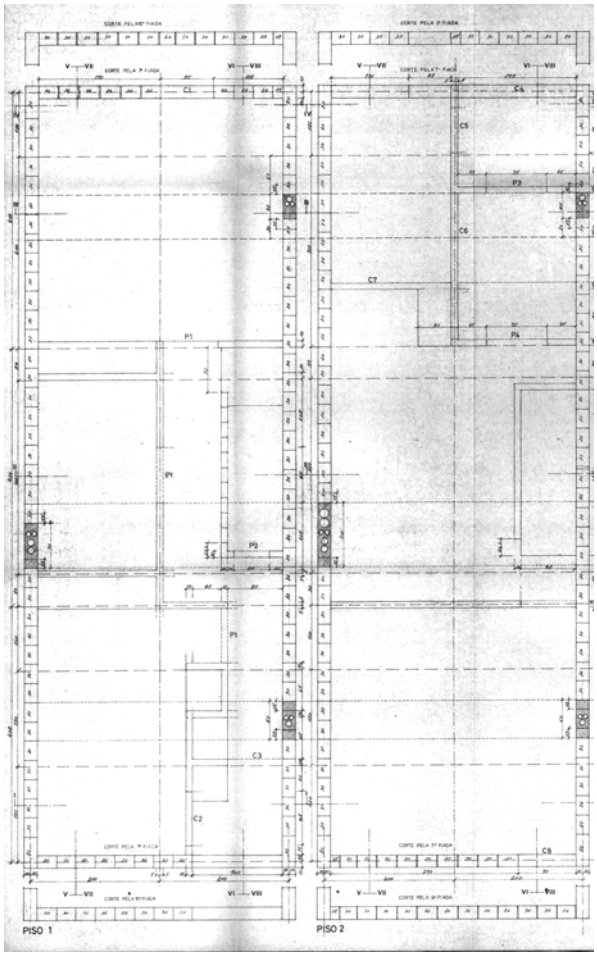


Fig.376 Planta parcial com a repartição de blocos
(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1979a)

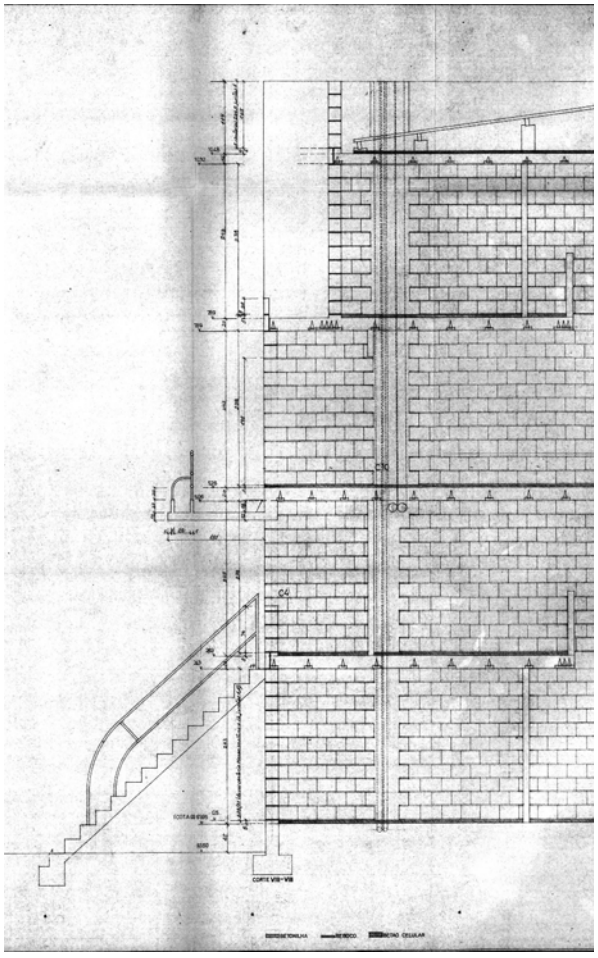


Fig.377 Corte longitudinal parcial com a repartição das fiadas de blocos.
(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1979a)

construção tivessem sido seguidas pela população. A obra acabou por ser executada pela Soares da Costa, pelo que a questão de execução facilitada nem se chegou a colocar.

As paredes divisórias interiores seriam executadas em blocos Ytong com 10 cm de espessura. O bloco Ytong, com as suas faces bem desempenadas e sem rebarbas de argamassa, comparativamente a uma parede divisória de tijolo vazado, permitiam uma aplicação de espessura reduzida de reboco projectado em paredes interiores, um mínimo de 2 mm conforme referido nas peças escritas.

As coberturas seriam executadas com uma laje idêntica às de piso, à qual seria aposta uma cobertura de fibrocimento, ventilada.

> *"O isolamento térmico dos terraços e coberturas será feito à custa de uma camada de betão celular tipo Betisol (ou equivalente)"* (Sobreira, 1979).

> *"Pode verificar-se que existe uma certa circulação de ar entre a cobertura de fibrocimento e a laje de tecto do 3º pavimento, o que aliado à camada de 5 cm de betão celular prevista, permite obter um isolamento capaz da última habitação.*

[...]

A cobertura é constituída por chapas de fibrocimento, assente sobre barrotes pré-fabricados e pré-esforçados, tipo Civibral assente sobre pequenos pilaretes de blocos Mecan, por intermédio de coxins em betão pré-fabricados, convenientemente desenhados para proporcionarem um assentamento regular dos barrotes.

Aqueles pilaretes assentam sobre as paredes resistentes transversais, afastados entre si de 4 metros. Para suportarem a acção ascendente, devido à sucção do vento sobre a cobertura, os barrotes serão fixados em cada extremidade, a olhais embebidos na laje de tecto, por intermédio de cordas de nylon, de diâmetro apropriado, material este que é de duração ilimitada" (Sobreira, 1976-1978).

"A impermeabilização dos terraços será obtida à custa da aplicação de uma emulsão betuminosa com borracha, tipo Mack (ou equivalente), formando película com 3 a 4 mm de espessura. Esta emulsão será aplicada directamente sobre a superfície de betão celular devidamente alisada à colher.

A película impermeabilizante será protegida nos terraços não acessíveis por duas demãos de tinta plástica branca; nos terraços acessíveis, será aplicado um revestimento de argamassa de cimento e areia ao traço 1:3, isolada da película impermeabilizante por meio de folhas de polietileno, tipo Ediplas 125" (Sobreira, 1979).

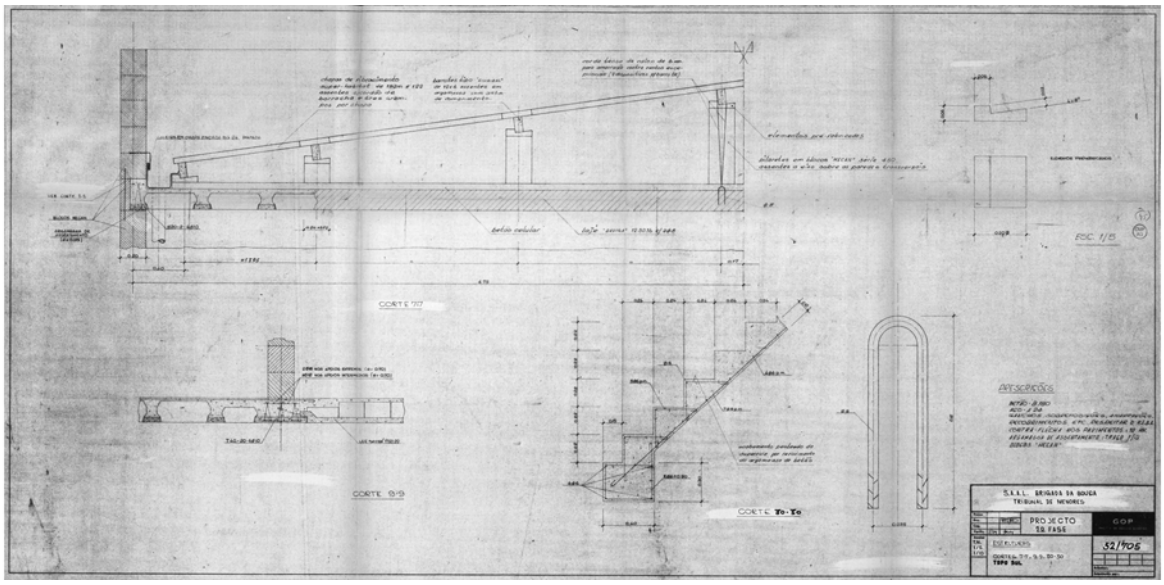


Fig.378 Pormenor de coberturas, terraços e escadas

(CMPorto & Sobreira, 1979a)

As mais de duas décadas que passaram entre a conclusão da obra da 1ª fase em 1978, e a decisão de acabar o Conjunto Habitacional, em 1999, corresponderam a uma alteração importante do panorama português no respeitante à edificação, quer a nível regulamentar, mas principalmente ao nível do que são considerados os mínimos de conforto actuais. Paralelamente a fase anterior, inacabada e sem manutenção, foi-se degradando consideravelmente. Os espaços envolventes não cuidados e algumas intervenções clandestinas em algumas fracções complementavam o cenário.

Assim,

"Apesar do indiscutível interesse e qualidade da solução arquitectónica proposta, o tempo decorrido, o normal desgaste da construção e a evolução económico-social da população residente apontam para a necessidade de proceder a beneficiação das condições físicas da construção existente e da projectada, designadamente no que respeita ao isolamento térmico, aspecto que à data da construção era manifestamente subvalorizado.

[...]

As habitações a construir, cuja tipologia e organização é idêntica às já construídas, isto é, habitações sobrepostas, com dois pisos cada, acesso directo às habitações inferiores e por galeria às superiores, terão ligeiras modificações relativamente ao projecto inicial que procuram responder às novas condições de vida e utilização entretanto surgidas, designadamente no que respeita à área da sala comum, que aumenta, e à relação do fogo com o exterior, que é revisto em função das novas necessidades de segurança. No entanto mantêm-se as características tipológicas e de organização interna dos fogos, designadamente no que respeita aos acessos, às circulações interiores e à relação da cozinha com o espaço comum, características essas que aliás constituem um dos pontos centrais no interesse que o projecto despertou, e no papel que ainda hoje desempenha no panorama da Arquitectura da segunda metade do Século e na projecção internacional que alcançou" (Siza Vieira & Madureira, 2001:3-5).

Na memória descritiva de arquitectura considera-se uma estrutura baseada nos mesmos princípios da estrutura da primeira fase mas executada com materiais diferentes. Refere-se que

"No aspecto construtivo propõe-se reeditar o sistema inicial de paredes portantes, agora com a substituição dos inconvenientes blocos de betão, por lâminas de betão armado" (Siza Vieira & Madureira, 2001:3-5).

Os acabamentos interiores e caixilharias seriam realizados com materiais idênticos aos iniciais. Os acabamentos exteriores seriam alterados, maioritariamente para responder a questões de qualidade térmica.

"Serão atendidos os aspectos de conforto térmico, através do revestimento exterior por reboco plástico tipo «capotto», com as respectivas redes, sobre isolamento térmico de poliestireno expandido" (Siza Vieira & Madureira, 2001:3-5).

Um dos aspectos que condiciona fortemente a solução construtiva a adoptar é a necessidade de prever estacionamento subterrâneo sob os blocos a construir. A métrica de 4 m de afastamento da modulação estrutural da habitação inicial, e que se mantém no novo projecto, não é compatível com uma solução económica e rentável de estacionamento, e esse é um dos «problemas» a resolver.

O projecto de estabilidade apresenta uma solução construtiva ligeiramente diferente da referida na memória descritiva de arquitectura.

"O projecto de estruturas de 75 concebia os edifícios, usando construção tradicional, paredes de blocos resistentes e placas de vigotas pré-fabricadas de betão armado, atendendo a necessidade de construir muito económico (4000 esc./m^2 na época). Na altura os blocos resistentes (tipo MECAN) e as lajes pré-fabricadas (tipo DAVIGA) de qualidade eram muito competitivas com o betão armado até porque as tecnologias para

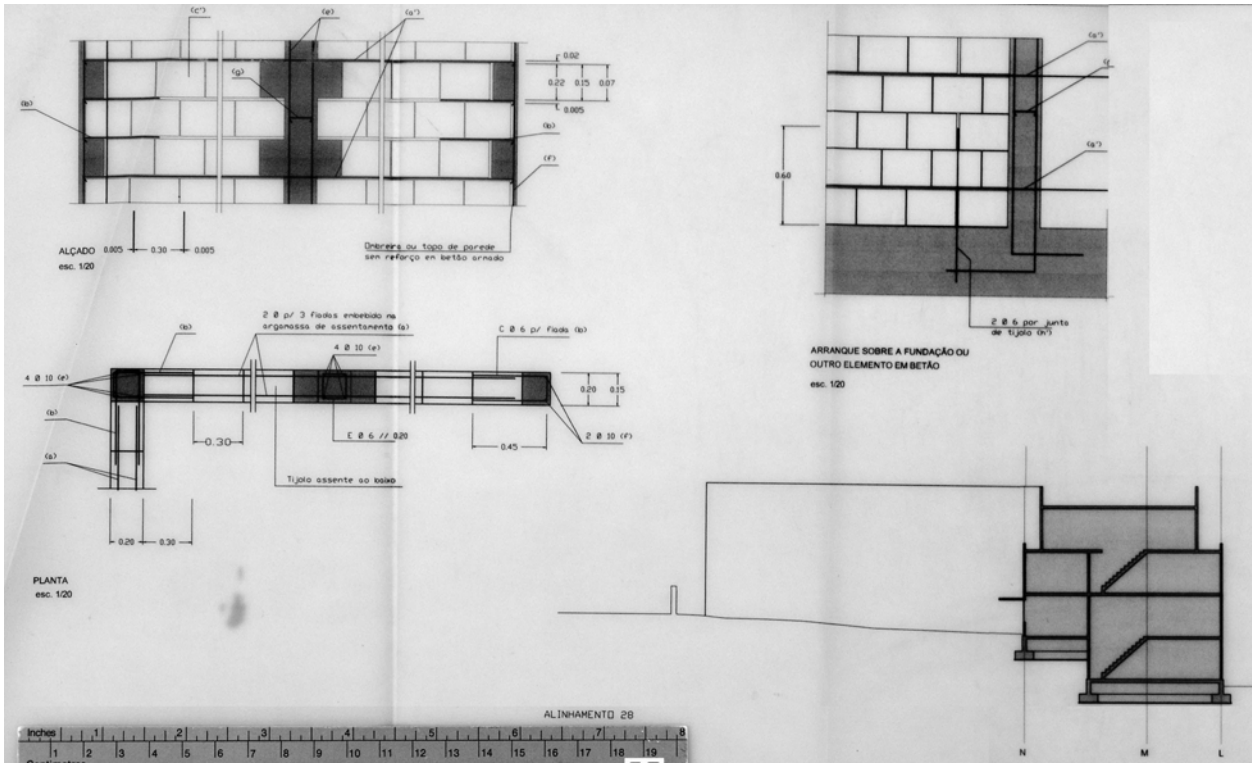


Fig.379 Alvenarias resistentes mistas de tijolo e betão armado.

(Sobreira, 2002b)

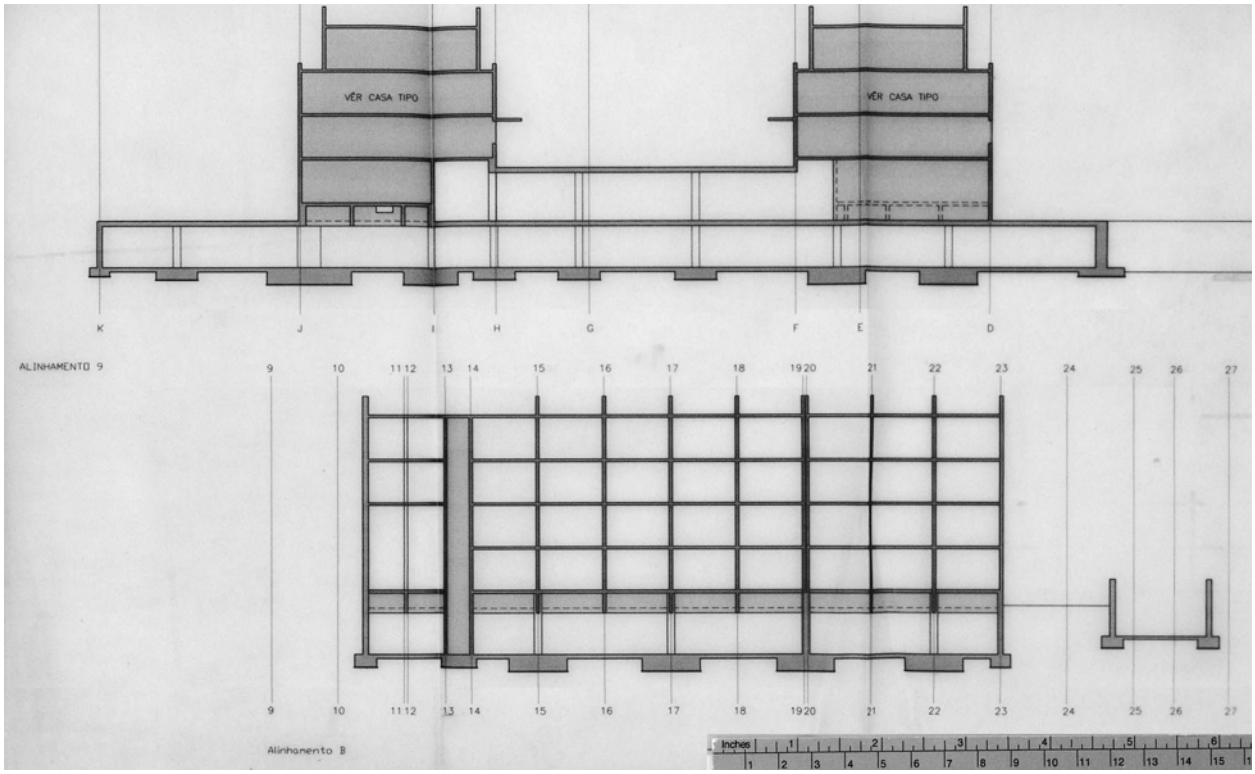


Fig.380 Corte transversal e longitudinal.

(Sobreira, 2002b)

execução de betão armado eram incipientes e pouco económicas e nem todos os construtores as possuíam (p.ex. construção tipo túnel).

Os edifícios agora projectados mantêm uma solução idêntica constituída por lajes pré-fabricadas com vigotas pré-esforçadas apoiadas em paredes resistentes mistas de tijolo e pilares de betão armado solidarizados. A existência da cave para estacionamento, sobre a cobertura da qual se vão apoiar alguns dos blocos de habitação agora projectados, justifica a opção de betão armado até ao nível do 1º piso nessa zona, vista ser uma estrutura menos sensível às pequenas deformações da base de apoio.

[...]

Quanto a fundações adoptamos uma solução de fundação em sapata corrida no caso dos blocos sem cave, e de sapatas pontuais interligadas por uma laje de betão armada no caso das caves" (Sobreira, 2002:112).

Apesar da menção a tijolos na memória descritiva, os desenhos de estabilidade referem blocos de betão, que é o que efectivamente será utilizado.

Assim, nos blocos com cave a estrutura até ao primeiro piso era garantida por betão armado, e nos três pisos seguintes, por paredes resistentes mistas de blocos e reforços de betão armado. Nos blocos sem cave os quatro pisos utilizariam a solução de paredes resistentes mistas. Para resolver a questão da necessidade de uma estrutura com uma métrica ao nível dos pisos de habitação e com outra ao nível do piso de estacionamento eram criadas vigas de grande altura e em certas zonas um sistema de dupla laje, trabalhando uma à face inferior das vigas e outra à face superior.

Outra alteração relativa à primeira fase foi o sistema de coberturas. A cobertura existente em fibrocimento foi desmontada e os blocos passaram todos a ter uma cobertura plana não acessível, com acabamento a gravilha, devidamente isolada.

O decurso da obra determina algumas alterações, que são patentes nas telas finais apresentadas em Julho de 2005 e no aditamento com vermelhos e amarelos que deveria ter sido anterior mas que só é apresentado em Janeiro de 2006.

Relativamente ao projecto apresentado inicialmente para licenciamento, desaparece quase completamente a solução de duas lajes na separação entre estacionamento e habitação, e manteve-se apenas a laje de cima, e o sistema de vigas altas nos dois sentidos.

Nesta solução as vigas no sentido longitudinal das habitações correspondem às próprias paredes de separação entre fogos, que são executadas em betão no rés-do-chão, e que se prolongam, cerca de metro e trinta, no tecto da cave. No outro sentido a localização das vigas corresponde aos limites dos blocos, e a sensivelmente a meio vão dos mesmos (a localização é ditada pelo aproveitamento do estacionamento e não pela métrica da habitação).

As vigas transversais às habitações assentam em pilares e paredes de betão, as vigas perpendiculares às anteriores ou assentam em pilares (vigas que correm na separação de módulos, ou assentam sobre as vigas transversais, já que a malha de pilares assenta sensivelmente numa métrica de 8 m que permite uma maior rentabilização do estacionamento.

No Corpo 2, na zona em que existe construção acima do terreno, é possível usar o sistema de vigas cruzadas de grande altura pelo que a estrutura vertical ao nível da cave é garantida por pilares isolados com uma métrica de 8 x 8 e 8 x 7 m.

Na zona sem construção, em que não é possível ter vigas altas, a estrutura é garantida por pilares lâmina, ou paredes de betão interrompidas, com cerca de 2,70 x 0,3 m e afastamentos de 5,3 m, correndo paralelamente aos blocos, na zona entre lugares de estacionamento.

Nas poucas zonas onde ainda se mantém a situação de dupla laje, a laje superior aparentemente é pré-fabricada. São construídos uns muretes de blocos paralelos às vigas, encimados por um lintel de 20x20 cm, que servem de apoio à segunda laje, pré-fabricada segundo uns desenhos, mas que noutros vem legendada com vigota, abobadilha e camada de compressão armada com malha sol. Em zonas em que não existem vigas ou as mesmas estão mais espaçadas, usam-se só os muretes para apoio da segunda laje.

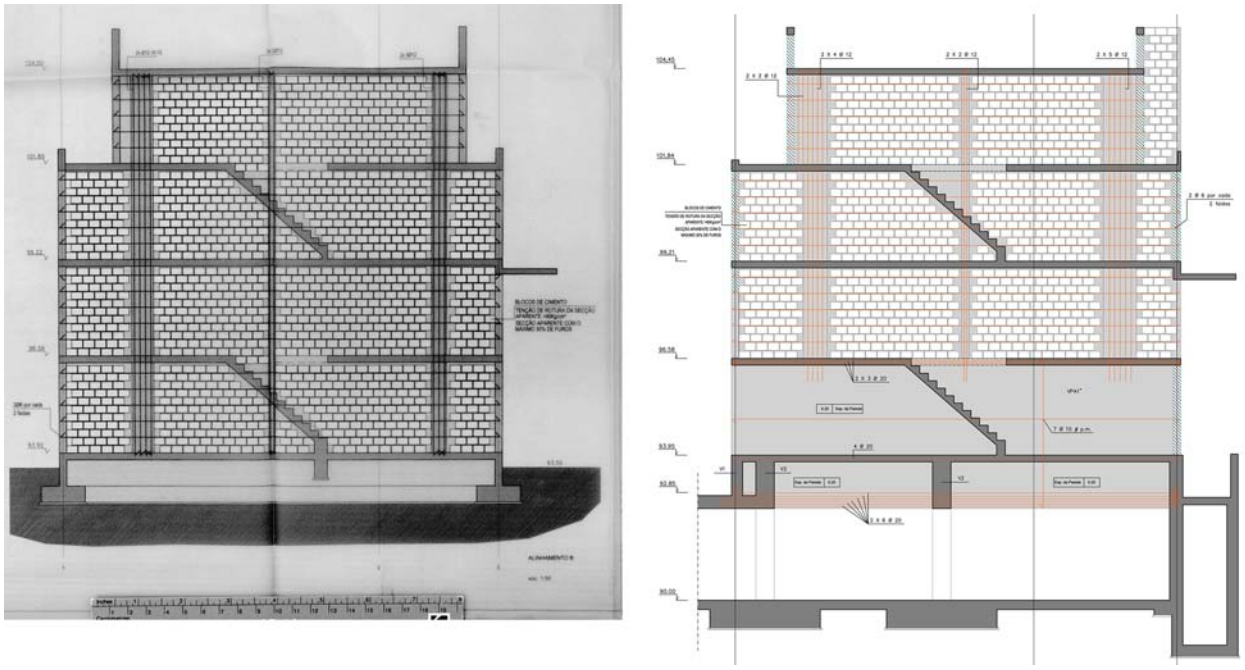


Fig.381 Corte com a repartição dos elementos de alvenaria, no projecto inicial (2002) e no aditamento do final de obra.
(Sobreira, 2002b, 2006)

Outra das alterações importantes ocorre na zona de módulos sem cave, que passam a usar a mesma solução dos restantes módulos, isto é, parede de betão armado até ao 1º piso.

Neste aditamento, que usa como base os desenhos de execução, a definição construtiva é mais detalhada. Por exemplo, passam a ser representadas as coretes que são inseridas nas paredes estruturais, emaciçadas, e cuja definição faz parte do próprio projecto de estabilidade.

A utilização das alvenarias resistentes neste projecto é, construtivamente, um dos aspectos mais interessantes. Não apenas pelo facto de as usar mas por todo o detalhe de projecto associado a esse uso, quer no projecto da década de setenta, como no mais recente.

Mesmo sem estar perante um sistema à vista, toda a repartição das peças de alvenaria é feita nos desenhos, tanto em planta, como em elevação, garantindo o menor número de cortes possível, diminuindo desperdícios e mão-de-obra. Em planta, o uso contrafiado determina que existam sempre cortes de peças, a aposta é que esses cortes correspondam a meios blocos. Em elevação, a altura entre lajes é definida em função de número inteiro de fiadas. Os desenhos, apesar de cotados em metros, são também «cotados» em número de fiadas de blocos e respectivas juntas. Assim, os 2,38 m entre tecto e pavimento, são referidos como 11 fiadas de blocos Mecan + 12 juntas de 1,5 cm. A dimensão dos blocos Mecan da série 300 era de 20 cm de altura por 20 cm de espessura e 30 cm de comprimento.



Fig.382 Blocos de betão



Fig.383 Junta de dilatação entre fase existente e nova fase



Fig.384 Ligação entre zona existente e nova fase



Fig.385 Vista geral de uma parte de uma ala em construção

([S.N.], 2005/03)

As coretes situadas no interior das paredes de separação dos módulos correspondem a um interromper da parede de blocos, com um espaço de dois blocos, 60 cm, na zona mais estreita.

O tipo representação semelhante foi utilizado no projecto de estabilidade de conclusão da intervenção, mas não com o mesmo rigor, apesar da facilidade actual dos meios CAD. Nestes desenhos a representação dos elementos de alvenaria funciona mais como uma trama de identificação do material do que como uma estereotomia a seguir na aplicação dos mesmos. A marcação das juntas evidencia isso, pois não aparecem representadas no apoio da laje e são mais espessas no remate superior da parede.

Também é um facto que mais do que uma métrica de colocação de blocos, nesta segunda fase, o importante era seguir os alinhamentos da primeira fase. E em obra, os blocos de betão utilizados não tiveram sequer a dimensão representada, uma vez que nesta altura já não se fabricam blocos de 30 cm de comprimento, tendo a normalização adoptado os 40 cm como medida de referência.



Fig.386 Fotografia aérea.

(Vale, 2008/06c)

D. Resumo de caracterização

Tabela 56: Quadro resumo de caracterização do projecto.

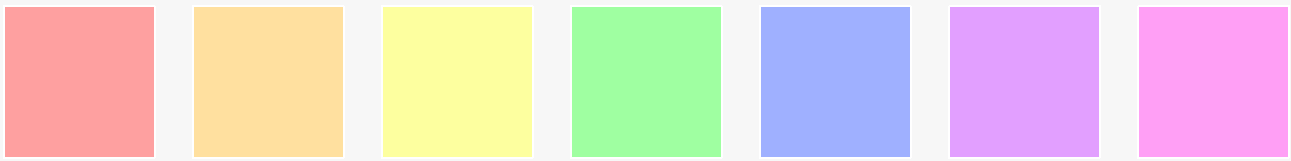
Projecto		
	1ª Fase	**2ª Fase**
Designação usual:	Conjunto Habitacional da Bouça; Bairro da Bouça	
Localização:	Rua da Boavista, Rua das Águas Férreas, Rua do Melo Coordenadas GPS: ~ 41.156165,-8.617675	
Projectista(s) de arquitectura:	Álvaro Siza Vieira	Álvaro Siza Vieira e António Madureira
Colaboradores:	António Madureira, Francisco Guedes de Carvalho, Adalberto Dias, Miguel Guedes de Carvalho, Eduardo Souto Moura, Maria Manuela Sambade, Nuno Ribeiro Lopes, José Paulo dos Santos	Rosário Borges de Pinho, Raquel Paulino, João Cabeleira, Paulo Sousa, Ana Costa e Silva
Outros projectistas:	Projecto de Estruturas: João Araújo Sobreira Projecto de Instalações e Equipamentos Eléctricos: Jorge Malta	Projecto de Estruturas: João Maria Sobreira (GOP) Projecto de Instalações e Equipamentos de Água e Saneamento: Raquel Fernandes (GOP) Projecto de Instalações e Equipamentos Eléctricos e Segurança: Alexandre Martins, Raul Serafim Costa (GPIC) Projecto de Instalações e Equipamentos Mecânicos: Raul Bessa (GET) RCCTE: Raul Bessa (GET)
Data de projecto:	[1975-1976] - 1ª fase [1978-1979] - 2ª fase não construída	Novembro de 2000/Outubro de 2003
Data de início de construção:	[1977]	Abril de 2004
Empreiteiro:	Soares da Costa	FDO
Data de conclusão de construção:	[1978] - 1ª Fase	Abril de 2006
Área do terreno:	12 050 m^2	
Implantação:	4 207,92 m^2	
Área coberta:	12 951 m^2 + 4 300 m^2 (estacionamento)	
Volumetria:	34 968 m^3 (63 420,1 m^3 incluindo estacionamento)	
Estrutura Portante:	Alvenarias resistentes reforçadas executadas em blocos de betão do tipo Mecan. Lajes em betão armado, do tipo DAVIGA.	Sistema misto de betão armado e alvenarias resistentes de tijolo reforçadas. Lajes pré-fabricadas com vigotas pré-esforçadas.
Paredes exteriores e revestimentos de fachadas:	Paredes exteriores em alvenaria de bloco Mecan com 20 cm de espessura, rebocadas e pintadas.	Paredes exteriores em alvenaria de tijolo de 20 cm. Revestimento exterior com ETICS.
Vãos exteriores/protecção solar:	Caixilharia de madeira.	Caixilharia de madeira.
Coberturas:	Cobertura inclinada executada em fibrocimento, apoiada sobre muretes de blocos e coxins pré-fabricados em betão.	Cobertura plana em terraço não acessível, revestida a gravilha.
Utilização /fracções:	Habitação	Habitação, comércio e serviços

E. Adequação às condicionantes actuais

Tabela 57: Quadro resumo de caracterização do edifício.

Edifício	
Estado de conservação:	Face à intervenção recente, o estado de conservação é muito bom. Prévio a essa intervenção, e tendo em conta que correspondia a uma obra não acabada, o estado de conservação era deficitário, tanto a nível de comportamento dos elementos de construção, como a nível estético.
Questões de conforto:	Aquando da conclusão do projecto, as habitações construídas na década de setenta foram alvo de reabilitação e beneficiação, designadamente na garantia de melhores condições de conforto.
Questões de segurança:	A intervenção recente deu resposta a algumas questões de segurança, mas não foi possível uma resposta completa aos regulamentos actuais. Tal implicaria a não conclusão do projecto.
Questões de durabilidade:	O revestimento com ETICS tem problemas já bem conhecidos relativamente à durabilidade da solução, relativamente a questões de manutenção de aspecto e de resistência a acções em zonas acessíveis.

Tempos de intervenção e mecanismos de transposição de informação



Encore

Génese

Na prancheta do estirador, ou agora mais, no monitor do computador, o edifício tem uma existência virtual. Antes, na mente de quem o concebe, o edifício existe em múltiplas dimensões, quase tão real como a própria realidade que nos acolhe, mas ao precisar de uma linguagem para ser comunicado, ele é planificado, dissecado, transformado em linhas, texturas, números, equações matemáticas que descrevem de formas diferentes a entidade concebida. Com o projecto, o edifício deixa de ser pertença de um só para se tornar trabalho conjunto de uma equipa, que se expande à medida que o tempo passa e é necessário testar todas as condições da realidade.

Na obra, o edifício ganha verdadeiramente a sua existência. Primeiro, quase sem deixar notícia, nos primeiros trabalhos de limpeza do terreno, ou de movimento de terras. Depois, à medida que cresce, ganha corpo e excede os limites do que o albergou [o terreno], torna-se visível para todos os outros, externos ao processo. O estaleiro é o ventre que o acolhe, lhe dá força e alimento, para prosseguir o percurso delineado. Primeiro estrutura-se, forma o seu esqueleto, ganha massa sulcada por veias e artérias, cria as bases que lhe permitirão tornar-se um ser inteiro. Depois, consolida-se.

Mas nesta vida uterina, de conformação, o edifício ainda não conquistou a vida para a qual foi pensado. Tem uma outra vida, de ritmos diferentes, marcados pelo crescimento, pela aprendizagem, pelo ensaio geral da utilização que mais tarde albergará. À sua volta, um enxame de obreiros ajudam-no nesta tarefa. O edifício, já não é pertença de quem o concebeu, e ainda não é pertença de quem dele irá usufruir. A obra é um estádio de passagem em que ele é multiplamente adoptado e guiado, ensinado, examinado, corrigido.

Ao contrário de uma gravidez que sabemos que tem um prazo fixo com mínima variação, para o edifício a gestação pode ser prolongada, quantas vezes por tempos que excedem longamente os prazos iniciais. Outras vezes a mesma pode ser suspensa, e retomada longo tempo decorrido.

E um dia a gestação chegará ao seu termo, ou porque o tempo necessário para a construção do edifício decorreu e o mesmo está concluído, preparado para o nascimento, ou porque, apesar

de tal não suceder, o nascimento prematuro é determinado por outras condicionantes.

A vida enfim começa! A apropriação dos espaços, concebidos por uns, executados por outros, são o garante dessa nova vida, liberta das tuturias paternas. Entre a primeira ideia na mente de quem o concebeu, e o momento em que o edifício fica disponível para os utilizadores finais, algum tempo decorreu, e muitas adaptações foram feitas, geralmente enriquecendo a ideia original. E pela utilização dos espaços, pela forma como cada um deles se irá reflectir nas pessoas que o usam, que por eles serão influenciadas, o edifício encontra o seu destino.

[Texto escrito para o Filo-café da Incomunidade em Novembro de 2008]

(Vale, 2008)

Síntese Conclusiva

Chega o momento em que é necessário concluir um trabalho. E esse momento tem implicações que se tornam óbvias, a primeira, que se termine o que se vem fazendo, ou se fez, de uma forma que seja compreensível para os outros e uma segunda, menos directa, mas que se tornou habitual em trabalhos desta natureza, que se tirem ilações de todo o estudo realizado, e se perspectivem evoluções futuras.

Só assim o mesmo se torna consequente, só assim o esforço despendido durante o tempo de execução do trabalho, se transmuta em informação facilmente assimilável e transmissível.

Concluir um trabalho tem assim essa dupla essência, por fim terminar com algo que em muitos casos nos fez companhia dia e noite, se interiorizou e adoptou, tantas vezes mais presente nas nossas vidas que a família ou os amigos, e fazer esse encerramento de tal forma que numa vintena de páginas se perceba o que significou o trabalho, qual a sua contribuição na senda do conhecimento e quais as propostas de continuação que conscientemente deixamos em aberto.

Pela natureza deste trabalho, pela forma como o mesmo foi estruturado, não como um percurso contínuo, mas como uma sequência de percursos, de interrogações, uns convergentes, outros paralelos, que como suporte comum tinham o tempo (essa entidade física e metafísica em simultâneo), mesmo sem terminar o todo do trabalho foram concluídas as abordagens pretendidas ao longo de determinado capítulo, ou conjunto de capítulos, e as conclusões mais importantes foram deixadas ao longo do texto ou numa pequena síntese e reflexão final. A forma de execução, em paralelo, e não sequencial dos capítulos, também levou a que isso sucedesse com facilidade. Igualmente em alguns pontos foram lançadas ideias para continuação deste trabalho específico ou de outros da mesma índole.

Assim, esta conclusão que agora se impõe sente-se como mais um ponto no percurso, uma integração desses caminhos anteriormente trilhados, uma abertura para novos assuntos, não um adeus, mas um até já.

Decidi portanto que a conclusão do trabalho seria essencialmente uma reflexão geral sobre os diferentes tempos de intervenção e os mecanismos de transposição de informação (que já tinham sido um dos motivos para a selecção dos edifícios estudados na segunda parte), aplicados à construção, mas característica geral da actividade humana.

Afinal esta é a matéria-prima da história, quer ela seja da construção que me tem seduzido ao longo dos anos, quer seja de qualquer outro ramo do conhecimento ou até da nossa própria vida pessoal e ilusoriamente única.

O tempo, e a forma como nós humanos usamos o mesmo, os ensinamentos que com ele adquirimos e que usamos em novos contextos e tempos.

Como dizia Antoine Lavoisier [1743-1794], referindo-se à conservação da massa em reacções químicas mas que também pode ser entendido numa perspectiva filosófica *"Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma"*. E apesar de o nosso planeta não ser um sistema absolutamente fechado pois em contínuo descargas de energia o atingem e alimentam, e campos magnéticos e gravíticos sempre o influenciaram, do ponto de vista da história podemos considerá-lo um sistema encerrado.

E se a tecnologia de que dispomos hoje nos ajuda a vê-lo (e essencialmente a percepcioná-lo) de uma forma global, tempos existiram em que essa apreensão era menos viva. Contudo a influência entre locais distintos e distantes, ou a transferência de informação e cultura, sempre funcionaram ao longo da história, quer fosse através da viagem dos Fenícios, dos Vikings, dos Portugueses, da integração operada pelo império romano, ou de muitas outras migrações não documentadas; e, em épocas ainda mais remotas, pelo movimento e separação dos continentes que de uma massa única criou ecossistemas independentes que puderam evoluir e ter características próprias, que os diferenciaram dos restantes até que mais tarde, voltaram a ser unidos, agora artificialmente, pelas viagens dos humanos.

Existe assim um substrato comum a tudo. A nossa história longínqua, a nossa fisiologia, as nossas características enquanto seres vivos, sociais e pensantes, as características e condicionantes físicas das leis que regem este universo que nos acolhe. E esses são os únicos condicionantes efectivos e inultrapassáveis, ou referenciais, da nossa actividade, dos quais, com toda a certeza, actualmente ainda não temos a total consciência (a Teoria da Relatividade remonta ao início do século XX e ainda hoje as consequências que se tiram do conhecimento da interligação entre energia, massa e espaço/tempo são muito restritas. E nas últimas semanas, medições da velocidades de neutrinos superiores à velocidade da luz, se efectivamente confirmadas, podem lançar uma outra Física para além da Relatividade) pelo que, certamente, algumas surpresas nos esperam no tempo, que desejo longo, que este planeta e esta raça dispõem para continuar a evoluir, ou simplesmente a viver...

Em arquitectura, e na construção, existem invariáveis que se mantêm ao longo de todo o tempo em que a nossa inventividade tenta procurar e dar respostas a problemas que na essência, são os mesmos. A gravidade, o efeito da humidade, ou da transferência de calor em materiais, a degradação operada pelo tempo, etc...

A gravidade, que determinava que para que um qualquer elemento fosse estável em determinada posição, o vector que representava o seu centro de gravidade deveria cair sobre a sua base de assentamento (ou sobre a projecção horizontal da união de dois elementos assentes no solo), e que «condicionou» uma arquitectura baseada no equilíbrio estático de materiais monolíticos, foi sendo «domada» através da investigação científica e tecnológica, ou pelo meio anteriormente mais usual da experimentação empírica, colocando os elementos sobrepostos no edifício em equilíbrio, por força de ligações entre os materiais, e permitiu, aparentemente, escapar às condicionantes anteriores.

Mas numa primeira fase o que se foi feito, essencialmente, não foi uma fuga, antes a subdivisão do edifício, da construção, de forma que cada uma das partes continue a respeitar esses condicionantes, na decomposição que faz de forças de gravidade e atrito entre materiais. Assim são construídas as falsas abóbadas, as abóbadas, os arcos e até mesmo os «arcos» e abóbadas planos.

Só com o advento de materiais que intrinsecamente permitem um equilíbrio diferente de forças, permitindo absorver tracções e transmiti-las a elementos mais distantes é que efectivamente nos libertamos do equilíbrio por sobreposição, do atrito como aglutinante essencial (e mais importante) dos elementos de um edifício.

O modernismo, segundo Ford (1990:7), é a vitória do equilíbrio relativamente à sobreposição directa dos elementos.

O betão e o ferro, no betão armado como material composto, vêm-nos permitir isso numa larga escala. Mas não nos podemos esquecer que, numa primeira fase, se limitaram a perpetuar os modelos construtivos concebidos anteriormente, séculos ou milénios antes, para as estruturas de madeira como material que pela sua natureza fibrosa igualmente suporta tracções. Descobriu-se que no monte Athos já se usava a cintagem no interior das paredes ao nível dos pisos, com elementos de madeira contínuos, ligados entre eles por sistemas que respondiam à tracção, e que assim reforçavam a capacidade de resistência do edifício a acções horizontais, designadamente às acções sísmicas.

Os sismos que em 1999 afectaram a Grécia e a Turquia, destruindo em larga escala vastas zonas de ambos os países, praticamente não afectaram os Mosteiros do monte Athos, ainda mais 'assombroso' tendo em conta a sua fixação periclitante sobre as escarpas. E nessa altura os motivos foram investigados, e essa sabedoria com mais de um milhar de anos foi aplicada nas reconstruções que foram sendo feitas dos edifícios convencionais, anónimos, de menores dimensões, construídos e reconstruídos em alvenarias tradicionais.

Nos rebocos, para garantir a não fendilhação, usam-se actualmente redes de fibra de vidro. Os Cretenses, em Knossos usavam crina de cavalo ou cabelos humanos, com a vantagem de ser um material disponível, um resíduo habitual, mas podiam igualmente utilizar fibras vegetais como a estopa e o linho, por exemplo.

Existe pois, em mim pelo menos, a ideia que nada de novo fazemos, nada inventamos, apenas nos limitamos a usar descobertas antigas em novos contextos. E o valor está nessa mudança de olhar que permite fazer a transposição.

O fibrocimento usa o mesmo princípio dos rebocos cretenses, os mais recentes Viroc e GRC também, e o próprio betão armado, numa escala diferente, faz uso das características diferenciadas dos materiais quando usados em conjunto. E o que qualquer desses materiais faz é o que a natureza vem fazendo há milhões de anos, por exemplo, com as fibras no reino vegetal, e os nervos e músculos, no reino animal. O princípio de funcionamento já estava estabelecido à partida.

Mas o facto de termos consciência que nada de novo iremos realmente inventar, não tira o fascínio de descobrir novas utilizações, novas combinações, novas formas de do velho fazer novo, olhares novos que continuamente são necessários, romper a força enorme do hábito do que sempre assim se fez.

Nesta altura buscamos, nas imagens de algumas correntes da nossa arquitectura, o desequilíbrio, que não podendo ser real, físico, é visual e sensorial.

Os mecanismos de transposição de informação entre realidades e contextos são importantes e cada vez mais sinto que é disso que a arquitectura tem vivido nos últimos anos. De contaminações, palavra em voga, mas que

evidencia a não estanquidade do nosso mundo. Tudo é global, para o bem e para o mal, para o conhecimento e para a desinformação, para a procura da verdade e para a dissimulação completa e impenetrável dos factos. O nosso mundo cada vez é mais virtual, não pelo facto de os computadores e a internet corresponderem a um mundo virtual, não pelo facto de conseguirmos fazer modelos da nossa realidade, ou dos nossos projectos, que conseguem iludir os nossos sentidos, mas porque cada vez mais trabalhamos com informação e não com matéria, com bits e bytes e não com algo em que a mão toca e a boca sente. Continuámos a alimentar-nos, é um facto (acredito que existirá tempo em que receberemos energia transformada, de tal forma que as nossas células a processem directamente sem ser necessária digestão) mas uma percentagem cada vez maior da população está desligada de um trabalho que lide com matéria. Trabalhamos com energia, que é usada para codificar e descodificar a informação, nas nossas máquinas, e no nosso cérebro.

Nada mais virtual que a própria economia que nos gere, que nos tolhe ou incentiva, que nos garante trabalho enquanto arquitectos, ou embandeira-se em crises mundiais e mantém em hibernação, em estado de latente expectância, o mercado, os projectos e os edifícios.

A estrutura do pensamento humano, enquanto forma de utilização e caracterização dos mecanismos dessa mesma utilização, foi evoluindo, ou encontrando novos patamares, ao longo do tempo. A palavra «evolução» não me agrada pois em si está intrínseco um carácter de valoração diferencial, mas dos seus aparentes sinónimos as únicas que não o têm são «mudança» ou «alteração», mas que pressupõem uma substituição, que também não caracteriza o que pretendo.

O patamar basilar é o pensamento instintivo, de resposta imediata e directa às condicionantes exteriores. O segundo patamar, o pensamento lógico, já pressupõe um tratamento racional da informação recebida por um conjunto de processos que foram formalmente estudados por Aristóteles, e que dominaram a estrutura do pensamento filosófico e científico durante séculos. Era uma teoria de raciocínio dedutivo, pelo que não garantia a veracidade das preposições formuladas, mas apenas a coerência da argumentação posterior.

O terceiro patamar corresponde ao pensamento científico, que como contributo maior traz a experimentação e a capacidade de replicar as situações, e o estabelecimento de uma metodologia de abordagem aos problemas. Ao contrário do pensamento lógico que é fundamentalmente um método dedutivo, portante dependente das formulações base, o método científico é um método indutivo, assim, os pressupostos iniciais não são verdades, são hipóteses destinadas a serem provadas, ou não, pela experimentação, levando a uma previsão de comportamento de ocorrências futuras.

Estes três tipos de pensamento são lineares, ou verticais, na sua estrutura, isto é, decorrem de um conjunto de acções definíveis e parametrizáveis.

O pensamento lateral, na denominação de Edward de Bono [1933-], o inventor do conceito, ou pensamento matricial[1], na interpretação feita por Tom Peters [1941-], definição que mais me agrada, corresponde a um tipo de pensamento não linear, multi-dimensional, intuitivo, que não segue uma estrutura lógica rígida, racional, consciente, mas que salta arbitrariamente entre conceitos, campos, escalas, tempos, que é subjectivo na sua organização embora possa ser extremamente objectivo e racional nos resultados.

Este pensamento, tradicionalmente ligado aos campos artísticos (embora não explicitamente caracterizado e formulado até há quatro décadas), é a essência do pensamento criativo. E a criatividade, não apenas a artística, mas

fundamentalmente a geral, tecnológica, económica, política, social, etc., é o que faz avançar o mundo, alterar paradigmas, ou abalar profundamente as suas bases estruturais assumidas, como, por exemplo, com o ataque às torres gémeas em Nova York.

O que Peters explora no seu livro *"Building the Nineteenth Century"* (Peters, 1996b), ao procurar determinar a influência, ou contributo, do sector da construção no estabelecimento da cultura actual, é a determinação da estrutura do pensamento tecnológico, e de que forma o mesmo se interliga com alterações da forma de construir, novas tecnologias, materiais, baseando-se na análise de exemplos concretos de construções (edifícios e outros tipos de infra-estruturas).

> *"Designers are matrix thinkers. They use personal and cultural values to define relationships between design elements and relate them to their context"* (Peters, 1996a:347).

Segundo Peters, o pensamento tecnológico corresponde a uma integração das ferramentas do pensamento linear com o pensamento matricial.

Os desenvolvimentos na construção (enquanto projecto, mas também enquanto tecnologia e implementação de sistemas de execução) são resultado de uma relação híbrida entre o método científico e uma forma empírica e associativa de pensamento matricial.

O pensamento científico permite aos construtores (no sentido de responsáveis pela concepção e de responsáveis pela implementação da execução) compreender o comportamento/aspectos tecnológicos mas não os ajuda a projectar, a conceber novas soluções, precisam do pensamento associativo, a outra metade do pensamento tecnológico, para conceber soluções e processos.

A arquitectura é arte e tecnologia, mas a construção é cada vez mais uma tecnologia, e o edifício deve de ser pensado, e concebido, enquanto tal. E são igualmente importantes os contributos dos dois tipos de pensamento no pensamento tecnológico e na definição do objecto.

E a construção é ainda um processo, um termo que implica vida e mudança de tempo. Assim, os edifícios estão ligados com os princípios da vida, relação que se torna mais directa, intensa e sensível actualmente com as questões da sustentabilidade e das análises de ciclo de vida dos materiais e construções.

O processo de projecto é a integração de um conjunto de problemas, conjunto de restrições, no projecto final. Mas as fases de projecto e construção são independentes e devem ser pensados de forma distinta.

A construção não é uma composição, mas uma organização de elementos, uma estrutura de resolução de problemas. Uma relação entre análise e síntese caracteriza um processo de desenho moderno. Separar um problema em partes e resolver cada uma individualmente, e juntá-las depois de resolvidas. É um processo dinâmico, que pode

---

1. *"Matrix thinking, sometimes called empirical, lateral, associative, or intuitive thinking on the other hand, is a multi-dimensional thought-form that can use clear, linear thought tracks like scientific method, but it can also jump back and forth from one path to another using association, and even from one level or scale of thinking to another, for instance from practical problem-solving to broad historical considerations. How it does this depends solely on each thinker's personal interests, value system, or cultural background. Since it is to a great extent subjective rather than objective, matrix thinkers are not interested in epistemology, but they use anything that they find to hand in order to solve problems. Matrix thinking is the creative or «soft» side of technology"* (Peters, 2003).

tirar partido de abordagens militares e organizacionais, relativamente a planeamento estratégico de sistemas em que o inesperado possa acontecer.

Transformação e transposição, ideia que me é cara, são outros dos conceitos que Peters explora e analisa[2].

Uma transformação rearranja a informação dentro de um mesmo campo disciplinar, científico ou tecnológico. A transposição salta barreiras entre campos, desloca o conhecimento, e principalmente a aplicação desse mesmo conhecimento, de uma área para a outra.

A transposição da informação ou conhecimento resulta geralmente de um acto de inspiração, inserido num tipo de pensamento matricial.

Os processos de transposição são característicos dos aspectos associativos ou matriciais do pensamento tecnológico.

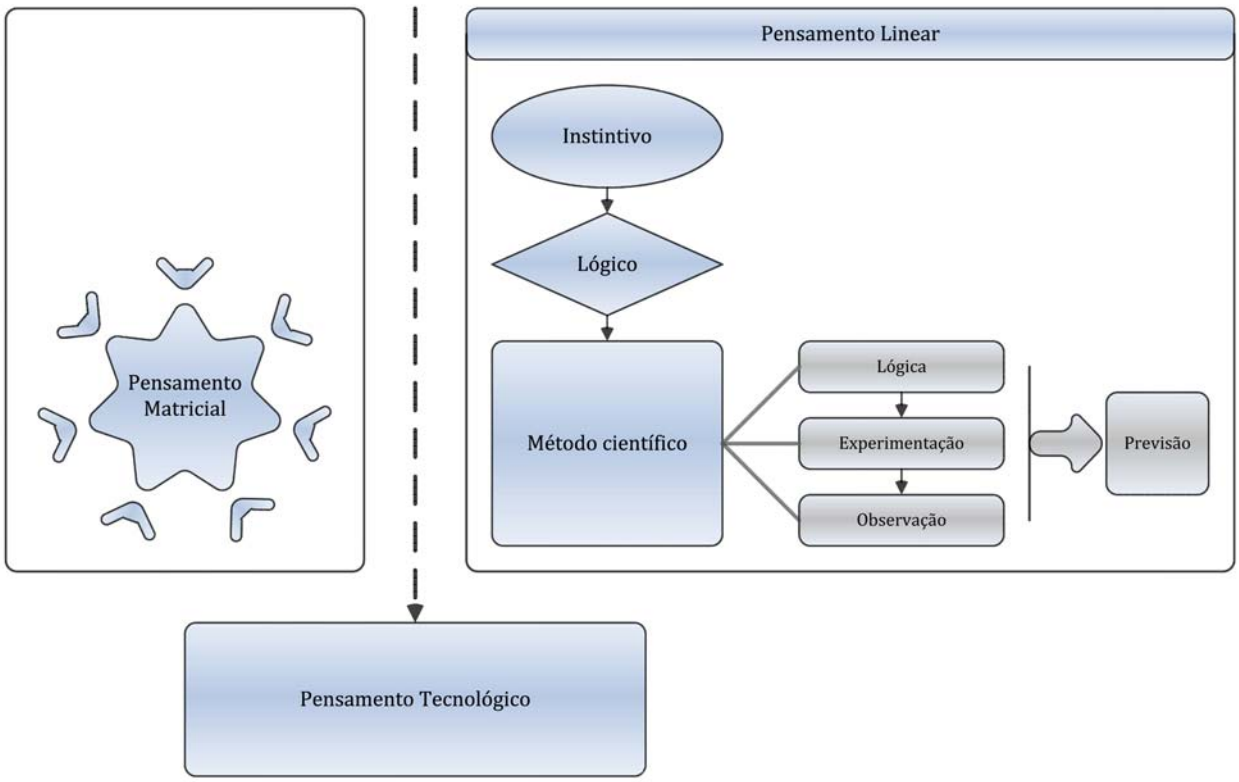


Fig.387 «Evolução» da estrutura do pensamento humano.

2. "*The first, translation, moves information between fields and the second: transformation, applies it from one object to another within a field. These two concepts determine how we operate as technologists, and they are directly applicable to both design and construction. The method both translation and transformation use is to shift our standpoint. This shift occurs when a linear thought pattern suddenly jumps from track to track or level to level in matrix thinking. When and where in a thought process this occurs is partly subjective and culture-dependent. The cultural dependency is easiest to demonstrate in the use of language, because different linguistic traditions, which can be professional or cultural, have different concepts and names for objects*" (Peters, 2003).

Neste trabalho, à medida que o mesmo era executado, foram-se colocando algumas interrogações, implícitas ou explícitas, umas à espera de encontrar uma resposta efectiva, outras apenas como forma de guiar a curiosidade, que a demanda de um Graal funciona sempre até ao momento em que o mesmo é encontrado. Depois de encontrado, ou as revelações são realmente espantosas, ou então significa que ainda não encontramos o Graal que procurávamos, e continuamos a procura, porque não conseguimos assumir que o Graal não seja algo que ultrapasse a nossa própria condição humana.

De uma forma prática, e menos filosófica ou mística, tentarei mostrar o conjunto de questões que motivaram a pesquisa, as respostas encontradas (ou as novas questões que surgiram), nalguns casos podendo repetir parcelarmente o que entretanto já foi dito, porque a mestria do autor policial que consegue revelar a trama toda apenas no final, não a possuo e nem penso que numa tese seria operativa.

Assim, mais do que uma conclusão, o que se pretende é uma síntese conclusiva do trabalho, não exaustiva, que em certas parte terá uma estrutura mais rígida e noutras assenta numa comparação mais livre entre exemplos.

Tentou-se organizar esta tese como um edifício, isto é, procurando no enquadramento e antecedentes o suporte e as fundações. Usando a evolução cronológica de vários temas como as paredes portantes (ou a estrutura resistente vertical) que garante a estabilidade da construção e pegando nas análises que se fazem dos vários edifícios, como pavimentos, patamares localizados num determinado tempo, que correspondam, de certa forma, a uma síntese da forma de construir em determinada altura.

A investigação que se iniciou, centrada na produção arquitectónica dos primeiros anos do século XX, imóveis ainda edificados na tradição construtiva anterior, a par com outros edifícios que faziam uso dos novos sistemas e materiais, mas sem que essa distinção estivesse patente na generalidade dos casos, intensificou e soltou o fascínio pela investigação histórica e esta foi tomando conta da tese.

Quando pensamos na arquitectura portuense corrente a referência mais imediata é a Casa Burguesa Oitocentista como modelo tipológico. Da mesma forma que existe uma Casa do Porto do século XIX[3], será que existirá uma Casa do Porto do século XX?

A Casa do Porto do século XIX, para além de um modelo tipológico arquitectónico, corresponde também a uma tipologia construtiva com elementos determinados que podem ser definidos e caracterizados[4]. Podemos caracterizar da mesma forma a Casa do Porto do século XX? Ou podemos pelo menos fazê-lo dividindo o século em diferentes períodos e fazê-lo período a período?

Como é definido o espaço doméstico no século XX? Como é que os novos materiais, ou as novas preocupações, vão alterar, ou vão alterando, a imagem e o sistema construtivo da casa do Porto do século XIX? Existirá uma casa do Porto do século XX do ponto de vista da tipologia construtiva? São muitas as questões que fui colocando ao iniciar o

3.Quando se fala em Casa do Porto do século XIX, esta é uma designação abrangente que pretende identificar um modelo tipológico, que vem do século anterior e que se mantém nas primeiras décadas do século seguinte.

4.Sobre a caracterização construtiva da casa do Porto do século XIX aconselha-se as Provas de Aptidão pedagógica do arquitecto Joaquim Teixeira (Teixeira, 2004) .

trabalho e para as quais fui tentando encontrar respostas possíveis, talvez não as expectáveis, ou as mais confortáveis.

De uma forma genérica e simplista, apenas para servir como princípio de reflexão, pode-se caracterizar a estrutura resistente da casa do Porto do século XIX, da seguinte forma:

Estrutura portante vertical sensivelmente perpendicular ao arruamento e paralela entre si.

Estrutura portante horizontal, perpendicular à estrutura portante vertical e paralela ao arruamento.

O parcelamento corresponde fundamentalmente a lotes estreitos, e as construções são executadas em continuidade, muitas vezes partilhando estrutura, as paredes-meias.

O afastamento entre os elementos da estrutura portante vertical é determinado pelo vão máximo da estrutura em madeira, ou pela largura do lote, o que for menor.

As paredes das fachadas, do lado do arruamento e tardoz, são geralmente autoportantes mas sem função de suporte na estrutura horizontal do edifício, servindo apenas de travamento ao conjunto. Claro que há excepções, e até alterações em certos pisos.

A mesma distribuição estrutural enunciada pode ser usada com diferentes materiais, isto é, podemos ter alvenarias de pedra, de tijolo, adobe, ou mesmo sistemas de taipa de rodízio, dependendo da época, da altura do edifício, da fase em que é utilizado (construção de raiz ou ampliação), dos recursos económicos de quem constrói, ou dos objectivos de quem constrói, etc.

Este modelo vai começando a sofrer alterações, associadas a alterações da própria estrutura funcional da casa, do cadastro urbano, da mudança social, das exigências modernas de conforto e salubridade e das possibilidades dos novos materiais de construção. Em realidades interdependentes é sempre difícil estabelecer causas e consequências directas, pois não existe uma estrutura linear, antes uma amálgama de interacções.

Para as alterações que começam a acontecer nos primeiros anos do século XX, e provavelmente já nos últimos do século XIX, concorrem aspectos diversos, de que os mais importantes serão:

As mudanças sociais e económicas a nível europeu, com reflexos em Portugal;

As exigências de salubridade e conforto, com apoio em prescrições legais;

O aumento da área e a alteração da proporção do lote;

Os novos materiais de construção.

E, mais tardiamente, a alteração do sistema de agregação de habitações, e posteriormente o da própria regulação da propriedade.

Na zona em análise e no período de transição entre séculos, as maiores diferenças detectadas estão associadas efectivamente às diferenças de cadastro, pois corresponde, na maior parte, a zona de urbanização nova, pela abertura de novos eixos de atravessamento e/ou pela abertura de ruas de repartição interna da malha urbana.

Apesar de anteriormente a dimensão do lote não poder ser considerada objecção à aplicação de outras tipologias, e outra disposição espacial interna, porque é sempre possível associar lotes, é um facto que a grande parte da edificação ocupava a totalidade da frente de um lote (ou deixando uma estreita passagem para acesso ao logradouro)

e que a largura do mesmo estava dimensionada para os vãos-tipo que os sistemas construtivos da época conseguiam vencer.

Se compararmos o caso da construção no Porto com o caso de Lisboa, em que o prédio de rendimento para habitação colectiva tem uma grande representatividade, podemos mais facilmente ver a influência ou inter-relação entre cadastro fundiário, tipologia edificatória, materiais de construção e divisão da propriedade construída.

Em Lisboa, tal como Mascarenhas analisou (Mascarenhas, 1996), a estrutura do prédio de rendimento assenta, a partir da reconstrução de Lisboa, essencialmente num esquema de distribuição por esquerdo e direito que permite rentabilizar a caixa de escadas. Os lotes são maiores do que no Porto já que têm de albergar duas habitações por piso. Existem também exemplos de edifícios de apenas uma habitação por piso, mas com menor representatividade pelas óbvias vantagens económicas do esquerdo/direito.

O prédio de rendimento, como um imóvel de habitação colectiva, construído de raiz para o efeito, não tem praticamente expressão até ao final da década de trinta na cidade do Porto. A impressão sensorial que se tinha do conhecimento da cidade foi confirmada pela consulta dos processos de licença de obra, de forma sistemática.

A tipologia de habitação é fundamentalmente individual, seja edificada para habitação própria, seja para rendimento, independentemente de ser habitação burguesa ou habitação económica. Quando são feitas operações de conjunto para rendimento, existe quase sempre a individualização do edifício sobre o lote de terreno correspondente. No Porto, mesmo quando analisamos a edificação em ilhas, as casas para pobres, ou as habitações operárias e mais tarde "sociais", as mesmas, até essa altura, assentam sempre na individualização da habitação sobre o terreno que lhe serve de base.

Numa segunda fase, um pouco mais tardia, apesar da não individualização da fracção sobre o lote (quando pisos diferentes correspondem a diversas fracções) existe, quase invariavelmente, um desenho engenhoso que garante a independência de acessos e a não existência de propriedade partilhada (ou zonas comuns) para além dos elementos resistentes do próprio edifício e das suas redes infra-estruturais, quando existentes.

Um dos edifícios em que tal subterfúgio é utilizado é o projecto de João Queirós, designado por Inova Casas, já referido no Capítulo 1.7. O sistema de acessos, quer a partir da rua, quer ao logradouro das traseiras, garante escadas independentes para cada um dos apartamentos. Mesmo a zona da cave, que é dividida entre as duas fracções, não implica acessos comuns em nenhum dos casos.

A não existência de um regime de propriedade horizontal, como já referido no Capítulo 1.4, leva a que, em casos em que os edifícios poderiam eventualmente vir a ser propriedade dos seus habitantes (o sistema preponderante na cidade era ainda o de grandes ou médios proprietários e o arrendamento de fracções), a gestão seria simplificada pois nessas circunstâncias a mesma estava prevista no código civil.

Por essas razões, tradicionalmente e em comparação com Lisboa, no Porto os lotes são menores e geralmente estreitos e longilíneos.

O sistema de caixa de escadas comum, na tipologia de esquerdo/direito, que tem aplicação franca em Lisboa desde, pelo menos, o final do século XVIII, funciona bem num sistema de arrendamento, como parece ter sido o preponderante na capital, mas pode levantar muitos problemas de convivência em caso de propriedade por andares quando apenas apoiada nas prescrições legais no código civil.

Esta tradição de tipo de habitação, não só do Porto, mas de todo o país, a que Lisboa "escapa" pela sua dimensão e pressão demográfica, acaba por implicar uma ligação estreita entre cadastro, tipologia habitacional e sistemas construtivos, por uma questão de rentabilidade económica.

Com a alteração social do país, que se torna possível e ganha força a partir da crise liberal, e que corresponde a um processo que ocorre por toda a Europa, passa a existir uma nova classe burguesa, que vai ascendendo económica e socialmente e que necessita da construção dos seus próprios valores e objectos representativos, sendo a habitação um dos mais importantes.

As preocupações humanistas, higienistas, racionalistas vão também ganhando força.

As preocupações sanitárias, que foram tomando corpo no final de setecentos e depois, com mais força, no século XIX, são um imperativo ditado pela aglomeração das pessoas nos núcleos urbanos.

Se o êxodo para as cidades começa umas centenas de anos antes, o seu ritmo intensifica-se à medida que os países se transformam de sociedades agrícolas em sociedades industriais.

Portugal, como sempre (ou quase sempre, há alturas em que somos pioneiros) anda atrasado em relação à Europa em que se insere. A sua situação geográfica de cauda de um continente (quase como um leme, se lhe tivessem sido dadas as atribuições da Jangada de Pedra imaginadas por Saramago) distancia-o, umas vezes protegendo-o, outras atrasando-o.

Como foi referido no Capítulo 1.3, a nossa industrialização processa-se a um ritmo bem diferente da europeia (principalmente da inglesa) e é pois, já em pleno século XIX, que no Porto, o nosso local de estudo, se assiste ao incremento populacional determinado pelo surto industrial que finalmente atinge a cidade.

Surtos industriais anteriores, como, por exemplo, o dos lanifícios na zona da Covilhã, ou do vidro, na Marinha Grande, ficaram essencialmente localizados onde as matérias-primas existiam. Mas com o advento do caminho-de-ferro e com a abertura e ampliação de uma rede rodoviária "moderna", toma-se cada vez mais a iniciativa inteligente, ou economicamente rentável: deslocar a matéria-prima, a granel, e centrar a produção nas zonas próximas do consumo ou das facilidades de distribuição do produto.

A população de Portugal cresce ao longo da sua história (quase invariavelmente. Existem alguns momentos de redução populacional mas que são rapidamente assimilados por um crescimento mais intenso posterior) com um aumento de população urbana, que no caso do Porto é notório, funcionando por surtos, e em algumas alturas em ritmos bastante superiores aos do País ou da capital.

As preocupações com as questões da higiene e saúde públicas começam a ser manifestadas na regulamentação municipal e nacional. O primeiro decreto nacional com interferência directa nesse aspecto é o decreto de 31 de Dezembro (Portugal, 1864-12-31), publicado já em 1865. Não deixa de ser curioso que 1864 seja também o ano em que o comboio chega à estação das Devesas em Vila Nova de Gaia, do outro lado do Douro. Barreira ainda a transpor para a via-férrea e o comboio (a ponte D. Maria Pia seria concluída em 1877), mas muito mais facilmente transponível para as pessoas que nele viajavam, e que se instalam, à chegada, numa cada vez mais lotada zona ribeirinha.

Assim, as preocupações higienistas do decreto de 1864 têm no Porto um segundo sentido, pois correspondem à efectiva densificação da cidade, por fluxos migratórios, pela aglomeração de pessoas recém-chegadas, geralmente estabelecidas, numa primeira fase, dentro da malha existente e só mais tarde, procedendo a construção própria ou

ocupação de construção para rendimento, muita dela em ilhas que enchem os interiores dos quarteirões um pouco por toda a cidade mas com mais incidência na zona oriental.

Neste decreto são ao mesmo tempo questões de planeamento urbano e de construção de edifícios as que se colocam, mas as mesmas vão ter mais implicações nas obras públicas do que nas privadas.

Essa preocupação manifestada no decreto com a salubridade tem vários aspectos, de que a questão das redes de saneamento e abastecimento é apenas um deles. As questões de ventilação, insolação ou desafogo urbano também são determinantes.

As questões ligadas à higiene e à saúde também são evidentes nas posturas municipais desde muito cedo, desde o artigo da *"água vai"* já referido e que tanto me encantou por explicar as expressões idiomáticas que usamos ainda, ligando-a ao meu âmbito profissional. Mas também com a definição de locais na cidade onde podem ser colocados os determinados tipos de entulhos ou detritos, os locais próprios para o comércio dos diversos produtos, ou até a forma do seu transporte, para não colidir com o bem, conforto e saúde pública.

A criação e transferência de sucessivos matadouros municipais para fora da zona urbana (primeiro nas Fontainhas, depois na Rua de S. Dinis, e já no período da República, na Rua de S. Roque da Lameira) é outro dos aspectos desta preocupação higienista da cidade. E mesmo as recorrentes posturas sobre cemitérios são importantes na definição e criação de hábitos mais saudáveis na população, embora questões de propriedade e uso também fossem aspectos importantes.

Passeios públicos são lugares desafogados, por um lado, onde a cidade pode respirar e renovar-se ambientalmente, mas também são locais de distracção e exercício, aspectos também importantes para a saúde da população. Os passeios públicos, tanto em Lisboa como no Porto são criados no século XIX.

Quando Ricardo Jorge (Jorge, 1899) faz o seu estudo demográfico sobre a cidade do Porto e a sua salubridade ou quando mais tarde os delegados de saúde fazem os seus relatórios de actividade (Antas & Monterroso, 1934) e igualmente analisam as condições de salubridade habitacional da cidade, o cenário descrito mostra claramente a necessidade de mudança.

Este relatório, apesar de ser da década de trinta (do século XX) esclarece, conjuntamente com outra documentação, o que foi a actuação da municipalidade no relativo a esgotos desde o final das guerras liberais, até à implantação do Estado Novo.

As questões de abastecimento de água e drenagens de águas residuais e pluviais são dos aspectos mais importantes para garantir a saúde pública.

As situações mal resolvidas do sistema de cloaca central implementado em Lisboa pós terramoto, como a rugosidade das paredes, que implicavam a acumulação de detritos, a falta de varrimento em quantidade necessária, quer pelas águas das chuvas, quer pela subida das águas das marés (Mascarenhas, 1996: 54), foram certamente tidos em conta na execução dos primeiros aquedutos do sistema unitário construídos no Porto.

Em toda a documentação consultada não foram encontradas, no caso do Porto, queixas relativas ao mau funcionamento da rede nesses aspectos, e era sempre referida a obrigatoriedade dos proprietários fazerem a ligação ao aqueduto, algo que não seria da mesma forma forçado se o sistema não funcionasse.

Na década de 1850 faziam-se obras na Rua da Boavista para a inserção de colectores, do sistema designado por *"tout-à-l'égoût"*, como a ele se refere o Presidente da Câmara usando a denominação francesa, isto é, um sistema não separativo. Este sistema acabou por não ser o mais tarde implementado com intenção de abrangência total da cidade, e que ainda hoje está em funcionamento, com as manutenções e ampliações necessárias e a construção de ETARs para o tratamento dos efluentes.

Não tendo recaído a escolha no sistema unitário para a instalação no município do Porto, a partir do final do século XIX é iniciada a construção de um sistema separado. O sistema unitário já executado é, aparentemente, deixado para as águas pluviais, que já lá estavam ligadas, e provavelmente em maior número (e correspondendo a maior quantidade em certas épocas do ano) do que as águas fecais, e é iniciada a construção um novo sistema para as águas residuais a partir de 1896, contudo, por problemas técnicos, o sistema só entra em funcionamento em 1927. A adjudicação à firma inglesa Hughes & Lancaster resulta de um concurso internacional (Tavares & Vale, 2010).

O Regulamento de Salubridade de 1903 é o primeiro a estabelecer nacionalmente a obrigatoriedade de um sistema separativo entre águas pluviais e águas residuais. O Município do Porto antecipou-se a essa obrigatoriedade e nos próprios projectos executados, por hábito e não por normas legais, se estabelece uma outra separação nos ramais de descarga de aparelhos e nos tubos de queda; a separação entre águas negras e águas saponáceas que apenas são unidas ao nível de colectores gerais e ligação à rede pública.

Esta forma de fazer que ainda actualmente se mantém, tem vantagens evidentes numa tratamento mais específico e sustentado dos efluentes dos edifícios, que é permitir mais facilmente fazer a reciclagem de águas saponáceas para outros usos, uma vez que elas já são recolhidas num sistema de condutas independentes até à base do edifício.

Até essa altura, ou se construíam fossas para a recolha de esgotos (as instalações sanitárias nas habitações também são uma novidade na segunda metade do século XIX), ou se ligam ao sistema unitário, caso a rua em questão já o possua. São vários os editais e posturas municipais promulgadas nesse sentido, para obrigarem os proprietários a fazerem as ligações, pois o sistema anteriormente em uso, aparentemente, era ligar os canos directamente para a rua e deixar que os dejectos escorressem rua abaixo (felizmente o Porto é uma cidade com boas pendentes).

A ligação de saneamento aos colectores de águas pluviais, de um modo informal, e até ilegal, foi continuada a ser feita ao longo de todo o século XX. Ou é efectuada a ligação dos esgotos directamente à rede, ou, menos grave, a ligação das águas que resultavam da depuração dos mesmos em fossas sépticas. Isto acontecia (muitos provavelmente muitos deles ainda se mantêm em funcionamento) fundamentalmente em zona não servidas por colectores, mas também noutros casos, em zonas servidas, mas em que a cota do colector de águas pluviais era bastante inferior à do colector de saneamento, o permitia ligações de saneamento de caves por gravidade no primeiro caso, e não no segundo. São situações que facilmente são detectadas pelos arquitectos, enquanto projectistas, quando procedem a projectos de remodelação de edifícios, pelo que este é um dado que resulta da experiência própria e de colegas e não de uma análise alargada.

Com a implementação, nas últimas décadas, de sistemas públicos de tratamentos de águas residuais (no caso da zona do Porto, a ETAR do Freixo e a ETAR de Sobreiras) as ligações ilegais de saneamento às redes de águas pluviais tornaram-se mais evidentes, porque a construção da ETAR continuava a não resolver a poluição por coliformes fecais de determinados cursos de água, ou mesmo das zonas balneares, e tornou-se mais fácil, em certas circunstâncias, em

vez de procurar os infractores, como em agulhas em palheiros, proceder-se à ligação da própria rede de águas pluviais ao sistema de tratamento da ETAR.

A legislação de 1903 (Portugal, 1903-02-14), até pela designação, não deixa dúvidas que a salubridade é uma questão fundamental, essencialmente em questões ligadas ao sistema de remoção de detritos, sólidos e líquidos e ao abastecimento de água. Já não, como no decreto de 1864, numa perspectiva maioritariamente de obra pública, mas tendo em atenção a iniciativa privada, as obras particulares e de alguma forma um papel de ensino de soluções construtivas e de uso dos materiais de forma adequada. A própria conclusão a que o município tinha chegado, anos antes, é que com fundos apenas públicos, sem a participação dos particulares, não conseguiria estabelecer um sistema de saneamento na cidade. Mesmo procedendo o município às canalizações gerais, os custos de ramais de ligações às edificações correspondiam ainda a uma fatia muito importante do orçamento.

As posturas municipais promulgadas a partir de 1903 também dão importância a esses aspectos, primeiramente pela obrigatoriedade de ligação dos sistemas prediais de saneamento aos colectores públicos, ou pela necessidade de inclusão no processo de licenciamento do projecto das fossas quando não existisse colector e, mais tarde, pelo estabelecimento específico de um Regulamento de Saneamento, anexo às posturas sobre obras particulares (CMPorto, 1929).

O RSEU dá também importância à questão das águas pluviais e da humidade em geral, juntando à questão pública de gestão de efluentes, uma visão ligada à garantia de qualidade construtiva dos imóveis. Os artigos do decreto, em certos aspectos, funcionam como um mini manual de construção, que ensina como as coisas devem ser executadas, e que acabam por determinar o modo de construção corrente durante décadas.

A questão da segurança geral do público começa a colocar-se primeiro na legislação municipal, no caso presente do Porto, e só mais tarde na legislação nacional. Essa precedência da legislação municipal em relação à legislação nacional não é de estranhar, afinal o município era a célula base e teve de estabelecer regras que permitissem a sua existência e preservação dos seus indivíduos. As posturas promulgadas pós revolução liberal estão em continuidade da actuação anterior, mas adaptadas a uma nova vivência e dimensões urbanas, e um sentido de modernidade que se pretende incutir na população.

A questão da dimensão urbana, da aglomeração da população, não apenas em termos habitacionais, mas de um conjunto de actividades, algumas delas lúdicas, que começam a ganhar força, agudiza também a questão da segurança contra incêndio. Os fogos que eclodiam regularmente pela cidade do Porto, nos edifícios de habitação mas também em edifícios de uso público e representativos como o Teatro Baquet [1888] ou o Teatro S. João [1908] provam que a questão do risco de incêndio era um problema efectivo e importante.

O fogo, roubado aos deuses e oferecido por Prometeu aos homens, mas ao mesmo tempo, ferramenta do diabo que com ele queima as almas por toda a eternidade, sempre teve esse carácter dual na cultura humana.

Sendo muito importante numa habitação (de tal forma que a designação de Fogo aplicado à morada do Homem ainda se mantém completamente actual, em uso corrente) é também um dos seus maiores riscos. Até ao aparecimento da electricidade era a única forma de cozinhar os alimentos, de se iluminar durante a noite e manter-se quente no tempo frio (o gás aplicado quer nas cozinhas, quer na iluminação quer nos aquecimentos, usa também o fogo, apenas muda o combustível). E em grande parte da actividade industrial o fogo também está presente, ou

indirectamente como produtor de força motriz, nas máquinas a vapor, ou directamente em fornos e forjas, por exemplo.

Assim, as preocupações relativas ao fogo são das primeiras a serem expressas na legislação, principalmente na municipal. Os incêndios propagavam-se com facilidade pois os materiais de construção dos edifícios não conseguiam constituir barreira corta-fogo entre pisos, e entre edifícios, face aos pavimentos e às coberturas em estrutura de madeira. Apenas se conseguiria minorar o problema com a colocação de paredes guarda-fogo que nunca tiveram grande utilização na cidade do Porto, até pela conformação mais usual dos telhados em quatro águas.

Nas posturas municipais, a questão dos incêndios nunca está ausente, apesar de ter formulações distintas ao longo do tempo. Algumas das disposições construtivas relativas a segurança contra incêndio não resultaram de legislação promulgada, mas da própria especificação aos proprietários feita pela Inspecção de Incêndios, em informações anexas ao processo de licenciamento. Da obrigatoriedade de execução das chaminés em materiais incombustíveis, passa-se aos próprios elementos construtivos que conformam o espaço da cozinha, a paredes guarda-fogo em casas em correnteza, ou a elementos de separação de funções, sempre executados com os materiais incombustíveis mais adequados, disponíveis em cada época.

A estabilidade e solidez das edificações entronca com questões de segurança geral do público, e numa primeira fase é garantida por regras empíricas do conhecimento do construtor e que nem sequer são validadas pela municipalidade, quando muito, pelos vigias ou fiscais, na visita à obra, mas de que não ficam registos no processo. Numa segunda fase já se começa a solicitar que seja explicitada a dimensão das peças estruturais, quase sempre aplicadas às peças de madeira, mas em alguns casos, cotando as próprias paredes.

Só com o advento do betão armado e a publicação do regulamento para o seu emprego em 1918 é que verdadeiramente se pode falar de um estudo efectivo sobre a estabilidade e solidez da construção e nos primeiros tempos, apenas aplicada à zona geralmente diminuta em que o mesmo era usado no edifício, uma viga, uma escada, um pilar, uma pequena laje.

E o que até então tinha sido campo indistinto de arquitectos, engenheiros e mestres-de-obras, passa a ter a necessidade de um responsável com uma formação específica - engenheiro (mas não tão específica assim pois engenheiros industriais assinavam projectos de estabilidade ainda na década de cinquenta). Esta obrigatoriedade tem algumas consequências na organização de todo o processo de projecto e construção. O facto de haver mais do que um interveniente no projecto leva ao aparecimento na prática, ainda que não legalmente estabelecida, da coordenação de projecto.

Paralelamente a questões de solidez das edificações também se colocavam questões de manutenção das mesmas, quer em relação ao seu estado de ruína, quer das manutenções periódicas de que deveriam ser alvo. Relativamente ao primeiro aspecto, o código civil, promulgado em 1867, estabelece as responsabilidades e as obrigações dos proprietários.

A questão da manutenção dos edifícios privados em bom estado de conservação, principalmente no que interferem com a vida pública da cidade e a visão que dos arruamentos se tem é um aspecto consignado nas posturas municipais do Porto, estabelecendo a partir de 1889 a obrigatoriedade de pinturas periódicas em todos os edifícios não

revestidos por azulejos ou pedras, sendo sempre reiterada nas seguintes. A imagem geral da cidade e dos seus edifícios era importante para a municipalidade.

Esta sequência de posturas acabou por ter um efeito colateral na imagem da cidade, que é o revestimento por azulejos de muitos dos seus edifícios, situação que ainda hoje se constata para edifícios construídos até ao final da década de 1920.

O azulejo é um material de grande tradição nacional e independentemente de posturas e regulamentos, o mesmo seria usado pelas suas características decorativas e protectoras, mais ou menos trabalhado, executado por processos manuais ou mecânicos consoante as épocas e de acordo com a ideia preconizada pelos projectistas. Mas o que se nota é a execução de um revestimento por azulejos posteriormente à execução dos edifícios, e em alguns casos colocados algumas dezenas de anos depois. Penso que estas posturas poderão ser uma das razões.

A outra das razões terá certamente a ver com a evolução da própria indústria cerâmica, com a mecanização que começa no final do século XIX, aplicada não só aos tijolos como materiais de construção, mas também aos elementos decorativos em cerâmica, quer eles fossem azulejos, quer diversos tipos de frisos, ou elementos a apor nas fachadas, ou mesmo cimalhas de remate de edifícios ou peças decorativas para telhados e ventilações de cobertura e muitas outras coisas que o gosto de cada época resolvia incluir nas edificações.

Estas duas razões, aliadas, serão certamente responsáveis pela predominância de azulejos cerâmicos no revestimento de edifícios na área em análise.

Nos edifícios construídos essencialmente a partir de meados da década de 1930, dentro da área de análise, a utilização do azulejo decai consideravelmente, como elemento de revestimento integral da fachada e mesmo a sua utilização em elementos decorativos tem pouca representatividade.

A partir desta altura, a utilização do azulejo prende-se mais com questões de gosto certamente. Nos edifícios de feição tradicionalista, o azulejo já não aparece como um revestimento total, mas como um elemento decorativo que é colocado na fachada, muitas vezes em conjugação com as próprias cantarias. Nos edifícios onde se procura uma imagem «moderna» (naquela época), o azulejo tem alguma dificuldade em encontrar lugar na composição arquitectónica (serão retomados mais tarde, com outros desenhos e proporções, noutras imagens, também «modernas»).

A questão de insolação dos edifícios, desafogo urbano e ventilação dos espaços é pela primeira vez tratada nem legislação em 1864.

O regulamento de 31 de Dezembro estabelece, pela primeira vez numa lei, uma relação entre a largura das vias e a altura permitida para as edificações. O Plano para a Reconstrução de Lisboa na altura do terramoto estabelecia alturas de pisos, mas fundamentalmente por questões de normalização de desenhos de alçado e de segurança contra incêndios, embora tivesse também influência no desafogo urbano que ainda hoje caracteriza essa zona da cidade de Lisboa. E sendo um regulamento anexo a um plano, com uma localização específica, não era prescrito a nível nacional, nem sequer das duas maiores cidades. Contudo não pode ser esquecido como o precursor dos regulamentos dos séculos XIX e XX.

No regulamento de 1864 a relação era estipulada por patamares, enquanto actualmente esse limite se faz por uma progressão contínua, a designada lei dos 45º. Este regulamento é mais permissivo que o actual RGEU nas vias

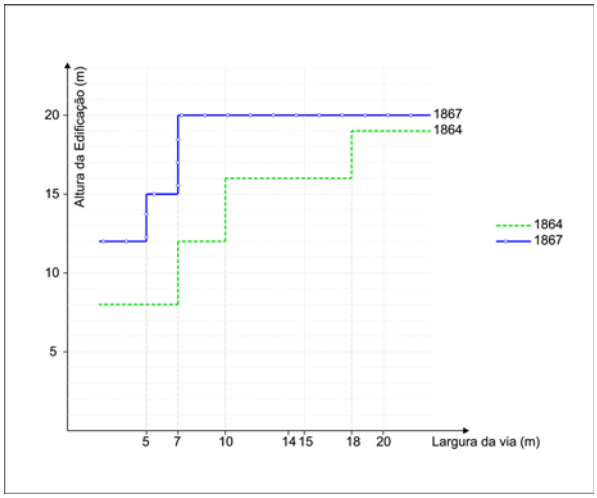


Fig.388 Largura da via versus Altura do edifício. Comparação entre o decreto de 1864 e a alteração estabelecida pelo decreto de 1867

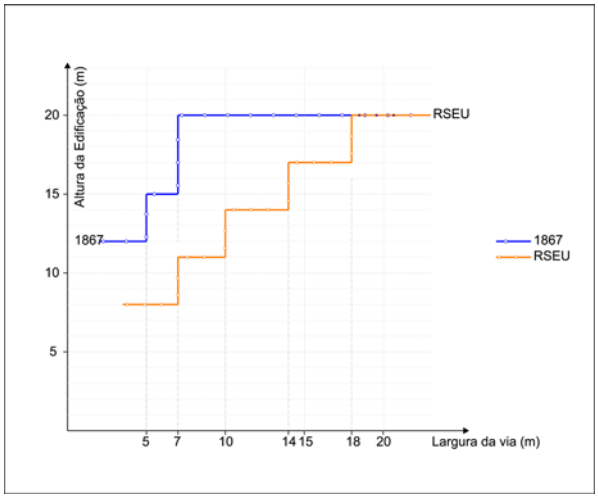


Fig.389 Comparação entre o decreto de 1867 e o RSEU

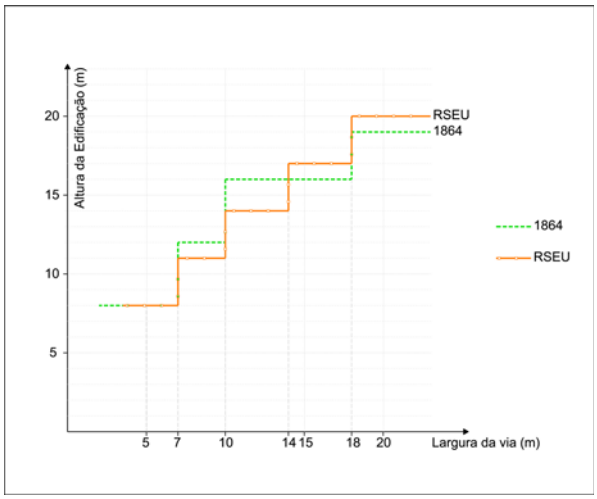


Fig.390 Comparação do decreto de RSEU com o decreto de 1864

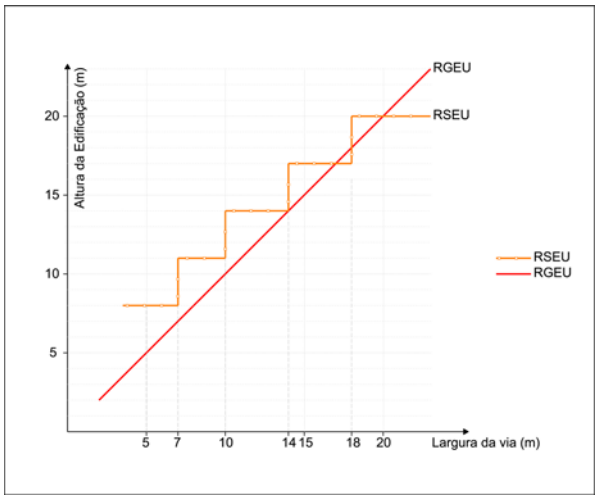


Fig.391 Comparação entre o RSEU e o RGEU

até 19 metros de largura, sendo tal muito mais notório em vias com largura reduzida, por exemplos vielas estreitas, que permitem ainda uma capacidade edificatória de 8 metros. A partir dos 16 metros, o regulamento de 1864 aproxima-se do RGEU, tornando-se mais restritivo do que o RGEU a partir dos 19 metros de largura de via, até porque não considera altura de edificação superior a 19 metros. De qualquer forma, corresponde a uma restrição forte em relação ao que era prática comum na época e aos exemplos existentes na cidade àquela data.

Esta questão de limite de altura das edificações aplicar-se-ia à cidade de Lisboa, inserida na realização de um Plano de Melhoramentos a que o Governo deveria dar início urgente. Mas como forma de garantir que os edifícios construídos antes da conclusão do Plano não colidissem com os pressupostos do mesmo, teria aplicação imediata à publicação do decreto.

No caso da cidade do Porto, também seria executado um plano de Melhoramentos, mas não era indicado o carácter de urgência e os limites altimétricos só seriam aplicados *"depois deste plano ser aprovado pelo governo"* (Portugal, 1864-12-31). Para as restantes cidades do país, a execução do um plano de melhoramentos só teria efeito

se solicitada pela respectiva câmara e o decreto é omisso relativamente à aplicação ou não dos limites altimétricos. Claro que a pressão de densificação construtiva seria superior nas duas maiores cidades e praticamente inexistente em muitas das outras vilas e cidades do território, não fosse a existência ainda de recintos amuralhados que faziam tender para uma densificação construtiva no interior da cerca, apesar da existência de espaço vago na periferia do aglomerado urbano.

Quando em 1867 o governo procede à primeira alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864, pela carta de lei de 2 de Julho (Portugal, 1867-07-02), o motivo principal é notoriamente a questão do limite altimétrico das edificações, sendo também o mais fortemente alterado.

O decreto de 1867 aumenta substancialmente a altura permitida, mesmo para os arruamentos mais estreitos. Facilmente se infere que esta posição do governo resulta de pressões dos proprietários e dos construtores que assim rentabilizavam, em alguns casos em quase mais 100%, a capacidade edificatória do lote.

Como os limites de altura se aplicavam quer a obra nova quer a ampliações de edifícios existentes, as prescrições tinham sérias influências no que era um dos processos de densificação construtiva das zonas históricas, por ampliação sucessiva em altura dos edifícios.

Ainda em relação à altura de edificações, a carta de lei de 1867 estabelece pela primeira vez que *"A altura de qualquer pavimento não poderá ser inferior a 3 metros"* (Portugal, 1867-07-02). Infere-se que a necessidade dessa prescrição tenha decorrido do facto de na implementação dos limites altimétricos do decreto de 1864 se terem começado a reduzir os pés-direitos para na mesma altura conseguirem meter mais pisos.

O facto de legalmente o limite altimétrico referido nos decretos de 1864 e 1867 só ser aplicado à cidade do Porto após a aprovação do respectivo Plano de Melhoramentos implicava que sem esse Plano, ou nas áreas não abrangidas pelo mesmo (caso existisse), não seria obrigatório o cumprimento pelos proprietários das disposições relativas à altura das edificações.

Assim, como forma de reforço da aplicação dessa legislação a toda a cidade, as posturas municipais do Porto publicadas em 1869 (CMPorto, 1869), referem explicitamente a necessidade de dar cumprimento à carta de lei de 2 de Julho de 1867, fazendo mesmo a transcrição do seu ponto 7 do artigo 35º e a totalidade do artigo 36º. Estes artigos voltam a ser transcritos nas posturas publicadas em 1889 (CMPorto, 1889).

Em 1900, quando é publicado o regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas (Portugal, 1900-09-19), os limites altimétricos definidos pelo decreto de 1867 são os utilizados para as construções à margem das estradas nacionais. Neste decreto nada é referido relativamente às alturas mínimas dos pisos.

Em 1903, aquando da promulgação do RSEU, são estabelecidos novos limites altimétricos da edificação, agora mais restritivos que os de 1867, e bastante próximos dos de 1864. Quase como se a lei de 1864 tivesse sido implementada demasiado cedo para o país e fosse necessário um período de carência de quase quarenta anos para a efectivar.

O sistema de limites de alturas do RSEU já se baseava numa relação praticamente equivalente entre altura de edifícios e largura de vias, mas como continuava a estabelecer os limites por intervalos de larguras de arruamentos e patamares de altura de edifícios essa equivalência apenas se verificava para o início do intervalo considerado. O RSEU mantém-se em vigor praticamente meio século, até á publicação do RGEU em 1951.

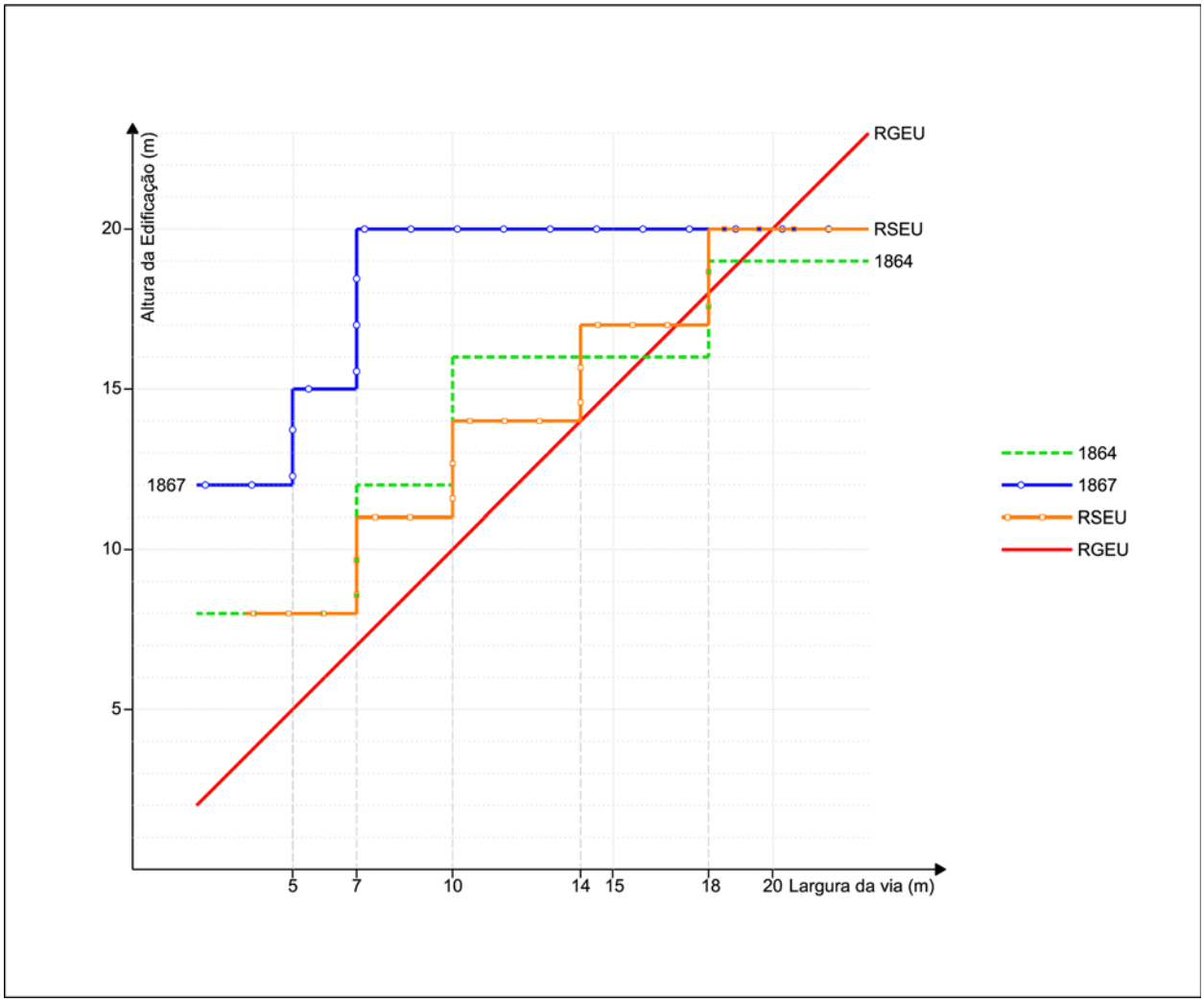


Fig.392 Limites altimétricos das edificações.
Comparação entre as diferentes legislações promulgadas nos últimos 150 anos.

O RSEU estabelece a altura mínima dos diferentes pisos em função não da sua utilização, como é feito actualmente, mas relativamente à sua localização no edifício. Isto é, estabelece alturas mínimas diferenciadas consoante se trate do rés-do-chão, do primeiro andar, do segundo, etc.

Este tipo de prescrição insere-se perfeitamente numa forma de pensar a cidade assente na tradição clássica, que recorria a ordens e a sistemas compositivos e de métrica para o desenho de alçados. Nesse sentido, ao rés-do-chão seria dado um papel de relevo ao reservar-lhe uma maior altura, vindo a importância dos andares e a sua altura, a diminuir à medida que os mesmos se afastavam do solo.

O RGEU, apesar de ser mais lógico e directo na formulação, porque faz equivaler directamente a largura de via e a altura da edificação, tomando como referência uma linha traçada a 45º graus pelo limite do passeio oposto (ver Fig.150), acabou por ser extremamente perverso no desenho das cidades, levando a um empilhamento sucessivo de andares recuados, que assim, pela nova distância, continuavam a respeitar o limites legalmente estabelecidos, mas que arquitectonicamente são, na maioria dos casos, más soluções.

Também o não estabelecimento de cérceas máximas, como todos os regulamentos anteriores faziam, permite soluções de edifícios muito altos, desde que afastados o suficiente das outras construções, levando a algumas situações aberrantes no contexto urbano em que se inseriam. Alguns desses edifícios são mais tarde alvo de complicados e longos processos judiciais com vista à sua demolição. O que talvez tenha mais notoriedade é o edifício Coutinho em Viana do Castelo, mas as torres de Ofir, no concelho de Esposende, construídas em cima da zona de reserva dunar também são outro bom exemplo do efeito pernicioso do RGEU, quando não enquadrado por um competente e rigoroso planeamento municipal.

Os limites das alturas dos edifícios são garantidos, actualmente, por legislações municipais, como os regulamentos dos PDM, ou mais especificamente, quando existem, por planos de pormenor.

Ainda a propósito de garantias de insolação, ou iluminação natural, para além do afastamento relativo dos prédios colocados em faces opostas de um mesmo arruamento, no regulamento de 1903 também são garantidas dimensões mínimas de janelas, de pátios entre prédios, bem como dos saguões internos, para iluminação de compartimentos interiores.

As janelas devem ter um mínimo de 10% da área do quarto, com uma área que nunca pode ser inferior a 0,8 m^2 em quartos de dormir. E as larguras e áreas mínimas de pátios estão também relacionadas com as alturas dos edifícios que os conformam.

O estabelecimento de alturas mínimas de cada um dos pisos do edifício é também importante por duas ordens de factores;

- Uma, mais relacionada com o aspecto estético das construções e da própria representatividade do espaço público (ainda dentro das primeiras leis da edificação, mais preocupadas com as questões do conforto geral, público, do que com as questões intrínsecas às próprias edificações).
- A segunda ordem de factores, já relacionados com as questões internas do próprio edifício, condições de higiene e saúde. Limites inferiores para as alturas garantem de alguma forma volumes mínimos de compartimentos, atmosferas menos confinadas e menos incidências de determinadas doenças.

Apesar do decreto de 1867 já definir alturas mínimas de pisos (o decreto de 1864 é omisso nesse aspecto), no decreto de 1903 essas alturas são aumentadas, com consequências directas nos custos das construções como se queixava, numa memória descritiva, um promotor particular de casas para pobres, ou casas baratas, que pretendia rentabilizar o fundo do seu quintal com construção desse tipo de habitações.

Ainda que a questão das alturas mínimas dos compartimentos poder estar relacionada, a partir de 1903, com questões de salubridade, efectivamente só a partir da publicação do RGEU é que se faz uma relação directa entre os valores de pé-direito e o tipo de utilização dos espaços. E só a partir desta altura é que também se estabelecem áreas mínimas de compartimentos, o outro factor importante na definição de volumes mínimos.

Anteriormente, quer na carta de lei de 1867, quer no RSEU, as alturas são estipuladas em função da localização do piso no edifício, independentemente da função que alberga, num esquema de composição de alçado e representatividade relativa dos pisos no edifício.

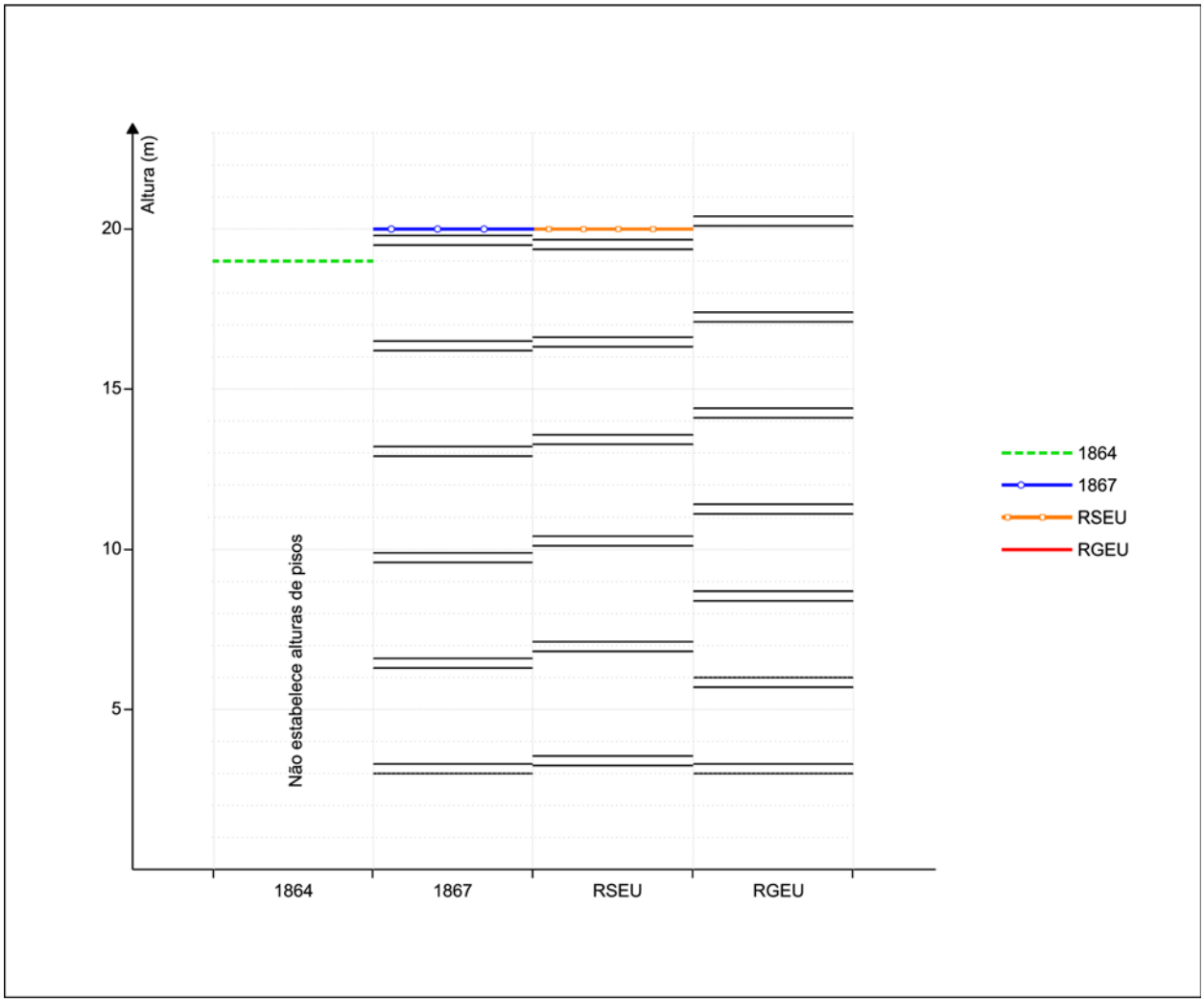


Fig.393 Alturas mínimas dos pisos e alturas máximas dos edifícios, segundo os diferentes regulamentos. Nos casos em que a legislação não refere espessura de pavimento, considerou-se 30 cm.

Não deixa de ser curioso o facto de os limites do RGEU corresponderem a uma rentabilização maior do terreno em termos de construção em altura, para tipologias correntes (comércio/serviços no rés-do-chão e habitação nos pisos superiores), com um incremento de construção de 16% para a mesma altura máxima de edifício considerada na legislação anterior.

Apesar de a ventilação ser um dos aspectos mais importantes na qualidade e saúde dos edifícios, nem sempre foi alvo da atenção devida a nível legal.

Claro que outras disposições legais ou mesmo exemplos de uso podem indirectamente ter influência neste aspecto.

As posturas municipais da cidade do Porto, durante o século XIX não fazem qualquer referência específica às questões de renovação de ar dos espaços, nem volumes mínimos de ar por utilizador ou compartimento.

Ainda que o decreto de 1864 diga que se devem atender às *"indispensáveis condições de luz, ventilação e abastecimento de águas"* (Portugal, 1864-12-31) nas edificações inseridas nos planos de melhoramentos que forem

executados, a verdade é que para a época a que nos referimos as prescrições deviam ser mais específicas, instrutivas, para terem um efeito sensível.

Só em 1903 é que as questões da ventilação dos espaços são colocadas especificamente numa legislação nacional, prescrevendo-se dimensões mínimas de janelas com influência na iluminação, como já referido, mas também nas questões de ventilação[5] .

No decreto de 1903 (Portugal, 1903-02-14) estabelecem-se volumes mínimos por compartimentos de dormir, volumes mínimos por estabelecimentos oficinais e, para todos os efeitos, ao definirem-se áreas mínimas (e larguras mínimas) de pátios e saguões, também se está a contribuir para a garantida de níveis mínimos de ventilação dos compartimentos que para esses espaços abrem.

Outros modelos de organização urbana que não assentam estritamente na rua e no quarteirão compacto vão tendo os seus ecos em Portugal, como por exemplo a cidade jardim inglesa. Nas novas vias abertas, ou urbanizadas, a geometria do cadastro vai-se alterando para permitir lotes de diferente proporção, maior frente e menor profundidade, que permitam a edificação de «chalets» que se começam a tornar a habitação da classe burguesa, ou de outras tipologias que permitem uma imagem semelhante, mas com menores consumos de áreas, como por exemplo as moradias geminadas, ou as moradias geminadas também divididas por pisos entre proprietários/arrendatários, com acessos individuais pelo exterior.

Com o aumento da dimensão dos lotes, a lógica da distribuição estrutural deixa de estar tão clarividentemente determinada como estava na casa do Porto do século XIX. A estrutura, em vez de ser pensada em termos de alinhamentos normais entre si, começa a ser pensada em termos de células que se agregam e podem, quase indistintamente, assumir a orientação numa ou outra direcção, ou nas duas em simultâneo. Em vez de um sistema de paredes portantes numa única direcção, conformam-se compartimentos de base quadrada ou rectangular com apoios possíveis nos quatro lados.

Entre os primeiros tipos de lajes de betão armado utilizados no Porto e em Portugal estão as lajes bidireccionais maciças, ou os sistemas de quadrícula de vigas, para vãos maiores, sistema que tira partido desta estrutura celular, ou é propiciado por ela. E a organização da estrutura por células também permite e facilita a coexistência de diferentes sistemas de estrutura em diferentes compartimentos, consoante os requisitos, por exemplo usando o betão apenas em cozinhas, tectos de garagens, ou instalações sanitárias.

No edifício da Anecra, analisado no Capitulo 1.7, esta diferenciação do tipo de estrutura horizontal é aplicada de uma forma bastante evidente.

5.De referir que até à utilização consistente de vidros nas janelas dos edifícios, a questão da ventilação se deveria colocar mais por excesso do que por deficiência. As portadas de madeira que encerravam os vãos de reduzidas dimensões, facilmente tinham frinchas pelo empeno do material, por onde entrava o ar e, para receberem luz, teriam de estar abertas, provendo igualmente ventilação.

Tal como acontece agora, as melhorias económicas e tecnológicas, que naquela altura permitiram a colocação de vidraças nas janelas, aumentando a dimensão das mesmas e que agora permitem colocar caixilharias cada vez mais estanques que levam à necessidade de dispositivos específicos complementares de ventilação, podem vir a ter um efeito adverso, prejudicando a qualidade de ar interior dos edifícios.

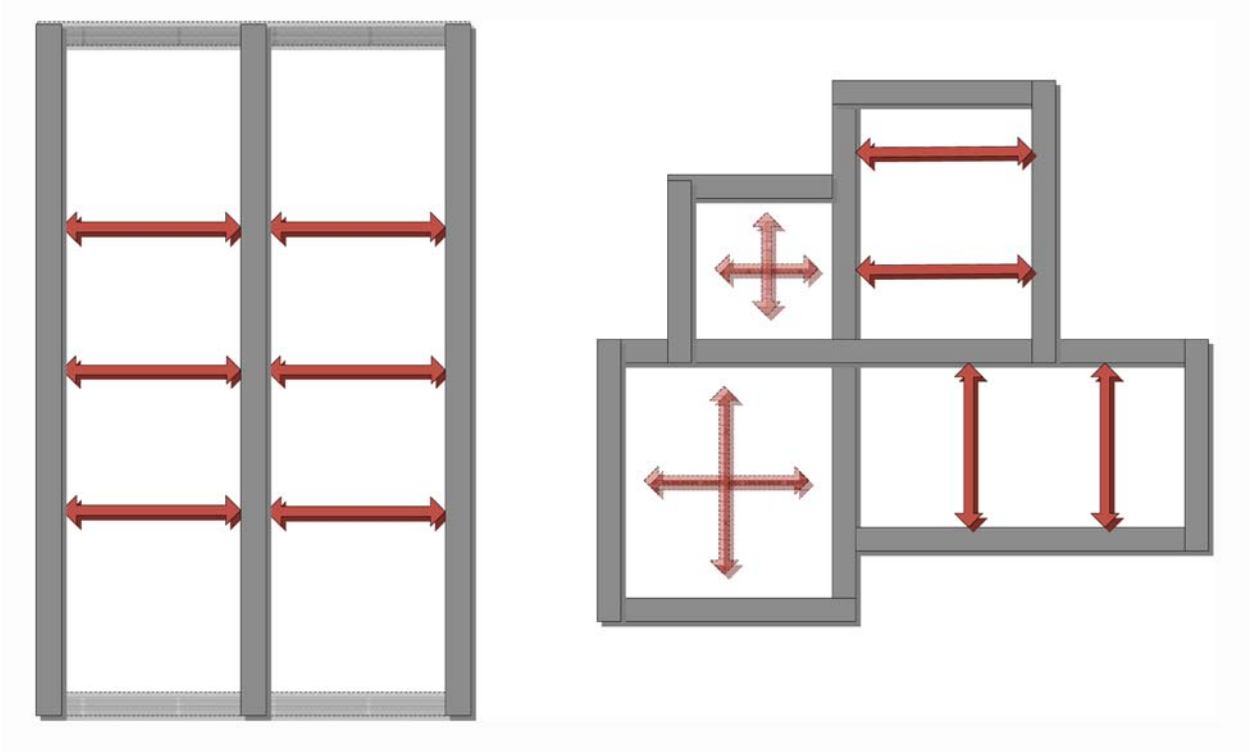


Fig.394 Comparação do esquema distributivo estrutural típico da casa do Porto do século XIX, e as alterações que se começam a processar nos primeiros quartéis do século XX.

Nesta estrutura de células, a dimensão dos vãos utilizados é compatível quer com o sistema de pavimentos em madeira quer com as finas lajes de betão, já que no mesmo edifício os dois sistemas irão coexistir.

A alteração da forma como se estrutura e organiza a habitação também resulta dos requisitos de salubridade que a nova legislação determina, como a garantia de ventilação e iluminação natural de todos os compartimentos habitáveis, levando a uma diminuição da profundidade da construção e a um maior afastamento entre construções.

São múltiplos os aspectos que vão influenciando a forma como se projecta e como se constrói no Porto ao longo de todo o século e não podem ser esquecidas, ou minoradas, as referências formais e teóricas que chegam através de publicações, da formação dos nossos arquitectos, ou das viagens ao estrangeiro, e a sua influência efectiva no processo de edificação.

E de que forma se inter-relacionam imagem arquitectónica e novos materiais?

A percepção de que sistemas construtivos e imagem arquitectónica numa primeira fase andavam muitas vezes desfasados levou a tentar saber em que altura determinados sistemas passaram a estar acessíveis, ou em utilização corrente e se a sua adopção teria a ver unicamente com a disponibilidade dos mesmos, ou se com questões ideológicas, económicas ou outras.

Tentava-se também perceber o papel dos arquitectos na evolução do uso dos materiais e sistemas construtivos em Portugal. Seriam os mesmos argumentistas e realizadores, ou simplesmente actores e figurantes? Seriam activos levando à introdução, em Portugal, de novos materiais, à pesquisa ou definição de novos sistemas, ou seriam passivos e guiados por outros técnicos, ou clientes, ou mesmo aquela entidade omissa designada por «o mercado»?

A evolução tecnológica e forma arquitectónica andariam ligadas como pernas de um mesmo corpo, cada uma puxando a outra à vez, num percurso de inovação e renovação de imagem, técnicas, tecnologias, sistemas, materiais, artefactos? Ou seriam realidades com um nível de dependência reduzido? Ou inexistente?

Partindo dessa busca de perceber de que forma, no início da modernidade em Portugal e no Porto, inovações tecnológicas e imagem arquitectónica se influenciaram mutuamente, constatou-se que numa primeira fase, na generalidade dos casos estas questões se colocavam de uma forma prosaica, sem recurso a uma teoria de sustentação. Os desígnios, ou intenções, geralmente são fabricados a posteriori. Não existe uma ideia geral que atravesse transversalmente a obra de diversos arquitectos, nem um fio condutor longitudinal que agregue as suas práticas.

A frase feita, muitas vezes aplicada à arquitectura, de que cada caso é um caso, cada projecto é um projecto, cada edifício tem a sua especificidade própria, aplica-se também à prática disciplinar dos arquitectos.

Existe, claro, aprendizagem, transposição de conhecimentos de uma obra para outra, existe o valor do exemplo, porque faz parte da própria natureza humana. Existem referenciais externos que chegam primeiro através da formação escolar no estrangeiro, da imprensa periódica e dos livros, e das próprias viagens, e mais tarde por uma mais liberta contaminação entre países.

Mas pensar que existe uma intencionalidade consciente geral, que se sobrepõe aos casos individuais, é uma visão de quem está de fora e, mais do que de fora, de quem se posiciona à frente no tempo e tem a perspectiva global que a distância temporal lhe permite. Para quem comunga do movimento, para quem participa, geralmente, não se trata de traçar grandes rumos, mas resolver questões caso a caso, num sistema de gestão corrente a que todos os que construímos estamos habituados.

Também é preciso ter em conta que a narrativa histórica se fabrica a partir de um conjunto finito de casos escolhidos e não da totalidade dos casos/factos existentes (até porque tal é impossível), sendo por isso uma visão sectorial e simplificada. A narrativa histórica numa análise comparada é sempre subjectiva mesmo quando se fundamenta em factos e em verdades.

É como se estivéssemos perante um território envolto em neblina, de que apenas alguns pontos altos sobressaem. Pensar que por essa visão filtrada poderíamos ter o conhecimento total da paisagem que se esconde por baixo é algo que não nos acorre, se não conhecermos previamente o território. Contudo, pensamos geralmente que conseguimos fazer (e fazemos) a história pelo conhecimento de alguns dos seus casos, como chefes de fila, a que todos os outros se lhe colam num movimento comum.

Mas ficar preso pelo desconhecimento desse território e não iniciar nunca a viagem, também não é a solução. Esses marcos que sobressaem na neblina são referências que podem guiar a viagem. E o maior fascínio dessa viagem será a possibilidade de descobrir, sob a neblina, uma realidade bem diferente da que esses marcos antecipam.

A percepção de que a abordagem que se faz à história da arquitectura, à história da construção, no século XX em Portugal, é uma abordagem simplificada, foi tomando forma à medida que se estudavam casos que não se inscreviam nessa ideia inicial de que inovações tecnológicas e renovação da imagem arquitectónica caminhavam de mãos dadas, num movimento concertado.

Claro que a disponibilidade de materiais e sistemas construtivos permitiu realizações que não estavam ao alcance das gerações anteriores, mas também é certo que esses materiais e essas tecnologias foram utilizados em edifícios na

continuidade da imagem anterior, sem qualquer questão ideológica associada, apenas porque eram mais simples de usar, ou, na maior parte dos casos, porque tinham vantagens económicas evidentes no caso específico de determinado edifício.

Por exemplo, as argamassas de cimento e mesmo o betão foram bastante usados em edifícios de imagem tradicional pela forma como facilmente se moldavam a motivos decorativos mais complexos. As cantarias toscas acabadas a cimento tornam-se descrição recorrente nas memórias descritivas dos projectos.

E em contraponto, edifícios de cariz ou imagem moderna recorriam a sistemas e materiais de construção que estavam arreigados no uso porque estes conseguiam igualmente responder às necessidades colocadas, à simplicidade do desenho e lógica de distribuição espacial, e tinham a seu favor a economia, o conhecimento e a prática da sua utilização.

Numa primeira fase, motivada pela facilidade de execução, o betão era utilizado como «pedra artificial» em elementos decorativos dos diversos estilos que a arquitectura revivalista requeria, e a argamassa de cimento era usado como uma forma mais económica de dar um acabamento final a peças de cantaria que assim poderiam ser colocadas toscas em obra, reduzindo custos e cuidados de manutenção durante a execução.

Questões éticas de verdade dos materiais não eram colocadas, questões éticas da «verdade» dos estilos também não, e esta era uma situação que grassava por toda a Europa.

Quando Loos escreve Ornamento e Delito é maioritariamente contra esta prática de pastiche que ele se revolta.
 Não é contra o ornamento que caracteriza os espaços e os edifícios, como as ricas texturas dos materiais aparentes que ele usa. É contra o gato por lebre que impera.

E o que imperava no coração do império Austro-húngaro era o que imperava neste, na altura não jardim mas mais campo de silvas ou roseiras bravas, à beira-mar plantado.

Na área geográfica de análise e nos processos de licenciamento consultados (que vão para além da área de análise) os fingidos de granito imperam até ao final da década de trinta, alguns nem tirando mais partido decorativo do que o acabar a pedra tosca, mas outros criando um intrincado jogo de cantarias, com aparelhos rigorosos e imaginativos, e colocação de variados elementos ecléticos.

Mas outro tipo de fingidos também utilizados são as vigas falsas em cartão, ou cartão cimento, ou em metal distendido que consegue reproduzir facilmente formas mais complexas e depois é revestido de argamassa de cimento na generalidade dos casos, mas podendo também ser revestido de gesso para o desenho de tectos.

E estes elementos decorativos, falsos na sua aparência material, são dos primeiros a serem pré-fabricados no início do século XX, pois assim eram economicamente rentáveis.

Em contrapartida os edifícios de imagem moderna, com as suas linhas rectas, vãos sem marcações, platibandas lisas que escondem telhados, podem facilmente ser, e efectivamente são, executados em sistemas de alvenaria de pedra, rebocada de forma lisa e contínua por rebocos ou ainda à base de cal, ou já de cimento, e quando não existem outros condicionantes, geralmente por imposições de licenciamento, continuam a usar pavimentos em estrutura de madeira, e coberturas inclinadas, de asnas e ripado de madeira, revestidas a telha, geralmente Marselha, a telha que obteve o domínio da utilização em Portugal.

De tal forma questões materiais e estéticas, ou de nova estética, estavam desligadas, ou essa nova imagem conseguia ser transposta para os materiais tradicionais, que nos podemos questionar se as alterações de materiais seriam assim tão determinantes como a história da arquitectura nos costuma fazer crer. Mas também é um facto que depois de alguém inventar/descobrir alguma coisa, de pensar de uma forma diferente, de codificar a informação de determinado modo, o mundo adapta-se a essa existência, muda referenciais em termos desse novo conhecimento e passa a usá-lo como matéria-prima das produções seguintes.

Assim, em determinadas épocas a «modernização arquitectónica» processa-se, num primeiro nível, através da imagem, dos requisitos funcionais, e só posteriormente através dos materiais construtivos, de novos sistemas, mais adequados à imagem proposta.

Os primeiros edifícios estudados neste trabalho são edifícios de charneira entre dois processos construtivos distintos, já não correspondem exactamente à tipologia construtiva da casa do Porto do século XIX, mas a ela ainda ficam a dever muitas das formas de edificação. E incorporam alguns dos materiais e sistemas que irão caracterizar a construção nas décadas posteriores.

São edifícios construídos com recurso ao cimento *Portland*, em algum dos seus componentes, quer sejam lajes, quer sejam os rebocos, quer sejam os blocos de cimento de que são feitos.

A introdução do betão armado, ou antes ainda, de elementos estruturais metálicos, surge para resolver problemas efectivos e pontuais e não por questões ideológicas que promovam o seu uso. Aberturas de *"devantures"* em construções preexistentes determinam a utilização de vigas metálicas para suporte da parede que fica acima do vão.

A modernização da construção é um reflexo da aceleração da vida, que se sentiu em todos os aspectos da vivência quotidiana.

O processo inicia-se no final do século XIX, com o aparecimento de novos materiais, ou a sua adaptação/ utilização na construção de edifícios. Este conjunto de materiais e sistemas de construção antes não disponíveis vão com menor ou maior rapidez sendo incluídos na forma de construir, e é possível denotar a sua disponibilidade e entrada em uso através, por exemplo, das memórias descritivas dos projectos, ou das folhas de publicidade das revistas da época.

O betão armado é o mais visível e o que foi tomado como bandeira dos novos tempos mas, na minha opinião, mais do que a transformação operada pelo *"cimento armado"* ou *"beton"*, foi importante o aparecimento de uma crescente variedade de materiais, a industrialização da produção de outros, que permitiu a liberdade de escolha, a possibilidade de experimentar, não apenas do ponto de vista formal, como acontecia com os estilos até então, mas numa multitude de formas que alteram a própria essência da construção.

Os novos materiais possibilitam novos desenhos, nas formas, quer pela sua plasticidade, quer pelo facto de estarem desligados de uma estética do passado.

Mas numa primeira fase, as questões teóricas de uma nova arquitectura determinada pelos novos materiais são externas. Esse foi um comboio que nós portugueses apanhámos bem mais tarde.

Contudo vale a pena fazer a distinção entre a arquitectura corrente, de habitação, comércio e serviços, ainda que alguns desses edifícios se tenham constituído como exemplos de excepção, pelas suas características e reconhecimento público, e a arquitectura dos equipamentos públicos, ou dos novos programas, como as garagens ou

os cinemas. Nos segundos, pela excepcionalidade do programa e da representatividade do edifício, os novos materiais foram introduzidos mais cedo.

Na arquitectura corrente, até ao final da segunda guerra mundial continua-se a construir segundo um sistema ainda completamente assente na tradição, de uma estrutura portante contínua de alvenaria, ainda que com a utilização em certos casos, e sensivelmente a partir da década de vinte, de elementos pontuais de betão para resolução de "problemas singulares". O recurso a uma estrutura reticulada de betão armado não tinha expressão na construção corrente. A partir do início da década de cinquenta e até ao final do século, e em certo ponto até aos nossos dias, a construção de "pilar e viga" será o sistema estrutural com maior expressão.

Assiste-se também, como se referiu, à utilização de novos materiais impulsionada, não pelos arquitectos, mas, por exemplo, pelas recomendações dos serviços de incêndio, ou por outros técnicos. E encontram-se também arquitectos que usam, sem grande critério, diferentes estilos, modernos ou tradicionais, sem que aos mesmos correspondam formas de construir diferentes como atestam as memórias descritivas com a caracterização construtiva similar, ou até projectos que alternam imagem de alçado sem correspondência a alterações em planta, ou apresentação de novos cortes.

A primeira geração da modernidade não é moderna por consciência, ou porque não poderia ser de outro modo, mas porque «moderno» é outra das possíveis formas de projectar e edificar. De referir que o ensino continua a basear-se no modelo das *"beaux-arts"* durante muitos mais anos, e que a esse nível as primeira décadas do século XX não trazem grandes alterações, mesmo com a reforma do ensino das Belas Artes instituído pelo Governo da República.

E muitos dos intervenientes na construção não são arquitectos. E, dos arquitectos, também uma grande maioria apenas tem a formação inicial, e vão aprendendo pela prática, muitas vezes em comum com mestres-de-obras e engenheiros.

Auscultando o país, de uma forma leve e ligeira, ao longo do século XIX e XX, onde sentimos batimentos mais fortes e um ritmo mais intenso de mudança, não é nestes primeiros anos do século XX, mas cerca de 100 anos antes, com as convulsões das guerras liberais, e os reflexos ainda das invasões francesas. O século XIX é efectivamente o século de transformação do país, com a ascensão ao poder e a consolidação de uma burguesia mercantil, e a transposição para a ordem e organização interna dos pressupostos da Revolução Francesa, com todas as adaptações e «suavizações» nacionais.

O que são as estruturas base que suportam o nosso país foram criadas na segunda metade do século XIX, quer seja a legislação de enquadramento, o estabelecimento de competências das diversas estruturas de festão, e a um nível mais básico, a igualdade de direitos gerais dos cidadãos.

O século XX, durante ¾ da sua duração, até ao 25 de Abril de 1974, apesar da evolução e alterações existentes, do ritmo crescente da transformação, do «progresso», corresponde a uma estagnação do país em relação com o contexto europeu e mundial em que se insere. Orgulhosamente sós, afastados e desfasados.

Se existem campos em que esse desfasamento é muito mais sensível, pelas questões ideológicas e políticas associadas, no sector da construção de edifícios o mesmo não deixa de existir, e de se fazer sentir.

A partir da década de cinquenta, e com uma considerável rapidez, os métodos de construção começaram a ser alterados, não só pela introdução de estruturas porticadas de betão armado, mas pelo aumento do volume de construção, da dimensão dos edifícios (fundamentalmente a partir do final da década por reflexo efectivo do regime

de propriedade horizontal), e da própria organização de todo o sector da construção. As questões da guerra colonial, emigração a salto, vão esvaziando também o país de um saber tradicional aliado à construção mas não fazem a necessária transposição para uma mão-de-obra qualificada por um ensino técnico.

A consulta de mais de 2000 licenças, das quais cerca de 1/4 correspondia a obras de construção ou alterações de edifícios, com informação sobre os materiais e sistemas construtivos utilizados, permitiu desenvolver sensibilidade e adquirir conhecimentos sobre a forma de construir na cidade do Porto, em várias alturas do século XX, percepcionando diferenças entre técnicos ou tipo de promoção.

Esse conhecimento é mais abrangente relativamente às primeiras quatro décadas do século e mais cirúrgico a partir dessa altura, face à metodologia de consulta adoptada e já explicitada. Mas mesmo a investigação menos abrangente permitiu também perceber a forma como a evolução se foi processando, e analisou exemplos individualizados importantes.

Essa análise dos edifícios, e da realidade da cidade, à medida que é continuada permite-nos concluir, sem qualquer dúvida, que o século XX não tem carácter de unidade do ponto de vista das tipologias construtivas (o século XX foi tudo menos uniforme, mais do que quaisquer outros 100 anos que se tentem agregar). Estudos deste tipo terão de ser continuados e focalizados em tipologias específicas, autores, épocas, materiais, etc. para se começar a constituir um corpo de saber que auxilie a nossa percepção da cidade e a intervenção dos vários agentes responsáveis pela sua manutenção e dos edifícios que a constituem.

Mas a intervenção no património edificado terá também de fazer uso da criatividade e da imaginação, terá de ser consentânea com o mundo em que vivemos, com o que são os nossos referenciais diários. A história será sempre um referencial que nos ensina mas que tem de ser lida com esta estrutura mental do século XXI.

Fontes bibliográficas e proveniência das ilustrações

Bibliografia Geral

[S.N.] (1903) "Novo Systema de Luz Electrica ". A Construção Moderna, n.º 87 - 20 de Fevereiro, p. 24.

[S.N.] (1912) "Rex FlinKoat". A arquitectura portugueza. Revista mensal de arte arquitectural antiga e moderna, n.º 1 - Janeiro, p. 4.

[S.N.] (1981) "Periódicos Portugueses de Arquitectura". Jornal dos Arquitectos, n.º 1 - Novembro.

AA.VV. (1980 [1961]). Arquitectura Popular em Portugal, 2ª ed., Lisboa, Associação Arquitectos Portugueses.

AA.VV. (1992). Uma Cartografia Exemplar: O Porto em 1892, Porto, Câmara Municipal do Porto.

AA.VV. (2001). Guia de Arquitectura Moderna : Porto 1901 / 2001, Porto, Ordem dos Arquitectos, Livraria Civilização Editores.

Abrantes, Nuno (2000). Viana de Lima a casa Maria Borges, Porto, Faup.

Alaíz, Javier García (2009) As cabanas de colmo do estuário do Sado (estratégias de adaptação ao meio). Dissertação de Mestrado Integrado, Faculdade de Arquitectura da UPorto.

Alarcão, Jorge de (1978) "Argamassas de Asfalto e de Cal na antiguidade". História, n.º 1 - Novembro, p. 20-24.

Almeida, Pedro Vieira de (2002). A arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica: os concursos de Sagres, Lisboa, Livros Horizonte.

Almeida, Pedro Vieira de & Fernandes, José Manuel (1986). História da arte em Portugal: A arquitectura moderna, V:14, Lisboa, Alfa.

Alves, Joaquim Jaime Barros Ferreira (1987) O Porto na época dos Almadas (1757-1804): Arquitectura, Obras públicas. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da UPorto.

Alves, Joaquim Jaime Barros Ferreira (1988). O Porto na época dos Almadas: Arquitectura, Obras públicas, Porto.

Antas, Fernando Duarte de Azevedo & Monterroso, Manuel (1934). A salubridade habitacional no Pôrto (1929-1933), Lisboa, Imp. Nacional.

Ariès, Philippe (1992a) "A história existencial", In: Ariès, O tempo da História. Lisboa: Relógio d'água.

Ariès, Philippe (1992b). O tempo da História, Lisboa, Relógio d'água.

Aron, Raymond (1948). Introduction à la Philosophie de L'histoire, Paris, Gallimard.

Arquivo Municipal de Lisboa (2005). Cartulário Pombalino: Colecção de 70 prospectos (1758-1846), 2ª Edição, Lisboa.

Bandeirinha, José António (2007). O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Bandeirinha, José António Oliveira (1996). Quinas vivas: [memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40], Porto, FAUP.

Bandeirinha, José António Oliveira (2001) O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. Tese de Doutoramento, U. Coimbra.

Basto, Eduardo Alberto de Lima (1943). Inquérito à habitação rural, Lisboa, Universidade Técnica.

Benvenuto, Edoardo (1981). La scienza delle costruzioni e il suo sviluppo storico 1º Edição, Firenze, Sansoni.

Benvenuto, Edoardo (2006). La scienza delle costruzioni e il suo sviluppo storico, Roma, Storia e Letteratura.

Berrance, Luís Eduardo (1993). Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844, Porto, AHMP.

Binário (1960) Porto. Estudos e Realizações, Acessível: nº26 - Novembro

Bluteau, Raphael (1712/1728). Vocabulario Portuguez & Latino: aulico, anatomico, architectonico... , Coimbra.

Carvalho, Henrique de (1987) "Arménio Losa", In: U.Porto, Arquitectura, Pintura, Desenho, Escultura: Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da U.Porto. Porto.

Catroga, Fernando (2004) "Natureza e História na Fundamentação do Municipalismo da Revolução Liberal ao Estado Novo (uma síntese)", Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto.

CHSA ([200-]) Construction History Society of America Homepage [Online]. Disponível: http://www.constructionhistorysociety.org/ [Consultado em 2009-08-03].

City of Prague Museum ([200-]-a) The history of the villa [Online]. Disponível: http://www.mullerovavila.cz/english/historie-e.html [Consultado em 2009-07-16].

City of Prague Museum ([200-]-b) Renovation and restoration [Online]. Disponível: http://www.mullerovavila.cz/english/obnova-e.html [Consultado em 2009-07-16].

CLCD (1876-03-24) "Parecer da Comissão de Legislação da Câmara dos srs. Deputados", In: Portugal, Codigo administrativo [...]

seguido de um repertório geral e alphabetico [...]. Coimbra: Livraria civil de José Diogo Pires.
CMMatosinhos (2009-06-25) Inauguração do Centro de Documentação Álvaro Siza [Online]. Disponível: http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=12630&noticiaId=53191&pastaNoticiasReqId=12869 [Consultado em 2009-06-26].
CMPorto (1835-07-15) Edital, Porto
CMPorto (1835-08-26) Edital, Porto
CMPorto (1837-03-15) Edital, Porto
CMPorto (1838) Índice dos Acórdãos [Por Januário Luiz da Costa], Porto, [manuscrito]
CMPorto (1838-06-20) Edital Porto: Imprensa constitucional
CMPorto (1839). Posturas, Porto, Typografia de Gandra & Filhos.
CMPorto (1855). Codigo de Posturas Municipaes do Porto, Porto, Typographia da Revista.
CMPorto (1866). Relatorio da Transacção Operada pela Real Bibliotheca Publica do Porto [...], Porto, Typographia Comercial.
CMPorto (1869). Codigo de Posturas Municipaes do Porto. Approvado por Accordão do Conselho de Districto de 4 de Março de 1869, Porto, Imprensa Portugueza.
CMPorto (1888). Regulamento da Companhia dos Incendios do Porto, Porto, Typ. de Arthur José de Sousa e Irmão.
CMPorto (1889). Codigo de Posturas do Municipio do Porto: Approvado por sessão da Camara Municipal de 25 de janeiro de 1889, Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira.
CMPorto (1905). Código de Posturas do Município do Porto, Porto, Thypographia e Papelaria Rebello.
CMPorto (1924) Postura sobre obras particulares da cidade Porto
CMPorto (1929). Regulamento de Obras Particulares: Aprovado em sessão de 18 de Janeiro de 1929 Porto, Tipografia Mendonça.
CMPorto (1949) "Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confinantes com a via pública", Separata do Boletim Municipal. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.
CMPorto (1958) "Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas", Separata do Boletim Municipal nº 1144 de 15 de Março de 1958. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.
CMPorto (1972) "Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas", Separata do Boletim Municipal nº 1902 de 23 de Setembro de 1972. Porto: Oficinas Gráficos reunidos.
CMPorto ([1888]). Índice dos livros de licenças para obras e plantas. 1794-1887: N.2 1 a 101, V:1º Volume [Adro do Campo Santo à Rua do Laranjal], Porto.
CMPorto ([1909]). Índice dos livros de licenças para obras e plantas. 1887-1908: N.3 102 a 207, Porto.
CMPorto & Reys, Henrique Duarte e Souza (1849) Index Posturas e Acordãos N2, Porto, AHMP
CMPorto & Reys, Henrique Duarte e Souza (1851) Index das Posturas ou Acordãos Municipais, Porto, AHMP
CNAM & ENSA Paris-Malaquais (2008) Premier congrès francophone d'histoire de la construction [Online]. Paris. Disponível: http://www.congreshistoireconstruction.fr/index.html [Consultado em 2010-08-08].
Collingwood, Robin George (1986). A ideia de História, Lisboa, Editorial Presença.
comunicarte.pt (2008). Mestria, 1ª edição, Braga, Empreiteiros Casais, de António Fernandes da Silva, S.A.
Costa, Alexandre Alves & Tavares, André (2003) Mapa de Arquitectura do Porto. plano de arquitectura. Coimbra, Argumentum.
DGEMN (2004-10-21) DGEMN acolhe espólios de arquitectura [Online]. Disponível: http://www.monumentos.pt/scripts/zope.pcgi/noticias/index_html [Consultado em 2005-09-10].
Dinis, Júlio (1983 [1868]) "Os três bairros da cidade", In: Andrade, Daqui Houve Nome Portugal: Antologia de verso e prosa sobre o Porto. 3ª Edição aumentada [1ªedição: 1968] ed. Porto: O oiro do dia.
Docomomo (2010a) Docomomo International [Online]. Barcelona. Disponível: http://www.docomomo.com/index.htm [Consultado em Agos. 2010].
Docomomo (2010b) Docomomo International: Eindhoven Statement [Online]. Barcelona. Disponível: http://www.docomomo.com/eindhoven_statement.htm [Consultado em Agos. 2010].
Docomomo (2010c) Docomomo International: First International Docomomo Conference [Online]. Barcelona. Disponível: http://www.docomomo.com/conference1.htm [Consultado em Agos. 2010].
Duarte, Patrícia Alexandra da Silva Antunes (2008) Casas de Verão entre Belém e Cascais. Uma Leitura sobre a Arquitectura do Lazer, através da "Construção Moderna"(1900-1919). Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.
Dunkeld, Malcolm (2003) "Establishing a postgraduate programme in Construction History. The experience of South Bank University, London " In First International Congress on Construction History, p.13-20
FAUP (2007) Centro de Documentação da FAUP [Homepage] [Online]. Disponível: http://web.archive.org/web/20070627012257/sigarra.up.pt/faup/unidades_geral.visualizar?p_unidade=95 [Consultado em 2007-06-27].
FAUTL ([20--]) Arquitectura(s) de Papel - Estudo sistemático de imagens e projectos de Arquitectura do início do século XX, através da Construcção Moderna 1900 - 1919 [Online]. Disponível: http://arqpapel.fa.utl.pt/pt/ [Consultado em 2009-08-29].
Fernandes, Fátima, Cannatà, Michele & Alves, Luís Ferreira (2002). Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002, 1ª, Porto, Edições Asa.
Fernandes, Francisco Barata (1996) Transformação e Permanência na Habitação Portuense - As formas da casa na forma da cidade -. Tese de Doutoramento, U.Porto.
Fernández Salas, José (1998) "Prologo" In Segundo Congreso Nacional de Historia de la construcción La Coruña, Fernando Bores Gamundi... [et al.] p.XI
Fernandez, Sérgio (1988). Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930/1974, Porto, FAUP.
Ferrão, Bernardo José (1987) Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas -1758/1813, Edição Fotocopiada.
Ferrão, Bernardo José (1997). Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina, FAUP Publicações.
Ferreira, Carlos Antero (1989). Betão. A idade da Descoberta, Lisboa, PassadoPresente.
Ferreira, José Dias (1870-1876) "Introdução", Codigo civil portuguez annotado. Lisboa: Impr. Nacional.
Figueiredo, Ricardo (1989) Apontamentos escolares da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa 2, FAUP, Porto,
Figueiredo, Ricardo.(2010-07-28). A Planta Topográfica da Cidade do Porto 1839 Blog: Do Porto e não só... [Online]. Disponível: http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/07/planta-topografica-da-cidade-do-porto.html [Consultado em 2010-08-10].
Fontoura, Inês (2008) Um Olhar Sobre a Habitação Corrente da Cidade de Lisboa do Século XX. Leituras de Edifícios publicados n' "A Construção Moderna" - 1900-1919. Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.
Ford, Edward R. (1990). The details of modern architecture, Cambridge / London, The MIT Press.

Ford, Edward R. (1990) "Le Corbusier: The Classic Villas", In: Ford, The details of modern architecture. Cambridge / London: The MIT Press.
Ford, Edward R. (1996) "Le Corbusier after 1928: 1928-1965", In: Ford, The details of modern architecture. 1928 to 1988. Cambridge / London: The MIT Press.
França, José-Augusto (1974). A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961, Lisboa, Livraria Bertrand.
França, José Augusto (1989) A reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 12- Biblioteca Breve. Disponível: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/5-a-reconstrucao-de-lisboa-e-a-arquitectura-pombalina.html.
Fukuyama, Francis (1992). O fim da História e o último homem, Lisboa, Gradiva.
Garrett, Almeida (1832) Relatório [ao decreto de reorganização da administração pública] [Online]. Disponível: http://purl.pt/96/1/obras/relatorio-ao-decreto/relatorio/00000048.html [Consultado em].
Gibbon, Edward (1994 [1776]). Declínio e queda do império romano, V:1, Lisboa, Difusão Cultural.
Gomes, Fernando Manuel Silva.(2003-11-26). O Império Romano na conquista espacial. Blog: Cidadão do Mundo [Online]. Disponível: http://cidadaodomundo.weblog.com.pt/arquivo/039069.html [Consultado em 2008-09-10].
Gonçalves, Iria (1986) "Posturas Municipais e a vida urbana na baixa idade média: O exemplo de Lisboa". Estudos Medievais, n.º 7.
Gonçalves, Vasco (2004) "Conversa com o general Vasco Gonçalves, engenheiro Vítor Figueiredo e professora arquitecta Ana Tostões (4-4-2005)", In: Fonseca, Forma e Estrutura no Bloco de Habitação, Património Moderno em Portugal. Porto: U.Porto.
Google ([2005-2011]) Google Earth. In. Disponível: http://www.google.com/earth/index.html.
Google ([2009-2011]) Street View [Online]. Disponível: http://www.google.com/earth/index.html [Consultado em].
Grupo Habitar (2009) Nuno Teotónio Pereira, 31 de Março de 2009, no LNEC [Online]. Lisboa. Disponível: http://infohabitar.blogspot.com/2009/03/blog-post.html [Consultado em].
Guimarães, Carlos (2002) "Nota", In: Fernandes, Cannatà & Alves, Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002. 1ª ed. Porto: Edições Asa.
Herculano, Alexandre (1983 [1843]) "Duas Épocas e Dois Monumentos", Questões Públicas. Amadora: Bertrand.
Herculano, Alexandre (1983 [1843]) "O Porto nos fins do século XIV", In: Andrade, Daqui Houve Nome Portugal: Antologia de verso e prosa sobre o Porto. 3ª Edição aumentada [1ªedição: 1968] ed. Porto: O oiro do dia.
IAN/TT (2003). Espólio Documental do Arquitecto Ernesto Korrodi. Boletim dos Arquivos Nacionais [Online]. Disponível: http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/boltt_03.pdf.
IAPXX (2006). Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal IAPXX, Lisboa, Ordem dos Arquitectos.
INE (1971a). A cidade do Porto. Súmula estatística (1864-1968), Lisboa.
INE (1971b). XI recenseamento geral da população, em 15 de Dezembro de 1970 Lisboa, INE.
INE (1984). XII recenseamento geral da população, em 16 de Março de 1981, Lisboa, INE.
INE (2001) Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação. INE. Disponível: www.ine.pt.
Jaspers, Karl (1993). Iniciação Filosófica, Fundo Editorial Guimarães.
Jorge, Ricardo (1899). Demographia e hygiene da cidade do Porto, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Camara do Porto.
Kragh, Helge ([1986] 2001). Introdução à Historiografia da Ciência, Porto, Porto Editora.
Krajci, Petr & Szadkowska, Maria (2000). Adolf Loos, Kerel Lhota / The Müller Villa in Prague, Prague, City of Prague Museum.
Lavastre, Philippe (2000) "Maniobras y construcción. Las licencias de obras: Valladolid 1880-1895" In Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción,
Le Corbusier (1937-10-11) "Carta para M. Savoye, FLC H1-12-177", In: Sbriglio, Le Corbusier: La Villa Savoye. Fundation le Corbusier, Birkhauser, 1999.
LNEC (1977). Inquérito à habitaçäo urbana [Laboratório Nacional de Engenharia Civil], Lisboa, LNEC.
LNEC (1986). Tipificaçäo do parque habitacional [Laboratório Nacional de Engenharia Civil], Lisboa, LNEC.
Low, D.M. (1994) "Introdução", In: Gibbon, Declínio e queda do império romano. Lisboa: Difusão Cultural.
Loza, Rui (2008) "Arménio Losa (1908-1928)(sic): Arquitecto e urbanista moderno". O Tripeiro, 11.
Lucas, José Amândio de Carvalho (1990a). Classificação e descrição geral de revestimentos para paredes de alvenaria ou de betão, Lisboa, LNEC.
Lucas, José Amândio de Carvalho (1990b). Exigências funcionais de revestimentos de paredes, Lisboa, LNEC.
Machado, Bernardino de Barros (1947) Memória Descritiva e Cálculos de Betão Armado, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Licença nº 295/1947. Porto, CMPORTO-AG.
Magalhães, Rodrigo da Fonseca, Melo, António Maria de Fontes Pereira de & d'Atouguia, António Aluízio Jervis (1852-08-30a) Relatório ao Decreto: Criação do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Lisboa: Diário do Governo nº 206
Magalhães, Rodrigo da Fonseca, Melo, António Maria de Fontes Pereira de & d'Atouguia, António Aluízio Jervis (1852-08-30b) Relatório ao Decreto: Recursos Extraordinários para a Viação Pública, Lisboa: Diário do Governo nº 206
Magna Carta & Simpson, Chris (1994 [1978]) "Soliloquy 1" In: Milestones, Londres
Mandroux-França, Marie Thérèse (1984). Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII, V:2, Porto.
Mascarenhas, Jorge Marajiri Dias (1996) A study of the design and construction of buildings in the pombaline quarter of Lisbon. University of Glamorgan.
Mata, Maria Eugénia (2008) "The role of implicit contracts: Building public works in the 1840s in Portugal". Business History, n.º 50-2, p. pp.147-162.
Mateus (coord.), João Mascarenhas (2010). História da Construção em Portugal. Fundações e Alinhamentos. Disponível: http://www.ces.uc.pt/eventos/pdfs/Apresentacao_HCP.pdf [Consultado em 2010-02-17].
Mateus, João Mascarenhas (2002). Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias - A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos., Lisboa, Livros Horizonte.
Mendonça, Paulo (2005) Habitar sob uma segunda pele: estratégias para a redução do impacto ambiental de construções solares passivas em climas temperados. Tese de Doutoramento, U.Minho.
Microsoft Corporation ([2007-2011]) Bing Maps [Online]. Disponível: http://www.bing.com/maps/ [Consultado em].
MOPCI & Moraes, Paulo de (1889). Inquérito agricola, Lisboa, Imprensa Nacional.

Moreira, António José da Silva (1984) "Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII" In Pombal Revisitado Lisboa,

Moreira, Pedro Carvalho (2004) O SAAL, as ilhas e a cidade. Prova Final, U. Porto.

Museu Marítimo de Ílhavo ([2008]) Fundo Especial Octávio Lixa Filgueiras [Online]. Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo. Disponível: http://museumaritimo.cm-ilhavo.pt/ [Consultado em 2009-08-17].

Nonell, Anni Günther (1998) Porto, 1763/1852 : a construção da cidade entre despotismo e liberalismo. Tese de Doutoramento, U.Porto.

Nonell, Anni Günther (2002). Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo, 1ª ed, Porto, Faup Publicações.

Nunes, Paulo Manuel Simões (2000) A Construção Moderna e a cultura arquitectónica no início do novecentos em Portugal. Mestrado em Teorias da Arte Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa.

OASRN & CMPorto (2008) Mapa de Arquitectura: Arménio Losa/ Cassiano Barbosa. Porto, OASRN/CMPorto.

Oliveira, Ângela R. Lei & Furtado, Gonçalo (2009) "Revistas Portuguesas de Arquitectura: Evolução nos últimos dois decénios (1988-2008) e revisão dos seus antecedentes". Resdomus: plataforma editorial de cruzamento e de divulgação de cultura arquitectónica, n.º s.n.

Oliveira, Arnaldo Henriques de (1956). Segunda parte do Catálogo da [...] biblioteca [...] Arquitecto de Braga João de Moura Coutinho, Lisboa, Casa Liquidadora da Rua da Emenda.

Oliveira, Arnaldo Henriques de & Madahil, António Gomes da Rocha (1955). Primeira parte do Catálogo da [...] biblioteca [...] Arquitecto de Braga João de Moura Coutinho, Lisboa, Casa Liquidadora da Rua da Emenda.

Oliveira, Eduardo Pires de (1985). Imagens do Porto Oitocentista, Porto, AHMP; ARPPA.

Ortigão, Ramalho (1983 [1871?]) "O Porto em meados do século XIX", In: Andrade, Daqui Houve Nome Portugal: Antologia de verso e prosa sobre o Porto. 3ª Edição aumentada [1ªedição: 1968] ed. Porto: O oiro do dia.

Ortigão, Ramalho (Jan. 1908) "Prefacio". A Architectura Portugueza, n.º 1, p. pp.1-2.

Paulo, Pedro Vaz , Branco, Fernando A. & Brito, Jorge (2010) "Caracterização do Estado de Degradação de Edifícios em Lisboa - Plataforma Buildingslife" In Reabilitar 2010 -Encontro Nacional. Conservação e reabilitação de estruturas. Lisboa, Naptista & SIlveira 23 a 25 de Junho de

Pereira-Caldas, J.J. da S. (1859). Comparações métricas dos pêzos e medidas do distrito de Braga:, Braga.

Pereira, Nuno Teotónio (2004a) "Entrevista a Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral (16-12-2004)", In: Fonseca, Forma e Estrutura no Bloco de Habitação, Património Moderno em Portugal. Porto: U.Porto.

Pereira, Nuno Teotónio (2004b) "Um testemunho pessoal", Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira [Catálogo de Exposição]. Lisboa.

Peters, Tom (2003) "Technological thought and theory, a culture of construction " In First International Congress on Construction History Madrid,

Peters, Tom F. (1996a) "The Building Process and Technological Thinking", Peters, Tom F. (1996). Building the Nineteenth Century, Cambridge/London, The MIT Press. Cambridge/ London: The MIT Press.

Peters, Tom F. (1996b). Building the Nineteenth Century, Cambridge/ London, The MIT Press.

Pinho, Fernando F.S. (2000). Paredes de edifícios antigos em Portugal, Lisboa, LNEC.

Pinto, Jorge Ricardo (2007). O Porto Oriental no Final do Século XIX. Um retrato urbano (1875-1900), Porto, Edições Afrontamento.

Pinto, Maria João (2007-01-22) Casa para a arquitectura do século XX [Online]. Diário de Notícias. Disponível: http://dn.sapo.pt/ inicio/interior.aspx?content_id=651685 [Consultado em 2007-01-23].

Portal do Cidadão ([200-]) Acesso à Certificação Profissional [Online]. Disponível: http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/ entidades/MTSS_ME/IEFP/pt/ SER_acesso+a+certificacao+profissional.htm [Consultado em 2009-11-06].

Portas, Nuno (1973a) "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação", In: Zevi, História da arquitectura moderna. Lisboa: Editora Arcádia.

Portas, Nuno (1973b) "Prefácio", In: Zevi, História da arquitectura moderna. Lisboa: Editora Arcádia.

Portas, Nuno (2007-04-30). Conversa informal na FAUP. Porto.

Portugal Ordenações Filipinas: CIT. Por Decreto-Lei nº 40 333

Portugal (1755-12-01) Decreto, Lisboa

Portugal (1755-12-03) Decreto, Lisboa

Portugal (1755-12-30) Decreto, Lisboa

Portugal (1756-02-10) Edital, Lisboa

Portugal (1756-11-03) Alvará de Confirmação, Lisboa

Portugal (1757-02-17) Alvará ?????, Lisboa

Portugal (1758-05-12) Alvará com força de lei, Lisboa

Portugal (1758-06-12) Plano que Sua Majestade mandou remeter ao Duque Regedor para se regular o alinhamento das ruas e reedificação das casas que se hão-se erigir nos terrenos que jazem entre a Rua Nova do Almada e Padaria, e entre a extremidade setentrional do Rossio até o Terreiro do Paço, exclusivamente, Lisboa

Portugal (1826-04-29) Carta Constitucional, Lisboa: Diário do Governo

Portugal (1832-05-16a) Decreto nº 22: Organização da Fazenda, [Ponta Delgada] Lisboa: Imprensa Nacional

Portugal (1832-05-16b) Decreto nº 23: Estabelecimento Administração Pública, [Ponta Delgada] Lisboa: Imprensa nacional

Portugal (1832-05-16c) Decreto nº 24: Reforma das Justiças, [Ponta Delgada] Lisboa: Imprensa Nacional

Portugal (1833-08-19) Decreto, Lisboa: Imprensa Nacional

Portugal (1835-04-25) Carta de Lei das Bazes Administrativas, Lisboa: Impressão de Galhardo e Irmãos

Portugal (1835-07-18) Decreto e Mappas da Organisação e Divisão Administrativa, Lisboa: Impressão de Galhardo e Irmãos

Portugal (1836-12-31). Decreto: Aprovando o Código Administrativo, Lisboa.

Portugal (1838-06-06) Portaria, Lisboa: Diário do Governo nº 135

Portugal (1841-10-09) Lei, Lisboa: Imprensa Nacional

Portugal (1842-03-18) Decreto: Código Administrativo e respectivo Mappa, Lisboa: Imprensa Nacional

Portugal (1844-12-19) Decreto: Aprovando a Companhia de Obras Públicas de Portugal, e seus estatutos, Lisboa: Diário do Governo nº 301

Portugal (1850-07-22) Lei: Aprovando a Classificação das Estradas, Lisboa: Diário do Governo n.º 177

Portugal (1850-08-09) Mappa das obras feitas nas estradas do Reino [2º trimestre de 1850], Lisboa: Diário do Governo n.º 189

Portugal (1850-09-03) Portaria, Lisboa: Imprensa Nacional

Portugal (1852-08-30a) Decreto: Criação do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Lisboa: Diário do Governo nº 206

Portugal (1852-08-30b) Decreto: Recursos Extraordinários para a Viação Pública, Lisboa: Diário do Governo nº 206
Portugal (1852-12-13) Decreto: Aprovando o Sistema de Pesos e Medidas, Lisboa: Diário do Governo n.º 302
Portugal (1852-12-16) Portaria Circular: Obras municipais, Lisboa: Diário do Governo nº 298
Portugal (1853-01-11) Portaria: Adopção do metro nas repartições dependents do MOP, Lisboa: Diário do Governo nº 12
Portugal (1864-06-06) Carta de Lei: Classificação das Estradas, Lisboa: Diário de Lisboa nº 125
Portugal (1864-12-31) Decreto: Projecto sobre a polícia da via pública, Lisboa: Diário de Lisboa nº 10
Portugal (1867-07-01) Carta de lei: Approvando o Código Civil Portuguez, Lisboa: Diário de Lisboa nº 213
Portugal (1867-07-02) Lei: alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864, Lisboa: Diário de Lisboa nº 147
Portugal (1878-05-06) Lei: Approvando o novo Código Administrativo, Lisboa: Diário do Governo nº 107
Portugal (1881-08-03a) Portaria: Declarando a quem pertence dar licença para obras particulares junto das Estradas Distritaes, Lisboa: Diário do Governo nº 172
Portugal (1881-08-03b) Portaria: Declarando não ser preciso licença para reedificação de prédios existentes junto às Estradas Reais, Lisboa: Diário do Governo nº 172
Portugal (1886-07-17) Decreto: Approvando o codigo administrativo, Lisboa: Diário do Governo nº 161
Portugal (1891-04-14) Decreto: Regulando o trabalho das mulheres e dos menores em fábricas e oficinas, Lisboa: Diário do Governo nº 88
Portugal (1895-06-06) Decreto: Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civis, Lisboa: Diário do Governo nº 151
Portugal (1896). Código Administrativo: aprovado por Decreto de 4 de Maio, Lisboa, Typographia - Rua da Atalaia.
Portugal (1897-06-28) Portaria: Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do Decreto de 6 de Junho de 1895, Lisboa: Diário do Governo nº 141
Portugal (1900-09-19) Decreto: Regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas, Lisboa: Diário do Governo nº 219
Portugal (1901-10-24) Decreto: Approvando a organização da engenharia civil e serviços da sua competencia, Lisboa: Diário do Governo nº 246
Portugal (1901-12-20a) Anexo à portaria de 20 de Dezembro: Relação dos indivíduos habilitados com o cursos de arquitecto, Lisboa: Diário do Governo
Portugal (1901-12-20b) Portaria: Ordenando que sejam adoptadas as relações dos arquitectos, Lisboa: Diário do Governo
Portugal (1901-12-24) Decreto: Approvando o Regulamento geral de saúde e beneficencia pública, Lisboa: Diário do Governo nº 292
Portugal (1903-02-14) Decreto: Regulamento de salubridade das edificações urbanas [RSEU], Lisboa: Diário de Governo
Portugal (1905). Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional.
Portugal (1918-03-28) Decreto nº 4 036: Regulamento para o emprêgo do beton armado, Lisboa: Diário do Governo nº 67
Portugal (1924-09-15) Lei nº 1670: Assinatura de Técnico, Lisboa: Diário do Governo nº 208
Portugal (1925-03-31) Decreto nº 10 663: Uso do título de Arquitecto, Lisboa: Diário do Governo nº 70
Portugal (1925-09-17) Decreto nº 11 089: Uso do título de Arquitecto, Lisboa: Diário do Governo nº 199
Portugal (1933-09-23a) Decreto-lei nº 23 048: Estatuto do Trabalho Nacional, Lisboa: Diário do Governo nº 217
Portugal (1933-09-23b) Decreto-lei nº 23 052: Casas Económicas, Lisboa: Diário do Governo nº 217
Portugal (1934-12-21) Decreto nº 24 802: Levantamento de plantas topográficas e elaboração de planos gerais de urbanização,
Portugal (1936-12-31) Decreto-lei nº 27 424: Código Administrativo, Lisboa: Diário do Governo nº 306
Portugal (1940-12-31) Decreto-lei nº 31 095: Código Administrativo, Lisboa: Diário do Governo
Portugal (1945). VIII recenseamento geral da população, em 12 de Dezembro de 1940, Lisboa, Imprensa Nacional.
Portugal (1951-08-07) Regulamento Geral das Edificações Urbanas [RGEU], Lisboa: Diário do Governo nº 166
Portugal (1955-10-14) Decreto-Lei nº 40 333: Propriedade horizontal, Lisboa: Diário do Governo n.º 223
Portugal (1966-11-25) Decreto-Lei n.º 47344: Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação, Lisboa: Diário do Governo nº 274
Portugal (1969-05-28) Decreto-Lei 49 033: Criação do Fundo de Fomento da Habitação, Lisboa: Diário do Governo nº 126
Portugal (1970-04-15) Decreto-lei nº 166/70: Reforma do Licenciamento Municipal de Obras Particulares, Lisboa: Diário do Governo n.º 88
Portugal (2006-03-24) Decreto-lei nº 74/2006, Lisboa: Diário da República nº 60
Portugal & Direcção Geral de Saúde (1927-09-30) Decreto nº 14 372: Licença de Habitabilidade, Lisboa: Diário do Governo nº 218
Pregado, Guilherme J.A.D. (1853) "Systema metrico de medidas, pesos, e moedas". Diário do Governo, n.º 26.
Ramalho, Pedro & Mendes, Manuel (1995). Uma homenagem a Arménio Losa, C.M. Matosinhos/Edições Afrontamento.
Ramos, Rui Jorge Garcia (2004) A casa unifamiliar na arquitectura portuguesa mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX. FAUP.
Ramos, Rui, Sousa, Bernardo Vasconcelos e & Monteiro, Nuno Gonçalo (2009). História de Portugal, 4ª, Lisboa, A Esfera dos Livros.
Real, Manuel Luís (2008). João de Almada e Melo. Prémio João de Almada [Online]. Disponível: http://www.apcmc.pt/newsletter/newsletter_n117/imagens/Premio.pdf.
Real, Manuel Luís & Tavares, Rui (1987) "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto". Povos e Culturas, n.º 2, p. pp.389-417.
Rodrigues Fonseca & Carvalho (1939). A construção moderna: com metal distendido e cartasfal, Porto, Rodrigues, Fonseca & Carvalho.
Rodrigues Fonseca & Carvalho (1956). A construção moderna com metal distendido, Porto, Rodrigues Fonseca & Carvalho.
Salgado, José & Mendes, Manuel (2001). (In)formar a modernidade: arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses, Porto, Faculdade de Arquitectura da U.Porto.
Sampaio, António Rodrigues (1872-01-12) "Relatório da proposta de lei da reforma administrativa, apresentada pelo Ministro do Reino", In: Portugal, Codigo administrativo [...] seguido de um repertório geral e alphabetico [...]. Coimbra: Livraria civil de José Diogo Pires.
Santos, Fernando da Rocha Pereira dos (1998) Alvenarias em edifícios inventariação das soluções utilizadas e proposta de um novo sistema. Tese de Mestrado, FEUP.
Santos, Mariana Adelaide Costa dos (2004) Sobre a apropriação do espaço: um percurso pelos bairros SAAL do Porto. Prova Final, Universidade do Porto.

Saraiva, José H. (1957) "Evolução Histórica dos Municípios Portugueses", Problemas de Administração Local. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais.

Savoye, Madame (1937-10-11) "Carta para Le Corbusier, FLC H1-12-295", In: Sbriglio, Le Corbusier: La Villa Savoye. Fundation le Corbusier, Birkhauser, 1999.

Sbriglio, Jacques (1999). Le Corbusier: La Villa Savoye, Fundation le Corbusier, Birkhauser.

Segurado, João Emílio dos Santos (1900). Edificações, Lisboa, Livr. Aillaud e Bertrand.

SEHC ([200-]) Sociedad Española de Historia de la Construcción [Online]. Disponível: http://www.sedhc.es/ [Consultado em 2009-08-17].

Serrão, José Vicente (1993) "O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução", In: Mattoso, História de Portugal. 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores.

Silva, Germano (1996). Cedofeita, Porto, Edições Afrontamento e Mediana S.A.

Siza, Álvaro (2006) "Conjunto Habitacional da Bouça", In: Siza & Morais (ed), 01 textos. Porto: Civilização Editora.

Sousa, Hipólito José Campos de (1988) Materiais para alvenaria: apreciação de algumas produções e sugestões visando a melhoria da sua qualidade. Tese de Mestrado, FEUP.

Sousa, Hipólito José Campos de (1996) Melhoria do comportamento térmico e mecânico das alvenarias por actuação na geometria dos elementos aplicação a blocos de betão de argila expandida. Tese de Doutoramento, FEUP.

Stevens, Cat (1970) "Father & son" In: Tea for the Tillerman, Londres: Island Records

Tavares, Rui (1988) "Carta Topográfica . 1892", Porto: Projectar a cidade 4. . Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Tavares, Rui & Vale, Clara Pimenta do (2010) "Urban and Architectural Reconfiguration In The Opening To Modernity - The Construction Of The City Of Oporto (Portugal) Between The Influence Of Beaux-Arts And The Modern Movement" In IPHS 2010 Istambul, Turquia,

Teixeira, Joaquim José Lopes (2004). Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX

Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal. Porto: Faculdade de Arquitectura da U.Porto.

Tostões, Ana (2004) "Conversa com o general Vasco Gonçalves, engenheiro Vítor Figueiredo e professora arquitecta Ana Tostões (4-4-2005)", In: Fonseca, Forma e Estrutura no Bloco de Habitação, Património Moderno em Portugal. Porto: U.Porto.

Tostões, Ana Cristina dos Santos (1997a). Arquitectura do Século XX: Portugal, Lisboa, DAM e Prestel.

Tostões, Ana Cristina dos Santos (1997b). Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50, 2ª ed., Porto, FAUP Publicações.

Tostões, Ana Cristina dos Santos (2002) Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa.

Vale, Clara Pimenta (1998) Simulação numérica da transferência de humidade em materiais de construção. Tese de Mestrado, Faculdade de Engenharia da U.Porto.

Vale, Clara Pimenta do.(2004-04-25). A puberdade de uma Nação. Blog: ...ou nem tanto... [Online]. Disponível: http://putadevida.weblog.com.pt/arquivo/2004/04/a_puberdade_de [Consultado em 2010-08-10].

Vale, Clara Pimenta do.(2005-04-16). Genealogia das idades. Blog: Café Expresso Tadechuva [Online]. Disponível: http://jachove.weblog.com.pt/arquivo/semana2/semana2-8maria.htm [Consultado em 2010-08-10].

Vale, Clara Pimenta do.(2005-04-23). 30 (+ 1) anos. Blog: Café Expresso Tadechuva [Online]. Disponível: http://jachove.weblog.com.pt/arquivo/semana3/semana3-8maria2.htm [Consultado em 2010-08-10].

Vale, Clara Pimenta do.(2008). Génese. Blog: Incomunidade [Online]. Disponível: http://incomunidade.blogspot.com/2008/novembro [Consultado em Nov. 2008].

Vale, Clara Pimenta do & Abrantes, Vitor Trindade (2010) "Os processos de licenças de obra na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940 no Eixo da Boavista." In Reabilitar Lisboa, LNEC

Visconde da Trindade (1856). Relatorio da Gerencia da Camara Municipal do Porto no Biennio de 1854 e 1855,, Porto, Typographia da Revista.

Vitória, Ana (2007-03-13) Espólios doados à Gulbenkian contam história do século XX [Online]. Jornal de Notícias. Disponível: http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=693834 [Consultado em 2007-03-15].

Wikipedia ([2011]) Halftone [Online]. Disponível: http://en.wikipedia.org/wiki/Halftone#cite_ref-meggspage141_4-0 [Consultado em 2011-07-30].

Zevi, Bruno (1973). História da arquitectura moderna, Lisboa, Arcádia.

Lista de Fontes Não Impressas

BSBPorto (1984-08-01) Informação nº 181-P/84 [Batalhão de Sapadores de Bombeiros do Porto], Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.

CACPAFSMSDP (1975-08-05) Ofício nº 162981 [Comissão Administrativa Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-Sociais do Distrito do Porto], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

Caixa de Previdência (1970-03-16) [1º] Programa destinado ao projecto de construção da sede para a Caixa de Previdência e abono de família dos serviços médico-sociais do distrito do Porto, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. CDFAUP.

Caixa de Previdência (Set. 1973) [2º] Programa destinado ao projecto de construção da sede para a Caixa de Previdência e abono de família dos serviços médico-sociais do distrito do Porto, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. CDFAUP.

Caixa de Previdência, et al. (1972-05-27) Escritura de venda, Acessível: Licença nº 86/1970: Rua António Patrício, 240-270 [Segurança Social]. Porto, CMP.

CEC-GAP (1977-02-07) Informação nº 3/77 [Comissão dos Equipamentos Colectivos da Secretaria de Estado da Segurança Social - Gabinete de Acções Prévias], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Lisboa, CDFAUP.

CEC-GAP (1977-09-07) Informação nº 31/77 [Comissão dos Equipamentos Colectivos da Secretaria de Estado da Segurança Social - Gabinete de Acções Prévias], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Lisboa, CDFAUP.

CEC-GAP & GAP/GA3 (1978-03-31) Informação nº 14/78 [Comissão dos Equipamentos Colectivos da Secretaria de Estado da Segurança Social - Gabinete de Acções Prévias], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Lisboa, CDFAUP.

CEC (1976-10-27) Ofício nº GAP 003348 [Comissão dos Equipamentos Colectivos da Secretaria de Estado da Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

CEC (1979-05-31) Ofício nº GAP/GA4-3259 [Comissão dos Equipamentos Colectivos da Secretaria de Estado da Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

CEC, et al. (1976-08-03) Termo adicional ao contrato para o prosseguimento parcial dos estudos para a elaboração do projecto do edifício previsto para a sede da Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico Sociais do Distrito do Porto, na rua António Patrício - Porto Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. CDFAUP.

CEC (1979-08-04) Ofício, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG. p.1i

CEODMCPS (1973-03-19) Ofício nº 280 [Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

CEODMCPS (1973-03-29) Ofício nº 280/328 [Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

CEODMCPS (1973-05-14) Ofício nº Sep/000462 [Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

CEODMCPS (1974-05-07) Ofício nº DSep/000801 [Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

CEODMCPS (1974-06-19) Ofício nº DSep/001014 [Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

CEODMCPS, et al. (1974-02-02) Contrato para a elaboração do projecto da sede da Caixa de Previdência e abono de família e dos serviços médico-sociais do distrito do Porto, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. CDFAUP.

CMPorto (1803) Licença, Acessível: D-CMP/7(002) [p.21]. Porto, AHMP.

CMPorto (1839-1840) [Editais e outros documentos], Porto, AHMP A-PUB 2325.

CMPorto (1841-1844) [Editais e outros documentos], Porto, AHMP A-PUB 2325.

CMPorto (1895) Licença nº 114/1895, Avenida da Boavista, Acessível: D-CMP/7(134) [p.26]. Porto, AHMP.

CMPorto (1918) Licença nº 583/1918, Avenida da Boavista, 2671, Acessível: D-CMP/9(265). Porto, AHMP.

CMPorto (1921) Licença nº 692/1921, Avenida da Boavista, 2671, Acessível: D-CMP/9(315). Porto, AHMP.
CMPorto (1923) Licença nº 1354/1923, Rua Martires da Liberdade s/n, Acessível: D-CMP/9(391). Porto, AHMP.
CMPorto (1934-1940) Actas do Conselho de Estética e Urbanização, Acessível: B/G 3. Porto, AHMP
CMPorto (1941) Registo de inscrição de técnicos [Edificações Urbanas], Acessível: L/E-260. Porto, AHMP
CMPorto (1946-1950) Actas do Conselho de Estética e Urbanização da cidade do Porto, Acessível: B/G 5. Porto, AHMP
CMPorto (1951-1954) Actas do Conselho de Estética Urbana da cidade do Porto, Acessível: B/G 6. Porto, AHMP
CMPorto (1955-1957) Actas do Conselho de Estética Urbana da cidade do Porto, Acessível: B/G 7. Porto, AHMP
CMPorto (1974-06-06) Ofício nº 924/74 [Câmara Municipal do Porto], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
CMPorto (1975-1976) Zona da Bouça - S.A.A.L: Processo de declaração de utilidade pública, Acessível: Guia 5/2004 nº 365. Porto, AHMP.
CMPorto (1977) Licença nº 262/1977 Avenida da Boavista 1503 a 1569, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto (1980) Licença nº 185/1980 Avenida da Boavista 1307 a 1349, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto (1980-06-06) Informação, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto (1980-10-15) [Câmara Municipal do Porto], Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto (1981-08-27) Despacho do Vereador Arquitecto Artur Andrade, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto (1981-09-17) Ofício nº 1689/81 EU, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto (1987-01-20) Ofício nº 132/87/EU, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto, [Porto], José & Alegre, Joaquim de Oliveira Ribeiro (1937) Licença nº 1118/1937, Avenida da Montevideu, 644 [Casa José Prata de Lima], Acessível: D-CMP/9(877). Porto, AHMP.
CMPorto & [Ramos], Carlos Chambers (1921) Licença nº 1308/1921, Avenida da Boavista, 1383-1393, Acessível: D-CMP/9(328). Porto, AHMP.
CMPorto & [Ramos], Carlos Chambers (1929) Licença nº 386/1929, Avenida da Boavista, 1383-1393, Acessível: D-CMP/9(565). Porto, AHMP.
CMPorto & Abreu, António Agnelo Teixeira Barbosa de (1954) Licença nº 676/1954, Rua de Nossa Senhora de Fátima, 321-323, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Abreu, Mário de (1941a) Licença nº 211/1941, Rua da Boavista, 272-278, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Abreu, Mário de (1941b) Licença nº 297/1941, Avenida da Boavista, 2692-2706, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto, Alegre, Joaquim de Oliveira Ribeiro & [Porto], José (1937) Licença nº 1118/1937, Avenida de Montevideu com a Rua Pêro da Covilhã [Casa José Prata de Lima], Acessível: D-CMP/9(877). Porto, AHMP.
CMPorto & Almeida, Vitor Santos (1947) Licença nº 176/1947, Rua da Boavista, 217-221, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Barreto, Jorge Emanuel de Almeida (1980) Licença nº 183/1980, Avenida da Boavista, 5131, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Botelho, António Cardoso (1900a) Licença nº 8/1900, Rua de Marechal Saldanha, Acessível: D-CMP/7(160) [pp.37-47]. Porto, AHMP.
CMPorto & Botelho, António Cardoso (1900b) Licença nº 64/1900, Rua da Constituição, Acessível: D-CMP/7(160) [pp.323-328]. Porto, AHMP.
CMPorto & Brigada SAAL da Bouça (1977-1979) Projecto S.A.A.L - Zona da Bouça - Projecto de construção de moradias económicas Arq. Siza Vieira /Tribunal de Menores, Acessível: L.E- 362 - Pasta 1. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Brito, António de (1929) Licença nº 388/1929, Rua António Patrício, 253-255, Acessível: D-CMP/9(565). Porto, AHMP.
CMPorto & Brito, António de (1935a) Licença nº 1388/1935, Avenida Marechal Gomes da Costa, 805, Acessível: D-CMP/9(746). Porto, AHMP.
CMPorto & Brito, António de (1935b) Licença nº 1389/1935, Avenida Marechal Gomes da Costa, 618-630, Acessível: D-CMP/9(746). Porto, AHMP.
CMPorto & Brito, Arnaldo Manzi Valente e (1984) Licenças nº 177 e 178/1984 Avenida da Boavista 1541 a 1681 [Bristol], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Brito, Júlio José de (1938) Licença nº 848/1938, Rua da Boavista, 44-68, Acessível: D-CMP/9(944). Porto, AHMP.
CMPorto & Brito, Júlio José de (1939) Licença nº 721/1939, Rua da Boavista, 551-557, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Burmester, Alexandre (1998) Licença nº 264/98, Avenida da Boavista, n.º1751 [McDonalds], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Coelho, Henrique (1994) Licença nº 105/1994 Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua de Tanger [Oceanus], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Corte Real, António Maria Lobo de Vasconcelos (1961) Licença nº 732/1961, Rua de S. João de Brito, 32-52, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Costa, José Maria Moura da (1949a) Licença nº 490/1949, Avenida da Boavista, 2402 e Rua S. João de Brito, 9-19, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Costa, José Maria Moura da (1949b) Licença nº 492/1949, Rua S. João de Brito, 21-29, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Dias, Homero Ferreira (1935) Licença nº 1542/1935, Avenida Marechal Gomes da Costa, 1009, Acessível: D-CMP/9(751). Porto, AHMP.
CMPorto & DSU (1981-02-26) Informação, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & DSU (1985-03-19) Informação, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG. p.23i
CMPorto & DSU (1985-03-26) Informação, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG. p.24i
CMPorto & DSU (1985-07-26) Informação, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto, Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1971) Licença nº 433/1971 Rua Beato Inácio de Azevedo 75, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto, Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1973) Licença nº 302/1973 Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Ferreira, Fernando (1953) Licença nº 72/1953, Rua Nossa Senhora de Fátima, 402-414, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Ferreira, Fernando de Sá e Santos (1944) Licença nº 223/1944, Rua da Boavista, 264-270, Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Freitas, José Coelho de (1921) Licença nº 683/1921, Travessa de Costa Cabral, Acessível: D-CMP/9(315). Porto, AHMP.
CMPorto, Gigante, Jorge Guimarães & Siza Vieira, Álvaro (1957) Licença nº 630/1957, Avenida da Boavista, 4397, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto, Godinho, Januário & Guimarães, António Peres Dias (1935) Licença nº 2051/1935, Rua Arquitecto Marques da Silva, Acessível: D-CMP/9(768). Porto, AHMP.
CMPorto, Granja, Francisco Fernandes da Silva & Neves, Carlos Henrique da Silva (1944) Licença nº 549/1944, Avenida da Boavista, 4983-5003, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Lima, Alfredo Viana de (1941) Peças Desenhadas, Edifício na Rua Honório de Lima, Acessível: Licença nº 282/1941. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto, et al. (1955) Licença nº 653/1955, Largo do Maestro Miguel Angelo & Outras [Cooperativa Lar Familiar], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Lopes, Amoroso (1939) Licença nº 761/1939, Avenida da Boavista, 4719, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Lopes, António Júlio Teixeira (1940) Licença nº 276/1940, Avenida da Boavista, 4761, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Losa, Arménio (1970) Licença nº 86/1970 Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto, Losa, Arménio & Barbosa, Cassiano (1947) Licença nº 295/1947, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Losa, Arménio Taveira (1936) Licença nº 1170/1936, Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua João de Deus, Acessível: D-CMP/9(814). Porto, AHMP.
CMPorto & Losa, Arménio Taveira (1937) Licença nº 1603/1937 Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso, Acessível: D-CMP/9(896). Porto, AHMP.
CMPorto, Losa, Arménio Taveira & Ferreira, Alfredo Matos (1979) Processo nº 1768/79, Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Z-16 II. Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Loureiro, José Carlos (1955) Licença nº 687/1955, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº231 [Parnaso], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Loureiro, José Carlos (1956) Licença nº 436/1956, Rua Nossa Senhora de Fátima, 291-307 [Marta Ortigão], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Loureiro, José Carlos (1978) Licença nº 121/1978, Avenida da Boavista, 4467, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Loureiro, Luís Amorim (1990) Licença nº 413/1990, Avenida da Boavista, 1099 [Banco BPI], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Machado, António (1981) Licença nº 158/1981, Avenida da Boavista com a Rua da Meditação, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Machado, António (1986) Licença nº 269/1986, Avenida da Boavista, 3477-3523 [Aviz], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Machado, António (1988) Licença nº 23/1988, Avenida da Boabista 3433 e Rua Pedo Homem de Melo, 55, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Machado, António Serafim Ferreira (1973a) Licença nº 591/1973 Avenida da Boavista 1048 a 1060 [Antiga PT], Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Machado, António Serafim Ferreira (1973b) Licença nº 598/1973 Avenida da Boavista 1072 a 1142, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Marques, Manoel (1935) Licença nº 1386/1935, Avenida Marechal Gomes da Costa, 1215, Acessível: D-CMP/9(746). Porto, AHMP.
CMPorto, Marques, Manoel & Brito, Júlio de (1927) Licença nº 647/1927, Praça Mouzinho de Albuquerque 151 [Casa Domingos Fernandes], Acessível: D-CMP/9(506). Porto, AHMP.
CMPorto, Marques, Manoel & Lopes, Amoroso (1938) Licença nº 1220/1938, Praça Mouzinho de Albuquerque, 160, Acessível: D-CMP/9(975). Porto, AHMP.
CMPorto & Marques, Manuel (1936a) Licença nº 169/1936, Avenida Marechal Gomes da Costa, 338, Acessível: D-CMP/9(777). Porto, AHMP.
CMPorto & Marques, Manuel (1936b) Licença nº 422/1936, Avenida de Montevideu, 760-764, Acessível: D-CMP/9(788). Porto, AHMP.
CMPorto & Marques, Manuel (1936c) Licença nº 1659/1936, Avenida da Boavista, 3870, Acessível: D-CMP/9(830). Porto, AHMP.
CMPorto, Marques, Manuel & Lopes, Amoroso (1937) Licença nº 322/1937, Avenida da Boavista 4974/4994, Acessível: D-CMP/9(849). Porto, AHMP.
CMPorto, Marques, Manuel & Lopes, Amoroso (1939) Licença nº 322/1937, Avenida da Boavista 4974/4994, Porto, CMPorto-AG.
CMPorto, et al. (1936) Licença nº 979/1936, Avenida da Boavista, 3011-3041, Acessível: D-CMP/9(807). Porto, AHMP.
CMPorto & Morais, Leandro de (1939) Licença nº 408/1939, Rua Nossa Senhora de Fátima, 400, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Neves, Carlos Henriques da Silva (1952) Licença nº 1691952, Avenida da Boavista, 4795, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Oliveira, J. Gonçalves de (1925) Licença nº 653/1925, Avenida da Boavista, 665, Acessível: D-CMP/9(455) [pp.252-266]. Porto, AHMP.
CMPorto & Oliveira, J. Gonçalves de (1927) Licença nº 802/1927, Avenida da Boavista, 675, Acessível: D-CMP/9(510). Porto, AHMP.
CMPorto, Paixão, Alcino José Salvador & [Costa], Francisco Pereira da (1962) Licença nº 198/1961, Rua de Guerra Junqueiro, 176-200, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Passos Júnior, Manuel da Silva (1958) Licença nº 580/1958, Rua da Boavista, 31-55, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Passos Júnior, Manuel da Silva (1956) Licença nº 15/1956, Avenida da Boavista, 2414, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Peneda, José Ferreira (1937) Licença nº 485/1937, Avenida da Boavista, 320-342, Acessível: D-CMP/9(855). Porto, AHMP.
CMPorto & Peneda, José Ferreira (1940) Licença nº 586/1940, Rua da Boavista, 597, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Pinheiro, Germano de Castro Sousa (1950) Licença nº 448/1950 Rua da Boavista 4-44, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Queirós, João (1927) Licença nº 31/1927, Rua de São Roque da Lameira, Acessível: D-CMP/9(494). Porto, AHMP.
CMPorto & Queirós, João (1929) Licença nº 396/1929, Rua António Patrício, 315, Acessível: D-CMP/9(565). Porto, AHMP.
CMPorto & Queirós, João (1930) Licença nº 268/1930, Rua da Boavista, 847-863, Acessível: D-CMP/9(590). Porto, AHMP.
CMPorto & Queirós, João (1935a) Licença nº 1383/1935, Avenida Marechal Gomes da Costa, 513-519, Acessível: D-CMP/9(746). Porto, AHMP.
CMPorto & Queirós, João (1935b) Licença nº 1387/1935, Avenida Marechal Gomes da Costa, 759-763, Acessível: D-CMP/9(746). Porto, AHMP.
CMPorto & Queirós, João (1935c) Licença nº 2030/1935, Avenida Brasil, 793, Acessível: D-CMP/9(768). Porto, AHMP.
CMPorto & Queirós, João (1936) Licença nº 423/1936, Avenida Marechal Gomes da Costa, 1084, Acessível: D-CMP/9(788). Porto, AHMP.
CMPorto & Queirós, João (1939) Licença nº 603/1939, Avenida da Boavista, 2407-2423, Porto, CMPORTO-AG.
CMPorto & Queirós, João (1940) Licença nº 371/1940, Avenida da Boavista, 2407-2423, Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1990) Licença nº 462/1990, Rua Calouste Gulbenkian [Mota Galiza Lote 1], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1991a) Licença nº 108/1991, Rua Calouste Gulbenkian [Mota Galiza Lote 2], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1991b) Licença nº 239/1991, Rua Calouste Gulbenkian [Mota Galiza Lote 4], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1992) Licença nº 76/1992, Rua Calouste Gulbenkian [Mota Galiza Lote 5], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1993a) Licença nº 22/1993, Rua Calouste Gulbenkian [Mota Galiza Lote 7], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1993b) Licença nº 177/1993 Rua Júlio Dinis 247 [Lote 6 - Mota Galiza], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1999a) Licença nº 351/1999, Rua Calouste Gulbenkian [Mota Galiza Lote 10], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1999b) Licença nº 352/1999, Rua Calouste Gulbenkian [Mota Galiza Lote 11], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Ricca Gonçalves, Agostinho (1961) Licença nº 504/1961, Rua de Júlio Dinis, 648-656 [Edifício Montepio Geral], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Ricca Gonçalves, Agostinho (1963) Licença nº 224/1963 Avenida da Boavista 1980 a 2118 [FOCO], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Ricca Gonçalves, Agostinho (1967) Licença nº 397/1967 Avenida da Boavista 2118 e Rua de Azevedo Coutinho [FOCO], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Santos, Aucíndio Ferreira dos (1935) Licença nº 1384/1935, Avenida Marechal Gomes da Costa,859-875, Acessível: D-CMP/9(746). Porto, AHMP.

CMPorto & Santos, Maximiano Rebelo dos (1958) Licença nº 216/1958, Avenida da Boavista, 3027-3041, Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Santos, Rui José Malgrand de Príncipe e (1954) Licença nº 25/1954, Rua de S. João de Brito, 31-67, Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1997) Licença nº 48/1997 Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto, Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2004) Licença nº 69/2004, 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Sobreira, João Araújo (1979a) SAAL - Brigada da Bouça: Tribunal de Menores: 2ª Fase Desenhos [1], Acessível: L.E-363 - Pasta 1. Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Sobreira, João Araújo (1979b) SAAL - Brigada da Bouça: Tribunal de Menores: 2ª Fase Desenhos [2], Acessível: L.E-364 - Pasta 1. Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Soutinho, Alcino (1988) Licença nº 23/1988 [Aditamento], Avenida da Boabista 3433 e Rua Pedo Homem de Melo, 55, Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Soutinho, Alcino (1990) Licença nº 413/1990 [Aditamento], Avenida da Boavista, 1099 [Banco BPI], Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Viana de Lima, Alfredo Evangelista (1951) Licença nº 267/1951, Avenida de Montevideu, 580, Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Viana de Lima, Alfredo Evangelista (1952) Licença nº 411/1951, Rua de S. João de Brito, 158-160, Porto, CMPORTO-AG.

CMPorto & Viana, Jorge Manuel (1942) Licença nº 395/1942, Praça Mouzinho de Albuquerque, 154-155, Porto, CMPORTO-AG.

DIE (1982) Ofício nº 288/82 EU [Divisão de Instalações e Equipamentos], Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.

DIE (1986-12-05) Ofício, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.

Engenheiros Associados, Soares Magalhães e Delgado, Lda, (1973-06-08) Carta para Arménio Losa, aceitando o convite e remetendo curriculum, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

Engil (1997) Desenhos de preparação de obra, Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Arquivo particular do Grupo Mota-Engil. Porto,

Estúdios Tavares da Fonseca ([197-]) Fotografias aéreas do Porto [Digitalização de fotografias analógicas], Porto, Acessível: CPF PT/CPF/FOT/TAV/LOC/047

Estúdios Tavares da Fonseca ([1987]) Fotografias aéreas do Porto [Digitalização de fotografias analógicas], Porto, Acessível: CPF PT/CPF/FOT/TAV/LOC/047

Ferreira, Alfredo Matos ([s.d.]-a) Edifício Sede da Segurança Social [Fotografia analógica a preto e branco], Porto, Acessível: Colecção particular

Ferreira, Alfredo Matos ([s.d.]-b) Obra do Edifício Sede da Segurança Social [Montagem sobre fotografia analógica a cores], Porto, Acessível: Colecção particular

Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1970a) Memória Descritiva, Rua Beato Inácio de Azevedo nº 75 Acessível: Licença nº 433/1971. Porto, CMPORTO-AG.

Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1970b) Peças desenhadas, Rua Beato Inácio de Azevedo nº 75 Acessível: Licença nº 433/1971. Porto, CMPORTO-AG.

Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1971) Memória Descritiva de Aditamento, Rua Beato Inácio de Azevedo nº 75 Acessível: Licença nº 433/1971. Porto, CMPORTO-AG.

Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1972a) Memória Descritiva, Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo, Acessível: Licença nº 302/1973. Porto, CMPORTO-AG.

Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1972b) Peças desenhadas, Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo, Acessível: Licença nº 302/1973. Porto, CMPORTO-AG.

Ferreira, Arménio Ribeiro & [Sousa], Nuno J. Tasso de (1974) Memória Descritiva de Aditamento, Gaveto da Avenida da Boavista com a Rua Beato Inácio de Azevedo, Acessível: Licença nº 302/1973. Porto, CMPORTO-AG.

FFH (1973-11-21) Elementos em aditamento ao estudo apresentado e de acordo com reunião do FFH para análise do parecer da CMP, Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, ADP.

FFH & Faria, A. Veiga de (1974-01-02) Carta informando da aprovação pela CMPorto do aditamento ao projecto, Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, ADP.

FFH & Siza Vieira, Álvaro (1973) [Memória descritiva], Estudo relativo ao "Grupo de Habitações no terreno anexo ao Tribunal Central de Menores", Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.

FFH, Siza Vieira, Álvaro & Sobreira, João Araújo (1973a) Estudo relativo ao "Grupo de Habitações no terreno anexo ao Tribunal Central de Menores", Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.

FFH, Siza Vieira, Álvaro & Sobreira, João Araújo (1973b) Peças desenhadas, Estudo relativo ao "Grupo de Habitações no terreno anexo ao Tribunal Central de Menores", Acessível:

Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
FFH, Siza Vieira, Álvaro & Sobreira, João Araújo (1976) SAAL/ Norte Zona de intervenção do Porto - Bouça: Arquitectura, electricidade, desenhos [1ª Fase} Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
FFH, Siza Vieira, Álvaro & Sobreira, João Araújo (1979a) Peças desenhadas, SAAL/ Norte Zona de intervenção do Porto - Bouça: Associação de moradores da Bouça: habitações Tribunal Central de Menores, 2ª fase, Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
FFH, Siza Vieira, Álvaro & Sobreira, João Araújo (1979b) SAAL/ Norte Zona de intervenção do Porto - Bouça: Associação de moradores da Bouça: habitações Tribunal Central de Menores, 2ª fase, Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
Figueiredo, António Cândido de (1947) Memória Descritiva, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 8/45. Porto, CDFAUP.
Figueiredo, António Cândido de ([1947]) Peças Desenhadas do Projecto de Execução, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 8/45. Porto, CDFAUP.
Figueiredo, Ricardo (1989) Apontamentos escolares da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa 2, FAUP, Porto,
INH (2004) Declaração, Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Lima Júnior, Joaquim da Costa (1854) [Expropriações na zona da Fonte da Moura. Leito da linha da máquina] Porto, Acessível: AHMP D-CMP-02-210
Losa, Arménio (1969a) Memória Descritiva, Rua António Patrício, 240-270 [Segurança Social], Acessível: Licença nº 86/1970. Porto, CMPORTO-AG.
Losa, Arménio (1969b) Peças Desenhadas, Rua António Patrício, 240-270 [Segurança Social], Acessível: Licença nº 86/1970. Porto, CMPORTO-AG.
Losa, Arménio (1971-02-04) Apontamentos sobre a obra [dact.], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/68. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1971-02-11) Apontamentos sobre muros de suporte, laje da varanda, etc Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/68. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1974-03-04) Carta para o Director dos Serviços da Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Segurança Social, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1974-03-23) Carta para o Presidente da Comissão dos Edifícios de Organismos Dependentes do Ministério das Corporações e Segurança Social, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1974-04-04) Nota manuscrita referente a um telefonema do Arquitecto Vasco Lobo, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1976-01-16) Notas sobre reunião na CEC, Lisboa, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1976-11-08) Carta para o Presidente da Comissão dos Equipamentos Colectivos, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1976-11-11) Carta para o Presidente da Comissão dos Equipamentos Colectivos, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1978-03-09) Carta para o Presidente da Comissão dos Equipamentos Colectivos, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1978-12-06) Carta para o Presidente da Comissão dos Equipamentos Colectivos, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1979-01-30) Minuta de Carta para o Presidente da Comissão dos Equipamentos Colectivos, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio (1982-02-26) Carta, Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
Losa, Arménio (1986-05-15) Memória Descritiva e Justificativa [Aditamento], Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.
Losa, Arménio ([1972]) Estudo preliminar para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto, Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Barbosa, Cassiano (1945-1948a) Peças Desenhadas do Projecto de Execução, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 8/45. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Barbosa, Cassiano (1945-1948b) Projecto de Execução, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 8/45. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Barbosa, Cassiano (1946a) Memória Descritiva, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Licença nº 295/1947. Porto, CMPORTO-AG.
Losa, Arménio & Barbosa, Cassiano (1946b) Peças Desenhadas, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Licença nº 295/1947. Porto, CMPORTO-AG.
Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1974a) Memória Descritiva do Programa Base, Programa Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1974b) Peças desenhadas do Programa Base, Programa Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1974c) Programa Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto, Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1976a) Memória Descritiva, Programa Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1976b) Peças Desenhadas, Programa Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1976c) Programa Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto, Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.
Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1976-02-12) [1ª] Minuta para a elaboração do Termo adicional ao contrato para o prosseguimento parcial dos estudos para a elaboração do projecto do edifício previsto para a sede da Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico Sociais

do Distrito do Porto, na rua António Patrício Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. CDFAUP.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1977a) Estudo Prévio para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto, Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1977b) Memória Descritiva, Estudo Prévio para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1977c) Memória Descritiva, Projecto Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1977d) Peças Desenhadas, Estudo Prévio para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1977e) Peças Desenhadas, Projecto Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1977f) Projecto Base para o projecto da sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto, Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Acessível: Espólio Arménio Losa. Porto, CDFAUP.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1979a) Peças Desenhadas, Projecto de Execução do Edifício Sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto: Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Porto, Espólio particular de Alfredo Matos Ferreira.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos (1979b) Projecto de Execução do Edifício Sede da Caixa de Previdência [...] do Distrito do Porto, Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social], Porto, Espólio particular de Alfredo Matos Ferreira.

Losa, Arménio & Ferreira, Alfredo Matos ([s.d.]) Minuta do "Acordo estabelecido entre Arménio Losa (AL) e Alfredo Matos Ferreira (MF) com vista à mútua colaboração na elaboração do projecto das novas instalações da Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-sociais do Distrito do Porto, a construir na Rua António Patrício", Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

Loureiro, António do Nascimento & Gomes, Orlando Manuel Praça Botelho (1986-08-12) Memória Descritiva [Projecto de electricidade], Acessível: Processo nº 1768/79 (Z-16 II); Rua António Patrício, 240 a 270 [Segurança Social]. Porto, CMPORTO-AG.

Loureiro, José Carlos (1955a) Memória Descritiva, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Acessível: Licença nº 687/1955. Porto, CMPORTO-AG.

Loureiro, José Carlos (1955b) Memória Descritiva [esclarecimento de Março], Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Acessível: Licença nº 687/1955. Porto, CMPORTO-AG.

Loureiro, José Carlos (1955c) Peças Desenhadas, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Acessível: Licença nº 687/1955. Porto, CMPORTO-AG.

Loureiro, José Carlos (1959) Memória Descritiva [terceiro aditamento], Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Acessível: Licença nº 687/1955. Porto, CMPORTO-AG.

Loureiro, José Carlos ([1959]-a) Caderno de Encargos [2ª Fase de obra], Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Porto, Espólio particular da família Correia de Oliveira.

Loureiro, José Carlos ([1959]-b) Peças Desenhadas do Projecto de Execução, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Porto, Espólio particular da família Correia de Oliveira.

Loureiro, José Carlos (s.d.) Edifício Parnaso - planta dos dois primeiros pisos, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº231 [Plantas executadas à mão livre, tinta da china sobre vegetal], Porto, Espólio particular de José Carlos Loureiro.

Loureiro, José Carlos (s.d.) Edifício Parnaso - planta dos dois primeiros pisos, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº231 [Plantas executadas à mão livre, tinta da china sobre vegetal], Porto, Espólio particular de José Carlos Loureiro.

Machado, Bernardino de Barros (1947a) Memória Descritiva e Cálculos de Betão Armado, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Licença nº 295/1947. Porto, CMPORTO-AG.

Machado, Bernardino de Barros (1947b) Peças Desenhadas do Projecto de Estabilidade, Rua da Boavista nº 571 a 584 [Bloco da Carvalhosa], Acessível: Licença nº 295/1947. Porto, CMPORTO-AG.

MAS-DGP (1975-07-31) Ofício nº P9-25021134 [Ministério dos Assuntos Sociais - Direcção Geral da Previdência], Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

Município do Porto, IGAPHE & Águas Férreas - CHC-CRL (2003) Escritura de Compra e Venda, Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.

Nevenius, Olle (1979) Porto. Avenida da Boavista, Acessível: Colecção particular

Paixão, António José Salvador (1955) Memória Descritiva Betão Armado, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Acessível: Licença nº 687/1955. Porto, CMPORTO-AG.

Paixão, António José Salvador (1959) Memória Descritiva Betão Armado (2ª fase), Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Acessível: Licença nº 687/1955. Porto, CMPORTO-AG.

Portas, Nuno (2007-04-30). Conversa informal na FAUP. Porto.

Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1993a) Memória Descritiva, Rua Júlio Dinis 247 [Lote 6 - Mota Galiza], Acessível: Licença nº 177/1993. Porto, CMPORTO-AG.

Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1993b) Peças desenhadas, Rua Júlio Dinis 247 [Lote 6 - Mota Galiza], Acessível: Licença nº 177/1993. Porto, CMPORTO-AG.

Ramos, Luís Pádua & Loureiro, José Carlos (1993c) Projecto de Execução, Rua Júlio Dinis 247 [Lote 6 - Mota Galiza], Porto, Espólio Particular de José Carlos Loureiro.

Rodrigues, Bernardino José (1973-05-25) Carta para Arménio Losa, aceitando o convite e remetendo curriculum, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

S.N. (1825) Plano do encanamento actual da agoa que vem de Paranhos [...] Porto, Acessível: AHMP CLP 154

S.N. (1855) [Projecto para o tramo inicial da Avenida da Boavista] Porto, Acessível: AHMP CLP 345

S.N. (1879) Estrada da circunvalação à Cidade do Porto. Variante entre o Castello do Queijo e a Fonte da Moura Porto, Acessível: AHMP D-CMP-02-207

S.N. ([1958]-a) Fachada principal vista desde Nascente [Fotografia analógica a PB], Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Porto, Acessível: Espólio particular do arquitecto José Carlos Loureiro

S.N. ([1958]-b) Fachada principal vista desde Poente [Fotografia analógica a PB], Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321

[Parnaso], Porto, Acessível: Espólio particular do arquitecto José Carlos Loureiro
S.N. ([1977-1978]) Conjunto Habitacional da Bouça - construção [Fotografia analógica a cores], Porto, Acessível: Arquivo digital particular de António Madureira
S.N. (s.d.-a) Fotografias e postais antigos do Porto Porto, Acessível: Colecção Particular
S.N. (s.d.-b) Lanço de ligação entre o Carvalhido e a Rua da Boavista no Porto Porto, Acessível: AHMP CLP 424
S.N. (s.d.-c) Vista desde o edifício Palmeira [Fotografia digital a cores], Rua Nossa Senhora de Fátima, nº321 [Parnaso], Porto, Acessível: Espólio particular do arquitecto José Carlos Loureiro
SAIVO (s.d.) Mosaico vetroso, Folha de aplicação de ladrilhos, Porto, Espólio particular da família Correia de Oliveira.
Sampaio, Joaquim da Costa Lima (1825) Projecto da continuação da rua da Bôa Vista e suas travessas [...] Porto, Acessível: AHMP CLP 151
Siza [Vieira], Álvaro (1973-11-21) [Memória Descritiva de Aditamento], Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
Siza Vieira, Álvaro (1976) [Memória descritiva] SAAL - Brigada da Bouça, Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
Siza Vieira, Álvaro (1973-06-07) Carta rementendo o estudo relativo ao "Grupo de habitações no terreno anexo ao Tribunal Central de Menores", Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1992) Memória Descritiva [inicial], Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Licença nº 48/1997. Porto, CMPORTO-AG. p.14-16
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1993) [Esclarecimento ao projecto], Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Licença nº 48/1997. Porto, CMPORTO-AG. p.33-34
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1995a) Memória descritiva de aditamento [Dezembro], Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Licença nº 48/1997. Porto, CMPORTO-AG.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1995b) Memória descritiva de aditamento [Março], Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Licença nº 48/1997. Porto, CMPORTO-AG.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1995c) Peças desenhadas, Projecto de Execução: Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Arquivo particular do Grupo Mota-Engil. Porto,
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1995d) Projecto de Execução, Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Arquivo particular do Grupo Mota-Engil. Porto,
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (1997) Memória descritiva de aditamento, Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Licença nº 48/1997. Porto, CMPORTO-AG. p.619
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2000) Peças desenhadas [telas finais], Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: [ficheiros digitais]. Porto, Arquivo particular de António Madureira.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2001a) Memória Descritiva, Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2001b) Memória Descritiva [aditamento], Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2001c) Peças Desenhadas, Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2006a) Memória Descritiva [aditamento], Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2006b) Peças Desenhadas [Telas Finais], Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Siza Vieira, Álvaro & Madureira, António (2006c) Projecto de Arquitectura, 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: Arquivo digital particular de António Madureira. Porto,
Siza Vieira, Álvaro & Sobreira, João Araújo (1976) Peças Desenhadas, SAAL/ Norte Zona de intervenção do Porto - Bouça: Arquitectura, electricidade, desenhos [1ª Fase} Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
Soares, António (1969-07-28) Carta para os SMGE (resposta), Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/68. Porto, CDFAUP.
Soares, António Augusto dos Santos (1969) Cálculos de Betão Armado, Memória Descritiva e Justificativa, Rua António Patrício, 240-270 [Segurança Social], Acessível: Licença nº 86/1970. Porto, CMPORTO-AG.
Sobreira, J.A. & Sobreira, João Maria (1987) "Acções sísmicas: Estruturas mistas pórtico-parede". Ingenium - revista da Ordem dos Engenheiros Maio.
Sobreira, João Araújo (1976-1978) Memória Descritiva [Tribunal de Menores - 2ª Fase], Acessível: Fundo de Fomento da Habitação Porto, ADP.
Sobreira, João Araújo (1978) Especificações técnicas [Tribunal Central de Menores - 2ª fase], SAAL/ Norte Zona de intervenção do Porto - Bouça: Associação de moradores da Bouça: habitações Tribunal Central de Menores, 2ª fase, Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
Sobreira, João Araújo (1979) Condições especiais [Tribunal Central de Menores - 2ª fase], SAAL/ Norte Zona de intervenção do Porto - Bouça: Associação de moradores da Bouça: habitações Acessível: Fundo de Fomento da Habitação. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
Sobreira, João Maria (2002a) Memória descritiva [estabilidade], Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Sobreira, João Maria (2002b) Peças Desenhadas [estabilidade], Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Sobreira, João Maria (2006) Peças Desenhadas [estabilidade], Licença nº 69/2004: 2ª fase do Conjunto Habitacional da Bouça [Cooperativa das Águas Férreas], Acessível: ALV/99/04/DMGU-CMP. Porto, CMPORTO-AG.
Sobreira, José Maria (1996) Memória descritiva do RCCTE, Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Licença nº 48/1997. Porto, CMPORTO-AG. p.528-529
Sobreira, José Maria ([1995] 1996) Memória descritiva dos cálculos, Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes

[STDM], Acessível: Licença nº 48/1997. Porto, CMPORTO-AG. p.392-396

STDM (1999) Requerimento para pedido de prorrogação de licença, Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes [STDM], Acessível: Licença nº 49/1997. Porto, CMPORTO-AG. p.221

Tavares, António Paulo (1973-06-07) Carta para Arménio Losa, aceitando o convite e remetendo curriculum, Acessível: Espólio Arménio Losa; Obra 6/75. Porto, CDFAUP.

Vale, Clara Pimenta do (2001/08) Villa Muller. Adolf Loos [montagem de 3 fotografias analógicas a cores], Praga, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2003/07) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2003-07-11, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2003/09) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2003-09-23, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2003/11) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2003-11-06, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2004/06) Genealogia das idades - Avô e Neto [1 fotografia digital a preto e branco], Avenida dos Aliados, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2004/08a) Convento de La Tourette. Le Corbusier [montagem de 7 fotografias digitais a cores], Eveux-sur-Arbresle, Lyon, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2004/08b) Convento de La Tourette. Le Corbusier. Grelhas de ventilação. [1 fotografia digital a cores], Eveux-sur-Arbresle, Lyon, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2004/10) Bairro da Cooperativa Lar Familiar [Fotografia digital a cores], 2004-10-27, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11a) Banco Português de Investimento (BPI) [Fotografia digital a cores], 2005-11-24, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11b) Condomínio Torre da Boavista - corpo alto [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2005-11-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11c) Condomínio Torre da Boavista - corpo baixo [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2005-11-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11d) Conjunto Habitacional da Bouça [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2005-11-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11e) Edifício da Carvalhosa [Fotografia digital a cores], 2005-11-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11f) Edifício do gaveto da Avenida da Boavista com a Rua da Meditação [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2005-11-24, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11g) Edifício do gaveto da Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2005-11-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11h) Edifício Oceanus [Fotografia digital a cores], 2005-11-24, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2005/11i) Edifício Sede do Instituto da Segurança Social [Fotografia digital a cores], 2005-11-24, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2006) Livraria Lello [Fotografia digital a cores], 2006, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2006/11) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2006-11-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/08a) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2007-08-13 / 2007-08-27, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/08b) Edifício da Carvalhosa [Fotografia digital a cores], 2007-08-11, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/08c) Edifício Montepio Geral [Fotografia digital a cores], 2007-08-24, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/08d) Edifício sede do Instituto da Segurança Social [Fotografia digital a cores], 2007-08-24, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/09a) Condomínio Torre da Boavista - corpo alto [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2007-09-28, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/09b) Condomínio Torre da Boavista - corpo baixo [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2007-09-28, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/10a) Bairro da Cooperativa Lar Familiar [Fotografia digital a cores], 2007-10-25, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/10b) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2007-10-25, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/10c) Condomínio Torre da Boavista - corpo alto [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2007-10-25, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/11a) Complexo Mota Galiza [Fotografia digital a cores], 2007-11-10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/11b) Condomínio Torre da Boavista - corpo alto [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2007-11-28, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/11c) Condomínio Torre da Boavista - corpo baixo [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2007-11-28, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/11d) Edifício da Carvalhosa [Fotografia digital a cores], 2007/11/10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/11e) Edifício Parnaso [Fotografia digital a cores], 2007-11-10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2007/11f) Sobreposição de fachadas: Complexo Mota Galiza [Composição com duas fotografia digitais a cores], 2007-11-10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008) Edifício no gaveto da Avenida da Boavista com a Rua João de Deus [Conjunto de fotografias digitais a cores], Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/02a) Casa José Prata de Lima [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-02-01, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/02b) Edifício do gaveto da Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-02-01, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/03) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-03-31, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/04a) Condomínio Torre da Boavista - corpo alto [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-04-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/04b) Condomínio Torre da Boavista - corpo baixo [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-04-22, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/04c) Edifício da Carvalhosa [Fotografia digital a cores], 2008-04-03, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/06a) Fotografia aérea da Avenida da Boavista [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-06-10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/06b) Fotografia aérea da Zona Ribeirinha do Porto e de Gaia [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-06-10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/06c) Fotografia aérea do Conjunto Habitacional da Bouça [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-06-10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/08a) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-08-01, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/08b) Edifício Sede do Instituto da Segurança Social [Fotografia digital a cores], 2008-08-25, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/12a) Conjunto Habitacional da Bouça [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2008-12-03, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/12b) Edifício da Carvalhosa [Fotografia digital a cores], 2008-12-03, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2008/12c) Edifício Sede do Instituto da Segurança Social [Fotografia digital a cores], 2008-12-10, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2009) Visita ao LESE - FEUP [montagem de duas Fotografias digitais a cores], 2009/01, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2010) Vista a partir do cimo da torre sineira da Capela do Monte Crasto [Fotografia digital a cores], 2010, Gondomar, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2010/04a) Casa José Prata Lima [Fotografia digital a cores], 2010-04-18, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2010/04b) Edifício Sede do Instituto da Segurança Social [Fotografia digital a cores], 2010-04-18, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2010/10) Visita ao Laboratório de Ensaios da Universidade de Aveiro [Fotografia digital a cores], Aveiro, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2011/01) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias digitais a cores], 2011-01-31, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (2011/03) Pavilhão da Expo de 1929 [Montagem de 5 fotografias digitais a cores], 2011-03-01, Barcelona, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do (20011/08) Complexo Mota Galiza [Fotografia digital a cores], 2011-08-21, Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do ([1997]) Complexo da Boavista [STDM] [Fotografias analógicas a cores], Porto, Acessível: Colecção particular

Vale, Clara Pimenta do ([2001]) Complexo da Boavista [STDM] [Conjunto de fotografias analógicas a cores], Porto, Acessível: Colecção particular

Proveniência das imagens

As imagens provenientes de processos referidos nas fontes documentais não estão incluidos na presente lista.

[S.N.] (1809) The passage of the Douro, Acessível: http://www.napoleon-series.org/images/military/maps/peninsula/oporto.jpg

A arquitectura portuguesa (1936) Dois prédios do Porto Lisboa, Acessível: nº13 e 14 - Abril e Maio

A arquitectura portuguesa (1937) Publicidade: Ral "lion" Lisboa, Acessível: nº32 - Novembro

A arquitectura portugueza (1908) Prefacio Mario Collares, Lisboa, Acessível: nº1 - Janeiro

A construção moderna (1900) Capa Lisboa, Acessível: Ano 1

A construção moderna (1912) A construção moderna e as artes do metal [fascículo] Nunes Collares e Mário Collares, Lisboa, Acessível: Nº 371 - 5 de Junho

APHA (2007) Capa @lpha Boletim APHA, Acessível: http://www.apha.pt/boletim/boletim5/CapaN5.jpg

Arquivo Municipal de Lisboa (2005). Cartulário Pombalino: Colecção de 70 prospectos (1758-1846), 2ª Edição, Lisboa.

Balck, George (1813) Cidade do Porto Porto, Acessível: MNSR

Biel (1885) Construção do Porto de Leixões: Avanço do Molhe Norte em 30 de Novembro de 1885 [Fotografia a PB], Acessível: Cleto, Joel (1998). Porto de Leixões. Fotografias: Domingos Alvão. Emílio Biel, Porto, APDL.

Binário (1960a) Porto. Estudos e Realizações, Acessível: nº26 - Novembro

Binário (1960b) Publicidade: Roplasto, Acessível: nº26 - Novembro

Bing Maps ([2009]-a) Avenida da Boavista [montagem a partir do Bird Eyes View] [Online]. Porto: Microsoft. Disponível: http://www.bing.com/maps/ [Consultado em 2009-01-05].

Bing Maps ([2009]-b) Bloco da Carvalhosa [Bird Eyes View] [Online]. Porto: Microsoft. Disponível: http://www.bing.com/maps/ [Consultado em 2009-01-05].

Bing Maps ([2009]-c) Praça Mouzinho de Albuquerque [montagem a partir do Bird Eyes View] [Online]. Porto: Microsoft. Disponível: http://www.bing.com/maps/ [Consultado em 2009-01-05].

Bing Maps ([2009]-d) Rua da Boavista [montagem a partir do Bird Eyes View] [Online]. Porto: Microsoft. Disponível: http://www.bing.com/maps/ [Consultado em 2009-01-05].

Cleto, Joel (1998). Porto de Leixões. Fotografias: Domingos Alvão. Emílio Biel, Porto, APDL.

CMPorto (2006) Evolução do Mercado Imobiliário no Grande Porto [Online]. Disponível: http://www.cm-porto.pt/users/0/58/DestaqueinformativoMercadoImobilirio_e917ecee9391e7160b009b2d0b27cd86.pdf [Consultado em].

CMPorto ([2010]) Fotografia aérea - ano de 2005 [Online]. Porto: CMPorto. Disponível: http://sigweb.cm-porto.pt/mipwebportal/ [Consultado em 2010-12-26].

Cortes, João José Mendonça (1903) Planta da cidade do Porto referida ao anno de 1903 [planta à escala 1:25000], Porto, Acessível: http://purl.pt/1685

DOCOMOMO (1993) Capa do.co.mo.mo Journal DOCOMOMO, Acessível: do.co.mo.mo Journal nº 9

Eiffel, Gustave (1879). Notice sur le Pont du Douro, a Porto : Pont Maria-Pia, Clichy, imprimerie Administrative et des Chemins de Fer de Paul Dupont.

Estúdios Tavares da Fonseca, Lda (197?) Fotografia aérea, Porto, Acessível: Centro Português de Fotografia

Ferreira, Augusto Gerardo Teles (1892) Carta Topográfica da Cidade do Porto [Levantamento à escala 1/500], Câmara Municipal do Porto, Porto, Acessível: AHMP

Ford, Edward R. (1990a). The details of modern architecture, Cambridge / London, The MIT Press.

Ford, Edward R. (1990b) Villa le Lac - Wall section of south facade [Perspectiva Axonométrica a PB], Acessível: Ford, Edward R. (1990). The details of modern architecture, Cambridge / London, The MIT Press.

Ford, Edward R. (1996). The details of modern architecture. 1928 to 1988, V:2, Cambridge / London, The MIT Press.

Fortes, Manuel de Azevedo (1728-1729). O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados, V:Tomo I, Lisboa Occidental, Officina de Manoel Fernandes da Costa.

Freire, Francisco José (1758) Memorias das principaes providencias... [capa interior] Acessível:http://purl.pt/6695/1/P5.html

Freitas, Vasco Peixoto de (2003) "Patologia e Reabilitação de Edifícios. Estratégias para o futuro". Construir, n.º Maio, p. 36-37.

Google ([2006]) Google Maps - Porto [Online]. Disponível: http://maps.google.com/ [Consultado em 2006/02].

Google ([2009]-a) Google Maps - Porto [Online]. Disponível: http://maps.google.com/ [Consultado em 2009/08].

Google ([2009]-b) Google Maps - Prague [Online]. Disponível: http://maps.google.com/ [Consultado em 2009/08].

INE (2001) Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação. INE. Disponível: www.ine.pt.

Krajci, Petr & Szadkowska, Maria (2000). Adolf Loos, Kerel Lhota / The Müller Villa in Prague, Prague, City of Prague Museum.

La construction moderne (1927) Capa Fondateur P. Planat, Paris, Acessível: http://www.traca.com.br/livro/144664/la-construction-moderne-numeros-15-a-30-ano-17-janeiro-a-abril-de-1927

Lima, Joaquim da Costa (1839) Planta Topográfica da Cidade do Porto Porto, Acessível: AHMP

Ilustração (1926) Publicidade: Biblioteca de Instrução Profissional Lisboa, Acessível: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ilustracao/Ilustracao1926.htm

Loos, Adolf & Lhota, Karel ([1928] 2000). Adolp Loos Müllerova Vila: Building Plans for the Frantisek Muller Family House [Fac-simile], Prague, Museum Of the City of Prague.

Maldonado, Teodoro de Sousa (1794) Planta Geral da Rua da BoaVista [Plano de alçados da Rua da Boavista, lado Norte], Porto, Acessível: 155 FD - AHMP

Mateus (coord.), João Mascarenhas (2010). História da Construção em Portugal. Fundações e Alinhamentos. Disponível: http://www.ces.uc.pt/eventos/pdfs/Apresentacao_HCP.pdf [Consultado em 2010-02-17].

Microsoft Corporation ([2011]) Bing Maps - Porto [bird's eye view] [Online]. Disponível: http://www.bing.com/maps/ [Consultado em 2011/05].

Oliveira, Eduardo Pires de (1985). Imagens do Porto Oitocentista, Porto, AHMP; ARPPA.

Paiva, José Francisco de (Ant. 1824) Plano da Cidade do Porto Porto, Acessível: AHMP

Pedegache, Miguel Tibério (1757) Colleção de algumas ruinas de Lisboa causadas pelo terremoto e pelo fogo do primeiro de Novembro do anno de 1755 ... [6 estampas], Paris, Acessível: http://purl.pt/12181/1/index.html

Portugal (1837). Código Administrativo Portuguez, Lisboa, Imprensa da Rua de S. Julião.

Portugal (1868). Codigo civil portuguez [approvado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867], 2ª Edição, Lisboa, Imprensa Nacional.

Rodrigues Fonseca & Carvalho (1939). A construção moderna: com metal distendido e cartasfal, Porto, Rodrigues, Fonseca & Carvalho.

S.N. (1993) Vista da Avenida da Boavista [Digitalização de fotografia analógica a cores], Porto, Acessível: www.estadevelho.blogspot.com

S.N. (2008) Edifício da Companhia União Fabril Portuense (CUFP) [Fotografia a PB], Porto, Acessível: O Tripeiro: Novembro de 2008

S.N. (s.d.) Remise da Boavista Porto, Acessível: http://sphotos.ak.fbcdn.net/hphotos-ak-snc4/hs1223.snc4/155520_1459042004636_1490982317_31023094_4772491_n.jpg

Sbriglio, Jacques (1999). Le Corbusier: La Villa Savoye, Fundation le Corbusier, Birkhauser.

Seidler, Harry (2004). The Grand Tour: Volta ao mundo pelos olhos de um arquitecto, Taschen.

Sullivan, Mary Ann (2006) Villa Savoye [Online]. Disponível: http://www.bluffton.edu/~sullivanm/france/poissy/savoye/corbuindex.html [Consultado em 2009-08-29].

Tavares, Rui & Nonell, Anni Günther (1994) "Oporto", Atlas histórico das ciudades europeas. Barcelona: Salvat.

Vidal, Frederico Perry (1844) Planta da Cidade do Porto Porto, Acessível: AHMP

Vidal, Frederico Perry (1865) Planta da Cidade do Porto Porto, Acessível: AHMP

Vieira, Joaquim (1999a). Portugal Século XX: Crónica em Imagens 1900-1910, Lisboa, Círculo de Leitores.

Vieira, Joaquim (1999b). Portugal Século XX: Crónica em Imagens 1920-1930, Lisboa, Círculo de Leitores.

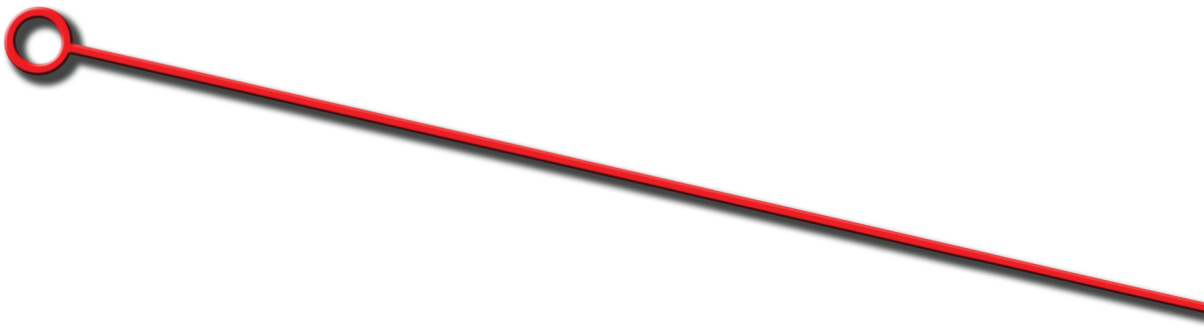
Vieira, Joaquim (1999c). Portugal Século XX: Crónica em Imagens 1930-1940, Lisboa, Círculo de Leitores.

W.B.Clarke (1833) Oporto Porto, Acessível: AHMP

Wong Weng Yew, Joshua (2009) Meanings of Le Corbusier's Villa Savoye [Online]. Disponível: http://portfolio.joshuawwy.com/Typesetting_files/ebook%20sample-1.pdf [Consultado em 2009-08-28].

Documentação Electrónica

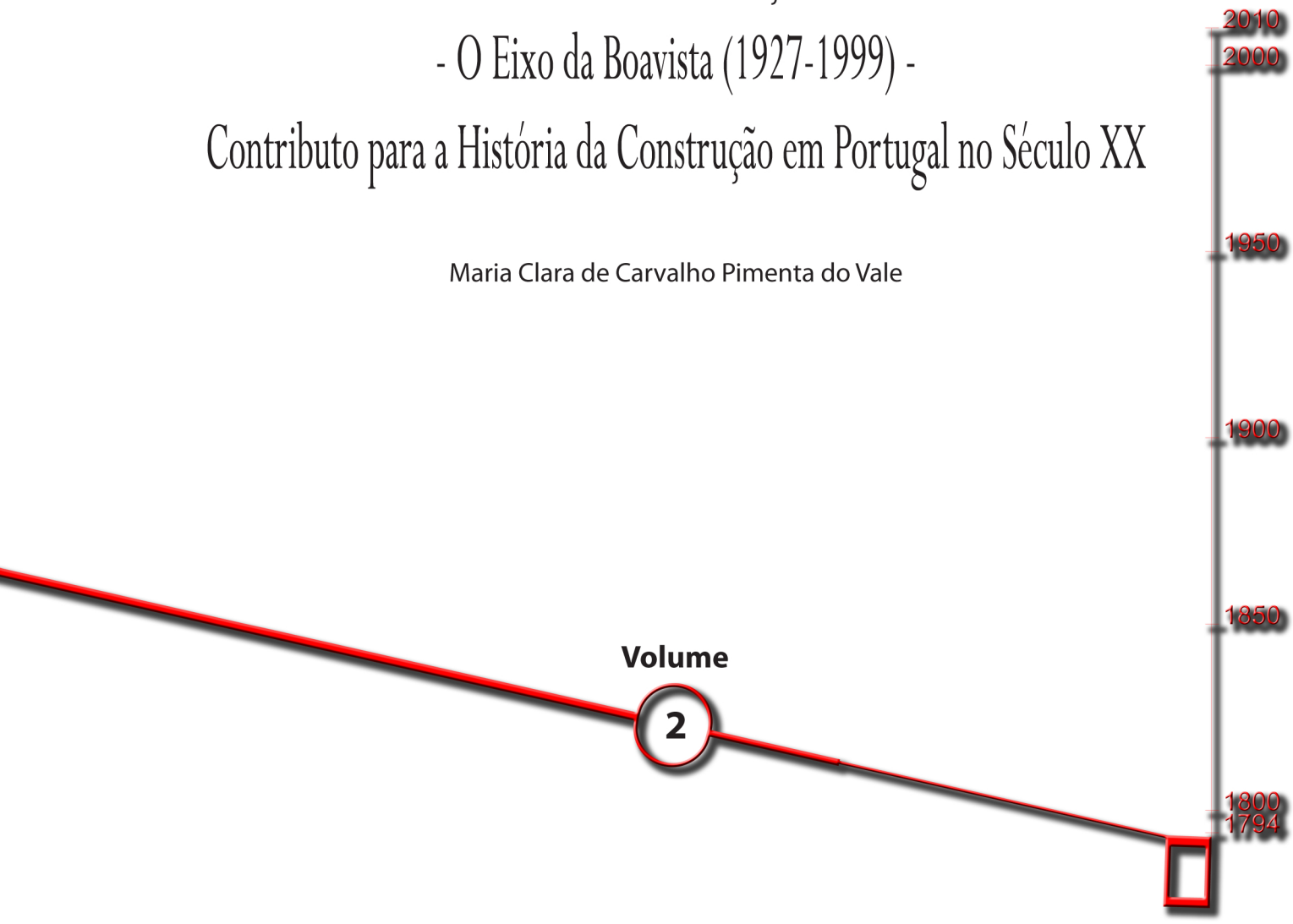
DVD contendo a versão digital da tese.



U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto
- O Eixo da Boavista (1927-1999) -
Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX

Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale



Setembro de 2011
Janeiro de 2012

Universidade do Porto

Faculdade de Arquitectura

Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto
- O Eixo da Boavista (1927-1999) -
Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX

Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale

(Mestre em Construção de Edifícios)

Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Arquitectura

Orientador Científico

Professor Doutor Vítor Carlos Trindade Abrantes Almeida

Setembro de 2011 / Janeiro de 2012

- Volume 2 - Apêndice Documental

Sumário do Volume 2

ANEXO 1. DOCUMENTOS DE PROJECTOS E OBRAS I

1.A. Bloco da Carvalhosa 1

PROJECTO DE LICENCIAMENTO 1

Documento nº 1.A.1. Memória descritiva 1
Documento nº 1.A.2. Peças desenhadas 2
Documento nº 1.A.3. Memória descritiva - Estabilidade 15
Documento nº 1.A.4. Cálculos 15
Documento nº 1.A.5. Peças desenhadas 17

PROJECTO DE EXECUÇÃO 19

Documento nº 1.A.6. Memória descritiva 19
Documento nº 1.A.7. Peças desenhadas 19

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 27

1.B. Torre de Habitação / Sede da Segurança Social 31

PROJECTO DE LICENCIAMENTO 31

Documento nº 1.B.1. Memória descritiva 31
Documento nº 1.B.2. Memória descritiva e justificativa - Cálculos de betão armado 33
Documento nº 1.B.3. Peças desenhadas 36

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO PROJECTO INICIAL 44

Documento nº 1.B.4. Acordo estabelecido entre Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira . . 44
PROGRAMA BASE DE 1974 45
Documento nº 1.B.5. Memória descritiva 45
Documento nº 1.B.6. Peças desenhada 47

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO PROJECTO INICIAL 49

PROGRAMA BASE DE 1976 49
Documento nº 1.B.7. Memória descritiva 49
Documento nº 1.B.8. Peças desenhada 52
ESTUDO PRÉVIO 55
Documento nº 1.B.9. Memória descritiva 55
Documento nº 1.B.10. Peças desenhadas 56
PROJECTO BASE 59
Documento nº 1.B.11. Memória descritiva 59
Documento nº 1.B.12. Peças desenhadas 62
PROJECTO DE EXECUÇÃO 64
Documento nº 1.B.13. Peças desenhadas 64

PROJECTO DE LICENCIAMENTO [SS] 73

Documento nº 1.B.14. Memória descritiva [Projecto de electricidade] 73

OFÍCIOS E CARTAS 75

Documento nº 1.B.15. Curriculum profissional – Engenheiros Associados 75
Documento nº 1.B.16. Curriculum profissional – Paulo Tavares 75
Documento nº 1.B.17. Curriculum profissional – Bernardino Rodrigues 76
Documento nº 1.B.18. Informação 76
Documento nº 1.B.19. Carta da Divisão de Instalações e Equipamento 76
Documento nº 1.B.20. Carta 77
Documento nº 1.B.21. Informação 77
Documento nº 1.B.22. Informação 78

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (FOTOGRAFIAS ANTIGAS) 79

II LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 80

1.C. Edifício Parnaso 83

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - 1ª FASE 83

Documento nº 1.C.1. Memória descritiva e justificativa 83
Documento nº 1.C.2. Memória justificativa 84
Documento nº 1.C.3. Memória descritiva de betão armado 84
Documento nº 1.C.4. Peças desenhadas 85

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - 2ª FASE 90

Documento nº 1.C.5. Memória descritiva e justificativa 90
Documento nº 1.C.6. Memória descritiva de betão armado 91

PROJECTO DE EXECUÇÃO 92

Documento nº 1.C.7. Caderno de Encargos [2ª fase de Obra] 92
Documento nº 1.C.8. Peças desenhadas 102

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 111

1.D. Complexo Mota Galiza 117

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - LOTE 6 117

Documento nº 1.D.1. Memória descritiva 117
Documento nº 1.D.2. Elementos desenhados 117

PROJECTO DE EXECUÇÃO 133

Documento nº 1.D.3. Elementos desenhados 133

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 134

1.E. Condomínio Torre da Boavista 139

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - EDIFÍCIO DA RUA BEATO INÁCIO DE AZEVEDO 139

Documento nº 1.E.1. Memória descritiva 139
Documento nº 1.E.2. Memória descritiva de aditamento 140
Documento nº 1.E.3. Peças desenhos do processo de licenciamento 140

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - EDIFÍCIO DO GAVETO DA AVENIDA DA BOAVISTA 144

Documento nº 1.E.4. Memória descritiva e justificativa 144
Documento nº 1.E.5. Memória descritiva de aditamento 145
Documento nº 1.E.6. Peças desenhadas do processo de licenciamento 145

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 160

1.F. Complexo da Boavista 171

PROJECTO DE LICENCIAMENTO 171

Documento nº 1.F.1. Memória descritiva 171
Documento nº 1.F.2. Requerimento / memória justificativa 172
Documento nº 1.F.3. Memória descritiva de aditamento 172
Documento nº 1.F.4. Memória descritiva dos cálculos 173
Documento nº 1.F.5. Memória descritiva de aditamento 174
Documento nº 1.F.6. Memória descritiva e justificativa do RCCTE 175
Documento nº 1.F.7. Memória descritiva de aditamento 175
Documento nº 1.F.8. Justificativo de pedido de prorrogação de licença 175
Documento nº 1.F.9. Peças desenhadas do processo de licenciamento [Telas finais] 176

PROJECTO DE EXECUÇÃO 184

Documento nº 1.F.10. Peças desenhadas do projecto de execução 184

PREPARAÇÃO DE OBRA 190

Documento nº 1.F.11. Desenhos de preparação de Obra 190

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (FOTOGRAFIAS ANTIGAS) 199

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 200

1.G. Conjunto Habitacional da Bouça 207

PROCESSO FUNDO DO FOMENTO À HABITAÇÃO 207

Documento nº 1.G.1. Carta 207
Documento nº 1.G.2. Memória descritiva 207
Documento nº 1.G.3. Memória de Aditamento 208
Documento nº 1.G.4. Ofício 208
Documento nº 1.G.5. Peças desenhadas do processo do Fundo Fomento da Habitação 209

PROCESSO BRIGADA SAAL NORTE - 1ª FASE 212

Documento nº 1.G.6. Memória descritiva da revisão do Estudo Prévio 212
Documento nº 1.G.7. Peças desenhadas do processo SAAL - 1ª Fase 212

PROCESSO: BRIGADA SAAL NORTE - 2ª FASE [NÃO CONSTRUÍDA) 217

Documento nº 1.G.8. Peças escritas (1ª parte) 217
Documento nº 1.G.9. Especificações técnicas 219
Documento nº 1.G.10. Peças escritas (2ª parte) 220
Documento nº 1.G.11. Peças desenhadas da 2ª fase [não construída] 221

PROCESSO COOPERATIVA DAS ÁGUAS FÉRREAS 234

Documento nº 1.G.12. Memória descritiva 234
Documento nº 1.G.13. Memória descritiva [Aditamento] 235
Documento nº 1.G.14. Memória descritiva de estruturas 235
Documento nº 1.G.15. Escritura de compra e venda 235

Documento nº 1.G.16. Memória Descritiva aditamento 236
Documento nº 1.G.17. Peças desenhadas do processo de licenciamento 237
Documento nº 1.G.18. Peças desenhadas - síntese da solução 241

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2005-2008) 246

ANEXO 2. LEGISLAÇÃO I

2.A. Legislação Nacional 1

Século XVIII - - - - - 1

Documento nº 2.A.1.Alvará de Confirmação de 3 de Novembro [1756] 1

Século XIX - - - - - 2

Documento nº 2.A.2.Classificação das Estradas [1864] 2
Documento nº 2.A.3.Projecto sobre a polícia da via pública, decreto de 31 de Dezembro [1864] . . 3
Documento nº 2.A.4.Alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864 [1867] 7
Documento nº 2.A.5.Regulamento para o Serviço de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários Maiores e Menores nos Trabalhos de Construções Civis [1895] 8
Documento nº 2.A.6.Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do decreto de 6 de Junho de 1895 [1897] 10
Documento nº 2.A.7.Regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas [1900] 10

Século XX - - - - - 14

Documento nº 2.A.8.Decreto de 24 de Outubro [1901] 14
Documento nº 2.A.9.Portaria de 20 de Dezembro [1901] 15
Documento nº 2.A.10.Relação dos indivíduos habilitados com o curso de arquitecto... [1901] . 16
Documento nº 2.A.11.Regulamento geral de saúde e beneficência pública [1901] 16
Documento nº 2.A.12.Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [1903] 18
Documento nº 2.A.13.Decreto n.º 4:036 - Regulamento para o emprego de beton armado [1918] 23
Documento nº 2.A.14.Lei nº 1670 [1924] 25
Documento nº 2.A.15.Decreto nº 14 372 [1927] 27
Documento nº 2.A.16.Regulamento Geral das Edificações Urbanas [1951] 27

2.B. Legislação Municipal do Porto 41

Século XIX - - - - - 41

Documento nº 2.B.1.Câmara do Porto - Edital de 15 de Julho [1835] 41
Documento nº 2.B.2.Edital de 26 de Agosto [1835] 43
Documento nº 2.B.3.Edital de 15 de Março [1837] 43
Documento nº 2.B.4.Edital de 20 de Junho [1838] 45
Documento nº 2.B.5.Municipalidade do Porto - posturas [1839] 45
Documento nº 2.B.6.Código de posturas municipaes do Porto [1855] 48
Documento nº 2.B.7.Código de posturas municipais do Porto [1869] 53
Documento nº 2.B.8.Regulamento da companhia dos incêndios [1888] 55
Documento nº 2.B.9.Código de posturas do Município do Porto [1889] 57

Século XX - - - - - 59

Documento nº 2.B.10.Código de posturas do Município do Porto [1905] 59
Documento nº 2.B.11.Postura sobre obras particulares da cidade [1924] 62
Documento nº 2.B.12.Regulamento de Obras Particulares [1929] 66
Documento nº 2.B.13.Posturas sobre Saliências das Fachadas dos Edifícios Confinantes com a Via Pública [1949] 68
Documento nº 2.B.14.Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas [1958] 69
Documento nº 2.B.15.Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas [1972] 71

ANEXO 3. LISTAS I

3.A. Índices de Revistas 1

Arquitectura Portugueza (índice parcial) 1
Construção Moderna 21

3.B. Lista de Arquitectos 23

Inscrições de Técnicos na CMPorto, década de quarenta 23
Listagem de obras por arquitecto 35

3.C. Toponímia Alterada 37

Toponímia ordenada por nome antigo e por nome actual 37

3.D. Numeração alterada na Rua da Boavista 41

Lista da numeração alterada (pares e ímpares) 41

3.E. Lista de licenças de obras consultadas 45

Lista de licenças de obra consultadas (com elaboração de ficha de consulta) 46

3.F. Designações dos Diários Oficiais desde 1715 73

Designações dos Diários Oficiais 73

Anexo 1. Documentos de Projectos e Obras

Lista de documentos de projectos e obras

ANEXO 1. DOCUMENTOS DE PROJECTOS E OBRAS I

1.A. Bloco da Carvalhosa 1

PROJECTO DE LICENCIAMENTO 1

Documento nº 1.A.1. Memória descritiva 1
Documento nº 1.A.2. Peças desenhadas 2
Doc.1.A.2.a) Planta do primeiro pavimento (semi-cave) 3
Doc.1.A.2.b) Planta do segundo pavimento (rés-do-chão) 4
Doc.1.A.2.c) Planta do andar tipo 5
Doc.1.A.2.d) Planta do recuado e da cobertura 6
Doc.1.A.2.e) Alçado Principal 7
Doc.1.A.2.f) Alçado Posterior 8
Doc.1.A.2.g) Alçado Lateral (Poente) 9
Doc.1.A.2.h) Corte AB 10
Doc.1.A.2.i) Corte CD 11
Doc.1.A.2.j) Corte EF 12
Doc.1.A.2.k) Fachada Principal - Alçado parcial e pormenores 13
Doc.1.A.2.l) Esquema da rede de abastecimento de águas e pormenores da zona de serviço . . 14
Documento nº 1.A.3. Memória descritiva - Estabilidade 15
Documento nº 1.A.4. Cálculos 15
Documento nº 1.A.5. Peças desenhadas 17
Doc.1.A.5.a) Elementos de betão armado - plantas estruturais 17
Doc.1.A.5.b) Projecto de betão armado - Pormenor da escada interior 18

PROJECTO DE EXECUÇÃO 19

Documento nº 1.A.6. Memória descritiva 19
Documento nº 1.A.7. Peças desenhadas 19
Doc.1.A.7.a) Planta de toscos e alinhamentos de fundações 20
Doc.1.A.7.b) Plano de cargas e localização dos alinhamentos estruturais 21
Doc.1.A.7.c) Pormenor da cornija de remate 22
Doc.1.A.7.d) Pormenor da varanda 23
Doc.1.A.7.e) Pormenor da cornija no alçado principal 24

Doc.1.A.7.f) Janelas do alçado principal (Alçado interior - cozinha) 25
Doc.1.A.7.g) Janelas do alçado principal (Corte Vertical) 26

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 27

1.B. Torre de Habitação / Sede da Segurança Social 31

PROJECTO DE LICENCIAMENTO 31

Documento nº 1.B.1. Memória descritiva 31
Documento nº 1.B.2. Memória descritiva e justificativa - Cálculos de betão armado 33
Documento nº 1.B.3. Peças desenhadas 36
Doc.1.B.3.a) Alçado principal (Sul) 36
Doc.1.B.3.b) Alçado Posterior (Norte) 37
Doc.1.B.3.c) Alçado Lateral (Nascente) 38
Doc.1.B.3.d) Alçado Lateral (Poente) 39
Doc.1.B.3.e) Corte Nascente-Poente 40
Doc.1.B.3.f) Corte Norte-Sul 41
Doc.1.B.3.g) Plantas do rés-do-chão e piso tipo 42
Doc.1.B.3.h) Plantas das caves 43

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO PROJECTO INICIAL 44

Documento nº 1.B.4. Acordo estabelecido entre Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira 44
Documento nº 1.B.5. Memória descritiva 45
Documento nº 1.B.6. Peças desenhada 47
Doc.1.B.6.a) Provável implantação do projecto de 1974. 48
Doc.1.B.6.b) Perfil entre a Rua de António Patrício e a Avenida da Boavista 49

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO PROJECTO INICIAL 49

Documento nº 1.B.7. Memória descritiva 49
Documento nº 1.B.8. Peças desenhada 52
Doc.1.B.8.a) Planta das caves 53
Doc.1.B.8.b) Plantas do rés-do-chão e do piso tipo 54
Documento nº 1.B.9. Memória descritiva 55
Documento nº 1.B.10. Peças desenhadas 56
Doc.1.B.10.a) Plantas do rés-do-chão e do piso tipo 57
Doc.1.B.10.b) Plantas das caves 58
Documento nº 1.B.11. Memória descritiva 59
Documento nº 1.B.12. Peças desenhadas 62
Doc.1.B.12.a) Plantas do rés-do-chão e do piso tipo 62
Doc.1.B.12.b) Plantas das caves 63
Documento nº 1.B.13. Peças desenhadas 64
Doc.1.B.13.a) Encerramentos - alçados Sul, Nascente e Poente 64
Doc.1.B.13.b) Planta do rés-do-chão 65
Doc.1.B.13.c) Planta do piso tipo 66
Doc.1.B.13.d) Alçado principal (Sul) 67
Doc.1.B.13.e) Alçado posterior (Norte) 68
Doc.1.B.13.f) Alçado lateral (Nascente) 69
Doc.1.B.13.g) Corte Sul-Norte 70
Doc.1.B.13.h) Pormenor do remate da laje do piso 14 71
Doc.1.B.13.i) Pormenor do remate da laje do piso 1. 72
Doc.1.B.13.j) Pormenor do remate da laje dos pisos 2 a 13 73

PROJECTO DE LICENCIAMENTO [SS] 73

Documento nº 1.B.14. Memória descritiva [Projecto de electricidade] 73

OFÍCIOS E CARTAS 75

Documento nº 1.B.15. Curriculum profissional – Engenheiros Associados 75
Documento nº 1.B.16. Curriculum profissional – Paulo Tavares 75

Documento nº 1.B.17. Curriculum profissional – Bernardino Rodrigues 76
Documento nº 1.B.18. Informação. 76
Documento nº 1.B.19. Carta da Divisão de Instalações e Equipamento. 76
Documento nº 1.B.20. Carta 77
Documento nº 1.B.21. Informação. 77
Documento nº 1.B.22. Informação. 78

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (FOTOGRAFIAS ANTIGAS) 79

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 80

1.C. Edifício Parnaso 83

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - 1ª FASE 83

Documento nº 1.C.1. Memória descritiva e justificativa 83
Documento nº 1.C.2. Memória justificativa 84
Documento nº 1.C.3. Memória descritiva de betão armado 84
Documento nº 1.C.4. Peças desenhadas 85
Doc.1.C.4.a) Planta do 2º piso (rés-do-chão) 85
Doc.1.C.4.b) Planta do 5º piso 86
Doc.1.C.4.c) Planta do 6º piso 87
Doc.1.C.4.d) Corte transversal 88
Doc.1.C.4.e) Alçados Norte e Nascente 89
Doc.1.C.4.f) Desenho simplificado (sem representação de armadura) das lajes de betão armado. 90

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - 2ª FASE 90

Documento nº 1.C.5. Memória descritiva e justificativa 90
Documento nº 1.C.6. Memória descritiva de betão armado 91

PROJECTO DE EXECUÇÃO 92

Documento nº 1.C.7. Caderno de Encargos [2ª fase de Obra] 92
Documento nº 1.C.8. Peças desenhadas 102
Doc.1.C.8.a) Plantas da segunda fase (parte 1 de 2) 103
Doc.1.C.8.b) Plantas da segunda fase (parte 2 de 2) 104
Doc.1.C.8.c) Cortes-alçados (montagem) 105
Doc.1.C.8.d) Pormenor de porta exterior 106
Doc.1.C.8.e) Planta da montra da escola de música 107
Doc.1.C.8.f) Corte da montra da escola de música 108
Doc.1.C.8.g) Planta dos camarins 109
Doc.1.C.8.h) Corte 109
Doc.1.C.8.i) Corte pelo auditório 110
Doc.1.C.8.j) Planta do lago 110

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 111

1.D. Complexo Mota Galiza 117

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - LOTE 6 117

Documento nº 1.D.1. Memória descritiva 117
Documento nº 1.D.2. Elementos desenhados 117
Doc.1.D.2.a) 118
Doc.1.D.2.b) Planta do piso -3 119
Doc.1.D.2.c) Planta do piso -2 120
Doc.1.D.2.d) Planta do piso -1 121
Doc.1.D.2.e) Planta do piso 0 122
Doc.1.D.2.f) Planta do piso 1 123
Doc.1.D.2.g) Planta do piso 2 (acesso a partir da Rua de Júlio Dinis) 124
Doc.1.D.2.h) Planta do piso 3 125
Doc.1.D.2.i) Planta do piso tipo 126
Doc.1.D.2.j) Planta do piso 7 127

Doc.1.D.2.k) Planta de coberturas 128
Doc.1.D.2.l) Alçados Norte e Sul 129
Doc.1.D.2.m) Alçados Nascente e Poente 130
Doc.1.D.2.n) Corte AB 131
Doc.1.D.2.o) Corte CD 132

PROJECTO DE EXECUÇÃO 133

Documento nº 1.D.3. Elementos desenhados 133
Doc.1.D.3.a) Pormenor da relação entre a fachada cortina e a parede revestida a Litocer . . . 133

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 134

1.E. Condomínio Torre da Boavista 139

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - EDIFÍCIO DA RUA BEATO INÁCIO DE AZEVEDO 139

Documento nº 1.E.1. Memória descritiva 139
Documento nº 1.E.2. Memória descritiva de aditamento 140
Documento nº 1.E.3. Peças desenhos do processo de licenciamento 140
Doc.1.E.3.a) Corte Longitudinal 141
Doc.1.E.3.b) Alçado Parcial 142
Doc.1.E.3.c) Corte Transversal 143
Doc.1.E.3.d) Viga V2 143

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - EDIFÍCIO DO GAVETO DA AVENIDA DA BOAVISTA 144

Documento nº 1.E.4. Memória descritiva e justificativa 144
Documento nº 1.E.5. Memória descritiva de aditamento 145
Documento nº 1.E.6. Peças desenhadas do processo de licenciamento 145
Doc.1.E.6.a) Planta do 1º Andar 146
Doc.1.E.6.b) Plana tos 2º e 3º andares 147
Doc.1.E.6.c) Planta do 4º Andar 148
Doc.1.E.6.d) Planta do 5º Andar 149
Doc.1.E.6.e) Planta do 6º ao 11º Andares 150
Doc.1.E.6.f) Planta de Coberturas 151
Doc.1.E.6.g) Alçado Principal (Sul) 152
Doc.1.E.6.h) Alçado Posterior (Norte) - Ligação com o Edifício mais baixo 153
Doc.1.E.6.i) Alçado Lateral (Nascente) 154
Doc.1.E.6.j) Corte-alçado (Poente) 155
Doc.1.E.6.k) Corte A-B 156
Doc.1.E.6.l) Corte C-D 157
Doc.1.E.6.m) Corte E-F 158
Doc.1.E.6.n) Cortes simplificados de algumas vigas e topos de laje 159

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 160

1.F. Complexo da Boavista 171

PROJECTO DE LICENCIAMENTO 171

Documento nº 1.F.1. Memória descritiva 171
Documento nº 1.F.2. Requerimento / memória justificativa 172
Documento nº 1.F.3. Memória descritiva de aditamento 172
Documento nº 1.F.4. Memória descritiva dos cálculos 173
Documento nº 1.F.5. Memória descritiva de aditamento 174
Documento nº 1.F.6. Memória descritiva e justificativa do RCCTE 175
Documento nº 1.F.7. Memória descritiva de aditamento 175
Documento nº 1.F.8. Justificativo de pedido de prorrogação de licença 175
Documento nº 1.F.9. Peças desenhadas do processo de licenciamento [Telas finais] 176
Doc.1.F.9.a) Alçado principal e posterior 177
Doc.1.F.9.b) Alçados laterais e cortes 178
Doc.1.F.9.c) Planta de coberturas e piso técnico 179

Doc.1.F.9.d) Planta do piso tipo 180
Doc.1.F.9.e) Planta do piso de acesso às habitações 181
Doc.1.F.9.f) Planta do piso comercial 182
Doc.1.F.9.g) Planta da cave e sub-cave 183

PROJECTO DE EXECUÇÃO 184

Documento nº 1.F.10. Peças desenhadas do projecto de execução 184
Doc.1.F.10.a) Alçados principal e posterior 185
Doc.1.F.10.b) Pormenores de caixilharia exterior - alçado Sul (habitação) 186
Doc.1.F.10.c) Pormenores de caixilharia exterior - alçado Sul (escadas) 187
Doc.1.F.10.d) Pormenores de caixilharia exterior - alçado Norte (habitação) 188
Doc.1.F.10.e) Pormenores de caixilharia exterior - rés-do-chão 189

PREPARAÇÃO DE OBRA 190

Documento nº 1.F.11. Desenhos de preparação de Obra 190
Doc.1.F.11.a) Cofragens das paredes portantes curvas 191
Doc.1.F.11.b) Repartição de azulejos na fachada planificada (Lote 4) 192
Doc.1.F.11.c) Repartição de placas de betão na fachada planificada (Lote 4) 193
Doc.1.F.11.d) Corte pela fachada Norte 194
Doc.1.F.11.e) Corte pela fachada Sul - Palas 195
Doc.1.F.11.f) Pormenores das palas da fachada Sul 196
Doc.1.F.11.g) Pormenores das varandas da fachada Sul 197
Doc.1.F.11.h) Pormenor de porta em zona de varanda 198

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (FOTOGRAFIAS ANTIGAS) 199

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL) 200

1.G. Conjunto Habitacional da Bouça 207

PROCESSO FUNDO DO FOMENTO À HABITAÇÃO 207

Documento nº 1.G.1. Carta 207
Documento nº 1.G.2. Memória descritiva 207
Documento nº 1.G.3. Memória de Aditamento 208
Documento nº 1.G.4. Ofício 208
Documento nº 1.G.5. Peças desenhadas do processo do Fundo Fomento da Habitação 209
Doc.1.G.5.a) Planta de implantação de 1973 210
Doc.1.G.5.b) Plantas, cortes e alçados - s/data 211

PROCESSO BRIGADA SAAL NORTE - 1ª FASE 212

Documento nº 1.G.6. Memória descritiva da revisão do Estudo Prévio 212
Documento nº 1.G.7. Peças desenhadas do processo SAAL - 1ª Fase 212
Doc.1.G.7.a) Planta geral com o faseamento da intervenção 213
Doc.1.G.7.b) Plantas, cortes e alçados dos módulos do talhão D 214
Doc.1.G.7.c) Alçados de conjunto 215
Doc.1.G.7.d) Projecto de betão armado 216

PROCESSO: BRIGADA SAAL NORTE - 2ª FASE [NÃO CONSTRUÍDA) 217

Documento nº 1.G.8. Peças escritas (1ª parte) 217
Documento nº 1.G.9. Especificações técnicas 219
Documento nº 1.G.10. Peças escritas (2ª parte) 220
Documento nº 1.G.11. Peças desenhadas da 2ª fase [não construída] 221
Doc.1.G.11.a) Faseamento 222
Doc.1.G.11.b) Topo Norte - Projecto de arquitectura 223
Doc.1.G.11.c) Topo Norte - Projecto de estabilidade 224
Doc.1.G.11.d) Topo Sul - Projecto de Arquitectura 225
Doc.1.G.11.e) Topo Sul - Projecto de estabilidade 226
Doc.1.G.11.f) Topo Sul - Projecto de estabilidade 227

Doc.1.G.11.g) Planta de Toscos - Apartamento T3 228
Doc.1.G.11.h) Corte Longitudinal de Toscos - Apartamento T3 229
Doc.1.G.11.i) Corte transversal de Toscos - Apartamento T3. 230
Doc.1.G.11.j) Corte Longitudinal de Acabamentos - Apartamento T3 231
Doc.1.G.11.k) Projecto de estabilidade - Pormenores das alvenarias resistentes 232
Doc.1.G.11.l) Projecto de estabilidade - Pormenores das coberturas, lajes e escadas/ Pormenores das coberturas e de elementos pré-fabricados 233

PROCESSO COOPERATIVA DAS ÁGUAS FÉRREAS 234

Documento nº 1.G.12. Memória descritiva 234
Documento nº 1.G.13. Memória descritiva [Aditamento] 235
Documento nº 1.G.14. Memória descritiva de estruturas 235
Documento nº 1.G.15. Escritura de compra e venda 235
Documento nº 1.G.16. Memória Descritiva aditamento. 236
Documento nº 1.G.17. Peças desenhadas do processo de licenciamento 237
Doc.1.G.17.a) Projecto de estabilidade inicial - Plantas e alinhamentos tipo 238
Doc.1.G.17.b) Aditamento ao projecto de estabilidade 239
Doc.1.G.17.c) Aditamento ao projecto de estabilidade 240
Documento nº 1.G.18. Peças desenhadas - síntese da solução 241
Doc.1.G.18.a) Planta do piso -1 241
Doc.1.G.18.b) Planta do piso 0 242
Doc.1.G.18.c) Planta do piso 1 243
Doc.1.G.18.d) Planta do piso 2 244
Doc.1.G.18.e) Planta do piso 3 245

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2005-2008) 246

1.A. Bloco da Carvalhosa

Arménio Losa e Cassiano Barbosa
Código de Edifício: RB i571

PROJECTO DE LICENCIAMENTO

(CMPorto, Losa & Barbosa, 1947)

Documento nº 1.A.1.Memória descritiva

Transcrição total da memória descritiva do projecto de licenciamento, constituída por 3 páginas dactilografadas. (Losa & Barbosa, 1946a:3-4vs)

Trata-se de um bloco de habitações destinado a aluguer no estudo do qual houve a preocupação de proporcionar aos futuros inquilinos o máximo de comodidade tendo em vista não só uma boa distribuição da planta como um relativo isolamento em relação ao bulício da rua. Com este último propósito foi o prédio implantado à distância de 5 metros do alinhamento normal. Esta implantação em nada prejudica a estética urbana e tem a vantagem de garantir uma melhor insolação da rua além de dar ao prédio um desafogo que só traz benefícios. O pequeno jardim, em frente do edifício, resultado daquele afastamento, e separado da via pública por ligeira vedação de sebe verde é mais um elemento de valorização da rua e da cidade que tende a congestionar-se cada vez mais. O único inconveniente que podia resultar do recuo do prédio vizinho seria a exibição da empena do prédio vizinho pelo Nascente, que desaparece ao transforma-se em fachada lateral do mesmo prédio, como mais adiante se refere.

O edifício é constituído por andares de habitação, servidos por ampla escada e por ascensor. O rés-do-chão elevado e um pavimento situado a nível inferior à rua são também destinados à habitação, nas mesmas condições de salubridade dos pavimentos superiores. Uma destas habitações é destinada ao porteiro que ocupará uma fracção de respectiva área. Neste pavimento localizou-se ainda uma dependência atribuída a lavandaria eléctrica para a utilização dos inquilinos e pequeno «Apartment» dotado de cozinha e quarto de banho.

No extremo Poente do edifício abre-se uma passagem coberta para acesso a um grupo de garagens, privativas dos locatários, que se localizou ao fundo do terreno, sem prejuízo das áreas livres que convém conservar em torno das casas de habitação, pois é coberto com terraço facilmente acessível.

Este terraço e todo o terreno do prédio serão ajardinados e reservados a logradouro dos inquilinos que assim receberão benefícios pouco vulgares em habitações deste género, especialmente tratando-se de famílias com crianças. Para estas, principalmente, mas com o fim de ampliar as habitações com um espaço livre, se criaram os terraços situados em cada pavimento, orientados para Sul e com franco acesso desde as comunicações internas.

Na edificação serão adoptados os métodos de construção usuais na cidade em edifícios desta natureza: fundações em alvenaria; paredes em elevação em perpianho; pavimentos e escadas em betão armado; divisórias exclusivamente em tijolo; cobertura geral em telha com armações em madeira e cobertura em terraço de pequena área.

A protecção contra a humidade obtém-se com o asfaltamento dos alicerces e o cerezitamento das paredes exteriores. As águas pluviais serão recolhidas em algerozes colocados à retaguarda dos beirais e conduzidas para o aqueduto municipal em tubos de queda de grés.

A protecção contra o fogo é assegurada pela adopção exclusiva de materiais incombustíveis, tanto na construção dos pavimentos como na das divisórias e acessos e, ainda, pela supressão dos fogões de combustível e pela ignifugação das madeiras da cobertura.

Nas instalações sanitárias e nas cozinhas empregar-se-ão revestimentos impermeáveis: mosaico nos pavimentos e azulejo nas paredes.

Os vestíbulos de entrada da rua e dos andares, os degraus e patamares da escada serão revestidos com marmorite. Aplicar-se-ão rebocos de cal gorda nas paredes interiores e de cal hidráulica e cimento nas exteriores. Estas paredes pintar-se-ão com boas tintas de água que lhe garantirão óptimos acabamentos e aspecto estético.

O embasamento da fachada principal e os socos das outras fachadas serão de cantaria.

A fachada principal será ainda enriquecida com pequenas esculturas em baixo relevo colocadas aos lados da porta de acesso.

O pavimento dos compartimentos atribuídos à habitação e corredores de acesso interno serão de soalho ou «parquet» colocado sobre as placas.

Todas as habitações serão integralmente electrificadas estando prevista a colocação de fogões eléctricos para cozinhar, tomadas de corrente para aquecimento, frigoríficos, etc. A lavandaria será também apetrechada com todos os maquinismos adequados accionados electricamente.

Fachadas. Houve a preocupação de projectar uma arquitectura simples em que a proporção, a qualidade dos materiais e a boa execução fosse a principal característica.

A empena do edifício do lado Nascente será convenientemente arranjada. O seu futuro revestimento por trepadeiras concorrerá ainda para beneficiar o seu aspecto.

A rede de saneamento e abastecimento de águas será objecto de projecto especial que dará entrada na Câmara oportunamente.

Os cálculos de cimento armado serão também entregues em devido tempo.

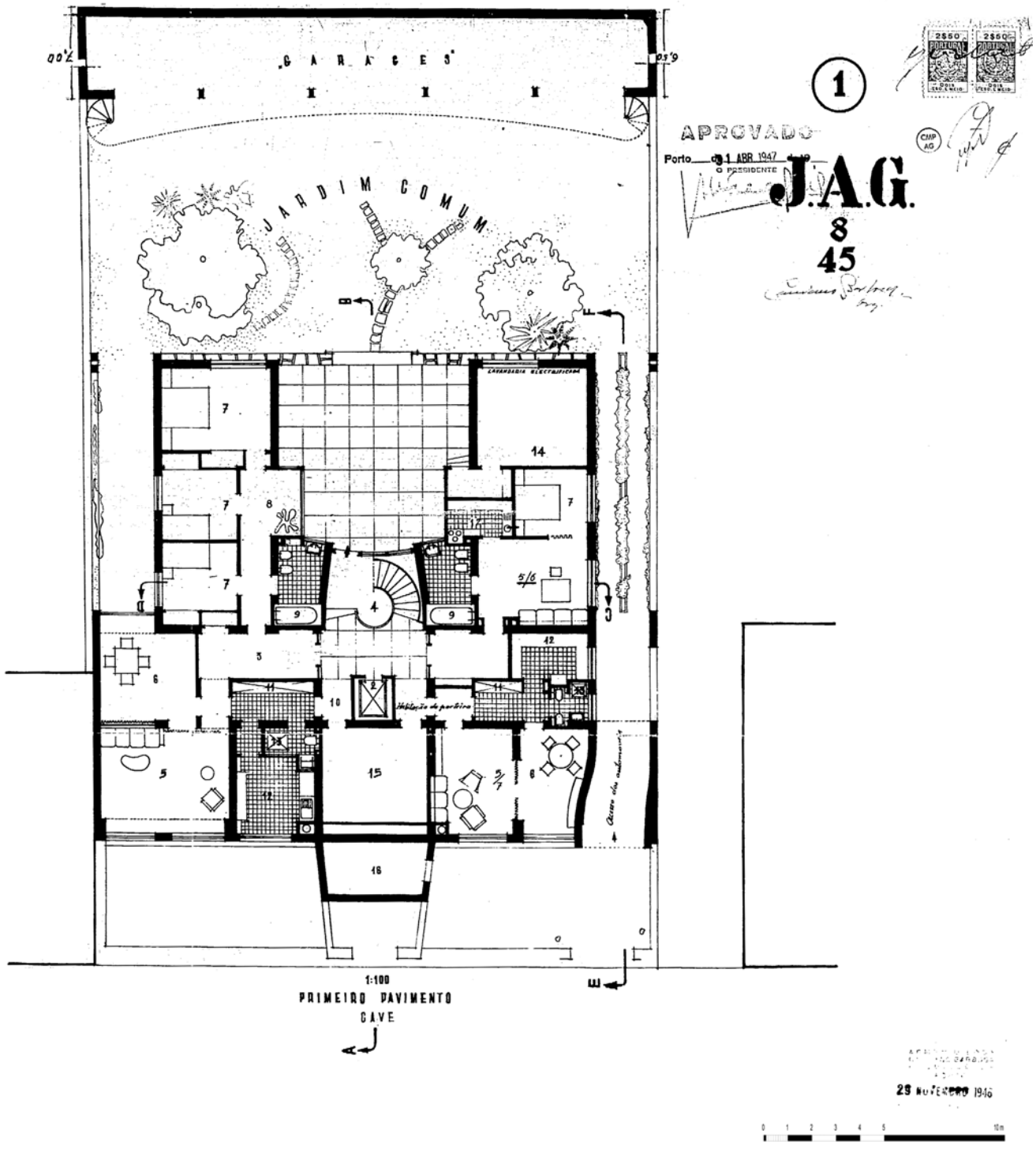
23 de Dezembro de 1946

Documento nº 1.A.2.Peças desenhadas

Cópias sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/100) de elementos do processo de licenciamento.
(Losa & Barbosa, 1946b)

A1. 2

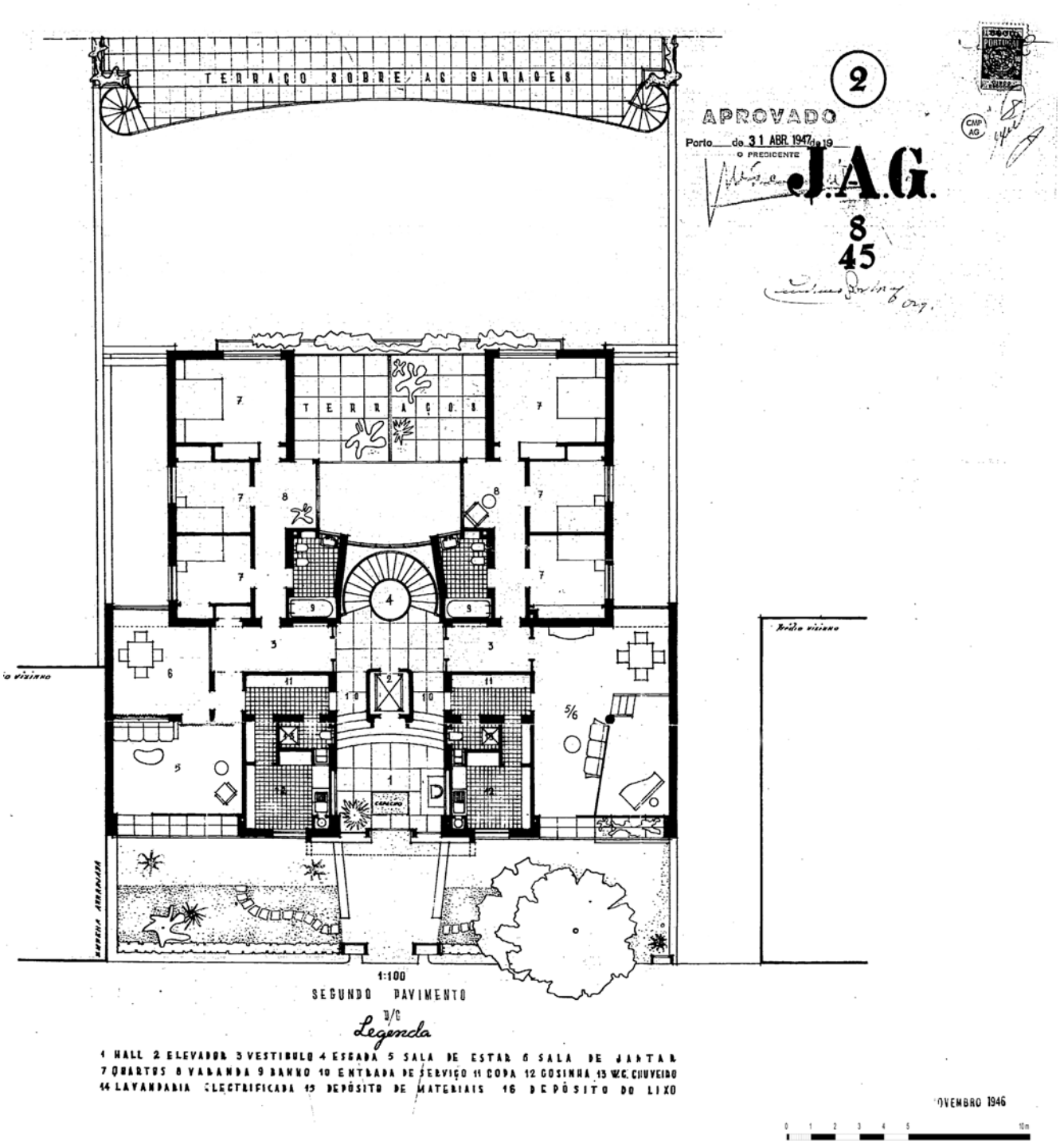
Doc.1.A.2.a) Planta do primeiro pavimento (semi-cave)



A1.3

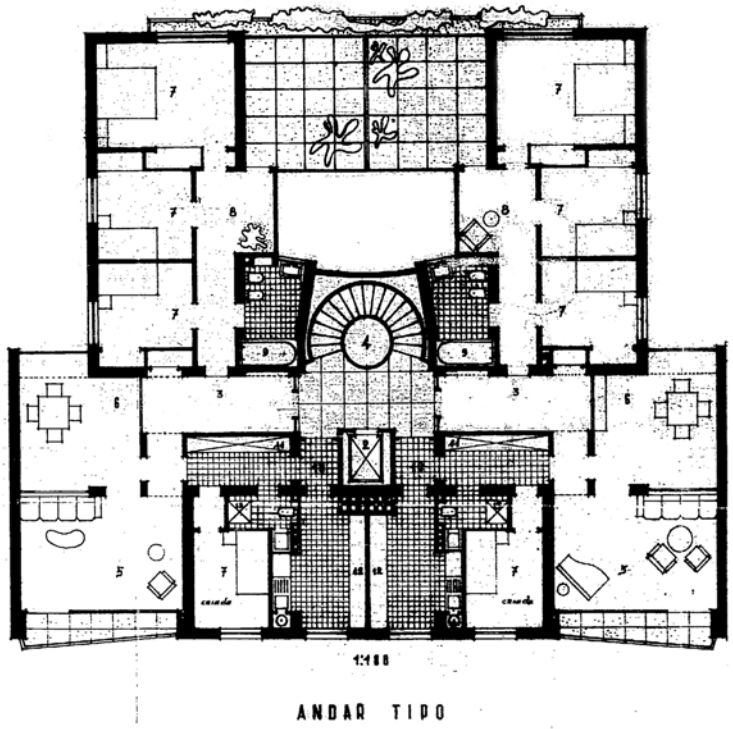
Doc.1.A.2.b) Planta do segundo pavimento (rés-do-chão)

A1. 4



Doc.1.A.2.c) Planta do andar tipo





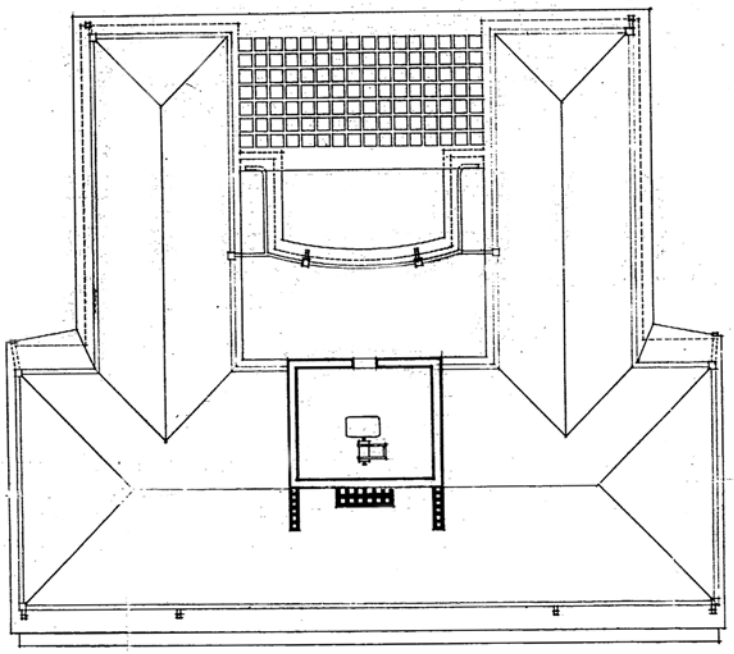
A1.5

29 NOVEMBRO 1946

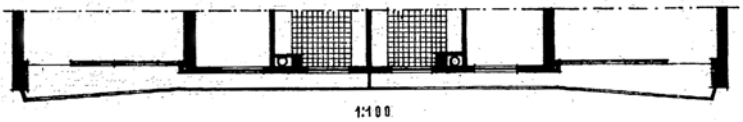
Doc.1.A.2.d) Planta do recuado e da cobertura



A1. 6



PLANTA DAS COBERTURAS



1:100

ULTIMO PAVIMENTO

JOAQUIM LOSA
CARVALHO BARBOSA
ARQUITECTOS
PORTO
29 NOVEMBRO 1946

Doc.1.A.2.e) Alçado Principal

CONSELHO DE ESTETICA URBANA DA CIDADE DO PORTO
Sessão de 14 JAN 1947
O Secretário,
Satisfaz
APROVADO
Porto, de 31 ABR. 1947 de 19
O PRESIDENTE,

5

CMP AG

J.A.G.

8
45



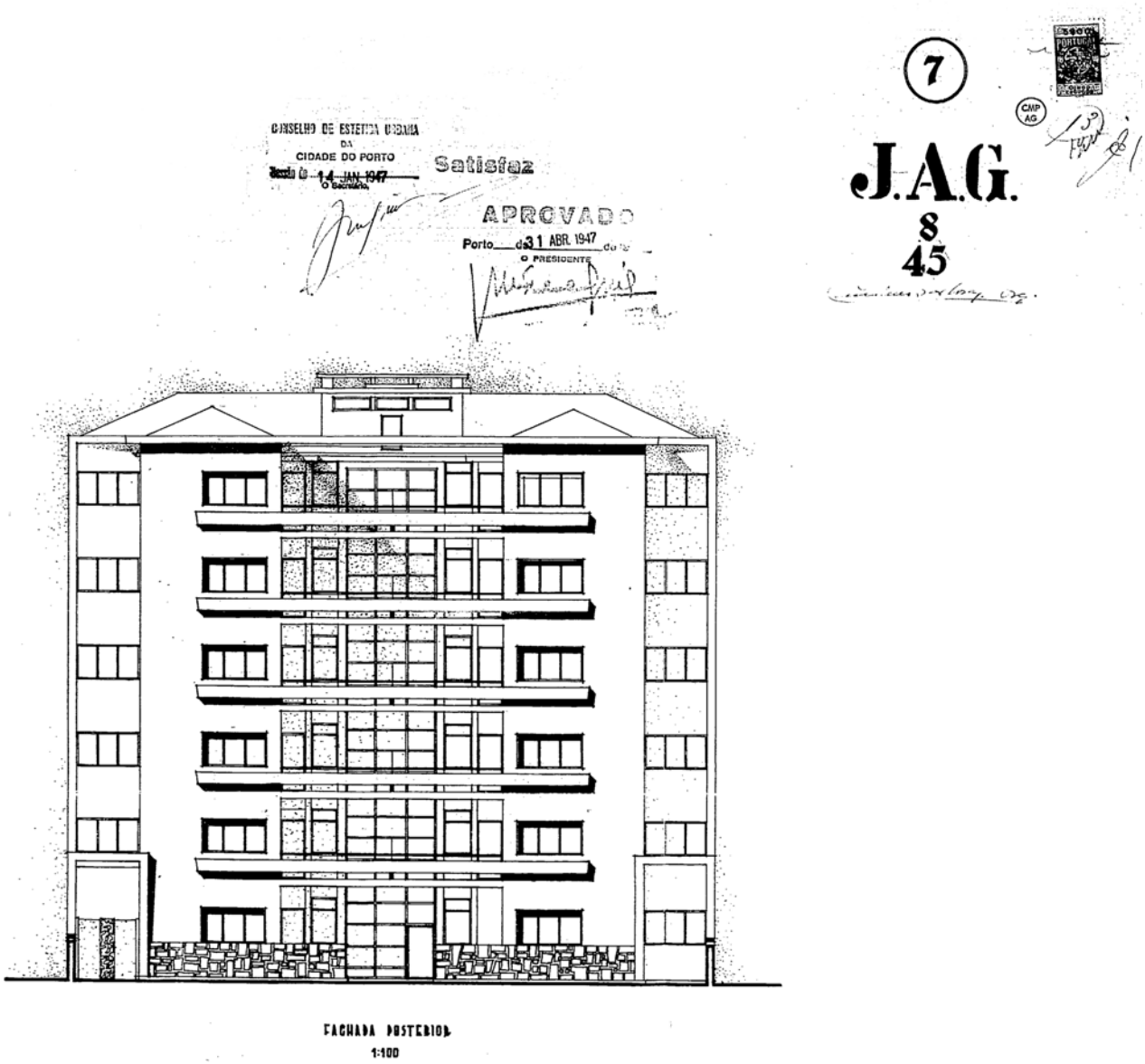
FACHADA PRINCIPAL
1:100

A1.7

Porto
29 NOVEMBRO 1946

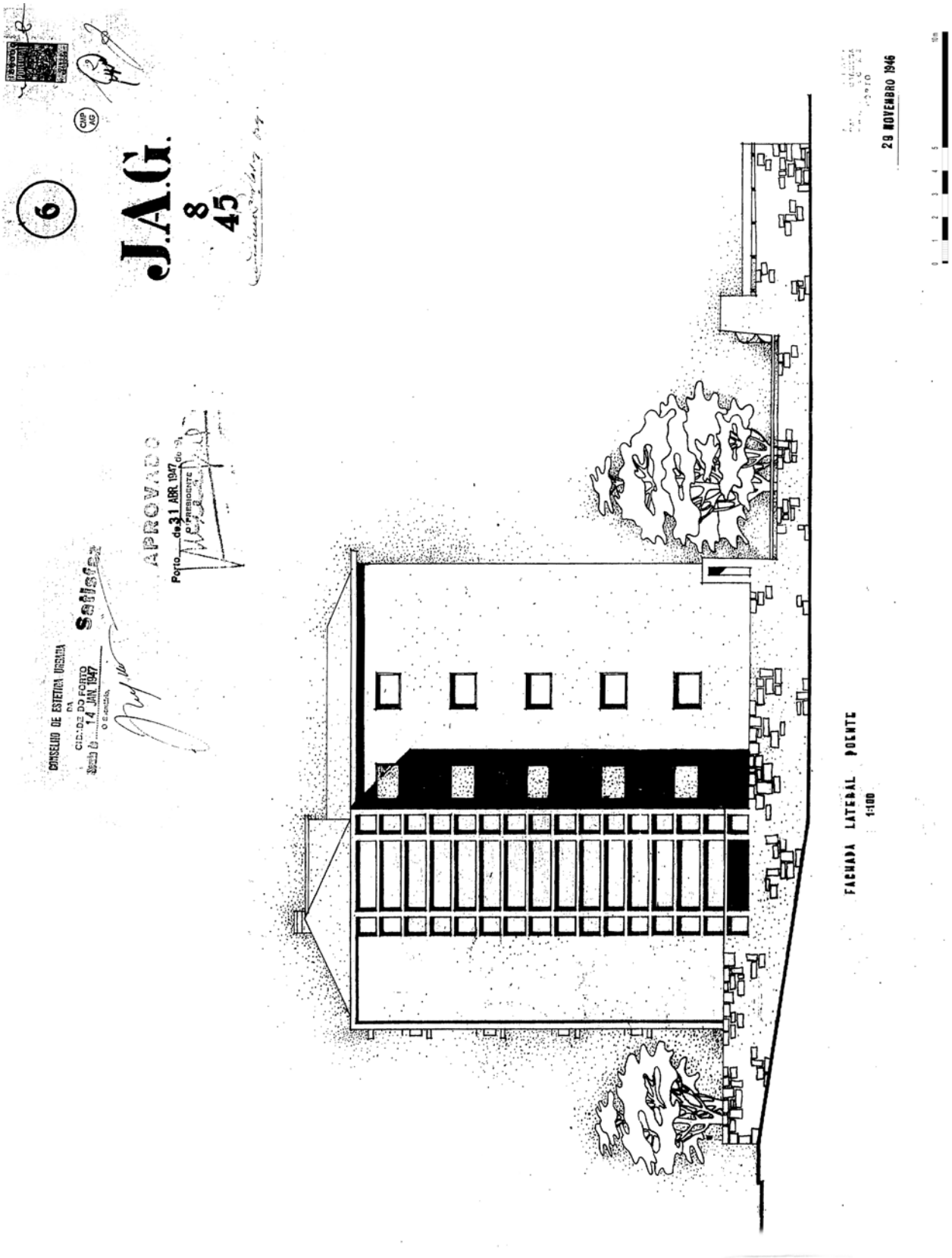
0 1 2 3 4 5 10m

Doc.1.A.2.f) Alçado Posterior



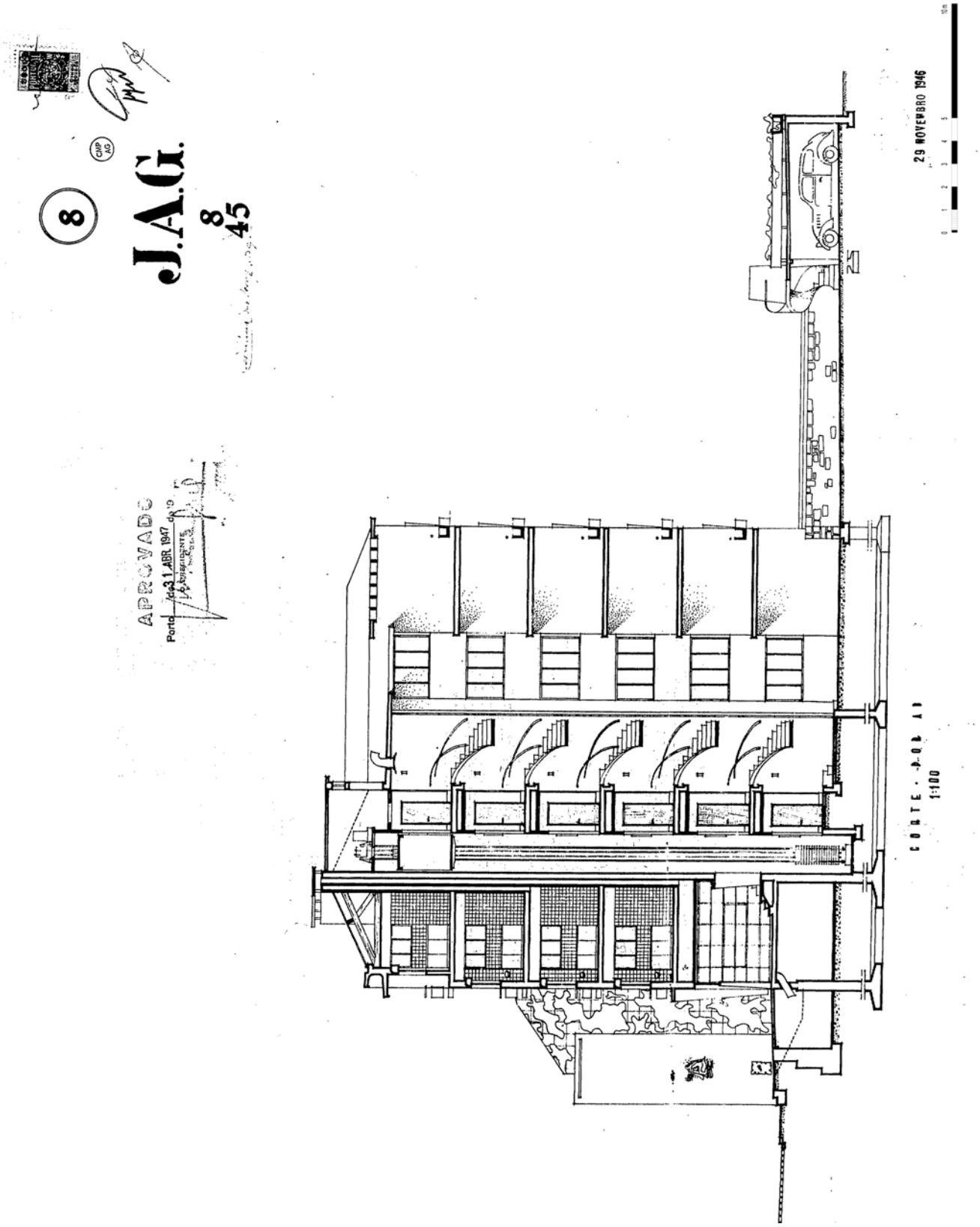
A1. 8

Doc.1.A.2.g) Alçado Lateral (Poente)



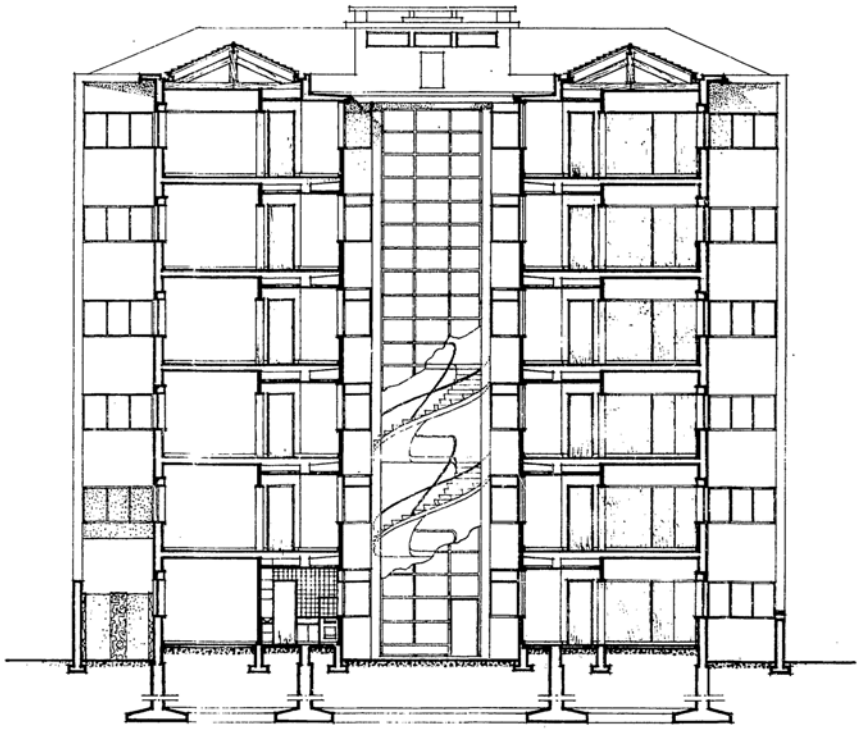
A1.9

Doc.1.A.2.h) Corte AB



A1. 10

Doc.1.A.2.i) Corte CD

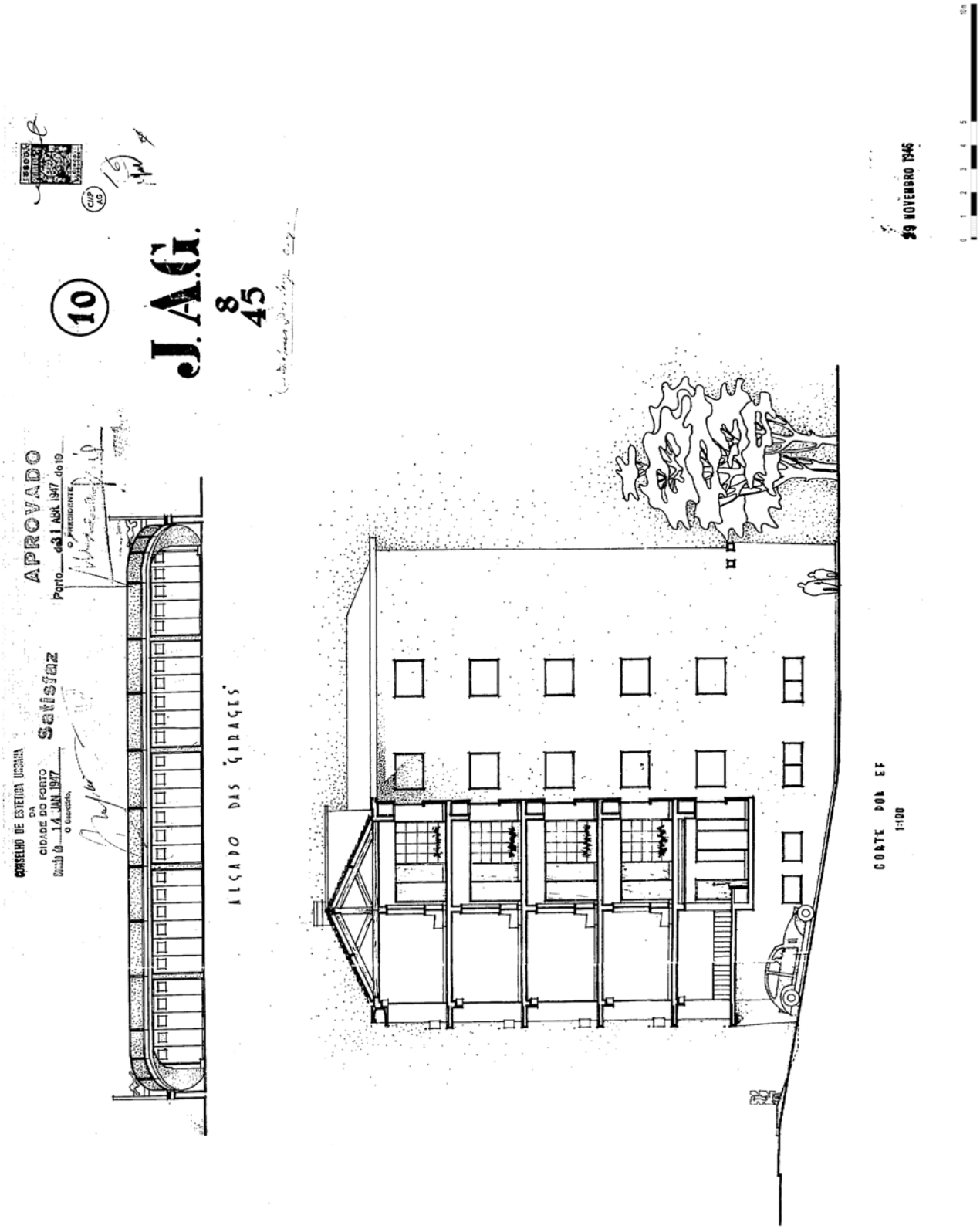


CORTE POR CD
1:100

9
J.A.G.
8
45
APROVADO
Porto 31 ABR. 1947
29 NOVEMBRO 1946

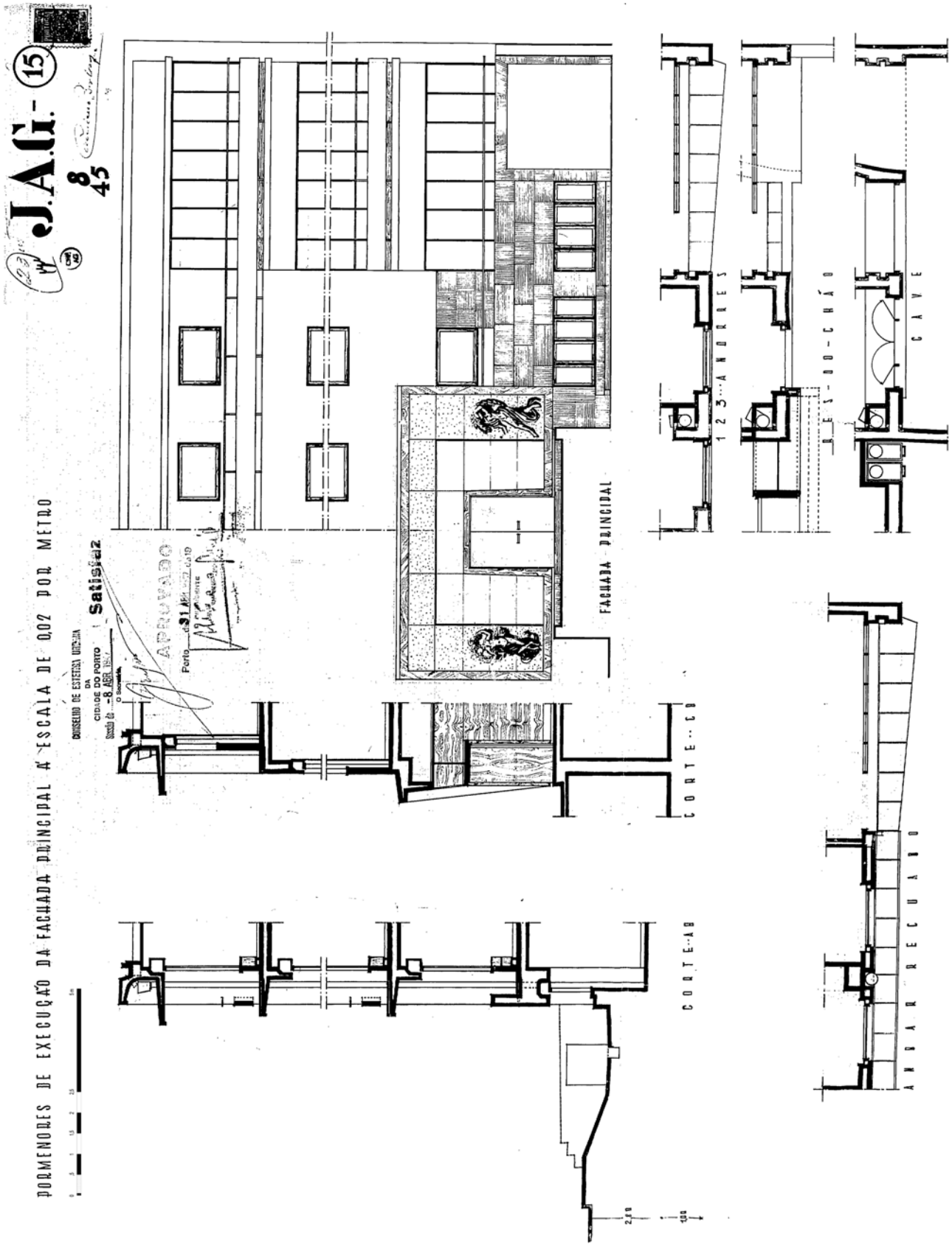
A1.11

Doc.1.A.2.j) Corte EF



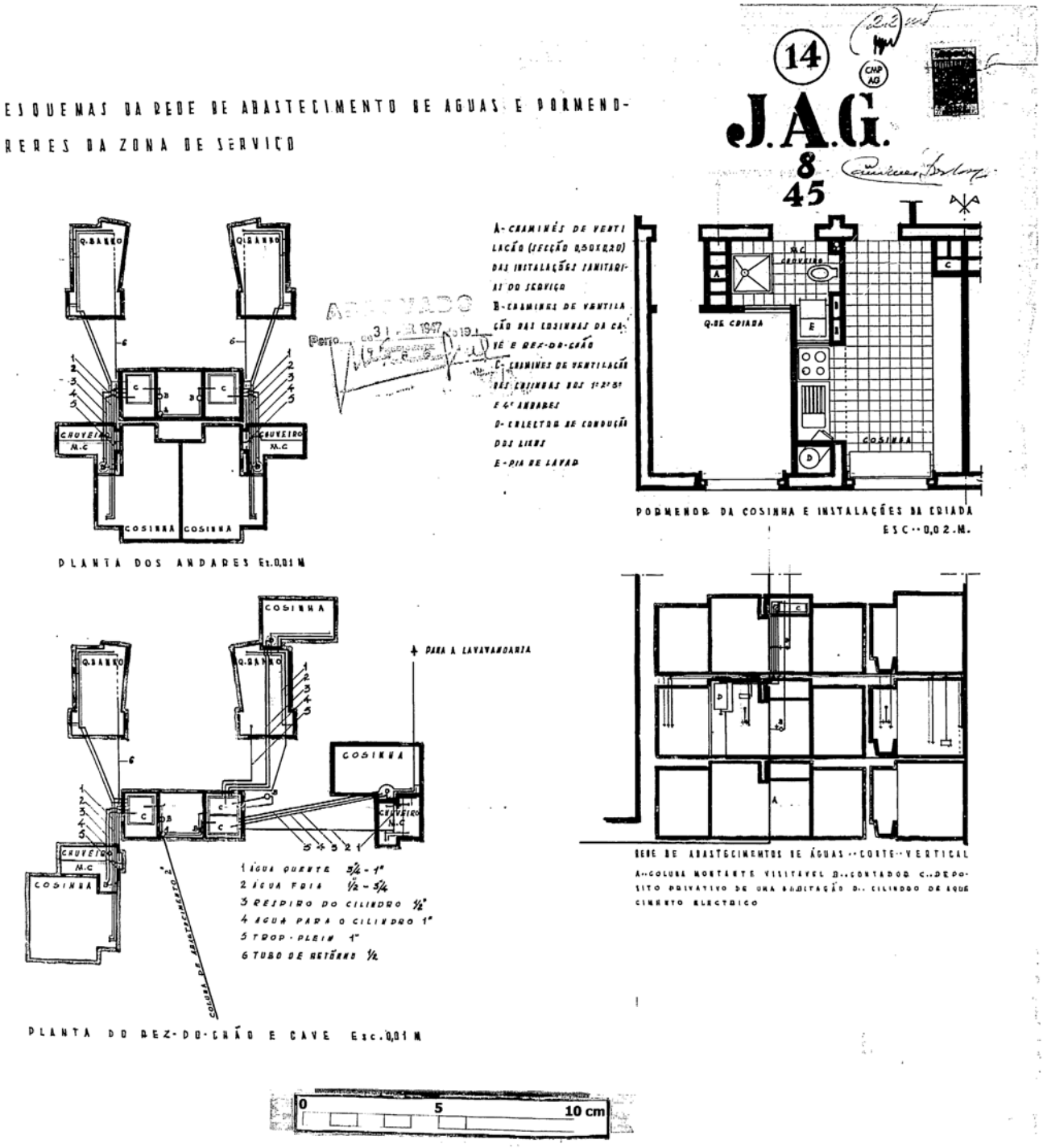
A1. 12

Doc.1.A.2.k) Fachada Principal - Alçado parcial e pormenores



A1.13

Doc.1.A.2.l) Esquema da rede de abastecimento de águas e pormenores da zona de serviço



A1. 14

Documento nº 1.A.3.Memória descritiva - Estabilidade

Transcrição de extractos da memória descritiva do projecto de estabilidade (páginas 26 a 29) presente no processo de licenciamento, assinada por Bernardino de Barros Machado. Idêntica memória descritiva existe no Centro de Documentação da FAUP, relativa ao projecto de execução, assinada por Cândido de Figueiredo.
(Machado, 1947a)

O presente estudo inclui o projecto de betão armado e o plano de cargas sobre fundações referentes ao prédio com cave, rés-do-chão e quatro andares que o senhor José do Amaral Guimarães Júnior pretende construir na Rua da Boavista - à Carvalhosa - desta cidade, conforme projecto registado na Câmara do Porto com o número 22330/46.

O referido prédio será construído com paredes de alvenaria e pavimentos em lajes de betão armado com tijolos vazados. Serão também de Betão armado os pilares que vão indicados nos desenhos. Os pilares M e M´, Q e Q', embora não suportem cargas concentradas foram introduzidos com a finalidade de efectuar remate e travação das paredes a que estão ligados.

A cobertura será de telha com armação de madeira, exceptuando-se as placas de cobertura da caixa do ascensor e do terraço que cobre a caixa de escadas e os dois quartos de banho do último andar, que serão de betão armado.

As paredes serão de alvenaria de granito, tendo a espessura de 40 cm até ao nível do pavimento do 1º Andar e de 30 cm daí para cima. Exceptuam-se as paredes BF e B´F´, CG e C´G`, LQ e L´Q´ que terão 30 cm em toda a altura. A parede VI`, que será só construída até a altura do pavimento do rés-do-chão, terá também 30 cm de espessura.

PLANO DE CARGAS

[...]

Por informações colhidas referentes à construção dum prédio num terreno próximo daquele onde se projecta a construção presente, apurou-se que para realizar fundações se deverá contar com um terreno de aterro até à profundidade média de 6,00m completamente encharcado. A água de que está embebido este terreno atribuiu-se a uma linha de água que foi interceptada pelos aterros a que se procedeu naquela zona da cidade sem ao que parece se ter feito ao mesmo tempo uma drenagem conveniente.

Em face do facto de se prever encontrar-se terreno firme apenas a uma profundidade considerável e ainda por se prever também encontrar grande quantidade de água, está indicado efectuar-se as fundações por poços de alvenaria ou por estacas de betão cujas cabeças serão convenientemente ligadas por uma grade de betão armado. As estacas de madeira estão naturalmente postas de parte dada a incerteza da permanência do nível da toalha de água.

A preferência por uma das modalidades, poços de alvenaria ou estacas de betão, terá de ser decidida em face do valor das propostas colhidas para a sua execução. Oportunamente se apresentará um aditamento ao projecto relativo à modalidade que vier a ser escolhida.

A grade de betão armado que ligará os elementos da fundação - estacas ou poços - deverá ter um leito superior para o assentamento das alvenarias, com a largura das respectivas paredes. Quando for construída, deverão deixar-se de fora e embebidos nela os ferros das armaduras dos pilares nos sítios onde eles vão ser betonados.

O desenho junto, do plano de cargas, representa o corte horizontal feito imediatamente acima da grade das fundações. Esta grade continua-se nalguns locais onde não suporta paredes para se obter uma travação conveniente dos elementos construtivos.

A1.15

Qualquer que venha a ser a modalidade adoptada para as fundações terá de atender-se a que o troço da parede AZ tem de ser construído encostado à parede do prédio vizinho e portanto ao executar as fundações correspondentes hão-de se tomar as precauções convenientes para não afectar a estabilidade desse prédio.

1 de Março de 1947

Bernardino de Barros Machado

Documento nº 1.A.4.Cálculos

Transcrição de extractos dos cálculos de estabilidade (páginas 30 a 72) inseridos no processo de licenciamento. Foram apenas transcritas informações que auxiliassem a compreensão do edifício do ponto de vista da sua concepção geral e execução, sem entrar na especificidade própria do cálculo estrutural.
(Machado, 1947a)

PROJECTO DA OBRA DE BETÃO ARMADO RELATIVA A UM PRÉDIO QUE O SNR. JOSÉ GUIMARÃES DO AMARAL JÚNIOR (sic) PRETENDE CONSTRUIR NA RUA DA BOAVISTA - À CARVALHOSA - DESTA CIDADE.

Nos cálculos que se seguem, cada elemento de betão armado vai designado por um ou dois números que permitem descriminá-lo nos esquemas dos elementos de betão armado constantes no desenho nº 1.

Os esquemas dos elementos de betão armado representam as lajes, vigas e pilares de betão armado pelo seu contorno e as paredes sobre que repousam as vigas e as lajes pela sua secção a cheio.

Todos os pavimentos do prédio são lajes de betão armado que no interior tem quase todas a espessura constante de 21 cm. Exceptuam-se as lajes da caixa do elevador, junto ao guincho, que são maciças, e as lajes 11, 21 e 30 que tem 12 cm de espessura. As lajes da caixa de elevador, junto ao guincho, são as únicas lajes interiores que são maciças. Têm os números 23, 24 e 28. Todas as outras lajes interiores levam tijolos vazados de 16,5 x 22,5 x 30, nas de 21 cm de espessura e de 8 x 22,5 x 30 nas de 12 cm.

Das lajes exteriores também levam tijolos vazados todas aquelas que não são "port-à-faux".

A espessura de 21 cm na maioria das lajes interiores poderá parecer exagerada nalguns casos por conduzir a esforços do betão muito baixos, mas julgou-se por um lado haver vantagens construtivas em que a espessura das lajes fosse quanto possível constante, e, por outro lado espera-se deste modo conseguir um isolamento mais perfeito dos diferentes pavimentos uns dos outros, assim como ainda fazer face, sem necessitar de armaduras exageradas, às exigências de resistência de algumas zonas localmente sobrecarregadas com tabiques de tijolo.

Alguns dos pilares que aparecem nos esquemas da disposição dos elementos de betão armado não exercem função de suporte, mas servem apenas de quadro de travação às paredes onde ficam embebidos. São, em geral, aqueles que vão designados por letras maiúsculas.

Lajes 1 e 2. Estas duas lajes constituem os dois vãos duma laje contínua de dois vãos desiguais. A espessura da laje é de 21 cm. Leva tijolos de 16,5 x 22,5 x 30. Portanto tem uma camada superior de betão de 4,5 cm. O vão maior tem 4,50 m de comprimento. O vão menor 4,00 m[6]*.*

[...]

Laje 3. Laje em "port-à-faux" com 1,00 m de vão e 10 cm de altura total. Esta laje é maciça.

[...]

Escada 9. Calculou-se esta escada supondo que era constituída por duas partes "port-à-faux" encastradas na viga 8, suportando-se a si próprias e ainda a uma parte da escada que se supõe simplesmente apoiada nas extremidades das duas primeiras partes. A escada é formada por uma laje de betão maciço com 16 cm de espessura e por degraus ocos com 4 cm de espessura. [...] O vão médio em "port-à-faux" é de 2,25 m. A parte da escada que se considera simplesmente apoiada nas partes em "port-à-faux" tem 1,80 m de desenvolvimento.

A1. 16

[...]

Laje 11. Laje de tijolos vazados de 8 x 22 x 30. Armada só numa direcção. Altura total: 12 cm. Vão: 2,0m.

[...]

Laje 13. É uma laje maciça de 10 cm de espessura, em "port-à-faux" com um vão de 1,10m.

[...]

Laje 15. Laje de tijolos vazados de 8 x 22,5 x 30. Espessura: 10 cm. Altura útil: h=8cm [...] Vão da lajes: l=1,10m

[...]

Laje 19. Laje sobre o "hall" de entrada e também laje do pavimento do "hall" de entrada. Dimensões: 4,70 x 4,70. Espessura: 20 cm. Leva tijolo vazado de 16,5 x 22,5 x 30, afastados 10 cm na direcção do comprimento, ficando portanto com uma quadrícula de nervuras com malhas de 22,5 x 40 - distâncias contadas de eixo a eixo de nervuras [...]. Laje simplesmente apoiada no seu contorno.

[...]

Laje 23. Espessura=10 cm. Esta laje suporta a cabine do ascensor eventualmente cheia, o contrapeso e o guincho eléctrico.

[...]

Paredes 23.1. As paredes 23.1, com 50 cm de altura e 8 cm de espessura levam uma armadura cruzada de 4 D de 3/16" p.m. disposta num plano vertical e funcionam pois como vigas que descarregam a carga que lhes é transmitida pela laje 23 e o peso próprio, sobre a viga 27 dum lado e sobre a parede de pedra do outro.

[...]

Laje 29. Laje com tijolos de 8x22,5x30. Dimensões: 4,80x3,90. Armada em cruz. E = 12 cm. No sentido do seu comprimento, os tijolos são afastados de modo a deixar um espaço de 10 cm para nervura.

[...]

Laje 30. Tijolos de 8x22,5x30. Vãos: 4,70x3,60. Espessura: 12 cm. [...] Laje armada nas duas direcções.

[...]

Para calcular os momentos utilizaram-se as fórmulas dadas por R. Saliger no livro Estática Aplicada (edição espanhola), pp 322

[...]

GARAGEM

Laje 33. A laje de cobertura da garagem é uma laje contínua de 5 vãos iguais, cada um com 4,80 m. A espessura da laje é de 16 cm. Leva tijolos vazados de 12 x 22,5 x 30.

[...]

Escadas 38. Calculam-se estas escadas helicoidais como viga curva encastrada nas extremidades. E para realizar essas ligações na parte inferior, onde a escada não ligaria a nenhum elemento de betão, construir-se-á um maciço de betão em que bicarão embebidos os ferros da laje da escada. A laje da escada tem 10 cm de espessura.

[...]

No livro de G.Magnel - Pratique du Calcul du Betón Armé, Tome I, encontram-se as fórmulas que dão os momentos flectores e torsores nas secções de encastramento da escada, assim como as reacções.

Bernardino Machado[7]

1 de Abril de 1947

- -

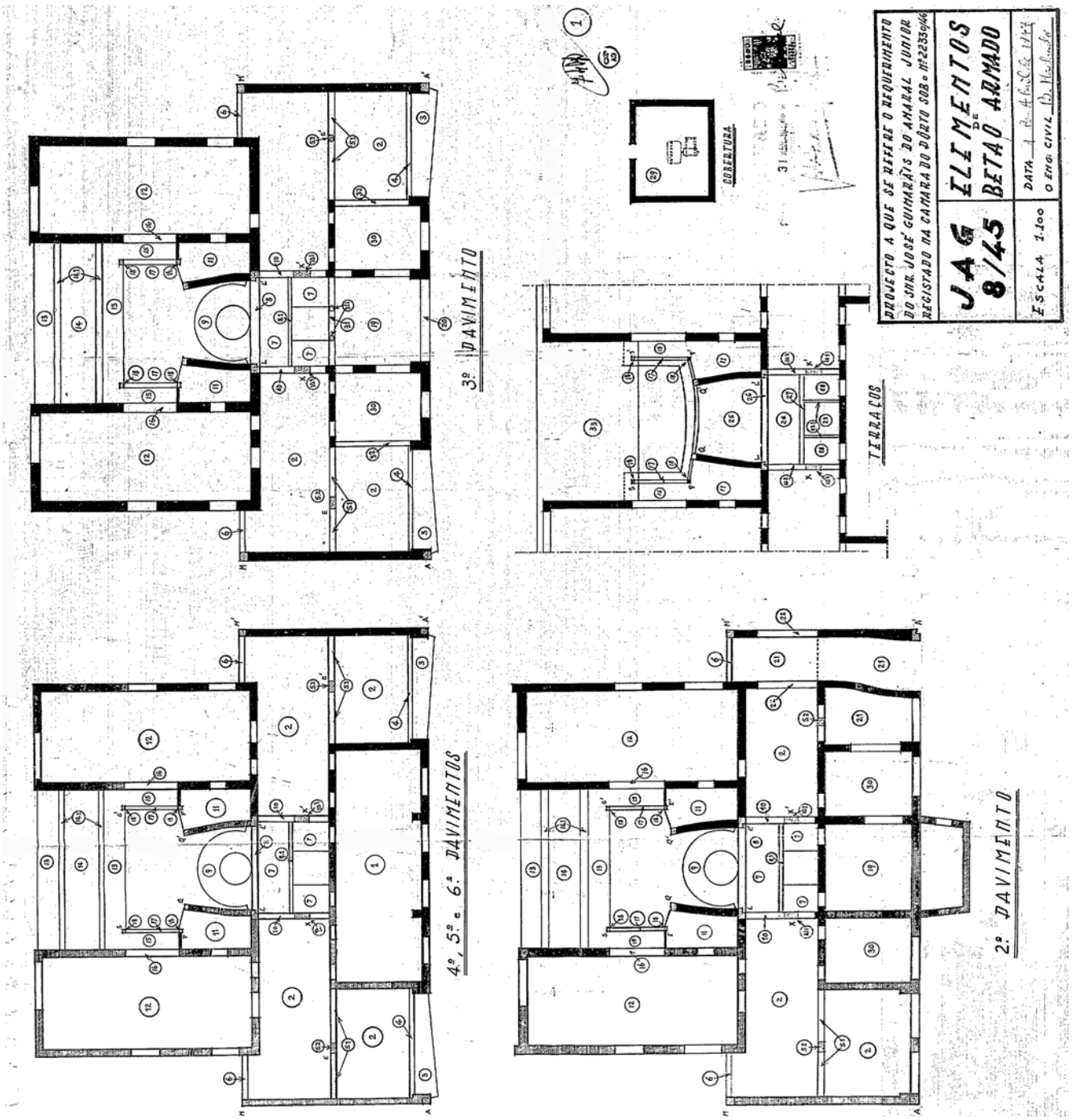
6.Como curiosidade, o facto de ser utilizada a máquina de escrever para fazer os esquemas de vigas e lajes.

7.Apesar do Termo de Responsabilidade ser de Bernardino Machado, o projecto de estruturas é de Cândido de Figueiredo, conforme elementos do projecto de execução consultáveis no CD da FAUP.

Documento nº 1.A.5.Peças desenhadas

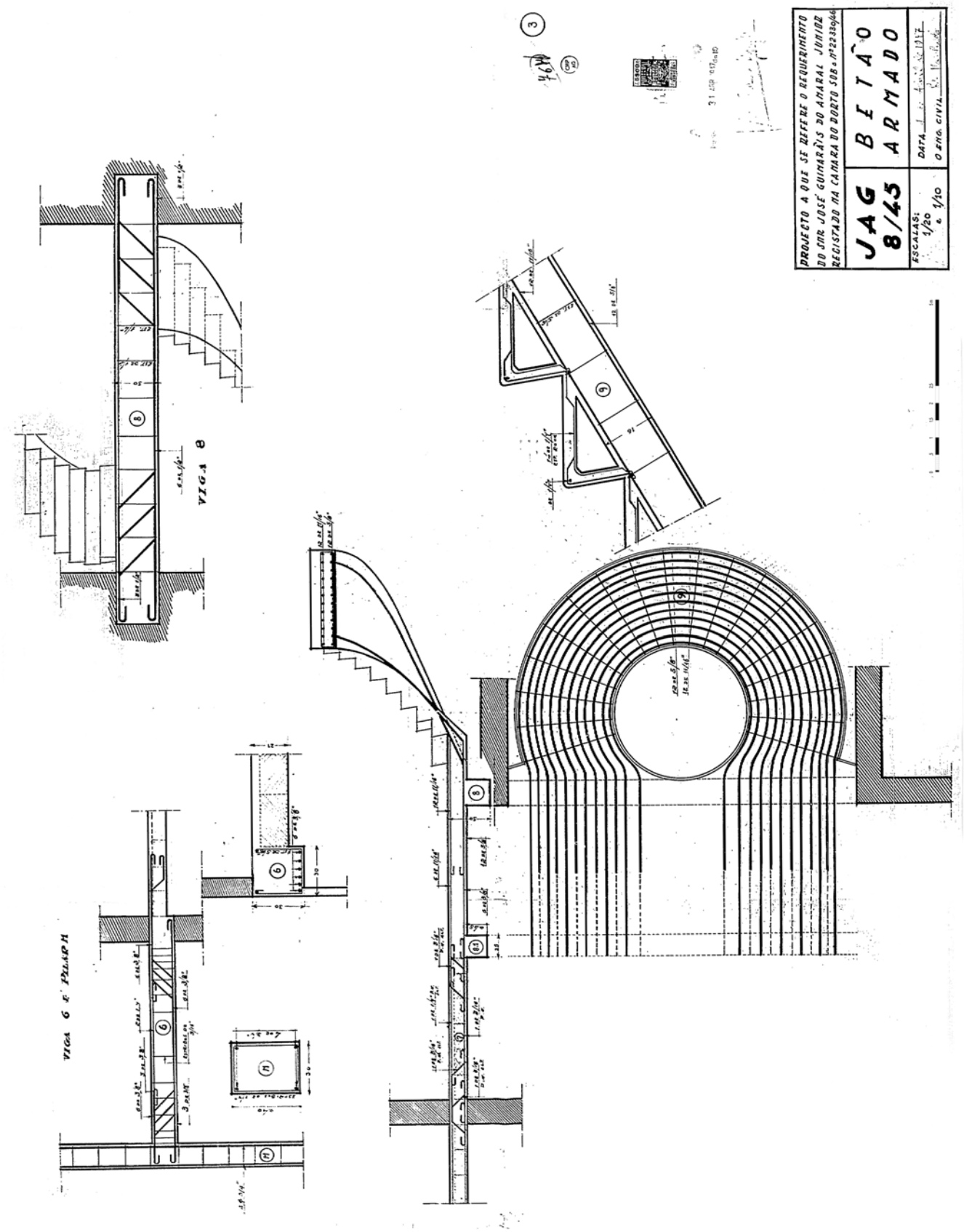
Cópia sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/20 e 1/10) de desenhos do processo de licenciamento de estabilidade disponível.
(Machado, 1947b)

Doc.1.A.5.a) Elementos de betão armado - plantas estruturais



A1.17

Doc.1.A.5.b) Projecto de betão armado – Pormenor da escada interior



A1. 18

PROJECTO DE EXECUÇÃO

(Losa & Barbosa, 1945-1948b)

Documento nº 1.A.6.Memória descritiva

Transcrição de extractos da memória descritiva de Estabilidade usada no processo elaborado para pedir preço para os maciços de fundações. Existe coincidência de parte desta memória com a memória integrada no processo de licenciamento.
(Figueiredo, 1947)

"O referido prédio será construído com paredes de alvenaria e pavimentos em lajes de betão armado com tijolos vazados. Serão também de Betão armado os pilares que vão indicados nos desenhos. Os pilares M e M', Q e Q', embora não suportem cargas concentradas, foram introduzidos com a finalidade de efectuar o remate de travação das paredes a que estão ligados.

A cobertura será de telha com armação de madeira, exceptuando-se as placas de cobertura da caixa do ascensor e do terraço que cobre a caixa de escadas e os dois quartos de banho do último andar, que serão de betão armado.

As paredes serão de alvenaria de granito, tendo a espessura de 40 cm até ao nível do pavimento do 1º Andar e de 30 cm daí para cima. Exceptuam-se as paredes BF e B´F´, CG e C´G`, LQ e L´Q´ que terão 30 cm em toda a altura. A parede VI`, que será só construída até a altura do pavimento do rés-do-chão, terá também 30 cm de espessura.

Nos desenhos juntos cada elemento de betão armado vai designado por um ou dois números que permitem descriminá-lo nos esquemas de betão armado constantes do desenho nº 1.

Os esquemas dos desenhos de betão armado representam as lajes, vigas e pilares de betão armado pelo seu contorno e as paredes sobre que repousam as vigas e lajes, pela sua secção a cheio.

Todos os pavimentos do prédio são lajes de betão armado que no interior tem quase todas a espessura constante de 21 cm. Exceptuam-se as lajes da caixa do elevador, junto ao guincho, que são maciças, e as lajes 11, 21 e 30 que tem 12 cm de espessura. As lajes da caixa de elevador, junto ao guincho, são as únicas lajes interiores que são macias, tem os números 23, 24 e 28. Todas as outras lajes interiores levam tijolos vazados de 16,5x22,5x30, nas de 21 cm de espessura e de 8x22,5x30 nas de 12 cm.

Das lajes exteriores também levam tijolos vazados todas aquelas que não são em "port-à-faux".

[...]

Confecção do betão e betonagem

- Areia [...]

- Brita ou godo [...]

- Água [...]

- Aço [...]

- Cimento:

"Será Portland normal satisfazendo ao Caderno de Encargos para o Fornecimento e recepção de cimento Portland normal em vigor.

Nunca serão misturados no mesmo elemento cimentos de marcas diferentes. **A1.19**

O empreiteiro mandará fazer por sua conta no Laboratório de Ensaios de Materiais da Universidade do Porto, os ensaios que lhe forem exigidos pelo engenheiro fiscal tanto para estabelecer a melhor dosagem do betão como para controlar a sua qualidade durante a execução dos trabalhos.

As dosagens fixadas pelo engenheiro fiscal só poderão ser alteradas por ordem expressa do mesmo.

O betão será fabricado em betoneiras. Todas as vigas, pilares e lajes maciças serão vibradas.

20 de Março de 1947

O Engenheiro Civil

António Cândido de Figueiredo

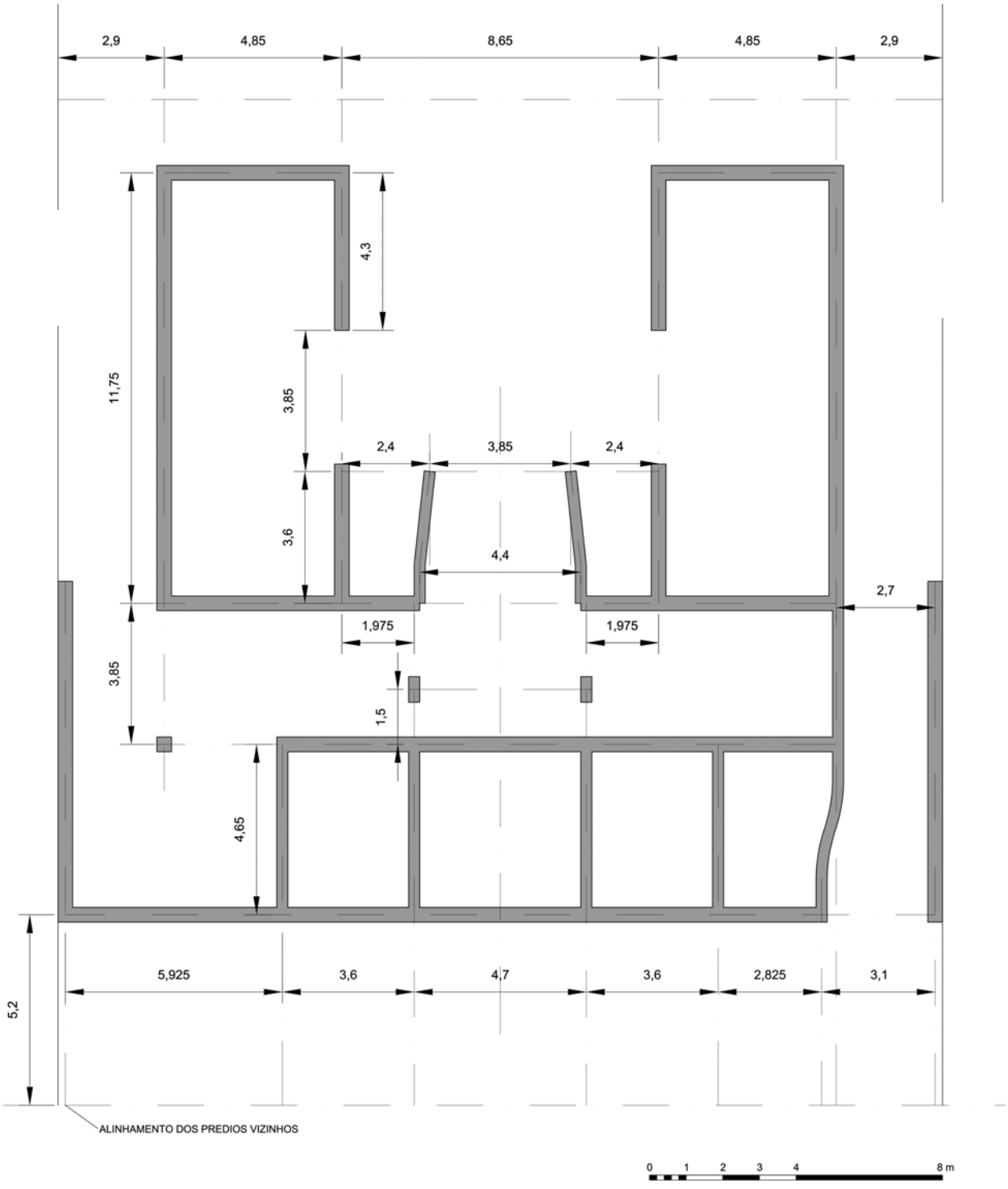
Documento nº 1.A.7.Peças desenhadas

Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente a várias escalas) de elementos do projecto de execução. Todos os elementos gráficos relativos ao projecto de execução apresentados neste anexo correspondem ao redesenho dos originais existentes no Centro de Documentação da FAUP[8].
Redesenhado a partir de (Losa & Barbosa, 1945-1948a) e (Figueiredo, [1947])

- -

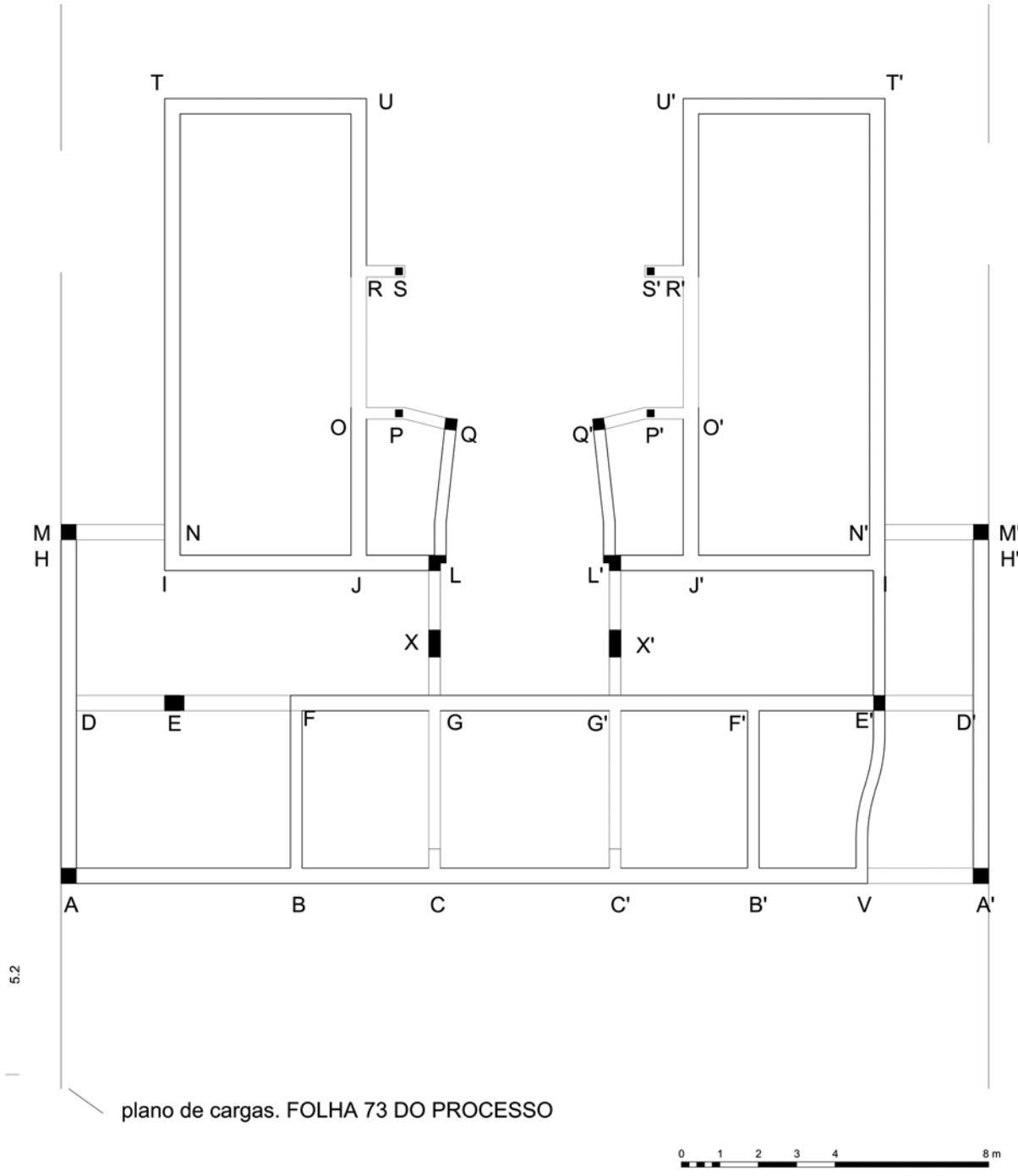
8.A qualidade dos originais, ou cópias heliográficas existentes no centro de documentação da FAUP permitiam a sua reprodução, contudo o custo praticado tornava mais operativo o redesenho do que a cópia.

Doc.1.A.7.a) Planta de toscos e alinhamentos de fundações



A1. 20

Doc.1.A.7.b) Plano de cargas e localização dos alinhamentos estruturais

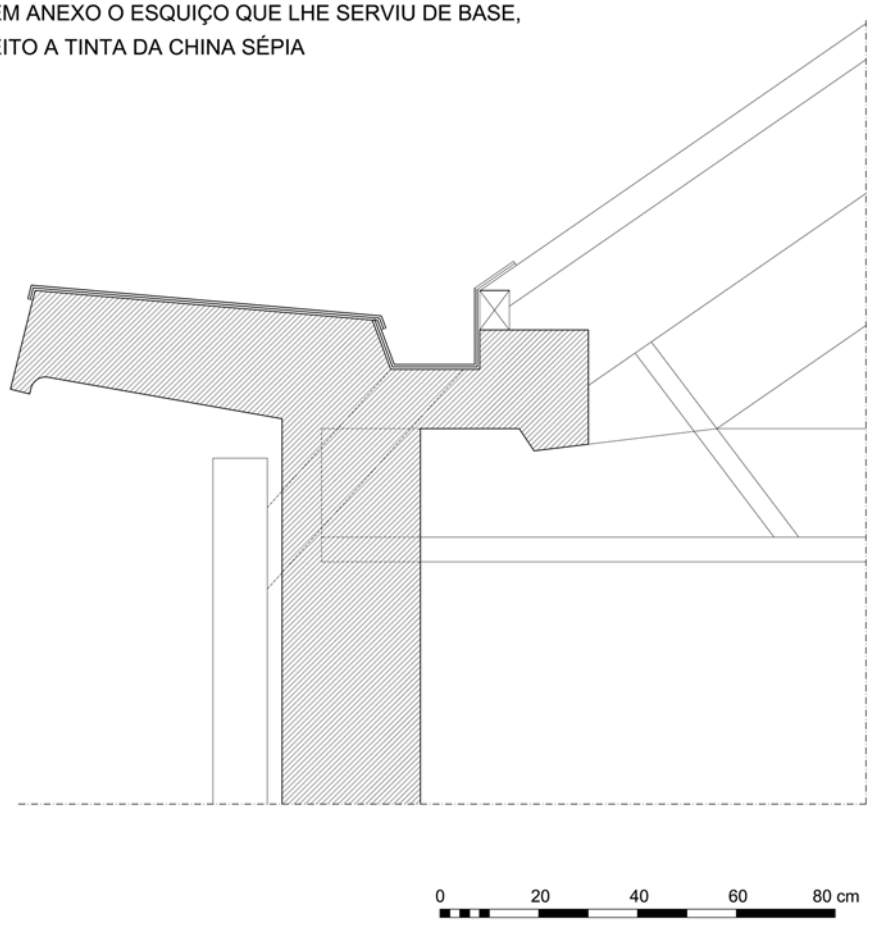


A1.21

.

Doc.1.A.7.c) Pormenor da cornija de remate

DESENHO - DATA 24.12.47 À ESCALA 1/20
TEM ANEXO O ESQUIÇO QUE LHE SERVIU DE BASE,
FEITO A TINTA DA CHINA SÉPIA

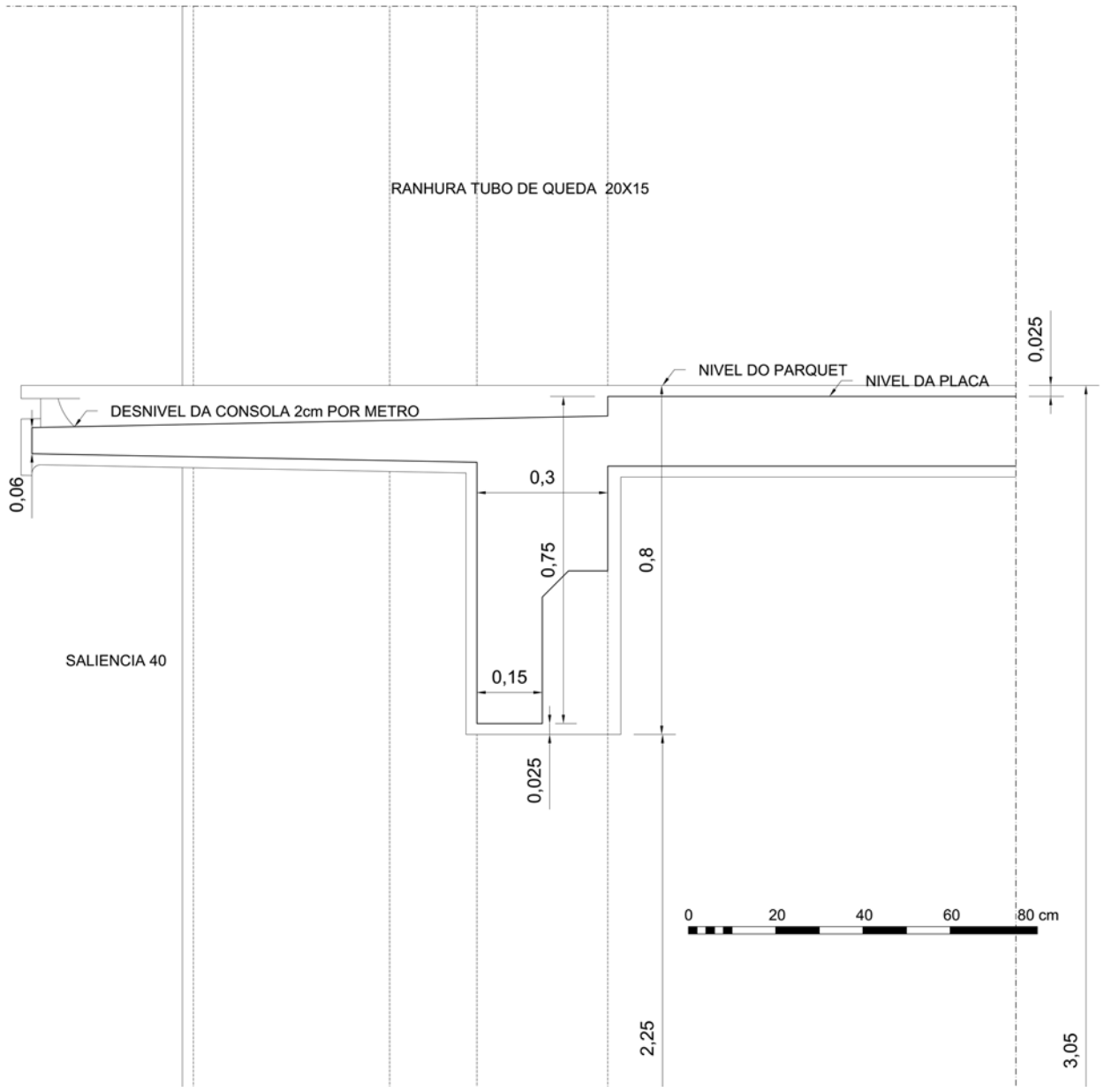


A1. 22

Doc.1.A.7.d) Pormenor da varanda

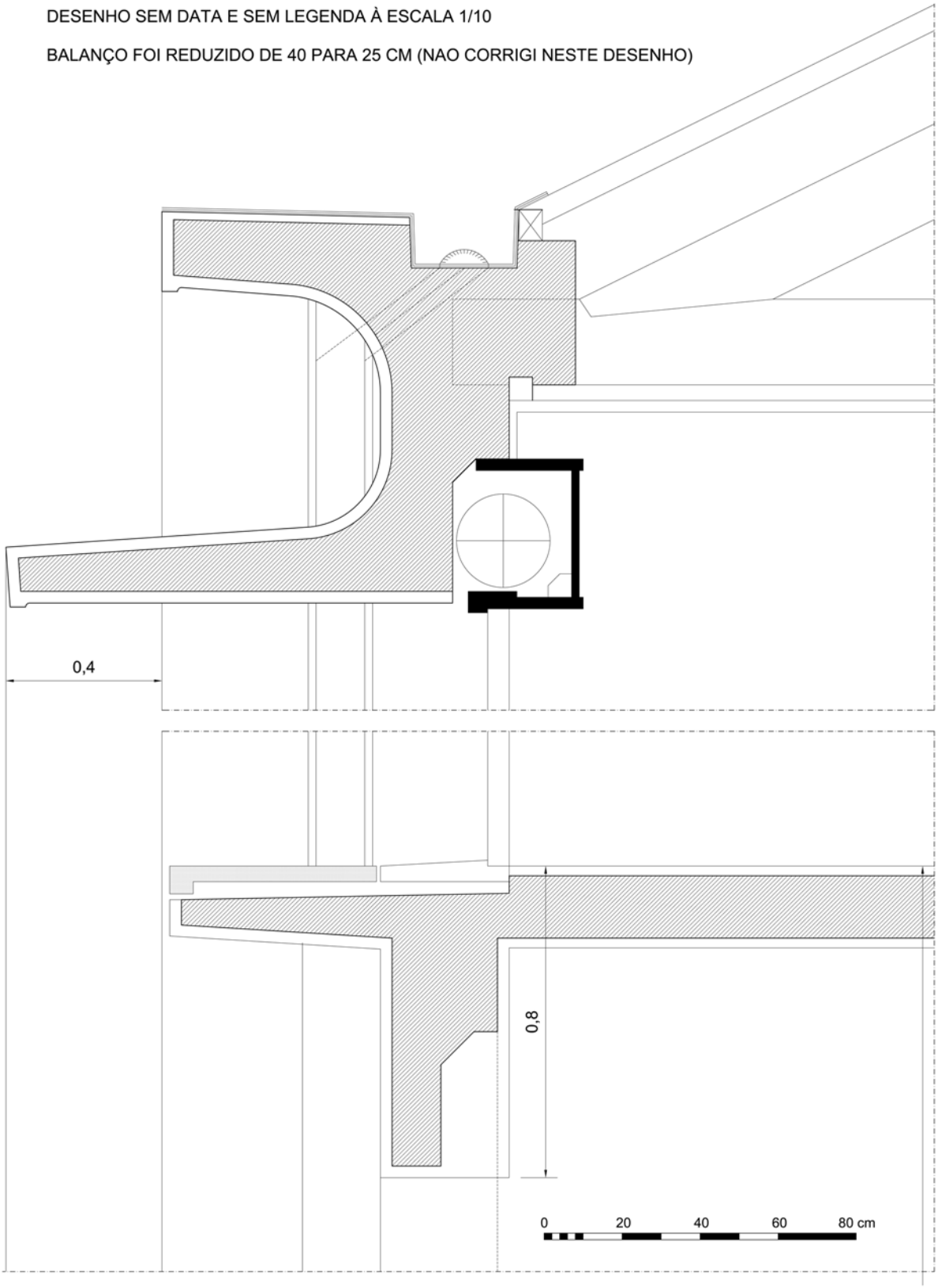
DESENHO SEM DATA E SEM LEGENDA À ESCALA 1/10

APARENTEMENTE, PELO TIPO DE DEFINIÇÃO SERÁ PARA A OBRA DE BETÃO ARMADO



A1.23

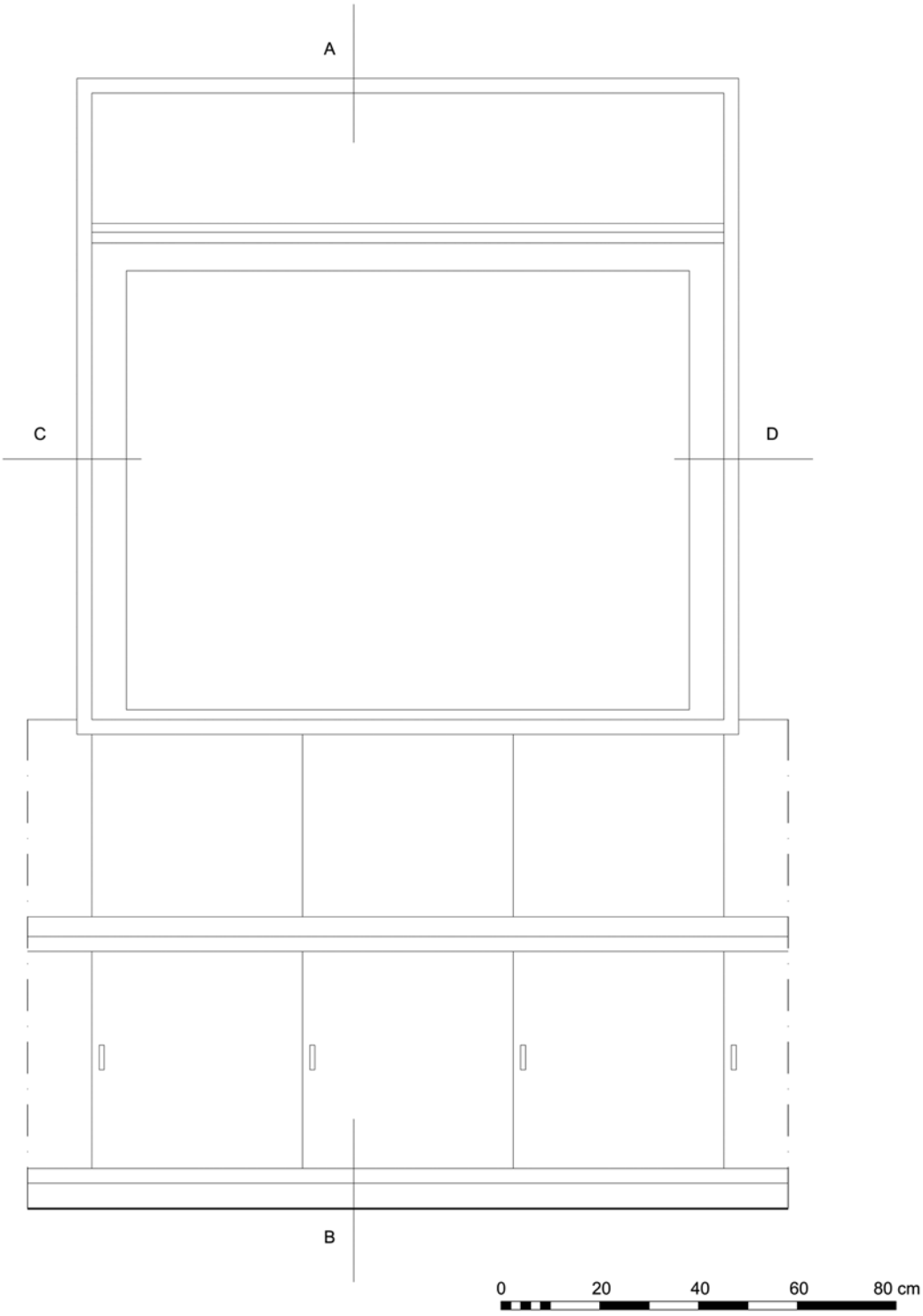
Doc.1.A.7.e) Pormenor da cornija no alçado principal



A1. 24

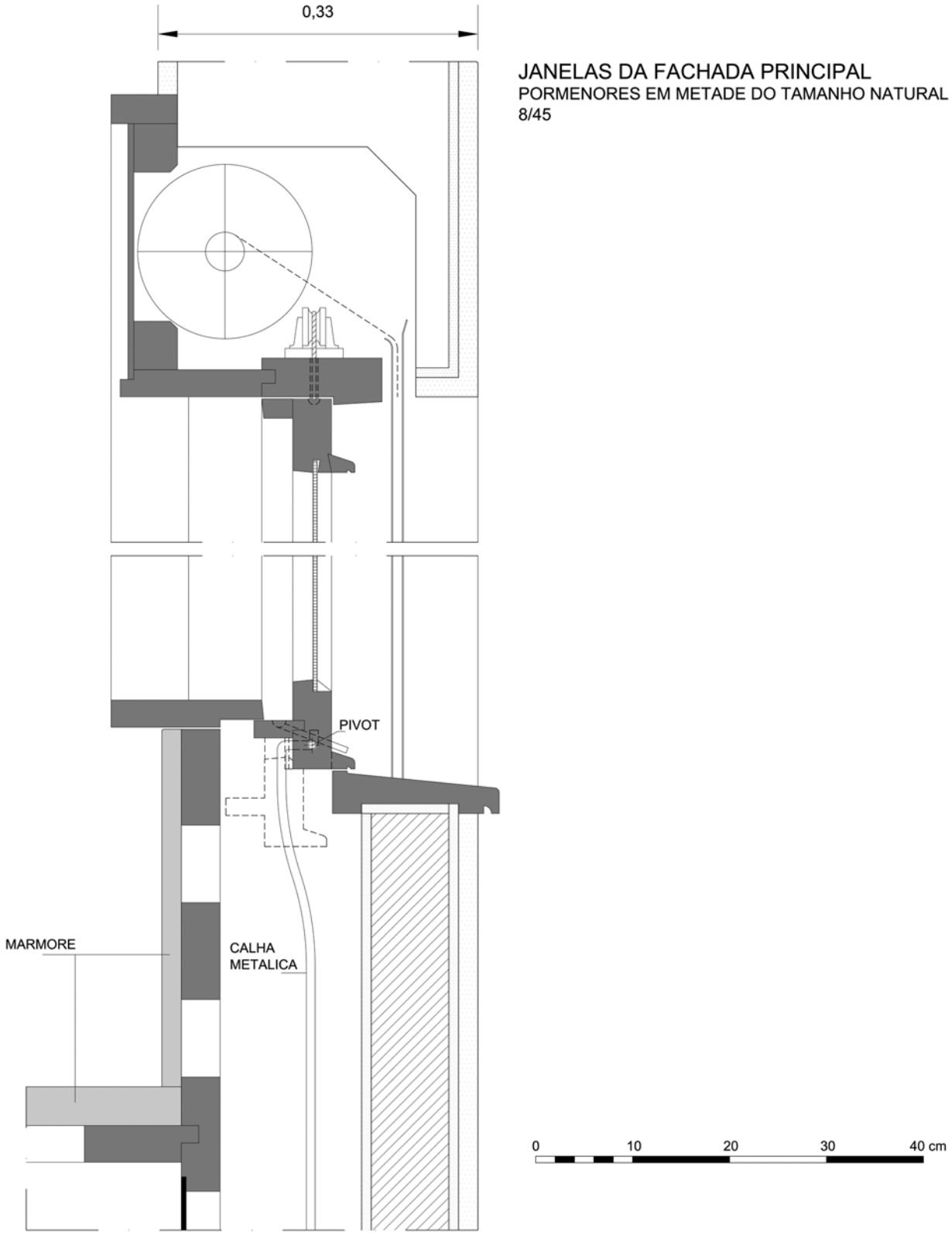
Doc.1.A.7.f) Janelas do alçado principal (Alçado interior - cozinha)

ALÇADO INTERIOR (COZINHA) . ESC. 1:10



A1.25

Doc.1.A.7.g) Janelas do alçado principal (Corte Vertical)



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL)



(Vale, 2008/12b)



(Vale, 2008/12b)

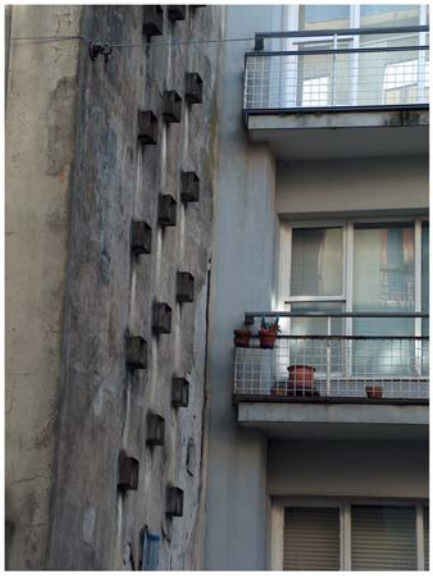


(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/11d)

A1.27



(Vale, 2005/11e)



(Vale, 2007/08b)



(Vale, 2007/08b)

Anexo 1A: Bloco da Carvalhosa



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2008/04c)



(Vale, 2008/04c)



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/11d)

A1. 28



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/11d)

A1.29



(Vale, 2008/04c)



(Vale, 2008/04c)



(Vale, 2007/08b)



(Vale, 2007/08b)



(Vale, 2007/11d)



(Vale, 2007/08b)



(Vale, 2007/08b)



(Vale, 2007/08b)

1.B.Torre de Habitação / Sede da Segurança Social

Arménio Losa; Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira com colaboração de Beatriz Madureira
Código de Edifício: RAP p240

PROJECTO DE LICENCIAMENTO

(CMPorto & Losa, 1970)

Documento nº 1.B.1.Memória descritiva

Transcrição total da memória descritiva inicial do Projecto de Licenciamento, constituída por 4 páginas dactilografadas. (Losa, 1969a:3-6)

O edifício projectado é um dos três a construir num terreno de duas frentes classificado pelo plano director de urbanização da cidade como parque particular de construção condicionada.

De acordo com as determinações oficiais, exaradas da planta topográfica, desenvolve-se em altura de modo a não ocupar demasiado solo e a implantar-se com os afastamentos convenientes para ficar rodeado de áreas ajardinadas e vegetação.

Utilização: - Destinado a ser fraccionado em regime de propriedade horizontal, o edifício é inteiramente atribuído a habitação e aos serviços imediatos do complexo e dos respectivos moradores, distribuídos pelos seus onze andares.

O piso do rés-do-chão, não fraccionável, destina-se a instalações comuns do condomínio, a usufruir, portanto, por todos os futuros condóminos de acordo com a legislação em vigor. Do mesmo modo ficarão pertença do condomínio os dois pisos subterrâneos, reservados à recolha e estacionamento de automóveis dos inquilinos e o terraço da cobertura.

Acessos e circulação horizontal – a entrada principal situa-se ao nível do rés-do-chão, a meio da fachada Poente. Um arruamento de largura reduzida, garante o acesso de viaturas a esta entrada e à entrada de serviço, localizada na fachada Norte. Este único arruamento desdobra-se para permitir o retorno da circulação e servir um segundo prédio, a edificar posteriormente. Exceptuando-se este percurso, utilizável por automóveis, todo o espaço livre restante só poderá ser atravessado por percursos de peão.

Os acessos às garagens são directos e independentes para cada piso a partir da rua, sendo um deles comuns ao arranque do arruamento.

Circulação vertical – A circulação vertical é garantida por uma escada, dois ascensores e um monta-cargas. A escada e o monta-cargas, destinados sobretudo ao movimento de serviço, servem todos os pisos desde a garagem até ao terraço. Os ascensores terminam no último andar das habitações mas descem, também, até ao piso inferior da garagem. Assim as garagens poderão não somente ser usadas para recolha mas sim para estacionamento dos carros dos moradores, por serem o local mais cómodo e acessível a partir de qualquer das habitações e sempre disponível.

Áreas de serviço – Além dos lugares de recolha dos automóveis dos moradores nos dois pisos da cave projectaram-se instalações para a guarda dos carros e dos triciclos das crianças, a habitação do porteiro, as câmaras de recolha dos lixos, dependências para equipamento mecânico, para arrumações gerais, etc...

Equipamentos comuns – O edifício compreende outras áreas não fraccionáveis para utilizações permanentes ou esporádicas dos condóminos, a administrar em conjunto, tais como sala de espera, junto ao vestíbulo da entrada, salas de festas, jardim de infância (nursery) e recreios cobertos, além dos espaços livres do parque.

São comum, portanto, as áreas do sub-solo, do rés-do-chão, e do terraço e cobertura.

As garagens – As garagens tem pé direito reduzido dado que se destinam à recolha e estacionamento dos carros dos moradores, tipo silo, sem qualquer outra função. Não são por isso mesmo equipadas com quaisquer instalações ou serviços que possam alterar-lhe a atribuição estabelecida.

"Nursery" – No rés-do-chão reserva-se um espaço fechado para jardim-de-infância, ou seja o local onde as crianças em idade pré-escolar podem ser confiadas à guarda de pessoa competente. Prevendo-se que as crianças tenham de ali dormir algumas horas, ou que haja vantagem em as dividir em grupos etários, desdobra-se o espaço em mais do que um compartimento e incluem-se as instalações sanitárias e vestiários de apoio.

Instalações da Portaria – Ainda ao nível do rés-do-chão, para maior contacto com os acessos e, portanto, para maior eficiência, situa-se a habitação dos porteiros, que se supõe ser um casal sem filhos.

Compreende, além de um vestíbulo contíguo à entrada de serviço, um quarto de dormir, instalações sanitárias completas e uma ampla sala comum. Esta sala incluiu um recanto de cozinha completamente equipado.

<u>O terraço</u> – Ao nível do terraço de cobertura instalam-se as casas das máquinas dos ascensores, o depósito de água de reserva e os exaustores de tiragem forçada das mangas de ventilação.

Nesse nível não existem instalações que não sejam as de apoio ao edifício e de serviço dos moradores. A área coberta a este nível destina-se, em princípio, à administração do condomínio, às reuniões dos condóminos, a arrecadações e aos trabalhos de reparação do edifício.

A vedação exterior do terraço é propositadamente elevada para se não verem as chaminés e outros acidentes da cobertura, de difícil integração no conjunto arquitectónico.

<u>As habitações</u> – Projectam-se habitações de quatro quartos e largas áreas de convívio, de características superiores ao padrão médio, por se supor que continuará a procura deste tipo de residência numa cidade em pleno desenvolvimento e, especialmente, num prédio com um enquadramento excepcional de áreas livres, devidamente arborizadas. Das três habitações que compreende cada um dos onze pisos, uma desenvolve-se principalmente para Sul mas com dependências a Nascente e a Poente; as restantes são voltadas a Nascente ou a Poente com apenas alguns compartimentos orientados a Norte entre os quais os de serviço.

A1.32

Qualquer das habitações está organizada em três zonas distintas e tanto quanto possível isoladas: serviços, zona de convívio e quartos de dormir.

As instalações de curta permanência, tais como quartos de banho e alguns anexos das cozinhas, são interiores mas bem ventilados por mangas individualizadas.

Todas as habitações compreendem uma varanda de serviço aberta e uma larga varanda-terraço no prolongamento das áreas nobres. Estas especialmente foram concebidas com os resguardos necessários a qualquer devassamento tanto do exterior como dos outros moradores do edifício.

A área de qualquer compartimento excede largamente os mínimos regulamentares.

<u>Ventilação –</u> As dependências do sub-solo – 1º e 2º piso da garagem – são ventilados directamente por largos rasgamentos em comunicação com o exterior através de fendas nas lajes do tecto, devidamente protegidas. Os rasgamentos situam-se nos extremos, de modo a garantir-se a ventilação transversal permanente, dado que as portas de lagarto passarão a funcionar como bocas de entrada de ar.

A ventilação das instalações sanitárias é garantida por mangas individuais, agrupadas em feixes ao nível da cobertura, onde se unem as saídas equipadas com exaustores. São quatro os feixes de ventilação deste tipo e quatro, também, os exaustores.

As cozinhas são equipadas com sacos de tiragem forçada (tipo Bahco) que garantem o seu bom funcionamento e eliminam os cheiros. As chaminés respectivas, individualizadas, ficam com as saídas livres, independentes das que asseguram a ventilação dos sanitários.

Igualmente independentes, individualizadas e livres nas saídas, são as chaminés de tiragem dos fogões de sala e as mangas de ventilação das casas dos lixos e das respectivas condutas de evacuação.

Todas as chaminés e mangas sobem acima do nível alto da cobertura.

A caixa de escada terá, no ponto mais elevado, aberturas de ventilação permanente.

<u>Evacuação dos lixos</u> – A recolha dos lixos domésticos processar-se-á, ao nível dos andares, não em baldes mas em sacos de plástico do tipo único, normalizado, suspenso em aparelho que os feche hermeticamente ao serem retirados. Três colunas verticais com aberturas em cada habitação recolhem os lixos e descarregam-nos em recipientes adequados nos compartimentos reservados a esse fim. Dois desses compartimentos, situam-se no exterior ao nível do rés-do-chão e o terceiro no piso da garagem, todos eles com acesso fácil aos carros municipais de recolha.

<u>Abastecimento e pressão da água</u> – Saneamento – O prédio será equipado com bombas de elevação de água que garantirão a pressão necessária ao regular abastecimento. Projecto pormenorizado será posteriormente apresentado à aprovação dos SMAS.

As ligações à rede de saneamento indicadas tem apenas em vista demonstrar a viabilidade da ligação ao colector instalado na rua, à profundidade de 6 metros.

Escoamento das águas pluviais – Quatro condutas de calibre adequado asseguram a queda das águas pluviais desde a cobertura. No solo as águas são canalizadas, juntamente com as águas da superfície para o colector público. No piso inferior da garagem, as águas de limpeza são recolhidas numa fossa de decantação de óleos com as dimensões e características adequadas e são em seguida evacuadas. Estão previstas três ligações ao colector público que, na rua, passa a grande profundidade.

<u>Estrutura, toscos e acabamentos</u> – as estruturas vão ser executadas em betão armado, sistema "Ferca", que permite suprimir as vigas e nervuras aparentes. Alguns elementos da fachada e os interiores da garagem ficarão com o betão aparente.

Os encerramentos e divisórias serão em paredes de tijolo vazado, simples no interior e duplas no exterior, ou na separação das habitações.

O isolamento sonoro dos pavimentos e a redução de transmissão de ruídos através das paredes e das estruturas será resolvido com o emprego de materiais apropriados.

Os acabamentos previstos são os correntes em edificações de qualidade, excedendo portanto os mínimos regulamentares. Todos os pavimentos e paredes de instalações sanitárias, cozinhas e garagens serão revestidos até à altura mínima de 1,50 m com material impermeável, lisos e laváveis, a definir posteriormente.

Porto, 31 de Janeiro de 1969

Arménio Taveira Losa, Arq.

Documento nº 1.B.2.Memória descritiva e justificativa - Cálculos de betão armado

Transcrição de extractos da memória descritiva do Projecto de Estabilidade presente no processo de licenciamento, constituída por 9 páginas dactilografadas.
(Soares, 1969:32-41)

Refere-se esta memória ao estudo das estruturas de betão armado do Imóvel a construir na Rua António Patrício, PORTO conforme projecto apresentado na C. M. do Porto, sob o nº 5248/69.
Este estudo apresenta-se sob as seguintes rubricas:

1. - DESCRIÇÃO GERAL

2. - ESTRUTURA DE BETÃO ARMADO

2.1. - Solicitações actuantes. Materiais

2.2. - Concepção da estrutura resistente

3. - CÁLCULOS

3.1. - Análise de cálculo da estrutura principal do edifício.

3.2. - Forma de Apresentação dos Cálculos

3.3. - Quadros de cálculo

3.4. - Cálculos de elementos diversos

4. - PORMENORES.

1. - DESCRIÇÃO GERAL

O Imóvel em estudo é uma construção isolada, de planta aproximadamente quadrada, com cerca de 25 m. de lado e uma altura de cerca de 50 m.

Tem 14 pisos, sendo dois em cave, limitados no perímetro por muros de suporte de betão armado.
O pé direito livre dos pisos cave é apenas de 2,2 m (recolha de automóveis), sendo o dos restantes de 2,80 m., exceptuando o do R/C que terá 5 m de altura livre.

No núcleo central do edifício distribuem-se seis torres de betão armado (elevadores, quedas de esgotos, etc.). No perímetro, os pilares, com afastamentos máximos de 7 m, estão recuados em relação aos alinhamentos das fachadas cerca de 1,5 m.

As lajes de todos os pisos são fungiformes, sem capitéis aparentes, directamente apoiadas nos elementos verticais da estrutura (torres e pilares).

A laje tem 36 cm de espessura, é maciça na zona vizinha dos elementos verticais – capitéis – com nervuras nas zonas centrais dos painéis (waffle-slab), realizadas com a utilização de cofragens perdidas de betão, segundo o sistema construtivo patenteado "Ferca".

Deste modo obteve-se um pavimento que, com uma espessura de 36 cm, tem um consumo médio de betão de cerca de 160 litros/m^2, com um momento de inércia muito superior ao de uma laje maciça de igual consumo de betão (16 cm de espessura), consequentemente com menor deformabilidade, melhor isolamento acústico e que, dada a ausência de vigas, permitiu nas caves importante redução de alturas de escavação e de muros de suporte, e nos andares vem a permitir, sem quaisquer dificuldades, a alteração da posição das divisórias interiores das habitações, o que necessariamente irá acontecer conforme o desejo de cada condómino da Propriedade horizontal, a que aquelas se destinam.

Exceptuando-se o R/C e caves, estão previstas paredes divisórias de tijolo em todos os andares, dada a sua exclusiva utilização como habitações.

As paredes serão de tijolo vazado de 11 cm de espessura, duplas na zona de separação dos condomínios, sendo as paredes exteriores também duplas mas com a parede do lado de fora em tijolo maciço, a dobrar para o interior nas aberturas das janelas ou portas.

2. - ESTRUTURA DE BETÃO ARMADO

2.1. -Solicitações actuantes. Materiais

A estrutura do edifício em estudo é já, entre nós, uma estrutura de altura menos corrente.
Por isso mesmo, além das acções das cargas verticais, foram tidas em especial atenção as solicitações horizontais na estrutura, não só as provenientes das acções do vento habitual e excepcional, mas também as das acções sísmicas, as quais a despeito do actual regulamento de Solicitações não exigir o seu estudo na zona do Porto, não julgamos poderem dispensar-se no cálculo.

O peso próprio das lajes é de 500 kg/m^2 na zona central dos painéis, valor considerado no cálculo da flexão sob a acção das cardas verticais.

A1.33

O peso médio, atendendo às zonas maciças dos capitéis, é de 600 k/m^2.

Os valores das acções do vento habitual foram fixadas, admitindo, por excesso, uma pressão dinâmica constante em toda a altura do edifício, com um valor de 105 k/m^2, valor correspondente ao caso mais desfavorável das regiões muito expostas.

[...]

2.2. - Concepção da estrutura resistente

Como foi já assinalado no número anterior, foi dada a maior importância à estabilidade do edifício sob a acção das cargas horizontais, solicitação dominante nos edifícios altos.
Por isso mesmo, na concepção estrutural do edifício foi prevista, no seu núcleo central, a construção de torres de betão armado, duas correspondentes às caixas dos elevadores e quatro outras distribuídas simetricamente em relação ao seu centro geométrico, as quais se aproveitam como caixas de queda de esgotos e ventilação.

Em todo o perímetro do edifício distribuem-se pilares com espaçamentos não superiores a 7 m.

Como se vê no desenvolvimento do cálculo, o momento global máximo das forças horizontais é absorvido directamente pelas torres em cerca de 1/3, reservando-se aos pilares a absorção do momento restante, não directamente, como é óbvio, dada a sua muito pequena rigidez relativamente às torres, mas sim por efeito de binário, o que se traduz em valores, de compressão e tracção, absolutamente aceitáveis (Ver quadro do equilíbrio das forças exteriores dos Pórticos 1 e 2).

Sobre as torres e pilares, conforme se referiu já, apoia uma laje fungiforme, sem capiteis aparentes, com 36 cm de espessura, placa betonada "in situ", a qual, dada a sua grande espessura e rigidez, impõe ao nível de cada andar igual deformação horizontal, interessando todos os elementos verticais da estrutura.

Na zona das caves, os muros de suporte de betão armado constituem um anel resistente, encontrado (sic) no terreno envolvente, e travado a meia altura e no plano do coroamento por placas de 36 cm de espessura, apenas afastadas de 2,2 m uma da outra, as quais, por sua vez, encastram nas torres e pilares da estrutura vertical do edifício, constituindo-se com as largas sapatas das torres e pilares um todo que garante um óptimo e adequado encastramento da estrutura vertical acima do rés-do-chão.

As paredes divisórias e das fachadas nos vários andares, não consideradas como elementos estruturais de travamento, constituem, no entanto, excelente reserva de resistência do edifício sob a acção das cargas horizontais.

3. - CÁLCULOS

3.1. - Análise de cálculo

O cálculo da estrutura principal resistente do edifício foi feito considerando a continuidade dos vários elementos verticais e horizontais – pilares, torres e lajes - e determinando neles os valores dos esforços envolventes devidos às acções das cargas verticais de peso permanente e sobrecarga variável, bem como das acções horizontais do vento habitual e dos sismos (tomados com valor estático muito superior ao correspondente do vento excepcional.

O cálculo das lajes fungiformes, para a acção das cargas verticais, foi elaborado de acordo com o regulamento de Estruturas de Betão Armado (V. comentário ao Art.º 29º), tendo-se seguido o disposto no regulamento inglês CP114 e as normas do regulamento americano ACI 318-63.

A1.34

O cálculo foi feito considerando para cada uma das direcções a totalidade da carga.

A distribuição dos momentos totais, entre as "faixas de coluna" e as "faixas de meio vão" foi feita, respectivamente, na proporção de 75% - 25% para as zonas dos momentos negativos, e 55%-45%, para as zonas dos momentos positivos.

Para as cargas verticais, os momentos nas lajes foram obtidos com auxílio da Tabelas de Boase e Howell (Ver JOURNAL of ACI)[9] que dão, por andar, os valores dos momentos envolventes nos elementos horizontais, tendo em conta a sua rigidez relativamente à dos elementos verticais contíguos, acima e abaixo, e atendendo às variações de sobrecarga nesses tramos. Admitiu-se, por excesso, uma relação a/p=1 (sobrecarga variável igual ao peso próprio) e uma relação da soma das rigidezes dos pilares para a laje, também igual a 1.

Para os pilares e torres foram obtidos os valores das cargas axiais tomando, para cada um, as respectivas áreas de influência das lajes e perímetro da fachada, fixando, por excesso, os valores de 1 tf/m de pavimentos, sem redução de sobrecarga, e de 1tf/m de perímetro de fachada, por piso.

Para o estudo das solicitações tipo II, fixou-se para valores de carga axial, aqueles valores encontrados, multiplicados por 0,8, para atender à não intervenção da sobrecarga no cálculo dos esforços devidos a essas solicitações.

Nos pilares e torres, dada a sua localização central, em planta, não foram considerados momentos devidos às cargas verticais, com valores desprezáveis em relação aos devidos às solicitações das cargas horizontais.

Para o estudo das acções horizontais consideram-se dois tipos de funcionamento estático da estrutura.

Tendo-se previsto um núcleo central resistente formado por seis torres, admitiu-se em primeira aproximação que apenas estas 6 torres, no seu conjunto, se responsabilizariam, como elemento composto, a absorver como consola pura, todo o momento actuante.

[...]

O peso próprio da laje, com uma espessura total de 36 cm (32 de blocos mais 4 cm de camada superior) na zona central dos painéis, com nervuras de 15 cm, espaçados de 70 cm e de 14 espaçados de 80 cm, é para k=1/(0,70+0,15)X(0,80+0,14)=1,25 blocos/m^2; p=2.500X(0,36-0,32X0,7X0,8X1,25 (betão))+1,25X120 (blocos) = 490 kg/m^2

[...]

3.2. - Forma de Apresentação dos Cálculos

[...]

A partir destes valores, elaboraram-se os quadros Q.2 a Q.9, que se forneceram ao LNEC, nos quais se indicam as coordenadas dos nós dos Pórticos, as características geométricas e elásticas das várias barras, e os valores das solicitações horizontais de estudo.

Os resultados determinados pelo computador do LNEC, para a solicitação de 100T/andar, são apresentados nos quadros Q.10 a Q.13.

A partir dos valores encontrados, foi possível fazer nos quadros Q.14 e Q.15, um esquema mostrando o equilíbrio das forças exteriores, actuantes e de reacção.

O quadro Q.16 apresenta-se sobre uma planta da estrutura, indicando, junto de cada pilar e torre-tipo, os valores dos esforços N e M dados pelo cálculo do LNEC, os valores de cargas verticais isostáticas obtidas nos diversos pisos, bem como cálculo da capacidade resistente das secções do betão e ferro fixadas.

[...]

3.3. - Quadros de cálculo

[...]

3.4. - Cálculos de elementos diversos (desenho nº P.6)

Varandas em consola nas fachadas Nascente e Poente

L_1 . L= 2,35m e=25 cm (no extremo e=20 cm) [...]

[...]

V_1 . L=7m 50x60 [...]

[...]

Zonas em consola nas lajes dos pavimentos (Des. nº P.5)

L=1,50 m e=36 cm

[...]

Zona da escada

E. Lanço. L= 6 m e=20 cm [...]

- -

9.Provavelmente refere-se a: Boase, A. J.; Howell, J. T. - Design coefficients for building frames Journal of American Concrete Institute. Vol. 36 (1939), p.21- 36

R. L=3,80 m 30x36 [...]

V_2. L=2,70 30X40 [...]

Laje exterior, sobre o acesso à sub-cave

L_2 . L= 5,60 e=25 cm [...]

Muro de Suporte – Será realizado por uma parede de betão com 40 cm de espessura, apoiando-se na fundação e nas lajes da cave e do R/C.

[...]

Apoiará no terreno por uma pequena sapata corrida de 80 cm de largura [...]

Sapatas dos Pilares e das Torres (DES nº P.1)

[...]

S_1 – Base 3,5 x 4,5 m^2 Altura 1,5 m Pilares A: [...]

S_2 – Base 3,0 x 4,0 m^2 Altura 1,2 m Pilares B:[...]

S_3 – Base 2,0 x 4,5 m^2 Altura 1,2 m Pilares D: [...]

S_4 – Base 2,0 x 3,0 m^2 Altura 0,9 m Pilares C: [...]

S_5 – Base 5,5 x 6,0 m^2 Altura 1,5 m Torres F: [...]

S_6 – Base 4,6 x 4,6 m^2 Altura 1,2 m Torres E: [...]

4. - PORMENORES.

[...]

Porto, Setembro de 1969

O engenheiro civil

António Augusto dos Santos Soares

A1.35

Documento nº 1.B.3.Peças desenhadas

Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/100) de elementos do Projecto de Licenciamento disponíveis no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto. Optou-se igualmente pela elaboração de um modelo 3D[10] do edifício para que mais facilmente pudéssemos ter a noção da sua aparência se concluído, já que o mesmo não chegou a ser completamente construído segundo o projecto inicial.
Redesenhado a partir de (Losa, 1969b).

Doc.1.B.3.a) Alçado principal (Sul)

A1.36



10.Os modelos 3d inseridos nesta tese foram executados pela arquitecta Joana Guerreiro da Silva.

Doc.1.B.3.b) Alçado Posterior (Norte)



A1.37

Doc.1.B.3.c) Alçado Lateral (Nascente)



Doc.1.B.3.d) Alçado Lateral (Poente)



A1.39

Doc.1.B.3.e) Corte Nascente-Poente



A1.40

Doc.1.B.3.f) Corte Norte-Sul



A1.41

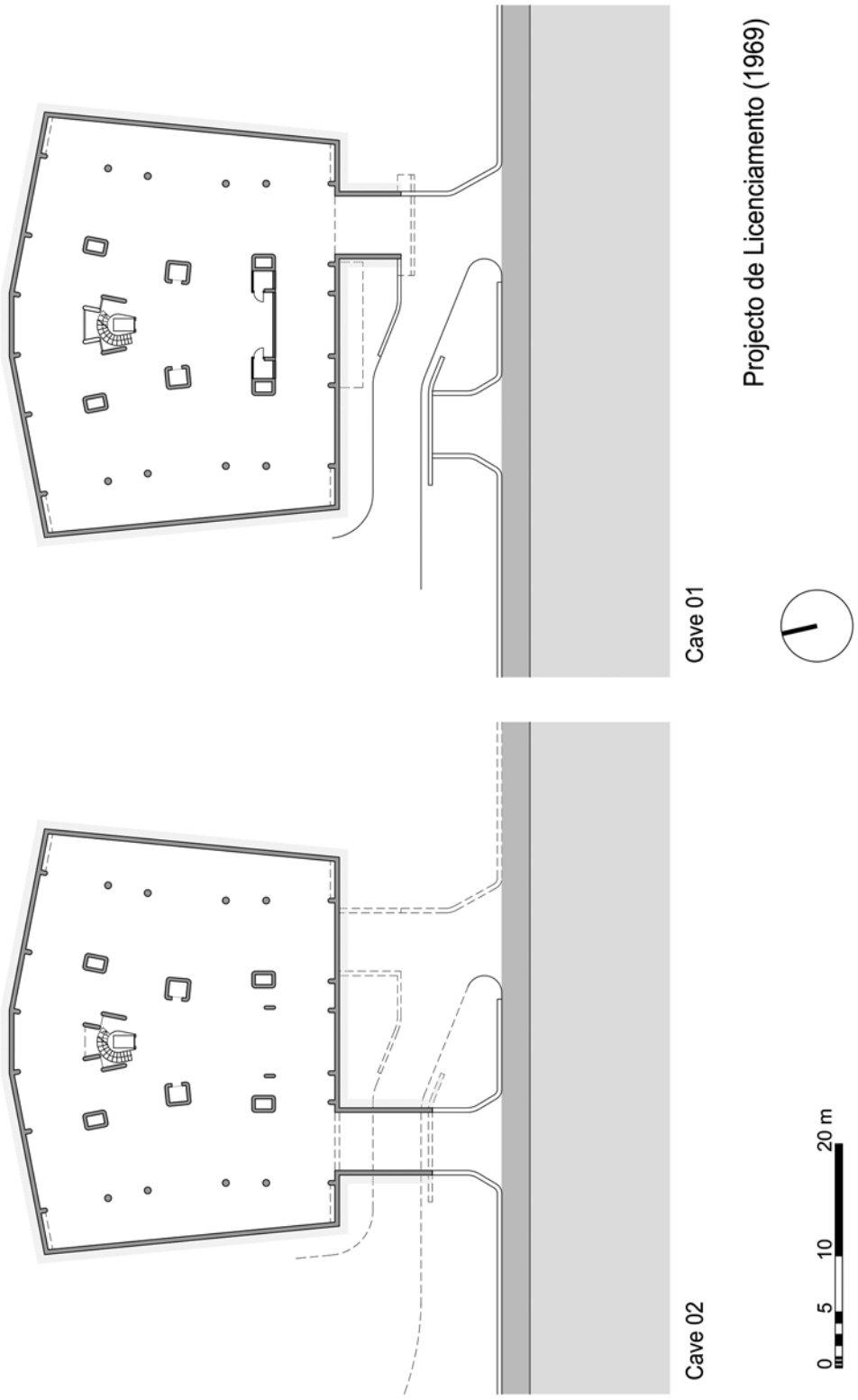


Doc.1.B.3.g) Plantas do rés-do-chão e piso tipo



A1.42

Doc.1.B.3.h) Plantas das caves



A1.43

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO PROJECTO INICIAL

Documento nº 1.B.4.Acordo estabelecido entre Arménio Losa e Alfredo Matos Ferreira

Transcrição total da minuta do acordo estabelecido entre Arménio Losa [AL] e Alfredo Matos Ferreira [MF], para a execução do projecto de adaptação do edifício de escritórios a sede da Caixa de Previdência. O documento definitivo não foi encontrado pelo que se optou pela transcrição da minuta, já que a mesma aparecia repetida em dois processos, e poderá corresponderá à sua forma final.
(Losa & Ferreira, [s.d.])

Acordo estabelecido entre Arménio Losa (AL) e Alfredo Matos Ferreira (MF) com vista à mútua colaboração na elaboração do projecto das novas instalações da Caixa de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médico-sociais do Distrito do Porto, a construir na Rua António Patrício.

1 – AL, como responsável, por contrato, pelo projecto e, posteriormente, pela direcção dos trabalhos de edificação perante o dono de obra, é o principal autor e, como tal, fica com o direito de orientar e coordenar os estudos de concepção, os estudos e projectos técnicos especiais, os desenhos de pormenor e, ainda, de decidir sobre os materiais a aplicar na edificação.

2 – MF estudará e organizará o projecto, seus pormenores, em colaboração e perfeito entendimento com AL e, como co-autor, assinará todas as peças do projecto e dos pormenores de execução.

A1.44 *3 – MF assume, por delegação de AL, a responsabilidade pela direcção do «escritório», pela elaboração e organização de cada uma das fases do projecto, dos pormenores de execução, dos cadernos de encargos, das medições, estimativas e orçamentos e, de um modo geral, de todos os elementos e trabalhos a produzir pelo "escritório" ou de assistência à obra, de acordo com o exigido pelos regulamentos e pelo contrato outorgado pelo dono de obra.*

4 – A colaboração assim estabelecida, subentende-se como um contrato de sociedade para este fim exclusivo e terá o seu termo natural com a conclusão e entrega oficial da obra, salvo se ambas as partes entenderem dar-lhe continuidade mediante contrato adicional.

5 – Se a colaboração não puder prosseguir até ao seu termo natural, por falta de entendimento entre as duas partes, a sociedade poderá ser dissolvida, por iniciativa de uma das partes, no final de qualquer uma das fases de elaboração do projecto, estabelecidas no contrato pelo dono de obra, sendo, neste caso, repartidos os encargos e a receita correspondente a essa fase.

6 – Se a dissolução dor solicitada por AL antes de concluída a fase em curso, este obriga-se a pagar a MF a parte que lhe corresponderia no final dessa fase, procedendo à sua liquidação à data do recebimento da respectiva prestação dos honorários.

7 – Se a dissolução for solicitada por MF antes de concluída a fase em curso, a liquidação far-se-á tendo em conta o trabalho já realizado dessa fase e os encargos inerentes à sua conclusão.

8 – Em qualquer caso de dissolução da sociedade, os desenhos, documentos, peças de estudo e demais elementos do projecto ou da direcção de obra, ficarão na posse de AL. Os materiais e utensílios adquiridos em comum dividir-se-ão em lotes de igual valor por ambas as partes.

9 – De cada prestação de honorários recebida, uma importância, a combinar, será depositada em conta corrente conjunta num banco da cidade, para ocorrer às despesas calculadas até ao vencimento da prestação seguinte

10 – As despesas até valor de cinco mil escudos mensais podem ser autorizadas independentemente por uma das partes; as despesas superiores a esta importância carecem de acordo de ambas as partes.

11 – Incluem-se nas despesas o aluguer do escritório em que se processa o trabalho e os respectivos encargos tais como telefone, consumo de água e electricidade; o material de desenho e o equipamento que for necessário adquirir; os ordenados ou salários do pessoal expressamente contratado; as deslocações solicitadas pelo dono de obra e as tidas como indispensáveis para o perfeito conhecimento dos objectivos da obra e, de um modo geral, todos os encargos inerentes à elaboração e organização deste projecto e direcção de obra.

12 – As despesas e as prestações recebidas dos honorários serão escrituradas regularmente em livros de folhas numeradas, rubricadas pelas duas partes.

13 – Das decisões em que as duas partes entendam assentar no decurso do trabalho, serão lavradas actas em livro próprio.

14 – O saldo dos honorários recebidos é repartido em partes iguais, depois de deduzidas as despesas porventura a satisfazer com a dissolução da sociedade.

15 – Nos casos de divergência quanto à aplicação deste acordo, ou nos casos nele omissos, as duas partes aceitam recorrer a arbitragem da Delegação do Norte do Sindicato Nacional dos Arquitectos, em primeira instância e, em última instância, apelar da decisão havida para a sede do mesmo sindicato cujo parecer tomarão como definitivo.

PROGRAMA BASE DE 1974

(Losa & Ferreira, 1974c)

Documento nº 1.B.5.Memória descritiva

Transcrição de extractos da memória descritiva do primeiro Programa Base, elaborado em 1974. O documento total é constituído por 55 páginas dactilografadas e numeradas.
(Losa & Ferreira, 1974a)

1 – Projecto geral

2 – Fundações e estruturas

3 – Instalações e equipamentos eléctricos

4 – Instalações e equipamentos electromecânicos – condicionamento do ar

5 – Instalações e equipamentos de águas e esgotos

[...]

1 – Projecto geral

1.1 – Programa preliminar

1.2 – Imposições da CMPorto

1.3 – A estrutura existente

1.4 – Implantação e volumes

1.5 – Distribuição de serviços

1.6 – Acessos

1.7 – Circulações

1.8 – Comunicações verticais

1.9 – Estacionamento

1.10 – Áreas verdes

1.11 – Localização das centrais

1.12 – Conclusões

[...]

1.1 – Programa preliminar

O programa preliminar é cumprido inteiramente em todas as suas recomendações: espaço para os serviços segundo a previsão de necessidades para o ano de 1990 [...]

Apenas não foi conseguido assegurar a possibilidade de «ulterior» ampliação horizontal ou vertical das instalações, dadas as limitações à ocupação do espaço estabelecidas pela Câmara Municipal do Porto. Quanto a este assunto, o critério seguido e as opções a definir são tratadas no cap. Final desta memória.

[...]

1.2 – Imposições da C.M.P.

Por despacho de 3-2-72, a Câmara Municipal do Porto fixou as novas condições a respeitar na ampliação dos limites anteriormente fixados para a edificação local:

– Os edifícios serem exclusivamente destinados aos serviços públicos;

– Disporem de cave para estacionamento, sendo esta circunscrita à área coberta;

– Todo o terreno livre da construção deverá manter-se arborizado e ajardinado;

– Aparte os dois edifícios principais, o piso térreo da restante área coberta deverá ficar livre de qualquer construção e feito o seu tratamento por meio de espécies vegetais que dêem continuidade à zona arborizada e transparência desde a rua até ao terreno interior".

1.3 – A estrutura existente

A estrutura existente já executada no sector Nascente do terreno, com 14 pisos, apresenta as seguintes características:

- Pés-direitos de 2,30 nos primeiros 2 pisos – 01 – 02 – destinados inicialmente ao estacionamento de carros ligeiros;

- Pé-direito de 5,20 no piso seguinte – 1 – situado ao nível do terreno circundante pelos lados Nascente e Norte;

- Pés-direitos de 2,80 em todos os pisos do corpo da torre, com duas pequenas áreas onde as lajes se situam a cota inferior à das restantes superfícies (0,34);

A1.45

- Quatro mangas e duas caixas de ascensores, rasgadas a toda a altura da construção, definidas e envolvidas por paredes estruturais de betão armado;

- Uma escada de planta circular e de 0,90 de largura;

- Lajes "ferca" de 0,36 de espessura, sem vigas aparentes;

- Um desenvolvimento em planta do tipo centralizado.

[...]

1.4 – Implantação e volumes

As implantações e os volumes do conjunto aceite pela Câmara Municipal do Porto, alteram-se apenas quanto à forma, como se exemplifica nos esquemas anexos.

Assim, o corpo baixo, a desenvolver em extensão e profundidade, desdobra-se quanto à profundidade de modo a permitir a introdução de um pátio-jardim de iluminação. Em lugar de um único corpo com excessiva profundidade e apenas duas frentes de iluminação, propõem-se a arrumação do mesmo espaço útil em melhores condições de iluminação natural e de contacto visual com os espaços livres exteriores. Entre este pátio e a rua, o espaço é organizado ao nível do piso - O - como zona de entrada principal -para o público e acessoriamente para o C.A.T. - criando-se deste modo não só a transparência imposta pela C.M.P., como um sector de valorização urbana e arquitectónica de que se tira bom partido, especialmente na clarificação e comodidade dos circuitos.

Ao volume que se previa a Poente é dada, também, nova forma e nova implantação. Em lugar de um corpo maciço, de planta quadrada, assente sobre uma plataforma, onde só os pisos superiores a esta plataforma teriam luz natural em todo o seu perímetro, desenvolve-se

agora um corpo alongado em forma de L em melhores condições de iluminação. O volume previsto e aceite para este corpo, desenvolve-se não em altura mas em extensão, com menos dois pisos.

A torre, além do novo piso já programado para os órgãos directivos, é necessário adossar um novo corpo para nele se alojarem os ascensores do pessoal e uma escada de emergência.

Neste Programa-base, a nível inferior à cota da rua, serão estabelecidos três pisos, em cave. O mais elevado -01-, dada a pendente da rua, fica pouco mergulhado passando a receber luz natural em maior abundância à medida que se aproxima do extremo Poente. Só, portanto, os dois outros -02 e 03- ficarão completamente enterrados. Estes dois pisos destinam-se a instalações que não carecem de luz natural: depósitos de materiais e parque de estacionamento.

O piso -01-, assim como o piso -0- necessitam de pés direitos que comportem, inclusive, as possibilidades de instalações das condutas do ar condicionado. Terá, assim, de haver sensível desnivelamento entre os novos pavimentos e os existentes. Dos estudos feitos resulta, como proposta, manter-se a mesma cota geral para todo o piso -0-, desnivelando-se os outros: seria sobrelevado o piso -1- e rebaixado o piso -01-.

A extensão das novas caves é limitada ao sector do terreno ainda livre, visto não ser possível proceder a escavações sob a estrutura já construída, nem mesmo para aumento do pé direito, pois as fundações não consentem qualquer rebaixamento do nível actual.

O Programa-base - apoiado em estudos mais desenvolvidos de preparação do estudo prévio - ajusta-se fundamentalmente às exigências municipais.

A1.46

[...]

1.10 – Áreas verdes

Os terrenos não edificados, dos dois lados do edifício - Nascente e Poente - serão intensamente arborizados. As superfícies ocupadas apenas com instalações subterrâneas recuperam-se ao nível das coberturas e tratam-se também como áreas verdes. Estão nestas condições o pátio central, as faixas entro os limites posteriores do terreno e os corpos elevados do edifício e, na frente, todo o espaço não comprometido com acessos.

As árvores de grande porte, todas elas situadas na proximidade da construção existente, com excepção de uma muito bela tília que se procurará poupar, terão de ser abatidas e substituídas posteriormente por outras a plantar nas áreas reservadas expressamente para esse fim.

[...]

1.12 – Conclusões

A partir das características do Programa:

a) Um somatório de áreas definidas em quantidade e relação

b) Mais um certo número de instalações não definido em área

c) Mais uma percentagem teórica (40%) sobre área líquida para instalações, circulações etc.

d) Mais a possibilidade de ulterior ampliação das instalações.

E a partir das características do espaço disponível:

a) Um talhão com regras de ocupação a observar

b) Uma estrutura existente não prevista para este tipo de ocupação.

O P.B. apresenta esquematicamente uma proposta que se baseia na análise das possibilidades de ocupação máxima que o terreno oferece.

A partir desta ocupação máxima estruturam-se os serviços sem preocupações de economia de espaços, respondendo de perto às solicitações pedidas no P.P. e considerando ainda:

a) A vantagem de uma concentração dos serviços com maior ligação com o público e com maior número de empregados nos pisos o e 1 (proximidade dos acessos)

b) A necessidade de criar estacionamento privativo com quantitativos aceitáveis.

c) o interesse em agrupar as zonas de arquivo e depósitos em áreas de cave.

As peças desenhadas esquematizam, portanto, a Proposta de solução.

Os quadros anexos e os Diagramas de distribuição tornam patentes as diferenças entre as áreas do P.B. e as do P.P.

A partir destes dados e tentando conciliar:

a) Um bom funcionamento do programa;

b) A economia do empreendimento;

c) A possibilidade de assegurar áreas de reserva, oferecem-se diversas opções:

Opção 1 - Aceitar a Proposta como ponto de partida para o estudo prévio, com as áreas e número de pisos previstos e, nesse caso:

a) Deixar em cada piso as áreas de reserva que se indicam no quadro I.

b) Deixar livre um piso na torre e as áreas de reserva por piso que se indicam no quadro II.

Opção 2 - Aproximar a área do P.B. da prevista no P.P. mantendo apenas uma percentagem mínima de reserva, não se construindo o último piso da torre (piso 13) e eliminando também as duas caves propostas, ou seja, os pisos 02 e 03. Nestas condições, além de não serem consideradas áreas para estacionamento seriam desloca dos para os pisos 0 e 1 as áreas de Depósitos previstos no 03 a Cantina do CAT poderia preencher a reserva de área existente no Piso 2 (CAT) - ver Quadro III.

Entre estas posições limites é possível encontrar várias combinações que representam diferentes compromissos entre, por um lado o interesse no aproveitamento intensivo do talhão disponível e, por outro, a economia geral do investimento a realizar. Dentro das combinações possíveis e a não ser aceite a Proposta na opção I, julga-se preferível a seguinte solução intermédia:

Opção 3 - Não construir o último piso da torre nem a última cave, o que corresponde a eliminar os pisos 13 e 03, solução que, do ponto de visto técnico, é mais defensável do que a opção 1, e mais realista em face das características do programa.

O quadro IV indica, para esta hipótese a distribuição dos serviços e áreas de reserva.

Qualquer que seja a opção considera-se que é sempre insuficiente a percentagem de 40% atribuída normalmente para vestiários, sanitários, circulações, etc., quer nos pisos 0 e 1 em que se agrupam

os serviços de maior ligação com o público e o maior número de empregados, quer na maioria elos pisos da torre existente, condicionada pela forma, distribuição de pilares e comunicações verticais.

Julga-se que o principal objectivo deste P.B. será o de permitir a análise das opções possíveis, problema fundamental, uma vez que a solução que vier a ser determinada definirá um tipo d ocupação que não pode ser alterado depois de realizada a obra.

Daí aliás que a Proposta apresentada parta de um limite máximo.

2 – Fundações e estrutura

[...]

2.3.4 – Ligação das novas estruturas com as existentes

Revestem-se de particular delicadeza e relevância as ligações dos novos edifícios com os edifícios existente, as quais vão exigir um estudo cuidado da obra já executada, tanto na superstrutura como nas fundações.

Nesta face dos estudos não é ainda possível ter um total conhecimento dos tipos e dificuldades dos problemas que se terão que resolver.

Prevê-se, no entanto: a demolição de alguns troços dos muros de suporte (exigindo cuidadoso estudo pela perturbação que possa causar na estabilidade da estrutura existente, nomeadamente no que respeita ao apoio das lajes), a adaptação de sapatas para a construção, junto dos pilares existentes, de pilares gémeos formando junta de dilatação (o que exigirá o estudo sobre a reserva de carga que as sapatas existentes possam ter, para receber o apoio desses novos pilares), a adaptação das lajes existentes para se fazer a ligação com as novas lajes, nomeadamente as lajes das zonas do novo corpo de acessos (escadas e elevadores) que se vai situar no topo Norte do edifício existente, etc.

Todas estas obras de remodelação e restauro nas estruturas existentes, quer nos novos corpos que com eles implicam, estão necessariamente incluídos no disposto na alínea 9 do art.º 11º das Instruções do M.O.P. ou, dada a característica dos trabalhos que compreende, poderão ser objecto de contrato adicional especial incluído no disposto na alínea a) do nº 10 do mesmo art.º IIº.

Em resumo, chama-se a atenção dos trabalhos excepcionais que é necessário projectar na ligação dos edifícios existentes e a construir, e solicita-se a definição do critério na avaliação de Honorários que se encara aplicar como mais justos.

2.3.5 – Trabalhos de adaptação nas estruturas existentes

E óbvio que muitas obras será necessário executar na estrutura existente para perfeita adaptação ao Programa agora imposto.

Por exemplo, referem-se desde já, nesta fase dos estudos, as seguintes:

- Enchimento dos rebaixos existentes nas varandas (da ordem doa 34 cm) com a natural implicação do estudo da sua capacidade de carga, escolha de material leve para enchimento, etc.

- Demolições e aumentos para fazer pequenos acertos nos contornos de todas as lajes, que se apresentam com muitos recortes, agora desnecessários.

- Abertura de novas furações para as mais variadas canalizações, (ar condicionado, etc.) se se vierem a considerar insuficientes as quatro grandes mangas verticais que estão já executa das em caixas de betão armado.

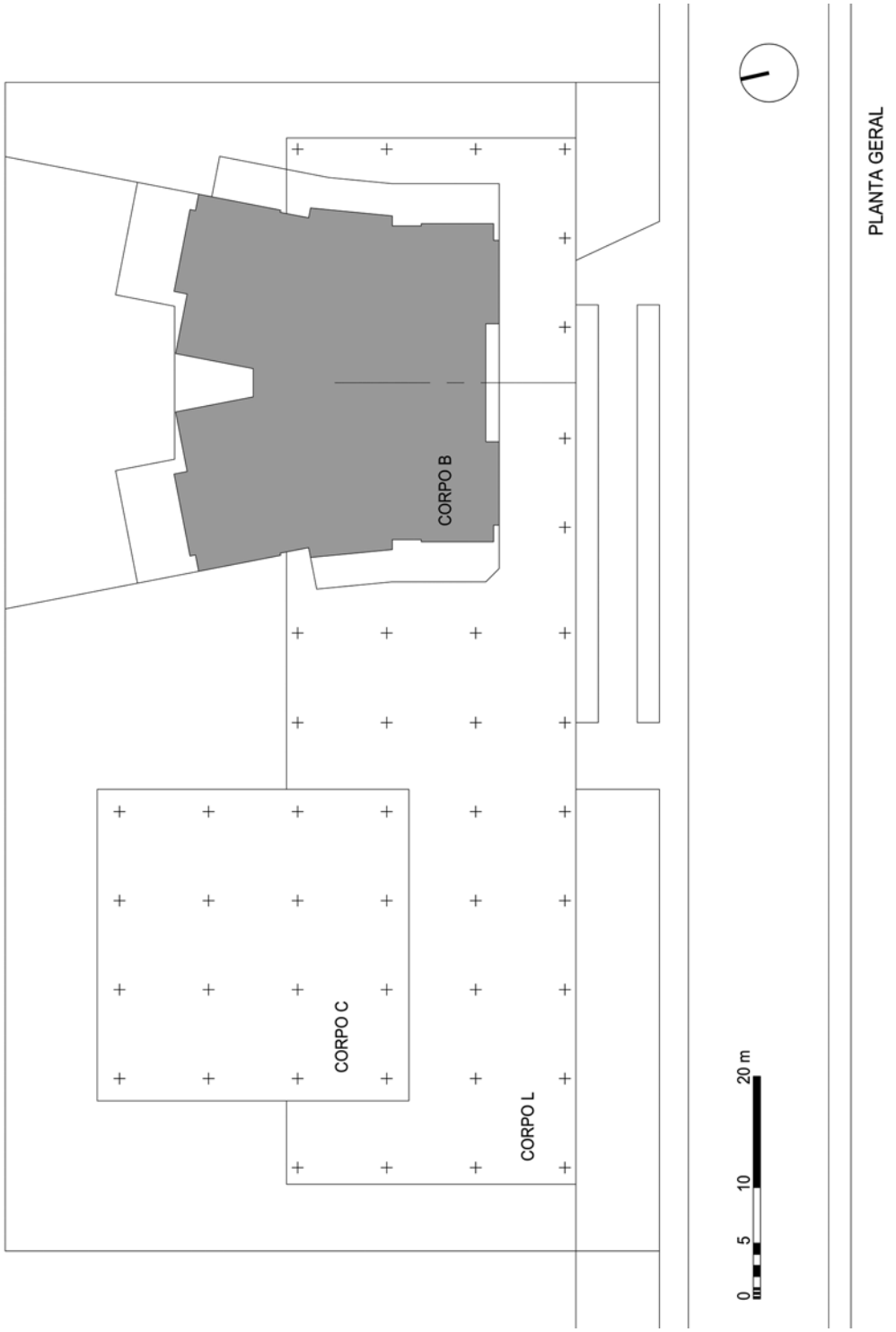
Em conclusão, e de modo idêntico ao já dito na alínea anterior, também em relação aos estudos excepcionais de restauro que estas obras exigem, se solicita a fixação de mais justo critério na avaliação de honorários: ou contrato adicional especial, (incluindo tais obras na alínea a) do nº 1 do art.º 11º das Instruções do M.O.P.) ou fazendo o cálculo dos honorários de acordo com o disposto na alínea 9 do art.º 11º daquelas "Instruções". **A1.47**

[...]

Documento nº 1.B.6.Peças desenhada

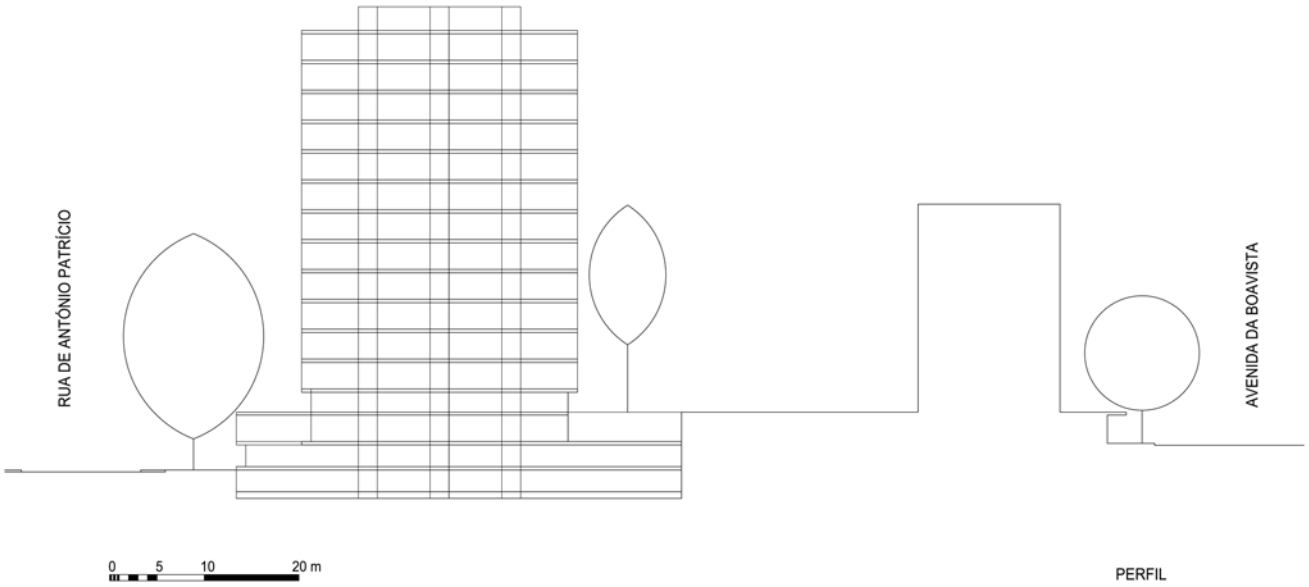
Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/500) de prováveis elementos do primeiro Programa Base disponíveis no Centro de Documentação da FAUP.
Desenhos sem legenda. A mancha de implantação leva a crer que se trate da solução de 1974, ou da solução enviada à CMPorto em 1972 aquando das consultas para a compra do edifício pela Caixa de Previdência
Redesenhado a partir de (Losa & Ferreira, 1974b).

Doc.1.B.6.a) Provável implantação do projecto de 1974.



A1.48

Doc.1.B.6.b) Perfil entre a Rua de António Patrício e a Avenida da Boavista



SEGUNDA ALTERAÇÃO AO PROJECTO INICIAL

A1.49

PROGRAMA BASE DE 1976

(Losa & Ferreira, 1976c)

Documento nº 1.B.7.Memória descritiva

Transcrição de extractos da memória descritiva do segundo Programa Base, elaborado em 1976. O documento total é constituído por 40 páginas dactilografadas não numeradas e por 6 desenhos.
(Losa & Ferreira, 1976a)

1 – Projecto geral

2 – Fundações e estruturas

3 – Instalações e equipamentos eléctricos

4 – Instalações e equipamentos electromecânicos – condicionamento do ar

5 – Instalações e equipamentos de águas e esgotos

6 – Estimativa dos custos da obra

[...]

1 – Projecto geral

1.1 – Antecedentes

1.2 – Objecto de estudo

1.3 – A estrutura existente

1.4 – Implantação e volumes

1.5 – Acessos, estacionamento e áreas verdes

1.6 – Circulação interna

1.7 – Comunicações verticais

1.8 – Instalações de apoio

1.9 – Organização geral e áreas disponíveis

1.10 – Princípios gerais de conforto

1.11 – Localização das centrais

1.12 – Conclusões

[...]

1 – Projecto geral

1.1 – Antecedentes

A adaptação aos serviços da Caixa de Previdência e .... do Distrito do Porto do edifício semi-construído na Rua António Patrício foi já objecto de um primeiro programa base, elaborado de acordo com o programa preliminar fornecido pelos serviços e concluído em Março de 1974. O estudo previa o aproveitamento integral do terreno disponível, cerca de 6.313 m^2, com os condicionamentos de implantação impostos pela CMPorto, com a qual foram estabelecidos diversos contactos.

[...]

1.2 – Objecto de estudo

O despacho de 28 de Julho de 1975 do Sr. Secretário de Estado da Segurança Social sobre o assunto, pendente desde aquela data, preconizava o início dos estudos que se mostrassem necessários para permitir a preservação da estrutura existente e o seu aproveitamento a curto-prazo, prevendo as obras de encerramento, acessos e ampliações indispensáveis para uma qualquer utilização imediata da área construída, em regime de planta livre.

[...]

Convém em qualquer caso não esquecer as potencialidades em área coberta da totalidade do talhão, não as comprometendo desde já e prevendo sempre a sua utilização a médio prazo, embora se reconheça pouco desejável que se venham a atingir níveis tão elevados de densidade, como aqueles a que se chegou no 1º estudo, condicionado por um programa de necessidades muito ambicioso.

1.3 – A estrutura existente

A estrutura existente já executada no sector Nascente do terreno, com 14 pisos, apresenta as seguintes características:

- Pés-direitos de 2,30 nos primeiros dois pisos – 01 – 02 – destinados inicialmente ao estacionamento de carros ligeiros;

- Pé-direito de 5,20 no piso seguinte – 1 – situado ao nível do terreno circundante pelos lados Nascente e Norte;

- Pés-direitos de 2,80 em todos os pisos do corpo da torre;

A1.50 *- Quatro mangas de 1,60 + 1,40 e duas caixas de ascensores de 1,60 x 1,60 rasgadas a toda a altura da construção, definidas e envolvidas por paredes estruturais de betão armado;*

- Uma escada de planta circular e de 0,90 de largura;

- Lajes ferca de 0,36 de espessura, sem vigas aparentes;

Um desenvolvimento em planta do tipo centralizado.

1.4 – Implantação e volumes

A implantação e os volumes são os existentes, que se completam com o último piso – 13 – previsto mas não realizado.

Todavia e dada a insuficiência das comunicações verticais, propõe-se em ampliação uma torre de ascensores e escadas. Admite-se ainda a possibilidade de vir a construir em cave, na fachada Sul, a cabine de alta tensão, se não se lhe encontrar localização possível nas caves existentes.

As indispensáveis obras exteriores, como acessos de peões e automóveis, deverão ser executadas a título precário, do mesmo modo que os encerramentos ao nível do piso 1 - nível a partir do qual é mais natural que venham a estabelecer-se as ligações a uma ampliação - de modo a não comprometer futuros programas.

1.5 – Acessos, estacionamento e áreas verdes

Considerou-se à partida que, para não impedir ou dificultar uma ampliação a médio prazo, os acessos, tanto de peões como de automóveis, se não deveriam apoiar no terreno livre, a Poente da área construída, que continuaria disponível. Nestas condições prevê-se uma só entrada para pessoas a partir da rua, no extremo Nascente do talhão, entrada que se desdobra em público/pessoal na chegada ao piso 1. Solução transitória que não compromete a área exterior a Poente do edifício e que admite como alternativa uma diferenciação mais radical das entradas, desde a rua, deslocando para Poente a reservada ao público.

Prevê-se também a entrada de carros nos dois níveis já criados com destino aos pisos 01 e 02, simultaneamente para acesso ao estacionamento e para cargas e descargas.

Sendo reduzida a capacidade de estacionamento destes pisos, o excedente de veículos do pessoal soma-se aos do público e apoia-se unicamente na capacidade da rua. Tal verifica-se a título também provisório, para não comprometer desde já a facilidade de futura ampliação para a qual se remete, em definitivo, a solução do problema.

[...]

1.7 – Comunicações verticais

As comunicações verticais projectadas na estrutura existente – uma escada e dois ascensores - são insuficientes e inadequadas à utilização do edifício por serviços públicos. Propõe-se portanto, como já foi referido, a construção de uma coluna que incluiria em princípio três ascensores e um monta-cargas e ainda uma escada de emergência.

Os dois ascensores a instalar na estrutura existente, de capacidade limitada - 6 lugares - pela sua localização central podem ser reservados ao público. As três unidades previstas neste P.B., de grande capacidade e alta velocidade terão de garantir um bom rendimento e resolver o escoamento nas horas de ponta. Destinam-se ao pessoal e servirão todos os pisos do edifício, tendo no piso 1 a estação principal. O monta-cargas servirá o transporte de materiais e equipamentos, mas poderá também, nas horas de maior movimento, ser um meio auxiliar de transporte dos funcionários. Servirá igualmente todos os pisos.

A escada existente, de dimensões reduzidas e traçado e localização muito condicionantes, só será de utilidade para facilitar as ligações entre dois ou três pisos consecutivos, quer para público, quer para pessoal. A falta de condições de segurança para uma rápida evacuação do edifício numa emergência Levou a prever uma segunda escada, cujas dimensões e características atenderão às exigências de segurança inclusive contra incêndios.

Além destas comunicações, ê possível ainda a instalação de outros tipos de transportadores mecânicos, para circulação de documentos, por exemplo, que se localizarão no espaço disponível nas mangas incluídas na estrutura existente e noutras a criar, se necessário.

[...]

1.10 – Princípios gerais de conforto

A preservação e acabamento da estrutura existente, tendo em vista a sua imediata utilização, passa pela previsão do encerramento geral que, por sua vez está estreitamente ligada aos critérios adoptados na resolução dos problemas de conforto. Independentemente das hipóteses postas (ver cap. 4 desta memória) – considerou-se entretanto vantajoso garantir desde logo ao edifício uma protecção solar eficaz que permita razoáveis condições de conforto, no caso de se prescindir da central de frio ou desta se encontrar em funcionamento condicionado e, por outro lado, reduza o consumo de energia no caso de se optar pela instalação da central. Prevê-se ainda a adopção de sancas corridas nos panos de peito, sancas essas que permitirão localizar as diferentes condutas, os condicionadores ou simplesmente os aparelhos de aquecimento, e ainda armários estante no espaço disponível.

[...]

2 – Estruturas resistentes

2.1 – Introdução

A estrutura de betão armado nos terrenos da Rua António Patrício está a deteriorar-se há já mais de 3 anos.

Até agora, não foram executadas quaisquer obras para a sua conservação, como se impunha.

Em nossa opinião - até pelo conhecimento que temos da obra projectada e executada, cujo projecto original é da nossa autoria - é da máxima urgência cuidar da conservação dessa obra.

No desconhecimento do destino do edifício, e mesmo quando seja conhecido, sem esperar ainda mais alguns meses pela elaboração e discussão de um Programa, é nosso parecer que será possível dar já plena satisfação ao Despacho do Sr. Secretário de Estado e realizar imediatamente (até eventualmente, por administração directa) as obras de restauro, complementação estrutural e encerramento do edifício, em regime de "planta livre".

Efectivamente, excluída a hipótese de uma ocupação residencial do edifício (para a Terceira idade, por exemplo, como se chegou a falar), as obras estruturais agora a projectar, de acordo com as instruções que venham a ser dadas sobre este programa base, serão comuns à ocupação do edifício por quaisquer serviços.

[...]

2.2.1 – Construção de um novo corpo de acessos

A escada e os dois ascensores que foram previstos para o edifício residencial são agora insuficientes para servir os 10 pisos, cada um com capacidade para neles se instalarem serviços com mais de 100 pessoas.

2.2.2 – Construção de duas novas placas de betão armado, e pequenas placas de cobertura da casa das máquinas dos ascensores, chaminés, escadas, etc...

Esta ampliação em altura estava já prevista no anterior projecto, oportunamente aprovado pela C.M. do Porto.

2.2.3 – Obras de adaptação da estrutura existente ao novo projecto.

(cortes e aumentos no perímetro das lajes, enchimento de varandas rebaixadas, furações para canalizações de ar condicionado, etc.) e reparação de zonas de estrutura já deterioradas.

[...]

2.3 – Construção do novo corpo de acessos

A construção do novo corpo de acessos previstos junto ao corpo Norte do edifício existente, a realizar com total independência deste, não se reveste de qualquer dificuldade na sua concepção estrutural porticada.

O seu cálculo será feito pelos métodos utilizados correntemente e de acordo com as disposições gerais de solicitações e comportamento estrutural previstos no regulamento de Betão Armado português, em vigor.

Apenas no que respeita às fundações, se levantam algumas dificuldades dada à imediata vizinhança dos pilares do edifício existente, com fundações por estacas "Franki", e da presença dos muros de suporte que limitam as caves.

Dada a relativa pequena dimensão em planta do novo corpo de construção a edificar, encara-se para a sua fundação uma estrutura de sapata geral, se se vier a confirmar, por sondagens geológicas que haverá que efectuar, um tipo de terreno de fundação semelhante ao que conhecemos na vizinhança do local.

Deste modo, pensa-se encontrar a melhor solução estrutural para essa fundação, sob os pontos de vista de segurança, construtivo, de tempo de execução e económico, evitando-se elevados encargos fixos com a cravação das poucas estacas "Franki" que seriam necessárias.

2.4 – Construção de duas novas placas de betão armado

A construção das duas novas placas de betão armado prevê-se ser feita de forma semelhante à utilizada em toda a construção existente.

Encara-se também, se funcionalmente for conveniente, fazer no novo piso a supressão dos dois pilares junto às duas caixas de betão armado existentes no lado Sul do corpo do edifício.

As lajes serão, portanto, lajes planas, sem vigas; estruturalmente, lajes fungiformes sem capiteis aparentes. A análise de cálculo será a do projecto já aprovado pela C.M. do Porto, dentro das normas do regulamento de Betão Armado português em vigor.

[...]

A estrutura vertical do edifício mantém-se com as características do projecto aprovado.

Apesar de na zona do Porto o regulamento de Solicitações em Edifícios e pontes não impor a consideração de acções horizontais sísmicas, a estrutura existente foi calculada para tais acções, admitindo-se as acções correspondentes a uma zona, D, de médio risco sísmico.

A1.51

A capacidade de carga das estacas "Franki" existentes no corpo construído foi prevista apenas para uma placa. e não duas como agora se projecta.

No entanto, a manter-se a supressão de uma placa, em entre-solo, prevista no projecto original, e pelo conhecimento que temos das condições de estudo das estacas construídas, admitimos que, por razão das fundações não se põe qualquer dificuldade na construção das duas placas.

Não se exclui, no entanto, - e depois de se conhecer se haverá modificações nas sobrecargas indicadas, por nós previstas -, uma eventual consulta oficial à Sociedade Franki sobre a reserva de capacidade de carga das estacas cravadas que, teoricamente, e com aquelas sobrecargas, passariam a ter um acréscimo de carga não superior a 7%.

2.5 – Obras de adaptação da estrutura existente

E óbvio que muitas obras será necessário executar na estrutura existente para perfeita adaptação ao novo Programa.

Por exemplo, referem-se desde já, nesta fase dos estudos, as seguintes

- Enchimento dos rebaixos existentes nas varandas (da ordem dos 34 cm) com a natural implicação do estudo da sua capacidade de carga, escolha de material leve para enchimento, etc

- Demolição e aumentos para fazer pequenos acertos nos contornos das lajes, que se apresentam com muitos recortes, agora desnecessários. Igualmente a demolição de palas, agora dispensáveis, e respectivo remate.

- Abertura de novas furações para as mais variadas canalizações, (ar condicionado, etc.) se se vierem a considerar insuficientes as quatro grandes mangas verticais que estão já executadas em caixas de betão armado.

Acrescem ainda obras que não é possível desde já definir e que dizem respeito ao restauro de certas zonas da construção, nomeadamente a limpeza e reforço de certas armaduras de pilares que ficaram como adiantações e estão agora muito oxidadas, a destruição das armaduras que ficaram dependuradas do bordo das lajes para suporte de palas, a eventual destruição de certos troços de betão para perfeita ligação de novas armaduras não oxidadas, etc, etc,

[...]

4 – Instalações e equipamentos electromecânicos – condicionamento do ar

4.1 – Introdução

[...]

De facto, uma construção da natureza da presente não pode deixar de socorrer-se das faculdades que as técnicas modernas põem ao seu alcance para contrariar os efeitos nefastos a um ambiente que propicie bom trabalho profissional.

Não se trata de modo algum de um problema de conforto no sentido do "luxo", mas antes da necessidade de criar um mínimo de condições ambientais capazes de permitir que se trabalhe com eficiência sem os sacrifícios de ter de suportar frio, calor ou fala de ar respirável em condições higiénicas.

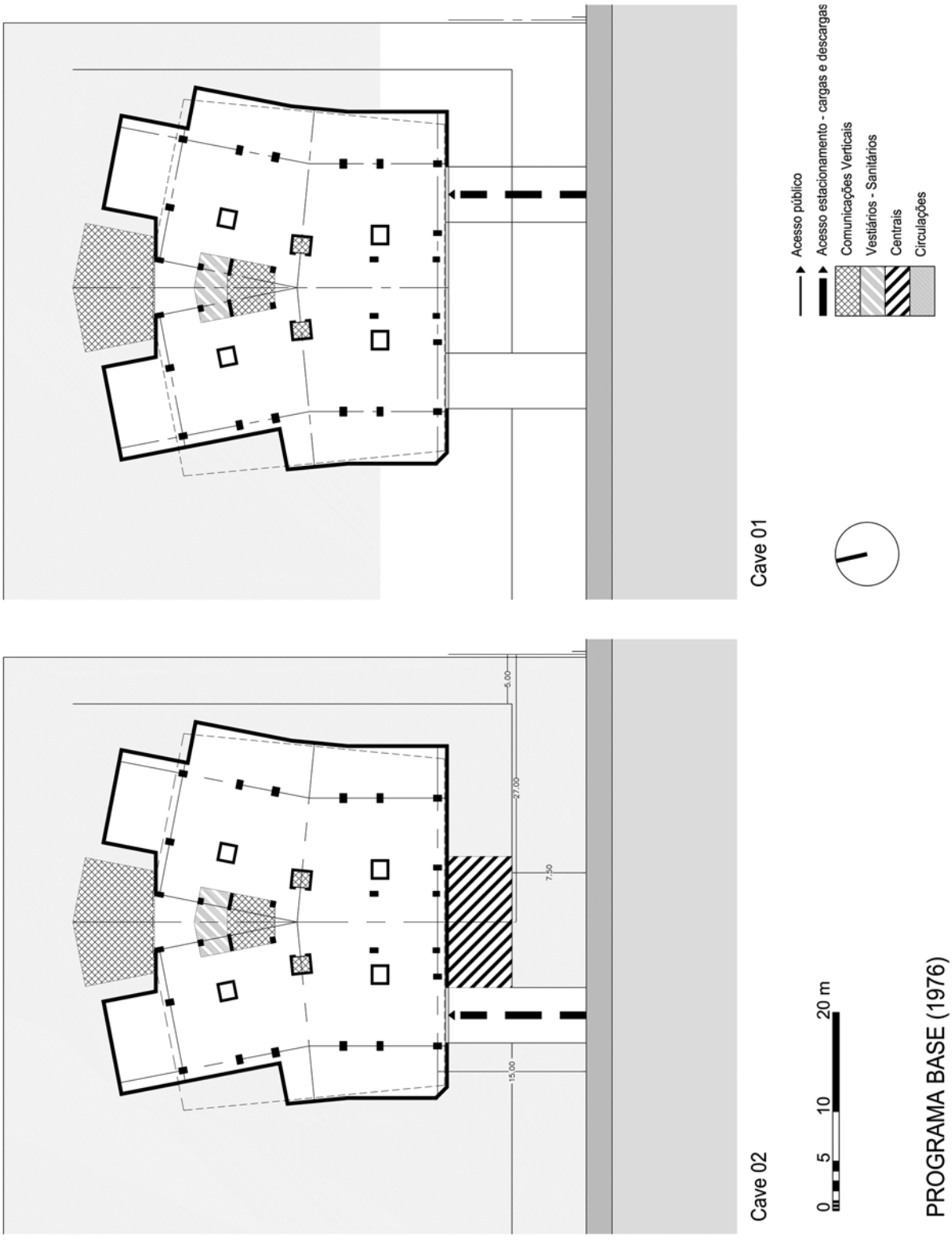
Tanto a leveza dos materiais, das modernas construções como a tendência para a elevada densidade de ocupação populacional exigem sem dúvida uma instalação de climatização artificial do edifício.

[...]

Documento nº 1.B.8.Peças desenhada

Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/200) de elementos do segundo Programa Base disponíveis no Centro de Documentação da FAUP.
Redesenhados a partir de (Losa & Ferreira, 1976b)

Doc.1.B.8.a) Planta das caves



A1.53

Doc.1.B.8.b) Plantas do rés-do-chão e do piso tipo



A1.54

ESTUDO PRÉVIO

(Losa & Ferreira, 1977a)

Documento nº 1.B.9.Memória descritiva

Transcrição de extractos da memória descritiva do Estudo Prévio de 1977. O documento total é constituído por 45 páginas dactilografadas não numeradas e por 18 desenhos.
(Losa & Ferreira, 1977c)

1 – Projecto geral

2 – Fundações e estruturas

3 – Instalações e equipamentos eléctricos

4 – Instalações e equipamentos electromecânicos – condicionamento do ar

5 – Instalações e equipamentos de águas e esgotos

[...]

1 – Projecto geral

1.1 – Introdução

1.2 – Implantação e acessos

1.3 – Estacionamento e áreas livres

1.4 – Circulações

1.5 – Comunicações verticais

1.6 – Instalações de apoio

1.7 – Organização geral do edifício

1.8 – Áreas disponíveis

1.9 – Encerramentos

1.10 – Hipóteses de ampliação

1.11 – Conclusão

[...]

Nas suas linhas gerais este estudo prévio é o desenvolvimento do projecto base apresentado em 29/06/76, tendo presente o parecer emitido pela Comissão dos equipamentos colectivos da S.E.S.S. que, com reservas pontuais, o considerou em condições de passar à fase seguinte.

[...]

1.9 – Encerramentos

O critério que presidiu à concepção de encerramentos foi, como se referiu no Programa base, o de garantir ao edifício uma protecção solar mínima, independentemente das condições artificiais de conforto que vierem a ser criadas.

Prevêem-se sancas corridas nos panos de peito das três fachadas fenestradas, para instalação de condutas, aquecedores ou estantes de apoio. A protecção solar será assegurada, na fachada Sul, pelo recuo do plano dos envidraçados, enquanto nas duas fachadas laterais são os próprios planos das fachadas que recuam, protegidos inteiramente por lâminas verticais orientáveis. Cria-se assim simultaneamente um efeito de grelha que tornará possível qualquer compartimentação interior. Foram feitos estudos de insolação sobre modelo para permitir pormenorização na fase seguinte.

Como já se referiu também, unificam-se tanto quanto possível os planos das fachadas, anulando-se as varandas existentes, que, além do mais, condicionariam a colocação de divisórias.

A fachada Norte é quase cega apenas se distinguindo os rasgamentos correspondentes à torre de comunicações verticais e aos sanitários.

Os encerramentos no piso 1 são ainda nesta fase pouco definidos, podendo ter, como se disse, um carácter provisório em função de uma possível ampliação.

[...]

2 – Estruturas resistentes

2.2 – Construção do novo corpo de acessos

[...] **A1.55**

Ele é constituído por uma zona A – laje de cerca de 25 m^2 apoiando nas bordas das lajes existentes junto à escada principal do edifício e por um corpo excrescente, de cerca de 100 m^2 – Zona B -.

Esta zona B, separada totalmente do edifício principal por uma junta de dilatação e assentamento é estruturada por duas torres de betão armado, com paredes de 20 cm de espessura, formando um rectângulo de cerca de 8 x 2,5, nas quais se situam as caixas dos elevadores e uma escada de serviço.

[...]

Para cada torre, com planta rectangular aproximada de 8 x 2,5, previu-se uma sapata geral de (1+8+1)x (1+2,5+1), com uma área de cerca de 55 m^2.

[...]

Em fase de anteprojecto será fixadas com precisão a posição destas torres, tendo em atenção a vantagem de aumentar a largura da manga junto ao edifício existente – coluna de acessos e instalação de aparelhagem eléctrica -, o que facilitará, também, a construção da sapata geral prevista.

A construção deste corpo B exigirá a demolição de um troço de muro existente, a escavação e remoção de terras are ao nível da cota 0,2 em cerca de 4 m de 1 de altura, e a construção de um muro no limite desse novo aumento de cave.

Atendendo ainda à caixa das molas dos ascensores (~ 2 m de altura) e admitindo uma altura de sapata de cerca de 1,5 m, concluindo-se que a base da sapata deverá estar a cerca de 4+4+1,5=7,5 m abaixo da cota do terreno actual naquela zona.

[...]

4 – Instalação de ar condicionado

4.1 – Introdução

Tendo em atenção o programa base apresentado, bem como o parecer sobre o mesmo e suas recomendações, apresentamos agora uma solução de instalação de aquecimento e ventilação conjugadas.

Não podemos deixar de insistir nos argumentos apresentados no Programa Base contra a «condenação» do edifício em relação à sua futura utilização sem uma climatização integral. Estamos convencidos, a partir de inúmeros exemplos de outros edifícios públicos em idênticas circunstâncias, que iremos assistir à instalação de maior ou menor número de condicionadores de janela, com igual número de aberturas nas fachadas, sistema igualmente dispendioso e incapaz de uma satisfação cabal das condições de conforto.

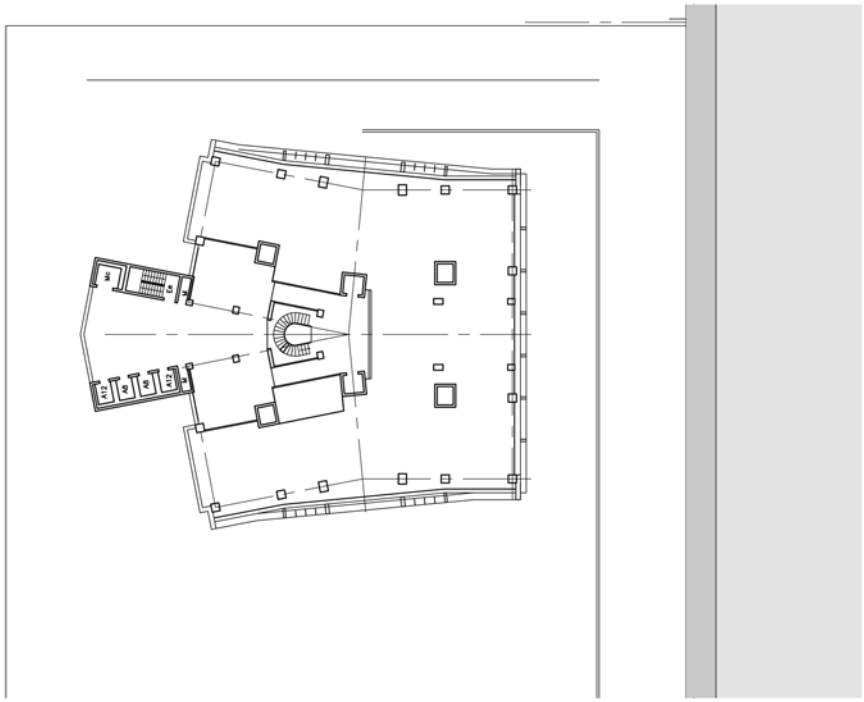
Não esqueçamos que o «refrescamento» que se pode obter no ambiente com a insuflação de ar sem refrigeração, só é suportável no Inverno e princípios da primavera, pois no tempo quente será necessário parar a ventilação por se tornar insuportável a «bombagem» continua de ar quente do exterior dentro do edifício já por si aquecido pelo sol, pelo ar em contacto com as paredes e janelas, pelas cargas eléctricas interiores e pelo calor emanado das pessoas.

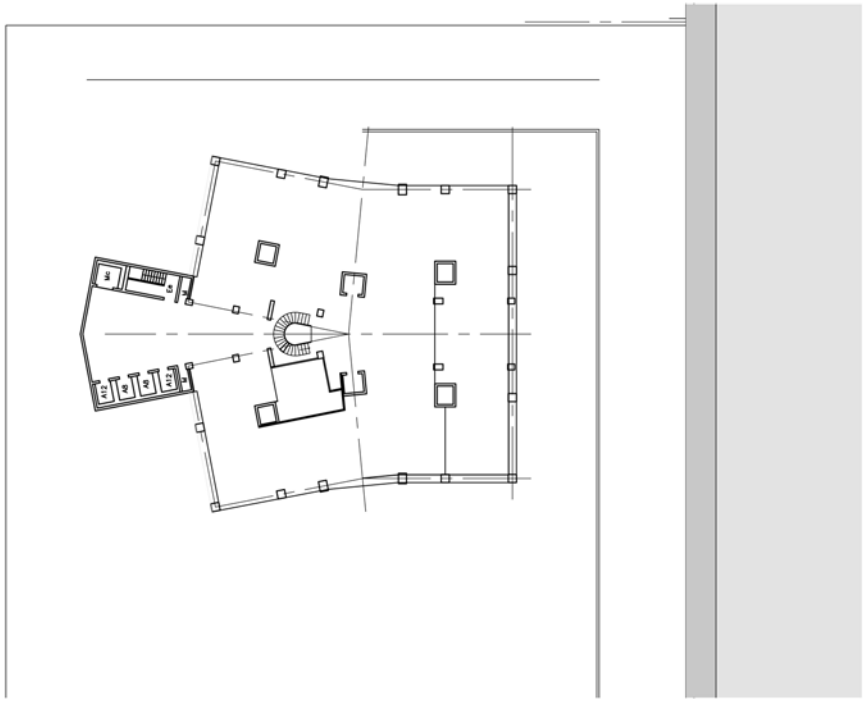
[...]

Documento nº 1.B.10.Peças desenhadas

Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/200) de elementos do Estudo Prévio elaborado em 1977 disponíveis no Centro de Documentação da FAUP.
Redesenhados a partir de (Losa & Ferreira, 1977e)

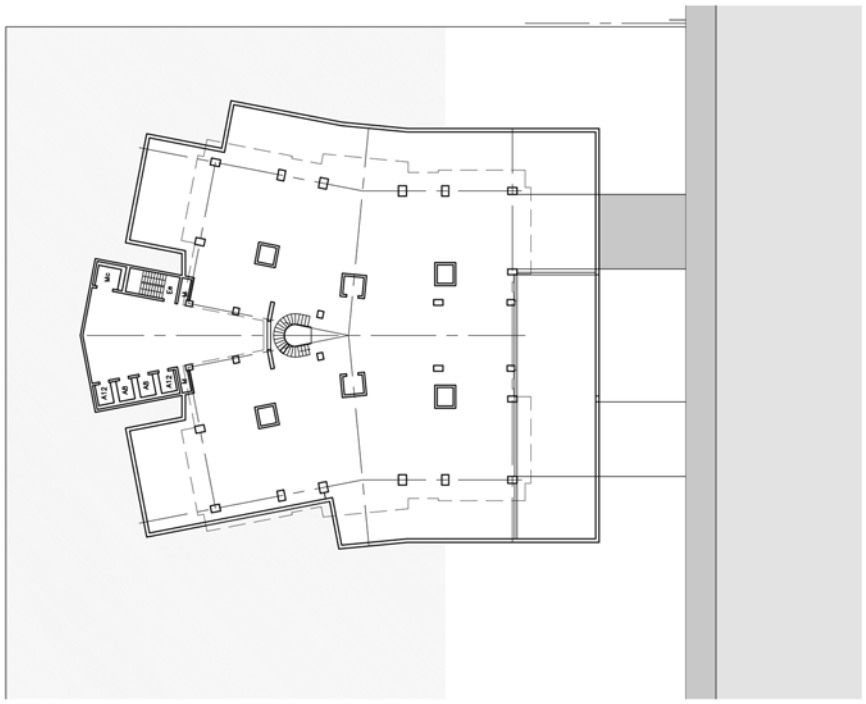
Doc.1.B.10.a) Plantas do rés-do-chão e do piso tipo



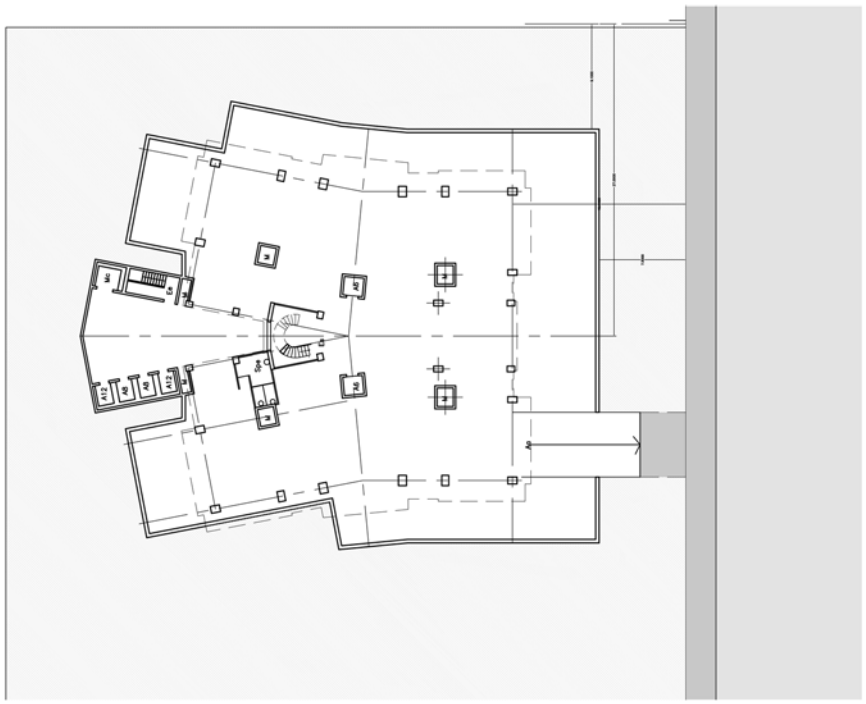


A1.57

Doc.1.B.10.b) Plantas das caves



Cave 01



Cave 02

0 5 10 20 m

ESTUDO PRÉVIO (1977)

PROJECTO BASE

(Losa & Ferreira, 1977f)

Documento nº 1.B.11.Memória descritiva

Transcrição de extractos da memória descritiva do Projecto Base, elaborado em 1977. O documento total é constituído por 52 páginas dactilografadas não numeradas e por 12 desenhos.
Redesenhado a partir de (Losa & Ferreira, 1977b)

1 – Projecto geral

2 – Fundações e estruturas

3 – Instalações e equipamentos eléctricos

4 – Instalações e equipamentos electromecânicos – condicionamento do ar

5 – Instalações e equipamentos de águas e esgotos

[...]

1 – Projecto geral

1.1 – Introdução

1.2 – Alterações

1.3 – Soluções adoptadas

1.4 – Encerramentos

1.5 – Acabamentos

1.6 – Conclusão

1.7 – Mapa de acabamentos

1.8 – Quantidades e orçamento preliminar

[...]

Com algumas correcções que se julgou oportuno introduzir, desenvolve-se neste projecto base o estudo prévio para o "aproveitamento em curto prazo do edifício semi-construído na Rua António patrício em regime de planta livre" conforme despacho do Sr. S.E.S.S. de 28/7/75.

[...]

1.2 – Alterações

Com base nos estudos de estabilidade já realizados e numa análise mais cuidada das áreas disponíveis, propõe-se neste Projecto Base uma diferente organização de coluna de comunicações verticais a criar que, sem que haja redução no número, permite uma sensível diminuição da área de circulação que em cada piso lhes dá acesso e, simultaneamente, aumenta o afastamento da nova estrutura em relação à existente sem aproximar o edifício do limite Norte do terreno. Afigura-se mais equilibrada. A solução agora proposta, permitindo um tipo de estrutura interessante que se descreverá no capítulo dois desta Memória.

Reconheceu-se ainda a vantagem de reduzir dentro do possível as consolas que nos pavimentos dos pisos se destinavam a regularizar-lhes o perímetro. Verifica-se uma redução dessas consolas nas fachadas Nascente e Poente, e que também se julgou preferível não eliminar totalmente as palas que, agarradas a pilares existentes, delimitavam varandas previstas no projecto inicial.

São estas, pois as alterações introduzidas que não parece terem qualquer interferência nem na organização proposta para o edifício, nem nas diferentes hipóteses do seu aproveitamento.

1-3 Solução adoptada

A falta de qualquer indicação programática ainda nesta fase do estudo, longe de simplificar o trabalho dos projectistas, dificulta-o pela permanente exigência de soluções de grande flexibilidade, compatíveis com diferentes utilizações do edifício e consequentemente com uma compartimentação interior de difícil previsão. Dentro dos princípios já definidos nos estudos anteriores, os elementos projectados no sentido de a assegurar uma maleabilidade satisfatória são os seguintes:

- A modulação das caixilharias que correspondem na solução preconizada à modulação de fachadas, e que, ligadas a eixos de estrutura existente, tornarão possível uma localização diversificada das divisórias interiores; **A1.59**

- A utilização de sancas ao longo da periferia – para condução de cabos das diferentes instalações – e a previsão de painéis correspondentes. À modulação adoptada que permitem a fácil colocação de convectores ou condicionadores de ar sem prejuízo do equilíbrio das fachadas;

- A utilização sistemática de tectos falsos que, se por um lado, permitem eliminar estuques nas lajes existentes, possibilitam a passagem de cabos eléctricos e de telefones que, em cada piso, abastecem não só as sancas do piso imediatamente superior, como qualquer ponto em que se venha a necessitar de tais instalações, mesmo no interior do edifício, sem prejuízo dos acabamentos nem abertura de roços.

Estas medidas de pormenor, conjugadas com as propostas quer para localização das comunicações verticais quer para o dimensionamento e organização das instalações de apoio, a que se fez já sobeja referência nos estudos anteriores, dotarão o edifício de condições adequadas para a instalação de serviços administrativos com programas muito variados.

1.4 Encerramentos

Os princípios gerais enunciados nos estudos anteriores para assegurar um mínimo de conforto térmico no interior do edifício, tornam-se particularmente oportunos dado que se não autorizou no Parecer s/o E.P., a previsão de uma instalação central de A.C.

Procedeu-se a um cuidadoso estudo no sentido de assegurar uma protecção solar eficaz tanto a Sul, pelo recuo do plano das fachadas, como a Nascente e a Poente pela introdução de quebra-sóis móveis, completando-se o sistema com a possibilidade de colocação, no interior, de qualquer tipo de estore ou ecrã. As fachadas serão constituídas por uma estrutura de alumínio que delimita painéis envidraçados fixos ou móveis e panos de peito dotados do necessário

isolamento. Os quebra-sóis, igualmente de alumínio, serão comandados do interior, por grupos correspondentes aos módulos de fachada.

1.5 - Acabamentos

Os acabamentos previstos neste Projecto Base são os que constam do Mapa de Acabamentos anexo. Dum modo geral pode dizer-se que, no interior, se evitam todos os gastos desnecessários para revestir paredes ou placas de betão que se encontram em perfeito estado, prevendo-se no exterior uma placagem geral em elementos de betão pré-moldados; que se utilizam materiais de boa resistência ao desgaste em zonas presumivelmente muito frequentadas, e que, nas áreas úteis, se deixará o pavimento preparado para receber o revestimento que se julgar maia adequado.

[...]

2 – Estruturas resistentes

2.1 – Introdução

2.2 – Construção do novo corpo de acessos a Norte

2.3 – Construção do novo corpo de instalação de equipamentos a Sul

2.4 – Construção de 3 novas placas no edifício existente

2.5 – Demolição, reconstrução e ampliação do edifício existente

2.6 – Avaliação das quantidades de trabalho

A1.60 *2.7 – Orçamento preliminar*

2.8 – Honorários

[...]

2.1 – Introdução

[...]

Numa visita efectuada ao local da obra, e uma vez que se pode prever o início das obras na Primavera de 78, verificou-se não parecer impor-se, desde já, mandar executar quaisquer obras de conservação da estrutura existente, para limpeza e protecção das armaduras expostas, existentes em adiantações, etc.

Regista-se ainda que foram feitas, como sugeríramos, obras de vedação do terreno e reforço do portão de acesso, o que veio evitar os mais diversos prejuízos que estavam a verificar-se na obra, dada a franca utilização do terreno e das caves do edifício por marginais.

[...]

2.2 – Construção do novo corpo de acessos a Norte

O programa de trabalhos a executar é o seguinte:

2.2.1 – Escavação e remoção de terras no tardoz do muro existente.

2.2.2. - Demolição do muro de suporte existente a Norte

2.2.3 - Construção da sapata geral do bloco de ascensores e escadas

2.2.4 - Construção de paredes em betão armado da torre

2.2.5 – Construção de pavimentos.

Trata-se de uma estrutura torre com cerca de 50 m de altura, constituída por 6 células contíguas (cinco servindo como caixas de ascensores e uma como caixa de escadas), formando um conjunto com cerca de 12 x 3 m^2 em planta, com paredes longitudinais e transversais em betão armado, Encastradas nas 7 paredes transversais são lançadas vigas consola com 3,10 m de vão livre, sobre as quais assenta uma laje maciça de 10 cm, que realiza o patamar de acesso aos ascensores e escada.

Este patamar ficará afastado cerca de 50 cm da laje do edifício existente. Entre os topos das duas lajes assentará, fazendo ponte, um elemento metálico em ligação livre, permitindo solucionar o problema de quaisquer assentamentos diferenciais que possam surgir entre os dois corpos. Prevê-se o aproveitamento das duas zonas terminais dessa abertura de 50 cm para a subida de cabos e tubagens.

A perfeita separação entre o Edifício existente e este Novo Corpo de Acessos, sede de constantes vibrações, permite também garantir um melhor isolamento acústico das zonas desse Edifício.

Esta concepção estrutural, possível graças às óptimas condições de encastramento das consolas na estrutura celular das caixas dos ascensores, permite resolver de forma muito correcta a fundação em sapata geral de todo o corpo Norte, bastante afastada e sem interferir com as fundações da estrutura existente.

[...]

2.3 – Construção do novo corpo de instalação de equipamentos, a Sul

O programa dos trabalhos a executar é o seguinte:

2.3.1 - Escavação e remoção de terras no tardoz do muro existente.

2.3.2 - Demolição do troço Poente do muro, abertura de porta e demolição de arranques existentes.

2.3.3- Demolição de bordos de laje.

2.3.4 -Reconstrução de bordos de laje.

2.3.5 - Construção de fundação de muro.

2.3.6 - Construção de muro (c/gigantes).

2.3.7 - Construção de pilares.

2.3.8 - Construção de lajes unidireccionais.

2.3.9 - Construção de guarda.

[...]

O muro existente (parede de betão armado com 30 cm de espessura) será demolido no troço terminal de 7 m, a Poente, mantendo-se na restante extensão para fechar as zonas de instalação e de equipamentos; executa-se unicamente a abertura de uma porta.

Ao nível do Piso 0.1, só se construirá placa nos extremos Nascente e Poente, sendo a zona central ocupada pela rampa de acesso ao Piso. 0.2 e por equipamentos que exigem o Pé-direito duplo. Será constituída por uma laje unidireccional de 6,5 m de vão, apoiando nos muros, existente e a construir, para o que se demolirá o bordo da laje existente, de forma a fazer a ligação das armaduras e o apoio na parede.

Sobre estes muros erguer-se-ão pilares que darão apoio à laje ao nível do Piso 0, análoga à anterior. Entre esta nova laje, exterior, e a laje existente, deixar-se-á uma junta de dilatação, para o que se demoliu previamente o bordo dessa laje, reconstruindo-o até à prumada da junta.

[...]

2.5 – Demolição, reconstrução e ampliação do edifício existente

O programa de trabalhos a executar é o seguinte:

2.5.1 – Demolição da guarda no contorno do piso dois

2.5.2 – Demolição dos extremos e das palas laterais nas varandas Nascente e Poente

2.5.3 – Demolições no contorno, para regularização de alinhamentos

2.5.4 – Demolição de lajes exteriores, ao nível dos patamares intermédios, da escada

2.5.5 – Reconstrução no contorno, com reforço de armadura, na zona de demolição

2.5.6 – Construção de vigas nos patamares da escada

2.5.7 – Construção de lajes a fechar a abertura existente a Norte

2.5.8 – Construção de uma nova zona de placa do entre-solo

No Edifício existente terão de ser executadas pequenas demo lições, reconstruções e ampliações.

Assim, entre os pisos 0 e 2 (Des. nº 2.4) construir-se-á uma pequena placa de entre-solo, com cerca de 220 m^2, realizada por uma laje maciça com 20 cm de espessura, apoiada nos pilares e caixas da estrutura existente, nos quais se executarão roços e furos, embebendo pontas de ferro que, por corte, garantam o apoio à laje.

Nos pisos 2 a 12 terão de executar-se diversas demolições, reconstruções e pequenas ampliações, de forma a regularizar e adaptar o contorno existente ao novo contorno, agora projectado.

Assim, no piso 2:

Proceder-se-á à demolição de uma guarda em betão, existente em grande parte do contorno.

Nas fachadas Nascente e Poente, na sua zona central, demolir-se-á a parte saliente das lajes e das palas laterais das varandas existentes, para concordância com os alinhamentos das zonas laterais. A demolição terá de ser executada para além da face final que se pretende obter, para ligar armaduras de bordo a colocar, às armaduras existentes e refazer até à face projectada.

Na fachada Sul, na zona central será prolongada a laje existente, até ao alinhamento geral da fachada; para executar esta pequena laje será necessário demolir uma certa extensão do bordo recuado da laje existente, para reforçar as suas armaduras, e de modo a dar possibilidade de uma boa ligação das novas armaduras às existentes, com a sobreposição conveniente.

Na fachada Norte construir-se-á uma laje para preencher o vazio existente, de forma bi-trapezoidal. Para tal terão de se demolir os bordos da laje existente, reforçando as suas armaduras, de modo a dar apoio à laje unidireccional a construir.

Nos pisos 3 a 12

Nas fachadas Nascente e Poente na zona central proceder-se-á à mesma operação já descrita no piso 2. Além disso, proceder-se-á, numas pequenas zonas adjacentes, a uma pequena rectificação do alinhamento.

Na fachada Sul, na zona central, proceder-se-á ao prolongamento da laje existente, como descrito no piso 2.

Na fachada Norte, construir-se-á uma laje igual à já descrita para o piso 2.

Na escada existente terão de ser demolidas as pequenas lajes, actualmente exteriores, ao nível dos patamares intermédios, bem como duas pequenas vigas em cada laje. Para ápio dos lanços de escada, será necessário construir, ao nível de cada patamar intermédio, uma viga que encastrará nas duas paredes de betão existentes.

[...]

4 – Instalações de aquecimento, ventilação e extracção de ar viciado

4.1 – Considerações gerais

Não tendo sido aceites as nossas considerações no Programa Base, acerca das necessidades de dotar o imóvel com uma instalação de climatização integral, ainda que a realizar por fases, nem tendo sido aceite a sugestão que fizemos no Estudo Prévio de uma instalação de aquecimento central prevendo uma futura instalação central de condicionamento de ar, aponta o parecer sobre o Estudo Prévio para uma instalação de aquecimento por convectores eléctricos conjugada com uma instalação de ventilação do Edifício.

[...]

Também o referido parecer menciona a hipótese de futura instalação de unidades individuais de condicionamento de ar nas fachadas, para o que deverá ser prevista a respectiva instalação eléctrica

A1.61

Nestas condições, este Anteprojecto é apresentado para cobrir as seguintes instalações:

a) Uma instalação de aquecimento dos andares desde o piso 1 ao piso 13 por meio de convectores eléctricos,

b) Uma instalação central de ventilação com ar filtrado e distribuído por meio de condutas a todos os andares incluindo as caves,

c) Uma instalação de extracção de ar viciado de todas as instalações sanitárias e vestiários dos andares, em equilíbrio com a instalação de ventilação referida na alínea anterior.

[...]

b) – Instalação de Ventilação

A instalação de ventilação do Edifício foi baseada nas necessidades de renovação de ar que permita a conservação de um ambiente aceitável sob o ponto de vista higiénico para locais desta natureza.

Assim, não se poderão confundir as necessidades de renovação de ar ambiente com as de abaixamento de temperatura à custa de ar mais frio.

De facto, só em determinadas condições atmosféricas, nomeada mente em tempo de Primavera e Outono se poderá obter esse efeito, aliás em reduzida escala, dado o limitado caudal de ar em circulação.

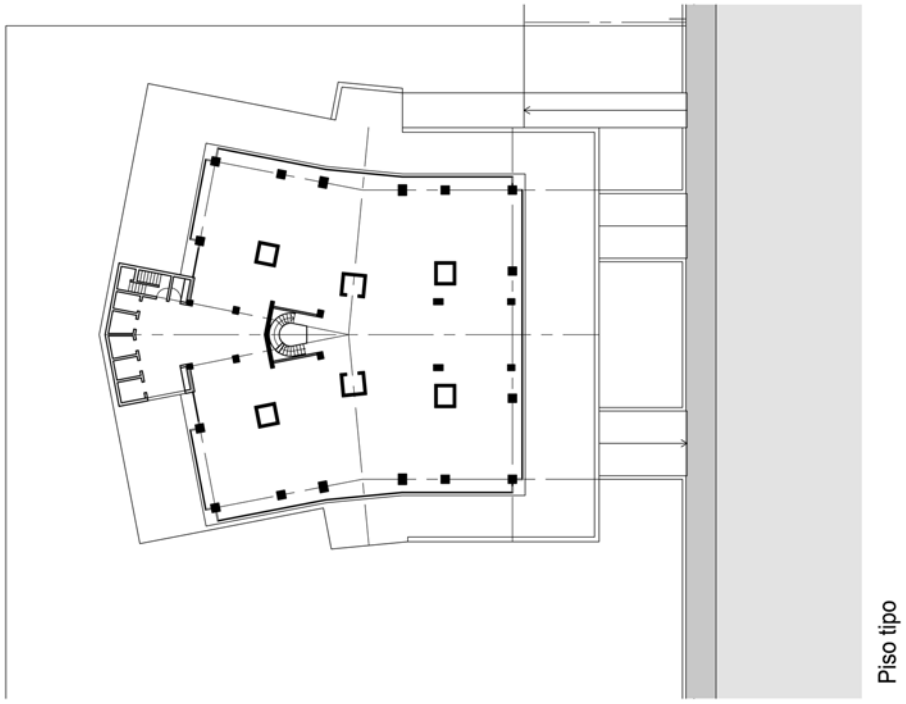
É no entanto de salientar desde já, que a instalação de ventilação que se projecta está perfeitamente adequada às necessidades de uma eventual futura transformação em climatização.

[...]

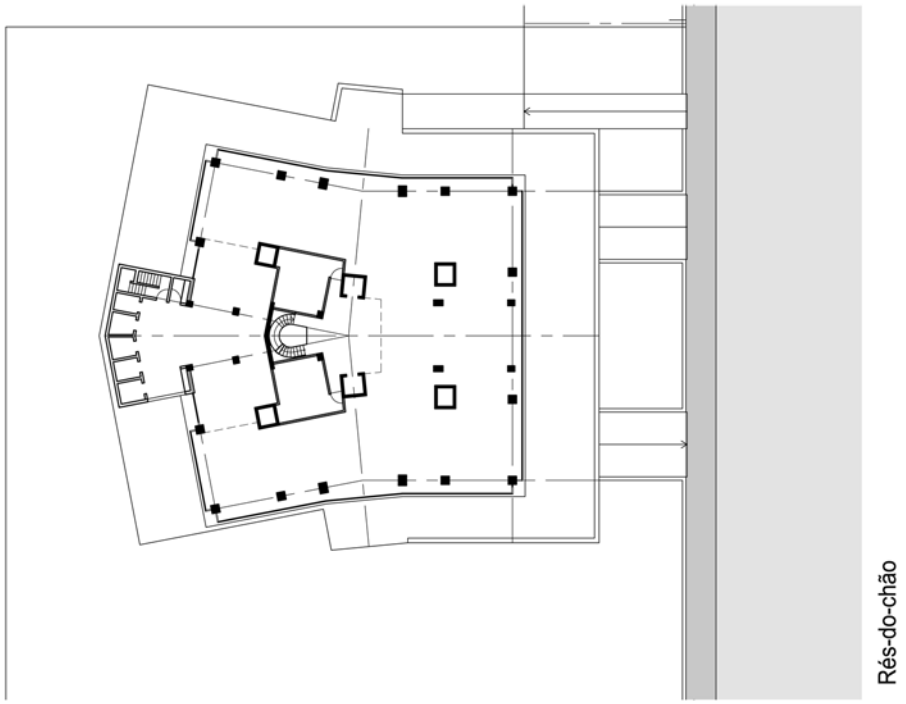
Documento nº 1.B.12.Peças desenhadas

Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/100) de elementos do Projecto Base elaborado em 1977 disponíveis no Centro de Documentação da FAUP.
Redesenhados a partir de (Losa & Ferreira, 1977d)

Doc.1.B.12.a) Plantas do rés-do-chão e do piso tipo



Piso tipo

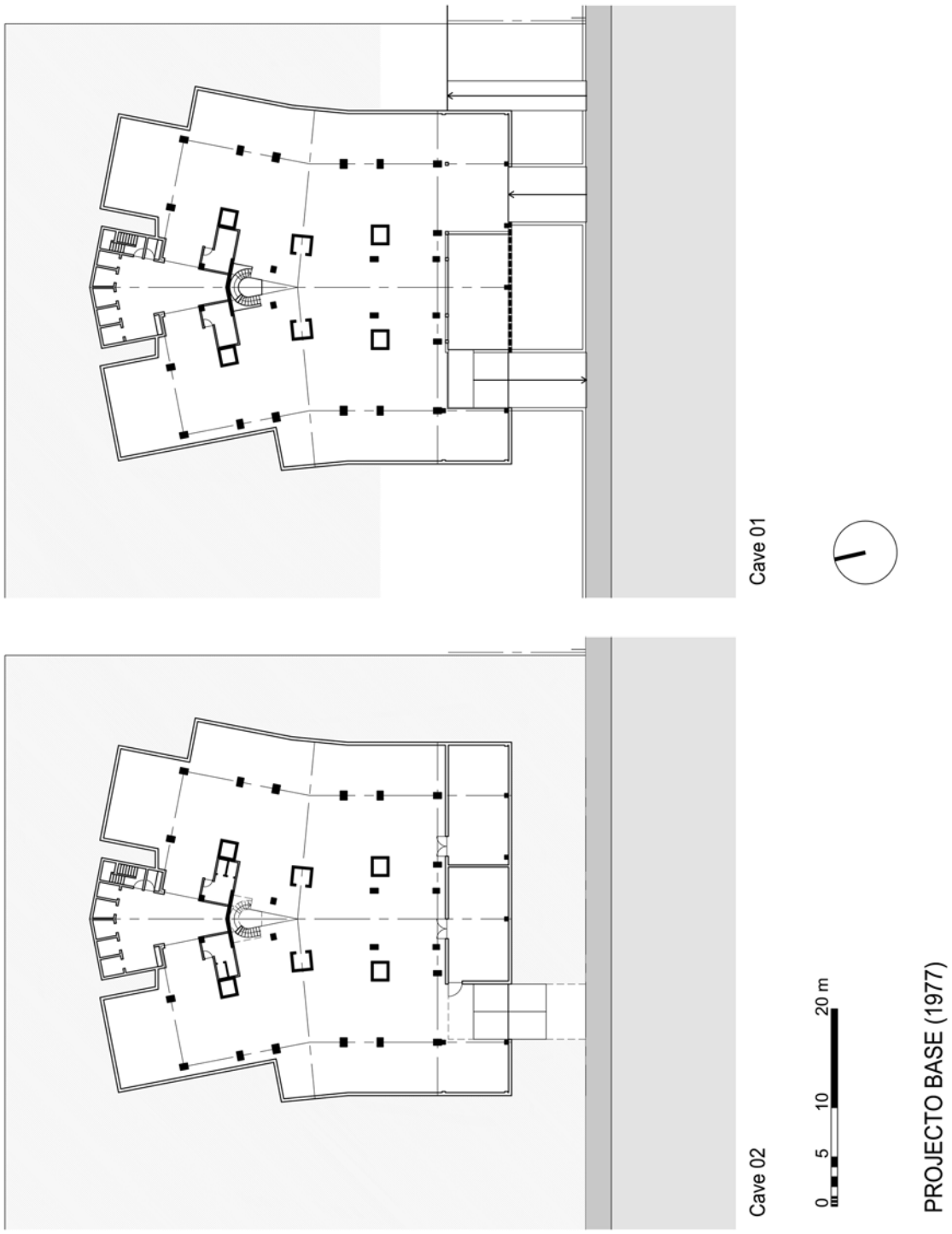


Rés-do-chão

0 5 10 20 m

PROJECTO BASE (1977)

Doc.1.B.12.b) Plantas das caves



A1.63

PROJECTO DE EXECUÇÃO

(Losa & Ferreira, 1979b)

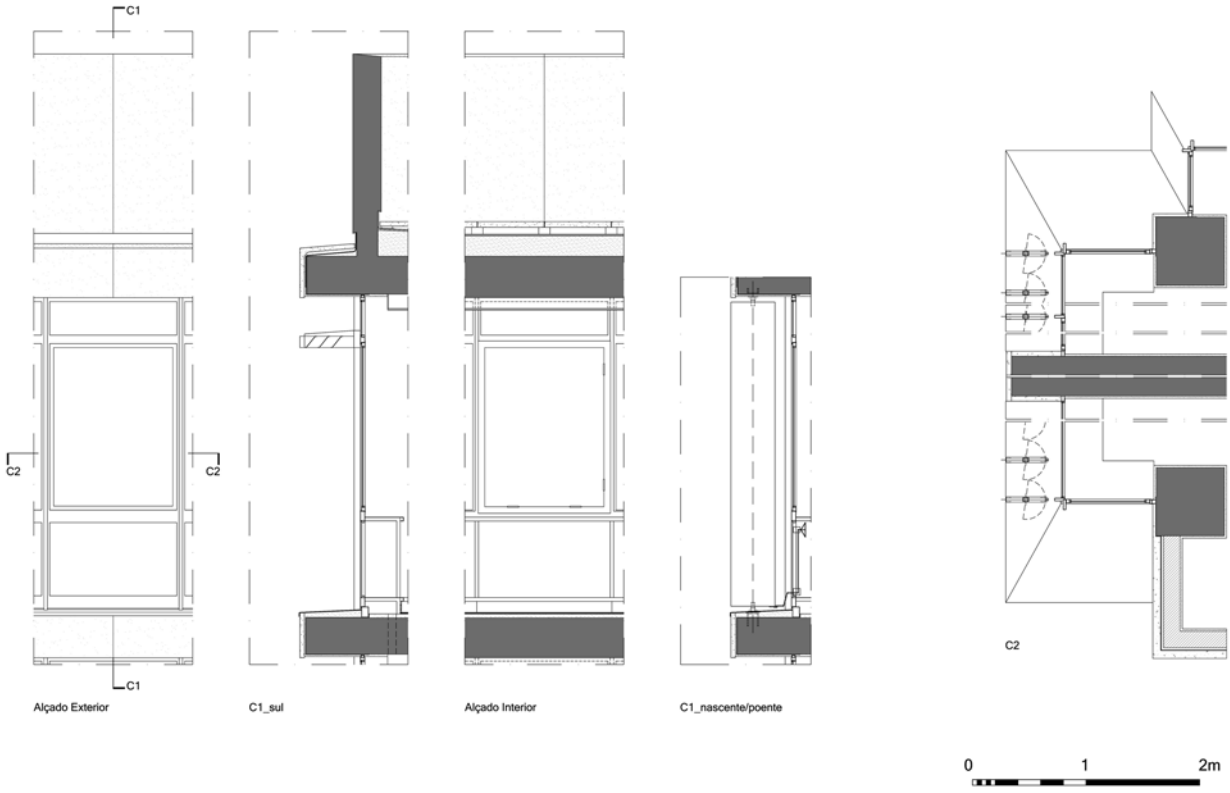
Os elementos do projecto de execução foram utilizados para o licenciamento do edifício junto da CMPorto, pelo que se pode depreender pelas referências no processo, já que os mesmos estão perdidos.

Documento nº 1.B.13.Peças desenhadas

Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/10) de elementos do projecto de execução disponíveis no arquivo particular do Arquitecto Alfredo Matos Ferreira.
Redesenhado a partir de (Losa & Ferreira, 1979a)

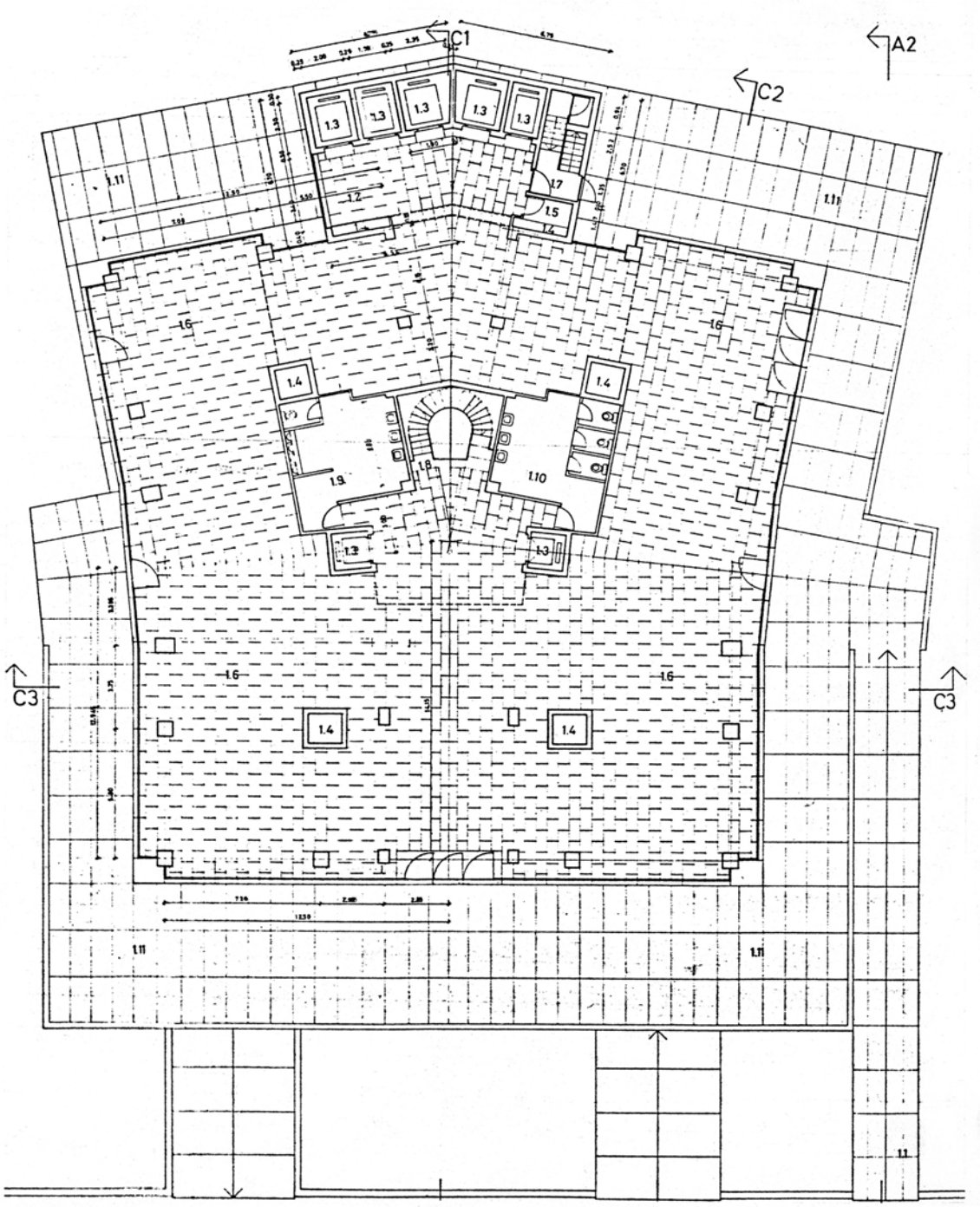
Doc.1.B.13.a) Encerramentos - alçados Sul, Nascente e Poente

A1.64



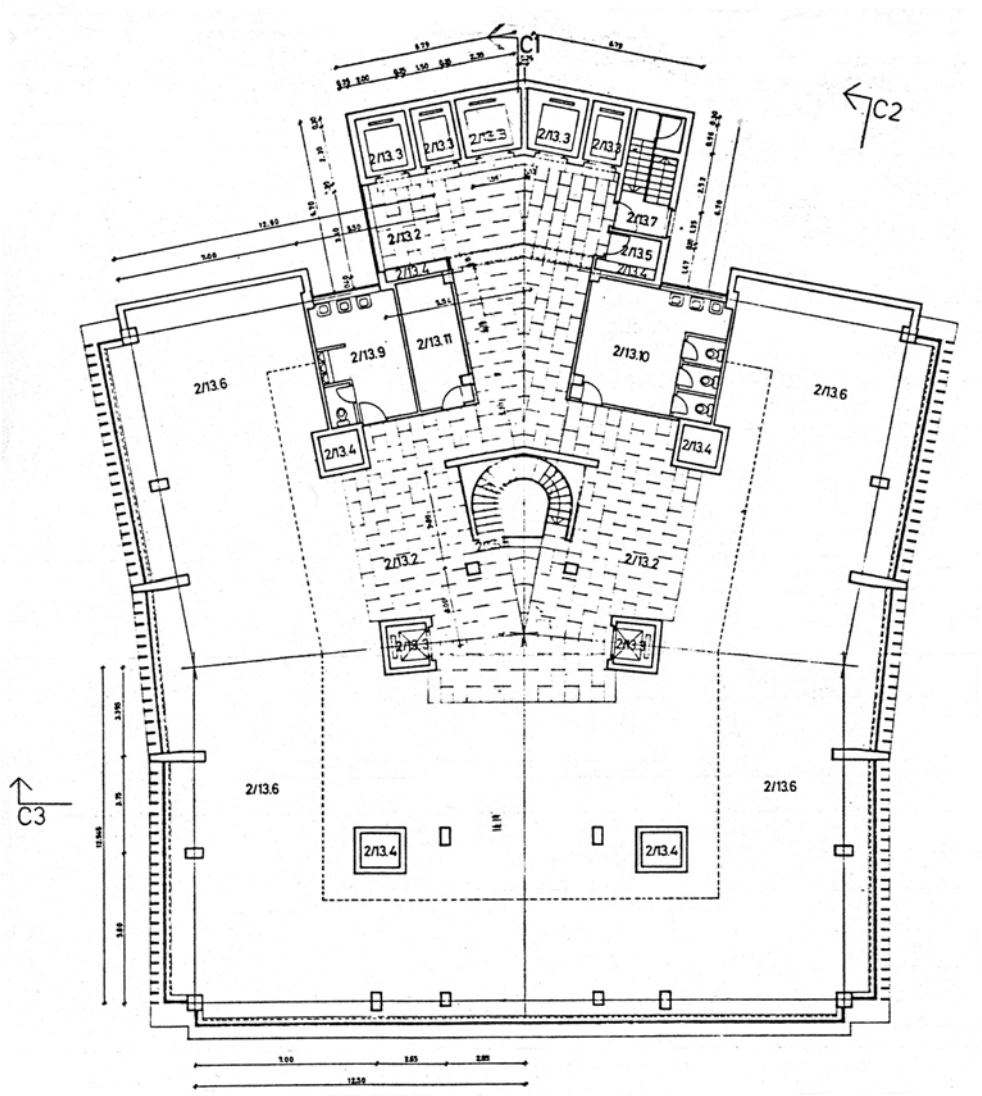
Cópias sem escala (originalmente à escala 1/100) de elementos do projecto de execução disponíveis no arquivo particular do Arquitecto Alfredo Matos Ferreira (Losa & Ferreira, 1979).

Doc.1.B.13.b) Planta do rés-do-chão



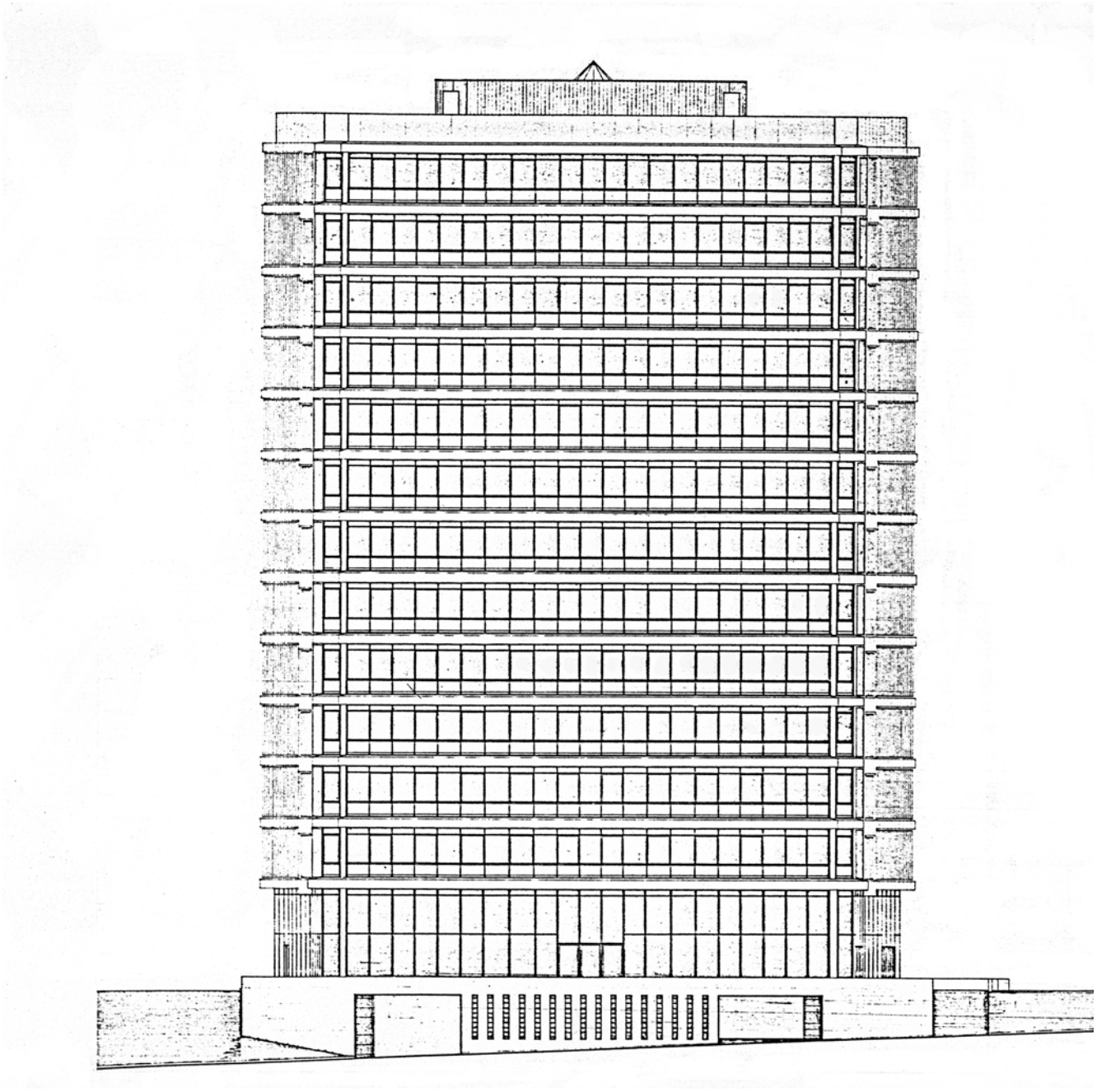
A1.65

Doc.1.B.13.c) Planta do piso tipo



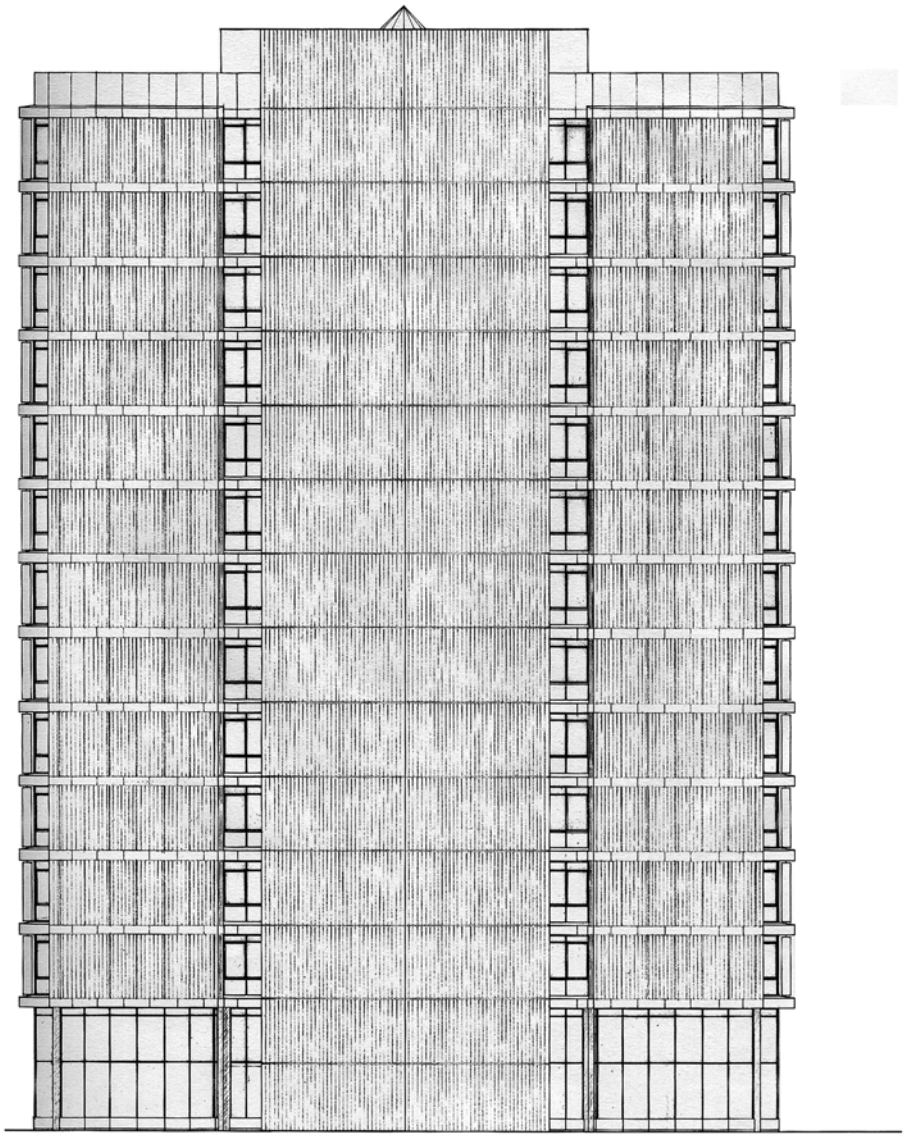
A1.66

Doc.1.B.13.d) Alçado principal (Sul)

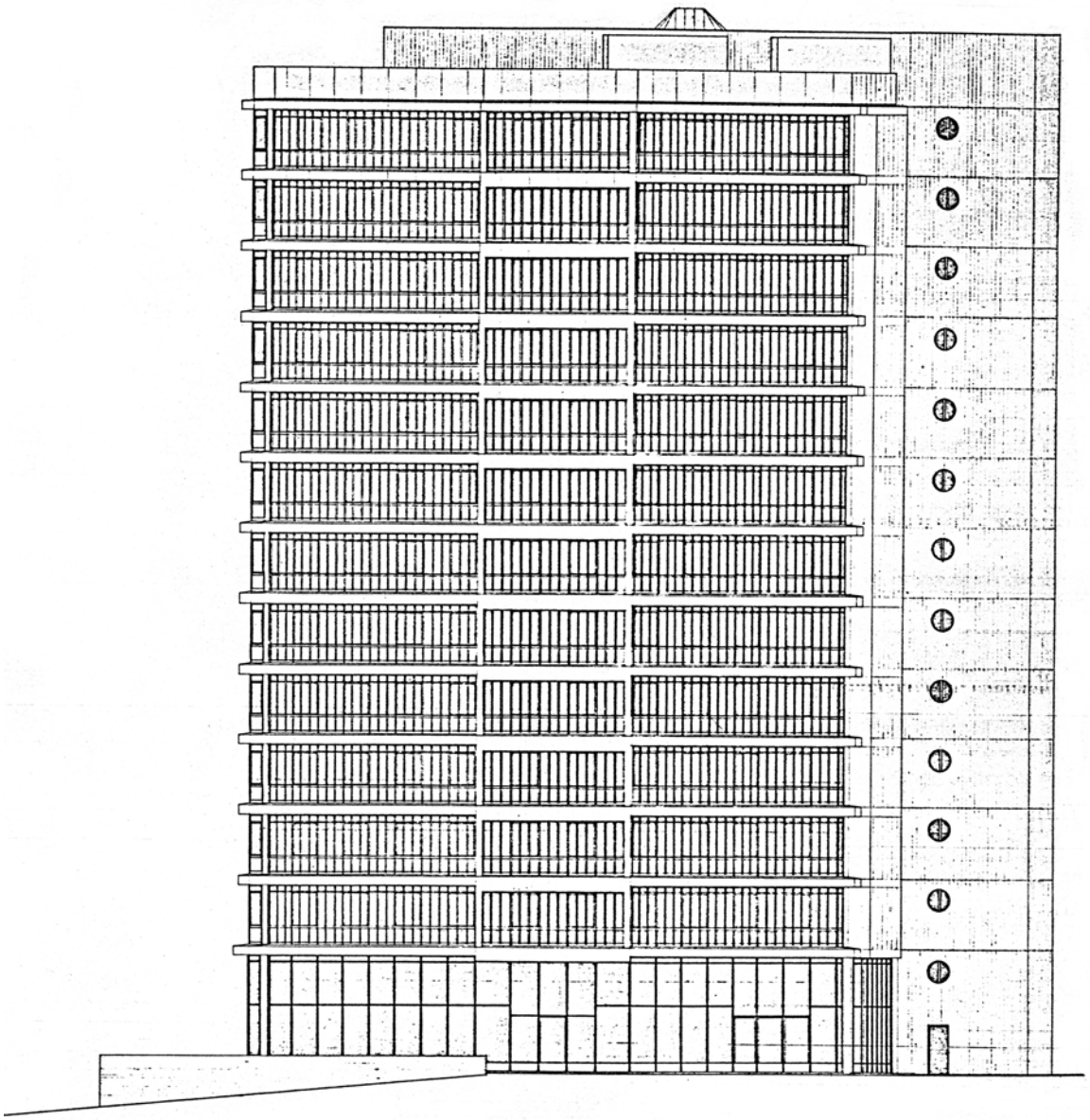


A1.67

Doc.1.B.13.e) Alçado posterior (Norte)

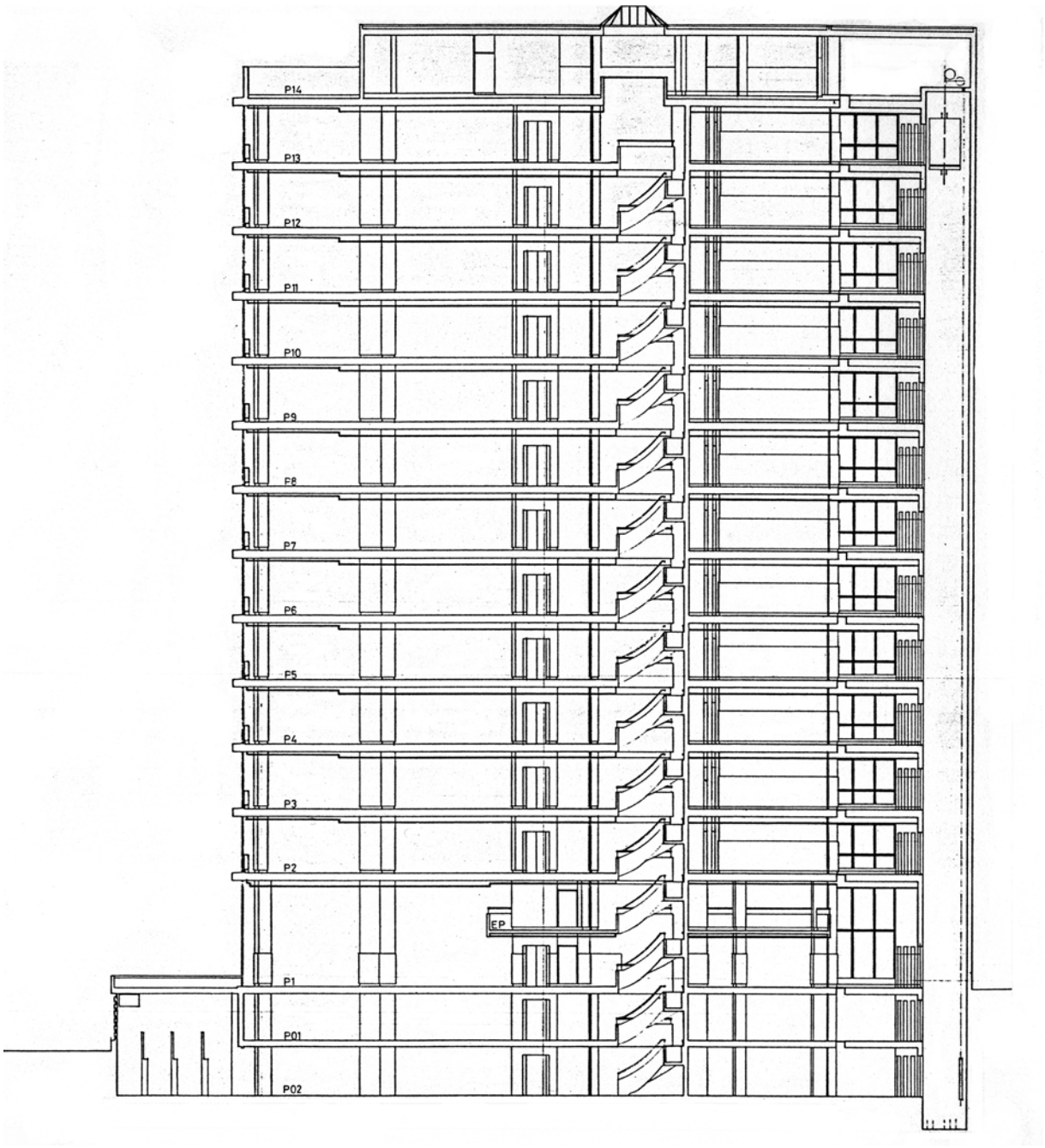


Doc.1.B.13.f) Alçado lateral (Nascente)



A1.69

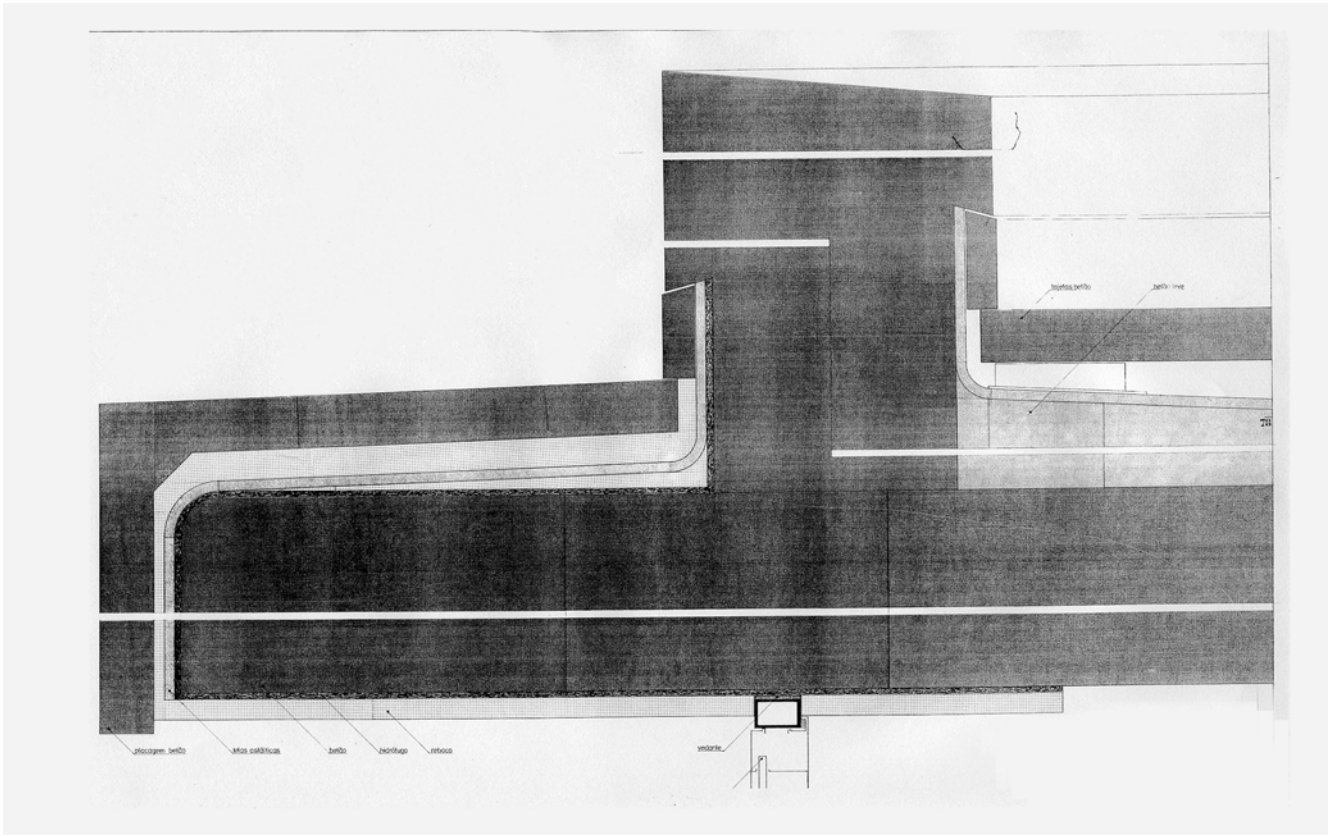
Doc.1.B.13.g) Corte Sul-Norte



A1.70

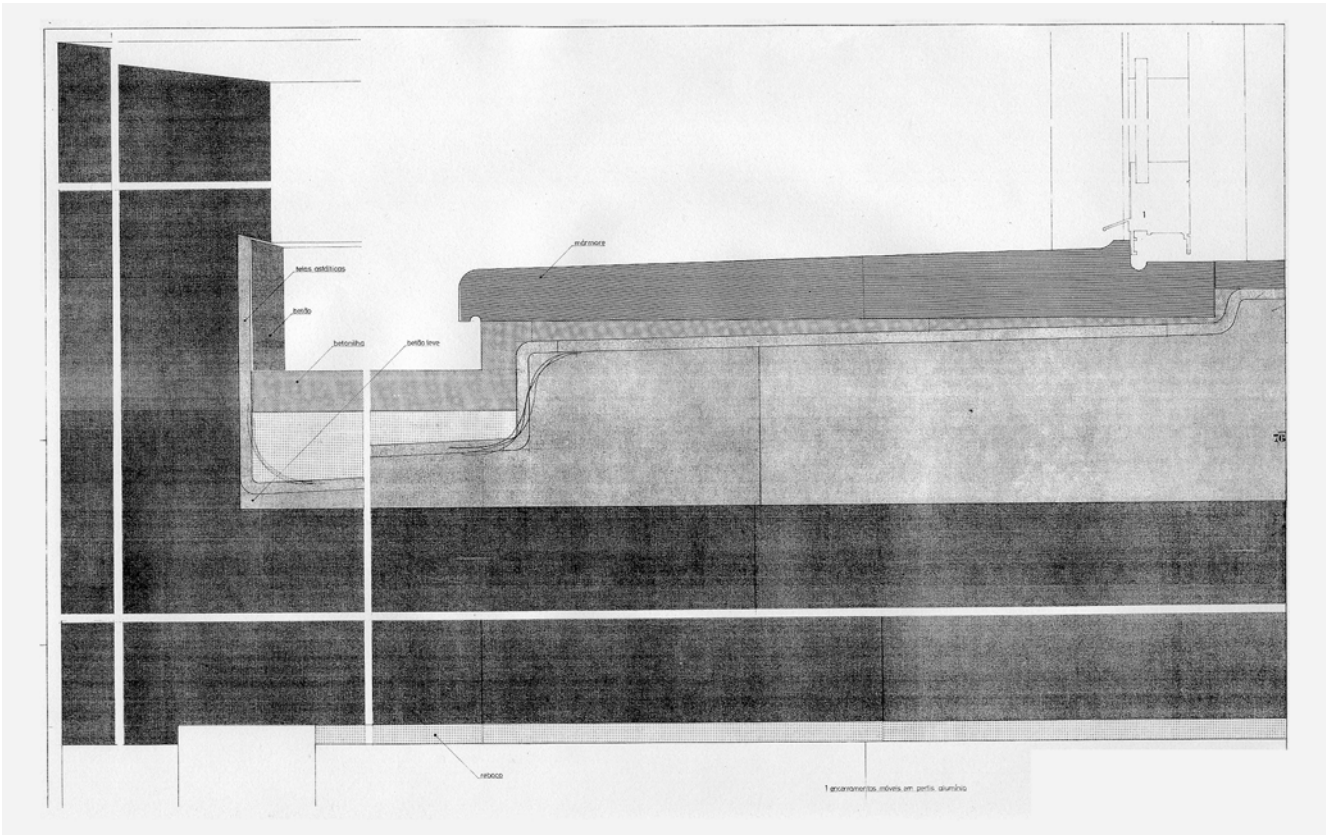
Cópias sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala natural) de elementos do projecto de execução disponíveis no arquivo particular do Arquitecto Alfredo Matos Ferreira (Losa & Ferreira, 1979).

Doc.1.B.13.h) Pormenor do remate da laje do piso 14



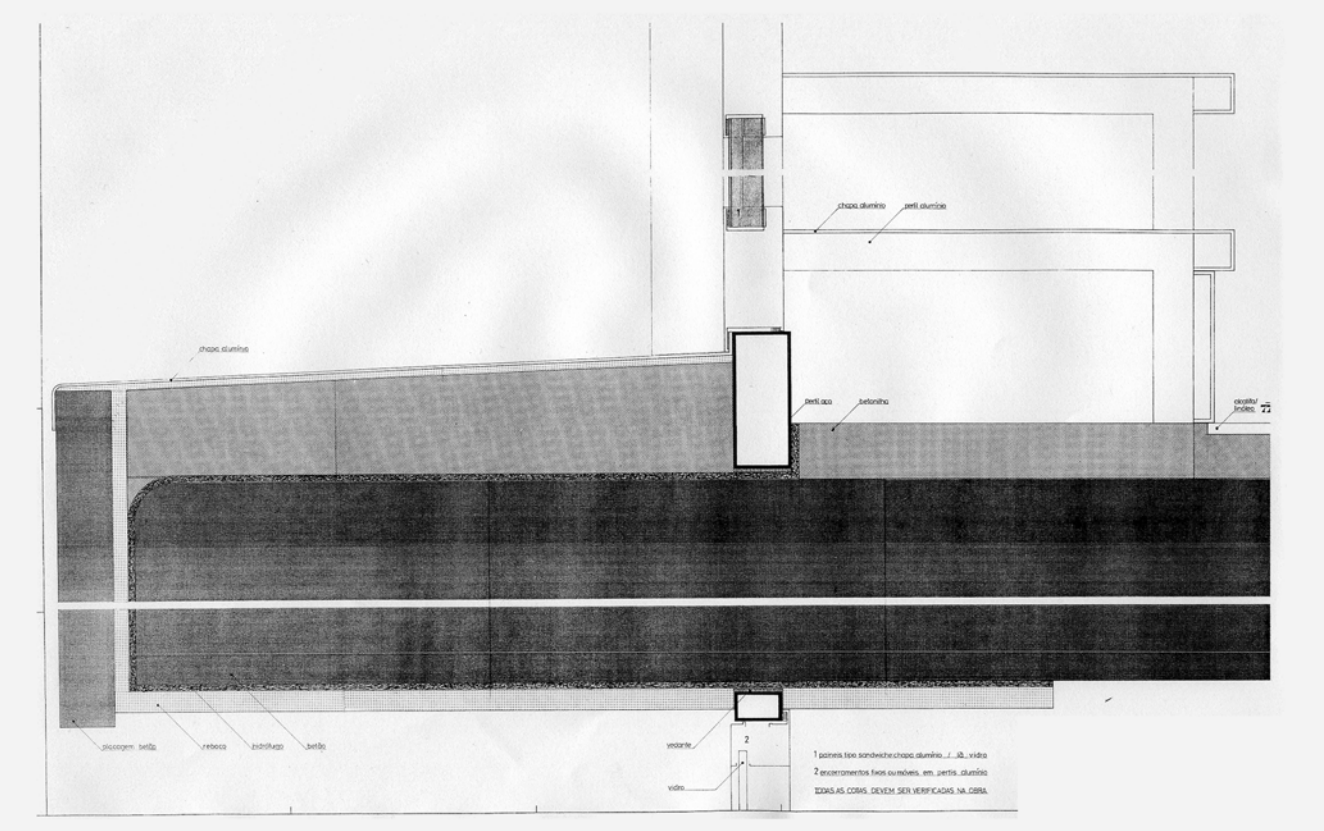
A1.71

Doc.1.B.13.i) Pormenor do remate da laje do piso 1



A1.72

Doc.1.B.13.j) Pormenor do remate da laje dos pisos 2 a 13



A1.73

PROJECTO DE LICENCIAMENTO [SS]

(CMPorto, Losa & Ferreira, 1979)

Documento nº 1.B.14.Memória descritiva [Projecto de electricidade]

Transcrição de extractos da memória descritiva do Projecto de Electricidade, utilizada para o licenciamento do edifício na CMPorto (Loureiro & Gomes, 1986-08-12).

A-1 generalidades

É evidente que a concepção esquemática das instalações e a sua constituição dependem não só dos objectivos a atingir, como também, no aspecto construtivo, das características ou possibilidades que o edifício ofereça.

Em termos gerais e quanto ao primeiro destes pontos destaca-se a condição de concepção em planta livre, impondo por si própria e desde logo características de adaptabilidade máxima, capazes de permitir, em qualquer ocasião, as mais fáceis e mais amplas hipóteses de adaptação às novas condições. Neste enquadramento ver-se-á, nas descrições das instalações, como a sua concepção foi subordinada a tal objectivo.

Em segundo lugar, isto é, no que se refere às características construtivas do edifício, com vista a permitir largo campo de hipóteses à implantação de instalações eléctricas, efectivamente são uma realidade, cuja descrição se impõem para compreensão mais completa da realização e, vista.

É o que se faz a seguir, antes de se descrever e pormenorizar as instalações eléctricas projectadas.

A-2- Facilidades construtivas do edifício

Fundamentalmente caracteriza-se a construção do prédio pela existência de ocos verticais e horizontais amplos, circunstância que oferece larga elasticidade resolutiva, actual e futura, no estabelecimento, na modificação e na conservação das instalações eléctricas necessárias, a par de grande acessibilidade às mesmas.

Complementar e parcialmente estão previstos outros, circunscritos a um ou outro piso ou parcela de piso, igualmente de muita utilidade.

A-2-1- Ocos gerais

Assim no interior do edifício encontram-se:

- Dois ocos verticais, acessíveis em todos os pisos pelo patamar posterior de cada um, no corpo vertical de acessos

- Tectos falsos em todos os pisos, com excepção dos pisos 02, 01 e cobertura, possibilitando ocos de 0,30 m nas zonas de trabalho e 0,15 nas zonas de circulação.

- E de um oco longitudinal, situado na base das sancas corridas nos panos de peito dos pisos 2 a 13, inclusive, oco que dispõe de uma altura livre de cerca de 0,20 m.

Será pois nestes espaços que se estabelecerão as instalações eléctricas conforme adiante se vai descrevendo e se representam nos correspondentes desenhos.

A completar as facilidades assim oferecidas foi também previsto que todas as placas de pavimento, sob que se suspendem tectos falsos, serão desde já vazadas verticalmente por furos, onde necessário, que no caso dos pisos 2 a 13 constituem uma rede, como se representa na planta nº RF.

Estes furos terão o diâmetro de 0,06 m, de modo a permitir que neles venha a ser chumbado um tubo de ferro galvanizado de 0,05 de diâmetro interno, roscado internamente em cerca de 0,02 no seu extremo superior.

Deste modo será possível ajustar, ao nível do piso superior, ou uma tampa metálica para fecho do furo, ou uma caixa metálica compartimentada - pedestal – capaz de alojar uma tomada, uma roseta telefónica ou outro dispositivo terminal de instalações, para serventia do ponto pretendido.

Os furos referidos aparecerão praticados nas placas, porem a aplicação dos tubos de ferro, tampas e pedestais em todos eles pertence ao âmbito deste projecto.

A-2-2 – Ocos complementares

Quanto a estes, começamos por citar que no piso 02, se localiza a área técnica composta por várias dependências, entre elas o posto de seccionamento e medida em alta tensão dos SMGE do Porto, a do quadro geral de distribuição e a do grupo motor-gerador de emergência, cujos pavimentos, em parte, são rebaixados, determinando ocos de altura de 0,40 m.

Destes destaca-se, em especial, a dependência do quadro geral, dispondo de tal oco em toda a sua área, enquanto que no posto de seccionamento e na dependência do grupo a situação é parcial.

Deste modo fica assegurada a possibilidade de instalar cabos entre várias destas dependências e que se completa com a existência, até ao exterior, de tubos em PVC, rígido, de 0,15 m de diâmetro interno, permitindo as ligações com as redes públicas de energia eléctrica e de telefones. Tal como atrás os furos destinados a estes tubos aparecerão abertos na parede, enquanto o fornecimento e a montagem destes na extensão e profundidade devidas são do âmbito deste projecto.

No pavimento do piso 02 foi prevista a existência de um canal acessível com 1.00 m de largura e 0,4 m de profundidade, para nele se instalarem os cabos de distribuição de energia eléctrica, permitindo vencer o trajecto entre o posto de transformação e os ocos verticais no corpo vertical de acesso, ao fundo do prédio.

Na cobertura acontece que o seu pavimento é elevado relativamente à placa estrutural, motivo porque entre ambos se forma um oco de cerca de 0,20 m de altura, no interior do qual é possível instalar, com facilidade, os cabos necessários às diferentes utilizações e aparelhagem prevista.

Finalmente, para permitir a montagem do pára-raios, tal como no respectivo capítulo se descreve, será instalado no piso 02, entre um dos ocos de ventilação e o exterior do edifício, nas traseiras, um tubo de grés de 0,06 m de diâmetro.

[...]

A-6-2-8 – Furos no pavimento

Estes encontram-se praticados nos pisos 2 a 13, como se mostra na planta nº RF.

Todavia também serão praticados no entre-piso, aqui em número que não será inferior a 5, a localizar no decurso da obra.

Como já se indicou, em cada um destes furos será aplicado um tubo galvanizado, cujo comprimento será igual à espessura da placa do pavimento, no local da implantação.

No extremo inferior o tubo rematará por uma patilha anelar soldada que permite o encontro à placa. No outro estremo a fixação à mesma placa completa-se com a aplicação de outra patilha anelar, de abertura circular interna igual ao diâmetro do tubo. Todavia, esta patilha será roscada e deslizará na correspondente rosca no exterior do tubo

Finalmente e no extremo superior de cada tubo será aplicada uma tampa circular, de preferência em latão, com ranhura transversal de aperto na sua superfície plana. Esta tampa será roscada lateralmente e deslizará no interior do tubo na rosca correspondente.

Os pormenores finais deste equipamento serão objecto de apreciação e decisão no decurso da obra.

A-6-2-9 – Pedestais

Trata-se de caixas metálicas, tipo paralelepipédico, com cerca de 0,30 m de altura e de secção horizontal de cerca de 0,10 x 0,15 m, destinados a conter, pelo menos, 3 rosetas telefónicas e 3 tomadas Schucko, do tipo de embutir.

Estes pedestais serão de chapa metálica de 1,8 mm de espessura, suportada por estrutura interna, sobre que se apertam por meio de parafusos, as duas faces verticais em que se apoiam as 3 rosetas e as 3 tomadas.

[...]

Cada pedestal terá acabamento, em pintura, tal como indicado para os quadros eléctricos.

Na base, cada pedestal será completado por um tubo metálico, soldado à estrutura, tubo este que, roscado, apertará no tubo de perfuração do pavimento. A sua altura deve ser tal que, nestas condições, a face inferior do pedestal fique a 0,10 m do solo.

[...]

OFÍCIOS E CARTAS

Documento nº 1.B.15.Curriculum profissional – Engenheiros Associados

Transcrição do curriculum profissional dos Engenheiros Associados, enviado por carta a Arménio Losa, com vista ao estabelecimento do contrato com a Caixa de Previdência (Engenheiros Associados, 1973-06-08).

"Curriculum Profissional

A) «Engenheiros Associados» – «Soares, Magalhães & Delgado, Lda» constituída em 1 de Outubro de 1958 (Diário do Governo, III Série, nº. 240 de 13/10/58).

B) Sócios-Gerentes.

Engenheiros civis pela Universidade do PORTO. Indica-se o respectivo ano formatura:

- António Augusto dos Santos Soares – 1943

- Luis Coelho da Fonseca Magalhães – 1942

- Jorge Alberto Delgado de Oliveira – 1941

- Rui Manuel Santos de Oliveira – 1959.

C) Projectos de Estabilidade de Fundações e de Estruturas de Betão Armado e Metálicas.

Desde as suas formaturas, têm exercido permanente actividade no campo da Engenharia Civil tendo elaborado centenas de Projectos de Estabilidade e Estruturas para inúmeras obras, como edifícios de carácter público, prédios urbanos, instalações fabris e industriais, etc, dos quais se citam, como exemplo:

- *Palácio dos Desportos (PORTO)*
- *Palácio dos Correios (PORTO)*
- *Mosteiro de Singeverga*
- *Colégio Alemão (PORTO)*
- *EFACEC (LEÇA DO BALIO)*
- *Estações de Serviço AUSTIN, VOLVO e C. Santos (PORTO)*
- *Produtos "CIBA" (PORTO)*
- *Produtos "SANDOZ" (PORTO)*
- *Fábricas de Tintas "VALENTINE" e "CIN" (PORTO)*
- *Fábrica de Tecidos LEONEZA (PORTO)*
- *Conjunto de imóveis de escritórios, habitações, hotel e estação de serviço para a firma "Monteiro & Giro" em Quelimane.*
- *Diversos imóveis de habitações e escritórios, em vários locais".*

A1.75

Documento nº 1.B.16.Curriculum profissional – Paulo Tavares

Transcrição do curriculum profissional do engenheiro Paulo Tavares, enviado por carta a Arménio Losa, com vista ao estabelecimento do contrato com a Caixa de Previdência (Tavares, 1973-06-07).

Relativamente ao "curriculum profissional" poderei resumi-lo como segue:

Formei-me em 1943.

Desde então tenho pertencido aos quadros dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, de que agora sou Director-Adjunto.

Faço parte do Grupo de Trabalho que na Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, está a concluir o regulamento de Segurança das Instalações de Utilização de Energia Eléctrica.

Sou consultor electrotécnico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, desde há cerca de 12 anos.

Sou consultor electrotécnico da Caixa Sindical e Abono de Família da Indústria Têxtil, no Porto.

Tenho realizado múltiplos projectos de natureza diversa, podendo apontar, como mais recentes:

Hotel do Turismo, em Braga, com cerca de 120 quartos, de firma Azevedo e Campos S.A.R.L.;

Edifício Élio Amorim, na Rua de Alexandre Herculano, no Porto;

Edifício de "O Lar do Comércio" em Catassol – Maia;

Conjunto Filinto Mota (Serviço Citroen), na Rua do Godim, Porto;

Edifício do Centro de Medicina Desportiva e Casa do Desporto no Porto, da Direcção Geral dos Desportos;

Instalações industriais da Firma ENDUTEX, em Vizela;

Edifício de " SANDOZ", no Porto,

etc, etc.

Documento nº 1.B.17.Curriculum profissional – Bernardino Rodrigues

Transcrição do curriculum profissional do engenheiro Bernardino Rodrigues, enviado por carta a Arménio Losa, com vista ao estabelecimento do contrato com a Caixa de Previdência (Rodrigues, 1973-05-25).

Como sabe, a minha especialidade não engloba apenas as instalações mecânicas, como distribuição de águas, aquecimento e condicionamento de ar.

Junto envio um resumido curriculum profissional que julgo servirá ao fim em vista.

[...]

Curriculum

BERNARDINO JOSE RODRIGUES

Nascido em 19/5/1925,

Licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Porto, em 1950.

Lista dos principais projectos de instalações de condicionamento de ar realizados em grandes edifícios

D.I.A.L.A.P. – Soc. Portuguesa de Lapidação Diamantes, Lisboa.

Sede da Companhia União Fabril, Av. 24 de Julho, Lisboa.

Sede da Companhia de Petróleos B. P., Praça Marquês de Pombal, Lisboa.

Palácio do Ministério das Corporações, Praça de Londres, Lisboa

Companhia de Seguros "A SOCIAL", Rua Braamcamp, Lisboa.

Banco Fonsecas & Burnay, Praça Marquês de Pombal, Lisboa.

Novo Casino Estoril, Estoril.

Hotel Quelimane, Quelimane,

Hotel Panorama, Luanda,

Documento nº 1.B.18.Informação

Transcrição da Informação da CMPorto sobre o pedido de mudança de destino (CMPorto, 1980-06-06:5i).

A1.76

O projecto apresentado diz respeito à implantação do edifício residencial cuja construção foi iniciada e sua adaptação a serviços públicos.

Sobre este assunto e quando do pedido de mudança de destino foi feita a seguinte informação:

«- O pedido em questão solicita a instalação de um serviço público de grandes dimensões num terreno situado em zona residencial de características bem definidas, serviços aqueles que não tem qualquer relação com as zonas circunvizinhas.

Porque se trata de um pedido contrariando os princípios base de disciplina urbanística, não pode ser considerado favoravelmente devendo manter-se o tipo de ocupação actual, de acordo com o plano director.

Repartição de Urbanização, 27 de Janeiro de 1972»

A ampliação agora proposta revela-se como agravando os efeitos atrás apontados, uma vez que pela envergadura dos serviços que pretendem instalar se torna necessário um aumento do volume já edificado, tanto na sua silhueta de implantação como pela adição de mais dois pisos. Acresce referir que durante o lapso de tempo decorrido, a solicitação de instalação de actividade do sector terciário para local próximo do imóvel em causa e sem as características residenciais bem definidas, como apresenta este sector, foi dado parecer desfavorável pelo G.P.U.

Nestas condições não se considera conveniente a alteração proposta através do projecto apresentado.

O arquitecto

(assinatura não identificada)

Concordo inteiramente com a afirmação supra tanto mais que se trata, com efeito, de uma "zona residencial existente" particularmente bem definida, pelo que o pedido em causa contraria o regulamento do plano director.

À DEU

Documento nº 1.B.19.Carta da Divisão de Instalações e Equipamento

Transcrição de Carta do dono de obra relativa à necessidade de aprovação do aditamento ao projecto (DIE, 1982:13i-14i).

Em referência ao assunto em epígrafe submete-se à consideração de V. Ex.ª o seguinte.

Em 17-9-81, pelo ofício dessa câmara nº 1689/81 EU foi transcrito o despacho proferido pelo senhor vereador arquitecto Artur Andrade, sobre o projecto do edifício em questão, no qual se aceitava o projecto de alteração, carecendo de revisão para maior largura os acessos e comunicações (escadas).

Dado conhecimento desse despacho ao arquitecto autor e coordenador do projecto, para conhecimento e tratamento do assunto, julgávamos o caso em vias de solução ou mesmo solucionado.

Em 16-2-82 foi-nos dirigido novo ofício por essa Câmara, com o nº 288/82 EU, alertando para a necessidade de apresentação do aditamento ao projecto para satisfação do despacho acima referido.

Dado novamente conhecimento do seu teor ao Arq. autor do projecto, foi-nos remetida por este uma carta, datada de 26-2-82, de que remetemos fotocópia, na qual dava conta das diligências que havia feito para solucionar o caso e da posição em que o assunto se encontrava.

Dela se depreende que o Senhor Arq. Artur Andrade havia ficado de repensar o assunto, pelo que estes serviços têm aguardado uma decisão final por parte da Câmara do Porto.

Uma diligência pessoal posteriormente efectuada por este centro regional junto daquele senhor vereador, embora não a tendo proporcionado, dado na ocasião não ter sido encontrado o respectivo projecto, permitiu contudo, confirmar uma promessa de reanálise da situação.

Entretanto a obra tem prosseguido, substituindo-se a guarda da escada interior de circulação, prevista em parede fechada de betão, por uma outra aberta, em tubagens de ferro, mais esbelta e leve, colocada exteriormente às lajes dos degraus, dando na medida do possível maior largura aquela escada e assim satisfação ao despacho do Sr. Arq. Artur Andrade.

Porque até ao momento nada nos foi comunicado quanto à aprovação do projecto em causa e dela tendo prementemente necessidade para a regularização de vários assuntos pendentes nos SMAS e SMGE, solicita-se de V Ex.ª melhor atenção para conveniente resolução do assunto.

O Eng.º Chefe de Divisão DIE (Divisão de Instalações e Equipamento)

Documento nº 1.B.20.Carta

Transcrição de carta de Arménio Losa relativa ao processo de aditamento ao projecto (Losa, 1982-02-26:15i-16i).

Ao acusar a recepção do ofício de V. Ex. de 19 do corrente cumpre-nos esclarecer:

1º – Que logo que tomamos conhecimento do despacho do Senhor Vereador Arq. Artur Andrade decidimos procurá-lo para esclarecimento das razões que motivaram aquele despacho. Não tendo conseguido audiência imediata, tentamos contactá-lo por telefone que se verificou em 28-11-81 à noite. Como ele não tinha conhecimento claro do problema, prometeu chamar a si, novamente, o processo para analisar melhor o caso.

Da conversa havida demos notícia telefónica ao DIE e ficamos aguardando o andamento prometido pelo Arq. Artur Andrade.

2º – Procurando conhecer, como coordenador do projecto, as razões do termos daquele despacho, «Pode aceitar-se o projecto de alteração, mas no que respeita a acessos e comunicações (escadas) carece de revisão para maior largura», verificamos que era devido às exigências do novo regulamento Municipal de Protecção contra Incêndios, publicado no Boletim Municipal de 16-11-1979.

3º – Porque a entrega do projecto de execução se verificou em Outubro de 1978, portanto antes da publicação do regulamento não era de supor que viesse a ser exigida a sua aplicação com efeitos retroactivos.

A1.77

Por esta razão; por julgamos esclarecido o caso com a citada conversa telefónica, e após a promessa de nova análise do caso pelo Sr. vereador ar Artur Andrade, julgávamos o assunto arrumado.

4º – De resto, já em Agosto de 1979 tinha sido comunicado à Câmara Municipal do Porto que fora aberto concurso público para a adjudicação da empreitada das obras (ofício de 4.8.79 nº 314/79/DN).

Estranhamos pois que, agora, seja levantada a questão de revisão do projecto para ser dado cumprimento a cláusulas de um regulamento cuja publicação é posterior à entrega desse projecto.

Apresentamos os melhores cumprimentos

Arménio Losa

Documento nº 1.B.21.Informação

Transcrição da Informação da CMPorto relativa ao processo de aditamento ao projecto (CMPorto & DSU, 1981-02-26:8i).

Consultados os ofícios nº 240/72, 929/74 e 1052/ 74, verificamos que ao anteprojecto destas instalações foi dado em Julho de 1974 o parecer que terminava com o seguinte parágrafo.

«Como resultado da análise ponderada da situação e sem quebra mesmo dos princípios enunciados no ofício 240/72, pode aceitar-se quanto a implantação e volumes, o anteprojecto apresentado, desde que seja travada qualquer tentativa de evolução do programa que possa levar a um aumento da área de construção e se garanta conveniente tratamento arbóreo e arbustivo do espaço livre».

A alteração agora apresentada ultrapassa a área de construção anteriormente aprovada tanto pelo aumento de perímetro do volume

como pela adição de mais dois pisos em altura, encontrando-se em desacordo com as condições de aprovação acima referenciadas.

É certo que este aumento é motivado por uma crescente necessidade de espaço para comportar serviços também em crescimento constante, conforme se refere em peças escritas e exposto pelo técnico autor do projecto.

Resulta no entanto desta proposta, que se agrava o desvirtuamento das características deste local que constituía uma ampla área de volumes relacionados com as suas dimensões, em que o edifício com a ampliação projectada se encontra desproporcionado relativamente ao espaço envolvente.

Como se trata de um edifício para instalação de serviços de interesse público poderá submeter-se à consideração superior a aprovação da ampliação do volume, ultrapassando-se o não cumprimento das condições anteriormente impostas.

O Arquitecto.

(assinatura não identificada)

Concordo.

À DEU

Documento nº 1.B.22.Informação

Transcrição da Informação da CMPorto relativa ao processo de aditamento ao projecto (CMPorto & DSU, 1985-07-26:29i).

Esta divisão nada mais tem a informar quanto ao projecto de ampliação do edifício em causa, para além das informações de 6-6-80, 26-2-81 e 27-6-84.

Conforme despacho do Sr. Vereador do Pelouro em 27-8-81, pelo qual foi comunicado à Comissão do Equipamento Colectivo da Secretaria de Estado da Segurança Social que se considera aprovado o
A1.78 *projecto de alterações carecendo de revisão o aumento da largura da escada, o assunto em causa ficou encerrado quanto à implantação e volume ficando apenas naquela data condicionado ao pormenor da escada.*

Ainda que em desacordo com as informações prestadas com a DU desde 1972 até agora e porventura também com a orientação do executivo em exercício neste momento, a circunstância do edifício se encontrar construído com o suporte de despachos favoráveis, aconselha ao encerramento do processo sem o dispêndio de circuitos de informações.

Acresce ainda referir que neste momento se encontra em apreciação mais uma proposta do Centro Regional de Segurança Social, contendo mais uma ampliação volumétrica para o terreno onde se situa o imóvel, pedido este que dentro dos mesmos princípios expressos por esta divisão sobre este caso não poderá ter parecer favorável.

O arquitecto

(assinatura não identificada, a mesma do ofício de 1980)

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (FOTOGRAFIAS ANTIGAS)



(Ferreira, [s.d.]-a)



(Ferreira, [s.d.]-b)

A1.79



(Ferreira, [s.d.]-a)

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL)



(Vale, 2008/12c)



(Vale, 2010/04)



(Vale, 2007/08d)

A1.80



(Vale, 2007/08d)



(Vale, 2010/04)



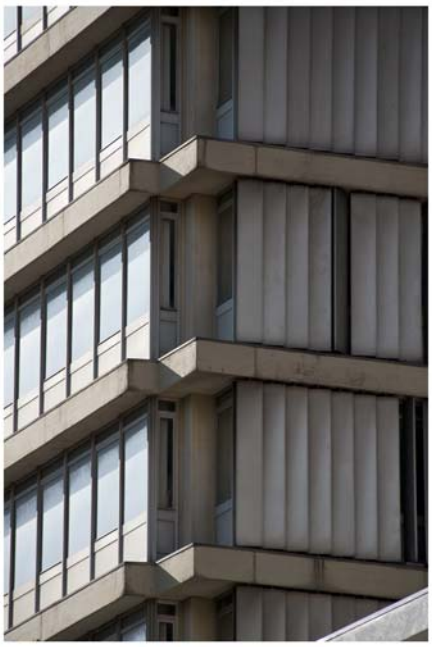
(Vale, 2007/08d)



(Vale, 2005/11i)



(Vale, 2008/08b)



(Vale, 2010/04)



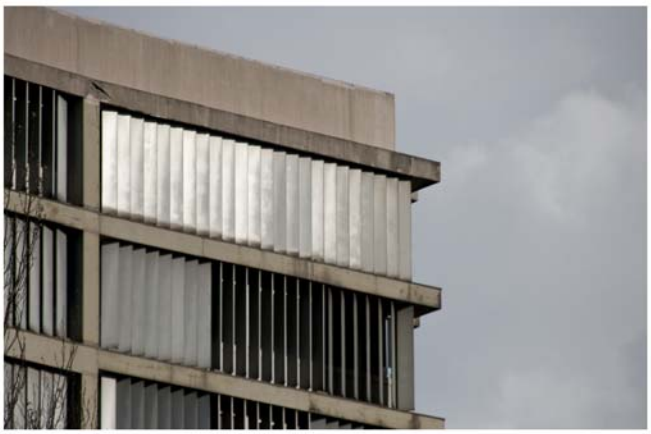
(Vale, 2010/04)



(Vale, 2010/04)

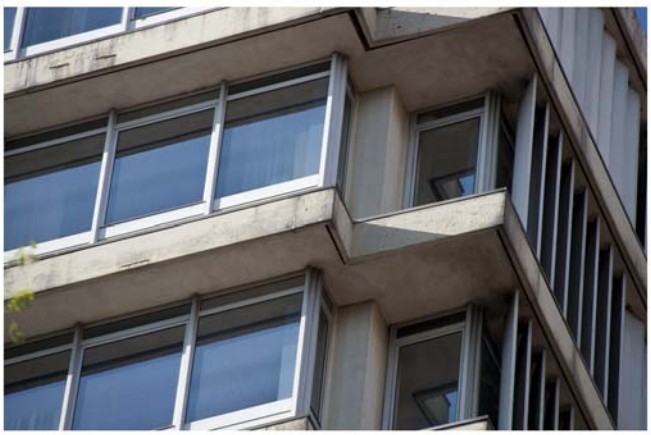


(Vale, 2010/04)



(Vale, 2010/04)

A1.81



(Vale, 2010/04)



(Vale, 2010/04)

Anexo 1B: Torre de Habitação / Segurança Social .



(Vale, 2010/04)



(Vale, 2007/08d)



(Vale, 2010/04)

1.C.Edifício Parnaso

José Carlos Loureiro
Código de Edifício: RNSF p

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - 1ª FASE

(CMPorto & Loureiro, 1955)

Documento nº 1.C.1.Memória descritiva e justificativa

Transcrição total da memória descritiva do Projecto de Licenciamento.
(Loureiro, 1955a)

Houve, ao projectar o edifício agora em causa, a preocupação de o fazer dobrar o gaveto com uma articulação correcta, reflectida claramente nos volumes da construção da forma mais evidente. A Rua de Nossa Senhora de Fátima comporta segundo está estabelecido pela Câmara, após um recuo de 5 m. uma altura de rés-do-chão e quatro andares. A Rua de Oliveira Monteiro poderia comportar rés-do-chão e três andares. Porque, quanto a nós e em especial ao caso particular do presente bloco, esta última cércea traria graves inconvenientes, propõe-se no projecto que se apresenta, apenas rés-do-chão e um andar. Desta forma permite-se que a fachada Sul e o jardim destinado às crianças do bloco paralelo à Rua de N. S. de Fátima sejam amplamente banhados pelo sol do quadrante Nascente/Sul sem qualquer obstrução, dada a pequena altura do edifício implantado à face da Rua de Oliveira Monteiro. Por outro lado, há entre os dois edifícios um jogo de volumes agradável e, por ensaios feitos, esse jogo era manifestamente pior à medida que a altura do edifício da Rua de Oliveira Monteiro subia.

Houve portanto mais preocupação na realização de um todo arquitectural harmónico e de certo interesse e menos com uma cércea um pouco problemática, que dificilmente se acertará, mesmo ao longo de um espaço de tempo extenso. Acrescente-se que actualmente o prédio confinante e os outros mais próximos têm apenas r/c e um andar, não parecendo provável a sua reconstrução próxima.

O edifício da Rua de Oliveira Monteiro, pela sua configuração, permite a criação de pequenos espaços ajardinados e cremos que esse factor aliado ao ritmo e à simplicidade das suas fachadas podem contribuir um pouco para a melhoria do aspecto urbano local. Ao nível do r/c prevê-se a instalação de comércio e no 1º andar, mais isolado da rua, habitações. Os estabelecimentos dispõem, ao nível dos jardins, de armazéns privativos.

O edifício mais alto, sobre a Rua de N. S. de Fátima comporta ao nível dos jardins, casa de porteiro, arrecadações individuais, estabelecidas em bateria, para os inquilinos, sala de ballet e de estar de crianças e terraço coberto. São estabelecidas, com acesso por uma rampa no extremo Poente do terreno, garagens individuais. Prevêem-se, para alugar, casas de tipos diferentes no 1º, 2º, 3º e 4º andares. Em parte do 4º e 5º andares situa-se a casa dos Proprietários. As habitações têm as suas peças principais expostas a Sul. As peças de serviço são estabelecidas a Norte e dispõem de uma varanda de serviço aberta apenas acima da altura de 1,70 m., evitando-se deste modo a interferência mútua com a galeria de acesso, que é igualmente protegida dos ventos até à altura de 1,60 m.

Os materiais a utilizar serão escolhidos por forma a dispensarem trabalhos frequentes de conservação.

Porto, 23 de Janeiro de 1955

Documento nº 1.C.2.Memória justificativa

Transcrição total do esclarecimento à memória descritiva inicial do Projecto de Licenciamento, constituída por 3 páginas dactilografadas.
(Loureiro, 1955c)

Diz-se na memória descritiva e justificativa que está anexa ao projecto, datada de 25 de Janeiro de 1955, entre outras coisas o seguinte: "Houve, ao projectar o edifício agora em causa, a preocupação de o fazer dobrar o gaveto com uma articulação correcta, reflectida claramente nos volumes da construção da forma mais evidente", e mais adiante, "O edifício da R. Oliveira Monteiro, pela sua configuração, permite a criação de pequenos espaços ajardinado e cremos que esse factor aliado ao ritmo e à simplicidade das suas fachadas podem contribuir um pouco para a melhoria do aspecto urbano local".

Juntam-se agora duas plantas em que a implementação apresenta em duas hipóteses. Uma que não prevê nenhum recuo da fachada sobre a R. Oliveira Monteiro e outra em que ele existe com 2 m. Quanto a nós e independentemente de outros factores, parece que a 1ª solução permite realizar uma mais perfeita conjugação dos alinhamentos, pois na 2ª solução obtém-se com o recua uma empena (a) com cerca de 3 m. de largura que não mais é possível fazer desaparecer, a menos que se façam recuar todas as fachadas até à esquina mais próxima, o que nos afigura inviável. A perspectiva que se apresenta não tem outro objectivo senão o de pretender demonstrar que a fachada da R. Oliveira Monteiro não cria nenhum grave problema de estética e menos ainda de alinhamentos, pois a ambos a solução satisfaz.

A1.84

Como problema de estética creio serem inúteis os argumentos que poderia aduzir, até porque a Exma. Comissão de Estética já deu o seu parecer favorável e incondicional. Como problema de alinhamentos e em reforço do que já foi dito, é nítida a definição do plano marginal, pelos cunhais em número de quatro, que assentam justamente sobre o limite do terreno do requerente, plano esse que é a sequência do que já vem de um e outro lado da rua (ab e cd). O recuo afigura-se-nos prejudicial ainda, em matéria de insolação, dado que a 1º casa (junto às construções existentes), receberá menos sol por virtude da obstrução que lhe fará a já referida empena de 3 m. de largura, do sol do quadrante Nascente/Sul. O mesmo sucederá ao jardim destinado às crianças no interior do terreno.

É evidente que o passeio que tem actualmente 1,90 m. de largura, beneficiaria com um alargamento de 2 m., mas esse benefício só seria verdadeiramente efectivo se fosse possível prolongá-lo para além das construções requeridas, o que já constatámos ser inviável, mesmo a longo prazo.

Por estas razões se pede a manutenção do alinhamento actual e nas condições apresentadas no respectivo projecto.

Porto, 11 de Março de 1955

Documento nº 1.C.3.Memória descritiva de betão armado

Transcrição de extractos da memória descritiva do Projecto de Estabilidade presente no processo de licenciamento.
(Paixão, 1955)

Os cálculos de betão armado que se seguem referem-se ao Projecto de um conjunto residencial a edificar no ângulo das ruas de Nossa Senhora de Fátima e de Oliveira Monteiro.

Este conjunto divide-se em duas partes, cujos cálculos serão analisados separadamente: A) um bloco de 5 andares de habitações e apartamentos; B) habitações independentes de um andar com utilização para comércio no rés-do-chão.

A) A estrutura deste bloco será constituída por três pórticos de 6 andares dispostos longitudinalmente, com pés-direitos de 4 m no 1º andar e de 2,80 m nos restantes andares e vãos entre pilares de 6,50 m. Os pavimentos serão em elementos vazados de 17 cm com 5 cm de camada de compressão, constituindo lajes contínuas de dois tramos dispostas transversalmente e cortadas de 6,5 m em 6,5 metros, para assegurar bom isolamento das habitações contíguas.

Haverá uma junta de dilatação no terraço coincidindo com o meio da estrutura. Não se julga necessário repeti-la nos restantes pisos em virtude de o comprimento do edifício não exceder os 25 m. As sobrecargas utilizadas foram as regulamentares, tendo-se considerado uma carga permanente especial para o terraço-jardim.

Deste modo aplicou-se a simplificação do método de CROSS indicada por Casado no seu "Formulário para o Projecto de Estruturas de Betão Armado" além das simplificações habituais nos casos de simetria, etc. (secção c).

A estrutura de caixa de escada é independente da do resto do edifício, por razões de isolamento acústico. A escada será em elementos vazados, com degraus sobrepostos, tendo-se entendido encastrá-la, num dos extremos, numa parede de betão armado a toda a altura do edifício.

As fundações serão em sapatas individuais para cada pilar, tendo-nos baseado para o seu cálculo em dados obtidos pelo exame do terreno até à profundidade de 3 m. Admite-se a existência de um banco de saibro bastante argiloso a que se atribuiu uma carga de segurança de 2,5 kg/cm²;

B) - A estrutura das habitações será em vigas e pilares apoiando estes por vezes em paredes de alvenaria existentes até ao nível do rés-do-chão.

Os pavimentos e a cobertura serão em elementos vazados de 17 cm de altura com 5 cm de camada de compressão, formando lajes contínuas de dois tramos. As escadas serão também em betão armado.

Como auxiliares de cálculo, utilizaram-se as tabelas de Vasco Costa e as tabelas de Ehlers para a flexão composta e armaduras duplas.

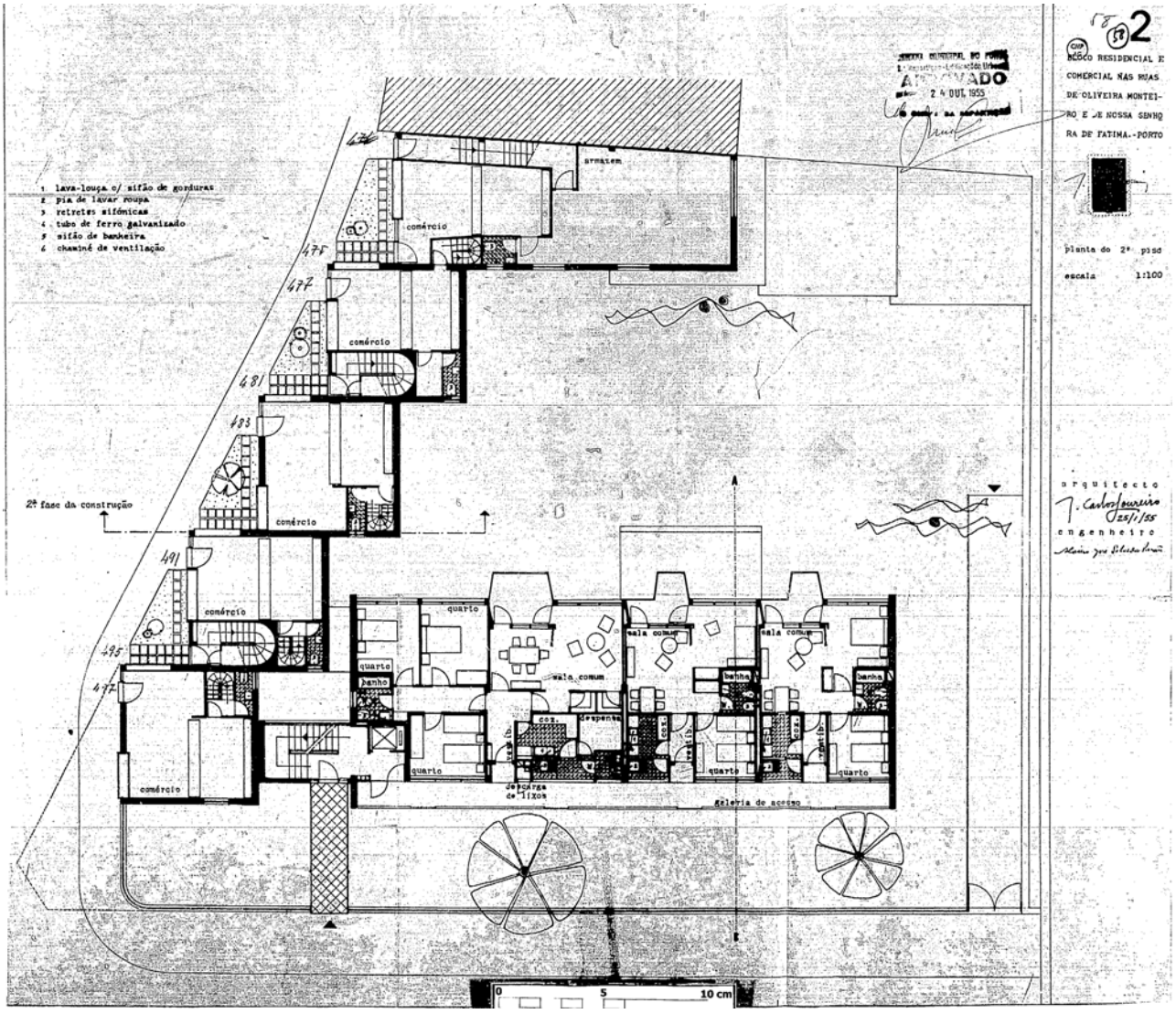
As condições a que devem satisfazer a água, a areia, o cimento, o betão e o ferro, bem como as respectivas dosagens e limites de fadiga são as expressas no regulamento português de Betão Armado.

Porto, 2 de Maio de 1955

Documento nº 1.C.4.Peças desenhadas

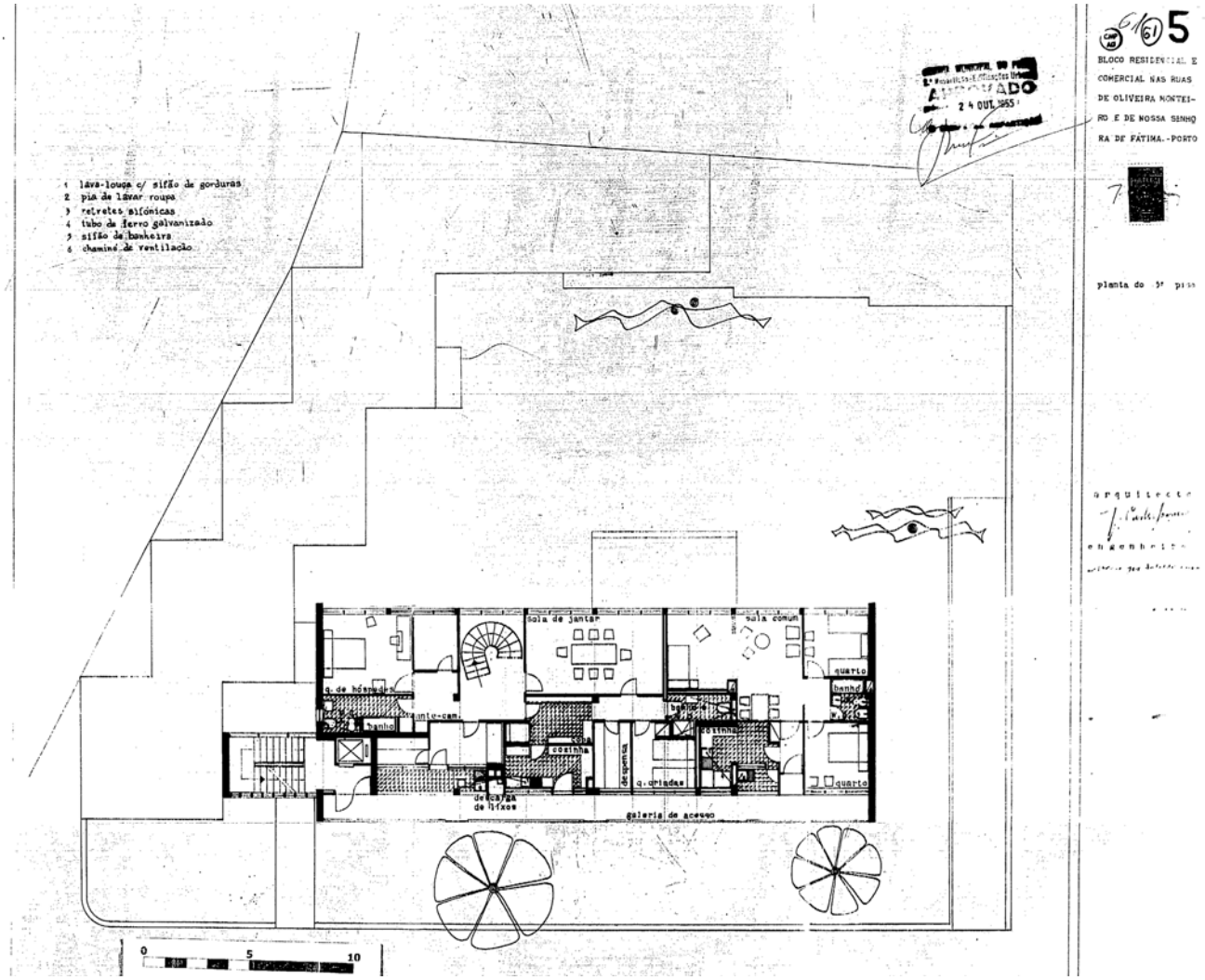
Cópias sem escala (marcação por escala gráfica) de elementos do processo de licenciamento disponíveis no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto.
(Loureiro, 1955d)

Doc.1.C.4.a) Planta do 2º piso (rés-do-chão)



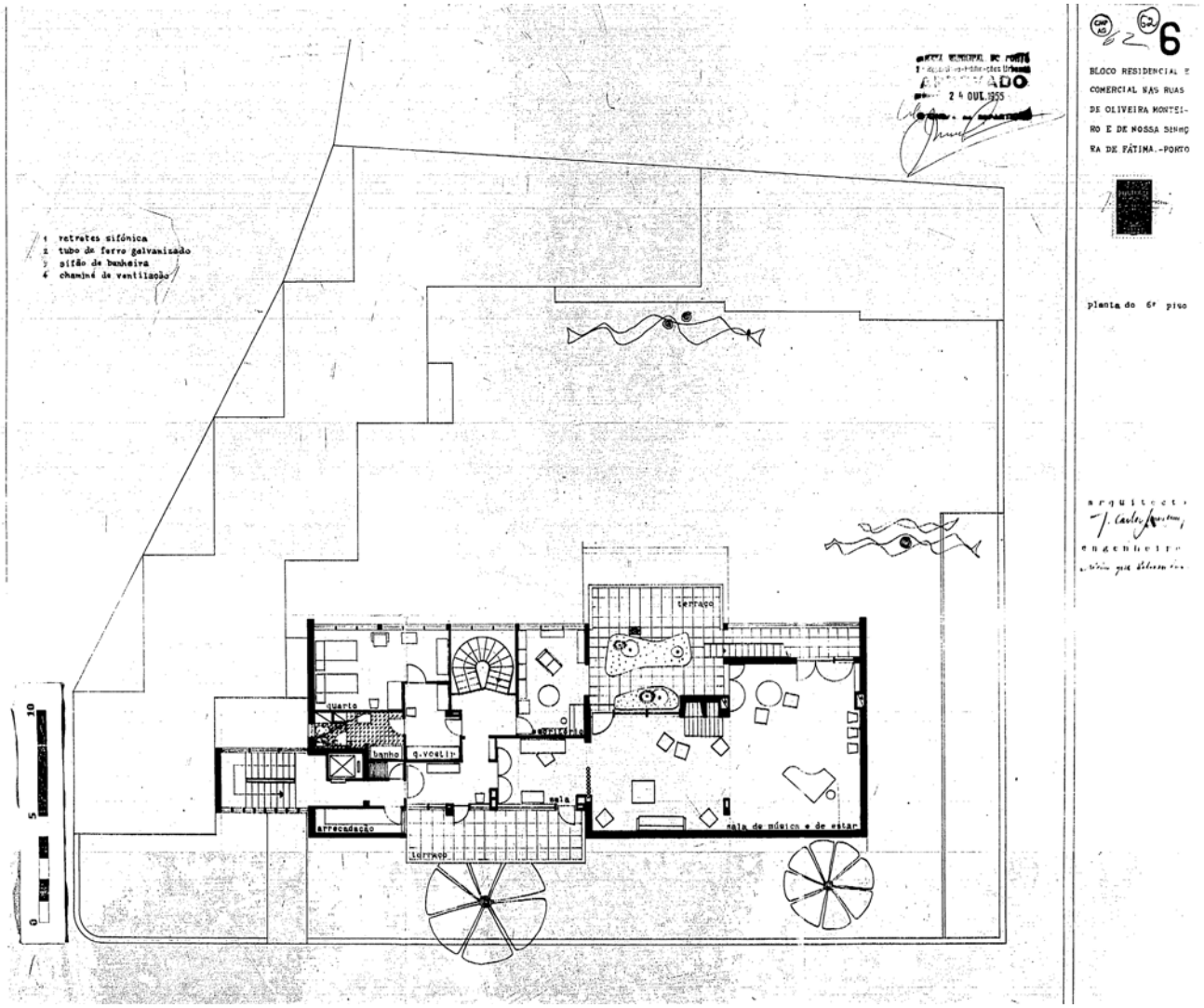
A1.85

Doc.1.C.4.b) Planta do 5º piso



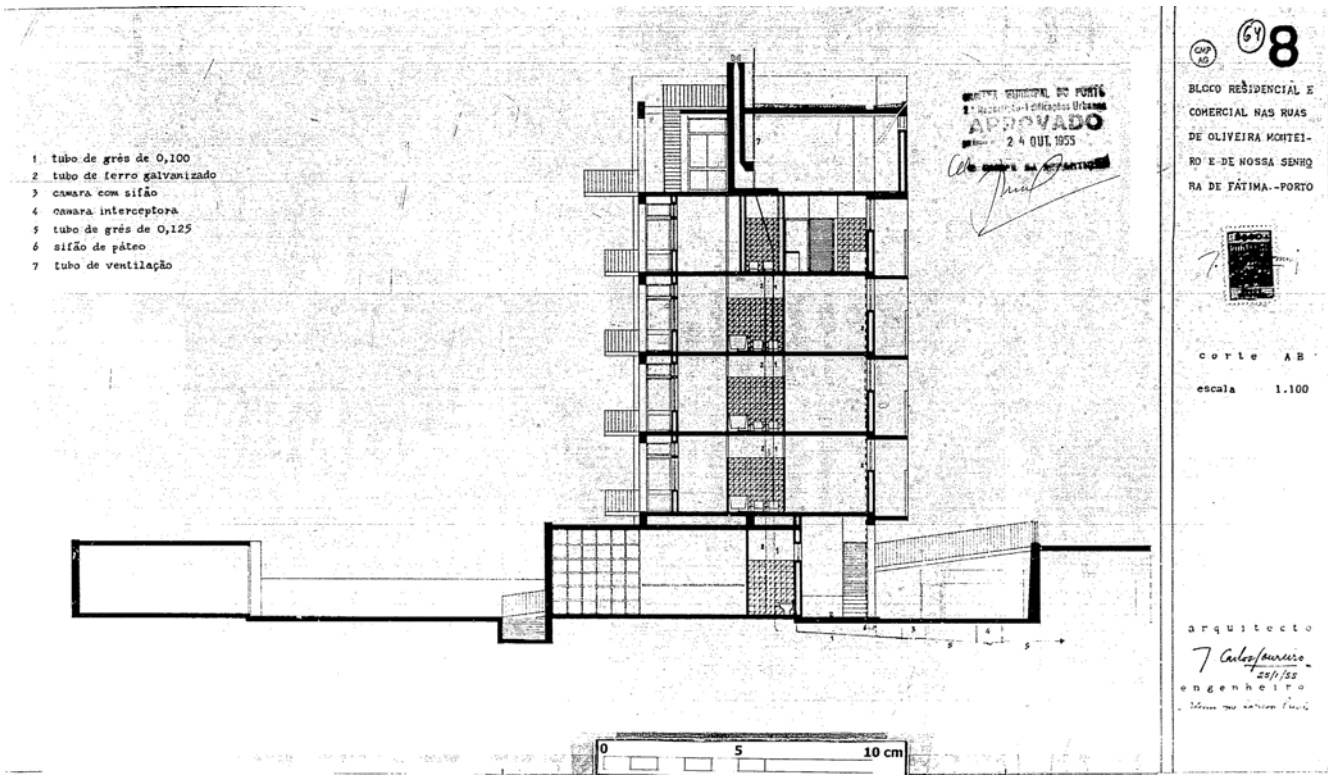
A1.86

Doc.1.C.4.c) Planta do 6º piso



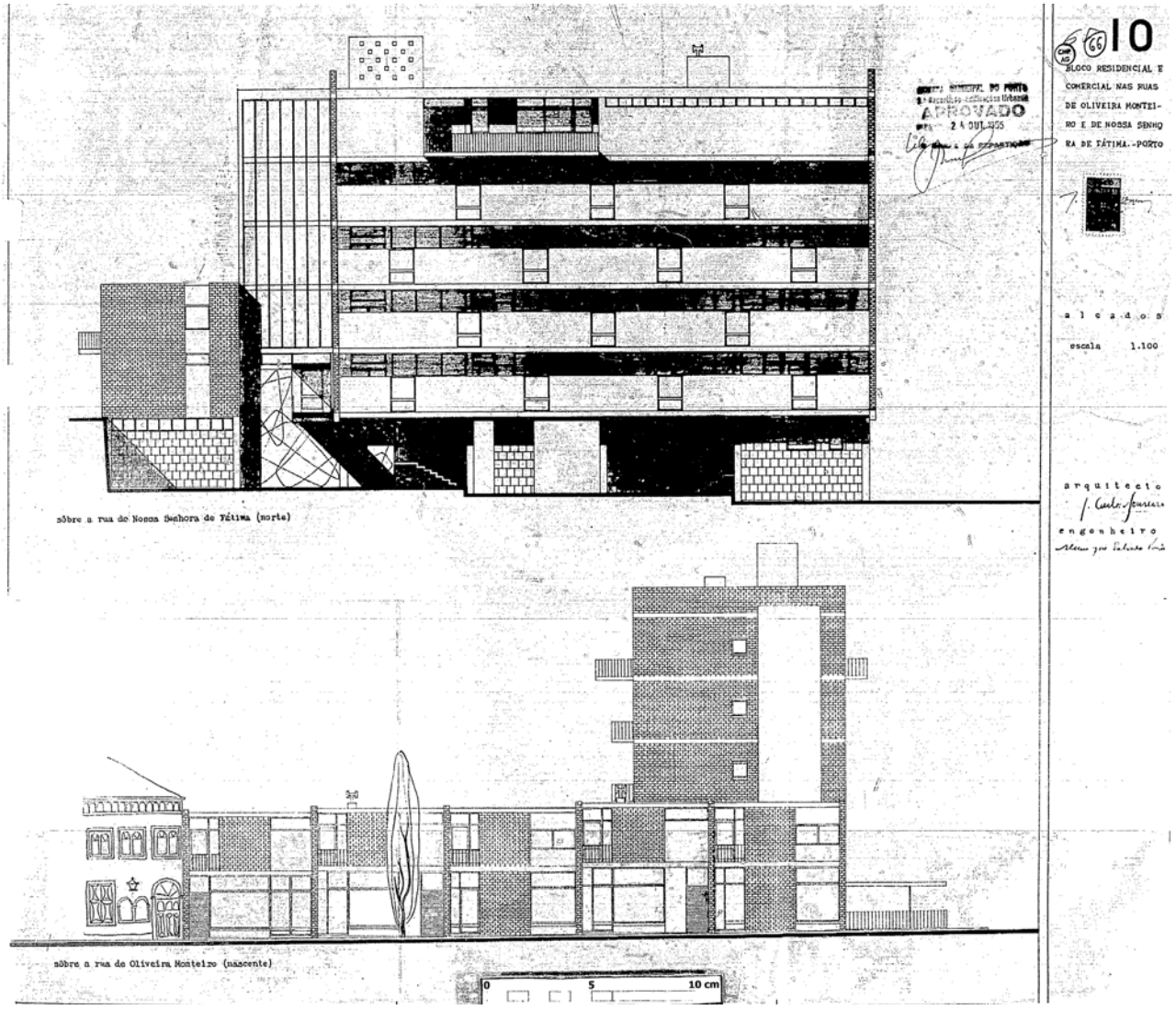
A1.87

Doc.1.C.4.d) Corte transversal



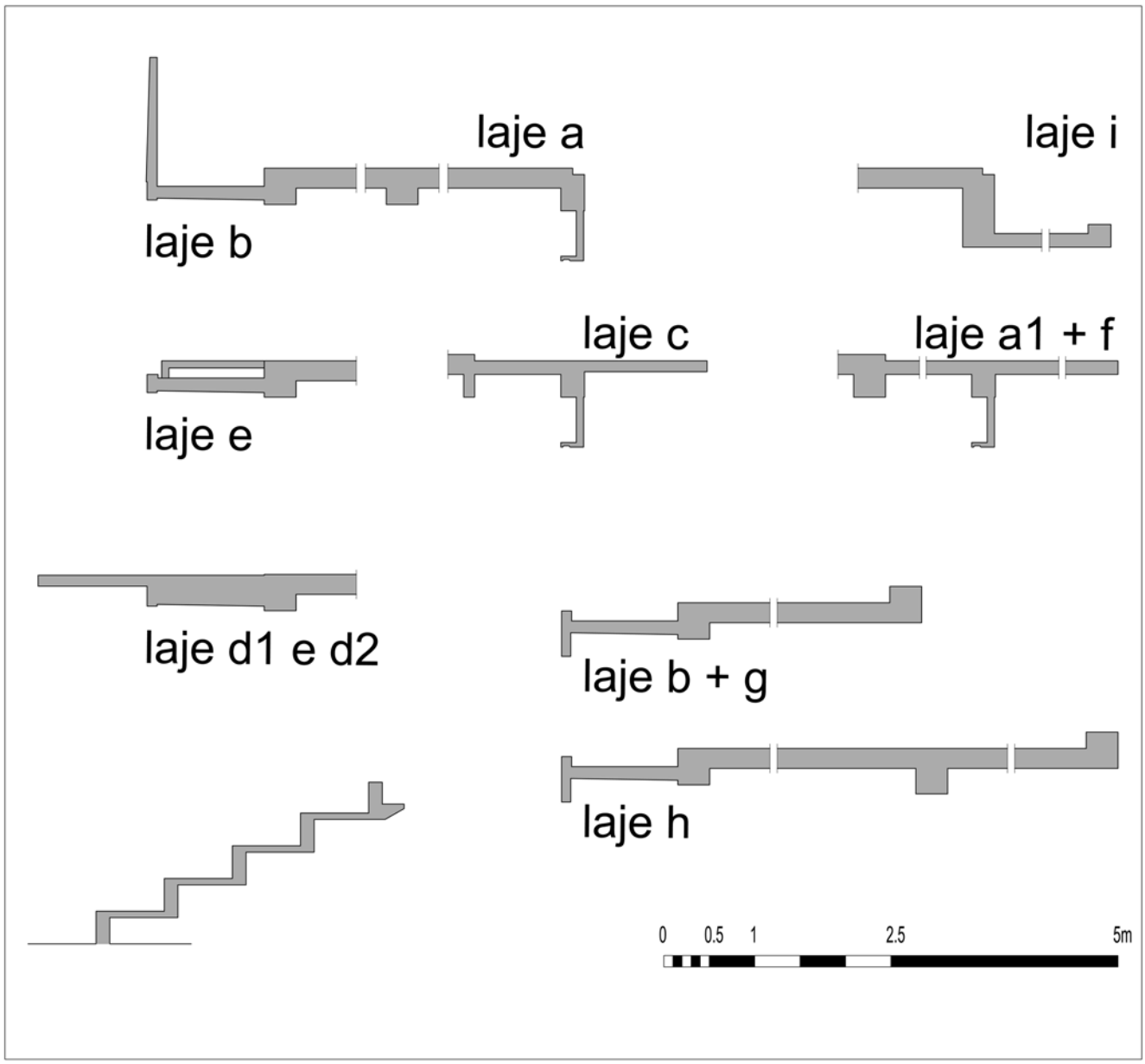
A1.88

Doc.1.C.4.e) Alçados Norte e Nascente



A1.89

Doc.1.C.4.f) Desenho simplificado (sem representação de armadura) das lajes de betão armado.



A1.90

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - 2ª FASE

(CMPorto & Loureiro, 1955)

Documento nº 1.C.5.Memória descritiva e justificativa

Transcrição total da memória descritiva do Projecto de Licenciamento da segunda fase do empreendimento. (Loureiro, 1959)

Do projecto de conjunto do edifício situado no ângulo das ruas de N. S. de Fátima e Oliveira Monteiro, construiu-se até à data uma parte onde se acha incluída uma escola musical com o nome de PARNASO dispondo de uma pequena sala para música e aulas colectivas de orquestras juvenis, cultura musical, ballet, etc. e três pequenas aulas para lições individuais.

Verificando o aumento progressivo da frequência de alunos sente-se necessidade de criar uma sala grande exclusivamente destinada a

ballet e mais quatro aulas podendo reunir uma dúzia de alunos aproximadamente, cada.

Apresenta-se agora em aditamento o projecto respondendo a tal objectivo, ocupando-se com os elementos referidos, o espaço que no projecto primitivo se destinava a garagens individuais e armazém dum estabelecimento comercial.

Desta forma se ampliam as possibilidades de acção de um estabelecimento cultural de interesse para a cidade. Evita-se ao mesmo tempo o acesso futuro de veículos ao pátio do prédio, destinado até agora a recreio dos alunos com vantagens que não vale a pena enaltecer.

Com muitas condicionantes de espaço e de subordinação a elementos já existentes incluindo árvores que pretendemos conservar, procurou-se uma organização simples, em que os espaços internos e externos fossem agradáveis, desenvolvendo-se de forma rítmica e fácil.

No rés-do-chão, ao nível do jardim situa-se a hall que se prolonga para uma larga galeria, ambos iluminados através de uma estufa com plantas escolhidas. A galeria será ainda iluminada e ventilada pelo espaço compreendido entre a cobertura do hall e o tecto da galeria ou seja a face interior da laje de pavimento da aula nº 4 (v. corte AB). A sala de ballet precisa de extensas superfícies de parede para encosto de barras. A sua iluminação é largamente assegurada pelo lanternins da cobertura (v. pl. 1º andar) e a ventilação pelas janelas previstas e por grelhas de ventilação providas ainda de exaustores eléctricos. Prevêem-se instalações sanitárias para ambos os sexos com duches e cabines-vestiário individuais. Apesar de disporem e aberturas para o exterior estas instalações serão ventiladas também por chaminés, assegurando-se assim a ausência de cheiros em todo o edifício (v. pl. do r/c e do 1º andar).

As aulas serão amplamente envidraçadas, assegurando a iluminação natural mais eficaz. Serão cuidados os isolamentos acústicos entre as aulas e os elementos estranhos à própria escola (estabelecimento e habitação no último piso), como aconteceu na parte já construída com resultados satisfatórios. Prevê-se de resto extremo cuidado em todos os pormenores para que os alunos disponham de boas condições físicas na sua escola e sintam igualmente uma influência psíquica benéfica determinada pelo equilíbrio dos espaços, das cores, da luz, dos materiais, da arquitectura, em suma.

Será uma ambição excessiva, mas não é mau que ela exista.

Os materiais serão em tudo idênticos aos já usados na obra realizada.

Documento nº 1.C.6.Memória descritiva de betão armado

A1.91

Transcrição de extractos da memória descritiva do Projecto de Estabilidade da segunda fase do empreendimento. (Paixão, 1959)

[...]

Na habitação A, serão em betão armado o pavimento do andar e a cobertura em terraço, bem como as escadas e varandas.

A laje B do andar será contínua de dois tramos e em elementos vazados; a da cobertura será em laje de elementos vazados, com armadura cruzada. Em certos pontos a lajes apoiarão nas paredes das fachadas.

Na habitação B serão em betão armado os pavimentos do rés-do-chão e do andar, e a cobertura em terraço, bem como a escada e as varandas.

As lajes dos pavimentos e as da cobertura serão em elementos vazados.

Foram respeitadas as tensões regulamentares, tanto para o aço como para o betão.

Como elementos de cálculo utilizaram-se as tabelas de Vasco Costa e de Ehlers.

As dosagens e as qualidades dos materiais serão as expressas no regulamento português de betão armado".

16 de Maio de 1959

PROJECTO DE EXECUÇÃO

(Loureiro, [1959]-b)

Documento nº 1.C.7. Caderno de Encargos [2ª fase de Obra]

Caderno de encargos da segunda fase do empreendimento constituída por 2 conjunto de folhas numeradas, o primeiro com 29 páginas, correspondendo aos capítulos de construção civil, e o segundo, com 24 páginas, correspondendo aos capítulos de carpinteiro, serralheiro, picheleiro e electricista.
(Loureiro, [1959]-a)

Caderno de Encargos para a Construção da 2ª Fase do Prédio no ângulo das Ruas de N. S. de Fátima e Oliveira Monteiro para o Exmo. Senhor Professor Fernando Correia de Oliveira e sua Exma. Esposa Senhora Dona Maria Feliciana S. O. Sampaio Correia de Oliveira

I PARTE - CONDIÇÕES GERAIS

1

A direcção da obra será exercida pela Fiscalização, constituída pelo arquitecto autor do projecto e pelo engenheiro autor dos cálculos de estabilidade, cujo fim é verificar se a obra está a ser feita de harmonia com as prescrições do presente Caderno de Encargos.

A1.92 *A Fiscalização prestará ainda ao empreiteiro todos os esclarecimentos necessários à perfeita execução dos trabalhos, sem que por tal motivo seja modificada qualquer responsabilidade que incumbir ao empreiteiro.*

2

O empreiteiro obriga-se:

a) a cumprir a legislação portuguesa referente à construção, responsabilidade de empreiteiros, segurança de operários, prejuízos a terceiros, etc...

b) a seguir fielmente os desenhos, cálculos, orçamentos e demais elementos do projecto que constituem objecto da presente empreitada.

c) a cumprir os preceitos deste Caderno de Encargos em todas as suas partes, incluindo quaisquer aditamentos que ulteriormente venham a ser estabelecidos de comum acordo com o empreiteiro e a Fiscalização.

3

É obrigação do empreiteiro o executar por sua conta pelo preço ou preços apresentados na sua proposta e dentro do prazo fixado no presente Caderno de Encargos, todos os trabalhos necessários à execução da obra, que estejam previstos nas diversas peças desenhadas o escritas que formem as partes constituintes do projecto.

Compete-lhe também a realizar todos os trabalhos subsidiários, complementares ou finais que forem necessários ou consequentes para a perfeita execução dos que são especialmente designados ou previstos sem quaisquer excepções a não ser as especificamente indicadas no Caderno de Encargos, não sendo portanto de atender nenhuma reclamação por parte do empreiteiro, de não ter previsto na sua proposta qualquer trabalho em correlação com o projecto, tanto preparatório, como complementar.

4

Todos os trabalhos deverão ser feitos com a devida perfeição e segurança, empregando materiais que satisfaçam as condições técnicas e de resistência impostas para cada espécie de obra e o empreiteiro será obrigado ao fiel cumprimento de todas as indicações ou ordens que lhe sejam dadas pela Fiscalização sobre a execução dos trabalhos, materiais, locais do seu emprego, etc...

5

O empreiteiro obriga-se a satisfazer qualquer multa em que venha a incorrer por infracção dos preceitos legais, e, se se julgar necessário a entrar num ajuste em papel selado para bom cumprimento deste Caderno, pagando 50% das despesas que com o mesmo se fizerem.

6

O empreiteiro só poderá dar início a qualquer obra com autorização da Fiscalização, que lhe fornecerá verbalmente ou por escrito, todas as instruções julgadas necessárias.

7

Serão total ou parcialmente demolidas quaisquer obras que não estejam em condições de merecer a aprovação da Fiscalização, quer por inferior qualidade dos materiais, erro do seu emprego, ou má execução dos trabalhos, quer por não interpretarem convenientemente o previsto no projecto, Caderno de Encargos ou instruções especiais.

Fica, portanto, obrigado o empreiteiro e sem quaisquer encargos para o Proprietário a repor as partes demolidas ou alteradas, que só serão aceites se tiverem o pleno consentimento da Fiscalização.

8

Não serão atendidas reclamações que se refiram à natureza e qualidade dos materiais a vir a empregar nesta obra e, muito especialmente os que vão especificados neste Cadernos de Encargos.

9

O empreiteiro não poderá em caso algum obstar que a Fiscalização contrate pessoal para acelerar a marcha da execução dos trabalhos quando entender que isso é necessário, ficando além disso responsável pelo pagamento de salários respectivos e pelo cumprimento de todas as disposições legais em vigor.

10

Quando a Fiscalização entender que, apesar das suas instruções e avisos, a marcha dos trabalhos continua mal, não só na maneira da sua execução, mas também no que se refere à duração dos mesmos, poderá rescindir o respectivo contrato, ficando o Proprietário com direito de ser indemnizado pelos prejuízos que essa rescisão lhe possa causar.

11

O empreiteiro nunca poderá invocar qualquer alteração parcial ao projecto ou Caderno de Encargos, que a Fiscalização julgue necessário introduzir, como motivo para que lhe seja ampliado o prazo de conclusão.

12

Qualquer erro ou omissão que os desenhos e mais elementos do projecto possam conter, não servirão de base ao empreiteiro para se

eximir à completa e pura execução de trabalhos ou funcionamento das instalações que fizer.

13

O empreiteiro obriga-se a apresentar à Fiscalização amostras dos materiais a empregar sempre que lhe sejam pedidos, ficando a Fiscalização com o direito de rejeitar tudo o que entenda não satisfazer as suas finalidades.

14

O empreiteiro deverá ser construtor civil diplomado e de comprovada idoneidade moral e profissional, será obrigado a despedir imediatamente qualquer empregado que falte ao respeito à Fiscalização ou desacate as suas instruções.

15

Ficam a cargo do empreiteiro a responsabilidade pela segurança, assistência e seguro dos operários e também o cumprimento de todos os regulamentos em vigor sobre acidentes, desastres, seguranças de andaimes, etc...

16

Serão da responsabilidade do empreiteiro todas as indemnizações a pagar pela ocupação temporária ou permanente de terrenos ou quaisquer serventias precisas para a realização dos trabalhos.

Serão também da sua conta os prejuízos que, por qualquer motivo, acarrete por si ou por pessoa sua a terceiros.

17

Não será permitido passar a empreitada ou tarefa sem autorização da Fiscalização e quando isso suceda, subsiste a responsabilidade do empreiteiro que, para todos os efeitos se considerará solidária com a daquele para quem foi feira a distribuição ou passagem. No caso de os tarefeiros ou subempreiteiros serem aceites pela Fiscalização, esta fica sempre com o direito de exigir que o empreiteiro dispense o serviço de qualquer deles, quando reconheça que não satisfazem.

18

Pode ser causa de rescisão do contrato o facto de qualquer tarefeiro ou subempreiteiro alegar desconhecimento de algumas das cláusulas deste Caderno de Encargos.

Por isso o empreiteiro exigirá dos tarefeiros ou subempreiteiros, documentos por eles devidamente assinados em que declarem estar de acordo com as condições do mesmo Caderno de Encargos, e ainda que se comprometem a não incomodar a Fiscalização ou o Proprietário com assuntos que envolvam a falta de cumprimento dos seus contractos com o empreiteiro.

19

O empreiteiro será obrigado a executar qualquer alteração parcial ao projecto ou Caderno de Encargos, que no decorrer dos trabalhos se reconheça necessário ou conveniente fazer, depois de ter combinado com o Proprietário a base de preço para mais ou para menos em que ele se deve realizar.

20

A Fiscalização recusa-se terminantemente a tratar com os tarefeiros ou subempreiteiros sobre assuntos de pagamentos.

21

O empreiteiro tratará e pagará todas as licenças necessárias para a execução e conclusão dos trabalhos exceptuando a licença de obra e as licenças dos S.M.A.S. e electricidade que são da conta do Proprietário.

22

A Fiscalização intimará o empreiteiro a retirar para longe do local da obra os materiais julgados impróprios ou defeituosos que estejam juntos desta, indicando em cada caso o prazo dentro do qual se deve efectuar a remoção.

23

A Fiscalização terá o direito de pedir ao empreiteiro informações sobre os materiais e de julgar acerca da sua procedência e valor, podendo examinar as origens dos fornecimentos e outros detalhes.

24

Além das amostras a que se refere o Artº. 13º, o empreiteiro preparará e fornecerá as que a Fiscalização lhe pedir, evidenciando a maneira como os materiais ou trabalhos são acabados e as suas diferentes operações, devendo todos os materiais ou trabalhos posteriores serem realizados absolutamente de acordo com os modelos e amostras aprovadas.

25

O prazo para a execução total dos trabalhos é de 12 meses, contados 8 dias após a assinatura do contrato, acarretando ao empreiteiro o compromisso de pagar a multa 200$00 por cada dia ultrapassado.

Nestes prazos incluem-se domingos e dias feriados nacionais. A multa poderá deixar de ser aplicada no casa de o Proprietário entender que o atraso foi motivado por motivos estranhos à vontade do adjudicatário.

26

O empreiteiro deverá indicar na sua proposta o preço global da obra incluindo as fundações médias previstas nos elementos do projecto e além disso os preços de um metro cúbico de escavação e de um metro cúbico de betão armado em fundações afim de se fazer o acerto para mais ou para menos do custo das referidas fundações se se vier a verificar alteração nas medidas que foram previstas. **A1.93**

27

O empreiteiro é responsável por quaisquer danos que se venham a verificar sobre as árvores existentes, devendo tomar todas as medidas para os evitar,

Por cada deteriorada pagará a importância de mil escudos.

OBRA DE PEDREIRO

OBJECTO DA EMPREITADA: - Os trabalhos relativos à empreitada de pedreiro previstos nos desenhos e neste Caderno de Encargos conforme discriminação que a seguir se faz:

a) Demolição do prédio existente na Rua de Oliveira Monteiro e do muro do jardim e remoção de entulhos. A pedra em bom estado poderá ser utilizada em fundações.

b) Abertura de cavoucos e movimentos de terras necessários para completa execução da obra.

c) Fundações em alvenaria hidráulica de granito com a profundidade média de 1,00 m. e a espessura média de 0,50 m.

d) Muros de suporte na cave e nos armazéns com a espessura máxima de 0,60 m.

e) Recalcamento da parede de meação com o vizinho do lado Sul na parte da cave e limpeza e refechamento de juntas com argamassa de cimento e areia ao traço 1/3, em toda a parede de meação.

f) Paredes de elevação em perpianho de 0,28 m. em todos os locais onde não se indique tijolo vidrado ou explicitamente parede dupla.

g) Paredes exteriores nos locais onde se indica tijolo vidrado, em tijolo de 40 x 20 x 20, com 20 cms. de espessura (o tijolo vidrado vai incluído na obra de trolha).

h) Divisórias interiores em tijolo de 30 x 15 x 6, singelas ou duplas de acordo com as indicações do projecto. No corpo do edifício em que existem aulas, todas as divisórias serão assentes sobre tiras de cortiça de 1'' de espessura, em todos os pisos.

i) Chaminés em tijolo de 23 x 11 x 8, a meia vez.

j) Impermeabilização de sobreleitos de alicerces e de face interior de muros de suporte com emboço hidrófugo queimado à colher.

l) Betonilha com caixa de brita de 0,15 m. de espessura e camada de betão de 0,08 cms. de espessura. Nos locais de assentamento de divisórias a betonilha será previamente hidrofugada.

m) Alteração dos vãos na garagem existente que será transformada em armazém e construção da escada respectiva.

n) Abertura de roços para as obras de picheleiro e electricista.

o) Toda a obra de betão armado prevista nos desenhos e de acordo com os cálculos respectivos.

NOTA:- A cobertura da sala de ballet não é em betão, não fazem por isso parte desta empreitada. Far-se-á no entanto uma cinta de betão com cerca de 26 x 26 cms., fracamente armada no coroamento da parede de tijolo.

2

IMPLANTAÇÃO:- A obra será implantada com a assistência da Fiscalização.

A1.94

3

MOVIMENTO DE TERRAS:-

a) Quaisquer que sejam as dificuldades que sobrevenham na execução das escavações, o preço unitário não será alterado, entendendo-se que o adjudicatário se inteiro devidamente, antes do concurso, da natureza do terreno e das condições dos trabalhos que se propunha executar.

b) Os aterros serão formados de terras isentas de raízes ou de quaisquer detritos vegetais.

c) Os trabalhos de escavações e terraplanagens serão encaminhados por forma a facilitar o escoamento das águas pluviais e de pequenas infiltrações, correndo por conta do adjudicatário as despesas daí provenientes.

d) O empreiteiro deverá retirar do local da obra todos os entulhos e excedente de terras, para que no fim o terreno se apresenta tal como se indica no projecto.

4

CAVOUCOS:- Os cavoucos serão abertos até ao firme. O fundo nivelado. Poderá formar-se um outro degrau longitudinal se o firme for encontrado com inclinação pronunciada. Os cavoucos não poderão ser cheios sem prévia verificação e aprovação da Fiscalização.

5

ARGAMASSAS:- As dosagens de argamassa e betão destinadas às diferentes espécies de trabalho serão as seguintes:

Emboço hidrófugo	*1 cimento, 2 areia, 5% de Higromedon*
Alvenaria de tijolo	*1 cimento, 3 areia*
Alvenaria de perpianho	*1 cimento, 3 areia*
Muros de suporte	*1 cimento, 4 areia*
Alvenaria em fundações	*1 cal hidráulica, 4 areia*
Betão	*300 Kg. cimento, 0.8 m^3 brita e 0,4 m^3. areia.*

O adjudicatário tomará as providências necessárias para que a Fiscalização da obra possa verificar, com facilidade e em qualquer ocasião qual a dosagem que está sendo empregue e bem assim para que haja a garantia de constância da dosagem fixada, enquanto estiver sendo empregue num determinado trabalho.

6

As argamassas serão fabricadas por meios manuais ou mecânicos preferindo-se no entanto estes últimos, no seu fabrico observar-se-ão os preceitos usuais e proceder-se-á de forma que as mesmas fiquem o mais homogéneas possível, devendo a quantidade de água ser a suficiente para se obter uma argamassa ou betão de consistência média, o que se verificará quando, agitando a massa na mão ela forma uma bola ligeiramente húmida à superfície, mas não se deixando cair por entre os dedos.

Preparar-se-ão de cada vez as quantidades suficientes para que cada amassadura seja aplicada de seguida e por completo. Os betões serão fabricados por meios mecânicos e em ambos os casos em um cais de abrigo das chuvas e do sol.

A água empregada satisfará as condições indicadas na parte referente à natureza e qualidade dos materiais.

7

Não será permitido o emprego de betões fluidos nem daqueles que tenham principiado a fazer presa no amassadouro; não é igualmente permitido o emprego de amassaduras cujas dosagens não tenham sido convenientemente feitas e que portanto se tenham pretendido corrigir com a adição de novas quantidades de cimento ou água.

§ Único A Fiscalização reserva-se o direito de mandar demolir qualquer obra em que não tenham sido observados os preceitos deste artigo.

8

O abastecimento de água necessário para toda a obra será de conta do adjudicatário.

9

O empreiteiro deverá submeter à aprovação da Fiscalização os cálculos e detalhes da construção de todos os elementos não pormenorizados no projecto, não podendo proceder à construção de qualquer desses elementos sem que os referidos detalhes tenham sido aprovados e visados pela Fiscalização.

§ Único: A aprovação e o visto da Fiscalização a que se refere este artigo não atenua a responsabilidade que incumbe integralmente o empreiteiro em todos os trabalhos que executar e relativamente à segurança da obra em conjunto.

10

BETÃO ARMADO:- Os trabalhos de betão armado serão executados com absoluta observância de todas as prescrições regulamentares portuguesas, com os cálculos anexos ao processo e das regras e preceitos que, embora não incluídos nos regulamentos portugueses aplicáveis, sejam contudo correntes na técnica de tal trabalho, ainda mesmo que não estejam expressamente especificados no Caderno de Encargos e na Memória descritiva.

11

Os moldes e cimbres, bem como os respectivos contraventamentos e escoroamentos deverão satisfazer o preceituado no Artº. 57 do regulamento de Betão Armado. Os moldes deverão além disso ser executados de modo a que se obtenham superfícies lisas e bem desempenadas correspondendo aos desenhos do projecto.

12

O empreiteiro deverá deixar abertos os furos para chaminés de ventilação e descargas de esgotos já previstos no projecto ou outros que eventualmente venham a ser determinados pela Fiscalização.

Antes do início da construção dos moldes e escoroamentos, as disposições projectadas pelo adjudicatário devem ser submetidas à aprovação da Fiscalização.

A aprovação não atenuará, porém, a responsabilidade do empreiteiro, relativa a esta espécie de trabalhos.

Na execução de betonagem seguir-se-ão os preceitos constantes do Artº. 61º. Do regulamento de Betão Armado e as mais modernas normas que regulam a perfeita execução deste género de trabalhos.

O empreiteiro tomará as precauções necessárias para que a posição das armaduras não se modifique durante o enchimento dos moldes e a vibração do betão. A vibração será tanto mais cuidadosa quanto menos fluído for o betão tendo todavia como limite a resumagem da água.

Em todos os trabalhos de betonagem realizados em tempo quente serão tomadas as precauções necessárias para evitar a presa demasiadamente rápida do betão, cobrindo-se com sacos, areia, etc., molhados durante os primeiros três dias. Algumas horas após a moldagem, regar-se-ão abundantemente as partes moldadas o mesmo se fará durante os primeiros oito dias pelo menos duas vezes por dia. Não se deverão fazer betonagens a temperaturas inferiores a 0º, a não ser em casos excepcionais em que deverão tomar-se as precauções especiais (Reg. B. A. - Artº. 61º. a).

A Fiscalização dos trabalhos de betão armado será exercida segundo os princípios constantes do artigo 63º. do regulamento de Betão Armado.

De harmonia com estas disposições todas as peças ou partes de estrutura que a Fiscalização entender, serão sujeitas a provas realizadas na presença de delegados seus, a fim de se avaliar a sua resistência.

Serão de conta do empreiteiro o fornecimento dos aparelhos para as verificações, bem como as despesas com o pessoal, andaimes e passadiços necessários para visitar as diferentes partes da obra durante os ensaios.

13

Os materiais a utilizar deverão ser da melhor qualidade, devendo o empreiteiro retirar para fora do local da obra, no prazo que lhe for exigido, todos os que a Fiscalização entender não satisfazerem.

14

A pedra para cantaria deverá ser de grão fino, dura e de cor uniforme.

A pedra para alvenaria rusticada deverá ser dura, de cor variada e de grão fino. A alvenaria será executada com pedras partidas, sem picadas nas faces aparentes e de acordo com todas as indicações da Fiscalização.

15

BETONILHAS:- As betonilhas serão constituídas por uma camada de betão assente sobre uma outra de cascalho de 0,15 m de espessura.

O terreno e a camada de cascalho serão previamente, um por cada vez, regados e batidos a maço.

Sobre a camada de betão também a maço, lançar-se-á um reboco de regularização e nivelamento fortemente comprimido.

O traço do betão a aplicar será de 1 de cimento, 2 de areia e 4 de brita.

OBRA DE TROLHA

OBJECTO DA EMPREITADA:- Os trabalhos relativos à empreitada de trolha são os respeitantes a revestimentos de tectos, paredes, pavimentos, etc., de acordo com o projecto e com a discriminação que a seguir se faz.

a) Emboço hidrófugo em todos os paramentos exteriores, em pavimentos de quartos de banho, em varandas de serviço e betonilhas, bem queimado à colher.

b) Revestimento de superfícies exteriores com tijolo vidrado, amarelo, igual ao aplicado na parte já construída. **A1.95**

O tijolo será assente com argamassa hidrófuga, encostado e colado com argamassa à parede de tijolo de 20 construída pelo pedreiro e hidrofugada como se prevê na alínea anterior. As condições de assentamento, a divisão, a forma de rematar os topos, etc. serão idênticas às já usadas na parte construída.

c) Revestimento das restantes superfícies exteriores, incluindo a garagem já construída com mosaico EVINEL de 2 por 2 cm, cinzento e branco, como na parte já construída.

d) Tectos exteriores revestidos com guarnecimento areado e pintura com tinta plástica.

e) Isolamento térmico de coberturas com celulite com 6 cm de espessura média (exceptua-se a cobertura da sala de ballet).

f) Impermeabilização de coberturas com feltros betuminosos e asfalto com as seguintes camadas:

1 feltro nº 1

1 camada de mastic

1 folha de zinco nº 5

1 camada de mastic

1 feltro nº 3

1 camada de mastic

1 camada de godo lavado e crivado

A impermeabilização será rematada em todos os seus limites e ligações com paredes ou tubos de queda de águas pluviais, com rufos de zinco nº 12.

Na sala de ballet será feita uma impermeabilização do tipo de feltro com protecção na superfície exterior em lâmina de cobre, com juntas livres de dilatação.

g) Protecção de impermeabilização com planos de betão fracamente armadas, assentes nos quatro cantos, com cerca de 50 x 50 x 5 cm (exceptua-se a sala de ballet).

PAREDES INTERIORES

h) Revestimento de paredes com azulejo branco de 15 x 14, de 1ª escolha, Valadares, nos seguintes locais:

- varandas de serviço até 1,80 m de altura

- cozinhas, nos locais onde não se encostem móveis, copas, instalações sanitárias dos estabelecimentos até 2 m de altura

- quartos de banho de criada até 1,50 m de altura

- instalações sanitárias de alunos e compartimento denominado limpeza, até ao tecto.

i) Revestimento de paredes com azulejo de cor, de 10 x 10 boleado, Valadares nos quartos de banho principais até 2 m de altura e na estufa.

j) A sala de ballet, as paredes de hall, estufa, a galeria e a caixa de escada das aulas terão as paredes revestidas com tijolo prensado de 20 x 10 x 2.

l) As paredes da cava e dos armazéns serão rebocados e guarnecidos a areado e caiadas.

m) As restantes paredes serão rebocadas e guarnecidas a areado fino e pintura plástica nos corredores, caixas de escada, halls e despensas e a massa de areia fina, cal branca em pasta e gesso e pintura plástica nos restantes locais.

A1.96 *As aulas não terão qualquer revestimento por parte do trolha a não ser nas paredes que têm janelas. Nas outras e no tecto serão feitos pelo carpinteiro revestimentos com cortiça. Compete no entanto ao trolha pintar a cortiça das paredes. A do tecto não levará pintura.*

PAVIMENTOS

n) Os pavimentos e rodapés das cozinhas, copas, despensas, instalações sanitárias dos estabelecimentos e de alunos, compartimento de limpeza, quartos de banho de criadas, copas e varandas de serviço serão em mosaico hidráulico de marmorite, de 20 x 20 cm.

o) Os pavimentos e rodapés dos quartos de banho principais das habitações serão em Lioz, polido de cerca de 30 x 30.

p) Os pavimentos e rodapés dos estabelecimentos, escadas de acesso às habitações e escada de acesso às aulas serão em marmorite granulado de 5 mm de espessura média. Nas escadas os espelhos e rodapés serão igualmente em marmorite.

q) Os pavimentos do hall, galeria e patamares de escada na secção de aulas e as varandas das habitações serão em mosaico cerâmico hexagonal, nacional, cores de palha e azul.

r) Os pavimentos e rodapés dos armazéns, escadas respectivas e cave da parte de aulas com a escada respectiva, serão revestidos com argamassa de cimenta e areia de traço 1/3 esquartelada.

s) Regularização de todos os restantes pavimentos com reboco de argamassa de cimento e areia ao traço 1/4, para assentamento dos materiais de revestimento.

t) Revestimento de espelhos e capas de degraus e patamares exteriores de acesso às aulas com Lioz de 5 cm de espessura.

u) Bases de chuveiros nas instalações sanitárias de alunos em cimento queimado.

TECTOS

v) Os tectos interiores dos armazéns, caves da parte das aulas, arrumos e compartimento de limpeza serão rebocados e guarnecidos a areado fino com caiação.

x) Os restantes tectos interiores serão estucados a branco com pequena sanca de remate.

Os tectos da sala de ballet e aulas não terão por parte do trolha qualquer revestimento.

DIVERSOS

z) Todas as janelas levarão na parte exterior soleira lisas de 0,15 de largura e 0,025 m de espessura em mármore Estremoz polido.

z_a) Todas as portas exteriores levarão soleiras de 5 cm de espessura, rebaixadas, em mármore Estremoz polido.

z_b) Na base das caixilharias das montras e na sua face interior serão colocadas soleiras lisas em mármore Estremoz liso, com 0,025 m de espessura.

z_c) Em cada habitação, o empreiteiro colocará uma pia de lavar roupa com as medidas aproximadas de 0,90 x 0,60 m.

z_d) Ao empreiteiro compete a execução de toda a obra de saneamento que não diga respeito a tubagens de ferro galvanizado e fibrocimento (descarga de retretes). Compete-lhe portanto o fornecimento e colocação de sifões de pátio, caixas de visita, tubagens de grés e rede subterrânea de esgotos de águas pluviais, em tubos de cimento de 0,10, incluindo esgoto das águas do jardim. O pagamento de licenças e ligações não será da sua conta.

z_e) Os pilares do hall da parte de aulas serão revestidos com mosaico Evinel de 2 x 2 cm. O mesmo revestimento se fará nas ombreiras do lado interior das janelas e portas das habitações.

z_f) Os caminhos indicados no projecto serão feitos com lajes de betão fracamente armado, com revestimento em godo, iguais às já existentes.

z_g) Caixilharia em gracifer com prumos espaçados de 15 cm sobre a parede de meação na estufa.

z_h) Grelha em elementos pré-fabricados de betão na caixilharia da sala de aula voltada a Poente na parte que abre sobre o vizinho.

PINTURAS

z_i) Além das pinturas de paredes já previstas o empreiteiro deverá pintar todas as peças de madeira exteriores, portas interiores e caixilharias fixas que dêem sobre cozinhas, instalações sanitárias, quartos de banho, armazéns, cave, móveis de cozinha e todas as peças metálicas (ferro ou zinco) interiores e exteriores.

A pintura será feita com um demão de aparelho, que sobre superfícies metálicas será de zarcão, massas, uma demão de esmalte sintético diluído a 50% e uma demão de esmalte puro

z_j) As restantes madeiras interiores serão enceradas.

VIDROS

z_l) Os vidros exteriores serão em vidraça belga de 5 mm com excepção dos vidros dos armazéns que serão em vidro cruzado nacional, das montras dos estabelecimentos que serão em cristal de 7 a 8 mm e das cozinha, instalações sanitárias de alunos.

z_m) As portas e caixilharias interiores levarão vidro cruzado nacional. Na caixilharia entre o hall da parte de aulas e a estufa será colocado vidro belga 5mm. Os sacos de cheiros das cozinhas levarão também vidro cruzado nacional.

z_n) Sobre a estufa serão colocadas placas de plástico Onduclaire ou Fibroplast translúcido com rufos e vedações em zinco nº 14.

z_p) Tampos em pe[11]rspex moldado, com o diâmetro de 0,50 m em clarabóias sobre a casa maior conforme se indica na planta do 2º andar.

z_q) As montras levarão vidro belga na sua parte interior conforme as já existentes.

z_r) Na caixilharias de gracifer da estufa será colocado vidro de lentilha, nacional.

z_s) Nos lanternins da sala de ballet cuja caixilharia é em ferro galvanizado, será colocado vidro nacional de 5 a 6 mm, assente com betume de mastic "STOPSTARA".

MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E QUALIDADE DOS MATERIAIS

1

Todos os trabalhos deverão ser feitos como mandam as boas normas de resistência e com perfeito acabamento. Os materiais a empregar serão de boa qualidade e sujeitos sempre à aprovação da Fiscalização.

§ Único:- Serão destruídas e feitas de novo por conta do empreiteiro as partes em que se observem defeitos de qualquer natureza, proveniente quer de má execução quer de má qualidade dos materiais.

2

Nos revestimentos lisos ou ásperos as superfícies serão perfeitamente desempenadas e as arestas e perfis bem desenvolvidos e alinhados.

3

Os revestimentos de estuque nos tectos serão feitos sobre um primeiro esboço para estuque feito com gesso e massa de areia e serão executadas com o emprego de cal muito branda, cozida a mato e gesso da melhor qualidade nas devidas proporções.

4

Para todo o género de revestimentos o empreiteiro mandará previamente preparar amostras de dimensões suficientes a permitir a devida apreciação pela Fiscalização, amostras que serão sujeitas às mesmas condições de trabalho em que deverão ser aplicadas definitivamente; a sua aplicação na obra só se efectuará depois de as amostras terem merecido a devida aprovação.

5

A execução de todos tipos de pavimento deve ser muito cuidada, devendo todas as peças ou superfícies ser perfeitamente desempenadas e niveladas de modo a não haver depressões nem arestas salientes.

6

Nos pavimentos de mosaico e nos revestimentos de azulejos, as peças devidamente molhadas, serão assentes com argamassa hidráulica de forma a que os ângulos se correspondam exactamente e as superfícies fiquem desempenadas. Antes do fim da presa deverão limpar-se cuidadosamente as superfícies. O azulejo será chapiscado com argamassa de cimentos e areia dois dias antes do assentamento.

7

As pinturas deverão ser feitas com materiais da melhor qualidade.

O esmalte a aplicar será nacional da melhor qualidade aceite pela Fiscalização.

8

As tintas de água e de óleo a aplicar em paredes serão igualmente de boa qualidade e oportunamente escolhidas pela Fiscalização.

9

As cores a aplicar serão de tons claros.

10

As obras de saneamento deverão ser feitas segundo os elementos do projecto e as normas em vigor e dentro de todas as condições e regulamentos aprovados pelos Serviços Municipais.

Todas as caixas de visita e sifões de pátio levarão tampa de ferro hidráulica.

11

As chaminés de ventilação de quartos de banho, cozinhas e descarga de lixos serão rematadas de acordo com as indicações do projecto e detalhes a fornecer oportunamente.

12

A execução de toda a obra está sujeita às condições e detalhes que serão fornecidos ao Empreiteiro pela Fiscalização.

13

A1.97

As dosagens de argamassa serão as seguintes:

a) Isolamento hidrófugo	*1 cimento, 2 areia fina com 5% de Higromedon*
b) Reboco exterior	*1 cal hidráulica, 3 areia*
c) Guarnecimento exterior	*1 cimento, 1 cal gorda e 8 areia fina*
d) Alvenaria de tijolo	*1 cimento, 3 areia*
e) Assentamento de azulejo	*1 cimento, 2 cal gorda, 3 areia e 3 saibro*
f) Assentamento de mosaico	*1 cimento, 1 cal gorda e 5 areia*

14

A água a empregar na obra será da conta do empreiteiro.

15

Todos os materiais a empregar em pinturas deverão entrar no local da obra nos recipientes fornecidos pelo fabricante intactos, não sendo permitida a entrada e aplicação de qualquer material que não venha nestas condições ou que não tenha a garantia de não ter sofrido qualquer alteração a partir da fábrica fornecedora.

- -

11. Marca de um tipo de acrílico http://www.lucite.com/perspex.asp

http://en.wikipedia.org/wiki/Poly_%28methyl_methacrylate%29

OBRAS DE CARPINTEIRO E SERRALHEIRO

OBJECTO DA EMPREITADA:- Compete ao empreiteiro a execução de toda a obra de carpintaria e serralharia previsto nos desenhos e na discriminação deste Caderno de Encargo:

a) Caixilharias e portas exteriores em macacaúba ou sucupira de acordo com os detalhes respectivos e segundo a seguinte discriminação:

Fachada Sobre a Rua Oliveira Monteiro

As janelas dos quartos de duas folhas serão de correr, sobre calha de latão com rolamentos de esferas inox com ferragem de botão própria para fechar a meio.

Portas dando sobre as varandas

Uma parte fixa e folha móvel com dobradiças em latão cromado e cremone SONAFI com manipulo de alumínio anodizado.

Básculas sobre as portas abrindo para fora com comando GEZE VIKTORIA G, com manipulo em alumínio anodizado.

As restantes caixilharias serão fixas.

Fachadas sobre o jardim

Janelas dos quartos de correr de uma ou duas folhas.

Janelas das cozinhas com duas folhas de abrir, com fechos GEZE – KIPPA.

A1.98 Portas das cozinhas com cremone SONAFI, manipulo anodizado.

Instalações sanitárias de estabelecimentos, alunos e criadas e cave – Janelas de báscula com comando manual e esquadros de ferro.

Quartos de banho – Janelas com ferragem GEZE KIPPA

Armazéns – duas folhas móveis e duas folhas fixas, sendo as móveis de báscula com comando manual e esquadros.

Aulas – (fachada Norte) – básculas na parte superior, com dois comando GEZE VIKTORIA G em cada aula.

3 folhas móveis, com dobradiças em latão cromado, cremone SONAFI, manipulo anodizado e travão GEZE tipo 1 (J 8) em cada aula.

Aulas – (fachada Poente). duas folhas móveis na parte superior com dobradiças em latão cromado, cremone SONAFI, manipulo anodizado e travão GEZE tipo 1 (J 8).

Duas básculas nas parte inferior com fecho por cremone SONAFI, manipulo anodizado e esquadros.

Hall – porta de duas folhas com dobradiças em latão cromado, fechadura de armilhar tipo YALE, fechos de junta com testa em latão cromado, mola YALE de fecho lento e puxadores em asa em alumínio anodizado,

Báscula na parte superior com comando GEZE VIKTORIA G.

Caixilharia de separação do hall com a estufa, fica com excepção da porta que dá acesso à estufa e que terá dobradiças em latão cromado e fechadura tipo YALE.

Caixilharia fixa com uma folha móvel de báscula com comando GEZE VIKTORA G entre o tecto do hall e o tecto da galeria de acesso às aulas.

Caixilharia na sala de ballet na fachada Norte com vidro fixo na parte inferior e báscula com comando GEZE VIKTORIA G na parte superior.

Caixilharia na sala de ballet do lado Poente com báscula na parte superior com comando GEZE VIKTORIA G e porta envidraçada na parte inferior com cremone SONAFI de manipulo anodizado.

b) As portas exteriores de entrada das habitações serão em macacaúba ou sucupira, iguais às já existentes, com fechadura tipo YALE, dobradiças em latão cromado e puxador de asa de alumínio anodizado.

c) As portas interiores serão em favo de casquinha e contraplacado de tola de 5 mm colado em ambas as faces e testa de remate em KALI. Os aros, guarnições e rodapés serão em KALI.

As portas terão dobradiças em latão cromado, fechaduras de armilhar de gorges e mola dupla, nacionais, de melhor qualidade, com testa cromada e puxadores e espelhos de alumínio anodizado branco SONAFI, mod. AA3.

d) Os pavimentos das habitações serão em taco de pinho de 1ª qualidade, de marca conceituada, aceite pela Fiscalização. A aula nº1 e a sala de ballet levarão taco de eucalipto de igual qualidade.

As outras aulas, nº 2, 3 e 4 terão os pavimentos revestidos da seguinte forma:

- cortiça de 1/2'', pousada sobre a laje, placas de unitex de 5 mm coladas com mastic quente sobre a cortiça e alcatifa ALCAPLAST sobre o unitex. Os pavimentos do hall, galeria, escadas, cave, armazéns, estabelecimentos, escadas de acesso às habitações e cubículo de limpeza já têm revestimentos previstos na obra de trolha.

e) Os tectos das aulas nº 1, 2, 3 e 4 serão constituídos por chaceamento de pinho pintado com carbonilo e placa de cortiça de 1 1/ 2'' pregadas sobre o chaceamento.

f) Revestimento das paredes interiores das aulas com placas de aglomerados de cortiça de 1'' pregadas sobre sarrafos de pinho de 4 x 2 tratado com cuprinol espaçados de 0,305 de eixo a eixo, deixando caixa-de-ar com 2 cm.

g) O tecto da sala de ballet será constituído por barrotes de pinho tanalizado de 10 x 5 espaçados de 50 cm e tarugados de 50 em 50 cm, com tarugos de 5 x 5 cm.

Na face inferior far-se-á um revestimento com réguas de KALI de 2 cm de espessura, macheadas e aparafusadas. Sobre este forro de KALI será posta uma camada de 8 cm de granulado de cortiça e sobre a grade de madeira constituída pelas vigotas de 10 x 5 e pelos tarugos de 5 x 5 um soalho de pinho tanalizado de 2,5 cm de espessura macheado e pregado em diagonal. O suporte das vigotas de madeira de 10 por 5 será feito por vigotas em ferro, armadas, que vão previstas na obra de serralheiro.

h) As janelas das habitações terão na soleira e padieira interiores apainelamentos em KALI com 2,5 cm de espessura e respectiva guarnição. As janelas das aulas serão apaineladas nos mesmos locais e nas ombreiras.

i) Grade em madeira de pinho com as medidas de 0,90 x 0,90 e a espessura total de 5 cm nos chuveiros (homens e mulheres).

j) Armários de cozinha nos locais indicados no projecto em pinho e contraplacado de pinho, esmaltados, com tampos em mármore Estremoz de 2,5 cm, dobradiças e puxadores em latão cromado. No compartimento designado com o nome "limpeza" serão igualmente instalados armários idênticos.

l) Chapins em plástico "MIPOLAM" 50 mm nos corrimões das habitações e em madeira de sucupira nas guardas das varandas.

m) Barras para ballet constituídas por prumos em tubo galvanizado de 1 1/4'' espaçados de 2,5 m com barra em madeira de sucupira de

secção circular de 2'' ligando os prumos na cabeça e prancheta de 1/4'' e 1'' ligando-os na base. No pavimento da sala serão chumbadas fêmeas em tubo onde entrarão os prumos de 1 1/4'' atrás mencionados. Estas fêmeas quando as barras não estiverem montadas serão cobertas por tampas em latão com dobradiça e mola com 7 x 7 cm. As barras terão um comprimento de 20 m e serão divididas em segmentos de 5 m.

n) Na sala de ballet far-se-á um alçapão com tampa em madeira de KALI forrada na parte superior com tacos de eucalipto para passagem das barras com a arrecadação na cave.

Este alçapão com duas dobradiças em ferro de 4'' terá medidas de 1,20 x 0,40 m.

o) Estores laminados KIRSCH, com lâmina de perfil S, nas janelas e portas envidraçadas das habitações com excepção das cozinhas e na aula nº 4.

SERRALHEIRO

a) Caixilharia com estrutura em perfis de ferro galvanizado e revestimento nas duas faces com perfis de alumínio anodizado, nos estabelecimentos, idêntica à aplicada na parte já construída, embora sujeita a rectificações de acordo com os detalhes respectivos.

Sobre as portas dos estabelecimentos serão colocadas básculas com comando GEZE VIKTORIA G.

b) Grades com portões do lado da Rua Oliveira Monteiro, do tipo das já instaladas, em ferro metalizado a zinco.

c) Guardas das escadas dos armazéns em tubo de 1'', com prumos espaçados de 3 degraus.

d) Guardas de escada na habitação do lado Norte e na parte de aulas constituídas por prumos de 1/2'' espaçados de 10 cm e pranchetas na base e no coroamento, de 2'' x 1/4''.

e) Corrimão fixo à parede com prancheta de 2'' x 1/4'' na escada da habitação do lado Sul.

f) Caixilharia interior nas montras em ferro idêntica à construída na parte existente.

g) Sacos de cheiros em cozinhas e compartimento de limpeza em perfis normais de ferro para colocação de vidro.

h) Caixilhos móveis em ferro metalizado a zinco na caixilharia de gracifer da estufa (3 caixilhos com 0,15 x 0,60 m).

i) 6 ferros U, de 40 mm, metalizados a zinco para suporte do plástico da cobertura da estufa, chumbados nas pontas nas vigas de betão.

j) Vigas armadas na cobertura da sala de ballet de acordo com os detalhes respectivos.

l) Pilares I de 100 mm, na sala de ballet para suporte das vigas da cobertura.

m) Caixilharia dos lanternins da cobertura da sala de ballet em perfis normais de ferro de 1 1/4'', galvanizados a zinco, de acordo com os detalhes respectivos.

n) Grades em varandas, em ferro metalizado a zinco iguais às já existentes.

o) Caixas de correio nas habitações e estabelecimentos em chapa de ferro e tampas em alumínio anodizado.

MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

1

EXECUÇÃO:- Todas as peças de madeira serão cuidadosamente executados segundo os preceitos técnicos, os detalhes e as indicações fornecidas ao empreiteiro, a quem compete antes da execução, apresentar à Fiscalização os respectivos detalhes e as amostras que forem julgadas necessárias.

2

PROTECÇÃO DE MADEIRAS:- Todas as partes de madeira em contacto com alvenarias, rebocos e estuques, serão na parte que fazem o contacto, perfeitamente preservadas por pintura a óleo fervido a quente, salvo quaisquer outras disposições indicadas expressamente nas condições especiais.

As madeiras que venham a ficar em contacto com as paredes exteriores, só serão assentes depois de a parede ter sido pintada no local de contacto com tinta impermeabilizadora (Mastic).

3

ESPESSURAS:- As espessuras das madeiras quando não forem indicadas nos elementos do projecto ou nas condições especiais serão sempre as suficientes para assegurar a solidez do trabalho e deverão ser previamente aprovadas pela Fiscalização.

4

RODAPÉ:- Terá 0,10 m de altura e 0,015 m de espessura.

5

PAVIMENTOS:- Os pavimentos de madeira serão assentes com produtos betuminosos. Antes de encerados deverão todos os pavimentos se perfeitamente afagados, fazendo-se desaparecer todas as arestas salientes. Far-se-á uma rigorosa escolha de madeira a empregar que se deve ser bem seca e rija.

A1.99

O empreiteiro obriga-se a substituir em qualquer dos tipos de pavimentos as peças que estiverem mal assentes, assim como as que tiverem sido mal seleccionadas ou que apresentem mau aspecto.

6

QUALIDADE DOS MATERIAIS:- As madeiras das caixilharias exteriores e interiores serão de boa qualidade, sãs, secas, de fibras direitas e unidas. Todos os materiais serão da melhor qualidade e aplicados com execução perfeita.

Durante o prazo de garantia o empreiteiro é obrigado a executar todos os trabalhos necessários para que as portas, janelas, bandeiras e mais partes móveis de madeira funcionem devidamente, bem como a reparar todas as juntas que abrirem, substituindo por outras as obras em que isso suceder e aqueles que empenarem, sendo também de sua conta o novo assentamento e ferragens e as pinturas a fazer em virtude de tais reparações.

Quanto à qualidade, natureza e espessura das madeiras a empregar o empreiteiro ficará sujeito aos detalhes, às prescrições constantes dos elementos do projecto e condições especiais e bem assim às instruções que lhe forem dadas pela Fiscalização.

7

EXECUÇÃO DOS TRABALHOS:- Todos os trabalhos tanto de carpinteiro como serralheiro deverão ter perfeito acabamento, funcionar correctamente e respeitar integralmente o projecto, detalhes e instruções da Fiscalização.

Quando tal não acontecer, o empreiteiro substituirá por outros executados nas devidas condições, todos os trabalhos deficientes.

OBRA DE PICHELEIRO

1

OBJECTO DA EMPREITADA:- Compete ao empreiteiro o fornecimento e montagem completa das redes de saneamento (tubo de ferro galvanizado, fibrocimento, zinco, etc.), ventilações, canalizações de águas quentes e frias, condutores de águas pluviais, assentamento de peças sanitárias com todos os seus acessórios, previstos nos projecto, neste Caderno de Encargos, sujeito à indicações dadas pela Fiscalização e subordinando-se às prescrições do R.G.E.U. e dos S.M.A.S..

2

As retretes serão sifónicas, Valadares, 1ª escolha, com autoclismo Canope ou Ala-Arriba e tampo em plástico nos quartos de banho principais das habitações e nos sanitários de homens e mulheres.

Serão sifónicas, Valadares, 2ª escolha, com autoclismo de ferro fundido e tampo em mogno envernizado nos sanitários dos estabelecimentos e de criadas.

3

Os bidés previstos no projecto serão Valadares, 1ª escolha, providos de sifão de garrafa em latão cromado, válvula e corrente e torneiras de bidé de pistão fixo (água quente e fria).

4

A1.100 Nos quartos de banho principais das habitações e nas instalações sanitárias de homens e mulheres serão instalados os lavatórios previstos no projecto, Valadares, 1ª escolha, com 0,50 x 0,50, com sifões de garrafa em latão cromado, válvula e corrente, esquadros de suporte de ferro e torneiras de latão cromado de pistão fixo (água quente e fria).

5

Nos quartos de banho de criadas e nas instalações sanitárias dos estabelecimentos os lavatórios serão Valadares, 2ª escolha, com cerca de 0,40 x 0,50, suportes em ferro, sifão de garrafa em latão cromado, válvula e corrente e uma torneira de latão cromado de pistão fixo (água fria).

6

Mictório de parede, Valadares, 1ª escolha, com sifão de garrafa em latão cromado e passador em latão cromado de pistão fixo e demais acessórios.

7

Banheira em ferro fundido esmaltado, rectangulares, brancas, com 1,65 m, incluindo sifão de pavimento, misturadora de bica e chuveiro de haste fixa fresado, com torneira de 3/4'' de pistão fico em latão cromado, válvula e corrente com trop-plein (água quente e fria)

8

Chuveiros fixos de parede em latão cromado, com passadores de pistão fixo em latão cromado e sifão de pavimento com ralo nos sanitários de criadas, nos duches de homens e mulheres e nas instalações sanitárias dos estabelecimentos (água quente e fria).

9

Lava-louças tipo Económica, com pia maciça, em mármore Estremoz polido, com 0,55 x 1,10, incluindo sifão de gorduras em cobre e latão e torneiras de 3/4'' em latão cromado, de pistão fixo, nas cozinhas das habitações e no compartimento designado por "limpeza" (água quente e fria).

10

Pias de lavar roupa em cimento vibrado, com cerca de 0,60 x 0,90, incluindo sifão, válvula e torneira de latão nas duas habitações.

11

Uma torneira de rega com chave na fachada de cada estabelecimento e uma sem chave na estufa e em cada armazém.

12

Dois cilindros de baixa pressão, eléctricos com termóstato e lâmpada de aviso, de 80 litros, um em cada habitação, incluindo depósitos respectivos de 100 litros, em fibrocimento, com bóia e trop-plein com saída de aviso na banca de cozinha, nacional, de marca a escolher oportunamente.

13

Um cilindro de baixa pressão, eléctrico com termóstato e lâmpada de aviso, de 200 litros, para servir as instalações sanitárias de homens e mulheres com depósitos de fibrocimento de 200 litros, incluindo bóia, trop-plein com saída de aviso na banca do compartimento designado com «limpeza», nacional de marca a escolher oportunamente.

14

As retretes serão assentes segundo as normas regulamentares com perfeita vedação de humidades. Os tubos de queda até ao nível do solo serão em fibrocimento embebido em betão.

15

Os depósitos de fibrocimento, os cilindros e os autoclismos serão providos de passadores de corte em latão cromado.

16

Algerozes em zinco nº 16 na sala de ballet de acordo com o detalhe respectivo e com as juntas de dilatação a indicar oportunamente.

17

Remates em zinco nº 16 na cumeeira e topos dos lanternins da cobertura da sala de ballet.

18

Tubos de queda de águas pluviais em fibrocimento, reforçados, com 3'' de diâmetro, incluindo escapulas em ferro metalizado a zinco.

Serão colocados três tubos na parte mais alta do edifício e três na sala de ballet.

19

Junto de cada retrete será colocado um porta-rolos de ferro fundido, esmaltado, branco.

20

Junto de cada lavatório será colocado um toalheiro em ferro fundido esmaltado, branco, com 0,60 m.

21

Junto de cada banheira serão colocados um toalheiro em ferro fundido esmaltado, branco, com 0,60 e uma saboneteira de parede com local para esponja.

22

Serão colocados nos locais a indicar oportunamente 30 cabides em ferro fundido, esmaltado, branco.

23

Todas as licenças e ligações serão tratadas pelo Empreiteiro sendo no entanto o seu pagamento de conta do Exmo. Proprietário.

24

Todos os materiais a utilizar na obra serão da melhor qualidade e só poderão ser aplicados depois de previamente aceites pela Fiscalização.

25

A água para a parte das aulas deverá ir buscar-se ao tubo que abastece uma torneira de rega existente no jardim.

OBRA DE ELECTRICISTA

1

OBJECTO DA EMPREITADA:- Da presente empreitada fazem parte as instalações eléctricas de iluminação de todo o edifício, de aquecimento das habitações, de campainhas, de fogões, de cilindros e de tubagem para telefones, etc..

A empreitada diz respeito ao fornecimento e completa montagem de toda a instalação com excepção das aparelhagens explicitamente excluídas.

2

APARELHAGENS EXCLUÍDAS:- a) não fazem parte da empreitada o fornecimento de fogões, competindo no entanto ao empreiteiro a sua montagem.

b) não faz parte da empreitada o fornecimento e a montagem do seguinte material:

Portinholas e canalizações a montante das mesmas.

Os seguintes receptores: lâmpadas incandescentes ou fluorescentes e seus acessórios.

3

MATERIAL E APARELHAGEM INCLUÍDOS:- Além dos condutores B.T. e B.C.R., tubagens (Bergman, aço, plástico, etc..), quadros, caixas de derivação e de coluna, etc., faz parte da empreitada o fornecimento e instalação de toda a instalação de campainhas, incluindo tubos, acessórios, condutores, botões, e quadros de alvos, etc. e a tubagem e acessórios para a instalação de telefones.

4

Concluída a instalação será a mesma vistoriada pelo Director da obra e pela Fiscalização dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade e no caso de estar executada nas condições deste Caderno de Encargos e ser aprovada será aceite provisoriamente.

5

Depois de totalmente ligada à rede pública, de distribuição, será feita a recepção definitiva.

Para esse efeito o adjudicatário requisitará nos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade os necessários contadores e ramais cujas despesas consideradas à parte do valor da empreitada e liquidadas pelo Proprietário mediante os respectivos recibos dos Serviços M.G.E., indicados.

6

O adjudicatário obriga-se a ter à frente dos trabalhos pessoa habilitada e terá também o seu representante aceite pela Fiscalização.

§ 1º:- Um e outro prestarão ao Director da obra os esclarecimentos que ele pedir.

§ 2º:- Sempre que o Director da obra entender necessário será acompanhado nas suas vistorias pelo adjudicatário ou seu representante.

7

QUADROS:- Todos os quadros serão constituídos por caixa com tampa metálica, por interruptores tripolares, punhos, fusíveis, bases e corta-circuitos fusíveis tipo "Gardy".

A sua constituição deverá ser presente à Fiscalização da obra para aprovação antes da respectiva execução.

Toda a aparelhagem deve ser convenientemente fixada e ter a robustez necessária sob os efeitos da sua utilização normal.

8

CIRCUITOS:- Os circuitos a montar serão os necessários para a alimentação de tomadas, pontos de luz e outros receptores monofásicos, dando um equilíbrio de cargas tão perfeito quanto possível.

Para este efeito oportunamente se indicará a potência dos fogões e cilindros, bem como dos irradiadores previstos em cada tomada.

Toda a instalação interior será embebida em tubo plástico de diâmetro convenientemente regular.

9

CONDUTORES:- Só será permitido o emprego de fios de cobre, do tipo B.T. ou equivalente com as secções mínimas necessárias e as indicadas no desenho e memória descritiva. Deve ser indicado o respectivo fabricante, para escolha pela Fiscalização da obra.

Não será permitido o emprego de condutores com a borracha ressequida ou com o revestimento sujo ou danificado.

10

ENFIAMENTO E LIGAÇÕES:- O enfiamento só poderá fazer-se depois da tubagem completamente montada, devendo haver o máximo cuidado em que os condutores não sofram esforços que possam comprometer a sua resistência mecânica ou o seu isolamento. **A1.101**

Os condutores terão de ficar com a folga necessária dentro da tubagem, devendo evitar-se que se torçam no acto de enfiamento. Não são permitidas emendas fora das caixas adequadas, mas apenas por meio de peças com terminais já referidos.

As ligações dos condutores dentro das caixas, deverão fazer-se de forma a que o seu conjunto ofereça um aspecto esquemático de fácil compreensão.

11

INTERRUPTORES, TOMADAS DE CORRENTE E CORTA CIRCUITOS FUSÍVEIS:- Todo este material será de fabrico nacional de boa qualidade, em baquelite, oportunamente escolhido pela Fiscalização. Os interruptores serão silenciosos, do tipo báscula, Xamax, Corsino ou ... (sic)

12

INSTALAÇÕES DE CAMPAINHAS:- A instalação será embebida e composta por condutores de 1 mm^2 tipo B.T. protegidos por tubo plástico.

O enfiamento obedecerá às normas da restante instalação eléctrica.

13

DIVISÃO DOS CIRCUITOS:- Nas habitações para inquilinos estabelecer-se-ão os seguintes circuitos independentes e nos outros casos um critério semelhante:

(um para fogão)

(um para cilindro)

(um para frigorífico)

(um para aquecimento)

(dois para iluminação)

14

TELEFONES E ANTENAS DE TELEVISÃO:- Serão instaladas as tubagens necessárias para a futura montagem de telefones, devendo prever-se coluna montante, caixas de derivação, etc., de forma a ter uma ligação na sala comum.

Instalar-se-ão igualmente tubagens e fios para ligação a uma antena de televisão no terraço, com tomadas de ligação nas salas comuns. Esclarece-se que a antena não faz parte da empreitada.

15

O empreiteiro deverá respeitar cabalmente as observações feitas pela Fiscalização da obra, nomeadamente no respeitante à qualidade de material a empregar, ao traçado da instalação e à localização exacta das tomas e material complementar.

16

Se for julgado conveniente poderá, durante a execução da empreitada, alterar uma ou várias partes da instalação. Caso essas alterações acarretem quaisquer encargos para a empreitada, será previamente combinada a remuneração devida.

17

A Fiscalização da obra poderá mandar executar por outrem (deduzindo a respectiva importância no valor da empreitada) todos os acabamentos e correcções necessárias quando não forem pronta e rapidamente atendidas as suas observações.

18

Será dado um prazo de garantia de quatro meses a partir da aprovação das instalações, durante o qual o empreiteiro terá de substituir todo o material por ele fornecido que apresente defeitos de fabrico ou instalação, sem quaisquer encargos para o proprietário.

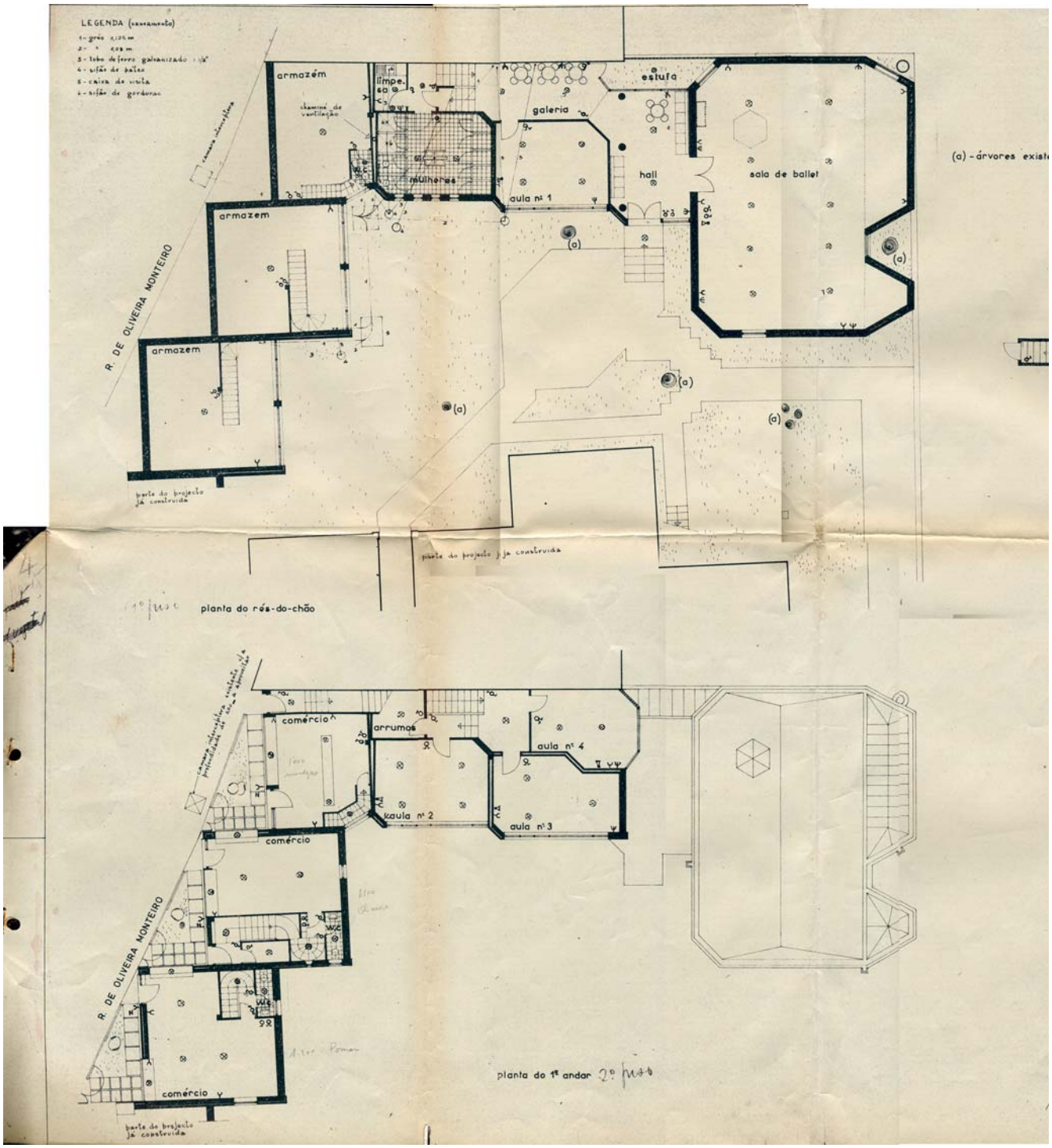
19

A energia para a parte de aulas deverá ir buscar-se ao quadro geral da instalação já realizada na Escola já existente: "Parnaso".

Documento nº 1.C.8.Peças desenhadas

A1.102 Cópias sem escala de elementos do Projecto de Execução/2ª fase de obra disponíveis no arquivo particular da família Correia de Oliveira.

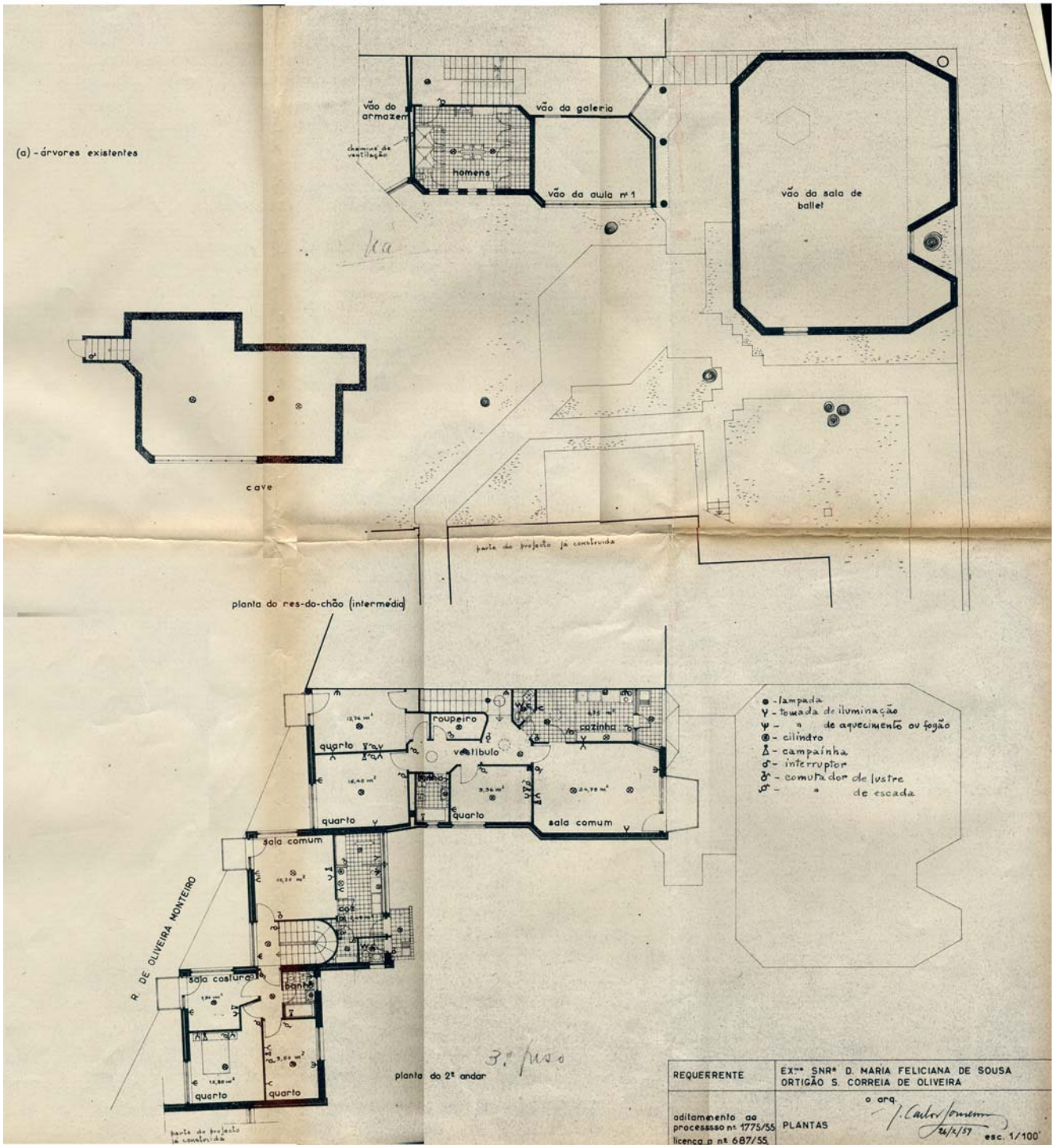
Doc.1.C.8.a) Plantas da segunda fase (parte 1 de 2)



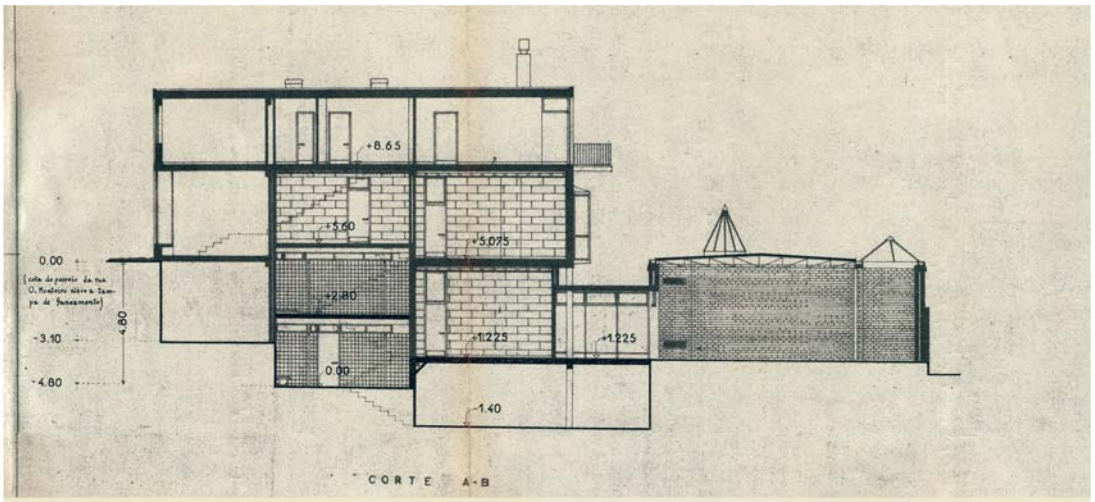
A1.103

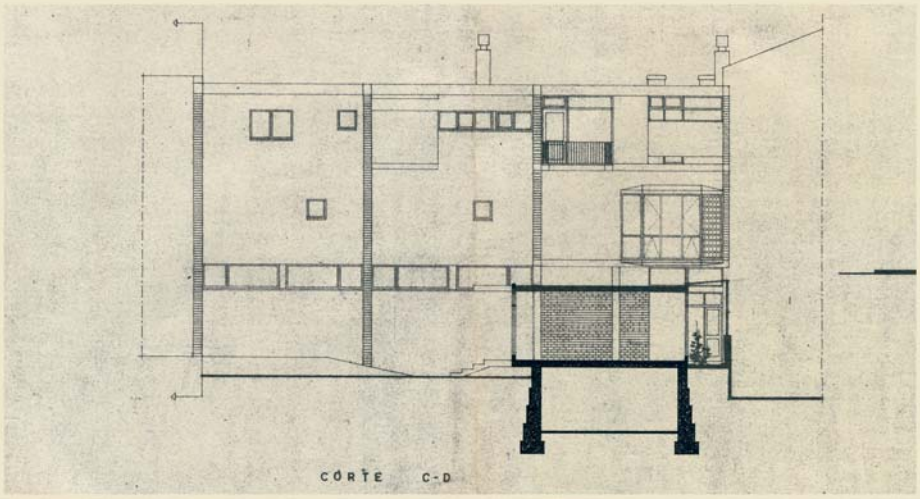
Doc.1.C.8.b) Plantas da segunda fase (parte 2 de 2)

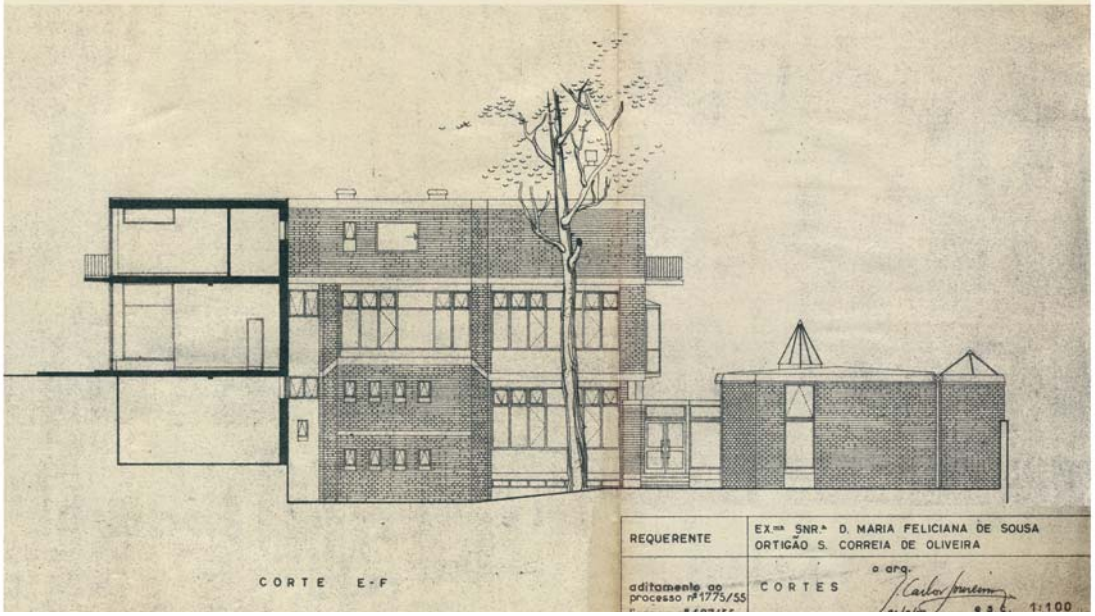
A1.104



Doc.1.C.8.c) Cortes-alçados (montagem)

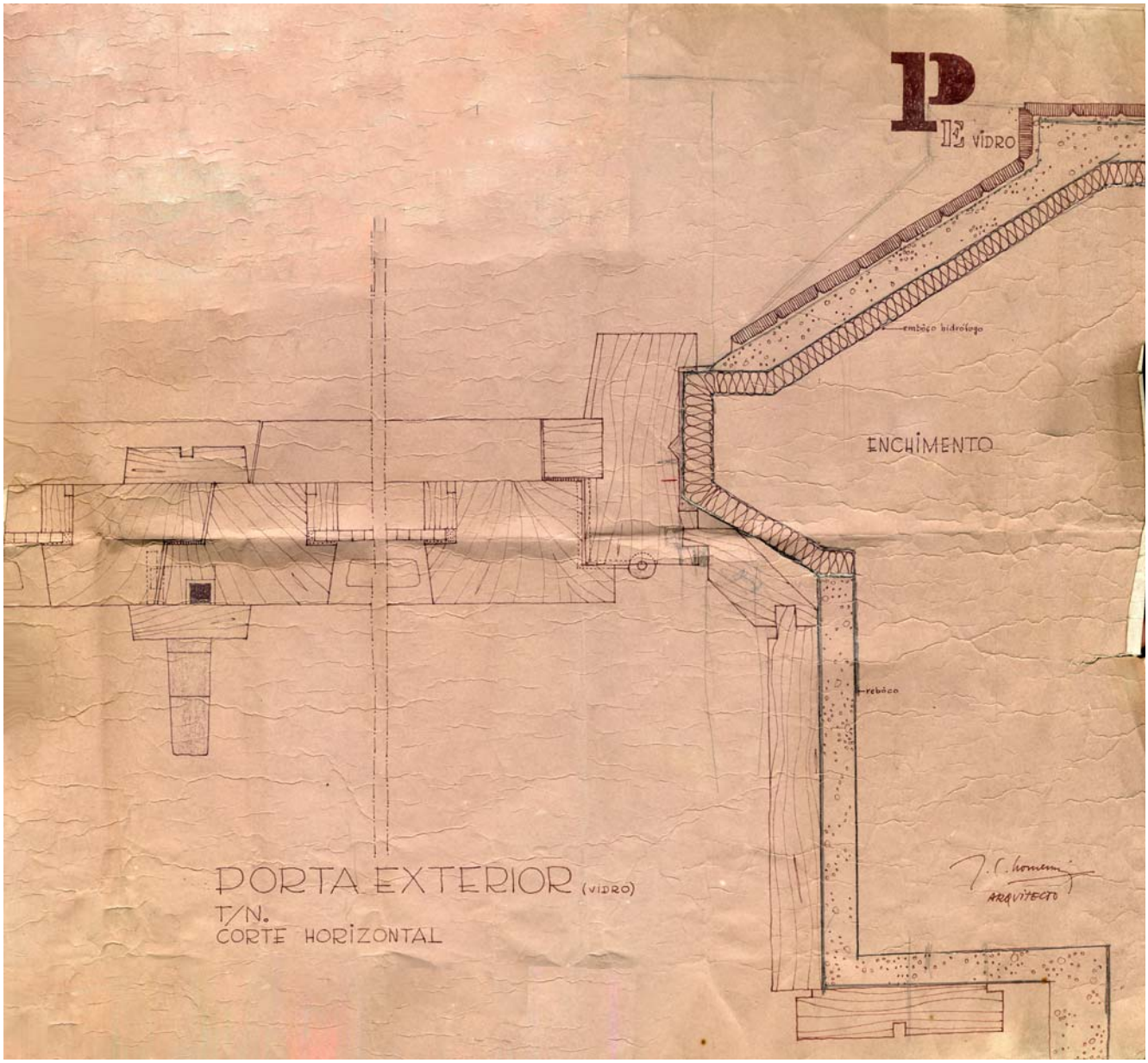






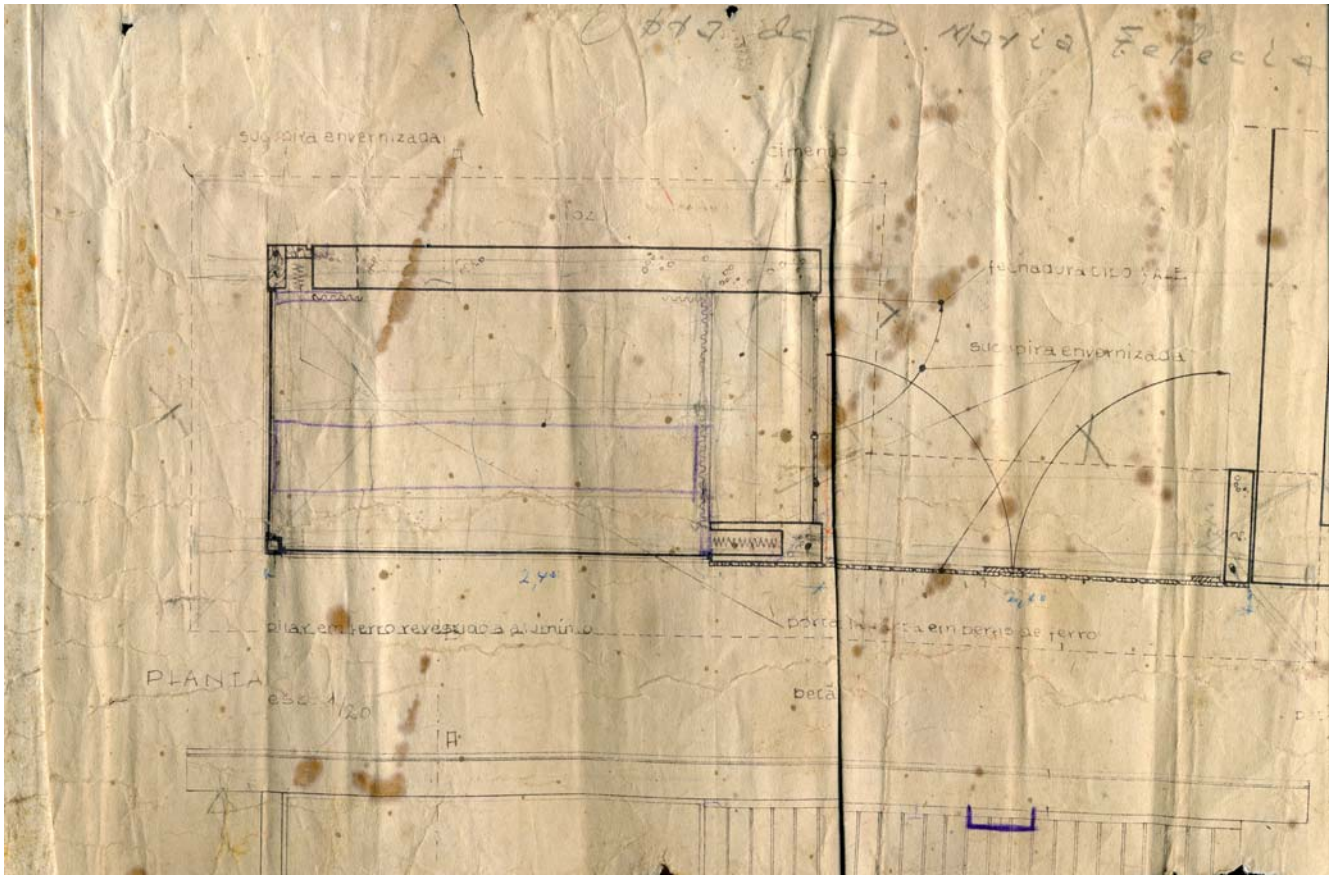
A1.105

Doc.1.C.8.d) Pormenor de porta exterior



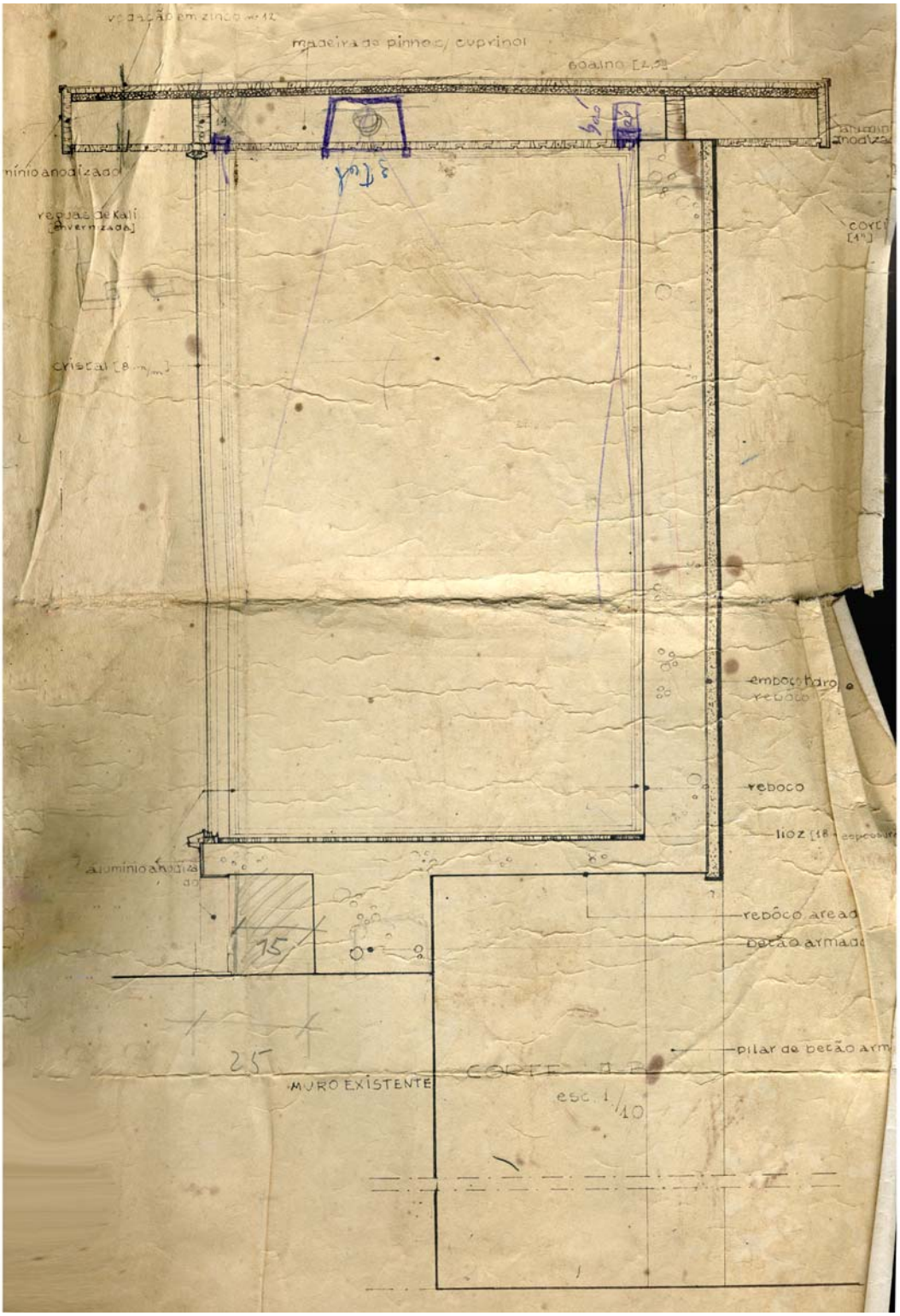
A1.106

Doc.1.C.8.e) Planta da montra da escola de música



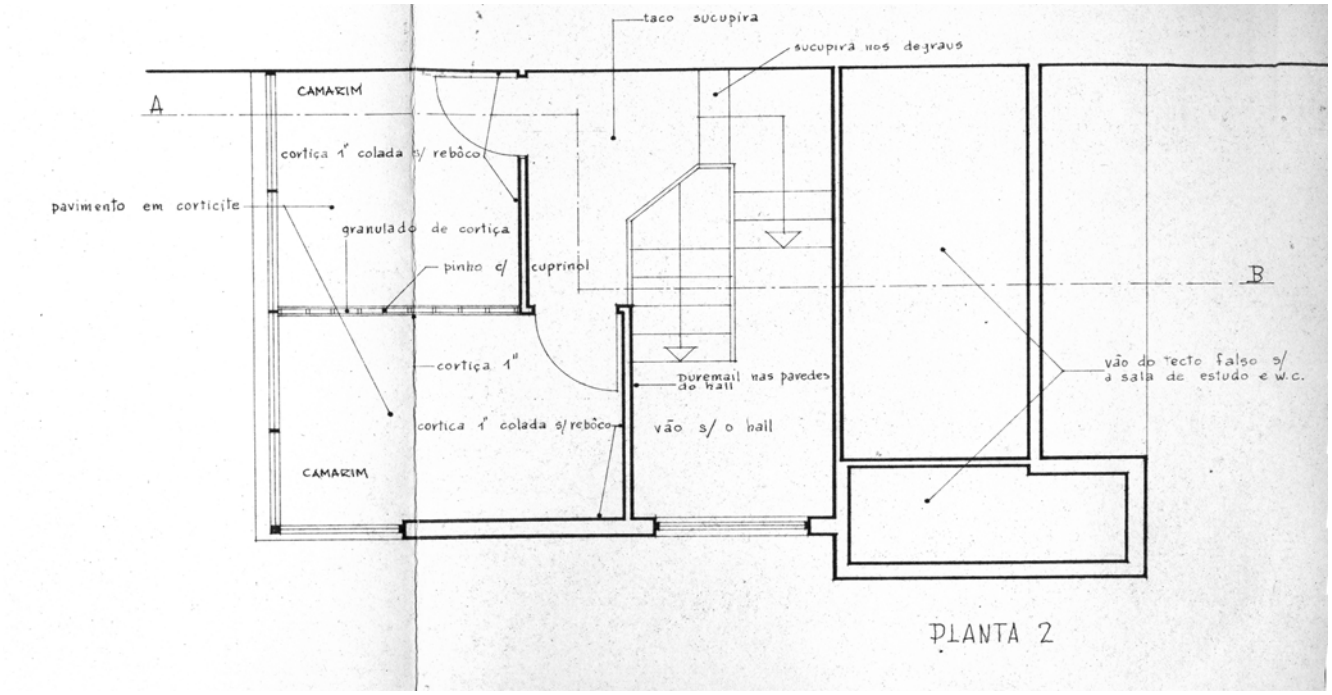
A1.107

Doc.1.C.8.f) Corte da montra da escola de música



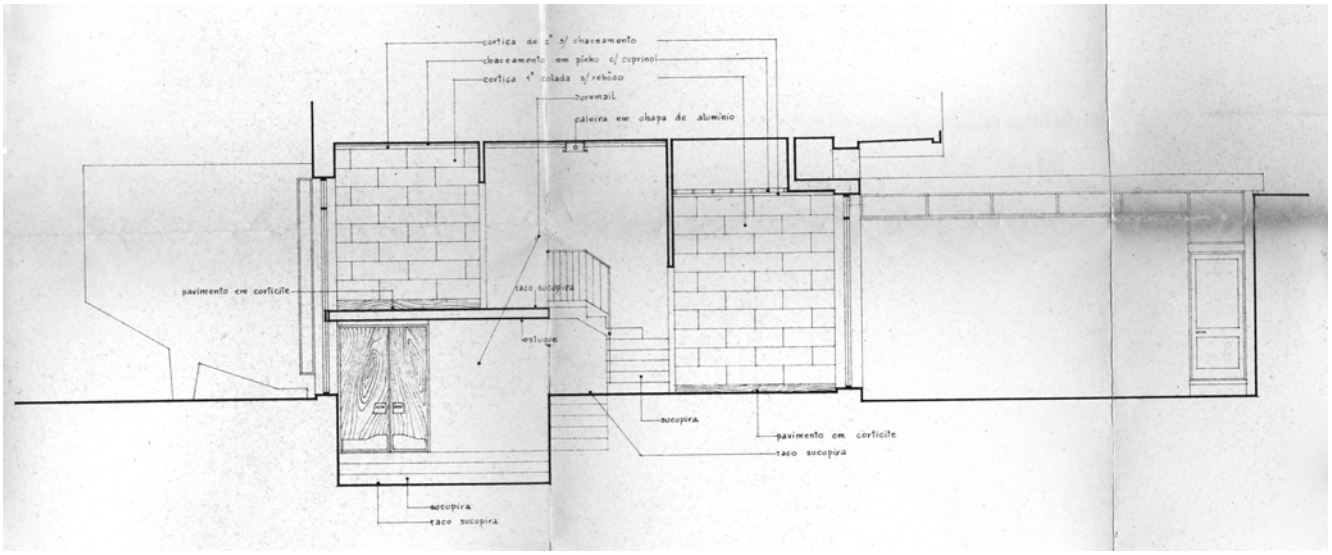
A1.108

Doc.1.C.8.g) Planta dos camarins

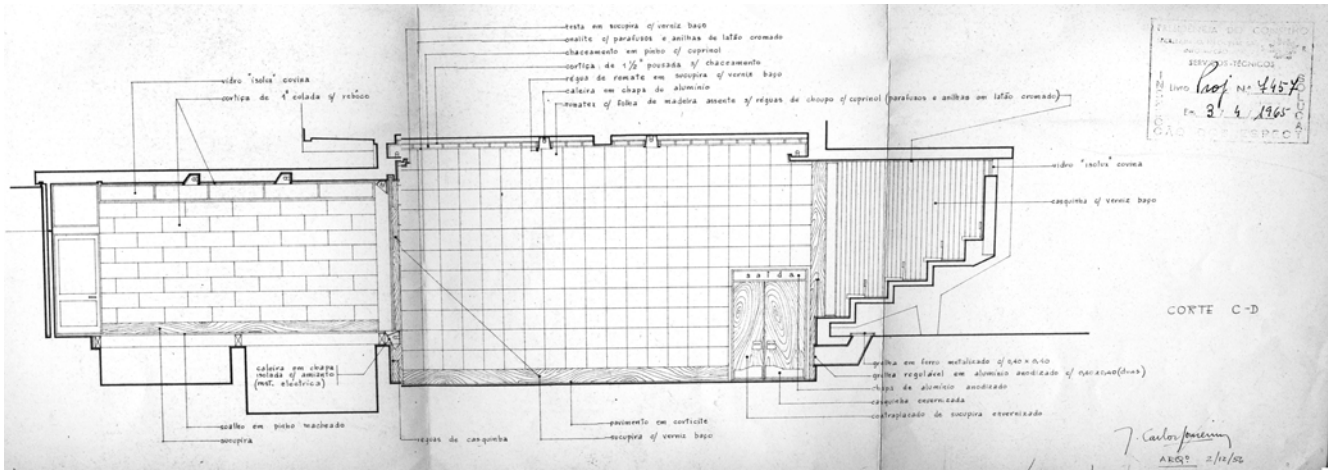


A1.109

Doc.1.C.8.h) Corte

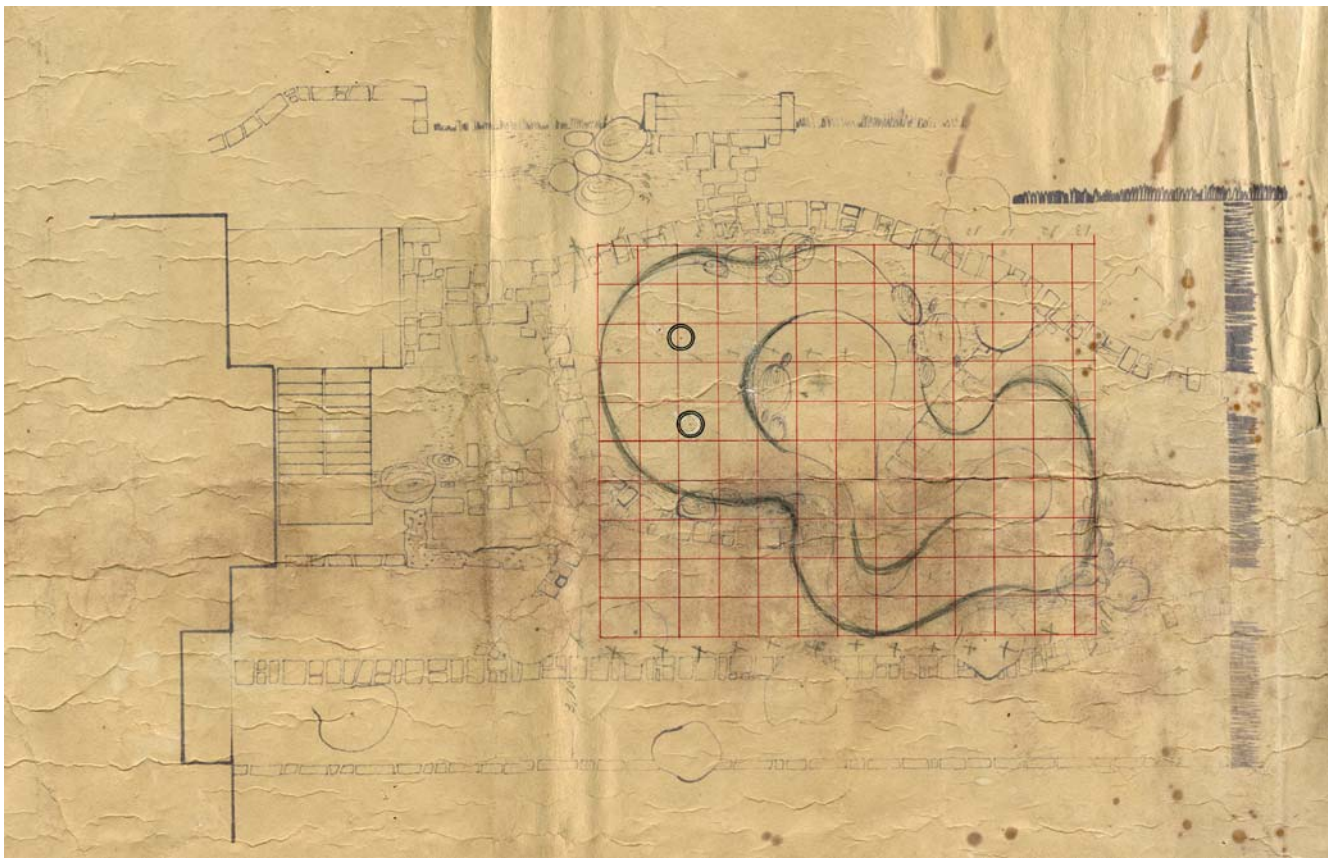


Doc.1.C.8.i) Corte pelo auditório



Doc.1.C.8.j) Planta do lago

A1.110



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)

A1.111



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)

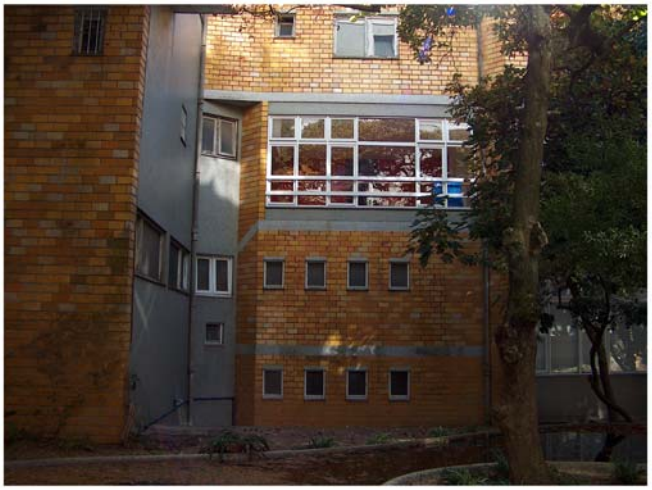
Anexo 1C: Edifício Parnaso .



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



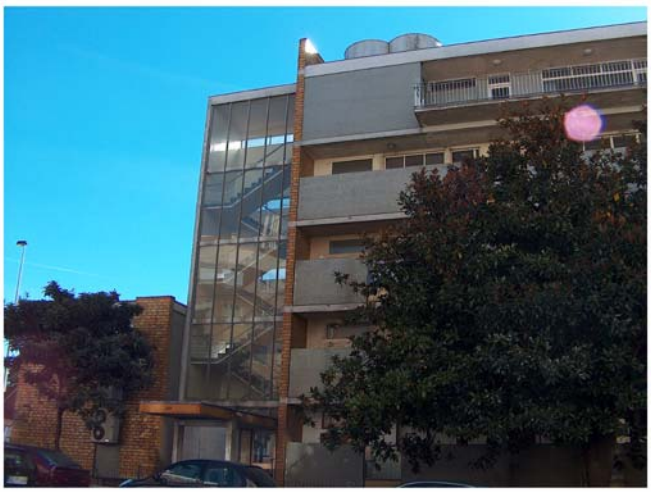
(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)

A1.113



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)

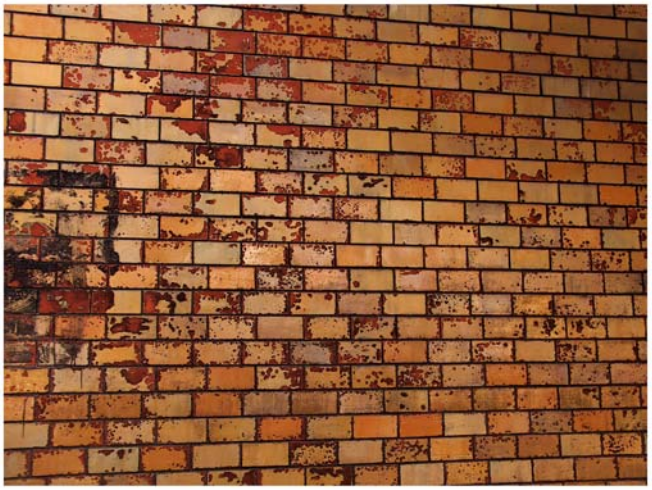
Anexo 1C: Edifício Parnaso .



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



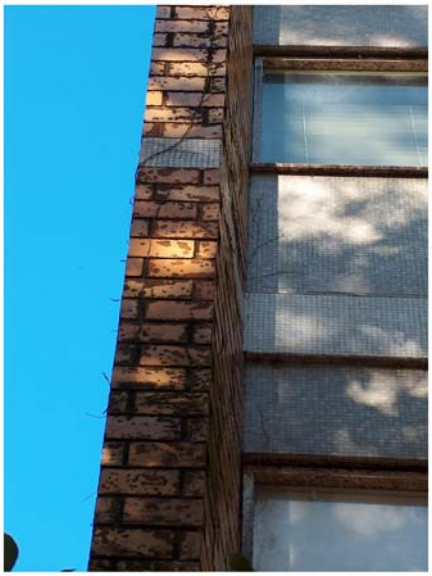
(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



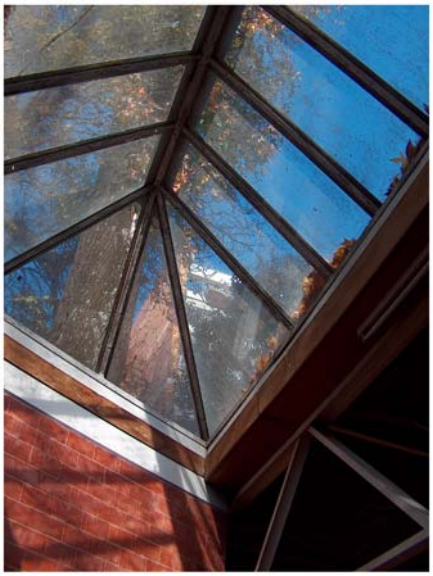
(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)

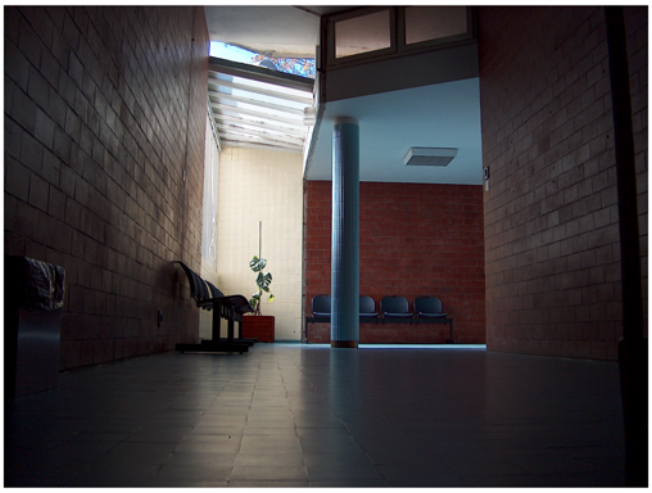


(Vale, 2007/11e)

Anexo 1C: Edifício Parnaso .



(Vale, 2007/11e)



(Vale, 2007/11e)

1.D.Complexo Mota Galiza

José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos
Código de Edifício: RJD i247

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - LOTE 6

(CMPorto, Ramos & Loureiro, 1993b)

Documento nº 1.D.1.Memória descritiva

Transcrição de extracto da memória descritiva do Projecto de Licenciamento, constituída por 7 páginas dactilografadas. (Ramos & Loureiro, 1993a:3-10)

[...]

"Um grande edifício em curva (170 metros de comprimento) materializa e ordena este espaço até agora desregrado e inconsistente. Ao fazê-lo incorpora no jogo os dois edifícios que já existem próximo dos dois extremos (torre da Praça da Galiza/ edifício Graham da Rua Júlio Dinis) amarrando-os à mesma estrutura arquitectónica e urbana.

No centro da curva e no eixo, uma pequena praça circular coberta com vidro na zona central, privativa de peões e destinada a comércio, anima este espaço facilitando o encontro e a convivência das pessoas.

Esta praça circular funciona como pivot dos passeios cobertos que ladeiam as faixas comerciais situadas na base do grande edifício em curva e que são cruzadas pelo eixo de acesso também de peões que desce da Rua Júlio Dinis.

Sobre este eixo desenvolve-se o edifício de escritórios de pequena altura com o seu topo nascente no centro da curva do grande edifício, desenvolvendo-se na direcção deste, numa perspectiva enfática.

Os cunhais do topo nascente desse edifício de escritórios, do topo nordeste do edifício em curva e da aresta da torre da praça da Galiza, situam-se numa directriz reguladora que passa igualmente pelo centro da referida curva principal.

O topo nascente do edifício de escritórios, que afinal funciona como centro regulador das construções e do espaço voltados à rua Júlio Dinis, situa-se também no alinhamento da torre mais próxima da rua Júlio Dinis.

[...]

Serão tomados cuidados para obter um nível de isolamento acústico satisfatório, construindo paredes duplas entre habitações distintas, assentando as divisórias sobre aglomerado negro de cortiça e constituindo pavimentos flutuantes sobre as lajes da estrutura.

[...]

A1.117

As paredes exteriores, quando opacas, serão também duplas, constituídas por parede exterior em tijolo vazado de 15 cm de espessura, caixa-de-ar de 5 cm e parede interior de tijolo vazado de 11 cm de espessura.

O revestimento exterior dos escritórios e comércio, será em placagem de granito com caixilharia de vidro do tipo "nuage".

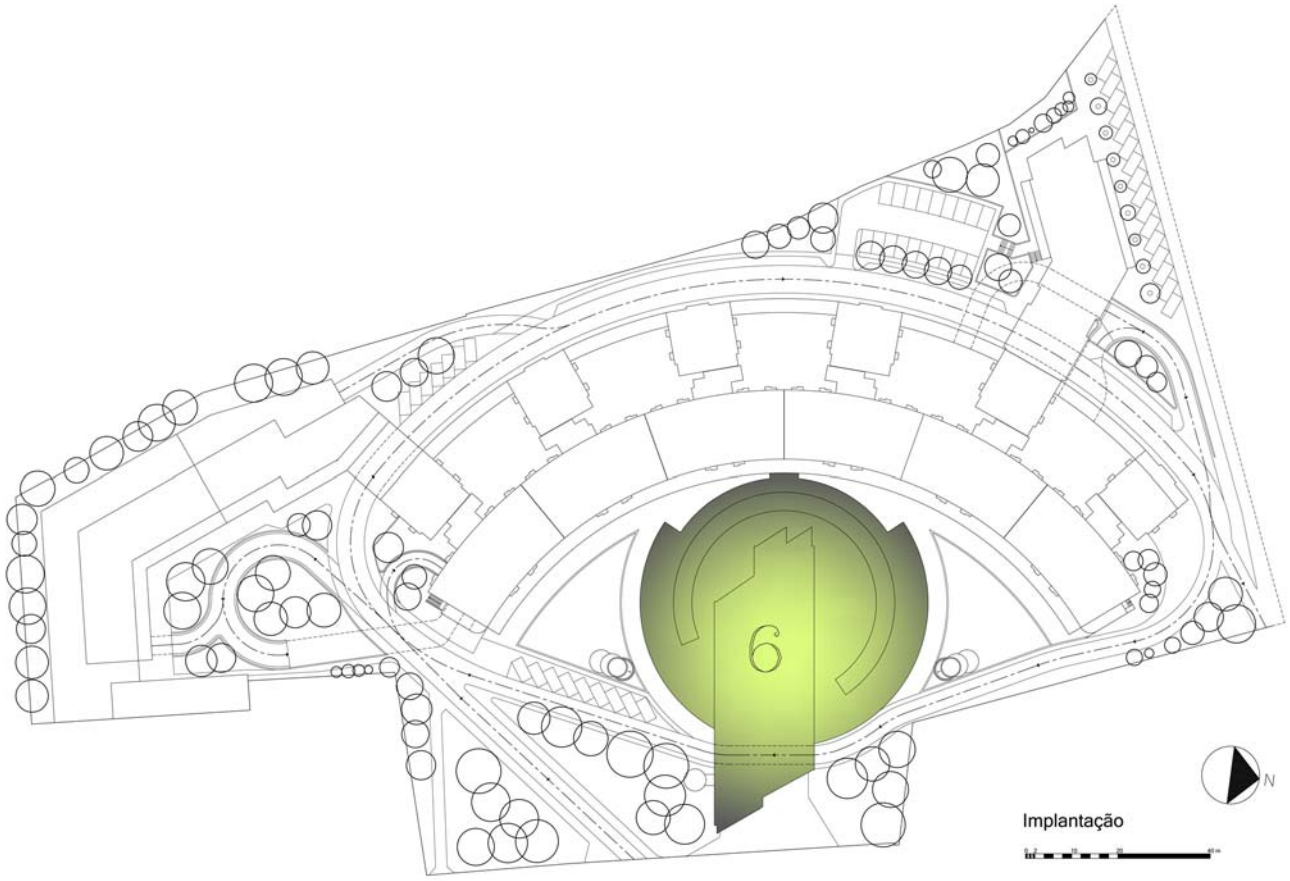
[...]

Documento nº 1.D.2.Elementos desenhados

Os alçados e cortes correspondem a um redesenho das cópias fornecidas e papel pelo GALP. As plantas correspondem às telas finais do processo, fornecidas em ficheiro CAD pelo gabinete.
Redesenhados a partir de (Ramos & Loureiro, 1993b)

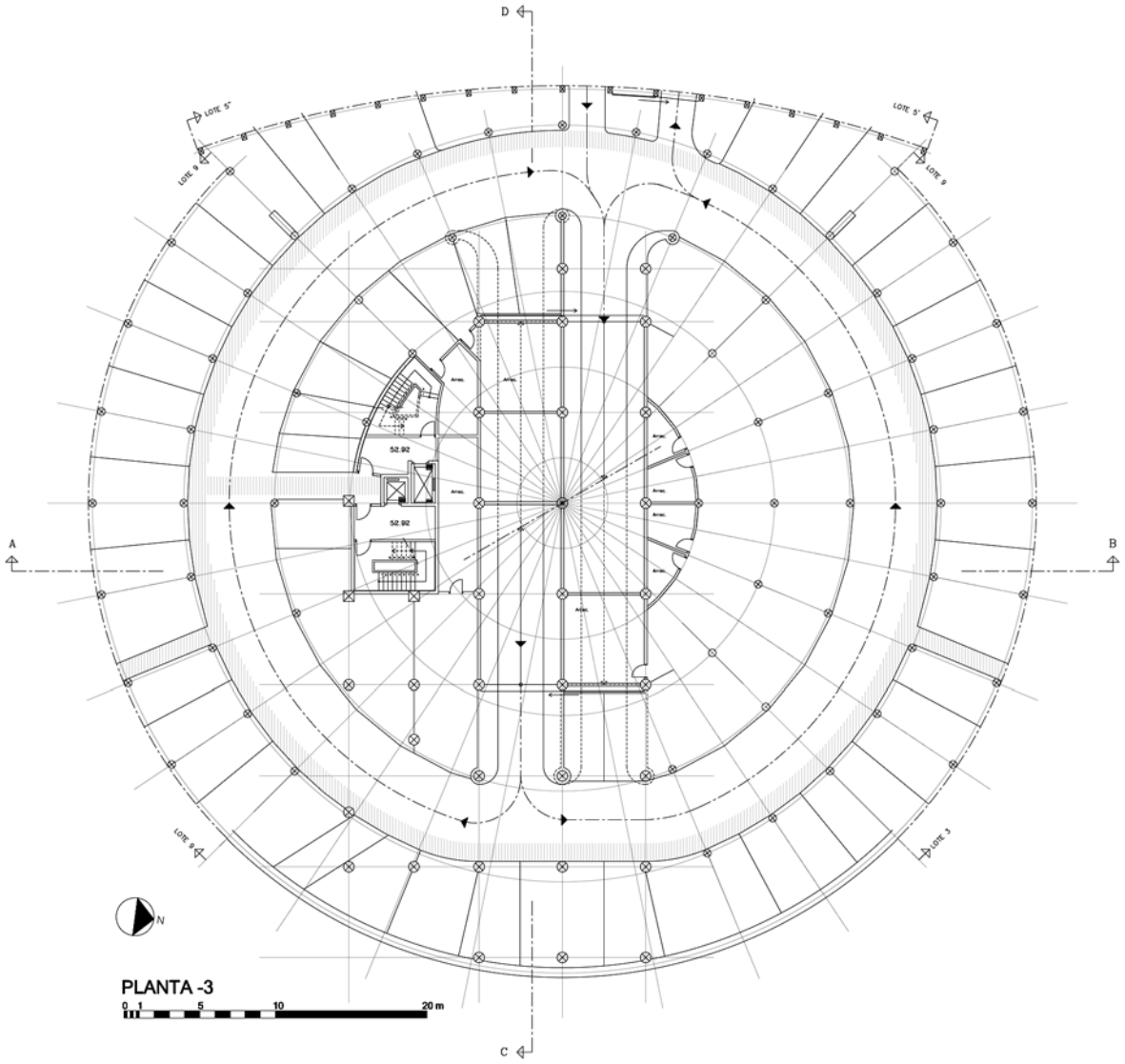
Anexo 1D: Complexo Mota Galiza .

Doc.1.D.2.a)



A1. 118

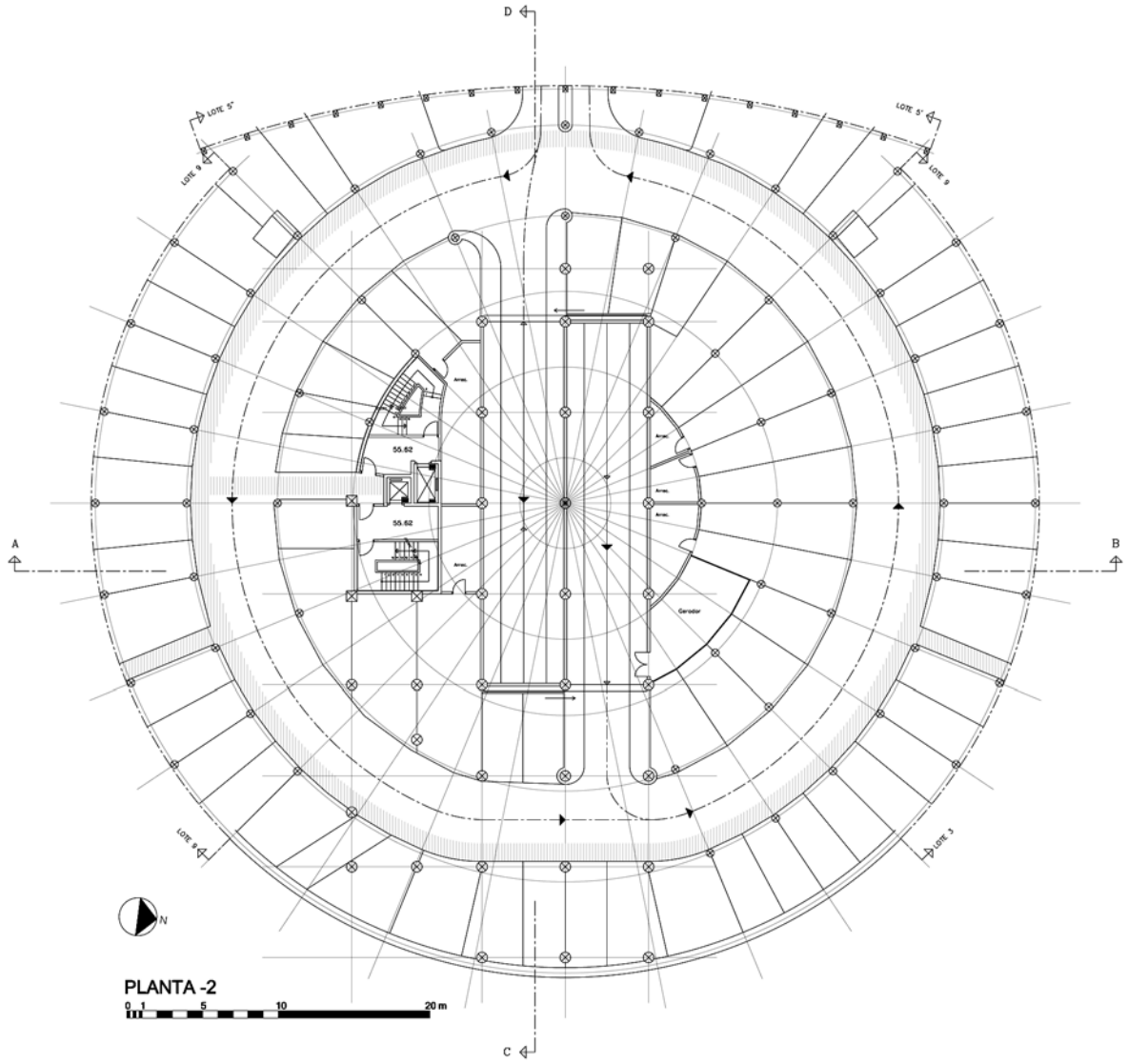
Doc.1.D.2.b) Planta do piso -3



A1.119

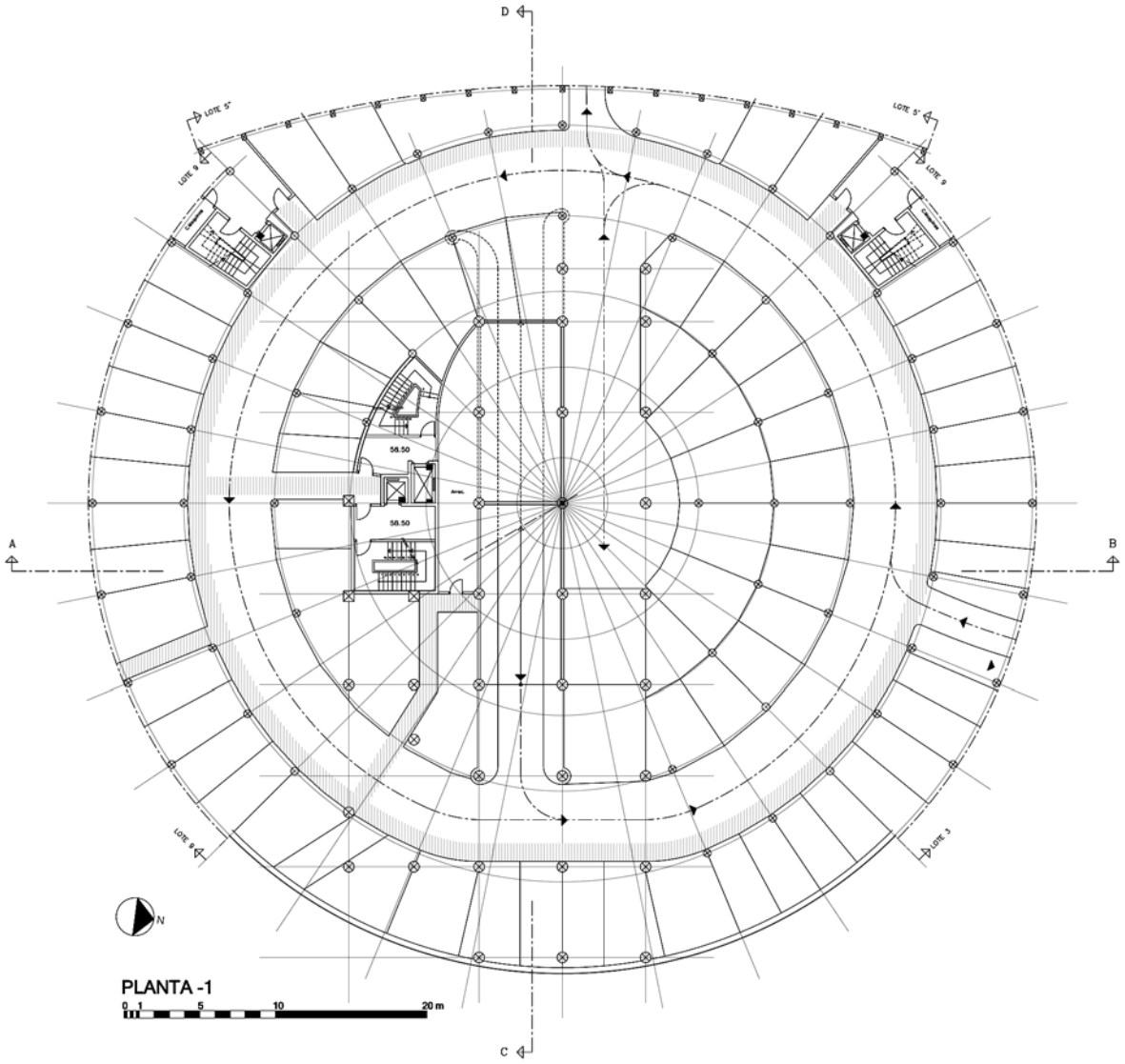
Anexo 1D: Complexo Mota Galiza .

Doc.1.D.2.c) Planta do piso -2



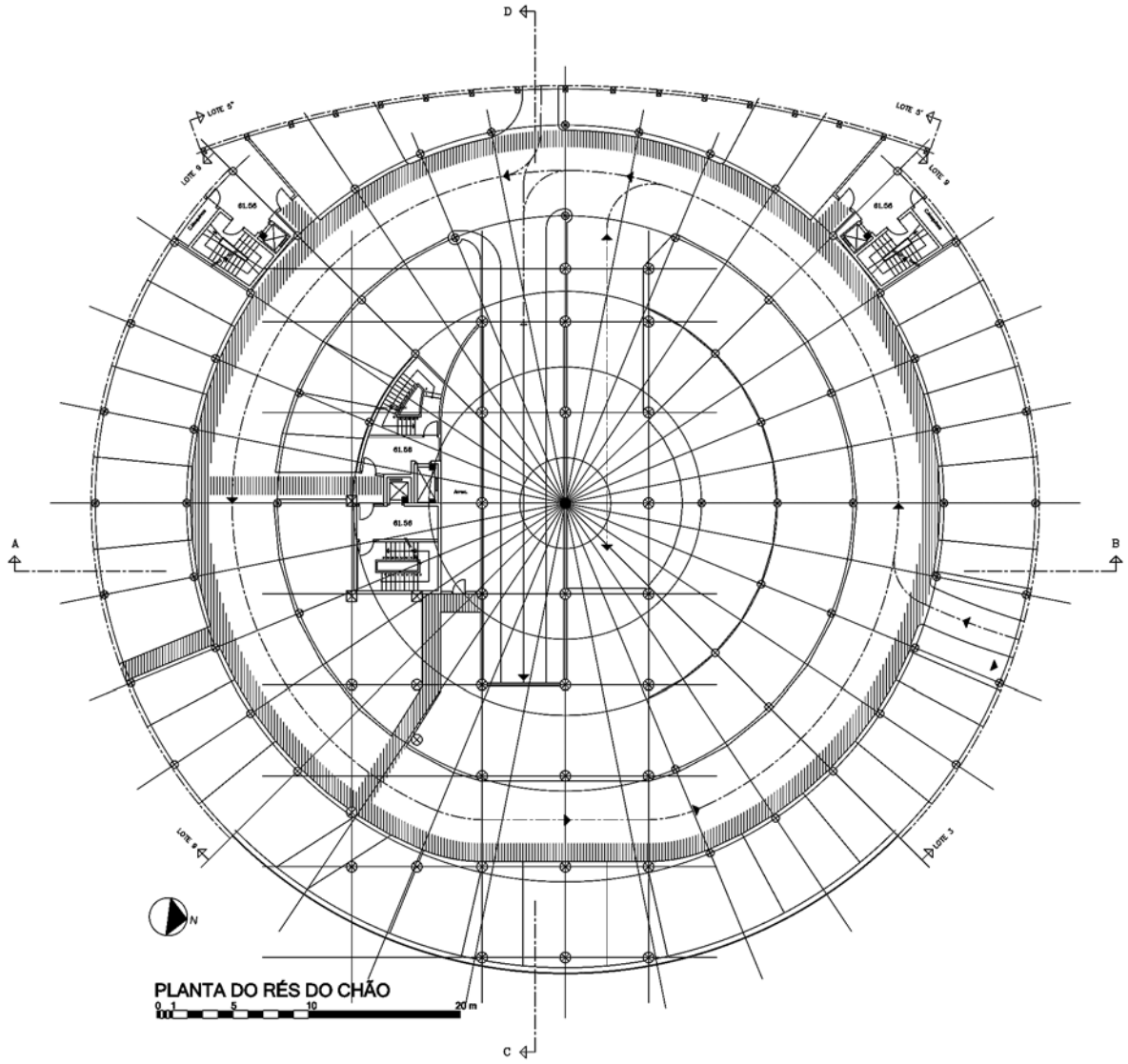
A1. 120

Doc.1.D.2.d) Planta do piso -1



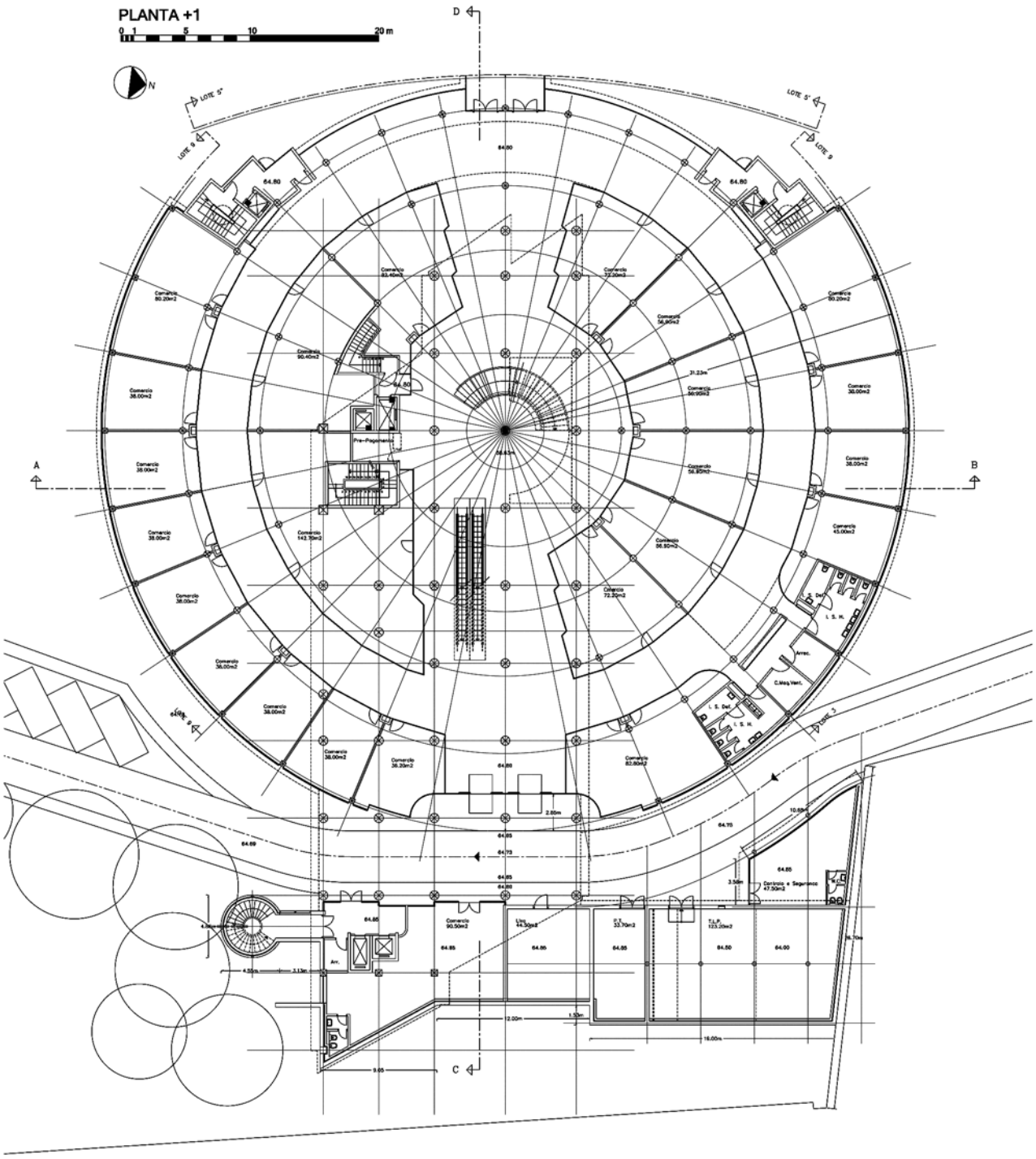
A1.121

Doc.1.D.2.e) Planta do piso 0



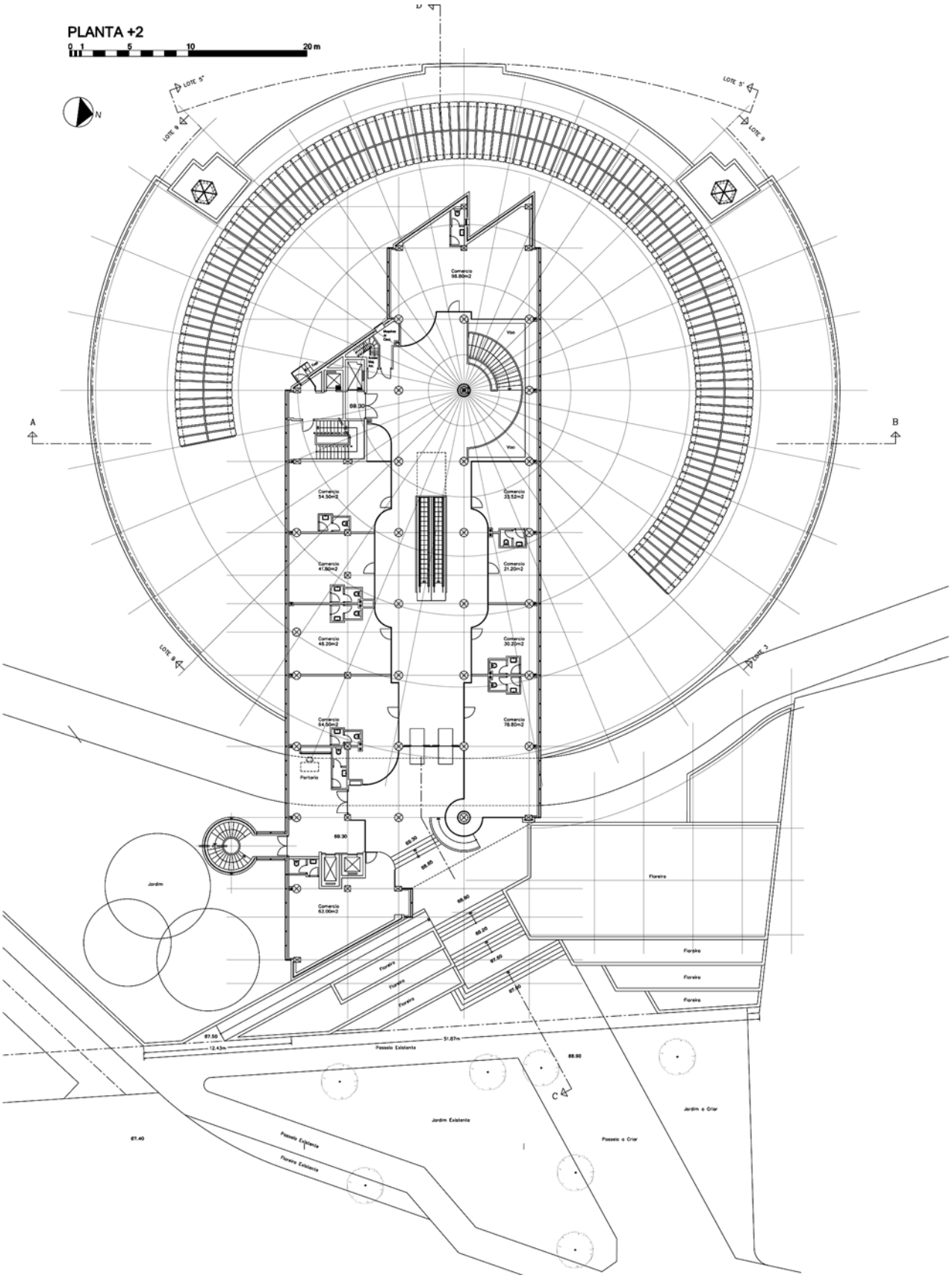
A1. 122

Doc.1.D.2.f) Planta do piso 1



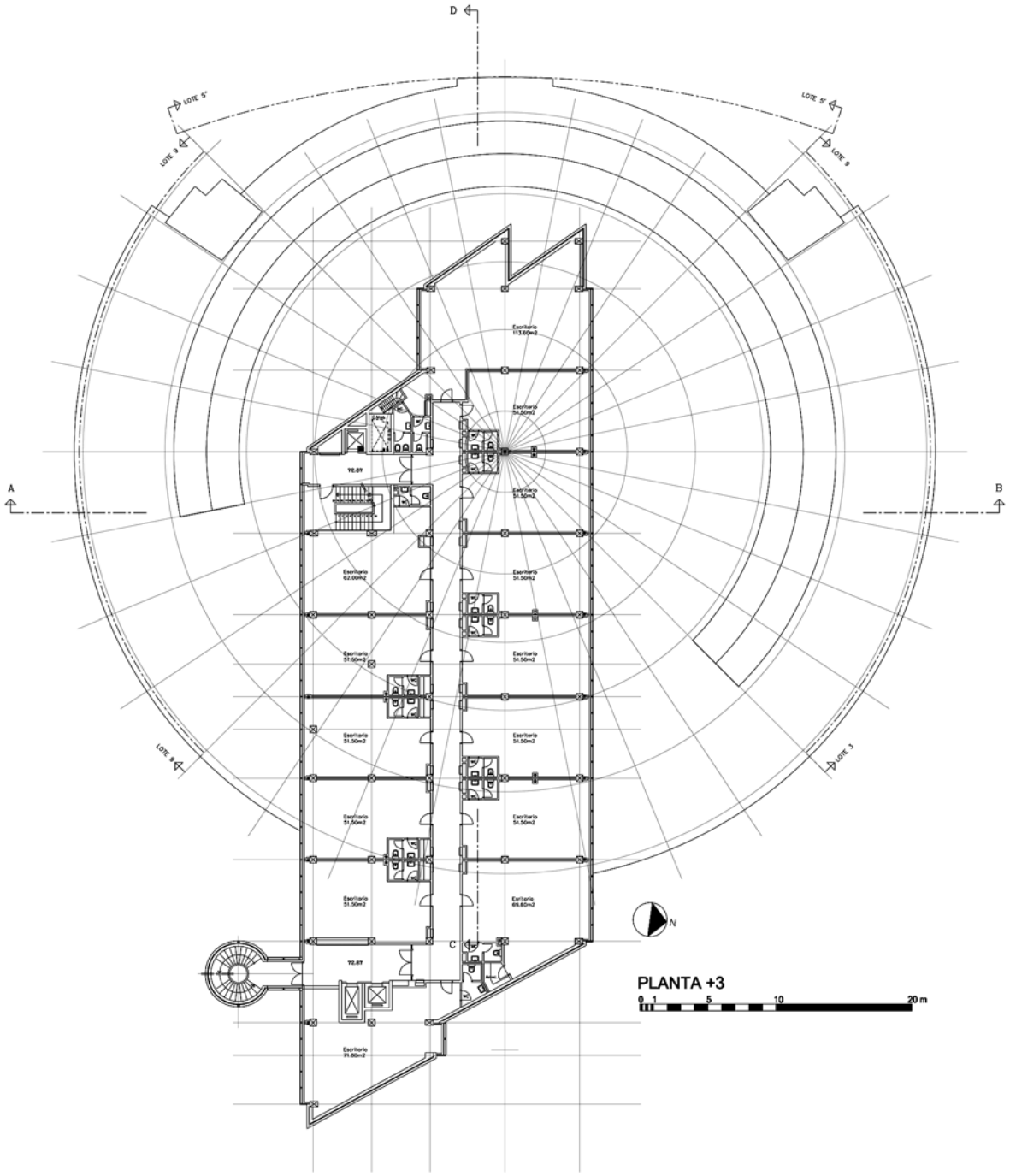
A1.123

Doc.1.D.2.g) Planta do piso 2 (acesso a partir da Rua de Júlio Dinis)



A1. 124

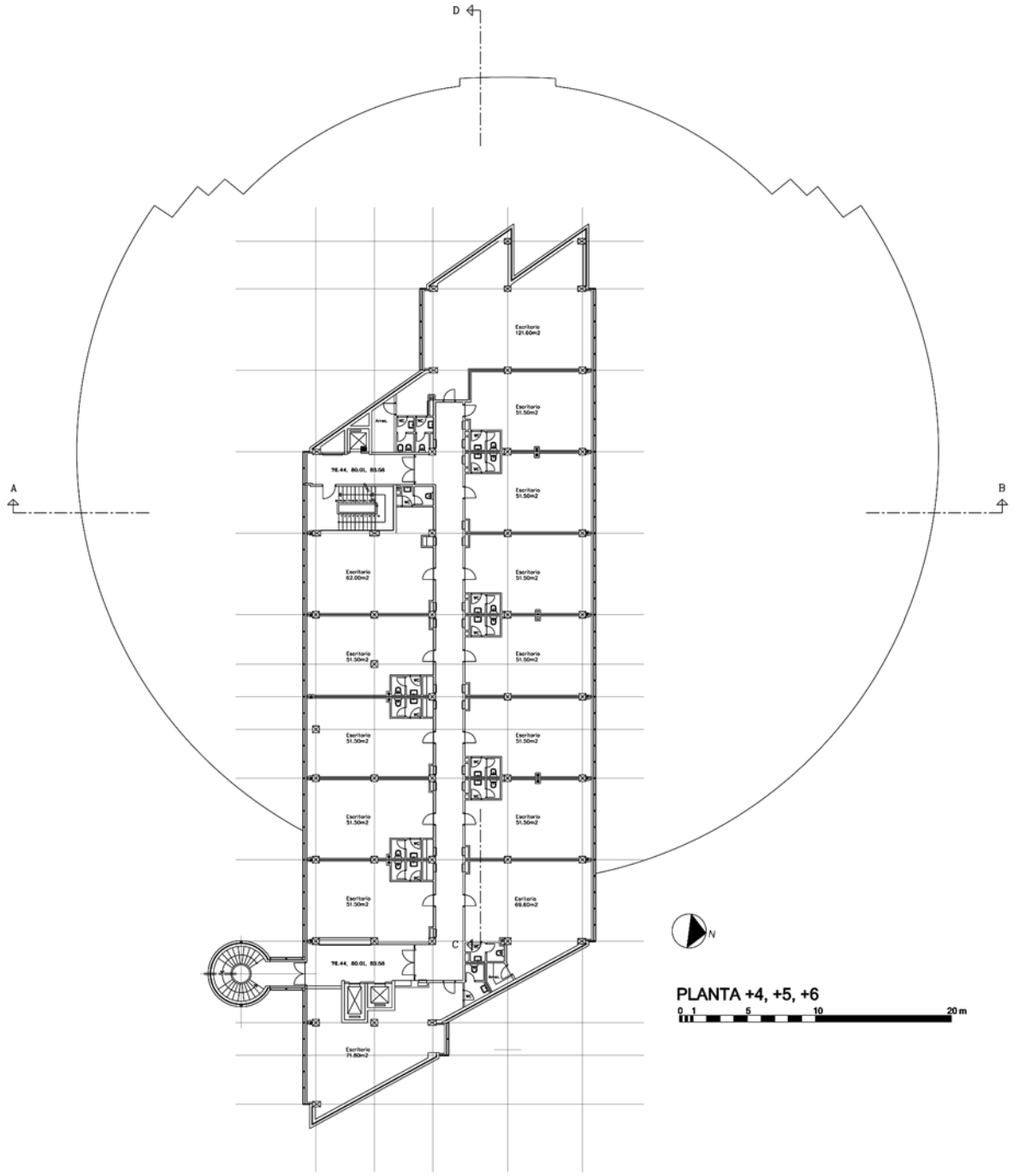
Doc.1.D.2.h) Planta do piso 3



A1.125

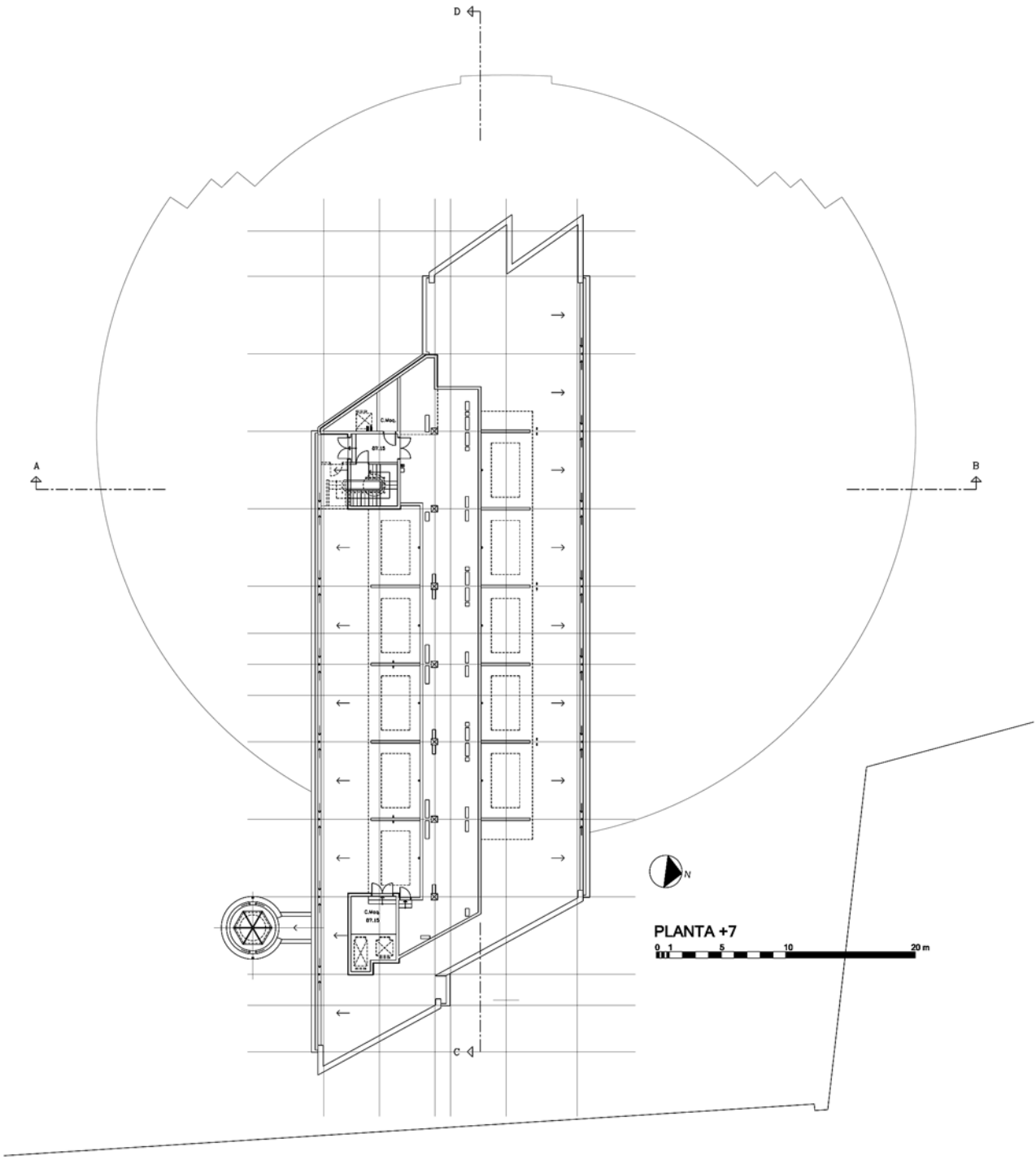
Anexo 1D: Complexo Mota Galiza .

Doc.1.D.2.i) Planta do piso tipo



A1. 126

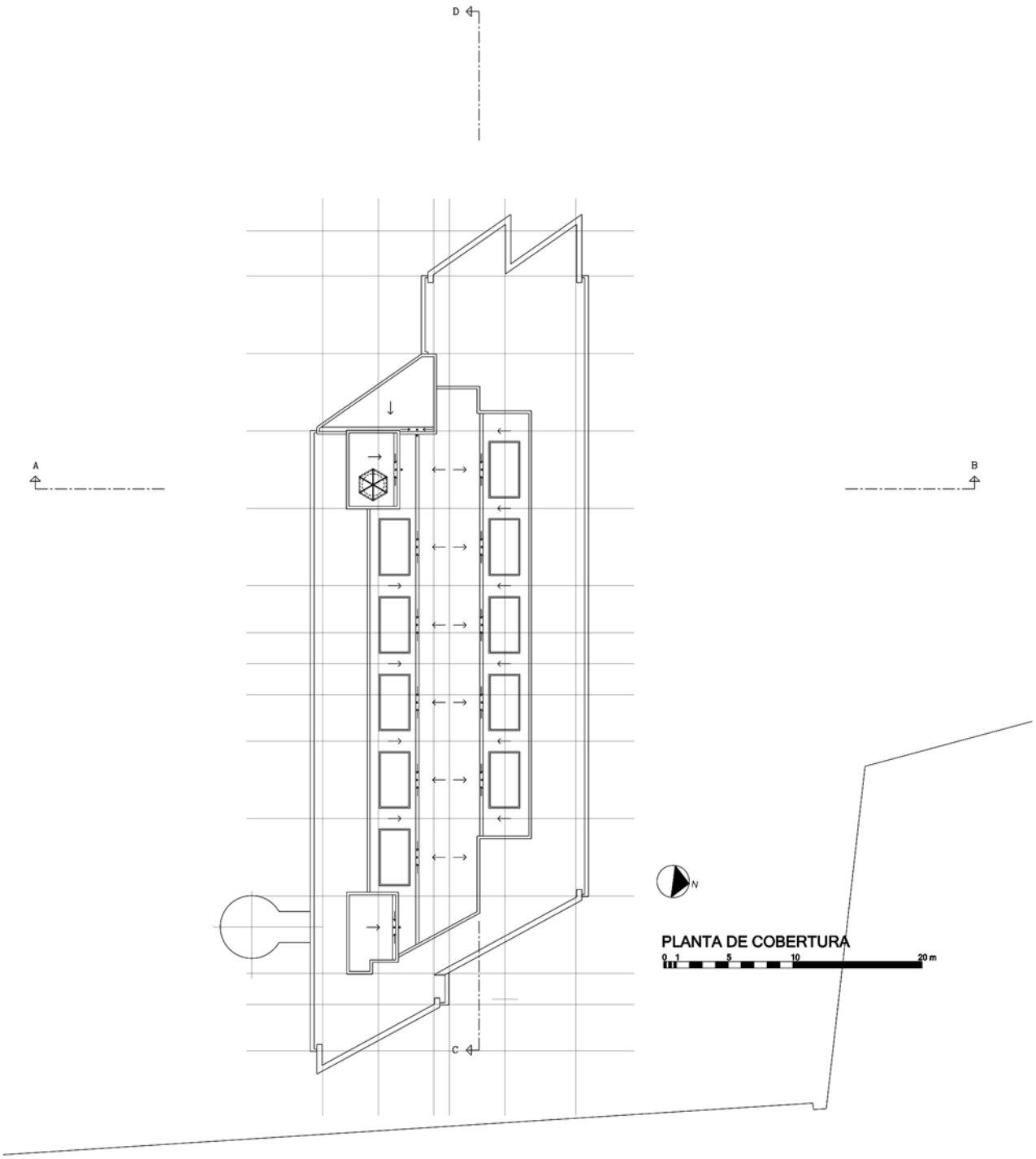
Doc.1.D.2.j) Planta do piso 7



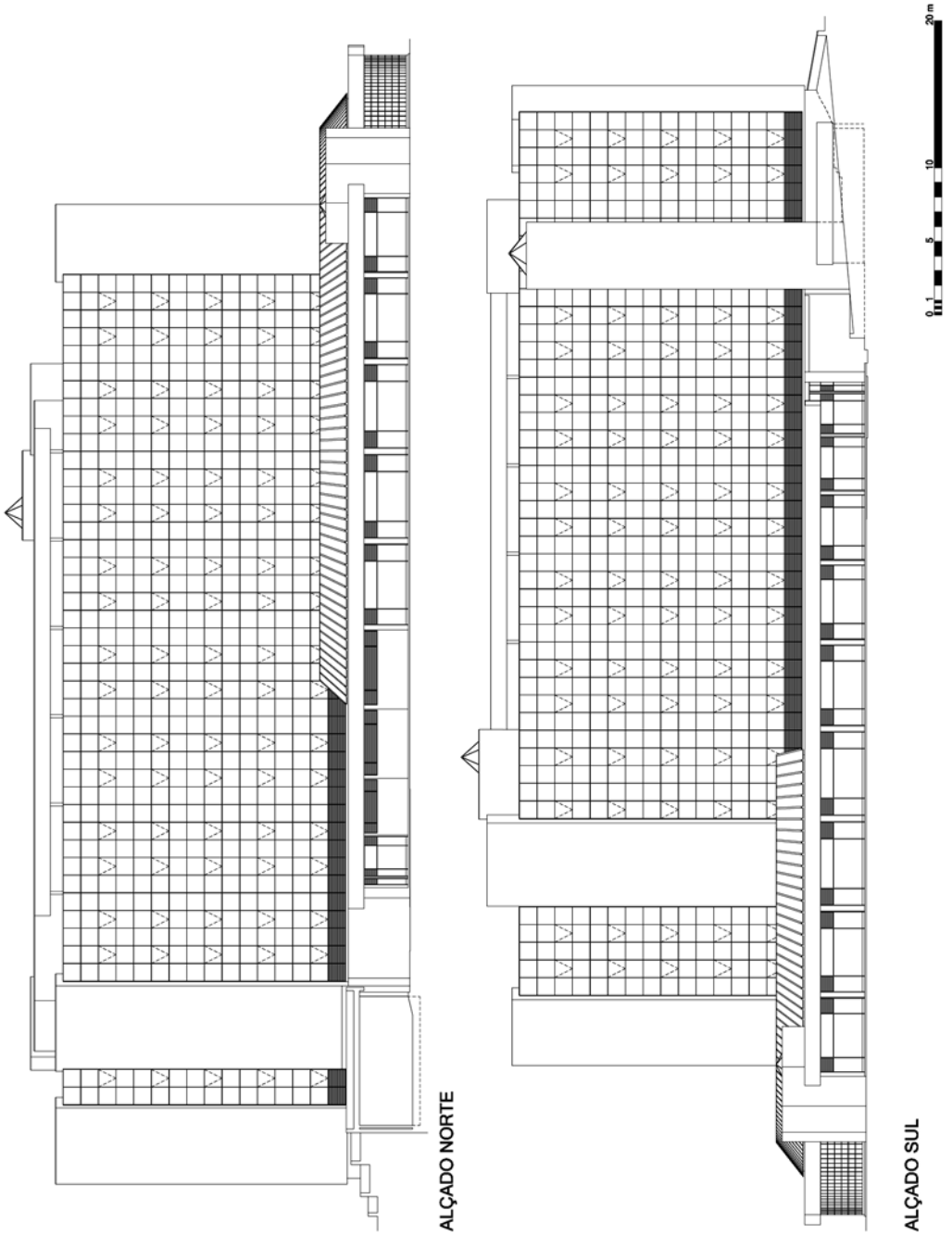
A1.127

Doc.1.D.2.k) Planta de coberturas

A1. 128

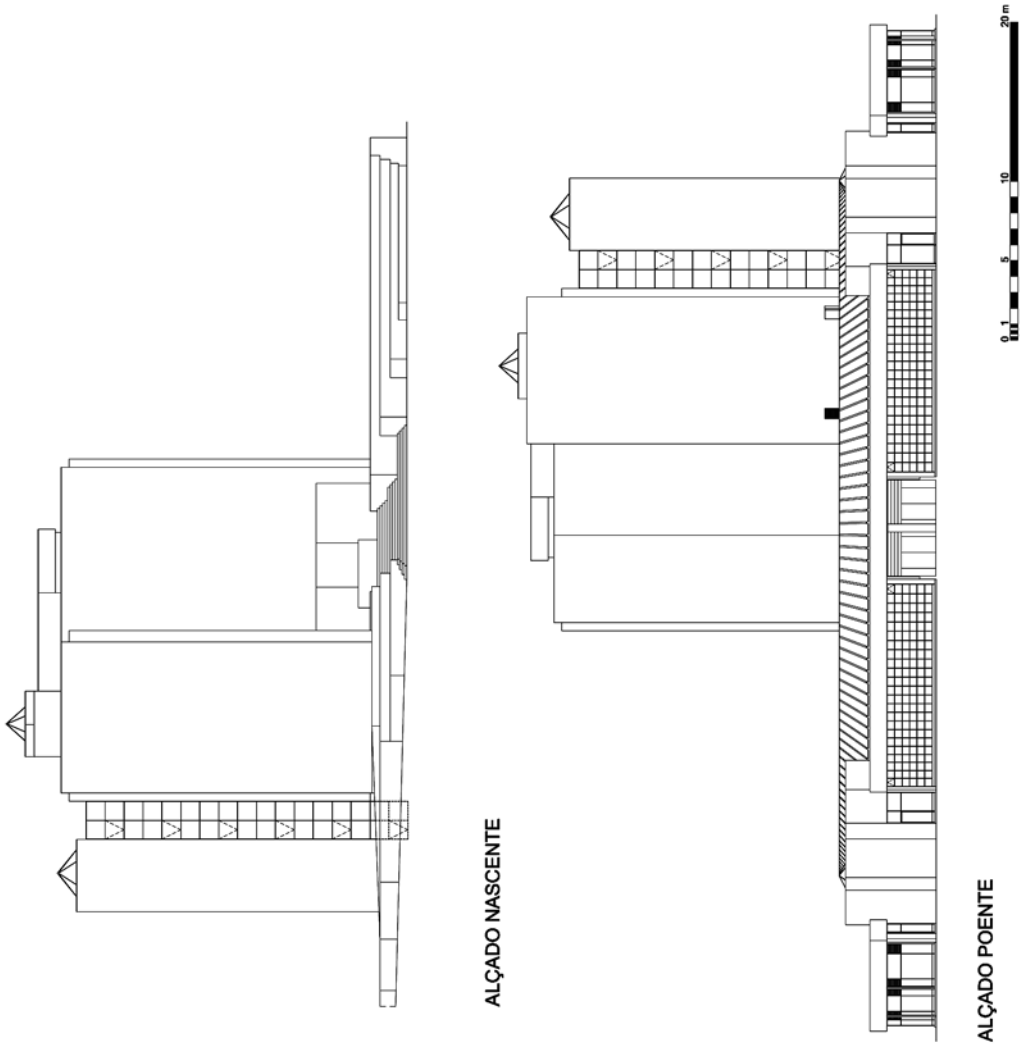


Doc.1.D.2.I) Alçados Norte e Sul

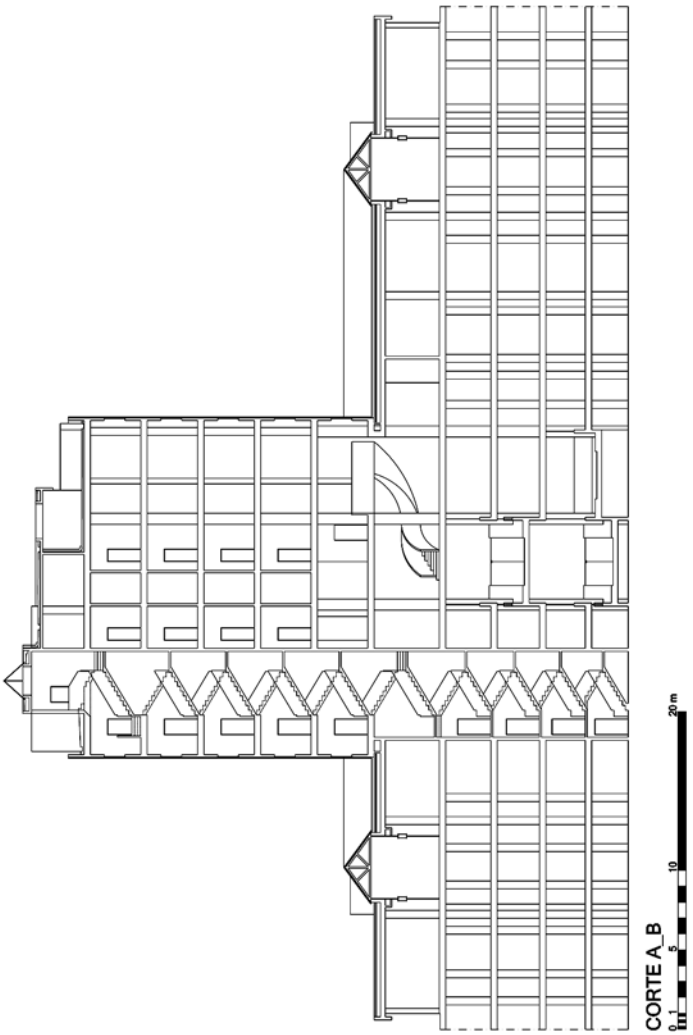


A1.129

Doc.1.D.2.m) Alçados Nascente e Poente

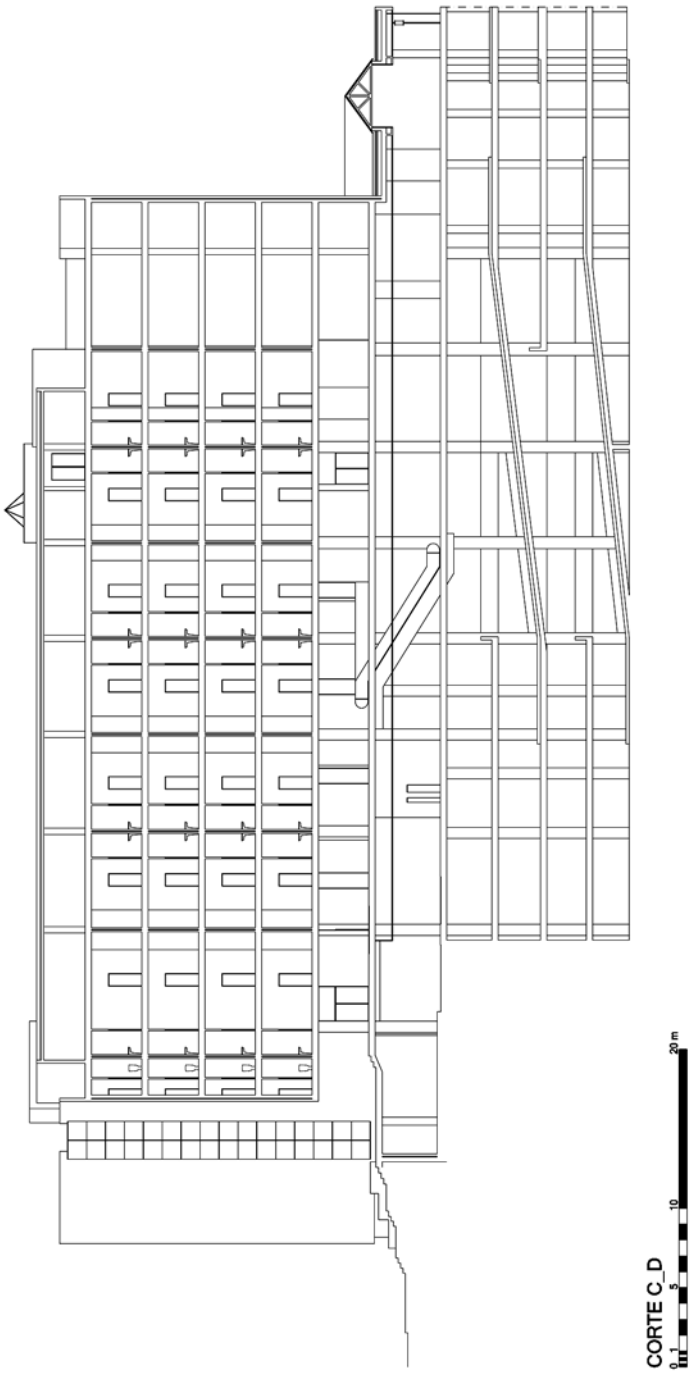


Doc.1.D.2.n) Corte AB



A1.131

Doc.1.D.2.o) Corte CD



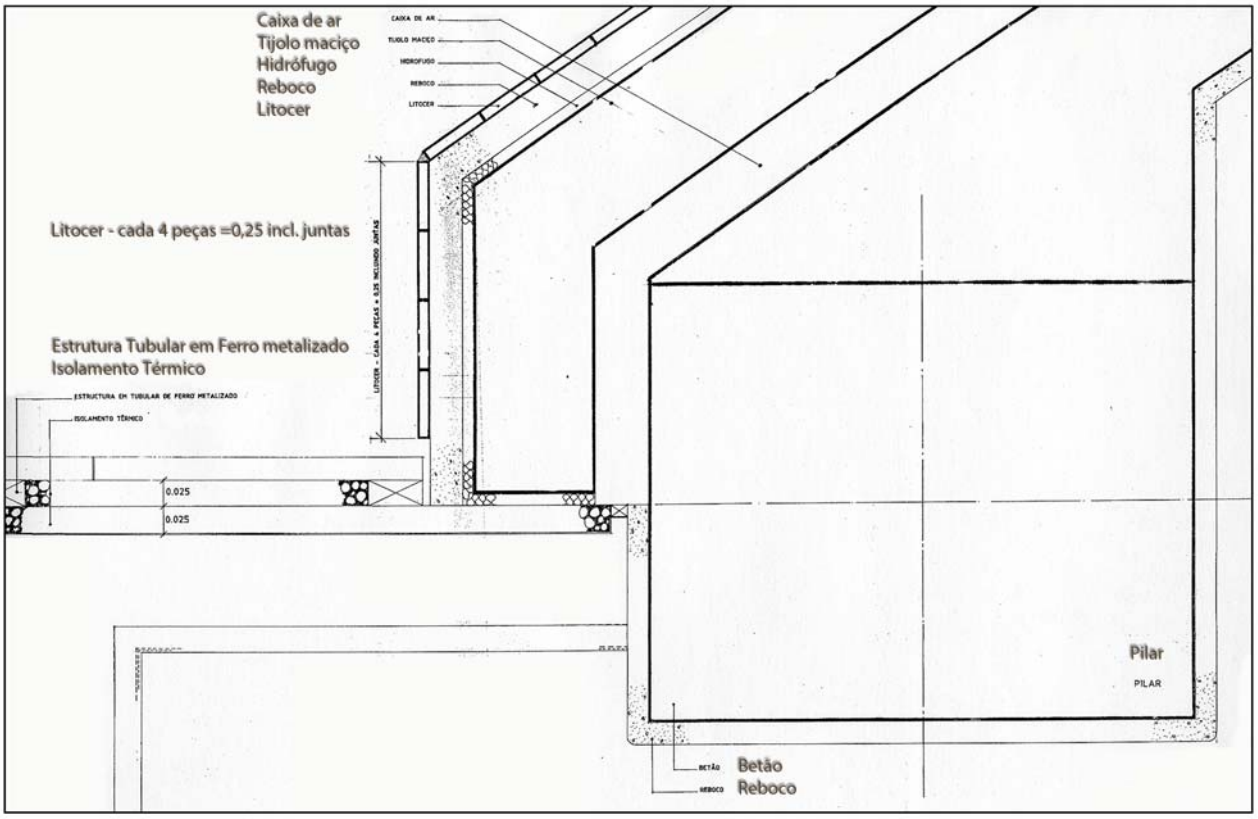
PROJECTO DE EXECUÇÃO

(Ramos & Loureiro, 1993d)

Documento nº 1.D.3.Elementos desenhados

Cópia sem escala de elementos do Projecto de Execução (Ramos & Loureiro, 1993c).

Doc.1.D.3.a) Pormenor da relação entre a fachada cortina e a parede revestida a Litocer



A1.133

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL)



(Vale, 2007/11a)



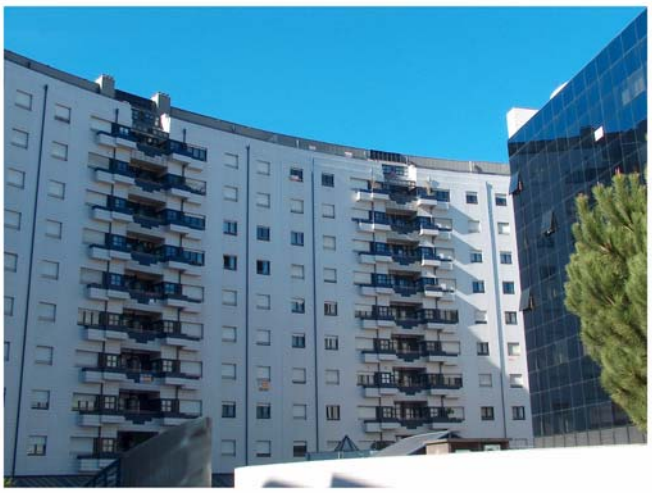
(Vale, 2007/11a)



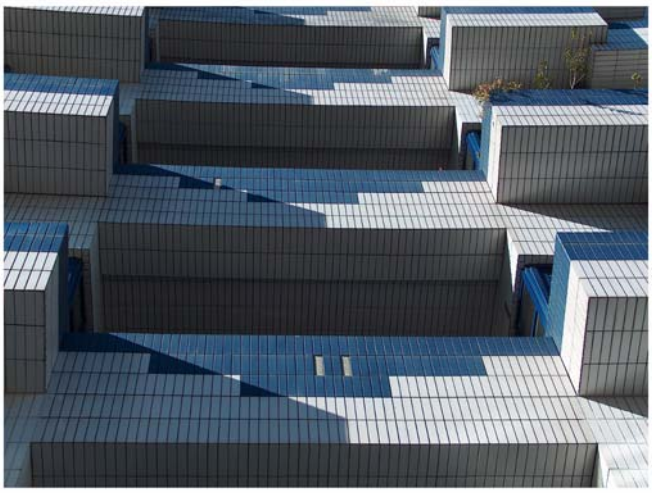
(Vale, 2007/11a)



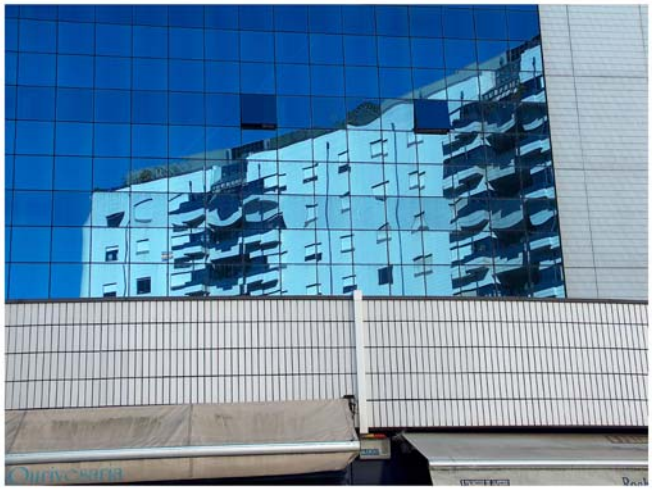
(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



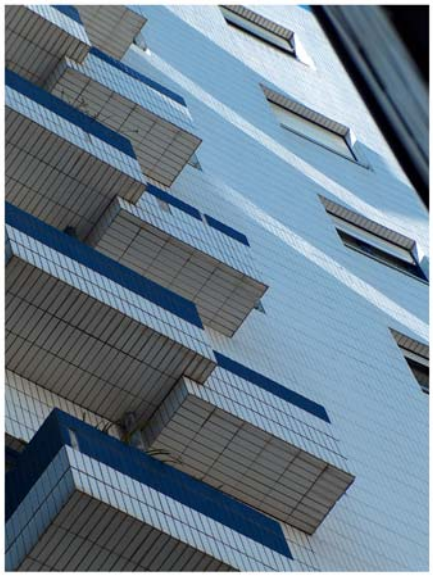
(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)



(Vale, 2007/11a)

Anexo 1D: Complexo Mota Galiza .



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)



(Vale, 20011/08)

Anexo 1D: Complexo Mota Galiza .

1.E.Condomínio Torre da Boavista

Nuno Tasso de Sousa; Arménio Ribeiro Ferreira
Código de Edifício: ABP p2300a; ABP p2300b; RBI i75

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - EDIFÍCIO DA RUA BEATO INÁCIO DE AZEVEDO

(CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1971)

Documento nº 1.E.1.Memória descritiva

Transcrição de extractos da memória descritiva do Projecto de Licenciamento, constituída por xxx páginas dactilografadas.
(Ferreira & [Sousa], 1970a)

1 – DA IMPLANTAÇÃO – O edifício acima referido faz parte de um conjunto constituído por uma zona de R/C + três andares + um recuado e de uma torre de R/C + onze andares (ver planta topográfica). No desenho anexo pode-se verificar que a quebra da cércea da torre (R/C + onze andares) para a parte em estudo (R/C + cinco andares + um recuado) é demasiado pronunciada. Procurou-se obter uma relação mais harmónica, para este tipo de solução em degrau, subindo a cércea de R/C + cinco andares + um recuado para R/C + sete andares que torna a relação, entre o volume da torre e o do bloco em estudo, muito mais agradável e esteticamente mais equilibrada. Esta alteração da cércea não é somente aconselhável por razões de relação entre as partes do mesmo conjunto, mas também por razões de relação entre o referido conjunto e o grupo residencial da Graham situado a leste (ver perfil A.B.). Manter-se-ia assim o mesmo critério de cércea dos dois lados da Via de Cintura Interna, o que nos parece ser do maior interesse conforme se pode verificar no citado perfil.

[...]

2 – ORIENTAÇÃO – Sendo o eixo maior do edifício orientado segundo a direcção Norte-Sul e topo Sul fechado pela torre (R/C + onze andares) anexa, restou-nos somente a orientação Este-Oeste para as habitações.

Em face destas condicionantes, orientamos as zonas de estar e de serviço para Nascente que, por serem as de maior permanência poderão assim beneficiar de um ambiente térmico equilibrado e de uma paisagem ampla e agradável. A zona dos quartos será virada a Poente para aproveitar o maior recato existente para este lado da construção.

3 – PROGRAMA E SEU FUNCIONAMENTO

[...]

Em virtude de o R/C ter uma área de implantação bastante superior à de todos os pisos que lhe seguem (no sentido ascendente) a parte da sua cobertura que se projecta para Poente, cuja cota é inferior à cota do pavimento do 1º andar, será utilizada como parque de jogos e diversão das crianças que viverão nas habitações em estudo.

[...]

4 – DO PARTIDO ESTÉTICO – À mancha de implantação de forma rectangular e esquemática definida pela planta topográfica tentamos tirar o maior partido arquitectónico ao nosso alcance.

[...]

A cobertura é animada com os volumes das caixas de elevador, casa do porteiro, estendais e chaminés. [...]

O exterior do edifício será revestido com elementos pré-fabricados, sendo portanto a composição dos alçados condicionada e em parte determinada pelo uso de tais elementos. Procuramos sobretudo um jogo equilibrado das superfícies abertas e fechadas com a intenção nítida de obter uma animação, variedade e ritmo que contraria a vulgar composição repetitiva e monótona.

Haverá uma grande austeridade na utilização dos materiais que serão os seguintes (para o exterior), betão aparente, placas de agregado de pedra, caixilharia de alumínio e vidro, para que não se perturbe nem se disfarce a composição básica do edifício em estudo.

5 - DO PARTIDO CONSTRUTIVO – Adoptou-se uma estrutura de betão armado, pilares, vigas, lajes, com panos de enchimento de tijolo, paredes exteriores duplas de tijolo furado de 0,11 m de espessura, caixa-de-ar de 0,05 e lajes pré-fabricadas com acabamento de agregado de pedra na face exterior.

O isolamento acústico entre pisos será feito com o emprego de "laje flutuante".

Os pilares, vigas, palas, topos de lajes e guardas de varanda serão em betão aparente.

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

A cobertura será em duas águas revestida a chapa de zinco (camarinha) excepto na zona dos estendais que será em chapa acrílica.

Haverá lanternins de iluminação e ventilação para a caixa de escada e casa das máquinas do elevador.

As caixilharias serão em alumínio anodizado à cor natural, sendo os peitoris em fibrocimento "grasal".

[...]

25 de Junho de 1970

Documento nº 1.E.2.Memória descritiva de aditamento

Transcrição de extracto da memória descritiva de aditamento. (Ferreira & [Sousa], 1971)

[...]

Todas as peças interiores e cozinhas serão ventiladas mecanicamente por dois grupos colocados na cobertura (Sistema BAHCO 70); a cave será ventilada e iluminada naturalmente, a sub-cave será em parte ventilada e iluminada naturalmente tendo no entanto ventilação forçada.

[...]

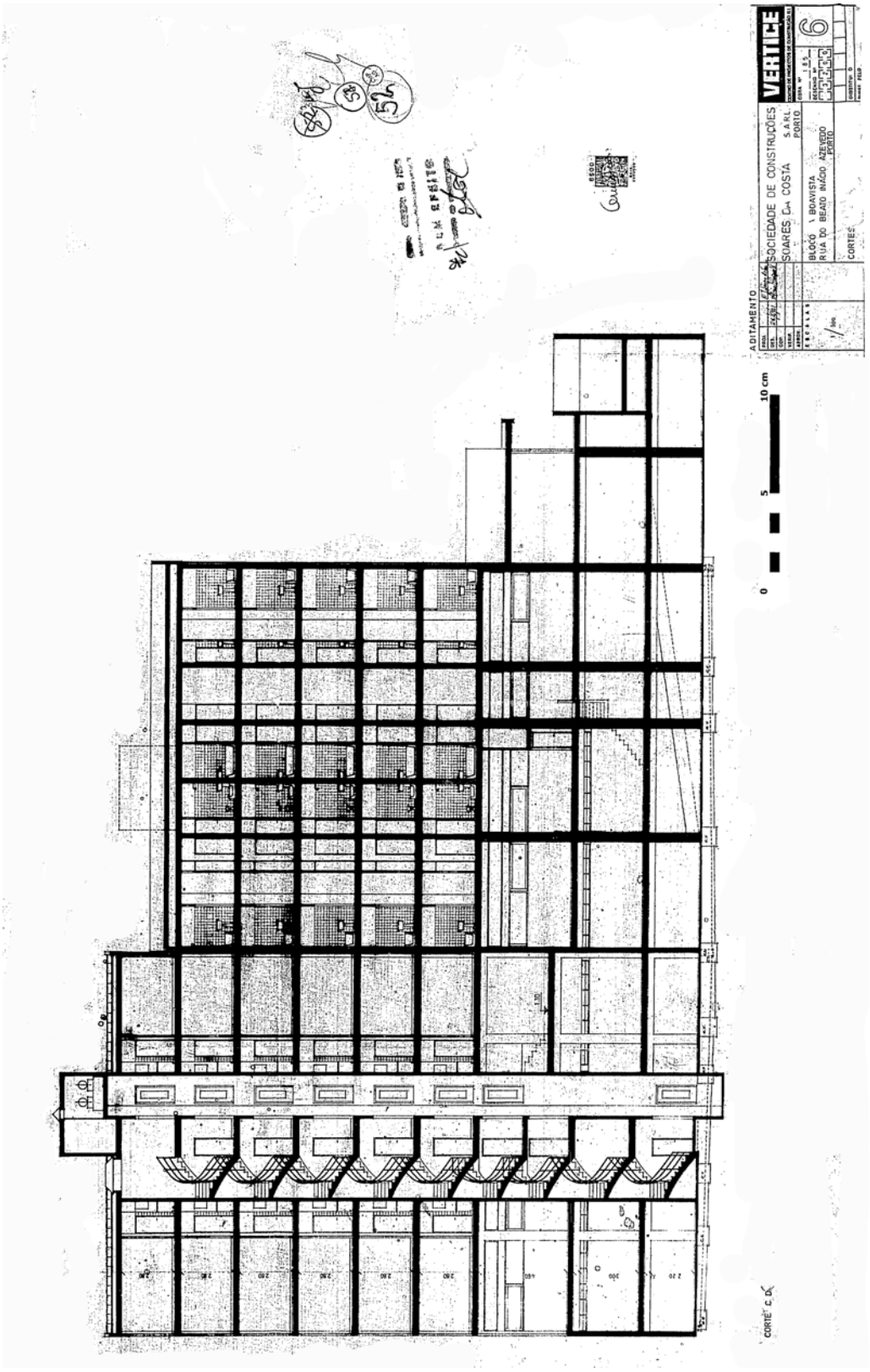
26 de Fevereiro de 1971

Documento nº 1.E.3.Peças desenhos do processo de licenciamento

Cópias sem escala de desenhos do Projecto de Licenciamento. Reproduções a partir de (Ferreira & [Sousa], 1970b)

A1. 140

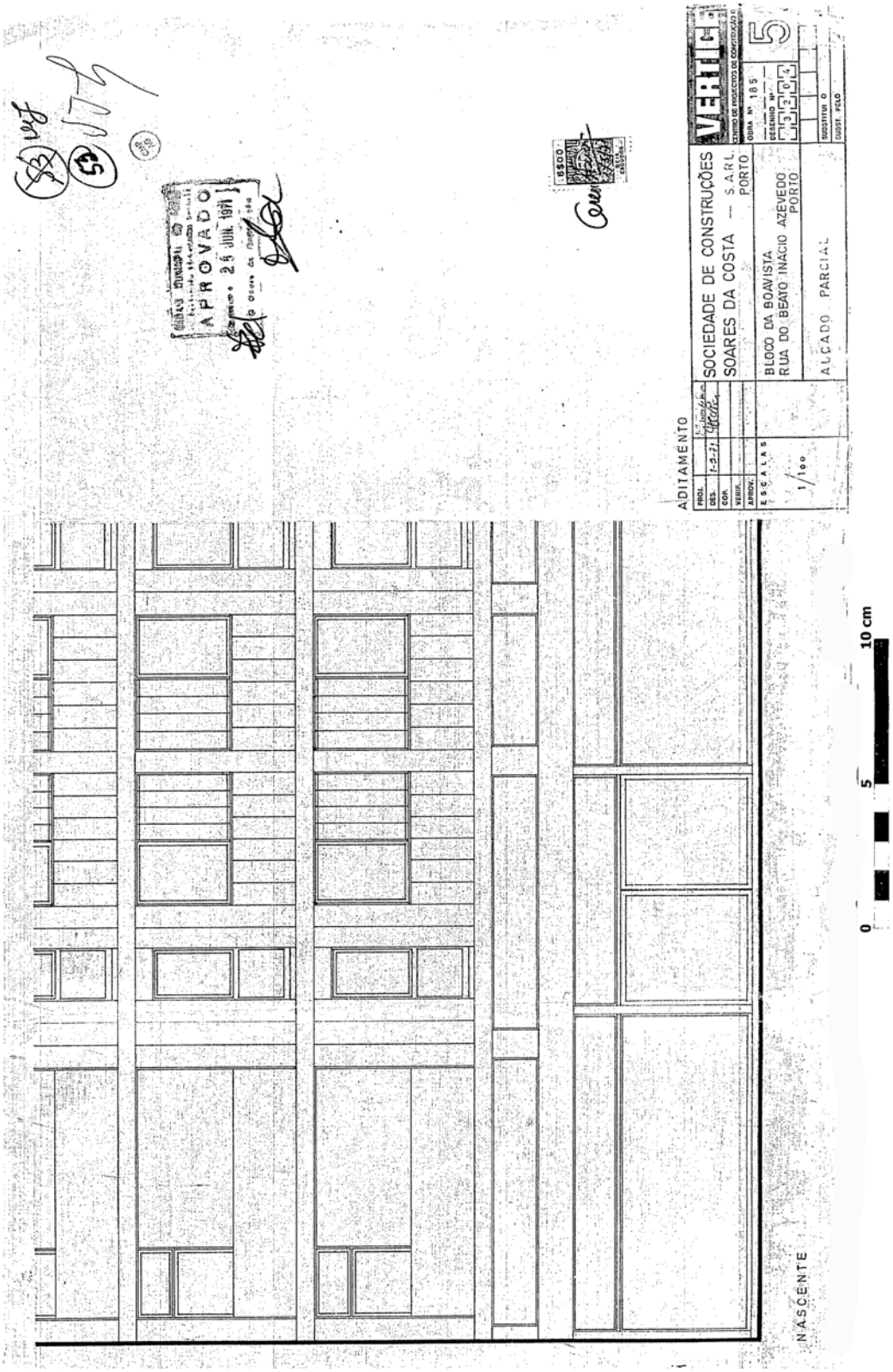
Doc.1.E.3.a) Corte Longitudinal



A1.141

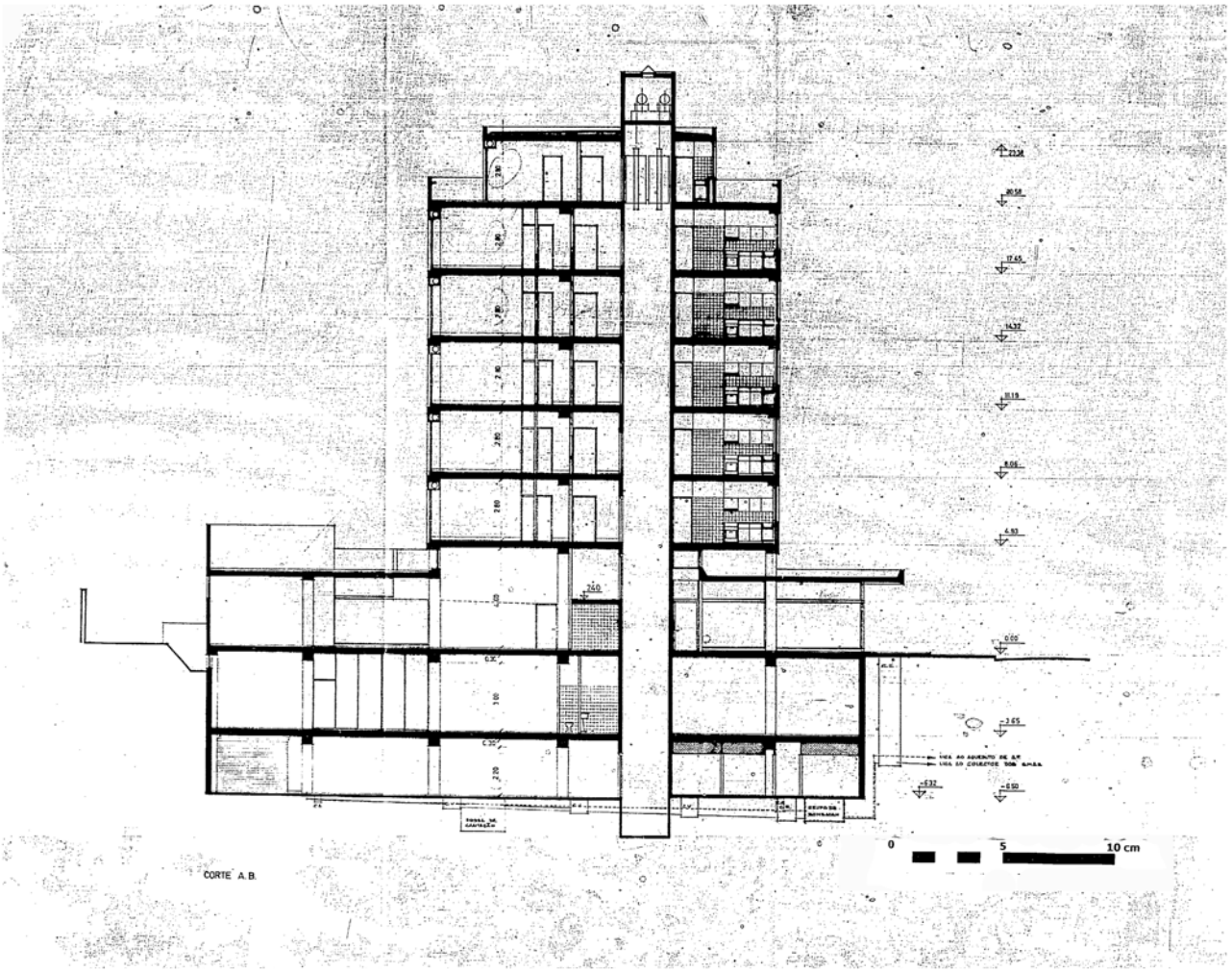
Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

Doc.1.E.3.b) Alçado Parcial



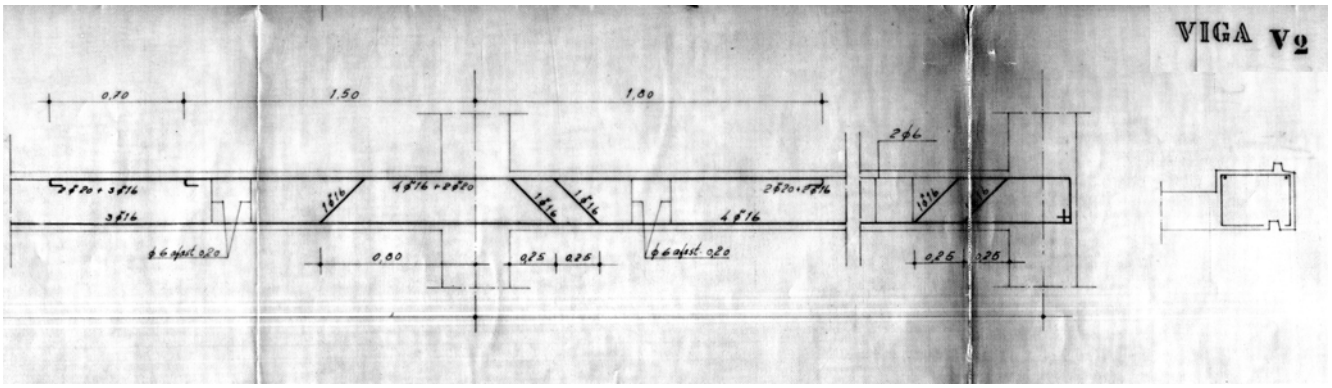
A1. 142

Doc.1.E.3.c) Corte Transversal



A1.143

Doc.1.E.3.d) Viga V2



Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

PROJECTO DE LICENCIAMENTO - EDIFÍCIO DO GAVETO DA AVENIDA DA BOAVISTA

(CMPorto, Ferreira & [Sousa], 1973)

Documento nº 1.E.4.Memória descritiva e justificativa

Transcrição praticamente integral da memória descritiva inicial do Projecto de Licenciamento, constituída por 3 páginas (frente e verso) dactilografadas.
(Ferreira & [Sousa], 1973a)

Esta memória diz respeito ao projecto de um edifício para habitação, escritórios, estabelecimento comercial, estação de serviço e garagem de recolha para os utentes das habitações, que a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.R.L., pretende construir em terreno que possuiu no gaveto da Avenida da Boavista e Rua do Beato Inácio de Azevedo.

Da Implantação: *introduzimos pequenas alterações ao estipulado na planta topográfica, por motivos de integração com a construção existente (a Norte), definição de estrutura e de composição volumétrica. Avançamos ligeiramente a parte mais larga de torre para a destacar da outra encostada ao edifício existente. Tornamos mais estreito e comprido o corpo de 3 pisos virados à Av. da Boavista a fim de se libertar a empena poente da torre e de tornar possível destacar perfeitamente, sob o ponto de estabilidade, estes dois volumes e mesmo acontecendo no andar recuado situado sobre esta parte da construção. O envidraçado do R/C junto do bloco em construção*
A1. 144 *alinhará pela montra deste a fim de rematar da melhor maneira todo este plano de vidro sob a pala que se estende até à zona avançada da torre. Na faixa de terreno a poente, que em parte ficará ocupada pela rampa de acesso às cave e sub-cave, propomos o aproveitamento da parte sobrante que ficaria sem qualquer utilização e impedindo o perfeito remate do R/C contíguo com a totalidade dos edifícios. Assim, além de se aumentar um pouco o R/C deste novo edifício, aumenta-se também o logradouro destinado a recreio das crianças, que de outra maneira ficaria de dimensões assaz reduzidas em relação ao número dos respectivos utentes. Este aumento implica, segundo o parecer do urbanista da C.M.P., o acordo do vizinho e a construção simultânea por parte dele de um piso em R/C que venha rematar com aquele que aqui propomos. Juntamos a este processo uma declaração desse acordo, assim como uma solução para a construção em causa. O R/C deste edifício irá assim até ao limite de propriedade, exactamente como no bloco contíguo, agora em construção. A planta topográfica indica como áreas edificáveis acima do solo as seguintes: R/C - 987 m^2; 3 andares - 780 m^2; Recuado - 112 m^2; Torre - 4.587 m^2, o que soma 6.466 m^2. Por sua vez o projecto apresenta as seguintes áreas; R/C - 984 m^2; 3 andares - 810 m^2; Recuado - 88 m^2; Torre - 4.587 m^2, o que totaliza 6.469 m^2, havendo assim um aumento de apenas 3 m^2, a que se adicionarão os 120 m^2 do aproveitamento do R/C da parte sobrante da faixa de terreno a poente.*

Da orientação *- como se trata de um gaveto e de um edifício com 3 empenas livres, as habitações abrem-se para Nascente, Sul e Poente conforme a sua posição na torre. Os escritórios abrem-se para Sul e Poente, estando o de Sul protegido com um quebra-luz. O estabelecimento comercial abre-se para Nascente e Sul.*

Programa e seu funcionamento *- o edifício terá ao todo 14 pisos, sendo estes utilizados do seguinte modo:*

Sub-cave - destinada á recolha de automóveis dos utentes do prédio e arrumos; ventilada naturalmente por chaminé com pátio inglês ao nível do R/C. Terá acesso independente a partir da cave e comum, a descoberto, até à rua. Os portões tanto da cave e da sub-cave situam-se ao nível desta no patamar de distribuição. Aqui não existe sanitário por esta garagem ser para uso exclusivo dos locatários.

Cave - garagem de recolha, lavagem, lubrificação, sanitários, chuveiro, vestiário do pessoal e armazém.

Rés-do-chão - estabelecimento comercial com respectivos sanitários, entrada dos escritórios com sanitário do porteiro e entrada principal com sanitário do porteiro e central de recolha de lixo.

1º, 2º e 3º andares - escritório e sanitários (337 m^2), uma habitação do tipo T2 e outra do tipo T3 por piso. No 1ºandar situa-se o logradouro e respectiva ligação ao patamar de acesso às habitações. Neste logradouro instalar-se-á equipamento fixo tal como labirinto, escorregões, caixas de areia, bancos e floreiras junto às zonas próximas da vedação e edifício.

4º andar - neste nível situam-se, além do andar recuado com uma habitação tipo T3 (m^2 - 195), sobre o volume do rés do chão+3, com um vasto terraço acessível, duas habitações uma do tipo T3 (m^2 - 159) e outra do tipo T2 (m^2 -110).

5º a 11ºandares - por cada piso existem duas habitações do tipo T2 (m^2 -110) e uma do tipo T3 (m^2 -159)

Qualquer das habitações dispõe de zona de serviço, estar e dormir bem diferenciadas e independentes. A zona de serviço compreende cozinha, quarto de criada, banho e varanda de serviço. A zona de estar é constituída por um só espaço com um núcleo de fogo, outro de comer e por uma varanda ampla que permite uma utilização eficaz. A zona de dormir das habitações T2 dispõe de 2 quartos, 1 quarto de banho e roupeiro geral, e as de tipo T3 por 3 quartos, 2 quartos de banho e roupeiro geral.

Cobertura - em parte será ocupada por um terraço acessível, patamar de acesso, máquinas dos elevadores e de ventilação forçada.

Acessos verticais - zona de escritórios - escada e ascensor para 6 pessoas a partir do R/C. Zona de habitação - escada, ascensor para 6 pessoas e monta-cargas de grandes dimensões a partir da sub-cave.

Ventilação - todas as peças interiores (quartos de banho, sanitários, arrumos, quedas de lixo, central de dos lixos, vestiários, etc.) e cozinhas são ventilados mecanicamente por 3 grupos colocados na cobertura. A sub-cave e cave serão ventiladas naturalmente sendo-o também as zonas de arrumos, sanitários e vestiários não indo as paredes divisórias até ao tecto. As caixas de escadas abrem directamente para o exterior e serão ventiladas permanentemente por essas mesmas aberturas. As casas das máquinas dos elevadores serão ventiladas permanentemente por meio dos lanternins de iluminação.

Partido estético *- na solução proposta pouco nos desviamos das condicionantes impostas na PT fornecida pela Exmª Câmara e dentro destas procuramos com que este edifício se integrasse com o que actualmente se encontra em construção, segundo o tipo de aberturas e acabamentos já que na volumetria o é bastante difícil devido à desproporção de cada uma das partes deste conjunto*

relativamente às outras. No entanto, ao nível do R/C e dos logradouros parece-nos que se encontram os 2 edifícios perfeitamente interligados. Nos pisos superiores tentamos interligar, em parte da Torre, as linhas do pavimento com o vizinho e introduzir uma certa variedade de aberturas e fechados de modo a reduzir a grandiosidade de proporções da Torre com o restante. A cobertura é animada com os volumes das caixas de elevador, chaminés e patamar de acesso ao terraço que formam o remate superior da construção. O exterior do edifício será revestido com elementos pré-fabricados que de certo modo condicionam a composição dos alçados mas que de algum modo evitam um equilíbrio entre superfícies abertas e fechadas. Haverá uma grande austeridade na utilização dos materiais de revestimento exterior: betão aparente, placas de betão pré-fabricadas com superfície lavada (agregado de pedra) exactamente igual ao prédio vizinho, caixilharia de alumínio, vidro e grasal.

Partido construtivo *- estrutura - serão de betão armado os pilares, vigas e lajes. Paredes - as exteriores serão duplas de tijolo furado e=0,11m, painéis pré-fabricados e=0,10m e caixa-de-ar 0,05. As interiores serão de tijolo simples ou duplas conforme sejam dentro da mesma habitação ou separando habitações. Todas as paredes e pavimentos serão rebocados e pintados com excepção dos quartos de banho, arrumos, sanitários, vestiários, garagens até 1,50 e a toda a altura nas quedas e central de lixos serão revestidos com materiais impermeáveis, lisos, laváveis e resistentes. O isolamento acústico será entre pisos, feito com o emprego de lã de vidro. Os pilares, vigas, palas e guardas de varandas serão em betão aparente. As caixilharias serão de alumínio anodizado à cor natural e os peitoris das janelas em fibrocimento grasal. As lajes da cobertura serão impermeabilizadas com telas asfálticas quando acessíveis e zinco tipo camarinha quando não acessíveis. O abastecimento de água será assegurado por meio de bombas de baixa pressão ligadas a uma cisterna. As águas pluviais serão ligadas ao respectivo aqueduto municipal e o saneamento ao colector geral de saneamento.*

[...]

Porto, 31 de Julho de 1972

Arménio Ribeiro Ferreira

Documento nº 1.E.5.Memória descritiva de aditamento

Transcrição de extracto da memória descritiva do aditamento.
(Ferreira & [Sousa], 1974)

A1.145

[...] As alterações introduzidas ao projecto são basicamente devidas ao reforço da estrutura na caixa de elevadores e escada da torre e casa das máquinas do ascensor dos escritórios além das condicionantes indicadas na folha anexa ao alvará de licença. Incluiu-se um arranjo da zona exterior ao rés-do-chão junto ao entroncamento da Rua do Beato Inácio com a Avenida da Boavista.

[...]

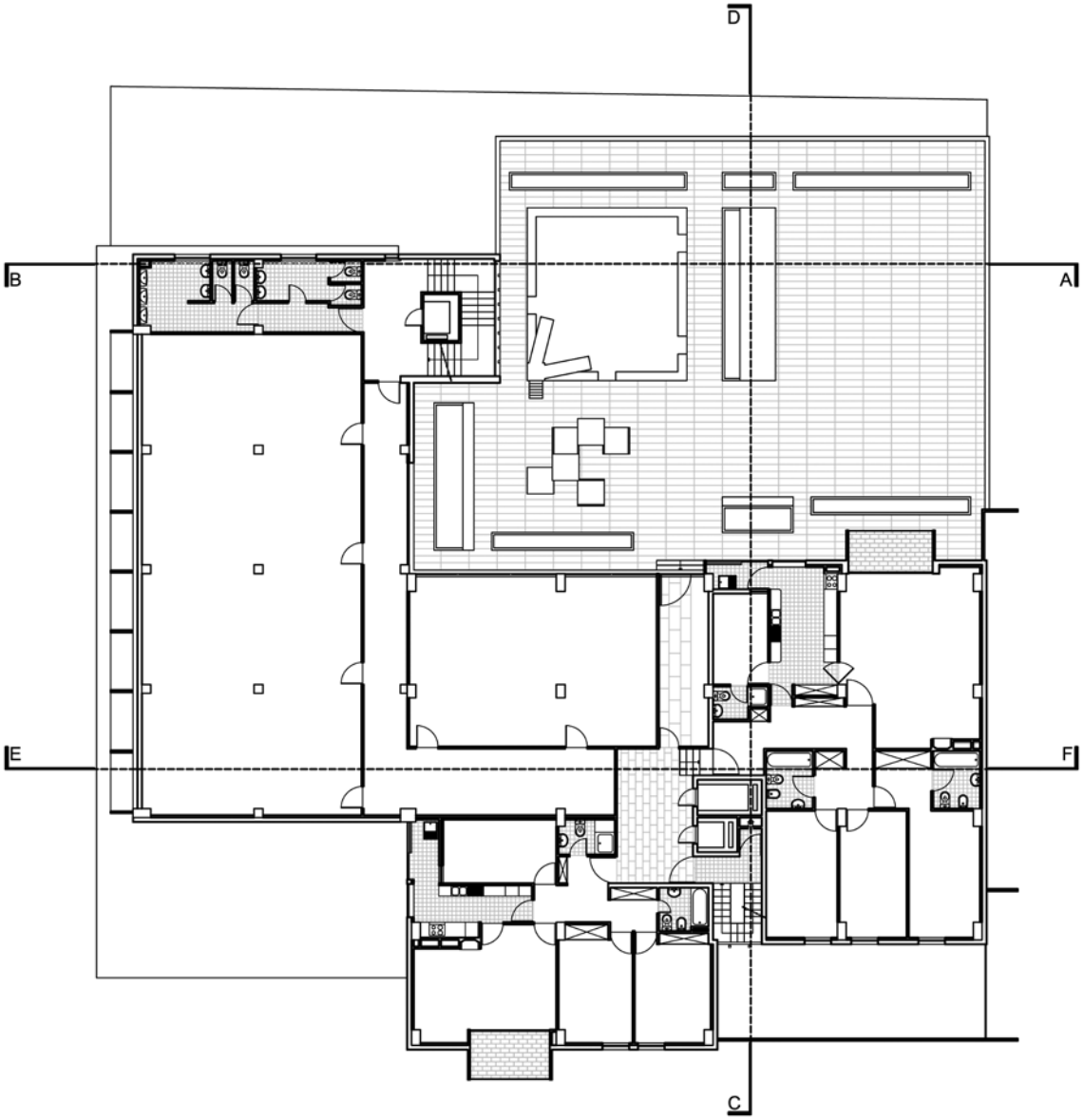
2 de Julho de 1974

Documento nº 1.E.6.Peças desenhadas do processo de licenciamento

Redesenho sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/100) de elementos do projecto de licenciamento disponíveis no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto.
Redesenhados a partir de (Ferreira & [Sousa], 1973b)

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

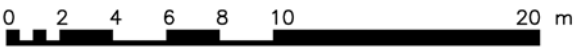
Doc.1.E.6.a) Planta do 1º Andar



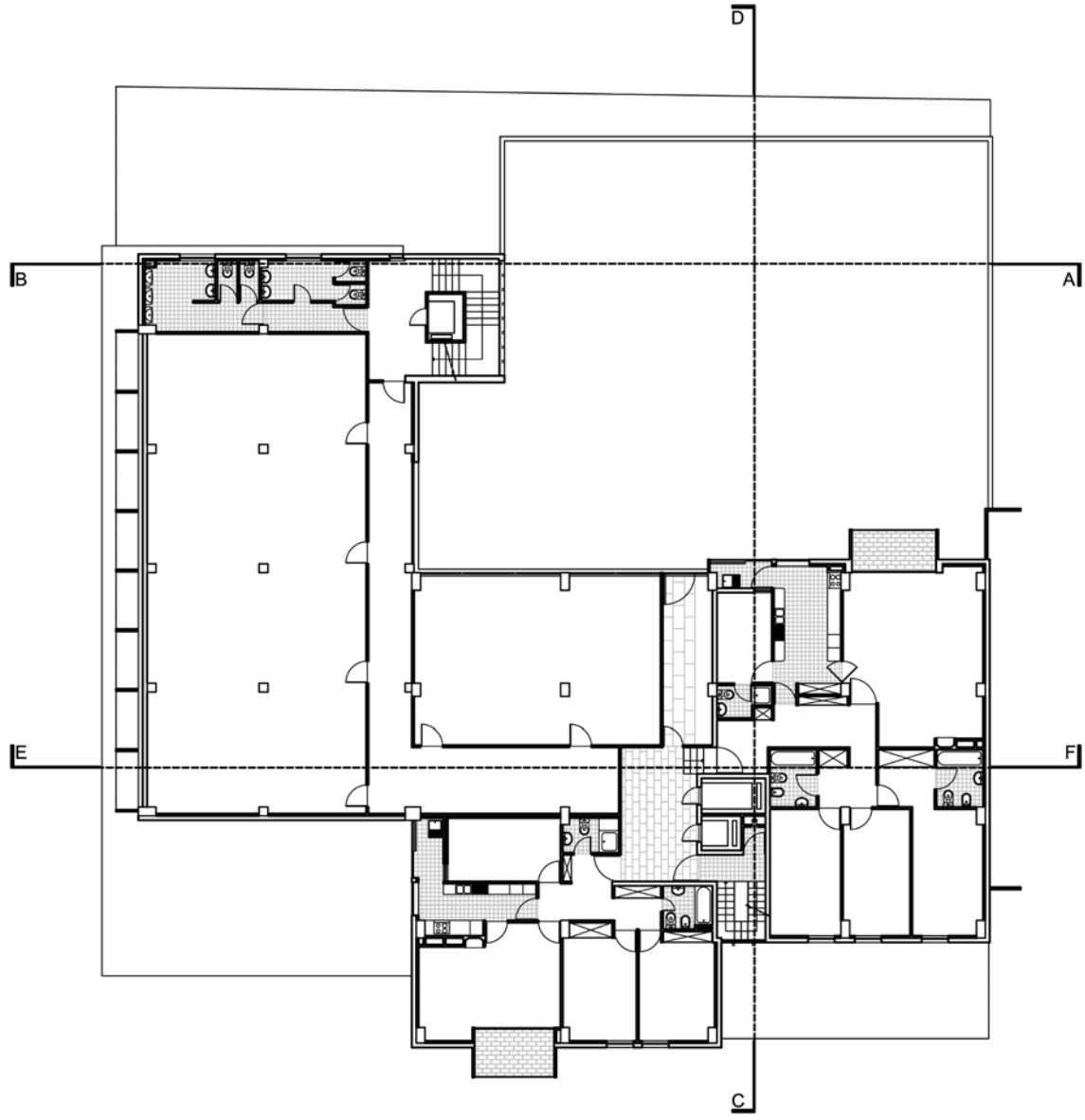
A1. 146

PLANTA DO 1º ANDAR



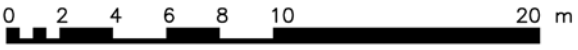


Doc.1.E.6.b) Plana tos 2º e 3º andares



PLANTA DO 2º E 3º ANDARES

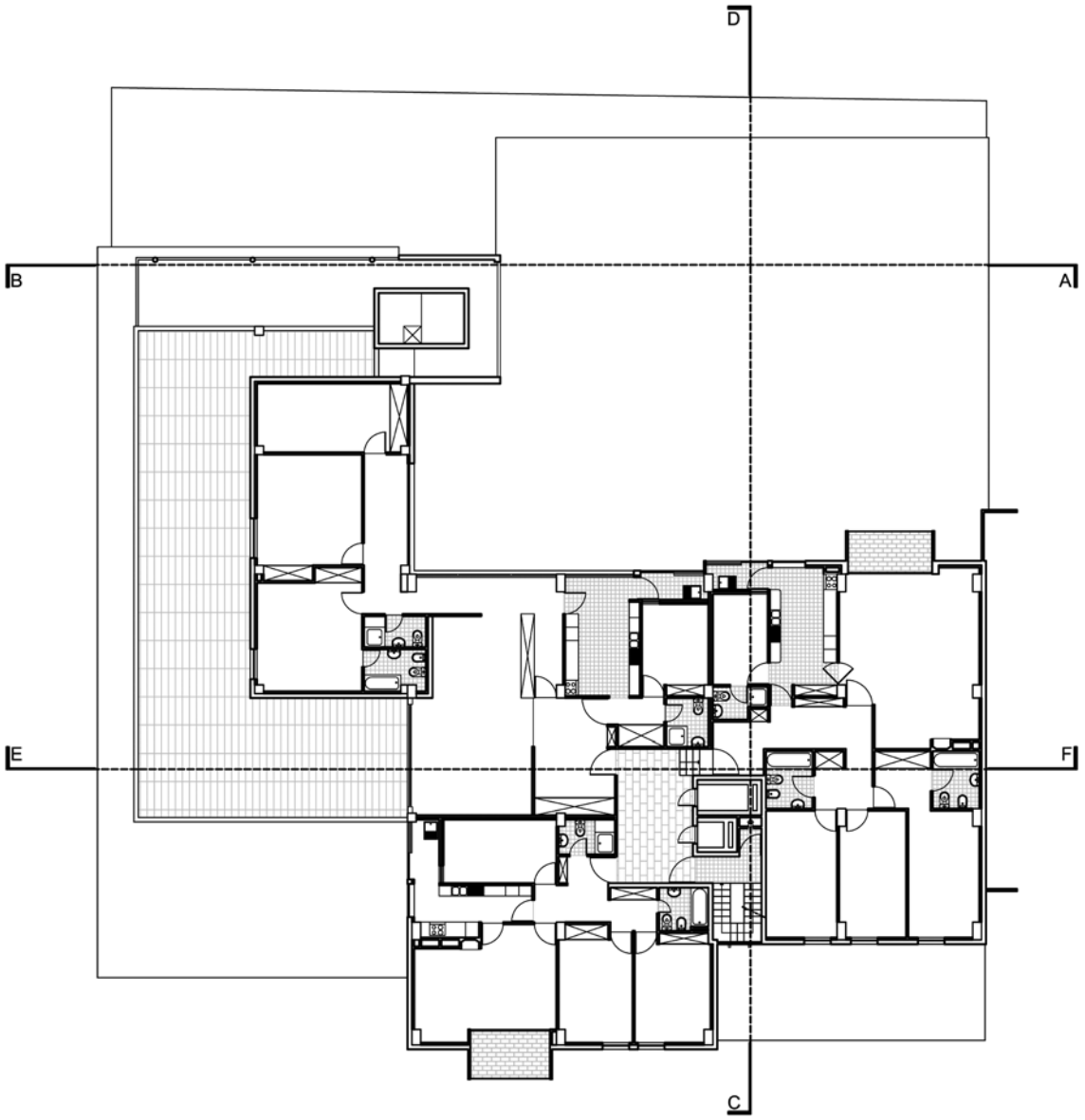




A1.147

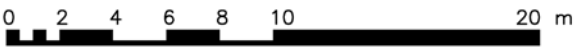
Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

Doc.1.E.6.c) Planta do 4º Andar



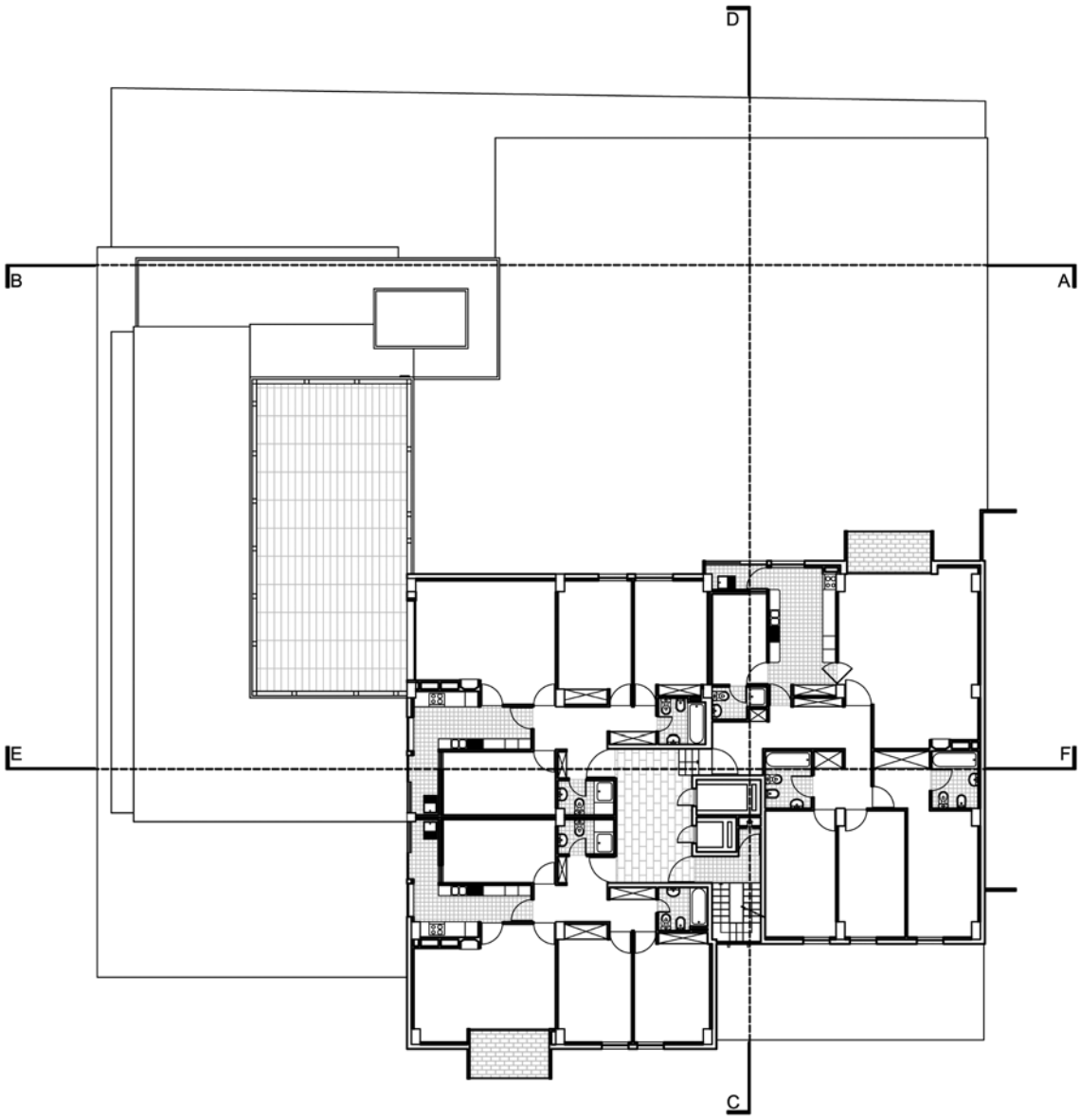
PLANTA DO 4º ANDAR





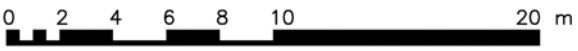
A1. 148

Doc.1.E.6.d) Planta do 5º Andar



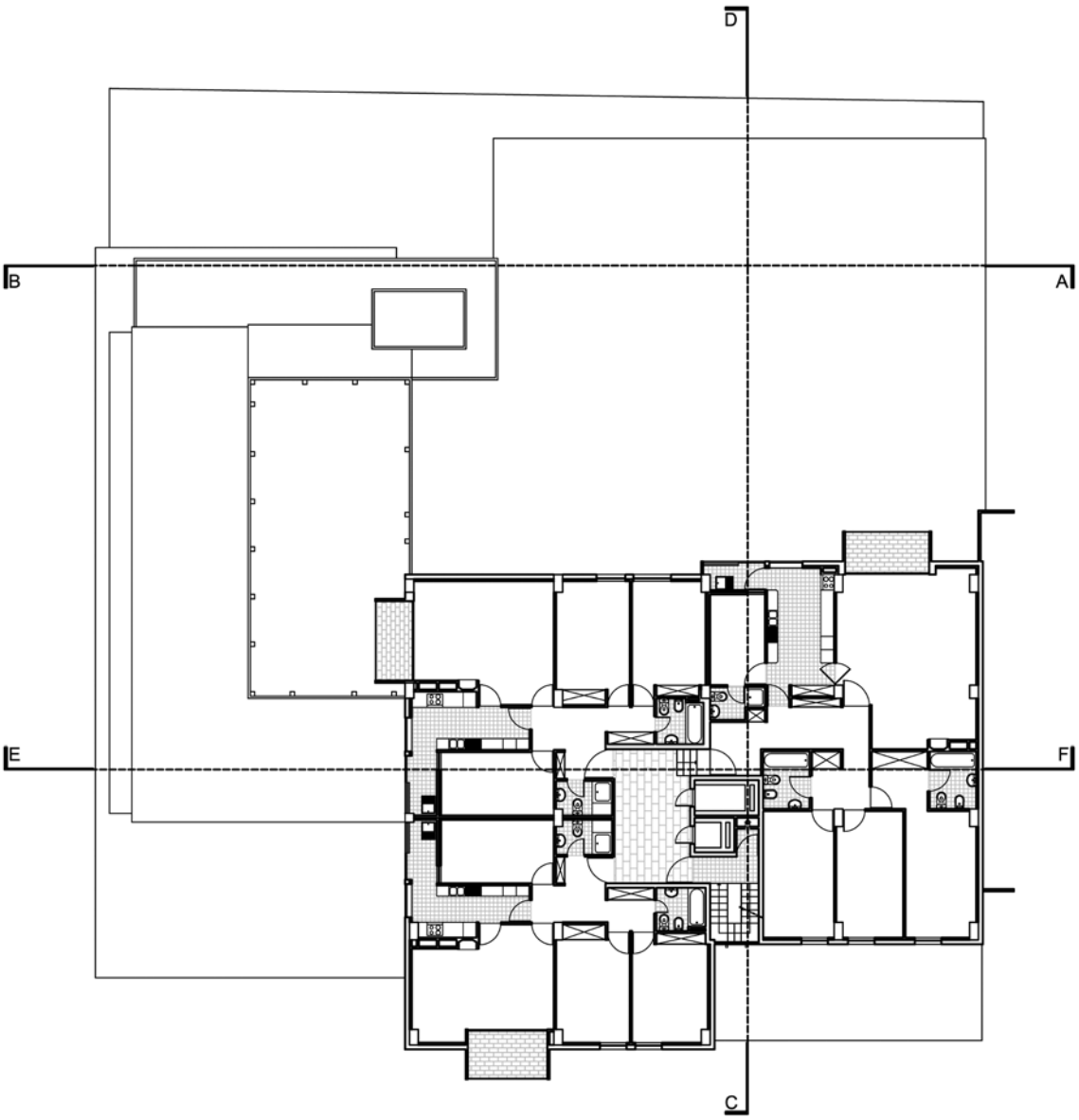
PLANTA DO 5º ANDAR





Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

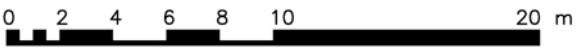
Doc.1.E.6.e) Planta do 6º ao 11º Andares



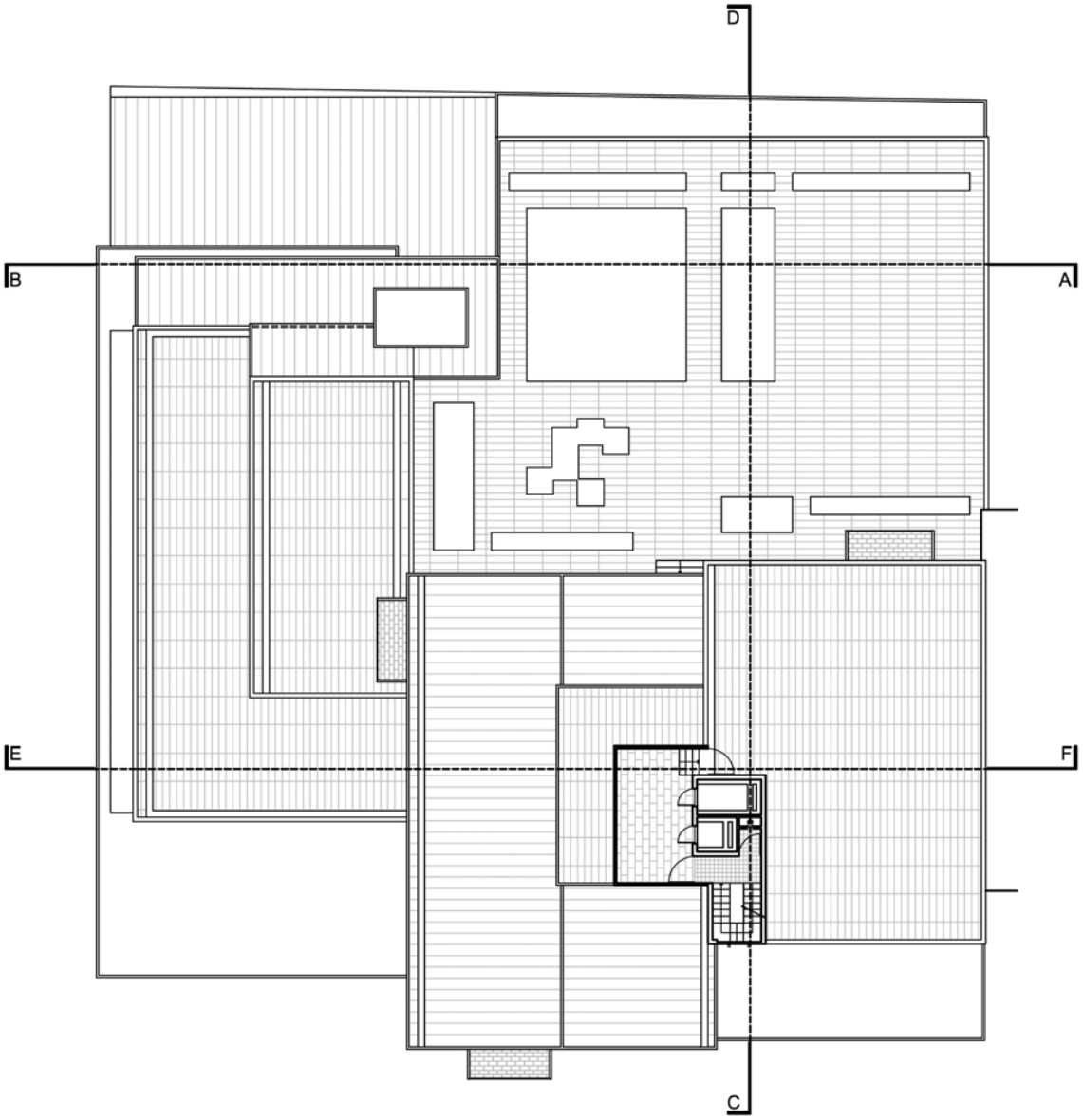
A1. 150

PLANTA DO 6º AO 11º ANDARES





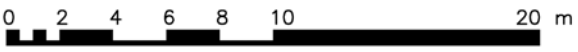
Doc.1.E.6.f) Planta de Coberturas



A1.151

PLANTA DA COBERTURA

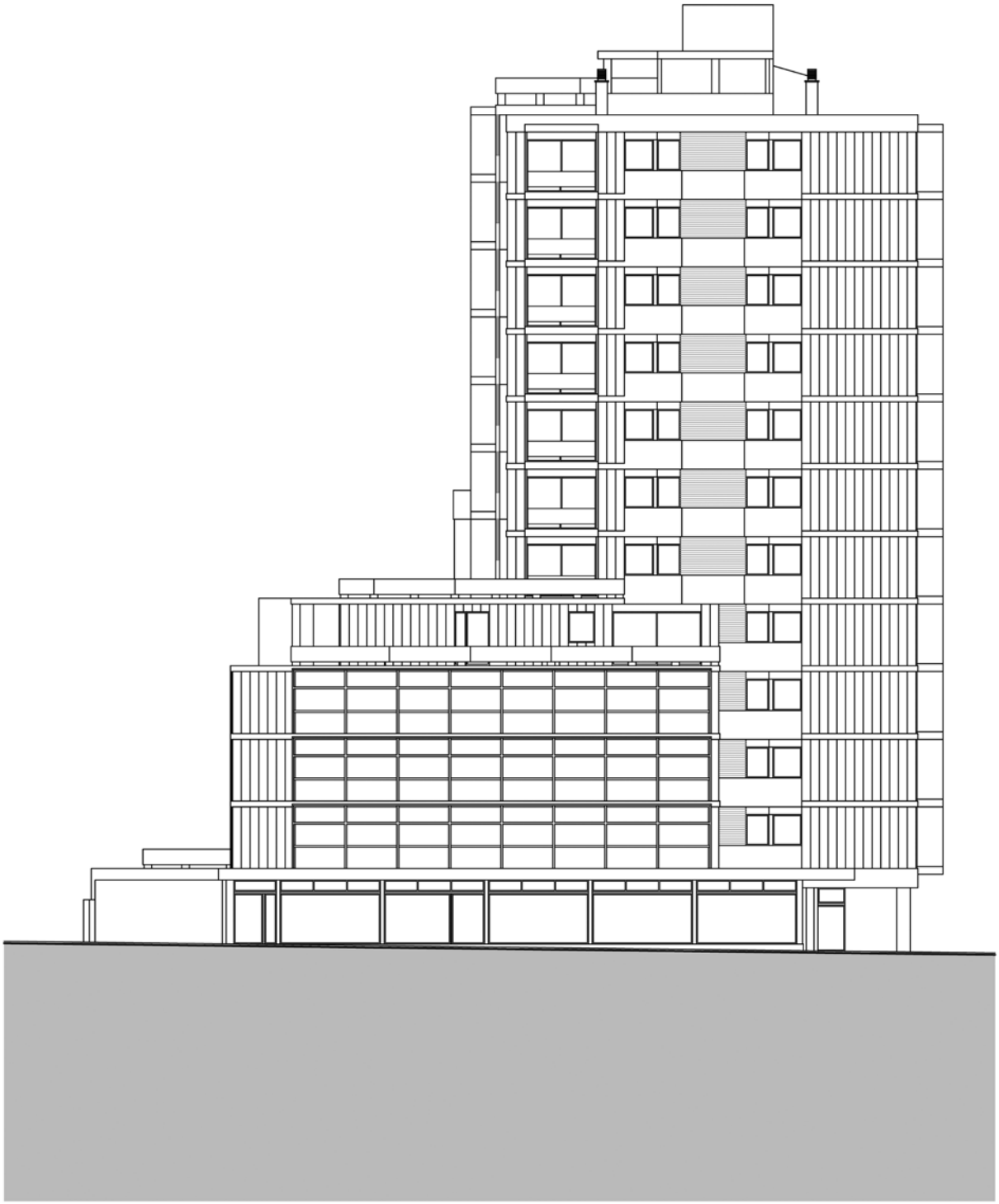




Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

Doc.1.E.6.g) Alçado Principal (Sul)

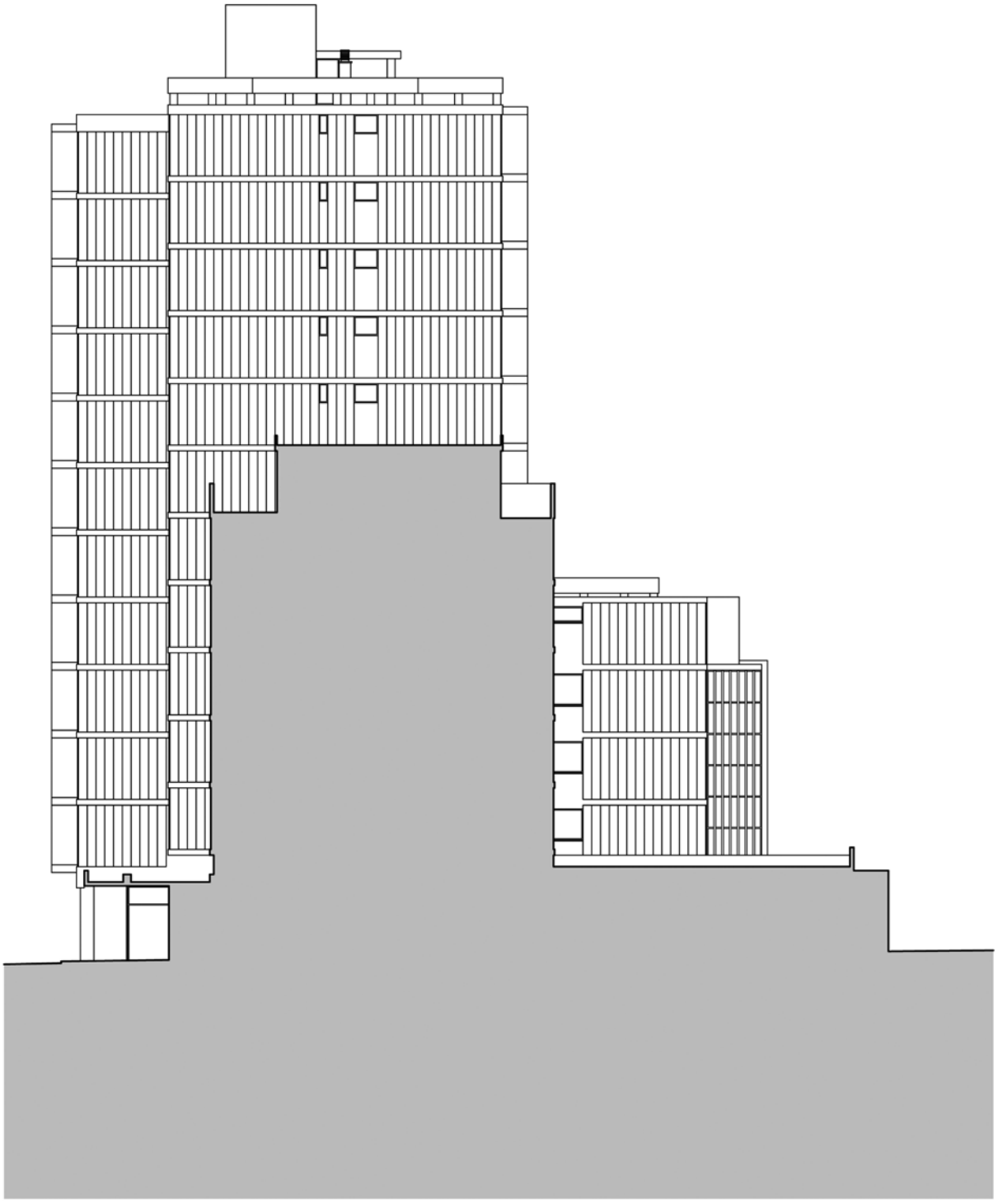
A1. 152



ALÇADO SUL

0 2 4 6 8 10 20 m

Doc.1.E.6.h) Alçado Posterior (Norte) - Ligação com o Edifício mais baixo



A1.153

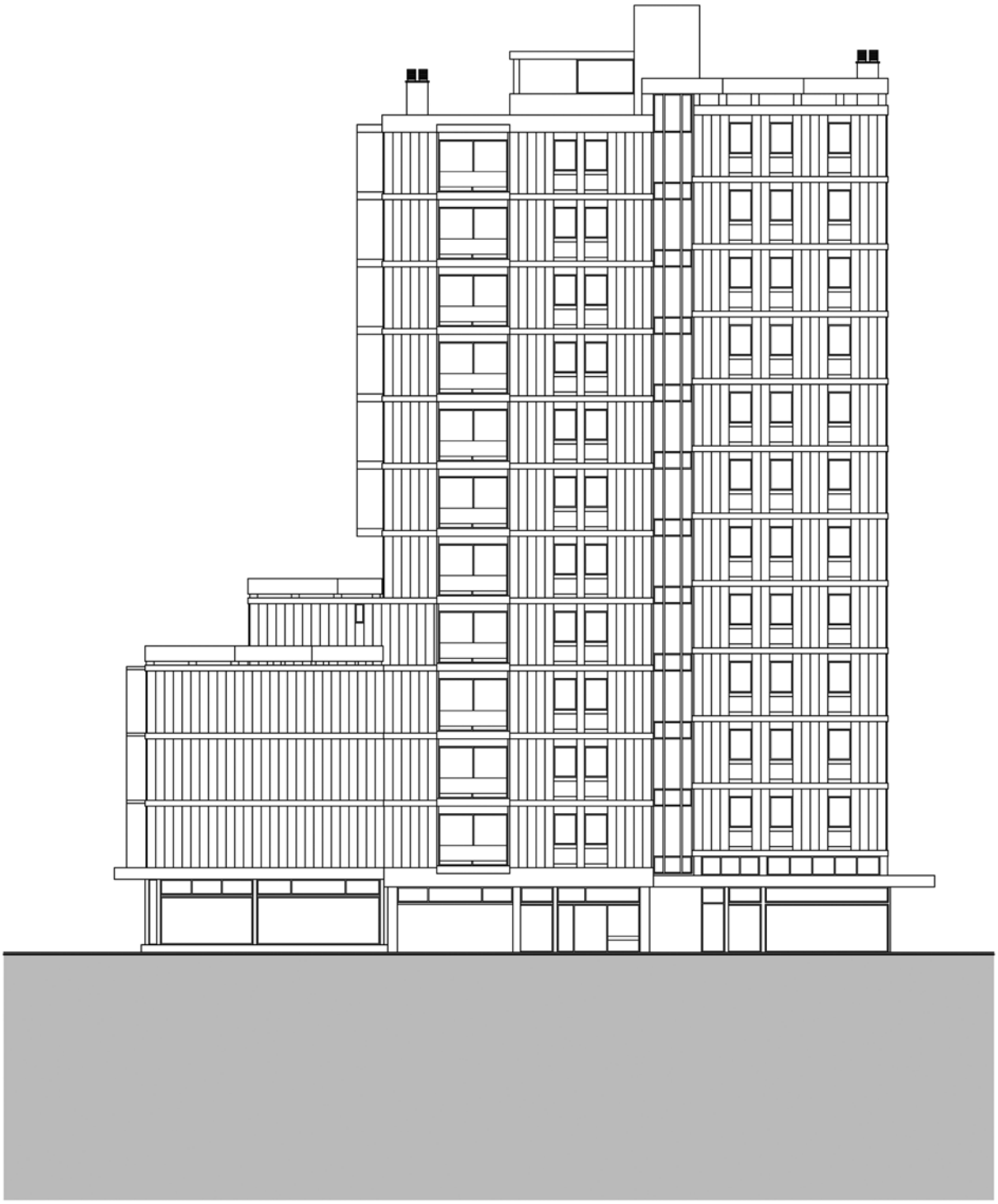
ALÇADO NORTE

0 2 4 6 8 10 20 m

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

Doc.1.E.6.i) Alçado Lateral (Nascente)

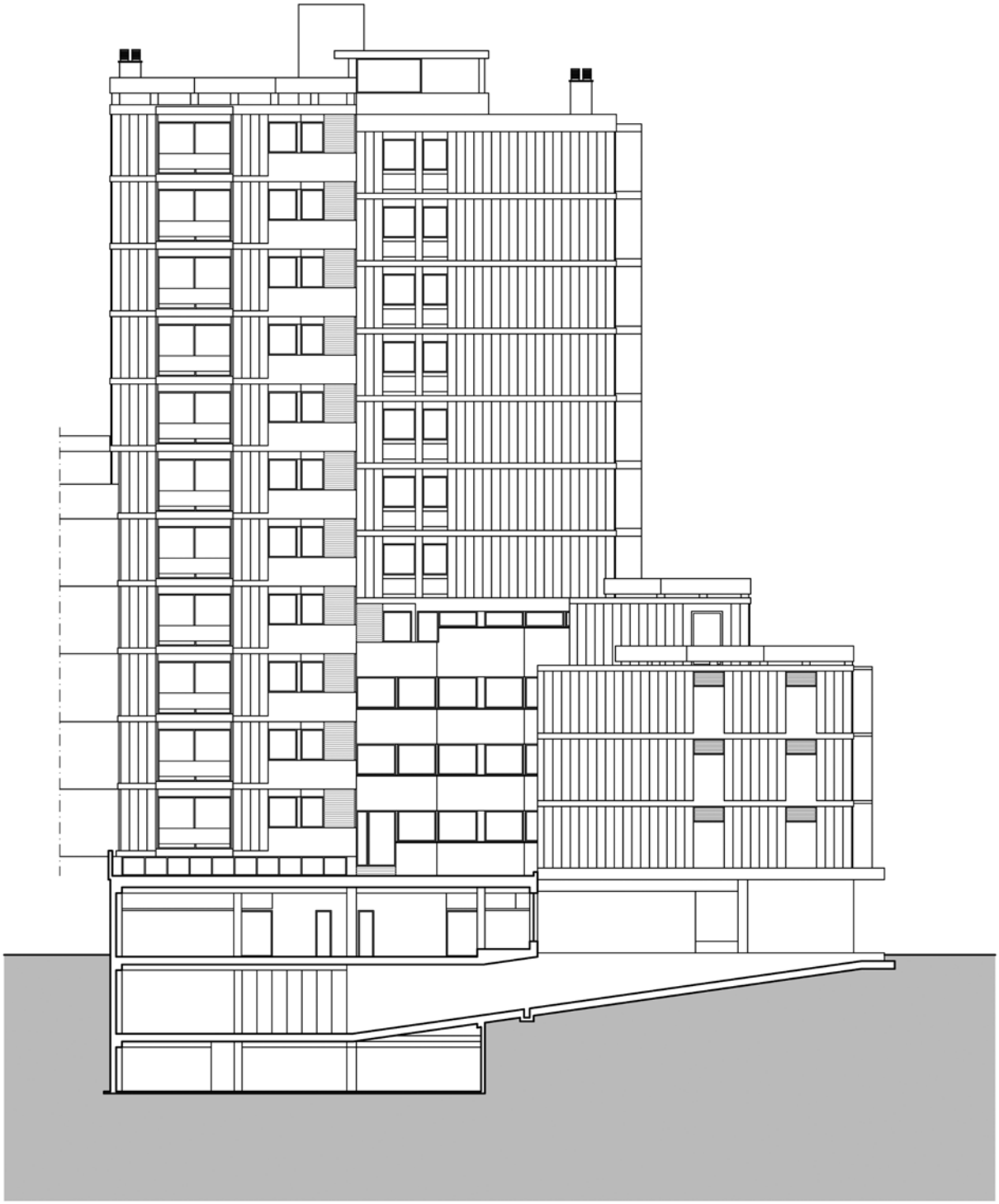
A1. 154



ALÇADO NASCENTE

0 2 4 6 8 10 20 m

Doc.1.E.6.j) Corte-alçado (Poente)



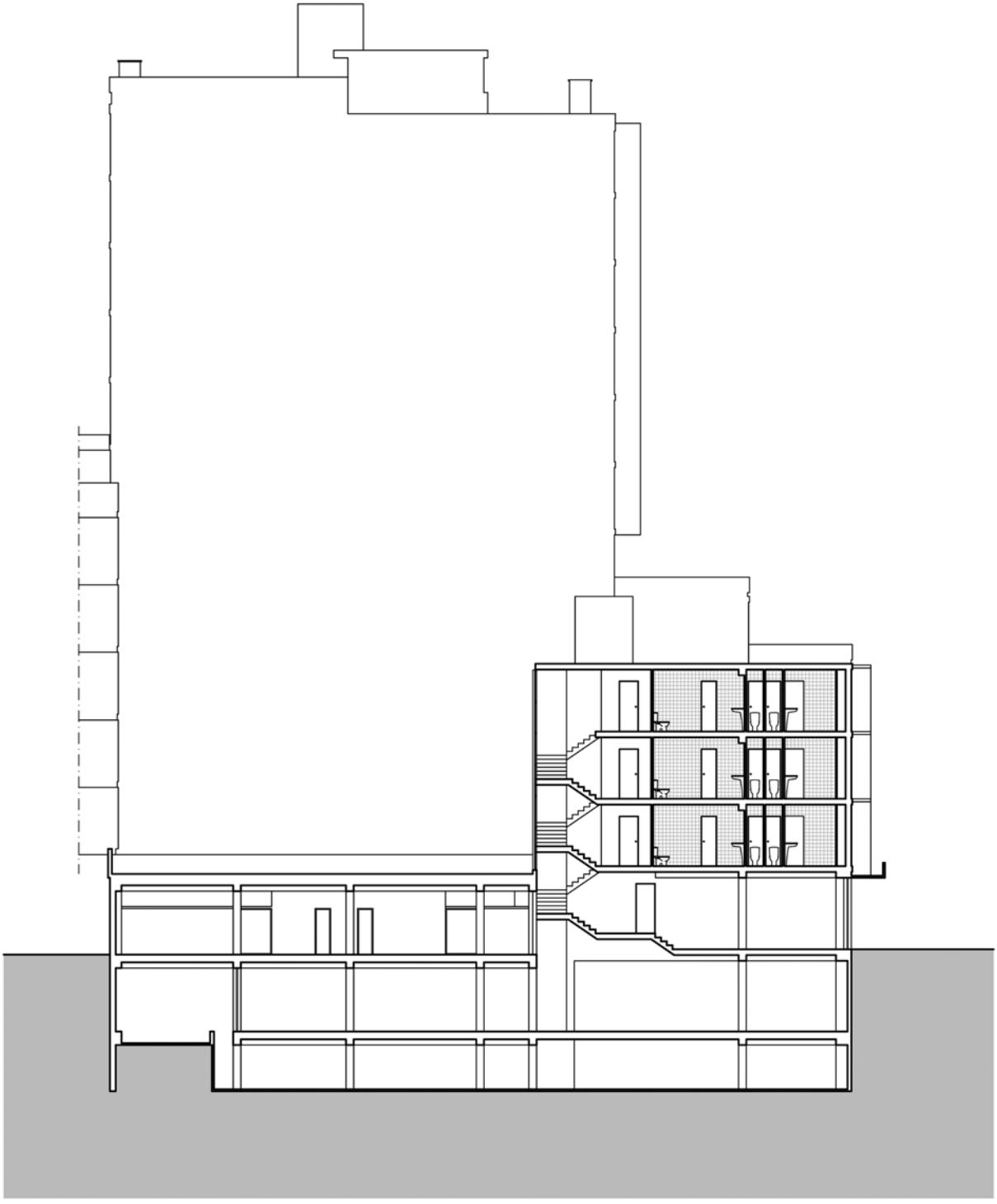
ALÇADO POENTE

0 2 4 6 8 10 20 m

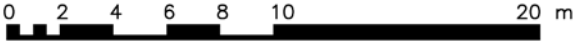
Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

Doc.1.E.6.k) Corte A-B

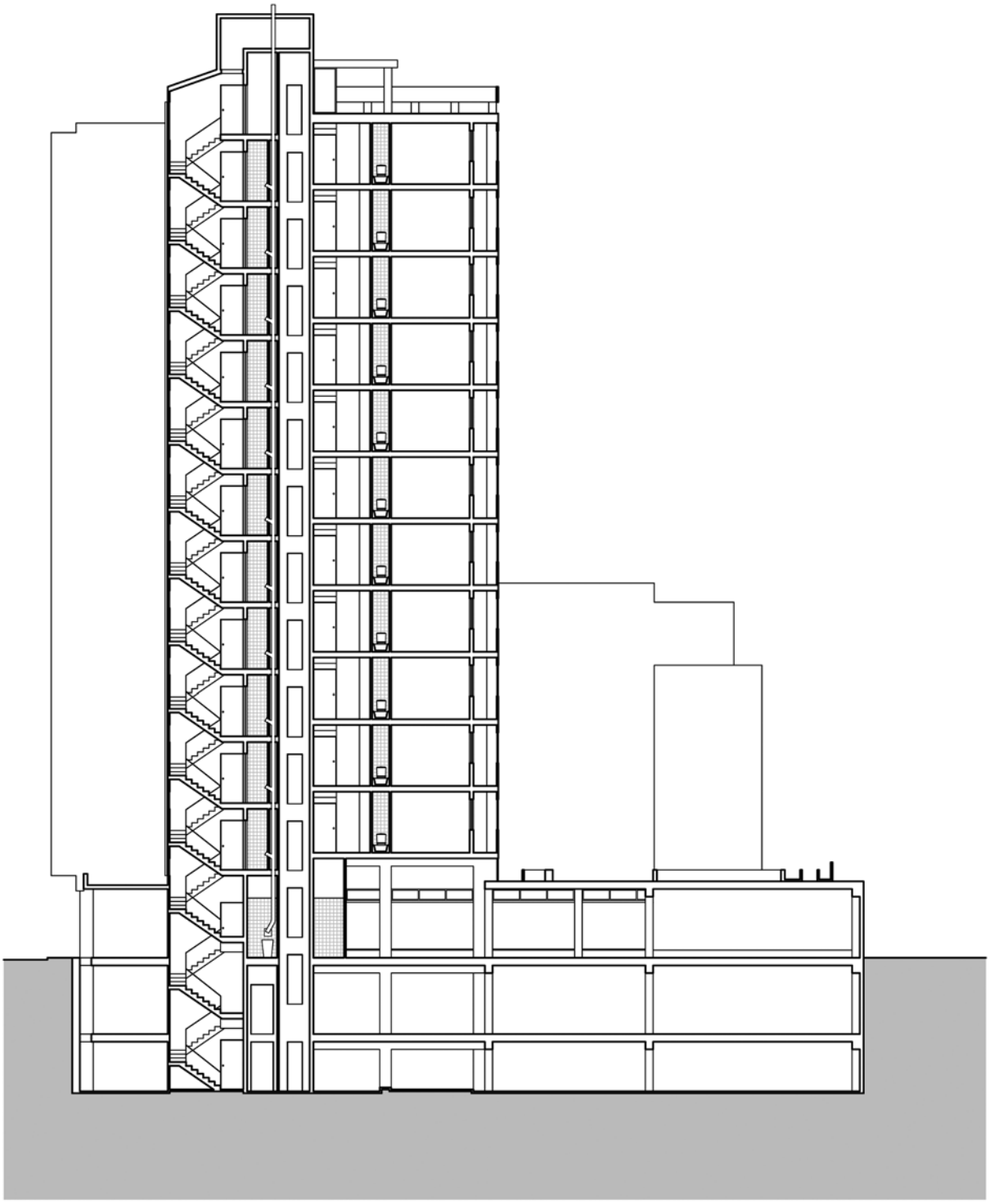
A1. 156



CORTE AB



Doc.1.E.6.l) Corte C-D



A1.157

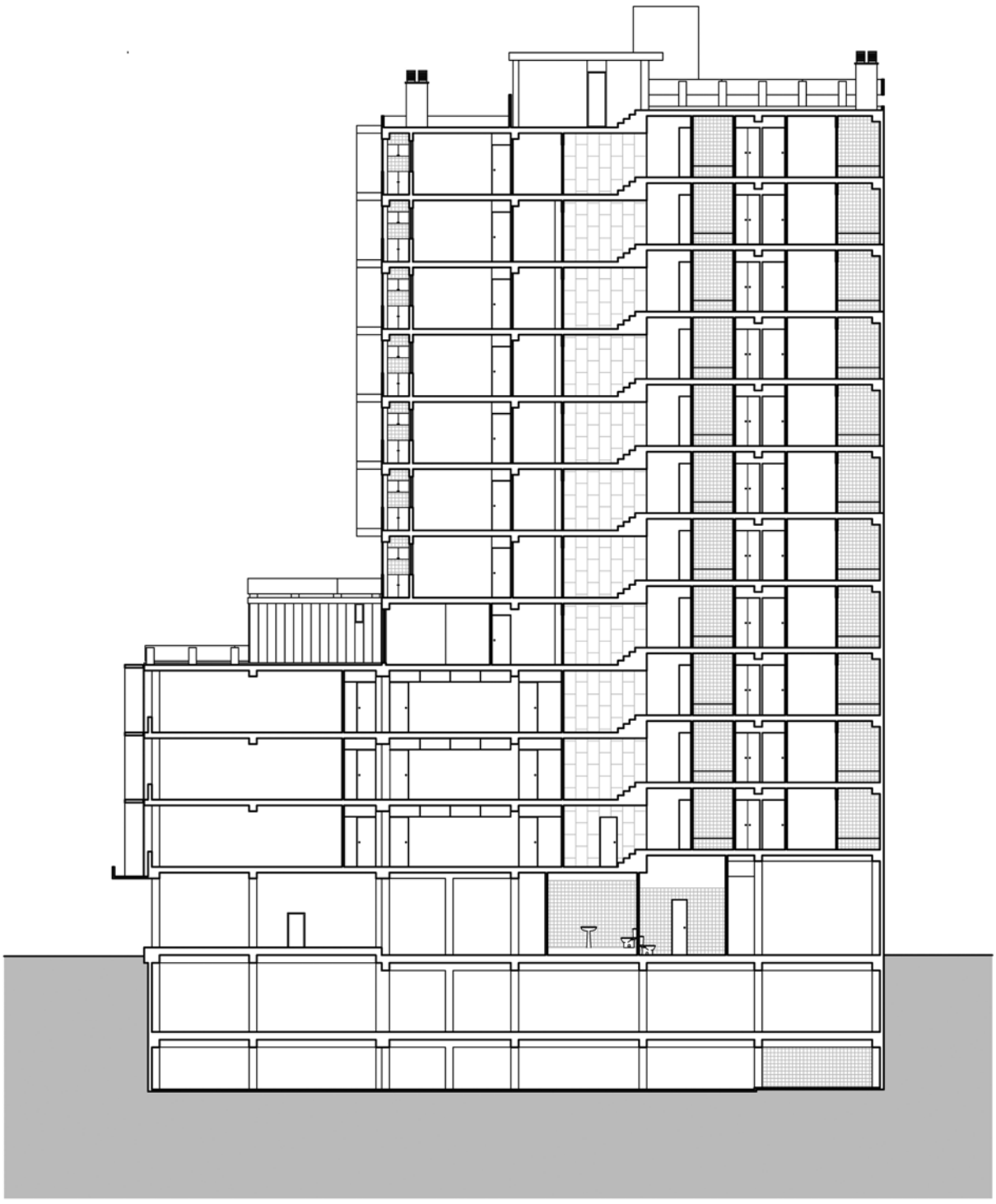
CORTE CD

0 2 4 6 8 10 20 m

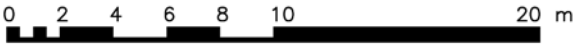
Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

Doc.1.E.6.m) Corte E-F

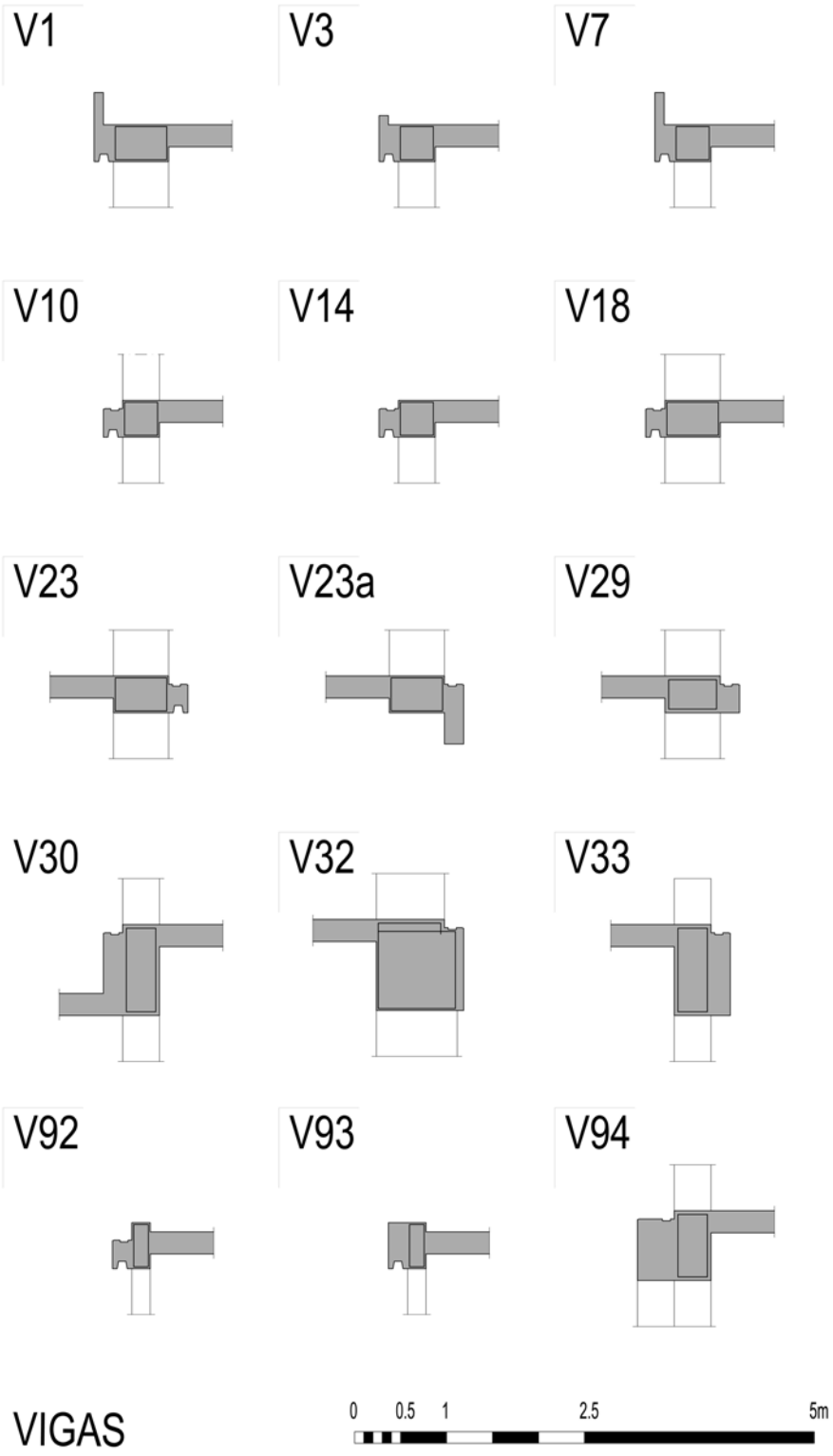
A1. 158



CORTE EF



Doc.1.E.6.n) Cortes simplificados de algumas vigas e topos de laje[a]



A1.159

a.Não são marcadas as armaduras das vigas, apenas os estribos que permitem clarificar a localização da parte resistente das mesmas.

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL)



(Vale, 2005/11b)



(Vale, 2005/11b)

A1. 160



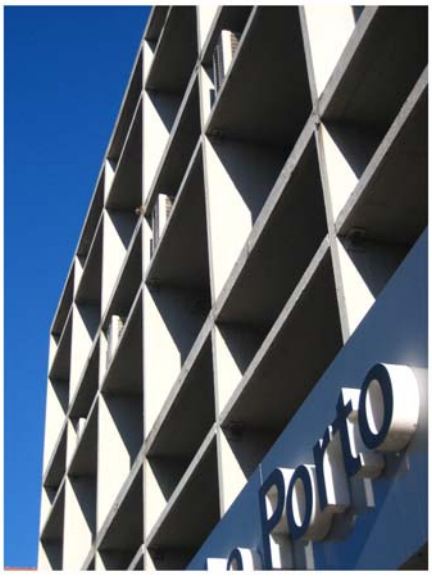
(Vale, 2008/04b)



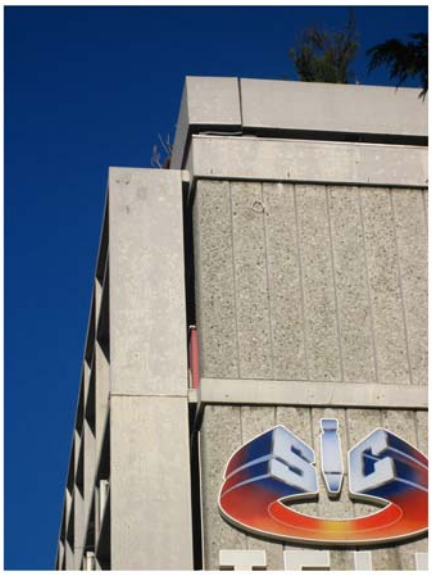
(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2005/11b)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2005/11b)



(Vale, 2007/10c)



(Vale, 2005/11b)



(Vale, 2007/09a)

A1.161



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

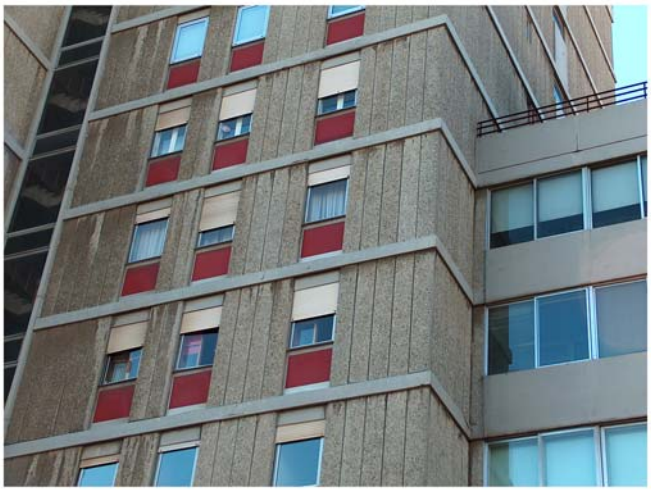


(Vale, 2005/11b)



(Vale, 2007/11b)

A1. 162



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11c)



(Vale, 2007/11c)



(Vale, 2007/11c)



(Vale, 2007/09b)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)

A1. 164



(Vale, 2007/09b)



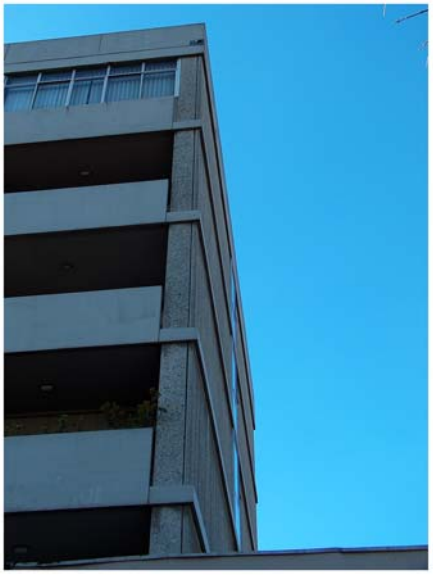
(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2007/11b)5



(Vale, 2007/11c)



(Vale, 2007/11c)



(Vale, 2007/11c)



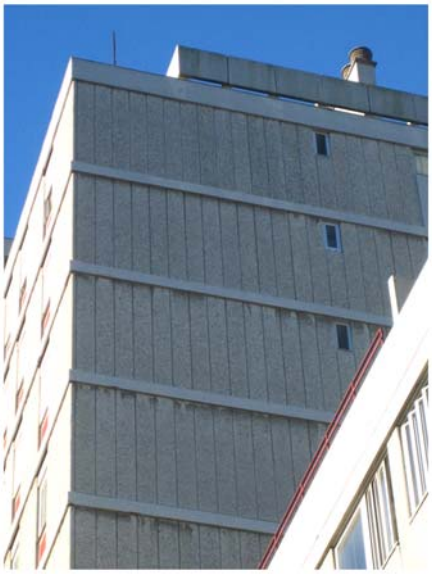
(Vale, 2007/11c)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .

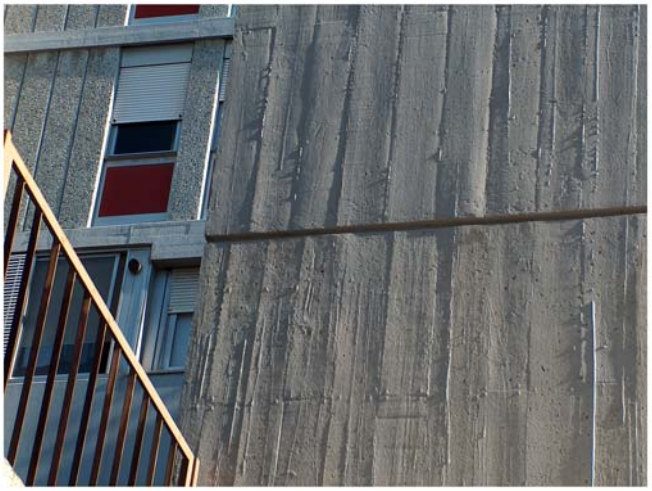


(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/11b)

A1. 166



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2008/04a)



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2007/11c)



(Vale, 2007/11c)

A1.167



(Vale, 2008/04b)8



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)

Gaveto da Avenida da Boavista com a R. Beato Inácio de Azevedo .



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)

A1. 168



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)



(Vale, 2007/09a)



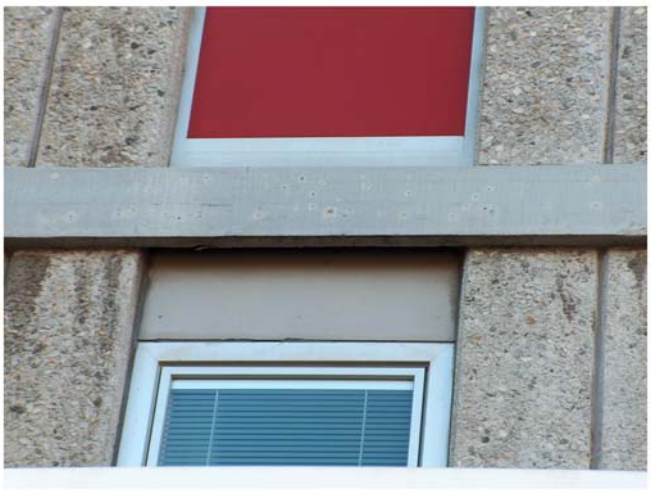
(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2008/04b)



(Vale, 2007/09b)



(Vale, 2007/09b)



(Vale, 2007/11b)



(Vale, 2007/11b)

1.F.Complexo da Boavista

Álvaro Siza Vieira e António Madureira
Código de Edifício: RPHM p432

PROJECTO DE LICENCIAMENTO

(CMPorto, Siza Vieira & Madureira, 1997)

Documento nº 1.F.1.Memória descritiva

Transcrição total da memória descritiva inicial do projecto de arquitectura constituída por 3 páginas dactilografadas. (Siza Vieira & Madureira, 1992:14-16)

1- Refere-se a presente Memória Descritiva ao projecto de licenciamento de um edifício de habitação que ocupará os lotes 1, 2, 3 e 4 Complexo da Boavista de que é proprietário o COMPLEXO TURÍSTICO E HOTELEIRO DA BOAVISTA, S.A.

Estes quatro lotes estão alinhados na direcção Nascente-Poente e são limitados a Nascente e Sul pela Rua Pedro Homem de Melo, a Poente pela Rua de Pinho Leal e a Norte pelo prolongamento a construir da Rua de José Gomes Ferreira.

Os lotes 1, 2, 3 e 4 do Complexo da Boavista têm as áreas de, aproximadamente, oitocentos metros quadrados cada um, pelo que o edifício ocupará um terreno com a área total aproximada de três mil e quatrocentos metros quadrados.

2- A solução proposta apresenta uma planta com a forma de um rectângulo de cerca de cento e quatro metros de comprido por dezoito metros de lado, com a cércea correspondente a nove pisos acima da cota da Rua Pedro Homem de Melo, sendo o último recuado relativamente à frente sobre a Rua de José Gomes Ferreira.

Aproveitando o desnível entre as duas ruas projectou-se uma semi-cave destinada ao aparcamento com acesso directo pela rua de cota mais baixa.

A geometria ortogonal da construção é cortada por alguns acidentes, dos quais os mais notórios se referem às superfícies côncavas do alçado Norte, à ondulação da fachada recuada e aos recortes do topo Poente do edifício, justificados pela obliquidade do arruamento confinante. Na composição do alçado Norte predomina a horizontalidade da fenestração, marcada de modo ritmado pelos vazios das varandas recuadas e alinhadas verticalmente. No que se refere ao alçado Sul, salienta-se uma maior fragmentação das aberturas, a sequência dos vãos a toda a altura das caixas de escadas e a presença das consolas de protecção solar.

3- Estas características essenciais do exterior do edifício estão intimamente relacionadas com a respectiva organização interna. Assim, os lotes 2 e 3 admitem três habitações por piso, servidas por um núcleo ligeiramente descentrado constituído por átrio, caixa de escadas e dois ascensores para oito pessoas; os lotes 1 e 4 admitem duas habitações por piso numa organização clássica de acesso central, por núcleos idênticos aos dos outros dois lotes; estes núcleos são directamente iluminados por aberturas contínuas no alçado Sul. No piso de entrada introduzem-se ligeiras alterações na organização e tipologia dos fogos, decorrentes da existência dos grandes átrios de entrada, eventualmente interligando os lotes dois a dois.

As habitações, em número de oitenta e uma, têm dimensões muito generosas que ultrapassam largamente as áreas mínimas regulamentares em todos os compartimentos; junta-se um quadro com a distribuição dos vários tipos (de T1 a T5+1) por pisos e por lotes.

O piso 1 (cave semi-enterrada) destina-se a aparcamento privativo dos fogos e tem, como se disse, acesso de nível a partir do prolongamento da Rua de José Gomes Ferreira, comunicando com os pisos de cada lote através de escadas e ascensores, com os necessários dispositivos de segurança contra incêndio.

No piso 10 (andar recuado) situam-se as instalações mecânicas e anexos das habitações.

4- A estrutura adoptada utiliza um sistema de paredes portante e lajes maciças de betão armado, sendo portantes as paredes exteriores, as de separação dos fogos, as dos núcleos de acessos verticais e ainda uma parede longitudinal sensivelmente a eixo do edifício. Este sistema de paredes portantes abrange toda a construção elevada, apoiando parcialmente nos pilares modulados do piso de estacionamento.

5- Os acabamentos interiores e exteriores são de primeira qualidade e cumprem a legislação a eles referida, designadamente no que respeita a isolamento térmico e acústico, manutenção, segurança e demais normas vigentes.

5.1- As paredes exteriores são isoladas termicamente por placas de poliestireno expandido e revestidas com reboco epoxídico, prevendo-se

um soco de protecção de placas de granito bujardado com cerca de dois metros de altura.

As coberturas dos terraços são isoladas termicamente e impermeabilizadas por meio de chapas de zinco recobertas por lajetas de pedra com caixa-de-ar intercalada. Todas as superfícies horizontais, soleiras, muretes e palas de protecção solar são revestidas a mármore Estremoz.

As caixilharias exteriores, com vidros duplos, são de madeira esmaltada.

5.2- Os materiais de acabamento e revestimento interior são determinados pelo alto nível de qualidade pretendido e pelas normas regulamentares; prevêem-se esquadrias e pavimentos de madeira, tectos e paredes estucadas, lambrins e pavimentos de zonas de águas em mármore.

6- Para além da iluminação e ventilação naturais de todos os compartimentos habitáveis e dos especiais cuidados postos nos processos construtivos, com especial relevância para os isolamentos térmicos das superfícies exteriores, prevê-se também o recurso a meios mecânicos de ventilação forçada dos compartimentos interiores, por pressurização das caixas de escadas e átrios comuns, com saídas por mandas verticais no interior das habitações e ainda climatização com controle individual em cada fogo e em cada compartimento.

Agosto de 1992

Documento nº 1.F.2.Requerimento / memória justificativa

Transcrição parcial do requerimento/memória justificativa relativa à inclusão de um piso técnico ao nível da cobertura. (Siza Vieira & Madureira, 1993:33-34)

[...]

Há várias razões convergentes para a existência do Piso Técnico tal qual se projectou; uma razão puramente arquitectónica, que aliás não passou despercebida ao Ex.mo Arquitecto Assessor que a refere explicitamente na citada informação de 7/12, e que se fundamenta em questões de composição de alçados e de altimetria do edifício, conduziu à elevação da fachada Sul com um coroamento correspondente a um pé-direito e sem quaisquer aberturas, o que torna o espaço assim criado incapaz de admitir outro uso que não aquele que se lhe destinou, arrecadações.

A1. 172

Na fachada Norte, e por razão oposta, pretendeu conter-se a altura do edifício, reduzindo a importância do piso técnico, recuando-o e conferindo-lhe um aspecto de grande transparência. É nos espaços assim criados que se localizam as áreas comuns para albergar os equipamentos e instalações técnicas, tais como os de ventilação mecânica e climatização.

Na verdade não sendo à partida conhecidos os utentes, considera-se absolutamente necessário evitar a indesejável proliferação de aparelhos individuais de ar condicionado anarquicamente distribuídos pelo exterior do edifício. Para isso se previu a instalação de redes de água quente e fria alimentadas por uma central deixando em aberto a possibilidade de os utentes instalarem os termo-ventiladores no interior dos apartamentos e em locais estrategicamente determinados, geralmente nos tectos falsos de corredores e átrios. Este sistema exige áreas comuns consideráveis, de preferência localizadas na cobertura do edifício.

[...]

Porto, 15 de Janeiro de 1993

Documento nº 1.F.3.Memória descritiva de aditamento

Transcrição total da memória descritiva de aditamento, constituída por 3 páginas dactilografadas/impressas. (Siza Vieira & Madureira, 1995b:58-60)

1- Refere-se a presente Memória Descritiva ao ADITAMENTO ao projecto de licenciamento de um edifício que ocupará os lotes 1, 2, 3 e 4 do Complexo da Boavista de que é agora proprietária a S.T.D.M. - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, e registado com o número 23921/V12.

2- Na solução inicialmente proposta, e é de notar que o projecto de licenciamento data de Agosto de 1992, são introduzidas algumas alterações decorrentes de um conjunto de novos dados condicionantes, que foram:

a) - Um parecer dos serviços municipais relativo aos dispositivos de recolha de lixos domésticos, cuja satisfação implicou num reestudo do piso inferior, (semi-cave à cota da Rua de José Gomes Ferreira), e uma consequente redefinição das relações do edifício com essa rua.

b) - A realização das obras de infra-estruturas do terreno, a qual conduziu a um melhor conhecimento das suas características físicas, e à necessidade de levar as fundações a profundidade maior do que a inicialmente prevista, dando sólida justificação técnica e económica para a construção de uma sub-cave.

c) - Profundas alterações do quadro económico incluindo uma alteração importante das condições do mercado as quais provocaram incerteza sobre a evolução do empreendimento.

3- O terreno e a respectiva titularidade do Alvará de Loteamento mudam entretanto de proprietário, o que permite a abordagem do problema do mercado de maneira diferente e conduz a uma mais rigorosa identificação dos objectivos e consequente redefinição dos programas.

Assim, respondendo de forma integrada às diferente solicitações dos novos condicionamentos, e sem perder de vista que não se tratava de promover alterações profundas, na forma, na volumetria ou nas características urbanísticas:

a) - Projecta-se uma sub-cave destinada a aparcamento de automóveis, o que, aumentando a oferta de lugares privativos vem, naturalmente, libertar ainda mais os já não poucos lugares públicos de superfície criados na zona. Garantem-se assim, no mínimo e independentemente dos já citados lugares de superfície, dois lugares privativos por fogo e um por cada estabelecimento.

Criam-se compartimentos exclusivamente destinados ao armazenamento e recolha de lixos domésticos, conforme as instruções dos serviços municipais respectivos.

b) - Abrem-se frentes comerciais para as ruas de Pedro Homem de Melo e de José Gomes Ferreira, eliminando as habitações em rés-do-chão para a primeira rua e abrindo montras na fachada, antes cega, da segunda. Tal é por um lado devido a uma nova forma de encara a oferta de áreas de comércio, agora procurando decididamente formas mais tradicionais de comércio de rua em detrimento da figura do centro comercial fechado que anteriormente prevalecia. Consegue-se assim uma melhor integração no tecido social e comercial da zona, e vitalizam-se as frentes para a rua.

c) - Reduz-se a oferta em número de fogos aumentando-se as áreas, passando todos os pisos a ter apenas duas habitações por acesso. Mantendo-se as características dominantes dos fogos inicialmente projectados, introduzem-se alterações que não sendo muito profundas acabam por ser significativas no que respeita à melhoria do fogo e clareza da sua organização interna. O número total de fogos baixa dos oitenta e um iniciais para os actuais cinquenta e seis, o que é com certeza indicativo do aumento de qualidade.

d) - Para melhorar ainda mais a oferta de qualidade projecta-se uma pequena piscina privativa dos condóminos, no último piso, que já era destinado a equipamentos colectivos como arrecadações, sala de condomínio, etc., fazendo jus à excelente localização e ao magnífico panorama de que aí de desfruta.

Não se alteram as características construtivas, estruturais e plásticas do edifício.

Fevereiro de 1995

Documento nº 1.F.4.Memória descritiva dos cálculos

Transcrição parcial da memória descritiva que acompanha o projecto de infra-estrutura, necessário para a obtenção da licença de escavação. A memória descritiva do projecto de estabilidade é muito semelhante a esta. Conjuntamente com a memória são entregues os cálculos de estabilidade, feitos à mão, bem como fotocópia de um artigo publicado na revista "Ingenium - revista da Ordem dos Engenheiros", de Maio de 1987 intitulada: "Acções sísmicas: Estruturas mistas pórtico-parede" (Sobreira & Sobreira, 1987).
(Sobreira, [1995] 1996:392-396)

A1.173

1.1 - Solução estrutural

O edifício a seguir calculado, implantado junto à Avenida da Boavista em frente ao Parque da Cidade, é um edifício em betão armado protegido. É constituído por lajes maciças de betão, apoiadas em paredes, igualmente de betão armado e, eventualmente em pilares, convenientemente dispostas nas duas direcções, de forma a garantir adequada resistência às acções horizontais, tendo-se verificado, que se trata de uma estrutura de nós fixos.

A fundação da parte mais alta do edifício, é um ensoleiramento geral sendo a zona das garagens com dois pisos, assentes no terreno em fundação directa de modo a se obterem tensões efectivas idênticas, diminuindo assim os assentamentos diferenciais. Acrescenta-se que será exigido ao construtor, que esta zona, seja executada em último lugar, quando já se verificou grande parte do assentamento, da zona alta do prédio.

Previram-se juntas de dilatação afastadas de cerca de 30,0 metros, excepto no ensoleiramento, que será armado, tendo em consideração a fendilhação. Note-se que se dá particular atenção à fendilhação por coacção, por exemplo no caso de betonagens sobre betões já endurecidos.

1.2 - Lajes

[...]

1.2.2 - Tipo de lajes adoptadas

a) Na generalidade

Lajes de betão armado, com armaduras cruzadas, apoiadas em paredes de betão, calculadas pelo método das linhas de rotura com verificação da fissuração.

No caso de apoio sobre pilares, faz-se a verificação do punçoamento.

b) Cobertura exterior das garagens

Devido ao vão de cerca de 10,0 metros, calculou-se uma laje mista, aço betão, calculada à rotura (EC4), com controle elástico das tensões, flechas e fissuração.

1.3 - Paredes

1.3.1 - Acção sísmica

Adoptou-se o método de Rayleigh para a determinação da frequência fundamental determinando-se em seguida as forças características Fki tendo em atenção espectros de aceleração do RSAEEP.

1.3.2 - Acção do vento

Foram considerados os seguintes parâmetros: rugosidade tipo II e terreno zona B de acordo com o RSAEEP.

1.3.3 - Pesos próprios e sobrecargas

Foram consideradas as áreas de influência das lajes sobre cada alinhamento, bem como o peso próprio das paredes.

1.3.4 - Dimensionamento

Uma vez determinada a distribuição das forças Fki pelas diversas paredes, de acordo com um programa de cálculo, calculou-se a distribuição das tensões efectivas sobre cada estrutura resistente devido a cada uma das acções anteriores. Conhecidas estas, foram feitas as suas combinações fundamentais para as diferentes variáveis da base.

Conhecidas as tensões de cálculo em pontos escolhidos das diversas estruturas, estas foram dimensionadas considerando a existência ou na de encurvadura, tendo-se para tal adoptado o regulamento REBAPE no EC2 e na DTU Francesa.

Em certos casos teve de se recorrer à utilização de pilares mistos (EC4).

1.4 - Fundações

1.4.1 - A fundação assenta em camada granítica arenitizada rija (SPT ? 35) de acordo com os resultados dos ensaios de penetração realizados.

A profundidade da fundação é eventualmente inferior ao nível freático, prevendo-se bombagem permanente da água existente.

As tensões admissíveis de cálculo foram definidas de acordo com as fórmulas e critérios indicados por C. Teng no seu livro "Calcul des Fondations et Murs de Souténement".

Pelos valores obtidos, verifica-se que se as tensões forem da ordem dos 4kg/cm² estamos ainda longe dos valores de rotura e simultaneamente limitamos os assentamentos a valores aceitáveis.

1.4.2 - O ensoleiramento será calculado pelo método das linhas de rotura e verificado considerando uma grelha fictícia cujos nós apoiam elasticamente no solo.

Para determinar as tensões do solo e as comparar com os valores obtidos em 1.4.1 optou-se pelo método clássico, considerando a sapata infinitamente rígida.

1.5 - Fendilhação

a) Armadura mínima de fendilhação:

Determina-se uma percentagem crítica de armadura dada pela razão entre a tensão de rotura à fracção do betão aos três dias e a tensão de rotura do aço.

Determina-se uma percentagem da armadura necessária para atender à abertura máxima das fendas admissível conhecida a deformação por contracção do betão (retracção e variação de temperatura). A percentagem de armadura efectiva deverá ser superior às duas anteriores.

b) Armadura de fendilhação devida à betonagem de um elemento sobre outro previamente endurecido (coacção externa):

Aplicaram-se as expressões do REBAPE após determinação de ?sr.

c) Fendilhação devida a esforços externos:

Aplicaram-se as expressões do REBAPE após determinação de ?s e ?sr.

1.6 - Aspectos Regulamentares e Materiais Utilizados

Foram cumpridos os regulamentos em vigor, nomeadamente o REBAPE e RSAEEP.

Os materiais utilizados estão especificados nos desenhos e no Caderno de Encargos.

Referem-se o B30, Fe 510, A500 e A400.

O Engenheiro Civil

Porto, 4 de Outubro de 1995

Documento nº 1.F.5.Memória descritiva de aditamento

Transcrição total da memória descritiva de aditamento, constituída por 1 página dactilografada/impressa. (Siza Vieira & Madureira, 1995a:372)

1 - Refere-se a presente Memória Descritiva ao ADITAMENTO ao projecto de licenciamento de um edifício que ocupará os anteriormente designados lotes 1, 2, 3 e 4 do Complexo da Boavista de que é proprietária a S.T.D.M. - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, e registado com o número 23921 / V12.

2 - Pelo presente Aditamento dá-se satisfação ao parecer desfavorável da D. U. que considerava a existência de mais um piso relativamente ao loteamento; assim:

a) é retirada a cobertura em toda a área da construção, com excepção das escadas e das casas de máquinas de ascensores.

b) mantém-se a volumetria aprovada e as respectivas cérceas.

c) utiliza-se a área de desaterro entre as colunas de acessos para, em sub-cave, se instalar as arrecadações assim perdidas, sem prejuízo de lugares de estacionamento.

3 - Dará entrada na C. M. P. em simultâneo com o presente Aditamento um pedido de alteração do Alvará de Loteamento em que se pede a integração dos lotes 1 a 4 num único lote dado o edifício ser construído na globalidade e ter áreas comuns designadamente as caves de estacionamento e a cobertura de terraço. Dar-se-á assim também satisfação à exigência da Divisão Municipal de Solos.

Dezembro de 1995

Álvaro Siza, arqº

Documento nº 1.F.6.Memória descritiva e justificativa do RCCTE[12]

Transcrição parcial da memória descritiva do RCCTE, constituída por 2 páginas dactilografadas/impressas.
(Sobreira, 1996:528-529)

[...]

EDIFÍCIO 1

ENTRADA 1 DIREITO

[...]

Zona Climática: I2 - V1

Natureza da Obra: Edifício Novo

1º) A área útil de pavimento é Ap = 164.00 m²

2º) Exigências de aquecimento:

a) Os valores mais elevados de k são:

kf = 0,68 W/m² ºC; utilizando paredes de fachada de betão revestidas com isolamento térmico contínuo pelo exterior.

kh = 0,484 W/m² ºC; utilizando cobertura plana em betão revestido pelo exterior com isolamento térmico de modo contínuo.

kenv = 2,9 W/m² ºC; utilizando vãos envidraçados duplos, com 10mm de caixa-de-ar, com caixiljp metálico com bom estanquidade ao ar.

b) fc = 1,0; utilizando isolamento leve pelo exterior contínuo

c) A área e envidraçado Aenv = 19,90 m²

0,15 Ap = 24,60 m²

3º) Exigências de arrefecimento:

a) satisfaz as condições do artº 5º - 4

b) a cobertura é de cor clara (lajeado de mármore);

c) a inércia térmica é forte (ver cálculos anexos);

d) o factor solar mais elevado de um envidraçado vertical com protecção solar é 0,47 > 0,15 utilizando estores de lâminas de cor clara pelo lado interior. No entanto atendendo à melhoria significativa das restantes exigências julgamos não ser de grande condicionamento, como aliás se verifica anexos referidos a dois casos tipo deste edifício, nomeadamente um apartamento de cobertura e uma loja, que julgamos representar duas situações desfavoráveis.

4º) Solicita-se a consulta dos desenhos e dos cálculos em anexo.

Porto, 3 de Abril de 1996

O Eng.º Civil

José Maria Sobreira

A1.175

Documento nº 1.F.7.Memória descritiva de aditamento

Transcrição parcial da memória descritiva de aditamento, constituída por 1 página dactilografada/impressa.
(Siza Vieira & Madureira, 1997:619)

[...]

2 - Durante a construção do edifício, foram introduzidas algumas ligeiras alterações ao projecto, que não tendo reflexo significativo no que respeita ao sistema construtivo, áreas e usos, implantação e volumetrias, constituem melhorias da qualidade geral do projecto, designadamente nos aspectos de organização dos espaços comerciais, na construção de uma nova varanda na sala comum da habitação do topo Nascente e na linguagem arquitectónica traduzida na redefinição da placagem exterior e no desenho e distribuição dos vãos.

[...]

7 de Maio de 1997

Documento nº 1.F.8.Justificativo de pedido de prorrogação de licença

Transcrição parcial da memória justificativa do pedido de prorrogação de licença.
(STDM, 1999:221)

[...]

A obra adjudicada à Engil, SA não foi ainda recebida provisoriamente por se encontrarem deficiências que determinam trabalhos de elevada extensão e morosidade dada a responsabilidade quanto a segurança que podem envolver, nomeadamente:

a) substituição de revestimento cerâmico da fachada Norte, só realizado em cerca de 25% até ao momento;

b) Verificação e beneficiação de todo o grampeamento da placagem de calcário das quatro fachadas e da colagem dos elementos do mesmo calcário que formam as testas das paredes de betão entre habitações na fachada Sul;

- -

12. RCCTE - Regulamento das Características do Comportamento Térmico dos Edifícios, nesta data, o decreto nº 40/90.

Estes trabalhos a realizar com o uso de bailéus, impõe um extremo cuidado e a sua execução por uma equipa de dois elementos com grande experiência e um ajudante;

c) Acontece, ainda, que os pavimentos de madeira de Tatajuba foram executados, numa percentagem significativa da área total, com madeira com teores de humidade demasiado elevado pelo que foram reprovados e Imposta a sue substituição total, que se mantém a decorrer e se prolongará por muito mais tempo;

d) Os equipamentos de ventilação têm sido repetidamente corrigidos e em parte terão de ser substituídos logo que disponham de novos elementos;

e) Os circuitos de videoporteiro e de comando de abertura de portas, também várias vezes corrigidos, terão de ser substituídos;

f) Os ascensores Schindler têm apresentado frequentes avarias que impuseram a substituição de placas dos circuitos de comandos e têm de ser rectificados quanto ao isolamento acústico dos quadros e contactares;

g) após uma pré-vistoria, os Bombeiros aconselharam a instalação de um número de detectores superior ao do projecto aprovado, sugestão que iremos seguir bem como a de outros pormenores tendentes a facilitar uma eventual acção em caso de sinistro, embora não previstos nas recomendações da licença.

Para a execução de todas as correcções e benfeitorias uma vez que só deverão ser executadas por equipas com muito reduzido número de efectivos, pela qualidade e pelo risco, o plano de trabalhos do empreiteiro prevê um prazo de 8 meses, pelo que vimos requerer a V. Exas. Uma prorrogação da licença de construção por aquele prazo que a Engil nos solicitou.

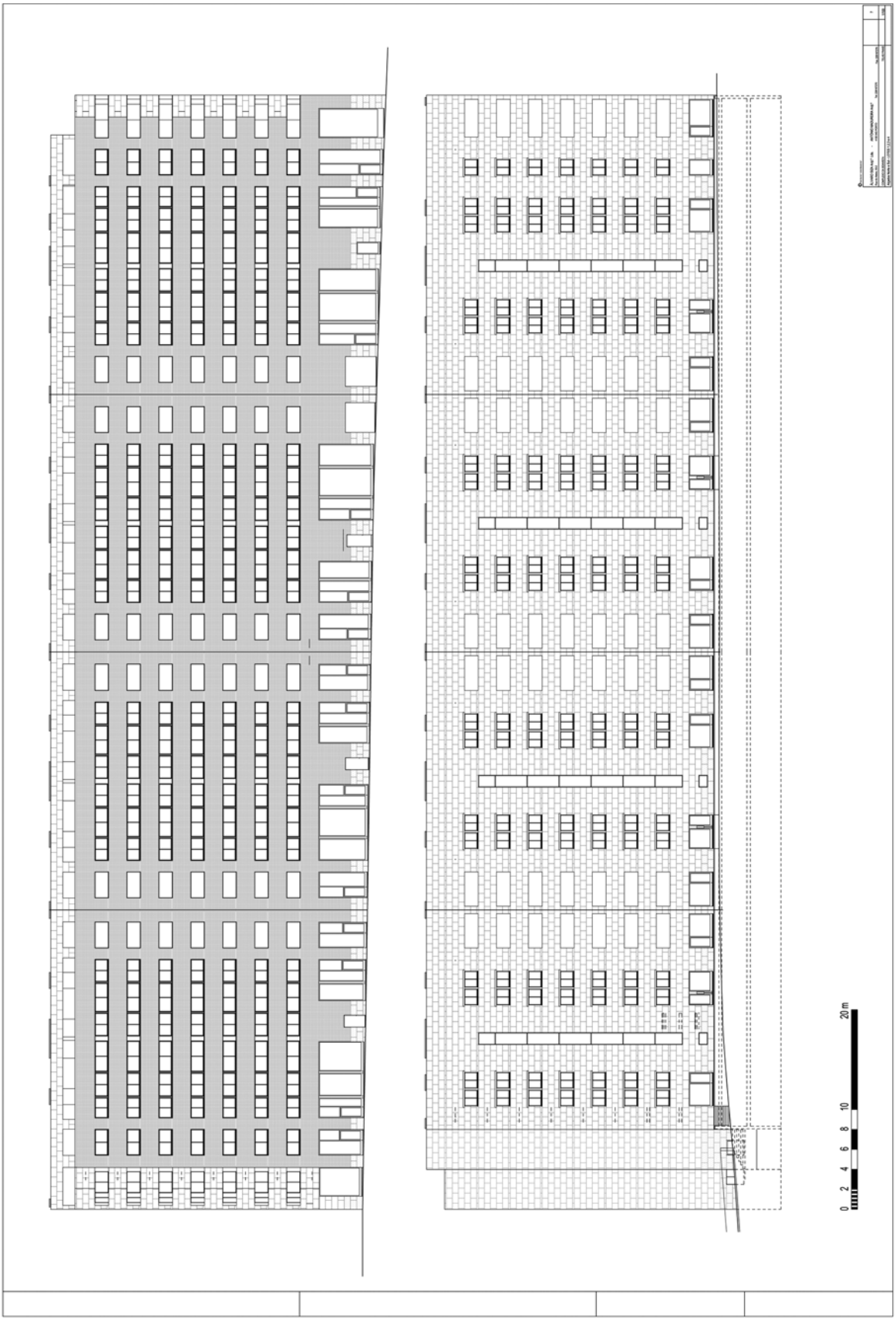
Pede deferimento

9 de Julho de 1999

Documento nº 1.F.9.Peças desenhadas do processo de licenciamento [Telas finais]

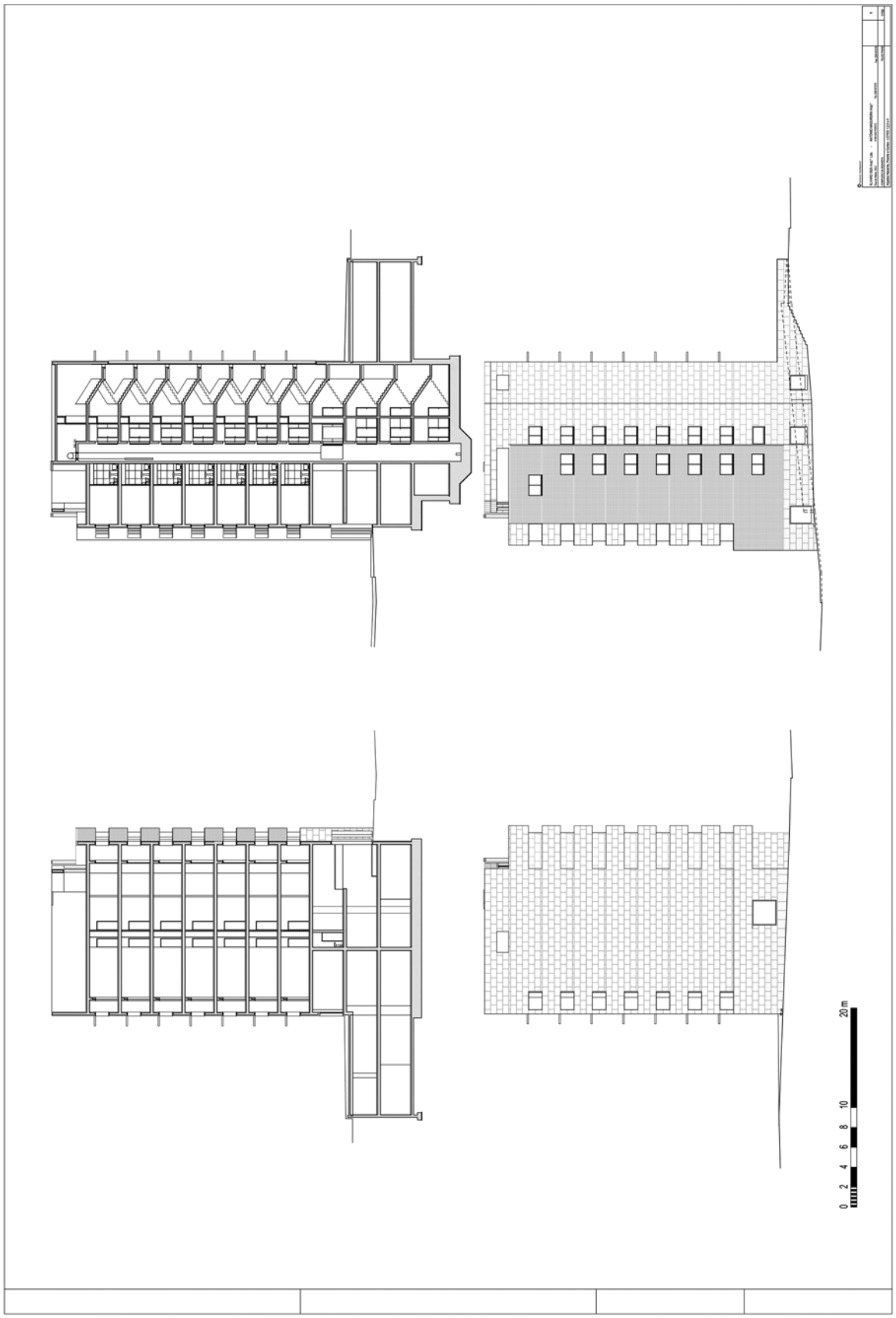
A1. 176 Cópias sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente à escala 1/100) de elementos do processo de licenciamento.
(Siza Vieira & Madureira, 2000)

Doc.1.F.9.a) Alçado principal e posterior

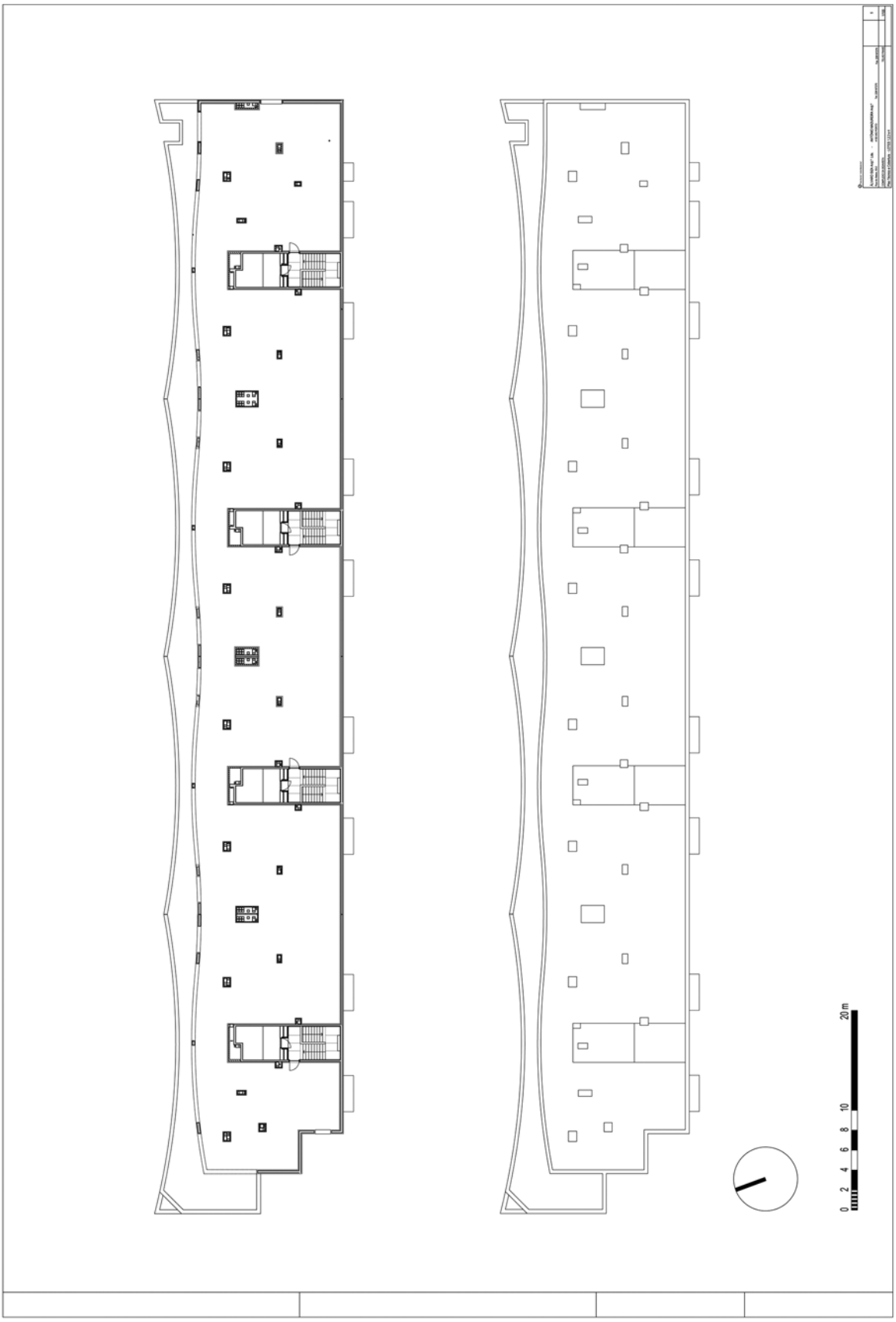


A1.177

Doc.1.F.9.b) Alçados laterais e cortes

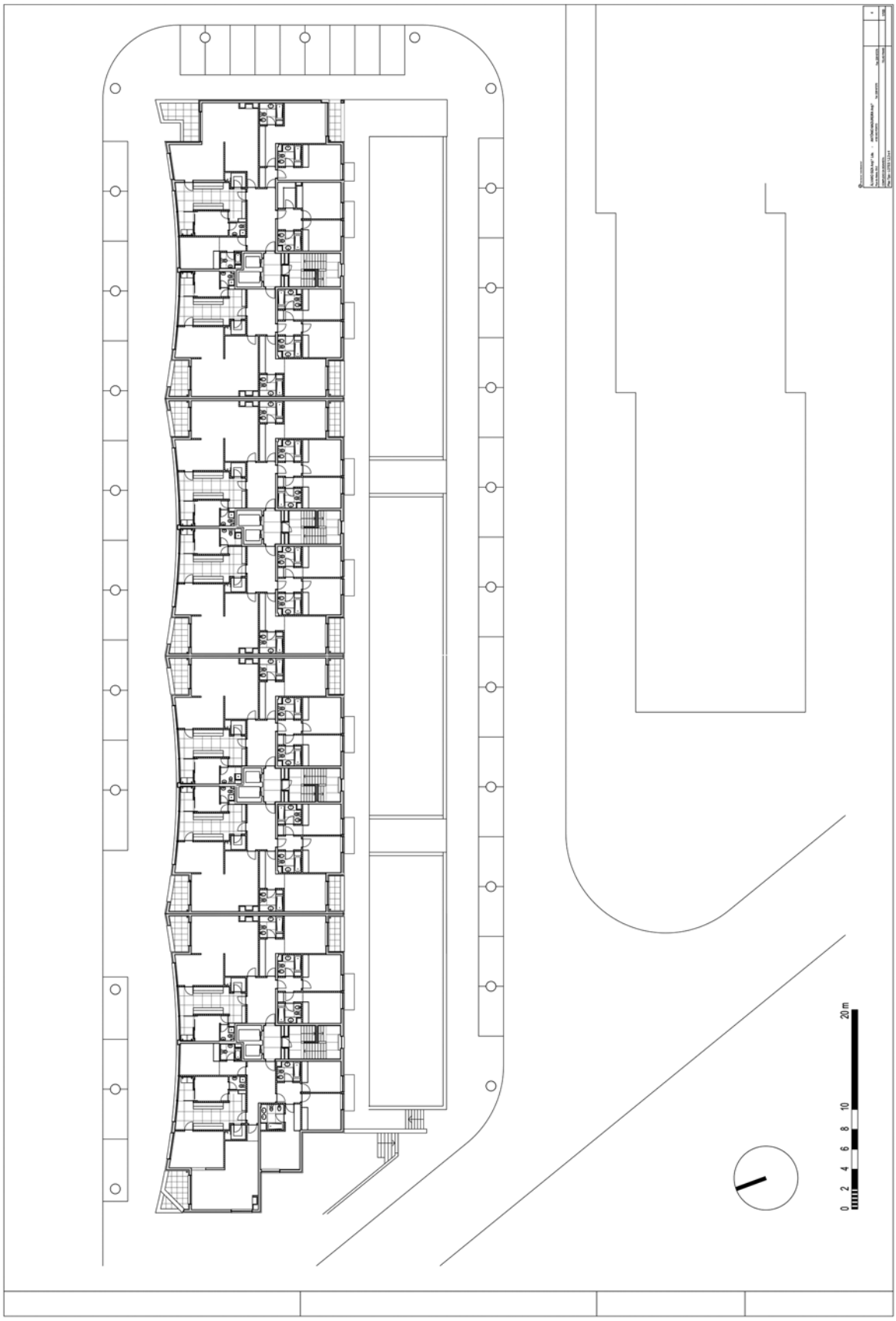


Doc.1.F.9.c) Planta de coberturas e piso técnico

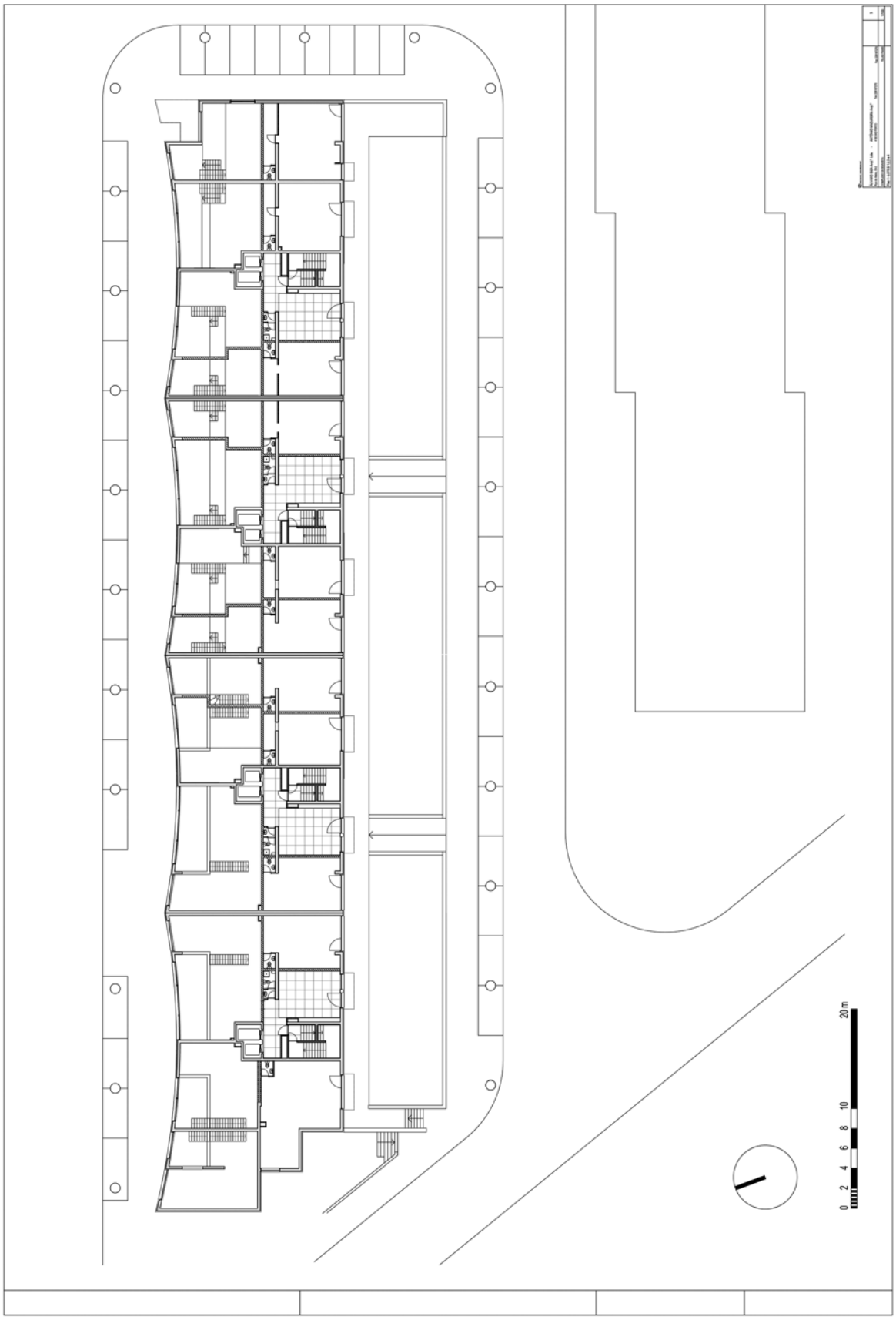


A1.179

Doc.1.F.9.d) Planta do piso tipo

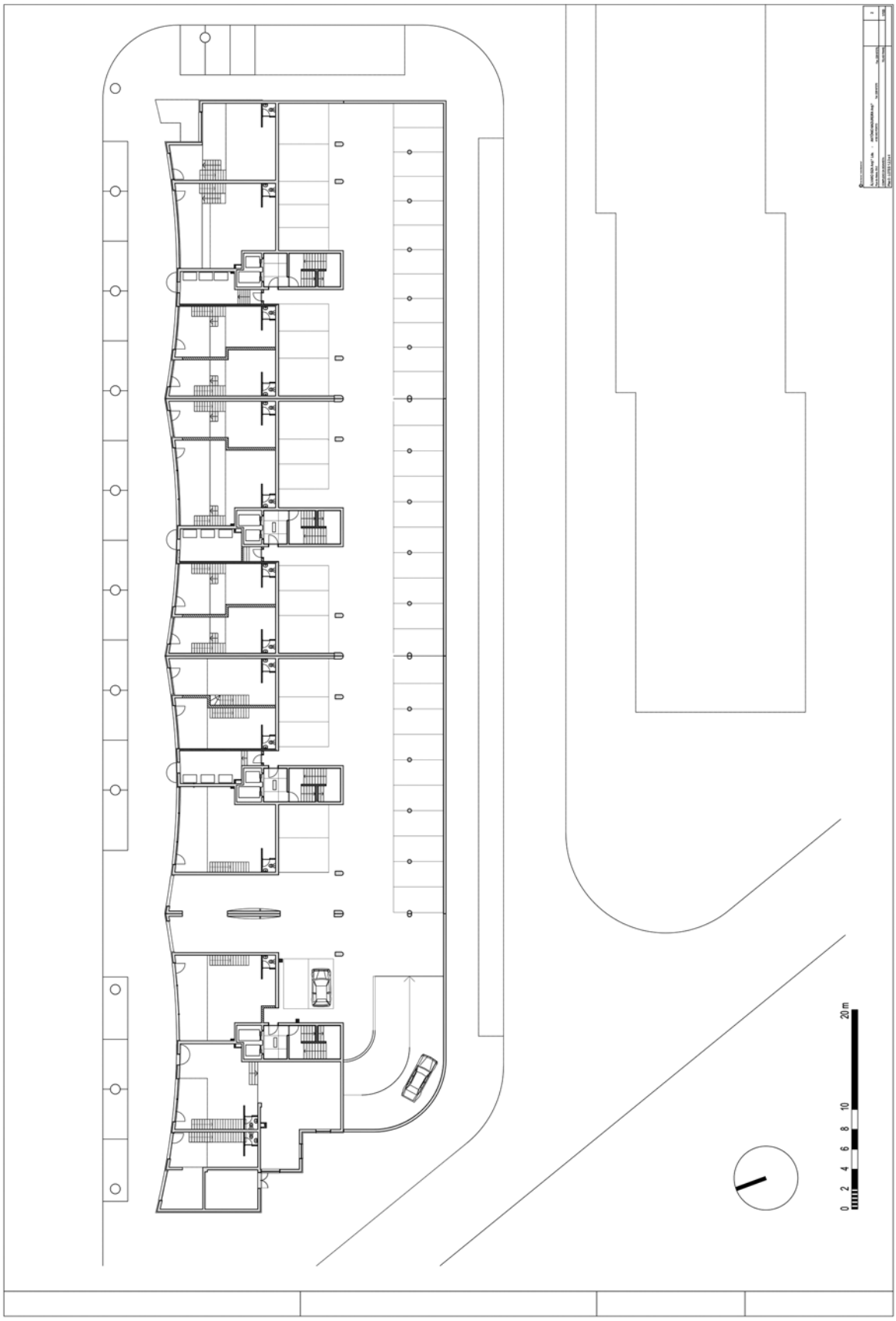


Doc.1.F.9.e) Planta do piso de acesso às habitações

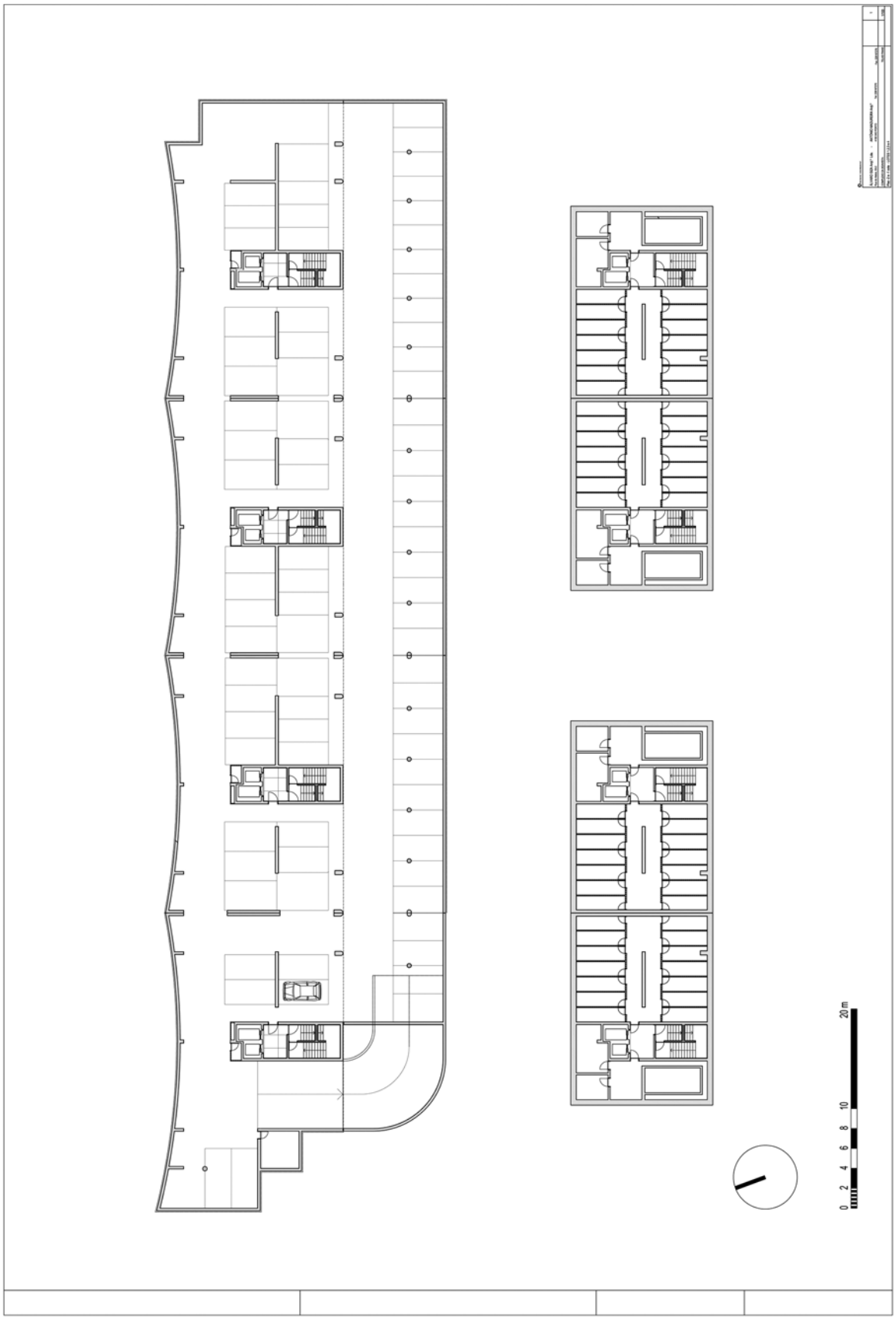


A1.181

Doc.1.F.9.f) Planta do piso comercial



Doc.1.F.9.g) Planta da cave e sub-cave



A1.183

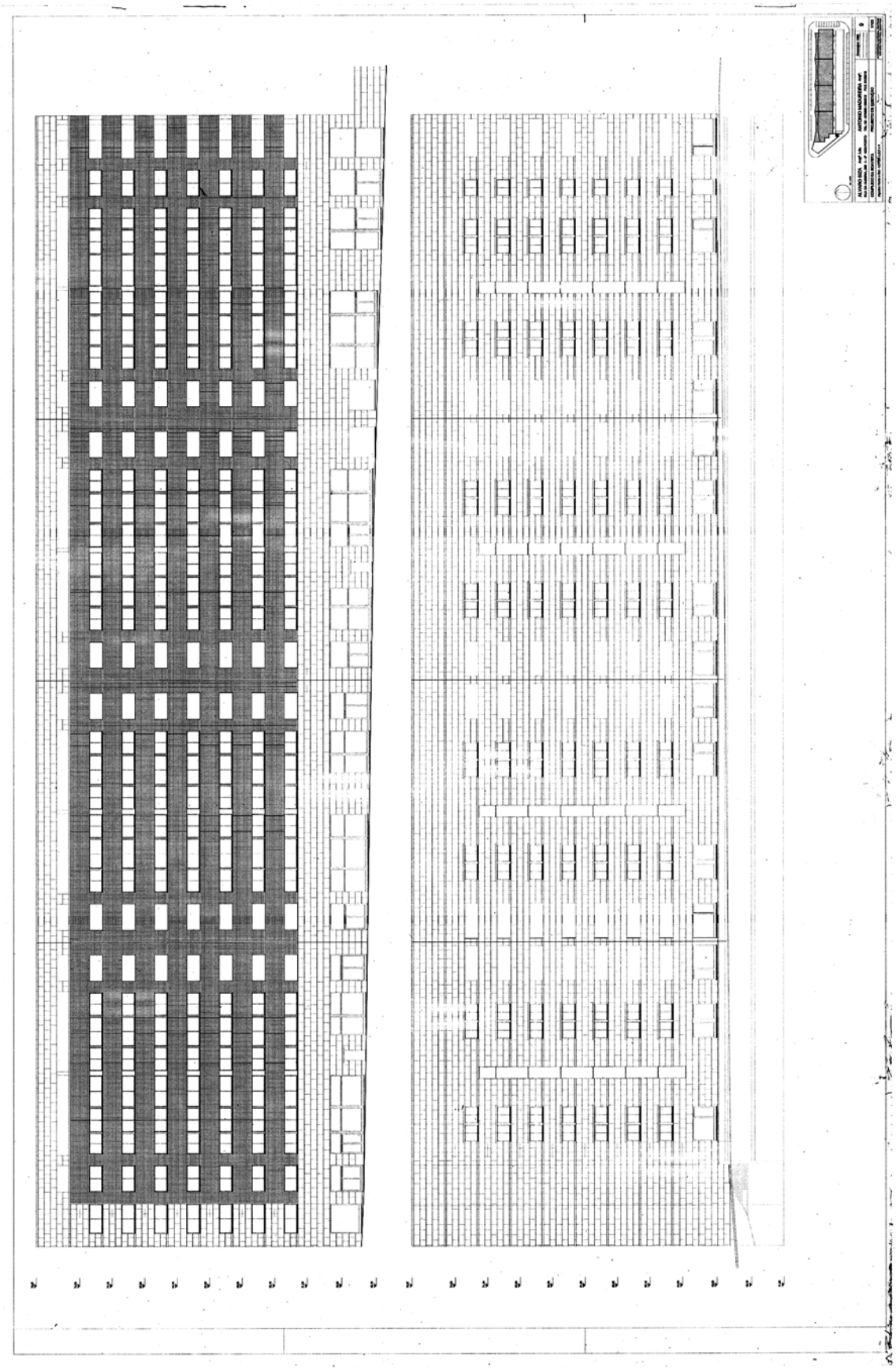
PROJECTO DE EXECUÇÃO

(Siza Vieira & Madureira, 1995d)

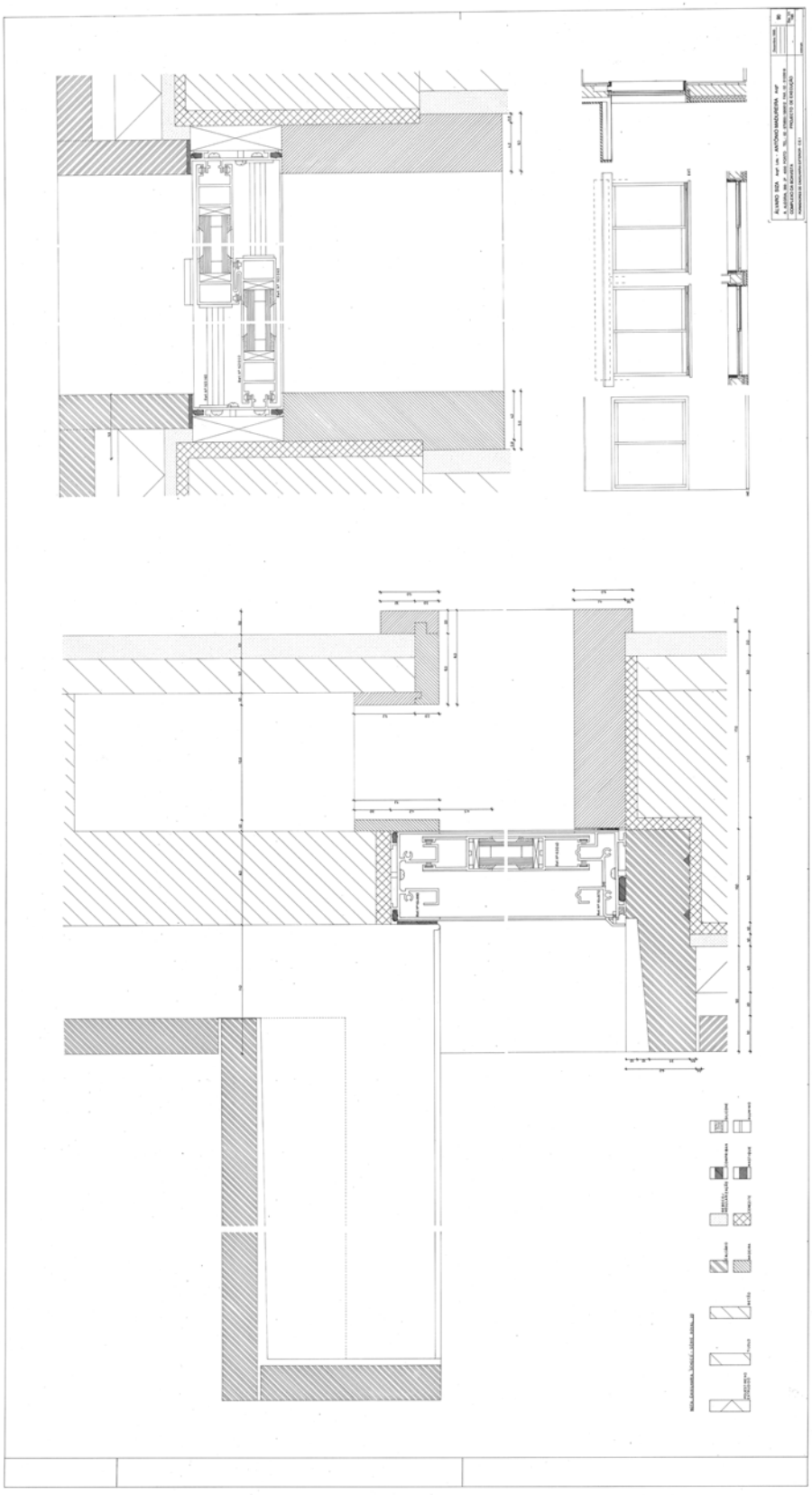
Documento nº 1.F.10.Peças desenhadas do projecto de execução

Cópias sem escala de elementos digitalizados do projecto de execução disponíveis no arquivo particular do grupo Mota-Engil.
(Siza Vieira & Madureira, 1995c)

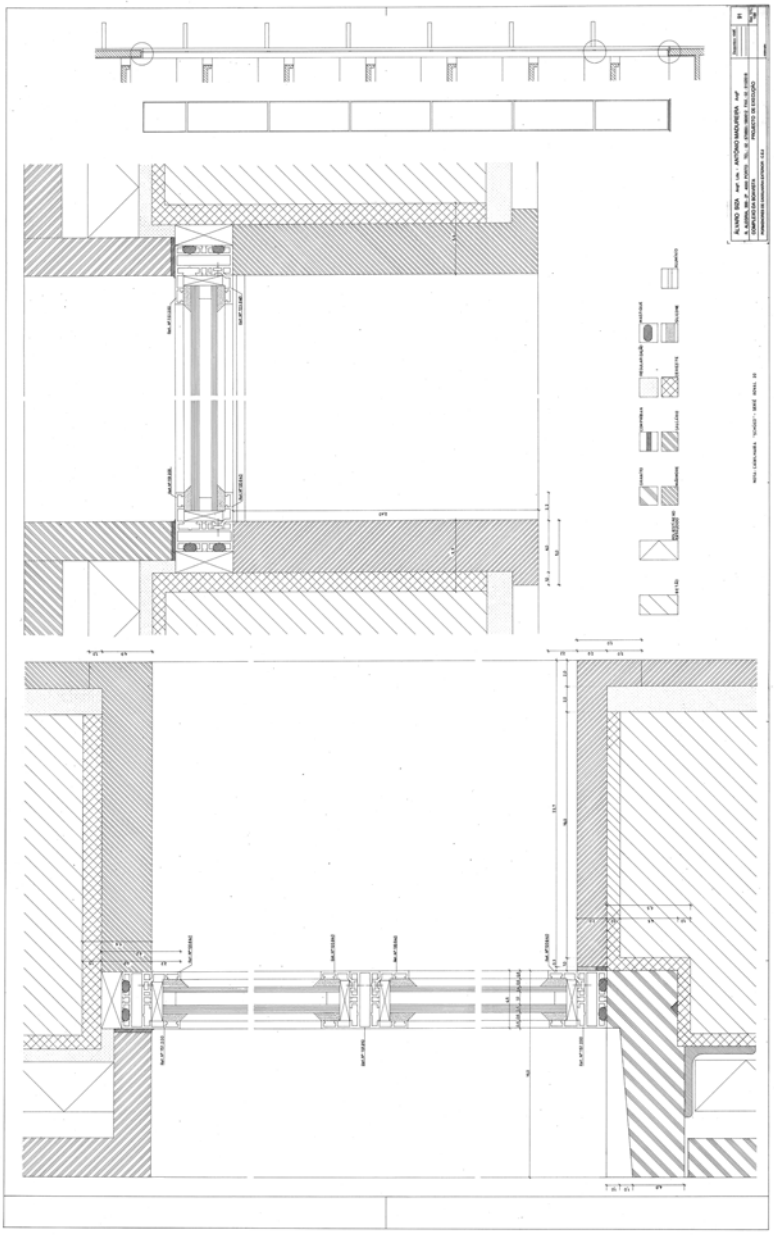
Doc.1.F.10.a) Alçados principal e posterior



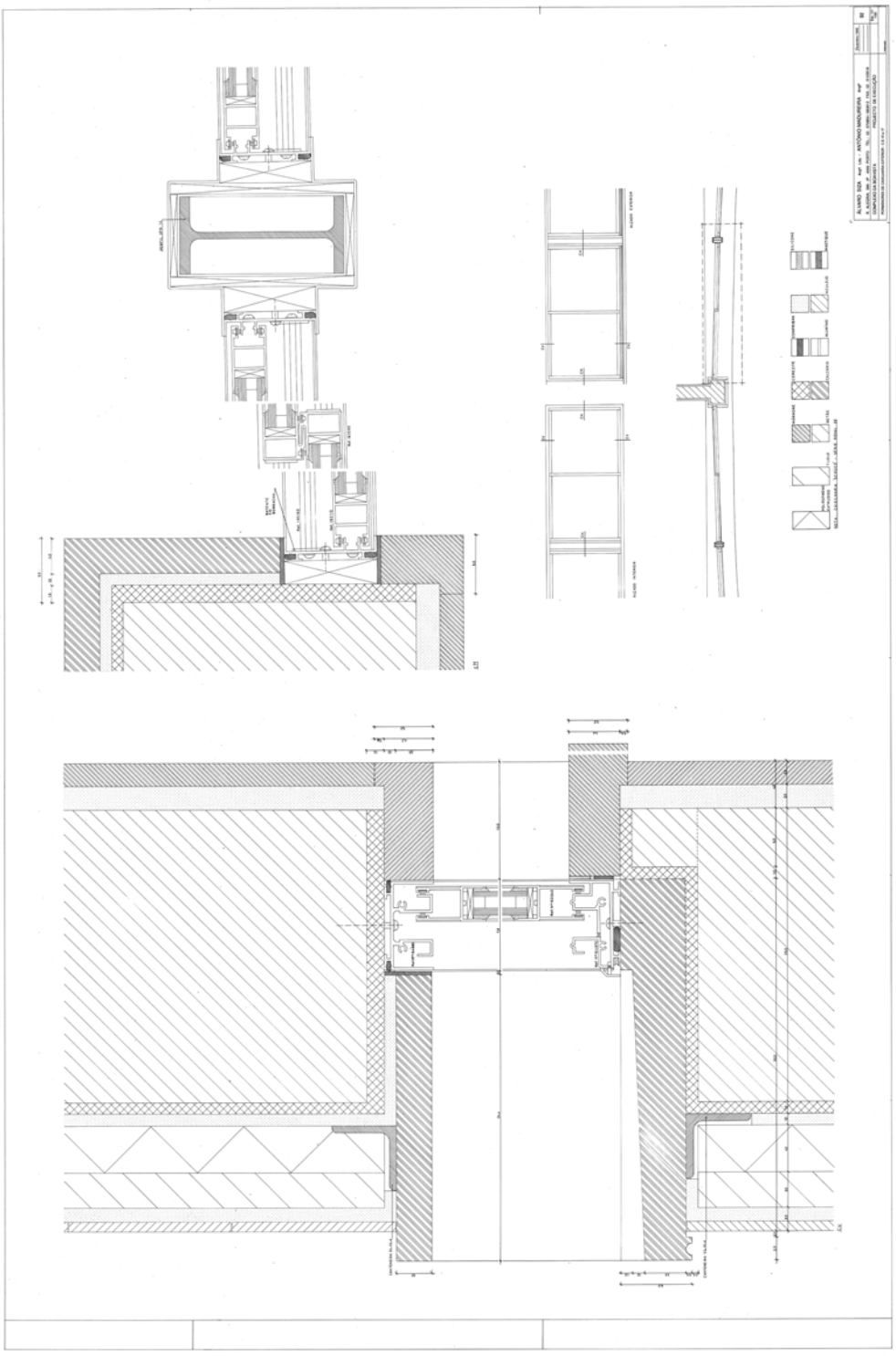
Doc.1.F.10.b) Pormenores de caixilharia exterior - alçado Sul (habitação)



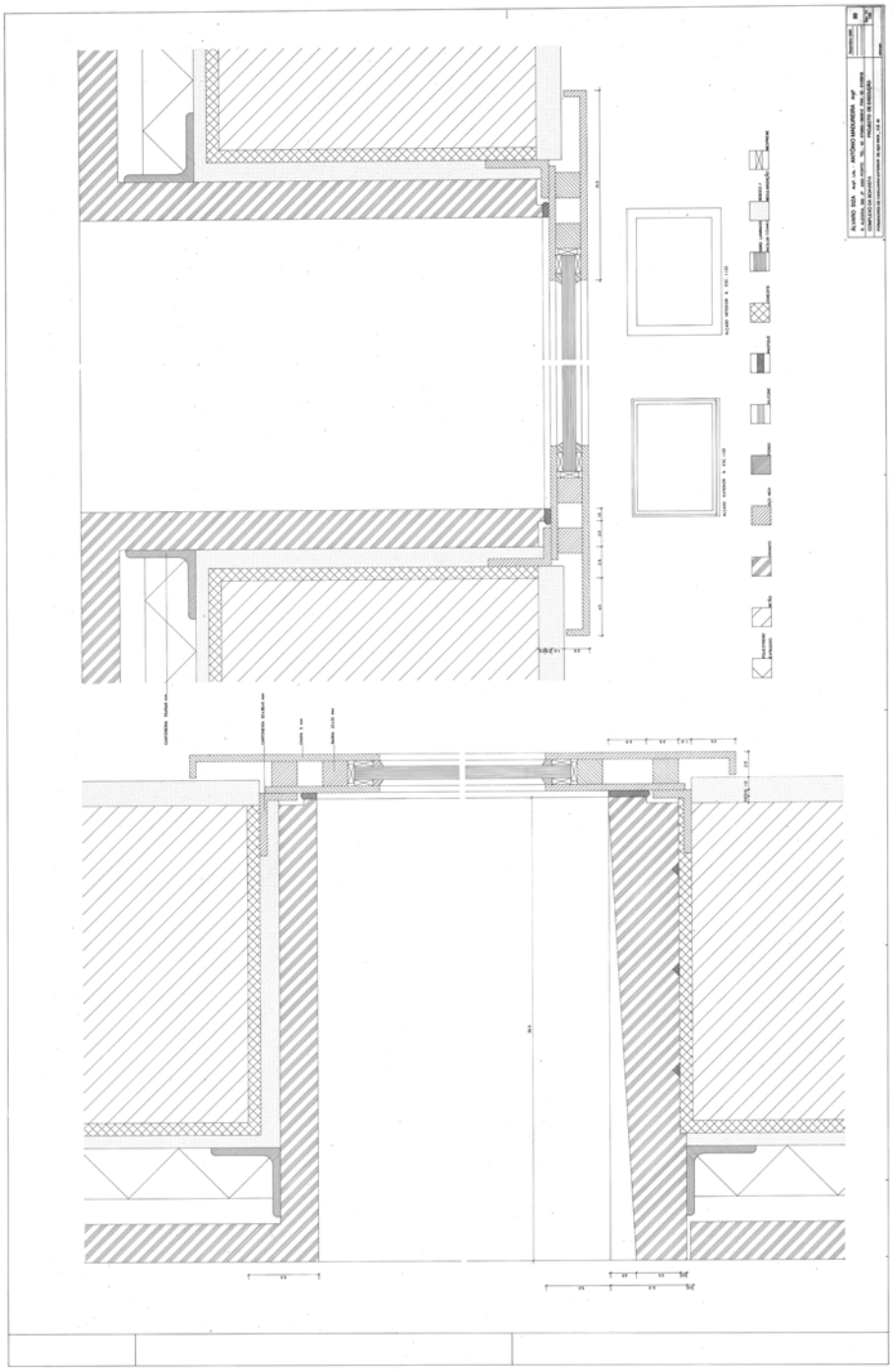
Doc.1.F.10.c) Pormenores de caixilharia exterior - alçado Sul (escadas)



Doc.1.F.10.d) Pormenores de caixilharia exterior - alçado Norte (habitação)



Doc.1.F.10.e) Pormenores de caixilharia exterior - rés-do-chão

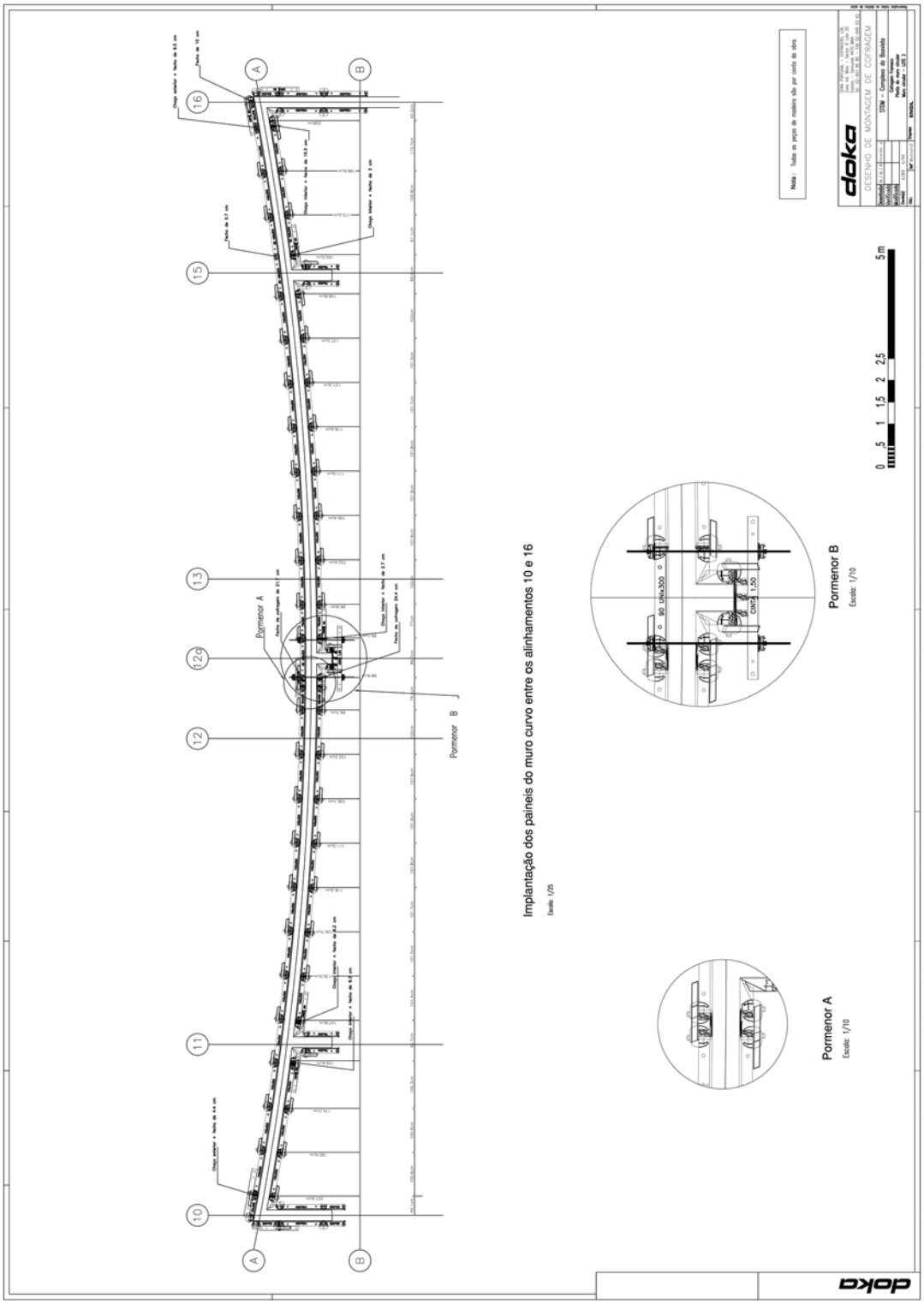


PREPARAÇÃO DE OBRA

Documento nº 1.F.11.Desenhos de preparação de Obra

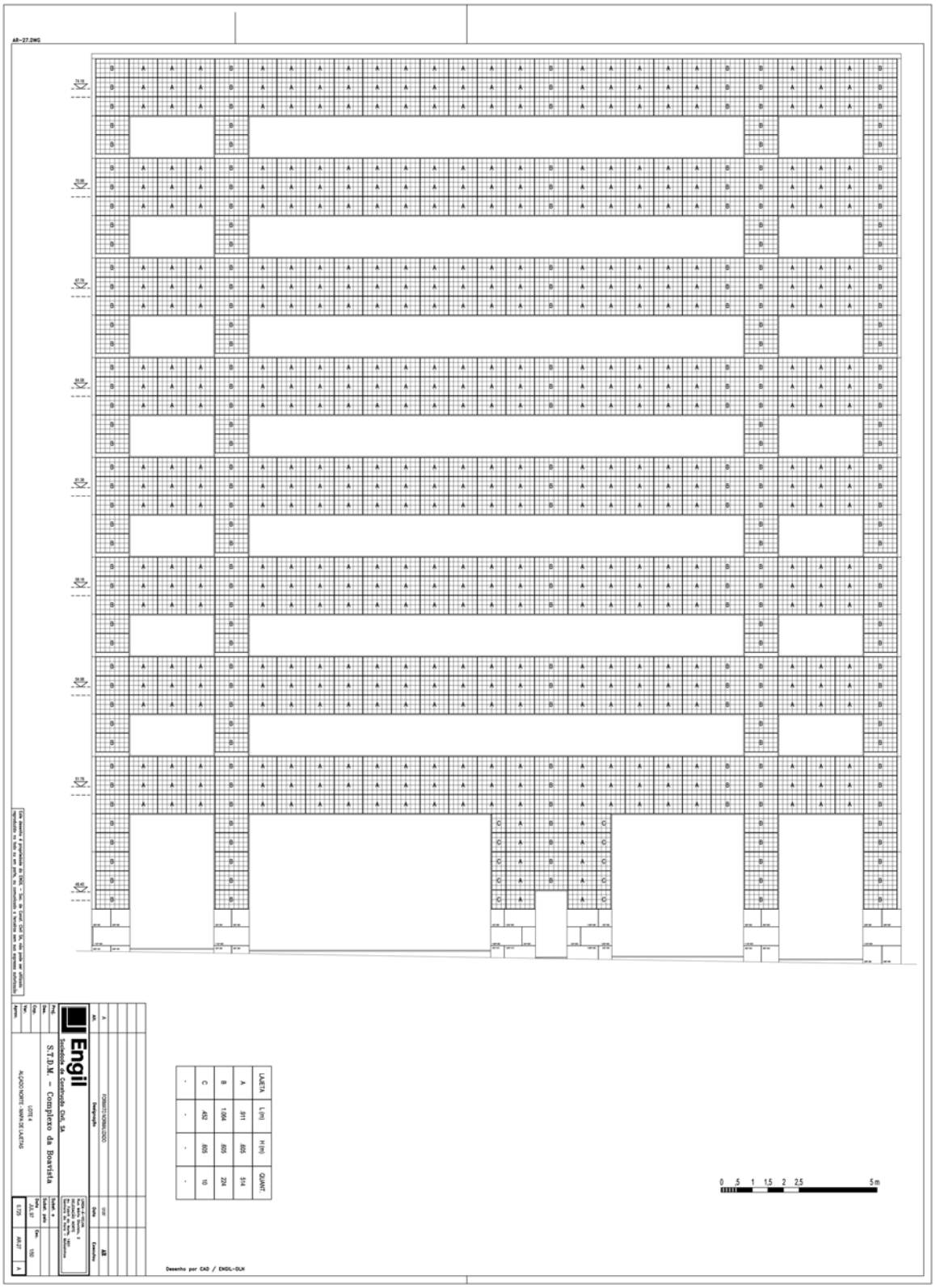
Impressões sem escala (marcação por escala gráfica - originalmente a várias escalas) de elementos do processo de preparação de obra disponíveis no arquivo particular do grupo Mota-Engil.
(Engil, 1997)

Doc.1.F.11.a) Cofragens das paredes portantes curvas



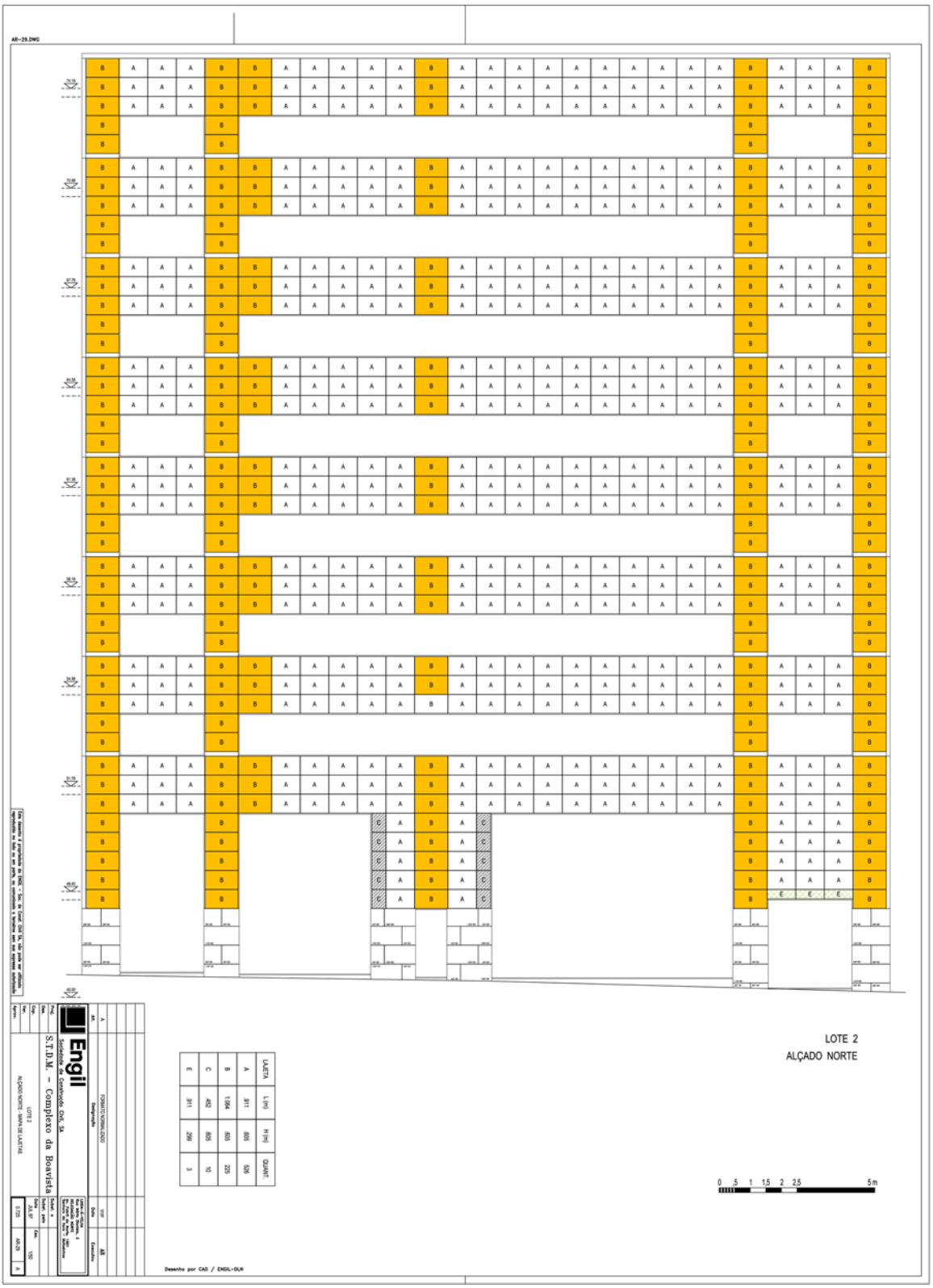
A1.191

Doc.1.F.11.b) Repartição de azulejos na fachada planificada (Lote 4)



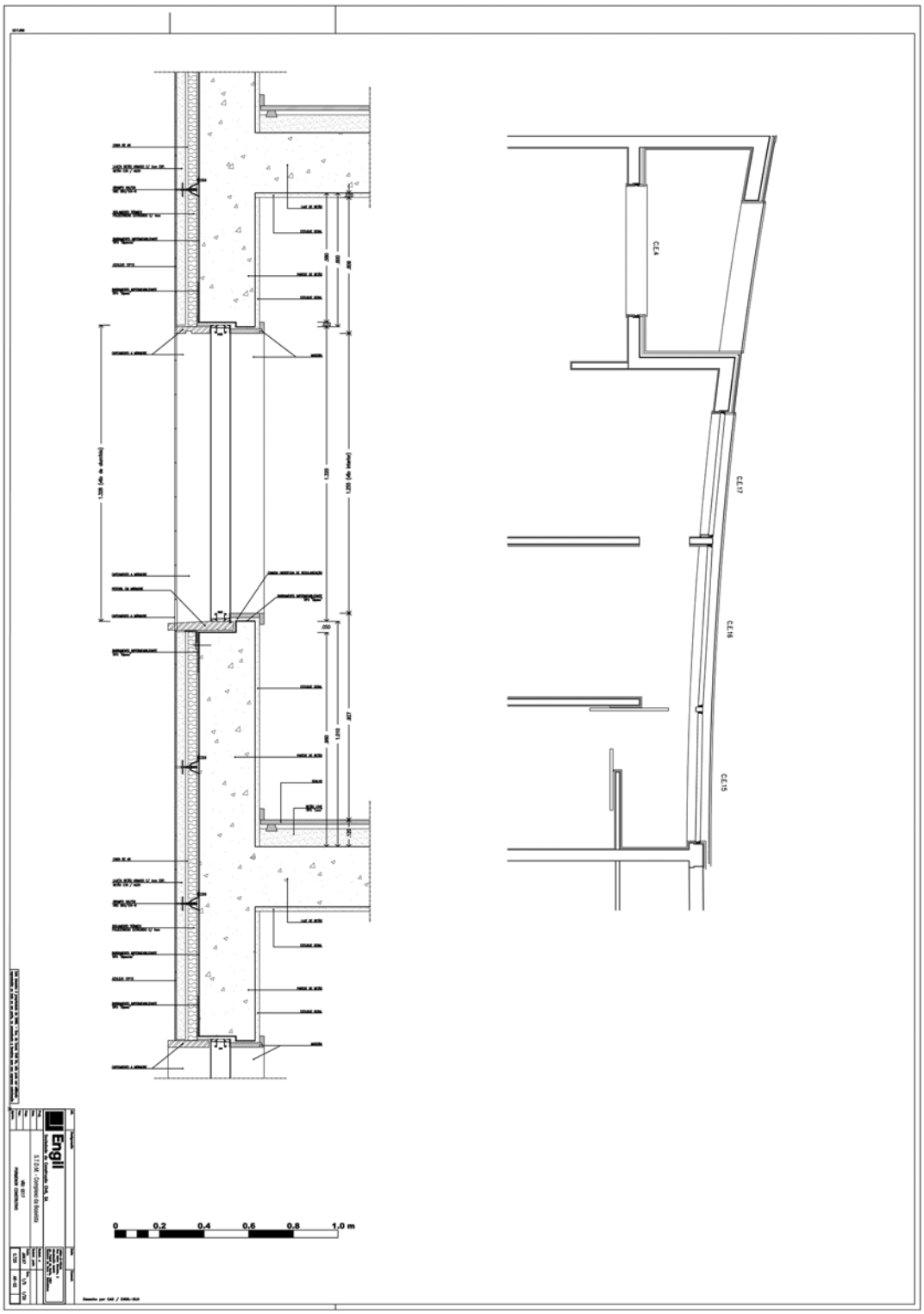
A1. 192

Doc.1.F.11.c) Repartição de placas de betão na fachada planificada (Lote 4)

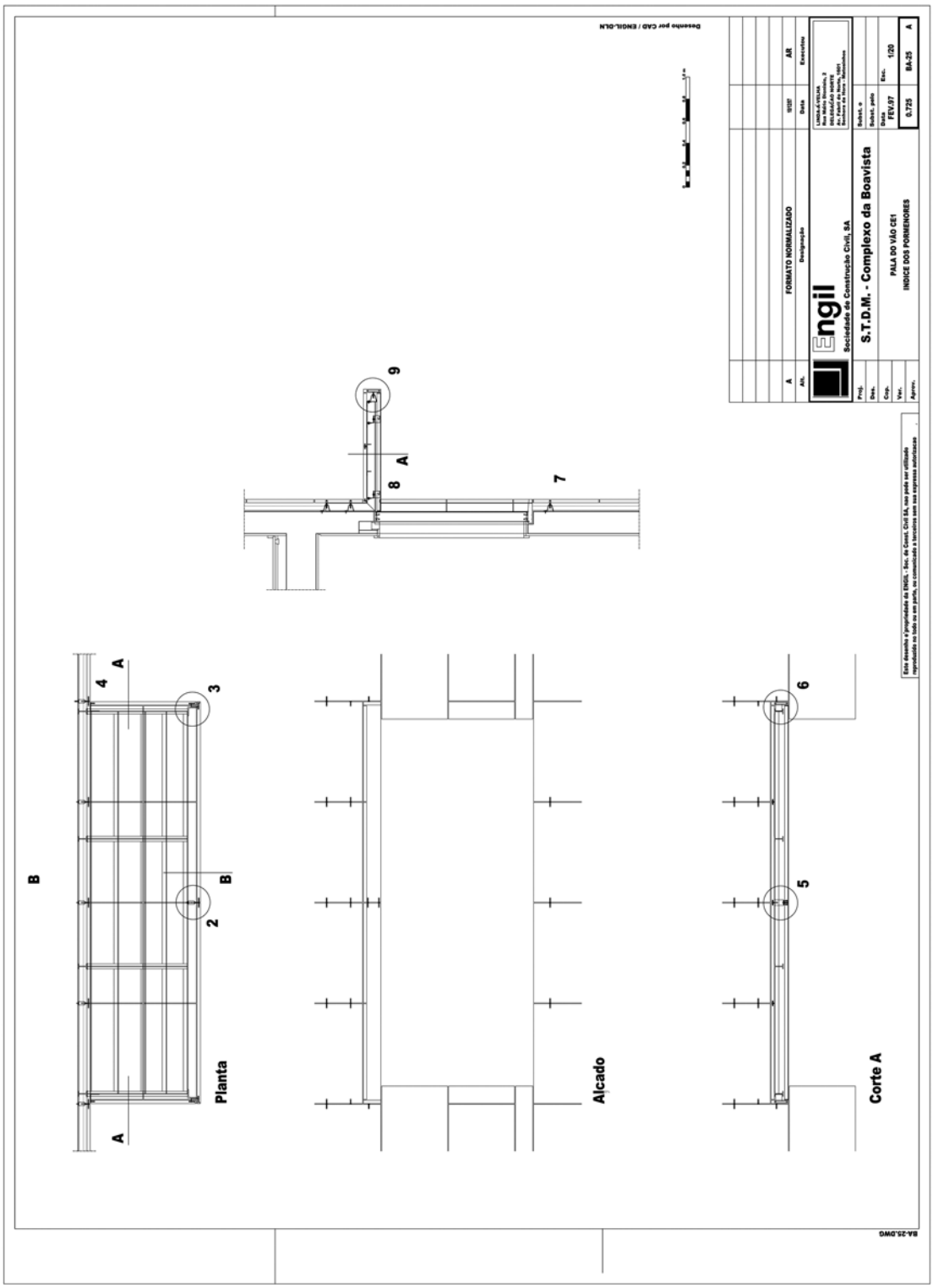


A1.193

Doc.1.F.11.d) Corte pela fachada Norte

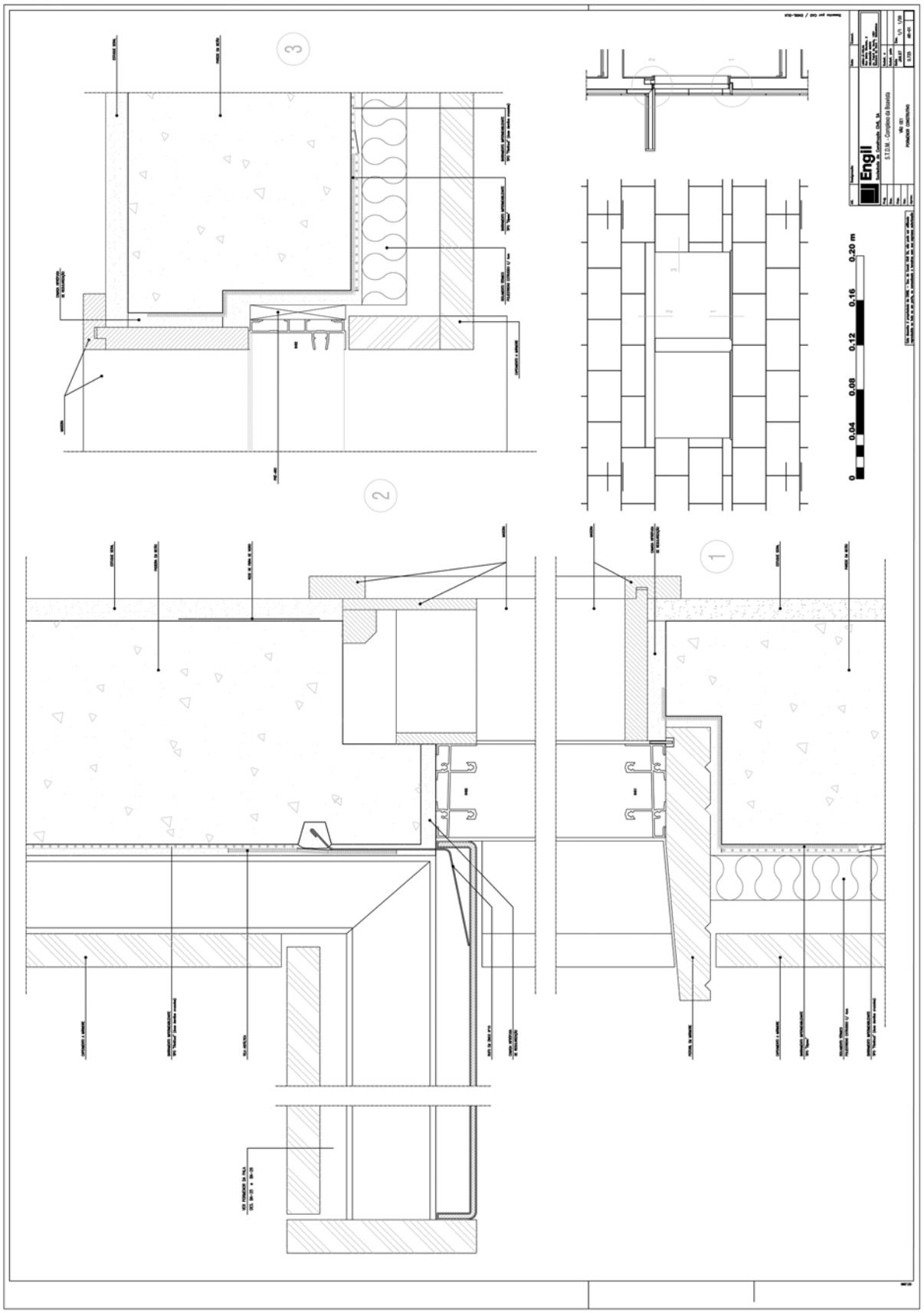


Doc.1.F.11.e) Corte pela fachada Sul - Palas

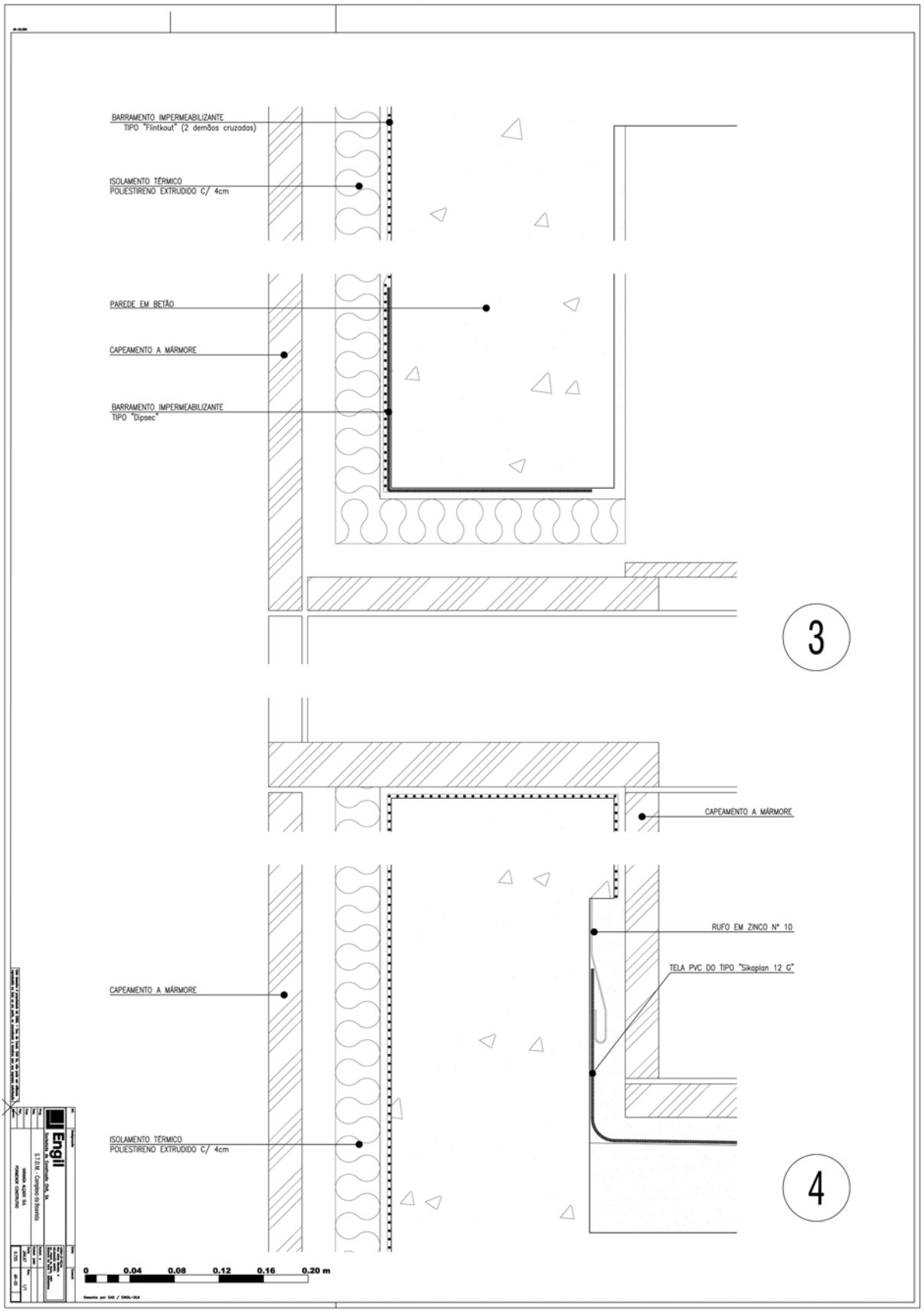


A1.195

Doc.1.F.11.f) Pormenores das palas da fachada Sul

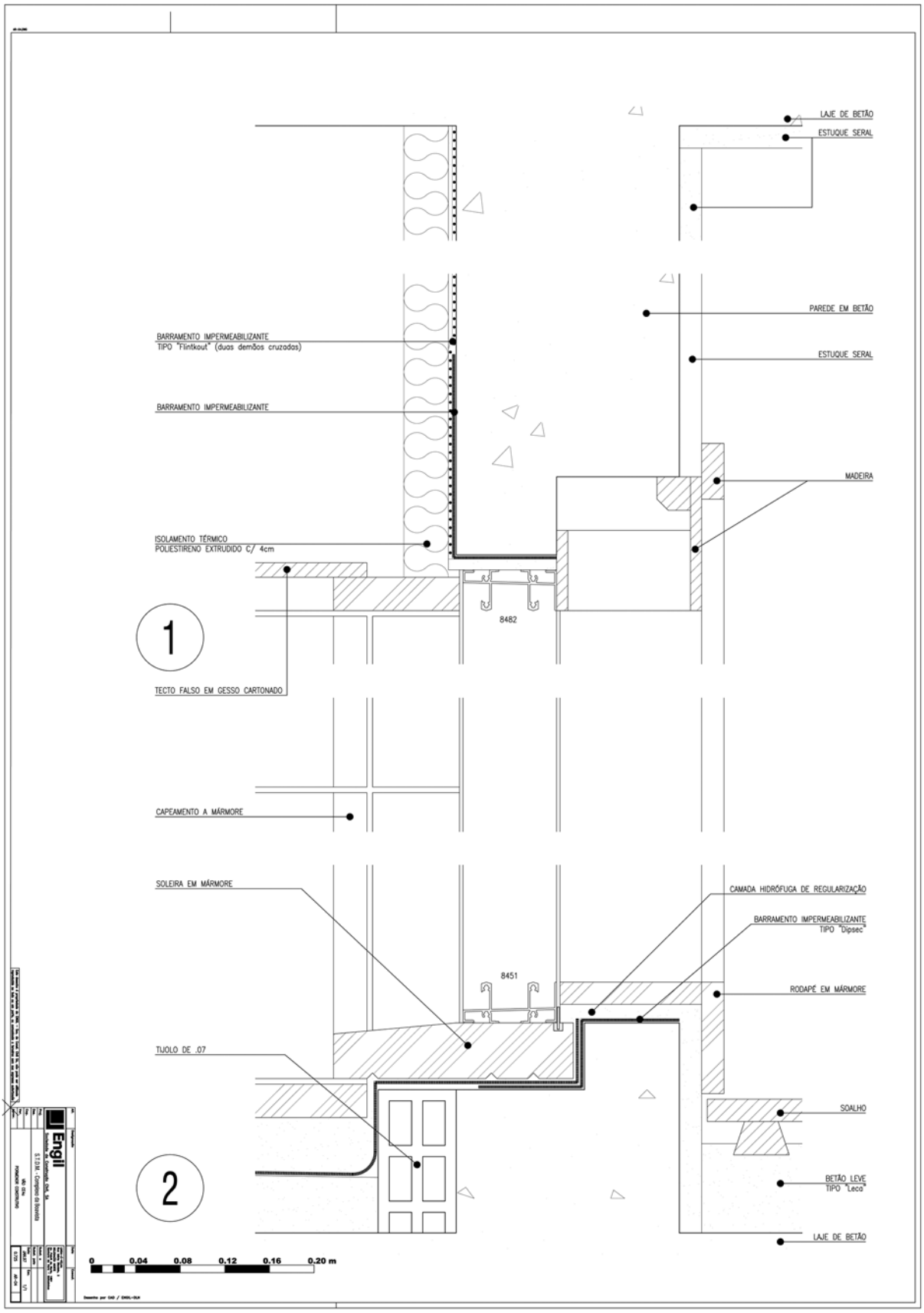


Doc.1.F.11.g) Pormenores das varandas da fachada Sul



A1.197

Doc.1.F.11.h) Pormenor de porta em zona de varanda



A1. 198

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (FOTOGRAFIAS ANTIGAS)



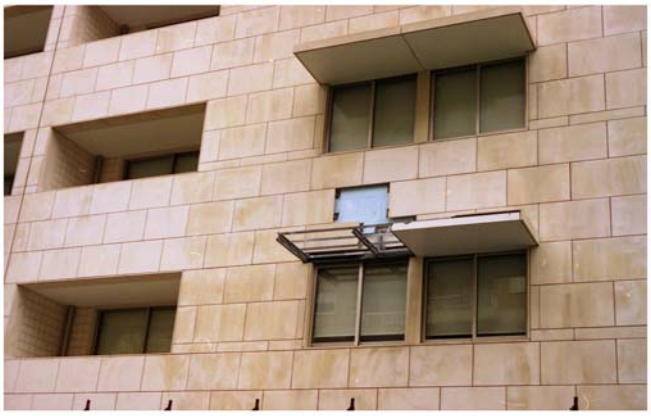
(Vale, [2001])



(Vale, [2001])



(Vale, [2001])



(Vale, [2001])

A1.199



(Vale, [2001])



(Vale, [2001])

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (ESTADO ACTUAL)



(Vale, 2003/09)



(Vale, 2007/10b)

A1. 200



(Vale, 2008/03)



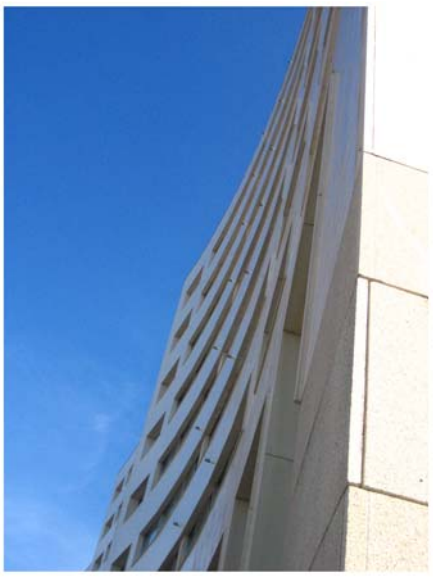
(Vale, 2008/03)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2008/08a)



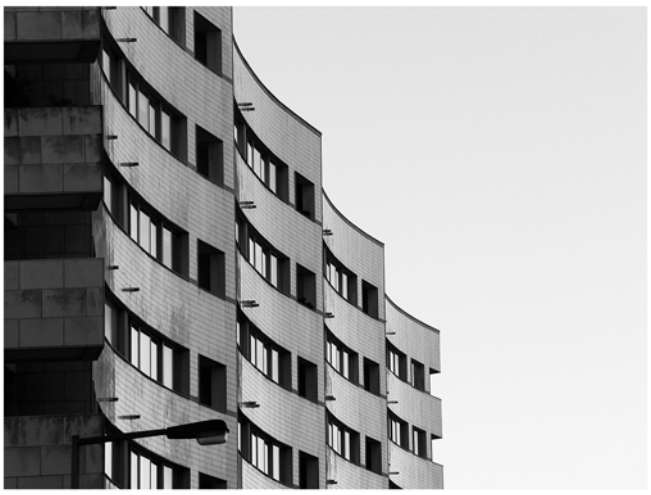
(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2006/11)



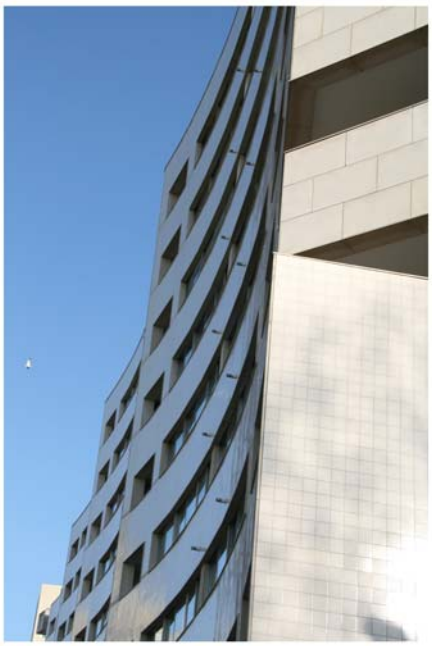
(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2008/03)



(Vale, 2008/03)

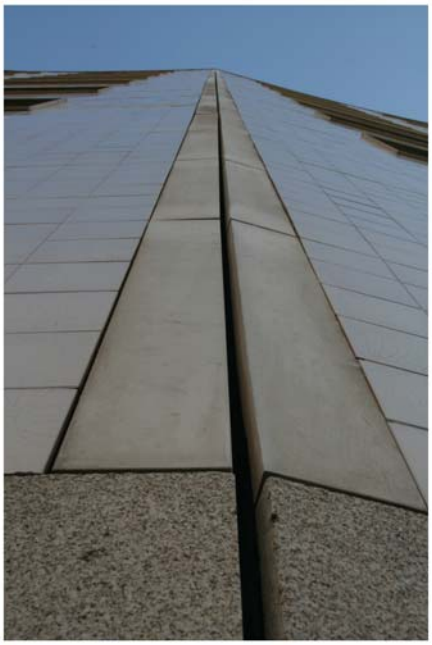


(Vale, 2008/08a)

Anexo 1E: Complexo da Boavista .



(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2008/03)



(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2006/11)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2007/08a)



(Vale, 2007/08a)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2007/08a)



(Vale, 2006/11)



(Vale, 2008/03)



(Vale, 2008/03)

Anexo 1E: Complexo da Boavista .



(Vale, 2007/08a)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2007/10b)



(Vale, 2008/03)



(Vale, 2008/03)



(Vale, 2007/08a)



(Vale, 2007/08a)



(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2008/03)



(Vale, 2008/08a)

A1.205



(Vale, 2006/11)



(Vale, 2006/11)

Anexo 1E: Complexo da Boavista .



(Vale, 2008/08a)



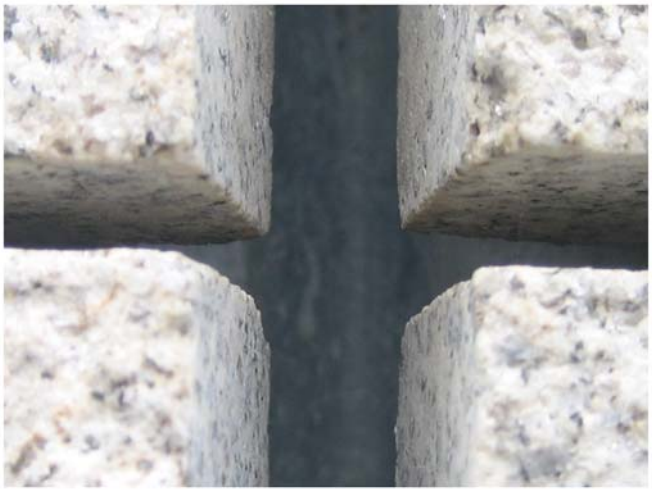
(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2008/08a)



(Vale, 2006/11)

1.G.Conjunto Habitacional da Bouça

Álvaro Siza e outros
Código de Edifício: RB p330 1ªfase; RB p330 2ª fase

PROCESSO FUNDO DO FOMENTO À HABITAÇÃO

(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1973a)

Documento nº 1.G.1.Carta

Transcrição de carta remetendo o primeiro estudo relativo ao conjunto habitacional da Bouça.
(Siza Vieira, 1973-06-07)

Exmo. Senhor

Director da Habitação do Norte do

Fundo de Fomento da Habitação

[...]

Junto envio o estudo relativo ao "Grupo de Habitações no terreno anexo ao Tribunal Central de Menores".

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Ex.ª os meus respeitosos cumprimentos.

Álvaro Siza (Arq.to)

Porto, 7 de Junho de 1973

Documento nº 1.G.2.Memória descritiva

Transcrição parcial da memória descritiva inicial do projecto de licenciamento, constituída por 3 páginas dactilografadas.
(FFH & Siza Vieira, 1973)

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Construção de Habitações de carácter social em terreno anexo ao Tribunal Central de Menores.

1 – Programa e condicionantes

Pretende-se construir um grupo de cerca de 150 habitações em terreno com frente para as Ruas da Boavista e das Águas Férreas, tendo servido de base para o programa a desenvolver o estudo realizado pela CMP em Janeiro de 1963.

[...]

3 – Solução proposta

O estudo, que se apresenta, necessariamente em fase muito esquemática, pretende evitar uma ruptura declarada no tecido urbano em que se insere.

Pretende ainda adoptar critérios de conforto aparentemente dispendiosos, mas que se considera indispensáveis e disponíveis pela economia obtida a partir do princípio de normalização, no que respeita aos esquemas adoptados, do aproveitamento das características do terreno, no que se refere aos sistemas de associação e de acessos, e da própria expressão arquitectónica, no que nela depende dos aspectos atrás referidos. Se, analisados em abstracto, elementos como a galeria, a cobertura plana, o terraço, a escada interior na maior parte das habitações, a varanda de serviço com envidraçado móvel, a própria malha estrutural adoptada, não serão económicos, a maneira como

estes elementos se inserem na solução, adaptando-se ao terreno e ao programa, permite obter resultados economicamente favoráveis.

A partir de um muro paralelo à rua existente, que protege as habitações do ruído do caminho-de-ferro e impede o devassamento do terreno a Norte, as habitações agrupam-se em quatro corpos paralelos, de quatro pisos os centrais (C2 e C3) e de seis os dos extremos (C1 e C4). De um modo geral, desenvolvem-se em dois pisos, ocupando os tipo T2 os dois últimos do C1 e C4, em duplex.

As variações nos esquemas-tipo adoptados correspondem aos topos Norte e Sudoeste, condicionados pela forma do terreno e pela adaptação ao pré-existente, e ainda à introdução de uma via de peões que atravessa, na direcção Este-Oeste, os quatro corpos, interligando as três pracetas e o logradouro a Nascente. As áreas comerciais distribuem-se pela periferia e ao longo das ruas da Boavista e das Águas Férreas.

O acesso de veículos faz-se pela rua a Norte e para uma garagem colectiva para quarenta carros, podendo ainda prover-se uma segunda, sob o logradouro Nascente, em 1ª fase parcialmente ocupado por estacionamento a descoberto.

Documento nº 1.G.3.Memória de Aditamento

Transcrição total da memória descritiva de aditamento.
(Siza [Vieira], 1973-11-21)

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Projecto relativo à construção de "Habitações de carácter social em terreno anexo ao Tribunal Central de Menores, no Porto"

A1. 208

Elementos em aditamento ao Estudo apresentado e de acordo com a reunião no F.F.H. para análise do parecer da C.M.P.

1º) Locais de estacionamento

Propõe-se um aumento para 120 lugares de estacionamento, mantendo-se os 40 em garagem e prevendo-se 80 ao ar livre (12 perpendiculares à Rua das Águas Férreas e 68 no espaço livre do topo nascente do terreno).

2º) Áreas de ocupação e construção

Ocupação

A área de ocupação prevista, necessariamente maior do que a do estudo de 1963, uma vez que se pretende optar por uma solução de menos pisos, é de 4740 m^2, contra 3535 m^2 no Estudo de 1963.

Não se incluem na área de ocupação as áreas correspondentes às galerias em consola (no total de 862 m^2).

Construção

A área de construção prevista é de 18 625 m^2, contra 18 500 m^2 no Estudo de 1963.

3º) Implantação do bloco a Norte

Envia-se em anexo nova Planta Topográfica, incluindo o estudo para o terreno a Norte, do qual foi fornecida cópia pela C.M.P. A distância entre a fachada do bloco projectado para o F.F.H. e o limite do estacionamento a integrar na via pública, no terreno no outro lado da rua, é de 18 m, pelo que se propôs uma cércea correspondente a 6 pisos. A fachada das habitações a Norte da Rua das Águas Férreas foi ainda recuada 5m relativamente ao limite do estacionamento, no mesmo estudo da D.S.U.O. da C.M.P. pelo que a distância entre fachadas é de 23m.

4º) Afastamento do andar recuado

Os afastamentos entre corpos da construção estão de acordo com o regulamento, independentemente de se preverem ou não recuos. Isto é, seria possível, sem desrespeitar o Regulamento, manter a profundidade total de 12m em todos os pisos. Os recuos projectados correspondem a objectivos de programa ou de desenho.

Porto, 21 de Novembro de 1973

Documento nº 1.G.4.Ofício

Transcrição do ofício informando sobre a aprovação da implantação / estudo prévio pela CMPorto e solicitando o envio dos honorários.
(FFH & Faria, 1974-01-02)

Fundo de Fomento da Habitação

2/1/1974

Construção de habitações de carácter social em terreno anexo ao Tribunal Central de Menores

Tendo sido aprovado pela Câmara Municipal do Porto o aditamento ao projecto de implantação do agrupamento em epígrafe, recebido com carta de V. Exª de 21 de Novembro passado, venho rogar com a maior brevidade possível, a apresentação da respectiva proposta de honorários para elaboração do projecto em causa.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exª os meus cumprimentos *A.F. Veiga de Faria*

A bem da Nação

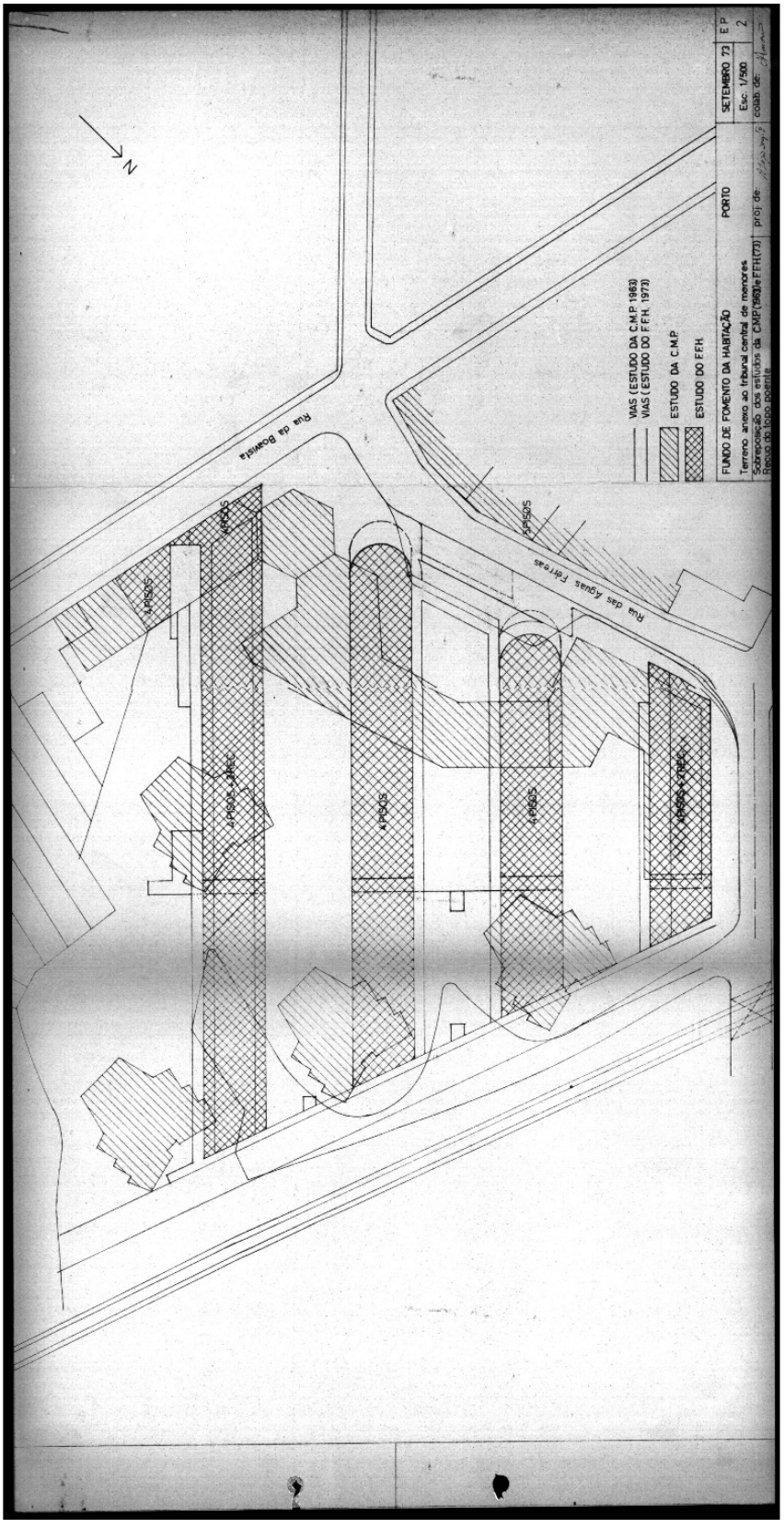
O Engenheiro Director

Documento nº 1.G.5.Peças desenhadas do processo do Fundo Fomento da Habitação

Cópia sem escala (originalmente às escalas 1/500) da proposta de implantação do processo do Fundo de Fomento da Habitação [FFH]
(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1973b) obtido a partir de (FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1976)

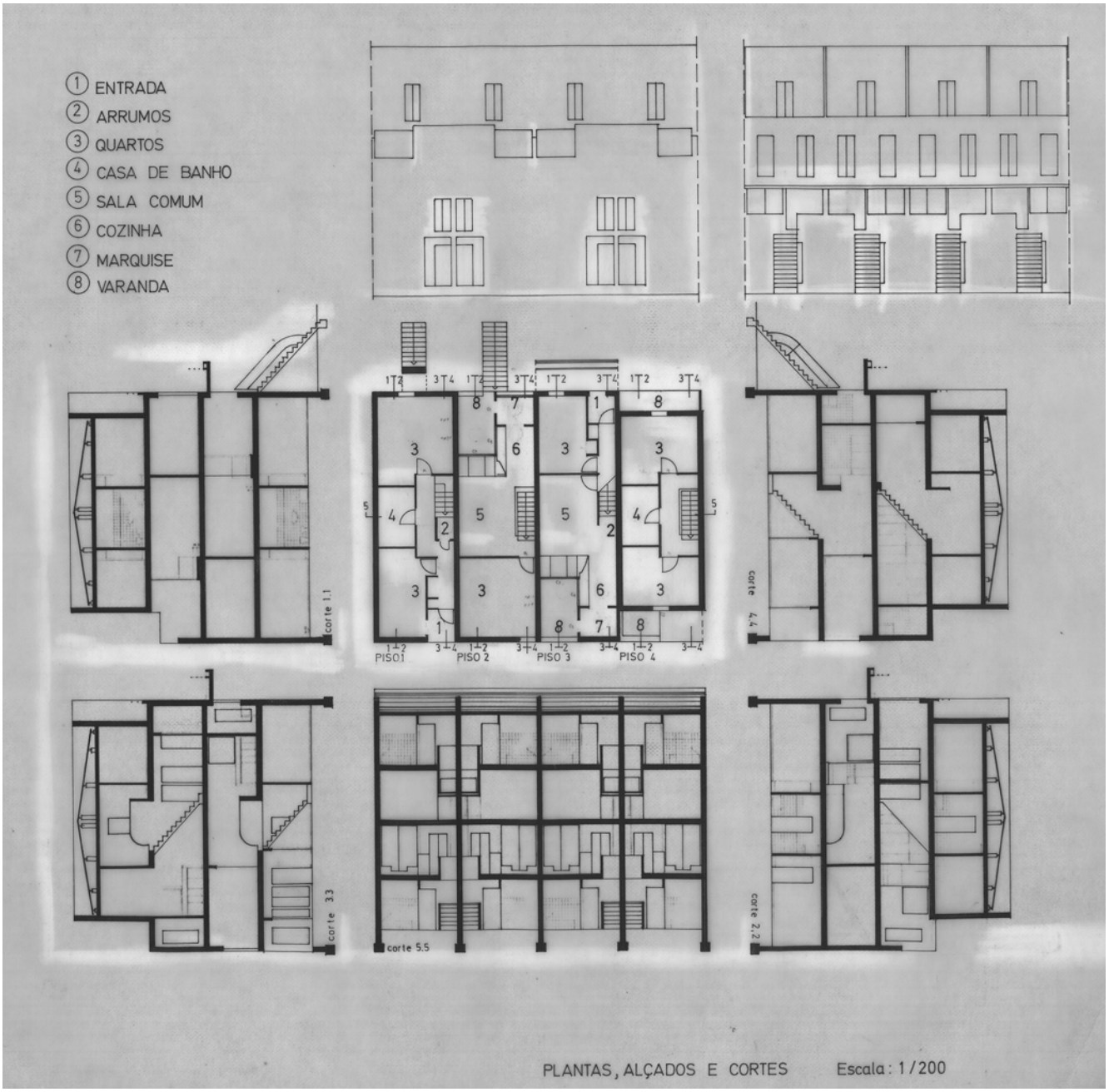
A1.209

Doc.1.G.5.a) Planta de implantação de 1973



A1. 210

Doc.1.G.5.b) Plantas, cortes e alçados - s/data



A1.211

PROCESSO BRIGADA SAAL NORTE - 1ª FASE

(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1976)

Documento nº 1.G.6.Memória descritiva da revisão do Estudo Prévio

Transcrição total da memória descritiva da revisão do estudo prévio do FFH.
(Siza Vieira, 1976)

SAAL – Brigada da Bouça

Construção no terreno anexo ao Tribunal Central de Menores

1 – O estudo apresentado corresponde a uma revisão do estudo prévio elaborado para o F.F.H. e apresentado em Maio de 1973, como variante ao estudo do G.U. da C.M.P. para o mesmo local, variante essa já aprovada (folha 2 das peças desenhadas). A revisão corresponde a uma adaptação do programa às necessidades da Associação de Moradores da Bouça.

2 — O conjunto projectado consta de aproximadamente 158 fogos, distribuídos por 5 alas de 4 pisos (designados na planta geral da folha 4 das peças desenhadas por A, B, C e D).

Cada fogo ocupa dois pisos, sendo as respectivas frentes e profundidade de 4 e 12 metros.

O acesso às habitações que ocupam o 3º e 4º pisos faz-se por galeria.

A1. 212

A fase seguinte do estudo, a apresentar em Abril próximo, incluirá os elementos de pormenor referentes à adaptação do programa da Associação de Moradores a este sistema distributivo a modular. Esta associação ocupará as alas C, D e E, num total de aproximadamente 110 fogos, prevendo-se que os restantes sejam destinados à Associação de Cedofeita, junto da qual trabalha a mesma brigada.

3 — O estudo prevê a expropriação da parcela com frente para a Rua da Boavista assinalada na folha 3 das peças desenhadas.

4 — Apresenta-se em anexo o esquema de habitação T3 que constitui a base do projecto apresentado e cujas características orientaram a resolução das variantes previstas (T2 e T5).

5 — O desenvolvimento dos projectos técnicos e respectivos estudos económicos a iniciar poderá determinar uma alteração de cotas base da implantação, ou a sua variação no sentido NO-SE, de modo a diminuir o desmonte de rocha a executar.

Considera-se, na actual fase de estudo, e com base nos elementos disponíveis, que a solução apresentada será a mais conveniente para o conjunto da operação.

6 — Elementos de análise do estudo

a)	*Ala*	*Nº de pisos*	*Nº de fogos*
	A	*4 (2+2)*	*16*
	B	*4 (2+2)*	*32*
	C	*4 (2+2)*	*46*
	D	*4 (2+2)*	*60*
	E	*4 (2+2)*	*4*
	Total de fogos		*158*

b) Os dois primeiros pisos da ala E e dos topos das restantes alas poderão ser destinados a equipamento comercial ou social,

c)

Área de uma habitação T3 - 96 m^2

Estimativa de custo/m^2 - 2 600$00

Custo estimativo de habitação T3 - 250 000$00

7 – Peças desenhadas apresentadas em anexo

F1 – Planta geral 1:500 (estado actual)

F2 – Planta geral 1:500 (projecto executado para o F.F.H.)

F3 – Planta Geral 1:200 (estado actual)

F4 – Planta geral 1:200 (com implantação e corte transversal)

F5 – Esquema de habitação T3 1:100

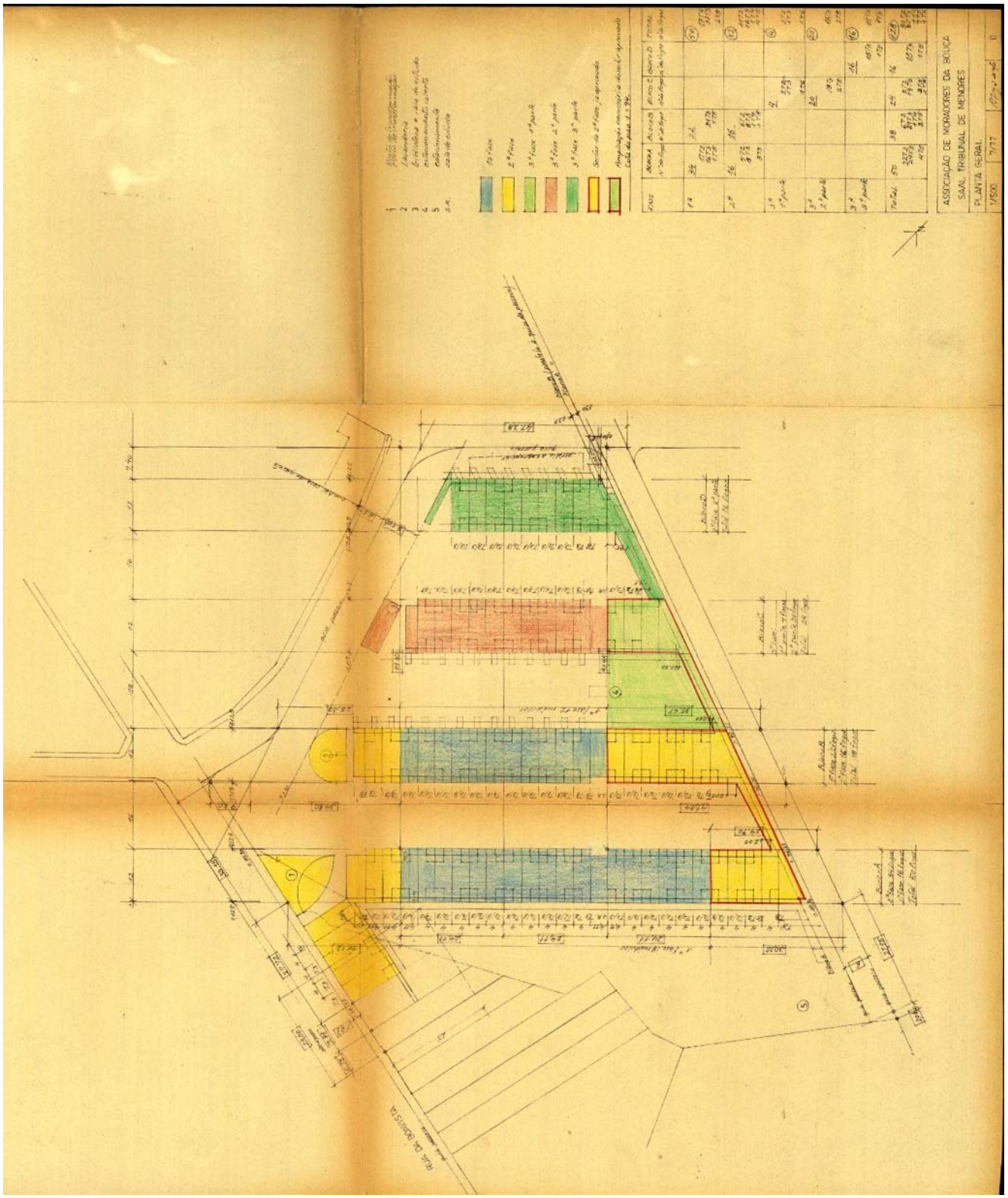
Porto, 10 de Fevereiro de 1976

Álvaro Siza (arqtº)

Documento nº 1.G.7.Peças desenhadas do processo SAAL - 1ª Fase

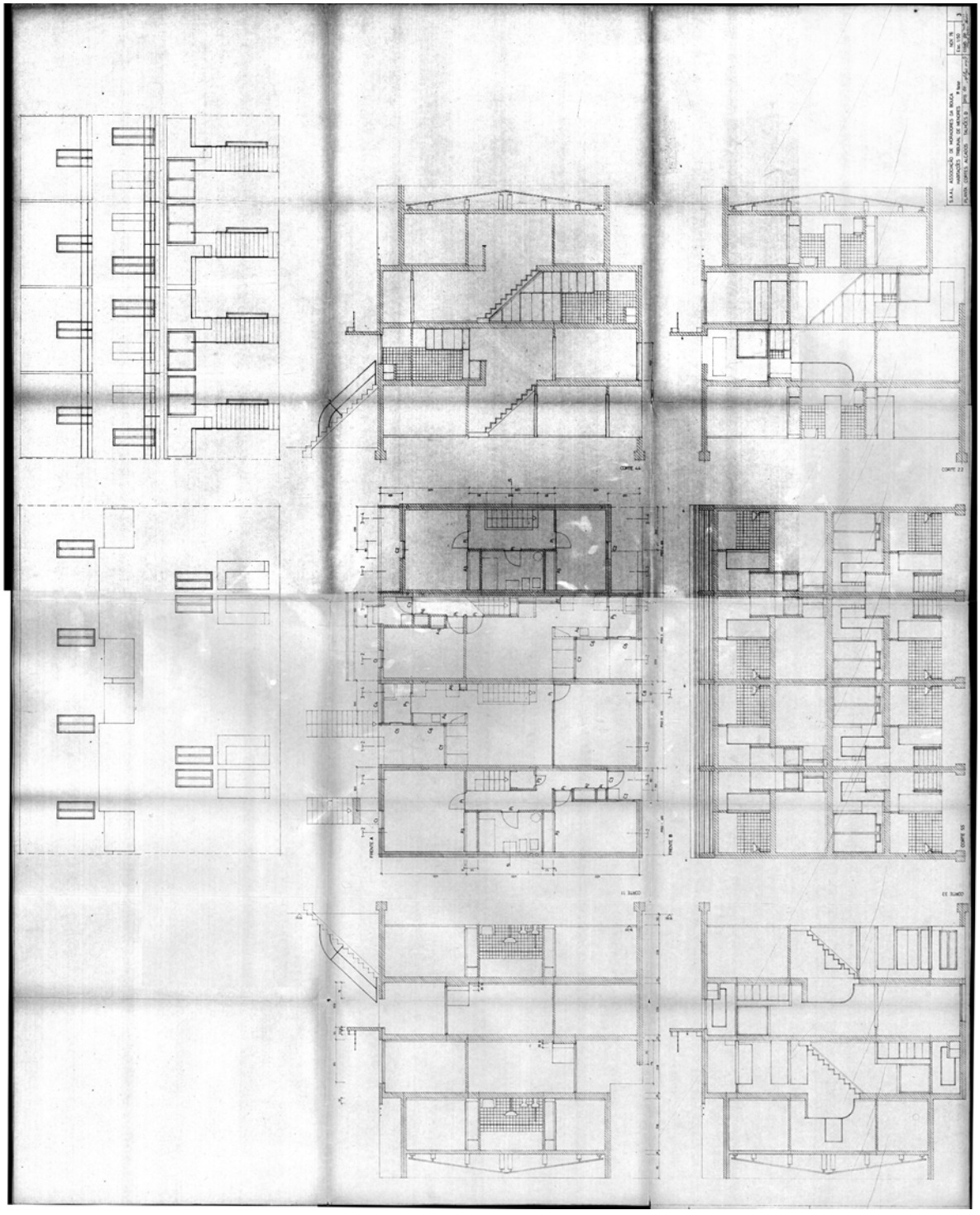
Cópias sem escala (originalmente às escalas 1/500, 1/200, 1/50, 1/20) de elementos do processo SAAL.
(Siza Vieira & Sobreira, 1976)

Doc.1.G.7.a) Planta geral com o faseamento da intervenção



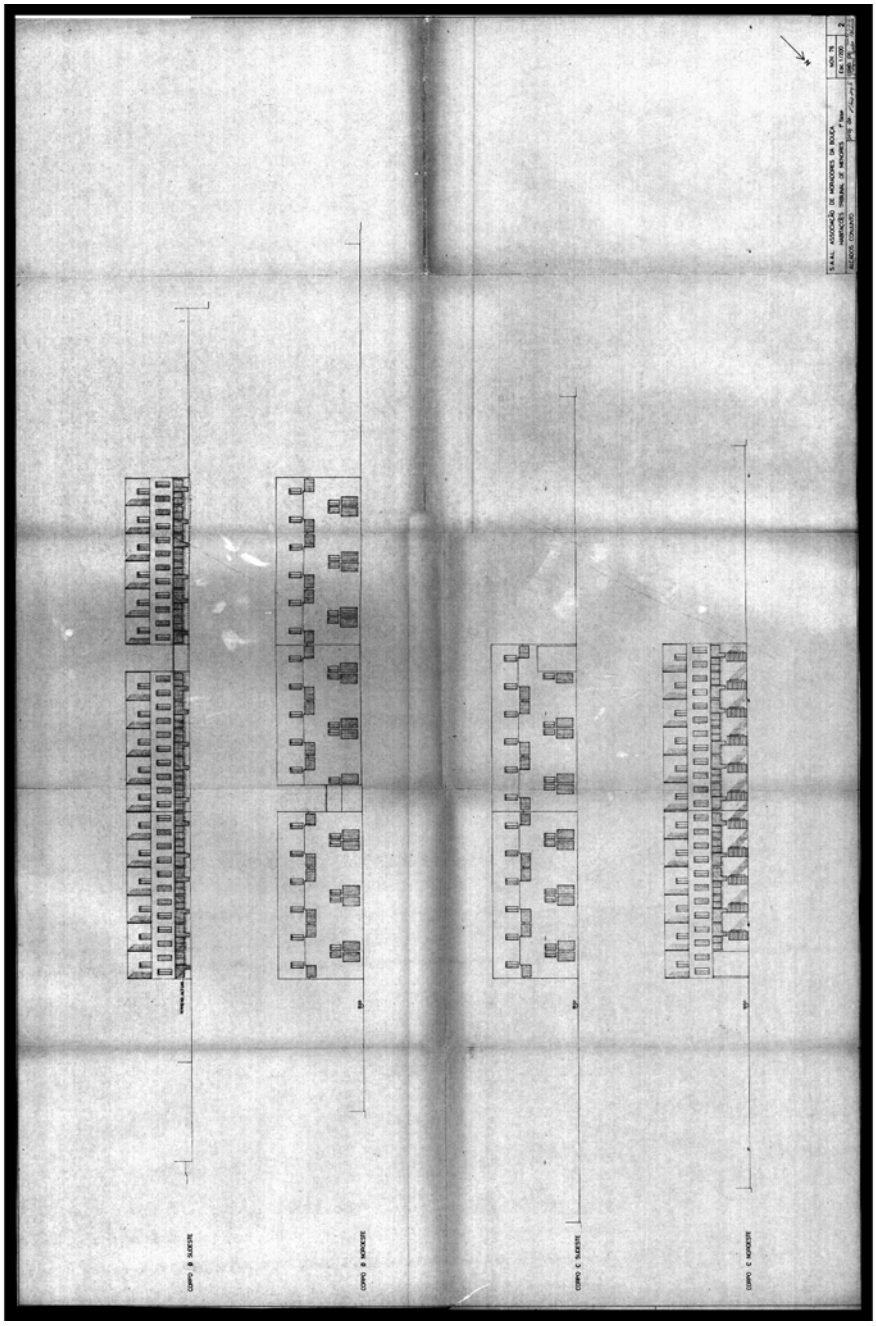
A1.213

Doc.1.G.7.b) Plantas, cortes e alçados dos módulos do talhão D



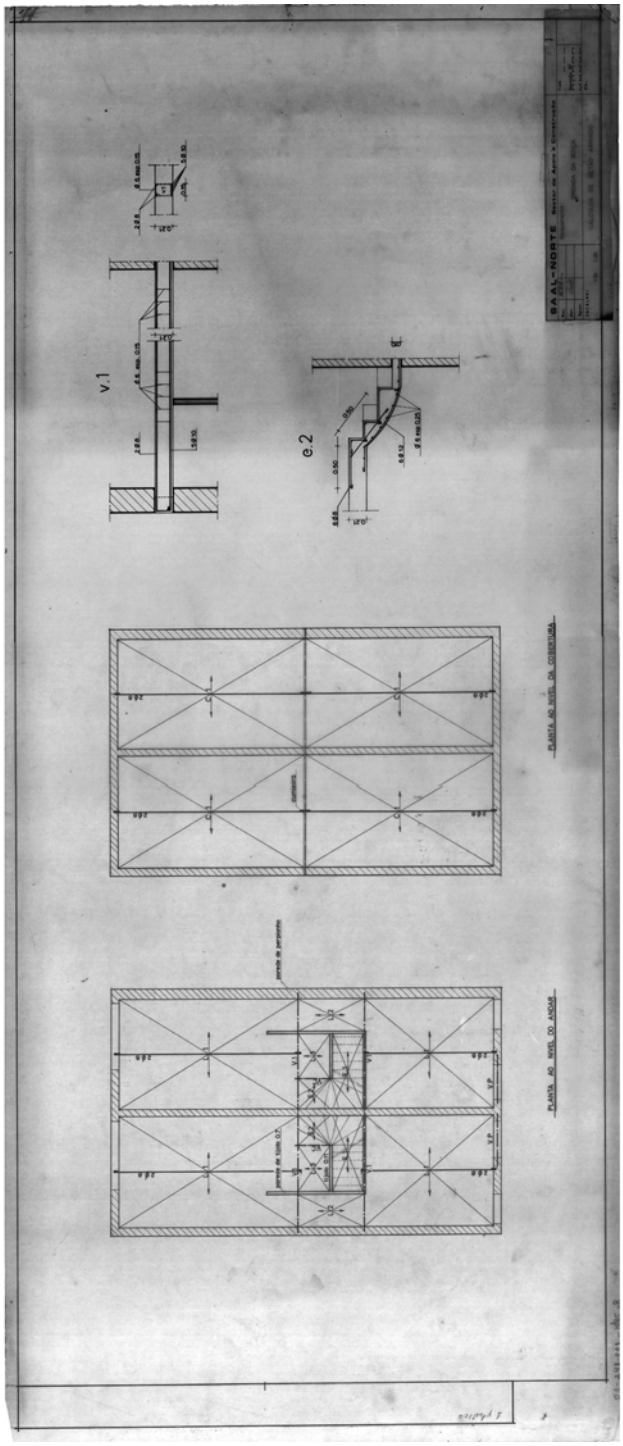
A1. 214

Doc.1.G.7.c) Alçados de conjunto



A1.215

Doc.1.G.7.d) Projecto de betão armado



A1. 216

PROCESSO: BRIGADA SAAL NORTE - 2ª FASE [NÃO CONSTRUÍDA)

(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1979b)
(CMPorto & Brigada SAAL da Bouça, 1977-1979)
(CMPorto & Sobreira, 1979a)
(CMPorto & Sobreira, 1979b)

Documento nº 1.G.8.Peças escritas (1ª parte)

Transcrição parcial das peças escritas (1ª parte) do processo de execução constituído por 33 páginas dactilografadas. (Sobreira, 1979)

G.O.P.

Gabinete de Organização e Projectos, Lda

S.A.A.L – Brigada da Bouça

Tribunal de Menores

2ª Fase

Partes escritas – 1ª parte

Condições especiais

Capítulo III – Obra de Betão

[...]

III.4 – Infiltrações por capilaridade

Para impedir as infiltrações por capilaridade, a primeira fiada de blocos assentará sobre as sapatas corridas de betão por intermédio de uma camada de argamassa hidrofugada, de traço 1:3 e hidrófugo da proporção de 2% do cimento.

Na face interior e numa faixa de 0,15m de altura, será aplicado um revestimento de flintkote nº 5, aplicado à razão de 2kg/m^2: deste modo, a betonilha do rés-do-chão fica protegida contra infiltrações por capilaridade.

Nas estruturas de betão (pilares e paredes), o flintkote nº 5 será aplicado sobre o betão de limpeza, antes da execução das sapatas; após esta execução ele será aplicado sobre a superfície das sapatas e dos pilares e, ou paredes, sempre à razão de 2kg/m^2, e numa extensão que impeça a infiltração da humidade por capilaridade.

III.5 – Juntas de dilatação

Nas juntas de dilatação as paredes divisórias serão duplicadas.

Os lintéis longitudinais de fundação serão também interrompidos no local destas juntas, não existindo ligação de armaduras entre estes lintéis e o lintel transversal de apoio das duas divisórias.

A espessura da junta entre divisórias será de 15 mm, sendo a sua vedação feita à custa do produto Palesit – 0m20, aplicado numa espessura mínima de 10 mm, sobre um preenchimento prévio feito com mástique betuminoso; esta vedação será prolongada até 10 cm abaixo do solo.

III.6 – Betonilha do rés-do-chão

A betonilha do rés-do-chão será formada por uma camada de betão hidrofugado com super-barra 05 de dosagens mínimas de 300 kg/m^3 e 15 kg/m^3 de cimento e hidrófugo, respectivamente, com a espessura de 10 cm.

O acabamento da superfície será monolítico, se preferência de tipo vibro-vácuo e talocha mecânica.

A camada de betão assenta sobre aterro do tipo B, de acordo com o especificado na alínea II.2.

III.7 – Embebimento de tubagens

As canalizações e tubagens devem ser embebidas nas lajes antes de se proceder à betonagem destas, não sendo permitido a abertura de roços ou a abertura depois da betonagem sem que para o efeito se obtenha a aprovação da fiscalização. **A1.217**

III.8 – Lajes dos pavimentos e da cobertura

À excepção das zonas especiais dos acessos, todas as restantes lajes são de betão armado aligeirado, tipo Daviga. Na sua execução serão respeitadas escrupulosamente as colocações dos elementos resistentes e as disposições indicadas nos desenhos de pormenor, incluindo as armaduras e os tarugos.

O acabamento superficial de betão das lajes deve ser monolítico, de preferência do tipo vibro-vácuo e talochagem mecânica.

Capitulo IV - Alvenarias

[...]

IV.2 – Tipos de alvenaria

À excepção das zonas especiais dos acessos todas as alvenarias serão executadas com blocos de cimento, obedecendo às seguintes características:

a) – Paredes exteriores e paredes resistentes: blocos tipo Mecan série 300 (ou equivalente), a toda a altura. Nas zonas especiais estas paredes poderão ser em betão armado conforme o definido nos desenhos de projecto.

b) – Divisórias: blocos de Ytong de 10 cm de espessura.

c) – Muretes de cobertura e terraços: blocos tipo Mecan, série 300 com 30x20x20 (ou equivalente). O murete da varanda do 4 piso será executado com blocos tipo Mecan, série 450 com 45x25x7,5 (ou equivalente).

d) – Nas paredes de separação entre fogos, os furos dos blocos serão cheios com areia seca, de acordo com o especificado na SP 4, alínea 5.00 – e).

Capitulo V – Impermeabilizações de paredes e pavimentos

[...]

V.2 – Paredes exteriores

Nas faces exteriores destas paredes será aplicado o esboço impermeabilizante definido na SP 6. Este esboço será aplicado até penetrar pelo menos 0,10m dentro do terreno.

V.3 – Paredes interiores

Serão impermeabilizadas todas as paredes incluídas nas zonas de água (esboço impermeabilizante, SP 6) ou sejam:

a) – Sanitários – paredes envolventes das banheiras e polibans, até à altura de 1,60m.

b) – Cozinha – até à altura de 1,60m (só as do lado da banca).

V.4 – Pavimentos

O pavimento do sanitário do 1ºandar será impermeabilizado com uma camada de 5 cm de esboço impermeabilizante (SP6).

V.5 – Soleiras de mármore

Serão de mármore Estremoz branco de 50 mm as soleiras dos vãos descritos nos mapas de acabamento.

V.6 – Soleiras em madeira exótica

Serão em madeira exótica, conforme detalhe, as soleiras dos vão descritos nos mapas de acabamentos.

V.7 – Soleiras em azulejo

Serão em azulejo de 15x15 as soleiras dos vãos indicados nos mapas de acabamento e pormenores.

A1. 218

V.8 – Soleiras em ferro metalizado

As soleiras das esquadrias exteriores C4 serão em ferro metalizado de acordo com os detalhes.

Capítulo VI – Revestimento em paredes e tectos

[...]

VI.2 – Superfícies exteriores

Sobre o esboço de impermeabilização será aplicado o emboço de cimento e cal hidráulica definido na SP 6, (alínea 1.02.2 –b)-2); o reboco de acabamento areado será também executado de acordo com o imposto nesta especificação, alínea 1.02.1 – b)-4 (mesma composição do emboço mas com areia fina).

VI.3 – Superfícies interiores

a) – Todas as superfícies interiores, à excepção dos lambrins de azulejo, terão acabamento de reboco projectado, com espessuras apropriadas ao tipo de superfície revestida.

Assim sobre paredes de Ytong a espessura mínima será de 2 mm e nas de blocos e nos tectos esta espessura será de 4 mm. Na sua aplicação será respeitado o especificado na alínea 1.03, da SP 6.

b) – Lambrins de azulejo

Os lambrins de azulejo de 15x15 cm, com 1,50 m de altura, de cor branca e dias fiadas de azulejos de cor, serão aplicados na cozinha, lavandaria e banhos.

O emboço destas zonas será feito de acordo com a SP 6,alínea 1.02.2-b)-3, com argamassa de cimento e areia. A aplicação dos azulejos obedecerá ao especificado na SP 7, alínea 2.02.2-a).

Capitulo VII – Revestimentos em pavimentos

[...]

VII.2 – Materiais

No revestimento de pavimentos serão aplicados os seguintes materiais, depois de devidamente regularizadas as superfícies (em acabamento monolítico):

a) – Revestimento com placas de corticite.

Este revestimento, a executar de acordo com o especificado na SP7, será executado em todas as dependências.

As placas, com a espessura de 2mm e as dimensões de 1,00x1,00,serão em cortiça aglomerada com borracha «Rubber Cork», de cor natural; a sua superfície será envernizada com 3 demãos de verniz mate de pavimento.

VII.3 – Rodapés

Existirão rodapés em todas as dependências, à excepção da cozinha, lavandaria e banhos. Serão em madeira exótica, tratado e pintados a esmalte, de acordo com o especificado na SP 10, alínea 1.04.

Capitulo VIII – Revestimento em coberturas e terraços

VIII.1 – Isolamento térmico dos terraços e coberturas

O isolamento térmico dos terraços e coberturas será feito à custa de uma camada de betão celular tipo Betisol (ou equivalente).

A superfície desta camada será regularizada e alisada, de forma a obter-se a inclinação preconizada nos desenhos; as espessuras das camadas serão também as apresentadas nos respectivos desenhos.

VIII.2 – Impermeabilização dos terraços e coberturas

a) – A impermeabilização dos terraços será obtida à custa da aplicação de uma emulsão betuminosa com borracha, tipo Mack (ou equivalente), formando película com 3 a 4 mm de espessura. Esta emulsão será aplicada directamente sobre a superfície de betão celular devidamente alisada à colher.

A película impermeabilizante será protegida nos terraços não acessíveis por duas demãos de tinta plástica branca; nos terraços acessíveis, será aplicado um revestimento de argamassa de cimento e areia ao traço 1:3, isolada da película impermeabilizante por meio de filhas de polietileno, tipo Ediplas 125.

b) – Na cobertura o material de vedação será a chapa de fibrocimento tipo "Super-habitat", de perfil trapezoidal.

Dado o ângulo de 8º das águas, a sobreposição das chapas no sentido destas será feita com a intercalação de barra de compriband, com 15X10; a sobreposição das chapas será ainda no mínimo de 0,23 m. No sentido transversal a sobreposição será de onda e meia.

Atendendo ao forte efeito e sucção, criado pelas platibandas, serão utilizados três grampos por chapa, de arame zincado, munidos de anilhas de zinco e de cartão betuminoso e respectiva fêmea aplicados na zona alta da onda.

As chapas de fibrocimento assentam sobre barrotes pré-esforçados civibral ou equivalente (que admitam um acréscimo de tensão à tracção superior a 100 kg/cm^2) de 12x6 cm.

Nos desenhos admite-se que estes barrotes apoiem sobre pilaretes em tijolo Mecan, por intermédio de coxins pré-fabricados de betão B180, admitindo-se no entanto outra solução, que dê o necessário encosto aos barrotes. Os pilaretes e os coxins serão assentes com argamassa ao traço 1/3.

Atendendo à forte sucção do vento, o peso próprio da cobertura não é suficiente para equilibrar a acção de ventos excepcionais e por isso, os barrotes serão fixados à laje do tecto por meio de cabos de nylon, de D6mm, que abraçando as extremidades daqueles vão amarrar em olhais, devendo ser a sua aplicação feita com um determinado

esforço que os estique (as quinas dos barrotes deverão ser ligeiramente quebrados, para não ferirem estes cabos).

A utilização destes cabos de nylon tem a vantagem de evitar qualquer protecção, pois como se sabe, o nylon é praticamente inatacável pelos agentes atmosféricos; por sua vez o olhal a que se amarram está protegido pelo betão celular.

[...]

Capitulo X – Pinturas

X.2 – Pintura sobre rebocos

a) – Paredes Exteriores: Tinta texturada de acordo com o especificado na SP 10, alínea 1.05.

b) – Paredes interiores: Pintadas com tinta plástica, de acordo com especificado na SP 10, alínea 1.10.

X.3 – Tectos

Os tectos estucados serão pintados com alvaiade e gelatina, de acordo com a SP 10, alínea 1.03.

X.4 – Pintura a esmalte

Serão pintados a esmalte, de acordo com a SP 10, alínea 1.04, todas as esquadrias e portadas, rodapés e armários, indicados no mapa de acabamentos, folha 12.

X.5 – Pintura a verniz celuloso

Todo o pavimento de cortiça e a escada serão pintados a verniz celuloso de acordo com a SP 10, alínea 1.06.

[...]

Documento nº 1.G.9.Especificações técnicas

Transcrição do índice das Especificações Técnicas (SP 1 a 7) incluídas nas peças escritas (1ª parte) do processo de execução constituído por 76 páginas dactilografadas.
(Sobreira, 1978)

Especificações técnicas

SP 1

SP 2

SP 3

[...]

1.14 - Zinco

1.15 - Chumbo

1.16 - Madeiras

1.17 - Ferragens

1.18 - Perfis de betão vidrado

1.19 - Chapas de fibrocimento

1.20 - Materiais cerâmicos

1.21 - Azulejos

1.22 - Mosaicos

A1.219

SP 4

Índice

[...]

2.00 - Paredes não resistentes (de tijolo ou bloco de cimento)

3.00 - Paredes em blocos Ytong

4.00 - Argamassa de assentamento

5.00 - Paredes resistentes em bloco de cimento

SP 5

1.01 - Impermeabilização de alvenarias

1.02 - Impermeabilização de terraços

1.03 - Impermeabilização de caves

Documento nº 1.G.10.Peças escritas (2ª parte)

Transcrição parcial das peças escritas (2ª parte) do processo de execução constituído por 48 páginas dactilografadas e manuscritas.
(Sobreira, 1976-1978)

G.O.P.

Gabinete de Organização e Projectos, Lda

S.A.A.L - Brigada da Bouça

Tribunal de Menores

2ª Fase

Partes escritas - 2ª parte

Caderno de Encargos - Projecto de Estruturas

1 – Memória descritiva

Referem-se estes cálculos aos blocos A, B e C do aglomerado habitacional do Tribunal do Menores.

A1. 220

Na 1ª parte são apresentado os cálculos referente s zonas normais (habitações); a 2ª parte refere-se às zonas especiais contíguas à Rua da Manutenção Militar.

Na zona habitacional a estrutura é essencialmente formada por paredes transversais afastadas entre si de 4,0 m sem qualquer descontinuidade a toda a sua altura; sobre elas vai também descarregar a cobertura, por intermédio de madres pré-esforçadas apoiadas em pilares.

Quer dizer, a solução arquitectónica permite a utilização de uma solução estrutural constituída por paredes de blocos Mecan, que suportam os pavimentos por intermédio de cintas de betão, e apoiado no solo, do tipo rocha branda (desmonte à picareta), por intermédio de lintéis corridos.

Trata-se por isso de blocos de 4 pavimentos em que não existe praticamente betão armado, podendo mesmo dizer-se que apenas são utilizados escoramentos não sendo utilizada cofragem, em qualquer zona ou parte da obra, a não ser na laje em consola que forma o passadiço de acesso ao 3º piso e pouco mais.

Os pavimentes são do tipo Daviga ou equivalente, isto é, pavimentos vigados na espessura da laje, aligeirados por meio do blocos de tijolo que apoiam cm elementos pré-fabricados que contém a armadura de tracção da laje vigada.

Esta solução tem vantagem, em relação aos pavimentos de vigotas pré-esforçadas, de não exigirem, na zona do apoio, zonas maciças, pois uma redistribuição ainda aceitável dos momentos nos apoios do 75% com o consequente acréscimo dos momentos positives dos vãos, permite armar apenas as vigotas de betão, com aproveitamento do betão do elemento pré-fabricado que não está, como se disse pré-esforçado.

Por outro lado, este tipo de pavimento oferece uma segurança contra o fogo mais elevada do que a dos pavimentos de vigotas pré-esforçadas que é muito pequena, pois o pré-esforço é rapidamente eliminado pela elevação da temperatura.

Como os pormenores do desenho de construção mostram a utilização, deste tipo do pavimento elimina praticamente a cofragem, não só no pavimento em si, mas também na execução das cintas sobre as paredes; alias, a armadura destas cintas formada por um elemento pré-fabricado, podendo por isso dizer-se que também a colocação da armaduras, neste tipo do pavimentos simplificada em relação ao habitual pavimento de vigotas pré-esforçadas, julgando-se, assim que esta solução seja competitiva.

Quanta às juntas de dilatação, o seu afastamento é imposto pela existência do passadiço exterior em consola, que não sendo protegido, teria do ter juntas afastadas de 15,0 m. No nosso caso, adopta-se uma distância do 24,0 m, criando-se, no entanto, juntas de retracção afastadas de 4,0 m, o que permite concentrar e esconder a eventual fendilhação.

É de notar que o regulamento russo permite para este tipo do construção, de paredes de bloco e laje não maciças, um afastamento entre juntas da ordem dos 40 m, excepção da zona influenciada pela cobertura. Isto significa que as dilatações térmicas são perfeitamente compatíveis com este tipo de paredes resistentes.

O tipo de cobertura adoptado não introduz nas paredes quaisquer dilatações térmicas, pois ela apoia apenas nas paredes transversais, por intermédio dos pilaretes, como se disse.

Pode verificar-se que existe uma certa circulação de ar entre a cobertura de fibrocimento e a laje de tecto do 3º pavimento, o que aliado à camada de 5 cm de betão celular prevista, permite obter um isolamento capaz da última habitação.

A espessura das lajes dos pavimentos é de 20 cm, para se poder instalar nelas todo o equipamento sanitário necessário. Por outro lado, pode dizer-se que o peso próprio do pavimento, incluindo rebocos e revestimentos, atinge os cerca de 350 Kg/m^2, necessários à obtenção de um isolamento sonoro aceitável entre os diferentes pavimentos.

É uma solução que exige, no entanto, que os tectos sejam estucados. No nosso caso este tipo do acabamento foi o escolhido pelo autor do projecto.

Ela é a solução normalmente empregada, pois se pode considerar mais económica do que as soluções em laje maciça, com ou sem a utilização de esteiras pré-fabricadas. De facto estas lajes maciças, conduzem a espessuras mais reduzidas, da ordem dos 15 cm, o que impõe soluções especiais para a instalação dos equipamentos sanitários, e levanta dificuldade no isolamento acústico, em especial no motivado pelas pancadas nos pavimentos.

Por outro lado, o acabamento da superfície inferior dos tectos, para ficar em condições do ser directamente pintada (ou não), exigirá a utilização de cofragens metálicas ou então de madeira muito cuidada.

Todas estas considerações justificam a adopção feita não por questões do custo, mas também porque as vantagens de conforto são apreciáveis.

Em relação aos cálculos deve afirmar-se que o cálculo das paredes se baseia na teoria apresentada por Lewicki no seu livro "Bâtiments

d'habitations préfabriquées", tendo sido adoptados as valores que conduzem à major segurança. Por outro lado a tensão de rotura do bloco Mecan indicada pelo fabricante é de 75 Kg/cm^2 de superfície aparente. Refere-se ainda a preocupação que houve em calcular a ligação entre paredes transversais e longitudinais do forma a evitar-se a habitual fendilhação provocada pela diferença de encurtamento elástico a que aquelas paredes estão sujeitas.

Refere-se ainda a preocupação que houve de ligar por pontas de varão do Ø6 mm o bloco Mecan que reveste o betão das cintas. Consegue-se deste modo, evitar a habitual fendilhação ao nível das cintas do betão.

Quanto à acção do vento, ela é suportada pelas paredes transversais, sendo muito reduzido o acréscimo de tensão que origina.

As fundações das paredes são feitas sobre lintéis corridos de dimensões reduzidas, tendo-se admitido usa tensão máxima do 4 Kg/ m^2 visto se tratar do um solo de fundação do tipo de rocha branda (desmonto à picareta).

As divisórias serão, em princípio, de blocos leves, Ytong ou Leca, podendo no entanto, também ser utilizado o tradicional tijolo furado (solução a escolher em definitivo pelo autor do projecto).

Resta referir a solução adoptada para a zona enterrada. Atendendo à natureza do solo, a solução adoptada foi a de criar pequenos taludes que garantam a equilíbrio das terras (eliminação do muro de suporto em betão armado) recolhendo-se ao nível da cave, as águas de infiltração num dreno em tubo perfurado. A parede será também de blocos Mecan devidamente hidrofugada, pela face exterior, sempre que possível, ou pela face interior. Esta solução tem plena justificação económica e é perfeitamente aceitável, tanto mais que de 4,0 em 4,0 m, os taludes de terra são suportados pelas paredes transversais que os cortam. Por último observa-se que a laje do 1º pavimento também contribui eficazmente para estabilizar os taludes criados.

Em relação à zona de acessos contígua rua da Manutenção Militar, deve dizer-se que os cálculos não são simples, pois os problemas estruturais postos por esta construção são por vezes complicados. Refere-se em especial a amarração das partes em consola aos corpos dos edifícios, por meio de tirantes embebidos nas lajes de cobertura.

No cálculo de algumas lajes teve de se recorrer ao traçado das figuras de rotura.

Excepto onde for indicado, o betão é o B 225 e as armaduras são em Aço A 40 T.

Inclui-se ainda o cálculo do alpendre situado entre os blocos B e C; o cálculo da laje é feito por linhas de rotura, e bem assim as cargas de punçoamento. Observe-se que as armaduras nesta laje são em aço A 24, pois se pretende evitar a fendilhação nas zonas sobre os pilares. De facto, considera-se que não é necessário impermeabilizar a superfície exterior, pois o betão a utilizar será hidrofugado e a sua inclinação e contra-flexa permitirá o escoamento fácil da água das chuvas.

Projecto de Estruturas - Cálculos

2 - Cálculos

2.1 - Habitações

2.1.1 - Cobertura (cf. Dês. Nº 52/514)

A cobertura é constituída por chapas de fibrocimento, assente sobre barrotes pré-fabricados e pré-esforçados, tipo Civibral assente sobre pequenos pilaretes de blocos Mecan, por intermédio de coxins em betão pré-fabricados, convenientemente desenhados para proporcionarem um assentamento regular dos barrotes.

A1.221

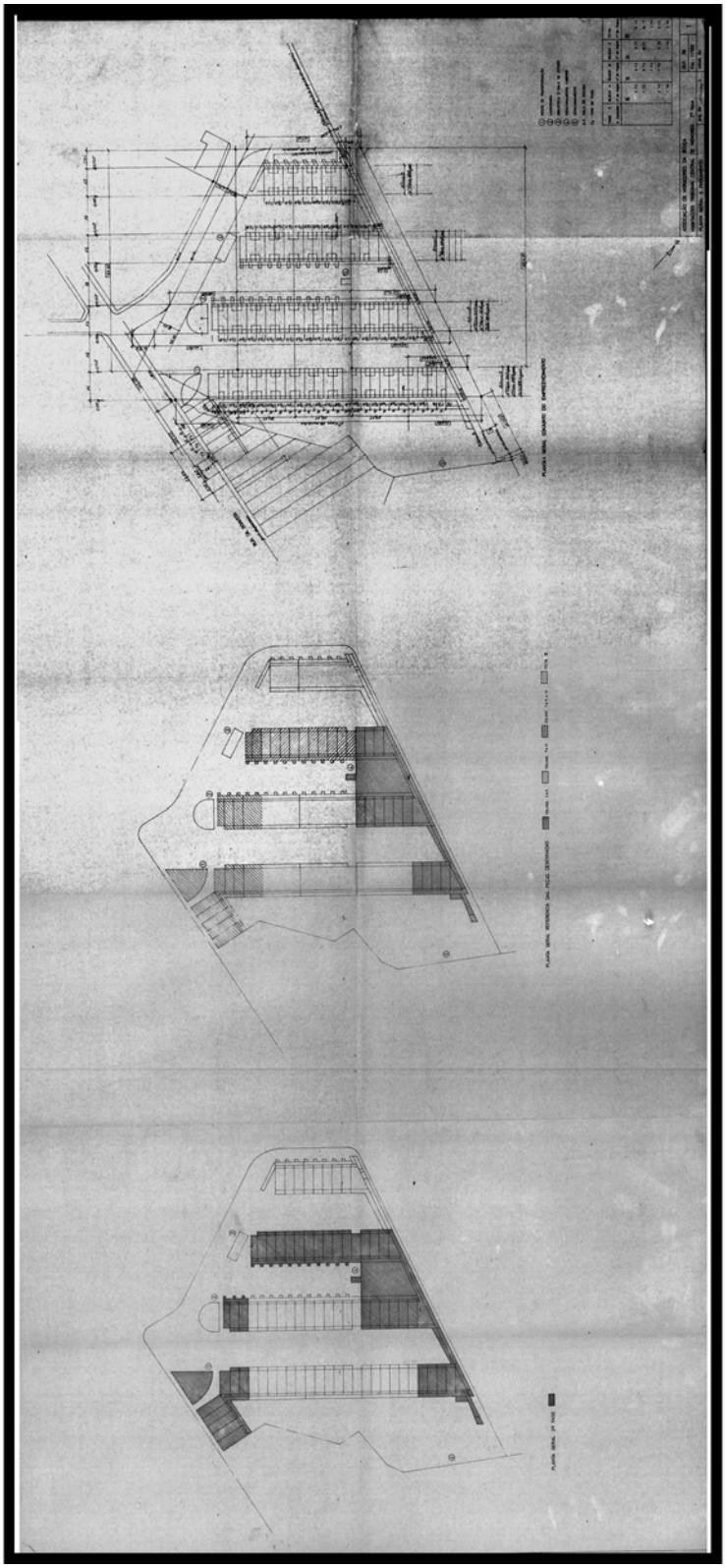
Aqueles pilaretes assentam sobre as paredes resistentes transversais, afastados entre si de 4 metros. Para suportarem a acção ascendente, devido à sucção do vento sobre a cobertura, os barrotes serão fixados em cada extremidade, a olhais embebidos na laje de tecto, por intermédio de cordas de nylon, de diâmetro apropriado, material este que é de duração ilimitada.

[...]

Documento nº 1.G.11.Peças desenhadas da 2ª fase [não construída]

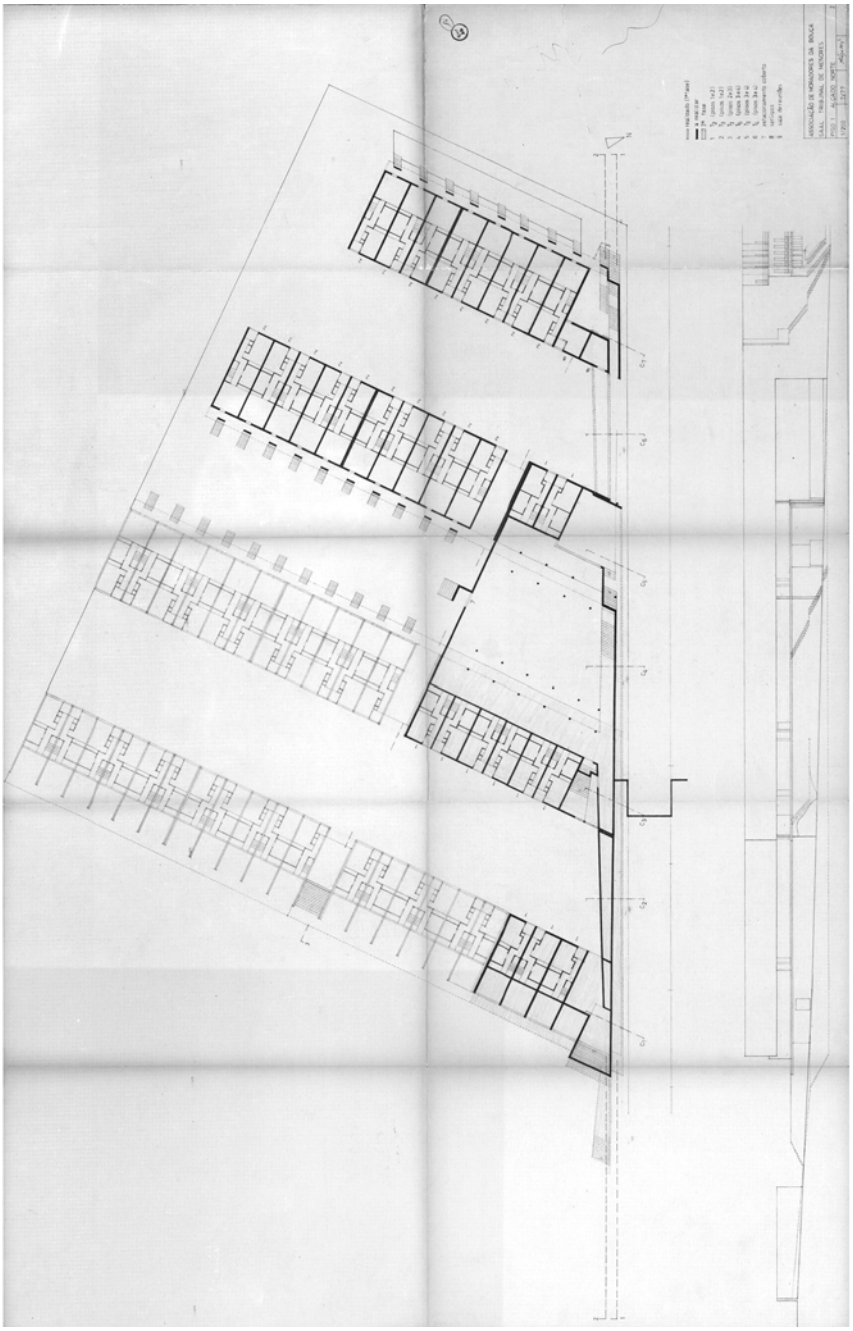
Cópias sem escala de elementos do processo de execução da 2ª fase (arquitectura e estabilidade) disponíveis no Arquivo Distrital do Porto e no Arquivo Geral da CMPorto.
(FFH, Siza Vieira & Sobreira, 1979a)
(CMPorto & Brigada SAAL da Bouça, 1977-1979)
(CMPorto & Sobreira, 1979a)
(CMPorto & Sobreira, 1979b)

Doc.1.G.11.a) Faseamento



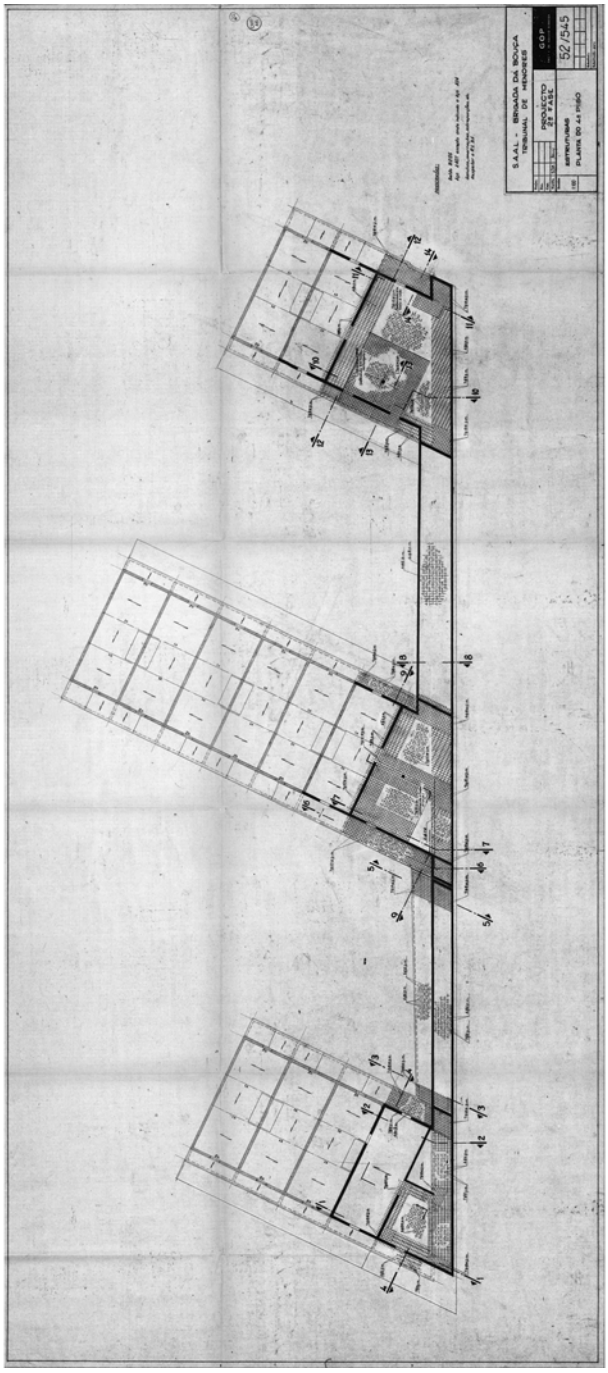
A1. 222

Doc.1.G.11.b) Topo Norte - Projecto de arquitectura



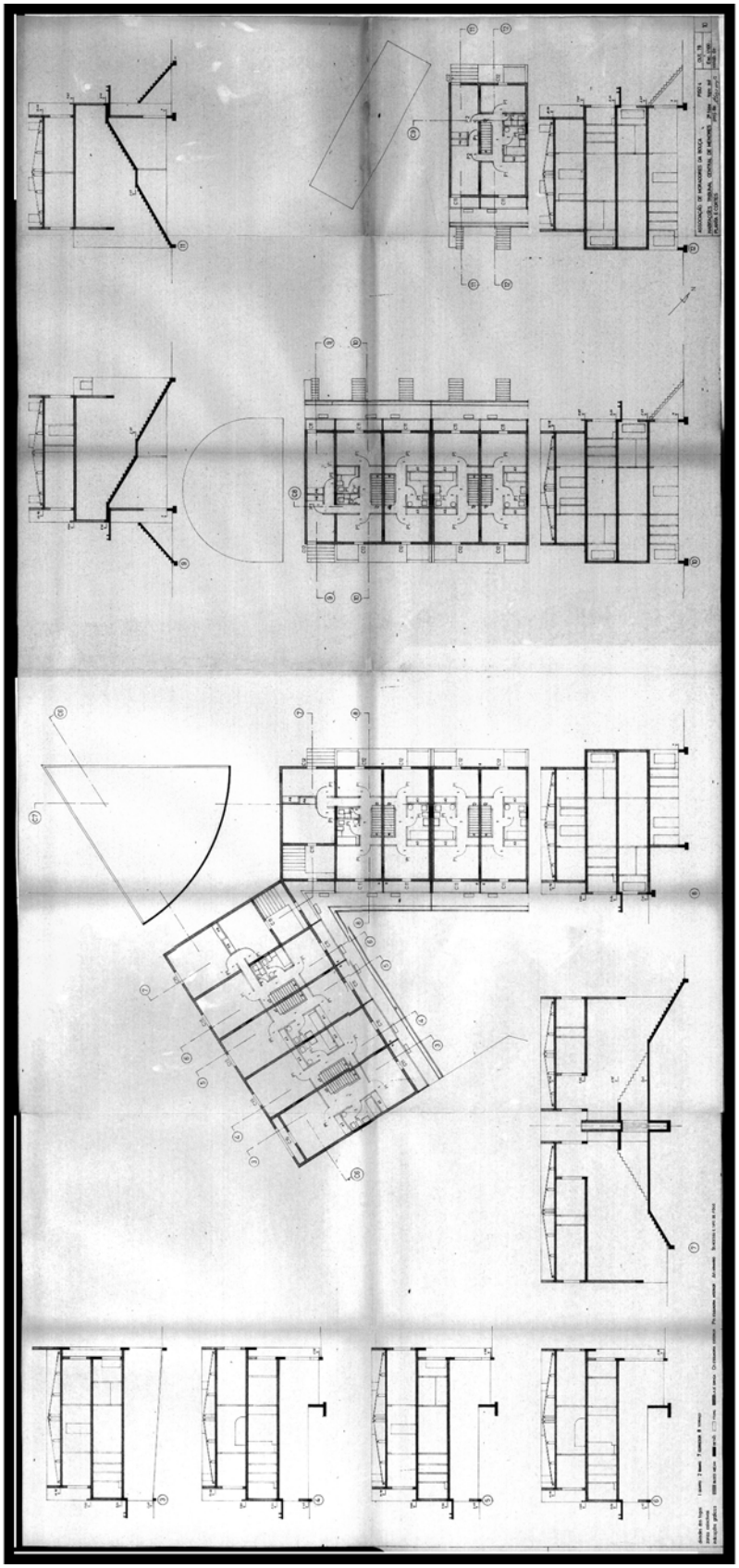
A1.223

Doc.1.G.11.c) Topo Norte - Projecto de estabilidade

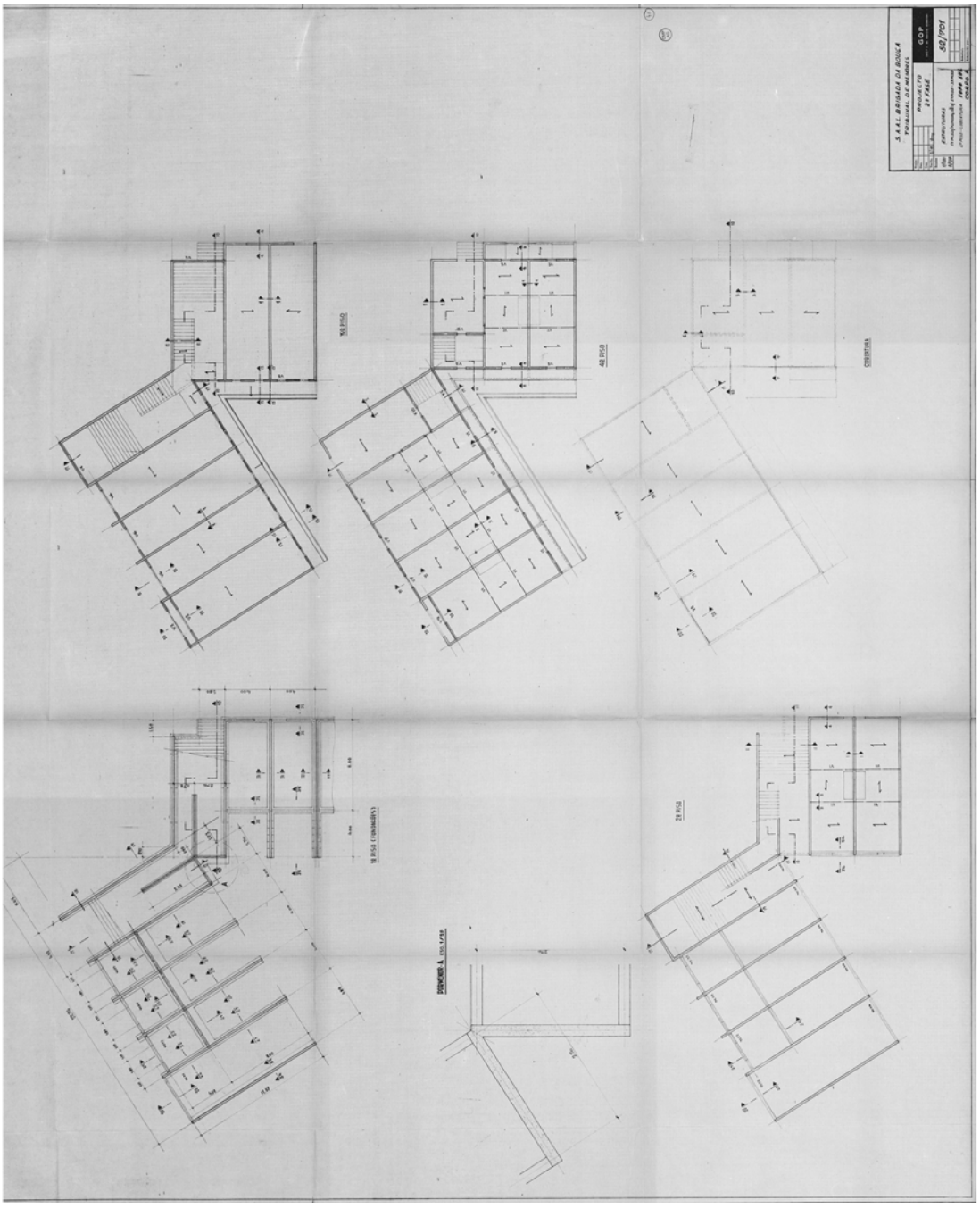


A1. 224

Doc.1.G.11.d) Topo Sul - Projecto de Arquitectura

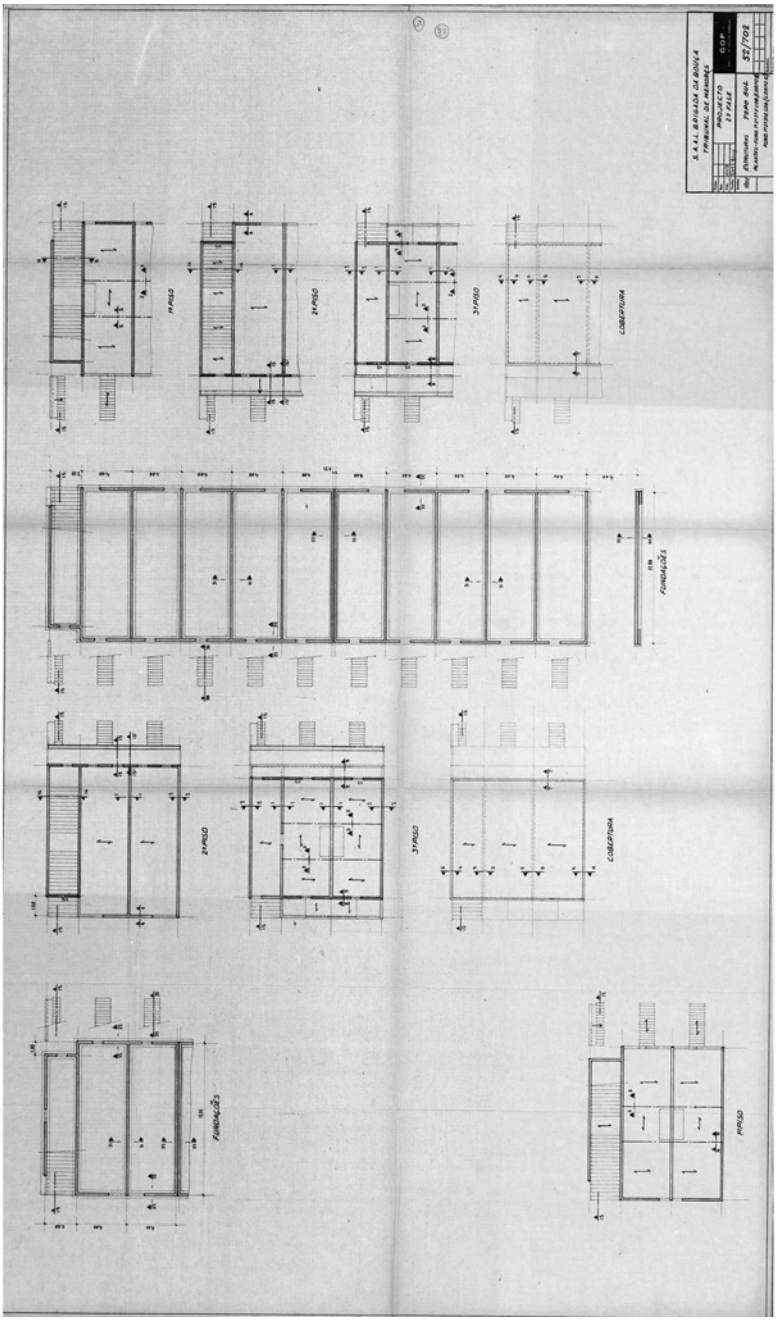


Doc.1.G.11.e) Topo Sul - Projecto de estabilidade



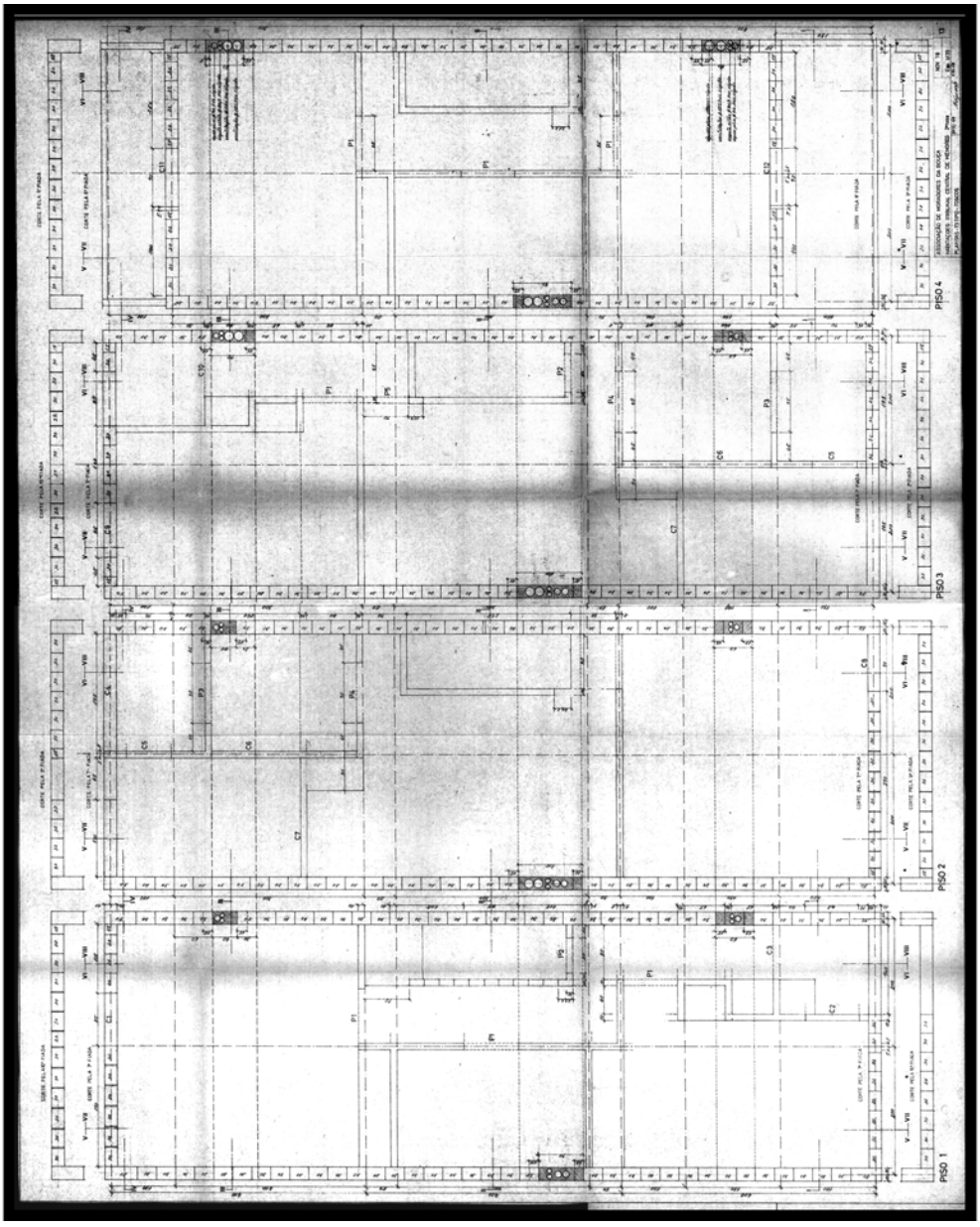
A1. 226

Doc.1.G.11.f) Topo Sul - Projecto de estabilidade



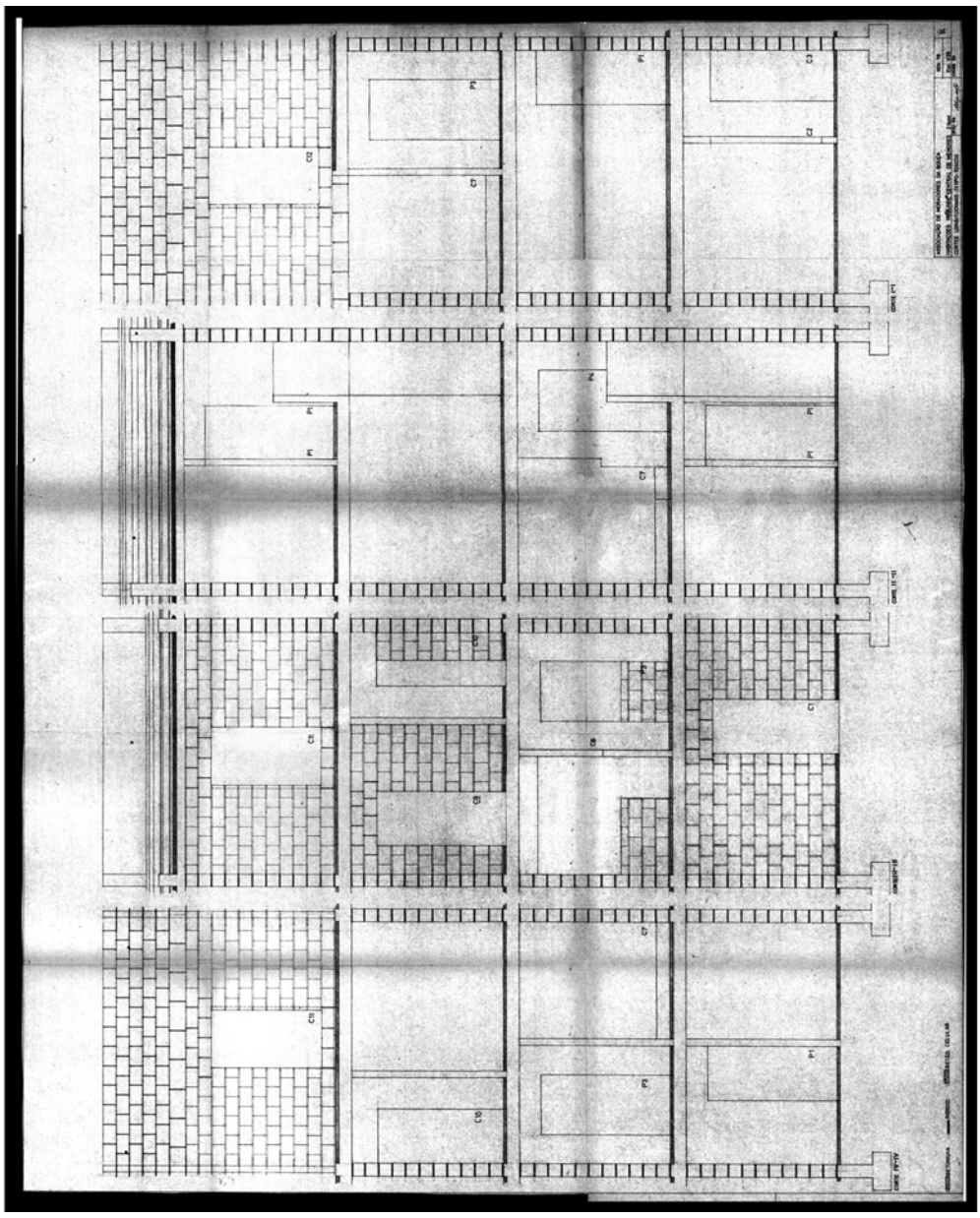
A1.227

Doc.1.G.11.g) Planta de Toscos - Apartamento T3

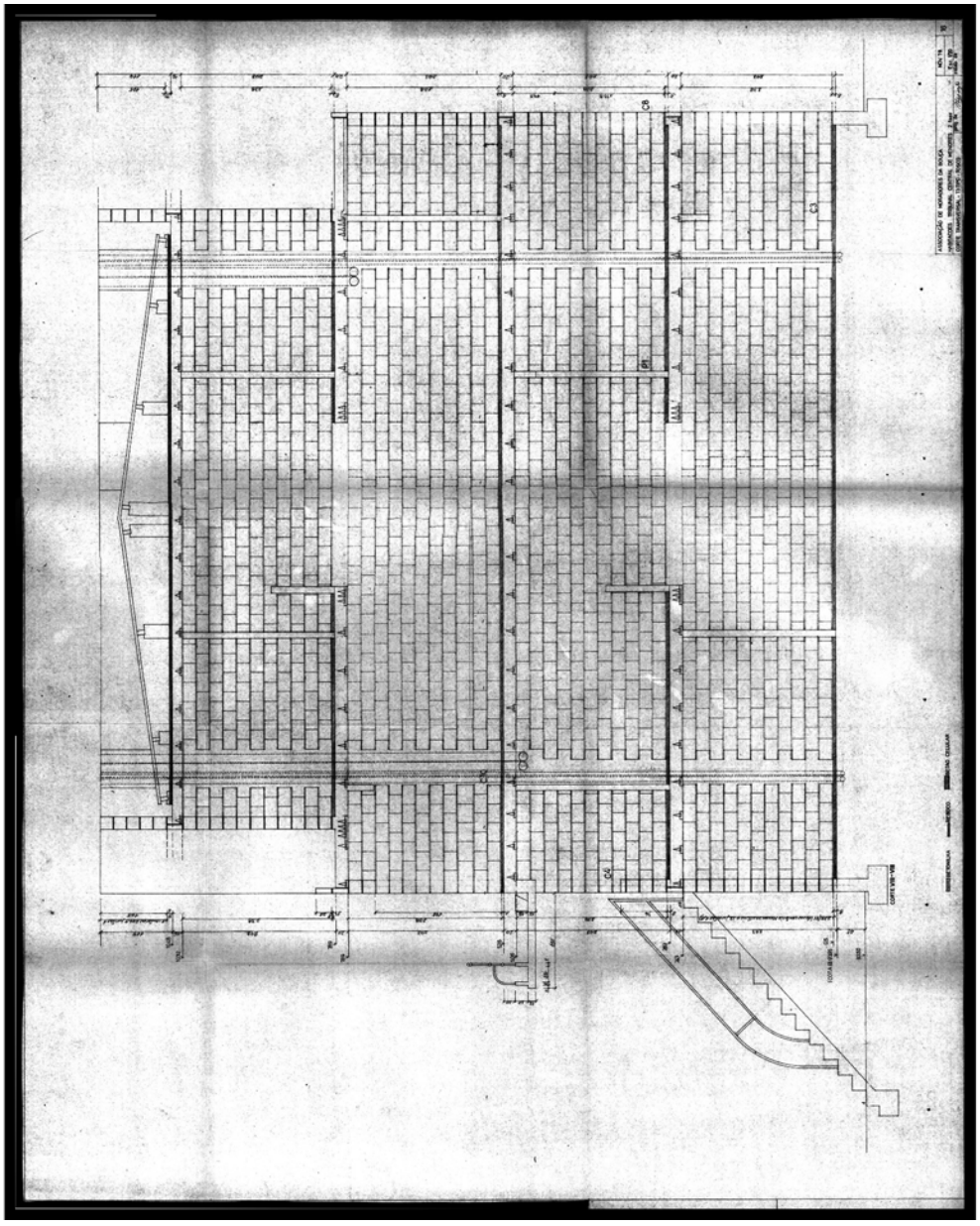


A1. 228

Doc.1.G.11.h) Corte Longitudinal de Toscos - Apartamento T3

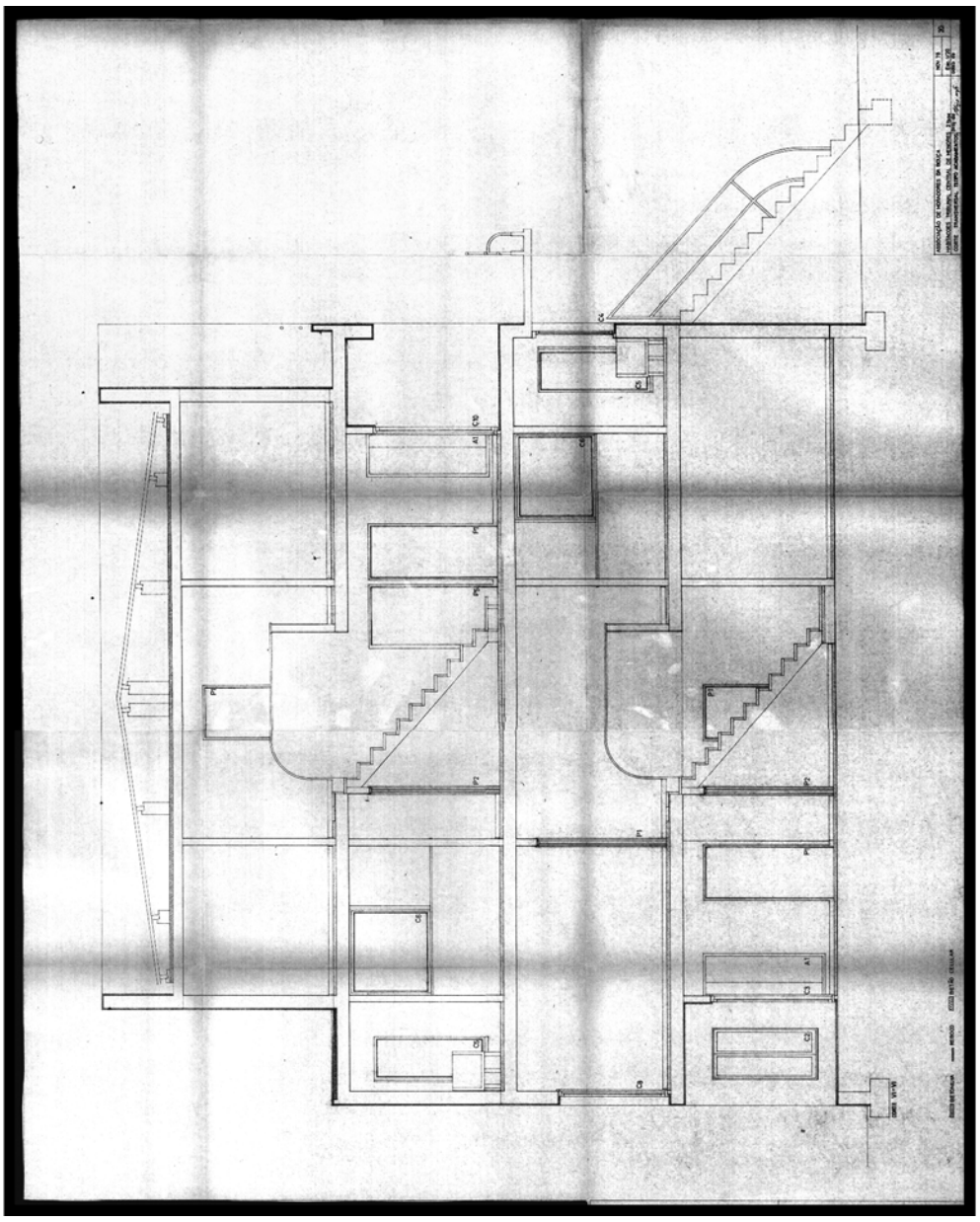


Doc.1.G.11.i) Corte transversal de Toscos - Apartamento T3



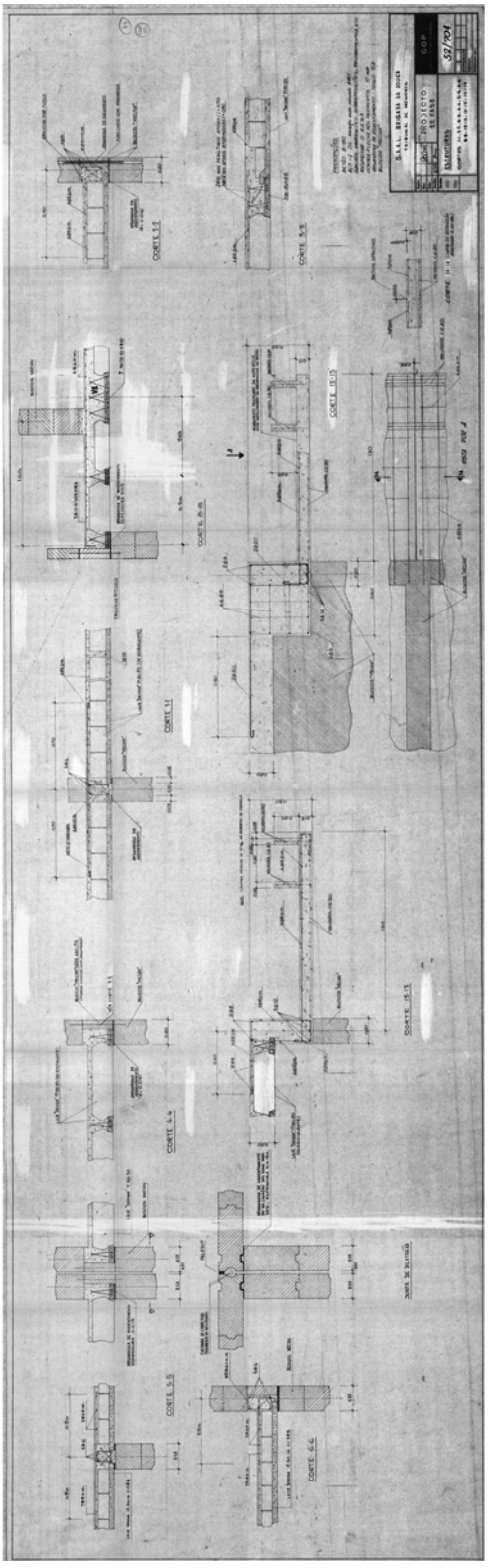
A1. 230

Doc.1.G.11.j) Corte Longitudinal de Acabamentos - Apartamento T3



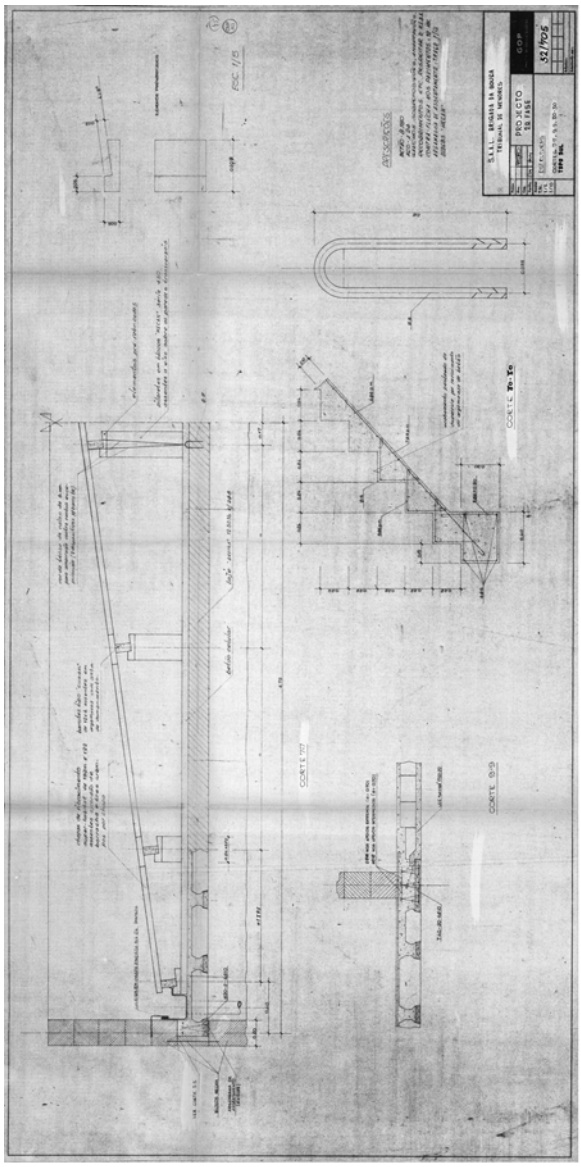
A1.231

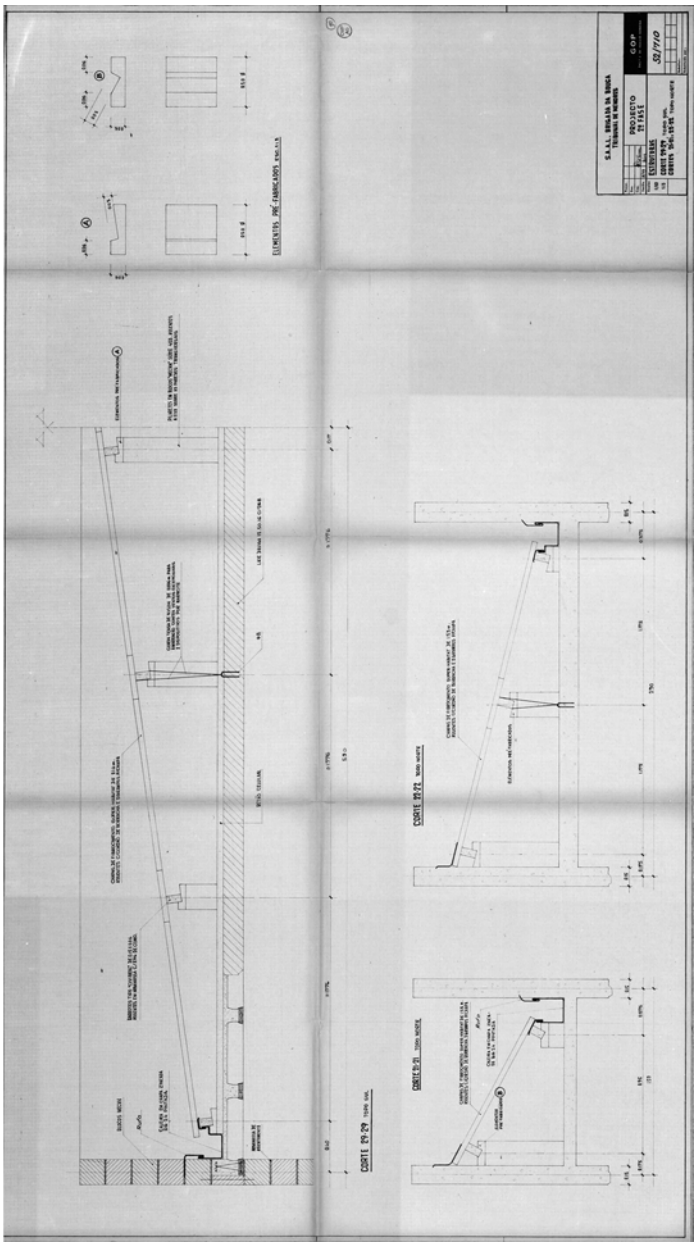
Doc.1.G.11.k) Projecto de estabilidade - Pormenores das alvenarias resistentes



A1. 232

Doc.1.G.11.l) Projecto de estabilidade - Pormenores das coberturas, lajes e escadas/ Pormenores das coberturas e de elementos pré-fabricados





A1.233

PROCESSO COOPERATIVA DAS ÁGUAS FÉRREAS

(CMPorto, Siza Vieira & Madureira, 2004)

Documento nº 1.G.12.Memória descritiva

Transcrição total da memória descritiva inicial do processo de licenciamento da conclusão da construção do Conjunto Habitacional da Bouça, constituído por 3 páginas dactilografadas.
(Siza Vieira & Madureira, 2001a:3-5)

Conjunto Habitacional da Bouça

Cooperativa das Águas Férreas

Projecto-base de Arquitectura

Memória descritiva

1º – Após quase um quarto de século de bloqueio da construção do Conjunto Habitacional da Associação de Moradores da Bouça, situado no cruzamento das Ruas da Boavista, Águas Férreas e do Melo, com a passagem do terreno para a recém-criada Cooperativa das Águas Férreas, parecem estar agora reunidas as condições para o processo poder prosseguir e concluir-se, incluindo a legalização da parte já construída.

A1. 234

2º – Dos cento e trinta e um fogos previstos foram construídos apenas cinquenta e oito, ficando os corpos edificados inacabados e truncados, não se realizaram arranjos exteriores e não foram construídos os acessos definitivos às galerias das habitações superiores, sendo os acessos feitos por escadas de estrutura e construção provisória. Cabe agora construir os remates dos corpos já construídos e os dois novos corpos assim como serão construídos os equipamentos sociais e os estabelecimentos comerciais previstos e a galeria que, a norte, fecha o terreno e, correndo paralela à linha de caminho-de-ferro, liga os 4 corpos de habitação.

4º (sic) – Apesar do indiscutível interesse e qualidade da solução arquitectónica proposta, o tempo decorrido, o normal desgaste da construção e a evolução económico-social da população residente apontam para a necessidade de proceder a beneficiação das condições físicas da construção existente e da projectada, designadamente no que respeita ao isolamento térmico, aspecto que à data da construção era manifestamente subvalorizado.

5º – Outro aspecto que exige diferente abordagem é o estacionamento privativo, que à data do projecto inicial era quase totalmente desnecessário, e cuja inexistência provoca agora a ocupação indisciplinada dos espaços livres entre os edifícios. Para obviar a isso é prevista a construção de um parque de estacionamento subterrâneo com a capacidade para cento e trinta e nove automóveis e acesso em rampa pela Rua do Melo, reservando-se agora o espaço destinado inicialmente a estacionamento coberto, ao nível do piso térreo e com entrada pelo arruamento a norte a áreas de arrumos a atribuir aos fogos.

6º – As habitações construir, cuja tipologia e organização é idêntica às já construídas, isto é, habitações sobrepostas, com dois pisos cada, acesso directo às habitações inferiores e por galeria às superiores, terão ligeiras modificações relativamente ao projecto inicial que procuram responder às novas condições de vida e utilização dos entretanto surgidas, designadamente no que respeita à área da sala comum, que aumenta, e à relação do fogo com o exterior, que é revisto em função das novas necessidades de segurança. No entanto mentem-se as características tipológicas e de organização interna dos fogos, designadamente no que respeita aos acessos, às circulações interiores e à relação da cozinha com o espaço comum, características essas que aliás constituem um dos pontos centrais no interesse que o projecto despertou, e no papel que ainda hoje desempenha no panorama da Arquitectura da segunda metade do Século e na projecção internacional que alcançou.

7º – Os remates das bandas serão tratados com a construção de um pequeno café, de um edifício sede para a Associação e um jardim infantil que substituirá o actual, de construção provisória. Na frente para a Rua da Boavista, os pisos térreos são destinados a comércio.

8º – No aspecto construtivo propõe-se reeditar o sistema inicial de paredes portantes, agora com a substituição dos inconvenientes blocos de betão, por lâminas de betão armado.

As caixilharias exteriores serão de madeira pintada, conforme os desenhos originais. Os revestimentos interiores serão de estuque projectado em paredes e tectos, corticite em pavimentos secos, mosaicos vinílicos em pavimentos de cozinhas e banhos, cujas paredes terão lambrins de azulejo até 1,50m de altura.

9º – Serão atendidos os aspectos de conforto térmico, através do revestimento exterior por reboco plástico tipo "capotto", com as respectivas redes, sobre isolamento térmico de poliestireno expandido. Serão criadas novas redes de infra-estruturas, designadamente gás, telefones e TV cabo, inexistentes à data da construção da1ª fase.

10º – Juntam-se em anexo mapas de áreas relativos às novas construções e de trabalhos de beneficiação das existentes.

Porto, Janeiro de 2001

Álvaro Siza, Arq.º

Documento nº 1.G.13.Memória descritiva [Aditamento]

Transcrição parcial da memória descritiva de aditamento, constituída por 1 página dactilografada.
(Siza Vieira & Madureira, 2001b):67

[...]

3º - Relativamente aos aspectos arquitectónicos, designadamente no que respeita à compartimentação interior e à distância entre vãos da mesma prumada, terá de ser tomado em conta que o conjunto habitacional da Bouça foi projectado e parcialmente construído há mais de vinte e cinco anos, muito antes portanto da legislação actual, pelo que não é possível, na parte construída, o cumprimento de alguns aspectos do Regulamento, e só uma alteração absoluta do projecto, poderia fazer respeitá-lo na segunda fase da construção.

4º - Como o pressuposto inicial é a conclusão do Conjunto Habitacional da Bouça tal como foi inicialmente concebido, em nosso entender, deverá o projecto nesses aspectos ser analisado de forma mas elástica e casuística, à luz das condições reais em que o processo se enquadra.

Porto, Setembro de 2001

Documento nº 1.G.14.Memória descritiva de estruturas

Transcrição parcial da memória descritiva do projecto de estruturas, disponível no Arquivo Geral da CMPorto.
(Sobreira, 2002a:112)

Unidade Habitacional da Bouça - Cooperativa Águas Férreas

[...]

1 - Solução Estrutural

1.1 - Opção estrutural

O conjunto de blocos de habitação a seguir calculados, destinam-se à Unidade Habitacional da Bouça - Cooperativa de Águas Férreas, e são constituídos por quatro blocos em banda.

Estes blocos agora projectados irão completar, isto é, finalizar o conjunto habitacional projectado em 1975,e do qual só foram executadas parte de dois dos blocos.

O projecto de estruturas de 75 concebia os edifícios, usando construção tradicional, paredes de blocos resistentes e placas de vigotas pré-fabricadas de betão armado, atendendo a necessidade de construir muito económico (4000 esc. /m^2 na época). Na altura os blocos resistentes (tipo MECAN) e as lajes pré-fabricadas (tipo DAVIGA) de qualidade eram muito competitivas com o betão armado até porque as tecnologias para execução de betão armado eram incipientes e pouco económicas e nem todos os construtores as possuíam (p.ex. construção tipo túnel).

Os edifícios agora projectados mantêm uma solução idêntica constituída por lajes pré-fabricadas com vigotas pré-esforçadas apoiadas em paredes resistentes mistas de tijolo e pilares de betão armado solidarizados. A existência da cave para estacionamento, sobre a cobertura da qual se vão apoiar alguns dos blocos de habitação agora projectados, justifica a opção de betão armado até ao nível do 1º piso nessa zona, vista ser uma estrutura menos sensível às pequenas deformações da base de apoio. **A1.235**

As caves enterradas são projectadas sem juntas de dilatação e os edifícios acima do piso 0, isto é, cobertura das caves ou terreno natural no caso em que não existem caves, com juntas de dilatação de acordo com os espaçamentos do projecto original.

Quanto a fundações adoptamos uma solução de fundação em sapata corrida no caso dos blocos sem cave, e de sapatas pontuais interligadas por uma laje de betão armada no caso das caves.

[...]

Documento nº 1.G.15.Escritura de compra e venda

Transcrição parcial da escritura de compra e venda do terreno do Conjunto Habitacional da Bouça. Esta é uma escritura de dupla venda.
(Município do Porto, IGAPHE & Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e Construção, 2003:252-254)

Escritura de compra e venda entre o Município do Porto, o Instituto do Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e construcao, C.R.L.

Aos quinze dias do mês de Outubro de dois mil e três [...] compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO

[...] Outorga na qualidade do representante da Pessoa Colectiva do Direito Público Territorial: "Município do Porto" [...].

SEGUNDO

[...] Outorga na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da Pessoa Colectiva do Direito Público: "Instituto de Gestão e Alienação

do Património Habitacional do Estado", criado pelo Decreto-Lei número oitenta e oito/oitenta e sete, de vinte e seis de Fevereiro [...]

TERCEIRO

[...] Outorga na qualidade do representante legal da "Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e Construção, CRL. [...].

[...]

E pelo Segundo Outorgante, na qualidade em que outorga, foi dito:

Que a seu representado é titular do direito de propriedade sobre um prédio urbano sito nas Ruas das Águas Férreas, sem número e do Melo, número dois, freguesia de Cedofeita, nesta cidade, com a área total de catorze mil e cinquenta e nove metros quadrados [...].

Que vende ao representado do Primeiro Outorgante [...] o prédio anteriormente identificado.

E declarou o Primeiro Outorgante, na qualidade em que outorga:

Que a Câmara Municipal do Porto em sua reunião de sete de Outubro do ano de dois mil e três, deliberou adquirir o prédio acima identificado, delimitado amarelo na planta que constitui o anexo um da proposta [...]; Que em cumprimento do deliberado aceita para o seu representado a venda do prédio nos termos que antecedem e pelo preço proposto [...].

E mais declarou:

Que a Câmara Municipal do Porto na mesma reunião, deliberou ceder duas parcelas de terreno delimitadas a azul e a verde na planta atrás referida, logo que integrem o património municipal, à Cooperativa Águas Férreas - Cooperativa de Habitação e Construção, C.R.L, para construção de habitações a custos controlados, pelo preço global de [...].

Que em cumprimento do deliberado, o seu representado vende ao terceiro outorgante:

I - Um prédio rústico sito na Rua da Boavista, freguesia de Cedofeita, desta cidade, a confrontar do Norte e do Poente com a Câmara Municipal do Porto, do Sul com a Rua da Boavista e do Nascente com Adriano Augusto Paulino de Matos e outros, com a área de cento e cinquenta metros quadrados [...],

II - Uma parcela de terreno, com a área global aproximada de doze mil setecentos e nove metros quadrados, delimitada a azul na planta acima identificada, a confrontar do Norte com caminho de servidão, do Sul com a Rua da Boavista, do Nascente com a Câmara Municipal do Porto e com o prédio n° 326 da Rua da Boavista e do Poente com as Ruas das Águas Férreas e do Melo [...].

[...]

Declarou a terceiro Outorgante na qualidade em que outorga:

Que aceita para a sua representada, a venda nos precisos termos que antecedem e pelo preço proposto.

[...]

A1. 236

Documento nº 1.G.16.Memória Descritiva aditamento

Transcrição total da memória descritiva de aditamento à licença de construção, que irá corresponder às telas finais do projecto. Disponível no Arquivo Geral da CMPorto.
(Siza Vieira & Madureira, 2006a:540)

No presente aditamento são apresentadas as alterações ao projecto dos edifícios do Conjunto Habitacional da Bouça, em tempo apresentado à Câmara Municipal do Porto e devidamente aprovado.

As alterações ora submetidas a aprovação são, no essencial, de três diferentes natureza a saber:

- Alterações decorrentes de acertos de levantamento dos limites do terreno - uma piquetagem rigorosa da implantação dos edifícios conduziu a uma ligeira correcção do alinhamento no arruamento paralelo ao traçado do Metro. Tal correcção traduz-se por um pequeno desvio do grande muro galeria a norte que liga os quatro blocos e é apenas perceptível nas plantas, não tendo qualquer referência visível na realidade. Simultaneamente a galeria comum é elevada cerca de vinte centímetros por força do acerto de cota com as galerias de acesso dos blocos, tal é também só perceptível nos desenhos.

- Alterações decorrentes de acertos nos encontros entre os blocos e o muro-galeria - tais alterações traduzem-se no redesenho das áreas técnicas e comuns, na perda de um ascensor e em algumas mudanças de pequena relevância nas habitações de tipologia diferente, dados os condicionantes excepcionais que a sua localização acarreta.

- Alterações tipológicas decorrentes de um estudo aprofundado das condições actuais, por oposição às condições existentes em 1976 - tais alterações traduzem-se no essencial na colocação de marquises nas varandas de serviço do piso 3 e em pequenas modificações no interior dos fogos por exemplo a introdução de um painel de correr entre a sala e o quarto no piso 2

De um modo geral as alterações ao projecto correspondem a adequações à realidade, a respostas a novas circunstâncias, programáticas ou construtivas e a melhorias introduzidas no projecto durante o seu desenvolvimento, que se podem considerar totalmente normais no decurso de um processo tão vasto e complexo como o presente.

O número total de fogos passa a 128, após algum jogo de ajustes entre tipologias maiores e menores.

Não há alterações de cérceas, de volumetria ou de área bruta relativamente ao projecto inicial.

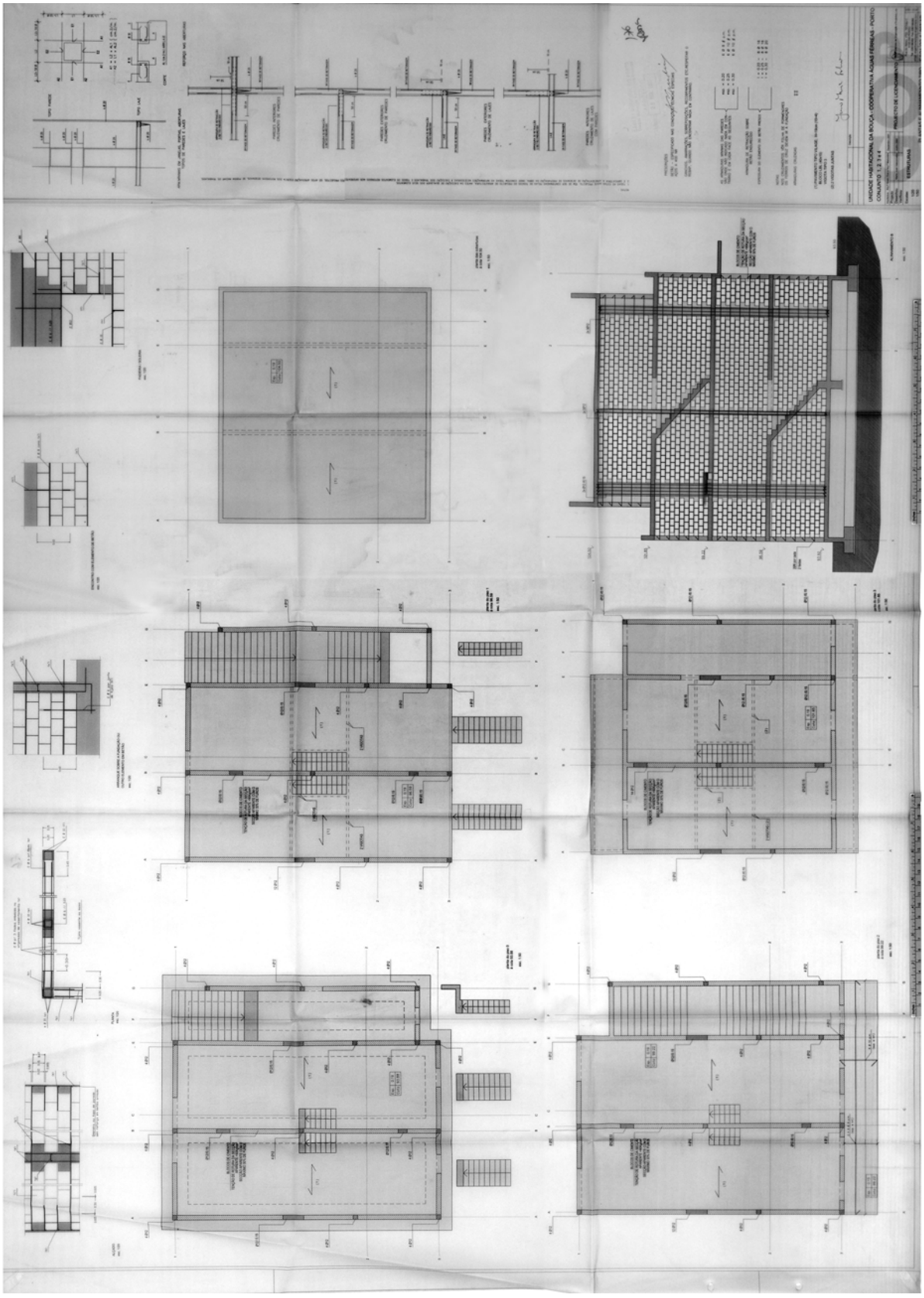
Porto, Janeiro de 2006

Documento nº 1.G.17.Peças desenhadas do processo de licenciamento

Cópias sem escala de elementos do projecto de arquitectura (Siza Vieira & Madureira, 2001c, 2006b) e do projecto de estabilidade (Sobreira, 2002b, 2006). Os desenhos pertencem ao processo inicial (2001-2002) e ao último aditamento e telas finais (2006). Para a representação geral da solução arquitectónica, face à quantidade de desenhos do processo de licenciamento, optou-se pela utilização de desenhos síntese.

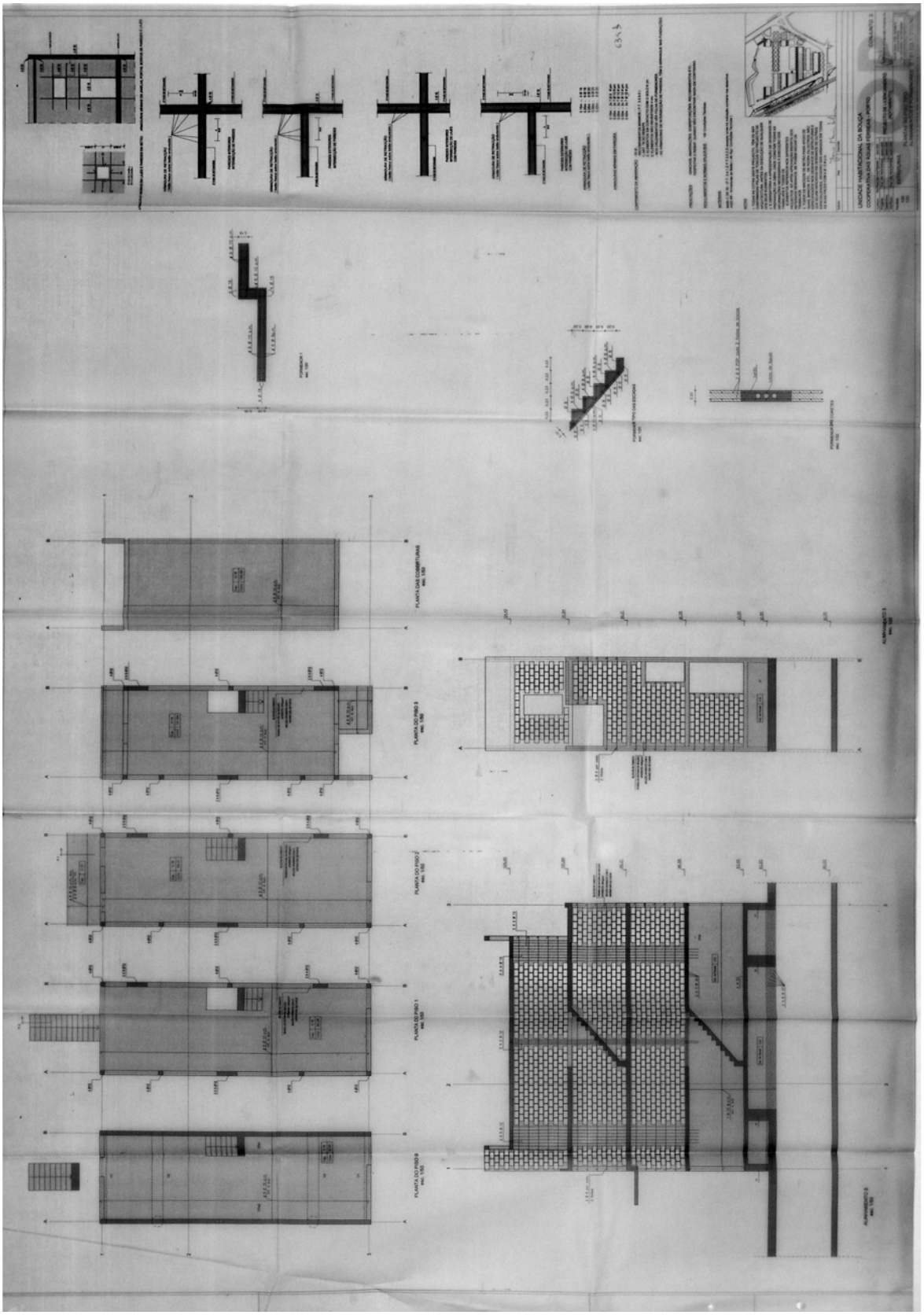
A1.237

Doc.1.G.17.a) Projecto de estabilidade inicial - Plantas e alinhamentos tipo



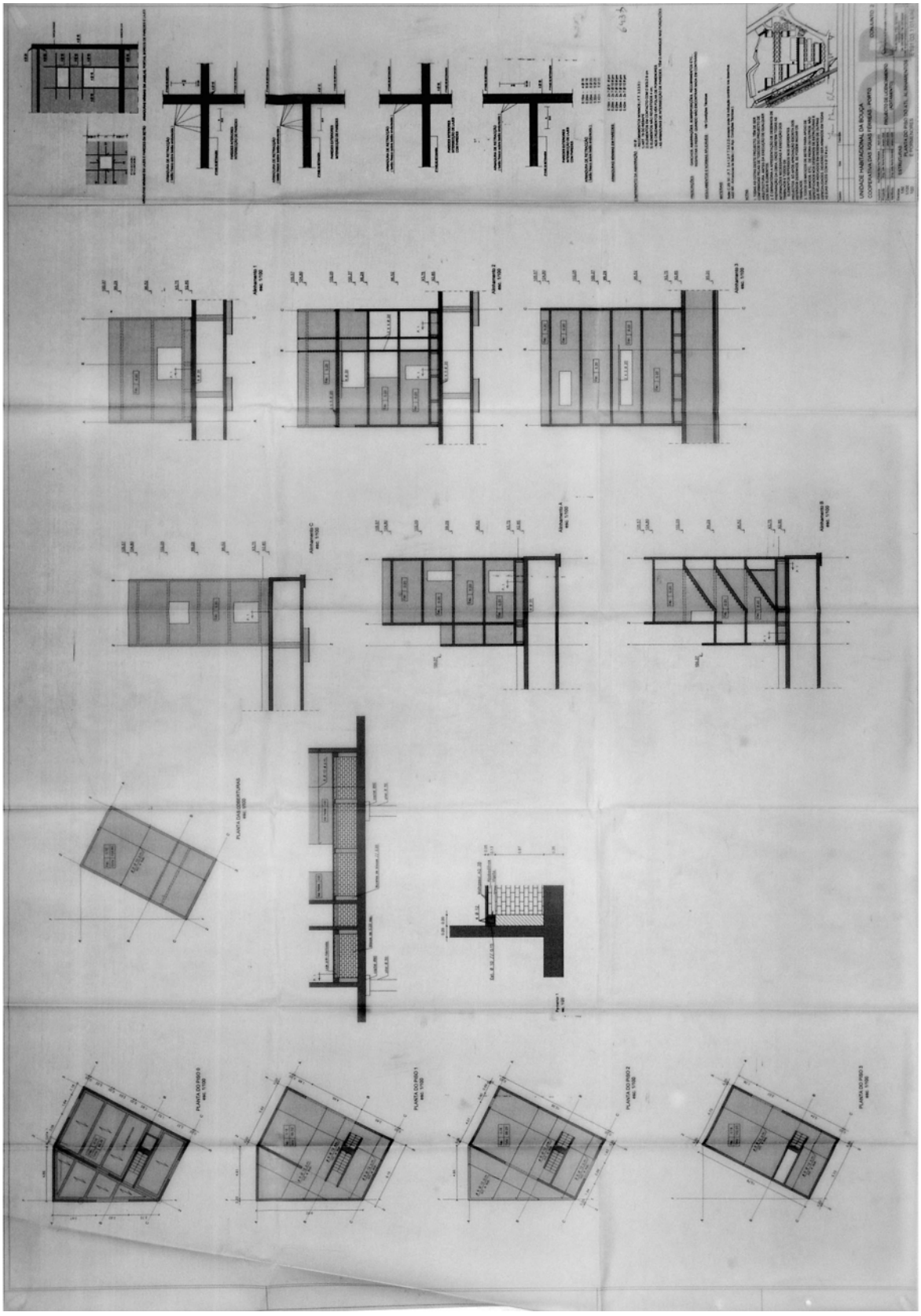
A1. 238

Doc.1.G.17.b) Aditamento ao projecto de estabilidade



A1.239

Doc.1.G.17.c) Aditamento ao projecto de estabilidade

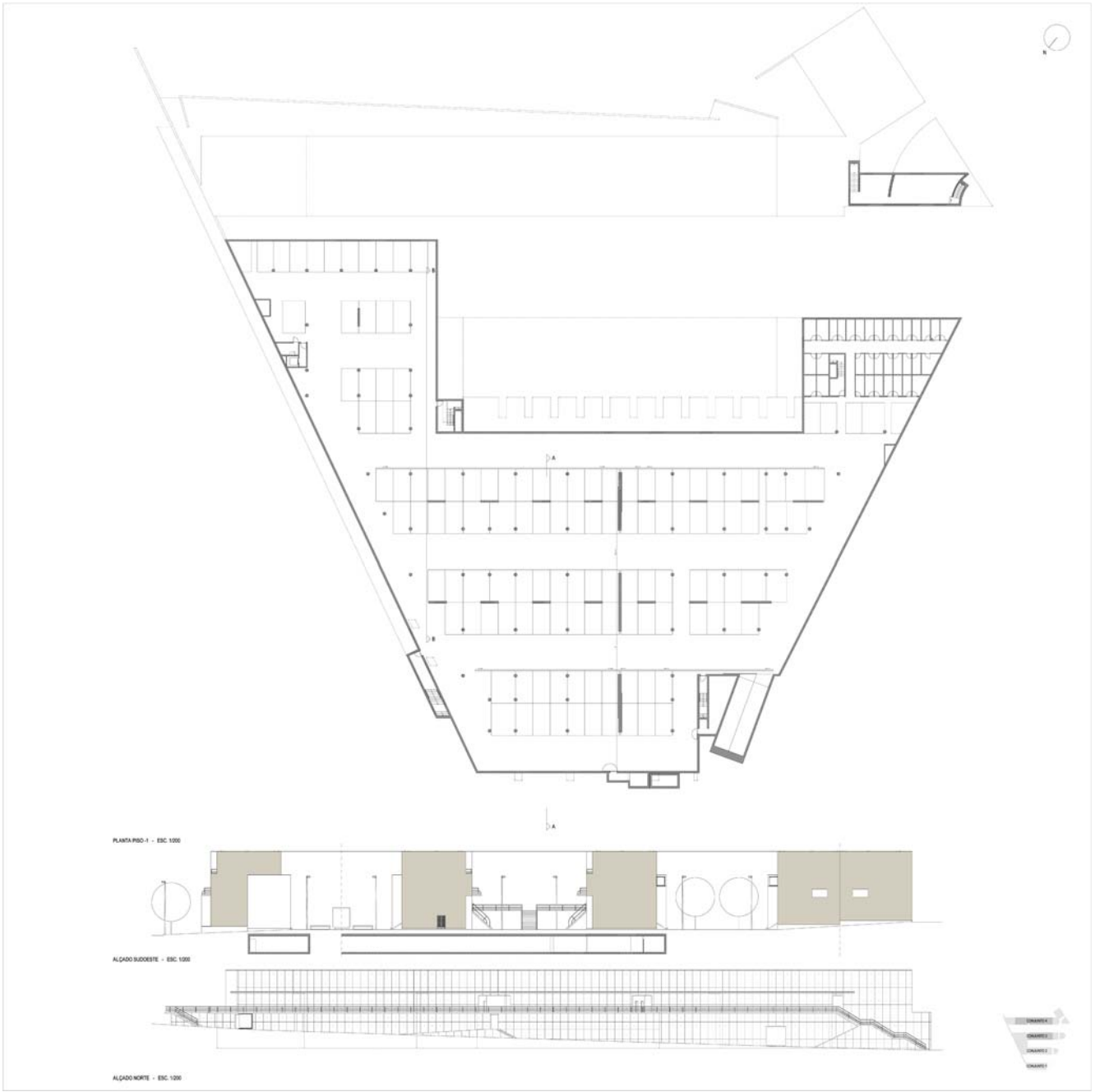


A1. 240

Documento nº 1.G.18.Peças desenhadas - síntese da solução

Cópias sem escala (originalmente à escala 1/200) dos elementos caracterizadores da solução geral (plantas, cortes e alçados), disponíveis no arquivo particular de António Madureira. Os desenhos correspondem à solução representada nas telas finais do processo de licenciamento.
(Siza Vieira & Madureira, 2006c)

Doc.1.G.18.a) Planta do piso -1



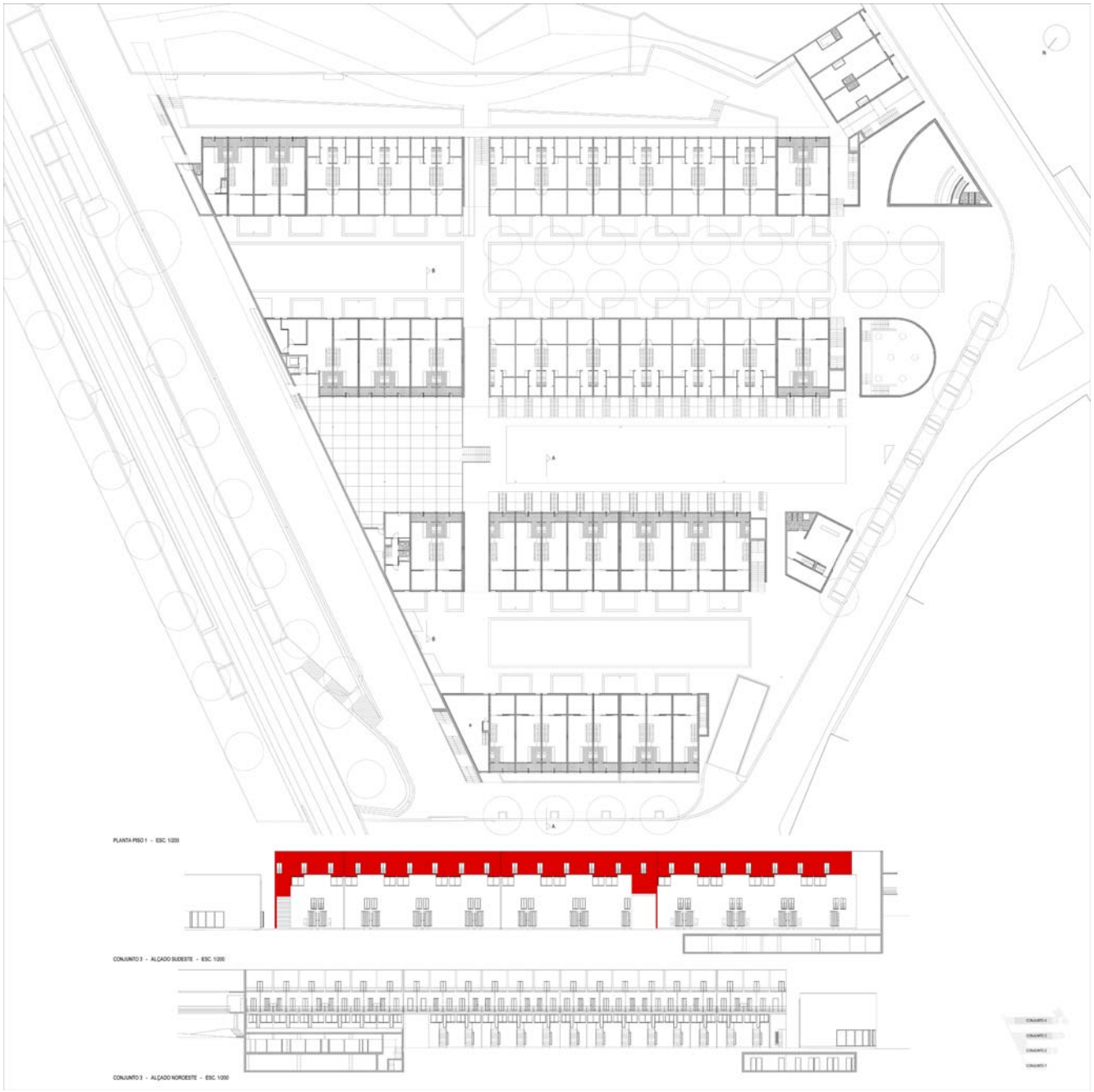
A1.241

Doc.1.G.18.b) Planta do piso 0



A1. 242

Doc.1.G.18.c) Planta do piso 1



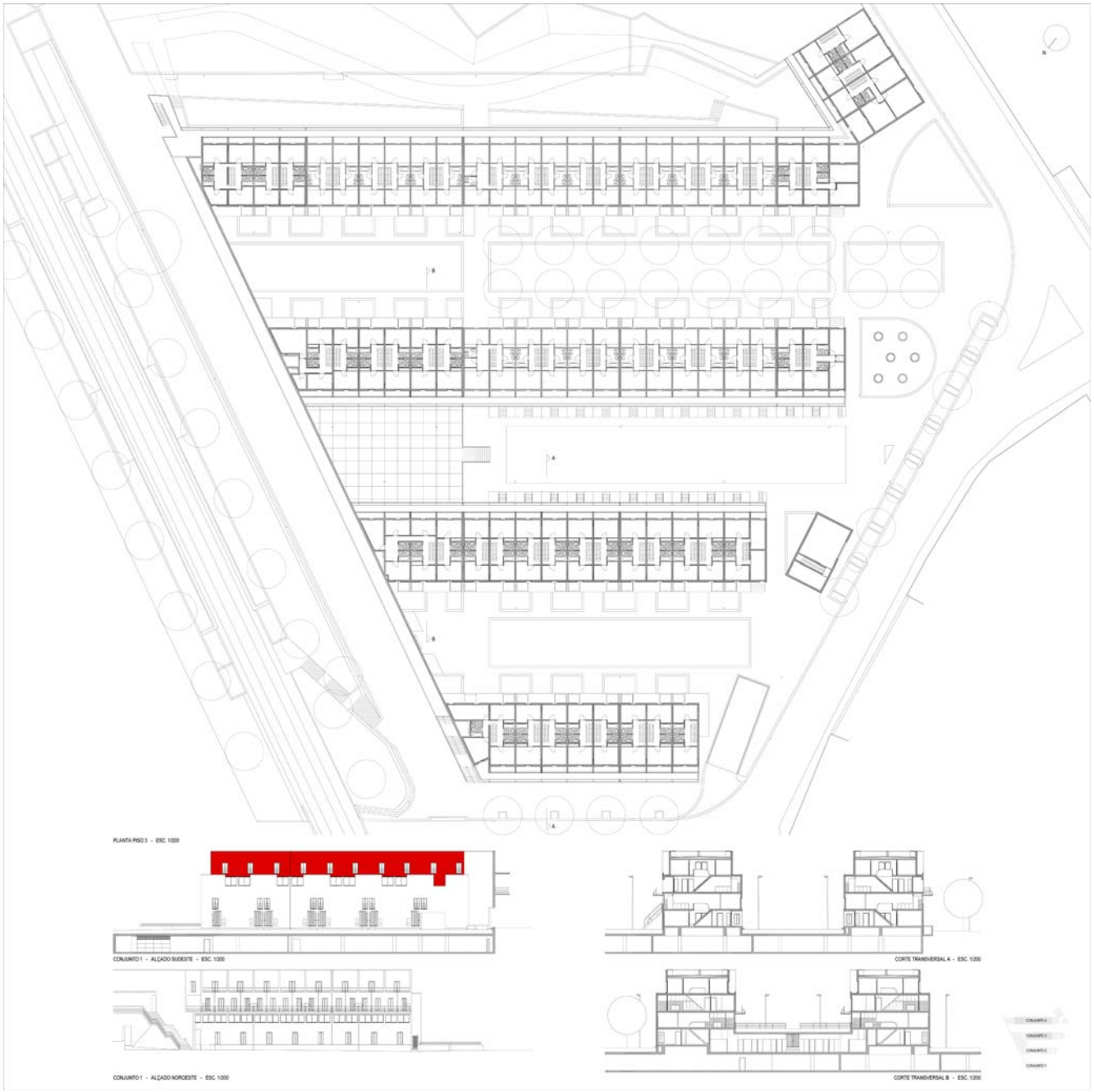
A1.243

Doc.1.G.18.d) Planta do piso 2



A1. 244

Doc.1.G.18.e) Planta do piso 3



A1.245

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2005-2008)



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)

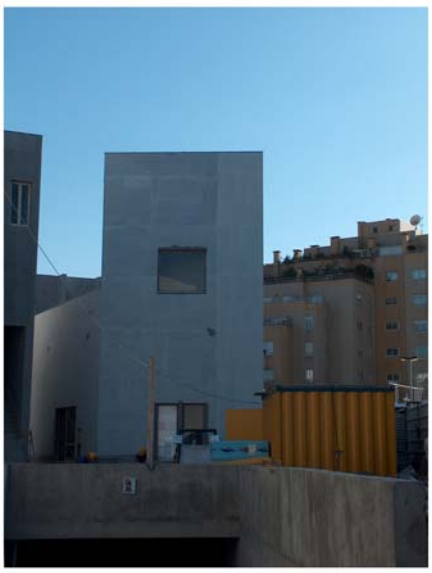
A1. 246



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)



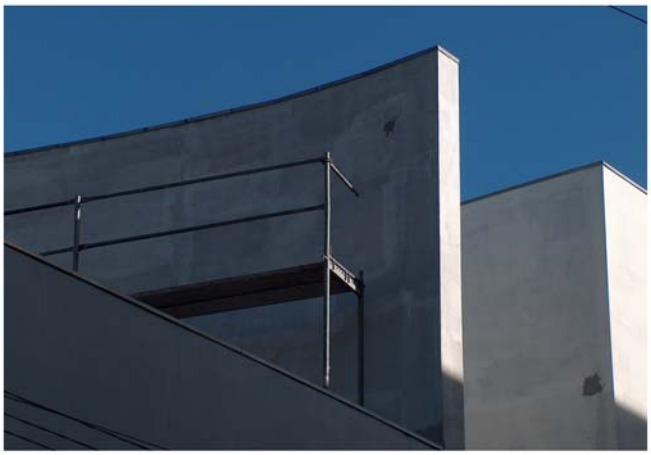
(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2005/11d)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)

Bairro da Bouça .



(Vale, 2008/12a)

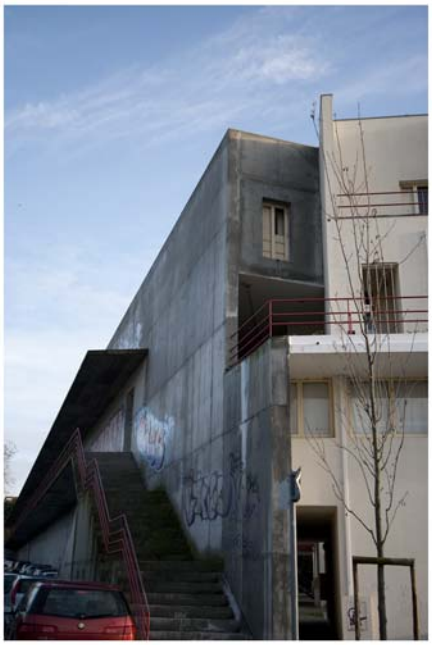
A1. 248



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)



(Vale, 2008/12a)

Anexo 2. Legislação

Sumário da legislação

ANEXO 2. LEGISLAÇÃO I

2.A. Legislação Nacional 1

Século XVIII - 1

Documento nº 2.A.1.Alvará de Confirmação de 3 de Novembro [1756] 1

Século XIX - 2

Documento nº 2.A.2.Classificação das Estradas [1864] 2
Documento nº 2.A.3.Projecto sobre a polícia da via pública, decreto de 31 de Dezembro [1864] . . 3
Documento nº 2.A.4.Alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864 [1867]. 7
Documento nº 2.A.5.Regulamento para o Serviço de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários Maiores e Menores nos Trabalhos de Construções Civis [1895] 8
Documento nº 2.A.6.Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do decreto de 6 de Junho de 1895 [1897] 10
Documento nº 2.A.7.Regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas [1900] 10

Século XX - 14

Documento nº 2.A.8.Decreto de 24 de Outubro [1901] 14
Documento nº 2.A.9.Portaria de 20 de Dezembro [1901] 15
Documento nº 2.A.10.Relação dos indivíduos habilitados com o curso de arquitecto... [1901] . . 16
Documento nº 2.A.11.Regulamento geral de saúde e beneficência pública [1901] 16
Documento nº 2.A.12.Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [1903] 18
Documento nº 2.A.13.Decreto n.º 4:036 - Regulamento para o emprego de beton armado [1918] . 23
Documento nº 2.A.14.Lei nº 1670 [1924] 25
Documento nº 2.A.15.Decreto nº 14 372 [1927] 27
Documento nº 2.A.16.Regulamento Geral das Edificações Urbanas [1951] 27

2.B. Legislação Municipal do Porto. 41

Século XIX - 41

Documento nº 2.B.1.Câmara do Porto - Edital de 15 de Julho [1835] 41
Documento nº 2.B.2.Edital de 26 de Agosto [1835]. 43
Documento nº 2.B.3.Edital de 15 de Março [1837] 43
Documento nº 2.B.4.Edital de 20 de Junho [1838] 45

Documento nº 2.B.5. Municipalidade do Porto - posturas [1839] 45
Documento nº 2.B.6. Código de posturas municipaes do Porto [1855] 48
Documento nº 2.B.7. Código de posturas municipais do Porto [1869] 53
Documento nº 2.B.8. Regulamento da companhia dos incêndios [1888] 55
Documento nº 2.B.9. Código de posturas do Município do Porto [1889] 57

Século XX - - -

2.A.Legislação Nacional

SÉCULO XVIII

Documento nº 2.A.1. Alvará de Confirmação de 3 de Novembro [1756]

Transcrição total, com actualização de ortografia, do Alvará de 3 de Novembro no qual se autoriza a instalação de uma fábrica de cal, e a importação do carvão das minas inglesas, para a queima do calcário.

(Portugal, 1756-11-03)

EU EL-REI Faço saber aos que este Alvará de Confirmação virem que sendo-me presente a suplica de Guilherme Stephens, Homem de Negocio da Nação Britânica, e residente nesta Corte, para nela estabelecer uma Fábrica de Cal, com as cinco condições, contidas nas duas meias folhas de papel, assinadas, e rubricadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, do Meu Conselho, e Secretário de Estado dos Negócios do Reino: e fazendo examinar a referida suplica, e Condições:

Por achar, que não só é conveniente a Fábrica, que faz o objecto delas; mas de muita utilidade a Meus Vassalos, especialmente aos moradores da Cidade de Lisboa, e à reedificação dos seus Edifícios: hei por bem, e me praz de lhe confirmar todas as ditas Condições, e cada uma em particular, como e de verbo ad verbum aqui fossem insertas e declaradas; e por esse Meu Alvará lhas confirmo, para que se cumpram, e guardem inteiramente, como nelas se contêm. E quero, que essa confirmação em tudo, e por tudo, lhe seja observada inviolavelmente, sem diminuição, e lhe não seja posta, nem possa por dúvida alguma a seu cumprimento, em parte, ou em todo, em Juízo, nem fora dele; havendo por supridas (como se postas fossem neste Alvará) todas as cláusulas, e solenidades de Feito e de Direito, que necessárias forem para a sua firmeza: E derrogo, e hei por derrogadas todas, e quaisquer Leis, e Disposições, que possa haver em contrário, como se delas fizesse expressa menção, sem embargo da Ordenação do livro segundo título quarenta e quatro. Pelo que Mando ao Conselho da Fazenda, Casa da Suplicação, e a todos os mais Ministros, e Justiças de Meus Reinos, e Senhorios, que assim o cumpram, e guardem, e façam cumprir, e guardar, sem dúvida, nem embargo algum: E Hei por bem, que este Alvará valha, como Corta, sem passar pela Chancelaria, e sem embargo da Ordenação do livro segundo, título trinta e nove e quarenta em contrário, posto que seu efeito haja de durar mais de um ano. Dado em Belém aos três dias do mês de Novembro de mil setecentos e cinquenta e seis. - REI.

Senhor Guilherme Stephens, Homem de Negócio da Nação Britânica, residente nesta Corte, observando a dificuldade, que há, de se preparar toda a Cal necessária para a reedificação da Cidade de Lisboa, e a falta de lenhas, que se seguirá do extraordinário consumo que se faz preciso para cozerem todos os fornos, que são necessários para darem material proporcionado às obras de tantos edifícios: Representa a V. Majestade, que sem se valer de lenhas, mutanos[13], ou material algum outro do reino para cozer a Cal, se obrigava a fabricá-la de pedra de Alcântara tão boa, como a que actualmente se está fabricando, sendo V. Majestade servido conceder-lhe a faculdade de a fabricar por sua conta, debaixo das condições seguintes.

13. Mutanos: São molhos de tojo, ou pinho (Bluteau, 1712/1728)

I. Condição. Que dentro no espaço de quinze anos, nenhuma pessoa nacional, ou estrangeira, poderá mandar vir de fora o material, que o suplicante se pretende servir para cozer a Cal; nem fabricá-la pelo mesmo modo com o referido material, ou mandá-la vir de fora fabricada; sob pena de perdimento do material, ou da cal, que for introduzida, a favor do supliciante: ficando com tudo livre aos Vassalos, de V. Majestade, que actualmente cozam a mesma cal com lenhas, a liberdade de a fabricarem, e venderem, como até aqui o praticaram: e entendendo-se o privilégio exclusivo do mesmo suplicante nos termos habeis de fornecer este a Cal competente ao consumo ordinário da Cidade, e não de outra sorte dentro do espaço de dois meses, contados da data da confirmação de V. Majestade.

II. Que concede V. Majestade ao suplicante a exemplo de todos e quaisquer direitos de entrada, a favor do material, que introduzir para cozer os referidos fornos. E porque ainda que este só consiste no desmonte das minas de carvão da Grã Bretanha, e Escócia, que sendo propício para cozerem os referidos fornos, o não é para o trabalho das forjas dos Ferreiros, e o uso das cozinhas particulares; contudo para obviar todo o equívoco, que poderia resultar da falta de conhecimento do mesmo material, entende-se que é carvão de pedra, e que o suplicante o pretende fazer paliadamente(sic) introduzir sem direitos, para ser aplicado a outros ministérios: se obriga o mesmo suplicante a que as embarcações que trouxerem o referido material, dando entrada dele, ao tempo em que chegarem, darão precisamente fundo defronte de Alcântara; e farão o desembarque via recta com arrecadação de bordo do navio para os Armazéns, que terá junto dos fornos, nos quais se não poderá vender a terceiras pessoas o dito material, e muito menos carvão, debaixo da pena de confiscação a favor dos A2. 2 *denunciantes, que assim o mostrarem pela corporal apreensão de todo o carvão, que for achado nos ditos Armazéns. E para que esta arrecadação se faça com menor despesa, que couber no possível, se servirá V. Majestade deputar pessoa de confiança, a quem a encarregue, para executá-la sem demoras, e sem as despesas excessivas, que não caberiam no valor do género que faz o seu objecto.*

III. Que para erigir o referidos fornos, se lhe facultarão os Artífices, e os Trabalhadores, que necessários forem, até o número de vinte entre todos; e se lhe dará pelo seu justo preço a Cal, e Tijolo competente para a construção dos mesmos fornos, permitindo-se-lhe, que os possa levantar no sítio da ribeira de Alcântara, que lhe parecer; satisfazendo ao donos do Terreno a renda dele pelo justo preço, em que se ajustarem. Permitindo V. Majestade semelhantemente ao supliciante, que possa extrair das Pedreiras daquele distrito toda a pedra, que lhe for necessária, pagando as rendas, ou avenças delas a seus donos na forma costumada, e sem que o suplicante seja obrigado a arrendar, ou a comprar mais cara do que outros interessados no fornos de Cal da Pampulha, e de Alcântara: antes será com eles em tudo igualado aos ditos respeitos.

IV. Que a Cal, que o suplicante vender será de tão boa qualidade como a que se faz actualmente de pedra liós; e não excederá nunca o preço de doze tostões (por que valeu a que até agora se fez, posta na obra, sendo dentro dos muros da Cidade.) Querendo porém o suplicante dá-la mais barata, o poderá livremente fazer.

V. Que na Cal, que o suplicante fabricar, se não fará nunca embargo, ou coacção alguma; mas que a poderá livremente fazer vender à sua avença, pelos preços, em que se ajustar, não excedendo o comum acima declarado.

Lisboa, 3 de Novembro de 1756. — Sebastião José de Carvalho e Melo. — Guilherme Stephens.

Reg. com o Alvará na Secr. de Est. dos Neg. do Reino no Liv. das consultas do Cons. da Faz. a fol. 38 vers. e Impr. avulso.

SÉCULO XIX

Documento nº 2.A.2. Classificação das Estradas [1864]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do decreto de 6 de Junho, relativo à classificação das estradas de 3ª ordem, ou municipais, e à criação da Comissão de Viação Municipal.

(Portugal, 1864-06-06)

Ministério dos Negócios do Reino

Direcção Geral de Administração civil

1ª repartição – 1ª secção

Artigo 1º As estradas de terceira ordem ou municipais serão divididas em duas classes.

§1º Pertencem à primeira classe as estradas municipais de interesse comum para diversos concelhos, e cuja construção e conservação estiver a cargo de dois ou mais municípios. Estas estradas denominar-se-ão caminhos concelhios.

§2º Pertencem à segunda classe as de interesse especial de um só concelho, ao qual exclusivamente competirá a sua construção e custeio. Estas estradas denominar-se-ão caminhos vicinais.

Art. 2º Os governadores civis, com auxílio dos directores de obras públicas, e em vistas das informações das câmaras municipais e autoridades administrativas, procederão à formação provisória de um plano geral de estradas municipais e sua classificação.

[...]

Art.3º Organizar-se-á em cada distrito administrativo uma comissão, que se denominará de viação municipal, composto do Governador Civil presidente, do director das obras públicas, do

inspector (sempre que isso for compatível com as exigências do serviço), e de mais quatro membros eleitos pela junta geral do distrito, e substituídos nos seus impedimentos pelos conselheiros do distrito mais velhos. Logo que esta lei se publicar, serão convocadas as juntas gerais em sessão extraordinária para a referida eleição, que nos anos seguintes se verificará quando a junta proceder à proposta para o conselho do distrito: os vogais da comissão poderão ser reeleitos. Esta comissão é permanente e tem a seu cargo:

1º A classificação das estradas municipais;

2º A superior inspecção e fiscalização de todas as obras de viação municipal executadas por administração, ou por empreitada;

3º A aprovação de todos os projectos respeitantes à viação municipal;

4º Determinar anualmente, em vista dos orçamentos e recursos das câmaras municipais, e das necessidades da viação, as obras nas estradas municipais de 1ª classe, no seguinte ano, ouvindo previamente as câmaras municipais;

5º Apresentar todos os anos um relatório circunstanciado sobre o estado da viação municipal do distrito, com especificação dos trabalhos e despesas do ano anterior;

6º Propor as providências que julgar convenientes.

§1º Quando as estradas de 1ª classe interessarem directamente concelhos de diversos distritos, será cumulativa a competência das comissões respectivas sobre a classificação das mesmas estradas. Não havendo acordo das comissões, decidirá o governo, sobre consulta do conselho de obras públicas.

§2º A determinação anual das obras a fazer no seguinte ano nas estradas municipais de 2ª classe, fica pertencendo às câmaras municipais, podendo a autoridade administrativa recorrer das decisões das mesmas câmaras para a comissão de viação.

[...]

Art. 7º As ruas que forem prolongamento de estradas municipais de 1ª classe são consideradas parte das mesmas estradas para os efeitos desta lei.

Documento nº 2.A.3. Projecto sobre a polícia da via pública, decreto de 31 de Dezembro [1864]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do decreto de 31 de Dezembro, relativamente às vias públicas (estradas ou ruas) e construções com elas confinantes.
(Portugal, 1864-12-31)

A2.3

Introdução

[...]

A viação pública não compreende só as estradas reais, distritais e municipais, que são objectos das leis de 15 de Julho de 1862 e 6 de Junho de 1864, compreende também as ruas no interior das povoações.

Estas ruas são públicas, destinadas ao uso de todos, sem excepção de pessoa; ninguém pode delas exclusivamente dispor e gozar, exactamente como acontece nas estradas de todas as ordens e nos caminhos-de-ferro.

O facto de serem as estradas situadas num município, num distrito, num país em nenhum tempo foi razão justa para proibir que por elas livremente transitem os estranhos a esse município, distrito ou nação. O mesmo sucede nas ruas.

Se às câmaras municipais incumbe a polícia urbana; se lhes pertence fixar os alinhamentos e dar as cotas de nível; se é atribuição sua vigiar as edificações; promover a abertura de novas ruas, o alargamento das existentes e curar de sua conservação; nem por isso se pode sustentar que elas sejam propriedade particular dos municípios, como o são os prédios que cada um possuiu e de que é senhor.

É portanto indubitável que as ruas pertencem ao domínio público, imprescritível, como a lei de 6 de Junho de 1864 já declarou que ao mesmo domínio pertenciam as estradas municipais.

São as ruas do domínio público; porque fazem parte da viação pública ordinária. E classificadas assim, é incontestável o direito que o governo tem de superintender na sua construção, conservação e polícia, não enfraquecendo a acção municipal ou cerceando as atribuições das câmaras, senão o mantendo-as e fortalecendo-as com os auxílios técnicos e administrativos da autoridade central.

Providenciar porém sobre a abertura de novas ruas e melhoramento das actuais, sem prescrever regras às edificações que forem construídas ou reconstruídas, seria apresentar a Vossa Majestade um trabalho incompleto.

A decoração das cidades, o livre-trânsito, a comodidade e segurança dos habitantes a salubridade pública e a conveniência de evitar a aglomeração da população, reclamavam medidas que o governo forçosamente devia propor a Vossa Majestade.

Sem as restrições que estas medidas impõem aos proprietários seria impossível alcançar aquelas vantagens; e é incontestável o direito que o estado tem para exigir aos indivíduos particulares razoáveis sacrifícios ao bem de todos.

[...]

Título I - Disposições gerais

Artigo 1° As estradas de 1.ª, 2ª e 3ª ordem, as ruas que fazem parte delas, e as demais ruas no interior das cidades, vilas e povoações do reino, constituem a viação ordinária, são do domínio público e imprescritíveis.

Art. 2º Igualmente são do domínio público, imprescritível, os portos de mar e praias, os rios navegáveis e flutuáveis com as suas margens, os canais e valas, portos artificiais e docas existentes ou que de futuro se construam.

Art. 3º Ao governo, pelo ministério das obras públicas, comércio e indústria, compete, nos ternos da lei de 15 de Julho de 1862, da lei de 6 de Junho de 1864, nos deste decreto e da mais legislação pátria:

1.º Prover à construção, conservação, reparação e polícia das estradas de 1ª e 2ª ordem;

2.° Superintender na construção, conservação, reparação e polícia das estradas de 3ª ordem;

3.º Regular, dirigir e auxiliar a acção municipal sobre a abertura de ruas, praças e jardins, sobre as edificações e seu alinhamento, tendo especialmente em vista a segurança, salubridades, cómodo e livre-trânsito do público;

4.º Prover ao melhoramento e polícia dos portos de mar, rios navegáveis e flutuáveis, à construção, conservação e polícia dos canais e valas, dos portos artificiais e docas.

[...]

Título II - Disposições relativas à construção, conservação e polícia das estradas

[...]

Art. 21º Os proprietários de prédios confinantes com as estradas públicas são obrigados:

1º A não edificar nem plantar arvoredo de grande porte numa faixa de terreno de 2 metros de largura, medidos da linha que limita, nos termos do artigo 6º, a zona ocupada por qualquer estrada de 1ª ou 2ª ordem, sem que para isso tenham licença expressa em documento escrito, requerida pelo ministério das obras públicas; poderá ser concedido a este proprietários que ocupem o terreno dos taludes, obrigando-se a construir, em lugar dos mesmos taludes, muros de sustentação do aterro;

A2. 4

2º A não edificar nem plantar arvoredo numa faixa de terreno de 50 centímetros de largura, medida da linha que limite, nos termos do artigo 6º, a zona ocupada por qualquer estrada de 3ª ordem, sem que para isso tenham licença da respectiva municipalidade, concedida em documento escrito;

3º A não edificar sobre os muros de viaduto sem licença expressa, por escrito, do governo nas estradas de 1ª e 2ª ordem, e da municipalidade nas de 3ª ordem, a qual licença lhes poderá ser conferida, se a edificação não prejudicar a construção pública e o requerente pagar metade do custo dos muros sobre os quais pretende edificar.

4º A não fazer construções que se prolonguem, nem ter arvoredos que estendam ramos, sobre o leito de livre-trânsito das estradas públicas;

5º A não construir alpendres, balcões ou passadiços, nem aquedutos, sobre as estradas públicas sem licença do governo nas de 1ª e 2ª ordem, e das municipalidades nas de 3ª ordem, a qual licença, quando for concedida, levará sempre a cláusula de que as ditas construções ficarão sobre o leito do trânsito público a mais de 5 metros de altura;

6º A receber e dar escoo pronto às águas dos aquedutos e valetas, e a conservar em seus prédios as valas que para esse efeito se construírem;

7º A não fazer sobre leitos de trânsito público depósitos de materiais, sem licença expressa dos directores de obras públicas, nas estradas de 1ª e 2ª ordem, e das municipalidades nas de 3ª ordem, nos termos dos regulamentos;

8º A não construir nas ruas que fizerem parte das estradas edificação urbana, sem que o respectivo director das obras públicas ou algum dos seus delegados, nas de 1ª e 2ª ordem, e as municipalidades nas de 3ª, marquem os alinhamentos e dêem as cotas de nível;

9º A demolir, num prazo razoável, depois de intimados, as edificações que ameacem ruína e desabamento sobre os leitos das estradas;

10º A não fazer escavações numa zona igual à altura vertical do aterro, quando este se eleve a mais de 3 metros do terreno natural

§ único. As licenças a que se refere este artigo serão gratuitas.

[...]

Art. 28.° Os proprietários de prédios confinantes com as estradas são obrigados a remover delas, no prazo que lhes for marcado, todos os entulhos e materiais que as obstruírem, por efeito de demolição casual ou voluntária de qualquer edificação ou construção. Se assim o não cumprirem, será a remoção feita à custa dos proprietários pelos empregados das obras públicas ou das municipalidades.

[...]

Título III - Disposições relativas às ruas e edificações no interior das cidades, vilas e povoações

Secção 1ª - Do plano de edificações e reedificação em Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições de polícia

Art. 34º O governo mandará imediatamente proceder a um plano geral dos melhoramentos da capital, atendendo nele ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes, e à construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações, com as condições de higiene, decoração, cómodo alojamento e livre-trânsito do público.

§ único. Este plano será elaborado por uma comissão composta de um engenheiro e de um arquitecto, empregados no serviço das obras públicas, de um engenheiro proposto pela câmara municipal e de um vogal do conselho de saúde pública do reino, indicado pelo mesmo conselho. Esta comissão terá às suas ordens os necessários empregados técnicos.

Artigo 35º Nos projectos que se fizerem para execução do plano ordenado pelo artigo antecedente, além das indispensáveis condições de luz, ventilação e abastecimento de águas, se atenderá o seguinte:

1.º Ao melhor sistema de depósito, desinfecção, esgoto, despejo ou remoção de líquidos e sólidos;

2º À drenagem do solo, quando for paludoso ou carregado de substâncias orgânicas;

3º Ao sistema de esgoto geral, encanamento de águas e tubagens de iluminação da cidade;

4º À largura das novas ruas, que não deve ser inferior a 10 metros, nem a sua declividade superior a 7 por centro;

5º Aos encanamentos interiores, que conduzam aos canos de esgoto as águas dos telhados;

6º Ao chanfrado dos ângulos ou esquinas;

7º À altura das edificações determinada pela largura das ruas, observando as seguintes regras:

1ª Quando a largura das ruas for menor de 7 metros, a altura dos edifícios não será superior a 8 metros

2ª Quando a largura das ruas for de 7 metros a 10 metros exclusivamente, a altura não será superior a 12 metros;

3ª Quando a largura das ruas for de 10 metros a 18 metros, a altura não será superior a 16 metros;

4ª Quando a largura das ruas for maior de 18 metros, a altura não excederá 19 metros;

5ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas, que se cruzem com diferentes larguras, a altura será determinada pela de maior largura.

6ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas abertas proximamente na mesma direcção, mas com grande diferença de nível, a altura será determinada por decisões especiais do governo

7ª Quando os edifícios forem construídos fora dos alinhamentos das ruas públicas em pátios ou jardins interiores, a sua altura não excederá os 15 metros, excepto se o governo autorizar maior elevação.

§ único. O disposto no número 7 deste artigo não se aplica aos templos, aos edifícios destinados para serviço público nem aos monumentos, quer sejam construídos pelo governo, quer pela câmara municipal.

Art. 36º As alturas determinadas no artigo antecedente serão medidas desde a calçada ou passeio até à parte superior da cornija.

§1º As medidas serão tomadas no centro da fachada.

§2º Acima da cornija e no plano da parede da fachada não poderá ser elevada nenhuma construção, excepto os acrotérios[14] e seus acessórios.

Art. 37.º São declaradas de utilidade pública e urgentes todas as expropriações necessárias para inteira execução do plano ordenado e feito em conformidade com os artigos antecedentes, e aprovado pelo governo, observando-se, no processo destas expropriações as leis em vigor.

Art. 38.° Logo que seja aprovado pelo governo o plano de edificações e melhoramentos da cidade de Lisboa, nos termos dos artigos antecedentes, às condições desse plano ficam sujeitas a novas edificações, as reedificações, abertura de ruas, praças e jardins.

§ único. Depois de feito e aprovado este plano, o governo poderá aprovar, por partes os projectos definitivos para a sua execução.

Art. 39.° Enquanto o plano não for aprovado, nos termos do artigo 38.º, a câmara municipal, de acordo com o director das obras públicas do distrito de Lisboa, continuará a fixar os alinhamentos e a dar as cotas de nível, com a declaração porém de que ficam desde já em vigor as disposições do artigo 35.°, n.ºs 1.º, 5.°, 6.º e 7.° com as regras nele estabelecidas, o § único do mesmo artigo e o artigo 36.° com os seus §§.

§ único. Se não houver acordo entre a câmara e o director, decidirá o ministro das obras públicas.

Art. 40.º O plano de que trata este decreto pode ser executado:

1.º Pelo governo, precedendo autorização legislativa, ou pela câmara municipal, nos termos do código administrativo;

2.° Por empresas, precedendo contrato com o governo e aprovado pelas cortes, se se estipular subvenção, empréstimo, isenção de impostos ou garantia de juro;

3.° Por particulares, empresas, sociedades ou companhias que edifiquem em terreno seus.

Art. 41º O governo, em decreto especial, ouvida a câmara municipal e o conselho de saúde pública do reino, regulará o modo de fiscalizar a execução dos preceitos de higiene no interior dos edifícios públicos ou particulares.

Art. 42º Continuarão a ser feitas pela Câmara Municipal de Lisboa e à custa do município todas as obras para a conservação, salubridade e limpeza das ruas da cidade, e as de embelezamento nas praças, jardins e passeios públicos.

Art. 43º Todos os proprietários que pretendam construir edifícios novos em Lisboa, ou reconstruir os antigos que por qualquer causa ou motivo forem demolidos, ficam obrigados a observar as disposições deste decreto e do seu regulamento.

Art. 44º É proibido acrescentar novos andares nas edificações existentes ou sobre elas fazer qualquer outra construção, quando desse facto resulte ficar o edifício com altura superior à fixada nas regras do nº 7, artigo 35º.

Art. 45º Os proprietários que pretendam edificar, reedificar, ou de qualquer modo alterar as suas edificações, são obrigados a submeter à aprovação do governo, pelo ministério das obras públicas, comércio e indústria, o respectivo projecto pelo modo que for prescrito no regulamento.

§ 1º Não se compreendem neste artigo os simples consertos e reparos para conservação de prédios.

§ 2º Da decisão do governo sobre os projectos, que em virtude deste artigo forem submetidos, podem os interessados interpor recurso para o conselho de estado. **A2.5**

Art. 46º Quando na fixação do alinhamento para a reconstrução dos prédios actuais os proprietários forem obrigados a recuar serão indemnizados do terreno que perderem, e esta indemnização será liquidada nos termos da lei de expropriação.

§1º Se, pelo contrário, em resultado do alinhamento dado, os proprietários forem obrigados a avançar sobre a via pública a sua construção, devem pagar o terreno que adquirirem, nos termos deste artigo.

§ 2º À câmara municipal de Lisboa pertence pagar e receber as indemnizações a que se referes este artigo e § 1º; e é ela parte legítima nos ajustes amigáveis ou nos processos judiciais, permitidos e ordenados nas leis de expropriação.

Art. 47º Os proprietários de terrenos que confinem com as vias públicas existentes são obrigados a construir edifícios nesses terrenos, segundo os projectos que forem aprovados, devendo começar as obras dentro do prazo de um ano, a contar da intimação que para esse fim lhes deve ser feita pela câmara municipal.

§1º Se os proprietários, no caso deste artigo, não começarem as obras no prazo fixado, ou responderem à intimação, declarando que não podem ou não querem edificar, serão os terrenos avaliados, por ajuste amigável ou processo judicial, nos termos das leis gerais de expropriação, e vendidos em hasta pública a quem por eles mais der e se obrigar a começar a construção no prazo de um ano, a contar da

- -

14. "*Acrotérios, ou acrotérias (termo de arquitectura). É o que serve de ornato às partes mais altas dos frontispícios, como pedestais, pequenos no meio e nas duas extremidades deles, ou nos ditos lugares, são pedras, que sustentam urnas, estátuas ou outras figuras*" (Bluteau, 1712/1728).

data da arrematação. O preço da arrematação, qualquer que ele seja, será entregue ao expropriado.

§2º Se o arrematante dentro de um ano não começar a construir, ou começando se não continuar por modo que num prazo razoável possa concluir, proceder-se-á contra ele, nos termos do § 1º. E assim sucessivamente a respeito de outros arrematantes.

§3º Se em qualquer das vendas em hasta pública não comparecer licitante ou arrematante, a câmara municipal pagará o preço em que o terreno tiver sido avaliado, e mandará construir por sua conta, vendendo depois em hasta pública o prédio feito.

§4º Proceder-se-á, na forma deste artigo e §§, contra os proprietários de construções começadas e suspensas. Neste caso, depois da vistoria, a câmara fixará o prazo que for razoável para a conclusão das obras.

Art. 48º Todos os proprietários de edificações que ameacem ruína são obrigados a demoli-las no prazo fixado pela câmara municipal. Se os proprietários não obedecerem à intimação que para este fim lhes deve ser feita pelos empregados da câmara, ordenará esta que, sem mais aviso nem processo, aquelas edificações sejam demolidas à custa dos proprietários, sob direcção do engenheiro do município.

§1º Para ordenar a intimação de demolição, no caso deste artigo, se deve previamente proceder a vistoria, à qual assistirá sempre o director das obras públicas do distrito de Lisboa, ou quem suas vezes fizer.

§2º Das decisões da câmara, tomadas em virtude deste artigo, haverá recurso para o ministro das obras públicas, comércio e indústria, que o resolverá definitivamente, ouvido o conselho geral de obras públicas e minas.

A2. 6

§3º Os materiais que resultarem da demolição pertencem aos proprietários.

Art. 49º É proibido a todos os proprietários que construam novas edificações ou que reconstruam as antigas, por qualquer causa ou motivo demolidas, alterar e por qualquer forma modificar o projecto aprovado, sair do alinhamento ou não guardar as cotas de nível. Se assim o fizerem, contra eles se procederá pelo modo prescrito no art. 48º.

Secção 2ª – Disposições relativas às cidades, vilas e povoações fora de Lisboa

Art. 50º O governo mandará proceder, nos termos do art. 34º, ao plano de melhoramentos da cidade do Porto.

§ único. A comissão encarregada deste plano será composta de um engenheiro ao serviço das obras públicas, de um engenheiro ou arquitecto proposto pela câmara municipal e do delegado de saúde daquela cidade.

Art. 51º Depois deste plano ser aprovado pelo governo, nos projectos feitos para a sua execução se atenderá ao disposto no art. 35º, e a respeito deles se procederá como dispõem os artigos 36º, 37º, 38º e 40º.

Art. 52º Para o melhoramento de outras cidades, vilas e povoações do reino nomeará o governo uma comissão composta de um engenheiro, de um vogal proposto pelas câmaras municipais e do respectivo delegado de saúde.

§ 1º Unicamente se mandará proceder ao plano de melhoramentos, quando as respectivas câmaras municipais o reclamarem.

§ 2º A comissão encarregada deste plano, logo que o tenha concluído, o enviará ao respectivo governador civil com uma memória descritiva.

§3º O governador civil apresentará à comissão de viação municipal, criada pela lei de 6 de Junho de 1864, este plano e memória para ser aprovado, fixadas e reguladas as condições da sua execução, nos termos da mesma lei e deste decreto na parte que for aplicável.

§4º Das decisões da comissão sobre o plano e sobre os projectos para execução dele haverá recurso para o governo, que o resolverá definitivamente, ouvindo o conselho de obras públicas.

Art. 53º Ficam desde já em vigor, para a cidade do Porto, as disposições dos artigos 41º e seguintes até 49º inclusivamente.

Art. 54.º Nas demais cidades, vilas e povoações ficam desde já obrigados os proprietários, que pretendam edificar ou reedificar, a pedir na respectiva câmara municipal o alinhamento e cotas de nível.

§ único. Ficam igualmente desde já em vigor as disposições do artigo 48.°, com a diferença de que o recurso será interposto para o conselho de distrito, e não para o governo.

Secção III - Disposições comuns às duas secções anteriores

Ari. 55.° Todas as disposições deste título são aplicáveis a quaisquer sociedades, companhias, empresas ou associações e instituições de qualquer denominação e natureza que pretendam edificar ou reedificar, ou que possuam ou venham a possuir quaisquer edificações ou terrenos, confinando com as vias públicas existentes ou com as que de futuro se abrirem.

Art. 56.° As disposições deste título não revogam nem alteram as atribuições que, pelo código administrativo, leis e regulamentos de administração pública pertençam às câmaras municipais, excepto na parte em que se opuserem aos artigos antecedentes.

[...]

Art. 60.º Os processos para aprovação de projectos de edificações, para dar o alinhamento e cotas de nível e para concessão de licenças de quaisquer edificações, serão gratuitos.

[...]

Paço da Ajuda, em 31 de Dezembro de 1864.

Documento nº 2.A.4. Alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864 [1867]

Transcrição total, com actualização de ortografia, do decreto de 2 de Julho que altera a legislação de 31 de Dezembro de 1864, relativamente às vias públicas (estradas ou ruas) e construções com elas confinantes. Principal questão alterada é o limite altimétrico das edificações.

(Portugal, 1867-07-02)

Artigo 1º Os artigos 35º, 36º, 53º e seus §§ do decreto com força de lei de 31 de Dezembro de 1864, sobre viação pública, ficam substituídos pelo seguinte modo:

Artigo 35º Nos projectos que se fizerem para execução do plano ordenado pelo artigo antecedente, além das indispensáveis condições de luz, ventilação e abastecimento de águas, se atenderá o seguinte:

1.º Ao melhor sistema de depósito, desinfecção, esgoto, despejo ou remoção de líquidos e sólidos;

2º À drenagem do solo, quando for paludoso ou carregado de substâncias orgânicas;

3º Ao sistema de esgoto geral, encanamento de águas e tubagens de iluminação da cidade;

4º À largura das novas ruas, que não deve ser inferior a 10 metros, nem a sua declividade superior a 7 por centro;

5º Aos encanamentos interiores, que conduzam aos canos de esgoto as águas dos telhados;

6º Ao chanfrado dos ângulos ou esquinas;

7º À altura das edificações determinada pela largura das ruas, observando as seguintes regras:

1ª Quando a largura das ruas for menor de 5 metros, a altura dos edifícios não será superior a 12 metros

2ª Quando a largura das ruas ficar compreendida entre 5 e 7 metros, a altura dos edifícios não será superior a 15 metros;

3ª Quando a largura das ruas for superior a 7 metros a altura dos edifícios não será superior a 20 metros;

4ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas, que se cruzem com diferentes larguras, a altura será determinada pela de maior largura.

5ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas abertas proximamente na mesma direcção, mas com grande diferença de nível, a altura será determinada por decisões especiais do governo

6ª Quando os edifícios forem construídos fora dos alinhamentos das ruas públicas em pátios ou jardins interiores, a sua altura não excederá os 15 metros, excepto se o governo autorizar maior elevação.

§ único. O disposto no número 7 deste artigo não se aplica aos templos, aos edifícios destinados para serviço público nem aos monumentos, quer sejam construídos pelo governo, quer pela câmara municipal.

Art. 36º As alturas determinadas no artigo antecedente serão medidas desde a calçada ou passeio até à parte superior da cornija.

§1º As medidas serão tomadas no centro da fachada.

§2º Acima da cornija e no plano da parede da fachada não poderá ser elevada nenhuma construção, excepto os acrotérios e seus acessórios.

§3º A altura de qualquer pavimento não poderá ser inferior a 3 metros

§4º Nas ruas de larguras variadas a altura dos edifícios será determinada em relação à média das larguras máxima e mínima das mesmas ruas. **A2.7**

Art. 53º Ficam desde já em vigor para a cidade do Porto as disposições do art. 41º e seguintes até 49º inclusivamente.

§ único. Exceptuam-se as disposições do artigo 45º, que em relação à cidade do Porto sofrerão a seguinte modificação:

À Câmara Municipal da Cidade do Porto compete dar as licenças para edificações e reedificações de edifícios, precedendo consulta afirmativa do director de obras públicas do respectivo distrito administrativo.

Art.2º Fica revogada toda a legislação em contrário.

(Portugal, 1867-07-02)

Documento nº 2.A.5. Regulamento para o Serviço de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários Maiores e Menores nos Trabalhos de Construções Civis [1895]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do decreto de 6 de Junho que estabelece as normas de segurança para operários de construcao civil. Aspecto mais importante é a obrigatoriedade de o projecto ser acompanhado por um termo de responsabilidade pela segurança de operários.

(Portugal, 1895-06-06)

Capítulo I - Disposições gerais

Artigo 1º Para dar plena execução ao disposto no artigo 51º do decreto de 14 de Abril de 1891, relativamente à segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civis, observar-se-á o presente regulamento em todas as obras de construção e reparação de estradas, caminhos-de-ferro, pontes, aquedutos, terraplanagens, novas edificações, ampliações, transformações ou grandes reparações, e bem assim demolição das já existentes, quer sejam empreendidas pelo estado, quer por corporações administrativas, empresas ou particulares.

Art. 2º Dependendo a segurança dos operários tanto da boa direcção dos trabalhos, debaixo de todos os pontos de vista, como das condições de estabilidade da construção, nenhuma obra das indicadas no artigo antecedente, salvo as ordenadas pelo governo e aquelas cujo projecto tenha sido superiormente aprovado pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, poderá começar sem que o respectivo projecto tenha sido previamente examinado e aprovado pelas seguintes estações:

A2. 8

a) Para obras dentro dos limites das cidades de Lisboa e Porto, pelas respectivas câmaras municipais, ouvidas as suas repartições técnicas.

b) Para obras fora de Lisboa e Porto, pela Direcção de Obras Públicas do respectivo distrito.

§1º A presente disposição não modifica as faculdades conferidas às câmaras municipais nos nºs 10º e 13º do artigo 49º e do n-º8 do artigo 51º do código administrativo aprovado por decreto de 2 de Março de 1895, nem dispensa o cumprimento do determinado relativamente a licenças, para quaisquer obras que, por lei, careçam de licença especial e designadamente no decreto de 31 de Dezembro de 1864 e regulamento de 21 de Fevereiro de 1889, para as propriedades confinantes com as estradas.

§2º A aprovação dos projectos ou a indicação das alterações que hajam de sofrer efectuar-se-á no prazo de trinta dias, contados da data da sua apresentação.

Art. 3º Nenhuma obra das indicadas no artigo 1º poderá efectuar-se sem que à testa dela e por ela responsável haja engenheiro, arquitecto ou condutor dos quadros técnicos do ministério das obras públicas, comércio e indústria, ou devidamente diplomado por qualquer escola nacional ou estrangeira, ou mestre-de-obras habilitado nos termos dos artigos seguintes.

Art. 4º Todos os indivíduos que pretenderem dirigir construções civis farão registar nas direcções de obras públicas do continente e ilhas, em cujas áreas se propuserem exercer o seu mister, exceptuando as cidades de Lisboa e Porto, e nas câmaras municipais destas cidades para as respectivas áreas, os seus nomes, residências e respectivos diplomas.

§1º Para os mestres-de-obras nacionais e estrangeiros o diploma a que se refere o presente artigo, será substituído.

a) Para os mestres-de-obras que à data da promulgação do presente regulamento tiverem completado dez anos de exercício da profissão, por um atestado passado por associação de classe de construtores civis ou análoga, ou por três engenheiros, de haverem dirigido, durante aquele tempo, trabalhos em que tenham dado provas da sua competência;

b) Para todos os que não estejam compreendidos na disposição da alínea a) por uma certidão de aprovação em exame especial, cujas provas serão dadas perante um júri de três membros, presidido pelo director das obras públicas dos distritos fora das cidades de Lisboa e Porto e pelos engenheiros chefes das câmaras destas cidades.

§2º Os dois vogais do júri serão nomeados pelo presidente um, de entre os funcionários técnicos sob as suas ordens, e o outro de entre os mestres-de-obras devidamente habilitados da respectiva circunscrição.

§3º Os requerimentos quer para o registo do nome, quer para o exame, serão em papel selado e dirigidos às repartições indicadas, não havendo emolumento algum a cobrar pela certidão ou declaração que por elas deve ser passada, tanto da aprovação no exame como do registo do nome.

§4º O requerimento para registo do nome, será acompanhado do original ou pública forma do documento que houver de justificá-lo.

§5º Nas repartições a que se refere o presente artigo haverá um livro especial para os registos e exames que por ele ficam regulados.

§6º Os interessados farão a respectiva comunicação sempre que mudem de residência, ficando nulo o primitivo registo, quando se verifique que deixaram de satisfazer à presente prescrição.

Art. 5º O exame de que trata o artigo antecedente constará:

1º De leitura de um trecho fácil da língua portuguesa;

2º Das quatro operações sobre inteiros e decimais;

3º De cálculos de áreas e volumes das figuras mais usuais;

4º Da inteligência e explicação de um plano de construção civil;

5º Do traçado de um pequeno projecto, cópia ou original à escolha do candidato, que poderá servir-se de papel quadriculados;

6º De noções gerais sobre os materiais e processo de construção, especializando-se o que mais directamente se refira à estabilidade de construção e à segurança dos operários nela empregados.

§ único. As provas poderão fazer-se em uma ou mais sessões, à escolha do presidente do júri, e não durarão menos de três horas nem mais de seis, para cada candidato, sendo este tempo por elas distribuído pelo júri na proporção da respectiva importância.

Art. 6º Nenhum projecto poderá ser aprovado sem que seja acompanhado de declaração escrita, devidamente abonada ou reconhecida, de pessoa idónea, nos termos dos artigos antecedentes, de que assume a responsabilidade da direcção da obra, para todos os efeitos do presente regulamento.

§ único. Quando a pessoa que tenha assumido a responsabilidade deixe por qualquer circunstância de dirigir a obra, deverá comunica-lo imediatamente à repartição competente, fazendo a declaração em duplicado para que num dos exemplares, que lhe será restituído, seja em seguida lançada a nota de registado, com a indicação do dia e hora, servindo-lhe este documento de salvaguarda para a sua responsabilidade em qualquer acidente ocorrido na obra, em data posterior à deste acto, e que não provenha de vício ou defeito já então existente na construção.

Art. 7º O projecto da obra estará sempre patente aos fiscais respectivos, devendo ser imediatamente autuados e entregues ao poder judicial, como desobedientes, os proprietários ou empreiteiros e encarregados de obras em que não haja projecto aprovado nos termos do presente regulamento, ou em que o seu exame não seja facultados aos agentes fiscais.

§1º Quando se pretenda modificar qualquer projecto já aprovado em harmonia com os artigos anteriores, será a alteração proposta submetida novamente, e pela mesma forma, à apreciação da estação que houver aprovado o projecto primitivo.

§2º O projecto de obra ou alteração será apresentado em duplicado, bem inteligível, sendo todas as peças devidamente seladas.

[...]

Art. 9º Os funcionários, a quem incumbe a fiscalização da execução do presente regulamento, serão designados e distribuídos conforme as conveniências do serviço, pelos directores das obras públicas dos distritos administrativos e pelos engenheiros chefes das câmaras municipais de Lisboa e Porto, de entre o pessoal sob as suas ordens.

§ único. É expressamente proibido a todos os funcionários que tenham de intervir, por qualquer forma, na aprovação do projecto ou na fiscalização das obras encarregarem-se de quaisquer trabalhos particulares que se possam relacionar com os projectos ou execução de obras.

Art. 10º Toda a pessoa habilitada como director de uma obra, em harmonia com o presente regulamento, é responsável, nos termos do código civil, pelos acidentes de que seja vitima qualquer operário, sempre que se prove provirem:

a) De má ou imprudente direcção do trabalho, emprego de material impróprio ou defeituoso;

b) De negligência, imperícia ou má execução de ordens dadas, por parte do encarregado escolhido pelo director da obra para o substituir nas suas ausências.

§ único. No caso da alínea b) o encarregado não ficará isento de responsabilidade que directamente lhe possa pertencer em face da legislação vigente.

Capítulo II - Admissão, horas de trabalho e descanso dos menores

[...]

Capítulo III - Higiene e segurança

[...]

Capítulo IV – Inspecção e Vigilância

Art. 23º O serviço de inspecção e vigilância dos trabalhos de construção civis fica a cargo dos directores das Obras Públicas dos distritos administrativos do continente e ilhas, e dos directores ou chefes das repartições técnicas das câmaras municipais das cidades de Lisboa e Porto, auxiliados pelo pessoal a que se refere o art. 9º.

[...]

Art. 25º Durante a construção os fiscais farão as visitas que julguem necessárias em harmonia com a natureza e importância da obra, cujo director prestará sempre, e pela melhor forma, todos os esclarecimentos que lhe forem pedidos pela fiscalização, bem como dará imediato cumprimento às prescrições que por esta lhe forem feitas no sentido de acautelar e garantir a segurança dos operários.

[...]

Art. 26º De todas as visitas feitas a qualquer obra se lavrará termo em livro especial que para este fim os fiscais deverão ter, rubricado pelos seus chefes, e nele se mencionarão todas as circunstâncias relativas à obra, e bem assim as prescrições e intimações feitas, o prazo marcado para o seu cumprimento, forma por que hajam sido observadas as anteriores, etc. Estes termos serão sempre assinados pelo fiscal e pelo director de obra, e, no caso de acidente, servirão de base para se tornar efectiva pelos tribunais competentes, a responsabilidade do último. Dos termos lavrados e intimações feitas será sempre deixada cópia devidamente assinada ao director da obra, que, no seu livro e em seguida ao termo, passará o respectivo recibo, para que em caso algum se possa alegar ignorância ou má compreensão.

§ único. Sempre que na ocasião da visita o fiscal reconheça perigo iminente adoptará imediatamente e sob sua responsabilidade, as providências que tiver por convenientes de modo a remover ou conjurar o perigo, reclamando, quando julgue necessário, o auxílio das autoridades administrativas e policias que prontamente devem acudir ao seu chamamento e prestar-lhe toda a coadjuvação.

A2.9

Art. 27º O fiscal observará na ocasião da visita se é ou não executado o projecto aprovado, com as modificações que lhe hajam sido impostas, comunicando superiormente sempre que encontre qualquer alteração, embora lhe pareça justificada.

[...]

Art. 33º A inspecção e vigilância, nos termos do presente regulamento, nas obras e construções dirigidas ou fiscalizadas por funcionários do estado, será exercida por estes que o farão observar e seguir em tudo que seja aplicável.

Art. 34º Os directores de obras públicas e os chefes das repartições técnicas das câmaras municipais de Lisboa e Porto enviarão anualmente, até ao fim do primeiro trimestre, à direcção dos serviços de obras públicas, comércio e indústria, um relatório em que seja indicado o número de obras empreendidas no ano anterior, o número de visitas feitas a cada uma, o de participações mandadas para juízo, o das reclamações apresentadas pelos directores das obras, os acidentes ocorridos, suas causas e providências adoptadas, número e profissões dos empregados entregues e todos os elementos, enfim, que possam contribuir para a organização de uma boa estatística do trabalho.

[...]

Capítulo V - Penalidades

[...]

Capítulo VI – Disposições transitórias

[...]

Art. 47º O governo poderá em qualquer época, ouvido o conselho superior das obras públicas e minas, conferir às câmaras municipais

que tenham repartições técnicas, devidamente organizadas e dirigidas por engenheiro, as atribuições que, pelo presente regulamento, incumbem desde já às municipalidades de Lisboa e Porto, ficando, porém, ainda neste caso, sempre dependente da aprovação do respectivo director de obras públicas a execução de qualquer projecto de obras em propriedades confinantes com as estradas reais e distritais.

Art. 48º Enquanto não houver em Lisboa cofre organizado, nos termos indicados no artigo 43º, a receita a que o mesmo artigo se refere será entregue à "Associação do mialheiro das viúvas e orphãos dos operários que morrerem de desastres".

Analogamente se procederá no Porto com o "Instituto de protecção às classes trabalhadoras".

Paço, em 6 de Junho de 1895. == Arthur Alberto de Campos Henriques

Documento nº 2.A.6. Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do decreto de 6 de Junho de 1895 [1897]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, de esclarecimentos ao decreto de 6 de Junho de 1895 que estabelece as normas de segurança para operários de construcao civil.

(Portugal, 1897-06-28)

[...] que o referido regulamento só se aplica às obra mencionadas no artigo 1º.

[...]

A2. 10 *1º Que o pedido de licença para execução de qualquer obra das não compreendidas no artigo 1º do regulamento citado, que hajam de ser passadas pelas câmaras municipais dos concelhos de primeira ordem, ou pelas direcções de obras públicas, seja acompanhado de declaração escrita, devidamente reconhecida, do proprietário ou de quem legalmente o represente, de que assume a responsabilidade pela direcção técnica da obra para os efeitos do referido regulamento, quando a sua direcção não seja confiada a pessoa habilitada em harmonia com o mesmo regulamento:*

2º Que estas obras ficarão sobre a inspecção e fiscalização prescritas no referido regulamento, e nelas serão observadas todas as disposições que lhe sejam aplicáveis e designadamente as dos artigos 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 18º, 22º, 28º, 29º, 30º, 36º, 37º, 38º, 39º e 40º.

Documento nº 2.A.7. Regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas [1900]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do regulamento que estabelece as normas para a conservação das estradas, incluindo questões de licenciamento nos terrenos com elas confinantes.

(Portugal, 1900-09-19)

[...]

II - Direitos e obrigações dos proprietários confinantes com as estradas em relação à polícia delas

Art. 60º Não poderá ser autorizada a pesquisa de águas sob o pavimento das vias públicas.

Art. 61º Quando os proprietários tiverem necessidade de fazer passar águas de um para outro lado de uma estrada, só o poderão fazer em canos soterrados, construídos à sua custa com a devida segurança, se para isso lhes for concedida licença pelo governo.

Art. 62º Os proprietários de prédios confinantes com as estradas não poderão dirigir para estas os canos, regos ou valias de desaguamento, e são obrigados a desviar as águas, fazendo para esse fim os necessários canos, regos ou valas, e conservando-os sempre desobstruídos.

Art. 63º Os proprietários de terrenos confinantes com as estradas são obrigados a conservar os valados.

§ 1º Os valados devem ter o talude conveniente para que as terras não desabem, evitando-se assim que vão entulhar as valetas e canos, e impedir a pronta saída das águas.

§ 2º Nos valados que os respectivos proprietários não conservarem serão feitas à sua custa, por ordem dos respectivos administradores do concelho, as obras que necessárias forem para a sua conservação.

Art. 64º Os proprietários ou possuidores das fazendas e terrenos abertos, confinantes com as estradas, podem vedar essas fazendas ou terrenos, mediante licença e autorização do governo.

Art. 65º Os proprietários dos prédios confinantes com as estradas públicas são também obrigados:

1º A não plantar árvores de qualidade alguma junto às estradas de 1ª e 2ª ordem sem que entre elas e a estrada fique o intervalo de 1,1 m medido a partir da linha que, nos termos do artigo 4º, limita a zona ocupada pela estrada;

2º A não edificar nem plantar arvoredo de grande porte aos lados das estradas de 1ª e 2ª ordem, sem que medeie uma faixa de 2 metros de largura, a partir da linha limite da zona da estrada (artigo 4º), salvo licença expressa concedida pelo ministério das obras públicas;

3º A não edificar nem plantar arvoredo em uma faixa de terreno de 0,50 m de largura, para fora da zona da estrada, nas estradas de 3ª ordem, sem que para isso tenham licença da respectiva municipalidade, concedida em documento escrito;

4º A não edificar sobre os muros de viaduto ou de suporte, sem licença expressa, por escrito, do governo, nas estradas de 1ª e 2ª ordem, e da municipalidade nas de 3ª ordem;

6º A não construir alpendres, balcões ou passadiços, nem aquedutos, sobre as estradas públicas, sem licença do governo nas de 1ª e 2ª ordem, e da municipalidade nas de 3ª ordem;

7º A não fazer sobre os leitos do trânsito público depósitos de materiais sem licença expressa dos directores de obras públicas nas estradas de 1ª e 2ª ordem, e das municipalidades nas de 3ª ordem;

8º A não construir nas ruas, que fizerem parte das estradas, edificação urbana sem que o respectivo director das obras públicas, ou algum dos seus delegados, nas de 1ª e 2ª ordem, e as municipalidades nas de 3ª, marquem os alinhamentos e dêem as cotas de nível;

9º A não fazer escavações em uma zona igual à altura vertical do aterro, quando este se eleve a mais de 3 metros do terreno natural.

Art. 66º Pelas restrições prescritas no artigo antecedente não têm os proprietários direito a indemnização, e igualmente o não têm quando o governo ou as municipalidades lhes negarem ou revogarem as licenças a que o mesmo artigo se refere.

Art. 67º As árvores que existirem no espaço em que, segundo o artigo 65°, não é permitido fazer plantações, poderão ser mandadas cortar e arrancar, pagando-se previamente ao respectivo proprietário o valor daquelas que já existissem ao tempo da construção da estrada e não tivessem sido expropriadas.

§ 1º As que, porém, nele nascerem ou forem plantadas posteriormente serão cortadas e arrancadas sem indemnização alguma.

§ 2º Quando houver árvores que estendam os ramos sobre o leito das estradas, poderão ser cortados pelos empregados das obras públicas, se o dono das árvores, sendo avisado, o não fizer dentro de três dias, os ramos que ultrapassem o plano vertical que passe pela linha limito da zona da estrada.

§ 3º Os edifícios que forem construídos e as obras que forem feitas, sem a devida autorização, no espaço em que, segundo o artigo 65º, isso não é permitido, serão mandadas demolir pelo respectivo administrador do concelho à custa daqueles que as tiverem mandado fazer.

Art. 68.° Aos proprietários dos terrenos confinantes com as estradas públicas poderá ser concedida pelo governo a ocupação do terreno dos taludes, obrigando-se eles a construir no lugar dos mesmos taludes de sustentação do aterro, e pagando o valor do terreno de que por esse facto se apropriarem.

Art. 69.° Aos proprietários dos terrenos confinantes com as estradas será permitido:

1º Edificar sobre os muros de viaduto e muros de suporte, se a edificação não prejudicar estas obras de arte e o requerente pagar metade do custo dos muros sobre que pretender edificar, ficando, além disso, obrigado a custear por metade as despesas de conservação dos mesmos muros;

2º A construção de serventias das suas propriedades para as estradas, devendo eles cobrir as valetas nos lugares das serventias e estabelecer estas solidamente.

Art. 70º Os proprietários de prédios confinantes com as estradas são obrigados:

1º A demolir em um prazo razoável, que lhes será indicado pelo director das obras públicas, e depois de intimados, as edificações que ameacem ruína e desabamento sobre os leites das estradas;

2º A remover das estradas, no prazo que lhes for marcado, todos os entulhos e materiais que as obstruírem, por efeito de desabamento ou demolição de qualquer edificação ou construção.

Se assim o não cumprirem, será a demolição ou remoção feita à custa dos proprietários pelos empregados das obras públicas ou das municipalidades.

Art. 71º Nas frontarias dos pavimentos térreos sobre a via pública não é permitido ter:

Grades com bojo nas janelas;

Janelas ou portas abrindo para fora;

Balcões saindo das ombreiras; **A2.11**

Candeeiros exteriores a altura inferior a 2,5 m acima do pavimento da estrada.

§ único. Pode ser permitida a armação de toldos durante o tempo em que o sol der no prédio, devendo a largura deles não exceder a do passeio, se o houver, ou 1,5 m, não o havendo, e a altura mínima desde o pavimente até à orla inferior da sanefa não ser inferior a 2 metros.

Art. 72º Nos prédios urbanos que se construírem junto às estradas a altura da edificação será regulada pelos seguintes preceitos:

1º Quando a largura da estrada ou rua que dela faça parte for inferior a 5 metros, a altura dos edifícios não será superior a 12 metros;

2º Quando essa largura ficar compreendida entro 5 e 7 metros a altura dos edifícios não será superior a 15 metros;

3º Quando a dita largura for superior a 7 metros a altura dos edifícios não será superior a 20 metros.

§ 1º Estas alturas serão medidas no meio da fachada, desde a calçada até à parte superior da cornija.

§ 2º Acima da cornija e no plano da parede da fachada não poderá ser elevada nenhuma construção, excepto os acrotérios e seus acessórios.

§ 3º Estes preceitos não se aplicam aos templos, aos edifícios destinados para serviço público, nem aos monumentos, quer sejam construídos pelo governo, quer pelas câmaras municipais.

Art. 73º Em todos os prédios que do novo se construírem, ou nos já construídos que sofrerem obras do grande reparação, as águas pluviais serão recebidas em algerozes ou calhas nos telhados e daí conduzidos até ao rés da via pública. Onde houver passeio a canalização será prolongada por baixo deste até desaguar na valeta.

§ único. Nos prédios onde haja canalização já feita nos telhados, com goteiras ou gárgulas para esgoto das águas pluviais, serão destruídas as goteiras e completada a canalização até à valeta.

Capítulo V - Disposições relativas às licenças para obras junto às estradas

Art. 74º É da competência dos directores das obras públicas dos distritos, a concessão de licenças para plantação ou corte de árvores, edificações, vedações e outras obras particulares de qualquer natureza, junto das estradas reais e distritais.

§ 1º Quando haja oposição de terceiro à concessão da licença requerida, ou se ofereça alguma dúvida ao seu deferimento, deverão os funcionários acima referidos submeter o respectivo requerimento à deliberação da direcção geral das obras públicas e minas.

§ 2º Os requerimentos, solicitando estas licenças, feitos em papel selado, indicando com precisão e clareza a natureza e importância da obra, plantação ou corte de árvores a empreender, e o local onde deva realizar-se, e serão entregues na direcção das obras públicas do distrito, directamente ou por intermédio do chefe de conservação, dentro de cuja secção aqueles trabalhos tenham de ser efectuados.

§ 3º Os directores das obras públicas dos distritos, mandarão levantar, sempre que o julguem necessário, pelos empregados que servirem às suas ordens, as plantas dos terrenos em que devam efectuar-se as obras, plantações ou cortes de árvores, em harmonia com as indicações dos proprietários, relativas às obras ou aos lugares escolhidos para a plantação das árvores, ou aos pontos ocupados pelas que se pretender cortar.

A2. 12

§ 4º A disposição do parágrafo anterior não dispensa a apresentação por parte do requerente do projecto em triplicado e devidamente selado, quando se trate de obras ou construção que, além da licença, careça para a sua execução, da aprovação do respectivo projecto.

§ 5º O proprietário não será obrigado a pagar ao empregado que proceder ao levantamento das plantas a que se refere o parágrafo 3.º. Apenas correrão por sua conta os salários do pessoal jornaleiro que houver de auxiliar o referido empregado e os selos que devam ser apostos nas plantas que hajam de ficar juntos aos processos de licença.

§ 6º A concessão ou denegação das licenças será comunicada ao requerente por intermédio do chefe de conservação.

Art. 75º Quando as licenças possam ser concedidas, os directores das obras públicas, enviarão aos requerentes, juntamente com as comunicações a que se refere o artigo anterior, uma guia para pagamento da importância dos emolumentos que forem devidos e que entrarão no cofre da receita eventual.

Art. 76º Logo que os proprietários, aos quais tenha sido enviada a guia, mencionada no artigo anterior, provem ter entrado no cofre da receita eventual, na recebedoria do concelho em que estiver situada a propriedade, com a respectiva quantia, ser-lhes-ão entregues os diplomas das licenças, acompanhados de uma cópia da planta, que lhes disser respeito.

Art. 77º Os directores das obras públicas deverão fazer registar na repartição a seu cargo os diplomas das licenças concedidos, e determinarão que no terreno sejam marcados os alinhamentos e as cotas de nível necessários para a construção autorizada.

§ 1º Entre a aresta exterior da berma da estrada e a linha da construção autorizada deverá ficar uma faixa de 1 metro de largura, pelo menos, quando isso não fique em desacordo com o alinhamento de outras construções já ali existentes.

§ 2º Quando na fixação do alinhamento para a construção ou reconstrução dos prédios, os proprietários forem obrigados a recuar, serão indemnizados do terreno que perderem.

§ 3º Se, pelo contrário, em resultado do alinhamento dado, os proprietários forem obrigados a avançar sobre o terreno público a sua construção, devem pagar o terreno que adquirirem.

§ 4º Estas indemnizações serão liquidadas nos termos das leis de expropriação.

§ 5º Quando se trate da construção de um prédio que tenha uma frente para estrada de 1ª ou 2ª ordem, ou para rua que dela faça parte, e outra frente para rua de povoação que não faça parte de tais estradas, ou para estrada municipal, deverão os alinhamentos e cotas de nível ser determinados pelo director das obras públicas e pela câmara municipal, cada um na parte sobre que tiver jurisdição.

§ 6º A aprovação do projecto, tanto dentro como fora das povoações, dependerá do director das obras públicas do distrito nos termos do regulamento de 6 de Junho de 1895, sem prejuízo das faculdades conferidas às câmaras municipais pelo código administrativo.

Art. 78º Em frente das casas de novo construídas será calçada à custa dos proprietários a berma e a faixa de terreno entre esta e a construção. Os proprietários deverão também cobrir a valeta nos lugares das serventias e estabelecer estas solidamente e segundo as indicações do director das obras públicas.

Art. 79º Os directores das obras públicas poderão permitir a ocupação temporária de uma parte da via pública com depósito de materiais destinados à execução da obra autorizada, quando o interessado não tenha terreno próprio que para esse fina possa ser aproveitado.

Art. 80º Nas licenças para construção de obras junto à via pública, o director das obras públicas determinará o prazo máximo dentro do qual a obra deverá ficar concluída, tendo em atenção as condições que facilitem ou dificultem a construção. Bem assim determinará o tempo que possa durar a ocupação da parte da via pública com depósito de materiais destinados à construção autorizada, quando essa ocupação tiver sido permitida.

Art. 81º A abertura de canos através das estradas para condução de águas de um para outro prédio e a passagem dessas águas pelas valetas das estradas com o mesmo fim, só poderão ser permitidas aos que forem senhorios do prédio donde a água sair e daquele para onde a água entrar, ou aos que se mostrarem para isso devidamente autorizados pelos senhorios dessas propriedades.

Art. 82º Quando qualquer proprietário obtiver autorização para construir cano ou aqueduto sob o pavimento da via pública, será o cano ou aqueduto colocado à profundidade e construído com a capacidade e solidez que o director das obras públicas julgar necessários para assegurar a sua conservação. Deverá também o mesmo funcionário determinar a qualidade dos materiais que deverão ser empregados.

Art. 83º Quando for concedida licença para construir alpendre, balcão, passadiço ou aqueduto sobre estrada pública, o director das obras públicas fixará na própria licença, a altura a que deva ficar em relação ao leito da estrada.

Art. 84º Quando qualquer proprietário tenha obtido autorização para construir muros de vedação, ou para substituir taludes, de aterros ou trincheiras por muros de suporte, o director das obras públicas fará assentar os alicerces em terreno resistente, dar aos muros as dimensões necessárias para assegurar a sua estabilidade, e empregar os materiais que mais apropriados forem.

Art. 85º A ocupação dos taludes, substituindo-os por muros de suporte, e a edificação sobre os muros de viaduto, só poderá ser permitida aos proprietários dos terrenos confinantes.

§ único. Sobre os muros de suporte construídos em substituição dos taludes, se a estrada for construída em aterro, poderão ser levantados muros de guarda de altura no inferior a 0,8 m nem superior a 1,5 m.

Art. 86º Quando os proprietários, tendo obtido licença para edificar sobre muros de viaduto, ou para substituir taludes por muros de suporte, houverem por esse facto de pagar metade do custo dos muros de viaduto, ou o valor do terreno de que se apropriarem pela substituição doe taludes, esse pagamento deverá preceder a ocupação dos muros de viaduto ou do terreno dos taludes.

Art. 87º As licenças para plantações de arvoredo, edificações, vedações e outras obras particulares de qualquer natureza, só podem ser concedidas aos que tiverem a propriedade, ou pelo menos a posse presumida dos prédios em que tais obras tenham de ser efectuadas.

Art. 88º Quando seja concedida licença para plantação de árvores na orla das estradas, será condição dessa licença que aquele que a obtiver não terá direito à propriedade dessas árvores nem a indemnização alguma quando elas hajam de ser arrancadas, por ordem do governo, para melhorar a estrada, para assentar carris nas bermas, ou para outro qualquer fim de utilidade pública.

Art. 89º Quando para a execução de qualquer obra para que tenha sido concedida licença a algum proprietário, for necessário remover alguma ou algumas árvores da estrada, não se procederá ao seu corte ou arranque sem autorização do director das obras públicas do distrito.

Art. 90º Quando pelo director das obras públicas, for autorizada a remoção ou corte de árvores que orlem as estradas, por ser absolutamente necessário para se efectuar uma construção ou para evitar prejuízos nos prédios contíguos, será condição da autorização que aquele que a obtiver transplantará as árvores sempre que seja possível, e, quando inteiramente o não seja, plantará outras em substituição daquelas em número e qualidade designada por aquele funcionário, e nos pontos por ele determinados, pagando além disso a indemnização que dever.

Art. 91º Os directores de obras públicas não consentirão que os proprietários dos prédios confinantes com as estradas públicas façam edificações, construções, plantações ou quaisquer outras obras, sem licença do governo ou autorização sua, nos termos deste regulamento, e para execução desta prescrição solicitarão, quando for preciso, a intervenção da autoridade administrativa e dos tribunais.

Art. 92º Os proprietários que, por efeito de expropriação ou por causa das obras de construção ou alargamento das estradas ou das ruas que delas façam parte, forem forçados a construções e obras para vedação dos seus prédios ou reconstrução de frontarias de casas, não são obrigados a requerer licença, mas devem pedir autorização ao director das obras públicas comunicando-lhes a obra que pretenderem fazer.

§ 1º Os directores de obras públicas verificarão a necessidade da obra e as suas condições e autorizarão a construção de modo que não seja prejudicada a estrada.

§ 2º Serão também concedidas pelos directores de obras públicas as licenças para reedificações de construções já existentes, ou para obras exteriores de reparação para o lado da via pública.

Art. 93º Serão concedidas pelos directores de obras públicas, nos termos que forem de justiça, as licenças para construção de serventias requeridas pelos proprietários confinantes com as estradas.

Art. 94º Pelas licenças a que se referem os dois artigos anteriores, não será exigido emolumento algum.

Art. 95º Os directores das obras públicas, por si e pelos seus subordinados fiscalizarão as construções ou quaisquer serviços executados pelos proprietários confinantes com as estradas, e para cuja execução tenha sido concedida a necessária licença.

Art. 96º Quando pela execução de qualquer obra autorizada se causar algum dano à via pública, será esta, logo que seja concluída a obra, restituída ao estado anterior à custa daquele que tiver usado da licença.

Art. 97º Se das obras que se fizerem em algum prédio resultar entulho que tenha de ser lançado de alto, será lançado por meio do um condutor fechado.

Art. 98º Nas licenças para edificações e plantações junto às estradas poderão ser impostas, além das condições expressas neste regulamento, quaisquer outras que em casos especiais se torne necessário estabelecer.

Art. 99º Os que obtiverem licença para construção de obras junto à via pública ficam em geral obrigados a observar todos os preceitos que pelos directores lhes forem impostos, e a seguir todas as indicações que por eles forem feitas para evitar o estrago das estradas, e em geral o prejuízo dos legítimos interesses públicos ou particulares.

Art. 100º A concessão de licenças para construções junto à via pública não isenta os que as tiverem obtido da obrigação de repararem, nos termos do código civil, qualquer dano que directa ou indirectamente possa resultar ao estado ou a propriedade particular da execução das obras ou trabalhos a que tais licenças se refiram. **A2.13**

§ único. Quando os que tiverem obtido as licenças recusarem sujeitar-se a este preceito, o director fará cessar desde logo a continuação dos trabalhos, e se tanto for necessário, levantará o competente auto para se tornar efectiva a responsabilidade civil que o infractor possa ter contraído pelos seus actos.

Art. 101º As licenças para obras próximo de lugares fortificados ficam dependentes do consentimento do ministério da guerra, e serão dadas com as indicações que por ele tiverem sido feitas.

Art. 102º Os emolumentos devidos por licenças serão entregues pelos indivíduos que os deverem e mediante guia passada pelos directores de obras públicas no cofre da receita eventual, na recebedoria do concelho respectivo; e as importâncias devidas por compra, ou arrendamento de quaisquer terrenos pertencentes ao estado, serão depositadas pelos devedores, e com guia passada pelos funcionários acima referidos, na caixa geral de depósitos ou suas delegações, para serem incorporadas nos fundos a que se refere o nº 7 da base 3ª do decreto de 14 de Julho de 1899.

Art. 103º A concessão de licenças para obras junto à via pública não presume nos que as obtiverem direitos de propriedade sobre os prédios em que as obras tenham de ser feitas, nem dispensa outros actos ou formalidades que devam preceder, perante quaisquer autoridades ou corporações oficiais, a execução dos trabalhos, nem poderá, tão pouco, ser alegada para contestar a oposição fundada em direitos de propriedade ou de legítima posse que por parte de terceiros se possa apresentar ao uso da licença concedida. Quando se levante qualquer dúvida no sentido indicado o director das obras públicas dará parte ao governo, deixando inteiramente livre às autoridades competentes a apreciação das questões levantadas.

[...]

19 de Setembro de 1900

SÉCULO XX

Documento nº 2.A.8. Decreto de 24 de Outubro [1901]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do decreto de 24 de Outubro, que aprova a organização dos Serviços de Engenharia Civil da MOP.

(Portugal, 1901-10-24)

A2. 14

Aprovando as organizações dos "Serviços de Engenharia Civil", das "Corporações Consultivas de Obras Públicas e Minas", dos "Serviços Geodésicos e Geográficos", das "Direcções de Obras Públicas e Serviços Hidráulicos Especiais", e dos "Serviços de Pagamento", as quais acompanham os respectivos decretos.

[...]

Pela organização de 28 de Dezembro de 1889, sofreram os quadros técnicos legais do Ministério das Obras Públicas as seguintes reduções:

Engenheiros de Obras Públicas – 110 em lugar de 120

Engenheiros de Minas – 12 em Lugar de 15

Arquitectos - 6 em lugar de 7

Condutores de Obras Públicas – 160 em lugar de 180

Condutores de Minas - 12 em lugar de 15

Desenhadores – 60 em lugar de 90

A redução no quadro dos arquitectos não pode ser mantida facilmente, pois que os serviços próprios desses funcionários tendem a aumentar, tanto em Lisboa, como em todo o país.

[...]

Organização da Engenharia Civil e dos Serviços da Sua Competência

Título I - Pessoal

Capítulo I - Composição dos Quadros

Art. 1º Os serviços de Engenharia Civil, compreendendo os de Obras Públicas e os de Minas, serão desempenhados por um corpo de engenharia, constituído por duas secções, uma de Obras Públicas e outra de Minas, e pelos seus auxiliares: arquitectos, condutores e desenhadores, formando os condutores duas secções como os engenheiros.

[...]

Art. 4º O quadro dos arquitectos é formado por sete arquitectos, sendo:

2 de 1ª classe

2 de 2ª classe

3 de 3ª classe.

[...]

Art. 10º A entrada para o quadro dos arquitectos começará pela categoria de arquitecto de 3ª classe, e a admissão efectuar-se-á precedendo concurso documental perante o Conselho Superior de Obras Públicas.

§ único. Para ser admitido a este concurso é preciso:

1º Ser português;

2º Não ter mais de trinta anos de idade;

3º Ter suficiente robustez e mais qualidades físicas para o bom desempenho da profissão, o que será verificado pela inspecção de dois facultativos, no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sob presidência de um engenheiro inspector;

4º Ter um bom comportamento moral e civil;

5º Ter cumprido os preceitos da lei do recrutamento, na parte que lhe for aplicável;

6º Ter carta do curso de arquitecto pela Academia Real de Belas Artes de Lisboa, ou pela Academia Portuense de Belas Artes; ou o curso de qualquer escola de arquitectura estrangeira de reconhecido mérito, devendo dar-se a preferência, em igualdade de condições, aos que além de qualquer dos cursos designados, apresentarem carta do curso de condutores de obras públicas pelo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa ou Porto.

[...]

Art. 30º Os vencimentos mensais dos arquitectos serão:

Tabela 2.1: Vencimentos Mensais dos Arquitectos

	Vencimento da Categoria	Vencimento do Exercício	Total
Arquitectos de 1ª Classe	50$000	25$000	75$000
Arquitectos de 2ª Classe	40$000	10$000	50$000
Arquitectos de 3ª Classe	30$000	10$000	40$000

Art. 31º Aos arquitectos são aplicáveis as disposições do art. 23º e seus parágrafos, sendo porém as ajudas de custo reguladas pela tabela seguinte:

Tabela 2.2: Ajudas de custo

Arquitectos de 1ª Classe	2$000
Arquitectos de 2ª Classe	1$500
Arquitectos de 3ª Classe	1$200

[...]

Art. 68º Os arquitectos serão empregados nos trabalhos de estudo, fiscalização, construção e conservação de edifícios públicos, monumentos nacionais e em todos os outros da sua profissão que lhe forem distribuídos.

Art. 69º Aos arquitectos de 1ª classe compete: dirigir ou fiscalizar quaisquer obras ou trabalhos dos mencionados no artigo antecedente, informar sobre os assuntos de que trata o mesmo artigo e servir sob as ordens dos engenheiros inspectores e chefes.Os arquitectos de 2ª e 3ª classe serão empregados em todo o serviço ordinário ou especial de arquitectura, sob as ordens dos engenheiros ou de arquitectos mais graduados.

[...]

Artº 101 Os actuais arquitectos e condutores alunos, ou em tirocínio, e bem assim quaisquer outros indivíduos habilitados com o curso de arquitecto ou de condutor de obras públicas ou de minas que actualmente se encontram ao serviço do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, não fazendo parte de qualquer quadro legal, poderão ser conservados no mesmo ministério, nas condições actuais, enquanto as necessidades do serviço assim o reclamem. No concurso a abrir, nos termos dos art. 10º e 11º do presente decreto, será atendido, como motivo de preferência, o tempo de bom serviço que esses indivíduos tenham prestado.

Documento nº 2.A.9. Portaria de 20 de Dezembro [1901]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, da Portaria de 20 de Dezembro, indicando a lista de arquitectos ao serviço do MOP e local onde estão colocados.

(Portugal, 1901-12-20b)

A2.15

Portaria de 20 de Dezembro ordenando que sejam adoptadas as relações dos arquitectos, condutores e desenhadores, que da mesma portaria fazem parte.

Sua majestade, El-Rei há por bem ordenar que sejam adoptados, para todos os efeitos do decreto de 24 de Outubro último, relativo à organização da Engenharia Civil e dos serviços da sua competência, as relações dos arquitectos, condutores e desenhadores, que, assinadas pelo Conselho Director de Obras Públicas e Minas, baixam com a presente portaria e dela fazem parte.

Tabela 2.3: Relação de arquitectos

Por ordem de antiguidade na secção ou quadro	Por ordem de antiguidade na respectiva classe		Situações	Colocação
Arquitectos de 1ª Classe				
1	1	Luís Caetano Pedro de Ávila	Actividade	Em serviço no Conselho de Monumentos Nacionais
2	2	Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira	Idem	Na 1ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa
Arquitectos de 2ª Classe				
3	1	João Lino de Carvalho	Actividade	Na 1ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa
4	2	Leonel Gaia	idem	Na 3ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa
Arquitectos de 3ª Classe				
5	1	Manuel Ventura Terra	Actividade	Na 1ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa
6		Vago		
7		Vago		

Documento nº 2.A.10. Relação dos indivíduos habilitados com o curso de arquitecto... [1901]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, da lista de arquitectos habilitados com o curso de arquitecto, para os efeitos do decreto de 24 de Outubro de 1901.

(Portugal, 1901-12-20a)

Direcção geral de obras públicas e minas - 3ª Repartição

Sua Majestade El-Rei há por bem aprovar as relações dos arquitectos e condutores, a que é aplicável a disposição do artigo 101 do decreto orgânico de 24 de Outubro último da Engenharia Civil e dos serviços da sua competência, as quais assinadas pelo Director Geral das Obras Públicas e Minas, baixam com a presente portaria, para dela ficarem fazendo parte integrante.

23 de Dezembro de 1901

Relação dos indivíduos habilitados com o cursos de arquitecto, organizada nos termos e para os fins do artigo 101º do decreto de 24 de Outubro último, que reorganizou a engenharia civil e os serviços da sua competência.

(ordem alfabética)

Adolpho António Marques da Silva

Álvaro Augusto Machado

António de Couto Abreu

Augusto de Carvalho da Silva Pinto

Francisco Carlos Parente

Francisco Soares Parente

José Alexandre Soares.

Documento nº 2.A.11. Regulamento geral de saúde e beneficência pública [1901]

A2. 16

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do regulamento publicado em 24 de Dezembro de 1901 relativo à instituição de um regulamento de sanidade pública, constituído por 25 páginas impressas (publicação anual de legislação).

(Portugal, 1901-12-04)

Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública

No propósito de instituir validamente a sanidade pública do país, entendeu o Governo que o modo mais eficaz e pronto de dar cumprimento à carta de lei de 12 de Junho último, era elaborar um regulamento geral, onde desde logo os serviços sanitários, no tocante a atribuições, competências e funcionalidades, encontrassem totalmente a sua expressão organizadora e executória.

[...]

Apontaram-se às câmaras municipais as obrigações a cumprir, nomeadamente nas obras de salubridade e no combate das moléstias infecciosas, deixando-lhes ao mesmo tempo aberta a iniciativa e acção para tudo quanto seja benefício de sanidade local. E nesta revista de entidades que têm de interferir por diversos modos nos actos sanitários, não foram esquecidos os párocos, a quem, fora os deveres legais consagrados no registo estatístico e da polícia mortuária, se confia a divulgação de instruções e conselhos populares sobre higiene, apostolado que tão bem se alia à sua investidura moral e religiosa.

[...]

Agregados de pujança, as duas grandes cidades de Lisboa e Porto, tinham de especializar-se sanitariamente; assim o exige a higiene dos grandes aglomerados urbanos.

[...]

O porto jazia ainda nos obsoletos e mesquinhos moldes da organização de 3 de Dezembro de 1868, apenas com a adição do decreto de 22 de Junho de 1898. Mas a coacção das exigências sanitárias fez-se sentir de tal sorte que a câmara municipal, em honrosa e útil providencia, instituiu um serviço de saúde e higiene, que especialmente se aplicou à profilaxia anti-infecciosa. Os apertos trazidos pela invasão pestilencial forçaram também o governo a estabelecer uma inspecção de serviços sanitários no Porto. Esta multiplicidade desconexa não pode subsistir; a câmara foi a primeira a reconhecer que, para bem da cidade, da administração e da sanidade pública, os seus serviços higiénicos deviam ser confiados ao estado, transferência ultimada pelo decreto de 18 de Junho último, fundindo-se esses serviços na inspecção do Porto, junto da qual, desde a quadra epidémica, mais ou menos directamente funcionaram.

[...]

Toma corpo agora o Instituto central de higiene, nascido pelo decreto de 28 de Dezembro de 1899, a que a carta de lei de 12 de Junho último revalidara os direitos de existência.

[...]

A inspecção administrativa e tutelar da beneficência pública do país cabe pelas leis vigentes às autoridades e funcionários civis.

Ao Governador civil, a quem compete essa alta fiscalização no seu distrito, retraçam-se as respectivas atribuições, coligindo as disposições vigentes, tanto as do Código como as subsequentes, e aditando novas, entre elas a colheita e a remessa de dados anuais sobre o movimento de beneficência. E do mesmo modo se ordenaram as incumbências do administrador e das corporações administrativas.

Regulamento geral dos serviços de saúde e beneficência pública

[...]

Capitulo II – Serviços de saúde

Art. 10º Os serviços de saúde têm por fim vigiar e estudar quanto diz respeito a sanidade pública, à higiene social e à vida física da população, promovendo as condições da sua melhoria, e abrangem a defesa contra a invasão das moléstias exótico-pestilenciais, a estatística demográfico-sanitária, a prevenção e combate das moléstias infecciosas, a salubridade dos lugares e habitações, a inspecção das substâncias alimentícias, a higiene da indústria e do trabalho, a polícia mortuária, o exercício médico-profissional e quaisquer outras aplicações da higiene pública.

[...]

Art. 52º Ao governador civil compete:

[...]

6º Ordenar, com recurso para o governo, a demolição ou beneficiação de habitações ou construções que tecnicamente se tenha reconhecido importarem por qualquer forma perigo para a saúde pública;

[...]

8º Fiscalizar e promover o cumprimento, por parte das câmaras municipais, das obrigações sanitárias que lhes assistem;

[...]

Art. 53º Aos administradores de concelho compete:

1º Exercer a polícia sanitária do concelho nos termos legais, procedendo imediatamente contra as transgressões de leis, regulamentos e posturas;

[...]

19º Manter o cumprimento das disposições consignadas nos regulamentos e posturas municipais, concernentes à limpeza e higiene das populações;

20º Tomar parte com o subdelegado nas diligências sanitárias em que a presença e acção da autoridade administrativa ou policial sejam necessárias, nomeadamente nas visitas e inspecções sanitárias, determinadas pelo subdelegado ou de iniciativa administrativa:

a) Das habitações colectivas e lugares de reunião de qualquer ordem, fazendo proceder às determinações higiénicas e às beneficiações impostas pelo técnico e compelindo à sua execução os proprietários por intimação ou autuação quando seja necessário;

b) Dos domicílios, no caso de investigação sanitária, ou no caso de queixa da vizinhança, ou de facultativo, e nos mesmos termos da alínea anterior;

c) Das habitações que pelas suas condições de insalubridade tenham de ser beneficiadas, ou demolidas, nos termos legais;

[...]

Art. 55º Às câmaras municipais incumbe, sem prejuízo do preceituado no código administrativo, acerca de obras e deliberações municipais:

1º Prover, em geral, à sanidade pública do concelho, procedendo à instauração das obras de saneamento, depois de ouvido o parecer das estações médico-sanitárias e técnicas competentes, na conformidade dos regulamentos, e administrando o seu custeio e conservação;

2º Prover à limpeza das ruas, praças, cais e mais lugares públicos, e à remoção das imundices e de tudo quanto possa causar insalubridade;

3º Abastecer de água as povoações do concelho, nas melhores condições possíveis de quantidade e qualidade, construindo e conservando fontes, poços, reservatórios e aquedutos, segundo o sistema mais apropriado de obtenção e transporte de água potável, que será protegida contra as causas de conspurcação e inquinação;

4º Regular as condições de remoção e despejo das imundices domésticas, e por em execução o sistema de saneamento mais adequado, sob o ponto de vista higiénico e económico;

[...]

7º Fiscalizar as condições de salubridade das construções sujeitas a licença municipal, fazendo cumprir os regulamentos respectivos e as posturas que dentro das suas atribuições tenha posto em vigor, e proceder à beneficiação ou demolição das habitações insalubres, nos casos determinados e segundo as formalidades da legislação respectiva;

[...]

17º[...]

§2º No exercício das suas atribuições gerais podem as câmaras deliberar sobre:

1º Posturas referentes à pureza e adulteração dos bens alimentícios; **A2.17**

2º Construção e administração de estabelecimentos de banhos públicos e águas minerais, na conformidade da legislação respectiva;

3º Obras e instituições úteis para a higiene pública, tais como laboratórios, hospitais de isolamento, sanatórios e dispensários.

[...]

Delegações de saúde de Lisboa e Porto

[...]

Art. 92º As duas cidades são repartidas em circunscrições sanitárias, a cada uma das quais compete um subdelegado.

§1º A cidade do Porto divide-se em seis circunscrições e a de Lisboa em vinte, segundo os mapas anexos.

[...]

Art.94º Ao delegado incumbe:

[...]

3º Responder às consultas que a câmara municipal tem de dirigir-lhe nos assuntos que envolvam matéria sanitária e noutros quaisquer da sua competência;

4º Reclamar perante a câmara municipal a execução das providências exigidas pela salubridade pública;

[...]

7º Elaborar o cadastro sanitário das habitações, com a menção das suas condições de salubridade, e dos casos de moléstias infecciosas que nelas tenha havido.

[...]

Instituto Central de Higiene – Ensino sanitário técnico

[...]

Art. 118º O curso de medicina sanitária compreende o ensino das matérias seguintes:

[...]

6º Higiene habitacional. Salubridade das habitações. Normas sanitárias de construção, ventilação e aquecimento. Aglomerado urbano. Habitações colectivas. Habitações das classes pobres. Hospitais, sanatórios, balneários, asilos e creches. Higiene hospitalar;

[...]

Art.120º O curso de engenharia sanitária compreende:

[...]

3º Obras de salubridade e saneamento;

4º Higiene habitacional

[...]

Art. 124º Só podem ser admitidos à matrícula e frequência do curso de medicina sanitária os médicos diplomados pelas três escolas do continente do reino e ainda os alunos que tenham obtido aprovação no último ano das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto.

Ao curso de engenharia sanitária só podem ser admitidos os engenheiros munidos do respectivo diploma passado pelas escolas do reino.

4 de Dezembro de 1901

Documento nº 2.A.12. Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [1903]

Transcrição total, com actualização de ortografia, do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, publicado em 14 de Fevereiro de 1903, que estabelece as condições gerais a que devem responder as edificações construídas a partir desta data. É o primeiro decreto de aplicação específica à edificação.

(Portugal, 1903-02-14)

A2. 18

Condições higiénicas a adoptar na construção de prédios

Capítulo I - Salubridade dos terrenos

Artigo 1º Em terrenos alagadiços ou húmidos não poderá ser construído prédio algum sem primeiro se fazerem as obras necessárias para o seu enxugo e o desvio das águas pluviais de modo que o prédio fique preservado de toda a humidade.

Art. 2º Em terrenos onde tenham sido feitos depósitos ou despejos de matérias imundas ou de águas sujas provenientes de usos domésticos ou de indústrias nocivas à saúde, não poderá ser construído projecto algum sem primeiro se proceder a uma limpeza e beneficiação completa.

Art. 3º Nenhuma construção ou instalação onde possam depositar-se imundícies, como cavalariças, currais, vacarias, lavadouros, fábricas de produtos corrosivos ou prejudiciais à saúde pública e outros semelhantes, poderá ser executada na zona urbana sem que os terrenos em que assentarem sejam tornados completamente impermeáveis, para não haver infiltrações que vão poluir os solos, as águas potáveis e os mineromedicinais reconhecidos como importantes, nos termos da lei de 30 de Setembro de 1892.

Na zona suburbana para as construções ou depósitos de natureza agrícola ou industrial será imposta a cláusula anterior, no caso de no terreno onde assentarem haver fontes, depósitos, aquedutos, canais ou cursos de água potável, ou mineromedicinais de reconhecida importância, a distância inferior a 100 metros.

Art. 4º Em terrenos próximos de cemitérios não poderá ser construído prédio algum sem se fazerem as obras necessárias para os tornar impermeáveis e inacessíveis às águas provenientes das infiltrações do cemitério.

Não poderão também abrir-se poços nos prédios ou nas suas dependências que sejam construídos nestes terrenos.

Capítulo II - Salubridade dos prédios

Art. 5º A altura das fachadas será determinada pela largura das ruas, observando-se as seguintes regras:

1ª Quando a largura das ruas for menor de 7 metros, a altura das fachadas não será superior a 8 metros (rés-do-chão e primeiro andar);

2ª Quando a largura for de 7 a 10 metros exclusivamente, a altura da fachada não será superior a 11 metros (dois andares);

3ª Quando a largura for de 10 a 14 metros exclusivamente, a altura das fachadas não será superior a 14 metros (três andares);

4ª Quando a largura for de 14 a 18 metros exclusivamente, a altura das fachadas não será superior a 17 metros (quatro andares);

5ª Quando a largura das ruas for de 18 metros ou superior e nas grandes praças e boulevards, a altura das fachadas não excederá 20 metros (cinco andares);

6ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas que se cruzem com diferentes larguras a altura será determinada pela maior largura;

7ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas abertas proximamente na mesma direcção, mas com grande diferença de nível, a altura será determinada por decisões especiais do governo;

8ª Quando os edifícios forem construídos fora dos alinhamentos das ruas públicas, em pátios ou jardins interiores, a sua altura não excederá os 15 metros, excepto se o governo autorizar maior elevação.

§1º O disposto neste artigo não se aplica aos templos, aos edifícios destinados para o serviço público nem aos monumentos quer sejam construídos pelo Governo, quer pelas câmaras municipais.

§2º Às ruas que forem abertas de novo em cidades importantes não poderá ser dada largura inferior a 10 metros.

Art. 6º As alturas determinadas no artigo antecedente serão medidas desde a calçada ou pavimento até à parte superior da cornija.

§1º As medidas serão tomadas no centro da fachada.

§2ª Acima da cornija e no plano da parede da fachada não poderá ser elevada construção alguma excepto os acroterios, seus acessórios e um só andar recolhido, para aproveitar o madeiramento do telhado.

§3º A altura mínima dos andares medida entre o pavimento e o tecto será:

Para o rés-do-chão, 3,25 metros

Para o primeiro andar, 3,27 metros

Para o segundo andar, 3 metros

Para o terceiro andar, 2,85 metros.

Para o quarto andar, 2,75 metros.

Para o quinto andar, 2,75 metros.

Art. 7º As paredes dos prédios devem sempre assentar em terrenos sólidos ou bem consolidados.

Art. 8º Os materiais serão da melhor qualidade, não devendo empregar-se no fabrico de argamassas nem materiais pouco limpos, nem água salgada ou outra que possa produzir humidade nas paredes.

Art. 9º O pavimento do rés-do-chão ou das casas térreas deve ser coberto com uma camada impermeável ou ter uma caixa-de-ar de 0,60 de altura mínima, com aberturas nas paredes para comunicar com o ar exterior.

§1º As escadas de acesso para os diversos andares devem ser quanto possível amplas, bem iluminadas, de fácil ventilação e dispostas de maneira que proporcionem uma ascensão pouco fatigante.

§2º A caixa de escadas deve ter, no seu eixo, um espaço vazio, por onde desça a luz e suba o ar para sair pelos ventiladores, que deve haver nas clarabóias.

Art. 10º Os alicerces devem ser construídos com materiais impermeáveis, ou pelo menos cobertos com uma camada impermeável, 0,15 acima do solo, para evitar que a humidade dos terrenos se comunique às paredes dos prédios.

Art. 11º As janelas devem ser amplas, para darem entrada ao ar e à luz, tendo pelo menos um décimo da superfície do pavimento do quarto, e com o mínimo de 0,8 m^2 nos quartos de dormir.

Art. 12º Se o edifício for destinado a reuniões públicas, como igrejas, teatros, etc., deve ter amplos meios de entrada e saída, abrindo as portas quando possível para o exterior, e meios próprios de ventilação, tais como janelas de girar, vidros paralelos, tubos apropriados, ou outros que assegurem uma renovação de ar suficiente com relação ao número de pessoas que pode conter.

§ único. Nas oficinas haverá, pelo menos, a capacidade de 8 metros cúbicos por pessoa, além da conveniente ventilação, mas esta capacidade mínima será obrigatoriamente aumentada, quando as necessidades da indústria o exigirem para garantia da higiene.

Art. 13º Os quartos de dormir nunca deverão ter capacidade inferior a 25 metros cúbicos por pessoa, e terão sempre uma janela que os ponha em contacto com o ar exterior.

Nos colégios, asilos, ou onde houver aglomeração de mais de dez indivíduos no mesmo dormitório, poderá reduzir-se a capacidade dos dormitórios a 15 metros cúbicos por pessoa, contando que haja número de janelas preciso para a conveniente ventilação.

Art. 14º As chaminés devem ser construídas com materiais incombustíveis, sendo arredondados os cantos, ter dimensões convenientes para uma boa tiragem e fácil acesso à parte superior, para se fazer a limpeza; não poderão ser construídas salientes no paramento exterior dos muros da frente, nem lançar fumo para a rua pública e ficarão sempre separadas, pelo menos 0,15 m de qualquer madeiramento ou material combustível.

Art. 15º Os telhados serão sempre construídos com a maior perfeição para que não deixem entrar as águas das chuvas nem produzir humidade no interior dos prédios.

Art. 16º Os algerozes serão proporcionais à grandeza do telhado, a fim de conterem toda a água que neste cair, devendo ser forrados com zinco ou chumbo, ou bem cimentados para evitar toda a infiltração através das paredes, que produza humidade no interior.

Art. 17º Quando o prédio for encostado a outro ou à parede de outro prédio já construído, haverá o maior cuidado na ligação ou encosto do algeroz à parede do primeiro, para evitar infiltrações, sendo o dono do prédio, que faz a obra, responsável por todo e qualquer dano que possa causar ao prédio vizinho.

Art. 18º Os alojamentos cujo pavimento ficar inferior ao nível da rua ou do terreno a que se encostam, sendo construídos com destino a serem habitados satisfarão às seguintes condições:

1ª Terem altura mínima de 3 metros entre o pavimento e o tecto, tendo este, pelo menos, 2 metros acima do nível da rua ou do terreno, mas quando uma das faces for completamente desafrontada e erguida acima do solo, o pavimento da parte soterrada pode ser dois metros abaixo do nível do solo;

2ª Que as paredes e o pavimento estejam devidamente garantidos contra as infiltrações de água superficial e contra a humidade telúrica;

3ª Não passar por baixo do pavimento qualquer cano destinado a despejos sem que esteja suficientemente enterrado e construído com a maior perfeição, nem ficar o seu pavimento inferior ao nível da soleira do cano de esgoto mais próximo;

4ª Estarem garantidos contra todas as emanações nocivas;

5ª Terem latrinas e convenientes instalações para o escoamen-to dos líquidos impuros;

A2.19

6ª Serem iluminadas por uma ou mais janelas para receberem luz e ar exterior;

Art. 19º Os pátios colocados entre prédios que tenham altura inferior a 18 metros devem ter, pelo menos, 30 metros quadrados de superfície com a largura mínima de 5 metros, para darem fácil circulação ao ar e abundante luz. Se a altura dos prédios exceder os 18 metros, deverão os pátios ter, pelo menos, 40 metros quadrados de superfície, com a largura mínima de 5 metros.

Art. 20º Nos saguões ou pátios interiores, devem ser observadas as seguintes regras:

1ª Se não destinados a iluminar e arejar cozinhas terão, pelo menos, 9 metros quadrados;

2ª Sendo destinados a iluminar vestíbulos, antecâmaras ou escadas terão, pelo menos, 4 metros quadrados;

3ª Quando forem rebocados com argamassa serão caiados de dois em dois anos com cal recentemente preparada, mas convém que sejam revestidos com uma camada impermeável, que permita a lavagem;

4ª Não será permitido abri-los na altura do primeiro andar para o aproveitamento de uma nova casa ou passagem coberta no rés-do-chão, a fim de evitar o depósito de poeira e detritos fermenticíveis;

5ª O pavimento deve ser lajeado e com inclinação para o centro ou para os lados, devendo haver na parte mais baixa uma abertura em comunicação com o cano de esgoto, na qual será colocado o respectivo sifão.

Depósito de água

Art. 21º Os depósitos de água potável em caso nenhum devem estar em comunicação directa com latrinas, ou tubos de queda, nem mesmo o orifício de vazão superior (trop-plein), quando o tenha, devendo ter um orifício no fundo para que se poder lavar e fazer limpeza.

Art. 22º Os depósitos de água potável serão sempre colocados em sítios onde não possam ser invadidos pelo ar viciado e por isso distantes das aberturas dos tubos de ventilação, de despejo, etc.

Art. 23º Os mesmos depósitos bem como as extremidades livres da canalização que a ele conduzem, não devem ser feitos de chumbo, nem de outro material que possa prejudicar a saúde ou dar mau gosto à água.

Art. 24º Havendo água encanada, nunca o encanamento deve ter ligação directa com latrinas ou qualquer depósito insalubre, somente interrompida pelas torneiras mas será sempre colocado entre estas e as latrinas um depósito de água isolador.

Tubos de queda

Art. 25º Todos os prédios terão os necessários tubos de queda para dar escoamento às águas das chuvas e às águas caseiras matérias fecais e águas sujas de qualquer espécie.

§ único. Os tubos de queda das águas pluviais serão sempre separados dos que servem a receber os despejos e águas servidas.

Art. 26º Os tubos de queda de despejos caseiros serão de preferência de grés cerâmico vidrado por dentro e por fora, de suficiente espessura e diâmetro correspondente às descargas previstas; podendo também ser de ferro fundido; e sendo admissíveis as de chumbo ou de outro material impermeável especialmente quando se destinarem a dar escoante às águas pluviais ou aos urinóis.

§ único. São expressamente proibidos os tubos de olaria ou manilhas de barro comum.

A2. 20

Art. 27º Os tubos de queda devem ser quanto possível colocados na parte exterior das paredes, para serem visíveis e haver facilidade nas reparações.

§ 1º Admite-se para os tubos de grés o diâmetro entre os 80 a 110 milímetros, e para os de ferro fundido ou de chumbo o de 70 milímetros, não sendo conveniente grandes secções para mais facilidade da lavagem.

§2º Os tubos de chumbo destinados só a esgotos de líquidos podem ter 50 milímetros de diâmetro.

Art. 28º Os tubos de queda, quer sejam colocados exteriormente quer metidos na parede, devem ser de perfeita execução, tanto pelas garantias que oferecer o material empregado, como pelo trabalho de colocação, escolhendo-se tubos da melhor qualidade na espécie preferida, bem calibrados, adaptando-se perfeitamente uns aos outros e sem fendas nem falhas.

Art.29º As ligações devem ser feitas com todo o esmero, empregando-se o cimento hidráulico para os de grés, a estopa alcatroada e a chumbagem para os de ferro fundido e a soldadura para os de chumbo, devendo a canalização formar uma só peça em todo o comprimento perfeitamente impermeável e sem a mínima solução de continuidade.

Art.30º Os tubos de queda devem ser tanto quanto possível em linha recta, tanto em perfil como em planta, convindo que a parte elevada acima do solo seja perpendicular, e sendo indispensável que a parte que haja de atravessar por baixo dos prédios seja absolutamente rectilínea. As ligações com os canos de esgoto devem ser feitos em ângulos obtusos não inferiores a 135º no sentido da vazão e os entroncamentos sempre concordados por curvas de maior raio possível.

Art. 31º Quando parte do encanamento assentar no terreno deve este ser perfeitamente sólido ou consolidado, e os canos devem ter inclinação proporcional às exigências da vazão e às condições locais, tendo-se como suficiente para os diâmetros indicados, o pendor de 30 milímetros por metro corrente, que poderá baixar até aos 20, se as circunstâncias do local assim o reclamarem, sendo neste caso necessário auxiliar a acção da gravidade por correntes de varrer.

§ único. Os canos que exclusivamente se destinarem a dar esgoto a líquidos podem ter a inclinação mínima de 15 milímetros.

Art. 32º Deve evitar-se o seu prolongamento por baixo dos prédios; mais, quando isso for indispensável, será sempre assentes em terreno sólido bem consolidados com uma camada de betão que os envolva, e munidos, quando possível, com óculos de inspecção.

Estes canos serão sempre enterrados à profundidade mínima de 0,25 metros.

Art. 33º Os tubos de queda devem sempre elevar-se com o mesmo diâmetro 1 metro, pelo menos, acima do espigão do telhado, e nunca terminando a menos de 6 metros de distância de qualquer janela ou chaminé, deve ter os seus dois extremos em comunicação com o ar exterior, para serem bem ventilados e a parte superior deve ser coberta com um aparelho de ventilação apropriado.

Art. 34º Os tubos de queda, sempre que for necessário, deverão desaguar num pequeno poço de inspecção, aberto no ar exterior, ao qual estará ligado um sifão, por onde os líquidos entrem no cano de esgoto, a fim de que os gases penetrem nas casas, e ainda quando não haja poço, deve haver o sifão interruptor ou um aparelho hidráulico tão próximo quanto possível da ligação do cano de esgoto.

Art. 35º As águas pluviais, quando os tubos de queda, que as conduzem desembocarem directamente em ruas que tenham passeios, passarão através destes e, caleiras cobertas de metal.

Sifões

Art. 36º Os sifões preferíveis para as canalizações dos esgotos serão os de grés cerâmico, vidrados na face interna e externa, suficientemente resistentes e escolhidos com o maior cuidado, para se reconhecer se satisfazem às seguintes condições:

1ª Bom material e perfeição de fabrico, sem ângulos ou asperezas interiores;

2ª Perfeita impermeabilidade;

3ª Ausência de falhas ou fendas;

4ª Perfeita adaptação aos tubos da canalização;

5ª Bom desenvolvimento da curva de fundo, para que os líquidos corram facilmente, evitando-se depósitos;

6ª Disposição tal que a parte mergulhada no líquido, a contar da linha de nível da parte morta ou inerte, meça, pelo menos, 37 milímetros, podendo ascender até aos 76 milímetros quando forem aplicados a canos onde possa prever-se uma grande pressão, pela abundância das descargas de líquidos ou pela excepcional altura de onde eles vêm.

§1 Nas canalizações dos urinóis, lavatórios e outros podem empregar-se sifões de outro material.

§2 Os chamados sifões de pedreiro e os sifões de caixa são absolutamente proibidos.

Art. 37º No assentamento dos sifões deve haver o maior cuidado em que fiquem horizontais, ou pelo menos muito próximo da horizontalidade, quando a inclinação dos tubos a eles adaptados assim o reclame de modo que em cada ramo seja sensivelmente igual a parte mergulhada; as junções devem representar uma oclusão perfeita, não só estanque, mas impenetrável aos gases, formando com os tubos das canalizações uma só peça.

Art. 38º Os sifões, sendo possível, devem ter na parte superior um orifício perfeitamente vedado, mas que possa abrir-se quando necessário, para se proceder à sua limpeza.

Tubos de ventilação

Art. 39º Quando se receie que os tubos de queda, embora sejam abertos ao ar exterior por ambos os extremos não possam, em consequência da sua grande altura, entreter em boas condições a sua própria ventilação, podendo produzir-se desequilíbrios da pressão interior que determinem o esvaziamento dos sifões, serão colocados ao seu lado tubos de ventilação ligados a eles e às coroas dos sifões.

Art. 40º Quando se estabelecerem tubos de ventilação, serão de qualquer dos materiais já indicados e ligados sempre aos de queda, na parte inferior, abaixo da ligação do primeiro sifão, e, na superior, acima do último, e quando esta ligação se não possa fazer deverá o tubo de ventilação prolongar-se até 0,50 metros acima do espigão do telhado onde será aberto com aparelhos apropriados.

Art. 41º Os tubos de ventilação, cujo diâmetro deve ser aproximadamente metade do dos tubos de queda, podem ter o de 0,051 metros e serão ligados à coroa dos sifões, por tubos de diâmetro 0,037 metros, também aproximadamente, quando ela não esteja em comunicação directa com o ar exterior.

Latrinas e pias

Art. 42º Em cada domicílio deve haver pelo menos uma latrina e uma pia de despejo, independente uma da outra. A latrina pode ser colocada, conforme as circunstâncias, ou em espaço contíguo ao prédio, ou por fora da sua parede exterior, ou ainda no interior da habitação, convindo neste caso, que o seja ao fundo de um corredor, em local onde possa haver uma janela ou pelo menos uma fresta de 0,30x0,50 que dê comunicação para o ar exterior, condição igualmente imposta às que se construírem fora do prédio ou em terrenos anexos.

§ 1º Não sendo perigosa nem incómoda a vizinhança de uma latrina bem construída e cuidadosamente conservada em perfeito estado de asseio e desinfecção, a sua colocação dentro da habitação é indiferente; mas para maior garantia convém escolher local onde uma corrente de ar cruzada corte a comunicação de atmosferas.

§ 2º Para conservar o asseio das bacias, sifões e canalizações das latrinas, deve nelas haver depósito de água com autoclismo, ou aparelho automático, que assegurem fortes correntes de varrer, exceptuando-se desta disposição preceptiva as que forem desembocar a fossas fixas, em que ficará apenas facultativa.

§ 3º Nos estabelecimentos onde houver aglomeração de pessoas, como fábricas ou oficinas, deve haver pelo menos um lugar de latrina para cada 30 pessoas.

Art. 43º As pias devem ser colocadas nas paredes exteriores, e quando possível próximas de uma janela, e só excepcionalmente serão colocadas no interior da habitação. Devem ser de grés cerâmico vidrado, ou de calcário, feitas de uma só peça com escavação infundibuliforme[15], e superfície interna perfeitamente lisa. No fundo terão um orifício para despejos solidamente ligado ao tubo de queda por um sifão isolador, neste orifício será colocado um ralo de metal para impedir que passem das matérias sólidas, e, quando houver tampo de madeira, deve ser revestido de lâmina de zinco. As pias devem assentar sobre um massame de alvenaria, coberto na parte superior até onde a pia mergulha com uma camada de cimento hidráulico, tendo a superfície, quando for saliente à circunferência dela, revestida de ladrilho de grés ou ladrilho cerâmico vidrado e ligado a cimento.

Urinóis e outros escoadouros

Art. 44º As bacias dos urinóis devem ser de grés cerâmico vidrado ou de calcário rijo e as paredes e os cantos onde assentarem devem ser revestidas de ladrilho cerâmico vidrado, assente e ligado a cimento, desde o chão até 1,20 metros de altura e com largura tal que ultrapasse pelo menos um ladrilho de cada lado a largura do urinol.

§ único. Nos urinóis múltiplos sem bacia, os fundos e divisórias podem ser de ardósia bem lisa, ou de pedra rija, mas estas devem ser levantadas do pavimento e separadas das paredes para facilitar as lavagens.

Art. 45º Os urinóis devem ser abastecidos com água bastante para estabelecer corrente contínua ou para fazer descargas de lavar, depois de cada urinação; a sua vazão deve efectuar-se aos tubos de matéria impermeável, ligados por meio de sifões aos tubos de queda ou aos esgotos.

§1º Quando houver fileira de urinóis, devem todos escoar numa caleira, ou num tubo de substância impermeável de 66 milímetros, que, por meio de sifão comunique com a canalização de despejos.

§ 2º As disposições relativas ao abastecimento de água são dispensadas quando, em vez do sistema usual, se empregar o sistema de óleo, ou outro que higienicamente preencha o mesmo fim.

Art. 46º Convirá colocar no pavimento dos urinóis grades de ferro, tendo por baixo depósitos de água, e sendo levantados um pouco, em forma de degrau; mas, em todo o caso o pavimento tem de ser impermeável na superfície mínima de 1 metro quadrado para os urinóis únicos e na largura mínima de 1,20 metros e comprimento mínimo que exceda 0,50 metros de cada lado aos urinóis múltiplos em linha. **A2.21**

Art. 47º Todos os orifícios destinados a escoadouros colocados nas cavalariças, pátios, saguões ou noutro qualquer lugar do prédio e suas dependências, devem ser separados dos canos de esgoto ou dos reservatórios para onde despejarem, por meio de sifões.

Todas as pias e latrinas ou outros depósitos que recebam líquidos impuros serão ligados aos tubos de queda por meio de sifões.

Fossas

Art. 48º Quando na povoação não houver canos de esgoto, nem outro sistema adoptado de remoção de imundices, serão os despejos recolhidos em fossas fixas, sempre condenáveis pela higiene e só aceitáveis pela falta de outros recursos.

Art. 49º As fossas fixas devem obedecer às seguintes condições:

1ª Serem construídas, sempre que for possível, fora do prédio, em algum pátio ou quintal e em local onde não possam prejudicar qualquer fonte, depósito de água potável ou corrente de água destinada ao consumo ou de água minero-medicinal em exploração.

2ª Terem os seus muros próprios e independentes das paredes que servirem de alicerces aos edifícios de habitação e separadas delas por um intervalo não inferior a 0,10 metros;

- -

15.Em forma de funil.

3ª Serem sempre colocadas de modo que não possam prejudicar os vizinhos nem causar dano à saúde pública;

4ª Terem, quando construídos no interior das casas, a colocação que mais as afaste dos compartimentos previstamente destinados a quartos de dormir, de modo que não fiquem ao lado, nem por baixo deles, devendo o local escolhido ter janelas ou aberturas que as ponham em contacto com o ar exterior;

5ª Terem, como condição indispensável, perfeita impermeabilidade, para o que serão construídos com o maior esmero; com fundações firmes e assentes em terreno sólido, com excelente material de alvenaria, boa argamassa, completo e total reboco de cimento, de modo que não fiquem fendas que possam dar lugar a infiltrações, com os ângulos arredondados, o fundo côncavo e a espessura dos muros laterais não inferior a 0,28 metros.

Art. 50º Serão enterradas e cobertas com abóbada, tendo uma abertura tapada por qualquer meio que a feche hermeticamente, ou por uma laje coberta com uma camada de terra de 0,50 metros de altura, a qual só poderá ser retirada, quando tenha de proceder-se à limpeza, mas quando forem construídas dentro das casas ou contíguas a elas, serão sempre munidas com um respiradouro ou tubo de ventilação, com diâmetro não inferior a 0,10 metros, que se eleve até à parte superior do prédio, terminado superiormente por um aparelho de ventilação apropriado. A sua ligação com os tubos de queda deve ser feita com o maior cuidado para impedir que os gases desenvolvidos nas fossas possam atravessá-la e entrar nos tubos de queda.

Art. 51º Não poderá fazer-se uso delas enquanto não esteja completo o recalque das alvenarias e reparadas todas as fendas que porventura se manifestarem.

A2. 22

Art. 52º Quando forem construídos canos de esgoto, aos quais sejam ligados os tubos de queda, serão logo entulhadas as fossas, depois de bem limpas e desinfectadas.

Art. 53º Em lugar das fossas que se referem os artigos anteriores, poderão ser adoptadas as fossas mouras, ou as fossas móveis, ou outras que a experiência tenha demonstrado que satisfazem aos preceitos higiénicos.

Alojamentos para animais

Art. 54º O pavimento das cavalariças, estábulos e outros análogos onde se juntem líquidos imundos deve ser perfeitamente impermeável, ter os convenientes buracos de despejo para os esgotos ou fossas, e uma inclinação de três por cento para fácil escoamento. As cavalariças terão capacidade mínima de 20 metros cúbicos e largura de 1,20 metros por cada solípede.

Art. 55º Quando estes alojamentos forem estabelecidos em andar superior devem ser abobadados, ou pelo menos estanhado o tecto com todo o cuidado para evitar que as emanações insalubres atravessem as fendas do soalho e invadam a casa.

Capítulo III - Disposições gerais

Art. 56º Nas cidades de Lisboa e Porto não poderá ser construído prédio algum novo, bairro, ou grupo de casas para habitação, ainda que seja dentro de uma propriedade particular, ou recinto fechado por paredes, nem proceder-se a reconstrução ou modificação importante em prédios construídos, sem licença das respectivas câmaras municipais, baseado em parecer prévio do conselho dos melhoramentos sanitários ou da sua delegação distrital, nos termos do artigo 18º, nº 5, do decreto de 24 de Outubro de 1901[16] e cumpridas as disposições do regulamento Sanitário de 24 de Dezembro de 1901[17].

O pedido para estas obras será acompanhado das plantas, alçados, cortes, e os esclarecimentos precisos para se conhecer que serão nelas atendidas as disposições do decreto de 31 de Dezembro de 1864[18] e as prescrições sanitárias referidas neste regulamento.

Os proprietários que alterarem os projectos aprovados ou deixarem de cumprir alguma das obrigações designadas neste regulamento incorrerão na multa estabelecida no artigo 57º do decreto de 31 de Dezembro de 1894.

Art. 57º Nenhuma casa construída de novo ou reconstruída poderá ser habitada sem licença da câmara municipal.

Art. 58º As câmaras municipais não poderão conceder licença para ser habitado um prédio senão passados dois meses no Verão e três no Inverno depois de concluídos os revestimentos interiores.

Art. 59º Todas as câmaras municipais, sem prejuízo do determinado no Código Administrativo, são obrigados a fazer os regulamentos de salubridade para os respectivos concelhos em harmonia com os preceitos estabelecidos neste regulamento, modificados em atenção às circunstâncias locais.

Art. 60º Os regulamentos concelhios relativos à salubridade urbana serão enviados pelas câmaras municipais ao governador civil para serem submetidos à respectiva sanção tutelar, não podendo ser aprovados sem informação do conselho dos melhoramentos sanitários ou das suas delegações distritais e sem prejuízo do regulamento Geral de Saúde de 24 de Dezembro de 1901.

Paço, em 14 de Fevereiro de 1903

- -

16.“Decreto de 24 de Outubro [1901]” na pag. 14

17.“Regulamento geral de saúde e beneficência pública [1901]” na pag. 16

18.“Projecto sobre a polícia da via pública, decreto de 31 de Dezembro [1864]” na pag. 3

Documento nº 2.A.13. Decreto n.º 4:036 - Regulamento para o emprego de beton armado [1918]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do decreto de 29 de Março de 1918, que aprova o primeiro regulamento referente a construções em betão armado.
(Portugal, 1918-03-28)

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO - Secretaria-geral

As construções de beton têm tomado tão grande desenvolvimento entre nós que se torna indispensável sujeita-las a prescrições de ordem técnica e administrativa.

Não existe em Portugal qualquer diploma oficial que regule o assunto; apenas, por vezes, são mandadas observar nas obras dependentes da administração pública as instruções anexas à circular ministerial francesa de 20 de Outubro de 1906. Na maioria dos casos, porém, engenheiros e construtores têm absoluta liberdade de adoptar as regras mais convenientes que lhes pareçam.

Não podem eximir-se à fiscalização do Estado, fixada em normas tanto quanto possível invariáveis, os trabalhos de beton armado, que às vezes revestem excepcional importância. Assim o entendeu há muito a benemérita Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, encarregando uma comissão de engenheiros ilustres e experimentados neste sistema de construções de elaborar umas instruções regulamentares onde se enfeixassem, duma maneira clara e concisa, as regras a adoptar nas construções desta natureza.

São estas instruções que, ligeiramente modificadas, vão ser adoptadas desde já, introduzindo-se-lhes mais tarde as alterações que a experiência e o progresso deste sistema de construção aconselharem. E assim:

Considerando que não existe qualquer diploma oficial que imponha aos engenheiros e construtores a sujeição a prescrições técnicas e administrativas nas construções de beton armado;

Considerando que é indispensável garantir a essas construções as necessárias condições de segurança:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, e seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento para o emprego de beton armado, que faz parte integrante do presente decreto e com ele baixa assinado pelo Ministro do Comércio.

Art. 2.º É o governo autorizado a introduzir neste regulamento as alterações aconselhadas pela experiência e pelo progresso da construção.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com a força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contêm.

Regulamento para o emprego de beton armado

TÍTULO I - Aprovação dos projectos e fiscalização dos trabalhos

Artigo 1.º As construções de beton armado, quer sejam feitas pela administração pública, pelos corpos administrativos, administrações autónomas emanadas do Estado, quer por empreiteiros, tarefeiros, empresas ou sociedades particulares, serão subordinadas às prescrições do presente regulamento.

Art. 2.º Nenhuma obra de beton armado que interesse a segurança pública poderá ser executada sem que o projecto tenha sido aprovado pelas repartições técnicas do Estado ou dos corpos administrativos.

§ único. Os projectos dessas obras deverão compreender uma memória descritiva com os cálculos justificativos, os desenhos cotados, indicar a qualidade dos materiais, a dosagem do beton, e a pessoa responsável pela execução dos trabalhos, que será sempre um engenheiro português.

Art. 3.º O responsável pelo trabalho deverá no local da obra, para apresentar aos agentes da fiscalização quando lhe for pedido, um caderno em que anotará:

a) As datas do começo e conclusão das diferentes partes da obra, assim como da desmoldagem;

b) As datas de fabrico dos bloco para os ensaios;

c) As observações sobre a temperatura e as intempéries, com as suas datas, e especialmente aquelas em que a temperatura tenha sido de 0ºC., ou inferior; **A2.23**

d) As observações acerca de ocorrências notáveis durante a execução do trabalho e até à desmoldagem.

Art. 4.º São permitidas alterações ao presente regulamento, quando sejam devidamente justificadas e aprovadas pelas repartições técnicas competentes.

TÍTULO II - Materiais

CAPÍTULO I - Cimento

[...]

CAPÍTULO II - Areia

[...]

CAPÍTULO II - Pedra

[...]

CAPÍTULO IV - Água

[...]

CAPÍTULO V - Beton

Art. 9.º Os materiais componentes do beton devem medir-se em separado, e nas proporções previstas, que devem ser indicadas em peso para o cimento, e em volume para a areia e a pedra.

Art. 10.º A dosagem de beton normal é de 300 quilogramas de cimento, 400 litros de areia, 800 litros de pedra. Segundo as circunstâncias, poderão adoptar-se outras dosagens, ou para se obter um beton estanque, ou com maior resistência, ou enfim, para que o cimento em pó encha sempre os interstícios de areia seca, e que a

argamassa produzida encha sempre os intervalos da pedra seca, com um excesso de 10 por cento, pelo menos.

Art. 11.º O beton normal deve apresentar uma resistência ao esmagamento, não inferior a 120 kg/cm² ao fim de vinte e oito dias de endurecimento, e a 180 kg/cm² ao fim de noventa dias.

Art. 12.º A quantidade de água a juntar no beton deve ser regulada pelo responsável do trabalho, por isso que depende da temperatura, da natureza e grau de humidade dos materiais e doutras circunstâncias.

CAPÍTULO VI - Aço

[...]

TÍTULO III – Peso morto e sobrecargas

[...]

TÍTULO IV - Cálculos de resistência

Art. 16.º Os cálculos de resistência serão feitos segundo princípios científicos baseados em dados experimentais, e não por processos empíricos.

Art. 17.º Os cálculos de resistência deverão ser subordinados aos seguintes princípios gerais:

a) Proporcionalidade das deformações aos esforços a que as fibras são sujeitas;

b) Contribuição da resistência do ferro à compressão, na proporção dos coeficientes e elasticidade do ferro e do beton à compressão;

A2. 24

c) Desprezo da resistência do beton à tracção, a qual será simplesmente suportada pelas armaduras;

d) Adopção do coeficiente de homogeneidade, ou relação entre os coeficientes de elasticidade do ferro e do beton à compressão, m – 15, quando não se justifique outro valor.

[...]

TÍTULO V - Esforços produzidos pelas forças exteriores

[...]

CAPÍTULO III - Lajes

Art. 25.º No cálculo das lajes deverá atender-se às seguintes prescrições:

a) Vão. – Considerar-se-á como vão das lajes a distância de eixo a eixo dos apoios, não devendo nuca ser inferior ao vão efectivo aumentado da espessura da laje ao meio.

b) Espessura mínima. – Nas lajes de pavimentos não deverá a espessura ser inferior a 8 centímetros.

[...]

CAPÍTULO IV - Vigas e lajes vigadas

Art. 26.º No cálculo das vigas e das lajes vigadas deverá atender-se às seguintes prescrições:

a) Vão. – Considerar-se-á como vão a distância de centro a centro dos apoios, ou o vão efectivo aumentado da altura da viga.

b) Largura da laje vigada interessada na compressão. – No caso das lajes vigadas monolíticas admitir-se-á que uma parte da laje se acha interessada na compressão da viga, numa largura não superior à menor das seguintes dimensões: um terço do comprimento efectivo da viga; dez vezes a largura da viga; vinte vezes a espessura da laje. Esta largura não deverá, em caso algum, ser superior à distância de eixo a eixo das vigas.

[...]

TÍTULO VII - Execução do trabalho

CAPÍTULO I - Amassadura do beton

Art. 31.º A amassadura do beton deverá fazer-se de preferência à máquina. Quando feita a braços deverá haver todo o cuidado em que a mistura dos materiais seja perfeita, com cor uniforme, e consistência bem homogénea. Convêm, neste caso, fazer primeiro a argamassa com cimento e a areia, e adicionar em seguida a pedra.

A consistência deve ser tal que o beton possa correr por entre os moldes e as armaduras, e ao mesmo tempo se possa levar do amassadouro ao local do emprego, sem que a argamassa se separe da pedra.

De cada vez deve fazer-se apenas a quantidade suficiente para cada betonagem, não devendo, em geral, utilizar-se o beton depois de decorrida uma hora.

Art. 32.º Enquanto se não faz a betonagem, deve proteger-se o beton contra a acção do sol, do vento e das chuvas fortes.

Art. 33.º É proibido o emprego do beton que tenho sofrido um começo de pressa no amassadouro ou na máquina de amassar, mesmo remolhando-o com água.

CAPÍTULO II - Betonagem

Art. 34.º Deve deitar-se o beton nos moldes por camadas que não excedam 15 centímetros de espessura antes de calcadas, calcá-las com pilões tendo peso e feitio convenientes para que fiquem o mais compactas possível, e não deixem vazios no interior da massa, junto dos moldes, ou em volta das armaduras.

Art. 35.º Não se deve fazer a betonagem a temperaturas inferiores a 0º C., a não ser que se tomem precauções para proteger o beton contra o frio durante a sua fabricação, transporte, enchimento dos moldes e o período de endurecimento. Deve sempre atender-se, nos prazos para os ensaios, para a desmontagem dos moldes, e para começar a servir, ao tempo em que a temperatura tenha permanecido inferior a 0º C.

Art. 36.º Desde que o beton comece a fazer presa e até ter atingido um grau de endurecimento suficiente, devem-se evitar os choques e as vibrações; e protegê-lo contra a acção das geadas, e contra uma desecação rápida pelos raios do sol ou pelo vento, conservando-se humedecido por qualquer meio, durante sete dias pelo menos.

CAPÍTULO III - Interrupção e recomeço da betonagem

Art. 37.º Cada secção dos moldes deve encher-se, tanto quanto possível, numa operação única ou seguida. Quando o trabalho tiver de ser interrompido, devem escolher-se de preferência os sítios que tiverem menos influência sobre a resistência da peça considerada. As superfícies das juntas deverão ser normais à direcção dos esforços de compressão do beton.

Art. 38.º Ao recomeçar o trabalho deve molhar-se abundantemente com água a superfície da junta da camada antecedente, se o beton ainda estiver fresco; se já tiver feito presa deve-se picar a junta, lavá-la com água, e cobri-la com uma camada de argamassa com cerca de 10 milímetros de espessura, feita com partes iguais de cimento e areia.

[...]

TÍTULO VIII- Ensaios e provas

CAPÍTULO I - Ensaios de blocos

Art. 48.º Nos trabalhos de grande importância deve preparar-se antes, ou durante o trabalho, quando forem exigidos pela fiscalização, blocos de beton para serem submetidos a ensaios de resistência.

§ único. Este blocos, em número não inferior a seis de cada lote, serão cubos com 20 centímetros de aresta, doseado o beton e calcado da forma que se aplicar no trabalho.

Art. 49.º Os ensaios ao esmagamento devem fazer-se vinte e oito dias depois de moldados os blocos, e a média dos seus resultados deve considerar-se como a resistência do beton.

CAPÍTULO II - Provas de resistência das obras

Art. 50.º As obras que interessam a segurança pública devem ser sempre submetidas a provas antes de franqueadas ao público.

Art. 51.º Até a conclusão das provas deverão as obras apresentar os paramentos nus, para se poder examinar a sua contextura, a maneira como foram executadas, e o seu grau de dureza.

Art. 52.º Os prazos para se fazerem as provas de resistência serão pelo menos de noventa dias para as obras de grande importância, de quarenta e cinco dias para as obras de importância média; e de trinta dias para os pavimentos e outras obras de pequena importância.

[...]

29 de Março de 1918

Documento nº 2.A.14. Lei nº 1670 [1924]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do decreto de 15 de Setembro de 1924, relativo ao licenciamento camarário. Como aspectos importantes o reafirmar da capacidade camarária para o embargo de obras sem licença e a obrigatoriedade de os projectos serem subscritos por um técnico habilitado para a construção civil. (Portugal, 1924-09-15)

A2.25

[Autoriza as câmaras municipais a embargarem quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas pelos particulares sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de presqrições constantes de licença por esta concedida.]

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Podem as câmaras municipais embargar de obra nova, observando-se o disposto nos artigos 380°, 382º, 384º e o 385° do Código do Processo Civil, quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas pelos particulares, sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de prescrições constantes de licença por esta concedida ou do quaisquer disposições dos regulamentos ou posturas municipais.

§ 1º Os embargos ficarão sem efeito se a câmara municipal embargante dentro dos dez dias seguintes ao daquele em que judicialmente se tiverem efectuado deixar de distribuir a competente acção, a qual será instaurada e prosseguirá nos termos prescritos no artigo 10° e seus parágrafos do decreto n.º 902, de 30 de Setembro de 1914.

§ 2° Feito o embargo, poderá o juiz ordenar a continuação da obra a requerimento do embargado, quando por vistoria se verificar que há grave prejuízo em não a continuar e que da sua continuação não resulte perigo ou prejuízo para a vida, segurança ou propriedade dos cidadãos ou não impeça o trânsito público normal, prestando o embargado caução, nos termos do artigo 806° do Código do Processo Civil, para o caso de ser ordenada a demolição.

§ 3.° O prazo estabelecido no § 1º corre em férias, e na acção a que o mesmo parágrafo se refere não é permitida a inquirição de testemunhas por carta.

Art. 2° Quando se trate de prédios, edificações, muros ou quaisquer outras construções que ameacem ruína, afectas à jurisdição municipal, o que por isso precisem de ser demolias ou reparadas, não poderão as câmaras municipais tomar qualquer deliberação no sentido da sua demolição ou de reparação a efectuar sem primeiro serem vistoriados os prédios respectivos.

§ 1º A vistoria a que este artigo se refere será feita, nos termos do § 1º do artigo 48° e artigo 54° do decreto de 31 de Dezembro de 1864, sem necessidade de intervenção do director das obras públicas do distrito, do seu delegado ou representante.

§ 2° As deliberações municipais que determinarem a demolição ou reparação dos prédios que ameacem ruína serão intimadas aos seus proprietários, possuidores ou detentores, e bem assim aos inquilinos o outras pessoas que, por qualquer título ou forma, tenham neles moradia, comércio ou indústria.

§ 3° Destas deliberações podem as partes interessadas interpor recurso, com efeito suspensivo, para o tribunal competente, dentro do prazo de cinco dias, posteriores ao da intimação.

§ 4° O recurso a que se refere o parágrafo anterior não terá, pelo que respeita aos moradores do prédio, efeito suspensivo, quando se verificar pela vistoria que há risco iminente e irremediável de desmoronamento.

§ 5º Interposto o recurso, será a câmara municipal recorrida intimada, dentro do prazo de cinco dias posteriores ao da interposição do recurso, para dentro de dez dias apresentar, querendo, no tribunal competente, resposta, que pode instruir com quaisquer documentos.

§ 6° Findo o prazo para esta resposta, serão os autos, dentro de quarenta e oito horas, feitos conclusos ao juiz competente, o qual julgará o recurso dentro de trinta dias posteriores ao termo do prazo concedido para a apresentação da resposta referida no § 4°

§ 7° Da decisão do juiz não há recurso.

Art. 3° Continua em vigor o decreto n.º 902, do 30 de Setembro de 1914, na parte não revogada.

Art. 4° A partir da data da publicação da presente lei, nas cidades do continente não poderá ser aprovado nenhum projecto de obras particulares sem que tenha a assinatura de um técnico possuindo um curso que habilite para a construção civil, professado num estabelecimento oficial de ensino, nacional ou estrangeiro.

§ 1º As disposições deste artigo não afectam os funcionários que nos respectivos quadros oficiais são considerados arquitectos ou engenheiros de construção civil, embora não possuam um curso completo, nem tão pouco os construtores civis que até agora se tenham inscrito ou os já habilitados para a sua inscrição nas Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, conforme a legislação vigente à data da sua habilitação, desde que tenham notória competência ou se sujeitem a um exame especial.

§ 2° Não são considerados como projectos, para os efeitos deste artigo, as simples indicações gráficas e memórias relativas a obras ou trabalhos de pequena importância que não impliquem com a segurança pública ou estética das construções.

Art. 5º Dentro dos concelhos de Lisboa e Porto só os técnicos referidos no artigo antecedente podem dirigir e tomar a responsabilidade das obras indicadas no mesmo artigo e daquelas que, não necessitando de projecto, sejam consideradas de importância.

A2. 26

§ único. As disposições deste artigo não afectam os construtores civis que até agora se tenham inscrito ou os já habilitados para a sua inscrição nas Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, conforme a legislação vigente à data da sua habilitação.

Art. 6° A inscrição nos registos das Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, para os fins e efeitos do artigo antecedente, só é permitida aos indivíduos nas condições do § único do mesmo artigo e aos técnicos referidos no artigo 4°, sem dependência de prestação de quaisquer provas especiais.

§ único. Nas Câmaras Municipais de Lisboa e Porto haverá um registo especialmente destinado a mencionar as obras executadas sob a direcção de cada um dos técnicos e construtores civis inscritos.

Art. 7º Os técnicos ou construtores civis que dirijam construções, grandes reparações ou edificações ficam responsáveis durante cinco anos pela sua segurança e solidez como processo de construção, sem prejuízo, pelo que respeita a qualquer obra, da aplicação do disposto no artigo 2398° e seus parágrafos do Código Civil.

§ 1º Aos técnicos ou construtores que tenham tomado a responsabilidade na direcção de construções que, dentro do prazo a que se refere este artigo, tenham derruído ou ameaçado ruína por defeito de construção, será cancelada a inscrição como construtores, nos registos das câmaras municipais, além das penalidades a que ficam sujeitos pela legislação vigente.

§ 2° É expressamente proibido aos empregados das câmaras municipais assinarem termos de responsabilidade para construções ou reparações.

§ 3.° Exceptuam-se os funcionários do corpo de bombeiros municipais quando não sejam cumulativamente fiscais das câmaras municipais.

Art. 8.° A fiscalização por parte das Câmaras Municipais de Lisboa e Porto de quaisquer obras importantes, construções ou edificações particulares só poderá ser feita por intermédio de técnicos nas condições referidas no artigo 4°

§ único. Os actuais fiscais das construções urbanas continuarão a prestar serviços de fiscalização ou outros, conforme a sua competência e superiormente lhes for ordenado.

Art. 9° As câmaras municipais elaborarão e publicarão as posturas municipais necessárias para os efeitos desta lei.

Art. 10º São aplicáveis aos concelhos com sede nas cidades as disposições constantes do título 3º, secção 1ª do decreto de 31 de Dezembro de 1864, na parte em vigor, e atribuídas aqueles municípios as facilidades de que gozam os municípios de Lisboa e Porto, nos termos da primeira parte do artigo 4° da lei de 26 de Julho 1912.

Art. 11º O artigo 3° do decreto n.º 4137 passa a ter a seguinte redacção: Artigo 3.° O preço locativo máximo das casas económicas é estabelecido no momento da construção pela comissão de salubridade de que tratam os artigos 12° e 14°, a qual organizará as tabelas de renda mensal, abrangendo as seguintes classes de casas económicas:

a) Classe I - Casas com três ou mais quartos habitáveis, com 9 metros quadrados de superfície, cozinha W.C.;

b) Classe II - Casas com dois quartos habitáveis com 9 metros quadrados, cozinha e W. C.;.,

c) Classe III - Casas com um quarto habitável, de 9 metros quadrados e cozinha;

d) Classe IV - Um quarto isolado, com 9 metros quadrados, pelo menos.

Art. 12° As quantias a que se refere a alínea d) do artigo 7° e nº 1° do artigo 18° do referido decreto nº 4137 são substituídas, respectivamente, por 600$ e 100.000$

Art. 13° Fica revogada a legislação em contrário.

[...]

15 de Setembro de 1924

Documento nº 2.A.15. Decreto nº 14 372 [1927]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do decreto de 30 de Setembro de 1927, que estabelece a arrecadação de receitas de actos sanitários e que estabelece em definitivo a figura da licença de habitabilidade ou ocupação.

(Portugal & Direcção Geral de Saúde, 1927-09-30)

Direcção Geral de Saúde

Repartição de Saúde

Decreto nº 14 372

Convindo esclarecer e sistematizar a arrecadação das receitas criadas pelas disposições do decreto n.º 12 477, de 12 de Outubro de 1926, que reorganizou os serviços de saúde, e as de subsequentes diplomas sanitários, assim como facilitar e tornar efectivo a sua cobrança; e

Considerando que a estrita aplicação das disposições económicas dessa decretação não só interessa aos rendimentos do Estado, das municipalidades e dos funcionários de saúde, mas também ao desenvolvimento desejável das práticas de higiene pública;

Usando a faculdade [...]

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As receitas provenientes dos actos sanitários continuam a cobrar-se segundo a legislação vigente, salvas as modificações e adições especificadas neste decreto.

[...]

Art. 2.° As posturas sobre matéria sanitária, que constituem obrigação formal das câmaras municipais, tem de inserir taxas e emolumentos impostos pelo Estado e conforme as prescrições legais, assim como a importância das multas a impor por transgressão das determinações das leis e regulamentos de saúde pública, nos casos e nos modos determinados no seu texto.

§ único. A importância dessas multas nunca será fixada em quantias inferiores a 100$ na parte que toca ao Estado.

Art. 3.º Sendo de obrigação dos funcionários de saúde a fiscalização do cumprimento das leis, regulamentos e posturas de ordem higiénica devem prover junto das autoridades competentes a imposição de multas pelas transgressões cometidas e velar pela exacta aplicação das prescrições legais referentes.

[...]

Art. 4º A licença municipal para construção ou reconstrução de prédios urbanos terá como complemento, logo que a obra esteja concluída, um atestado de habitabilidade, a que se refere o artigo 57º do decreto de 14 de Fevereiro de 1903, passado sobre vistoria feita pela autoridade sanitária respectiva e por engenheiro ou empregado técnico da municipalidade.

§ 1.º Por cada licença será paga a taxa de 50$ em Lisboa e Porto e de 25$ nas outras cidades e vilas, pertencendo metade do produto desta taxa ao Estado e a outra metade à câmara municipal conforme o n.º 2 do artigo 32.º do decreto n.º 12477, de 12 de Outubro de 1926. **A2.27**

[...]

Dado aos Paços do Governo da República, em 30 de Setembro de 1927

Documento nº 2.A.16. Regulamento Geral das Edificações Urbanas [1951]

Transcrição total do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, com o articulado que foi publicado em 1951. As publicações actuais do RGEU incluem as alterações posteriores a 1951.

(Portugal, 1951-08-07)

TÍTULO I - Disposições de natureza administrativa

CAPÍTULO I - Generalidades

Artigo 1.º- A execução de novas edificações ou de quaisquer obras de construção civil, a reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição das edificações e obras existentes e bem assim os trabalhos que impliquem alteração da topografia local, dentro do perímetro urbano e das zonas rurais de protecção fixadas para as sedes de concelho e para as demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização e expansão subordinar-se-ão as disposições da presente regulamento;

§ único.:Fora das zonas e localidades a que faz referência este artigo o presente regulamento aplicar-se-á nas povoações a que seja tornado extensivo por deliberação municipal e, em todos os casos, às edificações de carácter industrial ou de utilização colectiva.

Art. 2.°- A execução das obras e trabalhos a que alude o artigo anterior não pode ser levada a efeito sem prévia licença das câmaras municipais, às quais incumbe também a fiscalização do cumprimento das disposições deste regulamento.

§ 1.° Tratando-se de obras que, pela sua natureza ou localização, possam considerar-se de pequena importância sob os pontos de vista da salubridade, segurança ou estética, designadamente pequenas construções para serviços rurais, obras ligeiras de conservação ou

outras de pequena monta em construções existentes que não afectem a sua estrutura nem o seu aspecto geral, poderão as câmaras municipais dispensar a licença.

§ 2.º Compete às câmaras municipais fixar em regulamento os limites precisos da isenção a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3.°- As câmaras municipais não poderão conceder licenças para a execução de quaisquer obras sem que previamente verifiquem que elas não colidem com o plano de urbanização geral ou parcial aprovado para o local ou que, em todo o caso, não prejudicam a estética urbana.

§ único. A concessão de licença para a execução de quaisquer obras será sempre condicionada à observância das demais prescrições do presente regulamento; dos regulamentos municipais em vigor e bem assim de quaisquer outras disposições legais cuja aplicação incumba à administração municipal assegurar.

Art. 4.°- A concessão da licença para a execução de qualquer obra e o próprio exercício da fiscalização municipal no seu decurso não isentam o dono da obra, ou o seu preposto ou comitido, da responsabilidade pela condução dos trabalhos em estrita concordância com as prescrições regulamentares e não poderão desobrigá-los da obediência a outros preceitos gerais ou especiais a que a edificação, pela sua localização ou natureza, haja de subordinar-se.

Art. 5.°- Os pedidos de licença para a execução de obras serão acompanhados dos elementos estritamente necessários ao exacto esclarecimento das condições da sua realização, conforme se dispuser nos regulamentos municipais, na elaboração dos quais se terá em conta a importância, localização e finalidade de cada tipo de obras.

A2. 28

§ único. Os regulamentos municipais cuja elaboração é prevista neste artigo estão sujeitos a aprovação do Ministro das Obras Públicas.

Art. 6.°- Nos projectos de novas construções e de reconstrução, ampliação e alteração de construções existentes serão sempre indicados o destino da edificação e a utilização prevista para os diferentes compartimentos.

Art. 7.º- As obras relativas a novas edificações, a reedificações, a ampliações e alterações de edificações existentes não poderão ser iniciadas sem que pela respectiva câmara municipal seja fixado, quando necessário, o alinhamento de acordo com o plano geral, e dada a cota do nível.

Art. 8.º- A utilização de qualquer edificação nova, reconstruída, ampliada ou alterada, quando da alteração resultem modificações importantes nas suas características carece de licença municipal.

§ 1.º As câmaras municipais só poderão conceder as licenças a que esta artigo se refere era seguida à realização da vistoria nos termos do § 1.º do artigo 51.º do Código Administrativo, destinada a verificar se as obras obedeceram da respectiva licença, ao projecto aprovado e às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 2.° A licença de utilização só pode ser concedida depois de decorrido sobre a conclusão das obras o prazo fixado nos regulamentos municipais, tendo em vista as exigências da salubridade relacionadas com a natureza da utilização.

§ 3.° O disposto neste artigo é aplicável à utilização das edificações existentes para fins diversos dos anteriormente autorizados, não podendo a licença para este efeito ser concedida sem que se verifique a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 9.° - As edificações existentes deverão ser reparadas e beneficiadas pelo menos uma vez em cada período de oito anos, com o fim de remediar as deficiências provenientes do seu uso normal e de as manter em boas condições de utilização, sob todos os aspectos de que trata o presente regulamento.

Art. 10.° - Independentemente das obras periódicas de conservação a que se refere o artigo anterior, as câmaras municipais poderão, em qualquer altura, determinar, em edificações existentes, precedendo vistoria realizada nos termos do artigo 51.°, § 1.°, do Código Administrativo, a execução de obras necessárias para corrigir más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndio.

§ 1.° Às câmaras municipais compete ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública, bem como das pequenas casas abarracadas com um ou dois pavimentos, em construção ou já construídas, e de quaisquer construções ligeiras, desde que o seu projecto não tenha sido aprovado nem tenha sido concedida licença para a sua construção.

§ 2.° As deliberações tomadas pelas câmaras municipais em matéria de beneficiação extraordinária ou demolição serão notificadas ao proprietário do prédio no prazo de três dias, a contar da aprovação da respectiva acta.

Art. 11.° - Poderão ser expropriadas as edificações que, em consequência de deliberação camarária baseada em prévia vistoria realizada nos termos do 51.° do artigo 61.° do Código Administrativo, devam ser reconstruídas, remodeladas, beneficiadas ou demolidas, total ou parcialmente, para realização geral ou parcial aprovado.

Art. 12.° - A execução de pequenas obras de reparação sanitária, como, por exemplo, as relativas a roturas, obstruções ou outras formas de mau funcionamento, tanto das canalizações interiores e exteriores de águas e esgotos como das instalações sanitárias, a deficiências das coberturas e ao mau estado das fossas, será ordenada pelas câmaras municipais, independentemente de vistoria.

§ único. Passa para as câmaras municipais a competência para a aplicação das penas previstas na lei pelo não cumprimento das determinações a que este artigo se refere.

Art. 13.° - Quando determinadas obras forem impostas por um serviço público, a notificação ao interessado deverá ser feita por intermédio da respectiva câmara municipal.

Art. 14.º - As obras executadas pelos serviços do Estado não carecem de licença municipal, mas deverão ser submetidas à prévia apreciação das respectivas câmaras municipais, a fim de se verificar a sua conformidade com o plano geral ou parcial da urbanização aprovado e com as prescrições regulamentares aplicáveis.

TÍTULO II - Condições gerais das edificações

Capítulo I - Generalidades

Art. 15.° - Todas as edificações, seja qual for a sua natureza, deverão ser construídas com perfeita observância das melhores normas da arte de construir e com todos os requisitos necessários para que lhes fiquem asseguradas, de modo duradouro, as condições de segurança, salubridade e estética mais adequadas à sua utilização e às funções educativas que devem exercer.

Art. 16.° - A qualidade, a natureza e o modo de aplicação dos materiais utilizados na construção das edificações deverão ser de molde que satisfaçam às condições estabelecidas no artigo anterior e às especificações oficiais aplicáveis.

Art. 17.° - A aplicação de novos materiais ou processos de construção para os quais não existam especificações oficiais nem

suficiente prática de utilização será condicionada ao prévio parecer do Laboratório de Engenharia Civil do Ministério das Obras Públicas.

Capítulo II - Fundações

Art. 18.° - As fundações dos edifícios serão estabelecidas sobre terreno estável e suficientemente firme, por natureza ou por consolidação artificial, para suportar com segurança as cargas que lhe são transmitidas pelos elementos da construção, nas condições de utilização mais desfavoráveis.

Art. 19.º - Quando as condições do terreno e as características da edificação permitam a fundação contínua, observar-se-ão os seguintes preceitos:

1) Os caboucos penetrarão no terreno firme até à profundidade de 50 centímetros, pelo menos, excepto quando se trate de rocha dura, onde poderá ser menor. Esta profundidade deve, em todos os casos, ser suficiente para assegurar a distribuição quanto possível regular das pressões na base do alicerce;

2) A espessura da base dos alicerces ou a largura das sapatas, quando requeridas, serão fixadas por forma que a pressão unitária no fundo doe caboucos não exceda a carga de segurança admissível para o terreno de fundação;

3) Os alicerces serão construídos de tal arte que a humidade do terreno não se comunique às paredes da edificação, devendo, sempre que necessário, intercalar-se entre eles e as paredes uma camada hidrófuga.

Na execução dos alicerces e das paredes até 50 centímetros acima do terreno exterior utilizar-se-á alvenaria hidráulica, resistente e impermeável, fabricada com materiais rijos e não porosos.

4) Nos alicerces constituídos por camadas de diferentes larguras a saliência de cada degrau, desde que o contrário se não justifique por cálculos de resistência, não excederá a sua altura.

Art. 20.° - Quando o terreno com as características requeridas esteja a profundidade que não permita fundação contínua, directamente assente sobre ela, adoptar-se-ão processos especiais adequados de fundação, com observância além das disposições aplicáveis do artigo anterior, de quaisquer prescrições especialmente estabelecidas para garantir a segurança da construção.

Art. 21.° - As câmaras municipais, atendendo à natureza, importância e demais condições particulares das obras, poderão exigir que do respectivo projecto conste, quer o estudo suficientemente pormenorizado do terreno de fundação, de forma a ficarem definidas com clareza as suas características, quer a justificação pormenorizada da solução prevista, ou ambas as coisas.

Art. 22.º - A compressão do terreno por meios mecânicos, a cravação de estacas ou qualquer outro processo de construir as fundações por percussão deverão mencionar-se claramente nos projectos, podendo as câmaras municipais condicionar, ou mesmo não autorizar, o seu uso sempre que possa afectar construções vizinhas.

CAPÍTULO III - Paredes

Art. 23.º - As paredes das edificações serão constituídas tendo em vista não só as exigências de segurança, como também as de salubridade, especialmente no que respeita à protecção contra a humidade, as variações de temperaturas e a propagação de ruídos e vibrações.

Art. 24.º - Na construção das paredes das edificações de carácter permanente utilizar-se-ão materiais adequados à natureza, importância, carácter, destino e localização dessas edificações, os quais devem oferecer, em todos os casos, suficientes condições de segurança e durabilidade.

Art. 25.º - Para as paredes das edificações correntes destinadas a habitação, quando construídas de alvenaria de pedra ou de tijolo cerâmico maciço de 1.ª qualidade, com as dimensões de 0m,23 x 0m,11 x 0m,07, poderá considerar-se assegurada, sem outra justificação, a sua resistência, sempre que se adoptem as espessuras mínimas fixadas na tabela seguinte. A2.29

Espessura de paredes de alvenaria de pedra ou de tijolo (não incluídos rebocos o de guarnecimentos)

Ordem do andar (a partir de cima)	Grupo A — Paredes das fachadas			Grupo B — Paredes das empenas			Grupo C — Paredes de separação entre habitações. Paredes de caixa da escada. Paredes interiores carregadas em geral.			Grupo D — Paredes interiores de pequena extensão livre servindo de apoio a pavimentos de reduzido vão (máximo de 3 metros quadrados de pavimento por metro linear).			Grupo E — Paredes interiores não recebendo cargas.		
	Pedra		Tijolo — Vezes	Pedra		Tijolo — Vezes	Pedra		Tijolo — Vezes	Pedra		Tijolo — Vezes	Pedra		Tijolo — Vezes
	Talhada — Centímetros	Irregular — Centímetros		Talhada — Centímetros	Irregular — Centímetros		Talhada — Centímetros	Irregular — Centímetros		Talhada — Centímetros	Irregular — Centímetros		Talhada — Centímetros	Irregular — Centímetros	
1	28	40	1	28	40	1	22	–	1	–	–	1/2	–	–	1/2
2	28	40	1 1/2	28	40	1 1/2	22	–	1	–	–	1/2	–	–	1/2
3	32	50	2	32	40	1 1/2	22	–	1	–	–	1	–	–	1/2
4	–	60	2 1/2	32	50	2	22	–	1	–	–	1	–	–	1/2
5	–	70	3	32	50	2	28	40	1 1/2	–	–	1	–	–	1
6	–	80	3 1/2	–	60	2 1/2	28	40	1 1/2	–	–	1	–	–	1
7	–	90	4	–	60	2 1/2	32	50	2	28	40	1 1/2	28	40	1 1/2

(Tabela a que se refere o artigo 25.º)

§ 1.º Quando se empreguem tijolos de outras dimensões, admitir-se-á a tolerância até 10 por cento nas espessuras correspondentes às indicações da tabela para as paredes de tijolo.

§ 2.º É permitido o emprego de alvenaria mista de tijolo maciço e furado nas paredes dos grupos A e B, nos dois andares superiores das edificações, desde que os topos dos furos ou canais dos tijolos não fiquem nos paramentos exteriores.

§ 3.º É permitido o emprego de tijolo furado nas paredes do grupo C nos dois andares superiores, nas do grupo D nos quatro andares superiores e nas do grupo E em todos os andares acima do terreno.

§ 4.º É obrigatório o emprego de pedra rija nas paredes de alvenaria de pedra irregular dos andares abaixo dos quatro superiores, sempre que se adoptem as espessuras mínimas fixadas.

§ 5.º A alvenaria de pedra talhada (perpianho ou semelhante) será constituída por paralelepípedos de pedra rija que abranja toda a espessura da parede.

Art. 26.º - As câmaras municipais só poderão autorizar, para as paredes das edificações correntes destinadas à habitação, construídas de alvenaria de pedra ou tijolo, espessuras inferiores aos mínimos fixados no artigo anterior, desde que:

1) Sejam asseguradas ao mesmo tempo as disposições porventura necessárias para que não resultem diminuídas as condições de salubridade da edificação, particularmente pelo que se refere à protecção contra a humidade, variações de temperatura e propagação de ruídos e vibrações;

2) Sejam justificadas as espessuras propostas, por ensaios em laboratórios oficiais ou por cálculos rigorosos em que se tenham em consideração a resistência verificada dos materiais empregados e as forças actuantes, incluindo nestas não só as cargas verticais, como também a acção do vento, as componentes verticais e horizontais das forças oblíquas e as solicitações secundárias a que as paredes possam estar sujeitas por virtude de causas exteriores ou dos sistemas de construção adoptados.

A2. 30 *§ único. Poderá também exigir-se o cumprimento do prescrito no corpo deste artigo, quaisquer que sejam as espessuras propostas, quando na construção das paredes se empreguem outros materiais ou elas tenham constituição especial.*

Art. 27.º - A justificação da resistência das paredes poderá ainda ser exigida quando tenham alturas livres superiores a 3m,50 ou estejam sujeitas a solicitações superiores às verificações nas habitações correntes, particularmente quando a edificação se destine a fins susceptíveis de lhe impor sobrecargas superiores a 300 quilogramas por metro quadrado de pavimento ou de a sujeitar a esforços dinâmicos consideráveis.

Art. 28.º - Nas edificações construídas com estruturas independentes de betão armado ou metálicas, as espessuras das paredes de simples preenchimento das malhas verticais das estruturas, quando de alvenaria de pedra ou de tijolo, poderão ser reduzidas até aos valores mínimos de cada grupo fixados no artigo 25.º, desde que o menor vão livre da parede entre os elementos horizontais ou verticais da estrutura não exceda 3m,50.

Art. 29.° - A construção das paredes das caves que ficarem em contacto com o terreno exterior ao especificado no n.° 3) do artigo 19.° deste regulamento.

Nas caves consideradas habitáveis, quando não se adoptem outras soluções comprovadamente equivalentes do ponto de vista da salubridade da habitação, a espessura das paredes não poderá ser inferior a 60 centímetros e o seu paramento exterior será guarnecido até 20 centímetros acima do terreno exterior, com revestimento impermeável resistente, sem prejuízo de outras precauções consideradas necessárias para evitar a humidade no interior das habitações.

Art. 30.° - Todas as paredes em elevação, quando não sejam construídas com material preparado para ficar à vista, serão guarnecidas, tanto interior como exteriormente, com revestimentos apropriados, de natureza, qualidade e espessura tais que, pela sua resistência à acção do tempo, garantam a manutenção das condições iniciais de salubridade e bom aspecto da edificação.

§ 1.° Os revestimentos exteriores serão impermeáveis sempre que as paredes estejam expostas à acção frequente de ventos chuvosos.

§ 2.° O revestimento exterior das paredes das mansardas ou das janelas de trapeira será de material impermeável, com reduzida condutibilidade calorífera e resistente à acção dos agentes atmosféricos e ao fogo.

Art. 31.° - As paredes das casas de banho, retretes, copas, cozinhas e locais de lavagem serão revestidas, até, pelo menos, à altura de 1m,50, com materiais impermeáveis, de superfície aparente lisa e facilmente lavável.

Art. 32.° - Os paramentos exteriores das fachadas que marginem as vias públicas mais importantes designadas em postura municipal serão guarnecidos inferiormente de pedra aparelhada ou de outro material resistente ao desgaste e fácil de conservar limpo e em bom estado.

Art. 33.° - No guarnecimento dos vãos abertos em paredes exteriores de alvenaria, quando não se empregar cantaria ou betão, utilizar-se-á a pedra rija ou tijolo maciço e argamassa hidráulica. Para a fixação dos aros exteriores utilizar-se-á material resistente, com exclusão da madeira.

Art. 34.° - Todas as cantarias aplicadas em guarnecimento de vãos ou revestimento de paredes serão ligadas ao material das mesmas paredes por processos que dêem suficiente garantia de solidez e duração.

CAPÍTULO IV - Pavimentos e coberturas

Art. 35.° - Na constituição dos pavimentos das edificações deve atender-se não só às exigências da segurança, como também às de salubridade e à defesa contra a propagação de ruídos e vibrações.

Art. 36.° - As estruturas dos pavimentos e coberturas das edificações serão construídas de madeira, betão armado, aço e outros materiais apropriados que possuam satisfatórias qualidades de resistência e duração. As secções transversais dos respectivos elementos serão justificadas pelo cálculo ou por experiências, devendo atender-se, para este fim, à disposição daqueles elementos, à capacidade de resistência dos materiais empregados e às solicitações inerentes à utilização da estrutura.

Art. 37.º - Nos pavimentos de madeira das edificações correntes destinadas a habitação, as secções transversais das vigas poderão ser as justificadas pelo uso para idênticos vãos e cargas máximas, não sendo todavia consentidas secções inferiores à de 0m,16 x 0m,08 ou equivalente a esta em resistência e rigidez. A este valor numérico corresponderá afastamento entre eixos não superior a 0m,40. As vigas serão convenientemente tarugadas, quando o vão for superior a 2m,5.

Art. 38.º - Nas coberturas das edificações correntes, com inclinação não inferior a 20.° nem superior a 40.º, apoiadas sobre estruturas de madeira, poderão empregar-se, sem outra justificação, as

secções mínimas seguintes ou suas equivalentes em resistência e rigidez, desde que não se excedam as distâncias máximas indicadas.

Elementos da estrutura	Distância máxima entre eixos Metros	Secção mínima dos elementos Altura por largura Centímetros
Madres	2,00	16 X 8
Varas para telha tipo marselha	0,50	10 X 5
varas para telha tipo canudo.	0,40	14 X 7
Ripas para telha tipo marselha	Comprimento da telha	3 x 2,5

Art. 39.° - As estruturas das coberturas e pavimentos serão devidamente assentes nos elementos de apoio e construídas de modo que estes elementos não fiquem sujeitos a esforços horizontais importantes, salvo se para lhes resistirem se tomarem disposições apropriadas.

§ único. Quando se utilize madeira sem tratamento prévio adequado, os topos das vigas das estruturas dos pavimentos ou coberturas, introduzidos nas paredes de alvenaria, serão sempre protegidos com induto ou revestimento apropriados que impeçam o seu apodrecimento.

Art. 40.° - O pavimento dos andares térreos deve assentar sobre uma camada impermeável ou, quando a sua estrutura for de madeira, ter caixa-de-ar com a altura mínima de 0m,50 e ventilada por circulação transversal de ar, assegurada por aberturas praticadas nas paredes. Destas aberturas, as situadas nas paredes exteriores terão dispositivos destinados a impedir, tanto quanto possível, a passagem de objectos ou animais.

Art. 41.° - Os pavimentos das casas de banho, retretes, copas, cozinhas e outros locais onde forem de recear infiltrações serão assentes em estruturas imputrescíveis e constituídas por materiais impermeáveis apresentando uma superfície plana, lisa e facilmente lavável.

Art. 42.º - As coberturas das edificações serão construídas com materiais impermeáveis, resistentes ao fogo e à acção dos agentes atmosféricos, e capazes de garantir o isolamento calorífico adequado ao fim a que se destina a edificação.

Art. 43.º - Nas coberturas de betão armado dispostas em terraços utilizar-se-ão materiais e processos de construção que assegurem a impermeabilidade daqueles e protejam a edificação das variações de temperatura exterior.

§ 1.º As lajes da cobertura serão construídas de forma que possam dilatar-se ou contrair-se sem originar impulsos consideráveis nas paredes.

§ 2.º Tomar-se-ão as disposições necessárias para rápido e completo escoamento das águas pluviais e de lavagem, não podendo o declive das superfícies de escoamento ser inferior a 1 por cento.

Art. 44.º - Os algerozes dos telhados serão forrados com materiais apropriados para impedir infiltrações nas paredes. o forro deve ser prolongado sob o revestimento da cobertura, formando aba protectora, de largura variável com a área e inclinação do telhado, e nunca inferior a 25 centímetros. As dimensões dos algerozes serão proporcionadas à extensão da cobertura. O seu declive, no sentido longitudinal, será o suficiente para assegurar rápido escoamento das águas que receberem e nunca inferior a 2 milímetros por metro.

A área útil da secção transversal será, pelo menos, de 2 centímetros quadrados por cada metro quadrado de superfície coberta horizontal.

Tomar-se-ão as disposições necessárias para assegurar, nas condições menos nocivas possível, a extravasão das águas dos algerozes, no caso de entupimento acidental de um tubo de queda.

Capítulo V - Comunicações verticais

Art. 45.° - As escadas de acesso aos diferentes andares das edificações devem ser seguras, suficientemente amplas, bem iluminadas e ventiladas e proporcionar cómoda utilização.

Art. 46.° - A largura dos lanços nas edificações correntes destinadas a habitação não será inferior a 90 centímetros nas edificações até três pisos e quatro habitações servidas pela escada ou a 1 metro nos outros casos. Nas edificações destinadas a serviços públicos ou outros fins semelhantes a largura das escadas será proporcionada ao número provável de utilizantes, com o mínimo de 1m,25.

§ único. Os patins não poderão ter largura inferior à dos lanços. Os degraus da escada não poderão ter largura inferior a 23 centímetros, não contando o focinho; a sua altura deve ficar compreendida entre 14 e 18 centímetros; as dimensões encolhidas devem manter-se constantes em cada lanço de escada.

Art. 47.° - As escadas de acesso comum nas edificações com mais de três pisos serão, sempre que possível, iluminadas e ventiladas por meio de aberturas praticadas nas paredes em comunicação directa com o exterior. Todavia, nos dois andares superiores destas edificações, bem como no seu conjunto nas edificações até três pisos, a iluminação e ventilação das escadas de acesso comum poderão fazer-se por clarabóias providas de ventiladores, devendo as escadas ter no seu eixo um espaço vazio com largura não inferior a 40 centímetros. Em todos os casos deverá ter-se em atenção o disposto no artigo 144.º **A2.31**

Art. 48.º - Todas as edificações com mais de quatro pisos, incluindo cave e sótão quando habitáveis, não dotadas de monta-cargas utilizável por pessoas, terão, além da escada principal, uma escada de serviço, incorporada, sempre que possível, no perímetro da construção, com acesso directo, e quanto possível independente, para a rua.

Art. 49.° - A escada de serviço será estabelecida por forma que permita fácil acesso a todas as habitações e utilização cómoda e segura. Na sua construção utilizar-se-ão materiais resistentes ao desgaste e de fácil limpeza. Os lanços, que serão rectos entre patins, terão a largura mínima de 80 centímetros. Os degraus terão espelho e as suas dimensões obedecerão ao disposto no artigo 46.º

Art. 50.º - Em todas as edificações destinadas a habitação com mais de quatro pisos acima do da entrada é obrigatória a instalação de um ascensor de utilização permanente, com capacidade proporcionada ao número de habitantes, no mínimo correspondente a quatro pessoas.

Quando o número de pisos for superior a cinco, sempre que não haja monta-cargas utilizável por pessoa, é obrigatória a instalação de um monta-cargas para objectos, com a capacidade mínima de 100 quilogramas, permanentemente utilizável e que sirva todos os pisos.

Art. 51.º - Nas edificações com características especiais, e particularmente naquelas que sejam ocupadas ou frequentadas por grande número de pessoas e nas de grande desenvolvimento em planta, o número e natureza das escadas e dos meios de comunicação

vertical, bem como a sua distribuição, serão fixados de modo que seja fácil utilizá-los em todas as circunstâncias.

Art. 52.° - As edificações não destinadas a habitação deverão, quando o seu destino o justifique, ser providas, além de escadas ou rampas, de meios mecânicos de transporte vertical - ascensores, monta-cargas, escadas ou tapetes rolantes - em número e com a capacidade que forem necessários. Estes meios mecânicos servirão, obrigatoriamente, todos os pisos acima do terceiro.

TÍTULO III - Condições especiais relativas à salubridade das edificações e dos terrenos de construção

Capítulo I - Salubridade dos terrenos

Art. 53.° - Nenhuma edificação poderá ser construída ou reconstruída em terreno que não seja reconhecidamente salubre ou sujeito previamente às necessárias obras de saneamento.

Art. 54.° - Em terrenos alagadiços ou húmidos a construção ou reconstrução de qualquer edificação deverá ser precedida das obras necessárias para o enxugar e desviar as águas pluviais, de modo que o prédio venha a ficar preservado de toda a humidade.

Art. 55.° - Em terrenos onde se tenham feito depósitos ou despejos de imundícies ou de águas sujas provenientes de usos domésticos ou de indústrias nocivas à saúde não poderá executar-se qualquer construção sem previamente se proceder à limpeza e beneficiação completas do mesmo terreno.

A2. 32

Art. 56.° - Nas zonas urbanas não poderão executar-se quaisquer construções ou instalações onde possam depositar-se imundícies - tais como cavalariças, currais, vacarias, pocilgas, lavadouros, fábricas de produtos corrosivos ou prejudiciais à saúde pública e estabelecimentos semelhantes -sem que os respectivos pavimentos fiquem perfeitamente impermeáveis e se adoptem as demais disposições próprias para evitar a poluição dos terrenos e das águas potáveis ou mineromedicinais.

§ único. O disposto neste artigo aplica-se às construções ou depósitos de natureza agrícola ou industrial nas zonas rurais, sempre que no terreno em que assentarem e a distância inferior a 100 metros - ou a distância superior quando não seja manifesta a ausência de perigo de poluição - haja nascentes, fontes, depósitos, canalizações ou cursos de água que importe defender.

Art. 57.º - Em terrenos próximos de cemitérios não se poderá construir qualquer edificação sem se fazerem as obras porventura necessárias para os tornar inacessíveis às águas de infiltração provenientes do cemitério.

CAPÍTULO II - Da edificação em conjunto

Art. 58.º - A construção ou reconstrução de qualquer edifício deve executar-se por forma que fiquem assegurados o arejamento, iluminação natural a exposição prolongada à acção directa dos raios solares, e bem assim o seu abastecimento de água potável a evacuação inofensiva dos esgotos

§ único. As câmaras municipais poderão condicionar a licença para se executarem obras importantes em edificações existentes à execução simultânea dos trabalhos acessórios indispensáveis para lhes assegurar as condições mínimas de salubridade prescritas neste regulamento.

Art. 59.º - A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45.º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior.

§ 1.° Nas edificações construídas sobre terrenos em declive consentir-se-á, na parte descendente a partir do referido plano médio, uma tolerância de altura até ao máximo de 1m,50.

§ 2.° Nos edifícios de gaveto formado por dois arruamentos de largura ou de níveis diferentes, desde que se não imponham soluções especiais, a fachada sobre o arruamento mais estreito ou mais baixo poderá elevar-se até à altura permitida para o outro arruamento, na extensão máxima de 15 metros.

§ 3.° Nas edificações que ocupem todo o intervalo entre dois arruamentos de larguras ou níveis diferentes, salvo nos casos que exijam soluções especiais, as alturas das fachadas obedecerão ao disposto neste artigo.

§ 4.° Em caso de simples interrupção de continuidade numa fila de construções poderá o intervalo entre as duas edificações confinantes ser igual à média das alturas dessas edificações, sem prejuízo, no entanto, do disposto no artigo 60.°

Art. 60.° - Independentemente do estabelecido no artigo anterior, a distância mínima entre fachadas de edificações nas quais existam vãos de compartimentos de habitação não poderá ser inferior a 10 metros.

§ único. Tratando-se de arruamentos já ladeados, no todo ou na maior parte, por edificações, as câmaras municipais poderão, sem prejuízo do que esteja previsto em plano de urbanização aprovado, estabelecer alinhamentos com menor intervalo, não inferior, contudo, ao definido pelas construções existentes.

Art. 61.° - Independentemente do disposto nos artigos 59.° e 60.°, e sem prejuízo do que esteja previsto em plano de urbanização aprovado, as câmaras municipais poderão estabelecer a obrigatoriedade, generalizada ou circunscrita apenas a arruamentos ou zonas determinadas em cada localidade, da construção de edificações recuadas em relação aos limites do arruamento, qualquer que seja a largura deste, e fixar também quer a profundidade mínima deste recuo, quer a natureza do arranjo e o tipo da vedação dos terrenos livres entre o arruamento e as fachadas.

Art. 62.° - Às edificações para habitação multifamiliar ou colectiva deverão dispor-se nos respectivos lotes de forma que o menor intervalo entre fachadas posteriores esteja de acordo com o estabelecido no artigo 59.º

§ 1.° Para os efeitos do corpo deste artigo, sempre que não tenha sido organizado logradouro comum que assegure condição nele estabelecida, cada edificação deverá ser provida de um logradouro próprio, com toda a largura do lote e com fácil acesso do exterior.

§ 2.º O logradouro a que alude o parágrafo anterior deverá ter em todos os seus pontos profundidade não inferior a metade da altura correspondente da fachada adjacente, medida na perpendicular a esta fachada no ponto mais desfavorável, com o mínimo de 6 metros e sem que a área livre e descoberta seja inferior a 40 metros quadrados.

§ 3.º Nos prédios de gaveto poderão dispensar-se as condições de largura e profundidade mínima de logradouro referidas no corpo deste artigo desde que fiquem satisfatoriamente asseguradas a iluminação, ventilação e insolação da própria edificação e das contíguas.

Art. 63.º - As câmaras municipais, salvo o disposto no artigo seguinte, não poderão consentir qualquer tolerância quanto ao disposto nos artigos anteriores deste capítulo, a não ser que reconhecidamente se justifiquem por condições excepcionais e ir remediáveis, criadas antes da publicação deste regulamento, e somente se ficarem garantidas, em condições satisfatórias, a ventilação e iluminação

natural e, tanto quanto possível, a insolação do edifício em todos os seus pisos habitáveis.

§ único. As concessões ao abrigo do disposto no presente artigo basear-se-ão sempre em parecer favorável da respectiva comissão municipal de higiene.

Art. 64.° - Poderão admitir-se outras soluções em desacordo com o disposto nos artigos anteriores, desde que fiquem em todo o caso estritamente asseguradas ai condições mínimas de salubridade exigíveis, mas só quando se trate de edificações cuja natureza, destino ou carácter arquitectónico requeiram disposições especiais.

Capítulo III - Disposições interiores das edificações e espaços livres

Art. 65.° - A altura mínima ou pé-direito dos andares, em edificações correntes, destinados a habitação é de 2m,80. Este valor poderá ser reduzido até ao limite de 2m,60 quando se trate de edificações isoladas ou em pequenos grupos, com o máximo de três pisos habitáveis. A altura mínima do rés-do-chão, quando destinado a estabelecimentos comerciais ou industriais, é de 3 metros.

§ único. As alturas dos andares são medidas entre o pavimento e o tecto ou as faces inferiores das vigas de tecto quando aparentes.

Art. 66.° - Os compartimentos das habitações, com excepção apenas dos casos previstos nos artigos 67.º e 68.°, não poderão ter área inferior a 9 metros quadrados. Além disso, nas habitações com menos de cinco compartimentos, um, no mínimo, deverá ter área não inferior a 12 metros quadrados, e nas habitações com cinco ou mais compartimentos haverá, pelo menos, dois com 12 metros quadrados de área.

No número de compartimentos acima referidos não se incluem os vestíbulos, retretes, casas de banho, despensas e outras divisões de função similar à de qualquer destes compartimentos.

Art. 67.° - Nas habitações com mais de quatro ou com mais de seis compartimentos, além dos excluídos nos termos do artigo anterior, poderá haver, respectivamente, um ou dois compartimentos com a área reduzida de 7m^2,50.

Art. 68.º - O compartimento destinado exclusivamente a cozinha deverá ter a área mínima de 6 metros quadrados. Pode, no entanto, reduzir-se este limite a 4 metros quadrados quando o número de compartimentos, contados nos termos do artigo 66.°, for inferior a quatro.

Art. 69.º - Os compartimentos das habitações, com exclusão apenas de vestíbulos, retretes, casas de banho, despensas e outras divisões de função similar, deverão ser delineados de tal forma que o comprimento não exceda o dobro da largura e que na respectiva planta se possa inscrever, entre paredes, um círculo de diâmetro não inferior a 2 metros. Este valor poderá, contudo, baixar até 1m,60 no caso das cozinhas com área inferior a 6 metros quadrados, nos termos do artigo anterior.

Se as paredes de qualquer compartimento formarem diedros de menos de 60.º, deverão estes ser chanfrados por panos de largura não inferior a 0m,60.

Art. 70.º - A largura dos corredores das habitações não deve normalmente ser inferior a 1m,20. Poderão, todavia, autorizar-se menores larguras, não inferiores a 1 metro, no caso de habitações com o máximo de seis compartimentos, não contando os vestíbulos, retretes, casas de banho, despensas e outras divisões de função similar, e ainda no caso de corredores secundários de reduzida extensão.

Art. 71.º - Os compartimentos das habitações, com excepção de vestíbulos, corredores pouco extensos e pequenos compartimentos destinados a despensas, vestiários e arrecadação, serão sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação directa com o exterior, e cuja área, no seu conjunto, não será inferior a um décimo da área do compartimento, com o mínimo de 70 decímetros quadrados. Ressalva-se, no entanto, o disposto no artigo no artigo 87.º relativamente às retretes.

§1.º Os corredores extensos, quando não possam receber luz natural directa, deverão receber luz indirecta por meio de vãos envidraçados abertos nas paredes de compartimentos confinantes que recebam luz directa abundante.

§ 2.º Em casos especiais, justificados por características próprias da edificação no seu conjunto, poderão exceptuar-se do disposto no corpo deste artigo os compartimentos destinados a retretes e ainda a cozinhas e casas de banho em que não se utilizem combustíveis de qualquer natureza, desde que, em todos os casos, lhes seja assegurada a renovação permanente do ar à razão de, pelo menos, uma vez e meia por hora, mediante sistema de ventilação de funcionamento eficiente.

Art. 72.º - Deverá ficar assegurada a ventilação transversal do conjunto de cada habitação, em regra por meio de janelas dispostas em duas fachadas opostas.

Art. 73.º - As janelas dos compartimentos das habitações deverão ser sempre dispostas de forma que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiros, medido perpendicularmente ao plano da janela e atendendo ao disposto no artigo 75.º, não seja inferior a metade da altura desse muro ou fachada acima do nível do pavimento do comportamento, com o mínimo de 3 metros. Além disso não deverá haver a um e outro lado do eixo vertical da janela qualquer obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, devendo garantir-se, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros acima fixado. **A2.33**

Art. 74.º - A ocupação duradoura de logradouros, pátios ou recantos das edificações com quaisquer construções, designadamente telheiros e coberturas, e o pejamento dos mesmos locais com materiais ou volumes de qualquer natureza só podem efectuar-se com expressa autorização das câmaras municipais quando se verifique não advir daí prejuízo para o bom aspecto e condições de salubridade e segurança de todas as edificações directa ou indirectamente afectadas.

Art. 75.º - Sempre que nas fachadas sobre logradouros ou pátios haja varandas, alpendres ou quaisquer outras construções, salientes das paredes, susceptíveis de prejudicar as condições de iluminação ou ventilação, as distâncias ou dimensões mínimas fixadas no artigo 73.º serão contadas a partir dos limites extremos dessas construções.

Art. 76.º - Nos logradouros e outros espaços livres deverá haver ao longo da construção uma faixa de, pelo menos, 1 metro de largura, revestida de material impermeável ou outra disposição igualmente eficiente para proteger as paredes contra infiltrações. A área restante deverá ser ajardinada ou ter outro arranjo condigno.

Os pavimentos dos pátios e as faixas impermeáveis dos espaços livres deverão ser construídos com inclinações que assegurem rápido e completo escoamento das águas pluviais ou de lavagem para uma abertura com ralo e vedação hidráulica, que poderá ser ligada ao esgoto do prédio.

Art. 77.º - Não é permitida a construção de caves destinadas a habitação, a não ser quando resultem naturalmente das condições topográficas do terreno, devendo neste caso todos os compartimentos satisfazer às condições especificadas neste regulamento para os andares de habitação e ainda às seguintes:

1) A profundidade máxima do pavimento dos compartimentos destinados a habitação será de 1 metro abaixo do passeio ou terreno exterior contíguo;

2) A cave deverá ter, pelo menos, uma parede exterior completamente desafrontada a partir do nível do pavimento, observando-se o disposto no artigo 73.º em relação ao desafogo dos respectivos vãos;

3) As janelas sobre as ruas ou sobre o terreno circundante não poderão em regra ter os seus peitorais a menos de 60 centímetros acima do nível do passeio ou daquele terreno;

4) Serão adoptadas todas as disposições necessárias para garantir a defesa da cave contra infiltrações de águas superficiais e contra a humidade telúrica e para impedir que quaisquer emanações subterrâneas penetrem no interior da cave.

Art. 78.º - Poderá autorizar-se a construção de caves que sirvam exclusivamente de arrecadação para uso dos inquilinos do próprio prédio ou de armazém ou arrecadação de estabelecimentos comerciais ou industriais existentes no mesmo prédio. Neste caso o pé-direito mínimo será de 2m,20 e as caves deverão ser suficientemente arejadas e protegidas contra a humidade e não possuir qualquer comunicação directa com a parte do prédio destinada a habitação.

§ único. As câmaras municipais poderão ainda fixar outras disposições especiais a que devam obedecer as arrecadações nas caves, tendentes a impedir a sua utilização eventual para fins de habitação.

A2. 34 *Art. 79.º - Os sótãos, águas-furtadas e mansardas só poderão ser utilizados para fins de habitação quando satisfaçam a todas as condições de salubridade previstas neste regulamento para os andares de habitação. Será, no entanto, permitido que os respectivos compartimentos tenham o pé-direito mínimo regulamentar só em metade da sua área, não podendo, porém, em qualquer ponto afastado mais de 30 centímetros do perímetro do compartimento, o pé-direito ser inferior a 2 metros. Em todos os casos deverão ficar devidamente asseguradas boas condições de isolamento térmico.*

Art. 80.º - As caves, sótãos, águas-furtadas e mansardas só poderão ter acesso pela escada principal da edificação ou elevador quando satisfaçam às condições mínimas de habitabilidade fixadas neste regulamento. É interdita a construção de cozinhas ou retretes nestes locais quando não reúnam as demais condições de habitabilidade.

Art. 81.º - As câmaras municipais poderão estabelecer nos seus regulamentos a obrigatoriedade de adopção, em zonas infestadas pelos ratos, de disposições construtivas especiais tendo por fim impossibilitar o acesso destes animais ao interior das edificações.

Art. 82.º - As câmaras municipais, nas regiões sezonáticas ou infestadas por moscas, mosquitos e outros insectos prejudiciais à saúde, poderão determinar que os vãos das portas e janelas sejam convenientemente protegidos com caixilhos fixos ou adequadamente mobilizáveis, com rede mosquiteira ou com outras modalidades construtivas de adequada eficiência.

CAPÍTULO IV - Instalações sanitárias e esgotos

Art. 83.º - Todas as edificações serão providas de instalações sanitárias adequadas ao destino e utilização efectiva da construção e reconhecidamente salubres, tendo em atenção, além das disposições deste regulamento, as do Regulamento Geral das Canalizações de Esgoto.

Art. 84.º - Em cada habitação haverá instalações sanitárias privativas, em número proporcionado ao dos ocupantes, com o mínimo de uma retrete, um lavatório e uma instalação de banho, incluindo tina ou cuba de chuveiro. Em cada cozinha instalar-se-ão, sempre que possível, um lava-louças e um dispositivo para a recepção e evacuação de despejos.

§ 1.° Nas habitações com mais de quatro quartos de dormir que apenas possuam uma retrete e uma instalação de banho - não contando com as dependências desta natureza para serviçais - tais instalações deverão ter acessos independentes.

§ 2.° Nas habitações que não tenham características de económicas e cujo número de compartimentos, contados nos termos do artigo 66.°, seja superior a quatro, serão obrigatoriamente previstas instalações de retrete e banho para serviçais.

Art. 85.º - As instalações sanitárias das habitações serão normalmente incorporadas no perímetro da construção, em locais iluminados e arejados. Quando seja impossível ou inconveniente fazê-lo e, especialmente, tratando-se de prédios já existentes, as instalações sanitárias poderão dispor-se em espaços contíguos à habitação, de acesso fácil e abrigado, localizado por forma que não prejudique o aspecto exterior da edificação.

Art. 86.° - As retretes não deverão normalmente ter qualquer comunicação directa com os compartimentos de habitação. Poderá, todavia, consentir-se tal comunicação quando se adoptem as disposições necessárias para que desse facto não resulte difusão de maus cheiros nem prejuízo para a salubridade dos compartimentos comunicantes e estes não sejam a sala de refeições, cozinha, copa ou despensa.

Art. 87.° - As retretes terão a iluminação e a renovação permanente de ar asseguradas directamente do exterior da edificação. A área total envidraçada do vão ou vãos abertos na parede em contacto com o exterior não poderá ser inferior a 30 decímetros quadrados, devendo a parte de abrir ter, pelo menos, 15 decímetros quadrados. Exceptuam-se os casos previstos no § 2.° do artigo 71.°

Art. 88.° - Todas as retretes serão providas de uma bacia munida de sifão e de um dispositivo para a sua lavagem. Onde exista rede pública de distribuição de água será obrigatória a instalação de autoclismo de capacidade conveniente ou de outro dispositivo que assegure a rápida remoção das matérias depositadas na bacia.

Art. 89.° - Serão aplicáveis aos urinóis as disposições deste regulamento relativas às condições de salubridade das retretes.

Art. 90.° - As canalizações de esgoto dos prédios serão delineadas e estabelecidas de maneira a assegurar em todas as circunstâncias a boa evacuação das matérias recebidas. Deverão ser acessíveis e facilmente inspeccionáveis, tanto quanto possível, em toda a sua extensão, sem prejuízo do bom aspecto exterior da edificação. Nas canalizações dos prédios é interdito o emprego de tubagem de barro comum, mesmo vidrada.

Art. 91.° - Será assegurado o rápido e completo escoamento das águas pluviais caídas em qualquer local do prédio. Os tubos de queda das águas pluviais serão independentes dos tubos de queda destinados ao esgoto de dejectos e águas servidas.

Art. 92.° - Serão tomadas todas as disposições necessárias para rigorosa defesa da habitação contra emanações doa esgotos susceptíveis de prejudicar a saúde ou a comodidade dos ocupantes. Qualquer aparelho ou orifício de escoamento, sem excepção, desde que possa estabelecer comunicação entre canalizações ou reservatórios de águas servidas ou de dejectos e a habitação, incluindo os escoadouros colocados nos logradouros ou em outro qualquer local do prédio, será ligado ao ramal da evacuação por intermédio de um

sifão acessível e de fácil limpeza e em condições de garantir uma vedação hidráulica efectiva e permanente.

Art. 93.º - Serão adoptadas todas as precauções tendentes a assegurar a ventilação das canalizações de esgoto e a impedir o esvaziamento, mesmo temporário, dos sifões e a consequente descontinuidade da vedação hidráulica.

§ 1.º Os tubos de queda dos dejectos e águas servidas dos prédios serão sempre prolongados além da ramificação mais elevada, sem diminuição de secção, abrindo livremente na atmosfera a, pelo menos, 50 centímetros acima do telhado ou, quando a cobertura formar terraço, a 2 metros acima do seu nível e a 1 metro acima de qualquer vão ou simples abertura em comunicação com os locais de habitação, quando situados a uma distância horizontal inferior a 4 metros da desembocadura do tubo.

§ 2.° Nas edificações com instalações sanitárias distribuídas por mais de um piso é ainda obrigatória a instalação de um tubo geral de ventilação, de secção útil constante, adequada à sua extensão e ao número e natureza dos aparelhos servidos. Este tubo, a que se ligarão os ramais da ventilação dos sifões ou grupos de sifões a ventilar, poderá inserir-se no tubo de queda 1 metro acima da última ramificação ou abrir-se livre mente na atmosfera nas condições estabelecidas para os tubos de queda. Inferiormente o tubo geral de ventilação será inserido no tubo de queda a jusante da ligação do primeiro ramal de descarga.

Art. 94.° - Os dejectos e águas servidas deverão ser afastados dos prédios prontamente e por forma tal que não possam originar quaisquer condições de insalubridade.

§ único. Toda a edificação existente ou a construir será obrigatoriamente ligada à rede pública de esgotos por um ou mais ramais, em regra privativos da edificação, que sirvam para a evacuação dos seus esgotos.

Art. 95.° - Nos locais ainda não servidos por colector público acessível os esgotos dos prédios serão dirigidos para instalações cujos efluentes sejam suficientemente depurados. É interdita a utilização de poços perdidos ou outros dispositivos susceptíveis de poluir o subsolo ou estabelecidos em condições de causarem quaisquer outros danos à salubridade pública.

§ único. As instalações referidas neste artigo não poderão continuar a ser utilizadas logo que aos prédios respectivos for assegurado esgoto para colector público e, ao cessar a sua utilização, serão demolidas ou entulhadas, depois de cuidadosamente limpas e desinfectadas.

Art. 96.º - É proibido o escoamento, mesmo temporário, para cursos de água, lagos ou para o mar dos dejectos ou águas servidas de qualquer natureza não sujeitos a tratamento prévio conveniente, quando daí possam advir condições de insalubridade ou prejuízo público.

Art. 97.° - Em todas as edificações com mais de quatro pisos, incluindo cave e sótão, sempre que habitáveis e quando não se preveja outro sistema mais aperfeiçoado de evacuação de lixos, deverá, pelo menos, existir um compartimento facilmente acessível, destinado a nele se depositarem contentores dos lixos dos diversos pisos.

§ único. Os compartimentos a que se refere o corpo deste artigo deverão ser bem ventilados e possuir disposições apropriadas para a sua lavagem frequente.

Art. 98.º - As canalizações destinadas à evacuação dos lixos dos inquilinos dos diversos pisos - quando previstas - deverão ser verticais, ter secção útil proporcionada ao número de inquilinos e diâmetro mínimo de 30 centímetros.

Em cada piso haverá, pelo menos, uma boca de despejo facilmente acessível e ligada à canalização vertical por meio de ramais, cuja inclinação sobre a horizontal nunca deve ser inferior a 45.º

§ 1.° Tanto a canalização vertical como os ramais de evacuação deverão ser constituídos por tubagens de grés vidrado ou outro material não sujeito a corrosão e de superfície interior perfeitamente lisa em toda a sua extensão e devem, além disso, possuir disposições eficazes de ventilação, lavagem e limpeza.

§ 2.º As bocas de despejo devem funcionar facilmente e satisfazer aos requisitos de perfeita vedação e higiene na sua utilização.

Art. 99.º - A introdução em colectores públicos de produtos ou líquidos residuais de fábricas, garagens ou de outros estabelecimentos, e susceptíveis de prejudicarem a exploração ou o funcionamento das canalizações e instalações do sistema de esgotos públicos, só poderá ser autorizada quando se verifique ter sido precedida das operações necessárias para garantir a inocuidade do efluente.

Art. 100.º - Os ramais de ligação dos prédios aos colectores públicos ou a quaisquer outros receptores terão secções úteis adequadas ao número e natureza dos aparelhos que servirem à área de drenagem e aos caudais previstos. Serão solidamente assentes e facilmente inspeccionáveis em toda a sua extensão, particularmente nos troços em que não for possível evitar a sua colocação sob as edificações. Não serão permitidas, em regra, inclinações inferiores a 2 centímetros nem superiores a 4 centímetros por metro, devendo, em todos os casos, tornar-se as disposições complementares porventura necessárias, quer para garantir o perfeito escoamento e impedir acumulação de matérias sólidas depositadas, quer para obstar ao retrocesso dos esgotos para as edificações, especialmente em zonas inundáveis. A2.35

CAPÍTULO V - Abastecimento de água potável

Art. 101.º - As habitações deverão normalmente ter assegurado o seu abastecimento de água potável na quantidade bastante para a alimentação e higiene dos seus ocupantes.

§ único. Salvo os casos de isenção legal, os prédios situados em locais servidos por rede pública de abastecimento da água serão providos de sistemas de canalizações interiores de distribuição, ligadas àquela rede por meio de ramais privativos, devendo dar-se a uns e outros traçados e dimensões tais que permitam o abastecimento directo e contínuo de todos os inquilinos.

Art. 102.º - As canalizações, dispositivos de utilização e acessórios de qualquer natureza das instalações de água potável dos prédios serão estabelecidos e explorados tendo em atenção as disposições do presente regulamento e as do Regulamento Geral do Abastecimento de Água, de forma que possam rigorosamente assegurar a protecção da água contra contaminação ou simples alteração das suas qualidades.

§ 1.º As instalações de distribuição de água potável serão inteiramente distintas de qualquer outra instalação de distribuição de água ou de drenagem. As canalizações de esgoto em todo o seu traçado.

§ 2.º A alimentação, pelas instalações de água potável, das bacias de retretes, urinóis ou quaisquer outros recipientes ou canalizações insalubres só poderá ser feita mediante interposição de um dispositivo isolador adequado.

§ 3.º Nas instalações de água potável é interdita a utilização de materiais que não sejam reconhecidamente impermeáveis e resistentes ou que não ofereçam suficientes garantias de inalterabilidade da água até à sua utilização.

Art. 103.º - As instalações de distribuição de água potável devem estabelecer-se de modo que ela siga directamente da origem do abastecimento do prédio até aos dispositivos de utilização, sem retenção prolongada em quaisquer reservatórios.

§ único. Quando seja manifestamente indispensável o emprego de depósitos de água potável, terão estes disposições que facilitem o seu esvaziamento total e limpeza frequentes. Serão instalados em locais salubres e arejados, distantes das embocaduras dos tubos de ventilação dos esgotos e protegidos contra o calor. Quando necessário, serão ventilados, mas sempre protegidos eficazmente contra a entrada de mosquitos, de poeiras ou de outras matérias estranhas.

Art. 104.º - Os poços e cisternas deverão ficar afastados de origens de possíveis conspurcações da água. Tomar-se-ão, além disso, as precauções necessárias para impedir a infiltração de águas superficiais, assegurar conveniente ventilação e opor-se à entrada de mosquitos, poeiras ou de quaisquer outras matérias nocivas. Para extrair a água apenas se poderão utilizar sistemas que não possam ocasionar a sua inquinação.

Art. 105.º - As paredes dos poços serão guarnecidas de revestimento impermeável nos seus primeiros metros e elevar-se-ão acima do terreno no mínimo de 0m,50, devendo evitar-se, em todos os casos, a infiltração de águas sujas, protegendo o terreno adjacente ao perímetro da boca numa faixa de largura não inferior a 1m,50 e com declive para a periferia. As coberturas dos poços serão sempre estanques. Qualquer abertura de ventilação deve obedecer às exigências mencionadas na última parte do § único do artigo 103.º

A2. 36

Art. 106.º - As cisternas deverão ser providas de dispositivos eficazes que impeçam a recolha das primeiras águas caídas nas coberturas do prédio e que retenham a todo o momento quaisquer matérias sólidas arrastadas pela água recolhida.

Terão sempre cobertura rigorosamente estanque e qualquer abertura para arejamento deverá ser protegida contra a entrada de mosquitos, poeiras ou outras matérias estranhas.

Art. 107.º - Será interdita a utilização de poços ou cisternas para o abastecimento de água de alimentação sempre que se verifiquem condições de deficiente segurança contra quaisquer possibilidades de contaminação.

CAPÍTULO VI - Evacuação dos fumos e gases

Art. 108.º - Os compartimentos das habitações e quaisquer outros destinados à permanência de pessoas nos quais se preveja que venham a funcionar aparelhos de aquecimento por combustão serão providos dos dispositivos necessários para a sua ventilação e completa evacuação dos gases ou fumos susceptíveis de prejudicar a saúde ou o bem-estar dos ocupantes.

§ único. Quando as condições climatéricas locais o justifiquem, as câmaras municipais poderão tornar obrigatória a previsão, nos projectos de edificação, do aquecimento por aparelhos de combustão de todos os compartimentos destinados a habitação ou a maior permanência de pessoas a impor a consequente realização dos dispositivos mencionados no presente artigo.

Art. 109.º - As cozinhas serão sempre providas de dispositivos eficientes para a evacuação de fumos e gases e eliminação dos maus cheiros.

§ único. Quando nelas se instalar chaminé com lareira, esta terá sempre profundidade de 0m,50, pelo menos, e conduta privativa para a evacuação do fumo e eliminação dos maus cheiros.

Art. 110.º - As condutas de fumo que sirvam chaminés, fogões de aquecimento, caloríferos e outras origens de fumo semelhantes serão independentes.

Art. 111.º - As chaminés de cozinha ou de aparelhos de aquecimento e as condutas de fumo serão construídas com materiais incombustíveis e ficarão afastadas, pelo menos, 0m,20 de qualquer peça de madeira ou de outro material combustível. As condutas de fumo, quando agrupadas, deverão ficar separadas umas das outras por panos de material incombustível, de espessura conveniente e sem quaisquer aberturas. As embocadas das chaminés e as condutas de fumo terão superfícies interiores lisas e desempenhadas. Os registos das condutas de fumo, quando previstos, não deverão poder interceptar por completo a secção de evacuação.

Art. 112.º - As condutas de fumo deverão formar com a vertical ângulo não superior a 30º.A sua secção será a necessária para assegurar boa tiragem até ao capelo, porém sem descer a menos de 4 decímetros quadrados e sem que a maior dimensão exceda três vezes a menor.

Art. 113.º - As condutas de fumo elevar-se-ão, em regra, pelos menos, 0m,50 acima da parte mais elevada das coberturas do prédio e, bem assim, das edificações contíguas existentes num raio de 10 metros. As bocas não deverão distar menos de 1m,50 de quaisquer vãos de compartimentos de habitação e serão facilmente acessíveis para limpeza.

Art. 114.º - As chaminés de instalações cujo funcionamento possa constituir causa de insalubridade ou de outros prejuízos para as edificações vizinhas serão providas dos dispositivos necessários para remediar estes inconvenientes.

CAPÍTULO VII - Alojamento de animais

Art. 115.º - As instalações para alojamento de animais somente poderão ser consentidas nas áreas habitadas ou suas imediações quando construídas e exploradas em condições de não originarem, directa ou indirectamente, qualquer prejuízo para a salubridade e conforto das habitações.

Os anexos para alojamento de animais domésticos construídos nos logradouros dos prédios, quando expressamente autorizados, não poderão ocupar mais do que 1/15 da área destes logradouros.

§ único. As câmaras municipais poderão interdizer a construção ou utilização de anexos para instalação de animais nos logradouros ou terrenos vizinhos dos prédios situados em zonas urbanas quando as condições locais de aglomeração de habitações não permitirem a exploração desses anexos sem riscos para a saúde e comodidade dos habitantes.

Art. 116.º - As instalações para alojamento de animais constituirão, em regra construções distintas das de habitação e afastadas delas. Quando tal, porém, não seja possível, serão, pelo menos, separadas das habitações por paredes cheias ou pavimentos contínuos que dêem garantia de isolamento perfeito. Qualquer comunicação directa com os compartimentos das habitações será sempre interdita.

Art. 117.º - As cavalariças, vacarias, currais e instalações semelhantes serão convenientemente iluminados e providos de meios eficazes de ventilação permanente, devendo na sua construção ter-se em atenção, além das disposições do presente regulamento, as constantes da legislação especial aplicável.

Art. 118.º - As paredes das cavalariças, vacarias, currais e instalações semelhantes serão revistadas interiormente, até à altura mínima de 1m,50 acima do pavimento, de material resistente, impermeável e com superfície lisa que permita facilmente frequentes

lavagens. Os tectos e as paredes acima desta altura serão rebocados e pintados ou, pelo menos, caiados, desde que a caiação seja mantida em condições de eficácia. O revestimento do solo será sempre estabelecido de forma a impedir a infiltração ou a estagnação dos líquidos e a assegurar a sua pronta drenagem para a caleira de escoamento, ligada por intermédio de um sifão à tubagem de evacuação dos esgotos de prédio.

§ único. Quando, nas zonas rurais, haja em vista o ulterior aproveitamento dos líquidos acima referidos, o seu escoamento poderá fazer-se para depósitos distantes das habitações, solidamente construídos e perfeitamente estanques, cuja exploração só será permitida em condições de rigorosa garantia da salubridade pública e quando não haja dano para os moradores dos prédios vizinhos.

Art. 119.º - Os estrumes produzidos nas cavalariças, vacarias, currais e instalações semelhantes serão tirados com frequência e prontamente conduzidos para longe das áreas habitadas, dos arruamentos e logradouros públicos e bem assim das nascentes, poços, cisternas ou outras origens ou depósitos de águas potáveis e das respectivas condutas.

§ único. Nas zonas rurais pode autorizar-se o depósito dos estrumes em estrumeiras ou nitreiras desde que não haja prejuízo para a salubridade pública. As estrumeiras ou nitreiras devem ficar afastadas das habitações ou locais públicos e serão construídas de modo que delas não possam advir infiltrações prejudiciais no terreno e fiquem asseguradas, em condições inofensivas, a evacuação e eliminação dos líquidos exsudados ou a recolha destes em fossas que satisfaçam às condições especificadas no § único do artigo anterior.

Art. 120.º - Serão sempre tomadas precauções rigorosas para impedir que as instalações ocupadas por animais e as estrumeiras ou nitreiras possam favorecer a propagação de moscas ou mosquitos.

TÍTULO IV - Condições especiais relativas à estética das edificações

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 121.º - As construções em zonas urbanas ou rurais, seja qual for a sua natureza e o fim a que se destinem, deverão ser delineadas, executadas e mantidas de forma que contribuam para dignificação e valorização estética do conjunto em que venham a integrar-se. Não poderão erigir-se quaisquer construções susceptíveis de comprometerem, pela localização, aparência ou proporções, o aspecto das povoações ou dos conjuntos arquitectónicos, edifícios e locais de reconhecido interesse histórico ou artístico ou de prejudicar a beleza das paisagens.

Art. 122.º - O disposto no artigo anterior aplica-se integralmente às obras de conservação, reconstrução ou transformação de construções existentes.

Art. 123.º - Nas zonas de protecção dos monumentos nacionais ou dos imóveis de interesse público, devidamente classificadas, não podem as câmaras municipais autorizar qualquer obra de construção ou de alteração de edificações existentes sem prévio parecer da entidade que tiver feito a classificação.

Art. 124.º - Não são autorizáveis quaisquer alterações em construções ou elementos naturais classificados como valores concelhios nos termos da Lei n.º 2:032, quando delas possam resultar prejuízos para esses valores.

§ 1.º As câmaras municipais poderão condicionar a licença para se executarem trabalhos de reconstrução ou de transformação em construções de interesse histórico, artístico ou arqueológico que, precedentemente, tenham sofrido obras parciais em desacordo com o estabelecido neste artigo, à simultânea execução dos trabalhos complementares de correcção necessários para reintegrar a construção nas suas características primitivas. Este condicionamento só poderá ser imposto se a importância das obras requeridas ou o valor histórico, arqueológico ou artístico da construção o justificar.

§ 2.º Das deliberações camarárias tomadas nos termos do presente artigo haverá recurso para a entidade que tiver feito a classificação.

Art. 125.° - As câmaras municipais poderão proibir n instalação de elementos ou objectos de mera publicidade e impor a supressão dos já existentes quando prejudiquem o bom aspecto dos arruamentos e praças ou das construções onde se apliquem.

Art. 126.° - As árvores ou os maciços de arborização que, embora situados em logradouros de edificações ou outros terrenos particulares, constituam, pelo seu porte, beleza e condições de exposição, elementos de manifesto interesse público, e como tais oficialmente classificados, não poderão ser suprimidos, salvo em casos de perigo iminente, ou precedendo licença municipal, em casos de reconhecido prejuízo para a salubridade ou segurança dos edifícios vizinhos.

Art. 127.° - As decisões das câmaras municipais que envolvam recusa ou condicionamento, ao abrigo das disposições do presente capítulo, de autorização para obras ou para modificação de elementos naturais, quando não resultem de imposição legal taxativa, serão sempre fundamentadas em parecer prévio da respectiva comissão municipal de arte e arqueologia, com recurso para o Ministro da Educação Nacional.

TÍTULO V - Condições especiais relativas à segurança das edificações **A2.37**

CAPÍTULO I - Solidez das edificações

Art. 128.° - As edificações serão delineadas e construídas de forma a ficar sempre assegurada a sua solidez, e serão permanentemente mantidas em estado de não poderem constituir perigo para a segurança pública e dos seus ocupantes ou para a dos prédios vizinhos.

Art. 129.º - As disposições do artigo anterior são aplicáveis às obras de reconstrução ou transformação de edificações existentes. Quando se trate de ampliação ou outra transformação de que resulte aumento das cargas transmitidas aos elementos não transformados da edificação ou às fundações, não poderão as obras ser iniciadas sem que se demonstre que a edificação suportará com segurança o acréscimo de solicitação resultante da obra projectada.

Art. 130.º - A nenhuma edificação ou parte da edificação poderá ser dada, mesmo temporariamente, aplicação diferente daquela para que foi projectada e construída, e da qual resulte agravamento das sobrecargas inicialmente previstas, sem que se verifique que os elementos da edificação e as respectivas fundações suportarão com segurança o correspondente aumento de solicitação ou se efectuem as necessárias obras de reforço.

Art. 131.º - Quando as edificações, no todo ou em parte, se destinem a aplicações que envolveram sobrecargas consideráveis, deverá ser afixada de forma bem visível em cada pavimento a indicação da sobrecarga máxima de utilização admissível.

Art. 132.º - Os materiais de que forem construídos os elementos das edificações deverão ser sempre de boa qualidade e de natureza adequada às condições da sua utilização. Todos os elementos activos das edificações e respectivas fundações deverão ser estabelecidos de forma que possam suportar, com toda a segurança e sem deformações inconvenientes, as máximas solicitações a que sejam submetidos. As

tensões limites correspondentes à solicitação mais desfavorável em ponto algum deverão ultrapassar valores deduzidos dos limites de resistência dos materiais constituintes, por aplicação de coeficientes de segurança convenientemente fixados.

Art. 133.º - Antes da execução das obras ou no seu decurso, especialmente quando se trate de edificações de grande importância ou destinados a suportar cargas elevadas, ou ainda quando se utilizem materiais ou processo de construção não correntes, poderá ser exigida a execução de ensaios para demonstração das qualidades dos terrenos ou dos materiais, ou para justificação dos limites de tensão admitidos. Igualmente poderá exigir-se que tais edificações sejam submetidas a provas, antes de utilizadas, com o fim de se verificar directamente a sua solidez.

Art. 134.º - Nas zonas sujeitas a sismos violentos deverão ser fixadas condições restritivas especiais para as edificações, ajustadas à máxima violência provável aos abalos e incidindo especialmente sobre a altura máxima permitida para as edificações, a estrutura destas e a constituição dos seus elementos, as sobrecargas adicionais que se devam considerar, os valores dos coeficientes de segurança e a continuidade e homogeneidade do terreno de fundação.

CAPÍTULO II - Segurança pública e dos operários no decurso das obras

Art. 135.º - Durante a execução de obras de qualquer natureza serão obrigatoriamente adoptadas as precauções e as disposições necessárias para garantir a segurança do público e dos operários, para salvaguardar, quanto possível, as condições normais do trânsito na via pública e, bem assim, para evitar danos materiais, mormente os que possam afectar os bens do domínio público do Estado ou dos municípios, as instalações de serviços públicos e os imóveis de valor histórico ou artístico.

A2. 38

Serão interditos quaisquer processos de trabalho susceptíveis de comprometer o exacto cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 136.º - Os estaleiros das obras de construção, demolição ou outras que interessem à segurança dos transeuntes, quando no interior de povoações, deverão em regra ser fechados ao longo dos arruamentos ou logradouros públicos por vedações do tipo fixado pelas respectivas câmaras municipais, tendo em vista a natureza da obra e as características do espaço público confiante.

§ único. Quando as condições do trânsito na via pública impossibilitem ou tornem inconveniente a construção da vedação, poderão ser impostas, em sua substituição, disposições especiais que garantam por igual a segurança pública, sem embaraço para o trânsito.

Art. 137.º - Os andaimes, escadas e pontes de serviço, passadiços, aparelhos de elevação de materiais e, de um modo geral, todas as construções ou instalações acessórias e dispositivos de trabalho utilizados para a execução das obras deverão ser construídos e conservados em condições de perfeita segurança dos operários e do público e de forma que constituam o menor embaraço possível para o trânsito.

§ único. As câmaras municipais poderão exigir disposições especiais, no que se refere à constituição e modo de utilização dos andaimes e outros dispositivos em instalações acessórias das obras, tendo em vista a salvaguarda do trânsito nas artérias mais importantes.

Art. 138.º - Na execução de terraplanagens, abertura de poços galerias, valas e caboucos, ou outros trabalhos de natureza semelhante, os revestimentos e escoramentos deverão ser cuidadosamente construídos s conservados, adoptando-se demais disposições necessárias para impedir qualquer acidente, tendo em atenção a natureza do terreno, as condições de trabalho do pessoal e a localização da obra em relação aos prédios vizinhos.

Art. 139.°- Além das medidas de segurança referidas no presente capítulo, poderão as câmaras municipais, tendo em vista a comodidade e a higiene públicas e dos operários, impor outras relativas à organização dos estaleiros.

Capítulo III - Segurança contra incêndios

Art. 140.° - Todas as edificações deverão ser delineadas e construídas tendo em atenção a segurança dos seus futuros ocupantes em caso de incêndio. Adoptar-se-ão as disposições necessárias para facilitar a extinção do fogo, impedir ou retardar o seu alastramento e evitar a propagação aos prédios vizinhos.

Art. 141.° - A nenhuma edificação ou parte de edificação poderá ser dada, mesmo temporariamente, aplicação diferente daquela para que for autorizada, de que resulte maior risco de incêndio, sem que previamente sejam executadas as obras de defesa indispensáveis para garantia da segurança dos ocupantes do próprio prédio ou dos vizinhos.

Art. 142.° - Todas as edificações disporão de meios de saída para a via pública, directamente ou por intermédio de logradouros. O número, dimensões, localização e constituição destes meios de saída serão fixados tendo em atenção a natureza da ocupação e a capacidade de resistência da construção ao fogo, por forma a permitir com segurança a rápida evacuação dos ocupantes em caso de incêndio.

§ único. Todas as edificações sem acesso directo pela via pública ou dela afastadas deverão ser servidas por arruamento de largura não inferior a 3 metros, destinado a viaturas.

Art. 143.° - As saídas das edificações devem conservar-se permanentemente desimpedidas em toda a sua largura e extensão. É interdito qualquer aproveitamento ou pejamento, mesmo temporário, das saídas, susceptíveis de afectar a segurança permanente da edificação ou dificultar a evacuação em caso de incêndio.

Art. 144.° - As escadas de acesso aos andares ocupados das edificações, incluindo os respectivos patamares, e bem assim os acessos comuns a estas escadas, salvo nos casos referidos nos artigos 145.° e 146.º, serão construídos com materiais resistentes ao fogo, podendo, no entanto, ser revestidos com outros materiais. As escadas, desde que sirvam mais de dois pisos, serão encerradas em caixas de paredes igualmente resistentes ao fogo, nas quais não serão permitidos outros vãos em comunicação com o interior das edificações além das portas de ligação com os diversos pisos.

§ único. As caixas das escadas que sirvam mais de três pisos serão sempre providas de dispositivos de ventilação na parte superior.

Art. 145.° - Nas habitações com o máximo de dois andares sobre o rés-do-chão, incluindo sótão, quando habitável, as escadas poderão ser construídas de materiais não resistentes ao fogo desde que sejam dotadas inferiormente de um revestimento contínuo, sem fendas ou juntas, resistente ao fogo.

§ único. Nas pequenas habitações com o máximo de um andar sobre o rés-do-chão poderá ser dispensado este revestimento.

Art. 146.° - O disposto no corpo do artigo anterior poderá ser aplicável a uma das escadas de acesso comum das habitações com maior número de andares, providas de escadas de serviço, desde que o número total de pisos habitáveis, incluindo cave e sótão, não exceda cinco.

Art. 147.° - Tanto nas habitações desatinadas ao alojamento de três ou mais inquilinos acima do rés-do-chão como em todas as edificações com mais de três pisos, incluindo o rés-do-chão e o sótão, quando habitável, todas as paredes e os revestimentos dos tectos serão resistentes ao fogo.

Todas as estruturas metálicas que suportem elementos de construção em edificações abrangidas pelo presente artigo serão eficazmente protegidas contra a acção do fogo por revestimentos de materiais isoladores com a necessária espessura.

Art. 148.° - Nas edificações com mais de cinco pisos, incluindo cave e sótão, quando habitáveis, as paredes exteriores e das caixas das escadas, bem como os pavimentos e a estrutura das escadas, serão construídos com materiais resistentes ao fogo. Não se consideram abrangidos nesta disposição os revestimentos nem as portas e janelas ou outros acessórios ou guarnecimentos de construção.

Art. 149.° - As edificações contíguas serão separadas por paredes guarda-fogo, as quais, quando se não prevejam outras disposições igualmente eficazes, serão elevadas 60 centímetros acima da cobertura mais baixa, sempre que esta assente em estrutura não resistente ao fogo. Quando as edificações tiverem grande extensão, serão estabelecidas paredes guarda-fogo intermédias a distâncias não superiores a 40 metros, excepto quando tal solução for incompatível com as necessidades funcionais das edificações, devendo neste caso ser adoptadas outras medidas de protecção contra o fogo, determinadas pelos serviços competentes.

Nas construções em zonas rurais que compreendam locais de habitação e dependências de carácter rural, como adegas, palheiros, celeiros e instalações de animais, a parte habitada será separada da parte rural por uma parede guarda-fogo.

Art. 150.° - As paredes guarda-fogo terão uma espessura mínima, que garanta resistência ao fogo, não inferior à de uma parede de alvenaria de pedra irregular de 40 centímetros. Quaisquer vigamentos combustíveis apoiados dum e noutro lado de uma parede guarda-fogo deverão ficar separados por uma espessura de alvenaria não inferior a 15 centímetros. Os vãos abertos em paredes guarda-fogo só serão admissíveis quando estritamente indispensáveis e serão sempre vedados por portas resistentes ao fogo.

Art. 151.º - Quando numa edificação parte for destinada a fins de habitação ou semelhantes quanto aos riscos de incêndio e parte a instalação de estabelecimentos comerciais ou industriais, as duas partes ficarão separadas por elementos resistentes ao fogo, nos quais não será, em regra, permitida a abertura de quaisquer vãos. As duas partes disporão de meios de saída inteiramente independentes.

§ único. Compete às câmaras municipais impor aos proprietários ou arrendatários dos estabelecimentos comerciais ou industriais já existentes nas condições referidas no presente artigo a execução das obras necessárias para impedir a propagação do fogo.

Art. 152.° - As caixas dos ascensores não instalados nas bombas das escadas, as dos monta-cargas, os poços de ventilação, as chaminés de evacuação de lixo, quando interiores, e quaisquer outras instalações semelhantes serão completamente encerradas em paredes resistentes ao fogo e os vãos de acesso serão dotados de portas igualmente resistentes ao fogo, que vedem perfeitamente e se mantenham sempre fechadas por intermédio de dispositivos convenientes.

Art. 153.º - É interdito, em regra, o emprego de colmo ou de outros materiais combustíveis no revestimento das coberturas das edificações. Exceptuam-se as pequenas construções servindo de dependências de carácter rústico e que fiquem afastadas de qualquer habitação.

Art. 154.° - Para o acesso aos telhados das edificações será estabelecida, pelo menos, uma escada entre cada duas paredes guarda-fogo consecutivas. Igualmente serão estabelecidos dispositivos de acesso às chaminés.

Art. 155.º - As paredes, pavimentos e tectos de garagens, instalações de caldeiras, forjas ou fornos de qualquer natureza, depósitos de madeira e outros materiais inflamáveis, oficinas e estabelecimentos em que sejam trabalhados estes materiais resistentes ao fogo.

Art. 156.º - Os pavimentos, paredes e tectos dos compartimentos destinados a cozinhas serão resistentes ao fogo ou, pelo menos, revestidos de materiais com essas características e de espessura convenientes.

Art. 157.º - Os pavimentos de suporte das chaminés ou lareiras serão sempre resistentes ao fogo numa área que exceda em todos os sentidos a área por elas ocupada.

Art. 158.º - As instalações de gás e de electricidade deverão ser estabelecidas e mantidas em condições de rigorosa segurança contra o risco de incêndio originado pela sua utilização.

§ único A instalação eléctrica relativa aos ascensores e monta-cargas, incluindo iluminação e sinalização, será inteiramente independente da instalação geral da edificação.

Art. 159.º - Nas edificações com dez ou mais pisos ou de grande desenvolvimento horizontal e bem assim em edificações de natureza especial, seja qual for o número de pisos, outras disposições de segurança contra incêndios poderão ser exigidas pelas câmaras municipais, mediante prévia consulta dos peritos competentes.

A2.39

TÍTULO VI - Sanções e disposições diversas

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 160.º - As câmaras municipais terão competência para cominar, nos seus regulamentos, as penalidades aplicáveis aos infractores do presente diploma, dentro dos limites assinados nos artigos seguintes, bem como poderão tomar as demais medidas adiante enunciadas, a fim de dar execução aos seus preconceitos.

Art. 161.º - A execução de quaisquer obras em contravenção das disposições deste regulamento, sem licença ou em desacordo com o projecto ou condições aprovados, será punida com multa de 100$ a 1.000$.

Art. 162.º - A supressão das árvores ou maciços abrangidos pela disposição do artigo 126.º, quando os proprietários tenham sido previamente notificados da interdição do respectivo corte será punida com multa de 200$ a 2.000$.

Art. 163.º - A existência de meios de transporte vertical - ascensores, monta-cargas, escadas ou tapetes rolantes -, quando exigidos pelo presente regulamento, em condições de não poderem ser utilizados permanentemente, será punida com multa de 500$ a 2.000$.

Art. 164.º - A transgressão das disposições destes regulamentos para que se não preveja penalidade especial será punida com multa de 50$ a 500$.

Art. 165.º - As câmaras municipais poderão ordenar, independentemente da aplicação das penalidades referidas nos artigos anteriores, a suspensão dos trabalhos ou a demolição das obras executadas em desconformidade com o disposto nos artigos 1.º a 7.º, bem como poderão determinar o despejo sumário dos inquilinos e

demais ocupantes das edificações ou partes das edificações utilizadas sem as respectivas licenças ou em desconformidade com elas.

§ 1.º A suspensão dos trabalhos será notificada aos donos das obras ou aos seus prepostos ou comitidos e caso de estes se não encontrarem no local, aos respectivos encarregados. A notificação, quando não tenha sido precedida de deliberação da câmara municipal, apenas produzirá efeitos durante o prazo de quinze dias, salvo se for confirmada por deliberação de que o interessado seja entretanto notificado.

§ 2.º O prosseguimento de trabalhos cuja suspensão tenha sido ordenada será punido com multa de 200$ a 2.500$.

§ 3.º A demolição das obras executadas sem a respectiva licença, em desconformidade com ela, com os respectivos projectos e com as disposições legais ou regulamentares aplicáveis será decretada pelo tribunal da situação das obras em acção movida pela câmara contra o infractor. Se este não der cumprimento à sentença nos sessenta dias que se seguirem à sua notificação, o tribunal investirá imediatamente a câmara na posse da obra, para que esta proceda à demolição à custa do infractor. A nota das despesas que a câmara efectuar constituirá título executivo.

§ 4.º O despejo sumário terá lugar no prazo de quarenta e cinco dias.

§ 5.º Quando nas câmaras não existam elementos suficientes para verificar a falta de licença ou a sua inobservância, mas se reconheça não possuir o prédio, no todo ou em parte, condições de habitabilidade, será o facto notificado ao proprietário e a este ficará vedado, a partir da data da notificação, firmar novo contrato de arrendamento ou permitir a sublocação para habitação das dependências condenadas, sob pena de ser ordenado o despejo. A notificação será precedida de vistoria, realizada nos termos da primeira parte do § 1.º do artigo 51.º do Código Administrativo, e só se efectuará quando os peritos verificarem que o prédio ou parte do prédio não oferece condições de habitabilidade.

A2. 40

§ 6.º Nos casos em que for ordenado o despejo, os inquilinos ou sublocatários terão direito a uma indemnização correspondente a doze vezes a renda mensal, a pagar, respectivamente, pelos senhorios ou pelos inquilinos, salvo se estes lhes facultarem casa correspondente à que ocupavam.

Art. 166.º - Quando o proprietário não começar as obras de reparação, beneficiação ou demolição a que aludem os artigos 9.º, 10.º e seu § 1.º e 12.º, ou as não concluir dentro dos prazos que lhe forem marcados pela câmara municipal, poderá esta entrar na posse do prédio e mandar proceder à sua execução.

§ único. A câmara fará extrair uma conta, que terá força executiva, para obter do proprietário o reembolso das despesas feitas com a realização dos trabalhos.

Art. 167.º - As câmaras municipais poderão ordenar o despejo sumário, no prazo de quarenta e cinco dias, dos prédios ou parte de prédios cuja demolição, reparação ou beneficiação tenha sido decretada ou ordenada.

§ 1.º Quando houver risco iminente de desmoronamento ou perigo para a saúde pública, o despejo poderá executar-se imediatamente.

§ 2.º Nos casos de simples reparações ou de beneficiação, o despejo só poderá ser ordenado se no parecer dos peritos se revelar indispensável para a execução das respectivas obras e para a própria segurança e comodidade dos ocupantes.

§ 3.º Fica garantido aos inquilinos o direito à reocupação dos prédios, uma vez feitas as obras de reparação ou beneficiação, mediante o aumento da renda nos termos legais.

Art. 168.º - Os serviços do Estado e das autarquias locais, as Misericórdias, os organismos corporativos e de coordenação económica e, de uma maneira geral, todas as entidades que promovam a distribuição de casas para pobres, casas para pescadores, casas económicas, de renda económica ou de renda limitada, comunicarão às câmaras, antes de efectuada a sua ocupação, os nomes e as moradas dos respectivos beneficiários, para que verifiquem, em relação às casas por eles desocupadas, a conformidade com as licenças concedidas e as condições de habitabilidade e possam agir de harmonia com as disposições do presente regulamento.

Ministério das Obras Públicas, 7 de Agosto de 1951.- O Ministro das Obras Públicas, José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich.

2.B.Legislação Municipal do Porto

SÉCULO XIX

Documento nº 2.B.1. Câmara do Porto - Edital de 15 de Julho [1835]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do edital avulso publicado em 15 de Julho de 1835. (CMPorto, 1835-07-15)

Edital

A Câmara Municipal manda publicar as seguintes disposições das posturas e acórdãos que respeitam à limpeza, polícia e ordem na cidade a fim de que as pessoas a quem competir as cumpram na certeza de que sem mais novo aviso se fará impor competentemente as respectivas penas aos transgressores, a cujo fim estão tomadas as necessárias providências.

Aferimentos

[...]

Água

Que quem a lançar das janelas abaixo o não faça senão depois das 9 horas da noite no Inverno, e onze no Verão, dizendo três vezes - água vai - pena de 2:000 reis, além do direito que fica tendo qualquer prejudicado, havendo-o.

Animais mortos

[...]

Açougues

[...]

Cabras

[...]

Carreiros que limpam as ruas

[...]

Carros a cantar ou a chiar

[...]

Cascas de fruta ou outras quaisquer

[...]

Casas de comer

[...]

Cera

[...]

Chafarizes

Quem neles lavar roupa [...]

Chaminés

Que todas andem bem limpas pena de 2:000 reis.

Entulhos

Que cada morador limpe à sua custa o de suas testadas, lançando-o no lugar destinado pela Câmara, pena de 4:000 reis e pagar e pagar a despesa que se fizer em o tirar, fica porém aliviado se se provar que foi outrem que o lançou.

Que quem os lançar ou deixar ir para o rio pague de pena 6:000 reis.

Que quem fizer casas ou qualquer obra e delas saiam entulhos pedras &c. ainda que com licença da câmara o lance na rua, o faça dela

sair em termo breve para o sítio destinado aos entulhos, pena de 4:000 reis e de ser tirado à sua custa.

Estrume

[...]

Estrumeiras

[...]

Ferreiros

[...]

Fruta

[...]

Géneros corruptos

[...]

Janelas

Quem fora delas tiver alegretes, ou vasos pague de pena 1:000 reis.

Imundice

Quem a lançar nas ruas ou praças pague de pena 2:000 reis.

A2. 42

Linho

[...]

Lojas

[...]

Matadouro

[...]

Medir por côvado ou vara

[...]

Pão

[...]

Passeios da cidade

Quem junto deles com incómodo do público consentir às suas portas besta, ainda que seja para carga, pague de pena 1:000 rs; o mesmo quem por eles for conduzindo carros, besta, cadeirinhas, ou carretos.

Pedradas, ou atirar de funda

[...]

Pedras

Quem na rua as puser debaixo de cestos, canastras e tabuleiros, pague pena de 160 rs.

Pesar

[...]

Pólvora

[...]

Porcos

[...]

Portas

Quem fora delas tiver de noite pedras levadiças, paus, lenha, caixões de açúcar, ferro, etc, uma pena de 1.000 rs. não as tendo com a necessária luz.

Regateiras

[...]

Serigueiros

[...]

Telha

Quem a vender deve ser de qualidade além de bom barro, bem cozido, que tenha de comprido dois palmos craveiros, e duas polegadas, e de largo um palmo craveiro, pena de 4:000 rs.

Testadas dos moradores

Cada um as limpe à sua custa, e lance os entulhos no lugar destinado pela câmara.

Depósito para entulhos

(...) depósitos gerais a Praia de Miragaia, e a Rua de S. Vítor na metade do Nascente – podem também lançar em obras de ruas, ou outras quaisquer que haja capacidade para os [receber] porém só com consentimento e autorização do Mestre encarregado da mesma, e a fim de que (...) mais do que a porção para que houver capacidade, e só depois de consumidos os que hou-(...) obras públicas[19].

[...]

Porto em Câmara de 15 de Julho de 1835

19. Transcrição marcadas com (…) corresponde a zona de papel comido ou ilegível. Transcrição marcada com […] corresponde a omissão voluntária na transcrição, como referido na introdução.

Documento nº 2.B.2. Edital de 26 de Agosto [1835]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do edital avulso publicado em 26 de Agosto de 1835. (CMPorto, 1835-08-26)

Edital

Tendo muitos proprietários colocado nas janelas do pavimento térreo de suas casas grades de ferro e de madeira de forma tão saliente, que embaraçam o livre trânsito, e isto com manifesta infracção da Lei, e das posturas municipais, que proíbem ter fora das casas e sobre a rua pública coisa alguma que faça impedimento à serventia da mesma rua: a Câmara Municipal a fim de reprimir um tal abuso incómodo e arriscado para o público, tem ordenado que todas as grades que em parte ou no seu todo saírem fora da esquadria, ou das paredes de qualquer edifício, e que se achem mais baixas que dez palmos, medidos desde o pavimento da rua imediato ao mesmo edifício, sejam arrancados pelos proprietários ou administradores dentro do prazo de 10 dias contados desde a data do presente Edital, pena de serem mandados derrubar à custa dos refractários e pagarem os mesmos 2:000 reis de multa por cada uma que for encontrada contra a disposição acima referida depois de expirado o dito prazo; e na mesma pena incorrerão todos os que de futuro as mandarem colocar pela maneira proibida.

[...]

Porto 26 de Agosto de 1835

Documento nº 2.B.3. Edital de 15 de Março [1837]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do edital avulso publicado em 15 de Março de 1837. (CMPorto, 1837-03-15)

A Câmara Municipal da Antiga, Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto faz público as seguintes disposições das posturas e Acórdãos que respeitam à limpeza, polícia e ordem a observar na mesma cidade afim de que as pessoas a quem competir cumpram, na certeza de que sem mais novo aviso se fará impor competentemente as respectivas penas aos transgressores, a cujo fim estão tomadas as necessárias providências.

Aferimentos

[...]

Água

[...]

Animais mortos

[...]

Açougues

[...]

Cabras

[...]

Cães

[...]

Cal

[...]

Carreiros que limpam as ruas

[...]

Carros a cantar ou a chiar

[...]

Cascas de fruta ou outras quaisquer

[...]

Cavaleiros

[...]

Casas de comer

[...]

Cera

[...]

Canecos

[...]

Chaminés

Os donos e inquilinos dos prédios em cujas chaminés atearem incêndios por falta de limpeza serão punidos até à pena de 40:000 rs. aplicada para a despesa que por causa deles sofrer o Cofre do Concelho.

Degraus

Fica proibido qualquer proprietário colocar degraus junto às soleiras das portas das Casas, e que dificultem o transito público, conservando-se somente aquelas que forem absolutamente indispensáveis.

Entulhos

Que cada morador limpe à sua custa o de suas testadas, lançando-o no lugar destinado pela Câmara, pena de 4:000 reis e pagar a despesa que se fizer em o tirar, fica porém aliviado se se provar que foi outrem que o lançou.

Que quem os lançar ou deixar ir para o rio pague de pena 6:000 reis.

Quem fizer casas ou qualquer obra, e delas saiam entulhos, pedras, etc ainda que com licença da Câmara o lance na rua, o faça dela sair em termo breve, que não excederá os 8 dias, para o sítio destinado aos entulhos, pena 2.400 rs., e ser tirado à sua custa.

Os caixões para entulho devem unir-se perfeitamente aos fueiros que metem no chedeiro, e desta forma (com pequenas diferenças em razão dos chedeiros) terão de largo adiante, dois palmos e três quartos, e atrás três palmos. De comprido desde o topo dos caixões até à tábua deve ter seis palmos. A tábua deve ser exactamente da largura do caixão, e deve ser metida e de cima para baixo em um caixilho para evitar que caia entulho, ou saibro sobre as ruas. De alto devem ter, dois palmos e meio, de forma a que nunca transborde o entulho por baixo ou por cima.

A2. 44

Exambladores, carpinteiros, tanoeiros, ou qualquer outro oficial

[...]

Estrume

[...]

Estrumeiras

[...]

Ferreiros

[...]

Fruta

[...]

Fogueiras

[...]

Géneros corruptos

[...]

Janelas

Quem fora delas tiver alegretes, ou vasos pague de pena 4:000 rs., além do prejuízo de 3º, havendo-o: e só é permitido colocá-los em varanda de sacada, e não em outro sítio.

Imundice

[...]

Linho

[...]

Lojas

Que ninguém tenha nas portas de fora delas fazendas, banca, ou banco, mostrador, quartolas, caixão, anteparo, bandeira, ou outra qualquer coisa que impeça a passagem pública, saindo mais para fora das ombreiras, pena 2:000 reis, e serem-lhe tiradas.

Que as dos mercados não tenham nas portas bandeiras, cortinas ou outra qualquer coisa que as torne mais escuras, debaixo da mesma pena.

Matadouro

[...]

Medir por côvado ou vara

[...]

Obras

Todos aqueles que fizerem obras e tiverem ocupado mais terreno que aquele que a Câmara lhes concedeu, pagará pela primeira vez 2:000 rs., pela segunda 4:000 rs., e pela terceira 8:000 rs.

Pão

[...]

Passeios das ruas da cidade

[...]

Pedradas, ou atirar de funda

[...]

Pedras

[...]

Pesar

[...]

Pólvora

[...]

Porcos

[...]

Portas

[...]

Regateiras

[...]

Serigueiros

[...]

Telha

Quem a vender deve ser de qualidade além de bom barro, bem cozido, que tenha de comprido dois palmos craveiros, e duas polegadas, e de largo um palmo craveiro, pena de 2:400 rs.

Vendedores em lugares públicos

[...]

Porto e Paços do Concelho 15 de Março de 1837

Documento nº 2.B.4. Edital de 20 de Junho [1838]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do edital avulso publicado em 20 de Junho de 1838. (CMPorto, 1838-06-20)

Presidente, Fiscal e Vereadores da Câmara Municipal da Antiga, Muito Nobre, sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto, etc.

Fazem saber: Que sendo escandaloso o procedimento de alguns proprietários quando edificam, renovam ou consertam suas casas ainda mesmo com licença da câmara, que não só muitas vezes alteram, modificam, e transtornam as plantas, mas até mandam construir passeios sem alinhamento e com tortuosidades, que incomodam o trânsito, e desfeiam absolutamente a beleza não só das propriedades, como também das ruas públicas, e que apesar dos Vigias da Câmara procederem a embargos verbais, que muitas vezes por desobediência são levados ao poder judicial, se tem introduzido o abuso depois da obra feita, se julgar que a Câmara não tem mais direito a que se reforme, em manifesta contravenção do Edital de 9 de Agosto, regulamento da extinta Junta das Obras Públicas transferido para a municipalidade, pela portaria de 26 de Novembro de 1832, e outras várias disposições, conformes à utilidade pública, pela regularidade e alinhamentos desses edifícios, e aformoseamento da Cidade:

E sendo conveniente, fazer com toda a exactidão, vigorar todas as disposições a tal respeito, inteiramente conforme com o que se recomenda no art. 83 §1º do Código Administrativo e Portaria de 6 de Junho último, sem o que jamais será possível obter as regularidades que os prospectos públicos exigem: Determina como posturas do Município, que toda a obra que for principiada com frente para ruas ou qualquer terreno público, de noite ou de dia, e a qualquer hora, sem licença da Câmara obtida por meio de requerimento, planta ou informação do Vereador Fiscal, será demolida e reduzida a seu antigo estado à custa do proprietário, sem dependência de embargo, contestação ou alguns termos judiciais, porque todo o direito das partes neste objecto se deve considerar antes de obtida a licença: Que o Mestre que fizer qualquer obra sem a respectiva licença ou planta, e tendo-a não siga exactamente o seu conteúdo, terá se multa 2:500 rs. Além da nota de seu nome no arquivo da Il.ma Câmara, para os efeitos de ficar inibido de jamais ser empregado da Municipalidade. Que todos os passeios feitos de novo e não estejam no perfeito alinhamento, sejam dentro do prazo de 60 dias a ele reduzidos, pena de proceder-se ao seu desmancho, e regularidade à custa dos proprietários. E para que chegue à notícia de todos e não aleguem ignorância, se dará o presente Edital toda a publicidade, seguindo-se quanto determina a Lei das posturas do Município para o seu verdadeiro efeito. **A2.45**

Porto e Paços do Concelho, 20 de Junho de 1838

Documento nº 2.B.5. Municipalidade do Porto - posturas [1839]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, das posturas publicadas em livro em 1839. (CMPorto, 1839)

A Câmara Municipal da Antiga, Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto faz públicas as seguintes posturas estabelecidas por Acórdãos para manter a limpeza, polícia e ordem geral, na certeza que estão tomadas as necessárias providências para que as penas comminadas sejam competentemente impostas a todos os transgressores.

Açougues

[...]

Aferimentos

[...]

Água

É proibido lançar água à rua, de Inverno antes das nove horas da noite, e de Verão antes das onze: quem assim mesmo o fizer será obrigado a dizer por três vezes - água vai - sob pena de 2:000 rs. além do prejuízo de terceiro. É proibido fazer escoar água para as ruas ou praças, quando se lava qualquer sala sem ter primeiramente colocado guardas de tábuas, ou barrotes compridos nas duas extremidades da casa, para se advertirem as pessoas que passarem, sob a mesma pena de 2:000 rs. além do prejuízo de terceiro.

Aguadeiros

[...]

Animais mortos

[...]

Árvores

[...]

A2. 46

Assamarcadores

[...]

Aves

[...]

Bacalhau

[...]

Cabras

[...]

Caça

[...]

Cães

[...]

Cal

[...]

Calçadas ou Ruas

[...]

Canecos

[...]

Canos

É proibida a existência de canos, que lancem os despejos das Casas para as ruas, sob pena de 2:400 rs. e serem tapados à custa dos proprietários. Nas ruas onde não houver aquedutos públicos, devem os proprietários aprofundar as bacias das latrinas; e onde os houverem, devem construir canos parciais que dirigirão os despejos a esses aquedutos, ficando sujeitos à mesma pena de 2:400 rs. no caso de contravenção.

Carreiros

[...]

Carreteiros

[...]

Carros

[...]

Carvão

[...]

Casas de comer e de beber

[...]

Cascas de fruta, etc.

[...]

Cavaleiros

[...]

Cavalgaduras

[...]

Cera

[...]

Chaminés

É proibido a todos os moradores da Cidade o não terem limpas as chaminés de suas habitações: nas casas em que se atearem incêndios, por falta de limpeza delas, serão seus habitantes punidos com multa de 2:400 rs.

Couros

[...]

Crivações

[...]

Degraus

É proibida a existência de degraus junto às soleiras das portas das casas, que dificultem o trânsito público, sob pena de serem tirados.

Entulhos

[...] bem como quem fizer casas ou qualquer obra, e delas saiam entulhos, pedras, etc que se lance à rua, ainda que seja com licença da câmara, não se fazendo sair antes de 8 dias para os sítios marcados para entulhamento.

Exambladores, carpinteiros, tanoeiros, etc.

[...]

Fábricas

[...]

Ferreiros

[...]

Ferro, Chumbo ou aço

[...]

Fogueiras

[...]

Fruta

[...]

Géneros corruptos

[...]

Géneros e fazendas amontoadas

[...]

Grades

É proibido ter grades de ferro salientes das janelas de lojas ao nível da rua, sob pena de serem mandadas arrancar.

Erva

[...]

Imundice

[...]

Janelas

É proibido ter alegretes, ou vasos fora das janelas, bem como regá-los, em forma que molhe quem transitar pelas ruas, sob pena 2:400 rs., além do prejuízo de terceiro.

Lenha

[...]

Linho

[...]

Lojas

[...]

Madeira e Palha

[...]

Matadouro

[...]

Medir por côvado ou vara

[...]

Obras

É proibido a quem fizer Obras ocupar mais terreno do que lhe foi pela Câmara concedido, sob a pena de pagar pela 1ª vez 2:000 rs, pela 2ª 4:000 rs., e pela 3ª 8:000 rs. É igualmente proibido não resguardar os materiais, pertencentes a qualquer edificação, com um tapamento de madeira no terreno que para isso for designado, sob pena de perdimento do depósito, que se houver feito, e de ficar cassada a licença obtida, aplicando-se a quantia depositada para fazer o dito tapamento. Da mesma forma é proibido fazer quaisquer obras sem prévia licença da Câmara, e planta aprovada; sob a pena de serem demolidas, e reduzidas ao seu antigo estado à custa do proprietário. Todo o Mestre que fizer qualquer obra sem licença da Câmara, ou que tendo-a, a não siga exactamente, pagará multa de 2:000 rs. e ficará inibido de ser empregado da municipalidade.

Pão, farinha, frutas e outros comestíveis

[...]

Passeios

[...]

Pedradas, ou tiros à funda

[...]

A2.47

Pedras

[...]

Peixe

[...]

Pesar

[...]

Piões

É proibido a existência de piões nos passeios, salvo os das esquinas; o que não forem recolhidos por seus donos, serão mandados retirar pela Câmara, a qual lhes dará o competente destino.

Pipas

[...]

Pólvora

[...]

Porcos

[...]

Portas

[...]

Ficam proibidas as portas de portais ou de janelas que abrirem para a rua, sob pena de 2:400 rs., e serem arrancadas à custa do seu dono.

Regateiras

[...]

Seges

[...]

Serigueiros

[...]

Telha

[...]

Trolhas, Pedreiros e pintores

É proibido trabalharem em telhados, ou em fronteiras de qualquer casa, em forma que caia na rua, água, cal tinta, ou qualquer objecto que possa causar prejuízo, sem que antes se tenham posto guardas de barrotes, ou tábuas compridas, nas duas extremidades da propriedade, para advertirem as pessoas que passarem, sob pena de 2:000 rs. além do prejuízo de terceiro.

Vendedores em lugares públicos

[...]

Vendilhões

[...]

E para que chegue à notícia de todos, se mandou publicar o presente, que será afixado nos lugares públicos do concelho. Porto e Paços do Concelho, 25 de Maio de 1839

Documento nº 2.B.6. Código de posturas municipaes do Porto [1855]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, das posturas publicadas em livro em 1855.

A2. 48 *(CMPorto, 1855)*

Capítulo 1 - Açougues

[...]

Capítulo 2 - Aferimentos

[...]

Capítulo 3 - Água

Artigo 4º Fica vedado tanto de dia como de noite lançar água à rua quando nela houver aqueduto, e nas ruas em que não os houver poderá fazer-se o despejo, mas somente de noite, depois das onze horas, e ainda assim repetindo por três vezes e com pequenos intervalos as vozes - água vai - O que contravier esta postura pagará dois mil reis, além do prejuízo de terceiro.

§1º É proibido escoar águas para as ruas ou praças, quando se lava qualquer casa, sem ter primeiro colocado na rua guardas de tábuas, ou barrotes, compridos nas duas extremidades laterais da casa, sob pena de mil reis de multa, além do prejuízo de terceiro.

§ 2º Também é proibido sob a mesma pena deixar escorrer ou vazar para a rua água ou imundice, que provenha de pias ou taças colocadas no interior dos edifícios, ou de quaisquer aberturas, raros ou saídas, que junto do chão costumam abrir-se nos prédios para o dito fim.

Artigo 5º É proibido aos aguadeiros encherem os canecos nos tanques (salvo na ocasião de incêndios) ou nas bicas destinadas aos usos particulares, e demorar os canecos sobre as bordas dos tanques, tudo sobre a pena de quatrocentos reis: e não aparecendo o dono será o caneco apreendido.

§ único. Os aguadeiros e outros quaisquer indivíduos encherão os canecos segundo a ordem dos que chegarem primeiro à fonte: e entre dois canecos se encherá um cântaro ou duas infusas, por igual ordem: e incorrerá na multa de quatrocentos reis quem estorvar esta regularidade.

Capítulo 4 - Alfaiates

[...]

Capítulo 5 - Animais

[...]

Capítulo 6 - Árvores

[...]

Capítulo 7 - Assamarcadores

[...]

Capítulo 8 - Almocreves

[...]

Capítulo 9 - Aves

[...]

Capítulo 10 - Bacalhau

[...]

Capítulo 11 - Balões

[...]

Capítulo 12 - Banhos

[...]

Capítulo 13 - Barbeiros

[...]

Capítulo 14 - Barqueiros

[...]

Capítulo 15 - Batatas

[...]

Capítulo 16 - Bolieiros

[...]

Capítulo 17 - Cabras

[...]

Capítulo 18 - Cabreiros

[...]

Capítulo 19 - Caça

[...]

Capítulo 20 - Cães

[...]

Capítulo 21 - Cal

Artigo 25º. É proibido vender cal por outra medida que não seja o padrão aprovado pela câmara, sob pena de quatro mil eis.

§1º A cal em pó deve ser sempre conduzida em sacos, quer seja à cabeça, quer em carros, sob pena de mil reis.

§2º Também incorrerão na mesma pena os que sacudirem às portas os sacos de cal na rua pública.

Capítulo 22 - Campainhas e chocalhos

[...]

Capítulo 23 - Canos e Calões

Artigo 27. É proibida a existência de canos e calões salientes às beiras dos telhados das propriedades sitas nas ruas macadamizadas, sob pena de vinte mil reis.

§ único. Todas as propriedades que de futuro se construírem, renovarem em parte, ou acrescentarem, deverão ter metidos na parede ou colocados na parte exterior para recolher as águas pluviais, canos que as guiem ao aqueduto geral, sob pena de ser cassada a licença concedida pela Câmara para a construção.

Capítulo 24 - Carreiros

Artigo 28º. Os carreiros que juntam imundices ou estrume pelas ruas é vedado trazerem sacho ferrado, sendo-lhe permitido somente o uso de vassoura e sacho de pau, sob pena de 500 reis.

Artigo 29º. É proibido fazer depósito de estrume dentro das barreiras da cidade, sob pena de dez mil reis e o perdimento do estrume, que será logo vendido e entrando o produto da venda no cofre do concelho.

§ único. É com tudo permitido aos carreiros fazer ajuntar imundices, com tanto que as removam para fora da cidade no fim de quatro dias nos meses de Outubro até ao fim de Maio, e no termo de dois dias nos outros meses; e no caso de assim o não cumprirem incorrerão na pena marcada neste artigo

Artigo 30º. É também proibido baldear e carregar estrume, e conduzi-los para fora da cidade em carros e barcos a não ser desde as onze horas da noite, até ao nascer do sol, sob pena de quatro mil reis; podem porem ser tirados de dia desde trinta de Novembro a trinta de Junho na freguesia de S. João da Foz do Douro, e também dentro da cidade quando forem metidos em pipas ou vasilhas de tal modo tapadas e limpas exteriormente que não lancem cheiro algum, nem se conheça por vestígios externos o que nelas se contêm.

Capítulo 25 - Carrejões

[...]

Capítulo 26 - Carreteiros

[...]

Capítulo 27 - Carros

Artigo 33º

[...] **A2.49**

§ 4º Quem os trouxer sem que as chapas das rodas tenham pelo menos duas polegadas e três quartos de largo, chatas e com pregos embutidos, pagará de multa em cada dia que assim for encontrado mil reis.

§5º Todos os carros que transitarem nas estradas novamente construídas dentro deste concelho deverão ter as rodas com chapas ao menos da largura acima marcada ou mais larga, sob pena de mil reis.

[...]

§8º Passados seis meses da data de publicação desta postura, todos os carreteiros que tiverem carros chamados de ganho deverão ser matriculados na câmara sob pena de quinhentos reis.

§9º Todos os caros serão numerados e gravado o número em marca de fogo em lugar bem visível; o que não cumprir estas determinações incorrerá na multa de mil reis.

§10º Passado um ano depois da publicação desta postura, todos os carros chamados de ganho serão construídos conforme modelo que se acha na casa dos Paços de concelho, sob pena de pagarem o duplo do imposto pelo bilhete.

Capítulo 28 - Carvão

[...]

Capítulo 29 - Cascas de frutas e outras

[...]

Capítulo 30 - Castanheiras

[...]

Capítulo 31 - Cavaleiros

[...]

Capítulo 32 - Cavalgaduras

[...]

Capítulo 33 - Casas de comer e beber

[...]

Capítulo 34 - Chafarizes e fontes públicas

[...]

Capítulo 35 - Chaminés

Artigo 41º. Todos os moradores do concelho são obrigados a ter limpas as chaminés das suas habitações.

§1º Todo o aposento destinado para cozinha deve ter chaminé.

§2º Nas casas em que se atearem incêndios por falta de chaminés ou limpeza delas, serão seus habitantes punidos com multa de dois mil e quinhentos reis.

§3º As chaminés das fábricas e quaisquer estabelecimentos, que tenham fornos ou maquinas a vapor, bem como as de ferrarias ou serralharias deverão ter altura necessária para que o fumo não incomode os moradores da Cidade, sob pena de vinte mil reis, e de trinta mil reis em caso de reincidência.

A2. 50

Capítulo 36 - Couros

[...]

Capítulo 37 - Crivações

[...]

Capítulo 38 - Currais

[...]

Capítulo 39 - Degraus

Artigo 45º. São proibidos os degraus junto às soleiras das portas das casas, sob pena de serem tirados, aplicando-se a pedra para obras municipais.

§ único. A disposição deste artigo não é aplicável aos degraus junto às portas das casas ou lojas, nas ruas e praças que tenham sido ou forem rebaixadas, enquanto os donos não forem indemnizados dos prejuízos que sofreram com o rebaixamento.

Capítulo 40 - Despejos

Nas ruas em que não houver aqueduto público, ficam proibidas as vertentes das latrinas das casas para as ruas ou praças públicas, sob pena de três mil reis.

§ único. Se houver aqueduto geral serão as vertentes dos despejos das casas para ali conduzidas por canos parciais, feitos à custa dos senhorios, Os que contravierem na disposição desta postura incorrerão, na multa de oito mil reis, e além disso terão os senhorios de pagar aos empregados do município toda a despesa que se fizer com as obras dos canais parciais de suas casas para o aqueduto geral.

Capítulo 41 - Entulhos

Artigo 47º É proibido lançar entulhos de qualquer espécie nas ruas públicas, e fora do sítio destinado pela câmara, sob pena de mil reis, ou vinte e quatro horas de cadeia, além de pagar a despesa que se fizer em os tirar.

§1º Na pena de quatro mil reis incorre quem os lançar ao rio, ou em lugar donde para lá naturalmente vão. E na mesma pena incorre quem fizer ou desfizer casas ou quaisquer obras, que não poderá lançar pedras nem despejar entulhos do alto do edifício, a menos que não tenha construído um cano aberto (sic) nas duas extremidades, e que termine a dois palmos, não mais, de distância do pavimento da rua para por ele os lançar.

§2ºAs pedras, entulhos e outros materiais ainda mesmo das edificações autorizadas pela câmara, deverão ser começados a remover dentro de três dias, depois da sua acumulação, sob pena de mil reis.

§3º Os caixões próprios para a condução dos entulhos deverão ser em tudo conformes ao modelo estabelecido e aprovado pela câmara; e os carreteiros condutores de saibro ou entulhos que deles não usarem, pagarão pela primeira vez dois mil reis de multa, e pela segunda três mil reis; e sujando as ruas deixando vazar entulhos, pagarão mil reis de multa.

Capítulo 42 - Ensambladores, carpinteiros e tanoeiros

[...]

Capítulo 43 - Estalos

[...]

Capítulo 44 - Fábricas

Artigo 50º Não é permitido o estabelecimento de fábrica alguma dentro das barreiras ou em lugares povoados, sem prévia licença da câmara sob pena de vinte mil reis.

Capítulo 45 - Ferreiros e serralheiros

[...]

Capítulo 46 - Ferro, chumbo, aço e estanho

[...]

Capítulo 47 - Fogueiras

[...]

Capítulo 48 - Foguetes, bombas e fogo de artifício

[...]

Capítulo 49 - Forçuras

[...]

Capítulo 50 - Frutas

[...]

Capítulo 51 - Géneros corruptos

[...]

Capítulo 52 - Géneros e fazendas amontoadas

[...]

Capítulo 53 - Grades

Artigo 59. É proibido ter grades de ferro ou de madeira salientes das ombreiras e das janelas dos pavimentos térreos, sob pena de serem mandadas arrancar.

Capítulo 54 - Erva

[...]

Capítulo 55 - Imundices

Artigo 61º. É proibido lançar à rua o lixo das casas, ou imundices de qualquer espécie, sob pena de quinhentos reis.

Capítulo 56 - Janelas

Artigo 62º. É proibido ter alegretes ou vasos sobre as grades das varandas das janelas de sacada, sobre os peitoris das outras janelas, ou sobre muros sem guardas exteriores, sob pena de três mil reis.

§ único. É também proibido sacudir das janelas ou às portas das casas capachos, esteirões ou tapetes, sob pena de quinhentos reis.

Capítulo 57 - Leiteiras

[...]

Capítulo 58 - Lenhas

[...]

Capítulo 59 - Linho

[...]

Capítulo 60 - Lojas

[...]

§ único. Toda a pessoa que quiser colocar letreiros, retábulo ou emblema sobre as lojas ou janelas será obrigado a apresentar um modelo na casa dos Paços do Concelho para ser aprovado, sob pena de dois mil reis e oi perdimento do objecto colocado.

[...]

Capítulo 61 - Madeira

[...]

Capítulo 62 - Matadouro

[...]

Capítulo 63- Medidas de extensão

[...]

Capítulo 64 - Obras

Artigo 72º. Quem fizer obras não poderá ocupar mais terreno público do que aquele que lhe foi concedido pela Câmara, e sem que seja resguardado com um tapamento de madeira da altura de dez palmos pelo menos, e com tábuas sobrepostas, e portas que abram para dentro, isto no espaço de terreno que tiver sido demarcado, sob pena de pagar o triplo do aluguer de trezentos reis por braça quadrada, que é obrigado a pagar pela ocupação do terreno.

§1º É proibida fazer qualquer obra sem prévia licença da câmara e depósito; para as obras de edificação ou reforma de prédios, precederá planta em duplicado aprovada pela câmara, bem como licença e depósito, marcado conforme o prospecto dos edifícios, sob pena de dez mil reis, e de serem as obras demolidas e reduzidas ao seu antigo estado à custa do proprietário.

§2º Todo o Mestre que fizer qualquer obra sem licença da Câmara, ou que tendo-a não a siga exactamente, pagará multa de vinte mil reis e ficará inibido de ser empregado da municipalidade

§3º Os donos das obras em andamento e com licença serão obrigados a liquidar a importância dos alugueres estabelecidos para os terrenos ocupados com materiais, e será essa importância deduzida do depósito que houverem feito, liquidando-se a conta de seis em seis meses; e terão de reforçar o depósito, sob pena de lhe ser cassada a licença e de incorrer o proprietário nas penas dos que fazem obras sem licença.

Capítulo 65 - Ourinatórios

Artigo 73º. Depois de estabelecidos os ourinatórios [urinóis] públicos, é proibido urinar junto às paredes ou portas, pena de duzentos reis ao transgressor.

Capítulo 66 - Palha

[...]

Capítulo 67 - Pão, farinha, frutas e outros objectos **A2.51**

[...]

Capítulo 68 - Passeios

[...]

Capítulo 69 - Pedradas ou tiros à funda

[...]

Capítulo 70 - Pedras

[...]

Capítulo 71- Peixes e outros géneros comestíveis

[...]

Capítulo 72 - Piões

[...]

Capítulo 73 - Pescadores

[...]

Capítulo 74- Pesar

[...]

Capítulo 75 - Pipas

[...]

Capítulo 76 - Pólvora

[...]

Capítulo 77 - Porcos

[...]

Capítulo 78 - Portas

Artigo 86. Ficam proibidas dentro da cidade as portas, janelas, balcões ou mostradores que abrirem para a rua, sob pena de dois mil reis, e serem arrancadas à custa do dono.

Capítulo 79- Praças e mercados públicos

Artigo 87º. É proibido vender fora das praças e mercados públicos os géneros e objectos que elas são destinadas, sob pena de duzentos reis por cada pessoa, salvo aquelas que os venderem apregoando, tudo na conformidade destas posturas e acórdãos.

Cais dos Guindais

[...]

Campo Grande

[...]

Largo de Santa Clara

Madeira em carros às terças e sábados.

Largo do Correio

[...]

A2. 52

Largo de S. Roque

[...]

Mercado do Anjo

[...]

Mercado Junto ao Passeio Público

[...]

Praça da Alegria

[...]

Praça do Bolhão

Frutas, hortaliças, legumes, aves, erva e palha, diariamente; flores, sementes, plantas, carvão de choça, canastras, cestos e tamancos, às terças-feiras e sábados.

Praça do Coronel Pacheco

[...]

Praça de S. Domingos

[...]

Praça de Santa Teresa

[...]

Praça dos Voluntários da Rainha

[...]

Capítulo 80 - Regateiras

[...]

Capítulo 81 - Roupas

[...]

Capítulo 82 - Ruas

Artigo 91º. É proibido descalçar as ruas ou passeios sem licença da câmara, sob pena de mil reis.

§1º Sujá-las com imundices e bem assim os passeios, as testadas das casas e quintais, sob pena de dois mil reis.

§2º Na mesma pena incorrerão os moradores da cidade que não mandem lavar as ruas nas testadas das suas casas, logo depois de extraídos os estrumes.

Capítulo 83 - Seges

[...]

Capítulo 84 - Serrar

[...]

Capítulo 85- Sirgueiros

[...]

Capítulo 86- Tintoreiros

[...]

Capítulo 87 - Toldes e empanadas

Artigo 96. Todos os toldes ou empanadas lançadas sobre os passeios para abrigar do sol as lojas, cafés e outros estabelecimentos, deverão ser colocados em postes ou varões de ferro pelo menos de 12 palmos de comprimento, que se firmem perpendiculares ao passeio da rua e juntos à extrema do passeio, sob pena de serem mandados recolher, e pagar a multa de dois mil reis.

Capítulo 88 - Tripeiros ou tripeiras, e forçureiras

[...]

Capítulo 89- Trolhas, pedreiros e pintores

Artigo 98. É proibido trabalhar em telhados ou nas fronteiras de qualquer casa em forma que caia na rua água, cal, tinta ou outro objecto, que possa causar prejuízo, sem que antes se tenham posto guardas de barrotes ou tábuas compridas nas duas extremidades das propriedades para advertirem as pessoas que passam, sob pena de dois mil reis, além do prejuízo de terceiro.

§único. É igualmente proibido fazer uso de andaimes ou outros quaisquer artifícios para trabalharem fora das janelas, sem previa autorização da câmara, que só a poderá conceder depois de verificada a segurança dos ditos andaimes ou artifícios, pelo arquitecto da cidade, sob pena de dez mil reis.

[...]

Capítulo 90- Vitelas ou vacas com cria

[...]

Capítulo 91- Disposições transitórias. Multas

Artigo 100º. A metade das multas ou das importâncias das apreensões, provenientes das transgressões das posturas municipais fará parte da receita eventual do Município. A outra metade será concedida ao denunciante ou apreensor, conforme as disposições do respectivo regulamento.

E como as presentes posturas não possam obrigar nem produzir efeito legal sem que se cumpra o determinado no §1 do artigo 121º do Código Administrativo[20], deliberaram outro sim que subissem à aprovação do Conselho de Distrito; e para tudo constar se mandou lavrar a presente, que vai por todos assinada. - Domingos José Alves de Sousa, escrivão, subscrevi.

Visconde da Trindade, Presidente

[...]

Acórdão em Conselho de Distrito. Que aprovam as posturas da Câmara Municipal do Porto, coligidas no presente Código, dividido em noventa e um capítulos e cem artigos, a fim de que sendo impresso e publicado o mesmo código, possam ter execução e observância as posturas nele contidas, trinta dias depois da sua publicação. Porto em sessão de 3 de Março de 1855

O Governador Civil Barão de Vallado. [...]

[Seguido de um índice alfabético constituído por 13 páginas][21]

Documento nº 2.B.7. Código de posturas municipais do Porto [1869]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, das posturas publicadas em livro em 1869. (CMPorto, 1869)

[...]

Capítulo X - Canos

Artº 19 Qualquer pessoa, corporação ou companhia que pretenda abrir canos nas ruas, praças ou lugares públicos, ou seja para encaminhar os despejos das suas propriedades ao aqueduto público, ou para condução de águas para prédios particulares, e em geral qualquer rasgadura nas ruas, praças ou lugares públicos, deverá habilitar-se com prévia licença da câmara, e depositará no cofre do Concelho a quantia de 1$000 reis por cada metro quadrado de rasgadura que houver de fazer nas ruas ou praças calçadas pelo sistema de empedramento, e a quantia de 1$500 reis por cada metro quadrado de rasgadura nas ruas macadamizadas.

[...]

Capítulo XII - Chaminés

Art. 27º Todo o aposento onde se foguear deve ter chaminé, sob pena de 2$000 reis.

§ único: Os donos ou habitantes dos prédios onde se atearem incêndios por falta de chaminés ou de limpeza delas, serão punidos com multa de 3$000 reis.

Art. 28º As chaminés das fábricas e de quaisquer estabelecimentos que tenham fornos ou máquinas a vapor, bem como as de ferrarias ou serralharias, deverão ter a altura necessária para que o fumo não incomode os moradores do Concelho, sob pena de 10$000 reis.

Art. 29º As chaminés de fogões de sala, ou de outros quaisquer que forem construídas pela parte exterior das casas, deverão ter altura suficiente para que o fumo não incomode os transeuntes ou vizinhos, sob pena de mandarem apear, e 2$000 reis de multa.

A2.53

Capítulo XIII - Degraus

Art. 30º Ninguém poderá ter degraus junto às soleiras das portas. Os degraus que se acharem postos em contravenção do disposto neste artigo, deverão ser tirados dentro do prazo de 30 dias, contados da data de publicação do presente código.

§ único: Nas ruas rebaixadas, ou que de futuro se rebaixarem, serão tolerados degraus pelo tempo e modo que for acordado entre a Câmara e os respectivos proprietários.

Art. 31º É absolutamente proibido ter piões junto às ombreiras das portas e salientes sobre os passeios, e bem assim rampas de pedra, ou outras quaisquer, junto da linha do passeio, ou das soleiras para a parte exterior, com o fim de facilitar a entrada e saída de trens ou carros, e as que actualmente existirem deverão ser retiradas no prazo marcado no artigo antecedente.

§1º. A Câmara mandará arrancar, à custa dos respectivos proprietários, os degraus, piões ou rampas, que aparecerem findo o prazo marcado no artigo 30º, e aquele que novamente os colocar, pagará 4$000 reis de multa, além da despesa de remoção.

§ 2º. É contudo permitido usar rampas de madeira, para facilitar a entrada e saída de trens ou carros, uma vez que essas rampas sejam colocadas unicamente na ocasião de servirem, e tiradas logo depois,

20."§1 As decisões municipais acerca destes objectos não podem ser levados à execução nem produzir efeito algum legal senão depois de aprovados pelo Conselho de Distrito." (Portugal, 1842-03-18)

21.O livro tem 9 x 11,5 cm

sob a pena de 3$000 reis, paga pelo dono de obra ou inquilino da casa, loja, cocheira ou armazém onde se praticar a contravenção.

Art. 32º Quem quebrar ou por qualquer forma deteriorar as linhas de passeio, fazendo sobre elas subir ou descer trens ou carros para entrarem ou saírem de qualquer loja, armazém ou cocheira, sem ser por sobre as rampas de que trata o §2 do art. 31º pagará 2$000 reis de multa.

[...]

Capítulo XV - Edificações

Art. 34º É proibido edificar ou reedificar em todo ou em parte, ou acrescentar qualquer prédio, muro ou parede, bem como abrir porta ou janela fronteira à via pública sem prévia licença da Câmara.

§ 1º Nas novas edificações, reedificações, ou acrescentamentos de qualquer prédio, ficam proibidos as beiras, e calões. A edificação termina em cornija pela forma indicada no §2º do artigo 41º.

§ 2º Os proprietários que edificarem, reedificarem ou acrescentarem qualquer prédio, deverão introduzir canos nas paredes para condução das águas pluviais ao aqueduto geral das ruas, aonde houver, ou por baixo do passeio nas ruas onde não houver aqueduto, ou para a parte posterior da propriedade. Aqueles que os não colocarem, ou que os mandarem outra vez tirar depois de colocados, ou construírem por qualquer forma beiras ou calões para a via pública pagarão 10$000 reis de multa, que será aplicada todas as vezes que terminar o prazo, que, conforme a importância da obra, lhe for marcado, nas novas intimações, que se lhes fizerem, para darem cumprimento a esta postura.

A2. 54

§3º A licença para edificação, reedificação, ou aumento do prédio, envolve autorização para levantar a rua, abrir cano de despejo para a condução das águas pluviais até ao aqueduto público, mas não para qualquer outro despejo, ou mister, para o que é necessária licença especial nos termos do artigo 19, e seu §§, d'este código.

§4 A licença obtém-se por meio de requerimento dirigido à Câmara, acompanhado de duas plantas iguais e bem executadas, designando a obra que o requerente pretende fazer, a fim de serem aprovadas: uma dessas plantas ficará arquivada com os respectivos documentos no Cartório municipal, e a outra será entregue ao requerente quando se expedir a competente licença, a qual somente será passada depois de obtidas as informações técnicas dos funcionários competentes, e quando o requerente tenha depositado a quantia que por estes for arbitrada, conforme o prospecto dos edifícios, para garantir a remoção de entulhos, a construção de canos introduzidos nas paredes para a condução de águas pluviais; e em geral o cumprimento das posturas municipais.

§5º O depósito que trata o § antecedente somente será restituído ao proprietário, depois que a Câmara seja informada de se acharem removidos os entulhos, cumpridas as posturas municipais, construída a obra conforme a planta aprovada, e no respectivo alinhamento, a rua reposta no antigo estado, construídos os canos para condução das águas pluviais, e plenamente satisfeita a importância do aluguer do terreno que tiver sido ocupado com materiais.

[...]

Art. 38º O proprietário que fizer edificação, reedificação ou construção sem licença, quer seja à face da via pública quer afastado dela seis metros ou menos, e bem assim aquele que tiver planta aprovada, mas não a executar exactamente, ou alterar por qualquer forma, ou construir fora do alinhamento respectivo, pagará 20$000 reis de multa, e será obrigado a desfazer a obra, ou para restituir o terreno ao primitivo estado, ou para executar a planta aprovada, ou para edificar no respectivo alinhamento; e quando não o faça, depois de ser para isso intimado, a Câmara mandará pelos seus operários demolir a obra, pagando-se pela despesa pela forma determinada nas leis.

§ Único: No caso de alienação ou transferência da propriedade, ou obra em construção, a licença não aproveita ao adquirente, sem que este por meio de requerimento dirigido à Câmara, declare, que aceita a responsabilidade de cedente, para cumprimento das posturas e mais efeitos legais, sob pena de incorrer na multa dos que fazem obras sem licença.

[...]

Artº 40 A altura das edificações será determinada pela largura das ruas, observando-se as seguintes regras, prescritas na Carta de Lei de 2 de Julho de 1867:

1º Quando a largura das ruas for menor de cinco metros, a altura dos edifícios não será superior a 12 metros.

2º Quando a largura das ruas ficar compreendida entre cinco e sete metros, a altura dos edifícios não será superior a quinze metros.

3º Quando a largura das ruas for superior a 7 metros, a altura dos edifícios não será superior a vinte metros

4º Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas, que se cruzem com diferentes larguras, a altura será determinada pela de maior largura.

5º Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas abertas proximamente na mesma direcção, mas com grande diferença de nível, a altura será determinada por decisão especial da Câmara.

6º Quando os edifícios forem construídos fora do alinhamento das ruas públicas em pátios ou jardins interiores, a sua altura não excederá os quinze metros, excepto se a câmara autorizar maior elevação.

§ único: O disposto nos números deste artigo não se aplica aos templos, aos edifícios destinados ao serviço público, nem aos monumentos.

Art. 41º As alturas determinadas no artigo antecedente, serão medidas desde a calçada ou passeio até à parte superior da cornija.

§ 1º As medidas serão tomadas no centro da fachada.

§2º Acima da cornija e no plano da parede da fachada, não poderá ser elevada nenhuma construção, excepto os acroterios e seus acessórios.

§3º A altura de qualquer pavimento não poderá ser inferior a 3 metros.

§ 4º Nas ruas de larguras variáveis, a altura dos edifícios será determinada em relação à média das larguras máxima e mínima das mesmas ruas.

Art. 42º Nas edificações que se fizerem nos pontos, em que se tocarem as extremidades de duas ruas ou praças, os ângulos serão chanfrados, sempre que a câmara, ouvida a informação dos funcionários técnicos competentes, julgar conveniente.

Art. 43º Tanto nas antigas edificações como nas que de futuro se fizerem, ficam proibidas as portas, janelas, balcões ou mostradores que abrirem para a rua, e bem assim os sobrecéos ou coberturas sobre portas, e as grades salientes das ombreiras e das janelas dos pavimentos térreos, sob a pena de 2$000 reis, e de se mandarem tirar à custa do proprietário.

[...]

Capítulo XIX - Goteiras

Art. 54º Todos os proprietários de casas situadas nas ruas ou praças da cidade, ficam obrigados a recolher as águas pluviais dos telhados das suas casas, e a conduzi-las por canos de grés, chumbo, folha de flandres, ou outro qualquer metal, introduzidas nas paredes, ou colocadas junto a elas, de forma que as águas não pinguem ou caiam sobre a via pública, e possam encaminhar-se por baixo dos passeios, a fim de escoarem pela valeta, sob pena de 20$000 reis.

Capítulo XX - Janelas

[...]

Art. 57º É igualmente proibido ter nas janelas tábuas, ou quaisquer anteparos de separação, de largura excedente à das varandas dos prédios contíguos, quando estas sejam iguais, ou à de menor largura quando sejam desiguais, sob pena de 2$000 reis.

[...]

Art. 60º Os toldos ou empanados destinados a abrigar do sol as lojas, cafés e outros estabelecimentos, deverão ser em forma de bambinella, colocados em altura não inferior a dois metros, marcados sobre a aresta do passeio; e ficam proibidos os toldes colocados em postes ou varões de ferro firmados sobre o pavimento das ruas ou passeios, sob a pena de 2$000 reis por cada dia em que os toldos assim forem encontrados.

[...]

Acordam em aprovar o presente Código ou Colecção das posturas e Regulamentos Municipais da Câmara do Porto, ficando revogadas todas as outras providências da mesma ordem e natureza que não estiverem incluídas nesta compilação.

4 de Março de 1869

Documento nº 2.B.8. Regulamento da companhia dos incêndios [1888]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, do Regulamento da Companhia de Incêndios, incluído no relatório bienal da CMPorto.

(CMPorto, 1888)

A2.55

Capítulo I - Da inspecção-geral do serviço de incêndios

Título I - Fins e Organização

Artigo 1º Com o fim de acudir a todos os incêndios que venham a manifestar-se no município do Porto, e de fazer cumprir todas as leis, decretos, portarias e posturas, atinentes ao serviço de incêndios, é criada, junto à Câmara Municipal do Porto, e sob a sua imediata dependência e fiscalização, uma repartição denominada - Inspecção-Geral do Serviço de incêndios.

[...]

Título II - Distribuição do pessoal do corpo de salvação pública

[...]

Capítulo II - Deveres do Pessoal

Título III - Inspector-geral

[...]

§ único. Como chefe superior de todos os serviços da repartição, incumbe ao inspector-geral toda a direcção teórica e pratica do serviço, respondendo pela regularidade da escrituração, pela conservação do material e pela disciplina de todo o pessoal para com a municipalidade, com a qual comunica por intermédio da presidência.

Art. 12º Requerendo o bom desempenho das suas árduas e importantes funções, habilitações muito superiores e variadas, somente poderá ser provido o candidato que tenha a pratica, estudos e conhecimentos indispensáveis, preferindo-se, em igualdade de circunstâncias, aquele que juntar o diploma de engenheiro civil ou militar de reconhecida e provada aptidão.

[...]

Art. 28º

Vistoria todos os teatros e demais casas de espectáculos ou bailes públicos, com o fim de ver se são em tais estabelecimentos cumpridas as disposições da portaria do ministério do reino de 17 de Setembro de 1853, entendendo-se com as autoridades competentes para que os respectivos empresários sejam compelidos a cumpri-las, sob pena de se lhes fecharem os teatros, circos ou salões.

[...]

Art. 32º Dirige toda a escrituração da secretaria, de modo que, de livros especiais, conste com a maior clareza:

[...]

5º Leis, decretos, portarias e posturas municipais relativas ao serviço de incêndios;

[...]

Art. 33º Compete ao inspector-geral vigiar e fazer vigiar pelos seus subordinados o cumprimento de todas as leis, decretos, portarias, posturas e editais relativos a incêndios, participando à câmara e as autoridades competentes, qualquer abuso ou contravenção que possa fazer perigar a segurança pública.

Art. 34º Propõe à câmara a adopção de todas as providências atinentes a prevenir os casos de incêndios, bem como qualquer alteração deste regulamento que a prática lhe mostre ser conveniente; e confecciona os regulamentos para as diversas especialidades do serviço não prevista neste regulamento, como oficina, escola, telefones, etc.

[...]

Título IV - Ajudantes do Inspector-geral

[...]

Título V - Secretários

[...]

Título VI - Amanuenses

[...]

Título VII - Contínuo

[...]

Título VIII - Médico

[...]

Título IV - Fiel do depósito, chefe da oficina

[...]

Título X - Chefes de companhia

[...]

Título XI - Primeiros Patrões

[...]

Título XII - Segundos patrões

A2. 56

[...]

Título XIII - Aspirantes

[...]

Título XIV - Bombeiros adidos

[...]

Título XV - Guias

[...]

Título XVI - Primeiros sotas

[...]

Título XVII - Segundos sotas

[...]

Título XVIII - Serventes

[...]

Título XIX - Clarins

[...]

Capítulo III - Polícia das estações

[...]

Capítulo IV - Saídas, prémios e gratificações

[...]

Capítulo V - Pontos

[...]

Capítulo VI - Serviços de senhas, processo dos incêndios, dos vencimentos e pagamentos.

[...]

Capítulo VII - Instrução do pessoal da inspecção-geral dos incêndios e dos uniformes.

[...]

Capítulo VIII - Disposições gerais

[...]

Art. 217º Os que se aleijarem em serviço serão preferidos pela câmara para os cargos municipais que forem compatíveis com o seu estado físico e habilitações.

Capítulo IX - Bombeiros voluntários

[...]

Capítulo X - Disposições transitórias

Art. 220º Importando a aprovação do presente regulamento a dissolução da actual companhia de bombeiros municipais, serão colocados no quadro da inspecção-geral dos incêndios todas as praças da companhia que juntem à robustez e vigor indispensáveis, provados por atestado do facultativo da inspecção-geral dos incêndios, um bom comportamento e reconhecida aptidão e zelo.

[...]

Aprovado em sessão plenária da Câmara Municipal do Porto, 10 de Janeiro de 1888

Documento nº 2.B.9. Código de posturas do Município do Porto [1889]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, das posturas publicadas em livro em 1889. (CMPorto, 1889)

[...]

Capítulo X - Canos

Art. 36º Qualquer pessoa, corporação ou companhia que pretender abrir canos nas ruas, praças ou lugares públicos, ou seja para encaminhar as águas das suas propriedades ao aqueduto público, ou para condução de águas para prédios particulares, e em geral qualquer rasgadura nas ruas, praças ou lugares públicos, deverá habilitar-se com prévia licença da câmara, e depositará no cofre do Concelho a quantia de 1$000 reis por cada metro quadrado de rasgadura que houver de fazer nas ruas ou praças calçadas pelo sistema de empedramento, e a quantia de 1$500 reis por cada metro quadrado de rasgadura nas ruas macadamizadas.

[...]

Capítulo XII - Chaminés

Art. 43º Todo o aposento onde se foguear deve ter chaminé, sob pena de 2$000 reis.

§ único: Os donos ou habitantes dos prédios onde se atearem incêndios por falta de chaminés ou de limpeza delas, serão punidos com multa de 10$000 reis.

Art. 44º As chaminés das fábricas e de quaisquer estabelecimentos que tenham fornos ou máquinas a vapor, bem como as de ferrarias ou serralharias, deverão ter a altura necessária para que o fumo não incomode os moradores do Concelho, sob pena de 5$000 reis.

Art. 45º As chaminés de fogões de sala, ou de outros quaisquer que forem construídas pela parte exterior das casas, deverão ter altura suficiente para que o fumo não incomode os transeuntes ou vizinhos, sob pena de mandarem apear, e 2$000 reis de multa.

Capítulo XIII - Degraus

Art. 46º São proibidos todos os degraus, escadarias, rampas e balcões junto às soleiras das portas dos prédios urbanos; e é igualmente proibido estabelecer degraus, escadarias, rampas e balcões junto das mesmas soleiras, sob pena de 5$000 reis de multa.

§1º Não se compreendem nesta proibição os degraus, escadarias, rampas e balcões dos prédios construídos em conformidade com planta, que os mencione, aprovada pela câmara.

§2º Também não se compreendem nesta proibição as escadarias, rampas e balcões mandados construir pela Câmara por ocasião do rebaixe de qualquer rua, para o serviço dos prédios com a mesma rua confinantes.

Art. 47º É proibido ter junto às ombreiras das portas piões salientes sobre os passeios, e bem assim rampas de qualquer natureza que sejam junto das linhas do passeio ou das soleiras para a parte exterior, com o fim de facilitar a entrada e saída de trens ou carros sob a pena de 5$000 reis.

§ Único. Exceptuam-se as rampas de madeira para o indicado fim, uma vez que sejam colocadas unicamente na ocasião da serventia e sejam tiradas imediatamente. Sob pena de 2$000 reis de multa.

Art. 48º Quem quebrar ou por qualquer forma deteriorar as linhas de passeio, fazendo sobre elas subir ou descer trens ou carros para entrarem ou saírem de qualquer loja, armazém ou cocheira, sem ser por sobre as rampas de que trata este capítulo, pagará 2$000 reis de multa.

[...]

Capítulo XV - Edificações

Art. 51º É proibido edificar ou reedificar em todo ou em parte, ou acrescentar qualquer prédio, muro ou parede, bem como abrir porta ou janela fronteira à via pública sem prévia licença da Câmara. O proprietário que fizer edificação, reedificação ou construção, sem licença, quer seja à face da via pública quer afastado dela cinco metros ou menos, e bem assim aquele que tiver licença e planta aprovada, mas não a executar exactamente, ou alterar por qualquer forma, ou construir fora do alinhamento respectivo, pagará 2$000 reis de multa, e será obrigado a desfazer a obra, ou para restituir o terreno ao primitivo estado, ou para executar a planta aprovada, ou para edificar no respectivo alinhamento; e quando o não faça, depois de ser para isso intimado, a câmara mandará pelos seus operários demolir a obra, pagando-se da despesa pela forma determinada nas leis. **A2.57**

§ 1º Nas novas edificações, reedificações, ou acrescentamentos de qualquer prédio, ficam proibidos as beiras, e calões.

§ 2º Os proprietários que edificarem, reedificarem ou acrescentarem qualquer prédio, deverão introduzir canos nas paredes para condução das águas pluviais ao aqueduto geral das ruas, onde o houver, ou por baixo do passeio nas ruas onde não houver aqueduto, ou para a parte posterior da propriedade. Aqueles que os não colocarem, ou que os mandarem outra vez tirar depois de colocados, ou construírem por qualquer forma beiras ou calões para a via pública pagarão 10$000 reis de multa, que será aplicada todas as vezes que terminar o prazo, que, conforme a importância da obra, lhe for marcado, nas novas intimações, que se lhes fizerem, para darem cumprimento a esta postura.

§ 3º A licença para edificação, reedificação, ou aumento do prédio, envolve autorização para levantar a rua, abrir cano de despejo para a condução das águas pluviais até ao aqueduto público, mas não para outro qualquer despejo ou mister, para o que é necessária licença especial.

§ 4º A licença obtém-se por meio de requerimento dirigido à Câmara, acompanhado de duas plantas perfeitamente iguais e bem executadas, designando a obra que o requerente pretende fazer, a fim de serem aprovadas: uma dessas plantas ficará arquivada com os respectivos documentos no Cartório municipal, e a outra será entregue ao requerente quando se expedir a competente licença, a qual somente será passada depois de obtidas as informações técnicas dos funcionários competentes, e quando o requerente tenha depositado a quantia que por estes for arbitrada, conforme o projecto dos edifícios, para garantir a remoção de entulhos, a construção de canos introduzidos nas paredes para a condução de águas pluviais; e em geral o cumprimento das posturas municipais.

§ 5º O depósito que trata o parágrafo antecedente, somente será restituído ao proprietário, depois que a Câmara seja informada de se

acharem removidos os entulhos, cumpridas as posturas municipais, construída a obra conforme a planta aprovada, e no respectivo alinhamento, a rua reposta no antigo estado, construídos os canos para condução das águas pluviais, e plenamente satisfeita a importância do aluguer do terreno que tiver sido ocupado com materiais.

[...]

Art. 56º No caso de alienação ou transferência da propriedade, ou obra em construção, a licença não aproveita ao adquirente, sem que este por meio de requerimento dirigido à Câmara, declare, que aceita a responsabilidade de cedente, para cumprimento das posturas e mais efeitos legais, sob pena de incorrer na multa dos que fazem obras sem licença.

[...]

Art. 58º A altura das edificações será determinada pela largura das ruas, observando-se as seguintes regras, prescritas na Carta de Lei de 2 de Julho de 1867[22]*:*

1º Quando a largura das ruas for menor de cinco metros, a altura dos edifícios não será superior a doze metros.

2º Quando a largura das ruas ficar compreendida entre cinco e sete metros, a altura dos edifícios não será superior a quinze metros.

3º Quando a largura das ruas for superior a sete metros, a altura dos edifícios não será superior a vinte metros

4º Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas, que se cruzem com diferentes larguras, a altura será determinada pela de maior largura.

A2. 58 *5º Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas abertas proximamente na mesma direcção, mas com grande diferença de nível, a altura será determinada por decisão especial da Câmara.*

6º Quando os edifícios forem construídos fora do alinhamento das ruas públicas em pátios ou jardins interiores, a sua altura não excederá os quinze metros, excepto se a câmara autorizar maior elevação.

§ único: O disposto nos números deste artigo não se aplica aos templos, aos edifícios destinados ao serviço público, nem aos monumentos.

Art. 59º As alturas determinadas no artigo antecedente, serão medidas desde a calçada ou passeio até à parte superior da cornija.

§ 1º As medidas serão tomadas no centro da fachada.

§ 2º Acima da cornija e no plano da parede da fachada, não poderá ser elevada nenhuma construção, excepto os acrotérios e seus acessórios.

§ 3º A altura de qualquer pavimento não poderá ser inferior a 3 metros.

§ 4º Nas ruas de larguras variáveis, a altura dos edifícios será determinada em relação à média das larguras máxima e mínima das mesmas ruas.

Art. 60º Nas edificações que se fizerem nos pontos, em que se tocarem as extremidades de duas ruas ou praças, os ângulos serão chanfrados, sempre que a câmara, ouvida a informação dos funcionários técnicos competentes, julgar conveniente.

Art. 61º Tanto nas antigas edificações como nas que de futuro se fizerem, ficam proibidas as portas, janelas, balcões ou mostradores que abrirem para fora, e bem assim os sobrecéus ou coberturas sobre portas, e as grades salientes das ombreiras e das janelas dos pavimentos térreos, sob a pena de 2$000 reis, e de se mandarem tirar à custa do proprietário.

[...]

Art. 63º As licenças e plantas para quaisquer edificações, reedificações ou construções, caducam se a respectiva obra não principiar dentro do prazo de um ano da data da licença ou da aprovação da planta.

§ único. O proprietário que principiar a usar da licença ou planta fora deste período, sem requerer nova licença, incorrer na pena dos que fazem obra sem licença.

[...]

Capítulo XIX - Goteiras

Art. 74º Todos os proprietários de casas situadas nas ruas ou praças do concelho, ficam obrigados a recolher as águas pluviais dos telhados das suas casas, e a conduzi-las por canos de grés, chumbo, folha de flandres, ou outro qualquer metal, introduzidos nas paredes, ou colocadas junto a elas, de forma que as águas não pinguem ou caiam sobre a via pública, e possam encaminhar-se por baixo dos passeios, a fim de escoarem pela valeta, sob pena de 20$000 reis.

Art. 75º O disposto no artigo antecedente será executado por zonas, que a câmara designará por anúncios publicados nos jornais, devendo os proprietários dos prédios compreendidos nas zonas, dar cumprimento à postura dentro do prazo marcado nos mesmos anúncios, sob pena de incorrerem na respectiva multa, que lhes será aplicada novamente, se, decorridos que sejam mais trinta dias, depois da imposição da primeira multa, não derem cumprimento a esta postura, e assim sucessivamente continuará a ser aplicada a multa, com os mesmos prazos de intervalo, até que satisfaçam, pela forma prescrita no artigo antecedente. Nas mesmas penas incorrem aqueles que os retirarem depois de colocados, ou os não reformarem convenientemente quando se deteriorarem.

Capítulo XX - Janelas

[...]

Art. 86º É igualmente proibido ter nas janelas tábuas, ou quaisquer anteparos de separação, de largura excedente à das varandas dos prédios contíguos, quando estas sejam iguais, ou à de menor largura quando sejam desiguais, sob pena de 2$000 reis, e bem assim sustentar as janelas de peitoril com tábuas, de modo que tirem a vistas às janelas dos prédios contíguos. Entre janelas de peitoril são proibidos anteparos de qualquer largura, sob a mesma pena.

[...]

Capítulo XXVI - Limpeza e numeração dos prédios

Art. 97º As frontarias de todos os prédios, bem como as paredes ou muros, que não forem forrados de azulejos, mármores ou mosaicos, serão rebocados, caiados ou pintados de 6 em 6 anos, e na mesma ocasião lavadas as cantarias respectivas, sob a pena de 5$000 reis de multa.

- -

22."Alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864 [1867]" na pag. 7

§1º As portas, janelas e as respectivas grades e caixilhos para a parte exterior dos prédios ou muros serão pintados de 12 em 12 anos, sob a mesma pena.

§2º Exceptuam-se os prédios que durante estes períodos estiverem caiados ou pintados, e em boa aparência.

[...]

Art. 197º

[...] e ficarão revogadas, desde essa data em diante, as posturas municipais anteriores, excepto as que dizem respeito a mercados, o regulamento especial do matadouro, o regulamento dos cemitérios, e o regulamento da companhia dos incêndios, enquanto não forem substituídos.

Porto e Paços do Concelho 30 de Março de 1889

SÉCULO XX

Documento nº 2.B.10. Código de posturas do Município do Porto [1905]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, das posturas publicadas em livro em 1905, já posteriormente à publicação do RSEU.

(CMPorto, 1905)

A2.59

Capítulo VIII - Canos

Art. 26º Qualquer pessoa, corporação, empresa ou companhia que pretender abrir canos nas ruas, praças ou lugares públicos, ou seja para encaminhar as águas das suas propriedades ao aqueduto público, ou para condução de águas ou gás para prédios particulares, e em geral qualquer rasgadura nas ruas, praças ou lugares públicos, deverá habilitar-se com prévia licença da câmara, e depositará no cofre municipal a quantia correspondente à superfície do pavimento, que tiver de levantar calculada pela seguinte tabela e mais 25% da respectiva importância para os materiais que faltarem:

[...]

Capítulo XI - Chaminés

Art. 129º Todo o aposento onde se foguear deve ter chaminé, sob pena de 2$000 reis.

§ 1º As chaminés devem ser construídas com materiais incombustíveis, sendo arredondados os ângulos interiores, ter dimensões convenientes para uma boa tiragem e fácil acesso à parte superior, para se fazer a limpeza; não podendo lançar fumo para a via pública e ficando sempre separadas pelo menos 0,15m de qualquer madeiramento ou material combustível

§ 2º Os habitantes dos prédios onde se atearem incêndios por falta de limpeza de chaminés, serão punidos com multa de 10$000 reis.

§ 3º Na mesma pena incorrerão os proprietários ou donos dos prédios, quando o incêndio seja ocasionado pela inobservância dos preceitos do §1º deste artigo.

§ 4º À inspecção dos incêndios compete participar à Câmara a transgressão para aplicação da multa.

Art. 130º Não é permitido colocar tubos para condução do fumo por fora de parede, quando faça frente à via pública, sob pena de serem mandados tirar e paga o transgressor 3$000 reis de multa.

Capítulo XII - Degraus

Art. 131º É proibido estabelecer degraus, escadarias, rampas e balcões junto às soleiras das portas dos prédios urbanos, sob pena de 5$000 reis de multa.

§ 1º Não se compreendem nesta proibição os degraus, escadarias, rampas e balcões dos prédios construídos em conformidade com o projecto, que os mencione e tenha sido aprovado pela câmara.

§ 2º Também não se compreendem nesta proibição as escadarias, rampas e balcões mandados construir pela Câmara por ocasião do rebaixe de qualquer rua, para o serviço de carácter provisório dos prédios confinantes com a mesma rua.

Art. 132º É proibido ter junto às ombreiras das portas piões salientes sobre os passeios, e bem assim rampas de qualquer natureza que sejam junto das linhas do passeio ou das soleiras para a parte exterior, com o fim de facilitar a entrada e saída de trens ou carros sob a pena de 5$000 reis.

§ Único. Exceptuam-se as rampas móveis de madeira ou ferro para o indicado fim, uma vez que sejam colocadas unicamente na ocasião da serventia e sejam tiradas imediatamente, sob pena de 2$000 reis de multa.

Art. 133º Quem quebrar ou por qualquer forma deteriorar as arestas do passeio, fazendo sobre elas subir ou descer trens ou carros para entrarem ou saírem de qualquer casa ou cocheira, sem ser por sobre as rampas de que trata este capítulo, pagará 2$000 reis de multa.

Capítulo XIV - Edificações

Art. 136º Nenhuma construção, reconstrução ou ampliação de edifício particular, muro ou parede, abertura de porta ou janela poderá fazer-se sem prévia licença da Câmara precedida da aprovação do respectivo projecto.

O proprietário contraventor desta disposição e bem assim aquele que tiver licença e projecto aprovado, mas não o executar exactamente, alterando-o por qualquer forma, ou construir fora do alinhamento, que lhe for marcado, pagará 2$000 reis de multa, e será obrigado a desfazer a obra para restituir o terreno ao primitivo estado, ou para executar o projecto aprovado ou para edificar no respectivo alinhamento; e quando o não faça, depois de ser para isso intimado, a câmara mandará pelos seus operários demolir a obra, pagando-se da despesa pela forma determinada nas leis.

§ 1º Nas novas edificações, reedificações, ou acrescentamentos de qualquer prédio, ficam proibidos os beirais e calões dos telhados, recolhendo-se as águas pluviais dos telhados, de forma que não pinguem ou caiam sobre a via pública e canalizando-as pela forma prescrita no § seguinte. Em prédios ao longo de caminhos rurais, que tenham menos de 6 metros de largura poderá a câmara permiti-los.

§ 2º Os proprietários que edificarem, reedificarem ou acrescentarem qualquer prédio, ao longo da via pública, deverão canalizar as águas dos telhados do lado da via pública para o respectivo aqueduto da mesma via, onde o houver, ou para a valeta, passando por baixo do passeio, onde não haja aqueduto, devendo a canalização vertical ser introduzida nas paredes do prédio ou encostada a elas pelo lado exterior em tubos metálicos convenientemente apropriados. Aqueles que não fizerem as canalizações, ou que as mandarem tirar depois de feitas ou que as não mandarem reparar, quando estejam deterioradas, de modo que vertam as águas sobre os transeuntes ou que construírem beirais ou calões para a via pública, onde eles são proibidos, pagarão 10$000 reis de multa, que será aplicada todas as vezes que terminar o prazo, que, conforme a importância da obra, lhe for marcado, nas novas intimações para darem cumprimento a esta postura.

A2. 60

A esta mesma disposição e pena ficam sujeitos os donos dos prédios já existentes, depois de intimados pela câmara, com prazo suficiente para canalizar as águas dos seus telhados, que actualmente ainda os não estejam.

§ 3º A licença obtém-se por meio de requerimento dirigido à Câmara, acompanhado do projecto em duplicado, designando a obra, que o requerente pretende fazer.

Um desses projectos, depois de aprovado, ficará arquivado com os respectivos documentos na câmara e o outra será entregue ao requerente quando se expedir a competente licença, a qual somente será passada depois de obtidas as informações técnicas dos funcionários competentes, e quando o requerente tenha depositado a quantia estabelecida na tabela respectiva, conforme o projecto dos edifícios, para garantir a remoção de entulhos, a reposição dos pavimentos levantados na via pública, a canalização das águas pluviais dos telhados e em geral o cumprimento integral das respectivas posturas municipais.

§ 4º O depósito que trata o § antecedente, somente será restituído ao proprietário, depois que a Câmara for competentemente informada de se achar construída a obra conforme o projecto aprovado e no respectivo alinhamento, removidos os entulhos, canalizadas as águas pluviais dos telhados, satisfeita a importância do aluguer do terreno que tiver sido ocupado com materiais e cumpridas integralmente as respectivas posturas municipais, deduzindo-se do dito depósito a importância da reposição do pavimento levantado, na conformidade com o artº 26 destas posturas.

[...]

Art. 141º Nenhuma obra de construção ou reconstrução das indicadas no art. 1º do regulamento sobre serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civil, decretado em 6 de Junho de 1895[23], poderá efectuar-se, sem que sejam observadas e satisfeitas as prescrições do mesmo regulamento e da portaria de 28 de Junho se 1897[24].

§ 1º O projecto, a que se refere o art. 2º do dito regulamento e o art. 136º destas posturas, constará em geral, além dos alçados exteriores, da planta de cada pavimento e dos cortes verticais para bem definir a obra a executar, tudo em duplicado e em escala não inferior a 0,01 m por metro; e ainda de uma memória, designando a qualidade dos materiais a empregar, a natureza das fundações, o fim, a que a edificação se destina e finalmente tudo o mais, que seja necessário para a completa inteligência do mesmo projecto.

§ 2º Nenhum projecto será aprovado sem que seja acompanhado da declaração de responsabilidade, a que se refere o art. 6º e antecedentes do mesmo regulamento.

§ 3º O projecto aprovado da obra estará sempre patente aos fiscais respectivos, nos termos e sob as penas comminadas no art. 7º do dito regulamento.

§ 4º Nenhuma obra, das que ficam sobre a alçada do referido regulamento, poderá começar-se sem a participação prévia do respectivo responsável à repartição competente, nos termos do art. º 8 do regulamento.

[...]

§7º A expressão menor, segundo é definido no § 2º do artigo 1º do decreto de 14 de Abril de 1891, compreenderá sempre ambos os sexos e abrangerá os indivíduos do sexo masculino até à idade de 16 anos e os dos sexo feminino até à idade de 21 anos completos.

[...]

Art. 142º No caso de alienação ou transferência da propriedade ou obra em construção, a licença não aproveita ao adquirente, sem que este por meio de requerimento dirigido à Câmara declare, que aceita a responsabilidade de cedente, para cumprimento das posturas e mais efeitos legais, sob pena de incorrer na multa dos que fazem obras sem licença.

[...]

Art. 145º Nas edificações, que se fizerem nos pontos, em que se tocarem as extremidades de duas ruas ou praças, os ângulos serão

23."Regulamento para o Serviço de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários Maiores e Menores nos Trabalhos de Construções Civis [1895]" na pag. 8

24."Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do decreto de 6 de Junho de 1895 [1897]" na pag. 10

chanfrados em recta ou curva, conforme a câmara em harmonia com a lei o achar conveniente.

Art. 146º Tanto nas antigas edificações como nas que de futuro se fizerem, são proibidas nos andares térreos as portas, janelas, balcões ou mostradores que abrirem para fora, e bem assim os sobrecéus ou coberturas sobre portas, e as grades salientes, sob a pena de 2$000 reis, e de se mandarem tirar à custa do proprietário.

§ 1º Poderá porém ser permitida a colocação de alpendres na frente de edifícios situados em praças ou ruas, que não tenham largura inferior a 10 metros e onde haja passeios laterais, com a cláusula de que estes alpendres não restringirão de forma alguma o livre uso público dos terrenos por eles cobertos.

§ 2º Nenhum alpendre pode ser colocado, sem que o seu projecto haja sido previamente aprovado pela câmara e sem que por esta seja concedida a competente licença mediante a taxa anual, que for fixada.

A aprovação do projecto precederá sempre a concessão da licença, na qual serão transcritas todas as condições, com que o projecto for aprovado.

§ 3º Na colocação de alpendres observar-se-ão as seguintes condições:

1ª Os alpendres não terão apoio algum sobre o pavimento da rua;

2ª Só poderão ser construídos de vidro encaixilhado, em ferro ou madeira;

3ª A altura desde o nível do passeio até à aresta inferior do alpendre nunca será menor de 3 metros:

4ª A altura do ornato ou sanefa do alpendre não excederá os 3 decímetros;

5ª A saliência total do alpendre não poderá ser superior a 2 metros e 5 decímetros, e, em todo o caso, não poderá exceder a prumada da aresta do passeio;

6ª As águas pluviais serão canalizadas, ficando os tubos de queda encostados à parede e comunicando com a valeta ou com o cano da rua, na forma usual.

§ 4º Nenhuns objectos poderão ser suspensos nos alpendres.

§ 5º O proprietário do alpendre é obrigado a conservar o mesmo em perfeito estado de limpeza.

§ 6º A infracção de qualquer das disposições destes §§ corresponde a multa pecuniária de 6$000 reis, com que será punido o contraventor por cada vez, que transgredir, podendo mesmo a câmara tirar a licença, no caso de reincidência.

[...]

Art. 148º Nenhuma edificação ou reedificação de casa de habitação será autorizada, sem que no respectivo projecto se inclua o das fossas ou das canalizações das matérias fecais e das águas caseiras para os esgotos públicos. Segundo o sistema de remoção que em cada caso se deva adoptar.

§ UNICO. Enquanto nas respectivas ruas não estiver estabelecida e em termos de funcionar a canalização dos esgotos do novo sistema adoptado para o saneamento da cidade e quando não exista aí canalização antiga de esgotos em condições de receber as matérias fecais e águas caseiras, e que para as conter temporariamente se tenham de construir fossas fixas, devem estas satisfazer às condições exigidas no decreto de 14 de Fevereiro de 1903.

Art. 149.º Enquanto nas respectivas ruas não estiver 8stabelecid,a e em termos de funcionar a canalização dos esgotos do novo sistema adoptado para o saneamento da cidade, mas onde exista aqueduto antigo de esgoto em condições de receber as matérias fecais, a canalização das latrinas e das pias das águas caseiras far-se-á em tubos impermeáveis e será isolada da canalização das ruas por fechos hidráulicos a sua entrada no cano geral, devendo as latrinas e pias ser igualmente munidas de fechos da mesma natureza e o tubo de queda das latrinas com ventilação para o alto do telhado.

Art. 150.º A infracção destas disposições será punida com a multa de 5$000 reis, que será aplicada tantas vezes quantas forem as desobediências às intimações, que com o intervalo preciso para a execução do disposto em cada um dos referidos números, forem feitas ao proprietário ou seu representante pelos agentes da autoridade municipal ou administrativa.

Art. 151º Incorrem na pena de 20$000 reis os que, tendo licença para construírem a fossa e canalização nas condições especificadas neste Código, faltarem por completo ao cumprimento das disposições do mesmo.

§ UNICO. Esta pena será aplicada tantas vezes, quantas forem as desobediências às respectivas intimações.

Art. 152.º Para verificação do cumprimento das disposições destes artigos a câmara mandará fiscalizar pelos seus agentes, dentro dos prédios, tanto a execução das obras respectivas, como a sua conservação e estado de funcionamento.

Art. 153.º Na conformidade do disposto no art. 57.º do regulamento de salubridade das edificações urbanas de 14 de Fevereiro de 1903, nenhuma casa construída de novo ou reconstruída poderá ser habitada sem licença da câmara municipal.

Art. 154.º Os proprietários das edificações, a que se refere o artigo antecedente, serão obrigados, logo que tenham terminado as obras, a dar conhecimento deste facto a câmara para se proceder a vistoria competente, a fim de se examinar, se as obras foram executadas em conformidade com as cláusulas inseridas nas respectivas licenças. **A2.61**

Art. 155º Nenhuma licença para habitação de prédios feitos de novo ou reconstruídos pode ser concedida antes da vistoria, a que se refere o art. 154º e somente será autorizada a habitação decorridos dois meses no Verão e três no Inverno depois de concluídos os revestimentos interiores.

Art. 156.º Os proprietários, que sem impetrarem licença, habitarem os prédios ou consentirem, que sejam habitados por outras pessoas, incorrerão na multa de 20$00 reis.

[...]

Capítulo XVIII - Goteiras

Art. 168º Todos os proprietários de casas situadas nas ruas ou praças do concelho, ficam obrigados a recolher as águas pluviais dos telhados das suas casas, e a conduzi-las por canos de grés, chumbo, folha de flandres, ou outro qualquer metal, introduzidos nas paredes, ou colocadas junto a elas, de forma que as águas não pinguem ou caiam sobre a via pública, e possam encaminhar-se por baixo dos passeios, a fim de escoarem pela valeta, sob pena de 3$000 reis.

Capítulo XX - Janelas

[...]

Art. 172º É igualmente proibido ter nas janelas tábuas, ou quaisquer anteparos de separação de largura excedente à das varandas dos prédios contíguos, sob pena de 2$000 reis, e bem assim sustentar as janelas de peitoril com tábuas, de modo que tirem a vistas às janelas dos prédios contíguos. Entre janelas de peitoril são proibidos anteparos de qualquer largura, sob a mesma pena.

Capítulo XXV - Limpeza e numeração dos prédios

Art. 184º As frontarias de todos os prédios, bem como as paredes ou muros, que não forem forrados de azulejos, mármores ou mosaicos ou paramentados de cantaria, serão rebocados, caiados ou pintados, quando se acharem em mau estado, e na mesma ocasião lavadas as cantarias respectivas, sob a pena de 5$000 reis de multa, se não cumprirem no prazo de 15 dias

§ único As portas, janelas e as respectivas grades e caixilhos, assim como as peças ornamentais da parte exterior dos prédios, serão pintadas ordinariamente de 12 em 12 anos, sob a mesma pena.

Capítulo XXXI - Vedações

Art. 197º O dono de terrenos confinantes com a via pública, que não estejam devidamente vedados, é obrigado a vedá-los com parede ou tapume de madeira, até à altura de 2 metros, pelo menos, e conservar esses tapumes ou paredes em bom estado, enquanto os terrenos não tiverem a aplicação devida, sob pena de 6$000 reis de multa e de serem vedados à sua custa.

§ único. Todo o terreno não vedado pela forma prescrita neste artigo, embora propriedade particular, será considerado público para todos os efeitos.

[...]

Art. 204º Ficam revogados o Código de Postura de 1889[25]*, e as posturas municipais publicadas até ao presente, excepto os regulamentos dos mercados, matadouros, cemitérios e respectiva tabela de 23 de Junho de 1904 e companhia dos incêndios, que continuam subsistindo.*

Estabelecido pela Câmara Municipal e aprovado pelo Ministério do Reino como consta do ofício número 2 primeira repartição do Governo Civil do Porto datado de 9 de Janeiro de 1905 - Porto e Paços do Concelho, 11 de Fevereiro de 1905

Documento nº 2.B.11. Postura sobre obras particulares da cidade [1924]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, das posturas sobre obras particulares publicadas em 1924, na sequência da publicação da Lei nº 1670.

A2. 62

(CMPorto, 1924)

Com o múltiplo fim de codificar e actualizar as disposições vigentes sobre condições e licenças para obras na cidade, simplificando ao mesmo tempo as fórmulas vigentes para a legalização de pequenos trabalhos e satisfazendo as que dispõe o artigo 9º da lei n.º 1670[26]*, de 15 de Setembro findo;*

Proponho o seguinte:

Postura sobre obras particulares na cidade.

Artigo 1º - Nenhuma obra de construção, reconstrução, ampliações, transformação ou reparação de edifício, muro ou parede, abertura ou porta, ou janela, que defrontem com a via pública, se poderá efectuar sem previa licença da câmara nos termos da lei e desta postura.

Art. 2º - A disposição do artigo anterior é aplicável não só as obras que sejam directamente confinantes com a via pública, como as que se encontrem situadas a qualquer distância dela, em terrenos sitos dentro da área da cidade.

§ 1º As construções, reparações ou ampliações dos prédios com frente para estradas, ruas ou terrenos sujeitos a jurisdição estranha à municipal, precisam de ser autorizadas previamente pelas corporações ou Repartições que exerçam aquele Jurisdição;

§2º Só depois de obtida a autorização referida no parágrafo anterior, é que o respectivo interessado requererá à Câmara licença para a obra.

Art. 3º - O proprietário contraventor do disposto nos artigos anteriores da presente postura, será punido com multa variável de 100 a 200 escudos, conforme a natureza e a importância da obra.

§ Único. Nas mesmas multas será condenado o proprietário que, obtendo licença e aprovação do projecto, o não executar exactamente, alterando-o por qualquer forma, ou construindo fora do alinhamento que lhe for marcado, ou não observar as cotas de nível que lhe forem designadas.

Art. 4º - Além das multas estabelecidas no artigo anterior e seu § único, fica também obrigado o respectivo proprietário a desfazer a obra e a restituir o terreno ou o prédio ao seu primitivo estado, afim de ser executado o projecto aprovado e edificar no componente alinhamento, dentro de um prazo que a câmara lhe designar e que lhe seja intimado por um agente da câmara, sob pena de, quando assim não proceda, se elevar a multa em qualquer dos casos designados ao artigo anterior, a duzentos escudos, e a câmara mandar demolir a obra por operários seus, mas a conta do proprietário.

Art. 5º - No caso de alienação ou transferência da propriedade, ou obras em execução, a licença não aproveita ao adquirente sem que

- -

25.“Código de posturas do Município do Porto [1889]” na pag. 57

26.“Lei nº 1670 [1924]” na pag. 25

este, por meio de requerimento dirigido à câmara, declare que aceita a responsabilidade do cedente pelo cumprimento das posturas e mais efeitos legais, sob pena de incorrer na multa dos que fazem a obra sem licença.

Art. 6º - A licença para as obras referidas nos artigos anteriores, será pedida em requerimento dirigido à Câmara, instruído com o respectivo projecto tela, devidamente assinado por técnico possuindo um curso que habilite para a construção civil.

§ único. O projecto será presente em duplicado, sendo o original desenhado em papel tela, e nele devem ser observadas as leis gerais e posturas municipais em vigor, e deve constar das seguintes peças escritas e desenhadas:

a) Planta topográfica do terreno em que se pretende construir, na escala de 1/1000, de modo a poder-se julgar claramente da sua situação com relação à via pública e seus acidentes;

b) Planta dos diversos andares incluindo as canalizações e telhados, na escala 1/100;

c) Cortes transversais e longitudinais que forem necessários para perfeita compreensão e disposição geral do edifício e da estrutura das suas partes essenciais, tais como escadas, madeiramentos e canalizações na escala 1/100;

d) Alçados principais, posteriores e laterais da edificação, em escala não inferior a 1/100, indicando as linhas gerais e principais das construções limítrofes, quando as houver;

e) Memória descritiva e justificativa, separada dos desenhos, na qual se mencionem os materiais empregados e, pelo menos, as alturas, dimensões e secções das principais peças de estrutura, de maneira a poder julgar-se da solidez da construção;

f) Cálculo especificado de todas as partes da construção que se projectem em cimento armado.

§ 1.º Para edifícios de mais que três pavimentos e medindo na sua frente para a via pública mais de 10 metros, e bem assim para todos os que marginarem largos, praças ou avenidas, será exigida a apresentação da fachada principal, na escala 1/50, em papel branco e a desenho rigoroso e aguarelado, com as cores definitivas de todos os elementos, incluindo coberturas. Nessa parte desenhada do projecto serão apresentadas as projecções, rebatidas, verticais e horizontais, dos muros da fachada.

§ 2.º Nos mesmos casos do parágrafo anterior, poderão ser exigidas perspectivas da edificação, que a representem em relação com os prédios contíguos e suas linhas gerais de fachada.

Art. 7º - Será dispensada a apresentação do projecto em duplicado nos termos do artigo anterior, quando se trate:

1º de Obras de pequena importância que não alterem a estrutura, divisão interior ou a fachada dos prédios existentes.

2º de simples construção ou reparação de muros, dentro de terreno particular e afastadas mais de 50 metros da via pública.

único. Para qualquer das obras mencionadas nos números anteriores, basta o interessado fazer no próprio requerimento pedindo licença, uma descrição minuciosa da obra que pretenda construir, dando indicações necessárias à sua perfeita identificação.

Art. 8º - As pequenas obras de reparos, limpeza e pintura dos prédios, suas fachadas e coberturas, quando não envolverem qualquer alteração ao existente, serão obtidas por uma simples participação à repartição técnica municipal, em modelo próprio, no qual será lançada a taxa devida e cobrada, e servirá de licença.

§ único. Quando se tratar de obras de compostura de telhados, ou de pinturas em frontarias, deverão ser previamente colocados nas extremidades laterais do prédio, junto à rua, guardas de tábuas ou barrotes compridos, sob pena de vinte e cinco escudos de multa, pela qual são solidariamente responsáveis os donos das casas e os operários que andarem nesse serviço.

Art. 9º No caso de a câmara recusar a licença deverá sempre no acórdão que lavrar, declarar os motivos da recusa e as modificações e cláusulas com que pode ser concedida.

Art. 10º A aprovação do projecto ou a indicação das alterações a que o artigo antecedente se refere, devem efectuar-se no prazo de trinta dias contados da data da respectiva apresentação, com o requerimento, na secretaria da câmara.

§ único. Para o efeito da parte final deste artigo, ao interessado que apresentar o projecto será passado recibo datado da sua apresentação.

Art 11º - Aprovado o projecto das obras, será o respectivo duplicado entregue ao requerente junto com a licença, ficando o original arquivado na câmara.

§ único. A licença só será passada depois de obtidas as informações técnicas competentes e quando o requerente tenha depositado a quantia estabelecida na tabela respectiva, nunca inferior a cinco vezes o total das taxas a aplicar, para garantir o cumprimento do projecto e condições da licença, a remoção dos entulhos, a reposição dos pavimentos levantados na via pública, a canalização das águas pluviais dos telhados e, em geral, o cumprimento integral das respectivas posturas municipais. **A2.63**

Art 12º. A licença que for concedida terá validade pelo prazo de dois anos, mas caduca passado um ano depois da sua dará, se dentro desse prazo não forem iniciadas as obras a que a licença se referir.

§ Único. No primeiro caso, findo o prazo de validade e continuando a obra, terá de ser renovada a licença mediante simples requerimento, por prazos sucessivos de um ano e mediante a cobrança de taxa progressiva na razão de 2. No segundo caso, tem de ser iniciado novo processo nos precisos termos do artigo 6º anterior.

Art. 13º - A altura das edificações será determinada pela largura das ruas, observando-se os preceitos estabelecidos no art. 5.º do regulamento de 14 de Fevereiro de 1903[27].

§ único. Acima da cornija e no plano da parede da fachada não poderá ser elevada construção alguma, excepto os acrotérios, seus acessórios e um só andar recolhido, para aproveitar o madeiramento do telhado.

Entender-se-á como andar recolhido a "mansarda" traçada.

Art. 14.º - A altura mínima dos andares, medida entre o pavimento e o tecto, será:

Para o rés-do-chão - 3,25 m

Para o primeiro andar - 3,25

- -

27.“Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [1903]” na pag. 18

Para o segundo andar - 3,00

Para o terceiro andar - 2,85

Para o quarto andar - 2,75

Para o quinto andar - 2,7

Art. 15º - Nas edificações que se fizerem nos pontos em que se tocarem as extremidades das ruas ou praças, os ângulos serão substituídos por curva circular com o diâmetro mínimo de 5 metros formando gaveto.

Art. 16º - Não pode ser aprovado o projecto que contrarie qualquer disposição do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903

§ 1º Nenhum compartimento interior, seja qual for o fim que os planos lhe indiquem, pode deixar de ter janela ou vão que os ponha em contacto com ar exterior, desde que meça mais de 1,50 m por 1,50 m.

§ 2º Para o efeito do cumprimento do disposto no artigo 19º daquele regulamento, só pode ser permitido espaço ou pátio lateral, entre prédios com largura inferior a 5 metros, obtidos à custa de ambos desde que ambos ou pelo menos um destes prédios disponha de um terreno livre nas traseiras, ou seja o quintal com superfície não inferior a 50 metros quadrados.

Art. 17º - Tanto nas edificações como nas reedificações, ficam proibidos, nos andares térreos, as portas, janelas, balcões ou mostradores que abrirem para fora, e bem assim os sobrecéus ou coberturas sobre as portas, e as grades salientes das ombreiras e das janelas, sob pena de 100 escudos de multa ou de se mandarem retirar à custa do proprietário.

A2. 64

§1º - Poderá, porém, ser permitida a colocação de alpendres na frente de edifícios situados em praças ou ruas que não tenham largura inferior a 10 metros e onde haja passeios laterais, com a cláusula que esses alpendres não restringirão de forma alguma o livre uso público dos terrenos por eles cobertos.

§2º - Nenhum alpendre poderá ser colocado sem que o seu projecto haja sido previamente aprovado pela Câmara e sem que por esta seja concedida a competente licença mediante taxa anual que for fixada.

A aprovação do projecto precederá sempre a concessão da licença, na qual serão transcritas todas as condições, com que o projecto for aprovado;

§ 3º - Na colocação dos alpendres observar-se-ão as seguintes condições:

1º - Os alpendres não terão apoio algum sobre o pavimento da rua;

2º - Só poderão ser construídos de vidro, encaixilhado em ferro ou madeira;

3º - A altura desde o nível do passeio até à aresta inferior do alpendre nunca será menor de 3 metros;

4º - A altura do ornato ou sanefa do alpendre não excederá 3 decímetros;

5º - A saliência total do alpendre não poderá ser superior a 2 metros e 5 decímetros e em todos caso, não poderá exceder a prumada da aresta do passeio;

6º - As águas pluviais serão canalizadas, ficando os tubos de queda encostados à parede e comunicando com a valeta ou com o cano da rua, na forma usual.

§4º Nenhuns objectos poderão ser suspensos nos alpendres.

§5º O proprietário do alpendre é obrigado a conservar este em perfeito estado de limpeza.

§6º À infracção de qualquer das disposições destes §§ corresponde a multa pecuniária de 100$00, com que será punido o contraventor por cada vez que transgredir, podendo mesmo a Câmara retirar a licença em caso de reincidência.

Art. 18º - Nas janelas ao rés-do-chão não é permitido colocar grades de ferro salientes ou arcadas, sob pena de mandarem ser arrancadas pela Câmara de conta do infractor e este pagar ainda cem escudos de multa.

Art. 19º - São proibidos os beirais livres, que lancem directamente as águas sobre a via pública, devendo tais águas ser captadas e introduzidas em canos encostados às paredes dos prédios, convenientemente pintados e disposto de modo que venham lançar a água acima do solo, na altura de um decímetro, para as valetas, ou, tendo a rua passeios, por baixo destes, em aquedutos, feitos à custa dos proprietários.

§ único. Os casos referidos neste artigo só podem ser aplicados a águas pluviais, sob pena do pagamento de cinquenta escudos de multa por cada vez que outras águas sejam conduzidas pelos mesmos canos.

Art 20º - Os proprietários que não fizerem nos seus prédios a condução das águas, nos termos do artigo anterior, ou que mandem tirar as devidas canalizações depois de feitas, pagarão duzentos escudos de multa.

Art. 21º - Nenhuma edificação ou reedificação destinada a habitação será autorizada pela câmara sem que no seu projecto se inclua o de canalizações de matérias fecais e das aguas caseiras para os esgotos públicos subterrâneos.

§1º Os prédios a construir ou a reconstruir em ruas servidas pela rede do "saneamento" (Sistema tubular de esgotos, pelo método separado) ligar-se-ão com ele nos termos precisos do regulamento respectivo

§2 º Nas ruas que não estejam providas de saneamento mas que disponham de canalizações geral (tout à l'égout), só poderá ligar-se a estes esgotos por intermédio de fossas sépticas, devidamente calculadas e construídas, em todas as suas partes, incluindo canalizações, sob pena de duzentos escudos de multa.

§3 º Só para os prédios a construir ou reconstruir em rua em que não haja qualquer esgoto público, continua permitida a adopção de fossas fixas, obedecendo aos precisos termos do artigo 49º do regulamento de 14 de Fevereiro de 1903.

Art. 22º - O disposto no artigo anterior não será aplicado às edificações ou reedificações que distem dos canos públicos de esgoto mais de cinquenta metros, resolvendo em tal caso a câmara o que for mais conveniente aos interesses do proprietário e aos preceitos da higiene.

Art 23º - A canalização das matérias fecais e das águas caseiras para os canos de esgoto, constará de tubos impermeáveis, e será isolada à entrada da canalização pública por vedações hidráulicas, devendo as sentinas e as pias ter igual vedação.

Art 24º - Será dispensado de canalizar as matérias fecais e águas caseiras para o esgoto público o proprietário do edifício adjacente a prédio rústico que as possa consumir e que o respectivo depósito não exale mau cheiro e incomode os vizinhos.

§ Único Considera-se como prédio rústico, para o efeito do disposto neste artigo, todo o que represente uma superfície não inferior a um hectare.

Art. 25º - O proprietário do edifício situado em terreno adjacente à via pública, cuja situação não diste dela mais de cinquenta metros, que tenha sido destruído ou danificado pelo incêndio, desabamento ou

qualquer catástrofe, é obrigado a iniciar a sua reconstrução ou reparação mediante projecto organizado nos termos das posturas e aprovado pela câmara, dentro do prazo de doze meses, ou a demolir completamente e dentro do mesmo prazo, os escombros e restos do edifício destruído ou danificado.

§1 º No caso de contravenção deste artigo, a câmara procederá à demolição dos escombros e restos dos edifícios destruindo ou danificando, por conta do proprietário, o qual pagará, além das despesas a fazer com esta demolição, a multa de duzentos escudos.

§2º - O prazo referido neste artigo começa no dia em que o edifício tenha sido destruído ou danificado.

§ 3º Para os edifícios que tiverem sido danificados ou destruídos Há mais de doze meses, à data da publicação da presente postura, terão os seus proprietários o prazo de seis meses, a contar da mesma publicação, para fazerem o que neste artigo se estabelece, sob pena de ficarem sujeitos às penalidades estabelecidas no §1º.

Art 26º - O proprietário que iniciar a construção de algum edifício adjacente à via pública, ou numa distância dela até cinquenta metros, não poderá ter suspensas as obras de construção da respectiva frontaria e beirais dos telhados mais do que doze meses, sob pena do pagamento duma multa na importância de duzentos escudos por cada mês em que tal facto se der além do referido prazo.

§ Único. As obras da frontaria dos edifícios referidos neste artigo compreendem as portas e a caixilharia das janelas.

Art 27º - O proprietário que pretender ocupar terreno público para depósito de materiais, pedirá a necessária licença à câmara, e pagará as taxas que vigorarem.

§ Único. Aquele que ocupar terreno público sem licença, ou que, tendo-a, se utilizar com manifesta má fé de maior porção do que aquela que lhe houver sido concedida, pagará cem escudos de multa e o preço do aluguer do terreno que tiver ocupado sem licença, ou além do que nela for designado além da apreensão do material.

[...]

Art. 32º - Os donos ou possuidores de qualquer edifício, parede ou muro confinante com a via pública, são obrigados a caiar, lavar sendo azulejos, a limpar a cantaria e telhados nos termos da Postura que, para o efeito, vigorar e sob as penalidades nela cominadas.

[...]

Art. 39º - Nenhuma obra de construção ou reconstrução das indicadas no art. 1º do regulamento sobre serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civil, decretado em 6 de Junho de 1895[28]*, poderá efectuar-se sem que sejam observadas e satisfeitas as prescrições do mesmo regulamento e da portaria de 28 de Junho de 1897*[29]*.*

§1º - Nenhum projecto será aprovado, sem que o acompanhe a declaração de responsabilidade referida no art. 6º e antecedentes do mesmo regulamento.

§ 2º - O projecto aprovado da obra estará sempre patente aos fiscais respectivos, nos termos e sob as penas cominadas no art. 7º do dito regulamento.

§ 3º - Nenhuma obra, das que ficam sob a alçada do referido regulamento, poderá começar-se sem participação prévia do respectivo responsável à repartição competente, nos termos do art. 8º do regulamento.

Art. 40º - Nenhuma das obras das referidas no artigo 1º desta postura, poderá ser autorizada nem efectuar-se sem que sejam observadas e satisfeitas as prescrições da lei nº 1670.

§1º - Nenhum projecto será considerado, nem pode ser aprovado, sem que tenha a assinatura de um técnico possuindo curso que habilite para a construção civil, que, para o efeito, se inscreva nos registos da repartição técnica municipal. **A2.65**

§2º - A nenhum técnico será aceite a inscrição sem que apresente o diploma final do seu curso obtido, prestadas todas as provas e realizados os respectivos tirocínios.

[...]

1 de Outubro de 1924

- -

28.“Regulamento para o Serviço de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários Maiores e Menores nos Trabalhos de Construções Civis [1895]” na pag. 8

29.“Esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do decreto de 6 de Junho de 1895 [1897]” na pag. 10

Documento nº 2.B.12. Regulamento de Obras Particulares [1929]

Transcrição parcial, com actualização de ortografia, da alteração às posturas sobre obras particulares - Regulamento de Obras Particulares - publicado em 1929.

(CMPorto, 1929)

Artigo 1º - Consideram-se OBRAS PARTICULARES todas as obras executadas em prédios particulares, e bem assim a construção de jazigos nos Cemitérios Municipais.

Art. 2º - As OBRAS PARTICULARES dividem-se em nove categorias, a saber:

1ª Cat. - PEQUENAS OBRAS - que compreendem caiação e pintura de fachadas, muros de vedação e suporte, pequenas reparações em rebocos exteriores, pintura e substituição de caixilharia exterior e algerozes, construção de vedações de carácter precário (madeira) à face da via pública.

2ª Cat. - REPARAÇÕES - que compreendem todas as obras que não alterem a estrutura do prédio, tais como: substituição de rebocos, faixas, lambris, guarnições, tabiques, soalhos e respectivos vigamentos, grandes reparações nos telhados e respectivas armações, ou sua substituição, colocação de azulejos nas fachadas, e bem assim as obras compreendidas na categoria anterior.

3ª Cat. - ALTERAÇÕES - que compreendem obras que alterem a estrutura do prédio, tais como: construção e desvio de tapamentos, abertura e entaipamento de portas e janelas, alterações nas fachadas, modificação de escadas. Nesta categoria estão também compreendidas as obras da categoria anterior.

A2. 66

4ª Cat. - CONSTRUÇÃO DE ALICERCES - compreendendo terraplanagens, abertura de cavoucos e construção de alicerces de casas e de muros de vedação e suporte.

5ª Cat. - CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, AMPLIAÇÃO E REDUÇÃO DE BARRACÕES, entendendo-se por barracão toda a construção sem divisões internas e em telha vã.

6ª Cat. - CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, AMPLIAÇÃO E REDUÇÃO DE CASAS.

7ª Cat. - CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO E DE SUPORTE, AFASTADOS DA VIA PÚBLICA.

8ª Cat. - CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO E DE SUPORTE, À FACE DA VIA PÚBLICA.

9ª Cat. - CONSTRUÇÃO DE JAZIGOS nos Cemitérios Municipais.

Art. 3º Nenhuma OBRA PARTICULAR poderá fazer-se, sem a prévia licença da Câmara.

O proprietário contraventor desta disposição, ou aquele que tenha uma licença e execute obras a que ela não dê direito, pagará a multa respectiva, conforme a tabela do art. 13. °, e será intimado a legalizar o prazo de 8 dias, isto é, a requerer a devida licença conforme indicam os §§ seguintes. No caso do requerimento não ser feito no devido prazo, ou de não ser deferido, será o proprietário intimado a demolir a obra feita sob pena de, não cumprindo, o fazer a Câmara com operários seus e de conta do proprietário.

§ 1.°- A licença obtém-se por meio de requerimento dirigido à Câmara, acompanhado dum termo de responsabilidade de harmonia com o regulamento de 6 de Junho de 1895, e dum projecto e seu duplicado, ou cópia, para as obras das categorias três a nove. Deferido esse requerimento e aprovado o projecto, quando o houver, será passada a licença depois de pagas as taxas municipais, conforme a tabela do art. 11°, de feito o respectivo depósito de garantia, conforme a tabela do art. 12. °, o qual serve de garantia ao cumprimento das disposições desta postura, de satisfeitos os demais impostos e emolumentos que forem devidos e, bem assim, de pagos 50% do custo do passeio quando o houver a construir.

§ 2º - O projecto que se refere o § anterior, é constituído por diversas peças, variáveis com a categoria das obras a executar, do modo seguinte:

3ª Cat. - Memória descritiva; cálculos de resistência dos materiais e cimento armado, quando necessários, sendo estes assinados nos termos do regulamento de 28 de Março de 1918[30]; planta topográfica, quando se tratar de uma alteração de frontaria, ou de uma obra que implique o saneamento do prédio, alçados, cortes, plantas e mais detalhes necessários, tudo em escala não inferior a 1/100; projecto completo de saneamento, de acordo com o respectivo regulamento, se se tratar de uma alteração importante numa casa ou barracão com instalações sanitárias e situado num local onde haja colector de saneamento.

4ª Cat. - Memória descritiva; planta topográfica; Planta dos alicerces em escala não inferior a 1/200.

5ª e 6ª Cat. - Memória descritiva; cálculos de resistência dos materiais e cimento armado, quando necessários; planta topográfica; planta de cada pavimento, alçados, cortes e mais detalhes necessários, tudo em escala não inferior a 1/100; e se houver instalações sanitárias, projecto completo de saneamento, de acordo com o regulamento para Instalações do Saneamento Urbano, nos locais onde passe o respectivo colector, ou, nos locais onde não passe, projecto de fossa e respectivas canalizações, sendo aquela nos termos do regulamento de 14 de Maio de 1903[31] e estas nos termos daquele regulamento de saneamento.

7ª e 8ª Cat. - Memória descritiva; cálculo da resistência dos materiais e cimento armado, quando necessários; planta topográfica; planta, alçados, cortes e mais detalhes necessários, tudo em escala não inferior a 1/100

9ª Cat. - Memória descritiva; cálculo de resistência dos materiais e cimento armado, quando necessários, planta, alçados e cortes e mais detalhes necessários, tudo em escala não inferior a 1/100.

- -

30.Decreto nº 4036, regulamento para o emprego de Beton Armado.

31."Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas [1903]" na pag. 18

Nas peças desenhadas, em que haja partes do prédio, em obras, que não sejam alteradas, outras a demolir e outras ainda a construir ou reconstruir, adaptar-se-ão as cores preta, amarela e carmim para cada uma dessas partes respectivamente.

O original de todas as peças desenhadas deverá ser feito em papel tela; o duplicado, ou cópias, podem ser em papel fotográfico, ou desenhadas em qualquer papel.

§ 3.°- A planta topográfica, a que se refere o § anterior, é fornecida pela 3ª Repartição Municipal, pela importância de Escudos 20$00, acrescida de $10 por centímetro quadrado, sendo nela indicados pela mesma Repartição: o alinhamento da rua, onde fica situado o prédio em que devem ser executadas as obras; o alinhamento das construções nas ruas em que estas têm de ficar afastadas da via pública; o nivelamento, para a colocação das soleiras e faixas. Nelas terá o requerente de indicar as partes do prédio a alterar, ou de implantar as novas construções a executar.

§ 4.°- Um dos projectos, a que se referem os §§ anteriores, ficará arquivado na Câmara; o outro será, depois de aprovado pela Câmara, entregue ao requerente, juntamente com a respectiva licença.

§ 5.°- Para levantar o depósito de garantia, a que se refere o § 1º, deve o proprietário depois de concluída a obra, requerer à Câmara juntando a respectiva licença. Faz-se então uma vistoria ao prédio, para verificar se a obra foi executada segundo a licença e projecto aprovado, se o houver, e se se encontra concluída; no caso afirmativo, será o requerimento deferido e o depósito de garantia entregue ao proprietário; no caso negativo, será o requerimento indeferido, revertendo 75 % da importância do depósito de garantia em favor do Cofre Municipal, e os restantes 25% em favor da Caixa de Pensões dos Funcionários da Câmara Municipal do Porto, e sendo o proprietário autuado, multado e intimado a legalizar nos termos do presente e seguinte artigos, se tiver feito obras para que não tinha licença, ou se tiver alterado o projecto aprovado.

§ 6.º - Os depósitos de garantia que não forem levantados até 5 anos, depois de terminada a licença da obra respectiva, revertem em favor do Cofre Municipal.

Art. 4.° - O proprietário que tiver licença e projecto aprovado e não o executar exactamente, alterando-o de qualquer forma, pagará a multa respectiva, conforme a tabela do art.º 13,°, e será intimado a legalizar no prazo de 8 dias, isto é, a pedir à Câmara, por meio de requerimento, acompanhado do projecto, quando necessário, licença para modificar o projecto primitivo, No caso do requerimento não ser feito no devido prazo, ou de ser indeferido, será o proprietário intimado, a demolir a parte da obra que não estiver de acordo com o projecto, sob pena de não cumprindo, o fazer a Câmara com operários seus é de conta do proprietário.

§ único - As licenças para modificar projectos, já aprovadas, estejam ou não executadas as respectivas obras, serão consideradas licenças para ALTERAÇÕES, sendo-lhe aplicadas as taxas respectivas, mas sem depósito de garantia.

Art. 5° - No caso de alienação ou transferência do prédio, onde esteja a executar-se qualquer obra particular, a respectiva licença não aproveita ao adquirente sem que este por meio de requerimento dirigido à Câmara, declare que aceita a responsabilidade do cedente para cumprimento das posturas municipais e mais efeitos legais, sob pena de incorrer nas multas dos que fazem obras sem licença.

Art. 6º - As licenças para PEQUENAS OBRAS, têm 60 dias de validade. As licenças para reparações, são válidas por um período fixado pela Câmara, e que deve estar compreendido entre 6 a 12 meses; todas as outras licenças são validas por um período também fixado pela Câmara e que deve estar compreendido entre um e dois anos, a partir do início das obras, que deve ter lugar até 90 dias depois de concedida a licença.

O proprietário que fizer obras fora destes períodos, incorre na pena daqueles que fazem obras sem licença.

§ único - No caso das obras terem de ultrapassar estes prazos, deverá o proprietário obter por meio de requerimento dirigido à Câmara a prorrogação da licença por novo e igual período, tendo para isso de pagar novamente todas as taxas, emolumentos, e impostos, à excepção das taxas de estética, numeração, nivelamento, alinhamento e vistoria, quando as houver.

Art. 7° - A licença e respectivo projecto aprovado, devem estar sempre patentes na obra para serem examinados pelos funcionários municipais, que provem sê-lo por meio de cartão de identidade, aos quais deve ser permitida a visita ao prédio obras.

O proprietário contraventor desta disposição, pagará a multa que consta da tabela do Art. 13.º.

Art. 8.° - Nas obras que impliquem a construção ou reconstrução da frontaria ou de portas, à face da via pública, e nas obras da categoria 8.ª deverá o proprietário, logo que estejam assentes as soleiras das portas e a primeira fiada da parede ou paredes sujeitas a alinhamento, requerer à Câmara a verificação do NIVELAMENTO E ALINHAMENTO, sendo então a obra vistoriada. Se for verificado que tanto um como o outro estão exactos, poderá a obra prosseguir, devendo o funcionário municipal, encarregado de fazer aquela verificação, informar na própria licença que a obra foi por ele vitoriada e encontrada em termos de prosseguir; no caso contrário, deverá o mesmo funcionário indicar as alterações a fazer, tendo o proprietário de requerer outra vez a verificação do nivelamento e alinhamento, logo que tiver executado as alterações exigidas, pagando novamente à taxa respectiva. O nivelamento e alinhamento são fornecidos pela Câmara, na planta topográfica a que se refere o §3.° do Art. 3.°. Além disso, qualquer esclarecimento necessário, será gratuitamente fornecido pela 3.ª Repartição Municipal. **A2.67**

O proprietário contraventor do disposto neste artigo, isto é, que não requeira em devido tempo a verificação do nivelamento e alinhamento, pagará a multa respectiva, constante da tabela do art. 13.º. e será intimado a requerê-la no prazo de 48 horas, sob pena de pagar nova multa e da obra lhe ser embargada. Se então se verificar que não foram respeitados o nivelamento e alinhamento indicados na planta topográfica, será aplicada a doutrina do Art. 4.°.

Art. 9.° - De conformidade com o disposto nos decretos de 14 Fevereiro de 1903 e n.° 14 372 de 3 de Outubro de 1927, nenhuma casa construída, reconstruída, ou ampliada, pode ser utilizada sem autorização da Câmara.

O proprietário contraventor, desta disposição, pagará a multa que consta da tabela do art. 13.º.

§ único - A licença obtém-se por meio de requerimento dirigido à câmara pelo proprietário, juntamente com o de levantamento de depósito, logo que as obras estejam concluídas, e será concedida, se a vistoria, a que se refere o decreto 14 372 de 3 de Outubro de 1927, verificar que foi cumprido o projecto aprovado. No caso de ser verificado que houve qualquer alteração ao projecto aprovado, aplicar-se-á a doutrina do art. 4.° e seu §.

Art. 10° - Para efeitos de aplicação das taxas, fica a cidade dividida em três zonas, a saber Zona Central, Zona Média e Zona Exterior.

[...]

TAXAS

[...]

§1.° - A taxa de estética aplica-se a alterações de fachadas e às obras das 5.ª, 6.ª e 8.ª categorias.

§ 2.°- A taxa de varanda, é aplicada às obras de 6.ª categoria, quando estas estejam à face da via pública e tenham varanda ou balcões salientes, medindo-se essa saliência pela parte mais avançada sobre o alinhamento da fachada.

§ 3.º - A taxa da numeração, é aplicada às obras das 6.ª e 8.ª categorias que impliquem a construção ou reconstrução de portas à face da via pública, sendo os respectivos números de polícia indicados na própria licença da obra e a numeração feita por meio de placas esmaltadas, conforme o modelo já aprovado, salvo se o proprietário a pretender fazer por outro meio que a Câmara aprove.

§ 4.°- A taxa do nivelamento e alinhamento, é aplicada à obras que impliquem a construção ou reconstrução da frontaria, ou de portas, à face da via pública e às obras da 8.ª categoria.

§5º - Para efeitos da aplicação de taxa de licença das obras da 6ª categoria, entende-se por ÁREA ÚTIL a soma das áreas do pavimento de cada andar, incluindo a espessura das paredes, caixa de escadas e pátios interiores (saguões).

§6.º - Para efeitos da aplicação da taxa de estética considera-se como frontaria, não só a maior fachada confinante ou voltada para a via pública, mas também todos os muros de vedação e suporte a face da via pública.

§ 7.º - Nas REDUÇÕES de barracões e casas, aplicam-se as respectivas taxas mínimas de licença.

§8.º - Para efeitos da aplicação da taxa de estéticas nas AMPLIAÇÕES, apenas se mede a parte da frontaria construída de novo: nas ALTERAÇÕES de fachadas, mede-se a área alterada não só na frontaria, mas também nas fachadas confinantes, ou voltadas pata a via pública.

§ 9.° - Para executar no mesmo prédio obras de diferentes categorias que se não abranjam, deverá o proprietário pagar às taxas municipais pelas obras de cada categoria.

§ 10.° - Para executar no mesmo prédio obras de diferentes categorias que se não abranjam, deverá o proprietário pagar as taxas municipais pelas obras de cada categoria.

§ 11.° - Para efeitos de pagamento de taxas de licença para construção de jazigos, dividem-se estes em três categorias, a saber:

1.ª cat. - Jazigos subterrâneos em campa rasa;

2.ª cat. - Jazigos subterrâneos com qualquer construção ornamental

3.ª cat. - Jazigos em capela.

Art., 12.° - Os depósitos de garantia, a que se refere o art.º 3.° e seus §§, variam conforme a categoria da obra [...]

A2. 68

Documento nº 2.B.13. Posturas sobre Saliências das Fachadas dos Edifícios Confinantes com a Via Pública [1949]

Transcrição total, com actualização de ortografia, das posturas sobre saliências de fachadas em edifícios, publicadas em 1949.

(CMPorto, 1949)

Artigo 1º - Os alpendres, corpos salientes, varandas e ornamentos formando saliências que se projectem sobre a via pública por fazerem parte das fachadas com ela confinantes, são regulados, no que respeita a extensão, balanço ou saliência e localização na fachada, pelo presente Edital.

Art. 2º - Os alpendres deverão deixar sempre livre uma altura mínima de 2,5 m. acima do passeio.

Art. 3º - O balanço máximo dos alpendres não pode ser superior à largura do passeio diminuída de 0,5 m, excepto quando essa largura for superior a 3,5 m. ou quando no passeio existirem árvores, postes ou candeeiros de iluminação, casos em que esse balanço será fixado de harmonia com as circunstâncias locais.

Art. 4º - Os corpos salientes não podem, em cada andar, ter extensão superior a 0,7 da largura da respectiva fachada, sendo o gaveto, nos prédios de esquina, considerado como pertencendo metade a cada fachada.

Art. 5º Os corpos salientes podem abranger dois ou mais andares, ligando-se verticalmente.

Art. 6º - As varandas não podem, em cada andar, ter uma extensão superior a 0,9 da largura da respectiva fachada, sendo o gaveto, nos prédios de esquina, contado como pertencendo metade a cada fachada.

Art. 7º - Os corpos salientes, varandas e ornamentos formando saliências devem ser localizados na fachada de modo a não serem atingidas por planos verticais, fazendo um ângulo de 30 graus com o plano de fachada e passando pelo ponto de intersecção da linha divisória dos prédios com o alinhamento do arruamento.

§ único - Nos edifícios com fachada lateral não confinante com a via pública, as varandas, corpos salientes e ornamentos podem ocupar a fachada principal até ao ângulo com a fachada lateral.

Art. 8º - Nas fachadas confinantes com a via pública, para efeitos da localização e extensão dos corpos salientes, varandas e ornamentos formando saliências, consideram-se duas zonas, uma superior e outra inferior, separadas por um plano horizontal cuja altura acima do passeio, medida na parte mais elevada deste, é variável com a largura da artéria em que o respectivo prédio fica situado e consta da Tabela que faz parte do Art. 11º do presente Edital.

Art. 9º - A zona superior das fachadas pode ter corpos salientes, varandas e ornamentos formando saliências; na zona inferior só estes últimos são de admitir.

Art. 10º - Os valores máximos que podem ter os balanços dos corpos salientes e das varandas e as saliências dos ornamentos situados tanto na zona superior como na zona inferior, são variáveis com a largura da artéria em que fica situado o prédio respectivo e constam da tabela que faz parte do artigo seguinte.

§ 1º - As saliências da zona inferior não podem ter valor superior a 0,035 da largura do passeio confinante com o prédio a que pertencem.

§ 2º - No caso do edifício projectado ter simultaneamente corpos salientes, ornamentos e varandas, não pode ser excedido para o conjunto o valor estabelecido para as varandas.

O balanço é medido entre os planos verticais do alinhamento da fachada no rés-do-chão e da parte exterior da varanda.

§ 3 º - No caso do edifício ser de gaveto, considera-se a largura da rua a distância que vai do eixo do gaveto ao alinhamento do lado oposto da rua de maior largura

Art. 11º - A Tabela a que se referem os art.ºs 8º e 10º, é a seguinte:

Largura das artérias	Altura do plano divisório	Balanços		Saliências	
		Corpos salientes	Varandas	Na zona superior	Na zona inferior
Até 5 m	3,2 m	0,3 m	0,4 m	0,2 m	0,025 m
Mais de 5 m até 7,5 m	3,35 m	0,4 m	0,5 m	0,3 m	0,03 m
Mais de 7,5 m até 10 m	3,5 m	0,5 m	0,6 m	0,4 m	0,045 m
Mais de 10 m até 15 m	3,8 m	0,6 m	0,7 m	0,5 m	0,06 m
Mais de 15 m até 20 m	4,1 m	0,7 m	0,8 m	0,6 m	0,09 m
Mais de 20 m até 25 m	4,4 m	0,8 m	0,9 m	0,7 m	0,12 m
Mais de 25 m até 30 m	4,7 m	0,9 m	1,0 m	0,8 m	0,15 m
Mais de 30 m	5,0 m	1,0 m	1,1 m	0,9 m	0,18 m

Art.12º - Os valores fixados na tabela do artigo anterior só podem ser modificados mediante parecer favorável do Conselho de Estética Urbana, atendendo a circunstâncias locais.

A2.69

Documento nº 2.B.14. Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas [1958]

Transcrição total da alteração às posturas sobre saliências de fachadas em edifícios - Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas - publicado em 1958.

(CMPorto, 1958)

Artigo 1º - Nas fachadas confinantes com arruamentos, são de admitir saliências, constituindo alpendres, corpos salientes, varandas, ornamentos, quebra-luzes e beirais ou cornijas, desde que obedeçam às regras constantes dos artigos deste regulamento.

§ único - Entende-se por corpo saliente a parte de uma edificação avançada do plano da fachada e em balanço relativamente a esta, formando recinto fechado destinado a aumentar a superfície útil da edificação.

Art. 2º - Nas mesmas fachadas, para efeitos de localização e extensão dessas saliências, consideram-se duas zonas, uma superior e outra inferior, separadas por um plano horizontal cuja altura acima do passeio, medida na parte mais elevada deste, é de 3 metros.

Art. 3º - Na zona superior são de admitir todos os tipos de saliências indicadas no artigo 1º. Na zona inferior só são de admitir os alpendres e ornamentos.

Art. 4º - Os alpendres devem deixar sempre livre uma altura mínima de 2,50 m, acima do passeio, medidos na parte mais alta deste e não podem ser colocados a um nível superior ao do pavimento do 1º andar.

Art. 5º - A saliência máxima dos alpendres não pode ser superior à largura do passeio diminuída de 0,4 m; quando neste existirem árvores, postes ou candeeiros de iluminação, casos em que esse balanço será fixado de harmonia com as circunstâncias locais.

§ único - Quando os alpendres se destinem apenas a proteger as portas de acesso de edificações onde a sua utilização seja aconselhável (hotéis, hospitais, teatros e similares) e não tenham largura superior às desses portais, podem apoiar-se em prumos assentes no passeio desde que não prejudiquem o trânsito.

Art. 6º - Os corpos salientes não podem ocupar na fachada uma área que ultrapasse 1/3 da zona superior. Além disso não podem

prolongar-se até ao remate superior da fachada, devendo nesta deixar sempre uma área livre igual ao balanço.

§ único - Nas edificações de esquina, o gaveto ou chanfro pode ser considerado como pertencendo a qualquer das fachadas com ele confinantes.

Art. 7º - Os corpos salientes, varandas e ornamentos e quebra-luzes formando saliências devem ser localizados na fachada de modo a não serem atingidas por planos verticais, fazendo um ângulo de 30 graus com o plano de fachada e passando pelo ponto de intersecção da linha divisória dos prédios com o alinhamento da mesma fachada.

§ 1º - Nas edificações com fachada lateral, as varandas, corpos salientes e ornamentos e quebra-luzes podem ocupar a fachada principal até à fachada lateral, sem prejuízo do art. 6º.

§ 2º - As varandas cujas guardas sejam de grade de ferro ou outro material de efeito equivalente quanto à transparência e cuja saliência não seja superior a 0,40 m não estão sujeitos ao disposto neste artigo, devendo, no entanto, entre elas e a linha divisória das fachadas, existir sempre uma distância mínima de 0,25 m.

Art. 8º - Para um e outro lado da linha divisória das fachadas de edificações contíguas deve haver espaços livres de qualquer saliência, formando faixas verticais de 0,15 de largura.

Art. 9º - Os corpos salientes e varandas só são de admitir em ruas de largura igual ou superior a 9,00 m, e os valores máximos que podem ter os seus balanços são de 0,04 da largura da rua não podendo exceder 1,20 m.

A2. 70

§ 1º - Se as guardas das varandas forem de grade de ferro ou de outro material de efeito equivalente quanto à transparência, os valores fixados no corpo do artigo podem ser iguais a 0,05 da largura da rua, com o máximo de 1,50 m.

§ 2º - As varandas a que se refere o § anterior são de admitir em ruas de largura superior a 7 metros.

Se porém ficarem localizadas na zona arqueológica são de admitir em arruamentos com largura inferior mediante parecer favorável da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.

§ 3º - No caso de existirem simultaneamente e sobrepostos corpos salientes, varandas, ornamentos ou quebra-luzes não pode ser excedido para o conjunto o valor estabelecido para os corpos salientes nem podem os ornamentos e quebra-luzes ter em relação aos corpos salientes onde se situam, saliência superior à estabelecida no art.10º.

Art. 10º - Os ornamentos e quebra-luzes podem ter uma saliência igual a 0,02 da largura da rua, não excedendo o limite máximo de 0,60 m.

§ 1º - Os ornamentos, quando situados na zona inferior, podem ter apenas 0,035 da largura do passeio, com o máximo de 0,20, e não devem, pela sua natureza, constituir perigo ou incómodo.

§ 2º - As montras devem ser consideradas como ornamentos e portanto não podem formar saliência sobre o plano da fachada.

Art. 11º - As cornijas ou beirais podem ter um balanço igual a 0,05 da largura da rua com um máximo de 1,00 m.

Art. 12º - Nas edificações de esquina, as saliências em cada uma das fachadas são fixadas de acordo com a largura do respectivo arruamento. Se a concordância entre as duas fachadas se fizer por curvas ou chanfro, na zona da fachada nesta parte compreendida, poderão ser adoptadas saliências maiores, desde que não ultrapassem os planos definidos pelas saliências permitidas nas fachadas confinantes.

Art. 13º - As saliências das fachadas situadas em alinhamentos recuados em relação ao arruamento ficam sujeitos ao disposto nos art. 7º e seus parágrafos; 8º e 9º e seus parágrafos; 10º (só corpo do artigo); 11º e além disso, não podem ocupar na fachada mais de um terço da área desta.

§ único - Para os efeitos do presente artigo, a largura da rua é a distância entre fachadas opostas.

Art. 14º - Quando duas ou mais edificações formarem uma unidade arquitectónica, esta pode, para o efeito da aplicação do presente regulamento, ser considerada como uma única edificação, desde que o respectivo projecto seja apresentado em conjunto e as obras das diversas edificações sejam executadas simultaneamente.

Art. 15º - Em casos especiais resultantes da localização, importância ou característica da edificação a construir, poderão admitir-se soluções em desacordo com o disposto nos artigos anteriores desde que de tal facto resultem vantagens de ordem estética e se não verifiquem inconvenientes de ordem geral.

§ único - As concessões ao abrigo do disposto no presente artigo basear-se-ão sempre em pareceres favoráveis e devidamente fundamentados do CEU[32] e da repartição das Edificações Urbanas.

Art. 16º - Nos projectos de edifícios submetidos à apreciação da Câmara Municipal do Porto e em que se prevejam saliências deve, tanto nas plantas, como nos cortes, ser indicado claramente o alinhamento.

Art. 17º - Aos corpos salientes projectando-se sobre vias, logradouros, ou outros lugares públicos sob administração municipal aplica-se a taxa de 200$00 por metro quadrado ou fracção e por pavimentos; quando se encontrarem em condições idênticas em relação ao domínio público municipal, as varandas ou sacadas e os alpendres integrados nas construções estão também sujeitos à aplicação de taxa que é, neste caso, de 50$00 por metro quadrado e por pavimento.

§ 1º - As taxas a que se refere o corpo deste artigo são cobradas cumulativamente com as taxas da licença de construção.

§ 2º - A cobrança efectiva das taxas relativas a varandas ou sacadas e a alpendres fica dependente da deliberação da Câmara Municipal nesse sentido.

Art. 18º - Os projectos que já tiverem dado entrada na Câmara à data da publicação deste regulamento não são por ele abrangidos.

§ único - Os projectos referidos no corpo deste artigo que, ao fim de seis meses a partir daquela data não tiverem merecido aprovação, ficam sujeitos às suas disposições.

- -

32.Conselho de Estética Urbana

Documento nº 2.B.15. Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas [1972]

Transcrição total da alteração ao Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas, publicado em 1972. (CMPorto, 1972)

Capítulo I - Disposições comuns

Art. 1º - 1. Nas fachadas dos prédios confinantes com vias públicas, logradouros ou outros lugares públicos sob administração municipal, são admitidas saliências em avanço sobre o plano das mesmas fachadas, nas condições estabelecidas neste regulamento.

2. As saliências a que se refere o número anterior são as seguintes:

a) Corpo Saliente - Saliência formando recinto fechado com prolongamento ou comunicação com o interior do edifício de modo a aumentar a capacidade deste;

b) Alpendrado - Saliência servindo apenas de cobertura ou de abrigo do que lhe fica subjacente;

c) Ornamento - elemento destinado a melhorar as qualidades arquitectónicas e estéticas da fachada;

d) Quebra-luz - elemento destinado a reduzir ou melhorar as condições de iluminação do interior do respectivo edifício;

e) Varanda - Saliência formando balcão no prolongamento de um piso;

f) Beiral - Saliência que remata uma cobertura

g) Cornija - moldura sobreposta que forma saliência para a parte superior de uma fachada.

Art. 2º -1. Nas fachadas para efeitos de localização, extensão e balanço das saliências, consideram-se duas zonas: uma superior e outra inferior, separadas por um plano horizontal cuja altura mínima acima do passeio é de 3 metros.

2. Por balanço entende-se a medida do avanço de qualquer saliência tomada na parte mais afastada do plano da fachada.

Capítulo II - Corpos Salientes

Art. 3º - 1. Os corpos salientes só são de admitir:

a) Em arruamentos de largura igual ou superior a 9 metros, devendo, porém, quando se tratar de corpos salientes fronteiros com vãos de compartimentos para habitação, aplicar-se o princípio do artigo 60 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

b) Em fachadas com um mínimo de 6 metros de largura.

2. A largura da rua corresponde à distância entre fachadas opostas medidas na perpendicular ao respectivo eixo ou directriz.

Art.4º- 1. Nas edificações de esquina os corpos salientes em cada uma das fachadas são fixados de acordo com a largura do respectivo arruamento.

2. Se a concordância entre as duas fachadas se fizer por gaveto, na zona da fachada compreendida nesta parte, poderão ser adoptadas saliências que não ultrapassem os planos definidos pelas saliências permitidas nas fachadas confinantes.

3. Nas edificações de esquina, o gaveto pode ser considerado como pertencendo a qualquer das fachadas com ele confinantes.

4. O gaveto é constituído pelo elemento de ligação ou concordância de duas fachadas contíguas de um edifício que não rematem em aresta viva.

Art. 5º - Nas fachadas laterais, não serão considerados corpos salientes as partes do edifício em saliência sobre o alinhamento da fachada desde que não ultrapassem o limite fixado para o afastamento do prédio vizinho.

Art. 6º - Os corpos salientes devem ser localizados na zona superior da fachada de modo a não serem atingidos por planos verticais fazendo um ângulo de 30º com o plano da fachada e passando pelo ponto de intercepção da linha divisória dos prédios com o alinhamento da mesma fachada.

Art. 7º - Para um e para o outro lado da linha divisória das fachadas de edificações contínuas deve haver espaços livres de qualquer saliência formando faixas verticais de 0,15 m de largura. **A2.71**

Art. 8º - 1. Os corpos salientes não podem ocupar na fachada uma área que ultrapasse metade da sua zona superior e poderão elevar-se até à sua linha de cornija.

2. Quando o remate da edificação se fizer por platibanda esta poderá acompanhar o recorte do corpo saliente.

Art. 9º - Os corpos salientes das fachadas situadas em alinhamentos recuados em relação ao arruamento, ficam sujeitos ao disposto nos artigos 5º a 8º deste capítulo.

Art. 10º - O balanço permitido para os corpos salientes será de 0,05 de largura da rua não podendo exceder os 1,20 m.

Art. 11º - No caso de existirem simultaneamente e sobrepostos corpos salientes, varandas, ornamentos ou quebra-luzes, não pode ser excedido para o conjunto o balanço estabelecido para os corpos salientes.

Capítulo III - Varandas

Art. 12º - 1. As varandas são autorizadas apenas em ruas de largura igual ou superior a 7 metros.

2. Nas fachadas confinantes com a via pública não pode haver varandas localizadas na zona inferior.

3. Para os efeitos do presente artigo, a largura da rua é a referida no artigo 3º. Nº 2.

Art. 13º - As varandas das fachadas posteriores dos prédios poderão ser envidraçadas, devendo contudo ter um vão de ventilação de área igual a 1/10 da soma das áreas dos aposentos adjacentes e da própria varanda, e, além disso, estar assegurada a sua ventilação permanente por sistema adequado, na parte superior.

Art. 14º - 1. As varandas devem ser localizadas na fachada de modo a não serem atingidas por planos verticais fazendo um ângulo de

30º com o plano da fachada e passando pelo ponto de intercepção da linha divisória dos prédios com o alinhamento da mesma fachada, sem prejuízo da existência dos espaços livres a que se refere o artigo 7º.

2. Não é permitido colocar tapa-vistas opacos, vazados, transparentes ou translúcidos nas varandas situadas nas fachadas dos prédios confinantes com os alinhamentos das vias públicas.

Art. 15º -1. Nas edificações com fachada lateral, as varandas podem ocupar a fachada principal até à fachada lateral.

2. Igualmente as varandas das fachadas laterais podem ocupar estas até à fachada principal.

Art. 16º - 1. Nas fachadas das edificações à face do arruamento o valor máximo do balanço das varandas será de 0,07 da largura da rua, não podendo exceder 1,20 m.

2. Se as guardas das varandas forem de grade de ferro ou de outro material de efeito equivalente quanto à transparência, os valores fixados no número anterior podem ser iguais a 0,09 da largura da rua, com o máximo de 1,20 metros.

Art. 17º - O balanço máximo das varandas localizadas, quer nas fachadas posteriores, quer nas fachadas laterais é de 1,50 metros.

Art. 18º - As varandas situadas em alinhamentos recuados em relação ao arruamento ficam sujeitas ao disposto nos artigos 14º a 16º.

Capítulo IV - Alpendrados, Ornamentos; Quebra-luzes, Beirais e Cornijas.

Art.19º 1. As saliências constituídas por alpendrados, ornamentos, quebra-luzes, beirais ou cornijas podem ser construídas na zona superior das fachadas.

2. Os alpendrados, porém, deverão ser localizados na zona inferior das fachadas.

Art. 20º - Os alpendrados devem deixar sempre livre uma altura de 2,50 m acima do passeio, medida na parte mais alta deste e não podem ser colocados neste caso a nível superior ao do pavimento do 1º andar.

Art. 21º - 1. A saliência máxima dos alpendres não poderá ser superior à largura do passeio diminuída de 0,50 e o balanço máximo de 3,00; Quando no passeio existam árvores, postes ou candeeiros de iluminação essa saliência será fixada de harmonia com as circunstâncias locais.

2. Os alpendres destinados a proteger os portais de acesso de hotéis, hospitais, teatros e similares, onde a sua utilização seja aconselhável e com largura não superior à destes portais, podem apoiar-se em prumos assentes no passeio, desde que não prejudiquem o trânsito.

3. Nos arruamentos reservados ao trânsito exclusivo de peões, a saliência dos alpendres será fixada de modo a não prejudicar segurança dos utentes dos mesmos arruamentos e, ainda, de veículos que neste tenham eventualmente de transitar ou estacionar.

Art. 22º - 1. Os alpendrados nas fachadas em alinhamentos recuados em relação ao arruamento podem servir de cobertura a varandas, desde que não ultrapassem o valor do balanço dessas fachadas.

2. Quando situados na zona inferior das fachadas laterais também podem servir de abrigo, desde que não assentem no solo por meio de apoio de qualquer espécie e distem do muro de meação 1,50 metros.

Art. 23º - Os ornamentos e quebra-luzes devem ser localizados na fachada de modo a não serem atingidos por planos fazendo um ângulo de 30º com o plano daquela e passando pelo ponto de intercepção da linha divisória dos prédios com o alinhamento da mesma fachada.

Art. 24º -1. Os ornamentos e quebra-luzes podem ter uma saliência igual a 0,02 de largura da rua, não excedendo o limite máximo de 0,60 metros.

2. Na zona compreendida entre o passeio e o nível superior do 1º piso, podem construir-se elementos decorativos da fachada até 0,06 m de saliência, que pela sua natureza não constituam perigo ou incómodo.

Art. 25º - As montras não são consideradas como ornamentos e não podem formar saliência sobre o plano da fachada

Art. 26º - 1. As cornijas ou beirais podem ter um balanço igual a 0,05 da largura da rua com um máximo de 1,00 m, ou, tratando-se de prédios isolados, 1,50 metros.

2. Para as fachadas posteriores das edificações, o balanço da cornija poderá ir até ao limite máximo de 1,60 metros.

Capítulo V - Zonas de protecção, arqueológicas e de interesse arquitectónico.

Art.27º - 1. As edificações sitas em zonas arqueológicas, de interesse arquitectónico ou de protecção de monumentos nacionais e de imóveis de interesse público ficam sujeitas às disposições deste regulamento.

2. Exceptuam-se as edificações que pela sua localização, importância, características ou outros quaisquer motivos justificados possam admitir soluções especiais com parecer favorável da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia ou dos departamentos ministeriais competentes, conforme os casos.

Capítulo VI - Disposições finais

Art. 28º - Para efeito da aplicação de presente regulamento quando duas ou mais edificações formarem uma unidade arquitectónica, esta pode ser considerada como uma edificação, desde que o respectivo projecto seja apresentado em conjunto e as obras sejam executadas simultaneamente.

Art. 29º - Nos projectos de edificações submetidas a aprovação municipal em que se prevejam saliências em avanço sobre o plano das fachadas deve ser indicado nas plantas e cortes o alinhamento, bem como a cota das saliências.

Art. 30º - Os corpos salientes projectando-se sobre vias, logradouros ou outros lugares públicos sob a administração municipal, estão sujeitos às taxas previstas na respectiva tabela aprovada pela câmara.

Anexo 3. Listas

Sumário das Listagens

ANEXO 3. LISTAS . . . . . **I**

3.A. Índices de Revistas **1**

Documento nº 3.A.1.Arquitectura Portugueza (índice parcial) 1
Documento nº 3.A.2.Construção Moderna 21

3.B. Lista de Arquitectos **23**

Documento nº 3.B.1.Inscrições de Técnicos na CMPorto, década de quarenta 23
Documento nº 3.B.2.Listagem de obras por arquitecto 35

3.C. Toponímia Alterada **37**

Documento nº 3.C.1.Toponímia ordenada por nome antigo e por nome actual 37

3.D. Numeração alterada na Rua da Boavista **41**

Documento nº 3.D.1.Lista da numeração alterada (pares e ímpares) 41

3.E. Lista de licenças de obras consultadas **45**

Documento nº 3.E.1.Lista de licenças de obra consultadas (com elaboração de ficha de consulta) . 46

3.F. Designações dos Diários Oficiais desde 1715 . . . . . **73**

Documento nº 3.F.1.Designações dos Diários Oficiais 73

3.A.Índices de Revistas

Os índices de revistas aqui colocados não são exaustivos por variadas razões, servindo apenas como uma recolha inicial que deverá ser continuada por quem tenha interesse neste assunto, mas que pareceu desperdício deixar de fora pela utilidade que poderá ter para outros que estudam a mesma época.

A lista não é completa e exaustiva, primeiro, porque centrou a atenção nos artigos ligados à construção dos edifícios, seus materiais, ou outras indicações que na fase inicial se pensava que poderiam ter interesse para o trabalho. Em segundo lugar, como a investigação e leitura foi centralizada no Porto a partir de 2005, existem números em falta que não foi possível encontrar nem nas bibliotecas públicas nem universitárias da cidade. Como, pela orientação que o trabalho seguiu a partir dessa data, optando por estudar o Porto e a construção portuense, essa informação deixou de estar no que se estabeleceu como caminho crítico da tese, acabou por não justificar idas a Lisboa apenas para completar a listagem de artigos, por exemplo, da *Arquitectura Portugueza*.

Documento nº 3.A.1.Arquitectura Portugueza (índice parcial)

1908

Nº 1 – Janeiro

Prefácio de Ramalho Ortigão

Banco de Lisboa & Açores – Ventura Terra

Nº 2 – Fevereiro

Casa Mário de Artagão – Norte Júnior

Fragmento de arquitectura bizantina em Portugal

Nº 3 – Março

Casa Ernesto Empis – António Couto

Monumentos nacionais

Nº 4 – Abril

A casa Biester – Luiz José Monteiro

Nº 5 – Maio

Tumulo Monumental do Visconde de Valmor – Álvaro Machado

Apologia da curva – Abel Botelho

Nº 6 – Junho

Casa Conde Armand – Raul Lino

O Monumento de Mafra

Nº 7 – Julho

Prédio do Dr. Guilherme Augusto Coelho – Adães Bermudes

O Monumento de Mafra

Nº 8 – Agosto

Casa Fernando Formigal de Moraes – Francisco Carlos Parente

Novos Rumos

O Monumento de Mafra

Nº 9 – Setembro

Sanatório de Sant'anna – Rozendo Carvalheira

Nº 10 – Outubro

Casa Branco Rodrigues – Manuel Joaquim Norte Júnior

O Monumento de Mafra

Nº 11 – Novembro

Casa do Comendador António Santos – J. Alexandre Soares

O Monumento de Mafra

Nº 12 – Dezembro

Casa J.J. da Silva Graça – Ventura Terra

O Monumento de Mafra

1909

Nº 1 – Janeiro

Casa Manuel Castro Guimarães – José Luiz Monteiro

Nº 2 – Fevereiro

Casa José Malhoa – Norte Júnior

Museus de antiguidades

O Monumento de Mafra

Nº 3 – Março

Casa do Colégio – Álvaro Machado

José António Gaspar (nota do falecimento)

Exposição de pintura hispano-portugueza

O concurso do monumento da guerra peninsular

O Monumento de Mafra

Nº 4 – Abril

O concurso para o monumento comemorativo da guerra peninsular

Nº 5 – Maio

Panteão dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Alpendres

Prémio Valmor

Nº 6 – Junho

Palacete da Viscondessa de Valmor – Ventura Terra

Rosáceas Mouriscas

Bibliographie

Nº 7 – Julho

Casa Avelino Augusto Corrêa – José Teixeira Lopes

Bibliographie

Publications étrangères reçues :

Nº 8 – Agosto

Casa Albino Caetano – Raul Lino

O monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 9 – Setembro

Paços do Concelho de Sintra – Adães Bermudes

O Monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 10 – Outubro

A casa dos Marqueses do Fayal – José Luiz Monteiro

Carpintaria Mourisca

Nº 11 – Novembro

Casa Fortunato Guimarães – A. Marques da Silva

O Monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 12 – Dezembro

Casa Conde de Agrolongo – Adães Bermudes

O monumento de Mafra

Bibliographie

1910

Nº 1 – Janeiro

No terceiro ano

Lyceu Camões – Ventura Terra

O monumento de Mafra

Nº 2 – Fevereiro

Casa António Pinto da Fonseca Motta – Norte Júnior

O monumento de Mafra

Nº 3 – Março

Casa Amélia Augusta Pereira Leite – Norte Júnior

A casa de sub-ripas

Bibliographie

Nº 4 – Abril

Casa João H.A. Serra – António Couto

O monumento de Mafra

Nº 5 – Maio

Casa Carlos Calderon – Adolpho Marques da Silva

Premio Valmor

O Monumento de Mafra

Nº 6 – Junho

Casa José de Lacerda – Álvaro Machado

O Monumento de Mafra

Nº 7 – Julho

Bairro das Roseiras. Casas – Álvaro Machado

O Monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 8 – Agosto

O monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 9 – Setembro

Casa José Pereira da Costa – Norte Júnior

Conferencia sobre a construção das cidades

Nº 10 – Outubro

Agência do Banco de Portugal em Viseu – Adães Bermudes

O monumento de Mafra

Nº 11 – Novembro

Propriedade para rendimento Manuel Brandão – Norte Júnior

O monumento de Mafra

Bibliografia idêntica ao mês

Nº 12 – Dezembro

Casa José Maria d'Andrade – Leonel Gaia

O monumento de Mafra

1911

Nº 1 – Janeiro

O nosso aniversário

Prédio para rendimento Apollinario Contreras Pinheiro – Norte Júnior

O monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 2 – Fevereiro

Casa Constâncio Quadrio de Carvalho – Norte Júnior

O monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 3 – Março

Prédio António Silva Cunha – José Christiano de Paula Ferreira da Costa

Prédio José Luiz Vinagre – Norte Júnior

Bibliographie

Nº 4 – Abril

Estação telegrapho-postal de Sintra – Marques da Silva

O Monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 5 – Maio

Teatro-Circo de Braga – João de Moura Coutinho D'Almeida Eça

Nº 6 – Junho

Agência do Banco de Portugal Évora – Adães Bermudes.

O monumento de Mafra

Nº 7 – Julho

O edifício do "Chiado terrace" – Tertuliano Marques

O Monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 8 – Agosto

Capela Funerária Elysio Mendes – Figueira da Foz – Tertuliano Marques

O monumento de Mafra

Bibliographie

Nº 9 – Setembro

Palacete Henrique José Mendonça – Ventura Terra

A arquitectura Gótica

Nº 10 – Outubro

Jazigo dos marqueses de Valle Flor – José Christiano de Paula Ferreira da Costa

Arquitectura Gótica **A3.3**

Coberturas para edifícios

Nº 11 – Novembro

Cocheiras e garage dos Marqueses de Valle Flor – José Christiano de Paula Ferreira da Costa

A arquitectura Gótica

Bibliographie

Nº 12 – Dezembro

Vidago Palace Hotel – José Christiano de Paula Ferreira da Costa

1912

Nº 1 – Janeiro

Villa Catatau – Norte Júnior

Bibliographie

Nº 2 – Fevereiro

Edifício da Repartição de Propriedade Industrial – Leonel Gaia

A arquitectura Gótica

Corticite ou o chão sem fendas

Bibliographie

Nº 3 – Março

Villa Souza – Norte Júnior (Premio Valmor)

Arquitectura Gótica

Bibliographie

Nº 4 – Abril

Casa Guilherme Nicolau dos Santos – "Vitruvius Postulans"

A arquitectura Gótica

Bibliographie

Nº 5 – Maio

Palácio Cândido Sotto Mayor – Ezequiel Bandeira

Arquitectura Gótica

Bibliographie

Nº 6 – Junho

Casa Francisco Nicolau dos Santos – Vitruvius Postulans

Arquitectura Gótica

Bibliographie

Nº 7 – Julho

Casa António Macieira – Ernesto Korrodi

Bibliographie

A3. 4

Nº 8 – Agosto

Prédio João Leal & Irmãos – Ernesto Korrodi

Arquitectura Gótica

Bibliographie

Nº 9 – Setembro

Casa Avelino Lopes Cardoso – Álvaro Machado

Rex Flintkoat

Nº 10 – Outubro

Casa João Vaz – Nicola Bigaglia

Arquitectura dinamarquesa

Nº 11 – Novembro

Albergue para os inválidos do trabalho, Fundão – Afonso Marques da Silva

Arquitectura dinamarquesa

Nº 12 – Dezembro

Prédios António Thomaz Qnartin e Silvestre de Almeida – Ventura Terra

Arquitectura dinamarquesa

1913

Nº 1 – Janeiro

Casa Nuno P. de Oliveira – Norte Júnior (menção honrosa premio Valmor)

A Arquitectura Dinamarquesa

Nº 2 – Fevereiro

Palacete José Maria Posser de Andrade – António do Couto

Nº 3 – Março

Prédio Francisco Soares da Silva – António Couto

Bibliographie

Nº 4 – Abril

Agência do Banco de Portugal, Coimbra – Adães Bermudes

Arquitectura Dinamarquesa

Nº 5 – Maio

Palacete Joaquim Dias Mendes – José Coelho

A décima Exposição da Sociedade Nacional de Bellas Artes

Nº 6 – Junho

Sociedade Clube Ginástico Português – Alfredo Luiz Terra

Bibliographie

Nº 7 – Julho

Chalet José Maria de Andrade – Alexandre Saldanha da Gama

Premio Valmor

Arquitectura Dinamarquesa

Nº 8 – Agosto

Casa Eduardo Esteves de Freitas – Rafael Duarte de Melo

Arquitectura Dinamarquesa

Nº 9 – Setembro

Chalet "Tertuliano" – Tertuliano Marques

Arquitectura Dinamarquesa

Nº 10 – Outubro

Chalet Mário Belmonte Pessoa – Rafael Duarte de Melo

Arquitectura Dinamarquesa

Bibliographie

Nº 11 – Novembro

Casa Manuel Ottolini – Guilherme E. Gomes

Arquitectura Clássica

Nº 12 – Dezembro

Teatro Politeama – Ventura Terra

1914

Nº 1 – Janeiro

No Sétimo ano

Casa Artur Pratt – Ventura Terra

Nº 2 – Fevereiro

Prédio José Augusto dos Santos – Miguel José Nogueira Júnior

A evolução da arte em Portugal

Nº 3 – Março

Casa José Malheiros Nogueira – Miguel José Nogueira Júnior

A evolução da arte em Portugal

Nº 4 – Abril

Projectos para o monumento ao Marquez de Pombal

A evolução da arte em Portugal

Nº 5 – Maio

Casa Eloy Castanha – Guilherme E. Gomes

A evolução da arte em Portugal

Nº 6 – Junho

Casa Braz Simões – Rafael Duarte de Melo

A evolução da arte em Portugal

Bibliografia

Nº 7 – Julho

Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo" Braga – Almeida Eça

Aos nossos assinantes e anunciantes

Bibliografia

Nº 8 – Agosto

Casa Artur Santa Cruz Magalhães – Álvaro Machado

A evolução da arte em Portugal

Nº 9 – Setembro

Os edifícios da Fabrica de Cerveja "Germânia" – António Rodrigues da Silva Júnior

A evolução da arte em Portugal

Nº 10 – Outubro

Os edifícios da Fabrica de Cerveja "Germânia" – António Rodrigues da Silva Júnior

Nº 11 – Novembro

Os edifícios da Fabrica de Cerveja "Germânia" – António Rodrigues da Silva Júnior

Nº 12 – Dezembro

As novas instalações do Hotel Frankfurt – Frederico de Carvalho

1915

Nº 1 – Janeiro

Estação termal de Casais - Hotel-casa de saúde – António Rodrigues da Silva Júnior

Estação termal do Estoril – garage e cocheiras – António Rodrigues da Silva Júnior

Canteiro metálico de suspensão para jazigo

Nº 2 – Fevereiro

Palácio José Maria Marques – Norte Júnior

Bibliographie

Nº 3 – Março

Casa de habitação do director técnico da Fabrica Germânia – António Rodrigues da Silva Júnior

O "panneau" decorativo do tecto do novo teatro-circo de Braga.

Nº 4 – Abril

A evolução da arte em Portugal

Bibliographie

Nº 5 – Maio

A3.5

Pavilhão de Vendas de águas minerais das termas de Vidago – António Rodrigues da Silva Júnior

Edifício para os paços de conselho de cascais (projecto) - Idem

Balneário das termas de Vidago (projecto) - Idem

Nº 6 – Junho

José Maria de Mello de Mattos

Escola Industrial Machado de Castro – Vítor Bastos Júnior

A evolução da arte em Portugal

Bibliographie

Nº 7 – Julho

Novo projecto de um balneário para as termas de Vidago - António Rodrigues da Silva Júnior

Prédio Nestor de Sampaio – António Rodrigues da Silva Júnior

Nº 8 – Agosto

Escola Primária de Samora Correia - António Rodrigues da Silva Júnior

Pavilhão da Fonte Sabrosa, Vidago - António Rodrigues da Silva Júnior

Pavilhão da Fonte Sabrosa, Vidago - António Rodrigues da Silva Júnior

Nº 9 – Setembro

Casa Portuguesa na última exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes – Edmundo Tavares

A evolução da Arte em Portugal

Nº 10 – Outubro

Casa Portuguesa na última exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes – Edmundo Tavares

A evolução da Arte em Portugal

Nº 11 – Novembro

Grande Hotel da Cúria – Deolindo Vieira e Rafael Duarte de Melo

A evolução da Arte em Portugal

Bibliographie

Nº 12 – Dezembro

Casa Portuguesa na última exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes – Edmundo Tavares

A evolução da Arte em Portugal

Bibliographie

A3. 6

1916

Nº 1 – Janeiro

O Instituto Moderno – Quinta da Belavista, Porto – José Teixeira Lopes

Nº 2 – Fevereiro

O Instituto Moderno – Quinta da Belavista, Porto – José Teixeira Lopes

Nº 3 – Março

Pavilhão de enfermaria - Sanatório de Sant'ana – Álvaro Machado

Expediente da redacção

Bibliographie

Nº 4 – Abril

Nº 5 – Maio

Palácio Álvaro Santos Lima – Alfredo D'Ascenção Machado

Nº 6 – Junho

Nº 7 – Julho

Pavilhão da Fonte de Vidago; Palácio de Sports, Estação Termal do Estoril - António Rodrigues da Silva Júnior

Bibliografia

Nº 8 – Agosto

Casa Ricardo Severo – Ricardo Severo (Eng.)

Nº 9 – Setembro

Projecto de um Hotel

Projecto de um Pavilhão da floresta

Para a Estação termal do Estoril – António Rodrigues da Silva Júnior

Aos Srs. Assinantes e anunciantes

Nº 10 – Outubro

Projecto da Nova Sede Social da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria – Norte Júnior

Nº 11 – Novembro

Palácio do Conde da Ervideira, Quinta da Malagueira, Évora – António Rodrigues da Silva Júnior

As construções em Lisboa

Nº 12 – Dezembro

1917

Nº 1 – Janeiro

A Povoa do Varzim e o seu Progresso

Casa Caetano Marques de Oliveira e o Balneário – João de Moura Coutinho D'Almeida D'Eça

Nº 2 – Fevereiro

Concurso de projectos para os Paços do Concelho de Guimarães – José Marques da Silva

Nº 3 – Março

A pastelaria Foz e o seu Anexo, A abadia – Rozendo Carvalheira

Nº 4 – Abril

A pastelaria Foz e o seu Anexo, A abadia – Rozendo Carvalheira

Nº 5 – Maio

O concurso de projectos para os Paços do Concelho de Guimarães – 2º, 3º lugar e menção honrosa

2º Prémio – Carlos de Sousa, José Luiz Ferreira e António Martins Rosas

3º Prémio – Edmundo Tavares

Menção Honrosa – Tertuliano de Lacerda Marques

Nº 6 – Junho

Jazigo Monumental no Cemitério Ocidental de Lisboa – Rozendo Carvalheira.

Extracto do Caderno de encargos

Nº 7 – Julho

A arquitectura na última exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes

Expositores: Carlos Rebelo D'Andrade e Luiz Cristino da Silva

A arquitectura no estrangeiro – Estados Unidos

Bibliografia

Nº 8 – Agosto

Palácio António Augusto de Carvalho Monteiro – Luigi Manini

A arquitectura no estrangeiro – Estados Unidos

Bibliografia

Nº 9 – Setembro

Palácio António Augusto de Carvalho Monteiro – Luigi Manini

Grémio Técnico Português (notícia da Fundação)

Bibliografia

Nº 10 – Outubro

Palacete Frederico Franco – Rozendo Carvalheira

A arquitectura no estrangeiro – Estados Unidos

Nº 11 – Novembro

Solar de Vila Meã - João de Moura Coutinho D'Almeida D'Eça

A arquitectura no Estrangeiro – A Rússia

Nº 12 – Dezembro

Estabelecimento Termal do Estoril. António Rodrigues da Silva Júnior

Grémio Técnico Português

Bibliografia

1918

Nº 1 – Janeiro

No décimo primeiro ano

Igreja de S. José e a Casa do Artista – João de Moura Coutinho D'Almeida D'Eça

Nº 2 – Fevereiro

Concurso de projectos para os Paços do Concelho do Porto – Edmundo Tavares

Nº 3 – Março

Solar Egas Moniz – Ernesto Korrodi

Bibliografia

Suécia

Nº 4 – Abril

Solar Egas Moniz – Ernesto Korrodi

A 15ª exposição da Sociedade de Belas Artes

Bibliografia

Nº 5 – Maio

Chalet Maria Amélia (Ampliação e transformação)

Armazém comercial no Rio de Janeiro

António Rodrigues da Silva Júnior

Nº 6 – Junho

Prédio para rendimento

Auto Garage Zenha e Cª

Ernesto Korrodi

Arquitectos da Batalha e dos Jerónimos

Aos nossos assinantes

Nº 7 – Julho

Sanatório Albergaria no Cabeço de Montachique – Rozendo Carvalheira

Arquitectos da Batalha e dos Jerónimos

Bibliografia

Nº 8 – Agosto

Filial do Banco do Minho, no Porto

Filial Do Banco Ultramarino, em Braga

João de Moura Coutinho D'Almeida D'Eça

Nº 9 – Setembro

Palacete Pantaleão C.R. Dias – António Maria Tavares Júnior (engenheiro)

Arquitectos da Batalha e dos Jerónimos

Nº 10 – Outubro

Palacete Pantaleão C.R. Dias – António Maria Tavares Júnior (engenheiro)

Arquitectos da Batalha e dos Jerónimos

Bibliografia

Nº 11 – Novembro

Palacete Alexandre Nunes Sequeira – António Rodrigues da Silva Júnior

Arquitectos da Batalha e dos Jerónimos

Rozendo Garcia D'Araújo Carvalheira (notícia da Morte)

Nº 12 – Dezembro

A casa de estilização Tradicionalista – Norte Júnior

Arquitectos da Batalha e dos Jerónimos

Bibliografia

1919

Nº 1 – Janeiro

Décimo Segundo ano

Grande Casino do Estoril – Silva Júnior

Casa de Estilização Tradicionalista – Silva Júnior

Bibliografia

Nº 2 – Fevereiro

Casa para o Estoril – Norte Júnior

Arquitectos da Batalha e dos Jerónimos

A arte

Bibliografia

Nº 3 – Março

Casa para o Estoril – Edmundo Tavares

A arte

Nº 4 – Abril

Casa para o Estoril – Silva Júnior

A arte

Bibliografia

Nº 5 – Maio

Arquitectura esquissada – Edmundo Tavares

A Arte

Nº 6 – Junho

Casa de estilização tradicionalista – Alfredo D'Assunção Santos

Nº 7 – Julho

Concurso do Estoril, Casa para o parque das Termas – Norte Júnior

António Augusto Gonçalves (Notícia da morte)

Canteiros de Coimbra

Cantaria decorativa e Escultura

Nº 8 – Agosto

Palacete Carlos Schmidt – Vítor Bastos

Canteiros de Coimbra

Cantaria decorativa e escultura

Nº 9 – Setembro

Casa do Marquês de Mira – Cipriano Rodrigues Maia

Canteiros de Coimbra

Cantaria decorativa e escultura

Nº 10 – Outubro

O Magestic Club de Lisboa – Silva Júnior

Nº 11 – Novembro

O Magestic Club de Lisboa – Silva Júnior

Nº 12 – Dezembro

Concurso do Estoril, Casa no Parque das Termas – Edmundo Tavares

Canteiros de Coimbra

Cantaria decorativa e escultura

1920

Nº 1 – Janeiro

No ano XIII

Arquitectura tradicional – Casa dos Condes de Monte Rial – Cascais – Arq. Guilherme Eduardo Gomes

Nº 2 – Fevereiro

Casa de Santa Isabel – Monte Rial - Arquitecto-professor José Urbano de Castro

Nº 3 – Março

Casa Joaquim A.F. Aguas – Na avenida-mar, Figueira da Foz – Arq., Carlos Alves de Assunção

Nº 4 – Abril

Teatro "paraíso de Tomar" – Arq. Deolindo Vieira (Arq. da CML)

Nº 5 – Maio

Nº 6 – Junho

Uma casa portuguesa de aldeia - Arq. António Rodrigues da Silva Júnior

Nº 7 – Julho

Palácio de estilização nacional – Praça Afonso Peres com a Av. Defensores de Chaves – Arq. António Rodrigues da Silva Júnior

Nº 8 – Agosto

Nº 9 – Setembro

Varias casas de estilização tradicional – Jacinto Marques Robalo

Nº 10 – Outubro

Casas de estilização nacional – Alentejo – António R da Silva Júnior

Nº 11 – Novembro

Nº 12 – Dezembro

Uma casa para o Lobito – Frederico Pereira de Carvalho

1921

Nº 1 – Janeiro

De 1908 a 1921 no XIV ano

Arquitectura tradicionalista, Casa Vítor Moreira de Sá – João António Piloto

Nº 2 – Fevereiro

Arquitectura Portuguesa Moderna, Palacete Abílio de Figueiredo – Eduardo Alves

Gelosia ou Janela de Rótula (início da publicação dos detalhes de construção)

Nº 3 – Março

Arquitectura Nacional Modernizada, Casa Amadeu D'Almeida – Deolindo Pereira Leite Vieira

Detalhes – Vedação para jardim ou parque

Nº 4 – Abril

Arquitectura Portuguesa Modernizada, As Novas Instalações nas termas do Luso – Frederico Caetano de Carvalho

Nº 5 – Maio

Arquitectura Portuguesa Moderna, Palacete Augusto Figueiredo – Eduardo Alves

Nº 6 – Junho

Arquitectura portuguesa Tradicional, Casa Januário Alves da Silva – Tertuliano de Lacerda Marques

Nº 7 – Julho

Arquitectura Portuguesa Tradicional, Casa Júlio de Macedo – Tertuliano de Lacerda Marques

Detalhes de construção

Nº 8 – Agosto

Arquitectura de Estilização Gótica, Novo quartel da Guarda Republicana – Alfredo d'Assunção Santos

Detalhes de construção

Nº 9 – Setembro

Arquitectura portuguesa modernizada, Casa Amadeu de Almeida – Deolindo Pereira Leite Vieira

Detalhes de construção – Serralharia artística – Uma porta de ferro

Nº 10 – Outubro

Arquitectura Tradicional portuguesa, Casa de Estilização Nacional – Tertuliano de Lacerda Marques

Detalhes de construção – Serralharia artística

Nº 11 – Novembro

Arquitectura Tradicional portuguesa, Uma casa de estilização nacional – Frederico de Carvalho

Exposição de mobiliário artístico

Detalhes de construção – Serralharia artística

Nº 12 – Dezembro

Arquitectura Tradicional Portuguesa, Uma casa de estilização nacional – Cipriano Rodrigues Maia

Uma exposição de arquitectura na cidade de Leiria

Detalhes de construção – Serralharia artística

1922

Nº 1 – Janeiro

Palacete na Rua duque de Palmela – Silva Júnior

Nº 2 – Fevereiro

Nº 3 – Março

Nº 4 – Abril

Nº 5 – Maio

Nº 6 – Junho

Nº 7 – Julho

Nº 8 – Agosto

Nº 9 – Setembro

Nº 10 – Outubro

Nº 11 – Novembro

Nº 12 – Dezembro

1923

Nº 1 – Janeiro

Nº 2 – Fevereiro

Nº 3 – Março

Nº 4 – Abril

Nº 5 – Maio

Nº 6 – Junho

Nº 7 – Julho

Nº 8 – Agosto

Nº 9 – Setembro

Nº 10 – Outubro

Nº 11 – Novembro

Nº 12 – Dezembro

1924

Nº 1 – Janeiro

Nº 2 – Fevereiro

Nº 3 – Março

Nº 4 – Abril

Nº 5 – Maio

Nº 6 – Junho

Nº 7 – Julho

Nº 8 – Agosto

Nº 9 – Setembro

Nº 10 – Outubro

Nº 11 – Novembro

Nº 12 – Dezembro

1925

Nº 1 – Janeiro

Nº 2 – Fevereiro

Nº 3 – Março

Nº 4 – Abril

Nº 5 – Maio

A3. 10

Nº 6 – Junho

Nº 7 – Julho

Nº 8 – Agosto

Nº 9 – Setembro

Nº 10 – Outubro

Nº 11 – Novembro

Nº 12 – Dezembro

1926 - Anno XIX

Nº 1 – Janeiro

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Faculdade de Medicina do Porto (Biomédicas)

Casa Fernando de Souza Brandão

Casa Jaime de Andrade Vilares

Casa do Comendador António Pereira Inácio

Rogério de Azevedo

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria Artística

Serralharia artística

Nº 2 – Fevereiro

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Instituto dos pupilos do Exercito

Casa Francisco Romano, Beja

Amílcar Pinto e Frederico de Carvalho

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria Artística

Serralharia artística

Marcenaria e carpintaria artística

Nº 3 – Março

Arquitectura Portuguesa Moderna

Casa Pedro Félix Machado – António Rodrigues da Silva Júnior (referido como arquitecto e engenheiro)

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria Artística

Serralharia artística

Nº 4 – Abril

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Escola primária Águas Santas – José Ferreira Peneda

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria Artística

Serralharia artística

Nº 5 – Maio

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Casa António Cordeiro Gomes de Abreu – Tertuliano de Lacerda Marques

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria Artística

Serralharia artística

Bibliografia

Nº 6 – Junho

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Casa António Cordeiro Gomes de Abreu – Tertuliano de Lacerda Marques

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria Artística

Serralharia artística

Marcenaria e carpintaria artística

Nº 7 – Julho

Arquitectura Regionalista

Casa António da Costa Ferreiro Lemos Júnior – Abel Gouvêa Neves

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria Artística

Serralharia artística

Nº 8 – Agosto

Arquitectura Regionalista

Casa António da Costa Ferreiro Lemos Júnior – Abel Gouvêa Neves

Nº 9 – Setembro

Arquitectura Tradicionalista Portuguesa

Casa Belarmino Ferreira da Cruz – Amândio Duarte Pinto (engenheiro auxiliar)

(Rua Costa Cabral e Júlio de Matos)

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria artística

Serralharia artística

Nº 10 – Outubro

Arquitectura Portuguesa Moderna

Casa Augusto Rebelo Arruda – António Rodrigues da Silva Júnior

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria artística

Serralharia artística

Nº 11 – Novembro

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Escola dos Pupilos do Exercito de Terra e Mar – Frederico de Carvalho

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Serralharia artística

Nº 12 – Dezembro

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Projecto de 10 habitações – José Ferreira Peneda

A Arquitectura em Portugal – Viana do Alentejo

Cantaria artística

Serralharia artística

1927 – Anno XX

Nº 1 – Janeiro

Nº 2 – Fevereiro

Nº 3 – Março

Nº 4 – Abril

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior

Nº 5 – Maio

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior

Nº 6 – Junho

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior

Nº 7 – Julho

O Beton Armado e os Estilos 2

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior

Nº 8 – Agosto

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior

Nº 9 – Setembro

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior

Uma Igreja em Beton armado

Nº 10 – Outubro

Palacete Moderno em Beton armado

Nº 11 – Novembro **A3.11**

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior

Nº 12 – Dezembro

Um Jazigo em cimento armado

1928 – Anno XXI

Nº 1 – Janeiro

Harmonia das proporções na arquitectura relacionada com a música – Silva Júnior,

Uma escola primária em Betão armado para uma Vila

Nº 2 – Fevereiro

Nº 3 – Março

Morte de Nuno Collares

Casa de habitação para uma cidade moderna – José Carlos Sellerier

Nº 4 – Abril

Nº 5 – Maio

Arquitectura no estrangeiro

Nº 6 – Junho

Arquitectura Moderna

Construção mista de alvenaria e beton armado

Arquitectura no estrangeiro

Nº 7 – Julho

Nº 8 – Agosto

Nº 9 – Setembro

Casa de habitação própria – José Carlos Sellerier

Nº 10 – Outubro

Nº 11 – Novembro

Exposição internacional de Barcelona 1929

Nº 12 – Dezembro

(mudança de papel, número de páginas e inclusão de gravuras a cores)

Barcelona 1929

Pelo estrangeiro

Foreign section

1929 – Anno XXII

Nº 1 – Janeiro

Barcelona 1929

A3. 12 *Secção técnica – resistência de materiais*

Pelo estrangeiro

Foreign section

Nº 2 – Fevereiro

Barcelona 1929

Casas de rendimento

Resistência dos Materiais

Foreign section

Nº 3 – Março

Resistência de materiais

Projecto de um jazigo em betão armado

Foreign section

Nº 4 – Abril

Projecto de Silva Júnior

Resistência de materiais

Nº 5 – Maio

Problemas imperantes na construção – o pesadelo da humidade

Nº 6 – Junho

Projecto de Silva Júnior

As construções do Futuro

Cavalariças

Problemas imperantes na construção – o pesadelo da humidade

Nº 7 – Julho

Problemas imperantes na construção – o pesadelo da humidade

A cal na construção

Escada em ferro

Nº 8 – Agosto

Secção técnica

Estação biológica para depuração de esgotos

Nº 9 – Setembro

Estação biológica para depuração de esgotos

Arquitectura Luminosa

Nº 10 – Outubro

Projecto de uma vivenda moderna

Interior de uma casa moderna

Instalação biologia

Casa com o primeiro andar suspenso

Nº 11 – Novembro

Projecto de uma casa moderna

Esgotos

Nº 12 – Dezembro

Secção técnica

1930

Nº 1 – Janeiro

Progressos na construção civil

Secção técnica

Nº 2 – Fevereiro

Betão armado

Nº 3 – Março

Nº 4 – Abril

Cimento magnésio

Betão armado

Um novo material na construção

Nº 5 – Maio

Nº 6 – Junho

Nº 7 – Julho

Nº 8 – Agosto

Morte José Alexandre Soares

Nº 9 – Setembro

Delfim Ribeiro de Oliveira

Nº 10 – Outubro

Nº 11 – Novembro

Posto de despacho aduaneiro em beton armado

Nº 12 – Dezembro

Interior de uma casa moderna

Índice geral

1931

Nº 1 – Janeiro

Nº 2 – Fevereiro

Uma habitação moderna

Nº 3 – Março

Uma moradia própria em dois andares

Nº 4 – Abril

Nº 5 – Maio

Nº 6 – Junho

João Dias Cardoso Júnior

Nº 7 – Julho

Ponte sobre o Rio Zêzere

Nº 8 – Agosto

Os arranha-céus do rio de Janeiro – sua construção

Nº 9 – Setembro

Os arranha-céus do rio de Janeiro – sua construção

Nº 10 – Outubro

Os arranha-céus do rio de Janeiro – sua construção

Defesa das superfícies de cimento dos pisos

Nº 11 – Novembro

Os arranha-céus do Rio de Janeiro – sua construção

Nº 12 – Dezembro

Os arranha-céus do rio de Janeiro – sua construção

Índice

1932

Nº 1 – Janeiro

Casa moderna – Sellerier

Nº 2 – Fevereiro

Os arranha-céus do Rio de Janeiro – sua construção

Nº 3 – Março

Casa moderna – Sellerier

Fossas sépticas

Casa a ser edificada nos Açores

Nº 4 – Abril

Projecto de uma casa de habitação própria em construção na Avenida da Praia da Vitória – Lisboa – Silva Júnior

Projecto de uma casa para ser edificada nos Açores

Nº 5 – Maio

O sol aos domicílios

Nº 6 – Junho

Nº 7 – Julho

Nº 8 – Agosto

Nº 9 – Setembro

Nº 10 – Outubro

Emprego do vidro na construção dos museus

Nº 11 –Novembro

Depósito de material marítimo

Nº 12 – Dezembro

Índice

A3.13

1933

Nº 1 – Janeiro

Cerâmica e edificação

Emprego do Quartzo fundido na luta contra os incêndios

Nº 2 – Fevereiro

Projecto de uma Igreja – José Ângelo Cottinelli Telmo

Nº 3 – Março

Esgotos

Nº 4 – Abril

Garage Estoril Norte Júnior

Casa Torniquete

A estação do Rossio

Método inglês de construção "Forms"

Nº 5 – Maio

Nº 6 – Junho

A arquitectura moderna

Nº 7 – Julho

A arquitectura moderna

Congresso de arquitectura moderna de Atenas

O alumínio e a arquitectura moderna

Construções em séries

Nº 8 e 9 – Agosto e Setembro

Coimbra C – fundações

A arquitectura moderna

Casa para um desportista moderno

Casa sem caixilhos

Jardins suspensos

Nº 10 – Outubro

Uma casa em estilo modernista

A casa de amanhã

As cores na arquitectura moderna

Nº 11 – Novembro

Metais inoxidáveis

Estação do carregado (betão armado)

Nº 12 – Dezembro

Plano da rede de esgotos da cidade de Leiria

Construções modernas em Casablanca

A3. 14

1934

Nº 1 – Janeiro

Uma casa subterrânea

Perigos de incêndio nos grandes armazéns

Nº 2 – Fevereiro

Detalhe de caixilho

Perigos de incêndio nos grandes armazéns

Materiais de construção

Nº 3 – Março

Prédio de rendimento em Loulé – Silva Júnior (beton)

Novo método de limpeza de louças de barro

Detalhes de caixilharias

Secção de consultas técnicas

Nº 4 – Abril

Uma casa moderna

Casa – Silva Júnior

O aço reagindo contra o beton armado

Nº 5 – Maio

Silva Júnior

Consultas técnicas

Nº 6 – Junho

Consultas Técnicas

Bibliografia

Enxertos modernistas

Nº 7 – Julho

Consultas Técnicas

Habitação – Silva Júnior

Nº 8 e 9 – Agosto e Setembro

Casa de campo

Moradia

Consultas técnicas

Nº 10 e 11 – Outubro e Novembro

Celeiro

Consultas técnicas

Os progressos das construções urbanas no estrangeiro

Grupo de habitações baratas

Nº 12 – Dezembro

Consultas técnicas

1935

Nº 1 – Janeiro

Nº 2 – Fevereiro

Nº 3 – Março

Nº 1 – Abril

Mudança: A arquitectura portuguesa e a cerâmica e edificação (reunidas)

Secadores e fornos modernos

Secção Jurídica

Consultas técnicas

Recomendações

Nº 2 – Maio

O problema da impermeabilização

A cor em cerâmica,

Reclame flintkote

Uma escada moderna

A nova igreja de S, Julião

Novo quartel de bombeiros de Coimbra

Os novos materiais de construção

Secção Jurídica

Nº 3 – Junho

Uma casa moderna de habitação

Bases de preços de materiais de construção

O aquecimento das habitações

Ecos, notas e comentários

Nº 4 – Julho

A moradia de um construtor,

Processo moderno de construir

Ecos, notas e comentários

O ataque das águas do mar às Obras construídas em betão armado

Um magnífico prédio de rendimento

O emprego de materiais estrangeiros nas obras do estado

Betão armado

Nº 5 – Agosto

Uma nova fábrica de cerâmica

Ecos, notas e comentários

Betão armado

Nº 6 – Setembro

Novos materiais - Caixilharia metálica

Ecos, notas e comentários

Betão armado

Preços

Nº 7 – Outubro

Casa – Silva Júnior

Betão armado,

Gruas

Para raios

Preços

O cinema de Ponte de Sor

Nº 8 – Novembro

Prédio de rendimento

Ecos, notas e comentários

Betão armado

Nº 9 – Dezembro

Betão armado

Novo regulamento sobre o betão (notícia)

A classificação da cerâmica

Betão armado

Residência

Preços

1936

Nº 10 – Janeiro

Betão armado

Nº 11 – Fevereiro

Porcelanas para electricidade

Um prédio de rendimento

Ecos e comentários

Secção jurídica

Coberturas em terraço

Nº 12 – Março

A caixilharia de madeira e a humidade

Ecos...

Preços

Silva Júnior

Consultas técnicas

A telha de canudo

Nº 13 e 14- Abril e Maio

Cinema batalha – João Queiroz,

O tijolo, material nobre

Secção jurídica

Pavimentos ocos de betão armado

Preços

Prédio de rendimento

Casas económicas

Prédio na Av. Marechal Gomes da Costa, Porto

A nossa casa

O problema dos edifícios públicos

As aspirações do Porto

A cerâmica e a higiene

O progresso da nossa indústria

Uma casa de rendimento

Nº 15 – Junho

O Éden teatro

Ecos

Esgotos

Nº 16 – Julho

A3.15

Aproveitamento de vigas

Remoção dos lixos

Ecos

Construtores, suas habilitações

Estores

Nº 17 – Agosto

Betão armado

Ecos

Esgoto

O problema da habitação

Nº 18 – Setembro

Anuncio

Esgotos

Nº 19 – Outubro

Traçado de vias

Ecos

A permeabilidade do tijolo

A3. 16 *Prédio de rendimento – Cassiano Branco*

Sondagens para construção

Nº 20 – Novembro

A telha de escama

Ecos

Prédio de rendimento

Betão armado

Nº 21 – Dezembro

Casa de habitação

Ecos

Permeabilidade de tijolos

Um prédio Notável

Arquitectura de hoje pelo estrangeiro

1937

Nº 22 – Janeiro

Condicionamento industrial – indústria cerâmica

Do cruzamento das ruas

O pavilhão de Portugal em Paris

Um pavilhão para sede de um clube de aviação civil

Nº 23 – Fevereiro

O rendimento dos fornos cerâmicos

A moradia de um construtor – João Simões

Divisão por pavimentos

Ecos

Nº 24 – Março

Ecos...

"O tijolo e a imprensa"

Juncal e a sua cerâmica

Ateneu Olímpico

Nº 25 – Abril

Um caso mais complicado de peça pendurada

Filial da Caixa Geral de depósitos – João Simões

Uma boa jornada corporativa

Publicações com as quais permutamos

Nº 26 – Maio

Ecos – Casas comerciais centenárias – homenagem da Associação comercial de Lisboa – Procurar na imprensa escrita de Abril, Maio, referências ao facto

Moradia nos arrabaldes de Lisboa – Silva Júnior

Registos de papel para fornos contínuos

Grémio Técnico Português

Uma moradia Portuguesa – João Queiroz

Nº 27 – Junho

O bom gosto na arquitectura - por Gonçalo de Melo Breyner

Cassiano Branco

Plano da Costa da Caparica

Éden teatro

Teatro Passos Manuel (coliseu)

Vitória hotel em Lisboa

Nº 28 – Julho

João Simões

Filial da Caixa Geral de Depósitos de Portalegre

Igreja para as Missões Franciscanas em Bissau

Nº 29 – Agosto

Tijolos Isotérmicos para cimento armado

Raul Pedro Martins

Teatro Micaelense – Ponta Delgada

A luta na casa contra as invasões microbianas pelos produtos cerâmicos vitrificados

Construtores – suas habilitações

Nº 30 – Setembro

Raul Pedro Martins – Caixa Geral de Depósitos, Santarém

Um assunto grave

O emprego de tijolos isoladores em pavimentos de cimento armado

Projectos estrangeiros de cadernos de encargos relativos a telhas.

Nº 31 – Outubro

Notícia da Morte de Silva Júnior

Figueira da Foz – tese de João faria da Costa

Nº 32 – Novembro

O perigo dos tremores de terra em Portugal – Cassiano Branco

Nº 33 – Dezembro

Um homem de acção - Editorial fala de Duarte Pacheco

Veloso Reis Camelo

1938

Nº 34 – Janeiro

Veloso Reis Camelo

Bairro económico em Setúbal

Casa para Professores

Casino da Povoa do Varzim

Uma casa à beira mar

Ecos Glass in architecture and decoration

O isolamento do som nos edifícios

Casas económicas. Legislação

Isolamento térmico interno dos fornos de tijolo e telha

Nº 35 – Fevereiro

Novos materiais cerâmicos no Canadá

João Simões – Estabelecimentos remodelados

Veloso Reis Camelo – Uma interessante moradia

Ecos ...

Desistência

O isolamento do som nos edifícios

Tubos para drenagem

O petróleo artificial e a cerâmica

Nº 36 – Março

Escadas de betão armado em caracol

Referência ao semanário "Fradique" – procurar para ver o tipo de notícias

Tijolos isoladores

As diatomites da Argélia

Nº 37 – Abril

Ecos... "arranha-céus "

Arquitectura de hoje pelo estrangeiro – casa da cascata

Tubos para drenagem

Publicações com as quais temos permuta ...

Nº 38 – Maio

Cassiano Branco

Grande hotel do Luso

Prédio de rendimento – Av. António Augusto de Aguiar

Moradias modernas

Flexão simples das vigas rectangulares

Betão Armado

Tubos para drenagem

Nº 39 – Junho

A3.17

Cassiano Branco

Jorge Segurado

Emissora Nacional

Betão armado

Nº 40 – Julho

Fábrica de conservas – Matosinhos – avenida da República com rua Alves da Veiga, e rua João Chagas

Betão Armado

Nº 41 – Agosto

Mercado Municipal Coimbra – António Varela

Betão armado

Ecos ....

Pedreiras

Casas económicas

Nº 42 – Setembro

Mercado Municipal – Lourinhã

Casas económicas

A acústica nas salas de espectáculo

Bicentenário de uma Fabrica – Cerâmica de Massarelos

Nº 43 – Outubro

Uma Garage e um prédio de rendimento

A igreja nossa senhora de Fátima – Pardal Monteiro

Nº 44 – Novembro

Grémio das indústrias cerâmicas

Emprego dos tijolos isoladores

Nº 45 – Dezembro

Ecos... Tragédia no Tejo

Emprego dos tijolos isoladores

1939

Nº 46 – Janeiro

Teatro Rosa Damasceno – Santarém

Nº 47 – Fevereiro

Cassiano Branco – alguns trabalhos

Nº 48 – Março

Cassiano Branco

Emprego de tijolos isoladores

Nº 49 – Abril

Pavilhão de Portugal – Jorge Segurado

A3. 18

Liceu Dona Filipa de Lencastre – Jorge Segurado

O grés – classificação e fabrico

Nº 50 – Maio

A construção moderna e o papel do higienista

Nº 51 – Junho

O palácio montecatini

Considerações gerais sobre tijolos refractários e manilhas

O emprego de tijolos isoladores

Nº 52 – Julho

Exposição do mundo Português

Ecos ...

Eng. Raul Pires Ferreira Chaves

Considerações gerais sobre tijolos refractários e manilhas

Nº 53 – Agosto

Defesa Passiva (abrigos ...)

A arquitectura do automóvel

Nº 54 – Setembro

Defesa passiva

Caldeiras

Experiências com o fim de descobrir um agregado cerâmico colorido para o betão decorativo

Nº 55 – Outubro

Um abrigo no seu jardim – trincheiras

Nº 56 – Novembro

Pousadas de turismo

Evolução técnica dos refractários

Nº 57 – Dezembro

A cidade das crianças (Portugal dos pequeninos)

1940

Nº 58 – Janeiro

Uma casa para campismo

Exposição do mundo português - imagens das obras

Prémio Philips para arquitectos – alguns detalhes de iluminação

Nº 59 – Fevereiro

Iluminação do grande átrio do aeroporto de Bourget – Paris

Cidade moderna – como se desenvolve a nossa capital

Escola maternal de ar livre

Nº 60 – Março

Ainda sobre os tijolos isotérmicos para as lajes de betão armado

Nº 61 – Abril

A habitação em terras de África

O novo cinema Cinearte

Nº 62 – Maio

Nº 63 – Junho

Museus de arte moderna - iluminação

Nº 64 – Julho

Iluminação

Nº 65 – Agosto

Nº 66 – Setembro

Da propagação das ondas em diferentes meios

Nº 67 – Outubro – Número especial

Exposição do mundo Português

Nº 68 – Novembro

Detalhes de construção

Nº 69 – Dezembro

1941

Nº 70 – Janeiro

Pormenor de iluminação de piscina

O laboratórios de investigação ma engenharia moderna

Nº 71 – Fevereiro

O teorema de Tchebichef e os ensaios mecânicos dos materiais de construção

Prédio em Lisboa com estrutura metálica

Ferro e aço

A electricidade na construção

Problemas da habitação

Nº 72 – Março

Urbanismo

A casa electrificada

Nº 73 – Abril

O som na exposição do mundo português

Nº 74 – Maio

Ecos ... janelas

Nº 75 – Junho

Liceus do Portugal de hoje

Uma casa electrificada

Nº 76 – Julho

Prédio – Arq.ª Francisca F. da Rocha (nota minha: primeiro projecto de uma mulher que é publicado)

Uma casa electrificada

Nº 77 – Agosto

Organização científica do trabalho no fabrico de telha e de tijolo

Algumas observações sobre janelas

Nº 78 – Setembro

Organização científica do trabalho no fabrico de telha e de tijolo

Substituição do aquecimento por combustão pelo aquecimento eléctrico durante a guerra

Nº 79 – Outubro

Construções económicas

Nº 80 – Novembro

Grupo de estudantes de Belas Artes do Porto

Ecos...

Coberturas

Nº 81 – Dezembro

Novo mercado Municipal do Funchal – Edmundo Tavares

As construções de Betão armado e o Fogo

1942

Nº 82 – Janeiro

Cálculo estático com modelos elásticos

Nº 83 – Fevereiro

O mercado de Arroios (estrutura em BA)

Nº 84 – Março

Uma casa em torres novas – João Simões

As possibilidades do Gás fabricado com madeira

Nº 85 – Abril

Remodelação do edifício da Caixa Geral de Depósitos – Porto – João Simões

Nº 86 – Maio

Nº 87 – Junho

Moradia em Lisboa – Cassiano Branco

A construção das escolas primárias

A primeira arquitecta portuguesa

Nº 88 – Julho

A3.19

Pousadas

O condicionamento de ar

A construção das escolas primárias

Nº 89 – Agosto

Os novos liceus

Arquitectos e engenheiros

Nº 90 – Setembro

Edmundo Tavares – algumas obras

Nº 91 – Outubro

Pormenores de construção

Nº 92 – Novembro

Pormenores de construção

A electricidade na arquitectura

Nº 93 – Dezembro

Um bairro de residências – João Simões

1943

1944

1945

Nº 118 – Janeiro

Uma casa de montanha – pormenores construtivos

Ensaios gerais de som

Cálculo de muros de Presa com contrafortes exteriores

Junta nacional da cortiça

Nº 119 – Fevereiro

Nº 120 – Março

Publicado o projecto de licenciatura da primeira arquitecta Portuguesa

Nº 121 – Abril

Arquitectura e técnica

Nº 122 – Maio

O Problema hidroeléctrico nacional

Mercado de Alijo – Cassiano Barbosa

Nº 123 – Junho

A apresentação e duração dos tijolos

Nº 124 – Julho

Porquê isolamentos à base de cortiça

Nº 125 – Agosto

Pousadas Portuguesas

Um novo material: A "fusée" cerâmica

Nº 126 – Setembro

Nº 127 – Outubro

Sanatório das Penhas da Saúde

Linóleos

Inovações na reconstrução de Londres

Nº 128 – Novembro

Uma aplicação dum tipo especial de pórtico simples – por Edgar Cardoso

Lista de publicações

Nº 129 – Dezembro

Hotel garantia em Famalicão

Ao redor da técnica

O isolamento térmico da construção Urbana

1946

Nº 130 – Janeiro

Uma moradia na encosta da ajuda – Raul Tojal

O isolamento térmico da construção urbana

Nº 132 – Fevereiro

Prédio de rendimento – António Pedroso

Concurso de anteprojectos – Barcelona – Sola Morales

Nº 132 – Março

Novas moradias

Nº 133 – Abril

Alameda D. Afonso Henriques – Vários arquitectos

Museu Guggenheim – FLW

Nº 134 – Maio

Duas moradias

Quatro moradias do Estoril

Problemas da Formação e da actividade dos engenheiros - Teixeira Duarte

Nº 135 – Junho

Uma igreja em Sesimbra

Um novo material isolante para trabalhos de construção civil

Nº 136 – Julho

Postos de auxílio nas estradas

Prémio Municipal de Arquitectura

Iluminação

Nº 137 – Agosto

Iluminação – uma sala de aula modelo

Nº 138 – Setembro

Hospitais Suíços

Nº 139 – Outubro

Nº 140 – Novembro

Problemas actuais da reconstrução

Nº 141 – Dezembro

A técnica – o seu progresso e ensino

Documento nº 3.A.2.Construção Moderna

Apesar da ideia inicial de incluir aqui os índices elaborados aquando a consulta da revista A Construção moderna, verificou-se que a Tese de Mestrado "*A Construção Moderna e a cultura arquitectónica no início do novecentos em Portugal*" (Nunes, 2000), já fazia a sua inclusão como anexo pelo que optamos para remeter para a mesma em vez de sobrecarregar este apêndice.

Entretanto, o programa de investigação, Arquitecturas de Papel (FAUTL, [20--]) está a disponibilizar na internet a digitalização da revista, nesta altura apenas centrada nos projectos publicados, mas quem sabe, se com o tempo, não alargando esse âmbito a todos os artigos.

3.B.Lista de Arquitectos

Listagens de informação vária sobre arquitectos que desenvolvem essencialmente a sua actividade na zona Norte e particularmente no Porto. Estas listagens são pontos no percurso, principalmente a referente à listagem de obras por arquitecto.

Incidiu-se essencialmente nos arquitectos com actividade menos recente, pelo facto de essa informação ser mais difícil de coligir, e ser mais operativa para trabalhos de terceiros. Tal como se referia no corpo da tese, quando se referenciavam fontes possíveis para a história da construção, esta tese, ao assumir-se como um CONTRIBUTO para a história da construção, disponibiliza mais material do que aquele que efectivamente consegue tratar. Risco assumido e aceite.

Documento nº 3.B.1.Inscrições de Técnicos na CMPorto, década de quarenta

Lista de técnicos inscritos na Câmara Municipal do Porto, durante a década de quarenta, mais rigorosamente a partir de Agosto de 1941, resultado da alteração que implicou novas inscrições de todos os técnicos. A listagem é nominal para Arquitectos e Engenheiros, e refere apenas quantidades, no caso dos mestres-de-obras ou dos condutores de obras públicas.

Tabela 2.4: Lista de Arquitectos e Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por anos)

CODARQ[a]	Processo	Título	Nome	Notas[b]
1941				
241	5	Arq.	António Ferreira da Silva Janeira	R
242	8	Arq.	Homero Ferreira Dias	R
243	9	Arq.	Mário Augusto Ferreira de Abreu	R
244	10	Arq.	Aucíndio Ferreira dos Santos	R
245	12	Arq.	Manuel da Silva Passos Júnior	R
246	16	Arq.	Mário Carlos Barbosa Ferreira	R
247	17	Arq.	José Ferreira Peneda	R
248	22	Arq.	António Peres Dias Guimarães	R
249	23	Arq.	Júlio José de Brito	R
250	24	Arq.	Rogério Santos Azevedo	R
251	25	Arq.	João Marcelino Queiroz	R
252	26	Arq.	Manuel Amoroso Matos Lopes	R

Tabela 2.4: Lista de Arquitectos e Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por anos) (Cont.)

CODARQ	Processo	Título	Nome	Notas
253	32	Arq.	António Maria Cândido de Brito	R
254	33	Arq.	Manuel Marques	
255	44	Arq.	Alberto da Silva Bessa	
256	53	Arq.	Januário Godinho de Almeida	
257	57	Arq.	Renato de Vieira Alvares Montes	R
258	58	Arq.	António Júlio Teixeira Lopes	R
	1	Eng.	Artur António Domingues Syckes do Santos	
	2	Eng.	António Pinheiro Magalhães Júnior	
	4	Eng.	António Alla	
	21	Eng.	José Augusto Rodrigues Praça	
	27	Eng.	António Augusto Guimarães Teixeira Rego	
	28	Eng.	Jofre António Justino	
	34	Eng.	Joaquim Augusto Ribeiro Sarmento	
	36	Eng.	Joaquim Oliveira Ribeiro Alegre	
	37	Eng.	José Joaquim Ferreira da Silva	
	41	Eng.	Francisco Nicolau de Sousa Dias Goulão	
	42	Eng.	Jorge Manuel Viana	
	46	Eng.	Cristino Jorge de Lima	
	47	Eng.	João Fernando Machado Gouveia	
	52	Eng.	Francisco de Brito Limpo de Faria	
	29	Eng. Auxiliar	Amândio Teixeira Pinto	
	30	Eng. Auxiliar	Joaquim Mendes Jorge	
1942				
259	63	Arq.	António Fortunato de Matos Cabral	
260	66	Arq.	João Pereira Braga	
	61	Eng.	Francisco Jacinto Sarmento Correia de Araújo	
	64	Eng.	Fernando Moreira de Sá	
	67	Eng.	Jaime Pereira Gomes	
	68	Eng.	Henrique Manuel Faberes dos Santos Leite	
	71	Eng.	Jaime Nogueira de Oliveira	
	74	Eng.	Raul Lima Ayres	
	75	Eng.	Afonso Fernandes da Silva Proença	
	76	Eng.	Adolf Spitz	
	77	Eng.	Carlos António Corte Real	
	79	Eng.	Alfredo António Pino	
1943				
261	81	Arq.	Fernando de Sá e Santos Ferreira	

A3. 24

Tabela 2.4: Lista de Arquitectos e Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por anos) (Cont.)

CODARQ	Processo	Título	Nome	Notas
262	84	Arq.	José Fernandes da Silva	R
263	85	Arq.	Francisco Fernandes da Silva Granja	
305	87	Arq.	Alberto Fernandes Gomes	R
265	89	Arq.	António Domingues da Silva	
266	94	Arq.	José Dias Moreira Júnior	
267	97	Arq.	Alfredo Evangelista Viana de Lima	
268	98	Arq.	José Marques da Silva	R
	80	Eng.	José dos Reis Gonçalves	
	82	Eng.	Abel Alegria Martins	
	86	Eng.	Bernardino de Barros Machado	
	88	Eng.	Lourival de Ferreira Vilela	
	96	Eng.	António Bonfim Barreiros	
1944				
269	7	Arq.	Celestino Pereira Leite	
229	17	Arq.	Porfírio Pardal Monteiro	
270	20	Arq.	Cassiano Barbosa de Abreu e Lima Lopes Rodrigues	
271	23	Arq.	Raul Rodrigues Lima	A3.25
	2	Eng.	Manuel Pimentel Pereira dos Santos	
	3	Eng.	Naturcilio Pinto Ribeiro da Costa Alves	
	6	Eng.	Vasco Rebelo Valente Pereira Cabral	
	8	Eng.	José Formigal Ferreira Lopes	
	9	Eng.	António Alves de Sousa	
	12	Eng.	José de Paiva Simões Pereira	
	13	Eng.	Manuel Rodrigues de Miranda	
	16	Eng.	César Augusto Ferreira de Miranda Montenegro	
	18	Eng.	Manuel Lopes de Amorim	
	19	Eng.	Manuel Eduardo Coimbra Sousa	
	21	Eng.	Vitor Santos Almeida	
	22	Eng.	Mário José Filgueiras	
	24	Eng.	Ângelo Ramalheira	
	25	Eng.	Joaquim António da Silva Carvalho	
	1	Eng. Industrial	Seraphim Lainho Alvares Barbosa	
1945				
272	11	Arq.	José Maria Moura da Costa	
299	16	Arq.	Maria José Marques da Silva Martins	
274	17	Arq.	Raul Pinto da Fonseca Leitão	
	2	Eng.	Joaquim Vaz	

Tabela 2.4: Lista de Arquitectos e Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por anos) (Cont.)

CODARQ	Processo	Título	Nome	Notas
	4	Eng.	António Sebastião da Nóbrega Canelas	
	7	Eng.	António de Serpa Pinto Monteiro	
	8	Eng.	José Hermógenes Barbosa e Silva	
	12	Eng.	Jaime Eurico Pereira Guedes	
	13	Eng.	Luiz Coelho da Fonseca Magalhães	
	14	Eng.	Edgard Maria da Silva Antunes de Oliveira	
	15	Eng.	Armando Carlos Ferreira	
1946				
275	3	Arq.	José António Martins de Sequeira Braga	
276	4	Arq.	Agostinho Ferreira de Almeida	
277	11	Arq.	José da Cruz Lima	
278	17	Arq.	Fernando Manuel Correia da Silva da Cunha Leão	
279	18	Arq.	Carlos Rebelo de Andrade	
280	19	Arq.	José Vieira de Oliveira	
281	22	Arq.	Germano de Castro Sousa Pinheiro	
282	25	Arq.	Fernando de Sousa Oliveira Mendes de Nápoles Tudela	
283	26	Arq.	Manuel Paulo Ferreira Lima Teixeira Pinto de Magalhães	
284	31	Arq.	José Alexandre Gomes Bastos	
	5	Eng.	António Marques de Sá Couto	
	6	Eng.	Virgílio Joaquim Tavares Aguiar	
	8	Eng.	Wilson Tavares Martins	
	9	Eng.	Reinaldo Gouveia Saraiva de Castilho	
	12	Eng.	António Gaspar Teixeira	
	13	Eng.	José Guedes da Silva Barbosa	
	14	Eng.	Artur Augusto Lopes	
	21	Eng.	Manuel Lima Fernandes de Sá	
	27	Eng.	Joaquim Campos dos Santos Viseu	
	29	Eng.	António Jorge de Oliveira Maia	
	30	Eng.	José Augusto Teixeira	
	32	Eng.	António Vieira de Sousa	
	33	Eng.	José de Castro Monteiro Portocarrero	
	34	Eng.	José Bernardo Martins de Magalhães	
1947				
292	16	Arq.	Carlos Henrique da Silva Neves	
306	19	Arq.	Francisco Oldemiro Novais dos Santos de Freitas Carneiro	
307	20	Arq.	Bruno Alves Reis	
223	23	Arq.	Arménio Taveira Losa	

A3. 26

Tabela 2.4: Lista de Arquitectos e Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por anos) (Cont.)

CODARQ	Processo	Título	Nome	Notas
	1	Eng.	António Emídio Pereira Quelhas da Silva	
	2	Eng.	Bernardo Ferrão	
	3	Eng.	João Ribeiro Gonçalves	
	4	Eng.	Abel José Leite Ferreira Barbiza	
	6	Eng.	Luiz de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto	
	7	Eng.	Manuel Francisco de Miranda Castro Antunes Guimarães	
	8	Eng.	Orlando Fernandes Pinto Pais	
	9	Eng.	António Augusto da Cruz	
	10	Eng.	Armando dos Santos Paupério	
	11	Eng.	Basílio Pinto Fernandes Jorge	
	12	Eng.	Ruy António Marinho de Almeida Sampaio e Melo	
	13	Eng.	Manuel Ramos Aires Pereira	
	15	Eng.	Júlio Freire Themudo Barata	
	17	Eng.	Manuel Barbedo de Magalhães	
	18	Eng.	Manuel Evangelista Rodrigues	
	22	Eng.	Luiz Liebknekt Rodrigues dos Santos	
1948				A3.27
303	6	Arq.	Eugénio Gouveia Alves de Sousa	
294	8	Arq.	Luiz de Magalhães Coutinho Guedes	
291	16	Arq.	Mário Fernando da Silva Teixeira	
300	19	Arq.	Amândio Pinto Marcelino	
296	24	Arq.	António Guilherme de Matos Veloso	
297	27	Arq.	Francisco de Oliveira Ferreira	
	2	Eng.	Jorge Alberto Delgado de Oliveira	
	3	Eng.	António Augusto dos Santos Soares	
	7	Eng.	Armindo Cândido Santos de Almeida	
	9	Eng.	Rufino Manuel Ferreira de Castro	
	10	Eng.	César Máximo	
	11	Eng.	Agostinho Alberto Santos de Almeida	
	14	Eng.	António Agnelo Teixeira Barbosa	
	20	Eng.	José Ferreira Várzea	
	21	Eng.	José Fernandes de Barros Júnior	
	25	Eng.	Francisco Fernando Moutinho dos Santos	
	26	Eng.	Ruy Maria Palermo Ferreira	
	5	Eng. Auxiliar	Joaquim Ferreira Martins	
	4	Eng. Industrial	João de Brito	

Tabela 2.4: Lista de Arquitectos e Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por anos) (Cont.)

CODARQ	Processo	Título	Nome	Notas
		1949		
285	3	Arq.	Leandro Augusto de Morais	
301	8	Arq.	Albino Luiz de Araújo Mendo	
298	11	Arq.	Delfim Fernandes de Amorim	
290	13	Arq.	Vasco Pereira de Lacerda Marques	
293	23	Arq.	João Henrique de Melo Breyner Andresen	
295	25	Arq.	João Fernando Coelho de Moura	
304	29	Arq.	Maria Stela Guedes Vaz Sant'ana	
	1	Eng.	Joaquim da Conceição Sampaio	
	6	Eng.	José dos Santos Guedes Cardoso	
	7	Eng.	Osvaldo Morgado dos Santos Silva	
	10	Eng.	Virginia de Faria Moura	
	14	Eng.	José António Ferreira Neto	
	15	Eng.	Antão de Almeida Garrett	
	17	Eng.	Artur Rocha Schiappa Monteiro de Carvalho	
	20	Eng.	Armando Maria Ribeiro Cabral de Sampaio	
	22	Eng.	António Neto da Silva	
	26	Eng.	Joaquim Lopes Vicente	
	27	Eng.	Sérgio Antonio Borges de Miranda	
	28	Eng.	Fernando Manuel de Almeida De Eça Magalhães	
	30	Eng.	Luis Eduardo Canossa Moreira	
	32	Eng.	Manuel José da Costa Pereira	
	33	Eng.	Norwaldo José Pontes Alvão Dias de Almeida	
		1950		
309	1	Arq.	Américo Augusto dos Santos Malta	
308	8	Arq.	Raul Francisco Tojal	
302	18	Arq.	Ernesto Celestino Leal	
221	27	Arq.	Agostinho Ricca Gonçalves	
	2	Eng.	José Augusto Beça de Castro Portugal	
	3	Eng.	António Pinto Almada	
	4	Eng.	Elísio Romariz dos Santos Silva	
	5	Eng.	Manuel Gomes da Costa	
	6	Eng.	Vercingetorix Francisco Fernandes Abelha	
	7	Eng.	Fernando Ferreira Bonito	
	9	Eng.	Olívio de Sousa Bento	
	12	Eng.	Diogo Manuel Pacheco de Amorim	

A3. 28

Tabela 2.4: Lista de Arquitectos e Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por anos) (Cont.)

CODARQ	Processo	Título	Nome	Notas
	13	Eng.	Jorge Abreu Teixeira	
	17	Eng.	Júlio Severiano dos Santos Barreto	
	19	Eng.	António Luiz Sobrinho Barata da Rocha	
	21	Eng.	Marcelo Henrique Moreno Ferreira	
	22	Eng.	Nuno Henrique Macieira de Vasconcelos Porto	
	23	Eng.	António Maria de Sousa	
	25	Eng.	António Casimiro Azevedo Silva	
	26	Eng.	Armando da Silva Mourão	
	16	Eng. Industrial	Vitor Nunes de Almeida Pinheiro	

a.)CODARQ - Código atribuído ao arquitecto para interligação de bases de dados.
b.)R - Mencionado explicitamente que se refere a uma reinscrição

Tabela 2.5: Lista de Arquitectos incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por nome)

A3.29

Nome	Titulo	CODARQ	Ano	Processo
Agostinho Ferreira de Almeida	Arq.	276	1946	4
Agostinho Ricca Gonçalves	Arq.	221	1950	27
Alberto da Silva Bessa	Arq.	255	1941	44
Alberto Fernandes Gomes	Arq.	305	1943	87
Albino Luiz de Araújo Mendo	Arq.	301	1949	8
Alfredo Evangelista Viana de Lima	Arq.	267	1943	97
Amândio Pinto Marcelino	Arq.	300	1948	19
Américo Augusto dos Santos Malta	Arq.	309	1950	1
António Domingues da Silva	Arq.	265	1943	89
António Ferreira da Silva Janeira	Arq.	241	1941	5
António Fortunato de Matos Cabral	Arq.	259	1942	63
António Guilherme de Matos Veloso	Arq.	296	1948	24
António Júlio Teixeira Lopes	Arq.	258	1941	58
António Maria Cândido de Brito	Arq.	253	1941	32
António Peres Dias Guimarães	Arq.	248	1941	22
Arménio Taveira Losa	Arq.	223	1947	23
Aucíndio Ferreira dos Santos	Arq.	244	1941	10
Bruno Alves Reis	Arq.	307	1947	20
Carlos Henrique da Silva Neves	Arq.	292	1947	16
Carlos Rebelo de Andrade	Arq.	279	1946	18

Tabela 2.5: Lista de Arquitectos incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por nome) (Cont.)

Nome	Titulo	CODARQ	Ano	Processo
Cassiano Barbosa de Abreu e Lima Lopes Rodrigues	Arq.	270	1944	20
Celestino Pereira Leite	Arq.	269	1944	7
Delfim Fernandes de Amorim	Arq.	298	1949	11
Ernesto Celestino Leal	Arq.	302	1950	18
Eugénio Gouveia Alves de Sousa	Arq.	303	1948	6
Fernando de Sá e Santos Ferreira	Arq.	261	1943	81
Fernando de Sousa Oliveira Mendes de Nápoles Tudela	Arq.	282	1946	25
Fernando Manuel Correia da Silva da Cunha Leão	Arq.	278	1946	17
Francisco de Oliveira Ferreira	Arq.	297	1948	27
Francisco Fernandes da Silva Granja	Arq.	263	1943	85
Francisco Oldemiro Novais dos Santos de Freitas Carneiro	Arq.	306	1947	19
Germano de Castro Sousa Pinheiro	Arq.	281	1946	22
Homero Ferreira Dias	Arq.	242	1941	8
Januário Godinho de Almeida	Arq.	256	1941	53
João Fernando Coelho de Moura	Arq.	295	1949	25
João Henrique de Melo Breyner Andresen	Arq.	293	1949	23
João Marcelino Queiroz	Arq.	251	1941	25
João Pereira Braga	Arq.	260	1942	66
José Alexandre Gomes Bastos	Arq.	284	1946	31
José António Martins de Sequeira Braga	Arq.	275	1946	3
José da Cruz Lima	Arq.	277	1946	11
José Dias Moreira Júnior	Arq.	266	1943	94
José Fernandes da Silva	Arq.	262	1943	84
José Ferreira Peneda	Arq.	247	1941	17
José Maria Moura da Costa	Arq.	272	1945	11
José Marques da Silva	Arq.	268	1943	98
José Vieira de Oliveira	Arq.	280	1946	19
Júlio José de Brito	Arq.	249	1941	23
Leandro Augusto de Morais	Arq.	285	1949	3
Luiz de Magalhães Coutinho Guedes	Arq.	294	1948	8
Manuel Amoroso Matos Lopes	Arq.	252	1941	26
Manuel Marques	Arq.	254	1941	33
Manuel da Silva Passos Júnior	Arq.	245	1941	12
Manuel Paulo Ferreira Lima Teixeira Pinto de Magalhães	Arq.	283	1946	26
Maria José Marques da Silva Martins	Arq.	299	1945	16
Maria Stela Guedes Vaz Sant'ana	Arq.	304	1949	29

A3. 30

Tabela 2.5: Lista de Arquitectos incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por nome) (Cont.)

Nome	Titulo	CODARQ	Ano	Processo
Mário Augusto Ferreira de Abreu	Arq.	243	1941	9
Mário Carlos Barbosa Ferreira	Arq.	246	1941	16
Mário Fernando da Silva Teixeira	Arq.	291	1948	16
Porfírio Pardal Monteiro	Arq.	229	1944	17
Raul Francisco Tojal	Arq.	308	1950	8
Raul Pinto da Fonseca Leitão	Arq.	274	1945	17
Raul Rodrigues Lima	Arq.	271	1944	23
Renato de Vieira Alvares Montes	Arq.	257	1941	57
Rogério Santos Azevedo	Arq.	250	1941	24
Vasco Pereira de Lacerda Marques	Arq.	290	1949	13

Tabela 2.6: Lista de Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por nome)

Nome	Titulo	Ano	Processo
Abel Alegria Martins	Eng.	1943	82
Abel José Leite Ferreira Barbiza	Eng.	1947	4
Adolf Spitz	Eng.	1942	76
Afonso Fernandes da Silva Proença	Eng.	1942	75
Agostinho Alberto Santos de Almeida	Eng.	1948	11
Alfredo António Pino	Eng.	1942	79
Amândio Teixeira Pinto	Eng. Auxiliar	1941	29
Ângelo Ramalheira	Eng.	1944	24
Antão de Almeida Garrett	Eng.	1949	15
António Agnelo Teixeira Barbosa	Eng.	1948	14
António Alla	Eng.	1941	4
António Alves de Sousa	Eng.	1944	9
António Augusto da Cruz	Eng.	1947	9
António Augusto dos Santos Soares	Eng.	1948	3
António Augusto Guimarães Teixeira Rego	Eng.	1941	27
António Bonfim Barreiros	Eng.	1943	96
António Casimiro Azevedo Silva	Eng.	1950	25
António de Serpa Pinto Monteiro	Eng.	1945	7
António Emídio Pereira Quelhas da Silva	Eng.	1947	1
António Gaspar Teixeira	Eng.	1946	12
António Jorge de Oliveira Maia	Eng.	1946	29
António Luiz Sobrinho Barata da Rocha	Eng.	1950	19

A3.31

Tabela 2.6: Lista de Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por nome) (Cont.)

Nome	Titulo	Ano	Processo
António Maria de Sousa	Eng.	1950	23
António Marques de Sá Couto	Eng.	1946	5
António Neto da Silva	Eng.	1949	22
António Pinheiro Magalhães Júnior	Eng.	1941	2
António Pinto Almada	Eng.	1950	3
António Sebastião da Nóbrega Canelas	Eng.	1945	4
António Vieira de Sousa	Eng.	1946	32
Armando Carlos Ferreira	Eng.	1945	15
Armando da Silva Mourão	Eng.	1950	26
Armando dos Santos Paupério	Eng.	1947	10
Armando Maria Ribeiro Cabral de Sampaio	Eng.	1949	20
Armindo Cândido Santos de Almeida	Eng.	1948	7
Artur António Domingues Syckes do Santos	Eng.	1941	1
Artur Augusto Lopes	Eng.	1946	14
Artur Rocha Schiappa Monteiro de Carvalho	Eng.	1949	17
Basílio Pinto Fernandes Jorge	Eng.	1947	11
Bernardino de Barros Machado	Eng.	1943	86
Bernardo Ferrão	Eng.	1947	2
Carlos António Corte Real	Eng.	1942	77
César Augusto Ferreira de Miranda Montenegro	Eng.	1944	16
César Máximo	Eng.	1948	10
Cristino Jorge de Lima	Eng.	1941	46
Diogo Manuel Pacheco de Amorim	Eng.	1950	12
Edgard Maria da Silva Antunes de Oliveira	Eng.	1945	14
Elísio Romariz dos Santos Silva	Eng.	1950	4
Fernando Ferreira Bonito	Eng.	1950	7
Fernando Manuel de Almeida De Eça Magalhães	Eng.	1949	28
Fernando Moreira de Sá	Eng.	1942	64
Francisco de Brito Limpo de Faria	Eng.	1941	52
Francisco Fernando Moutinho dos Santos	Eng.	1948	25
Francisco Jacinto Sarmento Correia de Araújo	Eng.	1942	61
Francisco Nicolau de Sousa Dias Goulão	Eng.	1941	41
Henrique Manuel Faberes dos Santos Leite	Eng.	1942	68
Jaime Eurico Pereira Guedes	Eng.	1945	12
Jaime Nogueira de Oliveira	Eng.	1942	71
Jaime Pereira Gomes	Eng.	1942	67
João de Brito	Eng. Industrial	1948	4
João Fernando Machado Gouveia	Eng.	1941	47

A3. 32

Tabela 2.6: Lista de Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por nome) (Cont.)

Nome	Titulo	Ano	Processo
João Ribeiro Gonçalves	Eng.	1947	3
Joaquim António da Silva Carvalho	Eng.	1944	25
Joaquim Augusto Ribeiro Sarmento	Eng.	1941	34
Joaquim Campos dos Santos Viseu	Eng.	1946	27
Joaquim da Conceição Sampaio	Eng.	1949	1
Joaquim Ferreira Martins	Eng. Auxiliar	1948	5
Joaquim Lopes Vicente	Eng.	1949	26
Joaquim Mendes Jorge	Eng. Auxiliar	1941	30
Joaquim Oliveira Ribeiro Alegre	Eng.	1941	36
Joaquim Vaz	Eng.	1945	2
Jofre António Justino	Eng.	1941	28
Jorge Abreu Teixeira	Eng.	1950	13
Jorge Alberto Delgado de Oliveira	Eng.	1948	2
Jorge Manuel Viana	Eng.	1941	42
José António Ferreira Neto	Eng.	1949	14
José Augusto Beça de Castro Portugal	Eng.	1950	2
José Augusto Rodrigues Praça	Eng.	1941	21
José Augusto Teixeira	Eng.	1946	30
José Bernardo Martins de Magalhães	Eng.	1946	34
José de Castro Monteiro Portocarrero	Eng.	1946	33
José de Paiva Simões Pereira	Eng.	1944	12
José dos Reis Gonçalves	Eng.	1943	80
José dos Santos Guedes Cardoso	Eng.	1949	6
José Fernandes de Barros Júnior	Eng.	1948	21
José Ferreira Várzea	Eng.	1948	20
José Formigal Ferreira Lopes	Eng.	1944	8
José Guedes da Silva Barbosa	Eng.	1946	13
José Hermógenes Barbosa e Silva	Eng.	1945	8
José Joaquim Ferreira da Silva	Eng.	1941	37
Júlio Freire Themudo Barata	Eng.	1947	15
Júlio Severiano dos Santos Barreto	Eng.	1950	17
Lourival de Ferreira Vilela	Eng.	1943	88
Luis Eduardo Canossa Moreira	Eng.	1949	30
Luiz Coelho da Fonseca Magalhães	Eng.	1945	13
Luiz de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto	Eng.	1947	6
Luiz Liebknekt Rodrigues dos Santos	Eng.	1947	22
Manuel Barbedo de Magalhães	Eng.	1947	17
Manuel Eduardo Coimbra Sousa	Eng.	1944	19

A3.33

Tabela 2.6: Lista de Engenheiros incritos na CMPorto, década de quarenta (ordenado por nome) (Cont.)

Nome	Titulo	Ano	Processo
Manuel Evangelista Rodrigues	Eng.	1947	18
Manuel Francisco de Miranda Castro Antunes Guimarães	Eng.	1947	7
Manuel Gomes da Costa	Eng.	1950	5
Manuel José da Costa Pereira	Eng.	1949	32
Manuel Lima Fernandes de Sá	Eng.	1946	21
Manuel Lopes de Amorim	Eng.	1944	18
Manuel Pimentel Pereira dos Santos	Eng.	1944	2
Manuel Ramos Aires Pereira	Eng.	1947	13
Manuel Rodrigues de Miranda	Eng.	1944	13
Marcelo Henrique Moreno Ferreira	Eng.	1950	21
Mário José Filgueiras	Eng.	1944	22
Naturcilio Pinto Ribeiro da Costa Alves	Eng.	1944	3
Norwaldo José Pontes Alvão Dias de Almeida	Eng.	1949	33
Nuno Henrique Macieira de Vasconcelos Porto	Eng.	1950	22
Olívio de Sousa Bento	Eng.	1950	9
Orlando Fernandes Pinto Pais	Eng.	1947	8
Osvaldo Morgado dos Santos Silva	Eng.	1949	7
Raul Lima Ayres	Eng.	1942	74
Reinaldo Gouveia Saraiva de Castilho	Eng.	1946	9
Rufino Manuel Ferreira de Castro	Eng.	1948	9
Ruy António Marinho de Almeida Sampaio e Melo	Eng.	1947	12
Ruy Maria Palermo Ferreira	Eng.	1948	26
Seraphim Lainho Alvares Barbosa	Eng. Industrial	1944	1
Sérgio Antonio Borges de Miranda	Eng.	1949	27
Vasco Rebelo Valente Pereira Cabral	Eng.	1944	6
Vercingetorix Francisco Fernandes Abelha	Eng.	1950	6
Virgílio Joaquim Tavares Aguiar	Eng.	1946	6
Virginia de Faria Moura	Eng.	1949	10
Vitor Nunes de Almeida Pinheiro	Eng. Industrial	1950	16
Vitor Santos Almeida	Eng.	1944	21
Wilson Tavares Martins	Eng.	1946	8

A3. 34

Documento nº 3.B.2.Listagem de obras por arquitecto

Esta não pretende ser uma listagem exaustiva, apenas servir como base para trabalhos seguintes, uma vez que a recolha foi feita. Uma das coisas que sinto pena, quando leio a descrição da metodologia de certos trabalhos, é a descrição de trabalho de recolha e sistematização de informação, que nunca fica disponível para outros que não os próprios. Não queria fazer o mesmo, embora não seja fácil colocar de uma forma que tenha uma fácil leitura, a totalidade de informação recolhida ao longo dos anos de investigação, em fontes diversas como a bibliografia da especialidade, as revistas da área, as licenças de obra, etc. De todos os dados aqui compilados, o que provavelmente mais interesse terá é aquele que decorre da consulta das licenças de obra, uma vez que trabalhos anteriores na mesma área nunca chegaram a disponibilizar a informação[33]. Essa informação está incluída na "Lista de licenças de obra consultadas (com elaboração de ficha de consulta)" na pag. 46.

Para a restante informação recolhida, deixamos os ficheiros das bases de dados.

Informação apenas em Ficheiro Electrónico.

A3.35

33.O arquitecto Manuel Mendes referiu verbalmente ter consultado todas as licenças de obra entre 1895 e 1938, disponíveis para consulta à data no AHMP. Este trabalho colossal não teve uma divulgação pública à altura. Alguma desta pesquisa serviu de base ao livro (In)formar a modernidade (Salgado Mendes, 2001) mas a grande parte da mesma não está disponível. A possibilidade de consultar essa pesquisa anterior, apenas no que se refere à listagem de obras, arquitectos e licenças de obra, teria sido um auxiliar precioso no presente trabalho. O nosso universo de pesquisa, de mais de 2000 licenças de obra vistas e 454 com elaboração de ficha de consulta corresponde ainda a uma percentagem baixa das licenças disponíveis no AHMP.

3.C.Toponímia Alterada

A listagem da toponímia alterada fazia a diferenciação entre os arruamentos situados dentro da área inicial e alargada de análise, e outros arruamentos, que não estando directamente ligados ao trabalho, foi necessário identificar para perceber a sua localização. Esta versão impressa apenas inclui arruamentos dentro das áreas de análise, ou com elas confinantes.

Esta listagem, na sua base digital, foi essencialmente uma ferramenta operativa de trabalho. Para um trabalho posterior fica a ideia de a associar a uma base cartográfica para que facilmente possam ser encontrados todos os nomes que determinado arruamento teve, ou então onde se localiza actualmente um arruamento que entretanto mudou de denominação.

Documento nº 3.C.1.Toponímia ordenada por nome antigo e por nome actual

Tabela 2.7: Ordenada por nome antigo (apenas da zona de análise e áreas envolventes)

Nome Antigo	Nome Actual
Largo da Carvalhosa	Largo do Priorado
Largo do Castelo do Queijo	Praça de Gonçalves Zarco
Largo do Mirante	Praça de Coronel Pacheco
Monte da Lapa	Rua do Monte da Lapa
Nova Travessa de Álvaro de Castelões	Rua de António José da Silva
Rotunda da Boavista	Praça de Mouzinho de Albuquerque
Rotunda do Castelo do Queijo	Praça de Gonçalves Zarco
Rua da Carcereira	Rua de Pedro Hispano
Rua da Carvalhosa	Rua de Aníbal Cunha
Rua da Mazorra	Rua de Ciríaco Cardoso
Rua da Sovela	Rua dos Mártires da Liberdade
Rua das Campinas (antiga)	Rua do Dr. Alberto de Macedo
Rua das Pamplonas	Rua de Álvares Cabral
Rua das Pirâmides	Avenida de França
Rua das Valas	Rua de Nossa Senhora de Fátima
Rua de António Corte	Rua de Corte Real
Rua de Baixo das Campinas	Rua das Campinas

Tabela 2.7: Ordenada por nome antigo (apenas da zona de análise e áreas envolventes)

Nome Antigo	Nome Actual
Rua de Carreiras	Avenida do Brasil
Rua de Montevideu	Rua de Timor
Rua de Oliveira Martins	Rua das Águas Férreas
Rua de Passos	Rua de Fez
Rua de Santo Ovídio	Rua dos Mártires da Liberdade
Rua de Serralves	Rua de Tânger
Rua do Castelo do Queijo	Avenida de Montevideu
Rua do Cemitério de Agramonte	Rua da Meditação
Rua do Conde	Rua do Dr. Carlos Cal Brandão
Rua do Conde	Rua de Ricardo Severo
Rua do Duque do Porto	Rua de João das Regras
Rua do Príncipe da Beira	Rua de Cinco de Outubro
Rua do Prof. Augusto Lessa	Rua de Augusto Lessa
Rua do Tenente Vidal Pinheiro	Rua de Santa Isabel
Rua Particular de Agramonte	Rua Particular de Meneses Russel
Travessa da Avenida	Rua de Quinze de Novembro
Travessa da Boavista	Rua de Augusto Lessa
Travessa de António Cardoso	Rua de António Patrício
Travessa de António Corte Real	Travessa da Igreja de Nevogilde
Travessa de Oliveira Monteiro	Rua D. António Barroso
Travessa de Santos	Rua de Paulo Dias de Novais
Travessa de Serralves	Rua de Jorge Reinel
Travessa do Bessa	Rua de António José da Costa
Travessa do Bom Sucesso	Rua do Campo Alegre (parte)
Viela do Açougue	Travessa de Cedofeita

A3. 38

Tabela 2.8: Ordenada pelo nome actual

Nome Actual	Nome Antigo
Avenida de França	Rua das Pirâmides
Avenida de Montevideu	Rua do Castelo do Queijo
Avenida do Brasil	Rua de Carreiras
Largo do Priorado	Largo da Carvalhosa
Praça de Coronel Pacheco	Largo do Mirante
Praça de Gonçalves Zarco	Largo do Castelo do Queijo Rotunda do Castelo do Queijo
Praça de Mouzinho de Albuquerque	Rotunda da Boavista
Rua D. António Barroso	Travessa de Oliveira Monteiro
Rua da Meditação	Rua do Cemitério de Agramonte
Rua das Águas Férreas	Rua de Oliveira Martins
Rua das Campinas	Rua de Baixo das Campinas
Rua de Álvares Cabral	Rua das Pamplonas
Rua de Aníbal Cunha	Rua da Carvalhosa
Rua de António José da Costa	Travessa do Bessa
Rua de António José da Silva	Nova Travessa de Álvaro de Castelões
Rua de António Patrício	Travessa de António Cardoso
Rua de Augusto Lessa	Travessa da Boavista Rua do Prof. Augusto Lessa
Rua de Cinco de Outubro	Rua do Príncipe da Beira
Rua de Ciríaco Cardoso	Rua da Mazorra
Rua de Corte Real	Rua de António Corte
Rua de Fez	Rua de Passos
Rua de João das Regras	Rua do Duque do Porto
Rua de Jorge Reinel	Travessa de Serralves
Rua de Nossa Senhora de Fátima	Rua das Valas
Rua de Paulo Dias de Novais	Travessa de Santos
Rua de Pedro Hispano	Rua da Carcereira
Rua de Quinze de Novembro	Travessa da Avenida
Rua de Ricardo Severo	Rua do Conde
Rua de Santa Isabel	Rua do Tenente Vidal Pinheiro

A3.39

Tabela 2.8: Ordenada pelo nome actual

Nome Actual	Nome Antigo
Rua de Tânger	Rua de Serralves
Rua de Timor	Rua de Montevideu
Rua do Campo Alegre (parte)	Travessa do Bom Sucesso
Rua do Dr. Alberto de Macedo	Rua das Campinas (antiga)
Rua do Dr. Carlos Cal Brandão	Rua do Conde
Rua do Monte da Lapa	Monte da Lapa
Rua dos Mártires da Liberdade	Rua da Sovela Rua de Santo Ovídio
Rua Particular de Meneses Russel	Rua Particular de Agramonte
Travessa da Igreja de Nevogilde	Travessa de António Corte Real
Travessa de Cedofeita	Viela do Açougue

3.D.Numeração alterada na Rua da Boavista

O novo mapa de numeração da Rua da Boavista foi aprovado em Reunião Camarária de 9-8-1949. Contudo não foi possível encontrar nenhuma publicação formal, ou mesmo listagem informal, que fizesse a relação entre as numerações.

Esta listagem foi elaborada a partir das plantas que existem no gabinete da carta da cidade da Câmara do Porto, onde, em folhas ozalid massacradas pelo tempo e pela luz do sol, se vão colocando as diversas numerações que os edifícios vão recebendo.

A execução desta listagem foi determinante para a localização de muitos dos processos dos edifícios que se procuravam, pelo que optei pela sua inclusão em anexo, para que possa facilitar estudos sequentes.

Documento nº 3.D.1.Lista da numeração alterada (pares e ímpares)

Tabela 2.9: Numeração alterada - Pares (lado Norte)

Numeração antiga	20	30	32	34	36	38	40	44	46	48	50		52		58
Numeração alterada (1)[a]															
Numeração actual	50	52	54			60	62	64	66	70	72	74	78	80	82
Notas															

Numeração antiga		62	66	68	70	72		74	76	78	86	88	90	92	94
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	84	88	92	94	104	106	110	114	116	118	130	134		136	138
Notas															

Numeração antiga	96	98	100	102	104	108	112	128		130			132	142	148
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	140	142			148	158	168	194	196	202	204	206	208	230	236
Notas															

Tabela 2.9: Numeração alterada - Pares (lado Norte) (Cont.)

Numeração antiga	158	164	166		174	176	178	182	188	194	200	202		208	210
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	248	256	258	260	264	270	272	278	282	288	294	296	300	306	308
Notas															

Numeração antiga	212	218	220	252	258	262	268	276	278	282	288	290	300	302	312
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	310	316	318		404	410	416	426	428	436	444	446	456	458	464
Notas															

Numeração antiga	314	316	318	320	322	328									
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	466	484	488	492	498	504	524	538	550	558	562	564	572	586	594
Notas															

Numeração antiga	374	382	384	388	392	394	396	398	400	402	406		412	414	
Numeração alterada (1)						652	654	666					690		
Numeração actual	604	614	616	620	626		652	664	674	682	686	688		692	696
Notas															

A3. 42

Numeração antiga	418	420	432	434	436	442	444	450	452	454		464	466		
Numeração alterada (1)									754	768					
Numeração actual	700	702	724	734	736	752	754	760			774	776	778	782	786
Notas															

Numeração antiga	474		490	492	494	496	504	508	512	514	516	518			
Numeração alterada (1)													860		
Numeração actual	788	790	820	822	824	830	840	844	848	854	856	858		862	864
Notas															

Numeração antiga									
Numeração alterada (1)			872			882			
Numeração actual	868	870		876	880		884	886	892
Notas									

a.Em alguns casos existe uma numeração intermédia já próxima mas não coincidente com a numeração actual. Como os lançamentos nas plantas da carta da cidade não estão datados, não foi possível determinar em que período esteve em vigor esta numeração, ou se apenas correspondem a erros que foram posteriormente corrigidos.

Tabela 2.10: Numeração alterada - Ímpares (lado Sul)

Numeração antiga	1	3	5	7	9	11	17	s/n	27	29	33	35	37	41	45
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	3	7	13	17	19	21	27	33	43	45	47	51		57	
Notas															

Numeração antiga	47	49	51	53	55	59	63	65	67	69	71	73	75	83	85
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	63		67	69	71	75	79	81	83	85	87		93	103	105
Notas															

Numeração antiga		93	99	101	103	105	107	109	111		117	119		131	133
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	111	115	123	125	127		131	133	139	143	149	149	153	159	161
Notas															

Numeração antiga	135	143	145		155	157	167	169	175		185	187	193	195	197
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	163	171	173	177	181	183	193	195	199	203	209	211	217	221	225
Notas															

A3.43

Numeração antiga	201		207	213	215	219	221	227	229	231	235	239	245	251	253
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	227	229	231	233	239	243	245	249	253	255	261	271	281	289	291
Notas															

Numeração antiga		259	265	267	269	271	273	275	277	279	281	283	285	285-a	285-b
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	293	297	301	303	305	307	309	311	313	315	317	319	321	323	327
Notas															

Numeração antiga	287	289	335	337	339	337	339	341	343	345	347	349	351	353	359
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	329	333	335	339	345	403	405	407	409	411	413	415	417	419	425
Notas				Repetição de numeração	Repetição de numeração	Repetição de numeração									

Tabela 2.10: Numeração alterada - Ímpares (lado Sul) (Cont.)

Numeração antiga	363	370	385	389	391	s/n	393	395	397	399	401	s/n	s/n	431	437
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	441	445	459	463	473	477	485	491	493	497	501	523	533	551	557
Notas															

Numeração antiga	443	449	451	453	455	457	459	461	463	475	483	485	487	489	491
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	571	583	585	591	593	597	601	695	609	647	651	653	655	657	663
Notas															

Numeração antiga	493	495	497	499	515	517	521	523	525	527	531	533	535	539	549
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	665	667	671	675	713	717	719	723	725	729	735	741	743	769	781
Notas															

Numeração antiga	551	561	585	593	599	601	607	609	615	619	621	s/n	s/n		
Numeração alterada (1)															
Numeração actual	783	795	827	841	847	849	855	857	863	865	869				
Notas															

3.E. Lista de licenças de obras consultadas

Esta listagem de licenças de obra consultadas serve, por um lado, para a caracterização geral do universo de análise, para quem tiver curiosidade de o apreender com mais detalhe, mas serve igualmente como um índice de localização de processos, alguns dos quais apenas localizados no AHMP ou no AG-CMPorto depois de muitas diligências face à deficiente catalogação ou mesmo à pouca operatividade da base de dados digital. Esta listagem impressa também não será muito operativa mas a base digital deste volume que acompanha a tese poderá ser facilmente pesquisável.

Foram considerados dois tipos de fichas, as fichas de consulta com apontamentos sobre o processo, sistemas construtivos, autorias, etc., e fichas de identificação simples, que serviriam apenas para localização do processo para trabalhos futuros complementares ao presente trabalho. Aqui apenas são incluídas as fichas de consulta.

Documento nº 3.E.1.Lista de licenças de obra consultadas (com elaboração de ficha de consulta)

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 1 de 15)

Ano	Local[a]	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência[b] / notas
1896	Rua dos Vanzeleres		António Cardoso Botelho	79	Construção de moradia	
1896	[1]AB-Avenida da Boavista		António Cardoso Botelho	109	Construção de moradia	ABP demolido
1896	[1]AB-Avenida da Boavista - lado sul abaixo da paragem do Bessa		Adães Bermudes [TR - José António Ferreira da Cunha]	141	Construção de moradia	ABP demolido
1900	[2]RMS-Rua do Marechal Saldanha	846	António Cardoso Botelho	8		
1900	Travessa da Senhora da Conceição			10		
1900	[1]AB-Avenida da Boavista			12		
1900	Rua de Contumil			31		
1900	[2]RS-Rua de Serralves			37		
1900	Rua da Constituição		António Cardoso Botelho	64		
1906	[1]RB-Rua da Boavista - perto da travessa da Figueiroa	[530]		118		
1908	Rua de Vila Meã		Francisco Pinto de Castro	306		
1908	Rua do Bolhão		António Pereira da Silva	317		
1908	Rua de Costa Cabral			319		
1908	Rua do Campo Pequeno	29-33	Francisco Pinto de Castro	343		
1908	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua João de Deus		Licínio Guimarães	359		AB Demolido
1908	[2]ROM-Rua de Oliveira Monteiro		António Faria Moreira Ramalhão	394		ROM
1909	[1]RB-Rua da Boavista	245 (215 a 219)				RB i245
1909	Rua do Bonjardim	835	António Pereira da Silva; Manuel Ferreira Ribeiro	1158	Construção de prédio	
1909	Rua de Costa Cabral	1077	Francisco Pinto de Castro	1170	Alterações a prédio	
1909	Lugar do Pinheiro - Cavadas	37	Francisco Pinto de Castro	1171	Construção de moradia	
1909	Rua da Bateria	177	António Pereira da Silva	1184	Ampliação de prédio	
1909	Rua da Benedicta	56	Francisco Pinto de Castro	1186	Ampliação de prédio	
1909	Rua de Santa Catarina com a Viela das Pombas	entre 165 e 175	Joaquim Ferreira Barros	1189	Alterações no rés-do-chão	
1909	Rua de Gondarém	500	António Pereira Pinto Bravo	1192	Construção de prédio	
1909	Rua particular Costa e Almeida	prox. 80	António Pereira da Silva / Manuel Ferreira Ribeiro	1194	Construção de moradia	
1909	Rua da Mazorra		Manuel Francisco Rodrigues	1197	Ampliação de prédio	
1913	Rua do Conde		Francisco dos Santos Silva	102	Construção de moradia	
1913	Travessa da Póvoa	22	Francisco dos Santos Silva	104	Ampliação de prédio (inc. inst. industriais)	
1913	Rua João de Deus	52	Bernardino Francisco Pereira	105	Construção de um grupo de 3 casas	

A3. 46

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 2 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1913	Rua de S. Dinis	junto ao 458	Francisco dos Santos Silva	112	Construção de duas moradas de casas	
1913	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	286	Ricardo L. Ferreira	114	Construção de garagem	
1913	Rua de S. Roque da Lameira			122	Alterações a projecto aprovado	
1913	[2]RS-Rua de Serralves	1621	Felisberto Moreira Valle	123	Construção de duas casas	
1913	Rua de Costa Cabral	32/34		146	Construção de forno	
1913	Monte das Antas		António Faria Moreira Ramalhão	204	Fábrica de Briquettes	
1913	[1]RB-Rua da Boavista	392	António Faria Moreira Ramalhão	208	Construção de muro	RB Demolido
1913	Rua de Álvaro Castelões		Pedro Mendes da Silva	212		
1913	[1]AB-Avenida da Boavista	28	José Francisco da Silva; Alexandre Domingues	224	Colégio Universal	ABN p0028
1913	Rua de Alexandre Herculano			234	Alteração de janelões superiores	
1913	Rua particular à Carcereira		Artur Mendes Costa	237		
1913	[2]RPM-Rua de Pinheiro Manso		Joaquim O. Barbosa	239	Construção de edifício - aditamento	RPM
1913	Rua do Triunfo	160-162	Licínio Guimarães; Francisco dos Santos Silva	242		A3.47
1915	Rua de Santa Catarina	1267-1271		966	Ampliação de prédio	
1915	Rua da Mazorra com a Travessa à Rua de Serralves			967	Ampliação de prédio	
1915	Rua de 31 de Janeiro com a Rua Sá da Bandeira			968	Grandes Armazéns Hermínios - alteração	
1915	[1]RB-Rua da Boavista	504	Manuel Francisco Maia	973	Alterações a prédio (rebaixar janelas)	
1915	Travessa da Avenida - à Boavista			979	Alterações a moradia (abertura de janela)	
1915	Estrada da Circunvalação - perto do posto fiscal da Asprela		Manuel Ferreira Ribeiro	984		
1915	Travessa do Bessa com a Travessa de António Cardoso			986	Construção de muro	
1915	Rua do Bonjardim			991	Barraca para Escola de tiro académica Portuense	
1915	Travessa de Passos	50		993	Construção de arrumo agrícola	
1915	Rua Senhora do Porto	362		1005	Construção de moradia	
1915	[1]AB-Avenida da Boavista com a Travessa de Serralves (Rua Jorge Reinel)		Licínio Guimarães	1008	Abertura de janelas	ABP idemolido
1915	Rua de Costa Cabral - junto ao 2430			1014	Construção de moradia	
1915	Rua Nova do Regado			1015	Construção de cozinha e fossa	
1915	Rua Ferreira Cardoso			1018		
1915	Rua da Alegria com a Rua Firmeza	283		1020	Ampliação de prédio	
1915	Rua Latino Coelho	324		1025	Construção de prédio	

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 3 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1918	[1]AB-Avenida da Boavista	2671		583	Construir prédio	ABP i2671
1918	Cemitério de Agramonte			585	Jazigo	
1918	Rua de Passos			586	Portão	
1918	Rua Sá da Bandeira	97		594	Papelaria Soares - reparação de devanture	
1918	Rua de 31 de Janeiro	42-44		596	Construção de devanture	
1918	Rua Fernandes Tomás	335-337-339		598	Obras em lojas do mercado do Bolhão	
1918	Rua Ferreira Cardoso			600	Construção de Moradia	
1920	[1]RB-Rua da Boavista	245 (antigo 221-225)				RB i245
1920	[2]RTV-Rua Tenente Valadim					
1920	Rua José Falcão					
1920	[1]RB-Rua da Boavista	245 (antigo 221-225)				RB i245
1921	Rua da Constituição	junto ao 956		660	Construção de Garage	
1921	[2]RCA-Rua do Campo Alegre	787		663	Ampliar edifício (+ 1 piso)	RCA i0787
1921	Rua do Paraíso	10		672	Ampliação de prédio (piso + agua furtada)	
1921	Rua Nova de Alfandega e Calçada de Monchique, 5			675	Adicionar um andar	
1921	Travessa de Costa Cabral			683	Construção de prédio	
1921	Estrada interior da Circunvalação			685		
1921	Rua Felizardo de Lima	149		686	Ampliar edifício	
1921	Rua do Freixo			687	Construção de casa para porteiro	
1921	[1]AB-Avenida da Boavista Viela da Trincheira	2671		692	Construção de garage	ABP i2671
1921	Rua da Lameira de Cima	5		693	Ampliação de fabrica de curtumes	
1921	[1]RB-Rua da Boavista	181(antigo 155)		694	Remodelação de prédio	RB i181
1921	Rua particular ao Monte Aventino	s/n		698	Construção de armazém	
1921	[2]RCA-Rua do Campo Alegre	1055		699	Construção de portão	RCA i1055
1921	[1]AB-Avenida da Boavista	1393	Carlos Chamber Ramos	1308		ABP i1393
1923	Rua Mártires da Liberdade			1354	Panificadora	
1923	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua António Aroso		João Queirós	1367		AB Demolido
1923	[2]AM-Avenida de Montevideu	236		1370		AM p
1923	[1]AB-Avenida da Boavista	junto ao 768	Francisco de Oliveira Ferreira	2014		AB Demolido
1926	Avenida dos Aliados			190	Banco Borges e Irmão	

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 4 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1926	[1]RB-Rua da Boavista	303-311 (antigo 267- 275)		191		RB Demolido
1926	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua João de Deus	1014-1016	António Pereira Barbosa	551		AB Demolido
1927	Rua Duque de Loulé	116	Joaquim Mendes Jorge	4	Construção de duas escadas em cimento armado	
1927	Rua de Camões	788	António Joaquim de Carvalho	9	depósito de cimento armado	
1927	Cais do Ouro			18	Montagem de dois tanques de petróleo	
1927	Rua Alexandre Herculano		Maximino Martins Maia	27	Construção de prédio	
1927	Rua de São Roque da Lameira		João Queirós	31	Construção de habitação	
1927	Rua Dr. António Granjo	21	Alberto de Joaquim Lima	32	Construção de terraço em Betão armado	
1927	Rua de Corte Real			39	Construção de uma estufa	
1927	Rua Mouzinho da Silveira	225	Francisco de Oliveira Ferreira	52	Construção de Armazém	
1927	Rua de s. Roque da Lameira		Maximino Martins Maia	54	Alterações	
1927	Rua de Cedofeita			57	Construção de um terraço em BA	A3.49
1927	Rua de Azevedo	48	António Martins Rosas	60		
1927	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	612	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	73	Ampliação de oficina	
1927	Rua Santos Pousada	141	José Ferreira Peneda	83	Ampliação (gabinete)	
1927	Rua particular da litografia nacional		Serafim Martins de Sousa	85	Construção de alpendre e pavilhão	
1927	Rua particular da litografia nacional		Serafim Martins de Sousa	86	construção de armazém	
1927	Rua de Passos Manuel		João Queirós [TR - Manuel Pereira de Sá]	87	Alteração à licença 1319/ 1925	
1927	Rua do Pinheiro Manso	217	José Francisco Duarte	103	Construção de ala sul	
1927	Rua Bella	25	José Marques da Silva [TR - Manuel Fernandes Enes]	105	Ampliação de andar	
1927	Mercado da Corujeira		António Martins Rosa	121		
1927	Rua da Constituição		António Joaquim de Carvalho	136	construção de habitação	
1927	Travessa do pinheiro manso			139		
1927	Rua de Rego Lameiro		José Fernandes da Silva	624		
1927	Avenida de França			642		AF
1927	[1]PMA-Rotunda da Boavista	151	Manuel Marques & Júlio de Brito [TR - Agostinho de Sousa]	647	Casa Domingos Fernandes	PMA 151
1927	[1]RB-Rua da Boavista	296-302 (antigo 202)	Joaquim da Silva	655		RB p296
1927	[1]AB-Avenida da Boavista	675	José Domingues de Almeida	802		ABP i0675
1927	Rua do Nogueira	entre 231 e 233		806	Construção de uma capela (Aditamento)	

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 5 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1927	Rua do Nogueira	entre 231 e 233		807	Construção de casa (aditamento)	
1927	Rua de Santa Catarina com a Travessa das Almas	476-480	António Martins Rosas	812		
1927	Rua de Santa Catarina	963	João Torres Vilas	823		
1927	Rua Central da Corujeira		António Martins Rosas	839		
1927	Rua das Cavadas		José Emílio da Silva Moreira	850		
1929	Rua Miguel Bombarda					
1929	Rua da Picaria					
1929	Rua de Santa Catarina		João Queirós			
1929	[1]AB-Avenida da Boavista	1393		386	1393	ABP i1393
1929	[2]RAP-Travessa de António Cardoso	253-255	António de Brito	388		RAP i255
1929	[2]RAP-Travessa de António Cardoso	315	João Queirós	396		RAP i315
1930	Rua Fonte Arcada			255		
1930	[2]RC-Rua de Cedofeita			256		
1930	[2]RAP-Travessa de António Cardoso	271		258		RAP i271
1930	[2]RAP-Travessa de António Cardoso	273-275		259		RAP i273
1930	Rua particular à Avenida de França			266		
1930	[1]RB-Rua da Boavista	847/849/ 855/857/ 863	João Queirós	268	INOVA Casas pa Todos	RB i847
1930	[2]RCC-Rua de Ciríaco Cardoso			289		RCC
1932/33	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Azevedo Coutinho	1904	Henrique Santos Peres Guimarães	852	Regularizar terras e abrir caboucos	ABP p1904
1932/33	Rua da Azenha	218	Leandro de Morais	853	Construção de prédio	
1932/33	Rua Sá da Bandeira	105	Leandro de Morais	855	Remodelação de prédio	
1932/33	Rua da Índia	145	Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre	874	Construção de garagem	
1932/33	Rua de Sá da Bandeira			887	Construção de "devanture"	
1932/33	Cemitério Oriental		Francisco de Oliveira Ferreira	892	Jazigo (Mausoléu Neomanuelino)	
1932/33	Rua do Dr. Júlio de Matos	361	Manuel dos Santos	894	Construção de moradia	
1932/33	Rua do Dr. Júlio de Matos	167-173-177	António Rodrigues da Silva	895	Grupo de casas económicas	
1932/33	Rua da Naulia e Rua Bartolomeu Dias	51	Serafim Martins de Sousa	896	Alterações a moradia	
1932/33	Rua Fernandes Tomás	133-137	Rogério de Azevedo	1130	Construção de prédio (para alugar)	
1932/33	Rua Duque de Saldanha	676	Aucíndio Ferreira dos Santos	1131	Modificação de fachada	
1932/33	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	131	Manuel Pereira de Sá	1136	Construção de moradia	
1932/33	Rua de Costa Cabral	1857	Aucíndio Ferreira dos Santos	1137	Remodelação de prédio	

A3. 50

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 6 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1932/33	Praça de Carlos Alberto			1144	Construção de "devanture"	
1932/33	Rua da Lomba	242	Mário de Abreu	1146	Construção de moradia	
1932/33	Rua do Paraíso			1150	Aditamento à Licença nº453/1932-33	
1932/33	Rua do Golgota	15	Aucíndio Ferreira dos Santos	1152	Alterações a moradia	
1932/33	Rua Fernandes Tomás	851		1154	Construção de "devanture"	
1932/33	Rua do Monte	67		1155	Remodelação de prédio	
1932/33	Rua de António Granjo e Rua do Heroísmo	24-46 X 374 e 376	Manuel Ferreira da Silva Júnior	1157	Construção de prédio	
1934	Rua das Flores	237-239				
1934	Rua de Aníbal Patrício	75	Rogério de Azevedo			
1934	[2]AM-Avenida de Montevideu	730-738	Manuel Domingues dos Santos;José Ribeiro Júnior	1541		AM p730
1934/35	Rua do Bonfim - Avenida de Camilo		Leandro de Morais	1111		
1934/35	[1]AB-Avenida da Boavista	1194-1202	Leandro de Morais	1125		AB Demolido
1934/35	Rua da Arrábida		Mário de Abreu	1203	Licença de 2º Categoria	
1934/35	Rua do Loureiro	38-40	Serafim Martins de Sousa	1204	Licença de 2º categoria	A3.51
1934/35	Rua de Salgueiros		José Emílio da Silva Moreira	1205	Alinhar Muro	
1934/35	[1]AB-Avenida da Boavista	617-619	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - José Coelho de Freitas]	1206	construção de "devanture"	ABP i0615
1934/35	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		João Queirós [TR - Fernando Moreira de Sá]	1207	Construção de Moradia	
1934/35	Rua da Cruz		Mário de Abreu	1208	Construção de prédio	
1934/35	Rua da Boa Nova		José Emílio da Silva Moreira	1211		
1934/35	Rua do Molhe		Júlio José de Brito	1212	Construção de muro	
1934/35	Rua das Cavadas		José Emílio da Silva Moreira	1222	Construção de 5 pequenas casas	
1934/35	Rua do Revilhão - Bairro de Aldoar		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	1229	Construção de Casa tipo A	
1934/35	[3]RA-Rua do Almada	87	Antão de Almeida Garrett	1230	Alteração de Fachada	RA
1934/35	Rua Fernandes Tomás coma Rua Santos Pousada		José Emílio da Silva Moreira	1235	Prédio de rendimento	
1934/35	Praça da República	169	Aucíndio Ferreira dos Santos	1371	Alteração de edifício	PR i169
1934/35	Rua Gonçalo Cristóvão	8-12	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - José Coelho de Freitas]	1374	Alteração à licença 652/ 1934	RGC p008
1934/35	[3]RA-Rua do Almada e Rua da Fábrica		António de Brito	1375	Alteração de fachada (abertura de 4 vitrinas)	
1934/35	Rua Diogo Cão	1181	José Ferreira Peneda	1376	Obras de ampliação	
1934/35	Rua de Álvares Cabral com a Travessa da Figueiroa	1-5 [2-10]	Aucíndio Ferreira dos Santos	1379		
1934/35	Rua do Bonfim com a Travessa de Justino Teixeira		Artur de Almeida Júnior	1380	Aditamento à licença 724/ 1934-35	
1934/35	Rua Ferreira dos Santos		Mário de Abreu	1381	Muro de Vedação	

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 7 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1934/35	Praça da Corujeira	337	Mário de Abreu	1382	Abertura de vão	
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	513-519	João Queirós	1383	Construção	AMGC i0519
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	859-875	Aucíndio Ferreira dos Santos	1384	Construção de edifício	AMGC i0875
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa - gaveto	756-756A	António de Brito	1385	Construção de casa	AMGC demolido?
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1215	Manuel Marques	1386		AMGC i1215
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	759-763	João Queirós	1387	Construção de 2 casas	AMGC i0759 / i0761
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa com a Rua Garcia da Orta	805-805A e B	António de Brito	1388		AMGC i0805
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	618-630	António de Brito	1389	Construção de duas moradias	AMGC p0618 / p0630
1934/35	Rua da Torrinha	278 (junto)	Aucíndio Ferreira dos Santos	1390		
1934/35	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	544-566	Edgardo Martins Torres	1392	Aditamento à licença 306/ 1934	RGJ p544
1934/35	Rua de 31 de Janeiro	62-66	José Ferreira Peneda	1394	Alteração de frontaria e rés-do-chão	
A3. 52 1934/35	Rua particular dos Arcos		Aucíndio Ferreira dos Santos	1831	Moradia com 1 piso	
1934/35	[2]RMS-Rua do Marechal Saldanha	1004	Fernando Moreira de Sá	1833		
1934/35	[2]RMS-Rua do Marechal Saldanha	1032	Francisco Moreira de Sá	1837		
1934/35	Rua de la Couture com a Rua Rovuma	105-131 x 74	Serafim Martins de Sousa	1838		
1934/35	Rua dos Burgães	176-182	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - António Rodrigues da Silva]	1839		
1934/35	Rua dos Burgães	168-172	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - António Rodrigues da Silva]	1843		
1934/35	Rua de Gondarém		Júlio José de Brito	1844	Construção de garagem	
1935	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1009	Homero Ferreira Dias	1542		AMGC i1009
1935	Rua do Gama		Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	1544		
1935	Praça de Coronel Pacheco		Júlio José de Brito	1562	Colégio Almeida Garrett	
1935				1563	Fábrica das Antas	
1935	Rua dos Clérigos			1564	Casa "A Noiva"	
1935	Largo do Padrão			1565	Casa Diana	
1935	Avenida Brasil	793	João Queirós	2030		Abr demolido
1935	Rua de Costa Cabral	833	Serafim Martins de Sousa	2031	Muros de vedação	
1935	Avenida de Fernão de Magalhães		António Augusto Guimarães Teixeira Rego	2032		
1935	Rua de Álvaro Castelões			2033		
1935	Rua da Alegria	333	Aucíndio Ferreira dos Santos	2034		
1935	Rua Monte Cativo		Manuel Marques	2035		

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 8 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1935	Rua Nova do Regado	200		2036	Reparações várias	
1935	Rua Passos Manuel	16-20		2037	Alterações interiores	
1935	Rua do Dr. Magalhães Lemos		João de Brito	2038		
1935	Travessa de S. Diniz			2039	Reconstrução	
1935	Viela do Anjo	37		2040		
1935	Praça da República	116		2041	Reparações	PR p116
1935	Rua de Pinto Bessa	681		2042	Reparações	
1935	Rua Faria Guimarães	1127		2044	Reparações	
1935	Rua de Vale Formoso	90-100		2045	Reparações	
1935	Rua do Ameal		Renato Montes	2046		
1935	[2]RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva	193-259	Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	2051		RAMS i245
1935	Caminho de Currais			2052		
1935	Rua Senhora do Porto		Mário de Abreu	2054	Dividir barracão	
1935	Rua de Costa Cabral	209	José Ferreira Peneda	2056		
1935	Rua do Bonjardim		José Ferreira Peneda	2057	Aditamento à licença nº 1595/35	A3.53
1935	Rua de 5 de Outubro com a Rua dos Vanzeleres	429 x 391-395	Rogério de Azevedo	2072		
1935	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra	496	António de Brito	2088	Construção de garagem	
1935	Rua das Condominhas	469	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	2089	Ampliação de prédio	
1935	Avenida Rodrigues de Freitas	405	Mário de Abreu	2090	Substituir armação de madeira por ferro	
1935	Rua Central de Francos		Aucíndio Ferreira dos Santos	2096	Legalização de edifícios	
1935	Rua do Lima	166	Aucíndio Ferreira dos Santos	2097	Construção de garagem	
1935	Rua Heróis de Chaves e Rua do Moreira		Aucíndio Ferreira dos Santos	2098	Aditamento à Licença nº709/1934	
1935	Rua de Antero de Quental		António Júlio Teixeira Lopes	2100	Aditamento à Licença nº901/1934-35	
1935	Avenida dos Aliados		Rogério Santos Azevedo	2101	Alterações a prédio (inst. de um salão de bilhares)	
1935	Bairro Social da Arrábida	72	João Queirós	2102	Alterações a moradia	
1935	Rua de Olivença	55	Aucíndio Ferreira dos Santos	2104	Construção de garagem	
1935	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	603	Rogério Santos Azevedo	2108	Construção de moradia	
1936	Rua Formosa	330 a 336			Frente de Loja	
1936	Rua Fernandes Tomás				Frente de Loja	
1936	Rua da Constituição	302				
1936	Rua Fernandes Tomás com a Rua de Santos Pousada					
1936	Rua do Triunfo		Mário de Abreu			
1936	Rua do Ameal		Augusto Alberto Correia Rocha			

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 9 de 15)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1936	Avenida de Fernão de Magalhães		Artur de Almeida Júnior			
1936	Escada das Verdades		arquitecto, não se percebe assinatura			
1936	Rua Fernandes Tomás e Campo 24 de Agosto		José Ferreira Peneda			
1936	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	338 a 356	Manuel Marques	169		AMGC p0338
1936	[2]AM-Avenida de Montevideu	764	Manuel Marques	422		AM p760
1936	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1084	João Queirós	423		AMGC Demolido
1936	[1]AB-Avenida da Boavista	1140	Leandro de Morais	978	Construção de garagem	AB Demolido
1936	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua da Ervilha	3011/ 3031/3041	Eduardo Martins & Manuel Passos [TR - António de Brito]	979	Alteração às Moradias Borges da Gama	ABP i3041
1936	Rua Sá da Bandeira	75	António Teixeira Rego	980	Obras no Café A Brasileira (nota: Casa Lima)	
1936	Rua Chã		Artur de Almeida Júnior	982	Modificação de prédio	
1936	Rua de António Cândido -gaveto	213/215	Eduardo Martins & Manuel Passos [TR - Fernando Cardoso Lima]	983	Construção de Moradia	
1936	Rua do Ameal	831	António Ferreira da Silva Janeira	988	Construção de armazém	
1936	Rua de S. Dinis	415	Joaquim Mendes Jorge	989	Ampliação	
1936	Rua de 31 de Janeiro		Mário de Abreu	994	Alteração de edifício (montra)	
1936	Travessa do Carregal	109 (429?)	José Ferreira Peneda	998	Ampliação de prédio	
1936	Rua de Nevala	140	João Queirós	999	Construção de Garagem	
1936	Travessa da Fonte	171	Mário de Abreu	1153		
1936	Rua Gonçalo Cristóvão	254	Francisco de Oliveira Ferreira	1155	Alargamento de portão	
1936	Rua Militão Barbedo	704-714	Aucíndio Ferreira dos Santos	1156	Demolição e reconstrução de fachadas	
1936	Estrada da Circunvalação e Rua do Carriçal	225	Mário de Abreu	1159	Ampliação de muro e construção de portão	
1936	Lugar das Cavadas - Próximo à Rua Nova da Constituição		Mário de Abreu	1166	Construção de Barracão	
1936	Rua de Agramonte	50	António de Brito	1167	Licença de 2ª categoria	
1936	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua João de Deus	1030-1044 X 19-33	Arménio Taveira Losa	1170		ABP p1030
1936	[2]AM-Avenida de Montevideu	666	Teixeira Lopes [TR - Fernando Moreira de Sá]	1213		AM p648 / AM p660
1936	Rua de Antero de Quental		Rogério de Azevedo	1227		
1936	Avenida de Fernão de Magalhães	1080	Mário de Abreu	1653	Aditamento no final da obra - prédio	
1936	[1]AB-Avenida da Boavista	3870	Manuel Marques & Amoroso Lopes	1659	Construção de prédio	ABP p3870
1936	Rua do Túnel	110	Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	1660	Aditamento à licença 1544 - 1934/35	

A3. 54

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 10 de 15)

1936	Rua do Bonfim	441-445	ARS arquitectos [TR - Manuel da Costa Pinto Barreto]	1661	Alteração em edifício existente	
Ano	**Local**	**Nº Polícia**	**Autor Projecto de Arquitectura**	**Licença nº**	**Designação**	**Referência / notas**
1936	Rua de Nevala	31-43	Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre	1662	Construção de estufa	
1936	Rua do Paraíso com a Rua Faria Guimarães	143,153,159	Januário Godinho	1669	Construir prédio	
1936	Aldeia nova do Monte ao Campo Lindo		Francisco de Oliveira Ferreira	1670	construção de dois prédios	
1937	Rua da Fonte da Moura					
1937	Rua do Freixo		João Filipe de Vaz Martins			
1937	Rua do Freixo		João Filipe de Vaz Martins			
1937	[1]AB-Avenida da Boavista	4974 e 4994	Manuel Marques & Amoroso Lopes	322		ABP p4974 / p4994
1937	Rua de Antero de Quental			323		
1937	Rua entre Antero de Quental e o Covelo		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	330		
1937	Zona do Freixo		Manuel Marques & Amoroso Lopes	331	Aditamento	
1937	Rua dos Mártires da Liberdade			332	Projecto de uma montra	
1937	Rua do Monte da Estação	254	Mário de Abreu	333		A3.55
1937	Rua de Cunha Júnior		Aucíndio Ferreira dos Santos	Aucíndio Ferreira dos Santos345	Muro (aditamento a outro processo)	
1937	Campo 24 de Agosto		António de Brito [TR - J. Bastian]	348	Reformar e ampliar prédio	
1937	[1]AB-Avenida da Boavista	320-342	José Ferreira Peneda	485		ABN p0320
1937	Rua de Silva Porto com a Rua S. Diniz			487		
1937			Júlio José de Brito	489		
1937	Rua do Freixo	1505	Mário de Abreu	490		
1937	Avenida de Fernão de Magalhães	60 a 62	José Porto [TR - Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre]	495		
1937	Rua de Gondarém		Manuel Marques	497		
1937	Rua de Álvares Cabral	9-17-21	António Ferreira da Silva Janeira	498		
1937	Rua Santos Pousada		Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	1100		
1937	[2]AM-Avenida de Montevideu	644	José Porto [TR - Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre]	1118		AM p644
1937	Rua de Vasques de Mesquita		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	1600		
1937	Estrada da Circunvalação - a S. Roque da Lameira		Mário de Abreu	1602	Armazém	
1937	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso	2438-2460 X 22 a 28	Arménio Taveira Losa	1603	Anecra (actual)	ABP p2450
1937	[1]PMA-Rotunda da Boavista	313	Joaquim Mendes Jorge	1606	licença de 2ª categoria - sem desenhos	PMA 313

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 11 de 15)

1937	Rua Monte da Estação		António Alla	1611		
1937	Rua da Fonte da Moura		António Ferreira da Silva Janeira	1612		
1937	Rua de Santo Ildefonso		Leandro de Morais	1613	Farmácia Falcão	

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1937	Rua Justino Teixeira		Mário de Abreu	1615	Projecto de garagem	
1938	[2]RCA-Rua do Campo Alegre	1494/ 1502/1518	António de Brito			RCA p1494
1938	Rua de Fonte Arcada		Antão de Almeida Garrett	701	Ampliação da eira da quinta do Olho Marinho	
1938	[1]AB-Avenida da Boavista	3880	Joaquim Mendes Jorge	703		ABP p3880
1938	Rua de Miguel Bombarda	71F/71G	Eduardo Martins & Manuel Passos [TR - José Bernardo Martins de Magalhães]	704	Construção de edifício	
1938	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1319	Mário de Abreu	705	Vedação de Terreno	AMGC i1319
1938	Rua da Silva Tapada	8/12	Mário de Abreu	711	Obras de 2ª categoria	
1938	[2]RSP-Rua Soares de Passos - gaveto	221	Joaquim Soares de Fontes Santos	717	Aditamento à licença 693/ 1935	RSP i221
1938	[2]AM-Avenida de Montevideu		Manuel Marques & Amoroso Lopes	719	Alteração à licença 86/ 1938	AM
1938	Largo dos Lóios	46/47	Aires Nunes de Almeida	720		
1938	Rua Passos Manuel	68	António Júlio Teixeira Lopes	722	Obras de reforma em Armazém	
1938	Rua Duque da Terceira	180	João Queirós	800	Construção de Garagem	
1938	Rua do Carmo	6-8	Renato Montes	805	Construir montra e modificar fachada	
1938	Rua da Alegria	92-94	Inácio Pereira de Sá	810		
1938	[2]RACu-Rua Aníbal Cunha	133-143	Arménio Taveira Losa [TR - José Coelho de Freitas]	812	Construção de edifício	RACu
1938	Rua dos Caldeireiros	123	Arménio Taveira Losa	815	Construção de Armazém	
1938	Rua da Picaria	90	Mário de Abreu	817	Pequena Alteração de edifico	
1938	Rua Miguel Bombarda	99-101-103	Inácio Pereira de Sá	818	Construção de edifício	
1938	Rua Próxima à travessa do Pinheiro Manso		Joaquim Mendes Jorge	844	Aditamento a licença 1795/1937	
1938	Rua Próxima à travessa do Pinheiro Manso		Joaquim Mendes Jorge	845	Aditamento à licença 1796/37	
1938	Rua Miguel Bombarda		Joaquim Augusto M. Gaspar	846	Ampliação de prédio	
1938	Rua Justino Teixeira	359/363	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	847	construção de habitação	
1938	[1]RB-Rua da Boavista e Rua Augusto Luso	> 44/68	Júlio José de Brito	848	Reconstruir prédio e aproveitar paredes	RB i799
1938	Rua de 31 de Janeiro	71/73	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	853	Transformação de frente de estabelecimento comércio	
1938	Bairro Social da Arrábida	74	Joaquim Mendes Jorge	856		
1938	Rua da Fonte da Moura		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	858	Barraco para vigia de uma Bouça	

A3. 56

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 12 de 15)

1938	Travessa do Covelo	203	António Ferreira da Silva Janeira	859	Ampliação de fábrica	
1938	[1]RB-Rua da Boavista	88 (antigo 62)	Júlio José de Brito	860	obras em prédio	RB p088

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1938	Rua Mártires da Liberdade	241	Augusto Alberto Correia Rocha	863	Ampliação para oficina	
1938	[1]AB-Avenida da Boavista	320	José Ferreira Peneda	1093		ABN p0320
1938	Rua dos Combatentes		Mário de Abreu	1112		
1938	Rua de Alves da Veiga		Aucíndio Ferreira dos Santos	1113		
1938	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1221/ 1225/1231	Júlio José de Brito	1114		AMGC i1221
1938	Rua do Dr. José de Figueiredo	82	Augusto Alberto Correia Rocha	1116		RDJF p82
1938	Rua da Constituição e Rua do Monte Cativo (Rua do Nogueira)		ARS Arquitectos	1216	Bairro de 10 casas	
1938	[1]PMA-Rotunda da Boavista	160	Manuel Marques & Amoroso Lopes	1220		PMA 160
1938	Rua Monte Cativo	22-24	Renato Montes	1221	Modificação de fachada	
1938	Travessa das Areias	62	Mário de Abreu	1222	Ampliação	
1938	Rua de Santa Catarina com a Travessa da Fontinha		José Ferreira Peneda	1223	Ampliação	
1938	[2]RCC-Rua de Ciríaco Cardoso		Júlio José de Brito	1224	Ampliação	RCC A3.57
1938	Rua Formosa	53/57	José Ferreira Peneda	1225	Aditamento a projecto aprovado	
1938	Rua de Santa Catarina		Manuel Marques	1227	Alterações	
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	4974-4994	Manuel Marques; Amoroso Lopes	22	Aditamento no final da Obra (lic. 322/1937)	ABP p4974 / p4994
1939	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua de Guerra Junqueiro		António de Brito	371	Aditamento ao projecto nº 78058 (lic. 140/1938)	ABP i????
1939	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	400	Leandro de Morais	408	Construção de prédio	RNSF p400
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	2325	Júlio José de Brito	503	Novo pavilhão junto à fábrica	AB Demolido
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	3892	José Fernandes da Silva	581	Aditamento no final da obra (lic. 703/38)	ABP p3880
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	2407-2423	João Queirós	603	Casa para o guarda	ABP I2407
1939	[1]RB-Rua da Boavista	551-557(Antigo 437)	Júlio José de Brito	721		RB i551
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	4719	Amoroso Lopes	761	Remodelação de prédio	ABP i4719
1940	[1]AB-Avenida da Boavista	3770-3772-3776	Amoroso Lopes	82	ampliação de moradia	ABP p3770
1940	Avenida de Fernão de Magalhães		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	104		
1940	[1]AB-Avenida da Boavista	4761	António Júlio Teixeira Lopes	276		ABP i4761
1940	[1]AB-Avenida da Boavista	2407-2423	João Queirós	371		ABP i2407
1940	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	544-566	Aucíndio Ferreira dos Santos	447	Construção de Hangares para recolha de carros	RGJ P544
1940	[1]RB-Rua da Boavista	597	José Ferreira Peneda	586		RB i597

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 13 de 15)

1941	[1]RB-Rua da Boavista	272-278 (antigo 178.182)	Mário de Abreu	211	Alterações a prédio	RB p272
1941	Rua da Agra		Manuel da Silva Passos Júnior	212		
Ano	**Local**	**Nº Polícia**	**Autor Projecto de Arquitectura**	**Licença nº**	**Designação**	**Referência / notas**
1941	[1]AB-Avenida da Boavista	4842	Manuel da Silva Passos Júnior	277		ABP p4842
1941	[1]AB-Avenida da Boavista	2692-2706	Mário de Abreu	297	Dois prédios destinados a habitação	ABP p2706
1942	[1]PMA-Rotunda da Boavista	154 -155	Jorge Manuel Viana	395		PMA 154
1943	[1]RB-Rua da Boavista	239 (antigo 215)	Júlio José de Brito	67	Ampliação de prédio	RB i239
1944	[1]RB-Rua da Boavista	264-270	Fernando de Sá e Santos Ferreira	223	Construção de prédio	RB p264
1944	[1]AB-Avenida da Boavista	4983-5003	Francisco Fernandes da Silva Granja	549		ABP i5003
1947	[1]RB-Rua da Boavista	217-221 (Antigo 193-195	Vítor Santos Almeida / João de Brito	176		RB i217
1947	[1]RB-Rua da Boavista	571-583 (antigos 443 e 449)	Arménio Taveira Losa & Cassiano Barbosa	295	Bloco da Carvalhosa	RB i571
1948	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	291-307	Domingos Vieira da Silva	201		RNSF i291
1949	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua S. João de Brito	2402 [9-11-19]	José Maria Moura da Costa	490		RSJB i009 / ABP P2402
1949	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	21-29	José Maria Moura da Costa	492		RSJB i029
1949	[1]RB-Rua da Boavista	461/465/ 469	Carlos de Castro Silva Barros	515	Prédio de rendimento	RB i461
1950	[1]RB-Rua da Boavista	4-44	Germano de Castro Sousa Pinheiro	448		RB p004 / p034
1951	[2]AM-Avenida de Montevideu com a Rua Pêro da Covilhã	580 X 245	Alfredo Evangelista Viana de Lima	267		AM p580
1951	[2]RIC-Rua da Igreja de Cedofeita	13	Domingos Vieira da Silva	490		RIC i013
1951	[2]RCCB-Rua Carlos Cal Brandão	48	António Júlio Teixeira Lopes	501		RCCB p48
1952	[1]AB-Avenida da Boavista	4795	Carlos Henrique da Silva Neves	169		ABP i4795
1952	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	158-160	Alfredo Evangelista Viana de Lima	411		RSJB p158
1953	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	414	Fernando Ferreira	72	Construção de edifício	RNSF p414
1954	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	31-67	Rui José Malgrand de Príncipe e Santos	25		RSJB i031
1954	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	321-323	António Agnelo Teixeira Barbosa de Abreu	676	Construção de Edifício	RNSF i321
1955	[2]RCCB-Rua Carlos Cal Brandão	48	António Júlio Teixeira Lopes	461		RCCB p48
1955	[2]LMMA-Largo do Maestro Miguel Ângelo	Vários	Mário Bonito [TR - João Silva Lino]	653	Cooperativa Lar Familiar	LMMA
1955	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	231	José Carlos Loureiro	687	Parnaso	RNSF i231
1956	[1]AB-Avenida da Boavista	2414	Manuel da Silva Passos Júnior	15		ABP p2414
1956	[1]RB-Rua da Boavista	104	Manuel Barbosa Pereira da Costa	318		RB p104

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 14 de 15)

1956	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	291-299-307	José Carlos Loureiro	436		RNSF i291
1957	[2]RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva e Rua Barbosa du Bocage 119 e 135	74	F. Pessegueiro Miranda [TR - Álvaro Magro de Moura Bessa]	242	Construção de prédio de rendimento	RAMS p074

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1957	[2]RIC-Rua da Igreja de Cedofeita	13	Maximiano Rebelo dos Santos	468		RIC i013
1957	[1]AB-Avenida da Boavista	4397	Álvaro Siza Vieira & Jorge Guimarães Gigante	630		ABP i4397
1958	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Correia de Sá	3027-3031-3041-3043 [46-48]	Maximiano Rebelo dos Santos, Eng.	216	Alteração ao edifício existente	ABP i3041
1958	[1]RB-Rua da Boavista	31-55	Manuel da Silva Passos Júnior	580	Construção de 2 blocos	RB i031 /i055
1959	[1]RB-Rua da Boavista e Rua da Lapa		João de Brito	68		RB 004?
1959	[1]RB-Rua da Boavista	81-85	Manuel Barbosa Pereira da Costa	190		RB i081
1961	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	648-656	Agostinho Ricca Gonçalves	504	Edifício Montepio Geral	RJD p648
1961	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	32-52	António de Maria Lobo de Vasconcelos Corte Real	732		RSJB p032
1962	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	176-200	Francisco Pereira da Costa [TR - Alcino José Salvador Paixão]	198	Construção de edifício	RGJ P176
1963	[1]AB-Avenida da Boavista	1980-2118	Agostinho Ricca Gonçalves	224	FOCO	ABP p1980 / p2026 / p2072 / p2118
1964	[1]RB-Rua da Boavista	311-315	Aristides Guedes Coelho	182		RB i311
1965	[1]AB-Avenida da Boavista	1383		271		ABP i1383
1967	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Azevedo Coutinho	1980	Agostinho Ricca Gonçalves	397	FOCO	ABP p1980
1969	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	349	Eduardo José de Lacerda Pereira Machado	563	Construção de garagem	RNSF i349
1970	[2]RAP-Rua António Patrício	240-256-270	Arménio Taveira Losa / Arménio Taveira Losa & Alfredo Matos Ferreira	86	Edifício da Segurança Social	RAP p240
1971	[1]RBIA-Rua Beato Inácio de Azevedo	75	Nuno Tasso de Sousa [TR - Arménio Ribeiro Ferreira]	433	Clipóvoa	RBI i075
1973	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Beato Inácio de Azevedo	2300 [31]	Nuno Tasso de Sousa [TR - Arménio Ribeiro Ferreira]	302	SIC	ABP p2300
1973	[1]AB-Avenida da Boavista	1060	António Serafim Ferreira Machado	591	(Antiga PT) Holiday Inn	ABP p1060 / ABP p1120
1973	[1]AB-Avenida da Boavista	1060	António Serafim Ferreira Machado	598	(Antiga PT) Holiday Inn	ABP p1060 / ABP p1120
1978	[1]AB-Avenida da Boavista	4467	José Carlos Loureiro	121		ABP i4467
1980	[1]AB-Avenida da Boavista	5131-5133	Jorge Emanuel de Almeida Barreto	183	Construção de Moradia	ABP i5131
1981	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua de Agramonte	759-761	António Serafim Ferreira Machado	158	Antigo Banco de Macau	ABP i0759
1984	[1]AB-Avenida da Boavista	1541-1659	Arnaldo Manzi Valente e Brito	177	Bristol	ABP i1541
1984	Rua de Bessa Leite		Arnaldo Manzi Valente e Brito	178	Bristol	RBL
1986	[1]AB-Avenida da Boavista	3521	António Serafim Ferreira Machado	269	Aviz	ABP i3521

A3.59

Tabela 2.11: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por data. (Folha 15 de 15)

1988	[2]RPHM-Rua Pedro Homem de Melo	55	Alcino Soutinho [TR - António Serafim Ferreira Machado]	23	Antiga Bolsa de Derivados	RPHM i55
1990	[1]AB-Avenida da Boavista	1117	Luís Amorim Loureiro / Alcino Peixoto Castro Soutinho	413	BPI	ABP i1099

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1990	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 1 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	462	Lote 1 - Mota Galiza	RCG L01
1991	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 2 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	108	Lote 2 - Mota Galiza	RCG L02
1991	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 4 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	239	Lote 4 - Mota Galiza	RCG L04
1992	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 5 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	76	Lote 5 - Mota Galiza	RCG L05
1993	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 7 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	22	Lote 7 - Mota Galiza	RCG L07
1993	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	247	José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	177	Lote 6 - Mota Galiza	RJD i0247
1994	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua de Tanger	3223-3295	Henrique Augusto de Jesus Coelho	105	Oceanus	ABP i3223
1997	[2]RPHM-Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes	432 X 187	Álvaro Joaquim de Melo Siza Vieira & António Madureira	48		RPHM p
1998	[1]AB-Avenida da Boavista	1751	Alexandre Martins da Costa Burmester	264	Mcdonalds	ABP i1751
1999	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 10 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	351	Lote 10 - Mota Galiza	RCG L10
1999	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 11 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	352	Lote 11 - Mota Galiza	RCG L11
2004	[1]RB-Rua da Boavista, Rua das Águas Férreas e Rua do Melo	330-342	Álvaro Joaquim de Melo Siza Vieira & António Madureira	62	Conjunto Habitacionalda Bouça	RB p330

a.Os arruamentos dentro das áreas de análise têm incluído na designação o código abreviado do nome, em maiúsculas, e o código numérico referente à localização deste dentro da área inicial de análise [1] ou da área alargada de análise [2].
b.Código de identificação do edifício quando o mesmo faz parte da base de dados de levantamento das áreas de análise. Serve fundamentalmente para cruzamento entre base de dados.

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 1 de 12)

Ano	Local[a]	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência[b] / notas
1896	[1]AB-Avenida da Boavista - lado sul abaixo da paragem do Bessa		Adães Bermudes [TR - José António Ferreira da Cunha]	141	Construção de moradia	ABP demolido
1961	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	648-656	Agostinho Ricca Gonçalves	504	Edifício Montepio Geral	RJD p648
1963	[1]AB-Avenida da Boavista	1980-2118	Agostinho Ricca Gonçalves	224	FOCO	ABP p1980 / p2026 / p2072 / p2118
1967	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Azevedo Coutinho	1980	Agostinho Ricca Gonçalves	397	FOCO	ABP p1980
1938	Largo dos Lóios	46/47	Aires Nunes de Almeida	720		
1927	Rua Dr. António Granjo	21	Alberto de Joaquim Lima	32	Construção de terraço em Betão armado	
1988	[2]RPHM-Rua Pedro Homem de Melo	55	Alcino Soutinho [TR - António Serafim Ferreira Machado]	23	Antiga Bolsa de Derivados	RPHM i55
1998	[1]AB-Avenida da Boavista	1751	Alexandre Martins da Costa Burmester	264	Mcdonalds	ABP i1751
1951	[2]AM-Avenida de Montevideu com a Rua Pêro da Covilhã	580 X 245	Alfredo Evangelista Viana de Lima	267		AM p580
1952	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	158-160	Alfredo Evangelista Viana de Lima	411		RSJB p158
2004	[1]RB-Rua da Boavista, Rua das Águas Férreas e Rua do Melo	330-342	Álvaro Joaquim de Melo Siza Vieira & António Madureira	62	Conjunto Habitacionalda Bouça	RB p330
1997	[2]RPHM-Rua Pedro Homem de Melo e Rua José Ferreira Gomes	432 X 187	Álvaro Joaquim de Melo Siza Vieira & António Madureira	48		RPHM p
1957	[1]AB-Avenida da Boavista	4397	Álvaro Siza Vieira & Jorge Guimarães Gigante	630		ABP i4397
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	4719	Amoroso Lopes	761	Remodelação de prédio	ABP i4719
1940	[1]AB-Avenida da Boavista	3770-3772-3776	Amoroso Lopes	82	ampliação de moradia	ABP p3770
1934/35	[3]RA-Rua do Almada	87	Antão de Almeida Garrett	1230	Alteração de Fachada	RA
1938	Rua de Fonte Arcada		Antão de Almeida Garrett	701	Ampliação da eira da quinta do Olho Marinho	
1954	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	321-323	António Agnelo Teixeira Barbosa de Abreu	676	Construção de Edifício	RNSF i321
1937	Rua Monte da Estação		António Alla	1611		
1935	Avenida de Fernão de Magalhães		António Augusto Guimarães Teixeira Rego	2032		
1896	Rua dos Vanzeleres		António Cardoso Botelho	79	Construção de moradia	
1896	[1]AB-Avenida da Boavista		António Cardoso Botelho	109	Construção de moradia	ABP demolido
1900	[2]RMS-Rua do Marechal Saldanha	846	António Cardoso Botelho	8		
1900	Rua da Constituição		António Cardoso Botelho	64		
1929	[2]RAP-Travessa de António Cardoso	253-255	António de Brito	388		RAP i255
1934/35	[3]RA-Rua do Almada e Rua da Fábrica		António de Brito	1375	Alteração de fachada (abertura de 4 vitrinas)	

A3.61

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 2 de 12)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência/ notas
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa - gaveto	756-756A	António de Brito	1385	Construção de casa	AMGC demolido?
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa com a Rua Garcia da Orta	805-805A e B	António de Brito	1388		AMGC i0805
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	618-630	António de Brito	1389	Construção de duas moradias	AMGC p0618 / p0630
1935	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra	496	António de Brito	2088	Construção de garagem	
1936	Rua de Agramonte	50	António de Brito	1167	Licença de 2ª categoria	
1938	[2]RCA-Rua do Campo Alegre	1494/ 1502/1518	António de Brito			RCA p1494
1939	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua de Guerra Junqueiro		António de Brito	371	Aditamento ao projecto nº 78058 (lic. 140/1938)	ABP i????
1937	Campo 24 de Agosto		António de Brito [TR - J. Bastian]	348	Reformar e ampliar prédio	
1961	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	32-52	António de Maria Lobo de Vasconcelos Corte Real	732		RSJB p032
1908	[2]ROM-Rua de Oliveira Monteiro		António Faria Moreira Ramalhão	394		ROM
1913	Monte das Antas		António Faria Moreira Ramalhão	204	Fábrica de Briquettes	
1913	[1]RB-Rua da Boavista	392	António Faria Moreira Ramalhão	208	Construção de muro	RB Demolido
1936	Rua do Ameal	831	António Ferreira da Silva Janeira	988	Construção de armazém	
1937	Rua de Álvares Cabral	9-17-21	António Ferreira da Silva Janeira	498		
1937	Rua da Fonte da Moura		António Ferreira da Silva Janeira	1612		
1938	Travessa do Covelo	203	António Ferreira da Silva Janeira	859	Ampliação de fábrica	
1927	Rua de Camões	788	António Joaquim de Carvalho	9	depósito de cimento armado	
1927	Rua da Constituição		António Joaquim de Carvalho	136	construção de habitação	
1935	Rua de Antero de Quental		António Júlio Teixeira Lopes	2100	Aditamento à Licença nº901/1934-35	
1938	Rua Passos Manuel	68	António Júlio Teixeira Lopes	722	Obras de reforma em Armazém	
1940	[1]AB-Avenida da Boavista	4761	António Júlio Teixeira Lopes	276		ABP i4761
1951	[2]RCCB-Rua Carlos Cal Brandão	48	António Júlio Teixeira Lopes	501		RCCB p48
1955	[2]RCCB-Rua Carlos Cal Brandão	48	António Júlio Teixeira Lopes	461		RCCB p48
1927	Mercado da Corujeira		António Martins Rosa	121		
1927	Rua de Azevedo	48	António Martins Rosas	60		
1927	Rua de Santa Catarina com a Travessa das Almas	476-480	António Martins Rosas	812		
1927	Rua Central da Corujeira		António Martins Rosas	839		
1926	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua João de Deus	1014-1016	António Pereira Barbosa	551		AB Demolido
1908	Rua do Bolhão		António Pereira da Silva	317		
1909	Rua da Bateria	177	António Pereira da Silva	1184	Ampliação de prédio	
1909	Rua particular Costa e Almeida	prox. 80	António Pereira da Silva / Manuel Ferreira Ribeiro	1194	Construção de moradia	

A3. 62

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 3 de 12)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência/ notas
1909	Rua do Bonjardim	835	António Pereira da Silva; Manuel Ferreira Ribeiro	1158	Construção de prédio	
1909	Rua de Gondarém	500	António Pereira Pinto Bravo	1192	Construção de prédio	
1932/33	Rua do Dr. Júlio de Matos	167-173-177	António Rodrigues da Silva	895	Grupo de casas económicas	
1973	[1]AB-Avenida da Boavista	1060	António Serafim Ferreira Machado	591	(Antiga PT) Holiday Inn	ABP p1060 / ABP p1120
1973	[1]AB-Avenida da Boavista	1060	António Serafim Ferreira Machado	598	(Antiga PT) Holiday Inn	ABP p1060 / ABP p1120
1981	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua de Agramonte	759-761	António Serafim Ferreira Machado	158	Antigo Banco de Macau	ABP i0759
1986	[1]AB-Avenida da Boavista	3521	António Serafim Ferreira Machado	269	Aviz	ABP i3521
1936	Rua Sá da Bandeira	75	António Teixeira Rego	980	Obras no Café A Brasileira (nota: Casa Lima)	
1964	[1]RB-Rua da Boavista	311-315	Aristides Guedes Coelho	182		RB i311
1936	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua João de Deus	1030-1044 X 19-33	Arménio Taveira Losa	1170		ABP p1030
1937	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua do Pinheiro Manso	2438-2460 X 22 a 28	Arménio Taveira Losa	1603	Anecra (actual)	ABP p2450
1938	Rua dos Caldeireiros	123	Arménio Taveira Losa	815	Construção de Armazém	A3.63
1938	[2]RACu-Rua Aníbal Cunha	133-143	Arménio Taveira Losa [TR - José Coelho de Freitas]	812	Construção de edifício	RACu
1947	[1]RB-Rua da Boavista	571-583 (antigos 443 e 449)	Arménio Taveira Losa & Cassiano Barbosa	295	Bloco da Carvalhosa	RB i571
1970	[2]RAP-Rua António Patrício	240-256-270	Arménio Taveira Losa / Arménio Taveira Losa & Alfredo Matos Ferreira	86	Edifício da Segurança Social	RAP p240
1984	[1]AB-Avenida da Boavista	1541-1659	Arnaldo Manzi Valente e Brito	177	Bristol	ABP i1541
1984	Rua de Bessa Leite		Arnaldo Manzi Valente e Brito	178	Bristol	RBL
1938	Rua da Constituição e Rua do Monte Cativo (Rua do Nogueira)		ARS Arquitectos	1216	Bairro de 10 casas	
1936	Rua do Bonfim	441-445	ARS arquitectos [TR - Manuel da Costa Pinto Barreto]	1661	Alteração em edifício existente	
1934/35	Rua do Bonfim com a Travessa de Justino Teixeira		Artur de Almeida Júnior	1380	Aditamento à licença 724/ 1934-35	
1936	Avenida de Fernão de Magalhães		Artur de Almeida Júnior			
1936	Rua Chã		Artur de Almeida Júnior	982	Modificação de prédio	
1913	Rua particular à Carcereira		Artur Mendes Costa	237		
1935	Rua Heróis de Chaves e Rua do Moreira		Aucíndio Ferreira dos Santos	2098	Aditamento à Licença nº709/1934	
1932/33	Rua Duque de Saldanha	676	Aucíndio Ferreira dos Santos	1131	Modificação de fachada	
1932/33	Rua de Costa Cabral	1857	Aucíndio Ferreira dos Santos	1137	Remodelação de prédio	
1932/33	Rua do Golgota	15	Aucíndio Ferreira dos Santos	1152	Alterações a moradia	
1934/35	Praça da República	169	Aucíndio Ferreira dos Santos	1371	Alteração de edifício	PR i169

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 4 de 12)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência/ notas
1934/35	Rua de Álvares Cabral com a Travessa da Figueiroa	1-5 [2-10]	Aucíndio Ferreira dos Santos	1379		
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	859-875	Aucíndio Ferreira dos Santos	1384	Construção de edifício	AMGC i0875
1934/35	Rua da Torrinha	278 (junto)	Aucíndio Ferreira dos Santos	1390		
1934/35	Rua particular dos Arcos		Aucíndio Ferreira dos Santos	1831	Moradia com 1 piso	
1935	Rua da Alegria	333	Aucíndio Ferreira dos Santos	2034		
1935	Rua Central de Francos		Aucíndio Ferreira dos Santos	2096	Legalização de edifícios	
1935	Rua do Lima	166	Aucíndio Ferreira dos Santos	2097	Construção de garagem	
1935	Rua de Olivença	55	Aucíndio Ferreira dos Santos	2104	Construção de garagem	
1936	Rua Militão Barbedo	704-714	Aucíndio Ferreira dos Santos	1156	Demolição e reconstrução de fachadas	
1938	Rua de Alves da Veiga		Aucíndio Ferreira dos Santos	1113		
1940	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	544-566	Aucíndio Ferreira dos Santos	447	Construção de Hangares para recolha de carros	RGJ P544
1937	Rua de Cunha Júnior		Aucíndio Ferreira dos Santos	345	Muro (aditamento a outro processo)	
1934/35	Rua dos Burgães	176-182	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - António Rodrigues da Silva]	1839		
1934/35	Rua dos Burgães	168-172	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - António Rodrigues da Silva]	1843		
1934/35	[1]AB-Avenida da Boavista	617-619	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - José Coelho de Freitas]	1206	construção de "devanture"	ABP i0615
1934/35	Rua Gonçalo Cristóvão	8-12	Aucíndio Ferreira dos Santos [TR - José Coelho de Freitas]	1374	Alteração à licença 652/ 1934	RGC p008
1936	Rua do Ameal		Augusto Alberto Correia Rocha			
1938	Rua Mártires da Liberdade	241	Augusto Alberto Correia Rocha	863	Ampliação para oficina	
1938	Rua do Dr. José de Figueiredo	82	Augusto Alberto Correia Rocha	1116		RDJF p82
1913	Rua João de Deus	52	Bernardino Francisco Pereira	105	Construção de um grupo de 3 casas	
1921	[1]AB-Avenida da Boavista	1393	Carlos Chamber Ramos	1308		ABP i1393
1949	[1]RB-Rua da Boavista	461/465/ 469	Carlos de Castro Silva Barros	515	Prédio de rendimento	RB i461
1952	[1]AB-Avenida da Boavista	4795	Carlos Henrique da Silva Neves	169		ABP i4795
1948	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	291-307	Domingos Vieira da Silva	201		RNSF i291
1951	[2]RIC-Rua da Igreja de Cedofeita	13	Domingos Vieira da Silva	490		RIC i013
1934/35	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	544-566	Edgardo Martins Torres	1392	Aditamento à licença 306/ 1934	RGJ p544
1969	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	349	Eduardo José de Lacerda Pereira Machado	563	Construção de garagem	RNSF i349
1936	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua da Ervilha	3011/ 3031/3041	Eduardo Martins & Manuel Passos [TR - António de Brito]	979	Alteração às Moradias Borges da Gama	ABP i3041
1936	Rua de António Cândido -gaveto	213/215	Eduardo Martins & Manuel Passos [TR - Fernando Cardoso Lima]	983	Construção de Moradia	

A3. 64

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 5 de 12)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência/ notas
1938	Rua de Miguel Bombarda	71F/71G	Eduardo Martins & Manuel Passos [TR - José Bernardo Martins de Magalhães]	704	Construção de edifício	
1957	[2]RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva e Rua Barbosa du Bocage 119 e 135	74	F. Pessegueiro Miranda [TR - Álvaro Magro de Moura Bessa]	242	Construção de prédio de rendimento	RAMS p074
1913	[2]RS-Rua de Serralves	1621	Felisberto Moreira Valle	123	Construção de duas casas	
1944	[1]RB-Rua da Boavista	264-270	Fernando de Sá e Santos Ferreira	223	Construção de prédio	RB p264
1953	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	414	Fernando Ferreira	72	Construção de edifício	RNSF p414
1934/35	[2]RMS-Rua do Marechal Saldanha	1004	Fernando Moreira de Sá	1833		
1923	[1]AB-Avenida da Boavista	junto ao 768	Francisco de Oliveira Ferreira	2014		AB Demolido
1927	Rua Mouzinho da Silveira	225	Francisco de Oliveira Ferreira	52	Construção de Armazém	
1932/33	Cemitério Oriental		Francisco de Oliveira Ferreira	892	Jazigo (Mausoléu Neomanuelino)	
1936	Rua Gonçalo Cristóvão	254	Francisco de Oliveira Ferreira	1155	Alargamento de portão	
1936	Aldeia nova do Monte ao Campo Lindo		Francisco de Oliveira Ferreira	1670	construção de dois prédios	
1913	Rua do Conde		Francisco dos Santos Silva	102	Construção de moradia	A3.65
1913	Travessa da Póvoa	22	Francisco dos Santos Silva	104	Ampliação de prédio (inc. inst. industriais)	
1913	Rua de S. Dinis	junto ao 458	Francisco dos Santos Silva	112	Construção de duas moradas de casas	
1944	[1]AB-Avenida da Boavista	4983-5003	Francisco Fernandes da Silva Granja	549		ABP i5003
1934/35	[2]RMS-Rua do Marechal Saldanha	1032	Francisco Moreira de Sá	1837		
1962	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	176-200	Francisco Pereira da Costa [TR - Alcino José Salvador Paixão]	198	Construção de edifício	RGJ P176
1908	Rua de Vila Meã		Francisco Pinto de Castro	306		
1908	Rua do Campo Pequeno	29-33	Francisco Pinto de Castro	343		
1909	Rua de Costa Cabral	1077	Francisco Pinto de Castro	1170	Alterações a prédio	
1909	Lugar do Pinheiro - Cavadas	37	Francisco Pinto de Castro	1171	Construção de moradia	
1909	Rua da Benedicta	56	Francisco Pinto de Castro	1186	Ampliação de prédio	
1950	[1]RB-Rua da Boavista	4-44	Germano de Castro Sousa Pinheiro	448		RB p004 / p034
1994	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua de Tanger	3223-3295	Henrique Augusto de Jesus Coelho	105	Oceanus	ABP i3223
1932/33	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Azevedo Coutinho	1904	Henrique Santos Peres Guimarães	852	Regularizar terras e abrir caboucos	ABP p1904
1935	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1009	Homero Ferreira Dias	1542		AMGC i1009
1938	Rua da Alegria	92-94	Inácio Pereira de Sá	810		
1938	Rua Miguel Bombarda	99-101-103	Inácio Pereira de Sá	818	Construção de edifício	
1936	Rua do Paraíso com a Rua Faria Guimarães	143,153,159	Januário Godinho	1669	Construir prédio	

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 6 de 12)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência/ notas
1935	Rua do Gama		Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	1544		
1935	[2]RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva	193-259	Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	2051		RAMS i245
1936	Rua do Túnel	110	Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	1660	Aditamento à licença 1544 - 1934/35	
1937	Rua Santos Pousada		Januário Godinho [TR - António Peres Dias Guimarães]	1100		
1935	Rua do Dr. Magalhães Lemos		João de Brito	2038		
1959	[1]RB-Rua da Boavista e Rua da Lapa		João de Brito	68		RB 004?
1937	Rua do Freixo		João Filipe de Vaz Martins			
1937	Rua do Freixo		João Filipe de Vaz Martins			
1923	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua António Aroso		João Queirós	1367		AB Demolido
1940	[1]AB-Avenida da Boavista	2407-2423	João Queirós	371		ABP i2407
1927	Rua de São Roque da Lameira		João Queirós	31	Construção de habitação	
1929	Rua de Santa Catarina		João Queirós			
1929	[2]RAP-Travessa de António Cardoso	315	João Queirós	396		RAP i315
1930	[1]RB-Rua da Boavista	847/849/ 855/857/ 863	João Queirós	268	INOVA Casas pa Todos	RB i847
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	513-519	João Queirós	1383	Construção	AMGC i0519
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	759-763	João Queirós	1387	Construção de 2 casas	AMGC i0759 / i0761
1935	Avenida Brasil	793	João Queirós	2030		Abr demolido
1935	Bairro Social da Arrábida	72	João Queirós	2102	Alterações a moradia	
1936	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1084	João Queirós	423		AMGC Demolido
1936	Rua de Nevala	140	João Queirós	999	Construção de Garagem	
1938	Rua Duque da Terceira	180	João Queirós	800	Construção de Garagem	
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	2407-2423	João Queirós	603	Casa para o guarda	ABP I2407
1934/35	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		João Queirós [TR - Fernando Moreira de Sá]	1207	Construção de Moradia	
1927	Rua de Passos Manuel		João Queirós [TR - Manuel Pereira de Sá]	87	Alteração à licença 1319/ 1925	
1927	Rua de Santa Catarina	963	João Torres Vilas	823		
1938	Rua Miguel Bombarda		Joaquim Augusto M. Gaspar	846	Ampliação de prédio	
1927	[1]RB-Rua da Boavista	296-302 (antigo 202)	Joaquim da Silva	655		RB p296
1932/33	Rua da Índia	145	Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre	874	Construção de garagem	

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 7 de 12)

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência/ notas
1936	Rua de Nevala	31-43	Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre	1662	Construção de estufa	
1909	Rua de Santa Catarina com a Viela das Pombas	entre 165 e 175	Joaquim Ferreira Barros	1189	Alterações no rés-do-chão	
1927	Rua Duque de Loulé	116	Joaquim Mendes Jorge	4	Construção de duas escadas em cimento armado	
1936	Rua de S. Dinis	415	Joaquim Mendes Jorge	989	Ampliação	
1937	[1]PMA-Rotunda da Boavista	313	Joaquim Mendes Jorge	1606	licença de 2ª categoria - sem desenhos	PMA 313
1938	[1]AB-Avenida da Boavista	3880	Joaquim Mendes Jorge	703		ABP p3880
1938	Rua Próxima à travessa do Pinheiro Manso		Joaquim Mendes Jorge	844	Aditamento a licença 1795/1937	
1938	Rua Próxima à travessa do Pinheiro Manso		Joaquim Mendes Jorge	845	Aditamento à licença 1796/37	
1938	Bairro Social da Arrábida	74	Joaquim Mendes Jorge	856		
1913	[2]RPM-Rua de Pinheiro Manso		Joaquim O. Barbosa	239	Construção de edifício - aditamento	RPM
1938	[2]RSP-Rua Soares de Passos - gaveto	221	Joaquim Soares de Fontes Santos	717	Aditamento à licença 693/ 1935	RSP i221
1980	[1]AB-Avenida da Boavista	5131-5133	Jorge Emanuel de Almeida Barreto	183	Construção de Moradia	ABP i5131
1942	[1]PMA-Rotunda da Boavista	154 -155	Jorge Manuel Viana	395		PMA 154
1955	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	231	José Carlos Loureiro	687	Parnaso	RNSF i231
1956	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	291-299-307	José Carlos Loureiro	436		RNSF i291
1978	[1]AB-Avenida da Boavista	4467	José Carlos Loureiro	121		ABP i4467
1990	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 1 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	462	Lote 1 - Mota Galiza	RCG L01
1991	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 2 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	108	Lote 2 - Mota Galiza	RCG L02
1991	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 4 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	239	Lote 4 - Mota Galiza	RCG L04
1992	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 5 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	76	Lote 5 - Mota Galiza	RCG L05
1993	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 7 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	22	Lote 7 - Mota Galiza	RCG L07
1993	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	247	José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	177	Lote 6 - Mota Galiza	RJD i0247
1999	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 10 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	351	Lote 10 - Mota Galiza	RCG L10
1999	[2]RCG-Rua Calouste Gulbenkian - Lote 11 - Mota Galiza		José Carlos Loureiro & Luís Duarte Pádua Ramos	352	Lote 11 - Mota Galiza	RCG L11
1927	[1]AB-Avenida da Boavista	675	José Domingues de Almeida	802		ABP i0675
1927	Rua das Cavadas		José Emílio da Silva Moreira	850		
1934/35	Rua de Salgueiros		José Emílio da Silva Moreira	1205	Alinhar Muro	
1934/35	Rua da Boa Nova		José Emílio da Silva Moreira	1211		

A3.67

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 8 de 12)

1934/35	Rua das Cavadas		José Emílio da Silva Moreira	1222	Construção de 5 pequenas casas	
Ano	**Local**	**Nº Polícia**	**Autor Projecto de Arquitectura**	**Licença nº**	**Designação**	**Referência / notas**
1934/35	Rua Fernandes Tomás coma Rua Santos Pousada		José Emílio da Silva Moreira	1235	Prédio de rendimento	
1927	Rua de Rego Lameiro		José Fernandes da Silva	624		
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	3892	José Fernandes da Silva	581	Aditamento no final da obra (lic. 703/38)	ABP p3880
1927	Rua Santos Pousada	141	José Ferreira Peneda	83	Ampliação (gabinete)	
1934/35	Rua Diogo Cão	1181	José Ferreira Peneda	1376	Obras de ampliação	
1934/35	Rua de 31 de Janeiro	62-66	José Ferreira Peneda	1394	Alteração de frontaria e rés-do-chão	
1935	Rua de Costa Cabral	209	José Ferreira Peneda	2056		
1935	Rua do Bonjardim		José Ferreira Peneda	2057	Aditamento à licença nº 1595/35	
1936	Rua Fernandes Tomás e Campo 24 de Agosto		José Ferreira Peneda			
1936	Travessa do Carregal	109 (429?)	José Ferreira Peneda	998	Ampliação de prédio	
1937	[1]AB-Avenida da Boavista	320-342	José Ferreira Peneda	485		ABN p0320
1938	[1]AB-Avenida da Boavista	320	José Ferreira Peneda	1093		ABN p0320
1938	Rua de Santa Catarina com a Travessa da Fontinha		José Ferreira Peneda	1223	Ampliação	
1938	Rua Formosa	53/57	José Ferreira Peneda	1225	Aditamento a projecto aprovado	
1940	[1]RB-Rua da Boavista	597	José Ferreira Peneda	586		RB i597
1913	[1]AB-Avenida da Boavista	28	José Francisco da Silva; Alexandre Domingues	224	Colégio Universal	ABN p0028
1927	Rua do Pinheiro Manso	217	José Francisco Duarte	103	Construção de ala sul	
1949	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua S. João de Brito	2402 [9-11-19]	José Maria Moura da Costa	490		RSJB i009 / ABP P2402
1949	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	21-29	José Maria Moura da Costa	492		RSJB i029
1927	Rua Bella	25	José Marques da Silva [TR - Manuel Fernandes Enes]	105	Ampliação de andar	
1937	Avenida de Fernão de Magalhães	60 a 62	José Porto [TR - Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre]	495		
1937	[2]AM-Avenida de Montevideu	644	José Porto [TR - Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre]	1118		AM p644
1927	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	612	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	73	Ampliação de oficina	
1934/35	Rua do Revilhão - Bairro de Aldoar		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	1229	Construção de Casa tipo A	
1935	Rua das Condominhas	469	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	2089	Ampliação de prédio	
1937	Rua entre Antero de Quental e o Covelo		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	330		
1937	Rua de Vasques de Mesquita		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	1600		
1938	Rua Justino Teixeira	359/363	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	847	construção de habitação	

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 9 de 12)

1938	Rua de 31 de Janeiro	71/73	José Ribeiro da Silva Lima Júnior	853	Transformação de frente de estabelecimento comércio	
Ano	**Local**	**Nº Polícia**	**Autor Projecto de Arquitectura**	**Licença nº**	**Designação**	**Referência / notas**
1938	Rua da Fonte da Moura		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	858	Barraco para vigia de uma Bouça	
1940	Avenida de Fernão de Magalhães		José Ribeiro da Silva Lima Júnior	104		
1934/35	Rua do Molhe		Júlio José de Brito	1212	Construção de muro	
1934/35	Rua de Gondarém		Júlio José de Brito	1844	Construção de garagem	
1935	Praça de Coronel Pacheco		Júlio José de Brito	1562	Colégio Almeida Garrett	
1937			Júlio José de Brito	489		
1938	[1]RB-Rua da Boavista e Rua Augusto Luso	> 44/68	Júlio José de Brito	848	Reconstruir prédio e aproveitar paredes	RB i799
1938	[1]RB-Rua da Boavista	88 (antigo 62)	Júlio José de Brito	860	obras em prédio	RB p088
1938	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1221/ 1225/1231	Júlio José de Brito	1114		AMGC i1221
1938	[2]RCC-Rua de Ciríaco Cardoso		Júlio José de Brito	1224	Ampliação	RCC
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	2325	Júlio José de Brito	503	Novo pavilhão junto à fábrica	AB Demolido
1939	[1]RB-Rua da Boavista	551-557(Antigo 437)	Júlio José de Brito	721		RB i551 **A3.69**
1943	[1]RB-Rua da Boavista	239 (antigo 215)	Júlio José de Brito	67	Ampliação de prédio	RB i239
1932/33	Rua da Azenha	218	Leandro de Morais	853	Construção de prédio	
1932/33	Rua Sá da Bandeira	105	Leandro de Morais	855	Remodelação de prédio	
1934/35	Rua do Bonfim - Avenida de Camilo		Leandro de Morais	1111		
1934/35	[1]AB-Avenida da Boavista	1194-1202	Leandro de Morais	1125		AB Demolido
1936	[1]AB-Avenida da Boavista	1140	Leandro de Morais	978	Construção de garagem	AB Demolido
1937	Rua de Santo Ildefonso		Leandro de Morais	1613	Farmácia Falcão	
1939	[2]RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima	400	Leandro de Morais	408	Construção de prédio	RNSF p400
1908	[1]AB-Avenida da Boavista com a Rua João de Deus		Licínio Guimarães	359		AB Demolido
1915	[1]AB-Avenida da Boavista com a Travessa de Serralves (Rua Jorge Reinel)		Licínio Guimarães	1008	Abertura de janelas	ABP idemolido
1913	Rua do Triunfo	160-162	Licínio Guimarães; Francisco dos Santos Silva	242		
1990	[1]AB-Avenida da Boavista	1117	Luís Amorim Loureiro / Alcino Peixoto Castro Soutinho	413	BPI	ABP i1099
1934	[2]AM-Avenida de Montevideu	730-738	Manuel Domingues dos Santos;José Ribeiro Júnior	1541		AM p730
1909	Rua da Mazorra		Manuel Francisco Rodrigues	1197	Ampliação de prédio	
1934/35	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1215	Manuel Marques	1386		AMGC i1215

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 10 de 12)

1935	Rua Monte Cativo		Manuel Marques	2035		
1936	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	338 a 356	Manuel Marques	169		AMGC p0338

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1936	[2]AM-Avenida de Montevideu	764	Manuel Marques	422		AM p760
1937	Rua de Gondarém		Manuel Marques	497		
1938	Rua de Santa Catarina		Manuel Marques	1227	Alterações	
1936	[1]AB-Avenida da Boavista	3870	Manuel Marques & Amoroso Lopes	1659	Construção de prédio	ABP p3870
1937	[1]AB-Avenida da Boavista	4974 e 4994	Manuel Marques & Amoroso Lopes	322		ABP p4974 / p4994
1937	Zona do Freixo		Manuel Marques & Amoroso Lopes	331	Aditamento	
1938	[2]AM-Avenida de Montevideu		Manuel Marques & Amoroso Lopes	719	Alteração à licença 86/ 1938	AM
1938	[1]PMA-Rotunda da Boavista	160	Manuel Marques & Amoroso Lopes	1220		PMA 160
1939	[1]AB-Avenida da Boavista	4974-4994	Manuel Marques; Amoroso Lopes	22	Aditamento no final da Obra (lic. 322/1937)	ABP p4974 / p4994
1927	[1]PMA-Rotunda da Boavista	151	Manuel Marques & Júlio de Brito [TR - Agostinho de Sousa]	647	Casa Domingos Fernandes	PMA 151
1956	[1]RB-Rua da Boavista	104	Manuel Barbosa Pereira da Costa	318		RB p104
1959	[1]RB-Rua da Boavista	81-85	Manuel Barbosa Pereira da Costa	190		RB i081
1941	Rua da Agra		Manuel da Silva Passos Júnior	212		
1941	[1]AB-Avenida da Boavista	4842	Manuel da Silva Passos Júnior	277		ABP p4842
1956	[1]AB-Avenida da Boavista	2414	Manuel da Silva Passos Júnior	15		ABP p2414
1958	[1]RB-Rua da Boavista	31-55	Manuel da Silva Passos Júnior	580	Construção de 2 blocos	RB i031 /i055
1932/33	Rua do Dr. Júlio de Matos	361	Manuel dos Santos	894	Construção de moradia	
1932/33	Rua de António Granjo e Rua do Heroísmo	24-46 X 374 e 376	Manuel Ferreira da Silva Júnior	1157	Construção de prédio	
1915	Estrada da Circunvalação - perto do posto fiscal da Asprela		Manuel Ferreira Ribeiro	984		
1915	[1]RB-Rua da Boavista	504	Manuel Francisco Maia	973	Alterações a prédio (rebaixar janelas)	
1932/33	[2]RGJ-Rua Guerra Junqueiro	131	Manuel Pereira de Sá	1136	Construção de moradia	
1955	[2]LMMA-Largo do Maestro Miguel Ângelo	Vários	Mário Bonito [TR - João Silva Lino]	653	Cooperativa Lar Familiar	LMMA
1932/33	Rua da Lomba	242	Mário de Abreu	1146	Construção de moradia	
1934/35	Rua da Arrábida		Mário de Abreu	1203	Licença de 2º Categoria	
1934/35	Rua da Cruz		Mário de Abreu	1208	Construção de prédio	
1934/35	Rua Ferreira dos Santos		Mário de Abreu	1381	Muro de Vedação	
1934/35	Praça da Corujeira	337	Mário de Abreu	1382	Abertura de vão	
1935	Rua Senhora do Porto		Mário de Abreu	2054	Dividir barracão	
1935	Avenida Rodrigues de Freitas	405	Mário de Abreu	2090	Substituir armação de madeira por ferro	
1936	Rua do Triunfo		Mário de Abreu			

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 11 de 12)

1936	Rua de 31 de Janeiro		Mário de Abreu	994	Alteração de edifício (montra)	
1936	Travessa da Fonte	171	Mário de Abreu	1153		

Ano	Local	Nº Polícia	Autor Projecto de Arquitectura	Licença nº	Designação	Referência / notas
1936	Estrada da Circunvalação e Rua do Carriçal	225	Mário de Abreu	1159	Ampliação de muro e construção de portão	
1936	Lugar das Cavadas - Próximo à Rua Nova da Constituição		Mário de Abreu	1166	Construção de Barracão	
1936	Avenida de Fernão de Magalhães	1080	Mário de Abreu	1653	Aditamento no final da obra - prédio	
1937	Rua do Monte da Estação	254	Mário de Abreu	333		
1937	Rua do Freixo	1505	Mário de Abreu	490		
1937	Estrada da Circunvalação - a S. Roque da Lameira		Mário de Abreu	1602	Armazém	
1937	Rua Justino Teixeira		Mário de Abreu	1615	Projecto de garagem	
1938	[2]AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa	1319	Mário de Abreu	705	Vedação de Terreno	AMGC i1319
1938	Rua da Silva Tapada	8/12	Mário de Abreu	711	Obras de 2ª categoria	
1938	Rua da Picaria	90	Mário de Abreu	817	Pequena Alteração de edifico	
1938	Rua dos Combatentes		Mário de Abreu	1112		A3.71
1938	Travessa das Areias	62	Mário de Abreu	1222	Ampliação	
1941	[1]RB-Rua da Boavista	272-278 (antigo 178.182)	Mário de Abreu	211	Alterações a prédio	RB p272
1941	[1]AB-Avenida da Boavista	2692-2706	Mário de Abreu	297	Dois prédios destinados a habitação	ABP p2706
1957	[2]RIC-Rua da Igreja de Cedofeita	13	Maximiano Rebelo dos Santos	468		RIC i013
1958	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Correia de Sá	3027-3031-3041-3043 [46-48]	Maximiano Rebelo dos Santos	216	Alteração ao edifício existente	ABP i3041
1927	Rua Alexandre Herculano		Maximino Martins Maia	27	Construção de prédio	
1927	Rua de s. Roque da Lameira		Maximino Martins Maia	54	Alterações	
1971	[1]RBIA-Rua Beato Inácio de Azevedo	75	Nuno Tasso de Sousa [TR - Arménio Ribeiro Ferreira]	433	Clipóvoa	RBI i075
1973	[1]AB-Avenida da Boavista e Rua Beato Inácio de Azevedo	2300 [31]	Nuno Tasso de Sousa [TR - Arménio Ribeiro Ferreira]	302	SIC	ABP p2300
1913	Rua de Álvaro Castelões		Pedro Mendes da Silva	212		
1935	Rua do Ameal		Renato Montes	2046		
1938	Rua do Carmo	6-8	Renato Montes	805	Construir montra e modificar fachada	
1938	Rua Monte Cativo	22-24	Renato Montes	1221	Modificação de fachada	
1913	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	286	Ricardo L. Ferreira	114	Construção de garagem	
1932/33	Rua Fernandes Tomás	133-137	Rogério de Azevedo	1130	Construção de prédio (para alugar)	
1934	Rua de Aníbal Patrício	75	Rogério de Azevedo			

Tabela 2.12: Lista de licenças de obra consultadas - ordenação por autor. (Folha 12 de 12)

1935	Rua de 5 de Outubro com a Rua dos Vanzeleres	429 x 391-395	Rogério de Azevedo	2072		
1936	Rua de Antero de Quental		Rogério de Azevedo	1227		
Ano	**Local**	**Nº Polícia**	**Autor Projecto de Arquitectura**	**Licença nº**	**Designação**	**Referência / notas**
1935	Avenida dos Aliados		Rogério Santos Azevedo	2101	Alterações a prédio (inst. de um salão de bilhares)	
1935	[2]RJD-Rua Júlio Dinis	603	Rogério Santos Azevedo	2108	Construção de moradia	
1954	[2]RSJB-Rua S. João de Brito	31-67	Rui José Malgrand de Príncipe e Santos	25		RSJB i031
1927	Rua particular da litografia nacional		Serafim Martins de Sousa	85	Construção de alpendre e pavilhão	
1927	Rua particular da litografia nacional		Serafim Martins de Sousa	86	construção de armazém	
1932/33	Rua da Naulia e Rua Bartolomeu Dias	51	Serafim Martins de Sousa	896	Alterações a moradia	
1934/35	Rua do Loureiro	38-40	Serafim Martins de Sousa	1204	Licença de 2º categoria	
1934/35	Rua de la Couture com a Rua Rovuma	105-131 x 74	Serafim Martins de Sousa	1838		
1935	Rua de Costa Cabral	833	Serafim Martins de Sousa	2031	Muros de vedação	
1936	[2]AM-Avenida de Montevideu	666	Teixeira Lopes [TR - Fernando Moreira de Sá]	1213		AM p648 / AM p660
1947	[1]RB-Rua da Boavista	217-221 (Antigo 193-195	Vítor Santos Almeida / João de Brito	176		RB i217

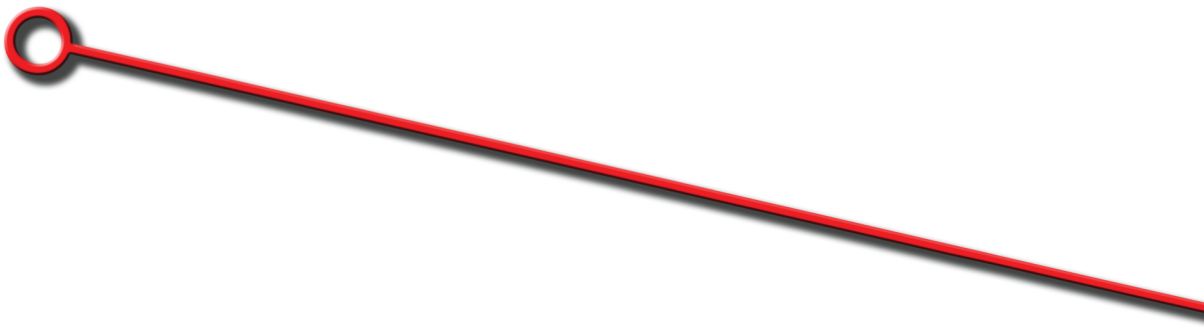
a.Os arruamentos dentro das áreas de análise têm incluído na designação o código abreviado do nome, em maiúsculas, e o código numérico referente à localização deste dentro da área inicial de análise [1] ou da área alargada de análise [2].
b.Código de identificação do edifício quando o mesmo faz parte da base de dados de levantamento das áreas de análise. Serve fundamentalmente para cruzamento entre base de dados.

3.F.Designações dos Diários Oficiais desde 1715

Documento nº 3.F.1.Designações dos Diários Oficiais

Tabela 2.13: Diários Oficiais Nacionais

Designação	Desde	Até
Gazeta de Lisboa	10 Ago. 1715	5 Jan. 1718
Gazeta de Lisboa Ocidental	6 Jan. 1718	6 Set. 1741
Gazeta de Lisboa	7 Set. 1741	8 Jul. 1762
Suprimida pelo Marquês de Pombal	8 Jul. 1762	3 Ago. 1778
Gazeta de Lisboa	4 Ago. 1778	23 Ago. 1808
Não se publica – Batalha do Vimeiro	24 Ago. 1808	15 Set. 1808
Gazeta de Lisboa/Diário do Governo	16 Set. 1808	30 Dez. 1820
Diário do Governo	1 Jan. 1821	10 Fev. 1821
Diário de Regência	12 Fev. 1821	4 Jul. 1821
Diário do Governo	5 Jul. 1821	24 Jul. 1833
Crónica Constitucional de Lisboa	25 Jul. 1833	30 Jun. 1834
Gazeta Oficial do Governo	1 Jul. 1834	4 Out. 1834
Gazeta do Governo	6 Out. 1834	31 Dez. 1834
Diário do Governo	1 Jan. 1835	31 Out. 1859
Diário de Lisboa	1 Nov. 1859	31 Dez. 1868
Diário do Governo	2 Jan. 1869	9 Abril 1976
Diário da República	10 Abril 1976	



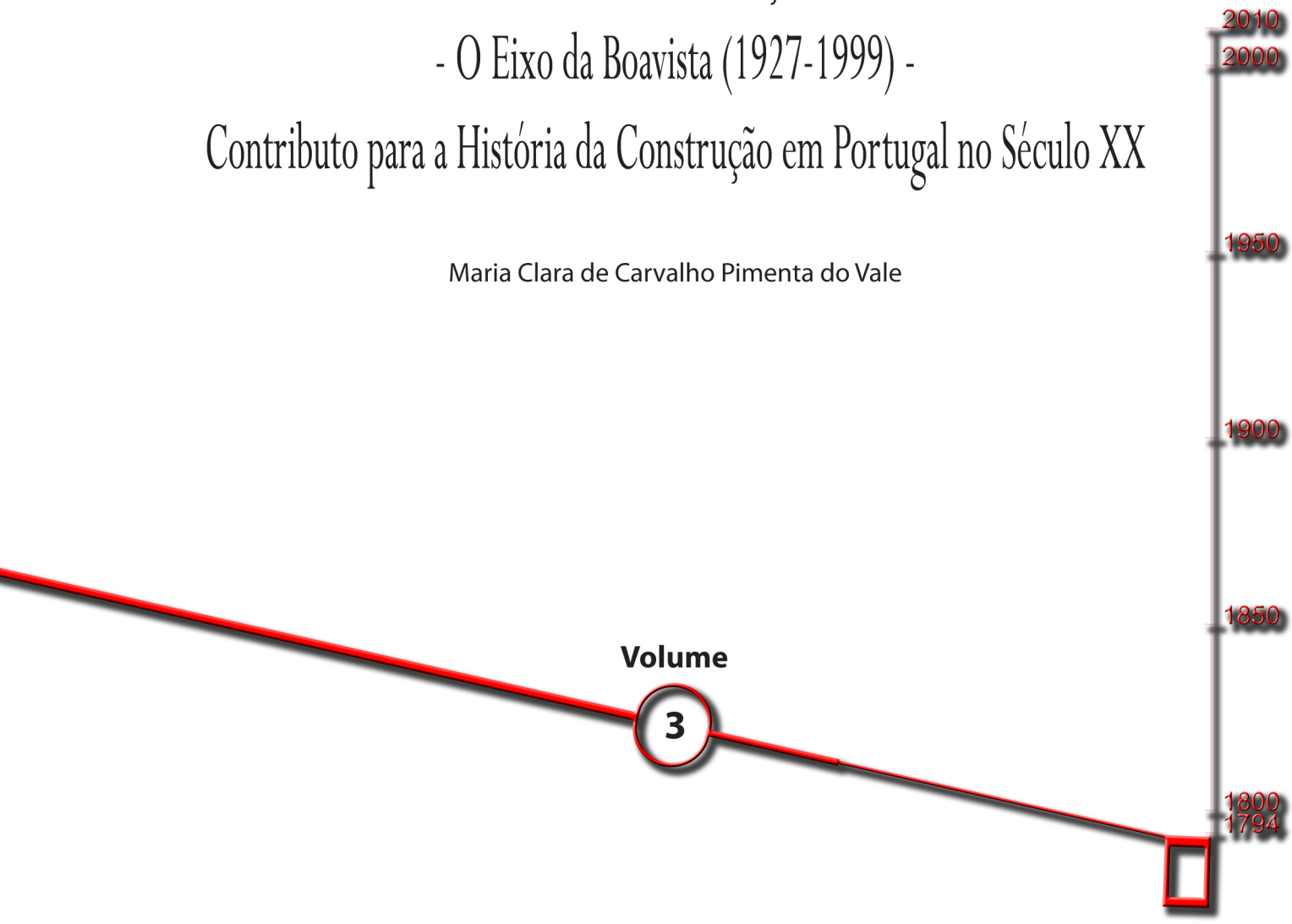
U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto

- O Eixo da Boavista (1927-1999) -

Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX

Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale



Setembro de 2011
Janeiro de 2012

Universidade do Porto

Faculdade de Arquitectura

Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto
- O Eixo da Boavista (1927-1999) -
Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX

Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale

(Mestre em Construção de Edifícios)

Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Arquitectura

Orientador Científico

Professor Doutor Vítor Carlos Trindade Abrantes Almeida

Setembro de 2011 / Janeiro de 2012

- Volume 3 - Fichas de levantamento

Sumário do Volume 3

ANEXO 4. FICHAS DE LEVANTAMENTO 1

4.A. Definição de Áreas de Análise 3

4.A.1. Área Inicial de Análise 5
4.A.2. Área Alargada de Análise 21

4.B. Legenda de notações utilizadas e descrição de campos das fichas de levantamento. 24

4.C. Fichas de Levantamento da Área Inicial da Análise 27

4.C.1. Rua da Boavista 29
4.C.2. Praça Mouzinho de Albuquerque 113
4.C.3. Avenida da Boavista 135

4.D. Fichas de Levantamento da Área Alargada de Análise 297

4.D.1. Avenida de Montevideu 299
4.D.2. Avenida Marechal Gomes da Costa 304
4.D.3. Largo do Maestro Miguel Ângelo 310
4.D.4. Praça do Bom Sucesso 310
4.D.5. Praça de Pedro Nunes 311
4.D.6. Rua Aníbal Cunha 311
4.D.7. Rua António José da Costa. 312
4.D.8. Rua do Arquitecto Marques da Silva 315
4.D.9. Rua de António Patrício 316
4.D.10. Rua do Campo Alegre 322
4.D.11. Rua Calouste Gulbenkian. 324
4.D.12. Rua de Guerra Junqueiro. 325
4.D.13. Rua Júlio Dinis 327
4.D.14. Rua De Nossa Senhora de Fátima 328

4.D.15. Rua Pedro Homem de Melo 332
4.D.16. Rua de Pinho Leal 332
4.D.17. Rua de S. João de Brito 333
4.D.18. Rua de Tenente Valadim. 334
4.D.19. Quadro-resumo das restantes fichas da Área Alargada de Análise . 335

Lista de Imagens do Volume 3

As Fichas de levantamento, não são referenciados como imagens pela sua quantidade, e pelo facto da imagem já incluir a sua própria legenda. As Fichas de localização dos códigos dos edifícios também não são referenciados como imagens individuais no anexo, uma vez que tal já é feito no corpo da tese.

Fig. 3.1 - Área Inicial de Análise. 5
Fig. 3.2 - Fotografia aérea com a Área Inicial de Análise 6
Fig. 3.3 - Fotografia aérea com a Área Alargada de Análise 22
Fig. 3.4 - Área Alargada de Análise 23
Fig. 3.5 - Localização dos edifícios estudados fora da Área Inicial de Análise 23

Lista de Tabelas do Volume 3

Tabela 3.6 - Área Inicial de Análise 5
Tabela 3.7 - Índice de locais por ordem alfabética 21
Tabela 3.8 - Legenda das notações utilizadas nas fichas de levantamento 24
Tabela 3.9 - Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização. 25
Tabela 3.10 - Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização. 26
Tabela 3.11 - Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores 335

Anexo 4. Fichas de Levantamento

4.A.Definição de Áreas de Análise

4.A.1. Área Inicial de Análise

4.A.1.1. Índice de Fichas

Tabela 3.1: Área Inicial de Análise

Local	Pag.	Fichas
Rua da Boavista [7B]		
• Ímpares	29-72	[RB i017 a RB i869]
• Pares	73-112	[RB p004 a RB p880]
Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista) [6A-6B]		
• Numeração sequencial	113-134	[PMA 001 a PMA 199]
Avenida da Boavista (lado Nascente) [6B-7B]		
• Ímpares	135-144	[ABN i0029] a [ABP i9325]
• Pares	229-234	[ABN p0001] a [ABN p0320]
Avenida da Boavista (lado Poente) [1A-6B]		
• Ímpares	145-228	[ABP i0579] a [ABP i5205]
• Pares	235-296	[ABP p0604] a [ABP p5448]



Fig. 3.1 Área Inicial de Análise.
Grelha para localização de arruamentos e edifícios.

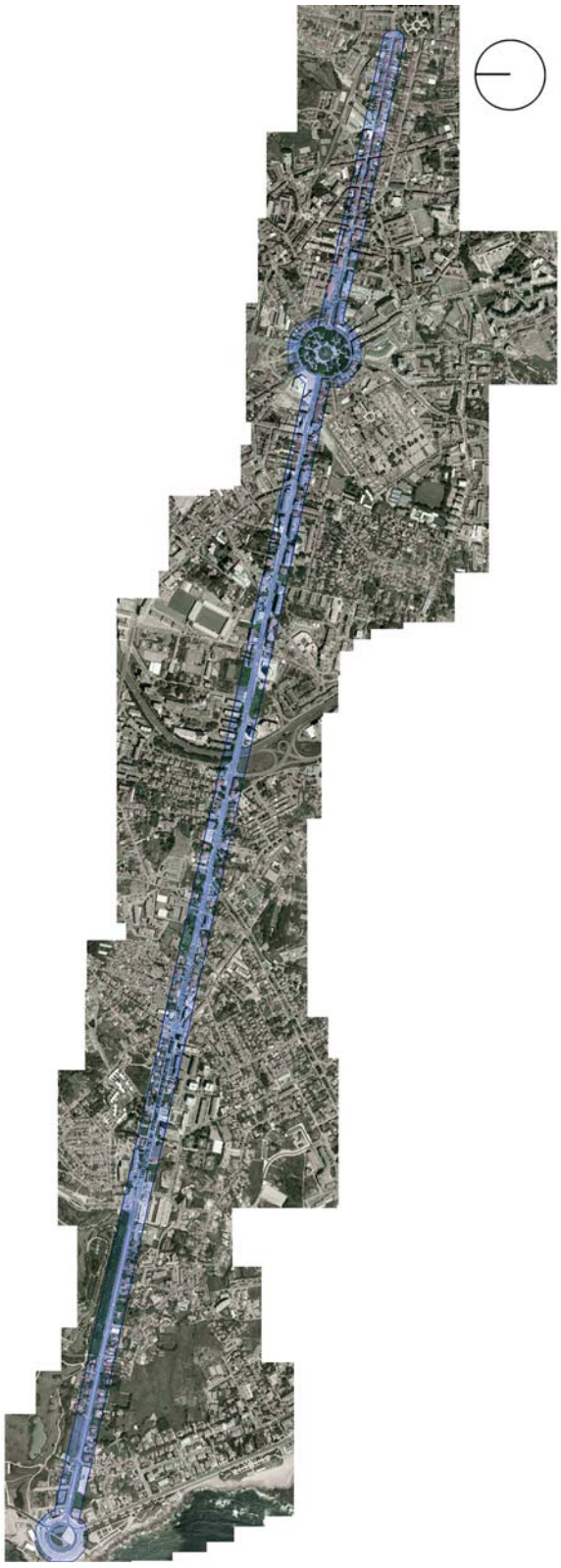
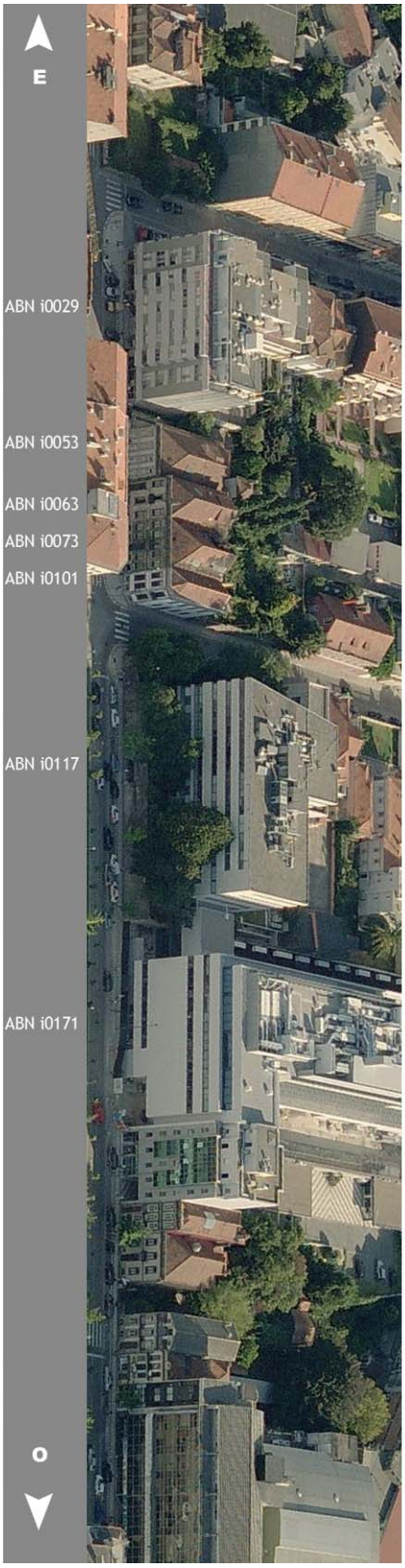
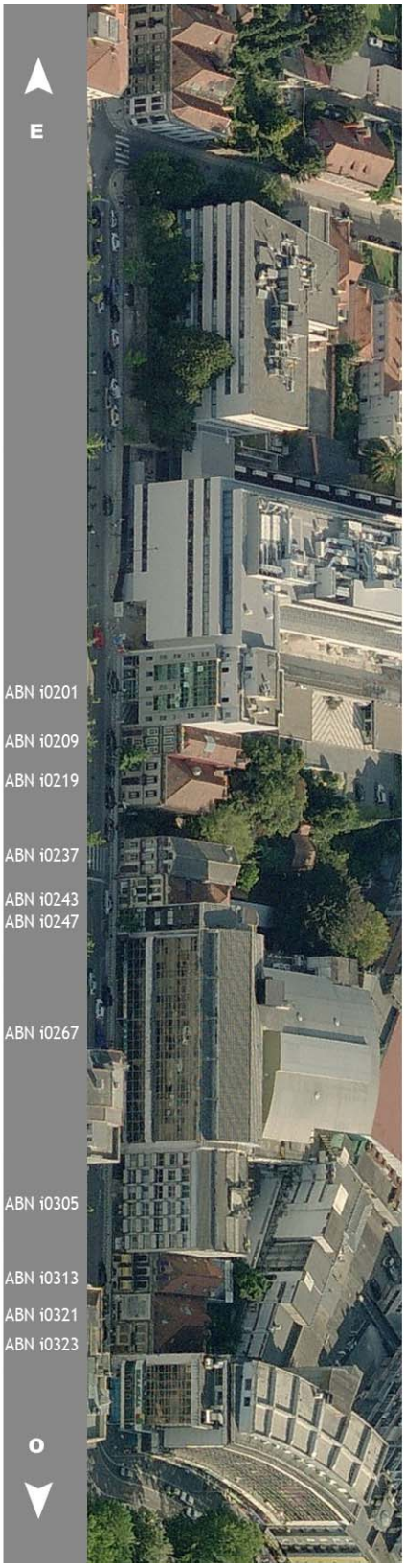


Fig. 3.2 Fotografia aérea com a Área Inicial de Análise

(Google, [2008])

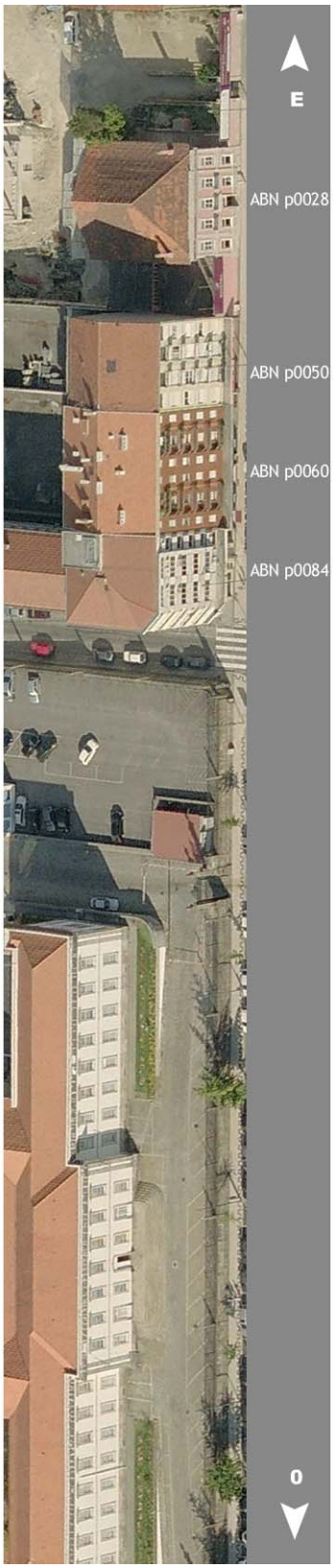
4.A.1.2. Localização de códigos de referência

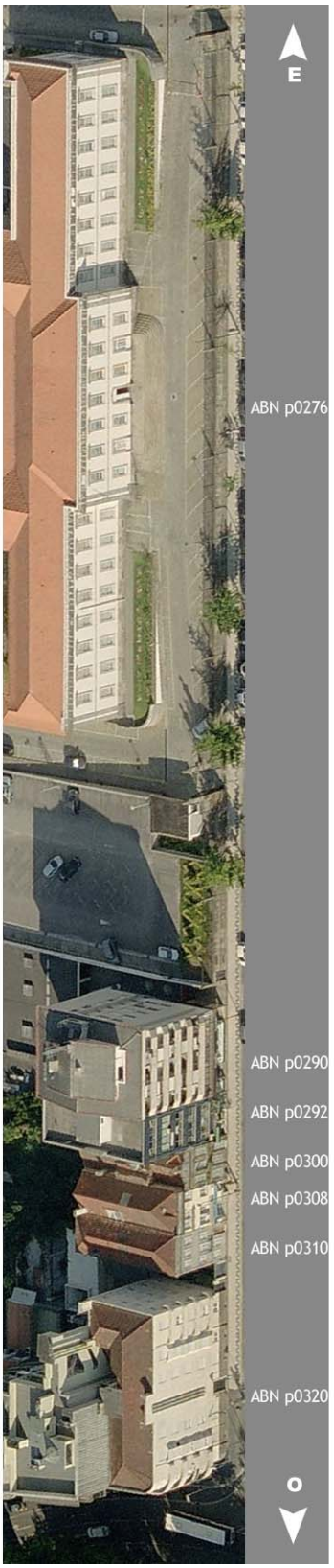


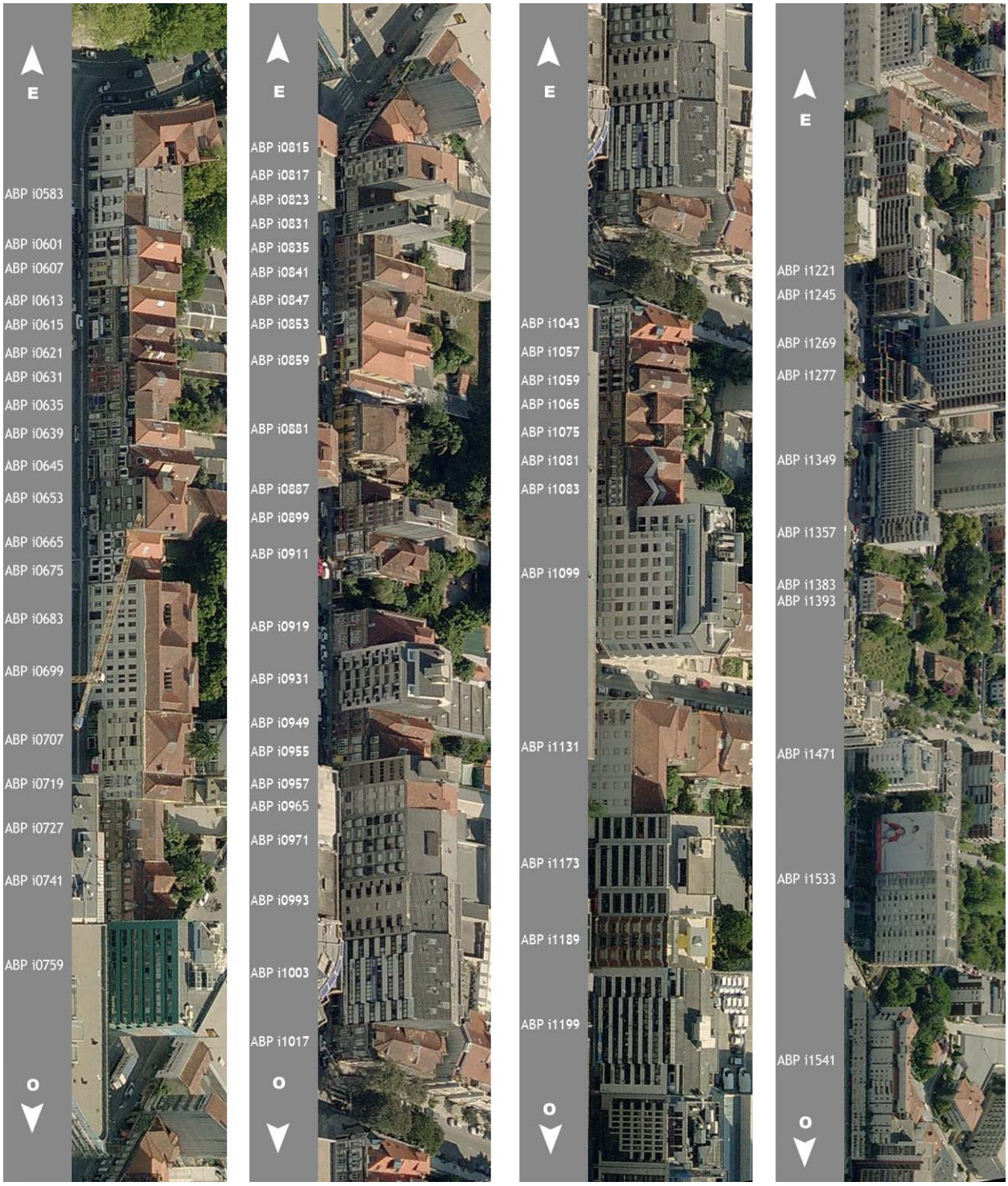


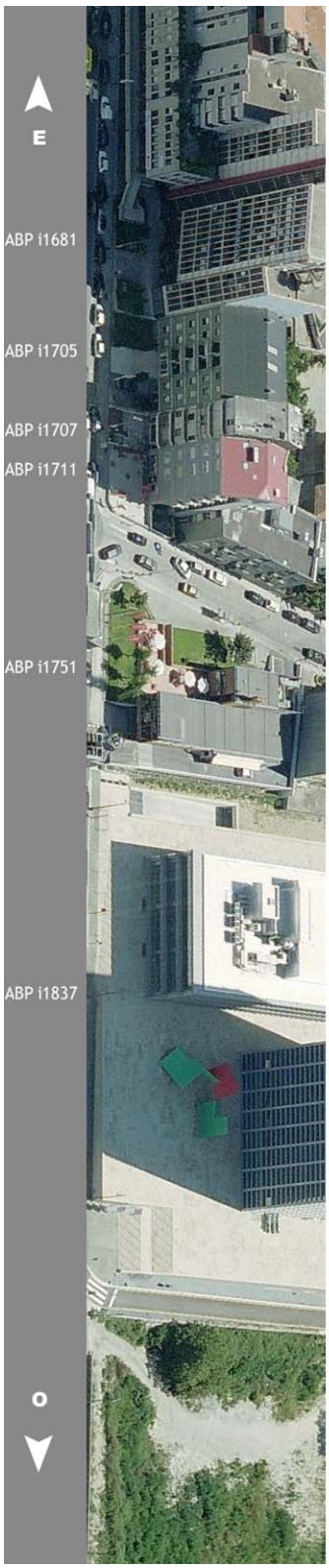
(Bing Maps, [2009])

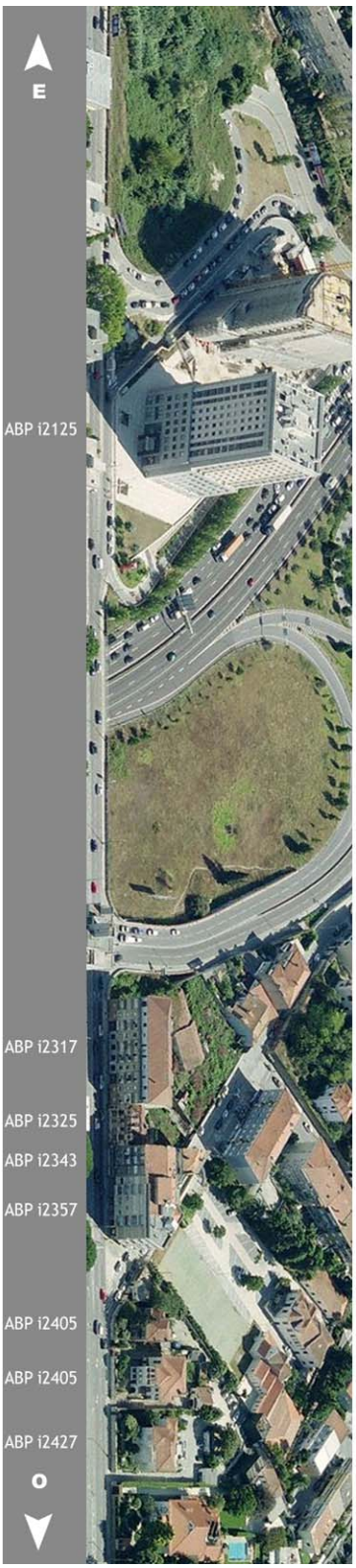
Área Inicial de Análise





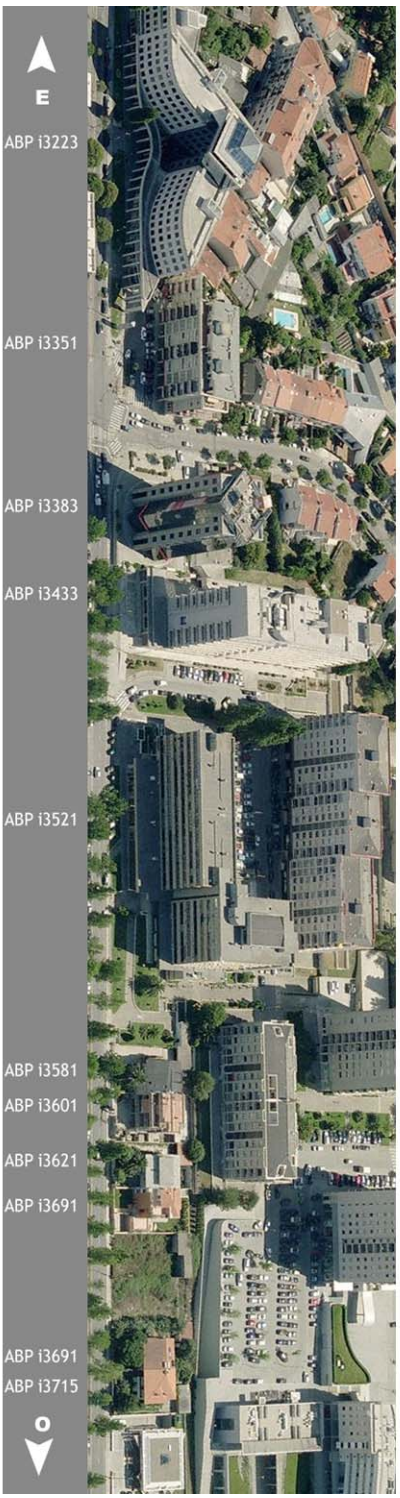

E
ABP i0583
ABP i0601
ABP i0607
ABP I0613
ABP i0615
ABP i0621
ABP i0631
ABP i0635
ABP i0639
ABP i0645
ABP i0653
ABP i0665
ABP i0675
ABP i0683
ABP i0699
ABP i0707
ABP i0719
ABP i0727
ABP i0741
ABP i0759
O
E
ABP i0815
ABP i0817
ABP i0823
ABP i0831
ABP i0835
ABP i0841
ABP i0847
ABP i0853
ABP i0859
ABP i0881
ABP i0887
ABP i0899
ABP i0911
ABP i0919
ABP i0931
ABP i0949
ABP i0955
ABP i0957
ABP i0965
ABP i0971
ABP i0993
ABP i1003
ABP i1017
O
E
ABP i1043
ABP i1057
ABP i1059
ABP i1065
ABP i1075
ABP i1081
ABP i1083
ABP i1099
ABP i1131
ABP i1173
ABP i1189
ABP i1199
O
E
ABP i1221
ABP i1245
ABP i1269
ABP i1277
ABP i1349
ABP i1357
ABP i1383
ABP i1393
ABP i1471
ABP i1533
ABP i1541
O

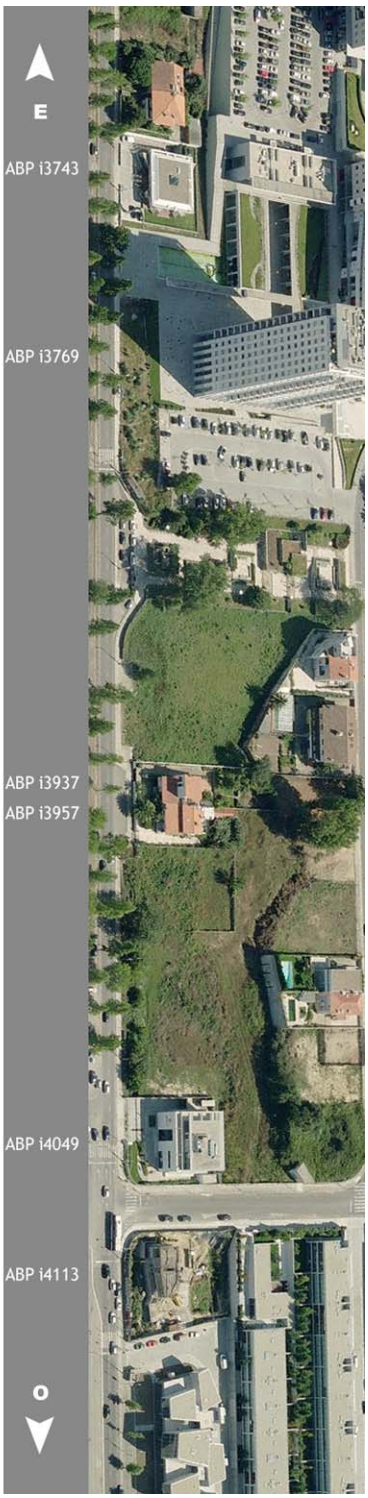

E
ABP i1681
ABP i1705
ABP i1707
ABP i1711
ABP i1751
ABP i1837
O


E
ABP i2125
ABP i2317
ABP i2325
ABP i2343
ABP i2357
ABP i2405
ABP i2405
ABP i2427
O


E
ABP i2453
ABP i2521
ABP i2533
ABP i2547
ABP i2609
ABP i2653
ABP i2671
ABP i2695
ABP i2851
O


E
ABP i2881
ABP i2895
ABP i2949
ABP i3041
ABP i3067
ABP i3109
ABP i3119
ABP i3135
ABP i3153
ABP i3157
ABP i3179
ABP i3195
ABP i3197
O

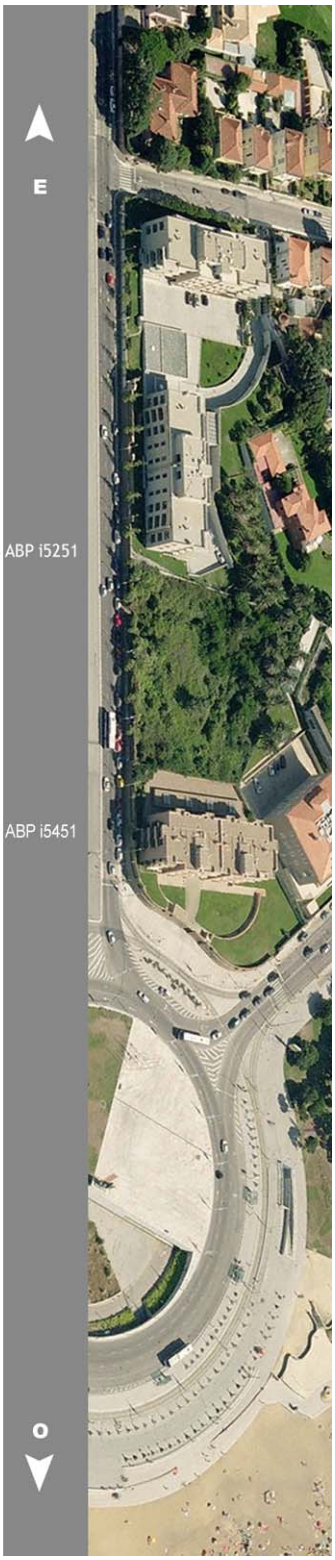

E
ABP i3223
ABP i3351
ABP i3383
ABP i3433
ABP i3521
ABP i3581
ABP i3601
ABP i3621
ABP i3691
ABP i3691
ABP i3715
O

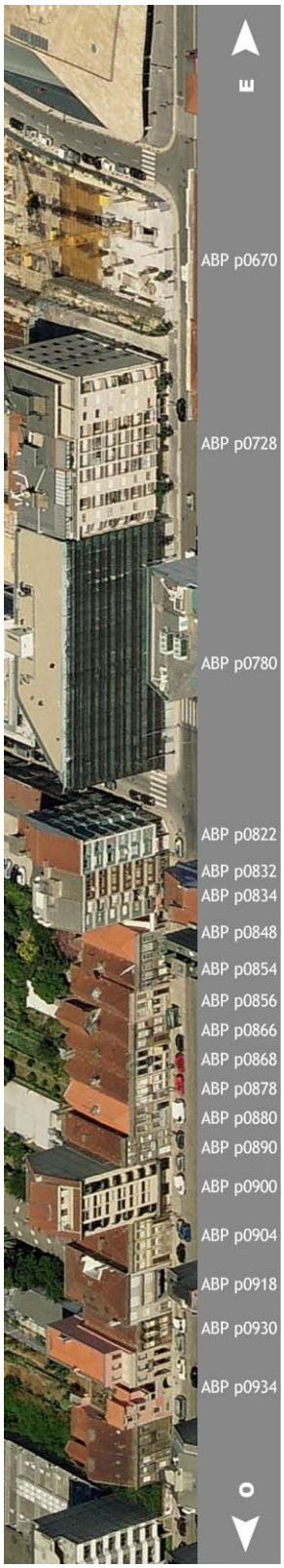

E
ABP i3743
ABP i3769
ABP i3937
ABP i3957
ABP i4049
ABP i4113
O

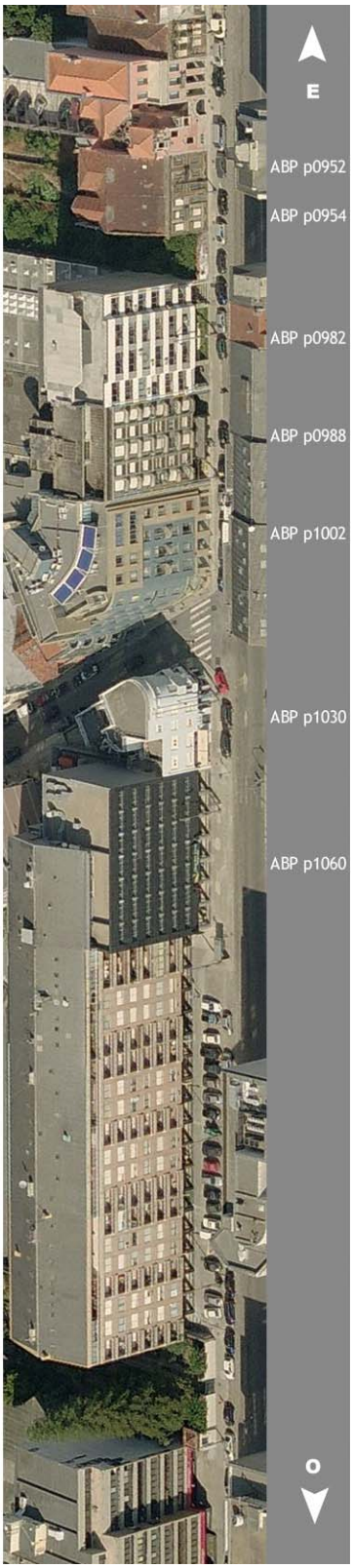
Área Inicial de Análise

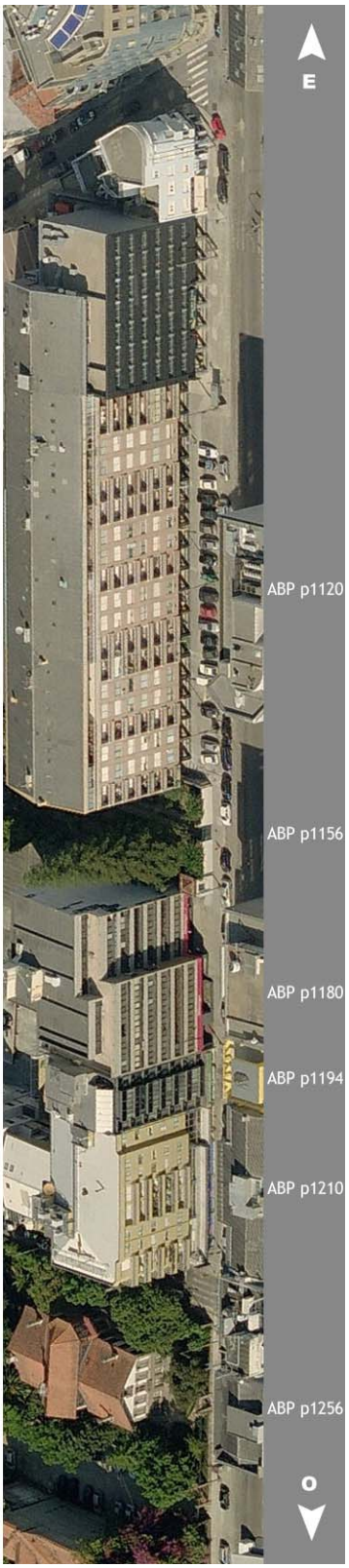






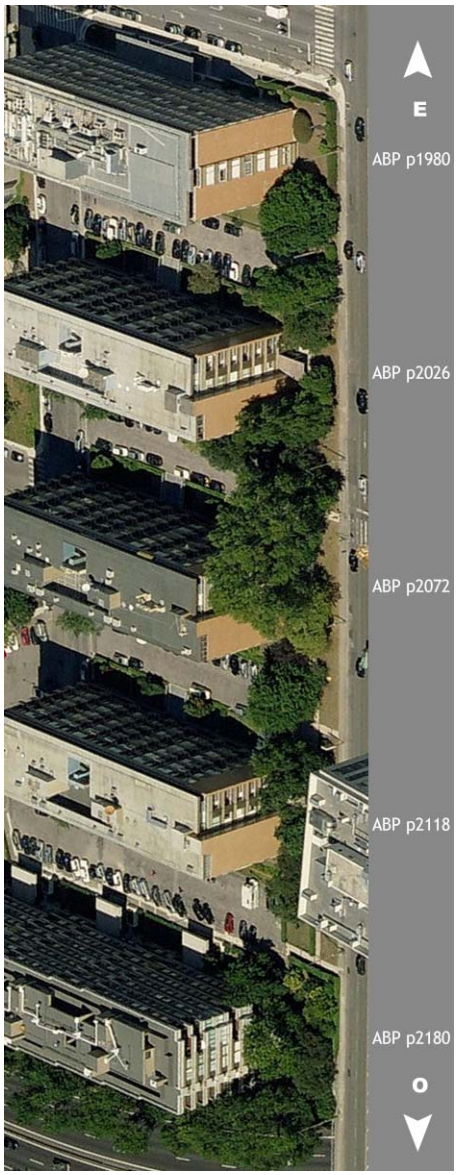

E
ABP p0670
ABP p0728
ABP p0780
ABP p0822
ABP p0832
ABP p0834
ABP p0848
ABP p0854
ABP p0856
ABP p0866
ABP p0868
ABP p0878
ABP p0880
ABP p0890
ABP p0900
ABP p0904
ABP p0918
ABP p0930
ABP p0934
O

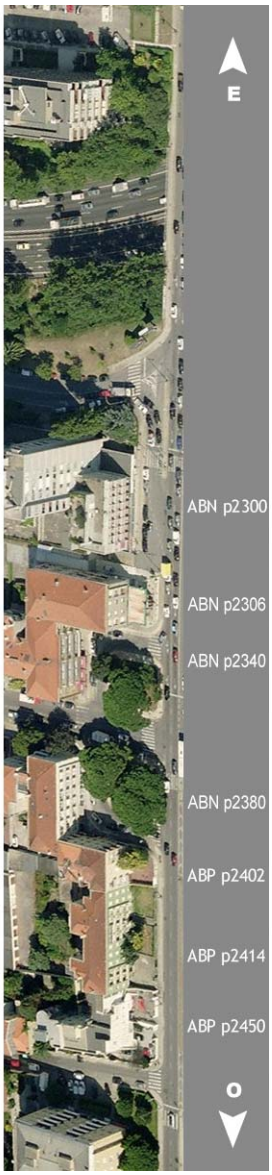

E
ABP p0952
ABP p0954
ABP p0982
ABP p0988
ABP p1002
ABP p1030
ABP p1060
O


E
ABP p1120
ABP p1156
ABP p1180
ABP p1194
ABP p1210
ABP p1256
O

Área Inicial de Análise



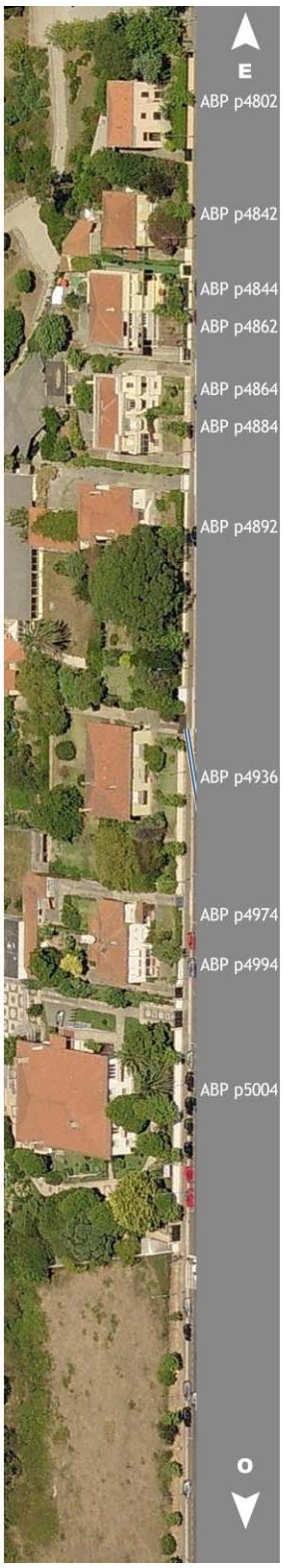

E
ABP p1980
ABP p2026
ABP p2072
ABP p2118
ABP p2180
O


E
ABN p2300
ABN p2306
ABN p2340
ABN p2380
ABP p2402
ABP p2414
ABP p2450
O

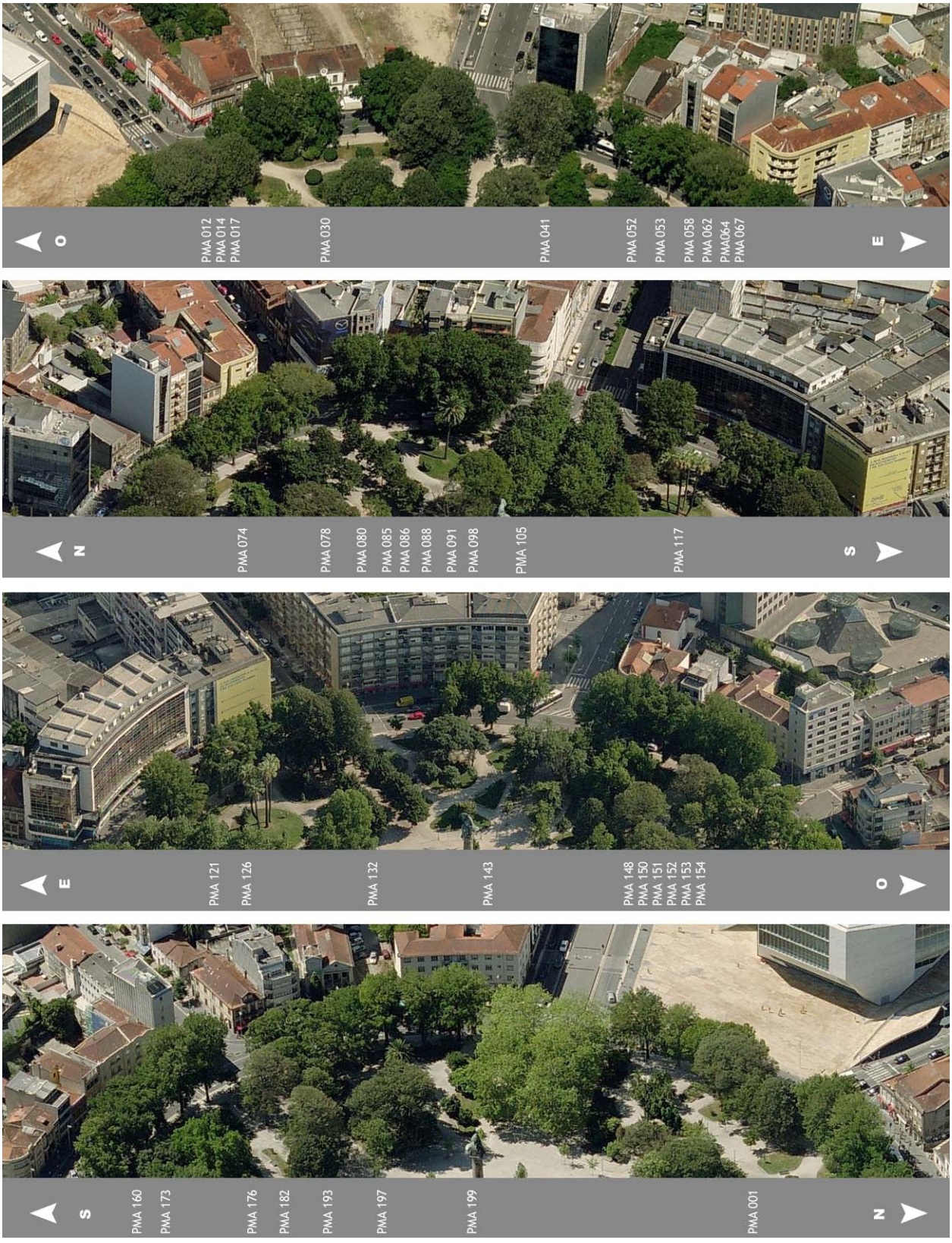

E
ABN p2504
ABP p2600
ABP p2628
ABP p2632
ABP p2672
ABP p2706
ABP p2756
ABP p2806
O


E
ABP p2856
ABP p3072
ABP p3076
O
E
ABP p3132
ABP p3146
ABP p3152
ABP p3178
ABP p3198
ABP p3206
ABP p3220
ABP p3234
ABP p3248
O
E
ABP p3324
ABP p3380
ABP p3422
ABP p3448
ABP p3452
ABP p3490
ABP p3504
ABP p3516
ABP p3528
ABP p3538
ABP p3574
ABP p3582
ABP p3602
ABP p3630
O


E
ABP p3732
ABP p3762
ABP p3770
ABP p3810
ABP p3870
ABP p3880
ABP p3914
ABP p4000
O


E
ABP p4802
ABP p4842
ABP p4844
ABP p4862
ABP p4864
ABP p4884
ABP p4892
ABP p4936
ABP p4974
ABP p4994
ABP p5004
O

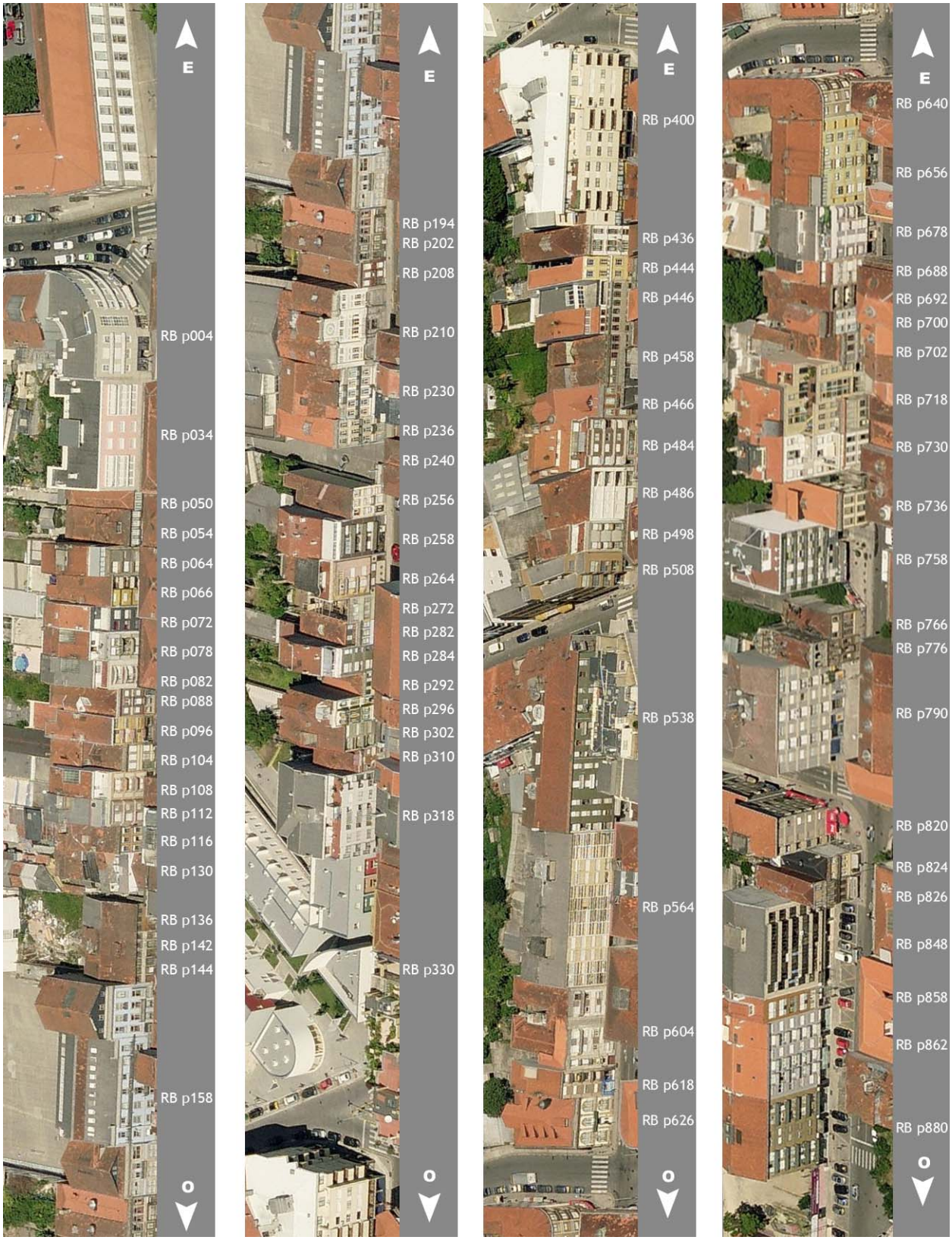

E
ABP p5448
O


O
PMA 012
PMA 014
PMA 017
PMA 030
PMA 041
PMA 052
PMA 053
PMA 058
PMA 062
PMA064
PMA 067
E
N
PMA 074
PMA 078
PMA 080
PMA 085
PMA 086
PMA 088
PMA 091
PMA 098
PMA 105
PMA 117
S
E
PMA 121
PMA 126
PMA 132
PMA 143
PMA 148
PMA 150
PMA 151
PMA 152
PMA 153
PMA 154
O
S
PMA 160
PMA 173
PMA 176
PMA 182
PMA 193
PMA 197
PMA 199
PMA 001
N


E
RB i017
RB i019
RB i031
RB i055
RB i065
RB i081
RB i087
RB i093
RB i103
RB i105
RB i111
RB i125
RB i127
RB i133
RB i139
RB i147
RB i149
RB i159
RB i161
RB i171
RB i173
RB i181
RB i183
RB i193
RB i195
RB i199
RB i209
RB i211
RB i217
RB i225
RB i229
RB i237
RB i239
RB i245
RB i249
O


E
RB i273
RB i291
RB i297
RB i303
RB i307
RB i311
RB i323
RB i329
RB i335
RB i347
RB i403
RB i409
RB i415
RB i423
RB i433
RB i441
RB i449
RB i459
RB i461
RB i473
RB i485
RB i491
RB i493
RB i541
RB i551
RB i571
RB i597
RB i619
O


E
RB i647
RB i651
RB i657
RB i667
RB i689
RB i701
RB i703
RB i713
RB i715
RB i719
RB i725
RB i735
RB i741
RB i743
RB i769
RB i781
RB i783
RB i795
RB i799
RB i827
RB i847
RB i865
RB i869
O


E
RB p004
RB p034
RB p050
RB p054
RB p064
RB p066
RB p072
RB p078
RB p082
RB p088
RB p096
RB p104
RB p108
RB p112
RB p116
RB p130
RB p136
RB p142
RB p144
RB p158
O
E
RB p194
RB p202
RB p208
RB p210
RB p230
RB p236
RB p240
RB p256
RB p258
RB p264
RB p272
RB p282
RB p284
RB p292
RB p296
RB p302
RB p310
RB p318
RB p330
O
E
RB p400
RB p436
RB p444
RB p446
RB p458
RB p466
RB p484
RB p486
RB p498
RB p508
RB p538
RB p564
RB p604
RB p618
RB p626
O
E
RB p640
RB p656
RB p678
RB p688
RB p692
RB p700
RB p702
RB p718
RB p730
RB p736
RB p758
RB p766
RB p776
RB p790
RB p820
RB p824
RB p826
RB p848
RB p858
RB p862
RB p880
O

4.A.2.Área Alargada de Análise

4.A.2.1. Índice de Fichas

Tabela 3.2: Índice de locais por ordem alfabética

Local	Código do Local	Nº de Fichas e Numeração	Fichas Resumo	Páginas	Loc. na Grelha
Aníbal Cunha, Rua de	RACu	1	-	310	7B
António Cardoso, Rua de	RACa		4		5A-5B
António José da Costa, Rua de	RAJC	7	4	311-314	5A-5B
António Patrício, Rua de	RAPN	11	14	316-321	5B
Arquitecto Marques da Silva, Rua do	RAMS	2	11	315	6B
Augusto Luso, Rua de	RAL		2		7B
Bom Sucesso, Praça do	PBS	1	1	309	6B
Calouste Gulbenkian, Rua de	RCG	1	-	324	6B
Campo Alegre, Rua do	RCA	4	26	322-323	5B-6B
Correia de Sá, Rua de	RCS		7		3A-4A
D. Afonso V, Praça de	PDAV		1		3A
França, Avenida de	AF		6		6A
Garcia da Orta, Rua de	RGO		4		3B
Goa, Praça de	PG		2		1A
Guerra Junqueiro, Rua de	RGJ	3	10	325-326	5B-6B
Júlio Dinis, Rua de	RJD	2	-	327	6B
Lapa, Rua da	RL		1		7B
Maestro Miguel Ângelo, Largo do	LMMA	1	-	309	4A-4B
Malaca, Rua de	RMa		6		1A
Marechal Gomes da Costa, Avenida do	AMGC	10	101	304-308	3A-3B-4A
Marechal Saldanha, Rua do	RMS	1	-		1A-2A-2B
Montevideu, Avenida de	AM	9	6	209-303	1A
Nossa Senhora de Fátima, Rua de	RNSF	8	1	328-331	6A-6B-7A
Paulo Dias Novais, Rua de	RPDN		8		3A
Pedro Hispano, Rua de	RPH		1		5A
Pedro Homem de Melo, Rua de	RPHM	1	-	332	3A
Pedro Nunes, Praça de	PPN	1	4	310	7B
Pinheiro Manso, Rua de	RPM		40		4A
Pinho Leal, Rua de	RPL	1	1	332	2A-3A
Priorado, Largo do	LP		6		7B
S. João de Brito, Rua de	RSJB	1	9	333	4A
Soares Passos, Rua de	RSP		4		5B
Tenente Valadim, Rua de	RTV	2	3	334	5A
Timor, Rua de	RT		10		1A



Fig. 3.3 Fotografia aérea com a Área Alargada de Análise

(Google, [2008])



Fig. 3.4 Área Alargada de Análise
Grelha para localização de arruamentos e edifícios.



Fig. 3.5 Localização dos edifícios estudados fora da Área Inicial de Análise

4.B.Legenda de notações utilizadas e descrição de campos das fichas de levantamento

Tabela 3.3: Legenda das notações utilizadas nas fichas de levantamento

Local	Artéria onde se localiza o imóvel
Local (sec.)	Outras Artérias onde também se localiza o imóvel (gavetos, frentes e traseiras, etc.).
Datas:	
> data	Data referida ou posterior, a data que se tem é o limite inferior do período
< data	Data referida ou anterior, a data que se tem é o limite superior do período
Número de porta ou polícia:	
123-234	Intervalo de numeração
123/234	Enumeração dos números de porta
(123)	Numeração alterada
s/n	Sem número
123?	Numeração provável mas não explicitamente marcada
Estado de conservação (aparente):	Uma vez que o levantamento é efectuado apenas em relação à fachada dos edifícios, o estado de conservação que se aponta é aquele que é aparente na fachada(s), podendo não coincidir com estado de conservação geral do imóvel. Campo não preenchido em todas as fichas. Data de referência é a do levantamento de 2005, entretanto vários edifícios sofreram obras de remodelação e conservação, pelo que o preenchimento do campo deixou de ser operativo.
Data das fotografias	Quando outra data não esteja referida, o levantamento fotográfico é de Novembro de 2005. Foram feitos levantamentos posteriores, ou por falta de qualidade das fotografias iniciais, ou impossibilidade de as fazer, ou porque existiram alterações significativas que interessava deixar documentadas. Os levantamentos de edifícios da área alargada de análise são posteriores a 2005 e estão datados nas respectivas fichas.

Tabela 3.4: Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização.
Identificação e caracterização geral

Campo	Preenchimento	Descrição / notas
		Identificação e caracterização geral
Designação	Obrigatório	Código que agrupa a designação do arruamento e o nº de polícia, incluindo um "i" se a numeração for impar e um "p" se a numeração for par, para ser possível a ordenação sequencial do edifícios. Esse mesmo código foi utilizado quer no corpo do trabalho para referências aos edifícios, quer na base de dados de consulta de licenças de obra, permitindo relacionar as duas bases de dados. a)
Local	Obrigatório	Localização principal do edifício. Nos primeiros levantamentos optou-se pela separação dos dois lados das ruas, usando a sua orientação solar para identificação. Posteriormente optou-se pela separação da numeração entre pares e ímpares, que não sendo tão directa, pois nem sempre temos em mente o sentido ascendente de numeração e a localização relativa de numeração par e impar, permitia fazer pesquisa de um edifício, ou de um grupo de edifícios, dentro de um arruamento.
Local 2	Facultativo	Localização ou localizações secundárias, caso se aplique.
Nº de polícia	Obrigatório	Pode ser apresentado por um intervalo, ou fazendo a enumeração completa. No caso da Rua da Boavista, em que existiu alteração de numeração, entre parênteses é apresentada a numeração antiga, sempre que a mesma exista. Para os edifícios da segunda metade do século XX, geralmente omite-se a numeração antiga, porque já não existem processos arquivados sob essa numeração.
Nº de pisos	Facultativo	A fotografia do imóvel é elucidativa a esse efeito, pelo que se optou por retirar o campo da versão de impressão.
Ocupação	Facultativo	Nem sempre é possível detectar o tipo de ocupação e, na generalidade dos casos, o tipo de ocupação não é determinante para a caracterização construtiva de um imóvel, pelo que também se optou por retirar este campo da versão de impressão.
Projecto de arquitectura	Facultativo	Sempre que tenha sido possível identificar o(s) projectista(s) o campo deve ser preenchido. Devem estar referidas as co-autorias e quando existe mais do que arquitecto, mas que não corresponde a uma co-autoria, o facto também deve ser perceptível.
Outros projectos	Facultativo	Sempre que tenha sido possível identificar o(s) projectista(s) e as respectivas especialidades.
Licença(s)	Facultativo	Sempre que tenha sido possível identificar a(s) licença(s) de obra
Data de projecto	Facultativo	Para a data de projecto é usada a data da emissão da primeira licença de construção. Tal como foi referido na introdução ao trabalho, opta-se por esta data, por ser possível de determinar documentalmente.
Data de construção	Facultativo	Campo para preenchimento quando não se sabe a data de projecto, mas se têm dados referentes data de construção, que nos permite situar o imóvel no tempo.
Data de remodelação	Facultativo	Datas de grandes remodelações, que tenham significado alteração substancial do edifício, com ou sem licenciamento camarário. Esta data, quando não existe licenciamento é uma data aproximada.
Data de projecto ou licenciamento	Obrigatório na área inicial de análise	Campo usado para efeitos de tratamento da informação.

a) Apesar da informação de fichas de caracterização e de licenças de obra se encontrar organizadas em bases de dados, as mesmas tem suportes de software diferentes, pelas características também diversas da informação a tratar. As fichas de caracterização foram estruturadas no Filemaker, que se adequa melhor a um tratamento de imagens, permitindo a visualização de fotografias enquanto se corre as fichas da base de dados. As consultas de licenças de obras foram organizadas no Microsoft Access, que não permite a mesma facilidade de consulta de imagens, mas que é mais robusto e tem mais potencialidades em termos de estruturação, tratamento e pesquisa da informação. A ligação entre as duas bases de dados não é directa e automática, como poderia ser se tivessem o mesmo suporte e o campo designação aparece como uma forma de relacionar as duas.

Tabela 3.5: Descrição dos campos utilizados nas fichas de caracterização.
Caracterização construtiva e estado de conservação

Campo	Preenchimento	Descrição / notas
		Caracterização construtiva e estado de conservação
Revestimento de fachada	Obrigatório para área inicial de análise. Facultativo para a área alargada.	O revestimento da fachada está separado em três partes distintas, a primeira correspondendo ao revestimento em zona corrente, a segunda correspondendo a revestimento de zonas de remate e marcação, como sejam aros de vãos, marcação de lajes, ou socos. E a terceira, correspondendo ao revestimento do Rés-do-chão, pela percepção que se adquiriu que o mesmo corresponde a um ponto de excepção no tratamento da fachada.
Sistema construtivo (provável)	Facultativo	Descrição sumária do sistema construtivo, sempre que é possível ter alguma informação a esse respeito, quer seja por consulta de processo de licenciamento, quer seja por observação directa do imóvel e das suas características.
Estado de conservação	Facultativo	Apesar de inicialmente considerar o preenchimento do campo do estado de conservação, obrigatório, o facto de haver uma dilação de tempo entre a execução do levantamento e a entrega do trabalho leva a que o campo não seja muito operativo. Considerou-se que sempre que se preencheu este campo, se fez o preenchimento referente à data da fotografia mais antiga, que no caso de não estar explícito, corresponde a Novembro de 2005. Um conjunto com Bom Razoável Com deficiência Mau Ruína
Alterações de 2005 a 2009	Obrigatório só para edifícios alterados	Aproveitando o facto de posteriormente ao levantamento total da área de análise, executado em 2005, se terem feito mais alguns levantamentos parciais e de se ter passado com regularidade nos arruamentos, colocou-se um campo que caracteriza o nível de intervenção sofrido pelos edifícios num período de quatro anos.

4.C.Fichas de Levantamento da Área Inicial da Análise

4.C.1.Rua da Boavista

4.C.1.1. Numeração ímpar

[RB i017] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i017

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 17 (1-7)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
54 Revestimento em Soletos de Ardósia
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra serrada colada
Soco e marcação de vãos

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i019] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i019
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 19/21/23/25/27 (9-17)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado
Recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i031] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i031
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 31/33/37/45
Projecto de Arquitectura Manuel da Silva Passos Junior, Arq.
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença 580/1958

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1958	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
31 Pastilha
pilares
22 Cavan
soco

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i055] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i055

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 55

Projecto de Arquitectura Manuel da Silva Passos Junior, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 580/1958

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1958	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
22 Cavan
soco

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i065] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i065

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 65/71

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 1461/22
Licença 227/59

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1959	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
22 Cavan

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i081] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i081

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 81/85

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 190/1959

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1959	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

22 Cavan

35 Ladrilho de Pedra Colado

Entrada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i087] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i087

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 87 (71)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i093] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i093

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 93 (75)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i103] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i103

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 103 (83)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Contrução inserida no Alçado de conjunto definido em 1794 pelo Arq. Teodoro de Sousa Malsonado

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	>1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Colocação do azulejo no rés do chão não é da mesma altura que nos pisos

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i105] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i105

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 105 (85)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i111] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i111

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 111/115/119

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 58 ou 59/68

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i125] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i125

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 125 (101)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i127] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i127

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 127 (103)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)
27/1985

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i133] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i133
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 133 (109)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i139] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i139
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 139-139A (111)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i147] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i147

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 147 (115)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

51 Revestimento em Chapas Metálicas
Mansarda

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i149] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i149

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 149/153 (117-119)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i159] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i159
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 159 (131)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i161] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i161
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 161 (133)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i171] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB i171

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 171 (143)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i173] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação RB i173

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 173/177 (145)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
Recuado em ferro e vidro

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i181] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i181

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 181 (155)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) remodelação licença 694/1921

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação	1921	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i183] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i183

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 183 (157)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i193] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i193

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 193 (167)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i195] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i195

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 195 (169)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i199] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i199

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 199/201/203 (175)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i209] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i209

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 209 (185)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i211] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i211

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 211 (187)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i217] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i217

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 217/221 (193/295)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 176/1947

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1947	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado
com marcações

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
14 Cantaria de Pedra

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[RB i225] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i225

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 225/227

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) licença 95/92

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1992	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i229] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i229

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 229/231

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 466/72

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1972	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

15 Betão (aparente ou pintado)

pintado

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

36 Pedra serrada colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i237] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i237

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 237 (213)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB i239] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i239

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 239 (215)

Projecto de Arquitectura Júlio José de Brito, Arq. (Alteração 43)

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença nºa 67/1943 - remodelação

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação	1943	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB i245] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i245

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 245 (221 a 225)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Antigo 221
1920 (licenciamento)
D-CMP/9(290), 199-207
D-CMP/9(293), 505-506
Casa anterior de 1909

Licença(s) Junho de 1920- pag 199 a 207

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1920	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Zonas em imitação de cantaria com ornatos

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i249] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB i249

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 249/253 (227)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Ruina
Entretanto entaipada

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ◉ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i273] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i273

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 273/279

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 91/59

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1959	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
15 Betão (aparente ou pintado)
pintado e retocado - elementos das varandas

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i291] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB i291

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 291/293 (253)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
Recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i297] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação RB i297

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 297/299 (259)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

51 Revestimento em Chapas Metálicas

Recuado (Zinco)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i303] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i303

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 303 (267)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Soco e marcação de vãos

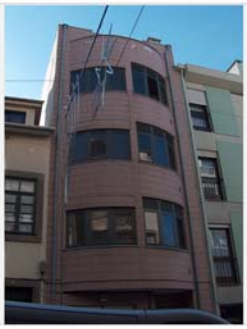
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i307] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i307

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 307

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 237/1998 (305-307)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1998	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i311] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB i311

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 311/315

Projecto de Arquitectura Aristides Guedes Coelho, Eng. Civil

Outros Projectos Aristides Guedes Coelho

Notas

Licença(s) Licença 182/1964

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1964	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Reboco carapinha em zonas de betão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
63 Ripado em Elementos de Betão
Grelhas de betão fixas
21 Reboco Pintado
Reboco carapinha em zonas de betão

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
31 Pastilha

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i323] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i323

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 323/327 (285a e 285b)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 113/1933
Licença 138/1933-34

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1933	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Formando desenho

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i329] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i329

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 329/331/333 (287-289)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
22 Cavan

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i335] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i335

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 335/339/345 (337/339?)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
21 Reboco Pintado
Imitação de cantaria no rés dp chão

Notas (caracterização construtiva)
imitação de cantaria no Rés do chão

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i347] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i347

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 347/377

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 209/1995 (355-383)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1995	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
35 Ladrilho de Pedra Colado
Rés do chão e sobreloja

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i403] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB i403

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.) Travessa da Figueiroa

Nº de Policia 403 (337)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

51 Revestimento em Chapas Metálicas

Recuado - Chapa ondulada

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

21 Reboco Pintado

Reboco carapinha no Rés do Chão

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i409] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB i409

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 409 (343)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i415] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB i415

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 415/419 (349-353)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i423] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB i423

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 423-427

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 667/67

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1967	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra serrada colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i433] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i433
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 433
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 617/64

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1964	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado
Reboco carapinha nos elementos de betão

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i441] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação RB i441
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 441 (363)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i449] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i449

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 449/453

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 141/59

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1959	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra serrada colada
31 Pastilha
Zona de entrada das habitações

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB i459] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i459

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 459 (385)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB i461] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação RB i461

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 461/465 (389?)

Projecto de Arquitectura Carlos de Castro Silva Barros

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 515/1949

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1949	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra serrada colada
rés-do-chão

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

56

[RB i473] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i473

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 473 (391)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB i485] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i485

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 479/485 (393)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
479 será um lote separado?

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i491] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i491

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 491 (395)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 837/1910

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i493] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i493

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua de Cedofeita
Nº de Policia 493 (397)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i541] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i541

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 521-549
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 1 e 2/1977

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra serrada colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i551] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB i551

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 551/557 (431-437)

Projecto de Arquitectura Júlio José de Brito, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 721/1939

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1939	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
14 Cantaria de Pedra

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB i571 - Bloco da Carvalhosa] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB i571 - Bloco da Carvalhosa

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 571-583 (443-449)

Projecto de Arquitectura Arménio Losa e Cassiano Barbosa, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) nº 295/1947

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1947	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada
(D) Com agrafos

Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria resistente, lajes de betão armado, reforço estrutural com pilares em betão armado

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

[RB i597] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i597

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 585/597/609 (451-463)

Projecto de Arquitectura José Ferreira Peneda, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 586/1949
Licença 532/1951

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1949	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
14 Cantaria de Pedra
Entrada do rés do chão e soco

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[RB i619] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i619

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.) RACu-Rua de Aníbal Cunha 290

Nº de Policia 627

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG (obra pública?)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	200?	

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
14 Cantaria de Pedra
Canto do edifício - rés do chão

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i647] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i647

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) RACu-Rua de Aníbal Cunha
Nº de Polícia 647 (475)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i651] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i651

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 651 (483)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i657] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i657
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 657/663 (489-491)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG
Licença 342/75 (nº 655)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i667] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação RB i667
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua de S. Martinho
Nº de Policia 667 (495)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i689] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i689

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.) Rua de S. Martinho

Nº de Polícia 689/695

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Lic. nº 9/1896 - Cota: D-CMP/7(137), f. 36-42
Requerente: Conselheiro Boaventura Rodrigues de Sousa
Local: Rua da Boavista e Travessa do Priorado (actual Rua de São Martinho)
Obra: Construir 3 casas (números de polícia actuais: 689, 691, 701 e 703.

Licença(s) Lic. nº 9/1896 - Cota: D-CMP/7(137), f. 36-42

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1896	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
◉ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i701] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i701

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 701

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Lic. nº 9/1896 - Cota: D-CMP/7(137), f. 36-42
Requerente: Conselheiro Boaventura Rodrigues de Sousa
Local: Rua da Boavista e Travessa do Priorado (actual Rua de São Martinho)
Obra: Construir 3 casas (números de polícia actuais: 689, 691, 701 e 703.

Licença(s) Lic. nº 9/1896 - Cota: D-CMP/7(137), f. 36-42

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1896	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
◉ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i703] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i703

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 703 (513)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
incêndio
Lic. nº 9/1896 - Cota: D-CMP/7(137), f. 36-42
Requerente: Conselheiro Boaventura Rodrigues de Sousa
Local: Rua da Boavista e Travessa do Priorado (actual Rua de São Martinho)
Obra: Construir 3 casas (números de polícia actuais: 689, 691, 701 e 703.

Licença(s) Lic. nº 9/1896 - Cota: D-CMP/7(137), f. 36-42

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1896	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ◉ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Chaminé de alvenaria de tijolo embebida na espesura da parede traseira

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
◉ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

64

[RB i713] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i713

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 713 (515)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB i715] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i715

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 715/717 (517)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i719] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i719

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 719/723 (521-523)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i725] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i725

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 725 (525)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 53/1903 remodelação

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1903	

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i735] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB i735

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 735 (531)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i741] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i741
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 741 (533)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
51 Revestimento em Chapas Metálicas
empena
54 Revestimento em Soletos de Ardósia
recuado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i743 Lumen] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i743 Lumen
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 743 (535)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)
Cantaria tosca rebocada no pórtico

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i769] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i769
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 769 (539)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado
2º Recuado; marquise aluminio no 1º recuado
54 Revestimento em Soletos de Ardósia
empena
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)
Em principio os recuados serão de fasquiado de madeira, ou afim

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ **Ant.a 1892**	○ **1951-1960**
○ **Ant.a 1900**	○ **1961-1970**
○ **1900-1910**	○ **1971-1980**
○ **1911-1920**	○ **1981-1990**
○ **1921-1930**	○ **1991-2000**
○ **[Ant.a 1930]**	○ **2001-2010**
○ **1931-1940**	○ **[Post.a 2000]**
○ **1941-1950**	

[RB i781] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i781
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 781 (549)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Não encontrada no AHMP

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado
nos 2 recuados
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)
Em principio os recuados serão de fasquiado de madeira, ou afim

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ **Ant.a 1892**	○ **1951-1960**
○ **Ant.a 1900**	○ **1961-1970**
○ **1900-1910**	○ **1971-1980**
○ **1911-1920**	○ **1981-1990**
○ **1921-1930**	○ **1991-2000**
○ **[Ant.a 1930]**	○ **2001-2010**
○ **1931-1940**	○ **[Post.a 2000]**
○ **1941-1950**	

[RB i783] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB i783

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 783 (551)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
nos 2 recuados

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Em principio os recuados serão de fasquiado de madeira, ou afim

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i795] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i795

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 795 (561)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Remodelado entretanto (Katty Xiomara)

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
2º recuado, marquise de ferro no 1º recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Em principio os recuados serão de fasquiado de madeira, ou afim

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i799] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i799

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua Augusto Luso
Nº de Policia s/n X 44/68
Projecto de Arquitectura Júlio José de Brito, Arq e Eng
Outros Projectos

Notas
Remodelação de edificio existente. Não tem vermelhos e amarelos.
Não se encontra processo anterior. Pouca coisa deve ter sido aproveitada da construção precedente.
Remodelado novamente em 2008

Licença(s) Licença 848/1938

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1938	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i827 - Hospital Maria Pia] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i827 - Hospital Maria Pia

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua Augusto Luso
Nº de Policia 827/837 (585)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		> 1892
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i847] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i847

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 847/849/855/857/863 (599-615)

Projecto de Arquitectura João Queirós, Arq.

Outros Projectos

Notas
informar a modernidade pag 76 a 79
Problemas no reboco exterior - aparentemente uma pintura com tinta inadequada tem levado à deterioração do reboco. Tenho um bocadinho de reboco guardado numa carteira.

Licença(s) Licença 268/1930

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1930	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado
Soco num reboco mais tosco

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i865] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB i865

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 865 (619)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB i869 (621)] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB i869 (621)

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua de Santa Isabel
Nº de Policia 869
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

51 Revestimento em Chapas Metálicas
Chapa metálica ondulada na trapeira

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ **Ant.a 1892** ○ **1951-1960**
○ **Ant.a 1900** ○ **1961-1970**
○ **1900-1910** ○ **1971-1980**
○ **1911-1920** ○ **1981-1990**
○ **1921-1930** ○ **1991-2000**
○ **[Ant.a 1930]** ○ **2001-2010**
○ **1931-1940** ○ **[Post.a 2000]**
○ **1941-1950**

4.C.1.2. Numeração par

[RB p004] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p004

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) RL-Rua da Lapa
Nº de Polícia 4
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos

Notas
A lutuosa de Portugal

Licença(s) Licença 448/1950

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1950	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[RB p034] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p034

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 34/44

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
ver se é o mesmo edificio da ficha seguinte
Lic 448/1950

Licença(s) Licença 448/1950

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1950	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[RB p050] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p050

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 50/52 (20-30)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
cantaria tosca rebocada

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
marcação de vãos com cantaria tosca rebocada ou reboco pintado

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p054] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p054

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 54/56/58/60 (32-38)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
guarnição de vãos e aventais de janela

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
21 Reboco Pintado
pequenas zonas no rés do chão

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p064] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação RB p064

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 64 (44)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença nº 388/69

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1969	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
61 Ripado em Elementos de Madeira
(D) Peças de madeira maciça

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
◉ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p066] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p066
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 66/70 (46-48)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 472/62

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p072] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p072
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 72 (50)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 187/95

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1995	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
30x40 > parece ser posterior à construção

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p078] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p078
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 78/80 (52)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 4/1968

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado
marcações

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
31 Pastilha

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p082] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p082
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 82/84 (58)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 458/80

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p088] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p088

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 88 (62)

Projecto de Arquitectura Remodelação: Júlio José de Brito, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 860/1938 (remodelação zona posterior)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1938	

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
marcação de vaos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p096] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p096

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 96

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 386/62

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p104] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p104
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 104 (70)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença 318/56 Remodelação

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1956	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p108] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p108
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 108
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença nº 637/67

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1967	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p112] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação RB p112
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 112/114
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença nº 419/75

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado
Marcações

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
32 Elementos cerâmicos de pequena dimensão

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB p116] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p116
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 116/118 (76-78)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB p130] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação RB p130

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 130 (86)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p136] **RB-Rua da Boavista**

2005





Identificação e caracterização geral

Designação RB p136

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 136 (92)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Remodelado entretanto

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Passou a reboco

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p142] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p142

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 142 (98)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Remodelado entretanto

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria de Pedra

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p144] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p144

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 144/148 (104)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Remodelado entretanto

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p158 Grande colégio Universal]

RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p158 Grande colégio Universal

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 158/168 (108-112)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Colégio

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p194]

RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p194

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 194/196 (128)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
31 Pastilha

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p202] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p202

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 202 (130)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Edificio comprado pela Rita Sousa. Paredes interiores em alvenaria de pedra e não em tabique como seria de esperar.

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p208] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p208

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 208 (132)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p210 OGFE] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p210 OGFE

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 210/216/224

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
OGFE
Não existe na Câmara do Porto > ver no arquivo da Região militar norte

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
15 Betão (aparente ou pintado)
Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
14 Cantaria de Pedra

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p230] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p230

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 230 (142)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Património do Estado

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	>1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p236] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB p236

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 236 (148)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p240] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB p240

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia S/n

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
entrada para o casão militar

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p256] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p256

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 256 (164)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

32 Elementos cerâmicos de pequena dimensão
azulejo decorativo

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p258] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p258

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 258/260

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença nº 163/68
Licença nº 162/56

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p264] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p264

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 264/270 (174-176)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Pintado de novo em 2008 ou 2009

Licença(s) Licença 223/1944

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1944	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
com marcações

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
22 Cavan

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
22 Cavan
rés-do-chão (aros são em cantaria)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

88

[RB p272] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p272

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 272/278 (178-182)

Projecto de Arquitectura Mário de Abreu, Arq. (remodelação de 41)

Outros Projectos

Notas
Demolido e está em construção outro edificio com a mesma cercea

Licença(s) Licença 211/1941

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1941	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ◉ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB p282] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p282
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 282 (188)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
51 Revestimento em Chapas Metálicas
Recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p284] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p284
Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 284/288
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença nº 249/68

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p292] **RB-Rua da Boavista**

2005



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p292

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 292/294 (200)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado
em quarnições de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p296] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p296

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 296 (202)

Projecto de Arquitectura Joaquim Mendes Jorge

Outros Projectos

Notas
licença 655/1927 - 31 de agosto de 1927 (remodelação)

Licença(s) Licença 655/1927 (remodelação)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1927	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
incluindo elementos decorativos
32 Elementos cerâmicos de pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Provavelmente cantaria tosca revestida a argamassa de ciemnto, como se tornou uso em determinada época

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p302] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação RB p302

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 302/304

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 580/63

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p310] **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação RB p310

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 310 (212)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
agora está pintado

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1794	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
passou a reboco pintado

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p318] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p318

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 312/318/320/326

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
lages da varanda com a armação aparente - fotografar

Licença(s) 185/1985 (316-428)
251/1986 (312-326)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1985	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p330 1ª fase Bouça] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p330 1ª fase Bouça

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.) Rua das Águas Férreas

Nº de Policia 330/334/336/342

Projecto de Arquitectura Álvaro Siza Vieira, Arq.

Outros Projectos

Notas
2ª Fase em execução

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p330 2ª fase Bouça] — **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p330 2ª fase Bouça

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.) Rua das Águas Férreas

Nº de Policia 330/334/336/342

Projecto de Arquitectura Álvaro Siza Vieira, Arq.

Outros Projectos

Notas
2ª Fase em execução

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
32 Elementos cerâmicos de pequena dimensão
sobre isolamento térmico

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB p400] — **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p400

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 400/408/410/420

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 185/81 (400-430)
185/85 (400-430)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1981	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Provavelmente em substituição de pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	◉ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB p436] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p436

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 436 (282)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Antigo 284 (licença 838/1907) Será este?

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1907	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão
azulejo decorativo

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
◉ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

94

[RB p444] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p444

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 444 (288)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Antigo 284 (licença 838/1907) Será este?

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p446] RB-Rua da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação RB p446

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 446-456 (290-300)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 35/1991 (456)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1991	

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p458] RB-Rua da Boavista

2005



2009



Identificação e caracterização geral

Designação RB p458

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia ?458 (302?)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Remodelado
Passou a ser rebocado

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p466] **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação RB p466

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 466 (314)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p484] **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação RB p484

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 476/484

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 121/74
Licença 411/78

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1974	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p486] **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p486

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 486/492

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Tem uma garagem no rés do chão

Licença(s) Licença 129/53

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1953	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada
Deve ter gatos metálicos

Notas (caracterização construtiva)
Tijolo de vidro
Pedra pode ser RMC

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p498] **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p498

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 498/502

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença nº 286/71

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1971	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p508] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p508

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua Barão de Forrester
Nº de Policia 508
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 147/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

98

[RB p538] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p538

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua Barão de Forrester
Nº de Policia 538/554/562
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença nº291/63 (524-594)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado
reboco carapinha sobre betão
45 Placagem de Elementos de Betão
grades da varanda em elementos pré-fabricados

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p564] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p564

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 564/572/586/594

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
ver com detalhe

Licença(s) licença 16/58

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1958	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
15 Betão (aparente ou pintado)
formando grelha
11 Alvenaria de Tijolo Maciço Aparente
soco

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
31 Pastilha
Revestimento de pilares

Notas (caracterização construtiva)
Tijolo amarelo (tipo parnaso) no soco
Pilares revestidos a pastilha na diagonal

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p604] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p604

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 604 (374)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 568/1937 (604-612)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação	2008	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
aplicações

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
As aplicações em cerâmico foram retiradas.

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p618] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p618

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 618

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 809/1950
Licença 560/1958
Licença 407/1970

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1970	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

100

[RB p626] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação RB p626

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 626 (392)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 594/1916?

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	1916
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p640] **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p640

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.) Rua Oliveira Monteiro 1

Nº de Polícia s/n (394?)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Licença 307/1962 era referente ao nº 652
Entretanto o 654 da numeração intermédia passou a ser 652.

Licença(s) 307/1962
Licença 89/92 (Totta)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
45 Placagem de Elementos de Betão
marcação de grelha

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra serrada colada
22 Cavan
socos no rés-do-chão

Notas (caracterização construtiva)
Pode ser interessante fotografar para mostrar a diferença de acabamentos entre a pedra colada inicial e a remodelação recente

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p656] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p656

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 656/662

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
lic 98/1968 (652-670)?

Licença(s) Licença 342/75

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1975	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
provavelmente em substituição de pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p678] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p678

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 678/682

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença nº 222/1978

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1978	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p688] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p688

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 331/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p692] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p692

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 692/696 (414)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença nº 411/1951

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1951	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p700] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p700

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 700 (418)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p702] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p702

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 702 (420)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p718] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p718

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 714/718/720/722

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Remodelação: Licença nº 136/1996

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1996	

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

24 Monomassa

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p730] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p730

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 728/730/732/734 (432-434)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Remodelação: Licença Nº 453/1990

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1990	

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p736] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p736

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 736 (436)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Guarda vento metálico lateral

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p758] **RB-Rua da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p758

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 758

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 353/73

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1973	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
11 Alvenaria de Tijolo Maciço Aparente
vidrado branco
15 Betão (aparente ou pintado)
aparente envernizado a verde

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)
desenho e sistema do caixilho é interessante.
Pedir consulta
tela asfaltica na empena
pedra colada no cunhal

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB p766] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p766

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia s/n (454?)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 120/1903 - remodelação

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1903	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ◉ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RB p776] RB-Rua da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação RB p776

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia s/n (454?)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas 223/89 (provavelmente do espaço comercial)

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação	1903	

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ◉ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

51 Revestimento em Chapas Metálicas
Recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p790] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação RB p790

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.) Rua Augusto Luso

Nº de Policia 782/790/794

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 148/78

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1978	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p820] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p820

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.) Rua Augusto Luso
Nº de Policia 820
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 111/68
Licença 762/71

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1971	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p824] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p824

Local RB-Rua da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 822/824 (492-494)
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
21 Reboco Pintado

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p826] **RB-Rua da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
RB p826

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 826/830 (496)

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria de Pedra

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p848] **RB-Rua da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p848

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 844/846/848

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Licença 389/1959

Licença(s) Licença 389/1959
Licença 194/87

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1987	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada
rés-do-chão (eventualmente com gatos)

Notas (caracterização construtiva)
Chapa metálixa na frente do tecto falso do R7C

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p858] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p858

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 858

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 393/1973

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1973	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
35 Ladrilho de Pedra Colado
r/c e s/l

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

110

[RB p862] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p862

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 862

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Remodelado entretanto
Passou a ladrilho 30x40 cm colado
548/66 (866-876)

Licença(s) 548/66 (866-876)
Licença 535/72

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1966	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RB p880] RB-Rua da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
RB p880

Local RB-Rua da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 880/886/892

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 391/63

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
36 Pedra Serrada Colada

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.C.2.Praça Mouzinho de Albuquerque

[PMA 001 Casa da Música] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 001 Casa da Música

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) Avenida da Boavista, 604-660; Rua 5 de Outubro 31-61

Nº de Polícia

Projecto de Arquitectura Rem Koolhaas

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2000	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
15 Betão (aparente ou pintado)
aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

( ) Ant.a 1892	( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900	( ) 1961-1970
( ) 1900-1910	( ) 1971-1980
( ) 1911-1920	( ) 1981-1990
( ) 1921-1930	( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930]	(●) 2001-2010
( ) 1931-1940	( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950	

[PMA 012] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 012

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) R5O-Rua de 5 de Outubro,16

Nº de Policia 12

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG
Licença 54/68
licença 301/97

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 014] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 014

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 14-16

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Nº 14-18 -Lic. 392/1875
Cota: D-CMP/7(53), f. 352-354
Requerente: Joaquim António Cardoso de Almeida
Obra: Construir casa
Reprodução: Não se encontra digitalizada

Lic. 51/1876

Licença(s) Lic. 392/1875
Licença 46/91

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1875	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 017] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 017

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 17-19

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Lic. 169/1876
Cota: D-CMP/7(54), f. 265-267
Requerente: Manuel José de Lima
Obra: Construir casa "nos termos do alçado junto que é conforme o tipo adoptado [para aquela Praça] fazendo-lhe uma água-furtada retirada cerca de 2 metros.
Reprodução: Não se encontra digitalizada

Licença(s) Lic. 169/1876 (17-19)
Licença 655/47 (17-19)
Licença 388/58 (19)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1876	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 030] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 030

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia s/n

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Lic. 155/1875
Cota: D-CMP/7(52), f. 213-233
Requerente: Companhia Caminho-de-Ferro do Porto à Póvoa de Varzim
Obra: Construir fachada da estação
Reprodução: Encontra-se digitalizada

Licença(s) 155/1875

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1875	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

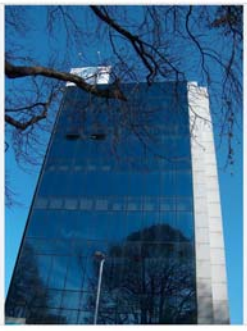
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 041] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 041

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) AF-Avenida de França, 20-38

Nº de Policia 41

Projecto de Arquitectura José Carlos Loureiro, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 219/87

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1987	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
36 Pedra Serrada Colada

71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	◉ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 052] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 052

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 51/52

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Cota: D-CMP/7(60), f. 233-235
Requerente: Joaquina Rosa de Jesus Costa
Obra: construir 3 moradas de casas (estão representadas na Planta Topográfica Teles Ferreira de 1892)
Reprodução: Não se encontra digitalizada
Nota: Duas das casas foram demolidas, nºs 44, 46, 48 e 49.

Licença(s) Lic. 253/1877 de 10.07.1877

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1877	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

54 Revestimento em Soletos de Ardósia
na empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 053] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 053

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 53-55

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Lic. 58/1880
Cota: D-CMP/7(75), f. 139-141
Requerente: Ismael Freire Mergulhão Bandeira
Obra: Alterar projecto de construção
Reprodução: Não se encontra digitalizada

Lic. 223/1882

Licença(s) Não localizada no AG
Licença 445/66 (55-56)
Licença 531/68 (56)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1889	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 058] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 058

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 58-60

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 117/95

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1995	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
36 Pedra Serrada Colada

71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 062] PMA-Rotunda da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação PMA 062
Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 62
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 638/63

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 064] PMA-Rotunda da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação PMA 064
Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 64-66
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 91/93

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1993	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
36 Pedra Serrada Colada
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 067] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 067

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 67-69

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Aparece na Planta de Teles Ferreira

Licença(s) Não localizada no AG
licença 266/60
Licença 198/66

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	<1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 074] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 074

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima 494-512

Nº de Polícia 74

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
em remodelação em março/abril de 2006

Licença(s) Licença nº 61/57

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1957	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 078] PMA-Rotunda da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 078

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima 509-515

Nº de Policia 75-78

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 537/55 (76)
Licença 36/66 (77)
Licença 141/67 (76-78)
Licenca 324/74 (78)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1966	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
71 Fachada Cortina

51 Revestimento em Chapas Metálicas

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

120

[PMA 082] PMA-Rotunda da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 082

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 82

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 379/69
Licença 90/73
Remodelação posterior?

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
36 Pedra Serrada Colada

51 Revestimento em Chapas Metálicas
empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 085] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 085

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 83-85

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Aparece na Planta de Teles Ferreira

Licença(s) Não localizada no AG
Licença 422/43;
274/50; 618/65; 306/86

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 086] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 086

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 86

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Aparece na Planta de Teles Ferreira

Licença(s) Não localizada no AG
Licença 91/43; 46/87

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 088] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 088

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 88-90

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 50/93

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1993	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 091] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 091

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 91-94

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 123/66
Licença 34/2001 (91-99)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 098] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 098

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 96-99

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 386/65
Licença 461/90
Licença 34/2001 (91-99)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1965	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

52 Revestimento em Chapas de Fibrocimento
Fibrocimento - empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 105 ; ABN p0320] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 105 ; ABN p0320

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) Avenida da Boavista 320

Nº de Polícia

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 485/1937
Licença 1093/1938 (aditamento)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 117] PMA-Rotunda da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 117

Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.) AB-Avenida da Boavista
Nº de Policia 105-117
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 54/74
Licença 1342/2008 (105)
Licença 280/83

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1974	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
15 Betão (aparente ou pintado)
pintado
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

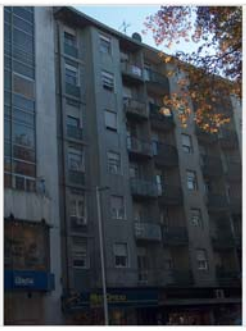
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

124

[PMA 121] PMA-Rotunda da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 121

Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 121
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 594/62 (119-124)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 127] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 127

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) RJD-Rua de Júlio Dinis, 934-952

Nº de Polícia 127

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 672/72 (126-129)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1972	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 132] **PMA-Rotunda da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 132

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) RJD-Rua de Júlio Dinis, 945

Nº de Polícia 132-135

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 629/60 (132-135)
171/74 (135)
217/85 (135-137)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1960	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 139] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 139

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 139-142

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 605/60 (136-142)
83/63 (141)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1960	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 143] **PMA-Rotunda da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 143

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) RCX-Rua de Caldas Xavier

Nº de Policia 140-142

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Remodelação de fachada em 2009
Licença 629/60 (132-135)
171/74 (135); 217/85 (135-137)

Licença(s) 605/60 (136-142); 83/63 (141)
186/91 (142); 59/61 (143-145);

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1960	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 148] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 148

Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.) RCX-Rua de Caldas Xavier, 21 a 35
Nº de Polícia 144-148
Projecto de Arquitectura Jorge Manuel Viana (Engenheiro)
Outros Projectos

Notas
Lic. 285/1941
Técnico: Jorge Manuel Viana (Engenheiro)
Reprodução: encontra-se digitalizada
Nota: Esta licença pertence ao Arquivo Geral

Nota: este edificio tb tem o no 144, e o anterior tem os nº 143 a 146 ?

Licença(s) Lic. 285/1941
41/88 (143-148); 342/2000 (144)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1941	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
(●) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
(●) 1941-1950

[PMA 150] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 150

Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 150
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 972/21

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1921	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
( ) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
(●) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
(●) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[PMA 151 Casa Domingues Fernandes] — **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 151 Casa Domingues Fernandes

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 151

Projecto de Arquitectura Júlio de Brito e Manuel Marques, Arq.

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade pag 40 e 41
Dono de obra: Domingos Fernandes

Licença(s) Licença 647/1927

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1927	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado
com baixos relevos
21 Reboco Pintado
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 152] — **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 152

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 152

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) licença 48/58

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1958	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

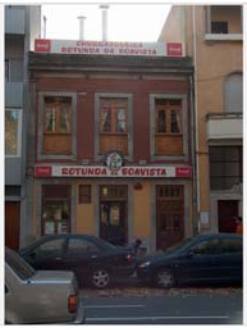
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 153] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 153

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 153

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Não aparece na Planta de Teles Ferreira

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		> 1892
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 154] **PMA-Rotunda da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 154

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 154/155

Projecto de Arquitectura Jorge Manuel Viana, Eng

Outros Projectos

Notas
informar a modernidade 120

Licença(s) Licença 395/42

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1942	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[PMA 160] PMA-Rotunda da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 160

Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 160/166/172
Projecto de Arquitectura Manuel Marques e Amoroso Lopes, Arq.
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 441/29 (164-173); Licença 1220/1938
Licença 163/85 (171); Licença 244/2006 (166)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1938	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Mau
( ) Razoável ( ) Ruína
( ) Com deficiências ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Remodelado ( ) Construído
( ) Demolido ( ) Reconstruído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1941-1950
( ) Ant.a 1900 ( ) 1951-1960
( ) 1900-1910 ( ) 1961-1970
( ) 1911-1920 ( ) 1971-1980
( ) 1921-1930 ( ) 1981-1990
( ) Ant.a 1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
(●) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]

[PMA 173] PMA-Rotunda da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 173

Local PMA-Rotunda da Boavista
Local (sec.) Rua da Meditação, 1-19
Nº de Policia 173-174
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Remodelação de Alcino Soutinho?

Licença(s) Licença 207/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação	década de 90	

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 (●) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[PMA 176] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 176

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) Rua da Meditação

Nº de Polícia 176

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Lic. 41/1893
Cota: D-CMP/7(129), f. 131-134
Requerente: Delfim Correia da Costa
Obra: Construir casa
Reprodução: Não se encontra digitalizada

Lic. 285/1929

Licença(s) Lic. 41/1893
Licença 715/40

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1893	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 182] **PMA-Rotunda da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 182

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 182/186

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) licença 277/83

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1983	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	◉ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[PMA 193] **PMA-Rotunda da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 193

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 193

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Tabernáculo Baptista
Lic. 54/1914
Cota: D-CMP/9(169), f. 253-261
Requerente: Reverendo João J. de Oliveira
Obra: Construir Igreja evangélica
Reprodução: Não se encontra digitalizada

Licença(s) Lic. 54/1914
Licença 426/91

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1914	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 197 Litografia Lusitana] **PMA-Rotunda da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 197 Litografia Lusitana

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 197

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Lic. 550/1921
Cota: D-CMP/9(312), f. 225-231
Requerente: Litografia Nacional
Obra: Construir oficina de litografia
Reprodução: Não se encontra digitalizada

Lic. 85/1927

Licença(s) Lic. 550/1921
Lic. 85/1927
Lic. 86/1927

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1921/27	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Grelhas de betão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[PMA 199] **PMA-Rotunda da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
PMA 199

Local PMA-Rotunda da Boavista

Local (sec.) AB-Avenida da Boavista, 579

Nº de Polícia 199-221

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 186/48

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1948	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

( ) Ant.a 1892	( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900	( ) 1961-1970
( ) 1900-1910	( ) 1971-1980
( ) 1911-1920	( ) 1981-1990
( ) 1921-1930	( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930]	( ) 2001-2010
( ) 1931-1940	( ) [Post.a 2000]
(●) 1941-1950	

4.C.3. Avenida da Boavista

4.C.3.1. Nascente, ímpares

[ABN i0029] AB-Avenida da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação

ABN i0029

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua de Santa Isabel 119-145

Nº de Polícia 29-41

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Avenida da Boavista 29-41, Rua de Santa Isabel 125-135 - Licença n.º 336/1971 (para a toponímia: Rua de Santa Isabel, 119 - 131 - 135- - 145)

Licença(s) Licença n.º 336/1971

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1971	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABN i0053] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0053
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 53
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 1080/23
158/58

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1923	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABN i0063] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0063
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 63/65
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABN i0073] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0073
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 77?
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN i0101] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0101
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua de Ricardo Severo 172
Nº de Policia 83
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Rua Ricardo Severo é a antiga Rua do Conde

Licença(s) Não localizada no AG
649/1926 - Construir garagem
59/1934 - Reparar

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1926	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN i0117 Hospital Particular do Porto] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0117 Hospital Particular do Porto
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua de Ricardo Severo
Nº de Policia 117/119
Projecto de Arquitectura João Serôdio (filho), Arq.
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1992	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 (●) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

138

[ABN i0171 Hospital da Boavista] AB-Avenida da Boavista

google 2009



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0171 Hospital da Boavista
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 171
Projecto de Arquitectura Carlos Prata, Arq.
Outros Projectos
Notas
Apesar da licença de 1997, a construção foi concluida em 2007 ou 2008
Licença(s) Licença 306/97

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1997	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado (●) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
41 Placagem de Pedra
Granito

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 (●) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABN i0201] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0201

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 201

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
licenças
859/35; 570/39; 703/50
427/51; 208/63

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

51 Revestimento em Chapas Metálicas
empena
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABN i0209] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0209

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 209

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
( ) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
(●) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
(●) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABN i0219] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0219
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 219
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

140

[ABN i0237] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0237
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 237
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN i0243] AB-Avenida da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação ABN i0243
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 243
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG
Licença 470/59
73/67

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e varandas

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN i0247] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABN i0247
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 247
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 87/80; 70/95

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN i0267 C. C: Brasília] — **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0267 C. C: Brasília

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 267

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Ver também PMA 117

Licença(s) Licença 166/81

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1981	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
15 Betão (aparente ou pintado)
pintado
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

142

[ABN i0305] — **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0305

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 305-309

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 354/69
237/98 (305-307)
112/2000 (305) banco

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1969	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
52 Revestimento em Chapas de Fibrocimento
empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
◉ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN i0313] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação ABN i0313
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 311-315
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG
licença 182/64

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
(●) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABN i0321] — **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação ABN i0321
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 321
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação	2005	

Estado de Conservação (aparente)
( ) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau (●) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
(●) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

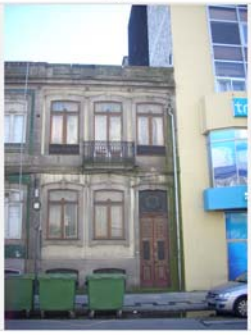
Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
(●) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABN i0331] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN i0331
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 331
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

4.C.3.2. Poente, ímpares

[ABP i0583] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0583

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 583

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 201/46

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1946	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco
18 Fingidos de Granito
Guarnições das janelas

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

[ABP i0601] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0601

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 601

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Licença nº 1792/1911 (nº 601-607)

Licença(s) Licença nº 1792/1911 (nº 601-607)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1911	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

146

[ABP i0607] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0607

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 607

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença nº 1792/1911 (nº 601-607)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1911	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0613] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0613
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 613
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 354/1910 nº 609-625

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1910	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
◉ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0615] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0615
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 615-619
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 354/1910 nº 609-625
Licença 1206/34-35 - "devanture" nº 617-619

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1910	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
◉ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0621] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0621

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 621-625

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 354/1910 nº 609-625

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1910	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
◉ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

148

[ABP i0631] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0631

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 631

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 944/1913 nº 625-633

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1913	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0635] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0635

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 635/637

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
412/51(635-639)
454/70 (637-639)

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

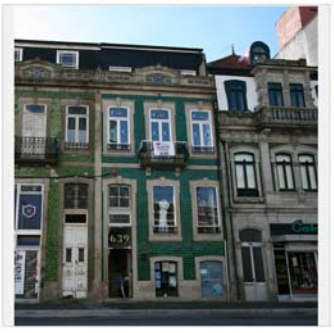
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0639] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0639

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 639/641

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0645] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0645
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 645/647
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

150

[ABP i0653] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0653
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 653-661
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 181/68 Construção
177/89 Modificação

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0665] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0665

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 665/667

Projecto de Arquitectura J. Gonçalves de Oliveira

Outros Projectos

Notas
Construidos em 2 fases, a nascente é mais antigo
Licença 802/1927 (675)
Licença 653/1925 (665)

Licença(s) Licença 653/1925

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1925	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

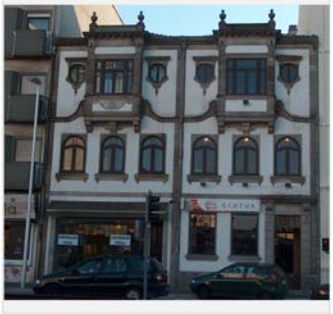
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0675] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0675

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 675

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Construidos em 2 fases, a nascente é mais antigo
Licença 802/1927 (675)
Licença 653/1925 (665)

Licença(s) Licença 802/1927

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1927	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0683] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0683

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 683

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 66/32 (683-699) Construir 4 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1932	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

152

[ABP i0699] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0699

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 699

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 66/32 (683-699) Construir 4 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1932	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0707] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0707
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 707-717
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 22/58

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1958	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0719] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0719
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 719
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 719/22

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1922	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0727] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0727
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 727-739
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

154

[ABP i0741] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0741
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 741/753
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

54 Revestimento em Soletos de Ardósia
Mansarda

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0759] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0759

Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua de Agramonte 332
Nº de Policia 759/761
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos

Notas
Consultado em 1 de Outubro de 2007

Licença(s) Licença 158/1981

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1981	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado

51 Revestimento em Chapas Metálicas
Chapa de amumínio

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	◉ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i0815] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0815

Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua de Agramonte 359
Nº de Policia s/n
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos

Notas
Rua de Agramonte 359, com Avenida da Boavista - Licença n.º 384/1999

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i0817] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0817

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 817-821

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 365/68 (821-827)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

15 Betão (aparente ou pintado)

52 Revestimento em Chapas de Fibrocimento
Fibrocimento na empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

156

[ABP i0823] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0823

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 823/827

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
365/68 (821-827)

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

51 Revestimento em Chapas Metálicas
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0831] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0831
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 831-833
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 297/75

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1975	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

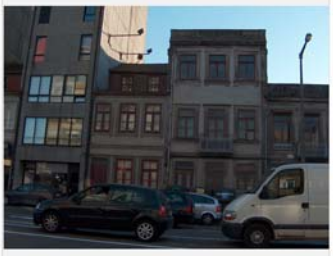
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0835] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0835
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 835
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
51 Revestimento em Chapas Metálicas
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

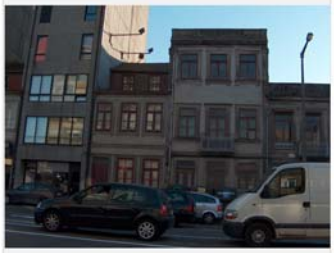
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0841] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0841

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 841

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

158

[ABP i0847] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0847

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 847-851

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0853] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0853

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 853/855

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0859] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0859

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 859-863

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG
85/46
194/73
4/80: 89/84 (865)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0881] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0881

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 881

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
aparece na planta de teles ferreira

Licença(s) 374/20
1050/22 (muro) 23 (galinheiro) 24 (anexo)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão
Elementos decorativos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

160

[ABP i0887] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0887

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 887

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Licença 1041/1913 nº 895 (este ou edificio entretanto demolido?)

Licença(s) 210/1960

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	>1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

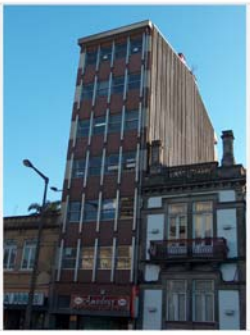
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0899] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0899
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 899/901
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 328/80

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
21 Reboco Pintado
52 Revestimento em Chapas de Fibrocimento
empena
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0911] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0911
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 911/915
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	>1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0919] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0919
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 919
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	>1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

162

[ABP i0931] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0931
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 931-941
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 256/77

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado
(D) ou betão pintado
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
15 Betão (aparente ou pintado)
Painel em baixo relevo
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0949] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0949

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 949

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) licença 192/1910 nº 949-985

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1910	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
◉ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0955] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i0955

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 955

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) licença 192/1910 nº 949-985

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1910	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
◉ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0957] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0957
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 957/961
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 433/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0965] AB-Avenida da Boavista

2010



2005



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0965
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 965
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0971] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0971

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 971-979

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 111/70

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1970	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

15 Betão (aparente ou pintado)

(D) pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i0993] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i0993

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 989-993

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 123/87

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1987	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1003] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1003

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1003-1015

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 292/1980

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

52 Revestimento em Chapas de Fibrocimento
fibrocimento na empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1017] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1017

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RGJ-Rua de Guerra Junqueiro 670

Nº de Policia 1017/1025

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Procurar a licença 371/39 que é para o cruzamento destas duas ruas.
Nota: em 1903 a rua que ia dar ao campo alegre ainda não tinha nome

Licença(s) Licença 52/1903
Licença 140/38

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1903	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

51 Revestimento em Chapas Metálicas
recuado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1043] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1043

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1043

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Procurar a licença 371/39 que é para o cruzamento destas duas ruas.

Licença(s)
1216/1931 - reconstruir chaminé

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1057] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1057

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1057

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1059] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1059

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1059

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

168

[ABP i1065] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1065

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1065

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
2 geminadas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1075] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1075

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1075

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
2 geminadas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1081] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1081

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1081

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
2 geminadas
Verificar a qual das duascorresponde o projecto

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1083] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1083
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1083
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas 2 geminadas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc) 14 Cantaria de Pedra
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

170

[ABP i1099] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1099
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) RAJC-Rua de António José da Costa
Nº de Policia 1099-1107
Projecto de Arquitectura Alcino Soutinho, Arq.
Outros Projectos
Notas Consultado em 1 de Outubro de 2007
Licença(s) Licença 413/1990

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1990	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 41 Placagem de Pedra
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1131] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1131
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) RAJC-Rua de António José da Costa 83
Nº de Policia 1131
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 335/42 ampliação
213/45 (83-85 RAJC)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1942	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

[ABP i1173] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1173
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1159-1173
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 306/97

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1997	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra
(D) ou pedra colada

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i1189] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1189
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1181-1189
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 41/71
55/89

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1971	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

172

[ABP i1199] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1199
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1199-1216
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 86/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1221] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1221
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 1219-1223
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 478/58
277/88 (1221-1229)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1988	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra
(D) ou elementos pre-fabricados de betão
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1245] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1245
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 1236-1249
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 161/83

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1983	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra
(D) ou pedra colada
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1269 Porto Palácio Hotel] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1269 Porto Palácio Hotel
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1253-1269
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG
161/96
30/2007

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra
(D) ou pedra colada
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

174

[ABP i1277 World Trade Center] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2009



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1277 World Trade Center
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1277-1281
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG
161/96
30/2007

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1349] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2009



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1349

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1307-1349

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 185/80
247/93

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
51 Revestimento em Chapas Metálicas
Alucobond

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1357] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1357

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1357 -1363

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 306/83

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1983	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
71 Fachada Cortina
(D)
21 Reboco Pintado
(D) empena

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1383] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1383

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1383-1391

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
2 casas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1393] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1393

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1393/1401

Projecto de Arquitectura Carlos Chambers Ramos, Arq.

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade pag 38 e 39 - diz que a data de projecto é de 1924 mas o processo camarário e de 1921

Licença(s) Licença 1308/1921
Licença 386/1929

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1921	
Remodelação	1929	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1471] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2009



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1471
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) RACa-Rua de António Cardoso 613
Nº de Polícia 1471
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 365/80
239/96

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i1533] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1533
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 1503-1569
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 262/77
50/94

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i1541] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1541
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1541/1659
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas (está na fiscalização - 23-08-2007)
Licença(s) Licença nº177 e 178/1984

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1984	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
45 Placagem de Elementos de Betão
15 Betão (aparente ou pintado)
pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

178

[ABP i1681] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1681
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1679-1681
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Faz parte da licença do Bristol
Licença nº177 e 178/1984

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1984	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
51 Revestimento em Chapas Metálicas
Tipo Alucobond

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1705] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1705
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1705
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 372/65 (1697-1703)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1965	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
pode ter sido inicialmente revestido com pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1707] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i1707
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1707-1711
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 54/43 (1711) Modificações
296/69

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1969	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i1711] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1711

Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua João Grave 186
Nº de Policia 1711/1717
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos

Notas
Licença 669/1962
Avenida da Boavista 1717, com a Rua João Grave 186 - Licença n.º 451/1972

Licença(s) Licença 669/1962

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
pode ter sido inicialmente revestido com pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i1751] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1751

Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua João Grave 149-167
Nº de Policia 1751
Projecto de Arquitectura Alexandre Burmester, Arq.
Outros Projectos

Notas
McDonald's
Alexandre Burmester 1994-2002
http://www.aburmester.com/

Licença(s) Licença 264/1998

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1998	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
11 Alvenaria de Tijolo Maciço Aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i1837] **AB-Avenida da Boavista**

2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i1837

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1837

Projecto de Arquitectura Eduardo Souto Moura, Arq.

Outros Projectos Afa associados

Notas
em construção em 2005

Licença(s) Não localizada no AG
(de 1921 a 67 várias licenças para este local)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2005-2006	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ◉ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

44 Placagem de Elementos Metálicos
Marcações de bandas horizontais em chapas

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

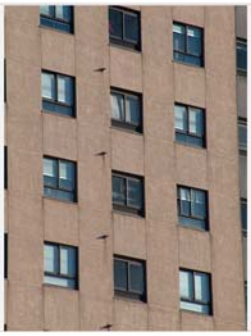
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2125] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2125

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2121/2125

Projecto de Arquitectura Teve vários - o responsavel final parece ter sido um arquitecto espanhol

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

24 Monomassa

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2317] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2317
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2297/2317
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 131/55

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1955	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

182

[ABP i2325] **AB-Avenida da Boavista**

2007



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2325
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2325
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
coberto em 2005
não chegou a ter obras
demolido pela CMP em 2010 por ameaçar ruina

Licença(s) 487/45

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1945	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ◉ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP i2343] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2343

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2343

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 305/1965 - (2341-2347)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1965	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
(D) ou pastilha
35 Ladrilho de Pedra Colado
rés-do-chão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2357] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2357

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua de Ciriaco Cardoso 230

Nº de Policia 2357

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Avenida da Boavista, 2357 com a Rua de Ciriaco Cardoso, 230 - Licenças n.º 471/1968, 466/1990 (só respeitante ao 3.º andar dt.º) e 399/1995

Licença(s) Licenças n.º 471/1968
466/1990 (só respeitante ao 3.º andar dt.º)
399/1995

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Já foi de pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2405] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2405

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua Ciríaco Cardoso 561

Nº de Policia 2405

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 369/1945
270/55

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1945	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

184

[ABP i2407] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2407

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2407/2423

Projecto de Arquitectura João Queirós, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 371/1940
Licença 603/1939 - casa do guarda no fundo do lote

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1940	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i2427] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2427

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2427

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) licença 1004/1938
344/44; 621/47; 336/67; 45/95

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1938	
Remodelação	1995	

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

( ) Ant.a 1892	( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900	( ) 1961-1970
( ) 1900-1910	( ) 1971-1980
( ) 1911-1920	( ) 1981-1990
( ) 1921-1930	( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930]	( ) 2001-2010
(●) 1931-1940	( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950	

[ABP i2453] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2453

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2453

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 1004/38 (2429-2453)
111/40
50/81; 263/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1938	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
( ) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

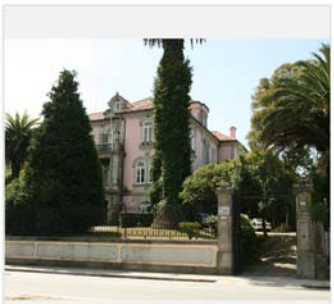
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

( ) Ant.a 1892	( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900	( ) 1961-1970
( ) 1900-1910	( ) 1971-1980
( ) 1911-1920	( ) 1981-1990
( ) 1921-1930	( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930]	( ) 2001-2010
(●) 1931-1940	( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950	

[ABP i2521] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2521

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2483/2521

Projecto de Arquitectura Inácio Pereira de Sá

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 321/1927

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1927	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2533] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2533

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2533

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG
132/1941 - Modificar Portão (Homero F. Dias)
200/1944 ; 181/1995; 219/1996

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

54 Revestimento em Soletos de Ardósia
mansarda

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2547] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2547
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2547-2563
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 525/24
354/50; 28/70; 365/72

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1924	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2609] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2609
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2609
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2653] AB-Avenida da Boavista

2005





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2653
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2653
Projecto de Arquitectura Júlio José de Brito, Arq.
Outros Projectos
Notas
Licença(s) licença 233/1942

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1942	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
(D) encoberto pela vegetação
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

188

[ABP i2671] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2671
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2671
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Não tem termo de responsabilidade anexo, nem os desenhos assinados. O requerimento não é assinado pelo requerente mas por Amandio Pinto.
Licença(s) Licença 583/1918 - Construir Prédio
Licença 692/1921 - Construir garagem
Licença 1392/1923 - Levantar muro de vedação

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1918	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2695] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2695

Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) AMGC - Avenida Marechal Gomes da Costa, 1
Nº de Policia 2695
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

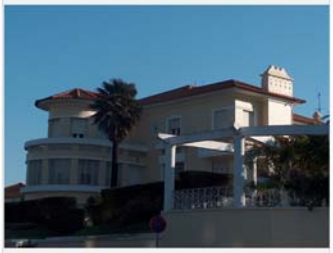
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2851 AMGC p0050] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2851 AMGC p0050

Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) AMGC-Av.M.G.C.50; R.Jorge Reinel 150-152
Nº de Policia 2831
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 258/44

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1944	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP i2881] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2881
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2881
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 145/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 31 Pastilha
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

190

[ABP i2895] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i2895
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2881-2939
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 145/82

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 31 Pastilha
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2949a] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2949a

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 2943-2965

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Demolido entretanto

Licença(s) 32/60
279/75

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1960	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ◉ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i2949b] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i2949b

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 2943-2965

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Demolido entretanto

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ◉ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
15 Betão (aparente ou pintado)
aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ◉ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3041] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3041

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RCS-Rua Correia de Sá

Nº de Policia 3011-31/3041-43

Projecto de Arquitectura Inicial: António de Brito, Arq.
Remodelção 1:
Remodelação 2: Arq: Eloi

Outros Projectos

Notas
Inicialmente eram duas moradias
A dona deste prédio era tambéma dona do prédio a poente - Maria Rosa de Carvalho Borges da Gama

Licença(s) Licença 979/1936
Licença 216/1958 (alteração)
Licença ?/2000

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1936	
Remodelação	1958/2000	

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
(●) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

192

[ABP i3067] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3067

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RPDN-Rua Paulo Dias Novais

Nº de Policia 3067

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Remodelado entretanto
A dona deste prédio era também a dona do prédio a nascente - Maria Rosa de Carvalho Borges da Gama

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação	2008	

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
(●) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Tem marquise em ferro

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
(●) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABP i3109] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3109

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3033/3109

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 223/54 (3109-3179) construir 8 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

36 Pedra Serrada Colada

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3119] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3119

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3119

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 223/54 (3109-3179) construir 8 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

36 Pedra Serrada Colada

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3135] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3135

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3135

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 223/54 (3109-3179) construir 8 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

194

[ABP i3153] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3153

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3153

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 223/54 (3109-3179) construir 8 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3157] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3157

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3157

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 223/54 (3109-3179) construir 8 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3179] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3179

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3179

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 223/54 (3109-3179) construir 8 prédios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3195] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3195

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3191/3195

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 143/52 (3191-3201)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1952	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

196

[ABP i3197] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3197

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3197

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 143/52 (3191-3201)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1952	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3223] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3223

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3223/3295

Projecto de Arquitectura Henrique Augusto de Jesus Coelho, Arq.

Outros Projectos

Notas
Licença de obras nº 105/1994 (consultada em 27 de Agosto de 2007)

Licença(s) Licença 105/1994

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1994	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
45 Placagem de Elementos de Betão

71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3351] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3351

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua de Tanger 1673

Nº de Polícia s/n

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 251/74

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1974	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

15 Betão (aparente ou pintado)
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3383] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3383

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3383

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 336/1991

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1991	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3433 - Bolsa de Derivados (BVP)] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3433 - Bolsa de Derivados (BVP)

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RPHM-Rua Pedro Homem de Melo 55

Nº de Policia 3433

Projecto de Arquitectura Alcino Soutinho, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 23/1988
Aditamento com nova arquitectura é posterior

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1996	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

44 Placagem de Elementos Metálicos
Metálica nos pilares

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3521] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3521

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3477-3523

Projecto de Arquitectura António Serafim Ferreira Machado, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 269/1986

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1986	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3581] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3581

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3581

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 31/83

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1983	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3601] AB-Avenida da Boavista

2008



2010



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3601
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3601?
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2008	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ◉ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	◉ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

200

[ABP i3621] AB-Avenida da Boavista

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3621
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3621?
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas em construção
Licença(s) 194/84

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1984	
Remodelação	>2005	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ◉ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	◉ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i3641] **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3641

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3641

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
em construção

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2005	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ◉ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
11 Alvenaria de Tijolo Maciço Aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3691] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i3691

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3691

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 342/80

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

11 Alvenaria de Tijolo Maciço Aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3715] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3715
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3715
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 311/67

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1967	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i3743] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3743
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3743
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 165/89

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1989	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
51 Revestimento em Chapas Metálicas
tipo Alucobond

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	◉ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i3769] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3769

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3749-3769

Projecto de Arquitectura Henrique Augusto de Jesus Coelho, Arq.?

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		>1997
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

24 Monomassa

(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ◉ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3937] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3937

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3937

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 443/83

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1983	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i3957] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i3957
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3957
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 144/86

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1986	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

204

[ABP i4049] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4049
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4049
Projecto de Arquitectura Alexandre Manuel Cruz da Silva, Arq.
Outros Projectos
Notas
Travessa de Passos

Licença(s) Licença 317/2001

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2001	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS
Reboco acrílico sobre isolamento térmico

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4113] AB-Avenida da Boavista

2009



2009



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4113

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) 4113-4115

Nº de Polícia

Projecto de Arquitectura Nuno Brandão Costa

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 204/2005

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2005	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ◉ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4201] AB-Avenida da Boavista

2007



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4201

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4143-4201

Projecto de Arquitectura Eduardo Souto Moura, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	>2005	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4245 FCM] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4245 FCM
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4245
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 236/87
282/99

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1987	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

206

[ABP i4293] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4293
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4293
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 552/53
215/64

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1953	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4319] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4319
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 4319
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas geminada
Licença(s) 552/53, 215/64

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1953	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína ○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído ○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4341] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4341
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 4321
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 522/69

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1969	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína ○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído ○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4361] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4361

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4341/4361

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
2 casas

Licença(s) 259/79

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1979	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

208

[ABP i4383] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4383

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4383

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Licença 630/1957 aparece referida ao 4383 e 4397, mas actualmente só deve corresponder ao 4397

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i4397] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4397

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4397

Projecto de Arquitectura Jorge Guimarães Gigante
Alvaro SIza Vieira

Outros Projectos

Notas
Licença 630/1957 aparece referida ao 4383 e 4397, mas actualmente só deve corresponder ao 4397

Licença(s) Licença 630/1957

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1957	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

15 Betão (aparente ou pintado)
topo da laje

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4411] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4411

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4411

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 540/65

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
11 Alvenaria de Tijolo Maciço Aparente

43 Placagem de Elementos de Madeira ou Afins

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4441] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4441

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4441

Projecto de Arquitectura José Carlos Loureiro, Arq.

Outros Projectos

Notas
Casas geminadas identicas
ver Licença 121/1978 (casa gémea)

Licença(s) Processo nº 153/77

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
15 Betão (aparente ou pintado)
aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

210

[ABP i4467] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4467

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4467

Projecto de Arquitectura José Carlos Loureiro, Arq.

Outros Projectos

Notas
Casas geminadas identicas

Licença(s) Licença 121/1978
Processo 52/77

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1978	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
15 Betão (aparente ou pintado)
aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4471] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4471

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4471

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Segundo a PT das casas ao lado, também são duas moradias geminadas-
Requerente: Emília Nuguent Carneiro de Melo

Licença(s) 630/64

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1964	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

36 Pedra Serrada Colada

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4491] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4491

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4491

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Segundo a PT das casas ao lado, também são duas moradias geminadas-
Requerente: Emília Nuguent Carneiro de Melo

Licença(s) 630/64

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1964	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

36 Pedra Serrada Colada

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4499] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4499

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4499/4501

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 73/79

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1979	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

212

[ABP i4515] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4515

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4515

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 275/70
146/84

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1970	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4545] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4545

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4545

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 405/66

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1966	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4595] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4595

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4595/4599

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 271/62

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4619] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4619
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4619/4623
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 272/62

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4663 Bomba gasolina GALP] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4663 Bomba gasolina GALP
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4663/4685
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ◉ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4691] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4691
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 4691
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i4719] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4719
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 4719/4737
Projecto de Arquitectura Amoroso Lopes, Arq. (pelo menos o aditamento)
Outros Projectos 18 Fingidos de Granito
Notas
Licença(s) Licença 761/1939

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1939	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i4761] **AB-Avenida da Boavista**



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4761
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4761
Projecto de Arquitectura António Júlio Teixeira Lopes, Arq.
Outros Projectos
Notas
em obras em 2008/2009

Licença(s) Licença 276/1940

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1940	
Remodelação	2008	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4763] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4763
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4763
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 93/2002

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2002	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
43 Placagem de Elementos de Madeira ou Afins
(D) ou pedra
15 Betão (aparente ou pintado)
(D) ou reboco pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4787] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4787
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4787
Projecto de Arquitectura Francisco Vieira de Campos, Arq.
Outros Projectos
Notas http://www.menosemais.com/ concluida em 2002
Licença(s) 117/99

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1999	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 (●) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABP i4795] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4795
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4795
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença 169/1952

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1952	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
( ) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
( ) Ant.a 1892 (●) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABP i4807] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4807

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4807/4811

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 458/52

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Mau
○ Razoável ○ Ruína
○ Com deficiências ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Remodelado ○ Construído
○ Demolido ○ Reconstruído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

218

[ABP i4819] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4819

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4815/4819

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 458/52

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1952	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4827] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4827

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4827

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 573/63 (predio)
585/52 (muro)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4851] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4851

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4829/4851

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 511/62 (legalização)
458/54 (garagem)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4875] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4875

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4875

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 898/31 (vedação)
428/55 (Ampliação)
378/70 (anexos)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		1931
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP i4933] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4933

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4923/4933

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 73/46

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1946	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

[ABP i4939] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4939

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4939-4945

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 391/46 (4937-4957) 2 predios
230/98

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1998	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

41 Placagem de Pedra

43 Placagem de Elementos de Madeira ou Afins

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4957] **AB-Avenida da Boavista**

2007



2005



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i4957

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4957

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 391/46 (4937-4957) 2 predios

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1946	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ◉ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP i4961] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4961
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4961
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 19/1939

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1939	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i4981] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i4981
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4981
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 19/1939

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1939	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i5003] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i5003

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 4983/4987/5003

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 549/1944

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1944	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
22 Cavan

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP i5041] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i5041

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 5041

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 224/82 (prédio)
106/80 (muro)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i5083] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i5083
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 5083/5091
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 358/80

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

224

[ABP i5111] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i5111
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 5111/5119
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 240/80

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i5131] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação ABP i5131

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 5131/5133

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 183/1980
(licença reconstituida, pelo que faltam elementos)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i5155] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i5155

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 5155

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 485/75

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1975	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
15 Betão (aparente ou pintado)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i5177] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i5177
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 5177
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 23/79

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1979	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

226

[ABP i5205] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP i5205
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) RMa-Rua de Malaca 62
Nº de Policia 5205
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 282/58

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1958	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i5251 ; RMa i031] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i5251 ; RMa i031

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua de Malaca 31/33

Nº de Policia

Projecto de Arquitectura José Carlos Loureiro, Arq.

Outros Projectos

Notas
Ficheiros em CAD

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP i5451] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP i5451

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Praça Gonçalves Zarco 22

Nº de Policia 22

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.C.3.3. Nascente, Pares

[ABN p0028] AB-Avenida da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0028

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 28

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Antigo colégio universal. Licença de 1913 é para construir colégio no quintal

Licença(s) 224/1913

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1913	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido (●) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria de Pedra

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

( ) Ant.a 1892	( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900	( ) 1961-1970
( ) 1900-1910	( ) 1971-1980
(●) 1911-1920	( ) 1981-1990
( ) 1921-1930	( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930]	( ) 2001-2010
( ) 1931-1940	( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950	

[ABN p0050] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0050

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 50

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

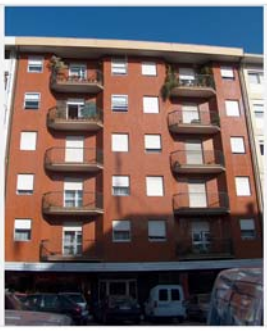
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABN p0060] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0060

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 60-76

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 342/72

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1972	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABN p0084] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0084
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) RCCB-Rua Carlos Cal Brandão 10
Nº de Policia 82-84
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
15 Betão (aparente ou pintado)
aparente

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN p0276] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0276
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 276
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Hospital Militar

Licença(s) Obra pública ou afim

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	< 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria de Pedra

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN p0290] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0290
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 290
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
15 Betão (aparente ou pintado)
21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN p0300] **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0300
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 298
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria de Pedra

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN p0308] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0308
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 308/304
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria de Pedra

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABN p0310] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABN p0310
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 310
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
Alvenaria de Pedra

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.C.3.4. Poente, pares

[ABP p0670 EDP] — **AB-Avenida da Boavista**

google





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0670 EDP

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia s/n

Projecto de Arquitectura António Ginestal Machado, Arq.

Outros Projectos

Notas
Ainda em construção em 2009
http://www.arquitectura.pt/forum/f10/porto-sede-edp-ginestal-machado-12329.html 28-10-2009

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2008	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ◉ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	◉ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p0728] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0728

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 726-754

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 95/69

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1969	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
(D) ou pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0780] AB-Avenida da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0780

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 764/770/772/780

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Edificio demolido - Novo Edificio Construido
Loja de Nespresso > 780

Licença(s) Licença 632/67 (edificio demolido em 2005)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2008	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ◉ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0822] — **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0822

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua Quinze de Novembro 11-17

Nº de Polícia 822

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
ver qual dos predios é cada um

Licença(s) 632/67

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1967	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
81 Pintura sobre revestimento prévio
Sobre pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p0832] — **AB-Avenida da Boavista**

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0832

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 832

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 387/80

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p0834] AB-Avenida da Boavista

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0834
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 834-838
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 209/72
121/94

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1972	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

238

[ABP p0848 BPN] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0848 BPN
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 848
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
2 geminadas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0854] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p0854
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 854
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas 2 geminadas

Licença(s) Não localizada no AG
Licença 180/22 (cozinha)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892 < 1922	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0856] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p0856
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 856
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas Grupo de 5

Licença(s) Não localizada no AG
347/46

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0866] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p0866
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 866
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas Grupo de 5
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

240

[ABP p0868] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p0868
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 868
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas Grupo de 5
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0878] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p0878

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 878

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Grupo de 5

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		> 1892
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

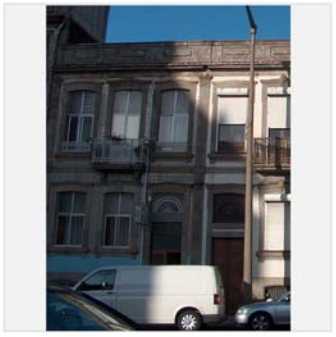
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0880] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p0880

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 880

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Grupo de 5

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0890] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0890
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 890
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0900] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0900
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 892-902
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 397/77

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
15 Betão (aparente ou pintado)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0904] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0904

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 904-912

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG
90/51; 218/54
486/66; 214/74

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	> 1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0918] — **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0918

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 918

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 2/49; 92/63
216/69; 180/77

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1949	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Rés do chão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos r/c
18 Fingidos de Granito
idem pisos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP p0930] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0930

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 930

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		> 1892
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0934] AB-Avenida da Boavista

2008



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0934

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 932-942

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
2005: em obras - parcialmente coberto

Licença(s) Licença 39/1924 (934-962)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1924	
Remodelação	2005	

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

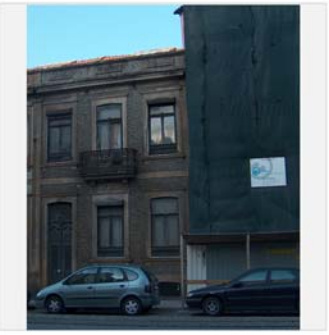
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0952] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0952

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 952

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
em obras - coberto

Licença(s) Licença 39/1924 nº 934-962

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1924	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

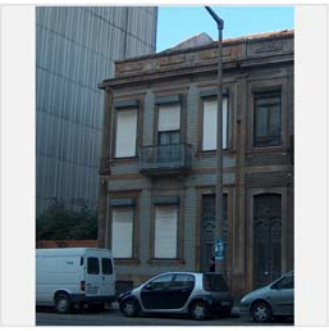
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p0954] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0954

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 954

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 39/1924 (934-962)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1924	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p0982] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0982
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 970-982
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) licença 409/72
93/87

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1972	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p0988] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p0988
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 988-996
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 172/68

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
(D)
31 Pastilha
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
15 Betão (aparente ou pintado)
Aparente, marcação das lajes

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1002] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1002
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua João de Deus 6-20
Nº de Polícia 1002-1016
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença 123/91

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1991	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado
34 Elementos cerâmicos de grande dimensão
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1030] — **AB-Avenida da Boavista**

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1030
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 1030/1040/1044
Projecto de Arquitectura Arménio Losa, Arq.
Outros Projectos
Notas
Licença(s) Licença 1170/1936
Licença 1597/1937 (aditamento)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1936	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1060] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1060

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1048-1060

Projecto de Arquitectura António Serafim Ferreira Machado, Arq.
Remodelarção: Paciência? Confirmar
Procurar site

Outros Projectos

Notas
Edificio remodelado - antiga Portugal Telecom
(ainda não desceu ao Arquivo Geral, continua nas edificações - 23-08-2007)

Licença(s) Licença 591/1973
Conjunto com Licença 598/1973

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1973	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

51 Revestimento em Chapas Metálicas
Alucobond em pilares

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

248

[ABP p1120] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1120

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1072-1142

Projecto de Arquitectura António Serafim Ferreira Machado, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 598/1973
Conjunto com Licença 591/1973

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1973	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

15 Betão (aparente ou pintado)
aparente em varandas

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1156] AB-Avenida da Boavista

2008



Bing maps



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1156

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1156

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1180] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1180

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1180/1190

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 366/81

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1981	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1194] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1194
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1202/1200/1194
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 348/83
(1125/35 - demolido)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1983	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
51 Revestimento em Chapas Metálicas
Metálica
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

250

[ABP p1210] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1210
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1204-1228
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 44/1967

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1967	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1256] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1256

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1256

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Aparentemente já aparece na planta do teles ferreira

Licença(s) Licença 1763/1934/35 Remodelação?

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935?	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

54 Revestimento em Soletos de Ardósia

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1278] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1278

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1278

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
lote vago ou demolido entretanto.
Consultei uma licença de 1896, projecto de Adães Bermudes, que poderia ser para este local.

Licença(s) Licença 991/1913
Licença 17/1952

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ◉ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1294] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1294
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1294
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

252

[ABP p1336 BES] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1336 BES
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1336
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas Espírito Santo Private
Licença(s) Licença 39/1924 (934-962)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1924	
Remodelação	2005	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1414] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1414

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1414/1424

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) liocença 314/68

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

pode já ter sido pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1430] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1430

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1430

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 235/79

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1466 - Tiara (ex-Meridien)] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1466 - Tiara (ex-Meridien)

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua Pedro Hispano

Nº de Policia 1442-1500

Projecto de Arquitectura Arquitecto Françês - da cadeia de hoteis

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 17/84

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1984	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado
(D) RMC
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

254

[ABP p1550] — **AB-Avenida da Boavista**

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1550

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RTV-Rua Tenente Valadim

Nº de Policia s/n

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 485/1958

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1958	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1616 Dallas] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1616 Dallas

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1592-1624

Projecto de Arquitectura Remodelação - Grupo 3

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 182/80

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado

71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1620] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1620

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1620-1624

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 317/66

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1966	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

21 Reboco Pintado
(tela asfáltica pintada na empena)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1672] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1672
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1670-1672
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 404/66
450/70

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1966	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
81 Pintura sobre revestimento prévio
sobre pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

256

[ABP p1682] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1682
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1682
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 309/63
383/81

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1700] **AB-Avenida da Boavista**

2005





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1700

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua de O Primeiro de Janeiro 270

Nº de Policia 1692-1700

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Avenida da Boavista, 1700 com a Rua de O Primeiro de Janeiro, 270 - Licenças n.º 669/1962 e 262/1996

Licença(s) 669/1962
262/1996

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
pode ter sido pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1728] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1728

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 1728-1742

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 138/77

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1750] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1750
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1750-56
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 324/79

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1979	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
35 Ladrilho de Pedra Colado

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

258

[ABP p1758] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1758
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1758
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 648/63
264/98

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1764] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1764
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1764
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	<1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

◉ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p1774] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1774
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1774
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 296/95

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1995	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
35 Ladrilho de Pedra Colado

71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p1780] AB-Avenida da Boavista

2009



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1780
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1780
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
(a casa verde)

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	<1892	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

260

[ABP p1788] AB-Avenida da Boavista

2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1788
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1788
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
2 casas

Licença(s) Não localizada no AG, pode estar ou não representada na Carta de 1892

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1790] **AB-Avenida da Boavista**

google





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1790

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 1790/1794

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 354/83

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1983	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

35 Ladrilho de Pedra Colado

(D) ou placagem

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1800] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1800

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia ??

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Não localizada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

◉ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1812] AB-Avenida da Boavista

2005





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1812
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1812
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas ruína de fábrica, demolida em 2008

Licença(s) 1831/1911 (é provavel que não seja desta fábrica)
101/1912 (1812)
71/1917 (1814)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1911-12	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ◉ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ◉ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
◉ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

262

[ABP p1904] AB-Avenida da Boavista

2005



2009



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p1904
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 1904
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas Demolida em 2008

Licença(s) licença 852/1933 - abertura de caboucos
59/38; 20/55 (1904)
112/46 (1900-1936)
55/41 (1900-1939)???

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1933	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ◉ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p1980 - Parque Residencial da Boavista (Foco)]

AB-Avenida da Boavista

2005



google



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p1980 - Parque Residencial da Boavista (Foco)

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RACo-Rua de Azevedo Coutinho

Nº de Policia s/n

Projecto de Arquitectura Agostinho Ricca, Arq.
João Serôdio, Arq.
José Carlos Magalhães Carneiro

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 224/1963
Licença 397/1967 (adap escritorios)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
33 Tijoleira

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2026 - P.Residencial da Boavista (Foco)]

AB-Avenida da Boavista

google



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2026 - P.Residencial da Boavista (Foco)

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2026 / 2072 / 2118

Projecto de Arquitectura Agostinho Ricca, Arq.
João Serôdio, Arq.
José Carlos Magalhães Carneiro

Outros Projectos

Notas
edificios iguais
Consultado em 14 de Setembro - Licença de obras nº 224/1963 (FOCO)
(3 edifícios iguais) + 1 apresentado conjuntamente e depois alterado.

Licença(s) Licença 224/1963

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
33 Tijoleira

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2072 - P.Residencial da Boavista (Foco)] AB-Avenida da Boavista

google



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2072 - P.Residencial da Boavista (Foco)

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2026 / 2072 / 2118

Projecto de Arquitectura Agostinho Ricca , Arq.
João Serôdio, Arq.
José Carlos Magalhães Carneiro

Outros Projectos

Notas
edifícios iguais
Consultado em 14 de Setembro - Licença de obras nº 224/1963 (FOCO)
(3 edifícios iguais) + 1 apresentado conjuntamente e depois alterado.

Licença(s) Licença 224/1963

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

33 Tijoleira

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

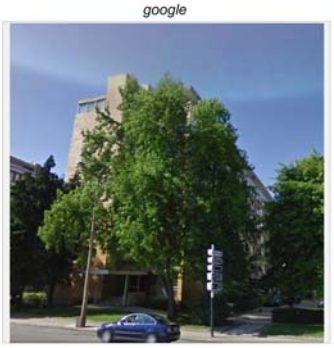
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

264

[ABP p2118 - P.Residencial da Boavista (Foco)] AB-Avenida da Boavista

google





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2118 - P.Residencial da Boavista (Foco)

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 2026 / 2072 / 2118

Projecto de Arquitectura Agostinho Ricca, Arq.
João Serôdio, Arq.
José Carlos Magalhães Carneiro

Outros Projectos

Notas
edifícios iguais
Consultado em 14 de Setembro - Licença de obras nº 224/1963 (FOCO)
(3 edifícios iguais) + 1 apresentado conjuntamente e depois alterado.

Licença(s) Licença 224/1963

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1963	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

33 Tijoleira

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2180] **AB-Avenida da Boavista**

google



2005



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2180
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia s/n
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2300a - SIC] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2300a - SIC
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) RBIA-Rua Beato Inácio de Azevedo 75
Nº de Policia 2300
Projecto de Arquitectura Vertice
Nuno Tasso de Sousa, Arq.
Outros Projectos
Notas
Licença de obras 302/73 (consultada em 27 de Agosto 07)
Rua Beato Inácio de Azevedo, 75

Licença(s) Licença 302/1973
Licença 433/1971

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1973	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
45 Placagem de Elementos de Betão
15 Betão (aparente ou pintado)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2300b; RBI i75] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2300b; RBI i75
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua Beato Inácio de Azevedo
Nº de Policia 75
Projecto de Arquitectura Vertice
Nuno Tasso de Sousa, Arq.
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Licença 433/1971

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1971	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
45 Placagem de Elementos de Betão
15 Betão (aparente ou pintado)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	◉ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p2306; RSJB p022] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2306; RSJB p022
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua S. João de Brito, 18-30
Nº de Policia 2306
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 485/1956

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1956	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
15 Betão (aparente ou pintado)
pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
63 Ripado em Elementos de Betão
Grelhado de betão

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
51 Revestimento em Chapas Metálicas
Tipo Alucobond

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p2340; RSJB p032] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2340; RSJB p032

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua S. João de Brito, 32-52

Nº de Polícia 32-52

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
RSJB-Rua S. João de Brito 32 a 52
Licença de obras nº 732/1961

Licença(s) Licença 732/1961

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1961	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2380; RSJB i031] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2380; RSJB i031

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua S. João de Brito, 31-67

Nº de Polícia 31 a 67

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 25/1954

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
15 Betão (aparente ou pintado)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2402; RSJB i029] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2402; RSJB i029

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RSJB-Rua S. João de Brito 9 a 19

Nº de Polícia 2402

Projecto de Arquitectura José Maria Moura da Costa, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 9-19 > Licença 490/49
21-29 > Licença 492/49

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1949	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
zona das varandas

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950	

268

[ABP p2414] **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2414

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 2414/2434

Projecto de Arquitectura Manuel da Silva Passos Júnior, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 15/1956

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1956	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[ABP p2450 - Cooperativa do Pinheiro Manso] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2450 - Cooperativa do Pinheiro Manso

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Rua do Pinheiro Manso

Nº de Polícia 2450

Projecto de Arquitectura Arménio Losa, Arq.

Outros Projectos

Notas
Várias designações: "Majólica"? (Manuel Mendes) Cooperativa do Pinheiro Manso (Luis Ferreira Alves)

Licença(s) Licença 1603/1937

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2504] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2504

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) RPM-Rua do Pinheiro Manso

Nº de Polícia 2504

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 246/82 (ampliação de prédio)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

15 Betão (aparente ou pintado)
em varandas e platbandas

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2600] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p2600
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2588-2600
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 497/67

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1967	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra
embasamento

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2628] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p2628
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2628
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 58/35 (predio)
270/47 (garagem)
640/50 (anexos)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2632] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2632
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2632-2640
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 440/32

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1932	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito
pintados

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2672 Consulado] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2672 Consulado
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2672/2652
Projecto de Arquitectura José Ferreira Peneda, Arq.
Outros Projectos
Notas
Manuel Mendes data-a de 1936
Licença 751/1932

Licença(s) Licença 751/1932

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1932	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2706] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p2706
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2692-2706
Projecto de Arquitectura Mário de Abreu, Arq.
Outros Projectos
Notas Edificio ampliado nas traseiras
Licença(s) Licença 297/1941

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1941	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
35 Ladrilho de Pedra Colado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

272

[ABP p2756] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p2756
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2756
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 223/87? (ou 223/37?)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
18 Fingidos de Granito

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2806] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2806
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2806
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Pode ser a licença 118/1903
D-cmp-7-191-299
tenho ver o edificio com atenção sem as árvores

Licença(s) 118/1903

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1903	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p2856 Rosário] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p2856 Rosário
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 2856
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 165/1960
209/1996

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1960	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3072] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3072
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3072
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG 172/1956; 8/1961 4/1964; 371/1964

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
◉ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

274

[ABP p3076] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3076
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3076
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 288/1949

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1949	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP p3132] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p3132
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3132
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
2 casas a de cima

Licença(s) 746/1964

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1964	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3146] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p3146
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3134-3146
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
2 casas a de baixo

Licença(s) 101/1965

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1965	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3152] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3152
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3152
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 35/1984

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1984	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3176] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3176
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3176
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 665/1964
1/2006

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1964	
Remodelação	2006	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3198] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p3198

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3198

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 681/1971

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1971	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3206] — **AB-Avenida da Boavista**

2005



google 2009



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p3206

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Polícia 3206/3216

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
2 casas - a de cima

Licença(s) 344/1964
311/2006

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1964	
Remodelação	2006	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3220] AB-Avenida da Boavista

google 2009



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3220

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3220/3228

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas 2 casas - a de baixo

Licença(s) 172/1965

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1965	
Remodelação	2007	

Estado de Conservação (aparente)

(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009

( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
(●) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 (●) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

278

[ABP p3234] AB-Avenida da Boavista

google 2009



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3234

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 3234

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 548/1965

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1965	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

( ) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009

( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 (●) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
( ) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[ABP p3248] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3248
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3248
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 105/1994
34/2000

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1994	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3324] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3324
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua Antunes Guimarães
Nº de Polícia 3324
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 172/1965

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1965	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
(D)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3380] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3380
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua de Antunes Guimarães 11
Nº de Policia s/n
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não localizada no AG 249/1994 (barclays)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3422] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3422
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3422
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 5/1968

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3422] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3422
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3422
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 5/1968

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3448] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3448
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3448
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 175/1982

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1982	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3452] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3452
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3452/3460
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 299/1977

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

282

[ABP p3490] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3490
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3490
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 120/1988

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1988	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3504] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3504
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3504
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) não encontrada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3516] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3516
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3516
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 452/1980

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1980	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3528] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3528
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3526-3528
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 134/1979

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1979	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

284

[ABP p3538] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3538
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3538
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 330/1977

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1977	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3574] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3574
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3574
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) não encontrada no AG

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3582] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3582
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3582
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 53/1979

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1979	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3602] AB-Avenida da Boavista

2005



2010



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3602
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3598-3602
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 317/1978

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1978	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
◉ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão
rés-do-hão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3630] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3630
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3628-3630
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) Não encontrada no AG
193/2000

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação	2000	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Soco e marcação de vãos

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3686] **AB-Avenida da Boavista**

2010



2010



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3686
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3686/3722
Projecto de Arquitectura Álvaro Siza, Arq.
Outros Projectos
Notas
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2008	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ◉ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
23 ETICS

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)
paredes portantes de betão armado

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3732] **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3732
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 3736/3732
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas geminada
Licença(s) 544/1953

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1953	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
texturado em certas zonas

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3762] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3762
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3758/3762
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas geminada

Licença(s) 544/1953

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1953	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
texturado em certas zonas

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

288

[ABP p3770] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3770
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3770
Projecto de Arquitectura Amoroso Lopes, Arq.
Outros Projectos
Notas Confirmar se é o numero 3770/76
Licença 356/1941

Licença(s) 356/1941

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1941	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP p3810] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3810
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3810
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 85/1996

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1996	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3870] AB-Avenida da Boavista

2005



2008



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3870
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3870
Projecto de Arquitectura Manoel Marques, Arq
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 1659/1936

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1936	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
totalmente recoberto de heras

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p3880] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3880
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 3880
Projecto de Arquitectura Joaquim Mendes Jorge
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 703/1938
581/1939 - aditamento

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1938	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

290

[ABP p3914] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p3914
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.) Rua de Gustavo de Sousa
Nº de Policia 3914
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 84/1945
256/1945
176/1948
139/1953

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1945	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 14 Cantaria de Pedra
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP p4000 ; PPEM 12] — **AB-Avenida da Boavista**





Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p4000 ; PPEM 12

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.) Praceta Prof. Egas Moniz

Nº de Policia 12 a 124

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p4802] — **AB-Avenida da Boavista**



Identificação e caracterização geral

Designação
ABP p4802

Local AB-Avenida da Boavista

Local (sec.)

Nº de Policia 4802/4822

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 354/1995

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p4842] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4842
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4824-4842
Projecto de Arquitectura Manuel da Silva Passos Júnior, Arq.
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 277/1941

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1941	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP p4844] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4844
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4844
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
geminadas
Licença(s) 199/1934 (4844-4862)
184/1940

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1934	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p4862] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4862
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4862
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas geminadas
Licença(s) 199/1934 (4844-4862)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1934	
Remodelação	2010	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p4864] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4864
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4864
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas geminadas
Licença(s) 220/1934 (4864-4884)
588/1956
49/1957

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1934	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p4884] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4884
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4884
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas geminadas

Licença(s) 220/1934 (4864-4884)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1934	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

294

[ABP p4892] AB-Avenida da Boavista

2005



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4892
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 4892
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas Demolida em 2008
Em construção em 2009

Licença(s) 56/1941

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1941	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ◉ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ◉ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

[ABP p4936] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4936
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 4936
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 15/1959

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1959	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p4974] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p4974
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Polícia 4974/4994
Projecto de Arquitectura Manuel Marques e Amoroso Lopes, Arq.
Outros Projectos
Notas Geminadas
Licença(s) 322/1937
22/1939 (aditamento)
15523/1942

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[ABP p5004 INED] AB-Avenida da Boavista





Identificação e caracterização geral

Designação ABP p5004 INED
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 5004/5036
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 174/1959

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1959	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

296

[ABP p5448 Bela Cruz] AB-Avenida da Boavista



Identificação e caracterização geral

Designação ABP p5448 Bela Cruz
Local AB-Avenida da Boavista
Local (sec.)
Nº de Policia 5448
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) não encontrada no AG 302/1992 (5448-54)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação	1992	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.Fichas de Levantamento da Área Alargada de Análise

4.D.1.Avenida de Montevideu

[AM p580 - Casa Maria Borges] AM-Avenida de Montevideu



Identificação e caracterização geral

Designação
AM p580 - Casa Maria Borges

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.) Rua Pero da Covilhã 245

Nº de Polícia 580

Projecto de Arquitectura Oswaldo Santos Silva
Viana de Lima, Arq.

Outros Projectos

Notas
Prova final
Abrantes, Nuno - Viana de Lima: A casa Maria Borges. Porto, Faup, 2000

Licença(s) 267/1951

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1951	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

( ) Ant.a 1892	(●) 1951-1960
( ) Ant.a 1900	( ) 1961-1970
( ) 1900-1910	( ) 1971-1980
( ) 1911-1920	( ) 1981-1990
( ) 1921-1930	( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930]	( ) 2001-2010
( ) 1931-1940	( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950	

[AM p644 - Casa José Prata de Lima] — **AM-Avenida de Montevideu**





Identificação e caracterização geral

Designação
AM p644 - Casa José Prata de Lima

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.) Rua Pero da Covilhã 252

Nº de Policia 644

Projecto de Arquitectura José Porto, Arq.

Outros Projectos

Notas
informar a modernidade 198-199
A obra a decorrer a partir do fim de 2009 corresponde à destruição completa do interior da casa. A casa já tinha sofrido algumas alteraçãoes ao longo dos anos, mas ainda existiam muitos elementos originais, como a escada. Tenho fotografias do interior antes desta última remodelação.

Licença(s) 1118/1937
344/1939 (reconstruir garagem)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação	2009	

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
◉ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

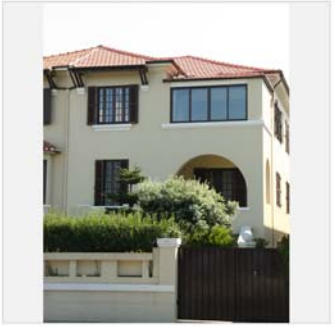
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

300

[AM p648] — **AM-Avenida de Montevideu**





Identificação e caracterização geral

Designação
AM p648

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.)

Nº de Policia 648

Projecto de Arquitectura Teixeira Lopes, Arq.

Outros Projectos

Notas
licença 550/1940 > 674 (lote vago)

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		<1936
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[AM p660] **AM-Avenida de Montevideu**





Identificação e caracterização geral

Designação AM p660

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.)

Nº de Policia 660-666

Projecto de Arquitectura Teixeira Lopes, Arq.

Outros Projectos

Notas
licença 550/1940 > 674 (lote vago)

Licença(s) 1213/1936

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1936	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

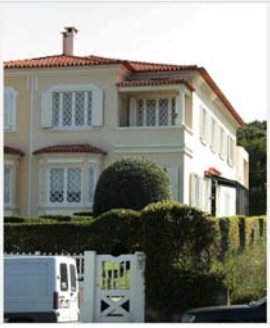
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[AM p696] **AM-Avenida de Montevideu**





Identificação e caracterização geral

Designação AM p696

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.)

Nº de Policia 696-704

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 64/1940 (696-712)
18/1941 (696-712)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1940	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[AM p706] AM-Avenida de Montevideu





Identificação e caracterização geral

Designação
AM p706

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.)

Nº de Policia 706-712

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 64/1940 (696-712)
18/1941 (696-712)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1940	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
(●) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

302

[AM p730] AM-Avenida de Montevideu





Identificação e caracterização geral

Designação
AM p730

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.)

Nº de Policia 730-738

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 1467/1937 (730-738)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
(●) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[AM p760] **AM-Avenida de Montevideu**



Identificação e caracterização geral

Designação
AM p760

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.)

Nº de Policia 760-764

Projecto de Arquitectura Manoel Marques, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 422/1936

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1936	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[AM p818] **AM-Avenida de Montevideu**



Identificação e caracterização geral

Designação
AM p818

Local AM-Avenida de Montevideu

Local (sec.)

Nº de Policia 818-834

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 395/1937

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

4.D.2.Avenida Marechal Gomes da Costa

[AMGC i0519] — **AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa**





Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i0519

Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa

Local (sec.)

Nº de Policia 519

Projecto de Arquitectura João Queiroz, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 1383/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[AMGC i0759] — **AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa**



Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i0759

Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa

Local (sec.)

Nº de Policia 759

Projecto de Arquitectura João Queiroz, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 1387/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[AMGC i0761] **AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa**



Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i0761

Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa
Local (sec.)
Nº de Polícia 761
Projecto de Arquitectura João Queiroz, Arq.
Outros Projectos

Notas
Inicialmente era igual á casa ao lado
Remodelada entretanto

Licença(s) 1387/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação	??	

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[AMGC i0805] **AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa**





Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i0805

Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa
Local (sec.) RGO-Rua Garcia da Orta
Nº de Polícia 805
Projecto de Arquitectura António de Brito, Arq.
Outros Projectos

Notas

Licença(s) 1388/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[AMGC i0875] AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa





Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i0875
Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa
Local (sec.)
Nº de Policia 859/875
Projecto de Arquitectura Aucindio Ferreira dos Santos, Arq.
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 1384/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ◉ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

306

[AMGC i1009] AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i1009
Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa
Local (sec.)
Nº de Policia 1009
Projecto de Arquitectura Homero Ferreira Dias
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 1542/1935
684/1936 - Alpendre sobre a garagem

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[AMGC i1215] **AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa**





Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i1215

Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa

Local (sec.)

Nº de Polícia 1215

Projecto de Arquitectura Manoel Marques e Amoroso Lopes, Arq.

Outros Projectos

Notas
1155/1937 (Amoroso Lopes)

Licença(s) 1386/1935
1155/1937 (Amoroso Lopes)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[AMGC i1221] **AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa**





Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC i1221

Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa

Local (sec.)

Nº de Polícia 1221

Projecto de Arquitectura Júlio de Brito, Arq

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 1114/1938

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1938	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[AMGC p0338] AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa





Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC p0338
Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa
Local (sec.)
Nº de Policia 338
Projecto de Arquitectura Manoel Marques
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 169/1936

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1936	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
(●) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

308

[AMGC p0618] AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC p0618
Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa
Local (sec.)
Nº de Policia 618
Projecto de Arquitectura António de Brito, Arq.
Outros Projectos
Notas
Casas geminadas
Licença(s) 1389/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
(●) Bom ( ) Com deficiências ( ) Ruína
( ) Razoável ( ) Mau ( ) n/a

Alterações de 2005 a 2009
( ) Rep. revest. / Pintura ( ) Demolido ( ) Reconstruído
( ) Remodelado ( ) Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
( ) Ant.a 1892 ( ) 1951-1960
( ) Ant.a 1900 ( ) 1961-1970
( ) 1900-1910 ( ) 1971-1980
( ) 1911-1920 ( ) 1981-1990
( ) 1921-1930 ( ) 1991-2000
( ) [Ant.a 1930] ( ) 2001-2010
(●) 1931-1940 ( ) [Post.a 2000]
( ) 1941-1950

[AMGC p0630] **AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa**





Identificação e caracterização geral

Designação
AMGC p0630

Local AMGC-Avenida Marechal Gomes da Costa

Local (sec.)

Nº de Policia 630

Projecto de Arquitectura António de Brito, Arq.

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 1389/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

4.D.3.Largo do Maestro Miguel Ângelo

[LMMA - Cooperativa "O Lar Familiar"] — **LMMA-Largo do Maestro Miguel Angelo**





Identificação e caracterização geral

Designação
LMMA - Cooperativa "O Lar Familiar"

Local LMMA-Largo do Maestro Miguel Angelo

Local (sec.) Rua Carlos Dublini; Rua António Arroio; Rua Dr Aires Borges

Nº de Polícia

Projecto de Arquitectura Mário Bonito, Arq.
Augusto Amaral

Outros Projectos

Notas
Única ficha para o bairro inteiro.
Estado de conservação e alterações não fazem sentido nesta circunstância.

Licença(s) Lic. n.º 653/55; Lic. n.º 74/65; Lic. n.º 134/65; Lic. n.º 145/65; Lic. n.º 93/66; Lic. n.º 125/66; Lic. n.º 178/66; Lic. n.º 233/66; Lic. n.º 151/67.

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1955	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
52 Revestimento em Chapas de Fibrocimento

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.4.Praça do Bom Sucesso

[PBS - Mercado do Bom Sucesso] — **PBS-Praça do Bom Sucesso**





Identificação e caracterização geral

Designação
PBS - Mercado do Bom Sucesso

Local PBS-Praça do Bom Sucesso

Local (sec.)

Nº de Polícia

Projecto de Arquitectura ARS Arquitectos

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Processos nºs

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1950	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
15 Betão (aparente ou pintado)
Zona da caixilharia

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
◉ 1941-1950

4.D.5.Praça de Pedro Nunes

[PPN p016] — **PPN-Praça de Pedro Nunes**





Identificação e caracterização geral

Designação
PPN p016

Local PPN-Praça de Pedro Nunes

Local (sec.)

Nº de Polícia 16

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Faz parte das obras financiadas pelo "Fundo de desemprego"
Assinatura: Construção da Junta de Freguesia de Cedofeita – 24-10-1933 (obra em 34/35)

Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1934	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.6.Rua Aníbal Cunha

[RACu p246] — **RACu-Rua Aníbal Cunha**





Identificação e caracterização geral

Designação
RACu p246

Local RACu-Rua Aníbal Cunha

Local (sec.)

Nº de Polícia 246-248

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 498/47

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1947	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.7.Rua António José da Costa

[RAJC i033] — RAJC-Rua de António José da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação: RAJC i033
Local: RAJC-Rua de António José da Costa
Local (sec.):
Nº de Polícia: 33
Projecto de Arquitectura:
Outros Projectos:
Notas:

Licença(s): não encontrada no AG
9/63 Ampliação

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAJC p042] — RAJC-Rua de António José da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação: RAJC p042
Local: RAJC-Rua de António José da Costa
Local (sec.):
Nº de Polícia: 42
Projecto de Arquitectura:
Outros Projectos:
Notas:

Licença(s): 458/57 (36-42)
374/79 (42)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1957	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAJC p052] RAJC-Rua de António José da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação RAJC p052

Local RAJC-Rua de António José da Costa

Local (sec.)

Nº de Policia 52

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 97/68 (56-60)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1968	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAJC p068] RAJC-Rua de António José da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação RAJC p068

Local RAJC-Rua de António José da Costa

Local (sec.)

Nº de Policia 68

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 481/57 (62-68)
321/71 (68/70)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1957	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAJC p074] RAJC-Rua de António José da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação RAJC p074

Local RAJC-Rua de António José da Costa

Local (sec.)

Nº de Policia 74

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 548/59 (72-78)
591/71 (78)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1959	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

314

[RAJC p084] RAJC-Rua de António José da Costa



Identificação e caracterização geral

Designação RAJC p084

Local RAJC-Rua de António José da Costa

Local (sec.)

Nº de Policia 84

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 93/62 (80-86)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.8.Rua do Arquitecto Marques da Silva

[RAMS i193 - Casas José Lourenço da Silva] — **RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva**





Identificação e caracterização geral

Designação
RAMS i193 - Casas José Lourenço da Silva
Local RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva
Local (sec.)
Nº de Polícia 193/259
Projecto de Arquitectura Januário Godinho, Arq.
Outros Projectos
Notas
Nota: Projecto no Centro de Documentação da FAUP

Licença(s) 2051/1935

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1935	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAMS p074] — **RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva**





Identificação e caracterização geral

Designação
RAMS p074
Local RAMS-Rua Arquitecto Marques da Silva
Local (sec.)
Nº de Polícia 74
Projecto de Arquitectura Alvaro Magro de Morua Bessa
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 242/1957

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1957	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
Zona pintada com fissuras
31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
35 Ladrilho de Pedra Colado
res do chao

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.9.Rua de António Patrício

[RAP i161] — RAP-Rua António Patrício

2010





Identificação e caracterização geral

Designação
RAP i161
Local RAP-Rua António Patrício
Local (sec.)
Nº de Policia 161
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 114/1933

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1933	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAP i167] — RAP-Rua António Patrício

2010





Identificação e caracterização geral

Designação
RAP i167
Local RAP-Rua António Patrício
Local (sec.)
Nº de Policia 167
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas
Licença(s) 1108/1933

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1933	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAP i247] **RAP-Rua António Patrício**



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
RAP i247

Local RAP-Rua António Patrício

Local (sec.)

Nº de Policia 247

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
amarela
Licença 250/1930

Licença(s) 250/1930

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1930	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAP i253] **RAP-Rua António Patrício**



2010



Identificação e caracterização geral

Designação
RAP i253

Local RAP-Rua António Patrício

Local (sec.)

Nº de Policia 253

Projecto de Arquitectura António de Brito

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 388/1929

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1929	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RAP i255] RAP-Rua António Patrício



2010



Identificação e caracterização geral

Designação RAP i255
Local RAP-Rua António Patrício
Local (sec.)
Nº de Policia 255
Projecto de Arquitectura António de Brito
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 388/1929

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1929	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

318

[RAP i271] RAP-Rua António Patrício



2010



Identificação e caracterização geral

Designação RAP i271
Local RAP-Rua António Patrício
Local (sec.)
Nº de Policia 271
Projecto de Arquitectura
Outros Projectos
Notas

Licença(s) 258/1930

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1930	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RAP i273] RAP-Rua António Patrício



2010



Identificação e caracterização geral

Designação RAP i273

Local RAP-Rua António Patrício

Local (sec.)

Nº de Policia 273-275

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 259/1930

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1930	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RAP i295] RAP-Rua António Patrício

2010



2010



Identificação e caracterização geral

Designação RAP i295

Local RAP-Rua António Patrício

Local (sec.)

Nº de Policia 295

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 263/1929

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1929	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

33 Tijoleira

31 Pastilha

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RAP i315] — **RAP-Rua António Patrício**

2010



Identificação e caracterização geral

Designação
RAP i315

Local RAP-Rua António Patrício

Local (sec.)

Nº de Policia 315

Projecto de Arquitectura João Queiroz

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 396/1929

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1929	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
◉ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

320

[RAP p240 Projecto Inicial] — **RAP-Rua António Patrício**



Identificação e caracterização geral

Designação
RAP p240 Projecto Inicial

Local RAP-Rua António Patrício

Local (sec.)

Nº de Policia 240/270

Projecto de Arquitectura Arménio Losa, Arq.

Outros Projectos

Notas
Edifício da Segurança Social
(está na Fiscalização - 30-08-2007)

Licença(s) Licença 86/1970

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1970	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ◉ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado
ou cerâmico (ainda não estava decidido)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
15 Betão (aparente ou pintado)
Caixas de estore

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	◉ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RAP p240 Segurança Social] **RAP-Rua António Patrício**





Identificação e caracterização geral

Designação
RAP p240 Segurança Social

Local RAP-Rua António Patrício

Local (sec.)

Nº de Policia 240/270

Projecto de Arquitectura Alfredo Matos Ferreira, Arq.
Arménio Losa, Arq.
Beatriz Madureira, Arq.

Outros Projectos

Notas
Edificio da Segurança Social
(está na Fiscalização - 30-08-2007)

Licença(s) 86/1970

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1976	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
45 Placagem de Elementos de Betão
62 Ripado em Elementos Metálicos
15 Betão (aparente ou pintado)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatistico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ◉ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.10.Rua do Campo Alegre

[RCA p0898] — RCA-Rua do Campo Alegre





Identificação e caracterização geral

Designação
RCA p0898

Local RCA-Rua do Campo Alegre

Local (sec.) RGJ-Rua de Guerra Junqueiro

Nº de Polícia 896-898

Projecto de Arquitectura Rogério de Azevedo

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade pag 100 a 103
898-924

Licença(s) 1041/1937
667/1938

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RCA p0912] — RCA-Rua do Campo Alegre



Identificação e caracterização geral

Designação
RCA p0912

Local RCA-Rua do Campo Alegre

Local (sec.)

Nº de Polícia 912

Projecto de Arquitectura Rogério de Azevedo

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade pag 100 a 103

Licença(s) 1041/1937
667/1938

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RCA p0916] RCA-Rua do Campo Alegre



Identificação e caracterização geral

Designação
RCA p0916

Local RCA-Rua do Campo Alegre

Local (sec.)

Nº de Policia 916

Projecto de Arquitectura Rogério de Azevedo

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade pag 100 a 103

Licença(s) 1041/1937
667/1938

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RCA p0924] RCA-Rua do Campo Alegre



Identificação e caracterização geral

Designação
RCA p0924

Local RCA-Rua do Campo Alegre

Local (sec.)

Nº de Policia 924

Projecto de Arquitectura Rogério de Azevedo

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade pag 100 a 103

Licença(s) 1041/1937
667/1938

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1937	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.11.Rua Calouste Gulbenkian

[RCG L01-L10 Mota Galiza Lote 1 a 10] RCG-Rua Calouste Gulbenkian





Identificação e caracterização geral

Designação
RCG L01-L10 Mota Galiza Lote 1 a 10

Local RCG-Rua Calouste Gulbenkian

Local (sec.)

Nº de Polícia 1-255

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Lic nºs
462/90; 108/91; 239/91; 76/92;
22/93; 351/99; 352/99

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1990-99	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ◉ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

4.D.12.Rua de Guerra Junqueiro

[RGJ i227] — **RGJ-Rua Guerra Junqueiro**

2008





Identificação e caracterização geral

Designação RGJ i227
Local RGJ-Rua Guerra Junqueiro
Local (sec.)
Nº de Polícia 227
Projecto de Arquitectura Antão Almeida Garrett, Eng.
Outros Projectos
Notas Informar a modernidade pag 62 e 63
Licença(s)

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína ○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído ○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RGJ p178 - Edificio Pereira da Costa] — **RGJ-Rua Guerra Junqueiro**





Identificação e caracterização geral

Designação RGJ p178 - Edificio Pereira da Costa
Local RGJ-Rua Guerra Junqueiro
Local (sec.)
Nº de Polícia 176/200
Projecto de Arquitectura Francisco Pereira da Costa, Arq.
Outros Projectos
Notas Edificios geminados
Licença(s) Licença 198/1962

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1962	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína ○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído ○ Remodelado ○ Construído

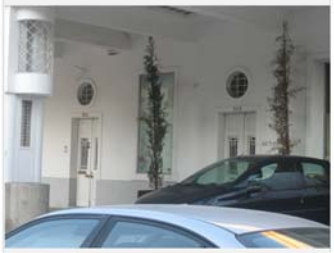
Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente) 21 Reboco Pintado
Revestimento de Fachada (marcações, etc) 15 Betão (aparente ou pintado)
Revestimento de Fachada (rés-do-chão)
Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RGJ p548] RGJ-Rua Guerra Junqueiro





Identificação e caracterização geral

Designação
RGJ p548

Local RGJ-Rua Guerra Junqueiro

Local (sec.) Rua Particular de Guerra Junqueiro

Nº de Policia 544/566

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 306/1934 -
Licença 1392/1935 - ampliar habitações e fazer cabines para garagem.
Licença 447/1940 - Construir hangares

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1934	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.13.Rua Júlio Dinis

[RJD i247 Mota Galiza] — RJD-Rua Júlio Dinis



Identificação e caracterização geral

Designação RJD i247 Mota Galiza
Local RJD-Rua Júlio Dinis
Local (sec.)
Nº de Polícia 247
Projecto de Arquitectura José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos
Outros Projectos
Notas Remodelado pouco depois da construção

Licença(s) Lic nº 177/93

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1993	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
◉ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
45 Placagem de Elementos de Betão
GRC
71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RJD p648 - Edifício de habitação Montepio Geral] — RJD-Rua Júlio Dinis



2005



Identificação e caracterização geral

Designação RJD p648 - Edifício de habitação Montepio Geral
Local RJD-Rua Júlio Dinis
Local (sec.)
Nº de Polícia 648/656
Projecto de Arquitectura Agostinho Ricca, Arq.
Outros Projectos
Notas consultado em 19 de Setembro de 2007 –

Licença(s) Licença 504/1961

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1961	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
31 Pastilha
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ◉ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.14.Rua De Nossa Senhora de Fátima

[RNSF i067] — RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima



Identificação e caracterização geral

Designação RNSF i067

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 67/73

Projecto de Arquitectura Antão Almeida Garrett, Eng.

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade 52 e 53
- Tirar Foto
Requerente: Teotónio dos Santos Rodrigues

Licença(s) Licença 417/1937

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
◉ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RNSF i135] — RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima



Identificação e caracterização geral

Designação RNSF i135

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 135

Projecto de Arquitectura Serafim Martins de Sousa

Outros Projectos

Notas
Informar a modernidade pag 42 e 43
- Tirar Foto

Licença(s) Licença 204/29

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1929	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RNSF i231 - Edificio Parnaso] RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima





Identificação e caracterização geral

Designação
RNSF i231 - Edificio Parnaso

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 231

Projecto de Arquitectura José Carlos Loureiro, Arq.
Luis Pádua Ramos

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 687/1955

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1955	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
32 Elementos Cerâmicos de Pequena Dimensão

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RNSF i291] RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima





Identificação e caracterização geral

Designação
RNSF i291

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 291/307

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas
Casa Museu Marta Ortigão Sampaio

Licença(s) Licença 436/1956
214/1957

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1956	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
33 Tijoleira
(D) Ou será tijolo aparente
31 Pastilha
marcação das lajes

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RNSF i321] RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima





Identificação e caracterização geral

Designação RNSF i321

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 321/323

Projecto de Arquitectura Eng Barbosa de Abreu + Arq. Est. (não se percebe o nome)

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 676/1954

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1954	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

330

[RNSF i349] RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima





Identificação e caracterização geral

Designação RNSF i349

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 349

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 563/1969 (garagem)
Licença 881/1933 caiar e pintar interior.

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)

○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009

○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
◉ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RNSF p400] **RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima**





Identificação e caracterização geral

Designação
RNSF p400

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 400

Projecto de Arquitectura Leandro de Morais, Arq.

Outros Projectos

Notas
Rua Nossa Senhora de Fátima era a Rua das Valas

Licença(s) Licença 408/1939

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1939	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	○ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
◉ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

[RNSF p414] **RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima**





Identificação e caracterização geral

Designação
RNSF p414

Local RNSF-Rua Nossa Senhora de Fátima

Local (sec.)

Nº de Policia 402/414

Projecto de Arquitectura Fernando Ferreira, Arq

Outros Projectos

Notas
Cooperativa Lar familiar

Licença(s) Licença 72/53

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1953	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
21 Reboco Pintado

Revestimento de Fachada (marcações, etc)
14 Cantaria de Pedra

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

4.D.15.Rua Pedro Homem de Melo

[RPHM p432 - Edifício de habitação] — **RPHM-Rua Pedro Homem de Melo**





Identificação e caracterização geral

Designação
RPHM p432 - Edifício de habitação

Local RPHM-Rua Pedro Homem de Melo

Local (sec.) Rua José Ferreira Gomes 187

Nº de Polícia 432

Projecto de Arquitectura Álvaro Siza Vieira, Arq.
António Madureira

Outros Projectos

Notas
Obra da Engil, apoio do Vasco Freitas na definição do sistema construtivo da fachada revestida a azulejo
Consultado em 1 de Outubro de 2007

Licença(s) Licença 48/1997

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1997	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra
45 Placagem de Elementos de Betão
revestidos a azulejo

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.16.Rua de Pinho Leal

[RPL p552] — **RPL-Rua de Pinho Leal**





Identificação e caracterização geral

Designação
RPL p552

Local RPL-Rua de Pinho Leal

Local (sec.)

Nº de Polícia 550-552

Projecto de Arquitectura

Outros Projectos

Notas

Licença(s) 70/2001

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial		
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
◉ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ◉ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.17.Rua de S. João de Brito

[RSJB p158] **RSJB-Rua S. João de Brito**





Identificação e caracterização geral

Designação
RSJB p158

Local RSJB-Rua S. João de Brito

Local (sec.)

Nº de Polícia 158/160

Projecto de Arquitectura Viana de Lima, Arq.

Outros Projectos

Notas
Rua de S. João Brito nº 158/160

Licença(s) Licença nº 411/1952

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1952	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).

○ Ant.a 1892	◉ 1951-1960
○ Ant.a 1900	○ 1961-1970
○ 1900-1910	○ 1971-1980
○ 1911-1920	○ 1981-1990
○ 1921-1930	○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930]	○ 2001-2010
○ 1931-1940	○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950	

4.D.18.Rua de Tenente Valadim

[RTV i431 - PT] — RTV-Rua Tenente Valadim





Identificação e caracterização geral

Designação
RTV i431 - PT

Local RTV-Rua Tenente Valadim

Local (sec.) Rua João de Deus 636

Nº de Polícia 431

Projecto de Arquitectura Joaquim Bento Lousan???

Outros Projectos

Notas

Licença(s) Licença 180/1986

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	1986	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
62 Ripado em Elementos Metálicos

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ◉ 1981-1990
○ 1921-1930 ○ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

[RTV p146 - Sheraton] — RTV-Rua Tenente Valadim





Identificação e caracterização geral

Designação
RTV p146 - Sheraton

Local RTV-Rua Tenente Valadim

Local (sec.) RPH-Rua Pedro Hispano

Nº de Polícia 146

Projecto de Arquitectura João Angelo Rodrigues Paciência, Arq.
Ramon Collado

Outros Projectos

Notas
Data de Projecto - Setembro de 2003
Area de Construção 25.152.39 m2

Licença(s) Licença 207/2000

	Data Confirmada	*Data Provável*
Proj. Inicial	2000	
Remodelação		

Estado de Conservação (aparente)
○ Bom ○ Com deficiências ○ Ruína
○ Razoável ○ Mau ○ n/a

Alterações de 2005 a 2009
○ Rep. revest. / Pintura ○ Demolido ○ Reconstruído
○ Remodelado ○ Construído

Caracterização construtiva

Revestimento de Fachada (zona corrente)
41 Placagem de Pedra

71 Fachada Cortina

Revestimento de Fachada (marcações, etc)

Revestimento de Fachada (rés-do-chão)

Notas (caracterização construtiva)

Data de Projecto ou Licenciamento (para tratamento estatístico).
○ Ant.a 1892 ○ 1951-1960
○ Ant.a 1900 ○ 1961-1970
○ 1900-1910 ○ 1971-1980
○ 1911-1920 ○ 1981-1990
○ 1921-1930 ◉ 1991-2000
○ [Ant.a 1930] ○ 2001-2010
○ 1931-1940 ○ [Post.a 2000]
○ 1941-1950

4.D.19. Quadro-resumo das restantes fichas da Área Alargada de Análise

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
AF – Avenida de França	44	AF p044							
	66	AF p066							
	80	AF p080							
	90	AF p090							
	104	AF p104							
	142	AF p142							
AM– Avenida de Montevideu	714	AM p714							
	790	AM p790			>2000 [p]	[Post.a 2000]		Construído	Rua de Timor 133,143
	810	AM p810			2008	2001-2010		Construído	Rua de Timor
	836-864	AM p864							
	866-904	AM p866							
	904	AM p904							Praça Gonçalves Zarco 16–24
AMGC– Avenida Marechal Gomes da Costa	19	AMGC i0019							
	125	AMGC i0125							
	139	AMGC i0139							
	149	AMGC i0149							
	167	AMGC i0167							
	207	AMGC i0207							
	241	AMGC i0241							
	475	AMGC i0475							
	513	AMGC i0513							
	533	AMGC i0533							
	549	AMGC i0549							
	557	AMGC i0557							
	567	AMGC i0567							
	575	AMGC i0575							
	613	AMGC i0613							
	627	AMGC i0627							
	641	AMGC i0641							
	649	AMGC i0649							
	681	AMGC i0681							
	685	AMGC i0685							
	703	AMGC i0703							
	731	AMGC i0731							
	739	AMGC i0739							
	755	AMGC i0755							
	809	AMGC i0809							
	935	AMGC i0935							
	959	AMGC i0959							

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores (Cont.)

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
AMGC– Avenida Marechal Gomes da Costa	977	AMGC i0977							
	1025	AMGC i1025	Manuel Marques e Amoroso Lopes, Arq.			1931-1940			
	1051	AMGC i1051							
	1103	AMGC i1103	Januário Godinho						Rua de Fernão Lopes de Castanheda, 46
	1131-1179	AMGC i1131							
	1255	AMGC i1255							
	1317	AMGC i1317			< 1938	1931-1940			Rua de Gabriel Soares de Souza
	1319?	AMGC i1319	Mário de Abreu, Arq.	705/1938	1938	1931-1940			
	1353	AMGC i1353			< 1938	1931-1940			
	1385-1409	AMGC i1385	Rogério de Azevedo, Arq.	1933?		1931-1940			
	1411	AMGC i1411							
	1415	AMGC i1415							
	1431	AMGC i1431							
	1437	AMGC i1437							
	1471	AMGC i1471							
	1529	AMGC i1529							
	1533	AMGC i1533							
	1551	AMGC i1551							
	1553	AMGC i1553							
	78	AMGC p0078							
	116	AMGC p0116							
	146	AMGC p0146							
	150	AMGC p0150							
	168	AMGC p0168							
	206	AMGC p0206							
	282	AMGC p0282							
	310	AMGC p0310							
	322	AMGC p0322							
	364	AMGC p0364							
	380	AMGC p0380							
	390	AMGC p0390							
	398	AMGC p0398							
	418	AMGC p0418							
	432	AMGC p0432							
	456	AMGC p0456							
	478	AMGC p0478							
	516	AMGC p0516							
	574	AMGC p0574							
	590	AMGC p0590							

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores (Cont.)

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
AMGC– Avenida Marechal Gomes da Costa	594	AMGC p0594							
	600	AMGC p0600							
	634	AMGC p0634							
	680	AMGC p0680							
	720	AMGC p0720							
	746	AMGC p0746							Rua de D. Francisco de Almeida
	774	AMGC p0774		Licença 1385/1935[a]					Rua de D. Francisco de Almeida
	802	AMGC p0802							
	834	AMGC p0834							
	838	AMGC p0838							
	866	AMGC p0866							
	978	AMGC p0978							
	984	AMGC p0984							
	1000-1020	AMGC p1020							
	1038	AMGC p1038							
	1074	AMGC p1074							
	1096	AMGC p1096							
	1160	AMGC p1160							
	1180	AMGC p1180							
	1194	AMGC p1194							
	1198-1240	AMGC p1240							
	1296-1300	AMGC p1300							
	1320	AMGC p1320							
	1326	AMGC p1326							
	1338	AMGC p1338							
	1370	AMGC p1370							
	1384	AMGC p1384							
	1392	AMGC p1392							
	1430	AMGC p1430							
	1444	AMGC p1444							
	1446-1454	AMGC p1454							
	1488	AMGC p1488							
	1506	AMGC p1506							
	1554	AMGC p1554							
LP– Largo do Prior-rado	68	LP p068							
	76	LP p076							
	80	LP p080							
	90	LP p090				[Ant.a 1930]			
	120	LP p120							
	130	LP p130							

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores (Cont.)

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
PBS– Praça do Bom Sucesso	105-159	PBS i105							
PDAV– Praça D. Afonso V	55	PDAV i055	Francisco Pereira da Costa			1951–1960	Remodelação: Cristóvão Iken		
PG– Praça de Goa	32	PG 32							Rua de Timor e Rua de Malaca
	56	PG 56							
PPN– Praça de Pedro Nunes	68	PPN p068							
	94	PPN p094							
	112	PPN p112							
	126	PPN p126							
RACa– Rua de António Cardoso	427	RACa i427							
	475	RACa i475							
	571	RACa i571							
	498	RACa p498							
RAJC– Rua de António José da Costa	29	RAJC i029							
	35	RAJC i035							
	47	RAJC i047		50/1942 – Reconstruir					
	53-71	RAJC i053							
RAL– Rua Augusto Luso	20	RAL p20							
	36	RAL p36							
RAMS– Rua Arquitecto Marques da Silva	14	RAMS p014							
	30-42	RAMS p030							
	44-52	RAMS p044							
	54-60	RAMS p054							
	62	RAMS p062							
	108	RAMS p108	Alfredo Matos Ferreira, Arq.			1951-1960			
	120-124	RAMS p120							
	134/140/144	RAMS p134							
	148/152/154/158	RAMS p148							
	166-180	RAMS p166 Tuela							
	200	RAMS p200 Hotel Tuela							
RAP– Rua António Patrício	121-135	RAP i135							
	137	RAP i137							
	141-145	RAP i145							
	153	RAP i153							
	155-159	RAP i155							
	171	RAP i171							
	175	RAP i175							
	181	RAP i181							
	197	RAP i197							
	199-201	RAP i199							

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores (Cont.)

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
RAP– Rua António Patrício	205	RAP i205							
	209	RAP i209							
	259-261	RAP i261							
	287	RAP i287							
RCA– Rua do Campo Alegre	390	RCA p0390	José Pulido Valente, Nicolau Brandão, Ricardo Figueiredo		1982	1981–1990			
	590-622	RCA p0606							
	628-650	RCA p0640							
	654-688	RCA p0674							
	694-718	RCA p0706							
	724-750	RCA p0740							
	754-820	RCA p0800							
	840	RCA p0840							Rua de Guerra Junqueiro, 24-28
	934	RCA p0934							
	942	RCA p0942							
	944	RCA p0944							
	954	RCA p0954							
	966	RCA p0966							
	968	RCA p0968							
	976	RCA p0976							
	1034	RCA p1034							
	1046	RCA p1046							
	1048	RCA p1048							
	1058	RCA p1058							
	1065	RCA p1064							
	1070	RCA p1070							
	1080	RCA p1080							
	1090	RCA p1090							
	1090-1114	RCA p1104							
	1128-1192	RCA p1170							Rua de António Cardoso, 18
	1216-1276	RCA p1252						Rep. revest. / Pintura	Rua de António Cardoso, 35
RCS– Rua Correia de Sá	11	RCS i11						Demolido	
	15?	RCS i15							
	17-21	RCS i17							
	23	RCS i23							
	35	RCS i35							
	47	RCS i47							
	89	RCS i89							

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores (Cont.)

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
RGJ– Rua Guerra Junqueiro	245	RGJ i245							
	291	RGJ i291							
	325	RGJ i325							
	369	RGJ i369							
	385	RGJ i385							
	447	RGJ i447							
	489	RGJ i489							
	162	RGJ p162 Colégio Alemão							
	340	RGJ p340 Sinagoga							
	514	RGJ p514							
RGO– Rua de Garcia da Orta	27	RGO i27							
	57	RGO i57							
	46	RGO p46							
	54	RGO p54							
RMa– Rua de Malaca	9-15	RMa i015							
	27	RMa i027							
	2-14	RMa p014							Rua Marechal Saldanha, 1392; Praça de Goa, 56
	30	RMa p030							
	32	RMa p032							
	40?	RMa p040							
RNSF– Rua Nossa Senhora de Fátima	177/179	RNSF i177							
RPDN– Rua de Paulo Dias Novais	101	RPDN i101							
	54	RPDN p054							
	60	RPDN p060							
	68	RPDN p068							
	82	RPDN p082							
	86	RPDN p086							
	94	RPDN p094							
	96	RPDN p096							
RPH– Rua Pedro Hispano	190	RPH p190 BOAPOR	João Paciência, Arq.						
RPL– Rua de Pinho Leal	530	RPL p530				2001–2010			
RPM– Rua de Pinheiro Manso	97	RPM i097							
	111	RPM i111							
	137	RPM i137							
	161	RPM i161							
	217	RPM i217							
	305	RPM i305							
	325	RPM i325							
	349-359	RPM i349							

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores (Cont.)

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
RPM– Rua de Pinheiro Manso	373	RPM i373							
	377	RPM i377							
	387	RPM i387							
	395	RPM i395							
	397	RPM i397							
	36-42	RPM p042							
	44	RPM p044							
	50	RPM p050							
	62	RPM p062							
	98	RPM p098							
	104	RPM p104							
	114	RPM p114							
	120	RPM p120							
	134-144	RPM p134							
	154	RPM p154							
	174	RPM p174							
	180	RPM p180							
	198	RPM p198							
	206	RPM p206							
	216	RPM p216							
	228-242	RPM p228	ARS Arquitectos						
	244-254	RPM p244	ARS Arquitectos						
	274	RPM p274					374/1940		
	334	RPM p334							
	340	RPM p340							
	346	RPM p346							
	356	RPM p356							
	364	RPM p364							
	370	RPM p370							
	380	RPM p380							
	388	RPM p388							
	396	RPM p396							
RSJB– Rua S. João de Brito	73-83	RSJB i083							
	87	RSJB i087							
	103-105	RSJB i105							
	129-137	RSJB i129							
	139	RSJB i139							
	165-167	RSJB i165							
	187-191	RSJB i187							
	215	RSJB i215							
	217	RSJB i217							

Tabela 3.6: Lista com as fichas da área alargada de análise não impressas nas páginas anteriores (Cont.)

Arruamento Principal	Nº. de Polícia	Designação	Projecto de Arquitectura	Licença(s)	Data de Construção Confirmada [ou Provável]	Década de Projecto	Data de Remodelação Confirmada [ou Provável]	Alterações: 2005 a 2009	Arruamento(s) Secundário(s)
RSP– Rua Soares de Passos	117	RSP i117							
	37	RSP i37					2005?		
	38	RSP p38 Casa Mário Bernardes de Pereira	Jorge Manuel Viana, Eng.º			1931–1940			
	48	RSP p48							
RT– Rua de Timor	9-15	RT i015							
	23-29	RT i023							
	33-41	RT i033							
	56-61	RT i061							
	75-79	RT i075							
	85-93	RT i085							
	111-131	RT i111							
	6-18	RT p006							
	48	RT p048							
	90	RT p090							

a.Licença 1385/1935 era para este local mas não corresponde a este edifício.

